



AMANHÃ
VAI SER
OUTRO DIA



ANAIIS

10 E 11 DE NOVEMBRO 2022
São Carlos, Brasil



As múltiplas crises do presente e
o papel das iniciativas
associativas autogestionárias na
reorganização da sociedade



Asociación de Universidades
GRUPO MONTEVIDEO



NuMI EcoSol
UFSCar Núcleo Multidisciplinar Integrado
de Estudos, Formação e Intervenção
em Economia Solidária



ORGANIZAÇÃO



S471s

Seminário Internacional PROCOAS (17 : 2022 : São Carlos, SP)

Caderno de resumos do XVII PROCOAS / XVII Seminário Internacional PROCOAS, 10-11 de novembro 2022, São Carlos, Brasil ; organizado por Joelson Gonçalves de Carvalho ... [et al.]. – Documento eletrônico. – São Carlos: UFSCar, 2022. – Modo de acesso: <https://www.numiecosol.ufscar.br/pt-br/pesquisa/xvii-seminario-internacional-procoas/anais-do-xvii-seminario-internacional-procoas>

ISBN 978-85-94099-18-1

1. Cooperativas. 2. Economia solidária. 3. Autogestão. 4. Trabalho associado. I. Título.

CDD – 334 (20^a)

CDU – 334

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Comunitária da UFSCar

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325

COMISSÃO ORGANIZADORA

Joelson Gonçalves de Carvalho
Ana Lucia Cortegoso
Bernardo Arantes do Nascimento Teixeira
Ioshiaqui Shimbo
Isabela Aparecida de Oliveira Lussi
Maria Lúcia Teixeira Machado
Maria Zanin
Wagner de Souza Leite Molina
Amanda Gonçalves de Lima
Ana Beatriz Lopes Raimundo
Camila do Nascimento Cultri
Daniele Francisco
Danilo Malta Ferreira
Diogo Marques Tafuri
Fernanda Siani
Marco Aurélio Maia Barbosa de Oliveira Filho
Mariana Machitte de Freitas
Marinéia Teresinha Duarte
Wiliam Retamiro



REALIZAÇÃO



PROCOAS
AUGM

APOIO





Reitora

Prof.^a Dr.^a Ana Beatriz Oliveira

Vice-Reitora

Prof.^a Dr.^a Maria de Jesus Dutra dos Reis

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Daniel Rodrigo Leiva

Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. Pedro Sergio Fadini

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins

Pró-Reitora de Extensão

Prof.^a Dr.^a Ducinei Garcia

Pró-Reitora de Administração

Mestra Edna Hércules Augusto

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Prof.^a Dr.^a Jeanne Liliane Marlene Michel

Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis

Dr. Djalma Ribeiro Júnior

Equipe NuMI EcoSol

Coordenador

Prof. Dr. Wagner de Souza Leite Molina

Vice-coordenador

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho

Docente

Profa. Dra. Isabela Ap. de Oliveira Lussi

Técnica em Assuntos Educacionais

Luciana Furlanetto Pereira

Docente Sênior

Profa. Dra. Ana Lucia Cortegoso

Docente Sênior

Profa. Dra. Maria Zanin

Docente Sênior

Prof. Dr. Ioshiaqui Shimbo

Docente Sênior

Profa. Dra. Maria Lúcia Teixeira Machado

Coordenadora técnica

Daniele Francisco

Estagiária

Ana Beatriz Lopes Raimundo

Pós-graduação

Joandson Fernandes Campos

Graduação

Fernanda Siani



SUMÁRIO

GT-1: Educação e Economia Social e Solidária	16
<i>Educación y Economía Social y Solidaria</i>	
Agroecologia e economia solidária como ferramentas político-pedagógicas de justiça ambiental	18
Flávia Tostes, Mateus Gonzaga Castro Penha, Andriele Mendes Borba, Yana dos Santos Moysés	
Ensino remoto e a vulnerabilidade nas escolas públicas: impactos evidenciados da pandemia no município de Ituiutaba/MG	29
Klívya de Cássia Silva, Luiz Bezerra Neto	
A profissionalização em cooperativas como um mecanismo de poder: um estudo de caso da COOPAR	51
Leandra Holz	
Desenhando nossa história: a importância dos encontros de formação interna, no fortalecimento dos nossos vínculos afetivos de trabalho	58
Desirée Fripp dos Santos / Eduardo Guatimosim / Liandra Peres Caldasso / Márcia Borges Umpierre / Taiane Golulart	
Fórum de economia solidária de Araquara/sp: formação de agentes de economia solidária	65
Conrado Marques da Silva de Checchi, Natalia Carvalho de Oliveira Checchi	
Incorporación de la cooperación en el trabajo pedagógico de cooperativas de educación en Uruguay hasta 2020	67
Victoria Díaz Reyes	
Las formas de la direccionalidad en propuestas educativas que buscan incorporar la cooperación y el cooperativismo	79
Diego Barrios	
Matrices de surgimiento de las cooperativas de educación en Uruguay	85
Rosina Pérez	

Outras economias no ensino universitário: relato de experiência em um curso de graduação em Psicologia	92
Letícia Dal Picolo Dal Secco-Oliveira	
Tramas da autogestão: saberes do trabalho associado numa rede de economia solidária	100
Betânia Cordeiro, Maria Clara Bueno Fischer	
GT-2: Autogestão, Economia Solidária e Extensão Universitária: qual o papel da universidade na crise atual?	110
<i>Autogestión, Economía Solidaria y Extensión: cual el rol de la universidad em la crisis atual?</i>	
Aspectos conceituais e práticos na articulação de ensino, pesquisa e extensão: a experiência com economia solidária na Universidade Federal De São Carlos	112
Ana Lucia Cortegoso, Danilo Malta Ferreira, Ioshiaqui Shimbo, Maria Lúcia Teixeira Machado, Maria Zanin, Wagner Souza Leite Molina	
Outras economias no espaço universitário: a experiência da feira de economia popular e solidária da face/ufmg	142
Bruno Siqueira Fernandes, Danielle Silvania Ferreira Maciel, Izabel Santiago Baccarini, João Tonucci, Layla Leandra Grigorio Parreiras Seabra, Nina Fraiha de Faria, Sibelle Cornélio Diniz	
Contribuições das universidades para a construção de novas perspectivas para o brasil pós-pandemia: sistematizando iniciativas em economia solidária e soberania alimentar	160
Jade Percassi, Vanessa Moreira Sígolo, Ioshiaqui Shimbo, Pedro Fiori Arantes	
Extensão universitária e economia solidária na américa latina: panorama geral das estratégias de disputa do sentido de universidade na ITCP-USO e na UEC-UDELAR	165
Ana Luzia Alvares de Laporte	
Fortaleciendo los espacios de la economía social y solidaria desde la universidad	175
Verónica Lilián Montes, Alicia Ressel, Leandro Ariel Iglesias, Noelia Silva, María Piriz Carrillo	
Gestão da informação e do conhecimento em incubadora de economia solidária: caso NUMI-ECOSOL/UFSCAR	182
Vinicius Pereira, Ariadne Chloe Mary Furnival	
PET economia solidária: os desafios da extensão universitária em tempos de pandemia	189



Amanda Gonçalves de Lima, Fernanda Siani

Turismo como alternativa para agregar valor aos associados dos arranjos produtivos locais (APL's): o caso da atividade de extensão agrotech 197
Telma Darn

GT 03 - Novas relações entre produção e consumo de alimentos 213
Nuevas relaciones entre producción y consumo de alimentos

A questão alimentar para além da economia formal: o potencial das outras economias na promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis 216
Tomás Balbino, Bruno Siqueira

Armazém de economia popular solidária: outra forma de consumir 245
Maria Angelica Machado Braga, Lúcia de F. Socoowski de Anello, Lucia Regina Nobre, Maria Cristina Chaves Pires, Dóris Back Périus

Estrategias asociativas de mejora de campesinos en mercados oligopsonicos: las organizaciones de viticultores certificadas fairtrade en Chile 262
Ximena Quiñones Díaz, Eduardo Letelier Araya, Marco Coscione.

Consumo responsável e/ou consumo militante: o caso da cooperativa terra e liberdade 288
Lucca Perez Pompeu, Caio Olivette Pompeu, Carla Victória Ferreira Irrazabal

A experiência da Coop Livres na construção de outra economia 312
Vitória Felipe dos Santos, Guilherme Prado Almeida de Souza, Egeu Gómez Esteves

O fazer a feira: novas representações e práticas alimentares em Araraquara/SP 324
Viviani Regina Marchi, Henrique Carmona Duval

Fortalecimento da comercialização de produtos da reforma agrária: o caso do armazém do campo do Rio de Janeiro – MST 337
Alexandre Trennephol, Vanessa Sartori Rodi, Layssa Ramos Maia de Almeida, Felipe Addor, Andrey Seraphim Guilherme, Ricardo Nazareth Muniz

Práticas cidadãos e redes agroalimentares: um novo paradigma? 357
Oscar José Rover, Adevan da Silva Pugas

A experiência do TADEM - comunidade de consumo responsável de São Carlos-SP: práticas de democracia, autogestão, solidariedade e segurança alimentar 373
Beatriz Carrascosa von Glehn Schwenck, Luana Castelli Rampone, Mariana Machitte de Freitas, Daniele Busatto Mendonça, Daniela de Oliveira Figueredo, Rafael Luis de Camargo Lima, Flavia Torunsky, Laís Calixto Santos Sipahi

Estrategias de intermediación solidaria desde la UNLP: comercializadora universitaria de la economía social y solidaria “LA JUSTA” 382



Paula Fontana, Alejandro Valera, Belen Sendin, Soledad Duré, Mateo Compagnucci, Sergio Dumrauf	
Perfil da produção orgânica no estado de Minas Gerais	398
Janine Ameku Neves, Adriana Maria Imperador	
Producción y distribución de alimentos de la economía popular, social y solidaria en el Gran La Plata	413
Héctor Luis Adriani, Soledad Rial, Damián Giammarino, Belén Mirallas, Juliana Santa María	
Agricultura familiar e o programa de alimentação do trabalhador: uma perspectiva sustentável	432
Tânia Corrêa Miller, Ariadne Chloe Mary Furnival	
Sistemas Alimentares Sustentáveis: O caso da cooperativa de segundo grau Central do Valeno abastecimento de frutas para escolas públicas da cidade de São Paulo	439
Gustavo F. de Almeida, Rafael E. Chiodi, Fábio Grigoletto	
Alianzas público-privada en la construcción de modelos de circuitos cortos de comercialización. La experiencia de la “HUERTITA COLABORATIVA” en CASABLANCA-CHILE	457
Pablo Saravia Ramos, Catalina Valenzuela Sobarzo	
GT-4: Como vimos utilizando as perspectivas de gênero e feminismos nas experiências da Economia Social e Solidária?	458
<i>¿Cómo venimos trabajando las claves de género y feminismos en las experiencias de la Economía Social y Solidária?</i>	
Aproximaciones al estudio del trabajo en comedores y merenderos comunitarios en la ciudad de Córdoba	460
Karina Tomatis	
Articulaciones y desafíos entre economía social y economía feminista y de cuidados en experiencias de la ciudad de Córdoba, Argentina	478
Adolfo David Buffa, Silvina Buffa, Nora Ceballos, Inés Díaz, Soledad González, Sebastián Vreys	
Desafios do trabalho associado em empreendimentos econômicos solidários de mulheres	496
Eliene Gomes dos Anjos, Alice Nascimento do Sacramento Salomão, Ana Cristina de Assis Silva	
La sostenibilidad de la vida como clave teórico-política feminista en procesos de formación en extensión en economía social y solidaria	511
Daniela Osorio-Cabrera, Gabriela Veras Iglesias	



Os enfrentamentos cotidianos das mulheres quilombolas: o caso das produtoras de remédios fitoterápicos no centro de plantas medicinais do cedro, GO 532

Aline Grigório da Silva, Janice Rodrigues Placeres Borges, Josiel Souza Silva

Relações de trabalho e gênero de mulheres em empreendimentos solidários no contexto da pandemia de COVID-19 535

Isabela Bruno de Souza, Sibelle Cornélio Diniz, Bruno Siqueira Fernandes

Trabajo de cuidado no remunerado en paraguay: efectos, avances y desafíos desde una perspectiva social 557

Marcela Achinelli Báez

GT-5: Economia Social e Solidária ou economias alternativas? Interrelações, potencialidades e desafios em vista de uma nova direcionalidade de transformação socioproductiva. 581

¿Economía Social y Solidaria o economías alternativas? Interrelaciones, potencialidades y desafíos hacia una nueva direccionalidad de transformación socio-productiva

A atuação do terceiro setor no movimento da economia solidária 583

Ana Caroline Barros da Silva, Bianca de Carvalho Pereira Campos

Os desafios da gestão na economia solidária de organizações na cidade de São Carlos -SP 592

Juliana Marisol dos Santos Rodrigues de França, Gabriel Costeira Machado

Outras economias e a perspectiva decolonial: notas para uma aproximação entre os dois campos 616

Nina Fraiha de Faria, Bruno Siqueira Fernandes

Saberes y prácticas cooperativas desde la economía social y solidaria en contexto de crisis socio medioambiental y economía extractivista: experiencias cooperativas en la zona del secano costero, de la Región de O'higgins, Chile. 641

Catalina Valenzuela Sobarzo, Pablo Saravia Ramos

Superando o capital pelo trabalho associado: decifrando e projetando elementos críticos de transição 661

Edi Augusto Benini, Elcio Benini, Silas Ferrarini Furtado

GT 06 - Catadoras e catadores de materiais recicláveis	682	
<i>Colectores y colectoras de materiales reciclables</i>		
A potencialidade do encontro: uma reflexão sobre a política das catadoras da região metropolitana de Campinas	685	
Verena Teixeira Resca, Mariana Figueiredo Menezes, Danilo Morais Braga, Ana Caroline de Souza Conceição, Luisa Oliveira Modolo, Larissa Furlani Blanco, Lais Silveira Fraga		
Apontamentos da situação tributária de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis do Estado de São Paulo.	698	
Ana Claudia Giannini Borges, Lívia Martinez Brumatti, Ana Cláudia Fernandes Terence, Marcel Britto		
As relações entre educação e gênero em uma cooperativa popular de catadoras/es de materiais recicláveis do oeste paulista.	720	
Bruna Oliveira Martins, Henrique Tahan Novaes		
Conduta de manutenção de máquinas em cooperativas de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	743	
Renata Barreto Mendes, Mariana Carolina dos Santos, Victor Jordan Rojas Fronza, João Victor de Oliveira Doshier, Ana Claudia Giannini Borges		
Cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis e o desafio da comercialização das embalagens plásticas	761	
Maria Zanin, Letícia Dal Picolo Dal Secco-Oliveira		
O impacto de contratos públicos na atuação de cooperativas de coleta seletiva: estudo de caso no interior de São Paulo	779	
Anabella Corrêa, Bernardo A. N. Teixeira		
Mapeamento das condições das cooperativas e associações de catadoras/es de materiais recicláveis de Assis e região do Vale Paranapanema	797	
Ana Maria Rodrigues de Carvalho, Carlos Rodrigues Ladeia, Felipe Arneiro Lopes, Gabriela de Sena Moura, Leandro Franco Campos Pereira, Marta Fleury de Oliveira Gentil Croce, Nei Vinicius Hércules Rodrigues Miranda, Ravine Cirino da Silva		
Cooperativas de catadores de materiais recicláveis e a economia solidária	816	
Jessica Corgosinho Marcucci, Ana Claudia Giannini Borges		
O trabalho de cooperativas de catadoras(es) e a ação do poder público municipal	830	
Murilo Mendes Alves, Maria Zanin		
A influência da renda e dos processos de gestão para a redução da rotatividade em uma cooperativa de catadoras e catadores no sul do Rio Grande do Sul	843	
Marcia Borges Umpierre, Melissa Duarte Orestes, Alexandre Farias Terra, Thierry Silva Pecke		
Catação porta a porta: uma prática coletiva na coleta seletiva solidária	850	
Conrado Marques da Silva de Checchi		

Contratação de cooperativas de catadoras(es) de materiais recicláveis pelo poder público municipal: análise à luz da política nacional de resíduos sólidos	857
Carolina Valente Santos	
Empreendimento econômico solidário como fonte de trabalho e renda: a experiência da associação de catadores(as) de materiais recicláveis de São Lourenço do Sul/RS	863
Melissa Duarte Orestes, Marcia Borges Umpierre, Liandra Peres Caldasso	
GT 7 - Iniciativas de economia social e solidária como alternativas ao encarceramento	870
<i>Iniciativas de economía social y solidaria como alternativas al encierro</i>	
Economia solidária: uma forma contra-hegemônica de organização do trabalho no campo da saúde mental	872
Lisabelle Manente Mazaro, Isabela Aparecida de Oliveira Lussi	
Os desafios de egressos do sistema prisional na inserção em ambientes laborais e o papel da política pública de economia solidária	894
Rita de Cássia Arruda Fajardo, Larissa Lamoglia Bastos, Hugo Pires Barbosa	
A questão da promoção de saúde mental para mulheres engajadas em projetos de economia solidária: um estudo inicial a partir de entrevista	914
Olivia Kari Nagayama Boarini, Bernardo Parodi Svartman, Thiago Giancoli Berto	
Co-producción de conocimientos con experiencias colectivas de trabajo de personas usuarias de servicios de salud mental y en situación de calle	922
Carla Assandri, Dulcinea Cardozo, Noelia Correa García, Cecilia Etchebehere, Alejandro Guevara, Javier Paolillo	
Hacia un marco conceptual para el abordaje de experiencias colectivas de trabajo autogestionado de personas en situación de calle y usuarios de servicios de salud mental	929
Carla Assandri, Dulcinea Cardozo, Noelia Correa García, Cecilia Etchebehere, Alejandro Guevara, Javier Paolillo	
Potencialidades da produção de cannabis por empreendimentos de economia solidária	938
Rogério de Mambro	
Taller Economía Social Cooperativa de Trabajo Liberté	947
Adrián Giudice, Lucas Chromechek	
GT 08 - Soberania, segurança alimentar e nutricional, e agroecologia: interfaces e diálogos com a economia social e solidária	954


<i>Soberanía, seguridad alimentaria y nutricional, y agroecología: interfaces y diálogos con la economía social y solidaria</i>	
Aportes teóricos e metodológicos para a formação de agentes populares de agroecologia	956
Eduardo José Rezende Pereira, Joelson Gonçalves de Carvalho	
Estratégias de enfrentamento da insegurança alimentar no PDS Mário Lago	976
Ana Claudia Olartechea Veron, Joelson Gonçalves de Carvalho	
A experimentação agrícola realizada por agricultores familiares do agreste paraibano: resistência, permanência na terra, segurança alimentar e nutricional sob os preceitos da agroecologia	986
Alexandra Leite de Farias, Janice Rodrigues Placeres Borges	
Horta comunitária urbana de base popular, agroecológica e solidária. Experiência da horta gera juncal, Zona Leste, São Paulo/SP	1004
Paloma Ribeiro Tarrão, Valéria Freixedas, Danilo Malta Ferreira, Uranide Sacramento Cruz, Rita Almeida, Paulo José Pereira dos Santos	
Hortas comunitárias: cultivando relações.	1030
Ronaldo Munenori Endo	
Possíveis relações entre os princípios e práticas da agroecologia e economia solidária: experiência do movimento TÔ AQUI (2020-2022) Piracicaba– SP	1052
Ana Luiza Medeiros Bernussi, Stella Pacheco Oliveira, Danilo Malta Ferreira, Savana Marilu Fernandes, Ubirajara Cristiano B. Sabino, Lidiane H. Mansanari	
A segurança alimentar dos quintais biodiversos na hinterlândia amazônica	1074
Maria Isabel de Araújo, Silas Garcia Aquino de Sousa	
Agroindústria familiar ecológica: experiências e possibilidades da cooperativa agroecológica dos produtores e de água limpa da região sul de São Paulo – COOPERAPAS	1093
Ana Beatriz França Siqueira, Leandro de Lima Santos, Henrique Carmona Duval	
Escrevivência agroecológica	1102
Camila do Nascimento Cultri	
Hortas urbanas, agroecologia, economia solidária: a horta comunitária da zona norte em Araraquara-SP	1109
Sergio Azevedo Fonseca, Leandro Pereira Morais, Caio Luis Chiariello	
GT 09 - Tecnologia social e economia solidária	1116
<i>Tecnología social y economía solidaria</i>	



La investigación acción participativa como tecnología de co-construcción de saberes y prácticas Bárbara Altschuler, Gabriela Viviani	1118	
Articulações do software livre com a economia solidária como tecnologia para inclusão social Flávio Gomes da Silva Lisboa, Marilene Zazula Beatriz	1134	
Comércio digital de alimentos orgânicos: estudo de caso do uso de suportes tecnológicos digitais pela Cooperativa Terra e Liberdade Caio Olivette Pompeu, Carla Victória Ferreira Irrazabal, Lucca Perez Pompeu	1154	
Economia solidária e comercialização em tempos de pandemia: um estudo de caso de São Carlos - SP Amanda Gonçalves de Lima, Daniele Francisco, Fernanda Siani, Rafaela dos Reis Martins	1175	
Projeto Eco Creche Baltazar Morgado Neto	1192	
Tecnologias para a economia solidária: a experiência da construção de uma metodologia para o curso de comunicação popular mediado por tics durante a pandemia da COVID-19 Lino Trevisan, Marcos Antônio Silverio, Rhuan Carlos Borges, Maria Luisa Carvalho, Marilene Zazula Beatriz	1210	
Tecnologias sociais na apicultura e meliponicultura: análise sobre a produção de conhecimento científico Camila do Nascimento Cultri, Maria Lúcia Teixeira Machado	1217	
GT 10 - Finanças solidárias <i>Finanzas solidarias</i>	1228	
Autossustentabilidade dos bancos comunitários: aplicação de indicadores econômico-financeiros William Retamiro, Maria Lúcia Teixeira Machado, Wagner Leite de Sousa Molina	1230	
Fundos rotativos solidários: potencialidades e limitações no município de Volta Redonda- RJ Milena dos Santos Cerqueira, Carlos Frederico Bom Kraemer, Thais Soares Kronemberger, Luís Henrique Abegão	1246	

Microcrédito habitacional do banco comunitário de desenvolvimento banco bem, Vitória-ES: análise do processo de concessão do financiamento como instrumento autogestionário de melhoria das moradias	1268
João Callil, Danilo Malta Ferreira, Hilano José Rocha de Carvalho, Ioshiaqui Shimbo, Patricia Zandonade	
Moedas sociais para a economia social: classificação, papéis na economia formal e informal e possibilidades para o microcrédito	1292
Yasuyuki Hirota	
GT 11 - Desenvolvimento territorial	1305
<i>Desarrollo territorial</i>	
Acceso colectivo a tierras públicas en Uruguay	1307
Juan Riet Correa, Gerardo Sarachu, Walter Oreggioni, Cecilia Matonte	
Economía social e solidária como apoio à implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável: um estudo de caso da associação ama do município de Araraquara (SP)	1329
Jorge Ernesto S. Bazán Aparicio, Leandro Pereira Morais	
Elementos centrais para o desenvolvimento local a partir da economia social e solidária	1351
Juan Fernando Alvarez Rodriguez, Daniel Francisco Nagao Menezes	
Impactos da atividade sucroenergética na reprodução de grupos camponeses na região de Ribeirão Preto	1365
Victor Marchesin Corrêa, Joelson Gonçalves de Carvalho, Marina Fernandes	
Mobilização local para inserção produtiva e desenvolvimento local	1382
Eliane Navarro Rosandiski	
Racismo ambiental: comunidades do cerrado do pantanal mato-grossense	1395
Giovana Rosangela Ferreira Mendes, Willian Silva de Paula, Marilane Alves Costa, Hugo Fernandes Lopes Filho	
Uma análise do direito às terras tradicionalmente ocupadas por indígenas no Brasil na perspectiva dos direitos humanos	1411
Yuri Pereira Gomes	
Projeto manejo agroflorestal, por uma identidade territorial	1435
Joaquim Lauro Sando	
GT 12 - Economia Solidária e Políticas Públicas	1446
<i>Economía Solidaria y Políticas públicas</i>	



- | | | |
|---|------|---|
| A experiência da ipecs - incubadora pública de economia criativa e solidária em Araraquara-SP | 1448 |  |
| Camila Capacle Paiva, Ana Patrícia Ferreira da Silva, Flávia de Jesus Andrade | | |
| O espaço das políticas públicas de economia solidária na previsão orçamentária do município de Araraquara-SP | 1460 | |
| Julia da Silva Gutierrez Ruiz, Leandro Pereira Morais | | |
| Marco legal da economia solidária no Brasil: uma alternativa para materialização dos direitos humanos. | 1479 | |
| Lucas Haygert Pantaleão, Manuela Salau Brasil | | |
| Resoluciones colectivas a problemas individuales. Proceso de construcción de un sistema de ampliación de derechos para asociados/as de cooperativas de trabajo | 1490 | |
| M. Eleonora Feser, Juliana Salvemini, Dalma Borda, Valeria Mutuberría Lazarini | | |
| Rede de gestores em economia solidária e os marcos normativos municipais: a institucionalização da economia solidária | 1510 | |
| Caio Luis Chiariello | | |
| Estudo de caso: assessoramento a projetos de produção agroecológica para a agricultura familiar em municípios do Vale Do Açu/RN | 1521 | |
| Sandra Marai Campos Alves, Janine Pereira Peixoto, Antônia Gilvanira da Silva, Francisco Glauber Fonseca | | |
| Municipios en la promoción de cooperativas en Chile: la red de municipios por el cooperativismo y la economía social como proceso de co-construcción de política pública local | 1527 | |
| Patricio Inostroza Rebolledo, Luis Hernández Astudillo, Mario Radrigán Rubio | | |

GT 1

Educação e Economia Social e Solidária Educación y Economía Social y Solidaria

El grupo de trabajo busca recuperar distintos aportes académicos en el campo de la educación y la economía social solidaria. Este campo temático es de los mas relevantes en cuanto a su dimensión, las contribuciones diversas, y la continuidad que viene manteniendo, en distintas ediciones del Seminario PROCOAS. Se trata de un espacio que buscar recoger contribuciones académicas, investigaciones, relatos de procesos de formación, reflexión conceptual en el entramado de la educación y los procesos asociativos. El Comité Académico creó en 2020 un grupo de trabajo (UNA, USACH, Udelar, UNLP, UNMDP, FURG, UNR) sobre educación, quien viene desarrollando un relevamiento sobre ofertas de formación de grado y postgrado en cooperativismo y economía social solidaria en las universidades integradas PROCOAS. Además de todo lo concerniente a articular en el proceso de evaluación y coordinación de las contribuciones al Grupo de Trabajo, proponemos un espacio donde presentar las principales conclusiones del relevamiento, analizar y discutir sus aportes. Este espacio, podría complementarse con la presentación del presente estudio que se lleva adelante en las universidades de Brasil.



Coordenação:

Adrián Giudice
(UNMDP, Argentina)

Alicia Ressel
(UNLP, Argentina)

Diego Barrios
(Udelar, Uruguay)

Ioshiaqui Shimbo
(UFSCar, Brasil)

Justo Camacho
(UNA, Paraguai)

Liandra Caldasso
(FURG, Brasil)

Mario Radrigán
(USACH, Chile)



GT-1: Educação e Economia Social e Solidária	16
<i>Educación y Economía Social y Solidaria</i>	
Agroecologia e economia solidária como ferramentas político-pedagógicas de justiça ambiental	18
Flávia Tostes, Mateus Gonzaga Castro Penha, Andriele Mendes Borba, Yana dos Santos Moysés	
Ensino remoto e a vulnerabilidade nas escolas públicas: impactos evidenciados da pandemia no município de Ituiutaba/MG	29
Klívya de Cássia Silva, Luiz Bezerra Neto	
A profissionalização em cooperativas como um mecanismo de poder: um estudo de caso da COOPAR	51
Leandra Holz	
Desenhando nossa história: a importância dos encontros de formação interna, no fortalecimento dos nossos vínculos afetivos de trabalho	58
Desirée Fripp dos Santos / Eduardo Guatimosim / Liandra Peres Caldasso / Márcia Borges Umpierre / Taiane Golulart	
Fórum de economia solidária de Araquara/sp: formação de agentes de economia solidária	65
Conrado Marques da Silva de Checchi, Natalia Carvalho de Oliveira Checchi	
Incorporación de la cooperación en el trabajo pedagógico de cooperativas de educación en Uruguay hasta 2020	67
Victoria Díaz Reyes	
Las formas de la direccionalidad en propuestas educativas que buscan incorporar la cooperación y el cooperativismo	79
Diego Barrios	
Matrices de surgimiento de las cooperativas de educación en Uruguay	85
Rosina Pérez	
Outras economias no ensino universitário: relato de experiência em um curso de graduação em Psicologia	92
Letícia Dal Picolo Dal Secco-Oliveira	
Tramas da autogestão: saberes do trabalho associado numa rede de economia solidária	100
Betânia Cordeiro, Maria Clara Bueno Fischer	



AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDARIA COMO FERRAMENTAS POLÍTICO-IDEOLÓGICAS DE JUSTIÇA AMBIENTAL

18

Flávia Tostes, Mestranda em População, Território e Estatísticas Públicas (ENCE/IBGE)
tostes_flavia@hotmail.com

Mateus Gonzaga Castro Penha, Graduando de Engenharia de Produção (Celso Lisboa)
mateusgonzaga84@gmail.com

Andriele Mendes Borba, Graduanda de Engenharia Civil (Celso Lisboa)
andrielebor@gmail.com

Yana dos Santos Moysés, Doutora em Geografia (UFF), Professora da Escola de Engenharia
da Celso Lisboa,
yanasmoyeses@hotmail.com

Resumo

O papel primordial de uma instituição acadêmica é participar na transformação do seu meio social, sendo necessário a contribuição desta com ações que visem (re) pensarmos formas de produções locais mais criativas e solidárias, tendo como base princípios agroecológicos, os quais se baseiam em formas de produção/consumo mais plural, diversa, saudável, sustentável, justa e democrática que fazem girar a economia local e proporcionam garantias à segurança e soberania alimentar. A partir dessas reflexões, o objetivo deste trabalho é analisar os significados político-pedagógico(s) da implementação de um projeto político-pedagógico de articulação entre a agroecologia e a economia solidária como ferramenta de justiça ambiental, o qual está sendo realizado na Fundação Darcy Vargas (FDV), localizada na Zona Portuária do Rio de Janeiro, com os alunos do sexto e nono ano do ensino fundamental, como disciplina obrigatória no ano letivo de 2022. No primeiro semestre, a partir de um levantamento bibliográfico aprofundado (CARSON, 1962; BRASIL, 1999; LEFF, 2001; BRANDENBURG, 2002; CAPORAL & COSTABEBER, 2002; LUZZI, 2007; TOLEDO & BASSOLS, 2008; VIEIRA, 2008; WEZEL et al., 2009; ALTIERI, 2012; DAROLT, LAMINE e BRANDEMBURG, 2013; ABRASCO, 2015; LONDRES, 2011; TENDLER, 2011, 2014; PINTON e YANNICK, 2019; CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA, 2021) foram construídos e aplicados diversos artefatos de aprendizagem voltados à agroecologia: apresentação de filmes, aplicação de jogos, trabalhos de campo no território da escola- zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, como no Instituto Pretos Novos (IPN), elaboração e realização de um questionário de Pegada Ecológica, elaborado a partir de princípios agroecológicos, construção de mapas mentais, entre outros. Verifica-se, nesta primeira etapa do projeto, a formação de maior criticidade entre os sujeitos envolvidos de seus próprios territórios, principalmente a partir dos mapas de racismo e justiça ambiental do território da escola, os quais foram elaborados pela(os) próprias(os) alunas(os) envolvidas(os) ao final do semestre e que representam também um instrumento de resistência. Ainda como uma ferramenta de justiça ambiental já pensada, destaca-se a organização de uma feira agroecológica na FDV pelas(os) próprias(os). Acredita-se que esse seja o primeiro passo para a segunda etapa do projeto político-pedagógico: o (re) pensar e a criação e/ou fortalecimento de ações e espaços mais solidários, criativos e justos, a partir de relações mais próximas entre terra-alimento-produtor-consumidor.

Palavras-chave: Agroecologia; Economia Solidária; Justiça ambiental; projeto político-pedagógico.

Abstract

The primary role of an academic institution is to participate in the transformation of its social environment, requiring its contribution with actions that aim to (re)think more creative and solidary forms of local production, based on agroecological principles, which are based on forms of production/consumption that is more plural, diverse, healthy, sustainable, fair and democratic that make the local economy turn and provide guarantees for food security and sovereignty. From these reflections, the objective of this work is to analyze the political-pedagogical meaning(s) of the implementation of a political-pedagogical project of articulation between agroecology and the solidarity economy as a tool of environmental justice, which is being carried out at the Darcy Foundation Vargas (FDV), located in the Port Zone of Rio de Janeiro, with students in the sixth and ninth year of elementary school, as a mandatory subject in the academic year of 2022. In the first semester, based on an in-depth bibliographic survey (CARSON, 1962; BRASIL, 1999; LEFF, 2001; BRANDENBURG, 2002; CAPORAL & COSTABEBER, 2002; LUZZI, 2007; TOLEDO & BASSOLS, 2008; VIEIRA, 2008; WEZEL et al., 2009; ALTIERI, 2012; DAROLT, LAMINE e BRANDEMBURG, 2013; ABRASCO, 2015; LONDRES, 2011; TENDLER, 2011, 2014; PINTON e YANNICK, 2019; CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA, 2021) various learning artifacts focused on agroecology were built and applied: presentation of films, application of games, field work in the territory of the school-port zone of the city of Rio de Janeiro, as in the Pretos Novos Institute (IPN), elaboration and realization of an Ecological Footprint questionnaire, based on agroecological principles, construction of mental maps, among others. In this first stage of the project, the formation of greater criticality among the subjects involved from their own territories is verified, mainly from the maps of racism and environmental justice of the school's territory, which were prepared by the subjects themselves.) students involved at the end of the semester and who also represent an instrument of resistance. Still as an environmental justice tool already thought out, the organization of an agroecological fair at FDV by the people themselves stands out. It is believed that this is the first step towards the second stage of the political-pedagogical project: the (re)thinking and the creation and/or strengthening of more solidary, creative and fair actions and spaces, based on closer relationships between land -food-producer-consumer.

Key-words: Agroecology; Solidarity economy; Environmental justice; political-pedagogical project.

Introdução

O mundo moderno/colonial provocou o afastamento da sociedade com a natureza. Esta desconexão essencial coloca a sociedade numa situação de vulnerabilidade, pois diminui suas potencialidades naturais de entendimento da natureza, pelo esvaziamento do senso de pertença, que consequentemente interfere na percepção da dimensão da problemática ambiental em sua complexidade. A crise ambiental em pauta desde a década de 1990 é fruto de pensamento civilizatório. Em outras palavras, representa a própria crise civilizatória (LEFF, 2016).

A colonialidade do saber/poder, neste sentido, traz um olhar crítico e esclarecedor sobre a hierarquização do conhecimento provocada pelo processo de colonização. A supervalorização do conhecimento tecnicista-científico ocidental, invisibilizou os conhecimentos e fazeres de determinados povos, processo que fomentou a separação e o distanciamento da relação

terra/natureza-alimento-produtor-consumidor (LEFF, 2009; SOUZA SANTOS, 2010; MIGNOLO, 2017).

Com o intuito de questionar esse “pensamento único” imposto pela Ciência reconhecidamente moderna, o qual impõem determinadas práticas sobre o território, esse trabalho parte do diálogo entre a *Educação Ambiental Crítica*, a *Agroecologia* e a *Economia Solidária*. Parte na contracorrente das monoculturas do saber e do rigor, do tempo linear, da escala dominante, do produtivismo capitalista, destacadas por Boaventura de Souza Santos (2007).

Acredita-se assim na potencialidade desse diálogo como referencial para a construção de outra(s) racionalidade(s) contra hegemônica (s), plurais, que propiciem outras leituras de mundo, outras epistemes, outros fazeres, outras economias. Outras construções de mundo mais sustentáveis e solidárias que nos possibilitem pensar outras formas de produções mais criativas e solidárias, tendo como base princípios agroecológicos, os quais se baseiam em formas de produção/consumo mais plural, diversa, saudável, sustentável, justa e democrática que fazem girar a economia local e proporcionam garantias à segurança e soberania alimentar

As instituições acadêmicas, nesse sentido, devem atuar para além das matrizes pedagógicas clássicas. Ou seja, devem atuar como um local de emancipação do conhecimento e fomentação das trocas de saberes e fazeres.

Acredita-se que um caminho para trazer a temática para dentro do(s) próprio(s) espaço(s) acadêmico(s) seja a partir da construção de artefatos de aprendizagem voltados à *agroecologia* e *economia solidária*. E é a partir dessa premissa que o presente trabalho é construído. A partir da análise e discussão de um projeto político-pedagógico de articulação entre a agroecologia e a economia solidária como ferramenta de justiça ambiental, o qual está sendo realizado na Fundação Darcy Vargas (FDV), localizada na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, com os alunos do sexto e nono ano do ensino fundamental.

O objetivo deste trabalho em específico é analisar os significados político-pedagógico(s) da primeira etapa da implementação deste projeto na FDV, na qual os alunos foram provocados a pensarem e analisarem seus próprios territórios. Compreende-se que esse seja o primeiro passo para o (re)pensar e para a criação e/ou fortalecimento de ações e espaços mais solidários, criativos e justos, a partir de relações mais próximas entre terra-alimento-produtor-consumidor.

Metodologia

Durante o ano letivo de 2022 foram e ainda estão sendo realizadas diversas atividades na Fundação Darcy Vargas com os alunos do sexto e nono ano do ensino fundamental, as quais resultarão na organização de um projeto de feira agroecológica pelos próprios alunos da FDV.

O projeto foi elaborado e é ministrado por uma equipe multidisciplinar de alunas(os) e profissionais das áreas de geografia, planejamento territorial e ambiental, engenharia ambiental e

sanitária, biologia, oceanografia, engenharia de produção e engenharia civil. E está sendo conduzido a partir da aplicação de diferentes artefatos de aprendizagem na disciplina de Laboratório Multidisciplinar.

O projeto foi construído em duas etapas, dividido em dois semestres. Na primeira etapa do projeto, o objetivo foi a formação de maior criticidade entre os sujeitos envolvidos de seus próprios territórios, principalmente a partir dos mapas de racismo e justiça ambiental do território da escola, os quais foram elaborados pelas(os) próprias(os) alunas(os) envolvidas(os) ao final deste primeiro semestre. Por sua vez, o objetivo da segunda etapa do projeto político-pedagógico é a criação e/ou fortalecimento de ações e espaços mais solidários, criativos e justos pelas/os próprias/os alunas/os, como a organização de uma feira agroecológica na FDV pelas(os) próprias(os).

Como já dito, anteriormente, o foco desse trabalho está propriamente na análise da primeira etapa do projeto.

Neste primeiro semestre de 2022, a partir de um levantamento bibliográfico aprofundado (CARSON, 1962; BRASIL, 1999; LEFF, 2001; BRANDENBURG, 2002; CAPORAL & COSTABEBER, 2002; LUZZI, 2007; TOLEDO & BASSOLS, 2008; VIEIRA, 2008; WEZEL et al., 2009; ALTIERI, 2012; DAROLT, LAMINE e BRANDEMBURG, 2013; ABRASCO, 2015; LONDRES, 2011; TENDLER, 2011, 2014; PINTON e YANNICK, 2019; CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA, 2021) foram construídos e aplicados diversos artefatos de aprendizagem voltados à agroecologia: apresentação de filmes, aplicação de jogos, trabalhos de campo no território da escola- zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, como no Instituto Pretos Novos (IPN), elaboração e realização de um questionário de Pegada Ecológica, elaborado a partir de princípios agroecológicos, construção de mapas mentais, entre outros. Destaca-se principalmente a elaboração pela(os) próprias(os) alunas(os) envolvidas(os) de mapas de racismo e justiça ambiental do território da escola ao final desta etapa.

Agroecologia, Economia solidária e Educação Ambiental Crítica

A separação sociedade/natureza é uma característica marcante do pensamento que tem dominado o chamado mundo ocidental, o mundo moderno-colonial. Ao afirmarmos essa separação, podemos observar uma construção linear de saberes que se restringem a um determinado território. Ter isso em mente é importante não só para compreender o processo passado, mas, sobretudo, para compreender o presente. Isto porque o movimento ambiental tem colocado em questão o conceito de natureza que vigora, passando pelo sentir, pensar, agir da sociedade, questionando o modo de ser, produzir, consumir e viver em sociedade (LEFF, 2009; PORTO-GONÇALVES, 2018; MIGNOLO, 2017).

Shiva (2003), em *Monoculturas da Mente*, reflete sobre o pensamento unilateral, homogeneizador e simplificador que se instalou na sociedade contemporânea e discute sobre as consequências desse tipo de “monocultura” para o planeta. A pesquisadora ainda traz uma reflexão sobre as tecnologias da chamada “Revolução Verde” que foram utilizadas para introduzir as monoculturas, acabar com a diversidade e estimular a valorização desenfreada sobre o lucro da indústria do agronegócio.

Segundo a autora, a monocultura começa na mente para depois chegar aos sistemas agrícolas, “na agricultura a mentalidade reducionista criou a safra de monoculturas” (p. 56). Para que isso aconteça, “é preciso que exista um sistema que se determine superior, sobretudo em termos de conhecimento e cultura, e crie mecanismos para legitimar (*e impor*) suas formas de pensar e de estar no mundo” (SHIVA, 2003, p.56). Ou seja, como toda a monocultura, destrói tudo o que é diferente, e legitima a morte de todas as outras formas de conhecimento (e fazeres), o *epistemicídio*, definido por Souza Santos (2007).

Como colocado por Enrique Leff (2009), a questão ambiental em pauta desde a década de 1990 se refere não apenas aos impactos ecológicos, mas sociais, econômicos, políticos, entre outros. A crise ambiental seria em si só, como já dissemos anteriormente, a própria crise civilizatória. Nesse sentido, ao se acionar qualquer conceito-instrumento que leve consigo o *ambiental*, deve-se ter uma visão holística da realidade: um olhar que englobe todas as dimensões da sociedade.

A partir das questões colocadas acima, a categoria epistemológica-política de *agroecologia* pode nos ajudar. Mas antes de mais nada, esta deve ser compreendida a partir da tríade *ciência, movimento e prática* (WEZEL *et al.*, 2009).

Na academia, a agroecologia é reconhecida como ciência e promove a integração dos saberes populares e científicos em prol da construção de conhecimento contra hegemônicos (CAPORAL & COSTABEBER, 2002). Já como prática, o conhecimento, a experiência e a sabedoria dos agricultores, povos e comunidades tradicionais são reconhecidos como peças fundamentais para o desenvolvimento de sistemas de produção agroecológicos aliados às especificidades locais (TOLEDO & BASSOLS, 2008). Por fim, é considerada também movimento, uma vez que se propõe a unir os sujeitos sociais, técnicos, agricultores, povos originários, estudantes e professores em um objetivo comum, os quais reivindicam seus direitos e estruturam e pleiteiam a elaboração, implementação e efetivação de ações e políticas públicas adequadas às diversas realidades que permeiam a complexidade da agroecologia (BRANDENBURG, 2002).

A articulação entre a agroecologia e a economia solidária pode funcionar assim como uma ferramenta de justiça ambiental. A implementação de um projeto político-pedagógico,

baseados nesses princípios, na Fundação Darcy Vargas parte sobretudo de uma análise do território que própria escola está inserida. Ou seja, os instrumentos teóricos e práticos estão aliados às vivências, aos saberes e fazeres dos alunos, como também, compreendidos a partir das injustiças ambientais que ocorrem neste território.

Neste sentido, cabe compreendermos, mesmo que brevemente, que tipo de educação ambiental estamos dialogando.

No Brasil a educação ambiental foi regulamentada pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que estabelece e define seus princípios básicos, incorporando oficialmente a Educação Ambiental nos sistemas de ensino.

Contudo, nas instituições acadêmicas, a educação ambiental ainda não cumpre o seu papel, tanto do ponto de vista educacional (nível didático) como de seu tratamento inter/transdisciplinar e político (nível epistemológico-político). Segundo Grynszpan (1999), a persistência de um ensino básico tradicional, abstrato e compartimentado e descontextualizado com o território, não tem encorajado a análise dos problemas locais.

Por sua vez, a educação ambiental a partir da sua macro vertente *crítica* busca contribuir para sensibilizar os sujeitos sociais sobre seu papel como elemento central de ação e transformação de seus próprios territórios, evidenciando, contudo, as desigualdades ambientais (e que também incluem as de poder) nesse processo. Retira a visão puramente abstrata e tecnicista da questão ambiental e a politiza (LAYRARGUES e LIMA, 2014). Explicita assim que os riscos e impactos ambientais são desigualmente distribuídos entre diferentes sujeitos e grupos sociais com a destinação da maior carga dos danos ambientais do modelo de produção privilegiado no Brasil em determinadas parcelas da sociedade, o que se caracterizam como casos de injustiça(s) ambiental(ais) (ACSELRAD, HERCULANO e PÁDUA, 2004).

Ao dialogarmos a agroecologia e a economia solidária dentro de uma educação ambiental crítica, possibilitamos que as/os alunas/os partam de uma ótica holística de sociedade, e não de uma coleção de partes dissociadas. Mas que também partam de uma visão politizada e contextualizada histórica-geograficamente com suas próprias realidades.

Acredita-se assim que o projeto-político implementado na FDV seja um caminho possível para que as/os alunas/os sejam capazes tanto de analisar de forma crítica seus próprios territórios, como de criarem/fortalecerem instrumentos, ações e espaços de resistência e justiça ambiental, a partir de relações mais próximas entre terra/natureza-alimento-produtor-consumidor, mais solidárias, criativas e justas.

Resultados e Discussões

No intuito de utilizar a agroecologia e a economia solidária, a partir de um diálogo teoria-prática, como instrumento de comunicação entre saberes, sensibilidade ambiental, responsabilidade, compromisso e solidariedade, na primeira etapa das aulas buscou-se ampliar os conhecimentos dos educandos sobre as questões presentes no modelo de agricultura convencional e introduzir um discurso de pertencimento e sensibilização ambiental tanto nos educadores quanto nos educandos, sempre de forma bem lúdica, através da aplicação de jogos que incentivavam o consumo de frutas, verduras, legumes e outros produtos agroecológicos. Na tentativa de fortalecer, com isso, a comercialização direta produtor/consumidor em locais que os alimentos são provenientes da agricultura familiar e de cooperativas agroecológicas.

Juntamente com a aplicação dos jogos, também exibimos trechos de filmes, tais como “O Veneno está na mesa I” e “O Veneno está na mesa II” de Silvio Tendler (2011, 2014), os quais relatam sobre questões tratadas em sala de aula. Como exemplos, sobre: as consequências negativas da chamada Revolução Verde na agricultura ; o papel das empresas farmacêuticas na produção dos agrotóxicos; os impactos dos agrotóxicos na saúde das pessoas, dos animais e no meio ambiente de uma forma geral; o surgimento do agronegócio, sua utilização primária de forma economicista e suas múltiplas monoculturas; os tipos de agrotóxicos; os alimentos transgênicos e a quem eles afetam; as medidas alternativas ao agronegócio; e qual o nosso papel na sociedade a partir das questões abordadas.

Ademais, também foram organizados debates e atividades em sala de aula e externas, como a visita ao IPN (Instituto Pretos Novos), na quais foram possíveis ampliar os significados epistemológico-políticos de *agroecologia*, a partir principalmente da categoria epistemológica política de *justiça ambiental*.

Ao final desta etapa, e, com isso, de uma percepção mais crítica, não dicotômica sociedade-natureza e politizada da questão ambiental, as(os) alunas(os) elaboraram mapas de racismo (in)justiça ambiental do território da escola.

A grande maioria dos mapas elaborados da casa à escola foi elaborado por palavras, tanto do que as(os) alunas(os) verificam nas proximidades da sua casa e da escola, como o que eles registram no trajeto (casa-escola): pobres, fome, moradores de rua, lixo nas ruas, esgoto a céu aberto, falta de saneamento básico, sujeiras, cheiro de xixi, falta de luz, cachorros abandonados e/ou de rua, gato morrendo, fumaças, poluição de ar, drogas, tráfico, bandidos, desemprego, racismo, obras não terminadas, teleférico não funciona, VLT funciona, desigualdade social, entre outros.

Destaca-se alguns elementos/contatações presentes na grande parte dos mapas: fome, pobreza, falta de saneamento básico, animais, poluição, insegurança pública, obras não terminadas, racismo e desigualdade social.

O nome de outros lugares além de “casa” e “escola” também aparecem. Alguns de forma mais genérica, como: viaduto, vila, cemitério, boca de fumo, túnel, lanchonete, posto de saúde, favela, entre outros. Como outros de forma mais específica: Barão, Livramento, Cemitério dos Ingleses, Cidade do Samba, Morro da Providência.

De uma forma geral, os mapas elaborados pelas/os as/os aluna/os envolvidas/os ilustram suas próprias leituras da Região Portuária da Cidade do Rio de Janeiro, território onde a maioria estuda e mora. Trazem, com isso, registros de elementos que fazem parte do cotidiano desses sujeitos.

E o que esses sujeitos marcam e grifam em seus mapas são as injustiças e desigualdades ambientais presentes em seus territórios.

Esses mapas de racismo e (in)justiça ambiental do território da escola elaborados pela(os) próprias(os) alunas(os) envolvidas(os) ao final do semestre não só refletem maior criticidade entre os sujeitos envolvidos de seus próprios territórios como representam também um poderoso instrumento de resistência.

É ainda, como já dito em momentos anteriores, o primeiro e fundamental passo para a próxima etapa do projeto político-pedagógico que está sendo desenvolvido FDV. Momento que agora (segundo semestre de 2022) eles estão refinando a elaboração de um mapa coletivo como instrumento de justiça ambiental e (re) pensando a criação e/ou fortalecimento de outros(as) instrumentos, ações e espaços de resistência(s) e justiça ambiental para o território da comunidade escolar, que abarca seus próprios territórios de vida.

Considerações Finais

Acredita-se que o projeto político-pedagógico em curso na FDV fundamentado em uma educação ambiental crítica que articula a agroecologia e a economia solidária, seja um possível caminho tanto para o questionamento da colonialidade do saber/poder, da crise ambiental e civilizatória, do modelo de produção privilegiado, das monoculturas instauradas, do racismo e das injustiças ambientais, como para outras leituras de mundo (a partir dos seus próprios territórios) e, com isso, para o resgate de outros saberes, fazeres, outras epistemes. Para a aproximação das relações terra/natureza-alimento-produtor-consumidor, para a construção de outras economias mais sustentáveis, solidárias, criativas, diversas, saudáveis, justas e democráticas, as quais proporcionem, sobretudo, garantias à segurança e soberania alimentar

Ao final da primeira etapa do projeto, verifica-se um outro olhar dos sujeitos envolvidos sobre os seus próprios territórios. Os mapas de racismo e injustiça ambiental elaborados por elas/eles revelam não só maior criticidade sobre seus territórios, como também elementos de injustiça ambiental. Revelam: fome, pobreza e desigualdade social.

O próprio registro no mapa desses elementos pode ser interpretado como um instrumento de resistência que impulsiona e/ou fortalece movimentos mais amplos de resistência(s). Ou seja, os mapas também revelam a consciência dos seus direitos políticos e a luta (cotidiana) por esses direitos e por seus territórios. Revelam ainda a Região Portuária do Rio de Janeiro como um lugar de racismo e injustiça ambiental.

O projeto ainda está em curso na instituição e, nesse momento, elas(es) estão (re)pensando, de forma criativa, a criação e/ou fortalecimento de ações e espaços que articulam a agroecologia e a economia solidária como instrumento de justiça ambiental para o território da comunidade escolar. Uma ferramenta de justiça ambiental já pensada, é a organização de uma feira agroecológica na FDV pelas(os) próprias(os). Ela não se resumiria em um espaço de comercialização, mas também em um espaço que proporciona a troca e o diálogo de saberes, fazeres e sabores. Com isso, também um potencial instrumento educacional.

Entende-se que a construção e implementação do projeto político-pedagógico aqui analisado contribui para a formação de todas(os) as(os) envolvidas(os) no processo do mesmo (educadores e educandas/os). Une diferentes sujeitos e grupos sociais, podendo mobilizá-los em afirmações sociopolíticas comuns e romper o impasse dos atuais padrões de desenvolvimento.

Nesse sentido, “problematizar” as práticas agroecológicas e seu potencial de transformação nas instituições acadêmicas é uma forma de viabilizar um movimento que pode trazer mudanças profundas nas formas de produção existentes, e ampliar lutas, sobretudo, pela garantia à segurança e soberania alimentar. Lutas que começam sempre a partir da maior criticidade dos nossos próprios territórios de vida.

Referência Bibliográfica

ACSERALD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. In: ACSERALD, HERCULANO e PÁDUA (Org.) Justiça Ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.p.7-20.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. Revista Nera, n. 16, p. 22-32, 2012.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. Desenvolvimento e meio ambiente, v. 6, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999: Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, v. 79, 1999.

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA. Disponível em: <http://contraosagrototoxicos.org/dados-sobre-agrototoxicos/>. Acesso em 03 de outubro de 2017.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria Rigotto; FRIEDRICH, Karen BÚRIGO, André Campos Búriço (Orgs.) Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. 624 p.

CARSON, Rachel. Primavera Silenciosa. Tradução de Raul de Polillo. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

DAROLT, Moacir R.; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. Revista Agriculturas, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa - 72ª ed- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GRZYBOWSKI, C. Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural. Revista Contexto e Educação. Ijuí, ano 01, n. 4, p. 47-59, Out/Dez, 1996.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. MAPEANDO AS MACRO-TENDÊNCIAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONTEMPORÂNEA NO BRASIL. In: Ambiente & Sociedade. São Paulo v. XVII, n. 1 jan.-mar. 2014. P.23-40 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>.

LEFF, Enrique. Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis. Editora Vozes: 2009.

LONDRES, Flavia. Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011. 190 p.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução: Marco Oliveira. In: RBCS Vol. 32 n° 94 junho/2017.



PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Os (des)caminhos do meio ambiente. 3ª ed - São Paulo: Contexto, 2018.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Ed. Gaia, 326 p., 2003.

SOUZA SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. Tradução: Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

TENDLER, SÍLVIO. O veneno está na mesa. Rio de Janeiro-RJ, 2011. 49min.

TENDLER, SÍLVIO. O veneno está na mesa II. Rio de Janeiro-RJ, 2014. 70min.

TOLEDO, & BASSOLS, B. (La memoria biocultural. La importancia ecológica de las sabidurías tradicionales (Icaria Ed.). Barcelona: Icaria. Trillas, 2008.

ZUCCHI, O. J. Educação Ambiental e os Parâmetros Curriculares Nacionais: Um estudo de caso das concepções e práticas dos professores do ensino fundamental e médio em Toledo-Paraná. Florianópolis, 2002. 139f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2002.

WEZEL, A.; BELLON, S. DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. Paris: INRA, 2009. Principais autores e fontes que darão suporte ao desenvolvimento das ideias utilizadas no projeto.



ENSINO REMOTO E A VULNERABILIDADE NAS ESCOLAS PÚBLICAS: IMPACTOS EVIDENCIADOS DA PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG

29

Klívya de Cássia Silva Nunes, Universidade Federal e Uberlândia
klivianunes67@gmail.com

Luiz Bezerra Neto, Universidade Federal de São Carlos
lbezerra.ufscar@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de analisar os impactos da oferta do ensino remoto nas escolas que atendem as crianças em situação de vulnerabilidade na primeira fase do Ensino Fundamental no período pandêmico entre os anos de 2020 a 2021, em três escolas públicas no município de Ituiutaba/MG. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa com análise documental e pesquisa de campo. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, que realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, baseada no método descritivo analítico. Como procedimento metodológico, utilizou-se de questionário virtual (*Google Forms*) para professores e familiares de alunos e entrevista semiestruturada que foi realizada virtualmente (*Google Meet*) com os professores. Como resultado, podemos inferir que a oferta do ensino remoto não é a mesma para todos, embora as redes de ensino tenham realizado planos de atuação para dar continuidade aos estudos. As fragilidades no país são imensas e cada contexto tem suas peculiaridades. Para contrapor a todas essas ingerências na condução da crise sanitária que vivemos e os reflexos na educação, são necessárias ações de resistência na defesa da educação como um bem comum de direito universal. Neste sentido, a proposta deste trabalho visa proporcionar ao poder público reflexões e problematizações sobre as escolas vulneráveis no contexto da pandemia, contribuindo com dados que demonstrem os impactos do ensino remoto nos territórios vulneráveis no atendimento aos alunos que se encontram em desvantagem social e educacional. Deste modo, espera-se que estes dados ajudem a Secretaria Estadual e a Secretaria Municipal a procurar caminhos de minimizar o período de ausência das aulas presenciais, que, em certa medida, acabou contribuindo com o agravamento das desigualdades escolares.

Palavras-chave: Educação; Ensino Fundamental; Ensino Remoto; Vulnerabilidade social.

Abstract

The present work aims to analyze the impacts of offering remote learning in schools that serve children in a situation of vulnerability in the first phase of Elementary School in the pandemic period between the years 2020 to 2021, in three public schools in the municipality of Ituiutaba/MG. It is a qualitative approach research with document analysis and field research. This is a qualitative-quantitative research, carried out through bibliographic, documentary and field research, based on the analytical descriptive method. As a methodological procedure, we used a virtual questionnaire (*Google Forms*) for teachers and students' families and a semi-structured interview that was carried out virtually (*Google Meet*) with the teachers. As a result, we can infer that the offer of remote teaching is not the same for everyone, although the teaching networks have made action plans to continue the studies. The weaknesses in the country are immense and each context has its peculiarities. To counteract all these interferences in the conduct of the health crisis we are experiencing and the reflexes on education, resistance actions are necessary in the defense of education as a common good of universal right. In this sense, the

purpose of this work is to provide the government with reflections and problematizations about vulnerable schools in the context of the pandemic, contributing data that demonstrate the impacts of remote teaching in vulnerable territories in serving students who are at a social and educational disadvantage. In this way, it is hoped that these data will help the State Department and the Municipal Department to seek ways to minimize the period of absence from face-to-face classes, which, to a certain extent, ended up contributing to the worsening of school inequalities.

Keywords: Education; Elementary School; Remote Teaching; Social Vulnerability.

Introdução

O presente trabalho intitulado Ensino remoto e a vulnerabilidade nas escolas públicas: impactos evidenciados da pandemia no município de Ituiutaba/MG, teve como finalidade analisar a percepção das professoras e familiares sobre a oferta do ensino remoto nas três escolas que fazem parte do Programa da Residência Pedagógica - Subprojeto Pedagogia/Alfabetização” da Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal. Destarte, tem como objetivo geral, analisar os impactos da oferta deste modelo de ensino nas escolas que atendem as crianças em situação de vulnerabilidade na primeira fase da Ensino Fundamental no período pandêmico entre os anos de 2020 a 2022, em três escolas públicas do município de Ituiutaba/MG.

Esta proposta nasceu de uma atividade que estava sendo desenvolvida com o Programa da Residência pedagógica, iniciada em novembro de 2020, quando se fez um breve levantamento, através dos relatos das professoras preceptoras, sobre a situação que as escolas estavam enfrentando no momento mais crítico da pandemia. Vale dizer que foi exatamente estes relatos das professoras preceptoras, especialmente, por serem escolas com características de vulnerabilidade que chamaram a atenção para a situação que elas estavam enfrentando, principalmente no tocante às dúvidas de como proceder a atividade pedagógica no ensino remoto e por ser uma pesquisa atual e relevante em termos históricos e pedagógicos para Ituiutaba, Brasil e o mundo. Ressalta-se que o estado de Minas Gerais, a partir do ano 2000, incorporou a política focalizada para a rede de ensino das escolas estaduais, estabelecendo diferenças entre as escolas de referências e as escolas vulneráveis.

Deste modo, durante o período mais crítico da pandemia, as instituições escolares se organizaram para ofertar aulas não presenciais com suporte em ferramentas tecnológicas. Esse formato de ensino tem sido caracterizado, entre outras maneiras por

ensino remoto, ensino não presencial e ensino mediado por tecnologias. Nessa conjuntura, o estado de Minas Gerais, aprovou o Decreto nº 47.886, de 15 de março de 2020, que institui o comitê Gestor do Plano de Prevenção e contingenciamento em Saúde da COVID19. Outra providência tomada pelo poder público, foi constituir um Comitê Extraordinário para deliberar no âmbito da educação, sendo uma das providências, conforme artigo 2º, a suspensão por tempo indeterminado, devido a calamidade pública, das aulas presenciais da educação escolar básica em todas as unidades escolares da rede pública estadual de ensino, conseqüentemente, a rede municipal.

Seguindo estes documentos legais, o estado de Minas Gerais suspendeu, temporariamente, todas as atividades presenciais de ensino e, as instituições escolares, organizam, em um tempo muito curto, a oferta de ensino no formato não presencial, com medidas de uso de materiais impressos e aulas on-line, como forma de garantir o atendimento educacional às crianças e jovens da educação básica.

A oferta escolar no estado de Minas Gerais, organizado pela Secretaria Estadual de Educação, para as escolas de sua rede, como forma de minimizar os impactos do ensino remoto, se organizou com base na seguinte estrutura: Regime Especial de Atividades Não presenciais (REANP), Plano de Estudo Tutorado (PET) e o Programa de TV Se Liga na Educação. Já nas escolas municipais, através da Secretaria Municipal de Educação, organizou o ensino oferecendo: apostila trilhas da aprendizagem, livros didáticos, atendimento individual pelo WhatsApp, aula desenvolvida pelo WhatsApp, acompanhamento das atividades das apostilas e/ou livro do professor, mas os professores têm a liberdade para usar o PET ou qualquer outra apostila, não deixando claro quais apostilas poderiam ser utilizadas.

A partir desta contextualização, a investigação tomou como referência a seguinte problemática: quais os impactos da oferta do ensino remoto em tempos pandêmicos nas escolas que atendem as crianças em situação de vulnerabilidade na primeira fase do Ensino Fundamental? Trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, baseada no método descritivo-analítico. Como procedimento metodológico, utilizou-se de questionário virtual (*Google Forms*) para professores e familiares de alunos e entrevistas semiestruturadas que foram realizadas virtualmente (*Google Meet*) com os professores. Vale ressaltar que este trabalho foi aprovado pelo Conselho de Ética, CAAE: 52406621.5.0000.5152.

Neste sentido, a proposta deste trabalho visa proporcionar ao poder público reflexões e problematizações sobre as escolas vulneráveis no contexto da pandemia, contribuindo com dados que demonstrem os impactos do ensino remoto nos territórios vulneráveis no atendimento aos alunos que se encontram em desvantagem social e educacional. Deste modo, espera-se que estes dados ajudem a Secretaria Estadual e a Secretaria Municipal a procurar caminhos de minimizar o período de ausência das aulas presenciais, que, em certa medida, acabou contribuindo com o agravamento das desigualdades escolares.

Diante do exposto, este trabalho divide-se em 2 (duas) seções, não incluindo a apresentação e considerações. A primeira apresenta conceitos e algumas complexidades que cercam o termo vulnerabilidade e o contexto educacional. O segundo, apresenta discussões iniciais sobre o ensino remoto e a pandemia.

A Vulnerabilidade e o contexto educacional de Ituiutaba

A vulnerabilidade social é um conceito complexo e multifacetado, “se refere à condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade, que os tornam expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social” (XIMENES, 2010, p. 1), como a situação que o mundo está vivendo entre 2020 e 2022, com a pandemia da Covid-19, marcada pela incerteza e instabilidade de subsistência e de se manter vivo. Seguindo esta linha de pensamento, de acordo com os documentos produzidos pelo IPEA, se confirma que o conceito de vulnerabilidade tem um significado polissêmico, tanto na literatura quanto nos documentos oficiais, apresentando variações de significados a esta expressão (COSTA et al, 2018). Para Prowse (2003 apud COSTA et al, 2018, p. 10), alguns autores consideram a vulnerabilidade como suscetibilidade à pobreza, outros, caracterizam como sintoma de pobreza. O PNUD (2014) entende que existe uma maioria de pessoas no mundo inteiro vulnerável, em menor ou maior grau. “Castel refere-se à vulnerabilidade social como produto da precária inserção dos indivíduos na sociedade salarial – a qual engendra riscos sociais específicos” (COSTA et al, 2018, p. 14), o que dialoga com o pensamento de risco social que vive o trabalhador desprovido da proteção trabalhista, do desemprego, da informalidade, precarização, morte e pandemia.

Diante do exposto, cabe enfatizar, que para uma compreensão sobre a vulnerabilidade, que a “pobreza e vulnerabilidade são distintas, uma vez que nem sempre

todos os indivíduos vulneráveis estão no limiar mais baixo da classe econômica” (GLEWWE; HALL, 1998 apud COSTA; FILHO, 2017, p.63). Assim, a pobreza diz respeito à atual situação socioeconômica que está se vivendo, enquanto a vulnerabilidade, se refere às mudanças da situação socioeconômica (GLEWWE; HALL, 1998 apud COSTA; FILHO, 2017). Esta situação de vulnerabilidade está associada a condições ou determinantes a certos grupos mais propensos, como por exemplo: classe econômica, sexo, idade, migração, saúde e educação. Neste sentido, complementando esta construção conceitual, para este trabalho, se utiliza o termo de vulnerabilidade relacionada ao nível educacional deficiente, relacionados a exclusão, pobreza, localização geográfica e a ligação destes aspectos com o ensino remoto.

Compõe este quadro de análise, as escolas vulneráveis, que são aquelas que atendem crianças e jovens em risco social, onde suas famílias estão desprovidas de proteção clássica do mundo do trabalho (seguridade, desemprego, alimentação, salário digno, entre outros), levam à privação de bem-estar, especialmente, nos indivíduos e famílias de origens mais pobres, o que acarreta desigualdade social e educacional, e, ainda, que na ordem do capital, são atendidas por políticas compensatórias que nada alteram o enfrentamento da pobreza, são meramente paliativo, mas, que, são necessárias devido às condições precárias que a escola e o entorno se encontram, revelando as contradições do sistema capitalista.

Para uma melhor compreensão sobre o encaminhamento das políticas educativas no estado de Minas Gerais destinadas para a população em situação de pobreza e vulnerabilidade social, foi proposto a organização por territórios educativos a partir de 2000, como forma de viabilizar o atendimento às políticas focalizadas. Vale ressaltar que as escolas pesquisadas, ainda seguem esta normatização, pois consta nos atuais Projetos Político-Pedagógicos.

Neste sentido, os nossos estudos estão voltados para o entendimento sobre vulnerabilidade em territórios educativos urbanos em que escolas as estão inseridas no atual momento pandêmico, o que faz ser oportuno, visto que a crise sanitária provocada pela COVID-19, trouxe ainda mais para visibilidade as marcas das desigualdades sociais no país e, conseqüentemente, as marcas da desigualdade escolar, especialmente, dos rumos dados ao cenário das políticas sociais no mundo e no Brasil a partir de 2016. Estas marcas são propostas de um capitalismo cada vez mais selvagem, que no caso do Brasil,

veio desnudar a perversidade do movimento nacionalista e de uma ultradireita reacionária, que com o golpe jurídico parlamentar, colocou na presidência Michel Temer, pautando um projeto que retirou muitos direitos, até então, garantidos pela Constituição Federal de 1988, especialmente nas áreas de educação e saúde. Estas propostas avançaram e ainda vem avançando, com as atuais políticas do governo de Bolsonaro e Paulo Guedes, que diga de passagem, são eficientes em suas propostas fundadas na constituição das relações sociais e produtivas do capitalismo oligárquico-dependente, latifundiário, servil e escravocrata (MONTAÑO, 2010, p.31), que empobrece material e espiritualmente a classe trabalhadora, com isso ele representa um governo de cunho nazifascista, pois não atende os anseios mínimos da classe trabalhadora (educação, saúde, comida, habitação), ou melhor, tais políticas, descortinam o agravamento, entre outros problemas, sérios no país, já citados, as fragilidades do sistema educacional brasileiro com sua incapacidade de garantir o direito a todos a educação.

Tal contexto, vem ao encontro desta passagem que Marx escreve no Cadernos de Paris e Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844, sobre o trabalho como fonte do valor, mas o operário não se apropria deste valor, ao contrário, se empobrece material e espiritualmente, ao elevar-se a sua produtividade, assim descrita:

Diz-nos que, originariamente e segundo o conceito, todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador. Mas diz-nos, simultaneamente, que na realidade cabe ao trabalhador a parte mínima e mais indispensável do produto; apenas tanto quanto for preciso para ele existir, não como homem, mas como trabalhador, não para ele reproduzir a humanidade, mas antes, a classe de escravos [que é a] dos trabalhadores. (MARX, 2013, p.251)

Tais pressupostos são pautas de um projeto de sociedade que gera para a população uma compreensão de mundo na dinâmica da perversidade do mercado, o que gera incerteza, insegurança e instabilidade política, econômica, social, educacional e crises sanitárias. Percebe-se um cenário mundial, como o atual momento pandêmico, que as mazelas que estavam, em certa medida, invisíveis aos olhos da população, tornam-se visíveis e mais cruéis.

Essa assertiva nos remete a uma compreensão de que Marx já vinha alertando no conjunto de sua obra, o fato de que a relação trabalho e produção de desigualdade é o ponto focal do sistema econômico capitalista, visto que ele próprio sobrevive da reprodução da desigualdade, quando há explorados e exploradores, sobretudo, nas relações produtivas, entre donos dos meios de produção e trabalhadores que vendem sua

força de trabalho em troca de um salário, tornando-se ele próprio uma mercadoria. Essa força que lhe é estruturante é também a força que garante a sua perpetuação, logo, ao se desenvolver pela exploração e mais-valia, esse sistema se configura como um sistema de distribuição desigual das riquezas produzidas pelo conjunto da sociedade. Logo, a produção de desigualdades não lhe é algo estranho, mas faz parte de sua natureza, pois a riqueza produzida, fica restrita a uma minoria.

Conforme pesquisa, produzida por Carlos Madeiro (2021), e outros pesquisadores e técnicos do IPEA, publicada em reportagem da UOL, sobre o aumento da pobreza e da fome no Brasil a partir de 2019, revelou-se a insuficiência dos programas sociais e a dependência dos mais pobres das doações de voluntários e ONGS para o combate à fome. Consta na reportagem datada no dia 27 de setembro de 2021, a partir dos dados do Cadastro Único do Governo Federal, chamado CadÚnico, que pelo menos 2 milhões de famílias tiveram a renda reduzida e caíram para a extrema pobreza entre janeiro de 2019 (antes da pandemia) e junho de 2021. Consta ainda, na supracitada reportagem que, o IBGE, através da Pesquisa de Orçamento Familiar, havia detectado um aumento de 33% na insegurança alimentar entre 2017 e 2018. Além disso, no mês de abril de 2021, já estava confirmado 19 milhões de brasileiros em situação grave em relação ao acesso à alimentação.

Importa considerar que quando se retira o Estado da responsabilização da “questão social” e repassa para a esfera da sociedade civil, como descrito no trecho acima que demonstra a insuficiência de programas sociais e que gera dependência de doações de outros setores da sociedade, é nada mais e nada menos, que uma proposta de desonerar o capital de tais responsabilidades, a partir da precarização e focalização da ação social estatal, e, ainda, tomam medidas pontuais compensatórias para esconder os verdadeiros fenômenos de esvaziamento dos debates sobre capital/trabalho, democratização, superação dessa ordem (MONTAÑO, 2010). Deste modo, apresentamos o número de inscritos no CadÚnico, em busca de benefícios, que poderão ou não ser contemplados no Brasil.

Ao consultar o portal do CadÚnico, constatamos a seguinte situação no ano de 2022. Existem 85.353.967 pessoas cadastradas, destas 47.001.855 (55%) estão em situação de extrema pobreza. Em Ituiutaba/MG, se tem a seguinte situação: 37.923 pessoas cadastradas no mês de abril, destes, 4.460 (12%) estão vivendo em extrema

pobreza (BRASIL, 2022). Percebe-se, do percentual cadastrado no CadÚnico, em 2022, que existe um contingente grande que está vivendo em situação de extrema pobreza no país e, que, aumentou consideravelmente desde 2019, comparando-se a reportagem citada acima com os dados do CadÚnico.

Se compararmos, os dados do Brasil e do município de Ituiutaba, pode-se inferir a existência de um movimento considerado de pessoas que estão vivendo na vulnerabilidade social e com as graves consequências do impacto da pandemia sobre esta população mais pobre, sobretudo, com forte acumulação de capital por parte dos setores proprietários de meios de produção, como combinações do resultado da crise estrutural do capitalismo e a crise sociopolítica sem precedentes (ANTUNES, 2020).

Para Antunes,

Os impactos da pandemia do capital, como eu costumo chamar, são profundos. Embora não tenha sido a pandemia que causou a tragédia do mundo do trabalho, ela pôs a nu, desvendou, desnudou, a forma pela qual o capitalismo já vinha desenvolvendo, desde 1973, mais especialmente no século 21, a partir da crise de 2008 e 2009, uma forma de trabalho pautada pela combinação complexa e nefasta entre alto índice de digitalização das tecnologias de informação e comunicação. (ANTUNES, 2020, p.6)

Esse aspecto, também pontuado por Hobsbawn, quando diz que já vinha sendo desenhado com a crise do capital que teve seu apogeu entre os anos de 1980 a 1990, com fortes consequências para o desenvolvimento social, econômico e cultural, por meio do “[...] desemprego em massa, depressões cíclicas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto e luxo abundante, em meio a rendas cada vez mais limitadas [...]” (HOBSBAWN, 1995, p. 19), hoje, em pleno Século XXI, a tragédia se repete, já como evidência concreta da falência e falácia do estágio que este sistema capitalista atingiu.

Assim, considera-se que quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista, com maior acumulação do capital, mais há exploração das forças de trabalho da classe trabalhadora para a extração da mais-valia, que gera um círculo de acumulação de riqueza e ao mesmo tempo, gera pobreza, ou seja, “quanto mais riqueza produz o trabalhador, maior é a exploração, mais riqueza é expropriada (do trabalhador) e apropriada (pelo capital) (MONTAÑO, 2012, 279). Deste modo, pode-se inferir que a abundância de concentração de riqueza nas mãos de poucos é que gera desigualdade e pauperização absoluta e relativa (MONTAÑO, 2012).

Essa assertiva se complementa com a seguinte passagem sobre o pensamento de Marx sobre o pauperismo, citado por Netto (2015), quando diz que o pauperismo não é algo localizado, mas é um fenômeno generalizado e que só pode ser compreendido do ponto de vista social. Ainda acrescenta que, não pode ser solucionado se não se conhecem suas causas. E, mais, o Estado burguês trata o pauperismo no limite político, e, quando enfrenta tal situação, não faz mais que ações paliativas de ordem administrativa (NETTO, 2015, p.26). Esta questão social é retrata por Engels (2010) no livro intitulado A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, o qual demonstra como vivia o proletariado e o menosprezo da questão social no que se refere a miséria e a opressão. Para ele, a pobreza é uma questão derivada do capitalismo, cuja raiz se encontra o desemprego, o subemprego e a exploração da classe trabalhadora, sendo, portanto, a pobreza como consequência perversa do modo de produção capitalista (ALMEIDA, 2018). Assim, pode-se inferir que estas questões levantadas por Engels pautam o agravamento da pobreza e contribuem para a vulnerabilidade social.

Com relação a vulnerabilidade social urbana, Kowarick (2002 apud ALMEIDA, 2018, p.14), argumenta que “o aumento da vulnerabilidade no Brasil pode ser visto em fenômenos como a crescente favelização e o empobrecimento da população, que refletem um quadro econômico perverso referente à remuneração, desemprego, desassalariamento e trabalho irregular”, tal retrato se agrava no momento pandêmico, mas antes de 2020, no auge da crise sanitária, no conjunto de situações que o país estava vivenciando no plano econômico, político e social, já apresentava um aumento considerável da “crescente massa subutilizada, terceirizada, intermitente e precarizada em praticamente todos os espaços de trabalho” (ANTUNES, 2020b, p. 7), o que contribui com o aprofundamento da corrosão do trabalho, das desigualdade social e educacional.

Por outro lado, neste mesmo período, se apresenta também a perversa faceta do sistema capitalista, que no seu rolo compressor, preserva o enriquecimento privado das classes burguesas, esta, por sinal, se manteve intocável na atual crise sanitária. No entanto, a classe trabalhadora, além de lidar com toda a situação de pauperização, ainda está sob o fogo cruzado, entre a situação famélica e a contaminação virótica, ambas empurrando para a mortalidade e a letalidade (ANTUNES, 2020b, p.14).

Diante do exposto, pode-se dizer que a questão da pobreza e vulnerabilidade estão de mãos dadas no caso da realidade brasileira, são até profundas, principalmente com a crise sanitária, mas na verdade, a “pandemia do capital” (ANTUNES, 2020b), revela, ainda, as disparidades regionais sobre as condições de vida da população, entender estas disparidades, se faz necessário compreender as consequências e implicações que contribuem para a construção com a vulnerabilidade social, que repercute por gerações.

Nesse sentido, a análise circunscreve ao município de Ituiutaba, estado de Minas Gerais, com finalidade de descrever o panorama geral dos fatores que acentuam ou não a vulnerabilidade nos territórios urbanos onde estão localizadas as três escolas aqui pesquisadas, fazendo uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do indicador de Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), através de duas dimensões, saber: analfabetismo, analfabetismo funcional, renda (menor ou igual a R\$ 255,00) e trabalho (Desocupados; Ocupação informal s/ ensino fundamental).

O município de Ituiutaba faz parte do Triângulo Norte do estado de Minas Gerais. A estimativa da populacional em 2021, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 105.818 habitantes. Os municípios fronteiriços são: Gurinhatã, Ipiacaçu, Capinópolis, Canápolis, Monte Alegre de Minas, Campina Verde e o Estado de Goiás, sendo que a principal referência urbana é o município de Uberlândia. Ocupa a posição 62 do índice do IDH, com 0,739, considerado alto (IBGE, 2010). De acordo com o Portal do IBGE (2022), em 2019, o salário médio mensal da população era de 2.1 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 22.5%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, em 2010, tinha 30% da população nessas condições. Reforça-se que os dados aqui apresentados se referem a publicação do IBGE do primeiro trimestre de 2020, e, portanto, não apresenta os impactos da pandemia ao longo deste ano e, ainda, não foram atualizados os dados do rendimento mensal dos que ganham até meio salário-mínimo, estes, por sinal, estão defasados. Porém, nos dados apresentados acima, do CadÚnico, que estão atualizados, podemos ter uma ideia dos impactos provocados desde 2016, com políticas que excluem os que mais precisam.

Com relação a oferta do ensino em Ituiutaba, esta cidade conta com 18 escolas da rede estadual, todas situadas no território urbano e, 12 escolas da rede municipal,

sendo três escolas localizadas no território rural. De acordo com o IBGE (2022), em 2010, a taxa de escolarização da população entre 6 a 14 anos, era de 98, 1. Com relação ao IDEB, de acordo com o Portal do IBGE (2019), nos anos iniciais do ensino fundamental da Rede pública, contava com 6,3 e, nos anos finais, constava 4,7, não atingindo a meta prevista para este ano que era de 6,5 para os anos iniciais e 5,6 para os anos finais (QEdu, 2019). Quanto aos dados de distorção idade-série constam no período de 2018, 2%, dois em cada 100 alunos se encontram com dois ou mais anos em atraso escolar (QEdu, 2019). Importa considerar a partir dos dados que a taxa de escolarização entre a população de 6 a 14 anos no ano de 2010 e a distorção idade-série de 2% é considerada boa para os níveis dos outros municípios do país, visto que ele ocupa a posição de 5570º e no estado, ocupa a posição 853º e na região geográfica imediata 6ª. Já a taxa de analfabetismo, temos a seguinte configuração: com 15 anos ou mais de idade no município no ano de 2010, constava em torno de 7.560, que corresponde a 11,3% de analfabetos (MPP/IBGE, 2010). Quanto a taxa de analfabetismo funcional, não foi encontrado os dados estatísticos.

Estes dados, pode inferir em outro dado importante para analisarmos a trajetória escolar dos alunos, dentre estes, destaca-se a taxa de distorção idade-série, pois sendo um fenômeno multifatorial, afeta não só a cidade de Ituiutaba, com todas as cidades brasileiras. Vale dizer que este fenômeno, em certa medida, tem grande impacto na vida futura das crianças e jovens, pois afetam um dos pilares importantes dos direitos humanos, o direito de aprender na idade certa, ou seja, não foi assegurado tais direitos, tornando-os propensos a abandonar seus estudos ao longo de sua trajetória escolar, formando um círculo vicioso de fracasso escolar.

Após a explanação do contexto de vulnerabilidade no município de Ituiutaba, passaremos a retratar a realidade que se encontram as três escolas aqui trabalhadas, sendo duas estaduais e uma municipal, são elas: Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva – CAIC; Escola Estadual Prof. Álvaro Brandão de Andrade e Escola Estadual Governador Bias Fortes, todas localizadas na zona urbana e que atendem alunos do Ensino Fundamental da primeira fase. Estas escolas atendem alunos que pertencem a bairros considerados médio, alto e muito alta vulnerabilidade social, de acordo com o fator não alfabetizados e renda (DUTRA JÚNIOR, 2014). Para uma maior compreensão sobre a classificação dos bairros em baixa, média e alta vulnerabilidade social, se faz

necessário esclarecer que existem vários condicionantes e fatores que constituem a dimensão que compõe o IVS, para este trabalho, consideramos para a análise os fatores de educação e renda, que compõem os subíndices IVS Capital Humano e Renda e Trabalho.

Esta descrição dos indicadores foram comparadas com os PPPs de 2020, das três escolas analisadas, que tem como base o Índice Socioeconômico de cada escola, tal índice é calculado a partir dos questionários contextuais das avaliações do SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública) e das falas dos professores entrevistados a respeito do público que atenderam, pôde-se chegar ao seguinte perfil da comunidade: de modo geral a comunidade é carente e que impacta diretamente no aprendizado dos alunos; a renda oscila entre um e três salários-mínimos; as casas que os alunos moram são populares, algumas construídas pelos próprios moradores, são simples e uma grande maioria tem saneamento básico e a escolaridade dos responsáveis dos alunos varia do analfabetismo ao Ensino Fundamental incompleto.

Ou seja, existe um contingente populacional que tem pouco acesso aos bens, serviços e políticas públicas que garantam as condições de vivência plena dos seus direitos, e, ainda, reforçam que este quadro contribui para as desigualdades educacionais a partir dos fatores externos à escola. Tal assertiva, nos faz refletir sobre os acontecimentos pandêmicos, como por exemplo, o acesso aos bens de consumo, como os insumos tecnológicos, que no momento da crise sanitária, foi crucial para que se pudesse preservar as vidas, visto que, o trabalho e o ensino, puderam ser realizados por meios das tecnologias, para alguns, porém, esta questão trouxe a visibilidade de um outro problema, que os governantes atuais insistem em mascarar, de que muitos não tem acesso ao elementar dos aparatos tecnológicos, por exemplo: acesso à internet. O que fez com que vários alunos não tivessem acesso ao elementar das aulas, prevalecendo a ideia sistêmica de que “pode-se fazer algo e continuar a fazê-lo sem ter que responder pessoalmente por isto. Atua-se, por assim dizer, à própria revelia. Atua-se fisicamente, sem que se atue moral e politicamente” (BECK, 2011, p.39).

O ENSINO REMOTO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Desde que a COVID-19 se alastrou pelo mundo em 2020, causando incertezas, mortes e aprofundamento dos problemas sociais e educacionais, que estamos sentindo

os efeitos desastrosos da COVID-19 e do vírus do capitalismo, que provoca uma pandemia de desigualdades, conseqüentemente, o isolamento do conhecimento. Tal como demonstra os dados do relatório da UNICEF sobre a extensão da perda da educação nos países de baixa e média renda, como é o caso do Brasil. O relatório aponta que cerca de 635 milhões de estudantes continuam sendo afetados continuamente pelo impacto da pandemia, como por exemplo, crianças que estão com déficit na alfabetização, como cita o relatório da UNICEF (2022)

Em vários estados brasileiros, cerca de três em cada quatro crianças do 2º ano estão fora dos padrões de leitura, número acima da média de uma em cada duas crianças antes da pandemia. Em todo o Brasil, um em cada dez estudantes de 10 a 15 anos relatou que não planeja voltar às aulas assim que sua escola reabrir. (UNICEF, 2022, on-line)

Além disso, o relatório da UNICEF destaca que “a perda do aprendizado devido o fechamento de escolas deixou até 70% das crianças de 10 anos incapazes de ler ou entender um texto simples, em comparação com 53% antes da pandemia”, o que acarreta outro problema, a pobreza de aprendizagem (UNICEF, 2022, *on-line*). Na verdade, estes dados só reforçam o que já vinha acontecendo nos países que não se apresentam no centro do capitalismo mundial e se enquadram em uma economia dependente, privatista e periférica, como é o caso do Brasil.

Ao lado desta questão, temos, também, o agravamento nutricional das crianças, pois 370 milhões de alunos em idade escolar, em toda o mundo, ficaram sem merenda escolar durante o fechamento das escolas, sendo esta, muitas vezes, a única fonte de alimentação e nutrição diária (UNICEF, 2022). Este contexto, abarca crianças brasileiras que se encontram em territórios que apresentam maior vulnerabilidade, e, ainda, aponta a volta do país ao mapa da fome.

O exemplo abarca também as crianças pobres em idade escolar: se não vão às escolas públicas por causa da pandemia (o que é justo e necessário para restringir a expansão do coronavírus), não tem como se alimentar. Se vão às escolas, correm o risco de se contaminar e transmitir a doença a seus familiares. A classe trabalhadora, então, se encontra sob intenso fogo cruzado. Entre a situação fâmelica e a contaminação virótica, ambas empurrando para a mortalidade e a letalidade. (ANTUNES, 2020, p. 14)

A partir destas primeiras pontuações, se faz necessário retroagir no tempo para conhecer as medidas que foram tomadas no Brasil, Minas Gerais e Ituiutaba, em relação a educação no período do pico mais alto do contágio causado pelo novo coronavírus, SARS-CoV-2, mas conhecida como COVID-19, no ano de 2020. Vale ressaltar que com

a pandemia trouxe maior visibilidade da fragilidade que a educação brasileira vem passando, especialmente, a partir de 2019, com o atual governo de Bolsonaro, que tem como projeto de educação a produção da ignorância de forma intencional para ganhos políticos e financeiros, lançando desinformações, negação da ciência e dúvidas constantes da realidade e ataques a educação pública, principalmente com cortes do financiamento educacional, especialmente, no momento tão delicado que se estava vivendo no ápice da pandemia.

Com relação a pandemia, foi após a declaração da OMS (Organização Mundial de Saúde), em 11 de março de 2020, sobre a disseminação comunitária da Covid-19, decretando situação pandêmica que o mundo estava vivendo, é que foram tomadas medidas preventivas por diversos governos mundialmente. No Brasil, foram editadas várias medidas para o enfrentamento da emergência na saúde pública, a partir das pressões internas da sociedade e da OMS. Entre estas medidas, destaca-se a Portaria do Ministério da Educação nº 343, de 17 de março de 2020 (BRASIL, 2020), que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas com meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus. Seguindo esta Portaria, Estados e Municípios editaram decretos e outros instrumentos legais e normativos para o enfrentamento da emergência de saúde pública, estando, dentre eles, a suspensão das atividades escolares.

Aqui cabe uma pequena ponderação sobre os encaminhamentos das políticas educacionais em tempos pandêmicos, visto que cada estado (26 estados e o Distrito Federal) e mais os 5.570 municípios, organizaram as formas de atendimento para o enfrentamento da covid-19, trazendo a visibilidade da fragmentação da condução do Sistema Nacional de Educação, onde os entes federados deveriam juntos terem tomado de forma integrada, sob a coordenação da União, as medidas necessárias para conter o aprofundamento das marcas das desigualdades, mas isso não aconteceu, justamente por não existir a “unidade na diversidade” (SAVIANI, 1999), o que prevaleceu foi todas as contradições, desencontros, imprecisões e improvisações.

Deste modo, como em toda a federação, sem uma organização direta da União, o estado de Minas Gerais aderiu à suspensão das aulas presenciais pela Deliberação nº 18, de 21 de março de 2020, do Comitê Extraordinário de COVID-19 (MINAS GERAIS, 2020) e as instituições escolares públicas e privadas precisaram se organizar

para fazer a oferta do ensino remoto emergencial. Além das instituições estaduais, caberia as municipais e particulares acompanharem as normas apresentadas no documento como forma de prevenção e controle da pandemia.

Em Minas Gerais, a suspensão das aulas aconteceu no dia 18 de março de 2020, a partir da publicação do Decreto 113 de 12 de março de 2020, o qual declara emergência em Saúde Pública no Estado em razão de surto de doença respiratória e dispões sobre as medidas de enfrentamento. Nessa conjuntura, o estado de Minas Gerais, editou decretos e outros instrumentos legais e normativos para o enfrentamento da emergência de saúde pública, estando, dentre eles, a suspensão das atividades escolares. Ressalta-se que estes documentos oficiais editados pelo estado, foram seguidos pelos municípios que compõe esta federação.

Assim, o estado de Minas Gerais aderiu à suspensão das aulas presenciais pela Deliberação nº 18, de 21 de março de 2020, do Comitê Extraordinário de COVID-19 (MINAS GERAIS, 2020a) e as instituições escolares públicas e privadas precisaram se organizar para fazer a oferta do ensino remoto emergencial. Neste sentido, o município de Ituiutaba/MG, através da PORTARIA N. 182/2020, institui a implementação do regime especial de teletrabalho e no âmbito das instituições públicas municipais de educação para execução do regime especial de atividades não presenciais.

Além desse direcionamento, o documento aborda as responsabilidades de cada setor para oferta do ensino e, também, segue a orientação geral da Resolução SEE Nº 4310/2020, que dispõe sobre as normas para a oferta de Regime Especial de Atividades não Presenciais (REANP), institui também, o Regime Especial de Teletrabalho nas Escolas Estaduais da Rede Pública de Educação Básica e de Educação Profissional, em decorrência da pandemia Coronavírus (COVID-19), para cumprimento da carga horária mínima exigida. Vale salientar que este documento foi elaborado em conjunto com a UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (SEE-MG, 2020b).

O REANP conta com várias ferramentas de atendimento para a execução da proposta pedagógica, que se estrutura da seguinte forma: a) Programa de Estudos Tutorados (PET): consiste em apostilas mensais que reúnem atividades, orientações de estudos e conteúdo (da Educação Infantil ao Ensino Médio) de cada componente curricular; b) Se Liga na Educação: programa transmitido pela Rede Minas, são quatro horas de aulas gravadas, no qual os estudantes poderão interagir, por meio das redes

sociais, com os professores no estúdio; c) Conexão Escola: é um aplicativo para celular apresentado como mais uma forma de acesso ao PET, aos materiais de orientação, às aulas síncronas com os professores, às aulas on-line (via Google Meet) e às aulas da Rede Minas; d) Documentos Orientadores: foram elaborados com o intuito de trazer à algumas medidas didático-pedagógicas e normativas tomadas para a consolidação do REANP; e) Fortalecimento da Aprendizagem: são documentos balizadores para aprendizagem, emocional, didático-pedagógico, como também orientações relativas ao cumprimento do calendário escolar e da carga horária anual estabelecidos pelo CNE; f) Se liga na Libras: apresenta vídeos em libras tratando de vários conteúdos escolares e aspectos da cultura da Língua de Sinais; g) Projeto Vamos aprender: é um projeto do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), com parceria e apoio da Fundação Roberto Marinho, da Fundação Lemann, do Itaú Social, dentre outras organizações da sociedade civil; h) Legislações, dúvidas comuns e contato/suporte: é a ferramenta que reúne várias informações concernentes ao desenvolvimento do REANP. (SEE-MG, 2020c).

Como se observa na descrição acima, com a pandemia da Covid-19, as plataformas para o ensino remoto, passaram a ser uma solução viável para que crianças e jovens não percam o ano letivo, mas somente para os tecnocratas dos formuladores das políticas educacionais neste país, pois as bases visam a mercantilização e racionalidade do ensino, pois nem todos conseguiram ter acesso as tais plataformas. Visto que existem hoje no Brasil, os subconectados e os desconectados, e são 33,9 milhões de brasileiros nesta situação, os quais pertencem aos que ganham menos de um salário-mínimo ou não ganham nada, dependem do governo e/ou da sociedade civil (PwC/Instituto Locomotiva, 2021).

Ao lado destas questões, para ampliar nossa compreensão e entender um pouco mais sobre as desigualdades educacionais, temos cerca de 6 (seis) milhões de estudantes da pré-escola à pós-graduação que não conseguem fazer aulas remotas por falta de acesso à internet em casa, assim demonstrado: 71% se encontram no ensino fundamental e 12% no ensino médio na rede pública, 4% na rede privada e 13% em outros níveis de ensino da rede pública. Os dados disponíveis não revelam quantos alunos da educação

infantil ficaram de fora, visto que eles também passaram pelos mesmos processos – ensino remoto e exclusão digital (PwC/Instituto Locomotiva, *on-line*).

Neste sentido, pode-se dizer que a Internet foi a principal forma de desenvolver o ensino remoto, no que tange ao acesso aos conteúdos passados em formato de vídeos, áudios, mensagem de texto, especialmente, através do aplicativo WhatsApp. Vale destacar que o aplicativo WhatsApp que se tornou o principal meio para a realização das atividades em Ituiutaba, o que desafiou professores e alunos a conseguirem de alguma forma continuarem se comunicando, quanto ao processo de ensino e aprendizagem, não tem como falar, o próprio meio por si só explica as consequências. E, quando pais, mães e/ou responsáveis não dispõem dessa conexão, à internet, a solução foi imprimir as apostilas para distribuir para os/as estudantes, se restringindo a escola a apenas receber as atividades respondidas pelos alunos. Além disso, a própria falta de acesso à internet, implica, também, nas atividades dispostas pelos PETs, uma vez que nesse material constava links aprofundamento dos conteúdos. Além disso, os professores que participaram da pesquisa apontaram vários problemas enfrentados, tais como: Desmotivação por parte dos estudantes na execução das atividades online propostas; falta de protagonismo em relação aos questionamentos em dúvida; impossibilidade de acompanhamento da família que trabalha fora do lar; pais analfabetos ou analfabetos funcionais; interrupção das orientações por falta de crédito; aparelhos celulares inoperantes; falta de internet para os alunos, falta de aparelho celular ou computador para os alunos; falta de apoio familiar para ajudar os alunos a responder as questões do PET; descaso com os estudos por parte de algumas famílias e alunos, a não devolução do PET impresso, enviado aos alunos.

Quando então cruzamos os dados sobre o acesso aos PET's e as condições das escolas que atendem os alunos em situação de vulnerabilidade, então nos perguntamos, quais as razões para o abismo da desigualdade de acesso à internet? Aqui podemos citar, alguns pontos, que de acordo com o relatório sobre o abismo digital (2022), são:

1. infraestrutura inadequada que ainda existe no país (quanto menor a disponibilidade de antenas para os usuários, menor a velocidade de conexão com a internet);
2. Custo alto para manter o acesso (95,7 milhões de brasileiros que possuem celular têm planos pré-pagos e precisam usar dados apenas dentro dos limites preestabelecidos nos planos);

3. Limitação de acesso a hardware (99% dos usuários só possuem aparelho com a finalidade de acesso à internet. O computador, que já foi o meio mais usado, agora fica com apenas 42%. E, 58% de brasileiros só tem este meio como acesso à internet). O que revela o impacto do custo do hardware e dos serviços de banda larga nas escolhas sobre o meio de conexão;

Vale ressaltar, também os dados que a UNICEF (2021) trouxe sobre a pesquisa que trata sobre o planejamento das redes municipais de ensino, publicado no site da UNICEF, em dezembro de 2021. Consta, só para se ter uma ideia, que 70% das crianças com 10 anos de idade encontram-se agora em situação de pobreza de aprendizagem, incapazes de ler e compreender um texto simples.¹ Portanto, se deve procurar caminhos para compreensão e ação de como vamos enfrentar o número de analfabetos e analfabetos funcionais que se agravaram com ela.

Ao analisarmos esta situação apresentada, podemos destacar, além da diferença de tendência de melhoria, até mesmo de forma gritante, que não há um vínculo para se garantir aos alunos a continuidade do acesso ao domínio dos conhecimentos produzidos pela humanidade e na produção de novos conhecimentos. Isso ainda piora, atualmente, com a pandemia, onde alunos foram privados, para salvar suas vidas, de irem à escola, mas o pior mesmo, foi o descaso do governo federal em conduzir a crise sanitária, com consequências para diversos setores, no nosso caso, para a educação, sem promover políticas consistentes para reduzir os impactos que esta crise provocou. Esta realidade reflete a assertiva de Sanfelice “a escola desqualificada é uma resposta “elegante” que inclui, excluindo” (SANFELICE apud MACIEL, 2021, *online*)

Considerações

A oferta do ensino fundamental no modelo do ensino remoto para as escolas públicas em Ituiutaba/MG que atendem crianças em situação de vulnerabilidade social apresenta vários impactos no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que com a pandemia da covid-19 a garantia da educação como um bem comum de direito universal ficou ameaçada, pois uma parcela dos alunos da escola pública não conseguiu acesso aos bens tecnológicos fundamentais para as aulas remotas. O que reforça a importância

¹ UNICEF. Relatório- *The State of Global Learning Poverty: 2022 Update*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/70-por-cento-das-criancas-com-10-anos-de-idade-encontram-se-agora-em-situacao-de-pobreza-de-aprendizagem>. Acessado em: 10 de agosto de 2022.

de se compreender as desigualdades educacionais a partir da variável de inclusão destes que vivem em territórios vulneráveis aos bens, serviços e políticas públicas. Além disso, pode-se perceber que as atuais políticas governamentais daqueles que se apossaram deste país desde 2016, servem apenas para mascarar as condições precárias a que está submetida a classe trabalhadora.

Outra questão que o estudo aponta, é o aprofundamento do interesse privado e de corporações que se colocam acima dos interesses coletivos, como é o caso da incorporação da mercantilização da educação via o uso das tecnologias digitais, como foi percebido na implantação do PET que se assenta na racionalidade e produtividade, onde o aluno, sozinho, conduz o seu estudo, podendo ou não ter o acompanhamento dos familiares. Seria um treino para o que ainda pode vir com tal proposta, a educação domiciliar, *homeschooling*, em meio à crise do ensino nacional. Nessa conjuntura, que é tão incerta, destaca-se que é preciso resistir aos desmontes que estão acontecendo na área da educação, com um governo que se aproveitou da pandemia para passar a boiada, mostrando que as crianças estão sendo vítimas desta promoção de desigualdade social e educacional. A discussão é única, o foco é a garantia da criança como sujeito de direitos, entre eles: à educação de qualidade, social historicamente referenciada.

Referências

ANTUNES, Ricardo. “Pandemia desnuda perversidades do capital contra trabalhadores”. Brasil de Fato, Mundo do Trabalho; 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/27/ricardo-antunes-pandemia-desnuda-perversidades-do-capital-contratrabalhadore>. Acessado em: 02/06/2022

ANTUNES, Ricardo. CORONAVÍRUS: O TRABALHO SOB FOGO CRUZADO. São Paulo: Boitempo; 2020b. ISBN:. 978-65-5717-0001-4. (recurso eletrônico).

BECK, U. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo. 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5299999/mod_resource/content/1/Ulrich%20Beck%20-%20Sociedade%20de%20risco%20Rumo%20a%20uma%20Outra%20Modernidade.pdf. Acessado em: 07 de julho de 2022.

BRASIL. IBGE. CIDADES. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama>. Acessado em 17 de outubro de 2020.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE. Parecer CNE CPN 15 5/2020. Publicado em 04/05/2020 e homologado em 1/06/2020. Disponível em https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Parecer-CNE-CP_5_2020-1.pdf-HOMOLOGADO.pdf. Acessado em 20/10/2020.

COSTA et al. VULNERABILIDADE SOCIAL NO BRASIL: CONCEITOS, MÉTODOS E PRIMEIROS RESULTADOS PARA MUNICÍPIOS E REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

DUTRA JÚNIOR, Nelio Paulo Sartini. Vulnerabilidade socioambiental ao desconforto térmico em Ituiutaba (MG). 2017. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2017. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2017.448>.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Tradução B. A. Schumann; edição José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2010.

FUNDAÇÃO LEMANN E MERITT. Portal Qedu. Disponível em: https://qedu.org.br/cidade/2958-santa-vitoria/censo-escolar?year=2020&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=. Acessado em 21 de outubro de 2020.

HOBBSAWN, Eric. Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991. 2. ed. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2021. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas de Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf). Acessado em: 07 de maio de 2022.

ITUIUTABA. Atlas do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/313420>. Acessado em: 07 de maio de 2022.

ITUIUTABA. Portaria nº182/2020. Dispõe sobre a implementação do regime especial de teletrabalho e do trabalho excepcionalmente presencial no âmbito das instituições públicas municipais de educação para execução do regime especial de atividades não presenciais e dá outras providências. Disponível em: <https://static->

data.com.br/pmi/upload/educacao/portaria-n-1822020-aulas-nao-presenciais-covid-19.pdf. Acessado em: 18 de julh. 2022.

49

MACIEL, A. C. . A conjuntura política brasileira e os destinos da educação integral: entrevista com José Luís Sanfelice. Roteiro, [S. l.], v. 46, p. e26983, 2021. DOI: 10.18593/r.v46i.26983. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/26983>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MARX, Karl. O capital: a crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Decreto 113 de 12 de março de 2020. Declara situação de emergência em Saúde Pública no Estado em razão de surto de doença respiratória. Belo Horizonte, 2020^a.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEE nº 4.310, de 17 de abril de 2020. Dispõe sobre as normas para a oferta de Regime Especial de Atividades Não Presenciais, e institui o Regime Especial de Teletrabalho nas Escolas Estaduais da Rede Pública de Educação Básica e de Educação Profissional, em decorrência da pandemia Coronavírus (COVID-19), para cumprimento da carga horária mínima exigida. Belo Horizonte: SEE, 2020b.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Estude em Casa, [2020c]. Disponível em: <https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 16 ago. 2020c.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Planos de Estudos Tutorados, 2020. Disponível em: <https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/pets>. Acesso em 30 de novembro de 2020d.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a04n110.pdf>. Acessado em: 27.07.2020.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. Apresentação: Marx em Paris. In: MARX, Karl. Cadernos de Paris: manuscritos econômicos-filosóficos de 1844. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 – Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. Lisboa: Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, 2014.



PWC/INSTITUTO LOCOMOTIVA. Abismo digital no Brasil. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/estudos/preocupacoes-ceos/mais-temas/2022/o-abismo-digital-no-brasil.html>. Acessado em: 15 de agosto de 2022.

SAVIANI, Dermeval. Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. Educação & Sociedade [online]. 1999, v. 20, n. 69 [Acessado 14 Julho 2022], pp. 119-136. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000400006>. Epub 04 Out 2000. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000400006>.

SAVIANI, Dermeval. A importância da 2ª Conferência Nacional de Educação. CONTEE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino). Publicado em: 17/11/2014. Disponível em: <https://contee.org.br/dermeval-saviani-a-importancia-da-2a-conferencia-nacional-de-educacao/>. Acessado em: 14 de julho de 2022

XIMENES, D.A. Vulnerabilidade social. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/vulnerabilidade-social/>. Acessado em: 11 de maio de 2022.

UNICEF. Covid-19: Extensão da perda na educação no mundo é grave, e é preciso agir para garantir o direito à Educação, alerta UNICEF. Jan./2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-extensao-da-perda-na-educacao-no-mundo-e-grave>. Acessado em: 09 de julho de 2022.

UNICEF. 70% das crianças com 10 anos de idade encontram-se agora em situação de pobreza de aprendizagem, incapazes de ler e compreender um texto simples: A covid-19 agrava a crise global de aprendizagem, colocando em risco US\$ 21 trilhões em ganhos ao longo da vida. Jul/2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/70-por-cento-das-criancas-com-10-anos-de-idade-encontram-se-agora-em-situacao-de-pobreza-de-aprendizagem>. Acessado em: 18 de jul. 2022.



A PROFISSIONALIZAÇÃO EM COOPERATIVAS COMO UM MECANISMO DE PODER: UM ESTUDO DE CASO DA COOPAR²

51

Leandra Holz

leandraholzholz81@gmail.com

Resumo

A temática da profissionalização tem sido amplamente explorada nos trabalhos sobre cooperativas, e em grande parte, são debates favoráveis nos quais a profissionalização aparece vinculada a discursos sobre competitividade e eficiência econômica. Em vista disso, torna-se pertinente trazer uma discussão crítica dos processos de profissionalização e capacitação que acontecem no interior das cooperativas e que, muitas vezes, causam modificações na forma como a cooperativa é gerida e em como os próprios associados organizam o seu trabalho. É nesse sentido que, por meio da teoria foucaultiana sobre poder e também da revisão da literatura, esta pesquisa analisa em que medida a profissionalização, como um mecanismo de poder, opera no interior de uma cooperativa agropecuária, a Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda. (Coopar) de São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. A metodologia baseou-se no estudo de caso, com a realização de 3 entrevistas com informantes-chave; a análise documental de 200 atas de reuniões do conselho de administração; e a aplicação de 30 questionários junto aos associados da cooperativa. Os resultados apontam para uma tensão entre práticas democráticas e de cooperação versus as exigências de uma gestão considerada mais racional e profissional, centrada na eficiência econômica. No entanto, parece haver uma maior adequação às lógicas de mercado, sendo a profissionalização o mecanismo principal que conduz a cooperativa e os associados sob as normas da racionalidade neoliberal. Uma racionalidade que exige processos de capacitação pessoal constantes com metodologias de aumento da produtividade das propriedades, dos agricultores e da cooperativa. Por outro lado, os dirigentes da cooperativa e os associados em geral, estão a todo momento produzindo resistências, tensionamentos e obstáculos a esta profissionalização baseada na racionalidade neoliberal; dentre outras discussões deste trabalho que é resultado da dissertação da autora e que, dentre as principais conclusões, aponta que formas cooperativas de organização, como o caso da Coopar, podem propiciar mais reações, resistências e racionalidades outras, numa dinâmica em que alterações nessas relações de poder são sempre possíveis.

Palavras-chave: Cooperativismo; Profissionalização; Processos de capacitação; Poder.

INTRODUÇÃO

Os estudos recentes sobre cooperativismo relatam a complexidade de gestão das cooperativas em um contexto de mercado globalizado e competitivo, principalmente em função dos seus princípios norteadores. Em meio a essa discussão, aparecem teorias, manuais e modelos, com o propósito de ajustar as cooperativas às lógicas racionais neoliberais de mercado que estão a todo momento em constante mudança e exigem uma rápida adaptação.

² Este resumo é resultado da dissertação de mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e concluído em abril de 2022 (HOLZ, 2022).

O debate sobre a reestruturação organizacional das cooperativas no Brasil ganhou força a partir da década de 1990 (GIMENES R.; GIMENES F., 2007) quando começou-se a discutir a separação entre propriedade e controle das cooperativas e sua consequente profissionalização. A sobrevivência na competição, a “guerra por mercados”, exigia que ações consideradas “amadoras” fossem eliminadas e que a adoção de técnicas e procedimentos com um caráter mais “profissional”, fossem impulsionados (BARASUOL; BOESSIO; WAKULICZ; FLAVIANO, 2015).

Entendemos que a profissionalização está inserida num processo mais amplo de racionalização das esferas da vida social, em que a generalização do mercado e da concorrência tornam-se imperativos de vida (DARDOT; LAVAL, 2016). É, portanto, no neoliberalismo que a racionalidade econômica passa a conduzir a conduta das pessoas e das organizações e, estando a profissionalização vinculada a um discurso sobre o aumento da produtividade, competitividade e eficiência nas cooperativas, entendemos a profissionalização como um dos principais “mecanismos de poder” que atravessa e constitui as cooperativas na contemporaneidade e um dos “dispositivos de poder” operantes na era neoliberal, utilizando-se dos termos de Michel Foucault (2008, 2014b, 2017).

Quando profissionalização e eficiência são tratadas como sinônimos, suas práticas, técnicas e procedimentos tornam-se irrecusáveis, já que garantidoras do sucesso econômico e do espaço no mercado, mesmo que, para isso, os processos democráticos sejam relegados a segundo plano e a forma própria de organização e gestão da cooperativa pelos associados seja modificada, o que também tem impacto sobre como os associados organizam seu trabalho familiar e em como se relacionam e entendem a cooperativa.

Buscando entender esse processo, o objetivo da pesquisa foi analisar em que medida a profissionalização, como um mecanismo de poder, opera no interior de uma cooperativa, propondo uma base teórica pouco utilizada nos estudos sobre relações de poder em cooperativas: a analítica do poder de Michel Foucault.

Para tal investigação, foi realizado um estudo de caso da Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda. (Coopar) que possui sua sede no interior de São Lourenço do Sul/RS, cidade costada pela Lagoa dos Patos com cerca de 43.111 mil habitantes de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE, 2010). A Coopar iniciou suas atividades em 1992, atuando na compra e venda de grãos, passando a atuar, a partir de 2001, na cadeia leiteira, onde, mais tarde, registrou sua própria marca de produtos lácteos e laticínios: a Pomerano Alimentos (COOPAR/POMERANO, s.d.). Atualmente a Coopar conta com aproximadamente 4.750 famílias associadas, atuando em 14 municípios da região.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia empregue nessa pesquisa é embasada no enfoque qualitativo, e desenvolvida por meio de um estudo de caso. A Coopar foi selecionada para tal investigação devido à realização de trabalhos anteriores com a cooperativa, sem deixar de considerar que a família da pesquisadora é associada a mesma. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 3 informantes-chave da organização, sendo eles: o primeiro e o atual presidente da cooperativa e o gerente da indústria de laticínios; a análise de 16 atas de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias dos anos de 2005 a 2020; 200 atas de reuniões do conselho de administração dos anos de 1992 (ano da constituição) até a última ata disponível de fevereiro de 2021; e, por fim, para tentar capturar o ponto de vista dos associados, foi realizada a aplicação de 30 questionários. Com base nesses métodos, realizamos a triangulação e interpretação dos dados obtidos, a fim de dar conta dos objetivos propostos. Tal pesquisa é resultado da dissertação de mestrado desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), concluída em abril de 2022.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em primeiro momento, tentamos entender as condições históricas que tornaram possível o agenciamento do mecanismo de poder da profissionalização na Coopar. Percebemos que, mesmo antes da criação da cooperativa, um discurso sobre aumento da produtividade passou a ser veiculado aos agricultores da região pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA). Estes agricultores, até então considerados improdutivos e sem “habilidades” de mercado devido a fracassos anteriores com a produção de batatas, precisavam se tornar “mais profissionais”. Nesse sentido, a própria criação da cooperativa foi um meio de profissionalizar tais agricultores, pois começaram a ter

cursos e treinamentos, assistência técnica, acesso a financiamentos, aquisição de insumos, dentre outros.

É importante destacar que, desde o início, racionalidades distintas convivem e geram uma tensão constante entre práticas democráticas e as exigências de uma gestão mais racional, centrada nos resultados econômicos. Exemplos disso são, de um lado, palestras e seminários sobre a temática do cooperativismo e, de outro, uma insistência para que “produzissem mais”.

Num segundo momento, procuramos compreender como o mecanismo de poder da profissionalização operou, ao longo dos anos, moldando as práticas e os sujeitos, “conduzindo a conduta” da cooperativa (FOUCAULT, 2014a). Com a entrada da Cooper na atividade leiteira, em 2001, os processos de profissionalização tornaram-se mais evidentes. Isso porque ao implementar duas indústrias para o processamento do leite, todo um time de profissionais foi empregado, fazendo-a funcionar com uma certa independência da cooperativa. Essa atuação, fez com que cada vez mais cursos, capacitações, treinamentos, aprimoramentos, etc., fossem realizados, numa tentativa sempre frenética em atender às normas do mercado e para aumentar a produtividade.

Nesse período, há uma virada na história da cooperativa, que marca uma maior adequação ao que o mercado exige, a eficiência. Foi então que pequenos produtores foram excluídos porque não conseguiram se adequar as normativas federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); que produtos agrícolas pouco competitivos, como o caso do feijão, foram desprezados pela falta de padronização e produtividade; capacitações com temáticas outras, que não visando o aumento da produtividade, como aquelas sobre cooperativismo realizadas no período inicial da cooperativa, tornaram-se praticamente inexistentes; e, ainda, criou-se um sistema de remuneração em que os que produzem mais, recebem mais pelo seu produto e os que produzem menos, recebem menos pelo seu produto. Certamente, essas são apenas algumas das consequências que tiveram como porta de entrada, uma atuação com crescente profissionalização, e que mostram como esta governa a cooperativa numa perspectiva que se aproxima da racionalidade econômica e que se distancia de práticas solidárias e de cooperação.

Nos anos mais recentes, com a chegada de concorrentes diretas na região da Cooper, o investimento em projetos com metas e em programas para aumento da

produtividade e modernização, tornaram-se mais frequentes, visto que tais programas também podem ser considerados formas de profissionalização que garantem a estimada competitividade da sociedade neoliberal.

Além disso, com base na teoria foucaultiana que considera que as questões acerca do poder estão intimamente articuladas com o sujeito, caracterizamos o “sujeito da cooperativa” como aquele que se empenha no aperfeiçoamento pessoal por meio das capacitações e cursos, no aumento da produtividade e da capacidade de adaptação por meio da implementação de novas e modernas tecnologias, que baseia sua vida num cálculo racional dos custos envolvidos e busca a maximização constante de seus resultados. Acima de tudo, é aquele que passa a ter uma atitude profissional e abandona o que muitos autores chamam de “amadorismo”, passando a agir de maneira “racional”.

Reforçando esse argumento, os questionários também mostraram que esse sujeito é produzido pelas relações de poder do mecanismo da profissionalização, tendo em vista que as capacitações visam a aumentar os seus resultados pessoais. E, muitas vezes, parece haver um tensionamento por parte dos associados para que haja ainda mais profissionalização, desde que isso signifique o aumento do preço pago pelo seu produto. Se o fim último da racionalidade neoliberal é promover a identificação do homem com a empresa (DARDOT; LAVAL, 2016), parece que a profissionalização e seus processos contribuem, nesse sentido.

Em um terceiro momento que fecha a discussão da referida dissertação, tratamos das resistências e tensionamentos a essa racionalidade dominante, entendendo o poder como uma “rede de relações sempre tensas” (FOUCAULT, 2014b, p. 30), que ora afirmamos, ora questionamos. Nesse sentido, também conseguimos perceber alguns tensionamentos dos dirigentes da Coopar à essa lógica, quando resiste à contratação de administradores externos para realizar a gestão da cooperativa; quando mantém a tradição de dar lugar aos próprios agricultores associados para os cargos de direção e conselhos; quando cria normas estatutárias que impedem que os mesmos perpetuem-se em tais cargos; quando tenta priorizar a relação com os agricultores acima do lucro a qualquer custo; quando mantém a realização das pré-assembleias, para reforçar a confiança com os associados e promover uma maior aproximação, mesmo que isso promova um dispêndio de tempo e dinheiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa objetivou analisar em que medida a profissionalização, como um mecanismo de poder, opera no interior de uma cooperativa agropecuária, utilizando, para isso, aspectos da teoria foucaultiana. Foi realizado um estudo de caso da cooperativa Coopar, buscando evidenciar as condições históricas de emergência da profissionalização na organização, como ela operou, moldando as práticas e os sujeitos, gerando possíveis tensionamentos e práticas de resistência à lógica racional neoliberal de mercado.

Assim, foi possível perceber que o próprio surgimento da cooperativa foi uma forma de profissionalizar os agricultores de uma região considerada com baixo potencial competitivo e pouca produtividade. Na medida em que a Coopar cresceu, houve um investimento cada vez maior no aprimoramento dos associados, tanto pessoal como de suas propriedades, modificando a forma de organização familiar. E, com a chegada de concorrentes na região onde a cooperativa atua, a profissionalização como garantidora da competitividade novamente é acionada por meio de programas e projetos que visam o aumento da produtividade. Todo esse processo trouxe consequências desastrosas aos pequenos produtores e também àqueles que não conseguiram se adequar às exigências do mercado, como a sua exclusão e a reprodução de uma distinção cada vez mais evidente entre pequenos *versus* grandes. É dessa forma que a profissionalização opera conduzindo a conduta da cooperativa e de seus associados, o que nos parece distante daquela discussão que originou o movimento cooperativista, ao lado dos movimentos de contestação a lógica do capital e seus métodos de racionalização do trabalho.

Por outro lado, acreditamos que formas cooperativas de organização, como o caso da Coopar, podem propiciar mais reações, respostas e resistências a uma conduta na qual o mercado age como colonizador de todas as esferas da vida. Essas resistências podem apresentar-se, por exemplo, quando a cooperativa se recusa a contratar administradores para realizar a gestão e prioriza o controle da organização pelos próprios associados agricultores, uma confiança evidente em quem conhece a história da cooperativa e reside na região.

REFERÊNCIAS

BARASOUL, Aline; BOESSIO, Amábile Tolio; WAKULICZ, Gilmar Jorge; FLAVIANO, Viviane. Cooperativismo e profissionalização da gestão em uma cooperativa agropecuária. Revista Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v. 22, n. 1, p. 146-170, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318179613089>. Acesso em: 19 set. 2020.

COOPAR/POMERANO. [A Coopar/Pomerano]. São Lourenço do Sul, RS: Coopar, s.d. Disponível em: <http://pomeranoalimentos.coop.br/sobre-a-coopar-pomerano/>. Acesso em: 17 dez. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). Ditos e escritos, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Tradução Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a. p. 118-140.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: o nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014b.

GIMENES, Régio Marcio Toesca; GIMENES, Fátima Maria Pegorini. Agronegócio Cooperativo: a transição e os desafios da competitividade. Cadernos de Economia, Chapecó, v. 11, n. 20, p. 45-72, jan./jun. 2007.

HOLZ, Leandra. A profissionalização em cooperativas como um mecanismo de poder: um estudo de caso da Coopar. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [População no último censo]. São Lourenço do Sul, RS: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-lourenco-do-sul/panorama>. Acesso em: 22 jan. 2022.

DESENHANDO NOSSA HISTÓRIA: A IMPORTÂNCIA DOS ENCONTROS DE FORMAÇÃO INTERNA, NO FORTALECIMENTO DOS NOSSO VÍNCULOS AFETIVOS DE TRABALHO

58

Desirée Fripp dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande
desifripp@gmail.com

Eduardo Guatimosim, Universidade Federal do Rio Grande
e.guatimosim@furg.br

Liandra Peres Caldasso, Universidade Federal do Rio Grande

Márcia Borges Umpierre, Universidade Federal do Rio Grande
marciaumpierre@gmail.com

Taiane Golulart, Universidade Federal do Rio Grande
rdona218@gmail.com

Resumo

Compreendendo a importância da experiência de atividades remotas autogestionárias, que a Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (INEESOL)/FURG realizou durante o período pandêmico, o presente trabalho apresenta o relato de experiência das formações internas, descrevendo os momentos pedagógicos e organizacionais dos encontros, relatando os encaminhamentos realizados e analisando a importância das místicas e dinâmicas para manter os vínculos solidários de trabalho, durante o período de março/2020 à abril/2022. Na perspectiva da extensão universitária popular, comprometida com as demandas sociais e comunitárias, a INEESOL desenvolve seus trabalhos em economia solidária. Para que as atividades atendam essas demandas, a equipe realiza formações sobre temáticas pertinentes aos trabalhos efetuados e, encontros organizativos internos. Com a pandemia do Covid-19, as atividades de campo tiveram que ser reorganizadas e, nessa atipicidade nos reinventamos, criamos novos processos de trabalho e manejamos com maior intensidade a tecnologia de comunicação. Assim, as atividades em casa aumentaram a carga de trabalho mental, levando cada uma/um a picos de ansiedade. Toda essa conjuntura afetou nossa laboridade e, foi preciso criar maneiras de manter fortes nossos vínculos internos, bem como com os grupos incubados e gestados. Compreendendo a educação como um processo permanente, as formações foram importantes para o amadurecimento das ações efetuadas e, essenciais para fortalecer o afeto e a alteridade entre todas/os nós. Nesses momentos remotos, via Google Meet, fomos nos conhecendo mais através de círculos de diálogos virtuais, apresentações das pesquisas realizadas por docentes e discentes, formações com pesquisadoras/es externas e reuniões organizativas e deliberativas da incubadora. Esses encontros foram fundamentais para fortalecer nossa identidade social e, para nutrir nosso vínculo com a comunidade que a universidade está inserida.

Palavras-chave: Economia Solidária; Educação; Trabalho Remoto.

Introdução

A Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (INEESOL) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), foi constituída em 2018 no *Campus* de São Lourenço do Sul, por docentes das áreas de Gestão de Cooperativas, Agroecologia, Gestão Ambiental e Educação do Campo, para atuar com grupos sociais que demandavam assessoria técnica, para o desenvolvimento de seus empreendimentos coletivos. No ano de 2019 a INEESOL amplia a área geográfica de atuação e passa a integrar também o *Campus* da FURG em Santo Antônio da Patrulha, com representantes docentes e discentes do curso de Administração. Com base na Política Nacional de Extensão Universitária e na Política de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), a INEESOL orienta suas ações articuladas aos processos de ensino e pesquisa, fortalecendo a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão. Os princípios de economia solidária de autogestão; democracia na gestão; cooperação entre o grupo de trabalho; preservação dos ecossistemas e suas biodiversidades; produção, comércio e consumo justo e responsável são suleadores na organizatividades das ações de extensão, das formações internas e dos processos de pesquisa acadêmica.

A atuação da INEESOL é articulada junto as demais Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) da região e, em nível nacional, com a Rede das ITCPs, através de um posicionamento político contra-hegemônico da economia convencional, valorizando o trabalho, a dimensão humana, e desconstruindo valores de competição e exploração, tão promovidos pelo sistema capitalista nas relações de trabalho. Singer (2002) defendia que a solidariedade na economia precisa ser organizada de maneira igualitária, pelo grupo associado e, essa é uma das premissas de trabalho da INEESOL, tanto internamente como com os empreendimentos incubados e gestados.

Nessa perspectiva, a INEESOL trabalha a extensão universitária popular comprometida com as demandas sociais e comunitárias. Para que as atividades atendam essas demandas, a equipe realizou formações sobre temáticas pertinentes aos trabalhos efetuados e, encontros organizativos durante todo o período remoto, que a pandemia do Covid-19 nos colocou. Entre 2020 à 2022, as diversas formações e encontros organizativos e deliberativos foram essenciais para a continuidade das ações com os grupos gestados e incubados, além dos estudos e pesquisas no campo da economia solidária, da educação popular, da agroecologia e, da extensão universitária popular.

Assim, esse relato de experiência tem como objetivo apresentar as formações internas durante o período de trabalhos remotos, descrevendo os momentos pedagógicos e organizacionais dos encontros, apontando os encaminhamentos realizados e analisando a importância das místicas e dinâmicas para manter os vínculos solidários de trabalho.

Metodologia

Com a pandemia de Covid-19, as atividades de campo tiveram que ser reorganizadas e, nessa atipicidade nos reinventamos, criamos novos processos de trabalho e manejamos com maior intensidade a tecnologia. Mesmo com sede em dois *campi* (São Lourenço do Sul/RS e Santo Antônio da Patrulha/RS), durante esse período de trabalho remoto cada integrante da equipe acessou virtualmente as reuniões e formações internas nos mais variados territórios geográficos, ampliando e aprofundando ainda mais as temáticas sociais debatidas, pois traziam-se para os diálogos situações e problemáticas vividas por cada uma e cada um nesses espaços. Assim, optamos por utilizar a plataforma Google Meet, por ser mais intuitiva e possibilitar a gravação de cada encontro. Os encontros dividiam-se em dois eixos principais (i) reuniões organizativas e deliberativas, iniciadas com uma mística e; conduzidas por uma pauta prévia, encaminhada via Whatsapp; informes; debate e deliberações e; encaminhamentos e; (ii) encontros formativos: iniciados com uma mística; apresentados temas específicos para o grupo e; diálogos sobre as dúvidas e/ou relevâncias dos temas debatidos.

As reuniões organizativas eram integradas por docentes, discentes e técnicas (os) voluntárias (os) que atuavam na INEESOL. Já os encontros formativos, além do grupo da INEESOL, também participavam docentes, pesquisadoras (os), discentes e técnicas (os) do Laboratório Interdisciplinar de Mapeamento em Ambientes, Resistência, Sociedade e Solidariedade (MARéSS) da FURG, ao qual a INEESOL integra.

Para compreender como esses encontros foram importantes no desenvolvimento das atividades e no fortalecimento dos vínculos de trabalho, como instrumento de coleta de dados, analisamos a programação dos encontros “Sonhos Sonhados, Sonhos Contados”, de integração e reconhecimento da trajetória de trabalho e; “Desenhando

nossa História: concepções e identidade da INEESOL” de planejamento e organização interna; as relatorias das reuniões organizativas e; das formações internas.

61

Resultados e discussões

No primeiro semestre de 2020, com a crise sanitária que vivíamos, muitas incertezas e temores foram vivenciados. Não sabíamos por quanto tempo teríamos que nos manter em isolamento social, como contribuir para o achatamento da curva de casos de covid-19 e, tampouco como seguir nossas ações de extensão através do trabalho remoto. Muitas angústias eram compartilhadas, assim como mensagens de apoio psicoemocional e de cuidados com nossa saúde física. Esses momentos de partilhas, via WhatsApp, foram importantes para nossos laços de afeto e de trabalho. Com o início do segundo semestre de 2020, entendemos que os trabalhos remotos se estenderiam por tempo indeterminado, já que as incertezas sanitárias e a conjuntura de crise social se intensificavam. Assim, o grupo de trabalho organizativo planejou dois encontros de integração e planejamento, intitulados, respectivamente, ‘Sonhos Sonhados, Sonhos Contados’ e ‘Desenhando nossa História: concepções e identidade da INEESOL’.

O primeiro desses encontros ocorreu em outubro de 2020, com o propósito de relembrar nossos sonhos e objetivos de trabalho cartografados na reunião de planejamento de 2019. É importante recordar que em 2019 não tínhamos no nosso horizonte a pandemia e, muito menos os trabalhos remotos e as dificuldades econômicas que enfrentaríamos. Diante desse contexto, o encontro foi planejado e guiado com a sensibilidade da educação popular.

No *card* de divulgação desse círculo de diálogo, convidamos todas (os) a estarem num canto confortável de seus lares, diferente do usual, com roupas confortáveis, uma jarra de água preparada com ervas (da preferência de cada uma/um), terem em mãos papéis sem pautas, canetas e lápis coloridos (FREIRE,1996). O convite foi desenhado para criar uma dinâmica de conversa e escuta menos ruidosa possível, mas sabíamos que a tarefa era difícil, por toda a complexidade que os encontros remotos possuem. A maioria das (os) discentes, técnicas (os) e docentes conseguiram participar, trazendo muita alegria para nosso momento. Algumas (uns) das (os) integrantes estavam sem se ver a quase um ano, e poder olhar e conversar mesmo que remotamente, trouxe a certeza de que estávamos vivas (os) e unidas (os). Nossa junção começou com uma mística de

abertura, agradecendo por nossa saúde física e psíquica, assim como de toda a nossa rede de afeto pessoal e coletiva. Esse momento nos emocionou ainda mais, e seguimos lembrando os sonhos que cada integrante partilhou, em 2019, para e com a INEESOL. Depois de tantos meses desafiadores, aflitos, tristes e combativos, lembrar o que queremos nesse coletivo firmou ainda mais o comprometimento com os trabalhos desenvolvidos. Para finalizar e, seguir o propósito de planejar nosso trabalho com efetividade e sensibilidade, as mediadoras passaram uma tarefa para o grupo, intitulada ‘Eu no coletivo - o que sei, o que gosto e o que quero!’. Essa atividade teve como propósito motivar o comprometimento de cada uma e cada um com o coletivo e, foi basilar para o encontro seguinte.

O segundo encontro, ‘Desenhando nossa História: concepções e identidade da INEESOL’, foi focado em integrar ainda mais o grupo e, também planejar as próximas ações. O convite foi elaborado com a mesma estética, pedindo que cada uma e cada um estivesse com uma roupa confortável, num canto tranquilo de seus lares e, com uma jarra de água preparada com erva de sua preferência. Assim começamos mais um momento de partilhas e construções. Nos olhamos virtualmente, sorrimos, escutamos músicas e respiramos juntas e juntos, acalmando nossas mentes e trazendo nossa presença presente. Seguimos com um debate sobre nosso compromisso com a luta antirracista, antipatriarcal e anti-imperialista, pois sabemos que nosso posicionamento político tem como alicerce a luta por um mundo mais justo, equitativo, igualitário e solidário e, isso só é possível se superarmos as violências e os preconceitos racistas, as opressões e violações machistas, misógenas e patriarcais e, o sistema político-econômico hegemônico. Firmado ainda mais nosso posicionamento político de trabalho, pesquisa, ensino e extensão, debatemos sobre os trabalhos remotos e suas complexidades. Nossa atuação sempre foi no campo, com os grupos, com as comunidades, pouco ficávamos nos computadores, mas agora não podíamos ir a campo. Por isso, organizamos nossas atividades e planejamos nossas ações para seguirem remotas. Encaminhando o planejamento do ano seguinte, cada integrante apresentou a tarefa ‘Eu no coletivo’. Essa apresentação foi essencial para a divisão das tarefas do ano seguinte, já que cada uma e cada um pode dizer onde e como queria seguir atuando. Para finalizar com alegria, um companheiro cantou sua composição musical, feita especialmente para a INEESOL.

Depois desses encontros de integração e planejamento, a equipe se dividiu em grupos de trabalho (GT), nos eixos de comunicação; secretaria e; acompanhamento e assessoria dos grupos incubados e gestados. Ao longo do primeiro semestre de 2021, os GTs desenvolveram seus trabalhos com agendas próprias, e as reuniões gerais ocorreram sem uma periodicidade definida. Já no segundo semestre de 2021, sentimos a necessidade de encontros mais constantes. Por isso definimos que as reuniões seriam mensais.

Ao longo do segundo semestre de 2021 e do primeiro de 2022, tivemos 7 encontros de planejamento e organização com relatoria registrada, 9 formações com pesquisadoras e pesquisadores internos, e 2 formações com pesquisadoras externas.

Das reuniões de planejamento e organização, as principais pautas foram a reforma e instalação do prédio 5 da FURG-SLS, local que será sede da INEESOL assim que a estrutura estiver apta; curricularização da extensão universitária, como a INEESOL irá trabalhar com estudantes que queiram se voluntariar na ITCP; organização interna, definição de uma frequência mínima na participação de toda a equipe, independentemente da pessoa ter vínculo como voluntária ou bolsista; participação na representação em espaços de debate e de fortalecimento da economia solidária; publicação e participação em eventos e congressos; articulação com grupos de economia solidária de outras regiões do Brasil; comunicação social e identidade visual da INEESOL e; diálogo e construção do regimento interno. As pautas foram debatidas pela equipe geral para que os encaminhamentos fossem deliberados de maneira eficiente. Os GTs se comprometiam com as deliberações da reunião geral e, trabalhavam articulados com tais decisões.

No segundo semestre de 2021, as formações foram conduzidas por pesquisadoras internas, que apresentaram suas pesquisas e temáticas de trabalho não só para o grupo da INEESOL, mas também para integrantes do MARÉSS. Esse momento foi importante para nos reconhecermos e nos valorizarmos como pesquisadoras e pesquisadores que somos, compreender com maior profundidade o que cada membro pesquisa nos possibilita vincular as temáticas, os conceitos, os resultados e as técnicas desenvolvidas no nosso fazer extensionista.

Ao longo dos dois anos de trabalhos e ações remotas, os encontros de integração, planejamento e organização foram essenciais para nos reconhecermos enquanto grupo



de trabalho, mesmo à distância. Sabemos que nada substitui a presença, o contato real, o sorriso e o abraço de nossas companheiras de luta e ação, mas em tempos de crise pandêmica, não poderíamos ser imprudentes de contrariar as normas sanitárias. Por isso, nos esforçamos para manter o contato pessoal e, as reuniões coletivas. Esses espaços virtuais foram essenciais para fortalecer nossos vínculos de afeto e solidariedade no trabalho.



Referências bibliográficas

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; organização: Geralda Luiza de Miranda – UFMG; Maria das Dores Pimentel Nogueira - UFMG. Coordenação Nacional do FORPROEX. Manaus:2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. 1º ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE ARAQUARA/SP: FORMAÇÃO DE AGENTES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

65

Conrado Marques da Silva de Checchi, UFSCar/PPGE
conradomarq@gmail.com

Natalia Carvalho de Oliveira Checchi, Fundação Araporã
natalia.carvalho.gea@gmail.com

Resumo

O presente artigo visa apresentar as ações de formação realizadas no âmbito do projeto direcionado ao público atendido pelo “Programa Municipal de Combate à Fome e Incentivo à Inclusão Produtiva - Bolsa Cidadania”, realizado entre os meses de abril a junho de 2022 na cidade de Araraquara/SP. Este programa atende atualmente em torno de 250 beneficiários em todo o município, promove a transferência de renda por meio de auxílio alimentar para pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social e/ou risco social (LEI N° 9.585, 2019). Além desta ação, o bolsa cidadania também realiza o acompanhamento social, a qualificação profissional para geração de renda. A partir desta última propostas, a Coordenadoria Executiva do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária criou em 2022 o “Fórum de Desenvolvimento Territorial, Economia Solidária e Sustentabilidade” com o objetivo de incentivar a formação de agentes de economia solidária junto aos atendidos pelo programa bolsa cidadania e estabelecer possíveis parcerias nos bairros, visando desenvolvimento territorial, social, econômico e humano nas localidades atendidas. Neste ensejo, apresentamos os tópicos abordados ao longo de três oficinas, no formato de Fórum de Economia Solidária, que ocorreram no primeiro semestre de 2022. Para tanto, aprofundamos os aportes teóricos, práticos e conceituais desenvolvidos nas atividades orientadas sob três eixos programáticos: “Formação de agentes de economia solidária e sustentabilidade”, que visou expor os princípios e fundamentos da economia solidária a partir de sua contextualização histórica e contradições com o sistema econômico capitalista, moderno e extrativista; “Diagnóstico participativo local”, que buscou a partir de mapas participativos e matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) identificar de forma participativa a realidade dos bairros representados em cada Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) do município; “Plano de desenvolvimento local”, que teve por objetivo a elaboração de projetos de impacto social colaborativo para geração de trabalho e renda, pensando desde a ação ou produto até os recursos necessários para transformar o projeto em ação, destacando os papéis desempenhados pela população, poder público, empresas e organizações do terceiro setor. Para conclusão, apresentamos uma síntese do diagnóstico sobre os levantamentos realizados no município de Araraquara por meio das oficinas.

Palavras-chave: Economia Solidária; Desenvolvimento local; Formação.

Apresentação

Frente aos desafios de inclusão social e produtiva de pessoas e famílias em condições de vulnerabilidade social, a estruturação de programas em Economia Solidária é considerada estratégica no combate à fome e a extrema pobreza (SINGER, 2002; GADOTTI, 2009). Nos últimos anos, a cidade de Araraquara, interior de São

Paulo, ancorada nessa premissa tem implementado políticas públicas que se destinam à difusão e engajamento de sua população no reconhecimento de formas associativas de organização de rede de empreendimentos econômicos solidários e na estruturação de arranjos produtivos e criativos locais. No presente artigo temos como objetivo apresentar um breve panorama da política pública Bolsa Cidadania implementada nos últimos anos, e focamos na apresentação da formação junto à população “Fórum de Desenvolvimento Territorial, Economia Solidária e Sustentabilidade”.

O município de Araraquara, visando a elaboração de conjunturas que proporcionassem o fomento de cadeias produtivas entre diferentes iniciativas solidárias, em 2017, com o início da gestão da Prefeitura no município de Araraquara: “cidade solidária e participativa” (2017-2020), foi criada a Coordenadoria Executiva de Trabalho e de Economia Criativa e Solidária (Cetecs), situada junto à Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Econômico (SMTDE).

Após um diagnóstico do desenvolvimento territorial do município e localizados os bairros mais atingidos pela escassez de empregos e famílias em conjunturas de desamparo social e precariedade de assistências³, em 2018, por meio da Lei nº 9.344/2018, foi lançado o Programa Municipal Territórios em Rede, de execução intersetorial junto com Secretaria Municipal e Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), cujo objetivo visa:

[...] a garantia de direitos com equidade e o combate às discriminações e violências, de modo a fortalecer a ação dos equipamentos públicos que neles se encontram, ampliando o diálogo e garantindo a prestação de serviços integrados e direcionados à satisfação das necessidades vivenciadas pelos indivíduos e famílias, considerando seus contextos diversos (Araraquara, 2018).

De acordo com Edinho Silva e Camila Paiva (2020), prefeito municipal e coordenadora-executiva do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária respectivamente, as ações desempenhadas no Programa Territórios em Rede podem ser consideradas referenciais nas políticas de geração de trabalho e renda no município, com destaque para “as oficinas de sensibilização em economia solidária, realizadas nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), e as feiras do território, com objetivo de desenvolvimento dos saberes locais” (p. 4).

³ Os territórios alvo para ações diagnosticadas no momento foram: Cecap/Residencial dos Oitis; Jardim Cruzeiro do Sul; Jardim das Hortênsias; Parque São Paulo; Jardim São Rafael; e Valle Verde.

Face ao desafio da inclusão social e cidadania, foi idealizado o Programa Municipal de Combate à Fome e Incentivo à Inclusão Produtiva, o “Bolsa Cidadania”, que atende atualmente em torno de 250 beneficiários em todo o município, promove a transferência de renda por meio de auxílio alimentar para pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social e/ou risco social, criado pela lei n° 9.585/2019. Além desta ação, o bolsa cidadania também realiza o acompanhamento social, com vistas a garantir a inserção por meio da qualificação profissional e inclusão produtiva (Araraquara, 2019). Para adesão, as pessoas ou famílias beneficiárias aceitam ser incluídas nos serviços ofertados pela política pública de assistência social e nas ações de incentivo à inclusão produtiva, bem como garantir a frequência escolar de crianças e adolescentes que integram o núcleo familiar, e quando necessário comprovar o atendimento em unidades de saúde da rede municipal.

Para gestão do Programa Bolsa Cidadania, foi organizado um Comitê multisetorial, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do programa, formado pelas secretarias de: Assistência e Desenvolvimento Social; Trabalho e Desenvolvimento Econômico; Saúde; Educação; Planejamento e Participação Popular. Aliado à fiscalização gerida pelos órgãos internos à prefeitura, outro comitê, externo, composto por conselheiros de conselhos municipais, foi formado com a finalidade de fiscalização da política pública (PAIVA; SILVA, 2020).

No âmbito deste Programa, como parte das estratégias de qualificação e capacitação profissional das/os participantes para incentivo ao empreendedorismo e ao trabalho associado no modelo da economia solidária, foi organizado o curso Formação de Agente de Economia Solidária, segundo o termo de referência 04/2022, da Coordenadoria Executiva do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária, que visou a Contratação de empresa especializada para realização de “Fórum de Desenvolvimento Territorial, Economia Solidária e Sustentabilidade”, no formato de oficinas de curta duração. Decorrente a publicação do presente edital público e mediante livre concorrência, a Fundação Araporã⁴, na pessoa da autora e autor do presente artigo, realizou as atividades de ensino e formação propostas no termo de referência. As atividades se deram em três etapas que visaram respectivamente: I. formação de agentes

⁴ A Fundação Araporã foi fundada em 1994 e atualmente trabalha nas seguintes áreas: Economia Solidária e Criativa, Educação Patrimonial, Arqueologia, Museologia, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Defesa dos direitos dos Povos Indígenas.

de economia solidária; II. Mapeamento agentes locais; III. Levantamento de saberes, e ocorreram nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) dos bairros: Pq. São Paulo, Vale Verde, São Rafael, Yolanda Ópice, Jd. das Hortênsias, Cruzeiro do Sul, Cecap, Jd. Maria Luiza. Selmi Dei e Vale do Sol, assim como no espaço Kaparaó⁵, local em que foram atendidos os bairros Quitandinha, Vila Xavier, Carmo, Santana, São José, Jd. Brasil e Jd. Universal.



Metodologia da formação

Para realização da oficina a metodologia e organização didática, tiveram como base a pedagogia dialógica de Paulo Freire (2014), que visa a construção do conhecimento mediado pelas experiências dos/as participantes acerca da temática e do aprofundamento do saber a ser desenvolvido entre todos/as participantes. Ou seja, a metodologia utilizada primou pelo ambiente interativo, participativo e comprometido em estimular as competências e habilidades pessoais e interpessoais, o bem-estar e aprendizado dos/as participantes a partir do diálogo e envolvimento com as temáticas abordadas, para tanto, o modelo da roda de conversa com as cadeiras dispostas em círculo foi adotado durante os encontros.

Seguindo esta concepção, buscamos com as oficinas, aproximar os/as envolvidos/as ao tema da economia solidária de forma a problematizar o desenvolvimento do território brasileiro, pensando a sociedade e a economia. Através das problematizações buscamos ouvir as experiências individuais, que suscitaram observações e questionamentos acerca dos conteúdos bem como de situações problematizadoras para o aperfeiçoamento de todos/as. Nisso, a metodologia prezou pela participação ativa do grupo, conformando comunidades de aprendizagem (FREIRE, 2014), propondo-se a partir das temáticas referenciais, construir conjuntamente os saberes a serem dinamizados durante os encontros.

A seguir, abordaremos cada um dos tópicos detalhadamente, que foram trabalhados nas oficinas e alguns apontamentos.

Oficinas

⁵ O Kaparaó é um centro de capacitação social e profissional, onde são ofertados cursos gratuitos pela própria prefeitura municipal ou em parcerias.

A oficina “Formação de Agentes de Economia Solidária e Sustentabilidade” visou expor os princípios e fundamento da economia solidária a partir da contextualização histórica sobre o sistema econômico capitalista e suas consequências. A partir disso, discorremos sobre o surgimento da economia solidária, como os empreendimentos solidários e de sustentabilidade são desenvolvidos nos territórios; como formar agentes de desenvolvimento da economia solidária. Após, foi feito um primeiro diagnóstico sobre as/os participantes, questionando nome idade e com o que já trabalhou e gostaria de trabalhar, estes dados foram organizados em uma tabela para melhor visualização.

A oficina “Diagnóstico participativo local” buscou identificar de forma participativa a realidade dos bairros representados em cada CRAS do município. A partir da atividade foi possível diagnosticar os/as agentes envolvidos/as na comunidade, as instituições inseridas, os desafios e as fortalezas dos bairros, bem como a estrutura existente e possíveis apoiadores de ações. Todos estes dados foram organizados em planilha. Este movimento é um passo inicial para a mobilização em prol de um objetivo comum, a transformação econômica e social de uma comunidade, ou seja, seu desenvolvimento local que depende da construção de vínculos entre a comunidade, a prefeitura, a iniciativa privada e organizações do terceiro setor.

A oficina “Plano de desenvolvimento local” teve por objetivo dialogar sobre o que é um plano de desenvolvimento local alicerçado no desenvolvimento econômico, humano, social e sustentável, bem como os papéis desempenhados pela população, poder público, empresas e organizações do terceiro setor. Como atividade cada grupo propôs a elaboração de projeto de impacto social colaborativo para geração de trabalho e renda, pensando desde a ação ou produto até os recursos necessários para transformar o projeto em realidade. Destacamos que para o desenvolvimento desta ação os diagnósticos realizados nas etapas anteriores foram fundamentais para sua estruturação.

Apontamentos finais

A partir da elaboração de propostas para geração de trabalho e renda, os grupos definiram projetos de acordo com suas afinidades e saberes prévios, bem como, viabilidade econômica de realização. Dentre os doze grupos, apenas um ainda está em processo de escolha, pois não houve consenso entre as/os participantes sobre a área de

atuação do coletivo. Como resultado, foram diagnosticados treze projetos, dez deles relacionados a produção de alimentos (seis projetos de produção de pães, bolos e salgados e quatro projetos de produção de horta), um projeto de produção de produtos de limpeza e velas, e outro de criação de produtos de madeira (produção de objetos de madeiras provenientes de palets).

Decorrente o mapeamento, a partir da grande demanda e escolha por projetos na área de alimentos e hortas comunitárias, a prefeitura através da CETECS em parceria com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, por meio da Coordenadoria de Segurança Alimentar, ofertou dois cursos de formação no espaço Kaparaó, o “Curso básico de panificação: noções práticas”, e o curso “Horta caseira: noções práticas”. Durante o curso de panificação, aspectos relacionados a noções de precificação e embalagem para venda foram abordados e como resultado das atividades, as receitas produzidas durante a formação, foram comercializadas na festa de aniversário da cidade - dia 22 de agosto de 2022 -, momento que as/os participantes tiveram a experiência de vender os produtos.

Observamos assim, com esse relato de experiência, que os esforços na área da Economia Solidária, para que progridam e contribuam na formação de cenários pautados na autogestão, solidariedade e vínculos entre diferentes empreendimentos solidários para a formação de redes e desenvolvimento dos territórios alvos, políticas públicas como a empregada pelo Bolsa Cidadania, necessitam de continuidade e constância em suas práticas, pois são capazes de estimular cenários emancipadores e que venham a extravasar aos grupos aos quais se destinam, abrangendo comunidades inteiras.

Referências

Araraquara. Lei nº 9.344, de 15 de agosto de 2018. Institui o Programa Municipal Territórios em Rede e dá outras providências. A Cidade, n. 184, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3cYo81d>. Acesso em: 5 out. 2020.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, Moacir. Economia solidária como práxis pedagógica. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.



Paiva, Camila Capacle; SILVA, Edinho. A política pública de economia criativa e solidária do município de Araraquara/SP. Repositório do conhecimento do IPEA, v.70, p. 137-152, set. 2020.



SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

INCORPORACIÓN DE LA COOPERACIÓN EN EL TRABAJO PEDAGÓGICO DE COOPERATIVAS DE EDUCACIÓN EN URUGUAY

72

Victoria Díaz Reyes, Udelar
dz.victoria@gmail.com

Resumo

A partir de un debate teórico centrado en los planteos de Martí, Rodríguez y Camilletti (2005) en relación a las afectaciones que provoca la matriz de surgimiento en las cooperativas, la mirada de Rockwell (2005) en cuanto a los procesos de apropiación y las aportaciones de Moreno, Rojo, Real, De Pena y Cosse (2013), sobre la internalización de la cooperación, el presente trabajo tiene por objetivo analizar los desafíos que emergen en cuanto a la incorporación de la cooperación en el trabajo pedagógico que llevan adelante cooperativas de trabajo que gestionan centros educativos en Uruguay. Para ello, se utilizan datos cualitativos de un censo efectuado en el año 2021, en el marco de un proyecto de investigación⁶ financiado por la Comisión Sectorial de Investigación Científica de la Udelar, emergido como iniciativa del Área de Estudios Cooperativos y Economía Solidaria conjuntamente con la Federación de Cooperativas de producción del Uruguay y el Instituto Nacional del Cooperativismo, que tiene como uno de sus cometidos principales estudiar el tipo de propuesta educativa que desarrollan cooperativas de educación y sus formas organizacionales. Mediante el mismo se accede a información de 64 cooperativas de un total de 92 activas relevadas en 2020 dentro del país, que gestionan 72 centros educativos, entre los cuales se encuentran Centros de Atención a la Infancia y la Familia, centros para jóvenes, centros de apoyo escolar y socialización para niños y niñas fuera del horario escolar, centros de educación inicial, primaria, secundaria, así como 31 programas y proyectos diversos que no necesariamente se desarrollan en ello. La información relevada, permite problematizar entorno a cómo si bien un 72% de las cooperativas explicitan la incorporación de la cooperación en su propuesta pedagógica, al combinar esto con datos cualitativos, específicamente obtenidos a través de entrevistas en profundidad a cooperativas con distintos perfiles, se visibiliza un gran contraste en tal incorporación, al especificarse que esto se realiza de forma natural dentro de la cotidianeidad sin planificación previa, demostrando su ausencia. Como consideraciones finales, el trabajo coloca en evidencia la gran influencia que posee la matriz de surgimiento, el proceso de internalización y apropiación de la cooperación que se desprende de ella y se da en el marco de cada cooperativa para lograr incorporar efectivamente dicha cooperación en las propuestas pedagógicas.

Palavras-chave: Cooperativas de educació; Cooperación; Trabajo pedagógico.

Abstract

From a theoretical debate centered on the ideas of Martí, Rodríguez and Camilletti (2005) in relation to the effects caused by the matrix of emergence in cooperatives, the view of Rockwell (2005) in terms of the appropriation processes and the contributions of Moreno, Rojo, Real, De Pena and Cosse (2013), on the internalization of cooperation, the present work aims to analyze the challenges that emerge regarding the incorporation of cooperation in the pedagogical work carried out by cooperatives. of work that manage educational centers in Uruguay. To do this, qualitative data from a census carried out in 2021 is used, within the framework of a research

⁶ Denominado “Cooperativas de trabajo que gestionan centros y propuestas educativas en Uruguay. Relevamiento dimensionamiento en el campo de la educación, principales características, propuestas pedagógicas y cooperación”

project financed by the Sectoral Commission for Scientific Research of Udelar, emerged as an initiative of the Area of Cooperative Studies and Solidarity Economy together with the Federation of Production Cooperatives of Uruguay and the National Institute of Cooperatives, which has as one of its main tasks to study the type of educational proposal developed by educational cooperatives and their organizational forms. Through it, information is accessed on 64 cooperatives out of a total of 92 active surveyed in 2020 within the country, which manage 72 educational centers, among which are Child and Family Care Centers, youth centers, school support and socialization for boys and girls outside school hours, initial, primary, secondary education centers, as well as 31 different programs and projects that are not necessarily developed in it. The information collected allows problematizing around how, although 72% of the cooperatives make explicit the incorporation of cooperation in their pedagogical proposal, when combining this with qualitative data, specifically obtained through in-depth interviews with cooperatives with different profiles, makes visible a great contrast in such incorporation, by specifying that this is done naturally within daily life without prior planning, demonstrating its absence. As final considerations, the work highlights the great influence that the emergence matrix has, the process of internalization and appropriation of the cooperation that emerges from it and occurs within the framework of each cooperative to effectively incorporate said cooperation in the pedagogical proposals.

Keywords: Education cooperatives; Cooperation; Pedagogical work.

Acerca de la incorporación de la cooperación en el trabajo pedagógico en las cooperativas de educación uruguayas

Al analizar dentro del proyecto que se lleva adelante los datos relevados, se detecta como de 64 cooperativas, un 72% (la mayoría de estas), responde que incluye la cooperación y el cooperativismo en su propuesta educativa. Sin embargo, al clarificar dentro del formulario autoadministrado proporcionado, de qué modo se da efectivamente dicha incorporación, se visualiza que se lleva adelante a través de actividades cotidianas, dentro de talleres, o por medio de lo lúdico, en dónde prima el trabajo con valores o principios del cooperativismo, tales como solidaridad, compromiso, igualdad, empatía, responsabilidad social, entre otros, siendo esto parte de un eje o tema transversal dentro de las prácticas educativas que vienen efectuando en cada centro de forma natural, sin planificación previa. Esto puede confirmarse a través de lo enunciado en entrevistas a socios/as de la cooperativa:

No tenemos un proyecto pedagógico desde lo cooperativo, sino que trabajamos principios cooperativistas dentro del proyecto pedagógico e institucional, (...) lo cooperativo ya está en nosotros, en cada cosa que hacemos, es natural, se da (S1).

Yo como profesora, lo tengo que trabajar (...) hago énfasis en ese tema porque somos una cooperativa, más que nada en los valores cooperativos que están en todo y los alumnos se dan cuenta de eso (...) el cooperativismo ya existe en lo cotidiano, no se hace algo específico (S2)”

Si bien las propuestas desde el aprendizaje cooperativo generan mejores aprendizajes, los y las colegas, usan más que nada una metodología cooperativa en la vida diaria. La diferencia está en que debe existir planificación y asignación de roles, entendiendo que el producto que se genere, parte de un proceso que se lleva adelante entre todos (S3).

Nosotros trabajamos la cooperación en la diaria, ya sea desde juntar los juguetes, a hacer alguna actividad en concreto, para colaborar, tener un fin o producto, ahí lo trabajamos, se ve todos los días la cooperación, capaz no decimos, mirá vamos a cooperar ahora, no, pero si las propuestas son para tener un bien común, se está haciendo hincapié al cooperar, desde el compartir, en las tareas más básicas, todo lo que es cuidado personal, en el momento de alimentación, alguien pone los cubiertos, otros los vasos, lo que ellos pueden, la autonomía en la vida diaria, en las actividades de la vida diaria que colaboren, en relación a esto no tenemos nada escrito, no está explicitad

Podría identificarse, por tanto, que la incorporación de la cooperación en la propuesta pedagógica desde una planificación específica y pienso colectivo se encuentra ausente. Esto se encuentra en enlace directo con otro aspecto sustantivo detectado dentro de las entrevistas efectuadas a estas cooperativas, una disociación en la forma en que se concibe la cooperativa y el centro educativo, lo que significa que es como si se tratara en ambos casos de instancias independientes. Al respecto, algunos socios señalan:

La propuesta educativa se ha intentado armar con el equipo de trabajo, pero si bien todos somos miembros de la cooperativa, y esto es una discusión desde el equipo, el centro es el centro educativo y la cooperativa es otra cosa (S4).

Son dos cosas totalmente diferentes, eso también cuesta entender entre nosotros, que es diferente, que una cosa es gestionar un centro como cooperativa y otra cosa es trabajar en el CAIF (S5).

A raíz de ello, se hace necesario problematizar acerca de que es lo que provoca lo planteado, para ello es importante preguntarse ¿Qué ocasiona la ausencia de la incorporación de la cooperación en el trabajo pedagógico? ¿Qué provoca la disociación planteada? ¿Cuál es la vinculación existente entre ambas?

Influencia de la matriz de surgimiento

Un primer punto que ayuda a dilucidar tal cuestión se encuentra en la matriz de surgimiento. De acuerdo a las respuestas obtenidas a través de la encuesta realizada, un 69% de ellas (15 cooperativas), explicita, en primer lugar, dentro de las opciones dadas, “motivación por trabajar de forma cooperativa”, lo que demuestra un interés por el

formato cooperativo. En segundo lugar, se encuentra “necesidad de trabajo de socios/as”, un 51% de ellas lo menciona y en un tercer puesto con un 35% de mención “transición a cooperativa por reorganización de anterior modalidad”. Por último, “cierre de fuente laboral (por quiebre de empresa/centro educativo), en un 28% de las cooperativas.

Siguiendo los planteos de Martí, Rodríguez y Camilleti (2019), puede afirmarse que las cooperativas que surgen por recuperación (entre ellas las que atienden a esa reorganización con respecto a la modalidad anterior o quiebre de empresa/centro educativo), procuran abocarse a la supervivencia, encontrándose la cultura cooperativa, asociada mayormente al fortalecimiento de la organización adquirida (es decir a su estructura, organización, al respecto de roles o funciones de cada uno de los órganos de la cooperativa, la participación democrática). En ellas no solo existe una fuerte disociación pautada con respecto al centro que gestionan y la cooperativa, sino que la incorporación de la cooperación en lo pedagógico, según estos autores, es más difícil no solo por lo mencionado, además porque los asociados deben cambiar la mentalidad asalariada que poseen, debido a haber sido trabajadores dependientes. Esto fue identificado en las entrevistas realizadas:

Nosotros trabajábamos para una ONG, comenzaron a haber algunos problemas e inconvenientes en la operatividad del trabajo, en cuestiones salariales, etc., lo que sucedía era que el dinero que se debía invertir en los adolescentes era malgastado. Teníamos que hacer maravillas con el poco dinero que quedaba luego de esas malas gestiones. Entonces, nos empezamos a movilizar como equipo de trabajo, comenzando un proceso de investigación interna, luego de algunas denuncias que efectuamos. Se termina quitando a la ONG de la gestión en diciembre de 2019. Antes de que eso ocurriese, nos habían guiado en la propuesta de la creación de una cooperativa de trabajo como para que el día de mañana, la gestión dependiera enteramente de nosotros como colectivo. Eso sucedió en septiembre de 2019. Cuando en diciembre le retiran la concesión del proyecto a la ONG, nosotros ya teníamos todo preparado para dar el paso de concebirnos legalmente como cooperativa. En ese momento, nos propusimos, más que nada, hacer cursos de cooperativismo para que cada uno pueda entender más la cabalidad de las funciones, que le atañen desde la estructura cooperativa en relación a los roles que cada uno llevamos a cabo (S6).

Lo que nos falta a nosotros todavía y es lo que tratamos y en este momento estamos luchándola y remándola es trabajar todos juntos (...) siempre somos los mismos, estamos los mismos, la remamos los mismos. Nosotros necesitamos cambiar la mentalidad asalariada que tenemos, porque en la cooperativa es distinto, trabajar desde la cooperación es diferente, nos tenemos que ayudar entre todos (S8).

Por otro lado, en aquellas cooperativas que surgen a partir de una iniciativa propia, autónoma (incluyéndose en ello motivación por trabajar de forma cooperativa y necesidad de trabajo), la disociación disminuye, aunque la incorporación de la cooperación en lo pedagógico se vuelve compleja, cuando se van incorporando nuevos socios, sobre todo por lo que respecta al cuidado del proyecto y la filosofía que dio origen a la cooperativa, esto lleva a que simplemente se incorporen principios cooperativos que sobre todo son impulsado por aquellos asociados que llevaron adelante la creación de la misma, agregando que por lo general su trabajo se encuentran basados en su propia experiencia y conocimiento, en un compromiso político con la opción cooperativa. En esto, el obstáculo de mayor visibilidad para la cultura cooperativa, se encuentra en la formación de estos nuevos socios y la pasividad que poseen en cuanto a ello. Al respecto, algunos/as socios/as plantean:

Lo otro que nos hemos propuesto ahora, que va a tener la mayoría, es un curso de cooperativa, la idea es horizontalizar los conocimientos en todos los docentes, para poder hablar la misma lengua, porque no todos tenemos esos mismos conocimientos, la misma formación en cuanto a lo cooperativo, eso nos hace perder, como ya pasó, cuando empezamos, los que éramos, me acuerdo que buscamos profesionales que nos dieran talleres, pero de esos ya quedamos pocos, porque si yo quiero llevar adelante una propuesta cooperativa, pero la mayoría no conoce, no va a tener éxito (S7).

Una gran limitante es la formación, me acuerdo que en 2016, varias compañeras con las que empezamos la cooperativa, nos anotamos en el curso de cooperativismo que en su momento hacía el IPES, e hicimos un mini censo en el que, de las treinta y tres cooperativas, solo tres tenían curso de cooperativismo. No hay formación, quien llega nuevo lo va aprendiendo sobre la marcha (...) incluso los proyectos, cómo se gestionan (...) y es todo un ejercicio, aprender a ser cooperativista, se necesita formarse para trabajar desde la cooperación (S8).

En cuanto a la apropiación e internalización de la cooperación

Cuando ya existe en la población una amplia experiencia, y, por tanto, también una cultura cooperativa, se multiplican las posibilidades de creación colectiva (Isola y Martí, 2019).

A partir de los planteos anteriores, podría encontrarse un segundo punto que respondería a la problemática instalada, la apropiación e internalización de la cooperación dentro de las cooperativas.

Siguiendo los planteos de Rockwell (2005), con respecto al término apropiación, puede visibilizarse que la incorporación de la cooperación en la propuesta pedagógica, requiere de un proceso apropiativo de esta que debe darse entre muchos, y para ello,

debe existir una naturaleza cooperativa activa, instalada a la interna de las cooperativas, que origine un accionar concreto en pos de ello desde un sujeto colectivo/cooperativo. Al mismo tiempo, esto se conjuga con el nivel de internalización de la cooperación, el cooperativismo e inclusive el rol cooperativista, como señalan Moreno, Rojo, Real, De Pena, y Cose (2013), que se posea dentro de las mismas, esto tiene relación con la apropiación que cada cooperativa, cada socio/a alcance con respecto a los conceptos o valores vinculados al cooperativismo y la cooperación. Al respecto Cuadrado (2011), señala otro aspecto sustantivo en esto, cuando los principios o valores cooperativos son impuestos, no necesariamente son internalizados por los integrantes. Sobre ello, en las entrevistas se señala:



Nosotros venimos del área de la educación popular y eso también nos hacía resonar que el lugar por el que íbamos era por el cooperativismo, nos formamos porque había que entender lo que es una cooperativa, la cooperación, algunos compañeros tenían algunas experiencias en el cooperativismo, otros no, nos formamos para poder medianamente generar alguna propuesta (S9)

Hace poco que entré como para saber qué es bien la cooperación (...) una reflexión que hice ni bien entré, fue cómo me va a costar salir de trabajar de una lógica de ONG, una lógica más jerárquica, porque todo es aprendizaje, que lleva un tiempo, muchos dolores de cabeza, no es fácil (S10).

La cooperación es la ayuda entre todos, nos ayudamos entre todos, todos aportan, trabajando con el granito de arena, pero acá todavía nos falta, hay gente que no se apropia, hay gente que es cooperativista y nunca se arrima (S11).

En un principio, muy pocas compañeras tenían formación, eran compañeras que vinieron, pero no estaban formadas, teníamos en contra eso, lo bueno es que esas compañeras se fueron formando en todo este tiempo (...), pero de igual modo seguimos buscando capacitaciones (S12).

La falta de apropiación e internalización ocasiona, por un lado, la no visibilidad de “la educación como un proceso de cooperación, de ubicar a esta última como una intencionalidad pedagógica, como idea fuerza de una propuesta pedagógica” (Barrios, Caggiani, De Giacomi, Falkin y Stevenazzi, (2016) y por otro, la no advertencia de la cooperación y la educación como procesos sociales que se integran mutuamente, puesto que las prácticas educativas son de cooperación y las prácticas de cooperación son educativas. Sin embargo, para lograr revertir esto es preciso, atender a un proceso mucho más complejo que no se reduce simples capacitaciones, como expresa Cuadrado (2011).

Bibliografía

Barrios, D; Caggiani, C; De Giacomi, B; Falkin, C y Stevenazzi, F. (2016). Construcción de dimensiones de análisis a partir de proyectos de experimentación pedagógica del Curso Taller de Cooperación y Cooperativismo en la Educación. Recuperado de: <https://pedagogiaemancipatoria.files.wordpress.com/2016/09/barrios-caggiani-de-giacomi-falkin-y-stevenazzi1.pdf>.

Cuadrado, S. (2011). La generación de autonomía en cooperativas sociales y su relación con el Estado. Límites y posibilidades. Tesis Licenciatura en Trabajo Social, Universidad de la República. Recuperado de: https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/8972/1/TTS_CuadradoSoledad.pdf.

Isola, G y Martí, J. P. (2019). El significado y el proceso del cooperativismo uruguayo a treinta años del trabajo de Juan Pablo Terra. En Instituto Humanista Cristiano Juan Pablo Terra. Proceso y significado del cooperativismo uruguayo Juan Pablo Terra. (pp. 11-30). Montevideo.

Martí, J. P; Rodríguez, M y Camilleti, A. (2005). Cooperativas de trabajo en el cono sur. Matrices de surgimiento y modelos de gestión. Recuperado de: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/E10-03.pdf>.

Rockwell, E. (2005). La apropiación, un proceso entre muchos que ocurre en ámbitos escolares. Recuperado de: https://hum.unne.edu.ar/postgrado/especializ_historia/apuntes_bk/Educaci%C3%B3n%20para%20indigenas/2005%20La%20apropiacion%20un%20proceso%20entre%20muchos%20que%20ocurren.pdf.

LAS FORMAS DE LA DIRECCIONALIDAD EN PROPUESTAS EDUCATIVAS QUE BUSCAN INCORPORAR LA COOPERACIÓN Y EL COOPERATIVISMO

79

Diego Barrios, Universidad de la República
diego.barrios@cseam.udelar.edu.uy

Palabras clave: Direccionalidad; Cooperación; Autonomía.

Resumen ampliado

La presente contribución propone relevar las percepciones de docentes de participantes del Curso Taller de cooperación y cooperativismo en la educación (INACOOOP/UdelaR), sobre los “modos de la direccionalidad” en su práctica educativa. Estas perspectivas, se exploran producto del legado del Curso Taller de cooperación y cooperativismo en la educación.

Las percepciones fueron recogidas a partir de un relevamiento a docentes que participaron del Curso Taller 2022, realizado en el Instituto de Formación Docente de Tacuarembó (Ciudad de Tacuarembó, Uruguay).

Las respuestas (producto de la experiencia), y salvando detalles, podrían considerarse análogas a las percepciones de participantes de otras ediciones del Cursos Taller, lo que permite plantear algunas inferencias de carácter general.

Dos componentes para el análisis.

El Curso Taller de cooperación y cooperativismo en la educación es una iniciativa de formación producto de tres instituciones de carácter público; El Instituto Nacional del Cooperativismo (INACOOOP), órgano responsable de la promoción de la política pública sobre cooperativismo y economía social en Uruguay, el Consejo de Formación en Educación (CFE)⁷, institución de formación de docentes para la enseñanza primaria y media en Uruguay (quien otorga la acreditación formal para el Curso Taller), y la Universidad de la República, responsable del equipo docente, a través del *Área de estudios cooperativos y economía solidaria*, del Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio (SCEAM).

⁷El CFE es un órgano desconcentrado de la Administración Nacional de Educación Pública (ANEP)

El Curso Taller⁸ se desarrolla desde 2012 en diversos Institutos de Formación Docente del país. Participan docentes de los distintos sub-sistemas de enseñanza (primaria, educación media, educación media técnica, y formación docente), estudiantes de carreras acreditadas de formación docente, y educadoras/es de programas y proyectos socio-educativos (públicos y privados).

El Curso Taller tiene como objetivo incorporar la cooperación y el cooperativismo en las prácticas educativas, a partir de la experimentación de las/os docentes participantes. La formulación pedagógica del Curso Taller, parte de conceptualizaciones acerca de la “cooperación” (Tiriba/De Jesús 2004, Barrios/Gómez 2021), de la “autogestión” (Albuquerque 2004, Hudson 2010), la “autonomía” (Castoriadis 2008–2013, Barrios/Díaz/Stevenazzi 2022), la “forma escolar” (Lahire/Vincent/Thin 2001, Stevenazzi 2017) y la relación “forma-contenido” (Stevenazzi 2010, Barrios/Díaz/Stevenazzi 2022).

Los modos de la direccionalidad. El concepto de “direccionalidad” es originario de los estudio sobre la industria del cine. Busca reconocer, qué, para quienes y desde quienes se proyecta una producción filmica, el conjunto de ideas y valores que se establecen, las distintas configuraciones que proyecta sobre la raza, el género, las relaciones sociales, el control y el cambio social.

De allí Elizabeth Ellsworth (2005), traslada el concepto al análisis del campo de la educación, procurando discernir los sentidos en los modos de la direccionalidad. La direccionalidad es entendida como el “posicionamiento (yo soy esto), y con la transmisión de ese concepto a través del lenguaje.” (Acaso 2018). Es el resultado que surge a partir de múltiples factores como el tono de voz, el manejo del espacio del aula, la selección de útiles y recursos en el aula e incluso del lenguaje corporal, es la forma de “materializar el inconsciente en la educación” (Acaso 2018).

Los términos de una direccionalidad, “están llamados precisamente, a formar, anticipar, encontrar o cambiar la persona que el estudiante piensa que es”. Es una forma de construcción del otro a través de la irrupción de múltiples formas y acciones que

⁸La propuesta se desarrolla en dos espacios de manera paralela. Instancias presenciales de “aula”, donde se abordan contenidos y sobre todo se producen diálogos e intercambios sobre el avance de la experiencia, y en segundo lugar, la experimentación pedagógica que realiza cada una/o de las/os participantes en su proyecto de trabajo. El proyecto de trabajo consiste en incorporar en la práctica educativa que cada docente realiza de manera cotidiana, la cooperación y el cooperativismo, tanto como contenido, como método. Una sistematización de las distintas experiencias se encuentra disponible en www.inacoop.org.uy

parten de como las/os docentes perciben y prefiguram a las/os estudiantes. La interrogante producto de este pre-figuración se formula de la siguiente manera; “¿de que forma los profesores crean diferencia en el poder, el conocimiento y el deso, no solo a través de lo que enseñan, sino también a través de como se dirigen a sus estudiantes?” (Ellsworth 2005; 18).

Sin embargo, la autora, entiende que no hay una forma posible de direccionar la tarea pedagógica, en el entendido que las “personas” no son lo que las direccionalidades pedagógicas piensan que son esas “personas” (Ellsworth 2005; 18). Subyace en la formulación de esta premisa, lo “impredecible”, lo “inacorde”, lo “incontrolable”, “rebelde” y “desobediente” de la relación pedagógica, lo que sustenta la idea de una “paradoja” en la relación estudiantes y profesores. En resumidas cuentas, los modos de la direccionalidad, de manera contraria a las concepciones pedagógicas que plantean un “deber ser”, es una formulación analítica que en si misma encierra y encarna “incertidumbres”, pero que contribuyen a una forma de discernimiento de las formas y contenidos que se entrelazan en una relación pedagógica.

En términos de la presente contribución, pretendemos avanzar en la comprensión de las representaciones, los significantes producto de la relación pedagógica entre profesores y estudiantes, a partir de prácticas educativas que buscaron incorporar la “cooperación” y la “autonomía” en sus prácticas educativas.

La inclusión de la cooperación y la autonomía en educación tiene una relación inversa a la forma escolar tradicional (Stevenazzi/Díaz/Barrios 2022). En ese sentido pensar “otra” direccionalidad es una construcción que se experimenta desde múltiples contradicciones. La pregunta de investigación que sustenta este trabajo puede ser planteada de la siguiente manera; ¿qué direccionalidades emergen en prácticas educativas que incorporan perspectivas de la cooperación y la autonomía?.

See realizó un relevamiento que recogió percepciones (respuestas), de docentes (profesoras/es), participantes del curso taller de cooperación y cooperativismo en la educación. El relevamiento se instrumentó a través de un formulario online auto-administrado con respuestas abiertas. Buscó identificar cambios en relación al uso de los *espacios*, cambios en relación al *lenguaje corporal*, cambios en relación a la *didáctica*, cambios en el abordaje de *contenidos*, y en la relación entre *pares docentes*.

Las percepciones acerca del sujeto-otro, se asocian de manera generalizada considerando a las/os estudiantes como *“aprendices y enseñantes”, “con deseos de aprender”, “fundamentales en el proceso de construcción de la sociedad”, “capaces de llevar adelante su aprendizaje con autonomía”, “individuos que deben ejercitar su poder de decisión”*. Podría decirse, que hay visión general “pogresista” del sujeto, y que de alguna manera, guardan relación y dialogan con los presupuestos de las ideas de “cooperación” y la autonomía”. Sin embargo, no necesariamente estas percepciones son coherentes con la práctica cotidiana docente, producto de las múltiples contradicciones entre relato y la acción educativa.

Sobre los cambios en relación al espacio (aula/extra-aula). Se identifica un conjunto significativo de respuestas con avances en relación al uso del espacio, por ejemplo, se entiende que *“los estudiantes se apropiaron del trabajo y no ocurrieron los inconvenientes que siempre suceden al trabajar fuera del marco del aula”,* por otro lado, se visitaron *“instituciones, se invitó a otras personas a participar y cooperar en este proceso educativo y ocupar un lugar en el espacio ahora dinámico y cambiante”*. La irrupción del curso taller provocó algunas alteraciones de los espacios, produciendo otras sentidos; *“afirmé la teoría de que los espacios de aprendizaje no se reducen únicamente al aula, sino que pueden darse en distintos ámbitos: patio, barrio, hogar”* o la necesidad de *“trabajar más cercano a los estudiantes y no de la distancia del escritorio”*.

Sobre los cambios experimentados sobre el lenguaje corporal. Para este caso, la mayor parte de las respuestas apuntan a transformaciones en el uso del lenguaje corporal; *“sentarse en el suelo con los alumnos y alumnas. dejar de estar al frente del salón o al medio de la rueda”, “la incorporación de la cooperación y la autonomía me permitieron tanto a mi como a mis estudiantes movernos con más soltura y seguridad”,* a consideraciones críticas que entienden que aquel docente rígido, tradicional *“será un docente que prácticamente imparte su clase en el frente del aula, cerca de su escritorio, sin trasladarse, sin moverse, sin dejar que los niños se muevan”*. La incorporación de otros usos del cuerpo y la movilidad, producen micro-rupturas en relación a la forma escolar, y permiten acercarse a prácticas que democratizan la relación profesoras/es estudiantes, *“la expresividad se hace necesario y determinante a la hora de trabajar como colectivo”*.

Sobre los cambios en relación a la didáctica. Considerando la propia amplitud del concepto de didáctica, hay una interpretación generalizada en referencia a los usos de las distintas técnicas de enseñanza. Hay un reconocimiento extendido sobre la producción colectiva (profesoras/es y estudiantes) que hacen a la cotidianidad de la práctica educativa; *“se aplicó el cooperativismo en el abordaje de todas las áreas, como una estrategia de aprendizaje. Los niños empezaron a tomar decisiones sobre cómo querían aprender. Comenzaron a cuestionar, a sentirse más seguros, aprendiendo unos de otros y con otros en una relación de horizontalidad”*. Por otro lado se plantea que, *“este punto fue el quiebre más importante en lo que a mi respecta, gracias al curso. Comencé a experimentar una didáctica más flexible y abierta a los imprevistos y experimentación”*, hay un *“tratar de comenzar a pensar desde lo colectivo lleva a repensar las prácticas de planificación, de exposición, de propuestas de tareas”*.

Sobre los cambios en relación a los contenidos. En este tema, aparecen reflexiones relevantes que marcan alteraciones en el manejo de contenidos. La mayor parte de las respuestas si inclinan por enfatizar en las formas de construcción de contenidos; *“cambió la forma de abordarlos. se pueden organizar y conectar de manera que se construyan en forma colectiva”*, o que *“el cambio fue tener una nueva mirada sobre los mismos y no enseñarlos desde una concepción individual y competitiva sino de intentar formular un aprendizaje colectivo y constructivo”*.

Sobre los cambios experimentados en la relación con pares docentes. También para este caso la mayor parte de las respuestas coinciden en adjudicar ciertos cambios que van desde *“una mayor comunicación y entendimiento”*, *“un acercamiento de las compañeras, una mayor comprensión de la forma de trabajo que desarrollo y una mayor aceptación de la validez de la misma”*, a comenzar *“a trabajar de forma cooperativa planificando en conjunto, compartiendo experiencias, y ayudándonos mutuamente a resolver cuestiones que se presentan en el día a día”*. Aparecen micro-transformaciones producto de un acercamiento, diálogo e intercambio entre pares docentes. Hay un esclarecimiento del lugar y las posibilidades de la tarea docente, producto de ese intercambio y reflexión conjunta.

Algunas consideraciones finales

Las transformaciones en los modos de la direccionalidad parten de presupuestos que emergen desde la concepción del sujeto-otro. Esto, también es atravesado sobre la percepción que el docente “creé”, tienen sus estudiantes sobre si mismo. Lograr alterar estas percepciones, que no son más que construcciones ideológicas y pre-formativas, parte del tránsito planificación-experimentación-reflexión (Stevenazzi/Díaz/Barrios 2022).

Los procesos de experimentación pedagógicas (desarrollo de proyectos de trabajo), que buscaron incorporar la cooperación y la autonomía en la propuesta educativa, y el uso de la reflexión y el intercambio en el espacio del curso taller de cooperación y cooperativismo en la educación, afectaron en la producción de cambios y micro-rupturas en los modos de la direccionalidad.

La selección de variables incorporadas en este análisis (espacios, lenguaje corporal, didáctica, contenidos, relación pares docentes), aunque siempre limitada, es esclarecida en relación a identificar alteraciones en la práctica educativa. La “cooperación” y la “autonomía”, como sentidos opuestos a la forma escolar hegemónica (Stevenazzi/Díaz/Barrios 2022), requiere de una irrupción de otros sentidos, otras prácticas y otros modos de la direccionalidad.

Bibliografía

BARRIOS D., DÍAZ V., STEVENAZZI F. (2022); “Continuidades y rupturas en la incorporación de la cooperación en la educación”. En “Processos associativos e cooperativos: educação, sustentabilidade e formas organizativas”. Dossiê Revista Org y Demo, Marília (SP), pags. 83 – 98.

BARRIOS D., GÓMEZ C. (2021); “Intencionalidades pedagógicas. Algunos elementos de la experiencia educativa de la Escuela de Verano del PROCOAS”. En “Cooperação y Desenvolvimento Rural. Olhares Sul-Americanos”. Letras Contemporaneas, Santa Catarina, Brasil. Pags. 36-53.

ELLSWORTH E. (2005): “Posiciones en la enseñanza. Diferencia, pedagogía, y el poder de la direccionalidad”. Ediciones Akal, Madrid, España.

ACASO M. (2018): “Pedagogías invisibles. El espacio del aula como discurso”. Los libros de la Catarata ediciones. Madrid

MATRICES DE SURGIMIENTO DE LAS COOPERATIVAS DE EDUCACIÓN EN URUGUAY

85

Rosina Pérez, Área de Estudios cooperativos y economía solidaria, SCEAM - UDELAR,
perezmenafra@gmail.com

Resumen

El objetivo general del trabajo es analizar las matrices de surgimiento de las cooperativas de trabajo que gestionan centros, programas y proyectos educativos en Uruguay, poniendo especial atención en aquellas cooperativas que surgen a partir de procesos de transición con relación a modalidades preexistentes. A partir de un debate teórico centrado en el abordaje de empresas recuperadas por los trabajadores y trabajadoras, así como de una clasificación de matrices de surgimiento (Riero y Rebón 2020; Camiletti et al., 2005) se analizan las cooperativas de educación en Uruguay y se realiza una descripción de sus principales características. El trabajo utiliza datos cuantitativos, originados en un censo de cooperativas de educación realizado en 2021, en el marco del Proyecto de Investigación “Cooperativas de trabajo que gestionan centros y propuestas educativas en Uruguay. Relevamiento, dimensionamiento en el campo de la educación, principales características, propuestas pedagógicas y cooperación”, que identificó 92 cooperativas activas en 2020 y que logró acceder a información de primera mano de 64 de ellas. Combina el abordaje cuantitativo, con entrevistas en profundidad realizadas a cooperativas con distintos perfiles. La información relevada muestra que las cooperativas de educación creadas a partir del cierre de fuente laboral (por quiebra de empresa o centro educativo) o por transición a cooperativa por reorganización de anterior modalidad (OSC, por ejemplo) representan la mitad de los casos relevados, es decir 32 cooperativas. Al profundizar en la manera en que se da la transición en relación con la modalidad anterior, se identifican casos que pasaron por una “transición amigable”, muchas veces con aval de la organización anterior, que fomenta que los trabajadores asuman la gestión de la cooperativa. En otros casos, la transición se da de forma más abrupta, ante dificultades de gestión que comprometían la continuidad de la fuente de recursos o ante la amenaza de cierre repentino de la institución preexistente. Como consideraciones finales, el trabajo pone en evidencia que la formación de cooperativas de educación a partir de procesos de reconversión de modalidades anteriores es un fenómeno de una magnitud importante en Uruguay. Por otro lado, la matriz de surgimiento es una dimensión que puede resultar clave para entender diferentes aspectos de la organización y desarrollo de las cooperativas, como por ejemplo la forma de gestión, la organización del trabajo, la propuesta educativa y el lugar que se le da al cooperativismo y la cooperación en la propuesta.

Palabras clave: Cooperativas de educación; Matriz de surgimiento; Gestión colectiva.

Introducción

Uruguay registra cooperativas que gestionan centros, programas y proyectos educativos desde 1990. Pero es a partir de 2008 que se da un crecimiento considerable de estas formas organizativas, como resultado de cambios en el contexto, novedades en materia de regulación de las cooperativas, en la arquitectura institucional de apoyo al sector y transformaciones sociales más amplias, que operaron como estímulo directo o indirecto a su formación.

Las cooperativas que gestionan centros, programas y proyectos educativos son un tipo específico de cooperativa de trabajo⁹. Desde 2008, año en que se aprobó la Ley General de Cooperativas y se creó el Instituto Nacional del Cooperativismo (INACOO), las cooperativas de trabajo han pasado de 359 entidades en 2008 a 438 en 2019 (INACOO, 2020). Los datos disponibles para el segmento de cooperativas de educación muestran un crecimiento parecido, incluso más intenso y sostenido que para el total de cooperativas de trabajo, pasando de 28 en 2008 a más de 90 en 2020.

Un factor que contribuyó para este crecimiento fue la expansión de las políticas de primera infancia en Uruguay, y la posibilidad de que las cooperativas realicen convenios con el estado para gestionar centros que atienden distintas poblaciones. En muchos casos las cooperativas se vuelven ejecutoras de políticas públicas, en el marco de políticas intersectoriales que se estructuran mediante alianzas entre los diferentes niveles de gobierno del estado y Organizaciones de la Sociedad Civil (OSC). Otras cooperativas gestionan centros de educación primaria, secundaria, o programas y proyectos diversos con o sin apoyo del estado.

En este trabajo nos centramos en las matrices de surgimiento de las cooperativas que gestionan centros, programas y proyectos educativos, en el entendido de que es una dimensión clave para entender diferentes aspectos de la organización y del desarrollo de las cooperativas, que puede tener incidencia en la forma de gestión, la organización del trabajo, la propuesta educativa y el lugar que se le da al cooperativismo y a la cooperación en la misma.

Utiliza datos originados en un censo de cooperativas de educación realizado en 2021, en el marco del Proyecto de Investigación “Cooperativas de trabajo que gestionan centros y propuestas educativas en Uruguay. Relevamiento, dimensionamiento en el campo de la educación, principales características, propuestas pedagógicas y cooperación”¹⁰, que identificó 92 cooperativas activas en 2020 y que logró acceder a

9 Es una modalidad que tiene como principal objetivo “proporcionar a sus socios puestos de trabajo mediante su esfuerzo personal y directo, a través de una organización conjunta destinada a producir bienes o servicios en cualquier sector de la actividad económica”.

10 Llevado a cabo por el Área de Estudios Cooperativos y Economía Solidaria del Servicio Central de Extensión de la Universidad de la República, con el apoyo de la Comisión Sectorial de Investigación Científica (CSIC), de la UdelaR, en el marco de la Modalidad 1 – Vinculación Universidad / Sector Productivo. El proyecto tiene como contraparte la Federación de Cooperativas de Producción del Uruguay con el apoyo del Instituto Nacional del Cooperativismo (INACOO).

información de primera mano de 64 de ellas. La información cuantitativa generada en el relevamiento se combina con entrevistas en profundidad realizadas a cooperativas de educación con distintos perfiles y características.

Los hallazgos dialogan con un marco conceptual que propone una clasificación de las matrices de surgimiento de las cooperativas, vinculado al análisis de experiencias de empresas recuperadas por los trabajadores y trabajadoras en distintos contextos nacionales (Rebón y Riero; 2020, Camilletti et al, 2005).

Matrices de surgimiento de las cooperativas de educación en Uruguay

La investigación buscó profundizar en los motivos que inciden en el surgimiento de las cooperativas que gestionan centros, programas y proyectos educativos. Tanto en el abordaje cuantitativo como en las entrevistas, se indaga en los factores que ayudan a entender los procesos mediante los cuales se originan los emprendimientos.

Existe una extensa literatura que aborda empresas recuperadas por trabajadores y trabajadoras, que se enfoca en las matrices de surgimiento. La literatura sobre recuperación de empresas refiere más que nada a unidades productivas que son gestionadas por sus colectivos de trabajadoras/es cuyo origen se encuentra en la reconversión de empresas capitalistas tradicionales (Rieiro y Rebón, 2020). En el caso de las cooperativas de educación, la reconversión se da a partir de organizaciones civiles sin fines de lucro (ONGs, OSC, Fundaciones)¹¹.

Vanek (en Camilletti et al, 2005) es una referencia importante en la clasificación de matrices de surgimiento de las cooperativas. El autor hace una clasificación en la que identifica cinco modalidades de nacimiento: la quiebra, que genera que los trabajadores asuman la gestión de la empresa capitalista quebrada; la reorganización amigable, que implica la transición hacia una gestión cooperativa que cuenta con el consenso de todas las partes; la reorganización agresiva, en la cual la autogestión es impuesta por los trabajadores; la formación espontánea de una nueva cooperativa, que nace sin experiencia previa y por último, la creación de una empresa desde cero con ayuda externa. Estas categorías fueron revisadas y reformuladas posteriormente, a la luz de la experiencia latinoamericana de las cooperativas de producción. Terra (1984) distingue

¹¹ En la legislación uruguaya no existe posibilidad de que empresas de capital gestionen centros educativos.

cuatro matrices de surgimiento de cooperativas de producción: transferencia a los trabajadores de empresas deficitarias, cooperativas que surgen a partir del impulso autónomo de los trabajadores, la organización creada a partir de una influencia externa, y las cooperativas promovidas por la acción estatal.

En el relevamiento de cooperativas realizado en 2021, al preguntarles sobre los principales motivos que incidieron en la formación de la misma¹², la opción que más se mencionó fue “motivación para trabajar de forma cooperativa”, señalada por 69% de los emprendimientos relevados como uno de los principales motivos. La segunda opción fue “necesidad de trabajo de los asociados/as/es”, mencionada por 51% de las cooperativas. En tercer lugar: “Transición a cooperativa por reorganización de anterior modalidad”, mencionada por 35% de las cooperativas y en cuarto lugar la opción “Cierre de fuente laboral (por quiebra de empresa / centro educativo)”, por 28% de las cooperativas como uno de los principales motivos de surgimiento.

En este trabajo analizamos especialmente aquellas experiencias que surgen a partir de procesos de transición en relación a modalidades preexistentes. La información relevada muestra que las cooperativas de educación creadas a partir del cierre de fuente laboral o por transición por reorganización de anterior modalidad representan la mitad de los casos relevados, es decir 32 cooperativas¹³. Al profundizar en la manera en que se da la transición, se identifican casos que pasaron por una “transición amigable”, muchas veces con aval de la organización anterior, que fomenta que los trabajadores asuman la gestión de la cooperativa. En otros casos, la transición se da de forma más abrupta, ante dificultades de gestión identificadas previamente que comprometen la continuidad de la fuente de trabajo o ante la amenaza de cierre repentino de la institución preexistente.

Las entrevistas realizadas permitieron profundizar en las particularidades que adoptan los procesos de transición en las diversas cooperativas de educación identificados en el relevamiento. Se observa que existen distintos factores que pueden

12 La forma en que se preguntó fue a partir de opciones no excluyentes, es decir, las cooperativas responden si había sido uno de los principales motivos de surgimiento por sí o por no.

13 Esto corresponde a la suma de las cooperativas que mencionan una de las dos opciones o ambas. Se opta por agregar las respuestas, ya que la diferencia entre ambas radica más que nada en la forma en que se da la ruptura/continuidad con la modalidad anterior (más o menos abrupta y con colaboración o sin colaboración de la institución).

actuar como disparadores, con diferencias según se trate de instituciones dedicadas a enseñanza primaria y secundaria o a organizaciones civiles que trabajan con primera infancia o adolescencia. En ambos casos se visualiza un desinterés por parte de las instituciones previas de continuar ofreciendo el servicio educativo, sea por definiciones institucionales más amplias o por cambios en los requisitos que impone el estado para prestar el servicio, que hacen menos atractivo el desarrollo de la actividad. También existen casos de instituciones en las que hay cierto grado de conflicto en el proceso de ruptura, que viene de momentos anteriores de insatisfacción de los trabajadores y trabajadoras con la forma en que se gestionan los centros.

Las primeras cooperativas de educación que se registran en el país son centros de educación primaria y secundaria que surgen de un proceso de transición o cierre en relación a centros que habían sido gestionados por congregaciones religiosas. Por diferentes motivos que es imposible abordar en profundidad en el marco de este trabajo, dichas congregaciones se retiran de la actividad e incentivan que la gestión sea asumida por parte de los trabajadores y trabajadoras. En muchos casos se mantienen vínculos posteriores a la transición por parte de las cooperativas, que utilizan instalaciones que siguen siendo propiedad de la congregación o en ocasiones mantienen incluso cierta continuidad de actividades.

En el caso de las cooperativas que surgen a partir de una transición en relación a organizaciones de la sociedad civil, existe un factor subyacente que tiene que ver con la organización de los trabajadores. Hacia 2006 y 2007 se da un proceso de articulación de trabajadores que viabiliza, entre otras cosas, la posibilidad de establecer convenios entre las cooperativas e instituciones del estado rectoras de las políticas de infancia y adolescencia en el país (INAU). Esto contribuye a que a partir de 2008, puedan surgir diversas experiencias gestionadas por los trabajadores que asumen centros CAIF¹⁴ o centros juveniles. Vale destacar el contexto social que estaba atravesando Uruguay de retomada de los Consejos de Salarios desde 2005, que tuvo un efecto positivo sobre la organización de los trabajadores.

Si bien luego de 2013 surgen algunas cooperativas educativas por cierre o transición, esta modalidad se observa principalmente en el período 2008 a 2013.

14 Centros de Atención a la Infancia y la Familia

Posteriormente son más frecuentes las cooperativas que mencionan como principal factor la motivación para trabajar de forma cooperativa. Es decir que en cierta forma, son los centros recuperados por trabajadores y trabajadoras que abren el camino para nuevas cooperativas que se desarrollan en años posteriores, que nacen con un perfil cooperativista gestado desde su formación. Sin embargo, es importante aclarar que entre las cooperativas que mencionan la motivación por trabajar de forma cooperativa se combinan distintas situaciones: hay experiencias donde predomina un factor más ideológico en relación a la importancia del cooperativismo como núcleo de la experiencia, aunque también se identifican algunas experiencias que se organizan siguiendo la modalidad cooperativa con un interés más instrumental, porque permite acceder a lconvenios con el estado.

Consideraciones finales

El trabajo pone en evidencia que la formación de cooperativas de educación a partir de procesos de reconversión de modalidades anteriores es un fenómeno de una magnitud importante en Uruguay. A su vez constituye una referencia para el surgimiento de nuevas cooperativas, porque genera experiencias y aprendizajes que se acumulan y pueden operar como estímulos en un segmento en crecimiento, marcado por la posibilidad de hacer convenios con el estado para gestionar centros de primera infancia y adolescencia.

En este sentido, la relación con el contexto social más amplio, con el Estado y con las políticas públicas, se vuelven elementos importantes para entender la evolución de las cooperativas de educación. Sin embargo, la oportunidad abierta por este contexto no es el único factor a tener en cuenta al analizar las trayectorias de las cooperativas. De hecho, los trabajadores y trabajadoras pueden optar por adoptar otras formas organizativas, como por ejemplo Organizaciones de la Sociedad Civil y sin embargo optan por el formato cooperativo. El proceso de transición puede generar del punto de vista de la constitución del grupo, una base sobre la cual construir una identidad, vínculos y relaciones que son elementos importantes para llevar adelante una experiencia cooperativa. El contraste entre el nuevo espacio en construcción y los vínculos de la modalidad anterior, puede ser un elemento que de potencia al grupo y que le permita avanzar en el desarrollo de ámbitos de trabajo más democráticos en la toma



de decisiones y en la definición de orientaciones pedagógicas, enriqueciendo y ensanchando el espacio de lo público.



Referencias bibliográficas

CAMILLETTI ET ALT. Cooperativas de trabajo en el Cono Sur. Matrices de surgimiento y modelos de gestión. Unicoop, vol 3 no 1, 2005.

INACOOOP. Aproximación a la generación de empleo en el cooperativismo uruguayo. Febrero 2020.

REBÓN, Julián y RIERO, Anabel. Consolidación cooperativa de empresas recuperadas por sus trabajadores en Argentina y Uruguay. Revista Psicoperspectivas. Vol 19 no 2, JULIO 2020.

TERRA, Juan Pablo. Proceso y significado del cooperativismo uruguayo. 1984.

OUTRAS ECONOMIAS NO ENSINO UNIVERSITÁRIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

92

Letícia Dal Picolo Dal Secco-Oliveira, (PUC-MG)
le.dalpicolo@gmail.com

Resumo

Os processos educativos no âmbito das “outras economias”, são essenciais para a negociação de ideias que possibilitem a produção de novas subjetividades e, conseqüentemente, de novas ações em vias de superar as diversas problemáticas que as envolvem. Outras economias em suma podem ser consideradas aquelas que se contrapõem aos princípios capitalistas que propiciam desigualdade e injustiça social. Na literatura, encontram-se muitos estudos voltados aos processos educativos junto a trabalhadoras/es de empreendimentos sociais e/ou solidários de variadas naturezas, além de formações no âmbito extensionista. Porém, ainda é relativamente escassa a produção sobre a inserção desses temas no ensino universitário formal. Por isso, objetiva-se refletir sobre uma experiência de ensino de outras economias em disciplina ministrada ao último período de um Curso de Graduação em Psicologia de uma universidade particular do estado de Minas Gerais. Para isso realizou-se um relato de experiência com a apresentação: 1) da construção do Plano de Ensino de disciplina ofertada como “Outras Economias”, que abarcou a realização de um diagnóstico inicial; 2) dos conteúdos teóricos discutidos; e 3) das estratégias pedagógicas e avaliativas realizadas. Ao final dos processos pedagógicos construídos e realizados, foi aplicado um questionário de opinião junto às/aos 21 estudantes da turma. No diagnóstico inicial, percebeu-se que a maioria das/dos estudantes não tinham conhecimento sobre os temas e/ou não reconheciam a relação deles com a psicologia. Abordou-se questões adjacentes às outras economias tanto na perspectiva de um psicólogo trabalhador se inserindo no mercado de trabalho, quando de um psicólogo que presta serviços a pessoas e organizações de outras economias. Ao final, com a resposta de 7 estudantes, percebeu-se que abordar os temas em disciplina formal apenas ao final do curso foi limitante para a aprendizagem e compreensão dos mesmos, ainda que algumas estudantes os tenham considerado totalmente ou parcialmente importantes para a psicologia e/ou suas carreiras, ao passo que apenas uma estudante respondeu não ter nenhum interesse sobre os temas estudados. Espera-se contribuir para uma discussão crítica sobre a inserção desses tópicos no ensino superior formal.

Palavras-chave: Outras economias; Empreendedorismos; Psicologia; Ensino de graduação.

Abstract

Educational processes within the scope of “other economies” are essential for the negotiation of ideas that enable the production of new subjectivities and, consequently, of new actions in order to overcome the various problems which involve them. In short, it can be considered “other economies” those that oppose capitalist principles that promote inequality and social injustice. In the literature, there are many studies focused on educational processes with workers in social and/or solidarity enterprises of various natures in addition to training in the extensionist scope. However, there is still relatively little production on the inclusion of these themes in formal academic education. Therefore, the aim is at reflecting on an experience of teaching other economies in a subject taught in the last semester of an Undergraduate Course in Psychology at a private University in the Brazilian state of Minas Gerais. For this, an experience report has been carried out with the presentation: 1) of the making of the Teaching Plan of a subject offered as “Other Economies” which included the realization of an initial diagnosis; 2) of the theoretical contents discussed; and 3) of the pedagogical and evaluative strategies carried out. At the end of the pedagogical processes built and carried out, an opinion questionnaire has been applied to

the 21 students in the class. In the initial diagnosis, it has been noticed that most of the students had no knowledge about the topics and/or did not recognize their relationship with psychology. Issues adjacent to other economies have been addressed both from the perspective of a working psychologist entering the labor market and from a psychologist who provides services to people and organizations in other economies. In the end, with the response of 7 students, it has been noticed that the approaching of themes in a formal subject only at the end of the course was limiting for their learning and understanding although some students considered them totally or partially important for psychology and/or their careers, whereas only one student responded that they had no interest in the topics studied. It is expected to contribute to a critical discussion about the insertion of these topics in formal academic education.

Keywords: Other economies; Entrepreneurships; Psychology; Undergraduate teaching.

INTRODUÇÃO

No âmbito das economias social e solidária, são intensas as discussões sobre a importância dos processos educativos baseados em uma visão Freiriana de que eles devem ser realizados a partir dos conhecimentos da população atendida. Porém, muitas são as dificuldades dos atores dessas economias em campo, em termos de técnicas para realização efetiva dessa premissa (SECCO-OLIVEIRA, 2018).

Trago aqui a noção de “outras economias”, pensando em nossa vida social enquanto composta de múltiplas economias. Ou seja, um sistema misto de economias, ainda que a hegemônica seja a capitalista. Nesse sistema, muitas lógicas convivem, e entendo que “outras economias” são aquelas de princípios diversos à capitalista, principalmente no que tange ao foco ser no ser humano, e não no capital, corroborando com alguns pressupostos de Paul Singer (2012).

Tendo em vista a emergência social da emancipação e autonomia do ser humano em sua práxis, parto do princípio de que os processos educativos devem seguir os pressupostos dialógicos de Freire (1983), os quais considero, ancorando-me na definição de Marková (2006, p. 15) como a “[...] capacidade da mente humana de conceber, criar e comunicar realidades sociais, é o fundamento da constituição da mente humana em termos do ‘Alter’”. Ou seja, conforme reflete Arruda (2003, p. 24): “[...] o referencial é o potencial que a pessoa, a comunidade e a nação carregam, possuem. Ninguém pode desenvolver ninguém; e também ninguém pode se desenvolver sozinho (eu estou tomando emprestado um axioma de Paulo Freire para falar de desenvolvimento)”.

Conforme a comunicação e a linguagem são os mediadores da construção do conhecimento social, e que “[...] não pode haver conhecimento social a menos que seja

formado, mantido, difundido e transformado dentro da sociedade, entre indivíduos ou entre indivíduos e grupos, subgrupos e culturas” (Marková, 2006, p. 27), para propiciar uma atuação em campo dialógica, os processos educativos formais também o precisam ser, inclusive na educação superior.

Nesse ambiente, acostuma-se a abordar conhecimentos reificados, sem considerar a constituição histórica das pessoas estudantes e como irão processar as informações, muitas vezes transferidas, e não problematizadas. Ou seja, conhecimento social, coincidindo na comunicação, pode servir a propósitos diferentes aos sujeitos envolvidos.

Em relação à psicologia, Veronese (2008) apontam que a ela tem como papel e responsabilidade contribuir com os enfrentamentos derivados das injustiças sociais decorrentes de um modelo econômico que desconsidera tanto a subjetividade quanto a materialidade humana em termos de reprodução da vida. Nesse sentido, refletir sobre o ensino de “outras economias” em graduações de psicologia, é um desafio de cumprimento ético das responsabilidades da profissão.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresenta-se aqui um relato de experiência de docência junto a estudantes cursantes do último período de graduação com a apresentação: 1) da construção do Plano de Ensino de disciplina ofertada como “Outras Economias”, que abarcou a realização de um diagnóstico inicial; 2) dos conteúdos teóricos discutidos (economia criativa, economia social, economia solidária, economia de Clara e Francisco, empreendedorismo social, inovação social, cooperativismo, assessoria e incubação, tecnologia social, objetivos de desenvolvimento sustentável - ODS); e 3) das estratégias pedagógicas e avaliativas realizadas (estudos de caso, elaboração de projetos atrelados às outras economias em temáticas e campos da psicologia, e compartilhamento de experiências de membros de cooperativas de profissionais de formação superior, psicólogos ou não, para articulação entre teoria e prática).

Na primeira aula, foi realizada uma conversa aberta e dialógica, com elaboração de nuvens de ideias sobre o que são outras economias para compreender o conhecimento do grupo de estudantes como um todo, direcionando as estratégias pedagógicas e de comunicação.

Ao final dos processos pedagógicos construídos e realizados, foi aplicado um

questionário anônimo de opinião com escala de sensibilidade de 1 a 4 (1 “discordo totalmente” e 4 “concordo totalmente”), junto às/aos 21 estudantes da turma, com as seguintes questões (Quadro 1):

Quadro 1 - Questões de opinião sobre a disciplina

- 1) Para responder a esta pergunta, pense nos seus interesses profissionais individuais: Os conteúdos da disciplina como um todo foram importantes para os meus interesses profissionais.
- 2) Para responder a esta pergunta, pense na profissão de psicólogo em geral: Os conteúdos da disciplina como um todo foram importantes para a profissão de psicólogo como um todo.
- 3) A maioria dos tópicos abordados na disciplina foram novidades para mim.
- 4) Para responder a esta pergunta, pense nos seus interesses profissionais individuais: Sobre os tópicos listados abaixo, indique se eles te interessaram muito; interessaram pouco; ou nada interessam.
- 5) Para responder a esta pergunta, pense na profissão de psicólogo em geral: Sobre os tópicos listados abaixo, indique se para a profissão de psicólogo, eles são muito interessantes; pouco interessantes; ou nada interessantes – empreendedorismo social; inovação social; design thinking; economia criativa; economia solidária; economia social; cooperativismo; o profissional de psicologia como empreendedor em diversos setores; projetos de geração de renda (saúde mental e assistência social); psicologia ambiental e políticas públicas.
- 6) Sobre as estratégias pedagógicas abaixo, escolha a opção que mais condiz com sua percepção - aula teórica; palestrantes; produções e avaliações incorporadas às aulas; elaboração de projeto; estudos de caso.

Fonte: Elaborado pela autora.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No diagnóstico inicial, percebeu-se que a maioria das/dos estudantes não tinham conhecimento sobre os temas e/ou não reconheciam a relação deles com a psicologia, conforme mostra a nuvem de ideias coletiva elaborada e disposta na Figura 1.

Figura 1: Nuvem de ideias sobre o que as/os estudantes entendiam sobre “outras economias”.



A partir desse diagnóstico inicial, elaborou-se um cronograma contendo os tópicos do Quadro 2, pensando em um processo de sensibilização progressiva para introdução do tema.

Quadro 2 – Tópicos de aula e estratégias/leituras sugeridas

Continua...

TÓPICOS E ESTRATÉGIAS/LEITURAS SUGERIDAS
<p>Conversa aberta e dialógica, com elaboração de nuvens de ideias sobre o que são outras economias para compreender o conhecimento do grupo de estudantes como um todo, direcionando as estratégias pedagógicas e de comunicação.</p>
Economia criativa.
<p>Aula expositiva e dialógica. ALMEIDA, A. S.; TEIXEIRA, R. M.; LUFT, M. C. M. S. Mapeando a produção científica sobre economia criativa em periódicos nacionais e internacionais de 2000 a 2013, Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 8, n. 4, 2014.</p>
As economias social e solidária.
<p>Aula expositiva e dialógica. - VIEIRA, N. S.; PARENTE, C.; BARBOSA, A. C. Q. “Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social”, Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, n. temático Processos sociais e questões sociológicas, p. 100-121, 2017. - SECCO-OLIVEIRA, L. D. P. D.; SCOPINHO, R. A. Economia solidária e subjetividade: reflexões sobre teorias e práticas. In: MATTOS, M. J. V. M.; QUINTEIRO, R. S.; PEREIRA, S. C. (Org.). Interdisciplinaridade e interprofissionalidade: um diálogo com diferentes campos do conhecimento. 1ed. Curitiba/PR: CRV, 2021. p. 47-70.</p>
“Empreendedorismos” e as outras economias: as cooperativas e outras organizações.
<p>Aula expositiva e dialógica. MORAIS, L. P.; BACIC, M. J. A importância do ecossistema empreendedor para a economia social e solidária (ESS): avanços, retrocessos e desafios atuais no Brasil. Revista da ABET, v. 18, n. 1, 2019.</p>
Outras economias e a organização de cooperativas e redes de produção e consumo.
<p>Aula expositiva e dialógica. SINGER, P. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 128-141.</p>
A psicologia ambiental na gestão de resíduos e na articulação com outras economias: interfaces ambientais do empreender
Conclusão.
<p>Aula expositiva e dialógica. - SILVA, R. S. E.; LESSA, B. S.; FERREIRA, A. G.; VELHO, A. G.; ANASTÁCIO, M. R. Empreendedorismo social. Porto Alegre: Grupo A, 2019. - SOUZA FILHO, J.; RIQUE NETO, J.; GOUVEIA, V. Lixo e comportamento: a interdisciplinaridade da política nacional de resíduos sólidos. Revista InterScientia, v. 1, n. 1, p. 2-24, 2016. - TASSARA, E. T. O.; RABINOVICH, E. P. Perspectivas da Psicologia Ambiental. Estud. psicol., v. 8, n. 2, 2003.</p>
“Empreendedorismos” e a psicologia: a pessoa atendida ou a profissional quem empreende?
<p>Aula expositiva e dialógica. BARATIERI, I. L. R.; BEATRIZ, M. Z. Campo de atuação do(a) psicólogo(a) no movimento</p>

da Economia Solidária no Brasil. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 16, n. 1, p. 71-86, 2013.

Economia solidária e projetos de geração de renda como estratégia de inclusão social e promoção de saúde mental: atuações no SUS e no SUAS.

Aula expositiva e dialógica.

- ESTEVAM, N. M.; SALES, M. M. Loucos pelo trabalho: a interface entre economia solidária e a saúde mental. **Pretextos**, v. 1, n. 2, p. 15 - 34, 1 dez. 2016.
- FLORENTINO, B. R. B.; FLORENTINO, A. R. "Plantando sonhos": serviço de convivência e inclusão produtiva do CRAS. **Revista de Educação Popular**, v. 14, n. 2, p. 165-179, 2016.
- LUSSI, I. A. O.; MORATO, G. G. O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 20, n. 3, 2012.
- LUSSI, I. A. O.; ORNELLAS, M. A. Empresa social e economia solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 2, p. 515-521, 2011.

Estratégias para elaboração de projetos: Design Thinking

Aula expositiva e dialógica.

- VIANA, M. et al. **Design thinking: inovação em negócios**. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012. 162p.

Trocas de experiência

Palestras sobre experiências vivenciadas por profissionais de psicologia e outros profissionais na auto-organização de seus trabalhos em cooperativa e na prestação de serviços para empreendimentos coletivos.

- 1º dia: participação de dois psicólogos ex-membros de cooperativas de psicologia já não existentes (Verso Cooperativa de Psicologia, com sede em São Paulo/SP e CooPsi, com sede em São Carlos/SP). Foi sugerida a leitura de um artigo que conta a experiência da Verso Cooperativa de Psicologia: ANDRADA, C. F.; ESTEVES, E. G.; SVARTMAN, B. P. Experiência de la vida de cooperativa. **Otra Economía**, v. 13, n. 24, p. 136-151, 2020.
- 2º dia: participação de pessoa membra da Cooperativa EITA - Cooperativa de Trabalho Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão (profissionais de diversas formações e qualificações); e da Cooperativa CIPÓ Educação (cooperativa de pessoas professoras com sede em Santos/SP).

Fonte: Elaborado pela autora.

Já no Quadro 3, encontram-se as estratégias de avaliação empregadas, as quais foram incorporadas ao processo de ensino, priorizando sala de aula invertida de participação de todas/os.

Quadro 3 – Estratégias de avaliação

Atividade	Materiais
Resenha sobre empreendedorismo social	Texto para resenha: SILVA, R. S. E.; LESSA, B. S.; FERREIRA, A. G.; VELHO, A. G.; ANASTÁCIO, M. R. Empreendedorismo social . Porto Alegre: Grupo A, 2019. p. 11 a 54.
Fichamento e apresentação de estudo de caso.	Disponibilização de planilha com sugestão de artigos de temas diversos para escolha dos grupos. Dos 5 grupos, 3 escolheram temas relacionados a projetos de saúde mental e trabalho em serviços de saúde mental; e 2 sobre o profissional de psicologia enquanto empreendedor.
Elaboração de projeto	Etapas iniciais de Design Thinking, focando primeiramente em

	estratégias de atendimento a demandas sociais.
--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

98

Sobre a avaliação das/os estudantes participantes, apenas 33% respondeu ao questionário anônimo, sendo todas do sexo feminino.

41% das estudantes disseram que os conteúdos da disciplina atenderam aos seus interesses individuais; porém consideram que 45% deles são interessantes para a profissão como um todo. Esses conteúdos foram novidade para 51% das respondentes.

Em relação aos interesses individuais, apenas inovação social teve menos de 50% de interesse (42,9%). Os temas de maior interesse das estudantes foram: “o psicólogo como empreendedor em diversas áreas” (100%); “projetos de geração de renda (saúde mental e assistência social)” (85,7%); “cooperativismo”, “economia criativa” e “economia solidária” (71,4% cada). Já para a profissão como um todo, nenhum tópico teve menos de 50%, sendo que “o psicólogo como empreendedor em diversas áreas” e “projetos de geração de renda (saúde mental e assistência social)” tiveram 100% de indicação cada, seguidos de “cooperativismo (85,7%).

Sobre as estratégias empregadas pela docente, nenhuma teve menos de 50% de aprovação, sendo que a presença de palestrantes e a realização de estudos de caso foram as consideradas mais adequadas (85,7% cada).

Das 7 respondentes, apenas 2 deixaram comentários, transcritos a seguir: “1) Gostaria de falar que gostei muito das aulas e dos temas abordados. Nunca havia me interessado pelos temas, mas com as aulas me surgiu um interesse e me fez querer aprender e conhecer mais sobre os temas”; 2) “Eu adorei a disciplina, só acho que ela deveria ter sido introduzida no meio do curso e tivesse estágio”. Abstrai-se a sugestão de que esses temas devam ser abordados ao longo do curso de graduação para melhor compreensão sobre os mesmos em relação à psicologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se ter atingido o objetivo de refletir sobre a experiência vivenciada, contribuindo para uma discussão crítica sobre a inserção desses tópicos no ensino superior formal. Destaca-se que o caráter dialógico auxiliou na condução da disciplina, abordando tópicos considerados importantes pela maioria das estudantes, ainda que com limitações na apropriação sobre eles. Ressalta-se também que o compartilhamento de práticas auxilia em seu aprimoramento, tendo em vista os inúmeros desafios que as



envolvem.

99

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. Situando a Economia Solidária. In: Fundação Luís Eduardo Magalhães [FLEM] Economia Solidária: desafios para um novo tempo (pp. 19-32). Salvador: FLEM, 2003.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MARKOVÁ, I. Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente. Petrópolis: Vozes, 2006.

SECCO-OLIVEIRA, L. D. P. D. Representações sociais de autonomia e autogestão de catadores de materiais recicláveis e apoiadores da Coopervida, São Carlos/SP, 2018. 361f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil, 2018

SINGER, P. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 128-141.

VERONESE, M. V. Psicologia Social e Economia Solidária. Porto Alegre: Idéias & Letras, 2008.

TRAMAS DA AUTOGESTÃO: SABERES DO TRABALHO ASSOCIADO NUMA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

100

Betânia Cordeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
betaniascordeiro@gmail.com

Maria Clara Bueno Fischer, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
mariaclara180211@gmail.com

Resumo

A pesquisa que originou esse texto se insere no campo de estudos Trabalho-Educação e se dedicou a identificar, descrever e explicar saberes do trabalho associado implicados na constituição de redes de economia solidária em uma perspectiva autogestionária. Para isso, experiências de trabalhadores e trabalhadoras associados e autogestionários, entendidas como experiências históricas num contexto de luta de classes, foram postas sob análise. A constituição e a consolidação de redes e de cadeias produtivas solidárias têm sido tarefa tomada como estratégica pelos sujeitos da economia solidária. Eles dão vida a redes e cadeias por meio de uma práxis permanentemente tensionada por relações que privilegiam o fortalecimento do capital e também promovem a emancipação do trabalho. No cotidiano de trabalho, esses sujeitos desenvolvem processos de aprendizagem alimentados pela criação, pelo compartilhamento, pela sistematização de saberes do trabalho associado. Desenvolvem processos formativos que, a partir de sua materialidade histórica, contribuem para a criação de uma cultura da produção associada e para a formação dos trabalhadores, individual e coletiva. A pesquisa se realizou tendo como posicionamento de método o materialismo histórico-dialético e como abordagem a observação participante, complementada por entrevistas semi-estruturadas. As principais categorias utilizadas para orientar a análise foram práxis, autogestão, experiência, redes de economia solidária e saberes do trabalho associado. O sujeito privilegiado da pesquisa foi a Cooperativa Central Justa Trama, uma cadeia produtiva solidária do setor têxtil e de confecção que utiliza somente algodão agroecológico. Na época, ela reunia cerca de 500 trabalhadores e trabalhadoras, organizados em seis empreendimentos de economia solidária e que, por meio da autogestão, responsabilizavam-se pela execução das principais etapas do processo de produção: plantio do algodão, beneficiamento de fios, tecidos e malhas, confecção de peças de vestuário e outros objetos, produção de acessórios para as peças e de adereços e comercialização dos produtos. Os resultados da pesquisa indicam que o estabelecimento de redes autogestionárias modifica e complexifica os processos formativos vividos e o repertório de saberes exigido desses trabalhadores e trabalhadoras, impactando suas práxis. São apresentados alguns saberes de natureza técnico-produtiva, ético-política e subjetiva identificados na experiência estudada.

Palavras-chave: Práxis; Autogestão; Saberes do Trabalho Associado; Rede de Economia Solidária; Trabalho-Educação.

Abstract

This research is part of the field of Work-Education studies and is dedicated to identifying, describing and explaining knowledge of the associated work involved in the constitution of solidarity economy networks in a self-managed perspective. For this, experiences of associate workers and self-managers, understood as historical experiences in a context of class struggle, were put under analysis. The constitution and consolidation of solidary networks and productive chains have been taken as a strategic task by the subjects of the solidary economy. They give life to networks and chains through a praxis permanently tensioned by relationships that favor the strengthening of capital and promote the emancipation of labor. In their daily work, these

subjects develop learning processes fueled by the creation, sharing, systematization of knowledge of the associated work. They develop training processes that, based on their historical materiality, contribute to the creation of a culture of associated production and to the training of workers, individually and collectively. The research was carried out using historical-dialectical materialism as the method and the participant observation approach, complemented by semi-structured interviews. The main categories used to guide the analysis were praxis, self-management, experience, solidarity economy networks and knowledge of associated work. The privileged subject of the research was the Cooperativa Central Justa Trama, a solidary productive chain in the textile and clothing sector that uses only agro-ecological cotton. It gathers around 500 male and female workers, organized in six solidarity economy enterprises and who, through self-management, are responsible for the execution of the main stages of the production process: cotton planting, processing of threads, fabrics and knits, making clothing and other objects, production of accessories for the garments and props and marketing of products. The results of the research indicate that the establishment of self-managed networks modifies and complexes the training processes experienced and the repertoire of knowledge required of these workers, impacting their praxis. Some technical-productive, ethical-political and subjective knowledge identified in the studied experience are presented.

Keywords: Praxis; Self-management; Knowledge of associated work; Solidarity economy networks; Work-Education.

Introdução

As redes de economia solidária autogestionárias¹⁵ são experiências históricas de produzir a vida associativamente que emergem no contexto da atual crise do capital e do trabalho assalariado, num momento de arrefecimento das lutas populares e de aumento da exploração do trabalho e da exclusão social.

Para os trabalhadores e as trabalhadoras do movimento de economia solidária, no Brasil, é estratégico estruturarem redes que articulem iniciativas isoladas fortalecendo a si próprias e, ao mesmo tempo, ao próprio movimento, enquanto manifestação coletiva dos interesses desses homens e dessas mulheres trabalhadoras.

As redes de economia solidária autogestionárias são experiências históricas (THOMPSON, 1981) criadas pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras a partir de ferramentas materiais e simbólicas que herdaram, num determinado contexto da luta de classes. Nelas, lutam por reafirmar a autogestão como estratégia de organização do trabalho e da vida que medeia sua práxis. Vivenciam experiências inconclusas que afirmam, em diferentes níveis e intensidade, uma racionalidade autogestionária e solidária e também outras racionalidades forjadas nas lidas da vida e da produção capitalistas.

¹⁵ Sobre o conceito de economia solidária ver Laville e Gaiger (2009).

A experiência de desenvolvimento de uma rede desse tipo complexifica o processo formativo dos(as) trabalhadores(as). Ela exige um aprendizado dinâmico e diário que é fonte de produção de saberes e mediações pedagógicas (ADAMS, 2014) que, através de processos de formação estruturados, propiciam reflexão crítica articulando dialeticamente teoria e prática. Isso contribui para que eles e elas reafirmem a condição solidária e autogestionária da rede, enfrentando constantemente contradições geradas pela atual hegemonia do capital.

As redes também contêm uma potência para o desenvolvimento, por parte das pessoas que nelas estão envolvidas, de uma práxis reflexiva-criativa (VÁZQUEZ, 2003), na medida em que as redes, ao adicionar novos elementos econômico-culturais aos processos produtivos e sociais, expõe a trabalhadores e trabalhadoras desconhecidas articulações do todo social. Contraditoriamente, esses mesmos elementos podem induzir a manutenção de uma práxis utilitária (KOSIK, 1976), na medida em que os(as) trabalhadores(as) podem buscar na racionalidade capitalista ferramentas para lidar com eles.

Metodologia e referenciais teóricos

A pesquisa que origina este texto se orientou pelo materialismo histórico-dialético como método e teve como procedimentos metodológicos a observação participante (CORREIA, 2009) e entrevistas semi-estruturadas (PEÓN, 2013). O sujeito privilegiado da pesquisa foi a Cooperativa Centra Justa Trama¹⁶. Trata-se de é uma cadeia produtiva solidária que produz peças de vestuário feitas a partir de algodão agroecológico. No momento da pesquisa, ela contava com seis empreendimentos solidários autogestionários – elos da rede – que reuniam cerca de 500 trabalhadores e trabalhadoras das cinco regiões do Brasil. Juntos eram responsáveis por realizar as principais etapas do processo produtivo da cadeia indo desde o plantio do algodão, passando pelo beneficiamento de fios, tecidos e malhas, pela confecção de peças de vestuário e outros objetos, pela produção de acessórios para as peças e de adereços, chegando à comercialização dos produtos.

O trabalho de campo ocorreu entre os anos de 2017 e 2019, por cerca de 14 meses. Foram observados: (1) assembleia anual da rede; visitas a empreendimentos da

¹⁶ Sobre a rede e seus elos, consultar www.justatrama.com.br

rede; (4) feiras de economia solidária com a participação da rede; (4) eventos da rede; (1) curso nacional de formação para redes; (4) palestras/seminários e reuniões envolvendo a rede; acompanhamento de seu grupo de whatsapp. As observações foram registradas em diários de campo. De forma exploratória ou complementar, foram entrevistados (8) trabalhadores e trabalhadoras da Justa Trama; (4) elaboradores e executores de políticas de formação de redes no movimento da economia solidária; (2) pesquisadores de redes de economia solidária.

A Justa Trama completou, em 2022, 17 anos de existência. Sua trajetória articulando empreendimentos, ou unidades de trabalho associado que trabalham de forma autogestionária tem permitido a seus integrantes construir um repertório de experiências complexo, gerando reconhecimento social e interesse acadêmico¹⁷. Na pesquisa, interessou analisar processos formativos e saberes construídos por essas pessoas na medida em que vão construindo suas unidades de trabalho e a própria rede.

Práxis, autogestão, experiência, saberes do trabalho associado e redes de economia solidária foram as categorias de conteúdo (KUENZER, 1998) centrais estabelecidas na pesquisa.

A práxis do ser humano se processa em sua experiência econômico-cultural que, conforme Thompson (1981), é histórica, permitindo sua compreensão como um patrimônio da classe trabalhadora que é produtora da experiência e também é produzida por ela. A autogestão medeia parte das experiências dos(as) trabalhadores(as) associados. O termo se aplica à gestão de uma experiência realizada em todos os níveis por seus próprios participantes por meio da democracia direta e na qual não haja posse individual e privada dos meios necessários a sua realização. Ela se constitui num processo educativo com tendências de generalização na sociedade e tem forte carga experimental auto-controlada (NASCIMENTO, 2013).

A realização da autogestão alimenta o processo formativo desses homens e dessas mulheres e é matéria com a qual se fundem sua cultura e seus saberes do trabalho. Os saberes do trabalho associado são os resultantes de experiências de trabalho caracterizadas pela apropriação coletiva dos meios de produção, pela distribuição igualitária dos resultados do trabalho e por democracia nas decisões quanto à gestão do processo de trabalho, ao destino dos excedentes e aos rumos da produção, criando uma

¹⁷ Até 2020, o Banco de Teses e Dissertações da Capes /BRASIL registrava 13 pesquisas sobre a rede.

cultura e uma pedagogia da produção associada (TIRIBA, 2008). Tais saberes podem ser classificados de diferentes maneiras. Na pesquisa eles foram tratados como saberes técnico-produtivos, saberes ético-políticos (ADAMS, 2014) e saberes subjetivos (GUELMAN; PALUMBO, 2018), considerando que a classe trabalhadora é uma formação tanto econômica como cultural (THOMPSON, 1981).

Análise e discussão de dados

Tendo a autogestão como foco central de observação e análise da práxis dos trabalhadores e das trabalhadoras da rede Justa Trama, a seguir, discutimos alguns elementos relevantes dessa práxis envolvendo a criação, o desenvolvimento ou o compartilhamento de diferentes saberes do trabalho associado.

Quando as unidades de trabalho associado e autogestionário passam a construir redes, aumenta-se a complexidade da gestão do processo produtivo a ser desenvolvido. Trata-se do desafio de unir unidades de produção diferentes, em termos de natureza e organização do trabalho, e com histórias de trabalho associado e autogestionário particulares.

A Justa Trama articula trabalhadores(as) que estão distantes geograficamente com a necessidade de realizar a autogestão. Seus elos estão localizados no Rio Grande do Sul, no Ceará, em Rondônia, no Mato Grosso do Sul e em Minas Gerais. Esse distanciamento interfere em suas pretensões e definições e em seus modos de ser autogestionária. Ele levou à instituição de níveis de representação, como a eleição de uma diretoria que se reúne em assembleia duas vezes por ano; ao uso de tecnologias de comunicação e de ferramentas digitais como redes sociais para aumentar o fluxo de informação entre os participantes da cadeia; e induziu a estratificação de níveis de decisão e de execução.

Identificou-se pelos menos três estratos de decisão, nos quais a autogestão é praticada em diferentes níveis: 1) o de decisões estratégicas-norteadoras; 2) o de decisões táticas, de médio alcance; 3) o de decisões operacionais, ligadas ao dia a dia produtivo da cadeia. A participação de trabalhadores(as) de todos os elos é maior no primeiro estrato, sendo menor no segundo e menor ainda no terceiro.

No caso da Justa Trama, também é possível estabelecer uma relação entre a expressividade do impacto da rede no resultado operacional do empreendimento e a

atuação de seus trabalhadores(as) dentro da cadeia. Quanto mais a rede alimenta o elo, mais ele também alimenta a rede, o que significa se envolver com ela, apropriar-se dela. De um ponto de vista formativo, apropriar-se da rede com suas dinâmicas externas e internas tem significado político importante, pois permite aos trabalhadores(as) qualificar suas práxis, compreendendo em níveis mais profundos a totalidade das relações sociais e, ao mesmo tempo, o lugar singular que cada um ocupa na gestão do projeto coletivo. Reunir trabalhadores(as) de diferentes elos é um elemento potente de enfrentamento da alienação do trabalho e, portanto, de realização de uma práxis transformadora. São eles(as) que decidem condições de trabalho, preço, investimentos e comercialização, reduzindo significativamente o distanciamento do trabalhador do processo e do resultado de seu trabalho coletivo e, portanto, a fragmentação da gestão e do conhecimento sobre o trabalho.

Outro elemento que pode influenciar a autogestão da rede é o lugar que cada elo ocupa ao longo da cadeia produtiva. O último elo da cadeia, a cooperativa de costura, responsabiliza-se também pela comercialização dos produtos e é onde está, formalmente, a sede da rede, de forma que muitas questões de gestão operacional são resolvidas ali nesse elo. Isso possibilita uma participação mais qualificada dessas trabalhadoras na gestão da rede.

Um terceiro elemento que também pode impactar a atuação de um elo dentro da rede é o nível de estruturação econômica e política de cada empreendimento em determinado momento de sua história. Pelas análises desenvolvidas, é possível considerar que quanto mais estruturado e forte em seu território estiver o elo, maior será a possibilidade de que ele agregue elementos à rede, de que intensifique seus fluxos para dentro do coletivo, de que influencie posicionamentos e ações dentro da própria rede.

Todos esses fluxos que circulam entre os elos e que vão, de fato, compondo a rede, dando-lhe forma são de naturezas e de intensidades diferentes. Os trabalhadores e as trabalhadoras, no âmbito da cadeia produtiva, estabelecem entre si relações de natureza econômica, mas também de natureza política, ética, laboral e sócio-cultural. Além disso, essas relações não são constantes, nem uniformes. Há contextos, por exemplo, em que determinadas relações éticas são intensificadas, ou outros em que os fluxos de natureza política que circulam na rede se tornam mais débeis. O processo é constante e dinâmico.

Observando a experiência da Justa Trama, verifica-se que é nesse sentido menos explícito, ou seja, é nas variadas intensidades dos fluxos trocados no âmbito da rede que a atuação de um elo dentro da cadeia pode se diferenciar da de outro, influenciando mais a autogestão da rede do que momentos formais de exercício da autogestão ou de democracia direta, como são as assembleias, ou outros espaços de participação instituídos pelo grupo, por exemplo.

O fato de ser formada por unidades de produção associadas de naturezas diferentes proporciona aos trabalhadores(as) da Justa Trama desafios e aprendizagens. Cada unidade é um elo de uma mesma corrente, mas cada uma possui características, processos de produção, demandas específicos e navega por um mar de saberes técnico-produtivos e ético-políticos particulares. Reunir trabalhadores(as) de diferentes segmentos produtivos é um elemento potente de enfrentamento da alienação do trabalho e, portanto, de uma práxis transformadora. Trabalhar em um empreendimento isolado é diferente de trabalhar em conjunto com outros empreendimentos. O que muda é a maneira como o sujeito trabalhador vive e percebe as relações de particularidade, singularidade e totalidade.

Ao unir trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade a Justa Trama lhes possibilita interação e formas de enfrentar o desafio de romper com a fragmentação das etapas do processo de trabalho, além de certa consciência desse processo. Em contato uns com os outros, os trabalhadores e as trabalhadoras da rede precisam deslocar-se de sua própria condição, problematizando sua singularidade por conta da relação estabelecida com “o outro”, no âmbito da rede. Um aprende com a condição do outro e cada qual se vê obrigado a um reconhecimento mútuo, na medida em que o que afeta a um elo da cadeia passa a ser considerado pelo coletivo. As costureiras aprendem com os agricultores e as agricultoras saberes sobre a terra, sobre plantar e colher, mas também sobre a perversidade da agroindústria do algodão, sobre o avanço dos latifúndios no sertão. Juntos, aprendem sobre produção, distribuição e comercialização de mercadorias, apropriam-se cada vez mais da lógica perversa do sistema capitalista e criam formas coletivas, em rede, de enfrentamento.

Ao incluir novos elementos à dinâmica do processo produtivo, a rede expõe aos trabalhadores(as) desconhecidas articulações do todo social, obrigando-os a desenvolver saberes específicos para lidar com essas novas e diferentes circunstâncias. Esse processo

pode lhes auxiliar no desenvolvimento de uma práxis reflexiva-transformadora. Contraditoriamente, esses mesmos elementos, que são na verdade os desafios diários enfrentados para manter viva uma rede dessas características, podem induzir a manutenção de uma “práxis utilitária”, na medida em os trabalhadores podem buscar na racionalidade capitalista ferramentas para lidar com eles.

Cientes de que essa dinâmica é constante, tensionada e contraditória, os(as) trabalhadores(as) da Justa Trama tentam, dentro de seus limites, construir processos formativos com o objetivo de desenvolver, nas diversas dimensões do ser, sujeitos mais solidários e autogestionários. Ou seja tentam garantir a existência de elementos, teóricos e práticos, que lhes permitam realizar uma práxis reflexiva e transformadora.

Uma estratégia altamente formadora utilizada pela Justa Trama é o rodízio entre seus elos para sediar suas assembleias. Esses encontros sempre começam com o relato dos(as) trabalhadores(as) de cada elo sobre a gestão do empreendimento, sua situação financeira e produtiva, o que atualiza e reafirma relações entre trabalhadores(as) antigos da rede e introduz os novos. Os participantes têm ainda a oportunidade de conhecer a estrutura do elo sede da assembleia e sua dinâmica de trabalho. Outros momentos formativos são os intercâmbios entre seus participantes e as atividades, nas quais eles e elas precisam apresentar a rede a terceiros.

Diagnosticar e planejar a produção em cadeia (saberes técnico-produtivos), além de conhecer as razões e emoções de uma boa ou de uma má colheita, ou reconhecer o aprendizado de operar uma nova máquina, ou ainda de se emocionar com o relato de superação vivida por outros companheiros e companheiras vão movimentando dentro da cadeia práticas amalgamadas de valores e saberes ético-políticos como participação, autonomia, solidariedade, consciência de classe e vão dando passo à saberes subjetivos que permitem o desenvolvimentos de confiança, paciência, compreensão, aceitação da diferença, tudo isso reforçando a identidade coletiva do grupo.

Além disso, destaca-se que os ensinamentos aprendidos nas experiências da rede, em seus espaços coletivos são levados pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras para dentro de seus elos, influenciando sua dinâmica interna. Dessa forma se completa um ciclo de retroalimentação entre rede e elos.

Considerações finais

Buscou-se apresentar em linhas gerais que a condição de rede de economia solidária autogestionária modifica e complexifica o repertório de saberes técnico-produtivos, ético-políticos e subjetivos de trabalhadores e trabalhadoras nela envolvidos. A dinâmica do trabalho em rede expõe a esses homens e a essas mulheres elementos da totalidade social em que estão inseridos até então pouco conhecidos por eles(as), obrigando-os a manejar esses mesmos elementos. Impactados por essa condição, os(as) trabalhadores(as) têm a oportunidade de desenvolverem uma práxis criativa, transformadora e dão vida a saberes que são seus! Às vezes avançam numa práxis reflexiva, explicando sua atual condição histórica de trabalhador. Às vezes reproduzem uma práxis utilitária.

Viver esses momentos e poder refletir sistematicamente sobre eles é um processo formativo que pretende expor e afirmar a existência e o desenvolvimento de um(a) trabalhador(a) capaz de estabelecer relações produtivas solidárias e autogestionárias. Ou seja, capaz de romper, em níveis variados, com o ordenamento ético e lógico do trabalho explorado e heterogerido e, por isso mesmo, capaz de reposicionar os nexos entre economia e cultura a fim de gerar novos sujeitos sociais. Trata-se ao final da construção de um trabalhador e de uma trabalhadora de novo tipo, um “ser autogestionário”.

Referências

ADAMS, Telmo. Educação na economia solidária: desafios e perspectivas. Educação, Santa Maria, v. 39, n. 3, set./dez. 2014.

CORREIA, Maria da Conceição. A observação participante enquanto técnica de investigação. Pensar Enfermagem, v. 13, n. 2, 2º semestre, 2009.

GUELMAN, Anahí; PALUMBO, Maria Mercedes. Lo colonizador y el descolonizador em los saberes del trabajo: aproximación a una experiencia en proceso. In.: GUELMAN, Anahí; PALUMBO, Maria Mercedes (Eds.). Pedagogías descolonizadoras y formación en el trabajo en los movimientos populares. Buenos Aires: Clacso, 2018.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acacia. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.



LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: CATTANI, A. et al. (Coord.). Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: São Paulo: Almedida; Almedina Brasil, 2009, p.162-168.

NASCIMENTO, Claudio. Experimentação autogestionária: autogestão da pedagogia/pedagogia da autogestão. In: BATISTA, E.; NOVAES, H. (Orgs.). Trabalho, Educação e Reprodução Social: as contradições do capital no século XXI. Bauru: Canal 6, 2013.

PEÓN, Fortino. Un acto metodológico básico de la investigación social: la entrevista cualitativa. In: TARRÉS, M. L. (Coor.). Observar, escuchar y comprender. Sobre la tradición cualitativa en la investigación social. México: El Colegio de México; Flacso México, 2013.

THOMPSON, Edward. A Miséria da Teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. Perspectiva, Florianópolis, v. 26, n. 1, jan./jun. 2008.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofía de la práxis. México: Ciclo XXI Editores, 2003.

GT 2

Autogestão, Economia Solidária e Extensão Universitária: qual o papel da universidade na crise atual? Autogestión, Economía Solidaria y Extensión Universidad: Cual el rol de la universidad em la crisis atual?

O GT propõe um espaço de trocas de informações e experiências no estudo de iniciativas universitárias em Extensão em Autogestão do Trabalho e Economia Solidária. No contexto da profunda crise atual, as iniciativas nesse campo criadas nas últimas décadas, apresentam contribuições importantes. Projetos universitários de extensão relacionam diferentes dimensões, criando e potencializando práticas de cooperação, trabalho associado e autogerido, fazeres tecnológicos, saberes culturais, periféricos, educação transformadora, de relação sustentável com o ambiente. Essas iniciativas são espaços de formulações teóricas e experimentações práticas, com atuações junto à sociedade civil organizada, movimentos sociais, comunidades periféricas, afrodescendentes, indígenas, quilombolas, e apresentam estratégias de transformação das universidades, institucionalização da extensão e disputa de seu sentido indissociável de ensino e pesquisa. Após um longo período de resistências, os estudos, sistematizações e avaliações dessas iniciativas são hoje subsídios importantíssimos para reivindicações populares, agendas políticas, ações e políticas públicas, e contribuem para fortalecer as próprias iniciativas, ampliar sua articulação e visibilidade na sociedade.



Coordenação:

Ana Luzia Laporte
NESOL-USP, Brasil

Erica Aparhyan Stella
NESOL-USP, Brasil

Ioshiaqui Shimbo
UFSCar, Brasil

Reinaldo Pacheco
ITCP-USP, Brasil

Vanessa M. Sígolo
Unifesp e NESOL-USP, Brasil)

GT-2: Autogestão, Economia Solidária e Extensão Universitária: qual o papel da universidade na crise atual? 110



Autogestión, Economía Solidaria y Extensión: cual el rol de la universidad em la crisis atual?

Aspectos conceituais e práticos na articulação de ensino, pesquisa e extensão: a experiência com economia solidária na Universidade Federal De São Carlos 112

Ana Lucia Cortegoso, Danilo Malta Ferreira, Ioshiaqui Shimbo, Maria Lúcia Teixeira Machado, Maria Zanin, Wagner Souza Leite Molina

Outras economias no espaço universitário: a experiência da feira de economia popular e solidária da face/ufmg 142

Bruno Siqueira Fernandes, Danielle Sylvania Ferreira Maciel, Izabel Santiago Baccarini, João Tonucci, Layla Leandra Grigorio Parreiras Seabra, Nina Fraiha de Faria, Sibelle Cornélio Diniz

Contribuições das universidades para a construção de novas perspectivas para o brasil pós-pandemia: sistematizando iniciativas em economia solidária e soberania alimentar 160

Jade Percassi, Vanessa Moreira Sígolo, Ioshiaqui Shimbo, Pedro Fiori Arantes

Extensão universitária e economia solidária na américa latina: panorama geral das estratégias de disputa do sentido de universidade na ITCP-USO e na UEC-UDELAR 165

Ana Luzia Alvares de Laporte

Fortaleciendo los espacios de la economía social y solidaria desde la universidad 175

Verónica Lilián Montes, Alicia Ressel, Leandro Ariel Iglesias, Noelia Silva, María Piriz Carrillo

Gestão da informação e do conhecimento em incubadora de economia solidária: caso NUMI-ECOSOL/UFSCAR 182

Vinicius Pereira, Ariadne Chloe Mary Furnival

PET economia solidária: os desafios da extensão universitária em tempos de pandemia 189

Amanda Gonçalves de Lima, Fernanda Siani

Turismo como alternativa para agregar valor aos associados dos arranjos produtivos locais (apl's): o caso da atividade de extensão agrotech 197

Telma Darn



ASPECTOS CONCEITUAIS E PRÁTICOS NA ARTICULAÇÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: A EXPERIÊNCIA COM ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

112

Ana Lucia Cortegoso, NuMI-EcoSol/UFSCar
ana.lucia.cortegoso@gmail.com

Danilo Malta Ferreira, NuMI-EcoSol/UFSCar
dnylon@gmail.com

Ioshiaqui Shimbo, NuMI-EcoSol/UFSCar
ishimbo@gmail.com

Maria Lúcia Teixeira Machado, NuMI-EcoSol/UFSCar
mluciatmachado@gmail.com

Maria Zanin, NuMI-EcoSol/UFSCar
mariazanin55@gmail.com

Wagner Souza Leite Molina; Depto. Ciências Sociais e NuMI-EcoSol/UFSCar,
wagmolina@ufscar.br

Resumo

A extensão universitária tem sido objeto de análise e discussão de longa data na UFSCar, nos Fóruns de Pró-Reitores brasileiros e em diversos meios acadêmicos. No entanto, recentemente este tema ressurgiu com a discussão sobre Curricularização da Extensão Universitária, visando atender a necessidade de sua inclusão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação até dezembro de 2022, conforme a exigência das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução nº 7 CNE/CES de 2018) e nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais. Na tentativa de contribuir com a discussão, constitui objetivo desta proposta apresentar e examinar conceitos e práticas universitárias no contexto da Economia Solidária a partir da Incubadora Regional de Cooperativas Populares e de seu sucessor, o Núcleo Multidisciplinar de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária, da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol/UFSCar), como contribuição para superar perspectivas que apartam, e muitas vezes antagonizam ensino, pesquisa e extensão, entendidas aqui como atividades-fim, ou próprias e específicas da Universidade para garantir o cumprimento de seu objetivo de produção de conhecimento. O trabalho parte da sistematização da história do NuMI-EcoSol, com a recuperação de conceitos que, desde seu início, foram apropriados e endossados pela equipe a partir de perspectiva institucional sobre o papel da Universidade e dos avanços proporcionados por ocasião da implantação da Pró-Reitoria de Extensão. Evidencia, com situações concretas, como tal perspectiva tem sido operacionalizada, quais resultados e barreiras são encontradas e impostas a partir de diferentes esferas, incluída aí a própria instituição, o sistema de educação, agências de financiamento e práticas de indivíduos voltadas para a competição no contexto acadêmico. São examinadas, assim, atividades implementadas pela equipe do NuMI em contextos como: curso de especialização, disciplinas, projetos de pesquisa e projetos de extensão. Em todos os casos, colocando em evidência as diretrizes e decisões da equipe ao propor e implementar tais atividades no contexto do NuMI, assim como aspectos da estrutura institucional, normas para obtenção de recursos para desenvolvimento dos diferentes tipos de atividades, exigências para publicação etc. Por fim, são evidenciadas contribuições da perspectiva da economia solidária para revisão e aprimoramento de conceitos referentes ao papel da Universidade, sua relação com a



sociedade e condições para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma compatível com exigências contemporâneas às quais a Ciência deve responder.

113

Palavras-chave: Papel da universidade; Indissociabilidade das atividades-fim da universidade; Extensão; Curricularização; Economia solidária.

Abstract

The concept of community outreach has been the object of analysis and discussion for a long time at UFSCar, at the Brazilian Deans Forums and at various other academic arenas. Recently, however, this subject has resurfaced along with the debate over the establishment of curricula for the outreach programs in universities, aiming to satisfy the need for its inclusion in the pedagogic projects of undergraduate courses until December/2022, as demanded by the Directives for Outreach in Brazilian Tertiary Education (Resolution #7 2018 CNE/CES) and by the new National Curricula Directives. In an attempt to contribute to the debate, this proposal intends to present and examine university concepts and practices in the context of Solidarity Economics from the Incubadora Regional de Cooperativas Populares and its successor, the Núcleo Multidisciplinar de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária at the Federal University of São Carlos (NuMI-EcoSol/UFSCar), as a contribution to overcome points of view which separate - and frequently antagonize - teaching, research and outreach, understood here as end-activities, or proper and specific to the University in ensuring the fulfillment of its purpose: the production of knowledge. The work starts with the systematization of NuMI-EcoSol's history, recovering concepts which, from the beginning, were appropriated and endorsed by the team with an institutional perspective about the role of the University and the progress made by the time the Outreach Deanship was implemented. It then demonstrates, with concrete examples, how this perspective has been operationalized, what results and obstacles have been found and imposed from different branches, there included the very University, the educational system, funding agencies, as well as individual behaviors of competition in the academic context. The activities developed by the NuMI team are thus examined in contexts such as: classes, specialization courses, research projects and outreach projects. In all those instances, the work highlights the team's directives and decisions in the proposition and implementation of those activities at NuMI, as well as aspects of the institutional structure, guidelines for the attainment of resources for the development of different activities, requirements for publication, etc. Lastly, the work emphasizes the contributions of the solidarity economics perspective for the review and improvement of ideas referring to the role of the University, its relation with society and the conditions for the development of teaching, research and outreach activities in a way that is compatible with contemporary demands Science must answer.

Keywords: University role, Indissociability of the University's end activities, Outreach, Curricularization, Solidarity Economics

A extensão universitária é debatida de forma razoavelmente sistemática nas universidades públicas brasileiras, especialmente nas federais, desde a criação, ainda em 1987, do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) que, segundo Souza (2019), tem sido o principal palco das discussões de fomento e reivindicações voltadas à criação de diretrizes e ações específicas de Extensão Universitária, como parte das políticas públicas para a educação superior no país. Por iniciativa deste Fórum, surge em 2012, a Política Nacional de Extensão Universitária que já previa: 1. Interação Dialógica; 2. Interdisciplinaridade e

interprofissionalidade; 3. Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; 4. Impacto na Formação do Estudante; 5. Impacto e Transformação Social (FORPROEX, 2012, p. 16).

A curricularização da extensão passou a constar na pauta de discussões das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras a partir da publicação da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, homologada em 14/12/2018, do Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Superior (CES), que estabeleceu um prazo de três anos a partir da data de sua homologação, para que as diretrizes curriculares ali previstas fossem adotadas nas instituições (BRASIL, 2018). Assim, até 14 de dezembro de 2021 todas as IES do país deveriam, em linhas gerais, “tornar as atividades de extensão parte obrigatória da carga horária dos cursos de graduação”. Em função da situação gerada no início de 2020 pela pandemia de Covid-19, exigindo medidas de isolamento social que conduziram a uma ampla revisão no modo de funcionamento das instituições (sobretudo as de educação), tal prazo foi estendido até 19 de dezembro de 2022.

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) apresenta historicamente uma defesa discursiva intransigente da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, que pode ser recuperada pelo menos desde a formulação dada à Portaria GR nº. 677/94, que trata das atividades acadêmicas próprias do pessoal docente do ensino superior, explicita que a indissociabilidade deve visar a aprendizagem, produção do conhecimento, ampliação e difusão do saber e da cultura e indica um foco em atividades de extensão a partir de programas, planos ou projetos devidamente aprovados pelas instâncias universitárias competentes (UFSCar, 1994). A regulamentação das atividades de extensão foi instituída na UFSCar em 1999 por meio da Portaria 664/1999 e enfatizou, nos art.1º e 2º, a compreensão de que a atividade de extensão é parte daquelas que são indispensáveis para que a Universidade, como instituição social, cumpra o seu papel de produção de conhecimento, que inclui ainda as atividades de ensino e de pesquisa (UFSCar, 1999).

Algumas iniciativas importantes podem e devem ser destacadas como formas de colocar em prática o discurso da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, como a criação, em 1995, dos “Núcleos de Extensão”, que visavam promover a aproximação entre as demandas da sociedade e a comunidade universitária, ou mesmo a criação das Atividades Curriculares de Integração de Ensino, Pesquisa e Extensão

(ACIEPES) em 2002. Trata-se de uma experiência inovadora no sentido de tentar romper o tratamento estanque dado à tríplice missão da universidade, sendo que muitos obstáculos permanecem aparentemente intactos, nestes 20 anos das atividades curriculares (UFSCar, 2022).

Outra iniciativa foi o programa de extensão que, em 1998, viabilizou a criação da Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP-UFSCar), para atuar de forma multidisciplinar, na produção de conhecimento simultaneamente à formação de pessoas e à intervenção na realidade, visando a organização de cooperativas, associações e outras iniciativas com base nos princípios da Economia Solidária, (UFSCar, 1998). A partir de uma Resolução do Conselho Universitário da UFSCar (Resolução ConsUni 698), em 12 de agosto de 2011, a INCOOP-UFSCar passou da condição de programa extensionista para Núcleo vinculado diretamente à Reitoria da Universidade como unidade de ensino, pesquisa e extensão, denominado: Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol/UFSCar) (UFSCar, 2011). Tanto a INCOOP, quanto o NuMI-EcoSol, constituem importante centro irradiador da Economia Solidária e do processo de incubação de empreendimentos desta natureza na região de São Carlos, SP.

Outras iniciativas podem ainda ser mencionadas como experiências favorecedoras da indissociabilidade como práxis da universidade, como a Unidade Saúde Escola (USE), criada em 2004 e, posteriormente, o Núcleo de Formação de Professores ou mesmo a Agência de Inovação. Embora atuem em formatos e dinâmicas muito distintas, estas e outras unidades, juntamente com o NuMI-EcoSol, são frequentemente lembradas como promotoras da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Mas não seria possível - ou recomendável - tratar desta temática a partir de uma abordagem ampla o suficiente para contemplar todos os espaços que contribuem para a prática da indissociabilidade na universidade e, em função disso, a reflexão aqui proposta se apoia fundamentalmente na experiência do NuMI-EcoSol, visando contribuir para um debate por demasiado tempo adiado ou pouco aprofundado.

Ainda que o tema da curricularização da extensão, tornado urgente em função dos prazos estipulados em nível federal, tenha gerado novas oportunidades de reflexão sobre a extensão dentro de uma lógica que a integre em um todo coeso e indissociável, o imperativo de cumprimento de prazos e metas estipulados não contribui para isso; muito

pelo contrário: é perceptível que toda a mobilização da comunidade universitária tem girado em torno de viabilizar “enxertos” de atividades extensionistas em cada um dos Projetos Político-Pedagógicos que orientam os cursos de graduação na universidade, indo muito pouco além disso.

Objetivos

Na tentativa de contribuir com a discussão, é objetivo deste trabalho apresentar e examinar conceitos e práticas universitárias no contexto da Economia Solidária, a partir da Incubadora Regional de Cooperativas Populares e de seu sucessor, o Núcleo Multidisciplinar de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária, da Universidade Federal de São Carlos, como contribuição para superar perspectivas que apartam, e muitas vezes antagonizam ensino, pesquisa e extensão, entendidas aqui como atividades-fim, ou próprias e específicas da Universidade para garantir o cumprimento de seu objetivo de produção de conhecimento.

Método

Este trabalho é composto pela sistematização de informações referentes a atividades e reflexões coletivas das sucessivas equipes da INCOOP e, posteriormente, do NuMI-EcoSol. Equipes sempre constituídas dinamicamente, com pessoas que acompanham sua existência desde a origem ou fases iniciais de sua implementação, as que participaram de momentos específicos do processo e outras que se inseriram mais recentemente. Documentos referentes a projetos desenvolvidos e atividades realizadas, registros de reuniões de equipe, diretrizes decorrentes de decisões coletivas, normativas institucionais, textos conceituais de referência, bem como a memória de cada uma das pessoas que assumem a autoria do texto em relação ao tema proposto, a partir de suas experiências, foram fontes para obtenção de informações.

A recente oportunidade criada em função das discussões institucionais e no contexto da Economia Solidária sobre a chamada “curricularização da extensão”, em relação às quais a equipe do NuMI-EcoSol manifestou seu interesse em participar ativamente – ainda que não incluída nos contextos institucionais coordenadores dessa discussão – resultou no presente trabalho de sistematização de suas contribuições sobre indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com a expectativa de que, mais do

que valorizar a atividade de extensão, historicamente relegada a uma condição de efeito colateral desejável do que entendida como de parte constituinte das atividades-fim da universidade, esta oportunidade resulte no fortalecimento dos compromissos com a indissociabilidade entre as três formas por excelência da universidade garantir produção sistematizada de conhecimento, incluído aí o acesso a este conhecimento.

O procedimento utilizado foi o de realizar coletivamente, em reuniões da equipe regulares (pelo menos duas ao mês) e específicas, reflexões sobre os acúmulos existentes e necessários de serem considerados na nova discussão, tanto do ponto de vista conceitual quanto prático, condições que historicamente e no contexto atual favorecem ou desfavorecem tal indissociabilidade, e novos desafios impostos a este compromisso a partir de perspectivas participativas de produção e uso de conhecimento sistematizado.

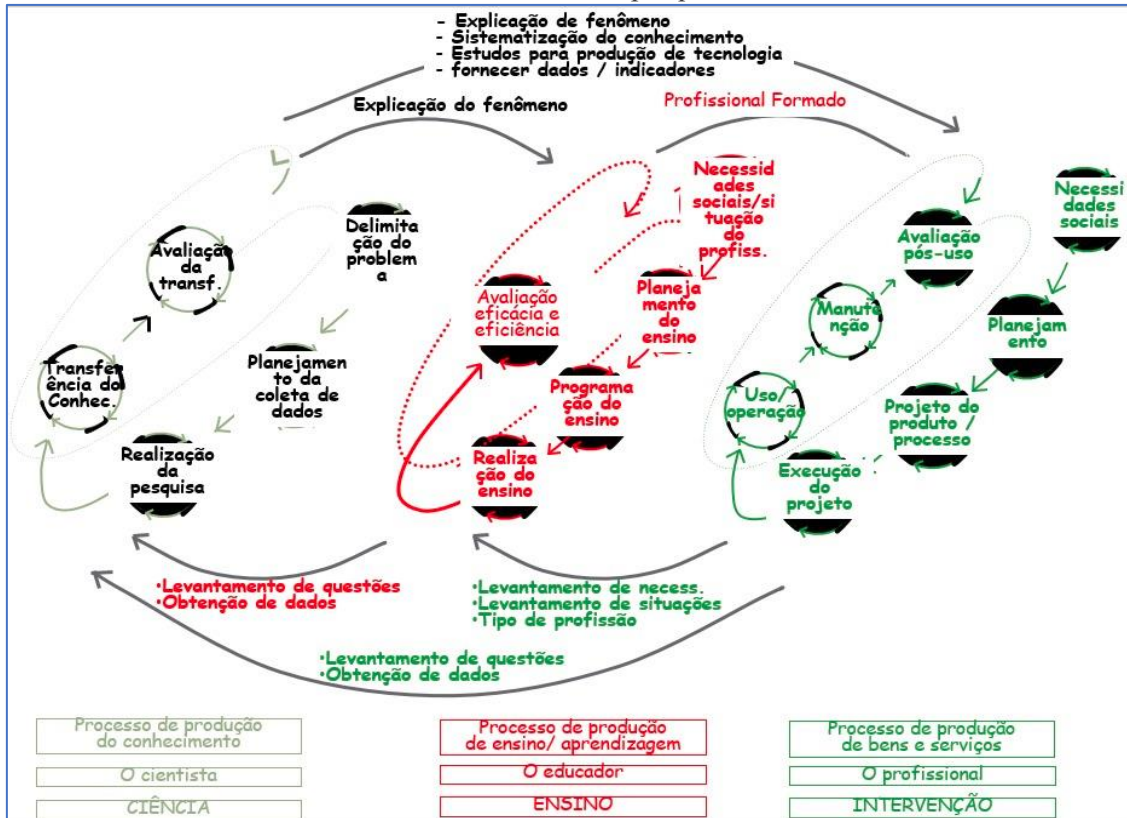
Indissociabilidade - extensão, ensino e pesquisa: linha do tempo e reflexões do NuMI-EcoSol

O NuMI-EcoSol busca manter o compromisso com a indissociabilidade da ação na realidade (extensão), educação em economia solidária (ensino) e pesquisa, operacionalizado de diferentes formas e, muitas vezes, a despeito das condições institucionais que pressionam em direção à separação entre tais atividades. Para facilitar a análise da trajetória do núcleo foi descrito o processo de institucionalização, desde a origem como projeto de extensão, passando a programa de extensão até tornar-se uma unidade acadêmica.

A concepção de indissociabilidade expressa por Botomé (1996), que fundamentou a proposição das normas referentes a atividades de extensão na UFSCar quando da criação das Pró-Reitorias, implica uma relação entre as atividades-fim da universidade que coloca a indissociabilidade na origem destas atividades. Esta é uma razão pela qual não faz sentido adotar concepções que fazem referência à necessidade de integrar ou articular tais atividades, já que neste caso seria necessário assumir que cada uma delas tem uma existência própria, independente, devendo assim ser integradas. De fato, a separação entre estas atividades, inclusive com a separação de “setores” da Universidade responsáveis por cada uma delas, atende muito mais a propósitos didáticos ou administrativos, com risco de ocultar os processos envolvidos e sua íntima relação com os objetivos da instituição universitária. O esquema ilustrado na Figura 1, talvez melhor que muitas

possíveis demonstrações por palavras, apresenta o que está em jogo nesta discussão. O esquema coloca em destaque o fato de que a cada uma destas “atividades” correspondem processos complexos que interagem constituindo o todo.

Figura 1 - Processos de interação ao desenvolver a indissociabilidade nas atividades de extensão, ensino e pesquisa



Ao analisar a Figura 1, por exemplo, observa-se que durante a execução de um projeto na realidade social, pode haver levantamento de situações que passem por avaliação de eficácia e eficiência em processos de produção de ensino/aprendizagem. Por outro lado, pode fomentar a realização de pesquisas para elucidar o fenômeno ou estudos que visem a produção de tecnologias para o processo de intervenção.

Retomando a trajetória, o projeto “*Criação de um polo incubador de cooperativas populares na UFSCar*” (processo nº 23112.001166/98-12), primeiro projeto de extensão da INCOOP aprovado, já trazia a informação de que a universidade busca reforçar seu papel de atuar junto à sociedade, produzindo e transferindo conhecimentos significativos e relevantes para contribuir nas transformações sociais. Naquele momento havia onze empreendimentos em processo de incubação, tendo como equipe de incubação alunos de graduação, pós-graduação e docentes. Também havia a perspectiva de formação dessa

mesma equipe, assim como a formação de pessoas da comunidade e de parceiros em cooperativismo. O projeto também já indicava dificuldades identificadas em sua atuação e na operacionalização da indissociabilidade, como significativa demanda necessitando de intensiva capacitação de novos bolsistas e técnicos em contexto de recursos humanos escassos (UFSCar, 1998).

Em 2000, o projeto de extensão tornou-se programa de extensão “Incubadora Regional de Cooperativas Populares-INCOOP”, que indica estratégias para a articulação entre o conhecimento sistematizado para tornar acessível nas atividades de extensão, ensino e pesquisa. A sistematização das experiências e reflexões contribuem para produção de conhecimentos teóricos e metodológicos:

A constituição de uma equipe de trabalho extensionista atuando orientada pela temática da Economia Solidária deverá, em um primeiro momento, sistematizar as diferentes contribuições do conhecimento interdisciplinar, utilizando-o tanto nas atividades de extensão como nas de ensino e pesquisa (orientação de teses, dissertação e iniciação científica, trabalho de graduação, entre outros). Em um segundo momento, espera-se que as experiências diversificadas possam, também, contribuir na produção de conhecimento. A práxis deverá oferecer importantes elementos de reflexão teórica enquanto experiência não dicotomizada nem dissociada do conhecimento (pesquisa e ensino) (UFSCar, 2000, p.3).

As atividades de extensão, ensino e pesquisa constam na perspectiva da indissociabilidade não dicotomizadas ou dissociadas. A proposta também indica a relevância social com a “*sensibilização da comunidade acadêmica para adesão ao tema da Economia Solidária como um novo campo de investigação e atuação extensionista em prol dos segmentos sociais excluídos ou sob risco de exclusão*”. E de “*docentes (que são detentores de um saber formal especializado), os discentes (que estão em processo de apreensão e construção de conteúdos para fins de profissionalização) e os técnicos*”. Em prol desses segmentos em que se prevê “*participação ativa na formação de cooperativas a serem incubadas (normalmente formadas por aqueles que se encontram excluídos tanto no campo quanto na cidade)*” (UFSCar, 2000, p.3).

Para facilitar a compreensão sobre a operacionalização do princípio da indissociabilidade das atividades de extensão, ensino e pesquisa, cabe destacar que em 2011 foi criada no NuMI-EcoSol uma comissão para a sistematização da trajetória da

unidade por meio da construção de uma linha do tempo, para favorecer sua análise. A proposição de eixos e subeixos constituintes da linha, foi essencial neste processo, pela perspectiva de indissociabilidade das atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão), adotada desde o início como diretriz pela equipe, ainda que, para efeitos de análise, as informações obtidas tenham sido organizadas separadamente, no caso do ensino, sob a expressão “Formação”. A análise mais completa pode ser conferida em Ferreira (2018) e, a seguir, são abordadas cada uma das atividades-fim.

Atividade-fim Extensão

De acordo com Ferreira (2018), constituem exemplos de ações de intervenção desenvolvidas pela equipe do NuMI, a incubação de empreendimentos econômicos solidários, um processo de assessoria da comunidade, em relação ao qual a equipe desenvolveu um método específico, a partir de ações realizadas, estudo de conhecimento disponível e avaliação permanente de ações e resultados, como forma de orientação de seu trabalho (CORTEGOSO; POMPERMAIER, 2016). Da incubação de empreendimentos econômicos solidários em diversos territórios e municípios da região em que o NuMI está sediado, as ações de incubação passaram a ser concentradas em dois territórios (um urbano e um rural), com perspectiva de desenvolvimento de territórios com Economia Solidária e, em seguida, em apenas um território. Além de processos de incubação, a equipe incorporou ações para aumento de acesso a direitos de cidadania das populações atendidas, articulação com prefeituras e outros atores relacionados a territórios nos quais desenvolvia (ou poderia desenvolver) ações de incubação. Passou, gradualmente, e de forma crescente, a participar de diferentes instâncias do movimento de economia solidária nas esferas municipal, regional, estadual e nacional. Mais recentemente, diversificou suas ações de assessoria e consultoria para fomento à Economia Solidária.

As informações obtidas no processo de construção da Linha do Tempo da trajetória do NuMI-EcoSol permitiram identificar, neste tipo de atividade-fim, mudanças em estratégias de ação da equipe; por exemplo, no que se refere a territórios alcançados (vários, apenas dois e, por final, apenas um) e objetivos pretendidos (de incubação de empreendimentos para desenvolvimento de territórios com economia solidária), entre outros. No período de 1998 a 2020, a equipe se envolveu com incubação de pelo menos

38 empreendimentos econômicos solidários com diferentes atividades econômicas e número de participantes (de três a 300), alcançando aproximadamente 1.700 trabalhadores em oito municípios do estado de São Paulo.

A presença permanente de estudantes de graduação, inseridos nestas atividades como exigência estabelecida pela equipe geral da INCOOP e depois do NuMI, a partir da meta de composição mínima de cada equipe específica (um docente, um técnico de nível superior e estudantes de graduação), estabelece sempre uma garantia de oportunidade para formação destes estudantes de graduação (e de pós-graduação, quando isso foi possível), complementar à sua formação básica oferecida pelos cursos de graduação. Com oferta permanente de vagas para estágios obrigatórios ou não obrigatórios, em projetos de extensão e de iniciação científica, esta formação se dá, assim, de modo indissociável da intervenção na realidade.

Esforço permanente da equipe tem sido feito para garantir, no mínimo, como produção acadêmica associada às atividades de intervenção na realidade, sistematização e análise das experiências empreendidas pela equipe, como comprova a considerável produção acadêmica acumulada (OLIVEIRA; CORTEGOSO; AZEVEDO, 2016). Uma produção que, em grande parte, conta com a participação dos estudantes de graduação, técnicos e docentes, ainda que sem uma distribuição equivalente entre estas categorias, pelas próprias especificidades de seus papéis no processo. Sem prejuízo de fomento e efetiva produção de contribuições acadêmicas no campo da economia solidária a partir de estudos que, se não implementados como parte das ações de intervenção, em sua grande maioria referenciados por elas ou tratando de aspectos da realidade que emergem como relevantes a partir destas ações.

Atividade-fim Ensino

Na Linha do tempo do NuMI, o eixo proposto por Ferreira (2018) incluiu ensino conforme esta atividade é definida na instituição (graduação e pós-graduação), assim como outras que, embora sejam de natureza formativa, são atividades consideradas de extensão no contexto da normatização proposta na UFSCar (UFSCar, 1999), incluindo ações formativas voltadas para trabalhadores associados e moradores dos territórios de atuação, gestores públicos, atores do movimento da Economia Solidária e profissionais graduados (curso de especialização).

Conforme indicado anteriormente, estudantes de graduação são inseridos em atividades do NuMI a partir de formas de acesso variadas, seja cumprindo obrigações curriculares obrigatórias (como estágio ou trabalhos de conclusão de curso) ou complementares (estágios não obrigatórios, participantes de projetos de extensão, bolsistas de iniciação científica, programa de ensino tutorial). No caso de estudantes de pós-graduação, podem participar de equipes de intervenção ou não, implementar suas pesquisas para elaboração de dissertação ou tese. De qualquer modo, todos entram em contato com ambientes e situações favorecedoras e estimulantes de uma formação comprometida com as questões da realidade com que a equipe do NuMI trabalha; frequentemente, a partir da ação na realidade identificam necessidades e situações que demandam reflexão, estudo e das quais derivam perguntas de pesquisa.

Além destas oportunidades de inserção de estudantes de graduação no NuMI, a equipe tem realizado oferta específica de atividades de ensino formalizadas como tais, como é o caso de disciplina destinada a estudantes de alunos dos diferentes cursos de graduação existentes no campus São Carlos da UFSCar – mas aberta a outras pessoas interessadas – na modalidade de “Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE). Voltada para os temas do Cooperativismo Popular e Economia Solidária, esta disciplina vem sendo ofertada quase que semestralmente, desde 2003, totalizando 30 semestres até 2018.

Quanto a pós-graduação, na modalidade *stricto sensu*, a equipe vem buscando e aproveitando oportunidades para oferecer atividades formativas para alunos de mestrado e doutorado, considerando a inexistência de programa de pós-graduação dedicado à economia solidária ou área de concentração específica. Especificamente, o Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS) da UFSCar- linha “Dimensões Sociais”, tem acolhido interessados na Economia Solidária por meio de orientações de projetos de mestrado e doutorado, oferta de disciplinas optativas abertas a alunos especiais, inclusive com oportunidade para atividades de ação na realidade. Essa experiência vem sendo modificada a cada nova oferta no período entre 2009 e 2022, passando a incluir novos docentes da equipe do NuMI, além de pesquisadores estrangeiros e outros colaboradores. Na perspectiva de avançar com atividades formativas na pós-graduação sobre economia solidária, cada vez mais interdisciplinares e multidimensionais, foram implementadas parcerias com outros programas de pós-

graduação da UFSCar e incorporadas ou revistas diferentes estratégias de ensino-aprendizagem.

Em todos os casos de oferta de atividades formais de ensino de graduação e de pós-graduação, evidentemente com os limites estabelecidos pelas condições concretas, a estratégia pedagógica adotada tem sido exatamente a de garantir indissociabilidade das atividades-fim, não apenas como exigência para o docente de nível superior em função de sua inserção em uma instituição em que estas são meio para garantir o cumprimento dos objetivos, mas para a formação integral de profissionais de nível superior (no caso de estudantes de graduação) e do professor de ensino superior (como é o caso da pós-graduação). Um panorama das atividades formativas do NuMI pode ser encontrado em Cortegoso et. al. (2020).

Atividade-fim Pesquisa

Conforme indicado anteriormente, a estratégia prioritária de produção acadêmica pela equipe NuMI tem sido a sistematização das experiências de intervenção na realidade, o que resultou em diferentes tipos de publicações (livros, capítulos de livro, artigos publicados em revista, trabalhos completos publicados em anais de congressos, resumos expandidos e não expandidos publicados em anais de congressos, apresentações de painéis em eventos acadêmicos, monografias de conclusão de curso de graduação, dissertações, teses, eventos organizados pelo NuMI, eventos coorganizados, participação em eventos e produção de vídeos) com participação de estudantes, profissionais graduados e pesquisadores.

A prática da indissociabilidade: na UFSCar e em contexto mais amplo

Nesta seção, serão identificadas, sob a perspectiva do NuMI-EcoSol e de seus colaboradores, algumas condições existentes, bem como medidas adotadas pela UFSCar, que favorecem a prática da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na universidade, bem como os obstáculos que ainda são percebidos, sejam eles atribuídos a esta universidade em particular ou ao contexto mais amplo das IES brasileiras.

Condições favorecedoras à indissociabilidade

Ao examinarem aspectos da trajetória da INCOOP-UFSCar, em obra produzida na época de sua transformação em uma unidade multidisciplinar, diretamente vinculada ao Gabinete da Reitoria – o NuMI-EcoSol – Cortegoso e Lussi (2016) elencaram e descreveram condições que, do ponto de vista das autoras e, referendado pela equipe, favoreceram a existência efetiva de atividades de extensão como meio para o cumprimento integral do papel deste tipo de instituição. Iniciando no final da década de 1980 e início da seguinte, interna e externamente à UFSCar, debate aprofundado sobre o papel das assim reconhecidas como atividades próprias da universidade, que proporcionam clareza conceitual e geraram compromisso com a chamada indissociabilidade destas atividades, como expresso na Portaria GR nº 664/99 (UFSCar, 1999). No âmbito externo, a UFSCar teve participação importante no Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), criado em 1987.

Internamente, e na esteira dos debates conceituais, a UFSCar gerou instrumentos, inicialmente, viabilizadores de desenvolvimento de atividades de extensão, em geral relegadas a atividades opcionais e “de segunda categoria” no contexto acadêmico e das escalas de avaliação e valorização das atividades acadêmicas. Constituem exemplos deste tipo de estímulo às atividades de extensão, segundo as autoras (CORTEGOSO; LUSSI, 2016), a criação de um conjunto de Pró-Reitorias, em particular aquelas responsáveis por “promover e coordenar atividades em relação a cada uma das atividades-fim. No caso específico da extensão, foram ainda criados núcleos articuladores de atividades e estreitamento de relações entre as tradicionais atividades acadêmicas e a sociedade, tomando como referência campos como Cidadania, Empresa, Escola, Município, Sindicato e Saúde. A articulação de alguns destes núcleos foi responsável por viabilizar, em 1998, um projeto de extensão para formação da própria INCOOP, inspirada na iniciativa pioneira do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ).

As autoras indicam, ainda, como condições favorecedoras da existência e configuração da INCOOP (e de outras práticas de indissociabilidade), a implementação de um sistema institucional de organização das atividades de extensão, na forma de Programas e Projetos, no início da década de 2000. Marcando sua especificidade desde então, a INCOOP foi apresentada à UFSCar como um programa multicêntrico, vinculado diretamente à ProEx e não a um departamento. Neste caso específico, a garantia de espaço

físico para desenvolvimento das atividades propostas, bem como material de consumo e cobertura de outros gastos usuais nesta condição, e mesmo estrutura técnica mínima e administrativa, em geral (mas não apenas) com recursos da Pró-Reitoria de Extensão, foi essencial para que esta pudesse ser implantada e desse início aos trabalhos. A ampliação e melhoria dos espaços, particularmente por meio de emenda parlamentar, também se deu por ação e apoio da Pró-Reitoria de Extensão.

Ações coordenadas de financiamento de atividades de extensão na instituição passaram a ocorrer regularmente, neste período, com acesso da comunidade interna por meio de editais, financiados com recursos oriundos de fundo “constituído com uma percentagem de recursos externos obtidos como contrapartida financeira a atividades realizadas como atendimento a demandas externas à instituição (empresas, órgãos de gestão pública etc.)” (CORTEGOSO; LUSSI, 2016). A INCOOP (e não apenas ela) sempre contou com apoio institucional para buscar e captar recursos tornados disponíveis para desenvolvimento de atividades de extensão por agências de financiamento de atividades acadêmicas, particularmente de pesquisa, mas também relativos a programas especificamente voltados para atividades de extensão ou, ainda mais específicos, para ações de fomento à Economia Solidária. A participação da equipe em resposta a editais voltados mais especificamente para atividades reconhecidas como de pesquisa, interna e externamente, proporcionou, em vários momentos, condições para também provocar reflexões no contexto de financiadores sobre a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, “forçando”, muitas vezes, a ampliação do escopo dos financiamentos e o acolhimento de propostas que, centradas em atividades de extensão, cumpriam papel relevante para a consecução dos objetivos da universidade como instituição.

Conforme Cortegoso e Lussi (2016), a previsão, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSCar (2004), da existência de instâncias “especiais” de ensino, pesquisa e extensão, supra departamentais, multidisciplinares e multiprofissionais, na estrutura da universidade, possibilitou que, em agosto de 2011, fosse criado o Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol), dando aos esforços da equipe de realizar tais atividades em uma área transversal, como a economia solidária, de forma indissociável, reconhecimento institucional.

Obstáculos à indissociabilidade

Neste tópico serão destacados e analisados alguns dos obstáculos à prática da indissociabilidade nas universidades brasileiras em geral (e na UFSCar em particular), com o intuito de estimular o debate, mas sem avançar muito em relação à possíveis estratégias para superá-los: estas só serão viáveis a partir de ampla participação. Porém, a ambição é ir além do caráter “funcional” (muito em razão de sua urgência) do debate que tem sido realizado na UFSCar, segundo a percepção da equipe do NuMI-EcoSol.

Neste sentido é necessário, inicialmente, assinalar as nem tão sutis mudanças efetuadas no regimento da extensão da UFSCar, que embora vigente desde 2016 (e que observava as concepções presentes em portarias de 1994 e 1999), foi modificado por resoluções de 2019 e 2020, de forma a afastá-lo muito seriamente das concepções anteriores, fundamentadas no caráter indissociável das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

É importante esclarecer que a equipe do NuMI-EcoSol adota a concepção do papel da universidade e de suas atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão), tendo como base o que expressa a Portaria GR n°. 677/94 (original, quando da criação das Pró-Reitorias). Os trechos a seguir, que respeitam a versão original sobre a extensão, são constantes da Portaria GR n° 664/99, de 06 de abril de 1999, que dá nova redação à Portaria GR n° 220/93 que dispõe sobre as Normas de Atividades de Extensão e derroga a Portaria GR n° 677/94, que dispõe sobre o regime de trabalho do pessoal docente, e correspondem a partes do Capítulo I – Da concepção e dos objetivos. Nestes trechos, ainda que o documento se destine a orientar a consecução e organização de atividades de extensão, esta é definida claramente a partir da concepção do que cabe à Universidade, da natureza de cada atividade-fim e da indissociabilidade entre as atividades-fim, por meio das quais este papel institucional é garantido.

Art. 1°. As atividades de extensão universitária têm como referência que à Universidade cabe, enquanto atribuições específicas relativas à sua responsabilidade de promover o desenvolvimento do saber: produzir, sistematizar, criticar, proteger, integrar, divulgar e difundir o conhecimento humano.

Art. 2º. As atividades de extensão são consideradas como parte integrante dos três tipos de atividades-fim: pesquisa, ensino e extensão, que a instituição realiza para concretizar seus objetivos.

§ 1º. Através da pesquisa, a Universidade atende aos objetivos de produzir, sistematizar, criticar e integrar o conhecimento, tornando-o disponível.

§ 2º. Através do ensino de graduação, a Universidade garante a formação de pessoas para utilizar profissionalmente o conhecimento disponível nas diferentes áreas, capacitando-as para atuar nos campos de atuação profissional necessários à sociedade.

§ 3º. Através do ensino de mestrado e doutorado, a Universidade garante a formação profissional de professores universitários e de cientistas, preparando-os para desenvolver o conhecimento e formar novas gerações desses profissionais para toda a sociedade;

§ 4º. Através das atividades de extensão, a Universidade amplia o acesso ao conhecimento, capacitando pessoas a utilizar o conhecimento disponível.

No caso da Resolução COEX nº 03/2016, de 17 de março de 2016, que “Aprova o Regimento Geral da Extensão da Universidade Federal de São Carlos”, as alterações produzidas no texto original retiram, do ponto de vista da equipe do NuMI-EcoSol, elementos importantes para que cada uma das atividades seja entendida em sua especificidade e como, a partir da indissociabilidade delas, o objetivo da Universidade pode ser cumprido de forma integral. Nesta nova normativa está ausente, por exemplo, o trecho que define claramente o papel da Universidade, substituído pela ideia de compromisso, e os que indicavam o que cabe, especificamente, à pesquisa e ao ensino. A ausência destas referências retira a força dada originalmente à relação entre as atividades e destas com o papel da Universidade.

Considerando ainda que este tipo de apresentação completa e clara da concepção sobre o papel da Universidade e das atividades-fim parece ter ficado restrito às preocupações da instância responsável por coordenar as atividades de extensão, e sua diluição no decorrer do tempo parece ainda mais grave, já que o próprio acúmulo da UFSCar neste debate vai deixando de ser conhecido inclusive pela própria comunidade e seus dirigentes. No Estatuto da UFSCar, por exemplo, a menção a estes que seriam pilares organizacionais, aparece resumida como um princípio, o da indissociabilidade entre

ensino, pesquisa e extensão. No Regimento Interno da Pró-Reitoria de Pesquisa, também como exemplo, está indicado que a ela compete planejar, superintender e coordenar atividades e políticas de pesquisa e inovação tecnológica, integradas ao ensino e à extensão, em especial, sem menção clara ao que é pesquisa, ensino e extensão.

Para aquém (e para além) das mudanças analisadas acima, que podem ser consideradas um retrocesso em relação ao entendimento outrora verificado nas normativas da UFSCar para a extensão, também merecem destaque como obstáculos à indissociabilidade na universidade:

1. A própria separação das Pró-Reitorias que respondem pela “coordenação” das atividades-fim da UFSCar - ensino (ProGrad), pesquisa (ProPq) e extensão (ProEx) prejudica a indissociabilidade destas atividades e favorece um tratamento fragmentado delas;

2. A rigidez curricular - carga horária colonizada pelo formato “aula”, e dentro dos “muros” da universidade;

3. A composição da comissão que está protagonizando um processo de discussão em torno da chamada “curricularização da extensão” reforça esta fragmentação, com ausência de representantes relevantes que focam as outras atividades-fim e unidades que, como o NuMI, apresentam histórico de práticas de indissociabilidade;

4. Ausência da pós-graduação: a discussão sobre “curricularização” se restringe aos cursos de graduação. Mestrandos e doutorandos não participam da indissociabilidade?

Em discussão alguns mitos da “extensão universitária”

A afirmação de que a extensão universitária é negligenciada, ou mesmo preterida - diante do ensino e da pesquisa - é algo recorrente entre docentes, alunos e até gestores das universidades. No entanto, tal desequilíbrio na práxis universitária, embora comprovável em dados sobre distribuição de recursos (não somente financeiros, mas também humanos, institucionais etc.) abre espaço para um debate que deve ir além da mera disputa por recursos e valorização da extensão enquanto “área de atuação” ou “modalidade de ação”, como se fosse razoável compreender as diferentes etapas da missão da universidade como “concorrentes”. Tal compreensão, embora equivocada, acaba sendo reforçada pelas estruturas universitárias, que como já mencionado, tendem a

separar ensino, pesquisa e extensão em “pastas” específicas, mas revela algo mais grave, e que tem se evidenciado em inúmeras discussões desencadeadas pelo imperativo da “curricularização da extensão”, sobretudo nos Conselhos de Graduação e Núcleos Docentes Estruturantes (NDE’s): entre os docentes - ao menos os da UFSCar - tanto a noção do que seria a indissociabilidade, quanto o reconhecimento de sua importância estão longe de serem consensuais. Um vasto leque de concepções (algumas até preconceituosas) se torna evidente nas colocações de inúmeros colegas docentes, o que indica que a inserção de atividades de extensão nos currículos tende a se traduzir em mera validação de créditos para seja lá o que venha a ser rotulado como atividade extensionista. E isso, além de empobrecer o debate, pode “encarcerar” a extensão universitária em desenhos institucionais inadequados para a realização de seu papel na missão universitária.

A partir da sistematização de colocações verificadas - recorrentemente - em diferentes momentos no desenrolar das atividades cotidianas, bem como em múltiplos espaços de deliberação na UFSCar, foram identificados alguns “mitos” que sintetizam percepções generalizadas, e que indicam um grave problema: a indefinição do que pode vir a ser chamado de “extensão universitária” e compreensões sobre seu caráter que se distanciam significativamente da ideia de indissociabilidade até aqui defendida.

A seguir, são apresentados e problematizados estes mitos, aos quais está atrelado um *modus operandi* que pode ser considerado predominante nas universidades brasileiras e que, por sua vez, orienta e é orientado por um arcabouço institucional (interno e externo à universidade) correspondente a eles:

- “A extensão universitária não produz conhecimento”
- “A extensão universitária não contribui para a formação profissional”
- “A extensão submete a universidade aos imperativos do mercado, ou simplesmente, ao “senso comum”
- “A extensão universitária equivale à prestação de serviços, filantropia e ativismo político”

“A extensão universitária não produz conhecimento”

Para uma significativa parcela do corpo docente, o conhecimento gerado pela universidade é resultado da pesquisa científica e ponto final. Ainda que a produção do

saber científico possa - e muitas vezes deva - ser validada junto à comunidade externa, esta última não participa, a não ser enquanto objeto de estudo, do processo de produção e sistematização de conhecimento. Tal prerrogativa seria exclusiva do pesquisador, e neste sentido é muitas vezes recomendado, sobretudo para as ciências humanas e da saúde, que seja adotado um “distanciamento”, ou uma necessária separação entre observador (cientista) e observados (indivíduo ou grupo). Sem entrar no mérito da necessária discussão envolvendo a diferenciação entre saber científico (próprio da academia) e outros saberes, o que se torna saliente na visão aqui apresentada é, no mínimo, a rejeição de um caráter mais dialógico no processo de geração do conhecimento. De duas, uma: ou a extensão estaria restrita à divulgação, disseminação, aplicação do conhecimento encerrado na universidade (via de mão única, já amplamente criticada inclusive por vasta literatura acadêmica); ou, mesmo sendo aceito que a interação com a comunidade externa seja também uma oportunidade - ou uma estratégia válida - para a geração de conhecimento novo, os papéis do extensionista e do pesquisador são distintos e incompatíveis; o que implicaria admitir que projetos de pesquisa e extensão são mutuamente excludentes, não cabendo pesquisa a partir da prática extensionista e vice-versa.

Tais concepções contribuem para que, entre alunos e professores, a extensão universitária seja tratada como atividade dependente e subordinada ao que realmente importa e traz prestígio (e recursos), que seria a pesquisa. E isso se reflete na maior facilidade com que o tempo de dedicação profissional esperado de um docente universitário seja reservado, com anuência dos pares e da instituição, para atividades de pesquisa: mesmo com toda a flexibilidade que costuma caracterizar o tempo de trabalho destes, a “comprovação” de que este tempo está sendo exercido “produtivamente” se dá por métricas que privilegiam, por exemplo, a publicação de artigos em revistas científicas, o registro de patentes e outros “produtos” que são mais facilmente obtidos ao se reduzir ao máximo o contato com a comunidade externa à universidade. A prática extensionista demanda tempo (e conta poucos “pontos” nas avaliações de produtividade). Diante das métricas de avaliação estabelecidas, os incentivos para que um docente universitário se dedique à extensão são escassos. Por outro lado, as ações de extensão tendem a ser alocadas após ou entre os horários reservados para as atividades de ensino (aulas), o que impacta mais decisivamente os estudantes, mas também penaliza professores.

O viés descrito acima reforça a percepção de que o conhecimento gerado nas universidades depende de projetos de pesquisa, sendo a extensão vista como uma espécie de “pedágio social”, necessário para que os campus universitários tenham maior legitimidade junto às comunidades de seu entorno ou junto à população das cidades que os abrigam. Percepção esta que acarreta uma atrofia institucional que acrescenta novos elementos ao problema, na medida em que não somente os recursos financeiros, mas também o arcabouço institucional que regula a gestão de recursos e o estabelecimento de parcerias entre universidade e agentes externos, possa privilegiar ações restritas à pesquisa. Em outras palavras: também em termos burocráticos, o tempo dedicado a projetos de pesquisa é mais bem aproveitado em comparação ao que se costuma exigir (prestação de contas, registro de atividades etc.) de um projeto de extensão. De novo: extensão demanda tempo, sendo grande parte deste desperdiçado com a mera comprovação de realização das atividades previstas em cada projeto. No caso da pesquisa, quase tudo se justifica pela publicação dos resultados.

Em resumo: a percepção que parece predominar, de que atividades de extensão universitária não contribuem para a produção de conhecimento (ou contribuem muito pouco, com o agravante de “roubar” precioso tempo a ser melhor aproveitado em atividades voltadas à pesquisa propriamente dita), funciona como uma profecia que se autorrealiza, pois os comportamentos individuais derivados desta percepção orientam prioridades e desenhos institucionais que, buscando otimizar a utilização dos recursos para certos resultados, acabam condenando a extensão universitária a ser menos do que deveria ou poderia ser, tendo-se em vista a almejada indissociabilidade entre atividades de ensino, pesquisa e extensão. Pior: diante de tal percepção, a própria ideia de indissociabilidade faz pouco sentido.

“A extensão universitária não contribui para a formação profissional”

A perspectiva de formação profissional de nível superior como resultado de um processo centrado na exposição dos aprendizes a informações de diferentes áreas do conhecimento, embora amplamente criticada, ainda se sustenta em muitos casos e dificulta a operacionalização da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A despeito da superação da ideia de currículo em favor de diretrizes curriculares baseadas em competências a serem promovidas, o potencial das condições de ensino

proporcionadas pela participação de profissionais em formação em atividades de intervenção na realidade, típica das atividades de extensão, continua sendo desconsiderado ou menosprezado. A tradição de “apartar” a transmissão de conhecimento sistematizado das situações em que profissionais em formação entram em contato direto com aspectos da realidade, e podem então relacionar-se com este conhecimento para compreender e interferir nesta realidade, de forma concreta e socialmente relevante, ainda perdura em projetos pedagógicos ou na maneira como são implementados, de forma explícita ou sub-reptícia. Este contato, em geral proporcionado apenas em situações de estágio, e mesmo neles sem garantia de cumprirem papel formativo, em muitas situações prossegue como sendo “etapa final” da formação, e não parte de um processo contínuo.

Ainda que seja possível indicar avanços referentes a aspectos desta relação entre as atividades-fim da Universidade, como são os casos das disciplinas ACIEPE e de projetos pedagógicos como o do curso de Psicologia da UFSCar (PIERSON, 2003), a adoção integral dos conceitos que expressam a relação das atividades-fim entre si e destas com os objetivos da Universidade está longe de ser observada. Aparentemente menos pela existência de concepções alternativas debatidas pela comunidade interna e entendidas como preferíveis, do que pela fragilidade com que estes acordos estão expressos, por terem permanecido como eventos históricos remanescentes na memória de alguns poucos, dificultando sua adoção, operacionalização e consolidação como referenciais para a ação do conjunto dos envolvidos.

No contexto universitário – e a UFSCar não foge à regra – a existência de setores administrativos diferentes responsabilizados por ensino, pesquisa e extensão (ou ao menos pela coordenação e normatização destas atividades), eventualmente transposta para situações pontuais, específicas ou temporárias, parece insuficiente para sustentar o compromisso de indissociabilidade destas atividades no cumprimento do objetivo institucional de produção e acesso ao conhecimento. A própria precariedade de menção em normas gerais da instituição ou referentes às atividades de ensino e pesquisa, da explicitação das relações entre os três tipos de atividades supostamente indissociáveis, indica que este compromisso pode não estar suficientemente claro, consensuado ou assumido por todas as instâncias que são responsáveis por tais atividades. Chama a atenção o fato de que, mesmo no caso das normas referentes a atividades de extensão, versões mais recentes delas passaram por um certo “esvaziamento” da explicitação destas

relações, ao menos com a força com que os conceitos que sustentam o conjunto haviam aparecido nas normas originais.

“A extensão submete a universidade aos imperativos do mercado, ou simplesmente, ao “senso comum”

Este temor de que a prática extensionista seja facilmente capturada por interesses de mercado tem estreita relação com a confusão, muito comum, entre extensão universitária e prestação de serviços - problema a ser examinado em tópico específico - mas revela outras questões, algumas decorrentes da própria atrofia institucional já mencionada em tópico anterior, outras relacionadas ao desconhecimento de uma parcela significativa do corpo docente, das prerrogativas dos coordenadores de atividades extensionistas, em observação ao regimento da extensão na universidade.

Em relação às questões trazidas pela atrofia institucional, parte-se da constatação de que há uma escassez de recursos públicos destinados ao financiamento da extensão (ainda maior do que a escassez registrada em órgãos que tradicionalmente financiam a pesquisa), resultando em poucas condições favorecedoras (ou, por vezes, nenhuma condição) para a estruturação de atividades voltadas para segmentos do público externo que não disponham de recursos para financiar, ou “contratar projetos, cursos, consultorias, etc. Tal situação é agravada pelo aceno feito por empresas, ONG’s, organizações de classe, entre outras instituições privadas, que em troca de soluções para seus problemas, se dispõem a bancar diversas ações extensionistas, inclusive remunerando o trabalho de seus docentes coordenadores. E isto acaba gerando um desequilíbrio no direcionamento das atividades de extensão, que ao privilegiar alguns segmentos da sociedade em detrimento de outros, acaba rotulando essas atividades como uma mera fonte de receitas extraordinárias para a universidade, e forma de complementação de renda para seus professores. Ainda que tal percepção seja incompleta e, portanto, equivocada, ela não deixa de ter algum fundamento, dado o escasso ou quase inexistente financiamento público para atividades de extensão. Embora o mesmo tipo de “captura” pelos interesses de mercado possa ser identificado no financiamento à pesquisa, nesta há uma maior margem para a autonomia universitária, proporcionada pelos recursos públicos ainda alocados para seu fomento.

Mesmo quando há interesse e fontes de financiamento de caráter público a serem destinadas à atividades de extensão - editais públicos, parcerias junto a prefeituras, secretarias de governo, etc. - a operacionalização destes recursos (mesmo com o apoio das Fundações Universitárias) se revela imensamente mais difícil em comparação ao registrado em atividades de pesquisa, pois não há para estas fontes “alternativas” um arcabouço institucional adequado às necessidades e características da extensão universitária (como ocorre no ambiente “CAPES - CNPq- fundações estaduais”, muito voltado para a pesquisa). O resultado é relativamente conhecido por quem já tentou, ou continua tentando praticar extensão financiada por fontes públicas: projetos cuja execução é significativamente retardada ou até inviabilizada pela complexidade e lentidão dos trâmites burocráticos que se impõem na gestão destes recursos, insegurança jurídica relacionada à prestação de contas, etc. Daí a constatação de que, se tais alternativas de financiamento público se revelam tão inadequadas para o fomento à extensão nas IES, o melhor é buscar fontes de financiamento de natureza privada, dada a facilidade na utilização de seus recursos. Assim, um certo pragmatismo por parte de docentes extensionistas tenderá a reforçar o viés “pró mercado” das ações de extensão.

Para romper com o círculo vicioso acima descrito, é necessário mais do que aumento nos aportes financeiros para o fomento à extensão universitária: todo um aparato institucional burocrático precisa ser aprimorado para que eventuais recursos sejam operacionalizados de forma mais razoável. Sendo que algumas experiências neste sentido já foram registradas no passado recente, mas sem continuidade: o último edital do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), instituído em 1997, obteve avaliações positivas em relação à facilidade no uso de seus recursos, simplesmente por utilizarem a plataforma de gestão CNPq (PERISSÉ et. al., 2017). Mas esta última edição do Programa ocorreu no longínquo ano de 2013, sendo que a atuação deste órgão de fomento pode ser considerada, ainda hoje, muito restrita ao financiamento à pesquisa. Outras chamadas públicas mais recentes, registradas a partir do CNPq, como as que focam a temática das tecnologias sociais, costumam ser apontadas (ou divulgadas) como voltadas para o fomento à extensão. Mas estas têm trazido em seus regulamentos alguns direcionamentos que atribuem um caráter de produção de conhecimento como prerrogativa central e imediata, descaracterizando-os como peças de fomento à extensão propriamente dita, embora o termo esteja presente em seus editais. Em suma: para

obtenção de recursos utilizáveis em atividades de extensão, os proponentes têm que elaborar projetos de pesquisa, que preveem resultados de pesquisa, e que são avaliados a partir da relevância de seus objetos de pesquisa e da experiência comprovada de sua equipe responsável em pesquisa.

As considerações feitas até aqui não devem ser interpretadas como uma recusa ao atendimento de interesses de mercado ou expectativas de segmentos dotados de alguma capacidade financeira. Apenas salientam a importância de que, por meio do financiamento público adequado (em volume e em formato institucional), seja garantido o equilíbrio entre as ações articuladas a estes interesses e expectativas e outras que sejam pensadas e desenvolvidas tendo como prioridade aqueles setores que dispõem de pouco ou nenhum recurso, embora representem ampla parcela da sociedade. No entanto, ampliar a disponibilidade de orçamento público para a extensão não será condição suficiente (embora necessária) para garantir o “equilíbrio” aqui defendido: como já demonstrado, o fomento à extensão universitária precisa de formas institucionais, diretrizes orientadoras e métricas de avaliação específicas. Sem isso, eventuais aportes financeiros tendem a ser mal aproveitados.

Por outro lado, há uma visão particularmente presente entre os discentes, mas também compartilhada por um bom número de docentes, de que qualquer tipo de inserção na comunidade externa ou atuação junto a movimentos sociais, pode ser entendida como prática extensionista. E em função de visões como esta, no contexto das discussões sobre a “curricularização”, vêm sendo pleiteada a validação das atividades realizadas por alunos e alunas junto a qualquer coletivo ou entidade externa, como parte das horas a serem dedicadas à extensão. Tais proposições evidenciam um amplo desconhecimento em relação à normatização das atividades extensionistas na UFSCar, a começar pelo necessário cadastramento das propostas na Pró-Reitoria de Extensão (ProEx), sob a responsabilidade de docentes (ou servidores técnicos) enquanto coordenadores das ações previstas, e encarregados de promover nelas, a articulação de conhecimentos trabalhados em salas de aula e laboratórios, bem como o aproveitamento das oportunidades de produção de conhecimento novo, abertas a partir de experiência extensionista. Mais do que desconhecimento sobre as normas (o regimento) da extensão, na visão de que qualquer inserção externa já pode ser caracterizada como extensão universitária, revela uma incompreensão acerca do papel desta como etapa necessária para o cumprimento da

missão da universidade. Em outras palavras, o receio de que o “senso comum” governe as atividades de extensão, indica que as próprias noções mobilizadas para pensá-la já estão capturadas por uma lógica simplista, superficial, um outro tipo de senso comum, desta vez interno à comunidade universitária.

“A extensão universitária equivale à prestação de serviços, filantropia e ativismo político”

Desde a “invenção” da chamada extensão universitária pelo governo brasileiro no período da ditadura militar, as práticas encontradas sob esta expressão se confundiam (e ainda se confundem, em muitos casos), sistematicamente, com outras referentes a prestação de serviços, filantropia ou ativismo político, em boa medida mesmo em contextos universitários. Como parte de um processo de crítica a esta perspectiva, no final dos anos 80 e início da década de 90 do século passado, foi possível alcançar formulações que, ao tornar explícitos conceitos sobre o papel da instituição universitária e de suas atividades-fim, como aquelas propostas por Botomé (1996), facilitaram distinguir extensão e práticas de outra natureza, como estas.

De acordo com as proposições que, na UFSCar, orientaram a criação de um conjunto de Pró-Reitorias, no início da penúltima década do século passado e, particularmente, estiveram representadas nas normas referentes às atividades de extensão, algumas características foram propostas como essenciais para reconhecê-las: I- a sua relação com a produção ou sistematização do conhecimento, e II- o caráter educativo e de capacitação ao uso do conhecimento existente. Isto é, sua relação particular com o ensino e com a pesquisa. Seriam, assim, objetivos específicos das atividades de extensão, para consecução dos objetivos da universidade (UFSCar, 1999):

I - otimizar as relações de intercâmbio entre a Universidade e a sociedade em relação aos objetivos da instituição;

II - aumentar a probabilidade de que as pessoas e as instituições utilizem, da melhor maneira possível, o conhecimento existente, na realização de suas atividades;

III - produzir conhecimento sobre os processos de apropriação do conhecimento existente por parte da população e das instituições;

IV - avaliar as contribuições da Universidade para o desenvolvimento da sociedade;

V - facilitar e melhorar a articulação do ensino e da pesquisa com as necessidades da população do país;

VI - preservar e proteger o conhecimento produzido pela sociedade.

Neste contexto, tais atividades não poderiam e não deveriam se confundir com a mera prestação de serviços, infelizmente ainda hoje uma prática comum, que inclusive dificulta que a sociedade tenha clareza sobre de quem deve cobrar o atendimento de suas necessidades. Não no sentido de desimportante, mas no de que isso reduz a extensão a um papel secundário, facultativo, descolado da produção de conhecimento como objetivo da instituição universitária. E, ainda pior, favorecendo que estas práticas substituam ou esvaziem de sentido o papel específico de outras instituições e agentes da sociedade, como o próprio poder público. No caso da filantropia, facilitando que o Estado seja liberado da responsabilidade de promover uma condição social em que a filantropia nem precise existir; no caso do ativismo, que a sociedade civil perca ou reduza sua potencialidade de pressão social, em seus muitos formatos.

Como resultado da profunda discussão promovida no contexto da estruturação da Pró-Reitoria de Extensão na UFSCar, foi proposto e caracterizado um conjunto de atividades por meio das quais os objetivos da chamada extensão seriam alcançados. Seriam elas:

- I- Cursos de Extensão Cultural;
- II- Cursos de Extensão Universitária;
- III- Cursos de Aperfeiçoamento Profissional;
- IV- Cursos de Atualização Científica;
- V- Cursos de Especialização;
- VI- Publicações;
- VII- Vídeos, Filmes, Programas e outros meios;
- VIII- Reuniões científicas e técnicas, congressos, mesas redondas, encontros; simpósios, seminários, palestras e conferências incluindo sua organização;
- IX- Eventos - esportivos, artísticos, etc.;
- X- Oferta de produtos de pesquisa;
- XI- Sistemas de Informação;
- XII- Criação ou manutenção de programas ou estações de rádio ou TV;

XIII- Assessoria;

XIV- Consultoria;

XV- Prestação de Serviços (execução direta de um trabalho técnico pelo profissional), somente quando:

a. for condição para treinamento de alunos na realização de tarefas profissionais;

b. for meio para testar técnicas, procedimentos e equipamentos resultantes da produção de conhecimento da Universidade;

c. for meio para coletar dados e informações sobre assuntos relacionados ao serviço;

d. tal tipo de serviço não existir na comunidade ou, existindo, não for acessível; neste caso, deve ser de duração temporária, até que o serviço esteja disponível e acessível;

e. for uma condição ou um procedimento para desenvolver uma agência da comunidade para que esta passe a realizar tal prestação de serviços;

XVI- Supervisão;

XVII- Cooperação interinstitucional, tecnológica, educacional, cultural, artística, esportiva ou científica.

Considerações finais

Determinados debates contemporâneos podem exigir rediscussão e atualização de concepções sobre o papel da Universidade e de suas atividades-fim a partir, dentre outras fontes, de práticas que enfatizam a participação direta, democrática e ampla da sociedade nos processos de produção de conhecimento, a partir de demandas de movimentos sociais autogestionários (como a Economia Solidária) e avanços de áreas como a de tecnologia social.

Elementos que surgem a partir de práticas extensionistas podem (e devem) ser considerados também pelas outras atividades-fim da Universidade. A extensão não deveria, por exemplo, ser a única destas atividades a levar em conta a demanda por dialogicidade na relação da comunidade acadêmica com a comunidade social em que a Universidade está inserida. Postular que isso ocorra não invalida, mas pode (e deveria) impactar na definição do papel da Universidade e de cada um dos tipos de atividade que cabe a ela desenvolver.

A consideração de tais elementos não precisa (e não deveria) afetar negativamente o reconhecimento e a valorização das múltiplas estratégias metodológicas disponíveis ou a serem formuladas, e mesmo a diversidade de perspectivas teóricas sobre fenômenos e processos no que concerne à produção de conhecimento sistematizado por meio de pesquisa científica. Assim como acolher e valorizar processos dialógicos não precisa (e não deveria) significar que a Universidade tenha que desistir de promover formação em vários níveis para produzir sociedades desejáveis, como forma, por excelência, de transformar conhecimento em comportamentos humanos e mudanças sociais. Com base em tais perspectivas, a Universidade pode (e deveria) comprometer-se profundamente com a participação social em processos de produção de conhecimento, inclusive por meio de decisões coletivas a respeito do tipo de sociedade a ser buscada, fenômenos e processos a serem investigados e sobre para que indivíduos devem ser preparados a partir da educação. A autogestão, neste sentido, estabelece desafios para a própria Universidade e suas atividades-fim.

Uma condição que emerge do desenvolvimento contínuo de atividades extensionistas com a comunidade, como é próprio acontecer no campo da Economia Solidária, com impacto relevante na pesquisa, refere-se à ética na pesquisa com seres humanos. Não é incomum, em estudos neste campo, que a população neles envolvida não deseje sigilo de identidade e anonimato, e sim participação pública e protagonismo no processo e que, documentos baseados em normas vigentes não se adequem a tais situações, examinadas como se fossem situações “típicas” de pesquisa.

Referências

OLIVEIRA, M.C. dos S.B.; CORTEGOSO, A.L.; AZEVEDO, M.F. de. Produção acadêmica da equipe INCOOP: um estudo dos trabalhos de pesquisa da equipe e das iniciativas de divulgação em âmbito acadêmico. In: CORTEGOSO, A.L., POMPERMAIER, H.M.; OLIVEIRA FILHO, M.A.M.B. de; GODOY, T.M.P. de (Orgs). Economia solidária: a experiência da UFSCar em uma década de ensino, pesquisa e extensão. EdUFSCar, São Carlos, 2016. 311 p.

BOTOMÉ, S.P. Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária. Vozes; EDUSC; EdUFSCar, 1996. 248 p.

BRASIL. MEC. Resolução nº 7 CNE/CES, 18 de dezembro de 2018. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, Brasília, DF. Disponível: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

CORTEGOSO, A.L.; POMPERMAIER, H.M. Método de atuação da INCOOP ao incubar empreendimentos solidários: descrição como forma de sistematização, construção de visibilidade e oportunidade para reflexão. In: In: CORTEGOSO, A.L., POMPERMAIER, H.M.; OLIVEIRA FILHO, M.A.M.B. de; GODOY, T.M.P. de (Orgs). Economia solidária: a experiência da UFSCar em uma década de ensino, pesquisa e extensão. EdUFSCar, São Carlos, 2016. 311 p.

CORTEGOSO, A.L.; LUSSI, I.A. de O. Condições institucionais favorecedoras para atividades articuladas de ensino, pesquisa e extensão da INCOOP. In: In: CORTEGOSO, A.L., POMPERMAIER, H.M.; OLIVEIRA FILHO, M.A.M.B.de; GODOY, T.M.P. de (Orgs.). Economia solidária: a experiência da UFSCar em uma década de ensino, pesquisa e extensão. EdUFSCar, São Carlos, 2016. 311 p.

CORTEGOSO, A.L.; ZANIN, M.; FERREIRA, D.M. Inovação Pedagógica na UFSCar e Ensino de Economia Solidária: Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão. In: II Congresso da Rede de ITCPs: Economia Solidária e a Política e a Política da Economia Solidária, 2008, São Paulo. Anais do II Congresso da Rede de ITCPs: Economia Solidária e a Política e a Política da Economia Solidária, 2008.

CORTEGOSO, A.L.; CARVALHO, J.G.de; LUSSI, I.A.de O.; SHIMBO, I.; ZANIN, M.; MACHADO, M.L.T.; MOLINA, W.de S.L.; TEIXEIRA, B.A.do N.T. Atividades formativas de nível superior em economia solidária: a experiência de uma universidade pública federal no Brasil. In: MUNHOZ, C.P.; ARTEAGA, I.H. (Org.). Economía social y solidaria en la educación superior: un espacio para la innovación (tomo 3). Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia, 2020, v. 3, p. 65-98.

FERREIRA, D.M. Articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão: Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial. A experiência INCOOP/NuMI-EcoSol. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, AM, 2012, 40 p.

PERISSÉ, C.; ADDOR, F.; MELO, I. S.; MAIA, L.; PEREZ, R.; OLIVEIRA, T.S. A avaliação do Proninc 2017: metodologia e resultados. IPEA, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8133>. Acesso em: 11 out. 2022.

PIERSON, A.H.C.; CORTEGOSO, A.L.; ARAÚJO FILHO, T. de. Flexibilização curricular: experiências e perspectivas. In: THIOLLENT, M.; CASTELO BRANCO, A.L.; GUIMARÃES, R.G.M.; ARAÚJO FILHO, T. de. (Org.) Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro- Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão, 2003.

SOUZA, M.M. de. Um estudo avaliativo sobre a implantação da curricularização em Instituições de Ensino Superior: o caso da Universidade Federal do Ceará (UFC). 2019.134f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2019.



TAFURI, D.; GONÇALVES JUNIOR, L. Educação, Cultura e Economia Solidária: A Experiência dos trabalhadores do Banco Nascente. Trabalho & Educação, v. 24, n.1, p. 31-50, 2015.

141

UFSCar. Incubadora Regional de Cooperativas Populares. Criação de um polo incubador de cooperativas populares na UFSCar. Projeto de extensão- processo nº 23112.001166/98-12. São Carlos, 1998.

UFSCar. Incubadora Regional de Cooperativas Populares. Programa de extensão - processo nº 0188/00-06. São Carlos, 2000.

UFSCar. Resolução ConsUni 698, de 12 de agosto de 2011. Criação do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária. Disponível: https://www.soc.ufscar.br/consuni/2011/arquivos/187areuniaio-ordinaria-01072011/deliberacoes_consuni1872.pd. Acesso em: 11 out. 2022.

UFSCar. Plano de Desenvolvimento Institucional. São Carlos: UFSCar, 2004.

UFSCar. Portaria GR n. 677/94, de 07 de outubro de 1994. Regime de Trabalho de Pessoal Docente da UFSCar. Disponível: <https://www.propq.ufscar.br>. Acesso em: 11 out. 2022.

UFSCar. Portaria GR n. 664/99, de 06 de abril de 1999. Atividades de extensão universitária na UFSCar. Disponível em: <https://www.proex.ufscar.br>. Acesso em: 11 out. 2022.

UFSCar. ProGrad. Resultado Final do Edital ACIEPE 2022/02 - ProEx/UFSCar - 20 anos de ACIEPE na UFSCar. <https://www.prograd.ufscar.br/docentes/aciepes>. Acesso em: 11 out. 2022.

ZANIN, M. Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo, São Carlos-SP. Relatório Técnico, Projeto FAPESP Políticas Públicas, Fase II, Processo n. 2007/55393-6, 2011.

OUTRAS ECONOMIAS NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO: A EXPERIÊNCIA DA FEIRA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA FACE/UFMG

142

Bruno Siqueira Fernandes, doutorando em Geografia, IGC/UFMG
brunosiqfer@gmail.com

Danielle Sylvania Ferreira Maciel, graduanda em Ciências Econômicas, FACE/UFMG,
daniellemacielufmg@hotmail.com

Izabel Santiago Baccarini, graduanda em Ciências Econômicas, FACE/UFMG,
izabelsantiago06@gmail.com

João Tonucci, professor do Cedeplar-FACE/UFMG,
joatonucci@cedeplar.ufmg.br

Layla Leandra Grigorio Parreiras Seabra, graduanda em Relações Econômicas Internacionais,
FACE/UFMG,
laylagrigorioseabra@gmail.com

Nina Fraiha de Faria, graduanda em Ciências Econômicas, FACE/UFMG
ninanff@gmail.com

Sibelle Cornélio Diniz, professora do Cedeplar-FACE/UFMG
sibelled@cedeplar.ufmg.br

Resumo

A Feira de Economia Popular e Solidária da FACE/UFMG é um projeto abrigado no programa de extensão Colmeia e tem como objetivo promover um espaço de comercialização, trocas e produção de conhecimento sobre as outras economias na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Este artigo busca refletir sobre a metodologia adotada no projeto e sobre seus resultados, além de discutir o perfil dos empreendimentos e dos produtores participantes. A análise foi feita a partir de questionários estruturados aplicados durante as três feiras realizadas no primeiro semestre de 2022. Também foram analisadas as falas ocorridas nas rodas de conversa realizadas durante essas feiras. Os dados coletados junto a trinta empreendimentos participantes indicam a predominância de produtoras mulheres e negras, que se organizam em grupos informais e associações e que vêem na economia popular e solidária uma forma de produção mais compatível com suas demandas individuais e familiares. Os produtores têm as feiras como principal espaço de vendas, e boa parte relata dificuldades no uso das redes sociais para este fim. O rendimento obtido através dos empreendimentos é de até dois salários mínimos para cerca de dois terços da amostra. Além disso, a Feira é vista pelos participantes como um lugar importante de realização de contatos, parcerias e trocas não monetárias. Desde sua primeira edição, em 2013, a Feira vem se constituindo como um espaço de formação de outros imaginários sobre a economia, permitindo à comunidade universitária, especialmente os estudantes, aproximar-se de formas não convencionais de organização da produção e do trabalho. Do ponto de vista dos produtores, o espaço universitário é privilegiado para a discussão e debate sobre as outras economias, bem como para a comercialização e divulgação de seus produtos. A retomada da Feira, após dois anos de interrupção das atividades presenciais do projeto, em função da pandemia, significa a reocupação do espaço universitário com os afetos, as histórias, os sabores e as cores da economia popular e solidária.

Palavras-chave: Extensão universitária; Feira; Economia Popular e Solidária; Comercialização; Outras Economias.

Abstract

The "Fair of Popular and Solidarity Economy of FACE/UFMG" is a project nested within the Colmeia extension program. It promotes a space for commercialization, exchanges and production of knowledge about other economies at the Faculty of Economic Sciences of UFMG. This article reflects on the methodology of the project and on its results. It also seeks to discuss the profile of the producers and production groups who participated. For this, we applied structured questionnaires during the three fairs held in the first semester of 2022. We also analyzed the talks that occurred in the discussion circles held during these events. The data collected from thirty production groups indicate the predominance of women and black producers, who organize themselves into informal groups and associations and who see in the popular and solidarity economy a form of production more compatible with their individual and family demands. Producers see fairs as the main space for their sales, and most of them report difficulties in using social networks for this purpose. The income obtained through the production groups is up to two minimum wages for about two thirds of the sample. In addition, the Fair is seen by participants as an important place for making contacts, partnerships and non-monetary exchanges. Since its first edition, in 2013, the Fair has constituted itself as a space for the formation of other imaginaries about the economy, allowing the university community, especially the students, to approach unconventional forms of work and production organization. From the producers' point of view, the university space is privileged for the discussion and debate on other economies, as well as for the commercialization and dissemination of their products. The return of the Fair, after two years of interruption of the project's face-to-face activities, due to the pandemic, means the reoccupation of the university space with the affects, stories, flavors and colors of the popular and solidarity economy.

Keywords: University extension; Fair; Popular and Solidarity Economy; Commercialization; Other Economies.

Introdução

A Economia Popular e Solidária (EPS) é um conjunto de iniciativas sociais e econômicas que convergem para a proposição de uma “outra economia”, cuja racionalidade se pauta na solidariedade, na inclusão, na sustentabilidade e na emancipação social (Cattani et al., 2019; Diniz, 2019). O Programa de Extensão Colmeia - Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Economia Popular e Solidária da FACE/UFMG tem como objetivo principal construir uma agenda de formações e espaços comuns dentro e fora da Universidade, a fim de compreender as práticas e os desafios da EPS na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Suas ações são estruturadas a partir do diálogo e da aproximação entre os saberes acadêmico e popular, buscando a co-construção de conhecimentos e de métodos inovadores de compreensão das práticas econômicas populares e solidárias, bem como de ações de fortalecimento dessas práticas.

A Feira de Economia Popular e Solidária da FACE/UFMG é o projeto de longa duração do Colmeia. Existente desde 2014, o projeto visa criar aproximar a comunidade

universitária dos agentes, das práticas e da discussão sobre EPS, Agroecologia e temas relacionados. São também objetivos do projeto: expandir os espaços de comercialização da EPS dentro da UFMG, inclusive apoiando a realização de outras feiras no campus; fomentar um processo de gestão da Feira segundo a diretriz universitária da interação dialógica; e ampliar a articulação das ações de ensino e pesquisa junto aos produtores participantes.

Este artigo busca refletir sobre a metodologia adotada no projeto e sobre seus resultados, além de discutir o perfil dos empreendimentos e dos produtores participantes. São apresentados os dados resultantes de questionários estruturados aplicados durante as três feiras realizadas no primeiro semestre de 2022. Também foram analisadas as falas nas rodas de conversa ocorridas durante essas feiras.

A primeira seção do artigo trata das orientações gerais do grupo Colmeia e do projeto da Feira, em articulação às diretrizes da extensão universitária. A seção seguinte traz o perfil dos produtores e dos empreendimentos participantes da Feira. A terceira seção discute o significado do projeto para os envolvidos, tanto os produtores quanto a comunidade acadêmica. Em seguida, são apresentadas as considerações finais e os próximos passos previstos para o projeto.

O grupo Colmeia e o projeto da Feira de EPS da FACE/UFMG

O grupo Colmeia surgiu em 2014 como uma iniciativa de estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG que decidiram se aprofundar na discussão teórica sobre EPS. Ele teve início como um grupo de estudos e leituras, para então propor ações no âmbito da extensão e da pesquisa. Atualmente, estrutura-se como um programa de extensão universitária, apoiado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, e suas ações são organizadas como projetos de longa e de curta duração. Desde 2014, foram desenvolvidos sete projetos, ligados à realização de feiras no campus da Universidade e assessoria a empreendimentos econômicos populares por meio da construção de diagnósticos, materiais e atividades de suporte aos produtores. Mais de vinte estudantes de graduação e pós-graduação já passaram pelo grupo, além de três professores e outros docentes e técnicos colaboradores.

Foco central do projeto, a economia popular se organiza no Brasil e na América Latina a partir de unidades domésticas (famílias, pequenos grupos de produtores,

comunidades de vizinhos, grupos étnicos, entre outros), que atuam a partir de seu fundo de trabalho, tendo como objetivo a reprodução da vida (Coraggio, 2000, 2008). Nessas iniciativas, o princípio do mercado recorrentemente convive com outros modos de integração econômica: a domesticidade, a reciprocidade e a redistribuição (Polanyi, 2011). Os laços de parentesco e de convívio por vezes marcam interseções entre o espaço de vida e o espaço da produção (Coraggio, 2000, 2008).

A ideia de economia popular se relaciona à discussão mais ampla sobre as “outras economias”, regidas por princípios de solidariedade, sustentabilidade, inclusão e, fundamentalmente, emancipação social (Cattani et al, 2019). São diversas as categorias e conceitos considerados nessa discussão. Na América Latina, a economia popular é realçada nos trabalhos de Coraggio (2000, 2008) e Razeto (1983, 1993) como locus da reprodução de boa parte da classe trabalhadora. Já a economia solidária é associada no Brasil a empreendimentos coletivos autogestionários, com fortes bases na economia popular (Singer, 1997, 2002; Gaiger, 2007).

Para além de sua relevância na geração de trabalho e renda, nessas organizações individuais, familiares e associativas de base popular, verificamos a perpetuação e o repasse intergeracional de conhecimentos tradicionais, bem como a constante reelaboração de formas de conhecimento, de produção e de trabalho. Trata-se, portanto, de reconhecer e compreender as outras racionalidades que atravessam essas organizações, bem como sua heterogeneidade e complexidade, como potencial para a construção de alternativas de desenvolvimento (Diniz, 2019).

Nesse sentido, o grupo Colmeia busca se aproximar dos grupos e das práticas econômicas populares e solidárias em Belo Horizonte e Região Metropolitana (RMBH), procurando construir estratégias de extensão e pesquisa em conjunto com esses atores, associando-se à rede de movimentos sociais e organizações de apoio e fomento ligadas ao tema. A formação de estudantes também se coloca como um objetivo central, tanto pela oferta de disciplinas teóricas e práticas, quanto pela possibilidade de vivências internas e externas ao campus, permitindo o diálogo entre os saberes acadêmico e popular no tema.

As ações e projetos do Programa Colmeia se orientam pelas diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012). Nesse sentido, as atividades são estruturadas pela aproximação entre os saberes acadêmico e popular, buscando a

construção de redes junto a atores da comunidade não universitária e a consequente formação de conhecimentos interdisciplinares e metodologias inovadoras relacionadas ao tema.

A metodologia adotada pelo grupo reconhece os extensionistas (estudantes, docentes, técnicos) como participantes do processo histórico-social em estudo, estando constantemente expostos ao aprendizado proporcionado pelo contato com o saber popular. Assume-se como estratégia central o olhar para as experiências, buscando ampliar sua visibilidade e sua compreensão pelos diversos grupos acadêmicos e não acadêmicos (Sousa Santos, 2008). Do mesmo modo, a ação preza pela interdisciplinaridade, buscando conformar um grupo de estudantes e docentes de diversas áreas do conhecimento, a fim de aproximar e desenvolver conceitos, metodologias e práticas com objetivos afins.

A Feira de EPS da FACE/UFMG é o projeto de longa duração do grupo. A gestão do projeto é realizada pelos integrantes do Colmeia em conjunto com um grupo de empreendimentos. Esse grupo é composto por cinco empreendimentos representantes das redes organizadas no Fórum de EPS de Belo Horizonte: alimentação, agroecologia, artesanato, confecções, higiene e limpeza (cosmética natural) e reciclagem. Além de participarem de todas as edições da Feira, os produtores desse "grupo fixo" atuam nos processos de elaboração de chamadas públicas para participação de outros empreendimentos ("grupo rotativo"), seleção de empreendimentos a partir das chamadas, definição do cronograma semestral de feiras, decisões sobre os temas das atividades formativas, ações de divulgação e organização da estrutura física da feira. O "grupo fixo" também se propôs a criar um fundo coletivo para financiar ações específicas do Projeto.

Para selecionar os empreendimentos do "grupo rotativo", foram definidos critérios de participação (classificação/desclassificação) e critérios de priorização. Para participação/classificação, os empreendimentos devem: i) participar de fóruns, grupos e/ou redes de EPS ou Agroecologia (ou, para os que não participam, demonstrar interesse de participar de atividades formativas no tema); ii) possuir sede na RMBH, território-alvo do projeto; iii) no caso dos alimentos, estar alinhado à discussão da agroecologia e/ou da produção orgânica; iv) produzir a maior parte dos produtos, ou seja, os empreendimentos não podem atuar como atravessadores ou revendedores. São priorizados os empreendimentos: i) formados por mais de 3 pessoas; ii) em que as

mulheres compõem mais de 50% do pessoal envolvido. Todos esses critérios foram elaborados em parceria com o "grupo fixo" de produtores e tendo em vista os princípios da Economia Solidária.

Os estudantes integrantes do Colmeia são responsáveis pelo contato com os empreendimentos, divulgação dos eventos por meio das redes sociais, cartazes e panfletos, registros das feiras, aplicação de questionários aos produtores e prestação de auxílio logístico aos participantes quanto à preparação do espaço, montagem das barracas/bancas e armazenamento dos produtos. Em conjunto com o "grupo fixo" de empreendimentos, foi produzido um banner para divulgação nas áreas interna e externa do prédio, sorteios de cestas de produtos e programação musical durante os intervalos de aula (Figura 1).

As edições das feiras são acompanhadas de rodas de conversa envolvendo os produtores e a comunidade universitária, que ocorrem no mesmo espaço da feira. Nos debates, os participantes compartilham suas vivências e saberes e tratam de temas como: histórico da economia solidária no Brasil, gargalos e potencialidades da EPS, agroecologia, moedas sociais, entre outros.

Figura 1. Banner de divulgação da Feira de EPS da FACE/UFMG, elaborado a partir de iniciativa do grupo fixo de empreendimentos



Fonte: Acervo do Grupo Colmeia, 2019.

A Feira ocorre mensalmente no hall do prédio da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, das 7 às 19 horas, e contava, até 2019, com dez a doze produtores em cada edição (Figuras 2 a 4). Em função da pandemia de Covid-19, as edições da Feira

foram interrompidas no início de 2020, retornando ao prédio da FACE em março de 2022, como será tratado na próxima seção.

Figuras 2 a 4. Imagens da Feira de EPS da FACE/UFMG em 2019



Fonte: Acervo do Grupo Colmeia, 2019.

Retorno da Feira ao espaço universitário em 2022

Os produtores da EPS passaram por complicações de diferentes ordens devido ao contexto da pandemia de Covid-19. Sob o agravante de ter parte significativa de sua renda

dependente das vendas em feiras e espaços públicos, tiveram que adaptar suas formas de comercialização. Assim, nos anos de 2020 e 2021, as ações do projeto da Feira migraram para as redes sociais e canais virtuais. O Grupo Colmeia realizou, nesse período, uma série de atividades junto aos empreendimentos, como reuniões de compartilhamento de experiências e técnicas para vendas online, e produção e divulgação de posts, vídeos e outros materiais de apoio à comercialização não presencial.

Com a retomada das aulas e demais atividades presenciais no campus da UFMG, o início de 2022 possibilitou o retorno da Feira ao espaço da FACE. Essa retomada se deu em um cenário desafiador de novas regras de convivência. A UFMG, enquanto instituição responsável por um grande número de alunos, servidores e terceirizados, estabeleceu protocolos sanitários para a retomada das atividades, que incluíam, por exemplo, a obrigatoriedade do uso de máscaras em todos os espaços do campus. Em março de 2022, o Colmeia reuniu-se com a Diretoria da Faculdade e com os produtores do "grupo fixo" para traçar as estratégias de retorno da Feira. Foram discutidas as novas regras de ocupação do espaço físico do hall da FACE, considerando os protocolos vigentes na UFMG, e foi atualizado o texto da chamada pública de empreendimentos participantes. A chamada foi divulgada no blog e nas redes sociais do grupo e obteve setenta inscrições.

As edições da Feira de EPS da FACE/UFMG no primeiro semestre de 2022 aconteceram nos dias 15 de junho, 29 de junho e 07 de julho, e contaram, respectivamente, com quatorze, onze e treze produtores (Figura 5). Durante as edições, foram realizadas rodas de conversa, importante ação formativa prevista na metodologia do projeto. Também foram aplicados questionários estruturados a representantes de trinta dos empreendimentos participantes, visando caracterizar os perfis dos produtores e dos seus empreendimentos, bem como suas experiências na Feira. Na próxima seção, serão apresentados os principais resultados encontrados.

Figura 5. Imagem de divulgação da Feira de EPS da FACE/UFMG no primeiro semestre de 2022



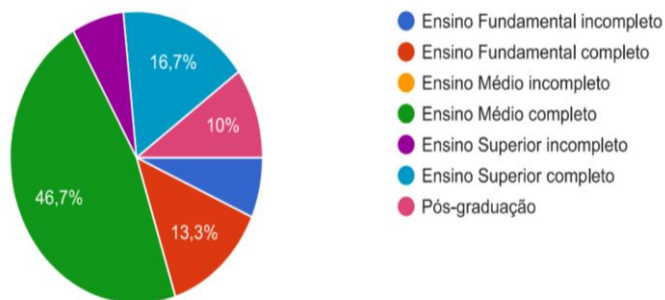
Fonte: Acervo do Grupo Colmeia, 2022.

Perfil dos produtores e dos empreendimentos participantes

A maior parte dos produtores participantes da feira (86,7%) no primeiro semestre de 2022 eram mulheres. Com relação à raça/cor, 76,7% se autodeclararam negros e pardos e 23,3%, brancos. Esse perfil não se alterou de forma significativa em relação a 2019, reforçando a presença majoritária de mulheres negras no espaço da Feira.

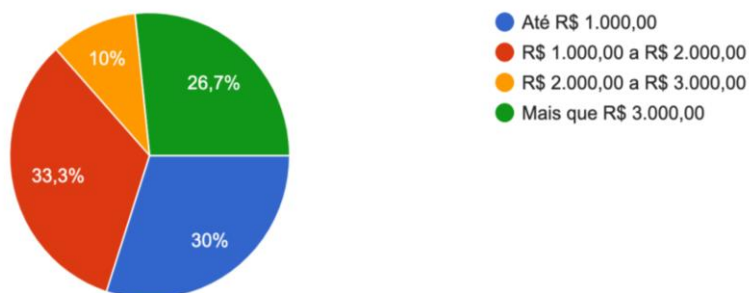
No que diz respeito à escolaridade, nota-se grande heterogeneidade entre os participantes (Figura 6). 20% dos produtores possuíam o Ensino Fundamental incompleto ou Completo, 46,7% completaram o Ensino Médio, 23,4% possuíam o Ensino Superior incompleto ou completo e 10% concluíram pós-graduação. Essa heterogeneidade também se observa na distribuição do rendimento individual dos produtores a partir do empreendimento (Figura 7). Esse rendimento era inferior a 1 salário mínimo para 30% dos produtores e inferior a 2 salários mínimos para 63,3% destes.

Figura 6 - Escolaridade do(a) responsável pelo empreendimento



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na Feira de EPS da FACE/UFMG no primeiro semestre de 2022.

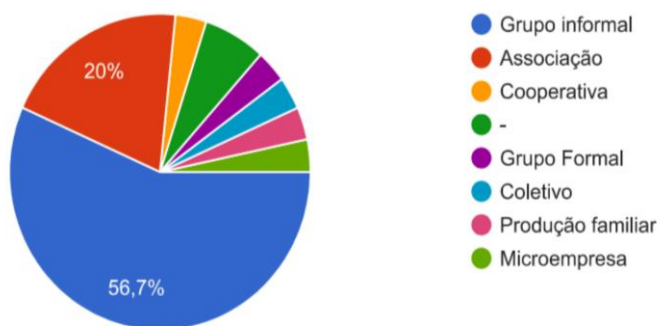
Figura 7 - Rendimento mensal individual obtido através do empreendimento



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na Feira de EPS da FACE/UFGM no primeiro semestre de 2022.

Quanto aos empreendimentos, 18 (60%) tinham sede em Belo Horizonte, e 12, em outros municípios da RMBH. No que diz respeito à caracterização, 17 se declararam como "grupos informais", 6 como "associações" e 1 como "cooperativa". Note-se que 2 empreendimentos não responderam a esta questão e 4 se identificaram de maneira distinta das alternativas disponibilizadas, recorrendo aos termos "coletivo"; "grupo formal", "produção familiar" e "microempresa" (Figura 8). Ainda, 70% dos empreendimentos se declararam como "formalizados", a maior parte deles através da figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI), o que se pode atribuir à inexistência de um marco jurídico associado aos empreendimentos econômicos solidários no país.

Figura 8 - Caracterização do empreendimento

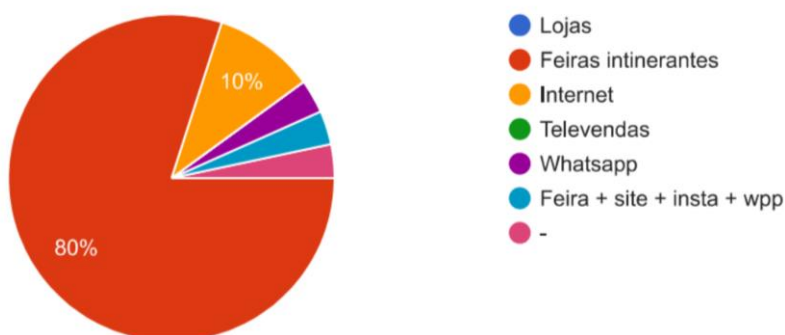


Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na Feira de EPS da FACE/UFGM no primeiro semestre de 2022.

Por fim, como mostra a Figura 9, 80% dos empreendimentos (24 respondentes) possuíam como principal canal de vendas as Feiras Itinerantes. 4 empreendimentos

declararam comercializar majoritariamente pela Internet e por WhatsApp, o que pode se apresentar como reflexo do período de distanciamento social.

Figura 9 - Principal canal de vendas do empreendimento



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na Feira de EPS da FACE/UFMG no primeiro semestre de 2022.

Percepções a partir das rodas de conversa e da interação com os produtores

No primeiro semestre de 2022, o grupo Colmeia organizou três rodas de conversa junto das feiras, com o tema “Democracia na Economia Popular e Solidária” (ver Figura 5). O objetivo principal ao propor este tema era refletir sobre o espaço da EPS na política pública, bem como evidenciar a importância desse debate nos níveis executivo e legislativo. De início houve um certo desconforto dos participantes em abordar o tema, que interpretamos ser parte de um clima de receio e violência instaurado no país em virtude da polarização política. Apesar da maior parte dos empreendimentos serem vinculados aos fóruns de economia solidária e outros movimentos sociais, as falas iniciais se restringiram a comentar o quadro geral da pandemia e a forma como esta afetou os empreendimentos presentes.

Uma das participantes mencionou o auxílio emergencial e uma cesta básica destinada aos produtores da EPS como elementos importantes na manutenção do empreendimento durante a pandemia. Outros participantes disseram das dificuldades no uso das redes sociais e canais virtuais como ferramentas de comercialização. Sobre a entrada em plataformas de comercialização, como iFood, Uber Eats, etc., os empreendimentos queixaram-se das altas taxas cobradas e da dificuldade de serem ‘vistos’ nos meios digitais. Uma das participantes disse não ter “condições de vender no Ifood” por ser “pequena”, e que, por conta dos efeitos da pandemia e do aumento do

desemprego, a entrada de muitos empreendimentos nas redes fez com que “quem era pequeno sumisse do mapa”.

Observou-se que as dificuldades ligadas à comercialização não presencial não foram totalmente contornadas durante a pandemia, especialmente pelos produtores de idade mais avançada e/ou de menor escolaridade. Já aqueles mais jovens e mais escolarizados relataram maior organização e alcance de vendas pela Internet, tanto durante o distanciamento social quanto no momento atual.

Em uma das rodas de conversa, as falas foram tomando um rumo eminentemente político após a fala de uma das produtoras participantes. Segundo ela, no atual governo “o pobre não tem vez”, mas “não será diferente em outros governos”. Outra produtora disse que “o governo não me ajuda em nada, nem Estado, nem prefeitura, [o que ajuda] é a luta do dia a dia”. Já outra participante disse que durante a pandemia a “Rede [de Economia Solidária] ficou parada”, o que dificultou a organização das vendas.

Outros produtores defenderam que “a economia popular não pode ser dependente de governos, a gente quer autonomia”, “a gente quer condições de trabalhar de forma digna, vender de forma digna”. Sobre esse ponto da melhoria nas condições de trabalho, foi ressaltada a importância de a EPS “conquistar espaço”. Através dessa discussão, foi ressaltado o papel de invisibilização que muitas vezes é desempenhado pelo poder público - “o poder público invisibiliza o pequeno produtor”, seja através de legislações que beneficiam as grandes empresas, seja pela falta de assistência técnica e de crédito destinado a pequena produção.

De um modo geral, houve convergência nas falas quanto à necessidade de apoio aos pequenos produtores por parte do setor público e das Universidades. Entretanto, praticamente não ocorreram falas sobre a transformação do sistema econômico na direção de uma “outra economia”. De fato, os debates se ativeram às questões práticas e cotidianas envolvendo a EPS.

Outro ponto tratado pelos produtores participantes, especialmente pelas mulheres, foi a “escolha” pela EPS pela maior flexibilidade de horários, permitindo conciliar o trabalho às tarefas domésticas e de cuidado, incluindo a maternidade. Para elas, a EPS significa maior autonomia de organização do tempo e sobre a própria forma de trabalho, em comparação ao trabalho no mercado de trabalho formal ou mesmo a outras atividades informais.

Boa parte dos produtores entende o espaço universitário como privilegiado para a comercialização e divulgação de seus produtos, devido à maior abertura para debate sobre as outras economias. O retorno das feiras foi exaltado e valorizado com frases como "Este é o nosso público", "O público da universidade entende a EPS", ouvidas com frequência nas edições da Feira. Além disso, são notáveis as relações de afeto estabelecidas entre os produtores, estudantes e professores, em especial aqueles ligados ao Colmeia. São frequentes as doações de produtos ("presentes") para os bolsistas que apoiam a organização da feira, convites para conhecer as casas e os locais de produção, entre outros gestos de acolhimento e generosidade com a comunidade acadêmica em geral. A realização de contatos, parcerias e trocas (monetárias e não-monetárias) entre produtores durante as feiras foi ressaltada, inclusive, nas respostas às questões abertas dos questionários aplicados.

Por outro lado, foram vivenciados alguns conflitos entre os produtores ao longo das edições, relacionados, principalmente: à ausência de alguns produtores na Feira, sem aviso ou justificativa; à presença de produtos não artesanais na Feira; à presença de produtos semelhantes ("concorrentes") na mesma edição da Feira. Foram questionadas, ainda, junto aos integrantes do Colmeia, as possibilidades de aprimorar a divulgação da Feira, especialmente junto aos professores e acadêmicos de outras unidades/prédios da UFMG, e a dificuldade com o sinal de Internet no local da feira .

Por parte dos técnicos, docentes e alunos da Face, a retomada da Feira foi vista de forma positiva, resultando em edições movimentadas e em um volume de vendas bastante superior ao alcançado em 2019. Ao levar os produtores da EPS para o espaço da Faculdade, a Feira se constitui, ainda, como um lugar de formação de outros imaginários sobre a economia, permitindo à comunidade universitária, especialmente os estudantes, no contato direto com os produtores, aproximar-se de formas não convencionais de organização da produção e do trabalho (Fernandes e Diniz, 2022).

Atualmente, o Projeto tem apoio da Comunicação da UFMG, da Pró-Reitoria de Extensão e da Diretoria da Face/UFMG, que divulgam as edições da Feira e prestam apoio logístico para a realização das edições. Como principal gargalo do projeto, ressalta-se a ausência de estrutura de barracas e/ou bancas próprias para a Feira, o que exige que os produtores levem seus suportes, gerando custos de transporte e deslocamento e impedindo ou prejudicando a participação de empreendimentos menos estruturados. Desde o início

do projeto, não houve editais de fomento à extensão que permitissem a aquisição desse mobiliário. Até o momento, também não foi possível realizar parceria com outros órgãos da UFMG para o empréstimo desses itens, à exceção do Setor de Serviços Gerais da FACE e do Diretório Acadêmico da FACE, que frequentemente cedem estruturas para o improviso de mesas e cadeiras na Feira.

Figuras 10 a 12. Integrantes do Colmeia e produtores nas edições da Feira de EPS da FACE/UFMG em 2022



Fonte: Acervo do Grupo Colmeia, 2022.

Considerações finais

Este artigo buscou discutir o caso da Feira de EPS da FACE/UFMG, um projeto abrigado dentro do programa de extensão Colmeia que tem como objetivo promover um espaço de comercialização, trocas e produção de conhecimento sobre as outras economias na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Buscou-se refletir sobre a metodologia adotada no projeto e sobre seus resultados, além de discutir o perfil dos empreendimentos e dos produtores participantes. A análise foi feita a partir de questionários estruturados aplicados durante as três feiras realizadas no primeiro semestre de 2022. Também foram analisadas as falas ocorridas nas rodas de conversa realizadas durante essas feiras.

Os dados coletados junto a trinta empreendimentos participantes indicam a predominância de produtoras mulheres e negras, que se organizam principalmente em grupos informais e associações e que vêm na economia popular solidária uma forma de produção mais compatível com suas demandas individuais e familiares. Os produtores têm as feiras como principal espaço de vendas, e boa parte relata dificuldades no uso das redes sociais para este fim. O rendimento obtido através dos empreendimentos é de até dois salários mínimos para cerca de dois terços da amostra. Além disso, a Feira é vista pelos participantes como um lugar importante de realização de contatos, parcerias e trocas não monetárias. Houve, ainda, certa convergência nas falas quanto à necessidade de visibilização dos pequenos produtores por parte do setor público e das Universidades.

Desde sua concepção e primeira edição, em 2014, a Feira vem se constituindo como um importante espaço de discussão e de formação de outros imaginários sobre as Outras Economias dentro da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Nesse sentido, as ações do projeto vinculam-se às reflexões de uma onda de pesquisadores latino-americanos que, pelo menos desde o fim do século passado, chamam atenção para a necessidade de fomentar e de investigar práticas econômicas que se situam para além da ou em negação à racionalidade capitalista de acumulação e lucro (Razeto, 1983; Coraggio, 1994; 2000; 2003; 2009). A presença dessas atividades no espaço universitário também contribui para a visibilização daquilo que o coletivo de geógrafas Gibson-Graham (2019a; 2018b) chamam de Economia Diversa - i.e. um conjunto de práticas que se distanciam do tripé salário-mercado-firma que demarca o campo das trocas capitalistas.

As rodas de conversa realizadas durante as feiras são abertas à participação de alunos, docentes e técnicos administrativos, configurando-se como importantes espaços

de tensionamento do discurso capitalista dominante. A possibilidade de alargar o campo da experiência possível (Sousa Santos, 2002) e ressignificar aquilo que se identifica como economia, para além de sua conotação habitual, contribui ativamente para a formação de alunos e alunas com um olhar mais aberto às práticas econômicas populares que compõe parte expressiva da paisagem econômica brasileira e latino-americana (ver Alves, Diniz e Siqueira, 2020; Gago, 2017; 2018).

O retorno da Feira de Economia Popular e Solidária da FACE trouxe uma contribuição direta para os produtores da EPS que, como apontado pelos questionários, revelam-se parte dos grupos sociais mais vulneráveis durante a pandemia. Do ponto de vista da Universidade, muito além de um espaço de comercialização e geração de renda, a Feira se coloca como um lugar de formação e debate. Nesse sentido, retomar as vivências e aprendizados com os atores não acadêmicos dentro do espaço universitário possibilita a valorização dos saberes populares, possibilitando à comunidade de estudantes, professores e técnicos da UFMG o contato com formas alternativas de organização econômica.

Do ponto de vista dos produtores, o espaço universitário é entendido como privilegiado para a discussão e debate sobre as outras economias, bem como para a comercialização e divulgação de seus produtos. A retomada da Feira, após dois anos de interrupção das atividades presenciais do projeto, em função da pandemia, significou a reocupação do espaço universitário com os afetos, as histórias, os sabores e as cores da economia popular e solidária.

Como próximos passos do projeto, além da continuidade das edições da Feira, ressaltamos: o fomento à constituição de uma rede de feiras da UFMG, em diversos prédios do campus, buscando construir um planejamento e uma programação conjuntas; a criação de uma ação de pesquisa sistematizada junto aos empreendimentos participantes da Feira, voltada à compreensão da dinâmica interna dos empreendimentos e de suas inserções territoriais; a oferta de disciplinas de formação em extensão universitária (já ofertadas em 2017 e 2018), em que os estudantes interajam diretamente com os produtores na construção de ações de apoio e fomento à EPS; e a oferta de cursos de formação gratuita para os empreendimentos participantes, em temas como formação de preços e contabilidade básica. Almeja-se, ainda, que os produtores alcancem maior

autonomia na organização da Feira, tendo como horizonte um processo autogestionário com protagonismo dos empreendimentos.

Referências

ALVES, E. L.; FERNANDES, B. S.; DINIZ, S. C. O PDDI-RMBH e as possibilidades de um desenvolvimento endógeno desencadeado pela economia popular metropolitana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.22, 2020.

CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

CORAGGIO, J. L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. et al. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-133.

CORAGGIO, J. L. *Economía urbana: la perspectiva popular*. Quito: Instituto Fronesis, 1994.

CORAGGIO, J. L. La sostenibilidad de los emprendimientos de la economía social y solidaria. *Otra Economía*, v.2, n.3, p.41-57, jul./dez. 2008.

CORAGGIO, J. L. ¿Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo? *Proposta*, n. 98, set./nov, 2003.

CORAGGIO, J. L. Territorio y economías alternativas. In: *Seminario Internacional Planificación Regional para el Desarrollo Nacional: visiones, desafíos y propuestas*, 1, La Paz, 2009.

GAGO, Verónica. *Neoliberalism from below: Popular Pragmatics & Baroque Economies*. London: Duke University Press, 2017.

GAGO, Verónica. What are popular economies? Some reflections from Argentina. *Radical Philosophy*, Disponível em: <https://www.radicalphilosophy.com/article/what-are-popular-economies>. Acesso em: 31/08/2021, [2018].

DINIZ, S. C. Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos. *Nova Economia (UFMG)*, v. 29, p. 963-985, 2019.

DINIZ, S. C.; SILVA, G. L. ; GUERCI, M. R. . *Economia popular urbana e o covid-19: desafios e propostas para a Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, MG: Cedeplar/UFMG, 2020 (Nota Técnica).



FERNANDES, B. S.; DINIZ, S. C. Para uma multiplicação dos imaginários e das formas de fazer economia: a experiência do Colmeia - Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Economia Popular e Solidária da Face/UFMG. *ORG & DEMO*, v. 23, n. 1, p. 117-136, 2022.

FORPROEX - Fórum dos Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro mapeamento nacional. In: Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2, 2007, Florianópolis. Anais eletrônicos: Florianópolis, 2007.

GIBSON-GRAHAM, J. K. A diverse economy: rethinking economy and economic representation. In: <http://avery.wellesley.edu/Economics/jmatthaei/transformationcentral/solidarity/solidaritydocuments/diverseeconomies.pdf>. Acesso em: 10/10/2022. 2019a.

GIBSON-GRAHAM, J. K. Economic imaginaries. In: http://www.communityeconomies.org/sites/default/files/paper_attachment/Venice-gibson-graham.pdf. Acesso em: 14/03/2022. 2019b.

POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

RAZETO, L. De la Economía Popular a la Economía de Solidaridad en un Proyecto de Desarrollo Alternativo. Ciudad de México: Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana, 1993.

RAZETO, L. et al. Las Organizaciones Económicas Populares. Santiago: Ediciones PET, 1983.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, 2002.

SINGER, P. I. Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. *Proposta*, ano 26, n.72, p. 6-13, mar./mai. 1997.

SINGER, P. I. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA-SANTOS, B. de. Um discurso sobre as ciências. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.



CONTRIBUIÇÕES DAS UNIVERSIDADES PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVAS PERSPECTIVAS PARA O BRASIL PÓS-PANDEMIA: SISTEMATIZANDO INICIATIVAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E SOBERANIA ALIMENTAR

160

Jade Percassi, Centro SoU Ciência – Unifesp
jade@alumni.usp.br

Vanessa Moreira Sígolo, Centro SoU Ciência – Unifesp
vanessa.sigolo@alumni.usp.br

Ioshiaqui Shimbo, Centro SoU Ciência – UFSCar
ishimbo50@gmail.com

Pedro Fiori Arantes, Centro SoU Ciência – Unifesp
pedro.arantes@unifesp.br

Resumo

A profunda crise atual nos convoca a avaliar encruzilhadas históricas em busca de caminhos, e questionar o modelo de desenvolvimento (e mesmo civilizatório) que nos conduziu até aqui. Diante do aumento do desemprego, pobreza, fome e desigualdades sociais, esse trabalho trata de contribuições das universidades à construção de perspectivas de desenvolvimento, epistemológicas e de bem-estar social, para um novo ciclo de reconstrução (ou reinvenção) nacional pós-pandemia. As universidades são espaço de formulações teóricas e experimentações práticas, junto a movimentos sociais e comunidades periféricas, gerando subsídios a reivindicações populares e políticas públicas. Entre as ações, as iniciativas em Economia Solidária apontam novos modos de vida, práticas de cooperação e cuidado, trabalho associado e autogerido, fazeres tecnológicos e sustentáveis, pouco conhecidos na sociedade. Este trabalho tem o intuito de contribuir na sistematização e divulgação destas ações das universidades brasileiras, como parte de pesquisas do Centro SoU_Ciência/Unifesp, dedicado à defesa da ciência e das universidades públicas. À luz das reflexões de Darcy Ribeiro, sobre a Universidade Necessária, e Paulo Freire, compreendendo a extensão universitária como forma dialógica de produção de conhecimentos, a pesquisa visa mapear grupos e ações extensionistas das universidades nas últimas duas décadas, nos campos da economia solidária e da soberania alimentar, destacando centros de referência, redes nacionais e colaborações com a sociedade e governos. Por meio de revisão bibliográfica, seleção de bancos de dados e fontes de informação e realização de entrevistas com atores sociais relevantes com atuação histórica à frente de articulações nacionais e na interlocução com políticas públicas, o estudo pretende embasar a criação de Painel colaborativo sobre o tema, com: I - Linha do tempo com ciclos da ação das universidades, incluindo textos e vídeos com balanços críticos; II - Mapa das iniciativas e redes universitárias no país, com dados e informações, e III - Sistematização de proposições e análises sobre perspectivas de futuro.

Palavras-chave: Universidade; Extensão Universitária; Economia Solidária; Soberania Alimentar.

Introdução

A profunda crise atual, uma das mais graves da história brasileira, nos convoca à avaliação das encruzilhadas históricas para a definição de possíveis novos caminhos, e ao



questionamento do modo de vida e modelo de desenvolvimento (e mesmo civilizatório) que nos conduziu até aqui. A devastação ambiental, a volta do Brasil ao mapa da fome, o recorde de desemprego, a falência em massa de pequenos comércios, o fechamento de indústrias, a violência de Estado, a recorrente violação de direitos e criminalização de movimentos sociais, as desigualdades na educação e vários outros importantes impactos sociais da pandemia não são apenas impactos conjunturais, estão associados estruturalmente ao sistema vigente.

Diante da crise do neodesenvolvimentismo e do neoliberalismo, cada vez mais em matriz necropolítica e predatória, bem como do crescimento do desemprego, da pobreza e da fome, e das enormes desigualdades sociais, regionais e intra urbanas, pretendemos avaliar o que as universidades públicas estão propondo como alternativas de desenvolvimento, epistemológicas e de bem-estar social que podem inspirar um novo ciclo de reconstrução (ou reinvenção) nacional no pós-pandemia (e pós-Bolsonaro).

As universidades e a ciência são espaços de formulações teóricas e experimentações práticas, com diversas frentes de atuação junto à sociedade civil organizada, movimentos sociais, comunidades periféricas, afrodescendentes, indígenas e quilombolas, etc., que geram subsídios importantíssimos para reivindicações populares, políticas públicas e ações de reconstrução do país. Laboratórios, observatórios, incubadoras, centros e núcleos universitários, em especial na extensão, abrem novas possibilidades de relacionar dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais, ambientais e tecnológicas, apontando possíveis vias de desenvolvimento não subalternas, novos modos e lugares de vida, novas economias, com práticas de cooperação e solidariedade, de trabalho associado e autogerido, fazeres tecnológicos, saberes culturais e memórias ancestrais, periféricas, educação transformadora, práticas de cuidado, relação sustentável com o meio ambiente e seus recursos, etc. Complementarmente, grupos e pesquisas indicam as situações críticas de catástrofes ambientais, econômicas e sociais em curso. Tais espaços de crítica, formulação e experimentação estão pouco mapeados e nem sempre são visíveis para a sociedade brasileira, e necessitam sistematização, divulgação, articulação e apoio.

Objetivos da pesquisa

O trabalho apresentado faz parte de uma das Linhas de Pesquisa do Centro de Estudos sobre Sociedade, Universidade e Ciência - Centro SoU_Ciência, um grupo de pesquisa multidisciplinar cadastrado no CNPq, sediado na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Fundado em julho de 2021, o Centro tem como missão fortalecer a conexão entre Universidade, Ciência, Sociedade e Estado, em favor do desenvolvimento nacional com equidade, democracia, diversidade, sustentabilidade e solidariedade, em uma sociedade capaz de garantir a cidadania e o bem-estar para todos(as).

Nesta linha de pesquisa, pretende-se compreender como a universidade pública brasileira traz propostas para a redefinição de um projeto nacional e novas perspectivas para o Brasil pós-pandemia. Assim, propõe-se o levantamento e mapeamento de iniciativas desenvolvidas nas universidades nas últimas duas décadas que apontam perspectivas epistemológicas, sociotécnicas, educacionais e matrizes de desenvolvimento interseccionais e alternativas aos modelos neoliberal, neodesenvolvimentista e ao determinismo tecnológico, destacando temas emergentes, principais centros de referência e polos/questões regionais e suas assimetrias, arranjos institucionais, redes acadêmicas, fomento, formas de colaboração com sociedade e governos, e casos de impacto/relevantes. São perguntas orientadoras da pesquisa:

1. Quais projetos e iniciativas locais e regionais das universidades públicas podem ajudar na formulação de um novo projeto nacional, em agendas e políticas públicas para a reconstrução do país pós-pandemia em bases solidárias, justas, equitativas, plurais e sustentáveis?
2. Quais matrizes epistemológicas e de diversidade de saberes, sujeitos e identidades colaboram para estreitar a relação entre universidade, ciência e sociedade numa perspectiva transformadora e interseccional?
3. Quais matrizes econômicas, de desenvolvimento e de tecnociência, têm indicado alternativas à crise do mundo do trabalho e do desemprego em massa? Como as universidades estão se preparando para enfrentar os desafios das mudanças no mundo do trabalho?
4. Como ampliar o diálogo e cooperação das universidades com a sociedade, em especial grupos e comunidades historicamente apartados delas (periféricos, indígenas, afrodescendentes, entre outros)?

A pesquisa visa, em especial, divulgar as produções e ações desenvolvidas, e também influenciar agendas políticas, programas de governo e políticas públicas. Ou seja, seu intuito é contribuir com o debate e a articulação entre atores (inclusive experiências de outros países, com vistas a fortalecer a cooperação internacional, especialmente de países do chamado Sul global), o apoio a experimentações práticas, a orientação para iniciativas locais e a formulação de agendas e políticas, que permitam a multiplicação de programas/projetos, avaliações críticas e prospectivas, a ampliação de escala e impacto, dando visibilidade às iniciativas.

Desenvolvimento e resultados parciais

Para a pesquisa, foram selecionados 10 eixos temáticos para o mapeamento de grupos e ações desenvolvidas nas universidades. A definição dos eixos iniciais baseou-se na identificação de problemáticas prioritárias para o enfrentamento da profunda crise atual. Conforme dados de levantamento nacional de opinião pública realizado pelo Centro SoU_Ciência, em outubro de 2021, com o intuito de compreender melhor as demandas da sociedade brasileira para as universidades públicas, a fome e a pobreza são hoje os maiores problemas do país na percepção da população. O desemprego e a falta de perspectivas no futuro também foram apontados como os principais problemas pelos jovens de 16 a 25 anos. As análises desta pesquisa apontam que, passada a fase mais dura da pandemia, as atenções de diferentes segmentos sociais estão voltadas à crise econômica e à necessidade de superá-la.

Com base nestas análises, em busca de contribuições das universidades para a construção de novas perspectivas para o Brasil pós-pandemia, foram selecionados como primeiros eixos de estudos as temáticas “Economia Solidária e outras economias emancipatórias” e “Soberania Alimentar”. Esse trabalho apresenta os estudos em andamento sobre as iniciativas universitárias nesses temas.

A sistematização de informações terá como focos os dados e as análises sobre a trajetória dessas experiências nas universidades brasileiras, destacando marcos na linha do tempo e ciclos das ações, bem como balanços críticos sobre sua inserção na universidade, no debate acadêmico e político, nas políticas públicas, etc. Finalmente, busca-se contribuir também com o mapeamento atualizado das iniciativas e redes e tratar

das proposições e perspectivas de futuro, do engajamento das universidades, movimentos sociais e políticas públicas na construção de projetos transformadores para o país.

Para isso, estão sendo desenvolvidas as seguintes frentes de estudo:

1. Revisão bibliográfica e organização de referências conceituais, a partir de leitura e debate de textos de referência no tema;
2. Levantamento/mapeamento de iniciativas universitárias (grupos, centros, núcleos de extensão e pesquisa) pela pesquisa e seleção de bancos de dados e fontes de informação, definição de metodologia e categorias de análise; e
3. Entrevistas com atores relevantes à frente de articulações nacionais e na interlocução com políticas públicas, incluindo a definição de critérios para a seleção de entrevistados, preparação e construção de roteiro, pré-testes e realização de entrevistas.

A partir dos levantamentos e análises, planeja-se a elaboração de materiais de divulgação sobre as iniciativas universitárias, que permitam à sociedade em geral, movimentos sociais, governos, organizações da sociedade civil, agências de fomento e demais parceiros, conhecer essas iniciativas no sistema universitário brasileiro. Com esse intuito, prevê-se a construção de um Painel colaborativo sobre a temática da extensão universitária em Economia Solidária, incluindo: uma Linha do Tempo das iniciativas universitárias, com materiais audiovisuais e textos trazendo balanços críticos; um Mapa atualizado de iniciativas e redes universitárias brasileiras; bem como vídeos, notícias e artigos, entre outras mídias, com análises e avaliações propositivas e sobre perspectivas de futuro, destacando as contribuições, o potencial e a capacidade das universidades públicas brasileiras para atuar em conjunto com a sociedade no ciclo de reconstrução e redefinição do projeto nacional, pós-pandemia e pós-Bolsonaro.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AMÉRICA LATINA: PANORAMA GERAL DAS ESTRATÉGIAS DE DISPUTA DO SENTIDO DE UNIVERSIDADE NA ITCP-USP E NA UEC UDELAR.

165

Ana Luzia Alvares de Laporte, Universidade de São Paulo
laporte@gmail.com

Resumo

Este trabalho é uma apresentação da etapa atual de minha pesquisa de doutorado, ainda em desenvolvimento, que tem como tema a relação entre a extensão universitária, a economia solidária e a luta pela democratização da universidade pública na América Latina. A análise desta relação, a partir dos estudos de caso da ITCP-USP e da UEC-Udelar, visa explicitar a contribuição específica da extensão em economia solidária na disputa do sentido da universidade pública, a partir da retomada das trajetórias dos casos estudados e das estratégias utilizadas nas diferentes conjunturas. De forma geral, entendemos, nesta pesquisa, que a extensão em economia solidária é aquela voltada ao fortalecimento das iniciativas de geração de trabalho e renda associativas e autogestionárias. Para realizar a análise, partimos da caracterização dos distintos contextos históricos das universidades estudadas (situando-os em uma conjuntura mais ampla, de avanço das políticas econômicas neoliberais na América Latina e suas diversas implicações), demonstrando que nos dois países a universidade pública se caracteriza como uma instituição em disputa. Esta disputa envolve sua progressiva transformação em uma universidade voltada para si mesma, atrapada em uma racionalidade instrumental que a afasta de uma atuação democrática orientada à transformação das desigualdades sociais estruturais das sociedades de classe, que na América Latina também têm suas raízes nos processos de colonização. A análise da especificidade da extensão em economia solidária para a democratização da universidade pública, teve como base a investigação, a partir dos casos estudados, das experiências e concepções que inspiraram suas estratégias, tanto no campo da economia solidária, como da extensão universitária, explicitando diferentes filiações teóricas e práticas, e como estas se traduziram em distintas estratégias de ações, segundo os contextos específicos vividos desde a constituição das iniciativas, a UEC em 1988 e a ITCP-USP em 1998, até os dias atuais. Como características comuns a ambos casos, que delimitam e ajudam a caracterizar a especificidade da extensão em economia solidária, podemos destacar, de forma preliminar, que são casos que tem como orientação à sua organização interna a autogestão, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, tem suas ações orientadas pelo diálogo com as pautas de luta dos trabalhadores da economia solidária e de outros movimentos sociais e a intenção transformadora em relação à sociedade de classes, patriarcal e racista.

Palavras-chave: Extensão universitária; Economia Solidária, Autogestão

Para compreender as contribuições da extensão em economia solidária à democratização do ensino superior na América Latina, partiremos de uma síntese que busca apresentar algumas características históricas comuns do ensino superior na região, salientando também algumas diferenças, sobretudo em relação aos dois casos que nossa pesquisa tem como base, o Brasil e o Uruguai.

A formação do ensino superior na América Latina e Caribe

A América Latina e Caribe se constituem por um conjunto que totalizam 19 países, a maioria destes teve colonização de países Ibéricos, o que confere à região elementos de proximidade cultural, também impostos pelas relações coloniais e pelas características econômicas que resultam de seu lugar periférico no capitalismo mundial, a qual se caracteriza por uma baixa industrialização, grande produção de produtos do setor primário e importação de tecnologia e conhecimento dos países centrais do capitalismo.

As primeiras universidades da região foram criadas ainda quando os países eram colônias espanholas, no século XVI, a partir da criação de universidades vinculadas à Igreja católica com recursos do Estado. A primeira foi em Santo Domingo, em 1538, posteriormente, em 1545, foi criada a universidade do México, em 1551 no Peru e em 1613 a primeira universidade na Argentina. É a partir do processo de independência das colônias que as universidades conquistam ser caráter laico, em um processo mais amplo de secularização do Estado (Durham e Sampaio, 1998).

Em relação aos casos estudados por nossa pesquisa, a Universidad de la República del Uruguay (Udelar) é fundada em 1849, quando o Uruguai já era um país independente. Já no Brasil a primeira universidade foi criada apenas em 1912, a Universidade do Paraná, a partir da junção de escolas de ensino superior que já existiam e eram tradicionais. A USP foi criada em 1934, já na perspectiva de universidade moderna, composta por um sistema único e uma direção autônoma.

Cabe destacar que quando o sistema universitário começa a se constituir no Brasil, a América espanhola já possuía instituições universitárias sólidas que vivenciavam suas primeiras reformas, pautadas pela construção de autonomia institucional e pelo debate da democratização interna. Estas reformas, como a emblemática Reforma de Córdoba de 1918, foram incitadas pelo crescimento econômico das classes médias, sobretudo na Argentina (Tunnermann, 2008) que tinham como objetivo a transformação do caráter elitista das universidades, dominadas pelas antigas oligarquias e pela Igreja.

Em relação ao Brasil, o ensino superior se inicia com a vinda da corte para o país em 1808, quando se constituem as primeiras escolas superiores, orientadas para a formação profissional e bastante controladas pelo Estado. Assim, são formadas as primeiras Escolas de Medicina, Engenharia e, a partir de 1827, de Direito. O modelo de ensino visava a formação de quadros para a administração do Estado e recusava a

interferência da Igreja Católica na educação superior. O sistema de ensino superior era composto, portanto, por escolas isoladas focadas no ensino e no diploma profissional. Este garantia vantagens no reduzido mercado de trabalho da época (Sampaio, 1991).

No final do século XIX, no contexto de transformações sociais importantes como a abolição da escravidão em 1888 e a proclamação da República em 1889, é que se inicia o processo de descentralização do ensino superior no país e é dada a permissão para a criação de instituições privadas. É nesse processo que se conforma o sistema educacional paulista de educação, a partir de uma ruptura em relação ao ensino de cunho profissionalizante que vinha sendo desenvolvido e que estava sujeito a uma forte controle do governo nacional. As elites paulistas fomentaram um ensino superior mais voltado à formação tecnológica, que era base para utilização da tecnologia que estava sendo importada e a pesquisa começa a se desenvolver no bojo do ensino profissionalizante.

Em relação à história da Universidade no Uruguai, existe uma única universidade pública no país, a Udelar que foi criada em 1849. Esta é marcada, desde a origem, por um caráter anticlerical e liberal (Contera, 2008) e, no início, abrangia a totalidade do sistema de ensino: primário, secundário e superior. É a partir da Reforma de 1885 que esta universidade passa a se constituir como universidade moderna fortemente orientada pelo positivismo. A partir do século XX ocorrem uma série de mobilizações de caráter reformistas, também inspiradas pela Reforma de Córdoba. Nestas, há um grande protagonismo dos estudantes que a partir de 1929 criam a Federação de Estudantes Universitários (FEUU). O movimento reformista do início do século XX pauta a necessidade de uma orientação social do ensino, além de transformações nas formas pedagógicas, a autonomia e a concepção de governo universitário.

O ensino superior na América Latina – panorama sintético

Anteriormente, buscamos salientar algumas características da formação histórica do ensino superior na região, com ênfase no Uruguai e Brasil. A seguir buscaremos apresentar um panorama sucinto acerca do ensino superior na América Latina.

De forma geral, desde a formação das primeiras universidades e faculdades, o ensino superior na região teve um caráter de formação de elites políticas e progressistas, além disso, também há uma grande importância política do movimento estudantil, enquanto ator que historicamente esteve articulado à luta por transformações políticas,

sociais e culturais (Durham e Sampaio, 1998). Dentre estas lutas destaca-se a Reforma de Córdoba em 1918, a qual também constitui um marco importante na história da Extensão Universitária da América Latina. Aprofundaremos melhor esta experiência no próximo tópico, ao retomar a história e especificidade da extensão na região.

De forma geral, o ensino superior que se desenvolveu na América Latina a partir do século XX se caracteriza por uma influência marcante do modelo de universidade desenvolvido na França por Napoleão, caracterizado pelo ensino voltado às profissões e a segmentação em faculdades autárquicas (Schwartzman; Souza; Ribeiro; Durham e Sampaio). Este se distancia do modelo alemão, que tem enfoque nas atividades de pesquisa e na interdisciplinariedade, ou do modelo norte-americano, que possui grande diversificação, voltado também aos conhecimentos aplicados.

Portanto, uma das características centrais do modelo de universidade que se estabelece na América Latina é a inspiração de matriz francesa, que se desenvolve em sociedades marcadas pela colonização, que conformarão um tipo de universidade vinculado diretamente com os interesses das oligarquias locais. Neste sentido, a análise de Ribeiro (1975) segue profícua para pensar o caráter de nossas universidades, consideradas por ele como “universidades transplantes”, já que copiaram o modelo francês, porém não buscaram que esta cumprisse a função de unificação política e uniformidade cultural que teve na França. De forma geral, para a região podemos destacar que predomina o ensino profissional em detrimento do ensino científico e das atividades de pesquisa.

Para além desta matriz comum, podemos destacar outros aspectos importantes na construção deste primeiro panorama. Primeiramente, cabe ressaltar uma transformação em nível mundial, que foi o amplo crescimento das taxas de matrícula nos diversos níveis de ensino passada a Segunda Guerra Mundial (Souza, 2018). Em relação à América Latina, esta expansão foi respondida pelos países de formas distintas, mas podemos destacar que há um crescimento contínuo do setor privado de educação, que se constituiu principalmente, de instituições privadas que atenderam a demanda de massa que foi se adensando a partir da segunda metade do século XX (Durham e Sampaio 1998; Souza 2018).

A primeira onda da expansão de matrículas na região, entre a década de 1940 e 1950, se deu, principalmente, na Argentina que respondeu à demanda, ampliando as vagas

no setor público. Em 1955, a Argentina possuía um terço das matrículas universitárias na América Latina. De forma geral, o México e o Uruguai também responderam à massificação da demanda a partir de políticas de ampliação do acesso às universidades públicas e do acesso irrestrito, tal gerou um agigantamento das universidades (Durham e Sampaio 1998; Schwartzman 1994).

No caso brasileiro, o país manteve o acesso restrito de suas universidades, a partir de exames de ingresso, o que manteve o ensino superior público muito elitizado e restrito e foi o setor privado que respondeu à demanda massiva. Cabe destacar que desde os primeiros levantamentos de dados sobre o ensino superior, em 1933, o setor privado sempre apresentou uma grande participação no sistema brasileiro.

Portanto, nesta caracterização geral podemos destacar que até a década de 1980 a educação superior na região era, em sua maioria, pública, tendo como principal instituição a universidade. É na década seguinte que se observa a entrada massiva de grupos privados nos sistemas de ensino superior, levando a uma maior diferenciação dos sistemas, com um grande aumento das instituições não universitárias. Para termos uma ideia da dimensão desta expansão, em 2018, 71% da matrícula do ensino superior brasileiro era em instituições de ensino privado, a segunda maior porcentagem na América Latina, abaixo apenas do Chile com 84%. Já o Uruguai contava com apenas 14% das matrículas em instituições privadas, a mais baixa da região, seguida pela Bolívia, com 20%, Argentina e Panamá com 26% ambos (Souza, 2018, p. 108).

Apesar deste aumento do setor privado no ensino superior, é no setor público, sobretudo nas universidades, onde está concentrada a produção de ciência e tecnologia na América Latina e Caribe (UNESCO 2015 apud Souza 2018). Porém, esta produção ainda é muito pequena e há pouco investimento em relação a outros continentes. A estrutura de ensino superior segue priorizando o ensino e a formação na perspectiva das carreiras profissionais e poucos países possuem um sistema de pós-graduação voltado à formação científica, ou *stricto sensu*. Neste aspecto, o Brasil possui o sistema de pós-graduação mais estruturado, que começou a ser implementado a partir da Reforma de 1968 realizada pela ditadura militar. Nesta, foi abolido o sistema de cátedras e implementados os departamentos, como unidades principais de ensino e pesquisa. Assim, ao modelo profissionalizante francês foi sobreposto o modelo das *research universities* americanas (Sampaio, 1991).

Os períodos de ditadura militar também foram vividos pelos países da região e tiveram grande impacto no ensino superior e na formação intelectual latino-americana. A partir destes houve grande repressão dentro das universidades, com a perseguição e prisão de alunos e professores, além do exílio forçado de vários intelectuais.

Outras características históricas comuns, relacionadas ao ensino superior, são a crise do financiamento público vivida, sobretudo, a partir do final do século XX e a organização profissional e dos professores nos diversos países.

A extensão universitária na América Latina e nossa trajetória de pesquisa

Anteriormente apresentamos algumas características gerais do sistema de ensino superior na América Latina para melhor situar o lugar da extensão. Historicamente, as práticas de extensão na região remontam ao século XX e tem como base a herança da extensão europeia e norte-americana.

Podemos dizer que as primeiras iniciativas que, posteriormente, foram chamadas de extensão surgiram na Europa, no século XIX sobretudo a partir das Universidades Populares que ocorreram em diversos países como Inglaterra, França, Bélgica, etc, e tiveram como objetivo difundir os conhecimentos para a maioria da população que não tinha acesso às universidades (DUBEUX, 2007; MELO NETO, 2002; SOUZA, 2006).

Outro tipo de extensão, com menor ênfase na ilustração do povo e um caráter de prestação de serviços, se desenvolveu nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX. Tal foi realizado a partir dos Land Grant Colleges, formados em terras doadas pelo governo norte americano, com o compromisso de prestação de serviços às comunidades rurais de seu entorno.

Para além destes dois modelos de extensão, na América Latina se desenvolve um terceiro tipo a partir das mobilizações que levaram a Reforma de Córdoba na Argentina, em 1918. Na tradição latino americana que se funda a partir desta experiência, há uma ênfase na relação entre a universidade e a sociedade, pautando o papel social desta e a importância da ação de extensão na aproximação entre a realidade dos estudantes e trabalhadores. Cabe salientar que um traço deste tipo de extensão é o protagonismo dos estudantes e sua politização, no sentido de um compromisso com os conflitos de classe (FRAGA, 2017; MELO NETO, 2002).

As experiências investigadas em nossa pesquisa são herdeiras deste terceiro tipo de extensão. Cabe salientar que esta extensão crítica, articulada aos setores populares com uma intencionalidade de transformação social não constitui a maioria das experiências de extensão na região. No geral, as iniciativas de extensão são diversas, constituindo um campo bastante heterogêneo, considerando-se extensão qualquer atividade realizada pela universidade com o público externo (TOMMASINO E CANO, 2006). Assim, compreende desde ações de caráter de transferência de conhecimentos, como cursos de difusão, ações de qualificação profissional, como cursos de qualificação, outras ligadas à cultura, como museus e orquestras, ações de assistência à população, por exemplo na área da saúde ou direito, etc.

As ações de extensão em economia solidária constituem um campo relativamente pequeno da extensão, apesar de terem tido um expressivo crescimento na América Latina, sobretudo nas primeiras décadas do século XXI. Uma das expressões deste fenômeno foi a criação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares no Brasil, que também inspiraram a criação de uma Incubadora semelhante junto à Unidade de Estudos Cooperativos na Udelar.

No Brasil, a partir de um arranjo de políticas públicas que envolviam a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego e outros ministérios foi possível fomentar esse tipo de experiência com a criação de mais de 100 incubadoras vinculadas, sobretudo, às universidades públicas.

É a partir deste panorama que nossa pesquisa tem desenvolvido os seguintes objetivos. 1) Analisar o campo da extensão em economia solidária na América Latina, com ênfase na comparação entre Brasil e Uruguai. 2) Contribuir para a compreensão da especificidade do ensino superior e da extensão universitária na região e 3) A partir da síntese da trajetória de 2 iniciativas de extensão em Economia Solidária (no Brasil e no Uruguai) debater suas contribuições à democratização da universidade e a disputa de seu papel social no atual contexto.

Nossa pesquisa visa responder ao seguinte problema: A extensão universitária contribui à democratização da universidade e definição de seu papel social a partir da atuação com o movimento de economia solidária? Tal, vem orientando a realização da pesquisa qualitativa que tem como base a recuperação da trajetória de 2 iniciativas de

extensão voltadas ao fortalecimento da economia solidária: A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP e a Unidade de Estudos Cooperativos da Udelar.

A investigação acerca da relação entre a economia solidária e a universidade é central, dado o contexto atual de extrema precarização do mundo do trabalho, com aumento de desemprego, perda de direitos trabalhistas, uberização dos trabalhadores e ampla informalidade. Nossa hipótese é que a extensão, articulada ao movimento de economia solidária, possibilita pautar e reconstruir o papel social da universidade pública, pois parte da complexidade da realidade social da luta pelo trabalho coletivo e autogestionário para desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A escolha dos casos estudados se deu a partir do aprofundamento das concepções de extensão e da caracterização da extensão crítica/popular em economia solidária, que adensa a possibilidade de refundar a universidade. Foi a partir deste estudo, que apontou a extensão como fundamental na defesa da estrutura pública da universidade, que definimos a ITCP-USP como primeiro caso a ser estudado. A seguir iremos brevemente apresentar algumas características marcantes das duas experiências.

A ITCP-USP foi uma das primeiras incubadoras formadas no Brasil, também a partir do diálogo e incentivo da Incubadora da UFRJ (primeira formada no Brasil), porém, diferente desta, a ITCP-USP tem como particularidade pautar os princípios do cooperativismo, como orientadores de sua organização interna (ITCP-USP, 1999). Esta opção implicou na construção de uma organização autogestionária da própria ITCP, visando incorporar na universidade uma vivência democrática também experimentada por alunos, professores e técnicos. A partir de nossa pesquisa evidenciaremos que esta escolha política trouxe diversas implicações na forma de atuação, no tipo de conflitos e na experiência vivida pelos integrantes ao longo de seus anos de atuação.

Outra característica central ressaltada em nosso aprofundamento acerca da extensão crítica/popular, foi a articulação das ações com a luta dos trabalhadores. Neste sentido, para além da finalidade da ITCP-USP, expressa no fortalecimento da economia solidária, de suas organizações e na organização e formação dos trabalhadores de forma mais ampla, também podemos destacar a importância desta na formulação e desenvolvimento da política nacional de economia solidária, implementada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que existiu durante os anos de 2004 a 2016. Em sua

constituição, que abarcou trabalhadores do movimento de economia solidária, das centrais de cooperativas e também das universidades, participaram ativamente diversos integrantes oriundos da ITCP-USP, como o próprio professor Paul Singer, que foi Secretário da SENAES, durante seu período de existência. Iremos investigar como a experiência da incubadora influenciou na formulação das políticas de economia solidária e na organização interna da SENAES.

Soma-se a estas características a intenção transformadora deste tipo de extensão, que abarca tanto o fortalecimento dos movimentos sociais como a formação dos estudantes. Segundo Mello (sem data, no prelo)

Foi a partir da análise dos artigos do Procoas que selecionamos nosso segundo estudo de caso, compreendendo que ele também apresenta estas características centrais da extensão crítica/popular, porém com diferenças estruturais que permitem confrontar as experiências, qualificando a análise de ambas e possibilitando a elaboração de questões e propostas para a redefinição da estrutura universitária da USP.

Neste sentido, é interessante ressaltar algumas especificidades do caso uruguaio que permitem iluminar também a análise do caso da ITCP-USP. Inicialmente, ressaltamos que a incubadora da UEC foi criada pela iniciativa de estudantes, que posteriormente ingressaram como docentes da extensão, algo que não ocorre no caso brasileiro (DABEZIES et al., 2010). Para aprofundar esta análise cabe, dando continuidade à pesquisa investigar a forma de ingresso de docentes nas universidades e sua implicação nos programas de extensão. A esta característica também se soma o fato de o Programa ser desenvolvido, no caso uruguaio, por docentes extensionistas, que possuem dedicação prevista às atividades de extensão, que são vinculadas também às atividades de ensino. Tal característica se diferencia bastante do caso brasileiro, o qual o protagonismo das ações está na atuação dos estudantes.

Por fim, uma última característica que é possível destacar até este momento de nossa pesquisa, é que a atuação da UEC se dá em um contexto mais amplo de organização das atividades da extensão da Udelar, em uma perspectiva de atuação territorial e de curricularização da extensão (TORRES, 2010).

Este é um breve levantamento de características que iremos aprofundar com a síntese da trajetória destas experiências em nossa tese.

Referências Bibliográficas

CONTERA, Cristina. La educación Superior em Uruguay. In: Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 2, p. 533-554, jul. 2008.

DUBEUX, Ana. O papel das Universidades na construção da economia solidária no Brasil. Proposta: Revista trimestral de debate da FASE, Rio de Janeiro, ano 31, n. 112, p. 4-15, 2007.

DURHAM, Eunice; SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior na América Latina, Cadernos de Pesquisa, n. 110, p. 7-37. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a01.pdf>. Acesso em: 10 set 2022.

FRAGA, Lais Silveira. Extensão e transferência de conhecimento: as incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares. 2012. 242 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociencias, Campinas, SP.

MELO NETO, José Francisco. Extensão Universitária: bases ontológicas. In: MELO NETO, José Francisco (Org.). Extensão universitária: diálogos populares. João Pessoa: Editora UFP, 2002. p. 13 -33.

RIBEIRO, Darcy. A universidade necessária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 313 p. 1975.

SAMPAIO, H. Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990). Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SCHWARTZMAN, Simon. Notas sobre o sistema de ensino superior na América Latina. 1994. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/america_latina.htm. Acesso em: 10 set 2022

SOUZA, Olga Suely Soares de. A extensão universitária e as universidades populares. In: Revista da Faced, nº 09, Universidade Federal da Bahia, 2005. p. 253-264.

SOUZA, Juliana. Educação Superior na América Latina e Caribe: panorama e perspectivas cem anos após a Reforma de Córdoba. In: Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 11, n. 3, set./dez. 2018



FORTALECIENDO LOS ESPACIOS DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA DESDE LA UNIVERSIDAD

175

Verónica Lilián Montes, Universidad Nacional de La Plata,
iecoop@econo.unlp.edu.ar

Alicia Ressel, Universidad Nacional de La Plata,
alicia.ressel@econo.unlp.edu.ar

Leandro Ariel Iglesias, Universidad Nacional de La Plata,
leandro.iglesias@econo.unlp.edu.ar

Noelia Silva, Universidad Nacional de La Plata,
noelia.silva@econo.unlp.edu.ar

María Piriz Carrillo, Universidad Nacional de La Plata,
maria.pirizcarrillo@econo.unlp.edu.ar

Resumen

En esta presentación pretendemos dar cuenta de las actividades y proyectos que se desarrollan desde la Universidad Nacional de La Plata (UNLP), más precisamente desde el Consejo Social y el Instituto de Estudios Cooperativos (IECoop), para acompañar a los productores de la feria “El Paseo de la Economía Social y Solidaria” ante la crisis sanitaria generada por el Covid 19 y sus consecuencias socioeconómicas. En el año 2009 la UNLP crea el Consejo Social, un espacio válido para reunir a la comunidad de la región con la finalidad de discutir y llevar adelante políticas que persigan el bien común, el desarrollo productivo y la recuperación de los derechos esenciales del conjunto de la población. En este marco, surge “El paseo de la economía Social y Solidaria” como ámbito de comercialización para los más de 30 productores agrupados. Su funcionamiento se desarrollaba de manera ininterrumpida en el predio del Rectorado de la UNLP hasta que se vio afectado por las restricciones derivadas de la Pandemia. Esta situación pone en jaque a los productores impulsando la realización de un proyecto que les permitiera realizar la comercialización de manera conjunta por medio de una forma jurídica en la que se sintieran representados. Conviene indicar que esta experiencia se suma a las diversas iniciativas que desde la Economía Popular, Social y Solidaria (EPSS) discuten “la institución del mercado que plantea el neoliberalismo, como ese espacio histórico donde agentes económicos ofertan y demandan bienes y servicios de forma aislada” (IGLESIAS y otros). La nueva realidad impone generar alternativas tanto en los canales de venta, como en el vínculo con los consumidores, el funcionamiento interno del grupo de productores y la práctica extensionista. Aprovechando los espacios de vinculación con la UNLP, en relación directa con el Consejo Social, desde el IECoop se gestionan dos proyectos de intervención social: “Comercializadora El Paseo te lo lleva. Hacia la formación de una cooperativa” y “Fortaleciendo El Paseo. Consolidación y formalización de emprendimientos”. Estas iniciativas buscan generar mecanismos de autonomía de las entidades de la economía social y solidaria (en particular de las cooperativas), y su sustentabilidad socioeconómica en el tiempo. Asimismo; visibilidad, reconocimiento de la sociedad y de organismos públicos y una autogestión sostenible. Procuran asesorar y acompañar a los emprendedores pertenecientes a “El Paseo” generando espacios de capacitación, intercambio y reflexión, brindando herramientas que les permitan consolidar la formalización e institucionalización de sus emprendimientos/unidades productivas en un espacio común que les brinde la posibilidad de generar nuevos vínculos con actores de la EPSS e instituciones de la región.



La UNLP y El Paseo

La UNLP en el espacio del Consejo Social comienza a brindar participación a las voces de los productores, que hasta ese momento no contaban con el apoyo de ningún organismo estatal. Convoca a los Municipios de la región y a referentes de las diferentes unidades académicas que la conforman para comenzar a construir de manera conjunta lo que llegaría a denominarse “El Paseo de la Economía Social y Solidaria”.

¿Por qué una feria? “Boaventura de Sousa Santos caracteriza a las formas ‘alternativas’ como iniciativas que crean espacios económicos en que predominan los principios de igualdad, solidaridad o respeto a la naturaleza (todos opuestos a los principios del capitalismo) y que, sin pretender sustituir al capitalismo de una vez, procuran hacer más incómoda su reproducción y hegemonía, con efectos de alto contenido emancipador.” (CORAGGIO). Para respetar la identidad de los productores, promover los valores y principios que rigen la EPSS.

La propuesta buscó profundizar el desarrollo de dichas iniciativas y su progresiva consolidación, pensados como ámbitos integradores y articuladores de los actores sociales, que pone en valor las prácticas culturales y productivas, dando lugar a nuevos entornos de encuentro, no sólo centrados en la comercialización.

Para el resurgimiento solidario de las cadenas productivas, la organización del consumo final y productivo es fundamental. La práctica de las cooperativas de consumo y de otras formas organizativas de consumidores muestra que este tipo de organizaciones permite elevar el poder adquisitivo de sus ingresos y mejorar su calidad de vida, al mismo tiempo que – cuando forman parte de redes solidarias – se hace posible la comercialización de productos elaborados en emprendimientos solidarios. La novedad de este sistema está, por lo tanto, en que, a partir del consumo final y productivo, se pueden reactivar las cadenas productivas de manera solidaria. Gracias a estas múltiples conexiones y flujos en red, estos emprendimientos se vuelven sustentables ya que pueden atender un significativo volumen de demandas estables. (DÍAZ MUÑOZ y otros) .

Conviene señalar que en nuestro país y en el resto de América Latina, han venido expandiéndose emprendimientos e iniciativas vinculadas a la EPSS como respuesta a problemáticas sociales relacionadas a la pobreza, la precariedad laboral y la exclusión social entre otros. Es así que, este es un sector que se autogenera su propio empleo con sus saberes previos y en el marco que las posibilidades que el contexto le brinda.

No está de más decir, en base a experiencia propia y a la situación comparada con otros actores del mundo académico, que estas unidades productivas y emprendimientos que se generan en el ámbito de la EPSS, en muchas oportunidades tienden a la inestabilidad, dada la informalidad en la cual se desarrollan. Esto hace que, en vez de consolidarse, tiendan a fracturarse debido al mercado en el que operan, regido en base a la oferta y demanda y no en función de los valores que representan a la EPSS. Es aquí donde la intervención de la academia se hace necesaria, donde la Universidad pone a disposición de la comunidad sus saberes y su experiencia.

El Paseo te lo lleva

Obligados por la crisis sanitaria, y acompañados por el Consejo Social pusieron en marcha un proyecto que anteriormente había tenido infructuosos intentos de ser llevado adelante, dando lugar a la materialización de “El Paseo te lo lleva”. De esta manera, se generaron nuevos canales de venta y funcionamiento interno. Al mismo tiempo, se visibilizaron nuevas posibilidades de comercialización y algunas limitaciones en cuanto a la formalización que tienen como colectivo a nivel general e, individualmente, de modo particular.

Como decíamos, “El Paseo” es un espacio que nuclea alrededor de 30 organizaciones o emprendimientos. En él podemos destacar dos grandes grupos:

- productores de alimentos, en los cuales se destacan: organizaciones de productores de hortalizas del cordón frutihortícola platense, apicultores, floricultores, productores tamberos, panificados, productos elaborados, incluidos los veganos, conservas, mermeladas, licores, cervezas artesanales, entre otros.
- artesanos de la madera, textil, metales, piedras preciosas, cerámica y porcelana fría.

Entre las principales limitaciones detectadas por los propios actores están:

- No contar con una estructura jurídica que los contenga de manera conjunta (cabe destacar que muchos de ellos cuentan con monotributo social y participan de otros espacios de comercialización, pero, así y todo, no logran vender la totalidad de su producción a un precio justo y ello imposibilita la satisfacción de sus necesidades básicas).

- Ausencia de una estructura que les otorgue un mayor poder de negociación frente al mercado económico predominante y, a su vez, articularse y vender sus productos a otras instituciones gubernamentales y de la EPSS.
- Carencia de capacitaciones que les brinden herramientas para poder gestionarse de manera eficiente en temas relacionados a: la gestión cooperativa (asambleas, órganos sociales, actas, cuestiones formales de presentación ante organismos gubernamentales vinculados al cooperativismo), planes de negocios, costos, marketing, proyecciones de ingresos y gastos, entre otros.

A partir de estas necesidades detectadas, y como acción extensionista, es que se ponen en práctica los dos proyectos. Con ellos buscamos contribuir a resolver las cuestiones señaladas y brindarles herramientas para alcanzar la perdurabilidad en el tiempo deseada. Asimismo, que puedan obtener un mayor nivel de reconocimiento por parte de organismos públicos y desenvolverse de mejor modo en el sistema económico.

El éxito de las alternativas de producción depende de su inserción en redes de colaboración y de apoyo mutuo. La construcción de segmentos cada vez más abarcativos y complejos de un sector orgánico de economía social y solidaria, multiplicando y articulando organizaciones centradas en un trabajo asociado, autónomo del capital, y orientadas hacia la reproducción ampliada de la vida de los miembros de esas organizaciones y, en casos de una solidaridad más amplia, de sus comunidades locales. Por supuesto hay una multiplicidad de agentes de la misma sociedad civil, desde ONGs hasta sindicatos, movimientos sociales, universidades y asociaciones promoviendo, “incubando”, contribuyendo a cualificar y articular emprendimientos de trabajadores y comunidades (CORAGGIO).

El concepto de Autonomía resulta fundamental en esta instancia, no sólo por ser uno de los principios básicos de las organizaciones cooperativas, sino también como instancia de empoderamiento de los propios productores.

El aporte universitario

El estatuto de nuestra universidad define a la Extensión universitaria “como un proceso educativo no formal de doble vía, planificada de acuerdo a intereses y necesidades de la sociedad, cuyos propósitos deben contribuir a la solución de las más diversas problemáticas sociales, la toma de decisiones y la formación de opinión, con el objeto de generar conocimiento a través de un proceso de integración con el medio y contribuir al desarrollo social.

La comunidad universitaria tiene el desafío y la oportunidad de pensarse a sí misma, sumergirse en un profundo análisis de revisión de sus prácticas entendiendo que todo proyecto educativo es a su vez un proyecto político.

Pensar la Extensión como un intercambio, como práctica social, como construcción de saber, como el espacio de articulación de territorios, con historia, con cultura, con algo para enseñar, y con mucho para aprender, es también comenzar a dar el debate sobre el conocimiento, su producción y su reproducción. Por esto no hay posibilidad alguna de pensar la producción y distribución del conocimiento de manera aislada del proyecto en el que se inscribe, partiendo de que el conocimiento no es algo que pueda extenderse de quien sabe a aquel que “no” sabe, sino algo que se construye en el proceso.

Desde la creación del Instituto de Estudios Cooperativos en el año 1953, la extensión fue uno de sus pilares fundamentales. La participación en el Consejo Social desde sus inicios significó ampliar los desafíos y asumir la responsabilidad de dar respuesta a sentidas necesidades de la comunidad que convergen en su ámbito. El acompañamiento continuo a los productores y emprendedores de “El Paseo” desembocaron en el armado de los proyectos mencionados, escuchando y respetando la necesidad del conjunto y de cada uno de ellos.

Conclusiones

Estas iniciativas buscan generar mecanismos de autonomía de las entidades de la economía social y solidaria, y su sustentabilidad socioeconómica en el tiempo. Asimismo; visibilidad, reconocimiento de la sociedad y de organismos públicos y una autogestión sostenible. Procuran asesorar y acompañar a los emprendedores pertenecientes a “El Paseo” generando espacios de capacitación, intercambio y reflexión, brindando herramientas que les permitan consolidar la formalización e institucionalización de sus emprendimientos/unidades productivas en un espacio común que les brinde la posibilidad de generar nuevos vínculos con actores de la EPSS e instituciones de la región.

Desde el Instituto podemos concluir, a partir de nuestra experiencia y de lo expuesto anteriormente, que la participación de la academia en la comercialización de los productores y emprendedores generó importantes cambios, en sus propias palabras, el agradecimiento, la confianza y la búsqueda permanente de ellos hacia nosotros para el asesoramiento de aquellos conflictos y proyectos a futuro. En la visibilización de nuevos mercados, nuevos escenarios en donde poder interactuar. En la independencia que fueron adquiriendo y que les permite cada vez más resolver sus propios conflictos.

El aporte de la universidad en todos sus estamentos genera sinergias positivas, permite saldar esas cuentas pendientes que tenemos como sociedad para aquellos sectores más desfavorecidos.

Bibliografía

ALIANZA COOPERATIVA INTERNACIONAL ACI (1995). Declaración sobre la identidad y principios cooperativos https://unlp.edu.ar/institucional/consejo_social/resolucion-de-creacion-del-consejo-social-16194-21194/ (julio 2022).

CARACCILO, M; FONTANA, P (2015). Experiencias de comercialización en la Agricultura Familiar: formas de gestión y políticas públicas. 5tas Jornadas de la Agricultura Familiar. Facultad de Ciencias Veterinarias y Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales de la UNLP. La Plata. 12 y 13 de agosto de 2015.

CARACCILO, M., FONTANA, P (2015). Instituciones y Políticas Públicas de apoyo a la Gestión Comercial de la Agricultura Familiar en la Argentina. IX Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales. Argentinos y Latinoamericanos. Bs As, 3, 4, 5 y 6 de noviembre de 2015. Fac. de Ciencias Económicas UBA.

CIEZA, Ramón; DURÉ, Soledad; DUMRAUF, Sergio. Acceso al financiamiento y estrategias de comercialización en productores hortícolas familiares del sur del Cinturón Hortícola Bonaerense. Un estudio de caso en el marco de un proyecto de Desarrollo Rural. ALASRU. 15 al 19 de Noviembre del 2010. Porto Galhinas. Brasil.

CORAGGIO José Luis (2007) Desarrollo regional, espacio local y economía social. Versión revisada de la ponencia presentada en el Seminario Internacional Las regiones del Siglo XXI.

CORAGGIO, José Luis. (2009). Territorio y Economía Alternativas. https://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/Territorio_y_economias_alternativas.pdf.

Cuesta, Elsa (2006). Manual de Derecho Cooperativo. Tratamiento teórico y práctico de la legislación aplicable. Editorial Ábaco de Rodolfo Depalma.

DÍAZ MUÑOZ, Guillermo y Otros (2019) Alternativas solidarias a los mercados capitalistas. Otros mercados son posibles. Cuadernos de Avances del Centro Interdisciplinario para la formación y la vinculación social. Universidad Jesuita de Guadalajara.

GARBARINI, Javier (2007). Aprendiendo Cooperativismo. Editorial Lazos Cooperativos. Buenos Aires. Argentina.



-IGLESIAS F., LIMA M. y equipo docente (2018), Apuntes de Lectura 8: Gestión Asociada y Comunicación Comunitaria. Materia: Trayectorias Empíricas y Políticas Públicas en Economía Social y Solidaria (EGESS).

RESSEL, A; SILVA, N; COPPINI, V; NIEVAS, M; (2013). Manual Teórico Práctico de Introducción al Cooperativismo. Ediciones Haber. La Plata. Argentina.

SAN PEDRO, José (2005). Descubramos el Cooperativismo. Cuarta Edición. Editorial Intercoop. Argentina.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA
https://unlp.edu.ar/extension/organigrama_de_la_secretaria_de_extension_universitaria-2046-7046/.



GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO EM INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: CASO NuMI- ECOSOL/UFSCAR

182

Vinicius Pereira, PPGCI/UFSCar
viniciuspereirainf2@gmail.com

Ariadne Chloe Mary Furnival, PPGCI e PPGCTS/UFSCar
chloe@ufscar.br

Resumo

A Gestão da Informação e do Conhecimento (GIC) é um campo da Ciência da Informação (CI) que consiste na gestão dos processos envolvendo conhecimentos tácitos e explícitos, desde sua criação a seu uso, buscando otimizá-los para geração de novos conhecimentos e para tomada de decisão. Na CI, a revisão bibliográfica aponta que as incubadoras universitárias de economia solidária aparentam ser um objeto de estudo subexplorado em termos de GIC. Para esta pesquisa, o objetivo geral foi descrever e analisar a gestão da informação e do conhecimento do Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em economia solidária (NuMI-EcoSol) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) através de um estudo de caso com entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação direta não participante, objetivando compreender sua GIC, e discutir seu impacto na capacidade de inovação social do núcleo através da Economia Solidária. Até o momento, foram realizadas a análise documental, quatorze sessões de observação direta e quatro entrevistas. Os resultados parciais apontam o NuMI-EcoSol como uma organização de uso intensivo de conhecimento tácito, multidisciplinar e autogestionária, com forte memória organizacional, participação em redes de conhecimento e na execução de projetos de extensão. Tem o contato direto, dialógico e cooperativo com o ambiente externo como característica importante na transferência de conhecimentos, buscando desenvolver processos informacionais autônomos para os empreendimentos de economia solidária (EES). Contudo, apresenta limitações em seus processos de recuperação de conhecimentos e em sua capacidade de atuação interdisciplinar. Como conclusões parciais, analisa-se que ações estruturadas de GIC fortalecem sua atuação ao reduzir o retrabalho e otimizar o uso das redes de conhecimento, disseminando conhecimentos e transferindo tecnologias para a sociedade de maneira mais eficiente e acessível. Além disso, a possibilidade da constituição de um repositório de conhecimento autogestionada na forma de wikis também é discutida. Por fim, as questões deste estudo de caso podem ser aplicadas para outras incubadoras universitárias, incentivando a aproximação multidisciplinar e interdisciplinar entre os dois campos, apontando como melhorias de GIC consolidam a capacidade de transferências de conhecimentos da universidade para além das barreiras institucionais e fatores relativos a crises externas.

Palavras-chave: Gestão da Informação; Gestão do Conhecimento; Inovação Social; Conhecimento Tácito; Transferência de Conhecimentos; Extensão universitária.

Abstract

Knowledge and Information Management (KIM) is an area of Information Science that comprehends the management of procedures related to tacit and explicit knowledges, from creation to usage, optimizing them for knowledge creation and decision making. In Information Science, bibliographical revision points toward the sub-exploration of Solidarity Economy University Incubators KIM as a study object. For this research, the main objective was to describe and analyse the KIM of the Multidisciplinary Integrated Nucleus for Studies, Formation and Intervention in Solidarity Economy (NuMI-EcoSol) of the Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) through a study-case with semi-structured interviews, documental analysis and non-

participant observation, aiming to comprehend its practices and how KIM can contribute to its innovative potential in Solidarity Economy. So far, documental analysis, fourteen observation sessions and four interviews were accomplished. Partial results points NuMI-EcoSol as a tacit knowledge intensive organization, self-managed and multidisciplinary, with strong organizational memory, participation in knowledge networks and execution of university extension projects. Direct, dialogical and cooperative contact with the external ambient is an important and particular characteristic of its knowledge transfer practices, aiming to develop autonomous informational processes on the solidarity economy enterprises. However, limitations on the informational procedures and use of interdisciplinary potential were identified. As partial conclusions, we indicated that a structured KIM strengthens its actions by allowing the reduction of (re)work and optimizing the use of knowledge networks, disseminating knowledge and transferring technologies to society in a more effective and accessible manner. Furthermore, the possibility of establishing a self-managed knowledge repository in the form of a wiki is also briefly discussed. Lastly, the questions of this study case can be applied to other incubators, promoting a multidisciplinary and interdisciplinary approximation between the two areas, showing how KIM improvements can strengthen and consolidate universities role in knowledge transfer beyond its institutional walls and regardless of external crisis factors.

Keywords: Information Management; Knowledge Management; Social Innovation; Tacit Knowledge; Knowledge Transfer.

Introdução

Realizar de maneira adequada a gestão da informação e do conhecimento (GIC) permite agregar valor às tomadas de decisões (VITAL; FLORIANI; VARVARKIS, 2010; DAVENPORT; PRUSAK, 2002) e à criação de novos conhecimentos (CHOO, 2003; VALENTIM, 2020), ao otimizarem os processos de identificação, levantamento, disseminação e o uso destes insumos. Além disto, permitem fortalecer redes de conhecimento ao estruturar espaços para transferência de conhecimentos (NONAKA; TAKEUCHI, 1997) de diferentes pessoas e organizações, gerando canais que levam ao estabelecimento de novas relações sociais com caráter dialógico, que embasam a aprendizagem profunda que tem a capacidade de gerar as inovações sociais (JULIANI et al., 2014; AUBERT et al., 2016) e consolidar as tecnologias sociais (SOUZA; POZZEBON, 2020). Todavia, a revisão bibliográfica no campo da Ciência da Informação (FOREST et al., 2018) indica uma baixa presença – prática e teórica – em estudos de GIC envolvendo organizações com fins sociais, até mesmo do terceiro setor, como ONGs (HUME; HUME, 2012; BLOICE; BURNETT, 2016; MAALAOUI et al, 2020). No Brasil, as organizações de economia solidária também são pouco exploradas, apesar de reconhecidas suas demandas (FOREST et al., 2018), do papel do conhecimento das incubadoras universitárias (SILVA; CARNEIRO, 2014) e da importância da informação para autogestão (SINGER, 2002). Dito isto, o objetivo principal desta pesquisa é

descrever e analisar a Gestão da Informação e do Conhecimento do Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em economia solidária (NuMI-EcoSol/UFSCar), evidenciando suas características e tecendo reflexões acerca de seu impacto na capacidade de inovação social. Neste resumo, Buscou-se apresentar um recorte específico dos resultados parciais da pesquisa em andamento, apresentando características e limitações para discutir inovações incrementais que fortalecem a capacidade de coordenação dos conhecimentos do Núcleo para suas ações de extensão e intervenção.

Metodologia

Esta é uma pesquisa descritiva-exploratória, de natureza qualitativa, com aplicação de métodos mistos através de uma abordagem de Estudo de Caso (WILDEMUTH, 2009), abrangendo levantamento bibliográfico, análise documental, observação direta não-participante e entrevistas semiestruturadas. Até o momento, foram realizadas a análise de três documentos, quatro entrevistas e quatorze sessões de observação.

Resultados Parciais

Sumarizando a GIC do Núcleo, os resultados parciais apontam para o uso intensivo de conhecimento tácito em uma estrutura multidisciplinar, suportado por uma memória organizacional (SANTOS; VALENTIM, 2021) desenvolvida através do registro constante de suas ações, e de redes de conhecimento como principais fontes de informação. Estas ações ocorrem em uma estrutura descentralizada em Linhas de Ação, de natureza autogestionária, porém orientadas por diretrizes que centralizam as decisões nos espaços de tomadas de decisão (ETD), compartilhando informações e conhecimentos pertinentes durante as discussões.

Quanto à sua interação com o ambiente externo, foi identificada uma natureza direta, colaborativa e dialógica nas ações de extensão e intervenção, aproximando o trabalhador ao processo de desenvolvimento científico, buscando conectar os espaços de conhecimento formais, informais e pessoais (REINO; VÄRK, 2021), com aspectos de um fluxo reverso de conhecimento (Knowledge Reverse Flow) (BLOICE; BURNETT, 2016) que reflete características de um espaço de inovação aberta (GRIMSDOTTIR;

EDVARDSSON, 2018) para a transformação social através da produção de conhecimento sistematizado. Com isto, em termos de GIC, suas ações são sujeitas à qualidade da estruturação de sua memória organizacional (MO) e da coordenação de conhecimentos presentes – tanto internamente quanto dos disponíveis nas redes de conhecimento.

Contudo, identificou-se a ausência de processos de representação temática, afetando a recuperação de documentos-chave da MO, como as atas de reunião; dificuldades na capacidade efetiva de integração interdisciplinar das equipes; e a ausência de mapeamento dos conhecimentos (DAVENPORT; PRUSAK, 2002) presentes nas redes de conhecimento das quais participa. Todos estes pontos afetam a capacidade de execução das atividades do tripé constituinte do Núcleo (estudo, formação e intervenção) ao limitarem o escopo de conhecimentos acessíveis.

Como proposta em desenvolvimento, a implementação de representação temática nas atas agregaria novos pontos de acesso à MO, permitindo uma maior revocação e precisão no processo de recuperação, utilizando-se, por exemplo, de palavras-chave e resumos descritivos no início dos documentos. Isto permitiria otimizar seu tempo de resposta às demandas (de trabalhadores ou de outras incubadoras) ao evitar que o (re)trabalho de recuperação fosse direcionado puramente através de informações técnicas, aumentando o conhecimento acessível. Ademais, a organização de forma temática também facilitaria a integração de novos membros à MO representadas nestes documentos, sem a necessidade de recuperação e indicação de atas conforme datas ou períodos de tempo específicos que precisariam ser filtradas.

Como segunda proposta, mapear e monitorar as redes sociais e de conhecimento através da apropriação de técnicas de inteligência competitiva (VALENTIM; MOLINA, 2004) para fins cooperativos, permitiria: i) planejar processos de disseminação seletiva para utilizar as redes como catalisadoras para otimizar transferências tecnológicas entre empreendimentos de economia solidária (EES) com proximidades geográficas e/ou sociais através de pessoas-chave (DUANGTA; BORISUTDHI; SIMARAKS, 2018); e ii) estabelecer um documento-referencial de conhecimentos pessoais (HARALDSDOTTIR et al, 2018), utilizando-o como ferramenta para conectar demandas e ofertas de conhecimentos na rede de forma proativa. Ambas as proposições buscam expandir metodologias já utilizadas, reduzindo custos e treinamentos necessários, e exploram o potencial da universidade em promover a construção de espaços autogestionados de

geração de conhecimento, tendo assim potencial aplicabilidade para outras incubadoras. Acreditamos que as proposições também materializam o papel extensionista dos EES universitários ao promover a sistematização e compartilhamento de conhecimentos formais, informais e pessoais gerados a partir das interações dialógicas com grupos da sociedade, engajados em EES.

Por fim, sugerimos a construção de um repositório de conhecimentos coletivo através de ferramentas interativas de web 2.0 (MATSHCKE; MOSKALIUK; CRESS, 2012) na forma de Wiki (RHADDOUR; DUQUE, 2019), através da cooperação de incubadoras e de EES presentes nas redes. Esta proposta busca não somente disponibilizar o acesso ao conhecimento sistematizado de economia solidária, mas garantir sua apropriação ao integrar os participantes no processo de administrar, alimentar e monitorar o repositório de forma autogestionada. Para isto, é necessário que as incubadoras formem competências informacionais (REZENDE, 2009) para que os envolvidos sejam tanto consumidores quanto produtores de conhecimento sistematizado.

Referências

AUBERT, A.; FLECHA, A.; GARCÍA, C; FLECHA, R.; RACIONERO, S. Aprendizagem dialógica na sociedade da informação. São Carlos: EDUFSCar, 2016.

BLOICE, L.; BURNETT, S. Barriers to knowledge sharing in third sector social care: a case study. *Journal of Knowledge Management*, v. 20, p. 125 - 145, 2016. DOI: 10.1108/JKM-12-2014-0495.

CHOO, W. C. A organização do Conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Editora Senac, 2003. 421 p.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. Ecologia da Informação. São Paulo: Futura, 2002. 317 p.

DUANGTA, K.; BORISUTDHI, Y.; SIMARAKS, S. Knowledge Management of pomelo production system in Northeast Thailand: A case study of the pomelo farmer group in Ban Thaan district. *Forest and Society*, v.2, n. 2, p. 162 - 172, Nov. 2018. DOI: 10.24259/fs.v2i2.5122

FOREST, F. et al.. A Economia Solidária em Ciência da Informação: inter-relações e atuações possíveis. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 24, n.2, p. 165-18, maio/ago. 2018. DOI: 10.19132/1808-524542.165-187.

GRIMSDOTTIR, E.; EDVARDSSON, I. R. Knowledge Management, Knowledge Creation, and Open Innovation in Icelandic SMEs. SAGE Open, out.-dez, 2018. DOI: 10.1177/215824401880320

HUME, C.; HUME, M. What about us? Exploring small to medium Australian not for-profit firms and knowledge management. Journal of Knowledge Management, v. 20, p. 104 - 124, 2012. DOI:10.1108/JKM-12-2014-0497

HARALDSDOTTIR R. K et al. Registration, access and use of personal knowledge in organizations. International Journal of Information Management, v. 40, 2018, p. 8 - 16. DOI: 10.1016/j.ijinfomgt.2018.01.004

JULIANI, D. P. et al. Inovação social: perspectivas e desafios. Espacios, vol. 35, n. 5, 2014, p. 24. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a14v35n05/14350423.html>>. Acesso em 01 jun. 2020.

MAALAOUI, A. et al. Does knowledge management explain the poor growth of social enterprises? Key insights from a systematic literature review on knowledge management and social entrepreneurship. Journal of Knowledge Management, v. 24, n. 7, p. 1513-1532, 2020. DOI: 10.1108/JKM-11-2019-0603.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. Criação do conhecimento nas empresas. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

REINO, A.; VÄRK, A. Practice ecology of knowledge management-connecting the formal, informal and personal. Journal of Documentation, v. 77, n. 1, p. 163-180. 2021. DOI: 10.1108/JD-03-2020-0043

REZENDE, L. V. R. Incubadoras Sociais: Gestão da Informação e do Conhecimento na Construção de Tecnologia Social. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Faculdade de Brasília. Brasília, 2009.

RHADDOUR, R. M. D.; DUQUE, C. G. A arquitetura da informação em espaços colaborativos e sua contribuição para a gestão da informação. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XX ENANCIB, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/124370>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SANTOS, J. C.; VALENTIM, M. L. P. Memória Organizacional e Valor da Informação: proposta de modelo conceitual. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, v. 11, n. 3, p. 196 - 210, set./dez. 2021. DOI:10.22478/ufpb.2236-417X.2021v11n3.61582



SOUZA, A. C. A.; POZZEBON, M. Práticas e mecanismos de uma tecnologia social: proposição de um modelo a partir de uma experiência no semiárido. *Revista Organizações & Sociedade*, v. 27, n. 93, p. 231-254, 2020. DOI:10.1590/1984-9270934

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate. *Mercado de Trabalho*, n. 57, 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3757/1/bmt57_novosdados.pdf. Acesso em 18 mai. 2021.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 200. 127p.

VALENTIM, M. L. P. Conceitos sobre Gestão do Conhecimento: uma revisão sistemática da literatura brasileira. *Inf. & Soc.:Est.*, v. 30, n. 4, p. 1-34, out./dez. 2020. DOI:10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57186.

VALENTIM, M. L. P.; MOLINA, L. G. Prospecção e monitoramento informacional no processo de inteligência competitiva. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, n. esp. 1. sem., p. 59-77, 2004. DOI: 10.5007/1518-2924.2004v9nesp1p59 Acesso em: 30 maio 2022.

VITAL, L. P.; FLORIANI, V. M.; VARVARKIS G. Gerenciamento do fluxo de informação como suporte ao processo de tomada de decisão. *Inf.& Inf.*, Londrina, v. 15, n. 1, p. 85 - 103, jul./jun. 2010.

WILDEMUTH, B. M. *Applications of Social Research Methods to Questions in Information and Library Science*. London: Libraries Unlimited. 2009.

PET ECONOMIA SOLIDÁRIA: OS DESAFIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

189

Amanda Gonçalves de Lima, PET- EcoSol/UFSCar
agoncalveslima001@gmail.com

Fernanda Siani, PET-EcoSol/UFSCar
fernandalopes@estudante.ufscar.br

Resumo

O PET Conexão de Saberes/Economia Solidária é um programa vinculado ao Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol) e tem como objetivo realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio da interação dialógica entre alunos de graduação de diferentes áreas do conhecimento e os agentes ligados ao movimento de economia solidária, gerando impacto na realidade social dos envolvidos, além de valorizar o protagonismo dos estudantes universitários. Dito isso, o presente trabalho busca refletir sobre a rearticulação da atuação do grupo PET EcoSol junto ao movimento de economia solidária em meio a pandemia do Covid-19. Com a necessidade do isolamento social, o grupo teve que reorganizar suas ações para cumprir seus objetivos. O resultado desta reorganização autogestionária foi a articulação de atividades do PET EcoSol com as demandas do movimento de economia solidária por meio de ações extensionistas ligadas à divulgação do movimento de economia solidária e seus empreendimentos constituintes nas redes sociais, além da participação ativa de petianos em espaços políticos como Conselho e Fórum municipais ligados à temática. Além disso, houve a organização de grupos de estudos sobre a economia solidária, além da sistematização do conhecimento e sua divulgação por meio da submissão de artigos em eventos acadêmicos. Metodologicamente, esse trabalho se vale da “pesquisa-ação” dada a participação orgânica das autoras no grupo em questão. O trabalho também se vale dos conceitos de extensão universitária e princípios da Economia Solidária, como autogestão e o cooperativismo para avaliar e refletir sobre as atividades do grupo e o papel da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na economia solidária. As conclusões indicam que, embora o cenário pandêmico tenha imposto uma distância física entre os sujeitos sociais, empreendimentos e instituições da EcoSol, também propiciou a soluções criativas para formas de extensão, gerando significativa interação não presencial que permitiu a continuidade de linhas e frentes de ação do movimento, mesmo em um contexto pandêmico.

Palavras-Chave: Economia Solidária, Extensão Universitária, Programa De Educação Tutorial

Abstract

The PET (Tutorial Education Program) Connection of Knowledge/Solidary Economy is a program linked to the Integrated Multidisciplinary Center for Studies, Training and Intervention in Solidary Economy (NuMI-EcoSol) and aims to carry out teaching, research and extension activities through dialogic interaction between students of undergraduate courses in different areas of knowledge and agents linked to the Solidary Economy movement, generating an impact on the social reality of those involved, besides putting value on the protagonism of University students. That said, the present article seeks to reflect on the rearticulation of the performance of the PET EcoSol group with the Solidary Economy movement in the midst of the Covid-19 pandemic. With the need for social isolation, the group had to reorganize its actions to fulfill its goals. The result of this self-managed reorganization was the articulation of PET EcoSol activities with the demands of the Solidary Economy movement through extension actions linked to the dissemination of the above-mentioned movement and its constituent enterprises in social networks, in addition to the active participation of petianos (PET group members) in political

spaces such as the Municipality's Council and Forum linked to the theme. Furthermore, there was the organization of study groups on the Solidary Economy, aside from the systematization of knowledge and its dissemination through the submission of articles at academic events. Methodologically, this article employs the concept of "action research" given the organic participation of the authors in the group in question as well as the concepts of University extension and principles of Solidary Economy, such as self-management and cooperativism to evaluate and reflect on the group's activities and the role of inseparability between teaching, research and extension in the Solidary Economy. The conclusions indicate that, although the pandemic scenario has imposed a physical distance between the social subjects, enterprises and institutions of EcoSol, it also provided creative solutions for forms of extension, generating significant non-face-to-face interaction that allowed the continuity of lines and fronts of action of the movement, even in a pandemic context.

Keywords: Solidary economy, university extension, tutorial education program

Introdução

O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado em meados de 1979, período no qual ocorria a ditadura militar no Brasil. Em sua concepção inicial, o programa possuía um viés meritocrático, visando a admissão e a formação de estudantes que possuíssem o melhor desempenho acadêmico. Contudo, nos anos 2000 e com a ascensão do governo petista, o programa sobre uma nova formulação, visto que a universidade naquele momento também se transformava sendo ocupada por estudantes de diferentes contextos sociais e econômicos. É nesse cenário que surge uma nova modalidade dentro do programa PET, a modalidade Conexões de Saberes, que busca agrupar estudantes de cursos distintos, oriundos de comunidades tradicionais e/ou em situações de vulnerabilidade, desempenhando atividades extracurriculares em diferentes áreas de conhecimento.

Desse modo, o PET Conexões de Saberes/Economia Solidária (PET EcoSol) é um programa de Educação Tutorial criado em 2010 por iniciativa do Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol UFSCar). O objetivo desse programa é desenvolver atividades que promovam a troca de saberes entre a sociedade e a universidade, valorizando o protagonismo dos estudantes universitários beneficiários das ações afirmativas no âmbito das universidades públicas brasileiras, contribuindo para a inclusão social desses jovens.

O PET EcoSol é integrado por até 12 bolsistas de diferentes áreas do conhecimento como Matemática, Ciências Biológicas, Filosofia, Letras, Pedagogia, Ciências Sociais, entre outras. O objetivo do grupo é realizar atividades de ensino,

pesquisa e extensão por meio da interação dialógica entre os estudantes da graduação e os agentes ligados ao movimento de economia solidária, gerando impacto na realidade social dos envolvidos, além de valorizar o protagonismo dos estudantes universitários.

Até o início de 2020 as atividades eram realizadas em sua maioria de forma presencial e eram compostas por: reuniões semanais para discussão de pautas, compartilhamento do andamento das ações e deliberações coletivas; atividades quinzenais de formações e grupos de estudos sobre economia solidária e temas transversais. Como ações realizadas em conjunto com o movimento de economia solidária podemos citar: acompanhamento das reuniões do Fórum e Conselho Municipal de Economia Solidária (FMES e Comesol); a participação na feira de economia solidária da UFSCar como grupo membro deste coletivo, na qual possuíamos um espaço para comercialização solidária de livros usados e brechó; participação em atividades do Projeto Rede EcoSanca do NuMI-EcoSol; visitas e atividades em campo junto aos assentamentos do MST. Também eram realizados trabalhos acadêmicos sobre economia solidária e sistematização de conhecimentos para apresentação em congressos e seminários. Todas essas atividades fazem parte do compromisso do grupo com as exigências do Programa de Educação Tutorial, mas também com a sociedade e, mais especificamente, com o movimento de economia solidária da cidade de São Carlos.

É importante salientar que em todos os âmbitos de ação dos petianos suas atividades são guiadas pelos princípios da economia solidária. Dessa forma, o grupo tem o desafio constante de tentar exercer de forma efetiva a autogestão, a solidariedade, a igualdade e democracia nas atividades de ensino/pesquisa/extensão. O grupo também preza pela não hierarquia entre os membros, pressuposto tanto do regimento do PET quanto da economia solidária, e pela construção de consensos nas tomadas de decisões. Dito isso, e a partir dos objetivos propostos, na sequência, apresenta-se uma breve contextualização dos desafios encontrados pelo grupo durante a pandemia e as alternativas encontradas para dar continuidade às atividades de extensão universitária nos últimos dois anos.

PET EcoSol na Pandemia

Com as recomendações de isolamento social por parte das autoridades de saúde em março de 2020, as atividades presenciais da universidade foram suspensas e

substituídas pela modalidade de ensino a distância. No entanto, o programa PET que tem como parte importante do seu objetivo as atividades de extensão, não teve suas atividades interrompidas. É importante ressaltar que o PET EcoSol é composto, obrigatoriamente, por alunos que fazem parte do grupo das ações afirmativas da UFSCar e, portanto, o auxílio financeiro do programa compõe parte importante na permanência desses estudantes na universidade. Durante o período da pandemia também podemos presenciar tentativas de enfraquecer o programa, como atrasos no pagamento das bolsas. Dessa forma, logo com o início da pandemia, foi realizada a rearticulação das atividades para garantir cumprimento dos objetivos tanto do programa PET, garantindo a continuidade do grupo e permanência de seus membros, quanto de dar continuidade ao propósito de ser parte ativa no movimento de economia solidária da cidade de São Carlos.

A pandemia do Covid-19 teve impacto negativo para os empreendimentos da Economia Solidária, pois, além da crise sanitária e dos riscos à saúde de seus membros, as atividades de comercialização foram impedidas, impactando fortemente na geração de renda. Com o isolamento social, as feiras ecosolidárias que ocorriam por todo o município de São Carlos e as reuniões nas instâncias políticas, FMES e Comesol, deixaram de acontecer sendo necessário uma nova reorganização dos produtores para dar continuidade nas atividades em formato não presencial. Desse modo, as reuniões do movimento e a comercialização online passaram a acontecer de forma online. Tendo em vista que muitos produtores não tinham acesso e familiaridade com equipamentos digitais e a comercialização online propriamente dita, foi necessário traçar novas estratégias para implementação e divulgação dos produtos. Essa reestruturação ocorreu juntamente com a participação do Projeto Redes e do grupo de estudantes do PET EcoSol.

O desafio encontrado foi, principalmente, fazer com que a participação dos alunos nos espaços de economia solidária não se desse de maneira superficial ou assistencialista, considerando que a interação de forma online acabou isolando os alunos uns dos outros e dos trabalhadores de economia solidária. Tendo em vista que a extensão universitária prevê ações educativas, culturais e científicas que pautadas em interação dialógica entre a universidade e a comunidade (FORPROEX, 2014), o objetivo foi elaborar atividades que possibilitassem que aos petianos desenvolvessem ações junto ao movimento de economia solidária da cidade que levasse em consideração a conjuntura social e política em questão, de forma que a extensão não fosse vazia, mas que a relação entre alunos da

universidade e sociedade se pautasse nos interesses sociais e no potencial de transformação coletiva que baseia a extensão universitária.

A estratégia do PET EcoSol foi planejar atividades levando em consideração os interesses e habilidades dos alunos, de modo que gradualmente foram se identificando e se envolvendo de modo mais ativo, na medida que iam reconhecendo os objetivos e importância social das atividades. Além disso, foi importante o contato com pessoas que tinham acúmulo de conhecimento teórico e prático em economia solidária e extensão universitária, como as técnicas contratadas pelo projeto Redes, professores do NuMI-EcoSol UFSCar e pessoas com participação ativa no movimento de economia solidária.

Dentre as principais atividades realizadas pelo grupo durante o isolamento social, podemos destacar os seguintes pontos:

Participação em espaços políticos

A participação no FMES, Comesol e no Fórum Paulista, sempre foi considerada uma atividade obrigatória do grupo, de modo que todos os estudantes pudessem acompanhar as reuniões enquanto ouvintes e trazer repasses e possíveis demandas para o grupo. Contudo, durante a pandemia as reuniões passaram a ser realizadas no formato online, o que flexibilizou que mais membros do grupo pudessem participar. No início de 2021, também houve a oportunidade de que duas estudantes pudessem se candidatar para o cargo de conselheiras no conselho municipal enquanto representantes das entidades de apoio e fomento, o NuMI EcoSol. A eleição das mesmas garantiu uma inserção mais significativa e assídua do grupo das reuniões, possibilitando também a participação em outras frentes e comissões existentes nesses espaços políticos. Vale ressaltar que as atividades promoveram maior apropriação das temáticas inerentes ao movimento, propiciando que o grupo participasse de tomadas de decisões, discussões e mobilizações em prol da resistência da economia solidária. Desse modo, foi possível observar que houve a capacitação dos estudantes em atuar em discussões relacionadas com Economia Solidária, possibilitando criar soluções para problemas sociais (FORPROEX, 2014).

Rede de economia solidária

Outra ação importante realizada pelo grupo PET EcoSol foi a participação nas atividades do Projeto Rede EcoSanca desenvolvido pelo NuMI-EcoSol e que tem como

objetivo fortalecer a criação de redes solidárias de comercialização e consumo entre os produtores e consumidores da cidade. As principais atividades desenvolvidas pelo projeto foram a criação de uma identidade visual para a os empreendimentos pertencentes a rede, formações de capacitação e cursos de Educação à Distância (EAD) para os produtores e demais interessados nas temáticas, criação de sistemas agroecológicos para os produtores de alimentos orgânicos, produção de feiras e catálogos para a divulgação dos empreendimentos, entre muitas outras ações. O PET EcoSol esteve presente ativamente na organização, planejamento e execução destas atividades do projeto, o que propiciou ao grupo atuar diretamente na realidade social dos sujeitos, divulgando produtos e serviços, prestando assessoria técnica a eventuais dificuldades encontradas com as ferramentas digitais. Também foi possível praticar o protagonismo do grupo visto que os estudantes puderam participar da criação de materiais didáticos, ministrar formações e organizar eventos como por exemplo, as plenárias realizadas pela Rede Ecosanca.

Divulgação da economia solidária e sistematização de conhecimentos

O grupo também se dedicou a diversas atividades formativas, organizadas e ministradas pelos próprios petianos, que foram realizadas aos sábados de forma remota e abertas ao público. Durante as formações foram abordados temas como a história e princípios da economia solidária, ações afirmativas no ensino superior, economia solidária e movimentos sociais, entre outros. Foram utilizadas as redes sociais do grupo com o objetivo de divulgar amplamente a economia solidária enquanto movimento social e as atividades de comercialização dos EESs da cidade, o que exigiu a pesquisa sobre a economia solidária local. Essas ações vão ao encontro com os objetivos do programa de educação tutorial visto que se caracteriza enquanto produção e troca de conhecimentos entre estudantes e a comunidade. Também foram escritos vários trabalhos acadêmicos acerca das experiências e percepções do grupo durante a inserção no movimento de economia solidária, além da participação dos estudantes na escrita de editais e projetos junto com os empreendimentos.

Foi observado que esse conjunto de ações possibilitaram uma relação mais próxima do PET EcoSol com o movimento de economia solidária como um todo, potencializando o estreitamento de laços com os produtores e possibilitando que o grupo pudesse de fato causar impacto nas atividades realizadas para contexto da pandemia,

levando-os a serem reconhecido enquanto parte da entidade de apoio e fomento também. O grupo avalia que as atividades de ensino, pesquisa e extensão replanejadas de acordo com a demanda do contexto da pandemia causou impacto positivo na formação acadêmica dos alunos envolvidos, visto que foi possível vivenciar de modo ativo temáticas importantes que atravessam a economia solidária e as problemáticas relacionadas a ela, como comercialização justa e solidária, articulação política, questões raciais e de gênero nos ambientes de trabalho e questão agrária.

Considerações finais

Avaliamos que as atividades de extensão do PET EcoSol junto ao movimento de economia solidária conseguiu estabelecer uma boa relação entre os estudantes da graduação e a economia solidária local, baseada no diálogo e na troca de saberes. Foi observado que havia demanda de inserção de estudantes no movimento nesse momento de crise provocada pela pandemia do Covid-19.

Foi possível observar também alguns limites da extensão universitária que o grupo enfrenta. Como por exemplo, a rotatividade de integrantes, que dificulta o desenvolvimento de objetivos e projetos a longo prazo. Essa limitação demanda que o grupo se organize de forma a garantir a continuidade dos compromissos assumidos e dos avanços dessa interação com os espaços de economia solidária.

Apesar dos limites impostos pelo contexto da pandemia, as atividades dos estudantes do PET EcoSol nesse período possibilitou a troca de experiências com diferentes membros da economia solidária, como pessoas que fazem parte da instituição de apoio e fomento, Fórum e Conselho, trabalhadores que se articulam coletivamente em feiras. Sendo a educação e a extensão um processo que instiga o desenvolvimento de diálogos entre os sujeitos (FREIRE, 2012), os estudantes puderam vivenciar as trocas de experiências e saberes entre os agentes que compõem o movimento. São nesses momentos de trabalho coletivo, de vivências e conversas que os desafios, as conquistas e história da economia solidária circulam e os estudantes vão construindo uma visão mais integrada do que é o movimento de economia solidária em São Carlos e sobre várias questões que envolvem os processos de resistência dos trabalhadores contra o capitalismo e os prejuízos sociais decorrentes dele. Foi possível vivenciar como a economia solidária como movimento de resistência social se articula com questões sociais importantes a



serem problematizadas na formação universitária, como racismo, violência de gênero, luta de classes, construção política da vida social. Questões que se mostram essenciais e indissociáveis da formação profissional e cidadã dos estudantes.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS; FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). Política nacional de extensão universitária. 2012.

TURISMO COMO ALTERNATIVA PARA AGREGAR VALOR AOS ASSOCIADOS DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL's): O CASO DA ATIVIDADE DE EXTENSÃO AGROTECH

197

¹⁸Telma Darn, Universidade Federal de São Carlos
telmatur@ufscar.br

Resumo

Os Arranjos Produtos Locais (APLs) destinam-se a fortalecer os empreendimentos existentes num território, por meio de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores, tornando-se ambientes propícios para trocas, que encontram na extensão universitária uma possibilidade de contribuir na construção de conhecimento, compartilhando os saberes entre a sociedade e universidade. O Parque Tecnológico de Sorocaba (PTS), parceiro de universidades em vários projetos, abriga 5 APLs: Aeronáutico, Metal Mecânico, Energias Renováveis, Cervejeiro e AGROTECH, num total de 824 empresas apoiadas e com atuação em 27 municípios. O APL AGROTECH conta com 777 produtores rurais dos municípios de Araçoiaba da Serra, Ibiúna, Itapetininga, Piedade, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo, São Roque e Sorocaba. Entre os desafios e problemas a serem enfrentados, as reuniões apontaram o turismo como alternativa para agregar valor às atividades já desenvolvidas pelos produtores rurais. Como uma das ações deste APL foi criada a Câmara Temática de Turismo (CTT) como projeto de atividade de extensão da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A metodologia da 1ª. ação da CTT incluiu: a) etapa de pesquisa que pode ser classificada como grupo focal consistindo em reuniões remotas com participantes diretamente envolvidos com turismo das 8 cidades. b) etapa de visita de campo com reuniões presenciais e diferentes atores sociais dos municípios do APL. Nas reuniões remotas quinzenais, foram desenvolvidos trabalhos técnicos, workshops, palestras, treinamentos e apresentações. Os dados e análises foram agrupados pelas variáveis SWOT permitindo identificar o estado da arte atual e potencial para o turismo rural e turismo no espaço rural. Nas visitas de campo foram aprofundados os levantamentos. Foi identificada a oportunidade de começar com cicloturismo como indutor das atividades turísticas no território. Para isto está sendo desenvolvido um projeto piloto junto ao município de Araçoiaba da Serra, com objetivo de ser implantando posteriormente nos outros municípios que compõe o APL AGROTECH. Com o resultado dessa atividade de extensão, espera-se contribuir com os produtores rurais no desenvolvimento de novas alternativas de produção e renda, na formação de uma rede de empreendimentos econômicos solidários (ESS), desenvolvimento regional e contribuir com o debate sobre a questão do turismo como oportunidade para os EES e APLs. Também estão em fase de finalização dois trabalhos de conclusão de curso de graduação, fortalecendo a presença da extensão, no ensino e na pesquisa.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local; EES, Turismo; Cicloturismo

Introdução

Constata-se que o turismo é, reconhecidamente, um fenômeno de natureza e expressão material e imaterial que atua diretamente na organização e na transformação do espaço, através do processo de (des)valorização que esta atividade promove nos locais

¹⁸ Profa. Dra Telma Darn – Doutora em Geografia pelo IGCE - UNESP Rio Claro/SP; Professora da Universidade Federal de São Carlos campus Sorocaba; Membro do Grupo de Pesquisa Demandatur e Coordenadora do Programa de Extensão Observatório de Turismo do Estado de São Paulo. E-mail: telmatur@ufscar.br.

onde se estabelece. Para Darn: “está intimamente ligado ao sistema de produção capitalista, que busca formas de expandir-se com atividades turísticas em determinados espaços” (DARN, p. 104)

No enfrentamento ao sistema capitalista e por uma sociedade mais justa, na qual se reduzam as desigualdades que a supremacia do mercado e do capital vêm construindo, a Economia Solidária (ES) se apresenta como formas de gestão e de controle do processo de produção baseado na cooperação e na democracia, de forma autogestionária.

Para fortalecer as bases de cooperação, os Arranjos Produtivos Locais (APLs), aqui entendidos como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, cujo foco é específico de atividades econômicas, apresentam vínculos de interdependência, podendo fortalecer a presença de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no território.

Apresenta-se o caso da atividade de extensão da UFSCar com o projeto APL AGROTECH, tendo o turismo como alternativa para agregar valor aos associados do arranjo.

Apointa-se que a atividade turística pode ajudar a diversificar a economia local, que não ficaria dependente de apenas uma atividade econômica, neste caso o produtor rural, sendo possível a partir de EES organizados num APL, contribuir também para o desenvolvimento regional.

Turismo, Economia Solidária e Arranjos Produtivos Locais

O turismo, segundo Cruz (2001) é uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território. Estas pessoas, identificadas como turistas, têm entre um dos objetivos na prática de turismo, buscar formas de se recuperar física, mental e emocionalmente do próprio modo de vida (MENDES & PEREIRA, 2004). Pessoas que “buscam vários tipos de experiências de satisfação psíquicas e físicas, tentando maximizar a utilidade (satisfação) de suas viagens” (LAGE & MILONE, 1996, p 31).

Para Andrade e Vieira (2003), a existência de paisagens naturais ou construídas, bem como o modo de vida da população local, se mostram como desejo de consumo dos turistas e como oportunidade para práticas de turismo nas localidades. Para o desenvolvimento da atividade e formação do produto turístico, existem quatro grupos

fundamentais, a saber: o turista, as empresas turísticas, o governo e a comunidade anfitriã. (LAGE & MILONE, 1996).

O Produto turístico definido por Lage e Milone (2001), é “o conjunto de bens e serviços relacionados a toda e qualquer atividade de turismo”. Uma amálgama de componentes que se complementam entre si: transporte, alimentação, acomodação e entretenimento.

Para Lorenzo & Zamora (2005) as atividades turísticas podem ser impulsionadoras do desenvolvimento econômico de um território. Neste sentido, o turismo pode gerar benefícios aos destinos receptores, desde que considerado o planejamento adequado, evitando-se prejuízos para o meio ambiente e a qualidade de vida da população local. (ANDRADE & VIEIRA, 2003).

Benevides (1997) também nos alerta que é o local a base que poderá garantir a manutenção da identidade cultural dos lugares, como fator de atratividade e integração entre turistas e população receptora em contraponto ao efeito perverso da globalização no acirramento da concorrência entre os destinos.

Para fazer frente a esta competição generalizada, a Economia Solidária se constituiu como possibilidade de outro modo de produção e de organização social e cultural, propondo a prática da solidariedade no lugar da competição, o que nada tem de natural, uma vez que a lógica individualista impera na sociedade em que vivemos. Gadotti (2009) avalia que não há apenas um conceito de Economia Solidária. Para o autor, num sentido mais amplo, Economia Solidária é “promover uma pluralidade de economias, convergindo para o mesmo fim que é a felicidade humana, a realização do ser humano para uma vida plena.” (GADOTTI, 2009, p. 110). Outra contribuição do mesmo autor

[...] um processo de organização para o fortalecimento do trabalho associativo e sua emancipação social voltado para o desenvolvimento local e sustentável, no qual as trabalhadoras e trabalhadores são protagonistas, através da constituição de empreendimentos econômicos solidários e da articulação de redes de cooperação (GADOTTI, 2009, p. 106)

Na cartilha elaborada pela Coordenação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária:

[...] a Economia Solidária é um jeito diferente de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na cooperação e na democracia, de forma autogestionária, onde não há patrão e empregados; um jeito de estar no mundo e consumir em casa, em eventos ou no trabalho produtos locais, saudáveis, que não afetem o meio ambiente, não tenham transgênicos e

nem beneficiem grandes empresas capitalistas; um movimento social que luta pela mudança, por uma forma de desenvolvimento que não seja baseada na concentração de renda e de poder (BRASIL, FBES, 2014).

200

Em 2010, foi criado, no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Sistema de Comércio Justo e Solidário – SCJS - pelo decreto nº 7358, com objetivo de promover relações comerciais mais justas e solidárias, por meio de um fluxo comercial baseado em critérios de justiça e solidariedade através da participação autônoma e ativa de Empreendimentos Econômicos Solidários. (FBES, 2014). A partir dos princípios da Economia Solidária: recusa à exploração do trabalho; coletividade e responsabilidade socioambiental, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) se caracterizam pela cooperação, autogestão, propriedade coletiva dos meios de produção, eliminação do lucro, mercado justo e atuação em rede (FBES, 2014, p. 6)

Particularmente no que tange a característica dos EES de atuação em rede, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) permitem um novo modo de produção. Segundo a Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - RedeSist (2022), os APLs são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, cujo foco é específico de atividades econômicas e apresentam vínculos de interdependência.

Sobre a cooperação entre os agentes, Chiochetta e Hatakeyama (2007), apresentam dois tipos principais de cooperação: Cooperação produtiva: visa a obtenção de economias de escala e de escopo, além de melhorias nos índices de qualidade e produtividade; Cooperação inovativa: envolve diminuição de riscos, custos, tempo e principalmente aprendizado interativo.

Para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de São Paulo, um Arranjo Produtivo Local (APL) caracteriza-se por:

1. ser um conjunto de agentes de natureza diversa, que participam nas tarefas principais de uma aglomeração produtiva;
2. por incluir empresas produtoras de um produto ou serviço de um setor específico e fornecedoras, centros de pesquisa, agentes do governo, instituições do terceiro setor, universidades e demais entidades privadas ou públicas;

3. por ter uma governança e evidenciar relações de cooperação, trocas e aprendizado constantes em um determinado território;
4. por ocorrer em um recorte do espaço geográfico constituído pelo agrupamento de agentes de interesses que consolidam uma identidade coletiva e;
5. demonstrar a capacidade de promover o desenvolvimento local, estabelecendo parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos agentes no arranjo e seu entorno.

Considerando-se as possibilidades de produção de atividades turísticas por empreendimentos de economia solidárias, organizados em arranjos produtivos locais, identificamos oportunidades para aumento do empreendedorismo e da competitividade das micro, pequenas e médias empresas, baseados em interação e cooperação, contribuindo para o desenvolvimento regional, conforme será apresentado.

O Parque Tecnológico de Sorocaba (PTS), os APLs da região e a atividade de extensão da UFSCar

O Parque Tecnológico de Sorocaba (PTS) é um espaço para que empresas, universidades e institutos instalem laboratórios de pesquisa para desenvolverem novos produtos ou serviços, gerando melhorias na qualidade de vida da população. Tem como objetivo disseminar a cultura da inovação e empreendedorismo para o desenvolvimento sustentável no Município de Sorocaba e região por meio da articulação entre o poder público, IES (Instituições de Ensino Superior) e o setor empresarial/industrial, acelerando a transformação do conhecimento em riqueza. (www. <https://parquetecsorocaba.com.br/>)

A EMPTS - Empresa Municipal Parque Tecnológico de Sorocaba é a empresa pública gestora do Parque, responsável pela gestão estratégica e imobiliária. A INOVA Sorocaba (Agência de Desenvolvimento e Inovação de Sorocaba) é uma OS (Organização Social) responsável pela gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação, além de ser responsável pelo programa de incubação de empresas de base tecnológica no Parque Tecnológico de Sorocaba. (www. <https://parquetecsorocaba.com.br/>)

O PTS ancora 5 APLs da região, sendo 3 reconhecidos: Aeronáutico, Metal Mecânico e Energias Renováveis; 1 em Apoio: Cervejeiro e 1 em reconhecimento: Agrotech



Figura 1 – Apresentação APLs Sorocaba e Região



fonte: Apresentação Profa. Marimar Guidorzi

Pelos números apresentados é possível inferir sobre a contribuição dos APLs para o desenvolvimento da região.

Para o alcance dos objetivos escritos para cada APL, há a necessidade de uma estrutura de governança. PIRES, E. et al (2011) nos ensinam:

concebidas como como alavancas da competitividade e do desenvolvimento territorial das regiões e aglomerados produtivos, através de seus recursos e ativos territorializados, pode-se considerar que a governança engloba uma série de mecanismos sociais e políticos, como convenções culturais, instituições e organizações que buscam obter fatores positivos por via de vantagens competitivas e externalidades regionais que também assegurem o bem estar da comunidade e maximizem as economias locais e as aglomerações (PIRES, E. et al 2011 p. 37).

E Gonçalves et al, complementa, como sendo:

Capacidade de administrar problemas, solucionar e mediar conflitos, tomar decisões corretas e coerentes, utilizando meios e processo adequados para alcançar resultados eficazes, com unicidade de propósitos, e visando o bem comum e coletivo, além de promover o intercâmbio e desenvolvimento de conhecimento e de inovação. (GONÇALVES, A. ET AL. 2009)

Estas conceituações de governança indicam alinhamento com EES e as práticas de turismo e têm sido usadas também no APL AGROTECH cuja missão é facilitar o

acesso a novas tecnologias e soluções que propiciem melhoria no ambiente de negócios aos produtores rurais da região. A base territorial atual deste APL conta com os 777 produtores rurais em 8 municípios, a saber: Araçoiaba da Serra, Ibiúna, Itapetininga, Piedade, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo, São Roque e Sorocaba com expressiva diversidade e quantidade de produtos agropecuários.

O APL Agrotech iniciou em 2020 com um grupo formado por agentes públicos e representantes dos setores produtivos, com objetivo de discutir as principais temáticas que impactam o desenvolvimento do setor: Fiscal, Regulatório, Assistência Técnica e Extensão; Mapeamento das Cadeias Produtivas, Fomento a novas tecnologias e agregação de valor; Estudo e prospecção de novos mercados. É composto de representantes do setor público, produtivo, de ensino e pesquisa (<https://aplagrotech.com.br/>)

Para o alcance dos objetivos do APL, foi necessária busca de adesão de parcerias. Entre 2020 e 2021 além dos municípios, os seguintes parceiros aderiram ao APL AGROTECH: CEAGESP (Companhia de Entrepasto e Armazéns Gerais de São Paulo); ICA (Instituto de Cooperativismo e Associativismo); SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas); CODEAGRO (Coordenadoria do Desenvolvimento dos Agronegócios); EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba). (<https://aplagrotech.com.br/>) (grifo nosso).

A UFSCar campus Sorocaba desenvolve várias atividades de extensão em Sorocaba e região e desde 2012 conta com o Programa de Extensão Observatório de Turismo de Turismo do Estado de São Paulo (OTURESP), registrado na Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar no. 23112.003054/2012-15. O programa tem como objetivos: Incentivar o debate entre os participantes; Refletir sobre as tendências em turismo; Estimular o desenvolvimento de pesquisas e estudos relacionados ao Turismo em todas as áreas; Estudar as potencialidades dos municípios em utilizar, planejar e gerenciar de forma sustentável os seus recursos naturais, históricos e culturais; Fomentar a criação de uma rede de informações; Viabilizar uma base de dados; Congregar a cooperação técnico-científica com outras instituições públicas e organizações não-governamentais; Cooperar com os órgãos públicos, entidades não governamentais e demais interessados, com o subsídio para as políticas públicas; Incentivar a profissionalização no turismo; Aprimorar

o rigor científico nos estudos do turismo; Conscientizar para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável; Difundir a produção acadêmica; Promover eventos e cursos de atualização, extensão e difusão nas áreas de ação dos docentes envolvidos nas atividades do observatório; Realizar trabalhos de campo e visitas técnicas com alunos de graduação dos cursos do campus Sorocaba da UFSCar.

Considerados os objetivos do OTURESP alinhados com os objetivos do APL AGROTECH, a convite da Profa. Marimar Guidorzi, coordenadora das ações do APL AGROTECH, a UFSCar foi chamada por intermédio do observatório, a compor a parceria do APL, para coordenar os trabalhos da Câmara Temática de Turismo (CTT) do APL.

A atividade de extensão proposta, registrada e aprovada pelas instâncias devidas na UFSCar, encontra-se registrada sob no. 23112.011298/2021-54 e propôs atender ao objetivo de: Identificar, mapear, analisar e criar produtos e soluções aplicadas em turismo para agregar valor para os produtores rurais nos municípios do Arranjo Produtivo Local AGROTECH. A atividade contou com emenda parlamentar do Deputado Vitor Lippi, junto ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para aquisição de equipamentos, pagamento de bolsas e serviços de terceiros.

As atividades de extensão da Câmara Temática de Turismo (CTT) no APL AGROTECH

Para Almeida (1989)

A Extensão Rural compõe-se de duas dimensões: uma comunicacional e outra educacional, sendo um processo dinâmico que consiste em levar ao produtor rural informações úteis e relevantes (dimensão comunicacional) e ajudá-lo a adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes para utilizar com eficiência essas informações (dimensão educacional). (ALMEIDA 1989, p.9)

A Câmara Temática do Turismo (CTT), busca atuar nas duas dimensões, interagindo com os produtores rurais e demais atores envolvidos de forma a estabelecer trocas de informações e conhecimentos, com vistas a agregar valor. As atividades tiveram início em Junho de 2021 e contam na UFSCar com a colaboração de servidora técnica e de alunos do curso de turismo campus Sorocaba. É composta por pelo menos um representante de cada município do APL, sendo que na maioria dos encontros, pudemos contar também com membros que atuam diretamente na área de turismo nos seus municípios.

Metodologia

Conjunto de procedimentos criteriosos e sistemático, cujo objetivo é produzir conhecimentos, validar a pesquisa e correlacioná-la com as teorias científicas. Segundo Marconi e Lakatos (2018), a tarefa científica inicia-se quando o pesquisador busca novos conhecimentos, passando por uma série de etapas metodológicas e, ao final, redige o relatório de sua pesquisa para divulgação do trabalho, a fim de que seus conhecimentos sejam abrangentes a público mais amplo.

O trabalho da CTT foi dividido em 2 ações. A primeira iniciou em Junho de 2021 até Janeiro de 2022 e a segunda ação em fevereiro de 2022 com término previsto para dezembro de 2022.

A metodologia da 1ª. ação da CTT incluiu 2 etapas: a) etapa de pesquisa que pode ser classificada como grupo focal consistindo em reuniões remotas com participantes diretamente envolvidos com turismo das 8 cidades e b) etapa de visita de campo com reuniões presenciais e diferentes atores sociais dos municípios do APL.

A metodologia da 2ª. ação, nas diferentes etapas também grupo focal, pesquisa quali-quantitativa e pesquisa de campo. Depois de validada a metodologia para a implantação de cicloturismo “atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos de bicicleta” (ABNT, 2017, p. 4), os dados do perfil do cicloturista foram coletados e tabulados pelo Google Forms, os resultados aprofundados em reunião de grupos focais e em reuniões técnicas. A arte da identidade visual dos materiais foi desenvolvida no software Corel Draw, apresentada e validada nos grupos e a ferramenta de apoio cartográfico utilizada, para os mapas, foi o Sistema de Informações Geográficas (SIG).

O primeiro relatório parcial foi apresentado em evento presencial no 31 de maio de 2022, para convidados de todos os municípios do APL, com objetivo de validar a pesquisa e divulgar o trabalho, conforme orienta Marconi e Lakatos (2018). O término da atividade está previsto para o final de 2022. Espera-se poder dar ampla publicização aos resultados do relatório final.

Desenvolvimento

Como estratégia de trabalho foi formado um grupo inicial de whatsapp para facilitar a comunicação e também foi estabelecido o calendário de reuniões e encontros quinzenais, que por conta das condições da COVID 19, foram remotos, através da plataforma Google Meet. Com a presença média de 15 a 20 participantes por encontro coordenados pela Profa Dra.Telma Darn e com apoio técnico da Bacharel em Turismo Sra Regina Miranda, as reuniões com duração de aproximadamente 1h15, resultaram em significativos momentos de trocas de experiências e conhecimentos sobre as características dos municípios, o turismo e particularmente sobre o turismo rural nos municípios do APL AGROTECH.

Nesta 1ª ação o objetivo era elaborar uma análise do estado da arte do turismo rural nos 8 municípios que compõe o APL.

“Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”. (MINISTÉRIO DO TURISMO 2010)

Buscou-se verificar como este segmento de turismo está se apresentando real e potencial, presencial e virtualmente, e para tanto foram desenvolvidas 2 etapas. A 1ª contou com reuniões onde foi feito um nivelamento de conhecimento sobre turismo, turismo rural, e suas derivações. Foram encaminhadas rodadas de discussões para análise SWOT e palestras de convidados sobre temas de interesse do grupo.

Os principais resultados alcançados indicaram a oportunidade possível de ser iniciada nos territórios do APL com o Cicloturismo, tendo em vista que em alguns municípios a atividade já acontece, de forma organizada ou não, sendo reconhecida a necessidade de planejamento nos territórios, dada a existência de estradas rurais, belas paisagens, que são de interesse do cicloturista, e a oportunidade para os produtores rurais.

A 2ª. etapa foi composta de visitas aos municípios diretamente com os produtores rurais e demais atores envolvidos, para apresentação do APL e dos trabalhos da CTT, validando o trabalho feito no formato remoto e aprofundando os saberes e conhecimentos obtidos nas reuniões remotas. Esta fase foi seguida de reuniões internas com a Coordenação do APL Agrotech para encaminhamento da 2ª. fase.

Com o cruzamento do resultado dos trabalhos da CTT e dos trabalhos do APL foi possível indicar um projeto piloto de cicloturismo para o município de Araçoiaba da

Serra, com objetivo de que os resultados encontrados sejam espreados para os outros municípios do APL.

A 2ª ação compreende a implantação do projeto piloto, cuja ação preliminar foi a elaboração e validação da metodologia.

Figura 2 – Ações para Criação/Desenvolvimento e Implantação de Roteiro de Cicloturismo no município de Araçoiaba da Serra/SP – GTCTTUR – Grupo Técnico da Câmara Temática de Turismo do APL Agrotech

Etapa	Ações	Atores envolvidos
1ª. etapa	<p>AÇÕES PREPARATÓRIAS DE PLANEJAMENTO, SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - sondagem do perfil do cicloturista da região (identificação de especificidades) - Form da pesquisa - https://www.oturesp.ufscar.br/news/oturesp-pesquisa-1 - pesquisa grupo focal com cicloturistas (aprofundamento coleta de dados) - levantamento de pesquisas de perfil do cicloturista - levantamento de plataformas e rotas de cicloturismo - formação do Grupo de Trabalho CicloRota - chamada pública para reunião com interessados em turismo rural (produtores e demais atores sociais) 	<p>GTCTTUR + Secretaria do Turismo e Cultura + Membros Representantes no Conselho APL</p>
2ª. etapa	<p>AÇÕES DE RECONHECIMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL E DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO</p> <ul style="list-style-type: none"> - mapeamento das propriedades rurais e demais locais - Visita Técnica – instrumento necessário: matriz de critérios para análise diagnóstica (ABNT 15009/1 e 2) - Definição da equipe de trabalho e governança do roteiro - Coleta de fotos para banco de imagens - Criação/lançamento da identidade visual (Cicloturismo para o APL AGROTECH) 	<p>GTCTTUR + Secretaria do Turismo e Cultura</p>
3ª. etapa	<p>AÇÕES DE APRESENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO</p> <ul style="list-style-type: none"> - definição e criação das rotas (Normas ABNT 15009 – 1 e 15009 -2) - elaboração técnica do traçado e das rotas (Normas ABNT 15009 – 1 e 15009 -2) - Criação do desenho da Sinalização do Roteiro 	<p>GTCTTUR + Secretaria do Turismo e Cultura + Membros Representantes no Conselho APL</p>

	(Normas ABNT 15009 – 1 e 15009 -2) - Criação do conceito para folder/site e aplicativo - Criação do conceito do guia/passaporte de cicloturismo - Seleção de empreendedores/parceiros (1ª FASE)	
4ª. etapa	AÇÕES DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL E MERCADOLÓGICO - Encontro para treinamento e capacitação Curso de turismo/consultoria SEBRAE/SENAR - Produção de sinalização e materiais (folders/guia-passaporte) - Desenvolvimento/Adaptação de plataforma para hospedagem de site/aplicativo	GTCTTUR + Secretaria do Turismo e Cultura + Membros no Conselho APL
5ª. etapa	AÇÕES DE APLICAÇÃO DO CONCEITO/PROJETO - Divulgação do roteiro - Elaboração de cronograma de implantação e gestão - Metas e resultados esperados com mecanismos de avaliação e controle	GTCTTUR (apoio) + Secretaria do Turismo e Cultura

Fonte: autoria própria

Na 1ª etapa, foi feita uma sondagem inicial cujos dados foram coletados e tabulados pelo Google Forms. Obtivemos 102 respondentes, e de forma resumida, os principais resultados encontrados foram:

Pergunta 1 - Do que os praticantes do ciclismo não dispõem quando estão pedalando no espaço rural? As respostas mais recorrentes foram: pontos de apoio, sinalização, água e segurança.

Pergunta 2 - O que poderia resolver as necessidades dos ciclistas quando estão em espaço rural? As respostas mais repetidas foram; pontos de parada, existência de quiosques, sinalização, segurança, acesso a água, incentivo aos produtores rurais para o comércio.

Pergunta 3 - Você teria algum comentário ou sugestão para atividades nos municípios de: Araçoiaba da Serra, Ibiúna, Itapetininga, Piedade, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo, São Roque e Sorocaba (APL AGROTECH)? Destacaram-se: ciclovia entre municípios, conscientização de condutores, criar pontos de parada, incluir a Flona de Ipanema, melhorar acessos, criar site.

Os resultados também foram aprofundados em 2 reuniões de grupos focais e reuniões técnicas com a Secretaria de Cultura e Turismo de Araçoiaba da Serra. O objetivo era conhecer melhor as práticas de ciclorotas e cicloturismo já existentes e potenciais no território. Como resultado obtivemos a indicação de rotas existentes e outras

a serem desenvolvidas. As rotas foram identificadas pela presença real e potencial de ciclistas e da existência de produtores rurais presentes no território a serem envolvidos no projeto.

Foi constituído um grupo de trabalho e governança (GT) nomeado como CicloRota, com corpo técnico da Secretária de Turismo, moradores e produtores rurais de Araçoiaba da Serra, além de ciclistas, em apoio ao GT da CTT do APL.

Em parceria com a Secretaria de Turismo e Cultura do município foi feita uma chamada pública para os interessados em participar da CicloRota.

Na 2ª etapa foram realizadas reuniões de trabalho para os estudos dos possíveis traçados da rota, coletadas fotos para banco de imagens e feitas visitas técnicas a alguns produtores, que já haviam atendido ao chamamento público. Também foi desenvolvida a identidade visual.

Figura 3 – Identidade Visual - sugestão com exemplos para aplicação na estrada e na frente das propriedades rurais



Fonte própria

O desenho da rota oficial sofreu alteração em razão das dificuldades técnicas do traçado inicial sugerido, o que retardou o trabalho da 3ª e 4ª etapa. Paralelamente iniciamos o cadastramento dos interessados para capacitação dos produtores rurais. Com isto espera-se construir também uma rede, que como nos ensinam (ALEJANDRO E NORMAN 2005)

Trata-se de um grupo de indivíduos que se relacionam uns com os outros, de forma agrupada ou individual, com finalidade específica, caracterizando-se pela existência de fluxo de informação (ALEJANDRO E NORMAN 2005 p.7).

Os autores identificam que uma rede é composta por três elementos básicos: nós ou atores, vínculos ou relação e fluxos. Os atores aqui identificados como os produtores rurais e demais envolvidos no projeto, os vínculos como os laços possíveis entre eles e os fluxos, podendo ser bidirecionais ou unidirecionais ou mesmo soltos, mas que mesmo sem vínculos podem pertencer a rede (ALEJANDRO E NORMAN 2005 p.7).

Estabelecida a rede dos produtores rurais envolvidos no projeto de cicloturismo no município de Araçoiaba da Serra, espera-se que esta atividade seja impulsionadora das múltiplas possibilidades existentes no território, gerando novas alternativas de produção e geração de renda, dentro do conceito de EES, conforme nos ensina GADDOTTI, onde os trabalhadores são protagonistas, através da constituição de empreendimentos econômicos solidários e da articulação de redes de cooperação (GADOTTI, 2009 p.106).

Considerações Finais

O desenvolvimento das atividades turísticas inicialmente organizadas a partir do cicloturismo no território de Araçoiaba da Serra, como projeto piloto do APL AGROTECH, com objetivo de agregar valor aos produtores rurais, aponta-se como oportunidade de criação de uma rede, capaz de fortalecer a participação para alcance dos demais objetivos do APL.

Apointa-se que os produtores rurais apoiados nos conceitos EES, podem aumentar suas oportunidades de empreendedorismo e de competitividade das micro, pequenas e médias empresas, baseados em interação e cooperação, contribuindo para o desenvolvimento regional.

Para os discentes envolvidos, além do aprofundamento do conhecimento em turismo, políticas públicas, gestão e empreendedorismo, o projeto revela-se no desenvolvimento de pesquisas, estando em curso dois Trabalhos de Conclusão, cujo objeto de estudo é o APL AGROTECH e as atividades de turismo.

Para a UFSCar o projeto reflete a consolidação das ações de extensão que já são desenvolvidas pelo campus Sorocaba na região, junto aos municípios e aos parceiros envolvidos, em especial com o Parque Tecnológico de Sorocaba.

Este projeto tem se revelado, um contínuo aprendizado, entre todos os envolvidos, pois conforme nos ensina Ducinei Garcia, Pró-Reitora de Extensão da UFSCar, a extensão

universitária é “compartilhar saberes conde a academia e sociedade caminham juntas para a construção do conhecimento”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 15509-1: Cicloturismo — Parte 1: Requisitos para produto. 2017: ABNT. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/2F70BE3A59690911832576BA004E4078/\\$File/NT000439D2.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/2F70BE3A59690911832576BA004E4078/$File/NT000439D2.pdf). Acesso em: 30 mar. 2021.

ALEJANDRO, V. A.; NORMAN, A. G. Manual introductorio al analisis de redes sociales: medidas de centralidad. 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4895662-Manual-introductorio-a-analise-de-redes-sociais.html>. Acesso em 07 de outubro de 2022.

ALMEIDA, J. A. Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

ANDRADE, A.C.; VIEIRA, M.L. Recursos paisagísticos e turismo no Alto Sapucaí, Sul de Minas. In: Seminário de Pós-Graduação em Graduação da UNESP, 3., 2003. Rio Claro. Anais Seminário de Pós-Graduação em Graduação da UNESP. Rio Claro: UNESP, 2003, p 53-62.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, 1997. P 23-41.

Brasil. Ministério do Turismo. Turismo rural: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 68p.; 24 cm.

CHIOCHETTA João Carlos; HATAKEYAMA Kazuo. Implementação de um APL – Arranjo produtivo Local- o caso do setor metal mecânico da região sudoeste do estado do Paraná. Florianópolis. SC. Vol 7. Num. 1. 2007.

CONEJERO, M. A.; CÉSAR, A. S. A governança de arranjos produtivos locais (APLs) para a gestão estratégica de Indicações Geográficas (IGs). Ambiente & Sociedade, v. 20, n. 1, p. 293-314, 2017. Disponível em: <https://parquetecesorocaba.com.br/>. Acesso em 06 de outubro de 2022.

CRUZ, R. C. A. Introdução à geografia do turismo. São Paulo: Roca, 2001



DARN, T. Reflexões sobre o território do futebol e a copa do mundo FIFA 2014 no Brasil. Rio Claro : 2011

GADOTTI, M. Economia Solidária como práxis pedagógica. São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2009. BRASIL, FBES, 2014

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. Sao Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, A. T. P; LEITE, M. S. A; SILVA, R. M. Um estudo preliminar sobre as definições e as diferenças dos principais tipos de arranjos empresariais. Revista Produção Online, v. 12, n. 3, p. 827-854, 2012.

LAGE, B. H. Gelas; MILONE, P. C. Economia do Turismo. São Paulo: Atlas, 2001.

LORENZO, A. M. C.; ZAMORA, D. T. Cooperativismo agrario y turismo rural. Hacia el desarrollo local sostenible. Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: v 7, n. 11, setembro de 2005. P 9-16. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/interações.v7i11>. Acesso em 07 de outubro de 2022.

MARCONI, M. A, LAKATOS, E.M. Metodologia do trabalho científico. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2018

MENDES, I. A.; PEREIRA, S. C. Impactos ambientais vinculados à urbanização: o caso de Ubatuba. Geografia, Rio Claro, v. 29, n. 2, p 281-293, maio/ago. 2004.

PIRES, E.L.S. [et al.]. - Governança territorial: conceito, fatos e modalidades. Rio Claro: UNESP - IGCE: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2011

REDESIST Rede de pesquisa em sistemas e arranjos produtivos e inovativos locais do Instituto Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <http://www.redesist.ie.ufrj.br/>. Acesso em 06 de outubro de 2022.

GT 3

Novas relações entre produção e consumo de alimentos / Nuevas relaciones entre producción y consumo de alimentos

Há uma série de fenômenos socioeconômicos recentes que impactam as sociedades humanas, dos quais destacamos: a crescentemente urbanização; os escândalos alimentares e danos à saúde, gerando crise de confiança no sistema agroalimentar dominante; a crescente percepção de consumidores e grupos humanos quanto à centralidade do alimento para a vida e sociedades humanas; além da crise e crescentes preocupações ambientais, ligados às quais estão os processos de produção convencional de alimentos. A partir desses elementos e como resultado de uma crescente desconfiança em relação aos sistemas agroalimentares convencionais, se efetiva também no campo alimentar uma “virada para a qualidade”, dentro da qual ganham destaque a abordagem agroecológica, os produtos orgânicos, os alimentos com indicação de origem, dentre outros. Novas relações entre produção e consumo de alimentos têm se configurado a partir de organizações de agricultores, de consumidores e da formação de redes alternativas e que ativam a cidadania para um acesso adequado a alimentos de qualidade. Diversos processos cooperativos e associativos têm se formado, em territórios rurais e urbanos, dando conta dessas novas relações produção-consumo, e eles são o principal interesse de estudo e reflexão deste GT.



Coordenação:

Oscar José
(UFSC, Brasil)

Pablo Saravia Ramos
(UPLA, Chile)

Rodrigo Ferreira Garcia
(UdelaR, Uruguai)

GT 03 - Novas relações entre produção e consumo de alimentos / <i>Nuevas relaciones entre producción y consumo de alimentos</i>	213
A questão alimentar para além da economia formal: o potencial das outras economias na promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis Tomás Balbino, Bruno Siqueira	216
Armazém de economia popular solidária: outra forma de consumir Maria Angelica Machado Braga, Lúcia de F. Socoowski de Anello, Lucia Regina Nobre, Maria Cristina Chaves Pires, Dóris Back Périus	245
Estratégias associativas de mejora de campesinos en mercados oligopsonicos: las organizaciones de viticultores certificadas fairtrade en Chile Ximena Quiñones Díaz, Eduardo Letelier Araya, Marco Coscione.	262
Consumo responsável e/ou consumo militante: o caso da cooperativa terra e liberdade Lucca Perez Pompeu, Caio Olivette Pompeu, Carla Victória Ferreira Irrazabal	288
A experiência da Coop Livres na construção de outra economia Vitória Felipe dos Santos, Guilherme Prado Almeida de Souza, Egeu Gómez Esteves	312
O fazer a feira: novas representações e práticas alimentares em Araraquara/SP Viviani Regina Marchi, Henrique Carmona Duval	324
Fortalecimento da comercialização de produtos da reforma agrária: o caso do armazém do campo do Rio de Janeiro – MST TRENNEPHOL, Alexandre, RODI, Vanessa Sartori, ALMEIDA, Layssa Ramos Maia de, GUILHERME, Andrey Seraphim, MUNIZ, Ricardo Nazareth	337
Práticas cidadãos e redes agroalimentares: um novo paradigma? Oscar José Rover, Adevan da Silva Pugas	357
A experiência do TANDEM- comunidade de consumo responsável de São Carlos-SP: práticas de democracia, autogestão, solidariedade e segurança alimentar Beatriz Carrascosa von Glehn Schwenck, Luana Castelli Rampone, Mariana Machitte de Freitas, Daniele Busatto Mendonça, Daniela de Oliveira Figueredo, Rafael Luis de Camargo, Lima, Flavia Torunsky, Laís Calixto Santos Sipahi	373
Estrategias de intermediación solidaria desde la unlp: comercializadora universitaria de la economía social y solidaria “LA JUSTA” Paula Fontana, Alejandro Valera, Belen Sendin, Soledad Duré, Mateo Compagnucci, Sergio Dumrauf	382
Perfil da produção orgânica no estado de Minas Gerais Janine Ameku Neves, Adriana Maria Imperador	398



- Producción y distribución de alimentos de la economía popular, social y solidaria en el Gran La Plata** 413
Héctor Luis Adriani, Soledad Rial, Damián Giammarino, Belén Mirallas
- Agricultura familiar e o programa de alimentação do trabalhador: uma perspectiva sustentável** 432
Tânia Corrêa Miller, Ariadne Chloe Mary Furnival
- Sistemas Alimentares Sustentáveis: O caso da cooperativa de segundo grau Central do Valeno abastecimento de frutas para escolas públicas da cidade de São Paulo** 439
Gustavo F. de Almeida, Rafael E. Chiodi, Fábio Grigoletto
- Alianzas público-privada en la construcción de modelos de circuitos cortos de comercialización. La experiencia de la “HUERTITA COLABORATIVA” en CASABLANCA-CHILE** 457
Pablo Saravia Ramos, Catalina Valenzuela Sobarzo

A QUESTÃO ALIMENTAR PARA ALÉM DA ECONOMIA FORMAL: O POTENCIAL DAS OUTRAS ECONOMIAS NA PROMOÇÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

216

Tomás Balbino, UFMG
tomasfb@cedeplar.ufmg.br

Bruno Siqueira, UFMG
brunosiqfer@gmail.com

Resumo

O presente trabalho se insere no contexto de crise do antropoceno, intensificado pelo capitalismo neoliberal, onde se tem o aumento da fome acompanhado pela estruturação de um sistema agroalimentar globalizado e repleto de contradições, além de um mercado de trabalho que não consegue mais absorver toda a mão de obra no setor formal. Desse modo, o objetivo do trabalho é analisar as contradições e as possibilidades nas relações que existem entre a questão alimentar, a perspectiva dos sistemas agroalimentares e a das outras economias, e discutir como arranjos institucionais e princípios econômicos presentes em formas de organização econômica diferentes da economia de mercado capitalista, apresentam atributos importantes para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis. Percebe-se que as fragilidades do sistema agroalimentar hegemônico impedem o acesso universal ao alimento de qualidade, enquanto é perceptível uma maior capacidade das outras economias, fundamentadas na noção da economia substantiva, em promover sistemas agroalimentares alternativos que sejam mais justos, saudáveis e sustentáveis.

Palavras-chave: Outras economias; Economia substantiva; Sistemas agroalimentares.

Abstract

The present work is inserted in the context of the Anthropocene crisis, intensified by neoliberal capitalism, where here is an increase in hunger accompanied by the structuring of a globalized agri-food system full of contradictions, in addition to a labor market that can no longer absorb all the work force in the formal sector. In this way, the objective of the work is to analyze the contradictions and possibilities in the relationships that exist between the food issue, the perspective of agrifood systems and that of other economies, and to discuss how institutional arrangements and economic principles present in different forms of economic organization capitalist market economy, have important attributes for the construction of sustainable agri-food systems. It can be seen that the weaknesses of the hegemonic agri-food system prevent universal access to quality food, while a greater capacity of other economies, based on the notion of the substantive economy, is perceptible to promote alternative agri-food systems that are fairer, healthier and more sustainable.

Keywords: Other economies; Substantive economy.; Agri-food systems

Introdução

A atualidade do “Planeta Fome”, denunciado por Elza Soares em 1953, é um ponto de partida que nos convida a refletir sobre as causas e as possíveis soluções para a fome,

que, embora seja uma questão estrutural relacionada ao sistema fundamentado no capital, adquire novas causas, formatos e expressões ao longo do tempo. Com a pandemia da Covid-19, fica ainda mais evidente a fragilidade da proteção social para o combate à fome, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. No Brasil, o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN, 2022) indica que, em 2022, 33,1 milhões de pessoas estão em situação de fome, o que representa 15,5% da população brasileira.

Nas últimas décadas, tem sido possível observar a profunda conexão entre os problemas relacionados à alimentação e os processos mais gerais do sistema capitalista. O neoliberalismo tem como expressão principal a incorporação de várias esferas da vida social à lógica de mercado capitalista, o que engendra um contínuo processo de precarização do trabalho, incapacidade de absorção de um excedente estrutural de força de trabalho, mudanças climáticas e outros processos que vem agravando o problema da distribuição e acesso à alimentação no mundo como um todo. Consequências de uma era, o Antropoceno, onde a intervenção do humano no meio ambiente adquire a expressão de uma força geológica, capaz de alterar radicalmente os meios elementares necessários para a vida na terra (Chakrabarty, 2021; Fraser e Jaeggi, 2020).

Algumas perspectivas teóricas se anunciam no horizonte como pertinentes para compreensão de nossa crise multifacetada. Do ponto de vista da questão alimentar, a perspectiva dos sistemas agroalimentares repercute as estruturas de relações construídas em torno da produção, distribuição e consumo de alimentos. Percebe-se que o sistema agroalimentar hegemônico apresenta inúmeras contradições sociais, econômicas, culturais e ambientais em sua essência. O controle do comércio e da distribuição, as monoculturas, o tipo de insumo, o desmatamento, a escassez de água, a desertificação do solo, a emissão de gases de efeito estufa, a precarização do trabalho, a supressão de meios de vida tradicionais, a produção de alimentos ultraprocessados, entre outras, revela um sistema relacionado a diferentes percalços da crise. (FAO, 2018; Van der Ploeg, 2021).

Do ponto de vista econômico, a crise do capitalismo neoliberal, o fim do Estado de Bem-Estar Social e a crescente extração financeira das classes populares (Gago, 2017; 2018), tem produzido uma dinâmica econômica cada vez menos apta a absorver mão de obra disponível (Fraser e Jaeggi, 2020; Coraggio, 2000). Atualmente já se fala em uma

“vida sem salário” (Denning, 2010) como fenômeno generalizado entre sujeitos do Sul Global. Cada vez mais as classes e os setores populares se encontram desprovidos de renda, sem cobertura de sistemas de proteção social e sem nenhuma política pública consistente orientada para este grupo, gerando uma crise de reprodução continuada para as camadas mais vulneráveis da sociedade. Diante da dificuldade em conseguir um trabalho assalariado que assegure uma vida decente, as famílias empobrecidas se engajam cada vez mais na produção de novas iniciativas para garantir a sobrevivência *desde baixo* (Gago, 2017; Coraggio, 2000).

Esses fenômenos se conectam à necessidade de promover sistemas agroalimentares alternativos, justos e sustentáveis. É uma questão tratada em relatórios recentes sobre segurança alimentar e nutricional (FAO, 2018, 2022; II VIGISAN, 2022). A crise do trabalho, somada à questão alimentar, evidencia mais uma das contradições da economia capitalista, na medida em que os bens essenciais à vida, como o alimento e terra, se tornam mercadorias e acabam impedindo a reprodução coletiva em escala ampliada. Na esteira da crise, os sistemas agroalimentares alternativos, baseados na soberania alimentar, nos mercados territoriais e na agricultura camponesa (Van der Ploeg, 2021), apresentam princípios econômicos e arranjos institucionais que os diferenciam da formalização da economia de mercado, representando outras formas possíveis de organização econômica para além do capitalismo - o que mais recentemente vem sendo chamado de ‘*outras economias*’ (Coraggio, 2000; Gibson-Graham, 2008; Gago, 2018; Jaeggi, 2018).

O reconhecimento de práticas econômicas diversas presentes nos territórios, para além daquelas da economia capitalista de mercado, tem sido um esforço crescente feito por diferentes vertentes da teoria crítica, como a teoria urbana, a economia feminista, a sociologia rural e os estudos decoloniais. O conceito de *economia substantiva*, proposto por Polanyi (2012b), aparece como ponto de ancoragem para o reconhecimento da diversidade de modos de se fazer economia, uma vez que define a relação entre sociedade e meio como instituída e, portanto, passível de ser alterada à medida em que se definem novos princípios orientadores para a atividade econômica. Como nos diz Coraggio (2014, p. 18, tradução nossa), “a lição de Polanyi” é a de que “não há uma realidade econômica necessária a que se deveria adaptar ou morrer, ao contrário, a partir de qualquer economia empírica, outras economias são sempre possíveis”. Essa interpretação é evidenciada pela

miríade de arranjos institucionais que se apresentam como alternativas mais democráticas e mais justas ao capital, como a autogestão, a domesticidade, a reciprocidade, a redistribuição, entre outros.

Portanto, o presente artigo busca discutir as relações entre a questão alimentar, os sistemas agroalimentares e as outras economias, apresentando como arranjos institucionais e princípios econômicos de outras formas de organização econômica, diferente da economia de mercado capitalista, apresentam atributos importantes para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis. Experiências em curso apontam para o potencial dessas economias na promoção dos sistemas agroalimentares, mas o reconhecimento e a valorização dessas formações sociais ainda são incipientes e precários, tendo em vista suas possibilidades.

Uma reflexão sobre a questão alimentar e os sistemas agroalimentares.

A questão alimentar é um problema histórico das sociedades capitalistas. Ainda assim, o acesso universal ao alimento de qualidade e a superação do fenômeno da fome não aparecem como prioridades para muitos governantes, passando despercebidos em discussões sobre prioridades de políticas públicas (Rocha & Burity, 2021). Apesar disso, dois conceitos se tornaram centrais para lidar com a questão alimentar. O direito humano à alimentação, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi definido como o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), elaborado pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU em 1999. É um direito que se realiza quando cada pessoa tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção (Fian Brasil, 2020). Além do DHAA, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), elaborado pela sociedade civil durante a Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1986, é definido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos, em quantidade e qualidade suficientes (Consea, 2004)

Com a Constituição de 1988 e a contribuição desses conceitos, as políticas alimentares, de fortalecimento da agricultura familiar, de valorização do salário real e políticas de transferência de renda, se tornaram importantes mecanismos para o combate à fome nas últimas décadas, o que garantiu ao país a saída do Mapa da Fome das Nações

Unidas em 2014 (Rocha & Burity, 2021). No entanto, a Insegurança Alimentar Grave voltou a crescer na sociedade brasileira nos anos recentes. Segundo o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (Rede PENSSAN, 2022), há um agravamento da insegurança alimentar no Brasil, fortalecido no contexto da pandemia da Covid-19. Os resultados da pesquisa revelam que apenas 41,3% dos estabelecimentos brasileiros estavam em situação de Segurança Alimentar, enquanto 15,5% estavam em situação de Insegurança Alimentar Grave, o que configura a situação de fome, em que a pessoa sofre uma forte privação de alimentos. Para além do agravamento gerado pela crise sanitária, o desmonte de políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Bolsa Família (PBF), além da má gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o sucateamento de instituições responsáveis pela proteção social, são fatores que impulsionaram a crise.

Como a questão alimentar está relacionada a diferentes processos que perpassam o modo de viver e de se organizar das populações, a perspectiva dos sistemas agroalimentares tem ganhado relevância, se atentando para a complexidade de redes que envolvem o acesso ao alimento saudável, como a produção, o processamento, a distribuição e a comercialização dos produtos. Os sistemas agroalimentares podem ser definidos como sistemas complexos que envolvem as pessoas, os insumos, os processos, as infraestruturas e as instituições, onde há ações e interconexões que vão desde a produção de alimentos até a forma como o alimento é preparado, consumido e descartado (Machado *et al.*, 2022). Van der Ploeg (2021) define os sistemas agroalimentares como fluxos organizados de bens, serviços e informações, que vão desde a produção primária até o consumo final, e que dependem de uma infraestrutura técnico-institucional para fazer a circulação do alimento. Segundo a FAO, três grandes grupos ajudam a caracterizar os sistemas agroalimentares: as cadeias de abastecimento, que abrangem as possibilidades da disponibilidade e do acesso aos alimentos, como produção, distribuição e processamento de alimentos; o ambiente alimentar, que relaciona o sistema alimentar ao contexto físico, econômico, político e cultural; e a escolha/comportamento alimentar individual, que diz respeito à perspectiva do consumidor (Machado *et al.*, 2022).

Como discute Van der Ploeg (2021), o sistema agroalimentar hegemônico e vigente é marcado pelas seguintes características: *i)* globalização e monopolização dos circuitos de produção e distribuição de alimentos, influenciando negativamente nas

culturas alimentares, modificando modos de produzir e consumir e, conseqüentemente, a perda de tradições culinárias; *ii*) oferta massiva de alimentos ultraprocessados (ricos em sódio, açúcar, gorduras e aditivos químicos), gerando inúmeros prejuízos para a saúde humana; *iii*) monoculturas de grãos controladas pelas empresas que fornecem sementes, insumos e fertilizantes químicos, onde se produz os insumos básicos dos alimentos ultraprocessados e das rações para a criação animal, como soja e milho; *iv*) financeirização das cadeias produtivas do alimento, o que gera um círculo vicioso de endividamento em torno da produção dos alimentos; *v*) concentração das redes de abastecimento, geralmente concentradas em grandes redes de supermercados, que faz com que a comercialização e distribuição de alimentos seja controlada por essas redes; *vi*) e por ser o principal responsável pelas mudanças climáticas (Crippa *et al.*, 2021), em especial no Brasil, uma vez que o aumento de áreas voltadas para a pecuária, agricultura e/ou florestas plantadas é o principal causador de desmatamento.

Desse modo, ao nos atentarmos para a organização da produção do alimento, a partir do sistema agroalimentar hegemônico, percebe-se que são processos fundamentados em grandes cadeias globalizadas e que promovem uma desconexão entre as esferas da produção, beneficiamento e consumo (Grisa *et al.*, 2021), e que suas formas de organização impactam o uso do solo, a quantidade, qualidade e a diversidade dos alimentos consumidos e, conseqüentemente, a saúde, o meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas (Machado *et al.*, 2022). São modelos produtivos cada vez mais especializados e artificializados, que rompem com a dinâmica de manutenção de equilíbrios ecológicos e com práticas e conhecimentos locais (Grisa *et al.*, 2021). Portanto, é um sistema agroalimentar essencialmente ligado ao aumento das emissões de gases de efeito estufa na atmosfera e a uma deterioração dos ecossistemas, o que gera a desertificação e lixiviação do solo, e a intoxicação dos lençóis freáticos. Isso, por sua vez, gera um agravamento da crise alimentar, a partir da redução da biodiversidade, das espécies alimentícias e dos animais polinizadores (Machado *et al.*, 2022).

Tais considerações permitem observar as fragilidades que cercam o atual sistema agroalimentar. Um ponto importante para compreender essas fragilidades são os impérios alimentares. A infraestrutura sob a qual está o sistema alimentar hegemônico é controlada por esses impérios, que organizam e coordenam os fluxos alimentares de forma que sejam orientados para o lucro (Van der Ploeg, 2021). Como menciona Van der Ploeg (2021),

esses impérios são as grandes redes que controlam a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos, tendo como objetivo a apropriação do valor gerado na produção, no processamento e distribuição de alimentos, o que tem sido alcançado com êxito nas últimas décadas (Mooney, 2017 *apud* Van der Ploeg, 2021). Apesar de também serem proprietários da infraestrutura que hospeda o sistema agroalimentar, há uma tendência dos impérios alimentares se afastarem dessa função e exercerem o poder através do controle das conexões entre os diferentes componentes da infraestrutura, como os estabelecimentos agrícolas, as fábricas de processamento etc. (Van der Ploeg, 2021). A partir desse controle, os impérios alimentares passam a definir padrões, fazendo com que haja a exclusão de produtos que não se adequam aos requisitos, o que gera uma supressão da produção de alimentos produzidos a partir dos conhecimentos e sistemas locais.

Para que os impérios alimentares exerçam um comando sobre o sistema agroalimentar é necessária uma dependência ao capital financeiro, “sendo a financeirização a estratégia principal e ao mesmo tempo um importante resultado” para o funcionamento dos impérios alimentares (Van der Ploeg, 2021, p.12). No entanto, a financeirização implica em um sistema agroalimentar comandado por impérios altamente endividados, que utilizam de novos instrumentos financeiros¹⁹ para garantir sua expansão, sendo necessário um sistema de crédito e seguro para que as cadeias globais funcionem normalmente, ao mesmo tempo em que as empresas precisam de um crescimento contínuo para poder refinanciar as dívidas e os custos financeiros. Segundo Van der Ploeg (2021, p.15), essas características, fundamentadas no alto endividamento, fazem parte das estratégias de funcionamento dos impérios alimentares, que se resumem na construção do império, por meio da aquisição acelerada de outras empresas, e na aquisição de ações pela própria empresa, que permite aumentar o valor total para os acionistas, a partir de créditos de baixo custo obtidos no mercado de capitais.

Desse modo, percebe-se que o sistema alimentar comandado pelos impérios alimentares apresenta fragilidades multidimensionais, nas escalas econômica, ambiental, sanitária e social. A globalização das cadeias alimentares e a dependência gerada, juntamente à financeirização dos processos de produção, processamento e distribuição de

¹⁹ Contratos futuros, fundos de índices de commodities, crédito e seguro de crédito

alimentos, somam-se à redução das taxas de emprego, à precarização do trabalho e às poucas condições de permanência da juventude no campo, caracterizando as grandes fragilidades econômicas do sistema. Os incentivos às monoculturas, a marginalização da agricultura camponesa e o afastamento dos ciclos de reprodução da natureza, representam fragilidades ambientais e sanitárias do sistema, que resultam na intensificação da alimentação artificializada e seus riscos à saúde, em uma agricultura que é ao mesmo tempo suscetível e geradora de doenças, e ao desperdício de alimentos e terras que se voltam para o sustento da atividade pecuária, enquanto aumenta a presença dos desertos alimentares (Van der Ploeg, 2021).

Todas essas fragilidades têm como consequências sistemas alimentares mais vulneráveis a choques econômicos e ambientais, colocando em risco a soberania e segurança alimentar de diversas populações (Clapp; Isakson, 2018 *apud* Van der Ploeg, 2021). Isso pode ser observado diante da pandemia da Covid-19, na qual a configuração do sistema agroalimentar global foi fortemente impactada pela redução da demanda e por rupturas de cadeias de produção, tendo em vista os elos de interdependência que caracterizam esse sistema e que se estendem no tempo e no espaço. Essa circunstância levou a uma crise no sistema alimentar, marcada pela redução da produção e comercialização de alimentos, pela escassez de alimentos e pelo aumento na inflação dos alimentos, com efeitos mais devastadores para os países do Sul Global. No Brasil, a dificuldade de acesso aos alimentos está fortemente ligada à organização dos sistemas agroalimentares, que se relacionam com a desigualdade social do país. As famílias ricas gastam 627% a mais que as famílias pobres, e as redes de abastecimento urbanas focam em suprir as necessidades dos grupos mais ricos, e não em priorizar a garantia da segurança alimentar e nutricional da população (Belik, 2020).

Portanto, a incapacidade de os sistemas agroalimentares absorverem esses choques demonstra a crise em que o sistema está e continuará a estar, o que se deve ao domínio exercido pelo capital em todas as fases de produção, circulação e consumo de alimentos e outros produtos e serviços (Van der Ploeg, 2021). Para tanto, entender os embasamentos teóricos e políticos do sistema a ser superado é importante na promoção de novos sistemas, pois permite identificar e situar as suas contradições como parte de um todo, a partir de sua gênese, facilitando a decifrar um sistema que é tão complexo.

Economia de mercado e economia substantiva: conceitos para a interpretação dos sistemas agroalimentares.

224

O sistema agroalimentar hegemônico é uma representação da economia de mercado, tal como define Polanyi (2012a). Para o autor (Polanyi, 2012a, p.99), a economia de mercado é “um sistema de mercados autorregulados[...] uma economia dirigida por preços de mercado e nada além de preços de mercado”. É uma perspectiva da economia que possui um significado formal, que deriva da lógica e que se preocupa com a alocação ótima de recursos escassos, o que só é possível via um mercado regulado pela lei da oferta e da demanda. Por isso, o modo de produção e as relações de troca são motivados pela acumulação do capital, com objetivo do lucro e mediadas pelo mercado. Os bens produzidos se tornam mercadorias que circulam no mercado, inclusive os bens produzidos para a subsistência humana, como o alimento. Assim, tem-se a configuração de uma idéia de economia que afasta o fenômeno econômico de sua abordagem ética (Sen, 2000) e de seu sentido substantivo (Polanyi, 2012b)²⁰.

A economia de mercado resulta no estabelecimento de uma sociedade de mercado, que se rege pelo princípio econômico da troca autorregulada (negociar, transacionar e comerciar), com padrões institucionais específicos e separados do restante da sociedade, no caso, o padrão de mercado, o que é algo inédito na história humana, empenhado pela revolução industrial e pela instituição do mercado capitalista. É o padrão institucional do mercado que gera o que Polanyi (2012a) define como o desenraizamento da economia (*embeddedness*) do restante da sociedade. Assim, na economia de mercado o sistema econômico é “controlado, regulado e dirigido” pelos preços de mercado, que se responsabiliza pela produção e distribuição de bens e serviços. Como afirma Polanyi (2012a, p.129), “é uma economia que decorre da expectativa de que os seres humanos se comportem de modo a alcançar o máximo de ganhos monetários”.

Portanto, a autorregulação dos mercados implica que toda a produção é destinada para a venda no mercado e todas as rendas só serão possíveis a partir dessa venda. Com base nisso, trabalho, terra e dinheiro tornam-se mercadorias, sendo seus preços definidos pelo salário, renda e juros. No entanto, terra, trabalho e dinheiro nunca foram considerados como mercadorias em outras sociedades, mas sim elementos da organização

²⁰O distanciamento entre ética e economia resultou da exclusão dos preceitos da Filosofia Moral na teoria econômica e a conseqüente concretude da visão do *Homo Economicus*, presumindo que o comportamento real dos seres humanos é racional e, por isso, maximizador do seu próprio interesse (Polanyi, 2012b).

social e regulados por costumes e normas de cada grupo. Por isso, Polanyi (2012a) argumenta que o que há na verdade é a ficção da economia de mercado em transformar trabalho, terra e dinheiro em dimensões que claramente não são, ou seja, criando mercadorias fictícias.

Essa característica essencial da economia de mercado evidencia a incapacidade do sistema agroalimentar hegemônico em garantir a segurança alimentar, pois considera o alimento e os meios necessários para acessá-lo apenas como mercadorias. O alimento, bem básico para a sobrevivência humana, se torna mercadoria, sendo acessado somente via mercado, privando os despossuídos de renda de se alimentarem com qualidade. Dessa forma, a segurança alimentar não será garantida pelo livre mercado, sendo necessário o Estado e a sociedade civil atuarem em prol da sua promoção (Van der Ploeg, 2021). Além disso, reflete a impossibilidade de garantir os processos de produção, processamento e distribuição de forma ambientalmente sustentável, uma vez que a ficção gerada pela economia de mercado representa uma desintegração dos seres humanos e da natureza, o que “desarticula as relações humanas e promove a ameaça de aniquilação do seu habitat natural” (Polanyi, 2012a, p.97). Como aponta Polanyi (2012a, p.51) um mercado capaz de se ajustar a si mesmo implica uma flagrante utopia, só sendo possível existir de maneira duradoura aniquilando a subsistência humana e natural da sociedade.

Diferentemente da falácia economicista, a economia também possui um significado substantivo (Polanyi, 2012b), que deriva da dependência do homem com a natureza e as pessoas que vivem à sua volta, tendo sido desconsiderado pela teoria econômica neoclássica. Como afirma Polanyi (2012b, p.243, tradução nossa), em seu sentido substantivo a economia “refere-se ao intercâmbio humano com seu ambiente natural e social, na medida em que isso resulta em fornecer-lhe os meios de satisfação de necessidades materiais”. No significado substantivo as escolhas não são induzidas pelo efeito limitador da escassez de recursos, mas sim pela satisfação das necessidades materiais, a partir do uso dos recursos disponíveis.

A partir dessa definição, é possível visualizar que a economia de mercado não é a única forma de organizar a vida econômica. A organização econômica é uma prática presente em qualquer sociedade humana, pois representa a organização necessária para viver e se reproduzir. Na essência das organizações econômicas primitivas analisadas por Polanyi (2012a, 2012b), tem-se uma economia humana enraizada nas relações sociais,

em que os bens materiais são relevantes apenas para garantir a subsistência e o bem-estar social, sendo os interesses econômicos guiados pelos interesses sociais. Os princípios econômicos da reciprocidade, redistribuição e domesticidade fundamentaram essas economias, sendo organizados por padrões institucionais de simetria, centralidade e autarquia, respectivamente, e a disciplina da produção e distribuição de bens eram asseguradas por princípios gerais de conduta, como costumes, leis, magia e religião, que disciplinavam as motivações individuais e definia como o indivíduo agia no sistema econômico (Polanyi, 2012a).

Desse modo, a partir dos aportes teóricos fornecidos por Polanyi (2012a; 2012b), é possível destacar a existência de uma variedade de instituições que são responsáveis pela organização econômica da vida. Sendo organizações enraizadas nas relações sociais, essas economias se fundamentam na satisfação das necessidades materiais, tanto em nível de subsistência como para ampliação da qualidade de vida (Coraggio, 2000). Como são economias que não seguem as normas que institucionalizam a lógica de mercado capitalista, o significado *formal* não consegue explicá-las, sendo o sentido *substantivo* uma definição importante para a compreensão dessas formas e organizações.

A diversidade das outras economias

A partir do conceito de economia substantiva, torna-se possível visualizar e compreender outras formas do fenômeno econômico. O Dicionário Internacional da Outra Economia (Cattani *et al.*, 2009) também apresenta o conjunto de ideias, realizações e conceitos em torno da outra economia, que é definida no documento como “alternativa material e humana superior à economia capitalista” (Cattani, 2009, p.6). É, portanto, uma definição de caráter político, que surge a partir das impressões, participação e resistência dos movimentos sociais, que encontram nas outras economias uma melhor representação teórica e conceitual do fenômeno econômico existente entre os grupos sociais populares, marginalizados, que se reproduzem na diversidade dos territórios do país. Como discute Jaeggi (2018), uma forma de compreender essas outras formas é propondo um “conceito amplo” para a economia, compreendendo a economia como prática econômica interconectada a outras práticas sociais.

A definição de dois circuitos da economia urbana nos países periféricos, como propõe Milton Santos (2008), é um ponto de partida para entender a realidade dessas

práticas econômicas no contexto latino-americano. Segundo o autor, dois circuitos configuram a economia urbana no continente, um circuito superior e outro inferior. Enquanto no circuito superior imperam as atividades intensivas em capital, com emprego de alta tecnologia e a internacionalização das relações mercantis, o circuito inferior é formado por uma miríade de práticas populares e informais, com trabalho intensivo, baseado em sistemas de conhecimento específicos, com forte articulação com os territórios e periferias das cidades. No contexto brasileiro e latino-americano, os conceitos de Economia Popular e Solidária (Coraggio, 2000; Singer, 2002; Gaiger, 2009; Diniz, 2016; Gago, 2018), da Economia Feminista (Federici, 2018; Gago, 2019) e as definições em torno da população camponesa brasileira (Candido, 2017; Ribeiro, 1997; Galizoni, 2005), nos ajudam a compreender o complexo das outras economias presente na sociedade latino-americana.

Diante da crise do capitalismo neoliberal e a consequente incapacidade em garantir a entrada nos circuitos formais da economia capitalista, essas formas de organização se tornam cada vez mais evidentes e presentes nos grupos populares, se fortalecendo mediante a exclusão gerada pelo sistema capitalista. É uma crise marcada pela queda dos rendimentos e o desmantelamento dos sistemas de previdência e proteção social, o que faz com que “e a sobrevivência para as maiorias populares se torne cada dia mais difícil” (Coraggio, 2000, p.91). Desse modo, as famílias empobrecidas tentam novas iniciativas para sobreviver, construindo e fortalecendo outras formas de organização e práticas econômicas.

Coraggio (2000) apresenta uma definição importante para compreender as outras economias, o que joga luz não apenas às formas que se criam diante da crise de emprego no capitalismo, mas também às históricas formas de organização econômica presente na sociedade humana e que se desenvolvem nos interstícios do capitalismo (Polanyi, 2012a; Gibson-Graham, 2008). Para o pensador argentino, a diferença entre a economia de mercado e a economia dos setores populares está na racionalidade motivadora destes fenômenos. Se na economia de mercado é a racionalidade utilitarista e a busca pelo lucro que motiva e orienta as ações dos agentes econômicos, na economia dos setores populares é uma racionalidade da reprodução da vida, voltada para a simples garantia do que é moralmente entendido como necessário para a sobrevivência ou para a preocupação

ampliada em torno da melhoria estrutural da qualidade de vida, sendo assim, motivações conduzidas pela reprodução simples ou reprodução ampliada da vida (Coraggio, 2000).

Uma perspectiva substantiva para a reprodução da vida aponta para diversas formas econômicas identificadas na sociedade contemporânea, desde aquelas que se formam a partir da crise do capital, o que força a promoção de práticas econômicas fora do mercado por parte dos grupos populares, como aquelas que historicamente fazem parte das sociedades tradicionais, indígenas e camponesas, que fundamentam uma cultura e uma visão de mundo diferente da visão urbano-industrial da sociedade moderna. Essas outras economias representam um conjunto de expressões e lógicas sociais, princípios econômicos e arranjos institucionais que fundamentam as diferentes manifestações substantivas do fenômeno econômico (Cattani *et al.*, 2009), e representa a persistência de formas tradicionais regidas pelos princípios de cooperação, solidariedade, autogestão, sustentabilidade, inclusão e emancipação social (Souza Santos e Hespanha, 2009).

No entanto, longe de ser um fenômeno plenamente definido, o interesse por trás das outras economias é na verdade um esforço incipiente e constante para tentar interpretar e compreender a complexidade do fenômeno econômico na diversidade social. Gibson-Graham (2008) contribuem para essa perspectiva com a definição de ‘economias diversas’, que se propõe a performar novos mundos econômicos, tendo no conceito uma perspectiva ontológica da diferença econômica. A definição do termo busca englobar a variedade de transações econômicas, práticas de trabalho e organizações econômicas que são constituídas por diferentes grupos para a garantia das condições e da qualidade de vida. As autoras propõem uma estrutura para compreender as economias diversas, a partir da tríade entre transações, trabalho e iniciativas/negócios/empreendimentos. As transações englobam os mercados alternativos (comércio justo, moedas alternativas, permuta, etc.) e as formas de transação que não são via mercado (doações, intercâmbio indígena, fluxos domésticos, transações do Estado, coleta, roubo, etc.). O trabalho envolve as formas que se diferem da venda de mão de obra por pagamento de salários, evidenciando formas alternativas de pagamento (trabalho por conta própria, cooperativa, trabalho recíproco, etc.) e formas de trabalho que não envolvem pagamento (cuidados familiares, tarefas domésticas, voluntário, trabalho escravo, etc.). As iniciativas englobam aquelas que se diferenciam dos negócios capitalistas, como as alternativas capitalistas

(empresa estatal, ONGs, etc.) e as formas não capitalistas (comum, independente, feudal, escravo) (Gibson-Graham, 2008, tradução nossa).

Segundo as autoras (Gibson-Graham, 2008), essas práticas econômicas são atualmente mais prevalentes, contabilizam mais horas trabalhadas e mais valor produzido que o setor capitalista. São práticas globalmente extensivas e com potencial de gerar mais impacto no bem-estar social do que fazem as práticas capitalistas. Algumas experiências podem ser exemplificadas, como mencionam Gibson-Graham (2008), a partir de diferentes referências na literatura: as práticas que estão centradas no cuidado e na provisão de bem-estar material, baseadas em uma ética do cuidado, são experiências não mercantis e sem remuneração, mas presente em todos os domicílios pelo mundo; as cooperativas de produtores, trabalhadores e consumidores, baseadas em uma ética da solidariedade e que distribui os rendimentos econômicos para todos os membros e comunidade; os movimentos que colocam o cuidado com o meio ambiente, as paisagens e os modos de vida como centro da atividade econômica; os bancos comunitários e as moedas sociais e complementares, que permitem circuitos financeiros alternativos; o terceiro setor, organizado por cooperativas, organizações voluntárias, associações, sociedades mútuas, entre outros, que colocam os objetivos sociais acima do objetivo econômico; as redes financeiras informais que fornecem crédito e democratizam o financiamento do desenvolvimento.

Além desses, outras atividades econômicas e movimentos podem ser colocados no arcabouço das outras economias, em especial atividades voltadas para a alimentação, como o uso e a gestão comum de recursos, como terra, água e objetos da natureza, as atividades coletivas para a agricultura (mutirões), as práticas de reciprocidade e solidariedade que fundamentam trocas e doações de alimentos, as multifuncionalidades da agricultura, que são importantes para a manutenção de culturas, sistemas de conhecimento e paisagens, entre outros. Desse modo, se por um lado o sistema agroalimentar hegemônico é incapaz de garantir a segurança alimentar, uma vez que se fundamenta na economia de mercado e transforma o alimento em mercadoria, por outro, outras formas de organização e práticas econômicas, fundamentadas em arranjos institucionais e princípios econômicos voltados para a reprodução da vida, se mostram de grande relevância para a promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis.

O potencial das outras economias na promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis

As outras economias e o alimento como necessidade humana

Segundo Van der Ploeg (2021), é possível apontar alguns componentes importantes e necessários para a promoção de alternativas ao sistema agroalimentar hegemônico, como a agricultura camponesa, a soberania alimentar, os mercados territoriais e a agroecologia. O relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World* (SOFI) (FAO, 2022) tem alertado sobre a necessidade de mudanças no sistema alimentar hegemônico, enquanto o *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) (Mbowet *al.*, 2019) destaca o papel da agroecologia para a promoção desses sistemas, tendo em vista que o direito humano à alimentação adequada é um preceito básico desse modo de produção de alimentos. Como atesta o II VIGISAN (2022, p.18), é necessária uma “agenda de reconstituição das instituições públicas e de reorientação das estruturas econômicas, políticas e sociais no Brasil”, que permitirá a promoção de sistemas voltados para arranjos institucionais territorializados, aproveitando as condições endógenas para a produção agrícola sustentável, os circuitos curtos de comercialização, distribuição e troca, e contribuindo para a manutenção de dietas alimentares tradicionais.

O relatório da comissão *Eat-Lancet* (2019) sugere algumas mudanças estruturais necessárias para alcançar um sistema alimentar predominantemente sustentável: aumentar a ingestão de comidas a base de plantas e grãos, diminuir o consumo de alimentos de origem animal; investir na biodiversidade alimentar; consumir produtos de origem local; buscar formas de produzir que sejam sustentáveis; promover o acesso à terra aos agricultores camponeses; pensar em formas de combater o desperdício de alimento. A FAO (2018) também apresenta seis vias para a transformação dos sistemas alimentares, a fim de acabar com os principais fatores da insegurança alimentar, a má nutrição e a inacessibilidade de dietas saudáveis. Ampliar a resiliência climática em distintos sistemas alimentares, fortalecer a resiliência da população mais vulnerável diante das crises econômicas, intervir nas cadeias alimentares para reduzir os custos dos alimentos nutritivos, combater a pobreza e as desigualdades estruturais, fortalecer os ambientes alimentares e promover hábitos de consumo alimentar que tenham impactos positivos na saúde e no meio ambiente, são fatores destacados pelo estudo.

Todas essas composições fazem parte ou se relacionam com as outras economias, uma vez que representam diferentes arranjos institucionais responsáveis pela produção, distribuição e consumo de alimentos, como a autogestão, a produção agroecológica, as formas de comércio e troca pautadas na ideia de justiça e solidariedade, a gestão e o uso de bens comuns, entre outros. Desse modo, podemos definir que o potencial das outras economias para a promoção dos sistemas agroalimentares alternativos está fundamentado no sentido substantivo que elas carregam. Pela racionalidade da reprodução da vida, que tem na economia o meio responsável pela dimensão material dessa reprodução, o alimento é essencialmente o item primordial a ser garantido pela organização econômica dos grupos sociais. Como menciona Coraggio (2014, p.4) “a reprodução social é muito mais que a reprodução da base material da vida, porém, sem essa base não há vida social, mesmo com todas as suas contradições”.

Partindo disso, a contribuição de Candido (2017), a partir do conceito dos meios de vida, nos permite observar a centralidade das outras economias diante da questão alimentar. Como se percebe no estudo de Candido (2017), a alimentação é um recurso vital por excelência, estando, assim, associada às formas em que as relações humanas são constituídas, estando fortemente imbuídas de “resoluções culturais”. Como propõe o autor (Candido, 2017, p.35), “vida, meio e grupo se integram e unificam muitas vezes em função do alimento”. Pela definição do autor, os meios de vida englobam a existência de necessidades, e de materialidades (relações com a natureza) e sociabilidades (organização social) responsáveis por suprir essas necessidades, isto é, remetem ao vínculo entre o humano e a natureza responsável pelo equilíbrio social entre a satisfação das necessidades humanas, os recursos disponíveis e as relações que as organizam (Candido, 2017).

A obtenção do equilíbrio social configura a conexão existente entre as outras economias e a alimentação. Como afirma Candido (2017), sendo o alimento um bem de relevância imediata para a subsistência humana, sua obtenção passa por soluções que permitam explorar o meio físico para obtê-lo, mas também pelo estabelecimento de uma organização social compatível com elas. Assim, como a fome exige satisfação constante, o acesso ao alimento requer uma organização social adequada. Como afirma Goodfellow (1939, p.260 *apud* Candido, 2017, p.30), “o homem não precisa apenas de comida, mas de uma organização para obter comida”, assim, diferentes equações são socialmente

construídas para que o ajuste ao meio e a organização social sejam capazes de suprir as necessidades (Candido, 2017).

A partir da contribuição de Cândido (2017), podemos visualizar que há o ajustamento do camponês e do cidadão, de quem possui renda para acessar o mercado de alimentos e de quem não possui, de quem se vale somente do mercado para suprir essa necessidade e de quem possui outros arranjos institucionais para garantir o alimento, de quem entende o alimento como mercadoria e de quem vê nele uma bem vital e de direito comum para todo ser humano. Ou seja, a obtenção do alimento, sua produção e distribuição constitui-se a partir de um fulcro de sociabilidade (Candido, 2017), que diante das fragilidades da economia de mercado em garantir o alimento de maneira universal (Polanyi, 2012), tem nas outras economias as diferentes formas culturais de se resolver de maneira mais satisfatória os problemas de ajuste ao meio, graças à organização adequada das suas relações.

É por esse conjunto de características que se torna possível atribuir às outras economias a capacidade de forjar alternativas agroalimentares justas e sustentáveis, uma vez que a obtenção do equilíbrio social para suprir a necessidade da fome e da nutrição encontra uma diversidade de formas nessas experiências. Dois atributos são fundamentais para afirmar essa capacidade: as relações entre economia e ética e economia e política, dimensões separadas pela economia de mercado (Polanyi, 2012a; Sen, 1999), mas que estão conectadas pelas outras economias (Coraggio, 2014), a partir dos princípios econômicos e dos arranjos constitucionais que as fundamentam, historicamente presentes na espécie humana, como aponta Polanyi (2012a).

A dimensão ética recupera o sentido de economia que deve prover as condições materiais diretas e indiretas para satisfazer as necessidades de todos os membros da sociedade, o que nos conecta diretamente com a noção de economia como garantidora do Direito Humano à Alimentação Adequada. A relação entre ética e economia está presente nos princípios econômicos que historicamente estão associados com a soberania alimentar, como apresenta Polanyi (2012a) ao discutir o princípio da domesticidade presente em sociedades primitivas. Sen (1999), em seu esforço para compreender as questões relacionadas à fome, pobreza e qualidade de vida, identifica que o principal problema da economia moderna é o afastamento da sua abordagem ética, presente desde o pensamento aristotélico

Já a relação entre a economia e a dimensão política, para além de estabelecer as contradições que existem na economia de mercado e no caráter político por trás do estabelecimento dessa economia, também recupera o envolvimento dos membros na organização econômica, sendo responsáveis por planejar, definir e coordenar suas interações econômicas, não sendo coagidos a participar das negociações de mercado para prover seu alimento. Essa característica une as outras economias à governança democrática, que representa a atribuição de voz e direitos aos grupos e comunidades diante dos espaços de determinação de políticas públicas, tornando as decisões econômicas mais democráticas e justas.

As dimensões ética e política estão enraizadas nos movimentos sociais de resistência e emancipação, sendo a governança democrática uma construção política que contribui para a resiliência de povos e comunidades diante de crises econômicas, sociais e ambientais (UNTFSSSE, 2020), uma vez que busca proteger os meios pelos quais esses grupos garantem a reprodução da vida. Essas dimensões também se expressam nas outras economias através das suas formas de organização, como a autogestão, a cooperação, a reciprocidade e a solidariedade, que durante as crises são responsáveis pela criação de redes de proteção para todos os membros do grupo ou comunidade, como também pela pavimentação dos caminhos que as outras economias vão prospectar. Por essa razão, as outras economias estão enraizadas nos diferentes movimentos que lutam contra a opressão política presente na economia de mercado, responsáveis por gerar as inúmeras contradições geradoras da questão alimentar. Como apresenta Molina *et al.* (2020), esse enraizamento se faz presente nos movimentos que lutam pelo direito à terra, às águas e às florestas, pelo direito à moradia e à alimentação, nos movimentos de desempregados, movimentos ambientalistas, movimentos negros, feministas, em defesa da cultura popular e tantos outros que seguem as veredas emancipatórias.

O caráter ético e político das outras economias são expressões da territorialização dessas economias, que estão enraizadas nas relações sociais ali constituídas (França Filho *et al.*, 2020). Essa característica de territorialização e enraizamento das outras economias também a diferencia da economia de mercado na promoção dos sistemas alimentares sustentáveis, uma vez que a escala que predomina no sistema hegemônico, como fundamento da economia de mercado, é a escala globalizante das relações, que segundo

Polanyi (2012a) representa um flagrante utopia, além de configurar um enfoque abstrato que domina o pensamento político e econômico contemporâneo (Pádua, 1999).

Com relações econômicas enraizadas, não é somente o preço de mercado, determinado pela oferta e demanda de um bem, tal como julga a economia de mercado, que são definidores e motivadores das transações em torno dos alimentos. A partir de expectativas mútuas e definições compartilhadas do que significa qualidade e preço justo, essas transações sobrepõem-se às leis de mercado e se configuram como fenômenos econômicos enraizados nas relações sociais, dotados de um interesse comum associado à dimensão alimentar.

Constituída na escala do território, as outras economias se tornam mecanismos importantes para a promoção dos sistemas alimentares sustentáveis. Isto é expresso pelos mercados territoriais que preconizam práticas de comercialização de alimentos saudáveis, sustentáveis e de pequenos produtores, redes de comercialização local, como feiras e grupos de compras coletivas, como também pelas Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs (Van der Ploeg, 2021). Além disso, o território também denota a dimensão cultural presente nas outras economias, que se voltam para a provisão de alimentos a partir das redes de troca e de solidariedade, como é o caso do mutirão em torno da produção de alimentos (Candido, 2017) e o uso e gestão de bens e recursos comuns (Ostrom, 1990; Galizoni, 2005). Além de contribuir para a consolidação de sistemas alimentares sustentáveis, essas experiências os tornam mais resilientes, com importante papel na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional.

As experiências das outras economias na promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis

A importância das outras economias para a promoção de sistemas agroalimentares alternativos pode ser identificada em diferentes experiências da realidade, a partir das características já discutidas acima. Contudo, no contexto da pandemia, em que as cadeias alimentares foram desintegradas de diferentes formas, é ainda mais visível o papel desempenhado por práticas econômicas territorializadas e fundamentadas em princípios econômicos diversos. Como apresenta o documento da Força Tarefa das Nações Unidas para a Economia Social e Solidária (UNTFSSSE, 2020), em muitos países, observou-se um crescimento significativo de sistemas agroalimentares locais baseados na Economia

Social e Solidária, com serviços de entrega de alimentos direto do campo para o consumidor final, como as CSA e os esquemas de cestas de alimentos. Além disso, produtores e consumidores aumentaram suas organizações junto a cooperativas, gerando um aumento dessas organizações e das formas de comercialização, como pelas novas plataformas de venda direta do produtor para o consumidor. O documento também menciona o crescimento de pessoas que passaram a cultivar o próprio alimento, aumentando a diversificação, a qualidade e a resiliência das dietas (UNTFSSSE, 2020).

Em estudos realizados durante a pandemia (Futemmaet *al.*, 2021; Galizoni, 2021), nota-se que os princípios das outras economias orientaram diversas estratégias de obtenção do alimento nas camadas mais populares da sociedade brasileira. Futemmaet *al.* (2021) aponta que, nos estados de São Paulo, Amazonas e Pará, as relações entre pequenos produtores e gestores/técnicos de órgãos governamentais e não-governamentais se fortaleceram durante a pandemia a partir de práticas solidárias. Por um lado, as redes de ações solidárias foram importantes para sustentar as condições de vida dos produtores, tendo em vista que a pandemia e suas consequentes crises geram prejuízos na produção. Por outro, os próprios produtores realizaram ações solidárias, promovendo doações de alimentos ou produtos de limpeza e higiene para apoiar grupos sociais que ficaram em condições de vulnerabilidade durante a pandemia. Uma experiência dessas práticas se observa na região do Vale do Ribeira, em São Paulo, em que as comunidades tradicionais caiçaras, com a contribuição do Instituto Socioambiental (ISA), forneceram mais de 500 cestas de produtos de pesca e alimentos da roça de quilombos para o sustento de grupos indígenas Guarani e outras comunidades tradicionais quilombolas (Futemmaet *al.*, 2021).

A experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também é relevante para a análise. As campanhas geradas pelo Movimento configuram a construção de redes que contribuem para a promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis e justos, da produção ao consumo. Até o início de 2022, o Movimento - que tem como uma de suas características um relevante produção agroecológica e orgânica - havia doado mais de 6 mil toneladas de alimentos e 1.150.000 marmitas durante a pandemia para pessoas em situação de vulnerabilidade, sendo a maioria dos alimentos provenientes de assentamentos e acampamentos do MST. Para promover essa ação, a sociedade civil também teve um papel importante, a partir do investimento financeiro realizado por doações de apoiadores, o que joga luz ao importante papel dos diferentes

agentes sociais na promoção desses sistemas agroalimentares (Furtado, 2022). A Central Única das Favelas (CUFA)/Mães da Favela também representa uma experiência interessante de práticas econômicas não-mercantis voltadas para a segurança alimentar de famílias vulneráveis durante a pandemia. Assim como o MST, a CUFA contou com colaboradores da sociedade civil para investir em cestas de alimentos e materiais de limpeza e higiene pessoal que foram destinadas à população feminina das periferias urbanas do Brasil, além de “cestas digitais” com auxílio financeiro no valor de R\$120, alcançando 1.502.358 famílias em 2020 (CUFA, 2020).

Para além do âmbito das ações solidárias, as outras economias também orientaram mudanças nas estratégias de produção e comercialização de alimentos diante das restrições impostas pela pandemia. O maior consumo de frutas, hortaliças e legumes e a produção de alimentos orgânicos foram impulsionadas por mudanças nos hábitos alimentares no período de crise. Neste contexto, observa-se um papel importante das CSA para agricultores orgânicos, que relataram um aumento da demanda por hortaliças e frutas frescas durante o período (Futemmaet *al.*, 2021). No Vale do Jequitinhonha mineiro, alternativas locais foram criadas pela agricultura familiar para comercializar alimentos no período da pandemia, como aponta o estudo de Galizoni (2021). Segundo a autora, grupos de venda por meio do contato telefônico, contato “boca a boca”, plataformas digitais e feiras virtuais com entrega de produtos em domicílio, configuraram as estratégias desses grupos sociais diante da pandemia, com apoio de ONGs, empresas públicas, sindicatos de trabalhadores rurais e associações. A venda de porta em porta e em pontos de rua, como na frente das residências, e a criação de pontos de venda por cooperativa também foram importantes estratégias para o encurtamento dos mercados de alimentos nessas regiões. Além disso, percebe-se que a venda nas próprias comunidades e a composição de diversos arranjos institucionais comunitários, como a divisão dos custos de transporte para levar os alimentos até a cidade, também fizeram parte dessas estratégias (Galizoni, 2021).

Na Argentina, Marzi, Hintze e Vazquez (2020) apontam que o setor de alimentos frescos, em especial a horticultura familiar e agroecológica, mostrou-se inovador perante as dificuldades enfrentadas pelos setores da economia popular no período de crise. Em resposta às restrições impostas à circulação, os produtores adaptaram as estratégias de comercialização, a partir da promoção de mercados de proximidade, com a venda ambulante nos próprios bairros, no envio ao domicílio e no uso de redes sociais para

oferecer os produtos. Pelo lado dos consumidores, observou-se uma multiplicação das redes de compras de cestas de produtos frescos e as compras de organizações associativas, direto dos produtores familiares de sua localidade. Além disso, o estudo aponta para uma característica de resiliência presente em empreendimentos solidários argentinos, pois mesmo sendo fortemente afetados pela crise, conseguiram manter postos de trabalho e até ingressar novos trabalhadores. Como apontam os autores, a característica essencial dessas organizações é sustentar seus projetos associativos a partir de estratégias solidárias, buscando atravessar a crise “com todas e todos dentro” (Marzi, Hintze e Vazquez, 2020, p.206, tradução nossa). É uma característica que também sinaliza para a importância dessas organizações econômicas na promoção dos sistemas alimentares sustentáveis, em que valores e arranjos institucionais constituídos no território garantem uma universalização de proteção social para o grupo.

Desse modo, essas experiências representam uma conexão com as dimensões política e ética, possuindo caráter solidário, circular, popular, comum, com forte identificação com os territórios. São características importantes para promover soluções justas baseadas nos recursos e nas formas de organização local, fortalecer a produção agroecológica e os circuitos curtos de comercialização, e a fazer frente ao desafio do desperdício de alimento (FAO, 2018).

Considerações Finais

Diante das crises alimentares, do trabalho e ecológica, a relação entre as outras economias e a questão alimentar apresenta inúmeras possibilidades para a sociedade contemporânea, em especial para as camadas populares que mais sofrem com essas crises. Essas possibilidades se fazem presente no caráter substantivo das outras economias, que são fundamentadas em aspectos éticos e políticos que entendem a alimentação como necessidade elementar para a reprodução da vida humana. Essa característica se difere da economia de mercado que rege o sistema agroalimentar vigente, na medida em que para esses fundamentos econômicos o alimento é considerado uma mercadoria e só deve ser acessado via mercado. Portanto, as outras economias apresentam características essenciais que as colocam com maior potencial para promover sistemas agroalimentares alternativos, capazes de promover a Segurança Alimentar e Nutricional e garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Como se percebe, dotadas de características teóricas e evidenciadas por experiências da realidade, podemos visualizar que as outras economias apresentam importantes contrapontos e soluções às fragilidades do sistema agroalimentar hegemônico. Primeiramente, diante globalização e monopolização dos circuitos de produção e distribuição de alimentos, o enraizamento social das outras economias configura uma reterritorialização dos sistemas agroalimentares, se favorecendo das condições endógenas e promovendo redes agroalimentares alternativas e circuitos curtos de comercialização capazes de garantir as culturas alimentares e as tradições culinárias. Soma-se a isso a contraposição e as alternativas que as outras economias fornecem à oferta massiva de alimentos ultraprocessados às monoculturas de grãos, tendo em vista que estão inseridas em cadeias de produção locais, marcadas pela diversidade produtiva da agricultura e pela produção de alimentos artesanais, o que configura uma diversificação e valorização das culturas alimentares, favorecendo a oferta de alimentos nutritivos e derivados de sistemas de conhecimento regionalizados.

Além disso, as outras economias apresentam possibilidades de investimento que não causam a dependência ao capital financeiro, como no caso das CSA e doações da sociedade civil, o que aumenta a resiliência dos sistemas alimentares diante de crises financeiras. Em oposição à concentração das redes de abastecimento em grandes supermercados, as outras economias apresentam alternativas de distribuição e comercialização de alimentos para os sistemas alimentares, a partir do fortalecimento de mercados curtos de comercialização, o que contribui para o acesso a alimentos de qualidade, para a menor perda e desperdício de alimentos e desaparecimento dos desertos alimentares.

Portanto, as possibilidades existentes a partir das outras economias nos orientam a pensar em estratégias e políticas públicas que possam impulsionar a formação de sistemas agroalimentares sustentáveis, capazes de garantir o acesso universal ao alimento, em especial diante das rupturas e gargalos evidenciados pelo surgimento da crise sanitária. São experiências que vão ao encontro das metas propostas pela ONU para alcançar os objetivos da Agenda 2030, sendo que fortalecer e promover outras economias é mais do que uma resistência diante da economia excludente do mercado, mas sim a criação das condições para garantir bens essenciais e elementares para a sobrevivência humana, como o alimento.

Referências

BELIK, W. Estudo sobre a cadeia de alimentos. Instituto Piratininga: Instituto Clima e Sociedade: Imaflora, 2020. Disponível em <https://www.ibirapitanga.org.br/wp-content/uploads/2020/10/EstudoCadeiaAlimentos_%C6%92_13.10.2020.pdf>

CANDIDO, A.C. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora USP, 2017.

CATTANI, A.D; LAVILLE, J.L.; GAIGER, L.I. HESPANHA, P. Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: CES Edições Almedina, 2009. ISBN 978-972-40-3722-6

CATTANI, A. Construindo a Outra Economia. In: CATTANI, A.D; LAVILLE, J.L.; GAIGER, L.I. HESPANHA, P. Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: CES/Edições Almedina, 2009.

CLAPP, J.; ISAKSON, S. R. RiskyReturns: The ImplicationsofFinancialization in the Food System. DevelopmentandChange, v. 49, n. 2 (Forum 2018)), p. 437-460, 2018.

CHAKRABARTY, D. The ClimateodHistory in a planetary age. The Universityof Chicago Press, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): CONSEA, 2004.

CORAGGIO, J. C. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. et al. (Orgs.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000. Pp. 91-133.

CORAGGIO, J. L. Una lectura de Polanyi desde la economía social y solidaria en América Latina. Dossiê: teoria urbana e cidade neoliberal na América Latina. Cadernos Metrópole, v. 16, n. 31, jun. 2014.

CRIPPA, M.; SOLAZZO, E.; GUIZARDI, D.; MONFORTI-FERRARIO, F.; TUBIELLO, F.N.; LEIP, A. Food systems are responsible for a third of global anthropogenic GHG emissions. Nature Food. Volume 2, p.198-209, 2021.

CUFA - Central Única das Favelas. Fundo Solidário COVID-19 para Mães das Favelas, 2020. Disponível em: <<https://www.maesdafavela.com.br/2020>> Acesso em 15/04/2022.

Denning, Michael. "Wageless Life". Global Histories of Work, edited by Andreas Eckert, Berlin, Boston: De Gruyter Oldenbourg, 2016, pp. 273-290. <https://doi.org/10.1515/9783110437201-011>

DINIZ, S. C. Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2016.

EAT-Lancet COMMISSION. Dietas Saudáveis a Partir de Sistemas Alimentares Sustentáveis: Alimento, Planeta, Saúde. Relatório Sumário da Comissão EAT-Lancet. 2019. Disponível em: <[https://eatforum.org/content/uploads/2019/04/EATLancet Commission Summary Report Portuguese.pdf](https://eatforum.org/content/uploads/2019/04/EATLancet_Commission_Summary_Report_Portuguese.pdf)>

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2022. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, FAO. 2022. <https://doi.org/10.4060/cc0639en>

FAO. Los 10 Elementos de la Agroecología - Guía para la transición hacia sistemas alimentarios y agrícolas sostenibles, 2018. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/I9037ES/i9037es.pdf>>

FEDERICI, Silvia. El patriarcado del salario. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

FIAN BRASIL. Curso Básico de Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (Dhana) – Módulo I. Brasília, 2020. Disponível em <<https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Curso-Dhana-M%C3%B3dulo-I-FIAN-Brasil.pdf>>

FRANÇA FILHO, G. C.; MAGNELLI, A.; EYNAUD, P. Para superar o divórcio entre economia e sociedade: diagnóstico crítico e notas propositivas em um contexto de pandemia. Revista NAU Social, v.11, n.20, p.167-184, maio-outubro 2020.

FRASER, N.; JAEGGI, R. Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica. 1.ed. - São Paul: Boitempo, 2020.

FURTADO, L. MST ultrapassa 6 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia. MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2022. Disponível em: <<https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/>> Acesso em 15/04/2022.

FUTEMMA, C.; TOURNE, D. C. M.; ANDRADE, F. A. V.; SANTOS, N. M.; MACEDO, G. S. S. R.; PEREIRA, M. E. A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir? Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 16, n. 1, 2021.

GAGO, V. What are popular economies? Some reflections from Argentina. Radical Philosophy, 2.02, 2018.

GAGO, V. La potencia feminista. O el deseo de cambiarlo todo. Buenos Aires: Tinta Limón, 2019. Capítulo 4.

GAIGER, L. I. G. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.84, p.81-99, mar. 2009.

GALIZONI, F.M. Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2005.

GALIZONI, F. M. (Coord.). Boletim informativo: Efeitos da Covid-19 sobre a agricultura familiar, alimentos e água no Vale do Jequitinhonha Mineiro. 2021. Disponível em:
<https://ufmg.br/storage/b/4/d/9/b4d98f635c882bd25963a09bf91f983d_16371687288002_2128415928.pdf>

GIBSON-GRAHAM, J. K. Diverse economies: performative practices for ‘other worlds’. *Progress in Human Geography*, v. 32, n. 5, 2008.

GOODFELLOW, D.M. *Principles of Economic Sociology*, 1939.

GRISA C., ROZENDO, C. ., GOMES, R., ZIMMERMAN, S. A. Sistemas agroalimentares contemporâneos: dinâmicas, perspectivas e desafios. *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, 41(2), 159–163, 2021.
<https://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.756>

JAEGGI, R. Um conceito amplo de economia: economia como prática social e a crítica ao capitalismo. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, 18(3), 503-522, 2018
<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.3.32368>

MBOW, C., C. ROSENZEIG, L.G. BARIONI, T.G. BENTON, M. HERRERO, M. KRISHNAPILLAI, E. LIWENGA, P. PRADHAN, M.G. RIBRA-FERRE, T. SAOKOTA, F.N. TUBIELLO, Y. XU, 2019: Food Security. In: *Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems* [P.R. Shukla, J. Skea, E. Calvo Buendia, V. Masson-Delmotte, H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, P. Zhai, R. Slade, S. Connors, R. van Diemen, M. Ferrat, E. Haughey, S. Luz, S. Neogi, M. Pathak, J. Petzold, J. Portugal Pereira, P. Vyas, E.



Huntley, K. Kissick, M. Belkacemi, J. Malley, (eds.]). Disponível em:
https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2021/02/08_Chapter-5_3.pdf.

MACHADO, L.; CAVALIN, M.M; NASCIMENTO, A.P.B. Da sustentabilidade aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Curso Multiplica ODS. NACE Sustentarea USP, 2022

MARZI, M. V. D.; HINTZE, S.; VAZQUEZ, G.. Argentina: políticas y organizaciones de Economía Social y Solidaria en la pandemia. OtraEconomía, v. 13, n. 24: p. 201-215, julio-diciembre 2020.

MOLINA, W. S. L.; SANTOS, A. M.; CARVALHO, A. M. R.; ALMEIDA, N. Maria C.; SCHIOCHET, V. A Economia Solidária no Brasil frente ao contexto de crise COVID-19: trajetória, crise e resistência nos territórios. OtraEconomía, v.13, n. 24, p. 170-189, julio-diciembre 2020.

MOONEY, P. Too Big to Feed: Exploring the Impacts of Mega-Mergers, Consolidation and Concentration of Power in the Agri-Food Sector. Geneva: iPES, 2017.

OSTROM, E., Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action (Political Economy of Institutions and Decisions), Cambridge University Press, 1990

POLANY, K. A Grande Transformação: origens políticas e econômicas de nossa época. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012a.

POLANY, K. A subsistência do homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012b.

REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. Disponível em

<<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>

244

RIBEIRO, E.M. As estradas da vida: história da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha. 1997. Tese (Doutorado em História) - IFCH/Unicamp, Campinas, 1997.

ROCHA, N.C; BURITY, V.T.A. O direito humano à alimentação no mundo e no Brasil. Nexo Jornal. Políticas Públicas. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/O-direito-humano-%C3%A0-alimenta%C3%A7%C3%A3o-no-mundo-e-no-Brasil>> Acesso em 05/07/2022

SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SEN, A.K. Sobre ética e economia. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2002.

SOUZA SANTOS, B; HESPANHA, P. Nota à edição portuguesa. In: CATTANI, A.D; LAVILLE, J.L.; GAIGER, L.I. HESPANHA, P. Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: CES/Edições Almedina, p.8-10. 2009.

UNITED NATIONS INTER-AGENCY TASK FORCE ON SOCIAL AND SOLIDARITY ECONOMY (UNTFSSSE). What role for the social and solidarity economy in the post covid-19 crisis recovery?. UNTFSSSE Statement, June 2020

VAN DER PLOEG, J.D. O Sistema Alimentar em Tempos de Covid-19: Ensinaamentos para o futuro. Revista Agriculturas. Cadernos para debate. n.3. 2021. Disponível em <<https://outraspalavras.net/wp-content/uploads/2021/10/211001-VanderPloegCriseAgricola.pdf>>

ARMAZÉM DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: OUTRA FORMA DE CONSUMIR

245

Maria Angelica Machado Braga, Universidade Federal do Rio Grande,
mangiel9@hotmail.com

Lúcia de F. Socoowski de Anello, Universidade Federal do Rio Grande,
luciaanello@hotmail.com

Lucia Regina Nobre, Universidade Federal do Rio Grande,
lucianobre@furg.br

Maria Cristina Chaves Pires, Universidade Federal do Rio Grande,
mcristina.pires@hotmail.com

Dóris Back Périus, Universidade Federal do Rio Grande,
doh_perius@hotmail.com

Resumo

O consumo no mundo da sociedade capitalista é uma prática que acontece de forma descomedida, em que as pessoas não têm compreensão do que causa ao Planeta. Porém existem experiências como os Grupos de Consumo Responsável (GCRs), mais especificamente o GCR Armazém de Economia Popular Solidária (Armazém de EPS), que são fomentados pela Economia Popular Solidária (EPS). Esta economia é igualitária, autogestionária, cooperativa e que tem como centro o ser humano e os recursos da natureza. Os GCRs são grupos formados por consumidores e produtores preocupados com a sua saúde, com a do outro e com os recursos da natureza, bem como buscam desenvolver um Comércio Justo e Solidário (CJS) para todos e um Consumo Responsável (CR), em que suas práticas e reflexões transformam o ato de consumir em um ato político e cidadão. Nestes grupos os consumidores se preocupam com os produtores de pequena escala e da sua comunidade, bem como valorizam os produtos de qualidade e o produtor se empenha em ofertar produtos orgânicos e de forma agroecológica, assim como se preocupam com preços justos a todos. Portanto, os GCRs desenvolvem relações diretas entre produtor e consumidor, que estão preocupados com todo o processo da cadeia produtiva. O Armazém de EPS é incubado pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE/FURG) e têm como objetivo o escoamento dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários e o desenvolvimento da conscientização para o CR, ações para um bem viver humano e do planeta. Este estudo tem como objetivo apresentar uma experiência de produção, comercialização e consumo, distinto do capitalismo. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica sobre os temas EPS, embasamento do Armazém de EPS; CJS, comercialização desenvolvida neste grupo; CR, prática de conscientização dos sujeitos; GCR, fenômeno desta pesquisa e o que já tem constituído sobre o Armazém de EPS, objeto de estudo deste artigo, assim como as observações realizadas pelas pesquisadoras, visto que são associadas ao Armazém de EPS e fazem parte da coordenação desta associação. Os resultados encontrados são que o Armazém de EPS é um grupo novo e que vem buscando seguir a lógica da EPS, desenvolver o CJS e oportunizar a conscientização ao CR. Conclui-se que este grupo é uma prática distinta do modo de produção capitalista e recomenda-se mais estudos sobre os GCRs, bem como investigar ações que podem instigar a conscientização das pessoas a ingressarem nestes movimentos.

Palavras-chave: economia popular solidária; comércio justo e solidário, consumo responsável, grupo de consumo responsável.

Abstract:

Consumption in the world of capitalist society is a practice that happens in an inordinate way, in which people have no understanding of what causes the Planet. However, there are experiences such as the Responsible Consumption Groups (RCGs), more specifically the RCG Armazém de Popular Solidarity Economy (Armazem de PSE), which are fostered by the Popular Solidarity Economy (PSE). This economy is egalitarian, self-managed, cooperative and has human beings and nature's resources at its center. The RCGs are groups formed by consumers and producers concerned about their health, that of others and the resources of nature, as well as seeking to develop a Fair and Solidarity Trade (FST) for all and a Responsible Consumption (RC), in which their practices and reflections transform the act of consumption into a political and citizen act. In these groups, consumers are concerned about small-scale producers and their community, as well as value quality products and the producer is committed to offering organic and agroecological products, as well as being concerned with fair prices to all. Therefore, RCGs develop direct relationships between producer and consumer, who are concerned with the entire production chain process. The PSE Warehouse is incubated by the Social and Economic Development Center of the Federal University of Rio Grande (NUDESE/FURG) and its objective is to sell products from solidary economic enterprises and to develop awareness for the CR, actions for a good living, human and the planet. This study aims to present an experience of production, commercialization and consumption, distinct from capitalism. The methodology used is the bibliographic review on the PSE themes, basement of the PSE Warehouse; FST, marketing developed in this group; RC, subject awareness practice; RCG, phenomenon of this research and what has already constituted on the PSE Warehouse, object of study of this article, as well as the observations made by the researchers, as they are associated with the PSE Warehouse and are part of the coordination of this association. The results found are that the Armazém de PSE is a new group that has been seeking to follow the logic of the PSE, develop the FST and create an awareness of the RC. It is concluded that this group is a distinct practice from the capitalist mode of production and further studies on the RCGs are recommended, as well as investigating actions that can instigate the awareness of people to join these movements.

Keywords: Solidary popular economy; Fair and solidary trade; Responsible consumption; Responsible consumption group.

Introdução

Em meio a esta desumanização e destruição da natureza, causada pelo sistema capitalista, surgem lutas contra hegemônicas em busca da sua supressão. No entanto precisamos de uma alternativa para ficar no lugar desta economia capitalista que seja igualitária, inclusiva e que preserve a natureza, assim surge a Economia Popular Solidária (EPS) a qual tem na sua centralidade o ser humano e a natureza com um todo, visto que os seres humanos são parte desta natureza.

Para que a EPS se fortaleça e fomenta formas distintas de produção, comercialização e consumo, é necessário práticas como o Comércio Justo e Solidário, este para acontecer depende da conscientização dos sujeitos a outras práticas de produção, comercialização e consumo, então é preciso processos educativos que possibilitem um

Consumo Responsável. Desta forma surge os Grupos de Consumo Responsável (GCR) práticas que buscam, além do escoamento dos produtos de produtores de pequena escala, construir no coletivo a conscientização dos sujeitos da sua condição no mundo e assim emancipar-se de sua alienação e então ir rumo a transformação de todos e do mundo para um bem viver.

Este estudo se faz necessário, uma vez que ele vai levar ao mundo a existência de experiências concretas de EPS, mais especificamente a prática do GCR Armazém de Economia Popular Solidária - Armazém de EPS – que se encontra na região Sul do Rio Grande do Sul, no Brasil. Este GCR é o objeto deste estudo. Assim esta pesquisatem como objetivo *apresentar uma experiência de produção, comercialização e consumo, distinta do capitalismo.*

O procedimento metodológico foi por meio da revisão bibliográficas dos temas pertinentes ao objeto de estudo e as observações realizadas por nós pesquisadoras. A seguir apresentamos a nossa visão de mundo para exprimir nossa compreensão sobre a realidade concreta que vivenciamos neste sistema econômico desumano.

Visão de Mundo

A nossa visão de mundo é que a economiacapitalista – hegemônica - desenvolve um mercado competitivo, em que o emprego e as vagas universitárias são disputados. Esta concorrência causa consequências, como: produtos escolhidos pelo preço, o melhor vence, os que mais vendem crescem enquanto outros fecham, valorização dos vencedores, desempregados muito tempo, tem menos chance e muitos se tornam inempregáveis, produz desigualdade crescente, gera conflitos entre as pessoas e as induz continuar competindo e por fim os legados são de pais para filhos e deste para netos, desta forma com vantagens sobre os pobres e excluídos.

Nas empresas capitalistas os salários dos empregados são desiguais, e são determinado pela oferta e demanda de cada tipo de atividade no mercado de trabalho, empregadores procuraram os que produzem melhor, trabalhadores vendem sua capacidade de produzir e empresas compram a capacidade de produção – tornando assim a força de trabalho dos seres humanos uma mercadoria - e por fim as decisões são tomadas

pelos detentores dos meios de produção, ou seja, o sistema é heterogestão²¹ e o foco principal é a maximização dos lucros.

Este sistema para poder lucrar desenvolve estratégias para o consumo. Assim por meio do fetiche da mercadoria induz o consumo sem controle, visto que para este sujeito estar satisfeito ele precisa adquirir aquele produto mesmo sem necessidade. Porém após a compra ele ainda não está satisfeito, levando-o em busca de outra mercadoria que o satisfaça. A produção em massa destas mercadorias destrói com o planeta, no entanto este sistema não se preocupa em destruir.

Portanto, compreendemos que este sistema econômico capitalista é desumanizador, selvagem, dominador e alienador, ele é violento, desigual, exclusivo, manipulador, consumidor e destruidor das relações humanas e ecológicas. Então, é necessário construir uma solução para o enfrentamento ao capitalismo e ao mesmo tempo precisamos de outra economia para colocar no lugar deste sistema quando ele for suprimido. Acreditamos que esta outra economia, a Economia Popular Solidária (EPS) - existe e é possível.

A seguir apresentamos os procedimentos metodológicos para demonstrar de que forma realizamos esta pesquisa.

Procedimentos Metodológicos

Este artigo se desenvolveu metodologicamente por meio de revisão bibliográfica em que apresentamos conceitos de teóricos da teoria crítica relevantes para a compreensão do tema. De acordo com Minayo (2009a, p. 19), conceitos são locuções em que há “expressões carregados de sentido em torno dos quais existe muita história e muita ação social”. Os temas abordados foram: Economia Popular Solidária (EPS), como embasamento do Grupo de Consumo Responsável (GCR) Armazém de EPS; Comércio Justo Solidário (CJS), como processo de comercialização desenvolvidos GCRs e

²¹Heterogestão é administração hierárquica formada por níveis sucessivos de autoridade, em que: as informações e consultas vem de baixo para cima e as ordens e instruções vem de cima para baixo; os trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco, apenas o necessário para quem cumpram suas tarefas (que tendem a ser repetitivas e rotineiras) à medida que se sobe na hierarquia o conhecimento sobre a empresa se amplia, porque as tarefas são cada vez menos repetitivas e exigem iniciativas e responsabilidade por parte do trabalhador, nos níveis mais altos o conhecimento sobre a empresa deveria ser (em tese) total, já que quem ocupa este lugar tem que tomar decisões estratégicas sobre o seu rumo futuro (SINGER, 2002).

Consumo Responsável, prática de conscientização dos sujeitos envolvidos nas práticas dos GCRs, bem como sobre o desenvolvimento e as características dos GCRs, como fenômeno desta pesquisa e para melhor compreensão sobre o tema e o que já tem constituído na literatura sobre o GCR Armazém de EPS, objeto de estudo deste artigo.

Outra forma de obtenção de informações que utilizamos foram as observações realizadas por nós pesquisadoras, visto que somos consumidoras associadas ao GCR Armazém de EPS e, entre nós, há as que fazem parte da coordenação desta associação. Desta forma, foi possível utilizar o método freireano ação-reflexão-ação, já que há nosso envolvimento direto junto tanto dos produtores quanto dos consumidores que fazem parte desta experiência. Segundo (FREIRE, 1980, p.27) conhecimento exige curiosidade “[...] requer sua ação transformadora sobre a realidade. [...], reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato de conhecer [...] e os condicionamentos a que está submetido seu ato”.

A seguir apresentamos os resultados desta pesquisa e as considerações finais.

2. Economia Popular Solidária: embasamento dos Grupos de Consumo Responsável

De acordo com Gadotti (2009), há várias e distintas denominações para a Economia Popular Solidária (EPS), porém com os mesmos propósitos e associadas a uma outra economia, tal como: economia solidária, economia social, sócio economia, economia popular solidária, entre outras. No entanto, aqui nesse estudo utilizaremos o último termo, já que, entendemos que a EPS tem em seus objetivos e princípios atender as necessidades da população pobre e a quem busca uma sociedade justa e equitativa. Assim sendo, uma economia popular para o povo e de forma solidária.

A trajetória da Economia Popular e Solidária (EPS), apesar da literatura datar na Revolução Industrial²², já era praticada pelos povos indígenas, visto que a economia era baseada e ainda se baseia na distribuição e na solidariedade (CONIC; FBES, 2010). No entanto, a denominação desta outra economia surge nas últimas décadas para caracterizar sobre a luta que vem sendo travada com maior intensidade desde a Revolução Industrial, visto que o modo de produção capitalista chega ao seu apogeu nessa Revolução. Esse

²²Revolução Industrial: o advento das máquinas na Grã-Bretanha - no século XVIII – em que o modo de produção foi tomando outro rumo, bem como o modo de vida e de trabalho dos seres humanos (SINGER, 2002).

modo de produção capitalista, desumaniza, explora e oprime os seres humanos e torna-os partes das máquinas das indústrias (SINGER, 2002).

250

Nesse contexto, se origina os movimentos dos operários como resposta à pobreza extrema, que levou o surgimento de socialistas utópicos que entenderam que o futuro das pessoas seria por meio do cooperativismo. Assim, seria possível a superação da burguesia (os individualistas) e por meio do cooperativismo, criar uma sociedade igualitária. Para amenizar a condição de vida dos seres humanos - a desumanização – intensificada pela Revolução Industrial, entra em cena pessoas como Robert Owen, no século XIX (1771-1858). Esse socialista utópico viabilizou a construção de organizações para adquirir de forma coletiva bens e serviços (PISTELLI, 2014).

Nos anos 20 e no começo dos anos 30, no século XIX, surgiram várias cooperativas originadas das greves ou do desemprego, com patrocínio dos sindicatos ou das sociedades beneficentes (membros do mesmo ofício) ou pessoas se uniam sem ajuda e criavam sociedades próprias (SINGER, 2002). Essas greves não buscavam a melhora dos salários e das condições de trabalho, e sim, a eliminação do assalariamento e substituí-lo por autogestão. No Brasil a EPS surge no século XX. Ela é praticada, salienta a CONIC e FBES (2010, p. 16), para atender os trabalhadores desempregados, os “excluídos e explorados no mundo do trabalho”.

A EPS desenvolve autogestão²³ e a igualdade entre todos, as pessoas cooperam entre si, o trabalho é dividido, todas as atividades têm valores iguais, os sócios têm a mesma parcela do capital, o mesmo direito de voto em todas as decisões, a coordenação é eleita por todos os sócios, ninguém manda ninguém, não há competição entre os sócios e sim cooperação, o acúmulo de capital é dividido igualmente para todos, assim como as dívidas e com a EPS é possível uma sociedade menos desigual (SINGER, 2002). A EPS como um movimento social defende: o desenvolvimento integral e inclusivo, com políticas públicas transparentes e emancipatórias que promovam a união, a valorização do ser humano, o trabalho decente e autogestionário, que construam uma sociedade mais

²³ Autogestão é administração democrática todas as decisões são tomadas em assembléias. Estabelecem uma hierarquia de coordenadores cujo funcionamento é o oposto do que ocorre nas empresas capitalistas, as ordens e instruções vem de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo. Os níveis mais altos da autogestão são escolhidos pelos mais baixos e são responsáveis por todos; a autoridade maior é a assembléia de todos os sócios, que deve adotar as diretrizes a serem cumpridas pelos níveis intermediários e altos da administração (SINGER, 2002).

justa e solidária, pautada por um desenvolvimento sustentável que precisa ser economicamente viável a partir dos seus princípios (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2017, p. 11).

251

A alienação dos seres humanos é sacudida quando as pessoas se envolvem em lutas emancipatórias, e desafiam a ordem vigente com greves, manifestações, protestos etc. Assim surgem os empreendimentos econômicos solidários em busca de novas formas de produzir, comercializar e consumir. Porém esta outra economia vai além desses empreendimentos, visto que ela é:

[...] a adoção de um conceito. [...] respeita o meio ambiente, produz corretamente sem utilizar mão de obra infantil, respeita a cultura local e luta pela cidadania e pela igualdade. [...] implica comércio justo, cooperação, segurança no trabalho, trabalho comunitário, equilíbrio de gênero e consumo sustentável [...] o que cada um ganha é discutido coletivamente. [...] envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável. [...] está estreitamente ligada à educação transformadora e à democracia econômica (GADOTTI, 2009, p.24).

Ainda salienta o autor sobre a EPS:

[...] destaca-se como um rico processo em curso, regido pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão social e da emancipação. Ela representa uma grande esperança de transformação do modo como produzimos e reproduzimos nossa existência no planeta (GADOTTI, 2009, p. 25).

Portanto, a desigualdade e a competição são consequências de atividades econômicas denominadas de modo de produção capitalista. No entanto, a EPS contrapõe este modo de produção hegemônico e propõe a propriedade coletiva, a cooperação, a autogestão, a valorização do saber e do aprendizado, a promoção da justiça social, realmente democracia e emancipação dos sujeitos, o respeito a diversidade e a natureza e tem como centro o ser humano. Esses princípios unem todos em uma única classe de trabalhadores, os quais são possuidores do capital por igual, seja de forma cooperativa ou sociedade econômica e caracterizam a contradição da EPS do capitalismo, visto que esta economia busca a humanização e o bem viver dos seres humanos e a preservação do meio ambiente desenvolvendo o mínimo possível de impactos ao Planeta. Portanto, esta outra economia vem desenvolvendo outra forma de se viver justa e solidária na produção, na

comercialização e no consumo e acontece no coletivo. Para tanto desenvolve práticas como o Comércio Justo e Solidário e o Consumo Responsável apresentadas a seguir.

Comércio Justo e Solidário e o Consumo Responsável: outra forma de comercializar e consumir

O mundo econômico hegemônico é destruidor das relações humanas de trabalho e do Planeta como um todo. Assim se faz necessário a construção de formas distintas de produção, comercialização e consumo. Para tanto surge o Comércio Justo e Solidário como luta contra a esta comercialização em que o modo de produção e consumo é desmedido e proveniente do capitalismo. Porém esta forma de comercialização necessita de uma conscientização dos consumidores para um Consumo Responsável, em que os sujeitos consomem com consciência dos impactos que aquele produto que está adquirindo causa ao Planeta.

Comércio Justo e Solidário (CJS)

O Comércio Justo e Solidário é uma prática que a comercialização visa uma relação em que o produtor fornece um produto com preço justo e solidário a todos e o consumidor valoriza o produtor de pequena escala, o camponês e a cultura local. Ele surge como emancipação dos produtores que persistem em comercializar um produto com preços justos solidários e para inserir a quem está à margem do mercado capitalista. A Portaria MTE Nº 2060 DE 30/12/2014, no Atr. 2º incisos II e III, conceitua Comércio Justo (CJ) e Comércio Justo e Solidário (CJS):

II - comércio justo (CJ): relação de troca, baseada no diálogo, na transparência e no respeito, que busca maior igualdade no comércio internacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável por meio de melhores condições nas relações comerciais, assegurando o direito dos pequenos produtores e trabalhadores marginalizados, especialmente do hemisfério Sul; III - comércio justo e solidário (CJS): práticas comerciais diferenciadas pautadas nos valores de justiça social e da solidariedade realizada por empreendimentos econômicos solidários.

Ainda na portaria supracitada no Art. 5º apresentam-se os princípios do CJS, os quais convergem com os princípios da EPS.

I - princípio 1: fortalecimento da democracia, respeito à liberdade de opinião, de organização e de identidade cultural; II - princípio 2: condições justas de produção, agregação de valor e comercialização; III - princípio 3: promoção do desenvolvimento local em direção à sustentabilidade; IV - princípio 4:

respeito, cuidado e conservação do meio ambiente; V - princípio 5: respeito à diversidade e garantia de equidade e não discriminação; VI - princípio 6: correta e adequada comunicação e informação ao consumidor; VII - princípio 7: solidariedade e integração entre os elos da cadeia produtiva.

Para fortalecimento desta forma de comercialização é construído um sistema: Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário – SCJS que tem por “finalidade fortalecer e promover o comércio justo e solidário no Brasil” (ART. 3º DO DECRETO Nº 7.358, DE 17/11/2010), que tem como objetivos:

I - fortalecer identidade nacional de comércio justo e solidário, por meio da difusão do seu conceito, de seus princípios e critérios de reconhecimento de práticas de comércio justo e solidário e de seu fomento; II - favorecer a prática do preço justo para quem produz, comercializa e consome; III - divulgar os produtos, processos, serviços, bem como as experiências e organizações que respeitam as normas do SCJS; IV - subsidiar os empreendimentos econômicos solidários, os organismos de acreditação e de avaliação da conformidade e as entidades de apoio e fomento ao comércio justo e solidário, com base nacional de informações em economia solidária e de empreendimentos econômicos solidários com práticas de comércio justo e solidário reconhecidas pelo SCJS; V - contribuir com os esforços públicos e privados de promoção de ações de fomento à melhoria das condições de comercialização dos empreendimentos econômicos solidários; VI - incentivar a colaboração econômica entre empreendimentos econômicos solidários; e VII - apoiar processos de educação para o consumo, com vistas à adoção de hábitos sustentáveis e à organização dos consumidores para a compra dos produtos e serviços do comércio justo e solidário (ART. 3º DO DECRETO Nº 7.358, DE 17/11/2010).

Portanto, compreendemos que o CJS é distinto da comercialização desenvolvida e fomentada pelo modo de produção capitalista e converge com as práticas da EPS. Porém, para que esta comercialização seja efetiva é necessário um Consumo Responsável (CR), que por meio de suas práticas educativas possibilita a conscientização dos sujeitos para um consumo que não destrua o Planeta e que valorize os seres humanos bem como o seu trabalho.

Consumo Responsável

O Consumo Responsável (CR) é um movimento necessário que surge como uma alternativa ao comércio convencional (desenvolvido pelo capitalismo) e como luta ao fomento pelo empoderamento de todo o processo da cadeia produtiva desde o produtor ao consumidor final.

Apesar de haver alguns produtores organizados, já na década de 70, apenas em 2010 foi criado por meio de diálogos e vários encontros o Decreto nº 73358 de 17 de

novembro de 2010, o qual foi instituído o Sistema de Comércio Justo e Solidário (SCJS) e para o fortalecimento das práticas do Comércio Justo e Solidário (CJS) e o seu fomento (STELZER; TOLDESKAT, 2016). O Consumo Responsável (CR) é definido pelo Instituto Kairós, Pistelli e Mascarenhas (2011, p. 5), como: intervenção do consumidor que entende que suas escolhas diárias afetam sua qualidade de vida, a sociedade, a economia e a natureza. Assim, esse consumidor (um indivíduo, um grupo ou uma instituição) busca alternativas, ajudando a construir opções saudáveis, sustentáveis e responsáveis de produção, comercialização e consumo.

O Consumo Responsável é desenvolvido por meio de ações dos sujeitos conscientes que buscam práticas solidárias de consumo. Essas práticas é o que os movimentos como a EPS e o CJS vem buscando desenvolver junto aos envolvidos em várias atividades concretas como os GCRs, por meio de processos educativos. Assim, os consumidores responsáveis reconhecem as ações e os meios de divulgações dessas ações praticadas pelo capitalismo para o crescimento constante do consumir, bem como percebem os impactos ao planeta proveniente deste consumo desenfreado e refletem quando adquirem um produto, como, onde e porque ele foi produzido e por fim compreendem que seu ato de consumo é um ato político.

De acordo com Pistelli (2014, p. 15) é imprescindível desenvolver o Consumo Responsável como estratégia para: “(1) fortalecimento do trabalho desses grupos, (2) de acesso a segurança alimentar e demais condições de vida digna por parte das pessoas envolvidas”.

Portanto, o Consumo Responsável é uma prática que desenvolve uma relação humana para o bem viver do ser humano e da natureza, ação em contradição ao praticado no modelo capitalista. A seguir apresentamos uma experiência concreta – GCR Armazém de Economia Popular Solidária - de prática fomentada pela EPS, em que desenvolvem o CJS e buscam por processo educativo a conscientização para um Consumo Responsável.

Grupos de Consumo Responsável e Armazém de EPS

Os Grupos de Consumo Responsável surgem em contraposição, a essa forma de produção e consumo mundial vigente. Esses grupos desenvolvem práticas que valorizam tanto o ser humano quanto a natureza, salientando que o ser humano também é natureza. Entre tantas ações, como possibilidade de substituição das práticas de comercialização

presentes ao modo de produção hegemônico, nascem os Grupos de Consumo Responsável (GCRs). O GCR Armazém de EPS – objeto deste estudo - se embasa nas concepções dos GCRs que seguem a lógica da EPS.

Grupos de Consumo Responsável: base conceitual

Os GCRs são compostos por produtores e consumidores que buscam outras maneiras de produzir, comercializar e consumir, e desta forma enfrentar as práticas desenvolvidas na sociedade capitalista.

A trajetória destes grupos inicia com o advento das cooperativas de consumo que surgiram no século XVIII. O Cooperativismo de Consumo surgiu nos meados do século XIX. Aconteceram várias ações coletivas, porém a primeira cooperativa foi a Pioneiros Equitativos Rochdale²⁴, que se originou na Inglaterra em 1844. Essa prática se deu devido uma greve dos tecelões por melhores condições de trabalho. Na sua maioria, esses trabalhadores, seguiam as ideias de Robert Owen, como dito antes, um socialista utópico, o qual buscou novas formas de produção, comercialização e consumo (SINGER, 2002). Assim, os GCRs se inspiraram nas práticas deste tipo de cooperativa. Conforme o Instituto Kairós, Pistelli e Mascarenhas (2011, p. 11), os GCRs são:

Uma alternativa para construir estratégias de compra e venda baseadas em relações de ética e transparência entre produtores, vendedores e consumidores são os GCRs, grupos de pessoas que decidem organizar-se para comprar determinados produtos, de uma forma diferente da que ocorre no mercado convencional. Essas pessoas querem ter acesso a produtos que tenham qualidade nutricional e que sejam fruto de um sistema produtivo e comercial que respeite as pessoas e o meio ambiente.

Estes grupos têm como objetivos que:
vai além do ato de consumo, buscando promover a troca de saberes entre os participantes, a reflexão e a transformação de hábitos e costumes, tornando possível para o consumidor assumir ativamente sua responsabilidade na dinâmica das relações sociais que acontecem desde a produção até o consumo dos alimentos e produtos em geral (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 11).

²⁴Cooperativa que se originou, em princípio, como associação em 21/12/1844, com 28 tecelões, no bairro de Rochdale, na cidade de Manchester, na Inglaterra (SINGER, 2002).

Portanto, esses grupos desenvolvem outras formas de relações – que podemos chamar de sustentável, devido ao uso consciente dos recursos naturais - distintas das relações da sociedade capitalista. Em vista disso, pode-se dizer que a preocupação dos GCRs é com o ser humano – tanto na produção quanto no consumo - e com a preservação dos recursos naturais do Planeta. Estes grupos seguem as práticas e princípios da EPS, desenvolvem uma comercialização em que há um CJS e possibilitam - por meio de processos educativos – a conscientização para um Consumo Responsável. A seguir uma experiência concreta destes grupos, o GCR Armazém de EPS.

GCR Armazém de EPS: experiência concreta fomentada pela EPS²⁵

O GCR Armazém de Economia Popular Solidária (Armazém de EPS) surge em 2016 na cidade do Rio Grande – RS, Brasil. Este grupo se formaliza como uma associação no ano de 2019, por meio de uma assembleia com pessoas envolvidas no grupo, os quais são mais assíduos e atenderam o convite. Esta ação foi necessária para atender as necessidades do grupo e a legislação. Desta forma este grupo passa a denominar-se Associação Educacional para o Consumo Responsável Armazém de Economia Solidária Rio Grande. O Logotipo do GCR Armazém de EPS é apresentado na figura 1.

Figura 1 - Logotipo do GCR Armazém de EPS



Fonte: arquivo do NUDESE

²⁵Este tópico foi construído baseado no trabalho referenciado a seguir:

BRAGA, M. Angelica; ANELLO, Lúcia. S. e MOURA, Danieli V. O grupo de Consumo Responsável Armazém de Economia Popular Solidária de Rio Grande: uma análise a partir da educação ambiental crítica. *Anais do XII Encontro e Diálogo com a Educação Ambiental – EDEA: Educação Ambiental no contexto das múltiplas crises: que mundo queremos?* 03 a 26 de novembro de 2020. (Org.) Luciana Netto et al. Rio Grande: Ed. FURG, 2021.

O GCR Armazém de EPS é incubado pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE²⁶-FURG), visto que ainda não tem autonomia junto aos produtores e consumidores. Dentro desta incubação é desenvolvido, além do assessoramento para a consolidação e planejamento de negócios, a formação em EPS e CJS – das suas concepções e princípios, bem como para a conscientização de um CR. Estes movimentos têm o intuito de suprimir o sistema capitalista.

Conforme o Manual de Economia Solidária, elaborado pela Assembleia Legislativa do RS, o processo de incubação dos grupos:

compreende um conjunto de atividades sistemáticas de formação e assessoria que percorrem desde o surgimento do Empreendimento Econômico Solidário até sua consolidação e que busca, através da troca de conhecimentos, fazer com que o Empreendimento, no fim do processo, conquise autonomia organizativa e viabilidade econômica (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2017, p. 15).

O surgimento do GCR Armazém de EPS se deu após várias conversas com outros sujeitos que fazem parte de incubadoras e universidade no município vizinho, que também assessoram um GCR. Esta ação do NUDESE foi uma resolução ao escoamento dos produtos dos grupos da EPS da localização assessorados pelo NUDESE. Além da preocupação deste núcleo por fomentar a produção de alimentos saudáveis de produtores de pequena escala e que buscam produzir com o mínimo de impactos aos recursos naturais do Planeta.

No presente momento este grupo em questão têm cadastrado na plataforma Cirandas²⁷ 36 produtores e 344 consumidores. Contudo salientamos que nem todos os

²⁶O Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE-FURG) surgiu em 2003. Esse núcleo é permanente, e tem como objetivo oferecer apoio a projetos que tenham enfoque na promoção do desenvolvimento através de geração de trabalho e renda. Suas atividades são desenvolvidas a partir de projetos específicos que visam atender cada uma das seguintes áreas: cooperativas, associações, grupos informais. Disponível em: <https://nudese.furg.br/historia>. Acesso em: 21 de set. de 2022.

²⁷Plataforma Cirandas: O Cirandas é uma iniciativa do FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária - e tem como objetivo oferecer ferramentas na internet para promover a articulação econômica, social e política de quem gosta da Economia Solidária ou vive dela. Seus principais objetivos são: potencializar o fluxo de saberes, produtos e serviços da Economia Solidária; oferecer ferramentas para a constituição e consolidação de redes e cadeias solidárias; ser um espaço de divulgação da economia solidária e de busca de seus produtos e serviços para consumidores individuais e coletivos (públicos, privados e grupos de consumidores) e permitir a interação entre vários atores em comunidades virtuais e espaços territoriais, temáticos e econômicos. Disponível em: <https://cirandas.net/>. Acesso em: 20 de set. de 2022.

consumidores têm participado das atividades e efetuado compras no grupo. A gestão é realizada por 3 (três) consumidores, os quais foram aceitos em assembleia.

Os produtos ofertados no GCR Armazém de EPS da localização (Rio Grande e São José do Norte) são hortifrutigranjeiros orgânicos, pescado, lanches, marmitas, bolos e cucas. Assim as áreas beneficiadas são: agricultores ou camponeses familiares, pesca artesanal e gastronomia. Os sujeitos produtores e buscam seguir a lógica da EPS, do CJS e fomentam aos seus consumidores um CR.

Apesar da preferência dos GCR comercializar produtos da localização, ainda assim os produtos ofertados no GCR Armazém de EPS são advindos de todo o Brasil, visto que não há variedade de produtos na região. No entanto há critérios na inserção destes produtores, tal como: ser grupos da EPS e orgânicos certificados, em transição ou por confiança.

Os produtos da localização têm uma dinâmica direta entre produtores e consumidores, porém os produtos advindos de outras localidades do país é realizada pela plataforma Rede Rizoma. Esta rede surge para compras em conjunto, nas quais diminuem o valor do frete. Na Rede Rizoma fazem parte a associação de produtores de Pelotas – RS e os GCRs da região Sul do RS, inclusive o GCR Armazém de EPS e para discussões e reflexões contra hegemônicas entre estes sujeitos e todos aqueles envolvidos em movimentos que buscam outra forma de se viver.

Os consumidores do GCR Armazém EPS na sua maioria são professores, técnicos e alunos da FURG. Estas pessoas estão preocupadas com a sua saúde e de como são produzidos os produtos que estão adquirindo, bem como valorizam os produtores de pequena escala, a cultura local e os recursos da natureza.

O GCR Armazém EPS tem como funcionamento utilizar a plataforma Cirandas, em que toda semana abre um ciclo de pedidos ofertando produtos disponíveis tanto no ponto de comercialização quanto na produção dos produtores (este procedimento não ocasiona perdas aos produtores, já que eles colhem ou produzem apenas o que já foi vendido a priori).

O procedimento metodológico do NUDESE junto aos grupos de assessora, inclusive o GCR Armazém EPS, é por meio do método freireano na “ação-reflexão-ação”, um processo crítico e reflexivo da realidade do mundo que busca a emancipação e transformação dos sujeitos e do mundo. Para tanto é necessário formações que valorizem

os produtores de pequena escala e da agricultura familiar, pois esses sujeitos são explorados. Em relação as formações continuadas apontam as autoras Braga, Anello e Moura (2021, p. 12; 13):

Estes processos formativos são necessários para o conhecimento e entendimento do andamento do Grupo e de tomadas de decisões por parte dos sujeitos que o compõem, constituindo-se, portanto, em uma ferramenta de luta contra o consumo insustentável. Assim, as formações continuadas têm por finalidade a discussão da construção de outras formas de produção, comercialização e consumo pautadas na reflexão, na criticidade e nas ações sustentáveis, ou seja, formas não degradadoras da natureza, pois preconizam uma produção orgânica.

Assim sendo, salientam as autoras supracitadas sobre o GCR Armazém EPS:

pode-se dizer que o Armazém de Economia Popular Solidária, assim como os demais GCRs, desenvolve a Economia Solidária através da difusão dos princípios e práticas do comércio justo e do consumo solidário, da construção de estruturas de comercialização compartilhadas entre os empreendimentos e da realização de projetos e programas de formação e assessoramento para os coletivos de produção. Estas ações desenvolvem outras formas de relações entre as pessoas e o mundo, na medida em que não exploram os trabalhadores, os preços dos produtos são justos a todos envolvidos e não degrada com a natureza, pois o centro destas relações é o ser humano (verdadeira ontologia humana) - produtor e consumidor - e a natureza, logo, são relações transformadoras e humanizadoras (BRAGA; ANELLO; MOURA, 2021, p. 13):

Portanto, por ora concluímos que os GCRs e mais especificamente o GCR Armazém de EPS são grupos que buscam por uma outra economia, distinta desta desenvolvida pelo capitalismo, que suprima este sistema hegemônico, tal como a EPS. Para isso é necessário que os sujeitos pratiquem esta outra economia e o CJS. Estas ações só são possíveis com a conscientização destes sujeitos a um CR e a sua condição neste mundo. Para que haja uma transformação dos sujeitos é preciso a sua emancipação, visto que estão alienados e dominados por este sistema desumanizador. Assim, perante a esta constatação acreditamos que as formações - sejam elas continuadas ou não - são imprescindíveis para a luta contra este sistema capitalista devastador.

Considerações Finais

Concluimos por hora que a EPS é outra economia que vem desenvolvendo práticas que são distintas das práticas desenvolvidas no capitalismo. Estas práticas buscam um bem viver do ser humano e do Planeta. Para tanto, lutae fomenta pelo desenvolvimento de um CJS. Esta forma de comercialização é possível, uma vez que os consumidores estão conscientes da sua condição no mundo e de que é necessário um CR.

Estas práticas são desenvolvidas nos GCRs e no GCR Armazém de EPS não é diferente. Este grupo tem buscado seguir a lógica da EPS, desenvolver um CJS e constituir o conhecimento para um CR. Desta forma, suas práticas, podemos dizer, que são distintas do capitalismo.

Este estudo atingiu seu objetivo, já que apresentamos no corpo deste texto o GCR Armazém de EPS com o seu embasamento, caracterização, estrutura e funcionamento. Assim demonstramos que este grupo vive uma experiência concreta distintas das práticas capitalistas na produção, comercialização e consumo.

Deixamos como contribuição que há outra forma de economia – EPS - mais justa e igualitária, que ela existe e é possível, bem como esta outra economia luta para a supressão do sistema capitalista.

Como sugestão, deixamos a necessidade de outras pesquisas junto aos GCRs, mais especificamente ao GCR Armazém de EPS, que inclua os produtores e os consumidores. Assim ser possível um diálogo entre estes sujeitos, os teóricos da teoria crítica de EPS e CJS e a compreensão do pesquisador e da pesquisadora. Desta forma, levar ao mundo a voz dos produtores de pequena escala e suas práticas.

Referências

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Manual de Economia Solidária. Rio Grande do Sul, 2017.

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL PARA O CONSUMO RESPONSÁVEL ARMAZÉM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE. Estatuto Social. Rio Grande, 2019.

BRAGA, M. Angelica; ANELLO, Lúcia. S. e MOURA, Danieli V. O grupo de Consumo Responsável Armazém de Economia Popular Solidária de Rio Grande: uma análise a partir da educação ambiental crítica. Anais do XII Encontro e Diálogo com a Educação Ambiental – EDEA: Educação Ambiental no contexto das múltiplas crises: que mundo

queremos? 03 a 26 de novembro de 2020. (Org.) Luciana Netto et al. Rio Grande: Ed. FURG, 2021.

BRASIL. DECRETO No 7.358, de 17/11/2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm. Acesso em: 24 de set. 2022.

BRASIL. Portaria MTE N° 2060 de 30/12/2014. Disponível em: PORTARIA MTE N° 2.060, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014 (diariofiscal.com.br). Acesso em: 25 de set. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL (CONIC) e FÓRUM

BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). Economia Solidária: Outra economia a serviço da vida acontece. Elaboração: Ademar Bertucci et al. Campanha da Fraternidade Ecumênica. 2010.

FREIRE, P. Educação como prática de liberdade. 28.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Gadotti, Moacir. Economia solidária como práxis pedagógica / Moacir Gadotti. -- São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI, Renata de Salles S. e MASCARENHAS, ThaisSilva. Organização de Grupos de Consumo Sustentável: Caminhos para práticas de consumo responsável. [Elaboração de textos] Pistelli e Thais Silva Mascarenhas. São Paulo: Instituto Kairós, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio da Pesquisa Social. Capítulo I. In. Deslandes, Suely Ferreira. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009a.

PISTELLI, Renata de Salles S. Relações de Consumo Responsável em Educação: um diálogo com a Economia Popular e Solidária através da trajetória do Instituto Kairós. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2014.

SINGER, P. Introdução a Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

ESTRATEGIAS ASOCIATIVAS DE MEJORA DE CAMPESINOS EN MERCADOS OLIGOPSONICOS: LAS ORGANIZACIONES DE VITICULTORES CERTIFICADAS FAIRTRADE EN CHILE

262

Ximena Quiñones Díaz, Universidad Católica del Maul,
xquinones@ucm.cl

Eduardo Letelier Araya, Universidad Católica del Maule,
eletelier@ucm.cl

Marco Coscione, Gestión Social,
marco.coscione@gmail.com

Resumen

Por su trayectoria, relevancia económica, social y cultural, la vitivinicultura es una de las actividades económicas más importantes de la zona central de Chile. Los campesinos participan de este mercado como proveedores de uva vinífera y como productores de vinos de diversas calidades. Sin embargo, ante la elevada concentración del mercado doméstico, el despliegue de prácticas de competencia desleal y la debilidad regulatoria del Estado, los campesinos han debido implementar diversas estrategias asociativas de mejora, a fin de reducir costos, mejorar calidad, asegurar volúmenes, precios competitivos y acceder a mercados dinámicos. Una de estas estrategias asociativas de mejora, corresponde a la certificación de organizaciones de viñateros bajo las normas del sistema de comercio justo Fairtrade International. A partir del análisis comparado de cinco estudios de caso, que corresponden al universo de organizaciones de pequeños viñateros certificadas por Fairtrade en Chile, el presente artículo analiza la diversidad de estrategias asociativas de mejora y los resultados económicos obtenidos por los productores. Utilizando entrevistas a representantes de organizaciones certificadas Fairtrade e información secundaria, el estudio caracteriza: (1) los modelos de negocios y estrategias competitivas de cada organización; (2) las estrategias asociativas de mejora implementadas; y (3) los resultados económicos obtenidos por las organizaciones. Este análisis hace visible que la certificación Fairtrade aparece relacionada con resultados económicos positivos para los pequeños productores, desde el punto de vista de los precios promedio obtenidos por la venta de uva vinífera. Sin embargo, esta estrategia de mejora es complementada con otras estrategias relacionadas con la certificación orgánica, el desarrollo de productos y la contractualización vertical y horizontal, todas las cuales contribuyen a superar los precios determinados por la estructura oligopsonica del mercado doméstico.

Palabras clave: Comercio justo; Campesinos; Estrategias de Mejora; Vino; Oligopsonio.

Abstract

Due to history and economic, social and cultural relevance, viticulture is one of the most important economic activities in central Chile. Peasant agriculture participates in this market as a supplier of wine grapes and as a producer of wines of various qualities. However, given the high concentration of the domestic market, the deployment unfair competitive practices and the regulatory weakness of the State, peasants have had to implement various associative improvement strategies in order to reduce costs, improve quality, ensure competitive volumes and prices and access dynamic markets. One of these associative improvement strategies corresponds to the certification of winegrowers' organizations under the standards of the Fairtrade International system. Based on the comparative analysis of five case studies, corresponding to the universe of Fairtrade-certified small winegrowers' organizations in Chile, this article analyzes the diversity of associative upgrading strategies and the economic results obtained by producers. Using interviews with key informants and secondary information, the study characterizes: (1) the

business models and competitive strategies for each organization; (2) the upgrading strategies implemented; and (3) the economic results obtained by organizations. This analysis shows that Fairtrade certification appears to be related to positive economic results for small producers, from the point of view of the average sales prices obtained for wine grapes. However, this upgrade strategy is complemented by other strategies related to organic certification, product development, and vertical and horizontal contracting, all of which contribute to exceeding the prices determined by the oligopsonic structure of the market.

Keywords: Fair Trade; Peasants; Upgrading strategies; Wine; Oligopsony.

Introducción

Por su trayectoria y relevancia económica, social y cultural, la vitivinicultura es una de las actividades económicas más importantes de la zona central de Chile. En la última década del siglo XX, la vitivinicultura se transformó en un ícono de la inserción comercial internacional del país, con exportaciones de vino creciendo desde 43,1 a 850,2 millones de litros en el período 1990-2018. En el año 2018, las exportaciones alcanzaron un valor de 2 mil millones de dólares (ODEPA, 2019a), lo que ubicó al país como el sexto productor y quinto exportador mundial de vino (OIV, 2019).

Al año 2016 existían unas 670 empresas dedicadas a la elaboración de vinos en Chile. De este universo, 401 realizaban ventas al exterior. Sin embargo, la empresa líder del mercado concentraba un 19% de las exportaciones; valor que se incrementaba al 50%, al considerar a las 10 principales empresas (Aiguasol, 2016). En cuanto a superficie plantada, al año 2018 se contabilizaban 14.583 propiedades agrícolas con 0,5 has. o más de viñas y una superficie total de 137.191 ha (SAG, 2020). Las tres empresas más grandes concentraban cerca de 14% de esa superficie, ubicándose mayoritariamente en zonas de riego. Por su parte, tres principales empresas vitivinícolas representaban un 85% de las ventas en el mercado interno, lo cual apunta a una estructura de mercado oligopólica (Lima, 2015). También se observaba la integración vertical de la industria, el aumento en la escala de operaciones de las grandes corporaciones, barreras de ingreso para nuevas empresas y la disminución de la capacidad negociadora de los proveedores (Echeñique, 2012).

La agricultura familiar campesina, por su parte, contaba con 13.605 has. plantadas con uva vinífera, de las cuales 76,8% se ubica en zonas de secano (Berdegué, 2014). De acuerdo a un estudio realizado sobre una muestra de viticultores atendidos por el Instituto de Desarrollo Agropecuario (INDAP) del Ministerio de Agricultura, se puede estimar que un 34% de la producción de uva vinífera generada por este subsector era vendida a alguna

de las 32 bodegas campesinas, individuales o asociativas, existentes en Chile (INDAP, 2014). El restante 66% era vendido a alguna de las bodegas medianas y grandes presentes en el país, implicando unos 86 millones de kilos. De este conjunto de bodegas compradoras, una cantidad significativa opera como intermediaria de las tres principales empresas vitivinícolas de Chile. Las estrategias de negocios de estas grandes empresas, en lo relativo al manejo de inventarios y a la incorporación de uva de mesa y de agua al proceso de vinificación, tienen como consecuencia un desacople entre los precios nacionales e internacionales del vino, que perjudica a los productores de uva; en su mayoría, viticultores campesinos (FNE, 2012). Como resultado, es común que éstos deban aceptar precios de uva que están por debajo de sus costos de producción (Lima, 2015). Esto ha desencadenado periódicamente protestas de los campesinos que comercializan su uva vinífera en el mercado abierto (i.e. *spot*) y que han denunciado ante la autoridad económica el abuso de posición dominante de las grandes empresas vitivinícolas. En particular, si bien la investigación realizada por la Fiscalía Nacional Económica no logró demostrar estos abusos, alertó a las instituciones sectoriales e torno a las imperfecciones del mercado vitivinícola, tales como su alto nivel de concentración, la baja disponibilidad de datos sistemáticos sobre precios y volúmenes transados, y la debilidad de los sistemas de fiscalización de la calidad de uvas y vinos (FNE, 2017).

Frente a esta situación, las organizaciones de viticultores campesinos, con el apoyo más o menos regular del Estado, han venido impulsando diversas estrategias para mejorar la inserción campesina en los mercados, destacando la creación de empresas asociativas capaces de transformar sus materias primas y comercializar sus productos en mercados exigentes (De Kartzow, 2016). El éxito de esta estrategia depende de la capacidad de las organizaciones de diferenciar productos y atender nichos de mercado dispuestos a pagar mayores precios (Leporati, 2004; Fawaz, 2007; Martínez et al., 2014), para lo cual un instrumento ha sido el uso de certificaciones de calidad sanitaria, ambiental y social (Ponte & Gibson, 2005). Es decir, sistemas de garantía de tercera parte respecto de los atributos de los procesos o productos ofrecidos (Köbrich et al., 2014; Oyarzún et al., 2002; Pons & Sivardière, 2002).

La certificación de Comercio Justo es resultado de un movimiento social que nace después de la II Guerra Mundial, denunciando las relaciones comerciales desiguales entre países industrializados del norte y países exportadores de materias primas del sur. En

América Latina, las primeras experiencias ocurren en la década del 70 del siglo XX con organizaciones de campesinos cafetaleros de México quienes venden su café asociativo a organizaciones de consumidores holandesas (Coscione, 2012). Desde el año 2002, diversas expresiones del Comercio Justo convergen en el sello Fairtrade, que se consolida como una de las certificaciones de mayor alcance y trayectoria a nivel global (Wills, 2006). Aunque Fairtrade no es el único sello de Comercio Justo a nivel global, en Chile es el único que ha certificado a organizaciones de viticultores campesinos hasta el presente.

En el año 2017 existían 164 organizaciones certificadas Fairtrade para comercializar uvas de vino, a nivel global. Entre ellas destacaban 43 organizaciones de productores, de las cuales 42 estaban en el Hemisferio Sur. En el año 2017, los principales países productores de uva de vino certificada Fairtrade fueron Sudáfrica, Argentina y Chile. En conjunto esos países exportaron unos 37,4 millones de litros de vino certificado Fairtrade, equivalentes a un 3,8% de las exportaciones mundiales de vino. De este volumen, Chile aportó sólo el 5,7% (Fairtrade, 2019a; Fairtrade, 2019b).

El Comercio Justo está presente en el sector vitivinícola de Chile desde que, en la década del 80 del siglo XX. Actualmente, de las 32 bodegas campesinas existentes en Chile, 5 corresponden a bodegas de organizaciones de pequeños productores certificadas Fairtrade. Estas organizaciones, se caracterizan por ser grupos de personas que colaboran para lograr ciertos propósitos; están en áreas rurales; están basadas en membresía; tienen una estructura democrática que permite a los miembros controlar las operaciones de la organización y tienen una función económica como parte de una cadena de valor (Magnus & Flink, 2018).

El objetivo del presente artículo es analizar la certificación Fairtrade y su impacto en los resultados económicos de organizaciones de vitivinicultores campesinos. Particularmente, en el contexto de un mercado oligopsónico, como es el caso del mercado de la uva vinífera en Chile. La hipótesis de trabajo es que la estrategia de certificación Fairtrade genera resultados económicos positivos para los pequeños productores viñateros, permitiéndoles afrontar satisfactoriamente las limitaciones del mercado interno de carácter oligopólico.

Marco conceptual

Modelos de negocios y estrategias de mejora asociativas de pequeños productores en países en desarrollo

La posibilidad de mejora de los ingresos agropecuarios de las familias campesinas depende, en gran medida, de su capacidad de acceder a mercados dinámicos (De Kartzow, 2016). Para esto, la asociatividad resulta fundamental (Berdegué, 2001). Esta puede basarse en arreglos informales o formales entre agricultores. En la cadena de valor del vino en Chile, entre los primeros tipos de arreglos se tienen acuerdos o coordinaciones horizontales entre viticultores para negociar los precios de la uva vinífera, cada temporada. Entre los segundos, diversas formas jurídicas empresariales tales como sociedades comerciales o cooperativas (Lima, 2015).

Cualquiera que sea el tipo de organización de pequeños productores, su operación puede ser comprendida en función del modelo de negocio que persigue (Magretta, 2002). De acuerdo a Shafer et al. (2005) un modelo de negocio describe las opciones estratégicas de una empresa para crear y capturar valor dentro de una cadena de valor. Se trata de un conjunto de actividades realizadas para transformar las materias primas en productos terminados y vendidos, agregando valor en cada eslabón o actividad (Gereffi, 1999; Kaplinsky & Readman, 2005; Kaplinsky & Morris, 2001). En el caso de las organizaciones campesinas, por lo regular estas propuestas de valor comprenden servicios de intermediación de insumos, financiamiento y asistencia técnica, el procesamiento y la comercialización de productos y la asesoría para acceder a mercados y políticas públicas de fomento.

El concepto de mejora (i.e. *upgrading*) se refiere a toda innovación que incrementa el valor agregado (Pietrobelli & Rabelloti, 2004). En particular, Riisgaard et al. (2010) describen siete diferentes estrategias de mejora entre pequeños productores de países en desarrollo, agrupadas en tres tipos. Primero, el mejoramiento de procesos, productos o volúmenes, con permanencia en el mismo eslabón. Segundo, el cambio y/o agregación de funciones en la cadena de valor, ya sea a través de un escalamiento o de una reducción funcional. En el escalamiento, la organización asume una nueva función en la cadena de valor; en la reducción, se mueve un eslabón abajo en la cadena. Y, tercero, las estrategias que mejoran la coordinación en la cadena de valor, tales como la contractualización vertical, que significa hacer un mejor trato entre actores ubicados en eslabones diferentes

de la cadena; o la contractualización horizontal, que refiere a acuerdos entre productores para enfrentar el mercado.

A partir del marco conceptual propuesto por Riisgaard et al. (2010) es posible comprender los modelos de negocios asociativos de pequeños productores como la integración de diversas estrategias de mejora, orientadas hacia una estrategia de negocios genérica. Es decir, liderazgo en costos, diferenciación de productos o alta segmentación de mercado (Porter, 1997). Esto permite profundizar el análisis, determinando, por ejemplo, estrategias de mejora aplicables a un grupo específico de socios; o bien estrategias de mejora aplicadas conjuntamente sobre otros grupos específicos, debido a sus efectos sinérgicos.

Certificación Fairtrade como estrategia de mejora de organizaciones campesinas.

A través de la certificación de tercera parte se busca resolver el problema de asimetría de información, generando confianza en el consumidor (Pons & Sivardiére, 2002). La certificación Fairtrade, en particular, contribuye a corregir las asimetrías que tiene el comercio internacional, de modo que los consumidores del Hemisferio Norte conozcan de la problemática de los pequeños productores del Hemisferio Sur y, a través de su decisión de compra, favorezcan la sostenibilidad de sus explotaciones familiares (Fairtrade International, 2016).

El sistema Fairtrade International define a los pequeños productores como agricultores que no dependen del trabajo contratado permanente y que gestionan su actividad productiva en torno a la fuerza de trabajo familiar (Fairtrade International, 2019d). Para acceder a esta certificación, las organizaciones de pequeños productores deben estar dispuestas a recibir auditorías externas, demostrar transparencia y gobernanza democrática, cumplir la legislación nacional, y estar conformadas al menos por dos tercios de pequeños productores. Del mismo modo, deben cumplir un conjunto de criterios de producción, en los que destacan una serie de prácticas éticas relativas al medio ambiente y condiciones laborales (Fairtrade International, 2019d). En lo relativo al comercio, se espera que las organizaciones demuestren trazabilidad en todas sus operaciones.

Para los pequeños productores, poseer el sello Fairtrade les permite acceder a un mercado dinámico con un precio mínimo garantizado y recibir una prima o premio

adicional. Si el precio de mercado es más bajo que el precio mínimo, el comprador está obligado a pagar, al menos, este último precio (Fairtrade International, 2019c).

A partir de estas definiciones, la certificación Fairtrade puede ser considerada una estrategia de mejora basada en el cumplimiento de estándares de calidad de procesos y productos, que busca incrementar la competitividad de las asociaciones de pequeños productores y, por tanto, los ingresos de sus socios.

Metodología

Para el desarrollo del presente artículo se utilizó un enfoque descriptivo y comparativo, combinando métodos cualitativos y cuantitativos. En el primer caso, mediante entrevistas semiestructuradas a informantes claves, fue levantada información sobre origen e historia de cada organización, estrategias asociativas de mejora y precios pagados a los socios por la uva vinífera bajo certificación Fairtrade, según cepa y calidad (i.e. orgánica y convencional), en las temporadas 2017, 2018 y 2019. Las entrevistas fueron levantadas entre septiembre y noviembre del 2019 y comprendieron a los representantes de las cinco organizaciones de viticultores campesinos certificadas Fairtrade en Chile en 2019; al presidente de la Coordinadora Nacional de Comercio Justo de Chile (CNCJ) y a la profesional encargada de la Coordinadora Latinoamericana y del Caribe de Pequeños(as) Productores(as) y Trabajadores(as) de Comercio Justo (CLAC) en Chile. En tanto que el análisis cuantitativo fue realizado a partir de la información de precios de uva vinífera, efectivamente pagados a productores certificados Fairtrade por parte de sus organizaciones, complementada con informes de Fairtrade International (2009 y 2019c) sobre precios mínimos garantizados para uva vinífera certificada Fairtrade. Estos precios están reportados por kilo y en Euros y fueron convertidos a pesos al tipo de cambio promedio cada año, calculada con datos del Banco Central (2020). Tanto los precios efectivamente pagados como los precios mínimos por la uva vinífera certificada bajo Fairtrade fueron comparados con los precios de uva vinífera pagada a productores según lo reportado en el Boletín del Vino de la Oficina de Estudios y Políticas Agrarias (ODEPA, 2019b) del Ministerio de Agricultura²⁸. Este boletín publica datos de precios nominales de uva vinífera por kilo, pagados por corredores de uva vinífera en el

²⁸ Las series de precios al productor de ODEPA están disponibles en: <https://www.odepa.gob.cl/precios/al-productor?mobile=off>

mercado convencional (i.e. no Fairtrade). Este levantamiento de datos es realizado desde el año 2012 sólo en la Región del Maule, correspondiendo a un muestreo implementado por la Secretaría Regional Ministerial de Agricultura, cuya representatividad estadística no pudo ser corroborada para efectos del presente estudio. El reporte de precios del Boletín del Vino, distingue precios según uvas de calidad baja y calidad alta. A fin de asegurar la comparabilidad de los datos, se tomaron datos de precios del Boletín del Vino del mes de marzo de cada año y sólo se consideraron los precios de cepas producidas por las organizaciones en estudio, para el cálculo de un promedio simple.

Resultados

Los modelos de negocios asociativos y sus estrategias competitivas

En la Tabla 1 se presenta una síntesis de cada organización y sus modelos de negocios asociativos. La Cooperativa A, desarrolla una estrategia de negocios asociativo para lograr economías de escala y menores costos en la producción de vinos genéricos para venta a granel, tanto en el mercado interno como exportador. Para esto, además de procesar la uva vinífera de los socios, compra una cantidad similar a terceros no socios. Del mismo modo, presta servicios de vinificación. En general la Cooperativa A no conoce a sus consumidores finales, ya que realiza la mayor parte de sus ventas a través de corredores que proveen vino a otras bodegas. Sólo un 5% de la uva producida por los asociados es vinificada y vendida a granel a corredores certificados por Fairtrade. Una proporción aún menor es producida bajo certificación orgánica. La Sociedad B, por su parte, desarrolla una estrategia de negocios enfocado en la diferenciación de vinos varietales de cepas francesas. Todos sus vinos son comercializados en botella y cuentan con la certificación Fairtrade. Esto le da acceso a un nicho de mercado protegido de la rivalidad competitiva de la industria vitivinícola convencional. El principal cliente de la Sociedad B es OXFAM, que abastece tiendas de voluntarios en Bélgica y Alemania. En los últimos años, se han implementado procesos de certificación orgánica para las producciones de algunos de los socios, buscando responder a las tendencias en el consumo y a la competencia.

Tabla 1 Características de organizaciones de viticultores campesinos certificadas Fairtrade en Chile y sus modelos de negocios

Descriptor	Organización				
	A	B	C	D	E
Tipo de organización	Cooperativa	Sociedad anónima cerrada	Sociedad anónima cerrada	Cooperativa	Sociedad anónima cerrada
Año de fundación	1959	1997	2004	2008	2009
Año de ingreso a Fairtrade	2009	1997	2005	2009	2010
Antigüedad (años)	60	22	15	11	10
Socios Activos (N°)	112	23	20	18	18
Socios mujeres (%)	25,0	8,7	10,0	27,8	33,3
Producto comercial	Vino de cepa País a granel	Vino de cepas francesas embotellado	Vino de cepas francesas a granel	Vino de cepas francesas blend a granel	Uva vinífera País y cepas francesas
Superficie aproximada con viñas año 2019 (ha)	850,0	100,0	160,0	84,8	36,8
Zona agroecológica	Secano	Valle regado	Valle regado	Valle regado	Secano
Proveedores de uva	Socios y no socios	Sólo socios	Sólo socios	Sólo socios	Sólo socios
Volumen aproximado de uva comprada el año 2019 (kg)	20.000.000	810.811	79.089 (a)	962.720	249.637
Tiene bodega propia	Si	No	No	No	No
Paga servicio de vinificación	No	Si	Si	Si	No
Volumen de vino elaborado 2019 (l)	14.000.000	600.000	59.000	692.000	0
Ventas con sello fairtrade (%)	<5	100	80	100	100
Ventas con sello orgánico (%)	< 1	25	0	0	78
Estrategias competitivas	Liderazgo en costos	Diferenciación de producto	Alta segmentación de mercado	Alta segmentación de mercado	Alta segmentación de mercado

(a) Corresponde solamente al 10% de la producción de uva vinífera de los socios

La Sociedad C tiene una estrategia de negocios basada en una alta segmentación de mercado, abasteciendo a dos clientes principales: OXFAM y Kingsland Drinks. Este último es un intermediario que compra vino a granel para colocarlo en supermercados cooperativos en Reino Unido, con una marca propia. Los socios venden sus uvas a la organización o a corredores del mercado convencional. En la temporada estudiada, la organización compró sólo 10% de la producción de los socios, pero exportó con sello Fairtrade el 80% del vino elaborado con esa uva. El restante 20% lo comercializó con corredores regionales. La Cooperativa D tiene también una estrategia de alta segmentación del mercado, pues todos sus esfuerzos se dirigen a satisfacer a un solo cliente. La cooperativa compra uva de cepas francesas a sus cooperados y contrata servicios para elaborar vinos y exportarlos a granel. El sello Fairtrade permitió a D entrar al mercado ético y establecer una relación de largo plazo con su único cliente: Kingsland Drinks. Finalmente, la sociedad E también tiene una estrategia de alta segmentación del mercado. Es la única organización bajo análisis que no produce vino. Sólo vende uva vinífera y se ha enfocado en satisfacer las exigencias de calidad de dos clientes: una empresa internacional con sello Fair for Life, que exporta vinos con sello ético; y otra que exporta vinos Premium con sello de sustentabilidad. Ambas empresas exportan vinos orgánicos. Esto explica que, además de la certificación Fairtrade, la organización haya incorporado la certificación orgánica en gran parte de su producción.

Estrategias asociativas de mejora

Mejoramiento de productos, procesos o aumento de volumen

En la Tabla 2 se presentan las estrategias de mejora que las cuales incluyen -pero no se limitan- a la certificación Fairtrade. Todas las organizaciones han innovado para mejorar sus productos y procesos, pero con diferentes énfasis. Tres de las cinco organizaciones han incorporado la certificación orgánica, aunque con diferentes resultados. Por su parte, la estrategia de incremento de volumen sólo ha sido relevante para la Cooperativa A, que presta servicios de vinificación a terceros para optimizar la capacidad de su bodega. En menor medida, también ha sido relevante para la Cooperativa D, que en su proceso de conversión de sociedad anónima a cooperativa compró uva a altos precios para atraer nuevos cooperados.

Las 5 organizaciones intentan reducir sus costos de producción, pero sólo la Cooperativa A lo considera un objetivo central de su estrategia de negocios. Esta cooperativa además ha desarrollado proyectos con centros de investigación para crear nuevos productos, con base en el valor patrimonial de antiguas cepas de rulo, viticultura orgánica y vinos sin alcohol. Sin embargo, le ha costado posicionar esos vinos en el mercado. Aunque la Cooperativa A vende menos de 5% de su vino en el mercado Fairtrade, sus directivos consideran que el sello le otorga un respaldo de seriedad y consistencia ética que es valorado por todos sus clientes. La Sociedad B ha desarrollado productos diferenciados, tales como vinos orgánicos y vinos de reserva envejecidos en barricas de roble, que hoy representan el 25% y el 10% de su producción, respectivamente. De este modo, la organización enfrenta la creciente preferencia de los consumidores por productos con certificación ecológica y se mueve hacia nichos de mayor valor agregado. La Sociedad C ha desarrollado vinos varietales a granel con una marca alusiva a su origen campesino. Finalmente, la Sociedad E también se ha enfocado en producir uvas orgánicas de alta calidad para sus clientes, incorporando nuevas cepas, tales como Malbec y Syrah, e incorporando la certificación orgánica a gran parte de su producción de uva vinífera.

En cuanto a la agregación de funciones, un elemento diferenciador de las organizaciones certificadas Fairtrade es que disponen de una prima para invertir en proyectos sociales. Todas las organizaciones analizadas, utilizan esta prima para cofinanciar gastos en salud, educación y recursos para la producción de los asociados. Segundo, las organizaciones más antiguas (Cooperativa A y Sociedad B) prestan servicios de apoyo a la producción para sus socios, tales como maquinaria agrícola y programas de asistencia técnica financiados por el Estado. Estas son funciones clásicas de las organizaciones campesinas en Chile. Especialmente de aquellas que surgen al amparo de las políticas de fomento. La Sociedad C y la Cooperativa D, en cambio, no han desarrollado programas de apoyo técnico para sus asociados. Aunque la Sociedad C asesora la formulación de proyectos para sus asociados. Particularmente en lo referido al desarrollo de vinos embotellados con marcas propias.

La Sociedad E realiza una función crítica, como es la gestión de la vendimia, con el trabajo voluntario recíproco de todos los socios y sus familias, finalizándola con una fiesta que evoca la tradición viñatera del secano. Apesar de la fuerte penetración del

trabajo asalariado en las comunidades campesinas, esta práctica da cuenta de la permanencia del capital social comunitario.

Entre las cinco organizaciones, la Sociedad C es la más singular, pues ha diversificado sus actividades, integrando servicios de enoturismo inspirados en la tradición campesina. Esto ha sido posible debido a que la Sociedad C se ubica en el valle de Colchagua, donde las grandes bodegas han implementado una dinámica oferta de turismo enológico orientada a visitantes extranjeros, en base en el patrimonio vitivinícola de las haciendas del siglo XIX. De este modo, la ruta enológica de la Sociedad C se beneficia de la infraestructura y prestigio del destino turístico desarrollado por las grandes bodegas y sirve de punto de comercialización de vinos embotellados con marcas propias de sus socios.

Finalmente, respecto del mejoramiento de coordinación en la cadena de valor, las cinco organizaciones realizan acciones para mejorar la coordinación vertical y horizontal en la cadena de valor. La coordinación vertical consiste en negociar todos los años los contratos de venta con sus clientes. Por su parte, el sello Fairtrade es el elemento unificador de las organizaciones para sus acciones de coordinación horizontal: en el año 2014 las cinco organizaciones trabajaron en conjunto con sus pares argentinas para actualizar los precios mínimos garantizados por el sistema Fairtrade Internacional.



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



Tabla 2: Estrategias asociativas de mejora de organizaciones de viticultores campesinos certificadas Fairtrade en Chile

Estrategia de mejora		Organización				
General	Específica	A	B	C	D	E
a) Mejoramiento de productos procesos o volumen		elabora vino embotellado con la uva de los socios y lo exporta	elabora vino embotellado con la uva de los socios y lo exporta	elabora vino granel con la uva de los socios y lo exporta	elabora vino granel con la uva de los socios y lo exporta	acopia uva de los socios y vende al por mayor
	Mejoramiento de producto	certificación Fairtrade (>5%)	certificación Fairtrade (100%)	certificación Fairtrade (80%)	certificación Fairtrade (100%)	certificación Fairtrade (100%)
		certificación Orgánica (>1%)	certificación Orgánica (25%)	----	----	certificación Orgánica (78%)
		política de sustentabilidad	----	----	----	----
	innova en vino sin alcohol, espumante, y patrimonial (>5%)	produce vinos reserva en barricas de roble (10%)	desarrolla vinos varietales con identidad campesina	desarrolla vinos varietales (i.e. red blend)	produce uva de alta calidad y nuevas cepas	
Reduce costos de producción	optimiza costos fijos de bodega, prestando servicios de vinificación a terceros	negocia contrato de vinificación	cambia prestador de servicios de vinificación	negocia contrato de vinificación	minimiza gastos administrativos	
Incremento de volumen	compra uva vinífera a no socios	----	----	mejora precio de uva	----	
b) Cambio y/o agregación de funciones	Presta servicios de apoyo productivo	maquinaria agrícola	maquinaria agrícola	asesoría en formulación de proyectos para socios	coordina mano de obra y transporte para cosecha	organiza vendimia
		asesoría técnica	asesoría técnica	----	----	----
		fortalecimiento de asociatividad	fortalecimiento de asociatividad	----	----	----
	Presta servicios de apoyo social: prima Fairtrade	salud, educación, recursos para la producción	salud, educación, recreación, recursos para la producción	salud, educación, recursos para la producción	salud y educación; apoyo a biblioteca rural, campaña contra violencia de género	salud y recursos para la producción
	Desarrolla nuevas funciones	----	----	operador turístico y punto de venta de vino embotellado por socios	proyecto de bodega propia	proyecto de vinificación
----		----	----	se transforma en cooperativa	planea transformación en cooperativa	





AMANHÃ VAI SER OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o papel das iniciativas associativas autogestionárias na reorganização da sociedade



	Coordinación vertical	negocia contrato de venta de vino con clientes	negocia contrato de venta de vino con clientes	negocia contrato de venta de vino con clientes	negocia contrato de venta de vino con clientes	negocia contrato de venta de uva con clientes
c) Mejoramiento de coordinación en la cadena de valor		se coordinan para actualizar precios Fairtrade en 2014	se coordinan para actualizar precios Fairtrade en 2014	se coordinan para actualizar precios Fairtrade en 2014	se coordinan para actualizar precios Fairtrade en 2014	se coordinan para actualizar precios Fairtrade en 2014
	Coordinación horizontal	comparten clientes	comparten clientes	comparten clientes	comparten clientes	comparten clientes
		socia de Asociación Gremial de Comercio Justo	socia de Asociación Gremial de Comercio Justo	socia de Asociación Gremial de Comercio Justo	socia de Asociación Gremial de Comercio Justo	socia de Asociación Gremial de Comercio Justo



Análisis de resultados económicos

La Tabla 3 presenta el recuento de observaciones de precios de uva vinífera pagados a productor en el mercado convencional, para el período 2012-2019. Las 55 observaciones han sido agrupadas en una tabla de contingencia, de acuerdo a si se trata de precios de uvas viníferas de alta y baja calidad y si se trata de precios que estuvieron por abajo o por arriba del precio mínimo a productor garantizado por las organizaciones certificadas Fairtrade. El análisis de la Tabla 3 muestra que casi la mitad de los registros de precios de uva de calidad alta pagados en el mercado convencional (47,3%), estuvieron bajo del precio mínimo garantizado Fairtrade correspondiente a cada año. En cambio, el 71,4% de los registros de precios de uvas de calidad baja, pagados en el mercado convencional, se ubicaron bajo el precio mínimo garantizado por Fairtrade International.

Cabe destacar que el precio mínimo garantizado de Fairtrade, se construye con los viticultores de cada país bajo el principio de cubrir los costos de producción. De este modo, considerando las diversas estrategias de mejora implementadas por las organizaciones viñateras certificadas Fairtrade (Tabla 3), el precio de uvas de alta calidad debería ser considerado como la alternativa relevante contra la cual comparar el precio mínimo garantizado ofrecido por Fairtrade.

Tabla 3: Distribución de los registros de precios reportados para uva vinífera en el mercado convencional > o < al precio garantizado Fairtrade versus calidades de uva alta y baja (*)

Calidad de la uva	precio pagado por corredores en mercado convencional < precio mínimo garantizado Fairtrade	precio pagado por corredores en mercado convencional > precio mínimo garantizado Fairtrade	Total
Baja	40 (71,4%)	16 (28,6%)	56
Alta	26 (47,3%)	29 (52,7%)	55
Total	66	45	111

En la Tabla 4 y la Tabla 5 se comparan los precios promedio de uvas viníferas de alta calidad pagados a productor en el mercado convencional; y los precios promedio de uvas viníferas pagados a productor por parte de las organizaciones certificadas Fairtrade. La Tabla 4 presenta el caso de las uvas viníferas no orgánicas y la Tabla 5 presenta el caso de las uvas viníferas orgánicas certificadas Fairtrade, respectivamente. En las tablas puede observarse que la media y la mediana de los precios pagados por organizaciones certificadas Fairtrade fue superior a la media pagada a productor en el mercado regional para uvas de alta calidad. Esto se verificó en todas las temporadas y tanto para calidades no orgánicas como orgánicas comercializadas a través de organizaciones certificadas Fairtrade. En cada Tabla se reporta el resultado de la prueba estadística

no paramétrica de Kruskal-Wallis, a partir de lo cual puede concluirse que, salvo el caso del precio de la uva no orgánica para la temporada 2018, en todos los casos se rechaza la hipótesis nula de que la distribución de precios pagados a productor por organizaciones certificadas Fairtrade sea la misma que la distribución de precios pagados a productor en el mercado convencional. En otras palabras, que la diferencia de precios de uva vinífera pagada por organizaciones certificadas Fairtrade es estadísticamente significativa.

Tabla 4: Precio pagado en mercado convencional por uva de calidad alta, versus precio pagado por organizaciones por uva certificada Fairtrade no orgánica (2017-2019)

Año	Comprador y tipo de uva	N	Media	Mediana	Desviación estándar	Valor p
2017	Corredores convencionales, uva calidad alta	7	215,7	210,0	24,9	0,083
	Organizaciones, uva certificada Fairtrade	12	255,0	235,0	57,7	
	Total	19	240,5	230,0	51,2	
2018	Corredores convencionales, uva calidad alta	7	322,9	325,0	37,0	0,432
	Organizaciones, uva certificada Fairtrade	12	365,0	350,0	91,9	
	Total	19	349,5	350,0	77,8	
2019	Corredores convencionales, uva calidad alta	7	198,6	210,0	36,8	0,000
	Organizaciones, uva certificada Fairtrade	12	303,3	300,0	57,8	
	Total	19	264,7	235,0	72,0	

Tabla 5: Precio pagado en mercado convencional por uva de calidad alta, versus precio pagado por organizaciones por uva certificada Fairtrade orgánica (2017-2019)

Año	Comprador y tipo de uva	N	Media	Mediana	Desviación estándar	Valor p
2017	Corredores convencionales, uva calidad alta	7	215,7	210,0	24,9	0,000
	Organizaciones, uva certificada Fairtrade y orgánica	9	278,1	276,0	4,0	
	Total	16	250,8	273,6	35,8	
2018	Corredores convencionales, uva calidad alta	7	322,9	325,0	37,0	0,023
	Organizaciones, uva certificada Fairtrade y orgánica	9	397,0	350,0	64,9	
	Total	16	364,6	350,0	65,1	
2019	Corredores convencionales, uva calidad alta	7	198,6	210,0	36,8	0,000
	Organizaciones, uva certificada Fairtrade y orgánica	9	402,3	470,0	89,3	
	Total	16	313,2	306,0	125,3	

Discusión

Distintos estudios han confirmado los beneficios sociales y económicos de la certificación Fairtrade para los pequeños productores (Darko et al., 2017; Schneider, 2018). Sin embargo, la mayoría de estos estudios se ha centrado en productos de consumo masivo como café, cacao, té o bananos. Mucho menos analizada ha sido la cadena de valor del vino certificado Fairtrade, aun cuando su mayor complejidad permite anticipar mayores oportunidades de capturar valor agregado localmente. En este sentido, los pocos estudios existentes sobre la cadena de valor del vino certificado Fairtrade han abordado problemáticas de gobernanza antes que de impactos socioeconómicos (Kleine, 2008; Herman, 2019a, 2019b; Staricco & Ponte, 2015; Staricco, 2018). La excepción es el estudio de Malo & Mori (2003) que analizó tres casos de organizaciones de viticultores certificadas Fairtrade en Chile, describiendo los respectivos modelos de negocios y abordando cualitativamente impactos obtenidos en términos de mejoramiento en la calidad y precio de la uva vinífera, lo que redundó en mejoramiento en la seguridad y niveles de ingresos de las familias. En esta dirección, los resultados económicos reportados por las organizaciones viñateras para el presente estudio son consistentes, en el sentido de mostrar la existencia de impactos económicos positivos para los pequeños productores. Del mismo modo, reafirman hallazgos reportados por otros estudios sobre los impactos de la certificación Fairtrade (Waarts et al., 2013; Dragusanu et al., 2014; Becchetti et al., 2015; Darko et al., 2017; Fort & Ruben, 2017). En particular, las cinco organizaciones certificadas Fairtrade estudiadas desarrollan estrategias de mejora que las ubican fuera del mercado convencional de uvas de calidad baja, en el que participa la mayoría de los viticultores campesinos. Más aún, la certificación Fairtrade permitió a sus socios(as) recibir precios que igualan o superan a los precios pagados por uvas de calidad alta en el mercado convencional. A la vez que es posible observar una menor vulnerabilidad económica de los(as) viñateros(as) asociados(as), particularmente frente a crisis de precios en los mercados, generada por la existencia de un precio mínimo garantizado (Herrell et al., 2017).

Sobre este último aspecto, cabe destacar que Fairtrade International actualiza con regularidad el precio mínimo de los principales productos comercializados, tales como bananos, café y cacao. En cambio, en productos menores como uvas viníferas, las actualizaciones son mucho más espaciadas. De hecho, las dos últimas actualizaciones para Chile y Argentina ocurrieron en 2004 y 2014. En esta última ocasión, las

organizaciones estudiadas con la asistencia técnica de oficina de CLAC en Chile elaboraron un estudio de costos de producción de uva vinífera que justificaba una solicitud presentada a Fairtrade International para aumentar el precio garantizado. Como resultado, en 2014 el precio mínimo fue ajustado desde 0,25 a 0,28 euros por kilo para uva convencional; 0,3 a 0,33 euros por kilo para uva orgánica. En tanto la prima se mantuvo en 0,05 euros por kilo. En comparación, debido a la existencia de economías de escala y menores costos salariales, los precios mínimos para Sudáfrica fueron 40 por ciento menores a los precios mínimos para Chile y Argentina, aunque la prima fue la misma (Fairtrade International 2009 y 2019c).

Considerando que los precios mínimos garantizados por Fairtrade tienen como propósito cubrir los costos de producción, resulta relevante contrastar estos valores con los costos de producción reales para calidades orgánicas y convencionales, cepas criollas y francesas y distintos supuestos de rendimientos de uva vinífera por hectárea, régimen de secano o riego y región. En particular, a un tipo de cambio promedio de \$640 por euro para el mes de marzo del 2012 (i.e. vendimia), 0,25 euros equivalían a un precio mínimo garantizado de \$160 por kilo de uva vinífera convencional. Este valor se compara favorablemente con las estimaciones de costos medios por kilo de uva vinífera realizadas en el año 2012 y que determinaban un valor de \$125 para las cepas Cabernet Sauvignon y Merlot en la Región del Maule (bajo riego por goteo y rendimientos de 12.500 kg/ha); y un valor \$73 por kilo de uva vinífera, para la uva de cepa País en la Región de Ñuble (bajo secano y rendimientos de 9.000 kg/ha) (Lima, 2015). En el caso de uva vinífera orgánica, los 0,3 euros equivalían a un precio mínimo garantizado de \$192 por kilo de uva certificada Fairtrade. Tal precio se comparaba desfavorablemente con costos medios de \$211 por kilo de uva vinífera Cabernet Sauvignon en la Región de O'Higgins (bajo microrriego y rendimiento de 12.022 kg/há) y con costos medios de \$205 por kilo de uva vinífera Cepas Cabernet Sauvignon y Merlot en la Región del Maule (bajo microrriego y rendimiento de 8.883 kg/ha en Región del Maule (Quiñones, 2013).

En cuanto a los modelos de negocios y estrategias de mejora complementarias a la certificación Fairtrade y que explican los resultados obtenidos por las organizaciones de pequeños productores, del análisis de las estrategias de mejora realizado destaca la diversidad que presentan los casos estudiados. Esto puede ser explicado por la mayor complejidad de la cadena de valor del vino y la consecuente mayor cantidad de opciones de mejora. En particular, si bien las cinco organizaciones cuentan con la certificación

Fairtrade, se identifican otras estrategias de mejoras, tales como la operación turística (Sociedad C), la transformación administrativa y la relevancia de mujeres en los cargos directivos (Cooperativa D), la innovación en productos con base patrimonial (Cooperativa A), la elaboración de vinos con marcas familiares (Sociedad C) y la producción orgánica (Cooperativa A y Sociedades B y E). También se observa esfuerzos de coordinación vertical con la formación el año 2016, de la Coordinadora Nacional de Comercio Justo de Chile A.G. Un aspecto común de los casos estudiados es la estrategia de mejora basada en la incorporación de procesos de vinificación, sin los cuales los viticultores terminarían vendiendo su uva vinífera en el mercado interno, bajo condiciones altamente desfavorables. Esta estrategia de mejora se articula, con la venta a granel tanto a través del canal de exportación Fairtrade como de corredores en el mercado doméstico. La excepción a este enfoque estratégico de mejora es un caso exitoso de comercialización de uva vinífera en el mercado doméstico (E), a partir de una estrategia de mejora basada en el desarrollo de una calidad orgánica certificada, unida a la coordinación horizontal entre pequeños productores y a la coordinación vertical con un poder comprador con sello ético, dispuesto a ofrecer un precio superior por tal calidad. Esto confirma lo observado en estudios previos, respecto de que, en una economía abierta a la competencia internacional como es el caso de Chile, las empresas asociativas campesinas difícilmente obtengan resultados favorables para sus asociados a partir de estrategias de mejora basadas en la comercialización de productos indiferenciados (i.e. *commodities*) en mercados corrientes mayoristas. Más bien, deben enfocarse en productos diferenciados o bien en una alta segmentación de mercado, si es que desean obtener impactos (Berdegú, 2001).

En esta última dirección, los representantes de las organizaciones, representante de CLAC en Chile y presidente de la CNCJ entrevistados, coinciden en señalar que en el mercado vitivinícola internacional cobran mayor importancia factores asociados a la calidad y a la acreditación de la sostenibilidad ecológica en los procesos de producción, antes que la justicia o equidad social. Cuestión abordada en la literatura (Bidwell et al., 2018). Por consiguiente, los elementos de sostenibilidad garantizados por la certificación Fairtrade son considerados un camino viable para que nuevas organizaciones puedan entrar al mercado ético internacional del vino. Sin perjuicio de ello, esta estrategia de mejora debe ser ponderada con lo reportado en la literatura sobre la mayor intensidad

laboral asociada a la conversión de cultivos hacia estándares de certificación Fairtrade y orgánica (Dammert & Mohan, 2015).

Conclusiones

La vitivinicultura es una de las actividades económicas más importantes de la zona central de Chile. La agricultura familiar campesina participa de este mercado como proveedor de uva vinífera y como productor de vinos de diversas calidades. Sin embargo, ante la elevada concentración del mercado doméstico, el despliegue de prácticas de competencia desleal y la debilidad regulatoria del Estado, los campesinos han implementado diversas estrategias asociativas de mejora, a fin de reducir costos, mejorar calidad, asegurar volúmenes y precios competitivos y acceder a mercados dinámicos. Una de estas estrategias asociativas de mejora, corresponde a la certificación Fairtrade de organizaciones de viticultores.

A partir del análisis comparado de cinco estudios de caso, que corresponden al universo de organizaciones de pequeños viticultores certificadas por Fairtrade en Chile, y en forma consistente con otros estudios, el análisis muestra un impacto positivo de la certificación Fairtrade en el precio de la uva vinífera recibido por los viticultores a través de sus respectivas organizaciones, en comparación con el precio promedio obtenido por productores individuales en los mercados convencionales. Del mismo modo, se hace visible el rol del precio garantizado Fairtrade en orden a asegurar una mayor estabilidad de los ingresos para las familias, aunque se observa cierto rezago en la actualización del precio garantizados respecto de la realidad del mercado de uva de alta calidad.

El análisis realizado permite concluir que la certificación Fairtrade es una condición necesaria pero no suficiente para explicar los resultados económicos alcanzados por las cinco organizaciones analizadas. La condición suficiente radica en la complementación de la estrategia de certificación con otras estrategias de mejora que buscan responder a las condiciones propias de cada organización, frente al escenario de un mercado doméstico oligopólico para la comercialización de la uva vinífera. En este sentido, estrategias de mejora basadas en la incorporación del proceso de vinificación y comercialización o alternatively, basadas en el desarrollo de una calidad orgánica de la uva vinífera, junto a la coordinación horizontal y vertical de su comercialización, se

revelan como claves para el logro de resultados económicamente favorables para los campesinos.

En cuanto a la dimensión metodológica, el presente estudio comparte las limitaciones reportadas en la literatura, relativas a la ausencia de series temporales de datos que permitan medir efectos antes y después de la certificación, la dificultad de separar los efectos de las certificaciones Fairtrade y orgánica, el abordaje de los sesgos de selección y de la elección de casos contrafactuales (Dammert & Mohan, 2015; Fort & Ruben, 2017). Estos aspectos representan los principales desafíos a abordar en futuras investigaciones.

Del mismo modo, se evidenció la precariedad de la información de mercados públicamente disponibles, cuestión que ha resultado clave en las denuncias de abuso de posición dominante ante la Fiscalía Nacional Económica, que ha enfrentado a los viticultores familiares campesinos con las grandes bodegas vinificadoras.

Referencias

AIGUASOL (2016): “Caracterización de la industria vitivinícola. Informe final. Versión 3.0”, Santiago, Chile, CORFO.

BANCO CENTRAL (2020): “Base de datos estadísticos”, recuperado de: <https://si3.bcentral.cl/siete>

BECCHETTI, L. CASTRIOTA, S. & CONZO, P. (2015): “Quantitative analysis of the impacts of Fairtrade”, In Raynolds, L. and Bennett, E. (Eds), Handbook of Research on Fairtrade, 532-548, Cheltenham, UK, Edward Elgar Publishing Limited. DOI: [10.4337/9781783474622.00041](https://doi.org/10.4337/9781783474622.00041)

BERDEGUÉ, J. (2001): “Cooperating to Compete. Associative Peasant Business Firms in Chile (doctoral thesis)”, Wageningen University, Wageningen, The Netherlands.

BERDEGUÉ, J. (2014): “La agricultura familiar en Chile”, Serie Documento de Trabajo, N° 152, Santiago, Chile, RIMISP.

BEUCHELT, T. & ZELLER, M. (2012): “The role of cooperative business models for the success of smallholder coffee certification in Nicaragua: A comparison of conventional, organic and Organic-Fairtrade certified cooperatives”, Renewable Agriculture and Food Systems, 28(3), 195-211, DOI: [10.1017/S1742170512000087](https://doi.org/10.1017/S1742170512000087)

BIDWELL, S. MURRAY, W. E. & OVERTON, J. (2018): “Ethical agro-food networks in global peripheries, Part II: Re-placing commodity dependence”, *Geography Compass*, 12(47), e12365, DOI: [10.1111/gec3.12365](https://doi.org/10.1111/gec3.12365)

COSCIONE, M. (2012): “La CLAC y la defensa del pequeño productor”, Editorial FUNGLODE, CLAC, Santo Domingo, República Dominicana.

DAMMERT, A. & MOHAN, S. (2015): “A survey of economics of Fairtrade”, *Journal of Economic Survey*, 29(5), 855-868, DOI: [10.1111/joes.12091](https://doi.org/10.1111/joes.12091)

DARKO, E., LYNCH, A. & SMITH, W. (2017): “The impact of Fairtrade. A review of research evidence 2009-2015”, London, UK, Overseas Development Institute.

DE KARTZOW, R. (2016): “Situación de la institucionalidad de apoyo a la innovación comercial de la agricultura familiar y de los procesos de comercial de la agricultura familiar en Chile”, Buenos Aires, Argentina, IICA.

DRAGUSANU, R., GIOVANNUCCI, D. & NUNN, N. (2014): “The economics of Fairtrade”, *Journal of Economics Perspective*, 28(3), 217-236, DOI: [10.1257/jep.28.3.217](https://doi.org/10.1257/jep.28.3.217)

ECHENIQUE, R. (2012): “El caso de Chile”. En Soto, F. y Gómez, S. (Eds.), *Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y El Caribe: concentración y extranjerización*, 145-178, Santiago, Chile, FAO.

FAIRTRADE INTERNATIONAL (2009): “Tabla de precios mínimos y prima de comercio justo Fairtrade”, recuperado de: <https://www.fairtrade.net/standard/minimum-price-info>

FAIRTRADE INTERNATIONAL (2016): “Journey to change, fairtrade theory of change” Bonn, Germany, Fairtrade.

FAIRTRADE INTERNATIONAL (2019a): “Focus on fairtrade regions: Latin America and The Caribbean”, Monitoring Report, 10th Edition, Bonn, Germany, Fairtrade.

FAIRTRADE INTERNATIONAL (2019b): “Focus on fairtrade regions: Africa and The Middle East”, Monitoring Report, 10th Edition, Bonn, Germany, Fairtrade.

FAIRTRADE INTERNATIONAL (2019c): “Tabla de precios mínimos y prima de comercio justo”, recuperado de: <https://www.fairtrade.net/standard/minimum-price-info>

FAIRTRADE INTERNATIONAL (2019d): “Criterios de comercio justo Fairtrade para organizaciones de pequeños productores”, Bonn, Germany, Fairtrade.

FAIRTRADE INTERNATIONAL (2020): “Fairtrade producers overview”, Bonn, Germany, Fairtrade.

FAWAZ, M. (2007): “Globalización, reestructuración productiva y “nuevas” estrategias de los pequeños productores agrícolas de la provincia de Ñuble, región del Bio-Bio, Chile”. Cuadernos de Desarrollo Rural, 4(59), 11-35.

FNE (2012): “ANT: Rol FNE N°1428-09 (A). MAT: Informe de archivo”, recuperado de: http://www.fne.cl/transparencia/libro/archivos/archivo/informe_1428-09.pdf

FNE (2017): “ANTE: Presentación de un particular sobre la industria vitivinícola. Rol N°2369-15 FNE. MAT: Informe de archivo”, recuperado de: http://www.fne.gob.cl/wp-content/uploads/2017/06/inpu_007_2017.pdf

FORT, R. & RUBEN, R. (2017): “Dovetailing Fairtrade and organic agro-certifications in Latin America: How the twins can meet?”, In Parvathi, P., Grote, U. & Waibel, H. (Eds.), Fairtrade and organic agriculture: A winning combination? 141-156, Boston, USA, CABI, DOI:10.1079/9781786393050.0141

GEREFFI, G. (1999): “International trade and industrial upgrading in the apparel commodity chain”, Journal of International Economics, 48, 37-70, DOI:[10.1016/S0022-1996\(98\)00075-0](https://doi.org/10.1016/S0022-1996(98)00075-0)

HERMAN, A. (2019a): “Assembling Fairtrade: Practices of progress and conventionalization in the Chilean wine industry”, Environmental and Planning A: Economy and Space, 51(1), 51-68, DOI:[10.1177/0308518X18805747](https://doi.org/10.1177/0308518X18805747)

HERMAN, A. (2019b): “Asymmetries and opportunities: power and inequality in Fairtrade wine global production networks”, Area, 51(2),332-339, DOI:[10.1111/area.12467](https://doi.org/10.1111/area.12467)

HERRELL, K., TEWARI, R. & MEHLHORN, J. (2017): “[Honduran coffee trade: Economic effects of Fair Trade certification on individual producers](#)”, 2017 Annual Meeting, Alabama, Southern Agricultural Economics Association. DOI:[10.22004/ag.econ.252729](https://doi.org/10.22004/ag.econ.252729)

INDAP (2014): “Registro de viticultores en programas de INDAP”, Santiago, Chile, Departamento de Fomento, INDAP.

INDAP (2020): “Usuarios productores de vides atendidos por INDAP en la temporada 2019”, Santiago, Chile, Departamento de Fomento, INDAP.

KAPLINSKY, R. & READMAN, J. (2005): “Globalization and upgrading: what can (and cannot) be learned from international trade statistics in the wood furniture sector?”, Industrial and Corporate Change, 14(4), 679-703, DOI: 10.1093/icc/dth065

KAPLINSKY, R. & MORRIS, M. (2001): “A handbook for value chain research”, Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton, U.K.

KLEINE, D. (2008): “Negotiating partnerships, understanding power: doing action research on Chilean Fairtrade wine value chains”. *Geographical Journal*, 174(2), 109-133, DOI: [10.1111/J.1475-4959.2008.00280.X](https://doi.org/10.1111/J.1475-4959.2008.00280.X)

KÖBRICH, C., BRAVO, F., SÁEZ, L., & BOZA, S. (2014): “Estudio para un sello de productos y servicios de la agricultura familiar campesina”, Santiago, Chile, ODEPA.

LEPORATI, M. (2004): “Estrategias de inserción de las pequeñas empresas agrícolas en los mercados globalizados: antecedentes para su contextualización”. En INDAP (Ed.), *La pequeña empresa agrícola y los desafíos de la globalización*, 119-152. Santiago, Chile, INDAP.

LIMA, J. L. (2015): “Estudio de caracterización de la cadena de producción y comercialización de la agroindustria vitivinícola: estructura, agentes y prácticas”, Santiago, Chile, ODEPA.

MAGNUS, E. & FLINK, I. (2018): “Small producer organizations (SPO): development, Strengthening and resilience. Literature review”, Amsterdam, The Netherlands, KIT Royal Tropical Institute.

MAGRETTA, J. (2002): “Why business model matters?”, *Harvard Business Review*, 80(5), 86-92.

MALO, M. & MORI, T. (2003): “Impactos del comercio justo del vino. Tres casos de empresas colectivas de productores en Chile”, CIRIEC-España, *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 46, 265-289.

MARTÍNEZ, H., NAMDAR-IRÁN, M. & SOTOMAYOR, O. (2014): “Chile: más de 50 años de apoyo a la agricultura familiar campesina”, En Sabourin, E., Samper, M. y Coordinadores, O. (Eds.), *Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe. Balance, desafíos y perspectivas*, 103-123, Santiago de Chile, CEPAL.

ODEPA (2019a): “Estadísticas productivas”, recuperado de: <https://www.odepa.gob.cl/estadisticas-del-sector/estadisticas-productivas>

ODEPA (2019b): “Boletín del vino. Diciembre 2019”, recuperado de: <https://www.odepa.gob.cl/publicaciones/boletines/boletin-del-vino-diciembre-de-2019>

OIV (2019): “2019 Statistical report on world vitiviniculture”, recuperado de: <http://oiv.int/public/medias/6782/oiv-2019-statistical-report-on-world-vitiviniculture.pdf>

OYARZÚN, M.T., TARTANAC, F. & RIVEROS, H. (2002): “Propuesta de un sello de calidad para promover productos de la pequeña agroindustria rural en América Latina”, Santiago, Chile, FAO.

PIETROBELLI, C. & RABELLOTI, R. (2004): “Upgrading in clusters and value chains in Latin America: the role of policies”, Washington D.C., USA, Inter-American Development Bank.

PONS, J.C. & SIVARDIERE, P. (2002): “Manual de capacitación: certificación de calidad de los alimentos orientada a sellos de atributos de valor en países de América Latina”, Santiago, Chile, FAO.

PONTE, S. & GIBBON, P. (2005): “Quality standards, conventions and the governance of global value chains”, *Economy and Society*, 34(1), 1-31, DOI: [10.1080/0308514042000329315](https://doi.org/10.1080/0308514042000329315)

PORTER, M. (1997): “Estrategia competitiva, técnicas para el análisis de los sectores industriales y de la competencia”, México D.F., México, Editorial Continental.

QUIÑONES, X. (2013): “Informe de actividades desarrolladas por consultoría de análisis de costos de viticultores orgánicos desarrollada entre mayo y agosto de 2013”. Curicó, Chile, Programa de difusión tecnológica en vitivinicultura orgánica, Innova Chile, CORFO.

RIISGAARD, L., BOLWIG, S., PONTE, S., DU TOIT, A., HALBERG, N., & MATOSE, F. (2010): “Integrating poverty and environmental concerns into value-chain analysis: A strategic framework and practical guide”, *Development Policy Review*, 28(2), 195-216, DOI: [10.1111/j.1467-7679.2010.00481.x](https://doi.org/10.1111/j.1467-7679.2010.00481.x)

SAG (2020): “Catastro vitícola nacional 2018”. Santiago, Chile, SAG, recuperado de: <https://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/catastro-viticola-nacional/1490/publicaciones>

SCHNEIDER, E. (2018): “Del estudio de seguimiento – Evaluando el impacto del comercio justo en la reducción de la pobreza a través del desarrollo rural”, Saarbrücken, Germany, CEVAL GmbH.

SHAFER, S.M, SMITH, H.J. & LINDER, J.C. (2005): “The power of business models”, *Business Horizons*, 48(3),199-207, DOI: [10.1016/j.bushor.2004.10.014](https://doi.org/10.1016/j.bushor.2004.10.014)

STARICCO, J. & PONTE, S. (2015): “Quality regimes in agro-food industries: a regulation theory reading of Fairtrade wine in Argentina”, *Journal of Rural Studies*, 38(2015), 65-75, DOI: [10.1016/j.jrurstud.2015.02.002](https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2015.02.002)

STARICCO, J. (2018): “¿Puede Fairtrade institucionalizar relaciones socioeconómicas alternativas? El caso del sector vitivinícola argentino”, *Estudios Socioterritoriales Revista de Geografía*, 23, 45-65.

[WAARTS, Y.R.](#), [JUDGE, L.O.](#), [BRONS, J.E.](#), [RUIJTER DE WILDT, M.J.M.](#) & [INGRAM, V.J.](#) (2013): “Upscaling the impact of sustainability certification initiatives. Enabling conditions and policy recommendations for regional development”, LEI Report, The Hague, Holland, LEI Wageningen UR.



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



WILLS, C. (2006): “Fair Trade: what's it All About?” In A. Osterhaus (Ed.), Business Unusual. Successes and Challenges of Fair Trade, 7-27, Newcastle-upon-Tyne, FLO, IFAT, NEWS, and EFTA.



ORGANIZAÇÃO





CONSUMO RESPONSÁVEL E/OU CONSUMO MILITANTE: O CASO DA COOPERATIVA TERRA E LIBERDADE

288

Lucca Perez Pompeu (NESOL-USP)
lucca.tks@gmail.com

Caio Olivette Pompeu (ITCP-USP)
cpolivette@usp.br

Carla Victória Ferreira Irrazabal (ITCP-USP)
carla.irrazabal@usp.br

Resumo

Este trabalho resulta de reflexões construídas a partir de um projeto de extensão da ITCP-USP junto à cooperativa Terra e Liberdade, ligada ao setor de produção da Regional Grande São Paulo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com a função da comercialização dos alimentos orgânicos produzidos em assentamentos de reforma agrária na Região Metropolitana de São Paulo. A cooperativa comercializa a produção tanto junto a grupos organizados de consumo, quanto através de um site para qualquer pessoa interessada. Durante o percurso junto ao movimento, foram realizadas discussões sobre o que engaja os consumidores no que estamos chamando de “Consumo Militante”, no qual as pessoas tomam papel ativo no processo, assumindo tarefas e se comprometendo com o consumo em dimensões que vão além das preferências individuais por qualidade e motivos de saúde (alimentos orgânicos). O “consumo militante” é resultado da integração dos sujeitos em um projeto coletivo de construção da matriz agroecológica de produção, que pressupõe a luta por reforma agrária, trabalho cooperado, outro paradigma de relação com a natureza, adquirindo uma postura anticapitalista. Mas esse papel ativo em um ecossistema de cooperação depende de um processo pedagógico, de formação (política, afetiva e de práticas cotidianas de consumo) contínua, além de uma rotina de trabalho que suporte esse projeto nas tarefas cotidianas ao mesmo tempo em que mantém minimamente claras as conexões com o horizonte do projeto, fazendo frente aos desafios e conflitos inerentes à toda prática coletiva. Iremos explorar como se desenvolve esse consumo militante, o que o sustenta, quais conflitos ocorrem (qualidade, variedade, estabelecimento e quebras de acordos, sazonalidade, etc) e quais desafios são enfrentados na prática da cooperativa através de entrevistas semiestruturadas com participantes dos Grupos de Consumo Militante e da aplicação de questionários junto ao público mais amplo, utilizando o aporte teórico da psicodinâmica do trabalho para decifrar aspectos de como o cotidiano prático de trabalho suporta esses processos.

Palavras-chave: consumo responsável; consumo militante; cooperativismo; alimentos agroecológicos.

Abstract

This work consists in a reflection based on the cooperation between ITCP-USP and Terra e Liberdade cooperative, related to the production sector of the São Paulo Metropolitan Regional of MST, with tries to boost the commercialization of agroecological food cultivated in reform settlements in the Metropolitan Region of São Paulo. The cooperative sells the production both to organized consumer group sand through a website to any interested person. During this process, discussions about the role of the consumers has taken place: what tasks will be committed to this consumer, what importance is given to collective perceptions, political guide lines or individual preferences like quality and health reasons in the commercialization of the organic and agroecological food. The “militant consumption” is the result of the integration of subjects in a collective project of construction of the agroecological matrix of production, which preserves the struggle for agrarian reform, cooperative work, another paradigm of relationship with nature,



acquirir in gananti-capitalist posture. This active role in continuous consumption depends on the formation of a pedagogical process, an affective work routine and continuous practices of continuous consumption of a work routine that supports this project in daily tasks while keeping minimally clear, with the horizon of the project, dealing with the challenges and conflicts in her enttoany collective practice. We will explore how does this militant consumption occurs, which conflicts, problems, questions (quality, variety, seasonality, seasonality, etc.) face this kind of consumption, and what are the Collectives of Militant Consumption and their connection with the wider public, using the theoretical contribution of the psychodynamics of work to decipher aspects of the practical daily life of support to these processes.

Key-words: responsible consumption; militant consumption; cooperativism; agroecological foods.

Introdução: consumo responsável e/ou consumo militante

As experiências de consumo responsável se articulam em torno da organização de grupos junto a produtores de confiança, que produzem de acordo com os valores do grupo. Isso demanda uma organização e trabalho dos consumidores para lidar com as especificidades desses outros tipos de produção: a de oferta de alimento (variedade, estética, sazonalidade), as restrições de possibilidades de escolha dos alimentos, entre outras questões que envolvem a mudança de hábitos alimentares e implicam que os consumidores se engajem, em maior ou menor medida, no processo, assumindo inclusive algumas tarefas. Diferentemente da lógica do supermercado, que concentram como um monopólio diversos circuitos longos resultando para o consumidor em distintas oportunidades de escolhas e embalagens apelativas, em geral as experiências de consumo responsável buscam construir algum tipo de vínculo com os produtores, sustentando essa relação ao longo do tempo, a partir de circuitos curtos que possibilitem essa relação de aproximação. Nesse sentido, Gonçalves e Mascarenhas pontuam que os Grupos de Consumo Responsáveis (GCR's) “buscam encurtar as cadeias e atingir preços mais justos, em uma relação de confiança com os produtores e apoio mútuo” (2018, pg. 238).

As autoras também pontuam algumas limitações do potencial transformador dos GCR's, devido a fatores que restringem a escala e fortalecimento desse tipo de organização tais como “concentração de informação e poder na mão de poucos atores da cadeia; falta e descontinuidade de assistência técnica (...) e investimento tecnológico; promessa da reforma agrária; carência de massa crítica; mobilização da sociedade civil, entre outras” (idem, 2018, pg. 239). Para superar esses desafios, na ótica das autoras, seria importante a mobilização da sociedade civil e políticas públicas, através do Estado, visando a segurança alimentar e nutricional e relações mais saudáveis, o que necessitaria de “disposição para promover os enfrentamentos necessários” (idem, 2018, pg. 239). Ou

seja, há um debate sobre os enfrentamentos políticos e econômicos que devem ser realizados. Todos esses aspectos de consumo responsável se aplicam ao processo de comercialização de alimentos agroecológicos da Reforma Agrária Popular, junto à Cooperativa Terra e Liberdade (T&L), ligada à regional Grande São Paulo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por que, então, chamar esse tipo de consumo de “Militante”, como faz a T&L?

O discurso da cooperativa é de que o “Consumo Militante” visa à aliança campo-cidade, em que os consumidores assumem um compromisso com um projeto político que, partindo da dimensão micro do cotidiano, se propõe a ir além dela: no caso do MST, esse projeto é a construção da Reforma Agrária Popular, uma proposta para o campo e toda a sociedade brasileira que envolve a agroecologia enquanto modelo de produção, uma relação de proteção e cooperação com a natureza, o trabalho livre e cooperado, não alienado nem explorado, que permita a construção de relações solidárias e emancipatórias e a produção de alimentos limpos e saudáveis como um direito. Se isso não se distancia tanto do que é entendido pelas autoras no que diz respeito ao consumo responsável, as coisas se distanciam um pouco com relação a posições mais individualistas que permeiam o mesmo campo, assentadas na escolha individual do sujeito consumidor. Além disso, a proposta de consumo militante radicaliza o compromisso com a organização política. Segundo a T&L, não seriam apenas as escolhas individuais de consumo que poderiam modificar as relações de produção, não se acredita que existe um “livre mercado”, criticando a violência, as barreiras de acesso aos mercados e as disparidades de poder numa visão de crítica da economia política. Em seu boletim de Agosto de 2022 a T&L diz que:

Acreditamos que a produção agroecológica depende do estabelecimento de relações que vão além da produção de mercadorias, ou seja, produção voltada para a venda e para a valorização do capital. A produção agroecológica é produção de vida, num modelo que foge do movimento frenético de acumulação de capital – embora tenha que lidar com um mundo atravessado por relações de produção pautadas por esse movimento. As pessoas envolvidas na produção e comercialização compram insumos, máquinas, roupas, celulares, enfim, reproduzem suas vidas tendo que lidar com o mundo como ele é. Por isso falamos em “transição agroecológica”, a relação entre a agroecologia e o mundo anti-agroecologia que vivemos, que é também em certa medida anti-vida, anti-cuidado. Um mundo em que a acumulação de capital determina nosso trabalho, nosso consumo, nosso tempo e nossas ações

O consumidor militante, no caso da Terra e Liberdade, é sujeito desse projeto, é um ator da Reforma Agrária Popular, alimenta a luta pela reforma agrária e pelo modelo

de produção agroecológica quando se alimenta. Isso envolve aspectos de “transição agroecológica” não só na produção, mas também na logística, distribuição e, por fim, no consumo. Se a livre escolha dos consumidores no mercado convencional não basta para mudar as relações de produção, por outro lado sem pessoas que se proponham a assumirem a transição agroecológica no consumo não há como sustentar essas outras maneiras de produzir. Nesse sentido o consumo militante implica na construção de mercados específicos, distintos do grande mercado, aproveitando as margens de manobra possíveis que encontramos dentro dos movimentos do capital.

Como resultado dessa simbiose é possível ver vários impactos concretos. Na produção, o consumo militante propiciou a segurança que várias famílias alcançaram ao longo do tempo para produzir do seu jeito e ritmo construindo verdadeiros experimentos em seus canteiros. Na cidade, foram construídas junto aos consumidores militantes diversas ações de solidariedade de distribuição como parcerias com movimentos de moradia e outras ocupações (Cozinha Solidária do MTST, Ocupação 9 de Julho do MSTC, sindicatos, distribuição em atos, doações para comunidades em estado de insegurança alimentar, etc). Por fim, acreditamos que o consumo militante abre possibilidades de conhecimento entre as pessoas, bem como de inserções para além das tarefas relacionadas ao consumo. Através do engajamento nos Grupos de Consumo Responsáveis e Militantes, as pessoas interessadas em contribuir com a luta do MST podem encontrar caminhos de somar, de acordo com as possibilidades, com o projeto político mais amplo do movimento.” (TERRA E LIBERDADE, 2022)

Desse modo, a diferenciação entre consumo responsável e militante se dá na compreensão de que o consumidor militante é um sujeito político compromissado com a estratégia e programa da Reforma Agrária Popular, ou seja, a dimensão de enfrentamento colocada por Gonçalves e Mascarenhas (2016) é trazida para o plano de uma aliança com o MST que extrapola inclusive o consumo e a produção sustentada por essas relações. O sujeito consumidor adquire novas inserções e papéis na arena do político. Tanto o discurso mais politizado do consumo responsável quanto o discurso do consumo militante estão assentados em práticas concretas existentes, mas também em horizontes normativos colocados nas ações e discursos dos atores imersos nessas práticas. Se a T&L busca diferenciar sua posição não é para romper de forma sectária com a construção histórica do consumo responsável, mas para tentar se somar a esse processo aprofundando sua dimensão política, de organização enquanto movimento social e de enfrentamento, ligada

a uma perspectiva de acumulação de forças dos movimentos e se contrapondo ao que se chamou de lógica do “consumidor-rei”, que assola qualquer tentativa de organização de consumo mais politizado. A intenção da T&L, é explicitar que o papel do consumidor militante é muito maior do que efetuar uma transação econômica ou uma aproximação com pequenos produtores, mas inserir-se num processo organizativo e combativo. Não há uma oposição ou negação, mas um tipo de particularidade no consumo militante que reforça o que as pessoas mais politizadas que pautavam o consumo responsável já traziam em seus discursos, com menos crença nas escolhas individuais dos atores e nas transformações internas à dinâmica do mercado, e uma aposta maior na organização coletiva voltada ao enfrentamento ao modo de produção capitalista, ainda que a partir de relações de produção internas a ele.

É preciso explicitar que a T&L lida com públicos distintos. Por um lado, existem os consumidores dos grupos de consumo militantes, com maior proximidade, compreensão, assunção de tarefas, comprometimento para com o projeto político, trocas simbólicas, materiais e afetivas, entre outros aspectos, cuja comercialização se dá quinzenalmente. Esses grupos congregam redes comunitárias de bairros, e as entregas ocorrem quinzenalmente através de ferramentas como grupos de whatsapp, passando pela gestão interna do próprio grupo alguns elos do processo logístico. Por outro lado, as vendas quinzenalmente realizadas através do site para consumidores que podem se manter junto à cooperativa ou não, sem um compromisso fixado, tampouco com tarefas compartilhadas, assumindo um papel mais próximo de um consumidor convencional, recebendo as cestas ou retirando-as em pontos de entrega. Os consumidores do site são os responsáveis pela maior parte da receita atualmente, e embora não assumam tarefas logísticas ou organizativas, eles têm que aceitar consumir em um formato que se distancia muito do convencional. As opções de cesta são de modelos fechados, ou seja, escolhe-se o formato (cesta completa, mini, de frutas, de folhas, aromática, de legumes) e sabe-se o que virá em termos de quantidade de folhas, de frutas, etc. Mas não é possível atualmente escolher qual folha, fruta, legume virá. Além disso, as características da produção e comercialização impõem variações de qualidade, repetição de alguns itens pouco desejados (como almeirão), escassez de outros desejados (como berinjela, batata-doce, tomate), entre outros aspectos. Por fim, há espaços de comercialização como feiras e barracas em eventos de caráter mais político.

O aporte da Psicodinâmica do Trabalho para a sustentação do Consumo Militante

A etimologia da palavra trabalho está ligada à ideia de sofrer: segundo Antunes (2015), trabalho deriva de “tripalium”, do latim, que era um instrumento de tortura e punição, causador de sofrimento. Enquanto algumas palavras vão sendo ressignificadas ao longo do tempo, outras guardam importantes traços de seu significado original. É o caso do trabalho: o sofrimento é intrínseco ao trabalhar. O sujeito que trabalha sofre, pois está exposto, em diversas camadas, ao conflito entre o real e o prescrito (não apenas tarefa prescrita é confrontada com a atividade, mas também a organização prescrita do trabalho é confrontada com a organização real). Para Cristophe Dejours (1997), tido como o criador da Psicodinâmica do Trabalho (PDT), um importante aspecto do trabalho é “resistir ao fracasso”. Esse contato com o real se dá através do corpo, sempre de forma afetiva. Por isso que é apenas através do engajamento de si, de sua subjetividade e de seu corpo, que os sujeitos conseguem resistir a esse fracasso.

É nesse processo, de mobilização da subjetividade do trabalhador para a superação dos desafios impostos pelo real, que o trabalho pode transformar o sofrimento em prazer através de uma experiência de sublimação, proporcionando ao sujeito a possibilidade de reforço no processo de construção de sua identidade. Portanto o trabalho pode ser edificante para a subjetividade e importante para a produção da saúde dos sujeitos. É por isso que “o trabalho não pode ser neutro no que diz respeito à saúde mental, ou gera o melhor por intermédio da sublimação, ou então gera o pior, a ponto de poder, via sofrimento ético, conduzir à ruína do amor-próprio e à passagem ao ato suicida” (DEJOURS, 2013).

A possibilidade de obter uma satisfação pulsional através da sublimação é o que explica esse processo de transformação do sofrimento em prazer, o que depende do conteúdo e significado da atividade. Por um lado, o conteúdo do trabalho depende do nível de qualificação que ele exige, se condiz ou não com as expectativas e aspirações do trabalhador, das competências exigidas, dos sucessos e fracassos, da dificuldade prática da tarefa, do seu papel dentro do desenvolvimento de uma profissão. Já por outro, o significado é uma construção que ocorre tanto a partir da história do próprio sujeito (seu inconsciente, sua história singular, seus valores) quanto na relação com o outro (reconhecimento). Dejours (1987) pontua que “executar uma tarefa sem investimento material ou afetivo exige a produção de esforço e de vontade, em outras circunstâncias suportada pelo jogo da motivação e do desejo”, resultando em maior cansaço e desgaste

para o trabalhador. A sublimação no trabalho pode ocorrer em três níveis diferentes: quando o trabalhador competente supera os obstáculos do real, mobilizando sua subjetividade nesse confronto; o reconhecimento do outro pelo trabalho bem feito, a partir de um julgamento profissional (de beleza e utilidade); e quando o trabalho contribui para a construção da cultura, a ação do sujeito reforça os preceitos de sua esfera ética com base na "escala social de valores" (DEJOURS, 2012).

É preciso lembrar, como pontuam Sznelwar, Uchida e Lancman (2011), que "a subjetividade é, na realidade, uma intersubjetividade, ou seja, aquilo que fazemos é com os outros e para os outros". Ou seja, subjetividade não deve ser entendida como algo que diz respeito ao indivíduo isolado, solipsista, visto que esse indivíduo está sempre inserido em uma coletividade e se colocando em relação ao(s) outro(s). Dessa maneira a PDT compreende a vivência do trabalho em uma tripla relação entre o sujeito (Ego), o real do trabalho e o "outro" (a organização, os colegas, os coletivos, a sociedade em geral), que envolve a atividade, as técnicas e a organização do trabalho. O trabalho é uma atividade fundamentalmente coletiva; mesmo em postos de trabalho ou empregos onde o trabalhador está fisicamente só, em geral sua atividade é interdependente com atividades de inúmeros outros.

Não é possível explorar sequer superficialmente no presente trabalho aspectos centrais da PDT, como as defesas psíquicas individuais e coletivas, o maior aprofundamento com a teoria psicanalítica ou com a ergonomia da atividade, entre outros aspectos. Mas, tendo em vista o estatuto do reconhecimento para a subjetividade, dentro da dinâmica de construção da saúde mental e suas consequências para a cooperação, tentaremos aprofundar um pouco mais esse aspecto, que nos parece central para as reflexões sobre autogestão e Economia Solidária. Se a relação do sujeito com o real ou o sentido mais amplo e sua relevância social são fontes de sublimação, é fundamentalmente através do reconhecimento, nas dinâmicas de cooperação, que o sujeito pode reapropriar-se da relação de sofrimento no corpo a corpo com o real do trabalho. Só é possível saber o significado de sua ação, nortear os próximos passos e possibilitar que esse processo seja reapropriado em termos de um reforço na construção da identidade a partir do julgamento dos outros. É importante diferenciar duas formas de julgamento: o de utilidade e o de beleza. O de utilidade diz da contribuição dos sujeitos para uma obra coletiva, ressignificando a experiência do real. Cabe precisar aqui a importância do sentido da obra para o sujeito. Sentir que os outros julgam a minha contribuição como útil em algo que

penso ser inútil não necessariamente chegaria aos mesmos efeitos. Já o julgamento de beleza é realizado apenas pelos pares, por quem enfrenta a mesma experiência do real, sabe das dificuldades, e também das regras de beleza, estéticas, podendo perceber as nuances, a criatividade, originalidade da contribuição. O julgamento de beleza é fundamentalmente mais importante no processo de construção da saúde e de realização de si. Por fim, existe a gratidão, que precisa ser diferenciada do reconhecimento. A gratidão diz respeito ao beneficiário, usuário ou cliente do processo, e pode ser importante, mas não possui a mesma densidade simbólica, pois só quem está na posição de construção da obra/trabalho entende os constrangimentos e a experiência frente ao real.

Para que seja possível julgar uma ação, é necessário que ela seja visível, ou comunicada aos demais. Portanto, um pressuposto do reconhecimento é que a ação seja conhecida pelos demais. Esse pressuposto implica, por sua vez, que a ação possa ser dita ou explicitada, que haja um espaço de confiança em que o trabalhador aceite o risco de tornar visível o que fez, pois revelaria sua transgressão do prescrito para superar os limites do real. Essa confiança está ligada a uma construção, à manutenção da palavra e dos compromissos no cotidiano, é um processo de validação de ordem ética e não se trata apenas de uma questão afetiva, de simpatia. A confiança é um elemento chave nos processos de sustentação da cooperação, que abre espaço para o reconhecimento. Pode-se confiar inclusive naqueles em quem não se possui uma afinidade prévia, se no cotidiano os acordos forem cumpridos. É através dos coletivos de trabalho, onde se produzem as regras de ofício e se compartilha a experiência do real, que o reconhecimento torna-se possível. Nesse sentido, a organização do trabalho prescrita pode facilitar ou impedir essa dinâmica, dependendo de como ela influencia a formação das relações dentro do coletivo de trabalho. A cooperação no trabalho ganha importância, enquanto possibilidade ou subversão da organização prescrita, pois é através dela que os sujeitos conseguem construir condições de se apoiarem uns aos outros nos processos de construção de identidade.

Em suma, é importante ter em mente que a sustentação do sentido do trabalho, de seu potencial emancipatório, de construção da saúde, fortalecimento da identidade e de realização de si, depende fundamentalmente não apenas do sentido da obra coletiva, mas também das possibilidades de manter a cooperação e a dinâmica do reconhecimento no cotidiano do trabalho.

Metodologia: questionário e entrevistas semi-estruturadas

É importante, antes de mais nada, pontuar que a PDT consiste numa clínica do trabalho, seguindo uma abordagem epistemológica compreensiva onde a escuta em um dispositivo específico, articulando os pesquisadores junto a um coletivo de trabalho voluntário, homogêneo em termos hierárquicos, que tenham uma demanda. Não é isso que fizemos no presente trabalho, nos distanciando bastante dessa abordagem enquanto metodologia de pesquisa. A PDT foi aqui mobilizada como chave de interpretação teórica, e nada mais.

Escolhemos realizar um questionário com algumas perguntas para buscar entender alguns aspectos centrais sobre a relação entre os consumidores militantes e o ecossistema de cooperação em que estão inseridos. Se junto aos grupos de consumo outras metodologias mais aprofundadas foram mobilizadas, é mais difícil estabelecer algum tipo de investigação junto aos consumidores que compram pelo site, principalmente os menos engajados, com espaço para escuta e mais possibilidade de compreensão qualitativa. Por isso optamos pelo questionário — por mais que saibamos que ele não necessariamente representa uma média do público geral, ele mostra um perfil mais amplo, que capta algumas opiniões dos consumidores que compram pelo site. Não defendemos que os resultados possuem validade estatística, e sabemos que há distorções e desvios até pelo motivo de que nem todas as pessoas que receberam a mensagem se dispõem a responder, já selecionando o público e direcionando o perfil para uma parcela minimamente mais engajada. A maneira como as perguntas foram construídas também podem direcionar respostas, uma limitação inerente ao formato do questionário. O questionário em si é uma ferramenta muito questionável para análises qualitativas, mas acreditamos que ele pode ajudar a mapear pontos para aprofundamentos futuros, além de ajudar a traçar um perfil mais geral desses consumidores e entender o quanto aspectos relacionados ao consumo (preço, qualidade, diversidade, forma de pagamento, entre outros aspectos) são relevantes nessa relação. Podemos extrair disso alguns elementos que ajudam a entender como se dá a relação de construção de confiança entre os diversos atores do ecossistema de cooperação: consumidores militantes, cooperativa T&L e agricultoras e agricultores assentados e acampados.

Criamos o questionário em formato virtual e divulgamos nos grupos de whatsapp tanto dos grupos de consumo militante, quanto nos grupos em que os consumidores avulsos entram para receberem informações de abertura de pedidos e composição das cestas. Além disso, enviamos para o banco de e-mails das pessoas que compraram na

cooperativa ao menos uma vez. Por fim, divulgamos no instagram da cooperativa, e essa divulgação foi compartilhada pelo instagram do MST São Paulo. Obtivemos ao todo 125 respostas, sendo duas delas claramente de duas pessoas que não apoiam o movimento e responderam com ironias ou respostas absurdas. As outras 123 respostas foram consideradas válidas. O questionário apresentava um total de 16 perguntas, algumas com opções de escolha única, outras com opções de escolha múltipla e, finalmente, perguntas abertas.

A interpretação dos questionários foi auxiliada por outros aspectos que ajudam qualitativamente: o primeiro diz respeito à inserção de um dos autores na cooperativa desde seu início como participante que possibilitou diversos espaços de escuta junto aos consumidores, desde as entregas em si, acompanhamento dos canais de comunicação, participação de reuniões de formação com os grupos de consumo, bem como reuniões mais operacionais, e também de espaços de articulação desses consumidores junto aos produtores, enfim, toda uma vivência junto à parte expressiva dos consumidores. O segundo consiste na tese de doutorado em elaboração desse autor, que o levou a entrevistar uma representante de cada um dos 4 grupos de consumo militante articulados. As entrevistas foram organizadas de maneira semi-estruturada, com um roteiro de base construído em três eixos: o primeiro focado em entender primeiramente a história do grupo de consumo e do engajamento da pessoa entrevistada; o segundo consistia em tentar entender as tarefas, o trabalho envolvido e como as tarefas de sustentação do grupo de consumo se articulavam com as atividades da cooperativa T&L e com o trabalho dos agricultores como que as atividades de cada ator impactam nas atividades dos demais; por fim, o terceiro eixo focou em perguntas sobre o sentido do trabalho, o que mobiliza, engaja, mas também frustra e desmobiliza no trabalho realizado.

Alguns resultados

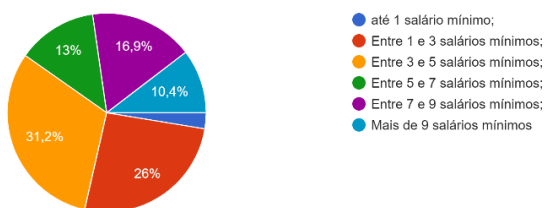
Iniciaremos apresentando os resultados do questionário cotejando-os com o acompanhamento dos grupos de consumo (presencial, nas entrevistas, nas instâncias em que pudemos participar e também nos grupos de whatsapp) para em seguida trazer alguns aspectos das entrevistas, de maneira a preparar a reflexão que será realizada na conclusão. Começaremos pelo fim, pois as últimas perguntas diziam respeito ao perfil socioeconômico das pessoas que respondiam o questionário. Sobre a faixa de renda, pergunta que obteve menos respostas (77 ao todo) por não ser obrigatória, evitando causar

desconfortos e desistências de preenchimento do questionário, 57,1% das respostas se concentrou numa faixa de renda entre 1 a 5 salários mínimos ao mês, com maior concentração entre 3 a 5 salários mínimos. Cerca de 28% do total de respostas se concentra numa faixa de renda maior, entre 5 e 9 salários mínimos. Uma hipótese é que famílias com renda muito elevada preferem outros tipos de consumo, com serviços mais personalizados ainda que mais caros. Além disso, fatores ideológicos podem pesar. Por outro lado, para um público pauperizado, com renda menor a 1 salário mínimo, esse tipo de consumo se torna impossibilitado, não apenas pelo preço dos alimentos, ainda que dentro do universo dos orgânicos tenham sido considerados baratos, mas também por questões ligadas ao acesso a ferramentas virtuais de comercialização. Por isso os consumidores se concentram nessa faixa de renda intermediária.

Outro aspecto fundamental consiste na divisão de gênero: quem respondeu o questionário foram mulheres, sendo 77% das 87 respostas (aqui também as respostas não foram obrigatórias). Isso também é observado nos grupos de consumo e nas entregas em domicílio, bem como nos grupos de whatsapp, o que espelha as questões majoritárias da divisão sexual do trabalho imposto pelas estruturas de gênero da sociedade, no qual o trabalho tido como de reprodução, como tudo que está ligado à alimentação, fica como responsabilidade das mulheres nos lares.

Figura 1 - Faixa de renda das/dos consumidoras/es

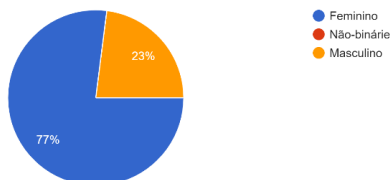
Se sentir a vontade, nos conte sua faixa de renda?
77 respostas



Outro aspecto importante socialmente atribuído às mulheres, e ligado ao trabalho de reprodução, é o cuidado, entendido no contexto do *care*, tradução para língua inglesa mobilizada por teóricas como Hirata (2016) para explicar um tipo específico de trabalho dentro das tarefas reprodutivas que é essencializado como feminino, sendo invisibilizado e desvalorizado.

Figura 2 - Divisão de gênero das/dos consumidoras/es

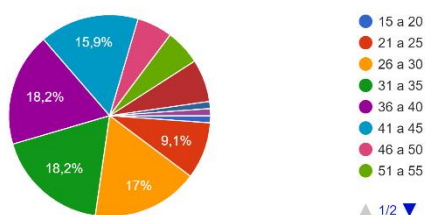
14) Por fim, nos conte um pouco sobre você: qual gênero você se define?
87 respostas



No que diz respeito à idade (pergunta de resposta também não obrigatória), há uma dispersão mais equitativa entre as idades até a faixa de 45 anos. No entanto, nos grupos de consumo percebemos que existe um perfil bastante ativo de mulheres com mais de 50. Acreditamos que essa parece ser uma distinção entre o consumo pelo site e os grupos de consumo, que engajam redes comunitárias. A ferramenta do site e a divulgação focada no instagram no site também podem afastar a compra pelo público mais velho, enquanto os pedidos feitos diretamente no whatsapp nos grupos de consumo podem facilitar que grupos com maior idade acessem os alimentos, embora restrinja a pessoas engajadas nessas redes comunitárias, carecendo de pessoas mais jovens na agitação dessas redes nos 4 grupos de consumo pesquisados.

Figura 3 - Faixa de idade das/dos consumidoras/es

15) Qual faixa de idade?
88 respostas

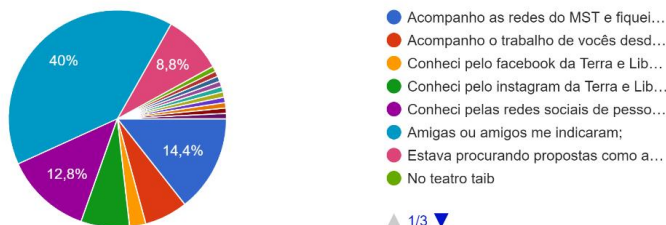


A partir dessas questões, podemos traçar um perfil de consumidoras majoritariamente mulheres, com idade variável, e com renda localizada principalmente na faixa de 1 a 5 salários mínimos. Agora retornaremos para o início do questionário, que inicia-se buscando entender como as pessoas conheceram as atividades. A maioria das pessoas conheceu a T&L por indicações de amigos ou pessoas próximas, totalizando 40,8% das respostas (incluímos uma resposta aqui que marcou “outra” mas era indicação

de amiga), e 12% de respostas que conheceram a cooperativa seguindo redes sociais de pessoas próximas, ou seja, 52% das pessoas conheceram de alguma maneira através de pessoas próximas. A divulgação realizada pelas redes do MST foi responsável por 14,4% das respostas e 8,8% conheceram pesquisando cestas agroecológicas ou alternativas de consumo como a propiciada pela cooperativa. Apenas 9,6% conheceram a cooperativa pelas suas próprias redes (sendo 7,4% instagram) e 6,4% já acompanhavam o trabalho através de reuniões, conversas em sindicatos, conversas sobre consumo consciente, etc. Os outros 5,6% das respostas válidas concentram conhecidos pessoais, contato em feiras, através de organizações políticas, etc. 1,6% são as duas respostas irônicas.

Figura 4 – Como as/os consumidoras/es conheceu a T&L

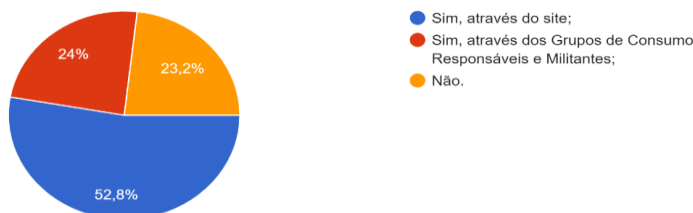
1) Como você conheceu a Terra e Liberdade?
125 respostas



Dessa mostra, 23,2% nunca consumiram as cestas (estão incluídas aqui as duas respostas que totalizam 1,6% das irônicas). Nessa amostra apenas 24% consumia através dos grupos de consumo, enquanto 52,8% através do site, ou seja, conseguimos atingir o público mais volátil e dificilmente analisável em cerca de 75% das respostas.

Figura 5 – Perfil de consumo

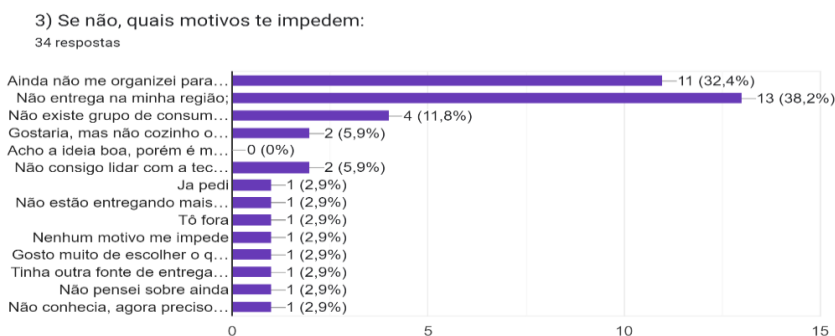
2) Você já consumiu as cestas agroecológicas da reforma agrária da Terra e Liberdade?
125 respostas



Em geral os motivos que impedem esse tipo de consumo dizem respeito ao acesso: 38,2% responderam (de um total de 34 respostas, apenas dos que não consomem) que não

há entrega na sua região no esquema de entrega domiciliar e 11,8% que não existe grupo de consumo na região, totalizando 50% das respostas. Em seguida vem a questão de organização pessoal, de receber a cesta, higienizar os alimentos, armazená-los, lidar com a variabilidade e sazonalidade do esquema de cesta fechada, totalizando 32,4% das respostas, que pode ser agregada com os 5,9% de respostas de pessoas que não cozinham em casa, totalizando um total de 38,3% das respostas constituído por pessoas que não possuem uma relação com a organização da alimentação em casa que se encaixe no perfil do tipo de oferta que a cooperativa fornece. Apenas 5,9% das respostas (2 no total) diziam respeito a dificuldades com tecnologia, mas isso pode ser entendido como algo direcionado pelo tipo de público que responde um questionário virtual, que provavelmente terá menos dificuldades com compras em sites. Ninguém respondeu a alternativa “Acho a ideia boa porém é muito caro”, ou seja, do público que se dispôs a responder o questionário o problema não está ligado ao preço.

Figura 6 – Motivos que impedem consumo

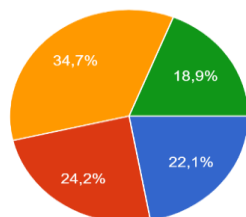


A frequência de compras foi bastante distribuída, com pouco menos da metade das 95 respostas de quem compra as cestas pedindo frequentemente ou sempre, e um pouco mais da metade tendo pedido pontualmente ou apenas uma vez.

Figura 7 – Frequência de compras

4) Se sim, compartilhe conosco qual a frequência?
95 respostas

302



- Sempre ou quase sempre (quizenlamente);
- Frequentemente (recorrentemente, mensalmente);
- Pontualmente (pediu uma ou outra vez, pede pontualmente);
- Apenas uma vez.

Esse dado indica que as pessoas que respondem o questionário são em geral mais engajadas do que a média, pois obtivemos os dados de recorrência de compras no site desde o início de 2021, e os resultados contrastam bastante, pois das 1274 diferentes pessoas que realizaram pedidos no site nesse período, a grande maioria pediu apenas uma vez, não retornando, sendo que apenas cerca de 13% desse total pediu com alguma recorrência maior.

Tabela 1 – Recorrência das compras no site

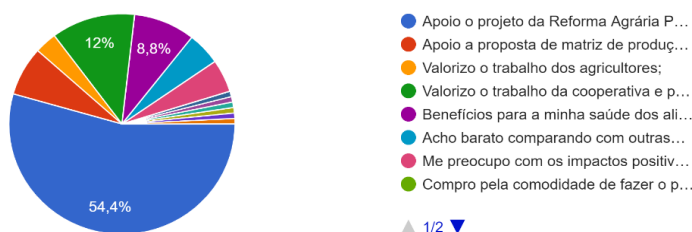
Nº de pedidos	Quantidade	%
1	859	67,43%
2	173	13,58%
3	72	5,65%
4 a 10	130	10,20%
11 a 20	31	2,43%
21 a 30	7	0,55%
mais que 30	2	0,16%

Sobre o motivo que leva ao engajamento nesse tipo de consumo, uma pergunta feita com opção de apenas uma escolha e mais escolhas num segundo momento, 54,4% das respostas disseram “apoiar o projeto da Reforma Agrária Popular e os movimentos sociais”, evidenciando o horizonte político na escolha, algo que se coaduna com os seguintes 12% que disseram “valorizar o trabalho da cooperativa e propostas de cooperativismo/Economia Solidária”. Com relação ao meio ambiente, 7,2% dizem “apoiar a proposta da matriz de produção agroecológica” e 4,8% dizem se preocupar “com os impactos positivos de seu consumo para o meio ambiente”. Com relação a uma

escolha mais individual, 8,8% disseram que o principal motivo diz respeito aos “impactos positivos para minha saúde” e 4,8% dizem que “acho barato comparado a outras opções de orgânicos/agroecológicos”. Agregando respostas adicionadas com a opção de “valorizo o trabalho dos pequenos agricultores” chega-se a 4%. As demais respostas constam com menos 0,8% e de certa forma dialogam com as demais (uma por exemplo dizia “todas as opções”).

Figura 8 – Motivação principal das/dos consumidoras/es

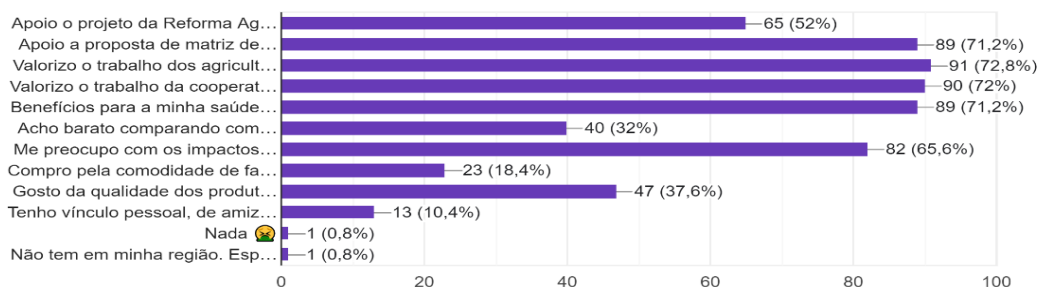
5) Qual o principal aspecto que te leva a se engajar no consumo consciente e militante das nossas cestas? Escolher APENAS UMA (a principal)
125 respostas



Em seguida abrimos a mesma pergunta para múltiplas escolhas e obtemos o resultado expresso abaixo. Há uma grande convergência com o projeto político da reforma agrária, principal motivo em geral, com apoio à agroecologia, valorização dos agricultores e valorização do cooperativismo, além dos benefícios para a saúde. Todos esses aspectos parecem muito relevantes de maneira complementar, juntando aspectos individuais e coletivos. A comodidade da opção de entrega em casa é um fator secundário de relevância (65,6% das pessoas marcaram essa opção como algo que importa) enquanto achar que é o preço é barato e qualidade é boa possuem alguma relevância, porém menor, com 32% e 37,6% respectivamente. Se não aparece como uma alternativa cara para a maioria das pessoas, não é o preço que as motiva principalmente, e tampouco a qualidade.

Figura 9 – Motivações secundárias das/dos consumidoras/es

6) Agora nos conte os demais aspectos que te levam a se engajar no consumo consciente e militante das nossas cestas? Dessa vez pode esco...;) (com exceção do que escolheu anteriormente)
125 respostas

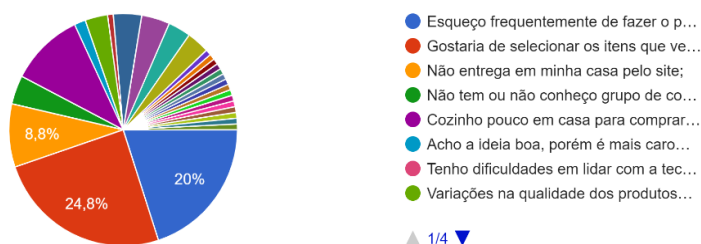


Com relação ao que dificulta o engajamento, seguiu-se a mesma lógica, de entender primeiramente o principal aspecto que dificulta (marcando uma opção apenas) para em sequência abrir para múltiplas escolhas. A distribuição das respostas foi maior com relação ao principal fator que engaja as consumidoras e consumidores. A principal dificuldade apontada com 24,8% das respostas foi a vontade por selecionar os alimentos que vem na cesta, algo que dialoga com as limitações operacionais atuais do ecossistema de cooperação em suas fases produtiva e logística. O segundo motivo, com 20% das respostas, é que as pessoas “esquecem frequentemente de fazer os pedidos”, sendo relevante pensar em estratégias que já foram levantadas mas atravancadas por fatores operacionais, como plano de assinatura, além de aumentar o investimento na comunicação com o público. O terceiro motivo, ao menos para quem respondeu o questionário, é que 10,4% das pessoas cozinham pouco em casa e, portanto, pedem ocasionalmente ou uma vez só, manifestando apoio, mas não tendo como demanda em seus lares a produção que a cooperativa oferta. Em quarto lugar, com 8,8%, diz respeito ao fato de não ter entrega na casa das pessoas que responderam somados a 4% de respostas de que não tem (ou não conhecem) grupos de consumo na região, totalizando 12,8% das respostas com relação à inviabilidade do acesso aos alimentos – embora exista a opção de retirar a cesta em alguns locais de circulação pública. Problemas com a ferramenta do site e com os horários das entregas tiveram igualmente 4% de respostas, totalizando 8% do total. Os itens “variações na qualidade dos produtos não me agrada” e “variações nas disponibilidades dos produtos beneficiados não me agradem” tiveram apenas 3,2% de respostas cada totalizando 6,4%, o que contraria as suspeitas dos pesquisadores inicialmente, devido ao fato de irem muitos alimentos verdes ou esteticamente diferentes do padrão e de variar muito a oferta de itens como arroz, café e suco. Também surpreendeu o fato de que apenas 2 respostas, totalizando 1,6%, pontuaram que o preço é

mais caro do que podem pagar o que evidencia que ao menos no recorte do público que se engaja a ponto de responder o questionário o preço realmente não é um fator significativo. Isso é fundamental, pois a cooperativa funciona de forma precária em sua viabilidade econômica tentando manter um preço sempre baixo para poder dialogar com populações mais amplas. No entanto, talvez a população que a cooperativa almeja alcançar já esteja excluída desse formato de comercialização de partida, sendo algo há se considerar aumentar o preço nesses canais de comercialização e pensar em outras estratégias para atingir o público mais periférico.

Figura 10 – Principal aspecto que dificulta engajamento das/dos consumidoras/es

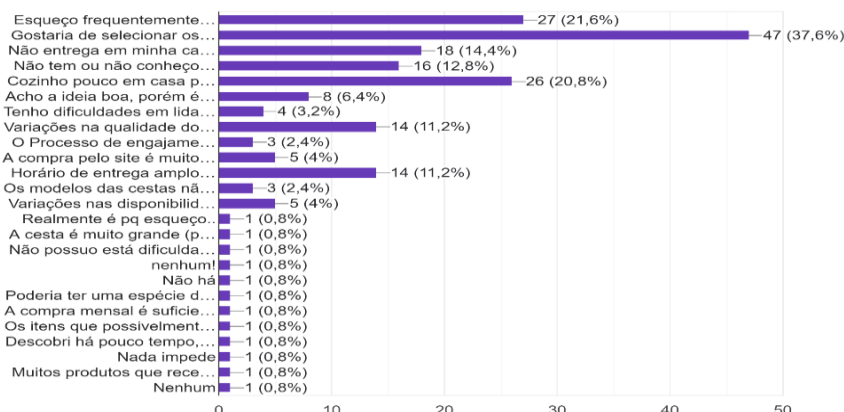
7) Qual o principal aspecto que dificulta seu engajamento no consumo consciente e militante das nossas cestas? Escolher APENAS UMA (a principal)
125 respostas



Na possibilidade de “outras opções” apareceram as duas respostas irônicas, mas também um grande reforço na questão da escolha de alimentos e no formato da cesta, com pessoas justificando que preferem ir a locais onde possam escolher os itens e quantidade. Abrindo as múltiplas opções na mesma questão sobre o que dificulta o engajamento, foi reforçado esse aspecto de selecionar os itens, com 37,6% das respostas, seguido novamente pela questão de esquecer de realizar os pedidos com 21,6% das respostas. A soma que diz não haver entrega em casas e não haver grupos de consumo na região também é relevante, com 27% das respostas. O estilo de vida, com pouco tempo para cozinhar em casa, aparece com 20,8% das respostas. Horário de entrega e variações na qualidade dos produtos ganham uma relevância um pouco maior com 11,2% das respostas, enquanto preço ser acima do que pode pagar segue com poucas respostas, apenas 6,4%.

Figura 11 – Aspectos secundários que dificultam engajamento das/dos consumidoras/es

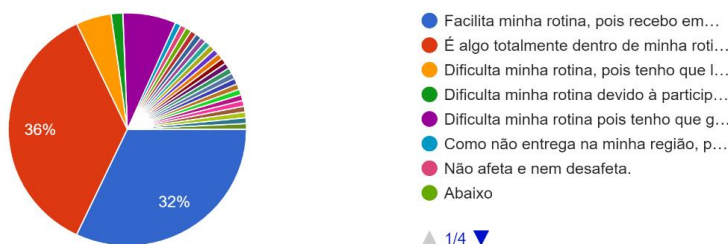
8) Agora nos conte os demais aspectos que dificultam seu engajamento no consumo consciente e militante das nossas cestas? Dessa vez pode esco... ;) (com exceção do que escolheu anteriormente)
125 respostas



Perguntamos como as cestas afetam a rotina de quem compra, e a resposta com maior frequência, de 36%, pontuava que é algo totalmente dentro da rotina, enquanto 32% dizem ser algo que facilita a rotina pois recebe em casa os alimentos. Juntas as respostas somam 68%. Apenas 7,2% das respostas dizia que atrapalha a rotina pois é preciso higienizar e armazenar a cesta, enquanto 4,8% diz que dificulta a rotina pois é preciso lembrar de fazer os pedidos no site.

Figura 12 – Como cestas afetam rotina das/dos consumidoras/es

9) Como as cestas do Terra e Liberdade afetam a sua rotina?
125 respostas



A pergunta seguinte buscou captar como as consumidoras e consumidores dão significado ao tipo de ação praticada através do consumo. No entanto, avaliamos que ter deixado opções nessa pergunta foi algo que direcionou bastante as respostas, sendo difícil extrair alguma análise desse item. A grande maioria das respostas girou em torno de fazer parte de uma ação política, coletiva, que vai além dos interesses individuais, ligada ao projeto do movimento social e da Reforma Agrária Popular. Mas achamos que é preciso realizar uma nova pesquisa sobre o significado, com outras ferramentas e perguntas abertas.

Por fim, questionamos com relação ao consumo de outros tipos de cestas de alimentos. A maioria das respostas, 73,6%, não consome, enquanto 14,4% consome outros tipos de cestas de orgânicos/agroecológicos e 8,8% consome cestas sem ser de alimentos orgânicos/agroecológicos.

O perfil de consumidoras e consumidores é de pessoas engajadas nos debates de alimentação, agroecologia, movimentos sociais. Nos grupos de consumo há a questão do pertencimento de redes comunitárias, potencializadas pela relação construída com os territórios da reforma agrária. As pessoas ativas nesses grupos veem sentido nas pautas socioambientais do movimento e sentem-se cumprindo um papel social promovendo esse tipo de interação. Em todos os grupos há pessoas que individualmente ou em pequenos coletivos organizam mais as tarefas e as centralizam de alguma maneira. As tarefas em geral são: abertura de pedidos, recepção de pedidos, relação com a T&L, comunicação, recebimento das cestas no dia da logística, por vezes entrega para as pessoas do grupo ou organização das entregas junto à entregadores, comunicação e divulgação de campanhas, receitas, etc. Elas são parceiras fundamentais da T&L, que realmente entendem em grande medida seu papel político, e em todos os quatro grupos de consumo construídos atualmente as pessoas mais ativas ou foram ou estão organizadas em movimentos comunitários e/ou partidos políticos. Também é sempre relatada uma forte dimensão afetiva com relação aos agricultores principalmente, mas também com os militantes da T&L, algo que foi sendo construído em três dos quatro grupos de consumo. Apenas um partiu de pessoas que já possuíam relações de proximidade com pessoas da T&L.

De maneira geral admira-se a luta do MST e a bandeira do movimento ajuda a construir novos sentidos para essas relações comunitárias, fortalecendo laços e pertença. Não que não haja sofrimento e desgastes: em todos os grupos de consumo há queixas com relação à lógica do “cliente-rei”, de pessoas que reclamam ou que demandam tempo e atenção para além dos acordos e processos construídos, demandando comunicação, resolução de problema e por vezes atravessando os tempos da vida profissional e pessoal das pessoas que assumem essas tarefas. O que se chama de “cliente-rei” é a postura de reclamar quando há questões que nem são vistas como problemáticas pela maioria das pessoas do coletivo (por exemplo a banana vir verde), ou então por julgar com severidade quando acontecem erros, ou ainda por querer pedir fora do horário estipulado com a justificativa de “estou pagando”, invisibilizando o trabalho coletivo por trás do

ecossistema de cooperação e não se colocando como parte do processo. Isso é algo que todos os grupos de consumo têm de lidar.

No geral quando há algum descompasso entre a produção ou logística e o consumo, as pessoas ativas são compreensivas, entendendo o trabalho realizado pela T&L, até por compartilharem de dimensões semelhantes no que diz respeito ao real: a tentativa de construir um tipo de consumo e mercado que vá além da transação econômica e dessa lógica de “cliente-rei”. Por vezes acontecem erros também do lado delas. No entanto, quando a T&L erra reiteradamente isso pode ajudar na quebra de confiança junto a esse elo, algo que pode ser reconquistado, mas que pode levar tempo. Nos grupos de consumo militante as pessoas mais ativas são grandes formadoras, que sabem dialogar com afeto e também com política, sendo o maior exemplo de “Consumidoras Militantes”, pois efetivamente se constituem em sujeitos da Reforma Agrária popular.

Algumas reflexões preliminares

Juntando os resultados dos questionários com as entrevistas e acompanhamentos de whatsapp e redes sociais, vemos que o tipo de pessoa que realmente se engaja e compra de maneira reiterada parece ter em mente o apoio à organização MST, ainda que com maior ou menor compreensão sobre a organização, seu programa e projeto político. É algo que transcende a busca por um consumo centrado no indivíduo, seus interesses pessoais, impactos para a saúde. Mas diz de uma visão de mundo, que passa pela relação com o meio ambiente, com o trabalho, com as dinâmicas econômicas.

Cabe retomar, contudo, o fato de que uma minoria absoluta se engaja de maneira reiterada nesse tipo de consumo. É possível que as dificuldades do cotidiano, as demandas trazidas por esse tipo de relação, entre outros aspectos, dificultem quem não tem essa perspectiva construída. Seria interessante construir um tipo de logística, que passa pela forma da transação — a compra —, pela possibilidade de escolher alimentos, pela comunicação e pelo diálogo com os consumidores que estão “menos prontos”. Ou seja, conseguir estabelecer pontes e laços com consumidores que não são militantes, mas conseguir processualmente, afetivamente e pedagogicamente aproximá-los. Isso passa pela capacidade de comunicar não apenas de maneira panfletária, ou em termos de horizonte socioeconômico (Reforma Agrária popular, agroecologia), mas também de tornar visível as atividades envolvidas no ecossistema de cooperação. Não construir relações baseadas apenas nos valores em torno do projeto de sociedade, mas que possam

encontrar sustentação no cotidiano. Isso passa por visibilizar o trabalho envolvido em todos os elos, desde a produção como logística, de maneira a colocar em diálogo as diferentes racionalidades, justificar eventuais problemas e descompassos, possibilitar a construção da confiança.

A sustentação do sentido carece de uma organicidade cotidiana que passa pelo engajamento em uma obra comum, e não apenas pelo consumo, ainda que responsável, de uma mercadoria. Compartilhar a obra comum significa compartilhar atividades, e também uma dinâmica de cooperação que passa pelo reconhecimento (de utilidade e beleza) do engajamento dos sujeitos nesse processo. Se o sentido da obra comum é bastante claro para esse ecossistema de cooperação (repetindo: agroecologia, Reforma Agrária Popular), é difícil estabelecer instâncias e dispositivos organizacionais que materializem isso no dia a dia e permitam a cooperação, até por que tanto parte dos agricultores, quanto cooperados da T&L e os consumidores militantes ou pontuais estão inseridos em outras dinâmicas profissionais que transbordam a si próprios. Há três tipos de temporalidades envolvidas nesse ecossistema, que dificultam o diálogo e o compartilhamento.

No entanto, cabe talvez à cooperativa T&L, elo de ligação, efetivamente a ponte campo-cidade, entender que parte do seu trabalho é construir essas instâncias organizativas entre consumidoras e agricultoras, esse tipo de mercado que vai além da transação econômica. E para que isso seja entendido como um trabalho, que passa por comunicação digital mas não só: é preciso separar tempo para isso, para encontros, rodas de conversa, interações. Nesse sentido, iniciativas como os “boletins mensais” que divulgam a agenda de atividades, um texto, e alguns dados como % de entradas e saídas por atividade (feiras, grupo de consumo, logística, renda para agricultores, etc) e os encontros de Consumo Militante nos territórios (foram dois realizados no 2º semestre de 2022, de afrouxamento da pandemia do coronavírus) são fundamentais. Toda militância requer energia em formação, e não é diferente com os consumidores militantes. Não dá pra imaginar que as pessoas virão prontas para se adequar na proposta do que a T&L chama de “Consumo Militante”, é preciso que ela própria a promova. Isso esbarra na escassez de tempo e recursos econômicos. Mas se a tarefa é grande, nunca foi dito que seria fácil para quem topou assumi-la.

Referências bibliográficas



GONÇALVES, J.; MASCARENHAS, T. Grupos de consumo responsável no Brasil: aproximando consumidores e produtores em redes agroecológicas e solidárias. Abastecimento Alimentar, 2018.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. OboréEditorial, 1987.

_____. O Fator Humano. São Paulo: FGV Editora, 1997.

_____. A Banalização da Injustiça Social. São Paulo: FGV Editora, 1999.

_____. Trabalho vivo: trabalho e emancipação. Brasília: Paralelo, 2012.

_____. A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho. Revista Portuguesa de Psicanálise, v. 33, n. 2, p. 9-28, 2013.

HIRATA, H. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. Cadernos Pagu [online]. 2016, v. 000, n. 46 [Acesso em 14 de Setembro de 2022], pp. 151-163. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201600460151>>

SZNELWAR, L.; UCHIDA, S.; LANCMAN, S. A subjetividade no trabalho em questão. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, 2011, 11-30.



A EXPERIÊNCIA DA COOP LIVRES NA CONSTRUÇÃO DE OUTRA ECONOMIA

311

Vitória Felipe dos Santos, Coop Livres
vitoriafelipe025@gmail.com

Guilherme Prado Almeida de Souza, Coop Livres
Prado.guilherme50@gmail.com

Egeu Gómez Esteves, Coop Livres / Unifesp
egeu.esteves@unifesp.br

Resumo

Pretendemos apresentar nossa experiência como membros de uma plataforma cooperativa que une consumidores, produtores e entregadores que vivem um cotidiano de atividades que articula trabalho e política. O grupo da Coop Livres é guiado pelos valores socialistas da autogestão e da autonomia coletiva e é movido pela vontade de construir uma sociedade igualitária, democrática e inclusiva - onde caibam todas as diferenças, assim como pela necessidade de gerar trabalho e renda para os integrantes do grupo. Em nosso folder nos apresentamos assim: “Quem somos? A Livres é uma Rede Agroecológica que organiza produtores de alimentos da economia local, grupos de consumidores conscientes, feiras e lojas que funcionam em sistema de permutas de prestação de serviços, créditos solidários, transações monetárias, dentre outros. O objetivo é ir construindo, aqui e agora, outra economia: sem agrotóxicos, sem atravessadores, e sem exploração. Funcionamos de três formas: Comboio Agroecológico - nossa comunidade solidária, onde os produtores e os consumidores são ligados diretamente por uma aliança/compromisso onde há preferência no fornecimento de alimentos frescos, mais saudáveis e a preços entre 10% e 15% mais baixos do que o “livre mercado” oferece, enquanto os agricultores têm rendimentos mais estáveis. Pré-comunidade - é um grupo que recebe as listas do que teremos a ser colhido e entregue fresco assim que recebermos do agricultor. Pronta entrega - modelo de pronta entrega dos alimentos processados da agricultura familiar e do excedente da colheita dos nossos agricultores.” Compreendemos que a atuação da Livres reforça relações duradouras de reciprocidade que surgiram de vínculos anteriores de afinidade política, de proximidade territorial e/ou de identidade social e que se reafirmam em um cotidiano de atividades que aproxima consumidores, agricultores e eco-ciclistas, estabelecendo uma plataforma de relações sociais e econômicas solidárias. Também entendemos que, ao equacionar o desafio de aproximar e reunir pessoas de diferentes origens, condições e situações sociais, que sofrem de desigualmente os processos de reprodução social próprios da economia capitalista, os integrantes da rede demonstram a real possibilidade de construção de uma nova sociedade a partir de uma nova economia, solidária. Afinal: “Produzir, consumir e se relacionar de outra forma é a saída!”

Palavras-chave: Trabalho; Política; Consumo; Autogestão; Coop Livres

Abstract

We intend to present our experience as members of a cooperative platform that unites consumers, producers and deliverers who live a daily activity that articulates work and politics. The Coop Livres group is guided by the socialist values of self-management and collective autonomy and is driven by the will to build an egalitarian, democratic and inclusive society - where all differences fit, as well as by the need to generate work and income for the group members. In our folder we introduce ourselves like this: "Who are we? Livres is an Agroecological Network that organizes food producers from the local economy, conscious consumer groups, fairs and stores that operate in a system of barter for services, solidarity credits, monetary transactions, among others. The goal is to build, here and now, another economy: without pesticides, without middlemen, and without exploitation. We work in three ways: Agroecological Train - our



solidarity community, where producers and consumers are directly linked by an alliance/commitment where there is a preference for supplying fresh, healthier food at prices between 10% and 15% lower than the "free market" offers, while farmers have more stable incomes. Pre-community - is a group that receives the lists of what will have to be harvested and delivered fresh as soon as we receive it from the farmer. Prompt delivery - a model of prompt delivery of processed food from family farming and surplus harvest from our farmers." We understand that Livres' actions reinforce lasting relationships of reciprocity that have arisen from previous bonds of political affinity, territorial proximity, and/or social identity and that are reaffirmed in a daily activity that brings consumers, farmers, and eco-cyclists together, establishing a platform of social and economic solidarity relationships. We also understand that, by meeting the challenge of bringing together people from different origins, social conditions and situations, who suffer unequally from the processes of social reproduction typical of the capitalist economy, the members of the network demonstrate the real possibility of building a new society from a new economy, based on solidarity. After all: "Producing, consuming and relating in another way is the way out!"

Keywords: Work; Politics; Consumption; Self-Management; Coop Livres

Introdução

A partir da nossa experiência como membros da *Livres Coop – Rede Agroecológica de Produção e Consumo*, vamos narrar um breve histórico de sua criação, apresentar como a Livres acontece no cotidiano, descrever os desafios de sua organização e, por fim, analisar algumas consequências dessa cooperativa-rede-plataforma sobre as relações sociais e comunitárias estabelecidas a partir de sua criação como empreendimento associativo. Em nosso *site* afirmamos que:

A Economia Solidária para nós da Rede Livres é uma forma de organização social, econômica e cultural de reprodução da vida, estruturada em um sistema que não tem como pressuposto a propriedade privada e as relações de exploração do trabalho do capitalismo. (...) A pergunta central para a Economia Solidária é: como vamos nos relacionar com os mercados? (LIVRES, 2021).

O que é a Livres?

A Livres é uma **cooperativa** que funciona como uma **rede** de produção e consumo e também como uma **plataforma** de relações solidárias. Ao reunir consumidores, produtores e entregadores em um mesmo cotidiano de atividades, a plataforma produz uma sociabilidade na qual se articulam trabalho, política e a dimensão lúdica da vida comunitária. Em nosso folder de divulgação nos apresentamos assim:

Quem somos? A Livres é uma Rede Agroecológica que organiza produtores de alimentos e da economia local, grupos de consumidores conscientes, feiras e lojas que funcionam em sistema de permutas de prestação de serviços, créditos solidários, transações

monetárias, dentre outros. O objetivo é ir construindo, no aqui e agora, outra economia: sem agrotóxicos, sem atravessadores e sem exploração.

O grupo da Coop Livres é guiado pelos valores socialistas da autogestão e da autonomia coletiva que colocam a solidariedade -não o lucro- no cerne da experiência singular e do modelo econômico que a experiência representa. É também movido pelo compromisso ecossocialista de impulsionar um modelo econômico que afirme a boa vida com a paralela regeneração de nossa biosfera. Daniel Keppler e Guilherme Prado afirmam que a rede se tornou interessante como modelo de empreendimento econômico solidário, fundamentado nos conceitos de decrescimento ou mesmo de um ‘socialismo sem crescimento’ e voltado a recolocar a economia sob os limites da biosfera, focando em redistribuição radical de riquezas com paralela regeneração ecológica. (...) A Rede é necessária na busca por uma bioeconomia, pois é toda voltada a abastecer necessidades dos atores e atrizes que nela se envolvem, preenchendo uma série de critérios éticos, não buscando meramente o escalar de suas atividades econômicas. (Keppler& Prado, 2021). O grupo também é movido pela vontade coletiva de construir uma sociedade igualitária, democrática e inclusiva -onde radicalmente caibam todas as diferenças- assim como pela necessidade de gerar trabalho e renda para os integrantes do grupo, especialmente a partir de sua formalização como Cooperativa. Ser orientado por valores, compromissos e vontades, para nós não se trata de uma “deseconomia”, mas justamente do que nos une e nos motiva, pois:

Nos propomos a fazer uma desconstrução capitalista nos nossos círculos de relações, que transformou tudo em mercadoria alienada, para que possamos resgatar relações sociais saudáveis e completas de sentido humano, entre pessoas e não entre coisas, das coisas desejamos extrair seu valor de uso, das necessidades humanas reais, na quantidade mínima e em respeito a nossa mãe terra. Parece utópico, mas é possível e a história nos mostra que podemos gerar valores novos sobre várias formas de relações sociais. (LIVRES, 2021)

Um pouco da nossa história

O principal antecedente da nossa história ocorreu na base do Sindicato dos Químicos de Campinas e Região, a tragédia ecológica causada pelas operações da planta da Shell em Paulínia, no interior do estado de São Paulo. Entre 1977 e 2002 essa planta industrial, que produzia os agrotóxicos conhecidos como “*drins*”, expôs trabalhadores a 12 substâncias altamente perigosas à saúde e contaminou o meio ambiente da região, impactando a vida de milhares de pessoas na região (Dupré; Wroblewski, 2013). Roberto

Ruiz, médico do trabalho, explica que “Não foi só contaminação ocupacional, mas também ambiental, no solo, na água, no rio” (Fetquim, 2017).

314

Arlei Medeiros, sindicalista e cooperado, nos conta que os trabalhadores se deram conta de que aquela era uma fábrica que não poderia continuar aberta:

Essa fábrica contaminou muitos trabalhadores, contaminou o meio ambiente, e nos anos 2000 começou a luta pela reparação dos problemas, até que a gente chegou à conclusão que não tinha como manter a fábrica aberta, pois ela produzia *pops*, *drins*, produtos muito graves. (TVMOV, 2020)

Arlei também nos explica como a opção pela agroecologia, e a consequente organização da *Rede Livres - Rede de Produtos do Bem*, foi uma reação à tragédia:

Nós aprendemos muito com essa luta, vimos o quanto os agrotóxicos são danosos, e os Químicos Unificados tiveram que tomar uma decisão muito importante: ‘a vida sempre deve estar acima do lucro’. (...) Nós avaliamos que, depois dessa vitória, nós tínhamos que fazer algo para ajudar, conscientizar, politizar. Então nós começamos a discutir sobre montar pontos de venda de produtos agroecológicos e orgânicos aos trabalhadores, a preço de custo, trazendo direto do campo para a cidade, e montamos a primeira loja, que foi no estacionamento do Sindicato dos Químicos Unificados [em Campinas, SP]. (TVMOV, 2020).

A reação à tragédia se reafirmou no lema “que decresça a economia envenenada do agrotóxico, para que cresça a economia agroecológica”, o que se concretiza com a organização da Rede Livres e em sua expansão para São Paulo, Porto Alegre e Santos, atuando como um empreendimento solidário.

E foi precisamente em Santos que se aprofundou como mais que um Empreendimento Econômico Solidário (EES), tornando-se uma plataforma solidária. Atualmente, a Livres Coop planeja democraticamente seu circuito solidário – desde a semente até a entrega. Dispondo de cerca de 170 consumidores conscientes com cestas semanais, quinzenais ou mensais, o projeto é um sucesso e uma prova de que há outras maneiras de se apropriar de alimentos saudáveis sem que seja através do dito “livre mercado.” (Keppler & Prado, 2021)

Em maio de 2021 inauguramos em Santos nosso entreposto de produtos agroecológicos, onde também funciona a sede da Cooperativa. Aberto de segunda a

sábado, lá ocorre o recebimento dos produtos e a montagem das cestas, e é de onde partem os ciclos entregadores. Mas primeiro precisamos contar como a Livres acontece.

Imagem 1 - Foto da fachada do entreposto em Santos (2021)



Como a Livres acontece?

Unir produtores, consumidores e entregadores é tarefa difícil, e a solução veio com o desenvolvimento de uma metodologia que se tornou uma ferramenta fundamental. Foi o engajamento de agricultores como Breno Almeida que permitiu o desenvolvimento do “Comboio Agroecológico”, o sistema de gestão das comunidades da Livres. Para explicar o que é o comboio voltamos ao nosso folder:

Comboio Agroecológico - nossa comunidade solidária, onde produtores e consumidores são ligados diretamente por uma aliança/compromisso onde há preferência no fornecimento de alimentos frescos, mais saudáveis e a preços entre 10% e 15% mais baixos do que o “livre mercado” oferece, enquanto os agricultores têm rendimentos mais estáveis por isso.

Inicialmente o comboio foi realizado por meio de longas planilhas de cálculo cujo manejo poderia acarretar em erros, o que tornou importante programar e automatizar, o que foi possível devido à capacidade de cooperados como Henderson Mele, que se colocou a desenvolver o sistema:

O Comboio Agroecológico opera de uma forma única. Utilizar ferramentas prontas disponíveis no mercado limitaria a experiência dos consumidores. Não ter um sistema automatizado inviabilizaria a escala necessária para o modelo. O desafio foi conciliar as aulas de programação, o trabalho do dia-a-dia e o desenvolvimento de um sistema próprio ao mesmo tempo em que a Rede Livres é construída. Henderson Mele - Cooperado da Livres e programador

Se a Rede Livres cria uma aliança entre consumidores e agricultores, é o comboio que organiza a produção a partir do consumo, registrando o consumo mensal de cada membro da Rede Livres, organizando as listas de compras e de entregas e levantando a demanda total. A agregação da demanda possibilita planejar e garantir a produção dos agricultores e nos ajuda a conhecer melhor o perfil de consumo de cada membro e da comunidade. Pouco a pouco a produção aumenta e novos alimentos apareceram, ou seja, passam a ser produzidos e entregues pela Rede Livres. Um exemplo ocorreu com nossa primeira safra de tomates. A cooperada Milena Savini relembra:

A felicidade de poder entregar aos consumidores conscientes um alimento que, no mercado convencional, é um dos que carrega a maior quantidade de veneno, é imensa. É uma alegria e um alívio muito grande. Nós como cooperativa agroecológica queremos entregar vida, e não morte como o agronegócio entrega. Milena Savini- Cooperada da Livres responsável pelo setor financeiro

O comboio também permitiu a expansão da produção dos agricultores. Como conta Geraldo Júnior, que avançou na produção de brócolis ramoso e outras variedades:

Com o crescimento da demanda dos consumidores pudemos expandir a área plantada, arrendando um terreno vizinho, o que proporcionou aumento de produção e geração de emprego e renda no campo. Geraldo Júnior - Cooperado da Livres e agricultor

E o próprio comboio se desenvolveu e mudou conforme foi praticado nesses pouco mais de 18 meses de funcionamento. Se no início era importante fixar a demanda por pelo menos três meses, de modo a facilitar o planejamento das encomendas e a montagem das cestas, atualmente a edição do perfil de consumo pode ser feita mensalmente pelos consumidores sem afetar significativamente a demanda agregada. A entrada de um novo consumidor no comboio também foi facilitada, se antes era necessário consolidar a demanda de uma nova comunidade de consumidores, agora é possível entrar a qualquer momento, já que o sistema incorpora o novo perfil de consumo na demanda agregada e gera automaticamente as listas individualizadas de entregas.

Entendemos que o Comboio Agroecológico permitiu à Livres equacionar o fundamental desafio de qualquer proposta de economia solidária iniciada por consumidores: *como tornar os produtos acessíveis para os consumidores sem explorar os produtores?*

Como as relações econômicas começam no consumo, nos parece um bom projeto construir plataformas que reúnam diretamente produtores e consumidores. Essa ousadia rebelde elimina atravessadores comerciais, perfura o capitalismo por dentro e cria as bases cognitivas, sociais e técnicas para a construção de uma economia socialista autogestionária. É isso que a Coop Livres faz ao organizar o Comboio Agroecológico. Daniel Keppler e Guilherme Prado contam o que a Rede Livres pratica e persegue:

Uma produção planejada democraticamente a partir das necessidades de sua comunidade, baseada no mínimo de desperdício possível, nos preços mais acessíveis possíveis para seus consumidores conscientes, junto da maior segurança econômica para os agricultores e produtores locais. Tudo isso sem impactar negativamente a natureza, e quando possível, regenerando-a, perseguindo a realocação das atividades econômicas por meio de circuitos curtos e sem explorar ninguém. (Keppler & Prado, 2021)

Desafios do processo organizativo

Se o primeiro desafio foi equacionado, há outros para os quais ainda buscamos ou testamos soluções, os principais são: as interações na comunidade; a diversificação dos produtos; a entrega cooperada pelos eco-ciclistas; e a construção de uma remuneração justa para todos.

Começando pelo fim, a construção de uma remuneração justa é sempre um dos maiores desafios para quaisquer grupos de trabalhadores em regime de autogestão. Afinal, como remunerar o trabalho quando o trabalho não é uma mercadoria?

Na cooperativa há situações e situações. Os agricultores são pagos nas entregas das mercadorias e os eco-ciclistas recebem por entrega e administram seus próprios fundos e benefícios. Já no “trabalho interno” do entreposto e da gestão a questão parecia mais complexa pois as tarefas são muito diferentes. Mas aos poucos definimos uma relação de atividades baseadas em “Eco-horas” lastreadas em um valor considerado digno e possível de ser pago pela cooperativa, dando origem ao “Eco-holerite”. Esse documento é preenchido semanalmente pelos cooperados e é essencial para o pagamento da equipe.

Outro desafio fundamental é a **diversificação dos produtos**, para o qual o sistema informacional do “Comboio Agroecológico” tem sido essencial. Ele garante o aumento da diversidade ao identificar alimentos que ainda não são produzidos pela Rede, mas que já têm o volume de sua demanda definido, o que é uma informação chave para membros da rede que queiram produzi-los ou para organizar sua aquisição por meio das parcerias estabelecidas com cooperativas da Economia Solidária, tais como a Coopernatural, a COOPEG, o MST e a Terra Viva.

A **entrega cooperada via eco-ciclistas** é parte fundamental do projeto da Coop Livres, pois além de ser a etapa final de um ciclo que se inicia na produção dos alimentos, é o que colabora decisivamente para a conexão de uma razoável parte da rede de consumidores com seu empreendimento. Ou seja, um processo que começou solidário tinha que terminar também de forma solidária. O crescimento da Livres e o aumento da demanda acarretou no aumento do número de entregas, fazendo com que a autogestão da equipe de seis eco-ciclistas da Coop Livres, que realiza pelo menos 120 entregas toda semana em Santos e São Vicente, passasse por mudanças, como Lucas Gonçalves explica:

No início da Livres, o método de trabalho consistia em preparar as rotas de entrega logo após a montagem das cestas de consumo, no próprio dia a da logística de entrega. Mas com mais entregas por fazer, foi necessário reorganizar esse método, e atualmente preparamos as rotas com antecedência. Dessa forma, os eco-ciclistas conseguem se organizar previamente e se dividem melhor nos dias de operação, para que todos na equipe façam uma quantidade parecida de entregas e, assim, serem remunerados também de forma parecida. **Lucas Gonçalves** - Cooperado e eco-ciclista

As **interações na comunidade** acentuam a complexidade das relações econômicas baseadas em solidariedade e reciprocidade dentro de nosso circuito. Ao reconhecer que nossos consumidores conscientes são, também eles e elas, produtores de bens e serviços, possibilitamos que comercializem entre si enquanto usam os serviços dos eco-ciclistas da rede para a entrega de suas vendas. Assim, direta ou indiretamente, nossa rede fornece os queijos veganos da produtora Magali e a cerveja artesanal Nosotros, produzida em São Vicente, e entrega os cosméticos veganos do pequeno empreendimento Bruma Cosméticos Naturais, entre outros. As interações na comunidade tem também outra dimensão, da qual nos fala Guilherme Prado:

Os consumidores conscientes mais antigos conseguiram ver a expansão do projeto e os impactos positivos. Tiveram seu processo de consciência ambiental e política aprofundados, ajudaram em vaquinhas na mudança do projeto para outro endereço, sugeriram dicas para melhorar o sistema solidário e são partícipes das atividades da comunidade, como festas, eventos

e celebrações, sem falar das nossas queridas Feiras de Economia Solidária. Além disso, trocam receitas, dicas de consumo para PANCs, e alguns até passaram a produzir biofertilizante e húmus por meio da compostagem, fornecendo ao entreposto da Rede tal produção, que passou a ser redistribuída nas cestas dos consumidores que queriam deixar suas plantas “mais felizes”. **Guilherme Prado** - Cooperado e coordenador geral

Essa dimensão lúdica das interações na comunidade é também visível no entreposto da cooperativa, onde cooperados se encontram não apenas para trabalhar ou tratar de assuntos da rede, mas também para assistir e debater filmes, fazer mini-curso de formação política, ou simplesmente aparecem para conversar sobre o que quiserem, para brincar uns com os outros, para existir. Assim, a loja se torna um ponto de encontro onde acontecem relações sociais tipicamente comunitárias, próprias de situações em que há espaço para o diálogo e para a aceitação das diferenças, onde o sentimento de pertencimento existe pois somos todos parte e partícipes da mesma comunidade.

Amadurecimento e expansão das lutas

Apesar de recente, a experiência da Rede Livres já possibilitou contatos, criou oportunidades e diversificou nossas atividades. Os desafios para criar outra economia são gigantes, por isso não são poucas as frentes que se abrem e que propomos organizar.

A partir da criação do CESA - Centro de Economia Solidária e Agroecologia, nos engajamos em várias ações de divulgação e de formação popular. O coletivo percebeu que era essencial socializar ideias para a construção de uma cultura solidária. Isso nos motivou, dentro desse novo braço da Rede, a pensar diversas táticas de difusão de outras economias: páginas na internet, impressos, *podcasts*, cursos etc.

Com apoio da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco criamos a Revista *Alternativas Solidárias - A Revolução Silenciosa*, publicação digital e impressa na qual teoria e prática se encontram na apresentação de experiências concretas da construção de outra economia. Com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo, e em parceria com o movimento sindical, realizamos o curso *online* “*Construindo o Socialismo Autogestionário*”, formando centenas de pessoas. Também criamos, em *podcast* e *videocast*, o canal *Vozes Livres*, no qual fazemos a difusão de experiências e reflexões sobre uma Economia Ecológica que aprofunde as relações de cooperação entre os seres humanos, visando uma relação mais harmoniosa destes com a natureza, o que tem sido uma forma de resistência em meio a emergência climática.

Em todo o processo de construção da Livres, esbarramos num desafio constante na história da esquerda: seria suficiente tomar os meios de produção (com suas tecnologias) e colocá-los a nosso serviço? Essa tarefa se deu, na Livres, de forma complexa. No processo da criação da Rede tivemos que criar ferramentas a partir da tecnologia existente, mas de forma inversa, na qual o trabalho contrata o desenvolvimento tecnológico. Assim, com o dever de remodelar tecnologias anteriormente colocadas a favor da competição e da lucratividade, cultivamos um núcleo de inteligência social e tecnologia aberta, os Programadores Livres, que têm possibilitado a criação de ferramentas para o exercício democrático e cooperativo do trabalho em todas as nossas frentes, da produção à entrega. Reunindo atores e atrizes de vários segmentos da rede, e em parceria com o movimento da Economia Solidária da Baixada Santista, atualmente os Programadores Livres tem trabalhado no desenvolvimento de uma Plataforma Virtual para a Economia Solidária, uma plataforma informacional local, mas poderá ser replicada em outros territórios.

Por último, mas não menos importante, nossa Rede, que inicialmente se propôs a ajudar a emancipação de trabalhadores do campo e da cidade, chegou em outro objetivo: impactar a vida de quem, pelos instrumentos do dito “livre mercado”, dificilmente acessaria comida saudável e livre de veneno. Com esse propósito, recentemente, passamos a dar assessoria para operar uma política de distribuição de Cestas Agroecológicas para famílias em condição vulnerável. Essa ação é realizada em parceria com o Centro de Referência em Assistência Social, o CRAS de Santos. O que aprendemos na Livres foi essencial para ajudar no processo de suplementação da alimentação de mulheres e suas famílias com a montagem de cestas personalizadas. Isso permitiu a essas trabalhadoras precarizadas realizar um direito que o sistema sempre lhes negou: governar a escolha de sua alimentação. Assim, complementaram a dieta de suas famílias construindo suas cestas a partir de um perfil de alimentos altamente nutritivo e diverso, selecionado pelo projeto de extensão AMBNUT, da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp.

Algumas amarrações, ainda que provisórias

Compreendemos que a atuação da Livres estabelece relações duradouras de reciprocidade que surgiram de vínculos anteriores de afinidade política, de proximidade territorial e/ou de identidade social e se reafirmam em um cotidiano de atividades que

aproxima consumidores, produtores, trabalhadores da sede e ecociclistas, estabelecendo uma plataforma de relações sociais e econômicas solidárias.

Também entendemos que, ao equacionar o desafio de aproximar e reunir pessoas de diferentes origens, condições e situações sociais, que sofrem de forma desigual os processos de reprodução social próprios da economia capitalista, os integrantes da rede demonstram a real possibilidade de construção de uma nova sociedade a partir de uma nova economia, solidária. Afinal, recorrendo mais uma vez ao nosso folder: “Produzir, consumir e se relacionar de outra forma é a saída!”

Referências

Dupré, Anali; Wroblewski, Stefano (2013). Shell e Basf terão que pagar indenização milionária por contaminação em fábrica de agrotóxicos. Reporter Brasil. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2013/04/shell-e-basf-terao-que-pagar-indenizacao-milionaria-por-contaminacao-em-fabrica-de-agrotoxicos/>

Fetquim (2017). Caso Shell/Basf: contaminação ocupacional e ambiental em Paulínia (SP). Disponível em: <http://fetquim.org.br/noticias/caso-shell-basf-contaminacao-ocupacional-e-ambiental-em-paulinia-sp-af2f/>

Keppler, Daniel; Prado, Guilherme (2021). Rede Livres: Empreendimento Econômico Solidário para além do crescimento. Alternativas Solidárias - A revolução silenciosa. v.1. n.5, 2021. Disponível em: <https://alternativassolidarias.com.br/2021/12/29/rede-livres-empreendimento-economico-solidario-para-alem-do-crescimento/>

LIVRES (2021). A Economia Solidária da Rede Livres. Disponível em: <https://www.livres.eco.br/a-economia-solidariarede-livres/>

TVMOV (2020). 1º episódio – Vozes Livres: O que é a Rede Livres? Disponível em: <https://youtu.be/q3Fj5PGMwHI>

O FAZER A FEIRA: NOVAS REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS ALIMENTARES EM ARARAQUARA/SP

322

Viviani Regina Marchi, UNIARA

vivimarchi@gmail.com

Henrique Carmona Duval, UNIARA

henriquecarmona@hotmail.com

Resumo

O estudo trata das relações estabelecidas entre os consumidores e os produtores assentados na feira de alimentos orgânicos na cidade de Araraquara/SP. Ao adquirir alimentos nas feiras, os consumidores estabelecem uma relação de sociabilidade com os produtores, configurando-se um espaço de encontro entre rural e urbano. A intenção de investigar esta relação e se tem a capacidade de ressignificar o espaço social do assentamento para o público que frequenta as feiras.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Feira Livre; Representação Social; Mercados Socialmente Construídos.

Abstract

The study deals with the relationships established between consumers and producers seated at the organic food fair in the city of Araraquara/SP. When purchasing food at fairs, consumers establish a sociable relationship with producers, setting up a meeting space between rural and urban. The intention is to investigate this relationship and if it has the ability to re-signify the social space of the settlement for the public that attends the fairs.

Keywords: Family farming; Free Fair; Social Representation; Socially Constructed Markets.

O presente trabalho está focado em compreender as representações sociais sobre os assentamentos rurais por parte de consumidores urbanos da feira “Da Roça para a Mesa: feira de alimentos orgânicos”, em Araraquara/SP. Com o intuito de analisar como as pessoas da cidade que compram nas feiras passaram a ver os moradores do campo, tem-se como hipótese que as feiras formam um tipo de circuito curto de comercialização que estreita as relações sociais presentes. A hipótese inicial era que este tipo de feira, com sua proposta diferenciada de produção e comercialização de alimentos orgânicos, fosse capaz de alterar representações sociais pejorativas da população urbana sobre o que são os assentamentos rurais e a reforma agrária.

Esta hipótese surgiu em razão de uma percepção do senso comum, em muito induzida pela grande mídia, de que os assentamentos de reforma agrária não contribuem para o desenvolvimento das regiões, são invisibilizados e, ainda pior, são locais de

“marginais” e “vagabundos”. Porém, não é novidade que as populações rurais no Brasil sofrem historicamente de preconceitos como estes. Os movimentos de luta pela terra também são criminalizados e estigmatizados enquanto invasores de terras alheias, mesmo que a luta pela terra esteja fundamentada no cumprimento da função social da terra e a maioria dos assentamentos seja constituída em terras públicas anteriormente griladas por interesses privados.

O crescimento da agroecologia como um novo paradigma produtivo, defendido pelos movimentos sociais está crescendo em alguns assentamentos. Atualmente é notável que a certificação da produção orgânica pode revalorizar os pequenos agricultores assentados e a qualidade dos alimentos que eles produzem, mas existem dificuldades para ter essa certificação. Novas formas de comercialização desta produção, como as feiras agroecológicas, podem contribuir com o processo de transição agroecológica. Assim, a pesquisa passou a trabalhar com a hipótese sobre quais são as transformações nas representações e práticas sociais dos consumidores que passaram a frequentar a feira de alimentos orgânicos no município de Araraquara e a adquirir alimentos diretamente de famílias assentadas.

As feiras como superação da dualidade rural-urbano

O conceito de feira no Brasil sofreu algumas modificações até chegar no conceito que conhecemos hoje. Se no Brasil colonial era espaço do comércio de luxo, já no Brasil república as feiras viraram espaços de comercialização de todos os tipos de produtos e todos os tipos de consumidores. As feiras não eram vistas com bons olhos, pois quem participava das feiras era considerado marginal e a feira em si vista como arcaica em relação ao comércio. A feira já era um ambiente de produtores, intermediários e consumidores, onde realizavam variados comércios, desde alimentos, artesanato e bebidas.

As feiras livres tiveram dois momentos de grande declínio, mas depois teve que se reinventar para atrair os consumidores que estavam perdendo. Segundo Vieira (2017), o surgimento do CEASA em meados de 1960, atingiu as feiras, porque toda a comercialização de alimentos passou a ser feita nele, monopolizando o comércio da produção agrícola, não sobrando espaço para os pequenos produtores. Outro comércio que afetou diretamente as feiras, mas não foi logo no seu surgimento, foram os supermercados e seu crescimento exponencial, mesmo que no começo os supermercados

não vendessem alimentos in natura, apenas importados e produtos de limpeza, mas com o tempo também passou a comercializar.

Os alimentos in natura comercializados pelos supermercados causam uma relação de anonimato com os consumidores, que não sabem quem os produziu, se possuem insumos químicos como agrotóxicos em excesso, ou seja, se são produzidos a partir de uma agricultura convencional e sem grandes preocupações com temas como a contaminação humana e ambiental.

As maiores vantagens das feiras é ter acesso a um alimento fresco, saudável e com preços são considerados abaixo do mercado. Trata-se de uma cadeia curta de comercialização, colocando consumidores e produtores em relação direta, o que não acontece quando comparados a mercados convencionais. Neste caso, ocorre a venda por cadeia longa, o alimento passa por diversas “mãos” para chegar até o consumidor final, o consumidor e o produtor não se conhecem, distanciando as partes inicial e final do processo alimentar. Esta é uma definição básica de cadeia curta, ou seja, quando existem menos atravessadores entre quem produz e quem consome, além do fato desta cadeia ocorrer em espaço local e/ou territorial.

Segundo Kinjo e Ikeda (2005), as feiras livres são espaços democráticos em que circulam pessoas de diversas profissões e compram os mesmos produtos, não existe um único público, mas variados públicos que se mesclam e os vendedores conseguem conversar com todas as classes sociais para que realizem suas compras, através do poder de persuasão. O que é possível ver nas feiras mesmo sem um público específico e com uma grande quantidade rotativa de pessoas o tempo todo, é a variação do público ao longo da feira. No começo da feira geralmente o público mais cativo e morador das proximidades. Mas ao final da feira sempre tem promoções, então as pessoas que buscam alimentos mais baratos. Não é uma regra essa segregação, mas é muito comum de encontrar no final da feira, quase acabando mesmo, os alimentos que não vendidos por preços bem abaixo, a chamada “chepa” da feira.

Para Vieira (2017), sobre a importância da venda direta, gera no agricultor maior autonomia financeira, trocas de experiências entre o rural e o urbano e as novas sociabilidades. O resultado da comercialização é apropriado direta e imediatamente pelos produtores. Isso faz com que o considere uma boa estratégia de comercialização, o fato de receberem na hora pela produção. Através de circuitos curtos, como as feiras, os consumidores têm o privilégio de saberem como são produzidos os alimentos, mantêm

uma relação próxima com o agricultor, essas relações estabelecidas de proximidade são relações de confiança, reciprocidade entre os lados envolvidos.

A feira tem uma relação de sociabilidade, segundo Nora e Zanini (2015) é composta de uma rede de sociabilidade entre fregueses e feirantes, momento em que além de comercializarem produtos, conversam sobre suas vidas sendo uma complementação do econômico, o social que está enraizado. Muitos indivíduos buscam alimentos nas feiras para realizarem essas trocas, o que não encontram nos mercados tradicionais. Essa interação entre os clientes e os vendedores torna-se uma relação afetiva e íntima, momento em que realizam trocas de saberes e de vivências, enriquecendo de certa forma a compra, não sendo apenas o valor de uso e troca da mercadoria.

As feiras em espaços urbanos são muito importantes para legitimar o papel dos agricultores nas cidades, pois eram vistos como inferiores, subalternos, é um espaço para realizar trocas de bens simbólicos entre o urbano e o rural, existe nesse momento uma troca cultural entre ambas as partes envolvidas. Parte da população possui uma visão muito negativa dos camponeses, mas que estão passando por várias transformações positivas que ajudam a melhorar o modo de pensar o camponês através do processo de recriação, redefinição e diversificação ao longo do tempo. Representando resistência aos novos contextos econômicos e sociais com novos significados as relações sociais.

Segundo Marsden, Banks, Bristow (2000) apud Silva (2020), existem três tipos principais de circuitos curtos que são face-a-face, proximidade espacial e especialmente estendida.

Face-a-face: o consumidor compra um produto diretamente do agricultor. Nesse caso, a autenticidade e confiança ocorrem por meio de interação pessoal.

Proximidade espacial: os produtos são produzidos e vendidos na região (ou local) específico da produção. De tal modo que, os consumidores têm conhecimento da natureza “local” do produto no ponto de venda.

Especialmente estendida: as informações sobre o local de produção e que os produzem os alimentos podem ser acessadas pelos consumidores tanto regionais como fora da região. Ou seja, esses circuitos possibilitam ao consumidor informações sobre os alimentos adquiridos (via certificação, rótulos ou selos). (SILVA, 2020, p. 26).

Para Silva (2020), o advento das cadeias curtas trouxe a perspectiva de um comércio justo, recíproco, solidário, ético, mais confiante e respeitoso. Entende-se que a feira é um importante espaço social onde a população urbana pode reconfigurar suas representações acerca do meio rural e das famílias rurais.

Para Portilho e Casteñeda (2011), a produção dos produtos orgânicos está evoluindo, antigamente era uma simples rede de confiança entre produtores e consumidores locais, evoluindo além de permanecer nessa rede de confiança, na relação face a face entre clientes e vendedores com um sistema de certificação do processo

produtivo. Além das feiras os produtores também passaram a investir os seus produtos em lojas especializadas, nas prateleiras dos supermercados que vendem produtos orgânicos, passaram a se especializar na venda pela internet, dado que a certificação agrega valor à produção. Por outro lado, a alimentação orgânica passou a ser introduzida na alimentação da população como alternativa ao alimento artificial, ultraprocessado e com agrotóxicos. Os produtos orgânicos precisam do rótulo “orgânico” em toda a sua linha de fabricação até o resultado final. Além das certificações participativas existem empresas que fazem por auditoria, tais como: IBD, EcoSocial, Demeter, Abio, Ecocert e OIA.

Circuitos curtos de comercialização e feiras agroecológicas

No Brasil, a credibilidade dos produtos orgânicos vem passando por uma transição de valores ligados a eles para garantir ao comprador que sua compra seja de fato garantida. Diferente do que ocorre nas feiras urbanas, a população não sabe ao certo se é orgânico ou não, acreditam nos vendedores, mas buscam comprar nas feiras por conhecerem os produtores. Desta forma, confiam no produto que vão consumir por ter acesso a este alimento por uma relação de proximidade, sendo um espaço de sociabilidade com encontros e trocas sociais.

Para Izidoro et al. (2020), os circuitos curtos de comercialização podem representar um aumento da renda e da segurança alimentar dos produtores. Na cidade de Araraquara, a Ceasa controla os preços dos produtos vendidos nas feiras dos produtores e também fornece algumas mercadorias para serem vendidas na feira. O abastecimento alimentar não está subordinado apenas ao órgão, mas está diluído em diferentes áreas para garantir o abastecimento alimentar.

Os circuitos curtos de comercialização são reconhecidos pelos consumidores sobre a origem e o sistema de produção, mas enfrentam uma oscilação do mercado devido a demanda dos produtos. Araraquara possui dois assentamentos ao seu redor que são o Bela Vista e o Monte Alegre, os quais possuem forte histórico com o agronegócio ligados com a produção de cana de açúcar (FERRANTE, BARONE, 2012). Os assentamentos possuem dois momentos distintos, o primeiro é traçado entre 1990 e 2000, período que produziam cana de açúcar e criavam frangos, já o segundo momento é marcado a partir de 2000, estratégias comerciais mais diversificadas, ampliação das vendas diretas, através das feiras agrícolas. Porém para muitas famílias apenas essa renda não é o suficiente para sobreviverem, o que representa uma situação de escassez em muitos casos e reforça a dependência ao agronegócio.

A agricultura familiar na região de Araraquara, portanto, possui duas formas mais relevantes de escoar a produção, sendo as cadeias integradas ao setor sucroalcooleiro para

a produção de cana e a outra diz respeito aos circuitos curtos de alimentos, essa mais importante do ponto de vista da produção familiar, pequena e diversificada. Com os circuitos curtos valorizam-se os alimentos através de atributos como a origem, procedência e qualidade. A eliminação dos insumos agrícolas ganhou destaque na produção de alimentos, além do impacto na comercialização. A venda de alimentos feita em feiras fortalece as relações sociais. As feiras são conhecidas como um mercado face a face, quando o consumidor adquire o produto diretamente do produtor. A autenticidade e a confiança entre os produtores e os consumidores, esse novo aspecto da agricultura familiar tomou forma e impulso devido a população estar cada vez mais preocupada com uma alimentação saudável e de qualidade.

Abastecimento e segurança alimentar em Araraquara

O Programa Direto do Campo, nas palavras de Kuranga, Ferrante e Almeida (2008), possibilitou a população ter acesso a diversificação agrícola, os consumidores têm acesso a alimentos saudáveis com preços baixos e conhecimento dos produtos que estão comprando. Os varejões populares realizados pelos produtores são programas alternativos para os agricultores familiares que visam incentivar a comercialização, o autoconsumo, sendo um caminho para a sustentabilidade.

A agricultura familiar como sistemas agroalimentares alternativos tem ganhado cada vez mais destaque e sua comercialização é feita através de cadeias curtas, face a face, que se refere à venda direta feita pelo produtor ao consumidor; cadeias de proximidade espacial ocorrem quando o consumidor sabe onde os produtos foram produzidos; cadeia curta espacialmente estendida que compreende os selos de origem. A cidade de Araraquara é caracterizada pelo alto dinamismo do agronegócio, por outro lado a agricultura familiar voltado para a diversificação e produção de alimentos tem o grande diferencial das feiras, onde se encontram alimentos frescos e de qualidade.

Feira Da Roça Pra Mesa no contexto das feiras municipais

Mais especificamente sobre as feiras em Araraquara, Vieira (2017) relata o surgimento das feiras livres na cidade e suas mudanças estabelecidas ao longo dos anos, mudanças essas que vieram para melhorar e regular o mercado das feiras.

A feira livre de Araraquara foi normalizada em 1953 através da sua primeira lei, mas as feiras não podiam funcionar em qualquer horário, a Lei 244, propunha o funcionamento das 6:00 às 11:00, não era permitida a revenda de

produtos, as vendas eram feitas através da cadeia direta, podiam ser vendidos mercadorias, do gênero alimentício, utensílios culinários e qualquer artigo para o abastecimento doméstico. Em 1954, a lei sofreu alterações com uma nova lei, a Lei 350, a venda nas feiras era apenas de alimentos de primeira necessidade, laticínios, hortaliças, frutas, pescados, aves e ovos. Só em 1977 com a Lei 2.281, que foi possível ter a revenda de produtos, ainda restritos a alimentos. Em 1978 com a Lei 2.406 a feira foi ampliada para artigos manufaturados de uso pessoal e doméstico, aumento do horário da feira das 6:00 às 12:00, o número de feiras aumentou na cidade, não podendo ser no mesmo local as feiras, era proibido de se chocarem no mesmo lugar. (VIEIRA, p. 35, 2017)

A cidade de Araraquara possui quatro tipos diferentes de feiras.

- i. Feira das padarias: constituída por apenas um produtor em padarias parceiras do Programa Negócio do Campo, que não foram contempladas no presente trabalho por não representarem um canal de comercialização relevante na dinâmica do abastecimento alimentar local, tampouco para a renda dos agricultores;
- ii. Feiras tradicionais: são as mais antigas e as mais conhecidas pela população, com maior expressão em número de barracas e quanto ao volume comercializado;
- iii. Feira organizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR): as mais recentes do município. Surgiram de parceria celebrada entre a prefeitura e o SENAR, e sua característica principal é a venda de produtos já embalados, tendo sido realizada uma capacitação para a formação de preços e a confecção das barracas;
- iv. Feira de produtos agroecológicos: resultou da iniciativa do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) e do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) da Universidade de Araraquara (UNIARA), com a proposta de organizar e estimular a comercialização de produtos orgânicos na cidade, e a transição agroecológica. Após os dois anos de funcionamento, ela passou a contar com o apoio da prefeitura tendo sido deslocada para a praça localizada no Departamento de Água e Esgoto (DAAE) (IZIDORO et al. 2020, pg. 115).

Conforme Duval et al. (2019), a criação da primeira feira de produtos agroecológicos de Araraquara é um importante marco para a cidade. Por meio do referido Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia foi criada a feira “Da Roça para Mesa: feira alimentos orgânicos e artesanais”. Foi resultado do trabalho de formação de um grupo de OCS (Organização de Controle Social) para a certificação participativa, sendo que a feira se tornou um mercado que viabilizou a transição agroecológica. A ideia principal da formação da feira foi incentivar o comércio local aos produtores dos assentamentos, fazendo a comunicação com a população da cidade, tornando o trabalho desta população mais acessível no meio urbano (PASCHOALINO, 2019).

A feira possibilitou a oferta de alimentos saudáveis com preço justo, diferentemente dos preços abusivos dos produtos orgânicos nos mercados de varejo. Segundo Duval et al (2019), os produtos da feira são comercializados com valores em média 60% mais baratos. O preço das mercadorias é mais acessível nas feiras, porque os

feirantes que realizam as vendas, que são os próprios produtores, além de produzirem para o seu próprio consumo o que deixa os produtos muito mais baratos.

A feira “Da Roça para a Mesa”, segundo Paschoalino (2019) é dividida em dois períodos, desde o seu começo em meados do ano de 2016 acontecia no pátio da UNIARA unidade IV, e o segundo período que é a partir de 2018 até então que passou a ser realizada na Praça da Fonte Luminosa, com apoio da prefeitura de Araraquara. Ainda de acordo com o autor, a agroecologia busca pela autonomia social, cultural e econômica do agricultor e do ambiente agrícola de produção, tem a intenção de reduzir a energia gasta e os insumos utilizados, a venda dos alimentos é realizada na venda direta da produção aproximando produtores e compradores chamados de circuitos curtos, entre os mais conhecidos pela população está a feira de alimentos que tem importância para levar até a população os alimentos orgânicos e de qualidade produzidos pelos produtores.

As primeiras feiras agroecológicas foram criadas no final da década de 1980 e início de 1990 pela Associação de Agricultores Biológicos do Estado Rio Janeiro (Abio) e em São Paulo pela Associação de Agricultura Orgânica (AAO). Em Araraquara a ideia da feira era incentivar os produtores a comercialização que estavam em processo de transição agroecológica e melhorar a oferta de alimentos saudáveis a comercialização são diferentes produtos de hortifruticulturas.

As feiras na cidade de Araraquara fortalecem os circuitos curtos de comercialização, através das diferentes modalidades de feiras, além do comércio informal que acontece em frente ao mercado municipal da cidade, sendo que os assentamentos são os principais protagonistas das experiências de feiras para o abastecimento local. Segundo Izidoro et al. (2020), essas feiras se caracterizam como circuitos curtos, uma vez que diminuem a existência de atravessadores entre o produtor e o consumidor e gera maior lucratividade para o produtor. Aspecto importante para se contrapor aos grandes mercados, que há pouco eram a novidade do abastecimento imerso no processo de globalização de produção dos sistemas agroalimentares corporativos, mas cujo resultado nos trouxe reflexões importantes no âmbito dos hábitos alimentares. Por outro lado, muitas pessoas começaram a se preocupar com a alimentação saudável e equilibrada, além do frescor dos alimentos.

Segundo Abrantes e Camurça (2011), as feiras agroecológicas possuem produtos de qualidades diferenciadas, os quais buscam o bem-estar dos consumidores, através da produção de alimentos sem agrotóxicos, a melhoria da qualidade de vida, soberania

alimentar, melhoria na renda familiar. Além de possibilitar a criação de novas relações com as trocas de saberes entre os consumidores e produtores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da feira foi resultado da união dos esforços do Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia da UNIARA com as famílias assentadas e com a prefeitura de Araraquara, tornando o acesso a esses trabalhadores mais visível para toda a sociedade. Parte de um projeto de extensão universitária que passou a fazer parte de uma ampla política pública municipal de abastecimento e segurança alimentar que envolve a realização de muitas feiras nos bairros, no centro e em locais de destaque na cidade, como a feira Da Roça Pra Mesa, realizada na praça do DAAE.

Os produtores da feira tiveram ajuda e conhecimento para realizar a transição para a agroecologia, por meio da certificação participativa, e passaram a ter sistemas agrícolas em seus lotes nos quais não utilizam mais agrotóxicos nocivos à saúde. A feira possibilitou um mercado para a comercialização e valorização destas novas práticas. A melhor expressão disso é a grande diversidade de alimentos levada à feira todas as semanas, incluindo-se alimentos orgânicos que não se tem acesso em outros estabelecimentos.

A feira é o local de encontro entre produtores e consumidores no qual se desenvolvem relações para além da venda e compra de alimentos, mas de amizade, confiança e cooperação entre pessoas que possivelmente não desenvolveriam este tipo de relação se não houvesse a feira como um espaço de sociabilidade.

A feira rompe barreiras de desinformação entre o rural e o urbano, aproximando essas duas populações. Os preconceitos geralmente atribuídos aos assentamentos e aos movimentos sociais rurais podem ser transmutados a partir das novas relações sociais.

O perfil dos consumidores: trata-se de pessoas de classe média, com renda regular e formação superior, que já receberam informações sobre o que são assentamentos nas universidades, na mídia local e a grande maioria já foi aos assentamentos. Portanto, têm informações muito mais qualificadas a respeito do assunto do que a parcela da população que só tem acesso a essas informações pela grande mídia. Não são uma elite econômica, embora possam estar na elite intelectual. Este perfil de consumidores tem cada vez mais acesso a informações sobre uso excessivo de agrotóxicos na produção convencional,

degradação ambiental e mudanças climáticas, bem como sobre a importância dos alimentos orgânicos neste contexto.

Nas representações dos consumidores, o produto adquirido na feira tem atributo de ser mais saudável e não degradar o meio ambiente pelo fato de ser orgânico – o que para os consumidores em geral significa não levar agrotóxico. As implicações dessas representações reverberam, em primeiro lugar, em uma preocupação com a própria saúde, dos consumidores individualmente e de suas famílias. Por outro lado, a questão ambiental é percebida como mais ampla, pois este tipo de consumo contribui com a conservação ambiental. Por mais que as pessoas não compreendam, de fato, o processo de certificação, elas confiam, pois criaram uma representação relacionada à confiança que advém da relação social com os produtores.

Outra representação importante que advém do ato de frequentar a feira é sobre o preço dos alimentos. Nesta feira o preço é percebido como justo, muito diferente do preço dos alimentos orgânicos nos estabelecimentos de varejo, que é considerado mais caro. O preço dos orgânicos na feira é bastante semelhante ao preço de outras feiras da agricultura familiar e mesmo estabelecimentos de varejo que não são orgânicos. O orgânico da feira é diferente do nicho de mercado usualmente atribuído ao orgânico de preços muito elevados em comparação com a produção convencional, voltado a um consumo elitizado. Pelo contrário, o preço dos produtos atrai uma parcela da população que não é a elite econômica do município. Além disso, diferente do orgânico de nicho de mercado, a produção da feira é local e de agricultores assentados.

Este é um aspecto importante que está redefinindo a prática de comprar os alimentos. A maioria dos entrevistados frequenta a feira semanalmente para adquirir os itens da alimentação cotidiana. Além disso, passou a ser um espaço de lazer para muitas pessoas, o que torna a feira presente na rotina das suas vidas.

O contato entre as pessoas torna o ambiente mais amigável, o que não é visível em mercados convencionais, sendo um dos motivos que a feira atrai a clientela. É um mercado face-a-face, o circuito curto por excelência. Os próprios consumidores ajudam na divulgação da feira realizando a propaganda boca-a-boca, contribuindo para formar e manter a identidade de um grupo social de pessoas interessadas em uma alimentação mais saudável, sem agrotóxicos e visando melhor qualidade de vida.

Os consumidores revelaram ainda que a prática de ir à feira para comprar seus alimentos é um ato de apoio e solidariedade aos agricultores familiares. Fazem questão de comprar deles e que isso possibilite com que continuem produzindo.

A feira viabiliza as atividades dos agricultores e pressupõe uma percepção contrária do senso comum que marginaliza o trabalho dos assentados e os movimentos rurais, sendo uma nova representação social do campo, que supera aquela da vida no campo de pobreza e atraso. Atualmente essa representação, mesmo que periférica, está mudando e a agricultura familiar vem ganhando destaque na sociedade neste novo contexto. Tal representação se insere em mudanças sociais mais amplas, como a necessidade da transição ecológica da sociedade. As feiras orgânicas podem ser consideradas como espaços privilegiados para aproximar a população rural e urbana que está mais consciente da importância de uma alimentação saudável, ambientalmente sustentável e que possa ao mesmo tempo ter preço justo, um movimento voltado para a agroecologia e para a agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, K. K. J.; CAMURÇA, A. M. 12588 - Feira Agroecológica EcoVárzea da UFPB: espaço de novas relações entre campo e cidade. *Cadernos de Agroecologia*, [S.l.], v. 6, n. 2, nov. 2011. ISSN 2236-7934. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/12902/8607>. Acesso em: 18 agosto 2022.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos Rurais em São Paulo: estratégias e mediações para o desenvolvimento. *Dados (Impresso)*, Rio de Janeiro, v.55, p.755-785, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/h39dTxxQnGCDQNGYtmpfnFL/?lang=pt>. Acesso em: 16 setembro 2022.

DUVAL, H. C.; SANTOS, A. H. L.; PASCHOALINO, A.; FERRANTE, V. L. S. B. Feira de alimentos orgânicos na universidade: resultados de um projeto de extensão. In: 57º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural, 2019, Ilhéus. *Anais do 57º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural*, 2019.

KINJO, T. e IKEDA, A. Comportamento do consumidor em feiras livres, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da USP, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/265221544_Comportamento_do_Consumidor_em_Feiras_Livres. Acesso em: 18 setembro 2022.

KURANAGA, A. A.; FERRANTE, V. B., ALMEIDA, L. M.; BERGAMASCO, L. M. O Programa de Segurança Alimentar “Direto no Campo” do Município de Araraquara-SP: um Instrumento de Desenvolvimento Local. XLVI, Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/103105>. Acesso: 16 setembro 2022.

NORA, F. D. e ZANINI, M. C. A feira como um espaço de sociabilidade. Retratos de Assentamentos, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 135-154, 2015. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/185>. Acesso em: 15 agosto 2022. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2015.v18i1.185.

PASCHOALINO, A. Na contramão da lógica do agronegócio: uma feira de perspectiva agroecológica em Araraquara – SP. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Araraquara – SP, 2019. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/ppg/desenvolvimento-territorial-meio-ambiente/producao-intelectual/dissertacoes/>. Acesso em: 18 setembro 2022.

PORTILHO, F. e CASTEÑEDA, M. Certificação e Confiança Face a Face em Feiras de Produtos Orgânicos. Rev. de Economia Agrícola, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 11 - 21, jan./jun. 2011. Disponível em: www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/rea/2011/rea2-1-11.pdf. Acesso em: 12 agosto 2022.

SILVA, D. V. O circuito de comercialização para o desenvolvimento rural: Um estudo sobre as feiras-livres de Arapiraca, AL. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Araras, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/110/3785.pdf.txt;sequence=2>. Acesso em 15 setembro 2022.

TÚBERO I., L.; BOTTA F., V. L. S.; ALY JUNIOR, O.; GOMES J., N. O abastecimento alimentar de Araraquara/SP por meio das cadeias curtas de comercialização e sua relação com a agricultura familiar. Retratos de Assentamentos, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 97-130, 2020. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2020.v23i2.448. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/448>. Acesso em: 9 outubro 2022.

VIEIRA, C. B. O fazer a feira: a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP como espaço de reprodução social e econômica. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150864>. Acesso em: 18 agosto 2022.



FORTALECIMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO ARMAZÉM DO CAMPO DO RIO DE JANEIRO – MST

334

Alexandre Trennepho, (Soltec/Nides/UFRJ)²⁹
a.trenepol@gmail.com

Vanessa Sartori Rodi, Soltec/Nides/UFRJ
vanessa.rodifau@ufrj.br

Layssa Ramos Maia de Almeida, Soltec/Nides/UFRJ
layssarma@gmail.com

Felipe Addor, Soltec/Nides/UFRJ
felipe@nides.ufrj.br

Andrey Seraphim Guilherme, Soltec/Nides/UFRJ
andrey.seraphim@poli.ufrj.br

Ricardo Nazareth Muniz, Soltec/Nides/UFRJ
ricardo.nazareth@poli.ufrj.br

Resumo

Diante do cenário global atual no qual as ações da era do Antropoceno estão cada vez mais vorazes, somos convidados a uma reflexão sobre o hoje para o amanhã. Em um planeta com abundância e riqueza de biodiversidade, cerca de 811 milhões de pessoas vão dormir com fome todas as noites. No Brasil, houve um aumento de pessoas que passam fome, também impactadas pela pandemia da Covid-19, chegando a cerca de 14 milhões em 2020. Nesse contexto, é dever do Estado se mobilizar para garantir o acesso justo ao alimento, podendo cooperar em conjunto com a academia, podendo responder aos processos tão alarmantes e propor tecnologias que deem conta das necessidades urgentes da sociedade. Dado isso, este trabalho apresenta a atuação do projeto de extensão Campo Cidade: fortalecendo coletivos de trabalho da reforma agrária (CaCi) junto ao Armazém do Campo, espaço de comercialização de produtos agroecológicos vindos de assentamentos e acampamentos da reforma agrária com o objetivo de fazer chegar aos grandes centros urbanos os produtos de cooperativas e coletivos de produção de assentamentos do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Portanto, a partir de uma estratégia de Núcleos de Consumidores, inspirada em diversas experiências com Circuitos Curtos de Comercialização (CCC), uma série de ações vem sendo construídas em conjunto com o Armazém e com o MST-RJ: participação em feiras de diferentes bairros da cidade, com venda de produtos e divulgação de atividades do Armazém; criação de um evento periódico de cinema, o Cine Armazém, incluindo debate com convidados; da entrega de cestas nos bairros; e da criação de grupos de *WhatsApp* para enviar informes sobre o Armazém. A fim de territorializar mais a luta pela reforma agrária no meio urbano, em particular na cidade do Rio de Janeiro, fortalecendo também a comercialização dos produtos provenientes de produções do MST que luta por uma reforma agrária popular no Brasil.

²⁹ Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC) do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Palavras-chave: Núcleo de consumidores; Feiras Agroecológicas; Tecnologia Social; Assentamentos da Reforma Agrária; MST.

A luta pela terra e a construção de resistências e alternativas

A história da questão agrária brasileira é centralmente marcada por processos de expropriação das terras e dos saberes, de escravização dos povos e de favorecimento de uma economia de base extrativista, monocultora e latifundiária, voltada, principalmente, para o mercado externo. Entretanto, nessa linha do tempo, é também reconhecida a força de resistência e de oposição, identificada pelas várias revoltas e disputas que se alastraram em todos os cantos do país contra o modelo hegemônico instaurado, construindo e resgatando territórios de resistência e de liberdade, além de modos de vida e de trabalho na terra pautados em valores mais coletivos e ecológicos.

A Revolução Verde, movimento ocorrido a partir da década de 50 nos países considerados subdesenvolvidos, pode ser considerado um forte pilar de construção dessa história, uma vez que instituiu determinadas práticas de cultivo e um modelo tecnológico que abriram portas para a dependência e alienação do trabalho das famílias agricultoras, o êxodo rural, o aumento da concentração fundiária e a consolidação do agronegócio, que são características que vigoram no campo brasileiro e de outros países latino-americanos até os dias atuais.

Esse contexto histórico tem se manifestado em um conjunto de fatores que conformam a realidade dos trabalhadores no campo, em especial dos agricultores assentados da reforma agrária, tais como: *i*) precarização das condições de vida e trabalho pelos entraves ao acesso às políticas públicas de moradia, saúde e educação; *ii*) dificuldades estruturais na organização da produção e comercialização que vão desde a dificuldade de acesso ao crédito para compra de materiais até a localização dos assentamentos que dificultam a chegada dos produtos nos mercados tradicionais; *iii*) forte apoio e subsídio estatais ao agronegócio, que produz para o mercado externo; e, por fim, *iv*) desestruturação, nos anos recentes, das políticas institucionais de compra de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Essas questões que impactam a vida das/os trabalhadoras/es rurais têm refletido também no cotidiano das cidades, embora tenhamos dificuldade de compreender e visualizar isso. Como uma população majoritariamente urbana (PNAD, 2015), desconhecemos, na maior parte dos casos, os conflitos e desdobramentos que ocorrem

nas terras agrícolas, as condições de trabalho e saúde das famílias e os caminhos que percorrem os alimentos, produzidos por estas, que precisam chegar às nossas mesas diariamente.

Nesse sentido, ao longo das últimas décadas, tem sido comum encontrar esforços dos agricultores familiares no sentido do trabalho cooperado na produção e comercialização dos alimentos no país, buscando fortalecer iniciativas de aproximação com os consumidores, que sejam capazes de garantir uma maior autonomia, segurança financeira e condições dignas de trabalho para os produtores, além de uma alimentação de qualidade a preços acessíveis para os consumidores. Como um dos principais articuladores dessas pautas, além de um dos atores mais importantes da luta pela terra no país, temos que destacar a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Surgido na década de 80, herdeiro das lutas travadas pelas Ligas Camponesas nas décadas de 40 a 60³⁰, e com o objetivo de encabeçar uma luta nacionalizada frente ao agronegócio e à concentração fundiária, promovendo ocupações de grandes terras improdutivas, que descumprem sua função social, de acordo com a lei nº 4.504 do Estatuto da Terra³¹. Ao longo de sua trajetória, buscando construir a Reforma Agrária Popular, o MST garantiu o assentamento de mais de 450 mil famílias em todo o país e organizou 160 cooperativas, 1900 associações e cerca de 120 agroindústrias de pequeno e médio porte (MST, 2022).

Nos últimos anos, o movimento vem priorizando também territorializar a luta do campo nos territórios urbanos, com o intuito de fortalecer o elo entre o campo e a cidade, enfatizando a extrema importância da união dos trabalhadores rurais e urbanos para melhores condições de vida em ambos os espaços. A luta da terra é feita no campo, mas é vencida na cidade (OLIVEIRA, 1991), onde se concentram os poderes políticos e econômicos de decisão. Uma das principais estratégias implementadas pelo MST com esse objetivo tem sido a política de criação dos Armazéns do Campo.

³⁰ Organização de camponeses formada pelo Partido Comunista Brasileiro, em 1945. Reivindicavam a reforma agrária e melhores condições no campo.

³¹ De acordo com a Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964: (i) assegura a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social; (ii) A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente, favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; mantém níveis satisfatórios de produtividade; assegura a conservação dos recursos naturais e observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

O Armazém do Campo (AdC) é uma loja de comercialização de produtos *in natura* e industrializados, produzidos pelos integrantes do movimento em seus assentamentos e acampamentos. Sua proposta é viabilizar o acesso aos produtos da reforma agrária (diminuindo os atravessadores entre o território de produção e o consumidor final), consolidar-se enquanto um espaço político e cultural e fortalecer a união campo-cidade, enfatizando que a luta pela reforma agrária é uma luta de todos/as e para todos/as. A primeira loja foi inaugurada em São Paulo, em 2016, e hoje já são mais de 34 pontos de comercialização em 13 estados brasileiros (FURTADO, 2021).

Neste artigo, tendo como ponto de partida os assuntos discutidos até aqui, tratamos da relação de trabalho e assessoria, por meio da extensão universitária, entre a loja do Armazém do Campo do estado do Rio de Janeiro, inaugurada em setembro de 2018, e o projeto de extensão Campo-Cidade: fortalecendo coletivos de trabalho da reforma agrária (CaCi), do Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Soltec/UFRJ). Por meio de uma metodologia que buscava alinhar as estratégias do Armazém do Campo e do MST com as diretrizes da extensão universitária, o grupo articulou a estruturação de um Núcleo de Consumidores, que se desdobrou na organização de um ciclo de cine debates e na construção de uma estratégia de comercialização e interação com os consumidores por meio da participação em feiras de rua em diferentes locais da cidade do Rio de Janeiro.

Dessa forma, neste trabalho, apresentamos a trajetória de atuação do CaCi nos dois últimos anos junto ao AdC, buscando refletir sobre o papel da universidade no atendimento das demandas dos movimentos sociais do campo, em especial, no fortalecimento da pauta da reforma agrária popular, por meio da consolidação de espaços de produção e comercialização de alimentos. Para isso, dividimos o artigo em mais três seções, além desta. Na seção 2, fazemos uma descrição da trajetória do CaCi, passando por suas ações e sua metodologia. Já na seção 3, relatamos o caso do Núcleo de Consumidores e a metodologia criada para sua implementação em alguns bairros da cidade do Rio de Janeiro. Por fim, na seção 4 são apresentadas as reflexões realizadas pelo grupo frente ao trabalho realizado até o momento, enfatizando que o projeto está ainda em curso e possui constantes mudanças e reformulações, características clássicas do trabalho de extensão.

Extensão Universitária e o apoio à agricultura familiar e à Reforma Agrária Popular

Cada vez mais é percebida a importância da agricultura familiar no combate à fome e na garantia da segurança e soberania alimentar. Segundos dados da pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, entre novembro/2021 e abril/2022, 58,7% das famílias brasileiras experimentaram níveis de insegurança alimentar nesse período (contra 55,2% da edição anterior da pesquisa, de 2021), o que explicita a dificuldade de acesso à alimentação no país (PENSSAN, 2022). Esse cenário se adensa, entre outros elementos, pela manutenção dos privilégios dos subsídios estatais ao agronegócio, em detrimento da agricultura familiar que, apesar de ser a maior produtora da base alimentar dos brasileiros, enfrenta inúmeras dificuldades e limitações para garantir a produção e comercialização dos alimentos.

Nesse contexto, diversas alternativas têm surgido com o objetivo de fortalecer iniciativas da agricultura familiar, buscando viabilizar a produção, comercialização e distribuição de alimentos nas cidades e, por consequência, melhores condições de vida, de trabalho e de permanência no campo. Essas experiências surgem como contraposição às longas distâncias percorridas pelos alimentos nos sistemas industriais, além de se constituir enquanto crítica às convenções de qualidade padronizadas. Seu objetivo é preconizar uma relação mais próxima entre produtores e consumidores, aumentando o conhecimento destes acerca do território onde os alimentos são produzidos, possibilitando a valorização da identidade cultural da região e das famílias, seus modos de vida e tradições (MIRANDA *et al.*, 2021).

Essa pauta está articulada em um movimento mais amplo, que é o de construção de sistemas agroalimentares alternativos, mais ecológicos, econômicos e autônomos, por meio, principalmente, dos Circuitos Curtos de Comercialização (CCC). Os CCC têm como prioridade a realocação do abastecimento alimentar, se constituindo em diferentes formatos, como é o caso do modelo da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), os grupos e células de consumo consciente ou responsável, bem como as cooperativas e outros canais tradicionais, como feiras, vendas em domicílio e canais institucionais (MALUF, 2004).

É a partir do reconhecimento desse contexto que começam a ser pensadas as novas propostas de ação do projeto de extensão Campo-Cidade: fortalecendo coletivos de trabalho da reforma agrária (CaCi), vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, que atua em parceria com o MST/RJ desde 2014. O CaCi é um projeto de extensão do

Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ), programa do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ), que desenvolve ações em diálogo com os movimentos sociais camponeses, principalmente o MST, tendo como objetivo assessorar a produção e comercialização de coletivos organizados nos assentamentos rurais, mas também em espaços de comercialização estruturados pelo movimento no estado do Rio de Janeiro.

Em termos metodológicos, a atuação do CACI tem como base os princípios emanados pelos conceitos de Tecnologia Social (ADDOR, 2020) e da Pesquisa-Ação (THIOLLENT, 1986). Ambas as visões propõem uma posição de co-participação dos sujeitos-interlocutores na práxis, em que os saberes, seja o popular ou o acadêmico, se encontram na construção de soluções para transformação da realidade social. Nesse sentido, propõe-se uma relação dialógica e democrática entre os atores para a construção de mecanismos eficientes e solidários alinhados com uma extensão popular.

Isso tem se refletido também na composição da equipe do CaCi ao longo de sua trajetória, formado por estudantes de graduação, de mestrado, doutorado, e professores de diversas áreas do conhecimento, como arquitetura, gastronomia, relações internacionais, psicologia, geografia, e de diversas áreas da engenharia, reforçando o caráter interdisciplinar da formação, e estando no Centro de Tecnologia, que é um espaço, via de regra, distante da formulação e discussão de questões sociais e políticas do país.

De 2014 a 2017, realizamos cursos de extensão junto a assentados e acampados com foco no tema da gestão do trabalho produtivo. A partir de 2018, deixamos o formato de cursos e passamos a atuar mais diretamente junto aos coletivos de trabalho em seu cotidiano, passando a assessorar o Espaço de Comercialização Terra Crioula (ECTC), espaço criado pelo MST para escoar produção dos acampamentos e assentamentos do estado do Rio de Janeiro. O ECTC era, na verdade, uma feira quinzenal que ocorria no centro da cidade, também contando com almoço e eventos político-culturais. Nessa época, já havia sido implementado o AdC do Rio de Janeiro, mas ficando sob a gestão da Coordenação Nacional do Movimento.

Foi em 2020, quando MST decide entregar a gestão do Armazém para a Direção Estadual do Movimento, que começamos um diálogo para direcionar a atuação extensionista para esse outro espaço de comercialização. Após algumas reuniões, no início de 2021, o Soltec/UFRJ passou a contribuir mais diretamente com a assessoria ao

AdC, atuando em parceria com um grupo de professores e estudantes do Departamento de Engenharia de Produção da UniRio.

Atualmente, o espaço concentra suas vendas de produtos em dois formatos: de forma física na loja, que fica localizada na região central da cidade, e de forma remota, via sítio digital, por meio da encomenda de cestas que são entregues em domicílio. Além disso, o AdC conta também com a Culinária da Terra, que consiste na venda de refeições na hora do almoço aos sábados, e com eventos culturais de música, como sambas e forrós, aos finais de semana.

É importante situar o Armazém do Campo em relação às experiências comumente identificadas no âmbito dos CCCs. Por um lado, temos como similaridades a comercialização de produtos *in natura* dos assentamentos do interior do estado, buscando valorizar a produção local e visibilizar o trabalho das famílias agricultoras, além da preocupação por encurtar as distâncias entre campo e cidade, produtores e consumidores, a fim de reaproximar os polos de produção e consumo do abastecimento alimentar. Foi principalmente com essa estratégia que o CaCi tentou contribuir a partir da criação do Núcleo de Consumidores. Entretanto, o AdC, enquanto parte de uma estratégia nacional do MST, dá destaque para o comércio de produtos beneficiados vindos de diversas regiões do país, produzidos pelas cooperativas organizadas nos territórios do movimento, o que indica, por outro lado, um caráter um pouco distinto dessa experiência em relação ao estabelecido em um CCC³².

Nas seções seguintes, descrevemos a experiência construída em parceria entre o AdC e os integrantes do CaCi nos últimos dois anos, refletindo sobre as dificuldades e as potencialidades dessa parceria entre universidade e movimento social, além dos desafios da estruturação de núcleos de consumidores de produtos da reforma agrária no estado do Rio de Janeiro.

O Núcleo de Consumidores

Como desdobramento das ações de assessoria que vinham sendo desenvolvidas primeiramente junto ao ECTC e posteriormente ao AdC, iniciou-se uma reflexão sobre

³² Essa é, inclusive, a principal diferença entre o antigo ECTC e o AdC. Enquanto o primeiro tinha toda sua atuação estruturada unicamente na venda de produtos de acampamentos e assentamentos do próprio estado do Rio de Janeiro, o Armazém tem como estratégia principal a venda de produtos industrializados produzidos por várias cooperativas em diferentes estados, ainda que também busque fortalecer a produção e comercialização de produtos da região fluminense.

como estruturar uma estratégia mais sólida de relacionamento com seus consumidores, não apenas aproveitando melhor sua potencialidade de consumo, mas explorando também o vínculo que estes possuem com o espaço de comercialização e o movimento social. O constante diálogo com a equipe do Armazém foi parte importante do processo de identificação dessas demandas e definições de linhas de ação, garantindo que a equipe do projeto pudesse se manter sempre alinhada aos objetivos do movimento.

Assim, estruturou-se inicialmente uma pesquisa de opinião piloto focada na cidade de Niterói, uma região que vinha apresentando problemas tanto nas vendas quanto na comunicação com os clientes. A aplicação da pesquisa ocorreu de forma mista com a utilização do *google forms* e contato direto pelo *WhatsApp* com os já então consumidores. Cerca de 50% dos consumidores residentes em Niterói que pediam cestas frequentemente responderam ao questionário (vinte e cinco de um total de 52 pessoas em números absolutos). Além de caracterizar o perfil desses clientes, o questionário visava também entender o que os levava a comprar no Armazém, os principais problemas que dificultavam a compra, e o nível de conhecimento acerca das lutas e pautas do MST.

A partir da pesquisa, foram identificados problemas no fluxo de comunicação Armazém-consumidores e dificuldades com a logística e preço do frete. Ainda que a vontade de apoiar o MST tenha se mostrado um incentivo à compra, muitos consumidores declararam optar por outras fontes de alimentos orgânicos e agroecológicos mais próximas e por vezes mais baratas, como algumas feiras orgânicas.

A aproximação, física e virtual, com o Armazém por parte de seus consumidores mostrou-se uma demanda que, se solucionada, poderia aumentar não apenas as vendas, mas também a capacidade de transmitir as pautas políticas da reforma agrária e alimentação agroecológica do MST, estreitando a relação do movimento com seus apoiadores na cidade.

A partir dessa análise, partiu-se para a elaboração de frentes de ação. Elaboramos a estratégia de núcleos de consumidores como forma de atuar nessa aproximação. Núcleos de consumidores são experiências comumente utilizadas por grupos de comercialização de alimentos agroecológicos para construir relações mais profundas e contínuas entre produtores e consumidores, estreitando laços e diminuindo intermediários, pontos chave para estruturação dos CCCs (RETIÈRE, 2014).

No caso do Armazém do Campo, o ponto de maior importância para criação do núcleo foi a possibilidade de fortalecer a política de comunicação da loja, facilitando o

contato entre esses consumidores, o AdC e os produtores. Dessa forma, os consumidores poderiam ajudar a aprimorar a comercialização a partir de *feedbacks* sobre as entregas, funcionamento do site, etc. Entretanto, para além disso, os núcleos seriam ferramentas de fortalecimento do elo MST-cidade, uma vez que, como parte de uma estratégia nacional do MST, o AdC tende a ultrapassar, em todos os estados onde está presente, o objetivo único de comercializar produtos, agregando também uma função formativa, de espaço de referência do movimento, onde será pautada a Reforma Agrária Popular. Por isso, foi entendido como essencial moldar o núcleo de forma que a participação ativa nas atividades e campanhas do AdC fosse estimulada, aprofundando o vínculo dos consumidores com o movimento.

A proposta era realizar uma experiência piloto de construção de um primeiro Núcleo de Consumidores, que servisse como teste para depois expandir a estratégia. A decisão sobre o local de implementação desse núcleo piloto se deu por meio de um formulário de interesse enviado para 1500 consumidores cadastrados no banco de dados do AdC e que moravam em diferentes bairros. Foram recebidas 75 respostas (5%). O envolvimento dos consumidores nessa escolha foi uma estratégia para mapear uma demanda já existente de pessoas interessadas, evitando a criação do grupo em um local com consumidores inconstantes. A ideia de construir núcleos de bairro foi colocada justamente como uma tentativa de união dos objetivos mais práticos de comercialização e políticos de mobilização. A proximidade entre as pessoas seria um facilitador para o estabelecimento de pontos de entrega comuns aos consumidores, atingindo o problema do frete citado anteriormente na pesquisa, ao mesmo tempo que permitiria a criação de vínculos entre os participantes, melhorando a comunicação e aumentando a mobilização.

Os resultados da pesquisa permitiram identificar quatro bairros com número significativo de interessados em participar da experiência, e que possuíam proximidade geográfica: Laranjeiras, Botafogo, Flamengo e Humaitá. Assim, após consultas individuais, esses consumidores foram inseridos em um grupo no *WhatsApp*, iniciando o diálogo com todos.

A primeira experiência na reunião do núcleo

A primeira reunião do núcleo de consumidores se deu no formato remoto, pois ainda havia um alto número de contágios por COVID e, dessa forma, um encontro presencial não seria seguro para todos. A participação dos consumidores foi

consideravelmente alta, com 17 pessoas comparecendo. Buscou-se criar um espaço onde todos pudessem colaborar, tendo as ideias originais de núcleo - como pontos de entrega unificados e autogestão - apenas como sugestões, mantendo-se aberta a possibilidade de mudanças. Todos os integrantes se apresentaram, e as ideias originais foram expostas.

Após a exposição desses tópicos, foi aberto o espaço para comentários e sugestões. Em grande parte, os consumidores pareciam interessados na proposição. Entretanto, a forma com que ela foi feita não agradou inicialmente, principalmente o aspecto de um ponto de entrega único. Para quase todos que estavam ali, a entrega a domicílio era mais cômoda, e o valor para isso não era tão desagradável como o valor de entregas para Niterói. Outro fator que poderia corroborar para essa diferente percepção do preço seria o poder aquisitivo dos consumidores de cada região.

Outro ponto que recebeu ressalvas foi a de um compromisso para comprar cestas semanalmente. Essa proposição não se encaixou na rotina de quase nenhum dos consumidores, pois muitos cozinhavam pouco e/ou moravam sozinhos, o que fazia com que a busca por alimentos de hortifruti fosse reduzida a uma ou duas vezes no mês. Sendo assim, não haveria necessidade de comprar cestas agroecológicas todas as semanas.

Relações sociais na comercialização de produtos da agricultura familiar: os casos das células de consumidores responsáveis e do assentamento vitória da conquista

Apesar dos contrapontos, a reunião se encerrou com teor positivo. Todos que ali estavam eram grandes entusiastas do MST, tendo muita vontade de colaborar de alguma forma, por mais que o escopo original do núcleo de consumidores não fosse bem o tipo de colaboração que eles buscavam. Esse foi um elemento importante na nossa reflexão, pois divergia do que vimos ser comumente apresentado em experiências de organização de núcleos de consumidores (BARCELOS; ROVER, 2021; MARTINS *et al.*, 2020; ROCHA, 2021). Entendemos que, em parte, o que pode ter sido a razão central para essa diferença foi o fato de a proposição do grupo ter partido do AdC, ou seja, não houve protagonismo dos consumidores para criação do grupo, mas havia a expectativa de que estes adotassem a ideia como protagonistas. Naquele momento, essa função muito provavelmente não se encaixava nas rotinas diversas daquele grupo de pessoas que mal se conheciam.

Além disso, outro fator bastante citado nas experiências de núcleos de consumidores citadas é a proximidade consumidor-produtor. Essa dinâmica favorece a

busca por uma alimentação saudável e consciente, pois quem consome sabe a quem está apoiando, além de saber como seu alimento é produzido. Importante frisar que no caso do MST, o movimento faz a opção política de uma perspectiva mais coletiva, buscando não atrelar a produção de alimentos às famílias ou produtores específicos, mas sim ao movimento como um todo ou a coletivos de trabalho, associações e cooperativas organizadas nos assentamentos e acampamentos. No caso do AdC, apesar de essa distância ser bem menor no caso dos produtos comprados no estado onde a loja se encontra, não se aplica quando falamos dos produtos beneficiados vindos de outras regiões do país.

As reuniões seguintes e a reformulação da idéia do núcleo

Ainda buscando a implementação do núcleo, foram marcadas algumas reuniões depois desta primeira. Entretanto, essas reuniões foram agendadas no próprio Armazém do Campo, ou seja, eram presenciais. Dessa forma, seria possível iniciar essa proximidade dos consumidores com o espaço, talvez viabilizando de maneira mais fácil a idéia do núcleo.

Foi notório, contudo, que com a mudança do formato das reuniões, o comparecimento dos consumidores acabou decaindo. A diferença de tempo entre as reuniões (a primeira aconteceu em dezembro de 2021, já a reunião seguinte só aconteceu em fevereiro de 2022) é um fator plausível para a diminuição do engajamento, mas além disso, muitos consumidores ficaram impossibilitados de frequentar o espaço, pelos mais diversos motivos. Alguns tinham trabalho, outros estudavam, a localização do Armazém não era conveniente, moravam longe demais, ainda estavam evitando encontros por conta da pandemia; enfim, muitas foram as razões. Assim, o número de presentes nas reuniões acabou por diminuir.

Todavia, houve também uma alteração na qualidade dessa participação. Aqueles que estavam presencialmente nas reuniões tinham grande vontade de colaborar e participar, utilizando as rodas de conversa como uma forma de se conectar com os outros e de sugerir possibilidades para que o AdC obtivesse maior sucesso em sua proposta. Essa alteração mostra que desde o início havia uma diferença no perfil dos consumidores que se apresentaram para o núcleo: alguns buscavam apoiar o MST pontualmente, enquanto outros buscavam a possibilidade de atuação militante. Assim, iniciou-se uma mudança de direção para a ideia original do núcleo de consumidores.

A adaptação do núcleo de consumidores para a realidade do AdC

Acabou sendo mais bem aceita a ideia do núcleo como um espaço de apoiadores mais do que de consumidores. O espaço se tornou uma oportunidade para ouvir daqueles que eram contemplados pelos produtos da reforma agrária o que eles esperavam do Armazém e do movimento. A participação dos integrantes do projeto deixou de ser um guia e virou um suporte para que esse espaço se consolidasse, e que as ideias ali propostas tivessem respaldo e possibilidade efetiva de continuar.

Esse ensaio acabou se tornando uma demonstração prática daquilo que se pode entender de um processo que tem a Tecnologia Social como princípio metodológico. Inicialmente, houve uma tentativa de replicar um esquema já bem estabelecido em outras situações, ou seja, um núcleo de consumidores. Essa tentativa, entretanto, não resultou 100% proveitosa, visto que havia diferenças claras entre essa situação e as outras que já tinham sido feitas. Ao ouvir mais os consumidores, aquela ideia passou por transformações e adaptações, se tornando, enfim, algo que melhor caberia ao espaço do Armazém do Campo.

De todas as discussões que ocorreram nas reuniões do núcleo de consumidores, duas propostas de integrantes dos núcleos tomaram forma e tiveram papel relevante. Uma delas seria a criação de um cineclube no espaço do Armazém, onde seriam exibidos mensalmente trabalhos e registros cinematográficos referentes ao movimento e sua história, assim como assuntos importantes para a reforma agrária popular, tais como: participação da mulher no campo, atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais, efeitos do uso de agrotóxicos na saúde humana e outros mais.

O *Cine Armazém*, como veio a ser denominado posteriormente, passou a exercer a função de expor conteúdos que antes eram restritos apenas ao meio acadêmico e às pessoas que estavam ativamente na movimentação por uma reforma agrária exitosa. Além disso, o espaço era organizado de forma que todas as exibições são seguidas de bate papo e debate com diretores dos filmes e integrantes da organização do movimento, podendo enriquecer ainda mais aquela exibição com comentários e questionamentos pertinentes.

Até o presente momento, já foram realizadas quatro edições do evento, reunindo em média 30-35 pessoas por edição. Realizado sempre às quintas-feiras, na parte da noite, o Cine Armazém sempre começa com a exibição do filme seguido de um debate em que buscamos a presença de um participante da produção do filme e um representante do MST. A escolha dos filmes, preparação dos materiais de divulgação e difusão do evento

nos canais de comunicação têm sido construídas coletivamente entre os integrantes do projeto e os consumidores envolvidos no núcleo. Dentre os consumidores, cabe destacar a presença de Beth Formaggini, diretora de cinema com longa trajetória de documentarista, como curadora do Cine e mediadora oficial dos debates.

A segunda sugestão que tomou forma de maneira bem funcional foi a participação do Armazém do Campo nas feiras livres que aconteciam no município do Rio de Janeiro. A ideia era simples: seriam levados para essas feiras alguns produtos do AdC. A proposta era de que, além de oferecer um aumento nas vendas de produtos do Armazém, as feiras se tornassem espaços de encontro e discussão, onde apoiadores poderiam dar suporte ao movimento fazendo compras e apresentando sugestões (tal como o núcleo de consumidores) e onde outras pessoas poderiam ter outra fonte de informação sobre o trabalho do MST, das suas cooperativas e da luta pela reforma agrária.

Inicialmente, montamos duas bancas: uma em Botafogo, próxima ao metrô, para onde eram apenas levadas as cestas de consumidores do bairro (que tinham a vantagem de pegá-las perto de casa sem ter que pagar frete); e a outra em uma feira no bairro de Laranjeiras, conhecida como Feira da General Glicério, onde, além de levar cestas compradas pelo sistema de comercialização, eram colocados em exposição produtos vindos das cooperativas do movimento em todo o país, além de símbolos do MST, como bandeiras, adesivos e bottons.

A partir da percepção de que esse espaço promovia uma série de conexões com os moradores dos bairros, seja por meio de novos contatos e aproximações, seja pelo aprofundamento de vínculos preexistentes, entendemos que essa deveria ser uma estratégia a ser expandida. Assim, iniciamos o contato com articuladores de outras feiras em pontos diversos da cidade e começamos a refletir sobre como isso deveria se transformar em uma política do Armazém do Campo. Atualmente, estamos montando as feiras em quatro pontos da cidade: às quintas-feiras, no Centro de Tecnologia da Cidade Universitária da UFRJ, onde fica localizado o Soltec/UFRJ; às sextas-feiras, na Praça Santos Dumont, na Gávea; aos sábados, na General Glicério em Laranjeiras; e aos domingos, na feira da Glória.

As feiras têm contribuído significativamente com a receita mensal do Armazém, representando atualmente pouco mais de 10% do faturamento, com um faturamento médio por feira de cerca de R\$1.100,00 reais, atendendo às expectativas financeiras dessa iniciativa, mas também demonstrando uma contribuição importante na ampliação do

diálogo com diferentes consumidores, o que tem representado uma série de possibilidades diferentes para o Armazém: articulações com pessoas que se oferecem para contribuir com outras demandas a partir de suas áreas de atuação profissional; pessoas que vão às feiras aos sábados e, em seguida, seguem para participar das atividades culturais que ocorrem no espaço físico do Armazém por conta das divulgações que acontecem nas feiras, como o almoço da culinária da terra e eventos musicais na parte da noite; além da discussão sobre as pautas da Reforma Agrária Popular que ganha novos grupos e pessoas interessados em conhecer e contribuir das mais diversas formas. As feiras acabaram sendo uma maneira orgânica de aumentar o território de influência do Armazém do Campo.

Aprendizados e desafios da experiência do Núcleo de Consumidores

A proposta do núcleo de consumidores tinha como um de seus principais objetivos promover um espaço de participação ativa destes nas ações do AdC, atuando, a exemplo de outras experiências, na logística das cestas e na recepção dos alimentos nos núcleos de bairro, favorecendo, assim, uma estratégia de aproximação entre os consumidores e o ambiente do Armazém, além da construção de uma consciência da cidade sobre sua relação com o campo e com os alimentos que consome. Ainda que o MST tenha uma rede de contatos significativa no Rio de Janeiro, e que tenhamos logrado uma boa participação na primeira reunião do Núcleo, o que vimos é que um número pequeno de pessoas estava efetivamente disposto a contribuir continuamente em ações ligadas ao AdC.

Embora o funcionamento nos primeiros meses tenha contado com essa contribuição qualificada e militante de integrantes mais engajados que compunham o Núcleo de Consumidores, foi a atuação dos extensionistas que garantiu a presença do AdC nos territórios escolhidos para as entregas de cestas, realização das feiras e organização do Cine Armazém. Aos poucos, isso foi causando uma sobrecarga nos membros do projeto, o que levantou pela primeira vez a discussão sobre o real papel dos extensionistas, tendo em vista o tempo dedicado na execução dessas ações, além da responsabilidade por fazer a gestão das mesmas.

Com relação ao *Cine Armazém*, por exemplo, embora haja uma contribuição mais central de algumas nucleadas que tomam as rédeas em decisões importantes, tal como a curadoria dos filmes, a continuidade do projeto também tem dependido da participação dos extensionistas do projeto como na seleção de convidados, na organização interna e na divulgação a partir dos canais do AdC e também em outros canais nas redes sociais.

Uma das constatações feitas pelos extensionistas nessa atuação foi a dificuldade de manter um público assíduo e menos restrito aos círculos universitários no evento. Assim, foi iniciada a estruturação de um curso de extensão envolvendo o *Cine Armazém*, que poderá contar a contribuição de mais pessoas em sua organização, além de ampliar o público do espaço, aproximando, principalmente, alunos de escolas públicas da região, visando levar os debates também para os mais jovens.

Já sobre a iniciativa das feiras, focamos a análise apenas na experiência de Botafogo e Laranjeiras, tendo em vista que as demais ainda estão no período de estruturação e consolidação. Após alguns meses de realização, verificamos que a entrega de cestas com frete gratuito para os bairros de Laranjeiras, Flamengo, Botafogo e Humaitá não representou um aumento expressivo do número total de entregas. No período de março a maio desse ano, 25 cestas foram retiradas no ponto de entregas em Botafogo e 16 cestas foram retiradas na feira de Laranjeiras. Assim, para otimizar os custos e o tempo daqueles que participavam dessa frente, optamos por descontinuar as entregas na região de Botafogo, concentrando os esforços no planejamento da feira de Laranjeiras.

Embora os saldos financeiros das empreitadas em Botafogo e Laranjeiras sejam bem diferentes, ambas se mostraram importantes por ter benefícios indiretos e transversais, como o contato e troca de experiências e debates relacionados à temática do MST e da reforma agrária no país. Além de estreitar o vínculo entre o AdC e a comunidade urbana, trazendo novos e antigos consumidores para participarem das atividades culturais que ocorrem regularmente no AdC. Outra contribuição importante da iniciativa foi em relação à estratégia de comunicação do AdC. A partir do núcleo de consumidores, foram estabelecidos grupos de *whatsapp* destinados inicialmente para tratar de questões organizativas, mas que acabaram se tornando canais mais diretos de comunicação entre o AdC e seus consumidores. Atualmente, esses grupos seguem sendo utilizados como canais para divulgação de eventos e de atividades, difundindo as pautas políticas de reforma agrária e alimentação agroecológica do MST e estreitando a relação do movimento com seus apoiadores na cidade.

Um elemento interessante de ser mencionado também nessa frente, que se deu parte pela estratégia de ampliação dos locais das feiras e parte pela sobrecarga de atuação dos extensionistas, foi o estabelecimento, em diálogo com o AdC, do sistema de pagamento de diárias para participação nas feiras. A partir dessa iniciativa, integrantes do projeto, nucleados ou pessoas próximas do Armazém, passaram a receber uma ajuda de

custo para atuar nas feiras, dando início a um descolamento do projeto de extensão e da parte prática de atuação nos locais. Assim, os extensionistas puderam coordenar e pensar em estratégias para consolidar a iniciativa das feiras como uma política do Armazém do Campo, refletindo, entre outros elementos, sobre ferramentas que pudessem tornar o trabalho realizado pelos trabalhadores do AdC autônomo e independente de nossa atuação no espaço.

As ações do projeto CaCi não podem ser entendidas, portanto, como uma ajuda ao AdC e ao MST apenas para que sejam obtidos melhores resultados financeiros e comunicacionais, uma vez que nossa construção não se trata de uma extensão do conhecimento da universidade ao movimento, mas da reflexão e formulação coletivas de estratégias, por meio de uma interação dialógica. É inegável que o ambiente acadêmico reúne o conhecimento produzido a partir do método científico ao longo de milhares de anos, mas a relação com o movimento permite uma formação para além do tradicional, mostrando que há uma diversidade de saberes construídos socialmente, como nos apontam as diretrizes da extensão universitária³³.

Conclusão

Dada a centralidade da luta pela terra na história do Brasil, e considerando o papel de protagonismo da agricultura familiar na produção de alimentos para o consumo da população, diversas iniciativas têm se articulado buscando viabilizar a produção e a comercialização de alimentos de pequenos agricultores nas cidades bem como propiciar melhores condições de vida e trabalho no campo, aproximando produtores e consumidores. Como um dos principais articuladores dessas pautas, o MST tem priorizado nos últimos anos sua territorialização a partir da política de criação dos Armazéns do Campo, espaços políticos e culturais de promoção das pautas e dos produtos da reforma agrária, estando presente em 13 capitais, incluindo a cidade do Rio de Janeiro.

Dentro desse cenário, desde 2014 o projeto de extensão CaCi estabeleceu uma parceria com o MST fortalecendo as atividades de produção no interior do estado e colaborando com a territorialização do movimento na cidade do Rio de Janeiro, a partir das experiências do Terra Crioula e, mais recentemente, do Armazém do Campo. Mais do

³³ As diretrizes da extensão são: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e ainda impacto e transformação social (FORPROEX, 2012).

que uma série de ações pontuais, entre oficinas, visitas técnicas, montagens de cestas, cursos e reuniões, o projeto se estabeleceu como parceiro do movimento, firmando um importante compromisso da universidade pública com as causas populares, principalmente estando institucionalizado em um centro de engenharia, espaço geralmente tão apartado dessas discussões.

No último período, a partir da realização de pesquisa de mercado com os consumidores da cidade de Niterói, o projeto estabeleceu, em diálogo com o movimento, e inspirado pelas diversas experiências de CCCs ao redor do país, uma proposta de núcleo de consumidores. Embora os Armazéns do Campo não tenham sido construídos a partir das mesmas premissas dos CCCs – comercializando também produtos *in natura*, mas predominantemente beneficiados –, a diminuição das distâncias, o fortalecimento do elo produtor-consumidor, a valorização dos territórios, das tradições e dos costumes locais também são preocupações importantes para o movimento.

Diferente de outras experiências pelo país que atuam a partir da perspectiva dos CCCs ou com objetivos similares, a proposta do Núcleo de Consumidores do AdC não se estruturou a partir da auto organização dos consumidores, mas foi reflexo da estratégia do CaCi, o que pode ser uma razão que explique o tipo de engajamento que os consumidores estabeleceram com a ferramenta, mais voltado para ações pontuais, para sugestão de melhorias, participando em atividades e visitas aos assentamentos. Outro elemento que contribui para esse entendimento é que a experiência de aproximação dos consumidores com o AdC não se constituiu enquanto um espaço de participação ativa dos consumidores na montagem dos pedidos, na logística das cestas, na recepção dos alimentos nos núcleos de bairro, seja pelo tipo de produtos comercializado, predominantemente beneficiados e não *in natura*, ou mesmo porque o próprio AdC já realizava essas atividades, ou seja, caso os consumidores não assumissem essa função, como de fato ocorreu, já existia outra forma de viabilizar o escoamento dos produtos.

Assim, a proposta foi sendo redesenhada ao longo dos meses, distanciando-se das experiências mais tradicionais dos grupos de consumo consciente e de apoio às iniciativas de pequenos agricultores. Passou, assim, a fortalecer mais o caráter de rede de apoiadores e apoiadoras, de canal mais direto de comunicação entre os consumidores e o movimento no Rio de Janeiro através dos grupos de *whatsapp* por localidade, com os consumidores fortalecendo a divulgação do AdC, participando nas primeiras experiências com feiras de

rua na cidade, das atividades culturais, de edições do Cine Armazém e de visitas aos assentamentos e acampamentos.

A experiência com a organização dos cine debates contribuiu para fortalecer o AdC como um espaço cultural da esquerda carioca no centro da cidade, permitindo aos apoiadores e à equipe do projeto o contato com quadros históricos do movimento, intelectuais, produtores, diretores e cineastas comprometidos com a causa da reforma agrária. Ainda assim, o projeto teve dificuldades em manter um público mais assíduo e mais amplo, menos restrito aos círculos universitários, de forma que os próximos da ação tem como foco a estruturação de um curso de extensão e a busca de parcerias com escolas públicas da região, levando os debates que o Cine Armazém tem feito também para juventude.

A partir do acúmulo com as experiências nas feiras livres com a feira da General Glicério, no bairro de Laranjeiras, um dos próximos passos da atuação do projeto passou a ser a ampliação da presença do AdC em outros bairros da cidade, como é o caso da feira agroecológica da UFRJ, e das feiras dos bairros da Gávea e da Glória, contribuindo para capilarização e territorialização do MST na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, da estruturação de uma logística que permita com que essa nova frente de atuação seja apropriada pela estrutura do próprio AdC, se tornando sustentável independente do projeto de extensão e permitindo a expansão para regiões que demandam uma organização mais sólida, como é o caso das cidades vizinhas e de bairros mais periféricos da cidade.

É importante ressaltar que, diante dos inúmeros desafios e acúmulos, já conseguimos reconhecer a importância do trabalho articulado por essa parceria entre os integrantes do CaCi, a equipe do Armazém do Campo e os consumidores que se dispuseram a organizar em núcleo, tanto pela contribuição financeira à sustentabilidade do AdC, quanto pela ampliação das articulações e da difusão do debate sobre a reforma agrária popular. Além disso, o papel cumprido pelo projeto de extensão, colocando em contato estudantes e trabalhadores do AdC, reorienta o caráter do ensino e da formação promovidos pela universidade, tanto no diálogo e articulação com diferentes grupos para organização das edições do cine armazém quanto na organização e análise dos dados das feiras, permitindo também o avanço da ferramenta política do AdC em suas pautas e objetivos centrais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDOR, Felipe. Extensão tecnológica e Tecnologia Social: reflexões em tempos de pandemia. *NAU Social*, v. 11, n. 21, p. 395–412, 2020.

BARCELOS, Laísa Boechel; ROVER, Oscar José. Relações sociais na comercialização de produtos da agricultura familiar: os casos das células de consumidores responsáveis e do assentamento Vitória da Conquista. *In: COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL: OLHARES SUL AMERICANOS. (ORGS.) BÚRIGO,F.; ROVER, O.; FERREIRA, R. 1. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021.*

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária - FORPROEX.2012. Disponível em: <http://www.proexc.ufu.br/legislacoes/2012-politica-nacional-de-extensao-universitaria-forproex-2012>. Acesso em: 12 out. 2022.

FURTADO, Lays. Armazém do Campo: 5 anos da maior rede de produtos da Reforma Agrária Popular do Brasil.2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/08/10/armazem-do-campo-5-anos-da-maior-rede-de-produtos-da-reforma-agraria-popular-do-brasil/>. Acesso em: 12 out. 2022.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2022.

MALUF, R.S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. 1. ed.: Ensaios FEE 25, 2004. *E-book*. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/0Aensaios/article/view/2061/2443>.

MARTINS, Bárbara; *et al.* “Se o campo não planta, a cidade não janta”: relato de experiência sobre um Grupo de Consumo Responsável no interior paulista. *In: CADERNOS DE AGROECOLOGIA - ANAIS DO XI CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA. São Cristóvão: 2020.*

MIRANDA, Dayana Lilian Rosa *et al.* Construção social de mercados orgânicos: o caso das Células de Consumidores Responsáveis em Florianópolis-SC. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 59, n. 2, 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032021000200207&tlng=pt.

MST. Nossa Produção.2022. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-producao/>. Acesso em: 12 out. 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 1991.*

PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Relatório Final. 2022.

RETIÈRE, M. I. H. Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização:



modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2014.

353

ROCHA, Livia Murari. Colheitas visíveis: a construção da soberania alimentar por meio dos circuitos curtos de comercialização, o caso da Cooperflora (Comuna da Terra Milton Santos, Americana-SP). Repositório UNESP, 2021.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1986.

PRÁTICAS CIDADÃS E REDES AGROALIMENTARES: UM NOVO PARADIGMA?

354

Oscar José Rover, Universidade Federal de Santa Catarina,
oscar.rover@ufsc.br

Adevan da Silva Pugas, Universidade Federal de Santa Catarina
adevan.pugas@posgrad.ufsc.br

Resumo

Há um conjunto de questões que marcam as sociedades contemporâneas e geram mudanças na forma como elas lidam com o tema da alimentação. Dentre eles destacamos a crescente urbanização; a percepção coletiva da crise ambiental, que mobiliza para criação de novas soluções; e os riscos da alimentação à saúde humana, a partir de escândalos alimentares ligados ao sistema agroalimentar dominante. Nesse contexto, crescentemente pessoas e organizações percebem a centralidade dos alimentos para a saúde, a sociedade e o ambiente. Como consequência dessas questões, emergiu o fenômeno contemporâneo do campo agroalimentar denominado de “virada para a qualidade”, no qual muitos consumidores buscam nos alimentos perfis de qualidade superior, ligados à tradição, origem, seu caráter artesanal e ambiental. Embora muitos estudos tenham abordado a emergência de novas dinâmicas agroalimentares, sobretudo enfocando aspectos estruturais e o papel dos atores nos processos sociotécnicos, produtivos e nas práticas de consumo, pouco se avançou sobre as implicações da organização social em redes no exercício de uma cidadania agroalimentar. O presente artigo é um ensaio acadêmico acrescido de uma reflexão sobre dois casos, o qual tem por objetivo colocar luz sobre um tema chave das ciências sociais aplicadas, as redes agroalimentares como mecanismo de ação cidadã e transformação social. Sua metodologia, predominantemente, resgata referências acadêmicas que demarcam o estado da arte desse tema e se pergunta: qual o potencial das novas formas de ação cidadã e organização em redes em torno dos alimentos? Elas explicitariam elementos de um novo paradigma de produção e abastecimento alimentar? Novos problemas e percepções têm gerado novas escolhas dos atores sociais, que ativam sua cidadania para além de reivindicações junto ao Estado e ação junto à sua comunidade, intervindo na construção social de mercados alimentares, promovendo novas formas de trocas, mercantis e não mercantis, práticas definidas aqui como expressão de uma cidadania agroalimentar. Organizações de agricultores e consumidores, envolvidas com o abastecimento de alimentos agroecológicos e orgânicos, têm formado novas redes, que ampliam a escala da sua organização social, gerando circuitos curtos de comercialização e reivindicando políticas públicas. Essas redes têm potencial de ampliação, em número de envolvidos e capacidade organizativa, especialmente quando estimuladas por mediadores que auxiliam na articulação entre consumidores, agricultores e suas organizações. Só o tempo dirá se isso levará a um novo paradigma agroalimentar, contudo vem se configurando novos mecanismos de se organizar socialmente, agir nos mercados e demandar políticas públicas.

Palavras-chave: Agroecologia; Produção Orgânica; Agricultura familiar; Circuito curto de comercialização de alimentos; Redes agroalimentares alternativas

Introdução

O alimento sempre foi central para qualquer ser vivo, ali incluído o humano. Como tal, não é menor a centralidade dele na organização das sociedades humanas. Durante milênios se garantiu a alimentação dos grupos humanos através de práticas locais de produção e comercialização, com variações na inserção de produtos extra

locais conforme o contexto territorial (SABOURIN, 2011). Com o processo de modernização e, especialmente, com a globalização a partir da segunda guerra mundial, os alimentos foram dos principais produtos incluídos no escopo de processos de produção e comercialização globalizados (MENDEZ; ESPEJO, 2014). A mercantilização e transformação dos alimentos em uma mercadoria como qualquer outra foi uma das marcas dessa globalização, em que produtos alimentares são crescentemente transacionados como *commodities*, mercadorias com gestão e preços definidos internacionalmente (RAMOS, 2007).

Com o avanço das tecnologias de transporte, comunicação e logísticas em geral, se ampliou a possibilidade de consumir diversos alimentos produzidos em diferentes regiões do planeta, paralelamente à necessidade de produção em crescentes escalas, para justificar o uso de logísticas maiores para transações crescentemente globalizadas (POULAIN, 2013). Esse processo vem estimulando estruturas produtivas altamente especializadas e em monoculturas, gerando como consequências a degradação de ecossistemas locais, o uso crescente de agrotóxicos, a perda de diversidade nos processos produtivos, dentre outros reflexos (BALSAN, 2006; DAL SOGLIO, 2016). Nesse cenário, a produção em menor escala e os agricultores familiares foram relegados à margem dos sistemas agroalimentares, com escassos ou nenhum fomento que garantisse sua reprodução socioeconômica.

A globalização também impulsionou a industrialização e busca de locais para produzir com menos regulação, gerando uma série de impactos ambientais. Tais impactos variam conforme o território, mas têm no aquecimento global seu efeito mais marcante de risco e de simbolismo para mudar a percepção das sociedades humanas. Esse processo gerou uma série de críticas e contestações, como expressão das consequências não pretendidas do modelo de desenvolvimento econômico e do sistema agroalimentar globalizado, sobretudo no âmbito socioambiental. Desde as últimas quatro décadas, um movimento alternativo tem ganhado força, legitimando a mobilização social e promoção de práticas produtivas, de abastecimento e consumo alimentar.

Nesse cenário, um conjunto de questões marca as sociedades contemporâneas e geram mudanças na forma como elas lidam com o tema da alimentação. Uma delas é a crescente urbanização da sociedade, que como resposta aos atrativos da vida urbana e à fragilização das condições de vida nos territórios rurais, distanciou quem produz de

quem consome, reduzindo o controle da população sobre a qualidade dos alimentos e condições produtivas (MADUREIRA, 2012). Essa sociedade crescentemente urbanizada vem ampliando sua percepção de crise ambiental, seja em termos globais ou elevando sua preocupação com problemas ambientais a nível local e territorial (MEADOWS, 1973). O uso crescente de agrotóxicos e outros produtos para garantir produção, produtividade e inocuidade dos alimentos trouxe riscos à saúde humana (CARSON, 2010; CASSAL et al., 2014; CARNEIRO et al., 2015). Cabe destacar que desde 2008 o Brasil se tornou o maior consumidor internacional de agrotóxicos (CARNEIRO et al., 2015). Escândalos alimentares, como o mal da vaca louca, contaminação de leite com soda cáustica, são fatores que ampliam a desconfiança dos consumidores (PLOEG, 2008). Essas questões provocam incertezas nos consumidores quanto à segurança do sistema agroalimentar dominante, ampliando sua desconfiança no mesmo e crescentemente identificando os alimentos agroecológicos e orgânicos como alternativas possíveis.

O mercado de alimentos orgânicos tem crescido muito nas últimas décadas (WILLER et al., 2020), assim como a reflexão sobre a centralidade dos alimentos para a saúde e sociedades humanas. Internacionalmente tem crescido o movimento da agroecologia, que se propõe como prática, ciência e movimento social para promoção de uma agricultura verdadeiramente sustentável (ALTIERI, 2012; WEZEL et al., 2009), reconectando duas áreas de conhecimento que se separaram para pôr em prática os processos de especialização e comoditização dos alimentos: a agronomia e a ecologia (GLIESSMAN, 2009).

No entanto, tem se colocado em cheque se a agroecologia e as alternativas ligadas ao abastecimento agroalimentar teriam capacidade de atender à crescente demanda por alimentos. Essa descrença parte de setores da agricultura industrial, que defendem esse modelo como única alternativa tecnológica capaz de atender a demanda da sociedade por alimentos, baseando-se nas inovações tecnológicas orientadas à produção especializada e sistemas de produção e abastecimento em larga escala. Tal crença representaria o paradigma de produção e abastecimento vigente, que relega à agroecologia e produção orgânica, assim como aos atores que as adotam, o lugar de nicho de mercado, orientado ao atendimento de um público consumidor restrito e específico.

Inegavelmente, escala e quantidade são elementos necessários para construir qualquer inserção mercantil. No entanto, nas últimas décadas a busca por ‘*qualidade*’ tem agregado a necessidade de incluir esta nova palavra chave para qualquer processo comercial. Isso vale também para o campo da alimentação, cuja “virada para a qualidade” representa um deslocamento de padrões industriais e de homogeneização, para uma revalorização de padrões artesanais, orgânicos e/ou agroecológicos, da sociobiodiversidade, locais, dentre outras denominações de alimentos de qualidade superior, historicamente associados à agricultura familiar (GOODMAN, 2003; WILKINSON, 2008).

Da crescente percepção de pessoas, organizações, governos e empresas quanto à centralidade dos alimentos para a saúde e o ambiente, se têm gerado mobilizações para criação de novas soluções, orientadas por noções de qualidade, empreendidas pela atuação em rede e o protagonismo crescente dos consumidores. Apesar dos avanços em estudos sobre a emergência de novas dinâmicas agroalimentares, enfocando aspectos estruturais e o papel dos atores nos processos sociotécnicos, produtivos e nas práticas de consumo, pouco se avançou sobre as implicações da organização em redes sociais no exercício de uma cidadania agroalimentar, e se este seria um aspecto capaz de legitimar a agroecologia e a produção orgânica enquanto caminho possível para sistemas agroalimentares mais sustentáveis. Este será o foco analítico deste ensaio, buscando entender o potencial das novas práticas cidadãs e organização em redes em torno dos alimentos, assim como refletir se isso apontaria para elementos de um novo paradigma de produção e abastecimento alimentar.

Novas organizações no movimento da agroecologia e produção orgânica

A agroecologia e a produção orgânica possuem raízes históricas desde a década de 1920, quando mesmo sem ter essa denominação se desenhavam as primeiras críticas estruturadas e ações organizadas como alternativas à agricultura agroquímica, que veio a se tornar a convencional. Rudolf Steiner e as mobilizações em torno da agricultura biodinâmica são seguidos por outros movimentos como o da agricultura orgânica de Albert Howard, agricultura natural de Francis Fukuoka, dentre outros não menos importantes (JESUS, 2005). Contudo, apesar dessas iniciativas terem sido importantes ímpetus iniciais de inovações produtivas e sociais que se geraram, elas se mantiveram marginais ao avanço da agricultura química e industrial.

Os escândalos alimentares, a crise ambiental global, e sua derivada percepção de risco ambiental e alimentar pelos consumidores e cidadãos, foram determinantes no crescimento da mobilização da sociedade em geral e do mercado para alimentos orgânicos em particular (MENDEZ; ESPEJO, 2014). O advento das normativas de orgânicos em diferentes contextos do planeta, no início da década de 1990, é uma demonstração que nesse período crescia a demanda por esses alimentos, exigindo regramentos que coibissem práticas indesejadas na sua comercialização internacional (ORMOND et al., 1997).

Organizações locais e internacionais de diversos tipos vêm se formando para organizar produtores, consumidores e responder às demandas para avanço de um novo modo de produzir, abastecer e consumir alimentos.

No caso brasileiro, em especial em sua Região Sul, podemos categorizar esse processo em quatro fases, capitaneado especialmente por organizações e instituições que atuam em contextos rurais ou com temas ligados a eles. Na primeira, que se deu entre o fim da ditadura militar e o início da democratização (década de 1980), voltou-se menos para a produção orgânica ou agroecológica, e mais numa atuação focada na organização política e social dos agricultores familiares, realizando mobilizações sindicais, organizando associações e outras organizações sociais visando sua mobilização. Na segunda, entre os anos de 1990 e 2000, deu-se mais foco na organização para a produção de alimentos visando o autoabastecimento e a comercialização dos excedentes (geralmente em feiras locais), com escalas reduzidas e sem necessidade de certificação (ROVER, 2011). Neste período também se criou a Rede Ecovida de Agroecologia (em 1998), que é a principal articuladora de diversas iniciativas e organizações na região Sul do Brasil. Na terceira fase, que ocupa os anos 2000-10, com o aumento da produção agroecológica e com poucos mercados locais organizados, surgiu a necessidade de acessar mercados mais distantes. Essa fase coincide com a obrigatoriedade legal brasileira de certificação para vender qualquer produto como orgânico, a partir de 2011, bem como mobilizações para acessar mercados distantes para esses alimentos. Nesta fase teve um grande avanço o Circuito Sul de Comercialização da Rede Ecovida de Agroecologia, que liga diferentes regiões produtoras e consumidoras, através da compra e troca de produtos orgânicos. Nela ocorre também a elevação da demanda por produtos orgânicos entre consumidores. Entre os anos 2003 e 2014, também se criaram vários programas do governo federal para apoio aos agricultores familiares e suas

organizações, viabilizando infra estruturas para armazenamento, processamento e comercialização. Nesse processo, se ampliaram os atores sociais que seguem uma trajetória para avançar com iniciativas ligadas à produção, abastecimento e consumo de alimentos orgânicos/agroecológicos. A organização social e comercial estabelecida anteriormente revelou a necessidade de ir além da abertura de novos mercados, abrindo espaço para uma quarta fase, na qual os atores sociais atuam mais ativamente na construção de novas relações voltadas à aproximação entre agricultores e consumidores, como forma de acessar mercados mais justos e estáveis. Esta dinâmica ocorre através de inúmeros esforços de criação de circuitos curtos de comercialização (CCC), aproximando produtores e consumidores de alimentos orgânicos e agroecológicos (DAROLT; ROVER, 2021). Nesta nova fase se evidenciam esforços de valorização dos territórios locais, numa identificação de públicos e interesses em torno do alimento orgânico e agroecológico, sendo a aproximação com os consumidores o elemento balizador deste processo.

A descrição das quatro fases de organização de produtores, mercados e consumidores na região Sul do Brasil, para avançar com um novo modo de produzir, abastecer e consumir alimentos, tem sentido didático para entender um processo histórico que gerou uma trajetória organizacional específica. Novas organizações foram se formando nesse processo, gerando inovações produtivas e sociais como a própria Rede Ecovida, seu Circuito Sul de Comercialização e sua forma de certificação participativa dos produtos orgânicos. Contudo, se a Ecovida é uma rede de organizações, para além e muitas vezes articuladas a ela se formaram tantas outras redes. Quanto mais o processo histórico descrito avançou para sua quarta fase, mais exigia o envolvimento de outros atores sociais, para ampliar o nível organizacional de um processo que se propõe contra hegemônico, mas que tem a percepção de outros atores sociais ao seu favor, como é o caso de crescente número de consumidores, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva³⁴, de universidades e de outras organizações e instituições ligadas aos contextos urbanos.

Redes agroalimentares para uma cidadania alimentar

Organizações e movimentos sociais dedicaram muito tempo de sua atuação para produzir reivindicações junto ao Estado e agir junto à sua comunidade de atuação, em

³⁴<https://www.abrasco.org.br/site/>

sua organização política e social. Contudo, mudanças em seus contextos de atuação, muitas vezes produzidos por sua própria trajetória organizacional, os têm levado a atuar junto ao mercado, para construção de alternativas de comercialização. O mercado, como uma instituição, vista por muito tempo como a expressão do capitalismo, contra a qual muitos deles lutaram, passa a ser um dos ambientes chaves para sua atuação, quando ligada à agroecologia e produção orgânica. Assim, eles ativam sua cidadania para intervir na construção social de mercados alimentares, promovendo novas formas de trocas, mercantis e não mercantis.

Esses processos de construção social de mercados levaram à formação de uma diversidade de redes agroalimentares alternativas, entendidas aqui como um nível organizacional acima de cada organização ou movimento específico, articulando uma diversidade desses atores sociais, que variam conforme o contexto territorial. Muitas dessas redes são alternativas porque se propõem contrárias às forças *mainstream* da produção, abastecimento e economia alimentar. Também o são em seu ímpeto inicial de organizar inovações, construídas em contraposição àquelas forças, visando a construção de outro modelo de desenvolvimento, balizado em outro paradigma, tanto epistemológico quanto social³⁵. Este paradigma se baliza nos aportes epistemológicos da agroecologia, marcado pela valorização da diversidade de ecossistemas e territórios, assim como de grupos humanos, suas culturas e formas organizacionais. Contudo, quando da construção dos mercados, essa alternatividade se depara com outro paradigma, aquele da agricultura convencional, industrial, da especialização, homogeneização, de escala global.

O encontro desses diferentes paradigmas, em práticas de construção social de mercados capitaneadas pelas organizações e movimentos ligados à agroecologia, inova modelos organizacionais previamente existente, promove trocas que transcendem àquelas mercantis, incorpora elementos de reciprocidade, de compromissos entre os envolvidos, de redefinição de valor do que é trocado. Contudo, esse processo não gera práticas que necessariamente representariam um paradigma diferente. Neste sentido, a alternatividade é relativa, ela define o ímpeto inicial da maioria das inovações sociais que envolvem a construção social de mercados agroecológicos, mas não redefine

³⁵ Entendemos por paradigma epistemológico e social um conjunto de elementos compartilhados por dada comunidade de pessoas, envolvendo os campos do conhecimento e das práticas sociais, orientando a organização desta comunidade.

elementos estruturantes da organização de cada um desses mercados. Neste raciocínio, faz mais sentido denominar essas redes como de cidadania (agro)alimentar, ao invés de alternativas (RENTING et al, 2012; SPILLARE; PALTRINIERI; MARCIANTE, 2018; SOUZA et al., 2021). Elas ativam práticas cidadãs, envolvem novos atores sociais, promovem alterações no escopo organizativo dos mercados de produtos agroecológicos, mas não rompem paradigmaticamente com sua organização. Vale destacar que muitas pessoas e grupos sociais não entram nessas novas redes organizacionais pela sua alternatividade, por seu eventual caráter anti-sistêmico. Muitas delas entram pelo seu interesse em receber alimentos de qualidade superior, de forma facilitada e a preço aceitável.

As práticas de construção de mercado em redes que envolvem agricultores e suas organizações com consumidores e suas organizações, além de organizações de apoio, são aqui definidas como expressão de uma cidadania agroalimentar. Essas redes geram diferentes arranjos organizativos, conforme cada local e região, atuam no abastecimento de alimentos agroecológicos e orgânicos, ampliam a escala da sua organização social, geram circuitos curtos de comercialização e reivindicam novas políticas públicas para o fortalecimento de suas práticas (ROVER; DAROLT, 2021).

Diversos elementos podem ser identificados nessas redes organizacionais, contudo três são mais evidentes na diversidade delas: a) ter um caráter territorial de organização dos atores sociais, articulando produção, abastecimento e consumo; b) se organizar através de circuitos comerciais de proximidade, em suas dimensões espacial, relacional e informacional; c) gerar novas formas organizativas dos consumidores, que além de se organizar para se aproximar dos agricultores, muitas vezes participam das dinâmicas comerciais de abastecimento assumindo outras responsabilidades, como auxiliar na promoção, na logística e até eventualmente em etapas da produção.

A diversidade de inovações sociais produzidas no contexto das redes de cidadania agroalimentar gera projetos demonstrativos. Nem todas suas experiências revelam potencial de ampliação, contudo algumas revelam potencial de escalonamento, se revelando potencialmente replicáveis, através de aportes de políticas públicas e ações sociais em outros contextos territoriais. Na seção seguinte, apresentamos duas experiências de construção de mercados a partir da aproximação entre agricultores e consumidores. Nelas, evidenciamos como podem ser variadas as formas inovadoras de acessar ou aprimorar as relações mercantis, com vistas a construir mercados de

alimentos de qualidade superior, com potencial de escalonamento e difusão para outros contextos sócio-organizativos.

Dois casos para refletir sobre o potencial de escalonamento da agroecologia

As Células de Consumidores Responsáveis

A experiência das Células de Consumidores Responsáveis (CCR) constitui um arranjo comercial para a compra e venda de alimentos orgânicos/agroecológicos entre grupos de agricultores e de consumidores. A iniciativa, que constitui uma forma de venda direta por pedidos antecipados, objetiva promover a estruturação de canais comerciais e ao mesmo tempo estimular o consumo ético/responsável, gerando acesso a alimentos de qualidade, a preços acessíveis para consumidores e mercados justos para os agricultores (ESCOSTEGUY, 2019).

Os elementos inovadores desta experiência podem ser abordados em dois aspectos. O primeiro consiste na formação de grupos de consumidores para a compra coletiva, estabelecendo um montante de produtos que viabilize a entrega dos alimentos pelos agricultores. O segundo, que possui relação com o primeiro, diz respeito à adoção de um ponto único de entrega. Este local de entrega, referido pelos consumidores como ponto de partilha, promove a redução dos custos de distribuição dos alimentos, o que favorece o barateamento dos produtos.

A experiência funciona a partir de cestas fechadas, de dois tamanhos distintos, estabelecidos baseando-se no consumo doméstico e na composição familiar - uma pequena, de aproximadamente 4,5kg e com até 7 itens; e uma cesta grande com aproximadamente 7,5kg, contendo ao menos 12 itens. Os consumidores não escolhem os itens que serão entregues, mas existe um acordo prévio que garante o cumprimento de uma diversidade de tipos de alimentos³⁶. A comunicação se estabelece por WhatsApp®, onde os consumidores ainda recebem semanalmente uma lista com produtos adicionais, a fim de complementar as cestas conforme a necessidade. O pagamento é efetuado no início de cada mês e os produtos são entregues nas semanas seguintes (PUGAS, 2020).

Agricultores e consumidores assumem uma série de responsabilidades para o bom funcionamento da experiência. Os produtores ficam responsáveis pela gestão dos

³⁶ Para as cestas pequenas são entregues ao menos um tipo de folhosa, um ou dois tipos de fruta, um ou mais tipos de legumes, um ou dois tipos de raízes e um tipo de tempero ou chá. Para as cestas grandes, além do aumento das quantidades de produtos, os agricultores também fornecem um tipo de grão, conforme a disponibilidade.

pedidos, colheita e higienização dos alimentos, montagem das cestas e entrega. Por sua vez, os consumidores responsabilizam-se pela organização da retirada dos alimentos no dia e horário previamente estabelecido, pela manutenção e limpeza do espaço, bem como pelo encaminhamento das cestas não retiradas, as quais geralmente são destinadas a grupos sociais em vulnerabilidade socioeconômica. Essas e outras atribuições são firmadas em uma reunião entre agricultores e consumidores, momento em que se definem os detalhes de funcionamento da iniciativa (ESCOSTEGUY; PUGAS; ROVER, 2022).

Desde sua criação, as CCR crescentemente têm atraído o interesse de consumidores interessados em acessar produtos orgânicos/agroecológicos. Em novembro de 2017, quando iniciou suas atividades, a experiência oportunizou a comercialização de 27 cestas, entregues por um grupo de agricultores. Conforme o último balanço realizado recentemente, em 2021 foram comercializadas 25.304 cestas de alimentos em 13 pontos de entregas de diferentes bairros de Florianópolis e São José, e totalizaram aproximadamente 200 toneladas de alimentos (entre os que compõem as cestas e das listas adicionais) (LACAF, 2022).

O crescimento e atratividade da experiência para os consumidores se dão pelos preços acessíveis e pela facilidade de recepção em local próximo à moradia ou trabalho. Com a demanda aquecida por alimentos sem agrotóxicos, a experiência favorece o acesso aos alimentos orgânicos/agroecológicos.

As CCR representam uma rede organizacional que mobilizou diversos grupos e organizações de agricultores, assim como organizaram vários grupos de consumidores, que hoje representam novas organizações sociais, as quais atuam em torno do agroalimentar e auxiliam na sua reconfiguração.

Os tickets ou vale feira

A iniciativa do *Ticket* ou Vale Feira compreende uma ação pública, geralmente de prefeituras municipais, que visa impulsionar o consumo de alimentos de qualidade superior (orgânicos, agroecológicos, artesanais, etc.), sobretudo os cultivados pela agricultura familiar local. Contudo, para se viabilizar necessita do envolvimento de uma diversidade de atores sociais, de agricultores e suas organizações até outras organizações sociais locais.

A proposta consiste em disponibilizar um valor monetário para os servidores públicos, a partir de uma moeda social (o ticket) aceita exclusivamente em feiras do município. O servidor público então é incentivado a frequentar as feiras municipais, gastando o valor recebido com produtos dos agricultores cadastrados no programa (geralmente são agricultores e/ou agroindustriais do próprio município). Por sua vez, ao receber *tickets* na venda de algum produto, os agricultores/feirantes podem trocar a moeda social pelo valor correspondente à venda de seu produto em um local disponibilizado pelo poder público. Segundo Araújo e Ribeiro (2018), além de incentivar os funcionários públicos a comprarem nas feiras, esse tipo de programa público, o ticket frequentemente é fornecido a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e usado na aquisição de excedentes das feiras.

No estado de Santa Catarina, ao menos 10 municípios possuem a iniciativa de vale feira³⁷, além de outros que estão em tramitação em câmaras de vereadores. Destes municípios, três adotam o modelo como forma de fomentar a reciclagem de resíduos sólidos, ao disponibilizar o auxílio (*ticket* feira) em troca da entrega de materiais recicláveis. A ação, além de fomentar o consumo de alimentos da agricultura familiar local, contribui na conscientização e mobiliza os munícipes para a separação e destinação correta dos resíduos domésticos. Ela revela um potencial de articular pessoas e organizações em torno de objetivos de desenvolvimento local.

Embora escassos, os estudos sobre este tipo de iniciativa relatam haver um expressivo crescimento da circulação de pessoas nas feiras de agricultores, o que reflete no aumento dos ganhos dos agricultores (ARAÚJO; RIBEIRO, 2018; PALMEIRAS; CARVALHO; CAETANO, 2021; CAPEL; VARGAS, 2019). Ao circular nas feiras, os servidores tendem a gastar mais do que o recurso disponibilizado via *ticket*, o que promove dinamismo no mercado dos agricultores. Ademais, assim como em outras formas de venda direta, a compra na feira favorece o estreitamento de laços entre produtores e consumidores que, por vezes, estabelecem relações de confiança e amizade tornando as relações comerciais duradouras, além de facilitar a comunicação sobre as qualidades e procedências dos alimentos.

A experiência tem se difundido em vários municípios no Brasil. O sucesso em muitos casos tem oportunizado a discussão de sua ampliação para outros públicos, tais

³⁷ Em breve pesquisa Google foram identificados os municípios: Criciúma, Morro da Fumaça, Rio do Campo, Lontras, Urussanga, Içara, Jaguaruna, Forquilha, Turvo, Nova Veneza.

como empresas no fornecimento de auxílio alimentação a seus funcionários, ou mesmo repasse de valores a famílias em vulnerabilidade socioeconômica. Siqueira (2021), estudando uma iniciativa adotada por uma empresa em Porto Alegre, argumenta que a iniciativa, ao atuar numa reconfiguração das relações rural-urbanas a partir da alimentação dos trabalhadores, deve ser analisada como modelo a ser multiplicado, com vistas a promover “o fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis, promotores de saúde e desenvolvimento rural” (p. 20). Palmeiras, Carvalho e Caetano (2021) reportam que em Venda Nova dos Imigrantes (ES), o ticket feira contribuiu com a garantia de venda de produtos da agricultura familiar no contexto da pandemia do Covid-19, oportunizando a venda via delivery em função do fechamento das feiras municipais.

A inovação que se coloca enquanto componente de fortalecimento das redes locais de produção e abastecimento, compreende a mobilização de recursos do próprio município, no fortalecimento de estruturas de produção, abastecimento e consumo alimentar local. O desafio para a ampliação deste tipo de experiência reside em fortalecer e ampliar as redes de atores que estão ligadas à produção e abastecimento alimentar local. Por se estabelecer a partir de lei municipal, muitas iniciativas contam com intensa participação dos atores sociais diretamente envolvidos. A experiência exige construir consensos entre diferentes forças políticas da esfera municipal. Assim, sua implementação depende do engajamento social dos agricultores e suas organizações, de entidades de apoio e outras organizações para sensibilizar e mobilizar o poder público na efetivação da proposta. A incorporação do sentido de rede de cidadania agroalimentar à sua construção poderia ampliar a articulação dos atores sociais rurais e urbanos do território para que essas experiências se qualificassem.

Conforme apresentado nas experiências expostas, o seu sucesso depende da articulação dos agricultores e na mobilização de distintos atores com potencial de contribuir com o fortalecimento das iniciativas de produção, abastecimento e consumo alimentar. Essas redes têm potencial de ampliação, em número de envolvidos e capacidade organizativa, especialmente quando estimuladas por mediadores (intermediários) que auxiliam na articulação entre consumidores, agricultores e suas organizações. Só o tempo dirá se isso levará a um novo paradigma agroalimentar, contudo vêm se configurando novos mecanismos de se organizar socialmente, agir nos mercados e demandar políticas públicas.

Considerações Finais

O artigo se propôs a analisar o potencial de novas formas de ação cidadã baseadas na organização em rede em torno dos alimentos, debruçando-se sobre o seu potencial para contribuir para uma transformação paradigmática do sistema agroalimentar.

A articulação de uma diversidade de atores pode gerar novas soluções inovadoras, seja para problemas socioprodutivos e comerciais enfrentados pelos agricultores, seja para garantir acesso a alimentos de qualidade aos consumidores e auxiliá-los na organização visando seu abastecimento alimentar. Tais arranjos carregam o potencial de alterar as formas com as quais esses atores se relacionam entre si, nos mercados e com o poder público local/regional.

Os casos empíricos analisados apresentam dois elementos fundamentais para o fortalecimento dessa infraestrutura social e conseqüentemente as soluções bem sucedidas. Por um lado, a importância de uma articulação em rede com uma diversidade de atores com múltiplas valências passíveis de serem mobilizadas no enfrentamento de problemas coletivos dos mais diversos. Por outro, a importância de se construir uma capacidade de diálogo na busca da construção de consensos e objetivos comuns, em termos de projetos de agricultura, alimentação e desenvolvimento. Só o tempo dirá se isso levará a um novo paradigma agroalimentar, contudo vem se configurando novos mecanismos de se organizar socialmente, agir nos mercados e demandar políticas públicas.

Referências

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012.

ARAÚJO, A. M.; RIBEIRO, E. M. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 26, n. 3, p. 561-583, out. 2018.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura Brasileira. Campo - Território: Revista De Geografia Agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006.

BRANDENBURG, A.; LAMINE, C.; DAROLT, M. Institucionalização do movimento ecológico na agricultura: mercado e reorganização dos atores sociais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 21, n. 2, p. 221–247, 2013.

CAPEL, L. S.; VARGAS, T. A. V. Como a política pública do “vale feira” mudou a rotina na feira livre do produtor no Município de Lontras (SC)? Itajaí: UNIDAVI, 2019. Disponível em: shorturl.at/fVY68. Acessado em: <01 out. 2022>.

CARNEIRO, F. F. et al. Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARSON, R. Primavera silenciosa. 1. ed. São Paulo: Gaia, 2010.

CASSAL, V. B. et al. Agrotóxicos: uma revisão de suas consequências para a saúde pública. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, v. 18, n. 1, p. 437–445, 2014.

DAL SOGLIO, F. A agricultura moderna e o mito da produtividade. In: DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. (Org.). *Desenvolvimento, Agricultura e Sustentabilidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 11–38.

DAROLT, M. R. ROVER, O. J. (Org.). *Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social*. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021.

ESCOSTEGUY, I. L. Inovações sociais da promoção da agroecologia e redes de civismo agroalimentar em Florianópolis. 2019. 131p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

ESCOSTEGUY, I. L. PUGAS, A. S.; ROVER, O. J. Células de Consumidores Responsáveis: uma proposta de venda coletiva de alimentos orgânicos/agroecológicos. In: DAROLT, M. R. ROVER, O. J. (Org.). *Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social*. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável*. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. MAGNANTI, N. J. Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. *Agriculturas: experiências em agroecologia*, v. 5, n. 2, p. 26–29, 2008.

LACAF - Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar. (2022). Available at: <https://lacaf.paginas.ufsc.br/2022/06/02/impacto-das-celulas-de-consumidores-responsaveis-ccr-no-ano-2021/>. Acessado em 01 out. 2020.

MEADOWS, D. L. *Limites do Crescimento*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MÉNDEZ, C. D.; ESPEJO, I. G. La mirada sociológica hacia la alimentación: análisis crítico del desarrollo de la investigación en el campo alimentario. *Política y Sociedad*, v. 51, n. 1, p. 15–59, 2014.

ORMOND, J. J. P. et al. Agricultura orgânica: quando o passado é futuro. *BNDES Setorial*, n. 15, p. 3–34, 2002.

PALMEIRA, J. A., CARVALHO, F. C.; CAETANO, R. C. A feira-livre da agricultura familiar de Venda Nova do Imigrante/ES em tempos de covid-19: a percepção protagonista dos feirantes. *Holos - II Dossiê COVID-19 e o mundo em tempos de pandemia*. v. 37, n. 1, p. 1-17, 2021.

POULAIN, J. P. *Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

RAMOS, P. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In: RAMOS, P. (Org.). *Dimensões do agronegócio brasileiro políticas, instituições e perspectivas*. Brasília: MDA, 2007. p. 18–51.

RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, v. 19, n. 3, p. 289–307, 2012.

ROVER, O. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 47, n. 1, p. 56–63, 2011.

ROVER, O. J. DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. In: DAROLT, M. R. ROVER, O. J. (Org.). *Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social*. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021.

SABOURIN, E. *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura a partir da reciprocidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SIQUEIRA, HENDLER, V. M.; SCALON, L.; MOURA, C. F. CRUZ, F. T. O prato do trabalhador: conectando urbano e rural por meio do vale-alimentação da Papayas. *Revista Desenvolvimento em Questão*. v. 1, n. 58, p. 1-20, 2021.

SOUZA, J. et al. Social innovation networks and agrifood citizenship. The case of Florianópolis Area, Santa Catarina / Brazil. *Journal of Rural Studies*, n. March, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2021.09.002>

SPILLARE, S.; PALTRINIERI, R.; MARCIANTE, L. From civic food networks to civic food platforms: Collaboration, trust and empowerment in the New Food Economy. *Sociologia del Lavoro*, n. 152, p. 120–136, 2018.



WEZEL, A. et al. Agroecology as a science , a movement and a practice: a review. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 29, n. 4, p. 503–5015, 2009.

369

Willer, H. et al. *The World of Organic Agriculture: Statistics and emerging trends 2020*. FiBL/IFOAM, Bonn: 2020. Disponível em <https://www.fibl.org/fileadmin/documents/shop/5011-organic-world-2020.pdf>



A EXPERIÊNCIA DO TANDEM - COMUNIDADE DE CONSUMO RESPONSÁVEL DE SÃO CARLOS-SP: PRÁTICAS DE DEMOCRACIA, AUTOGESTÃO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR

370

Beatriz Carrascosa von Glehn Schwenck, PPGS-Unicamp e
TANDEM, bia.schwenck@gmail.com

Luana Castelli Rampone, TANDEM
castelli.lu@gmail.com

Mariana Machitte de Freitas, TANDEM
mari.machitte@gmail.com

Daniele Busatto Mendonça, TANDEM
danibusato@gmail.com

Daniela de Oliveira Figueredo, TANDEM
dolivefig@gmail.com

Rafael Luis de Camargo Lima, TANDEM
rraffaell1973@gmail.com

Flavia Torunsky, TANDEM
flatorunsky@gmail.com

Laís Calixto Santos Sipahi, TANDEM
lalacs@yahoo.com

Resumo

Tandem é uma bicicleta onde pedalam duas ou mais pessoas juntas rumo a um mesmo destino, sob a mesma direção. E este foi o nome e uma estratégia escolhida para a Comunidade de Consumo Responsável de São Carlos/SP/Brasil. A partir de 2016, um grupo de amigos de São Carlos se organizou para realizar a compra de alimentos orgânicos, biodinâmicos e oriundos da economia solidária diretamente com produtores e agroindústrias familiares com boas práticas de cultivo e fabricação de alimentos. Uma alternativa de abastecimento do que ainda não era produzido na região. De lá pra cá, esse grupo se estruturou como um Grupo de Consumo Responsável (GCR), construindo coletivamente seus pilares políticos, econômicos e organizacionais. Hoje, reúne uma comunidade autogestionada de 70 famílias consumidoras e uma dezena de empreendimentos e estabelecimentos comerciais, onde a maioria das pessoas atuantes (gestoras e consumidoras) são mulheres. Esse grupo circulou no ano de 2021 mais de 75 mil reais e mais de 3 toneladas de produtos. Além disso, ocupa cadeiras em conselhos, fóruns, redes e espaços de organização e participação da sociedade civil; promove eventos de educação para o consumo e educação popular em economia solidária; e está em fase de estruturação de um canal de escoamento de produtos frescos (hortifruti) junto aos agricultores/as do Assentamento Rural Santa Helena, de São Carlos/SP. Este texto apresenta a experiência do Tandem como um grupo auto organizado cujo objetivo é fortalecer os circuitos econômicos solidários e locais, fomentar a produção e o abastecimento alimentar local e justo, promover espaços de participação social, e democratizar o acesso a alimentos orgânicos e de produção responsável. Registramos a nossa história, nossos avanços e desafios ao longo dos últimos 7 anos. Em diálogo com pensadores clássicos da economia solidária como Paul Singer e Euclides Mance, também a partir de uma

perspectiva feminista da economia e das práticas de autogestão, debatemos o papel e a importância dos GCR no atual momento de crise econômica e democrática do Brasil, onde o quadro da fome só amplifica e a participação e organização popular estão ameaçadas. A partir da descrição da experiência do Tandem, argumentamos que os GCR se mostram experiências preciosas de construção democrática e de alternativa econômica e alimentar orientada para o bem viver.

Palavras-chave: Grupo de Consumo Responsável; Economia Solidária; Autogestão; Soberania Alimentar; Democracia

Tandem é uma bicicleta onde pedalam duas ou mais pessoas juntas rumo a um mesmo destino, sob a mesma direção. E este foi o nome e uma estratégia escolhida para a nossa comunidade de Consumo Responsável de São Carlos/SP/Brasil. Este texto apresenta a experiência do Tandem como um grupo auto organizado cujo objetivo é fortalecer os circuitos econômicos solidários e locais, fomentar a produção e o abastecimento alimentar local e justo, promover espaços de participação social, e democratizar o acesso a alimentos orgânicos e de produção responsável. Registramos a nossa história, nossos avanços e desafios ao longo dos últimos 7 anos.

Práticas solidárias: autogestão, horizontalidade, sororidade

O Tandem foi criado em 2016 por um grupo de amigos que se organizaram para realizar uma compra coletiva de arroz biodinâmico. Esse grupo era formado por pessoas integrantes dos movimentos de agroecologia, de economia solidária, da cultura popular, e que naquele momento buscavam acessar um produto que ainda não estava disponível na região. Após a mobilização de uma rede de consumidores interessados, fizeram chegar em São Carlos mais de uma tonelada de arroz. Esse processo foi a semente do Tandem, mostrando o potencial de consumo, de gestão e logística daquele grupo. Desde então, passaram a ser organizadas periodicamente a compra coletiva de arroz e, aos poucos, incluindo outros produtos não perecíveis. Hoje, segundo semestre de 2022, o Tandem reúne uma comunidade autogestionada de 70 famílias consumidoras e uma dezena de empreendimentos e estabelecimentos comerciais, onde a maioria das pessoas atuantes (gestoras e consumidoras) são mulheres.

Desde o início das compras coletivas, o grupo se organizou a partir da proposta de autogestão, segundo o qual todos aqueles que trabalham no empreendimento participam de sua gestão, e todos aqueles que participam da gestão trabalham no empreendimento (SINGER, 2002). No entanto, à medida que iam sendo organizadas compras coletivas, o número de consumidores foi crescendo descolado da proporção de

peças que se envolviam com os processos de gestão do grupo e organização das compras coletivas. Esses processos ficaram concentrados nas mãos do assim chamado “Grupo Gestor”, fundamentalmente aqueles mesmos amigos que iniciaram as atividades em 2016 com algumas novas integrantes. Até hoje o desafio é mobilizar pessoas para integrar e renovar o Grupo Gestor. A tentativa constante de aproximação de todas as pessoas consumidoras nos processos decisórios levou a adoção de estratégias e ferramentas de gestão, comunicação e divulgação. Além das reuniões periódicas abertas a todos, aos poucos fomos nos apropriando do uso de tecnologias digitais, o que não apenas é usado como uma ferramenta de autogestão, como também significa o desenvolvimento, de forma dialética e coletiva, de habilidades e competências pessoais e profissionais de integrantes do grupo gestor.

Após alguns desafios com inadimplência de pagamento por parte de consumidores/as, a cobrança de taxas e impostos inesperados, e mesmo com o custo alto do frete em algumas situações, percebemos que seria importante ter um Fundo Coletivo do grupo. Fixamos uma porcentagem de 3% em cima do valor de cada compra. A experiência de integrantes com iniciativas de Finanças solidárias ajudou a estruturar o controle, uso e políticas de retirada deste fundo. O dinheiro arrecadado ajuda a cobrir eventuais emergências e também a apoiar grupos e atividades locais com a mesma afinidade política.

Com o aumento expressivo do trabalho realizado pelo grupo gestor, e a partir de uma reflexão coletiva sobre a importância do reconhecimento, valorização e da justa remuneração do trabalho, foi decidido que os trabalhos desenvolvidos pelo grupo gestor deveriam ser remunerados. Esses questionamentos foram alimentados por reflexões da economia feminista, que traz a importância de visibilizar, reconhecer e valorizar o trabalho invisível executado pelas mulheres (MORENO, 2014; NOBRE, 2003a, 2003b), uma vez que a grande maioria das pessoas envolvidas no Grupo Gestor eram mulheres (7 de 9), algumas mães, que se envolviam no Tandem como uma forma de garantir acesso a produtos saudáveis para alimentação de suas famílias.

A partir de 2021, todas as pessoas integrantes do grupo gestor passaram a ser equitativamente remuneradas. Para isso foi criado um Fundo de Gestão para subsidiar essas ajudas de custo para as/os gestoras/es. Para integrar o Fundo de gestão, são destinados 12,5% do valor de cada compra, além de uma mensalidade dos/as consumidores/as em valores que variam de 5 a 20 reais mensais.

Em 2021 fizemos uma pesquisa com 56 consumidores/as do grupo, buscando entender melhor o perfil de renda e consumo de nossos integrantes e percepções sobre a dinâmica de funcionamento do grupo. A maior parte dos consumidores vinculados ao grupo possuíam renda familiar de até 3 salários mínimos, e quase metade se declararam trabalhadores/as autônomos/as ou microempreendedores/as individuais (MEIs). Entre os fatores que motivam a participação no grupo registramos a disponibilidade, diversidade e qualidade dos produtos; a adesão a uma iniciativa da economia solidária que fomenta o consumo responsável, ético, local e agroecológico; o preço acessível dos produtos; a possibilidade de fortalecimento de pequenos produtores e comerciantes locais; e o fato de fazerem parte de um grupo, um coletivo, uma comunidade que partilha valores e ações de transformação da realidade social.

Somos um Grupo de Consumo Responsável: o processo de reconhecimento enquanto um Empreendimento de Economia Solidária

O grupo de amigos que passou a animar as atividades de compras coletivas eram pessoas que estavam envolvidas nesses e em outros espaços de articulação e movimentos sociais, tais como a Rede de Educação Cidadã (Recid), o Centro de Educação Popular e Economia Solidária (CFES), o Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol/UFSCar), e a própria Rede de Grupos de Consumo Responsável por meio da CSA organizada localmente. As reflexões trazidas desses espaços alimentavam a prática individual de cada integrante do grupo, informava um conjunto de valores e práticas comuns entre nós, e com o tempo foram sendo compartilhadas para a criação de um projeto coletivo de atuação econômica e política. A organização em rede é uma característica da economia solidária, que potencializa as iniciativas econômicas, políticas e culturais na criação de um projeto coletivo de promoção de uma outra lógica econômica e de bem viver (MANCE, 2004).

Com o tempo, fomos consolidando os critérios de consumo das compras coletivas: alimentos orgânicos, biodinâmicos e oriundos da economia solidária, comprados diretamente de produtores e agroindústrias familiares com boas práticas de cultivo e fabricação de alimentos. Também foram sendo aprimoradas as ferramentas de autogestão, o uso de novas tecnologias, o estabelecimento de parcerias e a integração em redes. Aos poucos, foi se estruturando no grupo o entendimento de que a busca por esse determinado tipo de produtos não poderia ser compreendida apenas como uma opção individual ou familiar. Nas reuniões coletivas discutíamos o fato de vivermos em uma

sociedade capitalista em que o consumo alienado e impulsivo é um dos pilares para manutenção e retroalimentação da exploração de pessoas e da natureza. O questionamento deste modelo também passa na reflexão de que consumo é um ato político. Assim, fomos estudando e nos aproximando do conceito de Consumo Responsável:

O consumo responsável é um conjunto de hábitos e práticas que fomentam um modelo de desenvolvimento comprometido com a redução da desigualdade social e dos impactos ambientais. Busca melhorar a produção, distribuição e aquisição de produtos e serviços, incentivando as práticas colaborativas. É a vivência de atitudes éticas para a construção conjunta de um novo panorama social, econômico e ambiental por meio da: Agroecologia; Segurança alimentar e nutricional / soberania alimentar; Economia Solidária e comércio justo e solidário; Agricultura camponesa / familiar. (Portal Consumo Responsável, acesso 10 de outubro de 2022)

Para fomentar a comercialização justa e solidária, com canais curtos de comercialização e consumo local, conhecemos outras experiências de consumidores/as que se uniam para formar Grupos de Consumo Responsável (GCRs), “para comprar coletivamente produtos de qualidade, produzidos a partir de práticas alinhadas com a sustentabilidade, que não envolvam exploração do trabalho humano e com preço justo” (AMORIM, 2017, p. 86).

A bagagem das pessoas envolvidas no grupo gestor em movimentos sociais locais aportavam uma forte adesão política aos princípios e práticas da economia solidária e agroecologia, como a adoção de ferramentas de autogestão, a organização de pequenas experiências de finanças solidárias, e o fortalecimento de circuitos econômicos curtos e de produtores locais. Porém a construção de uma identidade do grupo como um Empreendimento de Economia Solidária não foi desde o início evidente. Aos poucos as dimensões política e econômica convergiram. Realizamos um Estudo de Viabilidade Econômica do nosso grupo, o que culminou com as reflexões sobre a justa remuneração do trabalho de gestão deste grupo e o estabelecimento de mensalidade, ainda que simbólica, para o conjunto de consumidores/as.

A inserção na Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável foi um elemento crucial na construção dessa identidade, assim como passagem da nossa auto denominação de um “grupo de compras coletivas” para um “grupo de consumo responsável”. Neste processo, por meio do Tandem, passamos a organizar com mais densidade e periodicidade atividades de educação popular para o consumo, onde discutimos com o conjunto de consumidores/as temas da economia solidária, consumo

responsável e agroecologia. Também passamos a ocupar cadeiras no Conselho Municipal de Economia Solidária (COMESOL), Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMSEAN), e a participar mais ativamente no Fórum Municipal de Economia Solidária.

375

A importância da articulação com comércio local: cooperação e desafios

Nossa experiência não teria sido potente sem a participação e colaboração de uma loja de orgânicos local. Esta loja, chamada DaTerra, cuja iniciativa é familiar, desempenha um papel importante de colaboração para nossas iniciativas. A interação do grupo de consumo com a loja se dá no compartilhamento de contatos de produtores e fornecedores de produtos diferenciados para as compras coletivas, com o pedido em maior quantidade, muitas vezes viabilizando o pedido mínimo das compras, e com o direcionamento de consumidores para o grupo.

A equipe da loja tem uma representação no grupo gestor do Tandem. Assim ela contribui de forma crucial não apenas para a gestão das atividades coletivas do grupo, como aporta conhecimentos importantes sobre impostos, transporte e processos econômicos. Dentro da economia solidária acompanhamos discussões sobre a diferença e distanciamento entre empreendimentos de economia solidária e empresas ou iniciativas comerciais convencionais. Com a prática do Tandem, percebemos que um pequeno comércio gerido por uma família historicamente envolvida nos movimentos sociais, e que fortalece produtores locais, iniciativas políticas e grupo de consumo responsável, não tem nada de convencional. A lógica empresarial da busca desenfreada pelo lucro dá lugar a uma postura empática e politicamente engajada não apenas com a criação de espaços de comercialização para produtos solidários, agroecológicos e locais, como representa, na prática, a facilitação de certos processos comerciais e jurídicos ao nosso empreendimento econômico solidário.

A equipe da loja, por estar em contato direto com produtores/as locais, principalmente de hortaliças, legumes, frutas e grãos, acaba tendo no Tandem um importante ponto de apoio. Quando há a demanda de escoamento de grandes quantidades de produto, esses itens são rapidamente absorvidos pela comunidade de consumidores/as do Tandem. Por outro lado, um desafio que se coloca é o “sequestro” de consumidores da loja, que muitas vezes acabam optando pelo consumo via grupo de consumo. Tentamos driblar essa questão fazendo a distribuição das compras coletivas organizadas pelo

Tandem na própria loja, direcionando os consumidores/as para o espaço físico onde existe uma variedade muito maior de produtos, inclusive produtos frescos da região.

Também temos parceria com um outro restaurante local, que além de consumir os produtos via grupo de consumo, é usado pelo grupo como entreposto dos produtos. Tanto o restaurante, como a loja, ou outros tipos de iniciativas de produção de menos porte (artesanato, cosméticos naturais etc) têm condições diferenciadas de pagamento, redução das taxas e possibilidade de acesso do fundo coletivo do tandem para pequenos empréstimos. Essas relações nos mostra, que o princípio da Colaboração e não da competição faz com que ambas iniciativas tenham ganhos e fortalecimento mútuo na construção de um circuito econômico local.

Atuação durante a pandemia

Apesar de não termos atuado com produtos frescos, ao longo dos anos o Grupo Gestor sempre incentivou que os consumidores participassem das iniciativas locais de vendas de produtos orgânicos como CSA, Cestas direto do produtor e Feiras Orgânicas. Em determinados momentos escoamos alguns produtos como tomatinho, feijão e abobrinha de produtores de Assentamentos Rurais da cidade pelo grupo, de forma pontual. Porém, ao longo de 2019 e depois com a pandemia, as iniciativas que existiam ou se encerraram ou continuaram com dificuldades. No ano de 2021, fizemos 3 cestas com produtos frescos de um produtor rural endividado após a pandemia para ajudar a pagar dívidas. Agora ao final de 2022, está em fase de estruturação de um canal de escoamento de produtos frescos (hortifruti) junto aos agricultores/as participantes da Feira de Orgânicos da cidade de São Carlos/SP.

Durante a pandemia, iniciamos uma articulação com uma Paróquia da Igreja Católica local para buscar a construção de uma nova iniciativa de compras coletivas, mas de produtos populares presentes nas cestas básicas. Realizamos pesquisas de preços e fornecedores e percebemos, depois de algumas semanas, que os preços mais baixos que conseguimos alcançar eram os mesmo ou até mais altos que os preços praticados em supermercados atacadistas da cidade. Percebemos que a lógica do Supermercadismo e a concentração destes monopólios forçam os preços para os supermercados locais e pequenas vendas, impossibilitando a competição por preços.

Conclusão

Neste pequeno texto, procuramos apresentar a história e práticas do Tandem, uma comunidade de consumo responsável do interior do estado de São Paulo, que começou com um grupo de amigos organizando compras coletivas e hoje é uma comunidade de mais de 70 famílias que ocupa cadeiras em espaços de representação política da sociedade civil, organiza atividades de educação popular para o consumo e economia solidária, e que mobilizou, em 2021, mais de 75 mil reais em compras, somando mais de 3 toneladas de produtos de produção solidária, agroecológica, local e responsável. Mostramos como a prática de organização de compras coletivas está ligada a um projeto político de resistência anticapitalista e feminista. Nossa história, comum a outras iniciativas de economia solidária no Brasil, tem como fio condutor a postura militante e engajada das pessoas que a constroem, assim como a articulação em rede. Somos um grupo de consumo responsável, com muito diálogo e aprendizado construímos uma verdadeira comunidade, assentada na solidariedade, cooperação e sororidade. Construímos coletivamente experiências de acolhimento de agricultores quando passam por problemas, acolhemos pessoas que chegam na cidade, cozinhamos juntas para famílias com covid durante a pandemia, organizamos periodicamente doações de alimentos, de roupas, construímos parcerias com outros grupos, movimentos e instituições de nossa cidade.

Em diálogo com pensadores clássicos da economia solidária como Paul Singer e Euclides Mance, também a partir de uma perspectiva feminista da economia e das práticas de autogestão, debatemos a partir das nossas práticas o papel e a importância dos GCR no atual momento de crise econômica e democrática do Brasil, onde o quadro da fome só amplifica e a participação e organização popular estão ameaçadas. A partir da descrição da experiência do Tandem, defendemos que os GCR se mostram experiências preciosas de construção democrática e de alternativa econômica e alimentar orientada para o bem viver, mobilizadoras de afetos e política, de engajamento e de construção de outra forma de se fazer economia.

Referências

AMORIM, Rozoneide Souza et al. Encantar a vida com a organização da produção, comercialização justa e solidária e consumo responsável. Série Trilhas Educativas; caderno 2, Porto Alegre: EDIPUCRS; 2017, 100 p.

MANCE, Euclides. A.. Redes de Economia Solidária: a expansão de uma Alternativa Global..Thot (São Paulo), v. 81, p. 3-11, 2004



MORENO, Renata. Economia na agenda política do feminismo. in: Feminismo, economia e política - debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres, org: Renata Moreno. Sempreviva Organização Feminista. São Paulo, 2014.

NOBRE, Miriam. Diálogos entre economia solidária e feminista. in: A produção do viver, org: miriam nobre e nalu farias. Sempreviva Organização Feminista. São Paulo, 2003a.

_____. Mulheres na Economia Solidária. in: A Outra Economia org: Antonio Cattani. Editora Veraz e Unitrabalho, Porto Alegre: 2003b

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Sites: Portal do Consumo Responsável. <https://consumoresponsavel.org.br/>



ESTRATEGIAS DE INTERMEDIACIÓN SOLIDARIA DESDE LA UNLP: COMERCIALIZADORA UNIVERSITARIA DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA “LA JUSTA”

379

Paula Fontana, (Universidad Nacional de La Plata, Bs. As, Argentina)
pfontana@fcv.unlp.edu.ar

Alejandro Valera, (Universidad Nacional de La Plata, Bs. As, Argentina)
avalera@fcv.unlp.edu.ar

Belen Sendin, (Universidad Nacional de La Plata, Bs. As, Argentina)
belensendin@gmail.com

Soledad Duré, (Secretaría de Políticas Sociales, Universidad Nacional de La Plata, Bs. As,
Argentina)
sole_dure@hotmail.com

Mateo Compagnucci, (Universidad Nacional de La Plata, Bs. As, Argentina)
compagnuccimateo@gmail.com

Sergio Dumrauf, (Universidad Nacional de La Plata, Bs. As, Argentina/ Instituto Nacional de
Tecnología Agropecuaria-INTA)
sdumrauf@fcv.unlp.edu.ar

Resumen

El objetivo del presente trabajo consiste en describir y analizar la experiencia “La Justa”, comercializadora de la Economía Social y Solidaria (ESS), como estrategia de intermediación solidaria desde la universidad. El fortalecimiento de la comercialización trae aparejadas mejoras en los ingresos de los productores locales, de la ESS, al ampliar sus ventas. Sin embargo, el horizonte de acción busca promocionarla ESS entre los consumidores locales, y de generar nuevas relaciones sociales que promuevan otra producción, otro consumo, otros intercambios, otra economía. Desde la integralidad, se trata de promover dispositivos que generen diálogo de saberes entre las y los actores universitarios y la comunidad. “La Justa” es una comercializadora de la ESS, que surge en la ciudad de La Plata en el inicio de la pandemia por CoViD-19, en marzo de 2020, a partir del cierre de las Ferias “del productor al consumidor” ligadas a la Universidad Nacional de La Plata (UNLP), con el fin de acercar la producción local a los consumidores de la ciudad, intermediando solidariamente. Durante el tiempo transcurrido se expandió territorialmente, organizando compras colectivas en torno nodos de consumo en red con organizaciones sociales, políticas y culturales. Los principales resultados se centran en la consolidación de una estructura para la comercialización, con alrededor de 300 productos diversos, 200 familias productoras, y 500 consumidores que compran en rondas quincenales a través de un carrito virtual y retiraron 13 nodos de cercanía. Los desafíos actuales se encuentran en relación a mejorar los procesos de logística y distribución, mejorar la comunicación con consumidores y fortalecer y establecer nuevas alianzas con comercializadoras y productores, que permitan ampliar el volumen y los canales de venta. Asimismo, la promoción de la organización de consumidores, en tanto actores relevantes al momento de debatir conjuntamente como y que se produce, cuál es son los precios justos, involucrarse en sistemas de garantías participativas, y otras acciones dentro de los entramados territoriales. Podemos concluir que este dispositivo -además de un crecimiento progresivo de ventas e ingresos- ha logrado promocionar otro consumo, más consciente, responsable y reflexivo respecto de las condiciones sociales y ambientales en las que se han producido los alimentos, y el tipo de producción que sostiene, las relaciones de trabajo

y de intercambio que promueve, y en general la promoción de un comercio local y de proximidad, que favorece los entramados comunitarios, con acento en el debate de la soberanía alimentaria

380

Palabras-clave: Economía Social y solidaria; Intermediación Solidaria; Soberanía Alimentaria-Integralidad

Justificación

El fortalecimiento de la comercialización trae aparejada las mejoras en los ingresos de los productores locales, de la economía popular (EP), la economía social solidaria (ESS) y la agricultura familiar (AF), al ampliar sus ventas. Esto sin duda potencia un desarrollo “desde lo local”. Sin embargo, el horizonte de acción es “extraeconómico”, es decir no se reduce a la ampliación de los volúmenes comerciales del sector, sino que se busca promocionar la economía popular y social solidaria entre los consumidores locales, y de generar nuevas relaciones sociales que promuevan otra producción, otro consumo, otros intercambios, otra economía. Como sostiene Xavier Montagut (2007) “el comercio justo no puede ser una carrera lineal por la conquista de simples cuotas de mercado. Su éxito o fracaso se ha de medir por su capacidad para introducir un punto de inflexión en la cultura de los consumidores”. En este sentido, la mirada se pone justamente en la promoción de un consumo responsable, crítico respecto a lo que se consume, reflexivo de las condiciones sociales y ambiental es en las que se han producido esos bienes y servicios, el tipo de producción que sostiene, las relaciones de trabajo y de intercambio que promueve, y en general la promoción de un comercio local y de proximidad, que favorezca los entramados comunitarios.

Se establece un eje también, en promover una organización de los y las consumidoras en nodos tanto para la gestión colectiva de las compras, como para la promoción de otra producción, otro consumo y otra economía. Su activación es clave ya que son actores relevantes que pueden generar lazos fuertes con los y las productoras, e involucrarse activamente respecto a qué-cómo y para qué se produce, debatir en conjunto cuál son los precios justos, involucrarse en sistemas de garantías participativas, y participar de otras acciones dentro de los entramados territoriales para fortalecer conjuntamente las economías locales. La lógica, no es la maximización de la ganancia, sino el desarrollo de la comunidad.

Las comercializadoras privadas, netamente capitalistas, se orientan a ampliar permanentemente su margen de ganancias. Suele representar un enorme negocio de intermediación especulativa, que asegura una reproducción ampliada del capital

manteniendo los costos lo más bajo posibles (incluyendo El trabajo, que es considerado como un costo más) y vendiendo lo más caro que el juego oferta/demanda le permita.

En cambio, dentro de La economía social se suele hablar de intermediación solidaria, para diferenciar se del esquema recién planteado. La economía social plantea una economía orientada por una ética de reproducción ampliada de la vida de todos y todas, en lugar de la ética de reproducción ampliada del capital que atraviesa a las economías de mercado netamente capitalistas. En consonancia, La producción, La circulación, La distribución, La comercialización y el consumo también deberían verse atravesadas por una racionalidad reproductiva. Ésta implica que La economía, y en particular los criterios para decidir qué, cómo y para qué/quién se produce, distribuye y consume, y sosteniendo qué tipo de trabajo y relaciones sociales y ambientales, no los decida “el mercado” ni la “demanda” sino que se sujeten a las necesidades vitales de La población, y se legitimen socialmente. En La práctica, y solo por dar un ejemplo, una fábrica puede reducir los costos e incluso echar trabajadores o empeorar sus condiciones laborales con tal de mantener el margen de ganancias. En cambio, una familia, una organización social o una cooperativa buscará la forma -hibridando recursos mercantiles, no mercantiles y no monetarios (Laville 2014) y agenciando estrategias mixtas micro y meso socioeconómicas, como se evidencia en La bibliografía que hay al respecto- para que nadie quede afuera, porque lo que se busca es garantizar el trabajo, sostener esas relaciones de producción-reproducción que generalmente se encuentran atravesadas por la condición de no mercancía de La fuerza de trabajo y por La apropiación del resultado Del trabajo por los y las trabajadoras (Kraychete 2014), sacrificando si es necesario parte del excedente (en un esquema general costos + remuneraciones Del trabajo + excedentes). En una comercializadora solidaria puede ocurrir lo mismo: sostener los costos -que en este caso es sostener a los productores locales que las proveen-, sostener el trabajo propio, e incluso sostener los precios finales para garantizar el consumo popular, pero resignificar parte del excedente si así hiciera falta. Claro que mientras el contexto lo habilite, es fundamental contar con excedentes que hagan crecer estas economías y reinvertir en mejores condiciones de producción/reproducción y en general fortalecer las tramas de valor, pero eleje no está puesto en ser “productivas” en términos de diferencia matemática entre ingresos y egresos, sino en lograr La sostenibilidad de relaciones de producción-reproducción sin explotación. Ahora bien, ¿Se puede hablar de intermediación pública? Vacancia y necesidad de “minoristas” públicos: Si bien La intermediación solidaria no

persigue estrictamente el lucro, parte del gasto operativo de sus estructuras suele transferirse a precios finales, encareciendo los productos y restringiendo su acceso, quedando por fuera los sectores de menores ingresos.

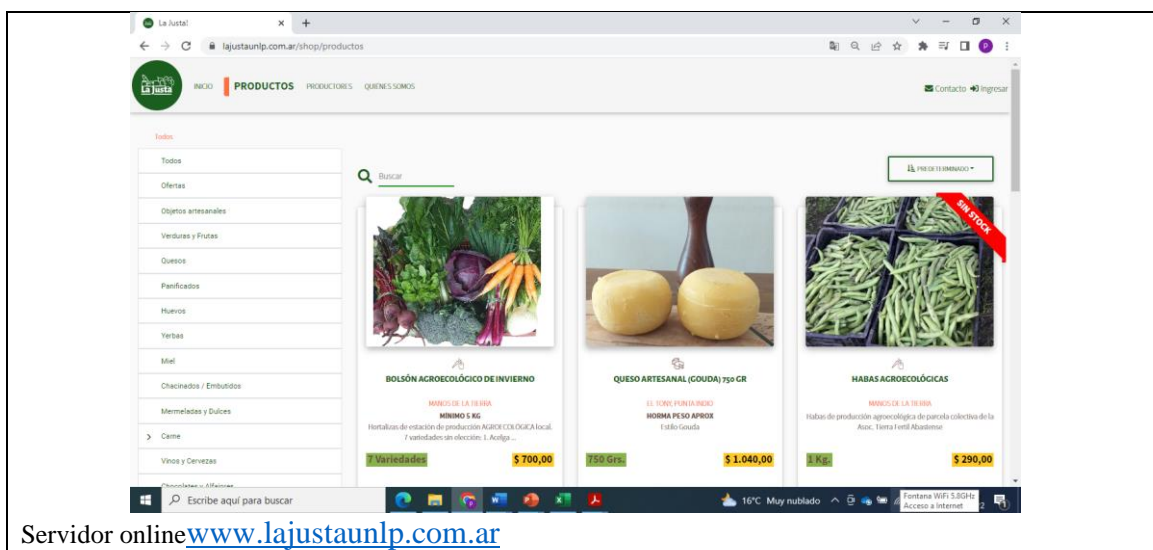
Además, teniendo en cuenta que La economía social tiene, por el momento, un desarrollo incipiente caracterizado por una baja capitalización, escasa estructura y baja escala productiva, La misma no suele lograr costos ni precios finales “competitivos”. Esto se suma a las características mencionadas de sus principios económicos de garantizar los puestos y condiciones de trabajo así como de privilegiar relaciones ambientales sostenibles, con lo cual no solo es difícil “bajar costos” sino que La racionalidad es otra, como dijimos: la de responsabilizarse por La reproducción de la vida de todos y todas inter generacionalmente. Entonces, ¿es justo que se lance a estas economías a “competir” en el mercado? Partiendo de lógicas y objetivos bien diferenciados, unas lucrativas y las otras no lucrativas, cabe pensar que las condiciones de sostenibilidad también difieran en uno y otro caso. La hibridación de recursos mercantiles, monetarios y no monetarios resulta clave para La sostenibilidad, así como la visibilización de que la escala nunca puede ser la microeconómica, relativa a un emprendimiento particular, sino como mínimo mesosocioeconómica, y de abordaje multidimensional. Es que tiene directamente a La necesidad de la presencia estatal atravesando toda la trama de valor, pero también cabe pensar en estructuras directamente estatales, de propiedad pública, que gestionen y den soporte a La distribución y comercialización para La economía popular y social solidaria, es decir La comercialización pública de bienes y servicios estratégicos del sector, para absorber directamente parte de los gastos operativos, de infraestructura y Del trabajo, que permitan sostener precios accesibles y garanticen el consumo de los sectores populares. Se habla entonces, de almacenes minoristas públicos, de comercializadoras públicas, específicas para La economía social solidaria.

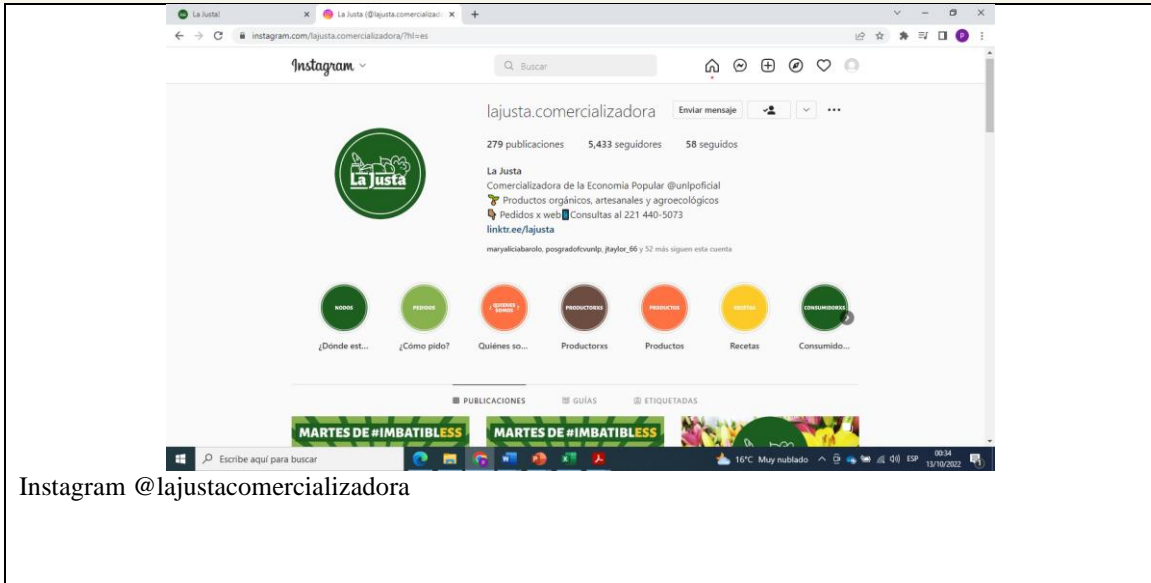
Funcionamiento de La Justa.

En La Plata, a partir Del Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO) que inicia el 20/03/2020, las Ferias ligadas a La Universidad Nacional de La Plata fueron cerradas, por lo tanto, desde el Equipo de Dirección de Economía Popular, Social y Solidaria de La Prosecretaría de Políticas Sociales de la UNLP, y desde La Prosecretaría de Agricultura Familiar de La Facultad de Cs. Veterinarias se comenzó a gestionar una Comercializadora de Intermediación Solidaria, denominada “La Justa”. Integra

los productos de dos ferias de La Red de Ferias de la UNLP: “Manos de la Tierra” y “La Veredita”. El esquema de trabajo se inicia con difusión vía redes virtuales de la oferta de alimentos disponibles por parte de los productores familiares, se confirman esos pedidos (tipo de producto, cantidad y precio) y son entregados en 12 Nodos de Consumidores en distintos sitios de la ciudad de La Plata y en la de Berisso. Participan 70 productores, y más de 25 personas en las tareas virtuales de toma de pedidos y logística para el traslado de los alimentos. Se venden al rededor de 1300 bolsones mensuales, 400 quesos, 300 embutidos, 200 kilos de miel, 380 ramos de flores, 610 docenas de huevos, 85 dulces, 50 encurtidos, 60 vinos artesanales, 200 kilos de yerba de cooperativas, panificados, legumbres variadas, alfajores y chocolates artesanales y varios cortes de carne de cerdo y pollo, distintos objetos artesanales, entre otros productos. Las rondas son quincenales. A partir del año 2021, se ha comenzado a trabajar con una canasta virtual con su correspondiente servidor para la toma de pedidos que se puede encontrar en: www.lajustaunlp.com.ar. Dicha modalidad de venta digital ha sido generada y gestionada por la Facultad de Informática de la UNLP, lo que permite comunicar de mejor manera, la localización de los productos y el sentido de la propuesta. A la vez que posibilita conocer a los productores en sus ámbitos de producción, transformación y acondicionamiento de los bienes producidos. Los desafíos están en relación a mejorar los procesos de logística y distribución, mejorar la comunicación con consumidores y fortalecer y establecer nuevas alianzas con Comercializadoras y productores, que permitan ampliar el volumen y los canales de venta. (Véase: <https://www.facebook.com/La-Justa-comercializadora-105707981222282> y <https://www.instagram.com/lajusta.comercializadora/>), figura 1.

Figura 1 – Ilustraciones del facebook y instagram de La justa comercializadora





Instagram @lajustacomercializadora



Facebook LaJustaComercializadora

Las y los productores:

De esta manera, podemos encontrar en La propuesta un sujeto complejo y multivariado, con diversas identidades, orígenes, trayectorias y cursos de acción, y con distintas inserciones territoriales, quien es conforma el entramado socioorganizativo base de la comercializadora, y que abastecen más de los 80 productos a la oferta disponible en cada Ronda:

Asociaciones, Cooperativas, Ferias, Mercados:

- Feria Manos de la Tierra (Facultad de Cs. Agrarias y Forestales/ Facultad de Ingeniería): Integrada por familias productoras de la agricultura familiar, del cordón floriflutihortícola platense con producción de verduras de estación; Tambo Don Julián de San Vicente (producción de quesos artesanales); Granos y Harinas sin

gluten, y libres de agrotóxicos, transgénicos y aditivos sintéticos; dulces y conservas “Arte en Conserva”; etc.

- Asociación Unión Romerense: producción de verduras de estación, ubicadas en la zona de Melchor Romero.
- Asociación Tierra Fértil Abastense: producción de verdura agroecológica y flores de estación. Ubicadas en las zonas de abasto y colonia Urquiza.
- Productores familiares de Isla Paulino: producen fruta de forma agroecológica, en el montecito frutal que vienen desarrollando los isleños.
- Mercado Popular “La veredita”-(Facultad de Trabajo Social/Facultad de Artes): Producción de objetos artesanales diversos: arte textil, cerámica, joyería, cosmética natural, Crasas en macetas. Además Comidas caseras, mermeladas artesanales, panificados , etc.
- Familias productoras de AMAO de Punta indio y Magdalena: Grupo de tamberos maseros “Amanecer Organizado” (AMAO), Producen quesos artesanales y dulce de leche.
- Familias rurales vinculadas al CEPT 29 de R. Payró .Punta indio y Magdalena : Producen Huevos caseros , Miel de la zona. Embutidos de Fabricación artesanal (salamines, chorizos de campo)
- Cooperativa Vino de la costa de Berisso. Producen vino artesanal con uvas de variedades locales por agricultoras/es familiares, comercializan cooperativamente sus productos.
- Red Textil Cooperativa (CNCT) La RTC surge como una acción de promoción de la Confederación Nacional de Cooperativas de Trabajo (CNCT), para generar espacios sectoriales donde las cooperativas se agrupen para potenciar las acciones productivas, comerciales, de encadenamiento. Ofrecen cubrebocas y el superbarbijo de CONICET.
- Mercado Cooperativo Mayorista UTT/FECOFE : a través de dicho mercado se articula en el ofrecimiento de productos secos/no perecederos cooperativos: Yerbas (Grapia Milenaria, Isondú, Yerbal Viejo, Indumar, etc)
- MTE Rama Rural : desde la articulación de esta organización con el Movimiento de Trabajadores Sin Tierra (MST) de Brasil, se ofrece Café agroecológico DA SERRA que llega a la Argentina donde se realiza el microtueste y el molido artesanal de los granos de café.

- APABE: Asociación de Productores Apícolas de Berisso. Productores familiares apícolas de la zona ribereña de Berisso.
- Asociación Cerveceros de Berisso: Productoras y productores de cervezas artesanales de distintos sabores de la localidad de Berisso.
- Grupo de Semillas Locales UNLP: Grupo de docentes y estudiantes de la UNLP que busca identificar, multiplicar, estudiar y difundir semillas de variedades locales.
- Asociación Campesina Fuerte Alto (Comunidades Unidas de Molinos, Salta): Involucra a 150 familias campesinas que producen, fraccionan y envasan diversos tipos de condimentos y otros alimentos propios de la zona.
- Crece desde el pié: asocia a diferentes grupos de agricultores en la región del Valle de Uco y en el sur de San Rafael. Elaboran distintos tipos de alimentos con productos de la zona: vinos, salsas, dulces, pulpas, frutas secas, frutos disecados, condimentos, etc.

Unidades productivas familiares

- Madreselva Cosmética natural: emprendimiento creado y gestionado por mujeres y madres.
- Alfajores Cometa: elabora chocolates y alfajores artesanales, en Arturo Seguí, La plata.
- La Permanencia: Producción agroecológica de trigo y harina integral, de Bragado, Buenos Aires.
- Don Benito: Emprendimiento de cultivo de Kiwis sin aplicación de agrotóxicos, desde en Ignacio Correa, La Plata.
- UnxGati en la cocina: comida vegana, productos sin gluten, con masa madre.

Pymes Locales

- Frigorífico Pueblo Chico: establecimiento que articula la producción con grupos productores de la zona (Chascomús). Realiza troceo de cerdo y reparto de cortes frescos de carne de cerdo.

Figura 2 – Fotografías de Productores de la Agricultura familiar y la Economía popular social y solidaria que comercializan en La Justa



La Comercialización de los alimentos:

El problema que se aborda son las dificultades estructurales que tienen las familias productoras, sus grupos y organizaciones para comercializar en forma adecuada los alimentos y otros productos que producen y/o elaboran. En este sentido, las familias productoras hortícolas, venden en su gran mayoría a “culata de camión” (sin conocer el precio de venta de las producciones ofrecidas). En relación a las otras producciones que se desarrollan en la región, como huevos, miel, flores, apicultura y carne de cerdo, las

condiciones también son muy desventajosas con precios bajos e incertidumbre en el plazo y condiciones de pago.

Por otro lado, se hace difícil llegar a las ciudades medianas-grandes como el caso de la ciudad de La Plata, generan una demanda insatisfecha de alimentos frescos y naturales, así como también de otros productos, reduciendo intermediarios con la producción local.

‘La Comercializadora Universitaria “La Justa”, por medio de una plataforma digital para la compra y organizando Nodos de consumidores y consumidoras para las entregas, genera Intermediación Solidaria que permite que las y los productores puedan vender sus productos/alimentos en forma planificada, y las/los consumidores puedan recibir los productos de excelente calidad, recibéndolos cerca de sus hogares. En la actualidad funcionan 12 Nodos: Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales, Centro Cultural La Hormiguera, Minka (Mercado Cooperativo de la CNCT), Centro Político Sean Eternos, Sindicato de docentes de la UNLP (ADULP) y de docentes de la provincia de Bs. As (SUTEBA), Unidad Básica Compañera Evita, Club Deportivo Villa Elisa,, Centro cultural “La Bagual”, Biblioteca Popular “Mafalda”, Centro cultural “El Hormiguero”, Unidad Básica “El encuentro”. (figuras 3, 4 y 5)

Figura 3 - Acopio de productos en la Universidad Nacional de La Plata.

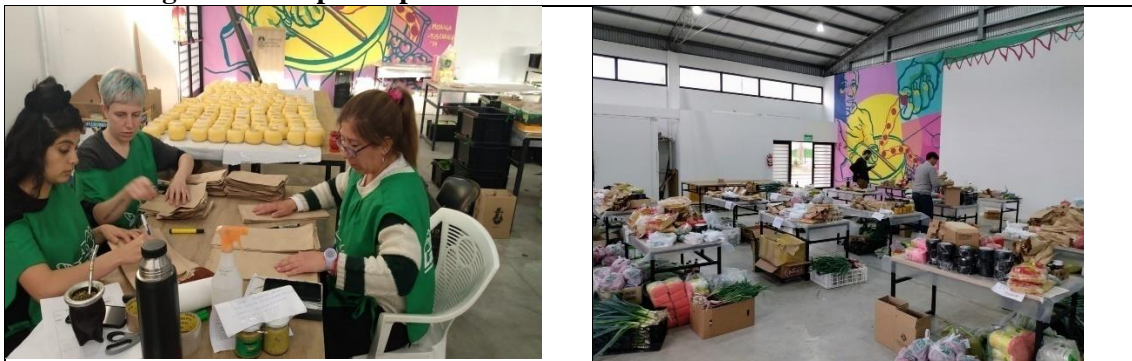


Figura 4 - Reuniones de equipo técnico UNLP (docentes, graduados, estudiantes)



Figura 5 - Nodos (organizaciones políticas, sociales, sindicales, culturales)



Por otro lado, también la Comercializadora permite acercar a las y los consumidores productos elaborados por agricultores familiares y cooperativas de otras regiones del país, cómo por ejemplo, yerba, legumbres, harinas entre otros. Generando y fortaleciendo redes socioeconómicas de alcance nacional y desde la perspectiva de la economía social.

Es importante mencionar que se brinda apoyo técnico a la producción, de esta manera se aceleró y fortaleció la reconversión agroecológica, al construir una demanda mayor, estable y previsible que sus formatos antecesores (ferias directas) al brindar mayor cobertura espacial y temporal de canales de compra. El excedente se reinvierte en garantizar el acompañamiento y fortalecimiento técnico productivo, y engenerar innovaciones (los huevos por ejemplo pasaron a ofrecerse en hueveras de cartón que se envasan en origen; se organizan circuitos de recuperación de envases, se comunica sobre el sector productivo vía redes sociales, se propician asambleas para discusión de precios y gestión de mejoras donde participen todas las partes, se generan talleres de capacitación, se fortalece la organización de consumidores, etc.).

Figura 6 – Ilustraciones de Piezas diversas de comunicación con consumidores

<p>PEDIDOS DESDE EL VIERNES 30/09 HASTA EL MARTES 11/10</p> <p>ENTREGAS VIERNES 14/10</p>	<p>MARTES DE #IMBATIBLESS</p> <p>VS</p> <p>\$140 \$149</p> <p>X 500 grs.</p> <p>EN LA JUSTA ENCONTRÁS PUERRO AGROECOLÓGICO A \$140/ATADO (300 grs. aprox.), PRODUCIDO POR ASOC. TIERRA FÉRTIL SUSTENTABLES</p> <p>PRECIO DE PUERRO "GENÉRICO" DEL SUPERMERCADO \$149/ATADO</p> <p>LOS ALIMENTOS DE LA ECONOMÍA SOCIAL, ADÉMÁS DE SALUDABLES, SON REALMENTE IMBATIBLES GRACIAS A QUE TRANSITAN CIRCUITOS MÁS CORTOS SE CONSIGUEN PRECIOS JUSTOS PARA EL PRODUCTOR Y EL CONSUMIDOR.</p> <p><small>ESTOS CONSULTADOS EL 22/09/22</small></p>								
<p>¡¡VOLVIMOS!!</p> <p>Comercializadora de la Universidad Nacional de La Plata Productos de la Agricultura Familiar y la Economía Social Solidaria</p>	<p>VENI A CONOCER LO QUE HAY DETRÁS DE LOS ALIMENTOS QUE CONSUMIMOS</p> <p>ENCUENTRO POR LA SEMANA DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA</p> <p>✓ Charlas, intercambios y degustaciones de vino, mermeladas y conservas (Arte en Conserva y Vino de la Costa de Barisse)</p> <p>MARTES 26- 15HS</p> <p>MINKA (26 E/ 65 Y 66)</p>								
<p>ATENCIÓN CONSUMIDOR</p> <p>lajusta.comercializadora lajusta.comercializadora</p> <p>La Justa</p> <p>UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA</p>	<p>La Justa</p> <table border="0"> <tr> <td> <p>NUEVO</p> <p>JAMÓN CRUDO 1,5 KG \$1750</p> </td> <td> <p>BIFE DE CERDO PECHITO DE CERDO MILANESAS DE CERDO 1 KG \$890 \$590 \$780 UTE PUEBLO ALUCCANO</p> </td> </tr> <tr> <td> <p>CERDO-COMBO PARRILLERO 1,5 KG \$1450</p> </td> <td> <p>QUESO ARTESANAL 1,5 KG \$1040 \$ 690</p> </td> </tr> <tr> <td> <p>SALAME TIPO CHORIZO SECO 300 grs \$550</p> </td> <td> <p>HUEVOS CASEROS 1 DOZENA \$290</p> </td> </tr> <tr> <td> <p>SALAME CRIOLLO PICADO GRUESO Y FINO 300 grs \$450</p> </td> <td> <p>POLLO CAMPERO ENTERO 1 KG \$530</p> </td> </tr> </table>	<p>NUEVO</p> <p>JAMÓN CRUDO 1,5 KG \$1750</p>	<p>BIFE DE CERDO PECHITO DE CERDO MILANESAS DE CERDO 1 KG \$890 \$590 \$780 UTE PUEBLO ALUCCANO</p>	<p>CERDO-COMBO PARRILLERO 1,5 KG \$1450</p>	<p>QUESO ARTESANAL 1,5 KG \$1040 \$ 690</p>	<p>SALAME TIPO CHORIZO SECO 300 grs \$550</p>	<p>HUEVOS CASEROS 1 DOZENA \$290</p>	<p>SALAME CRIOLLO PICADO GRUESO Y FINO 300 grs \$450</p>	<p>POLLO CAMPERO ENTERO 1 KG \$530</p>
<p>NUEVO</p> <p>JAMÓN CRUDO 1,5 KG \$1750</p>	<p>BIFE DE CERDO PECHITO DE CERDO MILANESAS DE CERDO 1 KG \$890 \$590 \$780 UTE PUEBLO ALUCCANO</p>								
<p>CERDO-COMBO PARRILLERO 1,5 KG \$1450</p>	<p>QUESO ARTESANAL 1,5 KG \$1040 \$ 690</p>								
<p>SALAME TIPO CHORIZO SECO 300 grs \$550</p>	<p>HUEVOS CASEROS 1 DOZENA \$290</p>								
<p>SALAME CRIOLLO PICADO GRUESO Y FINO 300 grs \$450</p>	<p>POLLO CAMPERO ENTERO 1 KG \$530</p>								



Los desafíos de la Comercializadora

“La Justa” continua la línea histórica de anteriores propuestas de extensión, de promover dispositivos que generen diálogo de saberes entre las y los actores universitarios y la comunidad. En este sentido, dado el contexto de Pandemia, permitió desarrollar y masificar una propuesta de producción/comercialización de alimentos sanos promovida, fortalecida y acompañada por la Universidad.

La complejidad de los distintos procesos: producción primaria, agroecología, embalado y presentación, transformación, acopio, traslado, venta, calidad, diversidad de productos, comunicación, relación con los nodos, atención de nodos, etc. Han constituido un gran esfuerzo y dedicación por parte del Equipo de Gestión, y que a la vez permite apalancar distintas transformaciones que se observan en los distintos grupos de productores en relación al volumen de producción, el aumento de los ingresos, localización de los productos y la organización comunitaria.

Existe muy poco desarrollo en la región de formas asociativas de comercialización, que puedan fortalecer las familias y cooperativas de producción de alimentos y otros productos, elaborados desde la economía popular, social y solidaria. La Comercializadora, apunta a seguir creciendo, aumentando las redes socioeconómicas, las

alianzas, los circuitos que vayan en línea con construir tramas de valor que permitan la reproducción ampliada de la vida de todos y todas en la región.

En el ámbito universitario y siguiendo a Tommasino (2008), las prácticas integrales implican un tipo particular de articulación entre los procesos de aprendizaje y enseñanza, investigación y extensión. *“Si los procesos de enseñanza y aprendizaje se dan fuera del aula, se generan y operan en terreno, junto a la gente, partiendo de los problemas que la gente tiene, intentando junto con ella encontrar alternativas, esta situación reconfigura el acto educativo y fundamentalmente redimensiona el poder que circula en los diferentes actores del proceso”*. A la vez que sostiene que *“Un proceso de aprendizaje articulado a la extensión es sin dudas un proceso que parte de motivaciones totalmente diferentes que las que genera el aula.”* Por lo tanto, este proceso interdisciplinario, de abordaje territorial en la Pandemia, tiene aún el enorme desafío de generar prácticas integrales, en las distintas carreras y en los distintos cursos, que entrelacen lo que acontece en el territorio, con los procesos de enseñanza-aprendizaje y los proyectos de investigación-acción.

La pospandemia trajo consigo nuevas demandas y necesidades de nuevos dispositivos de abastecimiento de alimentos. Y en ese nuevo contexto, La Justa, continúa adaptándose activamente para poder seguir brindando ese puente de alimentos, entre productoras y productores familiares de alimentos sanos y soberanos, con consumidores y consumidoras, que apuntan hacia un consumo consciente y responsable.

Bibliografía

Kraychete, Gabriel. (2014) “El problema de la sostenibilidad y la escala de los emprendimientos mercantiles asociativos”, en Instituto de Economía Popular y Solidaria. La economía Popular y Solidaria. El Ser Humano Sobre el Capital. Quito

Laville, Jacques. (2012). La economía social y solidaria frente a las políticas públicas. En Economía Social y Solidaria: conceptos, prácticas y políticas públicas. Coordinador: Carlos Puig. UPV/EHU. Edificio Zubiria Etxea. Bilbao

Montagut, Xavier. (2007). Supermercados, no gracias. Grandes cadenas de distribución: impactos y alternativas. Editores: Icaria Editorial. España

Tommasino, Humberto. (2008). Programas Integrales: un camino hacia la construcción de la Segunda Reforma Universitaria. En Programa Integral Metropolitano, De formaciones in-diScipLinAdas. UDELAR, Montevideo.



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



ORGANIZAÇÃO



PERFIL DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

394

Janine Ameku Neves, (Universidade Federal de Alfenas – PPGCA/UNIFAL)
janine.neves@sou.unifal-mg.edu.br

Adriana Maria Imperador, (PPGCA/UNIFAL),
adriana.imperador@unifal-mg.edu.br

Resumo

Há tempos o Brasil lidera o ranking mundial de consumo de agrotóxicos, uma problemática que vai além da questão ambiental da fertilidade do solo como também envolve a saúde dos produtores e dos consumidores. Em contrapartida, é crescente a percepção da necessária transformação do modelo produtivo convencional traduzido pelo aumento da demanda por alimentos isentos de contaminantes e com selos que atestam a qualidade. O objetivo do trabalho foi identificar o perfil da produção orgânica no estado de Minas por meio da análise do sistema de avaliação da conformidade orgânica adotado, da distribuição espacial e da diversidade produtiva. A partir dos dados do cadastro nacional de produção orgânica de junho de 2022, do Censo Agropecuário de 2017 e das 12 mesorregiões mineiras definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, identificou-se que os produtores, em sua maioria, são homens entre 55 e 64 anos presentes em 26% dos municípios do estado. No geral, o escopo principal dos registros do estado de Minas Gerais é a produção primária vegetal com grande diversidade de itens agrícolas. Juntos, o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) e a Organização de Controle Social (OCS) são responsáveis por 43% de produtores em conformidade orgânica enquanto que as certificações por auditoria prevalecem. Ainda que a legislação brasileira equipare os diferentes tipos de produção de base ecológica, os mecanismos participativos de controle da qualidade orgânica e diferenciam por articular redes de proximidades transparentes, difundirem os princípios agro ecológicos e gerar confiança entre produtores e consumidores. As mesorregiões sul e sudoeste de Minas Gerais apresentam maior número de registros por município, onde também se encontra o OPAC de maior expressividade do estado. Em seguida estão as mesorregiões Zona da Mata e Norte de Minas Gerais, todas com políticas públicas de instituição dos polos agro ecológicos e de produção orgânica, sendo em 2018 criado o da Zona da Mata, Sul e Sudoeste em 2021 e o Norte de Minas Gerais em 2022. A rastreabilidade do controle social e a forma de autogestão dos sistemas participativos de garantia sinalizam novas relações entre produção e consumo de alimentos, uma vez que as relações diretas entre produtor e consumidor nos mercados locais permitem o reconhecimento recíproco das realidades e demandas, aproxima os protagonistas, encurta os circuitos de abastecimento e convida a refletir sobre o comportamento alimentar, a conservação ambiental e melhoria da saúde do solo e das pessoas.

Palavras-chave: Redes agroalimentares; Certificação orgânica; Produtos da sociobiodiversidade; Agricultura familiar; Transição agroecológica.

Abstract

Brazil has long led the world ranking of pesticide consumption, a problem that goes beyond the environmental issue of soil fertility but also involves the health of producers and consumers. On the other hand, there is a growing perception of the necessary transformation of the conventional production model, translated by the increase in demand for food free of contaminants and with seals that attest to quality. The objective of this work was to identify the profile of organic production in the state of Minas through the analysis of the adopted organic conformity assessment system, spatial distribution and productive diversity. Based on data from the June 2022 national register of organic production, the 2017 Agricultural Census and the 12 Minas Gerais mesoregions defined by the Brazilian Institute of Geography and Statistics, it was identified that the majority of producers are men between 55 and 64 years old present in 26%

of the state's municipalities. In general, the main scope of the records of the state of Minas Gerais is the primary vegetable production with a great diversity of agricultural items. Together, the Participatory Conformity Assessment Organization (OPAC) and the Social Control Organization (OCS) are responsible for 43% of organically compliant producers, while audit certifications prevail. Although Brazilian legislation equates different types of ecologically based production, participatory mechanisms for controlling organic quality are distinguished by articulating transparent proximity networks, disseminating agroecological principles and generating trust between producers and consumers. The southern and southwestern mesoregion of Minas Gerais has the highest number of records per municipality, where the most expressive OPAC in the state is also found. Next are the Zona da Mata and Norte de Minas Gerais mesoregions, all with public policies for the institution of agroecological and organic production poles, with the Zona da Mata being created in 2018, Sul and Sudoeste in 2021 and the North of Minas Gerais in 2022. The traceability of social control and the form of self-management of participatory guarantee systems signal new relationships between food production and consumption, since the direct relationships between producer and consumer in local markets allow the reciprocal recognition of realities and demands, brings the protagonists closer, shortens food supply circuits and invites to reflect on eating behavior, environmental conservation and improving the health of the soil and people.

Key-words: Agri-food networks; Organic certification; Sociobiodiversity products; Family farming; Agroecological transition.

Introdução

A agricultura orgânica tem crescido em todo o mundo em razão dos benefícios ecológicos e para a saúde humana sendo atualmente adotada em 190 países, cobrindo uma área total de aproximadamente 75 milhões de hectares em todo o mundo (IFOAM; FIBL, 2022). A Austrália lidera a lista dos países com maiores extensões de terras destinada à produção orgânica, seguida da Argentina e China (LIMA et al., 2020). No entanto, para atender à crescente demanda, o desafio não circunscreve somente a conversão dos agro ecossistemas com manejo e insumos orgânicos, mas principalmente à sustentabilidade do circuito produtivo e de abastecimento.

Em termos de regulações, 76 países possuem normativas voltadas para agricultura orgânica completamente implementada, 20 países estão em andamento e 13 estão elaborando a legislação, conforme os últimos dados coletados em 2021 pela Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM- Organics International). No Brasil, o Decreto nº 6.323/2007 regulamenta a Lei nº 10.831/2003 que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Dentre os mecanismos de avaliação da conformidade orgânica previstos na lei, o Sistema Participativo de Garantia (SPG) é reconhecido nacionalmente desde 2007 e equipara a certificação participativa com a auditoria feita pelas empresas certificadoras. Embora outros países da América Latina e Caribe também reconheçam esta metodologia da avaliação da qualidade orgânica, por exemplo, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, México, Paraguai, Peru e Uruguai (FIB; IFOAM, 2022) somente o Chile firmou com o Brasil um acordo de equivalência entre as

normativas de produtos orgânicos³⁸. Isto significa que desde 2018 um produto orgânico certificado no Brasil é reconhecido como orgânico no Chile e vice e versa.

Minas Gerais foi o primeiro estado a implementar uma política pública estadual voltada para a agroecologia e a produção orgânica. Desde 2014 tem sancionada a Lei nº21.146/14 que tem o objetivo de ampliar e fortalecer a produção, o processamento e o consumo de produtos orgânicos, agroecológicos e em transição. Neste contexto, o objetivo da pesquisa foi identificar o perfil da produção orgânica no estado de Minas Gerais por meio da análise qualitativa dos dados de junho de 2022 do Cadastro Nacional de Produção Orgânica (MAPA, 2022), do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) e do Mapa de feiras orgânicas do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC, 2022). Esta pesquisa é relevante, pois permite localizar as regiões mineiras com produção em conformidade com a legislação orgânica e compreender o contexto impulsionador da incidência de maior número de produtores orgânicos em determinadas regiões do estado, comparadas às outras. Além desta introdução, um breve referencial teórico contextualiza as novas relações entre produção e consumo que são estabelecidas a partir da conformidade orgânica e agroecológica. Em seguida, os procedimentos metodológicos utilizados são apresentados e depois os resultados encontrados que foram cruzados com a literatura pertinente. Por último, são tecidas as considerações finais e indicadas as referências utilizadas.

Referencial teórico

A conformidade orgânica e a construção de novas relações agroalimentares.

Os dados de setembro de 2022 do Cadastro Nacional de Produção Orgânica (CNPO) apontam 23.632 unidades certificadas em todo o país atuando na produção primária vegetal, animal, no processamento e no extrativismo. Com relação às entidades de avaliação da conformidade orgânica, três Organismos de Avaliação da Conformidade (OAC) são previstos em lei (BRASIL, 2007), auditoria, Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade orgânica (OPAC) e Organização de Controle Social (OCS). A primeira modalidade se refere ao procedimento mais utilizado internacionalmente e consiste em uma empresa certificadora contratada para realizar a avaliação de conformidade dos requisitos da produção vegetal e/ou processamento. Atualmente existem quinze empresas credenciadas no

³⁸ Ver https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-organicos/Memorando_Chile_Portugues.pdf

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2022). Por ser um processo de elevados custos e requisitos técnicos, tanto para a empresa certificadora quanto para o produtor rural (LIMA et al., 2020), muitos produtores se organizaram em núcleos, cooperativas e associações para garantir a conformidade orgânica coletivamente por meio do credenciamento como OPAC ou OCS no MAPA. Os mecanismos de avaliação por auditorias e os OPACs podem utilizar o selo que identifica o produto orgânico, enquanto que os OCS não apresentam selos e permitem apenas comercialização direta com o consumidor por meio de feiras, cestas ou para programas públicos (BRASIL, 2009). De acordo com Darolt e Rover (2021), os sistemas orgânicos e agroecológicos podem ser considerados redes agroalimentares alternativas das convencionais (Quadro 1), uma vez que ocorre a transformação de gestão, dos canais de abastecimento e, sobretudo a qualidade dos produtos, dos valores e da relação entre as pessoas.

Quadro 1- Características e padrões distintivos entre o sistema agroalimentar convencional e elementos do que seriam redes agroalimentares alternativas ou cidadãs.

Características e Categorias de análise	Convencional	Rede agroalimentar alternativa ou cidadã
Canais de venda e relação com intermediário	Canais longos; Maior n° de intermediários e atravessadores	Canais curtos; Venda direta ou no máximo um intermediário
Distância e relação com Consumidores	Afastamento entre produção e consumo (espacial, informacional, e relacional; menor conexão produtor-consumidor	Proximidade; Identidade territorial, Informação da origem, produtor, sistema produtivo; Maior conexão produtor-consumidor
Gestão	Gestão por contratos; Cooperativismo Industrial; integração vertical	Autogestão; maior participação; intercooperação; circuitos de comercialização em redes
Escala saudabilidade, Padrão de consumo, Produtos e embalagens	Mercado global, <i>commodities</i> ; grande escala; grande presença de produtos processados e ultraprocessados; baixa saudabilidade; consumo de massa; grande uso de embalagens plásticas	Mercados locais; escala ajustada aos contextos territoriais; produtos da época; foco em produtos mais saudáveis; artesanais; coloniais; <i>in natura</i> ou minimamente processados; consumo consciente; qualidade biológica; redução de

		embalagens (produtos a granel)
Qualidade	Padronização; especialização; visão de produto (aparência, tamanho, durabilidade)	Diferenciação; visão de processo (qualidade biológica, frescor, sabor, gastronomia); segurança alimentar
Relações e valores entre Atores	Relações impessoais; foco na compra e venda; Competição; Anonimato dos produtores	Construções sociais; resgate de valores, tradições, modos de vida; confiança; solidariedade; transparência; democracia alimentar
Preços, autonomia, dependência; perdas, risco	Preços baixos- intermediários e empresas comercializadoras; concorrência; menor autonomia; maior dependência do sistema; perdas e desperdícios; maior risco para produtor	Busca de preços justos- valorização dos agricultores; cooperação social; maior autonomia; interdependência e inter-relação entre atores; menor perda de produtos; riscos controlados para o produtor
Logística	Adaptada para larga escala e especialização de produtos e processos	Em construção quanto a infra-estrutura e processos. Complexa pela diversidade de produtos, produtores e situações de abastecimento
Sistema de produção Predominante; agrobiodiversidade; tipos de agricultores	Convencional; industrial; empresarial. Baixa agrobiodiversidade; agricultores inseridos em cadeias bem definidas e agricultores familiares consolidados.	Orgânico; agroecológico; Agricultura Familiar (AF); maior agrobiodiversidade; agricultores familiares diversificados; AF vulneráveis, se inserindo no mercado; Pluriatividade (importância da renda não agrícola)
Representatividade nas Vendas	Larga escala	Pequena escala, em ampliação

Fonte: Darolt e Rover (2021)

A produção orgânica e agroecológica é uma forma de reconexão entre produção e consumo, com preços justos para produtores e consumidores. A conversão de agroecossistemas convencionais em orgânicos e agroecológicos são capazes de minimizar as interrupções de fornecimento de alimentos decorrentes da pandemia e das

mudanças climáticas, pois melhora os vínculos entre produção de alimentos em pequena escala, o consumo local e proporciona pautas para a reconstrução de um sistema agroalimentar pós COVID-19 (ALTIERI; NICHOLLS, 2022). Neste sentido, pensar em práticas econômicas alternativas, por exemplo, *fair trade* (comércio justo) e as cadeias curtas³⁹ ajuda a contribuir com o desenvolvimento de novas relações agroalimentares, pois se assentam em valores territoriais e culturais das regiões nas quais são produzidos e consumidos (CASSOL; SCHNEIDER, 2015).

Metodologia

Neste trabalho analisamos os dados levantados a partir do Cadastro Nacional de Produção Orgânica (CNPO/MAPA) de junho de 2022 e do Censo Agropecuário de 2017. O CNPO é um documento público, disponibilizado mensalmente pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e contém a modalidade da avaliação de conformidade orgânica, entidade responsável, localização geográfica, dados dos agricultores, escopo e descrição produtiva.

A pesquisa documental de abordagem qualitativa (GIL, 2008) buscou compreender a distribuição espacial e a diversidade produtiva dos produtores orgânicos no estado de Minas Gerais. Para isto foi realizada a sistematização das informações coletadas na planilha por mesorregião, utilizando as definições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo 12 para Minas Gerais (IBGE, 2022). Além da sistematização geral dos produtores orgânicos, realizamos também a sistematização da distribuição espacial por modalidade de avaliação da conformidade orgânica adotada e o levantamento dos itens mais produzidos. Para as análises, fizemos o cruzamento das informações levantadas e a indicação da literatura estudada, além da análise do perfil disponibilizada no último Censo Agropecuário (2017).

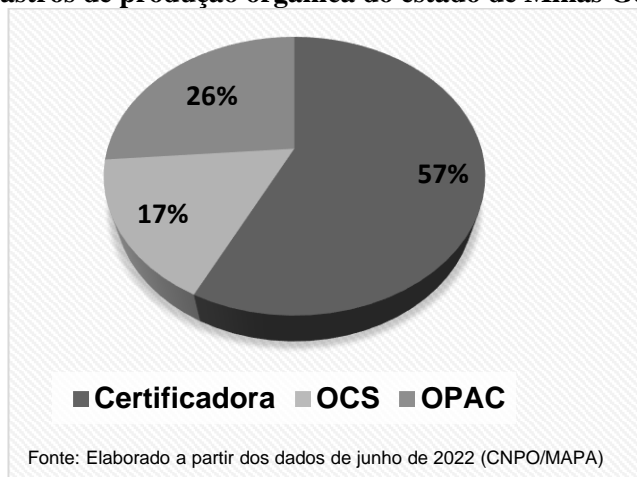
Resultados e Discussões

³⁹Embora alguns autores se refiram a cadeias curtas, neste trabalho é utilizada a expressão circuito de abastecimento em consonância com a ideia de inovação social expressa por Darolt e Rover (2021, p. 27) quando observa a diferença etimológica entre as palavras “cadeias” e “circuitos”. O autor explica que “o termo circuito está mais associado a uma trajetória, um itinerário, ligado com o que é cíclico, algo “que circula” no sistema e pressupõe trocas e interrelações. O termo “cadeia” remete a algo “mais fechado” e linear.”

Os resultados definitivos do último censo agropecuário indicaram que 85% dos produtores do estado de Minas Gerais ocupados em estabelecimentos agropecuários são do sexo masculino entre 55 a 64 anos (IBGE, 2017).

Regularmente cadastrado como orgânicos são 1.070 produtores (CNPO/MAPA, 2022) localizados em 220 das 853 cidades de Minas Gerais. Os três mecanismos de garantia da qualidade orgânica permitidos por lei são encontrados, prevalecendo a certificação por auditoria (613 registros) seguido dos OPACs (281 registros) e as OCS (176 registros) (Figura 1).

Figura 1– Distribuição dos mecanismos de avaliação da conformidade orgânica dos cadastros de produção orgânica do estado de Minas Gerais.



A partir dos dados coletados nesta pesquisa verificamos que as mesorregiões Sul e Sudoeste de Minas (568) seguida da Zona da Mata (117) e Norte de Minas (58) destacam-se pelos maiores números de produtores orgânicos legalmente cadastrados (Tabela 1). Importante destacar que são mesorregiões que estabeleceram políticas públicas com criação do Polo Agroecológicos sendo a Zona da Mata pioneira com a Lei nº 23.207/2018, seguido do Sul e Sudoeste de Minas com a Lei nº 23.939/2021 e, recentemente, o Norte de Minas com a Lei nº 24.176/2022.

Tabela 1 - Distribuição dos cadastros de produtores orgânicos por mesorregião e microrregião do estado de Minas Gerais, conforme classificação do IBGE.

Mesorregião	Microrregião	Nº de produtores
Sul e Sudoeste de Minas Gerais(568)	Poços de Caldas	52
	Pouso Alegre	80
	São Sebastião do Paraíso	6
	Passos	25
	Varginha	90

	Santa Rita do Sapucaí	43
	Alfenas	85
	São Lourenço	63
	Andrelândia	12
	Itajubá	112
Campos das Vertentes (26)	Lavras	20
	São João del Rei	1
	Barbacena	5
Zona da Mata (117)	Ponte Nova	1
	Manhuaçu	38
	Viçosa	28
	Muriae	9
	Ubá	12
	Juiz de Fora	28
	Cataguases	1
Oeste de Minas Gerais (46)	Pium-í	26
	Divinópolis	0
	Formiga	11
	Campo Belo	1
	Oliveira	8
Vale do Rio Doce (39)	Guanhães	1
	Peçanha	0
	Governador Valadares	1
	Mantena	0
	Ipatinga	5
	Caratinga	32
	Aimorés	0
Metropolitana de BH (51)	Sete Lagoas	15
	Conceição do Mato Dentro	0
	Pará de Minas	2
	Belo Horizonte	15
	Itabira	15
	Itaguara	6
	Ouro Preto	0
	Conselheiro Lafaiete	0
Central Mineira (3)	Três Marias	1
	Curvelo	2
	Bom Despacho	0
Triângulo Mineiro (50)	Ituiutaba	0
	Uberlândia	29
	Patrocínio	9
	Patos de Minas	3
	Frutal	1
	Uberaba	0
	Araxá	8
Vale do Mucuri (1)	Teófilo Otoni	1
	Nanuque	0
Jequitinhonha(40)	Diamantina	0
	Capelinha	18
	Araçuaí	22
	Pedra Azul	0
	Almenara	0
Norte de Minas Gerais (58)	Januária	13
	Janaúba	18
	Salinas	2
	Pirapora	7

	Montes Claros	4
	Grão-Mogol	1
	Bocaiúva	13
Noroeste de Minas (5)	Unai	4
	Paracatu	1

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados de junho de 2022 (CNPO/MAPA).

Embora a agricultura orgânica esteja presente em todas as mesorregiões do estado mineiro, observa-se um nítido contraste entre o Sul e Sudoeste, Zona da Mata e Norte de Minas quando comparados com o Vale do Mucuri (1), a região Central (3) e o noroeste mineiro (5). A forte presença da mineração nas localidades de pouca ocorrência da agricultura orgânica pode ser um indicativo do uso do solo conflitante e possíveis disputas territoriais. No estudo de Brito e colaboradores (2023) sobre a distribuição espacial dos produtores orgânicos do estado de São Paulo os autores observaram maior concentração da produção orgânica nas áreas onde não haviam pressão do setor sucroenergético, um dos principais usos do solo do estado paulista. No estado mineiro houveram algumas macrorregiões que apresentaram microrregiões mineiras com nenhum cadastro de produtor (Quadro 2).

Quadro 2 – Relação de macrorregião com microrregiões desertas da produção orgânica

Macrorregião	Microrregião (es)
Jequitinhonha	Almenara, Diamantina e Pedra Azul
Vale do Mucuri	Nanuque
Triângulo Mineiro	Ituiutaba e Uberaba
Central mineira	Bom Despacho
Metropolitana de BH	Conselheiro Lafaiete, Ouro Preto, Conceição do Mato Dentro
Vale do Rio Doce	Aimorés, Mantena, Peçanha
Oeste de Minas	Divinópolis

Fonte: Elaborado a partir dos dados de junho de 2022 (CNPO/MAPA).

Scalco e Pinto (2021) comentam alguns fatores que corroboram com a decisão da conversão e sustentação da certificação orgânica, entre eles, os custos de conversão do agroecossistema convencional em orgânico. Outros fatores como a manutenção, dificuldades no entendimento e cumprimento das normas, canais de divulgação e escoamento também representam barreiras significativas.

Com relação à produção, o principal escopo é a produção primária vegetal e, embora o estado de Minas Gerais seja forte contribuinte da produção nacional cafeeira com 25% da produção total do país (ALVES, 2019), nota-se uma diversidade de produtos registrados na plataforma CNPO/MAPA (Quadro 2).

Quadro 2 – Quatro itens que apareceram com maior frequência na descrição produtiva dos produtores orgânicos por mesorregião do estado de Minas Gerais

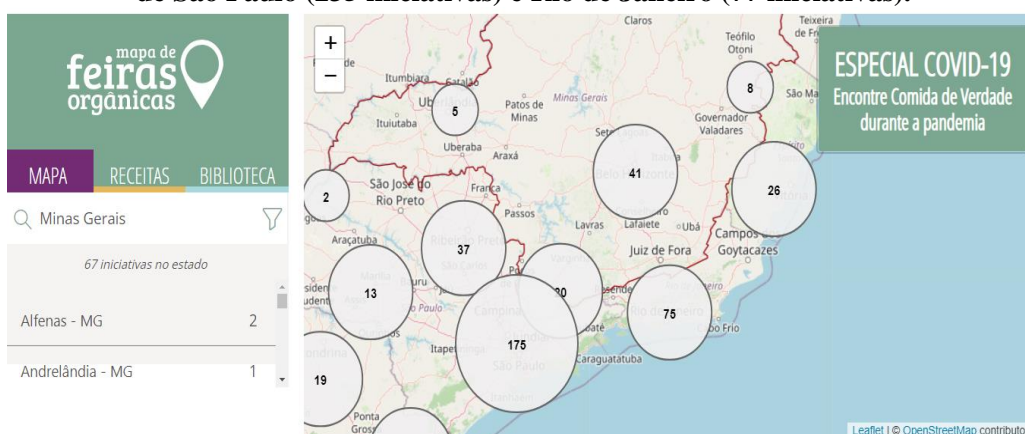
Mesorregião	Itens
Sul e Sudoeste	Café, feijão, abóbora, banana, milho
Zona da Mata	Café, banana, abacate, abóbora, feijão
Norte de Minas	Mel, café, cana-de-açúcar, abóbora, quiabo
Metropolitana de BH	Mel, própolis, cera, abóbora, mandioca
Triângulo Mineiro	Café, banana, alface, tomate, mandioca
Oeste de Minas Gerais	Mel, própolis, café, alface, abacate
Jequitinhonha	Alface, laranja, feijão, banana
Vale do Rio Doce	Mel, cera, própolis, café, alface
Campos das Vertentes	Feijão, banana, jiló, chuchu, tomate
Noroeste de Minas	Milho, feijão, mandioca, abóbora, limão
Central Mineira	Mandioca, banana, cana de açúcar
Vale do Mucuri	Alface, banana, limão, abóbora, mandioca

Fonte: Elaborado a partir dos dados CNPO junho 2022.

A diversificação produtiva é uma forma de promover maior equilíbrio ecológico do ambiente e segurança alimentar e nutricional das famílias dos produtores, pois o aumento e a diversificação da produção de autoconsumo dos agricultores permitem uma melhora significativa na alimentação (LIMA et al., 2019).

Importante notar que as regiões *clusters* da produção orgânica são caracterizadas por pequenas e médias cidades rurais (ALVES, 2019) geograficamente próximas aos mercados de comercialização, conforme revela a Figura 2. A plataforma *online* organizada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC, 2022) possuía, até setembro de 2022, 1044 iniciativas cadastradas em todo Brasil, sendo expressiva a participação da região sudeste, com 405 registros.

Figura 2–Destaque do estado de Minas Gerais, que registra 67 iniciativas no mapa de feiras orgânicas e sua proximidade com os outros centros de comercialização no estado de São Paulo (235 iniciativas) e Rio de Janeiro (77 iniciativas).



Fonte: IDEC, 2022

Schneider (2021) enfatiza a importância das relações de proximidade na restrição ou redução de intermediários e a preferência pelo contato direto entre os ofertantes e os

demandantes de produtos alimentares. Isto não só ressignifica as relações de produção e consumo como também contribui com a construção de mercados reflexivos. No entanto, o estado de Minas Gerais enfrenta entraves similares aos encontrados no estado de São Paulo e observados por Carolino (2021), quais sejam os desafios da parceria público e privado, falta assistência técnica e a popularização do escoamento da produção. Adicionalmente, Borsatto e colaboradores (2019) comentam sobre a insuficiência dos mercados institucionais baseados em compras públicas para territorializar os processos de transição orgânica/agroecológica. Neste sentido, a organização social e os mercados territoriais são de extrema importância para o contexto de segurança alimentar e nutricional, no entanto que carecem de políticas públicas governamentais de apoio (CSM, 2016).

Lima et al. (2019) comentam que a concentração de terras e apredominância de monocultivo, duas características predominantes do espaço agrário brasileiro, limitam a conversão dos agroecossistemas e aumento da diversificação produtiva. Os autores também apontam também a conservação de sementes crioulas, o investimento e a difusão de pesquisas, experiências e inovações tecnológicas baseadas nos princípios da produção orgânica como estratégias necessárias para a transição e manutenção dos sistemas produtivos. A literatura internacional reforça a teoria de que existem menos investimentos em abordagens agroecológicas quando comparados com outras inovações (HLPE, 2019; MIGLIORINI et al., 2020). Os mercados locais, desta forma, surgem como um “comportamento social antissistêmico, pós-capitalista e uma forma de produção antimercadoria” que, juntamente com a autogestão e certificação voluntárias, influenciam na construção de mercados de consumidores reflexivos. (NIGH; CABAÑAS, 2015).

Considerações finais

A produção orgânica está presente em todas as mesorregiões do estado de Minas Gerais, apresenta diversidade de itens e é certificado pelos três mecanismos de avaliação da conformidade previstos por lei. Seguindo a tendência nacional, prevalece a certificação orgânica emitida pelas empresas certificadoras, a posse da terra e manejo do agroecossistema feito por homens entre 55 e 64 anos. A mesorregião sul e sudoeste mineira destaca-se pelo maior número de cadastros de produtores orgânicos e adicionalmente é a mesorregião que possui a OPAC de maior expressividade do estado. Em seguida estão as mesorregiões da Zona da Mata e Norte de Minas.

A concentração dos cadastros na região sul e sudoeste do estado se deve ao fato da ruralidade caracterizada pelas pequenas e médias cidades sul mineiras geograficamente localizada em regiões montanhosas com aptidão agrícola e também pela proximidade geográfica dos grandes centros consumidores, como é o caso dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Ao contrário, as mesorregiões Vale do Mucuri e Central Mineira apresentaram as menores ocorrências, as maiores distâncias dos grandes centros consumidores e com o uso do solo predominante de mineração.

Naquelas regiões com maior produção, nota-se o protagonismo dos atores na articulação de redes, feiras e canais de escoamento como também na criação de políticas públicas voltadas ao tripé socialmente justo, ambientalmente correto e economicamente viável. São mesorregiões que conseguiram romper, em alguma medida, alguns padrões convencionais de produção de alimentos e efetivaram a criação de Polos Agroecológicos. Ainda que sofram pressões e competem em desigualdade com os circuitos longos industrializados, são sistemas de base ecológica que resistem, estão em crescimento e reinventam-se diante das coerções do sistema agroalimentar hegemônico.

O trabalho destaca a importância dos mercados locais e a comercialização em circuitos curtos como estratégias importantes de impulsionar o desenvolvimento sustentável no território. Quando associadas à agroecologia, permite conectar produtores e consumidores de alimentos ecológicos e de forma localizada e capaz de provocar transformações no sistema agroalimentar hegemônico, pois envolve o compromisso e engajamento de todos.

Referências

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecology and the emergence of a post COVID-19 agriculture, *Angiculture and Human Values*, 37:525-526, 2020.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecología, policrisis global y la transformación de los sistemas alimentarios. Medellín: CELIA, 2022. 9 p.

ALVES, F. D. O agronegócio do café e a territorialização no sul de Minas Gerais, p. 306- 323. In: ALVES, F. D.; AZEVEDO, S. C.; COCA, E. L. F.; VALE, A. R. (Org.). A dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. 1ª ed. 2019. 375 p.

BORSATTO, R. S.; ALTIERI, M. A.; DUVAL, H. C.; PEREZ-CASSARINO, J. Desafios dos mercados institucionais para promover a transição agroecológica. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 39(1), 99-113, 2019.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm. Acesso em 21 de set. 2022.

_____. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm. Acesso em 05 out. 2022.

_____. Instrução normativa nº 50, de 5 de novembro de 2009. Disponível em:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-50-de-05-de-novembro-de-2009-selo-federal-do-sisorg.pdf/view>. Acesso em 05 out. 2022.

BRITO, T. P.; ARAGÃO, S. S.; SOUZA-ESQUERDO, V. F.; PEREIRA, M. S. Perfil dos agricultores orgânicos e as formas de avaliação da conformidade orgânica no estado de São Paulo. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 61(3): e260825, 2023.

CAROLINO, K. Agricultura em São Paulo: uma análise sobre os programas públicos instituídos no município. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo. 248 f. 2021.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. *Lua Nova*, São Paulo, 95: 143-177, 2015.

CHAPARRO-AFRICANO, A.; NARANJO, S. E. Participatory system of guarantees - PSG of the Red de Mercados Agroecológicos de Bogotá Región RMABR. A contribution to the sustainability of agroecological producers and markets, *International Journal of Agricultural Sustainability*, p. 456-472, 2020. DOI: 10.1080/14735903.2020.1793614

CSM - CIVIL SOCIETY AND INDIGENOUS PEOPLES' MECHANISM. Connecting small holders to markets: an analytical guide. 2016. 24 p.

DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. (Orgs.). Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021. 304 p. FIBL & IFOAM - Organic International. The world of organic agriculture. *Statistics&emergingtrends*. 2022. 346 p.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 208 p.

GLIESSMAN, S. Transforming food systems with agroecology, *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 40:3, 187-189, 2016.

HLPE - HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS. Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition. Rome, 163 p. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agro 2017: Resultados definitivos. Disponível em:

https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html

Acesso em 06 set. 2022.

_____. Meso e microrregiões do IBGE. Disponível em:

https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_list_amesomicro.pdf. Acesso em 20 ago. 2022.

IDEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Mapa de feiras orgânicas. Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/>. Acesso em 21 set. 2022.

IFOAM & FIBL - ORGANICS INTERNATIONAL & RESEARCH INSTITUTE OF ORGANIC AGRICULTURE. The world of organic agriculture. Statistics&emerging trends 2022. 346 P.

LIMA, S. K.; GALIZA, M.; VALADARES, A.; ALVES, F. Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. 52 p.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Cadastro Nacional de Produção Orgânica. Dados de 01 de junho de 2022. Disponível em: MAPA.

Portaria no. 52, de 15 de março de 2021. Estabelece o regulamento técnico para os sistemas orgânicos de produção e as listas de substâncias e práticas para o uso nos sistemas orgânicos de produção. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivosorganicos/PORTARIA_MAPA_N_52.2_021_ALTERADA_PELA_PORTARIA_MAPA_N_404.pdf. Acesso em 21 set. 2022.

MIGLIORINI, P.; BÀRBERI, P.; BELLON, S.; TOMMASO, G. GKISAKIS, V. D.; PEETERS, A., WEZEL, A. Controversial topics in agroecology: A European perspective, International Journal of Agriculture and Natural Resources, 47 (3): 159-173, 2020.

NIGH, R.; CABAÑAS, A. A. G. Reflexive Consumer Markets as Opportunities for New Peasant Farmers in Mexico and France: Constructing Food Sovereignty Through Alternative Food Networks, Agroecology and Sustainable Food Systems, 39:3, 317-341, 2015.

SCALCO, A. R.; PINTO, L. B. Certificação orgânica: motivações e dificuldades na inserção e manutenção no sistema de produção certificada em regiões com características díspares no Brasil. Revista de Geografia, 38:1, p. 254-274, 2021.



SCHNEIDER, S. Circuitos que apontam caminhos para sistemas alimentares mais sustentáveis e inclusivos, p. 9-16. In: DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. (Org.). Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. Florianópolis: Estúdio sem prelo. 2021. 304 p.

PRODUCCIÓN Y DISTRIBUCIÓN DE ALIMENTOS DE LA ECONOMÍA POPULAR, SOCIAL Y SOLIDARIA EN EL GRAN LA PLATA

409

Héctor Luis Adriani, (IdIHCS UNLP CONICET)

Soledad Rial, (Consejo Social UNLP)

Damián Giammarino, (IdIHCS UNLP CONICET)

Belén Mirallas, (IdIHCS UNLP CONICET)

Juliana Santa María, (Consejo Social UNLP)

Resumen

Esta ponencia presenta el estado de avance del proyecto “Elaboración, disponibilidad, acceso y consumo de alimentos en barrios populares del Gran La Plata” cuyo objetivo general es analizar las dimensiones espaciales, socioeconómicas y las prácticas de la elaboración, disponibilidad, acceso y consumo de alimentos en Sitios de Distribución de Alimentos (SDA) y hogares. Se presentan las conclusiones preliminares de un relevamiento de Unidades Productivas (UP) de alimentos pertenecientes a organizaciones sociales que integran el Consejo Social de la UNLP. El relevamiento incluye otras instancias: observación, entrevista y encuesta en las UP, la mayoría de las cuales es así mismo SDA. Conceptualmente se parte de las perspectivas de Coraggio quien propone un proyecto político y social orientado hacia la constitución de otra economía a partir de la crítica a la economía mixta compuesta por la economía empresarial capitalista dominante, la economía pública y la economía popular; y de la de Haesbaert qui plantea la multisimensionalidad y multiescalaridad del territorio. Los resultados obtenidos a la fecha permiten concluir que las UP se inscriben en las múltiples dimensiones de los territorios: son lugares de producción y comercialización, de distribución solidaria de alimentos, construyen política barrial, y son ámbitos materiales y simbólicos de trabajo y militancia y de referencia para la población de los diferentes barrios. Su emplazamiento y crecimiento redefine las espacialidades barriales y urbanas mediante el establecimiento de múltiples relaciones: productivas, comerciales, políticas, comunitarias. Un importante número de las UP presenta condiciones que les permitirían consolidarse como establecimientos de producción alimenticia. Entre ellas se destacan: los saberes con los que cuentan las y los trabajadores, la inserción en circuitos de comercialización barrial, las sucesivas mejoras con las que las van equipando y los proyectos que los y las trabajadoras/es prevén llevar a cabo para ampliar los espacios productivos, de comercialización y de distribución, entre otros.

Palavras-chave: Economía Popular Social y Solidaria; Problemática alimentaria; Territorio; Gran La Plata.

Abstract

This paper presents the state of progress of the project "Elaboration, availability, access and consumption of food in poor neighborhoods of Gran La Plata" whose general objective is to analyze the spatial, socioeconomic dimensions and the practices of the elaboration, availability, access and consumption of food at Food Distribution Sites (SDA) and homes. The preliminary conclusions of a survey of Food Productive Units (UP) belonging to social organizations that make up the UNLP Social Council are presented. The survey included three instances: observation, interview and survey in the UP, most of which is also SDA. Conceptually, it starts from the perspectives of Coraggio who proposes a political and social project oriented towards the constitution of another economy from the criticism of the mixed economy composed of the

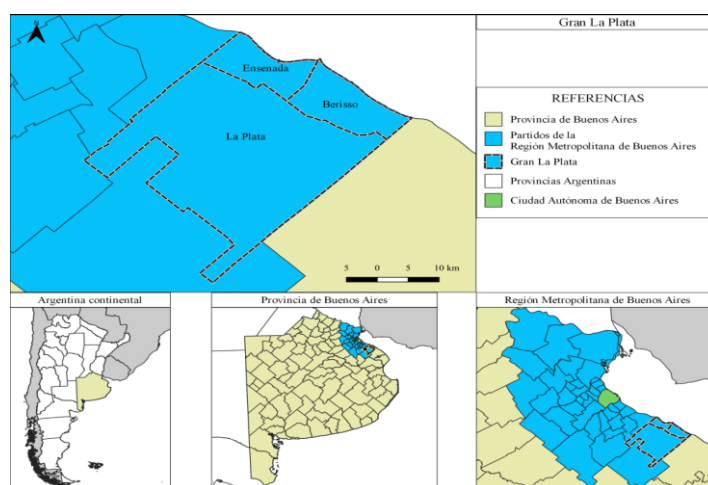
dominant capitalist business economy, the public economy and the popular economy; and that of Haesbaert who raises the multidimensionality and multiscale of the territory. The results obtained to date allow us to conclude that the UPs are part of the multiple dimensions of the territories: they are places of production and commercialization, of solidarity distribution of food, they build neighborhood politics, and they are material and symbolic areas of work and militancy and of reference for the population of the different neighborhoods. Its location and growth redefine neighborhood and urban spatialities through the establishment of multiple relationships: productive, commercial, political, and community. A significant number of PUs present conditions that would allow them to consolidate as food production establishments. Among them, the following stand out: the knowledge that the workers have, the insertion in neighborhood marketing circuits, the successive improvements with which they are equipped and the projects that the workers plan to carry out to expand the spaces for production, marketing and distribution, among others.

Keywords: Social and Solidarity Economy; Food crises; Territory; Great La Plata.

Introducción

La región del Gran La Plata tiene como principales características la diversidad de las economías de los tres municipios que la componen, Berisso, Ensenada y La Plata y la articulación funcional del aglomerado urbano denominado Gran La Plata que nuclea prácticamente la totalidad de su población⁴⁰. Las principales actividades económicas son las terciarias, fundamentalmente en la ciudad de La Plata dado su carácter de capital de la Provincia de Buenos Aires, sede de la Universidad Nacional y de numerosas entidades empresariales y financieras. La región cuenta asimismo con un sector industrial en el que sobresalen las ramas petroleras, petroquímicas y metalmecánicas emplazadas en el sector portuario de Berisso y Ensenada y con uno de los cinturones hortícolas y florícolas más importantes del país localizado en el periurbano del partido de La Plata.

Mapa 1 Gran La Plata



⁴⁰ De acuerdo con la Encuesta Permanente de Hogares (EPH) del INDEC, el aglomerado Gran La Plata contaba en el primer semestre de 2022 con 331.007 hogares y 912.680 habitantes.

Fuente: Elaboración Gabriela Dambra

411

En el último medio siglo la Región fue testigo de cambios significativos. Tomando como ejemplo la distribución de la población ocupada en las principales actividades del aglomerado urbano en 1974, año culminante de la etapa de sustitución de importaciones, los servicios y la administración pública reunían el 42% de los ocupados, la industria abarcaba el 18,8%, el comercio el 12,6% y la construcción el 4,9% (INDEC EPH, Onda octubre 1974). Según la información correspondiente al tercer trimestre de 2020, el 64,2 % de la población ocupada⁴¹ se dedicaba a los servicios (la administración pública por sí sola representaba el 19,5%), el 13,6% al comercio, la construcción reunía el 9,1% y la industria el 11,9% (INDEC EPH, III Trimestre 2020). Estos datos, si bien corresponden a una de las fases más aguda de la pandemia de COVID 19, reflejan un proceso de aguda transformación socioeconómica que en la industria implicó el cierre de establecimientos, la reestructuración de empresas y el estancamiento del sector en su participación respecto al total de ocupados en la Región, mientras crecía el sector terciario a través de la diversificación y expansión de los servicios, principalmente los financieros y empresariales.

Las sucesivas crisis que atravesó la Región, entre las que se destacan la hiperinflación de 1989, la recesión y crisis de 2001, la reciente recesión del 2018, los efectos de la pandemia de COVID 19 impactaron negativamente en el mercado de trabajo regional, que no logra incorporar a numerosos grupos poblacionales en empleos plenos y genera puestos de trabajo precarios. A esto se suma los elevados índices de inflación, particularmente en los alimentos, que provocan una erosión continua de los ingresos. Esta dinámica ha derivado en significativos niveles de pobreza y de indigencia y en la agudización de la crisis alimentaria.

Frente a estos procesos, integrantes de diferentes organizaciones socioterritoriales fueron conformando unidades productivas que dieron lugar al crecimiento de la Economía Popular, Social y Solidaria (EPSyS) en la Región a través de actividades como la producción textil, la construcción y el mantenimiento urbano, la recolección de residuos sólidos urbanos, la producción hortícola y la producción alimenticia.

Varias de estas organizaciones integran el Consejo Social de la UNLP, las que juntamente con el Centro de Investigaciones Geográficas y la Secretaría de Extensión de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, encaran desde 2018 una serie de

⁴¹En dicho trimestre la población ocupada ascendió a 356.849 personas (INDEC EPH, III Trimestre 2020)

relevamientos y estudios sobre la problemática alimentaria y la EPSyS del Gran La Plata. Los relevamientos y análisis que se están realizando actualmente atienden a Unidades Productivas de elaboración de alimentos y a Sitios de Distribución (comedores, merenderos, entre otros).

El propósito de esta ponencia es exponer los presupuestos conceptuales sobre territorio y EPSyS que encuadran el trabajo, la metodología utilizada y un estado de avance de los relevamientos a Unidades Productivas.

La situación socioeconómica del Gran La Plata

Producto de las políticas neoliberales y más recientemente de los efectos de la pandemia de COVID 19, como la mayoría de los aglomerados urbanos del país, el Gran La Plata enfrenta críticas situaciones socioeconómicas. Según los datos de la EPH correspondientes al primer semestre de 2022 la población bajo las líneas de pobreza y de indigencia en los 31 aglomerados asciende al 36,5% de las personas y al 8,8% respectivamente, es decir que unas 10.643.749 personas no tienen capacidad de satisfacer un conjunto de necesidades alimentarias y no alimentarias esenciales (umbral de definición de pobreza) y 2.568.671 personas son indigentes, viven en hogares que no cuentan con ingresos suficientes para cubrir una canasta de alimentos que satisfaga un mínimo de necesidades energéticas y proteicas⁴². La situación del aglomerado Gran La Plata se refleja en el siguiente cuadro.

Cuadro 1. Pobreza e indigencia en el aglomerado Gran La Plata

Gran La Plata. EPH - Primer semestre 2022			
Personas bajo línea de pobreza		Personas bajo línea de Indigencia	
%	Totales	%	Totales
36.6	334.480	12.4	113.587

Fuente: EPH INDEC

Como puede observarse casi el 37% de la población del aglomerado no logra cubrir necesidades alimentarias y no alimentarias esenciales y un 12,4 % es población indigente, valores superiores a los nacionales, particularmente en el caso de indigencia. Un porcentaje importante de la población bajo la línea de la pobreza y de indigencia se ubica en los 199 barrios populares

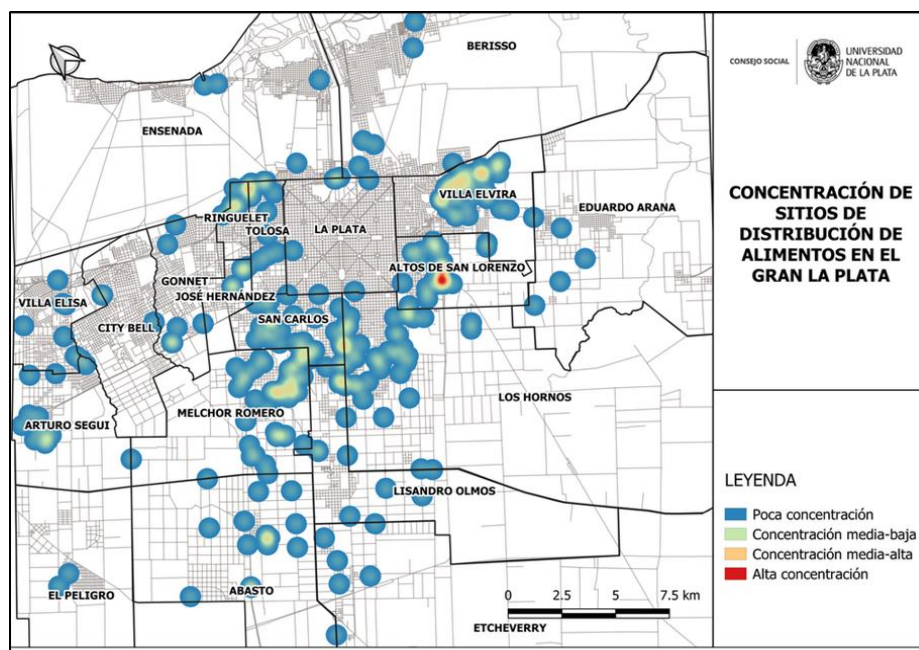
⁴²Definiciones de pobreza e indigencia según el INDEC.

https://www.indec.gov.ar/uploads/informesdeprensa/eph_pobreza_09_2223ECC71AE4.pdf

registrados en la región por el Registro Nacional de Barrios Populares RENABAP, barrios con serios déficits de infraestructuras y servicios urbanos: las últimas estimaciones dan cuenta que los habitan unas 45.069 familias.⁴³

La criticidad de las condiciones socioterritoriales del Gran La Plata no se circunscribe al aglomerado y a los barrios registrados por el RENABAP. Los Comités de Crisis Municipales que se constituyeron en la etapa más aguda de la pandemia de COVID 19 manifestaron los déficits de barrios y localidades de la Región al acceso a red de agua corriente, gas en red, electricidad domiciliaria y alumbrado público, a redes cloacales, pavimento, veredas, alcantarillado, recolección de residuos, transporte público, conectividad, entre otros. En este contexto la problemática alimentaria se ha tornado aguda. Hacia comienzos de la pandemia, el relevamiento de SDA realizado por el Consejo Social de la Universidad Nacional de La Plata arrojó 492 sitios, pertenecientes a instituciones y organizaciones sociales, comunitarias y políticas, localizados principalmente en las periferias urbanas de La Plata (Mapa 2).

Mapa 2. Distribución de SDA



Fuente: elaboración Lic. Santiago Báez

Una actualización reciente, en agosto del 2022, estaría dando cuenta de un crecimiento de este número, llevándolo a 524 SDA. Estos sitios complementan, aunque no en todos los casos, lo aportado por el Servicio Alimentario Escolar que distribuye

⁴³<https://datosabiertos.desarrollosocial.gob.ar/dataset/registro-nacional-de-barrios-populares/resource/9a951270-60dd-4f21-aa19-4ef1205620bd>

alimentos a través de los establecimientos educativos y por la tarjeta AlimentAr, de la que se habían distribuido unas 28.600 hacia julio de 2021.

La puesta en marcha del Plan “Argentina Contra el Hambre” y en particular la implementación de la tarjeta AlimentARambos a comienzos de 2020, movilizaron a numerosos actores públicos, privados y de la EPSyS a través de acciones que derivaron en acuerdos, articulaciones y disputas debido a los recursos que se vuelcan en el mercado de alimentos del aglomerado. El Plan tiene entre sus propósitos favorecer la producción y comercialización de alimentos de la EPSyS, el cooperativismo y la agricultura familiar, y en particular la creación y fortalecimiento de mercados populares y el financiamiento a productores de dicho subsistema económico. Por su parte, El Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación, junto al Ministerio de Desarrollo Social de la Nación y al Consejo Nacional de Coordinación de Políticas Sociales, implementaron en paralelo la convocatoria “Ciencia y Tecnología contra el Hambre” con el objetivo de “...impulsar y fortalecer la integración del conocimiento y de los desarrollos tecnológicos y sociales vinculados a soluciones para el acceso a la alimentación y al agua segura, así como al abordaje de la vulnerabilidad socio-ambiental, a la planificación nacional y local de las acciones comprendidas en el Plan Argentina contra el Hambre”⁴⁴. El proyecto del cual surge esta ponencia se inscribe en dicha convocatoria⁴⁵.

Presupuestos conceptuales

Para el análisis territorial de la problemática objeto de este trabajo nos basamos en una perspectiva integradora, multiescalar y multidimensional del territorio por lo que es ineludible incluir en su definición el entramado de las dimensiones históricas, espaciales, sociales, políticas, culturales y económicas que lo configuran y que, a su vez, son por él transformadas. Para Da Costa, citado por Blanco, “...la proyección de todo grupo social, de sus necesidades, su organización del trabajo, su cultura y sus relaciones de poder sobre un espacio es lo que transforma ese espacio de vivencia y producción en un territorio” (Blanco, 2007, p. 40). Siguiendo a Haesbaert el territorio manifiesta un sentido multiescalar y multidimensional y su comprensión debe hacerse desde una concepción de multiplicidad: las diferentes dimensiones del territorio, espacial,

⁴⁴<https://www.argentina.gob.ar/ciencia/financiamiento/cytcontraelhambre>

⁴⁵La convocatoria fue lanzada en 2020 por el Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación, junto con el Ministerio de Desarrollo Social de la Nación y el Consejo Nacional de Coordinación de Políticas Sociales, se denominó Programa “Ciencia y Tecnología contra el Hambre”, Préstamo CAF - CFA 8919. Este proyecto: C44 - CONVE-2021-75768331, APN \$1.875.000

económica, política y cultural, presentan especificidades y se desarrollan articuladas (Haesbaert, 2004).

El análisis de las dimensiones social y política reconoce al territorio como condición, momento y resultado de procesos y relaciones entre actores sociales. Como señala Pérez los actores “Son parte de la base social, son definidos por ella, pero actúan como individuos o colectivos que, además, están sometidos a otras condiciones (culturales, étnico-culturales, políticas y territoriales)” (Pérez, 1995, p. 3), construyen representaciones, formulan y ejecutan estrategias y pierden o acumulan poder. Siguiendo a este autor, los actores articulan la dimensión política del territorio en la cual ocupa un lugar central el Estado, tanto en su papel representativo de la sociedad, como en la gestión administrativa y en la disputa por posiciones de poder (Pérez, 1995). Estos dos últimos aspectos son particularmente relevantes para este estudio ya que, en su vinculación con las políticas públicas, las organizaciones sociales llevan a cabo diferentes estrategias para cubrir las necesidades alimentarias y laborales de los barrios populares, y sus referentes juegan un rol primordial en la organización política en los mismos y como interlocutores de los territorios con actores de los poderes municipal, provincial y nacional.

Respecto a la dimensión espacial se la entiende inicialmente como la materialidad natural y construida del territorio. Como plantea Massey, el espacio es producto de interrelaciones, es esfera de la posibilidad de existencias de la multiplicidad y siempre está en proceso de formación, nunca acabado, se constituye a través de las interacciones de distintas trayectorias que coexisten en las prácticas sociales las que, por definición, deben realizarse en él (Massey en Albet y Benach, 2012, p. 157). En este estudio las trayectorias de los actores de la EPSyS encuentran en el espacio condiciones limitantes y condiciones de posibilidad para su reproducción, condiciones estas últimas, producto del trabajo de las organizaciones sociales, de sus resistencias y de las luchas. Las características físico-naturales están dadas por las condiciones topográficas, hidrográficas y edáficas de los territorios en los que se asientan los barrios, rasgos que en algunos casos posibilitan el desarrollo de producción como la hortícola y en otros, establecen limitaciones como la anegabilidad. Esta materialidad “natural” está articulada la expansión urbana que se origina en la lógica de la necesidad (Pérez, 1995), la que está condicionada negativamente por la lógica del mercado inmobiliario y su vinculación con políticas de ordenamiento territorial que lo favorecen. La multiplicidad que plantea Massey puede leerse en las configuraciones territoriales (formas y funciones) resultantes

de las prácticas de las organizaciones sociales y de los referentes barriales, configuraciones que combinan multiescalarmente las diferentes dimensiones del territorio que a su vez son condición material y simbólica (cultural, identitaria) para el fortalecimiento de aquellas.

Con relación a la dimensión económica se parte de la perspectiva de Coraggio quien elabora una crítica a la economía dominante y propone un proyecto político y social orientado hacia la constitución de otra economía. “El punto de partida es una economía mixta, combinando tres sectores de organizaciones económicas: la economía empresarial capitalista, la economía pública y la economía popular, cuyos sentidos son, respectivamente, la acumulación de capital sin límites, el bien común y la realización del propio trabajo para la reproducción y desarrollo de la vida inmediata. Los tres sectores generan flujos diversos de intercambio entre ellos” (relaciones de mercado, transferencias, impuestos, subsidios, etc). (Coraggio, 2020, p. 6).

Si bien se presentan diferencias en su historicidad y en la conceptualización teórica y política de la Economía Popular (EP), la Economía Social y la Economía Solidaria y sus articulaciones (Palomino, 2004, Fontanet, et al, 2013, Chena, 2017, Coraggio, 2020, Martínez, 2020), es posible mencionar dos aspectos convergentes. En términos generales, la EPSyS incluye aquellas actividades cuyos integrantes se organizan para resolver de manera autogestiva sus necesidades y trabajan por un proyecto transformador equitativo, justo y sostenible para toda la sociedad: cooperativas, Fábricas Recuperadas, unidades productivas y de servicios surgidas de políticas públicas, recolectores de residuos sólidos urbanos, feriantes, artesanos, agricultores familiares, entre otros (Caracciolo, 2014).

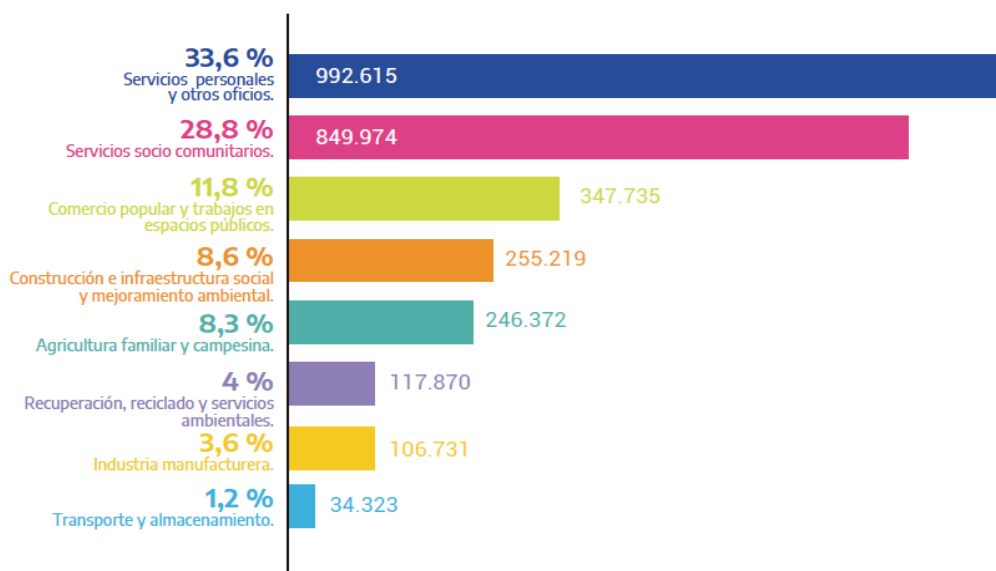
La EPSyS en Argentina

Una aproximación cuantitativa a la EPSyS puede encontrarse en el registro del INAES (Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social), según el cual el país cuenta con 15.871 cooperativas activas, de ellas 12.011 son cooperativas de trabajo, seguidas por 1.179 de servicios públicos y 809 de vivienda y construcción (UNGS Observatorio del Conurbano Bonaerense, 2022).

Por su parte el Centro de Innovación de los Trabajadores CITRA de la Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo UMET, calculó a partir de una metodología basada en la EPH que el universo amplio de la EP ascendió a fines de 2020 a 4.278.751

personas. Por su parte, el Registro Nacional de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular, RENATEP, informaba en abril de 2022, de unas 3.225.268 personas inscriptas, de las cuales el 40,4% se organiza de manera colectiva en organizaciones comunitarias y sociales (22,9%), cooperativas (7,8%), pequeños emprendimientos familiares y no familiares (6,8%), proyectos productivos o de servicios inscriptos (1,7%) y unidades productivas de la agricultura familiar (1,2%). Como puede observarse en el gráfico 1, las principales ramas de actividad según el RENATEP corresponden a los servicios personales y comunitarios (62,4%), seguidos por el comercio, la construcción y mejoramiento urbano y la agricultura familiar y campesina.

Gráfico 1. Inscripciones al RENATEP según rama de actividad



Fuente: extraído de RENATEP Ministerio de Desarrollo Social. Secretaria de Economía Social

En la rama de Servicios sociocomunitarios se destaca la ocupación de *Trabajadores/as en comedores y merenderos comunitarios*, con casi un 65% de las inscripciones (526.771 trabajadores/as). A su vez, el 62% (526.801 inscripciones en la rama) corresponde a unidades productivas pertenecientes a organizaciones sociales y comunitarias. Ambos datos evidencian la importancia que las organizaciones sociales otorgan a la necesidad de enfrentar la crisis alimentaria. Por su parte, es también significativa la inscripción en la *Producción de alimentos*, correspondiente a la rama de la Industria manufacturera: con el 43,5 % de las inscripciones (45.212 trabajadores/as) es la primera de las actividades de la rama. En este último caso la mayoría corresponde a inscripciones individuales (61.442 inscripto/as), seguido por organizaciones sociales o comunitarias (16.419), pequeños emprendimientos (15.368) y cooperativas (10.171).

Los lugares en los que desarrollan las distintas actividades de la EPSyS a través de los diferentes oficios son múltiples: públicos, privados, cooperativos, fijos, móviles, urbanos, periurbanos, rurales. Esto evidencia diferentes apropiaciones espaciales y la complejidad en la ocupación y uso del territorio. El gráfico 2 extraído del informe del RENATEP es un indicio de esta diversidad.

Gráfico 2 Lugares de trabajo de la EP

Lugar principal de trabajo	Inscripciones
En el domicilio/local de la clientela	1204.866
En la calle/espacios públicos/ferias/ de casa en casa/puesto móvil callejero	383.014
En la vivienda del/a socio/a	32.774
En obras en construcción, de infraestructura, minería o similares	79.483
En otro lugar	367.102
En puesto o kiosco fijo callejero	52.401
En el domicilio particular	727.732
En un hogar particular	482.639
En un local/oficina/establecimiento negocio/taller/chacra/finca	208.168
En vehículo para transporte de personas y mercaderías público o privado	14.344
En vehículos (no incluye servicio de transporte de personas ni mercaderías)	6.811
Sin datos	665.934
Total	3.225.268

Fuente: extraído de RENATEP Ministerio de Desarrollo Social. Secretaria de Economía Social

Cómo puede observarse se destacan los hogares y los domicilios particulares, propios o de clientes. En nuestro estudio esto es de particular importancia: la gran mayoría de las Unidades Productivas y de los SDA se localizan en viviendas y hogares particulares.

A nivel nacional, la provincia de Buenos Aires tiene la mayor cantidad de trabajadores/as de la EP, con el 36%, de las inscripciones al RENATEP, seguida por Tucumán, Salta, Santiago del Estero y Chaco, cada una de ellas con valores en torno al 6%. Un dato para destacar es que estas cuatro provincias se encuentran entre aquellas en las que el número de inscriptos al Registro es superior al que se desprende del SIPA, registro que contabiliza el total de asalariados del sector privado.

La información cuantitativa que permite dar cuenta de la magnitud de la EPSyS en el Gran La Plata es limitada. Una aproximación que realiza el Observatorio del

Conurbano Bonaerense en base al INAES recoge que en la Región se localizan unas 501 cooperativas (365 en La Plata, 86 en Berisso y 50 en Ensenada) de las cuales 460 son de trabajo, seguidas por 10 de construcción y 9 de provisión de servicios (UNGS Observatorio del Conurbano Bonaerense, 2022). Respecto a la Agricultura Familiar varios estudios identifican en más de 3.500 los productores (Fernández, 2018 y Defensoría del Pueblo Provincia de Buenos Aires, 2018).

Otra aproximación la ofrece el RENABAP, si bien presenta dificultades en cuanto a la clasificación de la información socioeconómica, aporta otro acercamiento a la EPSyS de la región. Los datos dan cuenta que, en estos contextos barriales en los que predomina la población desocupada y con empleos precarios, del total de los 31.475 trabajadores que componen la población económicamente activa, unos 19.201 trabajadores se distribuyen en las actividades representadas en el siguiente cuadro.

Cuadro 2 Distribución de la población ocupada en los barrios populares del Gran La Plata según actividad.

Actividad	Trabajadores
Construcción y afines	7112
Otras actividades	4291
Programas sociales	1892
Comercio barrial	1714
Venta de productos y servicios vía publica	1259
Elaboración de comidas	894
Transportista	457
Actividades comunitarias	414
Cartonero y afines	362
Indumentaria textil y afines	360
Producción agropecuaria y pesca	261
Trabajos domésticos y cuidado	185
Total	19201

Fuente: Elaboración propia en base a RENABAP Datos Barrios Populares 13/07/2022

Sin considerar el conjunto de “otras actividades” se destaca la participación de los trabajadores de la “construcción y afines”, seguidos por los trabajadores de “programas sociales”, “comercio barrial” y “venta de productos y servicios en la vía pública”.

En 19 de estos barrios populares se realizó el trabajo de campo consistente en observación, entrevista y encuesta a responsables de Unidades Productivas dedicadas a la elaboración de alimentos, principalmente panificados, la mayoría de las cuales son asimismo SDA, por lo que las principales actividades que se llevan a cabo son: “elaboración de comidas”, “programas sociales” y “actividades comunitarias”. Estos barrios presentan particularidades en cuando sus configuraciones territoriales: diferentes densidades, diferenciaciones dadas por su localización en áreas urbanas y periurbanas, accesibilidad a equipamientos comunitarios y servicios. El total de población de los mismos asciende a 7.542 familias.

El relevamiento de Unidades Productivas

En los años 2018 y 2019, ante la crítica situación socioeconómica de los barrios populares del Gran La Plata, en particular en los déficits en el acceso a alimentos, las organizaciones sociales que integran el Consejo Social de la UNLP requirieron la elaboración de diagnósticos a los fines de disponer de información sistematizada que permitiera respaldar sus demandas de ayuda alimentaria ante los organismos públicos provinciales y la Municipalidad de La Plata. El Consejo Social en vinculación con las propias Organizaciones Sociales, la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación y el Centros de Investigaciones Geográficas (CIG) y otros ámbitos del IdIHCS, con el apoyo de otras Facultades de la UNLP, llevaron a cabo relevamientos de SDA y de hogares en barrios populares de Gran La Plata⁴⁶. Estos relevamientos mostraron que una importante proporción de la población de los barrios se enfrentaba a déficit alimentario y que numerosas organizaciones sociales se habían ocupado de la demanda creciente de alimentación, debiendo dar respuestas a la misma mediante diferentes estrategias de obtención y de elaboración de alimentos en el marco de una provisión insuficiente de recursos por parte de los organismos públicos competentes. En el transcurso del año 2020 la situación generada por la pandemia del COVID 19 agravó la crisis socioeconómica del período 2015-2019, y complejizó los procesos de elaboración, disponibilidad, acceso y consumo de alimentos en los SDA. Los informes de los Comités de Crisis Populares y Municipales de La Plata informaron que los alimentos recibidos y utilizados eran insuficientes tanto en cantidad como en su diversidad y en varios casos en calidad. En

⁴⁶https://unlp.edu.ar/consejo_social/se-presento-el-informe-sobre-los-sitios-de-distribucion-de-alimentos-en-el-gran-la-plata-11941

este contexto se multiplicaron las ollas populares y se organizaron diferentes estrategias barriales y comunitarias para sostener la alimentación a la población, destacándose la importancia de los SDA al proveer viandas dirigidas al conjunto de los integrantes de los hogares. Si a esto se suma que en la mayoría de los SDA se venían realizando otro tipo de actividades como apoyo escolar, talleres de juegos, actividades de enseñanza, talleres de capacitación sobre manipulación de alimentos, talleres de huertas, etc., se puede observar que los mismos cumplen una importante función social en los barrios, conformando espacios de encuentro y sociabilidad entre vecinos/as.

Ante esta situación desde el equipo que elaboró los informes del 2018 y el 2019 se planteó el proyecto “Elaboración, disponibilidad, acceso y consumo de alimentos en barrios populares del Gran La Plata”, con los objetivos de actualizar los relevamientos 2018 y 2019, relevar Unidades Productivas de la EPSyS que elaboran alimentos, como así también los canales de comercialización de productos de la agricultura familiar del cinturón hortícola de La Plata con el propósito de promover su vinculación a los SDA. En su implementación el proyecto se articuló con estudios específicos del Consejo Social destinados a fortalecer Unidades Productivas de la EPSyS, en particular aquellas dedicadas a la elaboración de alimentos con el fin de que puedan ser habilitadas como pequeñas unidades de producción de alimentos artesanales PUPAAs. De acuerdo con la reglamentación provincial las PUPAAs son pequeñas Unidades Productivas dedicadas a la elaboración de alimentos artesanales, de bajo riesgo sanitario y en pequeña escala de producción, en cocinas domiciliarias individuales o colectivas. Para su habilitación se requiere el cumplimiento por parte de las mismas de requerimientos técnicos, organizativos y de capacitación. Asimismo, se encuentra incluida la condición de la ocupación legal del mismo por parte de los productores, la que puede ser acreditada a partir de escritura, contrato de locación o comodato. La habilitación posibilita asimismo la inclusión de las unidades en líneas de crédito, subsidios y asistencia técnica por parte de la Provincia de Buenos Aires.

A partir de encuentros con las organizaciones sociales que integran el Consejo Social se definió un universo de 19 Unidades Productivas pertenecientes a 7 organizaciones sociales a ser encuestadas. Se definió paralelamente un equipo de trabajo interdisciplinario compuesto por profesionales de la geografía, sociología y arquitectura, a fin de contemplar las diversas variables planteadas por la normativa de habilitación de las PUPAAs. La encuesta se llevó a cabo mediante una metodología que combinó cuatro

momentos: recorrida por cada sitio y registro fotográfico/video de las instalaciones y el funcionamiento (principalmente en los momentos de elaboración de alimentos), entrevista guionada, aplicación de un formulario estandarizado y registro de notas observacionales. Además de la información general de cada local, se consultó sobre las condiciones edilicias, la infraestructura y la accesibilidad a los servicios urbanos, sobre el equipamiento disponible y necesario, sobre la provisión de insumos, sobre los puestos de trabajo y el proceso de elaboración de alimentos, sobre la comercialización, sobre la formalización de la unidad productiva y su vinculación con la organización, con otras instituciones y organismos públicos y sobre el financiamiento.

Según los resultados preliminares de la encuesta, más de la mitad de las Unidades Productivas comenzó su actividad durante el año 2020, hecho que puede deberse a una interrelación de factores: la continuidad de la crisis socioeconómica, la necesidad de obtener ingresos durante la pandemia ante las consecuencias del ASPO y la implementación del Programa Potenciar Trabajo. Un 60% de las Unidades Productivas encuestadas cuenta con más de 5 ocupados, lo que permitiría considerarlas como pequeños establecimientos. Prácticamente en su totalidad elaboran productos panificados (panes diversos, pizzas y pizzetas, facturas, churros, etc.). Sus principales insumos son las harinas, levaduras, aceites, grasa y dulces, además de los necesarios para el envasado para la venta (bolsas, bandejas, papel film). En este aspecto el principal problema que mencionan es el costo elevado de los insumos, en particular el de la harina y la margarina, costos que se acentuaron desde el mes de marzo del corriente año. En todos los casos requieren incrementar el equipamiento de elaboración, cocción y refrigeración a los fines de cubrir la demanda, que en su mayoría corresponde a la población de los barrios populares, aunque varias de las unidades lograron ingresar en el mercado urbano, en casi todos los casos exclusivamente a través de la venta directa. La producción destinada a los SDA es importantísima, es la que le sigue a la venta directa. Cabe destacar la interrelación que existe entre los ingresos de las Unidades Productivas y el aporte de estas para sostener y contribuir a los comedores y merenderos, los que por lo general funcionan en el mismo predio: en numerosos casos la totalidad de los ingresos resultantes de las ventas se destinan a los mismos.

Al estar radicadas en barrios populares las Unidades Productivas enfrentan déficits de acceso a redes: dado que no se cuenta con red de gas la mayoría emplea gas en garrafa

y/o energía eléctrica para cocinar, también se presentan situaciones deficitarias en los accesos a redes eléctricas y de cloacas.

Consideraciones finales

En el Gran La Plata la crítica situación alimentaria que abarca a importantes grupos poblacionales es atendida mediante diferentes estrategias públicas y socio comunitarias. En las conclusiones de los relevamientos realizados en 2018 y 2019, se planteó que una solución estructural a la problemática dependerá de políticas que redunden en la creación de puestos de trabajo plenos y en actividades asentadas en las potencialidades productivas de la región. En tanto esto no se produzca se considera necesario avanzar en acciones interinstitucionales que, en vinculación con las organizaciones sociales, posibiliten fortalecer los SDA y las Unidades Productivas alimenticias de la EPSyS tanto en los ingresos de quienes trabajan en ellas como en sus instalaciones, equipamientos y en la provisión de insumos y alimentos.

La caracterización de estas últimas surgida del relevamiento realizado permite concluir que se inscriben en las múltiples dimensiones de los territorios: son lugares de producción y comercialización, de distribución solidaria de alimentos a través de los SDA, construyen política barrial a través de las acciones de las y los referentes en vinculación con las organizaciones sociales, son ámbitos materiales y simbólicos de trabajo y militancia y de referencia para la población de los diferentes barrios. Su emplazamiento y crecimiento redefine las espacialidades barriales y urbanas mediante el establecimiento de múltiples relaciones: productivas, comerciales, políticas, comunitarias, entre las principales, con actores que se desenvuelven en la intersección de escalas barriales, municipales, provinciales y nacionales. En este sentido contribuyen a la expansión y fortalecimiento de redes sociocomunitarias y políticas, las que complejizan y dinamizan los territorios, estableciendoasimismo condiciones para el desarrollo de tramas de valor de la EPSyS.

Específicamente en relación a las condiciones económicas, las Unidades Productivas encuestadas pueden ser entendidas en la perspectiva de la economía mixta: pertenecen a la EPSyS en tanto autogestionadas e incluidas en proyectos políticos con prácticas solidarias como es el contar con SDA, se vinculan con el sector privado en la provisión de todo tipo de insumos y utilizan medios de plataformas globales de intercambio de información, asimismo articulan aportes provenientes de organismos

estatales tanto de bienes como de ingresos transferidos a sus integrantes. Si bien las limitaciones identificadas en las Unidades Productivas constituyen un problema a revertir para que sean habilitadas como PUPAAs, un importante número de ellas presenta condiciones a partir de las cuales, con el financiamiento adecuado, pueden consolidarse como establecimientos de producción alimenticia de mayor escala. Entre los aspectos que permiten esta consideración se destacan: los saberes con los que cuentan las y los trabajadores, la inserción en circuitos de comercialización barrial, las sucesivas mejoras con las que van equipando los locales y los proyectos que los y las trabajadoras/es prevén llevar a cabo para ampliar los espacios productivos, de comercialización y de distribución, entre otros.

De todos modos, las condiciones estructurales que enfrenta la EPSyS, conocidas cabalmente por los y las referentes de las Unidades Productivas, plantean límites ante los cuales el cuestionamiento político y la disputa son permanentes. Como plantea Martínez, la producción popular, “...enfrenta el bloqueo al acceso a la comercialización digna; a la tierra cuando la necesita, sea factor de producción o lugar para vivir; a la financiación en condiciones ventajosas y a recibir transferencia de tecnología. A esa situación la calificamos como ausencia de una democracia económica. La consecuencia habitual de tales escenarios es que se trabaja sin conseguir condiciones dignas de vida” (Martínez, 2016, p. 61).

Referencias bibliográficas

ALBET, A. Y BENACH, N. (2012) Doreen Massey. Un sentido global del lugar. Barcelona: Icaria.

BLANCO, JORGE (2007) Espacio y territorio: elementos teórico-conceptuales implicados en el análisis geográfico en Geografía. Nuevos temas, nuevas preguntas. Ed Biblos. Buenos Aires.

CARACCIOLO, M. (2014) Construcción de tramas de valor y mercados solidarios. En GARCÍA, A. (comp.). Espacio y poder en las Políticas de Desarrollo del siglo XXI. Buenos Aires: CEUR-CONICET. Cap. 10, p. 360-440

CHENA, P (2017) La economía popular y sus relaciones determinantes, Cuadernos de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales - Universidad Nacional de Jujuy, núm. 53, pp. 205-228

CORAGGIO, J. L. (2014) La economía social y solidaria y el papel de la economía popular en la estructura económica. En IEPS INSTITUTO NACIONAL DE ECONOMÍA

POPULAR Y SOLIDARIA (Comp.). La economía Popular y Solidaria. El Ser Humano Sobre el Capital 2007 – 2013. Quito: IEPS, P. 21-46.

CORAGGIO J. L. (2020) Economía social y economía popular: Conceptos básicos Contribuciones de Consejeros Serie de Documentos Nro. 1. Buenos Aires: INAES

DEFENSORÍA DEL PUEBLO PROVINCIA DE BUENOS AIRES (2018) Documento diagnóstico. Arrendamientos rurales en el Partido de La Plata. La Plata, Defensoría del Pueblo, Disponible en: <https://www.defensorba.org.ar/pdfs/informes-tecnicos-upload-2019/documento-diagnostico-arrendamientos-rurales-agosto-2018.pdf>

FERNÁNDEZ, L. (2018) La Exclusión Social de los Agricultores Familiares de La Plata. Un análisis del período 2005-2018. Revista Pilquen - Sección Ciencias Sociales. Neuquén, vol. 21, núm. 2, p. 108-128.

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. I., NATALUCCI A., DI GIOVAMBATTISTA A. P., FERNÁNDEZ MOUJÁN L., MATE E. Y SORROCHE S. (2021) La economía popular en números. Bases metodológicas para una propuesta de medición. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CITRA.

FONTANET, F., GARCIA, A., TOSCANI, M., VIDOSA, R. (2013) Autogestión y políticas públicas en Argentina: avances y desafíos de agenda en la post-convertibilidad; Instituto de la Cooperación- Fundación de Educación, Investigación y Asistencia Técnica; Revista IDELCOOP; 211; 12-2013; p. 58-73

HAESBAERT, R. (2004). O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” á multiterritorialidade. Bertrand Brasil, Río de Janeiro.

INAES INSTITUTO NACIONAL DE ASOCIATIVISMO Y ECONOMÍA SOCIAL (2022) Padrón de entidades <https://vpo3.inaes.gob.ar/Entidades/BuscarEntidades> Acceso en: 20 de mayo 2022.

INDEC INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICAS Y CENSOS (2022) EPH Encuesta Permanente de Hogares. https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/eph_pobreza_09_2223EC71AE4.pdf

INDEC INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICAS Y CENSOS (2022) EPH Encuesta Permanente de Hogares III Trimestre 2020 https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/eph_pobreza_09_2223ECC71AE4.pdf

MARTÍNEZ, E. (2016) Vamos a andar. La producción popular es camino. Buenos Aires: Ediciones Construcción Colectiva.

MARTÍNEZ, E. (2020) Economía popular, producción popular y desafíos tecnocientíficos Ciencia, Tecnología y Política, Año 3, N°5.



MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL DE LA NACIÓN (2022) Diagnóstico y perspectivas de la economía popular Reporte Abril 2022 Buenos Aires, Disponible en: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/renatep_diagnostico_y_perspectivas_de_la_economia_popular_reporte_agosto_2021.pdf. Acceso en: 13 May. 2022.

UNGS UNIVERSIDAD NACIONAL DE GENERAL SARMIENTO (2022), OBSERVATORIO DEL CONURBANO BONAERENSE Región Metropolitana de Buenos Aires http://observatorioconurbano.ungs.edu.ar/?page_id=2708

PALOMINO, H. (2004). La Argentina hoy – Los movimientos sociales. Revista Herramienta. Buenos Aires, N° 27.

PÍREZ, P. (1995) Actores sociales y gestión de la ciudad, Ciudades No 28, RNIU, México.

RENABAP (2022) Registro Nacional de Barrios Populares <https://www.argentina.gob.ar/desarrollosocial/renabap/informesyestadisticas> Acceso en: 21 mayo 2022.

RENATEP (2022) Registro Nacional de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular <https://www.argentina.gob.ar/desarrollosocial/renatep> Acceso en: 26 mayo 2022.

AGRICULTURA FAMILIAR E O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR: UMA PERSPECTIVA SUSTENTÁVEL

427

Tânia Corrêa Miller, Universidade Federal de São Carlos
tania_cmilller@hotmail.com

Ariadne Chloe Mary Furnival, Universidade Federal de São Carlos
chloe@ufscar.br

Resumo

A Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira pode ser assegurada por meio de políticas públicas que destinam recursos para a produção de alimentos que tenham origem em sistemas alimentares sustentáveis. Entre estes, tem-se a agricultura familiar, que tem foco na economia de qualidade para os cidadãos a partir de iniciativas locais como integração de comunidades inseridas no contexto da Economia Solidária (ES). A pandemia do COVID-19 expôs vulnerabilidades no sistema alimentar e enfatizou a necessidade de um redirecionamento às metas e objetivos globais da Agenda 2030. Este texto tem como objetivo apresentar parte de pesquisa de doutorado em andamento, na qual se considera os sistemas alimentares sustentáveis como potenciais abastecedores do Programa de Alimentação dos Trabalhadores (PAT). Trata-se de um estudo teórico, de caráter exploratório e composto pelo método de pesquisa bibliográfica e documental, por meio de buscas por informações e conhecimentos que permeiam a temática, nas bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES/MEC e Scientific Electronic Library Online (SciELO-Br). O PAT foi criado em 1976 e atualmente beneficia cerca de 20 milhões de funcionários no Brasil. Estudos vêm demonstrando inadequação nas refeições oferecidas pelas empresas e organizações/instituições cadastradas no PAT e não há evidências de participação da agricultura familiar neste programa. O arcabouço legislativo que o Governo Federal proporciona para a agricultura familiar contempla o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para o qual no mínimo 30% da compra de alimentos pelo município devem ter origem na agricultura familiar. Estas políticas contribuem para garantir a sobrevivência no campo, mas na prática apresentam grandes limitações, dentre eles: reforma agrária, elevada burocratização, descumprimento do mínimo de compra, atraso nos pagamentos, logística etc. Esses são desafios que os agricultores familiares, entidades e movimentos sociais precisam enfrentar em ação coletiva para mantê-los ativos. Por outro lado, significativos resultados vêm sendo obtidos na implementação de tais políticas, tais como o fortalecimento da agricultura familiar, com aumento da renda, da produção e da qualidade da alimentação das famílias agricultoras envolvidas, a dinamização da economia local e regional e a melhora da qualidade da alimentação das populações que acessam esses alimentos pela via institucional. Diante dos resultados positivos observados na implementação do PAA e PNAE, as autoras consideram a importância das mesmas modalidades de compra da agricultura familiar ser incorporadas no PAT.

Palavras-chave: Alimentação Coletiva; Economia Solidária; Políticas Públicas; Sistemas Alimentares Sustentáveis.

Abstract

The Food and Nutrition Security of the Brazilian population can be ensured through public policies that allocate resources for the production of foods that originate from sustainable food systems. Among these, there is family farming, which focuses on quality economy for citizens based on local initiatives such as the integration of communities inserted in the context of the Solidarity Economy (SE). The COVID-19 pandemic exposed vulnerabilities in the food system and emphasized the need to redirect the global goals and objectives of the 2030 Agenda. This text aims to present part of ongoing doctoral research, in which sustainable food systems are

considered as potential suppliers of the Workers' Food Program (PAT). This is a theoretical study, exploratory in nature and composed of a bibliographical and documental research method, through searches for information and knowledge that permeate the theme, in the databases of the Portal de Periódicos of CAPES/MEC and Scientific Electronic Library Online (SciELO-Br). PAT was created in 1976 and currently benefits around 20 million employees in Brazil. Studies have shown inadequacy in the meals offered by companies and organizations/institutions registered in the PAT and there is no evidence of participation of family farming in this program. The legislative framework that the Federal Government provides for family farming includes the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE), for which at least 30% of food purchases by the municipality must come from the family farming. These policies help to ensure survival in the countryside, but in practice they have major limitations, including: agrarian reform, high bureaucratization, non-compliance with the minimum purchase, delay in payments, logistics, etc. These are challenges that family farmers, entities and social movements need to face in collective action to keep them active. On the other hand, significant results have been obtained in the implementation of such policies, such as the strengthening of family farming, with an increase in income, production and quality of food for the farming families involved, the dynamization of the local and regional economy and the improvement of the quality of the food of the populations that access these foods through institutional means. In view of the positive results observed in the implementation of the PAA and PNAE, the authors consider the importance of incorporating the same purchase modalities from family farming into the PAT.

Keywords: Collective Feeding; Solidarity Economy; Public Policy; Sustainable Food Systems.

Introdução

A Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira pode ser assegurada por meio de políticas públicas que destinam recursos para a produção de alimentos que tenham origem em sistemas alimentares sustentáveis. Entre estes, tem-se a agricultura familiar, que tem foco na economia de qualidade para os cidadãos a partir de iniciativas locais como integração de comunidades inseridas no contexto da Economia Solidária (ES). A ES consiste em empreendimentos solidários de atividades econômicas baseadas na propriedade coletiva e na autogestão (ALVES, 2022). Os objetivos da ES estão alinhados com a participação institucional de órgãos públicos e privados na busca de enfrentar questões como o incentivo das famílias para proporcionar o interesse coletivo (DINIZ, 2020). A ES vem ganhando força no ambiente internacional e são cada vez mais numerosas no Brasil as iniciativas surgidas da mobilização de atores agrupados no meio rural, como é o caso da agricultura familiar (ALVES, 2022).

A pandemia do COVID-19 expôs vulnerabilidades no sistema alimentar e enfatizou a necessidade de um redirecionamento às metas e objetivos da Agenda 2030 pactuados em nível global. Esta agenda está organizada em 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e 169 metas associadas, com forte relação entre si que devem ser analisadas de forma integrada e indissociável. Um dos destaques da Agenda é o ODS 2, dedicado ao tema “Fome Zero e Agricultura Sustentável”. O tema

da alimentação possui especial transversalidade no conjunto dos ODS, sendo considerado fundamental para a saúde das pessoas e do planeta (BURIGO; PORTO, 2021; SELL, RAMOS, HERRMANN, 2021).

Este texto tem como objetivo apresentar parte de pesquisa de doutorado em andamento, na qual considera-se os sistemas alimentares sustentáveis como potenciais abastecedores do Programa de Alimentação dos Trabalhadores (PAT).

Percurso Metodológico

Trata-se de um estudo teórico, de caráter exploratório e composto pelo método de pesquisa bibliográfica e documental, por meio de buscas por informações e conhecimentos que permeiam a temática, nas bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES/MEC e Scientific Electronic Library Online (SciELO-Br). O acesso ao Portal da CAPES foi realizado em agosto de 2022, usando o recurso de busca “Buscar Assunto”, com utilização das palavras-chave “programa de alimentação do trabalhador”/ “workers’ food program” e “agricultura familiar”/ “Family farming”, no qual foram selecionados os artigos considerados de relevância publicados nos dez últimos anos.

Resultados e Discussão

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) foi criado pela Lei nº. 6.321/76 (BRASIL, 1976) e atualmente beneficia cerca de 20 milhões de funcionários no Brasil. A adesão ao PAT é voluntária, mas para usufruir dos benefícios, as empresas e organizações/instituições que aderem devem elaborar suas refeições seguindo os parâmetros nutricionais exigidos pela Portaria Interministerial nº 66/2006 (BRASIL, 2006) e Portaria nº 193/2006 (BRASIL, 2006a) as quais estabelecem critérios em relação à distribuição de macronutrientes, fibra e sódio nas refeições; e quantitativo de frutas, legumes ou verduras. Estudos vêm demonstrando inadequação nas refeições oferecidas pelas empresas e organizações/instituições cadastradas no PAT. As pesquisas apontam uma possível exposição de trabalhadores à alimentação não saudável em ambiente de trabalho e reforçam a necessidade de melhora da qualidade das refeições oferecidas, a fim de que esse programa seja de promoção da alimentação saudável (CARNEIRO; SOUZA; MOURA, 2013; MESQUITA et al., 2013; PEREIRA et al., 2014; DUARTE et al., 2015; SALVETTI; POSSA, 2017; COSTA et al., 2022).

Carneiro et al. (2013) descreveram que a fiscalização do PAT deve ser mais atuante nas Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN), orientando e inspecionando as refeições oferecidas, para que sejam adequadas em quantidade e qualidade. Além disso, autores alertam quanto à importância da atualização das recomendações nutricionais, tornando-se necessária uma revisão do PAT com vistas ao atendimento do que é estabelecido pelo *Guia Alimentar para a População Brasileira* (GUILHERME et al., 2020), que representa a atual diretriz nacional para prevenção de doenças crônicas não degenerativas e promoção da saúde (PEREIRA et al., 2014; DUARTE et al., 2015). A utilização das diretrizes do *Guia Alimentar para a População Brasileira* para a elaboração de cardápios das refeições dos trabalhadores pode ser uma alternativa sustentável:

Um dos princípios do Guia Alimentar para a População Brasileira é que a alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar social e ambientalmente sustentável. As recomendações sobre alimentação devem levar em conta o impacto das formas de produção e distribuição dos alimentos sobre a justiça social e a integridade do ambiente. Estão perdendo força sistemas alimentares centrados na agricultura familiar, em técnicas tradicionais e eficazes de cultivo e manejo do solo, no uso intenso de mão de obra, no cultivo consorciado de vários alimentos combinado à criação de animais, no processamento mínimo dos alimentos realizado pelos próprios agricultores ou por indústrias locais e em uma rede de distribuição de grande capilaridade integrada por mercados, feiras e pequenos comerciantes (BRASIL, 2014).

Não há evidências de participação da agricultura familiar no PAT. O arcabouço legislativo que o Governo Federal proporciona para a agricultura familiar contempla o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pelo qual os alimentos são distribuídos para a população vulnerável em condição alimentar insegura e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tendo como fornecedores de produtos alimentícios os agricultores locais e regionais, para o qual no mínimo 30% da compra de alimentos pelo município deve ter origem na agricultura familiar. Estas políticas contribuem para garantir a sobrevivência no campo, mas na prática apresentam grandes limitações, dentre elas: reforma agrária, dificuldade de obtenção de crédito para financiamento da produção e/ou investimento em infraestrutura e equipamentos visando à melhoria da qualidade da produção, escoamento da produção, dificuldade de acesso ao mercado, fatores climáticos, sazonalidade, elevada burocratização, descumprimento do mínimo de compra, atraso nos pagamentos etc. Estas limitações são desafios que os agricultores familiares, entidades e movimentos sociais precisam enfrentar em ação coletiva para mantê-los ativos

(AMARAL, BEZERRA; 2014, MIRANDA, GOMES, 2016; PAULA, GÓMEZ, TRACZ; 2017).

Por outro lado, significativos resultados vêm sendo obtidos na implementação da agricultura familiar no PAA e PNAE, tais como o fortalecimento da agricultura familiar, com aumento da renda, da produção e da qualidade da alimentação das famílias agricultoras envolvidas, a dinamização da economia local e regional e a melhora da qualidade da alimentação das populações que acessam esses alimentos pela via institucional (MIRANDA, GOMES, 2016.).

No Brasil, ainda são escassos os trabalhos que visam implementar a perspectiva ambiental e sustentável na área de alimentação coletiva, como é o caso do PAT, que atende um grande número de trabalhadores e utiliza uma grande quantidade de insumos. A possibilidade da implementação da agricultura familiar nas diretrizes do PAT, como também melhorias no funcionamento do PAA e PNAE, por meio do apoio e incentivo do governo aos agricultores familiares, camponeses e pequenos produtores de alimentos, amplia os sistemas alimentares baseados na cultura, identidade, tradição e equidade social e de gênero das comunidades locais, garantindo a proximidade e a confiança entre produtores e consumidores, através da promoção de redes de distribuição justas e curtas que proporcionem dietas saudáveis, diversificadas e adequadas do ponto de vista nutricional, sazonal e cultural. No caso do PAT, a agricultura familiar forneceria produtos para a produção das refeições, inicialmente podendo ser determinada uma porcentagem mínima para estes produtores, como ocorre no PNAE, fortalecendo os arranjos institucionais.

Considerações Finais

As refeições fora do lar estão cada vez mais frequentes e a saúde da população e do meio ambiente tem apresentado maior relação com o consumo alimentar, tornando-se urgente e necessária a elaboração de novas políticas e estratégias de fornecimento de alimentos, para que sejam oferecidas refeições com qualidade nutricional e cause menos danos ao meio ambiente. Diante dos resultados positivos observados na implementação da agricultura familiar nos PAA e PNAE, as autoras consideram a importância de as mesmas modalidades de compra da agricultura familiar serem incorporadas no PAT.

Referências

ALVES, M. A. B. Tecnociência Solidária: Um Manual Estratégico (Resenha). CTS em foco, v. 02, n. 02, p. 49-57, 2022.

AMARAL R. S.; BEZERRA, I. Segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar e compras institucionais: desafios e potencialidades. DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 435-443, 2014.

BRASIL. Lei nº. 6.321 de 14 de abril de 1976. Dispõe sobre a dedução do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, o dobro das despesas realizadas em Programas de Alimentação do Trabalhador. Diário Oficial da União, 1976.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia alimentar para a população brasileira. Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria Interministerial nº. 66, de 25 de agosto de 2006. Altera os parâmetros nutricionais do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, ago. 2006.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria Interministerial n. 193, de 5 de dezembro de 2006. Altera os parâmetros nutricionais do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, dez. 2006a.

BURIGO, A. C.; PORTO, M. F. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de pandemia: da vulnerabilização à transformação necessária. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 26, p. 4411-4424, 2021.

CARNEIRO, N. S.; SOUZA, S. C. C.; MOURA, C. M. A. Avaliação do almoço servido em uma unidade de alimentação e nutrição, segundo os critérios do programa de alimentação do trabalhador. Alimentos e Nutrição / Brazilian Journal of Food and Nutrition, Araraquara, v. 24, n. 3, p. 361-365, 2013.

COSTA, R. M. et al. Participation in a food assistance program and excess weight gain: an evaluation of the Brazilian Worker's Food Program in male and female manufacturing workers. BMC Public Health, v. 22, n. 1, p. 1-12, 2022.

DINIZ, S. C. Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 29, p. 963-985, 2020.

DUARTE, M. S. L. et al. Qualidade do almoço de trabalhadores segundo o Programa de Alimentação dos Trabalhadores e o índice de Qualidade da Refeição. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 22, n. 1, p. 654-661, 2015.

GUILHERME, Ruth Cavalcanti et al. Alimentação do Trabalhador: uma avaliação em indústrias no nordeste do Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 4013-4020, 2020.



MESQUITA, F. L. F. M.; MESQUITA, A. U. Perfil antropométrico, socioeconômico e de saúde de funcionários assistidos pelo programa de alimentação do trabalhador. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, Fortaleza, v. 26, n. 2, p. 192-200, 2013.

MIRANDA, D.; GOMES, B. M. A. Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: trajetórias e desafios no Vale do Ribeira, Brasil. Sociedade & Natureza, v. 28, p. 397-408, 2016.

PAULA, A. M.; GÓMEZ, J. R. M.; TRACZ, C. A. M. Novo ciclo neoliberal no Brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa. PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho, [Presidente Prudente], v. 18, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4697>. Acesso em: 30 ago. 2022.

PEREIRA, Juliana Perez et al. Qualidade das refeições oferecidas por empresas cadastradas pelo Programa de Alimentação do Trabalhador na cidade de Santos-SP. O Mundo da Saúde, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 325-333, 2014.

SALVETTI, L. H.; POSSA, G. Programa de alimentação do trabalhador e qualidade nutricional das refeições. Ciência & Saúde, [Pindamonhangaba], v. 10, n. 1, p. 23-27, 2017.

SELL, C. L.; RAMOS, P. V.; HERRMANN, F. F. A Economia Solidária no Brasil e o desuso do mecanismo frente à outras políticas públicas: Um estudo de evidências por meio da literatura especializada. Research, Society and Development, [Vargem Grande Paulista], v. 10, n. 12, p. 2021.

SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS: O CASO DA COOPERATIVA DE SEGUNDO GRAU CENTRAL DO VALENO ABASTECIMENTO DE FRUTAS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE SÃO PAULO

Gustavo F. de Almeida, (Universidade Federal de São Carlos)
gufoal@ufscar.br

Rafael E. Chiodi, (Universidade Federal de Lavras),
rafaelchiodi@ufla.br

Fábio Grigoletto, (Universidade Federal de São Carlos),
fabio.grigoletto@ufscar.br

Resumo

Cadeias produtivas lineares e as relações de governança impostas e embasadas na competição se beneficiam da produção em escala e do poder econômico para concentrar o fornecimento de alimentos, na maior parte das vezes industrializados, às principais redes varejistas nas grandes cidades do país. Nesses sistemas alimentares convencionais, o “*business as usual*” deixa nas mãos de poucas corporações e de poucos agentes intermediários associados a elas, a maior parte da renda gerada com a produção e com a comercialização dos alimentos. Nesse modelo, conhecido como regime alimentar “*food from nowhere*”, os consumidores sabem muito pouco sobre a origem e sobre o teor nutricional dos alimentos adquiridos, na grande maioria das vezes, nas gôndolas dos supermercados. Para estudar alternativas aos sistemas alimentares convencionais, que definitivamente não são vistos por nós como uma opção sustentável e justa para o futuro da população, utilizamos uma abordagem de sistemas alimentares na perspectiva cidade-região, introduzindo a lógica de um regime do “*food from somewhere*”. Neste sentido, o objetivo é apresentar um estudo de caso de uma cooperativa de segundo grau, localizada no Vale do Ribeira em São Paulo, criada para atender a política de compras institucionais da merenda escolar da região metropolitana de São Paulo sob o enfoque da compreensão dos desafios com a logística de entrega das frutas. A partir da organização social embasada nos conceitos da economia solidária, 12 entidades associativas da agricultura familiar se organizaram para produzir e entregar frutas de qualidade para mais de duas mil escolas municipais da cidade de São Paulo em colaboração com uma cooperativa de transportes da cidade. Foram realizadas entrevistas com os gestores e funcionários da cooperativa para entender a logística de fornecimento das frutas para alimentação escolar em São Paulo. Algumas dificuldades na entrega ponto a ponto foram observadas, como, por exemplo, a de concentrar todo o volume necessário para as entregas em um único entreposto localizado no município de Santo André – SP, além de a exigência de apresentação de documentação comprobatória física a cada entrega, o que dificultava o atendimento a um elevado número de rotas para abastecer as frutas nas mais de duas mil escolas da cidade. A digitalização dos romaneios, e suas assinaturas em formato digital, foi proposta pelos entregadores entrevistados como possibilidade de agilizar os registros e atender todas as escolas das rotas sugeridas. A organização social evidenciou a existência de uma lógica inclusiva, contra hegemônica de operação, embasada nos princípios da economia solidária, permitindo aos colaboradores atender aos compromissos assumidos e assim distribuir de forma mais justa a renda gerada com a produção de alimentos.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Rede Sete Barras; Coopercentral VR; Agroecologia

Introdução

Um sistema alimentar envolve atividades de troca não apenas de alimentos, mas também de materiais, de informações e de recursos, precisa de infraestrutura e estrutura social (governança) para promover a conexão entre a produção, distribuição, comércio e consumo de alimentos (Sobal et al, 1998). Para a FAO, braço das Organizações das Nações Unidas (ONU) para alimentação, sistemas alimentares compreendem todas as atividades relacionadas com a produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos. Além disso, para a entidade, as pessoas tornam-se parte influente de cadeias produtivas de alimentos a cada vez que escolhem seus alimentos, definem a forma como a comida é produzida, preparada e armazenada, tornando a parte integrante e ativa do funcionamento do sistema alimentar. Em um sistema alimentar sustentável, o varejo é abastecido com alimentos nutritivos produzidos no local ou regionalmente, há pouco desperdício, a sazonalidade e as tradições culturais são preservadas. Ainda, a cadeia de abastecimento é mais resistente às intempéries associadas às questões logísticas, condições meteorológicas extremas, aos picos de preços, às interrupções por greves e/ou pandemias, sem piorar a degradação ambiental no campo nem contribuir com as mudanças climáticas (FAO, 2021). Sistemas alimentares sustentáveis são aqueles que proporcionam segurança alimentar e nutrição adequada à sociedade sem comprometer as bases econômicas, sociais e ambientais do território. Garantem a manutenção de serviços ecossistêmicos nas paisagens para que as próximas gerações possam dar continuidade à produção local podendo, inclusive, produzir para abastecer áreas urbanas na perspectiva regional (Vaarst et al., 2018).

A literatura contemporânea que trata dos regimes alimentares (*food regimes*) tende a se concentrar em críticas sobre as tendências negativas implícitas aos sistemas convencionais globais. Acadêmicos pioneiros no estudo dos regimes alimentares, destacadamente Harriet Friedmann e Philip McMichael, utilizaram, em suas reflexões⁴⁷, questões de resistência, de diferenças observáveis e de oportunidades emergentes em diferentes partes do planeta para contestar o regime alimentar promovido pelas grandes corporações (*business as usual*) (Campbell, 2009). Hugh Campbell, professor emérito da Universidade de Otago, na Nova Zelândia, reconhece Philip McMichael como o primeiro acadêmico a sugerir a noção de “*food from nowhere*” para criticar o corporativismo predador que atua no mercado de alimentos e para justificar a importância de desenvolver sistemas alimentares mais sustentáveis, a partir do regime alimentar regional “*food*

⁴⁷Friedmann, H. & P. McMichael. (1989); Friedmann (2005)

fromsomewhere” e mesmo local, o chamado “*food fromhere*”. O professor sugere, ainda, que foi Harriet Friedman na cientista que levantou a hipótese de haver duas questões chave que garantiram a emergência e a estabilidade desses regimes globais contemporâneos, caracterizados por ela como “*food fromnowhere*”, mas que também servirão para pavimentar o próprio declínio desses regimes: (i) assegurar legitimidade social para a comercialização de alimentos (por meio do marketing) e a importância das dinâmicas ecológicas abordadas estrategicamente dos mercados globais de alimentos (pela invisibilidade promovida devido a distância entre o local de produção e o local de consumo). Essas dinâmicas ecológicas do distanciamento têm sido historicamente problemáticas, e atingem cada vez mais preocupação mundial nos tempos modernos, destacadamente devido as mudanças climáticas.

Ao defender os regimes alimentares regionais, do “*food fromsomewhere*” Campbel (2009) usa a teoria da resiliência socioecológica para sugerir que esse regime alimentar se caracteriza como promotor de retornos ecológicos mais densos, além de garantir um fluxo de informações mais complexo em comparação a invisibilidade e distanciamento ecológico que é característica do regime alimentar convencional, do “*food fromnowhere*”. Seguindo a opinião do autor, enquanto o regime alimentar regional, do “*food fromsomewhere*” apresenta oportunidades para alterar questões chave nas relações entre alimentos e a ecologia, a legitimidade social dessa nova forma de relação com os alimentos esbarra na existência das facilidades associadas ao sistema alimentar vigente, destacadamente pela facilidade de acesso e preço, já que o poder das grandes corporações permite utilizar ferramentas de comunicação em massa para garantir a manutenção do “*business as usual*” no contexto da comercialização de alimentos. Campbel (2009) indica, ainda, que para resolver essas tensões, novas formas de relações com alimentos podem abrir espaços para que no futuro, relações de comércio com alimentos em escala global possam ser embasadas em relações ecológicas mais conectadas e compreendidas pelas pessoas que fazem suas escolhas conscientes ao adquirir seus alimentos.

Nos sistemas contemporâneos hegemônicos, mecanismos de governança global foram criados pelas grandes redes supermercadistas e pelas grandes corporações do segmento alimentício, que utilizaram práticas de lobby visando, além de subsídios fiscais, a criação de legislação específica garantindo a manutenção de critérios de produção industrial (larga escala) promovendo dificuldades (ex. sanitárias) à concorrência de pequenas empresas e pequenos comerciantes.

No contexto das alternativas ao modelo hegemônico de governança dos sistemas alimentares, que valoriza o “*business as usual*”, a questão de pesquisa que motivou a realização deste trabalho é: a emergência de uma nova governança, pela presença dos mercados institucionais (políticas públicas para a merenda escolar), pode mudar as relações sociais ampliando a legitimação de alimentos e dinâmicas ecológicas mais sustentáveis nas relações estabelecidas entre a sociedade e sua alimentação?

Nesse contexto, o objetivo do trabalho foi compreender as relações de governança de uma cooperativa de segundo grau – Coopercentral VR (<https://coopercentralvr.wordpress.com/>) localizada no Vale do Ribeira em São Paulo, formada pela colaboração entre agricultores familiares de 12 entidades associativas sob o enfoque da compreensão dos desafios com a logística de entrega de frutas prontas para o consumo em mais de duas mil escolas na cidade de São Paulo, o que estava permitindo distribuir a renda gerada com a produção e comercialização das frutas de forma mais equânime e solidária num exemplo paulista de um sistemas alimentar funcionando a partir de uma perspectiva cidade-região (Vaarst et al., 2018).

Metodologia

A CoopercentralVR foi criada com o objetivo principal de representar, em editais de compras públicas de alimentos da agricultura familiar, 12 cooperativas e associações de agricultores familiares produtores de bananas localizados no Vale do Ribeira em São Paulo. Além disso, a cooperativa de segundo grau apoiou as entidades representadas na organização da logística para a entrega das frutas no mercado institucional da cidade de São Paulo, além de lidar com as demais questões de governança e atendimento das necessidades de seus cooperados (Almeida Cavalheiro, 2021). A CoopercentralVR teve sua arquitetura estabelecida a partir do trabalho de agricultores familiares voluntários e reconhecidos pelos seus pares como lideranças de agricultores nos municípios de Sete Barras e Miracatu. Uma dessas organizações, pioneira no estabelecimento da cooperativa de segundo grau, foi a COOPAFASB (Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras). Importante destacar o papel da COOPAFASB na formação da cooperativa de segundo grau, já que foi a primeira cooperativa do Vale do Ribeira a procurar apoio externo na abordagem da economia solidária depois de passar por uma sequência histórica de frustrações no contexto da organização social para atender aos editais de

comercialização de alimentos vinculados a política da merenda escolar (Chiodi et al., 2020).

Nesse sentido, compreender a organização da cooperativa COOPAFASB garantiria uma melhor compreensão da estrutura da Coopercentral VR, e então identificar de que formas a organização da cooperativa de primeiro grau originária, promoveu alicerces social e de organização e pavimentou o caminho para a construção da cooperativa de segundo grau, atingindo o complexo objetivo de conectar a produção da agricultura familiar do Vale do Ribeira com a merenda escolar da cidade de São Paulo. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2017 e 2018, e contou com dados de entrevistas com 38 produtores familiares cooperados, tanto da Coopafasb, como da Cooperagua em Sete Barras, assim como da AABAM e COOBAM, (associação e cooperativa de produtores de bananas de Miracatu), todas integrantes da cooperativa de segundo grau Coopercentral VR.

Para uma visão mais detalhada a respeito da questão de logística de entregas nas escolas, uma entrevista com o responsável técnico pelo CODAE (Coordenadoria de Alimentação Escolar) da cidade de São Paulo foi realizada, assim como o acompanhamento de uma carga de bananas que saiu do Vale do Ribeira, passou pelo entreposto da Coopercentral VR em Santo André, até as entregas das frutas em escolas em rotas escolhidas ao acaso pelo gestor do entreposto da organização. Em Santo André, foi possível registrar todo o processo de descarregamento da carga de bananas trazida de Sete Barras, no Vale do Ribeira, e o manejo das frutas até a sua distribuição nas escolas em caminhões de pequeno porte autorizados a circular na cidade de São Paulo. Buscou-se, com isso, compreender a rotina e os procedimentos burocráticos que eram realizados no processo de abastecimento das frutas dentro da perspectiva do mercado institucional da merenda escolar. No contexto da logística de entregas, cinco motoristas de pequenos caminhões encarregados foram entrevistados para compreender os desafios e oportunidades relativas ao processo de entrega ponto a ponto.

Resultados e Discussões

Escoamento das frutas produzidas pelos agricultores familiares do Vale do Ribeira

A COOPAFASB iniciou seus trabalhos a partir de uma organização de moradores do bairro rural Guapiruvu, em Sete Barras-SP. A Cooperagua, já existente na região, era formada por agricultores familiares locais, tendo sido formalmente criada em 2008

(Grigoletto, 2018). A cooperativa realizava o comércio de suas produções para atravessadores, que ficavam com a maior parte da renda da comercialização, já que entregavam as bananas também na alimentação escolar de São Paulo (Chiodi et al., 2020).

Sabendo que os intermediários estavam ficando com a maior parte da renda obtida com a venda das frutas, gestores da Cooperagua procuraram iniciar a comercialização diretamente para a política institucional PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), um programa menos exigente em termos de volumes contratados e de compromisso de entrega do que a política pública da merenda escolar (PNAE). Foi então que seus gestores sentiram a necessidade de estabelecer uma nova organização social municipal, com o intuito de ganhar força política e trabalhar com escala. Nesse contexto, a COOPAFASB iniciou suas operações de forma oficial em 2013, mas já vinha atuando na organização social e na área comercial de agricultores familiares em Sete Barras desde 2011, recebendo forte influência dos princípios da economia solidária em sua organização.

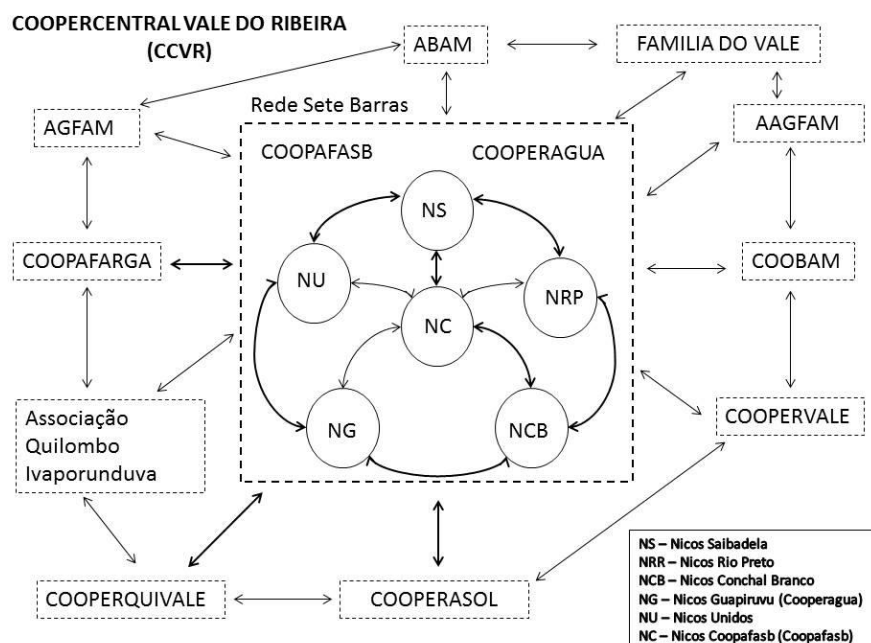
Durante o período em que a coleta de dados ocorreu, a cooperativa contava com 113 cooperados, agricultores familiares de bairros rurais de Sete Barras-SP, onde era responsável por intermediar a organização social, a logística, o processamento e a comercialização da produção de diversos produtos, de hortaliças, tubérculos e palmito pupunha até as bananas, principal produto comercial (Almeida Cavalheiro, 2021). Cada bairro rural do município de Sete Barras foi estimulado a se organizar a partir de suas bases sociais, agora com apoio da COOPAFASB, o que permitiu uma forte organização solidária, onde a base para a resolução de problemas era o diálogo aberto e franco, o que aumentava a credibilidade da organização social entre seus cooperados.

À medida que o nível organizacional aumentava, cada bairro foi se estruturando fisicamente e a governança da cooperativa se fortaleceu. A organização social nos bairros em conexão com a COOPAFASB, a partir dos princípios da economia solidária, promoveu a criação dos NICOS (Núcleo de Integração e Cooperação Solidária). Durante os trabalhos de campo foi possível identificar seis NICOS localizados nos bairros de Sete Barras, formando a Rede 7B: NICOS Saibadela, NICOS Rio Preto, NICOS Conchal Branco, NICOS Guapiruvu, NICOS Unidos e o NICOS COOPAFASB. Cada NICOS ficava localizado em um bairro rural enquanto a sede da COOPAFASB ficava localizada na área urbana de Sete Barras.

Conforme um dos gestores entrevistados, o intuito da criação dos Núcleos era primeiramente fortalecer a base social e também intermediar a comercialização dos

produtos de seus cooperado salém de auxiliar na aquisição de insumos, implementos agrícolas, promover a modernização, o acesso à informação, promover capacitação e principalmente mobilizar os associados para uma maior participação nas tomadas de decisões da cooperativa. Cada NICOS realizava reuniões e assembleias periódicas independentes, para que as demandas, ideias e realidades individuais de cada produtor pudessem chegar até a COOPAFASB e serem discutidas também em reuniões e assembleias gerais, a fim de promover o desenvolvimento rural da região. Cada NICOS contava com uma espécie de entreposto local, utilizada para diversas atividades, desde reuniões até a limpeza, embalagem e maturação das bananas em câmaras de climatização até o encaixotamento e carregamento de frutas para o mercado. Assim, a estratégia da descentralização visou também promover o fortalecimento dos laços organizativos em âmbito comunitário (Chiodi et al., 2020). Este modelo de organização em NICOS permitiu a criação da Rede Sete Barras – R7B (Figura 1). Fato inédito na literatura é que a R7B serviu de estrutura para que a governança da cooperativa de segundo grau, Coopercentral VR, pudesse contemplar seus representados a partir dos princípios colaborativos da economia solidária.

Figura 1. Rede Sete Barras composta por seis NICOS e sua posterior comunicação com as cooperativas que passaram a integrar a cooperativa de segunda geração Coopercentral VR.



Fonte: Figura elaborada pelo Engenheiro Agrônomo Eduardo de Almeida Cavalheiro e pela Engenheira Agrônoma Neide da Purificação após estágio obrigatório realizado na Coopafasb sob orientação do primeiro autor.

A rede ampliada apresentava os elementos e organizações que compunham a Coopercentral VR, tendo como ponto de partida a rede Sete Barras e os NICOS. A lógica da economia solidaria, que até então servia de estímulo para a colaboração dos agricultores dos bairros rurais de Sete Barras, ganhou escala e passou a ser executada em escala regional, o que garantiu maior poder de barganha aos agricultores familiares no momento dos editais de compras institucionais da prefeitura de São Paulo.

Na Figura 1, as relações internas entre os NICOS são representadas pelas setas apontando para os dois polos, o que significa que são interações recíprocas, como no caso das técnicas para a maturação das frutas em câmaras de maturação reduzindo riscos aos produtores, ou mesmo na organização das demandas e das formas de pagamento pela produção entregue, criando vias de mão dupla, fomentando a organização social, a governança democrática, a troca de informações e o diálogo, como no caso do manejo da adubação dos bananais, a contratação de serviços em conjunto, deixando os conflitos de interesses de lado, para que o interesse comum fosse priorizado. Isso se aplicou também com a lógica de organização social da Coopercentral VR, onde a proposta do cooperativismo e dos valores de solidariedade foram enraizados na instituição desde as primeiras parcerias, pela presença de suas lideranças e da juventude e mesmo a organização de segundo grau, representando as 12 instituições do Vale do Ribeira, que passou a trabalhar como uma única organização, permitindo que cada uma das organizações locais conseguisse manter a própria identidade, valorizando cada uma de suas particularidades, mas unidas na garantia de um maior poder de barganha para vencer os editais e garantir o atendimento das exigências do mercado institucional para um grande volume de frutas, que deveriam ser entregues semanalmente em mais de duas mil escolas da cidade de São Paulo. Os contornos tracejados na Figura 1 indicam que todos os elos da rede ampliada, mesmo podendo se comportar como um único elemento, estariam abertos ao diálogo, aos ajustes, sugestões, inovações e principalmente às novas parcerias. O respeito e a confiança mútua transformaram os elos dessa importante cadeia de valor, em fortes pilares que sustentam uma potente articulação social de agricultores familiares do Vale do Ribeira.

Em 2012, aconteceu a primeira chamada pública para a merenda escolar organizada pela prefeitura de São Paulo. Na época, o objetivo da prefeitura era a compra de arroz. No ano seguinte, a prefeitura iniciou a compra e a distribuição de alimentos da agricultura familiar dando preferência a produção regional. Ainda em 2013, foram abertas

chamadas públicas com a estratégia de buscar produtos que de fato fossem da agricultura familiar, que fossem comuns em termos de tradição na alimentação popular e que atendessem a nutrição de diferentes faixas etárias, gerando um valor expressivo em volume, a fim de cumprir o que determina a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, mais conhecida como lei da merenda, ou lei do PNAE. Os primeiros produtos que se encaixavam nessas estratégias de compra foram o arroz, o feijão, o suco de laranja, o óleo de soja, entre outros, inclusive as bananas produzidas no Vale do Ribeira. Contudo, apenas as chamadas públicas do arroz e do suco de laranja puderam ser atendidas, e o ano se encerrou com apenas 7% da aquisição de alimentos provindos da agricultura familiar destinados a merenda escolar de São Paulo. Naquele momento, o resultado obtido estava longe da meta determinada pela Lei nº 11.947 (que exige ao menos 30% dos recursos destinados à compra de alimentos pelas prefeituras serem produzidos pela agricultura familiar, devendo receber prioridade na compra a produção local e regional).

Em novembro de 2013, ocorreu um evento promovido pela secretaria de educação, chamado “Perspectivas para a compra da agricultura familiar pela prefeitura de São Paulo no estado de São Paulo”, e o objetivo foi reunir agricultores familiares do estado, a fim de fomentar a compra de alimentos da agricultura familiar por parte da prefeitura da capital. No evento, houve o primeiro contato com os produtores do Vale do Ribeira, e uma reunião foi agendada e realizada entre os envolvidos (prefeitura municipal de São Paulo e os representantes da Rede Sete Barras e demais instituições do Vale do Ribeira). Visto que as organizações do Vale se encaixavam justamente no perfil procurado pela prefeitura, eram um público-alvo da política pública, e possuíam um volume de produtos suficientes para suprir a demanda das escolas, a questão a ser resolvida passou a ser como a chamada pública deveria ser elaborada (Assis, 2019).

Até aquele momento, os produtos da agricultura familiar comercializados via PNAE eram perecíveis, mas tinham um tempo de prateleira mais longo, e todo o montante era entregue em um único ponto (armazém municipal). Além disso, naquele momento, a prefeitura de São Paulo era responsável pela distribuição dos alimentos. No caso das bananas produzidas no Vale do Ribeira, território marcado por contradições de origem histórica, especialmente em termos das condições socioeconômicas de reprodução social da agricultura familiar, sendo um produto *em natura*, altamente perecível, foi necessário realizar uma série de ajustes nos editais (ex. exigindo produtos *em natura* e pronto para consumo) para as chamadas públicas, para que o público-alvo fosse capaz de acessar a

política pública e os beneficiários (jovens e crianças) pudessem consumir prontamente os alimentos frescos na merenda. A colaboração entre os agentes implementadores da política pública e os agricultores familiares da região revela um dos aspectos distintivos do caso em questão, revelando a potência inerente ao uso da autonomia, por parte dos chamados burocratas de nível de rua (Lipsky, 2019), do espaço de discricionariedade que lhes é legado no âmbito das regras e normas de operação de programas e políticas públicas.

Em julho de 2014, foi lançada a primeira chamada pública para a compra de bananas da agricultura familiar, destinadas à merenda escolar de São Paulo. Em dezembro de 2014 foi assinado o primeiro contrato com fornecedores do Vale do Ribeira, e o fornecimento efetivo iniciou no ano seguinte, o que se repetiu nos anos subsequentes (Assis, 2019).

A Rede Sete Barras(R7B) foi importante pois seus líderes concentraram os esforços para a união das cooperativas do Vale do Ribeira, articulando e mobilizando instituições dos municípios vizinhos a participarem juntas nas chamadas públicas de compras institucionais, onde era comum elas estarem competindo entre si. Foi então que surgiu a Coopercentral VR, criada para organizar e distribuir os produtos da união das instituições na rede municipal de São Paulo. Até o início de 2020, com pouco mais de 4 anos realizando entregas para a merenda escolar da cidade de São Paulo, a Coopercentral já contava com 12 instituições parceiras, sendo 8 cooperativas e 4 associações, todas predominantemente formadas por agricultores familiares do Vale do Ribeira, responsáveis pela produção de bananas atendendo a demanda da merenda escolar de aproximadamente 2.300 escolas estaduais e 530 escolas municipais, fornecendo frutas para um total de 2.830 escolas por semana na grande São Paulo.

O ciclo de entrega das frutas para as escolas de São Paulo

O ciclo de preparação e entrega de bananas na merenda escolar de São Paulo dura cerca de 15 dias. As entregas são realizadas semanalmente, e um ciclo de entrega se sobrepõe ao outro. Para evitar confusão, o CODAE (Coordenadoria de Alimentação Escolar), entidade vinculada à secretaria de educação do município, envia uma prévia da demanda de bananas para à Coopercentral VR por e-mail logo no início da semana, na segunda-feira, para as entregas da semana seguinte. Com a recepção da demanda semanal, a central repassa a demanda de maneira igualitária às instituições parceiras do Vale do

Ribeira, sendo uma delas a Coopafasb. A Coopafasb divide então a demanda em cotas que serão distribuídas entre os NICOS. Cada NICOS fica responsável por subdividir as cotas em cada um dos produtores e abastecer assim a Rede Sete Barras. Na terça-feira, assim que o produtor era informado do montante que precisaria entregar para a cooperativa, iniciava a colheita dos cachos de frutas, antes mesmo da demanda definitiva ser oficializada. A demanda definitiva variava muito pouco em relação à prévia, e já havia confiança estabelecida entre produtores e cooperativa por meio dos NICOS para ajustes quando necessário. Na quinta-feira da mesma semana, a demanda definitiva era então comunicada, e os produtores já estavam com as colheitas avançadas e encaminhando os produtos para os locais comunitários em cada NICOS, alocando as frutas em câmaras de maturação localizadas nos entrepostos dos NICOS, e caso ocorresse alguma alteração nos volumes demandados, rapidamente os produtores realizavam os ajustes necessários. A condução das lavouras, a colheita, a limpeza dos produtos, o embalagem e o transporte até o entreposto do seu respectivo NICOS, era de responsabilidade de cada produtor. No domingo, as bananas já maturadas ou bem próximas do seu ponto de maturação, eram carregadas nos caminhões da Rede Sete Barras pelos próprios cooperados, que realizavam escalas e determinavam funções a cada cooperado do seu respectivo NICOS para deixar o caminhão pronto para partida. Isso se repetia em cada um dos NICOS, mostrando alto grau de independência social, organizacional e operacional de cada núcleo. Após o período de maturação, as bananas eram então carregadas em caixas plásticas nos caminhões da Coopafasb e transportadas até o entreposto da Coopercentral em Santo André-SP.

Aqui, vale ressaltar que o trabalho prévio de organização e gestão dos processos foi essencial para viabilizar o atendimento à política pública. E neste ponto, identificou-se que a perspectiva de construir relações mais justas remete à concepção de que a finalidade das cooperativas consiste em proporcionar a seus associados benefícios econômicos, mas regidos pela solidariedade em lugar da competição (SINGER, 2001).

No entreposto, o produto era descarregado do caminhão da Coopafasb pelos colaboradores da Coopercentral VR localizados no entreposto e se preciso eram encaminhados a uma das quatro câmaras de maturação que a central ali mantém, para terminar o ciclo de maturação, ou apenas seria descarregado e alocado em um dos dois barracões existentes para aguardar o carregamento e devido encaminhamento das cargas para as escolas. Na segunda-feira seguinte, uma semana após o recebimento da prévia da demanda pelos gestores, as bananas colhidas na semana anterior começavam a ser

carregadas pelos colaboradores em pequenos caminhões de motoristas que eram cooperados no início da colaboração que gerou a cooperativa de segundo grau, mas que tiveram que passar a atuar como autônomos⁴⁸. O destino das frutas já tinha suas rotas pré-estabelecidas, e as frutas já estavam prontas para serem levadas às escolas. Este processo seguia até na sexta-feira, quando todos os produtos daquela semana específica fossem entregues.

Para gerenciar as entregas ponto a ponto, a cooperativa dispunha de 189 rotas e podia contar com 90 motoristas de pequenos caminhões, autorizados a circular em áreas urbanas da região metropolitana de São Paulo durante o dia. Esses motoristas tiveram que se organizar para participar do processo de contratação, mas contavam com uma micro empresa individual - MEI, para que fosse possível à Coopercentral VR contratar legalmente os serviços de entregas. As rotas eram escalonadas durante os dias da semana e cada motorista, quando possível, realizava as entregas nas mesmas rotas, que eram já conhecidas, ou em regiões onde o motorista já estivesse familiarizado e habituado a circular, para que os contratempos fossem minimizados. Os carregamentos se iniciavam a partir das quatro horas da manhã, realizando primeiro o carregamento das cargas destinadas às rotas mais longas e de difícil acesso.

Os romaneios, ou seja, documentos chave no controle dos fluxos de carga, já haviam sido previamente preenchidos e impressos, para que a equipe da Coopercentral VR pudesse montar as cargas com os volumes exatos para cada rota. Nos romaneios, constavam as informações sobre a carga, desde o fornecedor (Instituição do Vale do Ribeira), destinatário (Escola que iria receber as frutas), endereço do destinatário, especificação sobre o produto, quantidade em caixas, quantidade em quilogramas, data de entrega e data/prazo de consumo. Assim que a carga estivesse completa, o veículo era despachado para a entrega, e com ele seguiam três cópias desse documento denominado romaneio.

Além das informações especificadas anteriormente, os romaneios também apresentavam alguns campos em branco, onde no momento da entrega, o servidor público responsável por recepcionar os produtos nas escolas deveria realizar a inspeção das bananas, coletar o carimbo da escola, preencher os romaneios com seus dados (nome e

⁴⁸Os motoristas entrevistados alegaram que faziam parte de uma cooperativa de transporte da cidade de São Paulo mas que no momento havia sido descontinuada em razão da necessidade de cadastro individual dos caminhões de pequeno porte para circular na cidade de São Paulo e também por facilitar o recebimento pelos serviços prestados através de MEIs (Micro empresas individuais).

RG), e registrar as condições de qualidade observadas dos produtos. Caso não estivesse de acordo com o padrão de qualidade estabelecido pela prefeitura de São Paulo, não faziam a recepção ou informavam algum problema identificado nos próprios campos específicos dos romaneios. Isso deveria ser feito nas três vias de romaneios, sendo que uma delas era destinada à escola, e as outras duas retornavam com o motorista e com as caixas plásticas vazias à sede da Coopercentral VR.

O retorno dos motoristas à sede do entreposto com as os romaneios devidamente preenchidos e assinados pelas entregas em todas as escolas, e as caixas plásticas vazias, indicava o sucesso nas entregas. A organização central então começava a unir toda a documentação, de todas as rotas realizadas naquela semana, a fim de dar entrada ao processo de pagamento dos fornecedores, no caso, as instituições de agricultores familiares do Vale do Ribeira.

Após reunir toda a documentação pertinente, a Coopercentral VR lançava uma nota fiscal no valor total dos produtos entregues, e só aqui se encerrava o ciclo das entregas daquela semana. Somente após 30 dias da data de emissão da nota fiscal, a central recebia da prefeitura pelos produtos fornecidos e repassava o valor para a cooperativa que havia enviado as bananas. Os produtores entrevistados diziam que, mesmo demorando em receber pelas frutas, o pagamento era certo, diferente do que ocorria anteriormente a criação da Coopercentral VR, quando as frutas ainda eram entregues aos intermediários que nem sempre as pagavam (Chiodi et al., 2020).

Dentre os principais desafios encontrados pela Coopercentral VR em relação a entrega de bananas nas escolas, a primeira dificuldade encontrada foi conseguir concentrar o montante necessário de frutas no entreposto em Santo André – SP, onde cada instituição cooperada realizava a captação de produtos de muitos agricultores familiares no Vale do Ribeira, que sozinhos não teriam condições de escoar seus produtos ao mercado consumidor da cidade de São Paulo. Esse primeiro feito proporcionou que produtos altamente perecíveis, como é o caso de bananas, estivesse próximo ao seu destino final, permitindo a entrega dentro do prazo e da validade, disponibilizando um produto de qualidade, a preços justos, no ponto ideal de consumo.

Na opinião dos gestores de quatro cooperativas, as entregas ponto a ponto foram o maior desafio encontrado, visto que a complexidade, as dimensões e o alto fluxo de veículos na cidade de São Paulo tornavam a logística por si só o maior desafio. O elevado número de escolas, conseqüentemente o alto número de entregas e rotas diárias, e o

grande volume de produtos escoados, além de demandar muita mão de obra, necessitavam de um número elevado de veículos, uma vez que os mesmos deveriam ser compatíveis com o limite de peso estabelecido pela legislação de trânsito da cidade de São Paulo, para que não precisassem participar do esquema de rodizio de veículos. A organização das rotas deveria ser feita minuciosamente, para que nenhuma escola ficasse sem receber as frutas, e as entregas seriam realizadas dentro dos prazos e horários estipulados. Qualquer atraso na entrega das bananas poderia significar um grupo de alunos que não teria acesso a uma porção de fruta em sua merenda escolar naquela semana.

Outro ponto de estrangulamento identificado foi a utilização de documentos físicos para a realização do controle das entregas na rede municipal de São Paulo. Além da dificuldade com a captação das assinaturas físicas nas escolas, momento em que os entregadores poderiam estar se dirigindo à próxima entrega. A confirmação da entrega só ocorria depois que os motoristas retornavam ao entreposto com os romaneios físicos devidamente assinados. O CODAE, vinculado à secretaria de educação, obtinha a confirmação oficial da entrega somente após a equipe da Coopercentral VR enviar a documentação solicitando o pagamento pelas cargas, comprovando as entregas pelo envio de uma das cópias desses romaneios. Como implicação, a prefeitura do município de São Paulo só tinha conhecimento oficial da efetividade das entregas uma semana após a mesma ser realizada. Diferentemente foi o controle realizado pela rede estadual de ensino. Havia um portal virtual, em que cada representante de cada escola possuía seu próprio login de acesso e lá podia disponibilizar as informações das entregas recebidas, bem como podia registrar algum problema observado ou mesmo registrar algum eventual contratempo que porventura tivesse ocorrido com o produto ou com a entrega. Nessa forma de gestão das entregas, tanto o(a) responsável pelo governo como o(a) responsável pela Coopercentral VR poderiam consultar as informações que estariam disponíveis instantaneamente após o lançamento dos dados no sistema. No sistema eletrônico, não havia o risco de perda e/ou injúrias físicas aos documentos, e a organização central conseguiria solicitar o pagamento das cargas mais rapidamente, acelerando o recebimento dos produtores pelos produtos, uma vez que o ciclo todo, desde a comunicação da prévia da demanda até o recebimento do produto comercializado, levava, em média, um período de 45 dias. Período longo, tendo em vista a realidade de baixa renda encontrada nesse público alvo da política pública do PNAE.

O estudo permitiu identificar uma lógica de governança capaz de promover uma revolução nos sistemas alimentares cidade-região valorizando a agricultura familiar e fomentando a economia solidária. Contudo, embora a governança democrática tenha sido potencializada, pouco se observou de avanço no contexto da conversão agroecológica dos sistemas de produção dos cooperados, atuando em sua maioria em monoculturas de bananas. Em apenas um dos NICOS (Saibadela) foi possível identificar a presença de produtores de bananas orgânicas e em sistemas agroflorestais integrando bananas com palmito pupunha. Dos principais desafios identificados pelos próprios produtores entrevistados, estava a ausência de assistência técnica para a promoção de uma agricultura mais rentável e diversificada. Além disso, os principais problemas climáticos identificados pelos produtores entrevistados diziam respeito aos vendavais, que destruíam os banais em diferentes momentos nos últimos anos. Mesmo havendo avançado na organização social e identificado avanços para uma série de demandas no sentido de desenvolver a agricultura familiar no Vale do Ribeira, ficou claro que essas organizações sociais, que tiveram início com a formatação da Rede Sete Barras, poderão ser adaptadas para ações de capacitação e de implantação de um programa de extensão rural de longo prazo, que envolva a comunicação para a agroecologia e desenvolvimento sustentável promovendo a conservação da biodiversidade na paisagem de Mata Atlântica do Vale do Ribeira em São Paulo e ao mesmo tempo promovendo renda e dignidade aos produtores que poderão aumentar ainda mais a participação regional na alimentação de jovens e crianças da cidade de São Paulo, avançando na consolidação de um sistema alimentar agroecológico embasado no contexto cidade-região (Vaarst et al., 2018).

Conclusão

Os fundadores da Rede Sete Barras estabeleceram um modelo organizacional que transformou todos os envolvidos na produção e operacionalização da comercialização de frutas ao PNAE, em agentes ativos de uma organização fundada em fortes pilares do cooperativismo e da economia solidária. Esse sistema serviu como base para que agricultores familiares não só conseguissem comercializar sua produção, mas também gerar desenvolvimento rural numa perspectiva sustentável ao Vale do Ribeira, combatendo diretamente o êxodo rural, permitindo aos agricultores e agricultoras se organizarem socialmente, acessar informações, aprimorar sua rede de contatos, realizar investimentos e acessar canais de comercialização que antes eram inacessíveis.

A Rede Sete Barras permitiu a construção de uma infraestrutura capaz de escoar e processar grande parte da produção de seus cooperados, cada NICOS contava com uma estrutura única e adaptada às condições dos(as) cooperados(as) e à realidade dos produtos produzidos localmente. Foi possível perceber uma forte preocupação em construir uma infraestrutura capaz de receber, armazenar, maturar, processar e escoar a grande maioria de produtos ofertados pelos cooperados da Rede Sete Barras para um grande centro consumidor como o da merenda escolar da cidade de São Paulo.

Contudo, a estrutura que dispunha a Coopercentral VR era subutilizada, principalmente nos momentos em que o fornecimento ao mercado institucional cessava ou diminuía. Isso ocorria nos recessos escolares (férias, feriados), e ocorreu de forma mais constante no ano de 2020 e 2021 com a interrupção das aulas devido à pandemia causada pela COVID-19. Isso abria margem para que a estrutura física fosse utilizada de outras maneiras, e a organização social e operacional pudessem se dedicar a novos canais de comercialização, bem como variar a gama de produtos ofertados atendendo novas rotas e novos mercados, como por exemplo, o mercado de restaurantes que demandam alimentos como o palmito pupunha.

Todas as instituições que formam a Coopercentral VR já estão inseridas em um dos maiores e mais diversificados mercados consumidores do mundo, sendo também um dos mais exigentes com relação à qualidade dos alimentos ofertados. Realizar entregas de um enorme montante de bananas em diversos pontos na cidade de São Paulo todas as semanas e com extrema precisão e qualidade, permitiu que a cooperativa de segundo grau atingisse um percentual de entregas concretizadas em torno de 98%, justificando o caso como um exemplo de sucesso organizacional da agricultura familiar paulista a partir da lógica da economia solidária. Todo o processo de comercialização da Coopercentral VR é realizado direto do produtor ao consumidor final, eliminando a figura do atravessador. Isso se deveu graças a influência da política pública na organização social dos agricultores do Vale do Ribeira, e o papel fundamental da Rede Sete Barras na criação e articulação da Coopercentral VR, que confiou no potencial do cooperativismo e da economia solidária, e que, com persistência, tem valorizado a agricultura familiar no Vale do Ribeira e tem auxiliado na promoção de uma alimentação saudável de crianças que frequentam escolas públicas na cidade de São Paulo.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA CAVALHEIRO, E. (2021). Desafios logísticos da Coopercentral VR na entrega de bananas ponto a ponto nas escolas da cidade de São Paulo. 36f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de São Carlos, campus Lagoa do Sino. Buri, São Paulo.

ASSIS, L. H. B. (2019). Perfil das organizações da agricultura familiar no Programa de Alimentação Escolar da Prefeitura de São Paulo. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

CAMPBELL, H. (2009). Breaking new ground in food regime theory: corporate environmentalism, ecological feedbacks and the ‘food from somewhere’ regime? *Agriculture and humanvalues*, 26(4), 309-319.

CHIODI, R. E.; ALMEIDA, G. F.; MORUZZI MARQUES, P. E.; PINTO, S. M. (2020). Políticas de compra de alimentos e as organizações de agricultores familiares no Vale do Ribeira/SP. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 22, p. 1-15.

FAO (2021). Facilitando sistemas alimentarios sostenibles: Manual para innovadores. Roma. <https://doi.org/10.4060/ca9917es>

FRIEDMANN, H., and P. McMICHAEL. (1989). Agriculture and the state system. *Sociologia Ruralis* 29 (2): 93–117.

FRIEDMANN, H. (2005). *From colonialism to green capitalism: Social movements and the emergence of food regimes*. In: *New directions in the sociology of global development*, ed. F. Buttel, and P. McMichael. Amsterdam: Elsevier.

GRIGOLETTO, F. O bairro Guapiruvu como lugar-organização: uma abordagem institucional do organizar. 2018. 258 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Programa de Administração Pública e Governo, Fundação Getúlio Vargas, 2018.

LIPSKY, M. (2019). *Burocracia em nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos*, Brasília, DF: Enap.

SINGER, P. (2001). Economia solidária versus economia capitalista. *Sociedade e Estado*, v. 16, n. 01, p. 100-112.

SOBAL, J., L. K. KHAN, and C. BISOGNI. (1998). A conceptual model of the food and nutrition system. *Social Science and Medicine* 47 (7):853–63.

VAARST, M. et al. (2018) Exploring the concept of agroecological food systems in a city-region context. *Agroecology and Sustainable Food Systems* 42 (6): 686–711.

ALIANZAS PÚBLICO-PRIVADA EN LA CONSTRUCCIÓN DE MODELOS DE CIRCUITOS CORTOS DE COMERCIALIZACIÓN. LA EXPERIENCIA DE LA “HUERTITA COLABORATIVA” EN CASABLANCA-CHILE

451

Pablo Saravia Ramos, Departamento de Estudios Territoriales y Diálogos Interculturales UPLA,
pablo.saravia@upla.cl

LCatalina Valenzuela Sobarzo, Observatorio de Participación Social y Territorio UPLA,
catalina.valenzuela@upla.cl

Palabras claves: agroecología; gobierno local/empresa privada; circuitos cortos de comercialización.

El trabajo con experiencias de pequeña agricultura familiar campesina en diversas latitudes del continente viene advirtiéndolo sobre las dificultades que esos grupos tienen al momento de comercializar sus productos. Esto ha puesto en relieve el concepto de circuitos cortos de comercialización (CCC) que se constituye en una alternativa para acercar la producción agroecológica a consumidores generalmente asentados en la ciudad y que no tienen posibilidades cercanas y reales de poder acceder a productores frescos producidos bajo los principios de la agroecología. Al respecto, existe un trabajo adelantado (Saravia, 2020) que ha permitido analizar este fenómeno a partir de las definiciones y propuesta que plantea el concepto de CCC y como ellas se entroncan con las diversas realidades locales. A partir de aquí el concepto de CCC, permite comprender fenómenos como la brecha entre el consumidor y el productor, establecer una relación económica más equilibrada entre ellos, desarrollar una dimensión educativa-transformadora, eliminar al máximo la figura del intermediario, favorecer la producción local, disminuyendo la huella de carbono de la comercialización y valorizando lo que históricamente el territorio ha producido como patrimonio agrobiogenético (López, 2013; Mauleón, 2001; Sevilla, 2012; Soler & Pérez, 2013). Además, los CCC se basan en el principio de reciprocidad, es decir, son prácticas que favorecen relaciones armoniosas de convivencia social (Jiménez, 2016), fundamentadas en la horizontalidad, la transparencia y el anhelo de la construcción de una sociedad más democrática, que sea capaz de fortalecer los esfuerzos colectivos y cooperados de los actores y actoras territoriales. Los CCC también pueden actuar como espacios de debate y construcción política, en torno a

aquellas dimensiones relacionadas con la producción, la distribución y el consumo de alimentos.

En el caso de Chile, las barreras que tienen que enfrentar las experiencias que podemos inscribir dentro del concepto de CCC tienen que ver con diversos fenómenos locales y globales, tales como: el peso del supermercado (Montagut y Vivas, 2007), la imposición de la utilización de insumos externos y la invisibilización de saberes y prácticas locales (Rosset y Altieri, 2017; Cuellar, Calle y Gallar, 2013), las modificaciones en los hábitos y prácticas de consumo medidas fuertemente por la impronta del modelo neoliberal, la fuerte concentración en la cadena de distribución, la falta de apoyo estatal para el fortalecimiento de dichas unidades productivas, la impronta del estado neoliberal chileno para favorecer el agronegocio, la falta de acceso a riquezas naturales fundamentales para la producción como son el agua y el acceso a tierra fértil potenciados por el creciente acaparamiento de tierras y las políticas extractivas (GRAIN, 2018; Gudynas, 2018) fenómenos con impactos globales, entre otras. Todos estos factores han obligado que estas unidades busquen alternativas por fuera del sistema de distribución convencional, donde no tienen cabida, y que se ha expresado en diversas manifestaciones como experiencias de “comprando juntos”, modelos de abastecimiento popular-comunitario asentados fundamentalmente en territorios urbanos, distribución por medio de plataformas virtuales, pequeñas tiendas especializadas, cooperativas de consumo y modelos de distribución alimentaria por medio de cestas/canastas agroecológicas. Todos y cada uno de estas expresiones tiene potencialidades, características y desafíos logísticos que los hacen más o menos practicables dependiendo de las condiciones de trabajo de las unidades productivas como de la escala del modelo o el tipo de ciudad en la cual están insertas. Además, todos estos procesos han incidido en la pérdida creciente y continua de soberanía alimentaria (Martins de Carvalho, s.d.) y, por tanto, la falta de control sobre cómo producimos, distribuimos y consumimos nuestros alimentos. Como anticipamos, las respuestas a este escenario son diversas, profundamente territorializadas y con un fuerte liderazgo encarnado en las mujeres y organizaciones campesinas e indígenas, las que confluyen y se intersectan con organizaciones territoriales y comunitarias provenientes de las experiencias de la economía social y solidaria, que dan paso a prácticas asociativas que están transformando las relaciones entre productores y consumidores.

Aun cuando reconocemos una enorme heterogeneidad (Gibson-Graham, 2006) en cada una de las estrategias y formas que adquieren estas alternativas económicas (Saravia, Carroza y Cid, 2018), en general, pero también en particular las que trabajan directamente sobre el tema de la distribución alimentaria, todas ellas manifiestan la necesidad de un cambio en cómo entender la relación con la naturaleza y lograr mejores niveles de calidad de vida de las personas por medio de la ampliación en el mundo social de valores y formas de organización plurales no capitalistas (Santos, 2011). Para la comprensión situada de estas alternativas, entendemos el territorio como un elemento clave de distinción y de ordenamiento económico, espacial y cultural, que permite interpretar los caminos y estrategias que las experiencias asociativas están tomando en pro de avanzar en la construcción de nuevos umbrales de soberanía alimentaria. El territorio lo definimos como una red de relaciones sociales, políticas, culturales, comunicativas y económicas que se reproducen a través de emplazamientos (Vázquez, 2003) en espacios y tiempos determinados, a la vez diversos y complejos. En él se dan vida conflictos, disputas (MançanoFernández, 2012), que los dotan de sentidos (Wahren y García, 2014) y permiten re-crearlo y re-imaginarlo desde posiciones que se tensionan en el entramado complejo de las relaciones de poder. Por ello, el territorio y sus procesos de apropiación no son solamente de tipo material, sino también lo son simbólicos (Santos, 2005; Reguillo, 2005; Nay, 2015), por lo que el territorio también es una forma de imaginar y construir nuevas acciones de vinculación y reapropiación de la naturaleza, que se expresan en identidades culturales y estrategias autogestionadas que movilizan recursos y potencialidades destinados a satisfacer necesidades, aspiraciones y deseos (Leff, 2005) de las comunidades que el modelo capitalista global no puede abarcar. Por lo tanto, trabajamos una concepción del territorio que se opone al tiempo lineal y externo de la modernidad eurocentrada, que interpreta el presente como la oportunidad de expandir y reproducir diversas e infinitas posibilidades, para así poder contraer el futuro y, a la vez, cuidarlo (Santos, 2006). Estas manifestaciones heterogéneas expresan diversas formas de movilización, que son capaces de poner en la agenda y en la opinión pública nuevas temáticas, actores, actoras, lenguajes y consignas, en tanto comunidades de sentido, al mismo tiempo que orientan su dinámica hacia la creación de subjetividades colectivas comunes (Svampa, 2017) que problematizan la relación con el medio natural, pero al mismo tiempo permiten comprender fenómenos locales y más particulares como son las estrategias diversas de comercialización alimentaria a pequeña escala.

Considerando esta lectura global, apuntamos que en el caso chileno, el tema alimentario tuvo un nuevo impulso luego de los sucesos de octubre de 2019 y la posterior pandemia por COVID-19, que hicieron evidente las limitaciones del modelo global de abastecimiento alimentario y el impacto negativo que este ha generado en las condiciones materiales y de acceso a las riquezas naturales para las pequeñas unidades productivas locales. A partir de estas consideraciones las diversas experiencias han avanzado en estrategias que potencien el comercio local y generen mayores niveles de autonomía respecto de las grandes cadenas de distribución alimentaria. En esta oportunidad trabajaremos sobre la experiencia de la llamada: “Huertita Colaborativa”, que es un grupo de 15 agricultoras y agricultores agroecológicos ubicados en la ciudad de Casablanca, Región de Valparaíso-Chile. Este grupo, con apoyo del equipo universitario, ha diseñado e implementado un sistema de reparto de canastas de hortalizas y frutas basados en los principios de los CCC. En este caso, su particularidad tiene que ver con las potencialidades y limitaciones de una alianza público-privada en la construcción de una experiencia de CCC en una ciudad intermedia. Algunas paradojas que plantean esta experiencia tienen que ver con el vínculo con la empresa privada (viña de gran escala certificada con producción orgánica y con arraigo local) que permite subsanar algo que está lejos de poder ser solucionado por las agricultoras o por el estado, que es el tema de acceso al agua. Sin embargo, al mismo tiempo son ellas mismas las que reconocen que son las viñas una de las principales responsables en despojo hídrico en la zona. Por otra parte, esta experiencia cuenta con el apoyo del gobierno local (municipio) su base electoral y su potencial ubicación de consumidores en tanto trabajadores del sector público, no termina de ponerse al servicio de la profundización de modelo por el lado de los consumidores, mostrando limitaciones y áreas peligrosas para la sustentabilidad del mismo. La universidad, como una acompañante de la cual se esperaba un trabajo de capacidad y de enseñanza y termina favoreciendo la posibilidad de construir una relación de largo aliento y basada en la cooperativa y la co-construcción.

Todos estos factores permiten comprender la realidad actual de este grupo de agricultoras y al mismo tiempo anticipar sus potencialidades y limitaciones, ya que esta falta de autonomía productiva puede potencialmente afectar su consolidación en el tiempo. Por estos motivos, es necesario problematizar sobre las diversas alternativas que estas experiencias plantean en el relacionamiento con el mundo privado y los gobiernos locales, y como ellos se conforman en una red de apoyo permanente, más allá de la

instrumentalización del vínculo o de la necesidad de ampliar la base política de un gobierno local determinado. Por lo tanto, es altamente pertinente y necesario profundizar, con las propias personas responsables de las unidades productivas, un vínculo de trabajo permanente que permita, entre otros factores, imaginar y proyectar un futuro que consolide estas relaciones de apoyo mutuo, pero al mismo tiempo ganen mayores niveles de autonomía.

Referencias bibliográficas:

CUELLAR, M., Calle, A., & Gallar, D. (Eds.). (2013). Procesos hacia la soberanía alimentaria. Perspectivas y prácticas desde la agroecología política. Barcelona: Icaria editorial.

GIBSON-GRAHAM, J-K. (2006) A Post capitalist Politics. Minneapolis: University of Minnesota Press.

GRAIN (2018) Acaparamiento de tierras, financiamiento ilícito y delitos corporativos: una actualización. Disponible en: <https://www.grain.org/es/article/6095-acaparamiento-de-tierras-financiamiento-ilicito-y-delitos-corporativos-una-actualizacion>

GUDYNAS, E. (2018) Extractivismos y Corrupción. Anatomía de una íntima relación. Santiago: Editorial Quimantú.

JIMÉNEZ, J. (2016). Movimiento de economía social y solidaria del Ecuador. Circuitos económicos solidarios interculturales. Revista de la Academia, nº21: 101-128.

LEFF, E. (2005) La geopolítica de la biodiversidad y el desarrollo sustentable. Economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza. Revista OSAL, CLACSO, nº17, pp. 263:273

LODEIRO, T. (2008). Consumir menos, vivir mejor. Ideas prácticas para un consumo más consciente. Editorial Txalaparta.

LÓPEZ, D. (2013) Circuitos Cortos de Comercialización para alimentos ecológicos. Nuevas formas organizativas para conectar producción y consumo en el mercado interior. Mundo Rural de Tenerife. Nº13, 24-27.

MARTINS de CARVALHO (s.d.) Caminos y encrucijadas. Agrocultura familiar y el campesinado en América Latina. Montevideo: Universidad de La República. ExtensiónLibros.

MANÇANO FERNÁNDES, B. (2012) Disputas territoriales entre el campesinado y la agroindustria en Brasil. Cuadernos del Cendes, nº81, 1-22

MAULEON, J. (2001) Los canales cortos de comercialización alimentaria como alternativa de los pequeños agricultores ante la globalización: el caso español. XXIII Congreso de la Asociación Latino Americana de Sociología. Guatemala.

MONTAGUT, X. y VIVAS, E. (Coord.) (2007) Supermercados, no gracias: grandes cadenas de distribución, impactos y alternativas. Barcelona: Icaria Editorial.

NAY, O. (2015) Construcciones simbólicas del territorio y estrategia de poder local. En: Carlos Alba, Ilán Bizberg y Hélène Rivière d'Arc (dirs.). Las regiones ante la globalización. México: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, El Colegio de México, Institut français de recherche scientifique pour le Développement em coopération. DOI : 10.4000/books.cemca.3694

REGUILLO, R. (2005) La construcción simbólica de la ciudad. Sociedad, desastre y comunicación. México: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente (ITESO).

ROSSET, P., & ALTIERI, M. (2017) Agroecología. Ciencia y política. Barcelona: Icaria editorial.

SANTOS, B. de S. (2006) Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social (encuentros en Buenos Aires). CLACSO: Buenos Aires.

SANTOS, B. de S. (Coord.) (2011) Producir para vivir. Los caminos de la producción no capitalista. México D.F.: Fondo de Cultura Económica.

SANTOS, M. (2005) O retorno do território. Revista OSAL, CLACSO. 16: 255-261

SARAVIA, P.; CARROZA, N. y Cid, B. (2018) Heterogeneidades económicas em territorios de la Región de Valparaíso-Chile: aproximaciones y emergencias de otras formas económicas. Población & Sociedad, nº25, 103-131

SARAVIA, P. (2020) Circuitos Cortos de Comercialización alimentaria: Análisis de experiencias de la región de Valparaíso, Chile. Revista Psicoperspectivas: individuo y Sociedad. Nº19 (2), en prensa.

SEVILLA, E. (2012) Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía. Informe Proyecto de investigación financiado por el Centro de Estudios Andaluces (PRY116/10). Sevilla: Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces, Consejería de la Presidencia e Igualdad y Junta de Andalucía.

SOLER, M. y PÉREZ, D. (2013) Canales cortos de comercialización alimentaria en la construcción de sistemas agroalimentarios alternativos. En: Cuéllar, M.; Calle, A. y Gallar, A. (Eds.) Procesos hacia la soberanía alimentaria. Perspectivas y prácticas desde la agroecología política. Barcelona: Icaria.



SVAMPA, M. (2017) Del cambio de época al fin de ciclo. Gobiernos progresistas, extractivismo y movimientos sociales en América Latina. Buenos Aires: Edhasa.

VÁZQUEZ M. (2003) Bases para una teoría del Emplazamiento. En: Angel Acosta, Rodrigo Browne y Víctor Silva [edits.]. Teoría del Emplazamiento: aplicaciones e implicaciones, pp. 21-34. Sevilla: Alfar.

WAHREN, J y GARCÍA, L. (2014) Campesinado, territorios en disputa^[1] y nuevas estrategias de comercialización de la producción campesina en Argentina. Veredas: Revista del Pensamiento Sociológico. Nº28, 297-342.

GT 4

Como vimos utilizando as perspectivas de gênero e feminismos nas experiências da Economia Social e Solidária? ¿Cómo venimos trabajando las claves de género y feminismos en las experiencias de la Economía Social y

El objetivo del GT es abrir un espacio de intercambio sobre distintas experiencias e investigaciones que se viene llevando a cabo en el campo de la Economía Solidaria desde una perspectiva feminista. Las claves teóricas que se desprenden de los estudios feministas y de género nos ayudan a releer las experiencias de ESS, interpelando los trazos patriarcales presentes tanto en sus prácticas, como en las formas en que se produce conocimiento. El resurgir de los feminismos en este último período nos atraviesa a todas, nos ha llevado a politizar y releer distintos ámbitos de nuestras vidas. Algo que nos inspira al ejercicio constante de romper los binarismos propios de la ciencia moderna que invisibiliza y jerarquiza el mundo público sobre el privado, la tarea productiva sobre la reproductiva y la razón sobre la emoción. Partir de nuestra práctica en la universidad se ha vuelto un eje central para repensar la producción de conocimiento desde una perspectiva crítica. Mirar al campo de la ESS a partir de estos lugares nos nutren de nuevas preguntas y nos lleva a conectar con categorías que nos ayudan a dar visibilidad y centralidad a todas aquellos trabajos que han sido históricamente invisibilizados, protagonizados por los cuerpos feminizados y que sostienen nuestras vidas. Este GT tiene además el objetivo de la puesta común de saberes desde la academia y los territorios, fortaleciendo los lazos entre las unidades académicas que conforman el Comité PROCOAS en el campo de los feminismos y la Economía Social, Solidaria, Popular y Comunitaria. Esto es central para crear condiciones que permitan avanzar hacia una paridad intersubjetiva (Fraser) expresada en una equipotencia, una equifonia y una equivalencia de los, las y les compañerxs sobre el eje de la sostenibilidad de la vida.



Coordenação:

Adriana Andrade (UdelaR, Uruguai)

Bruna Mendes de Vanconcelos
(UFABC, Brasil)

Daniela Osorio-Cabrera
(UdelaR, Uruguai)

Fatima Cruz
(UVA, Espanha)

Gabriela Veras-Iglesias
(UdelaR, Uruguai)

Isabella Vallin
(USP, Brasil)

Lais Silveira Fraga
(Unicamp, Brasil)

Lucrécia Saltzmann (UNR,
Argentina)

Maria de los Ángeles Dicapua
(UNR, Argentina)

Mayara Kise Fujitani
(USP, Brasil)

Rosina Pérez
(UdelaR, Uruguai)



- Trabalhos do GT-4: Como vimos utilizando as perspectivas de gênero e feminismos nas experiências da Economia Social e Solidária?** 428
¿Cómo venimos trabajando las claves de género y feminismos en las experiencias de la Economía Social y Solidaria?
- Aproximaciones al estudio del trabajo en comedores y merenderos comunitarios en la ciudad de Córdoba** 460
Karina Tomatis
- Articulaciones y desafíos entre economía social y economía feminista y de cuidados en experiencias de la ciudad de Córdoba, Argentina** 478
Adolfo David Buffa, Silvina Buffa, Nora Ceballos, Inés Díaz, Soledad González, Sebastián Vreys
- Desafios do trabalho associado em empreendimentos econômicos solidários de mulheres** 496
Eliene Gomes dos Anjos, Alice Nascimento do Sacramento Salomão, Ana Cristina de Assis Silva
Eliene Gomes dos Anjos
- La sostenibilidad de la vida como clave teórico-política feminista en procesos de formación en extensión en economía social y solidaria** 511
Daniela Osorio-Cabrera, Gabriela Veras Iglesias
- Os enfrentamentos cotidianos das mulheres quilombolas: o caso das produtoras de remédios fitoterápicos no centro de plantas medicinais do cedro, GO** 532
Aline Grigório da Silva, Janice Rodrigues Placeres Borges, Josiel Souza Silva
- Relações de trabalho e gênero de mulheres em empreendimentos solidários no contexto da pandemia de COVID-19** 535
Isabela Bruno de Souza, Sibelle Cornélio Diniz, Bruno Siqueira Fernandes
- Trabajo de cuidado no remunerado en Paraguay: efectos, avances y desafíos desde una perspectiva social** 557
Marcela Achinelli Báez

APROXIMACIONES AL ESTUDIO DEL TRABAJO EN COMEDORES Y MERENDEROS COMUNITARIOS EN LA CIUDAD DE CÓRDOBA

460

Karina Tomatis, Universidad Nacional de Córdoba
karina.tomatis@unc.edu.ar

Resumo

En la contribución presentamos los avances de la investigación “(Re)mapear las respuestas contra el hambre. Procesos y condiciones de trabajo en comedores y merenderos desde una perspectiva de género en la ciudad de Córdoba”, que se propone reconocer los procesos y las condiciones de trabajo que se dan en los comedores y merenderos en la ciudad de Córdoba desde una perspectiva feminista, aportando a la comprensión del trabajo como un soporte fundamental en el sostenimiento de la alimentación y otras actividades que amplían los niveles de reproducción social. Los comedores y merenderos comunitarios son espacios colectivos y organizados que de manera integral atienden la problemática alimentaria, en conjunto con otras actividades de cuidado que permiten la reproducción social de los sectores más desprotegidos. El trabajo socio-comunitario, que se despliega en estos espacios principalmente sostenido por mujeres, en la última década ha crecido exponencialmente, como parte de la infraestructura popular que contribuye a la reproducción de la vida cotidiana. Ello refleja su centralidad en la provisión de bienestar, como una cuarta esfera entre la familia, el Estado y el mercado, con especial protagonismo en los momentos de crisis económicas. Las referencias históricas de estos espacios nos permiten reconstruir los momentos de crisis que fueron dibujando en los territorios un entramado comunitario, como expresión del antagonismo social y desde una capacidad concreta, práctica y creativa de cooperación y reciprocidad. A partir de la intensificación de los procesos de empobrecimiento y la creciente necesidad de resolver sus consecuencias, estas mujeres han devenido en efectoras comunitarias de derechos humanos fundamentales. Así, el trabajo femenino, históricamente confinado a la esfera privada, se resignifica y problematiza en espacio público de manera colectiva; en la comunidad se despliegan redes, relaciones sociales, se gestiona de manera colectiva lo que principalmente se encontraba relegado en es el ámbito privado. En el trabajo recuperaremos algunas referencias que permitan situar históricamente y territorialmente el trabajo socio-comunitario en la ciudad de Córdoba, en términos de un mapa que da cuenta de su extensión e intensificación tempo-espacial. A partir de ello, avanzaremos en caracterizar este trabajo desde información cuantitativa primaria que surge de un relevamiento realizado en el marco de la investigación, dando cuenta de la filigrana productivo-reproductivo expresada en los procesos y condiciones de trabajo, las brechas de género y feminización en las tareas.

Palavras-chave: trabajo socio-comunitario; procesos y condiciones de trabajo; brechas de género; feminización de las actividades socio-comunitarias.

Abstract

In the contribution we present the progress of the research “(Re)mapping responses against hunger. Processes and working conditions in soup kitchens from a gender perspective in the city of Córdoba”, which aims to recognize the processes and working conditions that occur in the soup kitchens in the city of Córdoba from a feminist perspective, contributing to the understanding of work as a fundamental support in sustaining food and other activities that expand the levels of social reproduction. Community Soup kitchens are collective and organized spaces that comprehensively attend to food problems, together with other care activities that allow the social reproduction of the most unprotected sectors. Socio-community work, which is carried out in these spaces mainly supported by women, has grown exponentially in the last decade, as part of the popular infrastructure that contributes to the reproduction of daily life. This reflects its centrality in the provision of welfare, as a fourth sphere between the family, the State and the market, with a special role in times of economic crisis. The historical references of these spaces

allow us to reconstruct the moments of crisis that were drawing a community framework in the territories, as an expression of social antagonism and from a concrete, practical and creative capacity for cooperation and reciprocity. From the intensification of impoverishment processes and the growing need to resolve their consequences, these women have become community effectors of fundamental human rights. In this way, female work, historically confined to the private sphere, is resignified and problematized in public space in a collective way; in the community, networks and social relations are deployed, it is managed collectively, what was mainly relegated to the private sphere. In the work we will recover some references that allow us to situate socio-community work in the city of Córdoba historically and territorially, in terms of a map that accounts for its temporal-spatial extension and intensification. From this, we will advance in characterizing this work from primary quantitative information that arises from a survey carried out in the framework of the research, accounting for the productive-reproductive filigree expressed in the processes and working conditions, gender gaps and feminization in the tasks.

Key-words: socio-community work; working processes and conditions; gender gaps; feminization of socio-community activities.

Introducción

En estas páginas nos interesa recuperar algunos avances de la investigación “(Re)mapear las respuestas contra el hambre. Procesos y condiciones de trabajo en comedores y merenderos desde una perspectiva de género en la ciudad de Córdoba”⁴⁹ (Argentina) que nos permiten aproximar al estudio del trabajo socio-comunitario.

Los comedores y merenderos comunitarios (en adelante, CyMC) son espacios colectivos y organizados que de manera integral atienden la problemática alimentaria, en conjunto con otras actividades de cuidado, especialmente de niños y ancianos, que permiten la reproducción social de los sectores más desprotegidos. Distintos tipos de trabajos se despliegan bajo tiempos, procesos comunitarios y asociativos, que generan valores de uso; trabajo socio-comunitario que en buena parte es llevado adelante por mujeres.

La situación de emergencia sanitaria y social motivada por la pandemia mundial, evidenció su centralidad e importancia estratégica, que el DNU 297/2020 reconoció como "servicio esencial" (art. 6, pto.8), más allá de su carácter predominante de no remunerado y de invisibilización en tanto expresión de la conflictividad social.

A partir de la intensificación de los procesos de empobrecimiento y la creciente necesidad de resolver sus consecuencias, estas mujeres han devenido en efectoras comunitarias de derechos humanos fundamentales. Así, el trabajo femenino,

⁴⁹ El proyecto de investigación y desarrollo orientado ha sido aprobado y financiado el Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación (MINCyT) según Aporte No Reembolsable en el marco del Programa “Ciencia y Tecnología contra el Hambre”. Préstamo CAF - CFA 8919.

históricamente confinado a la esfera privada, se resignifica y problematiza en espacio público de manera colectiva; en la comunidad se despliegan redes, relaciones sociales, se gestiona de manera colectiva lo que principalmente se encontraba relegado en es el ámbito privado. Reconocemos, así, un circuito amplio del trabajo que expande los niveles de bienestar (Picchio, 2001).

En el trabajo recuperaremos algunas referencias que permitan situar históricamente y territorialmente el trabajo socio-comunitario, en términos de un mapa que da cuenta de su extensión e intensificación tempo-espacial. A partir de ello, avanzaremos en una serie de dimensiones de análisis que permitan (re)mapear el trabajo que da respuesta a la problemática del hambre, en tanto es necesario ampliar el concepto mismo de trabajo, incorporar procesos no reconocidos que generan valor; retomando resultados preliminares significativos de la investigación.

Referencias metodológicas

El relevamiento cuantitativo llevado adelante desde la investigación, y del que se recuperan sus resultados en este trabajo, se realizó a través de una encuesta realizada a trabajadoras/es de comedores y merenderos comunitarios de la Ciudad de Córdoba, Argentina, en un trabajo de campo que se extendió entre el 28 de marzo y el 30 de mayo de 2022. El instrumento se propuso caracterizar los procesos y condiciones de trabajo que sostienen las actividades de estos espacios socio-comunitarios atendiendo a una perspectiva de género que permita identificar las brechas. A su vez, se relevaron los recursos materiales, herramientas y capacidades personales y comunitarias que se despliegan, identificando aquellas que requieren ser fortalecidas en los espacios.

Para ello, se diseñó una encuesta que abordó las siguientes variables: características y actividades desarrolladas por el ESC, caracterización socioeconómica y familiar de las trabajadoras, participación en los procesos de producción de alimentos, localización y apropiación.

En su aplicación, se retomaron bases de datos de CyMC de estudios previos de la Facultad de Ciencias Sociales de la UNC. Se seleccionaron espacios diferentes considerando: su pertenencia a organizaciones de segundo grado, la zona de la ciudad donde se encuentra emplazado y el desarrollo de otras actividades además de la prestación de servicios alimentarios; y luego, al interior de esos espacios, se consideró la diversidad de género y de roles. A su vez, según la cantidad de integrantes de los espacios, se

consideró encuestar a quienes se identifican como referentas-trabajadoras⁵⁰, a fines de considerar recuperar información específica del espacio. La muestra final quedó conformada de la siguiente manera: se encuestaron 150 trabajadoras y trabajadores (incluidas quienes cumplen la función de referencia) pertenecientes a 51 ESC diferentes, todos ellos de la ciudad de Córdoba.

De transformaciones y transiciones del trabajo

A partir del último cuarto del siglo XX, a nivel mundial, se dieron profundas transformaciones estructurales en los procesos de acumulación del capital, centrado en la financiarización de las economías⁵¹, que trajeron aparejados importantes cambios para las y los trabajadores; proceso que han sido denominados de diferentes maneras desde aquellos aportes que debaten con las tesis del fin del trabajo; Mezzadra y Neilson (2016) lo caracterizan como “multiplicación del trabajo”, para Ricardo Antunes (2006: 3) una “nueva morfología o polisemia del trabajo”⁵². Heterogéneas formas como subempleo, tercerización, trabajo asalariado no registrado, trabajos temporales, junto a diversas formas de trabajo no asalariado, cuentapropismo, familiar, comunitario, se constituyeron en recurrentes modalidades.

El concepto de multiplicación del trabajo resulta esclarecedor para reconocer su carácter específico en nuestro tiempo y nos ofrece un paraguas para el estudio del trabajo socio-comunitario, en tanto éste representa una actividad que se engarza en los territorios rompiendo los límites que separan el trabajo productivo y reproductivo.

Partiendo de asumir *la frontera como método*, introducimos una serie de conceptos que tratan de dar cuenta de las mutaciones del trabajo, del espacio, del tiempo, del poder y de la ciudadanía que acompañan a la proliferación de las fronteras en el mundo actual. Entre estos conceptos se encuentran la multiplicación del trabajo. (Mezzadra y Neilson, 2016: 28)

⁵⁰ Referimos con referentas-trabajadoras a aquellas personas que tienen una mirada global del espacio, que coordinan las tareas y organizan la multiplicidad de prácticas que se desarrollan en el espacio, además de asumir tareas de gestión institucional.

⁵¹ Siguiendo a Marazzi (citado en Mezzadra y Neilson, 2016: 133) “la economía financiera hoy se ubica, es decir, se despliega a través de todo el ciclo económico, co-existiendo con él [...] se han vuelto ‘consustanciales a toda la producción misma de bienes y servicios’ (29)”, con la finalidad de absolver plusvalía desde mecanismos que no implican la directa explotación del trabajo vivo.

⁵² Ricardo Antunes reconoce en el neoliberalismo y la restructuración productiva de las últimas décadas “profundas mutaciones en el interior del mundo del trabajo” (2005: 1), que muestran una ampliación del universo de trabajadores y trabajadoras que desbordan la forma asalariada y “deambulan por el mundo, como prometeos modernos, a la búsqueda de algo para sobrevivir” (2006: s/d).

Los autores identifican tres modos que permiten caracterizar los procesos y hacer operativa la categoría. Por una parte el carácter heterogéneo definido por los regímenes legales y sociales que institucionalizan diferentes formas de organización y modalidades en la relación capital-trabajo. En segundo lugar la diversificación, que profundiza los límites de la clásica división social y técnica del trabajo. Por último, la intensificación del trabajo que empuja a una “tendencia a colonizar la totalidad de la vida de los sujetos” (142). Estas modalidades se conjugan en el rompimiento de las fronteras clásicas de la fábrica desarrollando una mayor flexibilización y colonización de los tiempos y espacios en la esfera social y personal, así también como (o con la finalidad de) terreno fértil que se subordina a la lógica de la valorización financiera. El trabajo consolida una “cooperación social compleja y altamente heterogénea” (Gago y Mezzadra, 2015: 43) con cierta condición de exterioridad del capital frente al trabajo que desdibuja el comando de uno sobre el otro.

La multiplicación del trabajo nos permite reconocer los modos que se reconfigura la organización del trabajo, teniendo como contracara el imperativo de ganarse la vida o el “miedo al hambre” que Polanyi [1957](2012: 296) reconoce como motor para el funcionamiento del sistema. Las diversas y heterogéneas formas que asume resignifican el proletariado multiplicando, extendiendo, las formas de “vida sin salario” (Denning, 2011). La no existencia de un salario regular, estable y sostenido desde soportes de seguridad social para amplios sectores de quienes viven de su trabajo, implica la disposición y movimiento de diversas actividades, tareas, tiempos y recursos generadores de ingresos y de infraestructura popular que dan lugar a procesos -podríamos decir además institucionalizados en términos de Polanyi [1957](2012)- que permiten producir y reproducir las condiciones materiales de existencia. Allí es donde identificamos las economías populares, compuestas de actividades subordinadas directa o indirectamente a la lógica del capital, desarrolladas por amplios sectores de población con el objetivo de garantizar (en la medida de lo posible), desde el uso de la propia fuerza de trabajo y los recursos disponibles, la satisfacción de necesidades en términos microeconómicos, mas la reproducción social como “condición de fondo para la acumulación de capital” (Fraser, 2014: 65). Y mientras el capital se reproduce en la “imbricación funcional” entre lo mercantil con las relaciones sociales no mercantiles, imbricación de la que extrae valor, las actividades económicas populares requieren su realización de manera ininterrumpida, de un continuo de movimiento de su trabajo vivo.

En términos de Mezzandri (2019), bajo procesos de subsunción formal del trabajo al capital donde predominan estables formas de explotación, estos y estas trabajadoras sin salario “viven, a la vez, dentro y más allá de la teoría marxista del valor del trabajo, subvirtiendo y difuminando nuestras categorías teóricas y desafiando nuestra política”⁵³(39). A partir de ello es necesario ampliar el concepto de trabajo y de producción, lo que implica ampliar la frontera del clásico concepto de trabajo productivo junto al reproductivo. Y cuando decimos ampliar, no nos referimos a reconocer tareas que se dan en ámbitos diferenciados, tiempos delimitados, sino a reponer la dimensión reproductiva como parte de una filigrana junto a la productiva.

¿Es posible acercarse a esta multiplicación del trabajo en Argentina? ¿Es posible cuantificar las economías populares? Claramente significan un quiebre histórico en este recorrido los procesos económicos y políticos que desatan las dictaduras militares en los países de América Latina, así como Argentina, y que con determinación van a poner en marcha un disciplinamiento de la sociedad, un disciplinamiento de los cuerpos y un disciplinamiento, principalmente, del trabajo; más allá (o más acá) de las tendencias internacionales en torno a los modos de organizar el capital y el trabajo. Estos gobiernos darán inicio a las políticas de corte neoliberal, con un lugar central del mercado en la organización de las sociedades y una cambio en el rol de las finanzas; profundizadas en los gobiernos democráticos que las sucedieron. En Argentina, esta condición fue profundizada en el marco de una larga depresión económica que se extendió desde 1998 hasta 2002⁵⁴, momento en donde tienen lugar la “problematización radical sobre el trabajo y la vida digna desacoplada del régimen salarial” (Gago, 2019: 135) desde los movimientos de trabajadores desocupados. Para esos años los niveles de desempleo⁵⁵ llegaron, a inicios del año 2003, al 20,4% -subocupación del 17,7%-, para luego entrar en un descenso y estabilizarse en valores en torno al 7% u 8% -subocupación del 8% al 10%-⁵⁶.

Para enriquecer el análisis en torno a los modos en los que se transforma el mundo del trabajo en esas décadas es importante caracterizar su heterogeneidad desde el trabajo

⁵³ La traducción es propia.

⁵⁴ La profunda y extensa crisis del periodo 1998-2002 significó una reducción del PBI del 18,3% y una contracción del empleo del 6,1%.

⁵⁵ Elegimos la tasa de desempleo como un dato que da cuenta de la población parte de las economías populares, si bien la reconocemos como una categoría normalizadora de un sujeto proletario que no es reconocido oficialmente como tal ya que se caracteriza desde el no-ocupado (Denning, 2011).

⁵⁶ Fuente: Serie Histórica, Encuesta Permanente de Hogares, Mercado de Trabajo. INDEC (Instituto Nacional de Estadísticas y Censos)

asalariado no registrado⁵⁷ y el trabajo no asalariado por cuentapropia, pudiendo dar cuenta de cómo deja de tener centralidad una sociedad salarial que propiciaba el pleno empleo, para pasar a una sociedad fragmentada que se reproduce desde el “pleno trabajo”.

El trabajo no asalariado por cuenta propia, que permite acercarnos a la caracterización del sector de trabajadores que desarrollan actividades socio-productivas de las economías populares, representa para 1960 el 13% de la población ocupada vinculado a los procesos de industrialización desde mediados del siglo XX. En las décadas siguientes experimentará un crecimiento en tanto “mecanismo compensador de la falta de dinamismo del empleo en el sector formal de la economía” (Chitarroni, 2013: 9). Pasará a tener un peso del 20% al 25% como opción contracíclica a la capacidad de absorción de mano de obra del mercado de trabajo y la necesidad de incrementar el ingreso personal. Desde la década de 1990 se verifica un cambio en su composición, con crecimiento de los puestos de actividades de supervivencia y oficios⁵⁸, creciendo en cantidad de trabajadores/as y decreciendo en nivel de ingreso respecto de la media salarial. En 1980 el ingreso medio cuentapropista representaba un 1.07 de la media de asalariados registrados (Chitarroni, 2013), mientras que esa relación fue deteriorándose para promediar 0.65 entre 2003 a 2009, 0.61 entre 2010 a 2019, hasta llegar desde el año 2020 a 0.50, es decir, la mitad (MTEySS – SSPEyE, 2021).

Bajo un complejo escenario, que empieza a crujiar en la década de 1960 y acelera su erosión en las siguientes, el mundo del trabajo se transforma y muestra múltiples situaciones de heterogeneidad. A su vez, desde las referencias que recuperamos en torno a los ingresos en el cuentapropismo, es posible acercarnos al concepto de intensificación. ¿Cuánto y cómo es necesario trabajar para poder subsistir?

El trabajo en comedores y merenderos comunitarios

⁵⁷ El trabajo asalariado no registrado pasa de representar entre el 15% y el 17% a mediados de la década de 1970 (Chitarroni, 2013), para crecer de manera ininterrumpida las décadas siguientes: 25% en 1985, 34% en 1995, y llegar a su pico de 44% en 2004. A partir del año 2005 los valores se estabilizan en torno al 33% y 34%.

⁵⁸ En el cuentapropismo una posible clasificación es entre profesionales, de oficio y de subsistencia. El cuentapropismo de oficio lo agrupan una variedad de pequeños productores independientes y de trabajadores especializados autónomos, ocupaciones calificadas, con desarrollo de actividades económicas en general informales; mientras que el de subsistencia incluye a ocupaciones no calificadas que se desarrollan con bajos niveles de capital y, por lo tanto, con una productividad también baja. Los niveles de ingresos de estos últimos son similares a las y los trabajadores asalariados no registrados en sectores productivos similares bajo condiciones precarias -vendedores ambulantes, peones, ayudantes, aprendices, cuidadores, changarines, etc.-. (Lepore y Schleser, 2006)

Según el Registro Nacional de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular (RENATEP)⁵⁹ para febrero de 2022 ascendían a 526.771 personas en todo el territorio argentino, con una mayoría de mujeres, las personas inscritas que desarrollan tareas y actividades laborales en CyMC, un 16% del total de las inscriptas.

El trabajo socio-comunitario en la última década ha crecido exponencialmente, desde el despliegue de infraestructuras populares que contribuyen a la reproducción de la vida cotidiana, que van más allá de la asistencia alimentaria. Se pueden identificar una diversidad de actividades de cuidado que se integran a la alimentación (o viceversa, donde ésta se integra), como apoyo escolar, actividades culturales y deportivas, recreación; así como otras que surgen a partir de gestiones de las organizaciones y que cumplieron un papel fundamental durante las medidas de aislamiento durante la pandemia covid-19, como promoción de la salud y acompañamiento en violencia de géneros. Ello refleja su centralidad en la provisión de bienestar, como una cuarta esfera entre la familia, el Estado y el mercado, con especial protagonismo en los momentos de crisis económicas (Zibecchi, 2014).

Si nos situamos en la ciudad de Córdoba como un modo de explorar los contornos de este trabajo, para junio del 2021 el Registro Municipal había relevado 782 CyMC⁶⁰, que se ubican principalmente en los barrios de mayor relegación urbana, en una acumulación de condiciones precarias: del hábitat, de la tenencia de la tierra, de movilidad, laborales, entre otras tantas infraestructuras sociales que han sido “economizadas” y “adelgazadas” por el Estado en el neoliberalismo (De Martinis, 2011, citado en Magliano, 2018).

Las referencias históricas de estos espacios nos permiten reconstruir los momentos de crisis que fueron dibujando en los territorios un entramado comunitario, en términos de Gutierrez Aguilar (2017), como expresión del antagonismo social y desde una capacidad concreta, práctica y creativa de cooperación y reciprocidad.

⁵⁹ El RENATEP es un Registro público creado bajo la órbita del Ministerio de Desarrollo Social de la Nación Argentina en el marco de una nueva prórroga y modificación de la Ley de Emergencia Pública, Ley N° 27345, sancionada en diciembre del 2016, como parte de una serie de dispositivos institucionales específicos de reconocimiento y tratamiento a las problemáticas del sector de la economía popular. El Registro logra implementarse a partir de julio de 2020.

⁶⁰ Información extraída de la nota de prensa oficial de la Municipalidad de Córdoba, “Llaryora anunció la entrega de becas a 529 comedores y merenderos a través de la Tarjeta Activa” (11/06/2021). Disponible en: <https://cordoba.gob.ar/llaryora-anuncio-la-entrega-de-becas-a-529-comedores-y-merenderos-a-traves-de-la-tarjeta-activa/>

En setiembre 2021 el registro se había ampliado a 960 según entrevista a una funcionaria de alto rango en el área de Política Social.

Quienes se insubordinan y luchan, quienes desbordan lo instituido y trastocan el orden, lo hacen con mucha frecuencia, a partir de la generalización de múltiples acciones y saberes cooperativos que anidan en las más íntimas e inmediatas relaciones de producción de la existencia cotidiana. (34)

Tomando como referencia el relevamiento llevado adelante en la investigación, el espacio más antiguo que aún hoy sostiene actividades fue creado en 1957. Si bien esto, principalmente desde la crisis hiperinflacionaria de 1989 tienen mayor incidencia los CyMC en Córdoba, en sus inicios reforzando la prestación alimentaria de los comedores escolares que desde hacía unos años funcionaban bajo el paraguas del Programa PAICOR (Programa de Asistencia Integral de Córdoba); y en contención a la profunda crisis donde la alimentación se presentaba como una emergencia no sólo para niñas y niños, sino que atravesaba en general a las barriadas más desprotegidas (Boivin y Rosato, 1998). Para los años 2000 y 2001 toman nuevamente significancia la creación de nuevos espacios, con una fuerte politización de la reproducción social desde los movimientos piqueteros. Sin embargo, desde el año 2015 pasan a ser parte de un mapa no sólo estable, también extenso, triplicando su número entre ese año y el 2019.

Y lo que aquellos movimientos inventaron como formas de autogestión de una multiplicidad de trabajos sin patrón se ha sostenido durante la llamada “recuperación económica” de la década siguiente de modo tal que ha estabilizado y sistematizado un nuevo paisaje proletario. Esa trama es la que nombramos ahora como “economías populares” e implica también un modo de gestión de los subsidios provenientes del Estado que tiene su origen en las conquistas del movimiento piquetero. (Gago, 2019: 135)

La temporalidad de las economías populares enlaza las nuevas figuras proletarias que viven sin salario, las capacidades y estrategias económicas cotidianas desde lo comunitario recreando infraestructuras que suplantán las funciones estatales disminuidas, desbordadas, al tiempo que se constituyen en gestoras de derechos, servicios y soportes sociales fundamentales.

Ampliar el concepto de economía, ampliar el concepto de trabajo

Como parte de esta producción escrita nos interesa delimitar dimensiones de análisis que permitan (re)mapear el trabajo, como lo venimos marcando, que desde el ámbito comunitario enlaza las múltiples separaciones que tanto en las ciencias sociales como en el mismo devenir histórico de la modernidad se han construido. En esta tarea es

necesario ciertos desplazamientos que amplíen el concepto de economía y, por tanto, de trabajo.

Nancy Fraser (2014) nos interpela en la caracterización del capitalismo como un sistema económico, descubriendo las condiciones de fondo “no económicas” que sostienen relaciones sociales estructurales que aparecen como “económicas”. La primera cuestión a señalar es en relación a la forma institucional mercado. El pensamiento económico hegemónico se ha ocupado desde sus inicios en igualar la economía en general al mercado, profundizada en el neoliberalismo, ante todo como una enunciación.

Reducir la esfera del género económico, específicamente, a los fenómenos del mercado es borrar de la escena la mayor parte de la historia del hombre [preferimos decir humanidad, y en especial de mujeres y disidencias sexuales]. Por otro lado, ampliar el concepto de mercado a todos los fenómenos económicos es atribuir artificialmente a todas las cuestiones económicas las características peculiares que acompañan al fenómeno del mercado. Inevitablemente, esto perjudica la claridad de ideas. (Polanyi [1977], 1994: 78). Desde este primer desplazamiento es posible avanzar en un movimiento que permite descubrir lo que está detrás de la “morada oculta de la producción” desarrollada por Marx, primera capa que el pensador devela, ya que pone en evidencia la explotación como mecanismo para la acumulación de capital. Hasta aquí no es el mercado el que crea valor, es el trabajo.

El segundo movimiento implica “el giro epistémico de la producción a la reproducción social: las formas de aprovisionamiento, atención e interacción que producen y sostienen los vínculos sociales” (Fraser, 2014: 64)⁶¹; poniendo el trabajo reproductivo como un problema de la esfera pública y no de los hogares, porque “el trabajo reproductivo es un momento de la producción capitalista” (Federici, 2018: 33). El confinamiento de las actividades y tareas reproductivas a la esfera de lo privado ha permitido marcar su carácter externo al capital, esa separación que se refuerza por su condición no remunerada. Y de modo similar ha funcionado el trabajo socio-comunitario que reproduce la vida, sostenido desde valores y principios como la solidaridad, la ayuda mutua, la cooperación que normalizan su existencia también en un afuera del capital.

⁶¹ La autora define tres giros epistémicos para comprender las condiciones de fondo, el primero de ellos es en torno a la reproducción social que mencionamos, al que se suman la relación naturaleza humana y no humana, es decir, la ecología, y la relación economía-política en tanto el rol de los poder público, del Estado en la constitución de la economía capitalista. En el trabajo avanzaremos principalmente en la esfera de lo reproductivo, sin desconocer la conexión, interrelación, que configuran al capitalismo como un “orden social institucionalizado” basado en esas separaciones como habilitadoras de la opresión.

Por lo tanto, (re)mapear el trabajo socio-comunitario nos lleva a identificar variables que recojan, cuantifiquen, identifiquen el valor que se extrae a través de un proceso que favorece a la creación de riqueza, mas se invisibiliza, subordina y desprestigia, es decir, ir en la búsqueda del *diferencial de explotación* (Gago, 2019).

Cuerpo-territorio

Resulta potente el uso del concepto de cuerpo-territorio, propuesto por Verónica Gago (2019), en la medida que permite trabajar en la filigrana productivo-reproductivo.

La noción misma enlaza una mirada que explica cómo se estructura hoy la explotación de los territorios bajo modalidades neoextractivas y cómo éstas reconfiguran también la explotación del trabajo, mapeando las consecuencias en la vida cotidiana que producen los despojos de los bienes comunes. Por eso es estratégica en un sentido muy preciso: expande un modo de “ver” desde los cuerpos experimentados como territorios y de los territorios vividos como cuerpos. (96)

De los datos recogidos en la investigación, surge que los CyMC son iniciativas de los territorios, de las y los propios vecinos, para contribuir a resolver la emergencia alimentaria del barrio y como apoyo a las infancias, en lo escolar y en la recreación. Por ello, principalmente funcionan en casas de familias (47%), de quienes cumplen la función de referentas-trabajadoras, desdibujando los límites entre lo privado y lo comunitario.

Estos espacios se impulsan como estrategia territorial de sostén a dificultades y problemáticas sociales que de manera individual no es posible resolver. Devenidos en espacios socio-comunitarios, desarrollan múltiples tareas, junto con las de la alimentación: el 64% desarrolla tareas de producción y venta de alimentos u otros servicios - moviliza crear nuevas formas de trabajo como respuesta al problema del desempleo y/o posibilidad de un empleo formal-; el 57% actividades de promoción de la salud y el mismo porcentaje hacen de apoyo escolar y de formación; la mitad de los espacios realiza acompañamiento en violencia de géneros, roperos comunitarios; mientras que el 34% produce huertas comunitarias. También colaboran en el acceso a diferentes programas estatales (especialmente cuando los trámites son virtuales), en actividades socio recreativas, en el acompañamientos específicos a distintos grupos vulnerables (niños, niñas y adolescentes, adultos mayores, personas con distintas discapacidades), organizando ferias y trueques, entre otras tantas actividades.

Avanzando en la caracterización de quienes trabajan en los CyMC se verifica el carácter altamente feminizado de la actividad, por lo que reconocemos cuerpos feminizados como sostén principal. El 80% de las personas que se perciben mujeres, en

su mayoría en edades que van de 25 a 45 años (el 34% cuenta con 36 a 45 años y el 29% de 25 a 35 y residentes en el barrio donde se encuentra emplazado el espacio socio-comunitario. A su vez, en un 80% estas mujeres tienen a cargo hijas/os de hasta 14 años. Y en términos laborales, el 51% cuenta con otra actividad laboral adicional a las tareas que desarrolla en el CyMC. Ello da cuenta de un conjunto significativo de trabajadoras socio-comunitarias que enfrentan una triple jornada laboral donde articulan su rol productivo, reproductivo y de gestión comunitaria.

Estas estrategias de trabajo combinadas tienen un carácter estable, en promedio se reporta una antigüedad laboral de alrededor de cinco años, que se amplía a 7.5 años entre referentas-trabajadoras quienes en general se identifica como quienes han creado el CyMC.

Cuando indagamos las razones por las cuales desarrollan actividades en el espacio, expresaron más de una. Sin embargo, destaca la expresión en torno al interés, gusto y posibilidad de despejarse respecto de sus problemáticas personales que brinda el trabajo en este tipo de espacios (73%). Luego, sigue el reconocimiento de su tarea como trabajo: "... lo hago por trabajo" o "... es mi trabajo", que reporta un 36% de las respuestas (sobre todo, son las personas que acceden a una remuneración principalmente de algún programa estatal); así como la necesidad de aportar a la organización, en un 33% de las respuestas.

En los CyMC se dan una diversidad de actividades y tiene correlato en el tiempo de trabajo que dedican quienes las sostienen. En términos semanales, las trabajadoras destinan tres días a la semana en promedio al trabajo, mientras las referentas-trabajadoras destinan cuatro días. Si incorporamos la distinción por género, en promedio las mujeres dedican cuatro días a la semana al trabajo en el espacio y los varones tres días, bajo una distribución bien dispersa en ambos casos. Unas 51 de las 131 mujeres (39%) trabajan cinco días o más a la semana, 32 (24%) lo hacen en dos días y 28 (21%) tres días. Entre los varones, casi un 70% de los entrevistados trabaja tres o menos días a la semana en las tareas socio-comunitarias.

Por el lado de la dedicación horaria, en promedio se trabaja 5 horas 36 minutos por día. Este tiempo resulta mayor en el caso de las referentas-trabajadoras (con 7 horas diarias), en relación a las casi 5 horas que dedican las trabajadoras. En cuanto al género, del relevamiento se desprende que en promedio por día tanto varones como mujeres dedican un tiempo similar, 5 horas 45 minutos y 5 horas 35 minutos, respectivamente. Si extendemos esta variable a la dedicación semanal promedio, se reconocen

aproximadamente 16 hs en varones y 20 hs en mujeres, al contar estas con mayor asistencia en días. Si distinguimos por funciones, las referentas-trabajadoras dedican 30 hs. semanales y las trabajadoras 15 hs.

Una característica del trabajo comunitario es que, más allá de las tareas y actividades que se realizan de manera rutinaria (lo cual permite identificar una cierta carga laboral entre quienes participan en estos espacios), existe un sinnúmero de tareas que se enmarcan en el trabajo del espacio y se dan en horarios no habituales. Esta distribución de los tiempos presenta variantes si analizamos según el rol que se ocupa en el ESC. La mayor carga laboral de las referentas-trabajadoras en relación con las trabajadoras se refleja también en una mayor porción de tareas por fuera de los horarios y actividades rutinarias. Un 84% de las personas referentas realiza tareas por fuera de los horarios habituales, mientras en las trabajadoras representa un 50%. Es decir, la actividad socio-comunitaria las requiere a tiempo completo.

Así se conforma en y desde esos cuerpos-territorios, con distintas temporalidades y lugares, lo común junto a lo productivo, la reproducción social desde lo comunitario.

Procesos de localización y apropiación

Indagar sobre los procesos de localización –desplazamiento en el espacio de las cosas- y apropiación –circulación entre manos o personas y derechos en torno su circulación- (Polanyi, 1977) permitirán describir y caracterizar la interacción, las condiciones y posibilidades que estructuran y estabilizan las relaciones sociales como parte de la contingencia, mapeando el trabajo en una economía relacional (Simone, 2018)⁶². Esta dimensión será fundamental para cuantificar y cualificar en los procesos situados las modalidades que asume la multiplicación del trabajo, así como arreglos colectivos.

Es aquí donde será posible reconocer y visibilizar el trabajo concreto de las economías populares y el carácter del trabajo socio-comunitario en particular, desde los tiempos, tareas y actividades que se despliegan. Esta dimensión, cualitativa y cuantitativa, entenderá de saberes, habilidades, tiempos, recursos que se combinan junto a la fuerza de trabajo en los ámbitos de producción, gestión, comercialización, consumo y cuidados.

Dada la multiplicidad de tareas en las que participan las encuestadas, cabe indagar sobre el número de actividades vinculadas a la alimentación que las personas realizan en

⁶² AbdouMaliq Simone reflexiona en la entrevista de Cristina Cielo: “Si esto no funcionaba, siempre había algo más que se podía intentar. Esta gestión de la contingencia, de la incertidumbre, era un modo de asegurar la residencia y las relaciones con los demás” (2018: 163).

una rutina diaria dentro del espacio. Entre trabajadoras y referentas-trabajadoras se plantea una leve diferencia en el promedio de tareas que realizan. En el primer caso, hablamos de 7 tareas en promedio, mientras en el segundo caso, se acerca a las 9 tareas, de un conjunto de actividades listadas que ascendían a trece.

En cuanto a la distribución de tareas por género, la marcada feminización de la actividad socio-comunitaria se traduce en una distribución de tareas entre las mujeres que define en buena medida la distribución de tareas en general. Las mujeres realizan en promedio 8 tareas y en el caso de los hombres estas se acercan a 6. Este patrón refleja que, la división por género se expresa no solo en un mayor número de tareas realizadas entre las referentas (donde más del 90% son mujeres), sino también en una mayor diversidad de tareas entre las mujeres.

En nuestro relevamiento, cuando indagamos específicamente sobre las actividades que dan como resultado la provisión de alimentos, a partir del listado de trece tareas que caracterizan este proceso, es posible reconocer las características de una división técnica del trabajo considerando particularidades por género y funciones/rol en el CyMC. Con una participación entre un 70% y 80% de las personas, se encuentran las actividades de decisión, organización y limpieza de la cocina, la preparación, la cocción y la distribución de los alimentos. Se trata de tareas que requieren una significativa coordinación por su intensidad en un lapso de tiempo acotado. Destaca el nivel de participación y continuidad en la organización y decisiones sobre la prestación del servicio alimentario (comunicaciones, diseño de menú, distribución de tareas, etc.), dando cuenta de la gestión colectiva del proceso de trabajo en la mayoría de los espacios.

Avanzando en el reconocimiento de las brechas de género, es clara la división sexual del trabajo en torno a las actividades mencionadas para el servicio alimentario, estando mayormente a cargo de las mujeres (de un 75% a un 85%). Son realizadas mayormente por hombres las actividades vinculadas a la provisión de recursos materiales específicos para el proceso de trabajo (conseguir agua, utensilios, leña). En cuanto a las tareas vinculadas a la gestión del comedor/merendero (de recursos, registros y compra de mercadería, registros de entregas), como así también la gestión de recursos para el espacio (con organizaciones, entes estatales, vecinos, etc.); encontramos que participan alrededor de la mitad de las personas encuestadas y son mayoritariamente desarrolladas por las referentas-trabajadoras, principalmente sin rotación en la tarea.

Repertorios de organización, vinculación y politización

474

Esta última dimensión recupera principalmente la dimensión política de las experiencias, no en términos de una escisión de lo económico o del trabajo, sino como un modo de operacionalizar la politización del espacio comunitario, los modos de movilización, pertenencia o vinculación a una organización social de mayor escala y modo de vinculación con otros actores territoriales.

Los procesos de construcción colectiva que tienen lugar en las economías populares, como lo señalamos previamente, son parte de una experiencia política amplia en términos temporales, arraigada en las memorias que circulan entre las personas trabajadoras. Y que se proyectan en formas de organización gremial que representa la heterogeneidad de trabajadores y trabajadoras denominado bajo las definiciones de informales y precarios. Esta herramienta es representativa y operativa para los espacios de CyMC, en tanto construye modos de vinculación con las políticas públicas para financiamiento, provisión de recursos, formación y otras. Así como media en la regulación de procesos y condiciones de trabajo. En este plano, la organización gremial Unión de trabajadores y trabajadoras de la economía popular (UTEP)⁶³, dando continuidad a la CTEP, “creó una demanda por derechos” (Fernandez Álvarez, 2018: 26) para el sector que ha tenido incidencia en las políticas públicas. La principal expresión es la amplitud de cobertura del Programa Potenciar Trabajo (transferencia de ingreso condicionada a la realización de una actividad productiva o comunitaria) que abarca a la gran mayoría de quienes trabajan en los CyMC relevados (76%). En el caso de aquellos espacios que se inscriben en la UTEP la percepción se amplía a 86%.

Los repertorios de organización colectiva a su vez combinan otras organizaciones de base territorial, entidades religiosas, centros vecinales, asociaciones civiles y fundaciones, federaciones cooperativas, como parte de los procesos reticulares.

Conclusiones

La forma concreta que adopta el trabajo en el ámbito comunitario tiene diversidad, amplitud, sostenida desde relaciones tempo-espaciales otras, como expresión de la disposición de medios de trabajo comunes, de condiciones técnicas productivas donde los tiempos no son una cualidad abstracta de la actividad de las y los individuos y su vida cotidiana, sino está supeditada a arreglos de carácter político y territorial, de cómo se van

⁶³ La UTEP tiene como antecedente en su creación a la Confederación de trabajadores de la economía popular (CTEP) formada en Argentina en el año 2011 y reconocida formalmente a partir 2015, desde la asociación de organizaciones sociales y políticas con distintas trayectorias en el campo popular.

definiendo las urgencias y las necesidades de la comunidad, del territorio. A la vez que son expresión de explotación y extracción (Gago, 2019).

En este sentido, se torna fundamental profundizar el estudio sobre los trabajos, remunerados y no remunerados, que permiten el funcionamiento de estos espacios que se organizan para la cobertura de necesidades y cuidados básicos, centradas en lo alimentario; como economías populares que desde la conflictividad social disputan en el espacio público al tiempo que son capaces de crear y sostener instituciones sociales que gestionan la contingencia.

Hemos avanzado en reconocer una serie de dimensiones analíticas que nos permitan (re)mapear el trabajo socio-comunitario desde las múltiples formas y tramas que construye en los territorios y en el tiempo. Estas dimensiones no dejan de ser experimentales en la búsqueda de las intersecciones entre las economías populares y la economía feminista. Son pasos que animan a la reflexión y problematización.

Bibliografía

ANTUNES, R. Los sentidos del trabajo. Ensayo sobre la afirmación y la negación del trabajo. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2005. Taller de Estudios Laborales.

ANTUNES, R. El caracol y su concha: Ensayo sobre la nueva morfología del trabajo. En Revista Herramienta, 31, 2006. <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=337> [Recuperado: 25/03/2021]

BOIVIN, M. Y ROSATO, A. Crisis, reciprocidad y dominación. Publicar, N° 7, 39-59, 1998.

CAMPAÑA COMER BIEN CÓRDOBA. Informe Preliminar Córdoba. Facultad de Ciencias Sociales, UNC, 2019. Disponible: <https://sociales.unc.edu.ar/content/campa-comer-bien-aqu-el-informe-preliminar>.

CHITARRONI, H. Los que se las arreglan solos. Un análisis del cuentapropismo en el mercado de trabajo argentino. Ponencia en el 11° Congreso Nacional de Estudios del TRABAJO, Buenos Aires, 2013. Disponible en: https://www.aset.org.ar/2013/ponencias/p3_Chitarroni.pdf [recuperado 12/12/2020].

DENNING, M. Vida sin salario. New Left Review 66, 2011.

FEDERICI, S. El patriarcado del salario. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M.I. Más allá de la precariedad: prácticas colectivas y subjetividades políticas desde la economía popular argentina. En Íconos Revista de Ciencias Sociales 62, 2018, pág. 21-38

FRASER, N. Tras la morada oculta de Marx. Por una concepción ampliada del capitalismo. En New Left Review 86, Segunda Época, mayo-junio 2014.

GAGO, V. La potencia feminista. O el deseo de cambiarlo todo. Buenos Aires: Tinta Limón, 2019.

GAGO, V. Y MEZZADRA, S. Para una crítica de las operaciones extractivas del capital. Patrón de acumulación y luchas sociales en tiempos de financierización. En Nueva Sociedad 255, Enero - Febrero 2015. págs. 38-52

GIBSON-GRAHAM, J. K. La construcción de economías comunitarias. En Wendy Harcourt y Arturo Escobar (comps.), Las mujeres y las políticas del lugar, México, UNAM, 2007.

Gutiérrez AGUILAR, Raquel. Horizontes comunitario-populares: Producción de lo común más allá de las políticas estado-céntricas. Madrid: Traficantes de sueños, 2017.

LEPORE, E. Y SCHLESER, D. La heterogeneidad del cuentapropismo en la Argentina. Una propuesta de análisis y clasificación. En Serie Estudios N°4 Trabajo, ocupación y empleo. Especialización productiva, tramas y negociación colectiva. Ciudad de Buenos Aires: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, 2006. Disponible en: http://trabajo.gob.ar/downloads/estadisticas/toe_04_completo.pdf [recuperado 12/12/2020].

MAGLIANO, M. J. La división sexual del trabajo comunitario. Migrantes peruanos, informalidad y reproducción de la vida en Córdoba, Argentina. En Revista Estudios Sociales 70, 2019. Disponible en: <https://doi.org/10.7440/res70.2019.08>.

MEZZADRA SANDRO Y NEILSON BRETT. La frontera como método, o la multiplicación del trabajo, Buenos Aires: Tinta Limón, 2016.

MEZZADRI, Alessandra. On the value of social reproduction Informal labour, the majority world and the need for inclusive theories and politics. En Radical Philosophy 2.04 Spring, 2019.

MTEYSS – SSPEyE Dirección General de Estudios y Estadísticas Laborales. Ingreso medio de los ocupados según variables seleccionadas, 2003-2021.

PICCHIO, A. Un enfoque macroeconómico ampliado de las condiciones de vida. Conferencia Inaugural de las Jornadas “Tiempos, trabajos y género”, Barcelona: Universidad de Barcelona, 2001.



POLANYI, K. El sustento del hombre. Biblioteca Mondadori, Barcelona, [1977](1994).

_____:La economía como proceso instituido, en Textos Escogidos. Clacso-UNGS, Buenos Aires, [1957](2012).

RENATEP. Diagnóstico y perspectivas de la economía popular. Reporte Agosto 2021. Registro Nacional de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular. Ministerio de Desarrollo Social, 2021.

SIMONE, A. La productividad de la contingencia en economías populares del sur global. En Íconos. Revista de Ciencias Sociales 62, 2018. Pag. 153-164.

ZIBECCHI, C. Cuidadoras del ámbito comunitario: entre las expectativas de profesionalización y el 'altruismo'. Íconos, Revista de Ciencias Sociales, N°50, Quito, 2014, pp. 129-145.

ARTICULACIONES Y DESAFÍOS ENTRE ECONOMÍA SOCIAL Y ECONOMÍA FEMINISTA Y DE CUIDADOS EN EXPERIENCIAS DE LA CIUDAD DE CÓRDOBA, ARGENTINA.

478

Adolfo David Buffa, (UNC)
adolfo.buffa@unc.edu.ar

Silvina Buffa, (UNC)
silvina.buffa@unc.edu.ar

Nora Ceballos, (UNC)
noraceb@gmail.com

Inés Díaz, (UNC)
dines949@gmail.com

Soledad González, (UNC)
mariasoledad.unc@gmail.com

Sebastián Vreys, (UNC)
sebastian.vreys@gmail.com

RESUMEN

Este trabajo aborda discusiones y resultados preliminares en el marco de una investigación en curso en la que nos aproximamos a conocer prácticas y sentidos construidos entre participantes de organizaciones que abordan experiencias de Economía Social y Solidaria (ESS en adelante) y Economía Feminista (EF en adelante). La denominación de ESS como concepto más difundido, nos remite a “la Otra Economía” centrada en el trabajo y no el capital, en la búsqueda de “otro mundo mejor”: otra economía anclada en otra sociedad, en otras relaciones sociales (Cattani, 2004). En investigaciones previas, identificamos que quienes más sostenían tales experiencias eran mujeres, por lo que propusimos incluir aportes de los Estudios de Género para analizar las experiencias. Sin embargo, tal como los mismos desarrollos de la EF lo advierten, la cuestión no debería limitarse a “cuantificar” la participación por sexo-género en esas experiencias, sino interpelar al estudio del origen de un sistema sostenido en asimetrías de poder y relaciones desiguales para cada rol de género. Así, reconocemos la necesidad de incluir los aportes y cuestionamientos de la EF a la economía hegemónica. Buscamos profundizar desde una mirada interdisciplinaria, en los debates, intersecciones y colisiones que se presentan entre ESS y la EF. Aquí presentamos el estudio de casos de dos “organizaciones intermedias” que trabajan con diferentes organizaciones de base en proyectos vinculados a la ES y/o a la EF. Nos referimos a organizaciones del denominado “tercer sector” que se orientan a promover, acompañar y en algunos casos también a sostener y financiar proyectos y experiencias de Economía Feminista y/o Economía Social, desarrolladas por organizaciones territoriales, organizaciones de base y/o movimientos sociales. Se indagan los propósitos de estas organizaciones, sus trayectorias y agendas, los objetivos que se proponen en torno a temáticas de ES y EF, sus formas organizativas, cómo abordan temáticas y debates de la ESS y la EF, tanto al interior de sus organizaciones como en sus vínculos y trabajos con otras organizaciones; en tal sentido se indagan tópicos como: trabajo, autogestión, cuidados y la relación con el Estado, entre otros. La metodología utilizada consistió en administrar entrevistas en profundidad y el análisis de documentos y producciones de dichas organizaciones. Los resultados parciales obtenidos ofrecen una aproximación a las producciones y disputas de sentido que se construyen al interior de dichas organizaciones y en otras organizaciones con quienes trabajan y articulan, los contenidos que producen en espacios públicos y digitales, los vínculos que se producen y el impacto en la subjetividad de quienes participan de tales experiencias.

Palabras clave: Economía social y solidaria; Economía feminista; Trabajo y autogestión

479

Abstract

This work addresses discussions and preliminary results within the framework of an ongoing research project in which we aim to understand practices and meanings constructed among participants of organizations involved in Social and Solidarity Economy (SSE) and Feminist Economy (FE) experiences. The term SSE, as the most widely disseminated concept, refers to "the Other Economy" focused on labor rather than capital, in the pursuit of "another better world": an economy anchored in a different society and different social relations (Cattani, 2004). In previous research, we identified that women were the ones who mostly sustained such experiences, so we proposed to include contributions from Gender Studies to analyze these experiences. However, as FE developments themselves warn, the issue should not be limited to "quantifying" gender participation in these experiences but should challenge the study of the origins of a system sustained by power asymmetries and unequal relationships for each gender role. Thus, we acknowledge the need to incorporate the contributions and questions of FE to the hegemonic economy. We seek to delve into the debates, intersections, and clashes that arise between SSE and FE from an interdisciplinary perspective. Here, we present a case study of two "intermediary organizations" that work with different grassroots organizations in projects related to SSE and/or FE. We refer to organizations in the so-called "third sector" that aim to promote, support, and in some cases, sustain and finance projects and experiences of Feminist Economy and/or Social Economy developed by territorial organizations, grassroots organizations, and/or social movements. We investigate the purposes of these organizations, their trajectories and agendas, the objectives they propose regarding SSE and FE issues, their organizational forms, how they address SSE and FE topics and debates both within their organizations and in their relationships and collaborations with other organizations. Topics such as work, self-management, care, and the relationship with the State are explored. The methodology used consisted of conducting in-depth interviews and analyzing documents and productions of these organizations. The partial results obtained provide an approximation to the productions and sense disputes that are constructed within these organizations and in other organizations with whom they work and collaborate, the contents they produce in public and digital spaces, the connections they establish, and the impact on the subjectivity of those who participate in such experiences.

Keywords: Social and Solidarity Economy, Feminist Economy, Work, and Self-Management

APROXIMACIONES A ARTICULACIONES POSIBLES ENTRE ECONOMÍA SOCIAL Y ECONOMÍA FEMINISTA

En la actualidad se observa una emergencia de prácticas emancipatorias y debates teóricos en torno a los aportes de los estudios de género y feminismos en general y de la EF en particular, como una perspectiva crítica transversal al enfoque académico dominante. Reconociendo la diversidad de disciplinas desde las que trabajamos los integrantes del equipo de investigación (Economía, Antropología Social, Psicología Comunitaria) buscamos avanzar en diálogos disciplinares e interdisciplinarios que aporten a desarrollos teóricos e intercambios entre diferentes disciplinas y permitan comprender las praxis emergentes y sus posible devenires. En este marco buscamos conocer los debates y producciones de sentido, relativas a dimensiones económicas pero

también a los procesos socioculturales complejos puestos en juego y a las producciones de subjetividad que se construyen en experiencias de ESS y EF y los vínculos que se establecen entre quienes participan de las mismas.

En investigaciones previas (particularmente focalizamos en experiencias de Ferias y otros formas organizativas autogestivas) hemos analizado sus formas organizativas y los modos en que producen e intercambian sus producciones, los discursos y prácticas que construyen en torno a su trabajo y lo producido en común. Así, fuimos identificando que quienes más sostenían tales experiencias eran mujeres en un gran número de casos, por lo que propusimos incluir aportes de los Estudios de Género para analizar las experiencias (Buffa et.al 2019). Sin embargo, tal como los mismos desarrollos de la EF lo advierten, la cuestión no debería limitarse a “cuantificar” la participación por sexo-género en esas experiencias, sino interpelar al estudio del origen de un sistema sostenido en asimetrías de poder y relaciones desiguales para cada rol de género. Fue en este proceso, que fuimos incluyendo lecturas de la EF a la luz de las praxis que buscábamos analizar.

Nos referimos a la EF como una “otra manera de entender el mundo y de construir un marco económico que permita ofrecer los mecanismos adecuados para dar respuesta a las necesidades de las personas, todas y diversas” (Carrasco Bengoa y Díaz Corral, 2018:9), es decir formas de hacer con características particulares y específicas. Al respecto las autoras señalan que el camino que se abre por delante sugiere distintas vías por donde transitar y una “línea relevante que requiere nuestra atención es el crear cada vez redes más sólidas, discutiendo puntos de encuentros y desencuentros con otras economías críticas alternativas a la economía dominante: ecológica, social y solidaria, política, etc.” (op.cit.:10).

Así, reconocemos la necesidad de incluir los **aportes y cuestionamientos que la EF realiza a la economía hegemónica**. Recuperamos los aportes de la llamada “Economía feminista de la ruptura” (Pérez Orozco, 2005: 53) que plantea como objetivo central la satisfacción de las necesidades de la vida. En tal sentido la autora antes mencionada señala tres claves centrales: 1. Crítica al mercado como epicentro de la economía y regulador de la vida, lo que contribuye a la consolidación del homo economicus. Para la autora la sostenibilidad de la vida debe ocupar el rol central de la dinámica económica; 2. Cuestiona las desigualdades referentes a las relaciones de género en la economía heteropatriarcal, sobre todo en cómo se dan las divisiones entre los trabajos productivos y reproductivos;

3. Compromiso de la teoría con la transformación social, pues la EF se propone comprender las relaciones socioeconómicas buscando cambiarlas (Rieiro, Veras, Andrade, 2018).

Existen diversas perspectivas feministas que formulan ciertos **cuestionamientos e interrogantes a la ESS** en pro de advertir los riesgos de asumir una perspectiva patriarcal. Estos planteos parten de la idea de que la relación entre ESS y EF no es una relación natural ni obvia, pues diferentes trabajos vienen advirtiendo los riesgos de que la ESS reproduzca invisibilización y sesgos que produce la economía hegemónica y a la vez cuestiona y "trae al debate y a la práctica de la Economía Solidaria dimensiones inherentes a la estructura de la economía capitalista: la división sexual del trabajo y la separación entre producción y reproducción" (Nobre, 2015: 9).

Cabe destacar que tanto la **EF** como la **ESS** se caracterizan por poner en el centro a la **reproducción ampliada de vida** de las personas y su trabajo y no al capital. En consecuencia, el objetivo del funcionamiento económico desde esta mirada no es la reproducción del capital, sino la reproducción de la vida. La preocupación no está en optimizar la asignación de los recursos económicos, sino en la mejor provisión para sostener y reproducir la vida (Rodríguez Enríquez, 2015).

Hablar de la reproducción de la vida, nos pone en la senda del metabolismo social que se establece entre los seres humanos y la naturaleza de la que formamos parte. La EF hace énfasis en el nudo producción/reproducción, recogiendo los debates sobre el trabajo doméstico y de cuidados. Para ello recupera y desarrolla conceptos analíticos específicos: división sexual del trabajo, organización social del cuidado, economía del cuidado. La EF hace una contribución extensa al estudio de la participación económica de las mujeres, en particular revelando los mecanismos de discriminación en el mercado laboral. Así, ha venido dando cuenta de los determinantes de la menor y peor participación laboral de las mujeres, de la existencia de brechas de género en los ingresos laborales, de procesos de segregación de género horizontal (por rama de actividad) y vertical (por jerarquía de las ocupaciones), de concentración de las mujeres en diferentes espacios de precariedad laboral y desprotección social (Rodríguez Enríquez, 2015). Además la EF entre sus aportaciones principales incluye la ampliación del concepto de trabajo y visibiliza la centralidad del trabajo de cuidados para sostener la vida, esto es la relevancia del cuidado como necesidad vital y como fundamento del sistema económico. Esto nos lleva a situar este trabajo de cuidados en el centro de la reproducción social y a las mujeres, como

sostenedoras de todo el entramado social y económico, en definitiva, de la vida misma (Carrasco Bengoa, Diaz Corral, 2018). Tal como señala Federici la EF ha aportado a “la explicación de la importancia del trabajo de reproducción no solamente para nuestras vidas y para la acumulación capitalista, sino también para la construcción de economías solidarias, de procesos colectivos de auto organización, capaces de incrementar nuestra autonomía del mercado y nuestra resistencia al control del Estado sobre nuestras vidas” (2018:21).

A partir de lo anterior proponemos el concepto de reproducción ampliada de la vida: que el objetivo central de la economía sea garantizar la provisión necesaria para la sostenibilidad de la vida humana y no humana, a través de procesos económicos que preserven la sobrevivencia del planeta (Carrasco, 2006). En la economía ortodoxa se han desplazado las *necesidades* por la elección de *preferencias* “cuando estas necesidades son sustituidas por simples “preferencias”, [significa que] el problema de la reproducción de la vida es desplazado, si no eliminado, de la reflexión económica, pero este es de hecho el problema fundamental de la praxis humana y el punto de partida de una Economía de la Vida” (Hinkelammert y Mora Jiménez, 2008).

EXPERIENCIAS LOCALES DE ARTICULACIÓN ENTRE ECONOMÍA SOCIAL Y ECONOMÍA FEMINISTA

La multiplicidad de experiencias antisistémicas se expresan en prácticas tales como economía del trabajo, economía social, economía popular, emprendimientos solidarios, empresas recuperadas, etc.

En esta investigación en curso nos propusimos identificar y analizar experiencias locales, que muestran la existencia de praxis desarrolladas desde instituciones, grupos autogestivos, movimientos, y colectivos en la Provincia de Córdoba. Buscamos una aproximación a las producciones y disputas de sentido, a los contenidos que ciertos colectivos producen en espacios públicos y digitales (páginas web, documentos que publican, contenidos que producen y circulan por redes sociales, notas periodísticas que relatan sus experiencias y discusiones). Particularmente en este artículo, buscamos poder caracterizar las perspectivas de organizaciones intermedias que desarrollan acciones en pro de acompañar, promover, visibilizar, financiar y/o apoyar experiencias locales de ESS y/o EF. Se busca atender a experiencias en las que se ponen en juego discusiones, debates,

en torno al trabajo, la autogestión y los cuidados desde las perspectivas de la ESS y/o la EF, a los fines de aportar luz respecto los procesos socioculturales que allí se producen.

Compartimos aquí algunos resultados preliminares encontrados al realizar un estudio de casos de dos organizaciones intermedias que trabajan en la ciudad de Córdoba en temáticas de EF y ESS. Tal como mencionáramos al inicio de este trabajo, aludimos a organizaciones intermedias para referirnos a organizaciones del denominado “tercer sector” que se orientan a promover, acompañar y en algunos casos también a sostener y financiar, proyectos y experiencias de EF y /o ESS, desarrolladas por organizaciones territoriales, autogestivas, organizaciones de base y/o movimientos sociales. Los datos aquí presentados, surgieron de la administración de entrevistas en profundidad a integrantes de las organizaciones antes mencionadas, y de la revisión de documentos y comunicaciones producidas por las mismas.

Respecto de la *conformación de las organizaciones* analizadas, encontramos que quienes participan de las mismas son en su mayoría mujeres, por lo que se auto definen como espacios feminizados. En uno de los casos analizados, participan 30 mujeres y 1 varón, y en la otra organización en estudio son 83 mujeres y 17 varones. A su vez las entrevistadas reconocen que son mujeres feministas, con lo que buscan enfatizar que más allá de la condición de género de las participantes, hay una “militancia y activismo” en el posicionamiento de sus integrantes. Una afirmación que reiteran las entrevistadas, es que sus organizaciones son espacios de trabajo y de militancia y/o activismo a la vez. También reconocen que los cargos de mayor jerarquía de cada organización, son ocupados por mujeres feministas. Este dato se destaca en uno de los casos para marcar una diferencia con los inicios de la organización, en los cuales la mayoría de los cargos jerárquicos eran ocupados por varones. Esto se valora como una “conquista de espacios” también al interior de las propias organizaciones.

Respecto a los *modos organizativos*, una de las entrevistadas nos refiere que se conforman de acuerdo a una “lógica y estructura Onegeista”. En todos los casos, sus formas organizativas cuentan con un organigrama que incluye espacios/ roles diferenciados en términos de tareas; responsabilidades y jerarquías en la toma de decisiones. En un caso nos refieren la existencia de un Consejo, un Equipo Ejecutivo, una Dirección colegiada, un Equipo de Administración, y Equipos de Programas. Hay Coordinadoras de cada Programa y un Área de monitoreo, evaluación y aprendizaje. En el otro caso, la institución se conforma por un Equipo de Coordinación, un Equipo de

Administración, Equipos de trabajo por Proyectos con una Coordinación, Colaboradores y Voluntarixs.

Las organizaciones se sostienen principalmente -y en uno de los casos exclusivamente-, a través del **financiamiento** internacional. Esto es un tema de debate reiterado y de controversias, en relación a las temáticas que definen sus agendas y la orientación de las lógicas de trabajo, de acuerdo a los lineamientos que marcan quienes les financian; también al trabajo que se requiere para “generar proyectos financiables”, que identifican como un cierto “mercado del financiamiento internacional” al cual se deben aplicar. Sin embargo, también destacan el hecho de “no depender del Estado” ni contar con financiamiento estatal, lo cual valoran como una condición de “libertad” y “autonomía”, desde la cual poder trabajar y la posibilidad de poder visibilizar -y cuestionar- diferentes problemáticas sociales que abordan sin condicionamientos. El no contar con financiamiento estatal es lo que según una de las entrevistadas, les otorga el carácter de organización autogestiva que “gestiona sus propios recursos”, y en la que sus integrantes se constituyen en sus propios “patrones”.

Al indagar en qué consiste la **misión** de cada organización, en uno de los casos nos refirieron que buscan movilizar recursos y brindar apoyo financiero, técnico y político para fortalecer organizaciones de mujeres y diversidades, que promuevan la justicia de género, étnico-racial y social. Conciben su rol como “un lugar de intermediarias”, que buscan ofrecer oportunidades a organizaciones que requieren recursos económicos y técnicos, para sostenerse o fortalecerse: trabajando desde la filantropía comunitaria y la filantropía feminista, con “el desafío de dejar de ser tan dependientes del Norte”. En documentos de la organización, enuncian que su finalidad es trabajar “para potenciar los activismos de mujeres, identidades y sexualidades diversas. Movilizar recursos y apoyar a organizaciones y movimientos feministas y de la diversidad, como protagonistas del cambio social”.

En el otro caso investigado, refieren que su propósito es incidir en políticas públicas y en prácticas del sector privado, con el objetivo de promover el acceso a los derechos fundamentales de las personas y lograr una sociedad más justa, más equitativa y sostenible; promoviendo valores como la justicia, la transparencia, la democracia y la equidad; una entrevistada expresa: “nuestro posicionamiento pasa por la sostenibilidad, recuperando los aportes desde la economía feminista, el ecologismo y el ambientalismo”.

En todos los casos, los objetivos de las organizaciones son más amplios que los relativos a temáticas de la ESS y la EF, aunque estos temas constituyen las problemáticas centrales que abordan en ciertas Áreas o Programas. Reconocen que en la agenda actual de sus organizaciones, los debates y cuestionamientos de la EF y los cuidados, se encuentran problematizando tanto las prácticas que desarrollan “hacia afuera” (en su trabajo de apoyo a otras organizaciones territoriales y de base, como en las articulaciones y redes que establecen con otras instituciones), como “hacia el interior” de su propia organización.

Respecto a los *vínculos con otras organizaciones*, cada una de estas instituciones trabaja y articula con más de 30 organizaciones de base, en general conformadas por mujeres y/o disidencias de la provincia de Córdoba y de otras provincias y países de la región. Entre ellas, organizaciones de mujeres, mujeres rurales, colectivo/as feministas y autogestivo/as, sindicatos, cooperativas, etc. A su vez llevan a cabo acciones y proyectos conjuntamente con otras organizaciones intermedias, ONGs, fundaciones y redes que nuclean a colectivos de Economía Feminista y/o que se incluyen en la “Otra Economía”.

En los casos analizados cuentan con una *trayectoria de trabajo* de entre 10 y 15 años. Todas reconocen en la historia de cada organización un pasado, en el cual el abordaje de temas “económicos” ligados a la ESS y a la EF y de cuidados, no eran contemplados ni priorizados en sus agendas de género. Tampoco eran temas que fueran objeto de financiamiento, como si lo fueron otras problemáticas relativas a la violencia de género, o los derechos sexuales y reproductivos, particularmente en relación a la temática del aborto. Sin embargo reconocen que en los últimos años, se ha producido una fuerte visibilización de temáticas relativas a la Economía Feminista y un “giro en el financiamiento internacional”, que se ha traducido en contar con apoyos económicos específicos y considerables, para abordar tales temáticas. Ambas organizaciones reconocen, que recientemente se han incluido en las agendas de las organizaciones y en temas “financiables” por la Cooperación internacional, cuestiones relativas a derechos laborales y al trabajo de cuidados.

Las *acciones relacionadas con EF y ESS* en un caso se desarrollan fundamentalmente desde un Programa específico denominado: “Justicia Económica”. Este Programa ofrece apoyo financiero y técnico a más de 30 organizaciones de la región. Al indagar respecto de cómo definen qué es justicia económica, refieren que lo entienden como “un concepto a construir”, a partir de las prácticas e intercambio con las

organizaciones con las que trabajan. Construir qué es la justicia económica, la asocian a la distribución de la riqueza desde una perspectiva interseccional, que reconozca derechos laborales, económicos, de cuidados, la deuda con el trabajo de las mujeres y las disidencias. La justicia económica busca salir de la lógica productivista y estar en comunidad con el ambiente. Destacan que en su labor cotidiana buscan incorporar una mirada interseccional, en la que sus acciones lleguen a quienes menos tienen (mujeres indígenas, campesinas, trans).

En documentos de la organización se expresa que a través del Programa de Justicia Económica, se brinda apoyo financiero y acompañamiento técnico y político, a organizaciones de base e intermedias que trabajen en acciones para avanzar hacia la justicia económica de las mujeres, identidades y sexualidades diversas: “se busca propiciar distintas formas de mirar la economía, con foco en perspectivas de la economía familiar, solidaria y feminista, así como promover la agenda de cuidados. Acompañamos a organizaciones de mujeres, identidades y sexualidades diversas de sectores urbanos, rurales, campesinas, indígenas de distintos pueblos, negras y afro descendiente, jóvenes, lesbianas, trans y bisexuales, así como trabajadoras de sectores altamente precarizados. También, a organizaciones gremiales que transversalizan las agendas de género en los movimientos sindicales; procesos de cooperativas de trabajo, ferias populares y emprendimientos, que apuntan a generar autonomía económica desde perspectivas críticas de las desigualdades sociales y de género, muchas veces acompañando estas iniciativas con agendas de incidencia”. Expresan que se busca “amplificar las voces de las mujeres, identidades y sexualidades diversas en el mundo laboral, así como la construcción de alternativas populares, solidarias, que pongan la sostenibilidad de la vida en un lugar central”.

Otras acciones de autogestión de la organización se desarrollan desde un Programa denominado “Recursos Locales”, que consiste en la búsqueda de fondos de fuentes distintas al financiamiento internacional, y sustentado en principios propios de la autogestión.

En el otro caso analizado, el abordaje de problemáticas de género en la organización se inició abordando temáticas de “comunicación y género”, y según sus integrantes fue dando un “giro” hacia temas de Economía Feminista y de Cuidados, que en la actualidad son los que definen la agenda de trabajo. En tal sentido, los documentos de la organización señalan: “promovemos políticas públicas de derechos humanos

respetuosas de todas las personas. Realizamos monitoreos de procesos estatales e institucionales de elaboración y ejecución de políticas públicas, como también investigaciones y espacios de construcción de capacidades con actores sociales, que promuevan la construcción de nuevas concepciones más igualitarias de las relaciones de géneros e identidades en nuestra sociedad”. Las entrevistadas reconocen que las temáticas de EF se introdujeron primero a partir de un “interés personal” de ciertas integrantes de la organización, y luego se tornaron temas de “interés institucional” y hoy son problemáticas que marcan la agenda de trabajo de toda la organización: “hoy se intenta transversalizar a todas las áreas de la Fundación”.

Las *destinatarias* de sus acciones son: cooperativas, sindicatos, colectivos de mujeres y disidencias, organizaciones barriales, emprendimientos, espacios autogestivos.

Las principales *líneas de trabajo* que desarrollan son descriptas de dos maneras. En un caso, como acciones de mapeo de organizaciones; convocatoria para selección de organizaciones a financiar; ofrecimiento de apoyo económico, político- técnico; seguimiento para generar material de difusión y comunicación pública y para elaborar proyectos de leyes; acciones en pro de reconocer el trabajo de mujeres y diversidades y construir indicadores de justicia económica.

En el otro caso analizado, expresan que buscan incidir en políticas públicas para alcanzar la sostenibilidad de la vida en una clave más local: “desde nuestra agenda de Economía Feminista, apostamos al fortalecimiento de economías alternativas que pongan en el centro la vida, partiendo de un enfoque feminista y valorando formas de construcción colectiva y democráticas”. Esta “agenda de Economía Feminista” junto con la “agenda de aborto”, son reconocidas como las más importantes que orientan las acciones de la organización. Destacan que en los últimos tiempos han realizado acciones para lograr una sinergia con otras áreas y proyectos institucionales, como aquellos abocados a problemáticas relacionadas a lo ambiental, a la salud y la seguridad alimentaria. Las acciones se orientan a labores de investigación, elaboración de informes, construcción de capacidades, incidencia política, litigio estratégico, trabajo en red y campañas de concientización. Enfatizan en que su principal labor está orientada al: “lobby para la incidencia, mucha rosca con otros espacios, que es básicamente lobby”.

Expresan que su labor ha consistido en trabajar temas de EF y de cuidados a nivel local; detectar cuáles eran los vacíos, qué hacía falta en el territorio. Entre las acciones que vienen desarrollando, mencionan un Ciclo encuentros virtuales sobre Economía

Feminista (orientado a temas como: Recursos jurídicos, tributarios y administrativos); la producción de publicaciones escritas y materiales audiovisuales, entre otras: Herramientas para la autogestión desde una perspectiva de la sostenibilidad de la vida; Fortaleciendo Otra(s) Economía(s): Guía para organizaciones autogestivas; Otras economías: la autogestión desde una perspectiva de la Sostenibilidad de la Vida.

En ambos casos destacan que siempre trabajaron en articulación con otras organizaciones feministas y de la ESS para incidir en políticas públicas: “Siempre estuvimos trabajando con redes y esas redes se fueron ampliando”.

Un punto interesante de destacar es el relativo a cómo se contemplan – o no-, temáticas relativas a la *ESS y la EF al interior de sus propias organizaciones*. Allí encontramos que en una de las organizaciones investigadas, la misma se reconoce explícitamente como una organización de la Economía Feminista, lo cual se entiende como un posicionamiento general de toda la organización (más allá del Programa específico que implementan ligado a la Justicia Económica). Destacan la importancia de que sus miembros se constituyen en sujetas trabajadoras, y por eso: “todas somos trabajadoras registradas, en relación de dependencia”. Las acciones desarrolladas hacia el interior de su propia organización, relativas a temas de ESS y EF son principalmente actividades de capacitación y formación interna; también refieren haber desarrollado diagnósticos internos para valorar y reconocer el trabajo de cuidados de sus miembros. Entre las temáticas en que se han capacitado destacan: estrategias de cuidado internas, seguridad digital por el trabajo con activistas perseguidas y hostigadas y la formación en manejo de información sensible.

Sin embargo reconocen que entre las organizaciones con las que trabajan y a las que ofrecen apoyo desde el Programa de Justicia Económica, hay diversidad de posicionamientos. Una entrevistada expresa: “algunas se asumen como feministas, y otras no en un inicio, pero luego sí. Otras no se definen como organizaciones feministas, pero sí como organizaciones de mujeres. En otros casos reconocen que la Economía Social se les presenta como una posibilidad para algunas organizaciones que se encuentran en posiciones más difíciles, porque son rechazadas o discriminadas: por ejemplo colectivos trans, o grupos de mujeres con prisión domiciliaria, que al definirse como organizaciones de la Economía Social ven que encuentran mayores posibilidades y oportunidades”.

En el otro caso estudiado, destacan que los temas de ESS y EF no han sido temáticas pautadas explícita e intencionalmente por la organización, en tanto temas que

remitan a la identidad autopercibida por la organización, aunque sí reconocen que hubo debates y reflexiones en torno a los cuidados, y principalmente referidos al autocuidado que “fueron surgiendo espontáneamente” en la práctica cotidiana de sus integrantes, particularmente de quienes se asumen como militantes feministas. Esto lo sintetiza una entrevistada al expresar que: “a medida que fuimos trabajando para el afuera los temas de Economía Feminista, luego recién nos fuimos preguntando, problematizando qué pasaba con estas cuestiones hacia el interior de la orga, entre nosotras”. Esta entrevistada reconoce: “en realidad no somos una organización de la Economía Social, nuestra Fundación no es un espacio que se constituya como tal. No buscamos producir ni intercambiar bienes, nuestra personería jurídica nos limita en eso. Pero sí el fin no es buscar el lucro, si buscamos una sociedad más justa, sostenible, un fin más altruista, con lo cual en esos puntos si coincidimos con los fines de las organizaciones de la Economía Social (...) no buscamos sostener nuestras vidas inicialmente con la Fundación. Coincidimos en el fin, no en los medios”. Además sostiene que en el origen de la organización, ésta: “no se concibió como una organización anticapitalista inicialmente. Tal vez en lo discursivo desde algunos de sus participantes sí, pero no se traducía en prácticas concretas. Sí cuestionamos las formas más violentas del capitalismo y el patriarcado. Pero hasta el día de hoy reproducimos lógicas capitalistas e incluso extractivistas del conocimiento; terciarizamos servicios, tenemos voluntariado y monotributistas, y son cuestiones que nos hacen mucho ruido. Porque el voluntariado no deja de ser en cierta forma una práctica de explotación y acá todos hemos empezado siendo voluntarios y aun hoy una gran parte son voluntarios. Internamente son cosas que nos hacen un montón de ruido”.

De este modo, reconocen que recién al incorporar temas de ESS y EF en su trabajo “hacia afuera” (esto es, en el apoyo a organizaciones de base y al articular acciones con otras organizaciones de la EF y la ESS), se dieron estas reflexiones.

En torno a la temática de los cuidados, se han presentado discusiones desde que empezaron a trabajar proyectos específicos con esas temáticas, surgiendo debates internos relativos a los tiempos laborales, los cuidados y autocuidados. Particularmente, se expresan en la necesidad de “empezar a reconocer esos laburos que hacemos. Que siempre estuvieron, aunque quizás inicialmente sin esos nombres”. A modo de ejemplo, se citan cuestiones relativas a empezar a problematizar cuestiones relativas a la limpieza de los espacios de trabajo, la gestión de trabajo doméstico, el ordenar esos espacios.

Destacan que en la actualidad un tema clave que las atraviesa es el del autocuidado, expresado en: “cómo resolver una cultura institucional de la productividad, de presentar proyectos a troche y moche sin saber si luego podremos hacernos cargo de todos esos proyectos. Con el afán de tener que rendir ciertos criterios cuantitativos de productividad, nos empezamos a cuestionar por qué presentarnos a tantos proyectos, y si nos va a dar el cuero poder llevarlos a cabo, cuánto tiempo dedicamos a eso, eso es cuidarnos también”.

También reconocen que recientemente un importante número de participantes de la organización han dejado de ser “voluntarios”, y hay 20 personas remuneradas: “ahora somos nuestra propia patronal, dimos ese paso de estar en relación de dependencia, siendo espacios autogestivos”. Valoran su cambio en las condición de trabajadores a medida que la organización pudo contar con mayores recursos para sostener sus proyectos de trabajo: “pasar del voluntariado a cobrar como monotributistas, y luego pasar a ser trabajadores con derechos, y hoy hasta debatimos las cuestiones salariales en nuestras reuniones”. Aunque reconoce que en el contexto local “somos una gran excepción”. Además, respecto a las licencias consideran: “siempre tuvimos licencias, nos cubrimos entre todas. Incluso tenemos mapadres, y se ha puesto en el centro de las discusiones. Licencias igualitarias para todo el mundo. Hoy al estar en relación de dependencia, eso lo garantiza el Estado, como debe ser”.

Un punto interesante de análisis, es cómo conciben la *relación de la organización con el Estado*. En ambos casos se destaca y valora la no dependencia del Estado como forma de garantizar una libertad en las acciones que pueden desarrollar, expresado en términos de “mantener nuestra autonomía”. El vínculo a establecer con el Estado lo proponen en términos de que: “al Estado hay que exigirle, se puede dialogar con el Estado, pero no recibir fondos ni trabajar para el Estado (...) Aunque si apoyamos a organizaciones que si discuten con el Estado, por ejemplo en relación a la ley de cupo trans, o la ley de identidad de género”. Además reconocen que les resulta muy difícil trabajar en vinculación muy directa con el Estado, cuando es el Estado quien criminaliza o violenta a ciertos colectivos con los que estas organizaciones trabajan. En otro caso expresan: “pensamos [que] el vínculo con el Estado tiene que estar, pero porque el Estado debe ser garante de derechos”.

El tema del Estado también se presenta en el debate sobre los modos de financiamiento de las acciones llevadas a cabo por estas organizaciones. Una de las entrevistadas expresa que, generalmente se formula un dilema entre Cooperación

internacional versus el Estado, como si fueran los dos únicos modos posibles de obtener financiamiento de sus proyectos. En tal sentido piensan que hay que apostar a otras alternativas, como lo que denominan Filantropía Comunitaria, donde la comunidad genera apoyo colectivo y se recurre a aportantes individuales, destacando un fenómeno creciente en los últimos tiempos, con el cual se evidencia una fuerte cooperación de personas jóvenes hacia su organización. Por su parte otra de las organizaciones reconoce cierta contradicción, que “no tienen cerrada” al definir que eligen: “no recibir financiamiento del Estado, pero si nos financia el Partido Verde alemán”.

Finalmente respecto de los principales *desafíos y propuestas en torno a la ESS/EF* se formulan temáticas diversas, algunas de las cuales fuimos desarrollando hasta aquí. Entre ellas:

- El desafío de *obtener fondos* para sostener sus acciones, buscando *alternativas* para “no depender del Norte”. Por ejemplo, en un caso formulan interés en apostar a la “filantropía feminista” y trabajar en proyectos que permitan mediante donaciones a organizaciones feministas, deducir ganancias que en la actualidad solo se permiten a la Iglesia u organizaciones que trabajan con niñez o ciencia.

- En uno de los casos, problematizan el hecho de que todo el *financiamiento* que hoy reciben es de cooperación internacional, lo cual como ya hemos señalado les genera contradicciones en tanto tener que presentar proyectos que sean “financiables” (temas ajustados en función del financiamiento y las agendas que fijan de los organismos financiadores), y reconocer lo que ellas definen como “un mercado del financiamiento”. Lo que tensionaría entre esta cierta lógica de “mercado” y los principios de la ESS que son afines a su posicionamiento. Sin embargo reconocen que: “la financiación nos da espalda para dedicarnos a otras agendas que no son financiables”.

- El anhelo de poder apoyar en un futuro a *más organizaciones*.

- La apuesta a *tejer redes y multiplicar las experiencias de intercambio* entre organizaciones y entre países con los que trabajan.

- Entre las metas más ambiciosas, se proponen la *transformación feminista de la economía* de los diferentes países en los que trabajan.

- En uno de los casos, reconocen que “no nos hemos sentado internamente a discutir como organización sobre *Economía Feminista*”. Si lo hacen en conversaciones más personales, lo cual plantean como una tarea pendiente.

- Respecto de debates “aún no saldados” relacionados con la ESS y la EF, identifican que han tenido muchos debates en torno al *voluntariado* y al tema del *trabajo con derechos*: “El trabajo en relación de dependencia genera más derechos. Pero algunos no lo querían por temor a convertirnos en una empresa y les dio miedo que a la larga quienes ingresen conciban a la organización solo como un espacio de trabajo y no como un espacio de compromiso, de militancia”. Se siguen preguntando por las particularidades de tener trabajo con derechos (licencias, jubilación), pero sin una patronal. En tal punto valoran ser ellos/as mismo/as quienes definen quienes pueden incorporarse al espacio, para resguardar la misión y la visión: “reconocer lo piola que nos da la autogestión y lo piola que nos da la relación de dependencia”.

- En este último punto se introduce además otro gran debate que es el relativo al tema de cómo conciliar y compatibilizar el trabajo y la militancia en EF. Pues reconocen que la militancia y el activismo tanto en el feminismo como en sus afinidades con la ESS, fue lo que inicialmente las movió a sostener la organización, dado que sus espacios de trabajo son mas que eso: “mas que un espacio de trabajo” y se requiere de el compromiso y la militancia para sostener estas experiencias.

REFLEXIONES FINALES

Teniendo en cuenta que la presente es una investigación en curso, aquí presentamos algunas reflexiones preliminares a los que fuimos arribando.

En nuestras aproximaciones a los debates presentes es espacios teórico-académicos, en general encontramos que los desarrollos y articulaciones sobre ESS y EF son más bien propositivos, como horizontes a conquistar, mientras que en otros refieren a realidades y prácticas vividas. En todos los casos las experiencias de campo presentadas pueden ser leídas en clave de la ESS y la EF, aunque ello no implica necesariamente que las mismas sean definidas con estas categorías por sus protagonistas. Destacamos como postulan Larrañaga y Jubeto (2014) que “los vínculos entre la ESS y la EF parecen evidentes en la teoría y ahora el reto es que se materialicen en la práctica”.

Mediante nuestra investigación buscamos indagar sobre las perspectivas que se encuentran presentes en diferentes experiencias locales, y que construyen diferentes actores en torno al trabajo y la autogestión. Así mismo buscamos aportar incluir discusiones sobre temáticas poco consideradas desde la disciplina económica, y que han sido traídas al centro del debate por los enfoques de género y feminismos, tales como las

desigualdades de género, las perspectivas interseccionales, la devaluación del trabajo reproductivo y de cuidados, la importancia de la afectividad y de la cooperación en las relaciones sociales (Federici, 2018).

Cabe destacar que no existen definiciones únicas sino múltiples perspectivas respecto de cómo entendemos a la ESS y a la EF. En tal sentido, este trabajo también buscó identificar y mostrar esa diversidad y heterogeneidad al interior de cada enfoque. Así mismo al conformarnos como un equipo y una apuesta de trabajo interdisciplinario, buscamos ampliar las miradas centradas en dimensiones económicas e incorporar lecturas sobre procesos socioculturales más amplios y producciones de subjetividad, que se ponen en juego en las prácticas sociales estudiadas. En este sentido coincidimos con Ramacciotti y Zangar, respecto de que “es imprescindible poner en cuestionamiento los enfoques disciplinares y las categorías teóricas (...), los enfoques y categorías con los que hoy contamos resultan “estrechos” para dar cuenta cabal de la multiplicidad de situaciones, sujetos y vivencias implicados en el cuidado” (2019: 12-13).

Coincidimos con lo que postulan diversas perspectivas feministas al formular cuestionamientos e interrogantes a la ESS, en pro de advertir los riesgos de asumir una perspectiva patriarcal. Esto supone que la relación entre ESS y EF no es una relación natural ni obvia, pues diferentes trabajos vienen advirtiendo los riesgos de que la ESS reproduzca invisibilización y sesgos que genera la economía hegemónica, y a la vez cuestiona y “trae al debate y a la práctica de la ESS, dimensiones inherentes a la estructura de la economía capitalista: la división sexual del trabajo y la separación entre producción y reproducción” (Nobre, 2015: 9).

Finalmente un punto a destacar es que en las experiencias analizadas, cada participante y cada colectivo construye formas específicas de “articular” (o no) sus militancias, adscripciones políticas- ideológicas, etc. con su trabajo y/o apuestas en espacios de ESS y EF. Esto evidencia la importancia de la sostenibilidad de las iniciativas, ya no solo como casos aislados, sino siendo parte de una organización social más amplia y como parte de una red de organizaciones que apuestan a otras formas de economía, que recurren al trabajo con otras, a los espacios de debate colectivo, a la autogestión y los cuidados, como modos de fortalecer los espacios de trabajo a los que apuestan. En este sentido, destacamos la importancia de continuar indagando las formas y sentidos que asumen las prácticas colectivas en los diversos casos en estudio y en otras experiencias locales, que favorecen la autonomía de un ‘colectivo’ y nos hablan de empoderamientos

individuales y colectivos en pos de construir Otra Economía, que ponga en el centro la sostenibilidad de la vida.

BIBLIOGRAFÍA

BUFFA, A.; BUFFA, S.; GONZÁLEZ, S.; VREYS, S. ; DÍAZ, I. y debates entre Economía Social y Solidaria y Economía Feminista. Reflexiones a partir del análisis de experiencias de trabajo cooperativo entre mujeres de la XV Seminario Internacional. PROCOAS. AUGM. UPLA, Valparaíso, Chile, 2019.

CARRASCO, C. “La Economía Feminista: Una apuesta por Otra Economía” en: Vara (ed), Estudios sobre género y economía, Akal, Madrid, 2006.

CARRASCO BENGEOA, C. Y DÍAZ CORRAL, C. “Presentación” en Carrasco Bengoa y Díaz Corral (comp) Economía feminista: desafíos, propuestas, alianzas. Ed. Madreselva, 2018. Bs. As.

CATTANI, A. La otra economía: conceptos esenciales” en La Otra Economía, Ed. UNGS, Altamira, Fundación Osde. Buenos Aires, 2004.

FEDERICI, S. “Economía feminista entre movimientos e instituciones: posibilidades, límites, contradicciones” en Carrasco Bengoa y Díaz Corral (comp) Economía feminista: desafíos, propuestas, alianzas. Ed. Madreselva, 2018. Bs. As.

HINKELAMMERT, F J. Y MORA JIMENEZ, H. “Reproducción de la vida, utopía y libertad: por una economía orientada hacia la vida”. En Otra Economía, 2008 -Vol II-Nº 2-1º Semestre.

NOBRE, M. Las mujeres en la construcción de la economía solidaria y la agroecología. Textos para la acción feminista. SOF. Sao Pablo, 2015.

PÉREZ OROZCO, A. Economía del género y economía feminista ¿conciliación o ruptura? en Revista Venezolana de Estudios de La Mujer – Caracas, 2005- Vol 10 - Nº 24.

RIEIRO, VERAS, ANDRADE. “La Economía Social y Solidaria en clave feminista” en Guerra (comp) Aportes desde la Universidad de la República al campo temático de la Economía Social y Solidaria. Tradinco. Montevideo, 2018.

RAMACCIOTTI, K. Y ZANGARO, M. “Presentación” en Guerrero, G. Ramacciotti, K. Zangaro, M. (comps.) Los derroteros del cuidado. Universidad Nacional de Quilmes, Unidades de Publicaciones del Departamento de Economía y Administración. Bernal, Argentina, 2019.



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, C. “Economía feminista y economía del cuidado. Aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad” En Revista Nueva Sociedad, 2015 No 256, marzo-abril de 2015.

495



ORGANIZAÇÃO



DESAFIOS DO TRABALHO ASSOCIADO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE MULHERES

496

Eliene Gomes dos Anjos, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
elieneanjos@ufrb.edu.br

Alice Nascimento do Sacramento Salomão
allicens@bol.com.br

Ana Cristina de Assis Silva
crys177@outlook.com

Resumo

As iniciativas de trabalho da economia solidária são constituídas pelos segmentos que estão mais submetidos à subordinação e a relações de dominação. São compostas pelas minorias que historicamente sofrem a desqualificação social, como os negros, as mulheres, especialmente as negras, os sem qualificação profissional e aqueles com baixa escolarização. O objetivo desta comunicação é demonstrar a dinâmica dos processos associativos e visibilizar os desafios enfrentados pelos segmentos que utilizam do trabalho associado como estratégia de superação das diversas formas de desigualdades que caracterizam suas trajetórias. Trata-se de uma reflexão oriunda da pesquisa-ação desenvolvida na Incubadora de Empreendimentos Solidários (Incuba), da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB), que atua para contribuir com a construção de uma sociedade menos desigual, estimulando a organização coletiva como estratégia para suplantar as desigualdades socioeconômicas tão presentes nos rincões do Brasil, sobretudo nas localidades rurais do Norte e Nordeste. Os dois grupos de mulheres sujeitos das experiências narradas foram constituídos em períodos distintos do processo de fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. O primeiro, uma Associação de materiais recicláveis, criada em 2008, o segundo, criado em 2017, um Grupo de Costura, formado exclusivamente por mulheres quilombolas. O comum aos dois grupos é o desafio de gerar trabalho e renda de forma associada, contando com a iniciativa das participantes e a assessoria prestada pela Incuba para possibilitar novas parcerias e viabilidade econômica dos empreendimentos. A perspectiva de análise adotada dialoga com os diversos atributos que são utilizados como mecanismo de opressão das mulheres, além do gênero, a raça e a classe interagem em um cenário de adversidades que persiste desde os tempos coloniais. O relato das duas experiências de empreendimentos coletivos que foram acompanhadas pela Incuba contribui para dimensionar os desafios do trabalho associado para se afastar do trabalho precário. Esses desafios não podem ser restritos àqueles/as que necessitam da renda gerada nessa modalidade, pois constatar que a segmentação de gênero e raça persiste também nos empreendimentos econômicos solidários impõe a rearticulação política das diversas organizações que atuam nesse campo para travar as lutas necessárias para construir outro mundo menos desigual.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Feminismo negro; Trabalho associado.

Abstract

Solidarity economy work initiatives are made up of the segments that are most subject to subordination and domination relationships. They are composed of minorities that historically suffer social disqualification, such as blacks, women, especially black women, those without professional qualifications and those with low education. The objective of this communication is to demonstrate the dynamics of associative processes and to make visible the challenges faced by the segments that use associated work as a strategy to overcome the various forms of inequalities that characterize their trajectories. This is a reflection arising from action research developed at the Incubator of Solidarity Enterprises (Incuba), of the Federal University of Recôncavo (UFRB), which works to contribute to the construction of a less unequal society, stimulating collective

organization as a strategy for overcome the socioeconomic inequalities that are so present in the corners of Brazil, especially in rural locations in the North and Northeast. The two groups of women who were the subjects of the narrated experiences were constituted in different periods of the process of strengthening economic solidarity enterprises. The first, an Association of recyclable materials, created in 2008, the second, created in 2017, a Sewing Group, formed exclusively by quilombola women. What both groups have in common is the challenge of generating work and income in an associated way, relying on the initiative of the participants and the assistance provided by Incuba to enable new partnerships and the economic viability of the projects. The analysis perspective adopted dialogues with the various attributes that are used as a mechanism of oppression of women, in addition to gender, race and class interact in a scenario of adversity that has persisted since colonial times. The report of the two experiences of collective enterprises that were accompanied by Incuba contributes to dimensioning the challenges of associated work to move away from precarious work. These challenges cannot be restricted to those who need the income generated in this modality, since finding that the segmentation of gender and race also persists in solidary economic enterprises requires the political rearticulation of the various organizations that work in this field to fight the necessary struggles to build another less unequal world.

Keywords: Intersectionality; Black feminism; Associated work

Introdução

Os empreendimentos econômicos solidários representam uma alternativa de trabalho para diversos segmentos que foram incluídos parcialmente no assalariamento formal e que vivenciam processos de exclusão. Esse quadro é resultante da seletividade do mercado de trabalho brasileiro que nunca conseguiu generalizar o emprego formal para o conjunto da população economicamente ativa (PEA); pelo contrário, criou-se no país um mercado altamente flexível, com situações distintas, desiguais e, em grande medida, precárias (BARRETO, 2005).

O trabalho associado nos empreendimentos solidários aproxima-se do precário porque termina sendo incerto, ocasional, além de não contar com a proteção social. Por outro lado, esse trabalho assume um sentido emancipatório, uma vez que os/as trabalhadores/as gerem coletivamente o empreendimento e apropriam-se dos seus resultados. São essas práticas que contribuem para a coesão e, conseqüentemente, para a permanência nessas iniciativas. Ademais, a organização coletiva, que é *locus* de luta pela sobrevivência devido aos vínculos que estabelece, constitui-se em espaços de formação e conscientização da realidade enfrentada, impulsionando alterações nas relações de dominação em diversas frentes (ANJOS, 2016).

As iniciativas de trabalho da economia solidária são constituídas pelos segmentos que estão mais submetidos à subordinação e a relações de dominação. São compostas pelas minorias que historicamente sofrem a desqualificação social, como os negros, as mulheres, especialmente as negras, os sem qualificação profissional e aqueles com baixa

escolarização. É nesse contexto que a Incubadora de Empreendimentos Solidários⁶⁴, da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB), atua para contribuir com a construção de uma sociedade menos desigual, estimulando a organização coletiva como estratégia para suplantar as desigualdades socioeconômicas tão presentes nos rincões do Brasil, sobretudo nas localidades rurais do Norte e Nordeste.

O Retrato das desigualdades de gênero e raça, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a ONU Mulheres e a extinta Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (SPM), apresenta indicadores que revelam a persistência dessas desigualdades para o período de 1995 a 2015 no mercado de trabalho brasileiro. No que tange à taxa de desocupação das pessoas com 16 anos ou mais de idade, por sexo e segundo a cor/raça no Brasil, no ano de 2015, os homens brancos apresentam 6,8%, enquanto os homens negros têm 8,5%. Já as mulheres brancas têm 9,6% e, com a taxa mais elevada, as mulheres negras com 13,3%. Esses dados explicitam as desvantagens das mulheres negras para ter acesso ao trabalho.

A pesquisa realizada com 496 trabalhadoras/es, que apontaram o trabalho remunerado como a atividade principal do empreendimento econômico solidário, revelou que a remuneração obtida é a principal fonte de renda para maior proporção da população negra, com mais relevância para parcela das mulheres negras. Essa constatação permite inferir que as experiências de trabalho da economia solidária, apesar de incorporarem valores pautados em um projeto diferenciado de sociedade, com princípios igualitários, reproduzem a estratificação da segmentação ocupacional presentes em outras modalidades laborais (ANJOS, 2020).

A breve contextualização dos dilemas e potencialidades do trabalho associado para os segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira introduz o relato narrado da experiência de duas iniciativas de trabalho associado constituído por mulheres, em Cruz das Almas, que foram assessoradas pela Incubadora de Empreendimentos Solidários, doravante denominada Incuba. A finalidade da sistematização dessas experiências é demonstrar a dinâmica dos processos associativos e visibilizar os desafios enfrentados pelos segmentos que utilizam do trabalho associado como estratégia de superação das diversas formas de desigualdades que caracterizam suas trajetórias.

⁶⁴ A atuação da Incuba não se limita a incubação de empreendimentos solidários, ainda que esse seja seu objetivo principal. Também constitui um grupo de pesquisa com registro no diretório do CNPq para produzir conhecimento a partir dessas experiências.

Os dois grupos de mulheres que são sujeitos das experiências narradas foram constituídos em períodos distintos do processo de fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários (EES). O primeiro, uma Associação de materiais recicláveis, criada em 2008, o segundo, criado em 2017, um Grupo de Costura, formado exclusivamente por mulheres quilombolas. O comum aos dois grupos é o desafio de gerar trabalho e renda de forma associada, contando com a iniciativa das participantes e a assessoria prestada pela Incuba para possibilitar novas parcerias e viabilidade econômica dos empreendimentos.

Cabe destacar que além da contextualização desses dois empreendimentos na seção 3 do capítulo, apresentamos, na sequência, um debate sobre o trabalho associado numa abordagem interseccional. Já na seção 4, buscamos aprofundar os sentidos, alcances e limites do trabalho associado, para, enfim, apresentar as considerações finais a partir dos casos narrados e das pesquisas já realizadas com essa temática.

Interseccionalidade no trabalho associado

A coexistência de formas de trabalho assalariadas e regulamentadas com outras formas, nas quais o trabalhador é o dono dos seus meios de produção, impulsiona um debate acirrado sobre a possibilidade da constituição de um trabalho não subordinado, fruto de escolhas racionais num mundo do trabalho complexo, heterogêneo e fragmentado. Parte da literatura especializada nessas formas de trabalho, caracterizadas como atípicas ao capitalismo, apresenta-as como precárias. O trabalho nos empreendimentos de economia solidária seria uma dessas formas, pois apresenta elementos emancipatórios e, ao mesmo tempo, de precarização.

Neste contexto, evidencia-se um intenso processo de precarização e flexibilização do trabalho e, por conseguinte, a diversificação das formas de trabalho que, na maior parte dos casos, é precária. O trabalho associado, aquele caracterizado pela autonomia do trabalho em relação ao capital, é uma dessas formas. A sua propagação está relacionada às profundas transformações ocorridas no modo de produção capitalista e na organização do mercado de trabalho. Por isso, não está isento das contradições inerentes às alternativas adotadas pelos/as trabalhadores/as que não estão inseridos/as integralmente no assalariamento formal.

O trabalho associado é uma atividade econômica produtiva ou de prestação de serviços, desenvolvida por uma pluralidade de pessoas que coordenam suas capacidades

em comum, alterando, em princípio, a relação contraditória do capital e trabalho, pois destinam ambos os meios a um mesmo fim produtivo e retributivo, ao constituir, de forma intrínseca a essa modalidade de trabalho, a dupla condição de sócio/a e trabalhador/a (ANJOS, 2016). Essa experiência permitiria a criação de uma sociabilidade na qual as diversas formas de desigualdades tenderiam a ser superadas, no entanto, Anjos, Silva e Pereira (2018) afirmam que uma análise interseccional demonstra a persistência da segmentação ocupacional por gênero e raça presente nas modalidades formais do trabalho também no associado.

Para Abramo (2006), essa segmentação exerce uma forte influência sobre os rendimentos e demais indicadores de qualidade de emprego de homens e mulheres, negros e não negros. Ela mostra que uma grande proporção da ocupação feminina se agrupa nos setores mais precários (trabalhadores por conta própria, com exceção dos profissionais e técnicos; serviços domésticos; e ocupados sem remuneração), e que essas ocupações são significativas no total do emprego no Brasil.

Por sua vez, Coraggio (2007) analisa as formas de trabalho na economia popular e depreende outra lógica, irredutível ao primado utilitarista da economia de mercado capitalista. Para ele, o trabalho associado nas cooperativas e em outras organizações produtivas da economia social e da economia solidária permitiria a reelaboração do próprio conceito de trabalho. Esse trabalho não seria mais alienante, nem desumanizador; pelo contrário, pois permitiria a constituição de valores éticos, como a cooperação entre iguais para proveito do bem comum.

Possibilitar a realização social de outro trabalho, enquanto capacidade subjetiva dos trabalhadores associados e autogestionários, implica uma mudança cultural, não apenas das valorações acerca de trabalho independente de padrões, mas dos comportamentos dos cidadãos no mercado, orientados pela reprodução da sua vida imediata (CORAGGIO, 2009, p. 124).

A mudança cultural atribuída por Coraggio (2009) às práticas de trabalho distintas das impostas pelo mercado permitiria a reprodução ampliada da vida, no entanto, teríamos que problematizar que mudanças são essas. Se o trabalho no interior dessas experiências não se limita aos aspectos instrumentais, conforme Coraggio, teríamos que apreender nessas experiências a superação de outros processos de subordinação como o poder exercido pelos homens sobre as mulheres e a situação de racismo enfrentada pela população negra. Será possível que o projeto em construção de outra sociedade está sendo forjado para superar as desigualdades de gênero e raça?

Esse questionamento tem procedência porque as experiências da economia social e da economia solidária, quando analisadas pelas perspectivas críticas, apresentam-se com potencial de superar formas históricas de desigualdades. Por outro lado, Abramo (2006) aponta que as diversas formas de discriminação estão relacionadas aos fenômenos de exclusão social que originam e reproduzem a pobreza. Elas são responsáveis pela superposição de diversos tipos de vulnerabilidades e barreiras adicionais para que as pessoas e grupos discriminados possam superar a pobreza e ter acesso ao trabalho decente.

Os estudos já realizados nos empreendimentos de economia solidária, na Bahia, apontam que as iniciativas de geração de trabalho e renda destinam-se à população negra, especialmente às mulheres negras. População essa cujas chances de ingresso e permanência em empregos formais, qualificados e seguros são mínimas, não sendo, portanto, esse o parâmetro para avaliar a situação laboral daqueles/as que atuam nas iniciativas da economia solidária, mas as formas reais de trabalho antes praticadas.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), referente a 2016, realizada pelo Dieese (2017), constou que as mulheres negras em todas as regiões metropolitanas pesquisadas convivem com as maiores taxas de desemprego. Vale ressaltar que esse estudo demonstrou que em Salvador e Fortaleza a desigualdade de gênero supera a racial, pois as taxas de desemprego das mulheres não negras são superiores às dos homens negros. No entanto, no cômputo geral, o Dieese afirma que a população negra continua sobrerrepresentada entre os desempregados em todas as regiões pesquisadas.

Os dados evidenciados pelo Dieese (2017) demonstram que as mulheres negras e não negras foram as mais atingidas pelo desemprego em 2016 na região metropolitana de Salvador. No Distrito Federal, a taxa de desemprego das mulheres negras foi de 20% e de não negras, 17,2%. Em Fortaleza, mulheres negras, 14,3% e não negras, 13,1%. Em Porto Alegre, mulheres negras, 16,6% e não negras, 10,4%. Em São Paulo, mulheres negras, 20,9% e não negras, 16,6%, já em Salvador, mulheres negras, 26,2% e não negras, 23,6%.

Ao constatar maiores percentuais das taxas de desemprego entre as mulheres, especialmente as negras, torna-se plausível sustentar a tese de que a inserção de determinados segmentos às modalidades econômicas solidárias dá-se pela inclusão parcial no assalariamento formal. Os casos narrados, a seguir, são exemplos da realidade descrita, impulsionados pelo quadro de desocupação dos/as trabalhadores/as sem qualificação profissional que percebem na organização associativa uma estratégia para

gerar trabalho não somente para a sobrevivência, mas, nos termos de Coraggio (2007), para a reprodução ampliada da vida.

Contextualização dos empreendimentos

a) **Associação de Reciclagem** – Criada em 2007, inicialmente como um grupo informal, a Associação de coleta seletiva de materiais recicláveis desenvolveu ações sobre a preservação do meio ambiente, a triagem e comercialização dos resíduos sólidos recicláveis. Realizou suas atividades com o apoio da Incuba e em parceria com a Prefeitura Municipal de Cruz das Almas, que garantia o aluguel do galpão que sediava as ações, além de assumir os custos com água e energia elétrica, também disponibilizou um motorista que dirigia o caminhão da Associação na coleta dos materiais recicláveis nos bairros da cidade. A assessoria prestada pela Incuba visou à qualificação profissional, à organização da produção e da comercialização dos materiais que eram adquiridos através de doações e repassados para um intermediário que negociava com a indústria de reciclagem em de Feira de Santana e Salvador.

No início do projeto havia a participação de 20 homens e mulheres que, antes de se associarem, desenvolviam atividades no Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Passada a etapa de articulação das pessoas que estavam motivadas com o projeto de reciclagem e algumas já atuavam como catadores individuais, a partir de 2010, a organização coletiva se tornou estratégia de trabalho efetivo para 10 mulheres, que em sua maioria se autodeclararam como pardas, com idade de 30 a 54 anos e com baixa escolarização, pois somente duas declararam ter o segundo grau completo.

Segundo Soglia et al. (2018), as atividades formativas pré-incubação desenvolvidas desde 2007, antes da formalização do grupo em 2010, fomentaram o debate sobre o formato organizativo mais propício para as necessidades do coletivo, além de possibilitar uma gestão participativa e democrática. As autoras constataram que dentre os/as trabalhadores/as mobilizados/as para a organização coletiva da reciclagem, após o registro legal da Associação, essa alternativa de trabalho se consolidou somente para as mulheres, pois os homens que estavam envolvidos no início da experiência decidiram continuar na coleta individual. A forte presença feminina também é característica da maioria dos empreendimentos da economia solidária com destaque para as cooperativas e associações de catadores.

[...]. Nota-se que as mulheres têm conquistado cada vez mais a independência seja através do alto grau de escolaridade ou pelo próprio ganho da autonomia. Por outro lado, ainda existem as mulheres trabalhadoras pobres, isto é, sem qualificação profissional, com baixa expectativa em relação ao mercado de trabalho e que, ainda são responsáveis pelas tarefas domésticas. É neste sentido, contra o desemprego e a exclusão, que tem crescido a participação de mulheres em empreendimentos da economia solidária. Este movimento busca principalmente, a inserção social e a geração de emprego e renda por meio de atividades ligadas a produção, a comercialização, ao consumo e outras ações que visem melhores condições de vida para os envolvidos (SOGLIA et al., 2018, p. 177).

As ações que envolviam a coleta de materiais reciclados foram ampliadas graças à aprovação de projetos pela equipe técnica da Incuba que viabilizaram a aquisição de um caminhão baú e equipamentos como prensa, carrinhos, empilhadeiras, balança etc. A partir de 2011, a Associação desenvolveu ações junto a escolas, repartições públicas e privadas e o comércio local. A partir desse período, a Associação passou a ter acesso aos resíduos sólidos da coleta seletiva implantada em dois bairros de Cruz das Almas.

Além disso, integrou o Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia e a Rede de Óleos e Gorduras Residuais. Com o apoio da Incuba e dessas parcerias, as associadas aumentaram a renda e o reconhecimento do seu trabalho pela sociedade local. Todo material era doado pela comunidade, sendo, em seguida, triado, prensado e comercializado. A renda gerada era dividida igualmente entre as associadas.

O processo de incubação buscou a organização da produção e da comercialização, numa perspectiva de construção de uma rede solidária que propiciasse o desenvolvimento territorial sustentável, na avaliação de Oliveira et al. (2011). No entanto, a deficiência no processo de implantação da coleta seletiva no município comprometeu o volume da produção e, conseqüentemente, a redução dos rendimentos das associadas. Nesse cenário, em 2014, a Associação enfrentava diversas dificuldades para continuar gerando renda para as mulheres que persistiam no trabalho associado.

Ainda que a renda gerada fosse complemento de outras fontes para a reprodução familiar, para a maioria delas, os valores oriundos dessa experiência tinham importância no somatório com os demais rendimentos, alguns deles constituídos de programas de transferência de renda. Nesse ano, a prefeitura não estava mais assegurando o pagamento dos custos fixos do galpão, o que estava impedindo a triagem dos materiais. Apesar da Incuba, juntamente com as mulheres que persistiam na experiência, buscar fortalecer o empreendimento, ajudando-o a criar sua própria autonomia, através da formação continuada assegurada pelas professoras e estudantes que atuavam diretamente no projeto, a falta de apoio público inviabilizou a continuidade das ações no ano seguinte.

b) Grupo de Costura – O Grupo surgiu a partir de um projeto de extensão da UFRB que promoveu um curso de Corte e Costura em uma comunidade quilombola, em Cruz das Almas, em 2016. Após a formação técnica em costura, das 25 mulheres cursistas que finalizaram a primeira etapa, 18 delas decidiram pela criação de um grupo para, de forma associada, aperfeiçoar a formação adquirida e, a partir daí, gerar trabalho e renda. A opção da organização coletiva possibilitou o assessoramento da Incuba, juntamente com professores e estudantes do curso de Gestão de Cooperativas da UFRB.

Antes de findar 2016, foi realizado um desfile com as peças produzidas na primeira etapa do curso, as modelos sendo as próprias cursistas. Esse desfile foi na comunidade, com presença de um grande número de moradores, representantes da sociedade civil e de órgãos governamentais. O evento teve como objetivos: levantar a autoestima das mulheres ao produzi-las para o desfile; apresentar para a comunidade e entidades presentes os resultados alcançados com a capacitação em corte e costura e buscar parceiros para a continuidade das ações.

No planejamento participativo traçado para 2017, estava prevista a mobilização de recursos para a continuidade do curso, visando ao aperfeiçoamento e à busca de capital de giro para produzir as primeiras peças de vestuário do Grupo para a comercialização. O desfile animou as mulheres que iniciaram o ano focadas na continuidade do curso, pois ele seria um meio para fortalecer o Grupo. Assim, a partir de parcerias viabilizadas pela Incuba e organizações de fomento no campo da economia solidária, mobilizamos recursos para continuar a capacitação técnica em costura e modelagem, mas, sobretudo, impulsionamos a organização do grupo produtivo e a formação política que visa ao protagonismo das mulheres quilombolas em sua comunidade.

Em relação ao reconhecimento, a experiência do desfile e sua divulgação no site da PROEXT/UFRB aumentou a autoestima das mulheres e despertou o espírito empreendedor. Elas receberam diversos elogios devido à qualidade e beleza das peças produzidas, instigando-as a se organizarem coletivamente para gerar trabalho e renda. A aceitação das peças motivou as mulheres a proporem uma mostra da produção no final de 2017. Com essa mostra, elas tornaram visível o trabalho para a sociedade civil e os órgãos públicos no município, e constituíram um caixa para adquirir mais insumos para a continuidade em 2018.

As 18 mulheres negras quilombolas que formaram o Grupo, inicialmente, em sua maioria, tinham o ensino médio completo, porém as experiências ocupacionais eram

restritas ao trabalho doméstico, sem os direitos trabalhistas assegurados. A faixa etária variava de 23 a 60 anos com o predomínio de jovens até 35 anos. São mulheres que ainda têm dificuldades de expressar suas opiniões, mesmo nos encontros do próprio grupo com o acompanhamento dos bolsistas e docentes da UFRB que estão envolvidos na ação desde o seu início. Metade do grupo tem filhos e renda familiar de até um salário mínimo, produz nos seus quintais e participa de igrejas evangélicas.

Das 18 mulheres que fundaram o grupo, 12 delas, em 2018, demonstravam mudanças na participação em espaços públicos, inclusive algumas delas conseguiram apresentar a experiência em evento da economia solidária no território e, paulatinamente, expressam suas opiniões sobre os rumos da organização coletiva. As mulheres associadas apontam que a amizade é um fator positivo entre elas, porém, nos é perceptível que as diferenças de práticas religiosas provocam tensão em alguns momentos e, ainda que possa ser inconsciente, há uma subdivisão na representação e ocupação do espaço de trabalho pelo compartilhamento das mesmas crenças.

Diversas oficinas foram realizadas enfocando as temáticas racial, de gênero e a importância da organização coletiva. Também buscamos capacitá-las no que tange aos processos técnicos da gestão, em 2018. Assim, nas oficinas de viabilidade econômica, abordou-se a formação do preço de venda dos produtos e, de posse desse conteúdo, realizamos momentos formativos para as mulheres compreenderem como operacionalizar a capacidade de sustentabilidade financeira do empreendimento. Os conteúdos principais trabalhados nessas oficinas foram: constituição de capital de giro; controle de fluxo de caixa; precificação dos produtos e despesas fixas e variáveis.

Em 2019, o Grupo enfrentou sérios reveses. O limite dos recursos para adquirir insumos para a produção de vestuário casual impulsionou algumas cursistas a aperfeiçoarem a produção de artesanatos com uma parceria com a Associação da comunidade. Esse aprendizado possibilitou a diversificação das peças e a comercialização em feiras organizadas nos espaços da UFRB e do município. Contudo, a renda gerada estava muito aquém das necessidades das mulheres, o que levou a inúmeras a buscarem outras formas de trabalho para assegurar a sobrevivência. Ao final desse ano, persistiam no trabalho associado 6 mulheres, produzindo em dois dias da semana, na sede da Associação.

As encruzilhadas do trabalho associado

Nos caminhos do trabalho associado cruzam-se realidades díspares, mas não excludentes. O trabalho desenvolvido nos casos narrados aproxima-se do trabalho precário, pois as condições efetivas dos direitos estão longe de serem observadas. Por outro lado, tem uma relação estreita com o trabalho libertado, pois proporciona às trabalhadoras associadas a gestão e o usufruto do seu trabalho. Esse processo dialético só é possível de ser explicado pelo sentido que as experiências nos empreendimentos solidários trouxeram para aqueles/as que vivenciam a pobreza e a desqualificação social.

Os depoimentos destacados de quatro associadas do empreendimento de reciclagem expressam a dialética contida no trabalho associado (SALOMÃO, 2014, p. 16-17):

[...] compreendo que o trabalho associado é trabalhar em grupo sem a presença de patrão [...] trabalho aqui porque amo, penso no meio ambiente e tenho as pessoas aqui como família, aqui entro e saio na hora que quero, no meu outro emprego, tinha que engolir um monte de sapo [...] quando começamos, tínhamos vergonha da profissão. Hoje temos orgulho. Não somos catadores, mas agentes ambientais. (Entrevistada em 2014, 57 anos).

[...] estou aqui pelo meio ambiente, pelo dinheiro também, atualmente sou associada pela falta de opção e se eu estiver viva e se a renda melhorar estarei sim aqui daqui a um ano [...] aqui é minha fonte de renda principal [...] pago o INSS por fora [...] aqui é melhor porque não tem patrão para ficar em cima. (Entrevistada em 2014, 38 anos).

[...] gostaria de ter todos os direitos possíveis; salário fixo, carteira assinada, plano de saúde, consultas [...]. Por isso estou só aqui ainda porque a empresa ainda não me chamou para trabalhar lá [...] a diferença daqui para o meu trabalho anterior é que a associação é melhor em relação ao trabalho e o outro é melhor em relação ao salário e os direitos [...]. (Entrevistada em 2014, 34 anos).

[...] seria muito bom se tivesse direitos, ao menos a carteira, mais não tenho, aqui em caso de gestação, acidente a gente vai para casa se tratar [...] foi pela renda que eu quis me associar e pretendo estar aqui daqui a um ano, mas se aparecer outra oportunidade, eu irei sim. (Entrevistada em 2014, 37 anos).

Os direitos sociais que deveriam ser garantidos a todos/as os/as trabalhadores/as, inclusive aos/às associados/as, como dita a Lei 12.690/12, do Cooperativismo do trabalho, ainda estão longe de ser uma efetividade para esse segmento da classe trabalhadora (PEREIRA; SILVA, 2012). Nesse cenário, a falta da proteção social é um dos grandes limitadores para as experiências de trabalho no campo da economia solidária, por isso algumas mulheres associadas ficam desmotivadas com o futuro no trabalho associado, o que explica a expectativa por outras formas de trabalho em que possam contar com os direitos regulamentados, conforme a legislação trabalhista. Ainda assim, aspectos positivos são ressaltados como a inexistência do patrão, que possibilita

satisfação no trabalho pelo desaparecimento da figura que estabelece a hierarquia de quem manda e de quem obedece.

As mulheres, em sua maioria negras, de ambos empreendimentos, revelam uma trajetória ocupacional em funções desvalorizadas e mal remuneradas no mercado de trabalho. Todas elas relatam, em algum momento, inserção no serviço doméstico, com jornada integral sem carteira assinada ou de diarista, contudo, em todos os depoimentos, a desqualificação social e a insatisfação com esse tipo de trabalho estão presentes. Essas mulheres optam pelo trabalho associado quando não percebem possibilidade de encontrar colocação que lhes assegurem vantagens no mercado de trabalho, acreditando que coletivamente vão superar as fragilidades que são comuns. Não obstante, cabe destacar que algumas mulheres da Associação de reciclagem apresentam a questão ambiental como elemento motivacional para aderir à organização coletiva.

As contradições do trabalho associado apontadas não se limitam às experiências acompanhadas pela Incuba. Ao estudar os EES do Rio Grande do Sul, Gaiger (2006) constatou que há uma intensificação na jornada de trabalho para garantir um volume de produção que os torne autossuficientes. Além disso, ressalta que os setores de atividades em que se situam esses empreendimentos não demandam força de trabalho altamente qualificada, o que reduz o fator trabalho à capacidade física somada dos trabalhadores, constituindo o trabalho num dispêndio árduo e permanente. Por outro lado, ressalta que esse mesmo trabalho institui a base da identidade coletiva, promovida pela participação ativa nas decisões cotidianas de um empreendimento associativo e cooperativo. Esse aspecto compensaria a face penosa do trabalho, pois a atividade produtiva ficaria dotada de um sentido moral e simbólico elevado.

É devido ao processo dialético que caracteriza o trabalho associado, sem, contudo, reduzir a importância da articulação política para assegurar os direitos pelo dispêndio da força de trabalho dos segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora, que identificamos nas cooperativas de trabalho solidárias espaços para ampliar a participação política dos/as sócios/as, constituindo significados no trabalho que propiciam vínculos que os/as unem para seguir adiante, em um quadro bastante adverso. Esse sentido não pode ser menosprezado quando verificamos que o trabalho socialmente protegido, o assalariado, torna-se cada vez mais precarizado, sem apresentar, no horizonte próximo, a possibilidade da superação da alienação e subordinação por parte daqueles/as que usufruem dos direitos sociais mediados pelo Estado.

Considerações finais

O relato das duas experiências de empreendimentos coletivos que foram acompanhadas pela Incuba contribui para dimensionar os desafios do trabalho associado para se afastar do trabalho precário. Esses desafios não podem ser restritos àqueles/as que necessitam da renda gerada nessa modalidade, pois constatar que a segmentação de gênero e raça persiste também nos empreendimentos econômicos solidários impõe a rearticulação política das diversas organizações que atuam nesse campo para travar as lutas necessárias para construir outro mundo menos desigual.

Por outro lado, cabe destacar que as experiências de trabalho desenvolvidas na economia solidária são ainda recentes para refutar as potencialidades de constituírem-se processos emancipatórios, viáveis economicamente, nas quais os direitos sociais seriam observados e a autogestão praticada. O que podemos afirmar ao final deste capítulo é que, efetivamente, os casos narrados constituíram-se em alternativas de trabalho para as mulheres, especialmente as negras, que foram alijadas dos direitos oriundos da sociedade salarial e que buscam, em condições precárias, a construção de um trabalho com conotação emancipatória, e que, se possível, assegure a reprodução da vida.

Referências

ABRAMO, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. *Ciência e Cultura*, 58, n. 4, p. 40-41, 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400020. Acessado em 10/10/2010.

ANJOS, Eliene. As cooperativas de trabalho da economia solidária no contexto brasileiro: dilemas e possibilidades. *Bahia Análise & Dados. Cooperativismo*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, vol. 3, n.1, jan.-mar, p. 209-228, 2013.

ANJOS, E. Para onde caminham as cooperativas de trabalho da economia solidária? Uma análise baseada nos mapeamentos dos empreendimentos solidários. *Otra Economía*, vol. 10, p. 112-124, 2016. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1018.10>. Acessado em 28/06/2017.

ANJOS, E. A interseção das desigualdades de gênero e raça no campo da economia solidária. *In: Engajamento e reflexão transversal em economia solidária*. SOUZA, A. R.; LUSSI, I. A. O.; ZANIN, M. (Orgs.). São Carlos/SP: EDUFSCar /ABPES, 2020. p. 37-47.

ANJOS, E.; SILVA, F.; PEREIRA, E. Um olhar sobre o trabalho em cooperativas da economia solidária e a intersecção com as questões de gênero e raça. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, vol.7, p. 94-117, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3369>. Acessado em 20/11/2020.

BARRETO, Theo R. Trabalhadores informais e desempregados: a precarização como homogeneização “sui generis” na formação dos “sem emprego”. Um estudo sobre as trajetórias de trabalhadores informais e desempregados na RMS – no final do século XX. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – UFBA, Salvador, 2005.

CORAGGIO, J. L. Perspectiva alternativa para la economía del trabajo. *In: CORAGGIO, J. L. (Org.). La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 165-194.

CORAGGIO, J. L. Economia do trabalho. *In: Dicionário internacional da outra economia*. A. A. CATTANI; J.-L. LAVILLE; L. I. GAIGER; P. HESPANHA (Orgs.). Coimbra, Portugal: Almedina, 2009, p. 120-127.

DIEESE. Inserção da população negra nos mercados de trabalho metropolitanos. Brasília: DIEESE, 2017.

GAIGER, L. I. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 513-545, maio/ago, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000200009>. Acessado em 18/04/2010.

OLIVEIRA, B. M.; LEAL, G. D.; SANTOS, J. S.; SOGLIA, M. C. M. Cata Renda: da Incubação à emancipação social – estudo de caso da Associação de catadores de materiais recicláveis da cidade de Cruz das Almas-BA. *In: 8º ENEDES, Ouro Preto/MG, 2011. Anais [...] 2011. Disponível em: https://anais.eneds.org.br/index.php/eneds/article/view/556/507. Acessado em 30/09/2020.*

PEREIRA, C. M.; SILVA, S. P. A nova lei de cooperativas de trabalho no Brasil: novidades, controvérsias e interrogações. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, Brasília: IPEA, n. 53, nov. 2012, p. 65-74. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3872>. Acessado em 11/11/2013.

SALOMÃO, Alice, do N. S. A (des)proteção social e a questão da saúde entre os(as) trabalhadores(as) associados(as): o caso da Associação Cata Renda Ambiental. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão de Cooperativas) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2014.

SOGLIA, M. C. M.; VELLOSO, T. R.; LORDELO, L. M. K.; DUARTE, Anaxsandra C. L. Cooperar para desenvolver - Associação Cata Renda - gestão coletiva das ações de coleta dos resíduos recicláveis na cidade de Cruz das Almas, Bahia - ressocialização do grupo marginalizado. *Extensão Universitária na UFRB*, volume 02. BOSS, S. L. B.;



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



DOURADO, T. F.; VELLOSO, T. R. (Orgs.). Cruz das Almas/BA: EDUFRB, 2018, p. 168-181. Disponível em:
https://ufrb.edu.br/proext/images/entensao_volume_2/ExtensaoUniversitariaUFRB10AnosV2.pdf. Acessado em 06/01/2021.



ORGANIZAÇÃO



LA SOSTENIBILIDAD DE LA VIDA COMO CLAVE TEÓRICO-POLÍTICA FEMINISTA EN PROCESOS DE FORMACIÓN EN EXTENSIÓN EN ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA.

511

Daniela Osorio-Cabrera, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria- SCEAM-UDELAR
dosoriocabrera@gmail.com

Gabriela Veras Iglesias, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria- SCEAM-UDELAR
gv.iglesias@gmail.com

Resumen

Desde nuestra labor como docentes e investigadoras, venimos trabajando los diálogos fértiles que se abren entre la Economía Social y Solidaria (ESS) y la Economía Feminista (EF). En las últimas tres ediciones (2019-2021-2022) del Curso-Taller Cooperativismo y Economía Solidaria abordamos esta intersección, en el taller “Feminismos y Economía Solidaria”. El objetivo de la comunicación, es generar una reflexión sobre cómo las claves teóricas que se desprenden de la EF, en especial Sostenibilidad de la Vida (SDV) y la centralidad de los cuidados en esta propuesta, han aportado a los procesos de extensión y experiencia pedagógicas enmarcadas en el curso-taller. Mirar al campo de la ESS a partir de la idea de SDV que desarrollan Cristina Carrasco (2001), Amaia Pérez-Orozco (2015) y Daniela Osorio-Cabrera (2018), nos nutre de nuevas preguntas, interpelando los trazos patriarcales presentes tanto en sus prácticas, como en las formas que se produce conocimiento. También nos permite poner a jugar lo afectivo-relacional en el trabajo en aula abriendo algunas preguntas en torno a los dispositivos pedagógicos: ¿Cómo ponemos el cuerpo en clase?, ¿Cómo se construyen los vínculos?, ¿Cómo aparecen los cuidados?. Por otro lado, la perspectiva de la extensión crítica-feminista y la epistemología feminista nos aportan herramientas para pensar cómo queremos producir conocimiento reconociendo nuestras posiciones situadas y parciales. Para llevar adelante esta propuesta tomaremos en cuenta los trabajos finales estudiantiles y las notas personales acerca de nuestra experiencias como docentes durante estos tres años en el curso-taller. Nos interesa visibilizar y compartir las resonancias y efectos que han tenido las claves teóricas abordadas en el curso, tanto en la construcción de la mirada de los estudiantes, así como en las prácticas que llevaron a cabo en sus trabajos.

Palabras-claves: Extensión; Sostenibilidad de la Vida; Cuidados; Feminismos; Economía Social y Solidaria.

Abstract

From our work as teachers and researchers, we have been working on the fertile dialogues that are opening between the Social and Solidarity Economy (ESS) and the Feminist Economy (FE). In the last three editions (2019-2021-2022) of the Cooperativism and Solidarity Economy Course-Workshop we addressed this intersection, in the workshop "Feminisms and Solidarity Economy". The objective of the communication is to generate a reflection on how the theoretical keys that emerge from the EF, especially Sustainability of Life (SDV) and the centrality of care in this proposal, have contributed to the processes of extension and experience pedagogical aspects framed in the course-workshop. Looking at the field of ESS from the idea of SDV developed by Cristina Carrasco (2001), Amaia Pérez-Orozco (2015) and Daniela Osorio-Cabrera (2018), nourishes us with new questions, questioning the patriarchal traits present both in their practices and in the forms in which knowledge is produced. It also allows us to put the affective-relational into play in classroom work, opening some questions about pedagogical devices: How do we put the body in class? How are ties built? How does care appear? On the other hand, the critical-feminist extension perspective and feminist epistemology provide us with tools to think about how we want to produce knowledge, recognizing our situated and partial positions. To carry out this proposal we will take into account the student's final projects and personal notes about our experiences as teachers during these three years in the course-workshop. We are interested in making visible and sharing the resonances and effects that the theoretical keys addressed in the

course have had, both in the construction of the students' perspective, as well as in the practices they carried out in their work.

512

Keywords: Extension; Sustainability of Life; Care; Feminism; Social and Solidarity Economy.

Introducción

Este trabajo surge como primeras reflexiones sobre el proceso que venimos transitando como docentes del Curso-taller Cooperativismo, Asociativismo y Economía Solidaria, en especial, del taller de “Feminismos y Economía solidaria”. Se trata de un curso anual ofertado hace quince años por el Área Cooperativismo y Economía Solidaria-UDELAR⁶⁵.

Se enmarca como un curso optativo destinado a todxs⁶⁶ lxs estudiantes de grado de la Universidad y abierto a integrantes de experiencias cooperativas y asociativas. A lo largo de estos años el curso pasó por distintos cambios en su estructura curricular, para el presente trabajo, nos interesa nombrar a dos: (1) a partir de 2010 pasa a incorporar talleres temáticos, cuyo temas eran elegidos por lxs estudiantxs de acuerdo a sus intereses en diálogo con del cuerpo docente; (2) en las tres últimas ediciones los temas del los talleres pasan a ser predefinidos por el cuerpo docente, siendo uno de ellos el taller de “Feminismos y Economía Solidaria”, el cual integramos como docentes responsables. De manera general, el Curso-taller se estructura a partir de espacios de talleres, trabajo grupal, visitas a experiencias, trabajo de campo, jornadas de confraternización e intercambios entre todos los talleres (Barrios, 2018).

A lo largo de sus ediciones el Curso-taller se ha caracterizado por su amplia participación de estudiantes y por una pedagogía inspirada en el diálogo teoría-praxis. En otras palabras, tiene una especificidad en cuanto a su propuesta pedagógica que se centra en generar espacios autogestionados por lxs propixs estudiantes. Busca trabajar el contenido teórico desde una propuesta práctica. Por ejemplo, autogestión es un concepto que se aborda tanto a nivel teórico, como a partir de la experiencia organizativa entre lxs estudiantes, respecto al trabajo colectivo y al llevar a cabo espacios de co-gestión del curso. Tenemos como intención pedagógica construir conocimientos jerarquizando

65 Por elecciones epistémicas y políticas será adoptado un ejercicio de lenguaje no sexista utilizando el recurso de la «x» o de la «e».

66 El Área Cooperativismo y Economía Solidaria integra al Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio de la Universidad de la República de Uruguay (SCEAM-UDELAR). Para más, ver: <https://www.extension.udelar.edu.uy/>

aspectos de la organización cooperativa, la toma de decisión colectiva (estudiantes y docentes) y la responsabilidad compartida (Barrios, 2018).

Estos preceptos están en consonancia con la práctica extensionista desde la cual nos posicionamos como equipo docente. Entendemos la extensión universitaria como un campo en disputa, donde coexisten distintas corrientes (Tommasino y Cano, 2016b). Nos interesa destacar la extensión crítica, que busca producir conocimiento en relación dialógica con el-la otrx desde una perspectiva transformativa⁶⁷. En otras palabras, se entiende como un proceso educativo que impulsa la formación universitaria integral, formando estudiantes con capacidades técnicas, a la vez comprometidos con los procesos sociales de distintos sectores de la sociedad. Cuando miramos la extensión y, especialmente la propuesta del curso, desde una perspectiva feminista es posible visualizar varios puntos de conexión que pasan, tanto por cuestiones más generales, sobre la perspectiva transformativa de la sociedad, como por procesos transformativos subjetivos a nivel individual, que se dan en espacios colectivos desde el intercambio con el-la otrx (Colacci y Filippi, 2020).

Cuando pensamos brevemente en la producción de conocimiento ¿qué diálogos podemos tejer entre la extensión crítica y los feminismos? Desde la extensión crítica un eje fundamental, es la búsqueda por desplazar los roles clásicos del vínculo educador-educando, entendiendo el proceso educativo como un acto transformador donde se aprende y se enseña de ambos lados (Medina y Tommasino, 2018). Es decir, el conocimiento no es algo acabado, llevado por la persona que enseña, sino como un proceso complejo resultado del intercambio, donde ambos sujetxs tienen agencia. Un aporte fundamental de discusiones epistémicas feministas ha sido romper con la dualidad sujetx-objeto, reconociendo y valorando la experiencias situadas de lxs sujetx en ambas puntas (Blázquez, 2011). En otras palabras, se propone pensar cómo nuestras posiciones parciales y situadas aportan para significar y producir conocimiento sobre la realidad (Haraway, 1991). La experiencia situada de los cuerpos feminizados traen miradas con distintos sesgos de género que son invisibilizados desde la perspectiva de la neutralidad e imparcialidad.

Cuando pensamos una extensión-crítica feminista podemos ensamblar ambos aportes. La propuesta del Curso-taller se forja inspirada en el precepto de concebir la

67 La UDELAR se ha conformado como importante Institución referente de la extensión crítica. Ha aportado una vasta experiencia práctica y producción teórica sobre el tema en las últimas dos décadas.

producción de conocimiento a partir de la propia experiencia de lxs estudiantes. La interpelación feminista sobre las trayectorias y las implicancias de lxs estudiantes con el campo en estudio son ejes fundamentales que hacen parte del devenir del curso. La discusión feminista en torno a los cuidados y la sostenibilidad de la vida (en adelante SDV), es otra clave que ponemos a jugar en el curso y que se nutre de los planteos de las epistemologías feministas.

A continuación nos interesa hacer una aproximación teórica a estas categorías para pensar cómo parecen atravesadas en la propuesta pedagógica. Para llevar adelante un breve análisis, identificamos dos ejes centrales: (1) por un lado, señalar cómo las categorías propuestas aparecen como herramientas teóricas en los trabajos estudiantiles; (2) por otro lado, nos interesa sistematizar cómo estas categorías se expresan en el cuerpo en clase, tanto en los dispositivos, estrategias llevadas a cabo, como en el tránsito subjetivo de lxs estudiantes.

La SDV como herramienta teórico-política

La clave de la sostenibilidad de la vida proviene de las discusiones propuestas por los feminismos en la economía, en particular en el diálogo con el eco-feminismo. Dentro de las referencias de este trabajo, nos referimos a lo que Amaia Pérez Orozco (2015) clasifica como la economía feminista de la ruptura. Dentro de esta línea la apuesta consiste en cuestionar los marcos de referencia de la economía neoclásica, en especial la construcción de una mirada dicotómica y jerárquica. En este sentido cuestionan en particular los pares productivo-reproductivo, público-privado, razón-emoción. De esta mirada dicotómica en la economía, critican la centralidad de lo productivo en la organización social y política y resignifican la esfera reproductiva como principal organizador social. En particular la crítica destaca la invisibilización y feminización de todas las tareas que hacen posible la vida.

La propuesta de la SDV, se sostiene en plantear ejes transversales de análisis que permitan superar estas dicotomía, por sus efectos jerarquizantes. En este sentido uno de los ejes será resaltar el carácter interdependiente de nuestra condición ontológica, y la necesidad de reconocimiento de nuestras múltiples dependencias, humanas y no humanas. Frente a la lógica de la autosuficiencia, la economía feminista destaca la necesidad de reconocer todas las materialidades, relaciones y afectos que sostienen la vida. Como señala Cristina Carrasco (2001) estos marcos de visibilidad amplían la noción de lo que

se entiende por economía, dando valor a todas aquellas tareas que históricamente han sido infravaloradas y no reconocido su aporte en las relaciones socio-económicas. La SDV no son sólo las relaciones materiales sino el reconocimiento de las prácticas de participación comunitaria, las relaciones afectivas.

Desde la SDV, la resignificación del trabajo de cuidados implica pensar en todas esas tareas necesarias para la vida, que no solamente se producen en la esfera doméstica. La economía feminista señala la necesidad de incorporar esta mirada sobre los cuidados de manera amplia para resituar las formas de organización social que coloquen la vida en el centro.

En el campo de la Economía Social y Solidaria (en adelante ESS), esta mirada la SDV se viene incorporando por lo menos hace una década, intentando articular los aportes que estas perspectivas críticas suponen para pensar relaciones alternativas al sistema capitalista (Jubeto y Larrañaga, 2014, Nobre, 2015; Osorio-Cabrea, 2018). En este sentido, estas articulaciones en las que trabajamos, por un lado destacan de ambas propuestas socio-económicas, la centralidad de las relaciones de horizontalidad y solidaridad, el cuidado de las personas y el entorno, el carácter colectivo de la transformación. Sin embargo, también se cuestiona, en particular desde las perspectivas feministas, la reproducción de una mirada productivista sobre los procesos en la ESS. Sobre todo, sigue sin resolverse de manera colectiva y co-responsable, el reconocimiento y distribución colectivas de las tareas que hacen posible la vida. En este sentido se viene avanzando en el último tiempo en las prácticas de la ESS el reconocimiento de la SDV. En nuestro trabajo como docentes universitarias, y trabajando en el campo-tema de la ESS esta clave se convierte en un faro para trabajar tanto en el análisis de las prácticas (Veras Iglesias y Osorio-Cabrera, 2021), sino también en la posibilidad de transformar nuestras prácticas pedagógicas, incorporando esta mirada a las condiciones que sostienen nuestra actividad en los espacios de aula. Sobre estas dos dimensiones de pensar la SDV sigue este texto.

Articulaciones de la SDV en las prácticas de enseñanza-aprendizaje

Resonancias de la SDV en los escritos estudiantiles

Antes de entrar en algunas líneas de análisis de los trabajos estudiantiles, es importante aclarar que en la propuesta metodológica, se plantea realizar un único trabajo en un grupo numeroso. En 2019 se conformaron dos grupos, ambos con cerca de 25

personas; la masividad fue una de las principales dificultades señaladas, lo que nos lleva a acotar los grupos en los siguientes años. En el año 2021, dado el contexto de crisis sanitaria del COVID-19, la modalidad es virtual y se arman dos grupos con cerca de 6 personas. Finalmente, en el año 2022 hay un único grupo de 13 personas.

La organización colectiva entre varias personas, sigue siendo un desafío propuesto como forma de poner en práctica los aspectos asociativos y autogestivos. El desarrollo del curso está enmarcado en dos mojonos: en la primera mitad nos concentramos en el abordaje de las principales categorías conceptuales del campo de estudio; en la segunda mitad se privilegia la consolidación de la grupalidad y el desarrollo del trabajo de campo. El contenido trabajado se adecua a las necesidades contextuales del grupo. Es un momento en que lxs docentes cumplen una función de tutoría y lxs estudiantes tienen más protagonismo, contando con sus espacios propios de asamblea, por ejemplo.

En este período fueron realizados cinco trabajos que obtuvieron buenas calificaciones finales. Se trata de propuestas elaboradas en diálogo con experiencias del sector de la ESS, para la tarea se construye un vínculo con lxs colectivos abordados a través del trabajo de campo. A continuación, señalaremos algunas resonancias que visualizamos en los escritos en torno a la idea de SDV, nos interesa ver cómo este campo analítico se materializó en las miradas construidas.

De manera general, encontramos dos principales abordajes: (1) indagación en torno a las tensiones propias del pensamiento dicotómico, público-privado, productivo-reproductivo, visibilidad-invisibilidad, en los espacios mixtos de la ESS; (2) transformaciones subjetivas en las personas que integran las experiencias colectivas. Estas dos miradas aparecen de distintas formas en los trabajos. Mientras algunos se centran en uno de los dos ejes, otros pasan de manera transversal por los dos.

El abordaje en torno al primer aspecto desplaza miradas dicotómicas, es decir, lxs estudiantes se interpelan cómo se dan los roles clásicos de género en la división del trabajo de las cooperativas y también cómo generan espacios de rupturas. Analizan las relaciones de poder y la integración de las personas en distintos espacios de trabajo, como asamblea, jornadas, comisiones, etc. A la vez, buscan identificar estrategias que fomenten una participación más equitativa.

En uno de los trabajos de años anteriores, interpelan cómo se daban las participaciones en los espacios de toma de decisiones en una experiencia cooperativa agraria con el uso de datos cuantitativos (variables de sexo, edad, formación, etc). Se

preguntan también cómo se expresan las emociones y los cuidados, desde lo cualitativo amplían la mirada sobre las distintas dimensiones que implican la motivación e involucramiento. Describen las tramas que sostienen a la cooperativa, analizando en particular las formas que se dan estas interacciones. En ese sentido, interpelan las formas de participación de lxs actores externos, como la propia universidad en actividades de formación y extensión.

En los trabajos también señalan las tensiones que se despliegan del trabajo remunerado y no remunerado en el sostenimiento de las experiencias. El grupo de 2022 tomó este tema como eje central. A partir del diálogo con cooperativas, surge el tema sobre las dificultades por reconocer (incluso por las propias mujeres) todos los trabajos necesarios para mantener el colectivo y su aspecto feminizado. Además de visibilizar las tensiones que se abren de estas preguntas, se proponen aportar a las experiencias generando espacios de reflexión para ensayar formas de incidir en una mejor distribución entre lo remunerado-no remunerado. Estas discusiones impulsan una búsqueda por visibilizar lo no dicho, lo no valorado, lo invisibilizado. Aspectos que se despliegan desde una mirada que se pregunta por la SDV en organizaciones colectivas.

Por otro lado, la mirada sobre el segundo eje, se centra en preguntarse por las trayectorias de lxs integrantes de la ESS, poniendo énfasis en los procesos de transformaciones subjetivas. Estas preocupaciones surgen de la interpelación sobre cómo la ESS aparece en tanto espacio de politicidad, como de potenciar vidas más vivibles. Ahí el lugar de afectos y cuidados gana centralidad, en la medida que los colectivos se presentan como espacios de sostenimiento mutuo entre sus integrantes y entre redes de intercooperación.

En trabajos de distintos años aparece el cuestionamiento de la ESS como un espacio privilegiado para pensar transformaciones tanto a nivel individual, como grupal. En una de las propuestas se preguntan por la trayectoria de mujeres referentes de la ESS, indagando sobre cómo dan respuestas a sus necesidades cotidianas, los procesos formativos y los cambios vividos. También se preguntan si la ESS puede ser una red integradora y productiva para adolescentes en situación de maternaje, trazando puentes intergeneracionales, entres jóvenes que transitan por el INAU⁶⁸ y mujeres de la Coordinadora Nacional de la Economía Solidaria⁶⁹.

68 Instituto del Niño y Adolescente del Uruguay (INAU), es el principal organismo que promueve políticas de infancia y adolescencia en el país. Para más ver: <https://www.inau.gub.uy/>

69 Para más ver: <https://economiasolidaria.org.uy/>

Identificar cómo esas experiencias producen subjetividades es otro enfoque abordado por lxs estudiantes. A partir de los espacios de obra de una cooperativa de vivienda, se proponen a mirar cómo se juegan los roles heteronormativos y no-heteronormados en su hacer cotidiano.

Entre encuentros y desencuentros, las producciones estudiantiles, además de plasmar reflexiones escritas, marcan también a las propixs estudiantes que transitan estas experiencias, desplazando sentidos y no-sentidos sobre lo vivido. Aportan también al campo de la Economía Social y Solidaria al lanzar una mirada que pone sobre sospecha algunas prácticas patriarcales que se reproducen al interior de las experiencias, al tiempo que promueven espacios de intercambio, reflexión y devolución a sus propixs integrantes. Abrir espacios de diálogos que permitan repensar las prácticas interpeladas por ideas que sostienen la SDV, es un debate que sigue abierto y en constante construcción.

Resonancias de la SDV en nuestras prácticas pedagógicas

En el último tiempo, en particular en las últimas dos ediciones, venimos trabajando en la coherencia de poner la vida en el centro, no solamente en nuestros marcos de análisis, sino también en las formas de trabajar en clase. En este sentido y orientadas por la perspectiva de la SDV, buscamos establecer formas de trabajo que apostaran a la visibilidad de la trama que sostiene la vida, así como reconocer y fortalecer la dimensión afectiva como práctica pedagógica que potencie los vínculos de enseñanza-aprendizaje.

Una primera dimensión fue **trabajar el lugar del cuerpo en clase**. La dicotomía razón-emoción, muchas veces permea nuestras prácticas. Nos olvidamos del cuerpo y de las dimensión senti-pensante de nuestro trabajo. Una de las propuestas que instalamos con especial énfasis en el último año, fue comenzar con un ejercicio que involucra al cuerpo para iniciar la tarea. Cada clase comenzaba con propuestas que iban desde ejercicios de meditación y respiración, prácticas de yoga y qi kung, a juegos grupales que potenciaban el trabajo colectivo. Estas estrategias, que resignificamos también como prácticas de autocuidado, permitieron pasar por el cuerpo muchas de las resonancias trabajadas en clase. Las propuestas no solo fueron realizadas por el equipo docente, sino que también estimulamos la autogestión del espacio en la que poco a poco se fueron animando a proponer ejercicios las propias estudiantes.

Poner en cuerpo en clase no está exento de **resistencias**. En uno de los talleres en ediciones anteriores trabajamos a partir de técnicas psicodramáticas. Este nivel de

exposición incomodó a algunos estudiantes, y nos interpela en la tarea. Sobre todo nos permitió trabajar la profundidad en la que la racionalidad dominante en los espacios académicos permea y las dificultades que implica poner el cuerpo. Sin embargo, esta experiencia de aprendizaje nos permitió pensar estrategias que desde el inicio fueran habilitando las formas de poner el cuerpo, respetando los ritmos singulares.

Otro nivel de profundización fue la **visibilización de las relaciones interdependientes que hacen posible estar en clase**, y que colocan en el centro prácticas que en general quedan fuera de los espacios de aula. En este sentido, potenciamos desde el principio a partir de las presentaciones, la distribución de los tiempos en trabajo productivo, reproductivo, tiempo de estudio. De este modo señalamos la necesidad de conocer en qué condiciones están las compañeras para trabajar, así como comprender las condiciones de posibilidad para la participación en clase como para el trabajo grupal. Esta situación ha sido valorada positivamente por lxs estudiantes en las evaluaciones, ya que les permite comprender situaciones y descomprime conflictos relacionados con la tarea colectiva y las responsabilidades asumidas.

Esta circulación del afecto y de poner el cuerpo, nos desafió en el contexto de pandemia. La virtualidad, la situación de fragilidad, la distancia física fueron un obstáculo para trabajar desde esta perspectiva. Para superar estas dificultades, establecimos dinámicas que buscaran el intercambio, cuidado del espacio en la distancia, por ejemplo a partir de selecciones musicales que buscaban iniciar y cerrar los espacios de trabajo.

Poner en el centro el cuidado de la organización social, también es un motor para pensar nuestros tiempos en clase. En 2022 se dió la particularidad de tener en el grupo a una estudiante que se encontraba amamantando a su bebé. Esta situación implicaba que en tiempo de clase, tuviera que salir a dar pecho ya que su compañero se encontraba cerca con la bebé. Esta situación permitía que la estudiante volviera a cursar sus estudios universitarios. Hacer coincidir el corte con esta situación, fue un acuerdo realizado con el grupo para que la compañera pudiera perderse lo menos posible la clase. Hacer visible la esfera de lo íntimo, romper barreras de prácticas que en general se entienden para el espacio doméstico y asumir colectivamente la responsabilidad de sostenerlo, son desplazamientos que se producen a partir de tomar este enfoque de SDV en aula.

Poner en el centro el cuidado, significó también **potenciar el trabajo grupal y la dimensión afectiva** en la tarea cotidiana. Conocerse, trabajar en grupo, generar espacios

de autonomía grupal, las propias dinámicas de autocuidado del principio, fueron potenciando el carácter afectivo relacional en la tarea entre estudiantes y docentes. Compartir nuestras vulnerabilidades, habilitar las diferencias, fueron formas de ir tramando la dimensión afectiva en la tarea.

La configuración de los grupos ha sido en general mixta, lo que nos ha desafiado desde perspectivas feministas a pensar cómo se juega el “entre mujeres” (Gutiérrez, Sosa y Reyes, 2018) en estos espacios. Nos referimos a la idea de una potencia en el hacer colectivo que despliega desde prácticas de politicidad feminista, que se configuran en muchos casos desde el compartir experiencias de opresión. Trabajar esta dimensión en clase sigue siendo un desafío para no perder de vista las tensiones que se expresan con estas temática, sus formas de resonar según sexo-género y la apertura a las diferencias en el espacio de trabajo.

La dimensión afectivo-relacional se extiende, y no sólo se potencia en el encuentro en clase, sino también con las organizaciones con las que se trabaja. Desde una perspectiva crítica de la extensión, estamos atentas a no producir procesos extractivistas ni utilitaristas en la relación con las organizaciones con las que nos vinculamos. Articulando también con los planteos de las epistemologías feministas, proponemos trabajar el vínculo con las organizaciones en clave de acompañamiento (Osorio-Cabrera, Gandarias y Fulladosa, 2021), extendiendo las prácticas de cuidado no solo entre las integrantes del grupo, sino también el cuidado con la organizaciones con las que se relacionan las estudiantes.

Esta dimensión afectiva que trabajamos sustancialmente en el proceso, tiene efectos dentro del propio curso-taller y el equipo. Las resonancias a esta característica particular de la propuesta del taller de feminismos, impacta en los otros equipos del curso. En uno de los espacios intertaller del curso se señaló la dimensión afectiva puesta en juego por el grupo del taller, y se enunció la necesidad de repensar las prácticas incorporando esta dimensión a otras propuestas dentro del curso.

Reflexiones finales

A modo de cierre nos gustaría destacar el carácter no sólo analítico sino pedagógico que la propuesta de la SDV significa. En otros trabajos hemos señalado su carácter de herramienta teórico-política (Osorio-Cabrera, 2018; Veras-Iglesias y Osorio-Cabrera, 2021); en esta comunicación le sumamos además su potencia pedagógica.

Nos referimos tanto a la posibilidad que nos brinda para superar las barreras de lo íntimo, colectivizando nuestras vulnerabilidades y dependencias en el espacio de clase. Así como también, la posibilidad de trabajar en aula, la potencia de la dimensión afectiva en el encuentro pedagógico. Afectos que no podemos dar como a-priori, sino que requieren de un trabajo consciente de problematización y disposición para el trabajo. El tránsito por una experiencia pedagógica que interpela la dicotomía razón-emoción nos permite generar espacios de producción de conocimientos más integrales, donde el conocimiento pasa por el cuerpo.

De los feminismos hemos aprendido que solamente poniendo estas dimensiones en el centro de nuestras formas de vida, podemos apostar por unas otras formas de vida que valgan la pena ser vividas. Abrir el espacio del aula para ponerlos en la práctica docente, reforza unos de los cometidos centrales del Curso-taller aportandole una perspectiva feminista.

Bibliografía

BARRIOS, Diego Caracterización de intencionalidades pedagógicas del curso taller de Cooperativismo, asociativismo y Economía Solidaria, de la Unidad de Estudios Cooperativos de la UDELAR En: (Coord.) Guerra, Pablo Aportes desde la Universidad de la República al campo temático de la Economía Social y Solidaria Ed. UDELAR, 2018. p. 227-239 Disponible: file:///home/usuario/Descargas/aporteseconomiasocialysolidaria_EBOOK_.pdf

BLÁZQUEZ, Norma El retorno de las brujas. Incorporación, aportaciones y críticas de las mujeres a la ciencia. México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2008. 150 p. – (Colección Debate y reflexión).

CARRASCO, Cristina La sostenibilidad de la vida humana: ¿Un asunto de Mujeres?, Mientras tanto, 81, 2001, 43-70.

COLACCI, Romina, y FILIPPI, Julieta. La extensión crítica será feminista o no será. E+E: estudios de extensión y humanidades, volumen 7, no 9, primer semestre 2020. Abril-octubre 2020. Pp. 18-29.

CSEAM, Comisión Sectorial de Extensión y Actividades en el Medio, UDELAR, “Apuntes para la acción. Sistematización de experiencias de extensión universitaria”. Compiladores: Agustín Cano, Alicia Migliaro, Rafael Giamb Bruno Extensión Libros. Comisión Sectorial de Extensión y Actividades en el Medio (CSEAM). _____ (S/F). “Sistematización de experiencias de extensión”. Cuadernos de Extensión N° 3 Montevideo, Uruguay, 2012.

GUTIÉRREZ, Raquel, SOSA, María Noel., ReyES, Itandehui. El entre mujeres como negociación de las formas de interdependencia impuestas por el patriarcado capitalista y colonial. Reflexiones en torno a la violencia y la mediación patriarcal. Revista Heterotopías del Área de Estudios Críticos del Discurso de FFyH , 1(1), 2018. pp. 1-14.

JUBETO, Yolanda y LARRAÑAGA, Mertxe. La economía será solidaria si es feminista. Aportaciones de la economía feminista a la construcción de una economía solidaria. En Yolanda Jubeto et al. (Eds), Sostenibilidad de la vida. Aportaciones desde la Economía Solidaria, Feminista y Ecológica. Bilbao: REAS, 2014, 13-26.

HARAWAY, Donna. Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza. Madrid: Ediciones Cátedra S.A, 1991.

MEDINA, Juan Manuel, y TOMMASINO, Humberto. Extensión Crítica: Construcción de una universidad en contexto: sistematización de experiencias de gestión y territorio de la Universidad Nacional de Rosario. 1 ed. UNR Editora, 2018. Disponible: https://accionesocial.ucr.ac.cr/sites/default/files/adjuntos/extension_critica_construccion_de_una_universidad_en_contexto.pdf.

NOBRE, Miriam. Economía solidaria y economía feminista: elementos para una agenda. Revista Papeles de Economía Solidaria, 2015.4(1), 1-24.

OSORIO-CABRERA, Daniela. Economía Solidaria y Feminsmo(s): pistas para un diálogo necesario. Eds (Santamaría, E; Yufra, L; de la Haba, J) Investigando Economías Solidarias, Pol-len edicions scel y Odile Carabantes, Barcelona, 2018. 97-106.

OSORIO-CABRERA, Daniela, GANDARIAS, Itziar, & FULLADOSA, Karina. Consideraciones ético-político-afectivas en investigaciones feministas: articulaciones situadas entre academia y activismo. Empiria. Revista De metodología De Ciencias Sociales, 2021. (50), 43–66.

PÉREZ-OROZCO, Amaia. Subversión feminista de la Economía. Madrid: Traficantes de sueños, 2015.

TOMMASINO, Humberto. “Programas Integrales: un camino hacia la construcción de la segunda reforma universitaria”. En De formaciones in-disciplinadas. Programa Integral Metropolitano. UDELAR, 2008.

TOMMASINO, Humberto., CANO, Agustín, “Modelos de extensión universitaria en las universidades latinoamericanas en el siglo XXI: tendencias y controversias”. En Universidades, Año LXVI, Nueva época, núm. 67, enero-marzo, 2016. UDUAL, México.

VERAS-IGLESIAS, Gabriela y OSORIO-CABRERA, Daniela. Tramas que sostienen la vida en experiencias de cooperativismo de vivienda por ayuda mutua. Libro de actas del VI Congreso de Economía Feminista, Universidad del País Vasco. España, 2021. 1,2 y 3 de Julio. 503-514. Disponible: <https://congresoekonomiafeminista.org/wp-content/uploads/2021/11/LIBRO-DE-ACTAS-@CongresoEcoFem.pdf>.



Trabajos finales del Curso-taller de Cooperativismos, Asociativismo y Economía Solidaria - Taller Feminismos y Economía Solidaria (no están publicados).

ALVES ET AL. ¿Cómo se configura el proceso de transformación de las mujeres a partir de su participación en la Economía Social y Solidaria?. Trabajo final del Curso-taller de Cooperativismos, Asociativismo y Economía Solidaria- Taller Feminismos y Economía Solidaria - SCEAM-UDELAR, 2019.

AMARANTE ET AL. Miradas feministas sobre el trabajo productivo y reproductivo: reflexiones y diálogos sobre la distribución del trabajo remunerado y no remunerado en las cooperativas de trabajo Capurro y Planetarios. Trabajo final del Curso-taller de Cooperativismos, Asociativismo y Economía Solidaria - Taller Feminismos y Economía Solidaria - SCEAM-UDELAR, 2022.

AZAMBUJA ET AL. Trabajo final del Curso-taller de Cooperativismos, Asociativismo y Economía Solidaria. Taller Feminismos y Economía Solidaria - SCEAM-UDELAR, 2019.

BURONI ET AL. ¿Cómo se da la participación en grupos mixtos de ESS? Aprendiendo a partir de una experiencia en territorio. Trabajo final del Curso-taller de Cooperativismos, Asociativismo y Economía Solidaria - Taller Feminismos y Economía Solidaria- SCEAM-UDELAR, 2021.

JUÁREZ ET AL. Exploración de Feminismos e Interseccionalidad en la ES. Trabajo final del Curso-taller de Cooperativismos, Asociativismo y Economía Solidaria - SCEAM-UDELAR, 2021.

OS ENFRENTAMENTOS COTIDIANOS DAS MULHERES QUILOMBOLAS: O CASO DAS PRODUTORAS DE REMÉDIOS FITOTERÁPICOS NO CENTRO DE PLANTAS MEDICINAIS DO CEDRO, GO

524

Aline Grigório da Silva
line9gregorio@gmail.com

Janice Rodrigues Placeres Borges, (CCA/UFSCar – Ar)
janice@ufscar.br

Jesiel Souza Silva, (IFG)
zielslva@hotmail.com

Resumo

O estudo realizou uma investigação sobre as práticas cotidianas, enfrentamentos e resistências das mulheres da comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro, Mineiros, GO, dentro e fora do quilombo, com ênfase na produção tradicional de remédios fitoterápicos. Com o objetivo de verificar os entraves e os enfrentamentos cotidianos das mulheres quilombolas na realização de suas práticas da vida social, o Cedro acabou sendo um território de relevância, devido à história de sua formação e proximidade com a cidade de Mineiros e, especialmente, pelo fato das mulheres cedrinhas produzirem, de forma tradicional, remédios a partir de plantas medicinais do Cerrado. O desenho da pesquisa foi realizado a partir da revisão bibliográfica, da pesquisa exploratória com o intuito de conhecer melhor as mulheres e suas atividades, as lideranças e gerar a hipótese norteadora do estudo descritivo. Foram, também, realizadas entrevistas semiestruturadas. Assim, empreendeu-se o trabalho de campo, empregando-se a metodologia etnográfica e alguns de seus procedimentos: observação direta do pesquisador e anotações no diário de campo com o intuito de uma descrição densa da área de estudo e das práticas cotidianas dessas mulheres quilombolas entrevistadas. As mulheres cedrinhas são as principais responsáveis pela manutenção dos traços identitários da comunidade, que estão diretamente ligados à relação que os quilombolas estabeleceram, ao longo de décadas, com o bioma cerrado, via produção tradicional de remédios variados a partir de plantas medicinais coletadas por elas, sazonalmente e de forma preservacionista, assim como, aproveitam e repelem as influências positivas (acesso à educação) e negativas (especulação imobiliária do entorno do quilombo, destruindo o bioma) da cidade de Mineiros. Observou-se que as mulheres da comunidade aumentaram sua participação no mercado de trabalho urbano, mas, que continuam à frente de suas famílias. Foi possível averiguar que estão acontecendo transformações nos padrões de valores relativos ao papel sociocultural das cedrinhas no interior do quilombo e na cidade. As mulheres têm se dividido entre o espaço doméstico, social e político, demonstrando engajamento para assumir papéis de liderança dentro e fora da comunidade.

Palavras-chave: Conhecimento Tradicional; Autonomia; Empoderamento; Liderança Feminina; Quilombo.

Abstract

The study conducted an investigation into the daily practices, challenges, and resistances of women from the Cedro community, a Quilombola remnant community in Mineiros, GO, both within and outside the Quilombo, with an emphasis on traditional production of herbal remedies. With the aim of identifying the obstacles and daily challenges faced by Quilombola women in their social practices, Cedro emerged as a relevant territory due to its history of formation and proximity to the city of Mineiros. Furthermore, the women in Cedro engage in traditional production of medicines using medicinal plants from the Cerrado biome. The research design involved a literature review, exploratory research to better understand the women and their

activities, and interviews conducted in a semi-structured format. Fieldwork was then undertaken using ethnographic methodology, which included direct observation by the researcher and field notes for a dense description of the study area and the daily practices of the interviewed Quilombola women. The women from Cedro play a crucial role in maintaining the community's identity, which is closely linked to their longstanding relationship with the Cerrado biome through the traditional production of various medicines from collected medicinal plants, following a seasonal and preservationist approach. They also navigate and respond to positive influences (access to education) and negative influences (real estate speculation in the vicinity of the Quilombo, leading to destruction of the biome) from the city of Mineiros. It was observed that the women in the community have increased their participation in the urban job market while still remaining at the forefront of their families. Transformations in the patterns of socio-cultural values regarding the roles of the Cedro women within the Quilombo and the city have been identified. These women have been dividing their time between domestic, social, and political spaces, demonstrating their engagement in assuming leadership roles both within and outside the community.

Keywords: Traditional Knowledge; Autonomy; Empowerment; Female Leadership; Quilombo.

Introdução

Os quilombolas são grupos étnico-raciais, que, em Goiás, segundo a Fundação Palmares, estão presentes em 58 comunidades remanescentes de quilombos certificadas. Dentre esses territórios, encontra-se o da comunidade quilombola Cedro – conhecida por sua farmácia produtora de remédios com plantas do Cerrado. Segundo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - Coordenação de Goiás (Conaq), entre certificadas e não certificadas existem 82 comunidades remanescentes de quilombos nesse Estado. O Cedro se encontra até a atualidade, com situação fundiária não titulada (CPISP, 2021).

A Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) Cedro tem uma origem diferenciada – sua formação acompanhou a evolução da cidade de Mineiros (GO), distinguindo-se de outras comunidades de quilombolas brasileiras, marcadas por fugas de escravos e lutas pela liberdade (LUCIANO e SANTOS, 2014), formando assim, algo semelhante a um bairro, que é pressionado há anos por empreendimentos imobiliários. Reconhecido pelas suas ‘garrafadas’, esse território tem sido objeto de estudos variados desde os anos 1980, recebendo destaque as pesquisas sobre sua formação e história, cultura e organização.

Contudo, havia uma lacuna acadêmica sobre a histórica atuação de suas mulheres, entre o quilombo e a cidade de Mineiros. Nas primeiras visitas, para realizar uma pesquisa exploratória, notou-se, por meio de conversas, que existia um movimento de várias de suas mulheres na busca de independência financeira, acesso à educação superior, atividades conservacionistas, por atuarem no Cerrado, coletando plantas medicinais, e a

manutenção das tradições. Numa busca por referências bibliográficas, pouco se encontrou sobre a atuação histórica dessas mulheres e as trajetórias recentes de tantas outras, que trouxessem à visibilidade a atuação das mesmas na comunidade e fora dela.

Dessa forma, a escolha desse território de CRQ, para a realização de um trabalho sobre as mulheres quilombolas, foi guiada pela hipótese que pressupunha que as mulheres exerciam uma variada gama de atividades entre o quilombo e a cidade.

Mulheres quilombolas: práticas tradicionais

A realidade da mulher rural é complexa e cercada de definições míticas sobre seu trabalho. Mesmo estando envolvida nas atividades de finalidade econômica, a mulher passa despercebida quando a questão é mérito do seu trabalho, uma vez que a sociedade considera a mulher como uma mera ajudante do esposo que é considerado o líder da família.

Contudo, quando se trata de mulheres quilombolas, a realidade fica mais complexa, porque temos que primeiramente entender o seu papel a partir da cultura e hábitos nas comunidades quilombolas - compreendendo suas lutas, memórias e saberes. Pesquisas sobre as atividades laborais das mulheres das comunidades rurais, no âmbito produtivo e doméstico, demonstram a dificuldade em se estabelecer a separação precisa entre esses espaços (SCOTT; RODRIGUES; SARAIVA, 2010; BUTTO, 2011; MONTEIRO, 2013).

Essa situação das mulheres rurais contribui para reforçar a desigualdade de gênero no campo, visto que, no meio rural está presente um rígido e severo controle familiar e comunitário, principalmente em relação às mulheres, relacionados com a moral sexual e familiar - os homens são destinados prioritariamente às atividades vinculadas à esfera produtiva, enquanto as mulheres à esfera reprodutiva, segundo Faria (2009).

As mulheres quilombolas enfrentam uma realidade não muito distinta das outras mulheres do campo. Mas, de acordo com Souza e Araújo (2014), existem casos em que o espaço ocupado por mulheres na comunidade gera novas perspectivas, rompendo com a invisibilidade e retomando a história passada, mas nem sempre é assim, e em tantos outros a participação feminina é precária.

A história das mulheres quilombolas é marcada por processos árduos de luta e pela busca constante de reconhecimento pelos trabalhos desenvolvidos nos setores econômicos, sociais e culturais dentro e fora das comunidades onde habitam. Segundo

Monteiro (2013), existe uma clara liderança feminina em grande parte das comunidades, que mostra como essas mulheres ocupam cargos de poder e de decisão nos territórios nos quais atuam.

Para Souza e Araújo (2014), o empoderamento destas mulheres quilombolas perpassa as referências históricas, na medida em que constituem uma trajetória de luta e contraposição dos espaços de invisibilidade, opressão e desigualdade.

A luta pelo rompimento dos paradigmas que taxam essas mulheres como coadjuvantes nos processos históricos, tem mostrado que as mulheres estão presentes na luta pela garantia dos direitos das comunidades onde estão inseridas. Para Grossi, Oliveira; Oliveira (2018), as violações de direitos vivenciadas pelas mulheres quilombolas e suas famílias, evidenciadas em indicadores de vulnerabilidade social, econômicos e de saúde, possuem uma dimensão estrutural.

As mulheres quilombolas vivenciam opressões que se reproduzem no seu cotidiano. Essas opressões são caracterizadas pela falta de acesso a políticas públicas que são desenvolvidas para atender as necessidades das comunidades nas esferas, econômicas sociais e culturais. A procura por melhores condições de vida faz com que essas mulheres estejam sempre lutando por mudanças, como demonstrado por Monteiro (2013)

A PESQUISA E SEU DESENHO

Com o objetivo de verificar o cotidiano e as atividades produtivas e domésticas das mulheres quilombolas, entre o quilombo e a cidade, via suas práticas da vida social (GIDDENS, 2005) o Cedro é um território adequado, devido à história de sua formação e proximidade com a cidade de Mineiros e, especialmente, por produzir de forma tradicional remédios a partir de plantas medicinais do Cerrado.

O desenho da pesquisa foi realizado a partir da revisão bibliográfica, da pesquisa exploratória com o intuito de conhecer melhor as mulheres, as lideranças e gerar a hipótese norteadora do estudo descritivo, e a realização de entrevista semiestruturada.

Assim, empreendeu-se o trabalho de campo, empregando-se a metodologia etnográfica e seus procedimentos: observação participante e observação direta do pesquisador dentro da comunidade estudada, anotações no diário de campo. Segundo Geertz, o que define a metodologia etnográfica “é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma descrição densa”. (GEERTZ, 1989, p. 15).

As entrevistas aconteceram na casa de cada entrevistada, priorizando a

disponibilidade de cada uma, seguindo um roteiro de entrevista pré-elaborado.

As entrevistadas foram selecionadas aleatoriamente.

A rotina das 69 famílias Cedrinhas, entre quilombo e cidade, foi um dos obstáculos para conseguir realizar as entrevistas.

A observação participante ocasionou um contato intenso entre os envolvidos sem sair do cotidiano da área de estudo.

Para registrar essas impressões, utilizou-se o Diário de Campo, instrumento imprescindível para a pesquisa de cunho Antropológico.

Na terceira etapa do trabalho, algumas respostas obtidas nas entrevistas semiestruturadas foram categorizadas, através da análise do conteúdo. Essa metodologia permite a utilização de técnicas para a organização das informações obtidas nas respostas proporcionando a compreensão das comunicações. As categorias foram criadas a partir dos tópicos que surgiram durante as entrevistas semiestruturadas, esses tópicos deram origem às unidades temáticas, configuradas de acordo com critérios de frequência e relevância (BARDIN, 2009; OLIVEIRA, 2008).

A área de estudo

O território Comunidade Remanescente de Quilombo Cedro está localizada no bioma Cerrado, no município de Mineiros, estado de Goiás, Brasil. O município de Mineiros pertence à Microrregião do Sudoeste de Goiás, na zona do Alto Araguaia, fazendo parte da Bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins.

O nome Cedro aparece na história como uma homenagem a um dos córregos da bacia hidrográfica referida acima. O mesmo que toma esse nome tinha exuberante vegetação, formada, por árvores de grande porte, tais como: peroba, guariroba, jatobá e especialmente cedro (SILVA 1998, p.343).

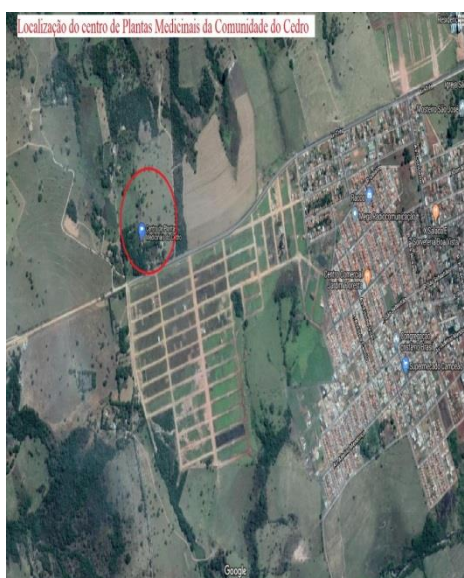
De acordo com Baiocchi (1983), o Cedro situa-se a 6 km da sede do município e foi criado por ex-escravos, que continuaram trabalhando para os coronéis.

A comunidade do Cedro foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como comunidade remanescente de quilombo, porém, é visível que existe um processo de inibição da comunidade e da sua área. Essa inibição acontece impulsionada pela venda das terras e êxodo de algumas famílias que nasceram na comunidade para a cidade. Os jovens são afetados por não existir por parte dos governantes locais e estaduais um

planejamento, que possibilite o acesso a informações sobre as políticas públicas, viabilizando o acesso, almejando o desenvolvimento da comunidade Cedro.

Partes da área que pertencia à comunidade foi destinada para loteamentos, dificultando a limitação da área urbana e rural, tendo 6 quilômetros entre a comunidade do Cedro e o centro de Mineiros. A Figura 1, mostra o encontro entre o perímetro urbano da cidade de Mineiros e a área da comunidade Remanescente de Quilombolas do Cedro, representada na imagem pela localização do Centro de Plantas Medicinais do Cedro.

Figura 1: Aproximação do perímetro urbano da cidade de Mineiros, GO, e a Comunidade Remanescente de Quilombo do Cedro. Fonte: Google Maps (2018).



PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE OS ENFRENTAMENTOS COTIDIANOS DAS MULHERES DA COMUNIDADE DO CEDRO

A análise de conteúdo pede a criação de categorias de análise. Para esse estudo, foram criadas as seguintes categorias analíticas:

A primeira categoria foi criada com base no desenvolvimento do trabalho. Unidade temática 1: Significado das atividades cotidianas e os elementos que cercam as atividades desenvolvidas pelas mulheres.

Na categoria 1.1: “o pertencimento ao lugar”. A percepção que predominou em todas as entrevistas, foi a ligação identitária com a comunidade e seus significados na vida das mulheres, mesmo diante das dependências do espaço urbano, as mulheres sentem a necessidade de retornar para a comunidade do Cedro, por isso optam por estar na cidade apenas durante o tempo necessário, criando essa árdua jornada entre campo e cidade.

Categoria 1.2: “trabalho coletivo”. Para 9 das entrevistadas o significado atribuído para o trabalho coletivo, ou em grupos foi de algo bom, as mesmas entrevistadas mencionaram ter preferência por trabalhar em grupo. Avaliando como mais prazeroso e satisfatório.

Na categoria 1.3: “a rotina de trabalho”, durante as entrevistas, notamos nos relatos das mulheres que, para elas e para o universo onde estão inseridas, é comum elas se dedicarem a diversas tarefas ao longo do dia, sendo que para elas essa sobrecarga de trabalho é comum.

Na categoria 1.4: “conhecimento tradicional”: as mulheres da comunidade do Cedro trazem em suas falas uma preocupação quanto à continuidade do trabalho realizado com as plantas medicinais. Todo trabalho desenvolvido teve origem no conhecimento empírico das mais velhas, passado de geração em geração pelas idosas.

O conhecimento é transmitido hereditariamente por meio da fala e da escuta, a palavra dita tem uma importante dimensão, pois traz consigo os valores sagrados e, na constante repetição, torna-se o repasse de saberes (SANTOS, 2012, p. 2).

A categoria 2.1 reflete “as percepções quanto às necessidades das mulheres da comunidade, no sentido coletivo.” Constatamos durante o trabalho de campo, que as mulheres da comunidade nunca foram contempladas com algum projeto destinado às suas necessidades específicas como uma categoria dentro da comunidade. Todas as entrevistadas afirmaram nunca terem acessado uma política pública direcionada às mulheres. Esse fato reforça o que é afirmado por Lozano e Lago (2017), de modo geral, as políticas públicas voltadas para as mulheres brasileiras buscaram conceder benefícios sociais a determinados grupos de mulheres ao longo da construção do país. As entrevistadas traçam com clareza as principais necessidades das mulheres da comunidade do Cedro, começando por assistência para o desenvolvimento de atividades com finalidade econômica e os cuidados com a saúde.

A categoria 2.2, “enfrentamentos e preconceitos”, abarca as situações do dia a dia dessas mulheres, nos espaços onde estão inseridas, perpassando por situações étnico raciais. A busca por melhores condições de vida, qualificação e inserção no mercado do trabalho é um desafio árduo para as mulheres da comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro.

CONCLUSÕES

Analisar o papel da mulher na comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro, nos diversos contextos onde estão inseridas, nos permite afirmar que o esforço destas mulheres em busca de protagonismo é constante e que as conquistas das mulheres têm provocado mudanças positivas na estrutura familiar dentro da comunidade.

Por um lado, as mulheres da comunidade de remanescentes do Cedro, estão conquistando papéis de liderança dentro de espaços que eram ocupados somente pelos homens. Na atualidade, as mulheres são responsáveis por ações que refletem na vida comunitária, porém, por outro lado, as mulheres dessa comunidade ainda enfrentam problemas. Cita-se: não há nos domicílios uma divisão justa e igualitária das tarefas definidas como domésticas; a responsabilidade pela organização e planejamento das atividades domésticas compete somente à mulher, assim como as atividades reprodutivas de cuidados; a mulher assume a responsabilidade de cuidar dos outros membros da família.

O tempo de estadia na Comunidade do Cedro, durante o trabalho de campo, permitiu que observássemos um cenário sobre os novos papéis assumidos pelas mulheres na comunidade.

As mulheres do Cedro são responsáveis pela manutenção histórica e cultural da comunidade, devido à responsabilidade assumida por elas, na preservação e passagem das tradições, dos saberes e da memória dos antepassados. Essa afirmação foi possível a partir dos depoimentos de outros membros da comunidade que citaram a trajetória das mulheres em busca do reconhecimento pelo trabalho com as plantas medicinais.

A oportunidade de qualificação tem sido aproveitada pelas mulheres da comunidade do Cedro, a partir do acesso a cursos de ensino superior e profissionalizantes.

Assim, percebemos que as mulheres estão deixando de exercer profissões de baixo reconhecimento social como os braçais e estão tendo mais acesso à bens e serviços.

As mulheres do Cedro têm se mostrado satisfeitas com as mudanças ocorridas na comunidade.

A aproximação com o perímetro urbano facilita que as mesmas deixem suas casas para exercer atividades remuneradas urbanas.

A obtenção de renda através das atividades exercidas pela mulher promove mudanças na qualidade de vida de toda a família. Isso porque as mulheres fizeram questão de mostrar durante nossas visitas, os eletrodomésticos comprados por elas, as reformas nas casas e construções de novos cômodos. A independência financeira das mulheres da

comunidade do Cedro tem colocado as mulheres como protagonistas na geração de renda e sustento das famílias.

Em síntese, as mudanças são várias e facilitadas pela proximidade com o meio urbano, apontando para a necessidade de trabalhos com análises antropológicas, para melhor entender as faces positivas e negativas dessas transformações encontradas em campo e na literatura levantada, em termos de manutenção do território da CRQ Cedro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, J.F. O papel de comunidades quilombolas na conservação da biodiversidade do Cerrado: a experiência da Comunidade do Cedro, Mineiros-GO - Brasília: Universidade de Brasília – UnB Campus Planaltina, 2016, 38p.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. Negros do Cedro: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás. São Paulo: Editora Ática; Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. 201 p.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da República, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso 02 de jan. 2019.

CAMPOS. M. C. A; Gallinari T. S. Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. Revista NERA Presidente Prudente Ano 20, nº. 35 pp. 199-217 Jan-abr./2017.

BUTTO, A. (Org.) Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 11-28.

CPISP (2021). Disponível em: <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/246> . Acesso em: 30 mar. 2021.

FALKEMBACH, E. M. F. Diário de Campo: um instrumento de reflexão. Contexto e Educação. Universidade de Ijuí. ano 2. nº 7, julho /set 1987. p. 19-24.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. In: BUTTO, A. (Org.) Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 11-28.

FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2007.

GEERTZ, C. Ethos, Visão de mundo e a análise de símbolos sagrados”. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIDDENS, A. Sociologia. São Paulo: Artmed, 2005.

GROSSI. P. K.; OLIVEIRA. S. B; OLIVEIRA. J. L. Mulheres quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração. Revista de políticas públicas. v. 22. 2018. p 929-948.

LIMA. I. A. Aqui é o lugar que toda mulher trabalha: uma etnografia sobre o trabalho feminino na comunidade quilombola de Capoeiras - Macaíba/RN. (Dissertação de Mestrado). UFRN. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Macaíba-RN. 2017. p. 213.

LUCIANO, D.F. SANTOS, M.J. Quilombo do Cedro em Mineiros (GO). Anais... Congresso Internacional Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento, De 20 a 22 de out. 2014. Taubaté.

MALIGHETTI. R. Etnografia e trabalho de campo. Autor, autoridade e autorização de discursos. Caderno Pós Ciências Sociais - São Luís, v. 1, n. 1, jan./jul. 2004. p. 109- 122.

MIRANDA, Shirley Aparecida. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vtvxW4PdPS4DjsgsjXqxHN/abstract/?lang=pt>
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vtvxW4PdPS4DjsgsjXqxHN/abstract/?lang=pt> Acesso em: 31 de dez. de 2018. Acesso em: 31 de dez. de 2018.

MONTEIRO. K. S. As mulheres quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013. 233 p.

OLIVEIRA, D. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. Rev. Enferm. UERJ, Rio de Janeiro, out/dez; 16(4):569-76, 2008.



OLIVEN, Arabela Campos. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. Educação, Porto Alegre, a. 30, n. 1(61), p. 29-51, jan./abr. 2000.

SANTOS. M. J. Mulheres quilombolas: Memória é acervo de nossa história. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012. 1-15 p. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/14142>. Acesso: 04 de jan. 2019.

SARTORI. E. Reflexões sobre relações de gênero, família e trabalho da mulher: Desigualdades, avanços e impasses. Cadernos CERU, Série 2 Volume 15, 2004.

SCOTT, P.; RODRIGUES, A. C.; SARAIVA, J. C. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rural. In: PARRY, S.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.). Gênero e geração em contextos rurais. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 63-94.

SILVA, J. S. Análise Sócio- espacial e conhecimento etnobotânico em uma comunidade quilombola no Sudoeste de Goiás. 2010. 186 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2010.

SOUZA. P. B. De; ARAUJO. K. A. A mulher quilombola: Da invisibilidade à necessidade por novas perspectivas sociais e econômicas. Anais Direitos, gênero e movimentos sociais, II. Organização CONPEDI/UFPA; coordenadores: ESTEVES Juliana Teixeira et al. – Florianópolis: CONPEDI, 2014. p.163-182.

RELAÇÕES DE TRABALHO E GÊNERO DE MULHERES EM EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

535

Isabela Bruno de Souza, (Face/UFMG)
isabela_wm@hotmail.com

Sibelle Cornélio Diniz, (Face/UFMG)
sibelled@cedeplar.ufmg.br

Bruno Siqueira Fernandes, (IGC/UFMG)
brunosiqfer@gmail.com

Resumo

A quarentena imposta pela pandemia de Covid-19 revelou-se discriminatória para alguns grupos sociais, especialmente as mulheres. Isso porque a presença de crianças e outros familiares que demandam trabalho de cuidado, bem como o aumento dos afazeres domésticos, tendem a sobrecarregar as mulheres. Há décadas, as teóricas feministas vêm evidenciando as desigualdades de gênero como aspecto central do capitalismo. Por outro lado, a Economia Solidária pode ser entendida como um espaço de resistência, fundamentado na solidariedade, igualdade e cooperação, que busca, entre outros objetivos, levar em conta as especificidades femininas e construir soluções para tais desigualdades. Este artigo buscou avaliar a situação das mulheres envolvidas na economia solidária durante a pandemia de COVID-19. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto a sete produtoras inseridas em empreendimentos solidários, residentes no município de Belo Horizonte, Minas Gerais. Os resultados permitem levantar a hipótese de que as mulheres produtoras da economia solidária tiveram suas relações de trabalho e domiciliares significativamente alteradas durante o período de distanciamento social. Além da redução significativa da renda, devido às dificuldades de comercialização com a interrupção das feiras, verificou-se sobrecarga de tarefas domésticas para a maioria das entrevistadas. Apesar da consciência dessas mulheres acerca das questões de gênero dentro do movimento da economia solidária, como a maioria feminina nos fóruns e demais espaços de decisão, verifica-se que essa consciência não necessariamente altera as relações de gênero dentro dos lares, o que se tornou ainda mais evidente com o distanciamento social.

Palavras-chave: Mulheres; Economia Popular Solidária; Pandemia; Distanciamento social; Relações de gênero.

Abstract

The quarantine imposed by the Covid-19 pandemic was discriminatory for some social groups, especially women. The stress of having children and other family members confined at home, together with the increase of housework, tends to fall on them. For decades, feminist theorists have highlighted gender inequalities as a central aspect of capitalism. On the other hand, the Solidarity Economy can be understood as a space of resistance, based on solidarity, equality and cooperation, which seeks, among other objectives, to take into account women's specificities and build solutions for such inequalities. This article sought to assess the situation of women involved in the solidarity economy during the COVID-19 pandemic. For this, semi-structured interviews were carried out with seven producers of the solidarity economy, residing in the city of Belo Horizonte, Minas Gerais. The results allow us to raise the hypothesis that women producers of the solidarity economy had their work and home relationships significantly changed during the period of social distancing. These women suffered a significant reduction in income, due to marketing difficulties with the interruption of fairs. In addition, there was an overload with domestic tasks for most of the interviewees. Women are aware of gender issues within the solidarity economy movement and they are the majority in forums and other decision-making spaces. However, it appears from the interviews that this awareness does not necessarily change

gender relations within homes, which becomes even more evident with social distancing due to the pandemic.

Keywords: Women; Solidarity Popular Economy; Pandemic; Social distancing; Gender relations.

Introdução

De acordo com Arruzza *et al.* (2019), vivemos uma crise da sociedade como um todo, e a base dessa crise está no capitalismo. A acumulação de lucros de uma pequena minoria, proporcionada pela dinâmica do sistema capitalista, se apoia, em grande medida, sobre a opressão de gênero. O trabalho de reprodução realizado pelas mulheres é desvalorizado e invisibilizado, ao mesmo tempo em que a exploração desse trabalho não remunerado de cuidado proporciona as condições para a reprodução do sistema. Esse contexto não se alterou significativamente, como esperavam alguns, com a inserção feminina no mercado de trabalho. Ao contrário, a mulher passou a acumular jornadas, o que aprofundou ainda mais a violência originada na divisão sexual do trabalho (FEDERICI, 2019).

No contexto da pandemia de COVID-19, as desigualdades de gênero tendem a se acentuar. A quarentena revelou-se discriminatória para alguns grupos sociais, em especial, as mulheres. Isso porque a presença de crianças e outros familiares que demandam trabalho de cuidado, bem como o aumento dos afazeres domésticos, tendem a sobrecarregar as mulheres (SANTOS, 2020).

Como alternativa de valorização do trabalho da mulher, a Economia Solidária - ES - aparece como um espaço de resistência fundamentado na solidariedade, igualdade e cooperação. A ES se mostra uma alternativa para os excluídos do mercado de trabalho formal, o que pode permitir uma transformação do papel das mulheres na sociedade, através do trabalho coletivo (SIMON & BOEIRA, 2017). De acordo com Guérin (2003), as mulheres são as primeiras atrizes na economia solidária, e esse espaço fornece uma oportunidade para que elas avancem na luta contra as desigualdades de gênero.

Este trabalho buscou identificar e analisar as alterações nas relações de trabalho e de gênero das mulheres envolvidas em empreendimentos econômicos solidários durante a pandemia de Covid-19, especialmente com relação ao trabalho doméstico e às condições de trabalho. A pesquisa baseia-se na hipótese, levantada na literatura, de que as mulheres tiveram suas relações de trabalho e gênero alteradas durante o período de distanciamento social. Buscou-se investigar se essa hipótese permanece válida para o subgrupo de mulheres ligadas ao movimento da economia solidária. Para tanto, foram realizadas sete

entrevistas semiestruturadas com mulheres ligadas a empreendimentos solidários localizados no município de Belo Horizonte.

O artigo se estrutura em cinco seções, além desta introdução. A primeira trata do papel assumido pelo trabalho de reprodução e cuidado no capitalismo e da dinâmica relacionada à sua invisibilização. A seção seguinte discorre sobre as relações de gênero no contexto da pandemia de COVID-19. A terceira seção discute como a economia solidária pode permitir traçar um caminho para o processo de emancipação das mulheres. As duas últimas seções apresentam as estratégias metodológicas e os resultados da análise das entrevistas, levando às considerações finais.

A invisibilização do trabalho de reprodução e cuidado e a inserção das mulheres no mercado de trabalho

A presença feminina no mercado de trabalho tem se ampliado ao longo das décadas, entretanto, essa inserção ocorreu em condições desiguais. A divisão sexual do trabalho no sistema capitalista coloca as mulheres em um papel de responsabilidade doméstica e de reprodução, enquanto os homens são os principais provedores econômicos do lar (PESSOA et al., 2008). A principal característica dessa divisão é a designação dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. São dois os princípios organizadores dessa divisão: “o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem 'vale' mais que um trabalho de mulher)” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 599).

Para Saffioti (1976), o movimento feminista pequeno-burguês, que nasce com o movimento sufragista no final do século XX, conquistou igualdade parcial entre homens e mulheres no que concerne a direitos e oportunidades no mercado de trabalho. Apesar de progressista, o movimento se limitou a tentar reverter a desigualdade de gênero a partir da progressiva entrada das mulheres no mercado de trabalho. Como argumenta a autora, aumentar a empregabilidade da força de trabalho feminina não necessariamente trouxe igualdade entre os sexos ou diminuiu as diferenças produzidas dentro do sistema de produção capitalista. Seria preciso transformar a maneira como a sociedade encara o trabalho da mulher de modo geral.

Para Carrasco (2003), para além da esfera produtiva, devemos olhar para as relações de cuidado e de afeto como parte essencial das necessidades humanas. Nessa dimensão mais subjetiva, incluem-se as necessidades de cuidado, afeto, segurança

psicológica, laços humanos, entre outras formas de cuidado que garantem a reprodução da vida humana. O fato do capitalismo colocar a esfera mercantil como elemento privilegiado das práticas econômicas acaba por invisibilizar o papel desempenhado pelas mulheres nesses tipos de trabalho, que se desenvolvem particularmente na esfera do lar. Segundo a autora, há uma “cultura masculina do trabalho” que acaba por invisibilizar as conexões e as interdependências que são estabelecidas entre a esfera reprodutiva do lar e a da produção.

Essa invisibilidade, argumenta Carrasco (2003), é resultante de dois problemas que atravessam nossa sociedade: de um lado, seu caráter ideológico patriarcal e, de outro, a omissão da relação entre trabalho de cuidado e a reprodução da força de trabalho. Sobre o primeiro, a autora argumenta que a ciência e a cultura refletem ideologicamente o poder de dominação masculino, ocultando as atividades desenvolvidas pelas mulheres e reservando a esfera pública para a circulação dos resultados e das conquistas masculinas, que, por essa razão, acabam obtendo maior valor social. Quanto ao segundo ponto, Carrasco (2003) afirma que a manutenção da separação entre a esfera pública e a esfera do lar cumpre papel fundamental na transferência dos custos da reprodução da força de trabalho para as mulheres, e, concomitantemente, inviabiliza e desvaloriza esse trabalho.

Nas últimas décadas, esse modelo tradicional dá sinais de afrouxamento, na medida em que mais mulheres são integradas ao mercado de trabalho. Entretanto, as tarefas de gestão do lar continuam sendo majoritariamente desempenhadas por mulheres, que passam a acumular o trabalho dentro e fora do lar. A conciliação entre esses dois trabalhos sobrecarrega as mulheres, uma vez que elas estão inseridas em um mundo construído para os homens. Caso a mulher imitasse a rotina de participação dos homens no mercado de trabalho, isso significaria a falta de quem se dedique ao cuidado e à reprodução da vida humana. Carrasco (2003) denomina esse papel duplo assumido pelas mulheres como uma “dupla presença/ausência”: as mulheres se encontram ao mesmo tempo nas duas esferas, mas não se encontram totalmente imersas em nenhuma das duas.

Nesse sentido, o trabalho fora de casa, apesar de trazer certa autonomia financeira às mulheres, praticamente não muda a divisão sexual do trabalho. Para Federici (2019), além de se tornar esperado que as mulheres tenham um trabalho assalariado, elas devem continuar com os afazeres domésticos, cuidar das crianças e, ao final do dia, serem sexualmente produtivas. A desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres contribui para esse cenário prejudicial às mulheres.

Logo, como afirma Federici (2019), o trabalho assalariado, apesar de necessário, não é o caminho para a libertação das mulheres. Segundo a autora, é necessário o surgimento de novas formas de cooperação, que, para ela, já estariam emergindo, através da criação de diversas formas de troca, redes de intercâmbio e ajuda mútua. Isso geraria uma nova economia, capaz de converter o trabalho reprodutivo em um trabalho mais libertador e criativo.

As relações de gênero no contexto da pandemia da COVID-19

O ano de 2020 marcou o início da pandemia de COVID-19. No Brasil, em março daquele ano, foi iniciado o distanciamento social, a fim de conter o avanço do contágio. Com a interrupção das atividades presenciais, com exceção daquelas consideradas essenciais, muitas empresas adotaram o regime de trabalho remoto e crianças e jovens passaram a ter aulas à distância. Além disso, a crise econômica decorrente da pandemia agravou o desemprego no país. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD COVID-19) registrou, em setembro de 2020, um aumento de 33% no número de desempregados desde o início da pesquisa, em maio do mesmo ano (LEMOS, BARBOSA & MONZATO, 2020).

Nesse contexto, as desigualdades de gênero, classe e raça, tendem a se acentuar. A quarentena revelou-se discriminatória para alguns grupos sociais, em especial, as mulheres. Para além da insegurança e do medo gerados pela condição de pandemia, a presença de crianças e outros familiares em casa, bem como a maior demanda por afazeres domésticos, tendem a sobrecarregar as mulheres (SANTOS, 2020).

Uma pesquisa realizada por Lemos, Barbosa e Monzato (2020) corrobora com o argumento acima. A partir de entrevistas com 14 mulheres em diferentes arranjos familiares que estavam em regime *home office* durante a pandemia, concluiu-se que houve um acúmulo de tarefas domésticas, de trabalho e de cuidado com os filhos. As mulheres casadas relataram ter pouca ou nenhuma participação dos maridos nessas atividades, o que se mostrou ainda mais grave para as mulheres com filhos.

Outro ponto relevante a ser destacado é o aumento da violência contra as mulheres durante a pandemia. O distanciamento social mostrou-se propício ao desencadeamento de conflitos, discórdias e à intensificação de sentimentos como ódio e estresse (BEZERRA *et al*, 2020). Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam um crescimento de 22,2% dos casos de feminicídio nos meses de março e abril de 2020, em

comparação ao mesmo período de 2019 (BASÍLIO, 2020). Além disso, dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos relatam um aumento de 15% de denúncias de violência doméstica registradas por meio do Ligue 180 em março de 2020, em relação ao mesmo mês em 2019. Em abril de 2020, essas denúncias aumentaram 36% em relação a abril de 2019 (RODRIGUES, 2020).

A Economia Solidária como caminho de emancipação para as mulheres

De acordo com Cleps, Marques e Vasconcelos (2020), em 2019, 2556 empreendimentos compunham o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicas Solidários (CADSOL) em Minas Gerais, totalizando 72.122 sócios, 53% deles mulheres e 47%, homens. Ou seja, as mulheres são maioria nessas iniciativas, o que levanta um debate sobre a convergência entre os estudos feministas e a economia solidária, entendendo esta forma de economia como um possível caminho de emancipação feminina (HILLENKAMP, GUÉRIN & VERSCHUUR, 2014).

Para Isabelle Guérin (2005), as mulheres são as primeiras atrizes nas práticas da Economia Solidária, que fornecem às mulheres a oportunidade de avançar na luta contra as desigualdades de gênero, quando reconhecidas. Considerando as dificuldades que as mulheres enfrentam ao conciliar a vida familiar e profissional, com o aumento crescente de responsabilidades materiais, junto à dificuldade de acesso ao crédito, as mulheres são muitas vezes as primeiras a se mobilizar e a se auto-organizar. Logo, as iniciativas de economia solidária tornam-se essenciais, por desempenharem um papel de justiça, de proximidade e constituírem espaços de discussão e reflexão coletiva. Além disso, elas contribuem para uma redefinição da articulação entre família, mercado, autoridades públicas e sociedade civil, e revalorizam as práticas de reciprocidade. Esses dois pontos, quando unidos, podem também possibilitar a luta contra desigualdades intrafamiliares, ao passo que permitem que tanto mulheres quanto homens conciliem melhor a vida familiar e a profissional.

Uma pesquisa realizada por Cherfem (2017) junto à Rede de Mulheres Produtoras do Recife e Região Metropolitana buscou caracterizar a presença feminina na economia solidária e suas motivações. A Rede foi criada em 1996 com o intuito de dar visibilidade ao trabalho de mulheres participantes de diferentes organizações de economia solidária e de fortalecer a solidariedade entre elas. A pesquisa concluiu que são diferentes os motivos que reúnem as mulheres nesse tipo de prática. Em primeiro lugar, a necessidade de

geração de renda. Essas mulheres buscam a Rede por não encontrarem espaço no mercado de trabalho formal devido à não valorização de suas qualificações, ou por sua idade. Em segundo lugar, é identificada uma motivação política por parte dessas mulheres, relacionada à luta contra as desigualdades, ou seja, além da busca de geração de renda de forma coletiva, elas também formam essas associações com o intuito de lutarem pelos seus direitos e pelas demandas de suas comunidades. Em terceiro lugar, observa-se a inserção das mulheres nesses espaços com o intuito de se unirem a outras mulheres para lidar com a depressão e o estresse diário causado pelo trabalho reprodutivo (CHERFEM, 2017).

A ES pode reverter as desigualdades relacionadas aos direitos das mulheres ao possibilitar que elas sejam proprietárias dos meios de produção em condições de igualdade com os homens, visto que, nessas práticas, prevalecem a propriedade coletiva e a autogestão. Além disso, ao contrário do que se observa na economia capitalista, onde as mulheres no mercado de trabalho têm remuneração consideravelmente menor que a dos homens, na ES o excedente seria redistribuído aos cooperados de forma democrática e independente do sexo (CULTI, 2004 *apud* SIMON & BOEIRA, 2017).

A ES surge, ainda, como uma possibilidade de romper a divisão sexual do trabalho, que privilegia a presença dos homens no espaço público, enquanto o trabalho reprodutivo é feito pelas mulheres na esfera privada (NOBRE, 2014 *apud* SIMON & BOEIRA, 2017). Isso porque a ES possibilita a criação de espaços intermediários entre a vida privada e a pública e entre os trabalhos remunerados e não remunerados, permitindo superar esses entraves a partir de discussões, reflexões e reivindicações coletivas (SANTOS, 2010 *apud* SIMON & BOEIRA, 2017). A ES possui entre seus princípios a preocupação com a igualdade, reciprocidade, conscientização política e formação dos envolvidos para que a eles seja possível exercer sua cidadania. Sendo assim, as discussões internas ao movimento podem proporcionar às mulheres maior acesso à informação, recursos, participação social, consciência individual e confiança, formando um espaço propício para a atuação das mulheres no processo de transformação da ordem econômica e patriarcal vigente (SIMON & BOEIRA, 2017). Nobre e Freitas elucidam bem essa questão:

Um grande número de experiências de Economia solidária é animado por mulheres ou destinado a elas. As mulheres avaliam sua participação, não apenas do ponto de vista da remuneração econômica, mas valorizam também o aprendizado, a convivência e a possibilidade de tratar temas como a violência doméstica e a saúde reprodutiva. Reconhece-se que as mulheres participantes se sentem mais fortes e com a autoestima reforçada, por seu conhecimento e

sua capacidade de inovar a partir de pouco. Sua participação cidadã é ampliada e elas afirmam o seu direito a ter direitos. Não só a Economia solidária cria uma justiça de proximidade, pela qual o acesso a direitos se concretiza no cotidiano de suas comunidades, como as mulheres irrompem em espaços nacionais, por meio da demanda por políticas públicas, e internacionais, pela participação em movimentos e articulações (Nobre e Freitas, 2012, p. 400 *apud* Paiva, 2017, p. 194).

Nesse sentido, as práticas da Economia Solidária podem servir como caminho para a emancipação feminina, uma vez que valorizam aspectos para além do econômico, favorecendo as mulheres, que muitas vezes se inserem em atividades não monetárias e não mercantis (SIMON, 2020).

Entretanto, cabe ressaltar que essas práticas estão inseridas em uma sociedade capitalista, e por isso, não estão livres de absorver ou manter os valores hegemônicos. Dessa forma, é possível que, mesmo no âmbito da economia solidária, as estruturas familiares e da sociedade sejam reproduzidas na vida das mulheres que dela participam. Ademais, a participação das mulheres nos empreendimentos não as isentam do trabalho doméstico e/ou de cuidado (SIMON, 2020).

Metodologia

Para atingir os objetivos deste trabalho, utilizou-se do método qualitativo, com a realização de entrevistas semiestruturadas. Através das entrevistas, é possível “*construir histórias de vida, captar experiências, valores, opiniões, aspirações e motivações dos entrevistados, escolhidos segundo os critérios e interesses do tema investigado*” (LIMA, 2016, p. 27). As entrevistas do tipo semiestruturadas foram escolhidas por permitir maior flexibilidade para o entrevistador. Nesse tipo de entrevista, segue-se um roteiro com uma ordem e um número de questões principais, mas há liberdade para o entrevistador incluir e redirecionar questões, caso necessário (LIMA, 2016).

Devido ao distanciamento social recomendado no contexto da pandemia de COVID-19, as entrevistas foram realizadas remotamente, através da plataforma Google Meet. Os encontros foram gravados, com consentimento das entrevistadas. Um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi lido ao início das entrevistas e encaminhado às mesmas por WhatsApp. O documento explicitava os objetivos da pesquisa e os direitos das entrevistadas, além de garantir o anonimato das participantes.

As entrevistas foram realizadas junto a 7 mulheres ligadas a empreendimentos vinculados ao Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Belo Horizonte, entre os meses de fevereiro e julho de 2021. A duração das entrevistas foi limitada a 60 minutos,

a fim de evitar o desgaste das participantes. A entrevista mais curta teve duração de 20 minutos.

A seleção das mulheres entrevistadas foi realizada a partir da rede de contatos do Colmeia - grupo de estudos, pesquisa e extensão em economia popular solidária da Face/UFGM, ao qual os autores se vinculam. Formalizado como um programa de extensão, o grupo tem como objetivo principal construir uma agenda de formações e espaços comuns dentro e fora da Universidade, a fim de compreender as práticas e os desafios da produção de base popular e solidária em Belo Horizonte e Região Metropolitana, bem como fomentar uma rede de solidariedade junto aos empreendimentos, movimentos sociais e organizações de apoio e fomento ligadas ao tema. Desde sua criação, o programa promove feiras com empreendimentos da economia popular solidária na Faculdade de Ciências Econômicas da UFGM. Foram contactadas, via WhatsApp, as mulheres participantes dessas feiras, que foram convidadas a participar da pesquisa. Sete respostas positivas foram recebidas.

Como se pode notar no Quadro 1, o grupo de mulheres entrevistadas é bastante heterogêneo com relação à idade, estado civil, escolaridade, setores de atividade e número de filhos, o que possivelmente se traduz em uma variedade de percepções sobre os temas colocados.

Quadro 1 – Perfil das entrevistadas

	Idade	Estado Civil	Qd. Filhos	Escolaridade	Setor de Atividade
E1	36	Casada	1	Superior Incompleto	Artesanato
E2	43	Casada	0	Pós Graduação	Higiene e Limpeza
E3	61	Divorciada	2	Ensino Médio Completo	Artesanato
E4	69	Solteira	0	Ensino Médio Completo	Confecção
E5	60	Viúva	2	Superior Completo	Artesanato
E6	38	Solteira	0	Superior Completo	Artesanato
E7	44	Divorciada	1	Superior Completo	Agroecologia e Alimentação

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas entre fevereiro e julho de 2021.

Para a análise das informações obtidas, utilizou-se o método de análise de conteúdo de Bardin (1977). Nesse método, a *análise temática* é o recurso que permite contar “um ou vários temas ou itens de significação” a partir de uma “unidade de codificação previamente determinada”. Desse modo, escolhemos, nos discursos registrados, a “frase (limitada por dois sinais de pontuação) como unidade de codificação” (Ibid, 1977, p. 77).

O roteiro de entrevista foi dividido em três blocos, que orientam a apresentação

dos resultados, na próxima seção: i) percepção das mulheres sobre o cenário da economia solidária em Belo Horizonte, bem como as relações entre homens e mulheres dentro do movimento; ii) principais impactos da pandemia sobre os empreendimentos, em termos de renda e comercialização dos produtos, e sobre as relações domésticas e familiares das mulheres no período de distanciamento social; iii) principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres nos empreendimentos solidários e dentro de casa durante o distanciamento social.

Resultados

Percepções sobre o cenário da economia solidária em Belo Horizonte, inclusive sob a perspectiva de gênero

A economia solidária é um termo que descreve práticas econômicas baseadas na autogestão e em princípios de cooperação, solidariedade e reciprocidade. A maioria das mulheres entrevistadas enxergam esses princípios nos grupos e redes nas quais se inserem. Os trechos abaixo ilustram como essas mulheres entendem a ES como um caminho para melhorar a vida das pessoas envolvidas, num sentido que vai além da geração de renda através dos empreendimentos, envolvendo um ‘aprender a ser solidário’ uns com os outros.

A economia solidária são pessoas que se preocupam uns com os outros e procuram viver melhor, né, melhorar cada vez mais a vida daquele grupo, aquele grupo é importante para melhorar a vida daquelas pessoas. (Entrevistada 3).

Acho que a economia solidária, ela vai muito além, para mim. Ela vai muito além de um comércio, de uma comercialização. A economia solidária, ela vai da empatia, ela vai de você aprender a conviver, você entender as pessoas, a você ser realmente solidária. É eu ter o que eu tenho dentro do meu ateliê, e jogo lá no grupo: gente, eu tenho isso aqui para doar, alguém está precisando? Nessa pandemia, a gente sabe que as pessoas... não teve... o comércio, não estava aberto, né, estava difícil e as pessoas, mesmo aberto, as pessoas não estavam tendo recurso para poder comprar material para poder fazer as coisas, entendeu? Então eu acho que se você tem, eu acho que não custa nada você dar um pouco do que você tem, sabe? E é isso que eu acho que é o que resume a economia solidária, ela vai além da teoria, além do que o Paul Singer escreveu nos livros dele, além do que as pessoas fazem palestras sobre economia solidária. A economia solidária, ela vem lá do seu tempo de Araxá, quando você era pequena, o meu tempo de Ibiá, quando era pequena. Que você criava um pouco, você dividia com o vizinho, que sua mãe dividia outra coisa com outro vizinho. Isso é economia solidária. (Entrevistada 5).

Outras entrevistadas apresentaram uma visão distinta e apontaram problemas

dentro do movimento. Foi mencionado o fato de algumas pessoas no movimento terem “muita teoria e pouca prática”. Também foi tratada a dificuldade de algumas pessoas em receberem ajuda e estarem abertas a novidades, e a formação de “panelas” dentro do movimento, ou seja, dificuldades para que novos membros sejam incluídos nos grupos, às vezes, muito fechados.

Mas de solidário aqui... Não tem nada não.

I: É?

Nada. É, porque... eles assim, às vezes tem... todo lugar você sabe que tem umas... como é que fala assim, ah, eu vou falar o meu popular, umas “panelas”. Então assim, a gente que entrava por último, igual eu entrei na época... às vezes tinha muita feira boa e eles não avisavam. Então assim, aí eu falei gente... aí eu fiquei... eu nem participo mais desses fóruns. Mas eu fiquei assim muito... bem decepcionada com o tempo, sabe? Com o tempo a gente vai decepcionando muito com as coisas da economia solidária. (Entrevistada 4).

Que muitas vezes o que eu acho muito difícil na economia solidária é a dificuldade que as pessoas têm de entender o conceito de economia solidária, sabe? Olha que eu estou há pouco tempo lá, tem pessoas que estão lá há anos, desde a fundação da economia solidária, e eu vejo que mesmo essas pessoas, elas têm muita teoria. Muitas delas, elas não praticam. Entendeu? Então, por isso que eu falo que acho que a gente tem que olhar para esse lado da economia solidária, que ela não é só uma comercialização, ela é uma forma diferente de economia, que é um dos conceitos da economia solidária. (...) É a troca, é o doar, é o receber, é o saber receber, o saber doar, é a empatia. É isso que é ser solidário, isso que compõe a economia solidária. (Entrevistada 5).

(...) o que eu vejo de problema com a economia solidária, é que as pessoas são muito... fechadas no mundinho delas, no sentido de não querem aprender as coisas novas. (Entrevistada 2).

Já a percepção das mulheres quanto às relações de gênero dentro do movimento, é, de modo geral, bastante positiva. Das sete entrevistadas, seis relataram boas experiências em relação a ser mulher dentro da economia solidária. Elas acreditam que as relações de gênero são de igualdade, e duas disseram, inclusive, acreditar que as mulheres são as “cabeças” do movimento, ou seja, são elas que geralmente estão no comando, na organização e tomam a frente dos assuntos mais importantes. Ainda que isso seja facilitado pelo fato de as mulheres serem a maioria nos grupos, elas enfatizam que os homens não tentam tomar a voz e que não há discriminação.

Então aí depois que eu fui, fui perceber como as coisas funcionavam, e é... acho que posso falar que é uns noventa, pelo menos uns 90%, da economia solidária são mulheres, e... as cabeças são mulheres. Mesmo quando tem homens, assim, é a mulher a dona do empreendimento, e o marido ajuda. Então,

assim, eu vejo que a maior parte é assim, são poucos os homens que são o cabeça da economia solidária, sabe? Do grupo, que criou o grupo, criou o empreendimento. São pouquíssimos, assim, a maioria é mulher mesmo. (Entrevistada 2).

Eu percebo que o número de mulheres é absurdamente maior na economia solidária, que os homens, né. E... e essas mulheres é que estão também na cabeça, sempre nas reuniões, essa... organicidade do movimento, essas mulheres são sempre as primeiras, então está sempre discutindo, sempre... tomando a frente, né, das coisas que tem que ser feitas, né. (Entrevistada 3).

Apesar de considerar sua experiência positiva, uma dessas mulheres relatou que essa é uma questão que se alterou recentemente, ressaltando que para sua mãe, que é de outra geração, as coisas não ocorreram da mesma forma. A entrevistada contou que a mãe sofria preconceito nas feiras quando era solteira, e que as pessoas “riam” dela e de seu produto, apenas porque era feito por uma mulher. Depois de se casar, seu produto passou a ser reconhecido, mas o mérito ficava para o marido, mesmo tendo sido ela quem teve a ideia e a desenvolveu.

Eu acho que eu entrei ainda em um momento que está muito fácil, sabe, assim, a minha mãe, ela conta histórias, assim, que dá vontade de voltar no tempo para ir lá causar briga. Porque, assim, as mulheres realmente elas sempre foram excluídas, sempre a dificuldade de serem respeitadas, entendeu? Como artesões... não eram reconhecidas como artesãs, a glória ficava toda para o marido, né, ou não tinha nem assim um elogio, porque era feito por mulher, né. Então, assim, mas eu peguei um tempo mais fácil, porque eu já entrei assim, já nessa... o que é tão falado, né, assim, do reconhecimento, de igualdade, então assim, eu nunca passei por nenhuma situação que me fizesse tomar raiva de um lugar ou de uma pessoa, ou de ter sido maltratada. Sinceramente, eu não tenho o que reclamar, mas eu sei que minha mãe vivenciou muita dificuldade, principalmente antes dela casar. Antes dela casar, minha mãe, ela foi... o povo ria dela na feira, achava tudo que ela fazia ridículo. Era um trabalho diferente, e no início também, por exemplo, minha mãe criou e desenvolveu, tanto que ela tem até uma certa mágoa, mas porque todo mundo acha que quem criou e desenvolveu esse trabalho foi o meu padrasto. (Entrevistada 1).

A única entrevistada que relatou uma experiência negativa quanto às questões de gênero na ES alegou acreditar que a mulher ainda sofre preconceito em todos os espaços, inclusive dentro da economia solidária. Ela disse acreditar que o sistema está “todo contaminado” e “tudo precisa mudar”, principalmente para as mulheres mais velhas. Ela também mencionou que as mulheres que conseguem mais destaque são as que têm o marido ao lado.

Olha, infelizmente, a gente tem esse mesmo preconceito permeando. Talvez, entre os mais jovens, como você, sua colega, isso não se manifeste com tanta...

nesses espaços, né, de economia solidária, com tanta veemência, mas as mulheres da minha geração, a situação ainda é difícil. Eu sei de casos, né, não é de uma nem duas, eu também vivi assim, apesar de estar nesses espaços, apenas algumas com os maridos faziam impactos nos movimentos. Infelizmente. (Entrevistada 7).

Outro ponto que vale ressaltar diz respeito às discussões sobre relações de gênero dentro da economia solidária. Ao serem perguntadas se já haviam participado de alguma formação sobre o assunto em fóruns ou outros espaços da economia solidária, todas elas responderam negativamente. A ausência ou escassez de discussões a respeito do assunto nesses espaços mostra que há um caminho de conscientização sobre o tema a se percorrer dentro da economia solidária. Como mencionado na seção anterior, os princípios da economia solidária também tratam da importância de se criar um espaço para discussões políticas e sociais, buscando ampliar a formação sociopolítica de todos os envolvidos.

Com relação às dificuldades de ser mulher dentro da economia solidária, duas delas mencionaram a questão da dupla jornada e a dificuldade em conciliar o trabalho dentro de casa com o trabalho do empreendimento, o que corrobora com as questões já discutidas neste artigo. Elas trataram, em especial, as dificuldades em conciliar a produção e as vendas com a administração da casa e o cuidado dos filhos e netos.

I: E na sua opinião, quais são as principais dificuldades que as mulheres enfrentam nos empreendimentos solidários?

Principalmente a jornada dupla, né? A gente tem que cuidar da casa e ainda tem que sair para vender e produzir, né. Então essa é uma das grandes dificuldades sempre. Mas a gente dá conta. [risos] (Entrevistada 3)

R. É também, principalmente as mulheres, é você administrar a parte artesã da parte família, né? De avó, de ser dona de casa, de ser aquela pessoa ali e de tentar dar um exemplo para os filhos, para os netos que estão ali. Então eu acho que essa parte é uma parte bem difícil, principalmente essa relação mesmo de você administrar tudo isso e ainda produzir, né? (Entrevistada 5).

Por outro lado, duas das entrevistadas relataram que a transição para a economia solidária foi feita de modo a buscar maior qualidade de vida, devido à flexibilidade que o trabalho em um empreendimento solidário traz. Uma delas, que teve problemas de saúde, relatou não ter mais disposição para o trabalho formal, e que optou por esse “estilo de vida” para ter mais liberdade e mais tempo para o filho. A outra enfatizou prezar pela sua qualidade de vida e felicidade, e disse que seu empreendimento surgiu de um momento

“deprê”, após algumas experiências negativas com o trabalho formal.

548

Eu optei por ter essa vida, porque eu tenho mais tempo com meu filho, que eu não tive quando ele nasceu. Eu tenho liberdade, por exemplo, se eu não estou passando bem eu tenho liberdade de não trabalhar, o que o shopping não aceita, né, o mercado formal não aceita, você tem que estar bem todos os dias. Então eu optei por essa profissão, porque eu consigo conciliar as coisas que eu quero para a minha vida. (...) Então o artesanato, esse estilo de vida, combina muito mais com a minha necessidade física, né. (Entrevistada 1)

Eu assim, eu prezo muito pela qualidade de vida, eu prezo muito a minha felicidade. Aí eu fiquei... eu falei assim, não, não quero fazer concurso público para de repente não dar certo. Aí eu tentei trabalhar, trabalhei até em uma empresa de comunicação e tudo, aí, não deu certo. (...) Eu tive um pequeno problema na vida que eu fiz uma sociedade com uma pessoa (...) a menina simplesmente me passou a perna. E aí eu levei aquele tombo total, assim, eu e meu marido assim... eu fiquei em uma depressão assim, profunda, de tudo, sabe? (...) E aí nesse estágio de ficar dentro de casa, de ficar deprimida com tudo e ficar pesquisando e buscando as coisas, aí eu por acaso... aí que começou [nome do empreendimento], foi de um momento meu deprê. (Entrevistada 2).

Percepções sobre os efeitos da pandemia sobre os empreendimentos

O distanciamento social provocado pela pandemia da COVID-19 trouxe significativo impacto sobre os empreendimentos solidários. Todas as entrevistadas relataram declínio na renda devido à dificuldade de comercialização dos produtos com a ausência das feiras a partir de março de 2020. Esse impacto foi reduzido, em parte, pela comercialização via entregas e pelo deslocamento da produção para itens que tiveram aumento de demanda no período. Por exemplo, duas das participantes relataram que passaram a produzir máscaras, o que de certa forma “segurou” a renda no início, mesmo este não sendo o produto principal do empreendimento.

A gente... assim, no início caiu muito, aí depois que consegui estruturar melhor essa questão da entrega, dos envios, a gente deu uma estabilizada, mas ainda não é como a venda presencial, então assim, por exemplo, a gente tem meses que vende muito bem que a gente já tem umas feiras que a gente costuma participar, novembro, dezembro, tem umas feiras anuais que a gente costuma fazer e que não tiveram ano passado (Entrevistada 1).

Muitas outras pessoas da economia solidária, com certeza desviaram um pouco daquele foco do empreendimento delas, aquilo que elas faziam, elas faziam bordado? Faziam. Elas faziam pano de prato? Faziam. Só que elas passaram a fazer máscara. Você entendeu? Foi o que muita gente da economia solidária, ajudou. As máscaras para fazer para vender na internet. Alguns apoiadores da economia solidária conseguiram algumas remessas de máscaras, roupas de camas para hospital, sabe? Essas coisas assim. E todo mundo nessa pandemia até hoje, muita gente está... sobrevivendo. Essa é a palavra. (Entrevistada 5).

Uai, as vendas estão todas paradas, né. Agora que está começando a voltar. Eu coloquei o Whatsapp comercial, mas assim, encomenda, encomenda, eles

foram encomendando mais é máscara, por enquanto. Eu fugi bem fora do que eu faço normalmente. (Entrevistada 4).

549

Além disso, quatro das entrevistadas receberam o auxílio emergencial no ano de 2020, bem como outros membros da família. As que não receberam o auxílio justificaram pela relevância da remuneração dos maridos na renda domiciliar.

Eu estou vivendo do auxílio, que acabou, né, agora não tem mais. O que estava entrando na minha renda era só o auxílio. (Entrevistada 3).

Você sabe que aluguel, essas coisas que você paga, se você deixa de pagar vira uma bola de neve. E então caiu do céu um auxílio emergencial do governo. E eu fiz no desespero, também fiz o CAD Único, me cadastrei no CAD Único. (...) Então o auxílio emergencial chegou em uma boa hora, aí a gente foi organizando as coisas, colocando as coisas em ordem. (Entrevistada 5).

Eu passei a receber menos do que eu recebia, mas eu não busquei o auxílio porque como o meu ex marido ele tem estabilidade, eu não achei que eu deveria buscar esse auxílio, né. Eu não busquei não. (Entrevistada 7).

Como já mencionado, a dificuldade com a comercialização dos produtos devido à ausência das feiras foi bastante mencionada pelas participantes. Apesar de algumas delas terem conseguido se inserir nos meios digitais como o Facebook e o Instagram, fazendo entregas e passando a inclusive vender para fora de Belo Horizonte, outras relataram dificuldades com a venda online. Outra questão colocada foi a “saída” de certos tipos de produtos durante o distanciamento social. Por exemplo, uma das entrevistadas, que vendia bijuterias, reportou que, com a falta de eventos sociais, ficou inviável vender seu produto.

Então, antes da pandemia, ela era 100% em feira, né, a gente não tem loja física, não tem site, as redes sociais eram um jeito só de divulgar as nossas feiras, né, eu postava lá a foto, mas raramente fazia alguma venda pelas redes sociais, era muito raro. Aí, suspendeu as feiras no início da pandemia, né, a gente ficou assim... sem chão. Primeiro mês que foi o mês de março, a gente ficou assim, nossa, e agora? Porque o trabalho do meu marido também estava suspenso, então a gente tinha assim, cinco pessoas sem trabalho. Aí o primeiro mês eu fiquei em estado de choque, não fiz nada e aí no segundo mês eu falei, não, que era... veio abril, aí eu comecei a movimentar, tirar mais fotos, publicar, e tal, e comecei a ter um retorno pequeno, mas já começou de cara a ter retorno, porque teve uma divulgação muito grande de apoiar o pequeno empreendimento, e as pessoas desde o início abraçaram isso, e aí foi legal para gente porque a gente tinha um número grande de seguidores que tinham essa visão, que o pequeno empreendimento precisava sobreviver. (Entrevistada 1).

É uma fase... está sendo uma fase muito difícil para os empreendimentos, né. (...) E aí o que acontece, as vendas já não estavam tão boas, aí chegou o início do ano de 2020, que normalmente não tem nada, aí começa a dificuldade, porque início de ano não tem evento normalmente, não tem feira, e mesma que tenha não tem movimento porque é época das taxas, paga isso, paga aquilo, escola, período escolar... então o movimento cai muito nas feiras, e logo em seguida veio a pandemia, aí a coisa desandou. Desandou principalmente para as pessoas da economia solidária, que não sei se você sabe, tem muitas pessoas

idosas sabe, com mais idade do que eu, que não tem condições de usar uma internet, não sabe usar a internet, não tem conhecimento, não tem habilidade. E mesmo gente como eu, que tenho habilidade, eu estou bem afastada em termos de negócios, né, das minhas redes sociais. (...) Eu tenho bijuteria para vender, tentei vender no início da pandemia e não rolou, porque meus produtos eram muito específicos. Pessoal compra muito para ir para show, para ir para samba, e não tinha nada disso. (Entrevistada 5).

Está todo mundo meio parado... o que aconteceu, todo mundo ficou empurrando com a barriga a história do trabalhar na internet, agora nós temos que trabalhar, estamos aí fazendo curso e tentando de todo jeito porque feira tão cedo não vai voltar a ter feira do jeito que era. (...) Então nós temos que ir para a internet, Instagram, então nós estamos fazendo vários movimentos para trabalhar essa feira online, entendeu? Então a gente já está começando a discutir isso para a gente começar pequenininho, para ir crescendo, porque para você... até você chegar, colocar um produto para vender no Instagram ou na internet, nós temos que trabalhar isso, então pouca gente dentro da economia solidária tem facilidade em lidar com isso, então isso nós estamos trabalhando para começar a fazer isso agora. (Entrevistada 3).

Percepções sobre os efeitos do distanciamento social nas vidas das mulheres

Conforme discutido anteriormente, a situação de distanciamento social causada pela pandemia tende a acentuar as desigualdades de gênero. Isso porque o estresse do convívio familiar 24 horas por dia, bem como o acúmulo de tarefas domésticas, acaba recaindo sobre as mulheres. Através dos relatos das participantes, é possível encontrar argumentos que corroboram essa hipótese. Das sete entrevistadas, cinco relataram um aumento de tarefas domésticas, que recaiu, principalmente, sobre as mulheres da casa. Uma delas, apenas, alegou ter “ajuda” do marido na divisão dessas tarefas, e disse que considera seu casamento “moderno” por isso, enquanto outra relatou que, nesse contexto, a sobrecarga recaiu sobre a mãe.

Meu filho, ele está tendo aula virtual, então agora, assim, acabou as férias hoje, ele retorna, então já começa a maior dificuldade, mas ele teve, assim, o ano passado praticamente inteiro de aula virtual, mas eu consegui ir conciliando, né, auxiliava ele com as aulas, ia trabalhando ao mesmo tempo e a parte doméstica assim, serviços de casa, eu e meu marido sempre dividimos, então assim, ele que faz o almoço, né, que é uma parte que eu não gosto, de mexer com comida, então ele que sempre fez mais a comida, ele trabalha a tarde então é mais fácil que de manhã ele tem essa disponibilidade... as questões do nosso filho também a gente divide, é quem está podendo fazer na hora, então assim, isso aqui em casa até que a organização já está em um nível “moderno” [risos], porque meu marido auxilia muito. (Entrevistada 1)

Ah, teve, para minha mãe ela sentiu mais. Porque primeiro ela... como meu pai trabalhava na faculdade, às vezes não precisava ir almoçar, meu irmão também não vinha almoçar, né, e a gente saía para as feiras, então a gente não cozinhava muito. E aí com a pandemia, cozinhar todo dia, né? Então isso sobrecarregou assim essa questão. E também todo mundo em casa suja mais a casa, né? Então é muito mais... muito mais coisas a se fazer assim. E aí acaba que sobrecarregou muito mais a minha mãe assim. E além de não ter essa distração,

porque ela ia para a feira e distraía, né? Então ficava muito aqui só naqueles mesmos afazeres assim. (Entrevistada 6).

551

Uma delas, que chegou a se separar durante a pandemia, mencionou que a divisão de tarefas, que já não era justa, tornou-se ainda pior no período. Outra entrevistada relatou que foi sempre ela quem resolveu todas as questões de casa, o que se manteve da mesma forma com o distanciamento social, e chegou a se intitular como “piloto oficial” da cozinha da casa.

I: E ocorreu alguma mudança na sua vida domiciliar depois da pandemia? Em relação a tarefa doméstica, você sente que isso aumentou ou diminuiu?

Aumentou, com certeza aumentou muito, muito.

I: A divisão entre as pessoas...

A divisão não era justa, né, não era, só eu mesma quem fazia. Eu trabalhei muito, muito, muito. (Entrevistada 7)

Divisão de tarefas sempre foi muito difícil. Mas assim, a gente pega no pé da galera aqui, né? Quando o meu filho estava com a gente lá no início da pandemia, você que tinha que ficar cobrando, arruma seu quarto, as coisas básicas, mas eu sempre... mesmo quando o meu marido era vivo, a parte da administração da casa, as coisas, é... o resolver as coisas, problemas, que seja “ah, tem um problema na conta de luz, eu tenho problema na internet, eu tenho um problema no aluguel, eu tenho um problema aqui...”, sempre fui eu que resolvi, entendeu? A cozinha, o fogão, eu sou piloto oficial, você entendeu? Então, é... não mudou muito. (Entrevistada 5).

As mulheres casadas parecem ter sentido mais os efeitos negativos do distanciamento social sobre as relações familiares, pelo estresse de estar dentro de casa muitas horas ao dia e pelo contexto geral de insegurança diante da pandemia. Apenas uma das entrevistadas tinha um filho de pouca idade, e comentou “perder mais a paciência com ele também”, inclusive devido à questão das aulas online. Sobre este ponto, ela comentou “não ter sido treinada para ser professora”. A entrevistada disse observar a mesma situação ocorrer com as amigas, e comentou que “nessa pandemia está todo mundo querendo se separar”.

Aumentou demais, sem comentários. A vontade de matar é um dia sim e o outro também. [risos] Se alguém vem me falar que não tem isso em casa eu vou achar que eu tenho um problema. Porque é muito difícil... até em relação por exemplo, meu filho, que é filho, eu já perco muito mais a paciência que eu perdia antes, não tem condições, né, de você estar ali, é aula, que a gente deixa por aqui, que eu não fui treinada para ser professora. Aí as questões assim de ter que falar o tempo inteiro para não correr, gritar pela casa, os horários ficaram diferentes, meu filho hoje acorda mais tarde e dorme mais tarde... então tudo mudou. Então vou te falar assim, a convivência é difícil, já quis divorciar várias vezes [risos]. Porque a gente está nervoso, em quem a gente vai descontar? Em que está do nosso lado. Então assim, vou te falar que eu acho que isso é normal, eu quero acreditar. Porque realmente a convivência durante a pandemia, né, todo mundo está com o emocional muito abalado, né. A gente tem medo, vê o tempo todo as pessoas que a gente gosta adoecendo,

algumas não sobrevivem, né, a gente tem medo de mudanças, o governo que, né, poderia fazer coisas e não faz porque não quer. Então assim, tem muitas questões envolvidas e aí a gente fica assim, né, sensível para outras questões, tipo assim, com o emocional abalado, qualquer coisa a gente já está com ódio, quer briga, né? Normal [risos]. Tanto que até falei com uma amiga que também a mesma coisa, estava querendo separar, falei “amiga, mas em plena pandemia, todo mundo está querendo separar, quem que quer ficar casado?” [risos]. (Entrevistada 1).

A entrevistada que chegou a se separar durante o distanciamento social comentou que uma convivência que já não era boa tornou-se pior quando o marido passou a trabalhar em regime *home office*.

Uma convivência que já não era boa piorou, porque você teve que ter muito contato. Intensificou, né, o contato foi intensificado, então aquele contato que não era bom, tornou-se mais desgastante, porque o tempo todo dentro de casa, né. (Entrevistada 7).

Outro desafio enfrentado pelas mulheres durante a pandemia foi com relação à saúde mental e ao desgaste trazido pelo distanciamento social. Ao serem questionadas se as mulheres sentiram mais os efeitos da pandemia que os homens, todas as sete entrevistadas responderam que sim. Os principais pontos que surgiram diante desse questionamento foram o desgaste psicológico e a ansiedade de estar em casa, além da sobrecarga com os filhos e as tarefas domésticas.

Eu vi minha mãe reclamando várias vezes, dessa questão de já estar muito cansada de estar em casa, fazendo as mesmas coisas, e que ela estava sentindo que não estava dando conta, e aí às vezes a gente via se dava uma volta de carro, pelo menos uma volta de carro e tal, coisas assim. (Entrevistada 6).

Eu fui uma pessoa que nessa pandemia eu desanimei assim geral, geral mesmo, de literalmente não fazer nada, de ficar deitada no sofá, de ficar assistindo televisão, e de repente eu falei “gente, eu não sou assim, eu não posso ficar assim”. (...) Hoje, graças a Deus, eu posso falar que eu estou rica. [risos] Estou sadia, estou saudável, e tenho força para voltar a trabalhar, quero voltar a trabalhar, e continuo trabalhando, sabe, fazendo alguma coisa para ocupar a cabeça, porque se você deixar a pandemia bater igual eu deixei, chorar todo dia, chorar toda hora à toa, do nada, quase todo dia na depressão... então eu não posso. Mas hoje em dia eu ainda choro bastante, eu fico igual à música do... como ele chama? Esqueci o nome dele lá. Que ele fala assim, que “andão à flor da pele que qualquer beijo de novela me faz chorar”. (Entrevistada 5).

Já a entrevistada 1 deu o exemplo de suas amigas para ilustrar o sentimento de que as mulheres foram mais afetadas pela pandemia, e comentou que os maridos não ajudam nem com as tarefas de casa, e nem com os filhos, aproveitando os momentos em que não

estão trabalhando para o próprio lazer:

553

Porque assim, aqui em casa é muito bem dividido, mas nas casas das outras, por exemplo, da escola que eu converso muito, tudo está nas costas da mulher. Tipo assim, eu tenho uma amiga que o filho não consegue assistir aula, porque ela fica trabalhando o dia inteiro, ela não consegue auxiliar e o marido não ajuda, o marido vai jogar videogame, na folga dele ele vai jogar. Eu falei “não, pelo amor de deus, esse aí merece divórcio mesmo”. Mas assim, tem questões que assim... a mulher, ela está muito sobrecarregada, né. (...) E quem sai mais prejudicado além da mulher é o próprio filho, né, porque às vezes ele está ali jogando as responsabilidades todas para a esposa, né, e sendo que quem está tendo menos atenção, né, menos apoio ali é a própria criança. Então assim, isso infelizmente é uma realidade muito clara, eu vejo assim, acho que se eu tiver duas amigas que tem uma separação assim, em casa, igual eu tenho, né, de uma boa organização em relação ao marido para o filho e para o serviço doméstico, se eu tiver duas amigas é muito. O resto todo leva ferro. (Entrevistada 1).

Também foi abordada a questão dos maridos que perderam o emprego durante a pandemia, o que criou ainda mais desgaste no casamento, conforme relato da entrevistada 5. Apesar de não ter passado por essa situação, ela comenta que o convívio com o homem em casa é “sempre complicado”, que as mulheres são sempre as mais afetadas em qualquer situação e que a convivência intensa pode trazer à tona um lado mais agressivo das pessoas de modo geral.

Eu acho que as mulheres estão bem afetadas com essa pandemia, muito mais que os homens, e assim, no geral, a gente vê que a convivência também, o prejuízo também da mulher, no geral, com essa pandemia, foi físico e psicológico. Porque enquanto ele estava trabalhando, você estava cuidando da casa, vocês conviviam, vamos dizer, menos tempo, mais à noite e fim de semana. E quando você passa a conviver com o homem, eu falo por mim mesma na época, homem dentro de casa é triste, né? Você entendeu. É triste. É terrível. E nessa pandemia, a coisa ficou muito mais difícil, eu acho que principalmente também se esse homem por alguma causa perdeu o emprego, o fato dele ser o provedor e ele ficou sem essa renda, para ele foi difícil como homem não ter essa renda para contribuir em casa, tem que ficar procurando um bico, uma coisa ou outra. (...) De qualquer forma, a mulher sempre é mais impactada com as coisas, você vê isso aí em todas as relações que a gente vê em reportagem, regressões que aconteceram nessa pandemia, a convivência das pessoas dentro de casa faz despertar uma outra parte, não é que a pessoa muda, sabe, eu acho que parece que sai de dentro dela aquele monstro. Eu não falo só do homem não, da mulher também, mas a mulher, mesmo que ela seja um pouco agressiva, ela não chega ao ponto de que a gente tem visto e os homens andam fazendo... sabe, então acho que elas, nós mulheres fomos, né, eu falo nós mesmo não tendo marido, mas nós mulheres a gente sempre é solidária, né, umas com as outras. (Entrevistada 5).

Considerações finais

Neste artigo, pretendeu-se avaliar a situação das mulheres envolvidas em empreendimentos solidários durante a pandemia de COVID-19. A pesquisa, de caráter exploratório, baseia-se na hipótese, levantada na literatura, de que as mulheres tiveram

suas relações de trabalho e gênero alteradas devido ao distanciamento social. Buscou-se investigar se essa hipótese permanecia válida para as mulheres ligadas ao movimento da economia solidária em Belo Horizonte, uma vez que os princípios da ES passam pela igualdade, conscientização política e emancipação.

Os resultados das entrevistas semiestruturadas realizadas junto a 7 mulheres permitem sustentar a hipótese, no contexto da pesquisa. Foram relatados, principalmente: i) a queda da renda das mulheres, pela ausência das feiras e vendas presenciais, sendo que muitas delas precisaram recorrer ao auxílio emergencial; ii) o aumento da sobrecarga de tarefas domésticas e cuidado com os filhos, assumidos quase que exclusivamente pelas mulheres; iii) a perda de qualidade das relações familiares, principalmente com os maridos; e iv) os prejuízos à saúde mental dessas mulheres, diante dos pontos levantados anteriormente. Traçando uma relação com a literatura, pode-se dizer que as estruturas familiares perpetuadas pelo capitalismo, que atribui à mulher o papel de reprodução e trabalho doméstico, de modo geral, ainda são reproduzidas nos lares dessas mulheres, o que se intensificou durante o distanciamento social.

Dentre as percepções das entrevistadas, ressalta-se aquela relacionada à escassez de discussões ou formações sobre questões de gênero dentro do movimento de economia solidária em Belo Horizonte. Como evidenciado na literatura, é principalmente no trabalho formativo e nas discussões coletivas que se localiza a força transformadora da ES. Desse modo, sugerem-se estudos futuros que investiguem a relevância dos debates sobre gênero dentro do movimento da economia solidária. Além disso, cabe discutir os efeitos dessas discussões sobre as relações familiares das mulheres produtoras.

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2002.

BASÍLIO, Ana Tereza. A pandemia e a violência doméstica. *Jornal do Brasil*. 07 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.jb.com.br/pais/artigo/2020/08/1025034-a-pandemia-e-a-violencia-domestica.html>>. Acesso em: 13 de setembro de 2020.

BEZERRA, Catarina Fernandes Macêdo; VIDAL, Eglídia Carla Figueiredo; ERNTOPF,

Marta Regina; LIMA JÚNIOR, Carlos Mendes de; ALVES, Maria Nizete Tavares. Violência contra as mulheres na pandemia do COVID-19: um estudo sobre casos durante o período de quarentena no Brasil. *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, v.14, n. 51, p. 474-485, jul. 2020.

CARRASCO, Cristina. Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?. In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (Orgs.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003, p. 11-49.

CARRASCO, Cristina. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. (Orgs.). *Cadernos Sempreviva. A produção do viver*. São Paulo, n. 8, p. 11-43, dez. 2003.

CHERFEM, Carolina O. A economia solidária e as desigualdades de gênero e raça: avanços e contradições. In: *Anais Do V Simpósio Desigualdades, Direitos E Políticas Públicas & I Conferência Riless-Emes*. Edição: Casa Leiria, São Leopoldo, p. 1027-1040, 2017.

CLEPS, Geisa; MARQUES, Lidiane; VASCONCELOS, Andrea. Reflexões sobre o papel das mulheres na economia solidária. *Extensão, Uberlândia, Ed. especial*, p. 53-63, maio de 2020.

CULTI, Maria Nezilda. Mulheres na Economia Solidária. In: *Congresso Eu-ropeo Ceisal De Larinoamericanistas, 4, Bratislava, República Eslovaca, Anais, , p.:1-22, 2004*.

FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução*. Tradução Coletivo Sycorax. Editora Elefante, 2019.

GUÉRIN, Isabelle. *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo: Loyola, 2005.

HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. Cruzando os Caminhos da Economia Solidária e do Feminismo: Passos para uma convergência necessária. *Revista Economía*, v. 69, n. 109, dossier: La Economía Social y Solidaria. *Contribuciones a su conceptualización*, mai. 2017, p. 43-60.

HIRATA, Helena, KERGOAT, Danièle. *Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho*. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

LEMO, Ana Heloísa da Costa; BARBOSA, Alane de Oliveira; MONZATO, Priscila Pinheiro. Mulheres em home office durante a pandemia da COVID-19 e as configurações do conflito trabalho-família. *RAE - Revista de Administração de Empresas, FGV EAESP*, v. 60, n. 6, São Paulo, nov/dez 2020, p. 388-399.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: ABDAL, Alexandre *et al*. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. Sesc São Paulo/CEBRAP, São Paulo, 2016, p. 24-41.



NOBRE, Miriam. 2002. Introdução à economia feminista. In: NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu (Orgs.), Economia Feminista. São Paulo: SOF, 2002, p 1-4.

556

PAIVA, Camila C. As relíquias do lixo: Mulheres catadoras e o engenhoso trabalho de cooperar e resistir. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2017.

RODRIGUES, Alex. Ligue 180 registra aumento de 36% em casos de violência contra mulher. Agência Brasil, Brasília, mai. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/ligue-180-registra-aumento-de-36-em-casos-de-violencia-contra-mulher>>. Acesso em: 20/01/2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. 1o ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004 [1976].

SANTOS, Boaventura de S. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Graciete. Economia Solidária e Feminista: um encontro possível. Cadernos Feministas de Economia e Política, n. 5, p. 69-90, 2010.

SIMON, Vanessa P; BOEIRA, Sérgio L. Economia social e solidária e empoderamento feminino. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 53, n. 3, set/dez. 2017, p. 532-542.

SIMON, Vanessa P. Economia feminista, economia social e solidária, paradigma paraeconômico: Repensando o paradigma hegemônico e a importância das mulheres. Textos de Economia, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 23, n. 1, jan./jul. 2020, p. 1-29.

TRABAJO DE CUIDADO NO REMUNERADO EN PARAGUAY: EFECTOS, AVANCES Y DESAFÍOS DESDE UNA PERSPECTIVA SOCIAL

557

Marcela Achinelli Báez, Universidad Nacional de Asunción-Facultad de Ciencias Económicas
machinellib@gmail.com

Resumen

El concepto de trabajo tuvo sus quiebres en distintos momentos de la historia, lo cual llevo a que la mirada multidisciplinar evidencie las desigualdades existentes entre hombres y mujeres tomando como punto de partida los trabajos remunerados y no remunerados. La economía marxista-feminista pone de manifiesto que los trabajos del hogar son realizados por las mujeres por dos motivos: la sociedad patriarcal y el sistema económico capitalista. Si bien es cierto que, desde la creación de las Naciones Unidas los estados miembros abogaron por políticas a favor de la igualdad de oportunidades, pocos son los países que lo ejecutan exitosamente. Existen costos que en la mayoría de los países del mundo siguen financiando las familias, principalmente el colectivo de mujeres, todos ellos asociados a la situación de los dependientes. Rompiendo paradigmas, los países del mundo abordaron políticas de cuidado de manera a coadyudar el esfuerzo de las familias por cargar con este peso, poniendo en práctica el diamante del cuidado, donde las puntas del mismo están representadas por el Estado, la sociedad civil, las familias y las empresas respondiendo a las necesidades de todos los seres humanos. En el caso de Paraguay, la encuesta de uso del tiempo del 2016 permitió visibilizar la carga del trabajo no remunerado para hombres y mujeres. El documento tuvo como objetivo general estimar el efecto del trabajo de cuidado no remunerado en el ingreso del Paraguay en el 2016. Para ello, a partir de los datos del Instituto Nacional de Estadística y el Banco Central del Paraguay se estimó escenarios de formalización de trabajo de cuidado a partir los supuestos de costos de oportunidad, capital humano adquirido y trabajo decente. Así también se realizaron propuestas de formalización de oferta de cuidados a partir de la visión de cuidadores en domicilio, desde un enfoque comunitario. Los resultados reflejaron que, si se hubiera empleado al menos al 60% de la población inactiva, el Producto Interno Bruto del 2016 pudo haberse incrementado en 1,5%. La formalización propuesta plantea una expansión de la oferta de cuidados a partir de alianzas entre sector público y las cooperativas principalmente, con información simétrica entre oferta y demanda de cuidado. Se concluye que, el proceso de formalización sumado a la información disponible es posible a partir de la articulación de instituciones como las realizadas. Se recomienda que la formalización del cuidado contribuya al cambio cultural necesario para la valoración del servicio típicamente feminizado, mal pagado y subvalorado.

Palabras-clave: Mujeres; Cuidado; Trabajo-no-remunerado; Paraguay.

Abstract

The concept of work has had its ruptures at different moments in history, which has led to a multidisciplinary perspective highlighting the existing inequalities between men and women, focusing on paid and unpaid work. Marxist-feminist economics reveals that household work is predominantly performed by women due to two reasons: patriarchal society and the capitalist economic system. While it is true that since the establishment of the United Nations, member states have advocated for policies promoting equal opportunities, only a few countries have successfully implemented them. In most countries around the world, there are costs that families, primarily women, continue to bear, associated with the situation of dependents. Breaking paradigms, countries worldwide have approached care policies to support families in carrying this burden, implementing the concept of the care diamond, where the points are represented by the State, civil society, families, and businesses, responding to the needs of all human beings. In the case of Paraguay, the 2016 Time Use Survey shed light on the burden of unpaid work for men

and women. The objective of the document was to estimate the general effect of unpaid care work on Paraguay's income in 2016. To achieve this, scenarios of care work formalization were estimated based on assumptions of opportunity costs, acquired human capital, and decent work, using data from the National Statistics Institute and the Central Bank of Paraguay. Additionally, proposals were made to formalize the care supply based on the perspective of home caregivers, from a community approach. The results reflected that if at least 60% of the inactive population had been employed, Paraguay's Gross Domestic Product (GDP) in 2016 could have increased by 1.5%. The proposed formalization suggests an expansion of the care supply through alliances between the public sector and cooperatives, with symmetrical information between care supply and demand. It is concluded that the formalization process, combined with available information, is feasible through the coordination of institutions such as those mentioned. It is recommended that care formalization contribute to the necessary cultural change for the valuation of the typically feminized, poorly paid, and undervalued service.

Keywords: Women; Care; Unpaid work; Paraguay.

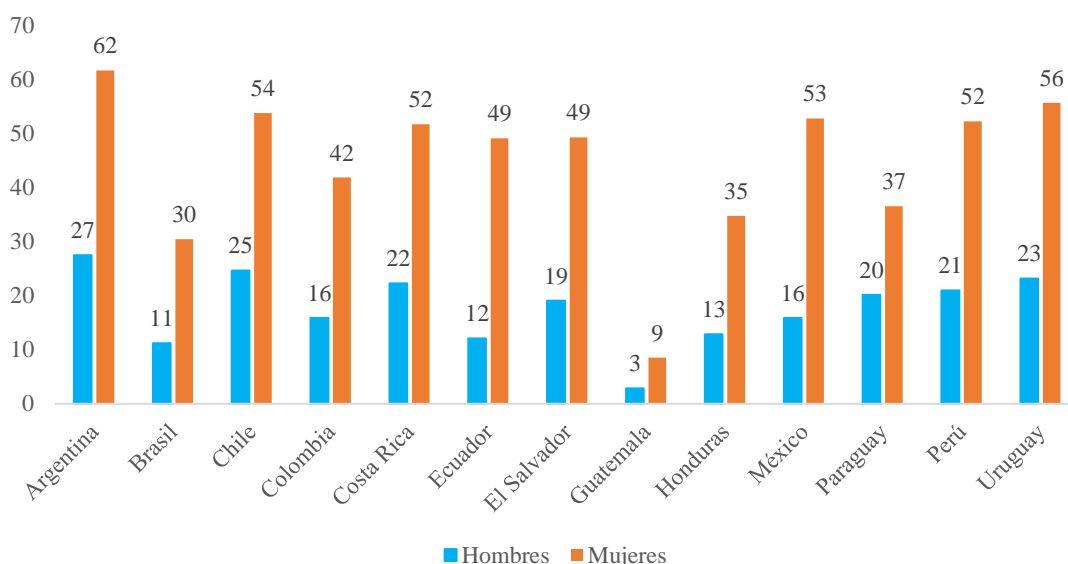
Introducción

De acuerdo a Lleó Fernández, Santillan, López Gil y Pérez Orozco (2012) los cuidados son indispensables para el sostenimiento de la vida, aceptando que existe una vulnerabilidad en la vida de las personas. El trabajo de cuidado es relacionado a las tareas de gestión, mantenimiento de la vida y la salud de manera cotidiana, cubriendo las necesidades demandadas por el clan al cual se pertenece. Cada vez abundan más los estudios económicos que reflejan desigualdades entre hombres y mujeres, sobre todo a partir de la Plataforma Beijing (1995) y el Consenso de Brasilia (2010). La plataforma Beijing marca un antes y después en el abordaje de equidad e igualdad, debido a que en esta se exigió la realización de exámenes quinquenales. La Plataforma Beijing, adoptada por 189 países, constituyó un programa en favor del empoderamiento de la mujer y progreso de las mujeres. En ese sentido, uno de los objetivos estratégicos fue formular metodologías basadas en el género y realizar investigaciones para abordar el problema de la terminación de la pobreza. Entre las medidas que había que adoptarse se fijó la elaboración de medios estadísticos apropiados para reconocer y hacer visible el trabajo de la mujer y toda su contribución a la economía nacional, incluso en el sector no remunerado y en el hogar, y examinar la relación entre el trabajo no remunerado de la mujer y la incidencia de la pobreza y la vulnerabilidad de las mujeres a ella (Naciones Unidas, 1995).

La oficina de estadística de la Unión Europea (Eurostat) armonizó las bases de datos de 18 países europeos correspondiente a la ronda 2010, siendo la recomendación general recolectar las Encuestas de Uso del Tiempo (EUT) cada 5 a 10 años. Según Aguirre y Ferrari (2014), actualmente existen 19 países que han implementado

mediciones de uso del tiempo en América Latina y el Caribe: Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Costa Rica, Cuba, Chile, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela. Sin embargo, si bien avanza la medición de uso del tiempo en América Latina y el Caribe, existe una heterogeneidad en cuanto a los instrumentos (periodo, universo, zona urbana/rural), lo cual dificulta la comparabilidad y las políticas a nivel regional (Aguirre & Ferrari, 2013). El uso del tiempo diferenciado por sexo visibiliza aún más la desigualdad sobre todo en los sectores de mayor vulnerabilidad (figura 1).

Figura 1. Tiempo de trabajo no remunerado de la población de 20 a 59 años de edad según condición de pobreza y sexo en América Latina y el Caribe. En horas semanales



Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) a partir de Encuestas de Uso del Tiempo (EUT) en los países seleccionados.

Materiales y métodos

La metodología del trabajo fue bibliográfica-documental, de corte transversal. La investigación fue cuantitativa, a partir de los datos de la encuesta del uso del tiempo, el censo económico nacional y su actualización realizada por el directorio general de empresas y establecimientos; y, la encuesta permanente de hogares continua realizada por el Instituto Nacional de Estadística de Paraguay. Así también, se utilizó los datos abiertos de cuentas nacionales disponibles de manera digital en el sitio del Banco Central del Paraguay. El trabajo se valió de la teoría, estadística y matemática para extraer las

principales conclusiones y recomendaciones a partir de estimaciones de las variables estudiadas.

Para la estimación de la generación de empleo a partir de la propuesta de formalización del trabajo de cuidado se tomó en cuenta lo siguiente: a partir de los datos de la población económicamente inactiva y el total de personas ocupadas en servicios, se estimó cuánto podría crecer la población ocupada en dicho sector. Además, se utilizó el *Producto Interno Bruto* y la cuenta *Servicios a Hogares* para estimar cuánto podría incrementarse dicha cuenta en guaraníes.

Resultados

La población de Paraguay mantiene la proporción 50 y 50 para hombres y mujeres en el periodo analizado. Sin embargo, la población económicamente activa favorece más a los hombres, cuya proporción oscila en el periodo estudiado entre 60 y 40 para hombres y mujeres respectivamente. El indicador sobre el nivel de inactividad es uno de los factores que incide en la calidad de vida de las mujeres y su autonomía económica. Esta condición no sólo afecta a la calidad de vida presente, sino a la futura, puesto que, como el consumo y el gasto aumentan en la vejez, deberá contar con activos o herencias acumuladas, o, estrictamente de transferencias públicas (OCR, UNFPA, CELADE y STP, 2021).

La inversión en educación es clave para el nivel de desarrollo de la población, y en términos de años de estudio, las mujeres necesitan seguir acumulando capital humano sobre todo porque en la adolescencia están más expuestas al embarazo. De acuerdo al Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), la maternidad en edades tempranas se asocia a problemas sociales y económicos tanto para la madre como para los hijos e hijas, debido a que la continuidad de formación en el caso de la madre es más difícil y, por lo tanto, su inserción laboral también se ve comprometida. En términos generales, las condiciones de hogar (protección, estabilidad y estimulación) son más propensas a presentar dificultades, esto también repercute en el rendimiento escolar de los hijos e hijas, lo cual finalmente afecta al crecimiento económico del país (UNFPA, 2019). A partir de lo expuesto, es posible inferir que el aumento de años de estudio de las mujeres en particular está relacionado con el conocimiento de la salud sexual y reproductiva en la adolescencia (tabla 1).

Tabla 1. Paraguay. Años de estudio de la población. Año 2016

Años de estudio	Hombres	Mujeres	Total
0	188.079	209.598	397.677
1 a 6	1.291.819	1.309.451	2.601.270
7 a 13	1.190.638	1.096.439	2.287.077
14 y más	383.438	475.331	858.769
sin datos	15.670	9.966	25.636
Total	3.069.644	3.100.785	6.170.429

Fuente: elaboración propia con base a los microdatos del Instituto Nacional de Estadística (INE).

De acuerdo a la encuesta de uso del tiempo de Paraguay las razones del abandono escolar evidencian sesgos con respecto a los roles de género. En la tabla 2 se visualiza que cuando se pregunta por labores en el hogar o cuidado de niños en el hogar, la tarea recae en las mujeres. Ahora bien, hay dos razones que se mencionan que merecen atención, uno de ellos es la pregunta “no le permiten estudiar” y la otra es “no tiene interés en estudiar”. En el caso de la primera, la sociología relaciona dicha condición a una desigualdad de género, priorizando el estudio de los hombres, debido a que las mujeres “van a tener hijos” (Escobar, 1986). En el caso de la segunda respuesta, es preocupante para ambos sexos el desinterés por el estudio, pues limita mejores condiciones socioeconómicas tanto para la persona como para sus futuros dependientes.

Tabla 2. Paraguay. Razones de abandono escolar por sexo. Año 2016

¿Por qué no asiste o dejó de asistir al colegio?	Hombres	Mujeres	Brecha
Falta de recursos económicos en el hogar	36%	37%	-1%
Necesidad de trabajar	32%	19%	14%
Muy costosos los materiales / matriculas / cuotas	1%	1%	0%
Realiza labores en el hogar	0%	3%	-3%
Cuidado de niños del hogar	0%	2%	-2%
Cuidado de enfermos / discapacitados / adultos mayores	0%	1%	0%
Se embarazó	0%	4%	-4%
No le permiten estudiar	1%	3%	-2%
No existe / existía institución cercana	8%	11%	-3%
Considera que terminó los estudios	8%	9%	-1%
No tiene interés en estudiar	7%	4%	3%
Asiste a una enseñanza vocacional o formación profesional	0%	0%	0%

Por enfermedad/accidente	2%	2%	0%
Por discapacidad	1%	0%	0%
Otras razones	3%	4%	0%
No Responde	1%	1%	0%

562

Fuente: elaboración propia con base a los microdatos del Instituto Nacional de Estadística (INE).

La tabla 3 indica que las labores del hogar son transversales al nivel de estudios aprobados. En este sentido, cuantos más años de estudio tengan las mujeres, es posible que a partir de sus mejores ingresos pueda tercerizar las labores del hogar. No obstante, esto dependerá del ingreso percibido por las personas y por sobre todo de la coyuntura del país, puesto que, en épocas de alto niveles de desempleo puede que el óptimo para las familias sea asumir esa carga y analizar de acuerdo a las ganancias de los miembros, quien deberá cubrir esa demanda interna, independientemente sea hombre o mujer. Hasta el momento, de acuerdo a la tabla 4, la chiva expiatoria para desarrollar las labores de cuidado y del hogar sigue siendo la mujer.

Tabla 3. Paraguay. Razón de inactividad y nivel aprobado de estudios. Año 2016

Nivel aprobado de estudios	Sexo	
	Hombres	Mujeres
	Razón de inactividad	
	Labores del hogar	Labores del hogar
Ninguno	0	691
Grado Especial	0	761
Programas de Alfabetización	0	570
Educación inicial	0	0
EEB (1° Y 2° ciclo)/Ex primaria	1.218	292.016
EEB (3° ciclo)	1.130	53.064
Secundaria Básica	372	45.459
Educ. Media	0	63.738
Bachillerato	1.235	53.231
Superior no Universitario o Universitario	680	48.811
Total	4.635	558.341

Fuente: elaboración propia con base a los microdatos del Instituto Nacional de Estadística (INE).

**Tabla 4. Paraguay. Tiempo promedio de actividades de cuidado y trabajo no remunerado.
Año 2016**

Actividad	Hombres	Mujeres	Total
Tiempo Total de Cuidado a Miembros del Hogar	7,51	12,89	10,60
Tiempo de Trabajo no Remunerado	12,87	28,69	21,22

Fuente: elaboración propia con base a los microdatos del Instituto Nacional de Estadística (INE).

Ahora bien, al analizar las personas ocupadas en los sectores de la economía, el sector de comercios y servicios en su mayoría lo constituyen los cuenta-propistas y las micro, pequeñas y medianas empresas (MIPYMES). En Paraguay, estos sectores representan más del 85% de las unidades económicas, y, en términos de empleo, en el 2016, los trabajadores por cuenta propia explicaron el 28% del empleo, las micro y pequeñas empresas el 48% de los ocupados, y, las medianas y grandes empresas emplearon el 19% de la fuerza laboral (Santander, 2017). El cuenta-propismo desde el punto de vista de género, presenta cierta flexibilidad para las mujeres, debido a que, a partir de las desigualdades existentes en los años de estudio en poblaciones vulnerables, estructura familiar con mujeres cabezas de familia y una cantidad de hijos por mujer mayor a 2, supone ventajas con respecto al nivel de flexibilidad horaria y el cuidado de los hijos e hijas, principalmente (Buttner y Buttner, 2000; Serafini, 2008).

Para el 2016, la cuenta satélite de trabajos no remunerados (doméstico y de cuidado) representó el 22,4% del Producto Interno Bruto (PIB) de Paraguay, donde el aporte realizado por las mujeres fue de 17,1 y 5,3 por ciento respectivamente. Cabe resaltar que el cálculo utilizó como insumo la encuesta de uso del tiempo, y los cálculos se asocian al total destinados a los trabajos no remunerados, independientemente a que las personas tengan un trabajo remunerado (OCR, UNFPA, CELADE y STP, 2021).

Siguiendo esta línea, además de la importancia de los sectores de comercio y servicios en términos de empleo, la cuenta nacional *servicios a hogares* representó alrededor del 4% con respecto al PIB. En ese sentido, si se asumen algunos supuestos como: servicios de cuidados valorados (formalizados, precio acorde al servicio), análisis racional sobre el costo de oportunidad de los demandantes de cuidado, y, Las políticas de cuidado permiten formarse en aquello donde más experiencia se haya acumulado (cuidado) entonces se pasa de la PEI a la PEA.

Se puede estimar que, si el 60% de la población económicamente inactiva se empleara en cuidado en un 60%, el porcentaje de servicios a los hogares pudo haber incrementado en un 1,4% con respecto al PIB. La formalización (o expansión de la oferta de cuidado) puede generar cambios sustanciosos en materia de empleo formal, que índice tanto en el desarrollo como el crecimiento económico (tabla 5).

Tabla 5. Incremento en servicios a partir de la incorporación de la Población Económicamente Inactiva en el Producto Interno Bruto. Escenarios 2012-2016

Paraguay	2012	2013	2014	2015	2.016
Población empleada en servicios (PES)	299.331	215.959	230.598	226.716	226.717
Población económicamente Inactiva (PEI)	1.786.712	1.879.080	1.963.547	2.012.755	2.016.144
Salario Mínimo (Guaraníes)	1.658.232	1.658.232	1.824.055	1.824.055	1.824.055
PIB (a precios constantes) en millones de guaraníes	158.000.367	171.103.458	180.174.060	185.502.081	193.419.35
Servicios a Hogares en millones de guaraníes	7.083.797	7.221.467	7.541.938	7.905.923	8.179.012
% Hogares con respecto al PIB	4,5%	4,2%	4,2%	4,3%	4,2%
Escenario 1 - 10%	5,0%	4,6%	4,6%	4,7%	4,6%
Escenario 2 - 30%	5,4%	5,0%	5,0%	5,1%	5,0%
Escenario 3 - 60%	5,9%	5,5%	5,6%	5,7%	5,6%

Fuente: elaboración propia con base a los microdatos del Instituto Nacional de Estadística (INE) y a los datos abiertos del Banco Central del Paraguay (BCP).

Avances del cuidado en Paraguay

El trabajo de cuidado es subvalorado por la sociedad, se encuentra en el escalafón más bajo de la cadena productiva. Lo anterior se sustenta en una visión de educación ortodoxa que, para acceder a estos puestos laborales, el mercado no considera necesario algún tipo de especialización porque supone que son conocimientos innatos de género, por lo tanto, realizarlo no se traduce en esfuerzo, siendo recurrente que los países no

visualicen estadísticamente lo que sucede al interior de las familias, aunque esto represente el sostenimiento de la vida productiva y sus economías.

Sin embargo, sin el sostenimiento de la vida de las personas no queda nada; por tanto, cuidar la vida de alguien más se convierte en algo sumamente importante y delicado, que requiere que aquellos que se dediquen a cuidar la vida de otros estén remunerados de manera eficiente, y, que la valoración del trabajo sea por parte de los propios trabajadores, lo que implicaría un cambio sociocultural, y necesariamente requiere de herramientas multidisciplinarias en la formación de las personas que cuidan.

El concepto de Ravazzi (2007) de Diamante de cuidado, visualiza la diversidad de actores necesarios para la sostenibilidad del sistema, entendiéndose por estos al Estado, empresas, sociedad civil y familias, siendo estas últimas las subsidiarias en la práctica. La práctica del diamante del cuidado requiere diversos regímenes de bienestar, donde los costos de proveer el servicio se distribuyen entre los actores, por ello es menester saber dónde se cuida, quién cuida y quién paga los costos de ese cuidado (Batthyány, Dobree, Mello y Bosch, 2020).

A continuación, se presentan en la tabla 6, tabla 7 y tabla 8 el ecosistema de cuidados en infantes, adultos mayores y personas con discapacidad. Se asigna el color verde a las acciones más desarrolladas, amarillo para las acciones incipientes y rojo para acciones futuras o problemáticas no planteadas por ninguna entidad gubernamental.

Tabla 6. Ecosistema del cuidado en infantes. Semáforo de acciones en Paraguay

Niños

Estrategia	Características	Estado	
Permisos de maternidad Permiso de paternidad	Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social Instituto de Previsión Social	Ley N° 5.508/2015 de Promoción, protección de la maternidad y apoyo a la lactancia materna Decreto reglamentario N°7.550/2017	
Permiso de parentalidad	No existe ley reglamentaria. Corresponde a la posibilidad de rotar los permisos (la legislación podrá hacer la observación de obligatoriedad temporal de uno de los progenitores, o no.		
Reposo de maternidad: trabajadores independientes	Hasta el momento, esta opción no está contemplada como una posibilidad. Desde el sector cooperativo, es posible plantear un esquema de pensiones a partir de la Caja Mutual de Cooperativistas.		
Centros de cuidado infantil (públicos)	Ministerio de Educación y Ciencias	Centros de Bienestar Infantil y de las Familias	

	Ministerio de la Niñez y la Adolescencia Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social	(30 establecimientos) Programa Abrazo (14 habilitados 3 en Asunción, 10 en Central y 1 en Ciudad del Este)	
Centros de cuidado infantil (privados)	Oferta consolidada	Jardines, pre jardines y salas maternas	
Cuidadores formalizados a domicilio /en domicilios Estrategias comunitarias de salidas laborales a partir de la actividad del cuidado a infantes	Oferta incipiente (Asunción y Área Metropolitana de Asunción)	Para expandir la oferta es necesario expandir la formalización de la actividad de cuidados. Se cuenta con experiencia en los cursos: las mallas curriculares fueron desarrolladas con otros países	
Conciliación laboral y familiar	Guarderías anexas al trabajo Flexibilidad en el horario de entrada/salida, Teletrabajo	Código del Trabajo (1995) Fiscalización deficiente en las empresas privadas por parte del ente regulador Estas estrategias fueron forzadas a la practica en la pandemia COVID-19	

Fuente: elaboración propia con base a Batthyány, Dobree, Mello y Bosch, 2020.

Si se analiza el segmento de los niños, se observa en la tabla 6 avances no sólo de acciones sino de mesas interinstitucionales con canales y mecanismos claros de acción. Sin embargo, aunque algunos de ellos sean de larga data como las guarderías anexas al trabajo establecidas por el Código Laboral (1993) a partir de 50 colaboradores o más, en la práctica sigue siendo una utopía el cumplimiento para el sector privado. Otro punto no menor es en cuanto a las licencias por nacimiento. La ley beneficia a las mujeres con cuatro meses, sin embargo, en el caso de los hombres solo va hasta dos semanas. Así también aparece la figura de la parentalidad, lo cual beneficia a ambos y permite que puedan turnarse entre progenitores el cuidado. En el planteo de las licencias por nacimiento quedan excluidas del sistema las mujeres que trabajan de manera independiente. De acuerdo a Achinelli y Bernal (2014), es posible a través de entidades como la Caja Mutual de Cooperativistas crear productos donde las socias puedan aportar a un permiso para trabajadoras independiente, cotizando de manera periódica bajo parámetros establecidos por la institución que otorga. En cuanto a la formalización de la oferta, es necesario expandir los cursos que ya fueron dictados en el país; y aumentando

quizá la carga horaria con materias que puedan instalar la cultura de negocio, autoempleo, finanzas personales entre otras cosas.

De acuerdo la tabla 7 se puede observar que, si bien las acciones están encaminadas, es insuficiente para la estimación de la población en situación de dependencia. Así también, de acuerdo a Fernández (2015), muchas de las actividades económicas son informales por lo cual cada vez habrá más personas fuera del sistema de pensiones y programas como el de la asistencia monetaria podrían ir aumentando en la carga fiscal del país.

Tabla 7. Ecosistema del cuidado en adulto mayores. Semáforo de acciones en Paraguay Ancianos

Estrategias	Características	Estado
Hogares de adultos mayor	A partir del Instituto de Bienestar Social: 5 hogares para adultos mayores dependientes 1 hogar para adultos mayores independientes 7 centros comunitarios 5 comedores comunitarios 6 hogares sustitutos	Amarelo
Pensión para adultos mayores	Ley N°3.728/2009 – asistencia monetaria del 25% del salario mínimo legal vigente	Verde
Política institucional del adulto mayor asegurado al Instituto de Previsión Social (2013)	Atención a la salud: consulta ambulatoria, internación y medicamentos Prestaciones económicas: Prestaciones socio sanitarias; clubes de adultos mayor, vida plena del IPS	Verde
Cuidadores formalizados a domicilio	La oferta está dada por los licenciados en enfermería. No obstante, el Instituto de Previsión Social, el Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, y la orden de los hermanos franciscanos realizaron cursos de cuidadores de ancianos, sin embargo, esto no fue desarrollado a nivel país, sino más bien en el Área Metropolitana de Asunción.	Amarelo
Cuidadores formalizados en domicilio	Para el desarrollo de esta línea de acción, es necesario vincular a organismos que otorguen créditos para realizar refacciones a nivel hogar.	Verde

Fuente: elaboración propia con base a Batthyány, Dobree, Mello y Bosch, 2020.

Tabla 8. Ecosistema del cuidado con personas con discapacidad. Semáforo de acciones en Paraguay

Acciones	Características	Estado
----------	-----------------	--------

Instituto de Bienestar Social – Departamento de Rehabilitación y Discapacidad	6 hogares albergues exclusivos para personas con discapacidad (denominados Hogares sustitutos)	
Secretaría Nacional por los derechos humanos de las Personas con Discapacidad (SENADIS)	Ley 3540/08 “Convención sobre los derechos de personas con discapacidad” Ley 4720/12 creación del SENADIS	
Cuidadores formalizados a domicilio	La oferta está dada por los licenciados en enfermería, kinesiología. No obstante, se podrían realizar cursos con respecto a ello, porque finalmente es el ámbito privado quien se encarga sin conocimiento previo.	
Cuidadores formalizados en domicilio	Para el desarrollo de esta línea de acción, es necesario vincular a organismos que otorguen créditos para realizar refacciones a nivel hogar.	

Fuente: elaboración propia con base a Batthyány, Dobree, Mello y Bosch, 2020.

En la tabla 8 se puede visualizar las acciones con respecto al entorno de los cuidados de personas con discapacidad. Aquí, si bien las acciones se iniciaron hace más de 10 años, lo relacionado al cuidado, fuera de lo que ofrecen las universidades esta descuidado. Y, dada la alta tasa de discapacidad por accidente de moto en Paraguay, es menester, al igual que para los otros tipos de dependencias, cursos cortos que permitan a la persona que realiza la actividad de cuidado, dignificar su trabajo y contar con los conocimientos mínimos requeridos para la función realizada. Además, a diferencia de otro tipo de cuidado, en el caso de las personas que quedan a cargo de los discapacitados, quedan imposibilitados muchas veces de desarrollar actividades remuneradas por lo absorbente de este tipo de labor, lo que en la casa de adecuar el propio espacio doméstico como laboral, podría significar el único flujo posible de dinero.

Si se analiza Paraguay, el marco legal de cuidado está contemplado en cierta medida en la Constitución Nacional de 1992, en el Código Laboral de 1993, y en el Convenio 156 de la Organización Internacional del Trabajo del año 2007 “Trabajadoras con responsabilidades familiares”, ratificado por el Estado Paraguayo. Así también desde el 2020, Paraguay cuenta con un documento Marco de Política Nacional de Cuidados.

En la Constitución Nacional de Paraguay los artículos 49, 50, 53 y 89 mencionan la importancia de la conciliación lo cual puede reescribirse de la siguiente manera: “El

Estado creara los mecanismos adecuados para que la igualdad sea real y efectiva, siendo la familia la médula de la sociedad, y a pesar de que los hombres y mujeres tienen los mismos derechos y obligaciones, la ley reglamentara la ayuda para la familia numerosa y a las mujeres jefas de familia” (Achinelli & Montalto, 2014; Echauri & Serafini, 2011) . En este sentido, los datos analizados reflejan que el tipo de hogar extendido en Paraguay donde las mujeres tienen jefatura en el 41,8% versus los hombres que tienen 38,4%. Así también los hogares monoparentales en el 2015 tenemos el 9,5% con jefatura femenina en contrapartida al 7,5% de jefatura masculina.

Por otra parte, el código laboral establece la obligatoriedad de salas maternas en las empresas, a partir de 50 colaboradores/as, lo cual es un paso bastante interesante. Sin embargo, se presentan dos dificultades. En primer lugar, el código establece un límite de edad en niños y niñas menores (hasta 2 años), y, en segundo lugar, no existe un mecanismo de control efectivo. Recientemente han sido aprobadas dos reglamentaciones que se suman a las políticas de cuidado. Una de ellas, es la Ley N° 5.047 del Trabajo Doméstico, donde se dignifica el trabajo protegiendo el derecho a jornada laboral igual que otros oficios o profesiones, así como el derecho al descanso laboral y los días feriados. Recordemos en este sentido que de las mujeres madres que tienen infantes de 0 a 5 años, el 8,8% son empleadas domésticas.

Otra reglamentación que se ocupa del cuidado es la reciente extensión del permiso de maternidad de 14 a 18 semanas, lo cual se sostiene en la importancia de la leche materna, siguiendo las recomendaciones de organismos internacionales como la OMS. Si bien esto denota un paso importante para la familia, no solo para las mujeres; de acuerdo a los datos analizados en el presente estudio, las madres de infantes de 0 a 5 años que residen en el área metropolitana, han aumentado los tipos de contrato verbales, pasando de 0,4% en el 2011 a 15,4% en el 2015, lo cual no las ampara bajo esta protección. En el año 2015, de acuerdo a la EPH, las mujeres representan el 66,7% de la población inactiva del total de la población en edad de trabajar femenina, el 60,5% se encuentra en la zona urbana. Los resultados preliminares de la primera EUT, evidencia que el promedio de horas semanales a nivel país que las mujeres dedican al cuidado a niños/as de 0 a 5 años es de 12,4 horas en contrapartida a las horas dedicadas por los hombres, que promedian 6,8 horas semanales.

Es interesante resaltar que cuando se analiza el cuidado de niños/as de 6 a 14 años, el promedio de horas dedicadas por las mujeres oscila en 8 horas semanales, mientras que

para los hombres 5,4 horas. En ese sentido, se puede inferir en que la edad escolar es un apoyo fundamental que reciben las mujeres como soporte al cuidado de sus hijos/as. Dada la población de mujeres que son madres en edad reproductiva de 15 a 49 años, una alternativa que plantea esta investigación es la de profesionalizar el trabajo de cuidado. Si bien el foco de este estudio está centrado en las mujeres, la profesionalización debería estar orientado también a los hombres. Esto, lejos de ser una utopía, es lo que se ha desarrollado en otras profesiones típicamente femeninas, como ser enfermería o docencia. Así también, trabajos en plantas industriales cada vez incorporan más mujeres como mano de obra.

Ahora bien, el planteo de esta profesionalización surge como respuesta a una necesidad existente entre las madres que desean trabajar fuera de casa, y las que pudieran trabajar desde adentro. De acuerdo a los datos analizados previamente, una alternativa de erradicar la pobreza en los hogares con mujeres madres de 15 a 49 años, podría ser la de emplearlas en lo que cotidianamente lo realizan. Los países nórdicos han sido los primeros en implementar esta política, entregando carnets que habilitan a la persona (y al hogar) al cuidado de dependientes, limitando los dependientes por cuidador/a.

En Paraguay, una iniciativa privada denominada “Corazón de Mamá” viene llevando a cabo por un periodo de tres años, el trabajo de formar a cuidadores y cuidadoras de infantes. Ubicado en el distrito de Ciudad del Este, departamento de Alto Paraná; viene desarrollando cursos que abarcan tantos aspectos del trabajo en sí, como motivacional. El curso incluye módulos como puericultura, pediatría, sicología, nutrición y fisioterapia; el costo oscila entre 70 a 100 USD (2016), cuyos costos fueron absorbidos en un 100% por los jefes de las cuidadoras y cuidadores.

El Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, a través de dos organismos de capacitación con el cual cuenta el país, el Servicio Nacional de Promoción Profesional (SNPP) y el Sistema de Formación y Capacitación Laboral (SINAFOCAL), dada la presencia geográfica en el Paraguay de ambas instituciones, ofrecieron cursos de este tipo, contribuyendo a la formalización del empleo, empoderamiento económico de las mujeres y dignificación del empleo (ajustando perfil del docente, mallas curriculares, tiempo y costo).

En este sentido, para cualquier sector que requiera cuidado (niños/as, ancianos/as, discapacitados/as) se requerían módulos de aprendizaje específicos y comunes. Los comunes podrían ser en torno a los derechos laborales, inclusión financiera,

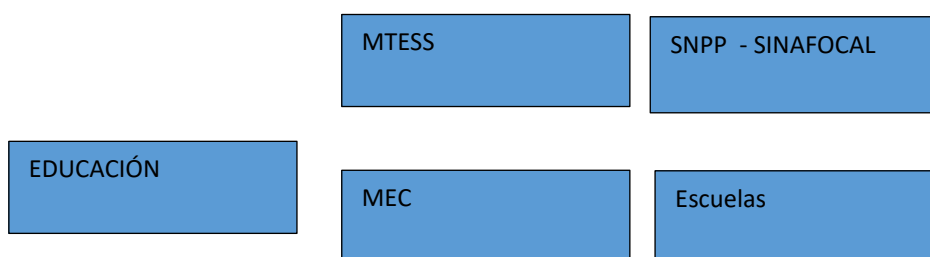
organizaciones gremiales/sindicales y cooperativismo. En el caso de los cursos de cuidados de infantes la propuesta podría incluir módulos como puericultura, pediatría, sicología, nutrición y fisioterapia. Entre los módulos de los cuidados de adultos mayores se encuentran: el marco legal del adulto mayor, distinción de personas adultas mayores, rol del cuidador, conceptos y cuidados básicos de la salud del adulto mayor, primeros auxilios, cuidados básicos de higiene, alimentación, cuidados básicos y preparación de la alimentación, medicamentos, consideraciones generales para el registro y suministro, recreación y ocio de la persona adulta mayor.

El perfil del docente es clave para el éxito de la formalización debido a que, al ser un trabajo infravalorado, los cuidadores deberán de tener una sensación de dignificación por el trabajo realizado. En las experiencias realizadas en el país, tanto por el sector privado como por el público, el tiempo de capacitación no fue mayor a dos meses, y depende mucho de la carga horaria por día (los horarios de las capacitaciones son claves).

La pandemia COVID-19 abrió un espacio de capacitación virtual que beneficia a los beneficiarios en aspectos como traslado y tiempo. Sin embargo, la capacitación inicial debería tener una mirada presencial, porque requiere romper ciertas estructuras mentales que requeriría la fuerza del grupo al que pertenece para lograr el empoderamiento del trabajo. No obstante, las actualizaciones, como en cualquier capacitación, podrán ser afianzadas de manera virtual.

La capacitación puede valerse de varios agentes tanto del sector público como de otras entidades, como ser las cooperativas. La necesidad de formalizar la oferta de trabajos requiere generar cursos en todo el territorio nacional, lo cual puede provenir de las instalaciones del MTESS, Ministerio de Educación y Ciencias (MEC) y las Cooperativas. El SNPP cuenta con 21 centros de formación y capacitación alrededor del país, lo cual implica una enorme ventaja, además de aulas móviles donadas por la Itaipu Binacional de manera a llegar a los lugares más olvidados del país (figura 2).

Figura 2. Propuesta de instituciones y alianzas en el entorno de cuidado en Paraguay



COOPERATIVAS

Sucursales

572

Fuente: elaboración propia.

Los honorarios por hora sería algo que el MTESS podría estudiar y proponer al ejecutivo para que combatir la sobre o sub valoración del servicio. así también, hay dos instituciones claves que son las que podrían conectar más efectivamente la información entre la oferta y demanda. Una es el Ministerio de Tecnologías de la Información y Comunicación (MITIC), construyendo una aplicación para teléfonos Smartphone; otra es el Ministerio de la Mujer, difundiendo sobre la formalización del trabajo de cuidado.

Los egresados del curso de cuidado deberán estar en una base de datos única, disponible a partir de una aplicación telefónica desarrollado por MITIC para que la oferta y demanda de cuidado fluctúe libremente. Además, de manera similar a otros servicios como el UBER, la aplicación debería de permitir que los usuarios o clientes dejen comentarios sobre el desempeño de los cuidadores. Así también, para acceder a esta aplicación el demandante deberá logearse proporcionando los mismos datos provistos por la oferta (figura 3).

Figura 3. Propuesta de contenido para una aplicación denominada: CUIDO

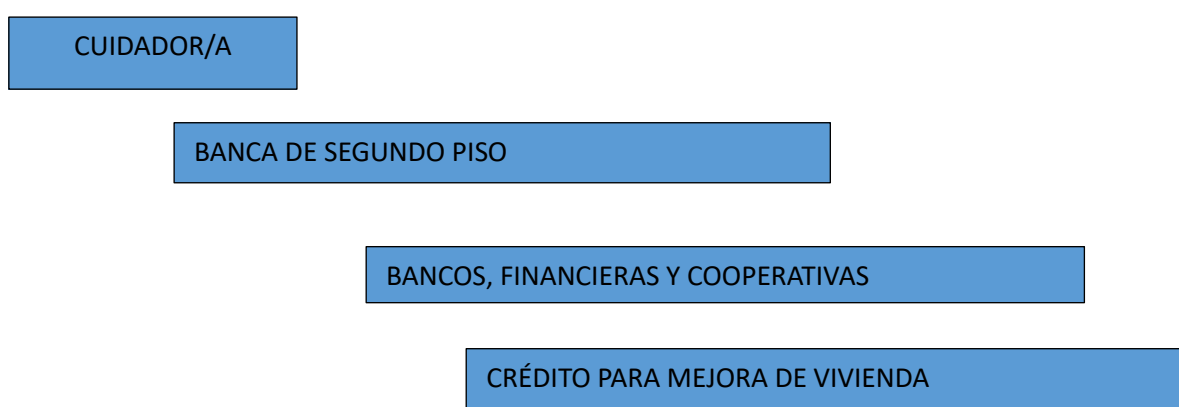
NOMBRE DE LA APLICACIÓN:
CUIDO
NOMBRE Y APELLIDO
NÚMERO DE CARNET DE CUIDADOR
CÉDULA DE IDENTIDAD
REFERENCIAS LABORALES (la base de datos puede ir recopilando)
ANTECEDENTES POLICIALES (opcional)
ANTECEDENTES JUDICIALES (opcional)
FOTOGRAFÍA
LOCALIZACIÓN GEOGRÁFICA

Fuente: elaboración propia.

La organización de los cuidadores luego de la formación adquirida podrá permitirle formar espacios de cuidado en su propio ámbito geográfico, a partir de adaptaciones posibles en sus viviendas; de manera a cubrir aquella demanda de cuidado

insatisfecha, sobre todo en los barrios populares. Deberá establecerse, a través de lineamientos un tope máximo de dependientes por cuidador, y siendo un derecho a partir del impulso del estamento público, acceder a créditos de mejora de vivienda con miras a desarrollar el espacio físico acorde a las necesidades del servicio ofrecido. Sin embargo, si quisiera trabajar desde su casa cuidando, es necesario que la Secretaría de la Niñez y Adolescencia o el Ministerio de Acción Social haga un control de las viviendas, controlando que los espacios cuenten con un estándar mínimo, asociado a un ambiente seguro y salubre.

Figura 4. Propuesta para una estructura financiera del cuidado



Fuente: elaboración propia.

A partir de la formación del sector de cuidados, además de dignificar la labor realizada, se podrá mejorar condiciones de vivienda y, por ende, acceder a la bancarización. Así también, las entidades financieras orientadas a los préstamos de Micro, Pequeñas y Medianas Empresas (MiPymes) podrían habilitar un tipo de crédito orientado a los cuidadores que quisieran invertir en que sus hogares alcancen el estándar necesario para que puedan trabajar en sus hogares (figura 4).

Finalmente, se propone que las leyes vigentes y estas propuestas sean articuladas por una política de cuidado nacional que dirija el Ministerio de Hacienda, a través de la una Dirección de Economía Social, entendiendo que el cuidado es la base de la economía productiva, por lo tanto, debe ser valorado, contabilizado y, sobre todo, preservado.

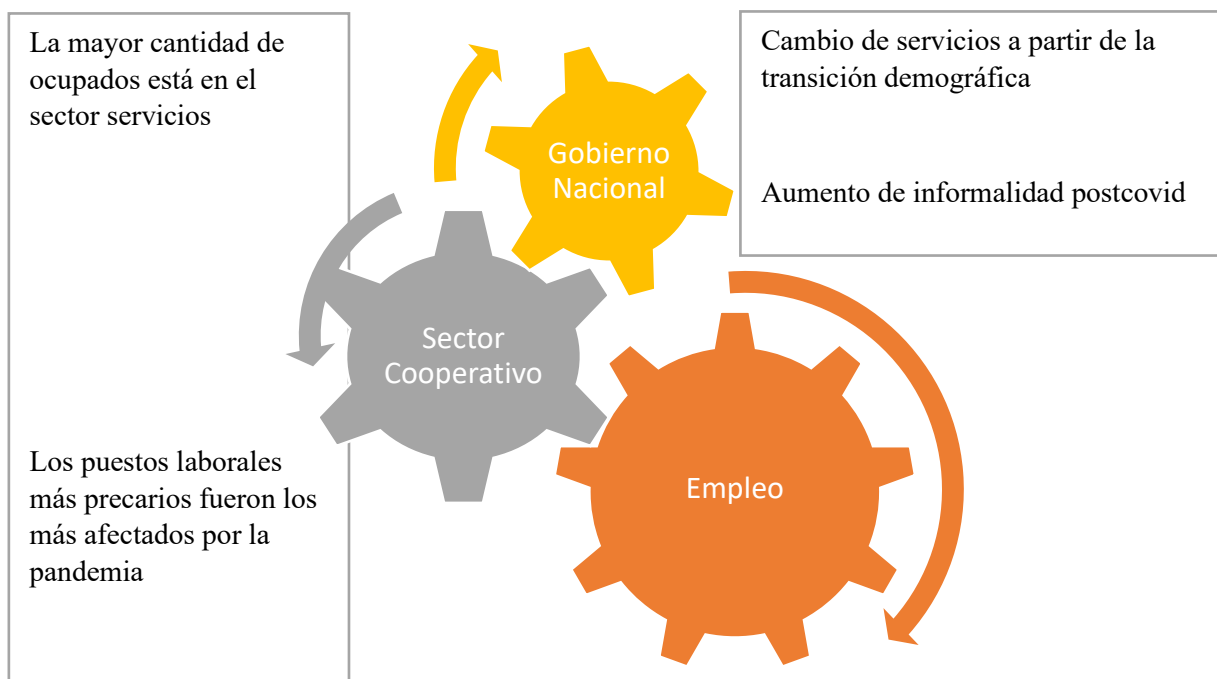
Alianzas entre organizaciones de la sociedad civil, cooperativas, y el sector público

Existen diversos antecedentes con respecto a alianzas en el sector público y las Organizaciones de la Sociedad Civil (OSC) con respecto capacitaciones de cuidado. La

orden de los Hermanos Menores Capuchinos, Centro de Información y Recursos para el Desarrollo (CIRD), el Instituto de Previsión Social, Canguro en Casa son instituciones que desarrollaron (y siguen) desarrollando cursos de cuidado, donde algunas iniciativas cuenta con financiamiento externo de organismos multilaterales. Sin embargo, el desafío sigue siendo la asimetría de información existente entre la oferta y demanda, así como la expansión territorial de la formación en cuidados.

De acuerdo a Rodríguez y Achinelli (2021), los cuidadores podrían nuclearse en el sector cooperativo, específicamente a partir del tipo de cooperativa denominada Cooperativas de Trabajo Asociado (CTA). En la ley de cooperativas se establece que las CTA tienen una estructura donde los socios/as son trabajadores, el producto se distribuye de manera equitativa entre los socios/as, y podrán conformarse con un mínimo de seis socios/as (figura 5).

Figura 5. Sinergia entre los sectores económicos



Fuente: extraído de Rodríguez y Achinelli (2021).

Una propuesta de creación de empleo en Paraguay sería a partir de la identificación de bienes y servicios con perspectiva de cooperativa de trabajo asociado (Carosini y Bernal, 2011; Báez, 2011). En este trabajo, la propuesta de creación de empleo postcovid se plantea con enfoque demográfico, a partir de la puesta en marcha de cursos integrados sobre cooperativas de trabajo en el servicio de cuidado: tanto de infantes como de adultos mayores.

El fomento a las pre-cooperativas y la responsabilidad social cooperativa son herramientas que permitirían dar empuje a las CTA. En el año 2013, hubo una experiencia a partir del trabajo en alianza de la Confederación Paraguaya de Cooperativistas (CONPACCOOP), la Fundación Escuela Andaluza de Economía Social y la Cooperación para el Desarrollo de Países Emergentes (COSPE) y, la Escuela de Economía Social de Osuna (Sevilla), en un proyecto denominado “Promoción de Cooperativas de Trabajo Asociado en la Economía Social y Solidaria en Paraguay” realizó un diagnóstico de posibles áreas de la economía donde se pueda desarrollar incubadoras de cooperativas de trabajo asociado (Fundación de Escuela Andaluza de Economía Social, 2013; Elpespunte, 2013; Báez, 2011).

El proyecto tuvo como objetivo incentivar el desarrollo de la región y luchar contra la exclusión social mediante el fomento de fórmulas de emprendimiento colectivo (Rodríguez y Achinelli, 2021). Dentro de este enfoque, se buscó diseñar medidas como la dotación de capital semilla, para la creación o afianzamiento de las citadas entidades solidarias, de manera a cumplir con una de las funciones del sector que se enmarca en la asistencia a las pre-cooperativas.

El apoyo a las pre-cooperativas puede darse desde la estructura vertical (centrales, federaciones y confederaciones); como así también desde la estructura horizontal, entre las cooperativas de base, brindando apoyo financiero, en el caso de las de ahorro y crédito tipo A. Esta visión cooperativa, formadora del sector está inmersa no sólo en lo que la misma ley de cooperativa estipula como fomento en educación cooperativa, sino también en lo que las cooperativas deben socializar con el sector sobre las acciones sociales y solidarias a través del Balance Social.

Conclusiones y recomendaciones

El trabajo, considerado tradicionalmente lo remunerado, tuvo sus quiebres en distintos momentos de la historia, lo cual llevo a que la mirada multidisciplinar evidencie las desigualdades existentes entre hombres y mujeres tomando como punto de partida los trabajos remunerados y no remunerados. A medida que las mujeres ser insertaban en el mercado laboral, y, que la evolución de las variables demográficas mostraba un descenso significativo de la fecundidad, las diferentes regiones del mundo como la europea y latinoamericana, implementaron distintas políticas a partir de la evidencia estadística de desigualdad con respecto al reparto de tareas no remuneradas medidas en tiempo. Esta

fue la base para que los países articulen mejoras en cuanto a la seguridad social y desarrollen sistemas de cuidado acorde a sus realidades. En el caso de Paraguay, la encuesta de uso del tiempo del 2016 permitió visibilizar las desigualdades y fue la base para el cálculo de la cuenta satélite de trabajo no remunerado. Este trabajo, a partir de una visión de formalización del cuidado, sumado a los derechos del mismo, estimó su importancia en términos de Producto Interno Bruto, así como en generación de empleo. La visión de cuidadores en domicilio requiere una articulación importante sobre las entidades financieras, lo cual es desafiante, pero podría seguir el trayecto ya desarrollado por las MiPymes. La contratación de servicios de cuidado supone que el análisis de costo de oportunidad realizado por las familias y en ese sentido, el cambio cultural con respecto a la valoración de la prestación de servicio de cuidado es fundamental.

Finalmente, el manuscrito propone una visión de expansión de la oferta a partir de alianzas entre sector público, organizaciones de la sociedad civil y/o las cooperativas, contribuyendo de esa manera a la generación de empleo desde los cuidadores a domicilio y cuidadores en domicilio principalmente. Por lo expuesto, se espera que el proceso de formalización sumado a la información disponible permita, por un lado, valorizar el trabajo de cuidado y por otro, disminuir la asimetría existente entre oferta y demanda de cuidado.

Referências

ACHINELLI, M & BERNAL, G. 2014. Ñaypytyvo Kuña kuera: Planificando la prestación económica durante el cese laboral por maternidad. 2014 Disponible en: <https://revistascientificas.una.py/index.php/RE/article/view/1476/1439>.

ACHINELLI, M. & MONTALTO, B. Situación Laboral de las madres solteras jefas de hogar en condición de pobreza en la zona urbana. Instituto Desarrollo. 2014. Disponible en: <http://desarrollo.edu.py/situacion-laboral-de-las-madres-solteras-jefas-de-hogares-en-condicion-de-pobreza-en-la-zona-urbana/>.

AGUIRRE, R. & FERRARI, F. Las encuestas sobre uso del tiempo y trabajo no remunerado en América Latina y el Caribe. Comisión económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2013. Disponible en: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5851/S1420397_es.pdf?sequence=9.

BÁEZ, M. Las cooperativas en Paraguay. Confederación Paraguaya de cooperativistas. 2011 Disponible en: <https://docplayer.es/31795248-Las-cooperativas-en-paraguay-arq-myriam-baez-rojas-presidenta-de-la-confederacion-paraguaya-de-cooperativas-conpacoop-ltda.html>.

BEAUVOIR, S. El Segundo Sexo. Ed.: Gallimard. Traducción Sudamericana: 1999. Buenos Aires. Disponible en: <http://users.dsic.upv.es/~pperis/El%20segundo%20sexo.pdf>.

BATTHYANY, K., DOBREE, P., MELLO, M. & BOSCH, S. Documento marco para el diseño de la política nacional de cuidados en Paraguay. ONU Mujeres. 2020. Disponible en: http://www.mujer.gov.py/application/files/4715/6113/3467/Documento_Marco.Politica_Nacional_de_Cuidados_PY.pdf.

BORDA, D. (2002). Empleo y protección social. Desafíos institucionales para reducir la pobreza (Santiago, OIT). 2002. Disponible en: https://issuu.com/matilez/docs/oit_-_py_empleo_y_proteccion_social.

BÜTTNER, J. Y BÜTTNER, C. Determinantes del empleo en las micro y pequeña empresas, Revista Economía y Sociedad, Año 1. Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEEC). 2000. Disponible en: https://issuu.com/matilez/docs/revista_economia_y_sociedad_n__1/5.

CABALLERO JIMÉNEZ, M. Caracterización de las microempresas urbanas. Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya (CADEP), 2002.

CAROSINI, L. y BERNAL, G. Estudio para la identificación de áreas de oportunidad para el fomento de nuevas iniciativas de trabajo asociado en la región Estudio Nacional Paraguay. Universidad Nacional de Asunción – Facultad de Ciencias Económicas. 2011. Disponible en: https://www.eco.una.py/eco/publicaciones/2015/procoas-augm/Informe_PROCOAS_Paraguay.pdf.

CASERO, V. Y ANGULO, C. Una cuenta satélite de los hogares en España 2002-2003. Resultados derivados de la Encuesta de Empleo de Tiempo. Instituto Nacional de Estadística, 2008.

CONGRESO NACIONAL REPÚBLICA DEL PARAGUAY. (1992). Constitución Nacional del Paraguay. Congreso Nacional. 2008. Disponible en: www.silpy.congreso.gov.py.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTAS Y CENSOS (DGEEC). Censo Económico Nacional. 2011. Disponible en: http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/CEN2011/resultados_finales_CEN.pdf.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTAS Y CENSOS (DGEEC). Principales resultados Encuesta sobre uso del Tiempo. 2016. Disponible en: <http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/eut2016/EUT2016.pdf>.

DURÁN, M. La cuenta satélite del trabajo no remunerado en la comunidad de Madrid. Dirección General de la Mujer. 2016. Disponible en: <https://digital.csic.es/bitstream/10261/100723/1/La%20cuenta%20sat%20a%91lite%20>

[el%20trabajo%20no%20remunerado%20en%20la%20Comunidad%20de%20Madrid_D
GM_CAM_2006.pdf.](#)

ECHAURI, C., & SERAFINI, V. Igualdad entre hombres y mujeres en Paraguay: la necesaria conciliación entre familia y trabajo. Santiago: OIT, 2011.

ELPESPUNTE. La Escuela de Economía Social de Osuna apoya la creación de cooperativas de trabajo en Paraguay. 2013. Disponible en: <https://www.elpespunte.es/la-escuela-de-economia-social-de-osuna-apoya-la-creacion-de-cooperativas-de-trabajo-en-paraguay-33316/>.

EUROSTAT. Datos sobre uso del tiempo en la unión europea. 2022. Disponible en: <https://ec.europa.eu/eurostat/data/database>.

Escobar, M. Imagen y rol de la mujer urbana paraguaya. Asunción: CEP, 1986.

FUNDACIÓN ANDALUZA DE ECONOMÍA SOCIAL. La Escuela de Economía Social impulsa la creación de cooperativas de trabajo en Paraguay. 2013 Disponible en: <https://www.afandaluzas.org/la-escuela-de-economia-social-impulsa-la-creacion-de-cooperativas-de-trabajo-en-paraguay/>.

GALVÉZ MUÑOZ, L. La economía de los cuidados. Deculturas. 2016. Disponible en: <https://linagalvez.eu/wp-content/uploads/2021/05/economia-cuidados-lina-galvez.pdf>.

LLEÓ FERNÁNDEZ, R., Santillán Idoate, C., López Gil, S. & Pérez Orozco, A. 2012. Cuidados. Cuadernos de Debate Feminista. 1(2). Gipuzkoa. 2012.

OCR. UNFPA, CELADE y STP (2021). Visibilizar el valor del tiempo: el trabajo no remunerado en los hogares y su incidencia en el desarrollo del Paraguay. Cuentas Nacionales de transferencia de tiempo, CNNT Paraguay 2016. Disponible en: https://paraguay.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/stp_unfpa_-_informe_visibilizar_el_valor_del_tiempo_.pdf.

Organización de las Naciones UNIDAS (ONU Mujeres). Declaración y Plataforma de Acción de Beijing. 1995. Disponible en: http://www.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/csw/bpa_s_final_web.pdf.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD/ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OPS/OMS), Representación en Paraguay. 2016. Informe final sobre la base de Conferencias realizadas en el I Congreso Internacional De embarazo seguro y emergencias Obstétricas y neonatales. Disponible en: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/28566>.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU Mujeres). Transformar las economías para realizar los derechos. Organización de las Naciones Unidas. New York.

2015 Disponible en: http://progress.unwomen.org/en/2015/pdf/UNW_progressreport_es_10_12.pdf.

579

PARAGUAY. Congreso Nacional. Código Laboral – modificado y ampliado 1995. Congreso Nacional. 1993 Disponible en: <https://www.bacn.gov.py/leyes-paraguayas/2608/ley-n-213-establece-el-codigo-del-trabajo>.

PIGOU, A. La economía de bienestar. Macmillan and Co. 1920 Disponible en: http://files.libertyfund.org/files/1410/Pigou_0316.pdf.

RAMÍREZ, J. (2007). Las PYMES exportadoras paraguayas: Situación actual, perspectivas y desafíos (Santiago, CEPAL). <https://docplayer.es/44106412-Las-pymes-exportadoras-paraguayas-situacion-actual-perspectivas-y-desafios.html>.

RAZAVI, S. “The political and social economy of care in the development context. Conceptual issue, research questions and policy options”. Gender and Development, paper N° 3, Ginebra, UNRISD Reid, M. (1934): Economics of Household Production, New York: John Wiley & Sons. 2007.

RODRÍGUEZ, C. y ACHINELLI, M. Contribución de las cooperativas de trabajo como estrategia de empleo ante el covid-19 en Paraguay. Periodo 2016-2020. Universidad Nacional de Asunción, Facultad de Ciencias Económicas. 2021. Disponible en: <https://drive.google.com/file/d/1sAurJWuEA6Z4OwvjC7R2M2f0bfxUYip/view>.

SANDOVAL CARVAJAL, I. y González Vega, L. Estimación del valor económico del trabajo no remunerado en Costa Rica. Resultados e ilustración metodológica. Estud. demogr. Urbanos. 2015. Disponible en: <https://www.scielo.org.mx/pdf/educm/v30n3/0186-7210-educm-30-03-00691.pdf>.

SANTANDER, H. Paraguay: Situación actual de las mipymes y las políticas de formalización, serie Notas Técnicas OIT/3. 2017. Disponible en: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---sro-santiago/documents/publication/wcms_614907.pdf.

SERAFINI, V. La liberalización económica en Paraguay y su efecto sobre las mujeres. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). 2008. Disponible en: <http://bvsde.org.ni/clacso/publicaciones/LaliberalizacioneconomicaenParaguay.pdf>.

UNFPA. (2019). Consecuencias socioeconómicas del embarazo adolescente en Paraguay. Implementación de la metodología para estimar el impacto socioeconómico del embarazo y la maternidad adolescentes en países de América Latina y el Caribe – MILENA 1.0. 2019. Disponible en: <https://lac.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Estudio%20Milena%20Paraguay.%20Informe%20completo.pdf>.



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



Associação de Universidades
GRUPO MONTEVIDEO



ORGANIZAÇÃO



Associação de Universidades
GRUPO MONTEVIDEO

GT 5

Economia Social e Solidária ou economias alternativas? Interrelações, potencialidades e desafios em vista de uma nova direcionalidade de transformação socioproductiva.

¿Economía Social y Solidaria o economías alternativas? Interrelaciones, potencialidades y desafíos hacia una nueva direccionalidad de transformación socioproductiva.

En el espacio de las economías alternativas (EA) se encuentran fundamentalmente la Economía Social y Solidaria (ESyS), la Economía Feminista, la Economía Circular y la Economía Ecológica, con enfoques críticos a la economía convencional y con el propósito de generar “otra economía” como estrategia en construcción. En contraposición a la lógica capitalista, estas EA ubican las personas y la sostenibilidad de la vida en el centro de todo proceso económico, social y político. Para lograr este propósito cada una propone una serie de transformaciones en las prácticas del ciclo económico vinculadas con la producción, la distribución, la comercialización y el consumo, entendiendo que el sistema es hegemónico pero no homogéneo, donde los intersticios son la oportunidad para filtrar las transformaciones y direccionalidades pretendidas. Los lineamientos académicos y las políticas públicas por lo general se recuestan sobre mecanismos y metodologías que podrían considerarse anacrónicas, fraccionadas y que no logran apropiarse de los beneficios y desarrollos de la transdisciplinariedad. Esto hace visible una desconexión con las dinámicas y procesos sociales, reproduciendo el sistema sobre sus propias bases. Por esto, es necesario replantear y profundizar los logros e impactos alcanzados hasta el momento en el ámbito de las EA para generar un proceso de transformación real. Vale preguntarse: ¿cuál es la dirección necesaria para que la ESyS sea una estrategia de transformación socio-productiva? ¿Qué interrelaciones se establecen entre la ESyS y las EA para esa nueva direccionalidad? ¿Qué metodología se requiere para trabajar desde la Universidad Pública? A partir de los interrogantes planteados, el Grupo de Trabajo concentrará la atención en la definición del mercado como instrumento articulador, confrontando la concepción que lo ubica como subordinador de la sociedad, y propondrá lineamientos para un modelo sostenido en principios colaborativos, de reproducción ampliada de la vida, con solidaridad desafiando así al sistema tradicionalmente competitivo, acumulativo y basado en la reproducción del capital.



Coordenação:

Ana Laura Hidalgo
(UNSL, Argentina)

Elena Albornoz
(UNER, Argentina)

Maria de los Angeles Di Capua
(UNR, Argentina)

Maria Rut Azerrad
(UNL, Argentina)

**GT-5: Economia Social e Solidária ou economias alternativas?
Interrelações, potencialidades e desafios em vista de uma nova
direcionalidade de transformação socioprodutiva. 581**

*¿Economía Social y Solidaria o economías alternativas? Interrelaciones,
potencialidades y desafíos hacia una nueva direccionalidad de
transformación socio-productiva*

A atuação do terceiro setor no movimento da economia solidária 583
Ana Caroline Barros da Silva, Bianca de Carvalho Pereira Campos

**Os desafios da gestão na economia solidária de organizações na cidade de
São Carlos -SP 592**
Juliana Marisol dos Santos Rodrigues de França, Gabriel Costeira Machado

**Outras economias e a perspectiva decolonial: notas para uma aproximação
entre os dois campos 616**
Nina Fraiha de Faria, Bruno Siqueira Fernandes

**Saberes y prácticas cooperativas desde la economía social y solidaria en
contexto de crisis socio medioambiental y economía extractivista:
experiencias cooperativas en la zona del secano costero, de la Región de
O'higgins, Chile. 641**
Catalina Valenzuela Sobarzo, Pablo Saravia Ramos

**Superando o capital pelo trabalho associado: decifrando e projetando
elementos críticos de transição 661**
Edi Augusto Benini, Elcio Benini, Silas Ferrarini Furtado

A ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NO MOVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

583

Ana Caroline Barros da Silva, (NIDES/UFRJ),
accarolinebarros@gmail.com

Bianca de Carvalho Pereira Campos, (NIDES/UFRJ),
biancadecarvalho@hotmail.com

Resumo

Organizações sem fins lucrativos e outras instituições do terceiro setor têm se preocupado a respeito da geração de trabalho e renda. Como saída ao desemprego estrutural oriundo da crise econômica brasileira, muitas famílias estão sendo incentivadas ou levadas a empreender. No entanto, é notável que a maior parte desses empreendimentos conservam, ainda, fendas sistêmicas resultantes da racionalidade capitalista. Questiona-se, então, qual concepção de empreendedorismo vem sendo mobilizada e estimulada pelo terceiro setor atualmente. Podem essas organizações e instituições contribuir para o movimento da economia solidária? Suas formas de produção, organização do trabalho e de comercialização compõem uma economia social ou uma economia alternativa? Pretende-se, portanto, investigar o potencial das instituições do terceiro setor como ferramentas para o fomento à economia solidária. Primeiramente, faz-se necessário entender os conceitos de terceiro setor e compreender a sua relação com a sociedade civil. No segundo momento, busca-se encontrar, na teoria da economia solidária, as possibilidades de atuação das referidas instituições na cadeia produtiva solidária. Posteriormente, será adotada abordagem de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, que pretende minuciar experiências de duas organizações sem fins lucrativos, quais sejam, o programa de inclusão sócio-produtiva do Banco da Providência e o assessoramento oferecido pela ONG CAPINA (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa) a empreendimentos associativos. Por meio dessa análise, serão observadas as proximidades e as contradições dessas organizações em relação às proposições da Economia Solidária (ES). O resultado esperado é atinar os possíveis caminhos de coesão entre as instituições do terceiro setor e o movimento da ES. Acredita-se que a consolidação da ES perpassa o fortalecimento do movimento e a implementação de políticas públicas para a construção dessa nova cultura econômica. Nesse sentido, apesar das contradições inerentes do terceiro setor, existem exemplos que mostram que essas instituições podem ser parceiras da luta pela ES. Para isso, foram realizados levantamentos e revisões bibliográficas dos temas citados a partir de autores internacionalmente estimados. Além disso, também foi feita uma análise histórica e documental das referidas organizações.

Palavras-chave: Terceiro setor; Economia Solidária; Empreendedorismo

Abstract

Non-profit organizations and other third sector institutions have been concerned about the generation of work and income. As a way out of the structural unemployment arising from the Brazilian economic crisis, many families are being encouraged or led to undertake. However, it is notable that most of these enterprises still retain systemic cracks resulting from capitalist rationality. It is questioned, then, which concept of entrepreneurship is currently being mobilized and stimulated by the third sector. Can these organizations and institutions contribute to the solidarity economy movement? Do their forms of production, work organization and marketing make up a social economy or an alternative economy? Therefore, it is intended to investigate the potential of third sector institutions as tools for promoting the solidarity economy. First, it is necessary to understand the concepts of the third sector and understand its relationship with civil society. In the second moment, we seek to find, in the theory of solidarity economy, the possibilities of action of these institutions in the solidarity production chain.

Subsequently, an exploratory qualitative research approach will be adopted, which intends to detail the experiences of two non-profit organizations, namely, the social-productive inclusion program of Banco da Providência and the advice offered by the NGO CAPINA (Cooperação e Apoio a Alternative Inspiration Projects) to associative ventures. Through this analysis, the proximities and contradictions of these organizations in relation to the Solidarity Economy (ES) propositions will be observed. The expected result is to find possible ways of cohesion between third sector institutions and the higher education movement. It is believed that the consolidation of ES permeates the strengthening of the movement and the implementation of public policies for the construction of this new economic culture. In this sense, despite the inherent contradictions of the third sector, there are examples that show that these institutions can be partners in the struggle for higher education. For this, surveys and bibliographic reviews of the cited themes were carried out from internationally esteemed authors. In addition, a historical and documentary analysis of these organizations was also carried out.

Key-words: Third sector; Solidarity economy; Entrepreneurship

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma análise a respeito das experiências de duas organizações sem fins lucrativos, sendo elas, o programa de inclusão socioprodutiva do Banco da Providência e o assessoramento a empreendimentos associativos oferecido pela ONG CAPINA (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa).

Assim, o objetivo deste trabalho é compreender se é possível que instituições do terceiro setor contribuam para o movimento de Economia Solidária. Para isso, a primeira seção apresenta reflexões sobre o conceito de sociedade civil no Brasil e o surgimento da ideia sobre o “terceiro setor”. A segunda seção visa apresentar uma breve contextualização da Economia Solidária no Brasil. A terceira seção articula as reflexões colocadas anteriormente para, a partir daí, expor as experiências das duas ONGS já referidas anteriormente. Por fim, a última seção pretende ensinar uma síntese e alguns apontamentos sobre a pergunta: Instituições do terceiro setor podem contribuir para o movimento da Economia Solidária?

O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL

O termo “sociedade civil”, assim como outros conceitos, é muitas vezes acionado de maneira polissêmica para tratar de assuntos essencialmente diferentes. O uso desse conceito, sem levar em conta seu rigor teórico, pode gerar algumas confusões sobre seu real significado. Por isso, este trabalho se baseia nas formulações de Coutinho (1999). Em sua obra, o autor realiza uma breve pesquisa sobre o conceito gramsciano, defende a concepção política do termo e passa a contextualizar o conceito de Sociedade Civil no Brasil.

De acordo com ele, esse conceito começa a ser mobilizado no país durante o período ditatorial. Curiosamente, como a ditadura civil-militar no Brasil não foi do modelo clássico fascista, houve um certo robustecimento da sociedade civil durante esse período (COUTINHO, 1999). Esse fator foi o que permitiu uma transição pacífica, mediada e com rupturas parciais.

Nessa época se fortaleceu a ideia de que sociedade civil era tudo o que se contrapunha ao Estado militar. Para Coutinho (1999), o antagonismo entre as palavras civil e militar contribuiu nessa confusão. Logo, ganhou amplitude a opinião de que tudo que vinha da sociedade civil era bom e tudo que vinha do Estado era considerado ruim.

Essa concepção também contribuiu para a ascensão da hegemonia das forças liberais no processo de transição à democracia. Por isso, a acentuação do uso do conceito de sociedade civil no Brasil durante as décadas de 80 e 90 casou-se com a ascensão do neoliberalismo pós período ditatorial.

Nesse mesmo sentido, Carnoy (1984, p. 28) afirma que “[...] o desenvolvimento burguês não é somente desempenhado através do desenvolvimento das forças de produção, mas também através da hegemonia na arena da consciência”.

A partir desse momento, a Sociedade Civil já não era acionada para tratar de um momento do Estado ampliado e dos instrumentos ideológicos de construção de hegemonia (GRAMSCI, 1999). Em contraposição, o conceito foi sendo esvaziado, despoliticado e se converteu em sinônimo do famigerado “terceiro setor”, situado entre o Estado e o mercado.

Nesse momento, o terceiro setor se consolidou como um novo setor da sociedade, aparentemente regida pelos princípios da filantropia e novo responsável pelas antigas atribuições do Estado, como a mitigação da desigualdade social. Logo, dentro desse conceito apolítico e asséptico da Sociedade Civil, cresceram os números de associações puramente corporativistas, como as ONGs, se estimulou a baixa participação e a apatia política e a atuação somente em pequena escala, como a micropolítica e as ações pontuais.

Por tanto, o terceiro setor está vinculado à uma suposta responsabilidade social e uma visão mais humanista. No entanto, o “terceiro setor” é totalmente engessado pelo mercado, pois a lógica neoliberal transfigura as políticas sociais em práticas tradicionais de caridade e não em direitos dos cidadãos, como deveriam ser (COUTINHO, 2006).

Dessa forma, a iniciativa do “terceiro setor”, sob o ponto de vista de Coutinho (1999), transforma a solidariedade em mais uma ferramenta institucionalizada da exploração de classe. Assim, ao mesmo passo em que o neoliberalismo gradativamente precariza e flexibiliza as relações de trabalho, o “terceiro setor” é enaltecido como uma forma de amenizar as lacunas das políticas neoliberais.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O termo Economia Solidária (ES) surge por meio de ações e iniciativas da população, diante de tentativas de resolver parte dos problemas de cunho social como, por exemplo, as altas taxas de desemprego, a exclusão de parte da população do mercado de trabalho, o crescimento da desigualdade de renda, alienação, desvalorização e precarização do trabalho, além das oscilações de valores e comportamentos da sociedade, tais como: individualismo, padrão de consumo e competitividades excessivas.

O termo “Economia Solidária” é largamente utilizado na atualidade. Segundo Paul Singer (2002), trata-se de “um outro modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”.

Ainda segundo o autor, estes princípios básicos dos meios de produção da Economia Solidária unem aqueles que produzem em uma única classe de trabalhadores, transmitindo valores como a igualdade e a cooperação. Desse modo, os trabalhadores detêm o capital de forma igualitária havendo a repartição dos benefícios ou prejuízos entre os membros (SINGER, 2002).

Além disso, a ES também se configura por seu caráter de transversalidade e intersectorialidade, procurando articular-se às demais políticas de estímulo ao trabalho e renda, de combate à pobreza e de inclusão social do Governo Federal e de outros entes federativos (SENAES, 2014).

Em relação às políticas públicas para Economia Solidária, França Filho (et. al, 2006) explica que elas absorvem conflitos da esfera social e econômica para dentro da máquina pública. De acordo com ele, essas políticas apresentam uma vocação indutiva, ou seja, fomentam e articulam ações que estariam fragilizadas ou isoladas se não tivessem o apoio institucional. Além disso, essas políticas também expressam uma capacidade de organizar a sociedade, ao passo que articula a sociedade civil e a esfera

intragovernamental e incentiva uma concepção e prática renovada em relação à questão do trabalho e renda.

De acordo com Mance (2005), a Economia Solidária (ES) é uma “alternativa viável de geração de trabalho e renda frente à exclusão capitalista”. Para ele, a ES só aumenta na medida em que há um compartilhamento da riqueza, de modo a assegurar o bem-viver ao maior número de pessoas. Em outras palavras, o autor identifica a ES ao arquétipo da abundância. Nesse sentido, Mance (2005) busca articular diferentes tipos de experiências que visem consolidar a cultura de solidariedade no campo econômico e potencializar as redes colaborativas.

A organização de redes de colaboração solidária tem se mostrado uma estratégia adequada para promover o crescimento orgânico da economia solidária e para expandir sustentavelmente os volumes movimentados em seu interior, justamente por potencializar essas conexões e fluxos (MANCE, p. 15, 2005).

A ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR PERANTE O MOVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ainda dentro dessa questão, Mance (2005) ressalta a importância de políticas públicas e outras iniciativas de desenvolvimento socioeconômico e de integração social para mobilizar novos segmentos da sociedade para o movimento de ES. Nesse sentido, o autor destaca algumas práticas bem-sucedidas de ES.

Entre elas, a atuação das incubadoras solidárias, a capacitação tecnológica, o apoio a empreendimentos, os programas de financiamento solidário, a construção de redes integrando empreendimentos produtivos e outros. Todas elas perpassam de algum modo a articulação entre consumo e produção sobre demanda local e a colaboração solidária a partir das necessidades humanas e não de interesses capitalistas. Logo, existem inúmeras formas de fomentar o movimento da Economia Solidária.

A respeito desse tema, Coraggio (2000) ressalta a ideia de que redes de autoajuda solidária e formas alternativas de pensar o mercado devem participar do desenvolvimento da economia. Não há um sujeito único, nem há uma forma única de organização ou de ação, há um pluralismo de iniciativas no Brasil.

Diante desse pluralismo, ainda não está bem delimitado o papel das organizações do terceiro setor no movimento de Economia Solidária. Além disso, a

Economia Solidária ainda não logrou uma maior visibilidade, de modo a ampliar seu diálogo com outras áreas da economia.

Desse modo, é possível notar que houve avanços em termos de políticas relacionadas ao terceiro setor e à Economia Solidária a nível nacional, como, por exemplo, a aprovação pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados do projeto de lei que cria a Política Nacional de Economia Solidária (PNES), em Julho de 2022. Porém, as políticas públicas, na prática, ainda são esparsas, de modo que não se consolidam como políticas consistentes perante um setor diferenciado da economia, contemplando o cooperativismo, assim como outras formas de organização de trabalho associado.

Devido às especificidades do contexto brasileiro, existe inclusive uma certa resistência ao uso do termo terceiro setor, mais atribuído às organizações que visam formar convênios com o Estado para angariar fundos (WEBERING, 2014).

A questão ainda é discutida e não possui uma definição consolidada. No entanto, o problema da falta de uma unicidade pelo fortalecimento dessas experiências contribui com sua fragmentação, que resulta no surgimento de movimentos e coletivos que não conhecem com profundidade a temática.

O BANCO DA PROVIDÊNCIA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Banco da Providência (BP) é uma ONG criada em 1959 por Dom Hélder Câmara com o intuito de promover financiamento para pessoas que naquele momento ainda não tinham acesso aos serviços bancários amplamente estendidos nos dias atuais, como empréstimos e créditos.

Atualmente, essa Instituição do terceiro setor atua na promoção de formação profissional para pessoas de baixa renda. A partir da Metodologia das Três Fases, formulada e executada pela instituição, o BP oferece capacitação profissional e mentoria profissional a seus beneficiários.

Até 2015 o BP atuava centralmente na locação de seus beneficiários em vagas de trabalho formais de empresas que colaboravam com a instituição. A partir da crise do desemprego, o BP fez um giro estratégico para o empreendedorismo (LINHARES, Clarice. PONGELUPPE, Leandro. 2019). Ou seja, nos dias atuais a grande maioria de pessoas assistidas pelo programa são incentivadas a empreender depois do curso.

Vale dizer que o BP não se entende como parte do movimento de Economia Solidária e se baseia nas cartilhas e proposições da SEBRAE para o empreendedorismo. No entanto, seu trabalho tira inúmeras famílias da situação de pobreza extrema, e por isso a efetividade de seu programa de inclusão socioprodutiva é inegável.

A ONG CAPINA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

No final dos anos 1980, em razão do crescimento do número de iniciativas econômicas populares urbanas e rurais, foi estimulado que os atores sociais obtivessem aprendizados e experiências nos campos da administração e da gestão, de modo a incentivar a criação de um serviço de cooperação e apoio a tais empreendimentos.

Desse modo, em 1988, alguns educadores e outros profissionais com atuação junto a instituições de apoio aos movimentos populares e suas lutas fundaram uma organização da sociedade civil denominada CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa. A ONG foi criada com o intuito de qualificar a formação dos trabalhadores e, especificamente, preencher as carências e a precariedade de conhecimentos nos campos da gestão administrativa, tecnológica e social.

A CAPINA faz parte da articulação para o crescimento e fortalecimento da Economia Solidária no Brasil, em especial, porque possui envolvimento de redes e fóruns da economia solidária, na organização das adaptações do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e do Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária para o Desenvolvimento Integral, Democrático e Sustentável realizado no Rio de Janeiro, em 2003, organizado juntamente a um grupo de ONGs (CEDAC, CAPINA, CEPOL, PACS, entre outras instituições).

CONCLUSÕES

A Economia Solidária ainda se trata de um movimento pequeno no Brasil, cujo contingente de pessoas envolvidas ainda é pouco representativo. Por tanto, embora tenha apresentado crescimento na década de 1990, atualmente, no Brasil, as iniciativas da economia solidária ainda são isoladas e apresentam diversas fragilidades.

Do mesmo modo, é preciso elaborar criticamente o conceito de terceiro setor e compreender a realidade que este conceito expressa, visando ganhar mais precisão e eficácia analítica. Assim, é difícil posicionar o terceiro setor dentro da economia

solidária no Brasil. As oposições vão além daquelas entre o cooperativismo popular ou solidário e o cooperativismo tradicional.

No entanto, é possível identificar algumas experiências de fomento a ES que poderiam ser realizadas por meio de instituições do terceiro setor. Essas iniciativas poderiam complementar políticas públicas voltadas para a ES, sanar ou mitigar a ausência de políticas públicas voltadas para a ES, ou até mesmo pressionar pela elaboração de políticas públicas voltadas para o fomento da Economia Solidária.

Nesse sentido, as referidas ONGs que se preocupam com a inclusão socioprodutiva das parcelas mais desfavorecidas da sociedade, como é o caso do BP e da ONG CAPINA, podem/poderiam se somar ao movimento da ES e contribuir na construção dessa nova cultura econômica.

Por isso, a aderência ao movimento de Economia Solidária, por parte de instituições do terceiro setor, é um caminho viável e que tende a fortalecer os resultados econômicos e sociais de seus programas de assistência social. Os pormenores das medidas que devem ser tomadas nesse sentido precisam ser desenvolvidos com mais cuidado em um momento futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNOY, Martin. Educação, economia e Estado: base e superestrutura, relações e mediações. São Paulo: Autores Associados, 1984.

COUTINHO, Carlos Nelson. Intervenções: o marxismo na batalha das ideias. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, C. N. Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político. Nova edição ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 83, 1999.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G. (Org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE – UCSAL, 2000.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. 6. vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2001.

FRANÇA FILHO, G. Et. Al. Ação Pública e Economia Solidária: Uma perspectiva internacional. (Prefácio, cap. 19 e 20). Editora UFRGS, 2006.



LINHARES, Clarice. PONGELUPPE, Leandro Simões. Empreendedorismo na base da pirâmide: inovação social, colaboração e desafios. Rio de Janeiro: Casa FIRJAN, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PNT2i9qjrMQ&t=5938s>. Acessado em: 20 de Jul. de 2022.

MANCE, E. A. A revolução das redes de colaboração solidária. In: Encontro Internacional de Economias Salesianas, Sevilha, Espanha, 2005.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária apresenta novas ações de divulgação. 2014. Boletim Informativo - Edição Especial. Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/data/files/FF80808148EC2E5E014A394E6975707C/AconteceSENAES2014-SES e Atlas.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF80808148EC2E5E014A394E6975707C/AconteceSENAES2014-SESeAtlas.pdf) . Acesso em: 02 set. 2022.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária – 1ª ed. – São Paulo :Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

OS DESAFIOS DA GESTÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA DE ORGANIZAÇÕES NA CIDADE DE SÃO CARLOS -SP

592

Juliana Marisol dos Santos Rodrigues de França, (USP/ Esalq),
ju_marisol@hotmail.com

Gabriel Costeira Machado, (Pecege USP),
gabrielmachado@pecege.com

Resumo

As organizações que atuam no campo social assumem atualmente um papel cada vez mais relevante em diversos países. A expansão acelerada e o surgimento de cooperativas e associações sociais, principalmente a partir da década de 1980, fez com que muitas pessoas se aliassem a essas organizações como uma forma de obter renda, recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Na última década, o campo da economia solidária materializou-se e conquistou um importante espaço nos mais diversos setores da produção, comercialização e consumo, baseando-se na cooperação, na autogestão e na solidariedade, além de sintetizar uma diversidade de experiências organizacionais e de sociabilidade, que se contrapõem à hegemonia que é centrada nos resultados econômicos. Além disso, o processo de constituição de um empreendimento solidário envolve toda uma dinâmica por parte de seus integrantes, representantes de múltiplas ideologias, interessados em constituir alianças e oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida e essa diversidade de relações de produção, pode gerar um desconforto nessa práxis, já que essas relações podem ser conflituosas, pois há uma pluralidade de interesses, valores, expectativas e muitas maneiras distintas de pensar e agir desses integrantes. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo investigar quais são os desafios da gestão nos empreendimentos de economia solidária no município de São Carlos-SP sob a ótica dos integrantes desses empreendimentos. Para a consecução de tal objetivo, foram realizadas análise bibliográfica e pesquisa qualitativa. Foi utilizado um formulário com questões estruturadas como instrumento de coleta de dados que foi disponibilizado de forma online em um fórum de empreendimentos de economia solidária no mesmo município. O estudo teve a participação de 15 pessoas que permitiram caracterizar os empreendimentos solidários considerando todas as suas especificidades, além de verificar quais as dificuldades enfrentadas na gestão. Houve uma convergência nas opiniões relacionadas aos desafios vivenciados pelos integrantes, como por exemplo, dificuldades no relacionamento interpessoal, falta de aporte financeiro do poder público e questões relacionadas à legislação. Os integrantes também sugeriram melhorias para a autogestão.

Palavras-chave: Autogestão; Empreendimentos solidários; Organização do trabalho.

Abstract

Organizations operating in the social field are currently assuming an increasingly significant role in various countries. The rapid expansion and emergence of cooperatives and social associations, primarily since the 1980s, have led many individuals to join these organizations as a means of generating income, regaining employment, and achieving economic autonomy by harnessing new productive forces. In the past decade, the realm of solidarity economy has materialized and gained substantial traction across diverse sectors of production, marketing, and consumption. It is grounded in cooperation, self-management, and solidarity principles while encapsulating a diverse array of organizational and sociability experiences that challenge the prevailing economic results-centered hegemony. Furthermore, the process of establishing a solidarity enterprise entails a dynamic effort from its members, representing various ideologies, keen on forging alliances and offering new pathways for job creation, income generation, and lifestyle change. This diversity of production relationships can give rise to discomfort in this praxis, as these relationships may be conflict-laden due to a plurality of interests, values, expectations, and myriad distinct ways of

thinking and acting among these members. In this context, the present study aims to investigate the challenges of management in solidarity economy enterprises in the municipality of São Carlos-SP from the perspective of the enterprise members. To achieve this objective, a literature review and qualitative research were conducted. A questionnaire featuring structured questions served as a data collection instrument, made accessible online through a forum for solidarity economy enterprises within the same municipality. The study involved the participation of 15 individuals who facilitated the characterization of solidarity enterprises, considering all their specificities, as well as the identification of the difficulties encountered in management. There was a convergence of opinions regarding the challenges experienced by the members, including difficulties in interpersonal relationships, lack of financial support from public authorities, and issues related to legislation. The members also proposed enhancements to self-management.

Keywords: Self-management; Solidarity enterprises; Organization of work.

Introdução

As organizações que atuam no campo social assumem atualmente um papel cada vez mais relevante em diversos países. A expansão acelerada e o surgimento de cooperativas e associações sociais, principalmente a partir da década de 1980, fez com que muitas pessoas se aliassem a essas organizações como uma forma de obter renda, recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas.

No Brasil, no início da década de 1990, alguns movimentos sindicais sentiram necessidade de lutar pelos milhares postos de trabalhos perdidos e pela reinserção no mercado de trabalho, já que muitos estavam na informalidade e foi nesse contexto que surgiu o conceito de Economia Solidária [ES], através de cooperativas, associações, bancos comunitários, clube de trocas, entre outros (Singer, 2002).

Assim, na última década, o campo da ES no País, segundo Benini et al. (2011) materializou-se e vem conquistando um importante espaço nos mais diversos setores da produção, comercialização e consumo; e a sua premissa baseia-se na cooperação, na autogestão e na solidariedade, além disso, a ES sintetiza uma diversidade de experiências organizacionais e de sociabilidade, se contrapondo à hegemonia que é centrada nos resultados econômicos.

Segundo Singer (2002), o capital do empreendimento solidário é compartilhado pelos integrantes que nela trabalham e apenas por eles. De acordo com o mesmo autor, o trabalho e o capital na ES são fundidos, pois todos os que trabalham são proprietários do empreendimento e não há proprietários que não trabalhem. No tocante à propriedade do empreendimento, ela é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela, o que pode acarretar ambiguidade e incertezas perante aos integrantes. Ademais, segundo Cançado (2007),

grande parte desses empreendimentos se dão na forma de associações informais, dadas as suas características e limitações na legislação que abarcam sua complexidade estrutural de funcionamento e de relações.

Além disso, todo o processo de constituição de um empreendimento solidário envolve toda uma dinâmica por parte de seus integrantes, representantes de múltiplas ideologias, na maior parte interessados em constituir alianças e oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida. Essa diversidade de relações de produção, pode vir a gerar desconforto nessa práxis, já que essas relações podem ser conflituosas, pois há uma diversidade de interesses, valores, expectativas e muitas maneiras distintas de pensar e agir desses integrantes. Eses grupos configuram uma intensidade de ação social, além de uma variedade em suas formações. Arruda (2003) aponta que o fenômeno de ES compreende um consumo ético, em resposta sustentável às necessidades humanas; uma produção auto gestionária, sendo todos os trabalhadores detentores da propriedade; uma gestão coletiva, aonde a empresa é configurada como uma comunidade, rompendo com a empresa do capital e ainda, como um comércio justo.

Ou seja, ainda que a ES venha se consolidando na prática, bem como entre teóricos, ela ainda transita na dicotomia de não ser um setor mercantil-monetário, mas também de não ser uma economia da doação-dádiva e por isso, ainda gera muitas dúvidas na sua forma de organização e gestão. Este fenômeno significativo não deve ser negligenciado, e por essa razão, o objetivo deste trabalho é investigar quais são os desafios da gestão nos empreendimentos de economia solidária no município de São Carlos, interior do estado de São Paulo. Destarte, pretende-se realizar uma revisão bibliográfica sobre o surgimento da economia solidária, além de caracterizar os empreendimentos e mostrar todas as suas especificidades. Além disso, verificar quais as dificuldades enfrentadas na gestão desses empreendimentos sob a ótica dos integrantes e analisar como são articulados os propósitos individuais e coletivos dentro dessa organização.

Material e Métodos

De acordo com Gil (2002), a metodologia pode ser definida como os procedimentos que devem ser seguidos na realização da pesquisa os quais variam de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa. Dessa forma, cabe ao pesquisador

analisar qual a metodologia mais adequada à realização de sua pesquisa, para que seja pertinente aos objetivos inicialmente definidos. Neste caso, foi feito o contato com os empreendimentos de economia solidária no município de São Carlos através de e-mail e telefone, já que muitos possuem os contatos cadastrados em uma rede de feiras pública do município, porém foi identificado que muitos deles já tinham desfeito os empreendimentos e/ou não estavam atuando mais devido a pandemia, portanto, os empreendimentos cadastrados não estavam atuando em sua totalidade.

Dentro dessa perspectiva metodológica, a realização do estudo se pautou na pesquisa qualitativa, pois segundo Minayo (2002) esse tipo de pesquisa preocupa-se em responder a questões particulares da realidade ao qual não podem ser quantificados e operacionalizados.

O proposto estudo se pautou também na pesquisa exploratória, pois de acordo com Gil (2002) a pesquisa exploratória busca uma maior proximidade com o problema, com o propósito de compreendê-lo com mais precisão, tendo como um dos objetivos principais, o aprimoramento de ideias e nesse sentido, a presente pesquisa averiguou quais são os desafios enfrentados na gestão dos empreendimentos de economia solidária, sob a ótica dos integrantes.

Referente à natureza do estudo, é de caráter aplicado, pois busca gerar conhecimentos que servirão para uma aplicação prática, sendo dirigidos para a resolução de problemas específicos (Silva e Menezes, 2005).

Em relação aos procedimentos técnicos, o estudo assume caráter bibliográfico e também estudo de campo, pois de acordo com Gil (2002) o estudo de campo focaliza uma comunidade cujo comportamento se deseja conhecer por meio de observação direta das atividades e de entrevistas. Assim sendo, foi elaborado um formulário com questões estruturadas e pertinentes à investigação do problema.

No que tange ao universo e a amostra, Gil (2012) nos traz que os apontamentos abrangem um universo tão grande de elementos tornando-se impossível de considerá-los em sua totalidade, portanto, o universo deste estudo são os empreendimentos de economia solidária que atuam no interior de São Paulo. Já amostra, de acordo com o mesmo autor, é uma parte dos elementos que compõem o universo e, na presente pesquisa, corresponde aos empreendimentos de economia solidária no município de São Carlos, interior do estado de São Paulo, sendo classificada como uma amostra intencional, pois, segundo Gil (2008) constitui um tipo de amostra não

probabilística que consiste em selecionar um subgrupo da população que, a partir de informações disponíveis, possa representar toda a população.

Referente à coleta de dados como foi descrito acima, a metodologia da pesquisa se baseou no levantamento bibliográfico e documental. Os levantamentos bibliográfico e documental foram feitos por meio de livros e artigos que tratam de assuntos relacionados ao tema, no intuito de oferecer um arcabouço teórico ao trabalho. No que se refere a coleta de dados, foi utilizado um formulário com questões estruturadas. O uso do questionário apresenta vantagens, pois de acordo com Lakatos e Marconi (2001), há uma maior liberdade nas respostas em razão do anonimato, segurança pelas respostas não serem identificadas e mais tempo para responder e em um momento mais favorável do entrevistado. Além disso, há menos riscos de distorção pela influência do pesquisador, bem como mais uniformidade na avaliação.

O formulário, que se encontra no apêndice B, foi composto por sete questões fechadas de múltipla escolha que tiveram por finalidade responder aos objetivos sobre caracterização dos empreendimentos; e por duas questões abertas, que visavam descobrir quais os principais anseios destes trabalhadores. O formulário foi aplicado aos participantes que integram os empreendimentos econômicos solidários através da plataforma Google Forms. Uma das pessoas que tem acesso ao fórum das cooperativas no município de São Carlos, encaminhou o link do formulário (do qual seria respondido de forma online) pelos participantes. De acordo com Lima et al. (2011), a participação em redes e fóruns de articulação está presente em boa parte dos empreendimentos, pois constituem o próprio cerne da formação do movimento de economia solidária. Segundo os mesmos autores, essa característica dos empreendimentos em participar de fóruns se deve à incubação vinculada a organizações não governamentais [ONG's], incubadoras universitárias, entre outros, que buscam mantê-los em suas redes de atuação. Os fóruns de economia solidária são os que mais agregam os empreendimentos, pois possuem certa vinculação política com os órgãos incubadores.

O questionário foi baseado no modelo ROCI II (RAHIM ORGANIZATIONAL CONFLICT INVENTORY) que é uma escala de avaliação dos estilos de gestão de conflito proposto por Rahim (1979).

Vale salientar que o anonimato dos entrevistados foi e será preservado e os dados somente foram considerados, pois os quinze participantes autorizaram a

participação através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (que se encontra no apêndice A), no qual foi anexado no início do formulário.

O projeto foi dispensado à submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, pois de acordo com o Manual de Instruções para Elaboração e Conclusão de Monografia [c2021] estão dispensados desta submissão, as pesquisas de opinião pública com participantes não identificados [...] e pesquisas que objetivam o aprofundamento teórico de situações da prática profissional e que não revelem dados que possam identificar o sujeito.

Além disso, fez-se uma revisão bibliográfica e documental acerca do surgimento e das especificidades da economia solidária.

Resultados e Discussão

Retomando os objetivos inicialmente formulados à luz das questões propostas, far-se-á uma discussão das fundamentações teóricas que nortearão esta pesquisa dando subsídios para a construção do conhecimento acerca da economia solidária e de sua gestão.

Segundo Singer (2002) a economia solidária surgiu logo após o capitalismo industrial, em reação ao aterrador empobrecimento dos artesãos que fora provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. Segundo o mesmo autor, a economia solidária é composta por grupos de pessoas que se organizam em cooperativas ou associações na tentativa de criar um jeito novo de fazer e comercializar produtos. Esse jeito novo tem como premissa básica de que tudo é de todos e o bem comum é o maior objetivo. Esse trabalho coletivo tem por significado a promoção de um desenvolvimento sustentável, a divisão de tarefas e lucros de forma igualitária. Não há patrão e nem empregados, as decisões são tomadas coletivamente, sendo a autogestão uma condição característica.

Já para o autor Costa (2007) as organizações de economia solidária ou cooperativas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente para melhorar a situação econômica do grupo e atender às necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, excedendo a capacidade de cada um em realizá-las separadamente.

Essas organizações cooperativas possuem características diferentes das demais empresas, uma vez que buscam garantir eficiência econômica, eficácia social e ainda preserva seus princípios doutrinários fundamentais (Singer, 2002). A partir deste

trabalho coletivo, os integrantes passam a desenvolver novas formas de geração de renda, no qual as necessidades são satisfeitas e o uso dos recursos naturais é feito de forma responsável e consciente. É uma alternativa de trabalho e renda que tem como uma das bases a inclusão social e que se relaciona à não apropriação do lucro para uso individual.

Neste sentido, o mesmo autor destaca que, para acompanharem as tendências do mercado, as organizações de ES devem se adaptar às necessidades do mercado, e fazer uso de técnicas administrativas e de gestão para aumentar a eficiência e eficácia para alcançar resultados satisfatórios.

Segundo a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária [ANTEAG] (2005) o empreendimento de ES surge com o intuito de quebrar a lógica do acúmulo e do individualismo que o pensamento capitalista perdura. Além disso, esses empreendimentos surgem também para promover valores coletivos, democráticos e cooperativos entre iguais.

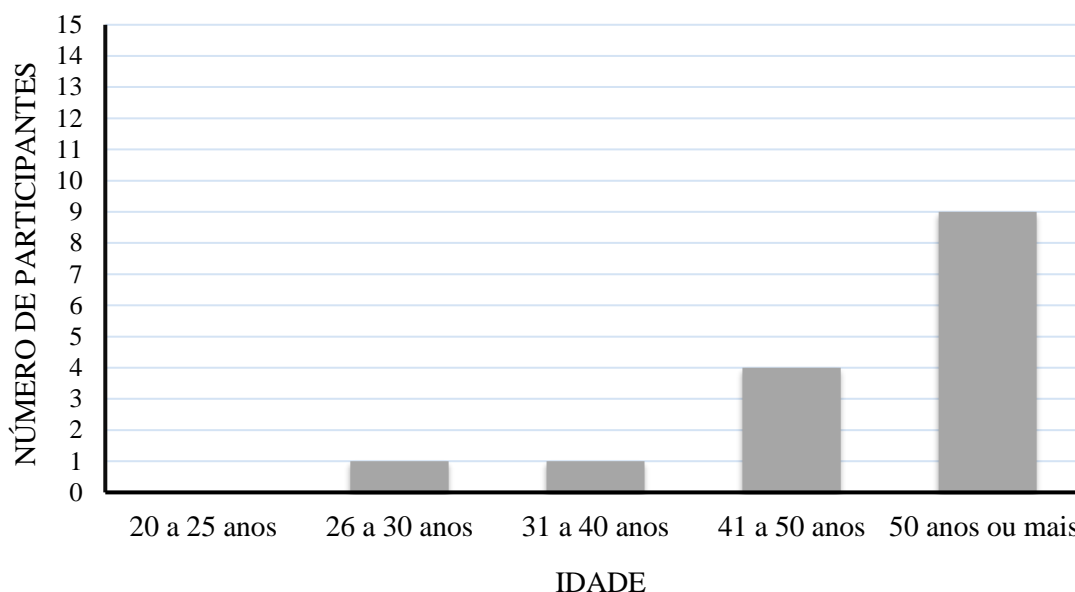
De acordo com Singer (2002), os empreendimentos solidários possuem algumas características marcantes entre elas, a autogestão, que surge como práxis dentro desse modelo, pois é ela que estimula a solidariedade entre os membros e enfatiza a ajuda aos mais desfavorecidos e à população trabalhadora em geral. Já Albuquerque (2003) diz que a autogestão é um conjunto de práticas sociais, caracterizada pela democracia na tomada das decisões. Ela propicia a autonomia de um coletivo, visto que é um exercício de poder compartilhado, além de assumir uma multidimensionalidade, que pode ser descrita por seu caráter social, sendo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis a todos os membros do grupo e que dele dependem; pelo seu caráter econômico, através das relações de produção que privilegiam o trabalho em detrimento do capital; pelo seu caráter político, que se fundamenta na representação de valores, princípios e práticas na construção coletiva da tomada de decisão e por fim, pelo caráter técnico, possibilitando uma nova forma de organização e divisão do trabalho (Albuquerque, 2003). Essas características somadas acabam produzindo um melhor resultado e não atribui um valor de caridade à solidariedade, mas sim de uma concepção de partilha igualitária, distribuindo os resultados desse trabalho de uma forma justa entre seus membros (ANTEAG, 2005).

Com o propósito de responder ao objetivo de caracterização dos empreendimentos de economia solidária, os participantes responderam questões

relacionadas ao gênero, à faixa etária e ao número de participantes que compõe cada empreendimento.

Referente a faixa etária dos participantes, a grande maioria dos participantes possui 50 anos ou mais, seguido de participantes com idades entre 41 e 50 anos. Apenas um participante com idades entre 31 e 40 anos e um participante com idades entre 26 e 30 anos. Curiosamente não há nenhum membro com idades abaixo dos 26 anos, conforme mostra a figura abaixo:

Figura 1. Qual a sua faixa etária?

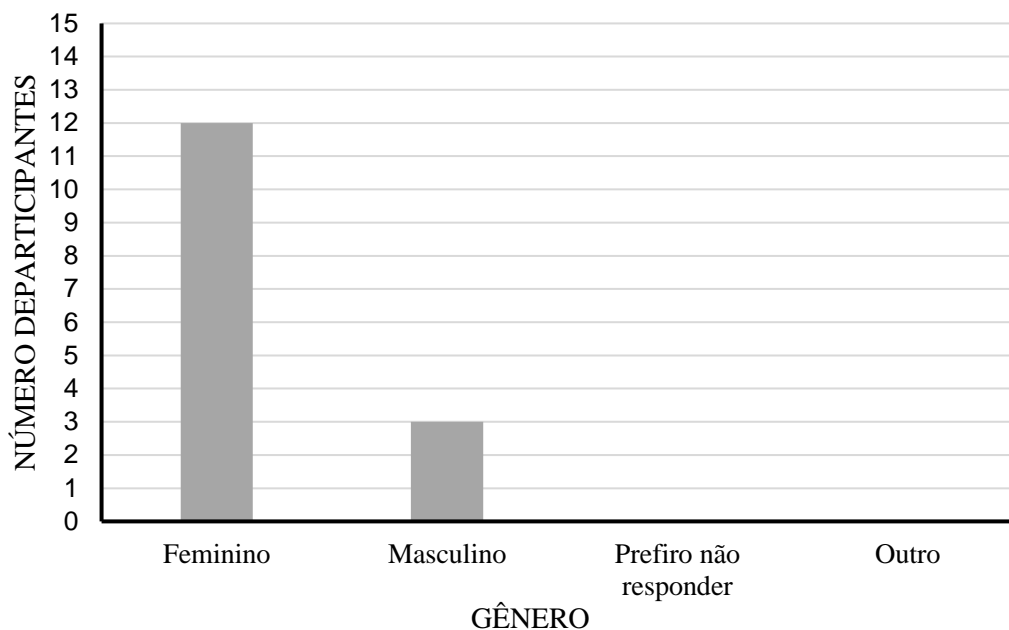


Fonte: Resultados originais da pesquisa

Isso demonstra que a economia solidária, sob suas múltiplas formas organizativas, pode ser uma das alternativas para desenvolver a estratégia de inclusão produtiva.

No que diz respeito ao gênero, a maioria dos participantes se identifica como sendo do gênero feminino, conforme figura abaixo:

Figura 2. Qual gênero você se identifica?



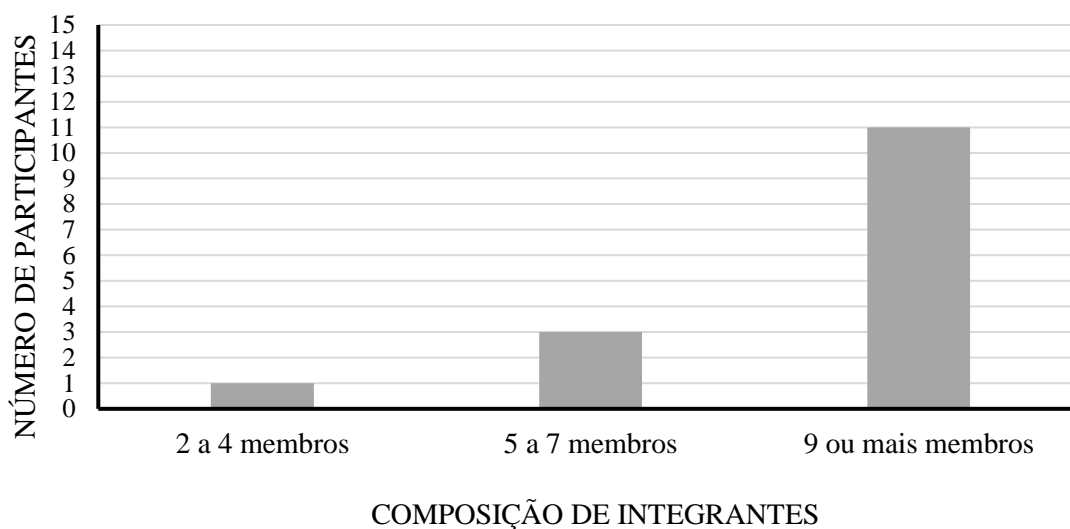
Fonte: Resultados originais da pesquisa

Essa expressiva participação do público feminino, pode ser explicada pelo fato de que, ao estudarmos a composição dos grupos articulados em torno da economia solidária, Costa (2011), relata que quando há uma análise mais minuciosa das relações de gênero, as mulheres são predominantes, principalmente em empreendimentos menores, compostos por até dez pessoas, já os homens são mais hegemônicos nos empreendimentos com mais de vinte pessoas. Tal fato se justifica, segundo Oliveira (2008), devido às últimas décadas, onde percebeu-se uma acentuada inserção das mulheres no mercado de trabalho e esse evento é resultado tanto de transformações de cunho econômico, quanto de cunho cultural, pois anteriormente, a ocupação feminina se restringia aos trabalhos que visavam o cuidado com o lar e com a educação dos filhos. Além disso, as mulheres são, na maioria das vezes, as primeiras vítimas do desemprego, subempregos e da tão intensa desigualdade. Assim, os empreendimentos solidários são uma oportunidade efetiva para romper com essa realidade.

Ainda de acordo com a mesma autora, as mulheres estão numa crescente inserção no mercado de trabalho, bem como nos empreendimentos de economia solidária, já que cada vez mais, elas são responsáveis por prover financeiramente suas famílias, além de, frequentemente, serem as primeiras a se mobilizarem, a se auto-organizarem e esses exercícios de participação e convivência, constroem novas relações entre essas pessoas e acaba se tornando um campo fecundo de luta por reconhecimento social.

Referente ao número de integrantes que compõem os empreendimentos de economia solidária, em sua maioria, os empreendimentos são compostos por 9 membros ou mais, seguido por empreendimentos compostos por 5 a 7 membros e o menos expressivo, contrastando com o maior número de membros participantes é aquele que é composto por 2 a 4 trabalhadores, conforme figura abaixo:

Figura 3. O empreendimento solidário do qual você participa é composto de quantas pessoas?



Fonte: Resultados originais da pesquisa

A literatura não aponta um número indicado para a constituição dos empreendimentos, porém Albuquerque (2003) acrescenta que uma das características negativas da gestão pode ser o aumento do número de membros que pode causar uma redução na capacidade produtiva, já que os membros acabam participando também da gestão.

Retomando ainda as questões que inicialmente foram formuladas a respeito da caracterização dos empreendimentos solidários e como eles se articulam, foram listados empreendimentos solidários que trabalham com artesanato, através da produção de bolsas artesanais a partir de resíduos de tecido (tapeçaria) e peças em costura criativa. Foi citado a participação em um banco comunitário chamado Nascente/ Amadesol, no qual até possuem uma moeda própria chamada vida, aonde são responsáveis por empréstimos produtivos e de consumo, além de entregarem cestas de hortifruti e alimentos e também são responsáveis por promoverem um cinema, o cine Gonzaguinha. Há também uma cooperativa social, o Recriart, que é um empreendimento econômico solidário formado por usuários da rede de saúde mental, do município de São Carlos,

cuja missão é a inclusão social através do trabalho. Ela é constituída por 21 usuários maiores de 18 anos. A Recriart é responsável por produzir papel reciclado, e deste papel, produzir produtos gráficos, além de possuírem um serviço de xerox que faz cópias e encadernações ecológicas. A Recriart funciona de segunda a sexta no período da tarde, e trabalha nos princípios da economia solidária, se organiza com autogestão, com assembleias semanais deliberativas, onde se discute a rotina as tarefas as escalas. Os produtos são vendidos em espaços coletivos da economia solidária como feira livres e comércio justo solidário.

Os participantes trouxeram também o trabalho da Associação 'Minas D'Água' que tem como finalidade a promoção e o desenvolvimento de atividades culturais nas comunidades e bairros por eles atendidos, além da promoção e segurança na alimentação nutricional. Eles também fornecem duas tomadas de créditos: de consumo e produtivo, além de possuírem a moeda vida e a moeda digital e-dinheiro. Há também empreendimentos solidários voltados para o comercio de produtos alimentícios como churros, pães e bolos em uma praça na região central do município. Foi citado também a participação do Talentos Artísticos de São Carlos [TASCA], que é um empreendimento de economia solidária, que tem por finalidade a comercialização de artesanato, serviços e gastronomia.

Após os participantes falarem brevemente sobre os empreendimentos dos quais eles participavam, foram questionados a respeito da dificuldade de trabalho com o seu com seu membro no empreendimento. Nesse quesito foi perguntado “perante uma dificuldade de trabalho com o meu colega, tento analisar a situação com ele, para encontrar uma solução aceitável para ambos”, tivemos o seguinte resultado:

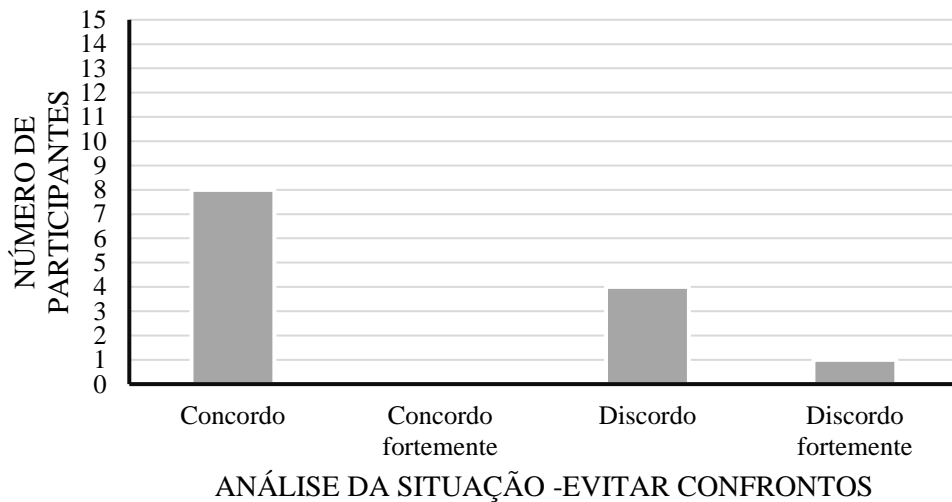
Figura 4. Perante uma dificuldade de trabalho com o meu colega, tento analisar a situação com ele, para encontrar uma solução aceitável para ambos



Fonte: Resultados originais da pesquisa

Podemos verificar que a maioria dos participantes se esforça para encontrar uma solução aceitável para os membros do empreendimento.

Ainda nesse sentido, a pesquisa nos traz também uma porcentagem referente aos integrantes que tentam não discordar de seus colegas, para evitar conflitos nos empreendimentos solidários, conforme exemplifica a figura 5 abaixo:



Fonte: Resultados originais da pesquisa

Vemos, na figura acima, que um pouco mais de 66% das pessoas, o que corresponde ao número de 10 membros que responderam ao questionário disseram que evitam desacordar de seus colegas do empreendimento para não haver conflitos na

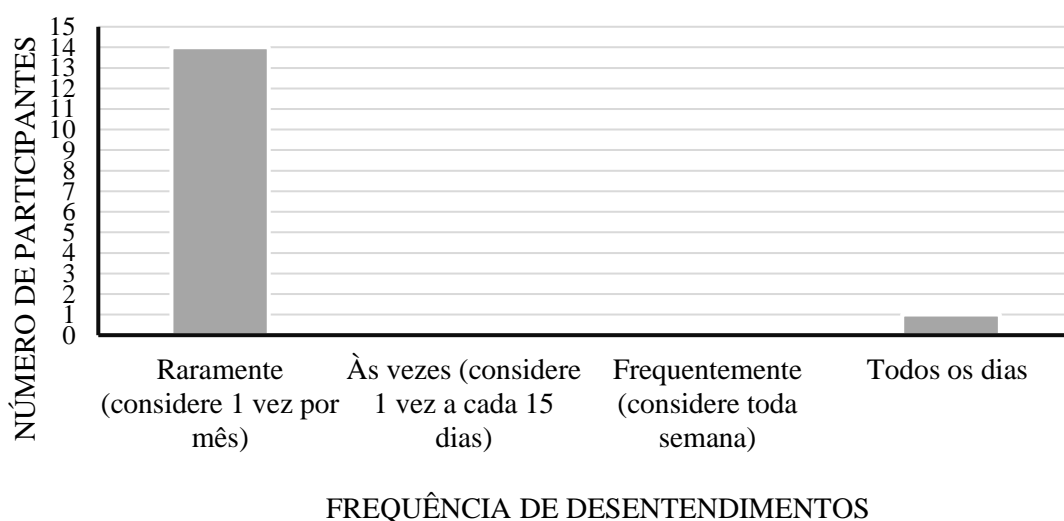
gestão, ao passo que um pouco mais de 33%, corresponde ao restante dos participantes, relataram que não evitam desacordar de seus colegas para não haver o conflito.

É sabido que os conflitos vivenciados na gestão dos empreendimentos solidários ocorrem, pois esses empreendimentos compartilham ideais democráticos e de solidariedade que se contrapõem aos ambientes competitivos e capitalistas que visam o lucro.

Para que os conflitos sejam amenizados, Albuquerque (2003), nos traz que é necessário que as barreiras entre as pessoas que tomam a decisão e as pessoas que executam o trabalho sejam transpostas, bem como as barreiras entre as vontades individuais, e as coletivas sejam superadas ao definir o que se deve fazer no cotidiano dos empreendimentos, pois dessa maneira, há de se proporcionar uma forma de organização mais adequada, no qual o trabalhador tenha o poder de decisão e que este poder seja distribuído de modo igualitário entre todos os membros do empreendimento, independentemente qualquer que seja a qualificação do membro ou aporte de capital.

Já em relação aos desentendimentos relacionados a gestão financeira do empreendimento, obtivemos que um pouco mais de 90% dos participantes disseram não ocorrer conflitos em relação à gestão financeira do empreendimento, ao passo que um pouco mais de 6% relatou que há conflitos diários relacionados à gestão do dinheiro, conforme figura abaixo:

Figura 6. Com que frequência ocorre desentendimentos relacionados a gestão financeira no empreendimento solidário?



Fonte: Resultados originais da pesquisa

Isso demonstra que a maioria dos participantes compreendem um dos alicerces da economia solidária, que segundo Coraggio (2000) diz que os

empreendimentos solidários não objetivam o acúmulo de capital, mas sim, objetivam a melhora da qualidade de vida de seus membros que ali estão inseridos. Logo, os recursos financeiros têm por finalidade servir os membros e às suas necessidades de sobrevivência e não tão somente ao empreendimento solidário, que não deve ser considerado e nem tratado como uma microempresa e/ou empresa informal.

Já para Singer (2002), quando há uma participação efetiva e um esforço adicional de todos os membros no empreendimento solidário, é possível obter ótimos resultados, já que os integrantes passam a assumir responsabilidades e compromisso com o todo, perpetrando a mitigação de falhas, o que faz gerar mais qualidade no processo produtivo e financeiro.

Já Albuquerque (2003), aponta que quando há uma ampliação na capacidade produtiva e um envolvimento pessoal do trabalhador a respeito de sua produtividade e a de seus parceiros, os trabalhadores acabam adquirindo uma visão mais positiva e comprometida de seu trabalho, o que contribui para um aumento de produtividade e, por conseguinte, um aumento de rendimentos para o empreendimento solidário.

Seguindo com o objetivo de responder às questões inicialmente formuladas, os participantes foram questionados a respeito das dificuldades de gestão no empreendimento solidário. Os participantes trouxeram diversos apontamentos dos quais podem ser categorizados em três frentes: relacionamento pessoal, falta de apoio do poder público e aporte financeiro, conforme a tabela 1 a seguir:

DIFICULDADES ENFRENTADAS NA GESTÃO		
RELACIONAMENTO INTERPESSOAL	FALTA DE APOIO DO PODER PÚBLICO	APORTE FINANCEIRO
Relacionamento.	Apoio dos gestores.	Falta de financiamento, somos todos voluntários, é muito difícil manter uma associação, pois ela tem custos.
Medo de responsabilidade.	Nível diferenciado de autonomia para participar de atividades externas, feiras e espaços coletivos.	Financiamento para exercer as atividades de ECOSol nos locais de base.
Falta de colaboração de todos.	Ausência de marcos legais específicos para a economia solidária.	O uso do fundo.
Participação, nem todas as pessoas que participam do movimento acreditam, muitas estão por falta do mercado formal.	Falta de apoio e instrução para resolver problemas e pendências jurídicas.	Por causa da pandemia, falta de comercialização.

Divergência entre opinião e as regras propostas pelo empreendimento.

Falta de comunicação entre o poder executivo e o movimento.

Comunicação, alinhamento e planejamento estratégico.

Muitos membros não têm conhecimento sobre gestão (administração) de empreendimento.

Dificuldades de alguns membros de trabalhar com decisões coletivas (muitos têm ainda uma cultura de iniciativa privada de relação patrão-empregado).

Dificuldade em gestão de conflitos.

Pouca participação, pois muitas pessoas ainda não entendem que é necessário ter uma organização no movimento de economia solidária, com participação ativa de todos/as para fortalecer a economia solidária.

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Através da tabela, podemos observar que os relatos categorizados em relacionamento interpessoal são predominantes, seguidos da categoria apoio do poder público e por fim, aporte financeiro.

O relacionamento interpessoal se dá através da interação humana, no qual é um recurso inerente a toda organização e que possui forte influência no desenvolvimento das atividades e dos resultados dela (Moscovici, 1997). Nos dias de hoje, muitas organizações, dentre elas, as de economia solidária, compreendem que a sua performance se deve em grande parte, aos comportamentos de seus pares. Majoritariamente, os participantes citaram a relação entre os membros como uma dificuldade no empreendimento e isso vai ao encontro do pensamento de Singer (2002) que traz que o maior inimigo da autogestão nos empreendimentos é a não participação e o desinteresse de seus integrantes, logo, membros não interessados fazem com que a gestão do empreendimento não flua nos moldes das organizações autogeridas, sendo assim, o sucesso do empreendimento vai além da iniciativa e vontade de constituir uma organização solidária, é necessário que as pessoas estejam engajadas, interessadas e na

mesma sintonia para não haver esse tipo de problema que pode levar à desintegração de todo o empreendimento.

No que tange aos relatos dos participantes a respeito da falta de apoio do poder público, Barbosa (2007) alega que em meados dos anos 2000, a economia solidária encontrava-se em um momento de destaque no cenário político, já que recebia apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária [SENAES] que era parte integrante do Ministério do Trabalho e Emprego [TEM]. Além disso, segundo Silva (2015) foram criados a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão [ANTEAG] e as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares [ITCP's]. De acordo com a mesma autora A ANTEAG surgiu com o intuito de auxiliar os trabalhadores de empresas privadas em falência a assumirem a produção e administração de forma coletiva, fazendo com que houvesse uma remuneração mínima. Já as ITCP's surgiram como um meio de apoio administrativo e jurídico, auxiliando a troca efetiva de conhecimento entre universidades e os empreendimentos econômicos solidários e ainda de acordo com Barbosa (2007), também são responsáveis por contribuírem com estímulos à autogestão, assessoria e capacitação para estruturar as cooperativas.

Ainda de acordo com Silva (2015), o cenário da economia solidária no país foi perdendo o destaque com a extinção da SENAES. Isso acarretou diversas mudanças para os empreendimentos de economia solidária, já que não tinham mais apoio do poder público e esse fato vem ao encontro dos relatos dos participantes da pesquisa. Infelizmente, o debate institucional no campo da economia solidária se altera de acordo com a política instaurada, logo os empreendimentos sentem essa instabilidade de governos, sejam eles municipais, estaduais e/ou federais, já que há uma instabilidade nas esferas de direito e cidadania.

A extinção de ministérios e secretarias que apoiavam fundamentalmente os empreendimentos solidários, pode ser um fator que contribui para os relatos sobre o aporte financeiro, pois a falta do apoio do poder público acarreta na falta de investimentos e financiamentos à economia solidária. Embora o município de São Carlos – SP tenha um Conselho Gestor do Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária e que nele, tenha instituída a lei n° 15.853 de 11 out. 2011 que diz que há um aporte de capital destinado aos programas e projetos de economia solidária, vemos que há ainda uma grande parcela desses empreendimentos que sofrem com a falta de aporte financeiro.

Seguindo com as respostas do formulário, foi questionado aos participantes da pesquisa, o que poderia ser melhorado em relação à gestão entre os membros, pensando no bem comum da ES. Obtivemos diversas respostas das quais podem ser verificadas na tabela 2 a seguir:

Tabela 2. Melhorias em relação à gestão entre os membros

Acabar com rivalidade.

Um curso de Informação de sistemas, para informatizar todas as tarefas. Internet e aparelhos digitais para que todos os membros possam participar das reuniões online e eventos no âmbito nacional.

Nada.

Melhor comunicação.

Cursos de formação, em diversas áreas, respeitando as particularidades e singularidades dos empreendedores.

Técnicas de gestão aplicadas para grupos.

União.

Participação individual, interesse, motivação.

Acabar com o costume de patrão e empregado. E todos assumirem as responsabilidades.

Acredito que pra melhorar, precisamos neste momento de pandemia nos unirmos no sentido de criar uma forma de vende nossos produtos entre nós mesmos e ampliando as vendas entre nossos círculos de amigos pra driblarmos a crise. Ex tenho um cliente que vem comprar meu bolo, dizer oferecer a ele alguma coisa de outros setores como artesanato para ir ampliando o número de pessoas que conheçam o produto de outros setores. Assim um vai ajudando o outro.

Remuneração pra todos e uma comunicação menos violenta.

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Observamos acima, que os relatos são diversos, porém a maioria converge à melhoria no relacionamento (citando participação, comunicação, união, interesse, motivação, entre outros), além da sugestão de cursos de formação. Isso vai ao encontro da ideia de Barbosa (2007) que diz que uma das principais estratégias nesse processo de auto-gestão é a de refazer os valores de submissão, incentivando a solidariedade, a comunicação e a capacidade intelectual do coletivo. Nesse sentido, Albuquerque (2003) também traz que os membros do empreendimento devem instituir relações sociais que valorizem o bem comum e criar uma estrutura para compartilhar o poder de decisão respeitando o equilíbrio e os interesses diversos.

No que diz respeito aos cursos de formação, Singer (2002) traz que as pessoas não são inclinadas à gestão, portanto é preciso buscar formação necessária para que o empreendimento dê certo. Concomitantemente, é fundamental que o conhecimento se

internalize para que os membros possam oferecer produtos e serviços inovadores, além de saber fazer uso de sistemas e da tecnologia.

Conclusão

À luz dos resultados obtidos, considera-se que os objetivos propostos no presente trabalho foram atingidos, visto que o intuito era caracterizar os empreendimentos solidários considerando todas as suas especificidades, além de verificar quais as dificuldades enfrentadas na gestão, bem como analisar como são articulados os propósitos individuais de cada membro dos empreendimentos solidários. De acordo com o que foi trazido, a economia solidária é um modelo da persistência dos trabalhadores que busca a sua auto emancipação através de novas formas de expressão e reinvenção e que são expressadas em suas lutas pela melhoria autogestão. Apesar dos empreendimentos serem distintos, houve uma convergência nas opiniões relacionadas aos desafios vividos pelos membros e também nas sugestões para a melhoria na autogestão. É necessário que os membros dos empreendimentos solidários criem uma maneira própria de lutar pela sobrevivência, além de métodos de gerenciar, administrar e remunerar o trabalho por eles desenvolvido, pois nesses empreendimentos há a redescoberta das virtudes produtivas, associativas, cooperativas, ecológicas e sociais. Vale ressaltar que o sucesso do empreendimento solidário depende da atuação, da construção das relações e das redes comerciais, além dos desenvolvimentos individual e coletivo dos trabalhadores. É necessário que os membros internalizem a ideia de que, além dos ganhos financeiros, as responsabilidades e as dificuldades também precisam ser compartilhadas.

É preciso destacar também algumas limitações na pesquisa, como baixo número de participantes, frente ao número de empreendimentos solidários que estão registrados no município, porém foi verificado que muitos desses empreendimentos que estão registrados, se desfizeram e/ou não estão mais atuando devido ao cenário de pandemia.

Referências

ALBUQUERQUE, P.P. 2003. Autogestão. In: Cattani, A. D. (Org). A outra economia 1: 21-26.

ARRUDA, M. 2003. Situando a Economia Solidária. In: Economia Solidária. Cadernos da Fundação Luiz Eduardo Magalhães 1: 19-31.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA [ANTEAG]. 2005. Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia. Altamira Editora, São Paulo, SP, Brasil.

BARBOSA, R.C. 2007. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. Editora Cortez, São Paulo, SP, Brasil.

BENINI, E. 2011. Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária. 1ed. Editora Outras Expressões, São Paulo, SP, Brasil.

CORAGGIO, J.L. 2000. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In _____ . Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, Brasil.

COSTA, J.C. 2011. Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação. Revista Sociedade e cultura 14: 19-27.

COSTA, L.S. 2007. O cooperativismo: uma breve reflexão teórica. VI Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. Unioeste. Cascavel, RS, Brasil. Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/trabalhos.html>. Acesso em: 15 fev. 2021.

COSTA, V. M. F. 2000. As influências de um programa de participação nos resultados no comprometimento organizacional: o caso de uma empresa gaúcha do ramo moveleiro. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

GIL, A.C. 2002. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ed. Editora Atlas, São Paulo, SP, Brasil.

_____. 2008. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ed. Editora Atlas, São Paulo, SP, Brasil.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. 2003. Fundamentos da metodologia científica. 5.ed. Editora Atlas, São Paulo, SP, Brasil.

LIMA, J.C; ARAÚJO, A.M.C.; RODRIGUES, C.C.P. 2011. Empreendimentos urbanos de economia solidária: alternativa de emprego ou política de inserção social? Revista Sociologia e Antropologia 1: 119-146

MINAYO, M.C.S.2002. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21 ed. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, Brasil.

MOSCOVICI, F. 1997. Razão & Emoção: A inteligência emocional em questão. Editora Casa da Qualidade, Salvador, BA, Brasil.

OLIVEIRA, J. P. 2008. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. Revista Sociedade e cultura 11: 325-332.

RAHIM, M.A.; BONOMA, T.V. 1979. Managing organizational conflict: A model for diagnosis and intervention. Psychological Reports. Disponível em: <<https://www.international-arbitration-attorney.com/wp-content/uploads/arbitrationOrganizational-Conflict.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

ROSSÉS,G.F. 2010.Teoria das relações humanas e economia solidária: o caso do projeto esperança/ cooesperança. VII simpósio de excelência em gestão e tecnologia.Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/289_Artigo%20Seget%20TO.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. 2011. Lei n.15.853, de 11 de outubro de 2011.Dispõe sobre a criação do conselho municipal de economia solidária e o fundo municipal de fomento à economia solidária e dá outras providências. Disponível em <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/pdf/conselhos/Lei15853-digital.pdf> > Acesso em: 08 out. 2021.

SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. 2005. Metodologia de pesquisa e elaboração de teses e dissertações. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Disponível em: https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf. Acesso em: 08 nov. 2020

SILVA, S.L.P.2015. Histórico da Economia Solidária no Brasil. In.: Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária, 2015, São Carlos, SP, Brasil. Anais... 1-14. Disponível em: http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt5/sessao-3/silva_sidlia.pdf. Acesso em: 07 out. 2021

SINGER, P. 2002. Introdução à economia solidária. 1ed. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, Brasil.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO [USP]. 2018.Normas para Elaboração de Monografias Pecege. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/ppvfedc0v8xv96g/Instru%C3%A7%C3%B5es%20para%20elabora%C3%A7%C3%A3o%20e%20conclus%C3%A3o%20da%20monografia.pdf?dl=0>. Acesso em: 15 fev. 2021.



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



ORGANIZAÇÃO



Apêndice A

613



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “Os desafios da gestão na economia solidária de organizações no município de São Carlos- SP”

O objetivo deste estudo é descrever quais os desafios enfrentados na gestão dos empreendimentos de economia solidária no município de São Carlos- SP. A sua participação não é obrigatória, nem remunerada. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder um questionário. Esclareço que, embora o questionário não tenha a intenção de invadir a intimidade dos participantes, a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto resultante da situação de exposição de opiniões pessoais ao responder perguntas que envolvam as próprias ações, mesmo com todos os cuidados que serão tomados durante a elaboração das perguntas. Caso o participante não se sinta à vontade, não precisará responder as questões efetuadas pelo pesquisador. Salientamos que todos os dados obtidos serão divulgados em meio exclusivamente acadêmico-científico sem identificação nominal. Ressaltamos que poderá haver benefícios com a pesquisa, pois seus resultados podem contribuir tanto com ações do grupo do qual participa como na sociedade. Você receberá uma cópia deste termo onde constam os contatos do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou até a conclusão do mesmo. Juliana Marisol Rodrigues de França. Aluna do Curso de Pós Graduação MBA em Gestão de Negócios USP/ESALQ. E-mail: ju_marisol@hotmail.com

Juliana Marisol Rodrigues de França
Estudante do Curso de Pós Graduação
MBA Gestão de Negócios USP/ESALQ
E-mail: ju_marisol@hotmail.com

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Participante da Pesquisa

Assinatura e nome

Apêndice B

FORMULÁRIO DE PESQUISA

<https://forms.gle/rFbn7kX5FaTqfqbgG8>

Pesquisa Gestão na Economia Solidária

Para o desenvolvimento do meu trabalho de conclusão da pós graduação MBA em Gestão de Negócios na USP/Esalq, fiz esta pesquisa que visa analisar quais são os desafios da gestão nos empreendimentos de economia solidária no município de São Carlos -SP.

Tempo estimado: 10 minutos

*Obrigatório

TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O objetivo deste estudo é descrever quais os desafios enfrentados na gestão dos empreendimentos de economia solidária no município de São Carlos- SP. A sua participação não é obrigatória, nem remunerada. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder um questionário. Esclareço que, embora o questionário não tenha a intenção de invadir a intimidade dos participantes, a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto resultante da situação de exposição de opiniões pessoais ao responder perguntas que envolvam as próprias ações, mesmo com todos os cuidados que serão tomados durante a elaboração das perguntas. Caso o participante não se sinta à vontade, não precisará responder as questões efetuadas pelo pesquisador. Salientamos que todos os dados obtidos serão divulgados em meio exclusivamente acadêmico-científico sem identificação nominal. Ressaltamos que poderá haver benefícios com a pesquisa, pois seus resultados podem contribuir tanto com ações do grupo do qual participa como na sociedade. Você receberá uma cópia deste termo onde constam os contatos do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou até a conclusão do mesmo. Juliana Marisol Rodrigues de França. Aluna do Curso de Pós Graduação MBA em Gestão de Negócios USP/ESALQ. E-mail: ju_marisol@hotmail.com

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “ Os desafios da gestão na economia solidária de organizações na cidade de São Carlos -SP”. Caso aceite a participar da pesquisa, selecione abaixo. *

SIM, ACEITO.

1-Qual a sua faixa etária? *

20 a 25 anos

26 a 30 anos

31 a 40

41 a 50

50 ou mais

2-Qual gênero você se identifica? *

Feminino

Masculino



Prefiro não responder

Outro

3-Qual é o tipo de empreendimento solidário que você participa? De maneira sucinta, explique como funciona seu empreendimento. *

4-O empreendimento solidário do qual você participa é composto de quantas pessoas? *

2 a 4

5 a 7

9 ou mais

5-Perante uma dificuldade de trabalho com o meu colega, tento analisar a situação com ele, para encontrar uma solução aceitável para ambos. *

Concordo.

Concordo fortemente.

Discordo.

Discordo fortemente.

6-Tento não mostrar desacordo com o meu colega, evitando confrontos.

Concordo.

Concordo fortemente.

Discordo.

Discordo fortemente.

7- Na sua opinião, com que frequência ocorre desentendimentos relacionados a gestão financeira no empreendimento solidário? *

Raramente (considere 1 vez por mês).

Às vezes (considere 1 vez a cada 15 dias).

Frequentemente (considere toda semana).

Todos os dias.

8-Na sua opinião, quais as dificuldades enfrentadas na gestão do empreendimento solidário? *

9- Pensando no bem comum do grupo da ES, o que poderia ser melhorado em relação a parte de gestão entre os membros? *

OUTRAS ECONOMIAS E A PERSPECTIVA DECOLONIAL: NOTAS PARA UMA APROXIMAÇÃO ENTRE OS DOIS CAMPOS

616

Nina Fraiha de Faria, (FACE/UFMG),
ninanff@gmail.com

Bruno Siqueira Fernandes, (IGC/UFMG),
brunosiqfer@gmail.com

Resumo

O campo das Outras Economias faz parte de um movimento global, que ganha corpo a partir da década de 1990, que busca criticar a hegemonia do capitalismo e propor práticas econômicas alternativas, baseadas nos princípios de solidariedade e reciprocidade. A teoria decolonial é um movimento político e acadêmico, gestado no mesmo período, que entende o capitalismo como parte fundamental e co-constitutiva da colonialidade/modernidade. O artigo tem como objetivo explorar uma possível aproximação entre as Outras Economias e a Teoria Decolonial, evidenciando algumas convergências presentes nas duas propostas e como ambos os lados poderiam se beneficiar deste cruzamento epistêmico. É possível observar que ambos os campos possuem críticas ao capital muito próximas. De um lado, as Outras Economias buscam contestar a dicotomia capitalista/não-capitalista a fim de ampliar o imaginário sobre aquilo que se considera economia. Há uma aposta de que um dos primeiros passos para começarmos a pensar em alternativas seria a visibilização discursivas de práticas que já existem e que operam a partir de princípios que contestam a lógica capitalista de acumulação. De outro lado, a teoria decolonial compreende que a própria produção de conhecimento passou a ser dominada por um aspecto eurocêntrico que desvaloriza os discursos e as epistemes do Sul Global. Em comum aos dois campos vemos 1) o foco na desconstrução das dicotomias que constituem o paradigma moderno/capitalista/colonial e uma aposta no tensionamento dessas dicotomias como forma de visibilização da multiplicidade escondida pelos binarismos; 2) um retorno à dimensão do corpo e do território que re-localiza o conhecimento e o situa numa dimensão corpo-geo-política; e, por fim, 3) a tentativa de constituir uma teoria latino-americana para falar de dinâmicas que são frequentemente invisibilizadas pelas teorias hegemônicas e mainstream. Um outro ponto em comum e que aponta para uma possível convergência entre as duas propostas se encontra na leitura da economia como construção política e não como bloco monolítico. Assim, em ambos os casos, o capitalismo é lido a partir de sua capacidade de se colocar como única alternativa possível, se assentando sobre dicotomias constituídas pelo período colonial. Superar o capitalismo, nesse sentido, implica em um compromisso com a superação da colonialidade e das dicotomias forjadas para o controle dos corpos subalternos.

Palavras-chave: Decolonialidade; Outras economias; Matriz Colonial de Poder; Colonialidade do saber.

Abstract

The field of Other Economies is part of a global movement, which took shape in the 1990s and sought to criticize the hegemony of capitalism and propose alternative economic practices, based on the principles of solidarity and reciprocity. The decolonial theory is a political and academic movement, gestated in the same period, which understands capitalism as a fundamental and co-constitutive part of coloniality/modernity. This article aims to explore a possible approach of Other Economics and Decolonial Theory, presenting some similarities between them and how both sides can benefit from this epistemic intersection. It's a reality that both fields have very similar criticisms of the capital. On the one hand, Other Economies seek to contest the capitalist/non-capitalist dichotomy in order to broaden the imagination of what is considered an economy. There is a bet that one of the first steps to start thinking about alternatives would be the discursive visualization of practices that already exist and that operate

from principles that contest the capitalist logic of accumulation. On the other hand, the decolonial theory understands that the production of knowledge itself came to be dominated by a Eurocentric aspect that devalues the discourses and epistemes of the Global South. In common to both fields we see 1) the focus on the deconstruction of the dichotomies that constitute the modern/capitalist/colonial paradigm and a bet on the tensioning of these dichotomies as a way of making visible the multiplicity hidden by binarisms; 2) a return to the dimension of the body and the territory that re-locates knowledge and places it in a body-geo-political dimension; and, finally, 3) the attempt to constitute a Latin American theory to talk about dynamics that are often made invisible by hegemonic and mainstream theories. Another common aspect that points to a possible convergence between the two proposals is the reading of the economy as a political construction and not as a monolithic block. Thus, in both cases, capitalism is read from its ability to place itself as the only possible alternative, based on dichotomies constituted by the colonial period. Overcoming capitalism, in this sense, implies a commitment to overcoming coloniality and the dichotomies forged to control subaltern bodies.

Keywords: Decoloniality; Other economies; Colonial Matrix of Power; Coloniality of knowledge.

Introdução

O campo das Outras Economias faz parte de um movimento global, que ganha corpo a partir da década de 1990, que busca criticar a hegemonia do capitalismo e propor práticas econômicas alternativas, baseadas nos “princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão, enfim, da emancipação social” (CATTANI et al, 2009, p. 09). O movimento abriga uma série de práticas econômicas diversas, compreendendo desde a economia popular (camelôs, ambulantes, produção para autoconsumo, produções domésticas, etc.) até cooperativas e empreendimentos econômicos solidários. A teoria decolonial é um movimento político e acadêmico, gestado no mesmo período, que entende o capitalismo como parte fundamental e co-constitutiva da colonialidade/modernidade. Para os estudos decoloniais, mesmo com o fim da colonização, enquanto momento histórico, a colonialidade teria perdurado, i.e. uma forma de controle que se instaura nas ex-colônias e que se articula a partir das concepções de raça e gênero. Dessa forma, seguindo o argumento dos dois campos, o capitalismo seria um modo de produção que se assentou sobre as formas de dominação gestadas durante o período colonial e que mobiliza essas categorias para controlar o trabalho e o saber. O presente artigo tem como objetivo explorar uma possível aproximação entre as Outras Economias e a Teoria Decolonial, evidenciando algumas convergências presentes nas duas propostas e como ambos os lados poderiam se beneficiar deste cruzamento epistêmico.

Na primeira seção, apresentamos o conceito de Matriz Colonial de Poder que articula as principais noções propostas pelo Grupo Modernidade/Colonialidade. Como

veremos, mesmo com o fim da colonização e das estruturas administrativas das metrópoles do Norte no Sul Global, a produção de identidades e classificações coloniais que serviram para o controle do trabalho nas colônias permanece operante na modernidade. Dessa forma, não apenas a modernidade teria uma herança intrinsecamente colonial, como a própria divisão do trabalho no capitalismo seria amparada por relações constituídas na colonização. O conceito de colonialidade, também explorado na primeira seção, busca evidenciar exatamente essa persistência dos mecanismos de controle sobre o Sul Global mesmo após o fim da colonização como processo histórico.

Na segunda seção, discutimos como as concepções de raça e gênero foram gestadas pela colonialidade e como elas perduram na contemporaneidade como princípios organizadores da divisão do trabalho. Na terceira seção, argumentamos que essas mesmas divisões que servem ao capitalismo como modo de controle sobre o trabalho também estão intrinsecamente conectadas com a dinâmica global de produção de conhecimento. O eurocentrismo, isto é, o paradigma de conhecimento fundado pela modernidade que privilegia os conhecimentos produzidos pelo Norte Global, atua minando a capacidade de enunciação dos sujeitos colonizados e garante que a definição de verdade seja fundamentada em uma concepção europeia de universalidade.

Por fim, na quarta seção, discutimos como os campos da Outra Economia e da Teoria Decolonial podem ser aproximados a partir de convergências já existentes nas duas formulações. A crítica ao capitalismo, em ambos os lados, parece estar amparada na identificação da capacidade do discurso capitalista de apagar e invisibilizar qualquer tipo de alteridade que escape à forma dicotômica: para a teoria decolonial, homem/mulher, negro/branco, entre outras; para as outras economias, capitalista/não capitalista, formal/informal, assalariado/não-assalariado, etc. A teoria decolonial, no entanto, dá um passo a mais ao identificar a origem desse padrão como parte fundamental da colonialidade e da modernidade. Dessa forma, a crítica ao modo de produção capitalista pelo campo das Outras Economias deve estar atenta ao aspecto colonial desse sistema e à Matriz Colonial de Poder que segue oprimindo os atores dessas diferentes práticas econômicas subalternas. Nas considerações finais, apontamos caminhos de aproximação entre os dois campos e apresentamos alguns dos ganhos possíveis que esse movimento poderia permitir.

Matriz Colonial de Poder: a colonialidade do poder, do saber e do ser

619

De acordo com os pensadores da teoria decolonial, o mundo capitalista/moderno inicia-se com a colonização e perpetua-se através da colonialidade. Para Ballestrin (2013), a colonização é o nome dado à exploração e dominação do “terceiro mundo” desde o século XIV, especialmente pelas potências europeias, findando-se com os movimentos de independência dos territórios ocupados. Já a colonialidade não terminaria com o fim do colonialismo, mas teria se perpetuado através da constituição de um sistema de poder. A colonialidade sobrevive ao colonialismo por estar na base dos padrões e das relações de poder que definem a cultura, o trabalho, as relações intersubjetivas e a produção de conhecimento para além dos limites das administrações coloniais. Quijano (2000) dá o nome de Matriz Colonial de Poder (MCP) ao princípio organizador que envolve o uso de classificações de raça, gênero, religião, língua, entre outros, para o exercício contínuo da exploração e da dominação das ex-colônias.

Esse sistema de poder, além de ser responsável pela contínua colonialidade, também é responsável pela manutenção do mundo capitalista moderno. Essas reflexões foram mais profundamente elaboradas pelo Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), composto por pensadores e estudiosos latinoamericanos de diversos campos. Fundado em 1998 e derivado do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, o grupo M/C surge como uma vertente do pensamento pós-colonial, trazendo como base teórica a filosofia da libertação, a teoria da dependência e diversos estudos antropológicos e culturais da América Latina (BALLESTRIN, 2013).

A fim de demarcar a diferença do projeto decolonial do Grupo M/C e a ideia histórica de descolonização, fruto dos movimentos de independência e da libertação nacional, optou-se pela supressão do s em "decolonização" – no lugar de "descolonização" –, utilizado também como diferencial de sua genealogia do pensamento, ao distinguir o projeto decolonial do pós-colonial. Este último ainda conservava uma base teórica e epistêmica predominantemente europeia, enquanto que o Grupo M/C busca fundar um novo lugar de enunciação, a partir da América Latina para a América Latina.

Um dos princípios fundamentais do Grupo M/C é o de que a modernidade está “intrinsecamente associada à experiência colonial” (Maldonado-Torres, 2008, p.84) e, mais especificamente, à experiência colonial das Américas. Segundo Maldonado-Torres (Ibid), a colonialidade surge com a conquista das Américas, amparada pelo racismo e

pelo controle do trabalho pelos colonizadores, numa relação hierárquica e vertical entre colonizadores e colonizados. Com isso, Grosfoguel (2008) argumenta que a Matriz Colonial de Poder torna a questão da raça e do racismo o princípio organizador de todas as hierarquias do sistema-mundo, sendo a divisão internacional do trabalho também responsável por perpetuar essa hierarquia étnico-racial global. Ainda segundo o autor, por mais que gênero e trabalho foram linhas principais de classificação que constituíram a formação do capitalismo mundial colonial/moderno no século XVI, a raça – por ser usada como critério biológico de definição de “superiores” e “inferiores” – foi o cerne de uma classificação social global, com a nacionalização de sociedades, criação de cidadanias, Estados-nação, entre outros, servindo de base para a acumulação capitalista contemporânea.

Assim, o sistema-mundo capitalista moderno sustenta-se pela manutenção da diferença colonial. Para Escobar (2007), os poderes coloniais, mesmo que heterogêneos, se articulam de forma a criar um sistema complexo e elaborado que se reproduz em uma tripla dimensão: colonialidade do poder, do saber e do ser. A colonialidade do poder traduz-se num controle, por parte do colonizador, da economia, da autoridade, da natureza e recursos naturais, do gênero e sexualidade, da subjetividade e do conhecimento dos colonizados. De acordo com Ballestrin,

a expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. (GROSFOGUEL, 2008, p. 126 apud BALLESTRIN, 2013, p. 100).

Já a colonialidade do saber concentra-se no controle do conhecimento e da produção do saber do colonizado. Para Grosfoguel (2008), “todo o conhecimento se situa, epistemicamente, ou no lado dominante, ou no lado subalterno das relações de poder, e isto tem a ver com a geopolítica e a corpo-política do conhecimento” (GROSFOGUEL, 2008, p. 119). No sistema-mundo atual, a geopolítica do conhecimento está majoritariamente concentrada no norte global, reforçando o eurocentrismo e a hierarquia de poder mundial. Como nos diz Quijano,

apenas a cultura europeia é racional, pode conter ‘sujeitos’, o resto não é racional, não podem ser ou abrigar ‘sujeitos’. Como consequência, as outras culturas são diferentes no sentido de que são desiguais, na verdade inferiores, por natureza. (QUIJANO, 2007 [1992], p. 174).

O termo ‘colonialidade do saber’ será discutido de maneira mais aprofundada nas próximas seções deste artigo, mas cabe dizer, desde já, que se trata de uma forma de exercício da colonialidade sobre a capacidade de elaboração epistêmica dos colonizados. Por fim, a colonialidade do ser foi um termo primeiramente cunhado por Maldonado-Torres (2007), e remete a uma dimensão ontológica da exploração, dominação e controle coloniais. A colonialidade do ser produz o colonizado como Outro, invisível e desumanizado, um outro inferior, que não pensa, que não deveria existir ou que é dispensável. Assim, o autor cria o conceito de *damné* para se referir ao sujeito fruto de um mundo marcado pela colonialidade do ser, e cuja capacidade de ter e de dar-lhe foi tirada. Nas palavras do autor,

a colonialidade do ser refere-se a um processo pelo qual o esquecimento da ética como momento transcendental que funda a subjetividade se transforma na produção de um mundo no qual as exceções às relações éticas passam a ser a norma (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 259).

Partindo desse último pressuposto, temos que, na modernidade, a ausência da racionalidade se articula com a ideia da ausência do Ser nos Outros. É nesse dualismo europeu – brancos e pretos, homens e mulheres, colonizadores e colonizados –, em que o Outro é ausente ou é objetificado e o conhecimento é visto como propriedade, que justifica uma “práxis irracional da violência” (DUSSEL, 2000, p. 49). Dussel (Ibid) explica que, no processo colonizador, há uma “guerra justa colonial”, onde a violência aparece como um ato inevitável e justificado contra aqueles que se opõem ao ‘processo civilizatório’. Em nome de um sacrifício salvador, a modernidade interpreta como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios – os custos – da “modernização” dos outros povos subalternos.

Neste sentido, Maldonado-Torres (2007) e outros teóricos do campo decolonial cunham a ideia de “giro decolonial” para se referir à necessidade de quebra desse sistema-mundo moderno/capitalista/colonial/patriarcal. Para o autor, esse giro seria tornar visível o que foi feito invisível, afastando-se da “atitude imperialista” ao dar o lócus da enunciação aos indivíduos subalternos. Assim, a teoria decolonial se oferece como crítica às hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais etc. que incidem sobre o corpo do sujeito colonizado, restituindo-lhe sua capacidade de fala e sua produção teórica e política. É através da constituição de pensamentos de fronteira – justamente por estarem em contato com a modernidade, mas com uma perspectiva subalterna e contra-hegemônica – que se abre espaço à pluriversalidade (MIGNOLO, 2000) como alternativa ao eurocentrismo enquanto única perspectiva epistemológica. A

decolonialidade é colocada como caminho para uma comunicação intercultural, que levará a uma liberação social da desigualdade, discriminação, exploração e dominação.

Partindo desse desejo pela decolonialidade, Dussel (1996) cria um projeto utópico em torno da ideia de transmodernidade. A transmodernidade seria resultado de um giro decolonial advindo do Sul Global, dando voz a experiências subjetivas de damnés num “projeto de superação da modernidade” que não simplesmente a nega, mas que a pensa “de baixo para cima, na perspectiva do Outro excluído” (DUSSEL, Ibid, p. 14). Assim, Ballestrin (2013) argumenta que a transmodernidade supera também a monológica da modernidade, sendo este o fim último do giro decolonial: a constituição de um “movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p. 105).

Raça, gênero e colonialidade: a constituição do Outro

A Matriz Colonial de Poder (MCP) implica a articulação de uma série de diferenças produzidas pelo aparato colonizador em torno de uma hierarquização que organiza o espaço/tempo das colônias, mas que perdura mesmo após a dissolução da colonização. Dentre essas diferenças produzidas, encontram-se, em destaque, as concepções de raça e de gênero. Nesta seção, exploramos a constituição de cada um desses termos e sua operacionalização pela MCP.

Apesar de não haver referência a ideia de raça, em sua concepção moderna, antes da colonização das Américas (ver Quijano, 2005), Lélia Gonzalez chama atenção para o fato de que a guerra entre mouros e cristãos e as lutas de reconquista que marcaram os séculos VIII e XV não tiveram “na dimensão religiosa a sua única força propulsora” (Gonzalez, 2011, p. 14). Em todas essas disputas, a dimensão da raça já prefigurava como uma forma de proto-hierarquização e desvalorização de mouros e judeus, e serviria como “uma sólida experiência”, para espanhóis e portugueses, no que diz respeito “a forma de articulação raciais” em estruturas de poder (Ibid, p. 15). Embora as hierarquias já fossem uma marca estruturante das relações sociais europeias (os tratamentos especiais, as classes e castas da nobreza), é no contato com outros povos que a hierarquização racial se mostra como arma de guerra e de dominação a ser aplicada em territórios distintos. Como argumenta Gonzalez (Ibidem), em uma estrutura “onde tudo e todos tem um lugar determinado, não há espaço para a igualdade” - a própria noção de raça se transforma, assim, em um instrumento de “controle social e político”.

A ideia de raça que perdura até a contemporaneidade, no entanto, é produzida pela articulação das diferenças fenotípicas entre colonizadores e colonizados com concepções supostamente científicas e racionais de inferioridade (Quijano, 2005; Bernardino-Costa e Grosfoguel, 2016; Dussel, 1994). A própria matriz eurocêntrica de pensamento que irá se desenvolver e se tornar dominante após o processo de colonização faz com que a produção de conhecimento e o empreendimento da razão tenham como ponto de partida fundamental e privilegiado o homem branco, entendido como a expressão mesma do topo da hierarquia e horizonte de progresso. Entretanto, a ideia do colonizador como branco surge pela diferença colonial imposta aos sujeitos colonizados que tiveram novas identidades e lugares sociais definidos pelo próprio processo de colonização (índios, negros e mestiços). A superioridade e a noção de branquitude é gestada como diferença daquilo que se buscava reduzir, dominar e violentar. Para Quijano (2005, p. 118), não apenas a raça converteu-se, no processo de colonização, no “modo básico de classificação social universal” - que permitiu o controle social, a disciplinarização dos corpos e a divisão do trabalho -, como a própria ideia de raça e o racismo irão se constituir “como princípios organizadores da acumulação de capital em escala mundial e das relações de poder do sistema-mundo” (Wallerstein, 1990, p. 289 apud Bernardino-Costa e Grosfoguel, 2016, p. 17). A raça se transforma, assim, numa espécie de código e de codificação do poder operada nas colônias e nos corpos colonizados.

É importante ressaltar, no entanto, que a raça não é o produto de uma diferença instanciada na falta de atributos supostamente civilizados, como a escrita, a razão, a tecnologia ou outros. Como argumenta Mbembe (2018, p. 73 apud Souza, 2021, p. 99), a raça permite um modo de organização singular do espaço/tempo das colônias porque delimita e “fabrica a diferença e o excedente, isto é, uma vida que pode ser desperdiçada ou dispendida sem reservas”. A construção da alteridade colonial, através da racialização e a hierarquização, define o espaço da colônia como negação do espaço e do imaginário legal europeus - a colônia é o anverso da legalidade, espaço onde o desejo do colonizador corre livremente e onde o excesso e a transgressão são autorizados pela própria dinâmica de guerra. Nesse sentido, o europeu recém chegado às colônias não encontra simplesmente um Outro desprovido de determinados atributos e por isso o desqualificaria como selvagem, ao contrário, a própria noção de selvagem e de inimigo são construídas por “exteriorização”:

[...] o “selvagem” que não age de acordo com as distinções é o próprio europeu na colônia, europeu que não é o que imaginava ser na Europa, europeu retirado de si, tornado imagem indesejável, sua sombra, a noite, negro. Podemos dizer: para que se veja o que não está no outro, para que o outro se torne Outro, é preciso doar algo de si. O “selvagem” na colônia, afinal, é de autoria europeia e sua imagem não se produziu ex nihilo, mas na loucura da guerra. (Souza, 2021, p. 99).

Fica claro na passagem acima que as noções de ‘negro’ e de ‘selvagem’ não são produtos de uma suposta diferença intrínseca entre colonizadores e colonizados, mas a atribuição de um modo de transgressão próprio ao europeu colonizador - os estupros, os saques, as espoliações, a matança e a invenção de diversas outras formas de violência -, possibilitado e legitimado pelas guerras de dominação, ao Outro. Nesse sentido, a racialização ocorre, primeiramente, como externalização da face oculta do europeu na colônia.

Se em um primeiro momento os mouros, os judeus e outros povos ocupavam o lugar da alteridade em relação aos ibéricos, ainda em um momento onde a raça se referia mais à origem geográfica ou país de origem (ver Quijano, 2005, p. 117), “seriam os povos dos territórios do Novo Mundo expropriados militarmente (i.e. Índios), bem como os povos escravizados da África Negra (i.e. Negros)” que seriam “obrigados a reocupar o espaço [slot] de Alteridade na matriz” do poder (Wynter, 2003, p. 266), mas, dessa vez, transformados “no referente físico da ideia do Outro Humano irracional/subracional” (Ibid). A raça, enquanto constructo e tecnologia de dominação social e política, permitiria uma secularização do processo de dominação, não mais ancorado apenas nas divisões entre sagrado/profano, divino/pagão, entre outros, mas supostamente justificado pela “lógica do paradigma Darwiniano” (Wynter, 2003, p. 319). Quijano (2005), com seu conceito de colonialidade do poder, quer mostrar justamente esse movimento co-constitutivo entre modernidade, colonialidade e capitalismo: a noção de raça e sua operacionalização no processo de colonização, bem como sua permanência mesmo após a dissolução formal das administrações coloniais, demonstram como os processos de i) divisão do trabalho no capitalismo e ii) a produção do conhecimento dentro do paradigma eurocêntrico dependem da manutenção das identidades criadas para os sujeitos do Sul Global.

A mesma reconstituição pode ser feita a partir da sistematização e operacionalização das diferenças de gênero como instrumentos de dominação. Maria Lugones (2008, p. 93), criticando a forma como o tratamento da questão de gênero fora insuficiente dentro do Grupo M/C e na obra de Aníbal Quijano, argumenta que o

“sistema de gênero moderno e colonial não pode existir sem a colonialidade do poder” e que “a classificação da população em termos de raça é uma condição necessária para sua possibilidade”. Para a autora, antes das invasões ibero-americanas no território latino-americano, não havia qualquer distinção de gênero no sentido moderno entre as populações pré-coloniais, sendo a constituição de identidades de gênero hierarquizadas parte do avanço do projeto colonial europeu.

Para Lugones (2008, p. 94), tanto a raça quanto o gênero possuem um aspecto fictício, mas são “ficções poderosas” porque se articulam à Matriz Colonial de Poder em escala planetária. De um lado, esse novo sistema de gênero mundial organiza uma dicotomia entre homens e mulheres que afeta inclusive mulheres do norte global. Segundo a autora, as “mulheres burguesas brancas” são capturadas por um ideal de “pureza e passividade sexual” que as excluem da “esfera da autoridade coletiva, da produção de conhecimento e de quase toda possibilidade de controle sobre os meios de produção” (Ibid, p. 99). Esse sistema também seria responsável por estabelecer como dominante e compulsório o modelo familiar heterossexual nuclear, uma vez que “a heterossexualidade permeia o controle patriarcal” (Ibidem). De outro lado, um lado mais oculto/obscuro desse sistema, determina um modo de exploração redobrada sobre mulheres racializadas e outras identidades sexuais fora da dicotomia homem e mulher. Para Lugones (Ibidem, 99), os povos colonizados que não se encaixavam nessa matriz identitária colonial tiveram sua humanidade reduzida a “animalidade”, o que implicou em diversos processos de violência, como “o sexo forçado com os colonizadores brancos e uma exploração laboral tão profunda que, muitas vezes, os levaram a trabalhar até a morte”.

Rita Segato (2012) argumenta, partindo de uma outra posição, que já existiam nomenclaturas e formas de se referir ao gênero em comunidades pré-coloniais. A autora chama de “patriarcado de baixa intensidade” à organização patriarcal nessas comunidades que articulam diferenças de gênero em torno de relações sociais de prestígio. O processo de colonização, visto por esta ótica, seria responsável pela “intrusão” de um sistema patriarcal de alta intensidade que se apropria dessas nomenclaturas pré-existentes e as reorganiza em uma nova ordem “ultra-hierárquica” (Ibid, p. 118). Como nos diz Segato, embora nessas comunidades fossem comuns distinções baseadas em gênero, essas mesmas distinções eram muito mais fluidas e móveis do que as distinções impostas pela MCP.

Apesar do caráter reconhecível das posições de gênero, nesse mundo são mais frequentes as aberturas ao trânsito e à circulação entre essas posições que se encontram interditas em seu equivalente moderno ocidental. Como é sabido, povos indígenas, como os Warao da Venezuela, Cuna do Panamá, Guayaquíes do Paraguai, Trio do Suriname, Javaés do Brasil e o mundo inca pré-colombiano, entre outros, assim como vários povos nativos norte-americanos e das nações originárias canadenses, além de todos os grupos religiosos afro-americanos, incluem linguagens e contemplam práticas transgênicas estabilizadas, casamentos entre pessoas que o Ocidente entende como do mesmo sexo e outras transitividades de gênero bloqueadas pelo sistema de gênero absolutamente engessado da colonial/modernidade (Ibidem, p. 117). O sistema de gênero que se funda à partir da colonização e que permanece a partir da colonialidade é responsável, portanto, por reescrever a gramática destes povos, reinscrevendo suas relações móveis e fluidas numa distinção monolítica entre homem e mulher, hetero/homossexual e descartar de maneira violeta qualquer subjetividade que escape à essa dicotomia.

Em ambos os casos, tanto nas relações raciais como nas relações de gênero, percebe-se como a colonialidade articula diferenças entre os corpos e dá vazão à uma lógica classificatória e hierarquizante que permanece e engendra a dinâmica universal de divisão do trabalho. A ideia de uma Matriz Colonial de Poder evoca, portanto, a imagem de uma matriz combinatória onde um sujeito é escrutinado e reduzido aos lugares diferenciais impostos pela própria matriz. Em cada lugar ocupado dentro dessa estrutura, como mulher, como negro, como homossexual, ou mesmo com identidades que escapam à essa lógica fixa da modernidade/colonialidade, o sujeito estará fadado a uma combinação de lógicas de dominação e de violência que incidem sobre seu corpo.

Colonialidade do saber: epistemologia e alteridade

Como já previamente discutido neste trabalho, no paradigma colonial/moderno o “sujeito” é reconhecido como portador da razão, enquanto o “objeto” não é apenas externo a esta, mas de natureza diferente. Assim, a colonialidade do saber coloca apenas a cultura europeia como racional, detentora de ‘sujeitos’, enquanto as outras culturas não são racionais, não podem ser ou abrigar ‘sujeitos’. Como consequência, “essas culturas são diferentes no sentido de que são desiguais, na verdade inferiores, por natureza” (QUIJANO, 2007 [1992], p. 174), transformando o Outro em objeto e o

conhecimento em propriedade, o que reforça o “mito da modernidade” Grosfoguel (2016) de que o Outro subalterno seria sempre inferior e passível de dominação.

Além do conhecimento ser tratado como propriedade, o colonialismo traz também uma dominação do universo cognitivo do colonizado pelo colonizador, provocando uma mudança radical das estruturas cognitivas, afetivas e valorativas do colonizado. Nesse universo cognitivo eurocêntrico, a História é, similarmente, vista como uma cosmologia de única narrativa e o Tempo é percebido numa visão diacrônica, suprimindo a espacialidade e a possibilidade da multiplicidade e da diferença, reforçando assim a colonialidade do saber e, com isso, o sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial (CRUZ, 2017).

Castro-Gómez (2005) chega a afirmar que a colonialidade expande o conceito de violência epistêmica de Foucault, em que o conhecimento é utilizado como ferramenta de poder e dominação, traduzindo-se em uma geopolítica do conhecimento. Fortemente ligada ao eurocentrismo, a geopolítica do conhecimento também se utiliza da necropolítica como mecanismo de dominação. Segundo Souza, “é na ‘partilha dos mesmos fantasmas’ (MBEMBE, 2001, p. 231, tradução do autor) que encontramos a derradeira vitória do empreendimento colonial: não apenas dominar, mas converter, reproduzir, multiplicar” (SOUZA, 2021, p. 106). Assim, tecnologias de morte são herdadas e partilhadas na pós-colônia e, mesmo não havendo mais colônia e metrópole, há uma espécie de dissolução e reorganização de ambas no mesmo território, perpetuando a colonialidade em todas as suas expressões.

Do mesmo modo, a necropolítica utiliza-se dessas tecnologias de morte para criar “vazios” – a partir da reestruturação espacial que é a colonização –, que autorizam excessos e transgressões, usando da violência para construir o Outro como inimigo e preservar a cultura e os costumes europeus como hegemônicos e absolutos. Segundo Mbembe (2016), os colonos eram tão “naturais”, carentes do caráter específico humano, que “quando os europeus os massacraram, de alguma forma não tinham consciência de que haviam cometido assassinato”. (ARENDRT, 1958, apud MBEMBE, 2016, p. 133). Novamente, é por esse processo de exteriorização e estrangeiridade do Outro que os colonizadores se autorizam a fazer uso da violência e da necropolítica para impor uma geopolítica do conhecimento e uma organização de poder sobre a raça, tornando o saber colonizador como o saber único e prevalente (SOUZA, 2021). Como resposta a essa realidade, Cruz (2017) sugere que a geopolítica do conhecimento deve ser substituída

pelo surgimento de “paradigmas outros”, ou seja, pela revalorização das teorias e epistemologias do sul, deslocando os lugares hegemônicos de enunciação para as periferias, para as margens, para os lugares subalternos de enunciação – o Sul Global.

Buscando a coexistência desses paradigmas outros do Sul Global, a socióloga Silvia Cusicanqui defende a “retomada do paradigma epistemológico indígena” (CUSICANQUI, 2018, p. 90), colocando as epistemes indígenas num mesmo patamar à episteme eurocêntrica, ou seja, dando o lócus da enunciação a pensamentos e saberes de fronteira. Para a autora, essa coexistência – sem a fusão – de múltiplas epistemes geraria uma profunda transformação na forma de produção de conhecimento, ao valorizar as subjetividades individuais de cada episteme e de cada Outro que são também parte desses saberes. Essa transformação na forma de conhecimento, por sua vez, não ocorreria sem tensões. Contudo, é essa coexistência apesar das diferenças que Cusicanqui (2018) nomeia de ch'ixi.

Ch'ixi significa a cor cinza, por ser composta de pontos antagônicos – o preto e branco – entrelaçados. Algo uno e múltiplo simultaneamente. Segundo a autora, o ch'ixi é um certo modo de ser e conhecer o um em relação ao múltiplo, e o múltiplo em relação ao um. Ele distingue-se do “mestiço” por não fundir suas multiplicidades, pois, de acordo com Cusicanqui (2018), o que se funde favorece apenas um lado – nesse caso, a episteme eurocêntrica. Assim, além do ch'ixi contribuir para o pluriversalismo defendido por Grosfoguel (2016), ele também possibilita que mais experiências subjetivas sejam responsáveis pela formação de identidades e, com isso, pelo desenvolvimento de conhecimentos (WYNTER, 1999). Wynter (1999) explica que é a experiência subjetiva que define o que é ser humano, nos termos da concepção de nossa cultura atual do que é ser humano e, portanto, nos termos de seu princípio sociogênico. Em outros termos, "se a mente é o que o cérebro faz, o que o cérebro faz é culturalmente determinado pela mediação do sentido socializado do eu, bem como da situação 'social' em que esse eu está colocado." (WYNTER, 1999, p. 17). Ou seja, ao defender o ch'ixi, Cusicanqui (2018) também advoga por mais pensamentos de fronteira, que por sua vez ampliam os imaginários econômicos e abrem espaço à complexidade e heterogeneidade de lógicas de manutenção da vida.

Do mesmo modo que o ch'ixi compreende o múltiplo, ao abrigar diversas subjetividades e saberes sem fundí-los, a autora argumenta que modernidade e tradição não são antagônicas, que é possível criar um diálogo e uma coexistência de

conhecimentos, culturas e experiências, fugindo assim da estrutura hierárquica de poder pregada pela matriz de poder colonial. Igualmente em busca das perspectivas múltiplas, as economias populares buscam quebrar a dicotomia experiências capitalistas/experiências não-capitalistas. Usando as concepções da Cusicanqui (2018), esta dicotomia deve ser interrompida, por condizer com uma fusão de saberes e epistemes, perdendo o ch'ixi e colocando novamente as experiências não capitalistas em patamares inferiores quando comparadas às capitalistas, seguindo a hierarquia da matriz de poder instaurada. Assim, o que nomeamos de Outras Economias busca ampliar esse lócus de enunciação na práxis.

As Outras Economias – conceito que será aprofundado futuramente – questionam a episteme capitalista como hegemônica de diversas formas. Primeiramente, a denominação de economia informal é fortemente criticada, uma vez que minimiza a pluralidade das práticas não capitalistas ou que somente não se encaixam na formalidade do sistema-mundo vigente. Muitos termos preferidos foram criados, como economias populares, economias diversas (GIBSON-GRAHAM, 2020), economias substantivas (POLANYI, 2011), economias barrocas (GAGO, 2018). Contudo, essa multiplicidade de denominações, de acordo com Gibson-Graham (2020), manifesta experimentações econômicas que são possíveis quando a economia é vista como lugar de ação ética, capaz de abrigar diversas racionalidades, dando voz a toda e qualquer episteme, advindas de subjetividades únicas. Para a autora, essa permanente falta de conceito das Outras Economias é uma consequência positiva de seu caráter diverso, heterogêneo e mutável. Assim, a falta de conceito torna-se um "não conceito", justamente com a intenção de evidenciar o pluriverso econômico das Outras Economias, especialmente das epistemes tão negligenciadas do Sul Global.

Outras economias sob a perspectiva decolonial: pontos de contato

As Outras Economias são parte de um movimento global que busca contestar a dominância da economia capitalista através de práticas que se baseiam nos “princípios de solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão, [e] da emancipação social” (CATTANI et al, 2009, p. 09). Pensadas sob uma perspectiva decolonial, onde o capitalismo não é apenas inseparável, mas co-constituído pelo par modernidade/colonialidade, as Outras Economias também deveriam ser pensadas como

potencialmente críticas ao legado da colonialidade e suas formas de hierarquização dos sujeitos.

O termo ‘outras’, que acompanha o conceito de economia, busca denotar exatamente a proposta de um projeto sociopolítico alternativo ao capital baseado na multiplicidade e na diversidade de práticas que o contestam direta ou indiretamente. Como o próprio Dicionário Internacional da Outra Economia (2009) sugere pela sua diversidade de verbetes, uma miríade de práticas compõe o campo, exemplificando a pluralidade e a abertura que o termo proporciona: Cooperativismo, Empreendimentos Econômicos Solidários, Moedas Sociais, Finanças Solidárias, Economia Popular, entre outros. Essa diversidade também é captada pelo conceito proposto por Gibson-Graham (2019a; 2019b) de Economia Diversa para designar todas as práticas que fogem do tripé ‘salário, firma e mercado’ que seria o traço dominante do capitalismo.

Para Gibson-Graham, para além do aspecto material das práticas econômicas, a permanência do capitalismo como modo de produção dominante também estaria relacionada a nossa incapacidade de pensar fora da dicotomia capitalista/não-capitalista. Nesse sentido, o procedimento de expansão do nosso imaginário do que é a economia estaria relacionada com a perspectiva decolonial de contestação das dicotomias que marcam o pensamento moderno. Assim como nos pares homem/mulher, branco/negro, hetero/homossexual, entre outros, a dicotomia capitalista/não-capitalista também serviria para reduzir a multiplicidade de alternativas a uma dicotomia hierarquizada e inferior ao primeiro termo posto como dominante. A dicotomização coloca um desafio tão grande ao imaginário das alternativas que até mesmo as análises críticas que tentam descrever a dinâmica do capitalismo a fim de superá-lo, acabariam, paradoxalmente, celebrando sua resiliência ao atribuir à este uma série de adjetivos e qualidades que o fariam parecer realmente indestrutível – “concepções sociais organicistas, narrativas históricas heroicas, cenários evolucionários de desenvolvimento social, e modos de pensar essencialistas, falocêntricos e binaristas” (GIBSON-GRAHAM, 2019b, p. 33, tradução nossa). Enquanto isso, as práticas alternativas, reduzidas à noção de não capitalistas, acabam sendo identificadas com o atrasado, com o sem escala, como intersticiais, frágeis, entre outros adjetivos utilizados para minar sua capacidade de se apresentarem como alternativas reais.

O capitalismo é sempre representado como um corpo ou um sistema unificado, capaz de se expandir e se consolidar, que está sempre em progresso e com vistas à

extensão global e a hegemonia total (Ibid). Qualquer ideia ou experiência não-capitalista, dentro deste paradigma cognitivo e epistêmico capitalista, aparece fundamentalmente como impossível. Gibson-Graham (2019a, p. 02, tradução nossa) dão o nome de Capitalocentrismo à essa tendência a “[...] representação hegemônica de todas as atividades econômicas em termos de sua relação com o capitalismo” - em oposição, em complemento, subsumidas, parcialmente subsumidas, funcionais ao sistema, entre outras - revelando o modo como a dicotomia força formas de hierarquização.

O poder desse tipo de procedimento de valorização/desvalorização discursiva toma proporções reais na medida em que a produção de enunciados deste tipo acaba por permitir “que certas atividades sejam destacadas e, portanto, valorizadas, e outras tornadas menos visíveis” (GIBSON-GRAHAM e DOMBROSKI, 2020, p. 01). Trata-se de uma redução do campo da experiência possível, ou aquilo que Boaventura de Sousa Santos se referiu como a razão indolente – i.e. o modo como o discurso capitalista produz ativamente o não-existente e o qualifica como “uma alternativa não credível ao que existe” (SANTOS, 2002, p. 246). A capacidade do discurso de produzir realidade e de invisibilizar certos conjuntos de práticas enquanto ilumina outras afeta diretamente as políticas públicas orientadas para o campo das Outras Economias.

O Capitalocentrismo é, em grande medida, um efeito performativo de um discurso que se centra nas práticas econômicas orientadas à acumulação e ao lucro, predominantes no Norte Global, para representar a economia como um todo – em outras palavras, as práticas capitalistas se tornam um lugar de enunciação privilegiado à partir do qual o conhecimento sobre a economia enquanto totalidade seria produzido. Assim, quando as autoras buscam desconstruir esse discurso em favor da noção de uma Economia Diversa, o objetivo é contestar uma visão monolítica e fixa da economia que a iguala ao capitalismo e que reduz o campo de alternativas viáveis e, assim, representar as variadas “formas de fazer economia” realmente existentes e já presentes na vida cotidiana (GIBSON-GRAHAM e DOMBROSKI, 2020, p. 01, tradução nossa).

A preocupação de como a pesquisa pode performar uma alteração real em termos econômicos coloca o pesquisador em uma posição de disputa política em torno da produção dos sentidos das práticas econômicas e do próprio discurso disciplinar que recai sobre o nome de Ciências Econômicas. É a partir daí que podemos entender em que medida o campo da economia diversa implica em uma agenda política de pesquisa

próxima às preocupações da teoria decolonial. Se em um primeiro momento o campo de pesquisa tem como intuito tornar explícita a pluralidade e a heterogeneidade de práticas que compõem os modos de fazer economia, num outro, o próprio processo de tornar visível essas práticas se articula a um projeto político de deslocamento do lócus privilegiado de enunciação que o capitalismo possui no discurso econômico eurocêntrico em favor das práticas mais que ou outras que capitalistas.

A proposição do capitalismo como sistema único dominante parece replicar a lógica embutida no paradigma eurocêntrico de desenvolvimento onde a Europa aparece como horizonte e meta da história para os países subdesenvolvidos e periféricos. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 247, grifo do autor), a razão indolente, que seria o fundamento da ideia de Ocidente, opera a partir de uma lógica da “monocultura do tempo linear”, onde a história constituída a partir do Ocidente teria um “sentido e direção únicos”:

Esse sentido e essa direção têm sido formulados de diversas formas nos últimos duzentos anos: progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização. Comum a todas estas formulações é a ideia de que o tempo é linear e que na frente do tempo seguem os países centrais do sistema mundial e, com eles, os conhecimentos, as instituições e as formas de sociabilidade que neles dominam. Esta lógica produz não-existência declarando atrasado tudo o que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é declarado avançado. É nos termos desta lógica que a modernidade ocidental produz a não-contemporaneidade do contemporâneo, a ideia de que a simultaneidade esconde as assimetrias dos tempos históricos que nela convergem. O encontro entre o camponês africano e o funcionário do Banco Mundial em trabalho de campo ilustra esta condição. Neste caso, a não-existência assume a forma da residualização que, por sua vez, tem, ao longo dos últimos duzentos anos, adotado várias designações, a primeira das quais foi o primitivo, seguindo-se outras como o tradicional, o pré-moderno, o simples, o obsoleto, o subdesenvolvido (Ibid, grifo nosso).

Como no caso do encontro descrito por Boaventura na citação anterior, a noção de economia informal foi gestada no contato entre o antropólogo Keith Hart, enviado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a economia dos setores populares em Gana. A noção de economia informal surgiu, assim, para designar um tipo de prática econômica que fugia aos princípios e ao modo de organização do mercado capitalista. Rapidamente, e apesar de todos os esforços na direção contrária, o termo ingressou em uma visão dicotômica, formal/informal, que serviu para taxar de atrasado todas as formas de organização das classes populares que fugiam daquilo que se observava no setor dito moderno da economia global. A partir daí, foi questão de tempo para que as primeiras formulações do desenvolvimento pautassem o desaparecimento

desse setor como natural e como parte fundamental do próprio processo de desenvolvimento.

Mais recentemente, na esteira do campo das Outras Economias, a socióloga argentina Verónica Gago tem mobilizado a noção de economia popular para contestar justamente a invisibilização ocasionada pelas leituras convencionais da literatura do desenvolvimento ao fenômeno da economia dita informal. Desde a década de 1990, autores como José Luís Coraggio e Luís Razeto têm utilizado o termo para designar um conjunto de atividades marcada pelo uso da própria forma de trabalho, que se articulam à partir da unidade doméstica - entendida, aqui, como o lar, mas também o bairro, a comunidade e a vizinhança -, que mesclam diferentes formas de transação monetárias e não-monetárias e que partem de um imperativo de reprodução ampliada da vida, isto é, que desempenham suas atividades não orientados pelo lucro, mas pela possibilidade de melhoria na qualidade de vida dos membros envolvidos (ver Coraggio, 2000 e Razeto et al, 1983).

A substituição do conceito de informalidade pelo de economia popular carrega, ao mesmo tempo, um aspecto teórico e político que aposta no tensionamento do discurso econômico hegemônico que reduz as experiências e as práticas em termos binários, dicotômicos e, conseqüentemente, hierárquicos. A economia popular define, assim, um conjunto de atividades de produção e reprodução que corroem “as fronteiras entre o formal e o informal, a subsistência e a acumulação, a comunidade e os cálculos do lucro”, contribuindo para a reconfiguração do imaginário econômico (GAGO, CIELO e GACHET, 2018, p. 11, tradução nossa).

A autora insiste que a tendência a identificar o setor formal com o capitalismo e o setor popular como expressão de um certo atraso impediria de observar um movimento recente de consolidação de um neoliberalismo das classes populares. A necessidade de olhar para o neoliberalismo “desde baixo”, como argumenta Verónica Gago (2017), vem exatamente do fato de que, nesse momento de transição entre regimes de acumulação e produção e de crise política gestada pela subordinação de amplos setores do Estado ao capital, o que minou qualquer perspectiva centrada no Bem Estar, as economias populares têm apresentado novas formas de “governamentalidade” para além do estado e do capital que disputam as narrativas políticas que insistem que a superação do capital e da rodada neoliberal na América Latina seria o retorno do estado. O foco excessivo nessa dicotomia (Estado vs. Capital) desconsidera o papel fundamental que as políticas estatais cumpriram na disseminação da racionalidade neoliberal entre as classes populares e a própria produção de novas subjetividades pelo trabalho nesses setores que

desafiam as leituras tradicionais dessas práticas como atrasadas ou expressões de uma mera sobrevivência (GAGO e MEZZADRA, 2017).

Para Gago (2018), essa introjeção do neoliberalismo nas classes populares garante, também, a expansão de um processo de subjetivação que se ampara exatamente no par dívida-trabalho precarizado. Essa subjetivação neoliberal faz com que cada indivíduo passe a incorporar em seu cotidiano uma racionalidade calculista que articula diversos aspectos da vida em torno da problemática da dívida – essa dinâmica, embora não se restrinja à essa classe de trabalhadores, é frequentemente observada nas economias de plataforma, onde grande parte dos indivíduos dependem de um financiamento inicial dos instrumentos de trabalho (carro, moto, etc.) que os mantêm, por um longo período, presos às necessidades impostas pela dívida adquirida, o que é refletido em uma série de consequências sobre a própria dinâmica trabalhista: expansão considerável da jornada de trabalho, combinação de vários trabalhos parciais precários e sem estabilidade (“bicos”, como conhecido no Brasil), lesões corporais (físicas e mentais), entre outros.

[...] de cima, o neoliberalismo reconhece uma modificação do regime global de acumulação – novas estratégias por parte das corporações, agências e governos – que induz uma mutação nas instituições do Estado-nação. Nesse sentido, o neoliberalismo é uma fase (e não um mero aspecto) do capitalismo. [Visto] de baixo, o neoliberalismo é a proliferação de formas de vida que reorganizam as noções de liberdade, cálculo e obediência, projetando uma nova afetividade e racionalidade coletivas (GAGO, 2017, p. 06, tradução nossa).

Embora o quadro de precarização venha se agravando consideravelmente, é preciso desconstruir as representações tradicionais desses setores como atrasados, subdesenvolvidos ou mesmo como vítimas do sistema. A incorporação de uma racionalidade calculista não deve ser vista apenas como um aspecto de vulnerabilidade dos atores locais, mas como uma capacidade dinâmica de se adaptarem frente a um quadro onde a existência social é frequentemente ameaçada pelas investidas do capital. Não obstante a incorporação dessa racionalidade, é exatamente desses setores onde novas estratégias de contestação do capitalismo surgem cotidianamente, na medida em que qualquer lógica imposta pelo neoliberalismo visto de cima acaba por ser ressignificada, assimilada, contestada e transformada pelas necessidades de reprodução coletiva e social dos lugares e territórios populares.

Verónica Gago (2018) dá o nome de economias barrocas para as práticas econômicas dos setores populares justamente por estarem constantemente negociando e produzindo estratégias de reprodução nos interstícios do neoliberalismo. O termo ressoa com a proposta da socióloga Silvia Cusicanqui, discutida na seção anterior, de entender a constituição de uma identidade que mescla e coloca em coexistência lógicas e epistemes distintas, sem que a lógica dominante do colonizador seja imposta completamente sobre o colonizado. Se por um lado o neoliberalismo evoca um imperativo de progresso e de inclusão social via expansão do consumo, por outro, os motivos pelos quais cada indivíduo entra nesses circuitos de extração de mais-valor não são exatamente ‘capitalistas’. Como nos diz a autora, entender que essas economias operam através de uma “pragmática vitalista” implica reconhecer que essa nova racionalidade calculista se tornou uma “condição vital em um contexto onde o estado não garante as condições da competição neoliberal prescritas pelo modelo ordoliberal” (Ibid, p. 06, tradução nossa). Assim, embora o imaginário capitalista evoque uma imagem do sujeito como empreendedor de si mesmo, no cotidiano popular, a prática do cálculo (de lucro, de oportunidade, de tempo, etc.) se torna um “modo coletivo de existência” (Ibidem, p. 18) e não necessariamente individual ou individualista, constantemente mediado pelas necessidades de reprodução das classes populares. O que ocorre, portanto, é a coexistência de uma lógica neoliberal calculista com uma lógica de reprodução ampliada da vida que reconfigura a primeira, contestando-a e operacionalizando-a para garantir a continuidade da vida coletiva.

Por isso a importância de descolonizar a economia política, como nos diz Ramón Grosfoguel (2008, p. 118, grifo nosso), a partir de uma “corpo-política do conhecimento”. Para o autor, historicamente, a produção de conhecimento eurocêntrica se baseou em uma “ego-política do conhecimento” que desvinculava o sujeito enunciativo de uma determinada teoria e seu “lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero” (Ibid). Essa episteme favorece a constituição de um sujeito universal, portador da razão e da verdade, que encobre suas relações com a estrutura de poder dominantes. A verdade serve de valor inquestionável para mascarar a forma como o conhecimento hegemônico sempre serviu ao Norte e garantiu a dominação do Sul Global através da dominação sobre o campo do saber. Assim, Grosfoguel propõe reverter esse processo em favor de um descortinamento das relações entre enunciação e as corpo-políticas que

constituem um sujeito: quem fala? de onde fala? e quais pressupostos/consequências carregam esta fala?

Essa realocação do lócus enunciativo no corpo também está presente nas discussões mais recentes de Verónica Gago (2019) em torno do conceito de corpo-território. Esse conceito, gestado nas lutas pela autonomia territorial indígena frente à mineração em diversos lugares da América Latina, busca evidenciar "que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem" (Ibid, p. 97). Assim, a concepção "desliberaliza" a noção de corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território" (Ibidem, grifo da autora). A inseparabilidade entre corpo e território postula que não existem corpos sem territórios, e, da mesma forma, não existem territórios sem corpos. Assim, se a colonialidade permanece dominando os territórios latino-americanos e periféricos, ela o faz pelo controle e domínio dos corpos. De forma similar, todo conhecimento diz respeito sobre um corpo e sobre um território, o que impossibilita pensar um conhecimento que se proponha universalmente válido, como é o caso dos conhecimentos produzidos sobre o paradigma eurocêntrico.

É possível, portanto, antever uma continuidade entre as propostas de uma Outra Economia e a teoria decolonial. Em ambos os casos, o capitalismo é lido a partir de sua capacidade de se colocar como única alternativa possível, se assentando sobre dicotomias constituídas pelo período colonial. Superar o capitalismo, nesse sentido, implica em um compromisso com a superação da colonialidade e das dicotomias forjadas para o controle dos corpos subalternos.

Considerações finais

O presente artigo buscou considerar uma possível aproximação entre o campo das Outras Economias e a teoria decolonial. A partir do discutido até aqui foi possível observar que ambos os campos possuem críticas ao capital muito próximas. De um lado, as Outras Economias buscam contestar a dicotomia capitalista/não-capitalista a fim de ampliar o imaginário sobre aquilo que se considera economia. Há uma aposta de que um dos primeiros passos para começarmos a pensar em alternativas seria a visibilização discursivas de práticas que já existem e que operam a partir de princípios que contestam a lógica capitalista de acumulação. De outro lado, a teoria decolonial compreende que a

própria produção de conhecimento passou a ser dominada por um aspecto eurocêntrico que desvaloriza os discursos e as epistemes do Sul Global.

Em comum aos dois campos vemos 1) o foco na desconstrução das dicotomias que constituem o paradigma moderno/capitalista/colonial e uma aposta no tensionamento dessas dicotomias como forma de visibilização da multiplicidade escondida pelos binarismos; 2) um retorno à dimensão do corpo e do território que relocaliza o conhecimento e o situa numa dimensão corpo-geo-política; e, por fim, 3) a tentativa de constituir uma teoria latino-americana para falar de dinâmicas que são frequentemente invisibilizadas pelas teorias hegemônicas e mainstream.

Um outro ponto em comum e que aponta para uma possível convergência entre as duas propostas se encontra na leitura da economia como construção política e não como bloco monolítico. Como argumenta Coraggio (2014, p. 18-19), “as economias são construções políticas e não o mero resultado de um processo evolutivo”, nesse sentido é possível sempre contestar uma economia dominante que se apresenta como horizonte único do desenvolvimento em favor de outras economias. Ainda com Escobar (2007, p. 198), vemos que “há uma necessidade urgente de criar novos imaginários econômicos, que permitam uma resistência efetiva e prática ao imaginário avassalador do mercado santificado pela globalização neoliberal”. Nesse sentido, descolonizar o imaginário do que se imagina como economia permite dar visibilidade e abrir espaço para que outras economias que já acontecem possam florescer.

Por fim, temos a decolonialidade como um processo constante e inacabado, numa árdua incumbência de contestar diferenciais de exploração de corpos, territórios e trabalhos, jogando luz em racionalidades por séculos invisibilizadas, cujos objetivos se diferem da lógica capitalista de maximização de lucros. Assim, busca-se uma economia humana, baseada em princípios de solidariedade e reciprocidade, formando um mosaico, fruto do empilhamento de epistemes, cada uma com sua lógica e subjetividade, transbordando modos de produção, reprodução, distribuição e consumo, cujo fim é a reprodução ampliada da vida (GAGO, 2018; CORAGGIO, 2000).

Referências bibliográficas

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. Revista brasileira de ciência política, (11), 89-117, 2013.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, Volume 31, Número 1, 2016.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da ‘invenção do outro’, em LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

CATTANI, Antonio D.; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz I.; HESPANHA, Pedro (Orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

CORAGGIO, J. L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. et al. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, Petrópolis: Vozes, 2000.

CRUZ, Valter do C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: Cruz, V.C. & Oliveira, D.A. (org.) *Geografia e Giro Descolonial. Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. (pp.15-36)

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo, em LANDER, Edgardo (coord.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

DUSSEL, Enrique. 1492: El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad (conferencias de Frankford, octubre 1992). Bolivia: Plural Editores, 1994.

DUSSEL, Enrique. *The Underside of Modernity*. Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press, 1996.

ESCOBAR, Arturo. Worlds and knowledges otherwise: The Latin American modernity/coloniality research program. *Cultural studies*, 21(2-3), 179-210, 2007.

GAGO, Verónica. *La potencia feminista: O el deseo de cambiarlo todo*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019.

GAGO, Verónica. What are popular economies? Some reflections from Argentina. *Radical Philosophy*, 2.02, 2018.

GAGO, Verônica; MEZZADRA, Sandro. A critique of the extractive operations of capital: toward an expanded concept of extractivism. *Rethinking Marxism*, n. 29, 2017.

GAGO, Verónica; CIELO, Cristina; GACHET, Francisco. Economía popular: entre la informalidad y la reproducción ampliada Presentación del dossier. *ÍCONOS*, 62, 2018.

GIBSON-GRAHAM, J. K. A diverse economy: rethinking economy and economic representation. In:

<http://avery.wellesley.edu/Economics/jmatthaei/transformationcentral/solidarity/solidaritydocuments/diverseeconomies.pdf> . Acesso em: 06/11/2019.

GIBSON-GRAHAM, J. K. Economic imaginaries. In:

http://www.communityeconomies.org/sites/default/files/paper_attachment/Venice-gibson-graham.pdf. Acesso em: 06/11/2019. 2019b.

GIBSON-GRAHAM, J. K; DOMBROSKI, K. Introduction to The Handbook of Diverse Economies: inventory as ethical intervention. In: _____. The Handbook of Diverse Economies, Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-Americano. In: Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino, n. 1., Batalha de Ideias, 2011.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In.: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

QUIJANO, Aníbal. La colonialidad del poder y la experiencia cultural latinoamericana, in Roberto Briceño-León; Heinz R. Sonntag (orgs.), Pueblo, época y desarrollo: la sociología de América Latina. Caracas: Nueva Sociedad, 139-155, 2000.

LAZZARATO, Maurizio. The Making of the Indebted Man: An Essay on the Neoliberal Condition, Los Angeles: Semiotext(e), 2012.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. Tabula Rasa, n. 9, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept. Cultural Studies, v. 21, 2007.

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios, Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, Dezembro 2016.

MIGNOLO, Walter. Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking. Princeton: Princeton University Press, 2000.



POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

RAZETO, Luis. et al. Las Organizaciones Económicas Populares. Santiago: Ediciones PET, 1983.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Un mundo ch'ixi es posible. Ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, 2002.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E-cadernos CES, 18, 2012.

SOUZA, Victor Galdino. O Espectro De Abel / O Círculo Infernal Da Necropolítica. Thaumazein, v. 14, n. 27. UFN, 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel. World-System Analysis: The Second Phase. Review, XIII, 2, 287-93, Spring, 1990.

WYNTER, Sylvia. Towards the Sociogenic Principle: Fanon, The Puzzle of Conscious Experience, of "Identity" and What it's Like to be "Black". National Identity and Sociopolitical Change: Latin America Between Marginalization and Integration, University of Minnesota Press, 1999.

WYNTER, Sylvia. Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/Freedom: Towards the Human, After Man, Its Overrepresentation--An Argument. CR: The New Centennial Review, v. 3, n. 3, 2003.

SABERES Y PRÁCTICAS COOPERATIVAS DESDE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA EN CONTEXTO DE CRISIS SOCIO MEDIOAMBIENTAL Y ECONOMÍA EXTRACTIVISTA: EXPERIENCIAS COOPERATIVAS EN LA ZONA DEL SECANO COSTERO, DE LA REGIÓN DE O'HIGGINS, CHILE.

Catalina Valenzuela Sobarzo, (UPLA),
catalina.valenzuela@upla.cl

Pablo Saravia Ramos, (UPLA),
pablo.saravia@upla.cl

Resumen

En la actualidad, es conocido que las problemáticas asociadas al modelo económico extractivista, no solo dejan huellas en la esfera económica productiva de los países de América Latina, sino que impactan sus territorios; saberes; prácticas; su ecología y sus formas de vida. Considerando lo anterior, es plausible pensar que el territorio del Secano Costero de la Región de O'Higgins, Chile, históricamente una zona de producción agrícola y ganadera, se haya visto transformado por dicho modelo, que trajo consigo un explosivo y desmedido arribo del agronegocio e industria silvícola, los que amparados en políticas estatales, han permeado en las formas económicas y organizativas de la zona. La presente investigación, busca conocer los saberes y las prácticas cooperativas del Secano Costero, desde una perspectiva de la economía social y solidaria, todo esto, atravesada por una crisis hídrica y medioambiental en la Región. Para esto, se estudió a dos Cooperativas de la zona: Cooperativa Cooproquina y Cooperativa Arco. En específico, se pretendió conocer cómo estas experiencias enfrentan las problemáticas que trae consigo el modelo económico extractivo; cómo el cooperativismo se relaciona con las instituciones del Estado; y del mismo modo, lo profundo que ha permeado el sistema económico, forjando una alta adherencia al modelo, ya sea sustentado en las prometedoras contribuciones que se podrían obtener de esta industria, y/o por la percepción de los escasos efectos sociales que los extractivismos tienen en esta zona en particular. Por último, de manera propositiva, esta investigación intenta rescatar los saberes y prácticas agrícolas, que han sido relegadas por el paso del tiempo y por la agresividad del sistema. Se busca mantener vivos los relatos de los propios actores, sus experiencias y su sabiduría de un territorio tan valioso como el Secano Costero de la región de O'Higgins

Palavras-chave: Extractivismos; Saberes; Cooperativismo; Economía social

Abstract

Currently, it is well known that the problems associated with the extractivist economic model not only leave traces in the economic productive sector of the Latin American region and the country, but have also impacted the territories, their knowledge, their practices, their ecology and their ways of life. Considering the above, it is plausible to think that the territory of the Secano Costero of the O'Higgins Region, historically an area of agricultural and livestock production, has been transformed by this model, which brought with it an explosive and excessive arrival of agribusiness and forestry industry, which, protected by state policies, have permeated the economic and organizational forms of the area. Thus, this research aims to learn about the knowledge and current cooperative practices of the Secano Costero, from the perspective of a social and solidarity economy, all this, crossed by a water and environmental crisis in the region. For this purpose, three experiences of associativity and cooperativism in the area were studied: Cooproquina Cooperative and Arco Cooperative. Specifically, to know how these experiences face the problems brought about by the extractive economic model; how cooperativism is related to State institutions; and likewise, how deeply it has permeated the

economic system, forging a high adherence to the model, either supported by the promising contributions that could be obtained from this industry, or by the scarce perception of the social effects that extractivism has in this particular area. Finally, this research attempts to rescue the agricultural knowledge and practices, which have been relegated by the course of time and the aggressiveness of the system. It seeks to keep alive their stories, their experiences and their wisdom of a valuable territory such as the Secano Costero of the O'Higgins region.

Keywords: Extractivism; Knowledge ; Cooperativism ; Social economy.

Introducción y contexto de investigación

Al estar inmersos en una sociedad capitalista globalizada y dirigida fundamentalmente por el mercado, es necesario analizar de qué manera se forjan las ideas y prácticas económicas que han transformado la realidad social actual y han impuesto nuevas formas de vivir y de abordar los diversos problemas que enfrentamos como sociedad. Los fenómenos desencadenados por un capitalismo devastador, han traído como consecuencias el desarrollo de formas económicas en el continente Latinoamericano, el cual se ha visto impulsado por modelos de economías extractivas, expansiones de las fronteras del agronegocio y mercantilización de recursos naturales vitales como, por ejemplo, el recurso hídrico.

Se buscará ahondar en los fenómenos de extractivismos y sus consecuencias en los territorios, conocer de qué formas las economías alternativas, como la economía social y solidaria, se enfrentan a la irrupción y a la consolidación del aparato económico hegemónico actual. Se conocerán experiencias de cooperativismo, dentro de las cuales se podrán diversidades de saberes y prácticas productivas, y cómo estas se ponen de manifiesto en un contexto de crisis hídrica y de problemática medioambiental.

Al iniciar, se debe tener claridad de que, América Latina ha sido claro ejemplo de cómo el modelo económico moderno ha rendido frutos para algunos y ha traído consecuencias fatales para otros. No es hasta después de la segunda mitad del siglo XX en donde estas consecuencias del desarrollo eurocéntrico, el modelo de dependencia económica, la marginalización y la desigualdad social se hacen extremadamente latentes en esta parte del mundo.

El modelo económico implantado en Latinoamérica que se refleja en los últimos siglos y que se intensifica en el siglo XX y XXI se basó principalmente en la producción de commodities para las industrias de países centrales y para reproducir sus clases asalariadas, lo cual tenía como base productiva el modelo agroexportador (Gras, 2013).

Se utilizará el concepto de commodities para referirse a los “productos de fabricación, disponibilidad y demanda mundial, que tienen un rango de precios

internacional y no requieren tecnología avanzada para su fabricación y procesamiento” (Svampa, 2013, pág. 31) y que incluyen la producción de materias primas, como productos alimentarios, hidrocarburos, metales y minerales. Este fenómeno ha generado un nuevo orden económico, que ha fijado en precios internacionales las materias primas y por ende, los bienes de consumo han sido cada vez más demandados por países centrales, generando aumento de reservas monetarias y a su vez creando nuevos niveles de desigualdad en el continente latinoamericano (Svampa, 2013) y en los diferentes países con economías altamente exportadoras con una historia colonizados. Este fenómeno en torno a los commodities, ha acrecentado el rol primario-exportador de Chile, por ende se ha transformado el escenario agroindustrial.

La agricultura, como fenómeno productivo, podría ser vista como un elemento que aporte a los desafíos que enfrenta la economía neoliberal. Aunque, si el tema de la agricultura sigue siendo visto según los lentes del desarrollo y la producción masiva, esta se transformará en un elemento más destructivo y depredador. Entidades como la CEPAL, plantean que es necesario un desarrollo a la innovación tecnológica de las tierras agrícolas en América Latina, pero este enfoque está puesto en, la mayor producción que esta innovación producirá, ya que enfatizan en que el continente posee un “gran potencial para incrementar la producción agrícola y, por lo tanto, contribuir a la seguridad alimentaria global, pues es una de las pocas regiones del mundo con suficiente disponibilidad de tierras y aguas para incrementar la producción agrícola” (CEPAL, FAO & IICA, 2009).

En el caso particular de Chile y la relación que ha existido con el agronegocio en el territorio, se podrá comentar que, existe una reestructuración, muy similar a lo que ocurre en Latinoamérica, aunque con ciertas particularidades. Para Irma Acosta (2008), es a partir de 1974 que se comienzan a constituir medidas de ajuste estructural con matices neoliberales y monetaristas en el país. Estos ajustes correspondían a reducir el aparato estatal por medio de recortes a la inversión productiva y el gasto social; privatizaciones; apertura comercial y financiera, etapa que concluiría en 1983, en donde se hace evidente la reversión de la reforma agraria, las garantías a los privados y el mercado de tierras en expansión (Acosta, 2008).

Con respecto a la temática de la agricultura y el agronegocio como elemento constitutivo de la economía en Chile y de los modos extractivos, cabe recalcar que, la antesala a este cambio estructural macroeconómico que vivió la región en la década de

los 80s, es la promulgación de la “Nueva Reforma Agraria n° 16.640” que se transforma en una de las innovaciones más importantes que han ocurrido en la historia reciente del país (Bengoa, 2017).

Es en un modelo económico neoliberal que privilegia la propiedad privada, el mercado y el individualismo en donde esta categoría de campesinado y de sector rural que la Reforma Agraria impulsó se ve deteriorada y se ve diferenciada de otros sectores dominantes (De Matheus e Silva, 2016; Bengoa, 1979). Para José Bengoa (2017) desde este proceso político y social se logra notar un aumento en “nuevos empresarios” en el rubro agrícola, los que se benefician de las millones de hectáreas que quedaron a disposición de la dictadura; un mercado desregulado; mano de obra abundante y con una organización sindical social reprimida, que logra hacer emerger un nuevo empresariado agrícola de mediana escala (Bengoa, 2017).

En la actualidad, estos grupos económicos ya no solo manejan inversiones bancarias o industriales, sino que, están inmersos en el panorama actual económico, generando sus ganancias en base a inversiones en América Latina, en sectores como lo son la energía, el área forestal (Benítez, 1991. Citado en, Undurraga, 2011). Esto, deja en evidencia que, existe una hegemonía de empresariado, dedicado a ciertos rubros extractivos del agronegocio, que tiene como objetivo generar ganancias económicas en territorios fértiles y que logran estar amparados por la legislación actual del Estado chileno.

En este trabajo se pondrá énfasis en las transformaciones económicas, sociales y medioambientales que se producen con el impulso neoliberal que se desencadena en la dictadura cívico-militar y que se agravó en la década de los 90, ya que será este hito histórico que estructurará la apertura económica, la explotación y extracción masiva de bienes naturales, la conformación y legislación de empresas ligadas al agronegocio, que aunque no determinen el total actuar de la política actual, si son un eje fundamental en las problemáticas económicas, de saberes y colectivas de los territorios a estudiar.

Debido a esta alta expansión y concentración económica que se desenvuelve en el agronegocio en Chile, es que durante las reformas que se ejecutan durante la dictadura de Pinochet, se promulga el decreto de ley 701 el año 1974, que tiene por objetivo regular la acción forestal y que entrega bonificaciones de hasta el 75% del valor de la forestación y su manejo, el cual puede ser realizado por personas naturales como jurídicas. Dado esta promulgación se genera un rápido incremento de las plantaciones

forestales y una producción maderera oligopólica en donde el Estado contribuye como subsidiario y como implementador de reformas económicas que fueran en pro del modelo de desarrollo neoliberal (Farris & Martínez-Royo, 2019).

Según datos del INE (2007) desde la década de los 70s, los suelos explotados han aumentado considerablemente, en particular el suelo agrícola y forestal. Las hectáreas forestales explotadas e informadas por el INE (2007) entre los años 2006-2007 son de 849.534 hectáreas, lo cual demuestra un aumento paulatino en este rubro. Dentro de este incremento, es posible notar una concentración económica que se podrá caracterizar en dos puntos: a) concentración empresarial productiva dictada por empresas forestales (Arauco; CMPC) que concentran el 70% de la producción maderera y b) la alta concentración de los productos explotados (Pulpa de celulosa y aserrio) que corresponde al 80% de la producción del negocio forestal y que se exportan a países latinoamericanos como Perú, Argentina, Brasil y Paraguay (Farris & Martínez-Royo, 2019; González, Grez, Seguel & Infante, 2013).

El Decreto de Ley n ° 701, mencionado anteriormente, y que es el que actualmente ampara las prácticas económicas hegemónicas y oligopólicas del rubro forestal, ha permitido que el Estado de Chile subsidie hasta el año 2013 la forestación de 1,2 millones de hectáreas, concediéndoselas a grandes, medianos y pequeños propietarios un total de 875 millones de dólares (OLCA, 2015). El grupo de las frutícolas y el rubro agroalimentario no escapa de esta lógica extractiva y agroexportadora. Según información entregada por la Oficina de Estudios y Políticas Agrarias (ODEPA), con respecto a los catastros frutícolas realizados al año 2007, en Chile más del 90% de la superficie explotada con fines agrícolas pertenece a predios de 100 hectáreas o más, y que son casi en su totalidad explotada. Este punto tendrá relación con que, se relaciona la adquisición de mayores hectáreas para fines agrícolas y del agronegocio con grandes empresas o conglomerados del rubor, y que se han mantenido en auge de los años 90s en país, debido al fomento de los Gobiernos para esta práctica y amparos legales que permiten estas acciones.

Para centrarse en el territorio en el cual esta investigación está inmersa, tan solo para la Región de O'Higgins al año 2018, del total de la producción frutícola, un 51,5% está destinado a la exportación; un 32,3% es producido para la agroindustria y solo un 16,1% es para el mercado interno (Larrañaga & Osoreo, 2018). A su vez, ODEPA indica que al año 2018, esta región posee 85.284 hectáreas dedicadas exclusivamente a la

producción frutícola, convirtiéndose en la región número uno en superficie dedicada a este rubro productivo (Larrañaga & Osore, 2018).

Dentro de estas cifras entregadas por ODEPA en su Catastro Frutícola por Región (2018), se observa una importante inequidad en la distribución de tierras cultivadas o mejor dicho del tamaño de las explotaciones que son trabajadas para los cultivos frutícolas, ya que del total de 84,927 hectáreas explotadas para el rubro frutícola, 47,986 pertenecen a superficies entre 50,0 a 499,9 hectáreas, es decir un 56,5% está distribuido en este rango, mientras que las superficies con menores hectáreas (menos de 5) solo alcanzan un 1,3% (Larrañaga & Osore, 2018).

Desde otra arista, la problemática de la escasez hídrica y de la aglomeración de empresas agrícolas y forestales ha tensionado gran parte de la zona del secano, llevando a la zona total de la región de O'Higgins a ser decretada como Zona de Escasez Hídrica el 03 de marzo de 2019 por un periodo de 6 meses (MOP, 2020). Esta acumulación de problemáticas y de tensiones en emergencia torna urgente en los territorios una manera de encontrar alternativas socioeconómicas de abastecimiento y cultivos que se acomoden a la situación actual que viven.

Es necesario hacer hincapié en que, el desarrollo y proliferación de esta crisis hídrica y problemas socio ambientales están sustentados y amparados por legislaciones estatales que defienden y continúan reproduciendo modelos de marginalización y empobrecimiento con los territorios con el fin de aumentar ingresos y acumulación productiva.

Esto hace cuestionarse y preguntarse ¿de qué manera se posiciona las cooperativas frente a estos problemas de escasez hídrica? ¿Cómo se articulan los saberes y las prácticas productivas económicas en un contexto de crisis? ¿De qué formas logra articularse y relacionarse con los distintos estamentos económicos y gubernamentales frente a esta inminente crisis? ¿Cómo se pronuncia la economía social y solidaria frente a los distintos niveles de emergencias socio ambiental que se viven en el territorio?

Objetivos

Para efectos de esta investigación, se plantearon objetivos específicos que responderán al objetivo central de Conocer los saberes y prácticas cooperativas desde la economía social y solidaria en un contexto económico extractivista y de crisis socio

medioambiental hídrica, en experiencias cooperativas agrícolas de la zona del Secano Costero de la Región de O'Higgins.

Por lo que se articularon los siguientes objetivos específicos:

Conocer los saberes de las experiencias cooperativas, desde la perspectiva de la economía social y solidaria, con respecto a la producción agrícola rural en un contexto económico desarrollista; Conocer los saberes y transformaciones de las experiencias cooperativas en relación al contexto de crisis hídrica y fenómenos de extractivismo en la zona, e; Identificar las relaciones que poseen las experiencias cooperativas y los agricultores con los actores e instituciones del Estado, en relación al cooperativismo y al rubro agrícola ganadero en el secano.

Materiales y métodos

El territorio en estudio corresponde a la zona del Secano de la Región de O'Higgins, y en particular, agricultores y cooperados de la comuna de Paredones y de Pumanque, Por una parte, la cooperativa Cooproquinua es un proyecto colectivo, asociativo y campesino que nace hace menos de una década, específicamente el año 2014, en la Región de O'Higgins. La unión de productores campesinos de diversas comunas del Secano de la Región, lograron crear una Cooperativa de productores llamada COOPROQUINUA, en donde más de 50 productores locales se organizaron y comenzaron a cosechar el cereal ancestral: La quinua (quínoa o kinwa en quechua). Se elige este cereal, debido a sus características de cosecha: es un cereal que se adapta a las condiciones climáticas de desabastecimiento hídrico; en las últimas décadas se le ha caracterizado por su valor nutricional y comercializador y; se ha cultivado históricamente en las zonas del secano costero e interior de los valles centrales del país. La segunda experiencia, Cooperativa ARCO, cooperativa de productores ganaderos fue una cooperativa de mucha importancia en la zona del Secano, la cual comprendía comunas de Pumanque y Marchigüe, principalmente. Se agregó, de manera complementaria entrevistas a funcionarios de Prodesal y agricultoras independientes de la zona del Secano.

La investigación se enmarcó en un Paradigma Interpretativo. Se entenderá el rol del investigador, desde este paradigma como un enfoque en que él no pondrá en margen su conocimiento de ciertas estructuras sociales (Lapassade, 1996. Citado en Alonso, 2003), aun sosteniendo la intención investigativa en los y las sujetos de investigación.

El enfoque metodológico se basa en una metodología de enfoque cualitativo, el cual no se basa en un concepto teórico y metodológico unificado (Flick, 2007), sino que en una variedad de formas de hacer investigación, con diseños flexibles y con puntos subjetivos dentro la misma investigación. Para Ruíz Olabuénaga (2012) los métodos cualitativos se refieren a hablar de un estilo de investigación que ahonda en los fenómenos sociales, persiguiendo determinados objetivos, con el fin de dar respuestas adecuadas a problemas concretos de la investigación.

Esta investigación se encuadrará en el tipo de estudio exploratorio-descriptivo, Cook y Reichardt (1986) describirán al enfoque cualitativo como una forma de fundamentar la realidad, orientada a los descubrimientos, exploratorio, expansionista, descriptivo-interpretativo e inductivo (Cook & Reichardt, 1986. Citado en Ricoy, 2006). Cabe destacar que, la realidad de la crisis hídrica; el agronegocio; y el extractivismo en Chile sí han sido estudiados como fenómenos sociales, lo cual queda en evidencia en los apartados anteriores, no obstante, las problemáticas emergentes con la distribución del recurso hídrico y la relación que este tiene con los procesos extractivistas; con los saberes y prácticas cooperativos en la zona del Secano en la Región de O'Higgins, no han sido ahondados en profundidad.

Con respecto al diseño de investigación, este diseño es flexible, en palabras de Bassi (2014) “el diseño (...) es un plan, y que, como todo plan, se formula para incumplirlo: no hay investigador que siga al pie de la letra lo que escribió y fue aprobado” (Bassi, 2014, pág. 47). Con este planteamiento, no se quiere decir que el diseño no forma parte relevante y un pilar fundamental para la organización de una investigación, solo que, este diseño puede cambiar; mutar; verse afectado por el contexto; puede no cumplirse a cabalidad, aunque; siempre respetando una línea establecida.

En el presente proyecto, se utilizaron dos técnicas de recolección de información, con enfoque metodológico cualitativo: la entrevista y la observación participante. Para Luis Enrique Alonso (2003), la entrevista de investigación social será una conversación entre dos personas, un entrevistador y un entrevistado o informante, la cual estará dirigida y registrada por el entrevistador, con el fin de producir un discurso conversacional, continuo y con una cierta línea argumental del entrevistado, acerca de un tema particular y ya definido por el investigador en el contexto de una investigación (Alonso, 2003). Dentro de esta conceptualización general acerca de la entrevista en

investigación social es que este trabajo se ha dispuesto a utilizar la técnica de entrevista en profundidad. Como segunda técnica de recolección de información se decidió utilizar –de manera propositiva y complementaria- la observación participante, definido Adler & Adler (1994), y con una validación del rol técnico descrito por Spradley (1979), en su diferenciación de participación ordinaria y observación participante.

Con respecto a la muestra, se utilizó un muestreo no probabilístico e intencional, complementado con un muestreo teórico (Taylor & Bogdan, 1987)., Se seleccionaron por medio de un informante clave, dos espacios cooperativos relevantes en la zona del secano costero, entre las comunas de Paredones y Pumanque (Cooperativa Cooproquinua y Cooperativa Ganadera ARCO), de las cuales se obtuvieron 4 entrevistas de cooperados; a su vez, se realizó una entrevista a una agricultora de la zona no cooperada, pero con una importante experiencia de labor productiva agrícola y vinculada a espacios de asesorías de Prodesal; y dos entrevistas a funcionarios de Prodesal, tanto de la comuna de Paredones, como de la comuna de Pumanque. En suma, se entrevistaron a 7 personas en la totalidad del Universo muestral del estudio.

Por último, se consideró pertinente utilizar –dadas las técnicas de recolección y el enfoque de investigación- el análisis de discurso (Iñiguez & Antaki, 1994), el cual será de gran utilidad para conocer e identificar las prácticas y los saberes cooperativos en la zona del Secano Costero y a su vez, conocer prácticas de economía social y solidaria dentro de estas experiencias.

Resultados y discusión

Para efectos de esta investigación, se realizó el análisis según los objetivos específicos que fueron creados, por lo que se logró generar una codificación, la cual fue ejecutada y analizada por el programa Atlas Ti 8. A su vez, con el registro de las dos instancias de observación participante que se lograron realizar en la cooperativa Cooproquinua, se logró crear un complemento al relato y a las experiencias obtenidas a través de las entrevistas, por lo que se entregará una sistematización de la información y temáticas abordadas en las instancias de acceso al campo y relacionarlos con los objetivos; con codificaciones emergentes obteniendo una cuadratura general de análisis.

1. Discursos desde las experiencias cooperativas en contexto de economía de desarrollo: Desde los relatos en torno a los saberes de su tierra, existe una estrecha relación de la razón productiva agrícola que estas otorgan, con la misma conformación

de la zona y del “ser agrícola seco”, es decir, se logra evidenciar y contrastar los discursos con una historia de la ruralidad en Chile, que dirá que históricamente los estudios en relación a lo rural tenían relación directa con su sentido productivo y de explotación de la tierra (Veas & Chia, 2020).

Como resultado de estas relaciones y consecuencias, es que se evidencia a su vez, discursos en torno al papel que ha jugado el Estado en el manejo de las tierras. Se identifica como la posesión de tierras y como los agentes externos generan cierto impacto en sus producciones. El desarrollo endógeno de estas zonas se ha deteriorado y se ha puesto en manifiesto la acción exógena, como por ejemplo actores externos que logran “crear” productividad en las tierras. En otras palabras, esta relación tierra-producción ha hecho que las prácticas agrícolas y los saberes en torno a estas vayan transformándose hacia dimensiones de instrumentalización de los saberes agrícolas. Es relevante destacar que, estos discursos textuales y contextuales vienen a dar respuesta a lo que desde De Sousa Santos (2018) se podría definir como un pensamiento abismal, o entender cómo estos discursos han creado una división dicotómica del mundo, en donde, en este caso lo meramente productivo tendría un valor hegemónico, en comparación con los saberes o territorialidades Porto- Gonçalves (2009) que se han presentado en el secano históricamente.

Con respecto al cooperativismo en contexto de economía de desarrollo, el cooperativismo como elemento asociativo y social, constituye una herramienta económica para apostar a la equidad, prácticas solidarias y con un objetivo de justicia social (Pérez, Etxezarreta & Guridi, 2008). Se logró articular diversos resultados, que se caracterizaron por el origen de las experiencias cooperativas en la zona del Secano, en donde se podrá decir que, no solo existe un surgimiento de estas experiencias (Cooperativa Cooprounina y ARCO) por un fomento agrícola y ganadero de la zona, sino que estas se crean por un impulso e innovación que estaba llevando a cabo el Estado en esos momentos. A su vez, es interesante observar la idea de que era el mismo organismo estatal el que impulsaba, reunía y administraba las cooperativas. Desde acá se podrá evidenciar una primera instancia de dependencia del cooperativismo en la zona del secano, ante las instituciones del Estado, ya que son las mismas instituciones que logran aunar a los agricultores independientes y transformarlos en una cooperativa, no respetando pautas solidarias y de la economía social, que estarán guiadas por pautas de “democracia interna en la cooperativa”.

Ambas experiencias comparten en el origen de las cooperativas el incentivo externo que tuvieron por parte de los organismos del Estado (Indap, FIA, Seremi de Agricultura) y por una proyección en sus ventas de los productos que se comercializan. Cabe recordar que, para Acosta (2016) la producción económica en contexto de extractivismo, queda sujeta a los mercados internacionales, por lo que se podría inferir, que desde el cooperativismo impulsado por el Estado en esta zona, se pueda entender la producción económica agrícola y ganadera, como elementos meramente economicistas, que generen excedentes y que logren reproducir la lógica capitalista neoliberal desde el Estado. Se podrá percibir que, no existe un cuestionamiento al nacimiento de estas experiencias bajo las directrices institucionales impuestas por organismos externos, sino que, se le otorga un valor al poder estar asociados y reunidos en conjunto para así obtener mayores beneficios que individualizados. De hecho, no se manifiesta un rechazo al constituirse como cooperativas, siempre que la experiencia de estar cooperado pueda generar una estabilidad económica de los cooperados.

Existen elementos endógenos y exógenos en la conformación del cooperativismo en la zona del Secano, como elemento exógeno, se pudo observar un debilitamiento en el funcionamiento de las experiencias cooperativas en el Secano, y que tendría que ver con un tipo de cooperativismo que no respeta pautas propias del territorio y con factores endógenos del mismo territorio como las experiencias anteriores que ocurrieron en la zona. Estos ejes van muy de la mano, con un reconocimiento de un individualismo en las prácticas agrícolas del secano, lo cual se podrá entender desde una continuación del proyecto de modernidad-civilizadorio que pone en un punto nuclear el desarrollo. Este desarrollo, irá inscrito en pautas globalizadas, totalizantes y que van en búsqueda de una homologación a nivel de sociedad (Acosta, 2015), en donde todos los que forman parte de esta, deben tener mismas necesidades y hacer lo posible para satisfacerlas. En este transcurso de satisfacción de necesidades, no está inscrito si estas deben ser colectivas o individualizadas, el fundamento es no “caer” en el tan poco deseado “subdesarrollo”.

Con respecto a la economía solidaria en el secano y su comercialización, se identificó una necesidad en la producción agrícola-cooperativa de innovar, encontrar nuevos elementos que puedan ser cotizados por el mercado, es preciso entender que los proyectos de cooperativas y de asociatividad se someten a diversas dificultades, una de las más importantes que se pudo expresar a través de los discursos y en las instancias de

participación fue la comercialización y la necesidad de generar nuevos productos, que puedan por ejemplo, ser exportados, o reconocidos a nivel nacional.

A su vez, es importante recalcar que la necesidad de reunirse y formar cooperativas y de encasillarse en economías sociales, comprende obtener una satisfacción de necesidades a los cooperados, en donde sus productos puedan ser vendidos a precios significativos y que exista una concordancia con las actividades que se desempeñan (Pérez, Etchezarreta & Guridi, 2008), para de esta forma poder generar políticas de desarrollo económico, productivo, social e integral cooperativo, configurando las diversas realidades que las cooperativas viven en los territorios.

2. La arremetida del agronegocio, el extractivismo y la crisis hídrica en la zona del secano: El rubro forestal es indicado como un agente que, a través de los años ha deteriorado, transformado, no tan solo las prácticas agrícolas, sino que también ha generado un menoscabo en la vegetación, el clima y ha afectado la cantidad de agua disponible en esta zona. Se puede inferir que, los extractivismos, en este caso proveniente de la actividad forestal han generado un impacto o efectos locales (Gudynas, 2015) ya que el deterioro y la transformación de los terrenos, ha traído consigo efectos, por ejemplo, en la condición productiva del secano, transitando desde una zona agrícola ganadera a una zona altamente silvícola.

Del mismo modo, a través del cambio que ha generado la arremetida del agronegocio en esta zona, es que se identifica una transformación en el área productiva, lo cual no tan solo ha afectado al rubro desde la visión económica, sino que la fuerza de trabajo se ha visto modificado, reorganizando y destruyendo ciertas prácticas de trabajo que son tradicionales en esta zona. Se podrá decir que, las prácticas agrícolas y ganaderas se han comenzado a reconstruir en base a esta nueva realidad rural, con un inminente cambio en sus terrenos; una modificación y erradicación de prácticas agrícolas debido al déficit hídrico y de alimentos para su ganado. Cabe recalcar que, se torna evidente que las prácticas cooperativas de la zona del secano se han visto en una constante transformación y deterioro, debido al contexto actual de crisis hídrica, desmedro de terrenos agrícolas y de una constante legitimación del modelo empresarial, por parte del Estado.

Se evidenció que existe una aceptación social de los extractivismos en la zona, la cual está mediada por las compensaciones que esta constituye (Gudynas, 2014). El factor laboral y de mayor empleo que trae aparejado el discurso del extractivismo, se

logra denotar de manera explícita en los discursos de los actores del territorio del secano. Estos mecanismos de compensación y de atributos que traería consigo la puesta en marcha de los extractivismos es muy común (Gudynas, 2014) y se ve contrastado con los efectos socio medioambientales que estos producen en la zona. Se podrá entender que, el extractivismo no solo se hace latente en los espacios y territorios de una manera despersonalizada, sino que como explica Leanne Betasamosake Simpson (2017) el extractivismo y la asimilación van de la mano, es decir, el conocimiento y los saberes en torno a estos discursos, también ha sido trastocado por el extractivismo, lo cual lograría generar bajas críticas al modelo que funciona como matriz base a los agronegocios en la zona.

3. Relaciones de Instituciones del Estado y agentes del cooperativismo en la zona: Es preciso destacar que, las formas de funcionamiento y las garantías que otorga el Estado actualmente a las cooperativas en la zona del Secano, se han constituido como una herramienta para la asociación, lo que a su vez, se ha transformado en la gran encrucijada que vivencian estas mismas experiencias.

El cooperativismo bajo el alero del Estado, intenta dar forma a un modelo económico que se rige por las lógicas mercantilistas, agroexportadoras y hegemónicas globales. Para Seonae (2013) y Escobar (2011), estas formas de institucionalizar las alternativas económicas, se vuelve una herramienta que es utilizada para reproducir los cánones neo extractivistas, que los gobiernos progresistas han puesto en la palestra en Latinoamérica. Por último, se identificaron que las herramientas y prácticas que utilizan las instituciones del Estado, al estar des enmarcadas de las pautas territoriales y locales, se transforman en elementos claves de bajo funcionamiento óptimo o esperado de las economías sociales y solidarias en los territorios. Desde esta perspectiva de análisis, al transformarse en elementos que no constituyen una respuesta optima a las economías solidarias de la zona, continúan en ciertos momentos, dando respuesta a una economía global y neoliberal, la cual no logra superarse y sigue estando bajo parámetros de escasa regulación y re-modelamiento de políticas que vayan en bienestar para las economías locales y cooperativas.

Conclusiones

Dentro de las principales conclusiones que se llevaron a cabo en este estudio, se pueden identificar 3 ejes relevantes.

1. Manifestaciones de saberes comunes y diversos: visiones desde la pertinencia territorial y el proyecto de la modernidad: Fue posible distinguir, desde los discursos puntos claves que, primeramente tienen relación con el gran sentido de pertenencia con el territorio. Transversalmente, desde los discursos obtenidos, fue pertinente el análisis de, la existencia de un saber común sobre el territorio del Secano. Se identificaron diversas formas de cuidado con el territorio que se habita, y a su vez, se identifican transformaciones en el territorio que se habita. Estos cambios, no solo radican en un devenir socio histórico de la ruralidad y los territorios por el paso del tiempo, sino que pragmáticamente se evidencian en el deterioro de sus suelos, cambios en sus ciclos naturales de cosecha, transformaciones en el clima y los ciclos hidrológicos, que afectan a sus vidas, sus rubros económicos, y sus formas productivas y asociativas. Con respecto a los últimos cambios mencionados, los mayores consensos en torno a este fenómeno y que es importante reflexionar sobre aquello, fue la percepción de deterioro de las tierras fértiles o las tierras en descanso, las cuales constituyen gran parte de su historia y saberes, ya que la zona del Secano ha sido un territorio agrícola histórico, pero que ha manifestado situaciones de erosión en sus tierras (Modrego, et. Al, 2011).

Un elemento a destacar, y que perduró en los discursos obtenidos fue, una identificación de ciertos agentes que ejecutan y modifican estas pautas territoriales. Por una parte, se identifican los procesos de extractivismos como elementos determinantes ante el cambio socionatural en la zona. Por esta razón, los agronegocios en un punto de análisis y de reflexión constituyen un enclave que, debido a sus acciones en el territorio modifico los terrenos, la disponibilidad de agua y la posibilidad de un engranaje productivo que está determinado por la economía global y desarrollada. Otro agente identificado como propulsor de los cambios y modificaciones de las prácticas y saberes en el Secano, fue el Estado.

Cuando se analiza estos discursos, se podrá entender el accionar institucional y estatal, desde paradigmas que provienen de lo que se entiende como neoextractivismos o postextractivismos (Acosta, 2016; Gudynas, 2010), los cuales se caracterizarán por una lógica extractiva guiada y tutelada por los Gobiernos. Por último, en torno a los saberes y las prácticas cooperativas en el Secano, fue posible identificar una adaptación en el rubro agrícola que se ejerce, en parte debido a una existencia y dependencia de

mercados nacionales, globales e internacionales y de una constante innovación en la producción agrícola-ganadera.

Se podrá sintetizar la persistencia y existencia de discursos y de un proyecto desarrollista y modernizador en los saberes agrícolas y cooperativos en la zona, en donde el dominio de la naturaleza, mediante herramientas de control (Castro-Gómez, 2000), que son reproducidas tanto por la modernización, como por las Instituciones del Estado, generan una imposibilidad en la perduración de los proyectos cooperativos en la zona y una alta adherencia al modelo económico neoliberal. Existe una constante pugna entre cuan rentables deben ser los espacios cooperativos, conflicto que es sustentado por la incertidumbre que generan los efectos del agronegocio en la zona, y una alta competitividad productiva con las demás empresas, cooperativas y mercados nacionales y globales.

2. Percepciones de las consecuencias del extractivismo en la zona: Contribuciones y efectos socio naturales del agronegocio y la actividad silvícola: La primera instancia que se destacó en los discursos tiene relación con las afectaciones o consecuencias negativas (Gudynas, 2015) que el modelo económico extractivo y la llegada del agronegocio y las empresas forestales tuvo en la zona, modificando el paisaje sionatural y la disponibilidad de agua. La transversalidad de los discursos evidenció una modificación del territorio del Secano, debido a la supremacía y hegemonía de la mercantilización de los recursos naturales en la zona, fenómeno que se evidencia en la erradicación de prácticas agrícolas (como se expresa desde la Cooperativa ARCO) debido a procesos de escases y crisis hídrica.

Es destacable, la acción de la memoria histórica en la identificación de transformaciones sionaturales en el territorio, ya que como explica Escobar (2010) existirán aspectos y componentes del tejido social, las cuales se ven imbricados directamente por las relaciones políticas, sociales, económicas y de conocimiento, que se manifiestan en un aspecto de memoria. Se logra concluir una identificación de consecuencias socio medioambientales que se tornan relevantes, estos efectos corresponden a daños ecológicos y amputaciones ecológicas (Gudynas, 2017) como la escases de nutrientes; la emergencia de problemáticas adyacentes al agronegocio como olores, plagas de insectos y ruidos, que para los discursos son irreversibles.

Estos fenómenos son cuestionados y descritos por los entrevistados, pero a su vez, se contrastan con discursos de validación de los efectos negativos, encausadas por

efectos y contribuciones positivas para el territorio (Gudynas, 2015), como lo es la ampliación de la oferta laboral, el desarrollo tecnológico, los procesos de urbanización y de inminente progreso de la situación de subdesarrollo que se vivencia desde los orígenes y asentamientos del capitalismo (Cardoso, 1967).

Se podrá sintetizar que, se está en presencia de una nueva racionalidad (Leff, 2004; 2006) y que esta racionalidad está mediada y conjugada con las dinámicas y transformaciones que han tenido los territorios del Secano a través del paso del tiempo. El aprovechamiento ecológico, el despojo de los saberes y de los recursos naturales, llevó a que se generaran conflictos y exclusiones, de orden social, material y simbólico (Romero & Sasso, 2014), y a su vez una transformación subjetiva y colectiva de los procesos que se vivencian en el Secano.

3. La transformación del territorio; Nuevas fronteras hídricas y expansión urbana en el secano: El agua, como recurso natural y social, es evidenciado desde los discursos como un elemento vital y de constitución necesaria para las prácticas agrícolas, ganaderas y cooperativas de la zona. Fue posible encontrar diversidad de saberes en relación a este recurso, desde un cuestionamiento a la falta de agua en el sector y cómo esta baja disponibilidad afecta directamente en la composición estructural y subjetiva de lo agrícola del Secano, como también discursos en donde existía una ausencia de cuestionamiento a la crisis hídrica y al despojo que los extractivismos han construido en la zona. Esta ausencia, se determina en la mayoría de los casos, por un auge en los discursos de disminución de aguas lluvias y de cambio climático, y no necesariamente por un determinismo de acción empresarial del agronegocio y silvícola.

Desde los estudios de la Ecología Política, se evidencia que existe un imaginario político y social, generado gracias a representaciones de la agricultura moderna, en donde esta es productiva, rentable e integrada al mercado (Peña, Duarte, Yacoub & Boelens, 2015), la cual crea instancias en donde no lograría evidenciar las consecuencias devastadoras de la agricultura extensiva, la nueva conformación y llegada de árboles productivos a la zona y el extractivismo en donde esta rubro agrícola-pecuario se sustenta.

Para el caso de los discursos del Secano, se podrá concluir que existe una naturalización de la crisis hídrica, esto evidenciado en ciertos quiebres discursivos: existen indicios de una poco crítica a la crisis hídrica como tal, y una gran

responsabilidad al cambio climático y escasas de aguas lluvias. Un último fenómeno destacable, y que a su vez, constituye un elemento de nuevas formas de extracción, es el proceso de reorganización territorial y parcelación que fue descrito en el apartado de análisis. Esta situación o contexto emergente, se torna un elemento de quiebre discursivo, ya que representa un efecto negativo para la zona. Esto principalmente, debido a la consecuencia de parcelaciones y de eliminación o erradicación de prácticas agrícolas y ganaderas que se veían imbricadas en estos espacios ya parcelados. La mercantilización se hace evidente en una situación de despojo, en donde empresas del rubro inmobiliario amplían la frontera de extractivismo, generando nuevas territorialidades en complejización constante.

Financiamiento

Este trabajo se encuentra inmerso en el Proyecto Fondecyt de Iniciación n° 11170232 “Miradas y proyecciones sobre los canales cortos de comercialización que utilizan experiencias agroecológicas. Una construcción desde los productores y consumidores de la V Región”, el cual está dirigido por el Dr. Pablo Saravia Ramos, de la Universidad de Playa Ancha, Valparaíso.

Bibliografía

ACOSTA, I., (2006). Balance agroexportador en América Latina al comenzar el siglo XXI. Mundo Agrario (vol. (7). Recuperado de: <https://www.redalyc.org/pdf/845/84501301.pdf>

ACOSTA, A. (2015). El Buen vivir como alternativa al desarrollo. Algunas reflexiones económicas y no tan económicas. Política y Sociedad. Vol. (2), pp. 299-330.

ACOSTA, A. (2016). Post- extractivismo: entre el discurso y la praxis. Algunas reflexiones gruesas para la acción. Ciencia Política, vol. (21), pp. 287-332.

ALONSO, L. (1998). La mirada cualitativa en sociología. Una aproximación interpretativa. Editorial Fundamentos. Caracas; Madrid.

BASSI, J. (2014). Adiós a la partitura: una defensa de los diseños flexibles en investigación social. En: Canales, M. (2014). Investigación social. Lenguajes del diseño. LOM ediciones. Santiago de Chile.

BENGOA, J., (1979). La evolución de la tenencia de la tierra y las clases sociales agrarias en Chile. Investigación Económica, Vol. (38), N° 147, pp. 127-158.

BENGOA, J., (2017). La vía chilena al “sobre” capitalismo agrario. Revista Anales, vol. (12).

CARDOSO, F. & FALETTO, E. (1967). Dependencia y desarrollo en América Latina (ensayo de interpretación sociológica). Instituto de estudios peruanos. Lima. Perú.

CASTRO-GÓMEZ, S. (2000). Descolonizar la universalidad. La hibridación del punto cero y el diálogo de saberes. En: Castro-Gómez, S & Grosfoguel, R. (2000). El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Siglo del Hombre editores. Bogotá.

CEPAL, FAO & IICA. (2009). Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe. San José. IICA. Recuperado de: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/1376-perspectivas-la-agricultura-desarrollo-rural-america-mirada-america-latina>.

DE MATHEUS E SILVA, L., (2016). Desposeer para acumular: reflexiones sobre las contradicciones del proceso de modernización neoliberal de la agricultura chilena. Mundo Agrario, vol 17. Recuperado de: http://www.memoriacademica.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7246.pdf.

DE SOUSA SANTOS, B. (2010). Descolonizar el Saber. Ed. Trilce-Extension Universitaria Universidad de la Republica. Montevideo.

DE SOUSA SANTOS, B. (2012). De las dualidades a las ecologías. Red Boliviana de Mujeres Transformando la Economía. La Paz.

DE SOUSA SANTOS, B. (2018). Introducción a las Epistemologías del Sur. En: Meneses, M. & Bidaseca, K. (coord.) (2018). Epistemologías del Sur. CLACSO. Buenos Aires.

FARRIS, M., & MARTINEZ-ROYO, O., (2019). El capitalismo del holding transnacional en el sector forestal chileno: la consolidación de una hegemonía territorial. Izquierdas vol (45), pp. 23-50. Santiago de Chile. Recuperado de: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0718-50492019000100023&lng=es&nrm=iso.

GONZÁLEZ, V., GREZ, F., SEGUEL, A. & INFANTE, C., (2013). Cultura local y modelo forestal: una transición forzosa. El caso de Carahue. Observatorio Latinoamericano de Conflictos Ambientales (OLCA). Recuperado de: <http://olca.cl/oca/informes/Cultura-Local-y-Modelo-Forestal.pdf>.

GRAS, C. (2013). Agronegocios en el Cono Sur. Actores sociales, desigualdades y entrelazamientos transregionales. DesiguALdades.net Working Paper vol. (50).

Recuperado de: https://publications.iai.spk-berlin.de/servlets/MCRFileNodeServlet/Document_derivate_00000404/desiguALdade_s.net.WP_50.pdf.

659

GUDYNAS, E. (2010). Agropecuaria y nuevo extractivismo bajo los gobiernos progresistas de América del Sur. Territorios 5. Instituto de estudios agrarios y rurales – CONGCOOP, Guatemala.

GUDYNAS, E., (2015). Extractivismos, Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza. Centro de Documentación e Información Bolivia (CEDIB). Cochabamba, Bolivia.

GUDYNAS, E. (2017). Los ambientalismos frente a los extractivismos. Revista Nueva Sociedad vol. (268).

IÑIGUEZ, L. & ANTAKI, CH. (1994). “El análisis del discurso en Psicología Social”, Boletín de Psicología, vol. (44), pp. 57-75.

LARRAGAÑA, P., & OSORES, M., (2018). Catastro frutícola Región de O’Higgins. Oficina de Estudios y Políticas Agrarias, ODEPA y Centro de Información de Recursos Naturales, CIREN. Santiago de Chile. Recuperado de: <https://www.odepa.gob.cl/wp-content/uploads/2018/08/CatastroOhiggins2018.pdf>.

MINISTERIO DE OBRAS PÚBLICAS, (2019). Declara zona de escasez a la Región del Libertador Bernardo O’Higgins. Ministerio de Obras Públicas – MOP. Recuperado de: https://dga.mop.gob.cl/administracionrecursos_hidricos/decretosZonasEscasez/Documents/DTR%20116%20202019%20Escasez%20Region%20Ohiggins.pdf.

MODREGO, F., RAMÍREZ, E., YÁNEZ, R., ACUÑA, D., RAMÍREZ, M., JARA, E. 2011. “Dinámicas territoriales del Secano Interior de la Región de O’Higgins: Las fronteras de la transformación agroindustrial”. Documento de Trabajo N° 80. Programa Dinámicas Territoriales Rurales. Rimisp, Santiago, Chile.

ODEPA (2016). Estudio de caracterización de la cadena de producción y comercialización de la industria forestal: Estructura, agentes y prácticas. Ministerio de Agricultura. Recuperado de: <https://www.odepa.gob.cl/wp-content/uploads/2017/12/InformeIndustriaForestal2016.pdf>

PEÑA, F., DUARTE, B., YACOU, C. & BOELEN, R. (2015). Reflexiones finales sobre la agroexportación. Ediciones Abya Yala. Quito, Ecuador.

PÉREZ, J., ETXEZARRETA, E., & GURIDI, L. (2008). ¿De qué hablamos cuando hablamos de Economía Social y Solidaria? Concepto y nociones afines. XI Jornadas de Economía ed.

PORTO- GONÇALVES, C. (2009). De saberes y de Territorios: diversidad y emancipación a partir de la experiencia latino-americana. *Revista Polis*, vol (22), pp. 121-136.

RICOY, C. (2006). Contribución sobre los paradigmas de investigación. *Revista do Centro de Educação*, vol. (1), pp.11-22. Santa María, RS, Brasil.

ROMERO, H. & SASSO, J. (2014). Proyectos hídricos y ecología política del desarrollo en Latinoamérica: Hacia un marco analítico. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, vol. (97), pp. 55-74. Recuperado el 12 mayo de 2020 <http://www.jstor.com/stable/23972440>.

RUIZ, J. (2012). Metodología de la investigación cualitativa. Universidad de Deusto. Bilbao, España.

SEOANE, J., TADDEI, E. & ALGRANATI, C. (2013). Extractivismo, despojo y crisis climática. Desafíos para los movimientos sociales y los proyectos emancipatorios de Nuestra América. Editorial EL colectivo y GEAL. Buenos Aires.

SEOANE, J., (2013) Modelo Extractivo y acumulación por despojo. En: Seoane, J., Taddei, E. & Algranati, C. (2013). Extractivismo, despojo y crisis climática. Desafíos para los movimientos sociales y los proyectos emancipatorios de Nuestra América. Editorial EL colectivo y GEAL. Buenos Aires.

SVAMPA, M. (2013). Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad* vol (244). Recuperado de: <https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>.

TAYLOR, S.J & BOGDAN, R. (1987). Introducción a los métodos cualitativos de investigación. PAIDOS. Barcelona, España

UNDURRAGA, T., (2011). Rearticulación de grupos económicos y renovación ideológica del empresariado en Chile 1980-2010. Antecedentes, preguntas e hipótesis para un estudio de redes. Instituto de Investigación en Ciencias Sociales, UDP. Santiago de Chile. Recuperado de: <https://www.icso.cl/wp-content/uploads/2011/03/Working-paper-elites-Tomas-Undurraga.pdf>.

VEAS, C. & CHIA, E. (2020). Nuevas determinantes para comprender los alcances de la ruralidad: representaciones del cambio climático en la agricultura familiar campesina. *Boletín Estudios Geográficos* vol. (113), pp.111-132.

SUPERANDO O CAPITAL PELO TRABALHO ASSOCIADO: DECIFRANDO E PROJETANDO ELEMENTOS CRÍTICOS DE TRANSIÇÃO

661

Edi Augusto Benini, (Universidade Federal do Tocantins),
edibenini@uft.edu.br

Elcio Benini, (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul),
elciobenini@yahoo.com.br

Silas Ferrarini Furtado,
silas.furtado_ferrarini@outlook.com

Resumo

Os desafios da constituição do trabalho associado autogestionário, enquanto elemento estruturante de uma nova alternativa ao capital, são revelados pelas suas experimentações concretas na economia solidária. Com a devida análise científica, em um contexto comprometido com tais lutas, é perfeitamente possível ir além da interpretação das lacunas e limites dessas experimentações, ou melhor, com base na crítica dialética, há a possibilidade de se pensar, elaborar e viabilizar projetos e alternativas de superação das suas dificuldades recorrentes, que as interditam de constituírem uma efetiva transformação socioprodutiva emancipatória. Eis aqui o ponto central desta comunicação, aperfeiçoar e aprofundar uma nova economia do trabalho associado, aglutinando em profundidade a crítica às teorias organizacionais, à economia política e as mediações alienadoras do capital, com o conhecimento empírico das experiências ou tentativas de trabalho associado de cunho autogestionário. Tendo como metodologia e estratégia a práxis organizacional e jurídica de novas relações sociais de propriedade, trabalho, produção, distribuição e socialização, qualificadas pelos princípios da autogestão, do comum, da solidariedade e igualdade substantiva, pode-se perfeitamente sair de um estágio de sobrevivência e resistência para um estágio efetivo de enfrentamento e superação, tendo como elemento estruturante de transição a constituição de um sistema orgânico de mediações sociais do e para o trabalho associado. Nessa perspectiva, superar o capital não significa, de imediato, transformar o sistema socioeconômico global dominante, mas possibilitar a transição de uma fase de elaboração dialética intencional ou criativa, para uma fase de construção dialética efetiva, viabilizando fluxos para a recuperação histórica de recursos materiais ou econômicos do trabalho, não como um fim em si (de se obter forças produtivas), mas já como um meio para se avançar na ampliação gradual de um conjunto orgânico de fluxos de transição. Assim, permanece na ordem do dia buscar, de modo persistente, saídas ou alternativas pós-capitalistas frente ao status quo, sem desconsiderar outros caminhos, possíveis, em curso, ou que possam vir a surgir, aqui queremos defender esse caminho de transformação social, por meio de um projeto estruturante de um sistema orgânico que combine: robustez teórica, criatividade metodológica, sensatez estratégica, sensibilidade humana e viabilidade histórica.

Palavras-chave: Trabalho associado; Autogestão; Economia Solidária; Sistema Orgânico.

Abstract

The challenges of establishing self-managed associated labor as a structural element of a new alternative to capitalism are revealed through its concrete experiments in the solidarity economy. With proper scientific analysis in a context committed to such struggles, it is entirely possible to move beyond interpreting the gaps and limitations of these experiments. In fact, based on dialectical criticism, there is the possibility of thinking, developing, and realizing projects and alternatives to overcome their recurring difficulties, which prevent them from constituting an

effective emancipatory socioproductive transformation. This is the central point of this communication: to refine and deepen a new economy of associated labor, deeply integrating the critique of organizational theories, political economy, and the alienating mediations of capital with empirical knowledge of self-managed associated labor experiences or attempts. With the methodology and strategy of organizational and legal praxis for new social relations of ownership, labor, production, distribution, and socialization, qualified by the principles of self-management, the commons, solidarity, and substantive equality, it is entirely possible to move from a stage of survival and resistance to an effective stage of confrontation and overcoming. The structural element of this transition is the establishment of an organic system of social mediations for and by associated labor. From this perspective, overcoming capitalism does not immediately mean transforming the dominant global socioeconomic system, but enabling the transition from a phase of intentional or creative dialectical elaboration to a phase of effective dialectical construction. This makes way for the historical recovery of material or economic resources of labor, not as an end in itself (to obtain productive forces) but as a means to advance the gradual expansion of an organic set of transitional flows. Therefore, it remains on the agenda to persistently seek post-capitalist solutions or alternatives to the status quo, without disregarding other possible paths in progress or yet to emerge. Here, we advocate this path of social transformation through a structural project of an organic system that combines theoretical robustness, methodological creativity, strategic soundness, human sensitivity, and historical viability.

Keywords: Associated labor; Self-management; Solidarity Economy; Organic System.

Introdução

Temos três elementos que ora são tratados como sinônimo, ora com distinção. A partir da forma coletiva e associada de trabalho ou o TRABALHO ASSOCIADO, temos a construção histórica do cooperativismo, e a sua recente releitura com a denominada economia solidária, uma atualização ao contexto vigente ou pós 1980, e que também incorpora novos elementos, tais como a perspectiva de redes de empreendimentos, clubes de trocas, moeda social, mercado justo, entre outras experiências e tentativas de organização horizontal, coletiva e autogestionária do trabalho.

Há diversas críticas a tais experiências, que em síntese questionam a sua fragilidade econômica, fragmentação organizacional, rendimentos médios abaixo das rendas advindas do trabalho assalariado, e tendência a se converterem em empresas capitalistas ou simplesmente sucumbirem frente a lógica do mercado capitalista.

De fato tais experiências disputam o mínimo de espaço e recursos disponíveis, essa disputa se dá contra o conjunto colossal de empresas capitalistas, que por meios econômicos e jurídicos, já controlam quase que a totalidade dos recursos planetários. Fora isso, a sua fragmentação em inúmeros grupos ou empreendimentos, que têm em comum somente as mesmas bandeiras e necessidades, mas raramente comungam de uma articulação econômica e patrimonial mais intensa, não lhes permitem ganhos de escala e sobras, em magnitude suficiente para estabelecer fluxos de investimento

adequados, isto tanto para a sua sobrevivência no mercado como para o seu crescimento, melhoria e diversificação das suas operações (inclusive para diminuir a dependência frente ao mercado das empresas capitalistas), o que leva a um terceiro problema, a prevalência da lei do valor.

No entanto tais críticas não consideram o direito e necessidade daqueles trabalhadores de buscarem meios de sobreviver, especialmente quando os capitalistas não os querem empregar. Lutando por alternativas, alguns grupos de desempregados se agregam, inspirados, incentivados e/ou apoiados por outros grupos semelhantes de auto-emprego, ou por entidades de apoio ou fomento às iniciativas de trabalho associado ou de economia solidária, ou ainda com a sustentação de alguns movimentos sociais, foi possível experimentar tentativas de autogestão e modos diferentes de organização socioprodutiva, ora com a motivação de construir o novo de forma conjunta e colaborativa, ora simplesmente com o temor do desalento, e de continuar sofrendo toda a sorte de espoliações e humilhações típicas do mercado de trabalho.

Sem dúvida há um ganho histórico considerável aqui. Inúmeras tentativas e experiências de trabalho associado e autogestionário fornecem pistas valiosas para se compreender melhor os seus obstáculos, os mecanismos de enfrentamento, e com isso, avançar mais para um horizonte libertário, desde evitar a capitulação do cooperativismo à lógica empresarial, até a invenção das moedas sociais, bancos comunitários, metodologias participativas, dentre outros, e tendo neste esteio espaço para o desenvolvimento da agroecologia e das tecnologias sociais.

Dessa forma, às críticas que rejeitam a economia solidária como uma utopia transformadora, ou que a condenam como elemento vinculado à precarização neoliberal, carecem de dialética e historicidade. Fazem uma projeção linear entre passado e futuro, e desconsideram todo o esforço e luta, legítimos, pela simples sobrevivência desses trabalhadores, e talvez o que seria ainda mais importante, desconsideram a práxis engendrada dessas lutas, que apontam, argumentamos aqui, um potencial transformador na medida em que questionam diretamente as mediações elementares, que fundam e sustentam o sociometabolismo do capital, um conhecimento imprescindível para a sua superação.

Em OUTRAS PALAVRAS, as tentativas de autogestão, ou de gestão participativa, ou ainda de uma governança equitativa, revelam um questionamento direto a divisão social e hierárquica do trabalho, enquanto que a busca por formas de

propriedade social, coletiva ou comunitária, tentam superar a determinação da propriedade (e apropriação) privada dos meios de produção, e por fim, e talvez de modo ainda menos incisivo, há uma tensão frente ao intercâmbio mercantil, expressa pela busca de outros mecanismo de intercâmbio socioproductivo, tais como as finanças solidárias, bancos comunitários, moedas sociais, protocolos de comércio justo, troca direta, dentre outros, os elementos de resistência e criação são consideravelmente dinâmicos.

Todos esses elementos, de experimentação do trabalho associado e de resistência frente a espoliação do capital, são também agrupados, de modo conceitual mas também como uma espécie de movimento social, na denominada economia solidária.

Concordamos com a crítica, recorrente aliás, de que o campo da economia solidária não tem sido capaz de se consolidar como uma alternativa atrativa de desenvolvimento, tendo em vista a baixa remuneração média que os seus empreendimentos conseguem gerar, e considerando a sua dependência frente às políticas públicas e de forte subordinação frente ao mercado.

Mas não podemos concordar com a postura e interpretação que, de um modo ou de outro, rejeita o potencial transformador do que podemos chamar de “ensaios iniciais do trabalho associado”. Isso porque tais experimentações, justamente por estarem em um estágio muito mais reativo ou intuitivo, podem ser potencializadas pela boa teoria, pela criatividade, e por que não, por uma dose de ousadia.

Os desafios do TRABALHO ASSOCIADO em geral são revelados pelas suas experimentações concretas, e uma boa análise científica em um contexto comprometido com tais lutas, é perfeitamente possível ir além da sua mera interpretação, ou melhor, com base na crítica dialética, há a possibilidade de se pensar, elaborar e viabilizar projetos e alternativas de superação desses dilemas e dificuldades, questionando a realidade para a sua transformação e não apenas para a sua recorrência indefinida. Eis aqui o ponto central desta comunicação, no caso, aperfeiçoar e aprofundar o TRABALHO ASSOCIADO por meio de um sistema orgânico de mediações sociais estruturantes.

A constituição de um sistema orgânico do trabalho associado (sot) como projeto e estratégia de superação do capital

Trabalhadores em associação: sujeito em construção

Não por acaso que vez ou outra surge, nos debates em geral, o problema de quem será o sujeito da transformação social pós-capitalista?

O TRABALHO ASSOCIADO, que busca ora em associações formais ora em cooperativas, a sua forma organizacional para ter existência jurídica e com isso, obter acesso à algum fluxo de renda, indica um rico e talvez decisivo processo de experimentações, inovações e ganho de visibilidade social e política. Temos aqui um sujeito em construção que avança na mesma medida que avançam as suas lutas.

Neste processo está a luta pelo seu reconhecimento, por apoio financeiro, por melhores leis, pelo desenvolvimento e acesso de tecnologias, qualificação profissional, entre outros.

Mas ao sintonizar necessidades imediatas com um imperativo histórico, podemos lançar um conjunto de lutas de sobrevivência e resistência para um patamar de enfrentamento com vistas à superação.

Dito de outra forma, a rigor o trabalho assalariado não se move contra a opressão do capital, mas sim pelas suas necessidades imediatas de sobrevivência, que são supridas pela geração de emprego e renda. No limite pode-se até reivindicar melhores condições de trabalho, e o acesso a um conjunto de benefícios sociais ou de direitos à uma condição de vida mais digna, o tende a levar também à aceitar, ou até mesmo ao seu estímulo político, do investimento capitalista.

Por outro lado, quando os trabalhadores estão a lutar pela sua sobrevivência via empreendimento coletivo e solidário onde se inserem, tendem a lutar de modo ambíguo, a saber, se há uma esperança de ampliação de renda e oportunidades por meio deste empreendimento, podem também se engajar na luta política mais ampla pelo trabalho associado, mas caso as condições de trabalho e de renda aonde se encontram reproduzem a precariedade ou a instabilidade, a busca por um emprego assalariado com uma melhor remuneração e com mais possibilidades de crescimento laboral exercem, no mínimo, uma forte influência e poder atrativo.

Por isso é frágil um engajamento meramente moral ou que apela para o puro sentimento de solidariedade. As lutas no campo da economia solidária demonstram que sem uma base material adequada, os coletivos tendem a se desfazer. A questão aqui não é denunciar o utilitarismo ou o fetiche da mercadoria, mas sim considerar que é humano simplesmente almejar melhores condições de existência, ainda que tal busca esteja sob uma imensa variabilidade de subjetividades.

Sem dúvida as práticas de solidariedade, nos empreendimentos e lutas coletivas, fornecem outros elementos de existência humana, forjando novos valores e referências, e sinalizando novas possibilidades utópicas. A simples possibilidade de ter voz e peso nas decisões, de ser considerado um igual, de obter ciência da contabilidade do empreendimento, e de inúmeros elementos de ajuda mútua, confere um ganho de sentido social e de condições de vida considerável, que indica uma tendência forte ou preferência concreta pelo TRABALHO ASSOCIADO. Trata-se de um potencial imenso que não podemos desperdiçar e perder.

Mas esses experimentos enfrentam, historicamente, dois obstáculos simples e explícitos, e outro mais problemático, porém decisivo, que minam a sua arregimentação para uma construção societária mais intensa, sustentável e abrangente, a saber, a falta de força política e de pujança econômica, mas sobretudo a ausência de consistência estrutural, elementos estes que também se retroalimentam, negativamente na sua ausência, e com enorme sinergia transformadora na sua inclusão plena.

Força política advém de se conquistar uma ideologia, no campo progressista, favorável à alternativa do trabalho associado. Historicamente, nas suas formas cooperativistas e na economia solidária, todos haverão de concordar que pouco apoio se conquistou dos partidos reformistas da social-democracia, e talvez menos ainda nos partidos socialistas ou comunistas mundo afora. No Brasil nos anos 2000 o movimento da economia solidária conquistou uma Secretaria Nacional de Economia Solidária dentro do governo federal, a SENAES, porém é consenso que por seu turno, a SENAES não conquistou uma parcela substancial do fundo público, dificultando a formulação e implementação de políticas públicas mais vigorosas para o trabalho associado.

Por sua vez, a insuficiência de pujança econômica advém de um conjunto de fatores, como a base original frágil dessas experiências - que não contaram com algo similar ao que foi a acumulação primitiva das empresas capitalistas -, a concorrência desigual e muitas vezes predatória com o mercado dominado por essas empresas, e na relação com o Estado, pesa a falta de um marco jurídico adequado bem como o acesso quase que ínfimo ao fundo público.

Entretanto, em uma codeterminação dinâmica, a obtenção de apoio político e vigor econômico são também fragilizados devido a ausência do que chamamos aqui de consistência estrutural, que em OUTRAS PALAVRAS, diz respeito à capacidade ontológica do trabalho associado de se auto-constituir, como sujeito histórico, de uma

transformação social para além do capital, sem ambiguidades ou ciladas, mas com a devida condição de emancipar o trabalho da sua dependência estrutural frente ao emprego alienador capitalista, e mais, de constituir um sociometabolismo sustentado nos seus próprios recursos e mecanismos de produção e reprodução social, (BENINI; BENINI, 2015).

Claro que obter tal consistência daria novo impulso à sua luta política e vigor econômico, para isso basta imaginar como seria a crítica (e os apoios) ao trabalho associado se ele fosse capaz, por exemplo, de gerar concretamente, “vagas” de trabalho (ocupação econômica) de modo a equacionar no médio prazo o desemprego, com melhores condições de trabalho (aqui podemos incluir o respeito, ergonomia, estabilidade, solidariedade, mobilidade de funções, entre outros) e com fluxo de retiradas (dos trabalhadores associados) em patamares superiores e crescentes frente ao rendimento médio do trabalho assalariado? Advogamos aqui que com a devida consistência estrutural, tal cenário é perfeitamente possível de ser alcançado.

Mas como obter ou garantir a necessária e desejável consistência estrutural do TRABALHO ASSOCIADO, e com isso, o capacitar com o potencial de superação do capital? O caminho dialético proposto está justamente na reversão radical das mediações do capital, formando mediações para o trabalho associado, que resultam em um Sistema Orgânico do Trabalho Associado (SOT).

Mediações do capital vs mediações para o trabalho associado: a formação de um sot

Obter a devida consistência estrutural do TRABALHO ASSOCIADO é uma tarefa simultânea de negação e de afirmação, isto é, negar os fundamentos do capital, e afirmar as aspirações do trabalho, de modo específico e histórico, afirmar os ganhos e potencialidades do trabalho associado.

Nessa dialética construtivista, cabe aqui destacar a crítica ao estabelecido, notadamente as mediações do capital, recuperar os principais elementos das experiências de trabalho associado, e nesta contraposição direta, pode-se perfeitamente deduzir, das necessidades e potenciais das experiências históricas do trabalho associado, uma possibilidade e necessidade de constituir as mediações do trabalho associado, conforme ilustramos no quadro 1:

Quadro 1 - Mediações e transição

Mediações do Capital	Experiências de Trabalho Associado	Mediações do Trabalho Associado
Divisão social e hierárquica	Tentativas e formas de autogestão	Autogestão societal e igualdade substantiva
Propriedade privada dos meios de produção	Busca por formas de propriedade social ou coletiva	Propriedade orgânica ou meios de produção como COMUM aos trabalhadores associados
Intercâmbio mercantil - lei do valor	Busca por mecanismos de inserção, como as moedas sociais, finanças solidárias	Renda sistêmica equitativa

Das experiências de trabalho associado, que estão em luta direta com as determinações do capital, as tentativas de autogestão são as que mais avançaram em termos de inovações administrativas, e como um preceito fundamental de luta. Os limites do autogoverno dos trabalhadores em associação estão diretamente relacionado aos recursos e espaços que eles conquistaram, logo, entender a autogestão como uma mediação que varia no seu escopo e abrangência reverbera na busca pela sua ampliação, na perspectiva de uma autogestão societal, isto significa propiciar que o trabalho associado pode autogovernar não apenas um ou outro elo ou negócio dentro de um sociometabolismo dominante, mas sim controlar o seu próprio sociometabolismo. Mas para isso, é preciso superar as outras duas mediações do capital: apropriação privada dos meios de produção e o intercâmbio mercantil.

A busca por formas de propriedade social ou coletiva acaba por cair na cilada das propriedades de grupos, que do ponto de vista de indivíduo, aparenta ser coletivas ou sociais, mas do ponto de vista do sociometabolismo, resulta no mesmo efeito de fragmentação e estranhamento das propriedade privadas. A recuperação das forças produtivas do trabalho é um elemento de composição e de aglutinação, na perspectiva de se formar o COMUM, conforme DARDOT & LAVAL (2017) assinalaram. A mediação proposta aqui de propriedade orgânica seria justamente situar o conjunto desses recursos à serviço dos trabalhadores associados organicamente, dentro de um único CNPJ, na forma de uma espécie de cooperativa integral estruturante, dentro da qual diferentes núcleos de recursos e funções, os “comuns”.

Nessa perspectiva, por “comuns”, Laval e Dardot designam tudo aquilo que está posto como condição objetiva da atividade coletiva das pessoas; por

“comuna”, em complemento, indicam o modo de organização caracterizado pelo autogoverno das próprias pessoas que se valem dos “comuns”. Eles empregam o termo “princípio do comum” para assinalar o princípio político que institui os “comuns” enquanto formas sociais que permitem uma vida plenamente civilizada (PRADO, 2018).

A força da planificação econômica geral, capaz de poupar recursos e gerar enormes sinergias, advém da possibilidade de alocar recursos de modo universal. A estatização da economia soviética da ex-URSS demonstrou esse potencial, como também evidenciou todos os problemas e retrocessos ao se amplificar a gestão burocrática em um viés autoritário. Por outro lado, a economia social e solidária evita ou combate diretamente formas de gestão burocrática, e rechaça quaisquer perspectivas autoritárias, mas a sua expressão de propriedades coletivas fragmentadas impede mecanismos efetivos de coordenação econômica, ganhos de escala, compartilhamento de recursos, e inúmeros outros mecanismos de economicidade.

Por isso que constituir a mediação da propriedade orgânica é também um elemento de avanço no escopo e abrangência da autogestão, ou do autogoverno dos trabalhadores associados a essa forma de organização patrimonial, que visa transmutar recursos econômicos da sua condição de capital para uma condição de “comuns”. Trata-se de um processo de integração e aglutinação material e econômica do trabalho associado.

Já as reações frente ao intercâmbio mercantil são por demais incipientes ou frágeis. A principal aposta dos movimentos pela economia solidária para contrapor essa determinação da lei do valor de troca está na formação de redes.

Para equacionar este impasse a proposta criativa é indexar o produto coletivo com os rendimentos individuais e investimentos sociais, resultando na mediação da renda sistêmica equitativa.

O conjunto de mediação do TRABALHO ASSOCIADO compõe um Sistema Orgânico do Trabalho Associado (SOT), base para um sociometabolismo diametralmente e radicalmente oposto ao sistema orgânico do capital, baseado na organicidade socioproductiva, na qual a condição social é parte integrante da produção de riqueza, que por sua vez está a serviço direto do bem estar humano.

Motivos e oportunidades

Sem dúvida que um SOT é uma utopia de trabalho associado, que o insere no horizonte de construção histórica do Sistema Comunal (MÉSZÁROS, 2002). Mas por que criar novas utopias de trabalho associado?

Temos por um lado o estreitamento crônico do mercado de trabalho assalariado, tanto em termos quantitativos como também na sua qualidade, ou seja, o trabalhador vive sob o medo de não ser empregado, e se empregado, sob o medo de não ter condições dignas de exercer o seu ofício ou mesmo de não atingir as exigências de produtividade impostas. São inúmeros os vetores de sofrimento e degradação das pessoas.

Diante disso, as pessoas precisam ter também o direito de escolher uma forma de trabalho associada ou não reduzida à condição de mercadoria, como também ter acesso a condições dignas de vida, por meio de uma renda justa.

Difícilmente teremos condições de prover trabalhos formais, assalariados e dignos para todos, devido à reiteradas ações da amplificação do capital constante, logo, do desemprego estrutural em articulação com os elementos gerenciais de ampliação da sua subsunção e precarização dessa forma de trabalho.

O trabalho associado, dentro de uma matriz de organicidade socioproductiva, constituindo um SOT, traz o potencial de, a um só tempo, prover uma forma de trabalho libertária e que possibilita o acesso a uma vida digna e à convivência fraterna. O custo disso, arriscamos ponderar, dificilmente seria maior que 20% do custo de geração de um posto de trabalho formal assalariado, ou seja, até mesmo em termos de políticas públicas de combate ao desemprego e à pobreza, temos aqui um ganho de eficiência vigoroso.

Mas o ganho maior seria o de efetividade emancipatória. Em outras palavras, a construção gradual, mas também intensa e profunda, de novas relações sociais de propriedade, trabalho, produção, distribuição e socialização, em uma só palavra, de um SOT, permite o devido tempo e produção da adaptação das pessoas, que estão transitando da conformação com o despotismo da divisão social hierárquica do trabalho, e aprendendo a recuperar a força ontológico do trabalho na sua integralidade de concepção e execução, logo, há um processo denso de formação cultural e aprendizagem coletiva.

Claro que neste processo é necessário, via fundo público, a recuperação também gradual das forças produtivas, mas já dentro de relações sociais emancipatórias, uma interdependência crucial e seminal.

Sem dúvida nenhuma é necessário se obter um grau considerável de forças produtivas para se promover um determinado padrão de bem-estar, mas sem mediações sociais do trabalho e para a formação do trabalho associado organicamente articulado, fatalmente a aquisição de tais forças levará, novamente, a disputa e a hierarquização do comando e desfrute dos seus frutos.

Essa forma gradual e profunda de transição para além do capital, contrasta diretamente com o reformismo e com o estatismo. No reformismo da social-democracia, a socialização da riqueza social é parcial, se dá apenas na distribuição, em nada modificando nas relações de propriedade e comando do capital.

No socialismo por meio da estatização geral da economia, permanece a divisão social e hierárquica do trabalho, o conflito pelo comando do Estado, a luta por poder, gerando inúmeros efeitos colaterais que os estudos mais profundos do chamado “socialismo real” revelam com detalhes, uma vez que na sua proposta hegemônica de transição ao socialismo temos uma lógica de expropriação direta da classe patronal. É uma proposta que contém dois defeitos inerentes: primeiro que requer quase que o controle total do aparelho do Estado, o que é pouco provável nos meios democráticos vigentes, e deixa a opção complicada de uma espécie de assalto ao poder, que pode vir de uma insurreição ou de um golpe de Estado, com uma dose explosiva de violência.

De qualquer modo, vencida essa barreira de captura plena do poder do Estado, a expropriação direta da classe patronal ainda tem outros dois problemas, com consequências imprevisíveis: a de reverberar um forte sentimento de ressentimento e ojeriza, e com isso se produzir pessoas vingativas e arrogantes.

É preciso reconhecer que nas ruas e becos, fábricas e bares, isto é, no nosso cotidiano, a palavra socialismo sofreu um enorme desgaste, e sofre de considerável ambiguidade ou polivalência. Não podemos menosprezar como tal desacúmulo semântico e desmobilizador. Tampouco podemos ignorar o risco recorrente de que bandeiras pró socialismo ou pró comunismo escondam ou se degradem para projetos autoritários.

Logo, cabe sempre a pergunta: Qual socialismo? Quem já não se arrependeu por entrar em um dado projeto com uma noção, e a sua vivência demonstrar outra muito aquém da nossa expectativa.

Por essa razão, com grande probabilidade este ensaio pode ser acusado de antecipar por demais os elementos de uma sociedade pós-capitalista. Nessa perspectiva,

adiantar detalhes cruciais de um projeto pode parecer pouco participativo, mas por outro lado, traz uma honestidade e transparência de para onde de fato queremos chegar. Conforme foi dito, aqui nos apoiamos em três aproximações dialéticas, a teoria que decifra as engrenagem do capital, a práxis da aspiração humana por emancipação, expressa especialmente nas tentativas de autogestão do trabalho associado, e a capacidade criativa de agregar conquistas e inovações sociais em uma matriz metodológica e estratégia de transição sociometabólica.

Um socialismo lastreado no genuíno autogoverno dos trabalhadores associados, constituído com os pilares dos “comuns” forjados de uma apropriação orgânica, democrática e coletiva, e sustentado por uma dinâmica distributiva que confere a solidariedade o seu principalmente combustível, rompe com os grilhões da subsunção do trabalho e da subserviência ideológica da sociedade a suas pulsões de morte, permitindo assim aprofundar na genuína economicidade de recursos naturais, por meio de economia circular, sinergias inéditas das mais diversas instâncias de produção do conhecimento, reversão da obsolescência irracional das mercadorias, avanço da bioeconomia e das tecnologias sociais, rejeição do desperdício e da opulência, erradicação dos gastos colossais com a luxúria, com o conflito, com a guerra. Emerge aqui inclusive o ecossocialismo, no qual o ímpeto dos seres humanos sobre os recursos naturais do nosso ecossistema planetário poderá decrescer severamente.

O projeto raios de sol: primeiro ensaio prático

Em 2012 deu-se início a uma trajetória que se demonstrou por demais complicada, mas também muito rica: apresentar e discutir - com as pessoas que orbitam os movimentos sociais, a crítica comprometido com a emancipação do trabalho e, especialmente, os envolvidos no cooperativismo popular ou na denominada economia solidária, seja como movimento, seja como campo de estudo - a teoria e metodologia para a construção de um Sistema Orgânico do Trabalho Associado (SOT), (BENINI, 2012).

Foram mais de 50 oportunidades para se buscar diálogos, parcerias e engajamentos, que de modo até mesmo inesperado, pouco reverberaram em termos de entendimentos e apoios. A principal exceção foi com o MST do Tocantins, que ainda durante o governo Dilma, na expectativa de se obter, para a reforma agrária, uma expressiva fazenda (cerca de 20 mil hectares), além de outros recursos inclusos, buscou

preparar os sem terra, acampados nas imediações desta fazenda na BR-153, não apenas para um novo projeto de assentamento do INCRA, como também para uma nova metodologia de organização socioproductiva.

Com o apoio da gestão do INCRA na ocasião (no ano de 2015), e da coordenação do MST no Tocantins, a proposta de um SOT foi discutida com os sem terra, lideranças dos movimentos sociais, em vários encontros e oficinas, resultando no chamado projeto Raios de Sol.

Em linhas gerais, esse projeto traduz a constituição de um SOT por meio de uma cooperativa de tipo integral, a saber, que agrega elementos de produção, distribuição e reprodução social, *pari passu* que seja capaz de aglutinar, no mesmo CNPJ, núcleos de trabalho ou funções específicas, em uma lógica de trabalho colaborativo global e diversificação ilimitada das suas atividades.

Trata-se de uma estratégia diferenciada de expansão construtivista e libertária, isso porque não é uma expansão de capital para absorver mais recursos econômicos com a finalidade de ampliar a extração de mais valia, mas sim um processo no qual temos a recuperação conjunta de forças produtivas, isto é, inclusão de novos trabalhadores associados na exata medida na qual se consegue recuperar recursos econômicos-produtivos, transformando esses recursos não em capital, mas sim em “comuns”, ainda que não seja um comum universal, pois temos aqui um processo de transição, mas que são recursos comuns ao conjunto dos trabalhadores livremente e organicamente associados.

Outra diferença singular desta estratégia é a manutenção do mesmo CNPJ, que por meio de um organograma anti burocrático, anti hierárquico ou que aglutina novas unidades de trabalho e produção, por meio de uma coordenação horizontal intrínseca e estrutural (dada pela renda sistêmica e propriedade orgânica) e autogestão técnica por meio de comitês locais dos núcleos de trabalho, ao lado de conselhos de coesão funcional e coordenação integradora ou de autogestão societal. Aqui temos a sofisticação das estratégias de federação e confederação organizacionais (usadas tanto pelas instâncias do trabalho, como também do capital e do Estado), que funcionam a partir de propriedades locais fragmentadas no seu fluxo socioeconômico, logo, que demandam um custo de transações (acordos, contratos, redes específicas) altamente complexo, e que dificilmente evita a atomização ou o corporativismo.

Tais elementos organizacionais já foram desenvolvidos no bojo do projeto Raios de Sol, que foi detalhado e aprofundado, no ano de 2017, para a comunidade quilombola Barra da Aroeira, localizada no município de Santa Tereza do Tocantins.

Apoiado pela composição de uma Universidade Pública, uma Escola Família Agrícola, pelo Fórum Estadual de Economia Solidária, e algumas entidades também da economia solidária, envolvendo um conjunto diverso de especialistas e militantes, no biênio 2017 e 2018 foi discutido, dentro dos limites que a atual legislação brasileira permite ao cooperativismo, a forma organizacional, com o seu correspondente estatuto social, de um tipo específico de cooperativa que há um só tempo fosse viável juridicamente e também pudesse assegurar a constituição institucional e construção histórica de um Sistema Orgânico do Trabalho Associado, consagrado na sigla SOT, (BENINI, 2012). O resultado mais expressivo dessa luta coletiva foi a fundação e registro formal da Cooperativa Multissetorial de Produção Agroecológica, Distribuição Solidária e Serviços Comunitários Quilombarras, ou simplesmente Cooperativa Quilombarras.

Fluxos de transição: compondo forças para um avanço substantivo

Diante do exposto até aqui, o processo de superação do sociometabolismo do capital, por meio do trabalho organicamente associado, diz respeito a composição de múltiplas frentes de luta e construção, resultando em fluxos de transformação societal que avançam em pelo menos 5 grandes estágios: Frágil, Sobrevivência, Resistência, Enfrentamento e Superação (tabelas 1 a 4). Em linhas gerais, podemos afirmar que quanto mais elementos estruturantes (tabela 1), e vetores de transição (tabela 2), conseguirmos transitar de um estágio para outro, em direção ao estágio de superação, temos a rigor um avanço substantivo, e com isso, maior será a possibilidade de efetivamente se alcançar a emancipação dos seres humanos para além do capital e via trabalho associado.

Com a criação da Cooperativa Quilombarras, avançamos em um quesito de extrema importância, obter espaço jurídico na atual legislação brasileira, foi possível transitar do estágio de resistência para o de enfrentamento da tabela 1, item iv. A criação da cooperativa integral QUILOMBARRAS, por sua vez, permite a existência jurídica da propriedade orgânica, mas ainda não a sua existência material (item i), e tampouco

avança na autogestão (item ii), uma vez que falta ainda a conquista de um fluxo periódico de recuperação de forças produtivas (item v).

Seria obtuso afirmar que a simples criação formal de uma cooperativa traz um avanço substantivo. Em essência, esse avanço é alcançado tendo como base a imensa formação intelectual e teórica de crítica ao sociometabolismo do capital, que ganha vida com as experiências e tentativas históricas de trabalho associado e autogestão, que implicam novas relações de trabalho na elaboração criativa de uma proposta metodológica e estratégica de superação, logo, na bandeira ou caminho de constituição de um SOT.

Tendo como lastro a indicação organizacional e jurídica de novas relações sociais de propriedade, trabalho, produção, distribuição e socialização, podemos perfeitamente sair de um estágio de resistência, para um estágio efetivo de enfrentamento, tendo como elemento de transição aqui a luta, por entendimentos, diálogos, ideias, propostas, em sumo, uma fase de elaboração dialética construtivista, para uma fase de construção dialética construtivista, logo, partir para a recuperação histórica de recursos materiais ou econômicos não como um fim em si (de se obter forças produtivas), mas já como um meio para se avançar naqueles fluxos de transição.

A tabela 1 - Elementos Estruturantes, traz a base e o lastro primordial para a construção de um SOT vigoroso, claro e transparente nos seus objetivos primordiais, retirando bloqueios advindos da insegurança de narrativas abstratas ou de promessas ambíguas.

Já a tabela 2 - Vetores de Transição, diz respeito a um conjunto de referências para que as lutas concretas, em meio a possíveis obstáculos e adversidades, não se perca em um nevoeiro de confusões ou sabotagens. Para exemplificar, destacamos aqui a questão das relações de produção. Questionar de modo permanente a gestão taylorista e fordista do trabalho é elemento crucial e de alta complexidade, pois tal lógica estará impregnada na memória do trabalhador em associação (que acabou de deixar de ser assalariado). Essa forma de gestão é alienadora, pois segrega a concepção/planejamento da execução operacional do trabalho. Avançar em elementos de autogestão técnica e coordenativa é um alicerce estruturante fundamental.

Na tabela 3 - Resultados Almejados, a construção do SOT impacta também em diversos outros ganhos socioeconômicos e socioambientais expressivos, e talvez até decisivos. A clareza desses ganhos ajuda na mobilização dos trabalhadores em

associação, bem como na conquista de apoios crescentes de outros setores e bandeiras da sociedade, que de um modo ou de outro já vem lutando contra um conjunto de ameaças à nossa sobrevivência.

Por fim, apresentamos a Tabela 4 - Facilitadores e Possibilidades, que traz, de modo aberto e como inspiração, algumas outras possibilidades de enriquecimento da nossa vida, como seres humanos, como trabalhadores associados, bem como na convivência fraternal em uma sociabilidade enriquecedora, ao mesmo tempo que faz uma crítica construtiva ao Reformismo (políticas públicas) e ao Socialismo de Estado, demonstrando que elas podem transitar de uma condição extrema de totalitarismo ou resignação, para também um estágio de superação do capital, por meio da autogestão societal dos “comuns”, logo, de superação da necessidade (ou imposição) de um comando central estatal.

Tabela 1 - Elementos Estruturantes					
ESTÁGIOS DE TRANSIÇÃO	FRÁGIL	SOBREVIVÊNCIA	RESISTÊNCIA	ENFRENTAMENTO	SUPERAÇÃO
i) Propriedade coletiva dos meios de produção	Completamente ausente	Propriedades Coletivas Fragmentadas: Obtenção de recursos em um patamar eventual ou mínimo	COOPERATIVA INTEGRAL com certo nível de investimento	COOPERATIVA INTEGRAL com articulação em redes de colaboração; busca da organicidade econômica e patrimonial	PROPRIEDADE ORGÂNICA - Plena controle sobre os meios de produção necessários
ii) Autogestão	Autogestão precária ou inexistente	Autogestão gerencial ou técnica	Autogestão Organizacional	Autogestão social local	AUTOGESTÃO SOCIETAL trans-territorial
iii) Distribuição da Riqueza Social ou modo de intercâmbio social	Nenhuma	Similar a lógica salarial e no limiar da precariedade	Retiradas regulares	RENDA SISTÊMICA Inicial	RENDA SISTÊMICA Consolidada

iv) Organização Institucional	Empreendimento Econômico Solidário (EES) singular e precário (associação informação)	EES estruturado (associação formal)	Formalização do Trabalho Associado de modo multissetorial (cooperativas registradas)	Organização territorial do Trabalho Associado por meio da COOPERATIVA INTEGRAL	COOPERATIVA INTEGRAL multissetorial e trans-territorial consolidada e em plena expansão
v) Fluxo Global Anual de recuperação de forças produtivas	0	apoios pontuais	< de R\$ 5 milhões	R\$ 50 milhões de modo agregado	> de R\$ 500 milhões
vi) Serviços de Educação	Educação formal precária	Educação formal qualificada	Educação formal crítica (libertária)	Educação crítica e orgânica a comunidade ou a produção	Educação crítica orgânica a comunidade e a produção: UNIVERSIDADE LIBERTÁRIA
vii) Tecnologia	Técnicas rudimentares	Técnicas usuais	Base técnica competitiva - todos consigam utilizar	Inserção de tecnologias sociais e uso regular ou constante das mesmas	Desenvolvimento de tecnologias sociais: UNIVERSIDADE LIBERTÁRIA
viii) Base local-territorial	Sem sede	Com uma sede ou local próprio	Território pequeno	Território médio: COMUNA	Amplo território ou arranjo inter-territorial
xix) Recursos ou meios de trabalho/produção	nenhum	básicos para um produção de baixo valor agregado	mediano para uma produção de algum valor agregado	suficiente para contrapor a lógica do mercado	plena recuperação dos meios de trabalho para uma produção emancipadora

Tabela 2 - Vetores de Transição

Modos de intercâmbio (acesso aos mercados)	nenhum	eventuais ou acidentais	organização nas vendas (feiras, mercado institucional, cooperativa de vendas, fóruns, certificados de produção)	organização na logística, distribuição e vendas; mercado solidário; moeda social	Organicidade Socioprodutiva
Relações de Produção	Eventuais	Tayloristas	Fordismo e Toyotismo	Pós-fordismo e superação do gerencialismo	Organicidade Socioprodutiva
Jornada de Trabalho	Extenuante	40 horas precárias	40 horas em boas condições	Redução pontual da jornada de trabalho	Redução ampla do tempo de trabalho socialmente necessário
Modo ou Situação do Trabalho	"Descartável"	"Servil"	"Assalariado"	"Associado"	"Orgânico"
Distinção de renda	Pelo tempo de trabalho	Pelo qualificação ou funções do trabalho	Pela formação/qualificação do trabalhador	Ampliação de elementos de equidade	Consolidação da igualdade substantiva
Rendimentos individuais	Sobrevivência	Salário Mínimo	Similar ao do mercado	Relativa estabilidade	Estabilidade e Abundância
Serviços de Saúde	Saúde atendimento precário-básico	Bom acesso ao SUS	Saúde Estatal de base comunitária	Hospital da comunidade e/ou cooperativa	Complexo de promoção da saúde da cooperativa integral
Rede de Proteção Social	Ausente	Pontual ou Instável - Combate a pobreza	Básica para um Estado de Bem-Estar Social - Superar a miséria	Bem Estar Social - Superar a pobreza	Emancipada: a cada um conforme a sua necessidade
Aposentadoria	Inexistente	Difícil acesso	Disponível sob certas condições	Amplio acesso e de modo justo	Emancipada: de cada um conforme a sua capacidade

Tabela 3 - Resultados Almejados

Meio Ambiente	Indiferença	Instrumental	Respeito à regras do jogo	Redução, preservação pontual, conservação eventual	Efetiva sustentabilidade, decrescimento, economia circular
Relação com o Estado	Distanciamento	Disponibilidade de Serviços	Efetivação de Direitos	Ampliação dos Direitos - Enriquecimento pós-Estado	Prescinde dos serviços públicos Estatais, podendo haver parcerias pontuais
Relação com o Mercado	Exclusão	Subordinação (100% INSERIDO OU DEPENDENTE)	Inserção - Adaptação	Competitivo - Enfrentamento	Prescinde do intercâmbio mercantil, com trocas eventuais (PERCENTUAL RESIDUAL)
Modo de Produção	Colonial capitalista	Capitalista liberal monopolista	Capitalista regulado	Híbrido (elementos capitalistas e elementos socialistas)	SISTEMA COMUNAL

Tabela 4 - Facilitadores e Possibilidades

Cultura	Barbárie	Individualista com eventuais grupos de sobrevivência	Corporativista com eventuais projetos coletivos	Rico ser social, propositiva, ativista	Acesso e vivência para todos
Mobilidade	nenhuma	individual alto custo	transporte coletivo precário ou de massas	coletiva articulada, com subsídios e com qualidade	Passé livre em transportes ecológicos
Energia	carvão/lenha	gás/elétrica	combustíveis derivados do petróleo	fotovoltaica, eólica, pequenas hidroelétricas, com acesso popular e subsidiado	Plenamente renovável

Políticas Públicas para o Trabalho Associado	ausente	apoio esporádico	políticas de apoio e fomento	políticas estruturantes e investimento público considerável	prioridade governamental/estatal: mudanças na legislação, amplo apoio técnico e amplo inserção de recursos
"Socialismo de Estado" - estatização da economia	Totalitarismo	Ditadura do comando central	Centralização do poder com alguma descentralização	cogestão e participação operária	autogestão societal - comunas - superação do comando central

Conclusão

Este ensaio, programado para ser publicado e divulgado no dia do trabalho, se insere em mais uma tentativa de testar e desafiar a nossa propensão a lutar por uma sociedade pós capitalista. A questão é se estamos ainda na fase de crítica e elaboração ou quando vamos começar de fato a fase de mobilização e construção?

Aqui defendemos uma perspectiva e postura que chamamos de práxis construtivista libertária, uma luta pacífica pois entendemos que a agressão gera, indefinidamente, novos ressentimentos e embates, e que podemos lutar com meios emancipatórios para uma finalidade emancipatória, até para ser coerente, uma condição básica de legitimidade, pari passu com uma evolução real e substantiva, na direção de uma sociabilidade emancipada.

Claro que essa transição, de um estágio de resistência para outro de enfrentamento, depende decisivamente de formar subjetividades ou ideologias que compreenda e apoie a elevação orgânica do trabalho associado, resultando em feixes crescentes de uma postura política radical, ou melhor, de práticas que sejam (e se renovem) dialéticas, construtivistas, solidárias e libertárias.

REFERÊNCIAS

BENINI, E. A. Sistema Orgânico do Trabalho. Arquitetura crítica e possibilidades. São Paulo, SP: Ícone Editora, 2012.

BENINI, E. A. & BENINI, E. G. A Construção do Trabalho Associado Sob a Hegemonia Estatal: Organização, Solidariedade e Sociabilidade. Revista Organizações & Sociedade. Salvador, 22(74), 325-344, 2015.



DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. tradutor: Mariana Echalar. São Paulo, Editora Boitempo, 2017.

681

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

PRADO, Eleutério F. S. Comuns, a racionalidade do Pós-Capitalismo. OUTRAS PALAVRAS. 2018. Acesso em 17/04/2022. <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/comuns-a-racionalidade-do-pos-capitalismo/>.

GT 6

Catadoras e catadores de materiais recicláveis *Colectores y colectoras de materiales reciclables*

Este GT visa contemplar pesquisas e/ou projetos de intervenção referentes às catadoras e aos catadores de materiais recicláveis, de diversos campos e teorias, com ênfase aos estudos sobre práticas cooperativas e associadas. O surgimento da catação no Brasil enquanto atividade de geração de renda, contextualiza-se em época de reestruturação produtiva e crises econômicas advindas do sistema capitalista que ocasionaram mudanças nas relações de trabalho e aumento do desemprego. Diante disso, a articulação de catadores para o trabalho coletivo, tem contribuído para a inclusão socioprodutiva dessa categoria de trabalhadoras/es. A despeito das políticas já elaboradas para garantir o reconhecimento e a valorização dessa atividade econômica, bem como sua participação reconhecida na cadeia produtiva dos resíduos sólidos, muitos desafios ainda existem. A pandemia da COVID-19 destacou o despreparo político e social para a prevenção de impactos diversos em situação de desastres e calamidades, tendo o trabalho de catação sido impactado tanto no âmbito da manutenção econômica dos trabalhadores, quando de sua saúde. O cenário de desmantelamento das políticas públicas ocasionou a redução orçamentária e o comprometimento de ações voltadas à temática durante os governos Temer e Bolsonaro. Os desafios históricos de manutenção de conquistas democraticamente construídas (e desmanteladas autoritariamente) ressaltam a complexidade de existência dessa categoria de trabalho (e também das relações político-sociais atuais). Visando-se contribuir para a compreensão dessas problemáticas, autoras/es que se alinham à temática, estão convidadas/os tanto a submeterem trabalhos ao GT quanto a participar de suas discussões continuamente.




Coordenação:

Ana Maria Rodrigues de Carvalho
(UNESP/Assis, Brasil)

Bernardo Arantes do Nascimento
Teixeira
(UFSCar, Brasil)

Leticia Dal Picolo Dal Secco de
Oliveira
(UNIFEQB e PUC Poços de Caldas,
Brasil)

Maria Zanin
(UFSCar, Brasil)

GT 06 - Catadoras e catadores de materiais recicláveis	682	
<i>Colectores y colectoras de materiales reciclables</i>		
A potencialidade do encontro: uma reflexão sobre a política das catadoras da região metropolitana de Campinas	685	
Verena Teixeira Resca		
Apontamentos da situação tributária de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis do Estado de São Paulo.	698	
Ana Claudia Giannini Borges		
As relações entre educação e gênero em uma cooperativa popular de catadoras/es de materiais recicláveis do oeste paulista.	720	
Bruna Oliveira Martins		
Conduta de manutenção de máquinas em cooperativas de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	743	
Renata Barreto Mendes		
Cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis e o desafio da comercialização das embalagens plásticas	761	
Maria Zanin		
O impacto de contratos públicos na atuação de cooperativas de coleta seletiva: estudo de caso no interior de São Paulo	779	
Anabella Corrêa		
Mapeamento das condições das cooperativas e associações de catadoras/es de materiais recicláveis de Assis e região do Vale Paranapanema	797	
Ana Maria Rodrigues de Carvalho, Carlos Rodrigues Ladeia, Felipe Arneiro Lopes, Gabriela de Sena Moura, Leandro Franco Campos Pereira, Marta Fleury de Oliveira Gentil Croce, Nei Vinicius Hércules Rodrigues Miranda, Ravine Cirino da Silva		
Cooperativas de catadores de materiais recicláveis e a economia solidária	816	
Jessica Corgosinho Marcucci, Ana Claudia Giannini Borges		
O trabalho de cooperativas de catadoras(es) e a ação do poder público municipal	830	
Murilo Mendes Alves, Maria Zanin		
A influência da renda e dos processos de gestão para a redução da rotatividade em uma cooperativa de catadoras e catadores no sul do Rio Grande do Sul	843	
Marcia Borges Umpierre, Melissa Duarte Orestes, Alexandre Farias Terra, Thierry Silva Pecke		
Catação porta a porta: uma prática coletiva na coleta seletiva solidária	850	
Conrado Marques da Silva de Checchi		
Contratação de cooperativas de catadoras(es) de materiais recicláveis pelo poder público municipal: análise à luz da política nacional de resíduos sólidos	857	
Carolina Valente Santos		



Empreendimento econômico solidário como fonte de trabalho e renda: a experiência da associação de catadores(as) de materiais recicláveis de São Lourenço do Sul/RS

863

684

Melissa Duarte Orestes, Marcia Borges Umpierre, Liandra Peres Caldas



A POTENCIALIDADE DO ENCONTRO: UMA REFLEXÃO SOBRE MOVIMENTAÇÃO POLÍTICA DAS CATADORAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

685

Verena Teixeira Resca, (ITCP/Unicamp)
contato.verenat@gmail.com

Mariana Figueiredo Menezes, (ITCP/Unicamp)
marianafmene@gmail.com

Danilo Morais Braga, (ITCP/Unicamp)
danimoraisbraga@gmail.com

Ana Caroline de Souza Conceição, (ITCP/Unicamp)
anasouzacei@gmail.com

Luisa Oliveira Modolo, (ITCP/Unicamp)
luisa.modolo.3@gmail.com

Larissa Furlani Blanco, (ITCP/Unicamp)
larissa.fblanco@gmail.com

Lais Silveira Fraga, (ITCP/Unicamp)
lais.fraga@fca.unicamp.br

Resumo

A partir do século XVIII, com a intensificação da industrialização, percebe-se o aumento da ação antrópica sobre o meio natural. À medida que o modo de produção capitalista foi se expandindo ocorreu um aumento do consumo e, conseqüentemente, do descarte indevido de resíduos sólidos. É no século XX, no entanto, que essa questão ganha ares de desastre, colocando a necessidade de mitigar as conseqüências ambientais causadas pelo consumo desenfreado. Catadores e catadoras, por sua vez, se inserem e passam a ser protagonistas nos processos de coleta e triagem de materiais recicláveis. Um aspecto marcante desse trabalho se dá pelo protagonismo de mulheres negras presentes em associações ou cooperativas, sendo de extrema relevância para geração de trabalho e renda, que devido a questões assimétricas de cunho histórico-estrutural, possuem baixa renda. Com isso, através da Economia Solidária, em oposição ao atual regime de acumulação e concentração de capital, o cooperativismo garante que muitos desses grupos, socioeconomicamente excluídos, possuam o direito de trabalho. Esse artigo tem como objetivo apresentar o processo autogestionário de articulação política nas conquistas do movimento das catadoras. A metodologia utilizada foi a prática extensionista de acompanhamento do trabalho das cooperativas de Campinas, sistematização de dados obtidos ao longo desse processo e leitura de bibliografia relevante na área da Economia Solidária e Autogestão. A partir disso, observou-se que na Região Metropolitana de Campinas (RMC), o trabalho das cooperativas de materiais recicláveis se baseia principalmente na triagem dos resíduos, havendo uma grande dependência de acordos políticos firmados com as prefeituras para que os resíduos sejam recolhidos e cheguem a seus locais de trabalho. Esses acordos se mostraram frágeis, visto que as prefeituras têm pouco interesse em investimento em educação ambiental, como pode ser observado durante a pandemia, na qual as catadoras passaram meses recebendo pouco material e assim sem ter sustento para manterem o trabalho. Logo, existe a necessidade de uma organização política dessas trabalhadoras para reivindicarem seus direitos. O “1º Encontro de Catadoras e Catadores de Hortolândia da Macro Região” surge na perspectiva de articulação política, como forma de levantar demandas das catadoras, junto ao ministério público. Esse evento é organizado por mulheres negras, com um protagonismo voltado para a causa, afirmando sua identidade de catadora como pessoa digna



perante a sociedade e a importância de seu trabalho. Por fim, espera-se com esse trabalho dar subsídio para amplificação da discussão sobre a importância da movimentação política das catadoras da RMC.

686

Palavras-chave: Materiais recicláveis; Autogestão; Movimentação política; Cooperativismo; Sistematização

Abstract

From the 18th century onwards, with intensification of industrialization, an increase in human action on the environment can be seen. As the expansion of capitalist mode of production, occurred an increase in consumption and, consequently, in the improper disposal of solid waste. In the 20th century, however, this issue brought to a disastrous situation, raising the need to mitigate environmental consequences caused by unbridled consumption. Waste pickers, in turn, were inserted and became protagonists in the processes of collecting and sorting recyclable materials. A striking aspect of this is the protagonism of black women in associations or cooperatives, which is extremely relevant for work and income generation of these people, which due to asymmetrical issues of a historical-structural nature, have low income. Thus, through Solidarity Economy, as opposed to the current regime of accumulation and concentration of capital, cooperativism ensures that many of these socioeconomically excluded groups have the right to work. This article aims to present the self-management process of political articulation in the achievements of the waste pickers' movement. The methodology used was the extensionist practice of work monitoring of cooperatives in Campinas, systematization of this data and reading of relevant bibliography in Solidarity Economy and Self-management. It was observed that in the Metropolitan Region of Campinas (MRC), recyclable material cooperatives work is based only on sorting of waste, with great dependence on political agreements signed with municipalities, i.e., waste is collected by a private company and arrives at their workplaces. These agreements have proved to be fragile, as city halls have little interest in investing in environmental education, as can be seen during the pandemic, in which the waste pickers spent months receiving little material and thus without having support to maintain their work. Therefore, there is a need for a political organization of these workers to claim their rights. The “1º Encontro de Catadoras e Catadores de Hortolândia da Macro Região” appears from the perspective of political articulation, as a way of raising demands from waste pickers, together with the public ministry. This event is organized by black women, with a leading role focused on the cause, affirming their identity as a waste picker, a worthy person in society and as the importance of their work. Finally, we hope this article will provide support for amplification of discussion on the importance of political movement of the MRC collectors.

Key-words: Recyclable materials, Self-management, Political Movement, Cooperativism, Systematization

Introdução

“Produtos em massa, consumo em massa, problemas em massa” (MARQUES, 2005). É no contexto de aumento expressivo na geração de resíduos que a gestão envolvida no descarte passa a se tornar um problema social. Historicamente, o aumento da produção industrial data do século XVIII, com a introdução do sistema de máquinas e a adoção de uma produção altamente intensiva e inserida na lógica capitalista. Dessa forma, a geração de resíduos e o descarte indevido realizado pelas indústrias intensificam o problema do aquecimento global, da poluição das águas e solos,

colaborando para a drástica alteração dos ecossistemas urbanos e rurais, que tem reflexo direto na saúde da população em especial grupos sociais mais vulnerabilizados, que por vezes carecem de infraestrutura de saúde comunitária em seus territórios (BUSS, 2007).

No ano de 2010, numa tentativa de ir contra a maré de lixo e proporcionar uma gestão adequada dos resíduos, é estabelecida no Brasil a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS). Alguns dos marcos do saneamento promulgados pela Lei nº 12.305 (BRASIL, 2010) são justamente o fechamento dos lixões, incentivo ao descarte adequado dos resíduos e inclusão produtiva da população neste setor até 2014. Entretanto, em 2020, seis anos depois do prazo final de regularização sanitária municipal, ainda há cerca de 2.663 lixões em funcionamento no país, em cerca de 2.500 municípios (PIRES; OLIVEIRA, 2021).

A presença significativa de lixões nas cidades brasileiras até os dias de hoje é uma das evidências da gestão ainda indevida dos resíduos sólidos no Brasil. Em um outro nível, reflete o descaso, por parte do Estado, com a saúde da população, em especial àquela que tem na gestão dos resíduos a fonte de renda para sustentar a si e suas famílias, as catadoras e catadores de materiais recicláveis.

Da porta de casa para fora, para grande parte da população e das instituições, nada mais importa. Assim, o descarte inadequado de resíduos continua a ser regra dentro das cidades brasileiras. No ano de 2020, a cidade de Campinas, sendo o terceiro município mais populoso do Estado de São Paulo, tem apenas 1,5% dos seus resíduos reciclados (GLOBO, 2020). Adicionalmente, os problemas relacionados a esta prática indevida, tais como insegurança de saúde individual, pública e saneamento tomam o seu lugar.

Problemas complexos requerem soluções múltiplas. A gestão integrada dos resíduos sólidos, artigo XI da PNRS, evidencia a necessidade de fomentar ações conjuntas voltadas à gestão dos resíduos, considerando “dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.” (BRASIL, 2010). Uma estratégia essencial visando os objetivos propostos é justamente a de escutar e reconhecer a importância de quem já estava inserido na gestão ambiental dos resíduos, tais como as catadoras e catadores de materiais recicláveis dos municípios; sendo papel do poder público municipal propiciar espaço para organização destes, bem como fornecer condições dignas de trabalho, levando em

consideração a saúde e remuneração adequadas destas trabalhadoras e trabalhadores (TAKENAKA, 2008).

Atualmente, verifica-se a existência de diversos modos de organização social do trabalho das catadoras e dos catadores. Há catadores autônomos e avulsos nas ruas dos municípios, os que ainda trabalham em lixões a céu aberto, e muitos outros catadores organizados em associações e cooperativas de trabalho (MARCHI; SANTANA, 2022), sendo estas últimas as principais responsáveis pela triagem de materiais recicláveis no Brasil atualmente (CASTRO, 2021).

A despeito da importância socioambiental e política dos catadores organizados em cooperativas trabalhistas, os governos municipais não propiciam condições adequadas para o trabalho destas, o que repercute numa gestão inadequada dos resíduos recicláveis. Em 2010, ano de implantação da PNRS, a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) fez um levantamento nacional mostrando que, naquele ano, apenas 4% do lixo reciclável era aproveitado. Em 2019, um outro levantamento realizado pela mesma associação mostrou que o percentual de “recicláveis que vão para os lixões levam a uma perda de 14 bilhões de reais anualmente, o que poderiam gerar receita e renda para uma camada da população que trabalha com essa atividade.” (BERALDO, 2022)

Desta forma, ficam os questionamentos, algo mudou ao longo desses anos no que concerne à preocupação do poder público municipal com a gestão integrada dos resíduos? As catadoras e catadores, enquanto gestores de resíduos e educadores ambientais, vêm tendo seus trabalhos reconhecidos pelo município? Quais alternativas as catadoras estão priorizando para se tornarem reconhecidas enquanto parte essencial na administração pública dos resíduos?

Compreendendo a essencialidade das catadoras de materiais recicláveis no que concerne a realidade atual, e também a capacidade auto organizativa desse setor e suas disputas políticas na sociedade, o objetivo do trabalho em questão é o de apresentar o processo autogestionário de articulação política nas conquistas do movimentos das catadoras através das percepções acerca do 1º Encontro de Mulheres Catadoras de Hortolândia e Macrorregião, ocorrido em vinte (20) de agosto de 2022, que compõe um chamado de eventos realizados pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Metodologia

As metodologias utilizadas visando os objetivos propostos foram as de prática extensionista de acompanhamento do trabalho das cooperativas de Campinas, sistematização dos dados obtidos ao longo desta prática e leitura de bibliografia relevante na área de Economia Solidária e Autogestão. Trata-se de um método qualitativo, dedutivo e de caráter exploratório, realizado junto com as cooperadas e cooperados durante todo o processo de movimentação política na RMC e construção do encontro.

Os princípios norteadores da ITCP Unicamp são a autogestão, educação popular e extensão universitária. Portanto, todas as práticas extensionistas se baseiam nestes três pilares de atuação. Em seu livro, *Comunicação ou Extensão* (2015), Paulo Freire coloca em questão a palavra Extensão, um termo em disputa, cuja análise semântica, linguística e associativa pode nos levar a entender que fazer extensão é transmitir conhecimento, é assistencialismo, entrega, doação, é um braço da universidade que se estende para “ajudar” o fora dela. Nesse sentido, Freire coloca a questão: não seria melhor usarmos o termo Comunicação, que nos remete ao diálogo, ao conhecimento construído em relação, a troca de saberes, a uma transformação de todas as esferas envolvidas? Como um termo em disputa, a atuação extensionista desta Incubadora tem como prática o que podemos chamar de Extensão Popular, que entende a extensão como uma ação social transformadora de realidades dentro e fora das universidades, como lugar de produção de conhecimento, partindo do pressuposto de que o diálogo e a comunicação são conceitos mais adequados para designar a interação entre diferentes sujeitos (acadêmicos e não acadêmicos). Quando a equipe de incubação inicia o trabalho junto a um grupo, a primeira atividade é ouvir e aprender esta realidade para identificar juntos um ponto de partida para a ação.

Assim, durante aproximadamente um ano, as autoras acompanharam o trabalho das Cooperativas da cidade de Campinas, buscando entender as esferas sociais, econômicas e políticas envolvidas. Foram realizadas visitas presenciais nas Cooperativas Aliança, Santo Expedito, Renascer e Remodela, com o intuito de conhecer a realidade concreta, do dia a dia, e de criar um diálogo e uma relação constante com elas. Também participamos das reuniões mensais com o DLU (Departamento de Limpeza Urbana), local em que as Cooperativas expõem aos funcionários da Prefeitura todas as demandas e problemas enfrentados nesta gestão. Estar nessas reuniões foi de

fundamental importância para entendermos as questões políticas e os problemas estruturais intrínsecos na relação entre as Cooperativas e a Prefeitura. Ao final de cada visita e reunião, as anotações dos acontecimentos se transformaram em um relatório, como forma de sistematizar o trabalho. Essas sistematizações foram utilizadas como metodologia para a escrita deste artigo.

A partir desse vínculo criado com as Cooperativas, as autoras foram chamadas para fazer a relatoria do 1º Encontro de Mulheres Catadoras de Hortolândia e Macrorregião. O intuito era sistematizar o que foi levantado e discutido nos Grupos de Trabalho, que eram: Saúde da Mulher Catadora, Parcerias Públicos Privadas, Formação Continuada e Aposentadoria. Um dos objetivos do evento, era o de escrever uma carta para o(a) próximo(a) presidente da república a ser eleito no ano de 2022. Essas sistematizações, então, serviram de base para a escrita dessa carta, a fim de estruturar as demandas gerais da classe e de reivindicá-las ao longo deste mandato. Além disso, esse trabalho também serviu de base para a elaboração deste artigo, o qual pretende ser também um relato sistematizador do Evento.

A partir dessas sistematizações e da prática extensionista, foi feito um levantamento e estudo de referências bibliográficas, compostas por livros e artigos relevantes da área de Economia Solidária e Gestão de Resíduos Sólidos.

Resultado e discussão

Atualmente, as cooperativas de materiais recicláveis de Campinas estão passando por um momento delicado politicamente. Um acordo feito com a Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) delimita que a empresa consorciada realize a coleta (UOL, 2013), enquanto que as cooperativas realizariam principalmente a triagem. Este acordo que num primeiro momento foi dado como algo positivo para as cooperativas, na realidade se mostrou com muitas desvantagens, como a impossibilidade da coleta por parte das cooperativas, que ficaram dependentes da entrega de material pela empresa, que ao longo dos anos de isolamento social diminuiu consideravelmente a quantidade de material (GLOBO, 2021).

Na tentativa de melhorar o trabalho das cooperativas do município, houve no ano de 2020, a contratação das cooperativas pela PMC (BRITO, 2020). Outro acordo que fora vendido como uma resolução para os problemas enfrentados pelas cooperativas, mas que na verdade só trouxe desvantagens. Tal modelo de contratação

diferencia cooperativas responsáveis pela triagem dos materiais recicláveis e outras responsáveis pela coleta e triagem desses materiais. Só foram contratadas para coleta as cooperativas que tinham estrutura para realizar tal trabalho, como caminhão de coleta e outros equipamentos. Este modelo de contratação acirrou as desigualdades entre as cooperativas que tinham mais estrutura física e as que não tinham visto que aquelas que a tinham recebiam mais do que as que só realizavam a triagem.

O cenário se mostrava tão catastrófico e urgente de mediação que os próprios cooperados solicitaram diversas reuniões com representantes do Departamento de Limpeza Urbana (DLU) e representantes da empresa consorciada para entender a dinâmica da coleta e entrega dos materiais por parte desta última. As cooperativas colocavam como parte de sua realidade a falta de material e o descaso, enquanto as outras duas se colocavam surpresas com a situação e que iriam averiguar. Entretanto, a realidade não mudou. Outra articulação que aconteceu entre cooperados decorreu de motivações parecidas, quando se mobilizaram coletivamente para ir até a prefeitura de Campinas exigir que a parte do acordo com a empresa consorciada fosse feito. Novamente, a realidade não mudou após conversa com o poder municipal.

Visto os diversos problemas causados nessa parceria público privada, surge da necessidade a movimentação. Cooperadas e cooperados de mais de 20 cidades estiveram presentes no 1º Encontro de Catadoras e Catadores de Hortolândia da Macrorregião no qual foi discutido diversos tópicos essenciais para o trabalho, como as parcerias público privadas, saúde da mulher catadora, aposentadoria e formação continuada. Nosso trabalho enquanto ITCP era o de realização da relatoria do evento junto com as catadoras, sistematizando a discussão e suas propostas.

Percebemos que existiam muitas necessidades compartilhadas entre os cooperados e outras mais individuais de cada cooperativa. Destas compartilhadas, houve a preocupação generalizada do futuro incerto enquanto aposentada; da saúde física e mental das cooperadas e cooperados: como o poder público pode atuar de forma a atender essa demanda? Sobre os catadores individuais: como relacionar-se com quem não quer se cooperativar? Quanto ao estudo continuado: Como fomentar o estudo dentro das cooperativas? Como fazer uma formação continuada para melhorar a gestão coletiva? Todas essas perguntas foram realizadas pelas próprias pessoas do evento, compartilhando essas incertezas e buscando respostas em ações.

Ao final do evento, composto de palestras, momentos de discussão e confraternização, realizou-se o compartilhamento das necessidades acima apresentadas. Um dos objetivos do evento, no que concerne tais necessidades, era o de escrever uma carta para o(a) próximo(a) presidente da república a ser eleito no ano de 2022, na tentativa de sistematizar as demandas gerais da classe e reivindicá-las ao longo de seu mandato.

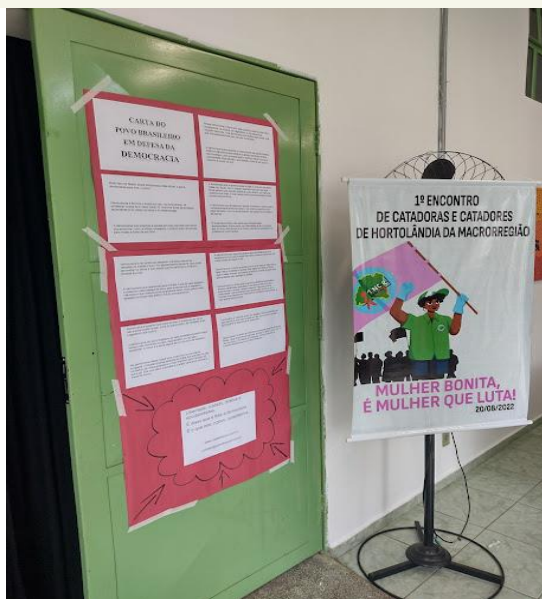
É importante destacar que esse evento foi organizado por mulheres negras e periféricas, com um protagonismo voltado para a causa, afirmando sua identidade de catadora como pessoa digna perante a sociedade e a importância de seu trabalho. A divulgação do evento, os trâmites burocráticos e realização de patrocínios, até a preparação de comida do evento foram realizadas por essas mulheres catadoras e pelas redes de apoio, também compostas em maioria de mulheres pretas da cidade de Hortolândia, como pode ser visto na Figura 1.

Figura 1: Organizadoras do evento no palco no encerramento do mesmo. Fonte: autora, 2022.



Percebe-se que temas que são de grande relevância para as mulheres, como saúde da mulher catadora e aposentadoria, foram assuntos pilares que guiaram o encontro. Além do slogan usado durante o evento, "mulher bonita é mulher que luta", ressaltando a necessidade das mulheres catadoras somarem na luta por uma melhor qualidade de trabalho, como pode ser visto na Figura 2.

Figura 2: Foto da porta de entrada para o auditório principal do evento com o cartaz do "1º Encontro de Catadoras e Catadores de Hortolândia da Macrorregião: Mulher bonita é mulher que luta" e ao lado "Carta do povo brasileiro em defesa da democracia".



Fonte: autora, 2022.

Desde a pós abolição no Brasil, as mulheres negras sempre tiveram uma tripla jornada de trabalho (atividade profissional, doméstica e familiar), assumindo muitas vezes o papel de manutenção do núcleo familiar com vendas de alimentos (GONZALEZ, 2020).

Vão aparecendo estruturas que se complementam numa situação absolutamente cruel. Ela é oprimida por ser mulher, por pertencer a uma classe social subjugada e também por ter a raça negra. [SANTOS, 2017]

Segundo Lélia Gonzalez (2020, p. 45) “a mulher negra excluída da participação no processo de desenvolvimento, ficou relegada à condição de massa marginal, mergulhada na pobreza, na fome crônica, no desamparo.”. As cooperativas de materiais recicláveis são uma alternativa na fuga dessa condição que foi historicamente relegada à mulher negra brasileira, podendo ser um ambiente de, para além da geração de trabalho e renda, cooperação e formação de redes de apoio e luta.

Nesse sentido, a formação de redes e mobilização de afetos têm um papel fundamental na construção de um movimento cada vez mais potente, a partir da criação de um lugar seguro para o compartilhamento de necessidades e escutas coletivas e individuais, se fortalecendo enquanto grupo e articulação política.

Emoções como a dor e a indignação, sentidas por sujeitas do feminismo diante da opressão e da desigualdade, podem tanto transformar quanto serem transformadas em espaços coletivos de luta, fazendo surgir a esperança, o pertencimento e a força no contato entre corpos e subjetividades. [GUZZO; WOLFF, 2020, p 1]

No contexto das cooperativas de materiais recicláveis, essas organizações em redes se dão em dois sentidos, para além de entre os próprios(os) cooperadas(os): entre os movimentos sociais e a vizinhança da cooperativa. Na primeira, foi possível perceber um grande vínculo e apoio mútuo das cooperadas com o movimento da capoeira e do terreiro, com destaque especial para a Comunidade Afro-religiosa Inzo Musambu Hongolo Menha, que estava durante todo o evento auxiliando na organização, preparação e distribuição da comida voluntariamente. Sendo grande apoio para a realização do evento, além de promoverem um espaço de maior interação entre os participantes após o almoço com uma apresentação cultural, presente na Figura 3. Quanto à articulação com a vizinhança da cooperativa, esta se mostra como uma tentativa de estreitar laços a fim de mostrar a presença dos catadores naquela região e a importância que as pessoas do bairro tem no processo de separação de resíduos, que garante o sustento da cooperativa.

Figura 3: Foto do jogo de capoeira durante o almoço no 1º Encontro de Catadoras e Catadores de Hortolândia da Macrorregião.



Fonte: autora, 2022.

Considerações Finais

Por fim, conclui-se que o movimento regional das catadoras e catadores de materiais recicláveis da RMC, apesar de diversos entraves e dificuldades enfrentadas por essas(es) trabalhadoras(es), há uma auto organização política forte e que vem crescendo

e se estruturando cada vez mais e que existe um potencial, a partir dessa movimentação e organização política, de enfrentamento e emancipação das forças que regulam o capitalismo. Sendo, principalmente, porque esse movimento é formado fortemente por mulheres negras e periféricas, que sendo a base da pirâmide social lutam pelos seus direitos enquanto trabalhadoras e para o reconhecimento da importância do seu trabalho e a pela visão de catadora como pessoa digna perante a sociedade.

Além disso, espera-se com este trabalho expor a urgência por medidas públicas de educação ambiental, principalmente na RMC, e a necessidade da valorização do trabalho das catadoras e dos catadores, como gestores dos resíduos sólidos, nesse processo. Para que estes tenham inserção no mercado de trabalho a fim de terem uma condição de trabalho e vida saudável e respeitosa.

O caminho da luta segue tentando emparelhar o poder público às necessidades, demandas e realidade dessas cooperativas. Mesmo que as prefeituras municipais ainda tenham um olhar e atuação assistencialista e paternalista, perdendo noções importantes como da solidariedade e da atuação de uma Economia Solidária (ALVES et al, 2020), é importante o contato e a reivindicação de seus direitos, pois é também com o reconhecimento do poder público com essa classe trabalhadora que possibilita uma melhor realidade para essas trabalhadoras e trabalhadores. Sigamos, então, para a organização política proposta por essas mulheres negras, conquistando seu reconhecimento para a gestão dos municípios, gerando trabalho e renda para as mesmas e condições adequadas.

Referências Bibliográficas

ALVES, Jean Carlos Machado et al. Economia Solidária e a dimensão cognitiva da experiência dos catadores. *Interações* (Campo Grande) [online], v. 21, n. 1, pp. 125-140, 2020 ISSN 1984-042X Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/inter.v21i1.2199>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BERALDO, Lilian. Índice de reciclagem no Brasil é de apenas 4%, diz Abrelpe. Agência Brasil. Rio de Janeiro. 05 jun. 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-06/indice-de-reciclagem-no-brasil-e-de-4-diz-abrelpe>>. Acesso em: 06 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília: Congresso Nacional, 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11445-5-janeiro-2007-549031-normaatuizada-pl.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010. Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília: Congresso Nacional, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 06 ago. 2022.

BRITO, Sarah. Prefeitura firma TAC para contratar cooperativas de reciclagem. Campinas. A Cidade On. 26 out de 2020. Disponível em: <<https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/Prefeitura-firma-TAC-para-contratar-cooperativas-de-reciclagem-20201026-0009.html>>. Acesso em: 12 set. 2022.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI, Alberto Filho. A saúde e seus determinantes sociais. Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]. 2007, v. 17, n. 1, pp. 77-93. ISSN 1809-4481. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>>. Acesso em: 6 out. 2022.

CASTRO, Mariana. Pandemia aumentou em sete vezes a quantidade de lixo gerada por pessoa. Aprenda a reciclar do jeito certo. Globo, 2021. Disponível em: <<https://revistacrescer.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/07/pandemia-aumentou-em-sete-vezes-quantidade-de-lixo-gerada-por-pessoa-aprenda-reciclar-do-jeito-certo.html>>. Acesso em: 1 out. 2022.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GLOBO, Campinas recicla 1,5% do lixo recolhido e prefeitura “vê índice abaixo do esperado”. Campinas, 16 jan. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/01/16/campinas-recicla-6percent-do-lixo-em-ecopontos-e-prefeitura-ve-indice-abaixo-do-esperado.ghtml>>. Acesso em: 06 ago. 2022.

GLOBO, Campinas registra queda de 60% no volume de lixo reciclável coletado na pandemia da Covid-19. Campinas 09 jun. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/06/09/campinas-registra-queda-de-60percent-no-volume-de-lixo-reciclavel-coletado-na-pandemia-da-covid-19.ghtml>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GUZZO, Morgani; WOLFF, Cristina Scheibe. Afetos no engajamento político das Marchas das Vadias no Brasil (2011-2017). Revista Estudos Feministas [online]. 2020, v. 28, n. 2, e72429. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n272429>>. Acesso em 30 set. 2022

MARCHI, Cristina Maria Dacach Fernandez; SANTANA, Joilson Santos. Catadores de materiais recicláveis: análise do perfil socioeconômico na cidade de Salvador, Bahia, Brasil. Interações (Campo Grande) [online]. 2022, v. 23, n. 2, pp. 413-422. ISSN 1984-042X Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/inter.v23i2.3058>>. Acesso em: 10 out. 2022.



MARQUES, J.R. Meio Ambiente Urbano. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2005.

PIRES Yolanda; OLIVEIRA, Nelson. Aumento da produção de lixo no Brasil requer ação coordenada entre governos e cooperativas de catadores. Agência Senado, 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/06/aumento-da-producao-de-lixo-no-brasil-requer-acao-coordenada-entre-governos-e-cooperativas-de-catadores>>. Acesso em: 1 out. 2022.

SANTOS, Carolina Marins. Triplos obstáculos sociais marcam a trajetória das mulheres negras. São Paulo: Jornal da USP, 2017. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/triplos-obstaculos-sociais-marcam-a-trajetoria-das-mulheres-negras/>>. Acesso em: 1 out. 2022

TAKENAKA, E.M.M. Políticas públicas de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos no município de Presidente Prudente-SP. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008, 232p. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/08/edilenetakenaka.pdf>. Acesso em: 1 out. 2022

UOL. Lixo: Campinas eliminará coleta porta a porta. Campinas, 29 maio 2013. Disponível em: <<https://blogdarose.band.uol.com.br/lixo-campinas-eliminara-coleta-porta-a-porta/>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

APONTAMENTOS DA SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

698

Ana Claudia Giannini Borges, (UNESP)
ana.giannini@unesp.br

Lívia Martinez Brumatti,
livia.brumatti@hotmail.com

Ana Cláudia Fernandes Terence, (UNESP)
ana.terence@unesp.br

Marcel Britto, (UNESP)
marcel.britto@unesp.br

Resumo

As cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis são parte fundamental para a gestão de resíduos sólidos, como evidenciado na Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010. Tais entidades realizam coleta, triagem e processamento, atividades com classificações distintas pela legislação tributária brasileira, cuja alta complexidade impacta a gestão dessas cooperativas e associações, dificultando o cumprimento de suas obrigações legais e a sua viabilidade econômica. Assim, objetiva-se analisar a situação tributária de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis do estado de São Paulo, apontando a heterogeneidade e os tipos de tributos pagos por esses coletivos. Inicialmente, fez-se revisão bibliográfica sobre cooperativas e tributos, com destaque para as legislações, visando trazer um panorama tributário para os coletivos de catadores. Para a obtenção dos dados, foram realizadas entrevistas com 17 cooperativas/associações sobre sua situação e o processo de pagamento de tributos. Para a seleção desses grupos, considerou-se dos 645 municípios do estado, aqueles com mais de 20 mil habitantes e que tivessem Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos instituído, o que reduziu a amostra para 111 municípios. Após, por amostragem não probabilística, foram selecionados 15 municípios, sendo um por mesorregião, tendo dois municípios com dois coletivos de catadores. Esses coletivos apresentam uma situação heterogênea quanto: ao número de associados (8 a 100); a renda dos associados (de 63% do salário-mínimo a quase 2 salários-mínimos); e o valor e o registro da receita total (alguns associados não sabem identificar a receita de suas atividades, enquanto outros discriminam quanto recebem de recursos das vendas, bem como dos serviços ambientais prestados). No mesmo sentido, os dados apontam que a condição de pagamento dos tributos é diversa, há cooperativas que não sabem os tributos que deveriam pagar e/ou não têm condição para tal, ao mesmo tempo que outras discriminam o pagamento desses. Em relação aos tributos, 4 cooperativas indicam pagar COFINS e ISS, 3 mencionam PIS e IRPJ, 2 recolhem ICMS e 1 paga IPI. É importante ressaltar que alguns cooperados por desconhecerem os tributos que devem ser pagos, relatam que a falta desse conhecimento é minimizada com a contratação de escritório contábil. Além da dificuldade em relação à falta de informação contábil e jurídica por parte dos cooperados, é possível apontar características do sistema tributário que prejudicam esses sujeitos que sobrevivem desempenhando funções econômicas, ambientais e sociais essenciais para a sociedade.

Palavras-chave: Tributos; Cooperativas e Associações; Reciclagem.

Abstract

As stated in the National Solid Waste Policy, Law No. 12,305/2010, cooperatives and associations of collectors of recyclable and reusable materials are an essential component of solid waste management. The management of these collectives is impacted by the high complexity of the Brazilian tax legislation, which makes it challenging for them to comply with their legal obligations and maintain their economic viability. Such entities engage in the collection, sorting, and processing activities that are classified differently under Brazilian tax law. We aim, in this study, to analyze the tax status of cooperatives and associations of collectors of recyclable and reusable materials in the state of São Paulo. Initially, a review of the literature on cooperatives and taxes was done, with a focus on legislation, to give a picture of the tax landscape. The data was collected through the interview of 17 cooperatives and organizations about their condition and the tax-paying process. From the 645 municipalities in São Paulo state, we considered those that had a Municipal Plan for Integrated Management of Solid Waste in place and had more than 20,000 residents, which lowered the sample size to 111 municipalities. Then, 15 municipalities were chosen by the non-probabilistic selection, considering one per mesoregion. Two of these municipalities had two collectives of collectors. The interviewed collectives exhibit a heterogeneous situation in terms of their membership (8 to 100), associates' earnings (from 63% of the minimum wage to almost twice that amount), and their total revenue value and history (some associates do not know how to identify the revenue from their activities, while others discriminate how much they receive from sales proceeds, as well as from the environmental services provided). In a similar way, the interviews demonstrate that there are various tax payment conditions. For example, some cooperatives do not know what taxes they should be paying and/or are unable to do so, while others discriminate against their payment. Regarding taxes, four cooperatives declared paying COFINS and ISS, three mention PIS and IRPJ, two pay ICMS, and one pays IPI. Some cooperative members claim that employing an accounting firm helps to decrease their lack of tax expertise. In addition to the challenge posed by the lack of accounting and legal information, there are still some aspects of the tax system that affect these individuals who live by carrying out essential economic, environmental, and social services for society.

Keywords: Taxes; Cooperatives and Associations; Recycling.

Introdução

O modo de produção capitalista, sustentado em uma lógica de produção e de consumo que privilegia a acumulação de capital, promove relações desiguais de trabalho e impacta, sobremaneira, o meio ambiente. Somado a esse cenário, as crises econômicas geradas pelo próprio sistema capitalista acentuam a exclusão de trabalhadores do processo produtivo, subjugando-os a uma vivência de precariedades (MÉSZAROS, 2006; GARESCHI, 2014) e exclusões multidimensionais (SAWAIA, 2014).

A ‘catação de lixo’ passa a ser uma das formas encontradas para a sobrevivência desses trabalhadores que, em muitos casos, se organizam em coletivos, a fim de gerar trabalho e renda e buscar uma condição de vida digna. O ‘lixo’ passa a ser então considerado um resíduo sólido, que demanda a identificação de seus geradores, as responsabilidades de descarte e os meios para viabilizar a sua gestão. Esses aspectos estão contemplados na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), sancionada pelo governo federal por meio da Lei federal nº 12.305 (BRASIL, 2010). A PNRS é um marco

normativo e regulatório no gerenciamento de resíduos sólidos no país, integrando a Política Nacional de Saneamento Básico, Lei nº 11.445 de 2007 (BRASIL, 2007).

A PNRS define os princípios, os objetivos e os instrumentos para a gestão integrada dos resíduos sólidos e, estabelece “IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;” (BRASIL, 2010, art. 8º), como parte do processo de destinação adequada, como a reciclagem dos resíduos sólidos.

Tais coletivos realizam coleta, triagem, processamento e comercialização dos resíduos, atividades com classificações distintas para a legislação tributária brasileira. A formalização e regularização desses coletivos ocorre por meio de condições jurídicas distintas (normalmente, cooperativas ou associações). A diversidade de legislações amplia a complexidade da gestão desses coletivos, dificultando o cumprimento de suas obrigações legais e a sua viabilidade econômica.

Isso posto, este artigo tem como objetivo analisar a situação tributária de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis do estado de São Paulo, apontando a heterogeneidade e os tipos de tributos pagos por esses coletivos. Para cumprir esse objetivo, o artigo apresenta seção sobre a legislação tributária, os procedimentos metodológicos, a análise dos casos e, por fim, as considerações finais.

Legislação tributária para cooperativas e associações de materiais recicláveis

Em geral, os catadores de materiais recicláveis, quando se reúnem em uma organização para realizar o trabalho de maneira coletiva, adotam três tipos de composição jurídica: associação, cooperativa ou cooperativa de trabalho. As associações não possuem finalidade econômica, uma vez que seu objetivo é a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantrópica, entre outras (SILVA, 2017). Desta forma, as associações normalmente apresentam um caráter social, com uma estrutura de funcionamento menos burocrática quando comparada às cooperativas e são regidas pelo Código Civil, Lei nº 10.406 de 2002 (BRASIL, 2002), não tendo legislação própria para efeitos fiscais e contábeis.

As cooperativas, por outro lado, têm como base a atividade econômica e, a par dos artigos 1.093 a 1.096 do Código Civil, são regidas pela Lei nº 5.764 de 1971 que institui a Política Nacional de Cooperativismo e as define como sociedade formada pelo

contrato de pessoas reciprocamente obrigadas a contribuir com bens ou serviços para exercício de atividade econômica de proveito comum, sem escopo de lucro (art. 3º). A Lei nº 12.690 de 2012 versa especificamente sobre as cooperativas de trabalho, definindo-as como “[...] sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho” (BRASIL, 2012, art. 2º). A legislação primeira de cooperativismo não faz referência a aspectos como autonomia e autogestão. Ainda nessa legislação, as cooperativas devem ser formadas por, no mínimo, 20 associados. Já as Cooperativas de Trabalho têm composição mínima de 7 associados, podendo ser caracterizadas pela “[...] prestação de serviços especializados a terceiros ou a produção em comum de bens” (OCB, nº 56, 2019).

Um dos principais aspectos das legislações das cooperativas é a definição do ato cooperativo. A Lei nº 5.764, em seu artigo 79, traz a definição de atos cooperativos como aqueles “[...] praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais” (BRASIL, 1971). O ato cooperativo representa uma segurança jurídica que permite um tratamento tributário adequado a esse tipo de empreendimento que promove um modelo de trabalho mais inclusivo, de ajuda mútua entre os cooperados, gerando resultados compartilhados, distribuição de renda, e promovendo princípios democráticos, bem como estímulo de interesse das comunidades locais (OCB, 2022).

O ato cooperativo é, de fato, a maior distinção entre as cooperativas e as demais formas associativas e societárias, e sua definição legal sobredita pode resumir-se ao negócio interno ou fim das cooperativas. Nesse sentido,

[...] ‘ato cooperativo’ é hoje, no direito brasileiro, o nome jurídicamente aplicável a todos os negócios internos das cooperativas, a individualização mais rigorosa desses atos exige, evidentemente, a indicação de uma diferença específica, mediante predição condizente com o tipo de atividade que a sociedade desenvolve. (FRANKE, 1973, p. 24).

Ao tempo em que as associações se constituem pela “união de pessoas que se organizam para fins não econômicos” (BRASIL, 2002, art. 53), é da essência das cooperativas o ato cooperativo, caracterizado pela ausência de lucro e de intermediação, que materializa a organização em cumprimento de um fim preponderantemente econômico e de utilidade social (BECHO, 2002).

Portanto, todos os atos praticados entre cooperados e cooperativas, bem como entre cooperativas, são obrigações internas orientadas à projeção da organização e consecução de seus fins, infensas a tributação por não caracterizarem fato gerador de obrigação tributária (sendo caso de não incidência por atipicidade). A própria lei cooperativa reforça que “o ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria” (BRASIL, 1971, parágrafo único do art. 79) e apenas “[...] operações das cooperativas com não associados [...], serão levados à conta do “Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social” e serão contabilizados em separado, de molde a permitir cálculo para incidência de tributos.” (BRASIL, 1971, art. 87).

Quanto às associações, por serem entidades sem fins econômicos, também não haveria tributação pela ausência de prática de fatos econômicos ensejadores de obrigação tributária (fatos geradores). Ademais, pela possibilidade de as associações serem orientadas à educação e à assistência social, seria caso de imunidade tributária constitucional como previsto nos arts. 150, VI, “c”, *in fine* e art. 195, §7º (BRASIL, 1988).

Embora exista diferença na composição jurídica entre os tipos de organização dos catadores, pela perspectiva contábil e fiscal, os três tipos estão submetidos ao mesmo regime tributário, uma vez que o que determina a classificação tributária é o fato gerador da atividade econômica, observada inexistência de imunidades (casos de impedimento constitucional à ocorrência da subsunção da hipótese de incidência normativa à situação/ato ou comportamento praticado, obstando a ocorrência do próprio fato gerador) ou isenções (exclusão do crédito tributário por expressa previsão legal nos termos do Código Tributário Nacional (CTN), art. 175, I) (BRASIL, 1966).

Os regimes tributários regulares utilizados no Brasil são o SIMPLES Nacional, o Lucro Presumido e o Lucro Real. O SIMPLES Nacional (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições) é regido pela Lei Complementar (LC) nº 123 de 2006 e é destinado para microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham receita bruta igual ou inferior a 360 mil e 4,8 milhões de reais anuais, respectivamente.

Embora associações e cooperativas tenham, normalmente, uma receita bruta inferior ao teto estipulado no regime do SIMPLES, a mesma LC, em seu artigo 3º, § 4º, inciso VI determina o impedimento de utilização desse regime por cooperativas e associações (BRASIL, 2006). Desta forma, quanto aos tributos federais, resta às cooperativas e associações a possibilidade de adoção do regime baseado no Lucro

Presumido ou no Lucro Real. O regime do Lucro Real é obrigatório principalmente para os casos de empresas ou cooperativas que tenham receita bruta anual superior a R\$78 milhões, sendo o regime tributário mais comum de grandes empresas. Portanto, o regime tributário, usual e o indicado para cooperativas e associações de catadores de resíduos sólidos, é o do Lucro Presumido. Partindo dessa perspectiva, apresenta-se no Quadro 1 a relação dos impostos e contribuições próprias desse regime (Imposto de renda de Pessoa Jurídica - IRPJ, a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI) juntamente com os tributos dos Estados e Municípios potencialmente incidentes.

Quadro 1. Tributação incidente nas Cooperativas e Associações

Tributos Federais
IRPJ (15% sobre o percentual de presunção do lucro) CSLL (9% sobre o percentual de presunção do lucro) PIS (0.65%) COFINS (3%) IPI
Tributos Estaduais
ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de mercadorias e sobre as Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (variável, mas geralmente, com alíquota interna média de 18%)
Tributos Municipais
ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (de 2 a 5%, conforme cidade e serviço prestado) IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

Fonte: Elaborado pelos autores.

A tributação federal que incide no regime do Lucro Presumido para a atividade de coleta, triagem, processamento e venda de resíduos sólidos contempla o IRPJ, a CSLL, o PIS e a COFINS. Entretanto, para o caso das cooperativas, a própria legislação 5.764/71 define, através do ato cooperativo, a inexistência de fato gerador para o IRPJ e para a CSLL. Ainda, o próprio Regulamento do Imposto de Renda, decreto nº 9.580 de 2018 reforça, em seus artigos 193 e 194, a não incidência do imposto sobre a atividade econômica de sociedades cooperativas, desde que respeitado o princípio do ato cooperativo.

O ato cooperativo também gera isenção para as cooperativas do pagamento de PIS e COFINS. De acordo com o Recurso Especial nº 1.141.667-RS do Superior Tribunal de

Justiça (STJ) de 2016, há o entendimento que a atividade estabelecida entre cooperativa e cooperados não deve ser tributada (BRASIL, 2016). Entretanto, por não ser uma decisão regulamentada por decreto ou lei, ainda há discussões acerca da temática.

O único imposto federal que pode incidir sobre as cooperativas e, neste caso, também para as associações, é o IPI. Este tributo só será devido se as cooperativas ou associações realizarem algum tipo de processamento e transformação do resíduo sólido.

Sobre a tributação federal das associações, pode haver isenção do IRPJ e da CSLL, desde que tenham por objeto cuidar do interesse dos associados e/ou prestem serviços conforme destinação estatutária sem fins lucrativos (BRASIL, 1997, art. 12, §3º). Também não incidirá a COFINS sobre atividades próprias das associações sem fins lucrativos, ressalvada a cobrança sobre receitas provenientes de atividades estranhas à elencadas nos atos constitutivos. Quanto ao PIS, as associações estão sujeitas ao pagamento de 1% sobre a folha de pagamento.

Na esfera estadual, o Regulamento do ICMS, conhecido como RICMS/2000, define, em seu artigo 392, que quando a operação de venda do material reciclado é realizada dentro do próprio estado de São Paulo, o imposto é diferido e, portanto, isento de recolhimento (SÃO PAULO, 2000). Esse imposto é isento, portanto, tanto para as cooperativas quanto para as associações que exerçam atividade de coleta, triagem e venda. Caso haja o processamento e transformação do material reciclável o imposto volta a incidir e seu recolhimento se torna obrigatório.

No âmbito municipal, há a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) quando as associações ou cooperativas prestam seus serviços ambientais ao município. As discussões sobre a possibilidade de isenção desse imposto para a atividade de associações ou cooperativas de materiais recicláveis ocorrem a nível local. Ainda, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) pode ser devido tanto por cooperativas quanto por associações, a depender da relação desses coletivos com o estabelecimento em que estão inseridos. Se for imóvel próprio há a incidência anual do imposto. Caso haja contrato locatício ou de concessão de uso, é possível que a cooperativa seja isenta de pagamento.

Pela própria estrutura do sistema tributário nacional, há considerável onerosidade das exações sobre as atividades econômicas, de tal modo que a carga tributária bruta (CTB) do Governo foi de 33,90% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021 (BRASIL, 2022). Ademais, a grande variedade de tributos e obrigações acessórias somada à

profusão normativa perfazem quadro de tão alta complexidade que mesmo profissionais especializados tem dificuldade em apreender, constituindo fator dificultador na gestão dos coletivos, sobretudo em grupos vulneráveis, como no setor de reciclagem. O desconhecimento de preceitos normativos faz com que os atores envolvidos ignorem qual o correto enquadramento de suas atividades, como, por exemplo, no caso dos atos cooperativos que são atípicos, o que tem encaminhado muitas discussões para o campo das relações contratuais de forma equivocada (NASCIMENTO, 2000).

Há ainda, encargos previdenciários que incidem sobre ambos os tipos de coletivos (associações e cooperativas) e que devem ser obrigatoriamente recolhidos, pois tanto os cooperados quanto associados se enquadram como contribuintes individuais (art. 12, V), devendo recolher, individualmente, o equivalente a 20% do salário de contribuição (art. 21) (BRASIL, 1991).

Procedimentos Metodológicos

Buscando atender aos objetivos propostos, neste artigo analisam-se dados coletados em 2018/2019 (Projeto FAPESP) quanto à gestão contábil e tributária. A pesquisa se pauta em uma abordagem quanti-qualitativa. Essa escolha se deve ao fato dos meios quantitativos que podem, a depender, viabilizar abordagens qualitativas da questão proposta. Assim, os dados numéricos foram descritos e analisados buscando compreensões qualitativas, de modo que a compreensão dada pelos sujeitos fosse considerada na composição do processo de análise.

Para a coleta de dados, utilizou-se um instrumento padronizado, com questões de natureza quantitativa e qualitativa que foram aplicadas aos representantes das cooperativas e associações de catadores. Para a definição da amostra, foi necessário realizar recorte metodológico para selecionar os municípios. Os municípios considerados deveriam atender os seguintes critérios: estar localizado no estado de São Paulo; ter Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) instituído e separado do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), apesar do art. 19 da Lei nº 12.305/2010 permitir a integração do PMGIRS no PNSB; apresentar mais de 20 mil habitantes no Censo Demográfico de 2010, como previsto na Lei nº 12.305/2010; e possuir organização de catadores. Dos 650 municípios do estado de São Paulo, 111 cumpriam o recorte metodológico, sendo que para a seleção dos municípios, para a pesquisa de campo, priorizou-se aqueles que tivessem até duas cooperativas/associações.

A partir desse recorte, considerou-se um município por mesorregião do estado, considerando-se uma amostragem não probabilística por acessibilidade que, segundo Gil (2008), atende estudos exploratórios ou qualitativos. Ressalta-se que alguns municípios apresentavam mais de uma organização, o que resultou em uma amostra composta de 3 associações e 14 cooperativas. Evidencia-se que as pesquisas, em seus desenvolvimentos, atenderam às normativas éticas vigentes em cada momento e que este artigo procura atender as recomendações da resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Assim, os dados são apresentados sem a identificação dos municípios, nome dos coletivos e dos(as) entrevistados(as), a fim de garantir anonimato dos sujeitos e das fontes.

A transcrição foi feita com base em Whitaker *et al.* (2002) que propõe um cuidado nesse processo, para respeitar a fala do entrevistado, valorizando-a e sem expor os sujeitos de forma preconceituosa. Assim, os autores propuseram a separação da ortografia e da fonética, em que se faz correções apenas em relação à pronúncia, mantendo-se a sintaxe, visto que as pessoas se expressam de maneira diferente quando falam e escrevem. Por fim, é importante acrescentar que a transcrição das falas dos(as) entrevistados(as) seguiram essas considerações, bem como a identificação do gênero foi mantida, mas com nomes fictícios.

Análise dos casos

Dos coletivos entrevistados, três estão formalizados como associações e quatorze como cooperativas, diferença que impacta na finalidade econômica desses coletivos, visto que apenas aqueles organizados como cooperativas têm uma finalidade efetivamente econômica. Há também diferenças quanto: à quantidade de pessoas necessárias para a sua constituição; à existência de capital social; ao patrimônio; à emissão de nota fiscal; à contribuição previdenciária e a outros tributos (SILVA, 2017).

As cooperativas e associações de catadores têm diferentes funções, como a coleta seletiva, triagem, comercialização, processamento de resíduos (trituração), sendo nos coletivos estudados a comercialização e a triagem as funções principais. No entanto, observa-se a trituração, função que apresenta tributação distinta, como o IPI, mas que depende da identificação da atividade e do produto para enquadrar na Tabela de Incidência do IPI (BRASIL, 2022).

Tabela 1. Funções realizadas pelas Associações e Cooperativas.

	Funções realizadas pelas Associações/Cooperativas	
	Realizam	Não Realizam
Comercialização	17	0
Triagem	17	0
Trituração	5	12
Coleta Seletiva	11	6

Fonte: Elaborada pelos autores.

Dos materiais comercializados, há o predomínio do papel/papelão, lata/alumínio, vidro, plástico (de diferentes composições), ferro e óleo (Tabela 2).

Tabela 2. Materiais comercializados pelas Associações e Cooperativas

Materiais	Associações/Cooperativas	
	Comercializam	Não Comercializam/ Não indicam
Lata	16	1
Papel	17	-
Papelão	17	-
Vidro	17	-
Plástico	17	-
Ferro	17	-
Óleo	17	-
Isopor	2	15
Madeira/Galho	2	15
Outras indicações	de	
Equipamento informática	1	16
Alumínio	1	16

Fonte: Elaborada pelos autores.

Quanto à composição de cooperados e associados, segundo Silva (2017) e Brasil (1971, 2012), parte dos coletivos estão adequados ao definido em legislação específica para a sua formalização jurídica. É importante ressaltar, no entanto, que há cooperativas com o número menor de sócios, como previsto na Lei nº 5.764/1971, mas adequadas se

considerar que estão enquadradas na Lei nº 12.690/2012, como apresentado no Quadro 2.

Quadro 2. Cooperados e associados e a razão da oscilação dos membros.

Formalização jurídica	Quantidade sócios	Oscilação dos sócios	Razão da Oscilação
Cooperativa	40	sim	Acreditam que é uma atividade temporária ("bico")
Cooperativa	37	sim	Renda insuficiente
Associação	21	sim	Atividade "puxada"
Cooperativa	86	não	-
Cooperativa	8	sim	Renda insuficiente
Cooperativa	100	não	-
Cooperativa	19	não	-
Cooperativa	43	sim	Renda insuficiente
Cooperativa	19	sim	Renda insuficiente
Associação	13	sim	Renda insuficiente/Dificuldade com o Presidente
Cooperativa	23	sim	Dificuldade em se adaptar à atividade (pessoas provenientes da inclusão social e jovens)
Associação	25	não	-
Cooperativa	21	Sim	Busca por "melhor emprego"
Cooperativa	14	Sim	Renda insuficiente
Cooperativa	19	Não	-
Cooperativa	23	Sim	Dificuldade com a atividade/ Não gostam de trabalho em Grupo/ Mudança de Cidade

Cooperativa	10	Sim	Renda insuficiente/ Dificuldade com horário de funcionamento/ Mudança de atividade.
-------------	----	-----	---



Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se, no mesmo quadro, uma oscilação no número de sócios na maioria dos coletivos, o que pode resultar em irregularidade, bem como impactos em sua receita, pois quando a quantidade de associados diminui, a atividade de coleta e triagem pode ser mais demorada e gerar menos rendimentos ao coletivo.

Um dos coletivos, indicou que o problema da oscilação está atrelado àquelas pessoas que foram aceitas na cooperativa por ações com o objetivo de inclusão social e, também pelo perfil de alguns jovens:

Um pouco é a inclusão social, n/é? Que a gente, eu comecei a fazer muito isso, e houve uma rotatividade muito grande, você abrir portas para pessoas, que tipo, alcoólatra ... eles não ficam, n/é? E a molecada, n/é? Abrir portas para a molecada, molecada não quer saber de trabalho! Eles querem o trabalho, mas não querem o compromisso. A molecada não quer trabalhar, são fracos, não aguentam trabalhar! [...] reclamam demais! Tão sempre cansados [...] mas querem os direitos deles, viu?! Lutam pelos direitos que é uma beleza, mas os deveres... (ENTREVISTADA MARIA).

Para os coletivos que possuem receitas fixas mensais pela prestação de seus serviços e adicionalmente fazem a distribuição dos rendimentos da venda dos produtos reciclados, há normalmente, uma oscilação menor. Porém, para aqueles coletivos que sobrevivem apenas com a venda de material reciclado, a renda retirada se torna insuficiente para sobrevivência, sendo, portanto, muito comum a busca por outros trabalhos fora do segmento de resíduos.

O Quadro 3 evidencia a receita bruta média dos coletivos entrevistados, bem como o quanto essa receita representa em termos de salário-mínimo, que na época de realização das entrevistas (2018/2029) era de R\$954,00. O quadro traz também a quantidade de cooperados/associados em cada coletivo, evidenciando os valores baixos de rendimento gerados nesses coletivos, que muitas vezes chega a distribuir entre os associados/cooperados um valor menor que o salário-mínimo.

Quadro 3. Receita Bruta média em Reais e Salário-Mínimo e Quantidade de Cooperados e Associados.

Receita Bruta (média) R\$	Receita Bruta média/ R\$	Cooperados/ Associados Quantidade
------------------------------	-----------------------------	--------------------------------------

	Salário-Mínimo 954,00)	(R\$
60.000,00	62,89	40
27.000,00	28,30	37
22.700,00	23,79	21
169.000,00	177,15	86
8.000,00	8,39	8
148.000,00	155,14	100
120.000,00	125,79	19
49.300,00	51,68	43
19.000,00	19,92	19
Não soube identificar	-	13
60.000,00	62,89	23
25.659,00	26,90	25
15.000,00	15,72	21
7.000,00	7,34	14
26.000,00	27,25	19
31.529,00	33,05	23
22.600,00	23,69	10

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 3 sumariza a renda média dos associados/cooperados dos coletivos entrevistados, demonstrando, mais uma vez, a insuficiência dos rendimentos gerados pela atividade. Importante mencionar ainda, que a legislação previdenciária prevê desde 2015 com o Ato Declaratório Interpretativo (ADI) Receita Federal do Brasil (RFB) nº 5, que seja recolhida uma alíquota de 20% sobre os rendimentos individuais para fins de contribuição social, reduzindo ainda mais o valor líquido retirado pelo associado/cooperado.

Tabela 3. Renda Média dos cooperados e associados por faixa de salário-mínimo.

Em Salários-Mínimos (SM)	Renda média dos cooperados/associados
Menos que 1 SM	1* e 3
1 SM	0
Acima de 1 SM até 1 SM e meio	1** e 7

Acima de 1 SM e meio | 5

Notas: Salário-Mínimo de R\$954,00. Há indicações de renda que são de forma pontual (9) e outros a partir de faixa de valores (8), nesse caso fez-se média. *Associação/Cooperativa apresenta média menor que 1 SM, mas oscila em valores de R\$870,00 e R\$970,00. **Associação/Cooperativa apresenta média entre 1 SM e 1 e meio SM, mas oscila em valores de R\$800,00 e R\$1.300,00.

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 4 apresenta os tributos pagos pelos coletivos, a partir da distinção da forma jurídica, conforme declaração dos entrevistados.

Tabela 4. Tributos pagos pelas cooperativas e associações de catadores.

	Pagamento de Tributos	IRPJ	PIS	COFINS	INSS		IPI	ICMS	IPTU	ISS
					Coletivo	Individual				
Cooperativa	Sim	3	3	3	7	3	1	1	2	4
	Não	11	11	11	4	-	13	10	11	9
	Isentos	-	-	-	-	-	-	3	1	1
Associação	Sim	-	-	-	1	-	-	-	-	-
	Não	3	3	3	2	-	3	3	3	-
	Isentos	-	-	-	-	-	-	-	-	3

Fonte: Elaborada pelos autores.

De maneira geral, é possível perceber que em sua maioria os coletivos não pagam os impostos federais componentes do regime do Lucro Presumido (IRPJ, PIS, COFINS) ou mesmo os tributos de âmbito estadual e municipal. Vale mencionar aqui que a CSLL também é integrante do Lucro Presumido, mas não foi mencionada por nenhum dos entrevistados o recolhimento desse tributo. Embora os entrevistados tenham mencionado que não pagam, poucos demonstraram ter conhecimento do 'não-pagamento' pela isenção atribuída pela atividade que exercem.

Aqueles que relatam que pagam tributos de qualquer nível estão mal orientados nos quesitos jurídico-contábeis que envolvem a atividade. Há aqueles que mencionam o pagamento de IPI e ICMS, o que pode estar adequado a depender da atividade de transformação de resíduos realizada pelo coletivo. Além disso, muitos mencionaram não pagarem o ISS que seria incidente sobre o serviço. Entretanto, é possível que não haja o

recolhimento do imposto por não haver contratos de prestação de serviço entre esses coletivos e as prefeituras.

Um dos coletivos ressaltou que há a isenção do ISS, devido a mudança na legislação municipal. O entrevistado Paulo, funcionário do órgão responsável pelo saneamento do município, ressalta que:

Por ser cooperativa e ter a inscrição do imposto sobre qualquer, qualquer natureza, eles e até dois salário-mínimo, a câmara [municipal determinou] são isenção, eles não pagam o tributo... do ISS [...] foi uma lei.

Destaca-se que três Cooperativas declararam não pagar imposto, sendo que apenas uma não paga nenhum imposto. Uma delas indica pagamento de INSS e outra ressalta o pagamento pelo Programa Especial de Regularização de Débitos (Refis), como expresso na fala a seguir:

Na Cooperativa todo ano é feito, é feito um ... um “refis de débitos” porque que é feito esse refis de débito? Nós não tiramos nota fiscal, porque nós não temos uma situação fiscal e contábil e que nos contempla tirar nota fiscal, tá? Não paga o imposto durante o ano, aí chega no fim do ano vai lá faz o refis e paga tudo. Então está para sair agora, esse refis, por profissionais, e aí vem e a gente paga a Receita Federal. O único problema que tem aqui [é] que não se paga a receita previdenciária. Ontem ainda nós sentamos, eu conversei com ela, foi ontem. Isso é um problema muito sério, a gente tem que resolver esse problema, só que aqui como não tem dinheiro, então fica aí esse negócio. (ENTREVISTADO PEDRO FUNCIONÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL).

A gestão das cooperativas e associações entrevistadas quanto ao tema tributário apresenta desde o total desconhecimento até a autonomia de sua gestão, explicando os tributos que pagam e por qual razão, mas para a grande maioria dos entrevistados o que se verifica é a fragilidade quanto ao tema e o repasse da obrigação e da gestão para os escritórios de contabilidade. Essa percepção também foi observada por, ao relatar que uma das cooperativas estudadas, apresentar desconhecimento sobre as questões tributárias, bem como a resistência em atender as exigências jurídicas quanto ao funcionamento de cooperativas (STROH, 2016). Observa-se essa dificuldade das cooperativas e associações, visto as várias outras dificuldades vivenciadas no dia a dia da atividade, como estrutura precária de trabalho, quantidade insuficiente de trabalhadores (TAIULE; DEBACCO, 2004) e, com isso, a obtenção de renda insuficiente para garantir a sobrevivência do coletivo e a individual, como observado por Pedro:

[...] é muito difícil para eles fazer a gestão! Quando você perguntou para mim, lá no início da nossa conversa que, eu te falei, preciso de dinheiro. Cooperativa tem um complicativo muito grande, poucas pessoas entendem a forma como ela é gerida, como ela é feita. Eu falei para eles “vocês têm que buscar um profissional da área” fomos buscar esse profissional da área, um auditor fiscal. Ele custa R\$1.000,00 por mês para se tomar conta da gestão, não tem condições

de você pagar isso e pagar eles ... Então, você escolhe uma coisa, você escolhe outra. Não é assim que funciona, não tem ... hoje se você, aqui [supressão do nome do município] tem duas pessoas que cuidam de cooperativas e essas duas pessoas cobram um salário mínimo para tomar conta de cooperativa.

713

Em uma condição de precariedade, prioriza-se as necessidades vitais, ademais destaca-se a heterogeneidade das histórias, níveis de escolaridade e perfis profissionais o que complexifica a realização da autogestão e, portanto, da construção e da experiência cooperativa e associativa. A gestão autogestionária depende de a capacidade do coletivo identificar as capacidades e talentos e, a partir disso, combiná-los a fim de obter ganhos na gestão e na produção, o que depende de uma vivência democrática entre os pares e atrelado a não divisão entre capital e trabalho (SORBILLE, 2000; VERONESE, 2008). Reforçando esse ponto, faz-se necessário ressaltar que grande parte da vivência dos cooperados/associados se dá sob a lógica capital-trabalho, sustentada na heterogestão, em meio a lógica capitalista (VERONESE, 2008).

Isto posto, observa-se relatos de descontentamento da relação da cooperativa/associação com o escritório contábil, como pode se observar na fala da entrevistada Rosa: “Tem contador! Mas, eles faz tudo escondido, nós não sabemos de nada. Tem contador, estamos pagando [...]”.

Fala que demonstra a assimetria de informação entre as partes, visto que a entrevistada não sabia que poderia conversar e solucionar as suas dúvidas com o Contador: “Eu posso interferir?” (ENTREVISTADA ROSA).

Na questão tributária, os entrevistados referem-se ao pagamento do INSS, como já destacado na fala do Pedro e por outros dois entrevistados. O Pedro ressalta ainda a dificuldade da cooperativa em pagar os tributos, visto a reduzida receita e os poucos contadores que trabalham com cooperativa no município, o que dificulta a contratação desses (valor cobrado) pelo coletivo, como expresso no trecho a seguir:

[...] é o seguinte, 2001 quando começou, 2002, não foi recolhido INSS, cada um recolhia o seu! Acabou ninguém recolhendo nada. Aí em abril de 2003, passou que a cooperativa que era responsável de contribuir, de recolher, para repassar para o INSS, aí ficou nesse período de 2003, ficou 9 meses, a cooperativa pagando só a guia do INSS, mas sem o SEFIPI [Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social], n/é? O SEFIPI é onde está o nome das pessoas ... n/é? Aí se pagou 9 meses dessa guia, mas não tinha o detalhamento para quem era, entendeu? Aí tinha gente que ia no INSS que estava grávida, querendo dar entrada e não conseguia, acabou até que baixou a fiscalização aqui [...] aplicou um monte de multa ... aí corre contador para cá, corre a gente para levar documento, n/é? (ENTREVISTADO PAULO)

A dificuldade de obter informação quanto à legislação tributária de uma cooperativa aparece em várias falas, mas fica evidente com a entrevistada Lúcia:

714

Porque eu não consegui pagar então é esse que a gente está tentando, estou tentando legalizar mas tá muito difícil! Principalmente o INSS! [...] eu fui conversar com o contador e ele falou para a gente colocar na legalidade primeiro tem que ver a contribuição do INSS! Aí eu fui conversar com o diretor, o diretor [Secretário] de Meio Ambiente e falou assim, que não sei se isso procede, mas foi que ele me disse que a gente poderia estar abrindo uma MEI! [...] Então, porque até então a gente vai até mudar de contador porque, nosso contador, eu acho que não entende muito das leis, então ele não entende muito das leis [...] e ele não ajuda a gente, ele só deixa a gente para trás! [...] Então, por que a gente não tem jeito ... eu fui conversar com ele, o cara só ... colocou a gente para trás! Para frente nunca! Então, aí eu fui conversar com o diretor [Secretário do Meio Ambiente], eu falei que a gente ia mudar de escritório porque o cara não entendia, então não sabe como ajudar a gente! Agora de cooperado ele me falou lá, mas eu não sei, ele falou ... ele é 20%? [...] Ele [contador] falou assim, por que o cooperado é autônomo! Por que a gente é autônomo né? O cooperado e ele falou que... que acha que ia ser R\$190,00, que tinha que tirar 20%, mas a gente não ganha, 'malemá' isso! É por isso que a gente que eu vi tinha coisa errada! Acho que esse contador não está sabendo muito me ajudar e foi quando eu falei que a gente ia mudar de escritório para poder ajudar a gente, por quê 20%???

A falta de conhecimento contábil e tributário para uma cooperativa, também, está evidenciado na fala da Mariana, bem como as repercussões financeiras para a cooperativa e para a renda dos cooperados.

A gente perdeu, perdemos muito R\$22.000,00 na época, bem numa época de pagamento ainda! Por que assim, se tem uma ação trabalhista às vezes já no banco mesmo já bloqueia tudo, n/é? O que tiver para passar. E nós tivemos também um problema com o cadinho [CADIN-Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal]. O cadinho é o INSS, n/é? Nós tínhamos um escritório de contabilidade, contador, n/é? Ele escreveu a reciclagem como firma, como empresa. E ninguém sabia, n/é? Aí depois que eu entrei, que aí tinha um nosso presidente, que nós fomos mexer no fundo perdido do BB [Banco do Brasil], aqui que descobrimos. Aí tivemos que ver nos procuradores por aí, de Sorocaba [e] tal, que tipo de dívida. A gente não sabia [e] tal. Aí ficamos sabendo que era do cadinho. [...] Nós até hoje, foi parcelado, era R\$45.000,00. Aí foi parcelado, a gente tá pagando ... pagar em 4 anos.

Esse problema de gestão contábil e tributária, além de resultar nesse endividamento, ocasionou perda de parcerias e problemas na justiça trabalhista e em mais endividamento, como a entrevistada Mariana descreve:

Perdemos é ... várias ajudas por causa disso, por causa dessa dívida. Sofremos muito aqui, esse tempo que eu estou aqui, menina ... foi difícil! Foi duas ação trabalhista, então esse cadinho aí veio bloquear mesmo, todas as nossas vendas do mês. Foi R\$20.000,00 também. Sempre no dia de receber, chega lá tudo bloqueado. Aí a gente tem que fazer tudo de novo; "gente vamos vender isso, vamos vender aquilo, vamos dividir, vamos se virar". Sabe? Então, por isso eu falo para você, que a cooperativa sempre tem altos e baixos, hoje está bem, amanhã a gente não sabe. Amanhã já pode estar ... n/é? E hoje a gente está bem

também, porque os preços subiu bem! Agora já está começando a baixar tudo de novo. Então, ... a cooperativa é difícil sim!

715

Os dados apontam a dificuldade em devolver a gestão jurídico-contábil dos coletivos de catadores de materiais recicláveis. Essa dificuldade, muitas vezes, gera situações e irregularidades ainda mais complexas de solução. O nível de informação entre os cooperados/associados sobre os tributos e encargos obrigatórios para a realização da atividade é precário. Fora os tributos, há ainda outros procedimentos e documentos obrigatórios para o funcionamento regular desses coletivos, porém há pouca assistência e explicação por parte dos profissionais contratados (contadores e advogados) para esse fim.

Somado a esse cenário, há ainda diversas outras questões pessoais e de trabalho que afetam sobremaneira a condução e viabilidade desses coletivos. Questões essas que demandam auxílio de outros profissionais e envolvem custos para o coletivo, que se encontra, muitas vezes, em uma situação precária. O envolvimento do Poder Público para o apoio na solução de diversos desses problemas é imprescindível. Além de ser necessário o pagamento a esses coletivos, por seus serviços ambientais prestados, o que normalmente não acontece.

Considerações Finais

O presente estudo objetivou apresentar uma análise da situação tributária de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis do estado de São Paulo. A categorização dessemelhante das atividades desse segmento, acrescida a peculiaridades de gestão, resultam em dificuldades no cumprimento das obrigações tributárias legais e sobrevivência desses coletivos que desempenham relevante atividade econômica, social e ambiental.

Tem-se que a situação tributária é um fator complicador na condução das atividades de trabalho desses coletivos, que já é precarizado. A heterogeneidade - associação, cooperativa ou cooperativa de trabalho -, envolve legislações distintas que, muitas vezes, são pouco conhecidas pelos próprios profissionais da área contábil e jurídica, sendo ainda mais expressivo a falta de conhecimento e informação dos catadores.

O ato cooperativo que isenta os coletivos do pagamento de impostos federais não é válido para as associações, embora essas também possam ser isentas do IRPJ e da CSLL, se estabelecidas como organizações sem fins lucrativos e tiverem como objetivo o cuidado com os associados. Essa situação, entretanto, também se enquadra como fator

dificultador para a elaboração de parcerias entre essas associações e outras empresas que desejam fazer o descarte adequado dos resíduos sólidos. Contudo, não foi possível perceber na fala dos entrevistados, o conhecimento detalhado dessa e outras situações tributárias.

Há situações de cooperativas/associações que não têm conhecimento algum dos tipos de tributos normalmente incidentes, e se dizem totalmente ‘refêns’ de contadores que não repassam informações a eles.

Além disso, a renda gerada pelos coletivos é, normalmente, baixa e, muitas vezes, insuficiente para uma sobrevivência digna desses trabalhadores, resultando em rotatividade e oscilações no número de sócios. Como se isso já não fosse um fator complicador, há ainda legislação previdenciária recente (de 2015) que aumentou a alíquota a ser obrigatoriamente recolhida por esses trabalhadores.

Outro aspecto que implica diretamente na renda dos catadores é a não existência de contratos entre os coletivos e as prefeituras que contemplem o pagamento pelos serviços ambientais prestados. A receita desses coletivos fica, portanto, dependente das oscilações de venda dos produtos processados. Entretanto, é importante salientar, que a própria PNRS prevê a obrigatoriedade de pagamento dos serviços prestados.

REFERÊNCIAS

BECHO, R. L. (coord.). Problemas atuais do Direito Cooperativo. São Paulo: Dialética, 2002.

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm >. Acesso em: set. 2022.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm >. Acesso: set. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212compilado.htm >. Acesso em: out. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. Altera a legislação tributária e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9532compilado.htm >. Acesso em: set. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm >. Acesso em: set. 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm >. Acesso em: jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Institui a Política Nacional de Saneamento Básico e estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/11445.htm >. Acesso: jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/12305.htm >. Acesso em: mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112690.htm >. Acesso em: set. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.141.667/RS. Tributário. Recurso Especial. Não incidência do PIS e da COFINS nos atos cooperativos típicos. Aplicação do rito do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ. Recurso Especial parcialmente provido. Recorrido: Fazenda Nacional. Recorrente: Cooperativa dos citricultores ecológicos do vale do Caé LTDA - ECOCITRUS. Relator: Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. 04 de maio de 2016. Disponível em: < https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/100799/Julgado_2.pdf >. Acesso em: out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 11.158, de 29 de julho de 2022. Aprova a Tabela de Incidência sobre Produtos Industrializados – Tipi 2022. Disponível em: < <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/legislacao-por-assunto/tipi-tabela-de-incidencia-do-imposto-sobre-produtos-industrializado> >. Acesso em: set. 2022.

FRANKE, W. Direito das sociedades cooperativas: direito cooperativo. São Paulo: EDUSP/Saraiva, 1973.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 143-157, 2014

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo Atlas, 2008.

MÉSZAROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil I. São Paulo: Boitempo, 2006.

NASCIMENTO, F. R. do. Cooperativismo como alternativa de mudança. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

SÃO PAULO. Decreto nº 45.490, de 30 de novembro de 2000. Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS. Disponível em: < <https://legislacao.fazenda.sp.gov.br/Paginas/dec45490.aspx#:~:text=Decreto%2045490%20de%202000&text=indispon%C3%ADveis%20de%20%20de%20julho,elei%C3%A7%C3%A3o%20estadual%20em%20S%C3%A3o%20Paulo.> > Acesso em: outubro de 2022.

SAWAIA, B. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, S.P. A Organização Coletiva de Catadores de Material Reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. Texto para discussão 2268. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

SORBILLE, R. N. A autogestão e desafios da viabilidade econômica. In: PONTE JÚNIOR, O. S. (org.) Mudanças no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão. Fortaleza: Expressão, p. 127-139, 2000.

STROH, P.Y. Cooperativismo, tecnologia social e inclusão produtiva de catadores de materiais recicláveis. In: PEREIRA, C. J.; GOES, F. L. (Org.) Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, p. 247-266, 2016.

TAUILE, J. R.; DEBACO, E. S. Autogestão no Brasil: O salto de qualidade nas políticas públicas. Indicadores Econômicos, FEE, Porto Alegre, v. 32, n.1, p. 197-220, 2004.



TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais - A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

719

VERONESE, M. V. Economia Solidária. In: _____. Psicologia Social e Economia Solidária. Ideias & Letras: Aparecida - SP, p. 39-57, 2008.

WHITAKER, D. C. A.; DANTAS, A.; ANDRADE, E. A.; FIAMENGUE, E. C.; ARAÚJO, R. A.; MACHADO, V. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura. Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes. Editora Letras Amargem. Presidente Venceslau, SP, 2002.

AS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E GÊNERO EM UMA COOPERATIVA POPULAR DE CATADORAS/ES DE MATERIAIS REICLÁVEIS DO OESTE PAULISTA

720

Bruna Oliveira Martins, (Unesp Marília)
oliveira.martins@unesp.br

Henrique Tahan Novaes, (Unesp Marília)
hetanov@gmail.com

Resumo

O presente trabalho pretendeu apresentar uma pesquisa em andamento que possui o objetivo principal de analisar se e como o processo de autoeducação das/os catadoras/es de materiais recicláveis e as práticas formativas promovidas pela Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis (Incop Unesp Assis) modificam as relações de gênero em um Empreendimento Econômico Solidário do Oeste Paulista. O capitalismo e as relações sociais e de trabalho capitalistas não permitem a inserção de todas as pessoas no mercado de trabalho. Ainda que esse sistema tenha integrado as mulheres de forma massiva no mercado de trabalho, tal inserção foi dada de forma periférica, em trabalhos que já não eram tão valorizados pelos homens e desde que elas continuassem a exercer suas funções dentro de casa. Essa realidade é aprofundada a partir da ascensão do neoliberalismo, uma vez que os princípios e valores capitalistas são intensificados. O trabalho da catação de materiais recicláveis é expandido no cenário neoliberal como uma alternativa de trabalho e renda, inclusive para mulheres que não possuem disponibilidade para trabalhar de forma integral devido ao trabalho doméstico e ao cuidado das/os filhas/os. A organização desse trabalho (que é desvalorizado e precarizado) na forma associada permitiu a luta da categoria por melhores condições sociais e trabalhistas e demonstrou a necessidade de uma formação voltada para essas/es trabalhadoras/es. A formação para o trabalho associado pode compreender processos de autoeducação (modos de aprender com o próprio fazer do trabalho e com os movimentos sociais) e práticas formativas promovidas por entidades de apoio e fomento, como as Incubadoras de Cooperativas Populares. Pode-se afirmar que as mulheres são a maioria nesses empreendimentos e que, portanto, a temática de gênero atravessa o cotidiano e seus processos formativos. Para a realização desta investigação, utilizamos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa empírica (observação direta e entrevistas individuais semiestruturadas). Como resultados parciais, identificamos que as experiências das/os catadoras/es em congressos, fóruns e na prática formativa das rodas de conversas promovidas pela Incubadora com o empreendimento demonstram um potencial reflexivo no que tange à consciência crítica das relações de gênero no local. Ademais, constatamos potencialidades no que diz respeito a possibilidades de ascensão a cargos de gerência e de participação política das mulheres na Cooperativa, acompanhadas, no entanto, de uma grande sobrecarga de trabalho destinado a elas.

Palavras-chave: Catadoras/es de Materiais Recicláveis; Educação; Gênero; Incubadoras de Cooperativas Populares.

Abstract

The present work intended to present an ongoing research that has the main objective of analyzing if and how the process of self-education of recyclable material collectors and the formative practices promoted by the Incubator of Popular Cooperatives of Unesp Assis (Incop Unesp Assis) modify the gender relations in a Solidarity Economic Venture in Oeste Paulista. Capitalism and capitalist social and work relations do not allow the insertion of all people in the labor market. Although this system has massively integrated women into the labor market, such insertion was given peripherally, in jobs that were no longer so valued by men and as long as they continued to perform their duties at home. This reality is deepened from the rise of

neoliberalism, as capitalist principles and values are intensified. The work of collecting recyclable materials is expanded in the neoliberal scenario as an alternative for work and income, including for women who are not available to work full time due to housework and the care of their children. The organization of this work (which is undervalued and precarious) in the associated form allowed the category to fight for better social and working conditions and demonstrated the need for training aimed at these workers. Training for associated work can comprise self-education processes (ways of learning from doing the work itself and from social movements) and formative practices promoted by support and promotion entities, such as the Incubators of Popular Cooperatives. It can be said that women are the majority in these ventures and that, therefore, the gender theme crosses daily life and its formative processes. To carry out this investigation, we used bibliographic research, documental research and empirical research (direct observation and semi-structured individual interviews) as methodological procedures. As partial results, we identified that the experiences of the waste collectors in congresses, forums and in the formative practice of the conversation circles promoted by the Incubator with the project demonstrate a reflexive potential regarding the critical awareness of gender relations in the place. Furthermore, we found potential in terms of possibilities for women to rise to management positions and political participation in the Cooperative, accompanied, however, by a great overload of work destined for them.

Key-words: Recyclable Material Collectors; Education; Gender; Popular Cooperative Incubators.

Introdução

Este trabalho possui o intuito de apresentar os resultados parciais de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo analisar se e como o processo de autoeducação das/os catadoras/es de materiais recicláveis e as práticas formativas promovidas pela Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis (Incop Unesp Assis) modificam as relações de gênero em uma cooperativa popular de reciclagem do Oeste Paulista. A pesquisa está sendo realizada por meio do programa de mestrado em Educação, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília, teve início em março de 2021 e está em fase de conclusão; contamos com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A Cooperativa estudada possui relevância para a região do Oeste Paulista e é considerada um modelo regional para os grupos e empreendimentos de catadoras/es. A partir da coleta seletiva, pesagem, triagem, prensagem, enfardamento, armazenamento e comercialização, as/os catadoras/es realizam o trabalho. Ademais, ao adotar os princípios e valores da Economia Solidária no trabalho, com a participação da Incop Unesp Assis, as/os trabalhadoras/es coordenam e administram a Cooperativa, buscando colocar em prática a autogestão, gestão democrática, cooperação, solidariedade e autoeducação. Atualmente, o empreendimento é formalizado enquanto Cooperativa, possuindo

regimento interno e estatuto social, ou seja, os cargos da coordenação são indicados e eleitos pelas/os próprias/os cooperadas/os.

A hipótese norteadora do estudo é que, embora com limites e contradições, o processo de autoeducação e as práticas formativas desenvolvidas pela Incubadora com o empreendimento contribuem para o estabelecimento de relações mais igualitárias entre as/os catadoras/es cooperadas/os. Os objetivos específicos consistem em analisar as relações de gênero na Cooperativa; analisar o processo de autoeducação das/os catadoras/es; e analisar as práticas formativas realizadas pela Incubadora no empreendimento.

Como procedimentos metodológicos, estamos utilizando a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa empírica. A pesquisa bibliográfica compreende um levantamento por meio das palavras-chave: catadoras/es de materiais recicláveis; trabalho associado; economia solidária; gênero; autoeducação; e incubadoras de cooperativas populares, em artigos, livros, dissertações e teses no google acadêmico, na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Scientific Electronic Library Online (SciELO). A pesquisa documental consiste na análise de sites referentes ao movimento das/os catadoras/es e dos principais documentos da Incop Unesp Assis e da Cooperativa estudada, bem como os registros de preparação das principais práticas formativas realizadas com as/os trabalhadoras/es.

Na pesquisa empírica, utilizamos como instrumentos de coleta de dados a observação e as entrevistas individuais semiestruturadas. Observamos a rotina das/os trabalhadoras/es no empreendimento e a realização da coleta seletiva pelo período de duas semanas e meia, em três períodos distintos (manhã, almoço e tarde). Entrevistamos três mulheres e dois homens em diferentes funções e em níveis de engajamento na Cooperativa e no movimento social, uma ex integrante da Incubadora (que acompanhou as/os catadoras/es pelo período de dois anos), a coordenadora e o coordenador da Incubadora. As entrevistas ocorreram em caso de autorização mediante a apresentação dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foram transcritas e estão sendo analisadas. A forma de análise de dados é analítico-explicativa, baseada na interpretação do fenômeno estudado na busca pela identificação de causas e efeitos. As principais categorias utilizadas na pesquisa foram: história; autoeducação; formação; gênero; conflito social e contradições.

A escolha do objeto de estudo se deu devido ao interesse da pesquisadora pela relação de confiança longa e rica estabelecida entre a Cooperativa e a Incubadora; o desenvolvimento de ambas as instituições se deu e se dá de forma mútua, na construção e no compartilhamento de saberes. Nesse sentido, tanto as/os trabalhadoras/es quanto a universidade pôde ampliar e fortalecer suas lutas, articulando-as por via de práticas que produzem sentido: na conciliação entre o trabalho e a educação, enquanto campos inseparáveis. A temática de gênero emerge como uma questão recente nos estudos sobre catadoras/es e, até mesmo, de forma velada na temática do Trabalho Associado e da Economia Solidária. Desvelar as relações entre o tema gênero, catadoras/es, trabalho e educação é também apresentar as contradições do capitalismo e do neoliberalismo, que tanto afetam, de forma mais intensa, as protagonistas da categoria: as mulheres catadoras.

O trabalho e as relações de gênero no capitalismo e no neoliberalismo

Para Karl Marx (2004) e David Harvey (2013), a categoria do trabalho no capitalismo perdeu seu sentido ontológico uma vez que se tornou uma atividade humana deteriorante, compulsiva e geradora de sofrimento. A partir de um esgotamento dos recursos naturais e de um esgotamento físico e psicológico das/os trabalhadoras/es, o capitalismo se expande enquanto um processo desprovido de limites. O crescimento da geração de mais-valia e de lucro se torna, com o aprofundamento e a naturalização das relações capitalistas, elemento muito mais importante para a conservação dos postos de trabalho do que o oferecimento de condições trabalhistas dignas para as classes trabalhadoras, o que demonstra os níveis de exploração e de alienação que decorrem do sistema socioeconômico vigente.

A dominação e a exploração existem na história da humanidade muito antes do surgimento do capitalismo. Entretanto, o que o capitalismo coloca de novo na historicidade, é a falta de limites, principalmente sociais e ambientais, no uso dessas ferramentas (PEDROSA, 2007). Ao considerar as relações que as/os trabalhadoras/es devem estabelecer com o trabalho, com as/os colegas de trabalho e com a natureza, Karl Marx (2002) descreve os processos de exploração e de alienação capitalistas como fundamentais para a preservação das classes trabalhadoras nos postos de trabalho e para a acumulação de capital. Ainda que essenciais para o capitalismo, as/os trabalhadoras/es devem alienar-se de si próprias/os, da natureza e dos seus trabalhos, naturalizando condições mínimas de trabalho e, em contrapartida, acatando as cobranças por um alto

nível de produtividade feitas por seus patrões para, enfim, não entrarem em contato com o fato de que sem as classes trabalhadoras, o capitalismo não gira. É a partir de ferramentas de exploração e de alienação que os princípios e valores capitalistas de competitividade, individualismo e lucro, e a consequente desigualdade que o capitalismo produz, são naturalizados.

Paul Singer (2002), considerado o pai da Economia Solidária, analisa que o capitalismo não é só produtor de desigualdade, mas utiliza-a como ferramenta para a acumulação de capital. Assim, constrói um cenário dividido entre “ganhadoras/es” e “perdedoras/es”, no qual as/os primeiras/os acumulam capital e as/os últimas/os acumulam dívidas. O capital se reproduz, portanto, às custas da exploração da força de trabalho das/os muitas/os “perdedoras/es”, para que as/os “ganhadoras/es” acumulem capital, cada vez mais. A naturalização dessas relações é uma estratégia importante utilizada por meio de discursos e ideologias meritocráticas e compensatórias, para que as pessoas se tornem objetos mais fáceis de serem controlados e dominados, e para que as/os perdedoras/es continuem devendo para as/os ganhadoras/es.

Uma das ideologias que o capitalismo se ancora é o patriarcado, a fim de controlar a reprodução, a família, a educação e a manutenção de uma ordem de gênero. Assim, o patriarcado, enquanto sistema de exploração/dominação anterior ao capitalismo, permanece como um elemento essencial para a organização da sociedade e, especificamente, do trabalho, devido a uma necessidade de controle da perpetuação da massa de trabalhadoras/es, em prol da conservação do capitalismo (SAFFIOTI, 2015). A divisão sexual do trabalho sempre foi estruturada como ferramenta de organização social e do trabalho; no entanto, é a partir do patriarcado que ela se estabelece: não só por meio da diferenciação entre a esfera produtiva e reprodutiva, mas da subordinação da segunda pela primeira, em uma relação assimétrica. É, portanto, um “mecanismo de sustentação das relações sociais de sexo, ao estabelecer a designação prioritária das mulheres para a reprodução e a dos homens para a produção” (ÁVILA; FERREIRA, 2020, p. 117).

Saffioti (2013) descreve que o capitalismo trouxe uma dupla desvantagem à mulher uma vez que, conforme integrava as mulheres na esfera produtiva, elas desenvolviam funções menos prestigiosas, mais precarizadas e repetitivas, já não tão valorizadas pelos homens. Além disso, elas ainda teriam que continuar desempenhando suas funções na esfera reprodutiva, cuidando da casa e das/os filhas/os. A ampla inserção da mulher no mercado de trabalho, no capitalismo, não se tratou de igualar ou de

compensar as desigualdades entre os gêneros, mas sim de uma ferramenta para abafar as contradições inerentes ao sistema: para enfrentar as crises que decorrem das próprias relações entre as dimensões produtivas, econômicas, ambientais e sociais capitalistas.

É a partir de um processo de desalienação, no entanto, que as/os trabalhadoras/es entram em contato com a realidade, de que essas relações não são naturais e que foram construídas por meio de objetivos específicos, carregando diversas contradições. A pobreza, o desemprego, a opressão, a desigualdade e as injustiças são algumas das contradições presentes no capitalismo que impulsionam diversas crises e conflitos sociais. A *crise do capital* de 1970 foi marcada, por exemplo, pela queda significativa das taxas de lucro e pelo esgotamento das formas de acumulação de capital. Tal crise impulsionou o capitalismo a implementar novas ferramentas de alienação e novas estratégias de acumulação. Partindo do mesmo pressuposto mas assumindo uma nova roupagem, a expansão do neoliberalismo aprofundou as relações capitalistas.

O neoliberalismo coloca o trabalho polivalente, informal, terceirizado e multifuncional como uma forma de enxutar as empresas, intensificando a produtividade e reconstruindo a capacidade de acumulação de capital. Implementa o discurso de um envolvimento participativo de trabalhadoras/es que não existe, já que, ao intensificar a exploração do trabalho, privatizando, desregulamentando e terceirizando serviços, o neoliberalismo acentua o ataque aos direitos das/os trabalhadoras/es, divide as classes trabalhadoras, as instituições e os movimentos sociais (DAL RI, 2010). Thayene Santos e Thaylla Paixão (2014) analisam que o sujeito, para o neoliberalismo, é um sujeito a-histórico, mobilizado pelos seus interesses individuais e deslocado da coletividade. Assim, permanece em um trabalho ainda mais precarizado e degradante, por mais que o sujeito continue sendo essencial para a continuidade do sistema capitalista.

A mulher, no neoliberalismo, assume novas configurações de trabalho, o que permite que ela continue exercendo o trabalho doméstico e o cuidado das/os filhas/os. O modelo de divisão sexual do trabalho é então reconfigurado, mas “sem mudança significativa, ou estrutural, em sua essência” (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 123). As mulheres ainda vivem, portanto, relações desiguais e de maior exploração: ainda que realizando a mesma função que um homem, as mulheres chegam a receber 34% a menos (CATHO, 2021). Em sua maioria, ainda assumem o trabalho reprodutivo sozinhas, o que limita a dedicação delas para com o trabalho produtivo e perpetua uma desigual divisão sexual do trabalho, desfavorável para as mulheres (SOUSA; GUEDES, 2016).

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego das mulheres e dos homens pretos e pardos é maior em relação aos homens brancos (IBGE, 2020). As mulheres brancas, pretas e pardas possuem um rendimento menor que os homens da mesma cor, ainda que exerçam a mesma função do trabalho. Entre mulheres e homens pretas/os e pardas/os, no entanto, essa diferença é menor devido à inserção dessa parcela da população em trabalhos precarizados, embasados no valor mínimo (IBGE, 2018). Perante um cenário de desemprego estrutural perpetuado, também, por meio da desigualdade de gênero e de raça, alternativas de trabalho e renda se tornam necessárias e, assim, o Trabalho Associado ressurgiu na América Latina e a Economia Solidária emerge, principalmente para as mulheres negras.

O Trabalho Associado, a Economia Solidária, as/os catadoras/es de materiais recicláveis e as relações de gênero

O Trabalho Associado ressurgiu na América Latina como uma forma de criar e de conservar os postos de trabalho a partir do desemprego estrutural intensificado no neoliberalismo; entretanto, está presente na sociedade desde o século XIX, sob a configuração das cooperativas de trabalho. Seu ressurgimento foi alicerçado ao crescimento do cooperativismo, da economia social, da Economia Solidária e dos empreendimentos de autogestão, além de outras configurações atuais de cooperação entre as/os trabalhadoras/es (DAL RI, 2010).

Atualmente, os empreendimentos de Trabalho Associado nem sempre partem da mesma ideologia e/ou perspectiva, podendo assumir, portanto, diferentes origens. No entanto, partilham algo em comum: quando assumem um viés democrático de trabalho, podem ser considerados movimentos de resistência ao capitalismo. Ioli Wirth (2010) considera que, no Brasil, o Trabalho Associado pode englobar diversas experiências e iniciativas de auto-organização de trabalhadoras/es, como por exemplo cooperativas populares, empreendimentos informais, associações de trabalho agrícola ou urbano, bancos populares e etc. A auto-organização do trabalho, quando incorpora uma perspectiva mais democrática, utiliza a posse coletiva dos meios de produção e a distribuição dos rendimentos como principais elementos de trabalho.

A Economia Solidária pode ser considerada uma das perspectivas possíveis de auto-organização de trabalhadoras/es, de viés mais democrático. No Brasil, a Economia Solidária surge na década de 1980 e se constitui enquanto uma possibilidade de geração

de trabalho e renda, um movimento social e um outro modo de produção, diferenciado do modo capitalista. Para Paul Singer (2002), a Economia Solidária é uma saída não-capitalista para o desemprego, que possui princípios diferenciados como a propriedade coletiva de capital, a autogestão, a democracia, a igualdade, a solidariedade, etc. Pode ser classificada como um movimento social porque, para além de ter o objetivo de inserir o contingente de trabalhadoras/es desempregadas/os e de possibilitar o exercício de poder das classes trabalhadoras, também pretende “difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar as atividades econômicas” (SINGER, 2002, p. 16). Pode-se considerar uma ampla participação das mulheres em iniciativas e empreendimentos de Economia Solidária (HILLENKAMP; GUÉRIN; VERSCHUUR, 2014).

Os empreendimentos de trabalho da Economia Solidária, quando formalizados, são denominados de Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs). Esses empreendimentos, geralmente, são associações e cooperativas populares que adotam a perspectiva da Economia Solidária no modo de organizar e operacionalizar o trabalho. Existem, no Brasil, EESs de várias frentes de trabalho, como por exemplo assentamentos rurais, costura, artesanato, horta comunitária, materiais recicláveis, dentre outras.

A frente dos materiais recicláveis se expandiu no contexto do capitalismo neoliberal. A partir de um crescimento da geração e do consumo de produtos embalados por resíduos sólidos, a gestão e a destinação destes precisaram sofrer modificações, devido a uma impossibilidade de continuar colocando-os junto ao lixo orgânico nos aterros sanitários e lixões. Essas modificações, no entanto, só foram realizadas quando a reciclagem passou a ser um projeto lucrativo para o capital: por meio do barateamento dos investimentos tecnológicos empregados no setor e da desvalorização do segmento de trabalhadoras/es que desempenham a maior parte do trabalho, como a coleta e a triagem dos materiais (BOSI, 2008).

O trabalho da catação de materiais recicláveis se constituiu no Brasil e na América Latina enquanto uma alternativa de trabalho e renda para as/os desempregadas/os e, inclusive, para as mulheres que não possuem disponibilidade e nem oportunidades para trabalhar integralmente no mercado de trabalho formal, tanto devido à necessidade de conciliar o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo quanto ao nível de escolaridade, à raça e ao gênero, que estão relacionados com a perpetuação da precarização do trabalho. O capital neoliberal se utiliza tanto das desigualdades quanto da precarização para

remanejar um grande contingente de trabalhadoras/es excluídas/os nos trabalhos precarizados para abafar uma das suas principais contradições: o trabalho dessas pessoas se torna uma falsa solução para o desemprego uma vez que as/os catadoras/es de materiais recicláveis, por exemplo, vivem sob uma baixa remuneração, a elevados riscos de acidentes de trabalho, em alguns casos ao alto nível de insalubridade e à ausência de direitos trabalhistas e de reconhecimento social pelo poder público e pela sociedade (GALON; MARZIALE, 2016).

No Brasil, as/os catadoras/es de materiais recicláveis desempenham o trabalho de forma individual há mais de cinquenta anos. Jean Alves *et al.* (2020, p. 125) considera que “pouco se sabe sobre estas pessoas, mas sabe-se menos ainda sobre como elas se articulam em associações e movimentos sociais pautados pelas lógicas da chamada Economia Solidária”. Quando unidas/os em associações, cooperativas e/ou grupos populares, em articulação com o movimento social, as/os catadoras/es se fortalecem e consolidam a luta da categoria.

A realização do trabalho da catação de materiais recicláveis em empreendimentos coletivos é um fenômeno relativamente novo que introduz uma outra realidade para o segmento (PINHEL; ZANIN; MÔNACO, 2011, FÉ; FARIA, 2011). Por meio da união em um empreendimento de Trabalho Associado e/ou de Economia Solidária, essas/es trabalhadoras/es podem negociar os materiais diretamente com as empresas, em maior quantidade e em melhor preço e podem garantir alguns dos seus direitos, como o recolhimento da previdência social e o descanso anual e semanal remunerados, ou seja, podem melhorar significativamente suas condições sociais e de trabalho. A organização deste trabalho foi também alicerçada à constituição do movimento social da categoria, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu em 1999 com o objetivo de organizar as/os catadoras/es do Brasil e região, em prol da valorização do segmento. Os princípios básicos do movimento consistem na autogestão do trabalho, na solidariedade de classe, no combate à exploração e à precarização do trabalho e no controle da cadeia produtiva da reciclagem (MNCR, 2008). É a partir da constituição do MNCR que as formas de organização do trabalho da categoria se expandem no país, o que desenvolveu a movimentação política e as lutas por políticas públicas, concentradas principalmente em “atividades de capacitação e para aquisição de

máquinas e equipamentos que gerem melhorias nas condições de trabalho” (WIRTH; FRAGA, 2012, p. 310).

Em 2014, o MNCR analisou uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) que indicava que as mulheres são 70% da categoria no Brasil; o movimento considera que elas são “mulheres negras e chefes de família” e que o número pode ser reavaliado uma vez que algumas mulheres não consideram o trabalho da catação como principal, mas se classificam como domésticas ou trabalhadoras do lar (MNCR, 2014). Segundo o Anuário da Reciclagem (2021), a participação das mulheres nessa frente de trabalho é majoritária em quatro das cinco regiões brasileiras. Em 358 organizações estudadas, o percentual de mulheres é maior na região Sudeste: são 2088 mulheres distribuídas nos grupos. A maioria das/os catadoras/es se autodeclaram pardas/os (44,2%) e pretas/os (31,9%) e possuem o ensino fundamental incompleto (48%).

As trajetórias de vida das mulheres catadoras trazem, geralmente, marcas do desemprego, casamento, maternidade, trabalho infantil e poucas oportunidades de escolarização como limitações para a inserção e continuidade no trabalho produtivo (COELHO *et al.*, 2018). A falta de perspectivas de carreira e de qualificação profissional, atrelada a uma necessidade de conciliar o trabalho produtivo ao trabalho doméstico e ao cuidado das/os filhas/os, muitas vezes, levam-as ao trabalho da catação, enquanto um trabalho precarizado, mal remunerado e pouco reconhecido (SILVA; MENEGAT, 2015).

Ainda que unidas/os em um empreendimento de Trabalho Associado e/ou de Economia Solidária, as relações de gênero patriarcais, reconfiguradas no capitalismo, também aparecem. Fabiana Grecco (2016), ao traçar reflexões sobre o trabalho da mulher catadora em associações e cooperativas de materiais recicláveis no Brasil, analisa que quanto menor for a iniciativa ou o empreendimento de trabalho, maior será a participação das mulheres. Em geral, os grupos são marcados pela divisão sexual do trabalho, advindas e parecidas com a estabelecida nos moldes fordistas-tayloristas de produção.

As mulheres, portanto, geralmente, estão em funções que demandam maior delicadeza e cuidado como a separação dos resíduos sólidos, a limpeza, a cozinha e a administração do empreendimento. Os homens, por sua vez, realizam trabalhos mais próximos à tecnologia e ao emprego de maior força física, como por exemplo a prensagem, o carregamento do caminhão e o manejo de fardos. Em alguns grupos, a tipificação dos trabalhos significa uma diferenciação e hierarquização e a remuneração

obtida pelas funções pode ser desigual entre homens e mulheres (GRECCO, 2016, WIRTH, 2010).

Em alguns empreendimentos de catadoras/es pautados pela Economia Solidária, ainda estão presentes, além da diferenciação e hierarquia de remunerações e de funções do trabalho, uma jornada de trabalho extensa, a seleção de um perfil específico de trabalhadoras/es e de investimentos de qualificação e capacitação técnica, uma divisão de tarefas, a mecanização de movimentos, dentre outras características que se assemelham às empresas capitalistas (GRECCO, 2016). Entretanto, há algumas peculiaridades que diferenciam os dois tipos de empreendimentos, principalmente no que se refere ao estabelecimento das relações sociais e trabalhistas.

A partir de um resgate de sentido do trabalho e da adoção de princípios e valores mais democráticos e igualitários, catadoras e catadores podem reconstruir suas identidades. As organizações de trabalho das/os catadoras/es podem, nesse sentido, ser lugares que possibilitam processos de autoeducação e de construção de maior autonomia. Por meio da autoeducação, as/os trabalhadoras/es podem assumir funções antes nunca realizadas, como por exemplo posições de liderança e de representação, podem trocar experiências, tomar consciência da realidade e se tornarem protagonistas da luta por uma outra realidade possível.

A autoeducação, as práticas formativas e as relações de gênero das/os catadoras/es

Em um empreendimento de Trabalho Associado e/ou em um EES, as/os trabalhadoras/es colocam em prática a autogestão. Assim como não praticamos a heterogestão de forma natural, mas aprendemos a praticá-la, praticar a autogestão determina um processo de aprendizagem longo e complexo (SINGER, 2002). Para Henrique Novaes (2018), o Trabalho Associado pode ter um enorme potencial educativo: ao assumir coletivamente a gestão do empreendimento, as/os trabalhadoras/es podem vir a construir relações mais democráticas, transparentes e igualitárias. É a partir da auto-organização e da autoeducação que as/os trabalhadoras/es do Trabalho Associado e da Economia Solidária resistem ao desemprego e enfrentam o capitalismo.

A autoeducação pode ser compreendida como o desenvolvimento de uma consciência mais crítica da realidade pelas/os trabalhadoras/es por meio da união de interesses em comum, da luta e do movimento coletivo (VIANA, 2018). Tanto a organização quanto o movimento do grupo podem fortalecer as classes trabalhadoras ao

promover inquietações, autonomia, diálogo e responsabilidade coletiva (PEGORARO, 2015). Roseli Caldart (2001) analisa que as ações coletivas e as lutas sociais produzem processos educativos uma vez que o sujeito que luta ensina e aprende, transforma-se e visa transformar a realidade; ao investigar sobre a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pondera que os sujeitos da luta pela reforma agrária se educam ao participar direta e indiretamente de ações coletivas e de lutas sociais porque experimentam dois processos: o de humanizar-se, enquanto ser humano excluído da vida social e o de refazer-se, por meio do movimento social.

Quando, nos assentamentos, os Sem Terra buscam construir novas relações sociais de trabalho, e novos formatos para a vida em comunidades do campo, afirmam uma cultura centrada no bem-estar da coletividade, e se contrapõem, portanto, à absolutização do indivíduo, que é característica dominante da sociedade capitalista. Quem visita um assentamento, ou mesmo um acampamento de Sem Terra, sai com a impressão, e talvez a reflexão, de que há outras possibilidades de como viver, e que há questões, saberes, afetos e relações de outra ordem, acontecendo não muito longe de um tipo de vida que consideravam como o único possível. (CALDART, 2001, p. 216)

A viabilização da autoeducação se dá a partir de práticas educativas e pedagógicas próprias às classes trabalhadoras populares. É pela união e atuação das/os trabalhadoras/es em um empreendimento de Trabalho Associado ou de Economia Solidária, por exemplo, que os sujeitos podem se formar politicamente, seja por meio da realização de assembleias, reuniões, protestos, ou até mesmo no debate de ideias, trocas de experiências, compartilhamento de como é desempenhado o trabalho coletivo e etc. O movimento social, enquanto trabalho coletivo e luta de resistência, possui no planejamento e na execução de suas ações, projetos e processos educativos que buscam reconstruir os sujeitos para se tornarem capazes de assumir sua própria identidade e história pela via da desalienação e conscientização da realidade de exploração a qual estão submetidos (CALDART, 2001).

Para Nildo Viana (2018), na medida em que o sujeito se autoeduca, tende a adotar elementos mais revolucionários e a rejeitar o conservadorismo em seu modo de compreender e de se colocar no mundo. A universidade, por meio do seu diálogo com a comunidade e com os movimentos sociais, possibilitado pelo interesse e pela dedicação de pesquisadoras/es, discentes e funcionárias/os, tem desempenhado um papel de auxiliar e de intensificar o processo de autoeducação das/os trabalhadoras/es, especialmente as/os que estão organizadas/os em grupos e empreendimentos populares. Dessa forma, constrói, junto às classes trabalhadoras, conhecimentos e saberes diversificados.

Em sua maioria, é por meio de atividades de extensão universitária que a universidade participa da formação e da autoeducação das/os trabalhadoras/es do Trabalho Associado e da Economia Solidária. Essas atividades se tornaram contínuas, principalmente após a criação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), geralmente na forma de projetos de extensão universitária que promovem práticas formativas, desenvolvem tecnologias sociais e auxiliam as/os trabalhadoras/es de grupos e/ou empreendimentos populares na luta pela criação e implementação de políticas públicas, aquisição de recursos sociais e para a execução do trabalho coletivo. Segundo Lais Fraga (2012), nas universidades brasileiras, as ITCPs se expandiram rapidamente, com o apoio do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC).

As Incubadoras representam uma ação de inovação social para o combate ao desemprego estrutural, ao ajudar ativamente as/os trabalhadoras/es desempregadas/os não só na geração de trabalho e renda, mas em seus processos autoeducativos e na luta das classes trabalhadoras contra o capitalismo neoliberal. A incubação, nesse sentido, pode ser definida como uma “relação educativa, fundamentada nas ideias de Paulo Freire, entre universidade e grupos populares que almejam a geração de trabalho e renda e que tem, a longo prazo, o objetivo de superar as desigualdades e injustiças no país” (FRAGA, 2012, p. 125). A contribuição das Incubadoras, para Ana Maria de Carvalho, Carlos Ladeia e Rafael Felício (2016), visa o protagonismo e a organização coletiva das/os trabalhadoras/es.

Assim, a incubação pode ser compreendida como parte da relação universidade-movimentos sociais, que pode potencializar a autoeducação das/os trabalhadoras/es. Por meio das práticas formativas, da auto-organização e da autogestão, as/os trabalhadoras/es podem apreender a realidade histórica, construir uma totalidade e entrar em contato com as contradições a que estão submetidas/os. Uma das contradições, por exemplo, é o lugar da mulher no trabalho, que desvela também sua posição na sociedade, como um todo. Nos empreendimentos de catadoras/es, as relações e contradições combinadas entre o patriarcado e o capitalismo aparecem, de modo que, a partir da autoeducação, as/os trabalhadoras/es podem tomar consciência coletivamente, para assim, modificá-las.

Mulheres catadoras podem experimentar, a partir da vivência cooperativa e da incubação, novos espaços e novas formas de trabalho. Podem, no compartilhamento de experiências com outras mulheres catadoras, criar uma rede de apoio e de *sororidade*, na

medida em que compreendem e ajudam umas às outras, dentro do seu ambiente de trabalho e entre empreendimentos, o que fortalece o trabalho coletivo e a luta pela permanência das mulheres catadoras nos postos de trabalho (SOPKO, 2019). Para Camila Paiva (2016, p. 169), as mulheres estão nas cooperativas de catação por vários motivos que não o interesse genuíno pelo trabalho, mas ressignificam seus lugares dentro e fora do empreendimento:

mulheres que procuraram a cooperativa devido ao desemprego e à falta de oportunidade no mercado formal ou que estiveram desde criança na atividade de catação. Mulheres com baixa escolaridade e qualificação profissional. Mães e chefes de família que enfrentam dificuldades em conciliar o tempo entre o trabalho (produtivo) e o cuidado dos filhos. Mulheres catadoras que entenderam a cooperativa como um espaço de trabalho em que é possível conversar e ter seus problemas validados. Mulheres que assumiram a coordenação da cooperativa e que se utilizam de “pulso firme” para organizar o trabalho. Mulheres que voltaram a estudar, que recebem formação política e que aprendem a importância da comunicação.

As ITCPs promovem práticas de diálogo, como rodas de conversa, para auxiliar as/os trabalhadoras/es a refletir e a validar e valorizar seus conhecimentos e seu trabalho. Realizam a capacitação de lideranças, inclusive lideranças mulheres, e incentivam o retorno das/os catadoras/es ao estudo, por meio da luta por recursos públicos para a inserção nos programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), por exemplo. Procuram estimular a articulação dos empreendimentos com os movimentos sociais, o que é extremamente importante para a mobilização da categoria das/os catadoras/es uma vez que é também pelo movimento social que aprendem e que se formam politicamente.

A luta pelas modificações das relações de gênero das/os catadoras/es é recente no MNCR. Em 2014, a Secretaria Estadual de Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis (SEMUC-SP) foi constituída, no primeiro Congresso Estadual de Mulheres Catadoras. A SEMUC-SP surgiu com a finalidade de direcionar pautas específicas para mulheres catadoras no movimento, a partir de uma inquietação dessas mulheres, que são maioria e lideranças nos empreendimentos de base, mas que não ocupam cargos de representação no movimento nacional (MNCR, 2014). No ano de 2015, a SEMUC-SP realizou o primeiro Encontro Estadual de Mulheres Catadoras, onde foram realizadas formações com temas como: mulheres negras, sexualidade, violência doméstica, feminicídio, violência psicológica contra a mulher, gordofobia, organização das mulheres, Economia Solidária, trabalho doméstico, etc. O texto do panfleto de divulgação do evento foi escrito com a participação da universidade (MNCR, 2015).

Ao levantar temas que atravessam as mulheres, especialmente as mulheres catadoras, o movimento social, em articulação com a universidade, intensifica os processos de autoeducação das/os catadoras/es. Um outro exemplo foi a construção de uma cartilha para as/os catadoras/es, disponível no site do MNCR, realizada a partir de um projeto piloto de inserção da temática de gênero na formação das/os catadoras/es. Em parceria com a Rede Latino-Americana e Caribenha de Catadores (Red LACRE), a Women In Informal Employment Globalizing and Organizing (WIEGO), o MNCR, o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher (NEPEM) e o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), produziram a cartilha, com base em oficinas feitas com catadoras de Minas Gerais. Algumas temáticas abordadas na cartilha são: diferenças entre homens e mulheres; a situação da mulher atualmente; autonomia da mulher catadora; violência de gênero; machismo e discriminação; envolvimento dos homens na luta das mulheres catadoras e etc.

A Cooperativa estudada surgiu em articulação com a Incop Unesp Assis e com o MNCR, o que intensificou as lutas e o processo de autoeducação das/os catadoras/es. Algumas catadoras da Cooperativa participaram e já integraram a Secretaria das Mulheres, avaliando que o tema gênero é importante para seus processos educativos. Entretanto, podemos analisar, a seguir, potencialidades e contradições existentes nas relações entre educação e gênero na Cooperativa e na sua relação com a Incubadora.

A Cooperativa estudada e a Incop Unesp Assis: relações entre educação e gênero

A Cooperativa de catadoras/es estudada é um EES de catadoras/es de materiais recicláveis da região do Oeste Paulista que surgiu em 2001 como uma iniciativa de um grupo de trabalhadoras/es desempregadas/os que, com a participação da universidade, realizavam debates críticos acerca da temática do desemprego. Foi formalizada como cooperativa com 47 trabalhadoras/es em 2003 com o apoio do poder público, da Cáritas Diocesana e da Unesp e atualmente conta com mais de 100 trabalhadoras e trabalhadores, sendo que a participação de mulheres é majoritária. Desde o ano da sua formalização, a Cooperativa possui um contrato com a prefeitura do município, realidade que não poderia ser alcançada sem luta por parte das/os trabalhadoras/es e das/os docentes, discentes e funcionárias/os da Unesp, campus de Assis.

No início, a Unesp participava da constituição do grupo por meio de atividades realizadas por uma equipe de estágio do curso de psicologia. Com a construção de um

programa de cooperativas populares, em sete núcleos (Araraquara, Assis, Bauru, Franca, Ilha Solteira, Ourinhos e Presidente Prudente), que possuía o objetivo de auxiliar o desenvolvimento de grupos e de empreendimentos populares, visando a construção de autonomia das/os trabalhadoras/es, a Incop Unesp Assis foi se desenhando e se consolidando como tal (MENDES *et al.*, 2014).

A Incop Unesp Assis foi formalizada em 2006 com o financiamento do PRONINC, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho (MTE) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Seus objetivos consistem na integração entre teoria e prática e ensino, pesquisa e extensão universitária e no apoio à organização e à constituição dos grupos e empreendimentos populares de geração de trabalho e renda. As práticas formativas desempenhadas pela Incubadora pretendem contribuir para a construção de uma consciência crítica da realidade pelas/os trabalhadoras/es (CARVALHO; LADEIA; FELÍCIO, 2016).

A partir de trocas realizadas entre as/os integrantes da Incubadora e as/os trabalhadoras/es da Economia Solidária, a Incubadora acompanha os grupos, construindo relações de confiança. Por meio de referenciais teóricos-metodológicos da Economia Solidária, da Educação Popular, da Psicologia Sócio-Histórica e de metodologias participativas, a Incop Unesp Assis realiza o trabalho de incubação dos grupos. São utilizadas diversas práticas formativas como oficinas, dinâmicas, reuniões, rodas de conversa, dentre outras, que podem auxiliar as/os trabalhadoras/es no processo de autoeducação. É importante ressaltar que, no ano de 2022, as atividades da Incubadora foram extremamente reduzidas, devido a alguns fatores, incluindo a não contratação de novas/os docentes efetivas/os, reflexo dos desmontes realizados na universidade pública.

A relação entre a Cooperativa estudada e a Incubadora é de longa duração, revelando potencialidades e contradições em seu desenvolvimento. A construção e constituição de ambas as instituições foram iniciadas em um mesmo ponto e se fortalecem em conjunto. Nos dias de hoje, tanto a Cooperativa quanto a Incubadora demonstram um crescimento significativo, percorrendo por desafios, dificuldades e conquistas. Tal fato representa a potência da relação universidade-movimentos sociais, que para além de suprir carências intensificadas pelo capitalismo e neoliberalismo, planejam e colocam em prática projetos e processos de autoeducação e lutas de resistência.

O trabalho dentro e fora da Cooperativa foi consolidado e articulado, em princípio, com o MNCR. As/os catadoras/es possuíam uma ampla atuação nos movimentos sociais

da categoria, inclusive, se uniam com outras/os catadoras/es da região em rede (Rede CataOeste), associação (Associação Regional de Catadores do Oeste Paulista) e cooperativa de segundo grau (Cooperativa de Trabalho de Produção Central e Regional de Catadores de Materiais Recicláveis do Oeste Paulista), com o apoio e participação da Incubadora. Ao adotar os princípios e os valores da Economia Solidária, as/os trabalhadoras/es em questão procuram colocar a autogestão e a autoeducação em prática em suas rotinas, o que é um tanto complexo e contraditório.

Atualmente, a Cooperativa possui diversos bens e meios de produção, conquistados pela articulação entre a universidade, MNCR, as/os catadoras/es do local e o poder público (como caminhões, prensas, empilhadeira, local de trabalho, etc) e funciona sob quatro setores: na coleta seletiva nas ruas, no barracão, onde realizam a pesagem, triagem, prensagem, enfardamento e armazenamento, na frente do lixo orgânico e na coordenação do empreendimento. A divisão sexual do trabalho, na Cooperativa, é evidenciada a partir de concepções já vistas e já relatadas em pesquisas anteriores nos grupos e empreendimentos de catadoras/es (GRECCO, 2016, MARTINS *et al.*, 2016, PAIVA, 2016, SOPKO, 2019, WIRTH, 2010) : as mulheres, em sua maioria, desempenham funções relacionadas ao trabalho reprodutivo, que demandam cuidado e delicadeza, à formação das/os trabalhadoras/es e ao trabalho doméstico, como por exemplo, a limpeza e a coordenação do empreendimento, a catação e a separação dos materiais recicláveis na esteira. Os homens, por sua vez, estão em funções mais próximas ao trabalho produtivo, associadas a um maior emprego de força física e à tecnologia, como a condução dos equipamentos (caminhão, empilhadeira, prensa, talisca, etc) e o carregamento de fardos.

As mulheres catadoras aparecem como figuras mais atentas, esforçadas e cuidadosas. Os homens são descritos, tanto pelas entrevistadas mulheres como pelos entrevistados homens, como mais preguiçosos e manhosos. As cooperadas revelam estar mais dispostas e aptas para ocupar outras funções do trabalho que são consideradas como masculinas no empreendimento, mas relatam que os homens conseguem “escolher trabalho”, ou seja, não realizam qualquer tarefa. Esse cenário demonstra uma desigualdade de papéis de gênero, um acúmulo de funções nas mulheres catadoras e uma responsabilização maior das mulheres pelo empreendimento, reforçando um papel materno com relação às/aos colegas de trabalho e ao local.

Para os catadores entrevistados, as mulheres possuem “mais facilidade” com determinadas funções, devido a uma certa naturalização de um talento natural das mulheres para o cuidado ou para tarefas que exigem maior delicadeza. Para as catadoras entrevistadas, os homens possuem uma estrutura física mais apta para o carregamento de fardos mais pesados; revelam que eles demonstram ser menos cuidadosos com os equipamentos, se envolvem em um maior número de acidentes e permanecem por menos tempo na Cooperativa do que as mulheres. As/os entrevistadas/os relatam que a tipificação das funções se alteram ao longo do tempo, mas que ela sempre esteve presente, afetando a rotina do empreendimento.

Por meio da aprendizagem em conjunto, tanto dentro quanto fora do empreendimento, as/os trabalhadoras/es conseguem pensar sobre essas relações, ainda que em práticas, acontecimentos e eventos pontuais acerca da temática. A partir de rodas de conversa sobre outros temas, como por exemplo sobre a Economia Solidária, a equipe da Incubadora e as/os catadoras/es da Cooperativa conseguiram evidenciar as problemáticas referentes ao lugar da mulher tanto no empreendimento quanto no MNCR e a uma dificuldade dos homens em abrir mão do poder e de experienciar a vivência cooperativa.

As catadoras da Cooperativa, ao terem participado, por exemplo, de alguns eventos e, inclusive, de cargos de representação na Secretaria das Mulheres, revelam um sentimento de pertencimento e de alívio ao se darem conta de que não estão sozinhas. Uma das catadoras descreve que, por meio de uma capacitação feita pela Secretaria na Cooperativa, as/os catadoras/es puderam “abrir a mente sobre o acúmulo de trabalho nas mulheres”, dentro e fora da Cooperativa. Entretanto, o debate acerca da temática e o engajamento das/os catadoras/es nessa questão são inócuos para pensarmos em uma modificação significativa dessas relações.

Considerações Finais

Por meio da autoeducação, as/os catadoras/es podem tomar consciência das relações de gênero estabelecidas na Cooperativa estudada, para assim, modificá-las: podem, por meio de trocas de experiência no ambiente de trabalho, de práticas formativas realizadas pela Incubadora e por meio do movimento social, repensar as posições que ocupam dentro e fora do empreendimento. Mulheres conseguem se colocar, classificar seus trabalhos como igualmente pesados, repetitivos e cansativos, se unem em prol de se

formar e de formar o seu grupo politicamente para algumas questões de gênero. Afirmam possuir tanta capacidade quanto habilidade para realizar o mesmo trabalho que um homem faz na Cooperativa e fazem: dirigem caminhões, carregam fardos, assumem cargos de liderança.

Na medida em que enxergam relações de gênero desiguais e se apropriam do seu trabalho, as/os trabalhadoras/es podem modificar decisões tomadas pelo coletivo. Ainda que o tema foi recentemente pautado pelo movimento social da categoria e que não seja trabalhado de forma direta e contínua pela Incubadora, algumas estruturas podem ser mudadas dentro e fora da Cooperativa: mulheres se reconhecem como trabalhadoras fortes e potentes e homens passam a ser questionados e começam a pensar sobre o tema. A capacitação de lideranças mulheres, o planejamento e a avaliação do trabalho, as rodas de conversa, oficinas, debates e troca de ideias implicam uma construção de aprendizados na medida que, a partir de um processo autoeducativo, as/os trabalhadoras/es observam sua realidade, questionam, se colocam como contrárias/os às desigualdades ali presentes e demonstram inquietações.

Assim, o processo de autoeducação e as práticas formativas realizadas pela Incubadora na Cooperativa implicam modificações de atitudes das mulheres para com os homens e dos homens para com as mulheres, de respeito, solidariedade e coletividade. Entretanto, observa-se diversos limites e contradições, já que há uma insuficiência de formação contínua voltada para o tema gênero devido a uma priorização de outras temáticas consideradas mais emergentes no empreendimento. Esse cenário pode indicar que, ainda que presente no coletivo, as relações desiguais de gênero estão naturalizadas e são encaradas como individuais, e não como políticas, como mais uma ferramenta de exploração da catadora e do catador.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. C. M. *et al.* Economia Solidária e a dimensão cognitiva da experiência dos catadores. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 21, n. 1, p. 125-140, jan./mar. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. *Anuário da Reciclagem*. Brasília, 2021.

AVILA, C. S. Gênero, raça e classe: um debate necessário junto aos empreendimentos de Economia Solidária no sul do Rio Grande do Sul. In: VECHIA, R. S. D.; SANTOS, A. M.; NUNES, T. G. (org.). *Autogestão e Extensão Universitária: 20 anos de história*. Marília: Lutas Anticapital, 2019. p. 77-92.

BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho informal: o caso dos catadores de recicláveis. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, p.101-116, jun. 2008.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

CARVALHO, A. M. R.; LADEIA, C. R.; FELÍCIO, R. G. Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis: percurso de uma experiência em extensão universitária. In: CARVALHO, A. M. R.; LADEIA, C. R.(org.). *Metodologia de incubação e de diagnóstico participativo: estratégia de trabalho com grupos populares*. São Paulo: Cultura Acadêmica/Bauru: Canal 6, 2016. p. 11-25.

CATHO ONLINE LTDA. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho: mulheres ainda ganham menos que os homens, 2021. Disponível em: <https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/carreira/comportamento-3/desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho-mulheres-ainda-ganham-menos-que-os-homens/#:~:text=Os%20dados%20revelam%20que%20mulheres%20ganham%20menos&text=Segundo%20pesquisa%20salarial%20realizada%20pela,que%20os%20homens%20C%20por%20exemplo>. Acesso em: 16 set. 2022.

COELHO, A. P. F. *et al.* Trabalho feminino e saúde na voz das catadoras de materiais recicláveis. *Texto Contexto Enferm.*, v. 27, n.1, p. 1-10, 2018.

DAL RI, N. M. (org.). *Trabalho associado, Economia solidária e Mudança Social na América latina*. Marília: Cultura Acadêmica, 2010.

HILLENKAMP, I.; GUÉRIN, I.; VERSCHUUR, C. A economia solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária. *Revista de Economia Solidária*, Ponta Delgada, n. 7, p. 5-43, out. 2014.

FRAGA, L. S. Extensão e transferência de conhecimento: as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. 2012. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

GALON, T; MARZIALE, M. H. P. Condições de trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis na América latina: uma revisão de escopo. In: PEREIRA, B. C. J; GOES, F. L. (org.). *Catadores de Materiais Recicláveis: Um encontro nacional*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 169-199.

GRECCO, F. S. Uma crítica à Economia Solidária e Feminista: a extenuante divisão sexual do trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 36, p. 38-50, jan./jun. 2016.

HARVEY, D. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Desemprego chega a*

14,6% no terceiro trimestre, com alta em 10 estados. Brasil, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29520-desemprego-chega-a-14-6-no-terceiro-trimestre-com-alta-em-10-estados>. Acesso em: 21 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Divulgação Especial. Mulheres no Mercado de Trabalho. Brasil, 2018. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Estudos_especiais/Mulheres_no_Mercado_de_Trabalho_2018.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

WOMEN IN INFORMAL EMPLOYMENT GLOBALIZING AND ORGANIZING. Mulheres catadoras: discutindo a autonomia das mulheres e transformando as relações com os homens. Minas Gerais, 2014.

MARTINS, I. *et al.* Reciclando as relações de gênero: a divisão sexual do trabalho em cooperativas de catadoras e catadores, e o papel de lideranças femininas na política pública de resíduos sólidos no Distrito Federal. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (org.). Catadores de Materiais Recicláveis: Um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K. O Capital: Crítica da Economia Política. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MENDES, A. A. *et al.* A trajetória da Unesp no contexto da economia solidária. Ciência em Extensão, v. 10, n. 3, p. 14-40, 2014.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS. Disponível em: www.mnncr.org.br. Acesso em: 16 set. 2022.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS. Encontro de Mulheres Catadoras promove troca de experiências com outros movimentos sociais. Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.mnncr.org.br/noticias/blog-sudeste/encontro-de-mulheres-catadoras-promove-troca-de-experiencias-com-outros-movimentos-sociais>. Acesso em: 27 set. 2022.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS. O que é movimento? Brasil, 2008. Disponível em: <https://www.mnncr.org.br/sobre-o-mnncr/o-que-e-o-movimento>. Acesso em: 16 set. 2022.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS. Mulheres são maioria entre catadores de materiais recicláveis. Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.mnncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: 16 set. 2022.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. SP: Congresso Estadual de Mulheres catadoras fortalece o protagonismo feminino. Brasil, 2014. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/noticias/blog-sudeste/sp-congresso-estadual-de-mulheres-catadoras-fortalece-o-protagonismo-feminino>. Acesso em: 27 set. 2022.

NOVAES, H. T. (org.). Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital. Marília: Lutas Anticapital, 2018.

PAIVA, C. C. Mulheres catadoras: articulação política e ressignificação social através do trabalho. Idéias, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 151-174, jul./dez. 2016.

PEDROSA, J. G. O capital e a natureza no pensamento crítico. In: LOUREIRO, C. F. B. (org.). A questão ambiental no pensamento crítico. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

PEGORARO, C. Autoeducação da classe trabalhadora: limites e possibilidades na formação dos intelectuais na Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PINHEL, J.; ZANIN, M.; MÔNACO, G. Catador de resíduos recicláveis: um perfil profissional em construção. In: ZANIN, M.; GUTIERREZ, R. (org.). Cooperativas de catadores. São Carlos: Claraluz, 2011.

SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. Gênero, patriarcado e violência. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, T. C. C.; PAIXÃO, T. S. A mundialização do capital e seus impactos sobre o processo de trabalho e a educação. Revista HISTEDBR, Campinas, n. 59, p. 68-84, out. 2014.

SILVA, L. C.; MENEGAT, A. S. Trabalho e vida de mulheres catadoras: (re)construindo novas cartografias existenciais. Emancipação, v. 15, n. 2, p. 263-278, 2015.

SINGER, P. Economia solidária. In: SANTOS, B. S. (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOPKO, C. As relações de gênero e a divisão sexual do trabalho nas associações de catadores(as) da cidade de Ponta Grossa - PR. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.



SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, v. 30, n. 87, p. 123- 139, 2016.

VIANA, N. Marxismo e cultura. *Práxis Comunal*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 13-31, jan./dez. 2018.

WIRTH, I. G. As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão? 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

WIRTH, I.; FRAGA, L. Tensões tecnológicas na cadeia produtiva da reciclagem: o interesse do capital e a proposta dos catadores. In: BATISTA, E. L.; NOVAES, H. T.; RODRIGUES, F. C. (org.). *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CONDUTA DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS EM COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS

743

Renata Barreto Mendes, (UNESP)
barreto.mendes@unesp.br

Mariana Carolina dos Santos, (UNESP)
mariana.carolina@unesp.br

Victor Jordan Rojas Fronza, (UNESP)
v.fronza@unesp.br

João Victor de Oliveira Doshier, (UNESP)
joao.doshier@unesp.br

Ana Claudia Giannini Borges, (UNESP)
ana.giannini@unesp.br

Resumo

O avanço da sociedade de consumo tem como problemática principal os impactos da ação antrópica no planeta, com a crescente geração de resíduos sólidos. Nesse contexto, há a figura dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, organizados em associações e cooperativas, que atuam como protagonistas ambientais na coleta e triagem dos resíduos. Apesar da importância atribuída a esses coletivos de catadores(as), eles encontram diversos desafios que limitam sua operação e renda, dentre as quais destaca-se a ausência de máquinas e equipamentos adequados e de cultura de manutenção de máquinas, a fim de reduzir paradas no fluxo de trabalho e custos com a indisponibilidade de máquinas e urgência de manutenção. Posto isso, este trabalho tem por objetivo principal identificar a conduta de manutenção de máquinas presente em associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Para tal, têm-se como objetivos específicos: a) mapear as máquinas presentes nos coletivos e sua criticidade; b) coletar informações referente à manutenção; c) comparar o impacto da manutenção na receita dos coletivos. Para tal, realizou-se revisão bibliográfica, bem como a utilização de um questionário semiestruturado, aplicado em entrevista aos representantes de três coletivos (duas cooperativas e uma associação) do interior do estado de São Paulo. Os resultados foram tabulados e inseridos em quadros para fins de comparação e análise. A partir das entrevistas, pode-se identificar uma cultura predominante de manutenção corretiva, uma vez que as máquinas são encaminhadas para manutenção quando param de funcionar, o que aumenta os gastos mensais com manutenção, reduzindo a renda e interferindo no fluxo operacional de trabalho dos catadores. Considera-se que, diante da identificação da cultura de manutenção corretiva, é possível melhorar a operação ao diminuir os gastos com manutenção de máquinas. No entanto, faz-se necessário resoluções quanto às limitações estruturais, em especial da viabilidade econômica, a falta de apoio e suporte por parte dos poderes públicos municipais, estaduais e federal e ausência de informações relacionadas à gestão de ativos.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos; Coleta Seletiva; Equipamentos.

Abstract

The advance of the consumer society has as its main problems the impacts of tropical action on the planet, with the increase in the generation of solid waste. In this sense, there is the figure of collectors of recyclable materials, organized in associations and cooperatives, which as environmental protagonists in the collection and sorting of waste. Despite the importance attributed to these groups of collectors, they face several challenges that limit their operation and, among which we highlight the lack of adequate machines and equipment and a culture of

equipment maintenance, in order to reduce downtime. in the workflow and costs with the unavailability of machines and urgency of maintenance. That said, this work has as main objective to identify the conduct of maintenance of machines presented in associations and cooperatives of collectors of recyclable materials. To this end, the specific objectives are: a) to map the machines in the collectives and their criticality; b) information regarding maintenance; c) compare the impact of maintenance on collective income. To this end, a bibliographic research was carried out, as well as the use of a semi-structured review, applied to the representatives of three collectives (two two associations) in the interior of the collective state and an association of São Paulo. The results were tabulated and entered into tables for comparison and analysis. From interviews, a predominant culture of preventive maintenance can be identified, which as machines are functioning, to identify how it works for maintenance of the operational flow, to identify the maintenance and maintenance of operational flows, which will increase costs maintenance and between workflows. collectors. Consider that, in view of the identification of the corrective maintenance culture, it is possible to improve the operation by reducing the expenses with machine maintenance. However, what is necessary is necessary regarding the structure, especially the economic viability, the lack of support and support from the public, state and federal authorities and the absence of relation to the management of the employees.

Key-words: Solid Waste; Selective collect; Equipment.

INTRODUÇÃO

Diante da preocupação da sociedade, bem como de instituições privadas e do poder público quanto às questões ambientais, o aumento descontrolado de resíduos sólidos urbanos e sua destinação inadequada têm sido tema de discussão por toda a sociedade, inclusive para a proposição de legislações ambientais. (NOGUEIRA; SILVEIRA; FERNANDES, 2017)

Nessa perspectiva, foi instituída, em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em que a coleta seletiva surgiu como forma de minimizar a degradação ambiental causada pelo aumento descontrolado da geração de resíduos sólidos (BRASIL, 2010). Ainda, juntamente com os programas de coleta seletiva, a PNRS também explicita a necessidade e a importância da integração de catadores(as) de materiais recicláveis e reutilizáveis ao ciclo de reinserção dos resíduos, de modo que se promova a independência financeira e reconhecimento social da classe (VALADARES *et al.*, 2019).

Os catadores são considerados essenciais e, em muitos casos, protagonistas do gerenciamento de resíduos, visto que são responsáveis por recolher a maior parte dos materiais recicláveis e reutilizáveis descartados pelas populações urbanas. No entanto, embora importante, a realidade dos trabalhadores que ganham a vida coletando é marcada pela exclusão social, precárias condições financeiras e de trabalho e falta de informações e equipamentos (NEVES *et al.*, 2017).

Somando a esse cenário, tem-se que a conduta de manutenção, expressa por atividades de rotina de cuidados com máquinas e equipamentos, o treinamento de

cooperados para manusearem esses de forma correta e identificarem problemas, e a manutenção e substituição de peças impactam diretamente nos custos operacionais e, portanto, na renda disponível para as cooperativas (MARCORIN; LIMA, 2003).

Frente a isso, tem-se por objetivo principal identificar a conduta de manutenção de máquinas presente em associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Para tal, têm-se como objetivos específicos: a) mapear as máquinas presentes nos coletivos e sua criticidade; b) coletar informações referente à manutenção; c) comparar o impacto da manutenção na receita dos coletivos. Para tal, este artigo é composto por seção de revisão de literatura sobre importância da manutenção preventiva, metodologia, análise dos casos e considerações finais.

RELEVÂNCIA DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA ÀS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES

A presença de catadores(as) de materiais recicláveis e reutilizáveis nas ruas brasileiras marca, de forma simbólica e emblemática, a desigualdade de uma sociedade excludente derivada de um contexto de crescimento desordenado, acelerado e desigual (AMAZONAS; NASCIMENTO, 2021).

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, com a expansão e consolidação do sistema capitalista de produção e consumo, tem-se a geração de resíduos sólidos como centro das principais discussões nas agendas internacionais, tornando a gestão e o gerenciamento adequado de resíduos sólidos como meta a ser alcançada (LAVNITCKI; BAUM; BECEGATO, 2018; AUAD *et al.*, 2021; MENDES *et al.*, 2022). Esse cenário decorre, em especial, do crescente desenvolvimento urbano atrelado ao exponencial crescimento populacional, do qual resultam em um efeito catalisador na degradação ambiental, culminando no alerta quanto à geração de resíduos sólidos, bem como a necessidade de preservação ambiental e a diminuição das externalidades negativas, a fim de garantir condição de vida para as gerações futuras (SOUZA; MARTINS, 2018; VIDIRI *et al.*, 2020).

Ainda, a situação é agravada pelo manejo e disposição no solo inadequada dos resíduos sólidos, acarretando problemas para a saúde pública e danos na qualidade de vida da comunidade (SOUZA; MARTINS, 2018; VIDIRI *et al.*, 2020; MARCUCCI; BORGES, 2021). Outra consequência negativa derivada da disposição inadequada dos

resíduos, destacada pelos autores, refere-se às condições insalubres de catação nas ruas e áreas de destinação, ocasionando risco socioambientais (SOUZA; MARTINS, 2018).

Em termos quantitativos, de acordo com o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil (ABRELPE, 2021), foram gerados no ano de 2020, aproximadamente, 82,5 milhões de toneladas de resíduos sólidos, dos quais 39,8% foram dispostos de maneira inadequada em solo nacional. Afluindo com os dados, Silva, Pacheco e Pacheco (2022, p. 39) ressaltam que há a presença de “[...] diversos municípios em que os resíduos sólidos são descartados em locais impróprios e ainda com uma crescente desses resíduos”.

Frente a esse contexto, em que se busca atuar na resolução das problemáticas ambientais, em especial, quanto ao gerenciamento e gestão de resíduos sólidos, de acordo com Souza e Martins (2018, p. 233), “a legislação brasileira tem, no direito ambiental, uma das normas mais completas, ao compararmos com as leis estrangeiras, [...] especificamente, aos resíduos sólidos e à coleta seletiva de materiais recicláveis, a Política Nacional de Resíduos Sólidos [PNRS]”. A PNRS foi instituída em 2010, por intermédio da Lei n. 12.305, a qual busca promover a gestão e o gerenciamento adequado de resíduos sólidos, bem como a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos gerados (BRASIL, 2010; MARCUCCI; BORGES, 2021; MENDES *et al.*, 2022).

A legislação traz também, dentre outros, as metas, os objetivos, as diretrizes e os instrumentos, dos quais tem-se a coleta seletiva operacionalizada por catadores(as) de materiais recicláveis e reutilizáveis, inclusive aqueles organizados(as) em cooperativas e associações. A coleta seletiva é um dos principais instrumentos capazes de promover maiores taxas de destinação adequada dos resíduos sólidos gerados (BRASIL, 2010). Nesse paralelo, Melo e Lima (2020, p. 644) definem os coletivos (cooperativas e associações) como “[...] associações de pessoas com características próprias e natureza jurídica específica [...]”, em que os “[...] membros estabelecem entre si uma divisão democrática das atividades”.

Diante desse cenário, tem-se que a coleta seletiva “[...] reconhece os resíduos sólidos reaproveitáveis e recicláveis como um bem econômico com valor social, gerador de trabalho e renda, e promovendo a cidadania” (SANTOS *et al.*, 2021, p. 1202). Além disso, destaca-se o Decreto n° 10.936/2022 em que os programas de coleta seletiva priorizarão “[...] a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídos por pessoas físicas de baixa renda [...]”, objetivando ampliar as oportunidades de inclusão socioeconômica, bem

como a promoção do reaproveitamento e reciclagem de resíduos sólidos a partir da atuação dos catadores(as) (BRASIL, 2022, Art. 10).

Confluindo com a legislação, Henrique e Mattos (2020, p. 36) evidenciam que as cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis são responsáveis pela geração de “[...] emprego, renda, resgate da cidadania; [...] retirada de catadores de ruas, lixões e situações insalubres; [...] e reduzem os gastos municipais e auxiliam a sustentabilidade do meio ambiente”. Todavia, os autores também destacam que, a redução dos gastos ocorre “[...] porque as cooperativas não são remuneradas para realizar esses serviços; para elas fica a incumbência de negociar a venda dos produtos recolhidos, após o processo de segregação” (HENRIQUE; MATTOS, 2020, p. 36).

Ainda, apesar da importância atribuída e desempenhada pelas cooperativas/associações de catadores(as), essas são visualizadas como subordinadas na indústria da reciclagem, do qual, dentre os motivos, destaca-se a ausência de equipamentos adequados, tal como treinamento para manusear os materiais coletados (MAGALHÃES *et al.*, 2022). Em complemento, Sousa, Pereira e Calbino (2021, p. 587) argumentam que para a promoção efetiva dos processos de reciclagem e reutilização e, conseqüentemente, de maiores taxas de destinação adequada têm-se a necessidade da triagem o que “[...] exige a manutenção das melhores condições possíveis do material coletado”.

No entanto, observa-se que em decorrência das limitações estruturais, bem como da falta de apoio e suporte de poderes públicos municipais, estaduais e federação, as cooperativas/associações fazem uso de equipamentos inadequados que inviabilizam o processo de coleta, triagem e destinação dos resíduos sólidos (SOUSA; PEREIRA; CALBINO, 2021; MENDES *et al.*, 2021). Nesse sentido, tem-se que a manutenção dos equipamentos está diretamente relacionada com a qualidade da atividade realizada pelos coletivos, assim, tem-se que a gestão de ativos se faz relevante, como o mapeamento de práticas de manutenção para que se obtenha informações relevantes para o processo operacional e para a gestão de custos. Nesse sentido, Gitman *et al.* (2010) ressaltam que é possível um empreendimento aumentar o retorno positivo em relação ao investimento feito, reduzindo as despesas com manutenção de máquinas e equipamentos.

A manutenção tem que ser entendida, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 5462, 1994), como a “[...] combinação de todas as ações técnicas e administrativas, incluindo as de supervisão, destinadas a manter ou recolocar um item em

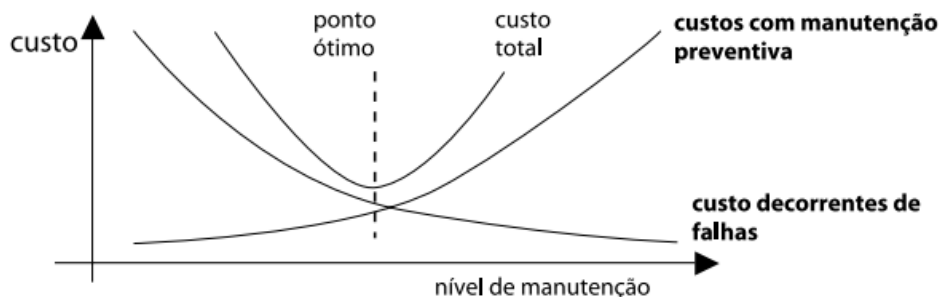
estado no qual possa desempenhar uma função requerida". A manutenção pode ser caracterizada como corretiva, preventiva, preditiva e detectiva. (SANTOS; ARAÚJO; LIMA, 2018). Para os autores, a corretiva tem caráter relativo à quebra ou erro e, por esse motivo, é a que apresenta maior custo devido às paradas operacionais que acarretam urgência de compra de peças, impedindo a negociação ou o desenvolvimento de fornecedores, visto que não foi programada. A preventiva caracteriza-se por trabalhar sistematicamente para evitar falhas, buscando a prevenção e mantendo o controle contínuo dos equipamentos por meio da inspeção, substituição de peças, reforma e lubrificação que ocorrem de forma programada e anterior à quebra da máquina. A manutenção preditiva utiliza métodos de análise de desgaste, termografia, ferrografia ou nível de degradação do equipamento, a fim de prever sua vida útil com mais precisão e permitir sua máxima utilização. Por fim, os autores apresentam a manutenção detectiva que opera da mesma forma que a preditiva, porém utiliza tecnologia mais avançada, como softwares para detectar erros considerados não perceptíveis pelo operador.

O caráter corretivo da manutenção, de reação ao erro e paradas constantes demonstra uma ausência de processos bem estruturados do controle da qualidade, limitando a estrutura e operação de uma empresa, o que impacta diretamente em seus custos (GARVIN, 2008).

As despesas com manutenção estão diretamente relacionadas com o custo pela indisponibilidade da máquina ou equipamento que é aquele decorrente da perda produtiva, do impacto na qualidade do serviço oferecido, do retrabalho, do atraso da produção, das penalidades comerciais, dos acidentes e possíveis impactos negativos na percepção do trabalho executado pela cooperativa/associação, ou seja, custos resultados da ausência de manutenção. Nesse sentido, considera-se como melhor relação custo-benefício a manutenção preventiva, considerando essa função primordial para redução de custos (MARCORIN; LIMA, 2003).

Tomando-se, portanto, a manutenção como premissa, para reduzir os custos de produção, deve-se determinar a melhor estratégia de otimização de custos. Essa análise pode ser vista em um gráfico clássico (Figura 1) que ilustra a relação entre os custos de manutenção preventiva e os custos de falhas. Os custos de falha são basicamente as peças e mão de obra necessárias para manutenção, principalmente o custo de equipamentos indisponíveis.

Figura 1 - Gráfico custos versus nível de manutenção.



Fonte: MARCORIN; LIMA (2003, p. 38)

Na Figura 1, observa-se que com o aumento do investimento em manutenção preventiva reduz-se o custo das falhas ao mesmo tempo em que amplia o custo total após o ponto ótimo. Assim, tem-se que buscar o ponto ótimo que é obtido no nível de manutenção em que a curva do custo das falhas (curva decrescente) se iguala ao custo com manutenção preventiva (curva crescente), ou seja, quando o investimento em manutenção resulta no benefício marginal de diminuir os custos das falhas em valor igual ao aumento do custo marginal de manutenção preventiva.

Sabendo-se, portanto, que uma manutenção planejada potencializa os ganhos financeiros e operacionais em relação a um investimento feito, Assis e Julião (2009) apontam que os custos de manutenção integram a totalidade de custos envolvidos na gestão de ativos (bens e direitos) em sua totalidade ao longo do ciclo de vida⁷⁰.

Quadro 1 - Custos do Ciclo de Vida de um Ativo.

Tipo de Custo	Exemplos
Custo de aquisição	Investigação, projeto, teste, produção
Custos de distribuição	Transporte, logística, manuseamento
Custos de manutenção	Estratégia de manutenção, peças sobresselentes

⁷⁰ Os demais custos envolvidos no ciclo de um ativo não serão abordados neste artigo, visto que tem-se como intenção investigar os impactos com o custo de manutenção.

Custos de operação	Instalações, energia, impostos, seguros	750
Custos financeiros	Empréstimos, custos de oportunidade	
Custos de formação	Formação de operadores	
Custos de stock	Peças e materiais armazenados	
Custos de desativação	Desmontagem	

Fonte: Assis e Julião (2009, p. 2)

Ao considerar o papel de um ativo, é possível observar sua criticidade, o que está relacionada a sua importância, utilização e necessidade de disponibilização integral para um determinado processo produtivo. Os processos produtivos são hierarquizados de acordo com sua demanda e complexidade e seu desempenho depende, também, das instalações e equipamentos. As falhas de equipamentos e instalações devido à manutenção (qualidade do planejamento e execução das tarefas de manutenção, qualidade e comprometimento dos fornecedores) refletem diretamente na confiabilidade e disponibilidade do processo produtivo. Logo, pode-se afirmar que quanto maior o impacto da falha do equipamento no processo de produção, mais crítico ele é (PIRES *et al.*, 2018).

Para um bom planejamento da manutenção, é necessário compreender a criticidade de cada uma das máquinas inseridas no processo produtivo, assim como as possíveis consequências de sua quebra e parada para manutenção. Fatores importantes na classificação de equipamentos críticos estão relacionados à segurança do trabalho, confiabilidade das instalações da linha de produção, qualidade do produto, custos operacionais e de intervenção, vida útil e custos dos equipamentos. Todos esses fatores devem estar alinhados ao planejamento e gestão de uma organização (PIRES *et al.*, 2018).

Para tanto, Marques e Brito (2019) consideram a manutenção preditiva como uma alternativa fundamental para a diminuição dos custos de manutenção e prolongamento da vida útil, principalmente para equipamentos de alta criticidade, ou seja, que estejam inseridos com papel importante no processo produtivo.

Portanto, considerando-se que as estratégias de gestão dos custos de manutenção acompanham todo o ciclo de vida de um ativo e que a manutenção de caráter apenas corretivo tende a aumentar os custos operacionais, devido ao custo de indisponibilidade,

deve-se optar por investimentos de manutenção, indicado pelo ponto ótimo. Faz-se necessário, então, compreender o conceito de criticidade de equipamentos e os impactos que a rotina de manutenção tem na operação e renda em cooperativas/associações de catadores organizados.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa descritiva a respeito das estratégias de manutenção de máquinas e equipamentos com foco na priorização de criticidade de equipamentos, que se baseou em uma pesquisa bibliográfica sobre a evolução das técnicas de manutenção e gestão de ativos, com objetivo de evidenciar sua influência na eficiência da manutenção e seus benefícios aos resultados da cooperativa (PIRES *et al*, 2018).

Para tal, utiliza-se de instrumentos bibliográficos para buscar os principais fatores que conectam a conduta de manutenção de cooperativas/associações com sua operação e renda. Fez-se um levantamento de referências em artigos e trabalhos acadêmicos, bem como a utilização de portais de notícias e sites que tratam sobre o assunto central da pesquisa (LÜDKE; ANDRE, 1986).

Para identificação das máquinas de maior criticidade e os processos de manutenção adotados em cooperativas e associações de catadores, realizou-se a coleta de dados primários por meio de questionário semiestruturado e entrevistas realizadas por telefone ou plataformas online (google meet), de acordo com a preferência do entrevistado, o que segundo Gil (2008) é forma viável, visto que facilita o agendamento da entrevista, apresenta maior rapidez e menor custo. Optou-se por duas cooperativas de catadores de materiais recicláveis, por acessibilidade (GIL, 2008), que são aqui identificadas como A e B.

A transcrição foi feita de acordo com Whitaker *et al*. (2002) a fim de separar ortografia e fonética. São feitas correções apenas em relação à pronúncia, mantendo-se a sintaxe, uma vez que o sujeito que fala não comete erros ortográficos, ele se expressa de maneira diferente de como escreveria.

ANÁLISE DOS CASOS

A partir das entrevistas foi possível mapear as máquinas/equipamentos das duas cooperativas, bem como a diferença na estrutura de maquinário e a produtiva como apresentado no Quadro 2.



Quadro 2 - Mapeamento das máquinas presentes em cada cooperativa.

COOPERATIVA	MÁQUINAS PRESENTES	QUANTIDADE	ANO AQUISIÇÃO	ORIGEM
A	Prensa	2	2021	Aquisição própria
	Caminhão	1	2005	Editais Banco do Brasil
	F-4000 (caminhão)	1	2020	Aquisição própria
	Picadora de papel	1	2005	Aquisição própria
B	Esteira de Elevação	1	2010	Convênio BNDES
	Esteira de Triagem	1	2010	Convênio BNDES
	Balança	1	2014	Parceria Tetra Pak
	Prensa	1	2014	Parceria Tetra Pak
	Prensa Horizontal	1	2021	Convênio FUNASA e Prefeitura
	Empilhadeira 1	1	2021	Doação de empresa após incêndio
	Empilhadeira 2	1	2020	Aquisição própria

Fonte: Elaborada pelos autores.

No quadro é possível observar que há diferença na origem dos equipamentos. No caso da Cooperativa A identificou-se que grande parte de seu maquinário foi adquirido com recurso próprio, enquanto para a Cooperativa B, o maquinário foi adquirido principalmente a partir das parcerias com empresas privadas, de logística reversa e de editais de investimento do Poder Público.

Ainda que as estruturas de ambas sejam diferentes, observa-se que é possível ilustrar o processo produtivo a partir da listagem de cada máquina, uma vez que todas as máquinas presentes nas cooperativas estão diretamente relacionadas com a coleta, triagem e comercialização dos materiais recicláveis. Essa intensa relação do maquinário com o processo produtivo principal expressa previamente uma alta criticidade, não podendo ser excluídos sem gerar grandes impactos operacionais e financeiros às cooperativas.

É importante ressaltar que a aquisição das máquinas para a viabilização da coleta, triagem e comercialização, sem o desembolso de recursos próprios, representa uma alternativa de economia para o coletivo, visto que o recurso pode ser direcionado para capital de giro, o que contribui para saldar os custos operacionais, como os de manutenção, permitindo uma melhoria na qualidade dos serviços prestados e, também, a possibilidade de formação de um fundo para a manutenção.

A presença de cooperados que tenham experiência prévia com serviços mecânicos e de manutenção que ficam responsáveis pela prevenção e correção é comum nas duas realidades. Esses contribuem para a diminuição de gastos com contratações de terceiros ou treinamento de mão de obra para a manutenção própria e generalista, como relatado pelos entrevistados:

[...] se acontecer dela quebrar, a gente tem um cooperado, que entende dessa questão de manutenção de prensa, então a gente fala que ele é quase um mecânico.

[...] esse rapaz que trabalha na cooperativa também conseguiu consertar, então não ficou um custo tão grande para cooperativa. [COOPERATIVA A].

A Cooperativa B também relata a presença de cooperados que realizam trabalhos de manutenção corretiva:

Temos um cooperado que vem de outras grandes empresas, N/E?, então sempre que precisa trocar algum fio, lubrificar, soldar ele consegue fazer. [COOPERATIVA B].

Apesar disso, a Cooperativa B demonstra planos para capacitar seus outros cooperados, com o interesse de buscar autonomia, como expresso na fala a seguir:

[...] mas a gente também está capacitando os nossos cooperados [sobre curso de empilhadeira que também ensina parte de manutenção], temos um que acabou de tirar carta e a gente já está providenciando o treinamento para empilhadeira para ele. [COOPERATIVA B].

Essa preocupação da cooperativa pode estar relacionada com o caráter da aquisição de suas máquinas, principalmente através de parcerias e editais, permitindo uma estrutura melhor de sua conduta de manutenção, compreendendo que o treinamento dos cooperados está inserido nos custos de estratégia de manutenção no ciclo de vida de um ativo, como mencionado por Assis e Julião (2009).

Uma vez que a conduta de manutenção é expressa pelo mapeamento da criticidade conhecida das máquinas, assim como a frequência de cuidados e caráter da manutenção propriamente dita, pode-se considerar que essas ações podem impactar diretamente na renda das cooperativas (MARCORIN; LIMA, 2003). Os Quadros 3 e 4 apresentam as informações acerca da manutenção de cada cooperativa entrevistada. Destaca-se que a criticidade de cada máquina, apresentadas nos Quadros, foi categorizada em: Alta - a parada da máquina implica diretamente na parada do processo da cooperativa e precisa ser resolvida no mesmo dia; Média - a parada da máquina interfere no processo da cooperativa, mas pode ser substituída por outra ou pode ficar mais de 24 horas parada; e Baixa - a máquina não é utilizada todos os dias, está relacionada com processo auxiliar.

Quadro 3 - Manutenção Cooperativa A

MÁQUINA	CRITICIDADE	CUIDADOS	FREQUÊNCIA	CARÁTER DA MANUTENÇÃO
Prensa	Alta	Lubrificação	Diária	Preventiva e Corretiva
Caminhão	Alta	Troca de óleo	Irregular	Preventiva e Corretiva
F-4000 (caminhão)	Média	Troca de óleo	Irregular	Preventiva e Corretiva
Picadora de papel	Baixa	Lubrificação	Esporadicamente	Preventiva e Corretiva

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 4 – Manutenção da Cooperativa B.

MÁQUINA	CRITICIDADE	CUIDADOS	FREQUÊNCIA	CARÁTER DA MANUTENÇÃO
---------	-------------	----------	------------	-----------------------

Esteira de Elevação	Alta	Limpeza e lubrificação	Semanal ou diária	Preventiva
Esteira de Triagem	Alta	Limpeza e lubrificação	Semanal ou diária	Preventiva
Balança	Alta	Aferição	Anual	Corretiva
Prensa	Média	Limpeza da estrutura	Diária	Preventiva
Prensa Horizontal	Alta	Parada da prensa para limpeza total	A cada três dias	Preventiva
Empilhadeira 1	Alta	Troca de óleo e água	Sempre que usar	Preventiva
Empilhadeira 2	Alta	Troca de óleo e água	Sempre que usar	Preventiva

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ressalta-se que quando a manutenção é caracterizada apenas como preventiva, não se exclui a existência de eventuais quebras e substituições de caráter corretivo, mas que a cooperativa alcançou uma frequência de prevenção que diminui os eventos corretivos. Enquanto a manutenção preventiva implica em pequenas práticas de vistoria, como lubrificação, o risco de ocorrer a manutenção corretiva resulta em quebras e paradas, trazendo mais custos operacionais, como citado por Garvin (2008).

Observa-se que como elemento principal de manutenção preventiva tem-se as atividades de lubrificação, ainda que a prevenção de falhas e paradas esteja baseada em atividades mais complexas, como substituição de peças antes da quebra, o que deveria ser planejado a partir de informações do fabricante. Essa complexidade da manutenção preventiva não se observa nas realidades registradas, de forma que essas são efetivadas a partir da contratação de terceiros.

A adoção de pequenos cuidados diários, sem custo e que não exigem treinamento, pode ser caracterizada como uma conduta de manutenção preventiva, como destacado pelo entrevistado da Cooperativa B:

Tem coisas mínimas que a gente pode fazer, os próprios cooperados podem fazer. Por exemplo, a esteira em questão de limpeza podemos limpar os rolos, a empilhadeira o próprio cooperado pode estar olhando a água, óleo, assim como a gente olha no carro da gente. E aí se acontecer alguma coisa temos tempo para poder chamar alguém para está fazendo uma manutenção maior.

Por isso, é importante a participação do Poder Público Municipal com contratos de prestação de serviços que garantam fundos para manutenção, como relata a Cooperativa B:

“[...] esse fundo vem do contrato com a Prefeitura e não da triagem”.

Destaca também a importância de parceria com terceiros que prestem a manutenção preventiva mais complexa, não reduzida apenas a lubrificação: “[...] ele é um parceiro nosso, o valor depende muito do trabalho que ele vai fazer, mas essa vistoria ele não cobra.” [COOPERATIVA B].

Já a Cooperativa A, que teve a maioria de suas aquisições por capital próprio e tem a manutenção com presença de paradas corretivas, relata o seguinte impacto: “[...] por mês assim em questão de manutenção, [...] a gente gasta uns R\$1200.” [COOPERATIVA A].

A urgência da manutenção também é expressa de acordo com o espaço como relata a Cooperativa B e com o período de comercialização do mês segundo Cooperativa A. em

[...] a esteira de elevação, se ela parar temos um grande problema com o nosso espaço porque o caminho fica impedido de trazermos novos materiais, então a triagem para mas a nossa coleta também. (COOPERATIVA B)

[...] se ela parar [prensa], é mais tranquilo, a não ser que seja semana de venda. (COOPERATIVA A)

A Cooperativa B relata, ainda, a importância das máquinas de alta criticidade não apenas em seu processo operacional, mas na conquista de sua autonomia na comercialização, como expresso na fala a seguir:

[...] essa balança permite que a gente tenha um controle do material, então com o que é pesado conseguimos ter maior negociação, se parar a gente perde a autonomia nas nossas vendas. [COOPERATIVA B].

A percepção da criticidade das máquinas não apenas em seu processo produtivo, mas em toda sua atuação é elemento fundamental para a construção de uma conduta de manutenção que permita economia dos custos e poder de negociação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo proposto de identificar a conduta de manutenção de máquinas, considerando a criticidade dessas, para associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, bem como a significação dessa ação para a receita dos coletivos.

Identificou-se que apesar de estruturas distintas e diferentes formas de obtenção dos equipamentos/máquinas as cooperativas entrevistadas realizavam manutenção preventiva.

Observou-se que a adoção de uma rotina semanal e implementação de limpeza e inspeção como uma forma de prevenção de erros pode ser realizada sem investimento prévio em treinamento de mão de obra ou compra de equipamentos, o que possibilita a redução de custos futuros com quebras e paradas operacionais, ou seja, custo de indisponibilidade de máquinas de alta criticidade.

Além disso, a presença de parcerias que permitam a contratação de terceiros especializados, que façam vistorias mensais, são apontadas como iniciativas de baixo custo e que permitem uma manutenção menos reativa, diminuindo a indisponibilização de máquinas e permitindo fluidez no processo produtivo.

Um olhar a longo prazo da rotina de vendas, identifica-se semanas críticas em que não podem ocorrer paradas, pois é quando há atividade mais intensa, em que as prensas são mais demandas. Verifica-se que a parada de máquinas de alta criticidade não tem apenas impacto no operacional e na renda, mas também na forma como o trabalho é organizado e se relaciona com o espaço, pois uma parada operacional pode acarretar em maior disposição de resíduos no ambiente, limitando outras operações que a primeiro momento não estão relacionadas àquelas máquinas. Fator esse que aumenta a criticidade de uma máquina e registra, como uma boa gestão, a conduta de manutenção preventiva visto a repercussão sistêmica nas atividades do coletivo.

Essas considerações estão atreladas aos dois casos analisados e não podem ser generalizados, mas podem ser um indicativo da situação de outras cooperativas/associações de catadores(as) de materiais recicláveis. Mas, destaca-se a necessidade de mais estudos em coletivos, a fim de ampliar as informações e conseguir mapear um perfil de conduta de manutenção, o que pode servir de base para subsidiar políticas de estímulo à gestão voltada para a de caráter preventivo.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. Panorama dos resíduos sólidos. 2021. Disponível em: <<https://abrelpe.org.br/panorama/>>. Acesso em: jul. 2022.

AMAZONAS, H.; NASCIMENTO, A. P. B. Situação dos catadores de materiais recicláveis de São Paulo no contexto da pandemia da COVID-19. *Revista Científica ANAP Brasil*, Tupã, v. 14, n. 33, 2021.

ASSIS, R.; JULIÃO, J. Gestão da manutenção ou gestão de activos?(Custos ao longo do ciclo de vida). In: 10º Congresso de Manutenção, Figueira da Foz. 2009.

AUAD, G. A.; MARQUES, R. F. P. V.; RITÁ, F. S.; ALCANTRA, E.; OLIVEIRA, A. S.; FREITAS, A. S.; RODRIGUES, L. S. Reflexões sobre a política nacional de resíduos sólidos e a pandemia do Covid-19: Gerenciamento adequado. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 10, 2021.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. 2010a. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10936.htm#art91>. Acesso em: jul. 2022.

GARVIN, D. A. Gerenciando a qualidade: a visão estratégica e competitiva. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.

GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira. São Paulo : Pearson Prentice Hall, 2010.

HENRIQUE, R. L. S.; MATTOS, U. A. O. Contexto Socioambiental das Cooperativas de Catadores do Rio de Janeiro e os Impactos da COVID 19. *Revista Internacional de Ciências*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 03, set./dez. 2020.

LAVNITCKI, L. BAUM, C. A.; BECEGATO, V. A. Política Nacional dos Resíduos Sólidos: abordagem da problemática no Brasil e a situação na região sul. *Revista Ambiente & Educação*, Rio Grande, v. 23, n. 3, 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA (EPU), 1986.

MAGALHÃES, L. S.; VIEIRA, D. H. D. C.; MELO, J. S.; FONSECA, A. R.; TEODÓSIO, A. S. S. Reciclagem solidária e inclusiva: desafios durante a pandemia da COVID-19. *Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão*, Belo Horizonte: v. 6, n. 11, 2022.

MARQUES, A. C.; BRITO, J. N. Importância da manutenção preditiva para diminuir o custo em manutenção e aumentar a vida útil dos equipamentos. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba: v. 5, n. 7, p. 8913-8923, 2019.

MARCORIN, W. R.; LIMA, C. R. C. Análise dos Custos de Manutenção e de Não-manutenção de Equipamentos Produtivos. *Revista de Ciência & Tecnologia, [S.L]*, v. 11, n. 22, p. 35-42, 2003.

MARCUCCI, J. C.; BORGES, A. C. G. Sustentabilidade e resíduos sólidos urbanos no cenário da pandemia da covid-19. In: EL-DEIR, S. G. (Org.). *Resíduos Sólidos: COVID-19*. Recife: Edufrpe/Gampe, 2021, cap. 1, p. 9-23.

MELO, E. H. S. R.; LIMA, C. M. D. O papel das cooperativas dos catadores e a parceria com o poder público: estudo de caso na cooperativa de recicladores de lixo urbano de Maceió-Cooplum. *Revista Diversitas Journal*. Santana Do Ipanema: v. 5, n. 1, jan./mar. 2020.

MENDES, R. B.; SANTOS, M. C.; LIMA, T. P.; BORGES, A. C. G. Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis na pandemia do Covid-19. In: SILVA, K. A. S.; ALMEIDA, I. M. S.; EL-DEIR, S. G. (Org.). *Resíduos Sólidos e Covid-19: Desafios e impactos na gestão*. Recife: EDUFRPE, 2022, p. 291-305.

PIRES, C.; FERNANDES, D. A.; SANTOS, J. A.; GOÉS, M. R.; GONÇALVES, P. C.; ALVES JÚNIOR, R.; DONATO, T. Importância da criticidade de equipamentos na gestão da manutenção. Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2018.

SANTOS, M.; ARAÚJO, M. M.; LIMA, A. R. Manutenção Preditiva: Contribuindo para a melhoria dos processos e para a redução dos custos de operação. In: SIMPROD, X, 2018, São Cristóvão-SE. Anais. p 342-358.

SANTOS, F. N. C.; FLOR, C. N. M. Seletividade da política pública em resíduos sólidos na pandemia da Covid-19: exponenciando a vulnerabilidade das cooperativas de catadores em Londrina-PR. *Revista de Administração UFSM*. Santa Maria: v. 14, ed. especial, 2021.

SILVA, T. B.; PACHECO, J. A. L.; PACHECO, A. P. L. Gestão dos resíduos químicos gerados no DEQ/UFPE: uma análise em tempos de Covid-19. In: SILVA, K. A. S.; ALMEIDA, I. M. S.; EL-DEIR, S. G. (Org.). *Resíduos Sólidos e Covid-19: Desafios e impactos na gestão*. Recife: EDUFRPE, 2022, p. 39-52.

SOUSA, R. R.; PEREIRA, R. D.; CALBINO, D. Limites e desafios das organizações de catadores: uma análise da ASMARE. *Revista Interações*, v. 22, n. 2. Campo Grande: 2021.

SOUZA, J. A.; MARTINS, M. F. Mapa de riscos em cooperativas de catadores de materiais recicláveis no município de Campina Grande-PB. *Revista Sistema & Gestão*, v. 13. Niterói: 2018.



VALADARES, I. N.; CERQUEIRA-STREIT, J. A.; GUARNIERI, P. S.; SILVA, L. C. Inclusão social de catadores de materiais recicláveis; estudo de caso em Arinos-MG. In: NUNES, I. L. S.; PESSOA, L. A.; EL-DEIR, S. G. (Orgs.). Resíduos Sólidos: Os desafios da gestão. Recife: Edufrpe/Gampe, 2019, cap. 6, p. 447-458.

VIDRI, A.; BARBOSA, C. J.; QUEIROZ, A. M.; VIEIRA, E. R.; CARVALHO, C. R. R. Política Nacional de Resíduos Sólidos: um estudo sobre a importância das cooperativas de catadores de material reciclável na logística reversa. 1 ed. Piracanjuba: Editora Conhecimento Livre, 2020.

WHITAKER, D. C. A.; DANTAS, A.; ANDRADE, E. A.; FIAMENGUE, E. C.; ARAÚJO, R. A.; MACHADO, V. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura. Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes. Editora Letras Amargem. Presidente Venceslau, SP, 2002.

COOPERATIVAS DE CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E O DESAFIO DA COMERCIALIZAÇÃO DAS EMBALAGENS PLÁSTICAS

761

Maria Zanin, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
mariazanin55@gmail.com

Letícia Dal Picolo Dal Secco-Oliveira, Pontifícia Universidade Católica, (PUC-MG)
le.dalpicolo@gmail.com

Resumo

O trabalho das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis informais ou em cooperativas representa um elo fundamental para a sustentabilidade da cadeia produtiva da reciclagem. Além de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, estas trabalhadoras e estes trabalhadores atuam como agentes ambientais, pois o seu trabalho reduz a quantidade de resíduos sólidos dispostos inadequadamente e propiciam a sua destinação adequada. No Brasil, esta atividade contribui com 90% dos resíduos direcionados para as indústrias de reciclagem. No entanto, há uma diversidade de problemas que envolvem o trabalho de catação, como: informalidade do trabalho; oscilação dos preços de mercado dos resíduos; ausência de recursos técnicos, materiais e financeiros; a não aceitação no mercado de determinados resíduos coletados devido ao seu baixo valor de mercado, ainda que sejam passíveis de tratamento, como por exemplo, as novas embalagens de Polietileno Tereftalato multicamadas; ausência de reconhecimento pelo poder público e pela sociedade; ausência de pagamento pelos serviços prestados; riscos diversos no trabalho; dificuldades de implantação de políticas públicas de resíduos; entre outros. Baseado neste cenário do Brasil, tem como objetivo elaborar reflexões e proposições para que o trabalho de catação de materiais recicláveis possa ser desenvolvido com melhores condições, dignidade e reconhecimento por parte da sociedade e de gestões públicas, com destaque para a problemática das embalagens plásticas. Para isso, além de ser realizado um levantamento bibliográfico, foi relatada as observações realizadas em cooperativa de catadoras e catadores que revelam a existência de grandes quantidades armazenadas de resíduos plásticos sem comercialização. Os resultados indicam a necessidade de continuar, intensificar e/ou iniciar a organização deste trabalho em três frentes: 1) no movimento social da categoria e na organização em empreendimentos de coletivos autogestionários e em redes solidárias de empreendimentos; 2) efetivação das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com a implantação e/ou implementação de ações que favoreçam a logística reversa, a responsabilidade compartilhada e os acordos setoriais para os resíduos coletados, com a implantação e/ou implementação de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos que favoreçam as cooperativas e a criação de normativas para as embalagens, entre outras proposições; e 3) pela contratação de empreendimentos de catação pelo poder público municipal com o pagamento adequado pelos serviços prestados. Espera-se com isso contribuir para o aprimoramento das políticas e ações já existentes, fomentar as já em andamento, e incentivar a implantação de outras que contribuam para a melhoria da realidade apresentada.

Palavras-chave: Catadoras e catadores de materiais recicláveis; Resíduos plásticos; Comercialização; Políticas públicas.

Abstract

The work of recyclable material pickers both informal and organized in cooperatives represents a fundamental link for the recycling production chain's sustainability. In addition to contributing to Brazilian economic and social development, these workers act as environmental agents as their work reduces the amount of inadequately disposed solid waste and provides its proper destination. In Brazil, this activity contributes to 90% of the waste directed to recycling industries. However, there are various problems involving the work of picking, such as: informality at work; oscillation

of waste market prices; lack of technical, material and financial resources; non-acceptance in the market of certain collected waste due to its low market value even if it is amenable to treatment, such as, for example, the new multilayer polyethylene terephthalate packaging; lack of recognition from the government and society; non-payment for services rendered; various risks at work; difficulties in implementing public waste policies; among others. Based on this scenario in Brazil, the aim is at elaborating reflections and proposals so that the work of picking recyclable material can be performed with better conditions, dignity and recognition from society and public administrations with emphasis on the problem of plastic packaging. For this, in addition to carrying out a bibliographic survey, observations carried out in a cooperative of pickers have been reported, which reveal the existence of large amounts of plastic waste stored without commercialization. The results indicate the need to continue, intensify and/or start the organization of this work on three fronts: 1) in the category's social movement and in the organization in enterprises of self-managed collectives and in solidarity networks of enterprises; 2) implementation of the guidelines of the National Solid Waste Policy with the deployment and/or implementation of actions that favor reverse logistics, shared responsibility and sectoral agreements for the waste picked, with the deployment and/or implementation of Municipal Plans for Integrated Management of Solid Waste that favors cooperatives and the creation of regulations for packaging, among other propositions; and 3) by contracting projects about picking by the municipal government with adequate payment for the services provided. It is hoped that this will contribute to the improvement of existing policies and actions, encourage those already in progress and encourage the implementation of others which contribute to the improvement of the reality presented.

Keywords: Recyclable material pickers; Plastic waste; Commercialization; Public policy.

Introdução

A sustentabilidade da cadeia produtiva da reciclagem de materiais pós-consumo depende, além da efetivação de diversas diretrizes e ações, da atividade de catação, que no Brasil é realizada por catadoras e catadores de materiais recicláveis que trabalham na informalidade pelas ruas das cidades ou em organizações coletivas, como Cooperativas ou Associações. No Brasil, estima-se que esta atividade, organizada ou na informalidade, contribui com 90% dos resíduos direcionados para as indústrias de reciclagem (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA], 2013). É reconhecido que o trabalho exercido por pessoas catadoras contribui para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país, pois atuam como agentes ambientais por seu trabalho reduzir a quantidade de resíduos sólidos dispostos inadequadamente e propiciam a sua destinação adequada.

Ainda assim, uma diversidade de problemáticas envolve o trabalho de catação, como: a informalidade do trabalho, para quem não está organizado; a oscilação dos preços de mercado dos resíduos; a não aceitação no mercado de determinados resíduos coletados devido ao seu baixo valor de mercado, mesmo sendo passíveis de tratamento; ausência de reconhecimento pelo poder público e pela sociedade; ausência de pagamento pelos serviços prestados; entre outros.

Embora as políticas públicas existentes no Brasil permitam que a gestão pública municipal contrate cooperativas e associações de catação com dispensa de licitação para realização de serviço de coleta de resíduos sólidos nos municípios (BRASIL, 2021)⁷¹, ou ainda preconizem a responsabilidade compartilhada e a logística reversa (BRASIL, 2010; 2015; 2022)⁷², esses empreendimentos enfrentam dificuldades para comercializar os resíduos coletados, por uma variedade de condições que dificultam a implantação e a implementação efetiva de diretrizes técnicas, científicas e legislativas. Esta situação se acentua em relação a resíduos e materiais específicos desenvolvidos por novas tecnologias, como no caso das novas embalagens de Polietileno Tereftalato (PET) multicamadas e do Ácido Polilático (PLA). Em relação ao PLA, destaca-se que nos últimos anos uma gama de novos materiais está surgindo no mercado a partir dos bioplásticos, em descompasso com as condições de comercialização e efetivação de estratégias de fim de vida de produtos considerando a cadeia de resíduos como um todo.

As legislações e outros documentos que se relacionam às pessoas catadoras tiveram em sua elaboração a participação social visando a garantia de direitos a esta categoria de trabalho, com atuação ativa do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), considerando ainda aspectos econômicos, sociais e ambientais integradamente, enquanto essenciais para a efetividade dessas ações. Ainda que muitas diretrizes permaneçam vigentes, suas execuções estão cada vez mais fragilizadas no que tange à atuação de empreendimentos de catação, tendo havido também retrocessos nos processos de diálogos elaborados em espaços de controle social (SECCO-OLIVEIRA, SANTIAGO, SCOPINHO, 2021).

Considerando este cenário, que mostra que problemáticas antigas ainda não foram sanadas, enquanto novas se desenvolvem, este trabalho tem como objetivo elaborar reflexões e proposições para que o trabalho de catação possa ser desenvolvido com melhores condições, dignidade e reconhecimento por parte da sociedade e de gestões públicas. Para isso, destaca-se a problemática das embalagens plásticas.

⁷¹ A Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, irá revogar, após decorridos dois anos de sua publicação, a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, cujos Art. 89 e 108 já se encontram revogados de imediato.

⁷² Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Conhecida como Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), foi regulamentada primeiramente pelo Decreto 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que foi revogado pelo Decreto 10.936, de 12 de janeiro de 2022. Acordo setorial para implantação do sistema de logística reversa de embalagens em geral, de 25 de novembro de 2015. Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), de 2022, aprovado pelo Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022. Este plano deve ser atualizado a cada quatro anos.

Espera-se com isso contribuir para o aprimoramento das políticas e ações já existentes, fomentar as já em andamento, e incentivar a implantação de outras que contribuam para a melhoria da realidade apresentada. Ressalta-se a importância de que essas questões se desenvolvam integradamente à promoção de melhores condições, dignidade e reconhecimento por parte da sociedade e de gestões públicas para as pessoas catadoras de materiais recicláveis.

MÉTODO

Este é um trabalho de abordagem qualitativa, para o qual realizou-se três estratégias principais: 1) levantamento bibliográfico de caráter narrativo para identificação de estudos de casos e outros trabalhos que ilustram as grandes quantidades armazenadas de resíduos plásticos sem comercialização ou destinados como rejeito, para o desenvolvimento argumentativo da problemática apresentada; 2) relato e análise de observações sobre a experiência da Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos (Coopervida); e 3) comparação entre os resultados do levantamento bibliográfico e das observações, destacando elementos que auxiliem para o cumprimento do objetivo deste trabalho.

RESULTADOS E ANÁLISES

Os resultados estão apresentados e discutidos em três itens: 1) Catadoras(es) e seus empreendimentos; 2) Embalagens plásticas pós-consumo e impactos na comercialização para as cooperativas de catadoras(es); e 3) Análises cruzadas entre as observações e os estudos bibliográficos.

Catadoras(es) e seus empreendimentos coletivos

A atividade de catação de materiais recicláveis é realizada no Brasil desde a década de 1950 (SILVA, 2006), porém, somente a partir da década de 1980 houve o estabelecimento de legislações e a busca de ações efetivas para atender às demandas articuladas entre resíduos sólidos e a inclusão econômico-social da pessoa catadora. De acordo com Secco-Oliveira (2018, p. 49):

Apesar da inserção da ocupação de catadores na CBO datar de 2002, apenas em 2013 a catação passou a ser contabilizada no Cadastro Único do Governo Federal, no qual em 2015, 49.181 pessoas declararam essa ocupação, das quais 31.078 (63%) eram beneficiárias de programas sociais (Ipea, 2012b). Ao mesmo tempo, o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰ aponta a existência de 387.910 habitantes com esta ocupação (Ipea, 2013), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

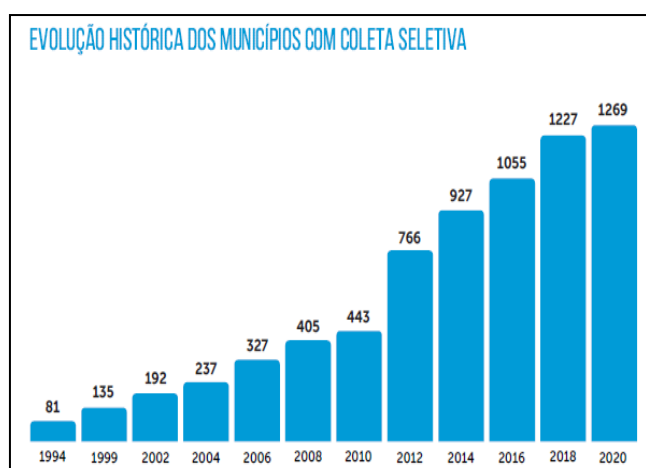
cerca de 600 mil (Ipea, 2012a) e o MNCR até 1 milhão de pessoas (Ipea, 2013). Com base nesses números, estima-se a existência entre 400 mil e 600 mil pessoas com a ocupação de catador, sendo que mais de 100 mil compõem a base do MNCR (Ipea, 2012a).

Considerando os dados do IPEA (2013) de que as pessoas catadoras são responsáveis por em torno de 90% dos resíduos destinados às empresas de reciclagem, os impactos de ações na cadeia de reciclagem refletem intensivamente na inclusão econômico-social dessa população e, conseqüentemente no desenvolvimento social do país. Não nos aprofundaremos em questões de gênero neste trabalho, mas é importante mencionar que 70% da população de pessoas catadoras é mulher (MNCR, 2019).

Segundo IPEA (2013), a população catadora apresentava, dentre várias características: baixa escolaridade; alto grau de informalidade; invisibilidade histórica por parte do poder público e da sociedade; e sujeitos a riscos no trabalho, como sol, ruído, chuva, queda, atropelamento, mordedura de animais, contato com ratos e moscas, mau cheiro, fumaça, sobrecarga de trabalho, peso, contaminações por materiais biológicos ou químicos.

Desde meados da década de 1990, estas pessoas vêm se organizando em empreendimentos coletivos, conforme ilustrado na Figura 1, que apresenta a evolução histórica destes nos municípios com coleta seletiva no Brasil (Compromisso Empresarial para Reciclagem [CEMPRE], 2020). Observa-se que em 1994 havia 81 cooperativas e em 2020 este número atingiu 1269. Entre 2010 e 2020 constata-se um aumento de quase 300%.

Figura 1: Evolução histórica de empreendimentos coletivos de catadoras(es) no Brasil.



Fonte: CEMPRE (2020).

A Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT, 2021), indica que o número de empreendimentos de catação atingiu 1850 em

2021. Embora estejam organizadas em cooperativas ou associações, as pessoas catadoras continuam enfrentando uma diversidade de problemas, como (WENDHAUSEN et. al., 2020):

- a) Oscilação dos preços do material coletado no mercado;
- b) Não aceitação no mercado de determinados materiais coletados;
- c) Concorrência com as empresas que realizam a coleta de “lixo”;
- d) Existência de atravessadores;
- e) Ausência de recursos técnicos, materiais e financeiros;
- f) Problemas relacionados à situação educacional e de formação;
- g) Dificuldade de absorção do significado e entendimento de alguns gestores em relação ao funcionamento de um empreendimento solidário;
- h) Dificuldades quanto à realização da coleta seletiva por problemas relacionados à logística;
- i) Ausência de tecnologias apropriadas para os empreendimentos;
- j) Conflitos existentes entre as/os catadoras(es);
- k) Dificuldades enfrentadas pelos gestores públicos para colocar em prática a Lei Federal no 12.305/2010.

Observa-se que uma das dificuldades está relacionada ao modo de organização em empreendimento solidário. Há dificuldade de absorção do significado e entendimento de pessoas gestoras em relação ao seu funcionamento, principalmente com relação ao significado da autogestão e autonomia nas decisões. Para minimizar algumas destas dificuldades apresentadas, estas cooperativas ou associações vêm se organizando em redes de empreendimentos. Este tipo de organização foi impulsionado a partir de 2009 pelos projetos CATAFORTE I, II e III, instituídos no governo do Presidente Lula e Dilma como ações do extinto Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo (CIISC). O foco principal do CATAFORTE I foi de estimular a organização de grupos de catadoras e catadores de materiais recicláveis com base nos princípios da economia solidária, partindo de ações que incluíram: capacitações, qualificação profissional, assistência técnica e incentivo à formação de redes de comercialização. Em 2010, o objetivo do CATAFORTE II foi de fortalecer a estrutura logística das cooperativas e associações de pessoas catadoras, já articulados em redes, com a aquisição de caminhões, capacitações e encontros estaduais. Segundo o Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Emprego e Cidadania (CEADEC, 2016), o CATAFORTE III, apoiou 33 redes de cooperação solidária, com mais de 450 Empreendimentos Econômicos Solidários, integrando mais de 13 mil pessoas catadoras em 13 Estados brasileiros e no Distrito Federal. No entanto, segundo Campos e Teixeira (2021) o número de redes

existentes no Brasil já atinge 50, ilustrando uma tendência de estruturação para se fortalecerem e ampliarem os seus processos produtivos e gerenciais.

Se relacionarmos o número de 1850 empreendimentos coletivos de catadoras e catadores (ANCAT, 2021) existentes com o número de 5.563 municípios brasileiros, podemos considerar que temos pouco mais de 33% das cidades com projeto de coleta seletiva que incluem empreendimentos de pessoas catadoras. Esta porcentagem provavelmente é menor, pois nas metrópoles e grandes cidades podem existir mais de uma cooperativa ou associação atuando na coleta de resíduos recicláveis.

Embalagens plásticas pós-consumo e impactos na comercialização para as cooperativas de catadoras(es).

O gerenciamento integrado dos resíduos sólidos domiciliares deve envolver articulação de um conjunto de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento para coletar, separar, tratar e dispor os resíduos. A aplicação de apenas novas técnicas e tecnologias mais avançadas para coleta, tratamento, reciclagem e destinação final não é suficiente, pois esta questão no Brasil deve ser abordada de forma integrada, envolvendo também os fatores social, econômico, educacional, ambiental e político (ZANIN; MANCINI, 2015), conforme também já ocorre internacionalmente (DIAS, 2009).

A coleta seletiva para funcionar plenamente necessita do comprometimento da população para separar primariamente seus próprios resíduos, o que é promovido principalmente por projetos de educação ambiental. Já a coleta comumente adotada pela ampla maioria dos municípios brasileiros ocorre com todos os tipos de materiais misturados. Tal procedimento aumenta o grau de dificuldade de separação e a impregnação de impurezas, especialmente restos de alimentos, em outros materiais recicláveis (ZANIN; MANCINI, 2015).

Os plásticos apresentam uma especificidade que se não forem convenientemente separados, podem vir a comprometer as propriedades finais do produto reciclado em função das variações físicas e químicas que apresentam entre si. Segundo Zanin e Mancini (2015), a presença de tintas de impressão ou de rótulos é também uma variação importante para a reciclagem, mas a maior problemática envolve a grande variedade de resinas plásticas existente nos resíduos sólidos urbanos. As diferentes composições químicas e estruturas geram uma incompatibilidade que dificulta a mistura de tipos diferentes de

plásticos, demandando uma triagem criteriosa para a separação dos mesmos. No entanto, mesmo capacitados para realizar uma separação adequada, os empreendimentos de catadoras e catadores enfrentam dificuldades com a oscilação dos preços do material coletado no mercado e principalmente com a não aceitação no mercado de determinados materiais coletados.

De acordo com o Atlas do Plástico, da Fundação Heinrich Böll (2020), de todo plástico consumido no Brasil, em menos de um mês, 40% dele se torna lixo, eventualmente após utilizado apenas uma vez. Agravando a situação, apenas uma pequena parte deste plástico é reciclada, fazendo com que uma parte significativa seja descartada em aterros, lixões, ou ainda, incineradas, destinos finais indicados como mais baratos, ainda que menos adequados, pela World Wide Fund for Nature (WWF, 2019). Segundo essa organização, 1,28% das 11,3 milhões de toneladas de plástico produzido no Brasil, o equivalente a 145 mil toneladas, são recicladas.

Dentre estes, estão os bioplásticos, que vêm substituindo os plásticos convencionais nas embalagens alimentícias, fibras para tecidos, tapetes, carpetes, sacos e outras aplicações (PRADELLA, 2006). Jones (2020) problematiza que este termo é passível de críticas, visto que não existe regulamentações, por exemplo, sobre a porcentagem mínima de fontes renováveis na composição dos bioplásticos, o que leva muitas empresas a venderem uma imagem de sustentabilidade sem de fato contribuírem para tal (prática denominada de *greenwashing*).

É o caso, por exemplo, do Ácido Polilático (PLA), que é um polímero termoplástico feito com ácido láctico a partir de matérias-primas provenientes de fontes renováveis (milho, mandioca, beterraba ou cana-de-açúcar) e que estão sendo usados para fabricar embalagens para alimentos, óleos, produtos gordurosos, fibras e tecidos. De acordo com Jones (2020), o PLA é biodegradável e produzido 100% a partir de fontes renováveis, porém, ainda assim, não possui as mesmas condições de biodegradabilidade em condições de controle de compostagem e outros ambientes. Assim, até para a compostagem são necessárias tecnologias próprias. O PLA, quando descartado nos programas de coleta seletiva, são coletados quase que exclusivamente pelas cooperativas ou associações, pois na catação informal, há dificuldade em sua comercialização. Estes resíduos são vendidos pelos empreendimentos por preços muito abaixo do mercado ou armazenados nos galpões e posteriormente destinados aos aterros ou lixões.

Nota-se, que as premissas da PNRS ainda enfrentam desafios em sua materialização, conforme indica a Associação Brasileira de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2021, p. 48):

[...] se verifica que o país ainda permanece com um sistema linear de gestão de resíduos sólidos urbanos, apesar da vigência de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos desde 2010, que diferencia resíduos e rejeitos e introduz o princípio da hierarquia na gestão de resíduos, pelo qual deve ser observada uma ordem de prioridade de ações no encaminhamento da gestão e gerenciamento dos materiais descartados [...] A constatação de que, apesar de toda a legislação existente, o volume de RSU que segue para unidades de disposição inadequada continua aumentando, denota a falta de prioridade para o tema e a carência de recursos para financiar soluções que, além de dar cumprimento às determinações legais, trazem inúmeros benefícios para a população [...]

A seguir, estão apresentadas algumas condições de variados empreendimentos de catação em relação aos resíduos plásticos, cujas informações derivaram de observações de campo ou das revisões bibliográficas.

Observações de campo na Coopervida

Conforme os relatos da experiência de observações registradas na Coopervida, mensalmente são coletados, triados e acondicionados entorno de 30 sacos (*bags*) de resíduos plásticos diversos, que ficam armazenados na cooperativa aguardando comercialização. No entanto, a maioria é destinada para o aterro, conforme declaração da diretoria em setembro de 2022. As fotografias obtidas nesta cooperativa, conforme figuras 2 e 3, ilustram estes fatos.



Figura 2: Fotografia ilustrativa de sacos acumulados



Figura 3: Fotografia ilustrativa de sacos com embalagens plásticas

Por sua vez, as fotografias das Figuras 4 e 5 ilustram detalhes destas embalagens plásticas. É possível observar a diversidade de potes plásticos empregados para produtos alimentícios, como leite, iogurtes, suplementos, entre outros. Observa-se também a presença de tintas de impressão ou de rótulos que como descrito anteriormente dificultam o processo de reciclagem.

A maior parte destas embalagens é produzida com PET e tem dupla camada de proteção, sendo a interna escura para fazer barreira à luz e aumentar a vida útil do produto. A Figura 6 ilustra detalhes de uma embalagem que acondicionou leite, que as pessoas catadoras denominaram de “shefa”, nome da empresa fabricante.



Figura 4: Fotografia ilustrativa das embalagens plásticas no interior dos sacos.



Figura 5: Fotografia ilustrativa das embalagens plásticas

Figura 6: Fotografia ilustrando a parte interna da embalagem com dupla camada de PET.



Segundo a fabricante, para conservar o produto à temperatura ambiente por um longo período, foi preciso bloquear a passagem de luz. Então, a solução encontrada foi desenvolver uma tecnologia que consistisse em utilizar duas camadas de PET, sendo a interna preta, para não haver degradação do leite, e a externa branca, preservando as propriedades da embalagem. Com isso, a proteção do leite é garantida por um período de 4 a 6 meses. “É uma embalagem muito valorizada, que se destaca junto ao público mais exigente, é inovadora, mais resistente, 100% reciclável e proporciona refrigeração mais rápida do que as cartonadas” (SANT ANNA, 2014, n. p.). A declaração do fabricante é verdadeira, pois segundo Zanin e Mancini (2015), todo plástico com tecnologias apropriadas são recicláveis e podem voltar ao ciclo produtivo, no entanto, poucas são as empresas ou sucateiros para quem as cooperativas comercializam que aceitam este tipo de embalagens. Assim, a população descarta e as cooperativas coletam fazendo o seu trabalho. No entanto, estes resíduos se acumulam e em sua maior parte acabam sendo depositados em aterros ou lixões.

Relatos sobre outros empreendimentos de catação

Gonçalves (2022) realizou em seu estudo entrevistas com catadoras e catadores de três cooperativas: Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região (Coocassis), localizada em Assis/SP; *Cooperativa de Trabalho Acácia* de

Catadores, Coleta, Triagem e Beneficiamento de Materiais Recicláveis de *Araraquara* (Acácia), situada em Araraquara/SP; e Cooperativa de Trabalho de Coleta Seletiva da Capela do Socorro (Coopercaps), em São Paulo/SP.

Em resumo, a autora identificou os seguintes resultados:

- Cooecassis: grande variedade de plásticos, má identificação e capacitação eventualmente inadequada de pessoas catadoras para a triagem.
- Coopercaps: reforça as indicações da Cooecassis tendo desenvolvido sistema próprio de classificação, alternativo à NBR 13230:2008, para sanar as dificuldades.
- Acácia: também possui um sistema próprio para a triagem de plásticos, justificando também a má identificação de resíduos.

Sobre isso, Gonçalves reflete que:

A dificuldade de se extrair informações de classificação de forma rápida das embalagens, somadas a velocidade da esteira de triagem, faz com que essas também utilizem, para classificação de material, métodos visuais e tátil próprios, o que torna os processos de triagem e classificação mais suscetível a falhas, como já observado na COOCASSIS. Este fato mostra que os desafios da triagem estão intimamente ligados com o não cumprimento das obrigações por parte dos fabricantes, uma vez que a simbologia de identificação dos materiais é uma informação obrigatória nas embalagens e deve ser clara (GONÇALVES 2022, p.124)

Além dessas dificuldades, a oscilação da comercialização também é uma dificuldade, o que leva as Embalagens Plásticas de Alimentos Pós-Consumo (EPAPC) a terem hora uma destinação adequada, hora serem classificados como rejeitos, conforme indicado na Tabela 1.

Já Bosquilia (2021), realizou estudos em uma cooperativa de Piracicaba/SP e em uma associação de Dois Vizinhos/PR.

A cooperativa de Piracicaba indicou dificuldade em comercializar resíduos plástico de classificação 7 (Outros). Já em Dois Vizinhos, dentre os resíduos plásticos mais encontrados nos resíduos domiciliares, é possível observar que tanto os polímeros 6 (poliestireno expandido - EPS) quanto os 7 (Outros) não são comercializados pela associação, os quais são encaminhados como rejeito para uma empresa para destinação final (BOSQUILIA, 2021).

Tanto na associação de Dois Vizinhos quanto na cooperativa de Piracicaba, os resíduos 7 (Outros) não são comercializados e destinados para a reciclagem, ainda que sejam amplamente utilizados como embalagens de diversos produtos que a sociedade consome (BOSQUILIA, 2021).

Tabela 3 - Comparação entre a classificação das EPAPC desafiadoras para a Cooecassis

RESÍDUOS	COOPERATIVAS		
	COOCASSIS	COOPERCAPS	ACÁCIA
BOPP	NC / NMC	NMC	NC / CD
Embalagem de ração animal	NMC	NC	NMC
Isopor	NC	NC	CD
Cápsula de café	NC	CD	NC
PET acrílico ou PET bandeja	NC	NC	NMC
Copo de danone (colorido)	NC	CD	CD
Copo de danone (transparente)	NMC	CD	CD
Embalagem de leite fermentado	NC	NC	NC
Copo de água e de café	CD	CD	NMC
Shefa	CD	CD	CD
Jussara	CD	CD	CD
PET óleo	CD	CD	CD
PET laranja (e de outras cores)	CD	CD	CD

Legenda: **CD** (Comercializados e desvalorizados); **NMC** (Não Mais Comercializados); **NC** (Nunca comercializados).

Fonte: Gonçalves (2022, p. 125).

Silvestim et al (2022, p. 7-8), por sua vez, investigou sete empreendimentos de catação de Manaus/AM, indicando em seus resultados que:

[...] fica claro que algumas entidades conseguem volumes [de plástico] mais significativos para comercializar (devido principalmente ao volume recebido da coleta seletiva e as condições que chegam das entidades). As entidades com volumes maiores de venda, conseguem triagem maior e com melhor qualidade, ou seja, sem contaminações ou outras condições físicas que possam comprometer o aproveitamento. Como consequência do volume de vendas de cada entidade verifica-se que a rentabilidade também se modifica em função da variação dos preços praticados, uma vez que não há um preço pré acordado entre as entidades.

Ao passo que a comercialização varia de empreendimento para outro, influenciando aspectos ambientais como um todo pela variabilidade de destinos finais, a renda das pessoas catadoras também oscila proporcionalmente impactando nas potencialidades socioeconômicas que empreendimentos de catação possuem.

Análises cruzadas entre as observações e os estudos bibliográficos

Se considerarmos as problemáticas vivenciadas pelas pessoas catadoras e seus empreendimentos, indicadas por Wendhausen et. al. (2020) e que resumem bem as indicações da literatura em geral, em comparação com as experiências das cooperativas sobre os resíduos plásticos, apresentadas nos subtópicos 3.2.1 e 3.2.2, temos algumas reflexões a destacar.

Sobre a **oscilação dos preços do material coletado no mercado**, todas as experiências trouxeram indicações sobre essa oscilação, não somente dos preços, mas da própria possibilidade de comercializar em si, como indicado principalmente na Tabela 1, sobre as experiências da Cooecassis, da Acácia e da Coopercaps. Isso se relaciona à **não aceitação no mercado de determinados materiais coletados**. A experiência dos empreendimentos de Manaus, por sua vez, mostra como a falta de articulação em rede também coloca em risco as possibilidades de melhores preços atribuídos aos resíduos por empreendimentos de uma mesma localidade. A quantidade de materiais coletados também interfere nesta comercialização, o que podemos relacionar às **dificuldades quanto à realização da coleta seletiva por problemas relacionados à logística**, já que havendo pouca quantidade de materiais, o custo de transporte para comercialização pode não compensar, dependendo da localidade da empresa compradora.

Aspectos de **problemas relacionados à situação educacional e de formação** também permeia as problemáticas dos empreendimentos apontados. No trabalho de Gonçalves (2022) e Silvestrim (2022), menções às condições das quais os materiais chegam aos empreendimentos dizem respeito à necessidade de educação ambiental da população, para que a responsabilidade compartilhada, premissa da PNRS (BRASIL, 2020) ocorra efetivamente. Ao mesmo tempo, a capacitação das pessoas catadoras também é importante para aprimorar a triagem, a qual também é dificultada pela má identificação das embalagens realizada pelas empresas. Por esse viés estreitamente relacionado à logística reversa, indicamos uma das **dificuldades enfrentadas por gestões públicas para colocar em prática a Lei Federal no 12.305/2010**: a falta de efetividade na articulação em rede impacta diretamente na gestão de resíduos municipal, que vê grande parte de resíduos plásticos sendo consideradas rejeitos e encaminhadas para aterros ou lixões. Dentre essas dificuldades para essa efetivação, a já mencionada falha no comportamento ambiental da população sobre o descarte de resíduos recicláveis, também deve ser destacada.

Dentre os outros itens mencionados por Wendhausen et. al. (2020), não tiveram muito destaque menções à concorrência com as empresas que realizam a coleta de “lixo”; existência de atravessadores; ausência de recursos técnicos, materiais e financeiros; dificuldade de absorção do significado e entendimento de alguns gestores em relação ao funcionamento de um empreendimento solidário; ausência de tecnologias apropriadas para os empreendimentos; e aos conflitos existentes entre as catadoras e os catadores dos

empreendimentos, o que não significa que são menos importantes ou não possam acontecer na realidade dos empreendimentos.

775

Considerações finais

Os resultados indicam a necessidade de continuar, intensificar e/ou iniciar a organização destes trabalhadores em três frentes: 1) no movimento social da categoria e na organização em empreendimentos de coletivos autogestionários e em redes solidárias de cooperativas, visando potencializar as condições de comercialização e aprimoramento técnico das pessoas catadoras; 2) efetivação das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), com a implantação e/ou implementação de ações que favoreçam a logística reversa, a responsabilidade compartilhada e os acordos setoriais para os resíduos coletados, com ênfase aos plásticos, considerando implantação e/ou implementação de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos que favoreçam as cooperativas e a criação de normativas para as embalagens, entre outras proposições; e 3) pela contratação pelo poder público municipal com o pagamento adequado pelos serviços prestados, o que, ainda que não tenha se destacado nos trabalhos apresentados, é uma demanda mencionada na literatura geral sobre os empreendimentos de catação. Este ato é essencial para o equilíbrio de outras demandas desses empreendimentos.

Espera-se com isso contribuir para o aprimoramento das políticas e ações já existentes, fomentar as já em andamento, e incentivar a implantação de outras que contribuam para a melhoria da realidade apresentada, principalmente no que tange às embalagens plásticas.

Este trabalho não tem a intenção de esgotar as reflexões sobre as relações entre os empreendimentos de catação e as estratégias pós consumo de embalagens plásticas na cadeia de reciclagem. Porém, cumpre seu objetivo de instigar reflexões a partir das convergências entre as experiências discutidas e a literatura teórica existente.

Referências Bibliográficas

ABRELPE. Associação Brasileira de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil, 2021. Disponível em: <<https://abrelpe.org.br/panorama/>> Acesso em: 10 out. 2022.

ANCAT. Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis.

Anuário da reciclagem, 2021. Disponível em: https://www.mncr.org.br/biblioteca/publicacoes/relatorios-e-pesquisas/61cc5e10cd0e3c4593f77725_anuario-da-reciclagem-2021.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

776

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL. Atlas do plástico: Fatos e números sobre o mundo dos polímeros sintéticos, 2020. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/2020-11/Atlas%20do%20PI%20C3%A1stico%20-%20vers%C3%A3o%20digital%20-%2030%20de%20novembro%20de%202020.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

BOSQUILIA, S. G. C. C. Cadeias de gerenciamento de resíduos plásticos domiciliares provenientes da coleta seletiva nos municípios de Piracicaba/SP e Dois Vizinhos/PR. 2021. 306f. (Tese de Doutorado). Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-02082021-181505/fr.php>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3-7, 03 ago. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Acordo setorial para implantação do sistema de logística reversa de embalagens em geral, de 25 de novembro de 2015. Disponível em: https://portal-api.sinir.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Acordo_embalagens.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

_____. Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União: Seção 1 – Extra F, Brasília, DR, p. 2, 01 abr. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/agendaambientalurbana/lixao-zero/plano_nacional_de_residuos_solidos-1.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

CAMPOS, J. F.; TEIXEIRA, B. A. N. Identificação de redes de cooperativas de catadores de materiais recicláveis no Brasil. Anais... 4º Congresso Sul-americano de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade Gramado/RS, 2021. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/conresol/conresol2021/XIII-002.pdf> >Acesso em: 10 out. 2022.

CEADEC. Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento, Emprego e Cidadania. Cataforte, 2016. Disponível em: <http://www.ceadec.org.br/projetos/cataforte-III-negocios-sustentaveis-em-redes-solidarias/apresentacao#>. Acesso em: 10 out. 2022.

DIAS, S. M. Trajetórias e memórias dos Fóruns Lixo e Cidadania no Brasil: experimentos singulares de justiça social e governança participativa, 2009. 326f. (Tese de Doutorado) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Disponível em: <https://www.wiego.org/sites/default/files/publications/files/Dias_Thesis.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

GONÇALVES, A. P. Desafios para redução das embalagens plásticas de alimentos pós consumo nos rejeitos da coleta seletiva: um estudo de caso em uma cooperativa no município de Assis – SP. 2022. 174f. (Dissertação). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2022. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18138/tde-20062022-104036/pt-br.php>> Acesso em: 10 out. 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Situação Social de catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável - Brasil. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf> Acesso em: 10 out. 2022.

JONES, F. A Promessa dos Bioplásticos. Pesquisa Fapesp, 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2020/04/073-076_bioplastico_290.pdf> Acesso em: 10 out. 2022.

PRADELLA, J. G. C. Biopolímeros e Intermediários Químicos. São Paulo: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2006, 119 p. Relatório Técnico nº 84 396-205. Disponível em: <http://www.redetec.org.br/wp-content/uploads/2015/02/tr06_biopolimeros.pdf> Acesso em: 10 out. 2022.

SANT ANNA, J. P. Pet: Multicamada oferece praticidade e segurança para embalar lácteos. Plástico.com.br, 2014. Disponível em: <<https://www.plastico.com.br/pet-multicamada>> Acesso em: 10 out. 2022.

SECCO-OLIVEIRA, L. D. P. D.; SANTIAGO, C. D.; SCOPINHO, R. A. Economia solidária e catadores de materiais recicláveis: cenários políticos e legislativos de desenvolvimento. Anais... III CONPES, 2021. Disponível em: <<https://abpes.org/anais-iii-conpes/>> Acesso em: 10 out. 2022.

SILVA, R. B. Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. Interthesis, v. 3, n. 2, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/882/10840>> Acesso em: 10 out. 2022.

SILVESTRE, E. G. et al. A reciclagem dos resíduos plásticos de Manaus (AM): O caso das entidades de catadores. Research, Society and Development, v. 11, n. 2, 2022. <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25902>>



WENDHAUSEN, E. J. et al. Resíduos Sólidos e Empreendimentos Solidários: a percepção dos gestores públicos do Amazonas. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 11, 2021. <<https://doi.org/10.34117/bjdv6n11-616>>

778

WWF. Fundo Mundial para a Natureza. Solucionar a Poluição Plástica: Transparência e Responsabilização, 2019. Disponível em:<<https://promo.wwf.org.br/solucionar-a-poluicao-plastica-transparencia-e-responsabilizacao>>. Acesso em: 10 out 2022.

ZANIN, M.; MANCINI, S. D. Resíduos Plásticos e Reciclagem: Aspectos gerais e tecnologia. 2. ed. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2015.

O IMPACTO DE CONTRATOS PÚBLICOS NA ATUAÇÃO DE COOPERATIVAS DE COLETA SELETIVA: ESTUDO DE CASOS NO INTERIOR DE SÃO PAULO

779

Anabella Corrêa, (UFSCar)
lukanabella@yahoo.com.br

Bernardo A. N. Teixeira, (UFSCar)
bernardo@ufscar.br

Resumo

A coleta seletiva é importante do ponto de vista ambiental, econômico e social, porém, os agentes autônomos que realizam informalmente essa coleta não possuem auxílio, proteção ou visibilidade, sendo recomendável seu agrupamento em formato de associações ou cooperativas. Algumas legislações ambientais instituídas a partir de 2007, tendo como marco legal a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), fomentaram a contratação dessas cooperativas pelo poder público, com dispensa de licitação, reconhecendo sua importante função na cadeia da gestão dos resíduos sólidos. Há um consenso de que a existência de contrato com o poder público seja favorável para a sustentabilidade das cooperativas, mas talvez somente isso não seja suficiente. Assim, o presente artigo tem como objetivo avaliar o impacto e as consequências da existência de instrumentos contratuais entre entidades públicas e organizações de catadores com relação à atuação e ao desempenho destas últimas. Para tanto, foram selecionados municípios de mesmo porte populacional do interior do estado de São Paulo para estudo de casos. Foram feitos levantamentos bibliográficos, pesquisas documentais, além de busca por instrumentos contratuais. Também foram definidas variáveis para possibilitar análise dos aspectos econômicos, sociais, ambientais e de governança das cooperativas e das coletas seletivas municipais. Os resultados apontam que os contratos, quando bem planejados, são importantes para o sucesso tanto da cooperativa, como da coleta seletiva. A existência de acordo de cooperação ou convênio ainda é melhor do que a inexistência de qualquer parceria formalizada com o poder público, embora ainda não reconheça esses catadores como prestadores de serviço, conforme institui as legislações de resíduos sólidos. Aponta-se, além da celebração de contratos, a importância de redes de apoio, a instituição da taxa de manejo de resíduos e o incremento nas parcerias de logística reversa com os fabricantes e comerciantes aplicando a responsabilidade compartilhada a todos os elos dessa cadeia.

Palavras-chave: Catadores; Cooperativas; Contratos públicos; Coleta seletiva

Abstract

The selective collection is important from the environmental, economic, and social perspectives. However, the autonomous agents, who informally work on this, have no aid, protection or visibility. Therefore, their grouping in associations or cooperatives is recommended. Some environmental regulations instituted in 2007, with the “National Solid Waste Policy” (Federal Law nº 12.305/2010) as a legal landmark, have encouraged the hiring of these cooperatives by the public authorities, recognizing their important role in the solid waste management chain. There is a consensus that the existence of a public contract is favorable for the empowerment of cooperatives, but it may not be enough. Thus, this research aims to assess the impact and consequences of the existence of contractual instruments between public entities and waste picker organizations. A comparative case study considered municipalities with the same population in the country of São Paulo state. In addition to quantitative surveys of collection, sale, and municipal coverage. The objective is to know the current scenario of each case, and also to propose suggestions for policies or actions that help to strengthen cooperatives or that can improve their performance. Therefore, a selection of municipalities with same population size in the state of São Paulo were selected for a comparative case study. It consisted of documentary research in addition to contracts surveys and analysis of economic, social, environmental and

governance aspects of the cooperatives. The results indicate that contracts, when well-planned, are important for the success of both the cooperative and selective collection. The existence of a cooperation agreement is still better than the absence of any formalized partnership with the government. Unfortunately, it still does not recognize these collectors as service providers, as established by solid waste legislation. In addition to the signing of contracts, the importance of support networks, the establishment of a waste management fee and the increase in reverse logistics partnerships with manufacturers and traders is pointed out, applying shared responsibility to all links in the chain.

Keywords: Waste pickers; Cooperatives; Public contracts; Selective collection.

INTRODUÇÃO

A coleta seletiva possibilita o reaproveitamento e a reintrodução dos resíduos sólidos na cadeia de produção, o que minimiza a extração de recursos naturais, diminui perdas, preserva o meio ambiente e gera renda. Segundo Bosi (2016), de certa maneira, essa é uma atividade muito antiga, consistindo na catação de materiais que, desde os primórdios, antes da Idade Média, tratavam-se de roupas, utensílios e ferramentas que poderiam ser reutilizados, com ou sem modificação, por pessoas muito pobres. No decorrer da história, durante os séculos de formação do capitalismo, essa coleta foi se transformando em negócio e passando a ter valor econômico.

No Brasil, foram documentadas experiências inicialmente em Niterói (RJ) de um professor que trouxe o exemplo da coleta seletiva na Alemanha, onde havia estudado e a implementou em seu bairro. Também em 1985, há relatos de formação dos primeiros grupos organizados de catadores no país, tais como a Associação de Carroceiros no município de Canoas-RS, e, em 1989, foi instituída a primeira cooperativa no Brasil, a COOPAMARE - Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (CEMPRE, 2015; RIBEIRO; BESEN, 2007; PEREIRA; TEIXEIRA, 2011).

Além dos aspectos sociais e ambientais, a coleta seletiva também é importante do ponto de vista econômico. De acordo com pesquisa de Milanez et al. (2010) em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), recursos financeiros significativos são perdidos ao se enterrar materiais que poderiam ser reciclados. Segundo o Cempre – Compromisso Empresarial para a Reciclagem (2018) são expressivas as possibilidades de geração de renda no mercado brasileiro de reciclagem.

A Lei Federal nº 8.666/1993 instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública. Posteriormente a Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007) a alterou, possibilitando a dispensa de licitação para a contratação de

cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis ou reutilizáveis na prestação de serviços de coleta seletiva. Em 2010, a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), Lei Federal nº 12.305/2010, foi instituída sendo um marco legal na gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos no país e, dentre muitas inovações estabelecidas, estimula a implantação da coleta seletiva, preferencialmente por meio de estabelecimento de contratos de prestação de serviços com cooperativas de catadores constituídas por pessoas físicas de baixa renda, conforme descrito no artigo 36, § 1º.

O estabelecimento de contrato administrativo entre o poder público municipal e as cooperativas garante mais estabilidade, prevenindo-as em relação aos riscos financeiros oriundos do instável mercado de materiais recicláveis, oferecendo maior garantia na obtenção de renda desses trabalhadores e, quando bem planejados, potencializam avanços na coleta seletiva municipal (BESEN, 2011; JODAS, 2013).

Entretanto, segundo diagnóstico realizado para elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES), somente cerca de 4,8% dos 3.556 municípios respondentes ao SNIS em 2017, pagavam a cooperativas ou associações. Já no estado de São Paulo, esse número sobe para 15%, de acordo com um panorama municipal elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, porém ambos os percentuais estão muito aquém da meta de 95% de municípios com contratos públicos com cooperativas até 2040, conforme estipulado pelo PLANARES (BRASIL, 2019; TCESP, 2021; BRASIL 2022). E que impactos causam a formalização de um contrato entre o poder público e as cooperativas de catadores, tanto para o empreendimento solidário, mas também para alavancar a coleta seletiva municipal? Embora haja um consenso de que tais contratos sejam importantes, eles são suficientes para a sustentabilidade dessas cooperativas?

Como há poucos municípios que reconhecem esses catadores como prestadores de serviços públicos, torna-se relevante estudar os impactos de alguns desses contratos, por meio de uma análise mais sistematizada da situação tanto da coleta seletiva dos municípios estudados quanto das cooperativas envolvidas.

Espera-se que estudos de caso como esse contribuam para que alguns municípios passem a considerar a contratação formal de cooperativas segundo estabelece os artigos 15 (inciso V), artigo 17 (inciso V) e artigo 36, § 1º da PNRS, alavancando, sobretudo, seus serviços de coleta seletiva, mas também, finalmente, reconhecendo os serviços prestados por essas catadoras e catadores, promovendo sua inclusão social e emancipação econômica (BRASIL, 2010).

OBJETIVOS

A presente pesquisa teve como objetivo avaliar impactos da existência de instrumentos contratuais entre entidades públicas e organizações de catadoras com relação à atuação e à sustentabilidade destas últimas, na forma de estudos de casos em cidades médias do interior do Estado de São Paulo.

O estudo de casos analisou as características dos diferentes instrumentos contratuais nas cidades selecionadas, os quais viabilizam os pagamentos às cooperativas pelos serviços prestados, avaliando os aspectos econômicos, sociais, operacionais, ambientais e políticos relacionados às diferentes situações contratuais, a partir da aplicação de variáveis.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se classifica como exploratória, pois, de acordo com Gil (2002), ela tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilita a consideração dos mais variados aspectos relativos aos casos estudados.

O Quadro 1 destaca as etapas de desenvolvimento do trabalho que estão detalhadas nessa seção.

QUADRO 1 – Etapas de Desenvolvimento da Pesquisa

Etapa	Ações
1 – Pesquisa Bibliográfica	Busca de artigos, livros, teses, dissertações para fundamentação teórica e delineamento da pesquisa
2 – Seleção dos Municípios para estudo de caso	Selecionar municípios do interior do estado de SP de mesmo porte populacional (entre 200 e 300 mil habitantes) que possuam coleta seletiva e cooperativa/associação de catadoras
3 – Análise Documental Geral	Pesquisa de documentos relevantes ao estudo em cada município selecionado, tais como planos municipais de gestão de resíduos sólidos, artigos específicos, sites das prefeituras e das cooperativas, que possibilitem a contextualização do município.
4 – Análise dos Instrumentos Contratuais	Definir itens a serem analisados nos instrumentos contratuais, elaborar ficha de coleta de dados e analisar os referidos documentos
5 – Análise das Variáveis nos municípios	Definir variáveis que possibilitem análise do panorama atual das organizações e das coletas seletivas. Aplicar as variáveis nos municípios selecionados.

Fonte: Elaborada pelos autores

Pesquisa Bibliográfica e Documental

A etapa 1 consistiu em uma ampla revisão bibliográfica, por meio das bases de indexação eletrônicas: Scielo e Scopus utilizando as palavras-chave: “contratos públicos” e “coleta seletiva” – “catadores de materiais recicláveis” e “poder público” – “coleta seletiva” e “gestão de resíduos sólidos”. Buscou-se assim, artigos que explanassem principalmente sobre a formação das cooperativas de coleta seletiva e a relação das mesmas com o poder público na gestão dos resíduos sólidos municipais e levantado artigos que demonstravam a situação das cooperativas no Brasil e no estado de São Paulo, onde foram selecionados os municípios para estudo.

Foram levantadas também as principais legislações vigentes relacionadas à gestão de resíduos sólidos e referentes à formação de cooperativas no Brasil que compõem o arcabouço legal do tema estudado.

Finalmente, foi realizada pesquisa documental dos municípios selecionados, buscando dados públicos, tais como planos de gestão de resíduos, diagnósticos anuais do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS) e no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP). Também foi investigada a relação entre as cooperativas e os respectivos gestores municipais de resíduos sólidos e feito levantamento referente à quais possuíam documento contratual ou convênio firmado entre ambas as partes.

Seleção dos Municípios para Estudo de Casos

Foram selecionados todos os municípios do interior do estado de SP de médio porte, com população entre 200 e 300 mil (IBGE estimativa para 2019). Chegou-se, inicialmente a 16 municípios e dentre esses pesquisou-se, no Painel do Saneamento Básico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP, 2021 – ano base 2019), quais tinham programas de coleta seletiva e também cooperativas formalizadas. Assim chegou-se a 13 municípios, sendo que somente três deles declararam existência de contrato e um informou possuir acordo de cooperação com cooperativa de catadores.

Análise dos Instrumentos Contratuais

Realizou-se, nessa etapa, uma análise dos instrumentos contratuais identificados. Para padronizar as informações dos documentos, foi elaborado um modelo de ficha individual para cada município que possuía contrato com cooperativa de catadores, contendo os itens constantes ou não nesses documentos, tanto aqueles conteúdos básicos

exigidos por lei, quanto aspectos diferenciais entre os municípios. Dentre os elementos analisados, citam-se, a princípio, as obrigações da contratada e do contratante (ou conveniada e município), a remuneração oferecida, a estrutura e equipamentos disponibilizados, capacitações dos cooperados, dentre outros.

Desenvolvimento e Aplicação de Variáveis

Os instrumentos contratuais mostram as condições acordadas para a prestação de serviços que serão de responsabilidade do município e da cooperativa, mas não mostram a situação ou resultados dessa parceria. Assim, foram elaboradas variáveis, separadas por categorias, que possibilitariam melhor análise, que foram confrontados com os dados levantados nas pesquisas documentais e com os próprios instrumentos contratuais.

Após a aplicação destas variáveis, foi possível, correlacionar resultados dos aspectos levantados com os conteúdos exigidos nos instrumentos contratuais que possam impactar na sustentabilidade de uma cooperativa de catadores, bem como na própria coleta seletiva de cada município.

RESULTADOS

Municípios Selecionados

Dentre os 16 municípios do interior do estado de São Paulo com população entre 200 e 300 mil habitantes, 13 afirmaram possuir iniciativas de coleta seletiva, bem como cooperativa formalmente constituída, sendo que dentre essas, apenas 3 afirmaram a celebração de contrato com tais cooperativas para prestação de serviços de coleta seletiva, triagem, beneficiamento e venda de materiais recicláveis, conforme mostra o Quadro 2.

QUADRO 2 – Seleção dos Municípios para Estudo de Casos

Cidade	População	Tem coleta seletiva?	Tem cooperativa?	Tem contrato?	Tem alguma parceria?*
Americana	239.597	sim	sim	não	2 e 4
Araraquara	236.072	sim	sim	sim	0 a 4
Barueri	274.182	sim	sim	não	2,3,4 e 5
Cotia	249.210	sim	sim	não	Nenhuma
Embu das Artes	273.726	sim	sim	não	2,3
Hortolândia	230.851	sim	sim	não	1,2 e 4
Indaiatuba	251.627	sim	não	não	Nenhuma
Itapevi	237.700	sim	sim	não	2

Jacareí	233.662	sim	sim	não	1,2,3 e 5
Marília	238.882	não	sim	não	
Presidente Prudente	228.743	sim	sim	sim	0 a 5
Rio Claro	206.424	sim	sim	não	1 a 5
São Carlos	251.983	sim	sim	sim	0,1,2
Sumaré	282.441	não			
Suzano	297.637	sim	sim	não	2,3,4
Taboão da Serra	289.664	sim	sim	não	2



Fonte: Elaborada pelos autores (base IBGE estimado 2019 e TCESP, 2021)

Legenda Quadro 2:

Tipos de parceria entre cooperativa e poder público municipal, disponível no painel do saneamento básico do TCESP (<https://painel.tce.sp.gov.br/>)

- 0 – Contratação de entidades de catadores para a execução da coleta seletiva
- 1 – Apoio financeiro
- 2 – Disponibilização de estrutura física
- 3 – Concessão/doação de equipamentos
- 4 – Apoio técnico para captação de recursos
- 5 – Treinamento

Assim os 13 municípios foram analisados também com base nas informações ao SNIS (2020) ano base 2019, sendo que três municípios informaram não haver organização formal de catadores, restando 10 municípios para análise. Alguns resultados obtidos no SNIS foram informados nas variáveis, que serão descritas posteriormente.

Análise dos Instrumentos Contratuais

Dentre os municípios selecionados, obtiveram-se 03 contratos e 01 acordo de cooperação, cujos conteúdos foram analisados e descritos os pontos mais relevantes a seguir, sem identificar o nome do município e cooperativa, então define-se aqui os números C1, C2 e C3 para as 3 cidades e cooperativas com contratos e C4 para a que possui o acordo de cooperação, uma vez que a finalidade dessa pesquisa não é a de classificar os municípios tampouco as cooperativas.

Todos os contratos preveem a prestação de serviços de coleta, triagem, beneficiamento (ou processamento) e comercialização de materiais recicláveis. No município C4 quem realiza a coleta é uma empresa terceirizada, então os materiais são

disponibilizados para a cooperativa. Essa cooperativa é a única que informou comprar recicláveis de catadores autônomos.

Dentre as obrigações das contratadas, citam-se o pagamento do INSS aos cooperados, bem como prover EPI's (equipamentos de proteção individual). Os contratos também estipulam metas de coleta mensais, sendo 100t (01), 300t (02) e 483t (03). Todos os instrumentos contratuais (01 a 04) citam o dever de zelar e realizar manutenção das máquinas e instalações cedidas pela municipalidade, bem como enviar relatório mensal contendo o controle de entrada e saída de materiais, além de outras exigências nesse relatório, conforme seguem:

- ✓ Número de cooperados (2,3 e 4) e suas respectivas retiradas (2 e 4);
- ✓ Relatório de despesas da cooperativa (4);
- ✓ Relatório de ocorrências internas e dificuldades (3);
- ✓ Relatórios contendo elogios e reclamações (3)

Relativo a alguns conteúdos específicos tem-se a necessidade de haver equipe de emergência para cobrir faltas nas rotas no município C2. Já a cooperativa C4, que possui o acordo de cooperação, precisa efetuar semestralmente desinsetização e desratização do galpão, todo material que sair precisa estar com MTR (manifesto de transporte de resíduos), solicita-se que busquem apoio tecnológico e novos negócios nas universidades, empresas e outras instituições, e em caso de implementação de qualquer outro tipo de beneficiamento (ex. moagem, lavagem, etc.) é preciso apresentar à prefeitura as devidas licenças (ou a sua dispensa) para desenvolver tal atividade.

Como diferencial, o contrato C3 possui um anexo contendo os 11 equipamentos cedidos para a cooperativa contendo um plano de manutenção preventiva dos mesmos a ser realizada pela cooperativa, contendo a frequência de lubrificação, troca de óleo, verificações de rolamentos, dentre outras.

Dentre as obrigações do contratante ou do município, os quatro analisados precisam prover barracão, pagar despesas de água e energia elétrica e fornecem algum tipo de equipamento. O município C2 paga também internet e o município C3 fornece controlador de acesso 24h.

Todos os contratos devem prover caminhões, sendo determinados 4 caminhões para a cooperativa C1, 6 caminhões para a cooperativa C2 e a cooperativa C3 recebe valor proporcional para assumir a gestão do contrato de 5 caminhões além de seus 4 próprios.

Os municípios C1 e C3 informam que irão definir as rotas e frequência de coleta. Os municípios C1, C2 e C3 propõem a realização de atividades ambientais em conjunto com as cooperativas para divulgação da coleta seletiva. E, por fim, os municípios C2 e C4 oferecem apoio técnico às cooperativas.

Quanto ao pagamento por serviços, os valores mensais dos três contratos são os seguintes:

Contrato 01: R\$34.596,00

Contrato 02: R\$119.923,75

Contrato 03: R\$339.802,50

Sendo que o contrato C1 paga por tonelada coletada, o contrato C2 paga um valor fixo e o contrato C3 possui parcela fixa e outra variável conforme metas estipuladas (coleta de 483t/mês; venda de 283t/mês e máximo de 27 reclamações). Com relação à fiscalização dos contratos ou acordo de cooperação, todos indicaram uma secretaria, órgão ou servidor que seria responsável pela fiscalização do cumprimento das determinações descritas.

Todos os instrumentos contratuais, descrevem as penalidades em caso de não atendimento às exigências constantes nos referidos documentos. Os municípios C1 e C2 preveem advertência escrita, multa, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, nessa ordem, em casos de descumprimento do contrato. O contrato C3 prevê multa a cada interrupção de coleta (que ocorra por culpa da contratada), com prazo de defesa de cinco dias úteis a partir da notificação, e impedimento do direito de licitar e contratar, bem como seu contrato poderá ser cancelado em caso de não resolução do problema. Já o município C4 prevê advertência escrita, suspensão do envio de materiais recicláveis ao barracão e suspensão da possibilidade de participação em chamamentos públicos.

Resumindo, em observações gerais os contratos são simples, os detalhamentos estão contidos nos termos de referência (C1) ou em planos de trabalho (C2 e C3). O Contrato C3 possui 9 anexos que descrevem como deve ser o procedimento de coleta porta a porta, operação no galpão, manejo nos PEV's (pontos de entrega voluntária – 11 ecopontos que recebem outros resíduos também) quais são os grandes geradores, localização dos LEV's (locais de entrega voluntária – 35 bags em locais de baixa densidade populacional), lista dos equipamentos cedidos com a definição da manutenção preventiva desses equipamentos e o roteiro de coleta. Finalmente o acordo de cooperação C4 contém diversas obrigações tanto do município, quanto da cooperada, até mais

exigentes do que o conteúdo dos contratos estudados. Por outro lado, ainda não reconhecem os cooperados como prestadores de serviço público.

Análise das Variáveis

Foram elaboradas 43 variáveis que fornecem informações mais detalhadas nos aspectos econômicos (9), operacionais (4), sociais (5), ambientais (8), governança (8), além de informações gerais (9) para caracterização das cooperativas e, conseqüentemente das coletas seletivas, possibilitando uma análise mais completa, além dos elementos contidos nos instrumentos contratuais, tornando possível descrever um panorama sobre os municípios e cooperativas.

QUADRO 3 – Descrição das Variáveis

Grupo I – Caracterização Geral	Grupo II – Aspectos Econômicos (2019/2020)
Variáveis	Variáveis
Atividades realizadas pela Cooperativa	Toneladas médias coletadas por mês
Ano de formação da cooperativa	Toneladas médias recuperadas por mês
Tipo de parceria com poder público	Valor médio recebido mensal por prestação de serviços (R\$)
Início da parceria com poder público	Valor médio mensal por vendas (R\$)
Área de abrangência da coleta atualmente (2021)	Gastos mensais de manutenção cooperativa (R\$)
Número médio de cooperados	Renda média mensal cooperados (R\$)
Quantos caminhões próprios ou alugados	Emite NF (% vendas com NF)
Área urbana aproximada (km ²)	Município possui mecanismos de cobrança pelo manejo RS
Galpão próprio, cedido ou alugado?	Mecanismos de Venda
Grupo III – Aspectos Operacionais	Grupo IV – Aspectos Sociais
Variáveis	Variáveis
Divisão de tarefas – coleta, triagem, administrativo	Rotatividade dos cooperados
Diferença na remuneração por tipo de atividade	Existência de benefícios. Quais? INSS, descanso anual, etc.
Horas trabalhadas/semana/membro	Treinamento para cooperados. Quais?
	Limite de número de cooperados

Tipos de equipamentos (esteira, prensas, picador, balança, empilhadeira, etc.)	Seguro de acidente de trabalho conforme lei 12.690/2012
Grupo V – Aspectos Ambientais (2019/2020)	Grupo VI – Aspectos de Governança
Variáveis	Variáveis
Taxa de recuperação de recicláveis em relação a RDO+RPU (SNIS)	Participação dos cooperados nas assembleias
Taxa de aproveitamento (coletado/vendido) (SNIS)	Registra atas
Atividades de educação ambiental voltadas a coleta seletiva	Possui regimento interno
Atuação junto às escolas	Participa de articulações coletivas no município
Possui SIGOR	Participa de articulações coletivas fora do município
Possui Licença Ambiental	Existência de entidades apoiadoras
Possui Alvará de Funcionamento (Vigilância Sanitária)	Parcerias de logística reversa
Possui Alvará do Corpo de Bombeiros – AVCB	Parceria com grande gerador

Fonte: Elaborada pelos autores

Para obtenção dos dados das variáveis foram priorizadas buscas em fontes secundárias (como SNIS – Sistema Nacional de Informações de Saneamento), porém a maioria não foi possível de se obter dessa maneira, contudo seriam importantes para possibilitar uma análise mais detalhada do cenário de cada cooperativa e coleta seletiva. Assim sendo, foram solicitados a dez municípios (tanto à prefeitura quanto à cooperativa) que respondessem às variáveis por e-mail, mediante a condição de que não seriam identificados. Obtiveram-se cinco respostas, sendo quatro dos municípios já analisados anteriormente (C1, C2, C3 e C4) e mais um município que não possui contrato ou acordo formal (C5), embora tenha algum tipo de parceria com a prefeitura municipal.

Alguns resultados mais relevantes foram descritos no Quadro 4 e outros resultados pertinentes serão incluídos nas descrições a seguir:

A cooperativa C1, embora possua contrato com a prefeitura, recebe baixo valor de remuneração pelos serviços prestados. A receita obtida pelas vendas também é baixa, devido à taxa de recuperação com relação aos resíduos públicos (RPU) que foi de apenas 0,27% em 2020. Dessa forma, os cooperados recebem remuneração abaixo do salário

mínimo, em desacordo ao estipulado pela Política Nacional das Cooperativas de Trabalho (Le Federal nº 12.690/2012). Eles também possuem poucos equipamentos e o barracão é alugado, não possuem balança, esteiras ou empilhadeira. São disponibilizados poucos caminhões que atendem somente 35% da área urbana. Com relação a seus associados, há muita rotatividade, além de alto índice de absenteísmo e baixa participação nas assembleias, que não estão sendo realizadas com frequência. O município não possui instituída taxa ou tarifa de manejo de resíduos.

A cooperativa C2 proporciona maior remuneração aos seus cooperados (média de R\$1.900,00), dentre os casos analisados, além de INSS, descanso anual remunerado e seguro de vida. Atende a 93% da cidade, que possui menos de 20 km² de área urbana com 08 caminhões e receita de pouco mais R\$119.000,00 mensais por prestação de serviços e R\$93.000,00 em média por vendas com taxa de recuperação de recicláveis de 5,28% em 2020 em relação ao total de resíduos municipais. O município fornece galpão, equipamentos e paga contas de água, energia elétrica e internet e realiza manutenção dos equipamentos e instalações, desde não tenham se danificado por mau uso. O município possui taxa de manejo de resíduos sólidos que vem especificada junto ao IPTU.

A cooperativa C3 atende toda a cidade com coleta seletiva, a taxa de aproveitamento foi de 5,09% em 2020 em relação ao total de resíduos municipais, há baixa rotatividade entre os 190 membros cooperados. A cooperativa coleta em média 520 t mensais e vende cerca de 290t. Possui concessão de uso dos galpões pela municipalidade, além da cessão ou posse de diversos equipamentos. Há uma diferença de remuneração, que consiste no pagamento de um salário mínimo para coletores e pessoal

da triagem, um salário mínimo acrescido de R\$200,00 para

791

QUADRO 4 - Algumas variáveis mais importantes para análise

Variável	Município Cooperativa 01	Município Cooperativa 02	Município Cooperativa 03	Município Cooperativa 04	Município Cooperativa 05
Tipo de parceria com poder público	Contrato	Contrato	Contrato	Acordo de Cooperação	Sem parceria formalizada
Número médio de cooperadas	45	90	190	40	35
Área de abrangência da coleta atualmente (2021) em %	35	93	100	100	50
Caminhões próprios ou alugados e quantidade	2 Alugados pela prefeitura, 1 cessão uso e 1 próprio	Cedidos 5, próprios 03	4 caminhões próprios e 5 caminhões alugados	Prefeitura coleta e entrega 1 HR próprio	3 cedidos pela prefeitura; 1 caminhão próprio, 1 VUC próprio
Galpão próprio, cedido ou alugado	Alugado como contrapartida do contrato de limpeza urbana	Concessão de Uso	Cedido pela Prefeitura	Concessão de Uso	Concessão do terreno por 60 anos
Renda média mensal cooperadas (R\$) Salário mínimo: 2019 - R\$ 998,00 2020 - R\$1.045,00	950,00/ 818,24	1.900,00	média 1 salário mínimo	1.100,00 a 1.600,00	1.220,00/ 1.320,00
Tipos de Equipamentos	2 prensas, 1 picador de papel	2 Esteiras, 2 prensas, 2 picadores (pet e papel), 1 empilhadeira elétrica, 1 balança, 2 empilhadeiras hidráulica	6 prensas, 1 balança, 1 esteira transportadora, 2 esteiras talisca, 2 esteiras de catação, 1 esteira inclinada, 1 extrusora de isopor, 1 triturador de papel e 1 motocana	2 balanças, 1 empilhadeira manual 3 prensas 1 esteira elevada 1 esteirinha alimentadora 1 empilhadeira móvel	4 prensas; 1 balança, 1 picador de papel; 1 esteira elétrica de plataforma elevada, 1 moinho industrial de plástico (PEAD, PP) e 1 empilhadeira a gás
Taxa de recuperação de recicláveis em relação à quantidade de RDO e RPU (SNIS)	0,61% / 0,27%	4,01% / 5,28%	4,03% / 5,09%	6,55% / 1,98%	O município não respondeu ao SNIS
Taxa de aproveitamento (SNIS - exceto município 02) material coletado / vendido	42,2% / 23%	89,7% / 90,3%	49% / 62%	88,8% / 81,9%	81,8% / 80%

Fonte: Elaborada pelos autores

cooperados do administrativo e líderes (há líder em cada caminhão e nas esteiras de triagem) e a remuneração de R\$ 400,00 além do salário mínimo, para operadores de máquinas e motoristas dos caminhões, uma vez que o exercício dessas funções exige cursos de especialização e treinamentos (também fazem a manutenção preventiva das máquinas e veículos). Possuem forte engajamento social e político na cidade com membros distintos ativos nos seguintes Conselhos Municipais: Saneamento Básico, Meio Ambiente, Combate à Discriminação e ao Racismo, Transporte e Economia Solidária. Foi repassada a gestão do contrato de aluguel dos cinco (5) caminhões para a cooperativa (com a respectiva transferência do valor no contrato), além dos quatro (4) próprios, sendo que todos os motoristas são cooperados. O município possui taxa de manejo de resíduos sólidos que vem especificada na conta de água.

A cooperativa C4 possui acordo de cooperação, a maior parte da coleta é realizada por empresa contratada, que leva seus materiais ao galpão de triagem. A cooperativa coleta em alguns pontos específicos próximos ao seu barracão. Os cooperados recebem valor acima do salário mínimo, possuem cessão de uso do barracão com diversos equipamentos, cuja manutenção é realizada pela prefeitura. Esse empreendimento solidário é composto por cerca de 40 cooperados, um número médio devido ao fato de não serem responsáveis pela coleta, ficando todos no barracão, embora há um cooperado

em cada LEV municipal, que podem trabalhar aos sábados e feriados (sem remuneração). O acordo de cooperação possui mais exigências que os contratos analisados e o município possui instituída taxa de manejo de resíduos sólidos, porém, ao não efetuarem contrato com a cooperativa, não os reconhecem como prestadores de serviços públicos.

Finalmente, a cooperativa C5 não possui qualquer acordo formalizado com a prefeitura municipal, que concede 3 caminhões com motoristas, bem como o terreno (concessão 60 anos) onde foi construído o galpão que abriga a cooperativa. Esse galpão, bem como diversos equipamentos, tais como balança, transpalete mecânico, prensas e até um caminhão de pequeno porte foram conseguidos por meio de projetos que angariaram recursos de algumas parcerias de logística reversa. Também por meio de projeto, elaborado pela assessoria técnica, obtiveram recursos para compra de um moedor de plásticos (PEAD e PP), que realiza um beneficiamento agregando maior valor de venda a esses materiais, que foi um fator determinante para manutenção das receitas da cooperativa durante a pandemia. Nesse município, a coleta seletiva atende cerca de 50% da área urbana e não há taxa de manejo de resíduos sólidos instituída.

DISCUSSÃO

Dentre os três municípios com contratos analisados, observou-se que dois deles (C2 e C3) proveem boa remuneração, atendem praticamente toda a cidade com coleta seletiva, as taxas de aproveitamento são acima da média nacional (2% segundo PLANARES), os membros cooperados, que são em maior número que os demais, recebem remuneração acima do salário mínimo, conforme exigido pela Política Nacional das Cooperativas de Trabalho (Lei Federal nº 12.690/2012). Eles possuem concessão de uso dos galpões pela municipalidade com cessão ou posse de diversos equipamentos e maior quantidade de caminhões para coleta.

No entanto, o terceiro município (C1) com contrato atende a um terço da cidade com coleta seletiva, provê poucos caminhões e equipamentos, o galpão é alugado, a remuneração do contrato é baixa comparada aos outros dois municípios supracitados. A taxa de recuperação com relação aos resíduos públicos foi muito baixa, o que faz com que as receitas por vendas também sejam pequenas. Todos esses fatores levam a uma remuneração desses trabalhadores menor que um salário mínimo. Nesse caso, é possível afirmar que o contrato é importante, por prover significativa parte da receita, mas não é o suficiente, corroborando com a afirmação feita por Besen (2011) e Jodas (2013). O

contrato deveria viabilizar as condições adequadas de trabalho e ser acompanhado pelo gestor público visando expandir a coleta seletiva municipal e, conseqüentemente, a cooperativa.

Por outro lado, a existência de acordo de cooperação ou convênio, embora ainda não atenda ao estipulado na PNRS e no PLANARES, ainda é melhor do que a inexistência de parcerias formalizadas. E, no caso analisado (C4), o acordo de cooperação descreve diversas obrigações tanto do município, quanto da cooperada, até mais exigentes do que o conteúdo dos contratos estudados, porém ainda não reconhecem os cooperados como prestadores de serviço público.

A última cooperativa analisada (C5), que não possui acordo ou contrato, ainda assim recebe algum apoio da prefeitura, tais como caminhões e cessão do terreno por 60 anos. Ela possui uma forte rede de apoio técnico que, por exemplo, auxiliou na implementação da moagem dos plásticos rendendo aumento de receita, que foi providencial no momento de crise pandêmica. Esse município precisa expandir sua coleta seletiva, que atende cerca de metade da cidade, provendo assim, conseqüentemente, o crescimento da cooperativa, que aguarda seu justo reconhecimento como prestadora de serviços públicos.

Dentre os cinco casos analisados, os três melhores resultados (C2, C3 e C4) foram de municípios que possuem taxa de manejo de resíduos sólidos instituída, fato que proporciona incremento à receita do município possibilitando a efetivação de mais investimentos na gestão de resíduos sólidos e, assim, na coleta seletiva.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos indicam os impactos e a importância da existência de contratos entre o poder público e as cooperativas. Nota-se que contratos bem planejados possibilitam investimentos na operação, infraestrutura e também nas pessoas cooperadas, o que resulta em uma coleta seletiva mais efetiva. Estes contratos se caracterizam por conceder remuneração maior que um salário mínimo per capita (remuneração do contrato/número de membros), caminhões em quantidade suficiente para atender a uma rota mínima semanal em 100% da área urbana, equipamentos que incrementem a triagem, prensagem, pesagem e armazenamento dos materiais e galpão adequado que comporte toda a operação da cooperativa. Por outro lado, também exigem da contratada o controle de entrada (coleta) e saída (venda + rejeito) de materiais buscando máximo

aproveitamento, atendimento às normas ambientais, sanitárias e de segurança individual e coletiva, parceria em programas de educação ambiental e zelo pela boa conservação dos equipamentos e instalações.

Também pode-se observar que a existência de algum acordo ou convênio formalizado, ainda é melhor que a inexistência de parcerias documentadas, porém, ainda assim, não atendem ao preconizado pela PNRS e o PLANARES.

Mesmo que a legislação indique a obrigatoriedade da cobrança de taxas de manejo de resíduos aos municípios e a celebração de contrato com as cooperativas pelo poder público municipal, ainda assim, quem paga pela coleta seletiva é a sociedade civil. Notou-se uma tímida parceria de logística reversa nas cooperativas estudadas, embora as existentes sejam importantes e muitas vezes pontuais, não constantes. Contudo, é preciso exigir o cumprimento das políticas públicas que fomentam a logística reversa, para que esses custos sejam arcados, de alguma forma, também pelos fabricantes, produtores desses resíduos, bem como pelos comerciantes, aplicando assim, mais justamente, a responsabilidade compartilhada aos demais elos dessa cadeia.

E, finalmente, com a recente instituição do PLANARES (2022), como estratégia para implementação da PNRS (2010), espera-se que o atendimento de suas metas promova um salto expressivo nos índices de coleta seletiva do país e promova maior sustentabilidade das cooperativas. Dentre elas, destacam-se as metas de que 95% das coletas seletivas municipais sejam por meio de contrato com cooperativa de catadores e que a taxa de aproveitamento dos recicláveis secos chegue a 20% do total de resíduos gerados no município.

REFERÊNCIAS

BESSEN, G. R. Coleta seletiva com inclusão de catadores: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade. 2011. 274f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2011.

BOSI, A. P. História dos catadores no Brasil. São Paulo, SP: Verona, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; e dá outras providências. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diagnóstico dos resíduos sólidos. Brasília, DF, 2019.

(Documento técnico elaborado pelo Consórcio IIGE no âmbito do Projeto Interágua para subsidiar a revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Diagnóstico de manejo de resíduos sólidos urbanos – 2019. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022. Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES). Brasília, DF, 2022.

CEMPRE – COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM. Coleta seletiva completa 30 anos no país. Cempre Informa, São Paulo, SP, n. 141, 2015.

CEMPRE – COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM. Ciclosoft demonstra amadurecimento do sistema. Cempre Informa, São Paulo, SP, n. 157, 2018.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

JODAS, N. Contratação das organizações de catadores pelos municípios: um instrumento de emancipação social e maior sustentabilidade na gestão dos resíduos sólidos urbanos. In: ARAUJO, L. E. B.; ESPINDOLA, A. A. S.; BIRNFELD, C. A. H. (org.). Direito e sustentabilidade I. Florianópolis, SC: FUNJAB, 2013. p. 37-53.

MILANEZ, B. et al. Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos. Brasília, DF: IPEA, 2010.

PEREIRA, M. C. G.; TEIXEIRA, M. A. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. Cadernos EBAPE. BR, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. 3, p. 895-913, 2011.



RIBEIRO, H.; BESEN, G. R. Panorama da coleta seletiva no Brasil: desafios e perspectivas a partir de três estudos de caso. *InterfaceEHS*, São Paulo, SP, v. 2, n. 4, p. 1-18, 2007.

796

TCESP – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Estamos avançando na gestão do lixo? Um panorama dos municípios do estado de São Paulo frente ao novo Marco Legal do Saneamento. São Paulo, SP, 2021.



MAPEAMENTO DAS CONDIÇÕES DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORAS/ES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE ASSIS E REGIÃO DO VALE PARANAPANEMA

797

Ana Maria Rodrigues de Carvalho, (USP)
ana.mr.carvalho@unesp.br

Carlos Rodrigues Ladeia, (USP)
carlos.ladeia@unesp.br

Felipe Arneiro Lopes, (USP)
felipe.arneiro190995@gmail.com

Gabriela de Sena Moura, (USP)
gabriela.sena@unesp.br

Leandro Franco Campos Pereira, (USP)
leandro.franco@unesp.br

Marta Fleury de Oliveira Gentil Croce, (USP)
marta.croce@unesp.br

Nei Vinicius Hércules Rodrigues Miranda, (USP)
nvhr.miranda@unesp.br

Ravine Cirino da Silva, (USP)
ravine.silva@unesp.br

Resumo

Este estudo, em andamento, tem por objetivo geral mapear a realidade atual de associações e cooperativas de catadoras/es do Oeste Paulista, microrregião de Assis, bem como efetuar a caracterização de suas/eus trabalhadoras/es, visando subsidiar processos de intervenção junto a essa categoria, com o apoio de órgãos governamentais e/ou privados. Além de investigar os contratos firmados entre cooperativas e prefeituras, os demais aspectos referem-se às condições sob as quais as cooperativas e associações atuam: quadro de trabalhadoras/es; estrutura física, instalações, veículos, máquinas e equipamentos; e aspectos econômicos. De igual relevância é a caracterização do grupo de catadoras/es em cada empreendimento, estudo em andamento a ser, oportunamente, sistematizado e socializado. Os referenciais teóricos e metodológicos baseiam-se em pressupostos críticos, transversais a diversas áreas do conhecimento (Educação Popular, Economia Solidária, Pesquisa Participante e Psicologia Sócio-histórica). Os dados foram levantados junto a cinco empreendimentos, abordados a partir de entrevistas semidirigidas, presenciais, observações participantes de cunho etnográfico e pesquisa documental. A análise em andamento indica que: as cooperativas, conforme previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), encontram-se contratadas pelas respectivas prefeituras para prestação de serviços de coleta seletiva, triagem e destinação dos resíduos recicláveis. Constata-se que os modelos de contrato são diversos, por vezes, penalizando as/os catadoras/es comprometendo as condições de trabalho e a renda nas cooperativas. Quanto à única associação pesquisada, a realidade se diferencia, pois a prefeitura firma convênio e algum apoio pelos serviços de coleta seletiva prestados, tornando as relações e condições de trabalho, em geral, muito mais precárias. O estudo denota uma diversidade na realidade dos empreendimentos, cujas condições se deterioraram com o retrocesso nas políticas públicas setoriais nos últimos anos.



Palavras-chave: Catadoras/es de Materiais Recicláveis; Coleta Seletiva; Condições de Trabalho; Relações com Gestores Públicos.

798

Abstract

This study, in progress, has the general objective of mapping the current reality of associations and cooperatives of waste pickers in Oeste Paulista, micro-region of Assis, as well as characterizing their workers, in order to subsidize intervention processes along with this category, supported by governmental and/or private bodies. In addition to investigating the contracts signed between cooperatives and municipalities, the other aspects refer to the conditions under which cooperatives and associations operate, staff of workers; physical structure, facilities, vehicles, machinery and equipment; and economic aspects. Equally relevant is the characterization of the group of waste pickers in each enterprise, a study in progress to be, in due course, systematized and socialized. The theoretical and methodological references are based on critical assumptions, transversal to several areas of knowledge (Popular Education, Solidarity Economy, Participatory Research and Socio-Historical Psychology). Data were collected from five enterprises, approached through semi-structured, face-to-face interviews, participant observations of an ethnographic nature and documental research. The analysis in progress indicates that: the cooperatives, as provided for in the National Solid Waste Policy (Law 12,305/2010), are contracted by the respective municipalities to provide selective collection services, sorting and disposal of recyclable waste. It appears that the contract models are diverse, sometimes penalizing the waste pickers, compromising working conditions and income in the cooperatives. As for the only association surveyed, the reality is different, as the city hall signs an agreement and some support for the selective collection services provided, making relationships and working conditions, in general, much more precarious. The study shows a diversity in the reality of the enterprises, whose conditions have deteriorated with the setback in sectorial public policies in recent years.

Key-words: Recyclable Material Collectors; Selective collect; Work conditions; Relations with Public Managers.

INTRODUÇÃO

A temática da gestão de resíduos sólidos, em diferentes dimensões, econômica, social e ambiental, pressupõe, necessariamente, o trabalho das/es catadoras/es de materiais recicláveis, objeto principal deste estudo.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelecida na Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010a), é fator estruturante para que os entes federativos (Municípios, Estados e União) elaborem e implementem seus planos de gestão, em âmbito de suas respectivas jurisdições. A PNRS tem como principal propósito interferir nos impactos decorrentes da produção e consumo de bens e na mitigação de aspectos ambientais, sociais e econômicos, próprios de uma sociedade de consumo, na qual prevalece também uma grande desigualdade social. As embalagens utilizadas na cadeia produção/consumo requerem destinação final ambientalmente sustentável, sob a responsabilidade de gestores públicos, setor empresarial (indústria e comércio) e coletividade.

A gestão de resíduos sólidos, estabelecida na PNRS, é de responsabilidade de gestores públicos, conforme Título III, Capítulo I, Art 10:

Incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei. (BRASIL, 2010a)

A despeito de avanços reconhecidos na implementação da PNRS, apenas 2.795 municípios brasileiros efetuam a disposição final adequada de rejeitos em aterros sanitários, segundo o Anuário da Reciclagem 2021. Neste sentido, os demais municípios brasileiros, 49,8%, têm aterros controlados ou, ainda, dispõem em lixões a céu aberto⁷³.

A Política Nacional obriga os municípios a implantarem a coleta seletiva dos resíduos recicláveis e dá prioridade e autoriza os gestores públicos a contratarem catadoras/es organizados em cooperativas ou associações para a realização dos serviços de coleta seletiva, mediante dispensa de licitação, conforme a Lei 12.305/2010, Capítulo III, Seção II, Artigo 36, Parágrafos 1º e 2º.

A gestão integrada de resíduos sólidos, conforme o Artigo 10, anteriormente citado, pressupõe, além da responsabilidade do município, também a do gerador pelo gerenciamento. Ao gerador domiciliar de resíduos recicláveis cabe a responsabilidade de dispor seus materiais para a coleta seletiva. Aos geradores cuja produção de resíduos não se assemelha aos domiciliares, a PNRS, em seu Capítulo II, Seção V, Artigo 20, Inciso II, Letra b, define:

Art. 20. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:

II - os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:

b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal; (BRASIL, 2010a)

A educação ambiental, prevista na Lei 9.795/1999 (BRASIL, 1999), é uma temática que compõe a PNRS também, por meio da obrigatoriedade de elaboração de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Todavia, a despeito de sua relevância e obrigatoriedade, na prática, pouco tem sido contemplada e, em geral, transferida pelo município como sendo atribuição exclusiva das cooperativas e associações de catadoras/es, ainda que fosse aceitável uma ação em parceria. Entre vários conteúdos, a educação ambiental, por meio de programas e ações, é parte integrante do

⁷³ O Novo Marco Legal do Saneamento Básico de 2020 estende o prazo para erradicação de todos os lixões do território nacional para o ano de 2024. Lembrando que a destinação ambientalmente correta de resíduos urbanos, prevista na Lei 12.305/2010, é o aterro sanitário.

Plano Municipal, conforme prevê a legislação. (Lei 12.305/2010, Capítulo II, Seção IV, Artigo 19, Inciso X).

800

Art. 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo: [...]

X - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos.

(BRASIL, 2010a)

A logística reversa prevista na PNRS, em seu Capítulo II, Artigo 3º, Inciso XII, é um instrumento

[...] de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. (BRASIL, 2010a)

As/os catadoras/es têm sido o segmento responsável pela coleta da grande maioria dos resíduos recicláveis que retornam para a cadeia produtiva das embalagens. Muitos empreendimentos participam de projetos com entidades que organizam a logística reversa. Por meio de acordos formais, entidades e empreendimentos viabilizam que sejam contabilizados os montantes de recicláveis que retornaram ao ciclo produtivo. Por meio da apresentação de notas fiscais de venda de materiais recicláveis, os empreendimentos recebem valores previamente acordados, em geral, a serem investidos em infraestrutura.

A aplicação da PNRS, com relação à contratação de empreendimentos de catadoras/es, merece ser estudada em escala de maior abrangência, tanto para revelar dados quantitativos, quanto para constatar o efetivo cumprimento dos dispositivos legais, bem como para identificar se os parâmetros adotados nessa relação contratual são justos, se reconhecem, valorizam e remuneram adequadamente os trabalhadores e se a eles são garantidas condições de trabalho dignas.

No presente estudo, ainda que realizado junto às apenas cinco empreendimentos de catadoras/es de materiais recicláveis, na microrregião de Assis/SP, Oeste Paulista, considera-se que os dados coletados e analisados possam contribuir, por meio de sua socialização, para o conhecimento da realidade concreta existente no território focado e subsidiar iniciativas de outros órgãos comprometidos com a temática, com foco na correção de possíveis distorções identificadas na execução das políticas previstas na legislação. Por outro lado, potencialmente, o estudo poderá despertar o interesse de mais pesquisadoras/es ou instituições visando conhecer a realidade de outros territórios.

Ao longo das duas últimas décadas, equipes da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis⁷⁴ efetuaram assessorias e/ou acompanhamento de empreendimentos de catadoras/es de materiais recicláveis, em sete municípios da Região do Vale Paranapanema. Processos que se originaram com a organização de trabalhadores autônomos e desempregados, visando à formação de empreendimento coletivo, a partir dos princípios do Cooperativismo Popular e da Economia Solidária. Em geral, esses processos culminaram na implantação da Coleta Seletiva nos respectivos municípios e na contratação ou estabelecimento de convênio entre prefeitura e cooperativas/associações, apoiados por assessorias prestadas também aos gestores públicos.

Em 2021, por meio de edital da Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura da Unesp, foi constituída, entre outras, a Rede Temática de Extensão Universitária em Resíduos Sólidos, Soberania Alimentar e Sustentabilidade Socioambiental (REALSSAM) com o propósito de articular projetos e grupos de diferentes Unidades Universitárias, relacionados às temáticas⁷⁵. A Incop Unesp Assis tendo já experiência em trabalhos com catadoras/es e agricultoras/es familiares assentadas/os, constituiu-se em um dos Núcleos da Rede⁷⁶.

Considerando a vulnerabilidade observada em empreendimentos de catadoras/es com relação às suas condições atuais, em cenário de desmonte de políticas públicas setoriais, o Núcleo elegeu como prioridade efetuar o “Mapeamento das condições das cooperativas e associações de catadoras/es de materiais recicláveis de Assis e Região do Vale Paranapanema. Ressalta-se que os cinco empreendimentos estudados foram acompanhados pela Incop Unesp em seus processos de formação e desenvolvimento e que outros dois não se dispuseram a participar deste estudo.

METODOLOGIA

O presente estudo situa-se no contexto da Rede Temática de Extensão Universitária em Resíduos Sólidos, Soberania Alimentar e Sustentabilidade Socioambiental (REALSSAM - UNESP), formada por membros da comunidade acadêmica de diversos campi da Universidade que, por meio de atividades extensionistas

⁷⁴ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras de Assis.

⁷⁵ Consultar: <https://www2.unesp.br/portal#!/proex/acoes-da-extensao/redes-tematicas/redes-tematicas/rede-de-residuos-solidos-soberania-alimentar-e-sustentabilidade-socioambiental/>

⁷⁶ Atualmente, a equipe do Núcleo REALSSAM de Assis, é constituída pelas/os autoras/es do Mapeamento apresentado neste trabalho.

incentivadas pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura, coadunaram esforços para promover ações ligadas ao desenvolvimento sustentável, relacionadas ao fortalecimento de parcerias entre sociedade civil e órgãos públicos, com vistas à soberania alimentar, ao manejo de resíduos sólidos, bem como à valorização de modos de produção solidários e agroecológicos.

Sediada em Presidente Prudente, a Rede Temática envolve dezesseis unidades da Unesp, com projetos específicos de modo a contemplar os objetivos dessa estratégia multacentrada, sendo que a Faculdade de Ciências e Letras de Assis, por meio da Incubadora de Cooperativas Populares (Incop Unesp Assis), elaborou uma proposta cujos primeiros resultados apresentamos neste texto.

Com o objetivo de mapear a realidade atual de empreendimentos de catadoras/es de materiais recicláveis de municípios do Vale do Paranapanema, bem como efetuar a caracterização de suas/eus trabalhadoras/es, o mapeamento proposto visa subsidiar o desenvolvimento de projetos e ações com o apoio de órgãos governamentais e/ou privados.

Para isso, a proposta da Incop Unesp Assis focou na constituição de um banco de dados sobre as condições atuais de cinco empreendimentos de catadores de materiais recicláveis da região do Vale do Paranapanema, observando tanto os aspectos relacionados às condições materiais de produção quanto os relativos à situação de vida de trabalhadoras/es do setor. Por meio das análises e relatórios, espera-se identificar demandas prioritárias de modo a subsidiar processos de intervenção e fomento de políticas públicas, especialmente concernente à gestão de Resíduos Sólidos.

Para levantamento e produção de dados desenhou-se uma estratégia baseada em três ações combinadas:

a) As entrevistas semidirigidas foram realizadas presencialmente no próprio local de trabalho, com dois roteiros distintos, um centrado em informações dos empreendimentos, aplicado coletivamente, principalmente com membros do Conselho de Administração (Diretoria) e outro, no perfil socioprofissional de cada associado/a ou cooperado/a.

b) Observação participante de cunho etnográfico, com a possibilidade de (re)aproximação da equipe atual da Incubadora junto aos empreendimentos de catadoras/es de materiais recicláveis, visto que no período da pandemia de Covid19, ainda que a assessoria tivesse sido mantida, ela se deu de modo remoto, e, além disso, houve

algumas mudanças nas composições dos grupos e no cotidiano de trabalho que seriam melhor apreendidas por meio de contato mais próximo. A respeito da estratégia etnográfica, estamos de acordo com Leny Sato e Marilene Proença de Souza:

803

A diversidade dos acontecimentos, em geral contraditórios e ambíguos, provenientes dos diversos momentos do trabalho de campo dificulta traçar conclusões que nos pareçam prontas e, se não fosse por "um pequeno detalhe," seriam perfeitamente transponíveis a essa realidade específica. Justamente, em função desses "pequenos detalhes" podemos compreender, através da aparência dos fenômenos empíricos, o significado que garante a particularidade dos modos de ser. Além disso, porque há condições para a produção dos discursos, é necessário conhecer cada contexto particular para compreender os significados atribuídos localmente aos conteúdos das falas. (SATO; SOUZA, 2001)

Neste sentido, foram fundamentais as diversas incursões aos empreendimentos focados para aprofundar, em diário de campo, dados que escapavam aos roteiros de entrevista, sendo possível reconhecer aspectos já conhecidos por meio dos anos de assessoria e, também, compreender as recentes transformações decorrentes do atual cenário econômico, social e político, que não tem sido favorável à Economia Solidária.⁷⁷

c) A pesquisa documental foi a terceira ação para recolhimento de informações referentes a dados específicos da produção, do patrimônio e da situação jurídica dos empreendimentos. Documentos como atas, balancetes, notas fiscais, estatutos e outros foram consultados.

A equipe que participou desse processo é composta por psicólogos: dois docentes aposentados, um doutorando, um egresso e quatro graduandos bolsistas.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, sendo que todos os procedimentos de levantamento de dados teve consentimento livre e esclarecido de cada participante, com registro por escrito dos termos, sendo garantido o sigilo das informações tanto de empreendimentos quanto de trabalhadores/as, que, por esse motivo não serão identificados aqui.

Catadoras/es e políticas públicas

A organização dos grupos de catadoras/es no Brasil, ganha visibilidade a partir do início da década de 2000, com a criação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis que, inclusive elaborou a Carta de Brasília, reivindicando,

⁷⁷ Um dos mais marcantes retrocessos a ressaltar foi o desmonte da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), cuja trajetória CHIARIELLO (2020) discutiu "em prosa e números".

principalmente, a “Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos.” (MNCR, 2001). Reivindicava, ainda, o reconhecimento profissional da categoria, cuja resposta na esfera governamental foi a inclusão, em 2002, da ocupação de catador de material reciclável na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). (BRASIL, 2010b). Outro acontecimento importante foi a Carta de Caxias, elaborada no I Congresso Latinoamericano de Catadores, ocorrido em 2003, contendo diretrizes para um modelo de cidades prevendo a gestão de resíduos sólidos com a inclusão de catadoras/es. (SECCO-OLIVEIRA, 2018).

Concomitantemente a essa luta, o Movimento da Economia Solidária ganha força como alternativa para enfrentar o aumento do desemprego no país, resultante das políticas neoliberais. Contexto que forçava as pessoas a buscarem meios de sobrevivência fora do mercado de trabalho formal. A organização coletiva de trabalhadoras/es passa a ser incentivada, tanto a partir da difusão de conhecimentos sobre experiências que foram materializadas em outros períodos históricos, quanto de experiências contemporâneas de movimento populares existentes no país. A formação de cooperativas populares e associações é uma alternativa que passa a ser reconhecida pelo Estado, a partir da criação de políticas setoriais para inclusão socioproductiva dos segmentos mais vulneráveis.

Em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que buscou, por meio do Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC), articular políticas públicas para esses segmentos e também organizar as experiências das universidades e outras entidades visando: financiar assessorias aos empreendimentos de economia solidária (EESs) pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e ONGs, bem como vinculando outros entes da esfera federal para financiar infraestrutura necessária à constituição e desenvolvimento dos empreendimentos. Ou seja, “Ele atua de forma estratégica ao financiar, simultaneamente, empreendimentos de economia solidária e grupos de pesquisadores, técnicos e estudantes comprometidos em produzir conhecimento a partir das demandas populares.” (SOLTEC, 2017, P. 41).

Com essa perspectiva de política pública, o segmento de catadoras/es, ainda que não tenham sido abrangidas todas as cooperativas e associações, foi contemplado por programas e projetos resultantes dessas ações articuladas. Inicialmente, pela constituição do Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo (Decreto 7.045/2003),

posteriormente denominado Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis - CIISC (Decreto 7.405/2010), dando maior visibilidade as catadoras/es, possibilitando que ocorressem avanços tanto na política para o setor, quanto para os trabalhos das/os catadoras/es na cadeia produtiva da reciclagem. No mesmo Decreto, foi criado o Programa Pró-Catador, pressupondo um conjunto de ações visando melhorar as condições de vida dessas/es trabalhadoras/es e investimentos em infraestrutura, capacitações e formações.

O Programa CATAFORTE - Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo de Catadores dos Materiais Recicláveis foi executado em 3 etapas. Em 2009, o Cataforte I com o objetivo principal de “[...] estimular a organização de grupos de catadores e catadoras de materiais recicláveis com base nos princípios da economia solidária [...]”. (CEADEC, s/d). Em 2010, o Cataforte II – Logística Solidária com o objetivo principal de “[...] fortalecer a estrutura logística das cooperativas e associações de catadores e catadoras, já articulados em rede.” (Idem, s/d). E em 2013, o Cataforte III - Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias com o objetivo principal de “[...] estruturar tecnicamente e fortalecer 33 redes de empreendimentos de catadores e catadoras de materiais recicláveis, possibilitando avanços nos elos da cadeia de valor [...]”. (Ibidem, s/d).

O crescimento das ações voltadas para o apoio de catadores no âmbito do Poder Executivo federal só floresceu porque elas encontraram um ambiente que enxerga no crescimento dos “de baixo” ou daqueles que sempre foram excluídos pelas políticas públicas tradicionais, uma das fontes para o desenvolvimento do país. (SANT’ANA, METELLO: 2016, P.28)

Cabe destacar que a temática ambiental, a partir de 2007, ganha relevância e vislumbra possibilidades de se tornar uma política pública de gestão de resíduos sólidos nos municípios, mediante a aprovação da Lei 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico) (BRASIL, 2007), antecedendo à Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

A partir desses dispositivos legais, diversos programas, projetos e ações produziram efeitos diretos sobre as condições das cooperativas e associações beneficiadas, dotando-as de infraestrutura necessária ao desenvolvimento de suas atividades, como máquinas, equipamentos, veículos, inclusive estrutura física. Além dos investimentos em infraestrutura, ocorreram financiamentos para que os órgãos apoiadores desenvolvessem atividades de formação e capacitação, realizassem estudos e construíssem tecnologias sociais juntamente com trabalhadoras/es envolvidas/os.

Por outro lado, em muitos municípios, a prefeitura contribuiu para que as/os catadoras/es tivessem condições de iniciar suas atividades coletivas, fomentando sua organização, cedendo instalações físicas, algumas máquinas, equipamentos, veículos, inclusive motorista. Em algumas localidades, inicialmente, a prefeitura alugou de terceiros essas instalações, posteriormente, na maioria delas, as instalações, construídas com recursos públicos de editais, foram cedidas em comodato aos empreendimentos.

Considerando que esses investimentos ocorreram, majoritariamente, entre os anos de 2003 e 2016 e que, apenas perduram os acordos setoriais entre as indústrias e cooperativas e associações de catadoras/es, mediados pelos estados, é de se esperar que as condições atuais desses empreendimentos estejam deteriorando-se, haja visto que, nos últimos seis anos, o Governo Federal interrompeu essas políticas públicas.

A realidade dos empreendimentos de catadoras/es mapeados: avanços e desafios

O mapeamento realizado junto a quatro cooperativas e uma associação de catadoras/es de materiais recicláveis do Oeste Paulista, em meados de 2022, permite reconhecer avanços no acesso às políticas públicas setoriais. Todavia, denuncia a existência de obstáculos de várias ordens para que esses trabalhadores desfrutem de boas condições de trabalho e tenham renda e vida dignas, de fato.

Neste artigo, prioritariamente, serão enfocados os aspectos relacionados à infraestrutura, às condições de produção, à aplicação de dispositivos da PNRS, como: teor dos contratos ou convênios firmados com prefeituras, campanhas de educação ambiental implementadas, participação na logística reversa.

Contudo, do banco de dados constituído a partir do Mapeamento constam outras informações, inclusive, as referentes ao perfil socioprofissional das/os catadoras/es dessas cooperativas e associações, as quais serão devidamente analisadas e, posteriormente, socializadas por meio do relatório final da pesquisa⁷⁸.

Com o propósito de contribuir para uma visão geral do território em foco, composto por cinco municípios e seus respectivos empreendimentos de economia solidária (EESs) de catadoras/es, algumas informações são destacadas no quadro

⁷⁸ Previsão de conclusão: fevereiro/2023. Consultar: <https://www2.unesp.br/portal#!/proex/acoes-da-extensao/redes-tematicas/redes-tematicas/rede-de-residuos-solidos-soberania-alimentar-e-sustentabilidade-socioambiental/>

abaixo⁷⁹, cuja sequência de apresentação segue a ordem decrescente do tamanho da população do município.

Quadro 1 - Dados gerais dos EESs

EES	População	Catadoras/ es no EES	Toneladas coletadas	Toneladas comercializadas	% coleta X comercia lização	Valor líquido retirada mensal catador
1	105.768	81	261,6	111	42,5	R\$1.425,00
2	46.180	25	26,1	19,6	74	R\$736,00
3	29.743	27	47,3	29,3	62	R\$1.067,00
4	22.322	19	20,5	11,4	55,6	R\$1.067,00
5	14.069	20	41,6	24,8	59,6	R\$1.891,00
Total	218.082	172	397,1	(Média) R\$195,8	49,3	(Média) R\$1.237,20

Fonte: Autoria própria.

Considerando as diferenças entre os municípios e os empreendimentos, observam-se as seguintes variações quantitativas: a. população - de 14 mil a 105 mil; b. cooperadas/os de 19 a 81; c. toneladas coletadas de 20,5 a 261,6; d. toneladas comercializadas, de 11,4 a 111; Retiradas Mensais, de \$736,00 e \$1891,00. Totalizando os dados das quatro cooperativas e a associação encontram-se os seguintes resultados: 218.082 habitantes no território estudado; 172 catadoras/es sócios dos empreendimentos; 397,1 toneladas coletadas/mês; 195,8 toneladas comercializadas/mês. Com relação às retiradas mensais encontra-se a média de \$1237,20.

A realidade encontrada nos empreendimentos de catadores mostrou-se, por um lado, bastante diversa, por outro, muito similar. São vários os fatores que concorrem para essas condições, sejam eles de natureza política e/ou econômica, como o contrato firmado com as prefeituras, as relações estabelecidas entre prefeitura, empreendimento e comunidade, a existência, participação responsável e solidária de grandes geradores, o próprio PIB do município; de natureza educacional, como campanhas de educação ambiental, e ainda, de natureza material como as condições da infraestrutura, para as quais

⁷⁹ Os dados de EESs referem-se à média do trimestre de abril a junho de 2022.

concorrem os desgastes pelo tempo de uso de os investimentos financeiros na manutenção, bem como os cuidados em sua utilização e conservação.

A maioria dos empreendimentos tem sua estrutura física cedida em comodato pelas respectivas Prefeituras, sendo que uma cooperativa tem suas instalações alugadas de terceiro pela Prefeitura. Com relação às condições atuais da estrutura física, ainda que em alguns empreendimentos tenham sido consideradas pelas/os cooperadas/os como adequadas, para outros, as instalações sanitárias, as áreas destinadas às operações: recepção de materiais coletados, triagem, enfardamento, armazenamento e para disposição dos rejeitos, foram consideradas inadequadas.

Os veículos utilizados nos serviços de coleta seletiva e para transporte de pessoal, em sua maioria, são de posse dos próprios empreendimentos, em geral, adquiridos com recursos advindos de políticas públicas ou doados pelas prefeituras. Em alguns casos são alugados pela prefeitura ou cedido por outra instituição. São caminhões, ônibus, peruas motos e bicicletas, considerados como insuficientes para o atendimento das demandas cotidianas e cujo estado de conservação varia entre precário e razoável. Destaca-se que as condições do maior empreendimento são melhores quantitativa e qualitativamente.

As máquinas e equipamentos necessários ao processo produtivo em cooperativa ou associação de catadoras/es, ainda que se deva considerar o volume a ser processado, normalmente são: carrinhos de coleta seletiva, esteiras de triagem, prensas, empilhadeira, transpalets, elevador de carga, balanças, fragmentadora de papel e caçambas. Todos os EESs são proprietários de uma variedade deles, porém, em geral, considerados insuficientes para atenderem suas necessidades e seu estado de conservação é avaliado como razoável. Assim como os veículos, as máquinas e equipamentos, em sua maioria, foram adquiridos com recursos públicos, alguns com recursos advindos dos acordos setoriais de Logística Reversa.

Contratos de prestação de serviço de Coleta Seletiva ou Convênio

A realidade em cada município mapeado, no que diz respeito à relação entre Prefeitura e empreendimento de catadoras/es, aponta para a existência de diferentes formas de pagamento pelos serviços prestados. Há casos em que o contrato prevê o pagamento por tonelada coletada; outros, por tonelada coletada descontado o rejeito; outros ainda, pagamento por tonelada comercializada, com valores diferenciados a

depende da porcentagem entre material comercializado e coletado no mês⁸⁰. Também existem contrato e convênio com pagamento mensal fixo. O quadro abaixo reúne as informações sobre os contratos firmados ou convênio. Cabe destacar que os valores referem-se à média do trimestre de abril a junho/2022.

Quadro 2 - Contratos e convênio para prestação de serviços de coleta seletiva

EES	Duração contrato/aditivo	Modalidade de pagamento	Valor previsto	Toneladas coletadas	Toneladas comercializadas	% comercialização X coleta	Valor mensal pago pela Prefeitura	Valor líquido retirado mensal catador
1	4 anos; aditivo anual	Contrato; valor fixo por tonelada coletada	R\$533,07	261,6	111	42,5	R\$178.126,10	R\$1.425,00
2	Aditivo semestral	Contrato; valor variável por tonelada comercializada	entre R\$500,00 e R\$650,00	26,1	19,6	74	R\$11.721,00	R\$736,00
3	Anual	Contrato; valor fixo mensal	R\$42.000,00	47,3	29,3	62	R\$42.000,00	R\$1.067,00
4	Anual	Convênio; repasse mensal fixo	R\$18.750,00	20,5	11,4	55,6	R\$18.750,00	R\$1.067,00
5	5 anos; aditivo anual	Contrato; valor fixo por tonelada coletada, descontado rejeito	R\$594,00	41,6	24,8	59,6	R\$22.240,00	R\$1.891,00

Fonte: Autoria própria.

A relação entre prefeitura e cooperativa ou associação, em grande parte, está estabelecida em contrato ou convênio, como os valores a serem pagos ou repassados. Em geral, observa-se que os gestores públicos, na definição de valores contratados, não priorizam os estudos efetuados pelos empreendimentos quanto aos custos operacionais

⁸⁰ Pagamento pela Prefeitura por tonelada considera a porcentagem de material comercializado com relação ao coletado: \$500,00, se menor que 40%; \$550,00, se entre 40 e menor que 80%; \$650,00, se maior que 80%.

para a realização dos serviços prestados de coleta seletiva. Neste sentido, constata-se, ainda, que esses gestores pressupõem que os empreendimentos devam suplementar esses custos com a entrada de recursos advinda da venda dos materiais. Embora reconhecendo que alguns municípios complementem o pagamento pelos serviços prestados cedendo alguns itens da infraestrutura, mesmo assim, na maioria dos casos, não têm sido possível pagamentos que reconheçam o real valor do trabalho prestado pelas/os catadoras/es contratados, de forma que possam ter acesso às boas condições de trabalho e renda digna.

Em geral, as prefeituras orientam-se pelos dispositivos da PNRS nos contratos firmados, no entanto, nem sempre as responsabilidades são efetivamente cumpridas, como é o caso de campanhas educativas que em muito contribuíram para a quantidade e qualidade dos materiais recicláveis coletados, impactando diretamente nos rendimentos dos empreendimentos e na remuneração das/os catadoras/es.

Cabe destacar que os cinco empreendimentos de catadoras/es mapeados, possuem duas fontes principais de entrada de recursos: contrato ou convênio com prefeitura e venda dos materiais recicláveis. Considerando-se os aspectos apontados, nem sempre a somatória desses recursos garante que consigam financiar plenamente os custos pelos serviços prestados com as despesas operacionais, administrativas e de pessoal, a saber: manutenção da infraestrutura (estrutura física, veículos, máquinas, equipamentos, energia elétrica, água e esgoto), combustíveis, telefone, internet, alimentação, transporte, escritório de contabilidade, taxas, impostos e serviços para manutenção da legalidade do empreendimento, folha de pagamento de cooperadas/os, Previdência Social, uniformes, equipamentos de proteção individual – EPIs, etc. Há que se considerar que esses empreendimentos têm a obrigatoriedade de recolher, anualmente, valores destinados a suprir os fundos previstos nas legislações sobre as cooperativas (Lei 5.764/71 ou Lei 12.690/2012).

Outra fonte de recurso possível para os empreendimentos de catadoras/es poderia advir da coleta seletiva realizada junto aos geradores do setor do comércio, seja por meio da contratação de seus serviços para destinação ambientalmente correta de seus materiais recicláveis, seja pela doação destes. No entanto, é habitual que esses geradores comercializem seus resíduos recicláveis com terceiros, a despeito da obrigatoriedade pela PNRS da elaboração de plano de gestão de resíduos sólidos. Não se observam planos e ações das prefeituras incidindo sobre essa realidade.

A Logística Reversa, prevista na PNRS, tem sido uma fonte secundária de entrada de recursos para cooperativas e associações, à medida que as indústrias, mediadas por outras entidades privadas, remuneram os empreendimentos por toneladas comercializadas, comprovadas por Notas Fiscais de venda dos recicláveis. São valores nem sempre expressivos que variam muito entre os empreendimentos, dependendo de suas condições e do volume de venda. Em geral, são recursos a serem empregados na melhoria da infraestrutura, sem impactar significativamente nas condições da infraestrutura e nem diretamente nos rendimentos das/os trabalhadoras/es, ainda que dos cinco EES estudados, apenas um não participa de acordos com entidades com essa finalidade.

Em suma, o contexto de trabalho e as relações presentes na realidade cotidiana dos empreendimentos de catadores/as denotam sua complexidade. O banco de dados do mapeamento efetuado, conjugado ao conhecimento empírico advindo da longa experiência das equipes da Incop Unesp Assis, junto a esses grupos, oferece condições para que oportunamente sejam realizadas análises mais aprofundadas, de modo a contribuir para desvelar, em cada empreendimento, o conjunto de vetores que mais fortemente determina as contradições observadas.

Os dados tão distintos, referentes aos rendimentos das/os cooperadas/os nesses empreendimentos, por exemplo, só podem ser compreendidos à luz da articulação entre aspectos presentes em cada realidade, tais como: população e características socioeconômicas do município; condições da infraestrutura e quantidade de cooperados no empreendimento, seu modo de organização e funcionamento, sua produtividade⁸¹; contrato ou convênio com prefeitura; campanhas de educação ambiental com ênfase na coleta seletiva; condições de comercialização; conjuntura social e econômica nacional e internacional.

A despeito da PNRS ter criado condições para que as/os catadoras/es organizadas/os pudessem ser contratadas/os pelas prefeituras, constata-se que a efetiva observância de suas determinações e propósitos nem sempre têm sido adotados e ou cumpridos.

⁸¹ Ver Ferramenta para Avaliação de Produtividade em Empreendimentos de Economia Solidária das/es catadoras/es (CARVALHO, BRANDINO E REIS; 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Catadoras/es organizadas/os em cooperativas ou associações foram reconhecidos, valorizados e beneficiados por políticas públicas, sobretudo, num período histórico de governos populares (2003 a 2015). Ainda que se reconheça que as políticas implementadas não tenham atingido a todas/os, já que inúmeros municípios não desenvolveram ações voltadas para esse segmento de trabalhadores, seja na perspectiva ambiental ou na econômica e social da geração de trabalho e renda.

No Oeste Paulista, foi expressiva a quantidade de cooperativas e associações organizadas e beneficiadas durante esse período. O cenário era propício, pois concomitantemente à existência de parâmetros legais específicos para o setor, as/os catadoras/es contaram com o apoio de universidades, ONGs e prefeituras. Além da constituição de empreendimentos econômicos solidários de catadoras/es, foi possível a organização regional do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Ressalta-se ainda, o acesso a editais para financiamento público, majoritariamente federal, que viabilizaram o investimento em infraestrutura necessária às atividades produtivas.

Todavia, a partir de 2017, como o Golpe de 2016, a mudança na realidade política brasileira faz nascer novo cenário com perspectivas políticas, sociais e econômicas absolutamente antagônicas. Anula-se a ênfase nas políticas públicas de inclusão social e econômica, atingindo especialmente as camadas populares. O segmento de catadores, como outros, deixou de ter apoio financeiro recebido por meio de programas, projetos e editais, impactando diretamente em suas condições de trabalho e renda. A título de exemplo, pode-se citar a extinção do CIISC, em 2020, cuja situação agravou-se com a da SENAES no mesmo ano.

A PNRS, entre outros aspectos, regulamenta a relação entre catadoras/es e prefeitura, determina a elaboração de Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos, prevendo ações de educação ambiental, explicita as responsabilidades de geradores de resíduos sólidos, bem como cria os acordos setoriais de logística reversa.

No mapeamento efetuado, observa-se que, em certa medida, o avanço das melhorias esperadas com a implementação dessa política, não foi alcançado. Embora com contrato ou convênio firmado, os empreendimentos, respeitadas suas singularidades, denotam carências e obstáculos para garantirem processos produtivos satisfatórios e condições dignas de trabalho e renda. Em tese, o pagamento pelos serviços prestados, na

maioria dos municípios, não supre os custos operacionais, nem possibilita remuneração justa do trabalho. Há casos, de condições de produção precárias e de remuneração de trabalhadoras/es abaixo do valor do salário mínimo, comprometendo a garantia de direitos sociais.

Por outro lado, o resultado do trabalho das cooperativas e associação nos municípios estudados, certamente, poderia ser melhorado com a observância de determinações expressas na PNRS, como a implementação pelas prefeituras de ações de educação ambiental periódicas, visando maior adesão à coleta seletiva domiciliar. Outro ponto, refere-se às responsabilidades de geradores, como o comércio, quanto à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos. Em geral, esses geradores não destinam seus resíduos recicláveis aos empreendimentos de catadoras/es, muitos comercializam com terceiros, não havendo por parte da prefeitura ações que revertam esse quadro.

Cabe destacar que na elaboração dos respectivos Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos não houve participação ativa de representantes das cooperativas e associação, denotando certa restrição dos municípios em reconhecer a importância efetiva dos empreendimentos de catadores na gestão integrada de resíduos sólidos.

Com relação à logística reversa, os valores recebidos pelos empreendimentos por sua participação ativa no processo, não têm sido tão expressivos de modo a contribuir significativamente para a resolução dos problemas com a infraestrutura, em médio prazo. Os empreendimentos maiores têm possibilidades de receber valores mais significativos, diferentemente dos menores que, em geral, suas dificuldades são de maior porte e recebem valores menores.

Finalizando, aponta-se para as expectativas existentes até então, quanto à PNRS de poder, ao longo de certo tempo, não só mitigar as condições dos empreendimentos existentes, como também abranger outros municípios nos quais as/os catadoras/es não estejam organizados ou que sequer implantaram a coleta seletiva.

Ademais, é necessário que haja uma mudança da atual conjuntura política e econômica do país, a curto prazo, para que se possa não só garantir a superação dos problemas enfrentados, bem como recuperar o vigor da política pública e ampliar o seu alcance para aquelas/es ainda não beneficiados.

REFERÊNCIAS

ANCAT, Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis; Instituto Pragma. Anuário da reciclagem 2021. Disponível em: <[https://uploads-ssl.webflow.com/605512e6bb034aa16bac5b64/61c0df8ef4e32e41f3ef9943_Anu%CC%81rio%20da%20Reciclagem%202021%20\(1\).pdf](https://uploads-ssl.webflow.com/605512e6bb034aa16bac5b64/61c0df8ef4e32e41f3ef9943_Anu%CC%81rio%20da%20Reciclagem%202021%20(1).pdf)>. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. Lei n. 12.305, 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Lex: Diário Oficial da União, Brasília, 2 de ago. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). 5192: Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável. Brasília: MTE, 2010b. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2014/09/CBO-Livro-1.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. LEI n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. LEI n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. ([Redação pela Lei nº 14.026, de 2020](#)). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm>. Acesso em: 20 set. 2022

CARVALHO, Ana Maria; BRANDINO, Gabriel; REIS, Keicy. Ferramenta para Avaliação de Produtividade em Empreendimentos de Economia Solidária das Catadoras/es. In: V CONGRESSO DA REDE DE ITCPS: 20 ANOS RESSIGNIFICANDO A UNIVERSIDADE NO BRASIL, 5., 2019, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos [...] Rio de Janeiro: Rede de ITCPs, 2019. p. 298 - 304. Disponível em: https://44deb2ac-c1b1-4b64-81fa-2d0617ba3ced.filesusr.com/ugd/b4df2e_a4057a296aa142899f8beb79fa0d1f80.pdf. Acesso em 25 set. 2022.

CEADEC. CATAFORTE - Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo de Catadores dos Materiais Recicláveis. Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias. Disponível em: <http://www.ceadec.org.br/projetos/cataforte-III--negocios-sustentaveis-em-redes-solidarias/apresentacao>. Acesso: 05 Set 2022.

CHIARIELLO, C. L. A trajetória da SENAES em prosa e números: consolidação e réquiem de uma agenda pública para a economia solidária. ORG & DEMO, v. 21, p. 97-116, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2020.v21n2.p97-116>. Acesso em 14 de junho de 2022.

SECCO-OLIVEIRA, L. D. P. D. Representações sociais de autonomia e autogestão de catadores de materiais recicláveis e apoiadores da Coopervida, São Carlos/SP, 2018. 361f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, 2018.

SECCO-OLIVEIRA, Leticia; SANTIAGO, Cristiane; SCOPINHO, Rosemeire. Economia Solidária e catadores de materiais recicláveis: cenários políticos e legislativos de desenvolvimento. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 3. 2021. Online. Anais. Disponível em <<https://abpes.org/conpes/>>. Acesso em: 22 set. 2022.

MNCR. Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Carta de Brasília, 2001.

SANT'ANA, D. DE; METELLO, D. Reciclagem e Inclusão Social no Brasil: Balanço. In PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (orgs.). Catadores de Materiais Recicláveis – Um encontro nacional. Rio de Janeiro, IPEA: 2016.

SATO, Leny, SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em Psicologia. Psicologia USP [online]. 2001, v. 12, n. 2 [Acessado 14 Junho 2022], pp. 29-47. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-65642001000200003>>. Epub 25 Mar 2002. ISSN 1678-5177.

SOLTEC/UFRJ – Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ. Avaliação do Proninc – Relatório Final 2017. Rio de Janeiro, 2017. 154 f. Disponível em: <http://nides.ufrj.br/index.php/proninc>. Acesso: 05 Set 2022.

COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

816

Jessica Corgosinho Marcucci, Universidade Estadual Paulista (UNESP)
jessicamarcucci@gmail.com

Ana Claudia Giannini Borges, Universidade Estadual Paulista (UNESP),
ana.giannini@unesp.br

Resumo

A problemática dos resíduos sólidos permeia desde questões da origem e volume de resíduos gerados nos municípios até a necessidade de destinação final ambientalmente adequada dos mesmos. Um dos processos para a separação de resíduos recicláveis compreende a coleta seletiva que, em muitos casos, pode ser realizada por catadores de materiais recicláveis organizados no formato de associações ou cooperativas. Com o advento da Economia Solidária tem-se o surgimento de propostas de estabelecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (ESS) pautados nos princípios de autogestão, solidariedade, cooperação, respeito a natureza e valorização do trabalho humano. Desse modo, à luz da Economia Solidária, objetiva-se destacar a formação de associações e cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis como estratégia de inclusão produtiva e social. Como procedimento metodológico realizou-se busca de referenciais teóricos sobre Economia Solidária, associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, Política Nacional de Resíduos Sólidos do Brasil, bem como informações derivadas do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). No país, a Economia Solidária desenvolveu-se como uma fonte de oportunidade de geração de empregos com iniciativas pautadas principalmente na autogestão. Os catadores organizados em associações ou cooperativas contribuem com o meio ambiente, tendo em vista o desenvolvimento sustentável, mediante coleta, triagem e comercialização de diferentes tipologias de resíduos que são destinados a reciclagem. Assim, a formação de associações e cooperativas mostra-se como uma das alternativas para geração de emprego e renda. Igualmente, é importante destacar que os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos (PMGIRS) devem expressar as metas relacionadas a coleta seletiva e reciclagem dos materiais abrangendo as cooperativas e associação de catadores. A articulação de diferentes atores, como poder público, sociedade civil, universidades e outras organizações mostra-se necessária para vislumbrar novas perspectivas de políticas públicas e ações para resistência de projetos existentes pautados na Economia Solidária, visando um futuro com uma proposta de desenvolvimento pautada na sustentabilidade e solidariedade.

Palavras-chave: Economia Solidária; Cooperativa de catadores; Cooperação; Autogestão; Resíduos sólidos.

Abstract

The problem of solid waste permeates from issues of origin and volume of waste generated in the municipalities to the need for an environmentally adequate final destination of the same. One of the processes for separating recyclable waste comprises selective collection, which, in many cases, can be carried out by recyclable material collectors organized in associations or cooperatives. With the advent of the Solidarity Economy, there has the emergence of proposals for the establishment of Solidarity Economic Enterprises (ESS) based on the principles of self-management, solidarity, cooperation, respect for nature and appreciation of human work. Thus, in the light of the Solidarity Economy, the objective is to highlight the formation of associations and cooperatives of reusable and recyclable material collectors as a strategy for productive and social inclusion. As a methodological procedure, a search was carried out for theoretical references on Solidarity Economy, associations and cooperatives of recyclable material

collectors, the National Solid Waste Policy in Brazil, as well as information derived from the National Sanitation Information System (SNIS). In the country, the Solidarity Economy has developed as a source of opportunity to generate jobs with initiatives based mainly on self-management. Collectors organized in associations or cooperatives contribute to the environment, with a view to sustainable development, by collecting, sorting and marketing different types of waste that are destined for recycling. Thus, the formation of associations and cooperatives is shown to be one of the alternatives for generating employment and income. Likewise, it is important to highlight that the municipal plans for the integrated management of solid waste (PMGIRS) must express the goals related to selective collection and recycling of materials, covering cooperatives and associations of collectors. The articulation of different actors, such as public authorities, civil society, universities and other organizations, is necessary to envision new perspectives for public policies and actions to resist existing projects based on the Solidarity Economy, aiming for a future with a development proposal based on the sustainability and solidarity.

Keywords: Solidarity Economy; Collectors' cooperative; Cooperation; Self-management; Solid waste.

INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista mostra como fundamentos a concorrência, economia de mercado e o individualismo (MENDES, 2013). Nesse cenário, como alternativa para contrapor esse paradigma outra proposta emerge, a chamada Economia Solidária, que por sua vez pode ser definida como "[...] outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual" (SINGER, 2002, p.10), além disso, busca-se exercer o respeito ao meio ambiente (sustentabilidade) e a cultura local, a cooperação e outros valores voltados a busca da cidadania (GADOTTI, 2009). Dessa forma, pauta-se na premissa de igualdade mediante reorganização de atividades econômicas que visem a geração de trabalho e renda.

Os valores da Economia Solidária compreendem: autogestão (os meios de produção são de todos os envolvidos conforme os empreendimentos), cooperação e solidariedade (fortalecimento do grupo), democracia, respeito a natureza (harmonia com o ambiente), valorização e promoção da dignidade do trabalho humano (MTE, SENAES, FBES, 2007). São valores que compõem os Empreendimentos Econômicos Solidários (ESS), que são organizações:

- **Coletivas** e suprafamiliares, ou seja, compostas por mais de duas pessoas que não pertençam à mesma unidade familiar;
- Em que **os participantes são trabalhadores** dos meios urbano ou rural;

- Em que os trabalhadores que exercem a **gestão democrática das atividades e da distribuição dos resultados**;
- Que tenham foco na realização de **atividades econômicas**, de modo **permanente**, ou que tenham esse objetivo quando estiverem em implantação (DIEESE, 2016, grifo do autor)

Assim, vários tipos de Empreendimentos Econômicos Solidários (ESS) podem ser formados voltados a produção, comercialização, prestação de serviços e consumo de produtos, bem como redes de trocas, moedas sociais e bancos populares também são tipos de iniciativas voltadas à Economia Solidária (SILVA; SIVIERO MARTINS, 2022).

Nesse contexto, a problemática dos resíduos sólidos permeia desde questões do tipo e volume de resíduos gerados nos municípios até a necessidade de destinação final ambientalmente adequada dos mesmos. A coleta seletiva mostra-se como um processo de recolha de resíduos sólidos recicláveis domésticos previamente separados na fonte geradora, ou seja, nas residências dos municípios, diferenciando resíduos secos, dentre papéis, plásticos, metais, vidros e outros, de resíduos úmidos, por exemplo, resíduos orgânicos (BRASIL, 2021). A execução desse serviço pode compreender as prefeituras, empresas ou entidades contratadas pela mesma, bem como possibilidade de ser realizada por catadores de materiais recicláveis organizados no formato de associações ou cooperativas com parceria com a prefeitura municipal (BRASIL, 2021).

Assim, à luz da Economia Solidária, teve-se como objetivo neste artigo destacar a formação de associações e cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis como estratégia de inclusão produtiva e social.

De modo geral, nos Empreendimentos Econômicos Solidários (ESS) a principal característica é sua orientação ao valor social relacionado a produção de bens e serviços (GUTBERLET; BESEN; MORAIS, 2020). Dentre esses tipos de empreendimentos, pode-se destacar as associações e cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis que, conforme suas atividades de coleta, triagem e comercialização de diferentes tipologias de resíduos que são destinados a reciclagem, contribuem com o meio ambiente, tendo em vista o desenvolvimento sustentável, além do aspecto das oportunidades de emprego e geração de renda de forma coletiva.

METODOLOGIA

Como procedimento metodológico realizou-se busca de referenciais teóricos em livros, artigos, monografias, trabalhos acadêmicos derivados de eventos sobre Economia

Solidária relacionados a associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis e outras obras disponíveis em meio digital, como as informações sobre a existência de associações e cooperativas, conforme as grandes regiões do país, derivadas do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (BRASIL, 2021).

No âmbito da legislação sobre resíduos sólidos e correlatos teve-se base na Política Nacional de Resíduos Sólidos do Brasil, lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010), atualmente regulamentada pelo decreto nº 10.936 de 12 de janeiro de 2022 (BRASIL, 2022). Assim, nota-se que as discussões atuais referentes aos resíduos abrangem o papel da reciclagem como forma de minimizar impactos ambientais (GHIDORSI *et al.*, 2021) o que envolve, para além das normativas, o formato do gerenciamento de resíduos sólidos, abrangendo organizações de catadores e sua possível relação com os valores da Economia Solidária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De modo geral, no Brasil “[...] o termo “economia solidária” emergiu no debate público na segunda metade dos anos 1990” (SILVA; MORAIS; SANTOS, 2020, p. 213). No país, a partir de 2003, foi criada Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que tinha como função coordenar as ações de fomento aos diversos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) (BRITSCHGY, 2018). A partir de 2019, o Ministério da Cidadania passou a tratar da temática (SILVA; MORAIS; SANTOS, 2020) e, contemporaneamente no país, existe proposta a ser votada (PEC 69/2019) sobre a inclusão desse tópico na Constituição Federal (SENADO FEDERAL, 2022).

Silva, Morais e Santos (2020) apresentam o tema da Economia Solidária na esfera da agenda de governo federal brasileira, tendo como referência os Planos Plurianuais (PPA) entre 2004 a 2019. Os autores definem uma periodização em 3 fases: 1) PPA 2004-2007 e 2008-2011 como uma fase de inserção e consolidação do tema; 2) PPA 2012-2015 como expansão contraditória, em virtude da grande diferença entre valores programados e realmente executados e 3) PPA 2016-2019 como crise paradigmática, em virtude da redução de valores destinados à Economia Solidária. Assim, segundo os autores, nota-se um panorama no plano federal de descontinuidade das ações, contudo outras esferas subnacionais podem mostrar continuidade de determinadas experiências voltadas à Economia Solidária.

Dentre as iniciativas para a Economia Solidária, encontram-se os catadores de materiais recicláveis que buscam se organizar em associações e cooperativas. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em 2017, estimou que no Brasil existiam "[...] cerca de 800 mil catadores catadoras em atividade no país, a maior parte dos catadores são do gênero feminino, cerca de 70% da categoria" (MNCR, 2017). Na realização do trabalho como catador individual, os trabalhadores ficam expostos a intempéries e questões de exclusão social, somado a isso tem-se:

A jornada de trabalho e o esforço físico excessivos, assim como a falta de equipamentos de proteção individual ou coletiva, são alguns dos fatores que aumentam os riscos de acidentes e/ou a ocorrência de doenças inerentes à catação de resíduos. (SERRAT *et al.*, 2019, p. 22013).

Como forma de superar essa problemática de vulnerabilidade, tem-se a organização desses trabalhadores em coletivos formalizados em associações e cooperativas, visto que possibilita o "[...] resgate da dignidade humana do catador e de desenvolvimento da autoajuda e da ajuda mútua [...]" (SINGER, 2002, p. 89).

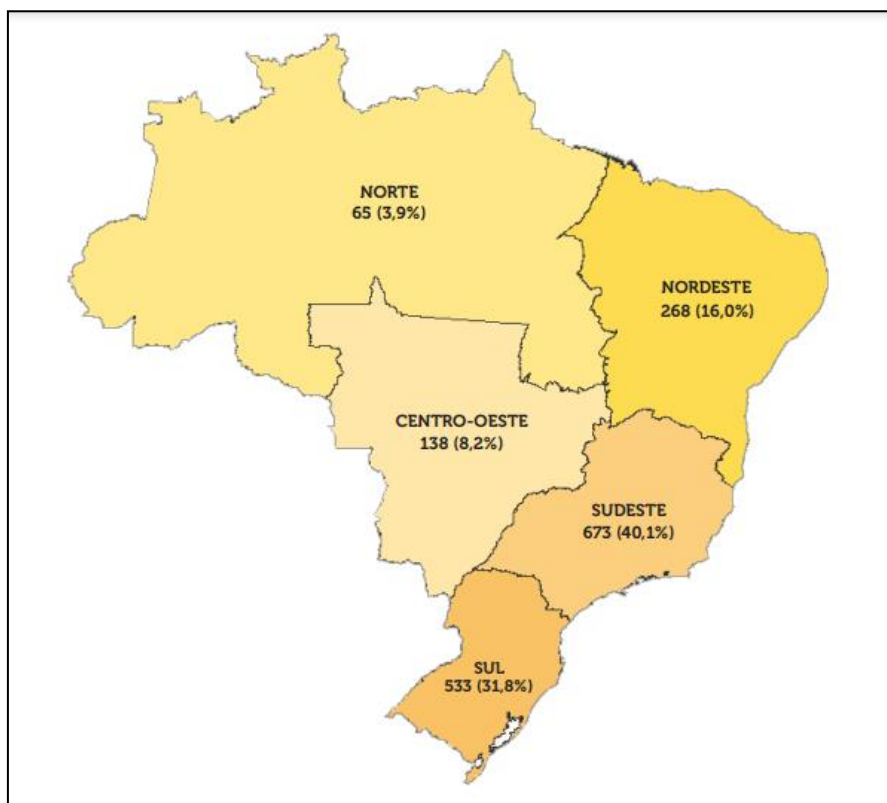
Silva e Silveiro Martins (2022) ressaltam que os catadores ao se organizarem coletivamente levam consigo saberes da atividade de catação, separação e comercialização, contribuindo para a construção dos saberes coletivos e, com isso, "[...] fortalecem as relações sociais ancoradas na horizontalidade, nos princípios e valores da economia solidária e na gestão democrática dos empreendimentos" (SILVA; SIVIERO MARTINS, 2022, p. 95).

As atividades realizadas pelos catadores individuais ganham em escala quando organizadas de forma coletiva, o que pode promover melhorias na condição de trabalho e renda. Essas atividades, como a triagem e a comercialização dos materiais, proporcionam também uma externalidade positiva à sociedade visto minimizam os resíduos dispostos a céu aberto e em aterros sanitários (SERRAT *et al.*, 2019).

A partir dessas ressalvas, evidencia-se a importância da Política Nacional de Resíduos Sólidos que, em seu texto, apresenta como um dos instrumentos o "[...] incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis" (BRASIL, 2010, art. 8º IV), como uma forma de viabilizar condições adequadas na realização das atividades, fortalecendo, portanto, os processos de geração de trabalho e renda.

No Brasil, a pesquisa do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (BRASIL, 2021), especificamente no diagnóstico sobre resíduos sólidos, as informações apresentadas vieram da participação de 4.589 (82,4%) dos 5.570 municípios do país, no ano de 2020. Dessa participação, 1.199 municípios indicaram ter coletivos de catadores, o que totalizou 1.677 cooperativas/associações de catadores, indicativo de que em alguns municípios há mais de uma organização coletiva de catadores de materiais recicláveis. Nesse conjunto, compreende-se cerca de 35,7 mil associados e/ou cooperados (Figura 1).

Figura 1 – Quantidade de cooperativas e associações de catadores, por macrorregião e porcentagem em relação ao país, em 2020.



Fonte: SNIS, 2021, p.48.

Ghidorsi *et al.* (2021) ressaltam, frente a PNRS, a importância de se estimular a formação e a agregação das cooperativas e associação de catadores na cadeia de produção da reciclagem, o que pode se formalizar nos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos (PMGIRS), ao mesmo tempo, observa-se o desenvolvimento da cadeia de reciclagem e contribui-se para a formalização e expansão da economia solidária com

a adoção dos princípios pelas organizações de catadores, que também podem estar considerados nos PMGIRS e nas administrações públicas.

Conforme decreto que regulamenta a PNRS, os PMGIRS “[...]definirão programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda” (BRASIL, 2022, Art. 37). O que demonstra a importância do planejamento municipal em contemplar a coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos domiciliares recicláveis nas etapas de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, mostrando se há relação com organizações de catadores e se estas seguem as propostas da Economia Solidária.

Por outro lado, conforme Borges (2021), em estudo comendo entrevista a dezessete cooperativas/associações, distribuídas pelas mesorregiões no estado de São Paulo, e a análise dos PMGIRS dos respectivos municípios, nota-se que entre os coletivos analisados há certo desconhecimento em relação aos princípios da Economia Solidária. Ainda conforme a autora, mesmo nos PMGIRS constando indicações de apoio a cooperativas de catadores em apenas um fez-se referência a Economia Solidária. Isso mostra a necessidade de ampliação da divulgação do conceito e das diretrizes da Economia Solidária como forma de ampliar as possibilidades de práticas autogestionárias. Vale lembrar que existem entidades que realizam apoio a cooperados por meio de treinamento voltado a “[...] autogestão e acompanham as novas empresas dando-lhes assistência tanto na realização de negócios como na construção do relacionamento interno da cooperativa” (SINGER, 2002, p. 113), o que pode auxiliar no estabelecimento de uma dinâmica que agregue os princípios da Economia Solidária nas ações cotidianas conforme o tipo de empreendimento.

Nesse contexto, com foco nas premissas autogestão, cooperação, solidariedade e viabilidade econômica, Mendes *et al.* (2021) realizaram pesquisa com base em entrevistas a quatro cooperativas de catadores inseridas na mesorregião de Araraquara e identificaram que a compreensão sobre os princípios não ocorre de modo homogêneo, mas observaram a adoção de práticas voltadas a esses princípios na rotina das cooperativas entrevistadas. Desse modo, destacam que a viabilidade econômica desses coletivos se baseia na comercialização dos materiais recicláveis, na cooperação e solidariedade na divisão de atividades e na autogestão que deve estar presente no processo de definição em grupo das decisões entre os cooperados.

Especificamente no município de Araraquara/SP, a economia solidária teve como ponto de partida o ano de 2001 (SILVA; MORAIS; SANTOS, 2020), de modo que,

[...] atualmente, assume um papel importante na promoção de programas e ações que buscam a inclusão social e produtiva, o combate à fome e o resgate da cidadania, por meio da geração de renda. Um dos marcos dessa política foi o esforço desempenhado, desde 1998, para organizar os catadores de materiais recicláveis que trabalhavam no lixão municipal, o que culminou em uma série de projetos, como a formalização da Associação Acácia de Trabalhadores com Materiais Recicláveis, em 2001 (SILVA; MORAIS; SANTOS, 2020, p. 218).

Assim, no campo da inclusão produtiva, as pessoas socialmente excluídas têm a possibilidade de inclusão econômica e social por meio da participação em cooperativa de catadores materiais recicláveis. Conforme estudo de Secco-Oliveira, Machado e Zanin (2021), a partir de entrevistas com os cooperados da Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos (SP) e familiares, identificaram-se relatos que ressaltam situações de superação do desemprego e, conseqüentemente, obtenção de melhores condições de vida e de trabalho ao participar da cooperativa de catadores, frente a presença de infraestrutura e equipamentos de proteção individual de trabalho na realização das atividades cotidianas.

Além do âmbito da construção de políticas municipais voltadas ao amparo de associações ou cooperativas de catadores de resíduos recicláveis, deve-se atentar para a questão da continuidade das mesmas. Nesse sentido, o estudo de Ladeia *et al.* (2021) em município no Oeste paulista menciona um caso em que a mudança de gestão municipal se refletiu em maior distanciamento na relação entre a cooperativa de catadores e poder público, repercutindo no formato de apoio à cooperativa.

Segundo Gutberlet, Besen e Moraes (2020), em meio a um ambiente capitalista, as cooperativas de catadores não têm imunidade frente as contradições advindas do sistema, no entanto, buscam estabelecer processos democráticos e transparentes, visando exercer ações alinhadas à Economia Solidária. Também vale ressaltar que um fator positivo no trabalho coletivo corresponde a melhor organização da divisão de trabalho de forma que as atividades possam estar de acordo com as condições físicas de cada indivíduo associado, com uma definição de jornada regular, condições adequadas para realização do trabalho, bem como a segurança na atividade pela obrigatoriedade do uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) (SILVA, 2020).

Assim, o incentivo a Economia Solidária envolve ações relacionadas ao poder público municipal, mas também vale ressaltar o papel das Universidades. A Universidade é outro setor que desde a década de 1990, principalmente, vem refletindo, discutindo e atuando com práticas solidárias no Brasil abrigando, inclusive, Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Na

verdade, são muitos os atores, as instituições e as entidades que atuam e participam da construção da economia solidária no país. (MENDES;ORTIGOZA, 2019, p.176)

824

A título de exemplo, destaca-se em Rio Claro/SP a parceria entre a prefeitura municipal e a Universidade Estadual Paulista (Unesp) na elaboração de projetos e na assessoria voltados à Economia Solidária, dentre os coletivos, tem-se as ações voltadas para buscar melhorias à Associação de Catadores Novo Tempo e a Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Material Reaproveitável (COOPERVIVA), (IMPRESA RIO CLARO, 2021). É importante considerar que no município de Rio Claro/SP, já na década de 1990, ocorreram ações abrangendo os princípios que constituiriam a Economia Solidária, com diferentes experiências ao longo do tempo, de forma que a história dos catadores de materiais recicláveis que formaram a cooperativa relaciona-se justamente a essa trajetória de consolidação da Economia Solidária no município (BRITSCHGY, 2018). Ademais, apresenta-se que alguns avanços também se efetivaram com a ocorrência das feiras solidárias, com comercialização de produtos advindos dos empreendimentos econômicos solidários e presença de Conselho Municipal de Economia Solidária (COMES) no município (MENDES; ORTIGOZA, 2019).

Outra ação de relevância das Universidades para a temática, estabeleceu-se com as incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários como forma de auxiliar no desenvolvimento desses empreendimentos. Um exemplo é a Incubadora de Cooperativas Populares (Incop Unesp Assis) que "[...] participa de ações que visam ao fortalecimento e à ampliação da Economia Solidária em nível municipal, regional, estadual e nacional" (LADEIA *et al.*, 2021, p. 670). Essa se constitui como uma atividade de Extensão Universitária, de longa duração, e que envolve objetivos acadêmicos com as demandas dos trabalhadores envolvidos no campo de políticas públicas voltadas à inclusão social e produtiva.

Essas ações elencadas contribuem para demonstrar a relação entre as Universidades, poder público e segmentos da sociedade no sentido de cooperação a um objetivo comum que corresponde a fomentar a formação dos coletivos a partir dos princípios da economia solidária.

Outro ponto de destaque é a relação entre Economia Solidária e desenvolvimento sustentável. Segundo Gadotti:

Associamos a **economia solidária** ao **desenvolvimento sustentável**, e mais precisamente à vida sustentável, porque entendemos a sustentabilidade como o sonho de bem viver, o equilíbrio dinâmico com o outro e com a natureza, a

harmonia entre os diferentes, princípios perseguidos também pela economia solidária (GADOTTI, 2009, p.30, grifo do autor)

825

Além disso, ressalta-se que há possibilidade dos princípios da Economia Solidária se aproximarem de premissas da Economia Circular uma vez que essa se baseia na maximização de reaproveitamento de recursos, o que inclui reutilizar e reaproveitar diferentes tipos de resíduos ao serem destinados a cadeias de reciclagem (MALAGON-VELEZ, 2021). Ainda segundo esse autor, ambas também buscam estabelecer relações sociais mais equitativas.

Esse aspecto igualmente liga-se a PNRS, mediante o princípio do "reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania" (BRASIL, 2010, art. 6º VIII), o que repercute como premissa à formação de associações e cooperativas de catadores de resíduos recicláveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a economia solidária desenvolveu-se como uma fonte de oportunidades de geração de empregos, com iniciativas econômicas e sociais pautadas principalmente na autogestão de diferentes tipos de empreendimentos, dentre eles, as associações e cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Nota-se a importância do apoio do poder público, seja na esfera federal, estadual ou municipal, com ações de incentivo ao início de empreendimentos e, em determinados casos, na manutenção dos mesmos para enfrentamento e superação de adversidades no processo de consolidação das práticas pautadas na Economia Solidária.

Mediante um cenário de crises econômicas, a formação de associações e cooperativas, com destaque as de catadores de materiais recicláveis, mostra-se como alternativa para geração de emprego e renda, de forma que o alinhamento aos princípios e valores da Economia Solidária podem se expressar na vivência e desempenho das atividades no ambiente de trabalho.

Igualmente, é importante destacar que através de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos (PMGIRS) devem ser expressas as metas relacionadas a coleta seletiva e reciclagem dos materiais abrangendo as organizações de catadores de materiais recicláveis.

É imprescindível a sinergia entre poder público, sociedade civil, universidades e outras instituições no intuito de prospectar novas perspectivas e caminhos para o desenho de políticas públicas e ações para resistência de projetos existentes ancorados nos valores da Economia Solidária, visando um futuro propositivo com um desenvolvimento que possa ser norteado pela sustentabilidade e solidariedade como objetivos amplos que evidenciem a cidadania coletiva.

REFERÊNCIAS

BORGES, A. C. G. Economia solidária na relação entre organização coletiva de catadores de material reciclável e poder público municipal. In: Congresso de pesquisadores de economia solidária, 3. 2021. Online. Anais. Disponível em: <https://abpes.org/conpes/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010. Instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e outras providências. Documento online. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 13 set. 2022.

BRASIL. Decreto n. 10.936 de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Documento online. 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10936.htm. Acesso em: 13 set. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO. SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. Diagnóstico Temático Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos: ano de referência 2020. Brasília: SNS/MDR, 2021. Disponível em: http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/rs/2020/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_RS_SNIS_2021.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRITSCHGY, L, F. C. Economia solidária e catadores(as) de materiais recicláveis: análise das ações e políticas públicas em Rio Claro- SP no período de 2009 à 2018. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro -SP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/180285>. Acesso em: 15 jul. 2022.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Quem são os participantes? Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo - DIEESE, documento online, publicado: 01 fev. 2016. Disponível em: <https://ecosol.dieese.org.br/quem-sao-os-participantes.php>. Acesso em: 13 set. 2022.

GADOTTI, M. Economia Solidária como práxis pedagógica. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, Educação Popular, 2009.

GHIDORSI, J. D. B.; MUELLER, A. A.; ALLEBRANDT, S. L.; RIBAS, T. A. M. Economia solidária no desenvolvimento: perspectivas a partir da importância da reciclagem de resíduos sólidos. COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat, Taquara/RS, v. 18, n. 4, out./dez., p. 94-118, 2021. Disponível em: <<http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2219>>. Acesso em: 13 set. 2022

GUTBERLET, J.; BESEN, G. R.; MORAIS, L. P. Participatory solid waste governance and the role of social and solidarity economy: experiences from São Paulo, Brazil. Detritus, online, v.13, 2020, p. 167-180. Disponível em: <https://digital.detritusjournal.com/articles/participatory-solid-waste-governance-and-the-role-of-social-and-solidarity-economy-experiences-from-sao-paulo-brazil/367#>. Acesso em: 20 jul. 2022.

IMPRESA RIO CLARO. Rio Claro faz convênio para investir na economia solidária. Publicado em: 26 de agosto de 2021. Documento online. 2021. Disponível em: <https://imprensa.rioclaro.sp.gov.br/?p=65272>> Acesso em: 20 jul. 2022.

LADEIA, C. R.; CARVALHO, A. M. R. de; ENEAS, B. S.; MARTINS, B. O.; LOPES, F. A. Reflexões acerca da PNRS: relato de incubação de um grupo de catadores no Oeste Paulista. Anais do III Congresso Internacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Local: colhendo idéias para adiar o fim do mundo, 24 a 26 de maio de 2021, Feira de Santana / Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS - Feira de Santana: UEFS, 2021. p.667-678. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/195s7tS42V5IBzqDF2X5CBLzO_gz1aiY2/view. Acesso em: 25 jul. 2022.

MALAGON-VELEZ, L. E. Social and solidarity economy conceptual contributions to the circular economy. Cuadernos de Administración, Universidad del Valle, Cali , v. 37, n. 70, p.1-15, 2021. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/cuadm/v37n70/2256-5078-cuadm-37-70-e5010824.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2022.

MENDES, A. A. Economia solidária: contextualizações e mutações. In: MENDES, A. A.; CORTEZ, A. T. C.; ORTIGOZA, S. A. G. (Orgs). Desfazendo os nós do capital: território, ação social e economia solidária. Bauru, SP: Canal 6, 2013.

MENDES, A. A.; ORTIGOZA, S. A. G. Economia solidária, práticas espaciais e territórios dissidentes em Rio Claro (SP)- Brasil. In: BERNARDELLI, L. V.(org.). A economia numa perspectiva interdisciplinar. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. p.173-181. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/a-economia-numa-perspectiva-interdisciplinar>. Acesso em: 10 set. 2022.

MENDES, R. B.; SANTOS, M. C. dos; LIMA, T. P. de; BORGES, A. C. G. Economia solidária e Covid-19: catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis. In: Congresso de pesquisadores de economia solidária, 3. 2021. Online. Anais. Disponível em: <https://abpes.org/conpes/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

MNCR - MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Quantos Catadores existem em atividade no Brasil? Publicado 01 fev.

2017. Documento online. 2017. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>. Acesso em: 20 jul. 2022

828

MTE, SENAES, FBES. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Economia Solidária, outra economia acontece. Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social – Brasília, DF, 2007.

SECCO-OLIVEIRA , L. D. P. D. ; MACHADO, M. L. T.; ZANIN, M. **Solidarity Economy and Family Dynamics of Recyclable Pickers: A View From the Science, Technology and Society Field.** Interpersona, [S.l.], 2021, v. 15, n.1, p.119–145. Disponível em: <https://interpersona.psychopen.eu/index.php/interpersona/article/view/4235/4235.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

SENADO FEDERAL. Senado aprova inclusão da economia solidária nos princípios da Ordem Econômica. Publicado em : 03 mai. 2022. Documento online. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/presidencia/noticia/rodrigo-pacheco/senado-aprova-inclusao-da-economia-solidaria-nos-principios-da-ordem-economica>. Acesso em: 23 jul. 2022.

SERRAT, N. I. M; OTTO, I. M. ; BANDEIRA, A. de P. ; AYRES, I. G. Implementação de Modelo de Sistema de Gestão Ambiental em Cooperativa de Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos Organizada nos Moldes de Economia Solidária. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 22010-22025, out. 2019. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/4157>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SILVA, S. P. Reciclagem e economia solidária: análise das dimensões estruturais dos empreendimentos coletivos de catadores no Brasil. In: SILVA, S. P. (org) Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2020. p. 129-159. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10363/1/DinamicasdaEconomiaSolidaria-noBrasil.pdf> Acesso em: 14 set. 2022.

SILVA, S. P.; MORAIS, L. P.; SANTOS, D. S. Repertório programático e resiliência das políticas subnacionais de economia solidária no Brasil : síntese de experiências estaduais e municipais. Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), n. 70, set. 2020, p. 213-228. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10424/1/bmt_70_repertorio_programatico.pdf Acesso em: 25 jul. 2022.

SILVA, C. M.; SIVIERO MARTINS , R. Coleta seletiva e economia solidária: trabalho autogestionário de catadores e catadoras de materiais recicláveis e seus desafios .Kairós, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 85–103, 2022. Disponível em: <https://ojs.catholicdefortaleza.edu.br/index.php/kairos/article/view/203>. Acesso em: 13 set. 2022.



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

829



ORGANIZAÇÃO



O TRABALHO DE COOPERATIVAS DE CATADORAS(ES) E A AÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Murilo Mendes Alves, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
murilomendes@ufscar.br

Maria Zanin, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
mariazanin55@gmail.com

830

Resumo

Existem aproximadamente 800 mil catadoras(es) de materiais recicláveis informais ou organizados em cooperativas nos 5.570 municípios brasileiros que realizam importante trabalho na coleta, triagem e comercialização destes resíduos, contribuindo com 90% dos materiais para as indústrias de reciclagem. No entanto, poucas destas cooperativas são reconhecidas pelo poder público e contratadas pelo serviço prestado. Problema que persiste mesmo com a existência da política nacional de resíduos sólidos, que incentiva a contratação/parceria com organizações de catadoras(es). Este trabalho pretende analisar de que maneira as ações do poder público municipal, bem como as políticas públicas municipais, podem favorecer ou desfavorecer o trabalho das(os) catadoras(es). Para a análise, foram selecionadas quatro cidades do Estado de São Paulo (Brasil): Araraquara, São Carlos, Americana e Rio Claro, que possuem área urbana entre 50 e 80 mil km² e população entre 205 e 255 mil habitantes. A coleta de dados foi realizada por meio documental, levantamento bibliográfico e complementada por questionários com gestores públicos e representantes de cooperativas. Identificou-se que todos os municípios estudados concedem espaço físico para que as cooperativas executem suas atividades. As cidades de Araraquara e São Carlos têm sua relação com as cooperativas formalizadas por meio de contratos de prestação de serviços, aspecto importante para consolidar e valorizar o trabalho das(os) catadoras(es). As cidades de Americana e Rio Claro não possuem contrato firmado com suas cooperativas, no entanto existem aspectos favoráveis à atuação das(os) catadoras(es) na legislação municipal: previsão de investimentos na conscientização da população referente à importância da coleta seletiva; aporte para capacitação de catadoras(es). Americana conta com dispositivos que incentivam a reciclagem e estimulam parcerias para conscientização da população. Além dos dispositivos identificados nas legislações municipais, Araraquara, São Carlos e Americana disponibilizam equipamentos, funcionários ou arcam com algumas despesas para que as cooperativas executem seus trabalhos. As cooperativas estudadas apresentam renda média de R\$ 1.300 a R\$ 1.600 por cooperado, valor superior ao salário mínimo brasileiro. O apoio por parte do poder público traz maior segurança para as cooperativas desenvolverem seu trabalho e pode contribuir com maior longevidade e sustentabilidade destes empreendimentos. Neste sentido, os resultados do trabalho indicam que com apoio do poder público por meio da contratação formal das cooperativas ou pela implementação de ações dos governos que gerem efetivos benefícios ao trabalho dos catadoras(es), as cooperativas têm maiores condições de prestar os serviços de forma apropriada, bem como a inclusão de mais trabalhadoras(es) na cadeia produtiva da reciclagem.

Palavras chaves: Ações de governos municipais. Cooperativas de Catadoras(es). Catadoras(es) de materiais recicláveis.

Abstract

There are approximately 800 thousand informal or organized recyclable material collectors in the 5,570 Brazilian municipalities that carry out important work in the collection, sorting and commercialization of this recyclable waste, contributing 90% of the materials to the recycling industries. However, few of these cooperatives are recognized by the government and contracted for the service they provide. This problem persists even with the existence of a national solid waste policy, which encourages contracting/partnerships with waste picker organizations. This work intends to analyze how the actions of the municipal public power, as well as the municipal public policies, can favor or disfavor the work of the waste pickers. For the analysis, four cities in the State of São Paulo (Brazil) were selected: Araraquara, São Carlos, Americana and Rio Claro, which have an urban area between 50 and 80 thousand km² and a population between 205 and 255 thousand habitants. Data collection was carried out by means of documents, bibliographic survey and complemented by questionnaires with public managers and representatives of cooperatives. It was identified that all the municipalities studied provide physical space for the cooperatives to carry out their activities. The cities of Araraquara and São Carlos have their relationship with the cooperatives formalized through contracts for the provision of services, an important aspect to consolidate and value the work of the waste pickers. The cities of Americana and Rio Claro do not have a contract signed with their cooperatives, however there are aspects favorable to the performance of the waste pickers in the municipal legislation: forecast of investments in the awareness of the population regarding the importance of selective collection; contribution to the training of waste pickers. Americana has devices that encourage recycling and encourage partnerships to raise awareness among the population. In addition to the provisions identified in municipal legislation, Araraquara, São Carlos and Americana provide equipment, employees or bear some expenses for the cooperatives to carry out their work. The cooperatives studied have an average income of R\$ 1,300 to R\$ 1,600 per member, which is higher than the Brazilian minimum wage. Support from the government brings greater security for cooperatives to develop their work and can contribute to greater longevity and sustainability of these enterprises. In this sense, the results of the work indicate that with the support of the public power through the formal contracting of cooperatives or the implementation of government actions that generate effective benefits to the work of the collectors, cooperatives are better able to provide the services appropriately, as well as promote the inclusion of more workers in the recycling production chain.

Key-words: Actions by municipal governments. Collectors' Cooperatives. Collectors of recyclable materials.

Introdução

O ambiente produtivo brasileiro é caracterizado pela supressão de postos de trabalho promovida pela evolução tecnológica que acentua as desigualdades na sociedade, gerando falta de oportunidades e precariedade em algumas profissões, o que intensifica o processo de exclusão social. Uma atividade marginalizada, relegada a informalidade é a catação de resíduos recicláveis, em que os(as) catadores(as) de materiais recicláveis encontram condições precárias para realizar seu trabalho, atuam sem garantias trabalhistas e com riscos à saúde, sofrendo processos de exclusão social e econômica (IPEA, 2013). Ao realizar a gestão dos resíduos sólidos, os governos municipais devem pautar suas ações pelo que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabelece, sendo necessário considerar as dimensões econômica, social e

ambiental para que seja possível atingir a sustentabilidade. A PNRS é um instrumento essencial para que se alterem as condições sociais precárias e para que se dê a devida importância aos(as) catadores(as).

Baptista (2013) e Vicente (2015) indicam a necessidade de ampliação do conhecimento da PNRS pelos(as) catadores(as), gestores públicos e por outros(as) atores(atrizes) que têm seu trabalho relacionado com a reciclagem. Estudos citam a dificuldade que os empreendimentos enfrentam ao organizar seus processos de trabalho, como é o caso de Franceschini (2011), Peçanha (2015) e Lucheti (2016) que apontam para a existência de demanda de capacitação dos(as) cooperados(as) para adquirirem maior conhecimento sobre o trabalho realizado e sobre a economia solidária, pois se observa falta de cooperação entre trabalhadores(as) em alguns casos analisados, assim como dificuldade com relação a comunicação entre os membros e divisão do trabalho, situação que pode ser facilitada com maior compreensão sobre a economia solidária, estabelecendo melhores relações no cotidiano dos(as) trabalhadores(as). Baptista (2013), Pepinelli (2015) e Wirth (2016) elencam outros pontos sobre o cenário que envolve as cooperativas de reciclagem, onde existem aspectos que dificultam o trabalho dos(as) catadores(as) por conta do baixo valor obtido na venda dos materiais; insuficiência de logística adequada; carência de materiais básicos e infraestrutura; interferência de atravessadores; alta rotatividade dos(as) trabalhadores(as), dificuldade em aumentar o número de cooperados(as) e falta de pagamento dos municípios às cooperativas pelos serviços prestados.

Com relação ao relacionamento das cooperativas com os municípios, Lucheti (2016) descreve a existência de dificuldade na absorção de demandas sociais dos(as) catadores(as) pelo poder público, condição que impede a ruptura do ciclo de pobreza que envolve esse grupo e os mantêm convivendo com um cenário de incertezas, insegurança e instabilidade provocadas pelo mercado produtivo, além de enfrentarem problemas com relação a falta de pagamento dos municípios às cooperativas ou ao não cumprimento de partes do contrato pelo poder público. Santos (2018) conclui que existem diversas deficiências nos contratos que não permitem utilizar este instrumento como ferramenta favorecedora para inclusão social dos(as) catadores(as), e também ressalta a importância de se discutir quais fatores podem fazer parte dos contratos para que as cooperativas possam conseguir maior autonomia e para que não fiquem “amarradas” somente às cláusulas deste instrumento. Outra dificuldade nessa relação poder público e cooperativas

é citada por França (2012), que aponta a interferência dos(as) gestores(as) em decisões que deveriam ser tomadas internamente na cooperativa, relação que pode prejudicar o desenvolvimento e maior apropriação tanto dos processos realizados quanto do entendimento dos(as) catadores(as) para resolução de possíveis problemas futuros. Outra convergência nos resultados apresentados nestas publicações é com relação à necessidade de efetivação de ações pelo poder público que possibilitem a emancipação dos(as) catadores(as), onde se verifica a existência de alta complexidade para implementação de políticas públicas.

A realidade que cerca os(as) catadores(as) é repleta de desafios e dificuldades, relacionadas à formalização dos empreendimentos (processo que é altamente burocrático) e após realizado, os trabalhadores se deparam com problemas relacionados à gestão, controle contábil e administrativo. A baixa instrução dos(as) trabalhadores(as) é fator relevante, pois na atividade de catação de materiais é preciso conhecer os produtos e saber classificar os diferentes tipos de plásticos, metais e outros materiais.

Por conta dos diversos fatores sociais e econômicos que acabam por promover a exclusão social dos(as) catadores(as), é fundamental sua organização em cooperativas para que possam se apropriar da força do coletivo. Quando exercem a atividade de catação de forma individualizada, os(as) catadores(as) precisam concentrar todas as atividades de coleta, triagem, armazenamento e comércio em si próprios. Com isso, o trabalho individualizado, além de sobrecarregar o(a) catador(a) por ser responsável por todas as etapas da atividade da reciclagem, também os torna mais vulneráveis à ação dos atravessadores (intermediários comerciais que determinam o valor a ser pago pelo material coletado). Posto isso, pode-se observar, pelo viés econômico, que ao se organizarem em cooperativas, os(as) trabalhadores(as) se fortalecem coletivamente e têm a possibilidade de superar o contexto de exploração a que são expostos(as) pelo mercado, de forma que a partir da coleta e tratamento em maiores quantidades podem agregar maior valor aos materiais e comercializá-los a preços mais justos (LEITE, 2009). A quantidade de municípios que estão aderindo ao sistema de coleta seletiva pode ser vista como fator capaz de favorecer e incentivar a atuação e formação de novas cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis.

Conforme divulgação do CEMPRE (2020), em 1994 existia 81 municípios com coleta seletiva. Este número em 2004 passou para 237, em 2014 para 927 e em 2020 atingiu 1269, ilustrando uma evolução crescente da quantidade de municípios que

utilizam da coleta seletiva para realizarem a gestão dos resíduos sólidos que são produzidos nas cidades.

Baseado nestas considerações, este trabalho tem por objetivo analisar de que maneira as ações do poder público municipal, bem como as políticas públicas municipais, podem favorecer ou desfavorecer o trabalho das(os) catadoras(es).

Estratégia metodológica

A presente pesquisa se caracteriza como descritiva de abordagem qualitativa. O estudo envolveu quatro cidades do interior do estado de São Paulo (Araraquara, São Carlos, Rio Claro e Americana). A coleta de dados e informações foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e documental, consultas a teses, dissertações, artigos e livros relacionados aos temas de gestão pública municipal e às cooperativas de catadores, e foi complementada por questionários com gestores públicos municipais e com representantes das cooperativas estudadas. Os questionários foram elaborados com perguntas fechadas buscando refletir os fatos referentes ao relacionamento existente entre poder público municipal e as cooperativas de catadores.

Os resultados do trabalho serão apresentados em dois itens, um sobre a descrição dos municípios e as cooperativas estudadas e outro sobre as legislações e infraestruturas existentes para as cooperativas estudadas e os aspectos influenciadores para o trabalho das catadoras e catadores.

Descrição das cidades e das cooperativas estudadas

As cidades de Araraquara, São Carlos, Rio Claro e Americana estão localizadas no interior do estado de São Paulo e possuem algumas semelhanças. A área urbana das cidades varia de 50 a 80 mil km², a população varia entre 205 a 255 mil habitantes, o IDH dos quatro municípios é de 0,8 e as cooperativas que atuam nos municípios se identificam com os valores da economia solidária.

Em Araraquara, a cooperativa Acacia realiza os serviços de coleta seletiva. É uma cooperativa que conta com cerca de 200 cooperados e atua no município desde 2001. Existe contrato com o DAAE (Departamento Autônomo de Água e Esgoto) e o poder público fornece apoio à cooperativa também por meio da coordenadoria de economia solidária, que conta com 15 servidores(as) que atuam no auxílio a diversos empreendimentos solidários. Esta coordenadoria realiza cursos de capacitação tanto para

os integrantes da cooperativa quanto para os(as) servidores(as) que atuam no apoio ao trabalho dos(as) catadores(as).

Na cidade de São Carlos, a Coopervida é responsável pela realização da coleta seletiva, é uma cooperativa formada desde 2004, conta com 35 cooperados(as) e possui vínculo com o município desde 2005 por meio de convênio ou contrato de prestação de serviços. A secretaria municipal de serviços públicos é quem gerencia o contrato e oferece suporte à cooperativa. Esta secretaria não possui ligação com a economia solidária e não são oferecidas ações buscando a capacitação dos(as) trabalhadores(as).

Em Rio Claro a cooperativa responsável pela coleta seletiva é a Cooperviva, que foi instituída em 2002. Até a publicação deste trabalho não houve a contratação da cooperativa pelo município e o departamento responsável pelo apoio ao empreendimento é a Secretaria de Meio Ambiente, que não possui relação com a economia solidária.

A Cooperlários, instituída em 2000, é a cooperativa que realiza o serviço de coleta seletiva em Americana. Até a publicação deste trabalho não houve a contratação do empreendimento de catadores(as) pelo município e o departamento responsável pelo contato com a cooperativa é o departamento de limpeza, que não possui ligação com a economia solidária. A organização da coleta seletiva na cidade de Americana é realizada de maneira diferente das demais cidades: a prefeitura é responsável por recolher todo material reciclável e encaminhar para a cooperativa realizar a triagem e tratamento dos materiais.

Legislações e infraestruturas existentes para as cooperativas estudadas e aspectos influenciadores para o trabalho das catadoras e catadores.

As quatro cidades estudadas concedem espaço físico para que as cooperativas executem suas atividades. O município de São Carlos tem contrato com a cooperativa Coopervida (firmado por meio de Dispensa de licitação fundamentada no Art. 24 inciso XXVII da Lei 8.666/93), que dispõe que a cooperativa deve arcar com despesas decorrentes de contratação de pessoal; encargos sociais e trabalhistas; prover os serviços contratados com pessoal capacitado em todos os níveis de trabalho. O município possui legislação municipal com potencial de fortalecer o trabalho realizado pelos(as) catadores(as), instituiu o dia 07/07 para comemorar o dia do(a) catador(a) e realizar ações que promovam a atuação desses(as) trabalhadores(as), bem como ações que busquem gerar a conscientização da população com relação à sustentabilidade da cidade. Foram

identificados na legislação municipal importantes dispositivos com potencial de efetivar a inclusão socioprodutiva de mais trabalhadores(as) na cadeia produtiva da reciclagem por meio de incentivos e fortalecimento da cooperativa. Existe previsão de parcerias e incentivo quanto à participação de empresas privadas em ações que estimulem e fortaleçam o sistema de coleta seletiva e conseqüentemente o trabalho realizado pelos(as) profissionais da cooperativa, além de dispositivos que buscam incentivar o desenvolvimento de programas de capacitação para gestores públicos de forma a possibilitar inclusão social efetiva dos(as) catadores(as) por meio de programas visando estimular as organizações coletivas. Foi instituído também no município a obrigatoriedade de integrar as cooperativas de catadores(as) em ações que envolvam resíduos sólidos.

Atualmente a Coopervida é formada por 38 cooperados(as), que tem renda entre R\$ 1.300,00 e R\$ 1.600,00, contando com a garantia de que cada cooperado consegue retirar pelo menos o valor equivalente ao salário mínimo. A cooperativa conta com o apoio da prefeitura nos seguintes fatores: fornecimento de dois caminhões; despesas de energia elétrica e água são pagas pela prefeitura; horas trabalhadas pelos cooperados que ficam nos pontos de entrega são pagas pela prefeitura.

Por outro lado, também foram observados alguns aspectos negativos na relação existente entre prefeitura e cooperativa que podem desfavorecer a atuação dos(as) catadores(as) e conseqüentemente enfraquecer a cooperativa. O departamento que fornece apoio à cooperativa não tem ligação com a economia solidária e não estão planejadas ações de capacitação para o corpo técnico municipal no sentido de melhorar a atuação de servidores(as) que trabalham diretamente no apoio à cooperativa. Notou-se também o desinteresse por parte da cooperativa em participar das reuniões junto ao fórum de economia solidária, que poderia ser visto como local para integração dos membros da cooperativa, local onde também podem surgir novas ideias, oportunidades e possibilidades para atuação e fortalecimento da cooperativa. A falta de participação dos(as) cooperados(as) para sugestão de alterações no contrato também se configura como fator que pode desfavorecer seu trabalho. Apesar da importância de existir um contrato firmado, a cooperativa, que é a principal interessada em melhorar os termos do contrato deveria apresentar maior organização para buscar mais benefícios e valorizar o trabalho de coleta seletiva que realiza no município.

Outro aspecto negativo observado é que não estão sendo destinados recursos para os fundos de reserva e de assistência técnica, o que pode indicar falta de organização da cooperativa, bem como pode ser resultado de problemas financeiros. Os(as) cooperados(as) não estarem recebendo a gratificação natalina também pode ser reflexo destes problemas enfrentados pela cooperativa.

A cidade de Araraquara possui legislação e contrato mais robustos em comparação com as outras cidades. Com relação ao aspecto tributário, o município oferece uma redução de alíquota para a cooperativa de catadores(as) de recicláveis, taxando o serviço em 2% (essa alíquota pode chegar a até 5%). Outro aspecto relevante é o reconhecimento da atividade por parte dos municípios, em que as cidades de São Carlos e Araraquara têm instituído em seu calendário a comemoração do dia municipal do(a) Catador(a) de recicláveis, sendo que Araraquara têm um diferencial neste quesito ao declarar a cooperativa Acacia como entidade de utilidade pública. O benefício da declaração de utilidade pública municipal é regulamentado por Lei municipal, que dispõe que este benefício pode ser concedido a instituições com fim exclusivo de servir à coletividade e que devem ter como requisitos pelo menos noventa dias de exercício, idoneidade moral de seus diretores, entre outros. Com este benefício é possível a instituição solicitar isenção de contribuições, além de possibilitar que a entidade receba auxílio financeiro por parte do poder público municipal. Dessa forma, trata-se de um reconhecimento de que a cooperativa presta serviços relevantes à sociedade, valorizando o trabalho dos(as) catadores(as) e dando maior credibilidade à atuação do empreendimento coletivo. Com maior apoio do poder público, por meio de contrato de prestação de serviços mais robusto e políticas públicas favoráveis, a cooperativa Acacia pode efetivamente incluir mais pessoas na cadeia socioprodutiva da reciclagem, contando atualmente com cerca de 200 trabalhadores(as) que fazem parte do empreendimento, enquanto as demais cooperativas têm entre 27 e 38 cooperados(as). A prefeitura disponibiliza uma relação de bens e equipamentos para a prestação de serviços da cooperativa:

- 5 caminhões;
- 1 garfo hidráulico;
- 2 esteira talisca;
- 2 esteira de catação;
- 1 esteira de rejeito inclinada;
- 1 esteira de rejeito reta;

- 1 prensa para até 25 toneladas;
- 3 prensas para até 17 toneladas;
- 1 balança rodoviária.

As seguintes responsabilidades estão estabelecidas pelo contrato para a cooperativa: arcar com despesas decorrentes de contratação de pessoal; fornecimento de EPI's e EPC's; encargos sociais e trabalhistas; contratação de gestor de projeto de coleta com experiência na área; contratação de escritório de contabilidade; despesas com manutenção e conservação dos equipamentos cedidos.

Um aspecto favorecedor ao trabalho dos(as) catadores(as) é que o apoio à cooperativa é realizado por uma autarquia e pela Coordenadoria de economia solidária. Existe um contato próximo entre cooperativa e poder público, e um ponto que pode ser ressaltado é que o apoio à cooperativa é realizado pela autarquia (que é uma estruturada para gerir os resíduos sólidos da cidade), e por um departamento vinculado à economia solidária, que conforme Paiva e Silva (2020), conta com 15 servidores para apoiar a criação e manutenção de EES na cidade. Ponto que pode ser positivo para fortalecer a cooperativa, visto que existe a ligação direta com um departamento que incentiva e valoriza as práticas solidárias nos empreendimentos.

O município de Rio Claro, apesar de não existir contrato firmado entre cooperativa e prefeitura, também é possível encontrar alguns fatores positivos para o fortalecimento do trabalho dos(as) catadores(as). A Prefeitura aponta a necessidade de capacitação dos(as) catadores(as) que fazem parte do sistema de coleta seletiva, reconhece o importante papel representado por estes(as) trabalhadores(as) e indica a necessidade de conscientização da população com relação à importância do serviço de coleta. Por meio do plano municipal foram previstos treinamentos aos cooperados no valor de 50 mil/ano por dois anos, mas de acordo com os(as) trabalhadores(as) esse aporte não foi realizado. Outra importante iniciativa prevista no plano é a ampliação e reforma do barracão da cooperativa, que deve ser realizada conforme aumentar a demanda de coleta seletiva de mais resíduos recicláveis. Por outro lado, a prefeitura não disponibiliza equipamentos ou pessoas para incentivo e apoio ao trabalho realizado pela cooperativa, o que pode ser considerado como um aspecto de possível enfraquecimento da cooperativa, pois os serviços prestados pelo empreendimento não são valorizados pelo poder público.

A prefeitura de Americana também não possui vínculo contratual com a Cooperviva, cooperativa que realiza a coleta seletiva dos materiais recicláveis. Apesar

disso, foram identificados dispositivos de apoio aos(as) catadores(as) na legislação municipal desde 2001, quando o município foi autorizado legalmente a prestar orientação e apoio técnico por meio dos servidores da prefeitura, além de poder fornecer equipamentos, maquinário e instalações para possibilitar a execução das atividades da cooperativa. Outro aspecto identificado é a existência de previsão legal que impõe a doação de todo material reciclável coletado na área urbana, preferencialmente, à cooperativa. Legislações que podem ser vistas como fortalecedoras com relação ao trabalho dos(as) cooperados(as). São realizadas campanhas em conjunto com a associação de catadores de material reciclável buscando maior eficiência do programa de coleta seletiva no perímetro urbano da cidade. Além disso, o poder público municipal fornece: cinco caminhões com motoristas e paga a despesa com combustível; agentes coletores contratados pela prefeitura e balança para pesagem.

Discussão e Considerações finais

Baseado nos resultados apresentados nos itens 3 e 4, observou-se que o trabalho exercido pelas catadoras e catadores organizados em cooperativas nos quatro municípios estudados depende das ações do poder público e das políticas públicas estabelecidas. Observou-se que todos os quatro municípios estudados têm um conjunto de legislações que podem ser utilizadas em conjunto com a PNRS para beneficiar o trabalho das cooperativas de catadores(as) e conseqüentemente promover o fortalecimento destes empreendimentos solidários. Corroborando com o entendimento de Souza (2006), que defende que mesmo considerando toda a complexidade que envolve o processo de políticas públicas, é possível que o poder público municipal encontre espaço para desenvolver ações que contornem as dificuldades e possam gerar soluções para os problemas identificados. Um aspecto que reforça este entendimento é o que se observa nos municípios de Araraquara e São Carlos, que já construíam uma relação de parceria por meio de convênio firmado com as cooperativas que atuam nas respectivas cidades, garantindo apoio e disponibilizando equipamentos para possibilitar a prestação dos serviços ligados à coleta seletiva, mesmo antes da instituição da PNRS, que em 2010 incentivou a contratação de cooperativas de catadores(as) para realizarem a catação de materiais recicláveis nos municípios brasileiros. Embora as cidades de Rio Claro e Americana também possuam previsão em lei municipal para firmar parceria com as cooperativas para coleta dos recicláveis, não foi efetuada a contratação dos

empreendimentos pelo poder público até o final deste trabalho. O que pode ser um fator diferencial observado entre as quatro cidades estudadas é o nível de apoio e a forma como o poder público se estrutura para lidar com as cooperativas, em que se observa maior robustez na parceria de Araraquara com a Cooperativa Acacia por conta de diversos fatores, como a existência de departamento ligado à economia solidária para lidar diretamente com a cooperativa, concessão de redução de alíquota para tributação dos serviços prestados pela cooperativa, reconhecimento das atividades prestadas ao tornar a cooperativa como de utilidade pública e a execução do contrato ser efetuada por um departamento autônomo, que está estruturado para fornecer os equipamentos necessários por meio do contrato e dar condições para a cooperativa prestar os serviços de forma adequada. Com relação à cidade de São Carlos, existe contrato de prestação de serviços e o apoio do poder público também está presente, mesmo que em menor grau quando comparado à cidade de Araraquara. Outro fator que pode ser determinante para que a cooperativa possa efetivar a inclusão de mais trabalhadores é a forma como se estrutura este apoio, já que no município de São Carlos o departamento que lida com a cooperativa não tem ligação com a economia solidária. Na cidade de Americana, apesar de não possuir contrato firmado, existe o apoio do poder público e por meio dos resultados dos questionários aplicados com a cooperativa e com o gestor público foi observada proximidade entre prefeitura e cooperativa, que trabalham em conjunto para realizar as atividades de coleta seletiva. Já o cenário observado no município de Rio Claro, o relacionamento entre poder público municipal e cooperativa é distante, de forma que não é realizado um planejamento com diretrizes claras que busque efetivar a inclusão de catadores(as) na cadeia produtiva da reciclagem.

Ao criar legislações mais robustas, o município pode direcionar o trabalho dos gestores públicos e, principalmente, permitir maior segurança ao trabalho dos(as) catadores(as), que não ficam à deriva nas trocas de gestão após eleições municipais. Por meio do apoio às cooperativas de catadores(as), o poder público pode cumprir com suas obrigações sociais (incentivando mais pessoas a terem a oportunidade de conquistar uma vida digna), ambientais (promovendo a limpeza dos espaços públicos e contribuindo com sua sustentabilidade) e econômicas (gerando trabalho e renda para mais pessoas).

Referências

BAPTISTA, Vinícius Ferreira et al. Perspectivas e limites das políticas públicas voltadas à coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos: análise a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos e de gestores de cooperativas de catadores de materiais recicláveis no município do Rio de Janeiro. 2013.

CEMPRE - Compromisso Empresarial para Reciclagem. Latas de Alumínio. Disponível em <https://www.mncr.org.br/biblioteca>. Acesso em: 04 de outubro de 2022.

FRANÇA, Lucas Miguel. Cooperativas de catadores e parcerias com gestores públicos: aspectos promotores de autonomia. 2012.

FRANCESCHINI, Guilherme. Autogestão e tecnologia em cooperativa de catadores/as de resíduo: uma análise intersubjetiva sob a óptica do campo ciência, tecnologia e sociedade. 2011.

IPEA - Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável. Brasília, 2013.

LEITE, P.R. Logística Reversa: meio ambiente e competitividade. 2. ed, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

LUCHETI, L. A. R. Catadores(as) de recicláveis de Presidente Prudente: desafios e limites das políticas públicas de inclusão produtiva. 2016. 219 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

PAIVA, Camila Capacle; SILVA, Edinho. A Política pública de economia criativa e solidária do município de Araraquara/SP. 2020.

PEÇANHA, Reynaldo Schirmer et al. Cooperativas de reciclagem na capital paulista: um estudo multicase sobre a inclusão socioeconômica dos catadores de material reciclável. 2015.

PEPINELLI, Rafaela Francisconi Gutierrez. Empreendimentos econômicos solidários de catadores: cadeias produtivas de resíduos, processos tecnológicos e parcerias. 2011.

SANTOS, Carolina Valente. Contratação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis pelo poder público municipal: estudo em três municípios do estado de São Paulo. 2018.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

VICENTE, Bianka Biazuz. Educação ambiental e profissionalização dos catadores na política nacional de resíduos sólidos: uma sociologia das ausências? 2015.



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



WIRTH, Ioli Gewehr. Movimento de Catadores e a Política Nacional de Resíduos Sólidos: a experiência do Rio Grande do Sul. 2016.

842



ORGANIZAÇÃO



A INFLUÊNCIA DA RENDA E DOS PROCESSOS DE GESTÃO PARA A REDUÇÃO DA ROTATIVIDADE EM UMA COOPERATIVA DE CATADORAS E CATADORES NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

843

Marcia Borges Umpierre, Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
mbumpierre@furg.br

Melissa Duarte Orestes, Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
melissaorestes@gmail.com

Alexandre Farias Terra, Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
alexandrefariasterra@yahoo.com.br

Thierry Silva Pecke, Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
thierrirs@gmail.com

Resumo

O trabalho em uma cooperativa é desafiador, pois além de realizar as atividades a qual a cooperativa se propõe, ainda deve ser feita a gestão da mesma, e considerando o setor da reciclagem o desafio é maior ainda, visto que as pessoas que constituem esses empreendimentos normalmente estão à margem da sociedade e possuem demandas imediatas, que exigem processos simplificados para que a cooperativa atinja os seus objetivos: que é o de gerar trabalho e renda aos seus associados. Nesse contexto o presente trabalho tem como objetivo verificar os fatores que levaram a redução da rotatividade em uma cooperativa de catadoras e catadores no sul do Rio Grande do Sul. Para tanto analisou-se a cooperativa durante seis anos. A cooperativa é um empreendimento incubado na INEESOL da FURG, e no decorrer dos anos de incubação passou por diversas situações, desde o aprimoramento dos processos de gestão administrativa, financeira, e do setor produtivo. Esse conjunto de fatores culminou na melhoria da renda dos cooperados em mais de 500%. Ao analisar esses fatores foi possível constatar que a rotatividade dos catadores e das catadoras reduziu, visto que a cooperativa, tem uma média de 13 cooperados, nos últimos 2 anos a saída deles deu-se apenas por questões de falecimento ou de doença. Verificou-se que em anos anteriores as saídas normalmente eram em função de o catador ou a catadora, conseguir um serviço que remunerava mais, mesmo que essa remuneração fosse sem a carteira assinada. Dentre as informações apresentadas pelos cooperados destacam-se as motivações que levaram muitos deles a sair da cooperativa: a baixa renda e a falta de transparência sobre a gestão financeira. E ao questionarmos os motivos pelos quais atualmente a rotatividade na cooperativa é praticamente inexistente, cooperados e cooperadas que inclusive haviam saído e agora retornaram destacam, a melhoria da renda, resultando poder realmente viver com mais qualidade de vida tanto para o cooperado, bem como para seus familiares, além de ter acesso a todas as informações financeiras, e a participação efetiva nos processos decisórios da organização.

Palavras-chave: Economia Solidária; Reciclagem Popular; Rotatividade.

Abstract

Working in a cooperative is challenging because, in addition to performing the activities the cooperative is intended for, its management must also be carried out. In the recycling sector, the challenge is even greater, as the individuals involved in these enterprises are often marginalized from society and have immediate demands that require streamlined processes for the cooperative to achieve its objectives: generating work and income for its members. In this context, the present study aims to identify the factors that have led to a reduction in turnover in a cooperative of waste pickers in southern Rio Grande do Sul. The cooperative has been incubated in the INEESOL of

FURG and has been analyzed over a period of six years. Throughout the incubation period, the cooperative experienced various situations, including the improvement of administrative, financial, and productive management processes. This combination of factor has resulted in a more than 500% increase in the income of the cooperative members. By analyzing these factors, it was possible to observe a decrease in turnover among the waste pickers. In the past two years, the cooperative, which has an average of 13 members, has only experienced departures due to death or illness. It was found that in previous years, departures were usually due to waste pickers finding better paying jobs, even if they were not formally employed. Among the information provided by the cooperative members, two key motivations for leaving the cooperative stand out: low income and lack of transparency regarding financial management. When questioned about the reasons for the virtually non-existent turnover in the cooperative at present, both returning and current members highlight the improvement in income, resulting a better quality of live for themselves and their families. They also emphasize having access to all financial information and active participation in decision making processes within the organization.

Keywords: Solidarity Economy; Popular recycling; Turnover.

INTRODUÇÃO

Quando se pensa em reciclagem, o normal é pensarmos no final da cadeia produtiva, pensamos nos resíduos, mas não consideramos todo o processo para que esse material chegasse a ser considerado um resíduo. Estamos inseridos em um sistema capitalista, que é movido pelo consumo, somos estimulados a todo o momento a comprar, porém esse consumo exacerbado também causa danos ambientais e sociais.

Essa lógica consumista conforme Fontenelle (2014) é objetivada pelo processo capitalista, visto que sua verdade se apoia em uma ilusão, sendo assim é necessário compreender o consumo como o grande organizador social da ilusão. Essa ilusão não é nova pois vem desde a Revolução Industrial, quando foram desenvolvidas diferentes estratégias de mercado para que fosse moldada uma cultura movida pelo desejo de consumir, e com o desenvolvimento e a utilização de novas tecnologias, essa sede pelo consumo só se agrava.

Neste contexto, verifica-se a crescente preocupação com a correta destinação dos resíduos sólidos, e com aprovação da Lei 12.305 de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que prevê a eliminação e recuperação de lixões, e busca associar essas ações à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, verifica-se possibilidades reduzir os impactos ambientais causados pelo excesso de consumo, pelo menos no que refere-se aos resíduos.

Além disso, o “lixo” tornou-se um objeto de demanda social, visto que em função das desigualdades sociais, pessoas que possuem pouca escolaridade, e com dificuldade de ingressar no mercado de trabalho formal, veem na reciclagem uma fonte de renda para

sobreviver (KIRCHNER; SAIDELLES; STUMM, 2009). Importante considerar que os catadores de materiais reciclados normalmente são pessoas que possuem uma vulnerabilidade social, visto que constituem uma massa de desempregados que, por sua idade, condição social ou baixa escolaridade, não encontram mais lugar no mercado de trabalho formal, adicionalmente são homens e mulheres com histórias de vida muitas vezes assinaladas pela violência, pelo sofrimento e pelo preconceito.

Sendo assim, reciclagem possibilita melhorar a qualidade de vida das pessoas que sobrevivem do ofício de recolher das ruas e dos lixões materiais descartados pela população, mas que possuem valor comercial, pois podem ser reutilizados ou reciclados.

Então, na década de 1990, começam a surgir campanhas de coleta seletiva e inclusão de catadores, principalmente em razão de políticas e ações no gerenciamento de resíduos. E com isso o surgimento de associações e cooperativas mostraram-se uma forma eficaz para fortalecer os catadores e deixá-los mais independentes, além de ser a principal estratégia de organização econômica desses trabalhadores(as) em todo o território nacional (PINHEL, 2013).

Isso ocorre, pois, o trabalho associativo permite que estes deixem de realizar um trabalho informal e, possibilita a ação coletiva, que gera processo de aprendizagem, inserção comunitária e renda mínima para os trabalhadores (FERRARINI; VERONESE, 2010). Por se encontrarem organizados, estas iniciativas somam forças para consolidar relações de mercado diferenciadas, promovendo uma melhoria na comercialização do material reciclável para os aparista/sucateiros/atravesadores (SILVA, 2017). Porém, a situação atual das cooperativas e associações de catadores, salvo algumas exceções, é ainda bastante precária. Para o autor, essa precarização do trabalho vai além das questões ligadas aos direitos trabalhistas, visto que os catadores continuam vulneráveis, porque as indústrias que compram recicláveis são poucas e exigem grandes volumes para negociar, com isso o maior valor proporcionado pela reciclagem do resíduo fica com o sucateiro (intermediário), que impõe o preço dos produtos recicláveis às cooperativas pela força de mercado (PINHEL, 2013).

Zanin e Guitierrez (2011) descrevem que os(as) catadores(as) estão inseridos em uma circunstância que chama de invisibilidade pública, ou seja, uma condição de excluído ou invisível e que não é resultante da vontade individual, mas da ruptura dos vínculos sociais, e com constituição de grupos organizados, isso tende a mudar. Alia-se a esse processo, a possibilidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas que sobrevivem do

ofício de recolher das ruas e dos lixões de materiais descartados pela população, mas que possuem valor comercial, pois podem ser reutilizados ou reciclados, sendo assim há um estímulo ao trabalho associado nessa atividade (KIRCHNER *et. al.*, 2009).

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo verificar os fatores que levaram a redução da rotatividade em uma cooperativa de catadoras e catadores no sul do Rio Grande do Sul.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para esse estudo utilizou-se o método dedutivo, por meio de uma pesquisa descritiva e de caráter qualitativo. Realizou-se um estudo de caso, pela qual foram coletados dados por meio de documentos da associação, bem como a análise.

A pesquisa trata de um recorte de um empreendimento incubado na Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária da Universidade Federal do Rio Grande (INEESOL-FURG) e no decorrer dos anos de incubação passou por diversas situações, desde o aprimoramento dos processos de gestão administrativa, financeira, e do setor produtivo.

RESULTADOS

A cooperativa que é acompanhada e que é objeto dessa pesquisa, consistem em empreendimento de catadores e catadoras que atuam no município de São Lourenço do Sul, localizado na região sul do Rio Grande do Sul, e realiza as atividades de catação, com contrato junto à prefeitura municipal, realizam a coleta seletiva do município e fazem a triagem em local cedido pelo município.

No acompanhamento do grupo por meio do projeto de extensão, verificou-se que nesses 6 anos que as(os) pesquisadoras(es) estão acompanhando a cooperativa, culminou na melhoria da renda dos(as) cooperados(as) em mais de 500%, diminuição da rotatividade. No entanto para se chegar até estes resultados, não foi uma tarefa fácil. As ações desenvolvidas pelo projeto de extensão, como por exemplo: o levantamento de informações e questionamentos feitos a direção e aos cooperados(as), situações que até então estavam restritas a apenas uma pessoa, começaram a vir à tona para todos os(as) cooperados(as), e conflitos que até então estavam camuflados, tornaram-se públicos a todos e todas.

Nas ações desenvolvidas pelas docentes junto aos com os(as) cooperados(as) foi-

se percebendo que a ASSER não estava sendo gerida como uma associação, mas sim como uma empresa, visto que havia uma pessoa que mandava, que era responsável por “contratar” e “demitir”, fazia os controles de pagamentos e recebimentos, e dava as ordens sobre o funcionamento das atividades realizadas no galpão. Aos poucos as informações foram sendo levantadas e os problemas foram sendo apresentados ao conjunto dos(as) cooperadas, como expõe o(a) E1:

Quando entrei aqui, entrei como tesoureiro, no lugar da cunhada do C*****, aí a partir do 5 ou 6 meses que estava de tesoureiro, deu uma confusão, que começaram a descobrir falcatura, nas quais eram dívidas que fizeram em nome da associação, o tesoureiro que fez dívida de peça de moto, compra de roupas, dívida com lojas, eram comprados para eles com cheque da associação, um trouço que não podia. Só que o cheque que ele passava era sem fundo, aí esse cheque, foi dar resultado quando entrei aqui, comecei a estourar a dívida, começou aparecer cobrança, até um colocou nos na justiça, e a gente deve que pagar, tinha mais a dívida do caminhão que essa aí acho que era da época da R*****, uma dívida trabalhista, que a gente pagou. E a gestão que eu estava, assumiu essa bronca e conseguimos, a gente foi lutando, se apertamos, aí fizemos uma reunião, quando venderam o caminhão, chamei todos e coloquei para eles, temos duas opções sem o caminhão a gente não pode trabalhar, ou nos fechemos ou vamos apertar, já tava ganhando pouco, vamos ganhar menos ainda, era R\$ 250,00 a 300,00, foi difícil, mas aí trabalhamos 1 ano a gente passou, foi aumentando para R\$ 500,00, passo a passo. (A1).

Com o relato do(a) A1 se percebe-se que em 2017 a cooperativa não estava indo muito bem financeiramente, e para tentar amenizar e organizar cooperativa um bolsista do projeto de extensão da FURG foi designado a auxiliar os gestores(as) de como montar um modelo de fluxo de caixa simples, realizado em uma planilha em Excel a partir de documentos que são recolhidos mensalmente, este foi escolhido de tal maneira para que seja claro e de fácil entendimento para todos(as), pois é um processo lento e de aprendizagem e que depende muito da maturação por parte dos catadores(as).

O assessoramento permitiu uma transformação significativa na renda de quem atua na cooperativa. Se em 2016 cada cooperado(a) recebia mensalmente por volta de R\$200,00 - o que representava cerca de um quarto do salário-mínimo na época -, agora a remuneração gira em torno de R\$1.500,00, 60% acima do vencimento mínimo regulamentado pela lei. O crescimento de 500% no valor recebido ultrapassa significativamente o reajuste do salário-mínimo pela inflação. Além disso, os(as) cooperados(as) passaram a contribuir regularmente ao INSS. A mudança é reflexo não só da melhoria dos processos de autogestão. Além disso, a parceria com a FURG também auxiliou na elaboração de contratos com maiores garantias aos trabalhadores, como o aumento do subsídio da Prefeitura, e a integração da associação a empresas mais consolidadas na compra do material reciclável, fugindo de atravessadores - pessoas que

revendem o material coletado.

No entanto, apesar do aumento na renda ser considerável, é necessário que eles se compreendam enquanto partes da sociedade no meio em que eles vivem, para isso, é fundamental que todos(as) se sintam responsáveis pelo empreendimento. Ademais, a cooperativa possibilita a compra de materiais de 30 catadores autônomos do município, pagando um valor mais justo.

A melhoria da remuneração diminuiu a rotatividade dos(as) cooperados(as), visto que a cooperativa, tem uma média de 13 cooperados(as), nos últimos 2 anos a saída deles deu-se apenas por questões de falecimento ou de doença. Em anos anteriores as saídas normalmente eram em função de o catador ou a catadora, conseguir um serviço que remunerava mais, mesmo que essa remuneração fosse sem a carteira assinada. Dentre as informações apresentadas pelos cooperados(as) destacam-se as motivações que levaram muitos deles a sair da cooperativa: a baixa renda e a falta de transparência sobre a gestão financeira.

E ao questionarmos os motivos pelos quais atualmente a rotatividade na cooperativa é praticamente inexistente, cooperados(as) que inclusive haviam saído e agora retornaram destacam, a melhoria da renda, resultando poder realmente viver com mais qualidade de vida tanto para o cooperado, bem como para seus familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se neste processo, o fortalecimento dos associados como sujeitos políticos, a partir dos canais de comunicação, que possibilitaram o envolvimento dos sujeitos na dinâmica da organização.

Os(as) cooperados(as) passaram naturalmente a atuar ativamente no empreendimento, demonstrando envolvimento, desenvoltura, e passaram a se reunir, com encontros produtivos, expondo suas opiniões nos diversos espaços de construção coletiva que o empreendimento proporciona, seja na organização política, econômica, social, ou seja, fazendo parte das decisões nas diversas esferas do empreendimento.

Destaca-se neste processo, a diminuição de rotatividade, a melhoria formação de um grupo com maior coesão e facilidade de formar acordos comuns, refletindo na tomada de decisões, no ambiente de trabalho saudável, e notória caracterização como empreendimento econômico solidário.

REFERÊNCIA

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 25 de abril de 2018.

FERRARINI Adriane Vieira; VERONESE Marília Veríssimo. Piracema: uma metáfora para o microempreendedorismo associativo no Brasil. Revista Outra Economia, São Leopoldo-RS, v. 4, n. 7, p. 131-152, jul-dez, 2010.

FONTENELLE, Isleide Arruda. O estatuto do consumo na compreensão da lógica e das mutações do capitalismo. Revista Lua Nova, São Paulo, v. 92, p. 207-240, 2014.

KIRCHNER, Rosane Maria; SAIDELLES, Ana Paula Fleig; STUMM, Eniva Miladi Fenandes. Percepções e perfil dos catadores de materiais recicláveis de uma cidade do RS. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Taubaté, SP, v. 5, n. 3, p. 221-232, set-dez/2009.

PINHEL, Julio Ruffin. O catador de materiais recicláveis. In: PINHEL, Julio Ruffin. Do lixo à Cidadania. [S. l.]: Peirópolis, 2013.

SILVA, Sandro Pereira. A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2268).

ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Francisconi. Cooperativas de Catadores: Reflexões sobre Prática. São Carlos: Claraluz, 2011. E-book. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/5c7a073d32f7f3533a0d886b374b3873.pdf> Acesso em: 14 maio 2021.

CATAÇÃO PORTA A PORTA: UMA PRÁTICA COLETIVA NA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA

850

Conrado Marques da Silva de Checchi, (UFSCar)
conradomarq@gmail.com

Resumo

O presente resumo expandido apresenta parte dos processos educativos provenientes da coleta porta a porta de materiais recicláveis realizados por mulheres participantes da cooperativa Acácia, do município de Araraquara. A investigação, ocorrida em 2018, integra a dissertação de título “Mulheres catadoras fotografando o mundo-vida, revelando processos educativos”, que se deu a partir de entrevistas individuais e rodas de conversa acerca de fotografias tiradas pelas próprias catadoras a partir do seguinte questionamento: O que é isto, coleta seletiva solidária para você? A metodologia utilizada para esta pesquisa qualitativa foi pautada em método fenomenológico com enfoque no fenômeno situado. A análise dos dados desvelou diferentes processos educativos que permeiam a prática da coleta realizada pelas onze mulheres cooperadas participantes, os quais apresentam os sentidos cultivados no interior da prática social e que estão presentes na vida das diferentes catadoras. Em seus anúncios, catadoras revelaram as densas tramas em que estão inseridas e apresentaram em suas falas, olhares transformadores, de superação de obstáculos e adversidades presentes na cadeia da reciclagem e que recaem principalmente sobre suas atividades. Neste resumo expandido, nos deteremos em uma das categorias encontradas na pesquisa e que desvelam os significados provenientes dos relacionamentos entre catadoras ao se constituírem como coletivo de trabalhadoras e organizarem um cotidiano pautado nos afazeres da coleta seletiva. Compreendemos deste modo, que através de suas ações catadoras alcançam direitos e se representam para a sociedade ao promovem a competência de se educarem para a vida em comum união, e que, ao se desenvolverem como comunidade, trocam saberes e compartilham experiências adquiridas na prática do trabalho solidário. Catadoras assim, ao realizarem suas ações, elaboram qualidade de vida para si e ao grupo com que convivem esperando e projetando no dia a dia as condições de superação do estágio de bens como posse para os dons da troca e da partilha. Nesta prática, ao entenderem a vida a partir das experiências comunitárias construídas em interação umas com as outras, dinamizam o próprio bem viver através das atenções geradas no interior do grupo, onde superam processos individuais ou corporativos de conquista para se enxergarem como comunidade de catadoras.

Palavras-chave: Coleta Seletiva; Economia Solidária; Comunhão; Esperançar.

Abstract

The present extended abstract presents a portion of the educational processes derived from door-to-door collection of recyclable materials carried out by women participants of the Acácia cooperative in the municipality of Araraquara. The investigation, which took place in 2018, is part of the dissertation titled "Women waste pickers photographing the world-life, revealing educational processes," which was based on individual interviews and group discussions about photographs taken by the waste pickers themselves, based on the following question: What does solidarity-based selective collection mean to you? The methodology used for this qualitative research was based on a phenomenological method with a focus on the situated phenomenon. The data analysis revealed different educational processes that permeate the collection practice carried out by the eleven participating women cooperatives, which encompass the meanings cultivated within the social practice and are present in the lives of different waste pickers. Through their testimonies, the waste pickers revealed the complex networks in which they are embedded and presented transformative perspectives, overcoming obstacles and adversities present in the recycling chain, which mainly affect their activities. In this extended abstract, we will focus on one of the categories found in the research, which unveils the meanings arising from the relationships among waste pickers as they constitute themselves as a collective of workers and

organize a daily routine based on the tasks of selective collection. We understand, therefore, that through their actions, waste pickers attain rights and represent themselves to society by promoting the competence to educate themselves for communal life, and that by developing as a community, they exchange knowledge and share experiences acquired in the practice of solidarity-based work. In carrying out their actions, waste pickers thus create a quality of life for themselves and for the group they interact with, envisioning and projecting, on a daily basis, conditions to overcome the stage of goods as possessions in favor of the gifts of exchange and sharing. In this practice, by understanding life through community experiences built in interaction with each other, they vitalize their own well-being through the care generated within the group, where they overcome individual or corporate processes of achievement to see themselves as a community of waste pickers.

Keywords: Selective Collection; Solidarity Economy; Communion; Hope.

Apresentação

O presente resumo expandido apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado em educação (CHECCHI, 2018), realizada no ano de 2018 junto com mulheres catadoras porta a porta participantes da cooperativa Acácia do município de Araraquara, situada no interior de São Paulo e possui cerca de 330 mil habitantes. A cooperativa Acácia, durante a pesquisa possuía cerca de 200 participantes, e cobria toda a área do município a partir de convenio realizado junto ao Departamento de Água e Esgoto (DAAE). Com vistas a realizar a pesquisa de cunho qualitativo, estivemos junto com um dos grupos catando recicláveis pelo município em trajetos que dividem a cidade em setores. Cada um dos seis grupos que cobrem o município, são formados em média por 12 catadoras/es que realizam o contato com moradores/as, lojistas e até mesmo fábricas, incentivando a separação e destinação dos recicláveis para a cooperativa, que coleta periodicamente uma a duas vezes na semana a depender da demanda do bairro.

A investigação realizada teve como objetivo: identificar, descrever e compreender os processos educativos provenientes da atividade de coleta porta a porta de materiais recicláveis. Para nos aproximarmos dos objetivos da investigação realizada, entendemos que processos educativos são provenientes de práticas sociais elaboradas “[...] no interior de grupos, de instituições, com o propósito de produzir bens, transmitir valores, significados, ensinar a viver e a controlar o viver; enfim, manter a sobrevivência material e simbólica das sociedades” (OLIVEIRA et al., 2014a, p.33). Nas mais diversas práticas que realizam, as pessoas apreendem maneiras de conduzir a vida ao dinamizar processos educativos buscando cultivar suas ações no mundo através das experiências que participam.

Método

Após aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (parecer n. 2.020.899) e assinatura de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelas participantes, estivemos junto com o grupo “A” da Acácia, formado apenas por mulheres, catando materiais com o grupo três vezes na semana durante seis meses. A partir do convívio pautado em uma relação de comunhão e respeito entre pesquisador e catadoras, distribuímos câmeras fotográficas digitais a cada uma das participantes para que levassem onde quisessem durante duas a três semanas com a premissa de representarem em fotografias a resposta à pergunta: O que é a catação solidária para você? Com as fotografias em mãos e orientados por metodologia fenomenológica (MERLEAU-PONTY, 1994; MARTINS; BICUDO, 1989), realizamos entrevista individual e rodas de conversa coletiva sobre cada uma das fotografias, que foram gravadas e transcritas. Para preservação da identidade de cada participante, cada uma delas escolheu nomes fictícios para si.

A análise dos dados coletados foi feita a partir dos procedimentos próprios à modalidade metodológica de pesquisa do fenômeno situado. Portanto, as entrevistas foram organizadas em ordem cronológica e identificadas com algarismos romanos, sendo mais antigo a primeiro (I) e a última a décimo primeira (XI), enquanto as unidades de significado, identificadas nos discursos e que se referem aos objetivos desse estudo, foram anotadas com números arábicos (1, 2, 3 etc.), sempre reiniciando a contagem do número um em cada distinta entrevista. Na construção dos resultados, tópico a seguir, citaremos algumas unidades de significado e ao final, entre parênteses, indicaremos primeiro a entrevista em que ela foi registrada e depois o número correspondente àquela unidade de significado. Por exemplo, “III-7”, significa o trecho corresponde à sétima unidade de significado da terceira entrevista (GARNICA, 1997; GONÇALVES JUNIOR *et al.*, 2021).

A partir da análise dos dados, formamos três categorias de processos educativos provenientes da catação porta a porta. Neste resumo nos deteremos apenas em parte de uma delas, a saber: “Eu já falei, eu gosto muito do que eu faço, e tamo aí na luta”.

CATEGORIA “Eu já falei, eu gosto muito do que eu faço, e tamo aí na luta”

Os processos educativos elaborados nesta categoria são provenientes dos relacionamentos entre catadoras ao se constituírem como comunidade de trabalho e

emergem da organização diária da coleta seletiva porta a porta, sejam elas a separação dos roteiros entre as cooperadas, a organização das *bags*⁸² para coleta, as pausas para o descanso, a abordagem aos munícipes e outras dinâmicas próprias a catação porta a porta. O título que dá nome a esta categoria emerge dos dizeres de Raissa quando, ao se referir à coleta solidária, ressaltou: “Eu já falei, eu gosto muito do que eu faço, e tamo aí na luta” (RAÍSSA, XI-8).

Por meio das relações estabelecidas em grupo, catadoras enfrentam as problemáticas do trabalho, encontrando forças para realização das tarefas incumbidas. Ao compartilharem dos esforços coletivamente, elaboram qualidade de vida para si e ao grupo com que convivem, projetando no dia a dia a condição de superar o estágio de “circuito dos objetos de posse para o círculo dos dons de troca e partilha” (BRANDÃO, 2005, p.35). Nesse sentido, para nos acercarmos de parte dos processos educativos reunidos nessa categoria, apresentamos a fotografia a seguir, em que a catadora Raissa registrou as companheiras em um dos momentos de descanso ao longo da atividade de catação. Na imagem, ela e suas amigas estão à sombra de uma árvore deitadas em cima das *bags* na rua, em suas palavras a fotografia se referiu ao momento de partilha dos alimentos bem como os vínculos que essa prática gera no grupo, pois nesta dinâmica todas ajuntam os recursos para que possam se alimentar. Ao seu ver, por passarem tanto tempo compartilhando, as catadoras acabam por formar uma família em que todas se auxiliam. Ainda sobre a fotografia, a catadora ressaltou que a alimentação foi algo que ainda não conseguiram conquistar através do trabalho e que em tempos atrás, a prefeitura entregava uma refeição em marmita ao grupo, mas que atualmente não recebem este auxílio.

Figura 1 – Fotografia 33. Fonte: Raissa.

⁸² As *bags* são grandes sacolas de ráfia que são utilizadas para armazenar o material reciclável coletado. As *bags* são arrastadas pelas ruas e após cheias, são deixadas em pontos estratégicos nas calçadas para que os caminhões baú da cooperativa recolham e levem até o local da cooperativa.



Aí é o momento de descanso das meninas, o horário do almoço, igual àquela musiquinha que fala na creche, a hora do almoço é a hora mais feliz, né? hehe, a hora do almoço, a hora que as meninas descansam um pouquinho pra... É sempre uma união, né? Uma união uma com a outra, né? Cria um afinco muito grande, né? Um vínculo muito grande uma com a outra, né? Qui nem eu falo, a gente convive mais com o pessoal que a gente trabalha do que com a família mesmo, né? Tem mais tempo com o pessoal que a gente trabalha do que com a família, então se torna uma família, né? O alimento, é a única coisa que a gente não conquistou mais foi a marmitex, né? A prefeitura antigamente entregava o marmitex pra gente, entrou a outra gestão e tirou o marmitex. Então na hora do almoço cada uma traz a marmita da sua casa, ou então, a gente faz uma vaquinha e compra um pão, compra um lanche, e é até na hora do lanche, é solidário, cada um dá um pouquinho. Cada um ajunta um pouquinho (E XI, US 26, 27, 28).

Em cooperativa, as catadoras lutam por melhorias e avanços nas atividades que realizam cultivando a esperança por melhorias, como na própria remuneração “Aí a gente já começou a ganhar um dinheirinho, porque na época que eu entrei aqui eu recebia [...] cento e dez real de pagamento, né? E... Aí depois o pagamento foi pra duzentos e dez, que era o aluguel da minha Nora quando meu filho tava preso (E VI, US 18). Atualmente cada cooperada recebe a média de um salário mínimo e junto a isto, outros benefícios: “Hoje em dia já tem, engravidou, tem a licença maternidade, ficou doente o INSS paga, porque a gente paga pra eles, então, já deu uma caminhada, uma bela caminhada já deu, nós vai chega lá dia um dia, nós chega, né?” (PAULINA, V-13).

Nesta outra passagem de entrevista, a catadora Raissa descreve os avanços conseguidos pela cooperativa, como sendo vitórias coletivas gerando com isto, o reconhecimento das tarefas diárias por todas as participantes da coleta seletiva solidária:

“(…) agora a gente também conquistou uma máquina de isopor, a gente tem como tritura o isopor que a gente pega, ah... temos tido conquistas, né? Conquistou bastante (E XI, US 23).

Catadoras, ao conviverem, partilham de enfrentamentos e esperanças, fortalecendo umas às outras nas dificuldades que o viver as impõe através dos cuidados umas com as outras, como diz a participante Raquel em uma passagem de entrevista, relatando que pede auxílio às companheiras quando não consegue fechar as contas do mês até mesmo:

Por isso que às vez eu peço dinheiro emprestado pra Samantha Guerra, quando não, tô pedindo pra Laila, às vezes falta as coisas na minha casa, que a Rosinha mesmo sabe, né? mas assim eu vô indo fio, com a graça de Deus né. É uma vida sofrida, fazê o que? A gente chega lá (RAQUEL, VI-11).

Através do trabalho cooperativo realizado, muitas famílias são empregadas, ação que aos olhos de Raissa é expressão também de uma das marcas de solidariedade realizada entre o próprio grupo: “Coleta seletiva solidária, é solidária por quê? Porque emprega hoje, tá empregano mais de 180 famílias, né? num tá desempregada mais de 180 família. É solidária porque... a gente ajuda um ao outro, né?” (RAISSA, XI-15).

Pelo compromisso com o trabalho das participantes, a cooperativa pôde empreender melhorias nas suas ações e organização do trabalho, gerando através dos vínculos entre as participantes, melhores oportunidades de trabalho e emprego.

É significativo, é uma conquista que a gente teve, da gente se reorganiza, né? Porque a gente fazia a coleta assim, num era ‘porta a porta’, qualquer lugar que tinha material a gente pegava, agora não, agora a gente tem a mapeação dos bairros, a gente tem o dia certo pra passa em cada bairro, então eu acho que a gente progrediu bastante. Tem uma relação de amizade, cria até uma relação familiar, porque... com o pessoal que você trabalha que você convive mais o dia a dia, né? (RAISSA, XI-19)

Considerações

Os processos educativos de catadoras relativos à prática da catação porta a porta, são elaborados no interagir do grupo, ao trocarem experiências umas com as outras, ajudam e são ajudadas; se atualizam frente às adversidades criando alternativas para melhor realizarem as tarefas como profissionais da reciclagem, esperando por melhores tempos. Neste envolvimento sugerem mudanças, refletem e interagem, almejando melhorias no cenário de atuação para reconhecimento dos trabalhos que empreendem. Através das interações que vivenciam como grupo ao coletar os recicláveis atuam de modo crítico, procurando compreender o que envolve toda a prática de coleta

seletiva, questionando sobre os processos globais de catação dos recicláveis apesar de muitas vezes estarem restritas à catação porta a porta de residências.

Ao se saber em grupo e dialogar sobre a vida, são geradas práticas que legitimam a participação nos processos educativos internos ao coletivo. Em convívio durante a prática da coleta solidária, catadoras se representam à sociedade, sendo participantes de um grupo em movimento pelas ruas e avenidas da cidade que propaga a separação dos recicláveis. Nesta dimensão de compartilhamento, são estabelecidas noções de valoração sobre a vida que em seu desenvolvimento, geram o sentido de aprimoramento pessoal e coletivo frente aos enfrentamentos diários do grupo.

Referências

BRANDÃO, Carlos R. A educação como cultura. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

CHECCHI, C. M. S. Mulheres catadoras fotografando o mundo vida, revelando processos educativos. 2018. 344 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

GARNICA, Antônio V. M. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. Interface: comunicação, saúde, educação, v. 1, n. 1, p. 109-122, 1997.

GONÇALVES JUNIOR, Luiz; SILVA, Petronilha B. G. S.; CARMO, Clayton da S.; AYALA-ZULUAGA, José E. Aprender a investigar: la postura y el método soportado por la fenomenología. In: TORO-ARÉVALO, Sergio A.; VEGA-RAMÍREZ, Javier. (org.). Manifestaciones de la motricidad humana: brotes desde el sur. Valdivia (Chile): Ediciones UACH, 2021. p. 59-80.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria A. V. A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos. São Paulo: Moraes, 1989.

OLIVEIRA Maria W. *et al.* Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: OLIVEIRA, Maria W.; SOUSA, Fabiana R. (org.). Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 29-46.

CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS DE CATADORAS(ES) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL: ANÁLISE À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

857

Carolina Valente Santos, Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da
Universidade Estadual do Norte Fluminense (ITEP/UENF)
vsantos.carol@gmail.com

Resumo

Os catadores(as) de materiais recicláveis são trabalhadores(as) que atuam como elemento fundamental na manutenção da cadeia produtiva da reciclagem, mas representam seu elo mais frágil, por conta da elevada precariedade característica da atividade que desenvolvem, além de sua histórica condição de invisibilidade social. A partir do final da década de 1990, o processo de organização destes catadores em cooperativas, assim como a criação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, se tornaram elementos fundamentais na luta destes trabalhadores por reconhecimento e melhores condições de vida e trabalho. Do mesmo modo, o movimento de Economia Solidária, que recebeu destaque no país a partir do final da década de 1990, também exerceu protagonismo no apoio à organização de catadores e formação de suas cooperativas como empreendimentos solidários. Este processo esteve associado à elaboração e sanção de leis e políticas públicas, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em 2010, que trazem instrumentos favoráveis ao reconhecimento e incorporação formal dos catadores nesta cadeia produtiva, como a possibilidade de contratação destas cooperativas como prestadoras de serviços pelo poder público municipal. Neste contexto, a presente pesquisa tem como objetivo explorar analiticamente as condições favorecedoras e dificuldades no papel que vem sendo desempenhado por contratos entre cooperativas de catadores e poder público municipal, a três cooperativas, como ferramenta para efetivamente representar um avanço neste processo de inclusão formal destes trabalhadores. O método para realização da pesquisa foi o estudo exploratório, e o objeto empírico focalizado no estudo foram três cooperativas do interior do estado de São Paulo, que mantiveram contratos de prestação de serviços com o poder público municipal no período de realização da pesquisa, entre 2016 e 2017. Concluiu-se que os processos de contratação de cooperativas de catadores pelo poder público municipal ainda estão associados a diversas limitações quando se considera seu potencial de atribuir melhores condições de trabalho aos catadores, o que, por sua vez, se relaciona à manutenção de atores políticos favoráveis nas respectivas prefeituras municipais, à elevada complexidade nos processos de implementação de políticas públicas, e ao modelo de federalismo altamente descentralizado do Brasil, que complexifica o processo de implementação de políticas e planos federais a nível dos municípios.

Palavras-chave: Catadores de materiais recicláveis, Cooperativas, Políticas públicas, Contratação, Cadeia produtiva da reciclagem.

Abstract

The present extended abstract presents a portion of the educational processes derived from door-to-door collection of recyclable materials carried out by women participants of the Acácia cooperative in the municipality of Araraquara. The investigation, which took place in 2018, is part of the dissertation titled "Women waste pickers photographing the world-life, revealing educational processes," which was based on individual interviews and group discussions about photographs taken by the waste pickers themselves, based on the following question: What does solidarity-based selective collection mean to you? The methodology used for this qualitative research was based on a phenomenological method with a focus on the situated phenomenon. The data analysis revealed different educational processes that permeate the collection practice carried out by the eleven participating women cooperatives, which encompass the meanings cultivated

within the social practice and are present in the lives of different waste pickers. Through their testimonies, the waste pickers revealed the complex networks in which they are embedded and presented transformative perspectives, overcoming obstacles and adversities present in the recycling chain, which mainly affect their activities. In this extended abstract, we will focus on one of the categories found in the research, which unveils the meanings arising from the relationships among waste pickers as they constitute themselves as a collective of workers and organize a daily routine based on the tasks of selective collection. We understand, therefore, that through their actions, waste pickers attain rights and represent themselves to society by promoting the competence to educate themselves for communal life, and that by developing as a community, they exchange knowledge and share experiences acquired in the practice of solidarity-based work. In carrying out their actions, waste pickers thus create a quality of life for themselves and for the group they interact with, envisioning and projecting, on a daily basis, conditions to overcome the stage of goods as possessions in favor of the gifts of exchange and sharing. In this practice, by understanding life through community experiences built in interaction with each other, they vitalize their own well-being through the care generated within the group, where they overcome individual or corporate processes of achievement to see themselves as a community of waste pickers.

Keywords: Selective Collection; Solidarity Economy; Communion; Hope.

Introdução

Em primeiro momento, torna-se fundamental o reconhecimento de catadores como profissionais que, há muito tempo, realizam um serviço socioambiental à sociedade, em condições precárias e insalubres, sem que tenha havido reconhecimento ou remuneração sobre os serviços prestados. Neste cenário, e considerando que atualmente a responsabilidade pela gestão de resíduos sólidos é dos municípios, se torna fundamental o reconhecimento de políticas públicas, em especial da PNRS – lei 12.305/2010 (com destaque, também, para a dispensa de licitação na contratação, introduzida pela Lei de Diretrizes de Saneamento, lei 11.445/2007), como favorecedoras à incorporação formal de organizações de catadores na cadeia produtiva da reciclagem, de modo que uma das possíveis estratégias para tal é sua contratação pelo poder público municipal. A partir das diretrizes destas leis, pode-se considerar que cooperativas de catadores atuantes sem qualquer forma de apoio ou reconhecimento dos respectivos municípios estão prestando um serviço de maneira gratuita, de modo que já há embasamento jurídico no âmbito federal que justifique, sustente e favoreça este reconhecimento, em especial por meio da contratação. Por sua vez, considera-se que a organização dos catadores antecedeu a elaboração destas leis favoráveis a seu trabalho, com destaque para a atuação do MNCR e o apoio do movimento de Economia Solidária no Brasil (que contribuiu em especial com o processo de formação de cooperativas e com o fortalecimento dos princípios de valorização do trabalho).

Método

Para melhor compreender o papel desempenhado na última década pelos contratos enquanto ferramentas potencialmente favoráveis ao fortalecimento de cooperativas, foi realizado estudo exploratório e descritivo, em três cooperativas do estado de São Paulo que mantiveram contratos com o poder público municipal até 2017, para mapear e analisar os seguintes fatores:

- Aspectos presentes nos contratos de prestação de serviços entre cooperativas e poder público municipal dos respectivos municípios;
- Elementos necessários à elaboração, estabelecimento e manutenção de contratos entre cooperativas e poder público municipal;
- Exigências presentes em cada contrato, com foco nas responsabilidades de contratante (poder público municipal) e contratada (cooperativa), em cada município;
- Caracterização da relação entre cooperativas e poder público municipal, em especial nos municípios em que houve troca de gestão municipal entre os anos 2016 e 2017;
- Atores responsáveis pelos assuntos abordados pelos contratos.

Resultados

Os resultados apontam, de maneira geral, que o conteúdo dos contratos difere bastante entre os casos estudados, assim como ao processo para efetivação da contratação das cooperativas (em dois casos se deu por iniciativa da prefeitura, enquanto em um deles houve mobilização popular e intervenção do Ministério Público do Estado de São Paulo). O valor dos contratos também difere bastante, assim como os serviços prestados (uma das cooperativas que integrou o estudo não foi contratada para o serviço de coleta de resíduos, apenas de triagem e comercialização).

Além disso, um fator fundamental mapeado foi a importância de manutenção de atores políticos favoráveis na estrutura do poder público municipal, com maiores grau de esclarecimento e compreensão em relação ao trabalho desenvolvido pelas cooperativas enquanto prestadoras de serviço; foi verificado que os municípios que mantinham estes atores políticos favoráveis respondiam com maior agilidade às suas obrigações contratuais, e, conseqüentemente, se configurava um programa de coleta seletiva mais bem estruturado, envolvendo a cooperativa. Por outro lado, em municípios em que a prefeitura municipal não disponha de atores próximos das cooperativas e que mal compreendiam o trabalho desenvolvido por estas (sem ter indicado uma pessoa referência

para tratar das questões referentes à cooperativa, enquanto prestadora de serviços), era também perceptível a burocratização dos processos e o não atendimento das obrigações contratuais, afetando inclusive as atividades da cooperativa (por exemplo, quando a prefeitura municipal não atende uma obrigação contratual de disponibilização de caminhão à cooperativa para coleta, a cooperativa se vê impossibilitada de realizar o seu trabalho de coleta, triagem e comercialização, e também de atender a outras exigências contratuais que dependem desta condição).

Do mesmo modo, foram mapeadas consideráveis instabilidades, nos casos estudados, em momentos de troca de gestão municipal, quando ocorre com frequência a reavaliação das prioridades do grupo responsável pelos municípios. Nestes momentos, foi verificado que é aumentada a chance de ocorrer falhas nas responsabilidades contratuais por parte do poder público municipal, inclusive descontinuidades nas contratações.

Conclusões

A partir dos dados coletados e da análise realizada, e ao resgatar os princípios de autogestão e cooperação, fundamentais na atuação no âmbito da economia solidária, pode-se apontar, também, que os contratos analisados não necessariamente representam um avanço no sentido de reforçar tais princípios na atuação destes grupos, e, de fato, não incorporam mecanismos que favorecem avanços nestes princípios. Neste sentido, pode-se dizer que a atuação em condições precárias e insalubres dos(as) catadores(as) é caracterizada pela subordinação social, os quais, ao lutarem por sua inclusão socioproductiva, podem vir a consolidar maiores graus de autonomia – no entanto, a manutenção dos contratos pode ser restritiva em relação à autonomia destes(as) trabalhadores(as), os quais passam a estar “amarrados” a diversas exigências e responsabilidades de natureza contratual (de modo que a outra parte destes contratos – o poder público municipal – com frequência não compreende os princípios de economia solidária e não tem interesse no fortalecimento destes grupos). Desta maneira, também se faz necessária a discussão para que se avance na compreensão em relação a este ponto (de que maneiras os contratos poderiam incorporar elementos para se tornarem favoráveis, também, à atuação segundo princípios alinhados à economia solidária, e de modo a minimizar as restrições impostas a sua autonomia coletiva? Já existem contratos no Brasil que incorporam estes elementos?).

Foi enunciado por Souza (2006) que uma das características das políticas públicas é a distinção entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. Neste âmbito, percebe-se uma lacuna entre teoria e prática (ou entre as etapas de elaboração e de implementação da lei), no que tange a PNRS em seus aspectos favorecedores ao trabalho de catadores; de fato, implementar no âmbito municipal uma política pública elaborada em âmbito federal, cuja proposta inicial seria contemplar uma realidade bastante heterogênea dentre os municípios brasileiros (considerando, ainda, a elevada burocracia associada a processos no setor público), naturalmente traz dificuldades – de acordo com Lindblom (1981), a implementação de políticas públicas ocorre em ambientes políticos complexos, e, de fato, é um processo de elevada complexidade que, portanto, frequentemente esbarra em inúmeras limitações. Outro aspecto associado a estas dificuldades seria o próprio modelo de federalismo adotado no Brasil, bastante descentralizado e que concede elevada autonomia aos municípios, o que interfere no grau de implementação de políticas públicas federais por parte dos municípios e favorece, também, a manutenção de lacunas na formação e capacitação de gestores públicos municipais em relação à implementação de políticas públicas federais nos municípios (ARRETCHE, 2004).

Além disso, a própria dinâmica de incorporação de políticas públicas de países industrializados por países em desenvolvimento (FREY, 1999) favorece que não sejam contemplados aspectos específicos destes últimos em suas políticas, em especial suas especificidades sociais – de modo geral, não faz muito sentido dissertar sobre “coleta seletiva com inclusão social” em grande parte dos países industrializados, o que fragiliza a elaboração e implementação de políticas com este caráter nos países em desenvolvimento.

Considerando tal problemática de maneira íntegra, pode ser levantado o seguinte questionamento: será que os benefícios trazidos por políticas públicas aos(as) catadores(as) a partir das contratações de cooperativas pelo poder público municipal garantem a suas cooperativas uma estabilidade de longo prazo que lhes permita boas condições de trabalho, ou será que estas cooperativas deveriam construir outras estratégias em paralelo (como participação em editais públicos ou privados) para seu fortalecimento (por meio da aquisição de caminhões, barracões, capacitações etc), de modo a depender o mínimo possível do apoio do setor público municipal? A partir dos resultados do presente trabalho, pode-se afirmar que a justificativa para a contratação de

cooperativas de catadores reside no reconhecimento e valorização do serviço prestado por estes grupos aos municípios (atuais responsáveis por estas atividades), e, portanto, deveria sempre ser efetivada. No entanto, todos os elementos característicos de um contexto de elevada complexidade que ainda dificultam a manutenção da gestão destes contratos sugerem às cooperativas que estas não deveriam se agarrar ao aparente apoio do poder público municipal como única estratégia para seu fortalecimento, e, sim, lhes poderia ser favorável buscar também por outras possibilidades além da contratação. Reforça-se que é fundamental que sigam, de qualquer maneira, na busca pelo estabelecimento de condições mais favoráveis para as contratações a nível municipal, uma vez que é seu direito. Nesse sentido, de acordo com Wirth (2016), para que a PNRS se torne efetiva (inclusive no aspecto de favorecer contratações de cooperativas de catadores) é preciso que haja ações a nível municipal, o que exige que as cooperativas e suas redes de apoio (as quais devem ser construídas e continuamente fortalecidas) possuam papel ativo no processo de implementação dessa política pública nos municípios, através de sua inserção em redes locais e ocupação de instâncias de participação dessa política pública.

Referências

ARRETCHE, M. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo em perspectiva, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

BRASIL. Lei Federal nº 12.375/2010. Brasília, 2010.

FREY, K. Análise de políticas públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira. Cadernos de Pesquisa, Florianópolis, UFSC, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, n. 18, p. 1-36, 1999.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável - Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

LINDBLOM, C. E. O processo de decisão política. Ed. Univ. Brasília, 1981.

SOUZA, C. et al. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

WIRTH, I. G. Movimento de Catadores e a Política Nacional de Resíduos Sólidos: a experiência do Rio Grande do Sul. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2016.

EMPREENHIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO COMO FONTE DE TRABALHO E RENDA: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE SÃO LOURENÇO DO SUL/RS

863

Melissa Duarte Orestes Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária – INEESOL-FURG/SLS
melissaorestes@gmail.com

Marcia Borges Umpierre, Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária – INEESOL-FURG/SLS
marciaumpierre@gmail.com

Liandra Peres Caldasso, Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária – INEESOL-FURG/SLS
liandra.caldasso@gmail.com

Resumo

No âmbito dos Empreendimentos Econômicos Solidários - EESs as características fundamentais são: a livre associação, democracia, cooperação, solidariedade e a distribuição coletiva dos meios e dos frutos do trabalho, tendo como foco o ser humano e a manutenção do empreendimento unido, confrontando a lógica da apropriação dos meios de produção e da competição capitalista, que tem como fim essencial o lucro. Os EESs surgem como um modelo alternativo de organização produtiva contrário àqueles empreendimentos tradicionais, mesmo que convivendo em condição subordinada a ele. Os EESs referem-se a um meio democrático de produção capaz de aliar práticas de autogestão, cooperativismo, associativismo e economia solidária em prol do bem comum para todos(as) os(as) trabalhadores(as) envolvidos no processo. Porém, deve-se levar em conta que o processo de organização de empreendimentos com o viés da economia solidária é mais complexo do que em uma organização tradicional, pois são muitas as variáveis que influenciam no seu desempenho. Desse modo, não se deve analisar apenas como está a situação do empreendimento, mas considerar como está a situação dos trabalhadores(as), que em grande parte é constituída por pessoas com baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional. Sendo assim, esse artigo pretende conhecer a dinâmica de funcionamento de um destes empreendimentos solidários que se baseia no regime de economia solidária - a Associação de Catadores(as) de Materiais Recicláveis de São Lourenço do Sul/RS - ASSER. A pesquisa contou com a participação de 13 catadores(as), que atuam na associação. O trabalho está fundamentado em uma abordagem qualitativa a partir do estudo de caso selecionado. As etapas da pesquisa foram a observação participante, a análise documental, aplicação de entrevistas semiestruturadas, culminando com a análise dos dados. Constatou-se que o trabalho realizado pelos(as) catadores(as) de materiais recicláveis ainda conta com desafios a serem superados, principalmente no que diz respeito à valorização junto à comercialização, a comunidade e ao poder público. Por fim, conclui-se que os catadores(as) de materiais recicláveis associados(as) da ASSER são um grande e verdadeiro exemplo das contradições da sociedade capitalista. Entre a lucratividade tão almejada pelas empresas capitalistas, no outro lado da moeda da exploração do trabalho, na busca de uma sociedade mais humanizada, igualitária e solidária, estão os milhares de trabalhadores(as) que vivem sob um regime de precariedade.

Palavras-chave: Empreendimentos Econômicos Solidários; Empreendimentos de Reciclagem; Geração de Trabalho e Renda.

Introdução

No Brasil existem aproximadamente 388 mil catadores(as) em todo o território brasileiro, no entanto o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis MNCR - 2019 estima que no Brasil conta aproximadamente com 800 mil catadores(as), muitos desses sujeitos atuam de modo autônomo, nas ruas, lixões, aterros sanitário, e também conta com aqueles catadores (as) organizados, em empreendimento coletivo (cooperativas ou associações), que exercem a função dentro de galpões de triagem (ZANIN; GUITIERREZ, 2011). A crise do trabalho assalariado, o surgimento da indústria da reciclagem, o aumento no número de catadores(as), o fortalecimento dos debates sobre meio ambiente e gestão do lixo, e a manifestação da proposta da economia solidária e da autogestão, foram fatores responsáveis pela criação das condições necessárias para o surgimento das organizações coletivas dos catadores(as) (BOSI, 2008).

De acordo com II Mapeamento da Economia Solidária realizado em 2013 foram encontrados 591 empreendimentos para a atividade de reciclagem de resíduos sólidos, dados preliminares apontados pelo IPEA em 2016, indicava que no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2014, havia 159 cooperativas ou associações com 3.501 cooperados ou associados, dados obtidos pelo Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul – PERS/RS (2014). A grande maioria dos empreendimentos se organizam como associações ou cooperativas, considerado como principal estratégias de organização econômica desses trabalhadores(as) em todo o território nacional.

Por se encontrarem organizados, estas iniciativas somam forças para consolidar relações de mercado diferenciadas, promovendo uma melhoria na comercialização do material reciclável para os aparista/sucateiros/atravesadores, e em determinados casos, quando há grande volume e qualidade de materiais conseguem comercializar diretamente para as indústrias, na qual possibilita um valor melhor no preço dos materiais (SILVA, 2017).

Por esses empreendimentos se encontrarem articulado coletivamente visam superar as diversas dificuldades, principalmente, as estruturais em muitos casos impossibilitam resultados melhores (condições de trabalho e renda), fatores como disponibilidade de equipamentos (galpão, prensa, esteira, balança, caminhão), mão-de-obra, volume de material processado (SILVA, 2017).

Os empreendimentos que atuam no ramo da reciclagem permitem o trabalho associativo, proporcionando aos cooperados ou associados uma forma de deixar de realizar um trabalho informal, gerando um processo de aprendizagem, inserção

comunitária e renda mínima para os trabalhadores, uma vez que o material coletado pode ser vendido em maior número, com melhor qualidade, alcançado assim valores melhores e mais altos, inclusive com a possibilidade de venda direta às empresas, sem passar pelos intermediários, levando ao rompimento com a forma individualizada de trabalho nas ruas ou em depósitos de lixo (PINHEL, 2013).

Com isso, o objetivo do presente estudo é apresentar o processo de organização de um empreendimento solidário como fonte de trabalho e renda em uma Associação de Catadores(as) de Materiais Recicláveis de São Lourenço do Sul/RS.

Aspectos metodológicos

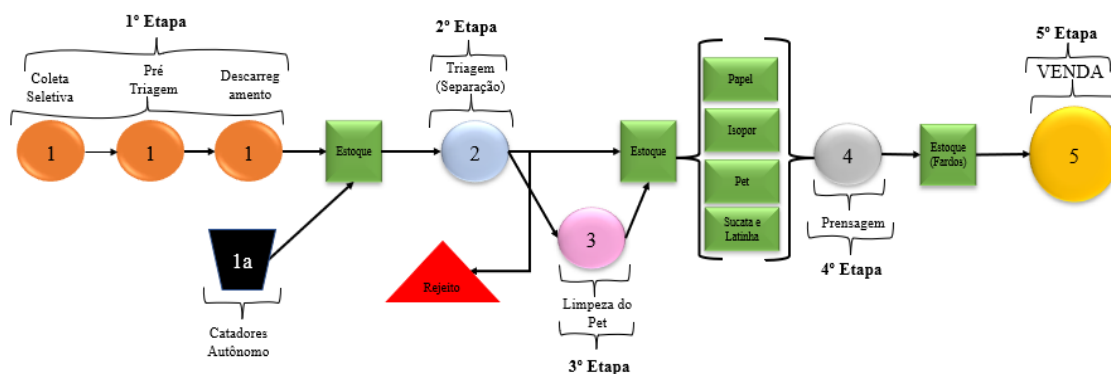
Para esse estudo utilizou-se o método dedutivo, por meio de uma pesquisa descritiva e de caráter qualitativo. Realizou-se um estudo de caso, pela qual foram coletados dados por meio de documentos da associação, bem como a análise. A pesquisa trata de um recorte de um empreendimento incubado na Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (INEESOL). Além de ser um resultado da dissertação que está sendo desenvolvida na Universidade Federal Rio Grande; que se encontra em processo de construção, com previsão de término para dezembro de 2022; em virtude disto, os dados já foram coletados e estão em fase de análise.

Resultados

A ideia de se criar um empreendimento de coleta e processamento de materiais recicláveis no município de São Lourenço do Sul/RS, ocorreu em meio ao processo de interação entre os agentes públicos da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul e a comunidade local. Seus primeiros esboços partiram da nova gestão da prefeitura no ano de 2005. A idealização desta proposta foi a partir do conhecimento do “Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento” desenvolvido pelas SENAES, criada em 2003 pelo governo federal, com objetivo de fortalecer os empreendimentos de geração de trabalho e renda, e que incluía as ações o fomento do “Programa de Resíduos Sólidos Urbanos”. A ASSER foi fundada em 19 de agosto de 2005, com homologação do seu estatuto em 28 de novembro de 2005. Com quase 17 anos de existência, conta com 13 associados(as), sendo estas 6 mulheres e 7 homens. Segundo CBO desenvolvem suas atividades como Coletores de Lixo Domiciliar, tem por função receber em sua usina de triagem os resíduos sólidos descartados pela comunidade lourenciana, separar estes

resíduos, agora chamados de materiais recicláveis, conforme sua classificação e posteriormente comercializá-los, dando o destino de reciclagem correto aos mesmos, conforme a Figura 1.

Figura 1 - Processo Produtivo da ASSER



Fonte: Elaborada pela autora

O processo inicia-se com a coleta do material em todos os bairros da cidade, cada dia é em um bairro diferente, no mesmo tempo que dois associados(as) estão recolhendo o material da rua, há um associado dentro do caminhão fazendo uma pré-triagem (etapa 1). Após a coleta, o caminhão segue para a associação, lá é realizado o descarregamento do material dentro de *bags*, e já colocado perto do setor da esteira. Com toda essa rotina, os(as) associados(as) não conseguem definir um volume X de produção.

A associação sempre demonstra interesse em comprar o material dos catadores(as) autônomos(as), e sempre com o preço justo que a associação consegue pagar. Após o descarregamento, seja ela pela coleta seletiva ou pelos catadores(as) autônomos(as), a equipe de triagem alimenta a esteira, onde trabalham cerca de 4 associadas (etapa 2). O material triado é colocado em grandes sacolas, chamadas de *bags*, formando o estoque, e cada *bags* possui a identificação do tipo do material, nessa etapa um associado fica limpando o pet (etapa 3), separando, por tipo, cor e retirando a tampinha.

Após a triagem, todos o material é armazenado nos *bags* até juntar volume suficiente para formar um fardo e então segue para a prensagem (etapa 4). Apenas nessa etapa os associados conseguem ter um controle de produção, através de uma planilha de quantidade de fardos produzidos. Após prensados, os materiais são estocados na área interna da associação para serem comercializados. Logo depois de todo esse processo, começa a ser planejado a venda do material reciclado essa definição passa por várias etapas como, logística, pagamento, tipos de materiais, data, características dos

compradores, informações sobre preços de venda e comparação dos preços praticados pelos compradores na região metropolitana e do atravessador da região.

Logo se percebe que a comercialização é sempre um elo com pouco benefício para os empreendimentos de catadores(as), uma vez que a quantidade produzida é um dos obstáculos para comercializarem diretamente à indústria recicladora, evitando a intermediação que restringe suas margens de ganho na venda de seu material e impede o acesso a melhores mercados. Veem-se assim na dependência do mercado distribuidor que compram seus materiais, já prensados e enfardam, vendendo-os aos industriais com ampla margem de lucro. A ASSER consegue comercializar para grandes sucateiros, pois são compradores que conseguem comprar apenas um único tipo de material, além de conta com amplo espaço de armazenamento, assim garantindo maior volume de produção para seus compradores, agregando mais valor, e comercializam diretamente para a indústria. Outro fator que interfere diretamente na comercialização, é o valor pago para a associação, visto que são determinados pelo mercado e nunca pela associação, nesse sentido, fica evidente que a relação de mercado gira em torno dos grandes sucateiros e a indústria, pois estes encontram-se em vantagem em relação aos catadores(as), pois estes por necessidades apenas aceitam o valor pago pelos sucateiros.

Com isso, os recursos financeiros da ASSER provêm de duas fontes: a vendas dos materiais recicláveis e o contrato com a prefeitura municipal. No entanto, a comercialização deveria ser apenas para pagamento da remuneração dos(as) associados(as), mas não é isso que ocorre na associação, pois mesmo tento o contrato com a prefeitura municipal, ainda não é suficiente para arcar com todas as despesas da associação. Todavia, a renda média dos(as) associados(as) no ano de 2022 está torno de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00, porém isso não era recorrente em anos anteriores (até 2018), girava em torno de R\$ 300,00 um aumento de 900%.

Considerações finais

Diante de um cenário onde a crise do capitalismo alastra efeitos devastadores sobre a economia e a sociedade como um todo, a economia solidária tem evoluído nas últimas décadas como forma alternativa para o problema do desemprego. Com isso, os empreendimentos de economia solidária é um movimento econômico e social, entre pessoas, em que a cooperação se baseia na participação dos(as) associados(as), nas atividades econômicas com vistas a atingir o bem comum e promover uma reforma social

dentro do capitalismo. O associativismo com o olhar da economia solidária traz novas possibilidades de inclusão social produtiva, por isso esse trabalho buscou apresentar o processo organizativo de uma associação de catadores(as) de materiais recicláveis do município de São Lourenço do Sul/RS, localizado no Sul do Rio Grande do Sul.

A ASSER dispõe de um galpão cedido e espaçoso o suficiente para comportar todo o material reciclável coletado e os equipamentos, como as esteiras, máquinas de prensagem e a balança, além das instalações em geral. Nesse sentido, foi possível apresentar todas as etapas do processo produtivo da associação, dando origem a geração de renda destes associados(as), levando em conta que a comercialização sempre é um elo com pouco benefício para os empreendimentos de catadores(as), além da dos desafios enfrentados, principalmente no que diz respeito à valorização junto à comunidade e ao poder público.

Os sujeitos desta pesquisa nos mostram uma realidade sofrida e repleta de dificuldade, mas, ao mesmo tempo, realçam os princípios da honestidade, dedicação e muito trabalho em prol da reprodução da vida. Enfim, há por meio do exemplo dado pelos(as) catadores(as) da ASSER, a possibilidade de reflexão quanto aos valores sociais e morais criados e estigmatizados pela sociedade capitalista.

Referência

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 101-116, June 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/08.pdf>. Acesso em: 19 mar. de 2021.

IPEA. **Os Novos Dados do Mapeamento da Economia Solidária no Brasil:** Nota metodológica e análise das dimensões socio estruturais dos empreendimentos. Brasília, 2016. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/161026_relatorio_pesquisa_novos_dados_mapeamento_economia_solidaria_brasil.pdf. Acesso em: 27 de dez. de 2020.

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Quantos Catadores existem em atividade no Brasil?** Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>. Acesso em: 01 de dez. de 2021.

PINHEL, Julio Ruffin. **O catador de materiais recicláveis.** In: PINHEL, Julio Ruffin. **Do lixo à Cidadania.** [S. l.]: Peirópolis, 2013.



SILVA, Sandro Pereira. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil:** dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2268).

869

ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Francisconi. **Cooperativas de Catadores:** Reflexões sobre Prática. São Carlos: Claraluz, 2011. E-book. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/5c7a073d32f7f3533a0d886b374b3873.pdf> Acesso em: 14 maio 2021.

GT 7

Iniciativas de economia social e solidária como alternativas ao encarceramento

Iniciativas de economía social y solidaria como alternativas al encierro

Há vários anos no âmbito do Seminário PROCOAS (Processos Associativos) da AUGM começou a tornar-se importante (opção: vem crescendo a importância da) a temática da saúde mental e da economia social e solidária como um dos eixos de trabalho dos eventos académicos anuais. Identifica-se nos diferentes países participantes (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai) a expansão da estratégia de empreendimentos da economia social e solidária como ferramenta para a inclusão socioeconómica das pessoas usuárias de serviços de saúde mental e outras situações de vulnerabilidade, a partir da implementação de reformas psiquiátricas que implicam uma mudança de modelo de cuidados e a criação de dispositivos substitutivos ao manicômio. Do mesmo modo as experiências ou iniciativas da economia social e solidária que integram pessoas que estiveram (ou estão) em privação de liberdade na prisão, bem como pessoas que se encontram numa situação de rua. Interessa-nos convidar a problematizar o alcance destas experiências, suas limitações e potencialidades a partir do trabalho de extensão, investigação e ensino que vem se desenvolvendo nas diferentes universidades.



Coordenação:

Bernardo Parodi Svartman
(USP, Brasil)

Dulcinea Cardozo Carrero
(UdelaR, Uruguai)

Isabela A. de Oliveira Lussi
(UFSCar, Brasil)

Selva Sena
(UNQ, Argentina)

Silvana Melisa Herranz
(UNC, Argentina)

GT 7 - Iniciativas de economia social e solidária como alternativas ao encarceramento	870
<i>Iniciativas de economía social y solidaria como alternativas al encierro</i>	
Economia solidária: uma forma contra-hegemônica de organização do trabalho no campo da saúde mental	872
Lisabelle Manente Mazaro, Isabela Aparecida de Oliveira Lussi	
Os desafios de egressos do sistema prisional na inserção em ambientes laborais e o papel da política pública de economia solidária	894
Rita de Cássia Arruda Fajardo, Larissa Lamoglia Bastos, Hugo Pires Barbosa	
A questão da promoção de saúde mental para mulheres engajadas em projetos de economia solidária: um estudo inicial a partir de entrevista	914
Olivia Kari Nagayama Boarini, Bernardo Parodi Svartman, Thiago Giancoli Berto	
Co-producción de conocimientos con experiencias colectivas de trabajo de personas usuarias de servicios de salud mental y en situación de calle	922
Carla Assandri, Dulcinea Cardozo, Noelia Correa García, Cecilia Etchebehere, Alejandro Guevara, Javier Paolillo	
Hacia un marco conceptual para el abordaje de experiencias colectivas de trabajo autogestionado de personas en situación de calle y usuarios de servicios de salud mental	929
Carla Assandri, Dulcinea Cardozo, Noelia Correa García, Cecilia Etchebehere, Alejandro Guevara, Javier Paolillo	
Potencialidades da produção de cannabis por empreendimentos de economia solidária	938
Rogério de Mambro	
Taller Economía Social Cooperativa de Trabajo Liberté	947
Adrián Giudice, Lucas Chromechek	

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA FORMA CONTRA- HEGEMÔNICA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL

872

Lisabelle Manente Mazaro, Universidade Federal de São Carlos, (UFSCar)
mazarolisabelle@gmail.com

Isabela Aparecida de Oliveira Lussi, Universidade Federal de São Carlos, (UFSCar)
bellussi@ufscar.br

Resumo

A economia solidária tem possibilitado o acesso ao trabalho às pessoas que passam pela experiência do sofrimento psíquico, especialmente por sua racionalidade mais ética, humana, inclusiva e solidária, que contradiz, veementemente, o sistema capitalista. Por sua ideologia, princípios básicos, produção e organização sociocultural, tem revelado seu potencial emancipatório no âmbito da saúde mental. O presente estudo tem como objetivos: compreender os impactos da vivência no trabalho na trajetória de vida de pessoas com sofrimento psíquico que participam de empreendimento econômico solidário; identificar possibilidades de enfrentamento do contexto capitalista a partir de uma proposta solidária; e refletir sobre a inclusão no trabalho à luz do referencial teórico da Ecologia de Saberes. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, que faz uso da história oral de vida. Será apresentada a narrativa de história de vida de um membro trabalhador do Recriart (empreendimento econômico solidário do campo da saúde mental), que foi analisada sob a ótica das sociologias das ausências e das emergências e da ecologia de saberes, referencial teórico-filosófico desenvolvido pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Os resultados apontam para o elevado potencial transformador, emancipatório e de emergência de uma experiência de inclusão social pelo trabalho na perspectiva da economia solidária. Apontam, ainda, que o Recriart tem um papel fundamental na vida do narrador, uma vez que, para além de um espaço de trabalho, significa valorização como ser humano, pertencimento a um grupo, exercício de autonomia, ampliação da autonomia, (re)estruturação da rotina, criação de laços e desenvolvimento da afetividade. Concluímos este estudo demarcando o grande potencial de emergência do trabalho na perspectiva da economia solidária, uma vez que permite às pessoas em sofrimento psíquico a vivência de alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas, somando ao real as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta. Isso se traduz enquanto possibilidade de enfrentamento do contexto capitalista uma vez que, para além da questão econômica, estabelece um espaço para trocas sociais, culturais e políticas, além de valorizar o ser humano e o seu conhecimento.

Palavras-chave: Economia solidária; Saúde mental; Trabalho; Emancipação social.

Abstract

The solidary economy has enabled access to work for people who go through the experience of psychic suffering, especially for its more ethical, humane, inclusive and solidary rationality, which vehemently contradicts the capitalist system. Due to its ideology, basic principles, production and sociocultural organization, it has revealed its emancipatory potential in the field of mental health. The present study aims to: understand the impacts of experience at work on the life trajectory of people with psychological distress who participate in a solidary economic enterprise; identify possibilities to face the capitalist context from a solidary proposal; and to reflect on inclusion at work in the light of the theoretical framework of the Ecology of Knowledge. This is a qualitative approach study, which makes use of oral life history. The narrative of the life story of a working member of Recriart (solidarity economic enterprise in the field of mental health) will be presented, which was analyzed from the perspective of the sociologies of absences and emergencies and the

ecology of knowledge, a theoretical-philosophical framework developed by the portuguese sociologist Boaventura de Sousa Santos. The results point to the high transformative, emancipatory potential and emergence of an experience of social inclusion through work in the perspective of the solidarity economy. They also point out that Recriart has a fundamental role in the narrator's life, since, in addition to a workspace, it means valuing as a human being, belonging to a group, exercising autonomy, expanding autonomy, (re) structuring the routine, creating bonds and developing affectivity. We conclude this study by demarcating the great potential for the emergence of work from the perspective of the solidarity economy, since it allows people in psychological distress to experience alternatives that fit into the horizon of concrete possibilities, adding to the real the possibilities and future expectations that it entails. This translates into a possibility of facing the capitalist context since, in addition to the economic issue, it establishes a space for social, cultural and political exchanges, in addition to valuing human beings and their knowledge.

Key-words: Solidarity economy; Mental health; Work; Social emancipation.

INTRODUÇÃO

A economia solidária, por seu caráter autogestionário, respeita os princípios da solidariedade e valorização humana, colocando o ser humano como sujeito e finalidade das atividades econômicas e, portanto, fomenta espaços de trabalho associado, promovendo aos trabalhadores uma tomada de consciência processual e contínua, levando em conta o contexto e, por consequência, estimula diariamente a emancipação de seus membros (INTECOOP [s.d.]; MOURA; SILVA; CAMPOS; CANDEIAS, 2015).

Por esta ótica, o trabalho quando autogestionário, coletivo, solidário e de responsabilidades compartilhadas se torna produtor de subjetividade. Além disso, a economia solidária e a geração de trabalho e renda cumprem um significativo papel social na afirmação da cidadania dos usuários da saúde mental (AMARANTE; BELLONI, 2014). A afinidade entre os movimentos da Reforma Psiquiátrica e da Economia Solidária, por compartilharem “princípios fundamentais quando fazem a opção ética, política e ideológica por uma sociedade marcada pela solidariedade”, nos levam a compreender tal fenômeno (BRASIL, 2005).

As iniciativas da economia solidária “congregam a luta pela renda com a luta pelos direitos sociais” (MARTINS, 2009, p. 31). Isso significa dizer que tais experiências operam a partir de uma lógica ampliada, não ficando apenas restritas a produção imediata de renda subordinada à lógica do capital. Desta forma, as práticas econômicas solidárias “são orientadas pelo compromisso com a sociedade e com a emancipação dos trabalhadores” (MARTINS, 2009, p. 31-32).

Tais características destacam o caráter contra-hegemônico da economia solidária, tornando-a uma possibilidade concreta de inclusão social pelo trabalho às

peças em sofrimento psíquico. Tal proposta opõe-se fortemente à “subjetividade massificada pelos ditames hegemônicos do capitalismo global” (VERONESE, 2009, p. 154) que, englobam também outras dimensões individuais e coletivas que extrapolam os aspectos econômicos. O trabalho, na perspectiva capitalista é reconhecido pela competitividade, busca desenfreada pelo lucro, além da distinção da sociedade em classes, desigualdades, hierarquização, acúmulo do capital e geração de riquezas (INTECOOP, [s.d.]; MOURA; SILVA; CAMPOS; CANDEIAS, 2015).

Vivemos em um período da história dominado pela ideia de que não existe alternativa ao capitalismo neoliberal (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005), no entanto, o que existe é um novo imaginário anticapitalista “que não contrapõe apenas ao capitalismo, mas também à proposta de nacionalização da economia como realmente alternativa ao capitalismo” (QUIJANO, 2005, p. 481). Porém, a formulação de alternativas econômicas que sejam ao mesmo tempo, viáveis e emancipatórias, concebem propostas de uma globalização contra-hegemônica.

A luta pelo extermínio ou redução drástica da exploração fez com que práticas e teorias críticas ao capitalismo mantivessem a promessa moderna de emancipação social. Tratam-se de alternativas cuja viabilidade depende fortemente da sua capacidade de sobrevivência ao domínio do capitalismo (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005).

Estudos apontam que o trabalho, na perspectiva da economia solidária, tem se mostrado um importante dispositivo de afirmação de cidadania, inclusão e emancipação social das pessoas em sofrimento psíquico (ALVES, 2016; AMARANTE; BELLONI, 2014; BALLAN; ARANHA, 2016; BASSO; LEMES; SILVEIRA, 2010; LUSSI; MORATO, 2012; LUSSI, 2009; MAZARO, 2017; MILIONI, 2009; MORATO, 2014; MOTA, 2007). Especificamente no cenário brasileiro, é possível observar que a (re)inserção de pessoas em sofrimento psíquico no trabalho tem se dado de forma expressiva por meio da economia solidária (LUSSI; PEREIRA, 2011).

Assim, o presente estudo nasce do desejo de melhor compreender o fenômeno da inclusão social pelo trabalho no âmbito da saúde mental na perspectiva da economia solidária, além da necessidade de produção de conhecimento que envolva as próprias pessoas em sofrimento psíquico. Para tanto, entendemos que a história oral de vida, como processo de produção de dados, estaria em plena harmonia com tal proposta, a partir do momento em que confere ao sujeito o protagonismo de sua história, além da participação em todo o processo de construção da narrativa de modo horizontalizado, compartilhado e

corresponsabilizado – condizente com os pressupostos da economia solidária, da reabilitação psicossocial e da ecologia de saberes, e permite às pesquisadoras o registro de tais experiências vividas. Interessava-nos apreender tal narrativa e compreendê-la à luz do referencial teórico elaborado por Boaventura de Sousa Santos, especialmente no que diz respeito à sociologia das ausências, sociologia das emergências e ecologia de saberes.

Desta forma, o presente estudo teve como objetivos:

1. Compreender os impactos da vivência no trabalho na trajetória de vida de pessoas com sofrimento psíquico que participam de empreendimento econômico solidário;
2. Identificar possibilidades de enfrentamento do contexto capitalista a partir de uma proposta solidária; e
3. Refletir sobre a inclusão no trabalho à luz do referencial teórico da ecologia de saberes.

MARCO TEÓRICO

O estudo tem suas reflexões ancoradas no referencial teórico-filosófico desenvolvido pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, especialmente sob a ótica da sociologia das ausências, da sociologia das emergências e da ecologia de saberes, sobre as quais apresentamos uma breve contextualização.

Para Santos (2010a), o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal e se destaca pela capacidade de produzir e radicalizar distinções. O conceito de linha abissal refere-se, então, à divisão do mundo em linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos díspares: os visíveis (“deste lado da linha”, caracterizado por um mundo humano, de zonas civilizadas onde se encontra os que são úteis e inteligíveis; o Norte global) e os invisíveis (“do outro lado da linha”, marcado por um mundo sub-humano, de zonas selvagens, no qual se encontram os inúteis e perigosos; o Sul global).

A discrepância é tamanha que o “outro lado da linha” torna-se inexistente e, a inexistência, neste contexto, é entendida como “não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível” (SANTOS, 2010a, p. 32). Tudo o que é inexistente é excluído radicalmente porque se encontra fora do campo da realidade relevante e, portanto, marcada por experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis. Assim, quaisquer realidades que se encontrem do “outro lado da linha” são eliminadas definitivamente.

Nesse contexto, são inúmeros os grupos de pessoas à mercê da negação da humanidade. Entre eles Santos (2010a) destaca alguns, tais como os que sofrem com discriminações sexuais e raciais, presidiários, aqueles submetidos às novas formas de escravidão, trabalho infantil e exploração da prostituição, entre outros. Nunes e Siqueira-Silva (2016), fundamentados nos escritos de Boaventura de Sousa Santos, acrescentam à essa lista as pessoas em sofrimento psíquico, pessoas estigmatizadas pela alienação, insanidade, anormalidade e desajustamento à ordem social. Os “loucos” e “loucas” são exemplos de formas de negação da humanidade, da violência, de constrangimentos e da exclusão.

Para Santos (2007; 2010b), existem cinco lógicas de produção da não-existência em nossa racionalidade ocidental, conforme se observa na figura abaixo:

Figura 1: Cinco lógicas de produção da não-existência.



Fonte: SANTOS, 2007; 2010b.

Assim, as cinco principais formas sociais de não-existência produzidas ou legitimadas são: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo. Trata-se, então, de formas sociais de não-existência porque as realidades vivenciadas são apenas obstáculos às realidades ditas importantes, sejam elas científicas, avançadas, superiores, globais ou produtivas. São partes desqualificadas de totalidades homogêneas que, como tal, confirmam o que existe e como existe. O que significa dizer que são formas irreversivelmente desqualificadas de existir (SANTOS, 2010b).

A sociologia das ausências tem como finalidade fazer com que as experiências produzidas como ausentes sejam desprendidas dessas relações de produção e, assim, se tornem presentes. “Tornar-se presentes significa serem consideradas alternativas às

experiências hegemônicas, a sua credibilidade poder ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemônicas poderem ser objeto de disputa política” (SANTOS, 2010b, p. 104-105).

A sociologia das ausências não pretende extinguir as cinco categorias (ignorante, residual, inferior, local ou improdutivo); sua intenção é que elas deixem de ser atribuídas em função de um único critério que não permite questionamentos por outro critério alternativo. Tal monopólio é resultado de uma imposição de quem tem poder para fazê-lo, e não fruto de uma ponderação sensata (SANTOS, 2010b).

Se o objetivo é inverter essa situação, é necessário que se transforme o que está ausente em presente e que as experiências consideradas invisíveis e sem credibilidade estejam disponíveis. A sociologia das ausências substitui as monoculturas pelas ecologias, com as quais é possível inverter essa situação e criar possibilidades para que tais experiências se tornem presentes (SANTOS, 2007). Ecologia aqui entendida como a “prática de agregação da diversidade pela promoção de interações sustentáveis entre entidades parciais e heterogêneas” (SANTOS, 2010b, p. 105). Para tanto, o autor reconhece cinco ecologias, conforme figura abaixo:

Figura 2: Cinco ecologias que se contrapõem às cinco lógicas de produção da não-existência.



Fonte: SANTOS, 2010b.

A ecologia de saberes pode ser definida como “um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônicas e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer” (SANTOS, 2010c, p. 154). Trata-se de uma ecologia de práticas de saberes, não ficando restrita aos saberes científicos.

Por um lado, explora práticas científicas alternativas que têm ganhado visibilidade por meio de epistemologias pluralistas e, por outro lado, promove a interdependência entre saberes científicos produzidos pela modernidade ocidental e outros saberes não-científicos (SANTOS, 2010b). “A ecologia de saberes procura dar consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo” (SANTOS, 2010a, p. 56).

Assim, a ecologia de saberes propõe a criação de uma nova forma de relacionamento entre conhecimento científico e outras formas de conhecimento, concedendo igualdade de oportunidades às diferentes formas de saber envolvidas nas disputas epistemológicas aspirando a otimização de suas respectivas contribuições para a construção de um outro mundo possível, isto é, de uma sociedade mais democrática, mais justa e mais equilibrada com a natureza (SANTOS, 2010b).

O objetivo da sociologia das ausências, em cada um destes cinco domínios, é apresentar a pluralidade de práticas sociais e dar crédito a essa diversidade em contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas. O que há de comum em todas as ecologias propostas por Santos é o pensamento de que a realidade não deve ser reduzida ao que existe, propondo uma visão mais ampliada de realismo, que inclui realidades ausentes que foram silenciadas, suprimidas e marginalizadas. Tratam-se de realidades que são ativamente produzidas como não existentes (SANTOS, 2010b).

A grande questão é que as sociologias das ausências e das emergências produzem uma vasta quantidade de realidades que não estavam visíveis e que trazem à tona o confronto com uma realidade muito mais rica, ainda mais fragmentada e mais caótica. Porém, um outro mundo é possível, um mundo repleto de alternativas e possibilidades (SANTOS, 2007). A sociologia das emergências é a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas, somando ao real as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta.

As duas sociologias, das ausências e das emergências, estão intimamente relacionadas, posto que quanto mais experiências estiverem disponíveis hoje no mundo, maiores serão as possibilidades no futuro.

METODOLOGIA

O conteúdo deste trabalho é parte da tese de doutorado da primeira autora, sob orientação da segunda autora (MAZARO, 2021). Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa (MINAYO, 2014), que faz uso da história oral de vida (MEIHY, 2002).

A natureza qualitativa “trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247), o que permite explorar mais profundamente a complexidade dos fenômenos, situações e condições singulares e específicas de grupos minoritários, porém, passíveis de serem contemplados de forma abrangente. A abordagem qualitativa possibilita maior apreensão e aprofundamento dos fenômenos sociais estudados (MINAYO, 2014) e, portanto, torna-se a mais adequada para pesquisas de temáticas como a deste estudo.

A história oral é utilizada prioritariamente para dar visibilidade aos depoimentos de grupos sociais minoritários, excluídos, oprimidos e marginalizados e propõe, em suas narrativas, uma “outra história” ou “contra-história”, ou ainda uma “história vista de baixo” (MEIHY, 2002, p. 98). A opção pela história oral se dá por sua ligação com o direito de participação social e, conseqüentemente, com o direito de cidadania. “A história oral respeita as diferenças e facilita a compreensão das identidades e dos processos de suas construções narrativas” (MEIHY, 2002, p. 21).

O campo do estudo foi composto pelo Recriart – Reciclando e Fazendo Arte, um empreendimento econômico solidário constituído por pessoas em sofrimento psíquico, usuários da Rede de Saúde Mental, localizado no município de São Carlos/SP e será apresentada a narrativa de história de vida de um de seus membros trabalhadores.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, tendo sido aprovado sob o parecer número 3.259.508, seguindo as especificações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

A análise da narrativa se dará sob a ótica das sociologias das ausências e das emergências e da ecologia de saberes.

RESULTADOS

Apresentamos partes da narrativa de um trabalhador do Recriart, focando especificamente nos objetivos do presente estudo. Lembrando que a narrativa na íntegra

encontra-se disponível na tese de Mazaro (2021). Vale ressaltar que o narrador teve assegurado o direito ao sigilo, previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, portanto, os nomes são fictícios, tratando-se de nomes de flores. O narrador será chamado de Gerânio e a profissional que acompanha o grupo, citada na narrativa, será chamada de Margarida.

Das Minhas Experiências, Escolho o Recriart

Me chamo Gerânio, tenho 41 anos, sou solteiro, não tenho filhos, a minha escolaridade é ensino médio completo e também fiz curso técnico em eletrônica. Atualmente moro com minha mãe e um irmão.

Tive algumas experiências de trabalho anteriores ao Recriart como, por exemplo, em uma oficina de um amigo do meu pai, na qual eu trabalhava como ajudante no manuseio de motosserra. Depois eu trabalhei com meu pai de calafetar massa, tentei trabalhar em um mercado de outro amigo do meu pai, mas não deu certo. Aí eu fui fazer estágio de eletrônica, mas o rapaz me mandou embora alegando que eu repetia muito as coisas e, mais uma vez, não deu certo. Tentei trabalhar em uma fabriquinha de aparelho dentário, que também não deu certo. Trabalhei entregando panfletos na época da campanha política, mas por pouco tempo. Aí meu pai abriu uma vidraçaria e eu trabalhei com ele, de ajudante, por um ano, até que ele faleceu. Foi então, depois disso, que comecei a frequentar o CAPS diariamente até entrar no Recriart.

Eu comecei a frequentar o CAPS em outubro de 2002, a partir de um encaminhamento do posto de saúde onde eu já era atendido e acompanhado. Até o ano de 2004 as minhas idas ao CAPS eram apenas para consulta médica, porém nesse ano meu pai faleceu e eu comecei a frequentar o CAPS diariamente. Foi assim até agosto de 2006, quando surgiu o Recriart, que eu comecei frequentar desde o início. Eu peguei amizade com a Margarida, fui me enturmando com o pessoal e fui ficando, tanto que estou lá até hoje. Do CAPS eu tive alta há 2 anos.

No começo eu confesso que não queria ir para o Recriart, porque eu era muito preguiçoso, mas me convenceram que seria bom pra mim. Fui para experimentar e comecei a participar.

Nessa época, eu ajudava a fazer o papel, riscava e ajudava a fazer as coisas, além de participar das feiras e fui gostando, fui participando, fui ajudando e fui ficando. Logo no início tinha as enfermeiras que iam com a gente no Recriart, mas eu não gostava

muito delas. Tinha as estagiárias também, que nos ajudavam e nos orientavam, mas eu sempre fiquei mais na minha e gosto mais da Margarida, porque ela vai orientando a gente.

Entrar no Recriart fez muito bem pra mim, para eu me sentir valorizado. Eu não me valorizava como pessoa, porque eu lembro que eu tentei trabalhar em alguns locais e fui mandado embora por causa de repetir as coisas. Com isso fui amadurecendo e estou me valorizando como pessoa e o Recriart está me ajudando nisso, além de desenvolver a mente.

No início, eu também participava das vendas na feira da Praça XV e, mesmo me atrapalhando um pouco com o troco, eu ajudava na comercialização, auxiliava também a carregar as coisas, montar e desmontar a barraca. Em relação à minha dificuldade com o troco, fiz por um tempo a etnomatemática, aprendi bastante e tirei muitas dúvidas porque eu não lembro muita coisa. O bom é que a Margarida está sempre por perto e nos ajuda quando precisa.

Quando o Recriart montou um xerox lá dentro da UFSCar, eu também participava, mas sempre com alguém junto, porque eu tinha dificuldade de aprender as coisas, tinha medo de fazer coisa errada, além de esquecer as coisas com facilidade. Então, sempre que tinha alguma estagiária ou a própria Margarida por perto eu ficava de plantão no xerox nessa época.

Durante esse tempo, o Recriart também me deu novas oportunidades. Eu fiz um curso de informática e aprendi a mexer um pouco no computador. Fiz cursos de economia solidária que estão me ajudando a fazer bastante coisa. Também conheci pessoas novas, de outras áreas, inclusive pessoas envolvidas com a política do município. Eu namorei uma pessoa lá do Recriart, mas que acabou não dando certo porque a gente pensa de maneiras diferentes.

Sobre o relacionamento com as pessoas no local de trabalho, eu percebo que as relações são bem diferentes quando se trata da economia capitalista e da economia solidária. Na economia capitalista tinha sempre um que queria ser melhor que o outro, que falava que eu era lento e trabalhava devagar. Quando eu fiz o teste na fabriquinha, o próprio dono ficava em cima de mim, e, por me sentir pressionado, acabei errando. Por fim, ele me dispensou alegando que eu não estava me ambientando. Mas também, em um determinado dia de trabalho, jogaram água em mim enquanto eu usava o banheiro, aí eu briguei e por isso eu não estava me ambientando. Depois, quando tentei fazer estágio de

eletrônica, o rapaz me mandou embora porque ele havia mandado eu ir ao banco e sair com uma quantia grande de dinheiro e eu fiquei com medo. Ele me dispensou dizendo que eu ficava muito avoado, distraído e que não estava nem aí com nada. No começo eu sofri, mas depois passou.

No mercado formal eu fui várias vezes mandado embora. Eu não consegui permanecer em nenhum trabalho por causa do meu problema. Tem também algumas questões como ter que cumprir horário, seguir muitas regras e dar satisfação para o patrão, ou dono da fábrica. Já na economia solidária não tem patrão. Trabalhar na economia solidária é bem diferente. A Margarida apoia o projeto, mas quem decide tudo é a gente. O que o grupo resolve, está resolvido. Se a gente resolver que não vai aceitar uma encomenda, a gente não aceita. Agora, se todos acharem que é melhor aceitar, a gente aceita. Lá ninguém força o outro a fazer nada, há respeito mútuo, um ajuda o outro, eu posso falar o que eu penso e a gente está sempre aprendendo. A gente vai se quiser e, se quiser sair, é só dar satisfação pro grupo e sair.

Eu não tenho vontade de voltar a trabalhar no mercado capitalista, porque já estou com 41 anos, já passei da idade e perdi meu braço. Acho que eu não teria serventia pro trabalho formal. Outra coisa, eu ficaria muito agitado se recebesse muita ordem de patrão e acabaria arrumando confusão, discutindo e não quero isso.

Atualmente eu fico mais no xerox. Não tiro cópia, mas fico lá tomando conta. Eu ainda não lembro como mexer na máquina, preciso reaprender. Então, quando chega cliente, eu chamo algum colega para tirar cópia. Eu não fico dando palpite, o que pede pra eu fazer, eu faço. A orientação que me foi dada é de quando chegar cliente, ir chamar alguém. É isso que eu faço. Lá ninguém manda e ninguém é patrão. Todo mundo ajuda. Um está sempre ajudando o outro. A Margarida pergunta se eu quero ficar no xerox. Eu sempre respondo que, se ela quiser, eu fico lá e fico olhando a loja. Quando não tem nada pra fazer, eu fico olhando alguma coisa no computador.

Às vezes ajudo também na produção, levando os materiais de uma seção para outra, para passar cola ou encadernar. Cada um tem uma função. Eu gosto do Recriart, porque é melhor do que ficar dentro de casa, parado, que era o que acontecia antes de eu começar a trabalhar lá.

Algumas coisas mudaram na minha vida depois que eu comecei a trabalhar no Recriart. Eu fui conhecendo mais gente, fui pegando amizade com a turma da economia solidária e com gente da cidade. Eu ia no supermercado lá perto do Recriart tomar um

cafezinho e ver preço de miniaturas. Peguei amizade com a turma do mercadão também. Agora eu tenho mais contato com parentes, vizinhos e amigos do que antes. Eu também adicionei várias pessoas no meu *facebook*, porque fui fazendo amizade. Uma vez eu comprei até uma agenda produzida pelo Recriart e dei pra minha vizinha, em retribuição à ajuda que ela sempre nos dá e ela adorou. Outra coisa que mudou também é que eu saio mais de casa. Eu gosto de ir passear, de ir nos lugares e visitar amigos.

Eu fico pensando que se o Recriart não existisse eu ficaria apenas em casa, na cama, dormindo ou parado, vagabundeando. Eu seria bem diferente do que sou hoje. Eu ficaria enchendo o saco da minha mãe, ficaria brigando com meus irmãos, perturbando os vizinhos, até tomando bordoadas e esporro dos outros.

Quando eu fico em casa, eu fico no quarto, escutando música, assistindo televisão ou mexendo nas miniaturas. Às vezes, quando minha mãe sai e eu fico sozinho, eu vou lá no mercado tomar um cafezinho, conversar com o pessoal. Porém, quando percebo que eles estão trabalhando eu não fico enchendo o saco.

Para mim o Recriart significa melhora. Significa trabalho. Significa evolução. Porque sem ele eu estaria parado. Estaria jogado às traças. Atualmente eu estou tocando a minha vida. Estou trabalhando.

O que me motiva a continuar no Recriart é a Margarida, que falou para eu continuar porque faz bem pra mim. Lá eu vou desenvolvendo a cabeça, porque cabeça vazia é oficina do diabo. Eu tenho amizade com todo mundo lá.

DISCUSSÃO

Ao longo do desenvolvimento e construção deste trabalho emergiram alguns elementos fundamentais que serão analisados e discutidos, ainda que não em sua totalidade, uma vez que não se pretende esgotar todas as possibilidades de análises e reflexões acerca do tema, que é amplo e complexo.

Historicamente, o que se observa é a ausência de protagonismo nas histórias de vida das pessoas em sofrimento psíquico, já que “se tratam de sujeitos destituídos de todo e qualquer valor ao receber o atributo de doente mental” (SANTOS; ALMEIDA; VENANCIO; DELGADO, 2000). Pessoas em sofrimento psíquico integram as populações descartáveis e oprimidas do Sul global. Populações essas que sofrem exclusão, opressão e discriminação e, portanto, são produzidas como não-existentes pelo sistema hegemônico (SANTOS, 2007; 2010b).

Ao contrário do que apregoa o neoliberalismo, vivenciamos uma urgência de fomento de formas alternativas ao capitalismo, tanto no que se refere à produção quanto a distribuição de bens e serviços. As consequências das experiências capitalistas nunca foram tão excludentes nem deixaram os excluídos em condição de tamanha vulnerabilidade. Tratam-se das populações descartáveis do Sul global e esta produção não capitalista é uma das principais formas de resistência à globalização neoliberal (SANTOS, 2005).

Assim, o presente estudo se propôs a refletir sobre a experiência de transposição da linha abissal que produz e radicaliza distinções, trazendo para visibilidade os saberes, fazendo com que as experiências e os conhecimentos do narrador se tornem presentes e mostrando que o Norte também deve aprender com o Sul. O interesse por metodologias que contribuam para ampliar o conhecimento “sobre” e “com” pessoas em sofrimento psíquico encontra na reflexão epistemológica da sociologia das ausências uma possibilidade – atraente e desafiadora – que nos remete a pensar a partir da perspectiva de pessoas que carregam “não existências” e experiências de vida “do outro lado da linha” (BERNARDES; VENTURA, 2017).

Desta forma, o intuito aqui é transformar o que estava ausente em presente, invisível em visível, sem credibilidade em algo disponível. Isso porque a sociologia das ausências “procura identificar os silêncios, as supressões, invisibilizações e desqualificações que negam a existência de outros saberes ou os convertem em formas de ignorância, oposta ao conhecimento alegadamente verdadeiro e rigoroso da ciência” (NUNES; LOUVISON, 2020, p.4). Quando esse diálogo entre o Norte e o Sul acontece, vivencia-se uma experiência de trocas extremamente enriquecedora para ambos os lados.

A economia solidária, em suas várias esferas – política, econômica, social, cultural, de inclusão social pelo trabalho – apresenta-se como um campo com grande potencial emancipatório para os sujeitos que nela se incluem. Ela oportuniza a criação de subjetividade e singularidade de seus trabalhadores, que descobrem novas maneiras coletivas de viver pautadas em valores como a cooperação e a solidariedade. Além de ser um instrumento que convoca ao resgate da subjetividade, a economia solidária assegura o acesso e a garantia aos direitos, a ampliação das possibilidades de vida, a criação de redes sociais de suporte, incluindo a rede familiar e a emancipação (MANCE, 2008). Tanto é verdade que, entre os princípios gerais da política de economia solidária está incluído o seu caráter emancipatório.

As alternativas econômicas contra-hegemônicas produzem dois grandes efeitos emancipatórios: na dimensão individual, acarretam mudanças essenciais nas condições de vida das pessoas envolvidas; na dimensão social, a propagação de experiências de sucesso implica na ampliação dos campos sociais em que operam valores e formas não capitalistas (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005).

Pensando na dimensão individual, a narrativa de Gerânio evidencia tais processos, como é possível verificar nos trechos a seguir:

“Entrar no Recriart fez muito bem pra mim, para eu me sentir valorizado. Eu não me valorizava como pessoa, porque eu lembro que eu tentei trabalhar em alguns locais e fui mandado embora por causa de repetir as coisas. Com isso fui amadurecendo e estou me valorizando como pessoa e o Recriart está me ajudando nisso, além de desenvolver a mente.”

“Algumas coisas mudaram na minha vida depois que eu comecei a trabalhar no Recriart. Eu fui conhecendo mais gente, fui pegando amizade com a turma da economia solidária e com gente da cidade. [...] Agora eu tenho mais contato com parentes, vizinhos e amigos do que antes. Eu também adicionei várias pessoas no meu facebook, porque fui fazendo amizade. [...] Outra coisa que mudou também é que eu saio mais de casa. Eu gosto de ir passear, de ir nos lugares e visitar amigos”.

(Trechos da narrativa de Gerânio)

Por seu caráter coletivo e sua organização a partir de fatores humanos, a economia solidária mobiliza sentimentos de empatia, solidariedade, lealdade, amizade e confiança, o que favorece e valoriza os laços afetivos por meio da reciprocidade e amplia as relações e as trocas sociais (LECHAT, 2002). Assim, a opção pela economia solidária enquanto ideologia norteadora para a inclusão social pelo trabalho não é por acaso (MARTINS, 2008).

É possível identificar, em toda a narrativa de Gerânio, os diferentes impactos ocorridos em sua trajetória de vida a partir de seu ingresso no Recriart. Ele destaca as diferentes oportunidades que foram se concretizando em seu dia-a-dia, especialmente no sentido de aprender coisas novas, de conhecer diferentes pessoas (aumentando seu círculo social) e a experiência de um namoro com alguém que conheceu no Recriart, conforme se lê no trecho abaixo:

“Fiz por um tempo a etnomatemática, aprendi bastante e tirei muitas dúvidas. [...] Durante esse tempo, o Recriart também me deu novas oportunidades. Eu fiz um curso de informática e aprendi a mexer um pouco no computador. Fiz cursos de economia solidária que estão me ajudando a fazer bastante coisa. Também conheci pessoas novas, de outras áreas, inclusive pessoas envolvidas com a política do município. Eu namorei uma pessoa lá do Recriart, mas que acabou não dando certo porque a gente pensa de maneiras diferentes.

No sentido do aprendizado, Singer (2008, p. 290) afirma que “o trabalho é uma forma de aprender, de crescer, de amadurecer, e essas oportunidades a economia solidária oferece a todos, sem distinção.” Por essas oportunidades, a economia solidária vem se destacando porque vai muito além de “aliviar a situação generalizada de desemprego associada aos efeitos da globalização neoliberal no Brasil” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005, p. 59). São movimentos assim que mantêm viva a luta por uma globalização contra-hegemônica e não podem, sob quaisquer hipóteses, correr o risco de serem invisibilizados. São os valores opostos ao capitalismo que mantêm a promessa de emancipação social (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005) e, portanto, a economia solidária torna-se um campo potencial de emergência de formas de organização social contra-hegemônica (PEREIRA, 2009). A formulação de alternativas econômicas que sejam ao mesmo tempo, viáveis e emancipatórias, concebem propostas de uma globalização contra-hegemônica.

Já em relação à criação de vínculos afetivos, Tykanori (2010) afirma que viver com autonomia depende do estabelecimento de relações e esse conviver e poder fazer parte deve estar pautado no estabelecimento de trocas e negociações que permitam ao sujeito posicionar-se diante das situações e fazer escolhas. O trabalho na perspectiva da economia solidária possibilita ganhos nas habilidades e capacidades para as relações sociais, acarretando em melhora nos relacionamentos interpessoais, com maior habilidade na comunicação (TAGLIAFERRO, 2011).

Estes e outros ganhos são chamados por Santos e Rodríguez (2005) de benefícios não econômicos, que são fundamentais para contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista. Tratam-se de ganhos advindos das relações sociais e familiares, da conquista da autoestima, do protagonismo, da independência e da autonomia, que tanto contribuem para as transformações que o trabalho cooperado e autogestionário opera na vida de cada trabalhador.

Pensando esses ganhos sob a perspectiva do pensamento crítico de Boaventura de Sousa Santos, reiteramos a defesa em torno de um compromisso ético com a emancipação, uma vez que alternativas econômicas fundamentadas em princípios não capitalistas promovem, entre outras coisas, a emancipação social de pessoas em sofrimento psíquico. Na luta por uma sociedade sem exploração, ou pela diminuição radical desta, as teorias críticas ao capitalismo mantêm presente a promessa de

emancipação social (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005). Nesse sentido, para Rodríguez (2005), os atores sociais que sofrem exploração encontraram caminhos de emancipação.

A narrativa de Gerânio demarca, ainda, o quanto a proposta solidária se torna uma possibilidade de enfrentamento do contexto capitalista e o trecho a seguir evidencia tal reflexão.

No mercado formal eu fui várias vezes mandado embora. Eu não consegui permanecer em nenhum trabalho por causa do meu problema. Tem também algumas questões como ter que cumprir horário, seguir muitas regras e dar satisfação para o patrão, ou dono da fábrica. Já na economia solidária não tem patrão. Trabalhar na economia solidária é bem diferente. A Margarida apoia o projeto, mas quem decide tudo é a gente. O que o grupo resolve, está resolvido. Se a gente resolver que não vai aceitar uma encomenda, a gente não aceita. Agora, se todos acharem que é melhor aceitar, a gente aceita. Lá ninguém força o outro a fazer nada, há respeito mútuo, um ajuda o outro, eu posso falar o que eu penso e a gente está sempre aprendendo. A gente vai se quiser e, se quiser sair, é só dar satisfação pro grupo e sair.
(Trecho da narrativa de Gerânio)

O trabalho ocupa um lugar privilegiado e de destaque na vida do ser humano e não é diferente com o narrador deste estudo. Segundo Lancman (2007), o trabalho é central na vida das pessoas, pois promove a construção da identidade individual e interfere diretamente na inclusão social. Ele está ligado à formação das redes sociais dos sujeitos, a suas trocas afetivas e econômicas e orienta a rotina das pessoas. Nesse sentido, o sentimento de pertencimento social se estrutura por meio do trabalho.

Ao pensarmos sobre a centralidade do trabalho na vida dos sujeitos e fazendo um contraponto entre o mercado formal capitalista e a perspectiva solidária, encontramos uma total dissonância. No sistema capitalista, os trabalhadores vendem sua força de trabalho e se submetem a situações que, muitas vezes, ameaçam a própria sobrevivência em troca do salário, que lhe permite a subsistência. Nessa lógica, o trabalho torna-se alienado e destituído de sentido, uma vez que o resultado de sua atividade passa a ser propriedade de outrem (ADAMS, 2007). Apesar desse cenário triste e desanimador, ter um trabalho formal, independente se suas reais condições sejam opressoras ou desumanas, representa, de certa forma, para a sociedade pós-moderna estar “deste lado da linha”.

Por outro lado, têm-se a proposta solidária que representa a possibilidade de acesso ao mundo do trabalho por uma outra via. Aqui o trabalho ocupa a centralidade na vida do trabalhador porque, além dos ganhos financeiros, ele representa, entre outras tantas coisas, o exercício da cidadania e dos direitos, acesso a espaços antes não explorados, possibilidade de trocas sociais com consequente ampliação do círculo de

amizades, conquista da autonomia e da independência, oportunidade de fazer parte de um grupo, de exercitar a criatividade e de ser respeitado. Representa, ainda, a possibilidade de transposição da linha abissal que separa invisíveis dos visíveis; os sem credibilidade dos credíveis; os sub-humanos dos humanos.

Para Gerânio, que vivenciou experiências anteriores no mercado formal capitalista e vivencia a experiência solidária, sua narrativa explicita a total falta de vontade e interesse em retornar ao mercado de trabalho capitalista. Isso porque suas experiências são marcadas por processos de exclusão, discriminação, desvalorização, de pequena permanência e alta rotatividade, característicos do sistema capitalista. Inclusive, Gerânio relata o fato de já ter sido agredido e humilhado em um destes trabalhos anteriores. Em contrapartida, encontrou na economia solidária uma alternativa que o valoriza enquanto ser humano, cidadão de direitos e trabalhador.

Pela lógica, o capitalismo e a economia solidária são sistemas distintos e incompatíveis. As lógicas de produção alternativas são praticadas em meio a hegemonia do sistema atual, embora o capitalismo as considere invisíveis e desqualificadas. A economia solidária possibilita oportunidades àquelas pessoas que se encontram “do outro lado da linha” e que foram silenciadas, suprimidas e marginalizadas pelo Norte global. Isso porque em suas práticas, a economia solidária tem tensionado o modo hegemônico de produção e consumo em relação às necessidades humanas e se apresenta como um contraponto ao processo capitalista, fazendo emergir dinâmicas socioeconômicas e sociopolíticas marginalizadas (CUNHA; SANTOS, 2011). As populações invisibilizadas do Sul global encontram na economia solidária uma possibilidade de exercerem alguns dos direitos básicos, além do acesso ao mundo do trabalho, dado que seus princípios preconizam o sujeito. Enquanto luta contra a opressão, a dominação e a discriminação, a economia solidária compromete-se com a emancipação das pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa de Gerânio – construída a partir de sua história de vida – aponta para o elevado potencial transformador, emancipatório e de emergência de uma experiência de inclusão social pelo trabalho na perspectiva da economia solidária. Enquanto o trabalho nos moldes solidários apresenta potencial emancipatório, por seus princípios e características inclusivas, o trabalho na perspectiva capitalista é excludente, opressor e discriminatório, limitando e até impedindo os processos emancipatórios dos

sujeitos. Pensando, então, a partir da perspectiva do trabalho autogestionário, demarcamos seu grande potencial de emergência, uma vez que, para além da questão econômica, estabelece um espaço para trocas sociais, culturais e políticas e valoriza o ser humano e todo seu conhecimento.

Diante do exposto, concluímos este estudo demarcando o grande potencial de emergência do trabalho na perspectiva da economia solidária, uma vez que permite às pessoas em sofrimento psíquico a vivência de alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas, somando ao real as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta.

REFERÊNCIAS

ADAMS, T. Educação e economia (popular) solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado na associação dos recicladores de dois irmãos, 1994-2006. 233f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

ALVES, G.O. Saúde mental e economia solidária: construindo estratégias de reabilitação psicossocial. 2016. 126f. Dissertação (Mestrado em Saúde Mental e Atenção Psicossocial) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

AMARANTE, P.; BELLONI, F. Ampliando o direito e produzindo cidadania. *In*: PINHO, K.L.R.; PINHO, L.P.; LUSSI, I.A.O.; MACHADO, M.L.T. (org.). Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2014.

BALLAN, C.; ARANHA, A.L. O livro das receitas d'O Bar Bibitantã: conquistas e desafios na construção de um empreendimento econômico solidário na rede pública de atenção à saúde mental no Município de São Paulo. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, v. 8, n. 18, p. 184-205, 2016.

BASSO, D.; LEMES, F.R.M.; SILVEIRA, D.C. Economia Solidária e dinâmica de desenvolvimento local: um estudo de empreendimentos econômicos solidários no município de Ijuí-RS. Emancipação, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 327-340, 2010.

BERNARDES, E. M.; VENTURA, C. A. A. A sociologia das ausências como referencial teórico para a pesquisa em enfermagem psiquiátrica e em saúde mental. Texto Contexto Enferm, v. 26, n. 4, p. 1-11, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, 2005. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf. Acesso em 18 set. 2022.

890

CUNHA, G. C.; SANTOS, A. M. Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos. In: HESPANHA, P.; SANTOS, A. M. (org.). Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas. Coimbra: Almedina, 2011, p. 15-56.

INTECOOP. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Universidade Federal de Itajubá. Cartilha de formação de grupos. Módulo I. O trabalho humano, história do capitalismo e economia solidária. Internet. Site. Disponível em: https://portal.toledoprudente.edu.br/upload/usuarios/2896/aulas/Cartilha_trabalho_humano.pdf. Acesso em 18 set. 2022.

LANCMAN, S. Psicodinâmica do trabalho. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. Terapia ocupacional: fundamentação e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007, p. 271-277.

LECHAT, N.M.P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. Campinas, 20 de março de 2002. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/raizes_hist.pdf. Acesso em 19 set. 2022.

LUSI, I.A.O. Trabalho, reabilitação psicossocial e rede social: concepções e relações elaboradas por usuários de serviços de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral. 2009. 169 f. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

LUSI, I.A.O.; MORATO, G.G. O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 20, n. 3, p. 369-380, 2012.

LUSI, I.A.O.; PEREIRA, M.A.O. Empresa social e economia solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental. Rev Esc Enferm USP, v. 45, n. 2, p. 515-21, 2011.

MANCINI, E. Políticas públicas para o desenvolvimento econômico-solidário do Brasil. I Conferência Nacional de Economia Solidária. In: Formação de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária: manual técnico, 2008. Disponível em: http://rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/cartilha_aluno_textos_apoio_e_compl_econsol_politicas-1.pdf. Acesso em 19 set. 2022.

MARTINS, R.C.A. Saúde mental e economia solidária: construção democrática e participativa de políticas públicas de inclusão e econômica. In: CORTEGOSO, A.L.; LUCAS, M.G. (org.). Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, p. 245-262.

MARTINS, R.C.A. Cooperativas sociais no Brasil: debates e práticas na tecitura de um campo em construção. 2009.193f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MAZARO, L.M. Economia solidária e inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: identificando potencialidades e fragilidades. 2017. 226f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

MAZARO, L.M. Histórias de vida de pessoas em sofrimento psíquico sobre a inclusão no trabalho na perspectiva da economia solidária: ecologia de saberes revelando que Recriart é preciso. 2021. 266f. Tese (Doutorado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

MEIHY, J.C.S.B. Manual de história oral. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MILIONI, D.B. A experiência de trabalho de usuários de um CAPS, integrantes de um empreendimento solidário: construindo vidas e possibilidades. 2009. 111f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, M.C.S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, v.9, n. 3, p. 239-262, jul./set., 1993.

MORATO, G.G. Atuação dos terapeutas ocupacionais em iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito da saúde mental: estudo sobre a realidade do estado de São Paulo. 2014. 201f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

MOTA, T.D. As necessidades de saúde da perspectiva dos usuários de um serviço comunitário de saúde mental. 2007. 117f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MOURA, M.S.; SILVA, A.C.; CAMPOS, M.M.; CANDEIAS, E.W.L.L. A autêntica autogestão: os desafios do trabalho autogestionário em uma associação de catadores de materiais recicláveis localizados em Palmeira dos Índios – Alagoas. *In: Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária*, 1, 2015, São Carlos. Anais... São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em: <http://www.conpes.ufscar.br/anais>. Acesso em 18 set. 2022.

NUNES, J.A.; LOUVISON, M. Epistemologias do Sul e descolonização da saúde: por uma ecologia de cuidados na saúde coletiva. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 1-13, 2020.

NUNES, J.A.; SIQUEIRA-SILVA, R. Dos “abismos do inconsciente” às razões da diferença: criação estética e descolonização da desrazão na Reforma Psiquiátrica Brasileira. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 208-237, dez., 2016.

PEREIRA, M. O. Análise da política do Ministério da Saúde do Brasil para a atenção integral dos usuários de álcool e outras drogas. 2009. 278f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 473-514.

RODRÍGUEZ, C. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 329-367.

SANTOS, B. S. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, B.S. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, B.S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B.S. e MENESES, M.P. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010a. p. 31-83.

SANTOS, B.S. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. S. (org.). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010b. p. 93-137.

SANTOS, B.S. A ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S. (org.). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010c. p. 137-165.

SANTOS, B.S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B.S. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 23-77.

SANTOS, N.S.; ALMEIDA, P.F.; VENANCIO, A.T.; DELGADO, P.G. A autonomia do sujeito psicótico no contexto da reforma psiquiátrica brasileira. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 20, n. 4, dez, 2000.

SINGER, P. Economia solidária: entrevista com Paul Singer. *Estud. av.*, São Paulo, v.22, n. 62, p. 289-314, abr. 2008. Disponível



TAGLIAFERRO, P. Enfrentando desafios e construindo possibilidades: a experiência da equipe no processo de incubação de um empreendimento solidário formado por usuários de um CAPS. 2011. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

TYKANORI, R. Contratualidade e reabilitação psicossocial. *In*: PITTA, A. M. F. (org.). Reabilitação Psicossocial no Brasil. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 55-59.

VERONESE, M.V. Subjetividade, trabalho e economia solidária. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 84, p. 153-167, mar., 2009.

OS DESAFIOS DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL NA INSERÇÃO EM AMBIENTES LABORAIS E O PAPEL DA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

894

Rita de Cássia Arruda Fajardo, Instituto Federal de Educação
ritacaf@ifsp.edu.br

Larissa Lamoglia Bastos, Instituto Federal de Educação
larissalamoglia@hotmail.com

Hugo Pires Barbosa, Instituto Federal de Educação
hpresb@hotmail.com

Resumo

As instituições carcerárias, no Brasil, deveriam ser um instrumento efetivo para ressocialização dos detentos após cumprimento de pena, preparando essas pessoas para o convívio em sociedade, sem que cometam deslizes éticos ou morais graves, passíveis de condenação. No entanto, a esfera prisional não tem proporcionado oportunidades efetivas de preparo desses indivíduos. O ambiente hostil, a falta de capacitação, estrutura precária, distanciamento familiar e outras adversidades deixam o sistema ineficiente ao seu real objetivo. Como consequência, as pessoas que saem do cárcere sofrem árduas dificuldades, mesmo já tendo cumprido sua pena perante a justiça. Um dos pontos principais e impulsionadores desse processo é a dificuldade dos egressos do sistema prisional em se inserir no mundo do trabalho. Considerando-se o trabalho como um dos principais instrumentos de pertencimento e construção de vínculos sociais, que permite a obtenção de renda para a subsistência e propicia a ressocialização, ele é visto pelo indivíduo ex-apenado como ponto-chave para a sua reinclusão efetiva na sociedade. Assim, o objetivo geral deste artigo foi identificar os desafios encontrados por egressos do sistema prisional para sua inserção no mundo do trabalho e as contribuições que a política pública de Economia Solidária pode fornecer nesse processo. Tratou-se de um estudo multicase e o método de coleta de dados consistiu em entrevistas semiestruturadas com indivíduos que já passaram pelo cárcere e integram Cooperativas de Economia Solidária na cidade de Araraquara – SP. Como resultados encontrados pela pesquisa com os egressos, ao tentar se reinserir em ambientes laborais, podem-se apontar as seguintes dificuldades: preconceito e discriminação, falta de documentação, multa devida com a justiça, baixa escolaridade, qualificação profissional insuficiente para acessar trabalhos mais valorizados no mercado e ausência de programas que geram oportunidades, tanto por parte do poder público quanto da sociedade. A dificuldade de inserção em ambientes laborais, com geração de trabalho e renda, é um fator potencial de reincidência criminal de egressos do sistema prisional. Os resultados desta pesquisa apontam também que a política pública de Economia Solidária, que fomenta a organização dos egressos em Empreendimentos de Economia Solidária, pode ser uma das alternativas para impedir a reincidência criminal, pois pode propiciar aos egressos a geração de trabalho e renda, reconhecimento pessoal e ressocialização.

Palavras-chave: Cooperativa; Economia Solidária; Egressos do Sistema Prisional; Mundo do Trabalho; Política Pública.

Abstract

Prison institutions, in Brazil, should be an effective instrument for the rehabilitation of people previously incarcerated after serving their sentence, preparing these people for living in society, without committing serious ethical or moral lapses, subject to condemnation. However, the prison sphere has not provided effective opportunities to prepare these individuals. The hostile environment, lack of training, precarious structure, family distance and other adversities make the system inefficient in its real objective. As a consequence, people who come out of prison suffer arduous difficulties, even though they have already served their sentence before the court. One of

the main and promoters points of this process is the difficulty of those released from the prison system to enter the world of work. Considering work as one of the main instruments of belonging and construction of social bonds, which allows the obtaining of income for subsistence and promotes re-socialization, it is seen by the people previously incarcerated as a key point for his effective reinclusion in the society. Thus, the principal objective of this article was to identify the challenges faced by people previously incarcerated for their insertion in the world of work and the contributions that the public policy of Solidarity Economy can provide in this process. It was a multi-case study and the data collection method consisted of semi-structured interviews with individuals who have already been in prison and are part of Solidarity Economy Cooperatives in the city of Araraquara, São Paulo state. As results found by the research with the people previously incarcerated, when trying to re-enter work environments, the following difficulties can be pointed out: prejudice and discrimination, lack of documentation, fine due with justice, low education, insufficient professional qualification to access more valued jobs in the world of work and the absence of programs that generate opportunities, both on the part of public power and society. The difficulty of entering work environments, with the generation of work and income, is a potential factor for criminal recidivism of those released from the prison system. The results of this research also point out that the Solidarity Economy public policy, which encourages the organization of people previously incarcerated in Solidarity Economy Enterprises, can be one of the alternatives to prevent criminal recidivism, as it can provide people with justice history with the generation of work and income, recognition personnel and resocialization.

Keywords: Cooperative; Solidarity Economy; Egresses from the Prison System; World of Work; Public policy.

Introdução

O histórico de população carcerária, no Brasil, vem aumentando ai longo dos anos, sendo que, essa população triplicou entre 2000 e 2020, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), passando da quantidade de 232.755, em 2000 para 702.069 pessoas privadas de liberdade, em 2020 (SISDEPEN, 2020). Outro dado preocupante refere-se à reincidência criminal, dados pulcados pelo IPEA (2015) revelam 24,4% dos ex-presos são condenados novamente dentro do prazo de cinco anos.

Estes dados trazem a reflexão sobre a execução da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execuções Penais (LEP), quem estipula que as instituições carcerárias deveriam ser um instrumento efetivo para ressocialização de pessoas privadas de liberdade, proporcionando a possibilidade de retorno à comunidade sem reincidência de crimes (BRASIL, 1984). Mas a realidade brasileira aponta para muitas dificuldades neste processo, pois o sistema prisional não tem proporcionado oportuniades efetivas de preparo dessas pessoas, caracterizando-se como um o ambiente hostil, no qual falta atividades de capacitação, a estrutura é precária, entre outras adversidades, que deixam o sistema ineficiente no quesito de ressocialização (LOPES, 2013), o que torna muito mais difícil a sobrevivência longe do crime de pessoas que passaram pelo cárcere.

Para que o ex-apenado possa sair do cárcere e ter uma vida digna em sociedade, é necessário que ele consiga meios de subsistência. Neste sentido, o trabalho é um instrumento fundamental, pois além de proporcionar recursos financeiros, proporciona também a construção de vínculos sociais e a sensação de pertencimento a uma comunidade (MARCHI; GRANZA FILHO; DELLECAVE, 2018), e é visto pelo indivíduo ex-detento como ponto chave para a sua reinclusão efetiva, (LOPES, 2013).

Para esse processo de reinserção comunitária e diminuição de possível reincidência criminal, a implementação de articulações governamentais eficientes tem papel central (TOLEDO; KEMP; MACHADO, 2014), porém as mesmas são ausentes ou quase inexistentes (SENA, 2011). Mattos e Pozzobon (2019) apontam iniciativas de economia solidária como umas alternativas de reinserção de egressos no mundo do trabalho, na medida em que empreendimentos de economia solidária proporcionam não só a obtenção de recursos financeiros, mas trabalham outras vertentes, como a igualdade e o desenvolvimento pessoal, além de relações coletivas de trabalho.

Nesse sentido, o objetivo geral deste artigo foi identificar as dificuldades encontradas por egressos do sistema prisional para sua inserção no mundo do trabalho e as contribuições que a política pública de economia solidária pode fornecer nesse processo.

Métodos e técnicas

Esta pesquisa caracteriza-se como estudos multicase, pois visa a compreensão de “fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos, e [...] preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real (YIN, 2001, p.21).

O instrumento de coleta de dados utilizado foi entrevista semiestruturada, que foi aplicado a egressos de sistema prisional, membros de duas cooperativas de economia solidária, Sol Nascente e Acácia, da cidade de Araraquara-SP, que permitiu aprofundar informações e obter respostas fora de uma sistematização de alternativas, em consonância com Manzini (1990/1991). O roteiro de entrevistas foi dividido em: 1) Perfil dos Indivíduos; 2) Experiências no Sistema Prisional; 3) Vivência Familiar e 4) Dificuldades do Mercado de Trabalho. As entrevistas foram transcritas, com ajustes de pontuação, não foram realizadas correções ortográficas para que o conteúdo fosse expresso da forma que o participante se expressou.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (CEP-IFSP), sob o número 4.328.019. Todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em concordância com as normas da pesquisa, sendo resguardada a identidade dos entrevistados.

O papel da economia solidária na ressocialização de egressos do sistema prisional

Além de um problema de segurança pública, o retorno adequado do egresso ao convívio social fora da prisão é uma questão social (MARCHI; GRANZA FILHO; DELLECAVE, 2018). Assim, a inclusão e o desenvolvimento humano devem ser o foco de ações que visem ressocializar os indivíduos privados de liberdade, que ao invés de excluir ainda mais, propicie condições de vida digna. É nesse contexto que surge a "Economia Solidária" (MATTOS; POZZOBON, 2019), que além de um importante instrumento para a reintegração social, também propicia o fortalecimento local e autogestão (CAEIRO; 2008).

Economia Solidária pode ser compreendida como um

modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda. (SINGER, 2002, p. 10).

Para Brasil (2022, p.1), pode ser definida como

atividades de organização da produção e da comercialização de bens e de serviços, da distribuição, do consumo e do crédito, observados os princípios da autogestão, do comércio justo e solidário, da cooperação e da solidariedade, a gestão democrática e participativa, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, o respeito aos ecossistemas, a preservação do meio ambiente e a valorização do ser humano, do trabalho e da cultura.

A autogestão, um dos princípios da economia solidária, pode ser definida como uma administração realizada por todos os cooperados, já que todos são os proprietários do empreendimento neste modelo de negócio (LANZA; MORAIS; PELANDA, 2011).

A Economia Solidária pode ser um instrumento que proporciona igualdade e integração nas relações de trabalho, na medida em que promove oportunidades de

reinserção produtiva e capacitação profissional com o princípio da autogestão. Mattos e Pozzobon (2019) observam que a centralidade do trabalho como elemento de ressocialização, a divisão de recursos justa, com a obtenção de recursos financeiros equivalentes ao seu exercício, haveria maior possibilidade do egresso não se motivar a realizar novamente delitos.

Esse sistema disponibiliza livre entrada à suas instituições, não havendo diferenciação de condições étnicas, socioeconômicas, físicas ou psicológicas, proporcionando aos egressos um ambiente adequado para convívio social, já que são também objetos de trabalho desta economia que busca a inclusão de pessoas em desvantagem social (MATTOS; POZZOBON, 2019).

Em caráter específico, a Lei Federal 9.867 de 10 de novembro de 1999, dispõe sobre a criação e funcionamento das Cooperativas Sociais, que visa atender os indivíduos que se encontram em desvantagem no mercado econômico, utilizando o trabalho como veículo de reintegração social destas pessoas na comunidade, conforme afirmam Silva e Toneto (2018, p.1):

A presente lei fundamenta-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social. Neste sentido, estão elencadas em seu artigo 3º as pessoas em desvantagem a serem integradas, dentre elas destacam-se os egressos de prisões e os condenados a penas alternativas de detenção. Restando evidenciado o objetivo do legislador em prever tais categorias a fim de se associar esta previsão legal com o objetivo ressocializador idealizado pela Lei de Execuções Penais.

Em concordância, Amarante (1997), acredita que o objetivo das CS é de desenvolvimento real de liberdade e oportunidades sociais e relativas. E como diferencial promovem ações educativas, profissionalização dos cooperados e orientações psicossociais (HIMELFARB; SCHNEIDER, 2009).

Por meio da perseverança no associado, a CS é um importante instrumento de recuperação da identidade do egresso, principalmente num país com um sistema ressocializador deficiente (SILVA; TONETTO, 2018), pois constrói um ambiente livre de preconceitos, que não exclui indivíduos que cumpriram pena no sistema prisional, caracterizado pela colaboração e igualdade, adjetivos que baseiam os princípios de um mercado solidário (MATTOS; POZZOBON, 2019).

Estudos comprovam a eficácia desse instrumento econômico como alternativa de solução para os problemas sociais decorrentes da privação de liberdade e seus resultados.

Himelfarb e Schineider (2009), por exemplo, obtiveram os seguintes resultados: 80% dos egressos disseram preferir a cooperativa ao regime CLT, 59% afirmaram ter adquirido hábitos de leitura, 80% alegaram terem finalmente recuperado a liberdade psicológica e 70% dos egressos relataram ter voltado a estudar. E em conclusão a outro estudo, Himelfarb (2005) apud Himelfarb e Schineider (2009, p.176), diz que "a reinserção social dos egressos cooperados se comprova pelos baixos índices de reincidência criminal, no retorno aos laços familiares, na volta aos bancos escolares[...]".

Outro exemplo diz respeito à Cooperativa de Egressos e Familiares de Egressos de Sorocaba e Região (COOPERESO), primeira cooperativa de egressos e familiares de presos do Brasil, fundada em 2004, na cidade de Sorocaba-SP. Ramificada do projeto municipal "Cidade Super Limpa", que objetivava a qualificação e geração de renda para esse público em questão, a CS busca ressocializar o indivíduo e torná-lo novamente um cidadão. Seus cooperados trabalham em diversas regiões da cidade em atividades que incluem serviço na usina de reciclagem e manutenção de infraestruturas municipais (COOPERESO, 2004).

Os estudos citados apontam para a ideia de que a criação de cooperativas de egressos é essencial para o reposicionamento social e econômico desses indivíduos. Porém, além das ações legislativas do Estado, se torna necessário o acolhimento da comunidade perante o estigmatizado, criando um verdadeiro cenário de reabilitação social (SILVA; TONETTO, 2018).

Egressos e a Economia Solidária: estudos de caso

Esta pesquisa ocorreu na cidade de Araraquara, interior do estado de São Paulo. Atualmente, em Araraquara, existem 6 cooperativas sociais, sendo 4 delas parte do projeto "Cooperativismo como porta para o futuro", instalado pela Prefeitura, em 2019. As cooperativas que recebem maior quantidade de egressos são: Cooperativa Acácia de Catadores, fundada em 2002, e que desde 2006, realiza a reciclagem de resíduos sólidos na cidade em parceria com o Departamento Autônomo de Água e Esgotos (DAAE); e a Cooperativa Sol Nascente, fundada em 2020, para acolher egressos do sistema prisional que têm dificuldade em se reinserir no mercado de trabalho.

A Cooperativa Acácia surgiu em 2001, por meio de uma política pública que reuniu cerca de 40 catadores independentes que sobreviviam do lixão para a formação de uma cooperativa. Em 2002 foi juridicamente constituída e se tornou a primeira

associação de catadores da cidade – Associação Acácia dos Trabalhadores de Materiais Reaproveitáveis de Araraquara. Em 2006 foi formalizada a mudança da Associação em Cooperativa, nesse mesmo ano foi lançado em parceria com a Prefeitura e o DAAE, órgão responsável pela gestão de resíduos sólidos no município, a Coleta Seletiva de Araraquara, que tem por objetivo recolher materiais usados para reciclagem (COOPERATIVA ACÁCIA, 2020).

A coleta seletiva é realizada de forma setorizada no município e, ao menos uma vez por semana, há coleta desses materiais em cada setor. Em 2020 eram cerca de 180 cooperados, sendo 85% mulheres, que atendiam 95% da cidade porta a porta. A média de coleta mensal era de 483 toneladas de materiais recicláveis, representando apenas 11% dos materiais com potencial de reciclagem (ARARAQUARA, 2020).

Em fevereiro de 2020, a Prefeitura Municipal de Araraquara criou o Programa “Cooperativismo como Porta para o Futuro” em parceria com a Central de Atenção ao Egresso e Família (CAEF) de Araraquara, a órgão ligado à Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), e com a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania (CRSC) do Governo do Estado. O objetivo foi a geração de trabalho e renda para egressos do sistema prisional. Fruto desse programa foi constituída a Cooperativa Social de Trabalho em Recuperação de Materiais dos Egressos Prisionais de Araraquara – Sol Nascente, inicialmente com 10 sócios-cooperados e tendo como principais atividades paisagismo, coleta de resíduos não perigosos e recuperação de materiais para obtenção de compostos orgânicos para a fertilização do solo (COOPERATIVA SOCIAL DE TRABALHO EM RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS DOS EGRESSOS PRISIONAIS DE ARARAQUARA - SOL NASCENTE, 2020).

No total foram entrevistados oito egressos membros de Cooperativas Sociais, dos quais cinco eram homens (Participantes 2, 5, 6, 7 e 8) e três mulheres (Participantes 1, 3 e 4). Por uma questão de manutenção de anonimato, todos os participantes, independente de gênero são descritos na forma masculina neste artigo.

O Quadro 1 apresenta o resumo dos dados do perfil dos participantes da pesquisa

Quadro 1 - Perfil dos participantes da pesquisa

Participante	Idade	Naturalidade	Nível de Escolaridade	Estado Civil	Filhos
1	58	Pederneiras	Nenhum	Divorciado	3
2	19	Araraquara	Fundamental Incompleto	Solteiro	1

3	40	Araraquara	Fundamental Completo	Solteiro	2
4	55	Araraquara	Fundamental Incompleto	Viúvo	0
5	43	Araraquara	Fundamental Incompleto	União estável	0
6	39	Araraquara	Fundamental Completo	União estável	2
7	29	Araraquara	Ensino médio incompleto	União estável	2
8	47	Araraquara	Ensino médio incompleto	Solteiro	1

Fonte: Próprios autores (2020).

Os participantes da pesquisa têm idade variando entre 19 e 58 anos, ou seja, idades que estão no intervalo de população economicamente ativa. Em relação à escolaridade, o maior grau presente é o de "Ensino médio incompleto" por dois participantes (25%), em maior quantidade aparece "Fundamental incompleto" com três participantes (37,5%) e um participante com nenhum tipo de educação formal (12,5%). Infere-se assim baixa escolaridade formal por parte dos participantes da pesquisa.

Sobre as condições de vida no cárcere, os relatos apontam para a existência de celas superlotadas e em condições precárias dentro do presídio, conforme ilustrado no relato do Participante 2: "[...] me deram um colchãozinho bem fininho... num me deram nem um cobertor pra se cobrir [...] tinha outros que foram preso junto e num tinha nem mesmo sequer uma pasta de dente" e da Participante 4 quando relatou: "na comarca [...] era muito pequena (a cela) [...] quanto cabê entra [...]".

Opressão e maus tratos também estão presente nos relatos da realidade no cárcere, segundo o Participante 2: "gera um ato de opressão né... pela forma dos funcionários mesmo ou forma de uns preso num se dá com outro", também complementa o Participante 7: "[...] agressão física, gente fazendo assinar falta em situações que não cometeram, injustiça. Eles vem, fala que fez, se não fazer, corre... tipo, joga uma pessoa contra a outra. Então é algo difícil. Aquele mundo é difícil".

Há relatos também que associam essa situação de vulnerabilidade, acrescida com preconceito racial no trato dos detentos no cárcere, e mesmo no trâmite de processos, como relatado pelo Participante 7:

[...] acha que você por ser negro, pobre, não tem condições de ter um tênis bom, ter uma roupa boa, ter um celular bom. Então, lá no momento em que eu fui preso, eu já sofri, eu paguei por isso, porque eu tirei quase oito anos. Eu cometi um delito e me foram forjado mais sete delitos. [...] Eu, quando fui

condenado, quando eu fui pros fórum, me levaram pra delegacia, não colocaram ninguém junto a mim semelhante, que tem que ser feito, não fizeram o procedimento certo. Foram mais de dezenove vítima. Chegava lá, o suspeito era um negro e um branco, o rapaz que está preso comigo também, ele é branco eu sou negro, geralmente tem que pôr dois negros e dois brancos. Colocava só eu e ele, chegava lá a pessoa falava: É ele – sendo que não foi. E a gente preso não tem condições. Como que a gente vai provar que não é a gente? Não tem um advogado, não tem um suporte, não tem nada. [...] Situações que eu tive que assumir pra ganhar a minha liberdade, porque eu fui na assistente social no dia do criminológico, falei a verdade, ela me negou, quando eu fui lá, eu tive que falar que fui eu, pra mim poder ganhar minha liberdade, senão não ia ganhar... Entendeu? (PARTICIPANTE 7, 2020).

Até no momento de liberdade da prisão é tomado por más experiências. O Participante 4 descreve a falta de oportunidades e o descaso em relação ao encaminhamento pós-detenção e reinserção fora da prisão:

Não tem oportunidade nenhuma [...] aliás você sai de lá e num te dá nem a passagem, te sortam na portaria e cê tem vê se a família mandou dinheiro, cê chega[...] eu saí de um lugar que o homi falô assim: “se a onça num te comê...” eu saí do Mato Grosso essa última cadeia [...] “se a onça num te comê cê chega na cidade” [...] nós tivémo que andar uma 3, 4 fazenda pra chega na cidade [...] (PARTICIPANTE 4, 2020).

A falta de oportunidades de trabalho não se manifesta apenas após a liberdade, mas no próprio sistema carcerário, com relatos de demora para conseguir uma vaga de trabalho dentro do sistema prisional, isso faz com que grande parte do tempo do apenado seja ocioso, tornando o sistema ineficaz (ANDRADE; FERREIRA, 2014) “[...]você chega e tem que esperar muito pra eles te dá um trabalho [...] demorei 6, 7 mês” (PARTICIPANTE 4, 2020). O problema é explicado pelo Participante 8, que insinua que há tráfico de influência, sem critérios claros para se conseguir trabalhar no tempo em que se cumpre pena com privação de liberdade, mas pode ser vencido pela insistência, “[...] às vezes tem um privilegiado também que, lá dentro, é outro mundo. Então é que nem quando eu comecei a trabalhar, eu comecei a mandar pipa (para a família vender), insistindo, querendo trabalhar, foi onde eu tive uma chance” (PARTICIPANTE 8, 2020).

Embora haja publicações sobre a indisponibilidade de educação formal e oportunidades de trabalho nos ambientes de cárcere (FERREIRA, (2011), seis dos participantes da pesquisa (75%) relataram existir disponível ensino formal, e sete (87,5%) disseram ter trabalhado durante o cumprimento da pena, porém, em alguns casos, deveriam escolher: estudar ou trabalhar, como relatado pelo Participante 7 (2020) "eu só não terminei a escola porque na época eu queria trabalhar, eu queria conseguir uma renda pra me manter lá dentro".

Uma outra barreira importante após a saída do ex-apenado do sistema prisional é a falta de documentos. Segundo Nascimento (2017) se a falta de documento já traz dificuldades para pessoas que jamais passaram pela prisão, para quem carrega esse estigma de ex-presidiário, isso se torna um problema maior ainda. Alguns participantes relataram a falta da documentação básica, como por exemplo a perda de documentos durante a permanência no cárcere, "o que eles fazem com o documento da gente? Só o documento já diz tudo, se não tem o documento. Eles recolhe o documento tudinho [...] tive que tirar tudo de novo meu documento" (PARTICIPANTE 1, 2020).

A multa junto à justiça eleitoral é outro fator importante, visto que o não pagamento da mesma impossibilita que os egressos possam ter título de eleitor e não podem regularizar o Cadastro de Pessoa Física e a Quitação Eleitoral. "É... Eu antigamente até votava. Depois que eu passei no sistema prisional meu título já... foi caçado" (PARTICIPANTE 8, 2020). Porém há dúvida do motivo da multa:

Eu tenho uma dívida, assim, que não é eleitoral. Eu acho que não é eleitoral. Essas daí já vem do presídio mesmo, que é uma multa que eles cobram. Tem uma multa de vinte e três mil reais pra pagar lá. [...] Eu acho que é o... O seu dia a dia que você fica lá (PARTICIPANTE 8, 2020).

A não regularização eleitoral acarreta em não possibilidade de assumir cargo público por parte destes cidadãos que já cumpriram pena de privação de liberdade. Se não pagar a multa não pode prestar concurso público, que também é uma oportunidade de inserção no mundo do trabalho.

Existe também o sentimento de não pertencimento como cidadão a partir da falta de documentos, o que se nota na fala da Participante 4:

[...] foi assim, tava falando que tinha q fazer a biometria [...] aí fui no cartório eleitoral [...] até hoje num mandaram uma intimação falá que eu tinha essa multa [...] devia tê mandado [...] aí eu fui lá [...] chegô lá o moço me deu que eu tinha uma multa de 18 mil e que meu CPF ta cancelado [...] meu cpf continua cancelado, votá nem pensá... que cidadã eu virei?! Nada. (PARTICIPANTE 4, 2020)

Todos esses obstáculos discutidos somados ao preconceito e estigma de "ex-presidiário" dificultam a reinserção desses indivíduos no mundo do trabalho. Como pode-se visualizar no Quadro 2, a totalidade dos entrevistados encontrou dificuldades para conseguir emprego ao sair do sistema prisional e seis (75%) declararam não ter conseguido nenhum tipo de trabalho formal.

Quando questionados sobre qual fator de importância se destaca para um egresso conseguir se (re)alocar no mundo de trabalho, dois (25%) citam a necessidade de se extinguir o preconceito, um (12,5%) cita o esforço do egresso, um (12,5%) acredita que a qualificação profissional é essencial, um (12,5%) relata a necessidade de ser educado e outro acrescenta sobre as vestimentas adequadas. Já quando indagados sobre o conhecimento de outras oportunidades além da cooperativa, seis (75%) responderam não conhecer nenhuma outra.

Quadro 2 - Relação do egresso com o mercado de trabalho

Participante	Tinha carteira assinada antes da prisão?	Exercia algum tipo de atividade remunerada?	Sentiu dificuldade em arrumar emprego formal?	Conseguiu emprego formal quando saiu do sistema prisional?	O que considera importante para um egresso conseguir trabalho?	Conhece outras oportunidades para egressos além da cooperativa?
1	Não	Sim	Sim	Não	Não ter preconceito	Não
2	Não	Sim	Sim	Não	Esforço	Não
3	Sim	Sim	Sim	Não	Educação e roupas	Não
4	Sim	Sim	Sim	Sim	Não ter preconceito	Sim
5	Não	Não	Sim	Não	-	-
6	Não	Não	Sim	Sim	Qualificação profissional	Não
7	Não	Sim	-	Não	-	Não
8	Sim	Sim	Sim	Não	Educação	Não

Fonte: Próprios autores, 2020.

Marchi, Granza Filho e Dellecave (2018) afirmam o trabalho como facilitador da construção de laços sociais, fornecedor de status social e de pertencimento a uma comunidade. O trabalho também é orientador da (re)construção da dignidade do indivíduo, capaz de proporcionar inclusão social fora das prisões, nesse sentido, percebe-se a unanimidade entre os participantes quanto a concordarem sobre a importância do trabalho:

Emprego, trabalho, representa pra mim... É a mudança de vida, a minha mudança de vida, porque [...] eu acredito que muita gente não consegue mudar, porque é difícil a pessoa mudar, quando vê uma conta de água pra pagar, uma conta de luz, o aluguel vencendo, as crianças chorando de fome, e até mesmo não ter onde morar, e a pessoa lutar, levar currículo pra todo lugar, na cidade inteira, tentar um trabalho e não conseguir. Não ter uma oportunidade (PARTICIPANTE 6, 2020).

Pode-se observar que todos os egressos, no momento da pesquisa, tinham fonte de geração de trabalho e renda, por participarem de cooperativas sociais de catadores.

O modelo de Cooperativa Social é um importante instrumento para o enfrentamento da exclusão social, acolhendo indivíduos de todas as condições étnicas, socioeconômicas, físicas ou psicológicas, ofertando aos egressos um ambiente apropriado para o convívio em comunidade (MATTOS; POZZOBON, 2019).

Os Participantes 1, 2, 3 e 5, exemplificam características presentes na cooperativa que são destacadas pelos autores: "Aqui ele te aceita, aqui eles acóie... já acoieiu muito aqui... me da muita força. Aqui eles ensina ocê pescá, te dá a vara e ensina a pescá... o bom é isso. [...] as pessoas num cunfia mais em você... e a única confiança que eu achei foi aqui. [...] senti acolhida aqui" (PARTICIPANTE 1, 2020). "Mesmo tendo, sabendo esses processos que eu tive com a prisão, pouco tempo recente que eu sai, as tatuagem que eu tenho [...] me deu uma oportunidade porque eu mesmo vim entregar currículo numa sexta-feira, na segunda feira eu ja tava vindo trabalha já. [...] nós é coletivo né porque todos nós precisa de nós [...]" (PARTICIPANTE 2, 2020). "[...] Aqui eles num trata a gente indiferente, aqui todo mundo é catadores, tudo ingual... ninguém é melhor do que ninguém... [...] num é porque você foi presa, foi alcoólatra que você é tratada indiferente [...] aqui é todos inguais" (PARTICIPANTE 3, 2020). "Eles dão muita oportunidade pra muitos, fala pra você aqui eles dão oportunidade pra muita gente [...]" (PARTICIPANTE 5, 2020).

O Quadro 3 apresenta os principais dados sobre a identificação dos participantes da pesquisa com a Cooperativa Social.

Quadro 3 - Identificação com Cooperativa Social

Participante	Se identifica com o modelo de trabalho da cooperativa?	Alguma proposta de emprego te motivaria a sair da Cooperativa?	Permanência da pessoa deveria ser temporária ou definitiva?
1	Sim	Sim	Definitiva
2	Sim	Não	O tempo que ela quiser

3	Sim	Não	O tempo que ela quiser
4	Sim	Não	-
5	Sim	Não	O tempo que ela quiser
6	Sim	Não	O tempo que ela quiser
7	Sim	-	Definitiva
8	Sim	Não	Definitiva

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

O Quadro 3 aponta que todos os participantes dizem se identificar com o modelo da cooperativa; sete deles (87,5%) não tem em mente nenhuma proposta que o motivaria sair do modelo de cooperação; e quando perguntados sobre a permanência no projeto, quatro (50%) responderam que deveria ser "o tempo que a pessoa achar necessário" e três (37,5%) relataram que deveria ser definitiva.

Concordando com Marchi, Granza Filho e Dellecave (2018) e Mattos e Pozzobon (2019), o Participante 6 descreve a cooperativa e suas características:

[...] a cooperativa num tem um patrão ali, todos são o patrão. Todos a partir do momento eles têm... Todo mundo pode falar, todo mundo pode opinar, todo mundo tem uma responsabilidade também. Então ninguém vai crescer sozinho ali. Se todo mundo junto abraçar essa ideia, ter uma unanimidade todos podem crescer. [...] e a cooperativa é uma família. A cooperativa desde o começo ela já foi formada já pra isso, como... as grandes empresas, multinacional tava engolindo todos as pequenas, os pequenos negócios, então os pequenos empreendedores se uniu pra se fortalecer e conseguir "subsistir" (PARTICIPANTE 6, 2020).

O medo da instabilidade em relação ao trabalho, aparece no relato do Participante 1:

[...] a gente num sai para procurar serviço em outro lugar... a gente achou esse e se acomoda aqui. Eu to acomodada aqui, a gente quer um futuro melhor pra gente, quer um serviço melhor... mai e o medo? Vai largar e ser trocada... talvez na hora num fala nada, mai ai dipois começa pisa e é triste (PARTICIPANTE 1, 2020).

O acolhimento, pertencimento a um espaço comunitário, o apoio no coletivo, significando uma reinserção social, são descritos no relato do Participante 4:

[...] quando eu mais precisei [...] eu ia entra numa depressão profunda [...] fui na casa da Helena, expliquei a situação [...] cooperativa me acolheu, hoje eu tenho a cooperativa como minha família [...] sai da prisão pra cooperativa [...] vai fazer dez ano que eu tô dentro da cooperativa. [...] tudo. aqui representa

muito [...] aqui pra mim foi o mió lugá [...] com a Helena você pode contá, com as minina do escritório [...] aqui eu fui muito apoiada [...] (PARTICIPANTE 4, 2020).

907

Esse processo de pertencimento a um coletivo, de investimento na formação do indivíduo não só tecnicamente, mas na vivência de comportamento com as diferenças, além da geração de renda para subsistência são relatados pelo Participante 8, com sentido de motivação para estar na cooperativa:

Primeiro lugar é a renda, que eu vou ter uma renda fixa minha. Outra que aqui estão me educando bastante, tô prendendo a lidar com outras pessoas que eu não lidava antigamente, saber se expressar, esperar sua vez de falar... Tudo isso eu tô aprendendo aqui na cooperativa [...] que nem a cooperativa mesmo, ela tá mudando a minha vida. Meu modo de pensar, meu comportamento" (PARTICIPANTE 8, 2020).

A relação familiar tem importância significativa neste processo de convívio fora do cárcere. Lopes (2013) observa que o distanciamento familiar, causado por adversidades do sistema, causa ineficiência na reintegração social dos indivíduos, como relata o Participante 7:

As pessoas não tem noção como que é lá dentro... então muitas vezes tem muitas pessoas lá esquecidas, umas pessoas que querem uma oportunidade, mas acaba desistindo, irmão. Não tem apoio da família, não tem nada, aí a pessoa fala "eu não tenho mais nada a perder" então pras pessoas eles não dão a... Eu, graças a Deus, sempre tive minha família aqui fora, então sempre mantive o foco, graças a Deus e tamo aí caminhando (PARTICIPANTE 7, 2020).

Os Participantes 1, 6 e 8 vão ao encontro da opinião de Lopes (2013) quando relatam que o apoio da família no momento de cárcere é essencial: "Se não tivé a fãmia nessa hora fia. . . já era" (PARTICIPANTE 1, 2020). "O apoio da família é como se fosse a sua base, né? É a única coisa que sobrou pra você. Se a sua família também te abandona, você não vai ter mais nada, não vai ter uma esperança, não vai ter nada" (PARTICIPANTE 6, 2020). "É, porque sem eles você vive muito solitário. Você num... Num tem como pensar num objetivo. Que a família é importante na vida" (PARTICIPANTE 8, 2020). Ainda complementando, o Participante 7 relata sobre o apoio familiar antes, durante e depois do cumprimento da pena e destaque que a falta de apoio pode contribuir para a ocorrência ou não da reincidência:

Ah (a família) é importante. Foi que me deu força lá dentro. Saber que tem uma família aqui fora me esperando, independente do que errei. Eles falou "você errou, você está pagando pelo seu erro, quando você sair dai faz diferente pra... não voltar". [...] me deparei com situações lá no semiaberto Jardinópolis, onde que eu tava antes de ir embora, da pessoa ligar na unidade, porque a unidade liga quando você ganha liberdade, a unidade ligar pra família e a família falar não quero, vocês não solta a pessoa. A pessoa tá nove, dez anos presa e a família não querer [...] (PARTICIPANTE 7, 2020).

O Participante 7 vê na cooperativa uma oportunidade de mudança de vida, apontando inclusive, que não quer ser reincidente no sistema carcerário e que a participação na cooperativa proporciona a esperança de um futuro diferente: “Eu vim porque eu quero uma mudança de vida. Quero passar uma imagem diferente pros meus filhos, são todos pequenos. Não quero que eles tenha aquela má imagem do que eu fazia antes [...] Todo mundo que eu fiz um dia chorar de tristeza que possa chorar de alegria [...]” (PARTICIPANTE 7, 2020).

Ainda sobre a reincidência de novos delitos e o retorno ao sistema prisional, Mattos e Pozzobon (2019) observam que o bem estar social e o trabalho, que são valores centrais das cooperativas sociais, somados à divisão de resultados justa, não motivariam o egresso a realizar novos delitos, o que é confirmado também pelo relato dos Participantes 6: “É... se diminui a quantidade de pessoas que voltam pros presídios, se cai a residência, também cai a criminalidade, também poupando, causando efeito na segurança pública. Essa cooperativa, pra mim, ela vai ser de muito impacto” (PARTICIPANTE 6, 2020).

Um ponto a ser observado é o papel das políticas públicas na inclusão, ressocialização de egressos. Se há iniciativas de inclusão laboral, de forma digna, a pesquisa aponta para uma diminuição real da reincidência de delitos de egressos.

Os egressos demonstram também conhecimento sobre o custo em manter pessoas em privação de liberdade e necessidade de investimentos em políticas públicas para evitar o encarceramento, como descreve o Participante 6:

Olha, um preso estadual custa pro governo... Quanto está custando? Mil e oitocentos reais? Se eu não me engano, está custando mil e setecentos, mil e oitocentos reais um preso pro governo, um preso estadual. Um preso federal está custando mais de sete mil reais. Ai se investe tanto, se gasta tanto pra manter a pessoa lá, eu acho que também deveria sobrar alguma coisa pra manter a pessoa aqui. Algum tipo de investimento, seja em educação, seja em curso, seja algum plano de trabalho, alguma coisa, mais cooperativas... Eu acho que poderia sobrar mais algum dinheiro assim, mais alguma verba destinada pra eles (PARTICIPANTE 6, 2020).

O Participante 7 diz que oportunidades, como a cooperativa que está inserido, não são nada comuns e que deveriam ser replicadas em mais lugares:

Ah, é criar movimentos que nem esses daqui que apoie, que dê... Que nem aqui quando eu cheguei o povo apoiou, o povo ajuda, te dá um cartão, te dá apresenta curso, te dá uma situação, uma cesta básica, te ajuda, querendo ou não, então que nem eu falei, a gente tem que aproveitar as oportunidades que tem, que são poucas, oportunidade pra egresso é pouca [...] (PARTICIPANTE 7, 2020).

Sobre os principais pontos positivos que a cooperativa favorece à comunidade, o Participante 6 cita como principais: a quebra preconceitos, o aumento da sustentabilidade e gerar economia aos cofres públicos:

Então... A cooperativa é [...] muito importante, porque ela [...] vai quebrar [...] muitos conceitos. Essa cooperativa vai quebrar muitos conceitos que abomina. Abomina a gente que já foi preso, porque quando essa cooperativa começar a funcionar, as pessoas... Muitas pessoas já não acredita, mas vão acreditar quando ela começar a funcionar. E eu abracei essa ideia [...] A gente era umas pessoas que era considerada que fazia o mal, que destruía. Essa cooperativa é uma cooperativa que ela vai ajudar o meio ambiente, que é uma cooperativa de compostagem, então essa cooperativa ela vai [...] fortalecer até mesmo os cofres públicos, porque se diminui a quantidade de resíduo que é levado pros aterro, vai sobrar mais dinheiro pros cofre público. [...] se diminui o nível de quantidade de resíduo que é levado pros aterro, diminui a quantidade de gases que é lançado na atmosfera. (PARTICIPANTE 6, 2020).

A diminuição da reincidência também aparece como um ponto positivo, conforme relata o Participante 7:

O nosso ponto positivo, que eu vejo, é tentar diminuir a reincidência. A reincidência do preso, porque o índice é muito grande. De cada dez que sai, sete, oito, volta! Então, querendo ou não, se a nossa cooperativa poder abranger essas pessoas que sai, dá uma oportunidade e diminuir o número de reincidência, pra nós vai ser um grande ganho, que ali não é só pra ganhar remuneração, o trabalho que ali que vai ser feito é um trabalho muito bonito, é um trabalho muito importante, então nós tá tendo uma oportunidade única aí que a gente vai se esforça. Eu mesmo me esforço pra caramba pra gente conseguir andar pra frente (PARTICIPANTE 7, 2020).

A pesquisa aponta, portanto, para muitas dificuldades enfrentadas por egressos do sistema prisional no seu convívio em sociedade fora do cárcere, desde as deficiências do sistema enquanto o apenando está preso, até a completa ineficiência, e até mesmo inexistência, de ações efetivas após a saída dessas pessoas do cárcere, no sentido de ressocializá-las no convívio em comunidade. Não basta apenas constar na legislação a necessidade e a responsabilidade de ações para a ressocialização de ex-apanados, mas há a necessidade de aprimorar o sistema como um todo, tanto nas questões estruturais quanto sociais, proporcionando aos futuros egressos melhores condições e oportunidades em se reintegrar oficialmente na sociedade após o cumprimento da pena.

Considerações Finais

A realidade do sistema carcerário brasileiro é complexa e aponta vários desafios no que tange a estrutura e política de convívio social de egressos do sistema prisional, especialmente em relação às oportunidades de trabalho e geração de renda para essa população.

Destacam-se as seguintes dificuldades apontadas nesta pesquisa: preconceito e

discriminação, falta de documentação, multa devida com a justiça eleitoral, baixa escolaridade, qualificação profissional insuficiente para acessar trabalhos mais valorizados no mercado e ausência de programas que geram oportunidades, tanto por parte do poder público quanto da sociedade em geral. A dificuldade de inserção em ambientes laborais, com geração de trabalho e renda, é um fator potencial de reincidência criminal de egressos do sistema prisional.

O preconceito com egressos não é um tema novo na sociedade brasileira. Todavia, o tema, os problemas e as oportunidades têm pouca visibilidade, o que coopera para a permanência do estigma e distanciamento da sociedade em aceitar, incluir e colaborar com essas pessoas que, em algum momento, cometeram erros, porém já pagaram por eles perante a sociedade.

Quanto à vivência familiar, o ponto em destaque é que a família é o vínculo essencial para facilitar o período carcerário e minimizar as chances de reincidência criminal, podendo assim ser um item de atenção ao prover estratégias e planos com ênfase na diminuição da população presidiária.

A falta de oportunidades de geração de trabalho e renda pode ser um fator determinante para o alto nível de reincidência de delitos, o que ocasiona a volta ao sistema prisional por diversas vezes. Sendo uma solução eficaz para barrar esse ciclo vicioso iniciativas de Economia Solidária, como as Cooperativas Sociais, nas quais os egressos encontram um ambiente de acolhimento, crescimento pessoal, reconhecimento e geração de renda, diminuindo o preconceito social sofrido.

As políticas públicas podem trazer iniciativas de sucesso na inserção laboral dos ex-apenados, servindo de modelo e motivação para que haja também iniciativas das organizações privadas no sentido de dar oportunidade a egressos do sistema prisional.

A autogestão e o crescimento coletivo, muito evidenciados nos resultados, mostram que não há submissão ao capital, mas sim uma forte convicção de construção de renda digna, criada com autonomia pelos cooperados.

Entretanto, as iniciativas de Economia Solidária na gestão pública são restritas. Na atualidade, há poucos municípios e estados com fomento à políticas públicas de Economia Solidária, não tendo um programa nacional com diretrizes para o fortalecimento desta forma de produção, distribuição e consumo. Não há marcos legais que fomentem o crescimento de iniciativas autogestionárias. Esse cenário faz com que o desenvolvimento de empreendimentos econômico solidários, muitas vezes, precisem de esforço triplicado em relação a empreendimentos tradicionais para alcançar seus objetivos estratégicos.

Essas reflexões não se esgotam neste trabalho, mas incentivam o aprofundamento de pesquisas e debates, para que a academia possa dar contribuições substanciais para a resolução dos

problemas da gestão carcerária. São necessárias novas iniciativas, pautadas pela inclusão e aperfeiçoamento da gestão do sistema prisional, além de fomentar as reflexões sobre possíveis ações com melhores políticas públicas, estratégias mais humanizadas que tenham como foco a evolução de uma sociedade intolerante e excludente, que ignora o problema carcerário no país. As iniciativas de Economia Solidária são essenciais para essa evolução para melhor dessas relações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, U. S. D; FERREIRA, F. F. Crise no sistema penitenciário brasileiro: capitalismo, desigualdade social e prisão. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, Salvador, v. 3, n. 1, p. 24-38, dez./2014.

ARARAQUARA. Coleta Seletiva. DAAE, 2020. Disponível em: <https://daearaquara.com.br/coleta-seletiva/>. Acesso em: 27.nov.2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Economia Solidária. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-urbana/economia-solidaria>. Acesso em 05 out.2022.

BRASIL. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 17 jun.2020.

BRASIL. Lei nº 9.867 de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação e funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19867.htm. Acesso em 09 out. 2022

CAEIRO, J. M.C. Economia Social: Conceitos, Fundamentos e Tipologia. Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, Revista Katálysis, Florianópolis, v.11 n. 1. p. 61-72, 2008.

COOPERATIVA ACÁCIA. Nossa História. 2020. Disponível em: <https://www.acaciacoleta.com.br/quem-somos/historico/>. Acesso em 27.nov.2020.

COOPERATIVA SOCIAL DE TRABALHO EM RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS DOS EGRESSOS PRISIONAIS DE ARARAQUARA - SOL NASCENTE. Estatuto Social, 2020, 19 p.

COOPERESO - COOPERATIVA DE EGRESSOS E FAMILIARES DE EGRESSOS DE SOROCABA E REGIÃO. Quem Somos. Disponível em: <https://www.coopereso.com.br/empresa>. Acesso em: 30 nov.2020.

FERREIRA, A. R. Crime-prisão-liberdade-crime: o círculo perverso da reincidência no

crime. Serviço Social & Sociedade, n.107, p.509-534, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000300008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 7 maio.2020.

912

HIMELFARB, I. T. SCHNEIDER, J. O. Cooperativa Social e a produção de liberdade dos egressos do sistema prisional. Revista Ciências Sociais Unisinos, v. 45 n. 2. p 171-180, 2009.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Relatório de pesquisa reincidência criminal no Brasil. 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=25590. Acesso em: 27.nov.2020.

LANZA, F.; MORAIS, E.; PELANDA, S. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. -, n. 105, mar./2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100005. Acesso em 15.jun.2020.

LOPES, R. Os Desafios para a Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. In: COMISSÃO de Formação Teórica e Prática do PrEsp. O Egresso do Sistema Prisional: do Estigma à Inclusão Social. 1ed.Belo Horizonte: Instituto Elo, 2013, p. 65-86. Disponível em <http://institutoelo.org.br/site/files/publications/6249f589266779f9bd30d6a403db544f.pdf>. Acesso em: 07 mai.2020.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. v. 26/27, p. 149-158. São Paulo: Didática, 1990/1991.

MARCHI, C. R.; GRANZA FILHO, L. G.; DELLECAVE, M. D. R. O processo de reinserção do egresso no sistema prisional no mercado de trabalho. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, Bahia, v. 7, n. 2, p. 277-287, dez./2018. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1801>. Acesso em: 07 maio. 2020.

MATTOS, M. S.; POZZOBON, T. C. Reinserção Social do Egresso Através da Implementação da Economia Solidária: subtítulo do artigo. Revista Digital Constituição e Garantias de Direito: subtítulo da revista, Paraná, v. 11, n. 2, p. 247-260, abr./2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpr.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/16043>. Acesso em:07 maio.2020.

NASCIMENTO, R. Falta de documentos pessoais dificulta ressocialização de presos. [Entrevista concedida a] Revista Consultor Jurídico, julho/2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-jul-10/falta-documentos-pessoais-dificulta-ressocializacao-presos>. Acesso em: 06 jul.2020.



SENA, F. J. A elite por trás da tropa: as percepções sobre a mídia nas políticas de ressocialização. 112 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SILVA, C.; TONETTO, I. A criação de cooperativas dentro dos estabelecimentos carcerários como instrumento de ressocialização do preso. JUS, 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/68895/a-criacao-de-cooperativas-dentro-dos-estabelecimentos-carcerarios-como-instrumento-de-ressocializacao-do-preso/2>. Acesso em: 15 maio. 2020.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2002.

SISDEPEN - SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL - Levantamento nacional de informações penitenciárias. Departamento Penitenciário Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/depn/pt-br/sisdepn>. Acesso em: 27.nov.2020.

TOLEDO, I. KEMP, V.; MACHADO, M. Os sentidos do trabalho para egressos do sistema prisional inseridos no mercado formal de trabalho. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v.17 n.1, p, 85-99, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/112334>. Acesso em: 07 maio.2020.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. trad. Daniel Grassi - 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

A QUESTÃO DA PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL PARA MULHERES ENGAJADAS EM PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO INICIAL A PARTIR DE ENTREVISTA

914

Olivia Kari Nagayama Boarini, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da
Universidade de São Paulo (ITCP-USP),
olivia.boarini@usp.br

Bernardo Parodi Svartman, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da
Universidade de São Paulo (ITCP-USP),
bernardo@usp.br

Thiago Giancoli Berto, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da
Universidade de São Paulo (ITCP-USP),
thiago.gberto@gmail.com

Introdução

A maneira como as trabalhadoras e trabalhadores experienciam e lidam com as situações abusivas e opressoras de trabalho é atravessada pela divisão sexual do trabalho. As relações de gênero apresentam-se como uma dimensão decisiva para a compreensão da organização social do trabalho pois configuram formas específicas de exploração. A distinção entre trabalho produtivo e reprodutivo e a realização de jornadas dupla marca o modo como, historicamente, as mulheres se inseriram no mercado de trabalho: muitas vezes, designadas às profissões que detinham características similares às do trabalho doméstico e arcando com o trabalho de reprodução da vida (HIRATA; KERGOAT, 2007). A separação por gênero com que se distribui a força de trabalho no capitalismo também determina o meio como as pessoas enfrentam o sofrimento causado pela atividade produtiva, assim como o trabalho doméstico quando compulsório também. Por isso, ao longo das incubações e assessorias, pareceu-nos importante conhecer melhor as trajetórias de mulheres trabalhadoras da Economia Solidária e as implicações do gênero no trabalho cooperado e autogestionário. Interessou-nos investigar como, nas trajetórias dessas mulheres, a mudança para o trabalho autogestionado e cooperado impacta na saúde mental.

Este artigo pretende discutir as relações entre experiências de trabalho, a saúde e o sofrimento psíquico observando aspectos relacionados ao gênero e à participação em projetos de Economia Solidária. Discutiremos nossa experiência como formadores, e

apresentaremos uma entrevista realizada com Edna Simão, uma trabalhadora cooperada da AMESOL e organizadora da ATEMDO .

A metodologia utilizada consistiu na análise qualitativa da experiência vivida nos campos da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP), através da “pesquisa-ação” e, principalmente, em uma entrevista semiestruturada desenvolvida com base nessa experiência de campo. Buscaremos analisar as relações entre as experiências de trabalho ao longo da biografia de Edna e a relação com a elaboração de sofrimentos psíquicos e violência de gênero. Nossa hipótese é a de que o trabalho coletivo – o trabalho conjunto – permite a construção de uma experiência comunitária que vai para além da comercialização e das atividades produtivas. A experiência de comunidade e de participação na gestão do trabalho gera uma transformação da identidade, baseada no compartilhamento de angústias e sofrimentos, acrescido do incentivo coletivo para realização de iniciativas concretas de resistência e de luta contra a opressão. A pessoa rompe com a visão estigmatizada que recebeu em outros contextos sociais e isso permite desenvolver o senso de pertencimento, autorrespeito e desnaturalização de episódios de violência. Esse é um aspecto psicossocial importante para a promoção da saúde mental.

Os estudos no campo da Psicologia do Trabalho sempre enfatizaram que nossas condições de vida e trabalho têm profundo impacto sobre processos de saúde e adoecimento. Quando pensamos especificamente sobre saúde ou sofrimento psíquico, é possível observar que as situações de opressão que se materializam nos espaços de trabalho incidem de forma negativa sobre a vida psíquica: traumatizam e produzem angústias, ansiedades e outras formas de sofrimento psíquico. Muitas formas de sofrimento são desencadeadas pela exposição seguida a situações de preconceito, humilhação e impedimentos variados de participação no espaço de trabalho e na vida social mais ampla. Dessa forma, podemos afirmar que as estruturas de poder que perpetuam o racismo estrutural e o sexismo no interior da organização social do trabalho têm muita força para produzir formas de adoecimento.

As discussões levantadas pelas autoras ligadas à Economia Feminista ajudaram a compreender de forma mais precisa esse processo. Além do fato de que as mulheres têm menos chances de ocupar postos e cargos de direção e têm, em média, remunerações menores que os homens que ocupam as mesmas posições, sobre elas recaem uma série de estereótipos e preconceitos os quais implicam em formas de impedimento de participação,

de expressão e desenvolvimento pessoal. O trabalho de reprodução da vida, muitas vezes invisibilizado, também recai, predominantemente, sobre as mulheres, gerando sobrecarga e estresse. Esse ocultamento é parte de uma forma de manutenção de privilégios e poder (SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2014).

Levando em conta os estudos em Psicologia Social, podemos observar que os sofrimentos gerados por situações de opressão demandam sempre respostas políticas, respostas que envolvem iniciativas coletivas contra a reprodução de uma situação violenta. Ao mesmo tempo, demandam atuações que permitam às pessoas elaborar o sofrimento gerado pela situação de opressão (GONÇALVES FILHO, 2007). Entendemos por “elaboração” um processo coletivo no qual o compartilhamento de experiências permite lidar com o sofrimento, desnaturalizar e ressignificar a experiência de vida, já que muitas vezes as pessoas encontram-se sem recursos para entender e vislumbrar formas de superar a situação. Nossa experiência como formadores nos permitiu observar que a entrada das discussões feministas no campo da Economia Solidária tem o potencial de permitir a reflexão e a transformação das estruturas de opressão de gênero em espaços de trabalho.

Nossa hipótese inicial é que a introdução dessas discussões na Economia Solidária abre um espaço para elaboração dessa formas de sofrimento a partir da desnaturalização dos processos de opressão de gênero e apontam para novos projetos de igualdade política no mundo do trabalho, integrando questões de organização dos empreendimentos e do trabalho de reprodução da vida.

Buscaremos neste trabalho apresentar e discutir uma entrevista realizada com uma trabalhadora envolvida com discussões feministas no campo da Economia Solidária. Trata-se de um estudo exploratório, no qual nossa experiência como educadores permitiu construir as bases de um roteiro que foi utilizado na entrevista. Como afirma José Moura Gonçalves Filho (2003), uma entrevista deve ser precedida por experiências anteriores de aproximação ao campo de investigação, para que as perguntas façam sentido e permitam uma verdadeira conversa sobre os problemas e fenômenos investigados. Na entrevista, procuramos abordar as experiências profissionais anteriores à entrada na Economia Solidária, as motivações para fazer parte desse movimento, como conheceu e se envolveu com as discussões feministas; o impacto da relação familiar – marido e filhos – no trabalho e como foi a repercussão desse processo sobre sua saúde mental. Passaremos à apresentação dos principais trechos da entrevista.

Apresentação da entrevistada

Entrevistamos a cooperada Edna de Souza Machado Simão, uma mulher de 51 anos, mãe de três filhos, trabalhadora da Economia Solidária desde 2003, participante da Feira Agroecológica de Mulheres do Butantã, antigo campo de incubação da ITCP-USP e da AMESOL – Associação de Mulheres da Economia Solidária e Feminista – onde vende bonecas de pano e brinquedos do seu empreendimento “Tendarte”. Realizamos a entrevista na sede do ATEMDO – Associação dos Trabalhadores em Domicílio da Economia Solidária –, projeto que nasceu em 2019, em Osasco-SP, organizado por Edna para incubar, formar trabalhadores e promover políticas públicas. É apoiada por organizações internacionais, inclusive, financeiramente. Atualmente, a fim de incrementarem suas atividades, as associadas contam com uma loja física, no Shopping Galeria, e desenvolvem o aplicativo “Atemdo Aqui”.

Edna nos conta que conheceu a Economia Solidária através de uma amiga que participava de uma feira na Catedral Santo Antônio/Osasco, uma vez ao mês, e que foi convidada para participar também. Edna trabalhava no momento com artesanato de bonecas e outros brinquedos lúdicos e educativos de maneira autônoma, e estava sempre buscando feiras para participar. Dessa vez, junto à venda, eram organizadas reuniões de formação sobre os princípios da Economia Solidária. A partir disso, houve uma “mudança radical, para o bem” segundo Edna, quando começou a se envolver no movimento: “A Economia Solidária tem o viés do trabalho e renda, mas não esse que a gente vê por aí no universo capitalista. É um trabalho em um outro formato, mais digno, que valoriza primeiro o ser humano, nos colocando em um processo democrático de autogestão, onde você sabe que você pode comandar a sua vida”, diz Edna.

Perguntamos a ela como foi sua experiência de trabalho antes de conhecer a economia solidária, bem como como chegou a entrar no movimento, também. Ela nos disse que chegou a trabalhar de maneira formal, e sua última experiência de trabalho foi como ajudante geral em uma fábrica de confecção de embalagens. Contou a estória de quando foi promovida para gerente de showroom e, com isso, passou a ter grandes responsabilidades com a empresa, mas, ao mesmo tempo, muita exigência quanto à maneira como realizava seu trabalho. Com o tempo, descobriu que, mesmo em um cargo maior de atribuições, ela ganhava menos que seus colegas homens que ainda eram ajudantes. “Na época, eu era solteira e não tinha nem aquela desculpa, ai porque você é

casada, tem filho, e não sei mais o que” conta Edna indignada. Ainda nesse mesmo emprego, também nos contou sobre episódios de humilhação e abusos sofridos com seus patrões, como perseguições e desvalorizações descabidas do seu trabalho. Ao falar sobre isso, Edna comparou: “Na EcoSol, há desacordos, mas não há ofensas, humilhação... no final, sempre chegamos a um acordo comum. E há respeito pelo limite”.

Edna saiu do mercado de trabalho pouco antes de ter seu primeiro filho e se casar. Quando pensou em voltar, já não queria trabalhar no mercado formal, pois sabia que não teria mais tempo com seu filho e o restante da família. Como morava em uma periferia violenta, ficou receosa de deixar o filho com outras pessoas, estando distante dele. Por isso, buscou algo que lhe gerasse renda, mas que permitisse estar próxima à família. Assim, chegou ao artesanato das bonecas. Trabalhando de forma autônoma, foi conhecer a Economia Solidária quando a filha estava com dois anos e, desde então, foi se envolvendo cada vez mais no movimento. Participou de programas de ONG’s, como a Cáritas, e com a prefeitura de Osasco, após criação de Lei Municipal de Economia Solidária, em 2005. Foi possível perceber, a partir do envolvimento que Edna estabeleceu com a Economia Solidária, a satisfação que esse trabalho gerou em sua vida.

Papel de gênero na trajetória de Edna

Uma das principais formas de expressão dos papéis de gênero se encontra na relação que a mulher estabelece com seu núcleo familiar, com marido e filhos é dentro do lar; às mulheres, foi designado o papel de desvelo, da limpeza e organização da casa, de cuidado do marido e dos filhos etc. Quando olhamos a trajetória de trabalho de Edna, os impactos da divisão sexual do trabalho são importantes de serem esclarecidos. Por isso, perguntamos a ela sobre a relação de seu marido com sua ocupação como trabalhadora da Economia Solidária e como funcionava a dinâmica dentro de casa e com os filhos. Nesse sentido, ela respondeu: “Ele não incentivava, mas também não atrapalhava”, mantinha-se de forma neutra. Muitas vezes, seus filhos lhe acompanhava nas atividades de venda da produção e, quando não era possível, organizava, com uma cuidadora vizinha de rua, as chamadas “mães-creches” – como Edna denominou – de deixar as crianças com ela.

Com o tempo, Edna foi percebendo que era preciso reservar tempo em sua rotina para dedicar-se exclusivamente à sua produção. O fato de trabalhar em casa abria a possibilidade de, constantemente, ser demandada pelas atividades de cuidado da casa ou

dos seus filhos. Por isso, ela teve que estabelecer limites claros: “das 8h até as 17h não sou nem esposa nem mãe”, disse ela para nós, reproduzindo o que disse para a família. Esse era o recado que estabelecia seus limites. Na época, antes das 8h da manhã, ela levava os filhos até a escola e, depois, já de noite, fazia comida. Atualmente, quem faz comida em casa é o marido (os filhos, já crescidos, também ajudam).

Percebemos que, com o tempo, ocorreu uma mudança estrutural nas relações de gênero postas na família de Edna. Isso nos leva a pensar sobre como a Economia Solidária e a Economia Feminista podem incentivar uma mudança de paradigmas relacionados a papéis de gênero estabelecidos socialmente. A partir do momento que Edna decide pelo caminho do trabalho na Economia Solidária, novas configurações sociais aparecem. O trabalho em coletivo autogestionário possibilitou para Edna ter tempo de dedicação à família, na mesma medida que se afastou, com os anos, dos trabalhos domésticos. “Quando você está no coletivo, você sabe que pode ser amparada se precisar, ou amparar quando o coletivo precisar. Isso faz muita diferença na vida”, colocou ela. De alguma maneira, esse amparo foi muito significativo para Edna. Dessa forma, acentuamos como a realização pessoal e psíquica da mulher nos parece estar relacionada à redistribuição das responsabilidades historicamente atreladas a ela dentro de seus núcleos familiares e, conseqüentemente, à sua saúde mental. O trabalho, a realização pessoal e a sociabilidade são importantes aspectos da vida de qualquer pessoa e nem todos se encaixam nos limites impostos pelos papéis de gênero.

Curiosamente, durante a entrevista, fomos interrompidos por uma senhora de cerca de sessenta anos, com um colar cervical no pescoço e uma sacola de feira, que subiu as escadas da ATEMDO para perguntar sobre as oficinas que são realizadas no espaço. Recebendo nossa atenção, mas principalmente a de Edna, a senhora logo começou contar sobre sua necessidade de buscar trabalho para ser valorizada pelo marido, ao mesmo tempo que, indiretamente, falava sobre violência e humilhações infligidas por ele. Claramente desamparada, a senhora queria ajuda para recomeçar no mundo do trabalho. No entanto, sentia-se impedida pelo marido que, após o divórcio, não queria deixar nenhum recurso financeiro a ela. Pareceu-nos curioso esse acontecimento em meio a uma entrevista que, justamente, buscava olhar para como a Economia Solidária se relacionava com a questão de gênero no dia a dia das mulheres e seus impactos na saúde mental. De alguma maneira, as oficinas promovidas pela ATEMDO chamaram a atenção da senhora. Após esse momento da entrevista, Edna nos conta que a maior parte dos associados são

mulheres (cerca de 90%) e que cada uma possui uma rotina diferente de trabalho. Existem aquelas que dispõem de maior tempo e maior espaço dentro de casa a fim de realizarem sua produção e oficinas, mas também aquelas que só conseguem trabalhar no seu empreendimento depois de duas jornadas de trabalho (trabalho formal, trabalho doméstico e, por último, trabalho na Economia Solidária).

Conclusão

O objetivo deste trabalho foi o de discutir como algumas dimensões da experiência da Economia Solidária podem contribuir para elaborações de sofrimentos relacionados às opressões de gênero.

Talvez não seja possível afirmar que o trabalho na Economia Solidária leve à mudança das relações dentro de casa de maneira automática, mas é possível pensar que ele pode – sim – contribuir para o fortalecimento e acolhimento de mulheres subalternizadas pela divisão sexual do trabalho. A construção de coletivos, o não isolamento no trabalho, a crescente noção de pertencimento são formas de apoio e acolhimento que cooperativas buscam alimentar e que foram importantes para a realização pessoal de Edna. A Feira Agroecológica de Mulheres do Butantã, no que pudemos perceber durante o acompanhamento de incubação, de cuja Edna faz parte, é um exemplo de agenciamento de mulheres para a venda coletiva dentro da Economia Solidária, a qual, para além da geração de renda, funciona como um lugar de pertencimento, de realização de atividades lúdicas e de compartilhamento de vivências e dores. Essa diferença nos trabalhos dentro e fora da EcoSol é bastante significativa para a saúde mental da mulher.

A proposta crítica da Economia Solidária às tecnologias capitalistas de produção e exploração vão ao encontro, também, da crítica da estruturação subjetiva da divisão de gênero, uma vez que é possível compreender de forma ampla a questão de gênero como fruto do processo de exploração histórica no capitalismo. Ochy Curiel (2020), em seu texto “Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial”, faz-nos pensar como a relação entre diferentes lutas e críticas sociais estão relacionadas entre si, em realidade, a origens comuns de colonialidade, principalmente quando situados na América Latina.

Uma vez que a luta na EcoSol propõe-se a repensar a forma de reprodução econômica e social, deve também pensar como a colonialidade imposta através dos papéis

de gênero e de que maneira atravessa o trabalho. A perversidade das relações de poder, mormente sobre a questão de gênero, expressa-se em diversos lugares, mesmo naqueles que se propõem a emancipar economias e tecnologias. Por isso, é necessário identificar e trazer à tona discussões de gênero e racialização para, assim, realmente subverter a lógica capitalista. O adoecimento proveniente do sofrimento do trabalho compulsório dentro das fábricas e das empresas capitalistas não deixa de ser relevante, mas, no mesmo sentido, o trabalho compulsório doméstico invisibilizado socialmente também o é, adoecendo talvez na mesma medida.

Referências

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa B. (Org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-138.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social: humilhação política, 2007. In: SOUZA, B. de P. (Org.). Orientação à queixa escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 187-222.

GONÇALVES FILHO, J. M. Problemas de método em psicologia social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante, 2003. In: BOCK, A. M. Bahia (Org.). Psicologia e o compromisso social. São Paulo: Cortez. p. 193-240.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, 2007. p. 595-609. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005> . Acesso em: 10 outubro 2022.

SOF – SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Para entender a Economia Feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar. São Paulo, 2014.

CO-PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTOS CON EXPERIENCIAS COLECTIVAS DE TRABAJO DE PERSONAS USUARIAS DE SERVICIOS DE SALUD MENTAL Y EN SITUACIÓN DE CALLE

922

Carla Assandri, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria - SCEAM UdelaR
(Uruguay), carlaassandri@gmail.com

Dulcinea Cardozo, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria - SCEAM UdelaR
(Uruguay)
dulcinea.cardozo@gmail.com

Noelia Correa García, Área Sector Productivo y Organizaciones Sociales – SCEAM,
UdelaR(Uruguay),
noecorreagarcia@gmail.com

Cecilia Etchebehere, Departamento de Trabajo Social - FCS UdelaR (Uruguay),
cecilia.etcbehere@cienciasociales.edu.uy

Alejandro Guevara, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria - SCEAM UdelaR
(Uruguay),
alejandro.guevara.alvarez@gmail.com

Javier Paolillo, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria - SCEAM UdelaR (Uruguay),
paolillojavier@gmail.com

Resumen

La presente ponencia aborda la metodología de investigación implementada en el proyecto “Gestión colectiva en emprendimientos de la Economía Social y Solidaria. Aportes para la viabilidad de iniciativas de inclusión socio-económica de personas usuarias de servicios de salud mental y personas en situación de calle en Uruguay”, llevada adelante por un equipo interdisciplinario de SCEAM⁸³ y FCS⁸⁴ y financiado por el Programa de Inclusión Social de la CSIC⁸⁵ de la UdelaR⁸⁶. Para abordar los objetivos de la investigación, desde la perspectiva de la extensión crítica, se propuso una estrategia metodológica cualitativa e interdisciplinaria, con un importante énfasis en la co-producción de conocimiento, con técnicas participativas que permiten el diálogo de saberes (Ghiso, 2000). Explorar las perspectivas de los y las participantes de emprendimientos pensados como inclusión social busca ser congruente con una perspectiva de restitución de derechos. El proyecto se despliega en dos fases: la de diagnóstico y la de construcción de soluciones. En esta ponencia profundizaremos sobre la fase diagnóstica que tendrá un importante foco en técnicas narrativas (Gandarías, 2014) puesto que son descritas como una estrategia idónea y pertinente que permite por un lado, producir conocimiento desde las experiencias a través de sus propias voces y al mismo tiempo evita objetivar y perpetuar las miradas estigmatizantes hacia las personas en situación de calle y usuarias de servicios de salud mental. Se construirá una narrativa colectiva de cada emprendimiento sobre los procesos de gestión colectiva, como por ejemplo, la toma de decisiones, la organización del trabajo, el rol de los equipos técnicos, resolución de conflictos, fortalezas grupales, viabilidad, entre otros. Esto nos permitirá una sistematización y análisis de la información producida para identificar patrones emergentes o características comunes sobre los procesos de gestión colectiva y la viabilidad de los emprendimientos, en clave de sostenibilidad de la vida. Este enfoque metodológico también

⁸³Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio

⁸⁴Facultad de Ciencias Sociales

⁸⁵Comisión Sectorial de Investigación Científica

⁸⁶Universidad de la República (Uruguay)

se enmarca dentro de las claves comunes de la epistemología feminista y la extensión crítica latinoamericana donde cobran relevancia los posicionamientos éticos-políticos vinculados al conocimiento situado, sujeto parte, transformación social.

923

Palabras clave: Co-producción de conocimientos, Técnicas narrativas, Salud mental y situación de calle, Trabajo, Autogestión

Abstract

This paper addresses the research methodology implemented in the project "Collective Management in Social and Solidarity Economy Ventures: Contributions to the Feasibility of Socioeconomic Inclusion Initiatives for Users of Mental Health Services and Homeless Individuals in Uruguay." The project is carried out by an interdisciplinary team from SCEAM and FCS, and it is funded by the Social Inclusion Program of CSIC at UdelaR. To address the research objectives from a critical extension perspective, a qualitative and interdisciplinary methodological strategy was proposed, with a significant emphasis on knowledge co-production and participatory techniques that enable the dialogue of knowledge (Ghiso, 2000). Exploring the perspectives of the participants in ventures conceived as social inclusion is in line with a perspective of restoring rights. The project unfolds in two phases: the diagnostic phase and the solution-building phase. In this presentation, we will delve into the diagnostic phase, which will focus heavily on narrative techniques (Gandarías, 2014) as they are described as an appropriate and relevant strategy that, on the one hand, produces knowledge from experiences through their own voices and, at the same time, avoids objectifying and perpetuating stigmatizing views towards individuals experiencing homelessness and users of mental health services. A collective narrative will be constructed for each venture, focusing on the processes of collective management, such as decision-making, work organization, the role of technical teams, conflict resolution, group strengths, viability, among others. This will allow us to systematize and analyze the information produced to identify emerging patterns or common characteristics regarding collective management processes and venture feasibility in terms of sustaining life. This methodological approach also aligns with the common keys of feminist epistemology and Latin American critical extension, where ethical-political positions related to situated knowledge, subject participation, and social transformation are relevant.

Keywords: Co-production of knowledge, Narrative techniques, Mental health and homelessness, Work, Self-management

Introducción

El presente documento busca compartir algunos aportes metodológicos elaborados en el marco del proyecto de investigación "Gestión colectiva en emprendimientos de la Economía Social y Solidaria. Aportes para la viabilidad de iniciativas de inclusión socio-económica de personas usuarias de servicios de salud mental y personas en situación de calle en Uruguay", llevado adelante por un equipo interdisciplinario de SCEAM y FCS y financiado por el Programa de Inclusión Social de la CSIC de la UdelaR. Este enfoque metodológico se enmarca dentro de las claves comunes de la epistemología feminista y la extensión crítica latinoamericana donde

cobran relevancia los posicionamientos éticos-políticos vinculados al conocimiento situado, sujeto parte, transformación social.

El campo problema vinculado a los emprendimientos de la Economía Social y Solidaria (ESS) conformados por personas usuarias de servicios de salud mental y personas en situación de calle en Uruguay, conlleva problemáticas vinculadas con exclusión social, reestigmatización, autogestión y autonomía. Para ello, en primer lugar, plantaremos nuestro posicionamiento para la investigación basado en los diálogos entre extensión y feminismo. Luego, profundizaremos en las técnicas narrativas de la fase diagnóstico de nuestro proyecto, puesto que entendemos configuran un buen ejemplo para ubicar nuestro posicionamiento. Por último, colocamos algunas reflexiones finales a modo de cierre.

Posicionamiento para la investigación: diálogos entre extensión y feminismo

Nuestro posicionamiento al momento de investigar se enmarca en ideas fuerza de la extensión crítica y de la epistemología feminista.

Se ha denominado extensión crítica a la línea de pensamiento extensionista que emerge del contexto de luchas sociales latinoamericanas y de obras como la de Paulo Freire (Tommasino et al., 2006), con una clara impronta desde la contradicción liberación-dominación, dialógica, horizontal y con foco en aportar a la transformación social. Luego de las dictaduras cívico-militares y de la recomposición neoliberal de la última década del siglo XX, fue una respuesta a los "nuevos formatos hegemónicos de transferencia tecnológica que entablaban una vinculación mercantilizada con el medio, amenazando la existencia misma del compromiso social universitario" (Erreguerena, Nieto y Tommasino, 2020, p. 1). Es una búsqueda de comprender a la extensión en su sentido de radicalidad política, de volver a lo transformador de la extensión (Tommasino y Cano, 2016).

La epistemología feminista ha generado importantes aportes teóricos donde cuestionan algunos criterios que se planteaban como inamovibles en la ciencia, como la universalidad, la objetividad y la neutralidad. El conocimiento feminista es un conocimiento situado (Haraway, 1995), por lo que es un conocimiento parcial e inacabado, que tiene las marcas de lo que constituye la subjetividad de quien produce ese conocimiento construidas desde lo social, cultural, histórico y político. El conocimiento

feminista siempre es un conocimiento implicado y comprometido (Castañeda, 2019), que busca aportar para la transformación social.

La extensión crítica y los feminismos comparten “el deseo de disputar los modos hegemónicos de distribución del poder, la intención de capturar las fuerzas que permitan ampliar la capacidad de circulación y apropiación de recursos sociales, y la capacidad de promover la construcción de nuevas formas de vida” (Colacci y Filippi, 2020, p. 18).

Dentro de las claves comunes entre la extensión crítica y la epistemología feminista se encuentran el conocimiento situado, implicado y comprometido, la crítica a la ciencia convencional y a sus formas de producir conocimiento, así como la intención política de aportar para la transformación social (Tommasino y Correa, 2021).

La “experiencia” como herramienta epistémica, con la intención política de considerar la experiencia de los grupos subalternos, ha sido una de las ideas fuerza de la epistemología feminista. Desde una praxis que conjugó la teoría y la práctica, se colocó a la subjetividad y a los sujetos como protagonistas en los procesos de construcción de conocimiento.

Así es que, al experimento, fetiche de la construcción del conocimiento de la ciencia neutral, en el que las variables están ponderadas, medidas y controladas en un higiénico laboratorio teórico, aséptico incluso del/de la propio/a investigador/a, los estudios de género opusieron la experiencia (invención contaminada que se sabe, siempre y por definición, inaprensible) como el camino honrosamente precario para producir una perspectiva-otra que resultara inesperada para la ciencia imperante. (Trebisacce, 2016: 288)

Introducir a la experiencia tuvo la intención política de habilitar(nos) la enunciación de sujetos y sujetas subalternas, dar cuenta de otros puntos de vista diferentes a lo hegemónico.

Las técnicas narrativas

A la hora de pensar las técnicas a implementar en investigación, encontramos en las *producciones narrativas* una técnica coherente con nuestros posicionamientos ético-políticos en tanto que permite construir conocimiento situado, sujetos parte y potenciar la transformación social. Gandarías (2014) describe a las técnicas narrativas como una estrategia idónea en proyectos que involucren personas asociadas a estigmatizaciones y discriminaciones pues permite por un lado, producir conocimiento desde las experiencias a través de las voces de los sujetos y al mismo tiempo evita objetivar y perpetuar las estereotipaciones de las que se busca salir.

En el proyecto al que se hace referencia en esta ponencia se plantea dicha Se construirá una narrativa de cada emprendimiento sobre los procesos de gestión colectiva. Un cuidado narrativo proveniente de los grupos permitirá la problematización de aspectos más sociales, políticos y comunitarios evitando diferentes captaciones de lo biográfico-individual como conocimiento o mercancía (Bolívar y Segovia, 2018).

Luego, se llevará a cabo una sistematización y análisis de la información producida para identificar patrones emergentes o características comunes de la gestión colectiva entre los diferentes emprendimientos. Esta categorización permitirá la realización de un informe diagnóstico sobre los procesos de gestión colectiva y la viabilidad de los emprendimientos, en clave de sostenibilidad de la vida, incorporando la perspectiva de los sujetos.

A su vez, a los efectos de poder construir narrativas genuinas, entendimos necesario poder realizar algunas instancias previas de observación participante para establecer mínimamente algún primer nivel de vínculo con los emprendimientos que nos permita conocer mejor a los emprendimientos y desarrollar la técnica narrativa en un contexto de relativa confianza.

Reflexiones finales

En esta ponencia compartimos la metodología de investigación implementada desde la perspectiva de la extensión crítica y de la epistemología feminista, donde cobran relevancia los posicionamientos éticos-políticos vinculados al conocimiento situado, sujeto parte, transformación social.

En este sentido, desarrollamos una estrategia metodológica cualitativa e interdisciplinaria, con un importante énfasis en la co-producción de conocimiento, con técnicas participativas que permiten el diálogo de saberes (Ghiso, 2000), con un importante foco en técnicas narrativas (Gandarías, 2014). Estas técnicas son una estrategia idónea y pertinente que permite por un lado, producir conocimiento desde las experiencias a través de sus propias voces y al mismo tiempo evita objetivar y perpetuar las miradas estigmatizantes. Este punto nos parece muy relevante ya que el campo problema vinculado a los emprendimientos de la Economía Social y Solidaria (ESS) que participan del proyecto es conformado por personas usuarias de servicios de salud mental y personas en situación de calle en Uruguay.

Para finalizar, reiteramos nuestro compromiso desde la clave política de investigar *con* los sujetos y sujetas que participan de la investigación, siendo así *sujeto parte* del proceso de producción de conocimiento.

Referencias bibliográficas

Bolívar, Antonio & Segovia, Jesús Domingo (2018). La investigación (auto) biográfica y narrativa en España: principales ámbitos de desarrollo en educación. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica*, 3(9), 796-813.

Castañeda Salgado, Martha Patricia (2019). El feminismo como paradigma científico. Corrientes teóricas y epistemológicas de los feminismos. Conferencia Diplomado internacional de actualización profesional Feminismo en América Latina. CEIICH UNAM

Colacci, Romina y Filippi, Julieta (2020). La extensión crítica será feminista o no será. *E+E: Estudios De Extensión En Humanidades*, 7(9). Recuperado a partir de <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/EEH/article/view/30936>

Erreguerena, Fabio; Nieto, Gustavo y Tommasino, Humberto (2020). Tradiciones y matrices, pasadas y presentes, que confluyen en la Extensión Crítica Latinoamericana y Caribeña. *Cuadernos de Extensión Universitaria*, (4), 177-204. Disponible en: <https://doi.org/10.19137/cuadex-2020-04-08>

Gandarias, Itziar. (2014). Tensiones y distensiones en torno a las relaciones de poder en investigaciones feministas con Producciones Narrativas. *Quaderns de psicologia*, 16(1), 127-140.

Haraway, Donna (1995). *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza*. Madrid: Cátedra.

Trebisacce, Catalina (2016). Una historia crítica del concepto de experiencia de la epistemología feminista. *Cinta de moebio*, (57), 285-295. <https://dx.doi.org/10.4067/S0717-554X2016000300004>.

Tommasino, Humberto y Cano, Agustín (2016). Modelos de extensión universitaria en las universidades latinoamericanas en el siglo XXI: tendencias y controversias, *Universidades*, año LXVI, núm. 67, pp. 7-24.



Tommasino, Humberto, González, María; Guedes, Emiliano y Prieto, Mónica (2006). Extensión crítica: los aportes de Paulo Freire. En Humberto Tommasino y Pedro de Hegedus (eds.), Extensión: Reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural, Montevideo, Universidad de la República, pp. 121-135.

Tommasino; Natania y Correa, Noelia (2021). Claves comunes entre la extensión crítica y la epistemología feminista. Cuadernos de extensión universitaria de la UNLPam (enviado para publicar en proceso de revisión).

HACIA UN MARCO CONCEPTUAL PARA EL ABORDAJE DE EXPERIENCIAS COLECTIVAS DE TRABAJO AUTOGESTIONADO DE PERSONAS EN SITUACIÓN DE CALLE Y USUARIOS DE SERVICIOS DE SALUD MENTAL

929

Carla Assandri, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria - SCEAM UdelaR
(Uruguay),
carlaassandri@gmail.com

Dulcinea Cardozo, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria- SCEAM UdelaR
(Uruguay),
dulcinea.cardozo@gmail.com

Noelia Correa García, Área Sector Productivo y Organizaciones Sociales - SCEAM UdelaR
(Uruguay),
noecorreagarcia@gmail.com

Cecilia Etchebehere, Departamento de Trabajo Social - FCS UdelaR (Uruguay),
cecilia.etcbehere@cienciassociales.edu.uy

Alejandro Guevara, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria - SCEAM UdelaR
(Uruguay),
alejandroguevara.alvarez@gmail.com

Javier Paolillo, Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria - SCEAM UdelaR (Uruguay),
paolillojavier@gmail.com

Resumen

A partir del desarrollo del proyecto de investigación “Gestión colectiva en emprendimientos de la Economía Social y Solidaria. Aportes para la viabilidad de iniciativas de inclusión socio-económica de personas usuarias de servicios de salud mental y personas en situación de calle en Uruguay”, llevado adelante por un equipo interdisciplinario de SCEAM⁸⁷ y FCS⁸⁸ y financiado por el Programa de Inclusión Social de la CSIC⁸⁹ de la UdelaR⁹⁰, compartimos algunos aportes teórico-conceptuales transversales. Nos enfocamos en el desarrollo de una conceptualización de sostenibilidad que simultáneamente considera las viabilidades en términos productivos y de cuidados, teniendo en cuenta que las experiencias que abordamos están atravesadas por múltiples violencias institucionales, la lógica manicomial y múltiples vulneraciones de derechos. Se busca, por un lado, generar insumos para las discusiones sobre autonomía en los colectivos y luchas sociales y a su vez visibilizar algunas tensiones que surgen en la implementación de programas de inclusión social a través de proyectos autogestionados. Para ello, partimos de algunos de los aportes conceptuales que entendemos transversalizan el problema de investigación y nos permiten problematizar lo antes mencionado, en particular la noción de trabajo. Las epistemologías feministas y el pensamiento decolonial nos aportan la perspectiva de imbricación de opresiones (Correa, 2021; Olivera, 1973), y las discusiones sobre trabajo productivo y reproductivo, colocando la vida en el centro. Las perspectivas de desmanicomialización nos permiten cuestionar los procesos de normalización, entender la locura como una producción social y visibilizar otras prácticas de acogida y vida. La economía social solidaria y autogestión pone en el centro las personas y no el capital, la transformación de las relaciones de producción-comercialización-distribución y promueve prácticas de horizontalidad y autogobierno. Estos ejes transversales nos

⁸⁷Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio

⁸⁸Facultad de Ciencias Sociales

⁸⁹Comisión Sectorial de Investigación Científica

⁹⁰Universidad de la República (Uruguay)

han permitido construir referencias teóricas críticas y abiertas como también las bases comunes del equipo para posicionarnos ética y políticamente en relación a la temática y a los procesos de investigación en este campo.

Palabras clave: Sostenibilidad de la vida, Trabajo productivo y reproductivo, Autogestión, Desmanicomialización, Situación de calle.

Abstract

From the development of the research project "Collective Management in Social and Solidarity Economy Entrepreneurships: Contributions to the Viability of Socio-Economic Inclusion Initiatives for Mental Health Service Users and Homeless People in Uruguay," carried out by an interdisciplinary team from SCEAM and FCS and funded by the Social Inclusion Program of CSIC at UdelaR, we share some cross-cutting theoretical and conceptual contributions. We focus on the development of a conceptualization of sustainability that simultaneously considers viability in productive and care terms, taking into account that the experiences we address are influenced by multiple institutional violence, the logic of the asylum, and various violations of rights. On one hand, we aim to generate inputs for discussions on autonomy within collectives and social struggles, while also shedding light on tensions that arise in the implementation of social inclusion programs through self-managed projects. To do so, we draw from some conceptual contributions that we understand as intersecting with the research problem and allowing us to problematize the aforementioned issues, particularly the notion of work. Feminist epistemologies and decolonial thought provide us with the perspective of intersecting oppressions (Correa, 2021; Olivera, 1973), and discussions on productive and reproductive work, placing life at the center. Perspectives on deinstitutionalization allow us to question processes of normalization, understand madness as a social production, and make visible alternative practices of care and life. Social solidarity economy and self-management place people at the center, rather than capital, and promote the transformation of production-commercialization-distribution relationships, as well as practices of horizontality and self-governance. These cross-cutting axes have allowed us to build critical and open theoretical references, as well as the common foundations of the team to position ourselves ethically and politically in relation to the theme and research processes in this field.

Keywords: Sustainability of life, Productive and reproductive work, Self-management, Deinstitutionalization, Homelessness.

Introducción

El presente documento busca compartir algunos aportes conceptuales elaborados en el marco del proyecto de investigación “Gestión colectiva en emprendimientos de la Economía Social y Solidaria. Aportes para la viabilidad de iniciativas de inclusión socio-económica de personas usuarias de servicios de salud mental y personas en situación de calle en Uruguay”, llevado adelante por un equipo interdisciplinario de SCEAM y FCS y financiado por el Programa de Inclusión Social de la CSIC de la UdelaR.

Nos enfocamos en el desarrollo de una conceptualización de sostenibilidad que simultáneamente considera las viabilidades en términos productivos y de cuidados, teniendo en cuenta que las experiencias que abordamos están atravesadas por múltiples violencias institucionales, la lógica manicomial y múltiples vulneraciones de derechos. Partimos de ubicar la problemática en términos de los desafíos de la gestión colectiva y

la sostenibilidad en emprendimientos de la Economía Social y Solidaria (ESS), en particular aquellos conformados por personas usuarias de servicios de salud mental y personas en situación de calle en Uruguay. Luego, presentamos algunos aportes conceptuales que entendemos transversalizan el problema de investigación, vinculados con la noción de trabajo, el trabajo productivo y reproductivo, la imbricación de opresiones y la idea de acogida-vida de los procesos de desmanicomialización, buscando articular dichos aportes para construir una conceptualización de la sostenibilidad ampliada para dichos emprendimientos. Por último, colocamos algunas reflexiones finales a modo de cierre.

Contexto y problemática

Las organizaciones de la ESS tienen una forma de gestión y administración basadas en la solidaridad, el apoyo mutuo, la propiedad colectiva y participación de todas/os en las decisiones. Partimos de una concepción de gestión amplia que incluye la dimensión del gobierno, por tanto hablamos de la toma de decisiones estratégica, los sentidos de la organización y sus objetivos junto a su modo organizativo para llevarlos adelante. Se entiende indispensable la innovación en la gestión para no reproducir las herramientas de la teoría de la administración pensadas en empresas capitalistas (Deux y Vannini, 2016, p. 42), pero a su vez pudiendo identificar algunas herramientas que puedan resignificarse con los principios de la ESS y el comercio justo (Assandri y Cardozo, 2019).

Se han identificado en los emprendimientos de ESS tres grandes problemáticas vinculadas a la gestión (Vásquez, 2015): i) la gestión administrativa, ii) la gestión democrática y participativa de la toma de decisiones y su relación con la gestión de las diferencias y las desigualdades; iii) la sostenibilidad a largo plazo inserto en el mercado capitalista.

Pero ¿qué estrategias y herramientas de gestión colectiva son necesarias para construir procesos de viabilidad de los emprendimientos y de sostenibilidad de la vida de las/los integrantes? “¿Cómo se desarrollan las relaciones de interdependencia en sociedades marcadas por la dependencia y las jerarquías? El desafío es pensar esas interdependencias con estrategias de apoyo mutuo, cuidados compartidos, espacios de intercambios fluidos, jornadas solidarias, entre otras (...) que sea posible extraer aprendizajes de las experiencias, compartir saberes e integrar a otras personas del

colectivo a dichos procesos generando condiciones para una integración efectiva y afectiva” (Cardozo, et al, 2021).

Se han identificado tres tensiones que se presentan en estos emprendimientos (con diferentes formas jurídicas, entramados institucionales y comunitarios), que generan desafíos particulares para los procesos de gestión colectiva: asistencia-producción; trabajo dependiente-trabajo autogestionado; protección-autonomía (Cardozo, 2018). Podríamos decir que la primera, asistencia-producción es propia de los dispositivos alternativos al manicomio, generadas en el marco de las reformas psiquiátricas, donde lo productivo ha estado históricamente ubicado como terapéutico y ocupacional (Andrade, 2013); la segunda, trabajo dependiente - trabajo autogestionado, es característica de todos los emprendimientos colectivos, y se ubica en la dificultad que supone el tránsito desde el imaginario asalariado hacia la construcción del trabajo autogestionario en condiciones de interdependencia y cooperación; la última, protección-autonomía, se ubica en las distintas propuestas institucionalizadas de las cuales muchas de estas propuestas surgen, que despliegan prácticas de dependencia y tutela.

Aportes para problematizar la gestión colectiva

En una temática como la abordada se vuelve imprescindible un análisis desde la imbricación de opresiones. Esto se enmarca en la situación social en la que vivimos, donde es necesario hacer frente a un conjunto de opresiones de manera simultánea y sin jerarquizar ninguna de ellas. El reto que se plantea la problematización desde la imbricación de las opresiones es buscar abordar todos los problemas a la vez como parte de un mismo tejido. Las desigualdades por clase, género o racialización forman parte de un entramado que produce vivencias particulares a razón de cuales nos estén atravesando. Por otra parte, el pensamiento decolonial ha aportado a pensar las desigualdades geopolíticas producto de la división del mundo que tiene su enclave en el hecho colonial pero que perduran de diferentes formas hasta nuestra actualidad.

Una concepción ontológica del trabajo, a partir de los aportes de Georg Lukács (2004), lo ubica como actividad humana fundante del ser social, como aquella actividad capaz de transformar la naturaleza para la resolución de necesidades humanas, que al mismo tiempo permite el desarrollo del ser social, de nuevas capacidades y posibilidades. Desde esta perspectiva el trabajo es actividad creadora, inseparable de la vida humana. El trabajo asalariado, por su parte, se ubica como una forma específica de trabajo en el marco

de relaciones sociales capitalistas, a partir de la apropiación privada de la riqueza socialmente generada. La potencia del trabajo se ve reducida a una forma específica de relación social, en donde la fuerza de trabajo es vendida para la obtención de un salario necesario para la subsistencia. La insatisfacción de necesidades económicas-laborales, es un factor significativo de exclusión social que obstaculiza los procesos de externalización de las instituciones totales⁹¹ (Goffman, 1972), la salida de la situación de calle y el acceso a mayores procesos de autonomía e integración a la vida comunitaria de todas y todos. Las reivindicaciones por el derecho al trabajo se han tornado centrales en los movimientos de desmanicomialización⁹² (Andrade, 2013) y movimientos de personas en situación de calle⁹³ (Moljo y Domingues, 2008).

Dada las condiciones de desarrollo dependiente de nuestra región –creadas por la geopolítica del colonialismo– y los procesos de precarización del trabajo que se amplían a partir de 1970 a nivel global, se profundizan las expresiones de la cuestión social como el desempleo e informalidad, el aumento de niveles de pobreza y dificultades para la satisfacción de necesidades humanas básicas. En este marco, las posibilidades de inserción laboral se complejizan dada la acumulación de desigualdades y las características de los mercados en los que se pretende dicha inserción. Las tensiones entre nociones que conciben el acceso al trabajo como un actividad orientada a la rehabilitación, o terapéutica, o en otro extremo con posibilidades de inserción autónoma o independiente sin considerar las condiciones de dicho mercado ni las posibilidades de sostener el empleo, que muchas veces implica condiciones precarias.

Los aportes de la economía feminista nos permiten reconceptualizar la noción trabajo, visualizando el vínculo directo entre trabajo productivo y trabajo reproductivo. Por otra parte, también es importante tener presente que en la economía social y solidaria han persistido los análisis desde una racionalidad del homo economicus donde la trama de los afectos, los cuidados y los procesos no siempre están presentes, invisibilizando muchas veces las tramas de interdependencia (Butler, 2010) que sostienen la producción y reproducción de la vida (Federici, 2013). Según Osorio-Cabrera et al (2019) los mercados alternativos propuestos siguen siendo mayoritariamente en clave del sistema productivo consumo-distribución y comercialización-producción, manteniendo la

⁹¹ Como los manicomios, cárceles y refugios.

⁹² Se puede ver en las redes sociales de algunos colectivos: Facebook: Frente Antimanicomial; Radio Vilardevoz

⁹³ Se puede ver en las redes sociales de algunos colectivos: Facebook Colectivo *Ni Todo está Perdido*; Proyecto 7 en Argentina: <https://proyecto7.org/>

centralidad en la esfera visible de la economía. La idea se sostiene sobre la base de un sujeto autónomo en clave de independencia. Los planteos desde las economías feministas ubican la importancia de la visibilización de la trama de interdependencia de todos/as para sostener la vida, vínculos cotidianos recíprocos entre las personas para nuestra existencia. En este sentido plantean la idea de sostenibilidad de la vida (Pérez Orozco, 2019), donde se pone la vida en el centro, reconociendo las necesidades materiales pero también las afectivas y de participación social.

A su vez, la gestión colectiva de emprendimientos con personas usuarias de servicios de salud mental, conceptualizan a estos emprendimientos como de trabajo-acogida-vida, ya que amplían las concepciones de trabajo y permite visibilizar la dimensión del cuidado y las acciones para el fortalecimiento de redes para la vida.

Cardozo (2021) se refiere al trabajo digno en el sentido de modificar la idea del loco como improductivo, incapaz, irracional, generar una ruptura con la identidad de paciente y reconocer las posibilidades de estar en condiciones de trabajar y construir su vida. Para avanzar hacia la viabilidad económica es necesario que los emprendimientos se integren con personas en diversas situaciones y no solo por usuarias de servicios de salud mental. Esto supone además modificar la división social del trabajo entre quienes piensan y quienes hacen, compartiendo dichas tareas entre todos sus integrantes. Requiere compartir también el cuidado, la escucha, el acompañamiento, correr al técnico de su lugar y construir relaciones de reciprocidad entre los integrantes de los emprendimientos.

“Acoger es sostener, auxiliar, generar demora, acompañar en espacio, tiempo y afecto. Abrir y multiplicar los espacios capaces de acoger las singularidades en sus diferencias. Arriesgarse, construir confianzas mutuas, despliegue de distintos modos de ser, dejarse acoger, acoger al otro, “abandonarse al encuentro”.” (Cardozo, 2021:116)

Reflexiones finales

Los procesos de gestión colectiva en emprendimientos que incluyen personas usuarias de servicios de salud mental o personas en situación de calle se complejizan, y es necesario integrar al análisis los conflictos y desigualdades con relación a las situaciones de calle, salud mental, consumo problemático, precariedad material y sus consecuencias en los lazos sociales y familiares, redes informales de trabajos y múltiples intermitencias que caracterizan a las condiciones de vida de las personas (Hungaro et al., 2020; Grandón et al. 2018). Por tanto, implica ampliar las nociones de trabajo y problematizar las concepciones de asistencia, para el despliegue de una gestión colectiva genuina y que a su vez nos hable de un proceso de construcción de las viabilidades del

emprendimiento para el sostenimiento de la vida de sus integrantes (Pérez Orozco, 2019), ampliando los propósitos y sentidos de la organización. No se trata solo de la generación de trabajo sino también de las condiciones para que sus integrantes puedan sostenerlo y sostener la vida, una vida digna de ser vivida (Butler, 2010).

Esto supone crear y habitar distintas formas de estar en colectivo y formas de participación para la construcción de la gestión y un ejercicio de la democracia, circulación de la palabra (en aquellas personas que han estado silenciadas), intercambiando saberes y modos alternativos de otros espacios, al de la asamblea para la discusión y la toma de decisiones.

Referencias Bibliográficas

ANDRADE, Marcia. (2013). O encontro da loucura com o trabalho na economia solidária: a produção de práxis de pré-incubagem através do dispositivo intercessor na saúde mental. (Tese doutorado), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis. Recuperado de <http://hdl.handle.net/11449/105590>.

CARDOZO, Dulcinea (2021). La economía social y solidaria en los procesos de desmanicomialización: emprendimientos de trabajo-acogida-vida. Pampa. Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales n°23. e0035, pp. 100–120. DOI: 10.14409/pampa.2021.23.e0035.

CARDOZO, Dulcinea y ASSANDRI, Carla (2019). GESTIÓN DE LA AUTOGESTIÓN. La lógica del poder en organizaciones colectivas. En 1º Congreso Internacional de Ciencias Humanas-Humanidades entre pasado y futuro. Escuela de Humanidades, Universidad Nacional de San Martín.

DEUX, María Victoria (2014). Acerca de la economía social y solidaria como una alternativa en construcción. En Paulo Peixoto de Albuquerque, K. Pereyra, Mario Schujman y Karina Tomatis (Comp.) Economía social y solidaria: Praxis, vivencias e intenciones. (pp. 175- 190). Rosario: DelReves.

FERNÁNDEZ, Ana María y CABRERA, Candela (2012). El campo de la experiencia autogestiva: las fábricas recuperadas en la Argentina. En Revista Sujeto, Subjetividad y Cultura (4), 6-23.

FONTECOBA, Ariel (2012). Identidad política y producción autogestiva: sentidos asociados al trabajo en una organización territorial de base. En Otra Economía, 6(11), 141-158. Doi: 10.4013/otra.2012.611.05.

GOFFMAN, Erving. (1972). Internados: Ensayos sobre la situación social de los enfermos mentales. Buenos Aires. Amorrortu.

GRANDÓN, Pamela; VIELMA-AGUILERA, Alexis; CASTRO-ALZATE, ELVIS Siprian; Bustos, Claudio; Saldivia, Sandra (2018). Caracterización de las personas en situación de calle con problemas de salud mental, que se encuentran en la Región del BíoBío. Revista chilena de neuro-psiquiatría, 56(2), 89-99.

HUNGARO, Anai Adario; GAVIOLI, Aroldo; CHRISTÓPHORO, Rosangelo; MARANGONI, Sonia Regina; ALTRÃO, Renan Filipe; RODRIGUES, Ana Lucía; FÉLIX DE OLIVEIRA, Magda Lucía (2020).

LUKÁCS, Georg. (2004) Ontología del ser social. El Trabajo. Buenos Aires: Ed. Herramienta.

MOLJO, C. B., & DOMINGUES, P. L. (2008). Los Sin techo y los movimientos sociales en San Pablo, Brasil. Portularia, 8(1), 275-283.

Población en situación de calle: caracterización y contextualización por investigación censal. Revista Brasileira de Enfermagem, 73(5).

PÉREZ OROZCO, Amaia (2019). Subversión feminista de la Economía. Madrid, España: Traficantes de Sueños.

VÁSQUEZ, Gonzalo (2015). Gestión de empresas sociales en Europa: aprendizajes para las organizaciones de Economía social y solidaria de Argentina. Informe de investigación en el marco del proyecto: La economía social en el cruce de alternativas a la economía



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



hegemónica. Aplicaciones al campo urbano: conceptos, políticas e indicadores. Área de
Sistemas Económicos Urbanos, Instituto del Conurbano, UNGS

937



ORGANIZAÇÃO



POTENCIALIDADES DA PRODUÇÃO DE CANNABIS POR EMPREENHIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

938

Rogério de Mambro, (PROLAM - USP)^{*94},
rogerio.mambro@usp.br

Introdução

Pensar em iniciativas de Economia Solidária no mercado canábico num contexto onde inúmeros países vêm regulamentando a cannabis é de fundamental importância se quisermos pensar em termos de justiça e de reparação.

Sob a produção ilegal são os inúmeros os impactos em termos de mobilização de trabalho e violência em territórios comandados pelo narcotráfico. Contudo, a produção legal onde a cannabis está regulamentada esbarra em inúmeros limites também de mobilização do trabalho. Nos trabalhos de campo que vivenciei para o meu mestrado no Uruguai percebi que a produção de cannabis destinadas para as farmácias e para a exportação necessita de uma grande quantidade de capital para ingresso no mercado, como em diversos setores da economia, assim também sobrando pouco ou nenhum espaço para os Empreendimentos de Economia Solidária (EES).

O mercado ilegal de maconha na América Latina mobiliza uma grande quantidade de trabalhadores(as) que participam da cadeia produtiva ilícita. Muitos deles(as) são trabalhadores(as) rurais que vivem em regiões onde se concentra a produção e sem alternativas econômicas para reproduzir seu modo de vida, começam a participar desta cadeia produtiva mobilizada pelo narcotráfico. Assim, além de sofrerem com a exploração do trabalho, ainda podem ser presos pelas práticas de plantio, como exemplifica Fraga (2006) em um estudo na região do polígono da maconha, grande região produtora da droga localizada na região nordeste no Brasil:

...parte significativa dos envolvidos no plantio da maconha é de camponeses que, sem uma política agrária que os beneficie, voltaram-se para o cultivo da maconha como alternativa de renda. As cadeias de Salgueiro e de Recife têm, entre seus hóspedes, número significativo de trabalhadores rurais, cujo crime foi plantar cannabis. (FRAGA, 2006, pg. 114)

⁹⁴ Mestrado Interunidades no Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM - USP), cujo título é “*A Produção de Cannabis no Uruguai - O circuito inferior e o circuito superior*”, sob orientação do Prof. Edgard Monforte Merlo da Faculdade de Economia da USP de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP), e-mail: edgardmm@usp.br.

Assim, Fraga (2006, pg. 115) neste ensaio descritivo sobre a região do polígono da maconha ainda sugere que se deva pensar em “políticas públicas que não penalizem ainda mais o elo mais fraco de toda a cadeia produtiva: o trabalhador rural.” Fraga também sugere que “a política de redução de danos talvez necessite não só atingir o usuário, mas também alcançar o trabalhador rural”.

Aqui parto do pressuposto que trazer a produção de maconha para a legalidade com o estado assumindo o controle da produção como fez o Uruguai através da Lei 19.172 de 2014 que estabelece a regulação e controle do mercado canábico também seja uma alternativa para a dignidade dos trabalhadores.

A intenção de Pepé Mujica, então presidente uruguaio à época, ao sancionar a lei, foi a de transformar a nova política de regulamentação da cannabis em uma iniciativa de combate ao narcotráfico, colocando assim o estado como o agente central da regulação, possibilitando a configuração de mercados legais. (LISSIDINI; POUSADELAS, 2018; GARAT, 2015).

O Uruguai não era um histórico produtor de maconha antes do processo de regulamentação, contudo podemos pensar em termos da América Latina, que com a regulamentação o país demonstra exemplos de produção que não expõe os trabalhadores de seu ciclo produtivo com risco de serem encarcerados.

Contudo, ao transformar a maconha, em alguns casos, em uma mercadoria legal, ainda não se rompe com a grande mobilização do capital sobre o “promissor” mercado canábico e suas consequentes lógicas neoliberais de trabalhos flexíveis. A criação de cooperativas e de EES seria um potencial de romper com essa lógica?

Justificativas do porque debater esse tema vão ser referenciadas com duas afirmações recentes, fortemente midiáticas, de presidentes de países que estão sobre o processo de regulamentação da produção da cannabis. Um trecho sobre a extinção de pena de presos por posse de maconha nos Estados Unidos da América (EUA) sob o governo Joe Biden e uma crítica à produção de maconha medicinal que as empresas canadenses estão fazendo em solo colombiano feita pelo presidente Gustavo Petró da Colômbia. Contribui também para esse debate o documentário “Baseado em Fatos Raciais” do *rapper Snoop Dog* que critica a concentração da produção da cannabis legal nos EUA por pessoas brancas e a série da PICO DA NEBLINA (2019), “Pico da Neblina”, que trata de uma ficção onde a maconha foi legalizada no Brasil, porém a inclusão de negros e pobres nos seus ciclos produtivos ainda é um desafio.

Aqui é apresentado brevemente a experiências do Uruguai na produção de cannabis, como sendo em sua maioria guiada pelos moldes da grande produção para exportação, porém com certa nuance desse padrão produtivo presente nos “clubes de cannabis”, que são associações civis, formadas por 15 a 45 pessoas que produzem maconha coletivamente, que integram uma das 3 formas de obtenção de cannabis legal no Uruguai (Compra em farmácias, Integrar-se à um clube de cannabis ou autocultivo), e seria esse tipo de produção que mais se assemelha à uma produção cooperativa. Também é apresentado o caso brasileiro das Associações de Pacientes de Cannabis Medicinal, que são associações civis formadas por pacientes e parentes de pacientes que necessitam de cannabis medicinal e que se juntam para uma produção coletiva da planta. Assim, esses dois casos são experiências que servem de base para pensar alternativas produtivas que se assemelham à Economia Solidária. Por fim, é realizada algumas reflexões sobre a importância de se pensar iniciativas de EES com potência de reparação histórica neste setor.

Discursos recentes sobre a regulamentação da maconha na política e nas telas

Neste mês de outubro de 2022, segundo trechos do discurso proferido pelo atual presidente dos Estados Unidos da América, *Joe Biden*, em 06 de outubro de 2022 destacados e traduzidos pela matéria: “*Biden anuncia perdão a condenados por posse de maconha nos EUA*” (BBC, 2022), Biden “anunciou que vai perdoar todos os americanos condenados por posse e uso de maconha.” Assim o governo Biden vem assumindo o quão injusta é a lei de drogas ao que se refere a maconha nos EUA, leis essas que segundo ele “impuseram barreiras desnecessárias ao emprego, moradia e oportunidades educacionais.” Biden também assume o recorte racial da questão: “E enquanto pessoas brancas, pretas e pardas usam maconha em taxas semelhantes, pessoas negras e pardas foram presas, processadas e condenadas em taxas desproporcionais”. (BBC, 2022)

O ponto que toca Biden é fundamental para pensarmos que uma das faces mais violentas da guerra às drogas é o encarceramento da população pobre, preta e periférica, e também de populações indígenas ou comunidades rurais que têm suas vidas afetadas pela mobilização em torno do trabalho para produção de maconha. Contudo aqui é proposto ir além da escala do consumo e chegar na escala da produção a exemplo dos

questionamentos feitos pelo documentário “Baseado em fatos raciais⁹⁵” dirigido por *Snoop Dogg*, rapper e grande investidor da indústria canábica nos EUA, onde o rapper aponta o caráter elitista e predominantemente “branco” do mundo empresarial da Cannabis Legal, sendo a população negra e periférica que historicamente foi encarada pela venda de maconha não tem vem alcançando muitos espaços de poder neste mercado agora legalizado, o que escancara o racismo presente nas cadeias produtivas da maconha.

Outra crítica feita neste sentido é retratada pela ficção brasileira PICO DA NEBLINA (2019) ao imaginar os limites de uma possível legalização da maconha no Brasil. A série retrata a história de um vendedor de maconha, Biriba, um jovem negro que vive na periferia de São Paulo e que tem um gosto peculiar pela maconha. Ao se deparar com a legalização votada e aprovada pelo Congresso Brasileiro, Biriba encontra diversas dificuldades para exercer o seu tão sonhado desejo de ser um empreendedor do setor canábico. A série retrata os caminhos tortuosos que esse jovem deve enfrentar para sair do crime e conseguir o investimento inicial - através do crime, ou de uma aliança frustrada com pessoas mais endinheiradas - para conseguir participar de um setor que envolve, segundo a ficção, muito investimento, muitos impostos e muita complexidade em torno de sua produção.⁹⁶

Recentemente o presidente colombiano Gustavo Petró têm defendido a legalização para todos os fins na Colômbia e feito críticas ao modelo de regulamentação da produção da cannabis medicinal no país ao se questionar: “*Será a multinacional canadiana a ficar com os dólares do cultivo ou serão os produtores de cannabis locais?*” (COSTA, 2022) Isso por que tal regulamentação vêm atraído diversas empresas canadenses que utilizam o território colombiano para a produção para a exportação, não gerando assim um desenvolvimento endógeno do país, reafirmando o caráter primário da economia latinoamericana, o que remete a manutenção do “sentido da colonização” segundo as palavras de Caio Prado Júnior sobre a economia brasileira:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns gêneros; mais tarde ouro e

⁹⁵ “Ela inspirou o Jazz e o Hip Hop e desencadeou uma guerra contra as drogas cheia de injustiças raciais. Especialistas analisam a complexa relação dos EUA com a Maconha” (BASEADO EM FATOS RACIAIS, 2019)

⁹⁶ Marina Lourenço (2022) descreve ao portal UOL a série: “Dirigida por Quico Meirelles, a série, lançada em 2019 gira em torno de Biriba, papel de Luis Navarro, um jovem negro que vive numa favela da zona leste paulistana com sua família e vê a vida mudar da noite pro dia, depois das alterações na legislação sobre a erva. O garoto, que até então, levava uma vida de “aviãozinho” de maconha prensada, se vê obrigado a procurar outros meios de ganhar dinheiro e é aí que surge a parceria entre ele e Vini, papel de Daniel Furlan, um jovem branco com pinta de “playboy hipster” para quem vendia a droga.

diamantes; depois algodão, e sem seguida café. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e as economias brasileiras. (PRADO JR, 1965, P.25 - 26)

Diversos movimentos de trabalhadores rurais na América Latina vêm utilizando a Economia Solidária para inverter o sentido da colonização e através do cooperativismo dar voz e poder aos trabalhadores que auto-organizam suas produções. No entanto, pensar em uma produção cooperativa de cannabis, que dê voz e poder aos trabalhadores expropriados do capital e as comunidades camponesas que produzem essa droga, surge como um desafio que deve ser enfrentado nas novas regulamentações em curso, pois o domínio do agronegócio e do grande capital já está dado.

Economia Solidária e inclusão social pelo trabalho no setor canábico

Os Clubes de Cannabis do Uruguai e as Associações de Pacientes de Cannabis Medicinal do Brasil são iniciativas que podem fornecer bases para a formulação de políticas públicas que pensem em uma maior descentralização da produção de Cannabis, permitindo maior poder dos trabalhadores sobre os processos produtivos.

Os “clubes canábicos”, uma das modalidades de produção da maconha no Uruguai, associações civis formadas por sócios de 15 a 45 pessoas, mobilizam uma produção para consumo coletivo e são iniciativas que não tem a finalidade de lucro e servem como “clubes de consumo” de cannabis, o que demonstra um grande potencial de organização por pequenas iniciativas, contudo esses clubes não possuem potencial de trabalho e renda, isso porque os clubes não entram no circuito da cannabis que podem ser vendida para obtenção de renda e os sócios/membros dos clubes somente pagam ao clube os custos de produção. Nestes custos incluem por exemplo as despesas do local, materiais e também a remuneração dos jardineiros responsáveis pelo plantio que são empregados dos clubes.

Os sócios dos clubes também participam dos processos produtivos e se beneficiam com esse trabalho, do produto, o que os ajuda com suas despesas individuais já que não irão gastar dinheiro com a compra da droga que usam. No entanto, isso não pode ser revertido em renda, o que os distancia de uma cooperativa de produção, não sendo essa iniciativa um microempreendedorismo à entrar no mercado canábico uruguaio.

Referencio aqui a experiência dos clubes de cannabis como potência de organização coletiva para um consumo coletivo, mas convido a pensar que em um cenário

exemplo onde 15 a 45 pessoas trabalham de maneira autogestionada para fornecer cannabis para as farmácias uruguaias onde compram os cidadãos uruguaios ou residentes no país cadastrados no *Instituto de Regulación y Control del Cannabis (IRRCA)*.

Esse seria um exemplo de EES que poderia ser pensado como política pública de geração de trabalho e renda e de reparação histórica aos perseguidos pelo consumo e produção de maconha, e também um exemplo de descentralização da produção da mão dos detentores do capital.

Outro exemplo de potência é a luta das Associações de Pacientes de Cannabis Medicinal no Brasil. O movimento é formado em grande parte por associações que têm a garantia legal de funcionamento por Habeas Corpus (HC) concedidos pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF) e também por dezenas de outras associações que ainda aguardam o aval judicial.

Como a importação de remédios a base *Cannabis* é de alto custo e altamente burocrática, essas associações se colocam como alternativas sem fins lucrativos que garantem o acesso às medicações a pacientes de diversas classes sociais.

Um exemplo dessas associações é a ABRACE Esperança (ABRACE, 2022), localizada em João Pessoa, ela e e outras associações formam a Federação das Associações de Cannabis Terapêutica (FACT), que já contava em finais de 2020 com um estatuto formulado e 30 associações que demonstraram interesse de participação. A FACT também representa um movimento político de ação direta no questionamento da atual política brasileira de drogas baseada no modelo hegemônico vigente proposto pelas atuais políticas proibicionistas (ZANATTO, 2020).

As associações canábicas têm o intuito de atender as demandas dos pacientes e não tem fins lucrativos. Segundo Zanatto (2002), as bases teórico-ideológicas que fundamentam a organização do trabalho das associações partem das bases teóricas do associativismo e da Economia Solidária. Segundo Singer (2002) o associativismo foi uma importante etapa da história do socialismo utópico do século XIX e teve como principal articulador o industrial inglês Robert Owen que propôs o associativismo como organização do trabalho através de comunidades cooperativistas para garantir as necessidades dos trabalhadores vítimas do desemprego, rejeitando o comércio visando o lucro como essencialmente parasitário, gerador de especulação e desigualdades sociais.

Podemos pensar sobre a necessidade de uma mãe pobre que tem um filho que necessita de cannabis medicinal e que se organiza para obter o medicamento através do

associativismo canábico no Brasil, é uma prática associativista. Podemos pensar que a produção coletiva em um clube de cannabis para um trabalhador que a consome socialmente, também é.

No entanto, faltam elementos para dizer sobre um movimento canábico mobilizado que esteja falando em Economia Solidária, debatendo a importância de se debater autogestão e controle da produção de cannabis pelos(as) trabalhadores(as). É necessário debater sobre a grande mobilização do capital em torno da cannabis ser “essencialmente parasitária”. A ausência dessa reflexão nos movimentos pró-regulamentação resulta nas poucas oportunidades que os microempreendedores, empreendedores pobres ou trabalhadores cooperativos vêm encontrando neste setor. A Economia Solidária fornece as ferramentas políticas para esse despertar.

Reflexões Finais

Seria muito ambicioso pensar que através da Economia Solidária, sujeitos expropriados de capital, podem obter renda da produção de cannabis? Como sujeitos que tiveram suas vidas devastadas pela guerra às drogas podem após a regulamentação da cannabis terem trabalhos dignos na cadeia produtiva da mesma?

Sem responder essas perguntas, a regulamentação passaria em “branco” sobre a reparação às injustiças trazidas pela guerra às drogas. Passar a limpo essa história, não deveria significar passar “a branco” o controle de uma substância que historicamente encarcerou negros, pobres e indígenas.

Cooperativas e Empreendimento de Economia Solidária de cannabis possuem um grande potencial de reparação histórica no sentido de organizar a produção entre os que sempre foram explorados na produção rural, no varejo ilegal, e aos presos por microtráfico ou posse, mas como fazê-lo? Como sem uma reflexão aprofundada de governos progressistas sobre os caminhos da produção de cannabis em seus países? Essa oportunidade de negócio é para quem? A que tipo de trabalho no setor canábico esses pobres têm acesso?

Aqui é proposto somente uma reflexão sobre essa situação, porém se quisermos falar de reparação histórica isso deve passar pela produção, como apontado por *Snoop Dogg* em “Baseado em Fatos Raciais” ou pela série “Pico da Neblina”. Teria a Economia Solidária potencial de fornecer uma forma justa de produção e trabalho no setor canábico?

Referências

ABRACE ESPERANÇA. Home. Disponível em <<https://abraceesperanca.org.br/home/>>
Acesso em 10 de out. de 2022.

BASEADO EM FATOS RACIAIS. Dirigido por Snoop Dogg. Documentário exibido pela NETFLIX, 2019. Disponível em <<https://www.netflix.com/title/80213712>>. Acesso em 10 de Out de 2022.

BBC. Biden anuncia perdão a condenados por posse de maconha nos EUA. BBC News Brasil: Internacional. 6 de Outubro de 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63167115>>. Acesso em 10 de Out de 2022.

COSTA, J. Colômbia: Presidente quer cultivar canâbis como milho, sem licenças. Canna Reporter. 12 de Agosto de 2022. Disponível em: <<https://cannareporter.eu/2022/08/12/colombia-presidente-quer-cultivar-cannabis-como-milho-sem-licencas/>>. Acesso em 10 de Out. de 2022.

FRAGA, P. C. P. Plantios ilícitos no Brasil: notas sobre a violência e o cultivo de Cannabis no polígono da maconha. Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria, v. 9, n. 15, 2006, p. 95-118.

GARAT, G. El camino: cómo se reguló el Cannabis en Uruguay según sus actores políticos y sociales. Junta Nacional de Drogas, 2015. 112p.

LISSIDINI, A.; POUSADELAS, I. El experimento uruguayo: Actores políticos y sociales en el proceso de regulación del Cannabis. Revista Perspectivas de Políticas Públicas. v. 7, n. 14, 2018. p.367-392.

LOURENÇO, M. Brasil só legalizará a maconha num governo de direita diz ator de Pico da Neblina. Folha Ilustrada. 30 de Junho de 2022. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/06/brasil-so-legalizara-maconha-num-governo-de-direita-diz-ator-de-pico-da-neblina.shtml>>. Acesso em 10 de Out de 2022.



PICO DA NEBLINA. Direção de Quico Meirelles. Brasil: Série exibida pela HBO MAX.
2019. Disponível em

<[https://www.hbomax.com/br/pt/series/urn:hbo:series:GXTIT_A8jKZ5lIQEAAA0->](https://www.hbomax.com/br/pt/series/urn:hbo:series:GXTIT_A8jKZ5lIQEAAA0-)

Acesso em 12 de Out de 2022.

946

PRADO JR, C. Formação do Brasil contemporâneo. Editora Companhia das Letras, 2011.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo,
2002. 127p.

ZANATTO, R. M, Associativismo Canábico: Presente, passado e futuro. IN: ZANATTO,
R. M (Org.) Introdução ao Associativismo Canábico. São Paulo: Disparo Comunicação e
Educação - IBCCRIM - PBPD, 2020. p.25-30. Disponível em
<https://pbpd.org.br/publicacao/introducao-ao-associativismo-canabico/> Acesso em 07 de
jan de 2021.

TALLER ECONOMÍA SOCIAL COOPERATIVA DE TRABAJO LIBERTÉ

947

Giudice, Adrián, Coop. Minga / Grupo ESyS,
adriangiudice@gmail.com

Chromechek, Lucas, Coop. Minga / Grupo ESyS,
elcrome@gmail.com

Resumen

El presente trabajo muestra los resultados de una capacitación brindada por la Cooperativa de Trabajo “Minga” Ltda. a propuesta de la Cooperativa de Trabajo “La Redacción” Ltda., realizada en la Unidad Penal 15 del Servicio Penitenciario de la provincia de Buenos Aires, en la localidad de Batán, a los integrantes de la Cooperativa de Trabajo “Liberté” Ltda., primer y única experiencia en su tipo en contexto de encierro, con el objetivo de acompañar y fortalecer a dicha cooperativa una vez formalizada como tal. A partir del principio cooperativo de "Cooperación entre Cooperativas" y, además, considerando el de "Educación, Formación y Capacitación Cooperativa", la cooperativa Minga fue convocada para la realización de un taller de formación en cooperativismo a los integrantes de la Cooperativa Liberté. El taller consistió en seis encuentros, en donde, integrantes de la Cooperativa “Minga”, trabajamos los principales conceptos asociados a la economía social y solidaria y el cooperativismo, así como herramientas para generar estrategias de desarrollo de negocio de las distintas unidades productivas que la componen. A través de los mismos, mientras se trabajaban en formato participativo y debatían los diferentes conceptos y se los relacionaba con la realidad de la cooperativa, las personas privadas de su libertad contaban su experiencia y expectativas en cuanto a su participación en la misma. A su vez, al trabajar las herramientas para el desarrollo de la cooperativa, los integrantes compartían sus experiencias laborales y profesionales que enriquecían los resultados de cada una de las propuestas que desde “Minga” se proponían. Al finalizar los encuentros, y dadas las particularidades de esta cooperativa en particular y del Servicio Penitenciario en general, podemos afirmar que, además de poder cumplir con el objetivo previsto, se generaron vínculos institucionales y propuestas para desarrollar futuros trabajos conjuntos entre las cooperativas participantes.

Palabras Clave: Cooperativismo; Educación; Contexto de Encierro; Dignidad.

Abstract

This paper presents the results of a training provided by the Worker Cooperative "Minga" Ltda., at the request of the Worker Cooperative "La Redacción" Ltda., held at Unit 15 of the Buenos Aires Penitentiary Service in the town of Batán. The training was given to members of the Worker Cooperative "Liberté" Ltda., which represents the first and only experience of its kind in a prison context. The objective of the training was to support and strengthen the "Liberté" cooperative once it was formally established. Based on the cooperative principle of "Cooperation among Cooperatives" and considering the principle of "Cooperative Education, Training, and Development," the Minga cooperative was invited to conduct a cooperative training workshop for the members of the Liberté Cooperative. The workshop consisted of six sessions in which members of the Minga Cooperative worked on the main concepts associated with social and solidarity economy and cooperativism, as well as tools to generate business development strategies for the different productive units that compose it. During these sessions, conducted in a participatory format, the participants from the Liberté Cooperative shared their experiences and expectations regarding their involvement in the cooperative, while discussing and relating the different concepts to the reality of their cooperative. Furthermore, as the tools for cooperative development were explored, the members shared their work and professional experiences,

enriching the outcomes of each proposal presented by Minga. At the end of the sessions, considering the particularities of this specific cooperative and the Penitentiary Service in general, we can affirm that, in addition to achieving the intended objective, institutional links were established and proposals were made to develop future joint projects among the participating cooperatives.

948

Keywords: Cooperativism; Education; Prison Context; Dignity.

Introducción

A partir del vínculo generado entre las cooperativas de trabajo “La Redacción” Ltda. que tiene a su cargo el medio de comunicación “Que digital”, “Minga” Ltda. que brinda servicios educativos y “Liberté” Ltda., que brinda distintos servicios desde la Unidad Penitenciaria N° 15 de la localidad de Batán, es que surge la propuesta de generar una capacitación sobre cooperativismo para esta última.

El nexos fue la cooperativa “La Redacción” Ltda. que conocía la experiencia del “Proyecto Liberté” de la cárcel de Batán debido a que los habían entrevistado para su portal de noticias.

Al interiorizarse sobre su experiencia decidieron convocar a la cooperativa “Minga” Ltda. para que diseñe y lleve adelante un taller sobre cooperativismo para apoyar la incipiente transformación de dicho proyecto en cooperativa.

En este sentido, se llevaron a la práctica los siguientes principios cooperativos:

- **Quinto Principio: Educación, formación e información:** dado que la cooperativa de trabajo “Liberté” Ltda. abrió a la participación de sus asociados y otras personas interesadas en el proyecto a en la capacitación dictada. A su vez, al finalizar cada encuentro, se realizaban entrevistas a los capacitadores y participantes, las cuales eran difundidas en los medios de comunicación y redes sociales con las que cuenta la cooperativa.
- **Sexto Principio: Cooperación entre cooperativas:** dado que fue a raíz del interés y aporte de la cooperativa “La Redacción” Ltda. que pudo ser llevada adelante esta capacitación por parte de la cooperativa “Minga” Ltda.

Así, integrantes de la cooperativa “Minga” Ltda., que a su vez forman parte del Grupo de Extensión “Economía social y solidaria. Otra economía posible.” de la Universidad Nacional de Mar del Plata, tomaron la responsabilidad de empezar a diseñar un taller de capacitación sobre cooperativismo en un contexto que les era desconocido, la cárcel.

Esto generaba el desafío de dictar un taller para el cual se tenía vasta experiencia, pero en un contexto de encierro y con lógicas particulares, las de una unidad carcelaria, que había que tener en cuenta al momento de proyectar los distintos encuentros.

En ese sentido, se generó un trabajo de sensibilización interna sobre la temática de formación en contextos de encierro por parte de los integrantes de la cooperativa “Minga” Ltda., en donde cuestiones como tramitación de permisos, discernir sobre los materiales que se podían ingresar y el vocabulario a utilizar, entre otros, fueron necesarios para el futuro dictado de la capacitación.

De esta forma se planificaron las temáticas a abordar para los 6 encuentros y las estrategias y recursos con los cuales trabajar estas. Se acordó que la modalidad de taller era la más adecuada para la temática a trabajar y los destinatarios de la capacitación y la utilización de material audiovisual e impreso para trabajar en los encuentros.

En cuanto a la tarea de los capacitadores, se realizó un trabajo en dupla, donde cada capacitador cumplía un rol específico en cada uno de los encuentros. Así, uno de los capacitadores llevaba adelante el desarrollo del taller, mientras que el otro tenía a su cargo las cuestiones técnicas y llevaba adelante la sistematización de los encuentros.

Metodología de Trabajo

La metodología de trabajo propuesta a ambas organizaciones consistía, tal cual lo mencionamos anteriormente, en 6 encuentros presenciales con la modalidad taller dentro de las instalaciones de la Cooperativa de Trabajo Liberté Ltda.

Cabe mencionar, que la cooperativa funciona en las instalaciones de la Unidad Penal N° 5 de la localidad de Batán a 15 km de la ciudad de Mar del Plata y los destinatarios de la capacitación, eran en su totalidad personas privadas de la libertad.

Para la realización de los talleres tuvimos que considerar la tramitación de las autorizaciones para ingresar al Penal, así como también para transitar hasta las instalaciones de la Cooperativa que tiene la particularidad de funcionar dentro del penal, pero apartado de la acción de los trabajadores del Servicio Penitenciario Bonaerense.

El acceso a este espacio, al que denominaban territorio “liberté”, trajo diversas implicancias en cada una de las fechas propuestas, para lo cual nosotros previmos llegar con anticipación para evitar demoras que no nos permitan el trabajo previsto.

Así, en cada uno de estos 6 encuentros presenciales se desarrollaron los siguientes temas:

- **Primer Encuentro – Presentación**

Se realiza una presentación de la capacitación, en donde se comenta el origen de la misma, y la metodología a utilizar para luego, cada una de las personas participantes hagan lo propio en forma individual.

De esta forma, tanto los integrantes de las cooperativas “La Redacción” (impulsora de la capacitación), “Minga” (que se encargó de realizar la misma) y de “Liberté” pudieron presentarse y expresar sus expectativas origen – expectativas).

Además, los integrantes de la cooperativa “Liberté” nos explican cómo fue el surgimiento de esta experiencia única en el país y realizan un recorrido sobre las diferentes unidades productivas de la cooperativa (huerta, apiario, taller de costura, herrería, carpintería, almacén).

Una vez finalizada la presentación, se proyectó el video “Hablemos bien de nosotros, Cap. 1: La Economía Social y Solidaria” y se propició un debate sobre el contenido del video y su relación con la situación de los integrantes de “Liberté”

- **Segundo Encuentro – Conceptos de Economía Social**

Bajo la premisa de co-construir el concepto de economía social, se trabajó sobre los principios y valores de esta, distinguiendola de la economía capitalista, propiciando en todo momento la participación de los asistentes, y buscando que estos identifiquen estos principios y valores tanto con el proyecto que están llevando adelante, como con experiencias pasadas en su vida.

- **Tercer Encuentro – Organizaciones de la Economía Social y Solidaria**

Se proyectaron distintas experiencias de organizaciones autogestionadas y las diferencias existentes entre estas y las organizaciones de lógica capitalista.

Se debatió sobre experiencias exitosas de este tipo en la ciudad y la zona y sobre su propia experiencia, haciendo hincapié en el concepto de “precio justo”

- **Cuarto Encuentro – Cooperativismo**

Se realizó un exploración teórica sobre las distintas organizaciones de la Economía Social y Solidaria, particularizando en el cooperativismo (principios, valores, tipos de cooperativas, objetivos sociales y económicos)

Al finalizar se les pidió como tarea para el próximo encuentro que identifiquen las fortalezas y debilidades del emprendimiento y busquen noticias en medios de comunicación sobre Economía Social.

- **Quinto Encuentro – Fortalezas y Debilidades**

Se presentó la herramienta del análisis FODA y se dividió a los presentes en 4 grupos, los cuales debían trabajar cada una:

- Fortalezas
- Oportunidades
- Debilidades
- Amenazas

Luego de esto, se hizo una puesta en común en donde cada grupo expuso lo que había identificado y se dio un debate que derivó en la confección del cuadro con el análisis FODA de su propia organización

Para terminar se les propuso como tarea que identifiquen los actores con los que se relacionan y que piensen y armen un listado con las Estrategias de comercialización y producción para su emprendimiento

- **Sexto Encuentro – Estrategias de los Emprendimientos de la Economía Social**

En este último encuentro, se trabajó en el diseño del mapa de actores en función de lo que previamente habían relevado y se pensaron grupalmente distintas estrategias que se pueden implementar como organización de la Economía Social y Solidaria.

Luego de esto, y como cierre de la capacitación, se hizo un balance de los trabajado durante los encuentros, en donde cada uno de los participantes, tanto capacitadores como destinatarios de la misma, pudieron expresar sus sensaciones y aprendizajes.

Observaciones

Durante la realización de los 6 encuentros, además de poder ir cumpliendo con lo planificado para la capacitación, pudimos conocer un poco más del proyecto y la cooperativa, el contexto de encierro y, fundamentalmente, a las personas que formaban parte de este particular emprendimiento.

Los medios de comunicación, la literatura y el cine nos muestran una mirada sobre la realidad carcelaria, más ligada al depósito de personas no aptas para la vida en sociedad que como un lugar donde aquel que cometió un delito pueda aprender de sus errores y salir mejor de lo que entró.

Con algunos de estos prejuicios, los capacitadores ingresamos a la unidad carcelaria a llevar adelante nuestra tarea y, encuentro tras encuentro, en el trato con los reclusos, los fuimos derribando.

En el “espacio liberté”, biblioteca y sala de reuniones de la cooperativa donde se hacían los encuentros, pudimos conocer a las personas, su realidad y expectativas en cuanto al futuro, sin interesarnos por las razones que los llevaron allí.

Y este espacio, distaba mucho del resto de los que tuvimos acceso en el penal en el que las instalaciones y equipamiento estaba muy deteriorado. Este espacio que consideraban propio, era cuidado y mantenido por los propios reclusos, con recursos propios. En palabras de uno de ellos, pero que resume el sentir de todos, es “el lugar donde me siento libre dentro de la cárcel”.

Al presentar y ser trabajados en conjunto los principales conceptos, principios y valores de la economía social y solidaria, los reclusos iban identificando éstos con gran parte de las acciones y formas de organización y decisión que se habían fijado. Esto los motivaba aún más para seguir con este proyecto cooperativos que les daba un sentido a sus días en la cárcel y los dignificaba como personas.

En cuanto a los viajes hacia y desde la cárcel eran verdaderos espacios de reflexión. A la ida, los capacitadores, además de conversar los contenidos a desarrollar, los situábamos en el contexto en el que los íbamos a desarrollar. Cuando regresábamos, además de realizar un balance de lo sucedido, nos interpelábamos sobre la realidad de lo que veíamos y que rol podríamos cumplir para cambiar esta realidad.

Conclusiones

La experiencia de capacitación dentro de una unidad penitenciaria, nos deja un doble aprendizaje. Por un lado, derribar algunos mitos sobre la realidad de estas instituciones, y por el otro, la necesidad de generar acciones a fin modificar los que confirmamos

Pese a que estábamos dentro de una cárcel, con las restricciones que la institución impone, pudimos llevar adelante nuestra tarea como en cualquier otro espacio dedicado a la formación, abstrayéndonos por momentos del lugar donde nos encontrábamos.

Entendemos que, lo que vivimos es la excepción y no la regla en este tipo de instituciones. Es lo que nos hacían saber las personas que asistían a los encuentros. Pero que, en esas condiciones tan adversas, existan experiencias y proyectos y, fundamentalmente, personas con ganas de capacitarse y llevarlos adelante, genera esperanza de que, al menos en parte, la institución carcelaria cumpla con el rol que la sociedad le asigna.



En estos encuentros además, se abrieron nuevas líneas de trabajo en función del interés y ganas de aprender de las personas que asistían, las cuales pueden ser llevadas adelante por este grupo u otros que puedan reconocer la importancia de realizarla. Esperamos que este documento pueda, en parte, servir como difusor y amplificador de esta realidad.

GT 8

Soberania, segurança alimentar e nutricional, e agroecologia: interfaces e diálogos com a economia social e solidária

Soberanía, seguridad alimentaria y nutricional, y agroecología: interfaces y diálogos con la economía social y

Segurança alimentar e nutricional é quando todos têm condições de exercer seu direito de acessar, de modo regular e permanente, alimentos de qualidade e em quantidades suficientes, sem comprometer outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. A soberania alimentar diz respeito ao fundamental direito humano, de modo autônomo, de definir as estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos de forma sustentável e diversificada a fim de superar o dilema da fome e da desnutrição, garantindo segurança alimentar a toda população, igualmente. Dialogando com tais concepções, a agroecologia tem se configurado historicamente enquanto campo de práticas e políticas públicas que tem possibilitado a manifestação de relações sociais, econômicas, culturais e ambientais na direção da construção de novos sistemas econômicos e alimentares que considerem igualmente a proteção e recuperação do meio ambiente e de seus recursos e a promoção de condições dignas e emancipatórias de trabalho e renda. Deve, portanto, ocupar lugar estratégico no debate da economia solidária latino-americana. Considerando o contexto apontado, esse grupo de trabalho buscará articular investigações e pesquisadores que tematizem a agroecologia, a segurança e a soberania alimentar, a partir de suas relações com a economia solidária, buscando ressaltar a autogestão e o trabalho cooperado como elementos centrais articuladores de processos emancipatórios e geradores de dignidade, impossíveis em contextos de insegurança alimentar.



Coordenação:

Diogo Marques Tafuri
(UFSCar, Brasil)

Joelson Gonçalves de Carvalho
(UFSCar, Brasil)

Maria Lúcia Teixeira Machado
(UFSCar, Brasil)

**GT 08 - Soberania, segurança alimentar e nutricional, e agroecologia:
interfaces e diálogos com a economia social e solidária** 954

*Soberanía, seguridad alimentaria y nutricional, y agroecología: interfaces y diálogos
com la economía social y solidaria*

**Aportes teóricos e metodológicos para a formação de agentes populares de
agroecologia** 956

Eduardo José Rezende Pereira, Joelson Gonçalves de Carvalho

**Estratégias de enfrentamento da insegurança alimentar no PDS Mário
Lago** 976

Ana Claudia Olartechea Veron, Joelson Gonçalves de Carvalho

**A experimentação agrícola realizada por agricultores familiares do agreste
paraibano: resistência, permanência na terra, segurança alimentar e
nutricional sob os preceitos da agroecologia** 986

Alexandra Leite de Farias, Janice Rodrigues Placeres Borges

**Horta comunitária urbana de base popular, agroecológica e solidária.
Experiência da horta gera juncal, Zona Leste, São Paulo/SP** 1004

Paloma Ribeiro Tarrão, Valéria Freixedas, Danilo Malta Ferreira, Uranide Sacramento Cruz, Rita Almeida, Paulo José Pereira dos Santos

Hortas comunitárias: cultivando relações. 1030

Ronaldo Munenori Endo

**Possíveis relações entre os princípios e práticas da agroecologia e economia
solidária: experiência do movimento TÔ AQUI (2020-2022) Piracicaba– SP** 1052

Ana Luiza Medeiros Bernussi, Stella Pacheco Oliveira, Danilo Malta Ferreira, Savana Marilu Fernandes, Ubirajara Cristiano B. Sabino, Lidiane H. Mansanari

A segurança alimentar dos quintais biodiversos na hinterlândia amazônica 1074

Maria Isabel de Araújo, Silas Garcia Aquino de Sousa

**Agroindústria familiar ecológica: experiências e possibilidades da
cooperativa agroecológica dos produtores e de água limpa da região sul de
São Paulo – COOPERAPAS** 1093

Ana Beatriz França Siqueira, Leandro de Lima Santos, Henrique Carmona Duval

Escrevivência agroecológica 1102

Camila do Nascimento Cultri

**Hortas urbanas, agroecologia, economia solidária: a horta comunitária da
zona norte em ARARAQUARA-SP** 1109

Sergio Azevedo Fonseca, Leandro Pereira Morais, Caio Luis Chiariello

APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA A FORMAÇÃO DE AGENTES POPULARES DE AGROECOLOGIA

956

Eduardo José Rezende Pereira, (Unicamp),
rezende.eduardo@outlook.com

Joelson Gonçalves de Carvalho, (UFSCar),
joelson@ufscar.br

Resumo

A agroecologia, entendida a partir de seu tripé constituinte como ciência, prática e movimento social, tem se destacado cada vez mais como estratégia de produção e resistência, tanto na ação dos movimentos sociais do campo e da cidade quanto na produção científica das universidades. Há inegável potencialidade da agroecologia como forma de produção contra-hegemônica por meio de práticas ecologicamente sustentáveis e comprometidas com as gerações atuais e futuras e, também, por se constituir por meio de relações de trabalho mais humanizadas, pautadas em valores comunitários e solidários. Partindo do pressuposto de que o método da educação popular pode ser combinado com a prática agroecológica, o presente trabalho tem por objetivo oferecer um aporte teórico e metodológico para a formação de agentes populares em agroecologia, chamado por nós como pedagogia do caminhar, sistematizado por meio da experiência de um projeto de extensão universitária denominado “Terra, Agroecologia e Universidade: articulando saberes, trocando experiências e construindo conhecimentos”. O referido projeto foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, dentre seus produtos, ofertou um curso de formação voltado à assistência técnica rural agroecológica que recebeu aproximadamente 2,2 mil inscrições de pessoas interessadas oriundas de todas as unidades federativas do Brasil. Em função da elevada demanda, em meio a necessidade de distanciamento social por conta dos riscos de contágio do novo coronavírus, houve a necessidade de se adaptar metodologias e criar estratégias pedagógicas que, uma vez aplicadas, foram avaliadas como muito exitosas e replicáveis em outros cursos e realidades. Assim, para cumprir o objetivo proposto, abordaremos o tema a partir da sua associação com a educação popular enquanto práxis que fortalece o caráter antissistêmico da agroecologia. As conclusões do trabalho indicam que a pedagogia do caminhar, elaborada para superar as dificuldades da formação remota direcionada a um público expressivo e bastante heterogêneo, foi exitosa e conseguiu, por meio das ações práticas desenvolvidas pelas pessoas cursandas, impactar positivamente os territórios nos quais foram realizadas essas ações. Ademais, os aportes teóricos e metodológicos desenvolvidos pela equipe responsável pelo curso tem capacidade de replicação em localidades distintas em prol da agroecologia.

Palavras-chave: Agentes populares em agroecologia; Agroecologia; Educação popular; Extensão universitária.

Abstract

The Agroecology, understood from its constituent tripod as science, practice and social movement, has stood out as a production and resistance strategy, both in the action of rural and urban social movements and in the scientific production of universities. There is undeniable potential for agroecology as a form of counter-hegemonic production through ecologically sustainable practices committed to current and future generations, and also for being constituted through more humanized work relationships, based on community and solidary values. Assuming that the popular education method can be combined with agroecological practice, the present work aims to offer a theoretical and methodological contribution to the training of popular agents in agroecology, called by us as "pedagogy of walking", systematized through from the experience of a university extension project called “Land, Agroecology and University: articulating knowledge, exchanging experiences and building knowledge”. This project was

financed by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq, Brasil) and, among its products, it offered a training course aimed at agroecological rural technical assistance, which received approximately 2,200 inscriptions from interested people from all federative units from Brazil. Due to the high demand, amid the need for social distancing due to the risks of contagion of the Covid-19, there was a need to adapt methodologies and create pedagogical strategies that, once applied, were evaluated as very successful and replicable in other courses and realities. Thus, to fulfill the proposed objective, we will approach the theme from its association with popular education as a praxis that strengthens the anti-systemic character of agroecology. The conclusions of the work indicate that the "pedagogy of walking", designed to overcome the difficulties of remote training aimed at an expressive and quite heterogeneous audience, was successful and managed, through the practical actions developed by the students, to positively impact the territories in which they were performed these actions and studies. Furthermore, the theoretical and methodological contributions developed by the team responsible for the course are capable of being replicated in different locations in favor of agroecology.

Keywords: Popular agents in agroecology; Agroecology; Popular education; University Extension

INTRODUÇÃO

A agroecologia tem se destacado cada vez mais entre os movimentos sociais do campo e da cidade, demonstrando suas potencialidades não apenas como forma de produção contra-hegemônica, por meio de práticas ecologicamente sustentáveis e comprometidas com as gerações atuais e futuras, como também por suas relações de trabalho mais humanizadas, pautadas em valores comunitários e solidários. Buscando captar tais potencialidades, no âmbito acadêmico se destacam produções científicas que buscam tanto descrever essas práticas de produção e relações de trabalho, como também justificar a sua importância e viabilidade, seja por meio do foco interdisciplinar com a saúde e a educação, da promoção de políticas públicas, da ação e organização coletiva ou como objeto da extensão universitária.

Com base na experiência do curso de formação de agentes populares de agroecologia, vinculado ao projeto de extensão "Terra, Agroecologia e Universidade: articulando saberes, trocando experiências e construindo conhecimentos", realizado pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)⁹⁷, por meio de parcerias promovidas entre discentes e docentes pesquisadores do tema com movimentos populares e organizações sociais, buscamos, por meio deste artigo, apresentar aportes teóricos e metodológicos para a

⁹⁷ O projeto foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e desenvolvido conforme as condições e as regras estabelecidas na Chamada MCTIC/MAPA/MEC/SAF-CASA CIVIL/CNPQ Nº 21/2016.

formação de agentes populares de agroecologia, demanda que se faz necessária para a expansão desta forma alternativa de produção e reprodução social.

Acreditamos que o projeto político pedagógico elaborado para o nosso curso pode, com as suas devidas críticas e adaptações, a depender dos desafios e especificidades dos diferentes contextos, servir à elaboração de outras iniciativas que visam a educação popular, de modo geral, e a formação agroecológica, em específico.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo se estrutura em outras duas seções. Primeiramente, fazemos uma breve conceituação acerca da agroecologia e nos dedicamos em elucidar a sua relação epistemológica com a educação popular, que, conforme Freire (1977), além de ter como foco a práxis, isto é, o vínculo entre a formulação teórica e a ação prática, busca pela transformação social. Por fim, apresentamos a experiência do curso em questão, anunciando suas concepções político-pedagógicas, metodologias e resultados.

O PAPEL E LUGAR DA FORMAÇÃO POPULAR EM AGROECOLOGIA

A produção de alimentos em escala ampliada, sem agrotóxicos, com políticas públicas direcionadas a este fim e que tenham preocupação com a diversidade da produção e a preservação do meio ambiente é uma demanda crescente da sociedade contemporânea, em termos gerais, e dos sujeitos e movimentos sociais do campo e da cidade que, direta ou indiretamente, orbitam em torno da defesa da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Para Maluf (2009), a questão alimentar está no centro da problemática econômica e social de qualquer país, justamente pelo fato da alimentação ser um direito, tanto no que tange o acesso à quantidade e qualidade suficientes, como do respeito às circunstâncias ambientais, sociais e culturais durante o processo produtivo. Vistas deste modo, a soberania e segurança alimentar se distanciam, sobremaneira, daquilo que o agronegócio oferta como saída econômica e social (MALUF, 2009).

Segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan, 2021), a insegurança alimentar brasileira, em seus diversos estratos, ampliou de 36,7% dos domicílios, em 2018, para 55,2% em 2020. A piora nos indicadores da insegurança alimentar no país ilustram o quão distantes o país está de uma política de soberania alimentar, entendida como o respeito ao direito de todos, de modo autônomo, de definir as estratégias de produção, distribuição e consumo

de alimentos de maneira sustentável e diversificada a fim de superar o dilema da fome e da subnutrição.

Observando o caso brasileiro, cabe lembrar que a modernização da agricultura pela qual passou o país de forma mais intensa a partir da década de 1960, com grande investimento internacional, foi determinante para a transformação na base técnica do processo produtivo agrícola. Assistiu-se a um processo de industrialização da agricultura, marcada pela utilização de máquinas pesadas, insumos e adubação química no bojo daquilo que ficou conhecido como “revolução verde” (GRAZIANO DA SILVA, 1993). Esse fenômeno acabou servindo para a consolidação dos grandes complexos agroindustriais, incapazes de amenizar a pobreza rural, e de agravantes de discrepâncias socioeconômicas no território agrário brasileiro, sobre o qual se assentou o agronegócio, compreendido como resultado da associação entre o grande capital agroindustrial, o capital financeiro internacional e a grande propriedade fundiária.

O agronegócio domina as formas de produção agropecuária e subordina o trabalho e a terra a meros fatores de produção. Esse modelo de produção agrícola restringe as oportunidades de possíveis alternativas agroecológicas que, na medida em que surgem, se apresentam inexoravelmente como contra-hegemônicas por suas próprias características.

A potência da agroecologia reside no fato de que ela, dentre outras vantagens, consiste em um processo social de mudanças. Seus impactos não apenas se dão na dimensão econômica, produtiva e ambiental, mas também no âmbito dos valores, do comportamento e da cultura das comunidades rurais praticantes (CAPORAL; COSTABEBER, 2015). Neste sentido, a defesa da agroecologia tem se destacado na agenda pública dadas as crescentes denúncias de organizações sociais, movimentos populares e instituições públicas e privadas de que são inequívocos os impactos negativos do agronegócio sobre o meio ambiente e a saúde. É por conta disso que, nos anos mais recentes, temos assistido a defesa de um modelo de desenvolvimento rural que avança para além do economicismo e do produtivismo, buscando uma práxis na qual a produção se associe à preservação e ao cuidado da vida humana, da natureza, das economias locais e regionais e, ainda, da valorização da cultura camponesa.

Na busca por caracterizar a agroecologia, Caporal e Costabeber (2004) destacam que, a partir do enfoque científico, ela é o apoio à transição de um modelo pautado na agricultura convencional para um desenvolvimento rural pautado em uma agricultura

sustentável. Esses autores ressaltam que, se observadas as contribuições de Altieri (1989), dentre outros estudos, a agroecologia, vista por um enfoque teórico e metodológico, se coloca na função de estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica. Assim, os autores concluem que

A agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 13).

Observando as práticas agroecológicas desenvolvidas em diversos pontos do mundo, Romero et al. (2018) salientam que as comunidades rurais que vivenciam essa experiência passam a reconhecer e valorizar o seu poder político e a importância de suas técnicas agrícolas tradicionais na produção rural e na reprodução social camponesa. Deste modo, a agroecologia se encontra em um particular processo, de crescente reposicionamento e fortalecimento de uma relação dialógica pautada na troca de saberes — oriundos de cientistas, técnicos, camponeses, indígenas e, dentre outros, de ativistas e militantes de movimentos sociais —, materializando-se em prática social efetiva (ROMERO et al., 2018).

É fato que não se pode considerar a agroecologia como um movimento social sem as devidas mediações, dada a significativa heterogeneidade dos sujeitos envolvidos na construção e na defesa de uma agricultura não-hegemônica. Recuperando a argumentação de Wezel et al. (2009), as diversas formas e conteúdos com que são apresentadas a defesa de um modelo de desenvolvimento e agricultura sustentáveis, em diversos países, tendem a dificultar a visibilização de um movimento agroecológico. Todavia, essa realidade não impede que, em certos contextos, a agroecologia seja expressada pela tríade movimento, ciência e prática.

Nesta perspectiva, Rosset et al. (2021), ao analisarem as práticas pedagógicas implementadas em espaços educativos voltados à agroecologia e em escolas e universidades ligadas direta ou indiretamente aos movimentos sociais camponeses, apontam que tais experiências pedagógicas geram a formação de sujeitos sócio-históricos e políticos. Para os autores, a agroecologia deve ser entendida “como uma ferramenta fundamental para a resistência camponesa, a construção da soberania alimentar e como uma nova forma de relação entre os seres humanos e a natureza”

(ROSSET et al., 2021, p. 542). São nesses marcos que buscamos descrever e analisar o curso de Formação de Agentes Populares de Agroecologia, desenvolvido pelo NEA-UFSCar, como uma dentre outras experiências educativas realizadas com e para os movimentos e sujeitos que lutam por terra, soberania alimentar e transformação social.

Atrelando a agroecologia ao referencial teórico da educação popular, que parte do alinhamento entre o conhecimento teórico e a ação prática na construção de processos transformadores, onde todas as partes envolvidas são consideradas parte deste processo de mudança, no momento de elaboração do curso de agentes populares de agroecologia partimos do pressuposto de que os alunos e alunas, com seus saberes próprios, em diálogo com as especificidades técnicas do conhecimento acadêmico, poderiam se tornar agentes multiplicadores de uma nova perspectiva de extensão rural. Assim, buscamos desenvolver tanto capacidades críticas de caráter teórico e conceitual quanto de caráter metodológico e instrumental. Acreditávamos que a imbricação de tais competências, somadas aos acúmulos de experiência de cada aluno e aluna, tenderiam a potencializar as habilidades de conhecimento, análise e interpretação direcionadas às questões de interesse político, social e cultural que são próprias dos ambientes formais e simbólicos nos quais a agroecologia se insere direta ou indiretamente.

Importante destacar que os princípios metodológicos norteadores do curso se pautaram na transversalidade entre as diferentes etapas e ações, de forma que todas pudessem se fortalecer por meio da concatenação vertical e horizontal dos conteúdos e, também, da horizontalização dos processos de ensino, pesquisa e extensão. A diversidade das trajetórias das pessoas participantes, associada à metodologia proposta, permitiu o fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por um lado, e, por outro, pode potencializar ações transescalares, pautadas na relação produção, comercialização e consumo. Cabe apontar, antes de apresentarmos as etapas nas quais o curso se dividiu, que o cerne da metodologia utilizada está nos métodos participativos de construção do conhecimento agroecológico, principalmente no que tange à troca de conhecimentos camponês a camponês, e, em razão disto, o protagonismo destes sujeitos sociais foi priorizado em todas as fases do curso, dividindo igual espaço com docentes, técnicos e técnicas e especialistas nas diversas temáticas e assuntos abordados.

O CURSO DE AGENTES POPULARES DE AGROECOLOGIA: METODOLOGIAS E RESULTADOS

Inicialmente, o curso de formação de agentes populares de agroecologia, materializado pelo projeto de extensão “Terra, Agroecologia e Universidade”, foi elaborado para atender a aproximadamente 50 camponeses e camponesas em territórios próximos ao campus-sede da UFSCar, localizado em São Carlos, no interior paulista, além de técnicos e técnicas de assistência rural e estudantes de graduação e pós-graduação. Todavia, o surpreendente interesse nesta iniciativa, ilustrado nas mais de 2,2 mil inscrições, motivou a coordenação pedagógica do curso e a equipe do NEA-UFSCar a modificar a estrutura técnica e operacional do trabalho, buscando atender a totalidade das pessoas inscritas. Desta forma, o curso se realizou com mais de 1,5 mil alunos e alunas em atividade, numa abrangência territorial que cobriu todos os estados da federação e o Distrito Federal.

Importante destacar que ao buscar oferecer um conteúdo diferenciado, priorizando a formação de caráter popular de agentes que pudessem atuar como multiplicadores em suas comunidades, desenvolvendo ações na defesa e em prol da agroecologia, o curso se alicerçou nos seguintes objetivos específicos: (1) aprofundar a compreensão das categorias básicas de um modelo de desenvolvimento rural baseado na transição agroecológica e na agricultura familiar; (2) fortalecer o processo de formação de agricultores e agricultoras, produtores e produtoras, estudantes e agentes de assistência técnica e extensão rural (ATER) para se tornarem multiplicadores e multiplicadoras junto às comunidades rurais; e (3) aportar subsídios teórico-práticos na implementação de unidades de referência nas unidades produtivas familiares por meio da construção coletiva e baseada nas técnicas agroecológicas.

As 80 horas de atividades do curso foram divididas em três etapas ao longo de seis meses. A primeira etapa, chamada por tempo-escola, era dedicada ao aprendizado teórico, e foi feita de maneira totalmente remota, totalizando 40 horas, por meio de dez encontros síncronos e assíncronos. Na sequência, no chamado tempo-comunidade, os alunos e alunas realizaram atividades práticas e teóricas em suas localidades, efetuando projetos individuais ou coletivos, e participando remotamente dos encontros de monitoria com a coordenação pedagógica do curso e com tutores voluntários, totalizando 32 horas de atividades. Por fim, nas oficinas pedagógicas, que totalizaram 8 horas, foram realizadas ações práticas presenciais em áreas territorialmente próximas ao campus-sede da UFSCar. Essas atividades foram gravadas e os recursos audiovisuais foram disponibilizados a todos os alunos e alunas do curso, sendo que aqueles e aquelas

que não puderam se deslocar para tais atividades puderam realizar remotamente outras oficinas, fornecidas pela coordenação pedagógica do curso e por organizações parceiras. A seguir (Quadro 1) elucidamos as etapas do curso e seus respectivos objetivos.

Quadro 1. Etapas do curso de formação de agentes populares de agroecologia

Etapas	Carga horária	Objetivo
1. Tempo-escola	40h	Fornecimento de aportes teóricos.
2. Tempo-comunidade	32h	Realização de atividades práticas voltadas à agroecologia nos territórios.
3. Oficinas pedagógicas	8h	

Elaborado pelos autores (2022).

As etapas do curso, o diálogo nos encontros de monitoria e o processo de elaboração e desenvolvimento de projetos inspirados em práticas agroecológicas deram materialidade à concepção da educação popular. Os conteúdos teóricos apresentados no tempo-escola são elucidados a seguir (Quadro 2).

Quadro 2. Temas abordados nos encontros do tempo-escola e objetivos específicos

Nº	Caráter	Temas	Objetivos específicos
1	Síncrono	Conjuntura agrária nacional e internacional e apresentação do curso	(1) Caracterizar o contexto nacional e internacional e os desafios ligados à questão agrária, em geral, e à agroecologia, em específico; (2) Dar boas-vindas aos alunos e alunas do curso, apresentando as ferramentas digitais, formas de diálogo online e a metodologia utilizada no curso.
	Assíncrono	Natureza do desenvolvimento do capitalismo na agricultura	(1) Historizar a relação do capitalismo com a agricultura.
	Síncrono	Fundamentos e princípios da agroecologia	(1) Apresentar a agroecologia como alternativa de produção e reprodução social.
	Assíncrono	Gênero e agroecologia	(1) Relacionar a agroecologia com o feminismo, enquanto valores e práticas comuns de superação de diferenças e opressões.
	Síncrono	Manejo e técnicas de agrofloresta	(1) Retomar os desafios da prática agroecológica no atual

	Assíncrono	Cadeias curtas de comercialização e compras públicas para a agricultura familiar	contexto; (2) Apontar as possibilidades de geração de emprego e renda relacionadas à prática agroecológica; (3) Oferecer subsídios para a prática agroecológica.
	Síncrono	ATER e a transição agroecológica	
8	Assíncrono	Agroecologia e educação	
9	Síncrono	Soberania alimentar, agroecologia e enfrentamento da fome: desafios para os agentes populares de agroecologia	
10	Assíncrono	Encerramento (I)	(1) Apresentação dos resultados dos projetos que foram elaborados e desenvolvidos durante o curso.
	Síncrono	Encerramento (II)	(1) Encerramento do curso, apresentando os desafios e as potencialidades da educação popular.

Elaborado pelos autores (2022).

O tempo-comunidade, realizado após o tempo-escola, foi concebido como um processo educativo que conseguiria articular tanto os conhecimentos adquiridos no tempo-escola atrelados aos conhecimentos anteriores dos alunos e alunas quanto as suas capacidades de trabalho e mobilização de recursos em prol de possíveis e necessárias transformações no território em que residem, trabalham ou convivem socialmente. Nesta etapa do curso, foi elaborada uma metodologia própria, que recebeu o nome de “pedagogia do caminhar”. O mérito dessa sistematização é, justamente, o reconhecimento do próprio percurso de aprendizado da prática agroecológica.

Levando em consideração as restrições de distanciamento social impostas pela pandemia da Covid-19, e buscando atender a um público bastante heterogêneo inscrito no curso, as atividades do tempo-comunidade foram estruturadas por meio de cinco áreas temáticas, facilitando o acompanhamento dos projetos das pessoas inscritas no curso pelos monitores e monitoras. O quadro a seguir elucida essas áreas temáticas e as possibilidades de elaboração dos projetos.

Quadro 3. Áreas temáticas dos pré-projetos no tempo-comunidade

Áreas temáticas	Justificativa do projeto
-----------------	--------------------------

<p>Rede agroecológica de consumo consciente e economia solidária</p>	<p>O projeto poderia refletir sobre as condições de viabilização de uma rede de consumo de produtos agroecológicos, fortalecendo iniciativas autogestionárias e cooperativas típicas da economia solidária. Também seria possível mapear outras possibilidades que tivessem como foco o fortalecimento ou na criação de redes ligadas à agroecologia e produção orgânica de alimentos a depender das especificidades territoriais.</p>
<p>Agricultura urbana e periurbana</p>	<p>O projeto poderia envolver o planejamento e a criação de hortas agroflorestais urbanas, hortas urbanas agroecológicas, bancos de sementes, compostagem, aproveitamento de resíduos recicláveis e podas de árvores, dentre outras iniciativas, levando em conta o envolvimento coletivo e comunitário e os princípios da soberania alimentar.</p>
<p>Soberania alimentar e solidariedade na pandemia</p>	<p>O projeto poderia concretizar ou contribuir com iniciativas comunitárias como bibliotecas e cozinhas, distribuição de cestas de alimentos, criação de bancos populares de alimentos, confecção e distribuição de máscaras e kits de materiais de higiene, tendo em vista o combate à pandemia da Covid-19, dentre outras dimensões possíveis na relação campo-cidade que tivessem foco na solidariedade e na soberania alimentar. Ademais, poderia abordar processos de formação e capacitação de combate à insegurança alimentar, como agentes populares de alimento, e à disseminação do vírus da Covid-19, como agentes populares de saúde.</p>
<p>Práticas agroecológicas</p>	<p>O projeto estaria circunscrito às diversas práticas orientadas e adaptadas aos agroecossistemas agroecológicos já implementados ou não. Eram diversas as possibilidades de atuação, incluindo práticas de adubação, compostagem, controle de pragas, manejo agroecológico de animais, agroflorestas, tecnologias sociais, dentre outras.</p>
<p>Assistência técnica e extensão rural (ATER)</p>	<p>Os projetos poderiam ser direcionados a agricultores e agricultoras familiares, militantes de movimentos sociais e ativistas de organizações envolvidas direta ou indiretamente com a agroecologia com vistas à avançar tecnicamente com a transição agroecológica, com a implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) ou com certificações participativas. Também se enquadrariam práticas de ATER relacionadas diretamente com as políticas públicas e os programas de segurança e soberania alimentar e agroecologia, em âmbito municipal, estadual ou federal.</p>

Elaborado pelos autores (2022).

As oficinas pedagógicas que finalizaram as atividades práticas, realizadas ou observadas pelos alunos e alunas do curso, serviram como espaços propícios para o desenvolvimento de habilidades analíticas, discursivas e argumentativas. Destaca-se, aqui, o incentivo à realização de práticas concretas, por meio de projetos individuais ou coletivos, no campo ou cidade, voltadas à defesa da agroecologia de maneira holística.

Cumpramos ressaltar que o curso de agentes populares de agroecologia é um produto de um projeto maior que propiciou a criação do NEA-UFSCar e que orienta as execuções compromissadas de ações transversais e territorialmente localizadas

próximas ao campus de São Carlos desta universidade. Assim, as oficinas pedagógicas ocorreram necessariamente em áreas urbanas, periurbanas e rurais nas regiões centro-leste e norte do estado de São Paulo⁹⁸.

Importante ressaltar que, como não houve aquisição e imobilização de capital fixo nas oficinas pedagógicas, não foi considerado, para fins de escolha das áreas, a natureza ou a situação jurídica destas localidades, mas a própria capacidade e o compromisso prévio de desenvolvimento das oficinas junto à comunidade local. As oficinas, dadas as especificidades das áreas selecionadas, se direcionaram à implantação de canteiros agroflorestais e manejo agroecológico de animais e agrofloresta.

Para cumprir a carga horária desta etapa, os alunos e alunas puderam participar da elaboração e da execução das oficinas, nos casos exclusivos de residirem nos locais onde elas foram oferecidas, ou assistiram às mesmas, após a sua disponibilização em ambiente virtual. Os alunos e alunas que tiveram condição de desenvolver oficinas pedagógicas semelhantes em suas comunidades também puderam elaborar, executar e registrar as mesmas como parte de seus projetos, sendo, neste caso, considerado o cumprimento da carga horária da referida etapa. Para tanto, importante destacar, precisaram levar em consideração os protocolos sanitários do momento de execução das atividades e, também, precisaram da autorização do uso do registro da oficina pela coordenação pedagógica do curso.

Para viabilizar a concatenação horizontal e vertical do curso, levou-se em consideração a ordem temática dos encontros, seguida dos passos da pedagogia do caminhar para, por fim, por meio das diversas experiências apresentadas nas oficinas pedagógicas, encerramos o curso com o fornecimento de elementos necessários para que as pessoas inscritas pudessem pensar e agir em prol da agroecologia.

Para atingir os objetivos do curso, bem como materializar os conteúdos teóricos em práticas agroecológicas efetivas e acompanhar o processo de desenvolvimento das dezenas de projetos realizados pelos alunos e alunas, foi necessário o estabelecimento de um rígido cronograma e, sobretudo, um fluxo contínuo de informações e monitoramento.

⁹⁸ Cientes de que o contexto de crise sanitária impôs alterações inesperadas, a priori definiu-se oito áreas para a realização de oficinas pedagógicas, a saber: Vila União, Comunidade da Paz e Assentamento Mário Lago, localizados no município de Ribeirão Preto; Assentamento Santa Helena, em São Carlos; Assentamento Sepé Tiaraju em Serrana; Assentamento Cida Segura, em Orlandia; Assentamento Vanderley Caixe, em Sales de Oliveira; e a Comunidade Campo e Cidade, em Jardinópolis.

Conforme já apontamos, o processo de elaboração, maturação e desenvolvimento dos projetos dos alunos e alunas do curso de formação de agentes populares de agroecologia, durante o tempo-comunidade, se amparou metodologicamente naquilo que chamamos por “pedagogia do caminhar”. Essa conceituação é inspirada em uma célebre frase proferida pelo cineasta argentino Fernando Birri, narrada pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano, que diz:

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.⁹⁹

A pedagogia do caminhar foi estruturada em quatro passos que, após serem percorridos, cumprem de maneira didática as fases de planejamento e execução dos projetos indicados pelos alunos e alunas como modelos possíveis de serem realizados e, sobretudo, replicados em outras iniciativas.

No primeiro passo, a utopia, o aluno ou aluna deveria definir a área temática em que gostaria de desenvolver o seu projeto, e iniciar a elaboração do mesmo, levando em consideração a adoção de medidas sanitárias adequadas para prevenção aos riscos de contágio da Covid-19, dentre outras questões envolvendo a sua realidade concreta, como a falta de acesso ao poder público e aos locais onde seriam desenvolvidas ações, falta de recursos financeiros e materiais, ausência de equipe de apoio, dentre outras muitas situações. Assim, o aluno ou aluna deveria pensar em quais objetivos pretendia alcançar com o seu projeto e descrever suas justificativas, fossem elas individuais, coletivas, econômicas e/ou políticas. Nesta etapa, o aluno ou aluna teria cerca de um mês para elaborar o projeto, contando com reuniões de monitoria para melhor aperfeiçoá-lo em diálogo com outros alunos e alunas e com o tutor ou tutora.

A apresentação dos objetivos e da justificativa do projeto se deu por meio de um texto simples submetido num formulário online. Os tutores e tutoras tiveram acesso às respostas e puderam retornar aos alunos e alunas com comentários gerais e com dicas específicas, buscando o aprimoramento dos projetos, além de também retomarem alguns desses comentários nos encontros de monitoria, quando na troca coletiva com todos os alunos e alunas da área temática.

⁹⁹ Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano em “Las palabras andantes” (1994).

No segundo passo, o caminho, o aluno ou aluna, já com a escolha da área temática e com a elaboração dos objetivos e justificativa do projeto, teria um mês para definir as formas como daria materialidade às suas ideias. Em termos práticos, esta etapa envolvia a descrição dos procedimentos metodológicos para o desenvolvimento do projeto, ou seja, um planejamento minucioso de cada tarefa que deveria ser realizada. Os diálogos que foram feitos nas reuniões de monitoria durante o segundo passo foram ainda mais importantes, uma vez que os outros alunos e alunas, junto aos tutores e tutoras, puderam contribuir com suas experiências para as possibilidades de ações que o autor ou autora do projeto poderia tomar diante de seus objetivos.

Na sequência (Quadro 4), ilustramos o primeiro e o segundo passo, caracterizados pela elaboração dos projetos dos alunos e alunas do curso.

Quadro 4. Processo de elaboração dos projetos

Primeiro passo: A utopia		Segundo passo: O caminho	
I.	Escolha da área temática para desenvolvimento do projeto.		Descrição dos procedimentos metodológicos.
II	Escrita dos objetivos e da justificativa.	I I I	Envio do desenvolvimento do projeto pelo formulário online e retorno da monitoria.
	Envio do desenvolvimento do projeto pelo formulário online e retorno da monitoria.		
	Participação nas reuniões de monitoria.		
	Participação nas reuniões de monitoria.		Participação nas reuniões de monitoria.

Elaborado pelos autores (2022).

No terceiro passo, a caminhada, os alunos e alunas deveriam demonstrar as ações que desenvolveram para materializar seus objetivos propostos no início do tempo-comunidade, ou seja, deveriam executar o projeto elaborado, aprimorado e submetido nas etapas anteriores. O encontro de monitoria durante o mês do terceiro passo serviu para que os alunos e alunas apresentassem as dificuldades encontradas em seus trajetos, partindo da compreensão de que cada intercorrência, particular a cada projeto, fazia parte da superação da própria realidade, sendo um exercício pedagógico para a aprendizagem coletiva, tanto a execução, mesmo que com pequenas ou grandes dificuldades, quanto a socialização do todo deste processo. Neste momento, além das formas de comunicação com a tutoria, os alunos e alunas também puderam se valer de registros audiovisuais, dentre outras formas de apresentar o processo de realização dos projetos, em suas diversas fases.

No quarto passo, a chegada e as novas utopias, além de dar continuidade à realização dos projetos e contar com a monitoria dos tutores e tutoras, os alunos e alunas do curso deveriam apresentar uma síntese de seus resultados, fosse por meio de registros audiovisuais ou por escrito. É importante salientar que a metodologia desenvolvida em nosso curso não compreende os resultados como um processo acabado, isto porque a utopia está no horizonte. Assim, a chegada é, na realidade, provisória. E mesmo que assim seja, deve ser marcada, necessariamente, por novas utopias, caminhos e caminhadas.

A seguir (Quadro 5), ilustramos o terceiro e quarto passo, caracterizados pela concretização dos projetos dos alunos e alunas do curso, elaborados durante o primeiro e o segundo passo.

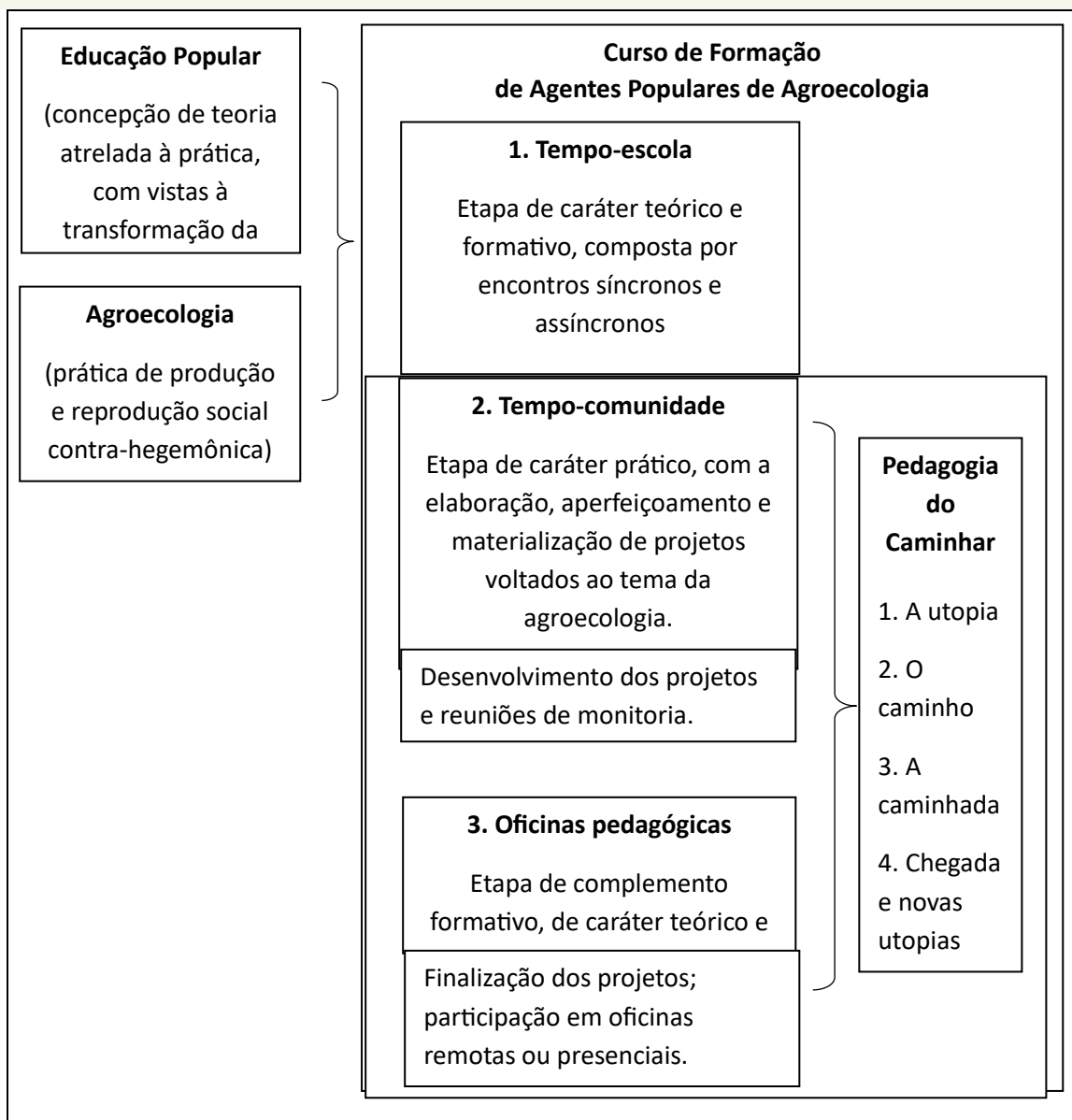
Quadro 5. Processo de concretização dos projetos

Terceiro passo: A caminhada		Quarto passo: A chegada e novas utopias	
I V .	Realização dos projetos.	V .	Continuidade da realização dos projetos.
	Envio dos resultados do projeto pelo formulário online e retorno da monitoria.		Socialização dos resultados do projeto.
	Participação nas reuniões de monitoria.		Continuidade de tutoria para os projetos.

Elaborado pelos autores (2022).

A seguir (Figura 1) elucidamos a metodologia utilizada em nosso do curso de formação, apontando uma síntese dos pressupostos teóricos que embasaram a sua formulação, bem como suas três etapas e os quatro passos para realização dos projetos. Importante destacar que embora a pedagogia do caminhar se materialize no curso quando na feitura do projeto, isto é, durante a segunda e a terceira etapa, no tempo-comunidade e nas oficinas pedagógicas, a primeira etapa, o tempo-escola, também é fundamental para a criação da noção de práxis presente em nosso curso, ou seja, da teoria-ação voltada à agroecologia.

Figura 1. Metodologia do curso de formação de agentes populares de agroecologia



Elaborado pelos autores (2022)

Todos os passos foram acompanhados pelos tutores e tutoras, com apoio de uma equipe técnica e da coordenação pedagógica. O diálogo mais geral entre os alunos e alunas e os tutores e tutoras foi realizado por meio da plataforma Google Classroom, por e-mail e pelo grupo de WhatsApp específico da área temática, onde todos os alunos e alunas com projetos comuns poderiam ser inseridos para troca de diálogo sobre os projetos ou demais assuntos abrangentes, referentes ao curso ou não. O retorno após cada um dos passos da terceira etapa se deu por meio de formulários online, onde os alunos e alunas se identificavam e respondiam as questões específicas a cada um dos diferentes momentos da elaboração e concretização de seus projetos, podendo anexar, a depender da situação, registros para observação e comentários da monitoria.

A seguir (Quadro 6), elucidamos as formas de comunicação entre os alunos e alunas e os tutores e tutoras.

Quadro 6. Formas de comunicação utilizadas no curso

Modalidade	Objetivos
Plataforma Google Classroom	Comunicação direta entre alunos e alunas e tutores e tutoras, com apoio da equipe técnica e coordenação pedagógica, para informações diversas acerca do curso, e para tirar dúvidas a respeito das etapas, de modo geral, e dos passos dos projetos, em específico.
E-mail	
Grupo de WhatsApp das áreas temáticas do curso	Comunicação entre os próprios alunos sobre os projetos, a temática inserida e temas diversos, com presença dos tutores e tutoras e coordenação pedagógica para informações diversas acerca do curso.
Formulários online	Forma de acompanhamento dos quatro passos do projeto, com a resposta dos alunos e alunas e o envio de arquivos respectivos às suas reflexões e ações, contando com a devolução dos tutores com impressões gerais e apontamentos para o desenvolvimento do projeto.
Reuniões de monitoria das áreas temáticas	Espaço para informações gerais sobre o curso e, sobretudo, de diálogo entre os alunos e alunas e os tutores e tutoras acerca dos projetos em desenvolvimento.

Elaborado pelos autores (2022).

Inicialmente, é importante destacar que frente à elevada demanda por inscrições no curso, foi necessário que a equipe de trabalho do projeto fosse ampliada, com o acréscimo de novos tutores e tutoras e novos membros na coordenação pedagógica e na equipe técnica. Das mais de 2,2 mil inscrições, cerca de 29% eram de pessoas vinculadas a universidades públicas, sobretudo, e privadas; 20% eram militantes de movimentos sociais; 15% eram ATER; e as demais pessoas estavam dispersas entre trabalhadores e trabalhadoras do campo, como agricultores e agricultoras, camponeses e camponesas, acampados e acampadas sem-terra, produtores e produtoras residentes em comunidades tradicionais e ativistas de organizações não-governamentais.

Ainda sobre o público atingido diretamente pelo projeto, ressalta-se tanto o recorte de gênero, com 59% de mulheres participantes, quanto a notável abrangência territorial. A título de informação, os alunos e alunas vieram de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal, destacando-se o elevado número de pessoas inscritas em São Paulo, com 455; Bahia, com 157; e Minas Gerais, com 135.

Cabe dizer que os encontros assíncronos foram direcionados apenas às pessoas inscritas e envolvidas no curso. Tais conteúdos ainda serão adaptados e disponibilizados ao público geral, ampliando ainda mais o alcance do projeto. Dada a experiência com outros cursos de extensão, e o próprio contexto de pandemia, que além de diversas dificuldades relacionadas ao trabalho remoto e à conexão, também trouxe sobrecarga de tarefas nos ambientes domésticos, já era esperada a evasão de alunos e alunas. Neste sentido, o curso se estruturou para também ser útil ao público geral, interessado na totalidade ou apenas em parte dos conteúdos que por ele foram gerados.

A seguir (Tabela 1), apresentamos os números de visualizações dos conteúdos da primeira etapa, o tempo-escola, que mesmo que seja circunscrito a apenas uma das três partes do curso, consegue elucidar a sua notável abrangência. A lista de presença era exclusiva às pessoas matriculadas, e as visualizações contabilizavam o interesse geral no material.

Quadro 7. Acesso no conteúdo da primeira etapa do curso (tempo-escola)

Encontro	Formato	Acesso de alunos e alunas ¹⁰⁰	Acesso geral ¹⁰¹
1	Síncrono	1.900	5.916
2	Assíncrono	1.550	-
3	Síncrono	1.060	4.279
4	Assíncrono	1.162	-
5	Síncrono	1.210	3.602
6	Assíncrono	1.160	-
7	Síncrono	1.074	2.546
8	Assíncrono	1.032	-
9	Síncrono	997	2.261
10 (I)	Assíncrono	Não contabilizado.	-
10 (II)	Síncrono	Não contabilizado.	901

¹⁰⁰ Levantamento realizado em agosto de 2021.

¹⁰¹ Levantamento realizado em junho de 2022.

Elaborado pelos autores (2022).

973

Destaca-se ainda o considerável número de visualização dos conteúdos audiovisuais da oficina que já foi disponibilizada para o acesso geral, e não apenas para alunos e alunas do curso. A primeira parte da oficina pedagógica de canteiros agroflorestais, postada em agosto de 2021, recebeu 2.004 visualizações; e a segunda parte desta mesma oficina, postada em setembro de 2021, recebeu 885 visualizações¹⁰².

Os dados quantitativos ilustram apenas parcialmente os resultados obtidos pelo curso. O acompanhamento de painéis de debates e, desta forma, o acesso a novos conhecimentos e conceitos teóricos, o processo de reflexão, elaboração e materialização dos projetos, o diálogo entre pares e o acompanhamento de tutores, permitiu aos alunos e alunas do curso serem parte não apenas de um novo processo educativo voltado à agroecologia, mas de um processo educativo de novo tipo, que atrela os conceitos e práticas da agroecologia à educação popular.

Neste sentido, mais do que a formação, no sentido educativo do termo, de novos sujeitos, também possibilitamos a transformação, no sentido sociopolítico, da realidade na qual cada um estava inserido territorialmente, seja no âmbito da moradia, da comunidade ou do trabalho. Os projetos, ligados às diferentes áreas temáticas, pouco ou muito complexos, feitos de forma individual, coletiva ou comunitária, envolvendo ou não o setor público, visando ou não a geração de trabalho e renda, mas sempre pautados nos princípios da agroecologia, sem dúvida possibilitaram primeiros e novos passos para a prática agroecológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que, mesmo findado o nosso projeto de extensão, as ações desenvolvidas durante todos os meses de curso possam ter ganho perenidade, empoderando as pessoas que participaram deste processo para que, individual ou coletivamente, pudessem desenvolver práticas extensionistas, seja no contexto rural ou urbano, não apenas como técnicos e técnicas, mas, em especial, como promotores e promotoras da prática agroecológica.

Nosso curso, resultado de um projeto de extensão feito por docentes e discentes em parceria com movimentos populares e organizações sociais, é uma experiência que

¹⁰² Levantamento realizado em junho de 2022.

pode ser replicada por diferentes iniciativas, territorialmente localizadas ou mais amplas, seja com a promoção de debates e painéis teóricos, com a realização de diferentes projetos inseridos no tema, com o fornecimento de oficinas práticas ou mesmo com a combinação de todas essas ações, que conectadas em diferentes etapas, e com a possibilidade de um monitoramento sistemático e diálogo entre as partes envolvidas, pode fornecer um rico instrumental teórico e prático voltado à promoção da agroecologia.

Defendemos ao longo de todo o processo descrito neste artigo, que a agroecologia é uma forma de produção e reprodução social contra-hegemônica que, além de possível, pode envolver amplos setores da sociedade civil e poder público. Anunciada como possibilidade de vida por meio da educação popular, que concebe os sujeitos como portadores de concepções e conhecimentos que podem ser valorizados junto ao conhecimento científico e acadêmico, sobretudo visando a transformação da realidade, a agroecologia se torna alternativa a diferentes esferas da nossa sociedade.

Mais do que a divisão do processo educativo em etapas, a materialização da pedagogia do caminhar, tendo como passos a utopia, o caminho, o caminhar e a chegada e novas utopias, na experiência que realizamos, é um convite a repensarmos formas alternativas de transmissão e construção do conhecimento socialmente engajado. O mérito do curso se coloca em sua metodologia, em seus resultados quanti e qualitativos e, sobretudo, por ser uma experiência extensionista que colocou a universidade à serviço da comunidade, oferecendo aportes para resolução de suas demandas próprias, num contexto em que as universidades, em específico, e a sociedade brasileira, em nível geral, padecem do aprofundamento das crises econômica, política, ambiental e sanitária.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2004.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? São Paulo: Paz e Terra, 1977.

GLIESSMAN, S. R.; ROSEMEYER, M. The Conversion to Sustainable Agriculture - Principles, Processes, and Practices. Advances in Agroecology. 2010.



GRAZIANO DA SILVA, J. O que é questão agrária. Editora brasiliense. São Paulo, 1993.

MALUF, R. A política de abastecimento, a soberania e a segurança alimentar e nutricional. In: CONAB. Agricultura e abastecimento alimentar: políticas públicas e mercado agrícola. Brasília (DF), CONAB, 2009, p.109-120.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2021.

ROMERO, A. *et al.* La agroecología como alternativa: movimiento, ciencia y práctica para la justicia y soberanía alimentaria» Interdisciplina 7, n° 19, sep./dec., 2019.

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO PDS MÁRIO LAGO

976

Ana Claudia Olartechea Veron, (UFSCAR),
anaveron@estudante.ufscar.br

Joelson Gonçalves de Carvalho, (UFSCAR),
joelson@ufscar.br

Resumo

A Segurança Alimentar e Nutricional é um direito humano básico que consiste no acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, porém o cenário de insegurança alimentar (IA) se intensificou nos últimos anos no Brasil e foi agravado durante a Pandemia da COVID-19. A dificuldade de acesso e disponibilidade de alimentos torna-se mais grave no meio rural em que há os mais elevados índices de pobreza e de IA devido à falta de acesso à terra e de outros bens necessários para a produção voltada ao autoconsumo. Nesse sentido, este projeto de pesquisa tem como foco investigar a Insegurança Alimentar presente no assentamento rural Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Mário Lago, localizado no município de Ribeirão Preto (SP). Dado que esse PDS apresenta um projeto agroecológico, fator importante para elevar os índices de Segurança Alimentar e Nutricional, e representa um modelo contestador da forma de produção do agronegócio, especificamente do setor sucroalcooleiro, responsável por danos ambientais e sociais na região. A partir da hipótese de que o acesso à terra, água e sementes, possibilitando a produção agrícola, contribui para o aumento da SAN e garante a Soberania Alimentar da população, interessa-nos observar se esse assentamento rural reproduz a realidade nacional ou se apresenta realidade distinta para lançar luz a possíveis formas e estratégias para se avançar na superação da insegurança alimentar e nutricional no meio rural brasileiro. Para esse fim, a pesquisa será quali-quantitativa e trabalhará com a combinação de abordagens metodológicas que se complementam, a saber: a pesquisa de campo, entrevista semiestruturadas, observação participante, levantamento bibliográfico e de dados secundários referentes à temática. O questionário aplicado para a entrevista será elaborado a partir da adaptação das questões da Escala Brasileira de Insegurança alimentar (EBIA) que mensura a percepção e a experiência da fome a partir de parâmetros psicológicos e sociais, sendo um indicador direto de IA, de baixo custo de aplicação e validade no Brasil para população urbana e rural. Além disso, será elaborado, como forma indireta de dimensionar a SAN, questões que buscam investigar a importância do autoconsumo para a reprodução social das famílias assentadas com o intuito de obter os dados referentes à insegurança alimentar no PDS Mário Lago.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar; Segurança Alimentar e Nutricional; Soberania Alimentar; Questão Agrária;

Abstract

Food and Nutrition Security is a basic human right that consists of regular and permanent access to quality food, but the food insecurity (FI) scenario has intensified in recent years in Brazil and has been aggravated during the COVID-19 Pandemic. The difficulty of access and availability of food becomes more serious in rural areas where there are the highest rates of poverty and FI due to the lack of access to land and other goods necessary for production aimed at self-consumption. This research project focuses on investigating the Food Insecurity present in the Mário Lago Sustainable Development Project (SDP) rural settlement, located in the municipality of Ribeirão Preto (SP). Given that this PDS presents an agroecological project, an important factor to raise the levels of Food and Nutritional Security, and represents a challenging model of the way of agribusiness production, specifically the sugar and alcohol sector, responsible for environmental and social damages in the region. Based on the hypothesis that access to land, water and seeds, enabling agricultural production, contributes to the increase in

FNS and guarantees the Food Sovereignty of the population, we are interested in observing whether this rural settlement reproduces the national reality or presents itself as a reality. to shed light on possible ways and strategies to move forward in overcoming food and nutrition insecurity in rural Brazil. The research will be qualitative and quantitative and will work with a combination of methodological approaches that complement each other, namely: field research, semi-structured interviews, participant observation, bibliographic and secondary data related to the theme. The questionnaire applied for the interview will be elaborated from the adaptation of the questions of the Brazilian Scale of Food Insecurity (EBIA) that measures the perception and experience of hunger from psychological and social parameters, being a direct indicator of AI, of low cost application and validated in Brazil for urban and rural populations. In addition, as an indirect way of dimensioning the FNS, questions will be elaborated that seek to investigate the importance of self-consumption for the social reproduction of settled families in order to obtain data on food insecurity in the Mário Lago SDP.

Key-words: Food insecurity; Food and Nutritional Security; Food Sovereignty; Rural Settlements; SDP Mario Lago.

A expansão global da fome aumentou com os impactos da Covid-19, conforme aponta o relatório “O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição do Mundo (SOFI)”, indicando que entre 702 e 828 milhões de pessoas enfrentaram a fome em 2021. Estima-se que esse número representa 46 milhões a mais de pessoas, em comparação com 2020 (UNICEF et al, 2022).

No caso brasileiro, o cenário de insegurança alimentar (IA) também se intensificou nos últimos anos e, assim como no resto do mundo, foi agravado durante a Pandemia da Covid-19. Entre 2014 e 2016, 1,9% da população brasileira passava fome; já no período de 2019 a 2021 esse número subiu para 7,3%, ou, em números absolutos, 15,4% de pessoas passando fome (UNICEF et al, 2022). De acordo com o “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da COVID-19”, em 2020, ao menos 116,8 milhões de brasileiros (aproximadamente 55% da população total do país), apresentaram algum grau de insegurança alimentar (IA), moderada, leve ou grave (PENSSAN, 2021).

Cabe ressaltar que Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil é definida pela Lei nº 11.346/2006, como o:

(...) acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006, s/p).

Na mesma perspectiva, segundo Walter Belik (2003), o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional abrange os aspectos da disponibilidade, qualidade e regularidade de acesso aos alimentos. A disponibilidade diz respeito aos alimentos

produzidos por um determinado país e disponíveis para o consumo, porém isso não significa que toda população tenha acesso a esses alimentos¹⁰³. Outro ponto é a qualidade dos alimentos consumidos que precisam ser adequados nutricionalmente e não podem apresentar risco à saúde. Assim, alimentos transgênicos, fora da validade, com uso intenso de agrotóxicos¹⁰⁴ no plantio ou contaminados por qualquer razão comprometem a alimentação digna e saudável. Por fim, a regularidade significa ter acesso constante aos alimentos, com no mínimo três refeições diárias que obedecem aos critérios já citados, sem ter preocupações ou receio deste alimento se tornar escasso.

Dessa forma, a garantia de alimentação adequada é um direito humano reconhecido no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, do qual o Brasil é signatário, e que foi incorporado à legislação nacional em 1992. De acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004):

Os países que assinaram esse pacto devem realizar estes direitos progressivamente e para tal assumem algumas obrigações, como respeitar, proteger, promover (facilitar) e prover (garantir) as condições para que os indivíduos e grupos possam produzir os alimentos para autoconsumo ou adquiri-los – isso implica acesso à terra, ao emprego, à renda etc. (p.12)

Para averiguar os indicadores de SAN foi desenvolvido a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) que mensura de forma direta a segurança alimentar e nutricional, levando em consideração critérios psicológicos e sociais. Ela foi desenvolvida a partir da adaptação da escala norte-americana Household Food Security Survey Module (HFSSM), que identifica a SAN de forma direta na população e consegue detectar diferentes graus de insegurança alimentar (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009).

A EBIA é instrumento de medida de alta validade interna e externa que consegue verificar o acesso aos alimentos no domicílio familiar e abrange as especificidades nacionais, sendo aplicável na área rural ou urbana. Além de ser extremamente relevante para o monitoramento da IA com intuito de auxiliar na elaboração e na avaliação de políticas públicas de combate à fome (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009).

¹⁰³ Para a garantia do direito humano à alimentação, diversos fatores precisam ser considerados, como a quantidade de renda, as condições de produção para o autoconsumo, disponibilidade de terra ou garantia de condições sanitárias e habitacionais básicas (SCHAPPO, 2021)

¹⁰⁴ Desde de 2019, houve um aumento na liberação de agrotóxicos no Brasil, sendo aprovados 475 novos produtos. Somente em maio de 2020, já haviam sido registrados 118 novos agrotóxicos e 216 aguardavam aprovação (FIAN BRASIL, 2021).

A partir da EBIA, a Escala de Insegurança Alimentar pode ser classificada em quatro categorias: 1) Segurança Alimentar (SA): não há restrição alimentar e nem preocupação com a falta de alimentos no futuro; 2) Insegurança Alimentar Leve (IAL): há dificuldades no acesso aos alimentos, preocupações com a possibilidade do alimento vir a faltar e problemas com a qualidade da alimentação; 3) Insegurança Alimentar Moderada (IAM): quando os adultos da família passam a sofrer restrições quantitativas na sua dieta; 4) Insegurança Alimentar Grave (IAG): situação de extrema restrição alimentar em que a fome está presente entre os adultos e crianças da casa (SEGALL-CORRÊA et al, 2004).

Outro conceito importante para refletir acerca da problemática da fome é o de Soberania Alimentar proposta pela Via Campesina (2003), movimento mundial de organizações de trabalhadores rurais, camponeses e povos indígenas, que consiste no direito dos povos, de seus Países ou Uniões de Estados de definir sua política agrícola e alimentar. Essa concepção coloca como prioridade a produção agrícola local, a garantia do acesso à terra, água e sementes. Além de destacar que o atual sistema agroalimentar não tem sido eficaz no combate à fome, visto que o sistema capitalista estimula o desenvolvimento de grandes grupos transnacionais que comandam a agricultura e a direcionam para a exportação no mercado internacional, gerando uma padronização dos alimentos, diminuição do papel do setor público e um modelo tecnológico dependente (XAVIER et al, 2018).

O pensamento político, social e econômico brasileiro produziu obras clássicas que apontam, nas palavras de Caio Prado Jr (2011), o “Sentido da Colonização” brasileira como uma empresa agroexportadora. Para Celso Furtado (2005), o monopólio da terra é o que conserva a posição dominante da empresa agro-mercantil e impede a formação de pequenas ou médias comunidades agrícolas, restando para a maioria das pessoas se submeterem aos empregos existentes nas grandes propriedades ou mudarem-se para outro local. Desse modo, a concentração de terras contribui para a concentração de renda e atua como uma barreira ao desenvolvimento.

É na área rural, em termos internacionais, que se concentra os mais elevados índices de pobreza e de insegurança alimentar no mundo, devido à falta de acesso à terra suficiente e outros bens necessários para a produção voltada ao autoconsumo. No Brasil, a Insegurança Alimentar também se torna mais preocupante nas áreas rurais em que o índice de IA moderada ou grave é mais elevado e estava presente, no final de 2021 e

início 2022, em mais de 35% dos domicílios, percentual maior se comparado aos 29% existentes nas áreas urbanas. Entre os domicílios rurais, os da agricultura familiar e camponesa foram os mais afetados pela crise econômica, sanitária, política e pelo desmonte das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar (PENSSAN, 2022) 105.

Diante desse cenário, esta pesquisa busca investigar a Insegurança Alimentar presente em um assentamento rural do tipo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) denominado Mário Lago, localizado no município paulista de Ribeirão Preto. Ressalta-se que essa escolha para o estudo de caso se deve ao fato de que esse PDS apresenta uma trajetória de trabalho cooperativo e um projeto agroecológico, fatores importantes para elevar a SAN das famílias envolvidas e representa um modelo contestador da forma de produção do agronegócio que, a partir do setor sucroalcooleiro, hegemoniza a região na qual o assentamento está inserido e é notoriamente responsável por danos ambientais e sociais na região.

O município de Ribeirão Preto é localizado em área de afloramento do Aquífero Guarani, maior manancial de água doce do mundo, fato que confere extrema importância ambiental para a região. O avanço das atividades agrícolas e de suas práticas inapropriadas para o meio ambiente, como a utilização intensa de insumos químicos e agrotóxicos no solo, representa risco à conservação das áreas de afloramento e recarga do aquífero (NUNES; SILVA, 2016), como é o caso da produção de cana-de-açúcar que utiliza produtos químicos potencialmente contaminantes para o solo (GOMES et al., 2006).

Ilustra a afirmação acima o fato de que, no ano de 2000, a Promotoria de Justiça, constatou significativo passivo ambiental na área. Diante disto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi acionado pelo Ministério Público para instaurar processo de desapropriação para fins de reforma agrária. No fim de 2004, a área pleiteada pelas famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi destinada oficialmente para fins de reforma agrária, pelo governo federal. Cabe frisar que este assentamento é emblemático, pois no município considerado a “capital nacional do agronegócio”, a sua desapropriação se deu pelo não-comprimento

105 A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 2019, responsável por articular diversos setores para a garantia do direito à alimentação, e a redução de orçamento disponibilizados para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) colaborou para o aumento da insegurança alimentar na população rural (FIAN BRASIL, 2021).

da função social da propriedade rural no que tange a utilização adequada dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente (CARVALHO, 2011).

Devido às condições descritas anteriormente, motivou-se a construção do assentamento rural com potencialidade para recuperação da degradação ambiental da área e a modalidade adotada foi o PDS. Esta modalidade de assentamento, mais comum na região norte do país, tem como característica ser destinada à população interessada em realizar atividades de baixo impacto ambiental em áreas relevantes para o meio ambiente, com o objetivo de promover a sustentabilidade. Para garantir a efetiva implementação desse tipo de projeto alicerçado em princípios ecológicos, sociais e econômicos, em 2007, foi elaborado um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), por intermédio do Ministério Público em Ribeirão Preto e com a participação dos assentados, de setores da sociedade civil e do INCRA, que previa:

(...) a organização produtiva com incentivo às práticas cooperativas em diversas áreas; não arrendamento de terra, parceria ou venda, sob pena de criminalização; reflorestamento e defesa ambiental; destinação de 35% da área para Reserva Legal [...] incentivo às práticas de produção agroecológica, programas de fomento, disseminação, multiplicação e massificação da agroecologia, além de programas de agrobiodiversidade, programa florestal, manejo sustentável da água e irrigação e rejeição do uso de agrotóxicos, também sob pena de criminalização (NUNES; SILVA, 2016, p. 44).

Uma especificidade do PDS Mário Lago é que ele foi constituído a partir da ocupação da Fazenda da Barra em 2003, liderada pelo MST. Entre a ocupação e a criação definitiva do assentamento, em 2007, houve um processo de divisão, devido a conflitos internos, e a área, atualmente, é composta por três assentamentos, a saber: Mário Lago, composto por 264 famílias do MST; Santo Dias, com 160 famílias do Movimento Libertação dos Sem Terra (MLST); e Índio Galdino, movimento autônomo, que possui 40 famílias (CARVALHO, 2011) 106.

De acordo com estudos já realizados na região, apontam que as famílias conseguem desenvolver no PDS Mário Lago uma diversidade significativa de alimentos orgânicos, sem agrotóxicos e sementes transgênicas (BORELLI FILHO; FERRANTE, 2009; CARVALHO, 2011). Essa produção agrícola e de pequenos animais é utilizada para o autoconsumo, fator que contribui na melhoria da qualidade de vida das famílias e no incremento para a renda dos assentados (CARVALHO, 2011; NUNES; SILVA,

106 Na Portaria Incra/SR (08), No 21/2007, apenas se considera a área como um todo, denominada PDS da Barra. Dado que os princípios de trabalho coletivo, defesa da soberania e segurança alimentar e nutricional e o vínculo com a Via Campesina é exclusividade do MST no PDS da Barra, decidiu-se, para fins desta pesquisa, trabalhar apenas com o PDS Mário Lago.

2016). Assim, o PDS Mário Lago apresenta uma nova forma de organização socioprodutiva baseada em um projeto agroecológico de produção voltado para o autoconsumo das famílias assentadas, apresentando um potencial para a garantia da segurança e soberania alimentar dos seus residentes.

Para cumprir com esse objetivo geral, estruturam-se três objetivos específicos: I) Investigar a Insegurança Alimentar e Nutricional das famílias camponesas no meio rural a partir de um estudo de caso específico: Projeto de Desenvolvimento Sustentável Mário Lago. II) Comparar os dados de Insegurança Alimentar da área rural pesquisada com a média nacional rural de Segurança Alimentar no Brasil apresentada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e nos inquéritos de Vigilância de Segurança Alimentar e Nutricional (VIGISAN) da Rede PENSSAN. III) Detectar convergências e discrepâncias que possam lançar luz às dimensões inviabilizadas da fome no meio rural, com intuito de verificar as condições favoráveis que podem explicar as diferenças entre as duas realidades e direcionar possíveis políticas públicas de enfrentamento à fome destinada à população rural.

A intencionalidade do recorte metodológico utilizado para essa pesquisa parte do entendimento do assentamento como lócus privilegiado para o estudo proposto referente à segurança alimentar e nutricional. Ademais, a região escolhida é conhecida pelas grandes cadeias agroindustriais, além da forte presença de instituições ligadas ao agronegócio que dividem espaço – de maneira não harmônica – com assentamentos rurais e movimentos sociais de luta pela terra. Ademais, a pesquisa conta com etapas e combinação de abordagens metodológicas que se complementam. O primeiro movimento da pesquisa consiste na pesquisa de campo. Fundamentando-se em Minayo (2016), esta afirma que:

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, e também visa estabelecer uma interação com os diferentes “atores” (pessoas com as quais vamos trabalhar) que fazem parte da realidade. Assim, sua finalidade é construir um conhecimento empírico, considerado importantíssimo para quem faz pesquisa social (MINAYO, 2016, p. 56).

A outra etapa é composta pela realização de entrevistas com dois roteiros semiestruturados aplicados para sujeitos escolhidos aleatoriamente dentro do assentamento, garantindo maior confiabilidade nos dados primários coletados. No que se refere ao primeiro, ele é composto de perguntas que permitam uma caracterização histórica e social do assentamento em termos gerais e das famílias entrevistadas, de

modo mais específico. No que se refere ao segundo, são questões referentes a EBIA, indicador direto de IA, de baixo custo de aplicação e validado no Brasil para população urbana e rural, com a inclusão da variável relacionada à produção de alimentos para autoconsumo¹⁰⁷ com o intuito de obter os dados referentes à insegurança alimentar no PDS Mário Lago.

Além disso, foi elaborado como forma indireta de dimensionar a SAN, questões que buscam investigar a importância do autoconsumo para a reprodução social das famílias assentadas. Para melhor compreensão das articulações e demandas internas, usaremos também da observação participante e escuta sensível nas inserções no campo, participando das reuniões promovidas no assentamento.

Pretendemos, como base dados secundários, o levantamento jurídico-legal que sustenta as políticas de segurança alimentar e nutricional no país, localizando seus rearranjos institucionais a níveis federal, estaduais e municipais na atual conjuntura, comparando-a com anos anteriores. Tais dados, a exemplo, são fornecidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o monitoramento dos recursos pela Casa Civil, os controles realizados pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) ou, especificamente, a gestão municipal da mesma. Outra fonte de dados secundários será a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), além de outros disponibilizados pelo IPEA, ITESP e pelo INCRA.

Através das combinações entre o material teórico, os dados primários e dados secundários, é possível uma melhor análise histórico-estrutural dos fenômenos pesquisados, amparado nas contribuições de Celso Furtado para a questão agrária, interseccionada ao debate do subdesenvolvimento brasileiro e valorização do mercado interno. Também, por meio da análise histórico-estrutural, buscar-se-á interpretações da realidade concreta investigada associando contribuições teóricas e dados empíricos, de modo a entender se a área de assentamentos rural da região de Ribeirão Preto, reproduz a realidade nacional ou se apresenta comportamento distinto reproduzível em outras localidades.

¹⁰⁷ Conforme consta nas questões propostas nos relatórios técnicos: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar-EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional (SARDINHA et al, 2014) e (In)Segurança alimentar no Brasil: validação de metodologia para acompanhamento e avaliação (SEGALL-CORRÊA et al, 2004).

A hipótese que orienta essa pesquisa é que, diferente da realidade nacional, o trabalho coletivo, cooperativo, a produção agroecológica e o autoconsumo que caracterizam o assentamento investigado contribuem para redução da insegurança alimentar e nutricional das famílias camponesas assentadas. Confirmada a hipótese, o intuito com a pesquisa é lançar luz sobre as estratégias exitosas de produção agrícola e reprodução social camponesa na garantia de segurança alimentar e nutricional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006; 15 set.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. Saúde e sociedade, v. 12, n. 1, p. 12-20, 2003.

BORELLI FILHO, Dorival; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. A luta pela terra na região de Ribeirão Preto: o processo de formação e organização do Assentamento Mário Lago. Retratos de Assentamentos, v. 12, n. 1, p. 305-330, 2009.

CARVALHO, J. G. Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto. Tese de Doutorado Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional: Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2004.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FIAN BRASIL. Direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no contexto de pandemia. O Dhana e a Covid-19, [s. l.], 2021.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GOMES, M. A. F. et al. Movimento do herbicida tebutiuron em dois solos representativos das áreas de recarga do aquífero Guarani. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, Campina Grande, v. 10, n. 2, 2006.

MINAYO, M. C de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In MINAYO, M. C. de Souza (org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ. Vozes, 2016.

NUNES, Patrícia Joia; SILVA, T. B. Implantação de sistemas agroflorestais: a experiência do Assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto, estado de São Paulo. Informações Econômicas, v. 46, n. 3, p. 42-53, 2016.

NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Editora HUCITEC, 1989.

PENSSAN, Rede. VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021.

PENSSAN, Rede. II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2022.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SARDINHA, L. M. V. et al. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar–EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [Internet], p. 1-15, 2014.

SCHAPPO, Sirlândia. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. SER Social, v. 23, n. 48, p. 28-52, 2021.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria et al. (In)Segurança alimentar no Brasil: validação de metodologia para acompanhamento e avaliação. Relatório Técnico. 2004

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; MARIN-LEON, Letícia. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. Segurança Alimentar e Nutricional, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

UNICEF et al. The state of food security and nutrition in the world 2022. 2022.

VIA CAMPESINA. Que es la soberania alimentaria, 2003. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/que-es-la-soberania-alimentaria>. Acesso em: 23 de jun. 2022.

XAVIER, Leonardo Pereira et al. Soberania alimentar: proposta da via campesina para o sistema agroalimentar. Brazilian Journal of Development, v. 4, n. 7, p. 4454-4466, 2018

A EXPERIMENTAÇÃO AGRÍCOLA REALIZADA POR AGRICULTORES FAMILIARES DO AGRESTE PARAIBANO: RESISTÊNCIA, PERMANÊNCIA NA TERRA, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SOB OS PRECEITOS DA AGROECOLOGIA

986

Alexandra Leite de Farias, (UEPB)
alefarias@gmail.com.br

Janice Rodrigues Placeres Borges, (CCA/UFSCar),
janice@ufscar.br

Resumo

Este trabalho identificou e estudou a inovação sociotécnica e a produção de conhecimento entre os agricultores familiares sindicalizados, pertencentes ao chamado Polo da Borborema – uma rede de Sindicatos de Trabalhadoras(es) Rurais, que se encontram realizando experimentação agroecológica no município de Remígio, PB, localizado no planalto da Borborema, uma região marcada pela alta concentração de propriedades familiares, dedicadas à policultura associada à pecuária, à fruticultura, à criação de gado combinada à roçados de milho e feijão, à criação de gado de corte e leiteiro e produção de fava e milho, dependendo da região. O Polo da Borborema vem apoiando redes locais de inovação agroecológica que articulam mais de 5 mil famílias agricultoras, atualizando a tradição antissistêmica local, por meio da agroecologia, em resposta às políticas econômicas e sociais aversas à agricultura familiar. Para tanto, optou-se pelo pelos agricultores familiares sindicalizados, do referido município, como estudo de caso e pela abordagem qualitativa. A coleta dos dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas. Os principais resultados indicam que a agricultura ecológica praticada no município de Remígio é um avançado processo de desenvolvimento local. A partir da experimentação, da necessidade de cada agricultor e respeitando o bioma, o processo de produção de conhecimento e inovação se dão a partir da prática reflexiva e da contextualização de conhecimentos através de processos cotidianos e informais de inovação. Como importantes inovações que surgem através destes processos, encontrou-se diversas técnicas e ações implantadas, como banco de semente (as ‘sementes da paixão’), fundos rotativos solidários, entre outros, que assumem papel de conscientização e de mudança crescente e constante no modo de pensar dos agricultores, proporcionando segurança alimentar e nutricional. Ressalta-se o rico processo de inovações e conhecimentos produzidos por esses agricultores em comunhão com seus saberes trazidos pelo Polo da Borborema, reafirma e valoriza suas identidades, resistindo com sucesso às relações de produção hegemônicas. As variadas redes e ações proporcionadas pelo Polo da Borborema confirmam a existência de atividades de produção e de intercâmbio de conhecimentos entre produtores, de observação mútua e de diálogo político, técnico e social com algumas variantes de uma região a outra. Nesse contínuo processo de desenvolvimento local, os agricultores familiares têm buscado, cada vez mais, a autonomia econômica, técnica e produtiva, contribuindo para o alcance, também, da segurança alimentar e nutricional.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Inovação; Produção de conhecimento; Soberania; Segurança alimentar e nutricional.

Abstract

This work identified and studied sociotechnical innovation and knowledge production among unionized family farmers belonging to the so-called Borborema Cluster - a network of Rural Workers' Unions engaged in agroecological experimentation in the municipality of Remígio, PB, located in the Borborema plateau, a region characterized by a high concentration of family-

owned properties engaged in polyculture associated with livestock, fruit farming, cattle farming combined with corn and bean fields, beef and dairy cattle farming, and the production of broad beans and corn, depending on the region. The Borborema Cluster has been supporting local networks of agroecological innovation that involve more than 5,000 farming families, updating the local anti-systemic tradition through agroecology in response to economic and social policies unfavorable to family farming. Therefore, unionized family farmers from the mentioned municipality were chosen as a case study, employing a qualitative approach. Data collection was carried out through semi-structured interviews. The main findings indicate that ecological agriculture practiced in the municipality of Remígio represents an advanced process of local development. Knowledge production and innovation arise from reflective practices and the contextualization of knowledge through daily and informal innovation processes, based on experimentation and the specific needs of each farmer while respecting the biome. Important innovations emerging from these processes include various techniques and implemented actions such as seed banks (the 'seeds of passion'), solidarity revolving funds, among others, which play a role in raising awareness and continuously changing the mindset of farmers, thereby providing food and nutritional security. The rich process of innovations and knowledge produced by these farmers, in communion with the knowledge brought by the Borborema Cluster, reaffirms and values their identities, successfully resisting hegemonic production relations. The various networks and actions provided by the Borborema Cluster confirm the existence of knowledge production and exchange activities among producers, mutual observation, and political, technical, and social dialogue with some variations from one region to another. In this ongoing process of local development, family farmers have increasingly sought economic, technical, and productive autonomy, contributing to the achievement of food and nutritional security as well.

Keywords: Family farming; Innovation; Knowledge production; Sovereignty; Food and nutritional security.

Introdução

Na atualidade, produzir conhecimento e, em decorrência deste, criar de novos recursos, que podem ser chamados de inovação.

Introduzida numa conjuntura moderna, a fundamentação da inovação na agricultura conclui dois aspectos elementares e correlacionados. Em primeiro lugar, uma visão de que a transformação deve ser condicionada às modificações nos elementos de produção, ou seja, elementos usuais foram substituídos por modernos, como insumos e máquinas. Em segundo, uma idealização linear, na qual as inovações e a produção de conhecimento são elaboradas extrinsecamente e trespassados às esferas produtivas. A institucionalização da produção de conhecimentos e da inovação também ocorreu, historicamente, na agricultura com projetos e políticas de modernização do setor. Por meio de uma potente integração e de uma política intervencionista coordenada pelo Estado, no geral em nível nacional, de organismos públicos de pesquisa, ensino e extensão, a agricultura foi modernizada e integrada a projetos desenvolvimentistas da economia dos países em desenvolvimento (BRUNORI et al., 2008).

Não obstante os esforços públicos e privados para que a modernização fosse vastamente institucionalizada no mundo rural e na produção agrícola, até então, é possível afirmar a existência de uma enorme diversidade nas formas de praticar agricultura e de produzir conhecimentos e inovações na agricultura (OLIVEIRA, 2014).

Esta diversidade se configura como resultado do papel ativo que os agricultores podem assumir nos processos de produção, através do conhecimento que acumulam e das decisões que tomam isso condigno pela capacidade de resistência camponesa. Neste enquadramento em várias partes do país e do mundo, agricultores planejam e concebem caminhos alternativos àqueles induzidos pelas políticas modernizantes (PLOEG, 2008).

Tais pluralidades dão origem aos movimentos de contrariedade ao modelo desenvolvimentista agrícola introduzido no Brasil, que direcionam suas críticas aos impactos sociais do modelo agrícola, contraditando alguns dilemas, como a exorbitante concentração da posse da terra e das riquezas concebidas, os impetuosos processos de deslocamento para grandes cidades em processo de industrialização e a exacerbação das dessemelhanças entre regiões do país.

É no núcleo desse movimento de denegação socioambiental que as primeiras práticas de agricultura alternativa passam a ser enraizadas no Brasil - o que mais tarde, nos anos 90, partiria de ideia inicial conceitual de agricultura alternativa para ser chamada de agroecologia e de transição agroecológica.

Neste sentido, a pesquisa que deu origem a este artigo identificou e estudou a inovação sociotécnica e a produção de conhecimento entre os agricultores familiares sindicalizados, pertencentes ao chamado Polo da Borborema – uma rede de Sindicatos de Trabalhadoras(es) Rurais, analisando as experiências vividas por esses agricultores familiares do agreste paraibano, uma vez que, pontualmente, nesse expressivo momento de resistência, foi-se construindo uma identidade de agricultura camponesa, sindicatos, associações comunitárias, serviços pastorais e organizações de apoio aos agricultores, construindo uma teia que estabelece o apoio a novos padrões técnicos, organizativos, e de intervenção política para o fortalecimento da agricultura familiar.

No início dos anos 1990, nascia por meio da ação de três sindicatos de trabalhadores rurais com assessoria da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), com desafio de conectar pautas de luta a realidade e às motivações concretas da numerosa e diversificada agricultura familiar do território, o

que mais tarde, forneceria condições políticas para o surgimento do Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema.

O artigo busca refletir sobre a inovação e a produção de conhecimento entre os agricultores familiares sindicalizados do município de Remígio, PB, pertencente ao chamado Polo da Borborema – uma rede de sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais, produtores de alimentos orgânicos. Ele deriva de pesquisa empírica realizada entre 2017 e 2018. As informações foram obtidas por meio de levantamento bibliográfico e documental, de observações diretas e de entrevistas semiestruturadas realizadas com 20 agricultores familiares do município.

Inovação e transição para a sustentabilidade nos municípios pertencentes ao polo da borborema

O planalto da Borborema é marcado pela eminente concentração da agricultura familiar, marcando a paisagem regional e delimitando as peculiaridades fisiográficas, ecológicas e socioeconômicas da região.

No ano 1996 com o esforço e junção de três sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais dos municípios de Remígio, Solânea, e Lagoa Seca nasce o Polo da Borborema, no entanto já se tinha uma ação da AS-PTA. O trabalho do Polo germina de uma demanda das famílias e dos sindicatos que viviam isolados uns dos outros, sendo iniciado pelos próprios agricultores e por incentivadores e motivadores dos diversos movimentos sociais que atuavam no território. Assessorados pela AS-PTA, os pioneiros desse processo colocaram o desafio de buscar estratégias inovadoras de ação, capazes de gerar dinâmicas sócio-organizativas na construção de um projeto coletivo, baseando-se no fortalecimento da mesma, o que antes era luta até então, genéricas e sob forte influência do movimento sindical nacional passa a ser um impulso concreto para ações diretas e reais nas mais diversas heterogeneidades da agricultura familiar do território.

A área foi aos poucos se tornando uma das mais organizadas do semiárido nordestino, porque, várias práticas e alternativas, visando à sustentabilidade foram constantemente desenvolvidas e adaptadas à região, visando uma transição sustentável dos agroecossistemas regionais, atrelada à organização local de agricultores familiares e desenvolvimento local.

O Polo da Borborema reintegra e atualiza uma extensa tradição de resistências sociais que se compõem como respostas ativas a conjunturas econômicas e políticas

adversas à agricultura camponesa. Constitui uma rede de sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, uma organização regional de agricultores ecológicos e cerca de 150 associações comunitárias, que vem apoiando redes locais de inovação agroecológica e articulam mais de cinco mil famílias agricultoras dos municípios que conformam o Território da Borborema (SILVEIRA; FREIRE; DINIZ, 2010).

Essas resistências aconteceram de variadas maneiras pelos camponeses e que os levaram a ganhar espaços nos mercados e feiras locais levando seus produtos e, estimulando de modo dinâmico à economia.

A partir das positivas experiências dos primeiros sindicatos, o trabalho foi tomando uma proporção ainda maior, os demais municípios passaram a integrar esse movimento impulsionador de desenvolvimento local. Hoje, fazem parte do Polo da Borborema os municípios de Lagoa Seca, São Sebastião de Lagoa de Roça, Esperança, Remígio, Arara, Massaranduba, Areial, Casserengue, Algodão de Jandaíra, Solânea, Queimadas, Montadas, Matinhas e Alagoa Nova.

Esse processo foi assentado em dois eixos principais, apontados por Silveira, Freire e Diniz (2010: 25):

As bases desse projeto foram estabelecidas no início dos anos 2000, a partir da decisão de que o Polo formularia e implementaria uma estratégia de promoção de desenvolvimento regional assentada em um programa de formação estruturado em dois eixos: o primeiro tendo como objeto os temas relacionados à inovação agroecológica, enquanto o segundo, com foco nas políticas públicas, seria orientado para extrair ensinamentos das experiências inovadoras em curso na região para formular e defender propostas de políticas voltadas à fortalecer a autonomia técnica, a eficiência econômica e a sustentabilidade ambiental da agricultura familiar.

No decorrer do tempo e na consolidação do seu trabalho, o Polo construiu uma forte dinâmica de experimentações de inovações mediante os variados processos coletivos de aprendizagem fundamentados na reapreciação dos conhecimentos locais sobre o manejo dos agroecossistemas. Foram realizados também inúmeros diagnósticos coletivos sobre os obstáculos técnicos, econômicos, e sócio-organizativos, motivando um ‘amplo acervo de saberes’ que se abre para a busca de novos conhecimentos dirigidos à superação dos entraves para a produção agroecológica. No caminho dessa trajetória, vivenciou-se uma crescente expansão social e geográfica de inovações

técnicas e sócio-organizativas no território (SILVEIRA; FREIRE; DINIZ, 2010; DINIZ, 2015).

O impulso aos processos inovadores locais, assim como a inter-relação entre os mesmos, ocorrerão por meio de comissões temáticas do Polo, compostas por líderes referenciais engajados diretamente em atividades de experimentação agroecológica. É dever de cada comissão desenhar (planejar) e supervisionar o progresso das redes sociais responsáveis pela elaboração e propagação de conhecimentos inovadores ligados aos seus respectivos temas. A coordenação do Polo acompanha, inspeciona e projeta o composto das ações, proporcionando a manifestação pública dos resultados.

Estas comissões estão organizadas em diferentes áreas temáticas: Criação animal, Sementes, Recursos Hídricos, Saúde e Alimentação (Mulheres), Cultivos ecológicos (viveiros/agroflorestais), Mercado (comercialização) e Juventude, cada comissão dentro da sua temática embasam e constroem redes de inovação agroecológica que articulam hoje mais de oito mil famílias agricultoras do Território da Borborema. Dentro delas estão, lideranças municipais (sindicalistas), agricultores experimentadores e assessoria. Todo o planejamento e direcionamentos das ações são construídos por dentro dessas comissões.

Em relação à assistência técnica propriamente formal, ela é deficiente do ponto de vista do próprio Polo, os agricultores sempre fizeram seu processo de inovação a partir da sua capacidade de ser um agricultor experimentador, a assessoria de Estado nunca chegou aos pequenos agricultores e os conflitos sempre foram fortes.

Produção do conhecimento, inovação e transição para a sustentabilidade no município de Remígio, PB

Situado na microrregião do Curimataú Ocidental, o município de Remígio possui uma área territorial de 178,1 km², densidade demográfica de 98.77hab/ km² e sua sede fica a aproximadamente 157 km da capital paraibana João Pessoa, está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro (IBGE, 2017).

A caracterização agrícola no município de Remígio é bastante diversificada, compondo um campo de lavouras de mandioca, feijão, milho, banana, laranja, hortaliças, amendoim, entre outros. A atividade pecuária é caracterizada pela produção de médio porte, com ovinos, caprinos e bovinos tendo maior destaque, a comercialização de carne, leite e seus derivados.

Remígio possui 959 estabelecimentos rurais e destes 626 são de agricultores familiares, desse total aproximadamente mais de 200 famílias estão integradas a ação do Sindicato, junto ao Polo e a AS-PTA. Os estabelecimentos rurais variam nos tamanhos de 1,0 a 10 hectares.

A criação do Polo da Borborema se entrelaça com a história dos agricultores ecológicos do município de Remígio, isto se dá, pela articulação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Remígio, Solânea e Lagoa Seca que iniciam os trabalhos criando condições políticas e sociais para o nascimento do Polo Sindical da Borborema.

O Sindicato de Remígio nasceu de uma delegacia Sindical da cidade de Areia, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Remígio e Areia, foi criado em 1962, reconhecido em 1967 e desmembrado em 1973, era em sua essência bastante assistencialista, funcionava mais como um ambulatório médico do que propriamente um sindicato. Em 1992, todavia, um novo modelo sindical começa a ser traçado, jovens de diferentes denominações como o MST, serviços pastorais, organizações de apoio e outras, interessados em fazer um novo modelo de sindicato, que fosse comunitário como nunca teve em Remígio, motivados pelo ideal de se fazer um sindicato propriamente comunitário, usando como exemplo/sonho o de Xapuri de Chico Mendes, começaram a se engajar na luta pela reforma do modelo sindical ultrapassado que Remígio se enquadrava, estabelecendo novos moldes técnicos, organizativos e de interferência política.

O trabalho não era fácil, as comunidades não entendiam o sindicato indo até elas e resistiam muito essa presença, foi quando a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) começou a fazer um trabalho na região, a princípio em Remígio e Solânea, através de um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) que refletiu a agricultura dentro da propriedade, buscando entender melhor a agricultura e o papel de intervenção do sindicato nas experiências, com difusão, experimentação, até em se gerar políticas públicas que pudessem ser cobradas.

O desenho da agricultura agroecológica em Remígio, hoje, traz o arredor de casa com muitas frutíferas, alguns agricultores produzem fruta para se transformar em polpa, e, também, para consumo in natura. Na área de roçado, encontra-se feijão preto, feijão mulatinho, feijão carioca, feijão gordo, fava, milho jaboatão, milho pontinha, milho e fava. A sobre a criação de animais, encontra-se gado de corte, de caprinos e ovinos, além de pequenas criações de galinha, de peru, entre outros.

Além de que, é valioso destacar a destacada diversidade ambiental, na costa leste ou costa litorânea, caracterizando uma região de brejo, uma encosta a 540 metros acima do nível do mar. Encima do topo da serra da Borborema temos uma transição entre Brejo e Curimataú, que é considerado agreste, descendo a serra da Borborema sentido norte até o poente é uma região mais seca limitando com o Cariri, mas que é considerado Curimataú tem áreas de roçado bem maiores já cria mais animais, a região ainda tem essa tendência de criação de animais como o caprino, tem ovelha e tem gado e galinha de capoeira, então a diversidade já se modifica também de acordo com o ambiente.

O uso da expressão agricultura agroecológica, neste artigo, refere-se às realidades ora estudadas, que compõem um conjunto de práticas produtivas e relações sociais que de maneira inter-relacionada constroem do desenho de uma agricultura que prioriza os valores socioambientais na produção agropecuária.

Para melhor compreensão e visibilidade, a agricultora de Remígio não está baseada somente na eliminação de agrotóxicos, adubos químicos de alta solubilidade e organismos modificados geneticamente. É um progresso e uma mudança de postura que vai muito além, porque nela são valorizados os aspectos políticos, culturais, sociais e econômicos que subsidiam as práticas agroecológicas, que vai ao encontro de como Chayanov (1981) definiu agricultura camponesa.

O uso da expressão ‘agricultura agroecológica’ enraíza um caráter específico e local do trajeto de construção da agricultura agroecológica nessa realidade. O resultado da capacidade das “sementes disseminadoras”, dos pioneiros, em agir e bater de frente com as fortes tendências e conceitos dados ao desenvolvimento, sobretudo pelo viés modernizante de agricultura, emergindo assim uma nova proposta sociotécnica.

Isto abrange dentre muitas coisas, a síntese do diálogo entre as ideias e os ideais somados e construídos nos mais variados espaços pelos técnicos e, também, pelos agricultores que comungam de um mesmo ideal: a busca incessante de estratégias, de conhecimentos através da prática com as famílias agricultoras e da soma com os parceiros que se envolvem na construção de novas alternativas sociotécnicas e produtiva o que lhes permite a identidade de agricultores agroecológicos/ecológicos que manifestada localmente através de seus discursos.

Quando questionados, os agricultores foram consoantes em apontar a participação em cursos, visitas de intercâmbio, experimentações e outras atividades de formação como fundamentais no processo de formação.

Segundo relatos dos entrevistados, a junção das vertentes que embasam atividades desenvolvidas na região são baseadas, sobretudo, nas práticas sustentáveis e nas experimentações e os consideram elementos técnicos indispensáveis para pensar e propor intervenções mais ecológicas nas unidades de produção familiares, proporcionando um processo de aprendizagem coletiva, motivado no reconhecimento e enaltecimento dos conhecimentos sobre os agroecossistemas locais por parte dos próprios agricultores. Apontam Silveira, Freire e Diniz, 2010, p.15:

As bases desse projeto foram estabelecidas no início dos anos 2000, a partir da decisão de que o Polo formularia e implementaria uma estratégia de promoção de desenvolvimento regional assentada em um programa de formação estruturado em dois eixos: o primeiro tendo como objeto os temas relacionados à inovação agroecológica, enquanto o segundo, com foco nas políticas públicas, seria orientado para extrair ensinamentos das experiências inovadoras em curso na região para formular e defender propostas de políticas voltadas à fortalecer a autonomia técnica, a eficiência econômica e a sustentabilidade ambiental da agricultura familiar.

Dentre as várias inovações agrícolas de base agroecológicas ganham destaques as práticas citadas além de técnicas utilizadas, como seguem adiante:

- Bancos de Sementes Comunitários

Cultivadas e guardadas historicamente, as Sementes da Paixão (assim como são chamadas as sementes crioulas na Paraíba) representam verdadeiras joias para as famílias agricultoras. Portadoras de uma carga genética riquíssima, essas sementes trazem em si a resistência, a adaptação e o patrimônio cultural de várias gerações. Articulada em forma de rede, os Bancos de Sementes Comunitários de Remígio (7) se articulam com os mais de 70 bancos no território do Polo, mobilizando famílias camponesas para o uso e a conservação das variedades locais cultivadas em sistemas consorciados.

Considera-se que os Bancos de Sementes Comunitários são uma inovação pelo fato de que alguns agricultores já tinham a prática de armazenamento de sementes nas suas próprias casas, mas, não trabalhavam coletivamente.

O Polo implementou a proposta dos Bancos Comunitários, conscientizando os agricultores a fazerem essa reserva genética pensando não somente em si, mas no

vizinho, na sua associação, na sua comunidade, florescendo os valores da agroecologia, os princípios do trabalho em conjunto pelo objetivo em comum na busca pelo bem para todos.

- **Infraestruturas para captação e armazenamento de água**

A dinâmica para construções de infraestrutura focada à captação e o armazenamento de água também é uma inovação reconhecida tanto por parte dos difusores dessa agricultura agroecológica no município de Remígio, quanto pelos agricultores, já que na maioria dos domicílios rurais é possível encontrar tipos diferentes de reservatórios de água, como cisternas de placas; cisternas calçadão, o que vem garantindo uma malha hídrica representativa que gera em consequência uma segurança tanto pessoal para uso e consumo, como na produtividade;

A Articulação do Semiárido (ASA) já colocou em prática várias tecnologias sociais, seja para o abastecimento familiar ou produção, no entanto, algumas já se transformaram em programas governamentais, como é o caso das cisternas de placa para captação de água de chuva para abastecimento humano, que suscitou no projeto Cisternas de placa, cisternas calçadão, cisternas de enxurrada, barreiro trincheira.

- **Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)**

Num processo de desconcentração e popularização da água, através do armazenamento da água da chuva que cai do telhado, em cisternas construídas com placas de cimento ao lado de cada casa, os agricultores passam a ter água potável para consumo, ao invés de caminhar quilômetros à procura de água principalmente para beber em reservatórios (açudes, barreiros) na maioria das vezes de propriedades privadas, as cisternas ocupam um significativo volume de água para uso da família num representativo curso de tempo, com isso a autonomia e a qualidade de vida, as famílias são gestoras da sua própria água, além da decrescente incidência de doenças em virtude do consumo de água contaminada e a diminuição da sobrecarga de trabalho das mulheres nas atividades domésticas.

- **Cisternas calçadão e Cisternas de enxurrada- Programa 1 Terra e 2 Águas (P1+2)**

Com o objetivo de ampliar o estoque de água das famílias agricultoras, o Programa incentiva o potencial produtivo das unidades familiares, o espaço mínimo próximo a casa deve ser usado para plantio e criação animal, a terra e a água integram um sistema de “Terra e Água para cultivo e manter a vida das plantas e dos animais”. Neste espaço, ter água significa segurança hídrica e também segurança alimentar e

nutricional, porque a água da chuva armazenada serve igualmente para produzir alimentos e sementes.

O Polo atua nesses programas como articulador das famílias, onde junto com AS-PTA oferece cursos de formação sobre os quintais produtivos do P1+2 em Gerenciamento da Água para a Produção de Alimentos (GAPA) e unem o trabalho das comissões de Recursos Hídricos e de Saúde e Alimentação no objetivo de aprimoramento do uso da água, organizando e fortalecendo o trabalho das mulheres agricultoras experimentadoras.

As tecnologias sociais são quem proporciona qualidade de vida às famílias, além da geração de renda no aproveitamento dessa água, para consumo das criações, aguar canteiros, sendo para as famílias um instrumento de libertação e autoafirmação.

- Rede de viveiros

O Polo da Borborema tem apoiado a criação de viveiros municipais, comunitários e familiares, uma inovação na área, que colaboram para as práticas de rearborização e restauração da paisagem nativa das propriedades, incrementando as funções das árvores nos sistemas produtivos ambientais e econômicos das árvores nos sistemas de produção.

As mudas desses viveiros muito têm ajudado os agricultores familiares a compreenderem os princípios da agrofloresta dentro de seus cultivos em suas localidades.

É um trabalho que tem fortalecido com a contribuição forte da juventude, com a campanha da Infância e da Juventude, desenvolvendo atividades de coleta de sementes, produções e distribuição de mudas, aprendidas e experimentadas em oficinas e momentos de formação.

- Fundos Rotativos Solidários (FRS)

Consistem em instrumentos de soberania popular das inovações agroecológicas das famílias agricultoras. No município de Remígio existem diversos tipos de FRS, com ou sem circulação de moeda: cercas de tela, cercas de arame, campos de palma, fogões ecológicos, aquisições de pequenos animais reforma e melhoramento de cozinhas, aquisição de fornos e máquinas (para produção de polpa e processamento de outros produtos como a mandioca) que muito tem auxiliado a produção e na comercialização de produtos nas feiras agroecológicas.

Os Fundos (reúnem recursos como mão de obra e dinheiro) Rotativos (os recursos circulam, giram entre todos os membros) Solidários (quem recebe o recurso, assume a responsabilidade de contribuir mais à frente, você não pensa só na sua necessidade, mas também no outro) são mais uma ação inovadora do Polo, voltada à diversificação e à reestruturação produtiva dos arredores das casas proporcionando o acesso, por parte dos agricultores, a um conjunto de ferramentas que oportuniza a transição agroecológica e a sustentabilidade econômica das comunidades no protagonismo de suas realidades, gerando autonomia.

- Arredor de casa (Quintais produtivos)

São muitas as ações apoiadas pelos FRS's, os quintais produtivos são um exemplo de revitalização, isto porque, são nesses espaços ao redor de casa, que, na maioria das vezes, as mulheres cultivam alimentos, plantas medicinais, criam pequenos animais, para consumo da família.

O Polo tem realizado em Remígio, assim como em outros municípios, através da Comissão Saúde e Alimentação, um acentuado trabalho na regeneração desses quintais proporcionando que o complexo familiar possa inovar seus sistemas produtivos diversificando, gerando assim, segurança alimentar e renda. O que antes era visto “sem valor” passa a integrar agora, o sistema produtivo contribuindo de forma direta na economia, além de que, nele são demonstrados diversos saberes e práticas passadas de geração para geração.

Os quintais desenvolvem o importante papel na soberania e segurança alimentar da família, afirmando os princípios ecológicos, cultural, sociais e econômicos da Agroecologia. Como enfatiza Freire (2015).

A reconquista material e a ressignificação simbólica do quintal como área de propriedade e domínio da mulher; a sua reorganização produtiva; a geração de renda; a aquisição de bens – como cisternas, telas de arame ou animais – via políticas públicas ou, principalmente, pela capacidade de se auto-organizar por meio de Fundos Rotativos Solidários provocaram duas grandes mudanças de percepção fundamentais para a consolidação do trabalho. A primeira foi o reconhecimento do arredor de casa como um subsistema importante dentro do estabelecimento familiar por sua capacidade de gerar riquezas, segurança e soberania alimentar e bem-estar para a família. Em segundo lugar, à medida que as agricultoras reassumem o domínio do espaço, vão conseguindo tomar

iniciativas na produção e na economia com êxito, assim como vão conquistando mais poder nas esferas pública e privada (FREIRE, 2015).

- Trabalho com as mulheres

As ações do Polo voltadas as mulheres, permitem traçar uma nova história na construção e na difusão da agroecologia em todo o território e de forma especial em Remígio. Assessorado pela AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, o Polo enraizou uma rede de agricultoras experimentadoras que tem proporcionado mudanças profundas na vida de centenas de mulheres e construindo um projeto de desenvolvimento em base agroecológica para a região.

Os enfrentamentos das mulheres são não somente pelo seu lugar na produção, além deste, a luta delas é também pelos seus espaços como sujeitos sociais e protagonistas do avançado processo de construção e desenvolvimento da agricultura agroecológica no território da Borborema. Foi a partir da criação da comissão saúde e alimentação que o trabalho com as mulheres ficou intenso:

[...] a partir daí começa o trabalho de experimentação, fizemos um seminário só com as mulheres, elas desenharam o seu arredor de casa, o que elas faziam, onde tava o trabalho delas, é tanto que no final elas diziam; - Mas rapaz, eu faço tudo isso? E eu sou tão importante assim? [...] tudo estava no arredor de casa que era trabalho delas e às vezes não era visibilizado nem pela família, nem pela comunidade, tão pouco pela sociedade, tão pouco pelo Polo naquele momento quando a gente fazia os momentos de formação [...] a partir daí que a gente foi resgatando, trazendo esse conhecimento das mulheres, elas foram trocando conhecimento, a gente foi refletindo sobre o papel das mulheres, sobre a questão da violência contra as mulheres (Entrevista nº16).

Muitos foram os desafios no início desse caminho

A gente articulava as mulheres pra vir pra assembleia, pra vir pra reunião, a gente muitas vezes mandava o convite pelo marido e ele rasgava no caminho[...] a gente foi mudando, ao invés de mandar o convite, a gente ia pra casa da mulher fazer o convite presencial, chamava ele[...] você já tá na criação animal, já tá em tal atividade e ela precisa participar e se ela ampliar a criação de galinha dela, não é pra ela, é pra família, se ela plantar mais frutas ao redor de casa não é só pra ela, é pra família, pra você e a gente foi dialogando com ele também e ele foi deixando, criando uma conscientização e quando a mulher vai pra uma reunião a primeira vez, ela não quer mais deixar de ir, isso gera um conflito dentro de casa que ao mesmo tempo é um conflito bom, porque ela tá indo acessar conhecimento e o conhecimento é uma coisa que ninguém tira da gente e agente considera esse processo com as mulheres uma novidade (Entrevista nº16).

- As Parcerias

Também é considerada uma inovação do ponto de vista das lideranças, as diversas pesquisas e colaborações que se estabeleceram mutuamente no decorrer desse progresso no território, a florescente trajetória de tantas ações realizadas influencia de forma direta essas interações com diferentes instituições públicas e privadas que atuam no campo do desenvolvimento rural.

[...] a gente tem algumas parcerias, eu acho que têm avançado nos últimos anos que é com as universidades, eu diria que não é com a universidade, enquanto instituição, mas é com professores/pesquisadores que estão no campo, que conseguem perceber que o projeto agroecológico é um projeto de desenvolvimento e de vida para as pessoas e pro mundo [...] pra gente também é construir uma perspectiva da relação dos saberes dos agricultores, do saber popular com o saber acadêmico, a gente acredita num princípio de que esses conhecimentos eles não subestimem o outro, mas que eles se completem, como que o conhecimento de quem tá na universidade, de quem estuda com o saber da prática, da vivência, do cotidiano das famílias agricultoras, então a gente entende que também isso é um espaço inovador de construção do conhecimento, que é construir pesquisa, aprimorar pesquisa a partir do olhar da academia e do olhar da prática, como que esses conhecimentos se juntam pra gente construir caminhos bons pra agricultura familiar (Entrevista nº17)

Outras entidades e ONGs parceiras juntam-se ao Polo nesse progressivo caminho, a Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba), O PATAC (Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas), o CENTRAC (Centro de Ação Cultural), o CEPES (Centro de Estudos Políticos e Sociais), a CPT (Comissão Pastoral da Terra), a ASA Brasil (Articulação do Semiárido Brasileiro), INSA (Instituto Nacional do Semiárido), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o Programa dos Territórios Rurais de Identidade (uma política de desenvolvimento territorial da Secretaria do Desenvolvimento Territorial do, num passado recente, Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) implementado em 2003 que também agiu como parceiro e reivindicador de políticas públicas adaptadas à região, constituindo formalmente o Território da Borborema e a própria AS-PTA que além de assessoria também trabalha como parceira, entre outras.

Os diversos espaços de formação, produção, construção e experimentação também são considerados inovadores, neles, muitas experiências são trocadas, somadas e disseminadas de forma que o agricultor seja o motor de partida para as transformações na sua vida, na da sua família e na propriedade. Citam-se: visitas de intercâmbio (de cunho nacional); oficinas de formação (momentos em que as famílias recebem

informações sobre determinada inovação, por exemplo, produção de biofertilizantes); participação nas feiras agroecológicas, também, compõem uma estratégia inovadora proposta pelo Polo, já que nelas não acontecem apenas a comercialização dos produtos, os agricultores trocam saberes e práticas (na região do Polo hoje existem uma rede de 12 feiras agroecológicas, coordenadas pela associação EcoBorborema).

- A autonomia dos agricultores e a distribuição de poder de forma horizontal e não vertical:

[...] tirar os sindicatos de detrás do birô pra entender que a sua missão não é fazer burocracia, a missão do sindicalismo é de construir e fazer a luta política, o papel dos sindicatos é de fazer a organização do povo trabalhador [...] acho que pode até fazer a busca pelos direitos previdenciários e tudo mais porque a gente conseguiu isso pela lei, mas não é o único papel do sindicato fazer aposentadoria e salário maternidade, viver disso [...] o nome sindicato quer dizer “gritar juntos”[...] (Entrevista n° 17).

- A rede de agricultores experimentadores e agricultoras experimentadoras (monitores, multiplicadores) vem cada dia mais crescendo e se fortalecendo como uma inovação metodológica introduzida nas ações do Polo:

[...] olhar essa gente como gente capaz, como gente que pensa, que sabe e que na medida que a gente dá oportunidade de conhecimento, de construir suas relações não individuais, mas coletivas, eles são capazes de construir um novo projeto de território pra suas famílias, pra suas comunidades, pra suas entidades[...] favorecer a autonomia das famílias deles poderem ser independente e não viver a miséria do que se viveu no passado[...] construir essas autonomias dessas famílias na busca de autoestima, de elevação de um povo que sempre foi colocado a margem pelas políticas públicas de estado, pelos governantes[...] (Entrevista n° 17).

Através dos fundos rotativos solidários e dos projetos parceiros de incentivo ao trabalho com os jovens, eles constroem um caminho com execução de atividades práticas gerenciando os fundos e despertando as potencialidades e expectativas individuais e coletivas do grupo (tem hoje jovens apicultores, criadores de animais, fornecedores de produtos para a feira agroecológica, mobilizadores políticos entre outros).

Além de todas as inovações reconhecidas tanto pelos agricultores, como pelos técnicos/lideranças/integrantes do Polo da Borborema em Remígio e em toda a região que atende, foi unânime a percepção da nova consciência e de toda a sistemática que hoje mobiliza e transforma a vida de tantas pessoas. Mudança e adaptação em técnicas de uso e conservação dos recursos também somam essas ações inovadoras. A leitura da realidade local abrange um imenso acúmulo de saberes somados à busca por novos

conhecimentos e experiências, renovando cada dia os mecanismos de inovação conduzidos à superação das adversidades econômicas, técnicas, e sócio-organizativas vivenciadas pela agricultura familiar da região.

Outro papel inovador é de reconhecer o papel das famílias agricultoras, não como aqueles coitadinhos que não pensam que estão à espera de um salvador para eles, mas o papel inovador dos agricultores se autoafirmarem:

eu sou um agricultor, eu sou um agricultor experimentador’, isso para a gente já é um fruto que a gente não contabiliza do ponto de vista da autoestima desse povo. Fortalecer a identidade da agricultura agroecológica camponesa que eles não tinham, eles eram, mas eles não tinham a sua identidade revelada porque sempre foram vistos como pessoas incapazes de pensar, de construir sua história [...] (Entrevista nº 17).

Além de todas as já descritas do ponto de vista da viabilização de todas essas ações, outros caracteres são lidos como inovadores:

Como inovação eu diria que a gente entender que o projeto da agroecologia serve para a humanidade, porque quando a gente começou as experiências iniciais às vezes escutava: “essas experiências em agroecologia é uma aqui outra acolá, não vai muito longe, demora demais a se multiplicar, a gente escutava muito isso em 1993, quando a gente começou. Hoje a gente consegue ver uma rede de 14 municípios, a gente hoje tem na nossa base de atuação com os vários temas todos em torno de 8 mil famílias que a gente atende, isso é inovador do ponto de vista da gente descentralizar. Os agricultores tem autonomia para ir numa outra família fazer uma oficina e trocar conhecimento, descentralizar esse poder na mão dos agricultores e das organizações pra gente é um processo inovador, porque o movimento sindical no Brasil, ele vive muito de discurso, mas de muito pouca prática, isso era o desafio de outras experiências com o movimento sindical no Brasil [...] os sindicatos passaram a assumir outro papel na sua história nessa região, porque os sindicatos eram burocráticos, centralizadores de poder, só vivia para burocracia e para o discurso e quando ia para uma reunião do Conselho num município, falava das teorias e não das práticas, então, hoje quando a agente vai pra um espaço de debate de Política Pública seja no conselho da agricultura, seja em outro espaço, a gente tem experiência aqui, aqui e aqui, tem agricultores fazendo. Está dando certo [...] “(Entrevista nº 17).

O melhoramento do estercos a partir das esterqueiras (que antes era desperdiçado), a máquina selecionadora de sementes, os testes de transgenia realizados nos milhos da região e, ainda em fase de teste, a máquina para fazer o “cuscuz da paixão” com as sementes locais, também, foram citadas como inovações.

A vida e a trajetória dos agricultores ecológicos de Remígio e em todo o raio de atuação do Polo descreve claramente duas histórias completamente diferentes, o passado enraizado numa agricultura “sofrida”, heterogênea, sem expectativas de melhorias e retorno e a de hoje, atual, que é um grito de “libertação” e emancipação de suas histórias e de seus avanços positivos.

Mas, ainda há muito para ser feito e estudado.

1002

Considerações finais

As variadas redes e ações proporcionadas pelo Polo da Borborema confirmam a existência de atividades de produção e de intercâmbio de conhecimentos entre produtores, de observação mútua e de diálogo político, técnico e social com algumas variantes de uma região a outra.

Baseada na relação de reciprocidade, reconhecendo a produção de conhecimento como resultado da prática, enaltece-se o papel das inovações produzidas e distribuídas de maneira horizontal, o que não negligencia as tecnologias produzidas externamente, e suas respectivas aplicações – isso, quando se contextualiza a realidade e a necessidade local, permite-se a construção e associação de novos conhecimentos produzidos a partir das práticas.

As relações comuns e coletivamente expressas nas comunidades, embora já descritas são geradoras de inovação, sócio ativas do Polo, das parcerias, mas, acima de tudo, dos agricultores prescrevem as mais diversas conexões em redes de ajuda mútua, em que a vida e o desenvolvimento da agricultura agroecológica são comunitárias. Como sujeitos ativos e precursores de todo esse processo, utilizando como fonte inicial o saber popular e poder de troca de conhecimentos (socialização), a aprendizagem em agricultura agroecológica se permite muito mais forte pelo conhecimento acumulado em todo esse percurso histórico.

O processo de desenvolvimento local é contínuo, as lutas são diárias a produção de conhecimento, inovação e aprendizagem da agricultura familiar é um processo que se atualiza dia a dia, o Polo tem contribuído para a autonomia e a reafirmação da identidade dos agricultores que sempre estiveram à margem da sociedade. Dentro desse modelo de agricultura familiar é de extrema importância promover a organização social como base para a construção de um processo de desenvolvimento sustentável, de forma que venha incluir o pequeno produtor no mundo globalizado e competitivo. Esta cooperação divide responsabilidades, supera medos, inseguranças e fraquezas ao mesmo tempo em que potencializa a força de trabalho, as virtudes e as habilidades.

1.Chayanov (1981) define agricultura camponesa como modo de produção e um modo de vida, visto que, a mesma estrutura suas estratégias de produção e

reprodução buscando integrar todas as esferas da vida social, econômica, cultural e ambiental.. Nesse sentido, o modo de produção camponês é irredutível a uma racionalidade econômica exclusivamente voltada para a geração de riqueza material.

Referências

BRUNORI, G. et al. Towards a conceptual framework for agricultural and rural innovation policies. Projeto Insight. Clermont-Ferrand, 2008.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: SILVA, J. G. da; STOLCKE, V. (Org.). A Questão Agrária – Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FREIRE, A. G. Pela vida das mulheres e pela Agroecologia: Agricultoras da Borborema reescrevem suas histórias. In: Revistas Agrícolas - Experiências em Agroecologia, vol., 12, n. 4, p.04-14, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, D. Produção de conhecimentos e inovações na transição agroecológica: o caso da agricultura ecológica de Ipê e Antônio Prado/RS. UFRGS. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre, 2014.

PLOEG, J. D. V. D. Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. UFRGS Editora, Porto Alegre, 2008.

SILVEIRA, L. M; FREIRE, A. G; DINIZ, P. C. O; Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. In: Revistas Agrícolas - Experiências em Agroecologia, vol, 7, n. 1, p.13-19, Rio de Janeiro, 2010.

SILVEIRA, S. M. P. A importância das inovações sociotécnicas para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica In: Redes de agroecologia: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável. Estudo de caso de dois grupos do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia no período de 2002 a 2012. 2013. 482 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2013.

HORTA COMUNITÁRIA URBANA DE BASE POPULAR, AGROECOLÓGICA E SOLIDÁRIA. EXPERIÊNCIA DA HORTA GERA JUNCAL, ZONA LESTE, SÃO PAULO, SP.

Paloma Ribeiro Tarrão, (CEPROCIG/CMP, São Paulo-SP),
palomatarrao@hotmail.com

Valéria Freixedas, (NACE-PTECA, Piracicaba, SP),
vmfreixe@gmail.com

Danilo Malta Ferreira, (NuMI-EcoSol/UFSCar),
dnylon@gmail.com

Uranide Sacramento Cruz, (CEPROCIG/CMP),
nani.ceprocig@gmail.com

Rita Almeida, (assessora em horta comunitária urbana populares),
ritacaper@gmail.com

Paulo José Pereira dos Santos, (CEPROCIG),
paulinhopaulosantos2015@gmail.com

Resumo

A experiência da horta comunitária Gera Juncal é uma articulação entre diversos atores: Grupo Técnico de Apoio (GTA), Centro de Promoção e Resgate da Cidadania do Grajaú (CEPROCIG), Central dos Movimentos Populares (CMP), pesquisadores, especialistas e professores de diferentes instituições. A iniciativa visa fortalecer as lutas por direito à moradia popular digna, soberania alimentar, educação popular, agroecologia e economia solidária. O objetivo do artigo é analisar o processo de implantação da horta comunitária urbana Gera Juncal, localizada em São Mateus, na zona Leste de São Paulo, no período de outubro de 2021 até setembro de 2022, utilizando a linha do tempo como ferramenta de sistematização da experiência. As estratégias gerais foram: pesquisa-ação participativa, educação popular, pedagogia da alternância e estudo de caso. A coleta de dados foi por meio de observação direta, registro escritos, registros fotográficos, vídeos e depoimentos. Os produtos obtidos foram: 1. Mapa com a localização e os antecedentes de implantação da horta; 2. Linha do tempo no período de outubro de 2021 até julho de 2022; 3. Linha do tempo do eixo Tempo “Escola” (encontros presenciais para programação e reflexão); 4. Linha do tempo do eixo Tempo Comunidade (ações e atividades, principalmente no canteiro da horta); 5. Exemplos de linhas de tempo de preparação do solo, plantio, manejo, colheita, distribuição e consumo das hortaliças. Os resultados obtidos indicam: 1. grau de adequação das relações entre Tempo “Escola” e Tempo Comunidade; 2. a vivência e aprendizagem dos princípios e práticas da agroecologia, da economia solidária e da educação popular por parte das envolvidas/os; 3. a eficácia da agroecologia e economia solidária na produção, distribuição e consumo de alimentos; 4. as mudanças na concepção e condutas individuais e dos grupos envolvidos, em relação aos resultados concretos da luta coletiva, popular e solidária; 5. formação de formadores em agroecologia e economia solidária; 6. o fomento à construção de políticas públicas de soberania alimentar conectada com moradia digna a partir dos debates sobre questionamento ao capitalismo, exploração, sistemas de produção entre outros temas relacionados.

Palavras-chave: Horta comunitária urbana; Soberania alimentar; Agroecologia urbana; Economia solidária e; Educação popular e ambiental.

Abstract

The experience of the Gera Juncal community garden is an articulation between different actors: Technical Support Group (GTA), Grajaú Citizenship Promotion and Rescue Center (CEPROCIG), Popular Movements Center (CMP), researchers, specialists and teachers from different institutions. The initiative aims to strengthen the struggles for the right to decent popular housing, food sovereignty, popular education, agroecology and solidarity economy. The objective of the article is to analyze the process of implantation of the urban community garden Gera Juncal, located in São Mateus, in the east zone of São Paulo, from October 2021 to September 2022, using the timeline as a tool to systematize the experience. The general strategies were: participatory action research, popular education, alternation pedagogy and case study. Data collection was through direct observation, written records, photographic records, videos and testimonials. The products obtained were: 1. Map with the location and background of the vegetable garden; 2. Timeline from October 2021 to July 2022; 3. Timeline of the "School" time axis (face-to-face meetings for programming and reflection); 4. Timeline of the Community Time axis (actions and activities, mainly in the garden plot); 5. Examples of timelines for soil preparation, planting, management, harvesting, distribution and consumption of vegetables. The results obtained indicate: 1. Degree of adequacy of the relations between "School" Time and Community Time; 2. the experience and learning of the principles and practices of agroecology, solidarity economy and popular education by those involved; 3. the effectiveness of agroecology and solidarity economy in food production, distribution and consumption; 4. changes in the conception and conduct of individuals and groups involved, in relation to the concrete results of the collective, popular and solidary struggle; 5. Training of trainers in agroecology and solidarity economy; 6. Fostering the construction of public policies for food sovereignty connected with decent housing based on debates on questioning capitalism, exploitation, production systems, among other related topics.

Key-words: Urban community garden; Food sovereignty; Urban agroecology; Solidarity economy and; Popular and environmental education.

"O homem somente terá saúde se os alimentos possuírem energia vital.

Os alimentos somente possuem energia vital se as plantas forem saudáveis.

As plantas somente serão saudáveis se o solo for saudável.

Solo sadio gera Planta sadia que gera homem saudável!"

(Ana Primavesi)

Soberania Alimentar, Agroecologia e Economia Solidária no enfrentamento a insegurança alimentar e nutricional por meio de hortas comunitárias urbanas

Segundo levantamento realizado em junho de 2022 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN108), 33 milhões de brasileiros estão em insegurança alimentar grave, situação em que há escassez de

¹⁰⁸ <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>

alimentos para todos os indivíduos de uma família. Outros 31 milhões estão em situação de insegurança moderada, quando há restrição no acesso aos alimentos e 59 milhões em insegurança leve, quando há queda na qualidade dos alimentos consumidos e preocupação com o acesso a alimentos no futuro.

No contexto do combate à fome, diversos autores mobilizam os conceitos de Segurança e de Soberania Alimentar e Nutricional. (MARQUES, 2010; BELIK e SILIPRANDI, 2010; SILVA 2020). O conceito de Segurança Alimentar surge na Europa após a I Guerra Mundial e relaciona-se com a segurança nacional e a autossuficiência alimentar do país. (LEÃO, 2013). No entanto, depois de alguns anos o tema se consolida com o objetivo de erradicação da fome, porém com a estratégia que se dá por meio do aumento da produção agrícola com a implementação de sistemas dependentes de insumos químicos e fertilizante e com modelos de produção agrícola que produzem danos ambientais, econômicos e sociais, além da desvalorização das culturas dos/as agricultores/as tradicionais (LEÃO, 2013; MALUF e MENEZES, 2000; REGO et. al, 2015).

É comum que o termo segurança alimentar venha acompanhado também do termo nutricional, ou seja, segurança alimentar e nutricional. Sendo que segurança alimentar é a garantia de alimento em quantidade e nutricional a garantia de qualidade, dado que pode haver alimento, mas que não seja nutricionalmente adequado.

Em 2008, a Via Campesina, na Carta de Maputo, defende a Soberania Alimentar em contraposição à realidade apresentada, como um modelo de renacionalização da produção e reserva de alimentos e fortalecimento da agricultura campesina, em oposição ao monocultivo e ao agronegócio. Surgido em 1996, o conceito de Soberania Alimentar é entendido como, o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, (FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTARIA, 2001).

A relação entre a soberania alimentar, a segurança alimentar nutricional e a Agroecologia vêm ganhando espaço, em especial na experiência das hortas urbanas comunitárias. A Agroecologia pode ser considerada ciência, movimento e prática social além de um paradigma estruturante de práticas que convergem com lutas históricas de

movimentos pela reforma urbana. Ela surge como forma de confrontar a lógica do agronegócio, que é uma agricultura que tem como base, por exemplo, a monocultura e o uso intensivo de veneno. (CAVALCANTI e TREVISAN, 2020) São exemplos, no contexto brasileiro, experiências no contexto de movimentos como Brigadas Populares e assentamentos de movimentos como Sem Terra e Sem Teto em contextos urbanos.

As hortas comunitárias urbanas vêm sendo estudadas há muitos anos por diversos autores e se constituindo em mais do que uma alternativa econômica. Mais recentemente, essas experiências têm se baseado em princípios agroecológicos, a fim de fazer avançar não apenas a sustentabilidade das práticas, dos manejos dos agroecossistemas e a preservação da biodiversidade, mas também a implicação do desenvolvimento de um processo social. (ALTIERI, 2002). As experiências das hortas comunitárias trazem a prática da autogestão para os espaços públicos, além do uso de redes sociais para articulação com ativistas e outros parceiros externos. (BIAZOTI e SORRENTINO, 2022). Há também, na literatura, dificuldades relatadas, como na própria organização social e a falta de acesso a assistência técnica, capital, terra e água (CASTELO BRANCO E ALCÂNTARA, 2011).

Uma perspectiva pedagógica presente nos movimentos sociais é a Educação Popular, que considera que as classes populares são excluídas de certos conhecimentos historicamente acumulados pela sociedade e que a partir de profundo respeito pelo senso comum da prática cotidiana dessas classes ocorre a problematização, identificação de teorias e incorporação de raciocínio mais rigoroso, científico e unitário em uma perspectiva de conscientização e organização para emancipação dos sujeitos e transformação da realidade social (GADOTTI, 2012; FREIRE, 2017).

Outra perspectiva pedagógica presente nos movimentos sociais, em especial os ligados à agricultura, é a Formação por Alternância, que diz respeito às formas de organização do trabalho pedagógico com alternância entre tempos e espaços diferenciados, inter-relacionados. A alternância ocorre entre os chamados Tempo Escola e Tempo Comunidade. A literatura se refere a Tempo Escola como ações institucionais de oferta de ensino. No entanto, no caso do objeto deste estudo, o Tempo “Escola”, são encontros, por enquanto, presenciais de planejamento, organização e avaliação das ações. Já o Tempo Comunidade é constituído por ações realizadas em espaços em que os educandos desenvolvem o trabalho em interação com os bens da natureza, em especial por meio da agricultura. É importante que tanto o Tempo Escola como o Tempo

Comunidade sejam tempos e espaços de articulação entre teoria e prática, de diálogo entre os saberes de quem trabalha, os saberes culturais e conhecimentos científicos (DIAS et. al., 2021).

Esses conceitos apresentados, de soberania alimentar, a segurança alimentar nutricional e a Agroecologia também indicam a importância da mudança na lógica econômica predominante. Para tanto é importante considerar três formas de economia apresentadas por Laville (1994): a) Economia Mercantil, que tem como base o princípio do mercado autorregulado, com trocas marcadas pela impessoalidade e equivalência monetária, limitado a relação a um registro puramente utilitário, em que o valor do bem (medido pelo preço) condiciona a lógica do sistema, ao invés do valor do laço ou da relação social; b) Economia não Mercantil, que se baseia no princípio da redistribuição, marcada pela verticalização da relação de troca e por ser obrigatória, a partir da figura de do Estado que se concentra recursos para depois os distribuir e; c) Economia não Monetária, a partir do princípio da reciprocidade, em que a troca é orientada pela lógica da dádiva, que inclui os momentos de dar, receber e retribuir, fazendo com que os bens circulem de modo horizontal, indo além da satisfação utilitária das necessidades e contribuindo para perenizar os laços sociais. (MAUSS, 1978; FRANÇA FILHO e DZIMIRA, 1999). Com base nas três modalidades, Polanyi (1957) defende a perspectiva da chamada Economia Plural e o controle desta por parte da sociedade organizada democraticamente.

Laville (1994) defende que a chamada Economia Solidária articula as três modalidades de economia (mercantil, não-mercantil, não monetária) na perspectiva de uma Economia Plural, nos termos de Polanyi. Há diferentes conceitos e princípios para a caracterização da Economia Solidária no Brasil (SINGER, 2002; GAIGER, 2004; LAVILLE e FRANÇA FILHO, 2004; FRANÇA FILHO, 2019), para identificação de iniciativas econômicas solidárias que podem ser de produção, distribuição, comercialização, consumo e pós-consumo, em especial, de alimentos mais saudáveis (GONÇALVES e MASCARENHAS, 2017), além das possíveis relações com movimentos sociais e coletivos (DICKMANN, 2007) de hortas comunitárias urbanas (FONSECA, MORAIS E CHIARIELLO, 2020).

Entre os conceitos e princípios fundamentais da Economia Solidária, estão principalmente a autogestão, a cooperação e a solidariedade. (LEAL e RODRIGUES, 2018). O princípio da autogestão pressupõe que os trabalhadores de um

empreendimento econômico solidário (EES) tenham a propriedade ou cessão de uso dos meios de produção, processo de tomada de decisão democrática, busca do consenso ou voto quando houver necessidade, divisão de trabalho mais equilibrada, compartilhamento dos ganhos e das perdas, entre outros. Para Singer (2000), o desafio da Economia Solidária é demonstrar que a autogestão não é inferior a gestão capitalista no processo de desenvolvimento das forças produtivas. O princípio de cooperação, oposto à competição, é capaz de se converter em elemento motor de uma nova racionalidade econômica, a partir de trabalhadores que cooperam em torno de objetivos comuns que possibilitam resultados materiais efetivos e de ganhos extraeconômicos. (GAIGER, 2003). Laville (2008) apresenta o conceito de sustentabilidade em dois vieses, um caritativo, pressupondo a manutenção da relação entre desiguais e outro, do âmbito da Economia Solidária, que adquire carga simbólica e subjetiva, destaca o princípio da igualdade entre as pessoas, com respeito à diversidade e passa a remeter à ideia de co-dependência social.

As experiências vivenciadas em Agroecologia e Economia Solidária pelos agricultores familiares rurais, periurbanos e urbanos que lidam com sistemas produtivos para alimentação agroecológica com seus avanços, desafios e dificuldades indicam lacunas de conhecimento para a proposição de estratégias para a mobilização de recursos, capacidades e vínculos para a produção e consumo de alimentos agroecológicos (SCHMITT, 2010; GONÇALVES e MASCARENHAS, 2017), visando a proposição de diretrizes de políticas públicas para fomentar a integração entre produtores e consumidores de alimentos saudáveis, com base nos princípios e práticas da Agroecologia e da Economia Solidária.

Considerando o contexto de insegurança alimentar e nutricional, o conceito de soberania alimentar, a Agroecologia, a Economia Solidária e a formação por alternância é que se insere a experiência em andamento, objeto de estudo deste trabalho, a horta comunitária urbana, que recebeu o nome de Gera Juncal, em homenagem a um falecido membro da organização inicial da experiência.

Objetivo do artigo

O objetivo do artigo é analisar o processo de implantação da Horta Comunitária Urbana “Gera Juncal”, localizada em São Mateus, na zona Leste de São Paulo, no

período de outubro de 2021 até setembro de 2022, utilizando a linha do tempo como ferramenta de sistematização da experiência.

1010

Estratégias de pesquisa e método da coleta de dados

Esta pesquisa contou com duas estratégias gerais: 1. Pesquisa-ação participativa dialógica e Estudo de caso: A horta “Gera Juncal” na Zona Leste de São Paulo. De acordo com Thiollent (1986), a pesquisa-ação participativa e dialógica é uma modalidade de pesquisa de base empírica em que há o envolvimento cooperativo entre pesquisadores e participantes na resolução de um problema coletivo. Um autor que apresenta a pesquisa-ação como possibilidade de resolução de problemas práticos é Raí (2012) que defende que a pesquisa-ação deve se basear no trabalho de Paulo Freire, na condução de processos formativos, considerando a complexidade da realidade na busca de soluções criativas. No caso específico deste trabalho, os autores do artigo participaram da implantação da horta nas diferentes etapas, inclusive no registro escrito, anotações, vídeos, fotos e na observação direta e são integrantes engajados na ação. E um dos autores do artigo tem experiência com a sistematização de experiências e contribuiu na construção coletiva da linha de tempo.

Quanto ao Estudo de caso, de acordo com Yin (2001), o uso dessa estratégia de pesquisa é recomendada quando o “foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”, “especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”, o que contribui para compreensão de fenômenos organizacionais, sociais e políticos de caráter complexo. E por isso é uma estratégia de pesquisa que necessita de “apresentação justa e rigorosa dos dados empíricos”. Portanto, o caso em estudo, a experiência da horta “Gera Juncal” é caracterizada a seguir.

Caracterização do objeto empírico e de ação na realidade social: Implantação do conjunto Habitacional “Márcio Dias” e da horta “Gera Juncal”.

A Horta “Gera Juncal” surge da articulação de movimentos sociais em uma conjuntura de insegurança alimentar, no contexto da implantação de um conjunto habitacional na Zona Leste de São Paulo, local que se pode observar na Figura 1.

Figura 1- Localização do Terreno da horta “Gera Juncal” na Zona Leste de São Paulo



Fonte: Autores e adaptado do Googlemaps

Na Figura 1, na imagem à esquerda, é possível observar o local do empreendimento habitacional Márcio Dias, local de implantação da horta “Gera Juncal”, no distrito de São Mateus, bairro Jardim Nova Vitória, na zona Leste da Cidade de São Paulo. Na imagem à direita é possível observar a área do terreno de construção do condomínio demarcada em vermelho.

A horta “Gera Juncal” surgiu no contexto de implantação de um empreendimento que pretende construir 1.144 apartamentos destinados a moradia para famílias de renda entre 1 e 3 salários-mínimos em uma área de 56 mil metros quadrados, localizado na zona leste de São Paulo. O Centro de Promoção e Resgate Cidadania do Grajaú João XI (CEPROCIG109) foi contemplado em um edital público como entidade social responsável pelo projeto contando com o Grupo Técnico de Apoio (GTA), responsável técnico pelo projeto de implantação do empreendimento habitacional.

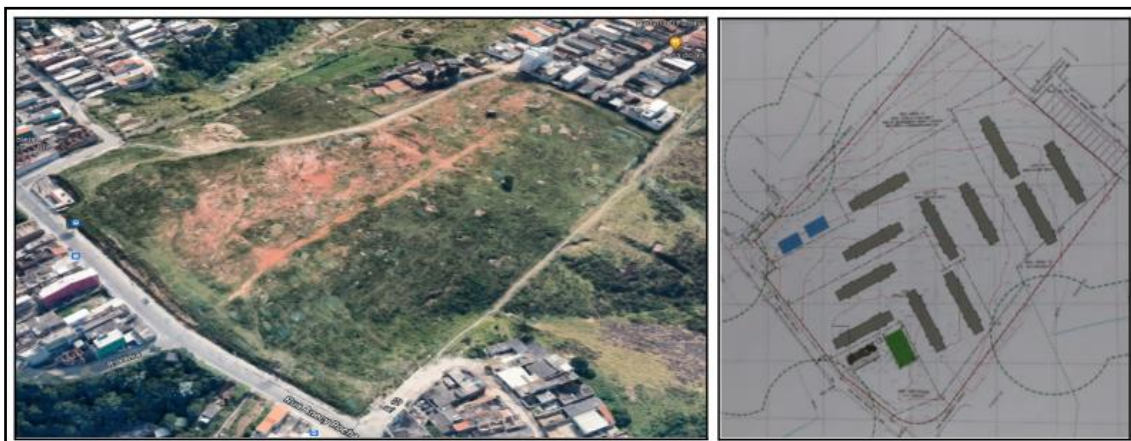
Para a Central de Movimento Populares (CMP110), entidade a qual o CEPROCIG é filiada, a horta surge da necessidade de ocupar o espaço onde será implantado o empreendimento habitacional, como forma de reafirmar o pertencimento da área às famílias associadas à entidade e futuras moradoras, quanto da necessidade, de se implementar uma experiência que pudesse combater a insegurança alimentar promovendo autonomia para as família, como condição facilitadora para a produção de seu próprio alimento e fomentar a organização coletiva, baseada nos princípios de cooperação e de solidariedade mútua.

¹⁰⁹ O CEPROCIG é uma entidade de iniciativa do setor religioso, sem fins lucrativos e que atua na periferia de São Paulo,

¹¹⁰ A CMP é entidade articuladora de movimentos sociais populares

A Figura 2 ilustra o terreno do empreendimento em momento anterior à implantação da horta e uma planta baixa de situação com a localização dos futuros edifícios e da horta “Gera Juncal” (em verde).

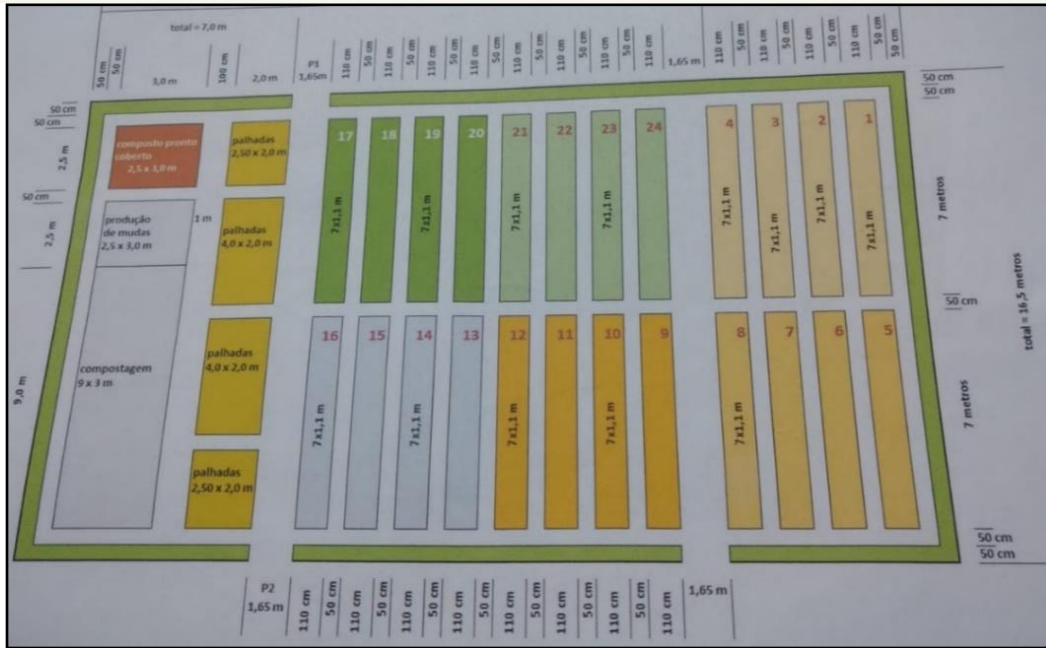
Figura 2 -Terreno onde a horta “Gera Juncal” está sendo implantada e planta baixa de situação dos edifícios e local da horta “Gera Juncal” (em verde)



Fonte: Googlemaps e autores

Na Figura 2 é possível a situação do terreno anterior a implantação da horta e a planta baixa de implantação dos edifícios de 6 pavimentos e a localização da horta “Gera Juncal” (em verde) com área de aproximadamente 450 metros quadrados (29,5 metros por 16,5 metros). É possível observar na Figura 3 um projeto de implantação dos canteiros da horta “Gera Juncal”.

Figura 3 - Projeto de implantação dos canteiros para plantios da horta “Gera Juncal”



Fonte: Arquiteto da equipe de especialistas que acompanha a horta “Gera Juncal”

Na Figura 3 é possível ver o projeto de implantação da horta com 24 canteiros de 1,1 m X 7m cada e áreas para armazenamento de palhada, compostagem e produção de mudas.

Foram convidados e se voluntariaram em torno de 30 representantes (cuidadoras e cuidadores da horta) das famílias associadas à entidade CEPROCIG ou inscritas no projeto do empreendimento habitacional Márcio Dias, que se dispuseram a participar de maneira voluntária da experiência, com interesse em aprendizagem e participação nas várias etapas do processo de implantação da horta comunitária. Além dos futuros moradores, participam da experiência ativistas e lideranças de movimentos populares, pesquisadores e especialistas em diferentes campos de atuação profissional (Agroecologia, compostagem urbana, Economia Solidária, organizações comunitárias).

Resultados Obtidos

Os resultados obtidos deste artigo referem-se a Linha do Tempo da implantação da horta “Gera Juncal”, com a caracterização de cinco Tempos “Escola” no período entre outubro de 2021 até fevereiro de 2022 e exemplos de Tempos Comunidade que ocorreram no período entre outubro de 2021 até setembro de 2022. A Linha do Tempo, ferramenta de sistematização de experiências, é um instrumento didático por meio do qual é possível reconstituir e apresentar uma sucessão de fatos e processos que

possibilitam a compreensão da trajetória das experiências vivenciadas coletivamente ao longo de um período.

Linha do Tempo da implantação da horta “Gera Juncal” com foco no Tempo “Escola” e Tempo Comunidade - período: outubro de 2021 a fevereiro de 2022

Na Figura 4 é possível observar a Linha do Tempo da horta “Gera Juncal”, em que se optou por utilização de dois eixos de sistematização: Tempo “Escola” e Tempo Comunidade, no período entre outubro de 2021 a fevereiro de 2022. O Tempo “Escola” se caracteriza por ser momento de reunião presencial com interação entre os participantes, reflexão da prática e discussão sobre a prática, troca de experiências e tomada de decisões das atividades futuras. E o Tempo Comunidade pela prática das atividades definidas no Tempo “Escola”. O Tempo “Escola” ocorre uma vez por mês e o Tempo Comunidade em mutirões aos sábados.

Figura 4 - Linha do Tempo da horta “Gera Juncal” em dois eixos: Tempo “Escola” e Tempo Comunidade



Fontes: Autores

Como se pode observar na Figura 4, no período de 5 meses foram realizados 5 encontros (Tempo “Escola”) em que se destaca algumas ações: lançamento do projeto, diagnóstico da área, apresentação do projeto de moradia, construção de uma Linha do Tempo física e discussão para definição conjunta sobre o que cultivar nos novos canteiros. E no eixo do Tempo Comunidade ocorreu, a partir de outubro de 2021, processo de preparação do solo com nivelamento e limpeza do solo, aplicação de



composto e cobertura verde, seguida de demarcação dos canteiros, plantio de mudas e colheitas de alguns tipos de verduras já em fevereiro de 2022.

É importante destacar a relação estabelecida entre Tempo “Escola” e Tempo Comunidade, sendo que ocorre o Tempo Comunidade a partir dos encaminhamentos do Tempo “Escola” anterior a esse Tempo Comunidade e esse se realiza até o próximo Tempo “Escola”. Por exemplo, o Tempo Comunidade após o Tempo “Escola” I passou a executar os encaminhamentos desse Tempo “Escola” desde o nivelamento e limpeza a aplicação de composto e cobertura verde no solo.



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



Associação de Educadoras
GRUPO MONTEVIDEO

	Tempo “Escola” I	Tempo “Escola” II	Tempo “Escola” III	Tempo “Escola” IV	Tempo “Escola” V
Data	03/10/2021	24 /10/2021	21/11/2021	05/12/21	27/03/22
Imagem					
Participantes presentes	1.Grupo de cuidadores da horta; 2. ativistas e lideranças dos movimentos sociais; 3. Pesquisadores e especialistas em diferentes campos da atuação profissional. 4. Vereadora Juliana Cardoso; 5. Pastor Jair; 6. Padre Geraldo	1.Grupo de cuidadores da horta; 2. ativistas e lideranças dos movimentos sociais; 3. Pesquisadores e especialistas em diferentes campos da atuação profissional.	1.Grupo de cuidadores da horta; 2. ativistas e lideranças dos movimentos sociais; 3. Pesquisadores e especialistas em diferentes campos da atuação profissional.4. Arquiteta Neide	1.Grupo de cuidadores da horta; 2. ativistas e lideranças dos movimentos sociais; 3. Pesquisadores e especialistas em diferentes campos da atuação profissional.	1.Grupo de cuidadores da horta; 2. ativistas e lideranças dos movimentos sociais; 3. Pesquisadores e especialistas em diferentes campos da atuação profissional.
Assuntos tratados	1. Apresentação do grupo e do projeto; 2. Demarcação da área da horta; 3. Homenagens a Márcio Dias e Gera Juncal com plantio de ipês. 4. Nomeação da horta como Gera Juncal	1. Dinâmica de apresentação entre os participantes para aumento do conhecimento interpessoal 2. Diagnóstico da área para identificação de questões quanto a horta (direção dos ventos, declives no solo e tipos de	1. Relato do Tempo Comunidade, no período de nov 2021, atividades realizadas: limpeza do terreno, marcação do local, início da colocação da cerca, preparação do solo e colocação da palha, dificuldades encontradas; 2. Apresentação do projeto de moradia e a localização da horta em relação ao condomínio a partir da exposição da arquiteta Neide; 3. Aula sobre o processo de	1. Relato sobre o primeiro plantio de couve, rúcula, alface, beterraba, alho poró, cebolinha e coentro nos primeiros 4 canteiros construídos. 2. Construção de uma Linha do Tempo com fotos de todas as atividades desde o início da horta.	1. Definição conjunta do que cultivar nos novos canteiros 2. Dinâmica de apresentação com interação entre as pessoas que vem de diversas regiões, 3. Apresentação da horta pelos cuidadores que explicam os processos de construção de canteiros,

1016



		vegetação existente na área) e localização dos futuros edifícios	revitalização do solo feito pelo grupo no Tempo Comunidade; 4. Avaliação dos participantes (como estão saindo do encontro?)		preparação do solo e plantio. 4. Colheita de alface crespa, alface roxa, alho poró, salsa e cebolinha e almoço comunitário preparado com itens da horta.
Encaminhamentos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Obtenção de Trator para nivelar o solo e revolver a terra; 2. Execução do Cercamento da área da horta, limpeza do solo e corte de mato para uso como palha seca para cobrir o solo; 3. Obtenção de composto orgânico para horta 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inclusão na programação do Tempo "Escola" III o projeto de implantação dos edifícios 2. Continuidade da preparação do solo na área da horta. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Execução da demarcação dos canteiros; 2. Execução dos primeiros plantios 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Irrigação dos canteiros; 2. cuidado diário com as mudas recém-plantadas e 3. preparação de mais 4 canteiros no método canteiro esponja. 	Após a colheita, escolha das mudas com base na disponibilidade do fornecedor ,do gosto dos cuidadores da horta e no consórcio de cultura e na sazonalidade.

Caracterização do Tempo “Escola”: encontros presenciais para programação e reflexão

A partir da Linha do Tempo da Figura 4, foi elaborada a Tabela 1 com data, participantes, assuntos tratados e encaminhamentos de cada encontro (Tempo "Escola").

Tabela 1 - Sistematização dos cinco encontros denominados Tempo “Escola” entre outubro de 2021 e março de 2022

Fonte: autores



Como se pode observar na Tabela 1, ocorreu entre outubro de 2021 e fevereiro de 2022 cinco encontros denominados Tempo "Escola" (cada um sistematizado em uma coluna), momento em que ocorre planejamento e programação do grupo, com a preparação das ações a serem executadas na horta em encontros presenciais entre grupo de cuidadores da horta e equipes compostas por ativistas e lideranças de movimentos populares, pesquisadores e especialistas de diferentes campos de atuação profissional. Esses atores ainda serão mapeados e inseridos nas sistematizações da experiência, em particular na Linha de Tempo.

O local dos encontros, do Tempo "Escola" I até o Tempo "Escola" V foi em Instalação provisória, construída para abrigar os participantes no terreno do futuro condomínio Márcio Dias. Mais recentemente foi construído, de forma coletiva pelo CEPROCIG, um galpão nomeado como Maria Carolina de Jesus, mas ainda a ser incluído em nova versão da Linha de Tempo.

Na Tabela 1, está sistematizado o Tempo "Escola" I, ocorrido no dia 3 de outubro de 2021. Estavam presentes o grupo de cuidadores da horta, ativistas e lideranças dos movimentos sociais, pesquisadores e especialistas em diferentes campos da atuação profissional, a Vereadora Juliana Cardoso que se colocou à disposição para contribuir com a horta e um Pastor e um Padre que conduziram homenagens a Márcio Dias, coordenador do CEPROCIG vítima da Covid 19 e Geraldo Juncal, membro do GTA, falecido em meados de 2021. Entre os assuntos tratados estão a apresentação do grupo e do projeto, a demarcação da área da horta, as homenagens a Márcio Dias e "Gera Juncal" com plantio de ipês e a nomeação da horta como "Gera Juncal". Como encaminhamento desse primeiro encontro estão: a obtenção de uma retroescavadeira para nivelar o solo e revolver a terra, a execução do cercamento da área da horta, a limpeza do solo e corte de mato para uso como palha seca para cobrir o solo e obtenção de composto orgânico.

No Tempo "Escola" II (Tabela 1), que ocorreu no dia 24 de outubro de 2021, estavam presentes os mesmos participantes do Tempo "Escola" I, exceto a vereadora, o pastor e o padre. Entre os assuntos tratados estão uma dinâmica de apresentação entre os participantes para aumento do conhecimento interpessoal e o diagnóstico da área para identificação da direção dos ventos, declives no solo, tipos de vegetação existente na área, a localização dos futuros edifícios. Foi encaminhado a inclusão na programação

do Tempo "Escola" III o projeto de implantação dos edifícios e a continuidade da preparação do solo na área da horta.

No Tempo "Escola" III (Tabela 1), dia 21 de novembro de 2021, além dos participantes do Tempo "Escola" anterior, estava presente a Arquiteta Neide. Entre os assuntos tratados estão o relato do Tempo Comunidade, no período de novembro de 2021, com limpeza do terreno, marcação do local, início da colocação da cerca, preparação do solo e colocação da palha e dificuldades encontradas, a apresentação do projeto de moradia e a localização da horta em relação ao condomínio a partir da exposição da arquiteta Neide, uma aula sobre o processo de revitalização do solo feito pelo grupo no Tempo Comunidade e uma avaliação final dos participantes. Como encaminhamento: execução da demarcação dos canteiros e a execução dos primeiros plantios.

No Tempo "Escola" IV (Tabela 1), ocorrido no dia 05 de dezembro de 2021, estavam presentes os mesmos participantes: grupo de cuidadores da horta, ativistas e lideranças, pesquisadores e especialistas. Os assuntos tratados foram o relato sobre o primeiro plantio de couve, rúcula, alface, beterraba, alho poró, cebolinha e coentro nos primeiros 4 canteiros construídos e a construção de uma Linha do Tempo com fotos de todas as atividades desde o início da horta. Foram feitos encaminhamentos quanto a irrigação dos canteiros, o cuidado diário com as mudas recém-plantadas e a preparação de mais 4 canteiros no método canteiro esponja.

No Tempo "Escola" V (Tabela 1), em 27 de março de 2021, também estavam presentes grupos de cuidadores da horta, ativistas e lideranças, pesquisadores e especialistas. Entre os assuntos tratados estão a definição conjunta do que cultivar nos novos canteiros, a dinâmica de apresentação com interação entre as pessoas que vêm de diversas regiões, a apresentação da horta pelos cuidadores que explicam os processos de construção de canteiros, preparação do solo e plantio e a colheita de alface crespa, alface roxa, alho poró, salsa e cebolinha e almoço comunitário preparado com itens da horta. Como encaminhamento, após a colheita, escolha das mudas com base na disponibilidade do fornecedor, do gosto dos cuidadores da horta, no consórcio de cultura e na sazonalidade dos alimentos.

É possível perceber que os Tempos "Escola", foram momento em que ocorreram: 1. dinâmicas de apresentação para aumentar a interação entre os participantes e inserção de novos; 2. planejamento do Tempo Comunidade quanto a demarcação e diagnóstico

do terreno, plantio, escolha do que cultivar, colheita conjunta e almoço coletivo; 3. relato de Tempos Comunidade anteriores; e 4. encaminhamentos para a semana, ou Tempo Comunidade seguinte. O que esses resultados indicam é a importância do Tempo “Escola” para facilitar a interação, os acordos, o monitoramento das ações, as trocas de saberes, de experiências e o compartilhamento de impressões entre os participantes.

Caracterização do Tempo Comunidade, organização coletiva e princípios e práticas da Agroecologia

A Linha de Tempo (Figura 4) apresenta também o eixo dos Tempos comunidade, momento em que ocorre a execução do que foi discutido e encaminhado nos Tempos “Escola”. Neste item será apresentado alguns exemplos de etapas do Tempo Comunidade (revitalização do solo, cercamento da área para horta, barreira de vento vegetal, plantio e colheita), bem como a relação das práticas executadas e os princípios Agroecologia e da Economia Solidária.

Da preparação do solo a colocação do composto e da palha como condição para revitalização do solo

Para aumento da compreensão sobre os princípios e práticas da Agroecologia e Economia Solidária que foram implementadas na horta, na Figura 5 é apresentado o processo de implantação da horta, desde o terreno como se encontrava (em outubro de 2021), passando por nivelamento, limpeza, colocação de composto e cobertura verde (em novembro de 2021) até a demarcação dos canteiros para o plantio.

Figura 5 - Etapas: do nivelamento do terreno, colocação da cobertura verde, marcação dos canteiros e colocação do composto orgânico



Fonte: Autores

Como se pode observar na Figura 5, o processo de implantação da horta, a partir de como se encontrava o terreno (primeira foto da Figura 5) foi feita a demarcação de área da horta ocorrida no encontro do dia 03 de outubro de 2021 (Tempo “Escola” I).

Dias depois ocorreu o trabalho com uma retroescavadeira para nivelar o terreno (segunda foto da Figura 5). Após isso, houve um mutirão com o coletivo para retirada de entulhos, revolver, nivelar e quebrar os torrões do solo, colocação do composto orgânico¹¹¹ sobre o solo (terceira e quarta fotos da Figura 5) e a cobertura verde com braquiária (*Brachiaria decumbens*), mamona (*Ricinus communis*) e margaridão (*Thitonia diversifolhi*) sobre o composto orgânico, deixando descansar por 20 dias, regando diariamente (quinta foto da Figura 5). Com o tempo a cobertura verde seca virando a cobertura de palha. Por fim, foi feita a demarcação dos canteiros com estacas e barbantes na medida de 1,1m x 7m cada (sexta foto da Figura 5).

Quanto ao diálogo com princípios e práticas da Agroecologia, é importante considerar que o local escolhido para a implantação da horta estava coberto de braquiárias, consumidas por animais de pasto, o que gerou um solo degradado, compactado e pobre de nutrientes. Este solo necessitava de tratamento que foi iniciado com o revolvimento da camada superficial com 20cm de profundidade, a quebra dos torrões e o nivelamento. Também dialogam com a Agroecologia o aproveitamento do composto orgânico e a cobertura verde, com corte de braquiária, folhas de mamona e margaridão existentes no entorno da área da horta e que junto ao composto servem de alimento para os microrganismos do solo. A cobertura verde colocada em camada com uma altura de 10 a 20 cm sobre a superfície do solo, com o tempo seca, virando cobertura morta (palha) que protege a superfície do solo com: 1. contra raios solares e ventos não deixando ocorrer a compactação da superfície do solo; 2. dificulta a incidência direta das gotas de chuva ou da irrigação sobre o solo, evitando erosão e perda de nutrientes; 3. proporciona um clima adequado de temperatura e umidade constante; 4. com a decomposição da palha é gerada matéria orgânica, alimentando a micro vida do solo, essa libera nutrientes que as plantas absorvem através de suas raízes.; 5. diminui a evaporação da água no solo, reduzindo assim a quantidade de rega; 6. previne contra infestação de pragas. (Primavesi, 2016)

Foi possível identificar aspectos que indicam princípios da Economia Solidária como trabalho coletivo, processos participativos, divisão de trabalho nas atividades na horta. As várias etapas de preparação do solo, de nivelamento, obtenção e colocação do composto orgânico e a poda e colocação da cobertura verde foram feitas de forma

¹¹¹ Composto adquirido no Posto de Compostagem de São Mateus da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB, da decomposição de restos de feiras e poda verde urbana, o que contribui com a destinação desses rejeitos

coletiva, com a formação de pequenos grupos para divisão de trabalho. Mutirões maiores, com trabalho conforme as habilidades de cada um para a realização das tarefas, ocorreram aos finais de semana e durante a semana houve pequenos mutirões para complemento das atividades. E nesses processos coletivos aconteceram trocas de saberes, de afetos e aprendizagens.

Do plantio, primeira colheita de rúcula e segunda colheita de alface, rúcula, beterraba, couve, cebolinha e coentro

Para continuidade da compreensão quanto ao diálogo da experiência da horta “Gera Juncal”, Agroecologia e a Economia Solidária É possível observar na Figura 6, pequenos grupos de trabalho em diversas atividades, no plantio, manejo do solo, preparação de novos canteiros, demarcação do canteiro, colheita e celebração.

Figura 6 - Etapas: plantio, colheita, novo preparo de canteiros e nova colheita



Fonte: Autores

Como se pode observar na Figura 6, a partir do solo preparado e demarcado os canteiros (item 4.3.1) um grupo preparava canteiros para receber mudas de hortaliças e outro grupo fazia o plantio (primeira foto da Figura 6). No dia 28 de dezembro ocorreu a primeira colheita de rúcula com o coletivo (segunda foto da Figura 6). Cerca de 40 dias depois o coletivo preparou mais 4 canteiros ocorreu, foi retirada a cobertura morta (palha) para acrescentar sobre o solo uma camada de mistura de composto orgânico com esterco de galinha e devolvida a palha de volta ao canteiro (terceira foto da Figura 6). A partir dessa segunda colheita, quando o coletivo vai trabalhar em mutirões na horta já é possível fazer novas colheitas (quarta foto da Figura 6) e compartilhar com suas famílias.

Uma horta precisa de cuidados diários, para irrigação na falta de chuva e também para acompanhar o desenvolvimento das plantas. No caso da horta “Gera Juncal” esses cuidados são feitos durante todos os dias da semana por grupos de cuidadores atentos a tudo que acontece para que no mutirão aos sábados sejam realizadas as tarefas necessárias. O primeiro plantio, ocorrido em 05 de novembro de 2021, foi de alface,

rúcula, beterraba, couve, cebolinha e coentro, nos canteiros previamente preparados. E semeadura de feijão-guandu, fava e milho no entorno para construir uma barreira de vento vegetal.

Na produção agroecológica de hortaliças são seguidos princípios que tem como base o funcionamento da natureza e da forma como acontece nas florestas onde várias espécies vegetais vivem juntas e praticamente sem ataque de pragas ou doenças. Em espaços menores, como é o caso da horta “Gera Juncal”, pode-se diversificar e trabalhar com três a cinco culturas de famílias de vegetais diferentes em uma mesma área. O princípio das plantas em consórcio é de se protegerem contra pragas e doenças, através de suas folhas que excretam aerossóis e suas raízes que secretam substâncias químicas que servem como comunicação para conseguir nutrição e defesa contra insetos e fungos. E a utilização da rotação de famílias de hortaliças nos canteiros é importante para não empobrecer o solo de certos tipos de nutrientes (Primavesi, 2016).

Quanto ao diálogo com a Economia Solidária, é possível observar que no Tempo Comunidade houve divisão de trabalho em pequenos grupos no plantio, outro grupo no preparo dos canteiros para receber mudas e a colheita também aconteceu de forma coletiva.

Barreira de vento vegetal (cerva viva) como condição para proteção ao vento e sombreamento. Exemplo: Feijão-guandu, manejo até o consumo

Como último exemplo de práticas do Tempo Comunidade e continuidade do diálogo com os princípios e práticas da Agroecologia e Economia Solidária que foram implementadas na horta, a seguir é apresentado a semeadura do feijão-guandu (*Canjanus canjan*), uma das espécies escolhida para a barreira de vento, como condição para proteção do vento e sombreamento. A Figura 7 ilustra as etapas do processo coletivo da semeadura da barreira de vento vegetal (em novembro de 2021), a colheita (em agosto de 2022) e o debulhamento até o preparo e almoço coletivo para consumo do feijão-guandu (em setembro de 2022).

FIGURA 7 - Processo coletivo de plantio, manejo, colheita, debulhamento, preparo e consumo da cerca viva de feijão-guandu

1024



Fonte: Autores

Como se pode observar na Figura 7, o processo de implantação da barreira de vento com feijão-guandu, a sementeira foi feita em uma fileira no entorno do terreno da horta com covas a cada 50 cm e com 4 sementes por cova (primeira foto da Foto 7). O feijão-guandu serve tanto como barreira de vento (segunda foto da Figura 7) e como alimento, tanto que foi feita uma colheita (terceira foto da Figura 7), em 20 de agosto de 2022 de forma coletiva. No dia 3 de setembro, o coletivo fez debulhamento e preparo coletivo do feijão-guandu um almoço compartilhado. (ver quarta, quinta e sexta fotos da Figura 7).

Quanto ao diálogo com princípios e práticas da Agroecologia, é importante considerar que o feijão-guandu, ou andu é planta leguminosa pertencente à família das Fabaceae, arbusto ereto de até 3 metros de altura muito ramificado, o que possibilita uma barreira de vento e de sombreamento adequada para solo degradado e que perdem suas folhas no término de um período de crescimento gerando matéria orgânica para o solo e servindo também como opção de adubação verde para o solo do terreno. Ainda, como princípio e prática da Agroecologia, sementes foram guardadas para novos canteiros de feijão-guandu e perspectiva de uso como adubação verde para a horta (Primavesi, 2016).

Foi possível identificar aspectos que indicam princípios da Economia Solidária como circuito curto de produção e consumo, trabalho coletivo, processos participativos, divisão de trabalho, produção e consumo no mesmo espaço e trocas não monetárias (as mudas do feijão-guandu foram doadas).

Conclusões do Artigo

A horta Comunitária Gera Juncal, localizada na Zona Leste de São Paulo, é uma iniciativa coletiva e comunitária, surgiu dentro de um processo de luta por moradia

popular, através de entidades organizadas, que tem como objetivo incidir na insegurança alimentar de moradores de um território vulnerável e que gera produção de alimentos saudáveis e agroecológicos.

A pandemia da Covid 19, evidenciou a insegurança alimentar de uma parcela expressiva da população. Os movimentos sociais atentos a essas necessidades, se mobilizam para mitigar a fome através de campanhas de arrecadação e distribuição de cestas básicas. Porém, desta forma a ausência de alimentos, ou ausência de alimentos em quantidade suficientes retorna a vida das famílias. Por isso, as entidades CMP, CEPROCIG, GTA e parceiros, decidem investir em uma experiência que pudesse ser permanente, que pudesse proporcionar autonomia às famílias na luta por soberania alimentar, utilizando princípios da Agroecologia e da Economia Solidária.

Os resultados obtidos até o momento indicam demonstram que não é apenas o alimento que os moradores levam semanalmente para casa, mas a percepção de que a organização coletiva é um caminho para combater a insegurança alimentar. Esses resultados também indicam a importância da interação entre Tempo “Escola” e Tempo Comunidade, na medida em que o que se planeja e reflete coletivamente é executado e retorna para novo planejamento e reflexão.

Quanto a aprendizagem de princípios e práticas da Agroecologia, da Economia Solidária e da educação popular na perspectiva de mudanças na concepção e condutas individuais e dos grupos envolvidos é possível afirmar que: as pessoas começaram a fazer trabalho em coletivo como exercício de coesão, em um levantamento preliminar de depoimentos se percebe mudança de condutas sendo que houve a reprodução de plantio em quintais com uma pessoa inclusive já comercializando. Essa reprodução também indicou a formação de formadores em Agroecologia, pessoas que passaram a praticar em suas casas.

Em relação a eficácia da Agroecologia e Economia Solidária na produção, distribuição e consumo de alimentos, houve em curto espaço de tempo o plantio até o consumo pelos próprios participantes. Para saber se as técnicas utilizadas foram eficazes, por exemplo, no tempo é necessária a realização de estudos para comparar com outras experiências, mas de qualquer forma são produtos com qualidade e sem agrotóxicos. É importante destacar também que os alimentos serviram para o autoconsumo cabendo examinar melhor como foi feita a distribuição para caracterizar

as trocas não monetárias ocorridas. É sabido que há impactos na economia das famílias, que economiza na feira, além de adicionar mais variedade na alimentação das pessoas.

A incidência da experiência da horta em outros territórios, com a perspectiva de construção de diretrizes para políticas públicas, vem ocorrendo a partir da divulgação dos próprios participantes, como por exemplo com a participação de cuidadores da horta na conferência sobre direito à cidade em São Paulo. A perspectiva do grupo é concluir 28 canteiros, construir um sistema de captação e armazenamento de água das chuvas para irrigação da horta, uma composteira para produzir material orgânico necessário para manter os canteiros, um viveiro para produzir mudas e sementeira e destinar o excedente da produção à doação, trocas ou à comercialização para manutenção da própria horta. Com isso, novas sistematizações, novos eixos da Linha do Tempo e novos estudos serão necessários para a experiência seguir se consolidando e inspirando sua reprodução em outros territórios.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

BELIK W.; SILIPRANDI, E. Hábitos Alimentares, Segurança e Soberania Alimentar. In: Qualidade de vida: evolução dos conceitos e práticas no século XXI / Roberto Vilarta, Gustavo Luis Gutierrez, Maria Inês Monteiro (organizadores). Campinas: Ipes, 2010.

BIANZOTI, A. R. e SORRENTINO, M. Engajamento político na agricultura urbana: potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo. Ambiente & Sociedade • São Paulo. Vol. 25, 2022.

CASTELO BRANCO, M. e ALCÂNTARA, F. A. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? Horticultura Brasileira. 29: 421-428.

CAVALCANTI, J. A. S. e TREVISAN, J. G. Conjuntura do veneno: agroecologia e cartografia social como pilares de resistência. Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente, Dossiê "Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência", n. 42, v. 4, p. 225 - 250, mês dez, 2020. ISSN: 2176-5774. Disponível em: <<https://200.145.6.156/index.php/cpg/article/view/7760/5870>>. Acesso em: outubro de 2022.

DIAS, A. P. et. al. Dicionário de Agroecologia e Educação. São Paulo, Expressão Popular. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venância, 2021.

DICKMANN, I. O sonho coletivo da casa própria: a articulação da economia solidária com a educação popular no cooperativismo habitacional autogestionário. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2001, Havana. Declaración Final: Por el derecho de los Pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria. Havana, Cuba, 2001. Disponível em: <<<http://www.edualter.org/material/sobirania/declaracion%20cubapdf>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

FRANÇA FILHO, G. Economia e desenvolvimento. Salvador: UFBA, 2019

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

GAIGER, L. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. (Org.). La otra economía. Buenos Aires, Altamira, pp. 229-241. 2004.

_____. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003

GONÇALVES, J. R. (Org.) ; MASCARENHAS, T. S. (Org.) . Consumo Responsável em Ação - Tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade. 1. ed. São Paulo: Instituto Kairós, 2017.

LAVILLE, J. Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia. Revista Katálizes, Florianópolis, v.11 n. 1 p. 20-42 Jan./jun, 2008.

MACIEL, K. F. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011

_____. Ação Pública e economia: um quadro de análise. In. França Filho, G. C.; Laville, J.; MEDEIROS, A.;MAGNEN, J.; (ORG) Ação Pública e Economia Solidária. Uma perspectiva Internacional. Salvador e Porto Alegre: EdUFBA, UFRGS Editora, 2006.

LAVILLE, J. e FRANÇA FILHO, G. C. A Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

LEÃO M. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional / organizadora, Marília Leão. – Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p.: il. ISBN 978-85-63364-06-7

Maluf, Renato S.; Menezes, Francisco; Valente, Flavio L. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. Cadernos de Debate (UNICAMP), v.4, p.66 – 88, 1996.

MANCE, E. A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, Vozes, 1999.

_____. Redes de Economia Solidária: a expansão de uma Alternativa Global. Thot (São Paulo), v. 81, p. 3-11, 2004.

MARQUES, P. E. M. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 17(2): 78-87, 2010.

POLANYI, K. The Great Transformation. Foreword by Robert M. MacIver. Boston: Beacon Press, 1957.

PRIMAVESI, A. Manual do solo vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio. 2ªed. Ver. – São Paulo. Expressão Popular, 2016.

RAI, R. K. A participatory action research training initiative to improve police effectiveness. Sage Publications: Action Research, London, v. 10, n.3, p. 225-243, 2012.

REGO, D. A.; IMBIRUSSÚ, E.; OLIVEIRA, J.; GILCA G. Segurança alimentar e soberania alimentar: construção e desenvolvimento de atributos. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XXIII – V. 2 - N. 49 – Agosto de 2021 - Salvador, BA – p. 338 – 366.

SCHMITT, Claudia Job. Economia Solidária e Agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. Mercado de Trabalho (Rio de Janeiro. 1996), v. 42, p. 55-64, 2010.

SILVA, M. Z. T. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. Configurações, 25 | -1, 97-111.

SINGER. P. SENAES: uma experiência brasileira de política de economia solidária. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: UFRGS, p. 201-206, 2006.

_____. Introdução à Economia Solidária. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002.

_____. Economia solidária, um modo de produção e distribuição. In. Singer, Paul e Souza, André Ricardo de. (Org.) A Economia solidária no Brasil A autogestão como resposta ao desemprego. 2000.



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1986.

1029

YIN, R. Estudo de caso: planejamento e métodos. Trad: Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.



ORGANIZAÇÃO



HORTAS COMUNITÁRIAS: CULTIVANDO RELAÇÕES

1030

Ronaldo Munenori Endo, Mentoria Ribeirão,
ronaldo.kami@institutoseb.org.br

Resumo

Este trabalho foi coordenado pelo Mentoria Ribeirão, em parceria técnica com o Centro de Formação Hélder Câmara e Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural da Universidade Federal de São Carlos e apoio voluntário de Agentes Populares em Agroecologia, entre Jul/21 e Jun/22, na Comunidade da Paz, conjunto habitacional periurbano precário com 370 famílias, em Ribeirão Preto – SP. O projeto objetivou implantar uma horta comunitária em sistema agroflorestal (Horta-SAF) como ferramenta sociopedagógica de soberania e segurança alimentar, empoderamento de moradores, educação ambiental nas relações comunitárias e agroecológicas, e gestão coletiva do espaço e de sua produção. Seu marco teórico fundamentou-se na prática da horticultura social e terapêutica e nos benefícios e perspectivas dos trabalhos com hortas urbanas ao longo da história. A metodologia de trabalho envolveu a sensibilização da liderança comunitária e co-agricultoras em assentamento e sítio agroflorestal, em Ribeirão Preto e Cravinhos – SP. A partir daí, fomentou-se a implantação dos canteiros agroflorestais, totalizando 130m² de área produtiva, em sete mutirões comunitários. A sustentabilidade do projeto foi buscada pela articulação de uma rede de apoio, formada por organizações sociais, voluntários e outros atores sociais. Apesar de muitas falhas e subnotificação na produção e distribuição, tivemos o fornecimento estimado de 240 hortaliças folhosas e legumes, 258 espigas de milho e 66 pés de mandioca, entre 26 espécies de plantas cultivadas. No campo das práticas socioambientais e pedagógicas, o projeto conseguiu mobilizar a participação direta de 35 moradores em trabalhos de limpeza, preparação dos canteiros, plantio de hortaliças, doação da produção, fornecimento de alimentação aos co-agricultores, mudança positiva da paisagem, melhoria nas condições ambientais, integração com o fragmento de mata local, percepção social do espaço e criação de espaço educador para 30 crianças em trabalhos quinzenais de educação ambiental. Apesar disso, o projeto apresentou baixa adesão e descontinuidade na participação de co-agricultores efetivos (dez) ao longo do projeto. Contudo, o Mentoria Ribeirão aproveitou as experiências, aprendizados e transformação de locais ociosos em espaços socioprodutivos e pedagógicos para sistematizar conhecimentos e elaborar um curso (videoaulas e apostila) de Horta-SAF, voltado às instituições filantrópicas, organizações do Terceiro Setor e outros assentamentos precários periurbanos, além de refletir sobre melhorias nos critérios de escolha de comunidades e processo de sensibilização e treinamento para a execução de novos projetos. Concluiu-se que esse modelo de Horta-SAF se mostrou economicamente viável e produtivo, ambientalmente regenerativo e socialmente pedagógico e integrativo.

Palavras-chave: Horta comunitária; Empoderamento; Espaço social; Sistema agroflorestal; Segurança alimentar.

Abstract

This work was coordinated by Mentoria Ribeirão, in technical partnership with the Hélder Câmara Training Center and the Rural Research and Extension Center of the Federal University of São Carlos, with voluntary support from Popular Agents in Agroecology, between Jul/21 and Jun/22, in the Peace Community, a precarious peri-urban housing complex with 370 families, in Ribeirão Preto – SP. The project aimed to establish a community agroforestry garden (Agroforestry Garden) as a socio-pedagogical tool for food sovereignty and security, empowerment of residents, environmental education in community and agroecological relations, and collective management of the space and its production. Its theoretical framework was based on the practice of social and therapeutic horticulture and the benefits and perspectives of urban gardening throughout history. The work methodology involved sensitizing community leadership and co-farmers in agroforestry settlements and sites in Ribeirão Preto and Cravinhos – SP. From there, the implementation of agroforestry beds was promoted, totaling 130m² of

productive area, in seven community work sessions. The project's sustainability was pursued through the coordination of a support network, formed by social organizations, volunteers, and other social actors. Despite many failures and underreporting in production and distribution, we estimated the supply of 240 leafy vegetables and vegetables, 258 ears of corn, and 66 cassava plants, among 26 species of cultivated plants. In the field of socio-environmental and pedagogical practices, the project managed to mobilize the direct participation of 35 residents in cleaning, bed preparation, vegetable planting, donation of produce, providing food to co-farmers, positive changes in the landscape, improvement in environmental conditions, integration with the local forest fragment, social perception of space, and the creation of an educational space for 30 children in bi-weekly environmental education activities. Nevertheless, the project experienced low participation and discontinuity in the involvement of effective co-farmers (ten) throughout the project. However, Mentoria Ribeirão leveraged the experiences, learnings, and transformation of idle spaces into socio-productive and educational spaces to systematize knowledge and develop a course (video lessons and a workbook) on Agroforestry Gardening, aimed at philanthropic institutions, Third Sector organizations, and other precarious peri-urban settlements, as well as reflecting on improvements in the criteria for choosing communities and the sensitization and training process for the implementation of new projects. It was concluded that this Agroforestry Garden model proved to be economically viable and productive, environmentally regenerative, and socially pedagogical and integrative.

Keywords: Community garden; Empowerment; Social space; Agroforestry system; Food security.

A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ÀS COMUNIDADES

O Projeto “Hortas Comunitárias: cultivando relações” teve início em janeiro de 2021, com a apresentação da proposta às comunidades convidadas que tivessem interesse em participar. Esse encontro contou somente com a participação de duas comunidades, além de representantes de movimentos de moradia popular, do Assentamento Mário Lago e da própria equipe do Mentoria Ribeirão.

A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DO PROJETO

Em abril de 2021, ainda em fase de planejamento da proposta, o Mentoria Ribeirão desenvolveu estudos de geração de renda associados à produção de insumos para as hortas comunitárias. Houve um primeiro contato com uma empresa de Ribeirão Preto, produtora de húmus de minhoca, com sinalização de assessoria na produção e compra desses insumos gerados pelo projeto. Apesar do Plano de Negócios inicial se mostrar altamente viável, em uma segunda conversa com a empresa, as bases econômicas da negociação mudaram, o que inviabilizaria essa atividade de minhocultura para o projeto gerar renda.

Decidimos que a sustentabilidade econômica do projeto não viria mais da geração de renda do processo produtivo da minhocultura, por desconhecermos com profundidade as bases técnicas e de mercado sobre essa atividade produtiva.

A partir daí, definimos os objetivos do projeto.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Implantar uma horta comunitária segundo princípios do sistema agroflorestal (SAF) em comunidades localizadas em assentamentos urbanos precários na cidade de Ribeirão Preto (SP), a fim de promover a segurança e a soberania alimentar e capacitação nesse modelo produtivo, assim como habilidades políticas, valores democráticos e gestão coletiva de cultivo, insumos e escoamento da produção, a partir da troca de experiências, sistematização de metodologias, formação em sistemas agroflorestais e estabelecimento de uma rede de apoio entre a população moradora, lideranças das comunidades participantes e parceiros apoiadores.

Objetivos específicos

- a. Promover a agricultura urbana agroflorestal;
- b. Promover o acesso a uma alimentação mais saudável com a ingestão de alimentos agroecológicos;
- c. Oferecer educação socioambiental, por meio da educação criativa;
- d. Promover o desenvolvimento comunitário;
- e. Estabelecer uma cultura de pertença;
- f. Auxiliar a melhoria na utilização dos espaços da comunidade em prol do coletivo;
- g. Estimular a cultura da cooperação;
- h. Promover um sistema sustentável, com a participação efetiva dos moradores;
- i. Estabelecer uma rede de apoio para sustentabilidade do projeto.

PREMISSAS

A partir dos objetivos do projeto, também foram definidas algumas premissas para que balizassem todo o trabalho desenvolvido pela equipe do Mentoria Ribeirão.

O projeto deveria ser sustentável economicamente.

A participação do Mentoria Ribeirão para o projeto estava planejada em 12 meses de estímulo e apoio contínuo e frequente à comunidade. Contudo, o projeto não deveria extrapolar o teto de gastos desenhado de R\$ 15.000,00, nem ter as atividades da horta findadas assim que a participação do Mentoria Ribeirão fosse encerrada. Para isso, o projeto se esforçaria para gerar mecanismos de sustentabilidade econômica, a depender do envolvimento e trabalho da comunidade, para que a horta pudesse seguir existindo mesmo depois da passagem do Mentoria Ribeirão.

Planejou-se conseguir tal feito com a produção baseada num sistema agroflorestal, que se apoiasse em processos biológicos para produzir insumos naturais necessários, e na utilização de matéria orgânica disponíveis in loco (como cobertura vegetal retirada do chão da mata adjacente, ou resíduos alimentares familiares para a composteira) para reduzir a demanda por insumos externos à comunidade. Além disso, estimular-se-ia uma produção local de mudas e um plantio direto por sementes vindouras da própria produção da horta. A rede de apoio também traria estímulos à comunidade através de aquisição de alguns insumos, sementes e mudas. Uma pequena composteira também forneceria à horta insumos para que não fosse necessária a desses materiais.

O projeto deveria buscar a segurança e a soberania alimentar

Por meio da experiência da cozinha comunitária em algumas comunidades durante o início da pandemia do Covid-19, a produção local de alimentos visaria reduzir a dependência da doação de alimentos, aumentando a oferta à iniciativa já desenvolvida. Pretendia-se também aumentar a resiliência à pressão inflacionária e sazonal dos alimentos, que se tornava cada vez mais necessária naquele cenário econômico. Com isso, visou-se estimular o enriquecimento nutricional da alimentação, que possibilitasse por sua vez um resgate cultural e reeducação alimentar.

O projeto deveria trabalhar a Educação Ambiental

Mediante o fomento às soluções locais e tecnologias sociais, o projeto pretendia alcançar não apenas o seu objetivo específico listado em 4.1 – uma vez que essas soluções e tecnologias teriam grande impacto redutor no orçamento –, mas

também o estímulo às relações comunitárias e agroflorestais do espaço, de forma a empoderar as pessoas no processo de construção e implementação.

Ademais, o projeto se incumbiria também a estimular o respeito à estética da paisagem, além da separação e compostagem de resíduos orgânicos. Tudo isso seria possível através do trabalho em rede e das parcerias conseguidas durante a elaboração e execução do projeto.

O projeto deveria promover uma rede de apoio

Acreditava-se que a rede de apoio poderia possibilitar a continuidade da horta depois do fim deste projeto. Poderia também possibilitar a redução de custos na obtenção dos insumos que a comunidade não conseguiria obter internamente.

Se possível, o projeto deveria gerar trabalho e renda para a comunidade

Durante o desenvolvimento e lapidação do projeto, o Mentoria Ribeirão decidiu que esse não seria o foco principal. A primeira implantação deveria apenas estimular a sustentabilidade do projeto. Alguns planos de negócio já haviam sido elaborados e se mostrados complexos ou inviáveis para a nossa realidade.

INDICADORES DE PROCESSO

Para melhor medição dos resultados, estabeleceu-se os seguintes indicadores:

Indicador de envolvimento da comunidade

- a. Número de membros da comunidade participantes do preparo dos canteiros;
- b. Número de membros da comunidade que participaram dos cuidados da horta;
- c. Número das pessoas da comunidade que participaram de construções e benfeitorias.

Indicador de sustentabilidade econômica

- a. Montante de materiais, ferramentas e insumos adquiridos pela comunidade;
- b. Montante de insumos adquiridos pela comunidade que não constam no projeto original;

c. Quantidade de sementes e mudas adquiridas pela comunidade e o montante correspondente;

d. Montante em infraestrutura construída por recursos próprios da comunidade;

e. Montante referente aos serviços realizados pela própria comunidade.

Indicador de segurança e soberania alimentar

a. Quantidade de hortaliças folhosas produzidas;

b. Quantidade de legumes e frutas produzidas;

c. Quantidade de refeições oferecidas com alimentos produzidos na horta comunitária;

d. Quantidade de pessoas da comunidade beneficiadas pela produção do projeto;

e. Quantidade de espécies produzidas pela horta.

Indicador de Educação Ambiental

a. Número de famílias que separam resíduos orgânicos em casa para a compostagem;

b. Quantidade de resíduos orgânicos separados e utilizados pela compostagem;

c. Número de lotes cujos habitantes alteraram o sistema de produção sob influência do sistema praticado na horta comunitária;

d. Quantidade de horas de curso, treinamento e/ou sensibilização.

Indicador de rede de apoio

a. Número de instituições/organizações envolvidas no projeto;

b. Número de ações interinstitucionais realizadas;

c. Quantidade de insumos adquiridos junto à rede de apoio;

d. Número de voluntários externos que participaram da implantação da horta;

e. Número de voluntários externos que participaram dos cuidados da horta.

5.6. Indicador de geração de renda

a. Montante aplicado em melhorias no projeto financiadas pela renda gerada;

b. Quantidade de famílias receptoras da renda;

- c. Renda média recebida por família;
- d. Montante aplicado em melhorias na comunidade financiadas pela renda gerada;
- e. Renda total gerada pelo projeto.

A ESCOLHA DA COMUNIDADE

Em maio de 2021, através desses participantes, o Mentoria Ribeirão conseguiu identificar duas comunidades precárias periurbanas de Ribeirão Preto, que poderiam receber um projeto-piloto de horta comunitária. Esse processo envolveu as lideranças da Comunidade Vila Nova União e Comunidade da Paz, em visitas às suas áreas sociais destinadas ao cultivo, identificação das pessoas envolvidas diretamente no projeto, diagnóstico de algumas características socioambientais das comunidades e desenvolvimento de análise de solo.

Os principais critérios de escolha foram a existência de local social propício para a implantação de uma horta comunitária, solos sem contaminantes de produção e as ações desenvolvidas nas comunidades voltadas à articulação social de seus moradores.

A Comunidade da Paz, assentamento precário periurbano com 370 famílias, foi a escolhida para o projeto-piloto por possuir uma área social destinada à implantação de uma horta comunitária, uma sede social de atendimento aos moradores, uma experiência com cozinha comunitária durante o início da pandemia da Covid-19, um grupo de três moradoras indicadas para trabalhar na horta e a vontade expressa por sua liderança de que os produtos da horta seriam destinados à comunidade.

AS PARCERIAS PARA A REDE DE APOIO

Nesse mesmo período de escolha da Comunidade da Paz como foco de nossas atividades, o Mentoria Ribeirão teceu algumas importantes parcerias e apoios, que viriam a trazer grandes contribuições para o projeto.

A primeira delas foi uma conjectura em que a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), através do Núcleo de Pesquisas e Extensão Rural (NUPER), estava promovendo um curso de extensão universitária voltada à implantação de hortas em sistemas agroflorestais (Horta-SAF). Para isso, promoveria a implantação de algumas hortas em assentamentos rurais, a fim de gerar exemplos e modelo pedagógico de Horta-SAF que estavam propondo para o curso de Agentes Populares em Agroecologia (horta modular de 50m² em sistema agroflorestal de manejo). Na ocasião, o corpo técnico do

curso, formado por um técnico do Centro de Formação Hélder Câmara e por assentados do Assentamento Mário Lago estavam amadurecendo a possibilidade de implantar uma ou duas hortas em comunidades de Ribeirão Preto. Inclusive, uma das comunidades que tinham em mente seria a Comunidade da Paz.

Ao ficar ciente do fato, o Mentoria Ribeirão propôs uma sinergia de ações na sensibilização e treinamento de coagricultoras e liderança comunitária, na implantação da Horta-SAF na Comunidade da Paz e na assessoria técnica nesse modelo de horticultura agroecológica para o projeto e alguns materiais de apoio como caixa d'água e regadores. Além disso, forneceram muitos insumos de difícil aquisição em locais comerciais comuns como a aquisição de sementes crioulas, mudas de hortaliças e de bananeiras para a produção inicial, manivas de mandioca, estacas de árvores de poda e esterco bovino.

Um desdobramento dessa parceria foi a entrada de dois estudantes voluntários do curso de Agentes Populares em Agroecologia, que passaram a participar ativamente do projeto na implantação dos canteiros agroflorestais, mas também de atividades de Educação Ambiental com crianças da Comunidade da Paz.

Outro importante apoio conseguido foi a participação da Comunidade que Sustenta a Agricultura Sítio Santa Fé (CSA Sítio Santa Fé), de Cravinhos – SP. Essa CSA apoiou o processo de sensibilização em sistemas agroflorestais através da visita das coagricultoras aos espaços agroecológicos e produtivos do Sítio Santa Fé. Posteriormente, a CSA ofereceu em algumas oportunidades, seus excedentes de cestas agroflorestais com hortaliças, frutas, ervas e temperos aos moradores e coagricultoras da Comunidade da Paz como forma de incentivo a essas práticas agroecológicas e sociais.

SENSIBILIZAÇÃO PARA O SISTEMA AGROFLORESTAL

Definida a Comunidade da Paz como foco de nossas ações, o segundo passo envolveu a sensibilização da liderança comunitária e coagricultoras envolvidas em relação à Horta-SAF, através de visitação ao Centro de Formação Hélder Câmara no Assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto – SP, em julho de 2021. Na ocasião, a liderança comunitária e uma das três coagricultores iniciais do projeto puderam participar de parte de um curso de capacitação que estava acontecendo no assentamento sobre os princípios que regem o sistema agroflorestal de cultivo.

Posteriormente, em agosto de 2021, as coagricultoras iniciais foram levadas à CSA Sítio Santa Fé, a fim de conhecer a horta agroflorestal da propriedade e entender os princípios que regem uma horta comunitária.

IMPLANTAÇÃO DOS CANTEIROS DA HORTA SAF

Após a sensibilização, em agostos de 2021, o Mentoria Ribeirão e os técnicos do NUPER/UFSCar implantaram os canteiros em mutirão com homens e mulheres da comunidade e Agentes Populares em Agroecologia voluntários.

Houve grande mobilização de pelo menos 15 pessoas diretamente envolvidas na implantação desse espaço de cultivo, que posteriormente foi chamado de Horta 1.

A implantação dos canteiros agroflorestais seguiu os seguintes processos: a) retirada de mato e arbustos do local de plantio; b) separação dos galhos e mato em montes; c) descompactação dos canteiros; d) adubação com esterco; e) proteção das entrelinhas com galhos e mato capinado; f) adubação dos canteiros com pó-de-pau¹¹² e serrapilheira da mata.

Após a implantação dos canteiros da Horta-SAF, as coagricultoras iniciaram os cuidados de rega.

PLANEJAMENTO E PLANTIO AGROFLORESTAL

Uma semana depois do levantamento dos canteiros, depois que o solo já estava úmido e cheio de vida, um novo mutirão de planejamento e plantio foi executado. Na ocasião, o grupo de coagricultoras aprendeu os princípios de planejamento de um plantio agroflorestal consorciado entre hortaliças, legumes, raízes, temperos, roças, bananeiras e estacas de árvores de poda. Em seguida, aprenderam a plantar em sistema consorciado, obedecendo critérios de estratificação (funções) de cada planta no sistema e seu tempo de colheita.

MUDANÇAS DE COAGRICULTORAS

Após a implantação dos canteiros, seguiu-se um período de cuidados com a Horta-SAF. Mas a dinâmica social das moradoras da comunidade impôs ao projeto uma drástica mudança na participação das coagricultoras em seus tratos culturais.

¹¹² Resíduos verdes urbanos.

Ainda em agosto de 2021, as coagricultoras Júlia e Giselle deixaram o projeto, a primeira por estar amamentando uma criança de colo e a segunda por dificuldades pessoais. A terceira coagricultora persistiu até setembro de 2021, e saiu do projeto alegando um novo trabalho.

Essa baixa fez com que, em setembro de 2021, o Mentoria Ribeirão estimulou um encontro social na comunidade, através de um almoço utilizando tecnologias sociais de Fogões Solares emprestados pelo Instituto SEB, a fim de chamar a atenção de moradores e evidenciar o projeto.

Desse evento, o Mentoria Ribeirão conseguiu se aproximar de mais três coagricultoras que se disponibilizaram a entrar no projeto.

As duas novas coagricultoras mais assíduas naquele momento, iniciaram a sua participação em setembro de 2021. Josélia e seus dois filhos ajudavam nos cuidados com a Horta 1.

A coagricultora e mais três crianças ajudaram a construir mesas com paletes para um esboço de Sala de Aula ao lado da Horta 1. Ela organizou também duas colheitas e doações das primeiras hortaliças e legumes para moradores da comunidade.

No entanto, em meados de outubro de 2021, as duas coagricultoras deixaram o projeto. Uma porque deixou a Comunidade da Paz e voltou para o Pará para viver com a mãe e; a outra por ter conseguido um trabalho na cozinha de uma escola em tempo integral.

NOVO GRUPO DE COAGRICULTORES

Com a saída das duas coagricultoras, e pela necessidade de se iniciar uma nova área de plantio de roça, a liderança comunitária convidou mais moradores para participarem dos mutirões de preparação do solo e plantio agroflorestal.

Com a formação desse novo grupo de moradores participantes, em outubro de 2021 foi o mês de retomada dos mutirões, com a implantação da Roça 1 ao lado da Horta 1.

Ao mesmo tempo, iniciou-se a coleta de bambu no Assentamento Mário Lago para o desenvolvimento de tecnologia social de bioconstrução de cobertura no espaço da horta comunitária. Em novembro de 2021 foi iniciada a bioconstrução de uma cobertura com os bambus coletados. Participaram diretamente 8 pessoas.

Nesse mesmo mês, logo após o mutirão da Roça 1, foi proposta uma expansão do projeto para uma nova área cercada, implantada anteriormente em trabalho da ONG Teto. Com um novo mutirão, foi implantado mais uma área de roça, denominada de Roça 2.

Nesses dois meses houve grande participação de moradores nos mutirões de implantação da Roça 2 e da bioconstrução da cobertura de bambu. Pelo menos 20 pessoas da comunidade participaram dessas atividades.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM CRIANÇAS DA COMUNIDADE

Paralelamente aos trabalhos da horta comunitária, voluntários do curso de Agentes Populares em Agroecologia ligados ao NUPER/UFSCar iniciaram atividades de Educação Ambiental com cerca de 30 crianças da comunidade.

De setembro a novembro de 2021 foram cinco encontros quinzenais dos voluntários com as crianças da Comunidade da Paz em trabalhos envolvendo limpeza do espaço, resíduos urbanos, plantio de árvores, confecção de placas de identificação, compostagem e cuidados com a horta, além de jogos e brincadeiras de integração.

Os voluntários criaram vínculos afetivos tão fortes com as crianças e lideranças comunitárias que acabaram participando de outras atividades sociais, festividades e datas comemorativas da Comunidade da Paz.

As crianças se mostraram muito participativas em todas as atividades propostas. Várias as ocasiões em que o número de participantes ultrapassa 30 crianças. Moradores da comunidade também se mobilizavam para fornecer um lanche para as crianças em todas as atividades do projeto.

A RUPTURA DO PROCESSO COLETIVO DA HORTA E ROÇA 1

Entre outubro e novembro de 2021, uma complicada situação se consolidou na área da Horta 1, que afastou os moradores participantes do projeto e as coagricultoras desse espaço social. Houve um desentendimento do zelador do espaço da horta comunitária com os demais envolvidos no projeto, impedindo que as coagricultoras adentrassem ao espaço da Horta 1 e Roça 1. Esse zelador da área acabou se apropriando de toda a produção do local.

No início de dezembro de 2021, definiu-se em reunião com a liderança da comunidade que o local da Horta e Roça 1 não seria mais utilizado pelo projeto. A partir daquele momento o foco passou a ser somente o espaço da Roça 2.

Apesar da boa participação no mutirão da Roça 2 e dos tratos culturais diários nesse novo espaço, a sua produtividade não foi boa. Dentre as culturas plantadas (girassol, milho, feijão, mandioca, abobora e feijão guandu), somente o feijão guandu se desenvolveu satisfatoriamente. Duas questões possuem fortes indícios de interferência nessa questão: a falta de análise de solo no local e a grande incidência de sombreamento no espaço pela presença de uma árvore frondosa sobre boa parte do novo espaço.

DESENTENDIMENTOS ENTRE COAGRICULTORES E ESTAGNAÇÃO DO PROJETO

Dezembro de 2021 e janeiro de 2022 foram meses marcados pela paralisação de boa parte dos encontros sociais do projeto. Somente uma coagricultora ainda prestava cuidados para com o novo espaço de horta comunitária, plantando algumas hortaliças ao lado da área da Roça 2. Ela chegou a doar a produção para 14 famílias da comunidade em duas ocasiões.

Outra atividade foi a instalação de telhas doadas na cobertura de bambu como uma das últimas atividades no espaço da Horta 1.

Alguns fatos observados e somados podem indicar porque o projeto entrou em processo de paralisação.

a. Os coagricultores participantes do mutirão de plantio da Roça 2 se desentenderam com uma coagricultora ou possuíam poucos vínculos sociais com ela e acabaram abandonando o projeto.

b. A Roça 2 não se desenvolveu a contento e não havia mais áreas para se desenvolver um novo módulo produtivo.

c. O espaço da Horta e Roça 1 já não poderia ser mais utilizado pelo projeto e sua produção não foi socializada para aqueles que participaram de alguma forma de suas atividades.

d. A Roça 2 não possuía reservas nas mãos de todos os coagricultores que participavam até então das atividades do projeto, o que dificultou os cuidados da horta comunitária.

e. Surto de Covid-19 na comunidade após as festividades de fim de ano.

1042

ESTAGNAÇÃO DO PROJETO E A PANDEMIA DA COVID-19

Os meses de janeiro e fevereiro de 2022 foram marcados pela interrupção das atividades no novo espaço da horta comunitária. Foram dois meses difíceis para a Comunidade da Paz, que enfrentou um grande surto de Covid-19, com diversos moradores, coagricultores e liderança comunitária apresentando sintomas da doença.

Por isso, a equipe do Mentoria Ribeirão e os Agentes Populares em Agroecologia voluntários intensificaram os cuidados profiláticos e não realizaram atividades na Comunidade da Paz durante esse período.

O Mentoria Ribeirão buscou incentivar a retomada da articulação social da comunidade através da doação de 30 cestas básicas, a fim de que sua liderança retomasse as ações de uma cozinha comunitária com doação de refeições. No entanto, a dificuldade de articulação social do período e a falta de alguns ingredientes nas cestas básicas relatadas pela liderança desenvolveu apenas um tímido processo de articulação social, tendo a maioria das cestas básicas sido doadas à comunidade sem processamento.

RETOMADA DAS ATIVIDADES E DEFINIÇÃO DE COLIDERANÇAS

Com a apatia da comunidade nas ações da horta e da cozinha comunitária, o Mentoria Ribeirão propôs uma nova reunião para decidir os rumos do projeto. Foi proposta uma formação de três colideranças da horta comunitária, que tomariam para si a organização do projeto como intermediários entre a liderança comunitária e o gerenciamento das atividades de coagricultores que viessem ou voltassem para as suas ações.

Três moradores foram nomeados para essa função, tendo orientação da liderança comunitária e do Mentoria Ribeirão sobre suas funções e desafios na continuidade do projeto.

RETOMADA DOS MUTIRÕES

No final de fevereiro de 2022, com grande esforço de mobilização do Mentoria Ribeirão e liderança comunitária, houve um mutirão de limpeza da Roça 2. O trabalho envolveu 12 pessoas no espaço e mais 2 moradoras se organizando no apoio ao oferecer um almoço comunitário aos participantes do mutirão.

Naquele momento a área da antiga Roça 2 ganhou mais espaço onde antes havia uma montanha de entulho, além de estar preparada para receber a nova Horta 2.

No início de março de 2022 um novo mutirão de limpeza de uma pequena área ao lado da Horta 2 foi planejado e executado com a participação de dois moradores da comunidade, uma coagricultora, algumas crianças e os dois Agentes Comunitários em Agroecologia voluntários.

No entanto, apesar dos esforços das colideranças, houve um desentendimento entre eles e o grupo se desfez. A liderança comunitária foi novamente acionada com o desafio de conseguir os resíduos de poda urbana (pó-de-pau) junto à prefeitura para retomar o mutirão de implantação da Horta 2.

Até o mês seguinte (abril de 2022) a liderança comunitária não teve êxito na aquisição do pó-de-pau por dificuldades em conseguir um utilitário ou articular um com os órgãos públicos. Isso fez com que o Mentoria Ribeirão intervisse junto a prefeitura e empresa de tratamento desse insumo.

Em maio de 2022, com a aquisição de pó-de-pau e de hortaliças pelo Mentoria Ribeirão, novos moradores da comunidade foram mobilizados para o mutirão de implantação de canteiros agroflorestais e quatro novas coagricultoras também participaram de dois mutirões de plantio.

O processo de retomada dos mutirões teve uma boa participação de dez pessoas (um do Mentoria Ribeirão, dois voluntários, quatro participantes mais antigos e três novos moradores da comunidade) no mutirão de implantação dos canteiros e cinco coagricultoras no processo de plantio agroflorestral.

Apesar desse bom recomeço em termos de participação social, a produção da Horta 2 sofreu mais uma vez com alguma deficiência ou desequilíbrio do solo, o que não fez desenvolver o plantio realizado de forma satisfatória. Associado a isso, a presença de coelhos, galinhas e cachorros na comunidade e a falta de reparos na tela que cercava a Horta 2 (danificada no mutirão de limpeza da área) fez com que esses animais acabassem com o restante das hortaliças plantadas.

PRODUTIVIDADE E DIVERSIDADE DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS

Apesar de muitas falhas e subnotificações na produção e distribuição das hortaliças do espaço da Horta 1 e Roça 1, tivemos uma boa produtividade por área plantada no início do projeto.

Em 100 m² de área agroflorestal cultivada (Horta 1 e Roça 1) tivemos o fornecimento estimado de 240 hortaliças folhosas e legumes, 258 espigas de milho, 66 pés de mandioca, 69 abóboras, em meio a 26 espécies de plantas cultivadas.

O grande problema foi a apropriação particular de grande parte dessa produção pelo zelador da antiga área da Horta Comunitária, depois que houve o desentendimento com coagricultores e liderança comunitária sobre o uso e propriedade do espaço.

Mesmo se mostrando improdutiva, a mobilização social da comunidade na implantação da Roça 2 e Horta 2 elevaria a área cultivada para 180m² durante todo o projeto.

APRENDIZADOS DO PROJETO NA COMUNIDADE DA PAZ

Muitos foram os desafios enfrentados ao longo do projeto. Talvez, o fato da ruptura com o zelador da única área realmente produtiva do projeto tenha sido um dos principais fatores de desestímulo à participação de antigos e novos moradores da comunidade. Mas vários outros pontos de atenção foram levantados pela equipe do Mentoria Ribeirão como fatores de desgaste e desmobilização dos moradores no processo de empoderamento de uma horta comunitária pela própria comunidade. A seguir, destacamos as principais análises:

a. Comunidade já consolidada em que a maioria de seus moradores não lutaram pela ocupação e tem menor sentimento comunitário.

Sua liderança comunitária comentou que em 2022, depois de 6 anos de ocupação, 90% dos moradores não são aqueles que iniciaram o movimento de formação da comunidade. Uma coagricultora relatou que adquiriu seu lote a apenas dois anos atrás, através de permuta de área com seu vizinho.

b. O sentimento de pertencimento à comunidade é frágil, uma vez que os novos moradores compraram, comercializaram seus lotes ou adquiriram por ligação com lideranças da comunidade.

O zelador da Horta 1 disse ter sido instalado no espaço através de liderança ligada ao tráfico. Ouvimos muitos relatos de comercialização dos lotes. Há ainda uma relação de posse mesmo dos terrenos desocupados.

c. Conceito multifacetado de comunidade.

Moradores provenientes de várias regiões e cidades do Brasil, principalmente da região Norte e Nordeste do país, residentes em um mesmo espaço urbano, mas com poucos vínculos sociais.

d. Poucos moradores aptos ao trabalho em horta comunitária.

Apesar da alta densidade e quantidade de moradores, muitos sofrem com diversos problemas psicológicos, de saúde ou socioeconômicos ou estão em processo de busca de trabalho e renda. Existe também uma necessidade de aptidão e vontade para o trabalho agrícola.

e. Houve muita mudança de coagricultores ao longo do projeto.

A dinâmica social de entrada ou saída da comunidade ou do projeto ocorreu de forma muito rápida em função das particularidades socioeconômicas das comunidades. As duas primeiras coagricultoras desistiram de participar do projeto no primeiro mês de trabalho por falta de aptidão. A outra coagricultora inicial parou de frequentar o projeto alegando novo emprego. A nova coagricultora mudou-se da comunidade em outubro de 2021. Outra coagricultora iniciou sua participação em setembro de 2021, mas em outubro de 2021 iniciou trabalho na cozinha de uma escola e parou de participar do projeto. Dois outros coagricultores não eram moradores da comunidade, mas começaram a participar no final de setembro de 2021 e pararam de comparecer em janeiro de 2022. Três outros coagricultores se aproximaram do projeto nos mutirões de roça no final de outubro de 2021, mas pararam de participar das atividades em janeiro de 2022.

f. Problemas de relacionamento interpessoal entre coagricultores.

Uma coagricultora disse que largou o projeto porque não queria se envolver com certas pessoas. Outra coagricultora parou de ajudar na horta aos finais de semana, pois o zelador reclamava da entrada de pessoas no espaço da Horta 1. Outra disse ainda que não participaria mais do projeto da Horta em função de desentendimento com uma coagricultora.

g. Início do processo sem conhecer mais profundamente a realidade da Comunidade.

Não conhecíamos o perfil das coagricultoras que trabalhariam na horta. Desconhecíamos as pessoas que trabalharam na Cozinha Comunitária. Não fizemos processo de levantamento na comunidade de pessoas aptas a trabalhar na horta ou com perfil histórico nesse tipo de trabalho. Não buscamos auxílio de assistentes sociais ou

agentes de saúde que trabalhavam na localidade para solicitar informações das características da população que vive na Comunidade da Paz.

h. Liderança comunitária sem comunicação eficiente com os coagricultores e sem tempo para se dedicar de forma mais próxima ao projeto.

A liderança comunitária não conseguia marcar reuniões com os coagricultores para articular as ações do projeto. Ele possuía muitas atribuições, trabalhando a noite e de madrugada, viajando a trabalho e para reuniões de movimento por moradia popular, ou articulando outras atividades na comunidade.

i. Falta de colideranças que tomassem a frente do projeto ou auxiliassem a liderança comunitária.

A liderança comunitária concentrou as deliberações em suas mãos. Quando delegou suas atribuições a quatro novas colideranças, elas não deram conta de continuar o projeto. As colideranças confirmavam presença em mutirões e reuniões, mas não compareciam.

j. Não desenvolvemos um curso bem estruturado para os coagricultores por falta de segurança técnica.

O educador social do Mentoria Ribeirão possuía certo conhecimento dos processos de agricultura agroecológica, mas não dominava com profundidade o processo agroflorestal no modelo proposto pelo NUPER/UFSCara e Centro de Formação Hélder Câmara. A apropriação do conhecimento ocorreu durante o projeto.

k. O curso de plantio agroflorestal foi pontual e em tempo reduzido.

O contexto da parceria entre o Mentoria Ribeirão e o NUPER/UFSCar ocorreu de forma abrupta, exigindo a implantação da Horta-SAF sem um processo de sensibilização e treinamento às coagricultores que entraram posteriormente no projeto.

l. Somente a liderança comunitária participou de todos os processos do início ao fim.

Como ocorreu a entrada e saída de vários coagricultores, o treinamento ocorreu de forma fluida durante todo o projeto. O plantio inicial foi feito somente com uma coagricultora. Somente as Roças 1 e 2 e a Horta 2 (no final do projeto) envolveram o plantio em mutirão de muitas pessoas da comunidade.

m. O andamento do projeto não conseguiu acompanhar nem um ciclo completo de Horta-SAF.

O modelo de Horta-SAF do NUPER/UFSCar e Centro de Formação Hélder Câmara prevê um ciclo de produção de um ano. Problemas com o zelador da primeira área impossibilitou a implantação de mais de dois módulos no local. Os mutirões de implantação de uma Horta-SAF no espaço da Horta 2 ocorreram mais para o final do projeto e não tiveram resultados produtivos consistentes.

n. Não conseguimos controlar a produção e a sua distribuição.

Faltou orientação aos coagricultores e liderança comunitária para controlar a produção e distribuição. Muitas pessoas entravam no espaço da Horta 1 e pegavam o que queriam sem controle. O zelador do espaço passou a não permitir a entrada de moradores na Horta 1 e se apropriou da produção. Pegava a produção e a distribuía segundo seus próprios critérios. Não houve controle no número de hortaliças produzidas e doadas após esse fato. Faltou definir como seria essa distribuição dos produtos da horta e sua destinação.

o. Almejávamos que o projeto de horta comunitária gerasse renda.

Aprendemos que dificilmente um projeto de horta comunitária pode gerar renda pela sua escala de produção. Grandes espaços desocupados em comunidades é uma situação muito rara, em função da disputa por área de ocupação de lotes por seus moradores. Todos os espaços têm “dono” e precisam ser negociados. Mesmo aqueles desocupados. Pouca área impossibilita a implantação de vários módulos de Horta-SAF em produção sucessional de hortaliças. Assim, não conseguimos uma produção contínua de alimentos e não atendemos a demanda por alimentos, quanto mais gerar excedentes.

p. Não conseguimos consolidar uma rede de apoio formal

Tivemos colaboração pontual da CSA Sítio Santa Fé por articulação do Mentoria Ribeirão em visita de sensibilização e doação de cestas agroflorestais, mas não um contato da comunidade direto com a organização. Tínhamos sempre a presença do técnico voluntário do Centro de Formação Hélder Câmara, mas sempre por intermediação do Mentoria Ribeirão.

q. Falta de reuniões periódicas de liderança comunitária, coagricultores e rede de apoio para discutir os avanços e desafios do projeto.

Nenhuma reunião entre voluntários, apoiadores, liderança comunitária e coagricultores para discutir os resultados do projeto, desafios e próximos passos foi efetivamente realizada com esse intuito.

r. Não conseguimos divulgar a existência da Horta Comunitária para grande parte das famílias que vivem na Comunidade da Paz.

O conhecimento do projeto ficou limitado a um círculo restrito de pessoas, ou a moradores que participavam ou que residiam próximo à horta. Boa parte da comunidade não sabia do projeto e não conhecia a horta.

s. Não conseguimos chegar em um nível de produção e organização da distribuição de hortaliças, a ponto de criar campanhas de Educação Ambiental junto à população.

Poucos momentos (três ou quatro) de distribuição da produção das hortaliças para as famílias de forma desorganizada e sem divulgação prévia. Não conseguimos aproveitar esses processos para fazer campanhas de separação de resíduos orgânicos.

t. Não houve um programa de Educação Ambiental que auxiliasse o projeto da Horta-SAF em momentos pedagógicos com crianças e famílias.

Observamos muitas crianças ociosas na comunidade nos contraturnos escolares e nos finais de semana. Dois voluntários iniciaram um processo de Educação Ambiental com as crianças aos finais de semana, mas não conseguimos planejar atividades ligadas ao projeto da horta comunitária.

AS CONQUISTAS DO PROJETO

a. Aprendizado sobre Horta em Sistema Agroflorestal.

O Mentoria Ribeirão adquiriu conhecimento sobre o manejo de horta modular em sistema agroflorestal de ciclo anual e entendeu que é um dos modelos agroecológicos mais apropriados para projetos comunitários, por associar custo baixo de implantação e manutenção, utilização de insumos locais, diversidade e qualidade de produção, respeito à saúde e equilíbrio ecológico.

b. Espaço educador para voluntários em projetos socioambientais.

O espaço da horta comunitária em sistema agroflorestal se mostrou como um importante espaço pedagógico e de integração social em comunidades, tanto para moradores como para pessoas voluntárias interessadas em desenvolver projetos socioambientais.

c. Mudança estética da paisagem.

A implantação de uma Horta-SAF e projeto de Educação Ambiental associado ajuda a promover uma melhoria estética da paisagem que reorganiza a

percepção ambiental do espaço. De um local desorganizado e abandonado, propício para uma nova ocupação privada, o espaço se torna um local social agradável de frequentar, limpo, organizado e cheio de vida.

d. Melhoria das condições ambientais.

A utilização de procedimentos agroflorestais na implantação de uma horta comunitária melhora as condições ambientais do espaço e de seu entorno. Ao transformar uma área com pouca ou quase nenhuma cobertura vegetal, de solo pobre, ressecado e compactado, em um local com grande diversidade de hortaliças e árvores, em canteiros com cobertura orgânica de proteção e abundância de vida e matéria orgânica no solo, faz com que haja uma melhoria substancial no microclima local, integração do espaço às áreas preservadas da comunidade, além de trazer benefícios de permeabilidade e fertilidade ao solo urbano.

e. Promoção de um espaço social e ambiental em área de preservação permanente.

Em muitas comunidades, as áreas de transição entre os lotes ocupados e as áreas de preservação permanente sofrem inúmeras pressões de ocupação ou utilização imprópria diante da fragilidade ambiental desses espaços. Nesse contexto, a horta comunitária cria um espaço social e pode diminuir a pressão por ocupação dessas áreas de preservação ambiental.

f. Integração com a o fragmento de mata local.

Quando uma horta comunitária é implantada em uma área adjacente a um fragmento de mata urbano, ela pode servir como fonte de riquíssimos insumos e de um local anexo que potencializa o equilíbrio ambiental que essa área natural oferece. Ela pode ainda servir de uma área tampão de transição entre as áreas ocupadas com moradias pela comunidade e áreas de preservação permanente.

g. Desenvolvimento de um Curso de Horta-SAF em videoaulas e apostilado.

As experiências comunitárias da Horta-SAF na Comunidade da Paz propiciaram a sistematização de sua metodologia de implantação, além de muitos aprendizados sobre pontos de atenção nesse tipo de agricultura social. Além disso, a documentação fotográfica e as ações e atividades do projeto permitiram a produção de imagens para a criação de um curso de Horta em Sistema Agroflorestal, em 9 videoaulas de 15 a 20 minutos cada, juntamente com uma apostila ilustrada de apoio.

h. Apresentação das experiências do projeto em reunião do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAN).

O COMSEAN solicitou uma apresentação das experiências do projeto, a fim de iniciar discussões sobre políticas públicas de fomento à agricultura periurbana junto às comunidades de Ribeirão Preto e auxiliar em propostas na regulamentação da Lei Municipal de Hortas Urbanas.

i. Apresentação das experiências do projeto na ETEC José Martimiano da Silva.

Docentes do curso de Nutrição chamaram o Mentoria Ribeirão para apresentar as experiências sociais e agroecológicas da Horta-SAF da Comunidade da Paz aos alunos participantes da Semana Paulo Freire de Educação.

i. Apresentação das experiências do projeto em reunião do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

O CONSEA, por intermédio de conselheiros do COMSEAN, também solicitou uma apresentação das experiências do projeto, a fim de iniciar discussões sobre políticas públicas de fomento à agricultura periurbana junto às comunidades periurbanas do estado de São Paulo.

j. Apresentação das experiências do projeto em reunião de políticas públicas do Fórum Permanente de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

O Mentoria Ribeirão foi chamado pelo Fórum para apresentar os benefícios socioambientais de utilização dos resíduos verdes da cidade de Ribeirão Preto em projetos de hortas comunitárias periurbanas e pressionar o poder público municipal a criar programas de doação subsidiado desses resíduos para esse tipo de projeto.

k. Eleição de liderança comunitária da Comunidade da Paz como conselheiro do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutrição.

A relação criada de alguns conselheiros do COMSEAN com a liderança comunitária fez com que houvesse um convite formal de sua participação através de processo eleitoral. Na eleição de junho de 2022, a liderança comunitária da Comunidade da Paz participou do pleito e foi eleita para esse importante espaço de discussão sobre políticas públicas de saúde e segurança alimentar no município. A figura da liderança comunitária dentro do COMSEAN trouxe legitimidade dentro do Conselho por ser representante das comunidades em políticas públicas nessa temática.

ALGUMAS PREMISSAS APRENDIDAS PARA NOVOS PROJETOS

a. O modelo de Horta-SAF/NUPER UFSCar é produtivo mesmo em suas limitações de espaço, economicamente viável para modelos comunitários dessa natureza e ambientalmente regenerativo de ecossistemas urbanos degradados.

b. Não dá para garantir a continuidade do projeto sem a formação e continuidade de um grupo de coagricultores conscientes e engajados em todo o processo comunitário e agroflorestal.

c. Ferramentas, mão-de-obra de implantação de canteiros e coagricultores que cuidam da horta não são os principais fatores limitantes desse projeto.

d. A aquisição de insumos (esterco e pó-de-pau) são os principais fatores limitantes em relação à produção.

e. A alta rotatividade de coagricultores pela dinâmica socioeconômica da comunidade é um fator limitante para a continuidade do projeto após sua fase de mentoria social.

f. Há necessidade de criação de uma rede de apoio para a sustentabilidade de projetos como esse, pelas fragilidades socioeconômicas desses grupos vulneráveis.

g. É preciso criar vínculos entre os coagricultores e moradores das comunidades para que haja apoio coletivo ao projeto e superação das desavenças que surjam no decorrer do processo social.

h. É um projeto que visa a Soberania Alimentar, mas está distante objetivamente deste resultado.

i. Não deve ser um projeto que visa a geração de renda.

j. A Educação Ambiental e processos constantes de integração social de criação de vínculos devem vir associados ao projeto da horta comunitária em função de seu baixo poder espontâneo de agregação de pessoas.

POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE OS PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO TÔ AQUI (2020-2022) PIRACICABA – SP

1052

Ana Luiza Medeiros Bernussi, (ESALQ-USP),
analubernussi@gmail.com

Stella Pacheco Oliveira, (ESALQ-USP),
stellinha.cpv@usp.br

Danilo Malta Ferreira, (NuMI-EcoSol/UFSCar),
dnylon@gmail.com

Savana Marilu Fernandes, (Assistente Social Servidora Pública),
savanex@gmail.com

Ubirajara Cristiano B. Sabino, (Coordenador da Casa do HipHop, Piracicaba, SP),
birapper.mc@gmail.com

Lidiane H. Mansanari, (Universidade Anhembi Morumbi),
lidihm@hotmail.com

Resumo

No contexto da Pandemia Covid-19, surge em 2020, Piracicaba - SP, o Movimento Tô Aqui, uma iniciativa colaborativa que reúne agricultoras/es agroecológicos urbanos e rurais, sociedade civil organizada, poder público, comunidades, grupos, lideranças, coletivos, entidades e movimentos. Juntos, esses atores se mobilizam, desde então, para arrecadar recursos para financiar cestas de alimentos agroecológicos, advindas das/os agricultoras/es do movimento, destinadas às comunidades das periferias da cidade de Piracicaba. O objetivo do artigo é analisar a experiência do Movimento Tô Aqui, a partir da construção de uma linha do tempo, no período de 2020 e 2022. As estratégias gerais do estudo foram: pesquisa-ação participativa e estudo de caso. Para a sistematização da experiência, foi construída coletivamente uma linha do tempo, utilizando as seguintes fontes de informação: observação direta, relato de reuniões, de oficinas e de encontros e registros fotográficos. Os resultados obtidos referem-se a: 1. Linha do tempo em eixos e subeixos no período de 2020 e 2022; 2. Mapa com a localização das agricultoras/es e das comunidades parceiras; 3. Caracterização dos agricultores/es e demais participantes desde a captação dos recursos financeiros, organização da cesta, distribuição, entrega e atividades ligadas a soberania alimentar; 4. Composição das cestas verdes; 5. Articulação das atividades junto com lideranças e agricultoras/es; 6. Construção participativa de política pública de soberania alimentar no município. Os resultados obtidos, até o momento, indicam que o Movimento Tô Aqui é uma articulação de diferentes atores sociais que fomentam os princípios e práticas da Agroecologia e da Economia Solidária e tem a intencionalidade de incidir na soberania alimentar das comunidades atendidas e do município. As perspectivas principais do movimento são: 1. incentivar a formação de formadores sobre o plantio de roças/hortas; 2. promover oficinas que promovam o resgate e a troca de saberes durante os encontros de entrega de alimentos e; 3. fomentar a proposição de políticas públicas de soberania alimentar, a partir de uma experiência piloto.

Palavras-chave: Solidariedade; Sustentabilidade; Sistematização; Agroecologia e Soberania Alimentar.

Abstract

In Covid-19 pandemic, emerges in Piracicaba - SP a social movement called “Movimento Tô Aqui”, a collaborative initiative which brings together urban and rural agroecological farmers, organized civil society, public authorities, communities, university, groups and neighborhood leaders. Together, these individuals have been acting to raise funds to buy agroecological food baskets from the farmers, to communities on the outskirts of the city of Piracicaba. The goal here is to analyze the experience of “Movimento Tô Aqui” based on the construction of a timeline, in the period 2020 and 2022. The general strategies of the study were: participatory action research and case study. For the systematization of the experience, a timeline was collectively constructed, using the following sources of information: direct observation, reports of meetings and workshops and photographic records. The results obtained were: 1. A timeline in axes and sub-axes in the period of 2020 to 2022; 2. A map with the location of the farmers and partner communities; 3. Characterization of farmers/es and other participants from the fund raisers group, organization of the basket, distribution, delivery and activities related to food sovereignty; 4. Composition of green baskets; 5. Articulation of activities with community leaders and farmers; 6. Participatory construction of public policy on food sovereignty in the municipality. The results obtained, so far, indicate that the Tô Aqui Movement is an articulation of different social actors that sustain the principles and practices of Agroecology and Solidarity Economy and has the intention of influencing the communities food sovereignty. The main perspectives of the movement are: 1. Encourage collective vegetable garden planting; 2. Make workshops promoting the rescue and exchange of knowledge about healthy eating; 3. Foment the proposition of public policies for food sovereignty, based on a pilot experience.

Keywords: Solidarity; Sustainability; Food Sovereignty; Systematization and Agroecology.

Possíveis relações entre soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional, agroecologia e economia solidária

Segundo relatório da ONU, o número de pessoas afetadas pela fome globalmente subiu para cerca de 828 milhões em 2021 (ONU, 2022). O Brasil apresenta hoje um dos quadros mais preocupantes de insegurança alimentar em todo o mundo, onde milhões de pessoas passam fome e parte significativa de sua população carece de uma alimentação quantitativa e qualitativamente adequada. (MALUF, 1996). Pensando nesse contexto, se faz necessário pensar em perspectivas de mudanças em escala local, para assim garantir a segurança e soberania alimentar da população.

O conceito de Segurança Alimentar foi definido em 1996 pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (também conhecida como FAO), na Cúpula Mundial da Alimentação. Sendo o termo:

A segurança alimentar existe quando toda pessoa, em todo momento, tem acesso físico e econômico a alimentos suficientes, inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares e preferências quanto aos alimentos, a fim de levar uma vida saudável e ativa (FAO, 1996).

Posteriormente, foi definido o conceito de Soberania Alimentar, no Fórum Mundial sobre a Soberania Alimentar, realizado em Cuba no ano de 2001. Segundo

Daiane Cardozo, os movimentos sociais que participaram desse fórum trouxeram questões de auto-determinação da produção e do consumo de alimentos (apud BELIK 2010). No Brasil a Soberania alimentar foi introduzida em 2007 e definido pelo CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) como:

Cada país tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população respeitando as múltiplas características culturais dos povos. (CONSEA, 2007)

A definição de Soberania foi de suma importância, já que além de trazer o conceito que engloba a Segurança, de ter acesso frequente a alimentos nutricionalmente adequados, trás consigo um contexto cultural, no qual as pessoas devem consumir alimentos produzidos em âmbito local, conforme a sazonalidade dos produtos e seus hábitos alimentares. Contudo, atualmente, podemos analisar um contexto bem diferente. Com a globalização da alimentação, onde os fast foods e alimentos ultraprocessados são cada vez mais vendidos, junto a isso, a baixa renda e a precarização das políticas públicas relacionadas à Segurança e Soberania Alimentar, existem cada vez mais pessoas passando fome ou em graus diferentes de insegurança alimentar. Segundo o antigo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, existem três formas distintas que a insegurança alimentar pode-se apresentar, sendo elas:

Insegurança Alimentar Leve: Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.

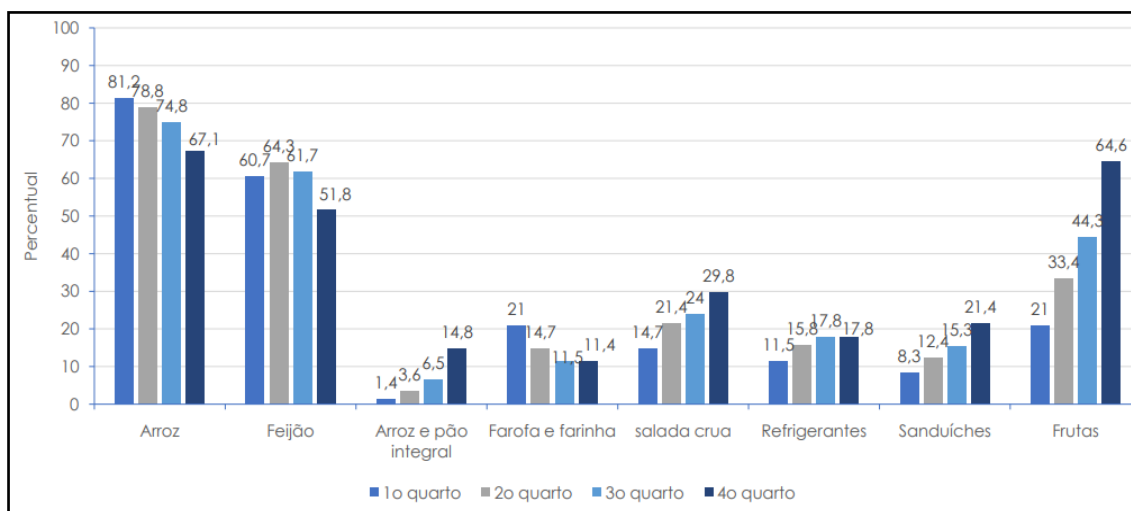
Insegurança Alimentar Moderada: Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.

Insegurança Alimentar Grave: Redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio.

Segundo a POF: Pesquisa em Orçamento Familiar (IBGE, 2020), o consumo de carnes, leite e derivados, frutas e vegetais, bebidas alcoólicas, condimentos e refeições prontas são os grupos de alimentos cuja a participação na alimentação das famílias tende a aumentar ou reduzir de forma uniforme, de acordo com o nível de rendimentos familiares. Aquisição de arroz, farofa e farinha são os mais consumidos entre os grupos familiares mais pobres. Já o preço das frutas e vegetais, por sua vez,

pesam no orçamento dessas mesmas famílias, sendo a disponibilidade menor em famílias de menor renda. Conforme a renda aumenta, o consumo de alimentos integrais, saladas frescas e frutas tende a aumentar, o que pode ser observado no gráfico a seguir.

GRÁFICO 1 - Frequência de consumo alimentar de itens, por quartos de rendimento total e variação mensal familiar per capita Brasil, 2017-2018



Fonte: IBGE, 2020.

A pandemia Covid-19 agravou esse estado de insegurança alimentar, já que o desemprego aumentou nesse período, segundo o índice PNAD Covid do IBGE, de maio a agosto de 2020 o desemprego aumentou em 33,1%, passando de 3,4 a 13,5 milhões de brasileiros atingidos (CRUZ, 2020). Nesse contexto, segundo Ribeiro-Silva (2020) a segurança alimentar e nutricional foi prejudicada principalmente pelos seguintes fatores: limitação no transporte de alimentos, redução ou suspensão de renda para os trabalhadores informais, redução da cobertura do bolsa família e redução do consumo de alimentos in natura pela dificuldade logística e de poder de compra.

Para além do acesso a alimentos, também se deve pensar no modo de produção destes. A ONU classificou a melhor dieta como, “aquela que deve ter baixo impacto ambiental, contribuindo para padrões elevados de segurança alimentar e de saúde das gerações futuras” (FAO, 2010). A melhor forma de se adquirir alimentos, seria de produtores orgânicos locais, já que a produção orgânica produz conforme a sazonalidade dos alimentos e não utiliza fertilizantes químicos ou pesticidas, não prejudicando assim a natureza. E é importante também ser local, já que fortalece um sistema circular de produção, que além de garantir que as pessoas tenham acesso a

alimentos mais saudáveis, gera renda local e reduz a poluição (NASCIMENTO et al,2020).

No contexto urbano, segurança alimentar nutricional e a agroecologia vêm ganhando espaço principalmente nas hortas urbanas comunitárias, tanto como ativismo, quanto política pública. Além dos benefícios para a saúde pública e planejamento territorial, as hortas urbanas possuem um carácter de trabalho comunitário, construção de laços de confiança, engajamento da população e gestão participativa dos espaços (BIAZOTI, 2017). Esse modelo de organização, além de influenciar circuitos curtos de produção e comercialização e facilitar o acesso a alimentos saudáveis, tem como referência à educação popular libertadora de Paulo Freire, as trocas horizontais onde todos são educandos e educadores, permite um aprendizado transformador e comprometido com a transição para sociedades sustentáveis, de forma que as comunidades sejam protagonistas na escolha de seus destinos.

Como alternativa para os problemas da insegurança alimentar, a agroecologia vem como resposta para uma alimentação saudável e sem veneno a partir de práticas economicamente eficientes, sustentáveis ecologicamente e socialmente justas.

A agroecologia como contestação da lógica agroindustrial e resistência sobre o sistema econômico hegemônico, vêm sendo pautada pela bibliografia há cerca de um século. Autores como Albert Howard (1939) e Rachel Carson (1960) começaram a tecer críticas sobre o uso intensivo de agrotóxicos conforme percebiam que os produtos químicos produziam impactos severos na biodiversidade, não levavam em conta fatores bióticos da fertilidade do solo e nem os saberes tradicionais camponeses. É buscando resgatar a percepção dos povos tradicionais de um planeta vivo, mitigar os impactos humanos da agricultura e se apresentar como uma proposta contra-hegemônica que o conceito de agroecologia vêm sendo construído nos últimos anos (MORAES, SORRENTINO, 2017).

No histórico da agroecologia no Brasil, este conceito aparece fortemente ligado aos movimentos sociais. Na ditadura militar em 1964, a revolução verde foi incentivada pelo Estado, concedendo créditos, seguros e preços mínimos para a adoção do pacote de agrotóxicos e maquinários que prometiam alavancar a produtividade agrícola. Porém todo esse processo se deu com alta concentração de terras nas mãos de poucos, degradação da natureza e inadequação dessa política à lógica camponesa, o que provocou uma grande migração para as cidades (MONTEIRO e LONDRES, 2017).

Com a redemocratização do Brasil e abertura para a organização social de forma mais efetiva, diversos encontros sobre o tema começaram a ocorrer, partindo de Universidades ou da sociedade civil. Atualmente, um dos maiores movimentos em defesa da agroecologia é o MST, onde a agroecologia está alinhada com a bandeira política da reforma agrária, no objetivo de realizar a transição para uma sociedade mais sustentável e igualitária (MORAES e SORRENTINO, 2017). A agroecologia é também uma forma de assegurar a segurança alimentar, uma vez que cultiva alimentos saudáveis sem veneno, pode contribuir para o consumo de alimentos biodiversos e incentiva o consumo de acordo com a sazonalidade de cada alimento.

Para Jean Marc, fica evidente que um dos primeiros resultados dos programas de promoção da agroecologia é o aumento e a diversificação do consumo familiar de alimentos, já que o auto-abastecimento tem efeitos significativos na qualidade da alimentação da família, já que os produtos comprados, cada vez mais industrializados, são um dos fatores de queda da qualidade nutricional da dieta. (WEID, 2004).

A necessidade de mudança na lógica econômica vigente (valorização do lucro ao invés das pessoas, competitividade, individualismo e crescimento a qualquer custo) indica a importância da economia solidária como uma das alternativas para diminuir a desigualdade e exclusão social.

Há diferentes conceitos e princípios para a caracterização da Economia Solidária no Brasil (SINGER, 2002; GAIGER, 2004; LAVILLE e FRANÇA FILHO, 2004; FRANÇA FILHO, 2019), para identificação de iniciativas econômicas solidárias que podem ser de produção, distribuição, comercialização, consumo e pós-consumo, em especial, de alimentos mais saudáveis (GONÇALVES e MASCARENHAS, 2017) em redes de cooperação solidária (MANCINI 1999 e 2004), além das possíveis relações com movimentos sociais e coletivos (DICKMANN, 2007) e as incidências nas políticas públicas em economia solidária na (SINGER, 2006; LAVILLE, 2006).

Na literatura sobre Economia Solidária há autores que apresentam conceitos e princípios fundamentais da Economia Solidária, principalmente a autogestão, a cooperação e a solidariedade. (LEAL e RODRIGUES, 2018). A autogestão pressupõe que os trabalhadores de um empreendimento econômico solidário tenham a posse ou cessão de uso dos meios de produção, processo de tomada de decisão democrática, com a busca do consenso ou voto quando houver necessidade, divisão de trabalho mais equilibrada, compartilhamento dos ganhos e das perdas, entre outros. Segundo Singer

(2000), cabe a Economia Solidária dar prova palpável de que no desenvolvimento das forças produtivas a autogestão não é inferior à gestão capitalista. Já o princípio de cooperação se contrapõe à noção de competição. Ao cooperar, os trabalhadores se associam em torno de objetivos comuns e deixam de competir entre si. Para Gaiger (2003) a cooperação é capaz de se converter em elemento motor de uma nova racionalidade econômica, apta a sustentar os empreendimentos através de resultados materiais efetivos e de ganhos extraeconômicos. Quanto à solidariedade, segundo Laville (2008), é um conceito que costuma ser entendido com viés caritativo, pressupondo a manutenção da relação entre desiguais. Mas no âmbito da Economia Solidária assume carga simbólica e subjetiva, destacando o princípio da igualdade entre as pessoas, com respeito à diversidade e passa a remeter à ideia de co-dependência social.

As experiências vivenciadas em agroecologia e economia solidária pelos agricultores familiares rurais, periurbanos e urbanos que lidam com sistemas produtivos para alimentação agroecológica com seus avanços, desafios e dificuldades indicam lacunas de conhecimento para a proposição de estratégias para a mobilização de recursos, capacidades e vínculos para a produção e consumo de alimentos agroecológicos (SCHMITT, 2010; GONÇALVES e MASCARENHAS, 2017), visando a proposição de diretrizes de políticas públicas para fomentar a integração entre produtores e consumidores de alimentos saudáveis, com base nos princípios e práticas da agroecologia e da economia solidária.

Considerando a problemática supracitada, da dificuldade que as populações mais vulneráveis têm de ter acesso a alimentos, principalmente frutas, legumes e verduras, e no contexto da pandemia Covid-19, surgiu o Movimento Tô Aqui. Este movimento tem como principal proposta um sistema de financiamento coletivo com recursos advindos de segmentos da sociedade civil para a aquisição de alimentos de produtores rurais, de base familiar e agroecológica para assim, distribuir cestas verdes para famílias que vivem em comunidades do município de Piracicaba/SP.

Objetivo do artigo

O objetivo do artigo é analisar a experiência do Movimento Tô Aqui em Piracicaba - SP, a partir da construção de uma linha do tempo, no período de 2020 e 2022.

Estratégias gerais do estudo e da coleta de dados

As estratégias gerais do estudo foram: 1. Pesquisa Ação Participativa e 2. Estudo de caso do Movimento Tô Aqui.

Todos os autores deste artigo participam do Movimento Tô Aqui, alguns mais presentes no dia-a-dia do movimento e outros mais focados na sistematização da experiência.

Para a coleta de dados foram utilizadas as seguintes fontes de informações: registros escritos em atas de reuniões e em painéis elaborados nas rodas de conversa, redes sociais e registros fotográficos e em vídeo.

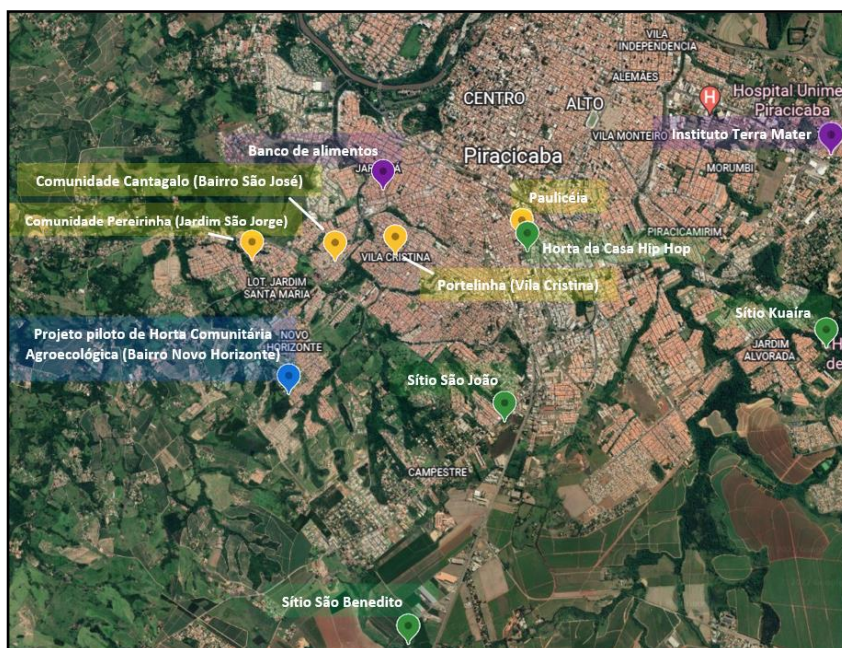
Caracterização do Movimento Tô Aqui

No contexto da Pandemia Covid-19, surge em 2020, Piracicaba - SP, o Movimento Tô Aqui, uma iniciativa com gestão colaborativa, que reúne e articula agricultoras/es agroecológicos urbanos e rurais, sociedade civil organizada, poder público, comunidades, grupos, lideranças, coletivos, entidades e movimentos. O Movimento busca construir um elo entre campo e cidade, contribuindo para a cadeia de produção de alimentos da agricultura familiar e urbana agroecológica através da compra de cestas saudáveis destinadas às famílias localizadas em comunidades nas periferias de Piracicaba. Articulamos tanto o financiamento coletivo para a compra das cestas (através de rifas, bazares, eventos e financiamento coletivo) e sua distribuição, quanto o fomento de ações em direção à soberania alimentar e à conquista de direitos.

O principal objetivo do Tô Aqui é a soberania alimentar dos territórios periféricos na cidade de Piracicaba. Os objetivos específicos são: 1. construir um elo entre campo e cidade; 2. contribuir para a cadeia de produção de alimentos da agricultura familiar e urbana agroecológica; 3. entregar cestas saudáveis para comunidades parceiras localizadas nas periferias de Piracicaba; 4. incentivar iniciativas inovadoras nestas temáticas; 4. fomentar o aprimoramento de políticas públicas; 5. articular agendas integradas de ações entre diferentes atores dentro desses objetivos.

O Mapa abaixo aponta a localização de cada comunidade parceira do movimento (amarelo), a localização dos agricultores agroecológicos urbanos ou periurbanos (verde), dos parceiros Banco de Alimentos e Instituto Terra Mater (roxo) e do projeto piloto de Horta Comunitária no bairro Novo Horizonte (azul).

Figura 1 - Localização das comunidades atendidas, agricultoras/es urbanos e periurbanos e terreno para futura instalação de horta comunitária



Fonte: Elaborado pelos autores.

O Mapa aponta a proximidade entre as comunidades e os agricultores e a Casa do Hip Hop como ponto central, onde as cestas são montadas e saem para a entrega. Essa proximidade demonstra um circuito curto de comercialização solidária e facilita o entendimento da lógica do movimento.

Resultados obtidos

Os resultados obtidos referem-se a: 1. Construção Participativa da Linha do tempo do Movimento Tô Aqui; 2. Caracterização dos agricultores/es e demais participantes desde a captação dos recursos financeiros, organização da cesta, distribuição, entrega e atividades ligadas a soberania alimentar; 3. Composição das cestas verdes (alimentos “in natura”) e respectivos fornecedores da agricultura familiar; 4. Realização de encontros pós entrega junto às comunidades e lideranças comunitárias; 5. Realização de Rodas de Conversa para a construção participativa de política pública de soberania alimentar, hortas urbanas e economia solidária no município de Piracicaba.

Construção Participativa da Linha do tempo do Movimento Tô Aqui

A linha do tempo é uma ferramenta de sistematização de experiências que possibilita a organização dos registros em ordem cronológica. Quando feita a partir de

Com essa linha do tempo é possível constatar a biodiversidade de alimentos entregues, a diversidade de atores envolvidos no processo de entrega das cestas e o início da realização de atividades em cada entrega.

Organização do movimento e caracterização dos agricultores/es e demais participantes desde a captação dos recursos financeiros, organização da cesta, distribuição, entrega e atividades ligadas a soberania alimentar

Desde sua criação até o primeiro semestre de 2022, o Movimento Tô Aqui vem periodicamente mudando o seu modo de organização e funcionamento com a inclusão de elos e com a inserção e saída de pessoas. Para facilitar a compreensão das relações entre os diferentes Elos, a figura 3 ilustra um esquema indicando o fluxo do Movimento Tô Aqui.

Figura 3 - Funcionamento do Movimento Tô Aqui



Fonte: Elaborado pelos autores.

A imagem acima explica o funcionamento do Tô Aqui, dividido em Elos. O primeiro passo é a arrecadação de recursos, realizada pelo Elo financiador por meio de campanhas, bazares, rifas, etc. Em seguida, no Elo Agroecológico, é decidida a composição de cada cesta e os cronogramas de entregas junto com as/os produtoras/es. A compra direta e o pagamento são feitos pelo Elo Gestor. Com o recebimento dos alimentos, é iniciado o processo de montagem das cestas com o Elo de Apoio e Acolhimento. Toda ação é registrada pelo Elo Comunicador, que realiza a prestação de contas das entregas nas redes sociais do Movimento. As entregas e atividades são articuladas, decididas e realizadas junto com as lideranças das comunidades parceiras no Elo Comunitário e no Elo Polinizador e visam o empoderamento das comunidades através da formação de formadores e da troca de saberes e experiências.

Cada Elo do Movimento Tô Aqui possui as seguintes atribuições e participantes atualmente:

Tabela 1 - Atribuições e Atores participantes de cada Elo do Movimento Tô Aqui

Elo	Atribuições	Atores participantes
Financiador	Arrecadação de recursos por meio de campanhas, bazares, rifas, etc.	Coopep (Cooperativa educacional de Piracicaba), Exército das Formiguinhas
Agroecológico	Definição da composição de cada cesta e os cronogramas de entregas junto com as/os produtoras/es	Horta Escola da Casa do Hip Hop, CSA - (Comunidade que Sustenta a Agricultura) Piracicaba, Roça da Ro, Grupo de consumo responsável Nova Odessa, Vida Verde e Chácara Brasil (Ver mapa)
Comunitário	Entregas e atividades são decididas e realizadas junto com as lideranças das comunidades parceiras	Cantagalo - São José, Pereirinha, Portelinha e Paulicéia (ver mapa)
Gestor	Recebimento dos recursos e pagamento direto aos agricultores	Instituto Terra Mater (ONG)
Apoio e Acolhimento	Montagem e entrega das cestas, acolhimento dos recém chegados	Voluntários e parceiros
Comunicador	Divulgação e prestação de contas das entregas nas redes sociais do Movimento	ESALQ, Coopep, NACE-PTECA(Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão Universitária em Educação e Conservação Ambiental)
Polinizador	Articulação das rodas de conversa e planejamento de atividades	NACE-PTECA, ESALQ (estudantes), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do bairro, Casa do Hip Hop, Universidades (estudantes e pesquisadores) e Banco de Alimentos

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os atores e entidades supracitados na tabela fazem parte de universidades, organizações comunitárias, organizações do poder público, organizações não governamentais sem fins lucrativos, agricultores e voluntários da sociedade civil.

Na composição de cada um dos “elos” no Movimento existe grande diversidade de conhecimentos, atuações profissionais, técnicas, vivências, experiências

e comportamentos que se complementam, formando um grupo não só mais participativo como também dinâmico e produtivo na concretização de seus objetivos; enquanto uns se dedicam a parte financeira compra e pagamentos, outros se dedicam ao planejamento, confecção das cestas, outros ainda organizam oficinas, elaboram a documentação e registros das ações ou preparam material para a divulgação nas redes sociais. Esse modo de organização horizontal permite a todos participarem e por estarem interligados que as ações do grupo sejam realizadas de forma cooperativa e compartilhada.

É possível identificar nos Elos do movimento Tô, a operacionalização dos princípios e práticas da Economia Solidária, como a organização não hierárquica, já que em sua estrutura busca que as decisões sejam tomadas com base no respeito, consenso, compartilhamento de saberes, acolhimento das pessoas e a valorização dos saberes e executadas de maneira horizontal descentralizada e autônoma.

Composição das cestas verdes (alimentos “in natura”) e respectivos fornecedores da agricultura familiar

De acordo com a linha de tempo figura 2 do item 4.1, no eixo “composição das cestas”, é possível observar a participação das(os) agricultoras(es) familiares do movimento Tô Aqui na oferta de alimentos “in natura” diversificados, contendo preferencialmente verduras (hortaliças herbáceas: alface, folhas da taioba, almeirão repolho; etc.) legumes (hortaliças fruto: quiabo, pimentão, tomate, jiló, entre outros) raízes (hortaliças tuberosas, exemplos: cenoura, beterraba, inhame, rabanete; etc.) chás e temperos como condição para o aumento da segurança nutricional das famílias.

Para a composição das cestas, os seguintes critérios foram utilizados: Quanto aos itens que comporiam as cestas 1. deveriam ser agroecológicos diversificados. No momento da compra e escolha das(os) agricultoras(es): 1. A produção deveria ser agroecológica ou em transição para processo agroecológico; 2. As propriedades deveriam preferencialmente estar localizadas em Piracicaba; 3. Diversidade de agricultoras (es).

Inicialmente, na pandemia Covid-19, os motivos para a adoção desses critérios estavam diretamente ligados ao distanciamento e isolamento social, vivenciados naquele momento e aos impactos sociais ocasionados. Os(as) agricultores(as) tiveram dificuldades de comercializar os produtos devido ao fechamento de comércios, feiras e outros locais de abastecimento; o aumento do

desemprego e formas de geração de renda, aumento dos preços, perda do poder de compra o que incidiu no aumento da insegurança alimentar da população. Nesse contexto, o Movimento Tô Aqui criou condições para que famílias em vulnerabilidade social pudessem ter acesso a alimentos saudáveis enquanto que as(os) agricultoras(es) puderam auferir de renda.

No início do ano de 2022, após acordos realizados durante reuniões entre os elos agroecológico, financiador e polinizador (descritos na Tabela 1), optou-se por padronizar cestas, mantendo a diversidade de tipos de alimentos e definiu-se a quantidade de cada item na composição das cestas, a saber: 2 maços de verduras, 2 kg de raiz, 2 kg de legumes, 1 kg de frutas (em determinadas épocas podem ser substituídas por outros legumes) e 1 maço de chá ou tempero. Definiu-se também o valor de 50 reais para cada cesta, estimado (considerando custo de produção e valores de mercado de cada item) em comum acordo entre os elos do movimento. Definiu-se também a capacidade de atendimento mensal (2 entregas/mês), o que permitiu que o movimento Tô aqui pudesse melhor se organizar para planejamento/ preparação das ações formativas junto às comunidades conforme Item 4.4, para os eventos para arrecadação de fundos, prestação de contas e demais encaminhamentos necessários.

A experiência do Movimento Tô aqui, revela o cuidado e preocupação no planejamento de suas ações em diversas etapas, seja na composição das cestas, escolha das (os) agricultoras (es), realização de oficinas, arrecadação de fundos, etc. Estas práticas indicam os desafios para a operacionalização dos pilares da agroecologia (socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável) e princípios da economia solidária (autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, valorização da diversidade de origem, cor da pele, gênero, comércio justo e consumo solidário) provocando novas questões para estudos e para o Movimento.

Realização de encontros pós entrega junto às comunidades e lideranças comunitárias

Ao longo das interações junto às comunidades foi possível observar que além do fornecimento das cestas verdes, uma série de outros acessos e garantias deveriam ser alçadas para que as famílias de fato conquistem segurança alimentar bem como outros direitos (civis, sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais). A tabela a seguir

compila as atividades desenvolvidas após as entregas das cestas de alimentos, planejadas pelos Elos Comunidade e Polinizador.

1067

Tabela 2 - Atividades realizadas por comunidade

Local	Pereirinha	Portelinha	Paulicéia	Cantagalo/São José
Registro fotográfico				
Atividades	Mapeamento Afetivo, Troca de mudas e sementes e visita nos quintais	Mapeamento Afetivo, Troca de mudas e sementes, Oficina Culinária, Caminhada pela comunidade/ identificação de espaços para hortas	Rodas de conversa sobre nutrição e alimentação saudável, oficina de plantio	Mapeamento Afetivo, Troca de mudas e sementes, Oficina Culinária, Caminhada pelo bairro/ identificar espaços para hortas

Fonte: Elaborado pelos autores.

Inicialmente optou-se pela metodologia do mapeamento afetivo, um processo que através do levantamento coletivo de impressões, histórias e experiências das pessoas com a comunidade, permite identificar as potências e fragilidades da mesma. Foram utilizadas na ocasião tecidos coloridos para indicar espaços geográficos da comunidade (ruas, escadas, as várias entradas, o córrego, etc..) e em papéis coloridos foram escritas os pontos positivos e negativos de se morar naquele local. Além disso, os presentes apontaram também o que gostariam de mudar ou gostariam de ter no local. Em setembro de 2021 realizamos a primeira atividade na Comunidade Pereirinha, em dezembro do mesmo ano na Comunidade Portelinha e em maio de 2022 na Comunidade São José/ Cantagalo.

Foram realizadas também oficinas culinárias ministradas pelos próprios moradores e por convidados, nessas oficinas são feitas partilhas e trocas de conhecimentos, visando promover a educação alimentar e nutricional. Outra atividade recorrente é a troca de mudas e sementes e mutirões de plantio, com a participação

das/os agricultoras/es do Tô Aqui, contribuindo para o exercício e aprendizados relativos à soberania alimentar, a partir da cooperação mútua e compartilhamento de saberes.

As caminhadas pelas comunidades também têm ocorrido, para identificação de espaços para a possível implantação de hortas comunitárias. Nessas caminhadas é possível observar e refletir junto às pessoas sobre as características do local, suas potencialidades e vulnerabilidades, e a forma como as famílias se relacionam.






As trocas mais presentes nessas ações envolvem o afeto, colaboração, oportunidades de aprendizados, conhecimento, dedicação, estímulo, vontade de participar, valorização dos saberes e das pessoas, abrem espaços de debate e fomentam vivências emancipadoras. Essas trocas permitem a construção de novas práticas comunitárias, importantes para o desenvolvimento e autocompreensão das famílias atendidas, das/os agricultoras/es e demais membros do movimento.

Diante do avanço e diversidade das oficinas realizadas, em sua totalidade identificadas e propostas pelas famílias atendidas, algumas perguntas e inquietações surgiram; quantas outras comunidades estão em situação de insegurança alimentar de que forma atender a todos que necessitam?; a quem cabe a responsabilidade pela redução do contexto de insegurança alimentar e o acesso a outros direitos sociais previstos e relacionados para o alcance efetivo à soberania alimentar ?. Em busca de respostas para essas e outras inquietações o Movimento Tô aqui iniciou mais uma etapa em sua trajetória como veremos a seguir.

Realização de Rodas de Conversa para a construção participativa de política pública de soberania alimentar, hortas urbanas e economia solidária no município de Piracicaba

Durante o processo da sistematização da experiência piloto de produção coletiva e agroecológica que está sendo construída para auxiliar na estruturação de uma política pública (ASC - Agricultura que Sustenta a Comunidade), elaborou-se também uma linha do tempo das rodas de conversa mensais que vêm acontecendo com vários setores e seus representantes, organizadas também pelo Elo Polinizador junto com a Casa do HipHop, IPPED e Terra Mater.

Tabela 3 - Rodas de conversas sobre Soberania Alimentar e Políticas Públicas

Data	09/04/22	21/05/22	25/06/22	30/07/22	03/09/22
Fotografia					
Local	CASA DO HIP HOP	CRAS Novo Horizonte	Centro Social Novo Horizonte	Centro Social Novo Horizonte	Terreno escolhido para Implantação da Horta Agroecológica
Assuntos tratados	Início da construção do projeto de política pública de hortas comunitárias ; apresentação das atuais políticas públicas existentes na Sema que podem contribuir com o projeto piloto; debate e levantamento de temas relevantes para a proposta.	Apresentação do conceito e experiências comunitárias de soberania alimentar; compartilhamento dos sonhos da ASC - Agricultura que Sustenta a Comunidade; trabalho em grupo para levantamento de temas e recursos necessários para dar início ao projeto piloto.	Aprofundamento do entendimento do funcionamento das políticas públicas da SEMA; apresentação da caracterização do território do CRAS Novo Horizonte, informando os possíveis locais para implantação da horta comunitária; trabalho em grupo para priorizar as ações listadas na roda de conversa anterior para dar início à horta comunitária e agroecológica na área.	Apresentação das políticas de assistência social da SMADS; apresentação da sistematização do trabalho da roda anterior; visita e escolha do terreno da horta;	Retrospectiva das rodas de conversa; apresentação do projeto técnico; formas de legalização do acesso à área, definição de data para próxima roda (22/10/2022 - 9:00) e planejamento da 1ª oficina de formação - compostagem.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nessa linha do tempo podemos observar os avanços a cada encontro, iniciando na apresentação das políticas municipais atuais, caminhando para a reflexão sobre os sonhos individuais e coletivos para a elaboração do projeto piloto, definir

prioridades e reconhecer o território, até a definição do terreno e reflexão sobre os próximos passos. Esse avanço pode ser constatado também nos locais onde cada roda foi realizada, iniciando na Casa do Hip Hop, indo para o CRAS e finalizando (por hora) já no terreno escolhido para a implementação da horta.

Considerações Finais e Perspectivas para continuidade do Movimento e de Estudos

O Movimento Tô Aqui é uma iniciativa colaborativa que reúne produtores rurais agroecológicos, sociedade civil, comunidades parceiras, coletivos e outras entidades e movimentos, que juntos, se mobilizam para arrecadar recursos para financiar cestas de alimentos saudáveis, advindas dos produtores rurais do movimento, destinadas diretamente para famílias das periferias de Piracicaba.

As atividades do Movimento são focadas em 4 comunidades (Portelinha, São José/Cantagalo, Pereirinha e Paulicéia), não mais se concentra somente na entrega da cesta, mas associa uma atividade relacionada à soberania alimentar. Em paralelo está sendo construída uma proposta de política pública de ACS - Agricultura que Sustenta a Comunidade. Até agora foram cinco as rodas de conversa realizadas chamadas de “Produção Agroecológica Comunitária de Alimentos no Município voltada para a Soberania Alimentar da População”, o projeto-piloto dessa proposta já foi enviado e está em fase de análise junto a Secretaria Municipal de Agricultura do município.

O Tô Aqui chama atenção por envolver diversos aspectos que contribuem para a transição para uma sociedade mais sustentável, já que a análise dos resultados obtidos até o momento, indicam a criação de um método de trabalho participativo e inovador no sentido de conciliar práticas da Agroecologia e Economia Solidária. Por isso, pode inspirar outros movimentos similares que buscam ir além do assistencialismo, agregando outras esferas que possam possibilitar também a emancipação humana e aumentar suas chances de continuidade.

Vai além de uma iniciativa solidária, pois existe uma intencionalidade em incidir na soberania alimentar dos participantes, promovendo a reflexão sobre o tema, participando de espaços ligados a temática da Segurança e Soberania Alimentar (SAPO - Semana Agroecológica Piracicaba Orgânica e COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar), realiza ações voltadas ao plantio de mudas e sementes, Auxilia na implementação das hortas comunitárias e de quintais, a exemplo do trabalho desenvolvido nas comunidades Pereirinha e Portelinha. Nesse sentido suas ações

documentadas podem servir como diretrizes para auxílio na implementação de políticas públicas.

Os próximos passos do Movimento Tô aqui são, fomentar ações de produção de alimentos saudáveis nos territórios das comunidades parceiras; incentivar a formação de formadores sobre o plantio de roças/hortas agroecológicas e economia solidária; promover ações que promovam o resgate e a troca de saberes entre as pessoas envolvidas e fomentar a proposição de políticas públicas de soberania alimentar no município.

Referências Bibliográficas

BLAZOTI, André Ruoppolo. “Insustentável leveza hortelã: agricultura urbana como ferramenta de transformação urbana.”. In: SORRENTINO, Marcos et al. Educação, Agroecologia e Bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis. Piracicaba, 2017. p. 123 - 133. Disponível em: <http://oca.esalq.usp.br/wp-content/uploads/sites/430/2020/01/Educacao-agroecologia-e-bem-viver-final.pdf>. Acesso em: 24 set. 2022.

CARDOZO, Daiane Roncato et al. HÁBITOS ALIMENTARES: DESVENDANDO PADRÕES E ESCOLHAS SOCIAIS. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/4A/2_Daiane_Cardozo.pdf. Acesso em 08 out. 2022.

CARSON, R. L. Primavera silenciosa. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramento, 1962.

DICKMANN, I. O sonho coletivo da casa própria: a articulação da economia solidária com a educação popular no cooperativismo habitacional autogestionário. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Water for Sustainable Food and Agriculture: A report produced for the G20 Presidency of Germany. 2017. 33 p. FUNDAÇÃO ELLEN MACARTHUR. Iniciativa de Alimentos. Apresentação, Disponível em: <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/pt/act/alimentos>. Acesso em 01 out.2022

FRANÇA FILHO, G. Economia e desenvolvimento. Salvador: UFBA, 2019.

GAIGER, L. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. (Org.). La outra economia. Buenos Aires, Altamira, pp. 229-241. 2004.

_____. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GONÇALVES, J. R. (Org.) ; MASCARENHAS, T. S. (Org.) . Consumo Responsável em Ação - Tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade. 1. ed. São Paulo: Instituto Kairós, 2017.

LAVILLE, J. Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia. Revista Katálizes, Florianópolis, v.11 n. 1 p. 20-42 Jan./jun, 2008.

_____. Ação Pública e economia: um quadro de análise. In. França Filho, G. C.; Laville, J.; MEDEIROS, A.;MAGNEN, J.; (ORG) Ação Pública e Economia Solidária. Uma perspectiva Internacional. Salvador e Porto Alegre: Edufba, UFRGS Editora, 2006.

LAVILLE, J. e FRANÇA FILHO, G. C. A Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

LEAL, K. S.; RODRIGUES, M. S. Economia solidária: Conceitos e princípios norteadores. Revista Humanidades e Inovação v5, n. 11, 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/844>. Acesso em: 24 set. 2022.

MANCE, E. A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, Vozes, 1999.

_____. Redes de Economia Solidária: a expansão de uma Alternativa Global. Thot (São Paulo), v. 81, p. 3-11, 2004.

MELITO, L. “Bolsonaro deixou país vulnerável à fome e "preço será alto" na pandemia, diz Graziano”. BRASIL DE FATO, 21 mai. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/21/bolsonaro-deixou-pais-vulneravel-a-fome-na-pandemia-preco-sera-alto-diz-graziano>. Aesso em 28 mai. 2022.

MORAES, F. C; SORRENTINO, M. “Agroecologia, movimentos sociais e Bem Viver.”. In: SORRENTINO, Marcos et al. Educação, Agroecologia e Bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis. Piracicaba, 2017. p. 123 - 133. Disponível em: <http://oca.esalq.usp.br/wp-content/uploads/sites/430/2020/01/Educacao-agroecologia-e-bem-viver-final.pdf> . Acesso em: 24 set. 2022.

MALUF, Renato S. Francisco Menezes e Flávio L. Valente. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. Artigo publicado no Vol. IV / 1996 da Revista Cadernos de Debate, uma publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, páginas 66-88. Disponível em: [https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20\(1996\).pdf](https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20(1996).pdf). Acesso em: 09 out.2022.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Para que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil. Brasília, 2017. p. 53 - 83. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2017/09/144174_politica-nacional_WEB.pdf. Acesso em: 24 set. 2022.

NASCIMENTO, F. R. A., et al. Economia Circular dos Alimentos: sustentabilidade como ferramenta para promoção da segurança alimentar e nutricional da população idosa em isolamento social. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/3091> Acesso em 01 out.2022.

ONU. Relatório da ONU: Números globais de fome subiram para cerca de 828 milhões em 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-numeros-globais-de-fome-subiram-para-cerca-de-828-milhoes-em-2021#:~:text=Quase%203%2C1%20bilh%C3%B5es%20de,medidas%20adotadas%20para%20cont%C3%AA%2Dla>> . Acesso em 09 out.2022.

IBGE. POF: Pesquisa em Orçamento Familiar. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101742.pdf>. Acesso em 09 out.2022

RIBEIRO-SILVA, R. C. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. In: Ciência e Saúde Coletiva. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mFBrPHcbPdQCPdsJYN4ncLy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2022.

SCHMITT, C. J. Economia Solidária e Agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. Mercado de Trabalho (Rio de Janeiro. 1996), v. 42, p. 55-64, 2010.

SINGER, P. SENAES: uma experiência brasileira de política de economia solidária. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: UFRGS, p. 201-206, 2006.

_____. Introdução à Economia Solidária. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002.

_____. Economia solidária, um modo de produção e distribuição. In. Singer, Paul e Souza, André Ricardo de. (Org.) A Economia solidária no Brasil A autogestão como resposta ao desemprego. 2000.

WEID, J. M. W. Agroecologia: Condição para a segurança alimentar. Revista Agriculturas. v.1 - nº 0, 2004. Disponível em: <https://orgprints.org/id/eprint/19949/> Acesso em: 09 out. 2022.

A SEGURANÇA ALIMENTAR DOS QUINTAIS BIODIVERSOS NA HINTERLÂNDIA AMAZÔNICA

1074

Maria Isabel de Araújo, (PPGCASA/UFAM),
mbelarajujo@gmail.com

Silas Garcia Aquino de Sousa, (Embrapa),
silas.garcia@embrapa.br

Resumo

As populações tradicionais da hinterlândia amazônica, detêm um conhecimento ecológico versado nas técnicas ancestrais do senso comum, de preservação e uso sustentável da biodiversidade. Este conhecimento etnobotânico, reportam a memória biocultural dos comunitários, que contam histórias de família, simbologias presente no modo de plantar, de respeitar a natureza e as fases da lua para plantar, colher, o preparo dos alimentos para consumo. A problemática que motiva a pesquisa é: as atividades de manejo e uso do solo pelos agricultores familiares consolidam o direito a produção de uma alimentação saudável? A pesquisa se justifica considerando os dispositivos constitucionais que acentuam o direito à segurança alimentar e nutricional como garantia fundamental da pessoa humana, não somente dos alimentos processados e comercializados, mas também pelo acesso à terra como princípio da função social da propriedade rural, cujos requisitos compreendem a adequação dos recursos naturais disponíveis, o aproveitamento racional e a preservação do meio ambiente. Nesse sentido, essa pesquisa objetiva identificar as espécies vegetais à produção e oferta dos alimentos nos quintais agroflorestais da agrovila Terranostra, zona rural da cidade de Manaus/AM, como garantia de Soberania e Segurança Alimentar (SSA) dos agricultores familiares. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, o método utilizado é o dedutivo, quanto aos meios, foi conduzida pela pesquisa bibliográfica, com aporte no estudo de caso, com técnicas da pesquisa etnográfica, para conhecimento das formas de uso e manejo do quintal no cultivo das espécies em janeiro/2022. O estudo possibilitou identificar nos dez quintais visitados 50 etnoespécies pertencentes a 21 família botânica, representando grande potencial de usos diversos, alimentar e comercialização. Quanto a distribuição da produção das espécies no quintal agroflorestal tem-se: alimentar, madeireira, medicinal e múltiplos uso, além dos frutos e condimentos para o preparo dos alimentos. As espécies de preferência dos quintais pelas famílias são as frutas, utilizadas como alimentação e comercialização. Infere-se que os quintais agroflorestais, são espaço de conhecimento ecológico e cultural no manejo das mais variadas espécies, como resultante da prática cotidiana e experimentação, advindos das relações socioculturais com o meio ambiente, que tem contribuído ao desenvolvimento social e econômico dos agricultores familiares com garantia e soberania alimentar, pautada nos pressupostos da sustentabilidade para a comunidade.

Palavras-chave: Amazonas, Biodiversidade; Sistemas Agroflorestais (SAF); Soberania.

Abstract

The traditional populations of the Amazonian hinterland have an ecological knowledge versed in ancestral techniques of common sense, preservation and sustainable use of biodiversity. This ethnobotanical knowledge reports the biocultural memory of the community, who tell family stories, symbologies present in the way of planting, of respecting nature and the phases of the moon for planting, harvesting, preparing food for consumption. The problem that motivates the research is: do the activities of management and use of the soil by family farmers consolidate the right to produce healthy food? The research is justified considering the constitutional provisions that emphasize the right to food and nutritional security as a fundamental guarantee of the human person, not only for processed and commercialized foods, but also for access to land as a principle of the social function of rural property, whose requirements include the adequacy of available natural resources, the rational use and preservation of the environment.

In this sense, this research aims to identify the plant species for the production and supply of food in the agroforestry backyards of the agrovila Terranostra, rural area of the city of Manaus/AM, as a guarantee of Sovereignty and Food Security (SSA) of family farmers. This is a qualitative research, the method used is deductive, as for the means, it was conducted by bibliographic research, with input in the case study, with ethnographic research techniques, for knowledge of the ways of use and management of the backyard in the cultivation of species in January/2022. The study made it possible to identify 50 ethnospices belonging to 21 botanical families in the ten backyards visited, representing great potential for diverse uses, food and commercialization. As for the distribution of species production in the agroforestry yard, there is: food, timber, medicinal and multiple uses, in addition to fruits and spices for food preparation. The species that families prefer in backyards are fruits, used as food and commercialization. It is inferred that agroforestry backyards are a space for ecological and cultural knowledge in the management of the most varied species, as a result of daily practice and experimentation, arising from sociocultural relations with the environment, which has contributed to the social and economic development of family farmers. with guarantee and food sovereignty, based on the assumptions of sustainability for the community.

Keywords: Amazon, Biodiversity; Agroforestry Systems (SAF); Sovereignty.

INTRODUÇÃO

Dentre as grandes ações de interferência humanas na natureza, o manejo dos agroecossistemas e manejo da flora, solo e água constituem-se de intervenções vitais à reprodução da vida, meio de soberania e segurança alimentar, geração de trabalho e renda. Por outro lado, permite a conservação da biodiversidade, promove o equilíbrio e valoriza os elementos faunísticos, as espécies florísticas e ao mesmo tempo, a valoração dos aspectos culturais, costumes e tradições locais.

Diversas normativas ressaltam que a conservação, preservação e o uso sustentável da biodiversidade possuem valores econômicos, sociais e ambientais, como resalta a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB (1994) e legislação correlatas que destacam que é preciso garantir o uso de instrumentos para conservação da diversidade biológica, a sustentabilidade de seus componentes e o bom gerenciamento dos recursos naturais, como uma preocupação comum à humanidade (BRASIL, 1994).

Assim, em conformidade com os objetivos da CDB (1994), foi criado o SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei n. 9.985/2000), estabelecendo normas e critérios à criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UC), objetivando melhor gestão do patrimônio ambiental, dividindo-as em dois grupos com diferentes categorias: - as UC de proteção integral que objetivam preservar a natureza, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais e; - as UC de Uso Sustentável que objetivam compatibilizar a conservação ambiental conciliando a presença humana com o uso sustentável dos recursos naturais.

Compreende o grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e a categoria de Área de Proteção Ambiental (BRASIL, 2000).

Por conseguinte, a conservação ambiental, propõe a continuidade da vida, enquanto relação dialética de natureza conservada dentro das UC de Uso Sustentável. Neste contexto, encontram-se as de Área de Proteção Ambiental (APA), classificada como importante instrumento à manutenção da qualidade de vida das populações que nelas residem, bem como, ao estabelecimento de espaços destinadas as atividades humanas, art. 15 § 1o da Lei n. 9.985/2000 (BRASIL, 2000).

As UCs de uso sustentável convivem com o dilema de atividades antrópicas de manejar os recursos naturais com menor impacto negativo ambiental. Com efeito, espera-se que os agricultores assentados em UC de uso sustentável na hinterlândia amazônica possam praticar os conhecimentos de manejo dos recursos da floresta, do solo e da água, utilizando sistemas agrícolas complexos, baseados na agrobiodiversidade, denominados atualmente de agroflorestas biodiversas ou quintal agroflorestal.

Os sistemas agroflorestais (SAFs) são uma das alternativas sustentáveis, cujas espécies arbóreas, frutíferas ou florestais desempenham papel importante na permanência de uso do solo por um longo período, demarcando a posse da terra com benfeitorias de plantio de espécies perenes.

Segundo Pereira et al. (2010), no quintal agroflorestal o cultivo de diferentes espécies em uma mesma área, assegura segurança alimentar, nutrição e saúde, ao núcleo familiar, diante do amplo consumo dos recursos naturais da hinterlândia amazônica pelos agricultores familiares.

São sistemas mantidos pela unidade familiar e seus desdobramentos (nuclear e extensa), implantados nas adjacências da residência, com cultivo de múltiplas espécies arbóreas, arbustos, herbáceas, trepadeiras, componentes de diversas espécies florestais, de fruteiras, plantas medicinais, plantas alimentícias não convencionais (PANC), plantas ornamentais e de múltiplos uso, no contexto da horticultura tropical, associados a criação de pequenos animais, colaborando com a preservação dos recursos genéticos em agroecossistemas ex situ e on farm.

Nesse sistema de manejo, os agroecossistemas familiares assumem um caráter produtivo-econômico e ambiental, pois compreende um sistema de plantio consorciado a várias espécies locais adaptadas, subutilizadas e não-domesticadas,

transformando a paisagem por unidades de produção dentro do sistema agroalimentar como valoração simbólica dos recursos naturais ex situ, somada a força de trabalho dos agricultores e a valoração proveniente das potencialidades econômicas dos produtos gerados nos agroecossistemas e do manejo de produtos florestais não madeireiros da floresta.

Essa diversidade presente nos quintais agroflorestais, contribui não somente à segurança alimentar dos grupos familiares, como também ao equilíbrio do sistema agroecológico. Na prática cultivam sem adição de agrotóxicos, realizam tratamentos culturais com podas e utilização de esterco animal, além da produção de composto orgânico.

As agroflorestas apresentam grande resistência às intempéries edafoclimáticas da região, revelam (re)produção do conhecimento etnobotânico e experiências de vivência na região tropical, como sistema dinâmico na comunidade, pela troca de saberes e informações nos modos de cultivo, conservação dos solos, época de plantar e de colher, valorizando o modo de vida dos agricultores da comunidade.

O conhecimento etnobotânico pode estar relacionado à memória biocultural das populações amazônicas, com simbologias presentes, frente às realidades, contradições e constantes mudanças socioambiental que afetam o cotidiano do núcleo familiar, que por meio do processo dialético conversam sobre o significado das espécies vegetais, para que servem e como devem ser manejadas e denominadas, repassam saberes das fases da lua para plantio, colheita e beneficiamento, bem como, o preparo dos alimentos para consumo da família.

A problemática que motivou a pesquisa foi: como as atividades de manejo e uso do solo pelos agricultores familiares podem consolidar o direito à segurança alimentar e nutricional e viabilizar o acesso à terra como princípio a função social da propriedade rural.

Justificou-se a pesquisa considerando os dispositivos constitucionais que acentuam o direito à segurança alimentar e nutricional como garantia fundamental da pessoa humana, mas também, pela viabilidade de uso no acesso à terra como princípio da função social da propriedade rural, cujos requisitos compreendem o manejo adequado dos recursos naturais disponíveis, bem como, a preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, o presente trabalho objetivou identificar e analisar as espécies vegetais à produção e oferta dos alimentos nas agroflorestas da comunidade agrovila Terranostra, zona rural da cidade de Manaus/AM.

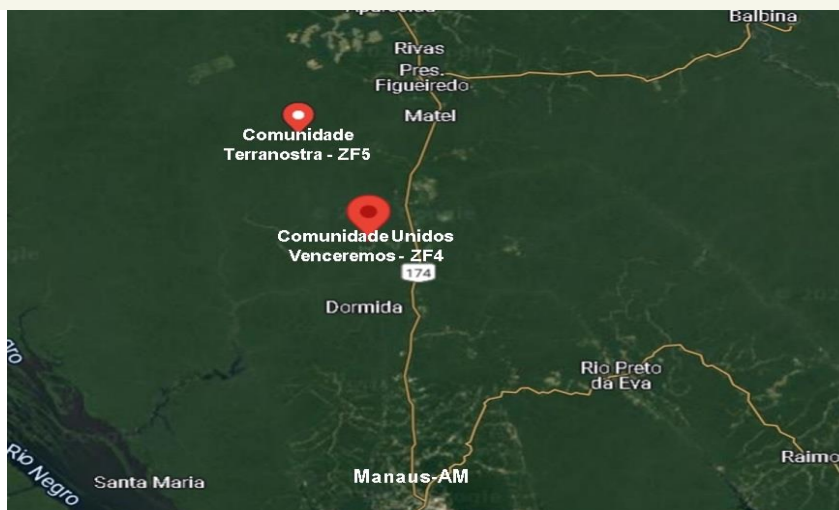
METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, insere-se na categoria de estudo de caso (ARAÚJO et al. 2008), pesquisa de campo etnográfica com visitas in loco, aliado a técnica DSC - Discurso do Sujeito Coletivo (LEFEVRE et al. 2003).

A técnica DSC, consiste num viés qualitativo com base em respostas/depoimentos individuais de uma mesma categoria ou grupo, coletados nos discursos-síntese individuais, expressando o pensamento da coletividade como emissor do discurso. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, o método utilizado é o dedutivo, quanto aos meios, foi conduzida pela pesquisa bibliográfica, com aporte nas técnicas da pesquisa como estudo de caso e pesquisa etnográfica, para conhecimento das formas de uso e manejo dos quintais e da floresta, em dez unidades familiares da Agrovila Terranostra em janeiro/2022.

A comunidade agrovila Terranostra (Figura 1), está localizada no Km 60, da ZF5, com acesso pelo Km 83, da BR 174, zona rural da cidade de Manaus/AM, coordenada geográfica a 2°10'46.7"S 60°13'25.2"W, na área do DAS - Distrito Agropecuário da Suframa - Superintendência da Zona Franca de Manaus, que se encontra sobreposta na Área de Proteção Ambiental Margem Esquerda do Rio Negro Setor Aturiá/Apuauzinho - APAMERN-SAA.

Figura 1 – Localização da comunidade agrovila Terranostra



Fonte – Adaptado Google Map

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificou-se no espaço território dos quintais agroflorestais uma diversidade de técnicas na organização do espaço, modos de plantio e tratos culturais, não existindo arranjos definidos (Figura 2) em blocos, filas ou parcelas, a estrutura espacial dos componentes vegetais dos quintais, compreendem o estrato arbóreo, arbustivo e herbáceo, respeitando as exigências ecofisiológicas das espécies cultivadas ou manejadas.

As árvores e palmeiras ocupam o estrato superior ou arbóreo, as fruteiras ocupam o estrato intermediário ou arbustivo, no estrato inferior as plantas de menor porte, as herbáceas (olerícolas, plantas medicinais e ornamental).

Figura 2 – Aspecto da ocupação do espaço territorial horizontal de agrofloresta.



Fonte: ARAÚJO e SOUSA (2022).

Os componentes arbóreos representam 27 % da composição florística, destaque para: castanheira (*Bertholletia excelsa*), andirobeira (*Carapa* sp.), taperebazeiro (*Spondias mombin*), seringueira (*Hevea brasiliensis*), matamatazeiro (*Eschweilera odora*), angelinzeiro (*Hymenolobium excelsum*), sucupireira (*Andira taloiofinarium*), cumaruzeiro (*Dipteryx odorata*), entre outras que ocupam o estrato superior da floresta e agrofloresta (Figura 3).

As palmeiras representam somente 7 % (Figura 3), entretanto, o açaí (*Euterpe oleracea* e *Euterpe precatoria*) e o tucumã (*Astrocarym aculeatum*) representam importância sócio-econômica, pelo valor nutricional e econômico e pela procura desse produtos no mercado consumidor de Manaus-AM.

As fruteiras ocupam o estrato arbustivo da agrofloresta e representam 27 % dos componentes vegetais, destaque para cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), limão (*Citrus limon*), acerola (*Malpighia glabra*), ingá (*Inga* sp), biribá (*Rolinia mucosa*), araçá-boi (*Eugenia stipitata*) entre outras, as frutas são consumidas in natura ou beneficiadas e comercializadas em forma de polpa.

No estrato inferior da agrofloresta observou-se as hortícolas, destaque para cebolinha (*Allium schoenoprasum*), coentro (*Coriandro sativum*) pimenta de cheiro (*Capsicum chinense*), consideradas plantas condimentares para as iguarias amazônica. Nesse mesmo estrato encontra-se as plantas herbáceas medicinais, destaque para

hortelazinho (*Menta spicata*), sara tudo (*Justicia acuminatissima*), erva cidreira (*Melissa officialis*) entre outras plantas medicinais usadas de acordo a tradição familiar.

Figura 3 – Aspecto da estrutura vertical Açai, Andioba, Castanha e Tucumã.



Fonte: ARAÚJO e SOUSA (2022).

Ao longo do quintal agroflorestal encontra-se o roçado de mandioca/macaxeira (*Manihot esculenta*) consorciado com cará (*Dioscorea alata*), batata doce (*Ipoema batatas*), abobora (*Curcubita sp*), maxixe (*Cucumis anguria*) entre outros produtos da base alimentar da família na comunidade Terranostra.

Os saberes e modos tradicionais de cultivo e preparo das iguarias alimentares, chás e xaropes medicinais estão embasados na tradição da memória biocultural, que numa comunidade longe da área urbana e de produtos industrializados aproximam os comunitários para atendimento das principais necessidades e urgência, bem como, das questões ambientais, como é o caso do fogo, no preparo das áreas de cultivo, quando os mais velhos e experientes orientam as queimadas, para o fogo não atingir as propriedades vizinhas e as florestas, a mesma atenção ocorre com o uso das fontes de água, cujos coregos (igarapé) são as fontes de água potável para consumo na comunidade.

Tradicionalmente é atribuído as mulheres o cuidado e manejo das hortas e criação de pequenos animais nos quintais agroflorestas, aliadas a reprodução diária das

práticas de segurança alimentar, no processamento para consumo familiar, presentes nas variadas espécies da agrobiodiversidade da propriedade. Os homens desempenham as tarefas de preparo de novas áreas, geralmente com derruba e queima da floresta, plantio dos roçados de mandioca, plantio de mudas frutíferas e limpeza (roçagem e capina) das áreas de plantio.

Observou-se nos quintais agrofloretais de dez unidades familiares, 86 etnoespécies pertencentes a 36 famílias botânica (Tabela 1), representando uma variedade de espécies, com diferentes hábitos de crescimento e uso geral para consumo da família e com grande potencial na alimentação e comercialização. Bananeiras e palmeiras estão presentes em todos os quintais, bem como, cupuaçuzeiro, ingazeiro, urucuzeiro e biribazeiro (Tabela 1).

Na distribuição dos componentes vegetais nos quintais agrofloretais foram categorizados: sete hábitos de crescimento (arbórea, arbustiva, palmeira, herbácea, raiz/tubérculo, liana e vegetativa); oito uso geral (alimentação, produto florestal não madeireiro, madeiro, medicinal, látex, adubação, melífera e ornamental); em outros usos observou-se o uso para carvão, artesanato, óleo, hortaliças, plantas alimentícias não convencional.

Verificou-se que a maioria das espécies vegetais oferece ao produtor uso múltiplos (folhas, flores, frutos, casca, castanha, madeira entre outros usos). As espécies de preferência pelas famílias são as frutas, utilizadas na alimentação e comercialização.

Não obstante os sistemas agrofloretais visitados encontrarem-se em área da APA - Área de Proteção Ambiental Margem Esquerda do Rio Negro Setor Aturiá/Apuauzinho - APAMERN-SAA revelaram bom nível de sustentabilidade ambiental, considerando a reutilização das áreas desmatadas, abandonadas e degradadas, em sistemas produtivos, numa combinação simultânea e/ou escalonada de espécies anuais, madeireiras e não-madeireiras, perenes e semi-perenes, além da criação de pequenos animais.

Nessa ótica, enfatizam diversos autores o potencial da biodiversidade presente nos SAFs de base agroecológica, no provimento de recursos genéticos vegetais para produção agrícola, geração de renda e na conciliação da produção à conservação da melhoria ambiental, Altieri (2009), Molina (2016), Oliveira Junior e Cabreira (2012).

Neste sentido, ressalta May et al., (2003) que as técnicas de valoração econômica buscam medir

as preferências das pessoas por um recurso ou serviço ambiental e, portanto, o que está recebendo "valor" não é o meio ambiente ou o recurso, mas as preferências das pessoas em relação a mudanças de qualidade ou quantidade ofertada do recurso ambiental a sobrevivência familiar. (MAY et al. 2003).

Bem como, destacam Pozzetti e Mendes (2014): A exploração da natureza é fundamental para o progresso, pois cria formas para a obtenção de lucros, combinando a utilização dos recursos naturais e produtivos, explorando, transformando e criando, com o intuito de proporcionar conforto, utilidades, tecnologias, alimentos etc. (POZZETTI e MENDES, 2014).

Asseveram ainda Carvalho e Pozzetti (2019) que para se atingir a sustentabilidade ambiental nada mais é que desenvolver a capacidade dos ecossistemas de se manterem saudáveis, diante da sua utilização pelos seres humanos [...] tais como, “a qualidade do ar, dos solos, das águas e dos seres vivos”.

Desse modo, a proteção ao meio ambiente deve ocorrer de modo, sustentável por meio da adoção de práticas adequadas que visam diminuir os impactos e efeitos negativos da ação humana, levando-se em consideração, a pensar na segurança e soberania alimentar presente e futura, como fonte de vida e sustento, norteada pelo princípio da proteção, submetido ao princípio da precaução, como forma de gerenciamento dos riscos resultantes das atividades humanas.

Além disso, em todos os quintais, pela variedade de espécies, no mesmo espaço, identificam-se como pequenas agroflorestas em diversos estágios sucessionais com elementos arbóreo, arbustivo, subarbustivo, herbáceo e trepador. Nesses espaços, suas práticas constituem um modelo de desenvolvimento sustentável, com base na preservação da biodiversidade e do conhecimento local dos agricultores familiares, que se opõe à lógica do mercado capitalista.

Tabela 1 - Serviços ecossistêmicos da composição florística: Família botânica, Nome comum, Nome Científico, Hábito de Crescimento, Uso Geral e Outros Usos.

Família Botânica Nome Comum/Etnoespécie Nome Científico	Categorias		
	Hábito Crescimento	Uso Geral	Outros Usos
ANACARDIACEAE			
Caju <i>Anacardium occidentale</i>	Arv.	Alm/Med.	
Cajuí <i>Anacardium spruceanum</i>	Arv.	Alm.	
Manga <i>Manguiфера indica</i>	Arv.	Alm.	

Muiracatiara <i>Astronium lecointei</i>	Arv.	Ftal.	Mad/Car.
Taperebá <i>Spondias mombin</i>	Arv.	Alm/Med.	Car.
ANNONACEAE			
Biribá <i>Rollinia mucosa</i>	Arb.	Alm.	Adu.
Graviola <i>Anona muricata</i>	Arb.	Alm/Med.	Adu.
ARECACEAE			
Açaí <i>Euterpe ssp</i>	Pal.	Alm/Med.	Adu.
Bacaba <i>Oenocarpus bacaba</i>	Pal.	Alm.	Adu.
Buriti <i>Mauritia flexuosa</i>	Pal.	Alm.	Adu.
Patauá <i>Jesenia bataua</i>	Pal.	Alm.	Adu.
Pupunha <i>Bactris gassipaes</i>	Pal.	Alm.	Adu.
Tucumã <i>Astrocarim aculeatum</i>	Pal.	Alm.	Art.
BIXACEAE			
Urucum <i>Bixa orellana</i>	Arb.	Alm.	Adu/Art.
EUPHORBIACEAE			
Seringueira <i>Hevea brasiliensis</i>	Arv.	Ltx.	Mad.
FABACEAE			
Angelim-da-mata <i>Hymenolobium excelsum</i>	Arv.	Ftal.	Mad.
Cumarurana <i>Dipteryx magnifica</i>	Arv.	Ftal.	Mad.
Ingá <i>Inga ssp</i>	Arb.	Ftal.	Adu/Car.
Jucá <i>Caesalpinia férrea</i>	Arv.	Med.	
Macacaúba <i>Platymiscium duckei</i>	Arv.	Ftal.	Mad.
Sucupira <i>Andira taloiofinuaridn</i>	Arv.	Ftal.	Mad.
Tamarindo <i>Tamarindus indica</i>	Arb.	Alm/Med.	Car
Cumaru <i>Dipteryx odorata</i>	Arv.	Ftal/Med.	Mad.

HUMIRIACEAE Uxi <i>Endopleura uchi</i>	Arv.	Alm/Ftal.	Mad.
LAURACEAE Abacate <i>Persea americana</i> Itaúba-da-folha-miúda <i>Mezilaurus synandra</i> Louro <i>Laurus nobilis</i> Preciosa <i>Aniba canelilla</i>	Arv. Arv. Arv. Arb.	Alm/Med. Ftal. Ftal. Ftal/Med.	Adu. Mad. Mad. Mad.
LECYTHIDACEAE Castanha-da-Amazônia <i>Bertholletia excelsa</i> Matamatá-amarelo <i>Eschweilera odora</i>	Arv. Arv.	Alm/Ftal. Ftal.	Mad/Art. Mad.
MALVACEAE Cacau <i>Theobroma cacao</i> Cardeiro <i>Scleronema micranthum</i> Cupuaçu <i>Theobroma grandiflorum</i>	Arb. Arv. Arb.	Alm. Ftal. Alm.	Adu. Mad. Adu.
MALPIGHIACEAE Acerola <i>Malpighia glabra</i> Murici <i>Byrsonima ssp.</i>	Arb. Arb.	Alm/Med. Alm.	Mel Mel/Car
MELIACEAE Andiroba <i>Carapa guianenses</i> <i>Carapa procera</i>	Arv.	Med/Ftal.	Ole/Mad
MYRTACEAE Araçá-boi <i>Eugenia stipitata</i>	Arb.	Alm.	Mel
MORACEAE Fruta-pão <i>Artocarpus altilis</i> Guariúba <i>Clarisia racemosa</i> Muiratinga <i>Naucleopsis caloneura</i>	Arv. Arv. Arv.	Alm. Ftal. Ftal.	Adu Mad. Mad.
MUSACEAE Banana <i>Musa paradisiaca</i>	Veg.	Alm.	Adu.

OXALIDACEAE Carambola <i>Averrhoa carabola</i>	Arb.	Alm/Med.	Mel
RUBIACEAE Jenipapo <i>Genipa americana</i> Café <i>Coffea arábica</i>	Arb. Arb.	Alm/Med. Alm.	Mad Mel
RUTACEAE Laranja <i>Citrus sinensis</i> Limão <i>Citrus limon</i>	Arb. Arb.	Alm. Alm.	Mel Mel
ICACINACEAE Umari <i>Poraqueiba sericea</i>	Arb.	Alm.	Car.
AMARANTHACEAE Penicilina <i>Alternanthera brasiliiana</i> Caruru <i>Amaranthus viridis</i> Espinafre-amazônico <i>Alternanthera sessilis</i> Mastruz <i>Dysphania ambrosioides</i> Erva-cidreira <i>Melissa officinalis</i> Hortelã-verde <i>Mentha spicata</i> Manjericão <i>Ocimum basilicum</i>	Eva. Eva. Eva. Eva. Eva. Eva. Eva. Eva.	Med. Alm. Alm. Med. Med. Alm/Med. Alm/Med.	Panc Panc Panc Mel Hot.
ACANTHACEAE Sara-tudo <i>Justicia acuminatissima</i>	Eva.	Med.	Mel
CURCUBITACEAE Abóbora/jerimum <i>Cucurbita sp</i> Maxixe <i>Cucumis anguria</i>	Lia. Lia.	Alm. Alm.	Hot. Hot.
ASTERACEAE Alface <i>Lactuca sativa</i> Catinga-de-mulata <i>Tanacetum vulgare</i>	Eva. Eva.	Alm. Med.	Hot. Panc

Chicória-de-caboclo <i>Cichorium intybus</i>	Eva.	Alm/Med.	Panc
Folha-doce <i>Stevia rebaudiana</i>	Eva.	Alm.	Panc
Jambu <i>Acmella oleracea</i>	Eva.	Alm/Med.	Panc
Margaridão <i>Sphagneticola trilobata</i>	Arb.	Adu	Mel
LAMIACEAE			
Alfavaca <i>Ocimum basilicum</i>	Eva.	Alm/Med.	Panc
MARANTACEAE			
Ariá <i>Calathea allouia</i>	Raiz/Tur.	Alm.	Panc
CONVOLVULACEAE			
Batata doce <i>Ipomoea batatas</i>	Raiz/Tur.	Alm.	Hot.
MONIMIACEAE			
Boldo <i>Peumus boldus</i>	Arb.	Med.	Mel
DIOSCOREACEAE			
Cará <i>Dioscorea alata</i>	Raiz/Tur.	Alm.	Hot.
Taioba <i>Xanthosoma sagittifolium</i>	Raiz/Tur.	Alm.	Panc
AMARYLLIDACEAE			
Cebolinha <i>Allium schoenoprasum</i>	Eva.	Alm.	Hot.
APIACEAE			
Cheiro-verde <i>Coriandrum sativum</i>	Eva.	Alm.	Hot.
Salsa <i>Petroselinum crispum</i>	Eva.	Alm/Med.	Hot.
CRASSULACEAE			
Corama <i>Kalanchoe brasiliensis</i>	Eva.	Med.	Panc
BRASSICACEAE			
Couve <i>Brassica oleracea</i>	Eva.	Alm.	Hot.
SOLANACEAE			
Cubiu <i>Solanum sessiliflorum</i>	Eva.	Alm/Med.	Panc
Pimentas diversas <i>Capsicum ssp</i>	Eva.	Alm/Med.	Hot.

FABACEAE Feijão verde <i>Phaseolus vulgaris</i> Pata-de-vaca <i>Bauhinia forficata</i>	Lia Arb.	Alm. Med.	Panc Mel
EUPHORBIACEAE Mandioca (Macaxeira) <i>Manihot esculenta</i> Pião-roxo <i>Jatropha gossypifolia</i>	Raiz/Tur. Arb.	Alm. Med.	
MALVACEAE Malvarisco <i>Malvastrum arboreum</i> Vinagreira <i>Hibiscus acetosella</i>	Arb. Arb.	Ort. Alm/Med.	Panc
ZINGIBERACEAE Mangarataia <i>Zingiber officinale</i>	Raiz/Tur	Alm/Med.	
CACTACEAE Ora-pro-nóbis <i>Pereskia aculeata</i>	Lia.	Alm.	Panc
MELASTOMATACEAE Pobre-velho <i>Miconia albicans</i>	Eva.	Alm/Med	Panc

Observações:

Hábito de Crescimento: Arv=arbórea, Arb=arbusciva, Veg=vegetativa, Eva=herbácea, Lia=liana, Raiz/Tub=raiz e tubérculo.

Uso geral: Alm=alimentícia, Med=medicinal, Ftal=florestal madeireira e não madeireira, Ltx=látex, Adu=adubação verde ou produção de composto, Ort=ornamental.

Outro usos: Mad=madeira e não madeira, Car=carvão, Adu=adubação, Art=artesanato, Ole=óleo, Panc=plantas alimentícias não convencionais, Hot=hortaliças, Mel=melífera.

Fonte: Dados da pesquisa, (2022).

Neste contexto, observa-se que a função social do imóvel rural assume quatro aspectos: social, econômico, trabalhista e ecológico, portanto, a posse agrária, se reflete no aspecto exterior dela, com cultivos de espécies na terra positivando as normas protetivas do direito de propriedade e a função social da terra.

Com efeito, as disposições Constitucionais (1988) definem o conceito da função social da propriedade rural, cujos requisitos fundamentais expressam a função social da terra.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

[...];

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988).

Desta forma a Constituição Brasileira reconhece os deveres e as normas dos direitos fundamentais, complementada no art. 9º, § 5º da Lei nº 8.629/1993, qual estabelece

§ 5º A exploração que favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores rurais é a que objetiva o atendimento das necessidades básicas dos que trabalham a terra, observa as normas de segurança do trabalho e não provoca conflitos e tensões sociais no imóvel. (BRASIL, 1993).

Considerando que os agricultores da comunidade da agrovila Terranostra ocuparam área da Suframa que depois foi decretada como UC, na categoria de APA de uso sustentável, com total desconhecimento da comunidade e sem o devido plano de manejo, questionou-se no problema dessa pesquisa, se esses agricultores terão direito a posse da terra.

O conceito de APA, válida como argumento legal, as atividades praticadas ilegalmente sobre o meio ambiente, dessa forma. diversos são os motivos a criação de uma área protegida, além da conservação da natureza, segundo Young et al. (1998)

interesse individual (por razões comerciais ou de filantropia), interesse social local (o empreendimento não é comercialmente viável, mas gera benefícios para a sociedade local, monetizados ou não, que superam seu custo), interesse social nacional/global (idem, mas a preocupação é com benefícios sociais para toda a população do planeta). (YOUNG et al. 1998).

Por outro lado, a reconhecida valorização do conhecimento tradicional das comunidades, guardiães do patrimônio natural, difuso e coletivo, nas áreas ambientalmente commons protegidas, é um, dentre os objetivos promotores a se alcançar o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais ali presentes, que a natureza é partícipe no e do processo produtivo.

Assim, a questão ambiental como estratégia à proteção de áreas naturais e a conservação da biodiversidade vem, cada vez mais, se afirmando, como prioritária nos debates, pesquisas e nas políticas públicas, considerando os diversos benefícios aos que convivem com tais espaços em termos de recuperação e manutenção do equilíbrio ecológico da biodiversidade local.

Nesse sentido, a convivência diária das pessoas com ambientes naturais saudáveis, repercutem na salubridade destas, cujos benefícios percebidos contribuem para o bem-estar físico e psicossocial, induzindo ao habitus na valorização desses espaços, diante da disponibilidade de produtos ofertados pelas agroflorestas, gerando segurança alimentar durante os doze meses do ano, com manejo adequado dos recursos naturais, espera-se que os ocupantes dessa APA obtenham o desejado bem-estar social.

Segundo LEFF (2001), “a partir da formação dos saber ambiental [...]

surge a necessidade de reconhecimento e valorização dos discursos tradicionais [...], compostos, pelos conhecimentos científicos tradicionais, e também, pelos conhecimentos práticos e saberes tradicionais. Isso aliado também a diversidade de fatores edafoclimáticos da região amazônica.” (LEFF, 2001).

A problemática que motivou a pesquisa foi a de se responder se as atividades de manejo e uso do solo pelos agricultores familiares consolidam o direito a produção de uma alimentação saudável? Os objetivos foram atingidos à medida que se analisou a legislação e demais preceitos doutrinários, uma vez que se identificou a luz do princípio da dignidade da pessoa humana a sadia qualidade de vida, considerando que as atividades no espaço agroalimentar são extremamente complexas, seja em função da grande diversidade da paisagem (ambiente, meio físico, variáveis econômicas ...), seja em virtude das diferentes estratégias de sobrevivência e produção dos agricultores familiares, e que, portanto, respondem de maneira diferenciada aos desafios e restrições da soberania e segurança alimentar, cujos requisitos compreendem a adequação dos recursos naturais disponíveis, o aproveitamento racional e a preservação do meio ambiente.

CONCLUSÃO

Conclui-se que as atividades de manejo e uso do solo pelos agricultores familiares, por meio de agroflorestas consolidam a função social do imóvel rural

positivando as normas protetivas do direito de propriedade da terra, conforme legislação em vigor.

Identificou-se que, independentemente do uso e manejo agroflorestal realizado pelos comunitários na Agrovila Terranostra, a essência da valoração e preservacionismo no espaço território das propriedades deve-se ao conhecimento tradicional, que, otimiza vantagens e tradição no manejo do solo e da vegetação com conservação de germoplasma ex situ nos quintais agroflorestais e in situ com o manejo da floresta em pé, pelo uso de produtos florestais não madeireiros, gerando o manejo sustentável dos recursos naturais e preservação ambiental.

A luz da legislação vigente, os agricultores encontram-se estabelecidos na área da APA, UC de uso sustentável, que lhes garante soberania e segurança alimentar, geração de trabalho e renda, preservação ambiental, produção e oferta de alimentos saudáveis, requisitos que garantem a regularização fundiária, a posse da propriedade, o acesso a políticas públicas, garantia a dignidade sadia e qualidade de vida da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 111 p.

ARAÚJO, C. PINTO, E.M.F., LOPES, J.; NOGUEIRA, L.; PINTO, R. Métodos de investigação em educação: estudo de caso. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2008. Disponível em: http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo_caso.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022 .

BOURDIEU, P. Efeitos do Lugar In: BOURDIEU, P. (Org.). Miséria do Mundo. Petrópolis: Vozes, 1997. p159-166.

BRASIL. Constituição da República Federativa. Congresso Nacional, Brasília, 1988.

BRASIL. Decreto Legislativo N. 2 de 03 de fevereiro de 1994. Convenção sobre Diversidade Biológica e Legislação Correlata. Brasília: Senado Federal. D.O.U. de 03.02.1994.

BRASIL. Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília: DOU de 26.2.1993.

BRASIL. Lei N. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I,

II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Senado Federal. DOU de 19.7.2000.

CARVALHO, Victor Matheus Silva e POZZETTI, Valmir César. A contabilidade ambiental como uma ferramenta eficaz à sustentabilidade. Revista Derecho y Cambio Social N.º 56, ABR-JUN 2019 Disponível em: <<http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/bitstream/riuea/3193/1/A%20contabilidade%20Ambiental%20como%20ferramenta%20eficaz%20%C3%A0%20Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 05 maio. 2022.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A.M.C. O discurso do sujeito coletivo. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder: tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ :Vozes, 2001

MAY, P. H. Avaliação integrada da economia do meio ambiente: propostas conceituais e metodológicas. In: ROMEIRO, A. R. et al. Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. Campinas: UNICAMP, 1996.

MOLINA, R. A. R. Potencial de estabelecimento de espécies arbóreas implantadas em renques em sistemas agrofloretais no Estado do Quindío. Colômbia. 2016. 150 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Universidade Federal de Lavras, Lavras.

OLIVEIRA JUNIOR, C. J. F.; CABREIRA, P. P. Sistemas agrofloretais: potencial econômico da biodiversidade vegetal a partir do conhecimento tradicional ou local. Revista Verde, v. 7, n. 1, p. 212-224, 2012.

PEREIRA, C. N. et al. Caracterização de quintais agrofloretais no projeto de assentamento Belo Horizonte I, Pará. Revista Agroecossistemas, v. 2, n. 1, p. 73-81, 2010.

POZZETTI, Valmir César e MENDES, Máryka Lucy da Silva. Biopirataria na Amazônia e a ausência de proteção jurídica. Revista Direito Ambiental e sociedade, v. 4, n. 1, 2014 (p. 209-234. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/94507256/3691-13102-1-pb> . Acesso em: 22 maio. 2022.

TUAN, Y. Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

YOUNG, C. E. F.; FAUSTO, J. R. B. Valoração de recursos naturais como instrumento de análise da expansão da fronteira agrícola na Amazônia, in: IPEA (ed.) A Economia Brasileira em Perspectiva, 1998. Rio de Janeiro: IPEA. 2v. Chapter 21, p. 793-822.

AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ECOLÓGICA: EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DA COOPERATIVA AGROECOLÓGICA DOS PRODUTORES E DE ÁGUA LIMPA DA REGIÃO SUL DE SÃO PAULO - COOPERAPAS

Ana Beatriz França Siqueira, (UFSCar),
anafranca@estudante.ufscar.br

Leandro de Lima Santos, (UFSCar),
leandrodelima@ufscar.br

Henrique Carmona Duval, (UFSCar),
henriquecarmona@hotmail.com

Resumo

O objetivo geral do trabalho compreendeu uma análise de possibilidades de processamento agroindustrial ecológico em atendimento a preceitos fundamentais para a promoção de segurança alimentar, baseadas na experiência e recursos disponíveis dos agricultores familiares da região de Parelheiros, especificamente dos agricultores da Cooperapas - Cooperativa Agroecológica dos Produtores e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo. O conceito de segurança alimentar é norteado por cinco eixos instituídos a partir da Cúpula Mundial da Alimentação, de 1996, que instruem a produção e consumo de alimentos para além do abastecimento, são eles: saúde, higiene, autenticidade, meio ambiente e solidariedade, os quais envolvem a preservação de recursos naturais, a valorização da economia regional e da cultura das comunidades rurais, e que atreladas às vertentes do cultivo orgânico visam ofertar produtos saudáveis, nutritivos, sem uso de defensivos agrícolas, que prezam pela natureza, acarretando assim um desdobramento da segurança alimentar ao mesmo passo que proporciona alimentos mais seguros à população e gera renda aos produtores rurais familiares. Nesse sentido, realizou-se um diagnóstico das formas e possibilidades de processamento agroindustrial ecológico, sendo apontada a significância da agroindústria familiar ecológica para os agricultores na intenção de valorização de seus produtos e preservação de suas características ambientais e culturais, em atendimento à promoção da segurança alimentar a partir de seus eixos norteadores. Para tanto, o estudo fundamentou-se em categorias de análise que instruíram a coleta de dados junto aos agricultores por intermédio de entrevistas orientadas por questionários semiestruturados com questões de caráter quantitativo, quanto à identificação de padrões e qualitativo para uma abordagem aprofundada em significados e singularidades contando com a interação entre o pesquisador e os sujeitos de pesquisa. Os resultados foram organizados conforme o conjunto temático de informações que se desejou obter sobre: 1. Perfil socioeconômico dos agricultores, 2. Identificação de elementos de compatibilidade de produção, comercialização e consumo aos eixos norteadores de segurança alimentar, e 3. Experiências e possibilidades de processamento agroindustrial de base ecológica.

Palavras-chave: Segurança alimentar, Agroindústria familiar, Produção agroecológica.

Abstract

The overall objective of the work comprised na analysis of possibilities of ecological agroindustrial processing in compliance with fundamental precepts for the promotions of food security based on the experience and resources available from Family farmers in the Parelheiros region, specifically those of the Cooperapas - Agroecological Cooperative of Producers and Clean Water in the Southern Region of São Paulo. The concept of food security is based on five axes established from 1996 Word Food Summit that instruct the productions and consumption

of food beyond the supply, are them: health, hygiene, authenticity, environment and solidarity wight involve the preservation of natural resources, the enhancement of the regional economy and the culture o rural communities and that tied to the aspects of organic cultivation aim to offer healthy, nutritious products, without the use of agricultural pesticides, witch value nature resulting in an unfolding of food security while providing safer food to the population and generates income for family farmers. In this sense, a diagnosis of the forms and possibilities of ecological agroindustrial processing was carried out, pointing to the significance of the ecological family agroindustry o farmers in the intention of valuing their products and preservation their environmental and cultural characteristics, in compliance with the promotion of food security from their guide axes. To this do so, the study was based on categories of analysis that instructed the collection of data from farmers through interviews guided by semistructured questionnaires with quantitative questions regarding the identification of standards and qualitative for na indepth approach to meanings and singularities recouting the interaction between the researcher and the research subjects. The results were organized according to the thematic set of information that was desire to obtain about 1.Socioeconomic profile of farmers; 2. Identification of production, marketing and consumption compatibility elements to food security guide axes and 3. Experiences and possibilities of agroindustrial processing of ecological basis.

Key-words: Food security, Family agroindustry, Agroecological production.

Introdução

A agricultura familiar ocupa papel de destaque na produção nacional de alimentos, contribuindo de forma significativa para a segurança alimentar e o desenvolvimento socioeconômico do país. Nessa categoria de produtores, a mão de obra corresponde majoritariamente ao núcleo familiar e a terra integra um local de trabalho e moradia, encontrando na função da família requisito imprescindível para a organização produtiva, fazendo uso de estratégias individuais e coletivas de produção, apoiadas na incorporação de heranças materiais, ambientais e culturais.

Durante a Conferência de Roma para Agricultura e Alimentação, realizada pela FAO/ONU, a qual baseou-se em diretrizes da Cúpula Mundial da Alimentação (1996), tomou-se consenso sobre a promoção da segurança alimentar a partir de cinco grandes eixos que devem nortear a produção e consumo de alimentos, para além do abastecimento, são eles: saúde, higiene, autenticidade, meio ambiente e solidariedade. Ponderou-se portanto, ajustes em práticas produtivas que além da concepção quantitativa de alimentos, envolvesse fomento à preservação de recursos naturais, a valorização da economia regional e a reprodução social e cultural de comunidades rurais, o que se alinha à perspectiva de promoção de segurança alimentar abordada pela FAO/ONU, sobretudo em seus aspectos ligados a autenticidade produtiva e conformidade ambiental.

Nessa perspectiva, adotou-se como universo empírico para a consecução deste trabalho, a região de Parelheiros, extremo sul da Zona Sul do município de São Paulo, com 62,4% de remanescente de Mata Atlântica (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2019), volvida por características agrícolas singulares, relacionadas à agricultura familiar e propósito de preservação ambiental, legalmente instituído pelo Plano Diretor Estratégico da cidade, que propiciam potencialidades à agroindustrialização ecológica, podendo vir a ser um mecanismo de desenvolvimento regional que conserve o ecossistema natural e aprimore as oportunidades de trabalho e renda dos agricultores locais (PREFEITURA SÃO PAULO, 2021).

As entrevistas foram norteadas por questionários semiestruturados, aplicados a um representante de cada família de agricultores que tiveram suporte metodológico em questões abertas e/ou fechadas, adaptadas por categorias de análise, elencadas de acordo com os objetivos deste trabalho, em caráter quantitativo e qualitativo. Reitera-se que foi pretendido um diagnóstico das formas e possibilidades de processamento agroindustrial ecológico, bem como o apontamento da significância da agroindústria familiar ecológica para os agricultores na intenção de valorização de seus produtos e preservação de suas características ambientais e culturais, em atendimento a preceitos de promoção da segurança alimentar a partir de seus eixos norteadores.

Agricultura familiar, base ecológica de produção, segurança alimentar e seus desdobramentos à agroindústria familiar ecológica.

A agricultura familiar é uma forma social de produção, a qual se baseia especificamente no cultivo de produtos, com mão de obra predominantemente proveniente do núcleo familiar. Altafin (2007) constata que a agricultura familiar no Brasil abrange distintas tipologias e situações, a depender do território, ressaltando também que além de bases teóricas e características comuns, a compreensão das singularidades e o conhecimento prático de cada agricultor são imprescindíveis para processos de desenvolvimento, e que as diferentes didáticas refletem nas múltiplas funções da agricultura familiar em vertentes sociais e econômicas do território em questão, pontuando a garantia da segurança alimentar no que diz respeito a produção em capacidade e a acessibilidade ao alimento.

A agricultura de base ecológica compreende processos naturais e sustentáveis que visam cuidar e beneficiar a vegetação e o solo, preocupando-se com uso da água,

reuso de energia e nutrientes e controle biológico de pragas. Esse sistema de produção é uma alternativa à agricultura convencional, tendo como diferencial a redução de impactos ambientais (ASSIS, 2002). Nesse sentido integra-se a base ecológica de produção, incorporada por cultivo orgânico, biodinâmico e natural, com objetivo de ofertar produtos saudáveis, preservar a diversidade biológica e os ecossistemas naturais, incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva, utilizar recursos renováveis de organizações locais e restringir a aplicação de materiais sintéticos e geneticamente modificados (BRASIL, 2003). A concepção de segurança alimentar relaciona-se à disponibilidade, regularidade, quantidade e qualidade de acesso aos alimentos, no que tange à sua integridade sem qualquer contaminação, em virtude de promover dignidade alimentar. Neste contexto, a dignidade compreende práticas alimentares higiênicas, em ambientes limpos e com utensílios específicos, utilizando-se de alimentos nutritivos, que supram as necessidades biológicas com constância, emancipando o acesso esporádico ou restrito (BELIK, 2003).

Atualmente a demanda por alimentos agroecológicos e orgânicos está em expansão, seu público inclui consumidores que buscam produtos saudáveis, mais nutritivos, sem uso de defensivos agrícolas, que prezam pela natureza e movimentam a economia local, acarretando assim um desdobramento da segurança alimentar, ao mesmo passo que proporciona alimentos mais seguros à população e gera renda aos produtores rurais.

Por definição, uma agroindústria familiar é um espaço de processamento e beneficiamento das matérias primas e, segundo Maia (2008), ela ampara alternativas viáveis de persistência e reprodução de muitas famílias no meio rural, viabilizando ocupação, emprego, renda, desenvolvimento regional e qualidade de vida. A agroindústria familiar passa a ser denominada ecológica quando seus insumos e processos respeitam as diretrizes de produção orgânica sustentáveis, sobretudo quando as matérias-primas utilizadas no processamento são certificadas. O caráter ecológico capacita potenciais produtivos aos agricultores familiares que, por meio de cadeias locais e culturalmente representativas, tornam-se capazes de disponibilizar produtos saudáveis, pouco processados e sem aditivos sintéticos (MEIRELLES; VENTURIN, 2014). Em vista disto, a agroindustrialização pode estar alinhada ao fortalecimento de sistemas agroecológicos de produção, sendo parte da reestruturação da agricultura

familiar com vistas a novas formas de alcance de mercado com público diferenciado e à agregação de valor.

1097

Metodologia de pesquisa

A metodologia amparou-se em três quadros detalhados em categorias de análise, compostos por seus objetivos de coleta de dados e as variáveis analíticas de acordo com cada categoria. Os quadros de pesquisa foram organizados conforme o conjunto temático de informações que se desejou obter sobre: 1. Perfil socioeconômico dos agricultores onde pretendeu-se diagnosticar as características dos agricultores, de seu grupo de inserção, bem como suas dinâmicas de trabalho a fim de reconhecer o grupo de pesquisa; 2. Identificação de elementos de compatibilidade de produção, comercialização e consumo aos eixos norteadores de segurança alimentar, onde abordou-se os fatores ligados ao perfil dos produtores, das propriedades e das formas de produção e comercialização a nível diagnóstico das condições de promoção de segurança alimentar considerando os cinco eixos norteadores definidos pela FAO/ONU a envolver produção, distribuição e acesso aos alimentos, respaldando-se em valores sociais de: saúde, higiene, autenticidade, solidariedade e meio ambiente e 3. Experiências e possibilidades de processamento agroindustrial de base ecológica, cuja pretensão de investigação incluiu as atividades produtivas, suas motivações, características e perspectivas que envolvam as formas já existentes, bem como as potencialidades de processamento agroindustrial de base ecológica.

Resultados e discussão

A coleta de dados foi feita por entrevistas de caráter exploratório e de reconhecimento, compreendendo a abordagem de 17 agricultores agroecológicos ou em transição, distribuídos pelos bairros de Parelheiros. O contato direto com agricultores foi bastante dificultado pela situação pós pandemia onde eles ainda se encontravam bastante retraídos para relatar suas experiências e situação presente, assim as pesquisas a campo foram realizadas pelo processo bola de neve a partir da vice presidente da Cooperapas, e por isso só se pode entrevistar 17 agricultores, os quais de fato concordaram em participar da pesquisa e responder o questionário. Oito dos agricultores entrevistados estão cadastrados junto à Cooperativa Agroecológica dos Produtores e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo (Cooperapas) e 11 deles em processo de

readequação com a cooperativa. Eles foram escolhidos por serem adeptos de práticas orgânicas e biodinâmicas de produção, dentro do cinturão verde de São Paulo, os quais respaldam possibilidades de preservação ambiental e fortalecimento social.

Pôde se auferir que as famílias de agricultores pertencentes ou em adequação à Cooperapas - Cooperativa Agroecológica dos Produtores e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo generalizadamente possuem de 3 a 4 pessoas por núcleo familiar, compõem-se majoritariamente por mulheres, podendo destacar o pioneirismo feminino nas atividades agrícolas, na organização familiar e na liderança de projetos e processos de beneficiamento. As famílias retêm renda agrícola que varia de 1 a 3 salários mínimos, mas que na maioria das vezes não é suficiente para a manutenção familiar fazendo-os recorrer a pluriatividades, possuem carro como automóvel familiar o qual é imprescindível para locomoção, possuem alto acesso à celular e internet, porém acesso restrito à atividades de lazer e cultura. Quanto às propriedades rurais, pode-se relatar diferentes extensões territoriais que dividem característica de moradia, produção e preservação ambiental, com água proveniente de poços artesianos ou nascentes, tendo acesso a energia elétrica, coleta de lixo em quase todas as propriedades, direcionamento do esgoto em suma contando com métodos ecológicos como fossas assépticas e biodigestor, com mão de obra familiar somadas a contratações esporádicas, trabalhando em média 10h por dia, tendo acesso a equipamentos e maquinários que facilitem suas atividades, buscando seus insumos em mercados externos e infelizmente tendo baixíssimo acesso a créditos produtivos que os impedem de expandir suas produções.

Quanto à adequação e envolvimento com os eixos norteadores de segurança alimentar, observou-se no eixo saúde a validação das preparações alimentares com matérias primas nativas ou oriundas do próprio lote e seguindo preparações típicas familiares, assim como o entendimento das famílias com as questões nutricionais e funcionais que envolvem seus cultivos. Envolvendo o eixo Higiene observou-se a utilização de métodos biológicos para controle e manutenção dos plantios, mantendo qualidade e saudabilidade, e integrando processos operacionais padrões que facilitem as atividades diárias dos agricultores. Abarcando o eixo Autenticidade pode-se observar singularidades produtivas que incluem embalagens, cultivares, métodos de plantio e beneficiamentos como produção de licores, geleias, conservas, doces, pães e minimamente processados envolvendo valores culturais e cuidados com o meio para além da geração de valor agregado. Em contrapartida, no eixo solidariedade elencou-se

pontos que devem ser melhorados como, por exemplo, a participação em atividades sociais e solidárias entre as família mais próximas, a atuação em redes de assistência à famílias carentes da região e também às atividades entre agricultores e cooperativas que são de suma importância para manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar ecológica. Por fim, quanto ao eixo Meio Ambiente pode-se observar o envolvimento dos agricultores com o projeto Acolhendo em Parelheiros o qual permite atividades de turismo comunitário e que dissemina o cuidado, zelo e aproveitamento da terra por intermédio da vivência agroecológica, ressaltando o manejo de resíduos, reuso de insumos e cuidados com a flora e fauna, os quais atuam em prol da conservação do meio ambiente.

Dentre os dezessete agricultores entrevistados auferiu-se que dez deles já possuem práticas de beneficiamento que para além do autoconsumo são direcionados a comercialização com o intuito de aproveitar totalmente as matérias primas, evitando desperdícios e gerando renda as famílias. Observou-se apenas uma incompatibilidade quanto as matérias primas, relacionada ao manejo e sazonalidade do morango a qual pode ser suprida com direcionamento técnico por agrônomos. Já quanto as etapas de processamento em si pode-se relatar queixas quanto aos altos custos de embalagem, a falta de equipamentos de alta escala e cozinha industrial e também quanto a adequação em regras e legislações as quais requerem sobretudo investimento financeiro e acompanhamento técnico com engenheiros de alimentos que possam por meio de consultorias elencar alternativas e resoluções, trabalhando também com as hipóteses não colocadas em prática por falta de conhecimento técnico, auxiliando os agricultores com boas práticas de fabricação (BPF's) e disseminando a importância de alcançar a segurança do alimento visto que os produtos possuem demanda, envolvem premissas de agricultura ecológica e reaproveitamento e provém acesso a alimentos saudáveis e de qualidade e só precisam de estrutura para crescimento e estruturação.

Conclusão

Como conclusão entende-se que as possibilidades de agroindustrialização em Parelheiros estão atreladas ao fortalecimento da agricultura familiar, do turismo ecológico e da permanência do homem no campo produzindo alimentos saudáveis e limpos e provendo a manutenção das matas nativas, através do alcance de mercado com público diferenciado, agregação de valor e geração de renda. Compreende-se também

que o beneficiamento artesanal, em respaldo a agroindustrialização ecológica fomenta a segurança alimentar a partir do atendimento dos seus cinco eixos norteadores, principalmente quanto aos critérios de autenticidade produtiva, pela utilização de frutas nativas e técnicas culturais e familiares; e meio ambiente ao envolver métodos que se preocupam e zelam com a proteção da água, com o reuso de insumos e com o direcionamento correto dos resíduos produzidos, provendo alimentos seguros, de qualidade, em quantidade e frequência. Entre as possibilidades de processamento agroindustrial ecológicos existentes pode-se ressaltar a expansão da produção de geleias e licores, a desidratação de frutas, a destilação de óleos essenciais a partir ervas, o desenvolvimento de compotas e conservas com frutas, PANCs e vegetais nativos e a fabricação de biscoitos e pães.

Referências bibliográficas

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. [S. l.], 2007. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ASSIS, Renato Linhares de. Agroecologia no Brasil: Análise do processo de difusão e perspectivas. 2002. 169 p. Tese (Doutorado em economia aplicada) - UNICAMP, Campinas, 19/02/2002. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/286331/1/Assis_RenatoLinharesde_D.pdf. Acesso em: 9 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. [S. l.], 23 dez. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm. Acesso em: 2 jun. 2021.

BELIK, Walter. Saúde e Sociedade. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil, [s. l.], v. 12, ed. 1, p. 12-20, 12 maio 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/04.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MAIA, Cláudio Machado. a Agroindústria Familiar como Estratégia para o Desenvolvimento Regional. 2008. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2008. DOI <http://hdl.handle.net/11624/709>. Disponível em: <http://repositorio.unisc.br:8080/jspui/handle/11624/709>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MEIRELLES, Ana Luiza Barros; VENTURIN, Leandro. Agrosociobiodiversidade: Cartilha - agroindústria familiar de base ecológica. Rio Grande do Sul: Centro



Ecológico, Primavera de 2014. 53 p. Disponível em:
http://www.centroecologico.org.br/cartilhas/Agrosociobio_final_web.pdf. Acesso em:
24 abr. 2021.

1101

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO/ONU) (Mundial). Declaração de 13 - 17 de novembro de 1996 - Roma. Cúpula Mundial de Alimentação: (Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial & Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação), Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 13 - 17 de novembro de 1996. Disponível em:
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/FAO-Food-and-Agriculture-Organization-of-the-United-Nations-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Alimenta%C3%A7%C3%A3o-e-a-Agricultura/cupula-mundial-de-alimentacao-declaracao-de-roma-sobre-a-seguranca-alimentar-mundial-a-plano-de-acao-da-cupula-mundial-da-al.html>. Acesso em: 30 mar. 2021.

PREFEITURA SÃO PAULO (São Paulo - SP). Ligue os Pontos. In: Plano diretor estratégico. [S. l.], 2021. Disponível em:
<https://ligueospontos.prefeitura.sp.gov.br/projeto/plano-diretor-estrategico-pde/>. Acesso em: 10 maio 2021

PREFEITURA SÃO PAULO (São Paulo - SP). Histórico das subprefeituras do estado de São Paulo. In: Histórico: Parelheiros: uma cidade do interior dentro da metrópole. [S. l.], 31 maio 2019. Disponível em:
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/parelheiros/historico/index.php?p=411>. Acesso em: 4 fev. 2021.

ESCREVIVÊNCIA AGROECOLÓGICA

1102

Camila do Nascimento Cultri, (UFSCar/FATEC – ETEC)
camilacultri10@gmail.com

Resumo

Este documento apresenta uma experiência agroecológica via participação e observação na Feira Saberes e Sabores, que ocorreu em novembro de 2019, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), Campus São Cristóvão, junto ao XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA). De acordo com os organizadores do evento, esta feira reuniu produtores de diversas regiões do Brasil e o intuito foi promover a economia criativa e a cultura popular dos territórios, sob a ótica da multifuncionalidade da agricultura familiar e da sustentabilidade ambiental. Os espaços da feira foram destinados à comercialização de alimentos (in natura, beneficiados, lanches e refeições), bebidas, artesanatos, medicina natural, mudas e materiais para cultivo de plantas. Foi possível participar também, de diversas atividades artístico-culturais e rodas de conversa, integrando assim congressistas, feirantes e o público em geral. Desfrutei dos ambientes denominados “tapiris de saberes”, “ambientes organizativos/identitários” e nos “ambientes de interação agroecológica” que envolvia rodas de diálogos, oficinas, conferências, casa do NEAs, instalações artístico pedagógicas, entre outras vivências. Tudo serviu para uma leitura atenta tanto do ambiente da feira, conhecendo os organizadores, voluntários e demais expositores, assim como os consumidores e pessoas interessadas na criação de abelhas. Uma das experiências que mais me marcou foi ouvir o relato de um apicultor de Fortaleza – CE, que estava comercializando sua própria produção de mel agroecológico. Ele contou que criava “colméias de cimento” no início da sua carreira, isso há 33 anos atrás. Ele quis dizer que a caixa para acomodar as abelhas era à base de cimento, algo de baixo custo e alta durabilidade. Conversar com este produtor foi comovente, ele expressou felicidade em relação às abelhas, afirmando a seguinte frase: - Eu não crio abelhas, elas que me criam (Tadeu). Outra iniciativa que ouvi durante conversa com feirantes, foi de um vendedor que “dava desconto para o cliente devolvesse as embalagens”. Essa ação ambiental, reforça o sentido da redução de materiais para um menor impacto ambiental e maior aproximação com o cliente. Entre outras histórias de vendedores que fazem muitas feiras, também ouvi uma experiência de vender balde de Mel e favos nas feiras. Todas estas experiências são responsabilidades e comportamentos que demonstram práticas atuais rumo à sustentabilidade, alinhada aos princípios e valores do movimento agroecológico que pautou pela segurança e soberania alimentar, incentivos à transparência na procedência do alimento e consideração pelo modo do “artesão”, “artista”, “sujeito proponente” que realiza sua arte.

Palavras-chave: Agroecologia; consumidores; produtores; abelhas; relato de experiência.

Abstract

This document presents an agroecological experience via participation and observation at the Saberes e Sabores Fair, which took place in November 2019, at the Federal University of Sergipe (UFS), Campus São Cristóvão, together with the XI Brazilian Congress of Agroecology (CBA). According to the event's organizers, this fair brought together producers from different regions of Brazil and the aim was to promote the creative economy and popular culture of the territories, from the perspective of the multifunctionality of family farming and environmental sustainability. The fair spaces were intended for the sale of food (in nature, processed foods, snacks, and meals), drinks, handicrafts, natural medicine, seedlings, and materials for growing plants. It was also possible to participate in various artistic-cultural activities and conversation circles, thus integrating congressmen, fairgrounds, and the general public. I enjoyed the environments called "tapiris of knowledge", "organizational/identity environments" and the "agroecological interaction environments" that involved dialogue circles, workshops, conferences, NEAs houses, and pedagogical artistic installations, among other experiences. Everything served for a careful reading of the fair environment, meeting the organizers,

volunteers, and other exhibitors, as well as consumers and people interested in beekeeping. One of the experiences that impressed me the most was hearing the report of a beekeeper from Fortaleza - CE, who was selling his own agroecological honey production. He said that he created “cement beehives” at the beginning of his career, 33 years ago. He meant that the box to accommodate the bees was cement-based, low-cost, and highly durable. Talking to this producer was moving, he expressed happiness in relation to bees, stating the following sentence: - I don't raise bees, they raise me (Tadeu). Another initiative I heard during a conversation with fairgrounds was from a salesperson who “gave a discount for the customer to return the packages”. This environmental action reinforces the sense of reducing materials for a lower environmental impact and greater proximity to the customer. Among other stories of sellers who do many fairs, I also heard an experience of selling honey buckets and combs at fairs. All these experiences are responsibilities and behaviors that demonstrate current practices towards sustainability, aligned with the principles and values of the agroecological movement that guided food safety and sovereignty, incentives for transparency in the origin of food, and consideration for the way of the “artisan”, “artist”, “proposing subject” who realizes his art.

Keywords: Agroecology; consumers; producers; bees; experience report.

Introdução

Este documento apresenta um pouco da minha experiência em economia social e solidária voltada para a agroecologia, envolvendo atividades de extensão universitária, produção de alimentos saudáveis, empreendedorismo feminino, comércio justo entre outros. Com inspiração em Conceição Evaristo que cunhou o “Escrivências” para sua literatura, pego emprestado este termo para me guiar nesta trilha. A qual proponho compartilhar experiências que possam vir a colaborar com a comunidade agroecológica, incluindo pesquisadores, professores e cidadãos “ocupados” com uma nova economia alternativa ao capitalismo.

Contexto acadêmico e extensionista

Quero contar da minha participação na Feira de Saberes e Sabores que fez parte da programação do Congresso Brasileiro de Agroecologia - XI CBA e do Festival de Arte, Cultura e Agroecologia - FICAMOR, celebrado em novembro de 2019 na cidade de São Cristóvão, estado de Sergipe. Cabe destacar que a linha temática do principal foi “Ecologia de Saberes: Ciência, Cultura e Arte na Democratização dos Sistemas Agroalimentares”. O campus da Universidade Federal de Sergipe - UFS foi sede deste evento.

É importante saber que no XI CBA participei com diferentes papéis, um deles foi a apresentação de dois artigos junto a comunidade acadêmica e o outro papel assumi como responsável pelo stand de comercialização de mel e derivados apícolas, com

incentivos para imprimir uma marca própria Camila Cultri, por ser eu mesma a produtora desses produtos naturais.

Neste sentido, torna-se importante compreender os processos que participei e que me permitiram ter acesso a diferentes públicos. Dois momentos são destaques: o primeiro com a preparação dos produtos (instalação do apiário e linha de produção ativa para beneficiamento do mel e da própolis) conjuntamente com o desafio de escrever um projeto arrojado e inovador para participar do edital público e conquistar a vaga para participação no evento; segundo, o exercício da escrita para composição dos artigos (CULTRI, 2019 e CULTRI; MACHADO, 2019) que contribuiriam para melhor compreensão sobre os temas agroecológicos.

Começando pela normalização para chegar ao evento e participar como expositor, tinha-se a necessidade de aprovar o projeto de comercialização agroecológica via edital público. Este processo, começou três meses antes do evento e foi amplamente divulgado através das mídias sociais e oficiais do XI CBA. O edital previa regras, responsabilidades e orientava o comportamento rumo à sustentabilidade sem deixar de fomentar orientações de segurança e soberania alimentar, logística de transporte e armazenamento dos produtos. Por soberania alimentar entende-se que a importância de poder escolher e saber de onde vem o alimento que vai à mesa e, também, saber por quem e como ele foi produzido.

De acordo com o CERESAN (2022, p.1), soberania alimentar é

[...] o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para se erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos. (FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001, apud CERESAN, 2022, p.1).

Em especial, um dos objetivos do XI CBA foi envolver famílias agricultoras em redes, demonstrando que outra lógica de mercado é possível, com valorização da cultura e da produção local. O fortalecimento da agricultura familiar camponesa é um movimento de resistência, essencial para a luta contra o envenenamento dos alimentos contaminados pelos agrotóxicos. De acordo com os organizadores do XI CBA (2019) é essencial que haja movimentos para garantia de sustentabilidade, saúde e autonomia.

XI Congresso Brasileiro de Agroecologia e Feira de Saberes e Sabores

1105

Ainda de acordo com os organizadores do XI CBA, a Feira de Saberes e Sabores teve o intuito promover economia criativa e a cultura popular de diferentes territórios, sob a ótica da multifuncionalidade da agricultura familiar e da sustentabilidade ambiental. Os espaços da feira foram destinados à comercialização de alimentos (in natura, beneficiados, lanches e refeições), bebidas, artesanatos, medicina natural, mudas e materiais para cultivo de plantas. Ocorreu, também, diversas atividades artístico-culturais e rodas de conversa, integrando assim congressistas, feirantes e o público em geral.

Para exercício de atividade comercial nos espaços do evento, os interessados em participar deveriam atender as características, tais como ser membro ou produtor dentro do contexto da agricultura familiar camponesa; participar de organizações/grupos/cooperativas/associações de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos artesanais e tradicionais; ser artistas e/ou participar de grupos da cultura popular; ser micro empreendedoras/es individuais ou atuantes em pequenas empresas de serviço de alimentação.

As questões avaliadas no edital visavam avaliar a procedência dos alimentos, investigando inclusive o modo de fazer a arte, o tipo de organização do trabalho que o profissional ou família desenvolvia, bem como pretendia conhecer características de diferentes territórios no que tange aos aspectos culturais. Ao todo foram 80 propostas aprovadas para o exercício comercial de três categorias de produtos: cultivos (in natura); alimentação e artesanatos.

Todas as propostas submetidas ao edital e aprovadas foram divulgadas publicamente. Cabe salientar que a partir dessa seleção, o(s) produtor(es) ou a(s) produtora (s) foram inseridos na programação preliminar do evento que ofereceu diversas atividades guiadas pela pedagogia Griô e pela “pedagogia de território”. Veja nas Figuras 1 e 2, os stands dos produtores.

Figura 1 e 2 - Exposição de Mel e Derivados durante a Feira Saberes e Sabores, Durante o XI CBA que ocorreu na UFS em São Cristóvão - SE (2019)



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

As bancas (stands) do produtor na feira foi pensado de maneira sustentável, utilizando bambu e cordas de sisal visando facilidade na montagem e desmontagem. Serviram como vitrines de diferentes produtos, artes, cores, cheiros e saberes. Ao todo, os organizadores estimaram a presença de mais de 3000 pessoas no evento. Pessoas de diferentes etnias e movimentos sócio-ambientais marcaram presença, semeando sementes agroecológicas para celebrar a diversidade e a luta dos povos. Observe na Figura 3 e 4 a motivação das pessoas envolvidas. Estas fotos foram feitas durante o evento e postadas no Facebook da Associação Brasileira de Agroecologia.

Figura 3 - Plenária dos Movimentos Sociais e Figura 4 - Ritual de Acolhimento com a Pedagogia Griô



Fonte: Associação Brasileira de Agroecologia (2019). Foto de Carú Dionísio¹¹³ e Saulo Coelho¹¹⁴.

¹¹³ Disponível

em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2640214349377259&set=pb.100068991556882.-2207520000>. Acesso em: 18 set 2022.

¹¹⁴ Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2640214989377195&set=pb.100068991556882.-2207520000>. Acesso em: 18 set 2022.

A metodologia que inspirou a programação do XI CBA tem como base as proposições da "Pedagogia do Território", de Raquel Rigotto e da Pedagogia Griô, de Líllian Pacheco e do Griô Márcio Caires. Organizada no formato de teia, teve o intuito de aproximar as práticas, exercitando escuta, colheita e partilha de conhecimentos e experiências. A complexidade da programação refletiu o desafio coletivo da prática e reflexão da Ecologia de Saberes, da tecelagem dos fios de resistência e da força que conectam os territórios e experiências em todo país (CBA, 2019).

Considerações parciais

Viver esta experiência foi incrível, pois me permitiu conhecer, sentir, experienciar um evento histórico da cultura popular e agroecológica brasileira. Pude conversar sobre culturas, degustar a diversidade de saberes e sabores dos povos brasileiros de praticamente todos os estados brasileiros, além dos povos latinos que vieram a Argentina, Chile, Uruguai e Colômbia. A minha participação enquanto expositora da marca Camila Cultri - Mel e Própolis, me faz sentir profunda gratidão pelas abelhas que são as produtoras oficiais desses alimentos. Finalmente, posso concluir que foi maravilhoso conhecer os organizadores, voluntários e demais expositores, assim como os consumidores e pessoas interessadas na criação de abelhas. Com essa experiência foi possível perceber a importância de pedagogias, como a Griô, que permitem a pesquisa, ensino e extensão, sobretudo visando a participação de pessoas da localidade. Agradeço Conceição Evaristo por ser uma mulher tão inspiradora. E registro, também, meu apoio à ampliação de eventos para uma nova economia pautada em iniciativas associativas autogestionárias.

Referências

BRANDÃO, C. R. Outros afetos, outros olhares, outras idéias, outras relações. In: NEPAM (Núcleo de Pesquisa e Estudos Ambientais). A questão ambiental: cenário de pesquisa. Campinas: UNICAMP, 1995.

CBA - Congresso Brasileiro de Agroecologia. Disponível em: <http://www.cbagroecologia.org.br/2019/10/>. Acesso em: 18 set 2022.

CULTRI, Camila do Nascimento. Cultivo de alimentos em área pública: experiência comunitária com múltiplas dimensões In: XI Congresso Brasileiro de Agroecologia,



2019, São Cristóvão. XI Congresso Brasileiro de Agroecologia. São Cristóvão: UFS, 2019. p.1 - 5.

1108

CULTRI, Camila do Nascimento; MACHADO, M. L. T. Tecnologias sociais na apicultura e na meliponicultura In: XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2019, São Cristóvão. XI Congresso Brasileiro de Agroecologia. São Cristóvão: UFS, 2019. p.1 - 5.

ALVÂNTARA, Anelise Montañes; VESCE, Gabriela Eyng Possolli. As representações sociais no discurso do sujeito coletivo no âmbito da pesquisa qualitativa. In: Congresso Nacional de Educação. 2008. p. 2208-2220.

KOLLING, P., GIRARDI, I. M. T. Mídia e meio ambiente: na visão de agricultores familiares de comunidades do município de Santa Rosa/ RS. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005, Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro: UERJ.



HORTAS URBANAS, AGROECOLOGIA, ECONOMIA SOLIDÁRIA: A HORTA COMUNITÁRIA DA ZONA NORTE EM ARARAQUARA-SP

1109

Sergio Azevedo Fonseca, (UNESP),
sergio.fonseca@unesp.br

Leandro Pereira Morais, (UNESP),
leandro.morais@unesp.br

Caio Luis Chiariello, (UFGD)
caiochiariello@ufgd.edu.br

Introdução

Frente aos acontecimentos ocasionados pela COVID-19, implicações negativas ocorreram (e ocorrem ainda) na dimensão do contato, da vivência, da partilha de relações, as ações da Economia Solidária não passaram incólumes diante da exigência de práticas de distanciamento e isolamento social, quarentena e resguardo domiciliar como forma de restringir o contágio pelo coronavírus. Neste quadro, os empreendimentos de Economia Solidária buscaram contribuir com alternativas no curto e no médio prazos, auxiliando para com a continuidade. Uma destas dimensões remete à formulação e ao uso de tecnologias sociais passíveis de serem arquitetadas, propostas e reaplicadas pelos empreendimentos, em diferentes territórios. Vale lembrar que a própria concepção teórica da tecnologia social está intimamente ligada à solidariedade, à cooperação e ao atendimento de demandas sociais, através da mobilização, da troca e da disseminação de saberes locais (DAGNINO, 2018; FRANÇA FILHO, 2020).

Como será tratado neste texto, a conexão entre a Economia Solidária, as tecnologias sociais e o enfrentamento do cenário pós pandemia pode ser feita a partir de hortas comunitárias, entendida como uma tecnologia social que vem ganhando força como forma de segurança alimentar frente a momentos de profundas crises econômicas (GONÇALVES et. al, 2019). De acordo com Ferreira (2020), no Brasil, de 1980 a 2000 observaram-se as primeiras iniciativas e programas públicos de introdução de hortas comunitárias para redução da fome e da pobreza nas cidades, quando movimentos sociais passaram a também incorporar as pautas de reivindicação por alimentação popular de baixo custo nos bairros e moradias em regiões carentes. Mais recentemente,



ao longo desta última década, a agricultura urbana e as hortas comunitárias foram inseridas no planejamento territorial e na agenda de elaboração de políticas públicas de âmbito local, como elemento de segurança alimentar, preservação ambiental e ocupação de espaços urbanos.

A agricultura urbana, de acordo com a FAO (2014), deve ser reconhecida como dinamizadora do desenvolvimento sustentável das cidades, em seus aspectos produtivos e de abastecimento, incluindo vínculos rurais e urbanos entre produtores, consumidores e toda a comunidade na promoção de ambientes verdes. A perspectiva de agricultura urbana, segundo Smit (1996) e Mougeot (2000), abarca atividades agrícolas desenvolvidas em meio urbano e integrada nesse ecossistema, via manejo da terra, desenvolvimento sustentável, uso de águas, bem como de sistemas alimentares nas cidades operacionalizados pelos hortelãos, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Social – ODS, dentre os quais redução da pobreza (ODS1), sendo uma forma de agricultura urbana sustentável (ODS2; ODS 11) (SANTOS et. al., 2019; Gonçalves et. al., 2019).

Uma experiência em Economia Solidária, agroecologia e a alimentação popular saudável: as Hortas Comunitárias em Araraquara-SP

De acordo com dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), o município brasileiro de Araraquara, localizado na região administrativa central do estado de São Paulo com uma área 1.003,63 km² e apresentava em 2019 uma população de 236 mil habitantes. Da perspectiva da sua diversificação produtiva, destaque regional para a agroindústria, a principal âncora da sua economia. Tem relevância também os ramos de confecções, têxtil e metal mecânico.

Em se tratando especificamente da Economia Solidária no município, de acordo com Fonseca et al (2014), o primeiro passo para a organização deste foi dado em 2004, quando da criação, na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, do Núcleo de Estudos em ES e Cidadania – NEESC. Em 2005, a Prefeitura Municipal criou a Coordenadoria da Economia Solidária, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Outra importante conquista foi a aprovação da Lei Municipal da Economia Solidária, em fins de 2009. Esta Lei representou uma garantia para que as ações de ESS fossem mantidas, a despeito da mudança do governo na gestão subsequente.

O ano de 2017 passou a representar um marco para o movimento da ES de Araraquara. Merecem destaque, como medidas sinalizadoras, a criação pela Prefeitura Municipal da Coordenadoria Executiva de Trabalho, Economia Criativa e Solidária; a realização da 1ª Conferência Municipal de Economia Criativa e Solidária de Araraquara/SP, com o tema “Desenvolvimento econômico local com trabalho decente: geração de renda e inclusão social”, organizada de forma coletiva pelo poder público e a sociedade civil, onde foram debatidas e deliberadas propostas que subsidiaram a elaboração do Plano Plurianual 2018-2021 e do Plano Municipal de economia solidária. Já em 2018 houve a Inclusão, no texto da Lei Orçamentária Anual do município para 2018, de um total de cerca de R\$ 986 mil, destinados a investimentos e despesas correntes aplicáveis no âmbito da economia criativa e solidária. Neste mesmo ano foi fundado o Núcleo de Extensão e Pesquisa em economia solidária, Criativa e Cidadania, o NEPESC, junto à FCL-UNESP. Este grupo, formado, sobretudo, por alunos dos cursos de Administração Pública, Ciências Econômicas e Sociais, Letras etc, bem como pelos professores que assinam este artigo, vem realizando uma série de projetos de pesquisa e de extensão na região, sendo, um destes, o das Hortas Comunitárias.

A experiência cujo desenrolar é ora relatado teve início em 2016, em um território localizado na zona norte de Araraquara, precariamente urbanizado anos antes por meio do programa Minha Casa Minha Vida, tendo recebido o nome de Residencial Valle Verde. O território começou a receber os seus primeiros moradores em 2015, passando a se constituir na região mais populosa entre os territórios vulneráveis de Araraquara, perfazendo mais de 5 mil moradias, com aproximadamente 22 mil habitantes em 2019. Dos residentes no território, em 2018, 773 famílias eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. O perfil predominante é constituído por mulheres de baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto), chefes de famílias monoparentais. Quando do início da ocupação, o território era desprovido de aparelhos públicos como escolas, creches, praças ou postos de saúde, além de ocupar uma área que, originalmente, era legalmente protegida como destinada a reflorestamento e preservação de mananciais.

Naquele início de 2016 um grupo de moradores, com proximidade de vizinhança, iniciou o plantio de uma pequena horta em fundo de quintal, em aproximadamente 90 m², para auto abastecimento de hortaliças aos participantes do grupo. A ideia logo vingou e motivou os participantes da iniciativa a buscarem

alternativas para a expansão e a ampliação da produção, com vistas a suprir necessidades alimentares dos demais moradores do território. Em janeiro de 2017 a oportunidade de expansão passou a adquirir ares de realidade, quando o mesmo grupo de moradores vislumbrou a possibilidade de ocupar um terreno público ocioso, que vinha sendo utilizado como depósito ilegal de resíduos – verdadeiro lixão a céu aberto. Nesse mesmo ano, de 2017, o nível de organização já adquirido pela comunidade propiciou a criação da Associação Horta Comunitária da Zona Norte, que passou a organizar mutirões comunitários dominicais, pelos quais foi realizada, em um primeiro momento, a limpeza do terreno – de aproximadamente 6.300 m².

Passo seguinte foi o plantio de mudas de hortaliças em um pequeno espaço do terreno, com mudas adquiridas no comércio, com recursos dos próprios participantes. Nessa altura, o grupo se deu conta de que não dispunha de pontos de água para fazer a irrigação da horta. Recorreu ao Departamento Autônomo de Água e Esgoto do município – DAAE, sendo atendido com a instalação de um ponto e uma cota mensal de água. Resolvido o problema da água, o novo desafio do grupo foi buscar meios alternativos e criativos capazes de atraírem e mobilizarem os moradores do bairro, notadamente jovens, para atuarem em caráter permanente, e com disciplina comunitária, nas atividades da horta. O primeiro grupo focal foram as crianças que ficavam na rua e que, movidas pela curiosidade, começaram a se aproximar, atraídas por manifestações de capoeira, maracatu, samba de côco e outros batuques da cultura popular, que passaram a ocorrer regularmente aos domingos pelas manhãs.

Não demorou a que os pais e responsáveis começassem a se aproximar, em um primeiro momento para verificar o que as crianças faziam e, na sequência, para se engajar nas práticas coletivas. A curiosidade logo chamou a atenção de número crescente de pessoas, não apenas residentes no bairro, mas de outros territórios do município. Os frutos logo, embora não em pouco tempo, começaram a ser colhidos: além do abastecimento alimentar, tornou-se perceptível o empoderamento da comunidade, a transformação social, a redução do descarte irregular de resíduos, o resgate e a valorização da cultura e da arte popular, o reconhecimento, pela população do bairro, da importância do diálogo com educação e formação e o significativo aumento da autoestima da comunidade.

Não demorou para a iniciativa chamar a atenção da universidade. A oportunidade para o estabelecimento de uma cooperação da universidade com a

comunidade surgiu ao final de 2018, quando da publicação, pelo CNPq, da Chamada nº 36/2018 – A – Desenvolvimento de Tecnologia Social. Na ocasião, a Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, da Unesp, submeteu um projeto denominado “Corredor verde agroflorestal: tecnologia social para o plantio e a produção de alimentos saudáveis, com geração de renda, recuperação de manancial urbano e educação socioambiental em área de alta vulnerabilidade social no município de Araraquara (SP)”.

O projeto se fundamentou em cinco campos conceituais articulados:

Produção agroecológica: conjunto de princípios socioambientais aplicáveis às práticas agrícolas, com valorização dos saberes populares e tradicionais, capazes de nortear as atividades realizadas em hortas comunitárias;

Educação alimentar e nutricional: conjunto de conhecimentos que visam a promover hábitos alimentares saudáveis e o combate ao desperdício de alimentos, que vêm sendo disseminados no território;

Inovações em tecnologias sociais: conjunto de conhecimentos, gerados pelo diálogo e a interação entre os saberes eruditos (da universidade) e populares, que aprimoram os fazeres populares (as tecnologias sociais), agregando valor aos mesmos;

Empreendedorismo: atributo pessoal ou coletivo que, combinando conhecimentos, criatividade e iniciativa, propicia a geração perene de trabalho e renda;

Economia solidária: compreende uma diversidade de atividades econômicas e sociais realizadas sob a égide da cooperação e do mutualismo.

As atividades em cooperação da universidade com a comunidade tiveram início no primeiro semestre de 2019, com o aporte de recursos do projeto para a aquisição de equipamentos e insumos capazes de dinamizarem as atividades produtivas na horta, sob a coordenação da Associação Horta Comunitária da Zona Norte.

Ao longo do ano de 2019, um conjunto de atividades foram realizadas, com destaque para: plantio de 1500 mudas de espécies arbóreas nativas na APP da nascente do Ribeirão das Cruzes, principal manancial urbano de Araraquara; limpeza e o preparo do solo em área de 6.230 m², para ocupação pela Associação Horta Comunitária da Zona Norte; plantio de 1200 mudas de espécies arbóreas no terreno da horta, criando ambiente propício ao conceito de agroecologia; disseminação de conhecimentos e de técnicas para o melhor aproveitamento dos alimentos, com impactos diretos sobre a redução de desperdícios; instalação de uma composteira, no terreno da Horta

Comunitária da Zona Norte, para o depósito de restos de alimentos, passíveis de serem biodegradados e transformados em fertilizante orgânico; revitalização do Horto de Plantas Medicinais da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, da Unesp de Araraquara.

Ao final do mesmo ano despontou a oportunidade para a expansão territorial das hortas urbanas, com a criação, pela Prefeitura Municipal de Araraquara, do Programa Municipal de Hortas Comunitárias – “Colhendo Dignidade”, sancionado pela Lei Municipal nº 9.834, de 12/12/2019 que, em uma primeira etapa, irá instalar hortas urbanas em cinco bairros abrangidos pelo Programa Municipal Territórios em Rede, a maior parte dos quais na zona norte do município.

Por fim, para além da experiência supracitada, outras duas frentes de atuação emergiram a partir do advento da pandemia do COVID-19. A primeira, resultante da necessidade de contribuir para a melhoria das condições de vivência e de segurança alimentar e nutricional de grande número de estudantes de baixa renda residentes na Moradia Estudantil da Unesp em Araraquara. Com o início do período de quarentena imposto pelo COVID-19, número não desprezível dos 128 estudantes residentes acabou permanecendo na Moradia, por dificuldades ou impedimentos (sobretudo de renda) de diversas ordens para retornarem às suas cidades de origem. Surgiu daí a iniciativa de instalar uma horta comunitária em terreno de aproximadamente 500 m², situado aos fundos das casas da moradia, e que vem sendo mantido ocioso há anos. A segunda frente corresponde a um conjunto de hortas domiciliares, instaladas com apoio de recursos do CNPq, após o início da quarentena imposta pela pandemia do COVID-19, em cerca de 30 residências periféricas, situadas no território do Valle Verde e nos municípios vizinhos de Américo Brasiliense e Matão.

Referências Bibliográficas

DAGNINO, R. (2018). Em busca de um conceito de tecnologia social aderente à Economia Solidária. In: SILVA, R. B.; TAIT, M.; NOVAES, H. T.; FRAGA, L. S..Suleando a retomada com tecnociência social: o pensamento de Renato Dagnino. Florianópolis: Insular, p 171-195.

FAO.(2014). Growinggreencities: in Latin América and Caribe. Rome: ONU.

FERREIRA, G. C.. (2020). Pelo direito à cidade: Políticas públicas e hortas urbanas em Florianópolis. História Unicap, v. 6, n. 12, Recife.



FRANÇA FILHO, G. C. MAGNELLI, A.; EYNAUD, P.(2020). Para superar o divórcio entre economia e sociedade: diagnóstico crítico e notas propositivas em um contexto de pandemia. Revista NAU Social. v.11, n.20, pp.167-184, Salvador, 2020.

GONÇALVES, K. S.; NASCIMENTO, A. P. B.; AQUINO, S.; RIBEIRO, A.P.; VILS, L.; FERREIRA, M. L. (2019). Percepção de Consumidores de Feiras Orgânicas da Cidade De São Paulo (SP). RAMA - Revista em Agronegócio e Meio Ambiente, v. 12, p. 76-89.

SANTOS, L. S.; NASCIMENTO, A.P.B.; FRANCOS, M. S.; RÉGIS, M.M. (2019). Agricultura Urbana: O Caso da Horta Comunitária Orgânica do Parque Previdência, no Município de São Paulo, SP. In: OLIVEIRA JUNIOR, J.M.B. (Org.) Análise Crítica das Ciências Biológicas e da Natureza. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019, p. 1-17.

MOUGEOT, L. J. A. (2000). Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials And Risks, And Policy Challenges. CitiesFeeding People Series; v 31, p.1–62.

SMIT, J.; NASR, J.; RATTA, A. (1996). Urban Agriculture: Food, Jobs And Sustainable Cities. 1. Ed.: The Urban Agriculture Network/UNDP.



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



GT 9

Tecnologia social e economia solidária *Tecnología social y economía solidaria*

Como perspectiva de democratização dos processos de desenvolvimento e uso da tecnologia, com base na valorização dos diferentes tipos de conhecimento e de uma prática cooperativa e na busca pela transformação das dinâmicas de trabalho e das relações sociais.



Coordenação:

Barbara Altschuler,
(UNC, Argentina)

Bruna Mendes
(UFABC, Brasil)

Daniel Garcia
(UNQ, Argentina)

Felipe Addor
(UFRJ, Brasil)

Mário Coscarello
(UniCal, Itália)



ORGANIZAÇÃO

GT 09 - Tecnologia social e economia solidária 1116

Tecnología social y economía solidaria

**La investigación acción participativa como tecnología de co-construcción de
saberes y prácticas** 1118

Bárbara Altschuler, Gabriela Viviani

**Articulações do software livre com a economia solidária como tecnologia para
inclusão social** 1134

Flávio Gomes da Silva Lisboa, Marilene Zazula Beatriz

**Comércio digital de alimentos orgânicos: estudo de caso do uso de suportes
tecnológicos digitais pela Cooperativa Terra e Liberdade** 1154

Caio Olivette Pompeu, Carla Victória Ferreira Irrazabal, Lucca Perez Pompeu

**Economia solidária e comercialização em tempos de pandemia: um estudo de caso
de São Carlos - SP** 1175

Amanda Gonçalves de Lima, Daniele Francisco, Fernanda Siani, Rafaela dos Reis
Martins

Projeto Eco Creche 1192

Baltazar Morgado Neto

**Tecnologias para a economia solidária: a experiência da construção de uma
metodologia para o curso de comunicação popular mediado por tics durante a
pandemia da COVID-19** 1210

Lino Trevisan, Marcos Antônio Silverio, Rhuan Carlos Borges, Maria Luisa Carvalho,
Marilene Zazula Beatriz

**Tecnologias sociais na apicultura e meliponicultura: análise sobre a produção de
conhecimento científico** 1217

Camila do Nascimento Cultri, Maria Lúcia Teixeira Machado

LA INVESTIGACIÓN ACCIÓN PARTICIPATIVA COMO TECNOLOGÍA DE CO-CONSTRUCCIÓN DE SABERES Y PRÁCTICAS

1118

Bárbara Altschuler, Universidad Nacional de Quilmes,
baltschuler@unq.edu.ar

Gabriela Viviani, Universidad Nacional de Quilmes,
gabriela_viviani@yahoo.com.ar

Resumem

El desarrollo de la Economía Social y Solidaria (ESS), en tanto campo socioeconómico en construcción y expansión, requiere un componente clave de innovación social y socio-técnica que a su vez implica importantes esfuerzos de acompañamiento, desarrollo e investigación. Desde el Proyecto CREES y el Observatorio del Sur de la Economía Social y Solidaria de la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), venimos desarrollando desde 2006 una vasta experiencia en extensión, formación e investigación, a la cual se suma en 2013 la incubación en ESS, con la creación del Programa Universitario de Incubación Social (PUIS). En este marco, nuestro equipo de investigación-acción-participativa (IAP) viene trabajando desde 2017 en el relevamiento y análisis de los procesos que desarrollan las Incubadoras Universitarias (IUSS); las características propias y distintivas de la Incubación de proceso que propone el PUIS; la identificación de necesidades e intereses de investigación de las IU y el estudio en profundidad de algunos dispositivos innovadores desarrollados por las mismas, como son el Obrador, la Tienda Colectiva y Mercado Territorial, un circuito corto de abastecimiento de verduras en transición agroecológica y otros productos de la ESS a partir de la intermediación entre productores y el consumo organizado. Actualmente, nos encontramos sistematizando dicha experiencia para extraer aprendizajes significativos, elaborar materiales de difusión y manuales metodológicos que sirvan para pensar y facilitar procesos de re-aplicación de las mismas en otros contextos territoriales, actorales y socio institucionales. Desde nuestra perspectiva metodológica, nos proponemos también avanzar en el desarrollo y sistematización de una metodología de IAP para la ESS y consolidar un equipo de investigadores/as, docentes, estudiantes y actores sociales formados en dicho enfoque, así como aportar a una mayor y mejor articulación entre las funciones de formación, extensión e incubación universitarias y la investigación social aplicada. Desde esta práctica universitaria y multiactoral, entendemos a la IAP así como a la sistematización de experiencias como tecnologías sociales de co- construcción de saberes, aprendizajes y prácticas que, en diálogo con la educación popular resultan especialmente pertinentes para el campo de la ESS ya que plantean una ruptura epistemológica con la investigación tradicional así como una apropiación colectiva de los saberes y aprendizajes generados. Esta ponencia pretende así compartir los avances, aprendizajes y desafíos que enfrentamos en este apasionante camino.

Palabras clave: Investigación Acción Participativa; Incubación universitaria, Economía Social y solidaria, Universidad Nacional de Quilmes; Argentina.

Abstract

The development of the Social and Solidarity Economy (SSE), as a socioeconomic field under construction and expansion, requires a key component of social and socio-technical innovation, which in turn implies important support, development and research efforts. From the CREES Project and the Southern Observatory of the Social and Solidarity Economy of the National University of Quilmes (UNQ), we have been developing since 2006 a vast

experience in extension, training and research, to which the incubation in SSE is added in 2013, with the creation of the University Program for Social Incubation (PUIS). In this framework, our participatory-action-research (IAP) team has been working since 2017 on the survey and analysis of the processes developed by the University Incubators (IUESS); the characteristic and distinctive characteristics of the process incubation proposed by the PUIS; the identification of needs and research interests of the IUs and the in-depth study of some innovative devices developed by them, such as the Obrador, the Collective Store and Territorial Market, a short circuit for the supply of vegetables in agroecological transition and other products of the SSE from the intermediation between producers and organized consumption. Currently, we are systematizing this experience to extract significant learning, develop dissemination materials and methodological manuals that serve to think and facilitate processes of re-application of the same in other territorial, actor and socio-institutional contexts. From our methodological perspective, we also intend to advance in the development and systematization of an IAP methodology for the SSE and consolidate a team of researchers, teachers, students and social actors trained in this approach, as well as contribute to a greater and better articulation between the functions of university training, extension and incubation and applied social research. From this university and multi-stakeholder practice, we understand the PAR as well as the systematization of experiences as social technologies for the co-construction of knowledge, learning and practices that, in dialogue with popular education, are especially relevant to the field of SSE since They propose an epistemological break with traditional research as well as a collective appropriation of the knowledge and learning generated. This paper thus aims to share the progress, learning and challenges we face on this exciting path.

Keywords: Participatory Action Research; University Incubation, Social and Solidarity Economy, National University of Quilmes; Argentina.

Introducción¹¹⁵

Son muchos los desafíos que atraviesan e interpelan a las universidades públicas en la Argentina y nuestra región latinoamericana en la actualidad. Los mismos se presentan en un marco de tensiones entre lo instituido y lo instituyente que se encuentra en pleno desarrollo y reconfiguración. Consideramos que este trabajo y nuestra propia práctica universitaria en Economía Social y Solidaria desde la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), ubicada en la región sur del conurbano bonaerense en Argentina, son prueba y expresión de ello.

Para señalar algunos de los desafíos que nos interpelan podemos mencionar:

- la práctica de la interdisciplina y la construcción de puentes conceptuales y prácticos para el abordaje de problemas y realidades complejas;
- la sinergia de funciones universitarias sustantivas (formación, investigación y extensión

¹¹⁵ En este trabajo seguimos las ideas principales desarrolladas en trabajos previos, entre ellos Altschuler, Niño y Pagani (2022) y Altschuler, Niño, Pagani y Peletay (2020). Las autoras de este trabajo somos Directora y Becaria respectivamente del Proyecto “La Investigación acción participativa como aporte a la re-aplicación de experiencias de Incubación Universitaria en Economía Social y Solidaria”. Proyectos de Investigación orientados a la Práctica Profesional (PPROF 2020- 2023) de la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ).

universitaria) en la propuesta de una articulación que las enriquezca y a la vez resignifique jerarquías y formas de valorización históricas y arraigadas entre las mismas; c) la vinculación universitaria con organizaciones y actores del territorio en un diálogo de saberes de ida y vuelta que ponga énfasis en la utilidad y pertinencia de los conocimientos producidos y los profesionales que se forman, desde una práctica y formación a la vez crítica y comprometida con la realidad social; d) la necesaria descolonización del saber que permita revisar marcos formativos (contenidos y continentes) que privilegiaron casi exclusivamente lo europeo y proveniente de los “países centrales” en detrimento de los aportes teóricos, metodológicos y filosóficos latinoamericanos y de cada territorio y región que habitamos; e) la capacidad de articulación con políticas y organismos públicos en pos de la construcción de proyectos nacionales, regionales y locales de transformación e integración social, pero a su vez sin pérdida de autonomía en el pensar y actuar crítico; f) la incorporación de las perspectivas de géneros de manera transversal y reflexiva en los procesos formativos, analíticos y proyectuales, acompañando el gran movimiento que realiza nuestra sociedad en este sentido en la actualidad; entre muchos otros que se vinculan a la profundización de la democratización de las universidades y su capacidad de respuesta ante la grave crisis civilizatoria que enfrenta el mundo actual.

En este marco, tan complejo como estimulante, queremos compartir en esta ponencia algunas reflexiones que surgen de nuestra experiencia en Investigación Acción Participativa (IAP), en diálogo con la educación popular (EP) y de adultos y la sistematización de experiencias (SE), para y desde la Economía Social y Solidaria (ESS), entendidas como *tecnologías sociales* y en particular como *tecnologías transformadoras* del pensar, sentir y hacer colectivo. Se trata de una experiencia que venimos desarrollando en la UNQ desde el Proyecto Universitario CREES (Construyendo Redes Emprendedoras en Economía Social), el cual concebimos como un proyecto “académico-territorial de transformación social”.

Retomamos para ello el gran aporte de autores latinoamericanos ya clásicos dentro de las perspectivas críticas y emancipatorias de nuestra región, Paulo Freire, Fals Borda y Oscar Jara, entre otros y otras, quienes no casualmente sólo de manera excepcional han sido justamente reconocidos y valorados desde la academia. Estos autores no nos aportan solo conceptos y metodologías, sino que nos ubican desde una praxis política de transformación con la que nos sentimos identificadas/os en el

pensar, sentir y actuar. Hacemos eje aquí en particular en las líneas de acción y reflexión señaladas, en diálogo con la integralidad de nuestras prácticas en ESS y con los desafíos y tensiones más amplios antes señalados.

La IAP como metodología y tecnología para la Economía Social y Solidaria

El desarrollo de la Economía Social y Solidaria (ESS), en tanto campo socioeconómico en construcción y expansión, requiere un componente clave de innovación social y socio-técnica que a su vez implica importantes esfuerzos de acompañamiento, desarrollo e investigación. Desde el Proyecto CREES y el Observatorio del Sur de la Economía Social y Solidaria de la UNQ, venimos desarrollando desde 2006 una vasta experiencia en extensión, formación e investigación, a la cual se suma en 2013 la incubación en ESS, con la creación del Programa Universitario de Incubación Social (PUIS).

En este marco, nuestro equipo de investigación-acción-participativa (IAP) viene trabajando desde 2017 en el relevamiento y análisis de los procesos que desarrollan las Incubadoras Universitarias (IU); las características propias y distintivas de la Incubación de proceso que propone el PUIS; la identificación de necesidades e intereses de investigación de las IU y el estudio en profundidad de algunos dispositivos innovadores desarrollados por las mismas, como son el Obrador, la Tienda Colectiva y Mercado Territorial, un circuito corto de abastecimiento de verduras en transición agroecológica y otros productos de la ESS a partir de la intermediación entre productores y el consumo organizado. Actualmente, nos encontramos sistematizando dicha experiencia para extraer aprendizajes significativos, elaborar materiales de difusión y manuales metodológicos que sirvan para pensar y facilitar procesos de re-aplicación de las mismas en otros contextos territoriales, actorales y socio institucionales.

Desde nuestra perspectiva metodológica, nos proponemos también avanzar en el desarrollo y sistematización de una metodología de IAP para la ESS y consolidar un equipo de investigadores/as, docentes, estudiantes y actores sociales formados en dicho enfoque, así como aportar a una mayor y mejor articulación entre las funciones de formación, extensión e incubación universitarias y la investigación social aplicada. Desde esta práctica universitaria y multiactoral, entendemos a la IAP así como a la

sistematización de experiencias como tecnologías sociales de co-construcción de saberes, aprendizajes y prácticas que, en diálogo con la educación popular resultan especialmente pertinentes para el campo de la ESS ya que plantean una ruptura epistemológica con la investigación tradicional así como una apropiación colectiva de los saberes y aprendizajes generados.

Por su parte, también desarrollamos tecnologías e innovaciones sócio-técnicas desde la incubación universitaria de procesos estratégicos para el desarrollo y fortalecimiento de la ESS, a partir de la creación del Programa Universitario de Incubación Social (PUIS). Este se orienta al desarrollo de la práctica profesional, haciendo eje en los procesos de valorización económica y desarrollo de innovaciones sociales y tecnológicas para la ESS. En la actualidad se encuentran funcionando en el marco del PUIS 8 Incubadoras Universitarias (IUESS): Economía, Mercado y Finanzas; Tecnologías Sociales; Diseño y Comunicación; Tecnologías para el desarrollo Inclusivo Sustentable; Turismo Socio-Solidario de Base Comunitaria; Empresa Social, Intervención Socio Ambiental y Prácticas Editoriales Asociativas. Como puede observarse, muchas de ellas tienen continuidad con las líneas de trabajo en extensión, pero a diferencia de éstas, la incubación universitaria, en base a la sinergia entre funciones sustantivas, avanza hacia el desarrollo socio-técnico y la valorización socioeconómica de las experiencias y procesos incubados. Asimismo, nuestra propuesta de incubación se nutre de experiencias previas, como la brasilera, desde donde da un giro hacia el desarrollo y fortalecimiento de procesos, más que de proyectos o unidades socioeconómicas, desde una perspectiva multiactoral y de diálogo de saberes (SOUSA SANTOS, 2006), en un ida y vuelta entre actores sociales del territorio, entidades del campo de la ESS y actores universitarios.

Entendemos que hoy no podemos plantearnos desarrollos económicos que no impliquen desarrollos socio-técnicos. Hablamos de tecnologías e innovación socio-técnica porque entendemos que la tecnología no es solamente la tecnología dura, sino también otra forma de tecnología, como la organizacional y de procesos. Así, la innovación socio-técnica es por ejemplo toda la innovación que se hizo en el marco de la Incubadora de Economía, Mercado y Finanza, de apertura y construcción participativa del costo del bolsón de verduras, del precio del producto. De ahí hasta un ejemplo más duro que es el desarrollo de la Plataforma virtual de gestión de la comercialización, el Chasqui. Esas son dos innovaciones socio-técnicas diferentes,

pero ambas lo son, no solamente la dura sino también la organizacional y de procesos (Altschuler, Errecalde, et.al, 2021).

1123

Así, nuestra experiencia ha plasmado una metodología de trabajo inspirada en la educación popular, social y de adultos (Freire, 1985 y 1998; Hernández-Huerta, 2012), enriquecida y actualizada por el cruce con diversas trayectorias intelectuales y prácticas, como la sistematización de experiencias (Jara, 1994, 2001 y 2012), las comunidades de aprendizaje y de prácticas (Torres, 2001; Coll, 2001), la co-construcción de conocimientos y el diálogo de saberes (Sousa Santos, 2006), el enfoque de la complejidad y el trabajo interdisciplinario (Morin, 1984 y 1994; García, 2007), la investigación Acción Participativa (Fals Borda, 1999 y 2013; Rodríguez Villasante, 1993 y 2000), y la teoría de la decolonialidad del poder (Quijano, 2000), entre otras. También, por el vínculo y diálogo con las organizaciones y movimientos sociales del campo de la ESS, sus experiencias políticas, socioeconómicas y educativas.

Sistematización de experiencias y la IAP como tecnologías transformadoras

La hegemonía de perspectivas tradicionales de producción de conocimiento científico, en donde la objetividad, la neutralidad, la distancia entre investigador/a y “objeto de estudio”, y la sobrevaloración de los saberes científicos y académicos por sobre los saberes populares y prácticos, ha dificultado la comprensión y potenciación de prácticas de transformación social. Asimismo, ha cercado el acceso al conocimiento, excluyendo de su construcción teórica y metodológica a sectores sociales que encarnan día a día las múltiples problemáticas sociales, económicas, políticas y culturales de nuestra sociedad.

En este marco, distintas estrategias de investigación cualitativa y participativa se han desarrollado principalmente desde América Latina, a partir de trayectorias críticas, generando rupturas y nuevos marcos epistemológicos y metodológicos en los que las relaciones sociales de la investigación viran hacia vinculaciones más horizontales y dialógicas y fuertemente imbricadas en las prácticas. Entre ellas se incluye la sistematización de experiencias (SE) y la investigación acción participativa (IAP), como propuestas contra hegemónicas a los formatos tradicionales de construir conocimiento. Ambas surgen hacia los años 60, en un contexto latinoamericano y

mundial de movilización y crítica profunda de las estructuras sociales y económicas de la época, sosteniendo como máxima el compromiso social del investigador y, por lo tanto, la utilidad política del conocimiento para aportar a los procesos de transformación social que llevaban adelante militantes sociales y movimientos políticos, intelectuales orgánicos y múltiples procesos que apostaban al cambio de las estructuras sociales.

En dicho contexto, fines de los años 60 y comienzo de los 70, marcado por una gran movilización y radicalización del pensamiento y la acción política en América Latina -que coincide a su vez con la crisis de las ciencias sociales positivistas hasta entonces dominantes-, van a emerger de manera convergente obras y trayectorias fundamentales del pensamiento crítico latinoamericano como la teoría de la dependencia, de la liberación y la pedagogía del oprimido, que conllevarán intensos debates y el aflorar de conceptos como “sociología militante”, “colonialismo intelectual”, “ciencia militante”, entre otros (HERRERA FARFÁN Y LÓPEZ, GUZMÁN, 2012).

Estas trayectorias críticas y rupturas epistemológicas desde nuestra región implicaron un doble movimiento de debate, por un lado con los movimientos sociales para validar su aporte, y por otro, de debate académico para validar su método (HERRERA FARFÁN, 2018). Desde esta perspectiva, o “filosofía de vida” al decir de Fals Borda, la o el investigador se caracteriza por definición como un sujeto comprometido con la lucha social de su época, mientras se asienta el objetivo de estudiar la realidad para transformarla, como nuevo paradigma para las ciencias sociales. Ya en la década del 80, en un contexto regional mucho más adverso, signado por gobiernos dictatoriales, así como por el avance del conservadurismo y neoliberalismo a nivel mundial, se repliegan buena parte de las acciones sociales y políticas desarrolladas hasta el momento, pero continúan los puentes e intercambios entre la IAP, la SE y la educación popular.

La sistematización es habitualmente definida como aquellos procesos de recopilación y ordenamiento de la información de hechos o sucesos desarrollados en un contexto específico. Sin embargo, cuando nos referimos a la sistematización de experiencias, estamos hablando de procesos más complejos e integrales de construcción colectiva del conocimiento. En primer lugar, se revaloriza la noción de “experiencia” como aquel espacio intersubjetivo en donde se crean y producen

saberes. En ese marco, entendemos a las experiencias como escenario de creación y fuente potencial de conocimientos, enmarcadas en contextos socio-históricos y atravesadas por relaciones de poder y subordinación, así como también de resistencia, transformación e innovación social.

La SE y el conocimiento que de allí se genera, tiene una finalidad dirigida hacia la transformación de las relaciones de poder, a partir de la revalorización de las prácticas y de los sujetos sociales emergentes de los procesos de transformación e innovación social, sus saberes e historia. Este proceso se ve fortalecido y potenciado en el diálogo con los saberes científicos, los marcos conceptuales de las ciencias sociales críticas que retroalimentan de manera conjunta nuevos marcos de entendimiento y comprensión de la realidad social.

En la actualidad, la SE constituye una tecnología fuertemente difundida y utilizada entre las organizaciones sociales y políticas, así como también por espacios educativos como escuelas y universidades. En esta trayectoria se inscribe nuestra experiencia universitaria en ESS, en estrecho vínculo con la EP y de adultos, enriqueciendo las diversas metodologías participativas y dinámicas grupales de formación, investigación y acción social, tensionando y disputando desde las prácticas los esquemas dominantes de la investigación científica hacia dentro de la universidad, con otras disciplinas y áreas. En nuestro caso, como proyecto académico-territorial de la UNQ, nos hemos propuesto a lo largo de nuestra trayectoria socio-institucional, aportar conocimiento crítico y transformador desde y para la formación, la investigación, la extensión y la incubación universitaria en ESS, apropiándonos de la SE como una práctica investigativa y auto-reflexiva, la cual consideramos pertinente y apropiada para construir nuevos sentidos y estrategias, y sobre todo para fortalecer aquellas experiencias territoriales que desde sus prácticas construyen una economía para la reproducción de la vida y no del capital.

Así, la SE y la investigación sobre nuestras prácticas educativas nos han permitido construir conocimientos sobre la especificidad que se requiere de una formación para la ESS, realizando una importante producción reflexiva sobre la misma. Siguiendo esta línea, en los últimos años nos hemos propuesto avanzar en la profundización de una estrategia de IAP para la ESS, que integra la SE y la EP, la extensión y las prácticas de incubación, cuestión que desarrollamos a continuación.

Los aportes de la IAP para la reflexión y la construcción de experiencias en ESS

Paulo Freire (1997) plantea que la educación, en tanto experiencia específicamente humana, es una forma de intervención en el mundo. En ese sentido, “El educador y la educadora críticos no pueden pensar que, a partir del curso que coordinan o del seminario que dirigen, pueden transformar al país. Pero pueden demostrar que es posible cambiar” (FREIRE, op. cit., p. 108).

Así, nos proponemos abordar la práctica de enseñanza, de investigación y de incubación social en el campo de la ESS desde la fórmula EP+SE+IAP, y la figura del “educador/a como investigador/a” (FALS BORDA, 2004) -figura que en nuestra experiencia universitaria se despliega de manera sinérgica desde las funciones sustantivas de formación, investigación, extensión e incubación universitaria-, y desde la convicción de que, como dice Fals: “Los educadores-investigadores podemos trabajar y crear con una secuencia formativa anterior y muy distinta de la de los pueblos mediterráneos de occidente, de quienes proviene la cultura en parte extraña que hemos transmitido en las aulas hasta hoy” (FALS BORDA, op. cit., p. 107).

Así, nuestra propuesta desde el proyecto universitario CREES concibe la enseñanza y el aprendizaje como prácticas que se desarrollan desde y por los procesos grupales. Prácticas que no pueden concebirse como restringidas al espacio del aula (si consideramos aulas a los espacios construidos y acondicionados para tal fin que se encuentran en las instituciones educativas), ni al ámbito de la función docente. Los contextos en los que promovemos la aplicación de los aprendizajes significativos producidos en los espacios de formación que desarrollamos son las experiencias de la ESS, que se conforman como modalidades de generación de trabajo e ingresos, producción, distribución, comercialización, financiamiento y consumo alternativos a la lógica del capital, orientadas a la reproducción de la vida (CORAGGIO, 2011) y a la satisfacción de necesidades de personas y grupos sociales, privilegiando dinámicas asociativas, autogestivas, de gobernanza democrática y cooperación social (PASTORE, 2010 y 2014).

En particular, nuestras prácticas investigativas se han orientado recientemente como ya señalamos al análisis y sistematización de nuestras estrategias y dispositivos de incubación universitaria en ESS que se impulsan desde el PUIS-UNQ, a partir de

la conformación de equipos de docentes, investigadores, extensionistas, estudiantes, técnicos graduados, becarios, miembros de las incubadoras y/o actores sociales.

1127

Desde allí ponemos en diálogo la SE como práctica investigativa junto a la IAP y la EP, en procesos tanto formativos, como de investigación- acción, para generar conocimientos empíricos, conceptuales y metodológicos para el fortalecimiento de la ESS a partir del estudio de experiencias y procesos que veníamos desarrollando desde el PUIS. Con el objeto también de sistematizar dicha experiencia y construir aprendizajes que nos permitieran reflexionar sobre los contextos y condiciones de re-aplicación de experiencias y dispositivos.

En esta línea, nuestra intención es avanzar en el desarrollo y sistematización de una metodología de IAP para la ESS y consolidar un equipo multiactoral formado en dicho enfoque. Buscamos enseñar a investigar -investigando- desde un enfoque de prácticas de enseñanza innovadora y principios pedagógicos/ políticos de la EP.

En este sentido, proponemos alternativas metodológicas posibles, factibles y viables para la continuidad del proceso de investigación, congruentes con las perspectivas de la IAP (Fals Borda), y la SE, así como con las epistemologías del sur (Quijano, De Sousa Santos). Propiciamos situaciones que posibiliten el aprendizaje y la utilización de técnicas y herramientas de investigación a través de dinámicas de trabajo acordes con los principios y valores de la ESS.

A modo de ejemplo, la Incubadora Universitaria de Economía, Mercados y Finanzas Solidarias (EMFS) se propone generar procesos de democratización de los mercados y las finanzas desde una perspectiva de ESS, desarrollando dispositivos y estrategias como un Almacén Autogestivo (AA) ubicado en las instalaciones de la UNQ; Central Cooperativa (CC), un centro de logística y distribución mayorista de alimentos cooperativos y de la agricultura familiar, y Mercado Territorial (MT), un circuito corto de comercialización a partir de la conformación de una red de más de 100 nodos de consumo territoriales. Dichas experiencias han sido posibles por la articulación con múltiples actores de la producción popular de alimentos, la Universidad, más específicamente el PUIS, y diversos organismos públicos de fortalecimiento y apoyo a la ESS. En este marco, desde las IU se han desarrollado múltiples propuestas y procesos estratégicos en los cuales la construcción de

conocimiento innovador y transformativo se evidencia tanto en los debates conceptuales de los equipos de trabajo como en las propuestas concretas de desarrollo.

Al respecto, consideramos de gran interés documentar, sistematizar y conceptualizar la experiencia transitada, tan reciente como intensa, desde un análisis reflexivo y multiactoral que retroalimente dichas prácticas, debates y estrategias así como nuestros propios espacios formativos.

Durante el trayecto de este inicio en la IAP pudimos consolidar un equipo de trabajo con quienes fuimos aprendiendo a investigar desde esta perspectiva a medida que avanzábamos. Para ello generamos instancias de investigación y reflexión para la construcción colectiva de un marco conceptual que diera soporte a la investigación-acción; co-construimos los objetivos específicos de la investigación con los equipos de las incubadoras, relevando y direccionando la investigación a partir de los intereses y necesidades de los equipos y generando talleres y espacios de reflexión acción sobre las prácticas.

Siguiendo la perspectiva de IAP, el diseño e implementación del trabajo de campo, así como el procesamiento de datos y la construcción de categorías de análisis se realizó de manera colectiva, contando con una amplia participación de becarios, estudiantes y graduados de la Tecnicatura en ESS, lo que implicó una rica construcción de estrategias colectivas de investigación, así como aprendizajes cruzados. De este modo, en nuestros proyectos de IAP compartimos y aplicamos los aprendizajes desarrollados en las experiencias vividas en el ámbito de formación de la Tecnicatura. A la vez que, colaboradores externos y actores sociales se suman con sus diversas trayectorias de formación y experiencias de investigación-acción.

Promovemos el análisis reflexivo y crítico sobre los pasos recorridos durante el desarrollo de la investigación desde las perspectivas metodológicas y epistemológicas mencionadas. Facilitamos la generación de espacios colaborativos de intercambio y producción escrita de resultados y aprendizajes significativos entre todas y todos los integrantes del proyecto de investigación y su presentación en espacios de debate académico así como de los propios equipos de trabajo.

Así, si bien se trata de una experiencia incipiente y en pleno desarrollo, nos parece sumamente significativa y pertinente para la experiencia colectiva más amplia que venimos desarrollando. La estrategia de construcción de una metodología y

equipo de IAP, en tanto tecnología social para la ESS se suma colaborativamente y de manera dialógica, trabajando de manera conjunta con los equipos de formación, extensión e incubación (que también integramos), aportando a la construcción de conocimientos significativos y reflexiones colectivas para una práctica integral, académica y territorial orientada a la transformación social, inter-subjetiva y vincular, así como de promoción y fortalecimiento de estrategias, tecnologías y dispositivos para el campo de la ESS.

Reflexiones finales

Nuestras prácticas universitarias se conformaron desde el comienzo desde un diálogo constructivo entre lo académico y lo territorial. Las mismas se proponen dar respuesta desde la universidad pública a la crisis profunda que atravesamos como sociedad, en la construcción de alternativas desde la economía popular, social y solidaria. Hoy, en nuevos contextos de crisis, los problemas estructurales de pobreza, desempleo, desigualdad, exclusión distan de haberse solucionado, pero no nos encontramos en el mismo lugar como sociedad ni como universidad. Hemos recorrido un camino de co-construcción de experiencias, visiones, estrategias, tecnologías, redes y sujetos colectivos que instalan hoy a la economía popular, social y solidaria, junto a otras trayectorias críticas, en los territorios, las organizaciones sociales, la agenda pública y la vida universitaria.

En este marco, nuestra experiencia universitaria retoma y recrea las diversas trayectorias críticas latinoamericanas que hemos abordado en este trabajo, y a su vez se inserta en debates y desafíos actuales para abordar las profundas desigualdades vinculadas a la globalización excluyente y la crisis civilizatoria actual. Así como se plantea desde la EP, la SE y la IAP en los años 70 una *sociología* y una *ciencia militantes*, podemos concebir hoy a la ESS como un campo militante en construcción, multidisciplinario y multidimensional, que requiere de tecnologías sociales específicas e innovadoras para su desarrollo y potenciaición, que pone en diálogo la educación innovadora y popular, la construcción de saberes colectivos, de experiencias y estrategias desde la universidad, con las organizaciones y actores sociales, tensionando las jerarquías y relaciones establecidas entre saber y poder.

Retomando los desafíos que enfrentan las universidades en el contexto contemporáneo planteados en la introducción, consideramos que la experiencia del CREES de la UNQ en el campo de la ESS ha producido tecnologías transformadoras para lo colectivo, subjetivo, intersubjetivo, institucional y socio-territorial de interés, sobre las que deseamos profundizar desde la praxis.

Este camino implica un esfuerzo permanente de re-vinculación entre teoría y práctica, entre razón y emoción, que intenta responder a la complejidad de la realidad social y de la vida, así como dar respuesta a los desafíos que nos plantea la construcción del campo de la ESS como una alternativa socioeconómica, sociocultural y socio organizativa, en diálogo con las perspectivas feministas, de la economía circular y el buen vivir para nuestras comunidades. Desde esta concepción sentipensante y desde un trabajo académico-territorial y militante por la construcción de otra economía, otra educación, otra tecnología y otra sociedad, desde dispositivos dialógicos y colectivos, fuimos forjando esta experiencia que aborda la interdisciplina y la complejidad desde el hacer y desde un ir siendo juntos/as.

Así, nuestra práctica ha buscado aportar conocimientos que nos permitan avanzar en lo que entendemos como epistemologías críticas y tecnologías transformadoras: una formación e investigación- acción para la transformación y la emancipación social, enmarcada en los valores de la autogestión, la solidaridad, la cooperación y la construcción colectiva de saberes y prácticas. Hemos avanzado mucho en educación innovadora y en el desarrollo de dispositivos y estrategias universitarias de extensión e incubación, pero queda mucho camino por recorrer en la sistematización de experiencias, la construcción de aprendizajes significativos, desde procesos de IAP profundos y sostenidos en el tiempo, que dialoguen y aporten a dichas prácticas. Es este nuestro horizonte, en el convencimiento de su pertinencia y coherencia con nuestra propuesta universitaria integral en el campo de la ESS. Por supuesto que este camino no transcurre sin tensiones, conflictos, contradicciones así como disputas de sentido y de poder hacia dentro y hacia afuera de la universidad, en el territorio y con otros actores sociales o institucionales. Pero comprendemos que las mismas son parte del proceso de construcción y de transformación social, en un juego entre lo instituido y lo instituyente, entre viejas y nuevas tecnologías sociales por recuperar y por nacer.

Bibliografía

ALTSCHULER, B.; NIÑO, L.; PAGANI, W. Co-construcción de saberes y prácticas en clave de Economía Social y Solidaria: Investigación Acción Participativa y Educación Popular en y desde la Universidad pública argentina. In: ALVA, M.; PÉREZ, E. (Editores). Investigación-acción y educación popular. Lima: Fondo Editorial de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2022.

ALTSCHULER, B.; ERRECALDE, S.; MENDY, G.; MUÑOZ C. C. Formación e incubación universitaria para el desarrollo de la economía social y solidaria: enfoques, estrategias y experiencias de la Universidad Nacional de Quilmes, Argentina. In: CRUZ, C.; KLEBA, J.; ALVEAR, C. (Orgs.). Engenharia e outras práticas técnicas engajadas: volume 2. Iniciativas de formação profissional. Campina Grande: EDUEPB (Editora da Universidade Estadual da Paraíba), 2021. p. 53-89. Disponível em: <<http://eduepb.uepb.edu.br/e-books/>>.

ALTSCHULER, B. Estrategias, estructuras y emergencias: aportes para una agenda actual de la economía social y solidaria. Revista de Ciencias Sociales, Segunda Época, UNQ, v. 11, n. 37, p. 7-15, abril 2020.

ALTSCHULER, B.; SENA, S.; SCHMALKO, N.; MENDY, G.; PASTORE, R. Experiencias y aprendizajes de la formación en Economía Social y Solidaria desde la universidad pública argentina. In: PÉREZ MUÑOZ, C.; HERNÁNDEZ ARTEAGA, I. (comps.). Economía Social y Solidaria en la educación Superior: un espacio para la innovación. Tomo I. Bogotá: Editorial Universidad Cooperativa de Colombia (UCC), 2020. p. 93-133..

ALTSCHULER, B.; NIÑO, L.; PAGANI, W.; PELETAY, B. Estrategias de Incubación Universitaria en Economía Social y Solidaria: Un análisis desde la Investigación Acción Participativa desde la Universidad pública argentina. In: SOSTENIBILIDAD Y ENFOQUES EMPRESARIALES EN AMÉRICA LATINA. Bogotá: Universidad Libre, 2020. (Capítulo de libro, en prensa).

ALTSCHULER, B.; PELETAY, B. Incubación Universitaria de procesos en Economía Social y Solidaria. Un estudio del PUIS- UNQ desde la IAP. Revista de Ciencias Sociales, Segunda Época, UNQ, vol. 10 (35), abril de 2019, p. 7-27.

COLL, C. Las Comunidades de aprendizaje y el futuro de la educación. 2001. Documento presentado en el Simposio Internacional sobre Comunidades de Aprendizaje, Barcelona Forum 2004, Barcelona, 5-6 Octubre 2001.

DAGA, A.; ERRECALDE, S.; FERNÁNDEZ, G.; MARCHAND, N. Incubando procesos en clave de Economía Social y Solidaria. En: Revista Hábitat Inclusivo, n. 10, Buenos Aires, 2017.

FALS BORDA, O. Pertinencia actual de la Educación Popular y proyección en los años venideros. Revista La Piragua, n. 21, III/2004, 2004. Disponível em: <<http://ceaal.org/images/stories/Piragua%2021.pdf>> Acesso em: 30 jan. 2019.



FALS BORDA, O. Orígenes universales y retos actuales de la IAP (Investigación Acción Participativa). Revista Análisis Político, n. 38, 1999. Argentina.

FALS BORDA, O. El problema de cómo investigar la realidad para transformarla por la praxis. En: HERRERA, N.; LÓPEZ, L. (Comps.). Ciencia, compromiso y cambio social. Textos de Orlando Fals Borda. Buenos Aires: Ed. El Colectivo, 2013. p. 213-240.

FREIRE, P. Pedagogía de la autonomía. México: Siglo XXI Editores, 1997.

FREIRE, P. Educación y cambio. Buenos Aires: Editorial Galerna, 1985.

FREIRE, P. ¿Extensión o Comunicación?: La Concientización en el Medio Rural. México: Siglo XXI Editores, 1998.

GARCÍA, R. Sistemas complejos. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

HERNÁNDEZ-HUERTA, J. L. Manual para exploradores de la educación de adultos. Salamanca: Hergar Ediciones Antema, 2012.

HERRERA FARFÁN, N. A.; LÓPEZ GUZMÁN, L. (comps.) Ciencia, compromiso y cambio social. Textos de Orlando Fals Borda. Buenos Aires: El Colectivo Lanzas y Letras, Extensión Libros, 2012.

JARA, O. Para Sistematizar Experiencias, una propuesta teórica y práctica. Lima: Tarea, 1994.

JARA, O. Dilemas y desafíos de la sistematización de experiencias. Costa Rica: Centros de Estudios y Publicaciones Alforja, 2001.

JARA, O. La sistematización de experiencias, Práctica y teoría para otros mundos posibles. Uruguay: Ed. Biblioteca de Educación Popular, 2012.

MORIN, E. Ciencia con conciencia. Barcelona: Editorial Anthropos, 1984.

MORIN, E. Introducción al pensamiento complejo. Barcelona: Editorial Gedisa, 1994.

PAGANI, W. las condiciones de posibilidad de transformación social a partir de experimentar prácticas de enseñanza innovadoras. Percepción de las y los educadores en la experiencia de enseñanza en la Tecnicatura Universitaria en Economía Social y Solidaria (TUESS) de la Universidad Nacional de Quilmes en el periodo 2016-2017. Tesis de Maestría en Metodología de la Investigación Científica, UNLa (inédito). 2019.

PASTORE, R. Estrategias de vinculación universitaria para el fortalecimiento de la economía social y solidaria. 2019. In: Otra Economía, Volume 12, no. 21, p. 231-247.



PASTORE, R. La economía social y solidaria, una construcción colectiva y plural en el camino de la profundización democrática. 2014. In: LOZANO, N.; FLORES, L. (orgs.). Democracia y sociedad en la Argentina contemporánea. Reflexiones para un debate. Buenos Aires: Editorial UNQ.

PASTORE, R. Un panorama del resurgimiento de la economía social y solidaria en la Argentina. 2010. In: Revista de Ciencias Sociales, Year 2, no. 18, spring 2010, UNQ, Bernal.

PASTORE, R.; ALTSCHULER, B. Economía social y solidaria en clave de desarrollo socio-territorial en Argentina. Conceptos, políticas públicas y experiencias desde la universidad. Revista EUTOPIA, Revista de Desarrollo Económico Territorial, FLACSO Ecuador, v. 7, julio de 2015, p. 109-128. Disponible en: <http://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/view/1689>.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Eduardo (Comp.). La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RODRÍGUEZ VILLASANTE, T. et al. (coords.). La investigación Social Participativa. Barcelona: El Viejo Topo, 2000.

RODRÍGUEZ VILLASANTE, T. Aportaciones básicas de la IAP a la epistemología y metodología. Documentación Social, n. 92, p. 23-43. 1993.

SOUSA SANTOS, B. Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social (encuentros en Buenos Aires). Buenos Aires: CLACSO, 2006.

TORRES, M. R. Comunidades de aprendizaje. Repensando lo educativo desde el desarrollo local y desde el aprendizaje. Documento presentado en el “Simposio Internacional sobre Comunidades de Aprendizaje”, Barcelona, 2001.

ARTICULAÇÕES DO *SOFTWARE* LIVRE COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL

1134

Flávio Gomes da Silva Lisboa, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
(UTFPR), flavio.lisboa@fgsl.eti.br

Marilene Zazula Beatriz, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR),
marilenez@utfpr.edu.br

Resumo

O *Software* Livre e Aberto (FLOSS) possui características que o identificam com o conceito de Tecnologia Social de Renato Dagnino (renomeado pelo autor em 2019 para Tecnologia Solidária). Essa seria a tecnologia adequada para a criação e sustentação de empreendimentos de Economia Solidária. Entretanto, a apropriação do FLOSS por empreendimentos de Economia Solidária não parece ocorrer de fato. Neste artigo, fizemos uma revisão da literatura que relaciona o *Software* Livre e Aberto com a Economia Solidária no Brasil e procuramos casos em que o *software* foi apropriado pelos empreendimentos por meio do processo que Dagnino chama de Adequação Sociotécnica. Nossa hipótese era de que não houve apropriação de FLOSS pelos empreendimentos, no sentido de que os empreendimentos não adaptaram *software* livre para sua realidade, quando o usaram, mas que o trataram como um *software* proprietário, em uma relação cliente-fornecedor. Os resultados mostram que o potencial do FLOSS ainda é inexplorado pelos empreendimentos de Economia Solidária. Esses resultados mostram uma contradição para uma tecnologia que tem como um dos princípios a liberdade, o qual é comum com a Economia Solidária na definição de Paul Singer para o conceito. Enquanto grandes empresas de tecnologia da informação e comunicação se apropriaram da liberdade de uso e modificação do *Software* Livre e Aberto, os empreendimentos de Economia Solidária parecem desconectados dessa possibilidade. Uma questão-chave para essa desconexão é a dificuldade de acesso à infraestrutura de tecnologia da informação, pois *software* não funciona sem *hardware*. Empreendemos então uma discussão sobre a inclusão digital dos empreendimentos de Economia Solidária e a necessidade de tratamento dessa questão para a formação efetiva de redes de empreendimentos que não estejam limitadas territorialmente.

Palavras-chave: 1. Economia Solidária. 2. FLOSS. 3. *Software* Livre. 4. Tecnologia Social. 5. Tecnologia Solidária.

Abstract:

Free/Libre and Open Source Software (FLOSS) has characteristics that identify it with Renato Dagnino's concept of Social Technology (renamed by the author in 2019 to Solidarity Technoscience). This would be the appropriate technology for creating and sustaining Solidarity Economy enterprises. However, the appropriation of FLOSS by Solidarity Economy enterprises does not seem to actually occur. In this paper we reviewed the literature that relates Free/Libre and Open Source Software to the Solidarity Economy in Brazil and looked for cases in which the software was appropriated by the organizations through a process that Dagnino calls Sociotechnical Adequacy. Our hypothesis was that FLOSS was not appropriated by the organizations, in the sense that the organizations did not adapt the free software to their reality when they used it, but treated it as proprietary software, in a client-supplier relationship. The results show that the potential of FLOSS is untapped by the Solidarity Economy enterprises. These results show a contradiction for a technology that has freedom as one of its principles, which is common to the Solidarity Economy in Paul Singer's definition of the concept. While large information and communication technology companies have appropriated the freedom to use and modify Free and Open Source Software, the

Solidarity Economy enterprises seem disconnected from this possibility. A key issue for this disconnection is the difficulty of access to information technology infrastructure, because software does not work without hardware. We then undertake a discussion about the digital inclusion of the Solidarity Economy enterprises and the need to address this issue for the effective formation of enterprise networks that are not territorially limited.

Key-words: Floss; Free software; Social Technology; Solidary Economy; Technoscience.

Introdução

Nesta introdução, nós apresentamos o problema de pesquisa, caminhamos para a questão que conduz a investigação e fundamentamos a relevância deste trabalho para o campo de pesquisa da Economia Solidária.

O problema central deste artigo é a apropriação do *Software* Livre e Aberto (FLOSS) por empreendimentos de Economia Solidária no Brasil. Para compreender por que isso é um problema, temos de conhecer antes as intersecções entre os movimentos do *Software* Livre¹¹⁶ e da Economia Solidária.

Software livre é um *software* que concede aos usuários a “liberdade de executar, copiar, distribuir, estudar, mudar e melhorar” (FREE SOFTWARE FOUNDATION, 1996). Para garantir essas liberdades, um *software* livre precisa ter seu código-fonte aberto. O movimento do *Software* Livre é focado na garantia das liberdades para o usuário, mas há outro movimento, o do Código Aberto, que enfatiza as vantagens técnicas do compartilhamento do código-fonte de programas de computador. A *Free Software Foundation*, organização pioneira do movimento do *Software* livre, aceita um termo comum para *softwares* produzidos sob essas duas vertentes: *Free/Libre and Open Source Software*, de onde vem a sigla FLOSS (STALLMAN, 2013). Um FLOSS permite que seus usuários façam uma adequação sociotécnica, no sentido que Dagnino (2014) confere a esse termo, o de ajuste do processo ou artefato tecnológico para a realidade de seus usuários, com apropriação do conhecimento para modificar esse processo ou artefato.

Em 2012, Richard Stallman, físico e ativista estadunidense do movimento do *Software* Livre, e Euclides Mance, filósofo e ativista brasileiro do movimento da Economia Solidária, escreveram uma declaração, expressando seus pontos de vista

116 Quando falarmos do movimento social, usaremos *Software* Livre com letras maiúsculas, assim como fazemos com Economia Solidária. Quando usarmos *software* livre com letras minúsculas, estamos nos referindo ao artefato *software*.

peçoais sobre a cooperação entre os movimentos dos quais faziam parte (STALLMAN e MANCE, 2012). Um dos pontos que ambos expressaram foi a questão de empreendimentos de Economia Solidária relacionados à produção de *software*:

Os movimentos de *software* livre e de economia solidária também devem colaborar para fomentar o crescimento e o surgimento de empreendimentos auto-gestionados que produzam *software* livre segundo as ideias da economia solidária. Isto fortalecerá a democracia nos âmbitos econômico e técnico, e contribuirá para o desenvolvimento de comunidades locais integradas em redes colaborativas. (STALLMAN e MANCE, 2012)

Observe que a dupla de ativistas fala da necessidade de “fomentar o crescimento”, o que supõe a existência de empreendimentos econômico-solidários cuja atividade é a produção de *software*. Stallman e Mance falam especificamente da produção de *software* livre, mas precisamos primeiro saber se realmente havia coletivos que produziam *software* para, dentre esses, descobrir quais produziam *software* livre e, assim, confirmar se era possível fomentar algum crescimento ou se, na verdade, a questão era realmente criar novos empreendimentos em uma atividade que não era realizada pelos demais.

A partir de um mapeamento de empreendimentos econômicos de base coletiva e autogestionária realizado entre 2009 e 2013, em um trabalho conjunto da Secretaria Nacional de Economia Solidária¹¹⁷ e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Gaiger (2014) apresentou uma análise de dados da Economia Solidária no Brasil. Esses resultados foram apresentados cerca de dois anos após a publicação da declaração conjunta de Stallman e Mance, e podem servir como base para saber qual era o estado da cooperação entre esses movimentos na prática.

A análise de Gaiger (2014) identificou os setores da economia em que os empreendimentos de Economia Solidária estavam presentes usando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Entre as subclasses de atividades listadas por Gaiger como mais frequentes, entretanto, não encontramos nenhuma atividade dos serviços de tecnologia da informação, que incluem o desenvolvimento de *software*. O estudo de Gaiger de forma geral não faz qualquer

117 A Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES – foi criada em 2003, rebaixada a subsecretaria em 2016 e extinta em 2019, junto com o Ministério do Trabalho. Suas atribuições foram transferidas para o Ministério da Cidadania.

menção à atividade de tecnologia da informação. A princípio, não há intersecção alguma da Economia Solidária no Brasil com o *software* em geral, muito menos com o *Software Livre*.

A partir dessa constatação, elaboramos uma hipótese de que não houve apropriação de *software* livre pelos empreendimentos. Em outras palavras, os empreendimentos de Economia Solidária não adaptaram *softwares* livres para suas realidades, quando usaram algum *software* livre, mas que o trataram como um *software* proprietário, em uma relação cliente-fornecedor. Enfim, segunda essa hipótese, se *softwares* livres foram usados por coletivos de Economia Solidária, não foram percebidos como uma tecnologia mais apropriada para empreendimentos autogestionários.

A nossa questão de pesquisa, assim é: **como o software livre foi apropriado por empreendimentos de Economia Solidária no Brasil?**

Mas por que a ausência de *software* livre em empreendimentos de Economia Solidária, seja para uso ou produção, seria um problema? Ela é um problema se considerarmos como essenciais os seguintes pontos da declaração de Stallman e Mance:

- fortalecimento da democracia nos âmbitos econômico e técnico;
- contribuição para o desenvolvimento de comunidades locais integradas em redes colaborativas.

Com relação ao primeiro ponto, o *software* livre contribui para fortalecimento da democracia no âmbito econômico e técnico dos empreendimentos de Economia Solidária porque tem as características que Dagnino atribui à Tecnologia Social:

Ela deve ser adaptada ao reduzido tamanho físico e financeiro, não discriminatória, liberada da diferenciação – disfuncional, anacrônica e prejudicial nos ambientes autogestionários – entre patrão e empregado, orientada para um mercado interno de massa, libertadora do potencial e da criatividade do produtor direto. (DAGNINO, 2010, p. 58)

O *software* livre é adaptável a qualquer tamanho físico e financeiro porque ele não tem custo de licenciamento e não obriga o usuário a usar funcionalidades que ele não precisa. Um *software* proprietário, comercializado em massa, além de impor as mesmas funcionalidades para todos os clientes, independente das necessidades específicas, pode ter restrições para personalização, ou tornar isso muito caro, porque

só o fornecedor do *software* pode fazer isso. O *software* livre dá ao usuário a possibilidade de escolher quem fará manutenção, incluindo o próprio usuário, se tiver o conhecimento técnico necessário. O mais importante é que o *software* livre permite a participação do usuário na construção ou modificação do artefato tecnológico. Essa liberdade torna possível criar algo mais adequado e de acordo com as condições financeiras do empreendimento.

Com relação ao segundo ponto, temos a questão do desenvolvimento de comunidades locais por meio de redes colaborativas. O *software* livre pode atuar como instrumento de tecnologia da informação para a infraestrutura dessas redes. Há uma variedade de *softwares* livres disponíveis para trabalho colaborativo, até mesmo porque a própria construção de *softwares* livres em comunidade é feita de forma colaborativa, o que motivou a criação de ferramentas de comunicação e gestão.

Esses pontos são essenciais se considerarmos que a Economia Solidária é um movimento que pretende crescer e se sustentar. Santos, Bianchim, Posser e Costa (2017) observam que “para alguns estudiosos tais iniciativas [da Economia Solidária] são utópicas e não possuem potencial de auto-sustentação embora reconheçam a busca pela consolidação de novas formas associativas de trabalho”. Por outro lado, para Fraga (2011, p. 102), outros estudiosos enxergam a Economia Solidária como “uma possibilidade de superação gradual do capitalismo”. Com relação a essa visão, Singer (2002) afirma que para essa superação, é necessário a Economia Solidária alcançar os mesmos níveis de eficiência da economia capitalista na produção e distribuição de mercadorias. Isso exige o apoio de serviços financeiros, científicos e tecnológicos, os quais, para não subverterem os empreendimentos, precisam operar de acordo com a lógica solidária. E aí entram os serviços de tecnologia da informação alinhados com a Economia Solidária. Disso decorre a motivação para esta pesquisa.

Metodologia

Na falta de outros mapeamentos sobre empreendimentos de Economia Solidária, recorreremos à pesquisa pela produção acadêmica. Essa pesquisa foi direcionada à produção de pesquisa em língua portuguesa, mirando em trabalhos que estivessem relacionados a desenvolvimento regional. Quando fizemos uma busca, no mês de setembro de 2022, pelas palavras-chave “economia solidária” e “*software*

livre”, nas bases do Oasisbr, Scielo e Portal de Periódicos da CAPES¹¹⁸, sem limitação de data de publicação, encontramos apenas 4 trabalhos acadêmicos, publicados entre 2008 e 2019: 2 artigos e 2 dissertações de mestrado (Quadro 1).

Quadro 1 – Trabalhos com as palavras-chave “economia solidária” e “software livre”

Título	Tipo de Trabalho	Ano
Cultura Digital na Perspectiva do Projeto Onda Solidária de Inclusão Digital	Artigo de conferência	2008
INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES: ATUANDO A PARTIR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	Artigo de conferência	2015
Utilidade social em empreendimentos da economia solidária: o caso das mulheres do artesanato (Natal/RN)	Dissertação de mestrado	2018
Produção de software livre por uma empresa estatal de tecnologia da informação: um estudo de caso sob a perspectiva da tecnologia social	Dissertação de mestrado	2019

Fonte: Autoria própria (2022)

Como base de comparação, apresentamos os resultados de pesquisa nas mesmas bases por trabalhos que tivessem apenas uma das palavras-chave. A Tabela 1 mostra que há produção acadêmica com cada a palavra-chave economia solidária ou *software* livre desde 1994. Mas as publicações sobre a intersecção entre as duas, entretanto, é uma ínfima parte de toda essa produção.

Tabela 1 – Trabalhos com as palavras-chave “economia solidária” ou “software livre”

Palavra-chave	Base	Período de Publicação	Quantidade
Economia solidária	Oasisbr	1997-2022	2.738
	Scielo	1999-2022	215
	Portal de Periódicos CAPES	1994-2022	1.864

118 Respectivamente: <https://oasisbr.ibict.br/vufind>, <https://scielo.org> e <https://www.periodicos.capes.gov.br>

Software livre	Oasisbr	1994-2022	2.042
	SciELO	2003-2022	92
	Portal de Periódicos CAPES	2002-2022	803

1140

Fonte: Autoria própria (2022)

Uma vez selecionados os trabalhos, procedemos à leitura de cada um, para buscar referências sobre uso ou produção de *software* livre por empreendimentos de Economia Solidária. Na próxima seção apresentaremos as descobertas feitas a partir dessas leituras.

Resultados

Santos, Lima e Cruz (2008) fazem um relato do Projeto Onda Solidária, “projeto de capacitação para o uso das tecnologias livres de informação e comunicação como uma forma de produção e distribuição de riqueza, integrado ao fomento da prática de Economia Solidária” (SANTOS, LIMA, CRUZ, 2008, p. 6). Esse projeto foi implantado no bairro de Pirajá na cidade de Salvador. O legado desse projeto é a disciplina MATC53 - Onda Solidária de Inclusão Digital: Tecnologia a Serviço da Cidadania, *do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, na qual os estudantes podem “atuar como estudantes educadores em comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica ministrando oficinas e cursos relacionados aos conteúdos de computação, educação, tecnologia, software livre” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2017). Não há, entretanto, no artigo de Santos, Lima e Cruz (2008), informação sobre o estabelecimento de qualquer empreendimento de Economia Solidária que produza software livre. Quando procuramos por publicações específicas sobre o projeto Onda Solidária, encontramos apenas contribuições para a formação social dos estudantes da universidade (SANTOS, SOUZA, SANTOS, ALVES e SANTOS, 2017).*

Botelho, Lima, Braun, Wuerges, Gauthier e Nogueira (2016) falam, em seu artigo, sobre a incubação de empreendimentos de Economias Solidária por projetos de extensão universitários, mas não há menção a qualquer empreendimento que

produza *software* ou que utilize *software* para sua atividade. O termo *software* livre aparece no artigo desses autores porque eles utilizaram um *software* livre, o LibreOffice Calc, para processar os dados coletados.

Melo (2018) apresenta, em sua dissertação de mestrado, um estudo de caso sobre vivências de mulheres em empreendimentos de Economia Solidária do segmento de artesanato. O termo *software* livre aparece em sua dissertação porque ela utilizou um *software* livre, o IRAMUTEQ, para a análise de conteúdo do material coletado.

Lisboa (2018) apresenta, em sua dissertação de mestrado, um estudo de caso sobre um *software* livre produzido por uma empresa estatal de tecnologia da informação sob a perspectiva do *software* livre como Tecnologia Social¹¹⁹, de acordo com o conceito de Dagnino (2010), o de uma tecnologia para a inclusão social, que sirva para o estabelecimento de empreendimentos autogestionários. Na sua fundamentação teórica, essa dissertação menciona dois coletivos de produção de *software* identificados como autogestionários: as cooperativas Colivre e EITA.

A Cooperativa de Trabalho em Tecnologias Livres – Colivre – foi fundada em 2006 (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2022). Entre suas atividades está o desenvolvimento de sistemas Web com uso de *software* livre. Em 2017, a Colivre foi finalista do Prêmio Fundação BB de Tecnologia Social pela criação do *software* Noosfero, uma plataforma web livre para criação de redes sociais autônomas (FUNDAÇÃO BB, 2017). Segundo Macedo (2009), a Colivre é uma cooperativa oriunda de um laboratório universitário, com “doutorandos, mestrados, professores e integrantes de ONGs atuantes na região” de Salvador, Bahia, como sócios. Segundo o site cnpj.info, a Colivre está em processo de liquidação, o que foi confirmado em mensagem de e-mail por um de seus sócios, Antônio Terceiro, o qual informou em julho de 2022 que a cooperativa encerrou suas operações.

A Cooperativa de Trabalho em Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão – EITA – foi fundada em 2011, com sede na cidade de Caldas, Minas Gerais. Em seu sítio web, a cooperativa se apresenta como um coletivo que “atua junto aos movimentos sociais do campo popular, em suas lutas pela economia

119 A partir de 2019, Dagnino passou a usar o termo Tecnociência Solidária no lugar de Tecnologia Social (DAGNINO, 2019)

solidária, reforma agrária, agroecologia, saúde e justiça social” (EITA, 2022). Até a finalização deste artigo, a EITA permanecia em atividade. Ela inclusive tem alguns vídeos em seu canal no Youtube (Coletivo EITA) com alguns depoimentos de coletivos autogestionários que são seus clientes.

Assim, dentro da produção acadêmica que relaciona economia solidária e *software* livre, segundo os resultados das buscas feitas, encontramos apenas dois empreendimentos produtores de *software* livre, sendo que apenas um deles permanece em atividade. Com relação ao uso de *software* livre, exceto por esses empreendimentos produtores, não encontramos referências

Mas, acidentalmente, tivemos pistas de mais empreendimentos produtores. Encontramos a dissertação de Macedo (2019) – que não apareceu como resultado das buscas por economia solidária e *software* livre – ao procurar por trabalhos que mencionassem a cooperativa Colivre, para obter dados sobre ela, uma vez que não encontramos um sítio web ativo. Em sua dissertação, Macedo (2019) menciona três cooperativas produtoras de *software* livre: Solis, Colivre e Tecnolivre.

Segundo Macedo (2009), a Solis é uma cooperativa oriunda da Universidade do Vale do Taquari (Univates), na cidade de Lajeado, Rio Grande do Sul. Fundada em 2003, por professores, alunos e ex-funcionários da Univates, a Solis ainda existe como empresa, mas em seu sítio web (<https://www.solis.com.br>) não se apresenta como uma cooperativa nem menciona o uso de *software* livre, como faz a EITA.

De acordo com Macedo (2009), a TecnoLivre é uma cooperativa oriunda da Universidade Federal de Lavras, criada em 2007 a partir de um projeto de extensão. O site cnpj.info informa que a TecnoLivre foi extinta por liquidação voluntária dos sócios em 2013.

Vimos, a partir dos resultados, que entre 2003 e 2011, surgiram quatro cooperativas identificadas como empreendimentos de Economia Solidária e produtoras de *software* livre. Entretanto, apesar da aparente esperança ao encontrar o trabalho de Macedo (2009), verificamos que, atualmente, parece haver apenas um único empreendimento de Economia Solidária no Brasil que trabalha com produção de *software*, e particularmente, de *software* livre, que é a cooperativa EITA. A partir do canal de Youtube da cooperativa EITA, descobrimos alguns empreendimentos que usam *software* livre, por serem clientes da EITA. Essa descoberta ocorreu a partir da

assistência a depoimentos de organizações clientes da EITA. Nem todas as organizações são coletivos autogestionários, mas vamos mencioná-las a seguir para compreender melhor a atuação da EITA com *software* livre.

O Grupo de Consumo Araçá organiza o abastecimento de “casas com alimentos e outros itens direto de quem produz, tendo por inspiração as práticas de Economia Solidária baseadas na autogestão e trabalho em cooperação” (GRUPO DE CONSUMO ARAÇA, 2022). Segundo Agda dos Santos, prossumidora do Araçá, a EITA desenvolveu um novo portal para o grupo (COLETIVO EITA, 2021). No próprio portal do Grupo Araçá há a menção de que isso foi feito com o uso de *software* livre.

“A Associação Brasileira de Agroecologia [ABA] reúne profissionais e estudantes das mais diversas áreas do conhecimento” e realiza e apoia “ações dedicadas à construção do conhecimento agroecológico” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA, 2022). O primeiro site construído EITA foi para a ABA (COLETIVO EITA, 2021). No site da ABA encontramos um artigo que afirma que “O uso de plataformas de tecnologia livre garante maior segurança quanto ao manejo dos dados, que seguem guardados em servidores protegidos por criptografia” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA, 2022).

Em vídeo gravado com um representante do Armazém do Campo, a EITA afirma que contribui com tecnologias livres para o site do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST (COLETIVO EITA, 2021). Entretanto, não há menção sobre *software* livre no site do MST.

Shirlei Silva, do Movimento Graal no Brasil, faz um depoimento sobre a cooperativa EITA, destacando seu papel como gestora de dados:

[...] Uma cooperativa que fosse circular, um empreendimento de economia solidária que cuidasse de uma coisa tão cara para todas nós que são os nossos dados, as nossas informações, uma cooperativa que diferente das grandes plataformas que tem por aí, que fosse segura onde a gente pudesse confiar no tratamento das nossas informações [...] (COLETIVO EITA, 2021).

O Movimento do Graal é “uma organização internacional de mulheres comprometidas com a transformação do mundo em uma comunidade de justiça e paz” (GRAAL BRASIL, 2022). Em seu depoimento, Shirlei Silva informa que a EITA abriga o escritório virtual do Movimento do Graal no Brasil. A EITA informou que o

escritório virtual é a plataforma RIOS, que é feita em *software* livre. Segundo a EITA, essa plataforma teve aporte da Cáritas Brasileira, da União Europeia e da Fundação Banco do Brasil (COLETIVO EITA, 2021).

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação também é cliente da EITA (2022), embora sua coordenadora, *Andressa Pellanda*, não tenha informado em seu depoimento exatamente o que a EITA produziu para sua organização. De qualquer modo, essa organização não é um coletivo autogestionário.

A EITA afirma em vídeo que, junto com o Coletivo do Pirarucu, criou a proposta de sistema de rastreabilidade do pirarucu para o IBAMA (COLETIVO EITA, 2021). Neste caso, quem se apropriou de *software* livre foi o IBAMA, pois a EITA e o Coletivo atuaram como fornecedores.

André Burigo, sanitarista da Fundação Oswaldo Cruz e representante do Curso Técnico de Meio Ambiente da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, depõe sobre a plataforma Yandé, construída em conjunto pela EITA e por alunos do curso. Essa plataforma provê apoio virtual para formações ambientais (COLETIVO EITA, 2021).

Carlos Lunna, secretário do Instituto Intercidadania e integrante da Rede das Produtoras Culturais Colaborativas, informa que essa rede utiliza a plataforma Rios, desenvolvida pela EITA (COLETIVO EITA, 2021). O site da Rede de Produtoras registrava, em setembro de 2022, 12 coletivos. Uma produtora colaborativa é definida como “uma tecnologia social que reúne um conjunto de metodologias baseados na cultura e no *software* livre, no cooperativismo e nas moedas sociais” (REDE DE PRODUTORAS COLABORATIVAS, 2015).

Assim, a partir das informações fornecidas pela EITA e por seus clientes, podemos dizer, a partir de declarações explícitas das fontes mencionadas, que há pelo menos 13 coletivos autogestionários que utilizam *software* livre, além da própria EITA: o Grupo de Consumo Araçá e as 12 produtoras colaborativas integradas em rede.

Na próxima seção, vamos discutir os resultados a partir da retomada da hipótese e da pergunta da pesquisa.

Discussão

1145

A nossa questão de pesquisa era **como o *software* livre foi apropriado por empreendimentos de Economia Solidária no Brasil?** A nossa hipótese era de que não houve apropriação de *software* livre pelos empreendimentos. A partir da revisão da literatura e das referências encontradas, descobrimos que alguns empreendimentos se apropriaram do *software* livre como usuários e, em menor número, como produtores.

O segundo e último mapeamento da Economia Solidária no Brasil, finalizado em 2013, registrou 19.708 empreendimentos autogestionários. Entretanto, o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários¹²⁰, que mantém dados de cadastro de empreendimentos inseridos até 2017, informa que há 20.383 empreendimentos com a situação “cadastrado”. É uma diferença de 675 empreendimentos, o que significa um crescimento de cerca de 3% em relação a quantidade apurada em 2013. Considerando os números de 2017, os empreendimentos de Economia Solidária que identificamos nesta pesquisa como usuários ou produtores de *software* livre representam menos de 1% do total de coletivos autogestionários do Brasil.

A nossa hipótese estava incorreta, porque houve apropriação de *software* livre por alguns empreendimentos. Contudo, essa apropriação é ínfima diante da quantidade de coletivos que foram mapeados. É claro que estamos falando de resultados obtidos a partir de um mapeamento realizado em 2013 e de estudos recentes. A pesquisa acadêmica não contempla toda a realidade, o que significa que pode haver outros empreendimentos usuários e produtores que estão invisibilizados. De todo modo, os dados serviram para invalidar a hipótese.

A pergunta da pesquisa é sobre como foi feita a apropriação do *software* livre pelos empreendimentos. Quando falamos sobre apropriação, temos de pensar na concepção de Dagnino para Adequação Sociotécnica – AST. A AST é definida como um processo no qual “um artefato tecnológico ou, mais genericamente, a tecnociência sofreria um processo de adequação a interesses políticos de ‘grupos sociais relevantes’ distintos daqueles que o originaram” (DAGNINO, 2014, p. 107-108).

120 <http://cadsol.mte.gov.br>

Precisamos pensar no artefato *software* como concebido, de forma geral, em um contexto capitalista. O *software* proprietário, que não tem seu código aberto para estudo nem para modificação, é um produto para ser consumido da forma como foi projetado. Ele não prevê adequação. Os usuários têm de se adequar ao *software* e não o *software* ao usuário. O *software* proprietário é o oposto do *software* livre. Sua lógica é de criar um controle do fornecedor sobre os usuários, conforme explica a *Free Software Foundation*:

[...] Quando os usuários não controlam o programa, o programa controla os usuários. O desenvolvedor controla o programa e, por meio dele, controla os usuários. Esse programa não livre é “privativo” e, portanto, um instrumento de poder injusto. (FREE SOFTWARE FOUNDATION, 1996).

O *software* proprietário torna difícil a adequação do *software* aos interesses de um empreendimento. Sua conformação de dependência programada é um obstáculo para uma adequação sociotécnica.

Singer (2002, p. 10) afirma que a “economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. O *software* proprietário impede a plena propriedade, seja individual ou coletiva, pois como seu código-fonte é fechado, impede a apropriação do artefato. Não é como um eletrodoméstico, que uma vez comprado é seu, e você pode abri-lo e fazer modificações se quiser (e souber como). O *software* proprietário é como se fosse um liquidificador que você não pode abrir sozinho e consertar. Você é obrigado a pagar o fornecedor para fazer qualquer modificação. Não há propriedade plena porque uma parte do artefato – o código-fonte – não é transferida nem se encontra disponível para o usuário. Isso compromete a liberdade, individual ou coletiva, de do usuário ajustar o artefato às suas necessidades. Sendo assim, o *software* proprietário compromete o exercício pleno dos princípios da Economia Solidária em um empreendimento que o utilize.

O *software* livre incorpora o conceito de bem comum, de propriedade coletiva, que está alinhado aos princípios da Economia Solidária. Além disso, sua característica de permitir mudanças torna possível aplicar todas as modalidades de Adequação Sociotécnica, que no caso do *software* proprietário podem se limitar apenas ao uso.

Percebemos nesta pesquisa uma baixa evidência do uso de *software* livre por empreendimentos de Economia Solidária. E os limitados relatos desse uso sugerem

que ele tenha sido apropriado como um artefato de *software* ordinário, não diferindo muito para seus usuários do *software* proprietário. O trabalho colaborativo pareceu mais, nos depoimentos encontrados, referir-se à forma como a cooperativa EITA trabalha com os empreendimentos que são seus clientes.

A EITA se apropriou do *software* livre em toda a sua plenitude, constituindo-se quase em uma anomalia em meio aos demais empreendimentos de Economia Solidária no Brasil. O fato dela ser a única sobrevivente de menos de uma dezena de cooperativas que desenvolviam produtos com *software* livre indica uma dificuldade de sustentação por coletivos autogestionários atuantes na área de tecnologia da informação e comunicação.

Enquanto observamos a falta de penetração do software livre na Economia Solidária, sendo que parece ser uma tecnologia mais apropriada aos empreendimentos autogestionários, percebemos que o *software* livre foi apropriado por organizações essencialmente capitalistas, conforme relata Meira:

Todas as plataformas globais de software como serviço já são fundeadas em software livre, em software aberto. Se olhar o software liberado por Google, Microsoft, Facebook, Amazon, que está na internet para ser usado, criou capacidade de fazer quase tudo. Ficou muito fácil fazer plataforma. (MEIRA, 2020)

As grandes empresas de tecnologia da informação e comunicação, as *Big Techs*, se apropriaram da liberdade de uso e modificação do *Software* Livre e Aberto, para vender produtos e serviços proprietários, conforme lemos na obra de Lund e Zukerfeld (2020). Os *softwares* livres foram incorporados aos ambientes de computação em nuvem dessas empresas de forma que suas características intrínsecas não são percebidas pelos usuários da nuvem, para os quais não há diferença entre o que é livre ou proprietário dentro da nuvem porque a nuvem como serviço combinado é proprietária. Assim, uma tecnologia que dialoga com valores da Economia Solidária, como democratização e autogestão, foi subvertida para empreendimentos capitalistas, enquanto a maioria dos empreendimentos de Economia Solidária parecem desconectados dessa possibilidade.

É possível que essa desconexão entre Economia Solidária e *Software* Livre seja oriunda da dificuldade de acesso à infraestrutura de tecnologia da informação. Quando falamos de Economia Solidária, falamos predominantemente de

empreendimentos de pequeno tamanho e pequeno orçamento. O *software* embora possa ser livre, geralmente necessita de um *hardware* que não é livre para funcionar. Na verdade, até existe *hardware* livre, mas sua usabilidade é mais complicada do que o *software*. Combinar *software* e *hardware* livre é mais complexo do que usar *software* livre em *hardware* não livre. O *hardware* não livre ainda permite mais modalidades de Adequação Sociotécnica do que o *software* não livre. É possível reciclar computadores, reaproveitar peças e realizar alguns tipos de manutenção, conforme observamos no estudo de caso de Nemer (2021).

A questão da infraestrutura é que dificilmente um empreendimento de Economia Solidária poderá arcar com os custos de manter um centro de dados para seu negócio. As Big Techs oferecem infraestrutura em massa de forma que pode ser acessível para negócios pequenos, mas neutralizam a liberdade de ajustar o *software* livre que elas incorporaram em seus serviços. Seria necessária a criação de nuvens mantidas por empreendimentos autogestionários que permitissem uma gestão mais democrática dos recursos de tecnologia da informação, para que os empreendimentos não fossem subvertidos parcialmente por imposição das necessidades tecnológicas.

Para ganhar escala e almejar uma transposição de alternativa ao desemprego para superação ao capitalismo, a Economia Solidária precisa de uma infraestrutura financeira e tecnológica conforme afirma Singer:

Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológico solidários. (SINGER, 2002, p. 121)

Esses níveis de eficiência na produção e distribuição envolvem a criação de infraestrutura distribuída que não esteja limitada a um determinado território. Isso exige que os empreendimentos se conectem em redes. Essa conexão tem partes físicas, como a realização de feiras que reúnem diversos empreendimentos, e cooperativas de empreendimentos que centralizam a produção de vários coletivos oferecendo diversidade de produtos, e tem partes virtuais, que se referem à comunicação entre os empreendimentos e o acesso à serviços de gestão, colaboração e pagamento à distância. Isso torna necessária a criação de mais empreendimentos

autogestionários que trabalhem com serviços de tecnologia da informação e comunicação. Como isso pode ser feito se constitui em outro problema a ser tratado. Falaremos sobre isso na conclusão deste trabalho.

Conclusão

Neste trabalho, verificamos que o *Software Livre* possui algumas articulações com a Economia Solidária, que se manifestam como apropriações de uso e produção de *software* livre por empreendimentos autogestionários brasileiros. Essas apropriações ocorrem em uma quantidade ínfima diante do número de empreendimentos existentes no Brasil, mas mostram que as intenções de Stallman e Mance em sua declaração não são uma mera utopia. Entretanto, a vida curta da maioria dos coletivos produtores de *software* livre mostra que há uma dificuldade em sustentar essa modalidade de empreendimento autogestionário.

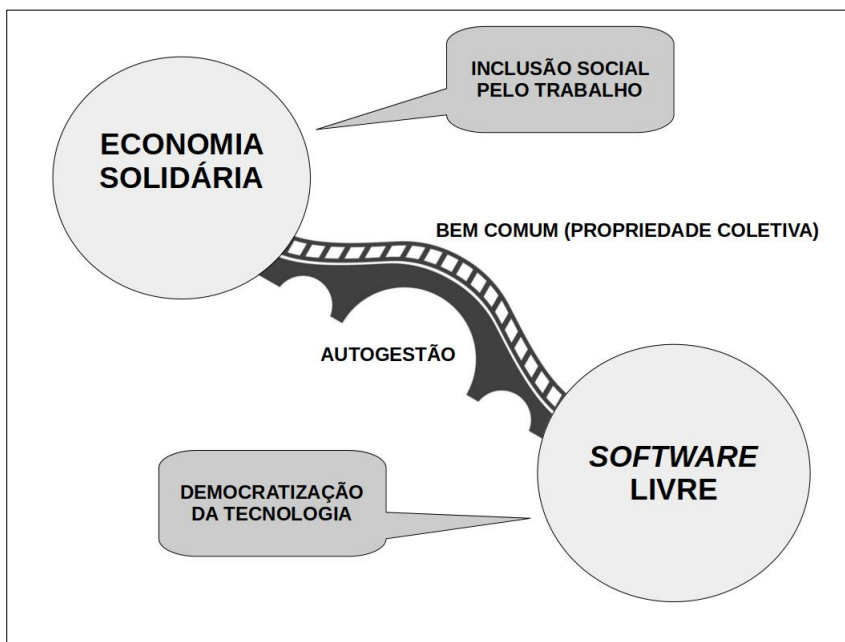
A sugestão para alguns trabalhos futuros a partir desta pesquisa compreende:

- A revisão da literatura sobre as relações entre Economia Solidária e tecnologia da informação, para que se busquem experiências de empreendimentos autogestionários com o uso de artefatos de *software* e *hardware* de forma geral;
- Estudos de caso profundos sobre os coletivos usuários e produtores de *software* livre encontrados nesta pesquisa, tanto os ativos quanto os inativos, de modo a compreender seus desafios e conquistas;
- A revisão da literatura sobre formações de Economia Solidária voltadas para a área de tecnologia da informação, para saber se há envolvimento de instituições de ensino na criação de empreendimentos autogestionários nessa área;
- Caso o item anterior apresente resultados, sugere-se que sejam realizados estudos de caso profundos sobre essas formações, para descobrir se houve criação de outros empreendimentos produtores de *software*, além dos encontrados nesta pesquisa.

A Economia Solidária ainda é um campo em construção. A ponte entre Economia Solidária e *Software Livre* já existe, mas é uma ponte pequena. É preciso alargar a ponte ou criar várias, no sentido de aumentar as articulações entre os dois movimentos, que trabalham com os conceitos autogestão e de bem comum. O

movimento de *Software Livre* precisa se apropriar da experiência da Economia Solidária com a inclusão social pelo trabalho, com consequente geração de renda. O movimento da Economia Solidária, por sua vez, precisa se apropriar da experiência do *Software Livre* com a democratização da tecnologia.

Figura 1 – A ponte entre Economia Solidária e *Software Livre*



Fonte: Autoria própria (2022)

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. Quem somos. Disponível em: <<https://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/>>. Acesso em: 29 set. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. Agroecologia e software livre. 19 fev. 2022. Disponível em: <<https://aba-agroecologia.org.br/agroecologia-e-software-livre>>. Acesso em: 29 set. 2022.

BOTELHO, Louise de Lira Roedel. LIMA, Djéssica Follmann de. BRAUN, Júlia Catiane Arenhart. WUERGES, Artur Filipe Ewald. GAUTHIER, Fernando Alvaro Ostuni. NOGUEIRA, Sandra Vidal. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: atuando a partir da extensão universitária. XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária. 2 a 4 de dezembro de 2015. Mar del Plata, Argentina. Anais Eletrônicos. Florianópolis: UFSC, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2016v9n4p189>>. Acesso em: 28 set. 2022.

COLETIVO EITA. [EITA 10 anos Ep.01] Grupo de Consumo Araçá. 21 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9JYvGkGuPYU>>. Acesso em: 29 set. 2022.

COLETIVO EITA. [EITA 10 anos Ep.02] ABA - Associação Brasileira de Agroecologia. 21 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pact0xZ7naM>>. Acesso em: 29 set. 2022.

COLETIVO EITA. [EITA 10 anos Ep.03] Armazém do Campo. 21 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tmTv7WE2bNU>>. Acesso em: 29 set. 2022.

COLETIVO EITA. [EITA 10 anos Ep. 04] Movimento do Graal no Brasil. 21 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yshmHqew-Lw>>. Acesso em: 29 set. 2022.

COLETIVO EITA. [EITA 10 anos Ep. 05] Campanha pelo Direito à Educação. 16 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WocdjBoPcEg>>. Acesso em: 29 set. 2022.

COLETIVO EITA. [EITA 10 anos Ep. 06] Coletivo Pirarucu. 16 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WocdjBoPcEg>>. Acesso em: 29 set. 2022.

COLETIVO EITA. [EITA 10 anos Ep. 07] Cáritas Brasileira, Feira de Santa Maria e Centro de Formação EcoSol. 17 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jBUPvnbpZsg>>. Acesso em: 29 set. 2022.

COLETIVO EITA. [EITA 10 anos Ep. 08] CTMA FIOCRUZ. 20 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=51KUTQJITaE>>. Acesso em: 29 set. 2022.

COLETIVO EITA. [EITA 10 anos Ep.09] Instituto Intercidadania. 21 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wgfp3YcFAbs>>. Acesso em: 29 set. 2022.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Pesquisa pela palavra-chave Colivre. Portal da Transparência. Disponível em: <<https://transparencia.gov.br/pessoa-juridica/07970746000177>>. Acesso em: 28 set. 2022.

DAGNINO, Renato. A Tecnologia Social e seus desafios. In: DAGNINO, Renato. (Org.) Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade. 2. ed. Campinas, SP: Komedi, 2010. pp. 53-70.

DAGNINO, Renato. “Ciência e tecnologia para a cidadania” ou Adequação Sociotécnica com o Povo? In: DAGNINO, Renato. Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB, 2014. pp. 89-112.

DAGNINO, Renato. *Tecnociência solidária: um manual estratégico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

EITA. Sobre. Disponível em: <<https://eita.coop.br/sobre>>. Acesso em: 28 set. 2022.

EITA. Soluções. Disponível em: <<https://eita.coop.br/solucoes>>. Acesso em: 28 set. 2022.

FRAGA, Laís S. *Autogestão e Tecnologia Social: utopia e engajamento*. BENINI, Édi. A. FARIA, Maurício Sardá de. NOVAES, Henrique T. DAGNINO, Renato. (Org.) *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. In: p. 101-123.

FREE SOFTWARE FOUNDATION. *O que é o software livre?* 1996. Disponível em: <<https://www.gnu.org/philosophy/free-sw.pt-br.html>>. Acesso em: 28 set. 2022.

FUNDAÇÃO BB. *Noosfero: Plataforma Web Livre Para A Criação De Redes Sociais Autônomas*. 2017. Disponível em: <<https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/noosfero-plataforma-web-livre-para-a-criacao-de-redes-sociais-autonomas>>. Acesso em: 28 set. 2022.

GRAAL BRASIL. *Quem somos*. Disponível em: <<https://graalbrasil.org.br/sobre/quem-somos/>>. Acesso em: 28 set. 2022.

GRUPO DE CONSUMO ARAÇÁ. *Sobre o Araçá: Rumo a 7 anos de dedicação e de belas colheitas*. Disponível em: <<https://araca.eco.br>>. Acesso em: 29 set. 2022.

GAIGER, Luiz Inácio (Coord.). *A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

LUND, Arwin. ZUCKERFELD, Mariano. *Corporate Capitalism's Use of Openness: Profit for Free?* Cham: Palgrave MacMillan, 2020.

MACEDO, Gustavo Sigal. *Cooperação qualificante: perspectivas para autogestão*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/10175>>. Acesso em: 28 set. 2022.

MEIRA, Sílvio. *Software livre venceu e desapareceu. Agora tudo é serviço*. *Convergência Digital*. 5 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=chcZZWxTeEI>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

MELO, Teresa Júlia de Araújo. *Utilidade social em empreendimentos de Economia Solidária: o caso das mulheres do artesanato (Natal/RN)*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal

do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em:
<<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/25774>>. Acesso em: 28 set. 2022.

1153

NEMER, David. Tecnologia do Oprimido: Desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

REDE DE PRODUTORAS COLABORATIVAS. A Rede. 2015. Disponível em:
<<https://colaborativas.net/rede/>>. Acesso em: 22 set. 2022.

SANTOS, Débora Abdalla. LIMA, Amaleide. CRUZ, Djane Lúcia Moura C. Cultura Digital na Perspectiva do Projeto Onda Solidária de Inclusão Digital. V Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende, RJ. 20 a 22 de outubro de 2008. Anais Eletrônicos. Resende: AEDB, 2008. Disponível em:
<<https://www.aedb.br/seget/artigos2008.php?pag=65>>. Acesso em: 28 set. 2022.

SANTOS, Juliana Maria Oliveira dos Santos. SOUZA, Cíntia Mercês. SANTOS, Taiala Almeida. ALVES, Pietro Matheus Bompert Fontoura. SANTOS, Débora Abdalla. Contribuições da Extensão Universitária na formação social, acadêmica e profissional dos estudantes de Computação. XXV Workshop sobre Educação em Computação. 3 a 6 de julho de 2017. São Paulo, SP. Anais Eletrônicos. Porto Alegre: SBC, 2017. Disponível em: <<https://sol.sbc.org.br/index.php/wei/article/view/3554>>. Acesso em: 28 set. 2022.

SANTOS, Rita da Cássia Trindade dos. BIANCHIM, Bruna de Vargas. POSSER, Talita Gonçalves. COSTA, Vânia Medianeira Flores. Economia Solidária um campo de estudo em construção: análise da produção científica nacional de 2000 a 2015. Revista Sociais & Humanas. v. 30, n. 2, pp. 187-203. DOI: 10.5902/2317175825975.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

STALLMAN, Richard. MANCE, Euclides. Declaração Pessoal de Richard Stallman e Euclides Mance. 15 dez. 2012. Disponível em: <https://stallman.org/solidarity-economy.pt.html>. Acesso em: 26 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. ACCS "MATC53 - Onda Solidária de Inclusão Digital: Tecnologia a Serviço da Cidadania" oferece vagas para estudantes do BI em C&T no semestre 2017.2. 25 de setembro de 2017. Disponível em:
<<https://ihac.ufba.br/pt/15097/>>. Acesso em: 28 set. 2022.

COMÉRCIO DIGITAL DE ALIMENTOS ORGÂNICOS: ESTUDO DE CASO DO USO DE SUPORTES TECNOLÓGICOS DIGITAIS PELA COOPERATIVA TERRA E LIBERDADE

Caio Olivette Pompeu, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP /USP),
cpolivette@usp.br

Carla Victória Ferreira Irrazabal, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-USP),
carla.irrazabal@usp.br

Lucca Perez Pompeu, Núcleo de Economia Solidária (NESOL-USP),
lucca.tks@gmail.com

Resumo

Este trabalho resulta de reflexões construídas a partir de um projeto de extensão da ITCP-USP junto à cooperativa Terra e Liberdade, ligada ao setor de produção da Regional Grande São Paulo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com a função da comercialização dos alimentos orgânicos produzidos em assentamentos na Região Metropolitana de São Paulo. Buscamos, através dele, um duplo objetivo: em primeiro lugar, realizar uma sistematização da evolução histórica do uso de suportes tecnológicos para as vendas da cooperativa. Em segundo lugar, realizar um diagnóstico participativo com os cooperados acerca dos limites e possibilidades da configuração atual do trabalho de vendas. Como resultado da pesquisa, será feito um delineamento de um plano de ação a partir do diagnóstico participativo, tendo por horizonte a elaboração de estratégias para o aumento das vendas por meio do site da cooperativa. A pesquisa junto à cooperativa está fundamentada no paradigma da pesquisa-ação, proposta metodológica e epistemológica que defende que a produção do conhecimento é resultante de um processo dialógico de interação entre pesquisadores e os grupos, juntamente implicados na situação investigada em um processo de transformação desta situação. Nesse sentido, mobilizamos o referencial teórico da “Ergonomia da Atividade”, um tipo específico de pesquisa-ação, cuja metodologia canônica, a “Análise Ergonômica do Trabalho”, oferece um arcabouço metodológico que possibilita “compreender o trabalho para transformá-lo” (GUÉRIN et. al, Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia, 2001), envolvendo etapas de diagnóstico participativo, construção e análise de uma demanda para a ação, materialização de dispositivos organizacionais que permitam a construção sociotécnica dessa ação, observações da atividade, concepção de soluções e implementação. Com este trabalho, esperamos alcançar uma visão longitudinal da organização do trabalho da cooperativa com foco na questão das vendas e sua relação com os suportes tecnológicos utilizados, bem como um diagnóstico mais preciso dos obstáculos que impedem ou dificultam o aumento das vendas, passo importante para se buscar a viabilidade econômica da cooperativa, e realizar um levantamento de alternativas para superá-los, buscando também alcançar a apropriação do conhecimento tecnológico por parte dos cooperados.

Palavras-chave: 1. Comércio digital. 2. Cooperativismo. 3. Adequação sociotécnica. 4. Alimentos agroecológicos.

Abstract

This work results from reflections built upon an extension project of ITCP-USP with the Terra e Liberdade cooperative, linked to the production sector of the Greater São Paulo Region of the Landless Rural Workers' Movement (MST), responsible for the commercialization of organic food produced in settlements in the Metropolitan Region of São Paulo. Through this project, we aim to achieve a twofold objective: firstly, to systematize the historical evolution of the use of

technological supports for cooperative sales; secondly, to conduct a participatory diagnosis with the cooperative members regarding the limits and possibilities of the current sales work configuration. As a result of the research, an action plan will be outlined based on the participatory diagnosis, with the horizon of developing strategies to increase sales through the cooperative's website. The research with the cooperative is based on the paradigm of action research, a methodological and epistemological proposal that argues that knowledge production results from a dialogical process of interaction between researchers and groups involved in the investigated situation, aiming to transform it. In this sense, we mobilize the theoretical framework of "Activity Ergonomics," a specific type of action research, whose canonical methodology, the "Ergonomic Work Analysis," provides a methodological framework that enables "understanding work to transform it" (GUÉRIN et al., *Comprender el trabajo para transformarlo: la práctica de la ergonomía*, 2001), involving participatory diagnosis stages, construction and analysis of an action demand, materialization of organizational devices that allow for the socio-technical construction of this action, activity observations, solution conception, and implementation. With this work, we hope to achieve a longitudinal view of the cooperative's work organization with a focus on sales and its relationship with the technological supports used, as well as a more precise diagnosis of the obstacles that prevent or hinder increased sales, an important step towards seeking the economic viability of the cooperative, and conducting a survey of alternatives to overcome them, also aiming to achieve the appropriation of technological knowledge by the cooperative members.

Keywords: 1. Digital commerce. 2. Cooperativism. 3. Socio-technical adaptation. 4. Agroecological food.

Apresentação

Este artigo foi realizado a partir da interação entre extensionistas da ITCP-USP e integrantes da cooperativa de comercialização Terra e Liberdade, ligada ao setor de produção da Regional Grande São Paulo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP) é uma instituição vinculada à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP, fundada em 1998, na qual os estudantes participantes trabalham com práticas de extensão universitária popular em economia solidária, junto à cooperativas populares e associações, localizadas em especial na região do campus da Universidade, no Butantã. Já a cooperativa Terra e Liberdade (doravante chamada de T&L), trabalha com a comercialização dos alimentos agroecológicos produzidos nos assentamentos da Região Metropolitana de São Paulo (as Comunas da Terra Irmã Alberta, Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino), funcionando como um meio de escoamento da produção e geração de renda para os assentados. O processo de comercialização iniciou em 2017 no contexto da drástica redução de uma série de políticas públicas voltadas para a comercialização de alimentos da agricultura familiar, levada a cabo pelo governo Michel Temer após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, dentre os quais aqueles que previam a compra da produção da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA. As atividades de acompanhamento do trabalho do T&L por parte dos

extensionistas da ITCP-USP se desenvolveram ao longo do segundo semestre de 2021 e no ano de 2022, tendo sido realizadas, fundamentalmente, atividades de montagem e entrega de cestas de alimentos orgânicos; processamento de pedidos no site da cooperativa; participação em eventos nos assentamentos; estudo de arquivos, documentos e planilhas financeiras da cooperativa de diversos momentos de sua história; e realização de atividade de diagnóstico participativo.

Considerando não só as reflexões conjuntas possibilitadas por esse trabalho de extensão, mas também a recuperação e análise do acervo arquivístico da cooperativa, pareceu-nos importante organizar os resultados obtidos e as reflexões realizadas durante esse período de acompanhamento do T&L por parte da ITCP-USP para que fosse possível não apenas sistematizar os produtos desse trabalho, mas também apontar caminhos e perspectivas para um próximo ciclo de trabalhos da ITCP junto à cooperativa. É nas circunstâncias de um tal esforço que se insere a produção deste artigo, no qual buscaremos cumprir dois objetivos específicos principais, dos quais o primeiro consiste na apresentação de uma sistematização longitudinal das vendas do T&L em relação com a evolução histórica do uso de suportes tecnológicos pela cooperativa. Já o segundo objetivo consiste na apresentação dos resultados de uma dinâmica de diagnóstico participativo proposta pelos extensionistas da ITCP-USP junto aos cooperados acerca do trabalho da cooperativa como um todo, mas que buscava enfatizar especialmente a questão da relação entre dispositivos tecnológicos, trabalho e comercialização.

Espera-se como desdobramento dessa pesquisa que se inicie — partindo das informações fornecidas pela sistematização das vendas em relação aos suportes tecnológicos e das reflexões que surgiram na dinâmica de diagnóstico participativo — o delineamento de um plano de ação que sirva como instrumento para guiar o trabalho dos extensionistas da ITCP-USP junto à cooperativa T&L no próximo ciclo de acompanhamento. Um tal plano de ação deve ter por horizonte a elaboração de estratégias que visem o aumento das vendas de alimentos orgânicos por meio do site da cooperativa, de forma a tornar o trabalho do T&L mais viável em termos econômicos. Em suma, com este artigo esperamos alcançar uma visão longitudinal da organização do trabalho da cooperativa com foco na questão das vendas e sua relação com os suportes tecnológicos utilizados; um diagnóstico mais preciso dos obstáculos que impedem ou dificultam o aumento das vendas, passo importante para se buscar a viabilidade econômica; bem como

dar início ao processo de um levantamento de alternativas para superar tais obstáculos e meios de efetivá-las.

1157

Metodologia

Pesquisa-Ação, Educação Popular e Ergonomia da Atividade

Assim como todos os projetos de extensão universitária da ITCP-USP, a metodologia que orientou o trabalho com a cooperativa Terra & Liberdade foi baseada na forma de investigação da Pesquisa-Ação. A metodologia da Pesquisa-Ação segue uma linha estratégica de identificação do problema dentro de um contexto social, levantamento de dados relevantes ao respectivo problema, análise e interpretação desses dados, identificação da importância de mudança, levantamento de soluções e proposta de intervenção prática, aliando, assim, pesquisa e ação (THIOLENT, 2011). Uma das definições gerais do que seja a Pesquisa-Ação, nas palavras de Michel Thiollent, consiste em dizer que:

“a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.” (THIOLENT, 2011, p. 20).

No caso da extensão praticada pelos formadores da ITCP-USP, pode-se dizer que ela é guiada pela Pesquisa-Ação na medida em que o acompanhamento dos EESs envolve trabalhos de campo que aproximam os extensionistas das atividades do trabalho do grupo acompanhado. Dessa forma, ao contrário do método científico tradicional, não há uma clara separação entre sujeito e objeto, nem tampouco uma colocação da ação investigativa numa postura exclusiva de observação.

Além disso, a Economia Solidária em geral se baseia no paradigma pedagógico de educação popular, eternizado por Paulo Freire, no qual o conhecimento é construído nas relações humanas, de forma conjunta e dialógica, pois é permeado pela curiosidade e pelo desejo de aprender e de ensinar de todos os envolvidos. Nessa concepção de “educação libertadora”, os temas e problemas sociais estão no centro do trabalho educativo, que deve servir como instrumento de conscientização a serviço da democratização e da participação política (FREIRE, 2015). Esse paradigma se expressou concretamente no trabalho de extensão da ITCP junto à cooperativa Terra e Liberdade na medida em que a produção do conhecimento sobre a situação da cooperativa e o

levantamento de ideias para a transformação dessa situação foram feitos de maneira conjunta e dialógica, integrando a perspectiva dos cooperados e dos extensionistas.

Outro referencial teórico-metodológico adotado é a Ergonomia da Atividade (EA), corpo científico produzido a partir da análise das situações concretas de trabalho (WISNER, 1995). A perspectiva da EA pode ser entendida como uma intersecção entre a Pesquisa-Ação e a Educação Popular no mundo do trabalho, como advogam Pompeu et al. (2018), pois se propõe a “compreender o trabalho para transformá-lo” (GUÉRIN et al., 2001), através do engajamento em uma ação coletiva para a modificação de uma situação de trabalho. A categoria central da EA é a atividade, entendida como a ação produzida pelo trabalhador que ocorre nos interstícios existentes entre a prescrição da tarefa e as suas circunstâncias reais de realização. A noção de tarefa prescrita engloba a organização prescrita (ou formal) do trabalho, as ferramentas, os objetivos instrumentais (metas), indicadores e prazos, normas e regras. Já a atividade, embora tenha como pano de fundo a prescrição da tarefa, acontece, de maneira emergente, situada, em um curso de ação específico, atravessado por circunstâncias sujeitas intrinsecamente à variabilidade, havendo sempre um descompasso entre o prescrito e a atividade (DANIELLOU; LAVILLE; TEIGER; 1989). De fato, é impossível o cumprimento absolutamente padronizado, repetitivo do que foi prescrito, pois a realidade do trabalho não é totalmente previsível, sendo importante adotar o ponto de vista da atividade (LIMA, 1999).

Uma metodologia clássica da EA é a Análise Ergonômica do Trabalho (AET) que, resumidamente, consiste em (i) análise da demanda da organização; (ii) diagnóstico do funcionamento da organização: estudo das suas características gerais; (iii) constituição de dispositivo organizacional com trabalhadores e pesquisadores que organize as intervenções, partindo da reformulação das demandas com base no diagnóstico; (iv) realização de observações abertas ou sistemáticas da atividade, entrevistas, levantamento de outros dados específicos relevantes para as questões colocadas pela ação; (v) implementação, recomendação ou simulação das modificações; (vi) avaliação do processo. Esse quadro geral consiste num modelo canônico, mas que pode ser readequado de maneiras distintas a partir das diferentes realidades e necessidades (GUÉRIN et al., 2001).

Embora a EA esteja mais no horizonte de aproximação da ITCP-USP com o trabalho da T&L, não direcionando totalmente o paradigma do ponto de vista da pesquisa, é possível realizar um exercício se quisermos nos referenciar nesse modelo do passo a

passo da AET. Pode-se dizer que a demanda da cooperativa face ao trabalho da ITCP-USP consistiu numa vontade de, por meio do estudo da evolução histórica das vendas e do uso de suportes tecnológicos, apontar para estratégias que aumentassem a viabilidade econômica do T&L. Nesse sentido, esse artigo pode ser visto como se inserindo enquanto produto do segundo passo da AET, visto que pode funcionar como um diagnóstico da cooperativa tanto longitudinal, na medida em que realiza a sistematização histórica das vendas, quanto atual, na medida em que expõe os resultados de um diagnóstico participativo mais amplo do trabalho do T&L como um todo.

Sistematização das vendas

Para analisar as variações nas vendas da cooperativa desde 2017 até esse ano, foi necessário realizar um estudo das planilhas e documentos produzidos pela própria cooperativa como forma de registro de sua comercialização. Um fator gerador de dificuldades nesse processo foi o fato de tais registros não estarem padronizados, em especial no que se refere aos primeiros anos de funcionamento da cooperativa. Como o interesse do trabalho realizado pelo Terra e Liberdade de comercialização dos alimentos orgânicos produzidos pelos assentamentos da Regional Grande São Paulo do MST é, em primeiro lugar, garantir o escoamento dos produtos e, conseqüentemente, renda aos produtores, o objeto de interesse na realização na sistematização das planilhas financeiras foi observar as entradas realizadas nesse período. Isso porque o volume de recursos financeiros classificados como entradas corresponde ao volume de vendas de alimentos orgânicos produzidos nos assentamentos. Ainda que haja registros de doações em dinheiro, todas as doações em dinheiro recebidas pela cooperativa foram revertidas em doações de cestas de orgânicos, de forma que todas as entradas representam vendas dos produtos.

Diagnóstico Participativo

A metodologia adotada para a realização do diagnóstico participativo é devedora da Oficina Mandala de Autoavaliação Reflexiva, proposta pela equipe da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal da Bahia (ITES-UFBA), durante o VI Congresso da Rede de ITCPs, realizado em Salvador-BA entre os dias 31 de agosto e 03 de setembro de 2022. Em síntese, a ideia da Oficina da Mandala é realizar um jogo de tabuleiro com o EES incubado no qual os participantes do empreendimento

respondem a uma série de perguntas sobre o trabalho do grupo, perguntas estas que estão divididas em cinco dimensões (socioambiental, sociocultural, sociopolítica, socioeconômica e sociotecnológica). Na discussão para responder às perguntas, é pedido que os cooperados atribuam uma nota de um a cinco para expressar a forma como o EES satisfaz ou não a temática da pergunta. De acordo com a resposta, os integrantes da Incubadora que propôs o jogo preenchem o tabuleiro, em formato de mandala. Dessa forma, ao final pode-se ver a maneira como os participantes do EES entendem o seu desempenho nas dimensões, podendo-se localizar visualmente onde estão com maior facilidade ou dificuldade. É importante ressaltar a função do sistematizador da discussão, que tenta registrar a conversa entre os participantes dos EES para além da mera nota, buscando identificar elementos qualitativos importantes na maneira como o grupo vê a si mesmo e ao seu trabalho.

No caso da dinâmica de diagnóstico participativo que os extensionistas da ITCP-USP levaram a cabo com os cooperados do Terra e Liberdade, optou-se pela diminuição no número de perguntas, de forma que foram elaboradas questões referentes a quatro dimensões (sociotecnológica, socioeconômica, socioambiental e sociopolítica). Isso se deu em razão do limite de tempo que a dinâmica teria para se desenrolar e também em razão da escolha por focalizar elementos que os extensionistas já haviam identificado, ao longo do trabalho junto à cooperativa, como pontos principais de discussão e preocupação dos cooperados em relação ao próprio trabalho. Além disso, também foi adaptado o tabuleiro do jogo proposto pelo ITES-UFBA às possibilidades técnicas da ITCP-USP, de forma que o tabuleiro circular em formato de mandala proposto pela Incubadora da UFBA se transformou em uma espécie de quadrado. Importa ressaltar também que as questões sempre se iniciam com a sigla EQM, isto é, “em que medida”, na tentativa de evitar respostas simples tais como “sim” e “não” e auxiliar, assim, no desenrolar de um debate mais profundo por parte dos cooperados.

Resultados

Sistematização das vendas em relação aos suportes tecnológicos

Como foi dito na parte de metodologia, a sistematização do histórico de vendas da T&L se focou nas entradas e abarcou desde o início da cooperativa até hoje em dia, a partir do estudo de diversos documentos e planilhas produzidos ao longo desse período. No decorrer desta tarefa foi possível perceber os momentos de transição de tecnologias

de registro e vendas utilizados — o período posterior ao uso do site e com pagamento por essa plataforma tem registros padronizados, ao passo que no momento anterior ao uso dessa ferramenta, quando as vendas eram feitas via WhatsApp ou formulários do google, os dados não estão preparados da mesma maneira. Essa dificuldade gerada pela diferença das maneiras de registro das vendas foi responsável por alguns limites na sistematização realizada pelos extensionistas, como por exemplo a ausência de dados das vendas de alguns meses dos anos iniciais do trabalho da cooperativa. Contudo, o trabalho de sistematização das vendas, ainda que com alguns limites, configura-se como um produto importante não só para se pensar a evolução das vendas, mas também para explicitar a importância dos suportes tecnológicos no que se refere ao registro da comercialização.

Para a melhor compreensão dos gráficos é importante delinear os diferentes momentos da história da cooperativa. Quando do seu surgimento, no contexto delineado na apresentação do trabalho de diminuição das compras de alimentos produzidos pela agricultura familiar por parte do Estado, foi adotada a estratégia de venda de cestas com quantidades fixas de tipos de alimentos (frutas, refogáveis, saladas, temperos, legumes), sem a possibilidade de escolha por parte dos consumidores, o que se mostrou fundamental para que fosse possível lidar com as variabilidades de produção nos acampamentos. Até hoje o formato é esse, mas atualmente há uma variedade maior dos tipos de cestas (aromáticas, completa, mini, cesta de legume, cesta de frutas, etc.). Uma das grandes transformações no trabalho da cooperativa consistiu nos suportes tecnológicos utilizados para a realização das vendas de cestas para os consumidores, sendo que iremos nos valer da criação do site da cooperativa como um momento de divisão de águas.

Momento anterior à criação do site atual

De acordo com a reconstituição da história da cooperativa realizada por Pompeu, no ano de 2017, as vendas eram realizadas para consumidores que, de alguma forma, estavam próximos do trabalho de militância dos cooperados e do MST. Os consumidores eram, sobretudo, integrantes de sindicatos próximos, estudantes universitários, o Armazém do Campo e também os primeiros grupos de consumo formados por pessoas próximas desses meios. As vendas nesse período ocorriam via grupos de WhatsApp, nos quais as pessoas, além de pedir cestas, interagiam de diversas maneiras, o que dificultava muito a gestão dos pedidos. As entregas aconteciam quinzenalmente, mobilizando uma etapa de mapeamento da produção e divulgação das cestas, fechamento dos pedidos,

conferência dos pagamentos, realização dos pedidos junto aos agricultores, preparação e realização da logística, montagem das cestas e entrega (POMPEU, no prelo). Além desse tipo de venda, também passou a haver comercialização em feiras — muitas não garantiram retorno suficiente, mas foram assumidas pelos cooperados a partir de uma perspectiva militante.

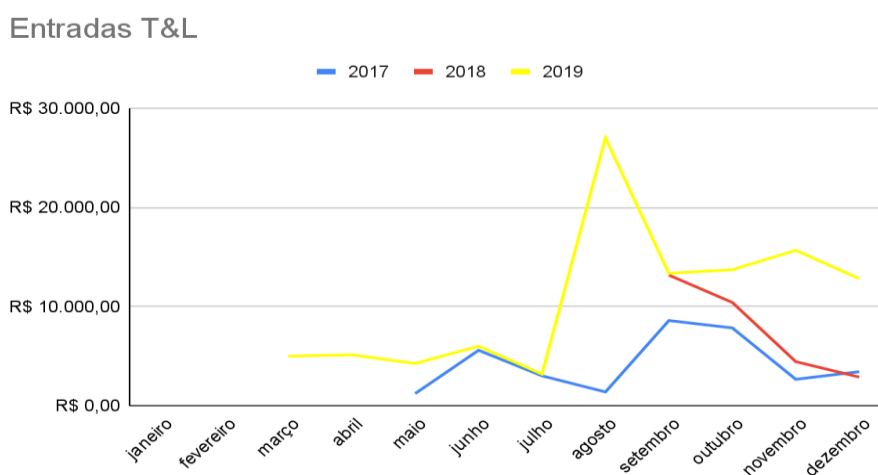
Ainda no ano de 2017, começaram as primeiras tentativas de vendas para pontos de entregas, nos quais aconteciam a retirada das cestas pelos consumidores, o que possibilitou a comercialização para consumidores menos próximos da atuação militante e com menor vínculo com a T&L. Esse tipo de comercialização demandou da cooperativa a implementação de ferramentas digitais além das que vinham sendo adotadas, utilizou-se por um período a ferramenta de formulários do Google, ainda divulgados pelo WhatsApp (POMPEU, no prelo). Aos poucos também foram sendo criadas ferramentas como planilhas virtuais, ainda bem incipientes. A conferência dos pedidos ainda era feita mediante envio de comprovante de depósito nos grupos, sendo que esta configuração do trabalho gerava variabilidades difíceis de serem contornadas, como as mudanças de pedidos, cancelamentos, não pagamentos, adições de última hora, por parte dos clientes; e confusão quanto aos pedidos e envio de quantidades erradas por parte dos agricultores.

Ainda segundo Pompeu, a partir de meados de 2018, foram implementadas as vendas por meio de um site para os pontos de entrega. Esse site foi desenvolvido por uma militante que começou a participar da cooperativa nesse período, o que foi fundamental para a redução dos custos de transação da compra da cesta, tanto para os consumidores, mas principalmente para a gestão dos pagamentos. Nesse período, esse primeiro site desenvolvido pela cooperativa, que não é o atual, ainda convivia com as vendas por meio de grupos de WhatsApp, o que explicitou a diferença do uso desses suportes — o site transformou a relação com o trabalho, mas ainda havia variabilidade e mudanças que emergiam do WhatsApp (POMPEU, no prelo). Além disso, a nova ferramenta trouxe uma perspectiva de reengajamento no sentido do trabalho, que estava sendo deteriorado pelos problemas nas relações pessoais frente às dificuldades enfrentadas. Nesse sentido, foram sendo estruturados alguns critérios para avaliar se valia a pena ou não participar de uma feira ou atender às demandas específicas de clientes.

No segundo semestre de 2019, chegaram mais pessoas para participar das atividades da cooperativa e foi desenvolvido o site atual, que acabou só sendo colocado em funcionamento no ano de 2020. Por essa razão, consideramos razoável agrupar os

anos de 2017 a 2019 enquanto consistindo no momento anterior ao desenvolvimento do site atual, apesar de terem havido diversas mudanças na organização do trabalho e mesmo em relação ao uso de suportes tecnológicos ao longo desse período. Por essa razão, apresentaremos esses três anos em um só gráfico:

Figura 1: Sistematização das entradas da cooperativa T&L de 2017-2019



Primeiramente, é possível notar que faltam dados referentes a alguns meses dos primeiros anos da cooperativa, o que se deve à não padronização no registro financeiro neste período. Ao longo dos anos a cooperativa aumentou o volume das entradas financeiras, alterou suas ferramentas de vendas, de forma que foi modificando a forma de registrar seus dados e organizar atividades.

É curioso notar que no ano de 2017, o primeiro de funcionamento da cooperativa com algum registro de vendas, em nenhum mês o total de entradas superou os dez mil reais, enquanto que, em 2018, dois dos quatro meses que foram encontrados registros ultrapassam os dez mil reais de entrada. Já no ano de 2019, após um volume muito grande de entradas para os padrões da cooperativa na época em agosto, que ultrapassou os vinte e cinco mil reais, houve uma estabilização das entradas na faixa dos quinze mil nos demais meses do ano. Contudo, ao longo do primeiro semestre de 2019, de acordo com os registros encontrados, as entradas permaneceram em patamares semelhantes aos de 2017, abaixo dos dez mil reais. Com isso, vemos que as entradas da cooperativa nesses três primeiros anos não expressam exatamente uma tendência de alta ou de estabilidade — há picos que não necessariamente se mantêm, representando uma imprevisibilidade.

Momento posterior à criação do site atual

1164

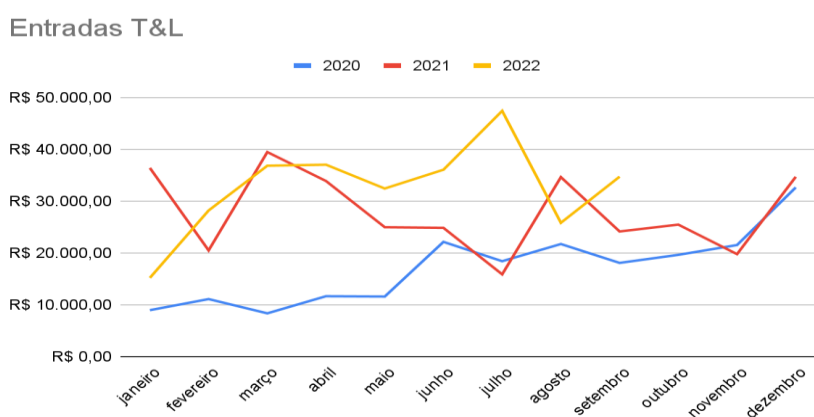
Ainda seguindo a reconstituição da história da cooperativa Terra e Liberdade realizada por Pompeu em sua tese de doutorado, o início do ano de 2020, com a pandemia de Covid-19, foi marcado por uma breve paralisação para entender os riscos e pensar protocolos de segurança, sendo que a cooperativa retomou as atividades em um formato novo: entregando cestas nas casas das pessoas. Isso gerou uma demanda muito grande de trabalho, que envolvia além de organizar o cadastro e pedidos, criar rotas de entregas dos consumidores. Para realizar a montagem das cestas comercializadas pela via porta em porta, um dos integrantes da cooperativa conseguiu um galpão de apoio na região do Butantã através de uma parceria, que serviu como espécie de entreposto (POMPEU, no prelo). As entregas dos produtos comercializados pela cooperativa nessa época eram feitas por conhecidos dos cooperados, alguns voluntários e outros recebendo ajuda de custo.

Além dessa forma de organizar a venda que demandou novas implementações de ferramentas digitais, é importante destacar outras mudanças organizativas impostas pelo contexto nesse período. As reuniões, antes presenciais, foram substituídas pelas videochamadas que deterioraram a qualidade do trabalho coletivo, uma vez que nem todos acessavam bem esse tipo de ferramenta. A pandemia também impôs outras mudanças organizativas e trocas de tarefas dentro da cooperativa devido às necessidades impostas pela vida familiar. Além disso, segundo Pompeu, nesse período, principalmente entre 2020 e o primeiro semestre de 2021, aconteceram muitas ações de solidariedade: entregas de alimentos para comunidades vulneráveis e movimentos sociais parceiros. A maioria delas articuladas com ajuda para remunerar os agricultores, mas não os custos da cooperativa, que aceitava a tarefa querendo contribuir com o momento histórico, por um lado, e também para fomentar a produção nos assentamentos, por outro (POMPEU, no prelo).

A Figura 2 consiste no gráfico de sistematização de vendas realizado pela equipe de extensionistas da ITCP-USP a partir dos dados colhidos em planilhas e no próprio site da cooperativa. Ele diz respeito aos anos de 2020 até o último mês antes do fechamento deste artigo, a saber, setembro de 2022, sendo que estes anos foram agrupados em um mesmo gráfico em razão de marcarem a transição no uso dos suportes tecnológicos para as vendas da cooperativa para o site atual. A primeira coisa que salta aos olhos na leitura do gráfico é o fato de ele estar completo no que diz respeito aos meses do ano, o que já

representa uma primeira diferença em relação ao gráfico do momento anterior ao site atual. Nossa explicação para isso consiste em dizer que o amadurecimento da cooperativa na gestão financeira, com o desenvolvimento de planilhas mais completas e organizadas, bem como o desenvolvimento de um site que possibilitasse a extração das informações de compra de maneira automática, foram as razões que tornaram possível que, nos últimos três anos, a cooperativa apresentasse uma lógica de registro das vendas mais organizada, o que facilitou o trabalho de sistematização e possibilitou o aumento tanto em quantidade quanto em qualidade na produção de informações sobre o T&L.

Figura 2: Sistematização das entradas da cooperativa T&L de 2020-2022



Outro ponto interessante a se notar no gráfico da Figura 2 consiste no fato de que, tal como indicamos no gráfico da Figura 1, os anos de 2021 e 2022 não mostram uma tendência clara nem de estabilidade nem de crescimento, expressando antes a imprevisibilidade das vendas, com algumas quedas e altas acentuadas. No entanto, desde que as entregas do porta a porta começaram, em meados do primeiro semestre de 2020, pode-se ver, neste ano, uma tendência de alta que se desenrolou até dezembro. Após o início do porta a porta, em nenhum mês as entradas ficaram abaixo dos dez mil reais, que era a faixa mais comum das vendas no período anterior expresso na Figura 1, sendo que a maioria dos meses a partir de 2020 superou inclusive a faixa dos vinte mil reais. Com isso, é possível formular a hipótese de que a venda no porta a porta se configura enquanto um divisor de águas no trabalho da cooperativa, tendo aparentemente contribuído com o aumento na escala das vendas, ainda que não necessariamente de maneira direta.

É importante pontuar que o gráfico da Figura 2 engloba todas as entradas da cooperativa, incluindo tanto as vendas para consumidores pontuais que recebiam suas cestas nas entregas porta a porta quanto as vendas para consumidores organizados em

grupos de consumo ou então que retiravam suas cestas em pontos de entrega. A ferramenta do site possibilita que seja discriminada a quantidade de entradas relativa unicamente às vendas para consumidores pontuais que recebem pelas entregas no porta a porta, gerando os gráficos a seguir:

Figura 3: Vendas do site em 2021

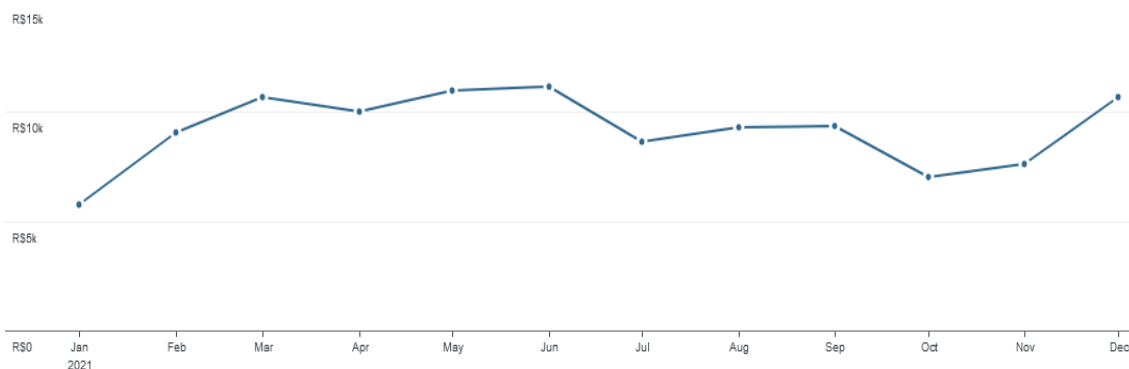
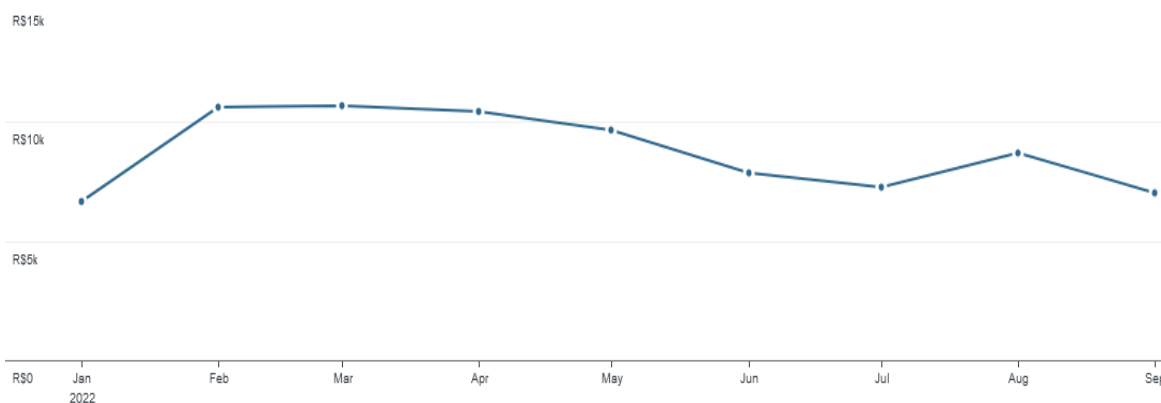


Figura 4: Vendas do site em 2022

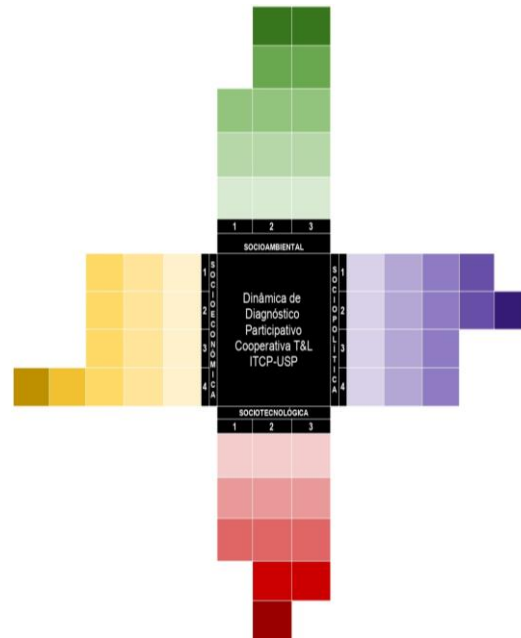


Uma diferença importante desses gráficos em relação aos das figuras 1 e 2 consiste na menor diferença de nível entre as altas e as baixas. Isso representa uma maior estabilidade nas vendas específicas para consumidores pontuais que recebem as cestas pela entrega porta a porta do que em relação às entradas em geral da cooperativa, que abrangem também feiras, grupos de consumo e pontos de retirada. Os gráficos das Figuras 3 e 4 representam uma possibilidade automatizada do site que é muito importante, por

exemplo, para compreender a sazonalidade dos picos das vendas e validar se as estratégias de divulgação tiveram impacto ou não na comercialização.

Quadrado de avaliação reflexiva coletiva

Figura 5: Diagrama das respostas da Dinâmica de Diagnóstico Participativo.



A dinâmica do diagnóstico participativo foi aplicada via videochamada pelo Google Meets, tendo sido necessários dois encontros para finalizar todas as etapas. A partir dessa dinâmica foi construído o diagrama da Figura 5 que permite observar em primeira mão que as maiores dificuldades estão no âmbito socioeconômico, enquanto o aspecto socioambiental é o que apresenta melhor desempenho nas avaliações. A relação das perguntas inicialmente elaboradas pelos extensionistas da ITCP e que foram feitas aos integrantes do T&L pode ser vista na Figura 6. No decorrer da dinâmica, surgiram algumas propostas de divisão das perguntas que foram entendidas como demasiadamente abrangentes para refletir sobre algumas questões — as observações sobre essas propostas de decisões estão consideradas na análise final, apesar de não constarem no diagrama construído. No que se segue, tentaremos apresentar em linhas gerais os principais tópicos levantados na discussão de cada pergunta, explorando o lado qualitativo do debate que não é captado no diagrama da Figura 5, que expressa tão somente o aspecto quantitativo.

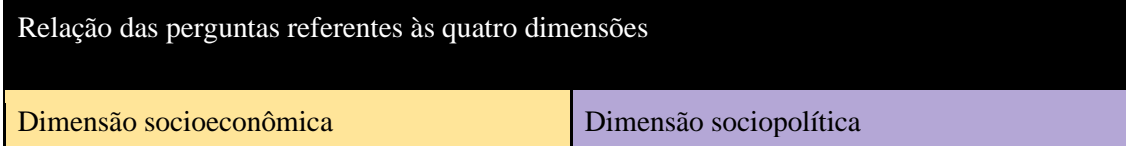
Dimensão Socioeconômica

Sobre as perguntas mais diretamente relacionadas com a investigação das vendas e organização financeira da cooperativa apareceram, na fala dos cooperados, as primeiras propostas de divisões analíticas que não haviam sido abarcadas nas perguntas inicialmente elaboradas. Esse tipo de proposição de distinções por parte dos cooperados marcou o andamento da dinâmica como um todo.

A primeira proposta foi de uma divisão entre uma parte interna e uma parte externa da cooperativa. Sobre essa divisão, foi dito que a parte interna seria relacionada à logística e comercialização enquanto a externa estaria relacionada com os produtores. No que se refere à realização dos objetivos econômicos, a cooperativa tem cumprido bem o papel de garantir remuneração para os produtores, isto é, alcança os objetivos econômicos de sua dimensão mais externa. Contudo, na sua dimensão mais interna, isso não ocorre da mesma forma, visto que o volume de entrada de recursos financeiros não é o suficiente para que haja remuneração para todos os cooperados, sendo que o trabalho é realizado com forte atuação militante e com apoios externos.

A segunda proposta de divisão feita pelos cooperados face às perguntas inicialmente elaboradas pelos extensionistas da ITCP consiste na distinção entre os consumidores pontuais das entregas no porta a porta, de um lado; e, do outro, os consumidores participantes de grupos de consumo organizados, que em tese teriam já um envolvimento maior no ato do consumo. É importante notar que esses consumidores mais pontuais e que recebem as cestas em casa são em número muito volúvel, havendo pouca fidelização e muita rotatividade. Os vínculos criados com quem compra através do grupo de consumo são mais fortes, visto que já ocorreram visitas aos acampamentos para que esses consumidores conhecessem a produção dos alimentos, bem como a criação de espaços formativos com eles. Dentro desta temática, porém, foi dito que a realidade atual da cooperativa é que um grande volume do caixa vem da venda para consumidores pontuais, que fazem as compras através do site. Podemos supor, portanto, que esse montante importante das entradas está sujeito a grandes variações, uma vez que o vínculo com esses consumidores pontuais não é tão forte quanto com os consumidores dos grupos de consumo.

Figura 6: Relação das perguntas que guiaram a Dinâmica de Diagnóstico Participativo.



1. EQM o empreendimento constrói ou fortalece vínculos com os consumidores e fornecedores?	1. EQM o empreendimento vem participando de espaços de debate político e de articulação com outros movimentos sociais?
2. EQM a comercialização alcança ou não os objetivos econômicos estipulados pelo empreendimento?	2. EQM o trabalho da cooperativa incide positivamente no seu território e contribui para a geração de trabalho e renda?
3. EQM os recursos externos vêm de financiadores diversos?	3. EQM o empreendimento tem conseguido planejar, realizar, avaliar e monitorar suas atividades?
4. EQM o trabalho militante e/ou de parceiros vêm sendo necessário para as atividades do empreendimento?	4. EQM o empreendimento tem realizado a sua comunicação interna e externa?
Dimensão sociotecnológica	Dimensão socioambiental
1. EQM o empreendimento tem o conhecimento necessário para se apropriar, adaptar ou criar novas técnicas a fim de suprir suas demandas?	1. EQM os recursos adquiridos pelo empreendimento não impactam negativamente no meio ambiente?
2. EQM o empreendimento estimula o processo de formação e socialização das técnicas necessárias ao trabalho, bem como conhecimentos mais amplos ligados ao trabalho?	2. EQM o empreendimento potencializa o rendimento e/ou reaproveitamento de recursos?
3. EQM há a troca de saberes entre os cooperados e os produtores?	3. EQM o trabalho da cooperativa está alinhado e/ou fortalece um projeto mais amplo de defesa do meio-ambiente?

Dimensão Sociotecnológica

No aspecto mais relacionado com o escopo do artigo — o uso das tecnologias dentro da cooperativa — foi levantado o questionamento, para analisar as questões propostas, sobre quem são os atores que formam a cooperativa. Primeiro, seguindo a linha de propor divisões, surgiu uma sugestão de analisar a tecnologia do ponto de vista da comercialização, isto é, as vendas pelo site e grupos consumo; e de outro ponto de vista, o da produção, isto é, tudo que envolve a logística e montagem de cestas, além da produção dos fornecedores. A partir dessa proposta de divisão analítica, iniciou-se um debate sobre o que forma a cooperativa que levou a uma importante conclusão na caracterização da Terra e Liberdade: a cooperativa é formada tanto pelos produtores dos acampamentos quanto pelos cooperados que trabalham na comercialização e logística, e também pelos consumidores. Essa diversidade de atores que, no entender dos cooperados, formam a cooperativa foi agrupada sob o nome de ecossistema de cooperação.

As questões sobre o quanto o uso das técnicas é difundido apontou para um ponto relacionado com o que foi constatado na seção socioeconômica da avaliação: a falta de recursos limita o trabalho interno da cooperativa, que depende muito do trabalho militante responsável por organizar a comercialização. A falta de tempo dificulta as formações internas para compartilhar as práticas realizadas e também não permite que os cooperados possam se dedicar mais às questões de melhoria dos processos. Hoje a cooperativa consegue realizar suas atividades e está apropriada das técnicas, consideradas essas limitações mencionadas, graças à atuação de todos os atores envolvidos no que forma a cooperativa.

Além dessa questão da caracterização da cooperativa, outra contribuição dessa etapa da avaliação foi ampliar a definição de técnica e tecnologia que estava sendo utilizada pelos extensionistas da ITCP para analisar os processos. As perguntas traziam um viés de que a técnica estava presente apenas no emprego de ferramentas digitais das vendas e seus elementos relacionados. Nessa discussão, uma cooperada trouxe uma visão mais ampla do que seria a técnica utilizada e menciona que a principal tecnologia proposta e utilizada pela cooperativa e apropriada pelos produtores consistiria na forma de comércio por meio de grupos de consumo e cestas já prontas, que é muito alinhada com as práticas de agroecologia e respeita a sazonalidade na produção de alimentos.

Dimensão Sociopolítica

O trabalho da cooperativa Terra & Liberdade está profundamente relacionado com a militância dentro do MST. A cooperativa faz ações junto com outros movimentos sociais contribuindo com cozinhas solidárias e articulada também com o MTST. Surgiu uma discussão em torno do que é tarefa da cooperativa com relação à articulação política com outros movimentos e atividades formativas relacionadas com esse assunto, e do que seria tarefa da Regional Grande São Paulo ou do MST como um todo. Não há uma definição muito nítida em torno disso, o que é esperado dada a importância do trabalho militante dentro da Terra e Liberdade.

Outro aspecto sociopolítico abordado, também relacionado com um aspecto socioeconômico, foi a atuação da cooperativa nos territórios da produção e o seu impacto na vida dos produtores. Para algumas pessoas que trabalham na produção, a remuneração garantida pelas vendas da cooperativa se tornou a principal fonte de renda. Essa relação

dos cooperados com os produtores é um grande fator de motivação para a realização do trabalho.

Além desse ponto, outra questão relacionada com a esfera sociopolítica, mais voltada para a organização e planejamento, esbarrou na questão socioeconômica. A falta de recursos limita o tempo dos cooperados para a organização e realização das atividades de forma que por vezes limita o tempo de planejamento e avaliação das atividades. Nesse sentido, pode-se dizer que o trabalho executivo das atividades da cooperativa acaba por consumir a maior parte do tempo que os cooperados podem despender, de forma que os espaços para discussão, planejamento e avaliação das atividades ficam em segundo plano e acabam perdendo espaço, o que dificulta o surgimento de ideias e estratégias de mudanças na organização do trabalho, visando a melhora da viabilidade econômica.

Dimensão Socioambiental

Por se tratar da comercialização de alimentos agroecológicos, ligados com a luta pela reforma agrária popular, a pauta ambiental é um outro fator de grande motivação no trabalho da cooperativa, já que a questão da alimentação trazida pelo MST está no cerne da questão ambiental. Apareceu na discussão uma diferenciação do ambiente urbano com o natural, a compreensão foi de que as questões estavam mais voltadas para o ambiente natural e a agroecologia é a chave que permite a integração entre esses ambientes, extremamente necessária para se encontrar uma forma de consumo equilibrada.

Quanto à atuação direta da cooperativa, há um gargalo ambiental nessa forma de comércio que é o uso de sacolas plásticas, e outro que é o grande uso de combustíveis fósseis no transporte dos alimentos. Contudo, uma eventual substituição das sacolas de plástico por sacolas de papel elevaria bastante os custos e tornaria inviável manter os preços das cestas como estão. Já no que se refere ao uso de combustíveis fósseis, há o entendimento de que, apesar de isso ser negativo ambientalmente, há um atenuante que é o fato da cooperativa trabalhar num esquema de circuitos mais curtos de produção, o que diminui a intensidade de queima de tais combustíveis.

Conclusão

Os extensionistas da ITCP-USP que realizam o acompanhamento das atividades da T&L exercem essa tarefa desde 2021 participando de atividades rotineiras da cooperativa relacionadas, principalmente, com as vendas pontuais feitas quinzenalmente

pelo site para as entregas de porta em porta. A demanda inicial que aproximou a incubadora do trabalho da cooperativa foi a necessidade de apoio nessas atividades rotineiras: montagem das cestas, entregas e processamento de pedidos no site.

Motivados pela metodologia da Pesquisa-Ação, com influências da Ergonomia da Atividade tentando nos aproximar a partir do ponto de vista da atividade (LIMA, 1999), a participação na rotina da cooperativa instigou questionamentos sobre as vendas e o uso das tecnologias utilizadas. Esses questionamentos foram fundamentais para buscar entender como foram os momentos de planejamento das ações e reuniões de imersão da T&L. Isso chamou atenção para as dificuldades de encontrar algumas informações sobre a evolução das vendas da cooperativa.

O momento investigativo das informações financeiras permitiu identificar pontos de dificuldade que foram confirmados posteriormente pela realização da dinâmica do diagnóstico participativo: por vezes falta tempo para os cooperados realizarem momentos de planejamento, organização e avaliação das atividades. Isso ocorre porque o trabalho está centrado principalmente no trabalho militante, de forma que esses trabalhadores precisam de outras fontes de renda para viver e acabam não tendo mais tempo para se dedicar às tarefas da cooperativa do que já dispõe. O trabalho rotineiro das vendas para os grupos de consumo, feiras e vendas pelo site já demanda bastante e quase não sobra tempo para planejar as atividades, realizar formações e avaliar o trabalho realizado.

Das análises da sistematização das vendas, confirmou-se a hipótese de que a implementação da comercialização de porta em porta pelo site era um divisor de águas para a T&L, uma vez que elevou significativamente o volume de vendas e, apesar de não ser uma entrada que representa uma constante, consegue garantir uma importante estabilidade mínima nas receitas da cooperativa. Ainda sobre a observação das vendas, juntamente com o histórico da cooperativa levantado e a avaliação realizada pelo diagnóstico participativo, foi possível confirmar o impacto do trabalho na vida dos produtores pelo volume de entradas crescente. Nas discussões motivadas pela realização da dinâmica foi possível perceber o quanto esse objetivo da cooperativa é um fator de motivação para a realização do trabalho.

A dinâmica trouxe outras conclusões importantes a respeito da cooperativa que merecem destaque, um deles é o conceito de ecossistema de cooperação. Compreender os atores que formam a cooperativa e como cada um deles contribui para o trabalho é um passo importante para buscar as soluções para as dificuldades apontadas. O outro é a

percepção da forma de comercialização de cestas como uma tecnologia. Essa forma de comercialização se adequa muito bem ao modelo de produção de alimentos agroecológicos e se apresenta como uma alternativa mais equilibrada na forma de consumo. O trabalho da cooperativa, nesse sentido, possibilita uma integração entre o meio ambiente rural periurbano na interação com o ambiente urbano, ao trazer percepções aos consumidores que vivem no meio urbano sobre como se dá a percepção do ambiente rural periurbano na produção dos alimentos.

A realização dessa dinâmica também foi de grande relevância para a cooperativa por possibilitar um momento de conversa sobre o trabalho e avaliação dos resultados, que, como mencionado, estava fazendo falta para os cooperados. Além de mapear as dificuldades, foi possível identificar os pontos fortes que motivam o trabalho da cooperativa. A motivação principal é a atuação com os produtores dos assentamentos, a luta pela reforma agrária popular e a agroecologia, sendo estes os pontos centrais para a realização do trabalho. Ao final da dinâmica todos agradeceram pela avaliação realizada nesse processo, já que não havia no cronograma deles um planejamento próximo para realizar esse tipo de atividade.

Por fim, o trabalho da ITCP-USP com a T&L aponta para novos horizontes a partir da avaliação descrita neste artigo. A dificuldade de falta de tempo, que está relacionada com a dificuldade de remunerar todos os cooperados, pode encontrar alguma perspectiva de superação com a realização de um Estudo de Viabilidade Econômica. Há o interesse também em buscar formas de fidelização e engajamento dos consumidores pontuais, nesse sentido a ITCP poderia contribuir com estudos de ferramentas e buscar investigar o impacto das divulgações nas compras desses consumidores. A realização desse trabalho também agregou novos conhecimentos aos formadores a partir da aplicação da dinâmica de diagnóstico participativo e contato com a sistematização das vendas. Esse conhecimento será de grande valia para outros trabalhos e momentos formativos da ITCP-USP.

Referências Bibliográficas

DANIELLOU, F.; LAVILLE, A.; TEIGER, C. Ficção e realidade do trabalho operário. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 1989, 17.68: 7-13.

FREIRE, P. Ensinar não é transferir conhecimento. In: Pedagogia da autonomia, 51ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 2015.



GUÉRIN, F.; LAVILLE, A.; DANIELLOU, F.; DURAFFOURG, J.; KERGUELEN, A. Compreender o trabalho para transformá-lo — a prática da ergonomia. São Paulo, 2001. Edgar Blucher.

ITES-UFBA. Mandala de Autoavaliação Reflexiva. Oficina realizada no VI CONGRESSO DA REDE DE ITCPs, 2022, Salvador-BA.

LIMA, F. P. A. Ergonomia e projeto organizacional: a perspectiva do trabalho. Production, 1999, 9: 71-98.

POMPEU, L. P.; ATOLINI, T. M.; CASTRO, B. M.; HENRIQUES, F. C.; ARAÚJO, F. S. & NEPOMUCENO, V. (2018). A análise ergonômica do trabalho como método de adequação sociotécnica em uma empresa recuperada por seus trabalhadores. Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, 14(32), 78-97.

POMPEU, L. P. Trabalho e cooperação — contribuições da psicodinâmica do trabalho na análise dos potenciais e obstáculos da intercooperação em um ecossistema de cooperação. Qualificação de doutorado em Engenharia de Produção na POLI-USP. São Paulo, no prelo.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

WISNER, A. Understanding problem building: ergonomic work analysis. Ergonomics, 1995, 38.3: 595-605.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E COMERCIALIZAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM ESTUDO DE CASO DE SÃO CARLOS - SP

1175

Amanda Gonçalves de Lima, (PET Economia Solidária/UFSCar),
agoncalveslima001@gmail.com

Daniele Francisco, (NuMI-EcoSol/UFSCar),
dani.uba@gmail.com

Fernanda Siani, (PET Economia Solidária/UFSCar),
fernandalopes@estudante.ufscar.br

Rafaela dos Reis Martins, (NuMI-EcoSol/UFSCar),
rafaelarmartins8@gmail.com

Resumo

Os avanços tecnológicos apropriados pela sociedade em termos gerais têm gerado significativas transformações no mundo do trabalho impactando a capacidade produtiva de empresas e pessoas e acelerando a velocidade da comercialização e circulação de mercadorias. Neste contexto, a economia solidária atua como alternativa aos impactos negativos impostos aos trabalhadores mais vulneráveis, buscando se contrapor ao agravamento da exclusão social por meio do trabalho associado. Soma-se a esse quadro a pandemia da Covid-19, que impôs custos econômicos e sociais mais elevados aos pequenos empreendimentos com menos condições de se viabilizarem depois das restrições impostas à comercialização presencial. Diante disso, o movimento de economia solidária foi impelido a dar respostas a empreendimentos e sujeitos sociais no que se refere à produção e comercialização, levando-se em consideração inclusão social e o desenvolvimento territorial. Para tanto, o conhecimento acumulado da economia solidária permite o uso de metodologias e técnicas para soluções de problemas sociais por meio das condições locais e interação entre população envolvida no processo, materializando e dando sentido ao que se convencionou chamar de Tecnologia Social (TS). O presente trabalho tem como objetivo apresentar e analisar as ações voltadas à comercialização online durante a pandemia, realizadas pela Rede EcoSanca em conjunto com o Programa de Educação Tutorial da Universidade Federal de São Carlos (PET EcoSol/UFSCar). Metodologicamente, o trabalho se valerá da descrição e análise de um estudo de caso para, a partir dele, refletir sobre os desafios e as superações das dificuldades da comercialização online de empreendimentos econômicos solidários no município paulista de São Carlos, durante a pandemia. Para isso, serão analisados dados dos indicadores de tráfego das redes sociais e a participação dos produtores nas atividades. Adianta-se que, enquanto estratégias de comercialização, foram realizadas feiras online e catálogos para divulgação de produtos e serviços que, junto com outras atividades desenvolvidas pela Rede EcoSanca e pelo PET EcoSol, possibilitaram dar continuidade às atividades de comercialização e relacioná-las à articulação política do movimento de economia solidária em São Carlos. A relevância dos conjuntos de ações realizadas para possibilitar as vendas online foram avaliados não somente em relação às técnicas utilizadas e resultados práticos obtidos, mas também em relação ao processo desenvolvido por esse grupo de sujeitos sociais, considerando seus conhecimentos, possibilidades materiais e contexto socioeconômico. As conclusões iniciais permitem inferir que as TSs atuaram enquanto processo emancipatório dos trabalhadores da economia solidária, além de propiciar uma nova forma de organização de trabalho.

Palavras-chave: economia solidária, comercialização, pandemia, geração de renda, tecnologia social.

Abstract

The technological advances appropriated by society in general terms have generated significant transformations in the world of work, impacting the productive capacity of companies and people, and accelerating the speed of commercialization and circulation of goods. In this context, the solidary economy works as an alternative to the negative impacts imposed on the most vulnerable workers, seeking to counteract the worsening of social exclusion through associated work. Along with this scenario, the Covid-19 pandemic has imposed higher economic and social costs on small businesses that are less able to become viable after the restrictions imposed on face-to-face markets. In this way, the solidary economy movement was compelled to respond to enterprises and social subjects about the production and commercialization, taking into account social inclusion and territorial development. Therefore, the solidary economy's accumulated knowledge allows the use of methodologies and techniques to solve social problems through local conditions and the interaction between the population involved in the process, materializing and giving meaning to what is conventionally called Social Technology. This work intends to present and analyze the actions related to online marketing carried out by the Rede EcoSanca and the Tutorial Education Program of the Federal University of São Carlos (PET EcoSol/UFSCar) during the pandemic. Methodologically, this work uses the description and analysis of a case study to reflect on the challenges and on overcoming difficulties of online marketing for solidary economic ventures in the city of São Carlos during the pandemic. For this, data from social networks traffic indicators and the participation of producers in activities are analyzed. Online fairs and catalogs were held as marketing strategies for the dissemination of products and services that, along with other activities developed by Rede EcoSanca and PET EcoSol, made it possible to carry marketing activities on and relate them to the articulation politics of the solidarity economy movement in São Carlos. The relevance of actions carried out to enable online sales were evaluated not only in relation to the techniques used and practical results obtained, but also in relation to the process developed by this group of social subjects, considering their knowledge, material possibilities and socioeconomic context. The initial conclusions make us think that Social Technologies have worked as an emancipatory, process for workers in the solidary economy, in addition to providing a new way of work organization.

Keywords: solidary economy, commercialization, pandemic, income generation, social technology.

Introdução

A economia solidária é um movimento social que vem se organizando no Brasil há pelo menos quatro décadas e conta com a existência de pessoas organizadas em empreendimentos econômicos solidários (EES) distribuídos por todo o país, inúmeras entidades de apoio e fomento e de políticas públicas diversas, em nível federal, estadual e municipal.

O movimento da economia solidária na cidade de São Carlos começou a se organizar no final da década de 1990 e hoje conta com a participação de centenas de pessoas do município, cuja forma de organização e conquistas historicamente adquiridas são reconhecidas nacionalmente. O Fórum Municipal de Economia Solidária (FOMES), criado no ano de 2005, realiza reuniões regulares mensais e é o principal espaço de articulação e instância representativa do movimento de economia solidária do município de São Carlos. Além disso, temos o Conselho Municipal de Economia Solidária (COMESOL), que exerce grande papel na política pública de economia solidária, e 3

Centros Públicos de Economia Solidária espalhados pelos municípios, que deveriam desenvolver atividades de geração de renda, mas que não são muito bem aproveitados pela prefeitura.

Os desafios enfrentados pelo país e pelo município para criar condições para a promoção de trabalho e renda para a população, tendo em conta a situação de crise econômica que vivenciamos e a grande potencialidade da economia solidária de fomentar a inserção laboral por meio dos empreendimentos econômicos solidários, faz com que a economia solidária seja uma grande aliada na geração de trabalho e renda.

O projeto *Fomento à organização e fortalecimento da Rede de Cooperação Solidária de São Carlos, SP*, popularmente batizado de Rede EcoSanca, é realizado pelo Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NuMI EcoSol - UFSCar), que atua como entidade de apoio e fomento à economia solidária em São Carlos. Esse projeto foi executado por meio da Chamada Pública 001/2017 SENAES/MTB e tem como proponente a Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAI/UFSCar). Seu objetivo é apoiar a organização e fortalecimento de uma Rede de Cooperação Solidária constituída por empreendimentos econômicos solidários (EES) do município de São Carlos - SP, tendo como estratégia a realização de atividades de formação, intervenção e sistematização a partir de uma base de serviços de assessoria técnica. Por meio da articulação da Rede de Cooperação Solidária de São Carlos espera-se fortalecer os empreendimentos econômicos solidários existentes, ampliando as possibilidades de geração de trabalho e renda, sobretudo para mulheres. Busca-se ainda subsidiar processos locais e territoriais de desenvolvimento solidário e sustentável; fomentar a constituição de cadeias produtivas e desenvolver estratégias de logística e comercialização de produtos e serviços da Rede.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e analisar as ações voltadas à comercialização online durante a pandemia realizadas pela Rede EcoSanca junto aos empreendimentos econômicos solidários (EES) assistidos pelo projeto. A equipe responsável pelas atividades que serão aqui apresentadas é composta por duas técnicas responsáveis pela execução do projeto e estudantes de graduação integrantes do Programa de Educação Tutorial da Universidade Federal de São Carlos (PET EcoSol/UFSCar) que realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão junto ao movimento de economia solidária local.

Na primeira parte do trabalho apresentaremos a situação da comercialização no município de São Carlos antes da pandemia. Após essa contextualização, falaremos sobre a comercialização online no início do período pandêmico e apresentaremos as três frentes de ações desenvolvidas pela Rede EcoSanca para fortalecer a comercialização online junto aos EES. Faremos também algumas reflexões sobre os desafios e dificuldades enfrentadas e por último o que isso impactou na vida dos membros dos EES.

Situação da comercialização da Economia Solidária de São Carlos e atuação da Rede EcoSanca

A principal forma de geração de renda dos empreendimentos de economia solidária de São Carlos é através da comercialização em feiras de economia solidária, que ocorrem em pontos fixos e também em eventos esporádicos. A principal feira da economia solidária ocorre na Praça XV de Novembro aos domingos, das 16h às 21h. E para que um produtor participe é necessário estar cadastrado no Conselho Municipal de Economia Solidária (COMESOL) em algum grupo de economia solidária. Como a feira faz parte da política pública de economia solidária do município, este ponto de comercialização é garantido por um decreto que estabelece que aos domingos a praça está reservada para a economia solidária. Também são feitas feiras esporádicas, principalmente na UFSCar e na USP, em eventos onde os empreendimentos econômicos solidários são convidados.

Sabemos que as feiras são importantes espaços de socialização e formação das pessoas, tanto dos EES, quanto dos consumidores, mas há alguns fatores que interferem na sua realização, como por exemplo, o clima e a estrutura do espaço. Se o local não é coberto e chove, atrapalha o trabalho dos feirantes e a presença do público, impedindo que a feira aconteça.

Outro fator negativo está relacionado à infraestrutura do local para acomodar os produtores e consumidores. O que vimos em São Carlos é que nem sempre há uma infraestrutura boa para a realização das feiras, como falta de banheiros, água, iluminação etc. Isso quem deveria garantir é a prefeitura, mas com a lentidão dos processos burocráticos, acaba demorando e conseqüentemente atrapalha a realização dessas feiras.

O projeto Rede EcoSanca possui várias frentes de ações. Mas em relação à comercialização havia sido planejado, principalmente, ações para fortalecimento das feiras já existentes no município porque não havia equipe suficiente para a incubação de novas feiras. Entretanto, surgiu a oportunidade de iniciar uma feira na cidade, a Feira do

Bem. A Feira do Bem surgiu com o convite de uma construtora local em fazer uma feira no seu estacionamento. A feira ocorreu durante 2019, mas o local não era bem localizado e o grupo procurou outros locais para a comercialização. Durante a pandemia suas atividades foram paralisadas e a feira voltou em 2022 no Parque do Bicão.

Além das feiras presenciais, há também a Loja do Comércio Justo e Solidário que funcionava ao lado do Centro Público de Economia Solidária localizado no centro da cidade, mas essa loja não tinha muita participação dos EES porque precisavam fazer rodízios para estarem no local, o que demandava uma logística complexa e não houve êxito nessa organização. Durante a pandemia o local foi fechado, pois ficava em um prédio público e em 2022 o Centro Público mudou-se de lugar (sem a concordância do movimento) e a loja não funciona mais. O movimento também tem disponível como espaço de comercialização o Box 63 no Mercado Municipal, mas que também está abandonado pelo poder público e os membros dos EES não conseguem se organizar para manter as atividades do local, mesmo problema da loja de Comércio Justo e Solidário.

Assim, é possível perceber que o principal meio de geração de renda dos membros dos EES eram as feiras presenciais, que foram canceladas devido ao período de pandemia.

Pandemia e comercialização online da Rede EcoSanca

No fim de 2019 a equipe do projeto começou a pensar sobre a comercialização online para os EES da Rede EcoSanca, fazendo um levantamento inicial das ideias e demandas dessa modalidade de comercialização. Em julho de 2020, com a pandemia da covid-19 avançando, as atividades realizadas de comercialização e articulação desenvolvidas pelos agentes de economia solidária na cidade de São Carlos, haviam cessado quase que completamente. Por ser um movimento constituído majoritariamente por pessoas de idade mais avançada, fazia-se necessário o cumprimento do isolamento social para o bem estar de todos.

Sendo as feiras presenciais os espaços principais de comercialização para os EES, foi inevitável que o movimento colocasse em prática novas formas de organização frente ao novo contexto que enfrentava. Frente a isso, alguns produtores de alimentos orgânicos iniciaram a divulgação e comercialização de seus produtos nas redes sociais, divulgando assim “cestas” com variedade de alimentos que poderiam ser reservados e adquiridos semanalmente via WhatsApp. Contudo, muitos EES ainda não tinham acesso ou

familiaridade com as redes sociais e ferramentas digitais, o que impactava diretamente a geração de renda desses produtores.

Diante deste cenário, a continuidade das atividades do projeto e trabalho dos membros da equipe se tornaram ainda mais importantes, de modo que o projeto teve que mudar todo o plano de trabalho e as atividades que antes eram presenciais foram adaptadas para serem executadas de maneira remota. O projeto Rede EcoSanca que já previa atividades de comercialização e divulgação dos EES pertencentes à rede, elaborou uma série de estratégias para implementação da comercialização online.

A economia solidária de São Carlos possui certa desvantagem em relação ao mercado capitalista por não possuir plataformas ou sistemas de comercialização online própria ou que tenham mais afinidade com seus princípios. Assim, os produtores precisam fazer todo processo de comercialização online com poucas ferramentas disponíveis, como aplicativos de mensagem do celular e redes sociais. Até mesmo essas ferramentas eram pouco exploradas pelos produtores, sendo usadas na maioria das vezes de modo muito precário e pouco eficiente. As ações desenvolvidas pelo Projeto Rede EcoSanca para fortalecer a comercialização no período da pandemia foram no sentido de avançar nessas questões, introduzindo os produtores que antes só vendiam por meios tradicionais nesse mundo da comercialização online. E para isso havia o entendimento que a própria rede de economia solidária teria que desenvolver suas estratégias de comercialização online, que fizessem sentido com seus princípios de organização e produção locais e para os sujeitos envolvidos.

Fez-se necessário que fosse incluído no projeto contratações de assessorias e consultorias para auxiliarem os grupos a sanarem algumas defasagens no conhecimento e habilidades relacionadas ao “mundo digital” e principalmente incentivar as vendas online. Para isso foram contratadas pessoas especializadas para organização de feiras online, criação de site e realização de formação em redes sociais.

Podemos dividir as ações da Rede EcoSanca na comercialização online em três frentes: 1- ações diretas de comercialização online; 2- espaços virtuais da Rede EcoSanca; 3- formações. Apresentaremos a seguir as atividades realizadas em cada uma dessas frentes de ações.

Ações diretas de comercialização online

Catálogos temáticos

Ao todo foram realizados cerca de seis catálogos temáticos de produtos, divulgados em datas comemorativas como, por exemplo, Natal, Dia das Mães e Páscoa. Os catálogos eram feitos em formato digital, contendo fotos dos produtos, descrição e informações sobre os produtores. O objetivo era que os consumidores conhecessem os produtos oferecidos e também quem os fazia.

A criação dos catálogos de produtos foi realizada em conjunto pelos membros da equipe do Projeto Rede EcoSanca, estudantes do PET Ecosol e membros dos EESs interessados. A participação dos produtores no catálogo era feita de forma voluntária, sendo que a cada novo catálogo era feito o convite nos espaços de economia solidária e participava quem tinha interesse e disponibilidade. O processo de criação desses catálogos exigiu do grupo de trabalho formados reflexões sobre como essa atividade de comercialização deveria funcionar, o que era necessário ser feito por parte de cada produtor individualmente e do grupo para que esse produto (o catálogo) fosse criado coletivamente, e quais estratégias de divulgação seriam necessárias.

Para isso eram feitas diversas reuniões para discussão das ideias e tomada de decisões. Primeiramente era escolhido o tema e reunia-se os interessados em participar. Depois era planejado quais informações o catálogo deveria conter para atingir seu objetivo. Depois a equipe se dividia para entrar em contato com cada produtor coletando informações sobre os produtos e sobre o empreendimento. Tanto nas reuniões coletivas, quanto no contato com cada produtor eram realizadas discussões sobre como o produto deveria ser apresentado nas fotos, quais informações precisavam ser fornecidas para que o consumidor pudesse conhecer e escolher o produto virtualmente. Estas eram questões importantes a serem discutidas e trabalhadas com os produtores, pois a forma de venda online exigia novas habilidades e estratégias.

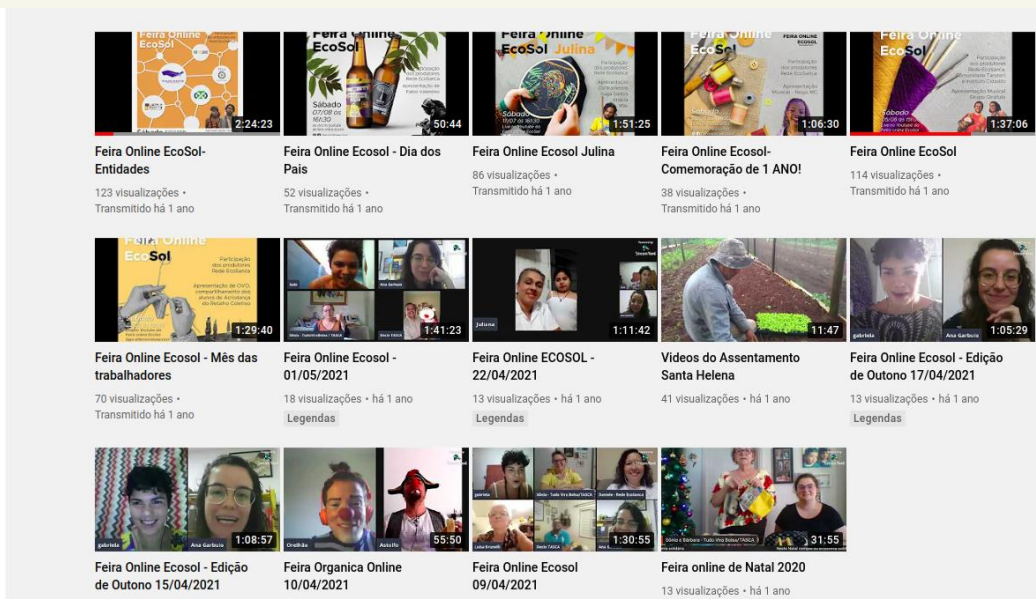
Fig 01 - Card de divulgação do Catálogo de Páscoa 2022



Feiras Online

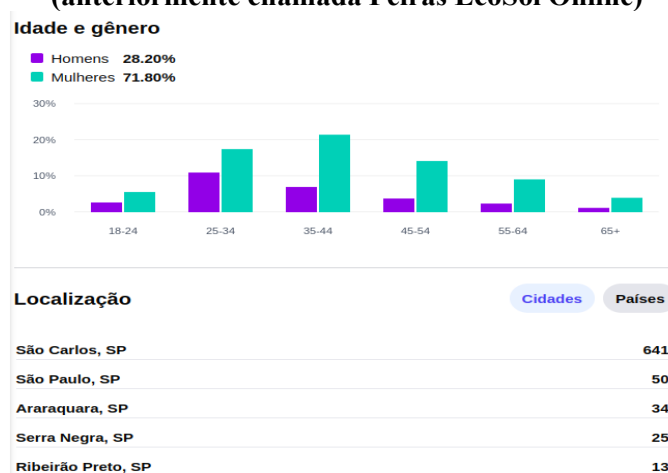
Ocorreram cerca de 13 feiras em formato online em 2020 e 2021, onde os produtores apresentavam seus produtos e podiam ter uma interação maior com o público. Essas feiras online eram feitas por meio de transmissão ao vivo nas redes sociais e também contavam com apresentações culturais e sorteios. Além de promoverem a comercialização, essa era uma estratégia importante para a divulgação do movimento em si, visto que ao longo dos meses muitos produtores não participantes da Ecosol demonstraram interesse em participar das feiras. Esse fato mostra que as feiras conseguiam dar visibilidade ao movimento e que os pequenos produtores locais tinham a demanda de espaços para promover a comercialização nesse período. Essas transmissões ao vivo eram realizadas por meio de páginas nas redes sociais criadas para divulgação da Feira Online. Das 13 feiras online realizadas, 12 contaram com a ajuda de consultoria especializada contratada pelo projeto.

Fig 02 - Print da página do YouTube da Feira online:
<https://www.youtube.com/channel/UC0-lmyREEWDkgj2lpGrmLmA/videos>



Na figura 02 estão elencadas as feiras online feitas pela equipe do projeto com os produtores que participam da Rede EcoSanca, as lives foram transmitidas no youtube da Feira online EcoSol e também colocadas no Facebook antes chamado Feira online EcoSol e atualmente, com a volta das feiras presenciais, a página foi atualizada para Feiras EcoSol São Carlos para a divulgação das feiras de economia solidária que acontecem no município.

Fig. 03 - Dados do público da página do Facebook das Feiras EcoSol São Carlos (anteriormente chamada Feiras EcoSol Online)



A figura 03 mostra o público da página do face book que divulga as feiras online e atualmente é usada para as feiras presenciais. Nota-se que a maioria do público são mulheres na faixa etária dos 35 a 44 anos. O público, em sua maioria, reside no município e esse dado mostra que as publicações são feitas para alcançar o público do município

porque muitos dos EES não têm ainda a estrutura para mandar seus produtos para fora do município, por isso também as postagens são concentradas na cidade de São Carlos.

1184

Fig. 04 - Foto dos resultados do engajamento da página quando ela foi criada

<input type="checkbox"/>	'Conheça a deliciosa cest...	Turbinar publicaça...	5 de agosto de 2020 13:47	13 Pessoas alcançadas	4 Engajamentos com a pub	3 Reações	0 Comentários	1 Compartilh
<input type="checkbox"/>	Alguém aí pensou em pa...	Turbinar publicaça...	4 de agosto de 2020 20:37	4 Pessoas alcançadas	7 Engajamentos com a pub	7 Reações	0 Comentários	0 Compartilh
<input type="checkbox"/>	Esse ano a feira EcoSol é ...	Turbinar publicaça...	4 de agosto de 2020 12:40	75 Pessoas alcançadas	19 Engajamentos com a pub	7 Reações	0 Comentários	11 Compartilh
<input type="checkbox"/>	Essa publicação não tem ...	Turbinamento in...	4 de agosto de 2020 12:08	4 Pessoas alcançadas	4 Engajamentos com a pub	3 Reações	0 Comentários	1 Compartilh
<input type="checkbox"/>	Feira Online Ecosol Ediçã...	Turbinamento in...	3 de agosto de 2020 13:11	0 Pessoas alcançadas	3 Engajamentos com a pub	3 Reações	0 Comentários	0 Compartilh
<input type="checkbox"/>	Essa publicação não tem texto	Criar anúncio	30 de julho de 2020 20:26	10 Pessoas alcançadas	14 Engajamentos com a pub	9 Reações	0 Comentários	5 Compartilh
<input type="checkbox"/>	Essa publicação não tem texto	Criar anúncio	30 de julho de 2020 20:20	0 Pessoas alcançadas	1 Engajamentos com a pub	0 Reações	0 Comentários	0 Compartilh

Fig. 05 - Foto dos resultados do engajamento da página atualmente

<input type="checkbox"/>	Publicações	Data da publicação	Alcance	Engajamento	Reações/curtidas	Comentários	Compart	
<input type="checkbox"/>	Essa publicação não tem ...	Turbinamento in...	20 de outubro de 2022 21:41	118 Pessoas alcançadas	15 Engajamentos com a pub	7 Reações	0 Comentários	0 Compartilh
<input type="checkbox"/>	A feira já começou! Hoje t...	Turbinar publicaça...	11 de outubro de 2022 17:06	7.063 Pessoas alcançadas	914 Engajamentos com a pub	121 Reações	10 Comentários	1 Compartilh
<input type="checkbox"/>	Essa publicação não tem ...	Turbinamento in...	11 de outubro de 2022 13:32	125 Pessoas alcançadas	9 Engajamentos com a pub	4 Reações	0 Comentários	0 Compartilh
<input type="checkbox"/>	Essa publicação não tem ...	Turbinamento in...	9 de outubro de 2022 16:35	213 Pessoas alcançadas	16 Engajamentos com a pub	6 Reações	0 Comentários	0 Compartilh
<input type="checkbox"/>	Nesse sábado a partir da...	Turbinar publicaça...	7 de outubro de 2022 18:22	188 Pessoas alcançadas	10 Engajamentos com a pub	2 Reações	0 Comentários	8 Compartilh

Nas figuras 04 e 05 estão os resultados gerados pelo Facebook quando a página foi criada em julho de 2020 até setembro de 2022. No início os engajamentos nas postagens e o alcance eram muito baixos e hoje em dia conseguimos aumentar muito esses dados mesmo sem turbinar as publicações. Já fizemos vaquinhas com os EES para turbinar as postagens e aumentar a divulgação dos catálogos e eventos nas feiras.

Espaço Virtual da Rede EcoSanca

Identidade visual

Foi contratada uma empresa pelo projeto para fazer a identidade visual da Rede EcoSanca. O processo de criação dessa identidade visual envolveu todos produtores e grupos da rede. Foram realizados vários encontros para definir coletivamente os

elementos que caracterizam e dão identidade ao movimento, o que envolveu uma reflexão sobre a história da economia solidária local e sobre a própria cidade. Também foram feitas avaliações sobre a adequação do produto em construção pela empresa com as ideias levantadas coletivamente. Dessa forma, apesar de ter sido feita por uma empresa, a identidade visual também foi fruto de uma construção coletiva.

Redes sociais da Rede EcoSanca

A equipe do projeto se empenhou na criação de páginas da Rede EcoSanca nas redes sociais pois se entendia que o movimento de economia solidária como um todo se beneficiaria com o crescimento e consolidação desse espaço virtual. Nessas páginas foram feitas publicações de divulgação dos produtores e das ações de comercialização online da rede (feiras online e catálogos), divulgação do movimento, conscientização sobre sua importância social e conteúdo para formação de consumidores, além de serem um local para que os próprios participantes do projeto acompanhem e se atualizem sobre as atividades realizadas.

Outro trabalho importante realizado com os membros do EES foi o auxílio para abertura de páginas do empreendimento nas redes sociais para a divulgação dos produtos, já que muitos usavam páginas pessoais para fazer isso. A intenção era que os empreendimentos almassem alcançar maior grau de profissionalismo na comercialização online, discutindo a necessidade de atualização dos conteúdos postados, formas de apresentar o produto e marketing digital.

Formações

O projeto Redes EcoSanca entende que além do apoio técnico aos EES, as formações são de grande importância para o fortalecimento da autogestão e autonomia dos mesmos após a finalização do projeto. Antes das contratações específicas para os EES relacionadas com redes sociais foi feita uma oficina virtual de fotografia com um voluntário. Os membros dos EES ficaram muito animados com a possibilidade de melhorar a sua divulgação nas redes sociais com fotos mais profissionais por parte deles, isso também foi uma iniciação à fotografia e uma antecipação ao que viria com o projeto.

Foram contratadas diversas consultorias e assessorias: fotografia, redes sociais, identidade visual da rede, organização das feiras online, elaboração de um site da Rede

EcoSanca e também duas contratações para a gravação de vídeos sobre temas específicos e também para 4 cursos EAD que estão na página da UFSCar.

Fig. 06 - Foto dos cursos EAD organizados pelo projeto
(<https://redeEcoSanca.com.br/formacoes/>)

Fotografe seus produtos em casa

Bem vindas e bem vindos ao nosso curso Fotografe seus produtos em casa. Caso deseje realizar o curso completo e obter certificado, clique no link a seguir e cadastre-se na plataforma PoCA para ter acesso ao curso na integra.

Boas práticas na manipulação de alimentos

Bem vindas e bem vindos ao nosso curso Boas práticas na manipulação de alimentos. Caso deseje realizar o curso completo e obter certificado, clique no link a seguir e cadastre-se na plataforma PoCA para ter acesso ao curso na integra.

Faça um bom uso das redes sociais

Bem vindas e bem vindos ao nosso curso Faça um bom uso das redes sociais. Caso deseje realizar o curso completo e obter certificado, clique no link a seguir e cadastre-se na plataforma PoCA para ter acesso ao curso na integra.

Mercado e Precificação

Bem vindas e bem vindos ao nosso curso Mercado e Precificação. Caso deseje realizar o curso completo e obter certificado, clique no link a seguir e cadastre-se na plataforma PoCA para ter acesso ao curso na integra.

Além dos cursos, a assessoria responsável pelo curso de fotografia também fez fotos profissionais dos produtos dos EES para a divulgação nas redes sociais. Todos esses cursos sobre redes sociais não estavam previstos no início do projeto e por conta da pandemia foi necessário atualizar o plano de trabalho para a nova demanda que chegou da comercialização online.

Desafios e dificuldades

Durante o processo de planejamento e execução dessas atividades, a equipe pôde observar algumas dificuldades e limitações que a rede de economia solidária de São Carlos enfrentou na luta pela comercialização online na pandemia. A interrupção das atividades de comercialização presencial e o contexto de crise causada pela Covid-19 diminuiu significativamente a renda dos EES, impactando inclusive nas reservas para compra de matéria prima para fabricação de novos produtos. Por mais que houvesse demanda e reconhecimento da importância das atividades da Rede EcoSanca para encontrar soluções coletivas para defasagem dos produtores no âmbito da comercialização online, alguns produtores não conseguiam se inserir nas atividades por

não conseguirem recursos financeiros para viabilizar as etapas anteriores do processo produtivo.

A situação financeira de grupos que mesmo antes da pandemia já se encontravam em situação de vulnerabilidade social, tornou mais evidente a necessidade política públicas eficazes e “aparelhos/instrumentos” de apoio aos trabalhadores da economia solidária que sejam menos burocráticos, outra limitação importante observada pela equipe da Rede EcoSanca. Durante o período da pandemia, não foi possível liberar verba (por parte da prefeitura ou do Departamento de Economia Solidária) para financiamento dos trabalhadores, como compra de matéria prima. Com dificuldades tão essenciais como ter matéria prima para produção e tendo que procurar meios alternativos para conseguir garantir a renda familiar, fica mais evidente a dificuldade do trabalhador de aprender novas habilidades e se inserir numa nova modalidade de venda e relacionamento com cliente. (quais tentativas de liberação de verbas, o que rolou e o que não deu certo)

Somando-se a esse quadro, foi observado que a participação de alguns produtores nas atividades propostas não era contínua, de modo que as atividades contavam com certa rotatividade de produtores e grupos de economia solidária da cidade. Na maioria das vezes, todas as etapas do processo de planejamento e execução de um novo catálogo tinham que ser refeitas com o novo grupo de participantes. Isso dificultava o acúmulo de conhecimentos, desenvolvimento e aprimoramento de técnicas e tornava difícil o processo de execução de algumas soluções encontradas.

É importante mencionar também que nem tudo que foi planejado logrou sucesso. Foram feitas tentativas no sentido de sanar algumas defasagens na comercialização da Rede EcoSanca, mas que não se mostraram viáveis para o grupo. Durante o estudo e preparação da equipe e em conversas feitas com pessoas com acúmulo de experiência em economia solidária foi se delineando o potencial da comercialização em rede, de modo mais estratégico e eficiente do que somente cada produtor individualmente. A equipe teve acesso a relatos de experiências de outras redes de produtores que tiveram sucesso na venda coletiva e o quanto a comercialização em rede pode potencializar os esforços e fortalecer o movimento como um todo. Entretanto, foi observado que a rede de economia solidária local ainda não possuía o grau de organização e coordenação que viabilizassem algumas necessidades identificadas para caminhar no sentido de uma comercialização integrada entre os produtores. Por exemplo, durante a criação dos catálogos temáticos foi observada dificuldades dos grupos no planejamento e execução das entregas. Havia a

necessidade de estabelecer relação mais próxima e eficiente com entregadores (sejam eles motociclistas ou ciclistas) e a necessidade de desenvolver um sistema de entrega que permitisse por exemplo que o consumidor comprasse produtos de diferentes empreendimentos e recebesse todos ao mesmo tempo, otimizando a entrega e diminuindo custos para os produtores. Mas as ideias e soluções levantadas nos momentos de reflexão sobre essa questão não deram resultados por diversos motivos, como falta de entregadores que participassem do movimento de economia solidária, dificuldade de comunicação e articulação dos produtores entre si e com os entregadores, falta de pessoas com conhecimentos técnicos no assunto para auxiliar os produtores.

Outra sugestão proposta pela equipe da Rede EcoSanca foi a utilização do site Faz-a-Feira, uma plataforma de comercialização online, totalmente gratuita, com vídeos tutoriais para utilização e que contava com apoio técnico por parte de seus criadores. A equipe chegou a fazer reuniões com o responsável pelo site para entender as possibilidades que o site oferecia e tirar dúvidas. Também foram feitas reuniões com produtores explicando como o site funcionava, fazendo simulação da utilização do site por parte do produtor e do consumidor. Apesar dos esforços, do reconhecimento da utilidade do site e do interesse de alguns produtores, os empreendimentos não aderiram a esse serviço. Há alguns fatores para tentar compreender essa não adesão, como por exemplo, falta de pessoas nos grupos de produtores que tenham domínio necessário no uso das tecnologias digitais, falta de planejamento da produção, oferta dos produtos e entrega, o fato de o site ser novo e gerar inseguranças inclusive sobre a adesão e adaptação dos consumidores locais.

Para viabilizar a divulgação e inserção dos EES na comercialização virtual, o Projeto Rede EcoSanca juntamente com as estudantes do PET Ecosol realizaram diversas ações a fim de assessorar os produtores e criar condições que garantissem a emancipação dos mesmos. Ao longo da pandemia foram realizadas diversas formações sobre o como utilizar as redes sociais para a comercialização, bem como a finalidade e características de cada rede social. Também foram organizadas oficinas de fotografia, rotulagem de produtos, precificação e análise de mercado, na qual foram abordadas as principais tendências atuais na criação de produtos e formas de direcionar a divulgação para o público alvo exato de cada produto/serviço ofertado. Também foram realizadas formações sobre a história e princípios da economia solidária, visto que muitos produtores que não pertenciam ao movimento antes passaram a participar das feiras *onlines*. Ainda sobre as

atividades formativas, o projeto Rede EcoSanca também criou formações EAD gratuitas sobre os temas já citados, que está disponível a todas as pessoas interessadas nas temáticas. A fim de auxiliar os produtores na ampla divulgação dos produtos, o projeto elaborou a identidade visual para a rede e organizou uma sessão de fotos com cada EES pertencente à rede, além de montar um mapa logístico de mapeamento de todos os produtores e pontos de comercialização existentes na cidade.

Considerações finais

Quando o projeto foi escrito em 2017, a equipe não imaginava o que iria ocorrer em 2020 e que mudaria totalmente o que havia pensado para as atividades com os EES. A equipe estava na sua “zona de conforto” com formações, feiras e ações presenciais, as reuniões eram totalmente feitas presencialmente e com a pandemia isso tudo foi modificado.

Todas as atividades do projeto foram migradas para ambiente virtual, reunião de equipe, do FOMES, COMESOL e comissões começaram a ser feitas pelo Google Meet, que é uma plataforma de reuniões online mais fácil para os EES que não tinham familiaridade com a internet. E com a comercialização não foi diferente. As feiras presenciais foram modificadas para as feiras e catálogos online, a equipe precisou se reinventar para que os EES conseguissem passar por esse momento de crise e preparar várias ações para receber as assessorias e consultorias que o projeto propôs.

No começo de 2020 as reuniões com os EES demoraram 2 ou 3 meses a partir de março para que se familiarizassem com as redes sociais e sistemas para as reuniões, a equipe ainda tira dúvidas individualmente com os EES para sanar as dificuldades do mundo digital e tudo isso com o pano de fundo de uma pandemia onde morreram muitas pessoas pela demora na compra de vacina.

Além das mortes, os EES perderam as suas fontes de renda que obtinham através das feiras e não tinham recursos para fazer os produtos e nem estrutura para a comercialização online. A equipe do projeto tentava passar informações sobre esse novo momento e também dar atenção para as pessoas que só se viam através dos celulares e computadores, foram 2 anos de muita luta para fazer com que as pessoas não desistirem dos seus sonhos e da aposta na economia solidária como fonte de trabalho e renda.

Os grupos de WhatsApp desempenharam papel importante na comunicação das pessoas por ser a forma mais fácil e rápida de comunicação, mas também começaram a

surgir informações falsas e a equipe também estava atenta a essas questões. O processo de realização de cada atividade feito devagar por ter como público alvo pessoas já aposentadas e também que não sabiam usar as redes sociais.

Para garantir a geração de renda foi pensado, primeiramente, o catálogo online, isso fez com que os EES se organizassem para tirar fotos melhores, atualizar as suas páginas com os produtos e precisaram adentrar no mundo das redes sociais para a venda de seus produtos, para divulgar os catálogos foram feitas páginas no Facebook e Instagram e também lives com os EES que foram chamadas de feiras online.

A realização dos catálogos temáticos de produtos e feiras online foram de grande importância para a resistência do movimento de economia solidária nesse momento de crise. Junto a isso, as atividades formativas e o trabalho feito com a criação de ambientes virtuais do projeto e dos EES contribuíram para que o movimento de economia solidária da cidade adentrasse na comercialização online. Essa era uma demanda do mercado que ainda não tinha recebido a devida atenção, seja por parte dos produtores individualmente ou por parte do movimento e dos Centros Públicos de Economia Solidária.

Alguns EES tiveram mais êxito nas vendas por apresentarem produtos com maior aceitação por parte do público consumidor alcançado na comercialização online. Percebemos que esses produtores eram os que têm familiaridade com vendas online, já haviam enviado via correio seus produtos para outras localidades, o que facilitou suas vendas. Porém a maioria apresentou dificuldades nas vendas e não conseguiu obter renda com a comercialização nas redes sociais. A parte de alimentação foi a mais afetada pela pandemia e com menor êxito nas vendas online por não possuírem estrutura suficiente para a comercialização.

Apesar das dificuldades enfrentadas, podemos atribuir uma importância significativa para as ações aqui descritas. Para além dos resultados imediatos, todo o processo de desenvolvimento das ações permanece como acúmulo de experiências e conhecimentos que vão sendo compartilhadas coletivamente. O conjunto de ações realizadas para possibilitar as vendas online foram avaliados positivamente pelos envolvidos em relação não somente às técnicas ou produtos gerados, mas também o trabalho coletivo desenvolvido por esse grupo de atores sociais, levando em consideração seus conhecimentos, possibilidades materiais e contexto socioeconômico. De modo que essas ações se tornaram parte importante do processo de resistência do movimento de economia solidária local frente à crise provocada pela pandemia de Covid-19.



Referências Bibliográficas

SERAFIM, N. K. P.; DIAS, T. F. Tecnologias Sociais e as Redes de Comercialização Solidárias: O Caso da Rede Xique; Xique de Comercialização Solidária, Rio Grande do Norte – Brasil. Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, v. 13, n. 2, p. 99-114, 2016.

PROJETO ECO CRECHE

1192

Baltazar Morgado Neto, (UFRJ/Nides),
baltazarmorgado@gmail.com

Resumo

O Projeto Eco Creche tem como objetivo geral levar educação ambiental para creches comunitárias, tendo como conceito, promover uma aprendizagem prática e teórica, através da troca de conhecimentos entre comunidades e a implementação de exemplos de tecnologia social. Como metodologia usaremos ferramentas como cursos de educação ambiental, construção de biodigestores para tratamento biológico dos esgotos e geração de energia, hortas didáticas e instalação de filtros de água para comunitários e nas creches. O projeto foi selecionado no edital da “Petrobras Socioambiental” e vem sendo implementado desde 2020. Visa atuar em comunidades de baixa renda na região Metropolitana de Rio de Janeiro. Territórios frequentemente marcados por pobreza, violência, narcotráfico, falta de ofertas de educação, saúde, lazer e outros serviços públicos, desemprego, trabalho informal e falta de perspectivas de mobilidade social. A implantação territorial será no município de São Gonçalo, onde 84% da população tem acesso a água potável. Mesmo havendo uma cobertura razoável no nível municipal, pouca água chega às comunidades de baixa renda, onde apenas existe o acesso a água clandestina, um acesso muito precário, não havendo coleta ou tratamento de esgoto. “Apenas 39% dos habitantes do município dispõem de coleta de esgotos e 8% de esgotos tratados” (Quintslr e Britto 2014, SNIS 2013). Nas comunidades de baixa renda a situação é claramente precária, poucas iniciativas foram realizadas, seja pelo poder público, seja por organizações da sociedade civil. “O acesso universal à água potável é uma necessidade fundamental e um direito humano indispensável. É um pré-requisito para a realização de outros direitos humanos. Garantir o acesso de todos seria um grande passo na redução de doenças e mortes, especialmente entre crianças” (ONU 2018). Esses temas a serem trabalhados no projeto são importantes porque foram identificados como desafios locais pelas lideranças comunitárias e pelos pais das crianças das creches. Como resultado esperamos um engajamento social, através do conhecimento adquirido e a reflexão sobre os problemas ambientais, gerando protagonismo social no encaminhamento de propostas para a resolução dos problemas levantados.

Palavras-chave: Educação ambiental; saneamento biológico; Hortas didáticas; primeira infância; redes comunitárias.

Abstract

The Eco Creche Project has the general objective of bringing environmental education to community day care centers, with the concept of promoting practical and theoretical learning, through the exchange of knowledge between communities and the implementation of examples of social technology. As a methodology, we will use tools such as environmental education courses, construction of biodigesters for biological treatment of sewage and energy generation, didactic gardens and installation of water filters for community members and in day care centers. The project was selected in the Petrobras Socioambiental public notice and has been implemented since 2019.

Key-words: Environmental education; biological sanitation; didactic gardens; early childhood; community networks.

O Projeto Eco Creche visa sensibilizar a população em oito comunidades do município de São Gonçalo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro através de “Educação Ambiental”, (O projeto foi selecionado no edital da “Petrobras Socioambiental” e vem sendo implementado desde 2020). Com a proposta de ampliar o

conhecimento que as populações desses territórios possuem sobre o meio ambiente, tendo como foco as questões socioambientais relacionadas à água. As ações do projeto focam principalmente a água doce e a nossa relação com ela. Os temas relacionados à água são considerados como deveres: De evitar poluir ou desperdiçar água. Como direitos: De acesso a água e a saúde. Na perspectiva física do projeto pretende-se investir na construção de Biodigestores para tratamento biológico de esgoto, criação de hortas e instalação de filtros purificadores de água potável. A população das oito comunidades que se pretende beneficiar tem acesso extremamente limitado à água potável, e não contam com rede de água nem tratamento de esgotos. Na maioria o serviço de coleta de lixo é inexistente e é comum encontrar valas de esgotos a céu aberto. É fato que a incidência de várias doenças cresce em lugares com saneamento precário. Com isso, há uma grande preocupação com a ausência de saúde e com o ambiente poluído. O público alvo do projeto são pessoas ligadas a oito creches comunitárias, que atuam nessas comunidades, em média à trinta anos e são assessoradas pela Ong Campo (Centro de Assessoria ao Movimento Popular) nesse tempo todo, sendo um exemplo de resistência e resiliência através de todos esses anos. O público alvo formado pelas crianças nas creches, pelos responsáveis, pelas educadoras e pelas coordenadoras das creches. As creches comunitárias são instituições importantes e respeitadas nas comunidades, são dirigidas e administradas por lideranças comunitárias, sem fins lucrativos. As educadoras têm um contato próximo e diário com os responsáveis, que geralmente querem se envolver nas atividades das creches e estão acostumados a participar em reuniões, eventos e mutirões. Para alcançar seus objetivos o projeto propõe que coordenadoras e educadoras das creches comunitárias, recebam uma formação de alta qualidade organizada e ministrada por profissionais capacitados, em Educação Ambiental, com um foco especial na área de água, sendo formadas como “Agentes Comunitários Socioambientais”, que serão multiplicadores dos conteúdos do curso, promotores de mudanças em práticas, atitudes e comportamentos no nível local, responsáveis por ministrar “Educação Ambiental” destinada aos responsáveis e às crianças nas creches, e para apoiar a implementação das demais atividades do projeto. Como ferramentas de ensino, em comum para aos públicos alvo, pretende-se implementar Biodigestores nas referidas creches ou nas comunidades, de acordo com avaliação técnica. Para a ação concreta e vivência prática de formas de tratamentos biológicos e reaproveitamento da água, os biodigestores serão legados para as comunidades, tanto os equipamentos, quanto o

aprendizado das técnicas construtivas. Também se haverá uma formação em “Comunicação Socioambiental” para jovens e adultos das oito comunidades, para eles darem apoio a comunicação das atividades do projeto através da criação de uma rede de comunicação através das redes sociais. O principal resultado esperado do projeto é a aprendizagem, que deverá ter um caráter de permanência nos indivíduos que a experimentam. Nesse sentido, a mudança do pensamento, em direção a uma análise ecológica, sociológica e filosófica da realidade e do seu próprio papel nela, constitui um lugar de não-retorno, um acontecimento não somente significativo, mas marcante, inesquecível e de certa forma definitivo e promover na comunidade uma nova visão de mundo e atitudes pertinentes a esta visão.

A caracterização da realidade socioambiental: O projeto visa atuar em comunidades de baixa renda de São Gonçalo, territórios frequentemente marcados por pobreza, violência, narcotráfico, falta de ofertas de educação, saúde, lazer e outros serviços públicos, desemprego, trabalho informal, falta de perspectivas de mobilidade social e gratificação profissional. As comunidades de baixa renda na periferia da metrópole são de certa forma duplamente desfavorecidas por serem pobres e pela distância do centro e da atenção dos gestores das políticas públicas. Também estão distanciadas dos serviços e locais de trabalho sendo comum os seus habitantes perderem 4 horas no transporte todos os dias, muitas vezes usando entre 2 a 3 tipos de transporte para chegar ao local de trabalho. Em muitos aspectos, tais territórios da periferia podem ser considerados um "mundo oculto", geralmente invisíveis na mídia e omitidos da agenda pública.

Está estimado que no município de São Gonçalo 84% da população tem acesso a água potável, mesmo havendo uma cobertura razoável no nível municipal, pouca água chega às comunidades de baixa renda. Geralmente as comunidades de atuação do projeto, têm apenas acesso a água clandestina, um acesso muito precário, e não possui coleta ou tratamento de esgoto. Apenas 39% dos habitantes do município dispõem de coleta de esgotos e 8% de esgotos tratados (Quintslr e Britto 2014, SNIS 2013). Esses números se referem a toda população dos municípios. Nas comunidades de baixa renda a situação é claramente mais precária, poucas iniciativas foram realizadas seja pelo poder público, seja por organizações da sociedade civil para resolver esses problemas. A escassez de serviços, em geral, também se expressa a coleta de lixo irregular. Frequentemente a comunidade têm acesso clandestino às redes de água e o esgoto é lançado em valas a céu

aberto. Observa-se também, crianças que brincam ao redor (ou até dentro) das valas de esgoto; nas casas existem recipientes com água parada, falta de filtração de água potável. No entorno das residências, riachos poluídos ou rios com esgoto não tratado e outros resíduos sólidos espalhado em pontos de acumulação.

A importância e relevância do projeto, será atingir o público alvo de forma mais abrangente possível, porque vai impactar famílias que vivem em áreas de difícil acesso. Quer dizer que serviços frequentemente não chegam e como consequência eles sofrem mais pela situação descrita acima. A difícil localização dessas comunidades, resulta também, em dificuldades de acesso à educação e ao conhecimento.

O papel que as creches cumprem nas comunidades, resulta no respeito e simpatia dos moradores por esses núcleos de conhecimento e cuidado destinados à primeira infância, através de décadas de trabalho no território. As relações próximas e parceiras durante muitos anos com as creches, permitem que o projeto possa atuar em áreas de difícil acesso, marcadas pela violência urbana, através de uma articulação de instituições comunitárias que trabalham em rede.

Os temas a serem trabalhados no projeto são importantes porque foram identificados como desafios locais pelas lideranças comunitárias e pelos pais das crianças das creches. Ao mesmo tempo são desafios globais: “O acesso universal à água potável é uma necessidade fundamental e um direito humano indispensável para levar uma vida digna humana. É um pré-requisito para a realização de outros direitos humanos. Garantir o acesso de todos seria um grande passo na redução de doenças e mortes, especialmente entre crianças” (ONU 2018). “Referente à saúde no Brasil, as doenças de transmissão feco-oral (diarreias, febres entéricas e hepatite A) foram responsáveis por 87% das internações causadas pelo saneamento ambiental inadequado no período de 2000 a 2013” (TrataBrasil 2018). Atualmente, o Brasil vem enfrentando uma grave crise de doenças relacionadas ao mosquito *Aedes aegypti*, tais como a dengue, Zika e Chikungunya que se relaciona ao acúmulo de água parada. “Ainda hoje, 80% das águas residuais globais não são tratadas, contendo tudo, desde resíduos humanos até descargas industriais altamente tóxicas” (ONU Meio Ambiente 2018). Depois que a água está contaminada, é difícil, caro e muitas vezes impossível de remover os poluentes. A sensibilização dos públicos alvos será importante, justamente pelas dificuldades vividas por eles e pelo acesso limitado à educação. O conhecimento dos elementos são fundamentais para o empoderamento dos públicos alvos para superar os desafios. A sensibilização em relação a temas socioambientais será essencial para aumentar o conhecimento da dependência do ser humano em relação ao meio ambiente e o papel do impacto de suas ações e relações com

os ecossistemas. O conhecimento e divulgação dos “Direitos Humanos” ao acesso à água, dos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), da legislação e de políticas relacionadas, serão importantes para o exercício do controle social e exigências e propostas de políticas públicas que priorizem o acesso de todos à água.

O conhecimento de prevenção de doenças transmitidas pela água será importante para melhoria da saúde pública, considerando que as crianças e mães (ou outras pessoas responsáveis) possam participar de dinâmicas de aprendizagem onde os temas tratados sejam de interesse de ambos. Considera-se que a família, onde os mães, pais, filhos e outros membros se incentivem, um ao outro para se apropriar dos temas. Se conseguirmos que as crianças tenham experiências de simpatia ou uma sensação de amor pela natureza, isso será muito importante para que as futuras gerações levem o cuidar do meio ambiente e das pessoas numa direção mais saudável que o atual. A forma participativa do projeto será importante para conseguir mudanças verdadeiras porque permite que os beneficiados sejam protagonistas do processo de transformação. As lideranças comunitárias, as educadoras das creches, os pais e responsáveis das crianças participarão na identificação dos assuntos a serem trabalhados, na definição de atividades específicas, na comunicação, no monitoramento e avaliação do projeto, e para garantir a sua transparência. As ferramentas de ensino na forma de biodigestores e hortas nas creches, serão importantes para uma aprendizagem prática, não só teórica. O conhecimento, e a experiência direta, de tratamento biológico de esgoto, através dos biodigestores, serão importantes para difundir que existem formas de tratar o esgoto sem usar produtos que prejudicam o meio ambiente.

Ações propostas (Metodologias):

Ação 1: Realizar diagnóstico das 8 comunidades selecionadas: A ação inclui a criação de um questionário, a análise dos dados coletados, a elaboração do diagnóstico e do relatório final. Os questionários serão aplicados nas comunidades para 642 famílias, com apoio das coordenadoras e educadoras das creches. O relatório final sistematiza a experiência vivenciada pela equipe do projeto e comunidade envolvida no projeto Eco Creche.

Ação 2: Implementar um “Conselho Gestor” para o projeto: O “Conselho Gestor” acompanhará a implementação do projeto: Serão indicados 8 representantes das comunidades, além do coordenador do projeto Eco Creche e do presidente da Ong

Campo, que formarão o conselho, cada creche, indicará o seu representante que poderá ser eleito através de votações locais. O “Conselho Gestor” se encontrará bimensalmente para planejar e coordenar as suas atividades. Na reunião será feita um relatório, baseado nos dados coletados, apontando adaptações e melhorias nas atividades, para serem consideradas pela coordenação do projeto. Essas reuniões serão acompanhadas pela equipe do projeto Eco Creche, que apresentará os avanços das ações para a avaliação do conselho. A equipe de “Mobilização” funcionará como facilitador, providenciando espaço físico e apoio em termos organizativos e incentivando o “Conselho Gestor” para realizar as atividades.

Ação 3: Construir 8 biodigestores para tratamento alternativo e biológico de esgoto, como uma ferramenta prática para apoiar as capacitações de Educação Ambiental: O projeto visa a construção de oito pequenos sistemas de tratamento ecológico de esgoto e reaproveitamento de água (biodigestores). O tratamento acontece sem nenhuma adição química. Dará uma oportunidade para crianças e adultos observarem de perto como funciona na prática um sistema que trata os resíduos sem prejudicar o meio ambiente, sendo um sistema que tem um impacto positivo na natureza. O projeto dos biodigestores e as construções serão realizados por uma equipe técnica composta por Arquitetos, um técnico em obras civis, um pedreiro e dois ajudantes. Essa ação inclui as compras e entregas dos materiais de construção necessários para a construção. Inclui também avaliações técnicas, realizadas pelo coordenador do projeto, para identificar as melhores localizações para instalar os biodigestores.

Ação 4: Realizar curso de “Educação Ambiental”: Com carga horária de 96 horas, para formação de “Agentes Comunitários Socioambientais”, o curso é desenhado para as coordenadoras, educadores das creches e aberto para interessados nas comunidades, tem como objetivo sensibilizar esse grupo que trabalha com crianças na primeira infância, de maneira a multiplicar esses conteúdos, juntamente aos seus grupos sociais, como familiares, vizinhos e comunidade em geral. Envolvendo sempre que possível a equipe da ESF (Estratégia Saúde da Família). “Tendo a escola como um Locus de cuidado em saúde” (Caderno de Atenção Básica, Brasília, 2009), entendendo saúde como um estado de bem estar e não a ausência de doenças.

O curso será aplicado em seis módulos, que serão ministrados por pesquisadores, mestres e doutores, referências nas suas respectivas áreas, em parceria com a RIPER – REDE DE INFORMAÇÃO E PESQUISA EM RESÍDUOS do NIDES – Núcleo

Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, também em parceria com pesquisadores do Ideia SUS/FIOCRUZ e do LAVSA/ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENANCIO/FIOCRUZ, com os seguintes títulos: 1 - Objetivos do Desenvolvimento sustentável; 2 – Drsai (Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado); 4 - Diagnóstico do seu território; 5 - Ações protetivas individuais e coletivas; 5 – Reciclagem de Resíduos Sólidos; 6 - Reciclagem de Nutrientes, através de Biodigestores.

Cada um destes módulos terão uma parte expositiva de conceitos relativos aos conteúdos com materiais didáticos construídos especificamente para este público. Estes documentos poderão ser utilizados em outras formações com público alvo semelhante, ou seja, estes materiais podem ser replicados. Além do conteúdo conceitual terá também uma parte prática em todos os módulos e os educadores serão estimulados a pensar em “o que podemos pensar ou estruturar?” na realidade deste município ou área de influência de cada uma destas creches relacionando a cada um dos módulos

Ação 5.1: Realizar 64 encontros de Educação Ambiental para responsáveis das crianças nas creches: Esses encontros serão em forma de oficinas e de conversas sobre temas relacionadas à Educação Ambiental, baseando nos temas do curso, o cuidar do meio ambiente, a preservação proteção e reaproveitamento de água, saúde, direitos humanos, legislação e políticas públicas. Acontecerão regularmente em cada grupo de pais, e serão ministradas pelos “Agentes Comunitários Socioambientais” locais, formados na ação 4 (quatro). Além dos conteúdos teóricos, haverá também uma parte prática onde os responsáveis serão incentivados a pensar o que se pode fazer para estruturar a sua realidade socioambiental, e agir através de várias ações comunitárias.

Ação 5.2: Realizar 8 campanhas comunitárias referentes às ações definidas pelos responsáveis e “Agentes Comunitários Socioambientais”: O projeto visa realizar uma campanha comunitária em cada uma das oito comunidades das creches. Se considera fundamental que os grupos de responsáveis se mobilizem para atividades práticas, e desta forma conseguir um resultado concreto das aprendizagens da capacitação em “Educação Ambiental”. Se entende uma campanha como um conjunto de atividades para melhorar um ou vários aspetos da situação socioambiental local. Exemplos de atividades podem incluir; concertos da rede de esgoto, ou da rede de água; ou atividades para evitar desmatamento local; ou atividades de divulgação de informação para um público maior; ou procurar dialogar com o poder público sobre a situação local. Esses são todos

exemplos, e não necessariamente serão realizadas essas atividades. O projeto prevê algumas ações específicas da campanha, como a instalação de filtros purificadores de água (ação 5.5), em creches e residências, mas os agentes terão um alto grau de liberdade para definir, junto com os responsáveis das crianças, as formas dessas atividades. Essa liberdade de definir os conteúdos das ações ao longo do projeto será essencial para fomentar e promover um protagonismo comunitário de verdade e o empoderamento dos “Agentes Comunitários Socioambientais”, mas também para ter a flexibilidade de escolher conteúdos adequados ao contexto local, como cada comunidade também tem características específicas. Os “Agentes Comunitários Socioambientais” serão responsáveis a nível local pela campanha comunitária. Durante os encontros de “Educação Ambiental” terá tempo para planejar as campanhas. Será criada uma rede de comunicação socioambiental composta pelos monitores do curso de comunicação socioambiental (ação 6.1) e outros participantes do Curso de comunicação socioambiental que queiram entrar de forma espontânea. A “Rede de Comunicação Socioambiental” irá se reunir para difundir assuntos relacionados ao projeto e outros temas socioambientais nas suas comunidades e nas mídias sociais, além da disseminação de boas práticas, tais como evitar a poluição do meio ambiente e das águas e para evitar doenças transmitidas pela água. A “Rede de Comunicação Socioambiental” também irá apoiar e ajudar as 8 campanhas comunitárias que serão realizadas pelos responsáveis e “Agente Comunitários Socioambientais”.

Ação 5.3: Realizar 32 atividades de Educação Ambiental com as crianças em cada uma das 8 creches: Se utilizará as hortas comunitárias (ação 5.4) e atividades na natureza no entorno das creches como uma ferramenta de ensino da “Educação Ambiental”. A metodologia proposta para trabalhar educação ambiental com crianças na idade pré-escolar, consiste de uma aproximação à natureza com um olhar curioso e carinhoso. Se desenvolverá atividades sem metas intelectuais ou quantitativas, mas com o objetivo de que as crianças desenvolvam a simpatia pela natureza. Observando os fenômenos da natureza e interagindo com ela, as crianças criam um fundamento de cuidado com o meio-ambiente baseado em amor pelo mundo vivo. As atividades serão ministradas por um educador ambiental junto com as educadoras em cada creche.

Ação 5.4: Construir 8 (oito) Hortas Comunitárias: Se instalará uma horta em cada creche. A manutenção de cada horta será da responsabilidade das educadoras, crianças e

os responsáveis. A “Educadora Ambiental” apoiará na instalação e preparação das didáticas.

Ação 5.5: Instalar 800 (oitocentos) filtros purificadores de água potável nas creches e nas residências das famílias dos alunos das creches: Cada creche receberá 100 (cem) filtros e as famílias que participam do projeto serão os beneficiados, cada família instalará o seu filtro com apoio de voluntários e dos “Agentes Comunitários Socioambientais” que serão responsáveis por organizar essa ação.

Ação 6: Realizar “Curso de Comunicação Socioambiental”: Com carga horária de 68 horas, o curso visa formação de “Monitores Socioambientais”, sendo jovens e adultos das comunidades atendidas, valorizando um olhar crítico sobre a sociedade e o ambiente. O curso será ministrado pelo “Coordenador de Comunicação” do projeto, se utilizará dispositivos móveis (smartphones) e computadores como metodologia de ensino teórico e prático, com objetivo da criação da “Rede de Comunicação Sócioambiental”.

O curso contará com os seguintes módulos: 1- Educação Ambiental Crítica; 2- Marketing de Conteúdo; 3 – Estratégias de Comunicação Socioambiental; 4 - Composição Visual; 5 - Fotografia e Vídeo com smartphones; 6 - Edição e Avaliação do Material. O curso termina com as apresentações dos trabalhos de conclusão de curso dos alunos, onde serão selecionados para serem monitores voluntários do projeto.

Relacionamento com Atores Sociais e Sustentabilidade, Mecanismos de Participação e Redes: Nos aproximadamente 30 (trinta) anos de atuação das creches, os grupos comunitários se afirmaram como os protagonistas de desenvolvimento local. Apesar de serem apoiadas pelo Ong Campo na sua fundação as creches são entidades autônomas. A parceria, apoio e assessoria, não envolve direção ou realizar decisões por parte das creches. A ideia de um projeto de “Educação Ambiental” ligado às creches surgiu das necessidades apontadas pelas educadoras e coordenadoras, principalmente necessidades relacionadas à saúde das crianças e o acesso a água. As educadoras relatam que essas são preocupações de muitos pais, além de preocupações relacionadas a saneamento, saúde, educação, formação cidadã, infraestrutura. A demanda foi identificada através de reuniões com as lideranças comunitárias e o formato da proposta tem sido elaborado junto com elas. Os grupos relacionados às creches são ativos no âmbito político local e estão presentes em processos da “Agenda 21”, conselhos municipais de crianças e adolescentes, conselhos municipais de assistência social, “Fórum Permanente do Direito das Crianças e Adolescentes”, “Fórum Municipal de

Assistência Social”, “Conferência Metropolitana”, “Fórum de Educação Infantil”, e no “Fórum de Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro”. As lideranças comunitárias (educadoras e coordenadoras) terão papéis essenciais na implementação das atividades, como “Agentes Comunitários Socioambientais”. Serão os responsáveis locais pela implementação das atividades, inclusive educação ambiental destinada às crianças e aos responsáveis, pelas ações comunitárias socioambientais e pelas campanhas comunitárias. Elas terão um alto grau de liberdade para definir os conteúdos de todas essas atividades, junto com os outros beneficiários. Essa liberdade de definir os conteúdos das ações ao longo do projeto será fundamental para o protagonismo comunitário e o empoderamento dos “Agentes Comunitários Socioambientais”, mas também para ter a flexibilidade de escolher conteúdos adequados ao contexto local, como cada comunidade tem características diferentes. Consideramos o monitoramento e avaliação do projeto uma área onde a participação dos grupos comunitários é essencial. A esse respeito, o nosso contato próximo com as comunidades e nossa capacidade de envolver membros das comunidades no projeto é de grande importância. A abordagem participativa é uma forma de trabalhar extremamente democrática e inclusiva, pois permite não somente que as capacidades das pessoas sejam reconhecidas e valorizadas, mas também que os sujeitos percebam essas suas capacidades. Desse modo, instaura-se o que chamamos de processo de fortalecimento.

Parcerias: Para a realização do projeto consideramos importante ter parcerias com três tipos de atores: 1 - Entidades locais comunitárias que atuam na área de educação e que são respeitadas nas comunidades, para garantir a aceitação e a colaboração no território; 2 - Instituições de referência teórico-empírica na área socioambiental para garantir uma capacitação relevante e de alta qualidade para os “Agentes Comunitários Socioambientais”; 3 - O poder público e especialmente os órgãos de meio-ambiente, para acompanhar as instalações de tratamento alternativo e biológico de esgoto.

A rede de creches comunitárias em São Gonçalo existe há trinta anos. Além da parceria com a rede, o projeto, firmou parcerias individuais com cada instituição e realiza assessoria a cada creche regularmente. A Ong Campo, atua também em parceria com a rede de “Centros Comunitários de Formação Profissional” na periferia de Rio de Janeiro. Uma outra experiência relevante para o projeto é a parceria estabelecidas nos últimos anos com a prefeitura de Cachoeiras de Macacu (RJ) e a Autarquia Municipal de Água e Esgoto em Cachoeiras de Macacu (AMAE), que permitiu a construção de 2 (dois)

biodigestores de tratamento alternativo e biológico de esgoto em comunidades de baixa renda. Atuamos também em redes de organizações da sociedade civil para aumentar o nosso impacto em colaboração com outras organizações com propostas parecidas ou complementares, para participar e reforçar o papel da sociedade civil em relação aos governos.

Interação com Políticas Públicas Relacionadas aos Resultados Esperados, Participação e Transparência: O projeto Eco Creche considera as políticas públicas em três áreas, políticas de acesso a água, políticas de meio ambiente, e políticas de saúde. Essas três áreas apresentam políticas com a finalidade de haver águas limpas, e acesso a água de boa qualidade. Em 28 de Julho de 2010 a Assembleia Geral das Nações Unidas através da Resolução A/RES/64/292 declarou a água limpa e segura e o saneamento básico um direito humano, essencial para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos (ONU 2015 (a)). Uma resolução adotada pelo Brasil. Garantir este direito faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, como o sexto objetivo que diz o seguinte: “Assegurar a disponibilidade de água e a sua gestão sustentável e o saneamento para todos”. O projeto também se alinha com objetivos relacionados à redução de pobreza, à preservação do meio ambiente e das águas, e comunidades sustentáveis. Em continuação de estas metas o projeto se alinha com políticas nacionais de acesso universal a água potável (Plano Nacional de Saneamento Básico) e da proteção do meio ambiente, e com as indicações do ministério de saúde referente ao evitar doenças transmitidas pela água. No caso de São Gonçalo existe um plano municipal (Plano Municipal de Saneamento Básico) que replica o objetivo nacional de universalização do serviço público de saneamento básico. Porém, nas comunidades de baixa renda onde será implementado o projeto se observa que as políticas se atrasam na sua realização na prática. Referente ao acesso à água potável, o projeto visa a mobilização local para uma campanha comunitária de informação visa influenciar os governos locais para realizarem essas políticas na prática. Referente ao evitar doenças transmitidas pela água, frequentemente se pode evitar os riscos através de tomar precauções simples, mas que muitas vezes a população não conhece. O projeto divulgará as indicações do Ministério De Saúde e instituições de pesquisa reconhecidas na área, e elaborará os temas junto com os beneficiários. Dos elementos centrais do projeto são; a capacitação teórica nos temas tratadas, e uma campanha comunitária para reivindicar o direito de acesso a água potável. Neste sentido o projeto visa fortalecer a mobilização para a ação social e a

qualificação da sociedade para o debate de temas de interesse público. Para garantir a transparência dos processos do projeto se realizará rodas de conversa periódicas, com os participantes do projeto e a comunidade, integradas nas oficinas de “Educação Ambiental” com a finalidade de apresentar os resultados obtidos até o determinado momento e provocar uma construção participativa em busca de melhoras a partir das experiências dos participantes do projeto, moradores e atores sociais das comunidades. Também os resultados, as ações em condução, ações concluídas e os seus resultados obtidos se tornarão públicos através de publicações regulares no site do projeto que será divulgado nas redes sociais regularmente. O projeto contará com canais permanentes de comunicação com os participantes, com a comunidade e com a sociedade através de: 1 - Campanha comunitária relacionada a água; 2 - Produção de cartilhas de construção participativa entre os agentes socioambientais formados pelo o projeto, juntos com os moradores das comunidades próximos aos núcleos do projeto sensibilizados pelos agentes socioambientais; 3 - Eventos periódicos nas comunidades; 4 - Ações informativas no site do projeto; 5 - Ouvidoria online e ativa no Site do projeto; 6 - Redes sociais atualizadas com todas as ações e informações sendo disseminadas pelos comunicadores do projeto com apoio da “Rede de Comunicação Socioambiental” formada pelos “Monitores Socioambientais” formados no curso de “Comunicação Socioambiental” do projeto; 7 - Criação de canal de comunicação socioambiental no You Tube formado e disseminado pelos “Monitores Socioambientais”; 8 - Assessoria de imprensa, buscando manter a sociedade informada de nossas ações, via rádio, canais televisivos, revistas e jornais impressos e mídias digitais.

Medidas Eco Eficientes: A gestão do projeto incentivará todos os participantes e integrantes a adotar as seguintes medidas eco eficientes: 1 - Promover uso racional e/ou reuso de água; 2 - Minimizar a intensidade de uso de materiais e serviços; 3 - Reduzir consumo de energia e usar fontes renováveis de energia com foco em baixo carbono; 4 - Minimizar a dispersão de resíduos e lixo; 5 - Promover coleta seletiva, reuso ou reciclagem de materiais; 6 - Priorizar o uso de materiais recicláveis nas atividades; 7 - Estender a durabilidade dos produtos adquiridos; 8 - Promover a educação das equipes para um uso racional dos recursos naturais e energéticos.

Anexos:

1 - *Ação 1: Realizar diagnóstico das 8 comunidades selecionadas:* O objetivo dessa ação é aprofundar o entendimento da situação socioambiental e dos contextos locais selecionados. Link:

(https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSetrAQ_nUrohgzNtuHqkt7Q114enkRt5YgINHxAfA1IFJWMFg/viewform?gxids=7628) Formulário Google Forms com o questionário para a pesquisa do diagnóstico.

2 - *Ação 2: Implementar um “Conselho Gestor” para o projeto:* O “Conselho Gestor” acompanhará a implementação do projeto:

Foto 1: Constituição do conselho Gestor do Projeto Eco Creche



3 – *Ação 3: Construir 8 biodigestores para tratamento alternativo e biológico de esgoto, como uma ferramenta prática para apoiar as capacitações de Educação Ambiental:*

Foto 2: Construção do sistema de Biodigestor da Creche do Engenho Pequeno.



4 - *Ação 4: Realizar curso de “Educação Ambiental”:*

Cada aula ao vivo online e/ou gravada do curso de “Educação Ambiental”, na medida que elas forem realizadas, estarão disponíveis para os alunos do curso no canal do YouTube:

https://youtube.com/playlist?list=PLeeDn01P9VyDmVYsICnDX2jE1gNvm_dw9, A aula inaugural foi realizada no dia 31 de março de 2021, onde houve a apresentação do curso pelos professores aos alunos.

5 – Ação 5.1: Realizar 64 encontros de Educação Ambiental para responsáveis das crianças nas creches:

Foto 3: Atividade de plantio na horta, com educadoras, mães e crianças.



6 - Ação 5.2: Realizar 8 campanhas comunitárias referentes às ações definidas pelos responsáveis e “Agentes Comunitários Socioambientais”:

Foto 4: Campanha de doação de mudas de ervas medicinais.



7 - Ação 5.3: Realizar 32 atividades de Educação Ambiental com as crianças em cada uma das 8 creches:

Foto 5: Atividade de “Educação Ambiental” com as crianças da creche de Itaoça.



8 - Ação 5.4: Construir 8 (oito) Hortas Comunitárias:

Foto 6: Colheita de verduras e legumes na horta didática de Itaoça.



9 - Ação 5.5: Instalar 800 (oitocentos) filtros purificadores de água potável nas creches e nas residências das famílias dos alunos.

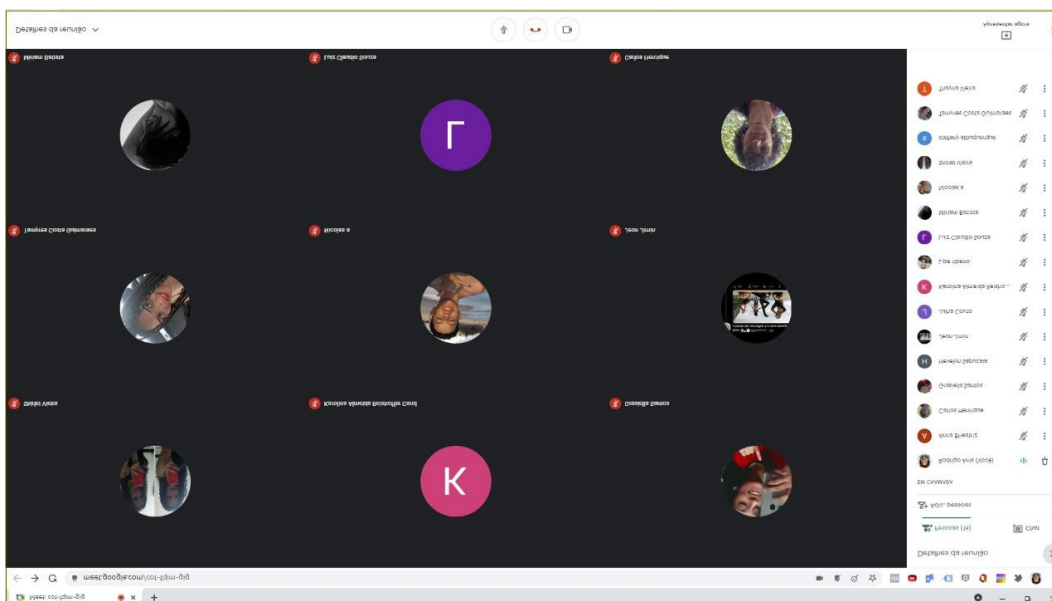
Foto 7: Doação de filtros para as famílias.



10 - Ação 6: Realizar “Curso de Comunicação Socioambiental”

1208

Foto 8: Print da aula on line de “Comunicação Socioambiental”.



11 – Links da redes sociais:

www.facebook.com/ecocreche

www.instagram.com/ecocreche

https://www.youtube.com/channel/UC_m_iwusRq_umsifW5PIRdw (canal do youtube)

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. (2009).

SAÚDE NA ESCOLA. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Ministério da Saúde, Brasília.

ONU. Water. Disponível em: <https://www.unenvironment.org/explore-topics/water>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ONU. Human Right to Water. Disponível em: http://www.un.org/waterforlifedecade/human_right_to_water.shtml. Acesso em: 10 jun. 2018.

ONU. Water and Sanitation. Disponível em: <http://www.un.org/sustainabledevelopment/water-and-sanitation/>. Acesso em: 10 jun. 2018.



QUINTSLR, S.; BRITTO, L. Desigualdades no acesso à água e ao saneamento: impasses da política pública na metrópole fluminense. Disponível em: https://www.academia.edu/11049841/Desigualdades_no_acesso_%C3%A0_água_e_ao_saneamento_impasses_da_pol%C3%ADtica_p%C3%BAblica_na_metr%C3%B3pole_fluminense. Acesso em: (inserir data de acesso).

RIFKIN, Susan B.; PRIDMORE, Pat. Partners in planning: information, participation and empowerment. London: Macmillan, 2001.

SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento); MINISTÉRIO DAS CIDADES. Tabela Resumo de Informações e Indicadores Por Estado. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-água-e-esgotos/diagnostico-ae-2013>. Acesso em: 12 jun. 2018.

TRATABRASIL. Diarreia: problema da falta de saneamento. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/blog/2017/08/29/diarreia-problema-da-falta-desaneamento/>. Acesso em: 12 jun. 2018.

TECNOLOGIAS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA PARA O CURSO DE COMUNICAÇÃO POPULAR MEDIADO POR TICS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Lino Trevisan, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR),
trevisan@utfpr.edu.br

Marcos Antônio Silverio, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR),
marcosilverio@utfpr.edu.br

Rhuan Carlos Borges, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR),
rhuanborges@alunos.utfpr.edu.br

Maria Luisa Carvalho, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR),
mluisacarvalho@utfpr.edu.br

Marilene Zazula Beatriz, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR),
marilenez@utfpr.edu.br

Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar a metodologia do Curso de Comunicação Popular, mediado por TICs, em relação à apropriação de tecnologias para Economia Solidária. Esta pesquisa foi realizada a partir do curso de extensão universitária “Comunicação Popular para Empreendimentos Econômicos Solidários” coordenado pela TECSOL - Incubadora de Economia Solidária da UTFPR (Curitiba) e pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) dirigido a trabalhadores/as da Rede Mandala - Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, cujas fontes de dados foram as avaliações realizadas pelos/as educandos/as e pela equipe técnica dos 21 encontros. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo e com base nos seguintes autores: Dagnino (2014; 2019); Winner (1986); Feenberg (s/d); Hernan (2009); Freire (2017, 2021); Singer (2002) e Corragio (2017). As análises indicaram que a modalidade remota possibilitou a apropriação do uso das TICs por parte dos/as trabalhadores/as, que passaram a utilizá-las de forma autônoma na medida em que o curso avançou, ao mesmo tempo que houve aumento das dificuldades para apropriação do conteúdo técnico apresentado no curso por falta de prática, de equipamentos mais adequados, de acesso a internet e de uma supervisão presencial. Já a equipe técnica se apropriou da plataforma na mesma medida em que desenvolveu práticas autogestionárias e coletivas do uso da ferramenta sem, no entanto, haver o questionamento quanto a troca de uma plataforma de *software* livre para outra de tecnologia comercial. Embora não percebam as contradições entre a inclusão e a exclusão digital, considera-se que a realização do curso e a apropriação do uso de TICs contribuíram para inclusão digital dos/as trabalhadores/as, bem como abertura para novas aprendizagens em tempos pandêmicos e de isolamento social. Apesar desta experiência ter demonstrado ser possível adequar o uso da tecnologia convencional aos objetivos dos/as trabalhadores/as da Rede Mandala que passaram a utilizá-la para fins da ES, numa modalidade inicial de adequação sociotécnica, não se percebeu uma reflexão nesse processo. Conclui-se que é ainda necessária uma intensa aproximação entre a Economia Solidária e a Tecnociência Solidária, desmistificando a perspectiva da neutralidade e da linearidade da ciência e da tecnologia.

Palavras-chave: Tecnologia; Economia Solidária; TICs; Ensino Remoto; Pandemia.

Abstract

The objective of this research is to analyze the methodology of the Popular Communication Course, mediated by ICTs, aiming at appropriation of technologies for Solidarity Economy. This research was conducted from the university extension course "Popular Communication for Solidarity Economic Groups" coordinated by Tecsol - Incubator of Solidarity Economy of UTFPR (Curitiba) and the Rural Urban Formation Center Sister Araújo (CEFURIA) for workers/as of Paranaense Net of Solidarity Economy Field-City (*Rede Mandala*). This is a qualitative and exploratory research, whose data sources were the evaluations made by students and the technical team of the 21 meetings. The data were analyzed using a content analysis and based on the following authors: Dagnino (2014; 2019); Winner (1986); Feenberg (s/d); Hernan (2009); Freire (2017, 2021); Singer (2002) and Corragio (2017). The analyzes indicated that the remote mode enabled the appropriation of the use of ICTs by workers, who began to use them autonomously, as the course progressed, at the same time there was an increase in the difficulties for appropriation of the technical content presented in the course due to lack of practice, more adequate equipment, internet connection access and face-to-face supervision. The technical team appropriated the platform in the same way that it developed self-managed and collective practices of using the tool without, however, being questioned about the exchange of a free software platform for another commercial technology. Although they do not perceive the contradictions between inclusion and digital exclusion, it is considered that the completion of the course and the appropriation of the use of ICTs contributed to the digital inclusion of workers, as well as openness to new learning in pandemic times and social isolation. Despite the fact that this experience has shown that it is possible to adapt the use of conventional technology to the objectives of the *Rede Mandala* workers who began to use it for the purposes of Solidarity Economy, in an initial form of sociotechnical adequacy, it was not perceived a reflection in this process. It is concluded that it is still necessary an intense rapprochement between Solidarity Economy and Solidarity Technoscience, deconstructing the perspective of neutrality and linearity of science and technology.

Keywords: Technology; Solidary Economy; ICTs; Remote Education; Pandemic.

Introdução

O contexto da pandemia da Covid-19 trouxe desafios, requerendo reflexões e práticas que auxiliem a pensar em novas formas de organização da sociedade.

A Economia Solidária (ES) tem se apresentado como um campo de experiências heterogêneas, orientados por princípios que se distinguem pela autogestão, igualdade, solidariedade e cooperação. Está em cena, portanto, outra racionalidade, o que implica em desafios de diversas naturezas, incluindo a questão do desenvolvimento tecnológico na e para a Economia Solidária. Singer (2002) salienta que para que a ES se torne uma alternativa superior ao capitalismo são também necessárias ações de geração de conhecimentos científico-tecnológicos que viabilizem os EES.

No Brasil, desde 2016, a ES enfrenta retrocessos nas políticas públicas, e com a pandemia acentuaram-se as dificuldades na geração de trabalho e renda. Em alguns lugares, como foi o caso de Curitiba e região metropolitana - Paraná, Brasil, os processos

formativos dos/as trabalhadores/as da ES passaram a ocorrer remotamente e intermediados por tecnologias de informação e de comunicação (TICs).

Por TICs entende-se um conjunto de recursos tecnológicos utilizados de forma integrada e que possibilitam o tratamento, transmissão e comunicação de informações. Segundo Vianna e Crivelari (2014), no contexto do trabalho, embora tenham rompido as fronteiras de tempo e de lugar, maior acesso à informação, facilidade e agilidade para realizar algumas tarefas, as TICs majoritariamente corroboram com a lógica capitalista de acumulação via aceleração e redução de mão-de-obra, demonstrando que a tecnologia não é neutra.

Para Winner (1986, p.4) as tecnologias “[...] podem ser usadas em formas que favoreçam o poder, a autoridade e o privilégio de uns sobre outros.” Neste sentido, apesar da sociedade esperar que a ciência e tecnologia produzam o chamado bem estar coletivo, isto não ocorreu, devido ao modelo capitalista neoliberal intensificado a partir dos anos 1980, onde a “[...] ciência acaba se legitimando, cada vez mais, em função da produção de um modelo de tecnologia que tem por objetivo a maximização do lucro.” (IGLESIAS; BUENO; CAMARGO; MELLO, 2013, p.83).

Se anteriormente, as aproximações entre ES e Tecnologia Social (TS) eram incipientes, a pandemia trouxe a urgência de seu avanço. O conceito de TS é diverso, e aqui será definido como: “[...] produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.” (JESUS; COSTA, 2013, p. 22). Segundo Dagnino (2010), o conceito de TS foi concebido em oposição ao de Tecnologia Convencional (TC), desenvolvida e utilizada por empresas capitalistas a fim de aumentar a mais-valia.

Dagnino (2019) avança no debate e, diante da polissemia que envolve o conceito de TS, propõe o de Tecnociência Solidária que é “[...] a ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, [...] engendra a propriedade coletiva dos meios de produção e [...] que legitima o associativismo, [...] um controle (autogestionário) e uma cooperação [...]” (p. 62) provocando uma modificação no produto gerado podendo ser apropriado pelo coletivo de trabalhadores.

Assim, ao contrário da TC que torna o “usuário” aquele que espera à solução de um criador da tecnologia, na tecnociência solidária, o saber popular e científico dialogam, na busca da criação coletiva de soluções tecnológicas para as situações enfrentadas. A “trajetória pedagógica” proposta por Freire (2020) que envolve à identificação de temas

geradores, situações-problema, análise crítica, ressignificação, dentre outros, pode contribuir para se pensar o processo de criação de tecnociência solidária.

Dagnino (2014) afirma que a Tecnociência Solidária pode envolver a adequação sociotécnica (AST) da tecnociência capitalista. Consiste em um processo que busca adequar o conhecimento científico e o tecnológico aos requisitos técnico-econômicos, sociais e ambientais a uma perspectiva contra-hegemônica. Uma vez que é processo, o autor elenca o que denomina de “Modalidades de Adequação Sociotécnica”, que varia desde o uso de TC com mudanças na forma de gerir, promovendo mudanças cognitivas nos/as trabalhadores/as até a incorporação de conhecimento científico-tecnológico novo. (DAGNINO, 2014)

Essas questões são importantes para pensar as relações e as apropriações das TICs pelos/as trabalhadores/as da ES, a fim de que sejam condizentes com os valores da ES e não com os do capitalismo.

A seguir passa-se a descrever o Curso de Comunicação Popular para Empreendimentos Econômicos Solidários o qual teve como objetivo promover a aprendizagem de técnicas básicas de produção de conteúdo para redes sociais; princípios do comércio e consumo justo e solidário e ter como produto final a criação de um Plano de Comunicação dos EES.

O curso surgiu a partir da demanda dos/as trabalhadores/as da Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade (Rede Mandala), de aumentar a comercialização e geração renda, agravadas pela pandemia da COVID-19, onde as dinâmicas de trabalho desses grupos foram diretamente afetadas.

Ele foi construído por uma equipe técnica composta por membros da TECSOL - Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Curitiba, do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) e por educadores/as populares, que se reuniram desde a elaboração do projeto pedagógico do curso até o assessoramento do último encontro.

Os encontros foram realizados de forma remota a partir da cidade de Curitiba, no período de maio a setembro de 2020, num total de 80h. Atendeu a 43 trabalhadores/as (seis - rurais e 37 - urbanos). Em relação à equipe técnica, foram 17 pessoas, totalizando 60 participantes. Destes, 85% mulheres e 15% homens. Os/as educandos/as acessaram o curso predominantemente via celular e de forma síncrona, mas também via computador e de maneira assíncrona.

Metodologia

A metodologia adotada foi de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório. As fontes de dados utilizadas foram as avaliações realizadas ao final de cada encontro pelos/as educandos/as (via formulário eletrônico) e os relatórios de avaliação das reuniões realizadas pela equipe técnica após os respectivos módulos, totalizando, assim, 21 avaliações e 21 relatórios de avaliação. Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo. A seguir, passaremos à análise dos resultados.

Análise dos Resultados

O curso iniciou usando uma plataforma de *software* livre, nos primeiros quatro encontros, sendo alterada para a de uma TC, por não contemplar todas as necessidades dos/as participantes, como: dificuldades com o áudio; instabilidade da conexão “caindo o tempo todo”. Já a equipe técnica reforçou a ideia da mudança especialmente quando os conteúdos começassem a exigir recursos mais complexos.

Apesar da plataforma ter sido desenvolvida para ambientes e demandas empresariais, durante a pandemia, também foi utilizada pelos/as trabalhadores/as da ES. Tal situação poderia ser delineada conforme salienta Dagnino (2014) numa das modalidades de adequação sociotécnica (AST) quando há o uso da TC, com mudanças na forma promovendo mudanças cognitivas nos/as trabalhadores/as.

Neste sentido, observou-se que no contexto pandêmico, a apropriação das TICs pelos/as trabalhadores/as que fizeram o curso possibilitou que as mesmas fossem utilizadas para trocas de experiências, conhecimentos científicos e saberes, propiciando a criação de soluções coletivas de geração de trabalho e renda, a manutenção dos vínculos afetivos e a vivência dos princípios da ES, em especial da autogestão, solidariedade e cooperação possibilitando a continuidade dos EES.

Além disso, a apropriação das TICs ocorreu na medida em que o curso avançou tanto pelos/as educandos/as quanto pela equipe técnica, sendo considerado um grande desafio para ambos.

Foi necessário, portanto, a experimentação, passando da **falta de familiaridade com a ferramenta de videoconferência** para a dificuldade de se **apropriar dos conteúdos técnicos dos módulos**, devido à falta de possibilidade de praticar, de acesso a ferramentas adequadas e de supervisão presencial.

As **normas de uso coletivo da plataforma** foram construídas coletivamente sendo importantes para otimizar o uso da ferramenta e, assim, alcançar os objetivos do curso, bem como o desenvolvimento das **práticas autogestionárias e coletivas do uso da ferramenta** pela equipe técnica, sendo possível adequar a tecnologia para atender os interesses políticos do grupo de trabalhadores de ES.

Observou-se também que, apesar das dificuldades pessoais e de infraestrutura, as pessoas demonstraram uma **disponibilidade para aprender novos conhecimentos** relacionados à comunicação popular, sendo convidados/as a ingressarem em uma nova forma de atuação frente à pandemia e ao uso das TICs.

Com relação a não percepção dos participantes **sobre a contradição entre a inclusão e a exclusão** via as TICs observou-se que falta o entendimento dos atores da ES em buscarem uma tecnologia que esteja alinhada ideologicamente com os princípios da ES e que o acesso à internet e às TICs deve ser uma pauta de luta.

Considerações Finais

Apesar da pandemia e do isolamento social terem trazido a emergência de aproximar a ES com o uso das TICs, o que de fato ocorreu em relação aos participantes do curso de comunicação popular e, na tentativa de se responder as questões: se bastaria aos EES apropriarem-se das tecnologias tradicionais disponíveis? Qual tecnologia é consonante com os princípios e objetivos da ES? Como construí-la? pode-se concluir que o máximo de aproximação foi em relação ao da primeira modalidade de adequação sociotécnica comentada por Dagnino (2014) além de apontar para o despreparo de trabalhadores/as no que tange a crítica à neutralidade da C&T e da apropriação e do desenvolvimento de uma tecnologia mais condizente com os valores da Economia Solidária,

Neste sentido, há um vasto campo de conhecimento teórico, metodológico, experimental e político a ser explorado no que tange a articular a Economia Solidária e a Tecnociência Solidária, para além de uma estratégia imediatista de sobrevivência dos EES visando firmar-se como modelo contra-hegemônico, desmitificando a perspectiva da neutralidade e da linearidade da ciência e da tecnologia.

Referências bibliográficas



FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 74^a ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

DAGNINO, Renato. (Org.). Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade. 2^a ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Komedi, 2010.

_____. Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB; Florianópolis: Ed. Insular, 2014. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/omp/index.php/ebooks/catalog/view/25/114/379-2>> Acesso em: 30 ago. 2021.

_____. Tecnociência solidária: um manual estratégico. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

IGLESIAS, G.V; BUENO, J. C.; CAMARGO, S. S. de; MELLO, S. L. de. Tecnologia Social: nosso olhar e suas implicações. *In*: Costa, R. P. da Articulando: Sistematização de Experiências de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP. São Paulo: 2013, p. 77-90.

JESUS, Vanessa M. B de; COSTA, Adriano B. Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas. *In*: COSTA, Adriano Borges, (org.). Tecnologia Social e Políticas Públicas. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013, p.17-32.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. Editora Perseu Abramo: São Paulo, 2002.

VIANNA, J. A.; CRIVELLARI, H. M. T. O Trabalho Mediado pelas Tecnologias da Informação e seus Efeitos Sobre o Trabalhador. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 9(1), São João del-Rei, janeiro/junho 2014.

TECNOLOGIAS SOCIAIS NA APICULTURA E MELIPONICULTURA: ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO

1217

Camila do Nascimento Cultri, Universidade Federal de São Carlos/Centro Paula Souza,
(UFSCar),
camilacultri10@gmail.com

Maria Lúcia Teixeira Machado, Universidade Federal de São Carlos, (UFSCar),
mluciatmachado@gmail.com

Resumo

Considerando o campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) observou-se o movimento agroecológico e a economia solidária como alternativas para o desenvolvimento justo e sustentável. Este documento é parte da pesquisa de doutorado de Cultri (2022) que realizou análises de informações científicas, tecnológicas e populares sobre apicultura e meliponicultura. Os métodos aplicados privilegiam a construção do cenário atual da produção e evolução do conhecimento científico correlacionado com Tecnologia Social versus a Apicultura e Meliponicultura. A análise incluiu aferição por: tipologia, publicações por ano, periódicos, autores que mais publicam com essa temática, entre principais métricas para delineamento do perfil e identificação de tendências. Apresenta-se uma análise bibliométrica de dados internacionais coletados na base de dados da *Web of Science* em 2019 e 2020. Notadamente, a apicultura é praticada nas zonas rurais e as condições agrárias no Brasil não estão nada estimulantes se considerados o aumento do uso de agrotóxicos, a mortalidade das abelhas e a falta de incentivos. Com isso, os atores envolvidos vêm passando por problemas cada vez mais complexos e com a pandemia Covid-19 novas dificuldades se somaram. Os resultados apresentados contribuem para a difusão do conhecimento. Todavia, cabe um monitoramento acerca dos avanços científicos pelas áreas de estudos métricos da ciência, assim como nas áreas interdisciplinares, ciências sociais e humanas para que se possa acompanhar a temática Tecnologia Social e Apicultura, que hoje encontra-se com poucos investimentos e incentivos. Além disto, verifica-se a oportunidade de investir mais recursos para compreender os projetos dedicados a estudar esta temática de difusão da ciência e da tecnologia para a sociedade. Por fim, sugere-se também que os autores direcionem suas publicações para periódicos/repositórios públicos, privilegiando dados abertos, que aumentem a chance de recuperação das pesquisas. Sobretudo, reforçam a necessidade de que sejam implantadas ações para preservar, transmitir, ancorar e polinizar o

conhecimento econômico e solidário junto aos cooperados, organizações, pesquisadores, associados.

1218

Palavras-chave: Apicultura; Meliponicultura; Comunicação; Agroecologia; Tecnologia Social.

Abstract

Considering the Science, Technology and Society (STS) field, the agroecological movement and the solidarity economy were observed as alternatives for fair and sustainable development. This document is part of Cultri's doctoral research (2022) that carried out analyzes of scientific, technological and popular information on beekeeping and meliponiculture. The methods applied favor the construction of the current scenario of production and evolution of scientific knowledge correlated with Social Technology versus Beekeeping and Meliponiculture. The analysis included assessment by: typology, publications per year, journals, authors who publish the most with this theme, among the main metrics for profile design and identification of trends. A bibliometric analysis of international data collected in the Web of Science database in 2019 and 2020 is presented. Notably, beekeeping is practiced in rural areas and agrarian conditions in Brazil are not at all stimulating considering the increase in the use of pesticides, the mortality of bees and lack of incentives. As a result, the actors involved have been experiencing increasingly complex problems and with the Covid-19 pandemic, new difficulties have been added. The results presented contribute to the dissemination of knowledge. However, it is necessary to monitor scientific advances in the areas of metric studies of science, as well as in the interdisciplinary areas, social sciences and humanities, so that the theme Social Technology and Beekeeping, which today have few investments and incentives. In addition, there is an opportunity to invest more resources to understand the projects dedicated to studying this theme of disseminating science and technology to society. Finally, it is also suggested that authors direct their publications to public journals/repositories, privileging open data, which increase the chance of research recovery. Above all, they reinforce the need to implement actions to preserve, transmit, anchor and pollinate economic and solidary knowledge with cooperative members, organizations, researchers, associates.

Keywords: Beekeeping; Meliponiculture; Communication; Agroecology; Social Technology.

1219

Introdução

O interesse pela criação de abelhas tem sido notório nos últimos anos, tanto pelo doce atrativo comercial, quanto pela conscientização da importância de espécies para o equilíbrio ambiental. No entanto, as condições no Brasil não estão favoráveis: elevadas taxas de mortalidade das abelhas, aumento do uso de agrotóxicos e falta de incentivos. Os apicultores e meliponicultores vêm passando por problemas cada vez mais complexos e com a pandemia Covid-19 novas dificuldades se somaram.

O aumento do interesse pela criação de abelhas tem razões econômicas. Mas, por parte do consumidores também se percebe interesse pelos benefícios dos produtos naturais. São estes motivos que incentivam os pequenos apicultores a buscarem, principalmente, por espécies que produzem mel, pólen, cera, própolis, geleia real e a apitoxina para uso medicinal. As abelhas são encontradas por toda parte, salvo a crise de extinção que elas estão sujeitas. Todavia, elas estão tanto em ambientes rurais como, por exemplo, pequenas propriedades, como também, no meio acadêmico que se dedica a estudar o comportamento desses insetos.

Entende-se que elas são fundamentais nos serviços de polinização, porque permitem a reprodução das plantas, via fecundação cruzada. Isso resulta na produção de frutos de melhor qualidade e maior número de sementes. Motivos econômicos e comerciais fazem da atividade de apicultura e meliponicultura um atrativo a mais para produtores agrícolas olharem para as abelhas como aliadas a produção de alimentos.

Reconhecer como se configura o corpo de conhecimento científico sobre a Tecnologia Social (TS), registrado em bases de dados de visibilidade internacional, é atividade essencial para subsidiar ações estratégicas do campo CTS e contribuir com a discussão sobre as políticas direcionadas à sociedade, bem como para as atividades apícolas e melíponas.

Os indicadores da produção científica e tecnológica sobre as referidas atividades são recursos imprescindíveis para ampliar a compreensão sobre esse domínio de conhecimento e fundamentar as tomadas de decisão de gestores de ciência e tecnologia no âmbito da conservação ambiental, bem como da ampliação da difusão sobre Tecnologia Social.

Com o intuito de elaborar um panorama e analisar indicadores sobre produção científica a partir da quantificação de volumes significativos de informações disponíveis em bases de dados, se realizou este estudo entre março e agosto de 2020 com aplicação conceitual da área de Bibliometria. Utilizou-se ferramentas computacionais como *VantagePoint 5.0*, *M2N*, *VOSviewer*, *Excel* e *GEPHI*. Todavia, para melhor delimitação do tema, neste foi feito um recorte sobre os dados internacionais, analisados sobre a perspectiva do *VantagePoint* e do *Excel*. Os dados foram levantados na *Web of Science* pela sua abrangência, credibilidade no meio acadêmico, sendo uma base de dados reconhecida pelos especialistas das áreas. Esta plataforma referencial de citações científicas contempla produções científicas e acadêmicas em áreas de ciências, ciências sociais, artes e humanidades.

Tecnologia Social e Apicultura

No Brasil muito tem-se a discutir sobre políticas públicas que viabilizem a ciência, a tecnologia e a sociedade. Um lugar especial para isto seriam as agendas de pesquisa, os financiamentos oferecidos pelos órgãos de fomento que fazem parte das políticas públicas para apoio a ciência e tecnologia. No entanto, muitas destas decisões são decididas por “especialistas” com foco nos seus interesses políticos particulares, não beneficiando, estritamente a melhor opção técnica. Vivemos um momento em que várias tecnologias não são disponíveis para a população, principalmente para aquelas de comunidades rurais.

As pautas das agendas, as ações e políticas nos países da América Latina sinalizam um novo caminho pelo qual tem-se expectativas de cooperação científica, tecnológica, educativa e cultural. A Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), por exemplo, conta com a participação de membros de países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai tem provido atividades diversas entre as quais se inserem alguns trabalhos de extensão rural com princípios agroecológicos, metodologias participativas, respeito aos povos e comunidades tradicionais do território. Temos visto que valores centrados na soberania alimentar, na economia solidária, na agricultura familiar e na agroecologia se constituem elementos centrais em um modelo de desenvolvimento territorial emancipatório.

Neste sentido, este tópico apresenta a importância dos indicadores da produção científica, para os pesquisadores de áreas interdisciplinares, ampliarem a compreensão da

dinâmica da ciência e de fatores que determinam a criação de abelhas e a difusão de práticas colaborativas dotadas de princípios advindos do conceito da Tecnologia Social. Indicadores estes que poderiam estar em bases de dados internacionais, como por exemplo, a *Web of Science*, objeto dessa investigação.

O campo de estudos sobre Tecnologia Social obteve incentivos em várias publicações a partir dos anos 2000. Christopoulos (2011, p.01) indica algumas obras sobre este tema, e salienta que:

Tecnologias sociais podem ser definidas como um método ou instrumento capaz de solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e geração de impacto social. Esse tipo de tecnologia se origina de um processo de inovação resultante do conhecimento criado coletivamente pelos atores interessados no seu emprego. Em um contexto político e social em que emergem interesses na elaboração de políticas sociais inclusivas, os processos, técnicas e metodologias desenvolvidos na interação com a população representam uma alternativa para facilitar a inclusão social e a melhoria na qualidade de vida (CHRISTOPOULOS, 2011, p.01).

Com relação ao cenário atual, Cultri (2022, p.18) destaca que no Brasil, as redes solidárias vêm sofrendo cortes, falta de incentivo e até ameaças do atual governo. Mesmo assim, ainda conseguem mobilizar pessoas, organizações civis, organizações não-governamentais, membros de instituições públicas e privadas que estão na posição de “resistência” e vêm olhando para atividades carentes de incentivos governamentais. De uma forma em geral, outro trabalho de Cultri e Machado (2020) corrobora neste sentido demonstrando como a atividade econômica e sustentável da apicultura e da meliponicultura tem contribuído no contexto agroecológico brasileiro.

Metodologia

Este trabalho traz um panorama da produção científica sobre a temática Tecnologia Social e Apicultura no âmbito internacional. No primeiro momento, foram analisadas as publicações internacionais indexadas na base de dados *Web of Science*, em todo o período em que a WoS registra dados, ou seja, de 1945 até o ano 2020. A fim de refinar os dados, num segundo momento foi aplicado um filtro delimitando o período. Neste momento, se preconizou buscar dados a partir dos anos de 1990 que foi quando se iniciam as projeções para implantação dos projetos sobre Tecnologias Sociais que se fortificariam na década seguinte. Assim, foi definido o intervalo de 1990 até agosto de 2020. A análise incluiu aferição por: tipologia, publicações por ano, periódicos, autores que mais publicam com essa temática, entre principais métricas para delineamento do

perfil e identificação de tendências. O ano de 2020 foi incluído, e considerado atípico, pois poderia revelar nuances de tecnologias sociais em eventos relacionados à pandemia, cooperação e colaboração econômicas e solidárias.

A principal coleção do *Web of Science* envolveu os seguintes índice de citações:

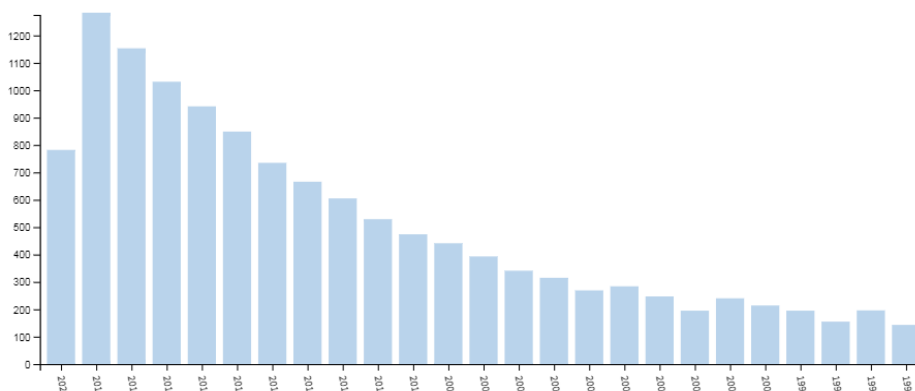
- *Science Citation Index Expanded (SCI-EXPANDED)* --1945-presente
- *Social Sciences Citation Index (SSCI)* --1956-presente
- *Arts & Humanities Citation Index (A&HCI)* --1975-presente
- *Conference Proceedings Citation Index - Science (CPCI-S)* --1990-presente
- *Conference Proceedings Citation Index - Social Science & Humanities (CPCI-SSH)* --1990-presente
- *Emerging Sources Citation Index (ESCI)* 2015-presente (FONTE: WOS, 2020)

Para análise de indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação adotou-se softwares e programas que foram acessados remotamente, destaque para o *software VantagePoint* (VP) e ao Excel para elaboração de gráficos e construção de tabelas. Nos baseamos nos Indicadores Científicos, Bibliometria e Cientometria a partir de Milanez (2014), Dudziak et al. (2014), Faria (2015), Justino (2019) e Sarvo et al. (2020).

Resultados parciais

O comportamento das atividades de pesquisa encontram-se em fase crescente. Na Figura 1, se pode observar que no ano de 2019 foram mais de 1200 publicações. Em geral, nas últimas três décadas este crescimento tem sido exponencial e muito significativo para a área.

Figura 1 - Evolução das publicações mundiais

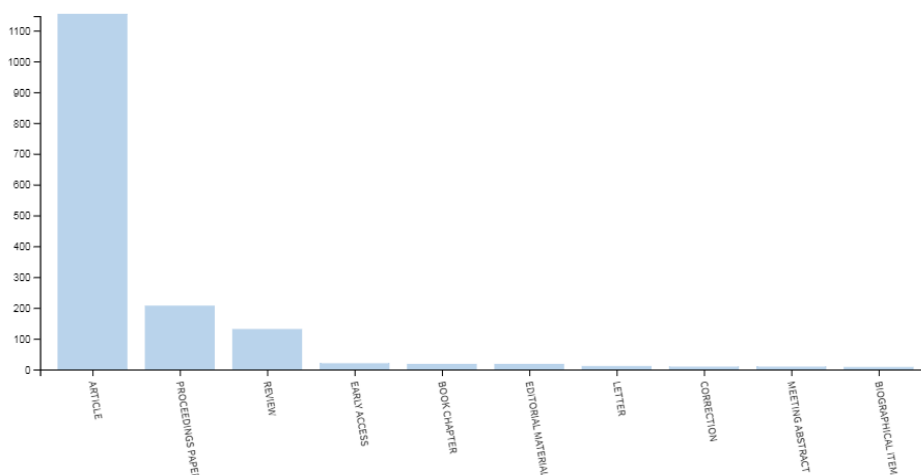


Fonte: Elaborado pelas autoras com base na WoS (2020)

Uma análise primária para conhecer o tipo de produção bibliográfica foi realizada, a priori, investigando-se desde o início do surgimento da base *Web of Science* (WoS) em 1945. Neste sentido, a Figura 2 apresenta a distribuição até agosto de 2020. Foram localizados um total de 1454 documentos. Distribuídos da seguinte forma:

- artigos- 78,88% (1147),
- *conference proceedings* em português procedimentos da conferência ou de eventos- 13,75% (200),
- revisão- 8,52% (124),
- *early access*- 0,89% (13),
- capítulos de livros- 0,75% (11),
- materiais editoriais- 0,75% (11), entre outros.

Figura 2 - Tipo de publicações (1945-2020).



Fonte: Elaborado pelas autoras com base na WoS (2020).

A partir desta leitura, percorreu-se com o interesse de identificar os países que publicaram os documentos encontrados nesta pesquisa. Assim, tem-se representado no Quadro 1 a composição dos 11 países com mais publicações nesta área.

Quadro 1 - Países que mais publicaram (1945-2020)

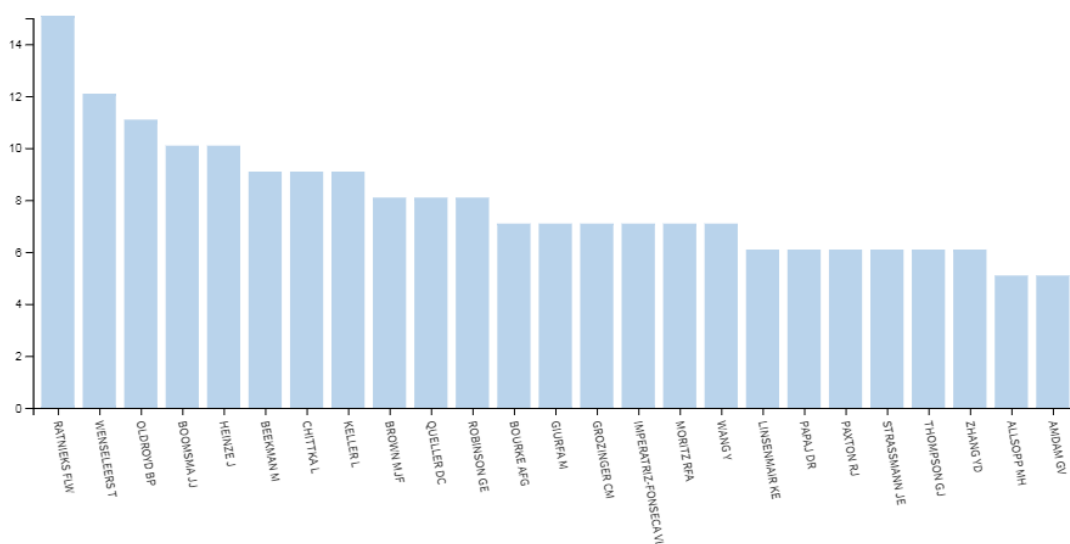
Selecionar	Campo: Países/Regiões	Contagem do registro	% de 1,454	Gráfico de barras
<input type="checkbox"/>	USA	420	28.886 %	
<input type="checkbox"/>	PEOPLES R CHINA	214	14.718 %	
<input type="checkbox"/>	ENGLAND	153	10.523 %	
<input type="checkbox"/>	GERMANY	137	9.422 %	
<input type="checkbox"/>	AUSTRALIA	84	5.777 %	
<input type="checkbox"/>	CANADA	78	5.365 %	
<input type="checkbox"/>	INDIA	74	5.089 %	
<input type="checkbox"/>	FRANCE	61	4.195 %	
<input type="checkbox"/>	BRAZIL	53	3.645 %	
<input type="checkbox"/>	SWITZERLAND	51	3.508 %	
<input type="checkbox"/>	IRAN	38	2.613 %	

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na WoS (2020).

No topo do *ranking* dos países que mais publicaram está Estados Unidos, em segundo China, seguido por Inglaterra. O Brasil aparece em 9º lugar nesta classificação geral com 3,46% da publicações mundiais.

Ainda para se explorar o cenário mundial, construiu-se a Figura 3 com os 25 autores que apareceram com maior publicação.

Figura 3 - Autores com maior frequência no tema no período de 1945-2020.



Fonte: Elaborado pelas autoras com base na WoS (2020).

Dentre os 25 autores que mais publicaram sobre este tema no mundo, encontrou-se apenas uma brasileira. A autora brasileira Imperatriz-Fonseca aparece em 15º neste *ranking*, contudo, ela aparecerá mais nas próximas análises de dados sobre o Brasil.

A tese completa (CULTRI, 2022) reflete os esforços de companheiros dos movimentos sociais e ambientais, de associações, de cooperativas, de camponeses, de ONGs, de trabalhadores informais e outros tantos invisibilizados que trabalham para a produção de alimentos, busca de alternativas para a construção, articulação e difusão do conhecimento na conjuntura da pesquisa, ensino e extensão.

Considerações parciais

No Brasil, ainda são poucas as experiências e práticas sobre apicultura e meliponicultura articuladas entre o conhecimento popular, científico e tecnológico. Contudo, partimos do pressuposto que esta articulação possa auxiliar na compreensão do campo e revelar o potencial de ações a serem propostas e implementadas dentro de uma perspectiva ecológica, social e econômica, muito mais sustentável.

A análise dos dados indica que vasta maioria das publicações da WoS (grupo amostral) foram artigos voltados para campos específicos tais como biologia, ecologia comportamental e conservação. Percebeu-se que a maioria não trata de estudos de casos, estudos teóricos, revisões, relatos de experiência ou ensaios que envolvam Tecnologia Social de maneira aplicada ou teórica.

Cabe um monitoramento acerca dos avanços científicos pelas áreas de estudos métricos da ciência, assim como nas áreas interdisciplinares, ciências sociais e humanas para que se possa acompanhar a temática Tecnologia Social e Apicultura, que hoje encontra-se com poucos investimentos e incentivos. Além disto, verifica-se a oportunidade de investir mais recursos para compreender os projetos dedicados a estudar esta temática de difusão da ciência e da tecnologia para a sociedade.

Outro ponto observado, que poderia auxiliar a encontrar mais estudos sobre estas temáticas, seriam alguns esforços para padronização na utilização de palavras-chaves. Desta forma, os autores poderiam viabilizar a identificação das publicações no campo científico. Sugere-se também que os autores direcionem suas publicações para periódicos/repositórios públicos, privilegiando dados abertos, que aumentem a chance de recuperação das pesquisas.

Os resultados apresentados contribuem para a difusão do conhecimento. Sobretudo, reforçam a necessidade de que sejam implantadas ações para preservar, transmitir, ancorar e polinizar o conhecimento econômico e solidário junto aos cooperados, organizações, pesquisadores, associados.

Referências bibliográficas

ALEJANDRO, V. A.; NORMAN, A. G. Manual introdutório à análise de redes sociais: medidas de centralidade. 2005.

AMARAL, R. M. et al. Ultrapassando as barreiras de conversão e tratamento de dados: indicadores de produção científica dos programas de pós-graduação em engenharia de materiais e metalúrgica. Em *Questão*, v. 23, n. 1, p. 228–253, 2017.

CULTRI, C. do N. Tecnologias sociais na apicultura e meliponicultura: análise sobre a produção de conhecimento científico, tecnológico e popular. 2022.150 p. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo.

CULTRI, C. do N; MACHADO, M. L. T. Tecnologias sociais na apicultura e na meliponicultura In: XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2019, São Cristóvão. XI Congresso Brasileiro de Agroecologia. São Cristóvão: UFS, 2019. p.1 - 5.

DAGNINO, R. Tecnologia social: contribuições conceituais e metodológicas [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 318 p. ISBN 978-85-7879-327-2.

DUDZIAK, E. A., FAUSTO, S., FERREIRA, S. M. S. P. Manual de uso do *VantagePoint* – v.1. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

JUSTINO, T. da S. Análise da colaboração científica dos programas de Pós-graduação em Ciência da Informação brasileiros. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12058>.

MILANEZ, D. H. et al. Análise de bases de dados e termos de busca para estudos bibliométricos e monitoramento científico em nanocelulose. Em *Questão*, v. 20, n. 3, p. 114-133, 2014.

MILANEZ, D. H. Elaboração de indicadores de ciência e tecnologia para o monitoramento de avanços tecnológicos em nanocelulose. 220 p. Tese (Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais) - Programa de pós-graduação em Ciência e Engenharia de Materiais, Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



SARVO, D. O.; MILANEZ, D. H.; MILANEZ, M. G.; REIS, J. E. D.; FARIA, L. I. L.; AMARAL, R. M. M2N – Matrix to Network: software de conversão de matrizes para Gephi e VOSviewer. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA - EBBC, 7., 2020, Salvador. Anais... Salvador, UFBA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32385>.

1227



ORGANIZAÇÃO

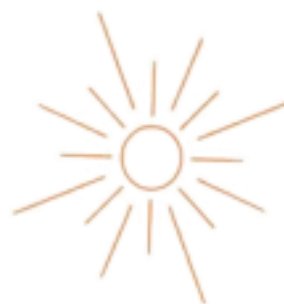




GT 10

Finanças solidárias *Finanzas solidarias*

Como campo do saber e experiências de iniciativas de trocas monetárias não mercantis e trocas não monetárias autogestionárias e como estratégia de desenvolvimento de território.



Coordenação:

Leonardo Leal
(UFAL, Brasil)

Ioshiaqui Shimbo
(UFSCar, Brasil)



GT 10 - Finanças solidárias	1228	
<i>Finanzas solidarias</i>		
Autossustentabilidade dos bancos comunitários: aplicação de indicadores econômico-financeiros	1230	
Wiliam Retamiro, Maria Lúcia Teixeira Machado, Wagner Leite de Sousa Molina		
Fundos rotativos solidários: potencialidades e limitações no município de Volta Redonda- RJ	1246	
Milena dos Santos Cerqueira		
Microcrédito habitacional do banco comunitário de desenvolvimento banco bem, Vitória-ES: análise do processo de concessão do financiamento como instrumento autogestionário de melhoria das moradias	1268	
João Callil		
Moedas sociais para a economia social: classificação, papéis na economia formal e informal e possibilidades para o microcrédito	1292	
Yasuyuki Hirota		



AUTOSSUSTENTABILIDADE DOS BANCOS COMUNITÁRIOS: APLICAÇÃO DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

1230

Wiliam Retamiro, (PPGCTS/UFSCar),
wretamiro@retamiro.com.br

Maria Lúcia Teixeira Machado, (PPGCTS/UFSCar),
mluciatmachado@gmail.com

Wagner Leite Souza Molina, (PPGGOSP/UFSCar),
molinawsl@gmail.com

Resumo

Após o advento do Banco Palmas em 1998, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) se constituíram como uma imprescindível tecnociência solidária financeira que contribuem para a difusão, democratização e consolidação da democracia financeira por meio do uso das moedas sociais. Sua expansão ocorreu de forma significativa por intermédio do apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a qual por meio de editais e demais formas de apoio, proporcionou a constituição e recursos financeiros aos BCD. Contudo, após o período da crise política e econômica iniciada em 2013, os recursos destinados aos BCD foram extintos, o que deixou os equipamentos menos estruturados e, conseqüentemente, em situação de difícil continuidade de suas atividades ou até mesmo o encerramento de suas atividades. Dessa forma, por meio de uma pesquisa exploratória e documental, com dados extraídos do Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), este trabalho objetiva apontar as evidências relacionadas à necessidade de reposicionamento de gestão estratégica dos BCD. Dessa forma, é possível, analisar a origem dos recursos, as modalidades de garantias e os acordos para a devolução do crédito concedido para elucidar sobre ações que identifiquem e mitiguem as deficiências da gestão, com o propósito de lograrem a autossustentabilidade financeira destes. Verifica-se, portanto, que tais renovações implicarão na mudança do comportamento de gestão, bem como no modus operandi da equipe gestora e que a expansão de alternativas como a dos bancos municipais poderá enfraquecer o surgimento comunitário endógeno, porém a sobrevivência dos BCD tradicionais dependerá de uma mudança comportamental da equipe gestora ante ao avanço da tecnologia financeira (fintechs) e a necessidade de ingressar no mercado financeiro secular sem perder os princípios das finanças solidárias.

Palavras-chave: Autossustentabilidade financeira; Bancos Comunitários de Desenvolvimento; Finanças Solidárias; Gestão bancária; Tecnologia financeira.

Abstract

After the advent of Banco Palmas in 1998, the Community Development Banks (BCD) were constituted as an essential solidary financial technoscience that contribute to the diffusion, democratization and consolidation of financial democracy through the use of social currencies. Its expansion occurred significantly through the support of the National Secretariat for Solidarity Economy (SENAES), which, through public notices and other forms of support, provided the constitution and financial resources to the BCD. However, after the period of political and economic crisis that started in 2013, the resources destined to BCD were extinguished, which left the equipment less structured and, consequently, in a situation of difficult continuity of its activities or even the closure of its activities. Thus, through an exploratory and documentary research with data extracted from the Solidarity Economy Information System (SIES) and from the Institute of Applied Economic Research (IPEA), this work aims to point out the evidence related to the need to reposition the strategic management of B C D. In this way, it is possible to analyze the origin of the resources, the modalities of guarantees and the agreements for the return



of the credit granted to benefit actions that identify and mitigate the deficiencies of the management, with the purpose of achieving their financial self-sustainability. It appears, therefore, that such renovations will imply a change in management behavior, as well as in the modus operandi of the management team and that the expansion of alternatives such as municipal banks may weaken the endogenous community emergence, but the survival of traditional CDBs will depend on of a behavioral change of the management team in the face of the advance of financial technology (fintechs) and the need to enter the secular financial market without losing the principles of solidarity finance.

Keywords: Financial self-sustainability; Community Development Banks; Solidarity Finance; Bank Management; Financial Technology.

Introdução

Após o golpe parlamentar, jurídico e midiático com interesses empresariais e atendendo a interesses internacionais (SANTOS; BACCEGA; MATEUS, 2021) ocorrido no Brasil em 2016, as práticas econômicas neoliberais foram ampliadas e com o avanço da linha política ultradireitista no país, a política de desenvolvimento social por meio das atividades econômicas solidárias foi desprestigiada.

Embora no Brasil ainda existissem 19.708 empreendimentos que reuniam 1.423.631 associados distribuídos em 2.804 municípios, os quais movimentavam R\$12 bilhões/ano (BARRETO; CERIDONO; BUENO, 2021), a análise das diferentes publicações e explanações acerca dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) demonstraram a ausência de autossustentabilidade financeira, vindo a evidenciar a sua dependência direta de repasses por parte do poder público, evidenciando a vulnerabilidade destes instrumentos de finanças solidárias que se demonstram cruciais para a dinamização da economia do território.

Portanto, estudar ações com o intuito de mitigar a dependência financeira dos BCD das diferentes esferas públicas se torna necessário para que este Empreendimento Financeiro Solidário (EFS) não seja suplantado pelos serviços financeiros mais acessíveis como, por exemplo, as fintechs capitalistas, as quais não possuem identidade com os territórios vulneráveis. Faz-se, necessária, portanto, a inovação do processo de gestão e de sustentabilidade financeira.

Evolução e crise dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento

Criada em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) teve a função de retomada do desenvolvimento econômico com a meta prioritária de combate à fome por meio da Economia Solidária (SINGER, 2013). As Políticas Públicas de Economia Solidária proporcionaram grande incentivo para as atividades dos bancos

comunitários, inclusive, pela articulação para a obtenção de recursos que financiassem os bancos comunitários.

Em 2010 a parceria firmada com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Palmas previa o investimento de R\$ 5,7 milhões, sendo que 52,6% atenderiam as operações de microcrédito por intermédio dos BCD e 38,6% em caráter não reembolsável para estruturar novas unidades de bancos comunitários, cujo resultado no ano seguinte foi a concessão de 5.582 créditos a 67 BCD em todo o território nacional (BNDES, 2011).

Porém, a alta taxa de inadimplência demandou uma renegociação junto ao financiador, apesar das taxas serem subsidiadas. O BNDES exigiu a reestruturação da metodologia da análise de risco para o microcrédito com vistas a escala de oferta, o valor médio das operações, a taxa de inadimplência e de juros; o que resultou em maiores exigências e uma análise de risco e retorno dos empreendimentos por parte do Banco Palmas (BARRÊTTO; CERIDONO; BUENO, 2015).

Quanto às transferências de origem pública, para o Estado de São Paulo por intermédio de instrumentos celebrados pela SENAES, verificou-se que no período de 2011-2016 foi destinado o valor de R\$ 2.173.045,58 para “ações de apoio e fomento às iniciativas de finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento, fundos solidários e cooperativas de crédito solidário (finanças)” (ANZE, 2017, p. 153).

Para além dos aspectos de gestão, denota-se que a principal fonte de recursos dos BCD é de origem pública, logo esta fonte está sujeita às oscilações políticas que direcionam as decisões relativas às práticas de fomento.

Contudo, após o golpe após o golpe parlamentar, jurídico e midiático com interesses empresariais e atendendo a interesses internacionais (SANTOS; BACCEGA; MATEUS, 2021) ocorrido em 2016, as práticas econômicas neoliberais foram ampliadas e, posteriormente, acentuadas com o avanço da linha política ultradireitista no país por meio da eleição do então candidato Jair Bolsonaro. Nisto, a política de desenvolvimento social por meio das atividades econômicas solidárias foi desprestigiada o que pode ser visto por meio da Lei 13.844 (BRASIL, 2019), a qual extinguiu o Ministério do Trabalho, o qual sediava a SENAES que por sua vez foi realocada no Ministério da Cidadania, o que contribuiu para que as práticas econômicas progressistas da ECOSOL ficassem restritas à uma política de assistência social (PINHO, 2019).

Necessidade da autossustentabilidade dos bancos comunitários

1233

As diferentes publicações e explanações acerca dos BCD indicam que estes tenham sido destacados e estudados principalmente após a crise financeira global de 2008 (MOURÃO; RETAMIRO, 2020), mas estes não demonstraram a sua capacidade de autossustentabilidade financeira, vindo a evidenciar a sua dependência direta de repasses por parte do poder público.

Verifica-se, portanto, que a dependência de verbas públicas para a manutenção dos BCD se caracteriza como um risco, devido à vulnerabilidade da perspectiva de financiamento a partir da gestão pública.

Tal dependência provoca a vulnerabilidade destes instrumentos de finanças solidárias que se demonstram cruciais para a dinamização da economia do território, promovendo a geração de trabalho e renda e, portanto, o combate direto à pobreza e fortalecimentos das garantias sociais.

Destarte, a alternância de programas de governo que sejam imbuídos de práticas neoliberais que objetivem os resultados quânticos de curto prazo em detrimento dos benefícios qualitativos obtidos nos médio e longo prazos, provocam a vulnerabilidade dos BCD quanto a credibilidade destes junto às pessoas dos territórios em que atuam.

Como exemplo, após o golpe parlamentar de 2016, os apoios destinados aos BCD foram consideravelmente reduzidos e, mesmo durante um período do governo de caráter mais progressista o último repasse oriundo do BNDES para o Banco Palmas foi no ano de 2013, quando já era possível identificar sinais de alternância nas práticas econômicas do governo federal.

Portanto, estudar ações com o intuito de mitigar a dependência dos BCD das diferentes esferas públicas no tocante às finanças, se torna necessária para que tal instrumento de inclusão social e econômica não seja suplantado pelos mecanismos de serviços financeiros mais acessíveis como, por exemplo, as fintechs, que não possuem identidade com os territórios vulneráveis. Faz-se, necessária, portanto, a inovação do processo de gestão e de sustentabilidade financeira.

O Projeto de Lei Complementar 93/2007 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2007) propõe a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias, bem como o Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias e os Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário', o que pode ser fortalecido pelo que expressa o parágrafo IV do art. 10º:

Possibilitar a estruturação ou adaptação de fundos garantidores já existentes para viabilizar as linhas de crédito para capital de giro, investimentos e constituição de cotas-parte envolvendo na parceria as cooperativas de crédito solidário (BRASIL, 2016).

Nota-se a possibilidade de novas formas de incentivo para a ação de finanças solidárias, principalmente pela modernização da oferta de microcrédito produtivo.

Propõe-se aqui, a hipótese de que aplicadores possam redirecionar parte de suas poupanças para os BCD, quer seja pela rentabilidade que poderá vir a ser aferida ou pela compreensão de este uma estratégia disruptiva quanto ao método de dinamização econômica descentralizada.

Novas perspectivas para a autossustentabilidade

Sendo a identidade territorial uma das formas para a difusão das riquezas locais e de reconhecimento como um espaço pertencente a comunidade que nele se encontra, os BCD enquanto uma adequação sociotécnica da tecnociência solidária, servem como mecanismos financeiros locais com vistas a reestruturar a dinâmica econômica do território. Isso reforça a estratégia de desenvolvimento endógeno, sendo o BCD a instrumentalização financeira por meio da moeda social como vetor catalisador para o desenvolvimento comunitário (SCHROEDER, MYAZAKI; FARE, 2011).

Na perspectiva de França Filho e Silva Jr (2009). (2009) os BCD representam “uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares de territórios com baixo índice de desenvolvimento humano”, logo, as ações e o modo de funcionamento destes impelem no território a articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores, amparada pela ECOSOL para o fortalecimento da economia local (RIGO, 2014). Por conseguinte, articulam as suas potencialidades, averiguam os seus desafios enquanto estratégia de organização socioeconômica junto a populações mais empobrecidas.

Instrumentos de gestão para o BCD

O advento desta ampliação de práticas dos BCD possibilitará o atendimento das demandas por microcrédito sob as práticas das finanças solidárias. Porém, a sustentabilidade financeira do BCD dependerá dos índices comuns às instituições financeiras convencionais, haja vista que as ações de investimento a fundo perdido por parte dos bancos de fomento ou pelas transferências aos BCD são vulneráveis ao

alinhamento da política macroeconômica que em governos considerados liberais ou ultraliberais dispensam a atenção para as práticas econômicas solidárias no primeiro momento, mas que poderão ser sucumbidas sob a perspectiva das finanças solidárias após a concretização de avanços de transmutação legal no setor financeiro.

Assim, com o intuito de mitigar a dependência financeira dos BCD das transferências de verbas públicas, quer seja pelo aporte de investimento a fundo perdido ou por contemplação de editais, dar-se-á a necessidade de que os BCD estejam em condições financeiramente sustentáveis e devidamente comprováveis, a fim de que a captação de recursos seja realizada a fim de proporcionar ao investidor (decorrente da captação de depósitos à vista e a prazo) a transparência necessária para a aplicação em determinada carteira de investimento.

Dessa forma, caberá aos gestores dos BCD providenciarem os demonstrativos financeiros contábeis para a comprovação da solidez financeira do BCD, conforme dispõe o art. 24 do PLP 93, bem como atender as demais normas já estabelecidas ou que surgirem para o fim do propósito deste projeto de Lei, as quais costumam prezar pelo rigor fiscal e manutenção do setor financeiro, ainda que em detrimento do acesso das classes sociais de renda muito baixa ao sistema financeiro.

Além de atender as regulamentações plausíveis, os BCD ainda terão a necessidade de atender aos interesses dos potenciais investidores que poderão preferir aplicar, em determinada carteira de produtos financeiros em um BCD que atenda à sua expectativa territorial, tal como optar por investir no território onde reside, além de atender ao que expressa o art. 17 e ao disposto no §1º, haja vista que por ser o BCD uma adequação sociotécnica da tecnociência solidária voltado para o combate à pobreza por meio da geração de trabalho e renda em determinado território, o investidor poderá ter a opção de realizar a aplicação. A análise para a autossustentabilidade dos BCD, mediante ao que descreve PLP 93/2007, a viabilidade é um fator imprescindível para a concretização do objetivo geral por ser a base para se realizar a análise de convergência entre os interesses dos BCD e dos potenciais aplicadores financeiros.

Para tanto, um plano de contas contábil-financeiro, o que consiste em um conjunto de informações que expressam os eventos e movimentações financeiras que foram realizadas ao longo do processo de concessão e recebimento de microcrédito, deverão ser exigidos dos BCD, dentre os quais indica-se nesta pesquisa os índices que possibilitarão aferir os seguintes indicadores sobre os respectivos BCD:

Índice de eficiência;

O índice de eficiência (IE) financeira de uma instituição financeira é obtido pelo cálculo abaixo:

$$I = \frac{\text{Despesas Não Juros}}{\text{Receitas Operacionais} - \text{Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa}}$$

O item que consta no numerador da fórmula acima consiste nas chamadas Despesas Não Juros, que significa o conjunto de despesas operacionais como, por exemplo, pessoal e marketing, sendo estes fundamentais para o funcionamento da instituição e necessários que tais resultem em negócios que ao menos cubram seus custos.

Quanto menor for o resultado do cálculo do IE significa um bom indicador, pois demonstra que o empreendimento financeiro está gastando menos para gerar cada unidade monetária de receita, sendo que em teoria, um índice ideal é de 50%, indicando que \$1 (uma unidade monetária) de despesa resulta em \$ 2 (duas unidades monetárias) de receita.

Multiplicador monetário;

Ainda, vale ressaltar que a partir do valor captado os BCD poderá atuar com o multiplicador monetário que é uma ferramenta empregada para ampliar a oferta de crédito na economia do território. Tal como ocorre com os bancos comerciais, o BCD poderá utilizar esta ferramenta desde que mantenha os princípios que regem as finanças solidárias, concedendo o valor captado por meio de microcrédito a fim de comentar a economia.

Para exemplificar este indicador financeiro, utilizar-se-á um trecho extraído da pesquisa autorizada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) conforme parecer de número 5.241.892, da qual se trata de uma análise mais ampliada sobre a autossustentabilidade financeira dos BCD em desenvolvimento pelos autores deste trabalho.

A coleta de dados ocorreu por meio de questionário para averiguar a demanda e as condicionalidades dos potenciais aplicadores, a fim de analisar a possível celebração de acordo financeiro de impacto socioeconômico. Composto de 24 questões de múltipla

escolha e respondida via Google Forms da conta Workplace da UFSCar, o questionário fora enviado para 76 pessoas, tendo como retorno 59 respostas.

1237

Reitera-se que neste trabalho há uma delimitação, logo, uma parte de toda a pesquisa abordada pelo referido parecer. Considerando que esta pesquisa utiliza a PLP 93/2007 como base para justificar a adoção de técnicas de gestão nos BCD, para exemplificar o desdobramento que o multiplicador bancário teria na captação analisada, afere-se o potencial multiplicador da seguinte forma:

$$M = \frac{1}{R}$$

Sendo:

M = sendo o próprio multiplicador monetário

R = sendo taxa do depósito compulsório

O depósito compulsório estabelecido pelo Banco Central, o qual os BCD deverão cumprir com base no PLP em questão, no ano de 2022 é de R\$ 20%. Ou seja, de todas as captações realizadas pelas instituições financeiras 20% do valor captado deverá ser recolhido para o Banco Central.

Dessa forma, do valor hipoteticamente captado na referida pesquisa que perfaz R\$ 4.613,50, a quantia de R\$ 922,70 deverá ser recolhida compulsoriamente e o saldo de R\$ 3.690,80 poderá ser ofertado como microcrédito para um u mais clientes. Assim, para averiguar qual o multiplicador bancário possível a partir da captação averiguada, tem-se o seguinte resultado.

Aplicando a fórmula acima, o resultado será:

$$\frac{M}{B} = \frac{1}{R}$$

$$\frac{M}{B} = \frac{1}{0,2}$$

$$\frac{M}{B} = 5$$

Portanto, para um compulsório de 20%, obtém-se um multiplicador de 5, logo, o valor captado de R\$ 4.613,50 aplicados no BCD pelo uso do multiplicador bancário se

torna em R\$ 23.067,50 o qual é obtido decorrente da multiplicação do valor captado pelo multiplicador obtido, pois $5 \times 4.613,50 = 23.067,50$

1238

Tabela 1: Possibilidades de operações de crédito a partir do valor captado.

Operações de crédito	Oferta de Moeda	Depósito Compulsório (20%)	Depósito para concessão
1º	4.613,50	922,70	3.690,80
2º	3.690,80	738,16	2.952,64
3º	2.952,64	590,53	2.362,11
4º	2.362,11	472,42	1.889,69
5º	1.889,69	377,94	1.511,75
6º	1.511,75	302,35	1.209,40
7º	1.209,40	241,88	967,52
8º	967,52	193,50	774,02
9º	774,02	154,80	619,21
10º	619,21	123,84	495,37
11º	495,37	99,07	396,30
12º	396,30	79,26	317,04
13º	317,04	63,41	253,63
14º	253,63	50,73	202,90
15º	202,90	40,58	162,32
16º	162,32	32,46	129,86
17º	129,86	25,97	103,89
18º	103,89	20,78	83,11

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Tal estimativa é possível considerando que o BCD utilizará o valor total captado, reterá o valor referente ao compulsório e concederá o restante por meio de microcrédito ou nanocrédito. Dessa forma, os tomadores de crédito deste saldo irão novamente transacionar bens e serviços que resultarão no valor monetário concedido e será reinserido no BCD local ou em outro caso atue em uma rede de diferentes BCD, pelos quais se reproduzirão o mesmo processo gerando uma nova operação de crédito no valor de R\$ 3.690,80, dos quais serão retidos R\$ 738,16 (20% do compulsório) e concedidos o saldo restante de R\$ 2.952,64 e, assim sucessivamente conforme se observa na Tabela 1 acima.

Ao limitar o multiplicador bancário no limite do nanocrédito em no mínimo de R\$ 100,00, verifica-se na tabela acima que com o valor calculado mediante as pesquisas coletadas até o momento é possível realizar 18 operações de microcrédito, mas que poderia chegar à 62 operações caso mantivesse até zerar os valores possíveis.

Saldo de tesouraria;

O Saldo de Tesouraria (ST) revela o montante de investimentos financeiros em giro que foi financiado pelo passivo financeiro (passivo oneroso) do empreendimento. Quanto maior o seu resultado, melhor, pois indica menor dependência de empréstimos e que é uma aplicadora de sobras de recursos.

Se o resultado for negativo (<0) significa que a instituição é tomadora de recursos e depende de capital de terceiros para sobreviver, o que não é o ideal, já que um cenário onde a empresa gera recursos através da sua atividade operacional se tornando autossustentável é preferível.

A obtenção do ST é possível pela seguinte fórmula:

$$ST = \frac{\text{Ativo Circulante Financeiro}}{\text{Passivo Circulante Financeiro}}$$

O Ativo Circulante Financeiro consiste nos valores financeiro em caixa, conta bancária e aplicações financeiras. Já o Passivo Circulante Financeiro se refere às obrigações financeiras do empreendimento.

Assim, coletados e aferidos os resultados supracitados, estima-se obter um diagnóstico financeiro acerca da autossustentabilidade, bem como as condições prévias de recebimentos de aportes financeiros individualizadas de cada BCD.

Antevê-se ainda, que tais diagnósticos poderão evidenciar disparidades quanto ao potencial de recebimento de aportes entre cada BCD, o que poderá causar uma relativa preferência ou o conceito de rating por parte dos investidores em uma eventual condição real de aporte.

Ademais, poderá ser também revelar um potencial saldo de tesouraria positivo e, eventualmente, ocioso em alguns BCD. Nisto, poder-se-á analisar a possível ação de pesquisa sobre os aspectos legais e econômicos para a realização de um estudo de empréstimos interbancários entre os que possuem saldo de tesouraria e àqueles que demandam um capital para a alavancagem financeira.

Considerações finais

Atuar com a captação de recursos exigirá dos gestores dos BCD a organização contábil e financeira ajustada para fazer frente às demandas por microcrédito dos atores do território e, concomitantemente, manter o acesso destes ao ato democrático de acesso ao crédito.

Considerando que os BCD não terão o apoio financeiro em caráter de subvenção, a captação de recursos de terceiros terá a função de realizar a alavancagem financeira fazendo com que o volume de recursos alheios se torne maior em relação aos recursos do capital social empregado nos BCD.

Tais informações de ordem técnica-financeira, se tornam imprescindíveis para que a autossustentabilidade dos BCD possibilite o investimento autônomo e independente de transferências públicas de quaisquer naturezas, a fim de que em casos de alternância de governos, os BCD não sejam negativamente impactados como outrora.

Os recursos captados de terceiros, tanto de pessoa física ou pessoa jurídica – neste trabalho identificados como aplicadores – poderão ser prospectados por meio de um custo de captação relativamente baixo e com um determinado prazo de pagamento (depósitos a prazo), mediante a transparência dos dados financeiros de cada BCD.

Os aplicadores potencialmente detentores de recursos financeiros aplicados em outras instituições financeiras, poderão redirecionar uma parte de seus recursos para os BCD, quer seja pela rentabilidade que poderá vir a ser aferida ou pela compreensão de ser o BCD local uma estratégia disruptiva quanto ao método de dinamização econômica descentralizada.

Neste caso, a aplicação dos indicadores de solvência que expressam a capacidade dos empreendimentos de obterem a captação de recursos evidenciando os índices de liquidez, poderão ser instrumentos financeiros de análise dos BCD. Decerto, independente de quaisquer que sejam os índices utilizados para aferir a sustentabilidade, a eventual aprovação do PLP 93 exigirá a organização financeira e contábil destes, por meio da exposição dos demonstrativos financeiros a fim de que estes estejam aptos a receberem os aportes decorrentes das captações.

Reiterando que os BCD consistem em uma adequação sociotécnica do conceito da Tecnociência Solidária para a democratização do acesso ao microcrédito, atendendo aos princípios das finanças solidárias, anelar pela sua evolução para que estes possam superar a fase de meros instrumentos de combate à pobreza, se torna algo possível em um processo de longo prazo, mas que depende de variáveis extraterritoriais como, por exemplo, das políticas macroeconômicas de caráter socialmente inclusivo. Mas, também de questões relacionadas ao aprimoramento deste estratégico instrumento de democratização de acesso às finanças solidárias, as quais surgem como desafios no atual momento.

O PLP 93/2007 expande a possibilidade de captação de recursos para os BCD. Porém, ao mesmo tempo em que se configura em algo positivo, também se torna um desafio por parte dos gestores.

Na eventualidade de o referido PLP vir a ser aprovado e promulgado, os BCD estarão sujeitos ao acompanhamento e fiscalização de suas atividades por parte do Banco Central do Brasil obrigando-se, inclusive, da apresentação semestral de suas demonstrações contábeis (Artigos 23 e 24 do PLP 93), sendo um fator positivo para a transparência e legalidade do processo de gestão.

Nisto, embora em um primeiro momento possa ser necessário o aporte por meio de transferências de verbas públicas a fim de que sirva como alavancagem financeira, a sustentabilidade do BCD dependerá da dinâmica econômica do território no qual está inserido, logo, a utilização do aporte servirá como oferta de microcrédito produtivo ou de consumo. Paralelamente, os gestores precisarão captar os recursos de terceiros sob a perspectiva de uma eventual descontinuidade do apoio financeiro oriundo do poder público. Assim, os demonstrativos financeiros serão imprescindíveis para a prospecção por investidores sociais, ou seja, os poupadores e correntistas.

Tendo como prática usual de quaisquer pessoas dispostas a realizar aplicações financeiras, indagar sobre a lisura e suporte da instituição na qual deseja aportar, traz a necessidade de que os BCD possuam tais registros devidamente estruturados para que sirvam de instrumentos de transparência, facilitando a captação de recursos de terceiros.

Entretanto, nas pesquisas *stricto sensu* cujos objetos sejam os BCD, verifica-se a inexistência de estudos de cunho financeiro-contábil sobre a saúde financeira destes.

Outro desafio consiste no fato de que os potenciais investidores financeiros tenderão a optar pelo BCD com o qual possam se identificar, quer seja pela localidade territorial, afinidade social, entre outros nexos, o que poderá fazer com que os gestores locais se vejam defronte a necessidade de um planejamento estratégico ainda maior, pois além dos demonstrativos financeiros que deverão estar conforme a legislação, haverá a necessidade de ter um planejamento estruturado que indique as perspectivas econômicas do território que garantam a dinâmica econômica, a baixa inadimplência e, por conseguinte, o retorno do investimento realizado pelo investidor social.

Porém, vale ressaltar que inserido no campo da ECOSOL estão as finanças solidárias, cujo objetivo é a democratização do acesso ao crédito, realizado na maioria

das vezes por meio da concessão do microcrédito, que seja pela moeda soberana ou pela moeda social.

As comunidades ou redes de comércio justo que adotam a ECOSOL como prática desenvolvem suas relações de trabalho por meios de arranjos alternativos utilizando o microcrédito como financiamento para a sua reprodução social (SILVA, 2017). Tais arranjos consistem nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EFS), logo, os BCD. A ilustração x expressa a ordem de inserção de cada um dos campos e arranjos solidários.

Neste âmbito, as aplicações das técnicas de gestão acima expostas podem ser consideradas uma renovação gerencial quanto ao modelo atual de gestão dos BCD (o que por vezes seja algo demonizado por alguns pesquisadores de assuntos relacionados a ECOSOL), já que a capacitação dos gestores para o monitoramento de indicadores financeiros internos e a análise dos reflexos econômicos proporcionados no território como fator fundamental para o que se proporá nesta tese, atrairia os investidores e atenderia as exigências legais.

Contudo, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, por meio da sua Carta de Princípios da Economia Solidária, destaca como item primeiro dos princípios gerais que “O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas” (SOLIDÁRIA, 2005). Portanto, quaisquer renovações precisam partir da sensibilização dos agentes do território para que estes possa obter a capacitação de tais indicadores.

Embora a SENAES tenha cumprido uma função crucial para a difusão e implementação de BCD pelo território nacional, quanto ao aspecto de capacitação dos agentes para a gestão tal fora relativamente baixo, como o que ocorreu no projeto Rio Economia Solidária no qual o valor relativo para implantação e gestão foi de apenas 1,61%, logo, insuficiente para a qualificação da equipe (ORIENTE, 2019).

Nisto vale ressaltar a importância da participação das instituições acadêmicas, por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão, sobretudo dos cursos relacionados ao núcleo de negócios (Economia, Contabilidade e Administração) como apoio para a capacitação e, eventualmente, a qualificação de agentes para gerir o BCD.

Cabe ainda enfatizar que em nenhuma hipótese, poderá ocorrer a terceirização da gestão dos BCD, quer seja pelas instituições acadêmicas, de pessoas qualificadas, mas não integrantes do território e, principalmente, por empresas de gestão financeira. Pois, se assim o for, dilapida-se o processo endógeno de identidade e do sentido de

pertencimento nas comunidades, sendo esta a estratégia indeclinável de desenvolvimento por meio de BCD pelo fato de ser adaptável às realidades particulares e muito distintas, rompendo com o tão criticado “universalismo neoclássico”.

A ação de qualificação/capacitação acompanhada pela inexorável mudança cultural, se torna um duplo desafio para a apropriação coletiva sociotécnica anteriormente mencionada. Afinal, esta mudança do modus operandi na gestão do BCD, abarca outras ações de ordem macro e de longo prazo, visto que o fator “tempo” urge às demandas sociais passíveis de serem atendidas pelas finanças solidárias.

Destarte, no decorrer desta pesquisa será evidenciada a necessidade de um processo de renovação e inovação nos BCD, mediante os dados que serão observados. Caso contrário, os BCD estarão sujeitos ao malogro da prática assistencialista, sem a perspectiva de evolução para um instrumento econômico dinamizador em um determinado território no combate à pobreza.

Referências

ANZE, V. R. (2017). Políticas de fomento à Economia Solidária no Estado de São Paulo no período recente (2011-2016): simulação de possíveis paybacks para o investimento público e considerações para a expansão do fluxo de benefícios associados. In: IPEA, Mercado de Trabalho. Rio de Janeiro: IPEA Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7835/1/bmt_62_pol%C3%ADticas.pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.

BARRÊTTO, I. C., CERIDONO, J. G., BUENO, V. G. (2015). Introdução da moeda eletrônica e seus impactos na comunidade: caso do Banco Palmas - CE. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/introducao_da_moeda_eletronica_e_seus_impactos_na_comunidade_caso_do_banco_palmas.pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.

BNDES. (2011). Relatório anual 2011. Rio de Janeiro: BNDES. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2011/relatorio_anual2011.pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.

BRASIL. (2016). RECOMENDAÇÃO Nº 17, DE 29 DE ABRIL DE 2016. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Ministério do Trabalho/GABINETE DO MINISTRO. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22913878/do1-2016-05-20-recomendacao-n-17-de-29-de-abril-de-2016--22913713 Acesso em: 29 set. 2019.

BRASIL. (2019). LEI Nº 13.844. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm. Acesso em:

10 set. 2021,

1244

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Propostas Legislativas. Projeto de Lei Complementar PLP 93/2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/361065>
Acesso em: 23 abr. 2019.

FRANÇA FILHO, G., SILVA JR., J. (2009). Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In: CATTANI, A. D. et al. (Orgs.) Dicionário Internacional da Outra Economia. São Paulo: Ed. Almedina. p. 31-7.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, F. B. (2005). Carta de princípios da Economia Solidária. Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

MOURÃO, P. R., RETAMIRO, W. (2020). Community development banks (CDB): a bibliometric analysis of the first 2 decades of scientific production. Environment, development and sustainability, p.477-93. doi:doi.org/10.1007/s10668-020-00592-6.

ORIENTE, A. Análises dos fatores para implantação e consolidação de um banco comunitário em território popular: o caso do Banco Comunitário Da Cidade De Deus. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/13246/1/AndersonCarlosNogueiraOriente.pdf>
Acesso em: 20 fev. 2020.

PINHO, L. (2019). Economia Solidária e a reorganização do governo Bolsonaro: o caminho é a mobilização. Le monde diplomatique - Brasil. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/economia-solidaria-e-a-reorganizacao-do-governo-bolsonaro-o-caminho-e-a-mobilizacao/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

RIGO, A. (2014). Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas. Salvador: UFBA.

SANTOS, L. A., BACCEGA, M. V., & MATEUS, Y. G. (2021). O golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil [recurso eletrônico]. São Luís: EDUFMA. Disponível em: https://www.edufma.ufma.br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2021/04/O-Golpe-de-2016-e-o-Futuro-da-Democracia-no-Brasil.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

SCHROEDER, R., MIYAZAKI, Y., FARE, M. (2011). Community Currency Research: analysis of the literature. International Journal of Community Currency Research. Acesso em 01 de Maio de 2021, disponível em: <https://ijccr.files.wordpress.com/2012/04/ijccr-2011-schroeder.pdf>. Acesso em: 01 maio 2021.

SILVA, S. Economia solidária e finanças de proximidade: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil. Texto para discussão. Disponível em:



https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2270.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

1245

SINGER, P. (2013). Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). In: IPEA, Mercado de trabalho: conjuntura e análise. Rio de Janeiro: IPEA, p. 89-94. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3784>. Acesso em: 10 set. 2021.

FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA- RJ

1246

Milena dos Santos Cerqueira, (UFF),
milenacerqueira@id.uff.br

Carlos Frederico Bom Kraemer, (UFF),
carloskraemer@id.uff.br

Thais Soares Kronemberger, (UFF),
thaisk@id.uff.br

Luís Henrique Abegão, (UFF),
lhabegao@id.uff.br

Resumo

A economia solidária tem como base as atividades econômicas sustentáveis, sob os princípios da autogestão, da igualdade nas relações sociais e da cooperação entre os trabalhadores e trabalhadoras organizados em empreendimentos econômicos solidários, cujo potencial encontra-se na resolução de problemas públicos concretos e na promoção do desenvolvimento territorial. As finanças solidárias constituem uma das experiências da economia solidária e são consideradas uma tecnologia social cujo objetivo consiste na democratização do sistema financeiro. Os fundos rotativos solidários, em especial, são práticas de finanças solidárias que tem como instrumento o crédito solidário, no qual reúne recursos financeiros ou não. Sustentado em tal discussão, o artigo possui como objetivo geral analisar as potencialidades e limitações para a constituição de fundos rotativos solidários no município de Volta Redonda- RJ, localizado na Mesorregião Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. A escolha do município justificava-se pela trajetória no campo de construção da economia solidária; na representatividade desse público pelos segmentos das cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis, artesanato, culinária gourmet, coletivos de pequenos produtores agroecológicos; existência do Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda-RJ, além da presença de uma Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária vinculada a uma universidade pública. A metodologia, de natureza qualitativa e do tipo exploratório, adota como coleta de dados as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Esta última com a realização de entrevistas semiestruturadas com membros de empreendimentos econômicos solidários e de entidades de apoio tanto da universidade quanto da gestão pública. A análise dos dados seguiu a elaboração de categorias e critérios de análise do tipo grade mista. Os principais resultados apontam para a necessidade de compreensão acerca dos fundos rotativos solidários pelos sujeitos que compõem a própria economia solidária do município. Destaca-se também, a importância de ações continuadas de formação junto aos empreendimentos econômicos solidários, além da promoção da institucionalização de uma política pública municipal de economia solidária.

Palavras-chave: Economia Solidária; Finanças Solidárias; Fundo Rotativo Solidário.

Abstract

The solidary economy is based on sustainable economic activities, under the principles of self-management, equality in social relations and cooperation between workers organized in solidary economic enterprises, whose potential lies in solving concrete public problems and in promoting of territorial development. Solidarity finance is one of the experiences of the solidarity economy and is considered a social technology whose objective is to democratize the financial system. Solidarity revolving funds, in particular, are solidary finance practices that have solidary credit as an instrument, in which financial resources are gathered or not. Based on this discussion, the article has the general objective of analyzing the potential and limitations for the constitution of revolving solidarity funds in the municipality of Volta Redonda-RJ, located in the South

Fluminense Mesoregion of the State of Rio de Janeiro, Brazil. The choice of the municipality was justified by the trajectory in the field of construction of the solidarity economy; in the representativeness of this public by the segments of collectors' cooperatives of recyclable materials, handicrafts, gourmet cuisine, collectives of small agroecological producers; existence of the Solidarity Economy Forum in Volta Redonda-RJ, in addition to the presence of a Technological Incubator of Solidarity Economy Enterprises linked to a public university. The methodology, qualitative in nature and exploratory, adopts bibliographic, documentary and field research as data collection. The latter with semi-structured interviews with members of solidary economic enterprises and support entities from both the university and public management. Data analysis followed the elaboration of mixed grid type analysis categories and criteria. The main results point to the need for understanding about the solidary revolving funds by the subjects that make up the solidarity economy of the municipality. It is also highlighted the importance of continuous training actions together with solidary economic enterprises, in addition to promoting the institutionalization of a municipal public policy of solidary economy.

Keywords: Solidarity economy; Solidarity Finance; Solidarity Revolving Fund.

Introdução

Os empreendimentos econômicos solidários (EES) se organizam de diversas formas e encontram-se estruturados pela autogestão no desenvolvimento de atividades de bens e serviços, crédito, finanças solidárias, comércio e consumo solidários (GAIRGER, 2004; CULTI et al, 2010).

No entanto, enfrentam dificuldades em obter crédito para a realização de suas ações. Isto porque o sistema financeiro tradicional exige garantias patrimoniais e cobranças de spread, ou seja, a diferença entre o preço de venda e o preço de compra de um ativo. Tal prática tende a excluir os arranjos organizativos de trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária visto que são grupos que exercem atividades informais e que possuem baixa remuneração (SILVA, KAPPES, 2016; SILVA, 2020).

Frente a esse cenário, as finanças solidárias têm por finalidade promover o fortalecimento de EES pela democratização do acesso aos recursos financeiros. Isso ocorre pela construção de um vínculo de integração e apoio, além de uma relação duradoura entre economia e sociedade. Essa relação é instituída sob a proteção da ética e da solidariedade, o que possibilita a criação de condições para o desenvolvimento humano integrado e sustentável (COELHO, 2003).

No Brasil existem três tipos principais de atores organizacionais que compõem o campo de finanças solidárias: as cooperativas de crédito solidário, os bancos comunitários e os fundos rotativos solidários (RIGO, 2014).

Os Fundos Rotativos Solidários, objeto de estudo deste artigo, são práticas de finanças solidárias que, de modo geral, podem ser entendidas como “poupanças coletivas” cujo propósito consiste em fomentar projetos econômicos direcionados para

EES e demais alternativas de produção e serviço por meio de empréstimos ou trocas. Essa experiência vai além da aquisição de um bem material, pois possibilita a inserção de novas práticas sociais, proporcionando a gestão e a organização do fundo pelos próprios empreendimentos solidários (OLIVEIRA, 2006).

Sustentado em tal discussão, o artigo tem como principal objetivo analisar as potencialidades e limitações para a constituição de Fundos Rotativos Solidários no município de Volta Redonda-RJ, localizado na mesorregião Sul Fluminense do estado do Rio de Janeiro, a partir da percepção dos integrantes do Fórum de Economia Solidária desse município.

Para tanto, o texto encontra-se estruturado em quatro seções somadas a esta introdução e a bibliografia. A próxima seção apresenta a discussão bibliográfica sobre economia solidária, finanças solidárias e fundo rotativo solidário com ênfase nos conceitos, características e práticas. A seguir, tem-se a metodologia do estudo ao abranger o método da pesquisa, as técnicas de coleta e análise de dados. Na quarta seção discute-se os resultados com foco nos segmentos representados pelas entidades de apoio – Universidade e Gestão Pública – como também da sociedade que integram o Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda-RJ (FESVR). Por fim, são tecidas as considerações finais cujo foco direciona-se para a constituição dos Fundos Rotativos Solidários no município pesquisado.

Revisão Bibliográfica

Economia Solidária

A economia solidária pode ser compreendida como um modo de produção baseado na igualdade sendo capaz de promover o desenvolvimento econômico socialmente justo, voltado às necessidades dos cidadãos, o que possibilita a construção de um novo padrão de relacionamento humano (SINGER, 2008; LISBOA 2005).

A essência do conceito de economia solidária está no conjunto de iniciativas que, a partir da associação livre e da democracia entre os trabalhadores e trabalhadoras, produzem ganho econômico e benefícios sociopolíticos, como a qualidade de vida, o reconhecimento e a participação cidadã. Seus membros tornam-se protagonistas do processo produtivo ao exercerem o controle das atividades do empreendimento. Com isso, adquirem engajamento no enfrentamento dos problemas pelas lutas coletivas relacionados à comunidade (GAIGER, 2009).

A economia solidária apresenta um novo relacionamento entre economia e sociedade fundamentado no aspecto democrático da organização do trabalho baseado na autogestão e em um projeto político de sociedade. Esse aspecto articula racionalidades e lógicas de ação com diversas fontes de captação de recursos. Esse fenômeno é caracterizado pela hibridação de economia, ou seja, a combinação entre economia mercantil, não mercantil e não monetária (FRANÇA FILHO, 2002).

Deste modo, pode-se dizer que a economia solidária é vista como uma economia colaborativa e não como competitiva, com base em valores de igualdade no modo de produção, consumo, troca e prestação de serviço. Assim, tem a capacidade de atingir aqueles que estão excluídos ou são excluídos do mercado formal de trabalho (AZAMBUJA, 2009).

Os princípios da economia solidária estão fundamentados na participação democrática, na cooperação, na autogestão, na promoção do desenvolvimento local, na preservação do meio ambiente, na produção e no consumo éticos, na solidariedade, nos direitos à cidadania, no reconhecimento de formas de produção, reprodução e distribuição social que proporcionem o acesso aos bens e recursos públicos, incluindo debates em dimensões político e cultural (PRAXEDES, 2009).

Assim como a autogestão, a solidariedade é um princípio base da economia solidária, pois se fundamenta na organização igualitária pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir e poupar. A essência deste princípio está na associação entre os iguais em vez do contrato entre os desiguais (SINGER, 2001; LEAL, RODRIGUES, 2018).

Essa relação está ligada à proximidade entre os indivíduos e a reciprocidade entre eles que redefinem as relações econômicas. É importante observar a participação dos diferentes atores na atuação coletiva e na gestão dos grupos e, principalmente, no estabelecimento das concepções da oferta e demanda de bens e serviços. (ANDION, 2005).

Para isso, tem-se o EES como uma representação da dinâmica econômica real. De forma geral, os empreendimentos solidários se constituem coletivamente no campo da economia tendo como objetivo condições igualitárias, reconhecimento, garantia de direitos, sobretudo o que se refere ao trabalho e renda (SILVA; CARNEIRO, 2016; GAIGER; CORRÊA, 2011).

Entretanto, como já mencionado, os EES enfrentam desafios em relação à comercialização de seus produtos e serviços, bem como dificuldade em acessar a assistência técnica e crédito. Além disso, a informalidade dos empreendimentos limita a expansão e as potencialidades dos projetos econômicos produtivos (SILVA, 2011).

Por outro lado, a constituição dos empreendimentos solidários guarda relação com o fomento a produção local e bens coletivos incluindo novas perspectivas ambientalmente saudáveis de produção e consumo tendo como diretriz uma sociedade mais justa e igualitária (MELO, 2017).

Finanças Solidárias

Como forma de enfrentar as dificuldades de obtenção de crédito pelos EES, as experiências de finanças solidárias têm o propósito de democratizar o acesso econômico, apoiando-se em práticas de utilidade social na qual se favorece as relações de proximidade (SILVA, 2017).

As finanças solidárias se distanciam da lógica financeira das grandes instituições bancárias, pois dão ênfase ao valor do trabalho, às relações entre indivíduos e comunidade local, além de reconhecerem e valorizarem as relações já existentes (LEAL; ALMEIDA, 2016).

Além de ser uma ferramenta de democratização do sistema financeiro, as finanças pela economia solidária têm o potencial de adequar os produtos financeiros às necessidades básicas da população, bem como fortalecer o trabalho social em cada território internalizando uma relação entre economia e sociedade pelos princípios éticos e de solidariedade (COELHO, 2003).

As iniciativas em finanças solidárias visam a ampliar a inserção social pela geração de trabalho e renda, como também incentivar práticas de comércio justo e solidário. Os recursos mobilizados são utilizados na forma de capital de risco ou de empréstimos subsidiados, auxiliando os excluídos a montarem seus empreendimentos e, também a investir em novos projetos. Esse processo é voltado para circuitos econômicos de territórios (BÚRIGO, 2006).

A fixação das regras de finanças solidárias inclui diferentes protagonistas no surgimento de movimentos importantes na promoção do desenvolvimento comunitário como, por exemplo, movimento de pequenos produtores, mulheres, agricultores e meios populares (LAVILLE, 2009).

Nesse sentido, as finanças solidárias são consideradas um campo diversificado de modalidades organizacionais e de propósitos (RIGO et al, 2015). Pode-se destacar algumas formas organizativas, como as cooperativas de crédito e os fundos rotativos solidários que apresentam a noção de solidariedade pela luta política dos movimentos sociais no processo produtivo (PAIVA, 2015).

Fundo Rotativo Solidário

Bancos comunitários, cooperativas de crédito e fundos solidários constituem as finanças solidárias, pois atuam em ações voltadas ao microcrédito e fornecimento de crédito aos EES não atendidos pelo sistema bancário tradicional (NERI, 2008).

Os fundos rotativos solidários são instrumentos de finanças solidárias destinados a atender a demanda de uma dada comunidade. Seguem a lógica da autogestão na constituição de uma poupança voluntária, na qual decidem reinvestir parte desta em prol da coletividade, da sustentabilidade, do comércio justo e do desenvolvimento dos territórios (GUSSI; SANTOS FILHO; ALMEIDA, 2012; BARRETO, 2020).

Assim, os fundos solidários têm como potencialidade a promoção da articulação comunitária, a partir de mecanismos de mobilização e valorização social. Além de ser uma ferramenta de capitalização dos recursos e de auto-organização que viabiliza processos produtivos com base em tecnologias alternativas e arranjos institucionais (RIBEIRO; JESUS, 2013; ROCHA; COSTA, 2005).

A metodologia do fundo pode ocorrer através de recursos monetários que são repassados para empreendimentos solidários, famílias ou para um indivíduo para que esses possam adquirir máquinas, equipamentos e/ou insumo e, após o período de produção, o beneficiário realiza a devolução em dinheiro. Já, quando o fundo não é monetário ocorrem repasses através de trocas, como, por exemplo, sementes, animais, mão de obra, entre outros (BARRETO, 2016).

A devolução do recurso ocorre de forma voluntária e o beneficiário assina um termo de compromisso. Caso não ocorra a devolução, isso não implica penalidade burocrática, mas há sanções do grupo quando ocorre quebra proposital de compromisso. É importante destacar que existem exceções: o não pagamento seja por conta de doença seja por algo que impeça a ação produtiva, tem a renegociação da devolução sem adicional de taxa de juros (BARRETO, 2017).

O processo de consolidação do fundo requer práticas pedagógicas no que se refere a elaboração do regimento, convocação de reuniões, elaboração de atas e controle contábil. Esses procedimentos fomentam na comunidade os debates político e pedagógico na organização financeira, no formato da gestão, entre outros. (GONÇALVES; FILHO, 2011).

Esse sistema de decisões é exercido pela comunidade reunida que tem o poder e se responsabiliza solidariamente pela prestação de contas, pela seleção ou sorteio dos beneficiados, pela discussão sobre a inadimplência. Desta forma, há ampliação da atuação dos atores na medida em que reforça o debate entre eles traduzindo a eficácia dos empreendimentos solidários (OLIVEIRA; DUQUE, 2004).

Deste modo, a potencialidade dos fundos solidários está na autonomia e na capacidade de autogestão, na promoção de valores sociais na adoção de novas atividades produtivas e, também no aumento das capacidades econômica e financeira dos empreendimentos solidários. Assim, o fundo estimula o compartilhamento de ações ao estar fundamentado na lógica da solidariedade pelo deslocamento do foco do “eu” para “nós” no desenvolvimento de iniciativas coletivas nos territórios (MOTA, 2009).

A capilaridade que os fundos possuem é capaz de promover o aproveitamento adequado dos recursos disponíveis no local, respeitando as estruturas e sinergias existentes. Esta relação de proximidade estabelece, estimula e integra o desenvolvimento local comunitário e solidário (SANTIAGO, 2011).

Por outro lado, um dos desafios das poupanças comunitárias está na busca por caminhos que viabilizem a sustentabilidade financeira dos projetos, como, os fundos rotativos solidários, pois muitos não possuem fonte de financiamento específica que possibilite a constituição dessas iniciativas (BARRETO, 2020).

Metodologia

O estudo é de natureza qualitativa, uma vez que reconhece diferentes possibilidades de estudar fenômenos e se propõe a analisar os fatos numa perspectiva integrada. Parte da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando os pontos de vista relevantes (GODOY, 1995).

A pesquisa, do tipo exploratório, contou com a técnica bibliográfica ao utilizar artigos científicos, dissertação, tese, capítulos de livro e livros (VERGARA, 1998). Também se fez uso da pesquisa documental em atas das reuniões do Fórum de Economia

Solidária de Volta Redonda-RJ (FESVR) no período 2018 a 2021 abrangendo um total de 21 registros, um dossiê produzido após o IV Festival de Economia Solidária do Médio Paraíba realizado em 2021 sobre as principais demandas do movimento de economia solidária, além de um relatório sobre um curso de formação em economia solidária realizado no mesmo ano. A pesquisa de campo também foi adotada como técnica de coleta de dados e contou com a observação participante nas reuniões do FESVR, nos encontros virtuais do curso de formação e durante o IV Festival.

Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas que combinaram tanto perguntas abertas quanto fechadas (BONI; QUARESMA, 2005) e ocorreram de forma remota devido à pandemia de Covid-19 no período de novembro de 2021 a junho 2022. As entrevistas seguiram um roteiro direcionado aos empreendimentos econômicos solidários, a universidade e a gestão pública municipal. O roteiro de entrevistas foi elaborado com base no referencial teórico e na pesquisa de campo. Todas as entrevistas foram transcritas.

Os entrevistados deste estudo são integrantes do Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda-RJ e foram selecionados pelos critérios de acessibilidade e tipicidade (VERGARA, 1998).

Como forma de preservar a identificação do entrevistado, foram utilizados códigos de acordo com o segmento que representam - U para universidade, GP para gestão pública, EES para empreendimento econômico solidário - seguido de um número que expressa o quantitativo de respondentes em cada segmento, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Entrevistados - Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda-RJ

Segmento	Vinculação	Código
Universidade	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária da Universidade Federal Fluminense	U1
Gestão Pública	Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Idosos e Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Volta Redonda-RJ	GP1
Empreendimento Econômico Solidário	Segmento Quintais Produtivos	EES1
	Segmento Culinária Gourmet	EES2
		EES4

	Segmento Artesanato	EES3
--	---------------------	------

Fonte: elaboração própria.

Em relação ao tratamento dos dados, elegeu-se o método da análise de conteúdo, pois tem o potencial de investigar diferentes representações sociais e observar um conjunto de significados de um determinado grupo social (OLIVEIRA, 2008).

Foram elaboradas categorias de análise do tipo grade mista, ou seja, definiu-se preliminarmente as categorias pertinentes ao objetivo da pesquisa sendo também incluídas durante o processo de análise (VERGARA, 2010).

A categorização contou com a identificação de quatro entidades/segmentos pertencentes ao campo da economia solidária - Empreendimento Econômico Solidário, Gestão Pública, Universidade, Fórum de Economia Solidária - e sua vinculação com as respectivas categorias de análise. Abaixo, o Quadro 2 apresenta tais categorias distribuídas pelos quatro segmentos acompanhada da descrição de cada uma delas.

Quadro 2 – Categorias de Análise

Segmento	Categoria de Análise	Descrição da Categoria de Análise
Empreendimento Econômico Solidário	Autogestão	Organização social do trabalho baseada na cooperação entre os membros, com estrutura não hierarquizada apoiada na participação democrática e na tomada de decisão coletiva.
	Demanda	Necessidade que os empreendimentos possuem em constituir um fundo rotativo solidário.
	Solidariedade	Princípio que envolve a forma de relação no comprometimento coletivo baseado na igualdade, na reciprocidade de dar, receber e retribuir.
	Finança Solidária	O que os empreendimentos entendem sobre finança solidária.
Gestão Pública	Políticas Públicas	Existência de políticas públicas municipais de economia solidária.
	Finança Solidária	Entendimento sobre finança solidária e o fomento a constituição de iniciativas.
Universidade	Formação	Auxílio e participação no processo de assessoria e de troca de saberes.
	Articulação	Papel de articulação nas ações e iniciativas do Fórum de Economia Solidária.

	Finança Solidária	Abordagem sobre fundos rotativos solidários no processo formativo.
Fórum de Economia Solidária	Funcionamento	Organização e realização das reuniões; características do espaço participativo.
	Representatividade	Composição dos atores.
	Finança Solidária	Inserção do tema sobre Fundo Rotativo Solidário nas pautas de discussão.

Fonte: elaboração própria.

Análise e Discussão de Resultados

Os resultados serão apresentados por segmento/entidade representativa, conforme a ordem das categorias de análise dispostas no Quadro 2. Mas, antes disso, torna-se necessário discorrer sobre o município de Volta Redonda-RJ, as principais informações que o caracterizam, especialmente, no que diz respeito a economia solidária.

Volta Redonda ocupa uma área de 182,105 km², situada na microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, na mesorregião do Sul Fluminense, localizada no estado do Rio de Janeiro. Em relação ao porte populacional, abrange 274.925 mil habitantes (IBGE, 2022).

Possui importância significativa para a economia regional e estadual. A cidade também tem papel fundamental na história do desenvolvimento industrial do Brasil sendo conhecida como a “Cidade do Aço”.¹²¹

Em relação a economia solidária, o município tem um histórico de experiências tendo ganhado expressão com a instituição do Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda em agosto de 2016. O Fórum tem um importante papel na ascensão do tema dentro do município, visto que inseriu no debate representantes da gestão pública, da universidade e de empreendedores da economia solidária, como: artesãos, agricultores familiares, catadores de materiais recicláveis, coletivos de artistas e fazedores de cultura, pequenos produtores no ramo da culinária gourmet, dentre outros. Isso possibilitou a discussão de estratégias em âmbito municipal e regional para o fortalecimento da economia solidária (ABEGÃO et al, 2020).

Além do Fórum, festivais foram organizados ao longo dos anos como parte da trajetória de economia solidária do município. Ao todo, foram quatro festivais de

¹²¹ Disponível em: <https://www.voltaredonda.rj.gov.br/11-Characterísticas-Cidade/> Acesso em: 27 set 2022.

economia solidária na cidade, tendo o primeiro ocorrido em 2017 e último em 2021. Os festivais têm o potencial de reunir o público para debater temas em economia solidária, promover a formação, construir políticas públicas e refletir sobre estratégias de fortalecimento dos EES (ABEGÃO et al, 2020). Além disso, os festivais reúnem grupos culturais, acadêmicos, representantes das secretarias municipais e empreendimentos solidários. Estes últimos com espaços dedicados a comercialização.

Outro destaque, desde a constituição do Fórum, refere-se a formulação da política pública de economia solidária de Volta Redonda-RJ, ainda em tramitação na Prefeitura Municipal.

Empreendimentos Econômicos Solidários

Para GAIGER (2004), os empreendimentos econômicos solidários (EES) são coletivos que desempenham atividades econômicas guiados pelo sentido de comunidade e do compromisso social em que estão inseridos.

O desempenho das atividades de EES possui especificidades. Pode-se destacar a autogestão como uma metodologia fundamental para os empreendimentos solidários, com estrutura interna não hierarquizada, baseada no trabalho coletivo e na participação democrática dos trabalhadores (LEAL; RODRIGUES, 2018).

Para os empreendimentos solidários de Volta Redonda-RJ, a autogestão é um princípio importante para o desempenho das atividades:

[...] é o controle sobre toda aquela atividade, desde o início, meio e fim. Isso é muito importante, ter o controle, saber como funciona (EES1).

[...] um trabalho do bem viver que depende de colaboração, de participação de todos ao mesmo tempo tentando ajudar uns aos outros” (EES2).

Eu entendo autogestão quando a gente consegue olhar o que faz e juntas decidir o que fazer. Não é alguém que chega e diz e dá o norte. Juntas a gente vai discutindo, vendo as melhores saídas. É uma coisa muito complicada no sentido de que nós nascemos no sistema capitalista onde você obedece o patrão, obedece o chefe, em cada lugar você obedece alguém que vai te dizer vai por aqui, faça ou aquilo. A autogestão é um desafio muito grande porque ela pede de nós um comprometimento muito grande. [...] (EES 4).

Outro princípio que serve de base para os EES é a solidariedade cuja sustentação está na associação entre os iguais e na reciprocidade (LEAL, RODRIGUES, 2018).

A **solidariedade** é compreendida pelos empreendimentos como um princípio fundamental para a economia solidária: “Ser solidário é acolher as pessoas, as demandas, é construir junto, é ouvir, é ter preocupação com sustentabilidade do meio ambiente. São

os meios de viver e compartilhar esses valores” (EES3). “É ter empatia [...] o meu problema pode ser o do outro[...] é o dar e receber [...] é troca de cuidado um com outro” (EES1).

A compreensão dos princípios da autogestão e da solidariedade por parte dos empreendimentos econômicos solidários é uma potencialidade para consolidação das atividades em economia solidária no município. Assim, a solidariedade fomenta nos empreendimentos valores de cooperação e ajuda mútua, enquanto a autogestão contribuiu para o fortalecimento da participação nos processos deliberativos (CASTANHEIRA et al, 2008; CARVALHO, 2011).

Contudo, os EES enfrentam dificuldades, pois na maioria das vezes, não possuem capital giro. Sua capacidade de investimentos limita-se à sua força de trabalho e, por isso, possuem demanda por acesso ao crédito (PEDRINI, OLIVEIRA, 2007; SILVA, 2011).

Ao guardar relação com o tema, a temática dos fundos rotativos solidários foi incorporada aos poucos dentro Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda. Após o IV Festival de Economia Solidária do Médio Paraíba realizado em 2021, surgiram algumas propostas oriundas dos próprios empreendimentos, no qual uma das demandas consistiu no incentivo ao uso de moedas sociais e na construção de fundos rotativos solidários. “A gente precisa. [...] porque dá uma motivação nas pessoas. A gente quer comprar equipamentos coletivos que todos possam usar [...] várias atividades que todos possam tá participando [...] só que a gente precisa de um recurso” (EES1).

As **finanças solidárias** são experiências de prestação de serviços financeiros baseadas em novas formas de solidariedade. Funcionam como instrumentos que têm como objetivo contribuir com as ações em economia solidária que envolvem pessoas não absorvidas pelo trabalho formal (LEAL, ALMEIDA, 2016).

A discussão sobre finanças solidárias vem sendo introduzida ao longo dos anos no FESVR, festivais, oficinas e em projetos de extensão desenvolvidos pela Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários do Médio Paraíba (InTECSOL) da Universidade Federal Fluminense. Essas atividades são realizadas por exemplificações de experiências consolidadas de finanças solidárias, como, por exemplo, a experiência de fundo rotativo solidário da comunidade de São Francisco no município de Teixeira-PB.

Nota-se que durante o curso de formação realizado durante o IV Festival de Economia Solidária do Médio Paraíba ocorreu um engajamento dos empreendimentos no

tema das finanças solidárias. No entanto, essa participação é pontual, apenas durante os festivais e oficinas, o que impacta diretamente na continuidade e no fortalecimento das ações, inclusive na proposição de iniciativas, como a dos fundos rotativos. “Isso já foi falado em reunião, mas não foi aprofundado essa parte não” (EES2).

Os **fundos rotativos solidários** são experiências em finanças solidárias. Têm como base formas de crédito rotativo que possibilitam, através da cooperação entre seus membros, a gestão de recursos para a construção de benfeitorias nas comunidades (OLIVEIRA, DUQUE, 2014).

Em Volta Redonda-RJ, o tema de fundos rotativos solidários tem sido abordado por meio de palestras e oficinas que ilustram a metodologia, o processo de formação e a relevância para o desenvolvimento dos empreendimentos. As apresentações de experiências de fundos rotativos, como a de Teixeira- PB e a de Santa Maria-RS no FESVR, são importantes para que haja uma maior apropriação do tema por parte dos empreendimentos, além do incentivo as trocas entre o público da economia solidária do município e de outras localidades.

No entanto, pelas entrevistas, o que se percebe é o desconhecimento acerca dos fundos rotativos solidários, o que pode ser explicado pela dificuldade dos empreendimentos em participar periodicamente das atividades de formação e do próprio Fórum. “Não saberia nem te explicar” (EES2). Mesmo que os empreendimentos compreendam os princípios de economia solidária, que são importantes para a consolidação de fundos solidários, esses ainda não estão bem apropriados, visto que muitos possuem uma visão individual acrescida do pouco engajamento dos coletivos nas reuniões do Fórum. Essas perspectivas impactam diretamente a consolidação de fundos rotativos solidários: “[...] o fundo não tem aquela ideia que você está incluída naquilo, que aquilo ali pode ser legal para seu empreendimento. [...] se tiver interesse em acessar tem que chamar de vaquinha, caixinhas, essas coisas (EES3).

Gestão Pública Municipal

O estabelecimento de políticas públicas de fomento à economia solidária reconhece a existência de novos sujeitos sociais, direitos de cidadania, novas formas de produção e distribuição social. Isso significa que o Estado tem o papel de fomentar políticas públicas que disponham de instrumentos e mecanismos para o desenvolvimento da economia solidária (SCHWENGBER, 2005).

Pelas atas é possível identificar a participação de representantes das secretarias municipais da Prefeitura de Volta Redonda-RJ nas reuniões do Fórum. Essa participação é importante para articulação entre gestão pública e o movimento de economia solidária do município. Dentre os temas discutidos entre os empreendimentos solidários, a universidade e a gestão pública estão o planejamento de ações para promoção da economia solidária na região e a Lei Municipal de Economia Solidária. No entanto, o tema de **finanças solidárias** ainda não foi introduzido nas políticas públicas do município.

A representante da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Idosos e Direitos Humanos entende que as ações de economia solidária são construídas coletivamente com os membros que compõem a economia solidária: “É preciso ter essa capacidade de articulação, de construção e, sobretudo de diálogo com movimento social [...] A economia solidária acontece na cidade, no bairro [...]” (GP1).

No entanto, essa participação depende dos interesses da gestão pública para que haja apoio político. Ao longo de vários mandatos, ocorreu a troca de secretários municipais e funcionários, o que tem dificultado o processo de continuidade das ações. É importante ressaltar que, mesmo com a participação de representantes da gestão pública municipal nas reuniões do Fórum e do apoio aos festivais de economia solidária, ainda não existe política pública de economia solidária no município. Sobre isso, segundo Praxedes (2009), é importante considerar as limitações orçamentárias e o fato da política de economia solidária não estar na centralidade do debate político (PRAXEDES, 2009).

A ausência de uma política pública de economia solidária no município é destacada pelo entrevistado da universidade:

A nossa luta [...] é para que haja de fato uma política pública de economia solidária porque [...] dependendo da gestão, a gente tem mais ou menos apoio para algumas coisas. [...] o importante seria ter uma política pública definida com secretaria, com um órgão que desse suporte para essa política, com conselho e com fundo (U1).

No que se refere aos fundos rotativos solidários não existe ações na gestão pública municipal voltada para essa prática da economia solidária. “Aqui em Volta Redonda ainda não tem esse debate” (U1).

Alguns membros da gestão pública municipal por serem oriundos do movimento de economia solidária reconhecem as finanças solidárias. No entanto, o tema ainda não entrou na pauta de discussão tampouco em agendas de política pública do município. O que se percebe é que a gestão pública, de forma geral, não fomenta o desenvolvimento de

iniciativas, como a do fundo solidário. O que chama atenção é que sem a presença de representantes do movimento de economia solidária nas secretarias municipais, as ações correm o risco de descontinuidades.

Universidade

Uma das alternativas criadas pelas universidades para fomentar o desenvolvimento local tem sido as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) que nascem como projeto de extensão e têm a formação em economia solidária uma das suas ações. Além disso, os projetos combinam um conjunto de ações voltadas para a reformulação de estratégias das políticas de fomento aos empreendimentos econômicos solidários e iniciativas populares (BOCAYUVA, 2001; ARAÚJO, 2008).

Um acadêmico que faz parte da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade de Volta Redonda-RJ destaca a importância desse projeto para o movimento de economia solidária no município: “A universidade pode contribuir com essa mobilização, essa articulação do movimento de economia solidária. [...] tem o papel de falar de economia solidária, de divulgar, de proporcionar a reflexão sobre tema” (U1).

É possível notar que a universidade com o projeto de extensão de incubação tem um papel importante para o movimento de economia solidária em Volta Redonda proporcionando espaços para que os empreendimentos possam vivenciar a ciência e tecnologia por meio de cursos, oficinas e seminários. O processo de formação para os empreendimentos tem sido importante para a ampliação da compreensão da economia solidária e da sua sustentabilidade, pois agrega valores fundamentais como, por exemplo, a autogestão.

Outro ponto de destaque que podemos observar é o fortalecimento da relação entre universidade e sociedade. Esta troca é importante, visto que põe em prática os conhecimentos científicos por meio do processo educativo, cultural e científico. Deste modo, podemos notar que a universidade tem potencial de promover abertura de espaços e trocas efetivas entre diferentes segmentos da sociedade, assumindo um papel primordial no fortalecimento dos que atuam na economia solidária (BONORA; PISICCHIO, 2017).

Além do processo pedagógico, a universidade também atua no assessoramento do Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda com a organização de reuniões, elaboração de atas e, também disponibiliza o espaço onde ocorrem as reuniões. “[...] Por

muito tempo, [as] reuniões, na maioria, quase totalidade acontecia na universidade. [...] Então, a universidade acabou ficando muito atrelada ao Fórum” (U1).

Essa relação de proximidade entre Fórum e a universidade é importante para o movimento de economia solidária. No entanto, o que se observa, é uma dependência na universidade para o funcionamento do Fórum. Percebe-se uma dificuldade de articulação entre os empreendimentos e frágil organização para a realização das reuniões, o que acaba gerando uma baixa participação do público da economia solidária nos encontros. “Não há essa organização suficiente por parte dos empreendimentos deles assumirem a organização. Então há uma dependência muito grande da universidade” (U1).

No que se refere às práticas de **finanças solidárias**, como o fundo rotativo solidário, as universidades têm o potencial de promover a formação político-pedagógica, uma vez que por meio dessa ação a comunidade se apropria dos circuitos financeiros e do processo operacional para constituição dos fundos pelos valores da autogestão e da solidariedade (GUSSI; SANTOS FILHO; ALMEIDA, 2012).

Em relação aos fundos solidários, o entrevistado da universidade ressalta a sua importância: “[...] tem uma motivação [...] para promover o processo autogestionário porque os empreendimentos vão discutir as regras de funcionamento do fundo, quem participa, quem contribui, como contribui, para que vai ser destinado esse recurso. [...] (U1).

Pelas atas e entrevistas é possível perceber a importância da universidade para o movimento de economia solidária do município, pois tem um protagonismo na **articulação** dos atores da economia solidária. Além disso, os projetos de extensão têm um papel na assistência junto aos empreendimentos solidários e na regularidade de funcionamento do Fórum. Outro ponto relevante da atuação da universidade é a capacidade de pensar em conjunto com os coletivos as políticas direcionadas à economia solidária sendo relevante para a promoção de ações públicas transformadoras.

Fórum de Economia Solidária

O Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda é um espaço de articulação e diálogo entre as entidades de apoio e os atores da sociedade civil. São espaços de deliberação voltados para ações, interesses, desafios, planejamentos, entre outros.¹²²

¹²² Disponível em: <https://fbes.org.br/> Acesso em: 27 setembro de 2022.

Durante a realização da pesquisa, a participação nas reuniões do Fórum juntamente com a análise das atas permitiu observar que o funcionamento desse espaço, no que se refere a organização de reuniões, ainda é fragilizado. Sem a universidade como entidade de apoio, os empreendimentos não conseguem se organizar coletivamente.

Esse é um ponto que os próprios empreendimentos reconhecem como uma fragilidade dos coletivos, pois, para eles, é preciso que haja mais pessoas participando ativamente do Fórum e possam integrar os Grupos de Trabalho: “[...] a gente funciona, mas tem pouca cabeça para muito serviço. Tem muita gente sem saber o que fazer e muita gente fazendo muita coisa [...] A gente precisa distribuir melhor as tarefas” (EES1).

No entanto, o apoio dos integrantes do Fórum na realização e na organização das feiras e dos festivais de economia solidária no município evidencia a potencialidade para uma gestão participativa dos coletivos, ampliando, assim, espaços para que os empreendimentos exerçam tarefas com diferentes coletivos, como uma maior comunicação e articulação na construção desses eventos. São ações que possibilitam o desenvolvimento da autogestão, da ajuda mútua e da cooperação (LEITE et al, 2013).

Além disso, é possível notar que o funcionamento do Fórum torna-se mais ativo quando acontecem os Festivais, pois há um engajamento maior por parte dos empreendimentos solidários, sobretudo na comercialização.

O Fórum também é um espaço importante para o processo pedagógico visando a consolidação do fundo rotativo solidário, pois é através dele que há a demonstração de experiências de finanças solidárias, como o Banco Palmas e o fundo rotativo solidário da comunidade de São Francisco.

Ao longo das reuniões do Fórum houve a inserção do tema de fundo solidário. Alguns empreendimentos sugeriram que, ao invés de chamar “fundo rotativo solidário” ganhasse o nome de “vaquinha” dado que o termo é simples e de fácil compreensão. O que chamou a atenção foi que o nome “fundo rotativo solidário” não teve a adesão pelos empreendimentos na construção de iniciativas dessa natureza.

Contudo, há uma experiência que se aproxima da prática de fundo rotativo solidário no município denominada de “mercado de pulga” onde ocorrem trocas de materiais, produtos, doações, entre outros. Muitos empreendimentos participam do “mercado de pulga” e reconhecem o benefício para todos. De todo modo, durante as falas e as reuniões do Fórum, os empreendimentos a frente do “mercado de pulga” não

reconhecem o fundo solidário e acabam associando o fundo ao sistema financeiro tradicional.

A temática de finanças solidárias não só é introduzida no Fórum por meio da formação em economia solidária, mas também através de vivências, como a da moeda social durante o I Festival de Economia Solidária em 2017. Além das moedas, muitos empreendimentos relatam que o Fórum se organiza coletivamente para realização feiras de comercialização, no qual alguns empreendimentos criam um fundo para questões logísticas. Com isso, podemos perceber a importância do Fórum no desenvolvimento de práticas de finanças solidárias no município.

O Fórum é composto por diversos segmentos da economia solidária, como as entidades de apoio e fomento representadas pelos gestores públicos e a universidade pública, além dos empreendimentos econômicos solidários.

Um ponto importante observado nas reuniões do Fórum é a baixa participação dos empreendimentos tendo maior representação da universidade representada por uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Em uma das atas das reuniões não houve a participação de nenhum empreendimento solidário. Dessa forma, podemos perceber que uma das limitações do Fórum diz respeito a baixa representatividade dos empreendimentos solidários como protagonistas na construção das pautas, seguida da discussão e da deliberação dos assuntos. Além disso, muitos coletivos não conseguem participar periodicamente das reuniões e há uma dificuldade em reunir o público da economia solidária, inclusive as cooperativas de catadores de materiais recicláveis existentes em Volta Redonda-RJ.

Uma das potencialidades do Fórum refere-se a elaboração da minuta do projeto de lei da política pública municipal de economia solidária de Volta Redonda-RJ. Soma-se a isso, a possibilidade de reunir diversos segmentos da economia solidária e possibilitar o contato direto com representantes da gestão pública. Destaca-se também, que o Fórum detém a capacidade de pautar temas relevantes que promovam tanto a geração de trabalho e renda em iniciativas de economia solidária quanto a garantia de direitos, além de promover a reflexão sobre a conjuntura política local.

Considerações Finais

O artigo buscou identificar as potencialidades e limitações para constituição de fundos rotativos solidários no município de Volta Redonda- RJ.

Podemos concluir que uma das limitações para a constituição dos fundos solidários é a falta de conhecimento acerca desta iniciativa. Nota-se que os empreendimentos solidários são receptivos ao tema, inclusive ressignificaram seu nome para “vaquinha”, porém ainda não há uma adesão coletiva para a constituição e funcionamento de um fundo solidário. Outra limitação encontrada é a dificuldade de mobilização e organização social visto que muitos EES não participam periodicamente do Fórum, o que acarreta esvaziamento dos encontros. Foi possível observar que os empreendimentos ainda não tomam parte da convocação e da organização das reuniões, como também da elaboração das atas. Entende-se que tal cenário indica uma dificuldade para a construção dos fundos, pois a formação de tal experiência requer corresponsabilidade na administração, na prestação de contas, na elaboração das atas, no planejamento das ações, o que demanda a participação dos empreendimentos nas reuniões e o entendimento acerca de gestão de recursos.

Outro entrave observado é a ausência de políticas que promovam a formação de experiências de finanças solidárias, como o fundo rotativo solidário no município. O que se percebe é que as políticas de economia solidária não estão no eixo central da agenda de políticas públicas que promovam o desenvolvimento local como uma política de apoio e consolidação dos arranjos socioprodutivos locais (SOUZA, 2012).

Também foi possível destacar potencialidades para a constituição do fundo solidário no município. Foi observado que os empreendimentos compreendem princípios que são importantes para a economia solidária, como a autogestão e a solidariedade. O funcionamento do fundo exige a compreensão e a apropriação desses princípios pelos empreendimentos, pois quando um participante compreende a necessidade do outro é aí que ocorre o sentido de “rotativo” do fundo fazendo com que os recursos circulem entre todos os seus integrantes.

Outro ponto relevante é o papel da universidade na formação e na assessoria para o desenvolvimento da economia solidária. É por meio da formação que se constrói fundos consolidados, agregando novos conhecimentos acerca de gestão, da organização, da autogestão e da reciprocidade que são importantes para a emancipação dos empreendimentos solidários.

Através de cursos e oficinas, como o ofertado durante IV Festival de Economia Solidária, Cultura Popular e Turismo do Médio Paraíba, surgiram demandas importantes

como o incentivo de moedas sociais, criação de fundos rotativos solidários e lojas colaborativas, além da retomada do projeto da política pública de economia solidária.

Com isso, podemos concluir que a economia solidária pelas finanças solidárias ainda precisa ser melhor apreendida e compreendida, tanto pelos gestores públicos como pelas lideranças dos movimentos sociais e pelos segmentos dos empreendimentos econômicos solidários (SOUZA, 2012).

Referências Bibliográficas

ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. RAC. Revista de Administração Contemporânea (Impresso), Rio de Janeiro, 2005.

AZAMBUJA, L. R. Os Valores da Economia Solidária. Sociologias, p. 282-317, 2009.

BARRETO, S. S. Os fundos rotativos solidários no Brasil: uma perspectiva a partir do mapeamento dos fundos de 2011-2012. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, n. 60, p. 101-108, 2016.

_____. Coalizões de defesa e finanças solidárias na Bahia: uma análise das interações no processo de construção da política pública no âmbito do GT de finanças. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.

_____. Fundo rotativo solidário e agroecologia uma análise sobre o financiamento de práticas agroecológicas no Baixo Sul da Bahia. 2020.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em tese, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BÚRIGO, F. L. Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. 2006. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

COELHO, F. D. A História das Finanças Solidárias. In: ANPUH –XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. Análise e Dados, Salvador, SEI/Governo da Bahia, v.12, n.1, p.9-19, jun. 2002.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 84, p. 81-99, 2009.

GAIGER, L. I.; SILVA CORRÊA, A. O diferencial do empreendedorismo solidário. Ciências Sociais Unisinos, v. 47, n. 1, p. 34-43, 2011.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de empresas, v. 35, p. 20-29, 1995.

GONÇALVES, A. F.; SANTOS FILHO, C. Finanças solidárias no Estado da Paraíba: a experiência contemporânea dos fundos rotativos solidários. In: VII Encontro Internacional de Economia Solidária- - EIES/NESOL, 24-26 de novembro de 2011, São Paulo. Anais. São Paulo, 2011. p. 1-14.

GUSSI, A.; SANTOS FILHO, C.; ALMEIDA, G. F. B. A Experiência de fomento público a fundos rotativos solidários no Nordeste: o caso da Rede Bodega. 2012.

LAVILLE, J. L. A economia solidária: um movimento internacional. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 84, p. 7-47, 2009.

LEAL, K.; RODRIGUES, M.S. Economia Solidária: conceitos e princípios norteadores. Humanidades & Inovação, v. 5, n. 11, p. 209-219, 2018.

MELO, N. A. Economia Solidária, Desenvolvimento Local e Sustentável: Novos Paradigmas do Desenvolvimento Econômico? Caderno Prudentino de Geografia, v. 2, n. 39, p. 03-23, 2017.

MOTA, J. R. D. Políticas públicas e economia solidária: avaliação do projeto sementes da solidariedade. 2009.

OLIVEIRA, M. Cooperação entre camponeses: Um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2006.

OLIVEIRA, M. S. L.; DUQUE, G. A importância dos fundos rotativos solidários para o desenvolvimento sustentável do semiárido paraibano. In: IV Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, 2004, São José dos Campos - SP. Anais de Trabalhos Completos VIII INIC e IV EPG, 2004.

_____. A gestão das finanças solidárias pelos camponeses do Cariri paraibano através do sistema de fundos rotativos solidários. Ideias- Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, v. 5, p. 65-88, 2014.

OLIVEIRA, D. C. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. Revista de enfermagem. UERJ, p. 569-576, 2008.

PAIVA, V. R. A. Dilemas e Perspectivas de institucionalização das Finanças Solidárias: a experiência dos Bancos Comunitários no Ceará. 2015. 350 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

PRAXEDES, S. F. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. Instituto de Economia Aplicada. P.57-58, 2009.

RIBEIRO, M.M, JESUS, V. M. B. A experiência paraibana de Fundos Rotativos Solidários. In: BORGES, A. (Org.). Tecnologia social e políticas públicas. 1ed. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013, v. 1, p. 65-84.

ROCHA, J.C; COSTA, J. W. S. Fundo rotativo solidário: instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável no Semiárido. Revista Agriculturas, v.2, n.3, out. 2005.

RIGO, A. S. Moedas Sociais e Bancos Comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas. Tese (Doutorado em Administração), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANTIAGO, E. G. Os Fundos Rotativos Solidários: novas utopias socialistas para o mundo do trabalho em transformação?. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas: Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital. São Luís: JR Gravadora, 2011.

SILVA, R. M. A. Políticas públicas de economia solidária: avanços, desafios e perspectivas. Diálogo (Canoas), v. 18, p. 53-76, 2011.

SILVA, D. N; KAPPES, S. A. Economia solidária, informalidade e direitos trabalhistas, 2016.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos, 2016.

SILVA, S. P. Economia solidária e finanças de proximidade: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil. Brasília: IPEA, 2017 (Texto para Discussão, nº 2270 - IPEA).

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. Sociedade e Estado, v. 16, n. 1-2, p., 2001.

_____. Economia solidária. Estudos avançados, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

LISBOA, A. M. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. RAE. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 45, n.3, p. 109-115, 2005.

VERGARA, S. C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 2º Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MICROCRÉDITO HABITACIONAL DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO BANCO BEM, VITÓRIA-ES -ANÁLISE DO PROCESSO DE CONCESSÃO DO FINANCIAMENTO COMO INSTRUMENTO AUTOGESTIONÁRIO DE MELHORIA DAS MORADIAS

Callil João, (PPGCTS-UFSCar),
joacallil@gmail.com

Danilo Malta Ferreira, (NuMI-EcoSol – UFSCar),
dnylon@gmail.com

Hilano José Rocha de Carvalho, (UFC),
hilanocarvalho@gmail.com

Ioshiaqui Shimbo, (NuMI-EcoSol – UFSCar),
ishimbo50@gmail.com

Patricia Zandonade, (UNILA/UFSCar, NuMI-EcoSol),
patricia.zandonade@unila.edu.br

Resumo

Este artigo pretende apresentar e dialogar sobre o Banco Bem em Vitória-ES, como uma experiência de finança solidária associada ao financiamento de produção e melhoria de moradias de famílias em territórios periféricos e populares, cuja população não tem acesso ao mercado formal de crédito, e tampouco a políticas de habitação ou acesso à cidade. Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são iniciativas de finanças solidárias, um dos principais instrumentos de Economia Solidária, que oferecem, dentre outras atividades, os serviços de créditos (para produção, consumo e habitacional) para as populações de seus territórios de abrangência. Apesar da existência de uma rede de Bancos Comunitário de Desenvolvimento, nem todos trabalham com a linha de crédito habitacional. O Banco Bem pode ser considerado um dos pioneiros na oferta de crédito habitacional, oferecendo também a possibilidade de assessoria técnica à autoconstrução para seus tomadores de crédito. Como objetivo, vamos analisar esta experiência a partir das suas diferentes etapas de concessão de crédito habitacional, evidenciando as possibilidades de replicação da experiência em outros territórios e Bancos Comunitários de Desenvolvimento autogestionários. Neste sentido, enfatizaremos a potencialidade dos processos dos territórios periféricos urbanos, considerando as potencialidades na perspectiva da melhoria das moradias e do território. Para a compreensão das suas características na perspectiva da replicação dos seus potenciais, detalhamos as diferentes etapas da concessão de crédito habitacional a partir da elaboração de fluxogramas, desde a constituição do Banco Bem, do seu fundo habitacional, a concessão de crédito, acompanhamento, até o encerramento do contrato e a volta completa do recurso ao fundo. Pretendemos com o trabalho apresentar os processos comunitários e autogestionários das finanças associada à autoconstrução assistida da moradia como uma possibilidade/janela para um potente, massivo e capilar instrumento de política habitacional para produção e melhoria das moradias populares.

Palavras-chave: Economia Solidária; Banco Comunitário de Desenvolvimento; Crédito Habitacional; Banco Bem.

Abstract

This article aims to present and discuss the Banco Bem in Vitoria, ES, as an experience in solidarity finance associated with financing the production and improvement of housing for families in peripheral and low-income territories, whose population does not have access to the formal credit market, nor to housing policies or access to the city. The Community Development Banks are solidarity finance initiatives, one of the main instruments of Solidarity Economy, which offer, among other activities, credit services (for production, consumption and housing) to the populations in their territories. Despite the existence of a network of Community Development Banks, not all of them work with housing credit. Banco Bem can be considered one of the pioneers in offering housing credit, also offering the possibility of technical assistance for self-build to its borrowers. As an objective, we will analyze this experience from its different stages of housing credit, highlighting the possibilities of replicating the experience in other territories and self-managed Community Development Banks. In this sense, we will emphasize the potentiality of the processes in urban peripheral territories, considering the potentialities from the perspective of improving housing and territory. In order to understand their characteristics from the perspective of replicating their potentials, we detail the different stages of granting housing credit from the elaboration of flowcharts, from the constitution of Banco Bem, the granting of credit, follow-up, until the closure of the contract and the complete return of the resource to the fund. We intend this work to present the community and self-managed financial processes associated with assisted self-build of housing as a possibility/window for a powerful, massive, and capillary housing policy instrument for the production and improvement of low-income housing.

Keywords: Solidarity Economy; Community Development Bank; Housing Credit; Banco Bem.

Introdução

Este trabalho apresenta o Banco Comunitário de Desenvolvimento Banco Bem, situado em Vitória-ES (Brasil), como uma experiência de finanças solidárias associada ao financiamento de produção e melhoria de moradias de famílias em territórios periféricos e populares. Esta experiência aconteceu no contexto de uma grande ocupação urbana próxima ao centro da cidade, cuja população não tem acesso ao mercado formal de crédito, e tampouco a políticas de habitação ou acesso à cidade formal. Trata-se de uma iniciativa econômica que tem como princípios basilares os princípios da Economia Solidária - a reciprocidade, a cooperação, a solidariedade, a autogestão -, como presentes em França Filho (2013), aplicados aos problemas habitacionais históricos brasileiros, a partir da autoconstrução.

A autogestão é um termo importante em nosso trabalho, compreendido no conflito entre capital e trabalho, mas também associado a movimentos sociais e grupos marginalizados ou subalternizados, na retomada de terra e território. Para o caso em estudo, o Banco Bem, a autogestão é a base do sistema de financiamento na linha da produção e melhoria da habitação, que parte de um movimento social de compreensão do seu território como um lugar de luta e identificação positiva, a partir de uma organização autônoma e comunitária compreendida como território do Bem. Vamos mostrar em seu

processo de concessão de crédito que as relações financeiras se dão a partir desta autonomia em relação aos poderes estatais, onde o enraizamento territorial e a referência das relações comunitárias e de pertencimento são as suas bases. A ausência de burocracia inacessível e sem decisão de cima para baixo, a relação social e a confiança entre vizinhança, a chamada proximidade, são fundamentos deste processo, com critérios de solidariedade, cooperação, compromisso comunitário, horizontalidade e rotatividade de poderes. Ainda que inseridos num contexto mercadológico, já que há uma relação entre ofertantes e demandantes de créditos, aqueles são princípios que não se resumem a uma mera questão material econômico-financeira que marca as relações mercantis capitalistas, como discutidos por Polanyi (2012).

A definição de autoconstrução mais utilizada em trabalhos acadêmicos no Brasil vem do livro de Ermínia Maricato, *A produção do Capitalismo da Casa e da Cidade no Brasil*, obra de 1979, que já podemos chamar de referência para se pensar a habitação urbana no Brasil. Em seu capítulo “Autoconstrução, a Arquitetura Possível”, a autora cita a compreensão de Oliveira (1972), em referência ao seu artigo intitulado “Economia brasileira: crítica à razão dualista” - um marco nos estudos urbanos e sobre autoconstrução de no Brasil -, na leitura que compreende a urbanização e a sua marca da autoconstrução como resultante de trabalho não-pago, favorecendo o processo de expansão do capitalismo periférico. Em 1976, Maricato já definia a autoconstrução como “o processo através do qual o proprietário constrói sua casa sozinho ou auxiliado por amigos e familiares (...) nos seus horários de folga do trabalho remunerado” (MARICATO, 1976, p. 10). Seguem-se a esta linha de interpretação as abordagens de Bonduki (2004), Rolnik (2022), Kovarik (1980). Mais recentemente, Santo Amore (2021) faz uma recuperação histórica da utilização do termo, identificando as suas abordagens mais acadêmicas e aquelas do senso comum. Santo Amore resgata a utilização dos termos nas produções acadêmicas e também seu uso ampliado em meios de comunicação de amplo alcance desde a década de 70 até as últimas décadas. Os autores abordam esta história do uso do termo associada ao processo da urbanização no Brasil como um arranjo complexo de agentes e formas complementares de produção e reprodução da vida na periferia do capitalismo.

É diante dessa produção acadêmica e de sua pertinência teórica para a compreensão não só do percurso histórico da autoconstrução, mas de sua atualidade enquanto parte importante da produção habitacional não regulada, que este trabalho assume o termo “autoconstrução”. Trata-se de uma filiação a um debate que, acredita-se, se preocupou com a

caracterização dessa forma de produção em relação à natureza de um determinado modelo de desenvolvimento de um país na periferia do capitalismo. (SANTO AMORE, 2021).

Sem que a conceituação dos termos seja nosso enfoque, concordamos neste sentido de considerar a sua generalização dependendo do contexto de sua utilização, mostrando que dentro desta palavra podem caber tanto as categorizações morfológicas como a situação fundiária e das formas de produção, sejam edificações em lote individual regular, com contratação de mão de obra paga em pequena escala e a utilização de profissionais da arquitetura e construção civil, quanto aquelas que são feitas em ocupações e áreas não urbanizáveis do ponto de vista da regulação urbanística.

Neste sentido, e na herança de mais de quatro décadas destes estudos sobre a autoconstrução no Brasil, queremos acrescentar nesta discussão apenas a observação de que as condições da autoconstrução na América Latina definem muito o seu sentido social e cultural e a sua pertinência como estratégia na busca de emancipação dos povos e comunidades, para além da sua compreensão como sobrevivência em condições de superexploração. Neste texto, consideramos a experiência na compreensão de movimentos sociais antissistêmicos com a defesa ou busca de territorialidade e territórios autogestionários. Recorremos assim aos estudos de Raúl Zibechi (2022) para compreender as diferenças intrínsecas do contexto latino-americano, e na sua contribuição para a reflexão contextualizada da realidade latino-americana e dos seus movimentos sociais, sobretudo àqueles ligados à luta por território e por outras formas de socialização e reprodução da vida. Ele indica que os movimentos latino-americanos desde as últimas décadas “estão promovendo um novo padrão de organização do espaço geográfico, com novas práticas e relações sociais, e onde a terra não é somente um meio de produção, mas onde se constrói coletivamente uma nova organização social e onde os novos sujeitos se instituem, instituem seu espaço, apropriando-se material e simbolicamente (ZIBECHI, 2002).

Assim, movimentos sociais por moradia e territórios na América Latina estão constantemente associados a organizações coletivas de autoconstrução e de autogestão do território. Isto acontece como uma característica de enfrentamento à marginalização imposta pela forma excludente de uso e ocupação do território e em algumas situações se apresenta mesma como a semente de um novo sistema, que ao mesmo tempo sempre esteve presente entre as camadas populares. São características comuns aos movimentos pela conquista de moradia e território os valores de uso predominando em relação aos

valores de troca; a produção e reprodução da vida como prioridade e a busca por autonomia, esta última sempre associada a uma escassa presença estatal – sendo ela positiva ou negativa.

A autoconstrução tem a característica ainda de acomodar os processos dinâmicos da moradia popular, onde sua morfologia acompanha as mudanças da vida cotidiana e familiar. As iniciativas de grande escala de produção de moradia, nos moldes dos conjuntos habitacionais, são homogeneizantes e geralmente de morfologia consideradas finalizadas. As políticas de pequena escala conseguem incorporar a identificação das famílias ao seu ambiente, à relação de pertencimento, e ao tecido urbano diversificado.

Para compreendermos a dimensão desta característica no Brasil, a autoconstrução como intervenção sem regulação representa 85,4% das construções e reformas residenciais ou comerciais. Isto em contexto urbano, e podemos considerar as habitações rurais em quase a totalidade feita pela autoconstrução sem a presença de profissionais da construção civil. Estes dados são do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR), que em parceria com o Instituto Datafolha, realizou uma pesquisa quantitativa e qualitativa sobre a presença ou não dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. A pesquisa mostrou que esse índice é de 90% para a população com nível de escolaridade fundamental, ou seja, para os grupos sociais de menor renda. Muitos trabalhos já citaram esta pesquisa como um indicador problemático da falta de acesso das populações ao trabalho de profissionais da arquitetura e urbanismo, como uma característica que induz a pensar que estas parcelas de habitações autoconstruídas não possuem a devida qualidade como moradia e são um grande problema nacional de habitação.

Aqui propomos, antes disso, complexificar esta abordagem a partir do questionamento se as habitações populares regulares mercado popular ou de promoção estatal possuem maior qualidade de construção, de adequação de projeto, ou de desenho urbano resultante. Já temos inúmeros trabalhos que mostram a má qualidade ambiental e morfológica das moradias resultantes das políticas habitacionais em grande escala, do tipo ‘conjuntos habitacionais’, e mesmo os países do capitalismo avançado já abandonaram esta linha de política, buscando soluções de produção em pequena escala. Assim sendo, propomos pensar na hipótese de no Brasil as evidências qualitativas e

quantitativas apontam para a potencialidade da autoconstrução assistida como solução para as questões de déficit de moradia, um assunto emergente a ser debatido.

1273

Metodologia adotada

A estratégia de pesquisa escolhida foi o estudo de um caso, o Banco Comunitário de Desenvolvimento Banco Bem como base empírica, e adotamos como estratégia de pesquisa o enfoque nos procedimentos de concessão de sua linha de crédito habitacional. Apesar das particularidades deste caso, a experiência avançada com o crédito habitacional associado a assessoria técnica com base em seu território de atuação, o Perímetro 1, torna a iniciativa um importante experiência para pensar os bancos comunitários como instrumento de produção habitacional.

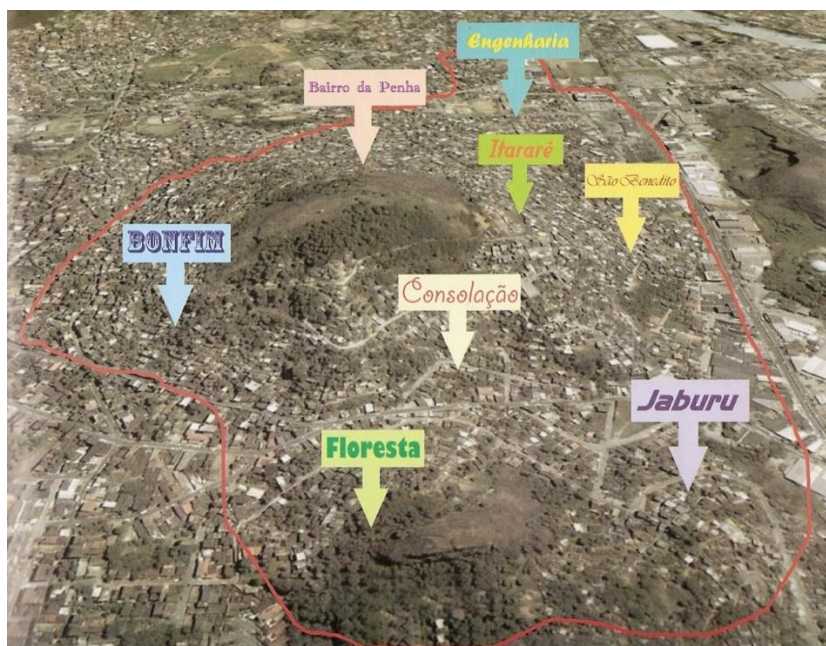
Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos como fontes de informação as conversas e entrevistas com as trabalhadoras do banco, os assessores técnicos da linha de crédito habitacional e moradores do território que acessaram o crédito habitacional do Banco Bem, e também documentos e arquivos do banco. A pesquisa contou também com a observação da rotina das trabalhadoras do banco, e com visitas às moradias dos tomadores de crédito habitacional. Os documentos analisados foram referentes ao período de 2005 a 2013: relatórios das trabalhadoras do banco e da assessoria técnica, documentos administrativos que envolvem análises socioeconômica dos clientes, fluxo de caixa, memória de cálculos de créditos, contratos de crédito, carteiras de créditos (créditos negados, créditos em andamento e créditos já finalizados), orçamento de materiais dos tomadores de crédito, a “Carteira Castigada” (carteira de clientes inadimplentes), diagnósticos operacionais, estudos e avaliações formais do território realizada em parceria com a Prefeitura de Vitória-ES.

Para a sistematização da informação coletada nas variadas fontes de evidência e pelos diferentes procedimentos de coleta elaboramos um fluxograma, cuja organização gráfica possibilita a apresentação das informações de diferentes naturezas em uma sequência facilitadora sua identificação. Ele explicita e ordena os processos e as etapas, mapeia oportunidades e obstáculos, identifica atores. Além disso explicita recursos necessários para a realização de cada processo e seus produtos.

Caracterização do território e do Banco Comunitário de Desenvolvimento Banco Bem, Vitória-ES

O popularmente chamando “Território do Bem” coincide com a Poligonal 1 (Fig.1), nome dado pela prefeitura de Vitória-ES para a área que corresponde a 8 comunidades localizadas na região central da ilha de Vitória, são elas: Bairro da Penha, Bonfim Consolação, Engenharia, Floresta, Itararé, Jaburu e São Benedito. Esta área foi consolidada pela ocupação dos morros de pedra desta área de Vitória-ES por parte de populações sem acesso à moradia formal na cidade. Assim, esta área tem como característica sua topografia íngreme e inclinados, com vias estreitas e sinuosas, casas autoconstruídas e de baixa altura. Este território é um perímetro de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), chamado de Território do Bem pela comunidade. É caracterizado pela ocupação informal de morro, com aproximadamente 31 mil habitantes em situação de vulnerabilidade social e baixa renda, ocupadas entre as décadas de 1920 e 1970 (Biscotto, 2019).

Figura 1: Poligonal 1 ou Território do Bem, mostrando em vista aérea suas 8 comunidades



Fonte: “Pesquisa: Saberes, Fazeres e Perfil dos Moradores do Território do Bem”

De acordo com a prefeitura de Vitória, a Poligonal 1 possui uma área ocupada de aproximadamente 1.763.649 m², e cerca de 6.950 domicílios com poucos e pequenos cômodos, com uma média de 4 habitantes por moradia. De acordo com o mesmo estudo, a renda média no território é de 1 a 3 salários mínimos. Estima-se que dos 31.000 habitantes da poligonal (cerca de 10% da população do município de Vitória-ES), 7.000 vivem abaixo da linha da pobreza. Quanto mais alto sobe-se nos morros percebe que os

acessos as casas ficam mais difíceis e as habitações mais precárias. A pesquisa aponta ainda que a segunda atividade autônoma mais exercida pela população do território é de pedreiro ou ajudante de obras, e em seguida doméstica/diarista.

A partir de observação a campo, podemos indicar que as moradias são caracterizadas por construções de alvenaria, em geral de tijolos cerâmicos furados, com estrutura de concreto armado nas suas intercessões de paredes. São recorrentes 2 pavimentos e cobertos com laje ou telhas de fibrocimento. A “Pesquisa: Saberes, Fazeres e Perfil dos Moradores do Território do Bem” indica que cerca de 91% dos casos das habitações do território são de alvenaria, seguido por 7% de habitações de tábuas de madeira e 2% de alvenaria e tábuas. Neste local emerge a experiência que vamos detalhar, com impacto importante para as famílias da Poligonal 1, que é o Banco Bem.

O Banco Bem foi um dos primeiros Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil a ofertar crédito habitacional e assessoria técnica à autoconstrução, além dos créditos produtivos e de consumo. O território de atuação do Banco inclui as oito comunidades da Poligonal 1, Território do Bem. Até 2019, o Banco desenvolveu 3 linhas de crédito: o Crédito Produtivo, o Crédito de Consumo e o Crédito Habitacional. O crédito produtivo, baseado no microcrédito, teve um valor geral de concessão em R\$685.450,56 e os créditos para consumo tiveram 40.399,66 na moeda Bem ou em e-dinheiro. Os créditos habitacionais tiveram um montante de R\$770.797,80 (Biscotto, 2019), sendo assim a principal linha de empréstimos. A linha de crédito habitacional foi desenvolvida através do Programa Bem Morar, que previa um pacote integrado de serviços e tecnologias com o objetivo de promover o acesso e melhoria das moradias do Território do Bem, com a criação de um fundo específico, o Fundo Colaborativo Bem Morar. Incluiu microcrédito para obras, assessoria técnica para projetos e compras, curso em construção, uma fábrica de tijolos e comunicação sobre construção econômica.

Este Fundo é um dos primeiros Fundos Solidários específico para produção e melhoria habitacional. Isto levou o banco a desenvolver um fluxo próprio de procedimentos para a concessão, que mostra seu potencial como instrumento autogestionário e solidário de melhoria dos territórios. Em especial, o cadastro e a análise de crédito, desenvolve um processo solidário e humanizado de finanças, e com assessoramento para o melhor uso do dinheiro. Este fluxo de procedimentos especialmente contextualizado é o que caracteriza esta forma de financiamento e que nos

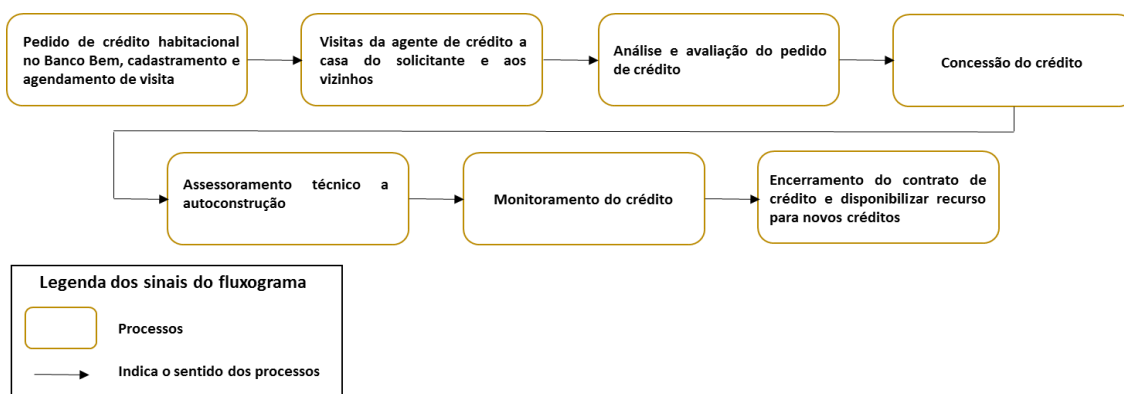
interessa estudar, e assim achamos importante explicitar as principais características próprias do processo no banco e as suas etapas no fluxo do microcrédito.

Fluxograma síntese das etapas da concessão do microcrédito habitacional

O Banco Bem, assim como os demais BCD, privilegiam seu território de atuação com seus serviços adaptados às necessidades de sua população. O banco, além de viabilizar o crédito habitacional e a autoconstrução pelas condições adaptadas, associada a produção da obra ou reforma a um processo educativo e de assessoramento por meio das trabalhadoras do Banco Bem, diferente da realidade dos bancos comerciais. Uma das características fundamentais neste processo é a participação da população do território nas diferentes etapas desde a concessão até a produção da habitação autoconstruída.

A Figura 2 apresenta um fluxograma síntese, desde o pedido de crédito ao encerramento de contrato, explicitando a sequência de cada processo. Para facilitar a compreensão dos fluxogramas elaborados nesta pesquisa há uma legenda dos símbolos utilizados no final de cada um deles. Em seguida, todos os processos e etapas serão descritos e sinalizados facilitar a leitura.

Figura 2: Fluxograma síntese do pedido de crédito ao encerramento de contrato.



Fonte: João, 2016.

A cadeia do microcrédito e produção habitacional do Banco Bem, como já dito, é complexa. Composta por 7 processos e 33 etapas. Os processos foram definidos de acordo com os espaços (local e instâncias) onde ocorrem e quais os atores envolvidos em cada um deles:

- O primeiro processo (Pedido de crédito habitacional no Banco Bem, cadastramento e agendamento de visita) ocorre com na sede do Banco Bem

onde o solicitante apresenta a demanda às atendedoras/trabalhadoras que estão na sede do Banco naquele momento.

- O segundo processo (Visita da agente de crédito à casa do solicitante e aos vizinhos) ocorre no Território do Bem, mais especificamente, nas proximidades do lote do solicitante, envolvendo neste processo o próprio solicitante, aqueles com quem divide o espaço de moradia e alguns de seus vizinhos.
- O terceiro processo (Análise e avaliação do pedido de crédito) ocorre na sede do Banco Bem e em espaços deliberativos, como o Comitê de Análise de Crédito e o Fórum Bem Maior, envolvendo neste processo os trabalhadores do Banco, assessores do Bem Morar, membros da comunidade e o solicitante.
- O quarto processo (Concessão do crédito) ocorre na sede do Banco Bem e envolve apenas o cliente e os trabalhadores do Banco Bem.
- O quinto processo (Assessoramento técnico a autoconstrução) ocorre no lote do solicitante, envolvendo o assessor técnico e o cliente.
- O sexto processo (Monitoramento do crédito) é um dos mais complexos, como pode-se constatar em seu fluxograma detalhado (Figura 16: Fluxograma do monitoramento do crédito), pois varia com as condições de cada cliente, podendo repetir processos exaustivamente, e em alguns poucos casos, não chegar ao sétimo e último processo.
- O sétimo processo (Encerramento do contrato de crédito e disponibilizar recurso para novos créditos) ocorre na sede do Banco Bem e envolve apenas os trabalhadores do Banco e o cliente.

Para compreender melhor a complexidade do processo do microcrédito habitacional por meio do Banco Bem é importante detalhar suas respectivas entradas e saídas, o que totalizam 33 etapas. O fluxograma do processo de microcrédito habitacional por meio do Banco Bem mostra desde a solicitação do crédito habitacional até o encerramento do contrato, explicitando as entradas e saídas, assim como os caminhos e bifurcações de cada situação durante a produção habitacional. Esta ferramenta indica a complexidade da cadeia da produção habitacional do Banco Bem para a adaptação às necessidades e condições essenciais para sua ocorrência naquele território específico. Apesar de sua complexidade, são justamente o conjunto destes processos e subprocessos, baseados no aval solidário da comunidade, na participação de lideranças do território

no Comitê de Análise de Crédito e a possibilidade de participação de todas as pessoas da comunidade por meio do Fórum de Desenvolvimento Local (Bem Maior) que democratiza o acesso ao crédito e dá autonomia e ao mesmo tempo apoio no processo produtivo.

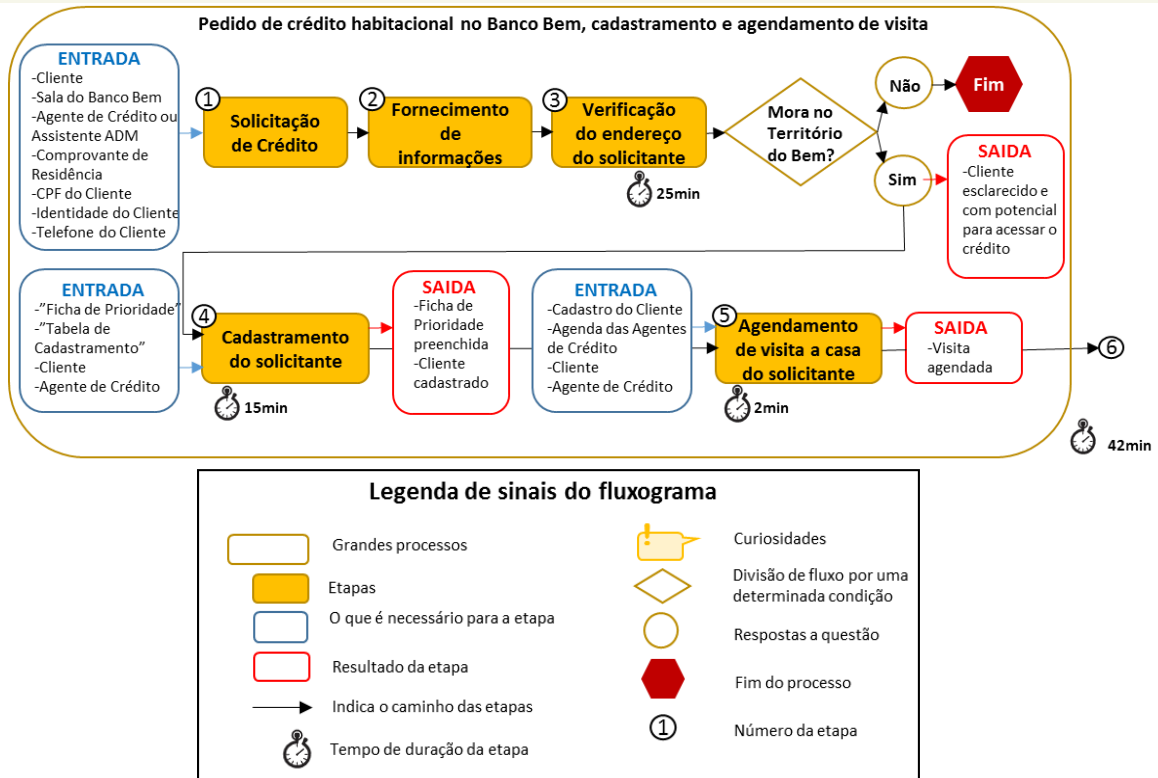
Todos os processos explicitados no fluxograma da cadeia produtiva da habitação por meio do Banco Bem são executados por trabalhadoras do banco. O Banco Bem possui uma média de 6 trabalhadoras operacionalizando não só o crédito habitacional em si, mas todo um conjunto de atividades de monitoramento, assessoramento (junto ao Bem Morar) e viabilização da produção da habitação de forma mais acessível aos moradores e seu território de abrangência.

Para analisar mais detalhadamente este processo, serão utilizados fluxogramas explicativos para cada etapa envolvida, assim como suas entradas, saídas e tempo médio. Este mesmo esquema de representação será utilizado nos agrupamentos dos processos seguintes (cada processo enumerado nas figuras será posteriormente descrito).

Banco Bem: oferta de microcrédito como educação popular

Desde o início (Pedido de crédito habitacional no Banco Bem, cadastramento e agendamento de visita - Figura 3), o Banco Bem mostra-se vinculado ao Território e atento aos processos educativos com os moradores que solicitam o crédito. Os trabalhadores do Banco, procuram esclarecer ao solicitante do crédito toda a dinâmica de funcionamento do Banco, seus princípios e papel no Território. Este primeiro contato do solicitante com o Banco, não tem finalidade meramente de instrução e de exigências documentais, como comumente ocorre nos bancos comerciais, mas se orienta a ser um processo educativo e de acolhimento da pessoa ao crédito, com duração aproximada de 40 minutos. Normalmente tanto as atendentes do banco quanto a pessoa sujeita ao crédito são da comunidade, ou seja, possuem laços com o Território do Bem, e o crédito tem acesso restrito aos moradores de seu território de abrangência.

Figura 3: Fluxograma do pedido de crédito habitacional no Banco Bem, cadastramento e agendamento de visita.



Fonte: João, 2016.

Primeiramente, para que ocorra o pedido de crédito no Banco Bem é necessário que a pessoa vá até a sede do banco para solicitar o crédito (etapa 1) e seja atendida por uma agente de crédito ou pela assistente administrativa. Durante o atendimento a trabalhadora do banco irá fornecer as informações (etapa 2) sobre o banco e o crédito habitacional (foco de análise deste trabalho), em seguida são pedidos alguns documentos do cliente como, comprovante de residência, CPF, identidade e um contato telefônico. A partir desses documentos, há a verificação do endereço da pessoa solicitante (etapa 3). Se não for moradora do Território do Bem não há possibilidade de acesso ao crédito, caso seja, passa a ser uma cliente esclarecida e com potencial para acessar o crédito habitacional. Todo este processo costuma durar em média 25 minutos.

O próximo passo é o cadastramento da pessoa solicitante (etapa 4), onde a agente de crédito inicia o preenchimento digital da “Tabela de cadastramento”, em seu computador, organizada entre os 8 bairros que compõe o território de atuação do Banco Bem, preenchendo os dados pessoais e documentos da pessoa solicitante, contatos, renda familiar, quantidade de beneficiados com o crédito, o motivo do crédito, objetivo e a data do cadastramento.

Todo este processo de cadastramento leva aproximadamente 15 minutos e tem como saída ambas as fichas, tanto a de cadastramento, quanto a de prioridade, previamente preenchidas. Com o cadastro concluído a agente de crédito confere em sua agenda de atividades uma data para a visita à casa da pessoa solicitante (etapa 5), o que é feito em 2 minutos.

Neste primeiro agrupamento de processos os atores envolvidos são apenas 2, uma das trabalhadoras do banco e o sujeito ao crédito. Todos estes processos, que ocorrem dentro da sede do Banco Bem, tem duração média de 42 minutos. Não basta apenas entregar um folheto com as informações sobre o banco e suas linhas de crédito, muito menos entregar uma ficha de cadastramento para o solicitante ao crédito a fim de que ele a preencha. Trata-se de diálogo de aproximadamente 42 minutos, onde a agente de crédito explica o que é o Banco Comunitário de Desenvolvimento, como funciona, seu papel no território, apresenta as linhas de crédito e, junto à pessoa solicitante, preenche seu cadastramento.

O tempo médio deste agrupamento de processos se equipara ao tempo de uma hora/aula, um atendimento com dedicação de aproximadamente 42 minutos para que a pessoa solicitante ao crédito saia do Banco Bem esclarecida e com os próximos processos encaminhados. Cabe, em uma análise mais aprofundada, a comparação do atendimento do Banco Bem com o atendimento dos Bancos Comerciais, principalmente quando o perfil do sujeito ao crédito corresponde ao de um morador de assentamentos precários. As discrepâncias entre uma forma de atendimento e outra podem indicar algumas variáveis que impactam no acesso ao crédito da parcela da população que não acessa, ou tem dificuldades em acessar as políticas públicas habitacionais.

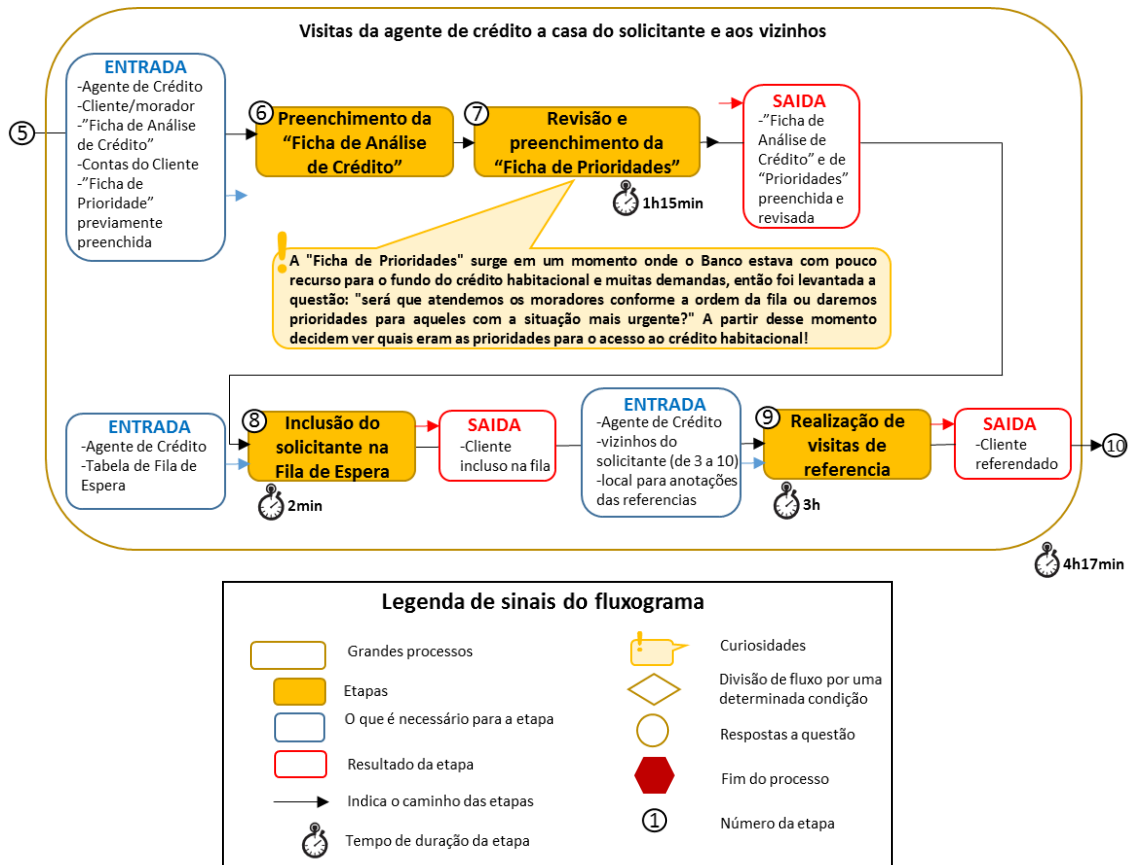
O grau de necessidade da família demandante como critério de seleção

Nesta etapa (Visitas da Agente de Crédito à casa do solicitante e aos vizinhos – Figura 4), a Agente de Crédito vai até a moradia da pessoa solicitante averiguar os dados cadastrais e preencher as fichas necessárias para dar sequência à concessão do crédito.

Durante a visita a casa da pessoa solicitante, a agente de crédito junto ao morador começa o preenchimento da “ficha de análise de crédito” (etapa 6) e verifica as contas mensais do cliente para fazer um levantamento dos seus gastos e conferir os dados já preenchidos na “ficha de prioridade” (etapa 7). Esta visita dura em média 1 hora e 15 minutos.

Após os dados e a situação de sua habitação serem conferidos pela agente de crédito, o cliente é incluído na fila de espera (etapa 8), que é uma tabela com a relação de todos aqueles que desejam acessar o crédito habitacional no Banco Bem. É um processo simples, dura apenas 2 minutos.

Figura 4: Fluxograma das visitas da agente de crédito a casa do solicitante e aos vizinhos.



Fonte: João, 2016.

A partir desse momento as agentes de crédito iniciam as visitas de referência (etapa 9), onde são visitados de 3 a 10 vizinhos da pessoa solicitante a fim de levantar referências do potencial tomador de crédito. Durante essas visitas as agentes ficam sabendo a opinião de cada vizinho sobre a conduta e caráter do cliente, se ele é honesto, se tem dívidas na comunidade, se faz uso de drogas, como é sua relação com a família e amigos. Nesta fase são coletadas uma série de referências para ver se o cliente é "merecedor" do crédito. O conjunto de visitas pode durar até 3 horas.

A avaliação comunitária para concessão de crédito

Nesta terceira etapa (Análise e avaliação do pedido de crédito – Figura 5), novamente, o compromisso do Banco Bem com seu território é evidenciado por priorizar

a compra dos materiais de construção nas lojas do território e ter na decisão do empréstimo a participação ativa da comunidade. Os atores do Território estão presentes em todas as etapas da produção da habitação por meio do crédito do Banco Bem, mais nesta em especial, pois deixa clara a participação da população nas instâncias deliberativas do crédito e nas parcerias com as lojas de materiais do território para a aquisição dos materiais necessários às obras financiadas.

As visitas de referências são feitas pelas Agentes de Crédito aos vizinhos do solicitante do crédito em busca do aval solidário. Um dos critérios mais importantes para a análise do crédito é a conduta do solicitante (nas suas relações familiares, relações com a vizinhança e de confiabilidade) e sua real necessidade de empréstimo.

Assim, caso os vizinhos não forneçam boas referências, as agentes de crédito comunicam a reprovação do pedido de crédito (etapa 10) e o processo se encerra. Normalmente isso é feito por meio de uma ligação telefônica e costuma durar 5 minutos. Entretanto, caso as referências sejam positivas o próximo passo é o envio de orçamento para o Banco Bem (etapa 11), onde o cliente deve ir até o banco para apresentar 3 orçamentos da reforma, ampliação ou construção que pretende fazer para as agentes de crédito. Os clientes, em média, costumam demorar uma semana para levar os orçamentos até o banco.

Com os orçamentos no banco, ele é avaliado (etapa 12) pela agente de crédito e uma assessoria técnica - arquitetura, engenharia ou técnica em edificações. Nesta avaliação é estudada as quantidades de materiais que o cliente quer comprar, ou seja, analisa-se a coerência destes materiais com a obra que será realizada. Os preços dos produtos também são levados em consideração, bem como o que será necessário para a execução da obra. Enfim, avalia-se o grau de coerência do que foi orçado com o que será executado e de que forma pode-se melhorar o orçamento. É neste momento que junto ao cliente as agentes de crédito podem propor sugestões e estimar mais precisamente o valor do possível empréstimo. Este processo também costuma durar uma semana.

Após todos estes processos anteriores, a ficha de análise de crédito do cliente já acumulou dados suficientes para ser avaliada pelo Comitê de Análise de Crédito (CAC). Este comitê é composto por representantes da comunidade e trabalhadoras do banco, sendo, portanto, a instância máxima de decisão da concessão dos créditos. Com os pareceres solidários dos vizinhos, fichas de prioridade e dados acumulados no cadastro do cliente, a agente de crédito faz a submissão da ficha do cliente ao Comitê (etapa 13),

que em seguida é analisada pelos presentes (etapa 14) e, por fim, o CAC emite um parecer (etapa 15). Todo este grande processo tem a duração de 4 horas.

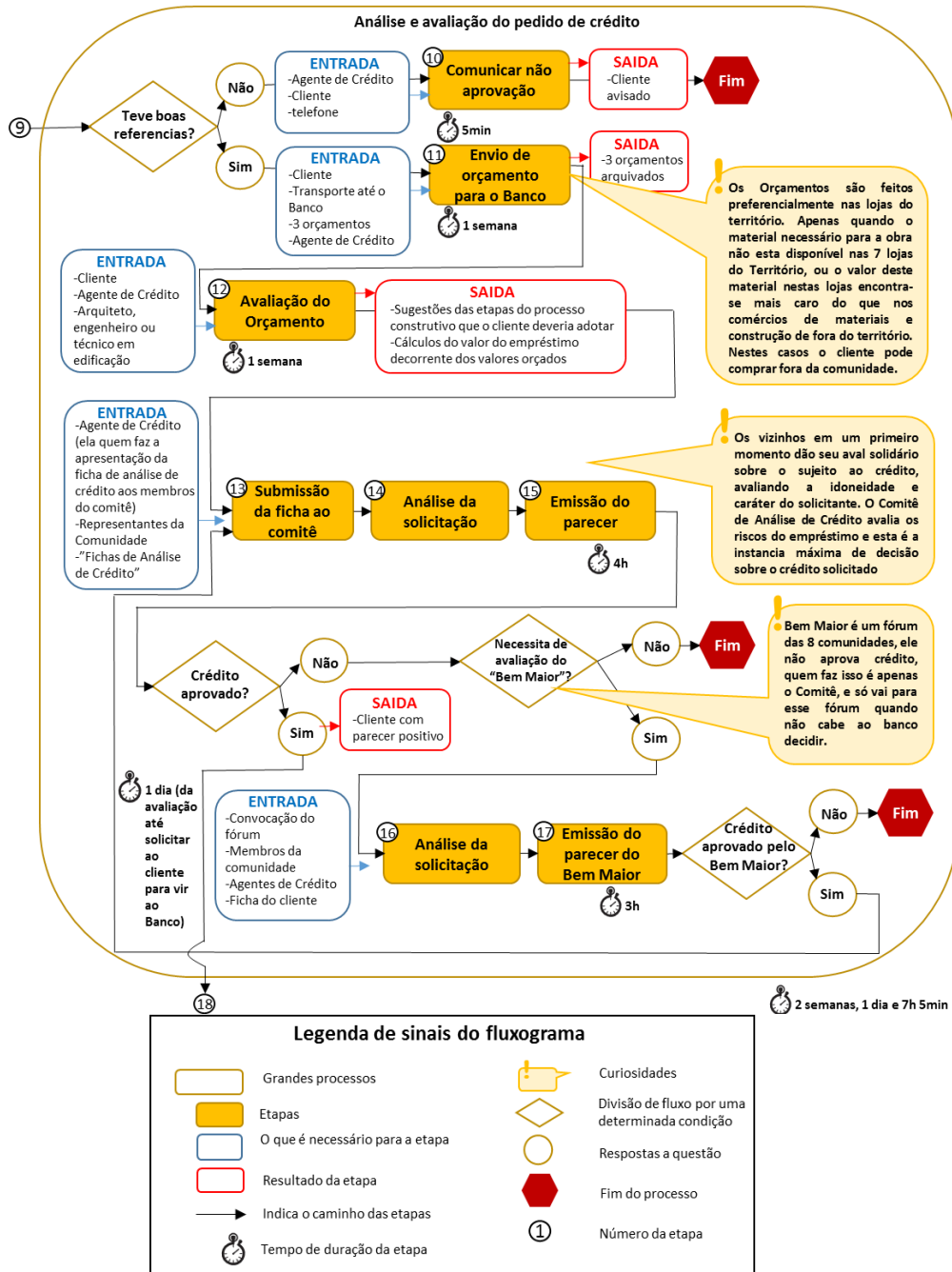
Entretanto, caso o crédito não seja aprovado pelo CAC ainda há uma outra instância que é chamada de “Bem Maior”. Nada mais é do que o Fórum de Desenvolvimento Local (uma reunião com duração aproximada de 3 horas, onde todos da comunidade podem participar, discutir e processar diversas questões da comunidade). Ressalta-se que nem todos os casos são encaminhados para esta segunda instância, sendo encaminhados para o “Bem Maior” apenas os casos que o CAC julga não ser capaz de avaliar. Caso não houver necessidade de avaliação pelo “Bem Maior” o pedido de crédito é negado, mas caso haja necessidade dessa avaliação, o processo do cliente é inserido na pauta da reunião do Fórum de Desenvolvimento Local para ser analisado pela comunidade (etapa 16) e ter emitido um parecer (etapa 17).

No caso da comunidade julgar que o pedido de crédito não deva ser revisado, então é mantido o parecer do CAC e o crédito continua negado. Acaso a comunidade julgue necessário uma segunda avaliação do CAC, a ficha de crédito volta a ser analisada pelo Comitê de Análise de Crédito e, então, é emitido um novo parecer, que também pode ser positivo ou novamente negativo, mas, independentemente do caráter do parecer, neste momento é definitivo, ou seja, não é encaminhado novamente para o “Bem Maior”.

Concedendo o crédito habitacional e fomentando a moeda social

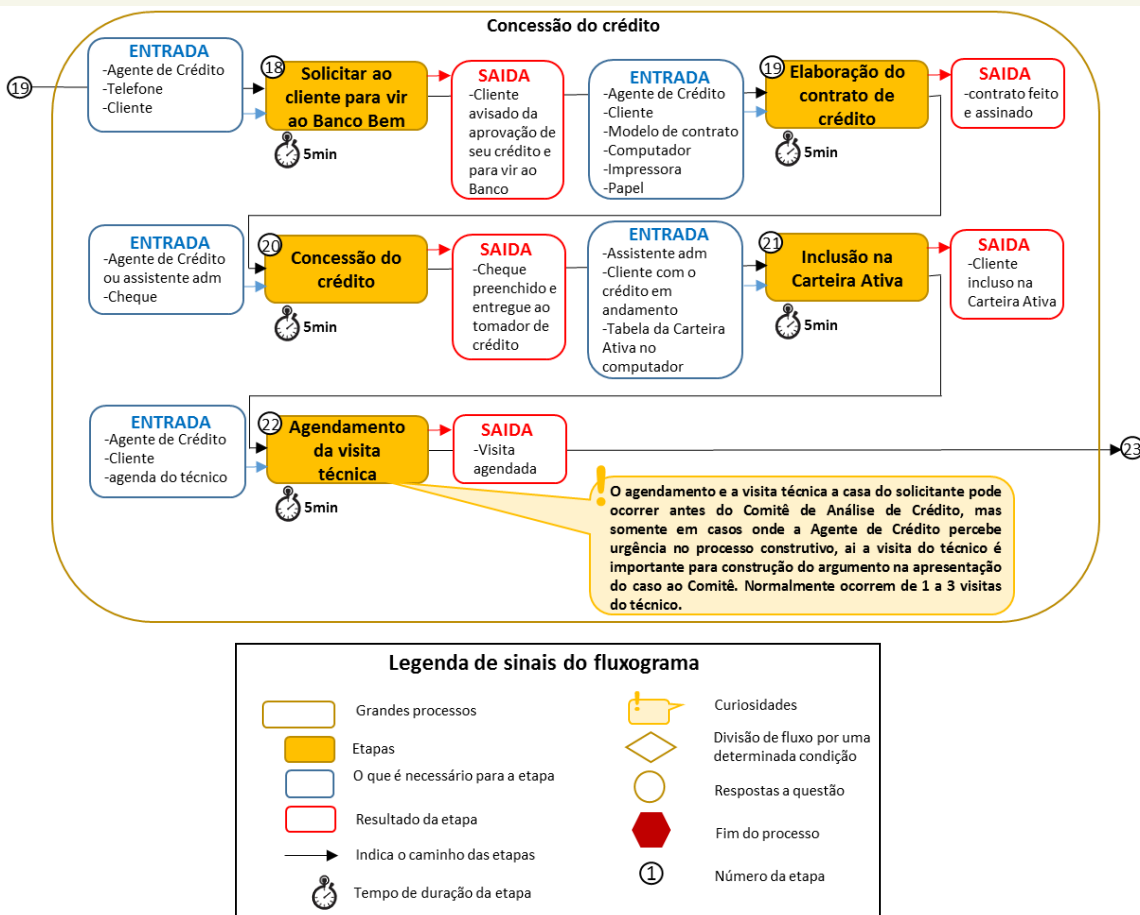
Após assessorar o cliente na elaboração do orçamento de sua obra e junto à comunidade deliberar sobre a concessão do crédito, o Banco Bem concede o crédito ao solicitante (Figura 6). O crédito sendo aprovado pelo CAC a agente de crédito entra em contato com o cliente, normalmente por telefone, e pede que venha ao banco (etapa 18). Esse processo leva aproximadamente 5 minutos. Assim que o cliente chega na sede do banco, seu contrato de crédito é elaborado (etapa 19) e impresso em duas vias, uma fica com o cliente, para monitoramento das datas de vencimentos das parcelas e outra cópia fica no banco, para controle dos créditos. Também é um processo simples que leva apenas 5 minutos.

Figura 5: Fluxograma da análise e avaliação do pedido de crédito



Fonte: João, 2016.

Figura 6: Fluxograma da concessão do crédito



Fonte: João, 2016.

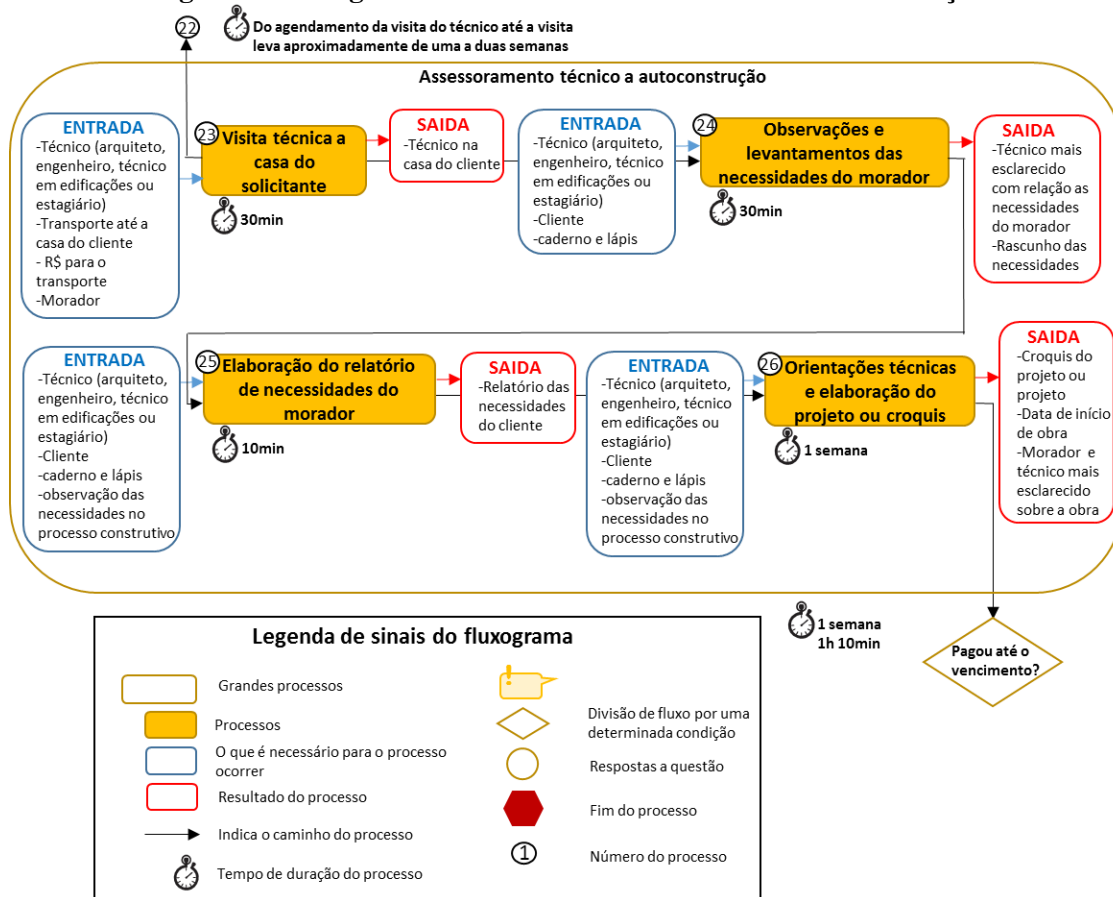
Com o contrato assinado é concedido o empréstimo (etapa 20) ao cliente em um cheque do Banco Bem com o valor de seu crédito, deste valor o cliente deverá descontar R\$100,00 (cem reais) e trocá-los pela moeda social. Dessa forma, fica garantido o aumento do circulante local no território. Logo após o empréstimo o cliente é incluído na carteira ativa (etapa 21), que é uma tabela onde todos os clientes com crédito em andamento estão presentes para monitoramento, e em seguida é agendada a visita técnica (etapa 22). Todos os processos enumerados acima duram em média 5 minutos.

Assessoria Técnica para aumentar a qualidade da moradia

Após a concessão do crédito, iniciam-se as visitas técnicas (Figura 7). A assessoria é resultado da parceria entre o Banco Bem e o Bem Morar, ambos projetos do Ateliê de Ideias em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo, a partir de projeto de extensão de Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social. O Bem Morar foi pensado exclusivamente para aumentar a qualidade das construções do Território após o Banco Bem perceber que não basta apenas viabilizar o crédito, é preciso

realizar o desenvolvimento do lugar melhorando as condições. A visita técnica à casa da pessoa solicitante (etapa 23) é realizada pela assessoria, que normalmente é uma arquiteta, engenheira, técnica em edificações ou estudante de arquitetura.

Figura 7: Fluxograma do assessoramento técnico a autoconstrução



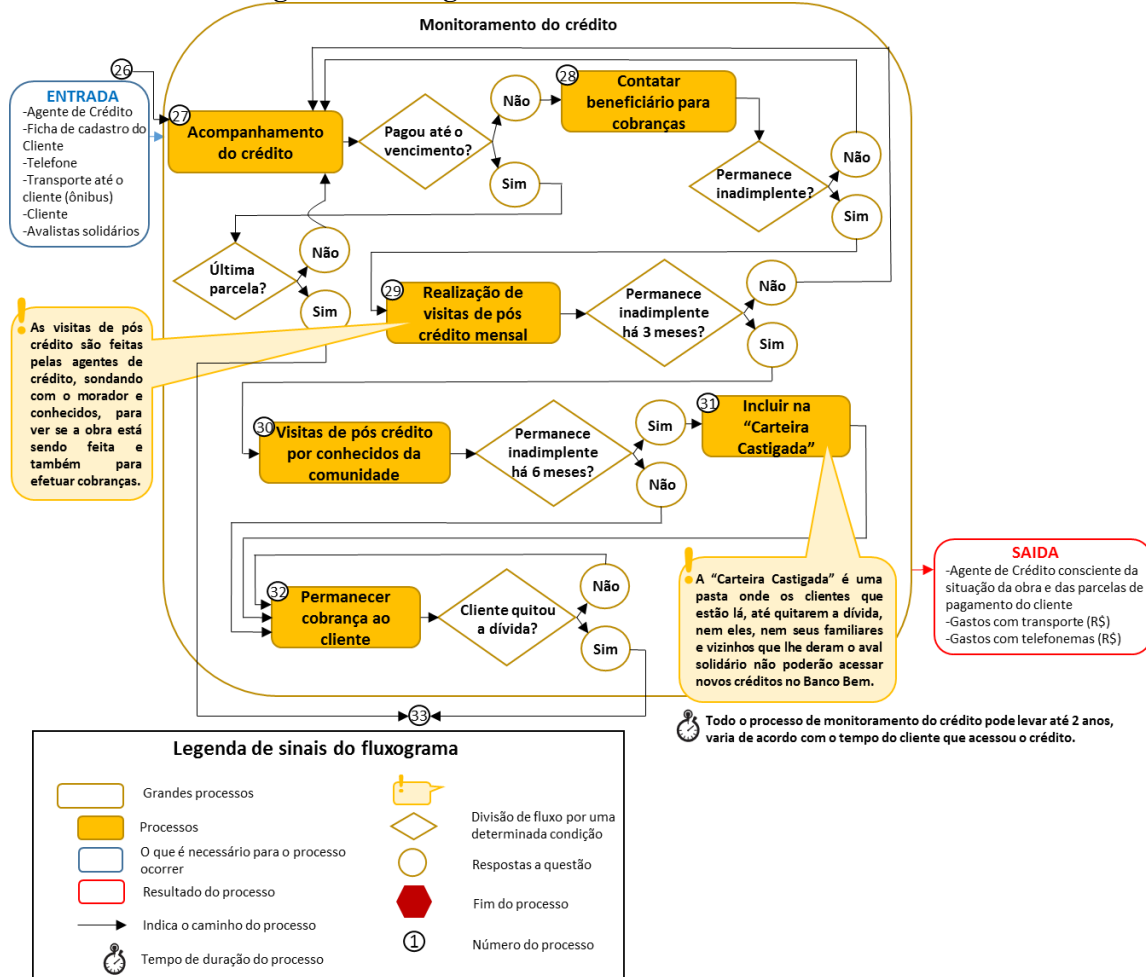
Fonte: João, 2016.

Nessa visita a equipe de assessoria junto ao tomador de crédito observam as necessidades da obra e de seu processo construtivo (etapa 24), elaboram um relatório das necessidades do cliente (etapa 25) e, em seguida, são feitas as orientações técnicas e elaboração do projeto ou croquis da obra (etapa 26). Muitos casos também se limitam a apenas sugestões e conselhos dos assessores. Esta visita não ocorre em todos os casos, pois as demandas por assessoria são maiores que as disponibilidades de assessores e muitas vezes não há tempo hábil para visitar todos os tomadores de crédito. Em alguns casos também ocorre de o tomador de crédito não querer assessoria, pois já possui uma ideia muito clara do que quer fazer e de como realizar.

A participação da vizinhança no monitoramento do crédito.

Durante todo o período de pagamento das parcelas e obra as Agentes de Crédito ficam responsáveis por monitorar a situação de cada cliente, averiguando as datas de vencimento das parcelas, se estão em dia, se a obra está ocorrendo da forma esperada e se o tomador de crédito está cumprindo com os acordos, até a última parcela (Figura 8).

Figura 8: Fluxograma do monitoramento do crédito.



Fonte: João, 2016.

Além do monitoramento das agentes de crédito, caso haja alguma dificuldade de diálogo com o cliente, quem assume do diálogo é a comunidade por meio daqueles vizinhos que referenciaram o cliente durante sua avaliação. Este monitoramento por meio da comunidade reafirma e legitima a apropriação da mesma sobre os processos do Banco Bem, demonstrando que a população não está presente apenas nos processos de referência e deliberação, mas também no monitoramento.

Durante todo o período de andamento do crédito, ou seja, enquanto o tomador de crédito não quitar todas as parcelas, é feito o monitoramento do crédito. Este é um

grande processo que inclui outros 6 subprocessos, o primeiro deles é o acompanhamento do crédito (etapa 27), onde a agente de crédito, constantemente junto às suas fichas de cadastro dos clientes, confere se os tomadores de crédito estão em dia com o pagamento de suas parcelas. Se estiverem em dia, este acompanhamento perdura até a última parcela quando, por fim, se encerra o contrato de crédito (etapa 33). Caso extrapole a data de vencimento a agente de crédito contata o beneficiário para cobrança (etapa 28), normalmente por telefone. Caso após o contato o cliente quite a parcela atrasada, então as agentes de crédito fazem o acompanhamento do crédito (etapa 27) normalmente pela ficha do cliente novamente, mas se o beneficiário permanecer inadimplente a agente de crédito fará as visitas mensalmente (etapa 29) até ser quitado.

É importante esclarecer que todo este processo de cobrança não é algo desgastante para ambas as partes, pois tem caráter educativo, onde as agentes de crédito, conscientes das dificuldades diversas dos moradores da comunidade, buscam compreender a situação do cliente e ajudá-lo a resolver, pensando em alternativas que facilitem as condições de pagamento das parcelas, auxiliando o tomador de crédito a melhor administrar e gerir sua economia e finanças do lar. Foi relatado casos interessantes, onde o cliente não tinha condições de quitar suas parcelas do crédito e então foi feita uma troca de serviço entre o cliente e o banco para equivaler às parcelas remanescentes.

As visitas de pós crédito mensal (etapa 29) ocorrem durante 3 meses, se neste período o cliente quite suas parcelas atrasadas, então volta ao acompanhamento do crédito (etapa 27) normalmente, e se não quite ocorrem as visitas de pós crédito por conhecidos da comunidade (etapa 30). Estes conhecidos normalmente são aqueles vizinhos que deram o aval solidário antes do crédito ser concedido. Quando o aval solidário ocorre, e este é positivo, significa que o vizinho confia naquele que será o futuro beneficiário e caso este não quite o crédito, o avalista solidário, assim como o tomador de crédito, não poderá acessar qualquer crédito no Banco Bem até que todo o crédito anterior seja quitado. Portanto, nas visitas de “pós crédito” realizada por conhecidos da comunidade (etapa 30) é também do interesse dos visitantes que o tomador de crédito.

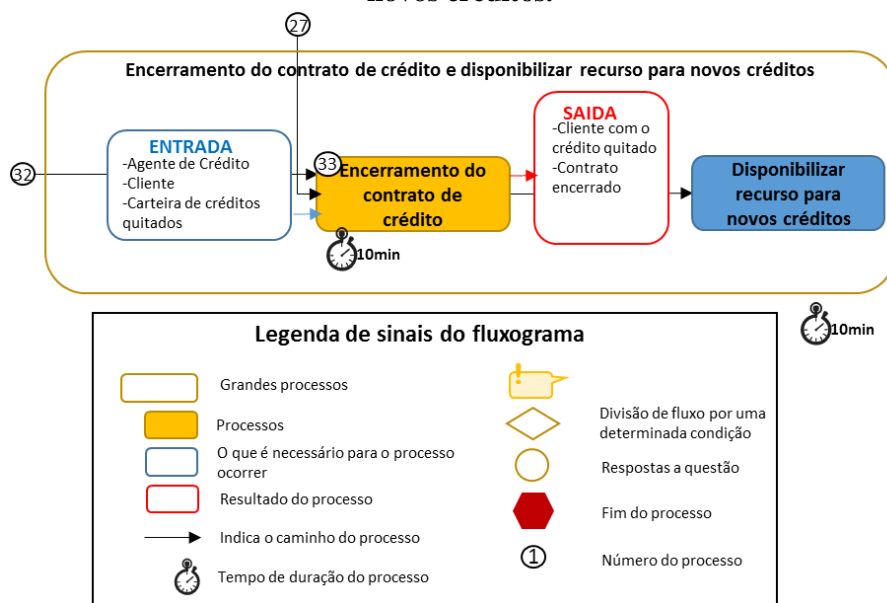
Se, após os diálogos dos vizinhos com o beneficiário, ele ainda não quite as parcelas atrasadas, então sua ficha é incluída na “carteira castigada” (etapa 31) e permanece a cobrança ao cliente (etapa 32). Caso o beneficiário, após diálogo com os vizinhos, quite as parcelas atrasadas, então apenas permanece a cobrança (etapa 32) até

quitar todas as parcelas e, por fim, encerrar o contrato de crédito (etapa 33), onde o cliente e a agente de crédito dão baixa no contrato e o arquivam na carteira de créditos quitados. O encerramento do crédito dura normalmente 10 minutos, mas todo o processo de monitoramento pode durar 2 anos ou mais, dependendo de quantas parcelas o cliente vai usar para quitar o crédito e se ele respeitará as datas estipuladas no contrato ou não.

E o crédito está disponível novamente

Após o tomador de crédito quitar a última parcela há o encerramento do contrato de crédito (etapa 33), todo o recurso emprestado retorna para o banco e assim novos créditos poderão ocorrer (fim do processo). O fim de cada contrato de crédito (Figura 9) indica também o início de um novo processo e comprova a viabilidade do crédito habitacional por meio dos BCDs.

Figura 9: Fluxograma do encerramento do contrato e disponibilização do recurso para novos créditos.



Fonte: João, 2016.

Considerações Finais

O detalhamento das etapas da concessão de crédito habitacional no Banco Bem favorece o aumento do conhecimento de cada processo, indicando fluxos de atividades, recursos envolvidos em cada etapa, bem como atores e os resultados gerados. Desta forma, explicita os elementos necessários para avaliação, estudo, ou replicação, plena, parcial ou adaptada desta experiência autogestionária em outros Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Para a compreensão das suas características na perspectiva da replicação dos seus potenciais, detalhamos as diferentes etapas da concessão crédito habitacional a partir da elaboração de fluxogramas, desde a constituição do Banco Bem, do seu fundo habitacional, a concessão de crédito, acompanhamento, até o encerramento do contrato e a volta completa do recurso o fundo. Pretendemos com o trabalho apresentar os processos comunitários autogestionários das finanças associada à autoconstrução assistida da moradia como uma possibilidade/janela para um potente, massivo e capilar instrumento de política habitacional para produção e melhoria das moradias populares.

Neste artigo vamos nos reservar a apresentar um caso de Banco Comunitário de Desenvolvimento em seu processo de crédito habitacional, como exemplo pontual para contribuir neste debate. Não estamos descartando as dificuldades inerentes à produção autoconstruída, sobretudo para a garantida do saneamento básico e dos direitos de acesso à terra urbanizada e à sua posse. Acrescentamos também que as habitações para contextos específicos de áreas de risco e de fragilidade ambiental precisam de políticas específicas e tecnicamente responsáveis. O que deixamos como hipótese inicial é que, se associada a políticas de assistência para a qualificação das habitações e de seu ambiente, a associação entre as iniciativas autogestionárias e comunitárias de organização do território e políticas de apoio ao crédito solidário a partir de bancos comunitários em contextos de economia solidária, pode ser uma ferramenta poderosa de reconstrução e regeneração de nossos territórios e comunidades.

Referências Bibliográficas

BISCOTTO, Denise B. (coord.). Ateliê de Ideias, Pesquisa de Saberes, Fazeres e Perfil dos Moradores do Território do Bem. Vitória-ES, 2019.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

CAU BR; INSTITUTO DATAFOLHA. Entendimento em relação às atribuições do arquiteto e urbanista: etapa qualitativa. 2015, p. 34.

FRANÇA FILHO, Genauto. Bancos Comunitários de Desenvolvimento como expressão de finanças solidárias: por uma outra abordagem da inclusão financeira. Fortaleza: Arte Visual, 2013.

JOÃO, Callil. Bancos Comunitários de Desenvolvimento como estratégia de desenvolvimento territorial, microcrédito e autoconstrução. Caso: Banco Bem, Vitória -



ES. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, UFSCar, São Carlos, 2016.

KOWARICK, Lúcio. "Autoconstrução de moradias e espoliação urbana", in A espoliação urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (org). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. S. Paulo. Edit. Alfa-Ômega, 1982.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. São Paulo: Ed. Campus, 2012.

SANTO AMORE, Caio; CABRAL, Gabriel E. H. M. "É pau, é pedra. Autoconstrução na realidade contemporânea de São Paulo". In. D'OTTAVIANO, Camila (org). Habitação, autogestão e cidade. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles: LetraCapital, 2021. p. 417-445.

ZIBECHI, Raúl. Territórios em rebeldia. Editora Elefante, São Paulo, 2022.

MOEDAS SOCIAIS PARA A ECONOMIA SOCIAL: CLASSIFICAÇÃO, PAPEIS NA ECONOMIA FORMAL E INFORMAL E POSSIBILIDADES PARA O MICROCRÉDITO

1292

Yasuyuki Hirota,
miguel@ineval.org

Resumo

Este artigo intenta posicionar várias modalidades de moedas sociais dentro do marco teórico da economia social, particularmente das cooperativas e das associações. Estes meios de intercâmbio, criados para facilitar transações dentro de um coletivo de indivíduos, entidades da economia social, às vezes a administração pública (normalmente prefeituras e semelhantes) e outros atores econômicos, ajudam a estabelecer relações socio-econômicas baseadas na reciprocidade sem visar a maximizar o lucro monetário, além de permitir a autogestão parcial da nossa economia, ou seja a criação de uma economia em que a sociedade civil pode controlar o próprio meio de intercâmbio. O artigo começa por justificar a existência destes circulantes, referindo-se em primeiro lugar às palavras do Aristóteles que o dinheiro existe apenas como lei e em segundo lugar à definição mais sofisticada de Lietaer (2001) de “acordo dentro da comunidade de usar algo como meio de intercâmbio”, que são distintos à moeda de curso legal (R\$ no contexto brasileiro). E depois de aclarar a arbitrariedade do meio de intercâmbio, se apresenta a classificação de distintos variantes dessas experiências, não só pelo lastro (moeda oficial, outros bens e/ou serviços depositados, confiança mútua = compromisso dos utentes a oferecer bens e/ou serviços equivalentes posteriormente, empréstimo em moeda social, fiat) mas também pelo papel que jogam na economia formal e informal (aquelas experiências que envolvem atores da economia formal precisam encaixar-se às exigências relativas, enquanto que as moedas sem tais atividades econômicas têm a possibilidade de estar livres delas) e também pela possibilidade de conseguir financiamento para novos empreendimentos. Depois analisa distintas relações que podem estabelecer-se entre a economia social e esses mesmos meios, não só como ferramentas para fortalecer aquela economia não capitalista, mas também como ator deste mesmo setor econômico. Dito de outro modo, apesar da importância de estudar contribuições sócio-econômicas dessas moedas sociais para cooperativas e associações, é também preciso prestar atenção ao fato que as próprias entidades gestoras das mesmas podem ser esses atores já mencionados da economia social, com a necessidade de alinhar os objetivos dos meios de intercâmbio com aqueles da economia social em geral.

Palavras-chave: Moeda social; Microcrédito; Lastro; Moeda complementar.

Abstract

This article aims to position various forms of social currencies within the theoretical framework of social economics, particularly cooperatives and associations. These means of exchange, created to facilitate transactions within a collective of individuals, entities of social economics, sometimes the public administration (usually municipalities and the like), and other economic actors, help establish socio-economic relationships based on reciprocity without aiming to maximize monetary profit, while also allowing for partial self-management of our economy, i.e., the creation of an economy in which civil society can control the means of exchange. The article begins by justifying the existence of these currencies, first referring to the words of Aristotle that money exists only as law and secondly to the more sophisticated definition by Lietaer (2001) of "an agreement within the community to use something as a means of exchange," which is distinct from legal tender (e.g., the Brazilian currency, R\$). After clarifying the arbitrariness of the means of exchange, a classification of different variants of these experiences is presented, not only based on backing (official currency, other goods and/or services deposited, mutual trust = the commitment of users to offer equivalent goods and/or services later, social currency loans, fiat),

but also based on their role in the formal and informal economy (those experiences involving formal economic actors need to conform to relevant requirements, whereas currencies without such economic activities have the possibility of being exempt from them) and the possibility of securing funding for new ventures. It then analyzes different relationships that can be established between social economics and these means, not only as tools to strengthen that non-capitalist economy but also as actors within this same economic sector. In other words, despite the importance of studying the socio-economic contributions of these social currencies to cooperatives and associations, attention must also be paid to the fact that the entities managing them can themselves be the aforementioned actors in social economics, with the need to align the objectives of the means of exchange with those of social economics in general.

Keywords: Social currency; Microcredit; Backing; Complementary currency.

O que são as moedas sociais? Por quê pode-se usá-las?

No mundo inteiro existem milhares de iniciativas em que as pessoas, e algumas vezes inclusive empresas, cooperativas e outras pessoas jurídicas, utilizam um meio de intercâmbio distinto ao dinheiro de curso legal (ex.: R\$ no Brasil, US\$ nos EUA, euro em vintenas de países europeus etc.). Pode-se mencionar, entre outras tantas experiências, Bristol Pound (Bristol, Reino Unido), Chiemgauer (Baviera, Alemanha), Sardex (Sardenha, Itália), La Turuta (Catalunha, Espanha), Mor (Alentejo, Portugal), Calgary Dollars (Alberta, Canadá), Berkshares (Massachusetts, EUA), La Mixiuhca (Cidade do México), Jurupi (Equador), Palma (Ceará, Brasil), Moneda PAR (Argentina), Hanbat LETS (Coreia do Sul), bancos do tempo (mundo) e CES (mundo).

Mas por quê permitem-se e utilizam-se estes meios de intercâmbio se já existe o dinheiro oficial? É relevante ressaltar que o Aristóteles, já no Século IV A.C., definiu que o dinheiro “não existe por natureza, mas por lei” (Ética a Nicômaco), referindo-se à arbitrariedade do material usado para a moeda. De fato, ao longo da história humana, distintos objetos foram utilizados para esta finalidade (vacas, conchas, sal, ouro, prata, cigarros, notas, informações nos computadores etc.), desmentindo que o valor do dinheiro é intrínseco. Bernard Lietaer (1942 – 2019), experto belga em moedas sociais, deixou-nos uma definição mais sofisticada que o dinheiro é “um acordo dentro duma comunidade de usar algo como meio de intercâmbio,” também aclarando a possibilidade de ter outro acordo sempre e quando um coletivo chegar a um consenso e também a sua alterabilidade.

O aspecto de “acordo” é uma chave para compreender a natureza de moedas sociais. Por um lado, a sociedade civil é incapaz de realizar nenhuma gestão da moeda do curso legal e na verdade poucas vezes reivindica políticas específicas às autoridades monetárias (sobre todo ao Banco Central), principalmente por quê trata-se de temas demais técnicos que estão por cima da sua compreensão. Por outro lado, a moeda social

é uma ferramenta em que cada sociedade civil se encarrega de desenhá-la bem, capacitando-se de criar uma quantidade abundante (nem carente nem excessiva) para facilitar intercâmbio de produtos e serviços dentro de cada coletivo. Também o acordo pode ser modificado de acordo com a necessidade de cada coletivo, do mesmo jeito que a idade mínima para beber álcool que se estabelece segundo o critério de cada país (18 anos na maioria dos países ocidentais, 20 anos no caso do Japão, 21 anos nos EUA e na Arábia Saudita ninguém, inclusive os não muçulmanos), o que significa que qualquer regramento é sujeito a modificações posteriores para adaptar-se às necessidades emergentes e/ou às mudanças posteriores da sociedade.

As moedas sociais são gerenciadas pelo mesmo coletivo quem decide, entre outros:

- **Nome e valor da moeda:** A referência do valor pode ser a moeda oficial (ex. um eco = R\$1), determinada duração de tempo de serviço (ex.: um eco equivale a uma hora de trabalho não profissional) ou outro bem (ex.: um eco equivale a um quilo de arroz / um litro de gasolina / um kilowatt de luz)
- **Emissão:** como a moeda se emite (empréstimo sem ou com taxas de juros, entrega de moedas em câmbio dos depósitos, concessão incondicional para qualquer sócio etc.), se circula e se retira da circulação.
- **Cobertura do custo operacional:** Como arrecadar dinheiro necessário para cobrir todas as despesas (ex.: impressão de papéis, manutenção da página web, salário dos empregados se for o caso).
- **Direitos e obrigações de cada sócio**

Como as moedas sociais podem contrariar as desvantagens do dinheiro dominante atual?

Outro ponto de partida muito importante para compreender a importância das moedas sociais é reconhecer. Hirota (2017) menciona os cinco principais problemas inerentes do sistema monetário atual, todos relacionados com o fato que a maioria da moeda, por exemplo 97% da libra esterlina e mais de 90% do euro (McLeay et al., 2014a, ibid., 2014b, Dyson et al., 2016 e King, 2016) foi criada pela banca privada:

- a) **Tendência pró-cíclica da criação e fluxo monetário:** Como a criação monetária é principalmente realizada hoje em dia pela banca privada (em vez do banco central)

como criação da dívida para fins criativos (Douthwaite, 1999, Dyson et al., 2011, Lietaer y Belgin, 2012, Galbraith, 1983, Greco, 1990, Jackson y Dyson, 2012, King, 2016, McLeay et al., 2014b, Piketty, 2015, Schumpeter, 1954, Werner, 1997, 2005, 2012), haverá mais circulante na economia quando a economia cresce, muitas vezes aquecendo-a excessivamente, enquanto que essas instituições financeiras tornam-se mais relutantes a conceder novos empréstimos, agravando ainda mais a recessão econômica.

b) **Pressão pelas taxas de juros compostas ao crescimento perpétuo e compulsivo, além da subida de preços finais:** A criação monetária principalmente feita como concessão de crédito pela banca privada faz com que os tomadores de créditos se vejam obrigados a pagar não só o principal mas também as taxas de juros. Douthwaite (1999) apresenta três cenários possíveis desta consequência: i.) deflação (a massa monetária diminui quando o dinheiro recuperado para a banca como pagamento dos créditos não for substituído e os preços caem, dificultando a viabilidade comercial), ii.) inflação (acontece quando a banca privada oferecer desmesuradamente novos créditos, instabilizando o valor da moeda) e iii.) expansão (quando a criação de nova massa monetária corresponde ao aumento da capacidade produtiva), e daí surge a necessidade de crescimento econômico simplesmente para sustentar a economia. Este mesmo fenômeno explica porquê sobem os preços de cada produto e/ou serviço que compramos, já que os produtores precisam pagar a dívida deste custo. Kennedy (1998) calcula que este custo adicional chega a aproximadamente uns 25% do preço final que pagamos.

c) **Concentração da riqueza:** A própria existência de taxas de juros redistribui injustamente, já que quita dinheiro dos pobres e passa-o para os ricos, e a disparidade cresce quando o crescimento da economia deixa de superar aquele do rendimento do capital (Piketty, 2015). Toynbee (1960) assinala a divisão em três classes sociais que aparece nas civilizações em processos de desintegração: minoria dominante, proletariado interno e proletariado externo em que a primeira (elite) já perdeu a confiança do resto da população, intensificando a luta entre essas classes, enquanto que Kennedy (1998) demonstra que o 80% da população mais pobre na Alemanha Ocidental em 1982 pagava mais juros do que ganhava, enquanto que o 10% da população mais rica ganhava muito mais do que pagava.

d) **Desvalorização do capital social (coesão social):** A insuficiência da liquidez para pagar todas as dívidas na sociedade obriga o que descreveu o Hobbes (1642): “O estado dos homens sem a sociedade civil (cujo estado pode ser chamado como estado da

natureza) é apenas uma guerra de todos contra todos.” É evidente que esta concorrência cruel de vida ou morte degrada a qualidade de vida e outras condições sociais, não favorecendo para nada a construção do capital social definido como “características de organização social, tais como confiança, normas e redes, que podem melhorar a eficácia da sociedade para facilitar ações coordenadas” (Putnam et al., 1994).

e) **A preferência ao lucro a curto prazo desconta o futuro:** Aqui precisa-se utilizar um pouquinho da matemática para apresentar a lógica. Num país onde a taxa de juros é de 5% per annum, qualquer depósito num banco se duplica aproximadamente em 15 anos ($1,0515 \approx 2,0789$). Ironicamente a outra cara da mesma moeda é que a propriedade a formar-se no futuro será descontado atualmente. Ou seja: a garantia de alguém a pagar US\$ 10.000 daqui a 15 anos significa que este dinheiro equivale ao depósito bancário que vai crescer a US\$ 10.000 daqui a 15 anos, portanto o valor atual é $10.000 / 1,0515 \approx$ US\$ 4.810. É preciso destacar que o este desconto é exponencial, ou seja, quanto mais tempo se precisar para criar a propriedade, quanto mais será o desconto no valor atual. Este fato faz com que os investimentos a longo prazo sejam pouco atraentes para os investidores, enquanto que apenas outros projetos a curto prazo consigam financiamentos.

Em base a toda a descrição acima apresentada, Hirota (2017) apresenta as seguintes vantagens das moedas sociais:

- Frente a a) **Tendência pró-cíclica da criação e fluxo monetário:** As moedas sociais permitem criar liquidez no momento de recessão econômica quando é fundamental injetá-la para manter o nível de demanda. Algumas moedas sociais, entre outras o Certificado Laboral em Wörgl (Áustria) entre 1932 e 1933, o Banco de Horas Comunitário em Capilla del Monte (Córdoba, Argentina), Banco WIR na Suíça e os Clubes de Troca na Argentina que funcionaram sobre tudo durante a crise econômica de 2001 a 2002, são exemplos reais em que esta nova moeda ajudou a satisfazer essas necessidades (Schwarz, 1951, Caldano, 2007, Orzi, 2007, ibid., 2012, Stodder, 2005 e Gómez, 2009).

- Frente a b) **Pressão pelas taxas de juros compostas ao crescimento perpétuo e compulsivo, além da subida de preços finais:** A ausência dos mesmos juros libera a economia também da necessidade de continuar pagando-os para os financiadores.

- Frente a c) **Concentração da riqueza:** A impossibilidade de gerar mais riqueza apenas a partir da riqueza existente (=ausência dos juros) impede que quem tem mais moeda social aumente ainda mais sua propriedade.

- Frente a d) **Desvalorização do capital social (coesão social)**: As moedas sociais são desenhadas para impulsar colaborações, em vez de fomentar concorrências.
- Frente a e) **A preferência ao lucro a curto prazo desconta o futuro**: Normalmente as moedas sociais são utilizadas exclusivamente para impulsar intercâmbios de produtos e serviços sem facilitar investimentos, e mesmo nesse caso costumam não priorizar retornos monetários.

Tipologia das moedas sociais por lastro

Wild (2011) que classifica as moedas sociais em seis tipos. Aqui vamos ver as características de cada tipologia.

a) **Moedas lastreadas com o dinheiro de curso legal**: Os exemplos incluem Palmas, Chiemgauer, REC e Bristol Pound, entre outros. São postos em circulação quando alguém deposita o valor correspondente em moeda oficial, por exemplo no modelo clássico a associação alemã Chiemgauer emite 100 Chiemgauer se alguém deposita 100 euros. A existência deste lastro costuma atrair mais comércios com necessidades de trocar moeda social para a moeda oficial e efetuar pagamentos em que só a última é aceita (como impostos, luz, gás, pagamento para os fornecedores...), ao detrimento da dependência ao sistema monetário convencional (não se pode emitir nenhuma moeda social se não há nenhuma reserva em moeda oficial).

b) **Moedas lastreadas com outros bens e/ou serviços**: São poucos os exemplos que pertencem a esta categoria, por exemplo Banco de Horas Comunitário e a moeda Txai para feiras de curta duração sugerida por Primavera (2006). Embora que haja semelhanças com a primeira tipologia, a diferença radica no fato que o lastro não é a moeda oficial, mas outros produtos e/ou serviços. A emissão é tipicamente feita no seguinte modo: alguém deposita um produto, por exemplo um livro que vale R\$ 50, e o escritório avalia o produto (não só pelo valor, mas também pela possibilidade que outras pessoas vão querer esse produto). Se a avaliação é positiva, o livro é depositado e põem em circulação a moeda social que equivale a R\$ 50, e qualquer pessoa que trazer esta quantidade tem a possibilidade de reembolsar este livro, ou seja esta moeda social equivalente a R\$ 50 está lastreada com esse livro. A vantagem é a maior independência da moeda social do sistema monetário convencional, já que é possível criar moedas mesmo que não haja nenhuma moeda oficial.

c) **Pagamento de impostos etc.:** Quando a administração pública emite uma moeda paralela (ex.: quasimoedas na Argentina), todos esses pagamentos para ela mesma (pagamento de impostos, de outras taxas, de transporte público etc.) podem ser feitas nessa moeda. No caso argentino essas quasimoedas emitidas pelas províncias conseguiram suplementar a falta da liquidez que enfrentava a economia nacional naquele momento (Sbatella, 2011), provando a possibilidade de criação monetária sem inflação sempre e quando a quantidade não for excessiva.

d) **Crédito Mútuo:** A modalidade mais popular entre as demais, adotada nas experiências de LETS, bancos do tempo e algumas práticas de troca comercial (moedas sociais para transações entre pequenos comércios). Cada participante terá a sua própria conta virtual em que irá cadastrando cada transação (tanto vendas como compras). Interpretam-se que os saldos positivos são apenas os direitos a reembolsar produtos e serviços equivalentes a outro(s) sócio(s) do sistema, enquanto que os saldos negativos não são dívidas que cresçam infinita e exponencialmente como os juros, mas apenas o compromisso desse(s) sócio(s) a oferecer serviços e/ou produtos equivalentes. A vantagem é a criação monetária sem freios, mas é importante tomar medidas para impedir que alguns malvados desapareçam com saldo negativo quase máximo, porquê assim se desestabilizaria a confiança ao sistema inteiro.

e) **Emissão como crédito bancário:** O Banco WIR, operacional desde 1934 na Suíça, é o único exemplo em que a moeda é criada como crédito bancário, do mesmo jeito que a banca comercial concede créditos bancários para os tomadores.

f) **Fiat:** Fiat significa “que exista” em latim, referindo-se a um artefato que não dependa de outro objeto existente. Exemplos em que a moeda social é criada e doada para os sócios sem nenhuma contraprestação nem o compromisso a retorná-la quando deixam de usar este meio de intercâmbio. Ithaca Hours, uma moeda que funcionava nas décadas de 1990 e 2000, foi suspensa com a acumulação excessiva da mesma numa cooperativa de camponeses (Papavasiliou, 2008) enquanto que as notas de “crédito”, moeda social para os clubes de troca que no seu apogeu sustentava a vida de milhões de argentinos, foram emitidas desmesuradamente, chegando a gerar hiperinflações (Louge, 2005) e fazendo com que os sócios se afastassem desta prática. O caso do Bitcoin, primeira criptomoeda que conseguiu um êxito notável, é particular porquê realiza-se uma concorrência mundial de um problema matemático e o primeiro computador que o

solucionar obtêm um Bitcoin, e a massa monetária está restrita a 21 milhões de Bitcoins (Jansen, 2013).

1299

Agora, depois de determinar cada categoria, vamos ver mais detalhadamente como cada tipo de moeda social pode impulsar na economia.

a) Moedas lastreadas com o dinheiro de curso legal: Esta modalidade mostra a vinculação mais forte com o sistema monetário convencional, portanto está mais apropriado em mudar um pouquinho o curso do dinheiro rumo aos atores da economia social e solidária e outros atores da economia local (ex.: trabalhadores informais, trabalhadores autônomos, comércios familiares...). Existem também casos em que o gerenciador da moeda social concede também créditos nessa mesma (Chiemgauer e Banco Palmas), facilitando a criação de novos empreendimentos e o fortalecimento de outros empreendimentos existentes.

b) Moedas lastreadas com outros bens e/ou serviços: Há poucas experiências nesta categoria, mas a possibilidade de criar liquidez mesmo sem dinheiro oficial correspondente permite que os sócios desses sistemas convertam os produtos e/ou serviços sobranes em poder adicional de compra, injetando mais circulantes na economia para ajudar a cobrir as necessidades. Poderia funcionar ainda bem se se trata de uma zona abundante em produtos e/ou serviços mas carentes em dinheiro oficial.

c) Pagamento de impostos etc.: Normalmente uma moeda desta tipologia é implementada a nível regional ou inclusive nacional, permitindo que seja outro meio de intercâmbio amplamente utilizado dentro de cada jurisdição.

d) Crédito Mútuo: A grande maioria das iniciativas desta índole estão desenhadas para tratar de pequenas transações a nível individual e influem pouco na massa monetária.

e) Emissão como crédito bancário: Quanto ao Banco WIR, Stodder (2005) demonstra que, se for implementado no âmbito empresarial e a nível regional / nacional, pode funcionar para balancear a economia.

f) fiat: O colapso da experiência argentina dos Clubes de Trocas, outrora próspera, comprova que a sobreemissão da liquidez é nociva para todo o sistema, e mesmo sem essa mesma, a falta de atores econômicos a aceitar esse meio de intercâmbio é fatal para a sustentabilidade do sistema, como foi demonstrada no caso da experiência americana Ithaca Hours. Quanto à última tendência de criptomoedas, surgiram um nível insólito de interesse especulativo para entrar na compra-venda das mesmas para subir o valor

exageradamente, e essa tendência chegou a atrair ainda mais especuladores, fazendo com que as criptomoedas sejam mais consideradas como meio de especulação que como meio de intercâmbio. A falta de lastro, porém, é um problema óbvio e o que sustenta o preço dessas é apenas a vontade dos investidores a comprar Bitcoin etc. De fato estas moedas correm o risco de queda brutal que já aconteceram várias vezes quando alguns países importantes, inclusive a China, proibiram o uso desse meio de intercâmbio. Além disso, a limitação de Bitcoin a uma quantidade fixa traz consigo uma inflexibilidade, impossibilitando que a massa monetária seja ajustada de acordo com a necessidade da economia.

O autor não considera que o último modelo (fiat) seja recomendável, devido aos fracassos dos Clubes de Troca e do Ithaca Hours. A emissão da moeda é a emissão de uma dívida que precisa ser lastreada com algum produto ou serviço. Vale a pena lembrar-se da prática antiga de emitir cheques. Embora que era possível emitir quantos cheques que o indivíduo quisesse, era preciso ter um saldo suficiente na conta bancária para evitar a insolvência. O mesmo princípio se aplica na criação da moeda social e cada emissão da moeda social, independentemente de quem é o emissor (entidade gerenciadora da moeda social ou cada sócio dela), requer que seja lastreado com algo (dinheiro de curso legal, bens ou serviços depositados, possibilidade de pagar impostos etc. na administração pública, direito a cobrar algum produto ou serviço a outro sócio ou meio para cancelar a dívida), e é necessário considerar este aspecto no momento de desenhar uma moeda social.

Como as moedas sociais servem para fortalecer a economia social e solidária?

Hirota (2012) assinala dois aspectos importantes das moedas sociais: “como promotor da economia social” e “como ator da economia social”. Quanto ao primeiro, já vimos várias vantagens sócio-econômicas que podem aportar esses meios de intercâmbio para os componentes da família da economia social, entre outros cooperativas, associações, fundações e mútuas, sempre e quando estiverem adequadamente desenhadas para conseguir tais fins (ex.: aumento da venda para essas entidades, doação para projetos sociais e concessão de empréstimos para financiar projetos das entidades). Por outra parte, é verdade que as próprias entidades gestoras das moedas sociais costumam ser associações, cooperativas ou fundações, demonstrando que estas ferramentas são gerenciadas sem fins lucrativos.

Seria relevante ressaltar a experiência do Banco WIR na Suíça, já que, embora que os sócios costumam ser à margem da economia social, por exemplo indivíduos e sociedades limitadas, é possível criar relações econômicas mais baseadas na reciprocidade que na concorrência e na maximização do lucro, graças às taxas de juros mais baixas do que aquelas oferecidas pela banca comercial. Neste sentido observa-se uma semelhança importante entre as moedas sociais e as instituições financeiras desta economia, pois ambas fazem com que os utentes disfrutem outra liquidez, além daquela injetada pela banca comercial somente quando ela achar rentabilidade na concessão de empréstimos.

Conclusões

O dinheiro, afinal de contas, é apenas uma convenção humana que pode ser alterada em função do consenso feito por cada coletivo, e as moedas sociais são ferramentas comunitárias de intercâmbio exclusivamente utilizadas pela sociedade civil. A diferença da moeda oficial, completamente controlado pela banca (não só pelo Banco Central mas também pela banca privada), as moedas sociais são desenhadas e gerenciadas pelos coletivos dos utentes, dando possibilidades de funcionarem de modo a satisfazer melhor as necessidades deles mesmos.

Existem cinco principais problemas no sistema monetário atual, ou seja: a) Tendência pró-cíclica da criação e fluxo monetário, b) Pressão pelas taxas de juros compostas ao crescimento perpétuo e compulsivo, além da subida de preços finais, c) Concentração da riqueza, d) Desvalorização do capital social (coesão social) e e) A preferência ao lucro a curto prazo desconta o futuro, e as moedas sociais podem paliar todos estes efeitos adversos, mesmo que sejam a pequena escala.

Essas moedas sociais podem ser classificadas nas seguintes seis tipologias por lastro: a) Moedas lastreadas com o dinheiro de curso legal, b) Moedas lastreadas com outros bens e/ou serviços c) Pagamento de impostos etc., d) Crédito Mútuo, e) Emissão como crédito bancário e f) fiat, com as suas próprias vantagens e desvantagens. As experiências da última categoria demonstraram falhos tão graves na sustentabilidade que seria importante descartá-la na escolha do modelo da moeda social.

Existem dois aspectos importantes nas moedas sociais: como “promotor” e como “ator” da economia social. O primeiro favorece as performances econômicas de outras

associações, cooperativas etc., enquanto que o segundo impulsiona uma economia livre da lógica da economia capitalista de criação monetária para fins lucrativos.

1302

Bibliografia

CALDANO, M. “La experiencia de la Cooperativa Escolar y Banco de Horas Comunitario ‘Olga Cossettini’.” Em Plasencia A. e Orzi, R. (comp.), Moneda social y mercados solidarios – Potencial emancipador y pedagógico de los sistemas monetarios alternativos, Ciccus, Buenos Aires, pp. 89 – 96, 2007.

DOUTHWAITE, R. The Ecology of Money, Greenbooks, Totnes (Reino Unido), 1999.

DYSON, B. et al. Towards a twenty-first century banking and monetary system submission to the independent commission on banking. 2011. Disponível em: <http://www.positivemoney.org/wp-content/uploads/2010/11/NEFSouthampton-Positive-Money-ICB-Submission.pdf> . Acesso em: 10 de outubro de 2022.

DYSON, B. et al. SOVEREIGN MONEY: An Introduction, 2016. Disponível em: <https://positivemoney.org/wp-content/uploads/2016/12/SovereignMoney-AnIntroduction-20161214.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

GALBRAITH, J. El Dinero, Ediciones Orbis, Barcelona, 1983.

GOMEZ, G. M. Argentina's Parallel Currency, Pickering & Chatto, Londres, 2009.

GRECO, T. H., Jr. Money and Debt: A Solution to the Global Crisis (second edition), Thomas Greco, Tucson (Arizona, EUA), 1990.

HIROTA, Y. Monedas sociales y complementarias (MSCs): Experiencias, su papel en la economía social, estrategias, marketing y políticas públicas. 2012. Disponível em: <http://www.slideshare.net/mig76/monedas-sociales-y-complementarias-ms-csexperiencias-su-papel-en-la-economia-social-estrategias-marketing-y-politicasplicas>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

HIROTA, Y. Monedas sociales y complementarias (MSCs): Sus valores socioeconómicos para distintos stakeholders. 2017. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/tesis_doctoral.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2022.

HOBBS, T. De Cive. 1642.

JACKSON, A. y DYSON, B. Modernising money – why our monetary system is broken and how it can be fixed, Positive Money, Londres, 2012.

JANSEN, M. A. “Bitcoin: the political ‘virtual’ of an intangible material currency.” International Journal of Community Currency Research, vol. 17 A, pp. 8 – 18, 2013.

KENNEDY, M. Dinero sin inflación ni tasas de interés, Editorial del Nuevo Extremo, Buenos Aires, 1998.

KING, M. El fin de la alquimia: dinero, banca y el futuro de la economía global, Deusto, Barcelona, 2016.

LIETAER, B. The Future of Money – Creating new wealth, work and a wiser world, Century, Londres, 2001.

LIETAER, B. y BELGIN, S. New Money for a New World, Qiterra Press, Boulder (Colorado, EUA), (2012).

MCLEAY, M. et al. “Money in the modern economy: an introduction.” Quarterly Bulletin 2014a Q1, Banco de Inglaterra. Disponível em: <https://www.bankofengland.co.uk/-/media/boe/files/quarterly-bulletin/2014/money-in-the-modern-economy-an-introduction.pdf?la=en&hash=E43CDFDBB5A23D672F4D09B13DF135E6715EEDA> Acesso em 10 de outubro de 2022.

MCLEAY, M. et al. “Money creation in the modern economy.” Quarterly Bulletin, 2014b Q1, Banco de Inglaterra. Disponível em: <https://www.bankofengland.co.uk/-/media/boe/files/quarterly-bulletin/2014/money-creation-in-the-modern-economy.pdf?la=en&hash=9A8788FD44A62D8BB927123544205CE476E01654>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

ORZI, R. “Utopía, base material y valores en la construcción de emprendimientos de economía social y solidaria: El caso de la cooperativa escolar y banco de horas comunitario ‘Olga Cossettini.’” Em Plasencia A. e Orzi, R. (comp.), Moneda social y mercados solidarios – Potencial emancipador y pedagógico de los sistemas monetarios alternativos, Ciccus, Buenos Aires, pp. 131 – 146, 2007.

ORZI, R. “La experiencia de la Cooperativa y Banco de Horas de Trabajo Olga Cossettini, Capilla del Monte, Córdoba.” Em Orzi, R. (comp.), Moneda social y mercados solidarios II, La moneda social como lazo social, Ciccus, Buenos Aires, pp. 239 – 257, 2012.

PAPAVASILIOU, F. The Political Economy of Local Currency: Alternative Money, Alternative Development and Collective Action in the Age of Globalization. 2008. Disponível em: <https://etd.library.emory.edu/concern/etds/pv63g0481?locale=en>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

PIKETTY, T. El capital en el siglo XXI, RBA, Barcelona, 2015.

PRIMAVERA, H. Diseño básico de folder para difusión de la moneda Social en eventos de corta duración. 2006. Disponível em: https://redlases.files.wordpress.com/2008/02/es2006_fsm_caracastextocartillaparaimprimir_hp.pdf. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

PUTNAM, R. et al. Making Democracy work: Civic Traditions in Modern Italy,

Princeton University Press, Princeton, Nueva Jersey, 1994.

1304

SBATELLA, J. El rol de las monedas provinciales y la soberanía monetaria en Argentina. 2011. Disponível em: <http://sdocument.ish-lyon.cnrs.fr/cc-conf/conferences.ishlyon.cnrs.fr/index.php/cc-conf/2011/paper/viewFile/85/21.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

SCHUMPETER, J. A. History of economic analysis, New York University Press, Nueva York, 1954.

SCHWARZ, F. Das Experiment von Wörgl, Verlagsgenossenschaft Freies Volk, Berna. (Hoje em dia disponível na Synergia Verlag, Darmstadt, Alemanha, 1951.

STODDER, J. Reciprocal exchange networks: Implications for Macroeconomic Stability. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/3865893_Reciprocal_exchange_networks_implications_for_macroecconomic_stability, Acesso em: 10 de outubro de 2022.

TOYNBEE, A. A Study of History, Oxford University Press, Oxford, 1960.

WERNER, R. A. “Towards a new monetary paradigm: A quantity theorem of disaggregated credit, with evidence from Japan.” Kredit und Kapital, vol. 30, pp. 276 – 309, 1997.

WERNER, R. A. New Paradigm in Macroeconomics: solving the riddle of Japanese macroeconomic performance, Palgrave Macmillan, Basingstoke, Reino Unido, 2005.

WERNER, R. A. “Towards a New Research Programme on ‘Banking and the Economy’ – Implications of the Quantity Theory of Credit for the Prevention and Resolution of Banking and Debt Crises.” International Review of Financial Analysis vol. 25, pp. 1 – 17, 2012.

WILD, L. El Dinero o la vida – una guía práctica para la alquimia monetaria, Mayor Books, Quito, 2011.

GT 11

Desenvolvimento territorial *Desarrollo territorial*

Diversos debates perpassam a temática do Desenvolvimento Territorial, a começar pela própria noção de desenvolvimento, que deve superar o velho reducionismo que coloca o termo como mero sinônimo de crescimento das atividades econômicas e ampliação de infraestruturas produtivas: o termo “desenvolvimento” tem ganhado novas conotações, se tornando um conceito multidimensional, repleto de nuances, sem que se possam estabelecer definições e receitas universais para alcançá-lo. Transformação semelhante pode ser assinalada quanto ao termo “territorial”, que passa a extrapolar delimitações geográficas - muitas vezes arbitrárias, de caráter meramente administrativo - para estar associado a aspectos identitários, que permitem trabalhar com critérios de delimitação mais fiéis à percepção dos próprios habitantes, como no caso dos “territórios de identidade” que balizaram recentes políticas públicas de desenvolvimento regional, territorial ou local em diferentes países. As diferentes escalas com as quais a promoção do desenvolvimento territorial precisa lidar, bem como as articulações políticas, econômicas e sociais que as perpassam, são outra temática possível e indispensável de ser abordada neste GT; Isso para que estratégias de desenvolvimento levadas a cabo por atores sociais “de costas para o Estado” possam ser apoiadas por políticas públicas, integradas a projetos e programas de desenvolvimento governamentais - inclusive servindo de fonte de inspiração para estes - de forma a se aproveitar o potencial de arranjos sociais e iniciativas autônomas num conjunto mais amplo e coeso de ações, tendo a governança participativa como elemento garantidor de sua efetividade e continuidade.



Coordenação:

Wagner de Souza Leite Molina
(UFSCar, Brasil)

GT 11 - Desenvolvimento territorial	1305
<i>Desarrollo territorial</i>	
Acceso colectivo a tierras públicas en Uruguay	1307
Juan Riet Correa, Gerardo Sarachu, Walter Oreggioni, Cecilia Matonte	
Economía social e solidária como apoio à implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável: um estudo de caso da associação ama do município de Araraquara (SP)	1329
Jorge Ernesto S. Bazán Aparicio, Leandro Pereira Morais	
Elementos centrais para o desenvolvimento local a partir da economia social e solidária	1351
Juan Fernando Alvarez Rodriguez, Daniel Francisco Nagao Menezes	
Impactos da atividade sucroenergética na reprodução de grupos camponeses na região de Ribeirão Preto	1365
Victor Marchesin Corrêa, Joelson Gonçalves de Carvalho, Marina Fernandes	
Mobilização local para inserção produtiva e desenvolvimento local	1382
Eliane Navarro Rosandiski	
Racismo ambiental: comunidades do cerrado do pantanal mato-grossense	1395
Giovana Rosangela Ferreira Mendes, Willian Silva de Paula, Marilane Alves Costa, Hugo Fernandes Lopes Filho	
Uma análise do direito às terras tradicionalmente ocupadas por indígenas no Brasil na perspectiva dos direitos humanos	1411
Yuri Pereira Gomes	
Projeto manejo agroflorestal, por uma identidade territorial	1435
Joaquim Lauro Sando	

ACCESO COLECTIVO A TIERRAS PÚBLICAS EN URUGUAY

1307

Juan Riet Correa, Universidad de la República (Udelar)
juanriet@gmail.com

Gerardo Sarachu, Universidad de la República (Udelar)
gsarachu@gmail.com

Walter Oreggioni, Universidad de la República (Udelar)
woreggioni@gmail.com

Cecilia Matonte, Universidad de la República (Udelar)
ceciliamatonte@gmail.com

Resumen

El objetivo general del presente trabajo es analizar el desarrollo de la política de acceso a tierras públicas en el nuevo contexto político institucional de la República Oriental de Uruguay, caracterizado por el recorte de la financiación del Instituto nacional de Colonización (INC), la desafectación de tierras de su gestión y el detenimiento de un proceso de 15 años de ampliación de su cartera de tierras. Las Formas de Acceso Colectivo a Tierra, refiere a una categoría que resulta central para describir y comprender una modalidad de acceso a tierras públicas, principalmente, que ha permitido a trabajadoras/es y productoras/es familiares, desarrollar emprendimientos colectivos en los que, en mayor o menor medida, se comparte el trabajo, los medios de producción, la toma de decisiones y los resultados del emprendimiento. Se busca conocer cuáles son los arreglos organizativos presentes, y como se incide en la territorialidad asociativa, así como las condiciones materiales que permiten el funcionamiento de los emprendimientos. Para ello se sistematizan los datos provenientes del INC junto al análisis del mapeo y caracterización de la Economía Solidaria en el Uruguay. Se procesaron datos actualizados a marzo de 2022 en relación a la evolución del acceso colectivo a tierras públicas del INC. Principales resultados y reflexiones. Existe una continuidad de la política de adjudicación de tierra en régimen colectivo, a pesar del cambio de gestión establecido por el cambio de gobierno. Sin embargo, es de destacar que las adjudicaciones realizadas durante la gestión del nuevo gobierno nacional, responden a tierras que ya se encontraban incorporadas a la cartera del INC y cuyos trámites se habían iniciado mayoritariamente en la gestión anterior. Si analizamos la tendencia a la nula incorporación de tierras a la cartera del INC en el último año y medio, es posible sugerir que el proceso de adjudicación de nuevas tierras se verá enlentecido o directamente detenido en términos generales. Por lo tanto, de no existir una política de adjudicación que priorice la asignación colectiva sobre la adjudicación individual de tierras, el crecimiento de unidades productivas asociativas en tierras públicas también se detendrá.

Palavras-chave: Acceso a tierra; Territorialidad asociativa; Política pública.

Abstract

The general objective of this work is to analyze the development of the public land access policy in the new political-institutional context of the Eastern Republic of Uruguay, characterized by the reduction in funding of the National Institute of Colonization (INC), the disaffection of lands from its management and the halting of a 15-year process of expanding its land portfolio. Collective Forms of Land Access refers to a category that is central to describing and understanding a mode of access to public lands, primarily, which has allowed workers and family producers to develop collective ventures in which, to a greater or lesser extent, work, means of production, decision-making, and venture results are shared. The aim is to know what the present organizational arrangements are, and how they affect associative territoriality, as well as the material conditions

that allow the functioning of the ventures. To this end, data from the INC is systematized along with the analysis of the mapping and characterization of the Solidarity Economy in Uruguay. Data updated to March 2022 was processed in relation to the evolution of collective access to public lands of the INC. Main results and reflections. There is a continuity of the policy of land allocation in collective regime, despite the change of management established by the change of government. However, it should be noted that the allocations made during the management of the new national government respond to lands that were already incorporated into the INC's portfolio and whose procedures had mostly started in the previous management. If we analyze the trend towards the null incorporation of lands into the INC's portfolio in the last year and a half, it is possible to suggest that the process of allocating new lands will be slowed down or directly halted in general terms. Therefore, if there is no allocation policy that prioritizes collective assignment over individual land allocation, the growth of associative productive units on public lands will also stop.

Keywords: Land access; Associative territoriality; Public policy.

Introducción

El objetivo general del presente trabajo es analizar el desarrollo de la política de acceso a tierras públicas en el nuevo contexto político institucional de la República Oriental de Uruguay, caracterizado por el recorte de la financiación del Instituto Nacional de Colonización (INC), la desafectación de tierras de su gestión y el detenimiento de un proceso de 15 años de ampliación de su cartera de tierras.

Ante este escenario surge la pregunta acerca de la pertinencia del acceso colectivo a tierras públicas como factor transformador de la estructura agraria. Desde esta perspectiva, se toman a las Formas de Acceso Colectivo a Tierra, como categoría central para describir y comprender una modalidad de acceso a tierras públicas, principalmente, que ha permitido a trabajadoras/es y productoras/es familiares, desarrollar emprendimientos colectivos en los que, en mayor o menor medida, se comparte el trabajo, los medios de producción, la toma de decisiones y los resultados del emprendimiento.

Como se plantea en los informes 2020 y 2021 del Observatorio de la Cuestión Agraria en Uruguay (OCAU), la gestión colectiva de tierras ha estado históricamente asociada a organizaciones cooperativas y del sistema de fomento rural que han desarrollado experiencias tendientes a levantar limitantes de escala de los productores familiares.

Para el análisis, se buscará ejemplificar con diferentes procesos colectivos de acceso a tierras públicas en el departamento de Soriano-Uruguay. Por un lado, un caso emblemático en tierras del Cololó, como es la experiencia que en 2023 cumplirá 70 años, y se desarrolla en la Colonia Instrucciones del año XIII, una colonia de vida y de trabajo colectivo de colonización integral. Por otro lado, más recientemente en las cercanías del

departamento y próxima a la capital del mismo la Sociedad de Fomento Rural Cerro Alegre, desarrolla una experiencia de producción y gestión colectiva entre productores familiares que les permite complementar y ampliar sus predios realizando economías de escala. Otro ejemplo a considerar es el de la Colonia Encarnación Benitez, que ha permitido a productores familiares acceder a predios individuales, la forma predominante de colonización mediante fraccionamiento, pero que además de cada uno en su predio, comparten la gestión de la infraestructura en tambos y salas de ordeño comunes. Se busca conocer cuáles son los arreglos organizativos presentes, y como se incide en la territorialidad asociativa, así como las condiciones materiales que permiten el funcionamiento de los emprendimientos.

Se considera que los ejemplos seleccionados permiten comprender diferentes modos de acceso colectivo a tierras, con diferente intensidad respecto a los recursos de uso común, a la gestión colectiva y a las tramas que sostienen la vida de las personas que constituyen a las experiencias colectivas. Estos ejemplos tensionan de manera diferenciada en su dinámica con el modelo de producción dominante, con las dinámicas y condicionamientos del estado y del mercado y se relacionan de diferente manera con otras organizaciones y movimientos socio-territoriales.

Finalmente se analizan las transformaciones en la política de tierras a partir del cambio de administración del INC luego de las elecciones nacionales de 2020.

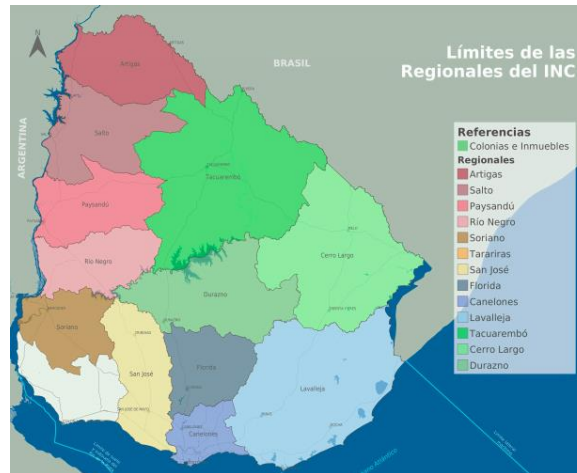
Acceso a tierras públicas

El INC, constituido en 1948 con la aprobación de la Ley de Colonización N° 11.029, fue un mojón importante en la “historia de la tierra” en Uruguay. A los efectos de esta ley, por colonización se entiende el conjunto de medidas a adoptarse de acuerdo con ella para promover una racional subdivisión de la tierra y su adecuada explotación, procurando el aumento y mejora de la producción agropecuaria y la radicación y bienestar del trabajador rural. (Art. 1). (Riet Correa, J et al. 2017:2)

En sus primeros 56 años (hasta la asunción del gobierno del Frente Amplio en 2005) el INC gestionaba aproximadamente 530.000 hectáreas (entorno a 3% del territorio nacional). Durante los primeros gobiernos del Frente Amplio, cifras no oficiales manejaban la incorporación de alrededor de 50.000 hectáreas más al ámbito del INC a 2013, alcanzando un total de aproximadamente 580.000 hectáreas, un 3,5% del territorio (Oyhantçabal 2013: 3).

La creación del INC instaló (al menos así lo definía la ley) una herramienta de acceso a tierra para productores familiares y trabajadores rurales. Considerando que nos encontramos en un país con el 100% del área colonizada, sin posibilidad de ampliación de la frontera productiva y con un respeto absoluto por la propiedad privada como derecho, el único medio de acceso a la tierra para los trabajadores pobres es el INC. (Riet Correa, J et al. 2017:2)

Figura 1- Distribución territorial de las regionales del INC.



En la actualidad, la superficie nacional de tierras vinculadas al INC (previo a la aprobación del artículo 357 de la LUC)¹²³ ocupa 615.534 has, las que se organizan en 381 colonias e inmuebles que dependen de 13 oficinas regionales que abarcan la superficie de todo el país como se muestra en el mapa.

Para el proceso de adjudicación de tierras el INC establece 2 modalidades en función de las características de la gestión de la unidad productiva, familiar o asociativa:

- Unidad de Producción Asociativa: es una explotación agropecuaria que comprende toda la tierra adjudicada a un emprendimiento asociativo (3 o más titulares).
- Unidad de Producción Familiar: es una explotación agropecuaria que comprende toda la tierra adjudicada a un hogar (1 o 2 titulares). (página web INC, 2022)

Esas modalidades pueden acceder a tierras a través de distintas formas de tenencia, siendo el arrendamiento la principal, aunque existen figuras como la propiedad y el comodato precario.

¹²³Corresponde a la posibilidad de vender por fuera de la autorización del INC, predios que pertenecían a la cartera de tierras del BHU antes de la creación del INC, que representan unas 58.574 hectáreas correspondientes a 1278 fracciones. (Informe de coyuntura OCAU 2022: La Ley de Urgente Consideración y el Instituto Nacional de Colonización: Sus efectos territoriales)

Existen también distintas formas de titularidad de esa tenencia, la titularidad conjunta conyugal/concubiniaria, otras titularidades conjuntas (sin vínculos de pareja), y titularidad individual.

Para las Unidades de producción asociativa el INC establece 3 tipos de asociatividad para el acceso:

Modalidad asociativa 1 o directa:

Grupos con emprendimientos productivos asociados que trabajan directamente la fracción. En general, comparten el trabajo y la tierra; en algunos casos capital (semovientes, maquinaria, entre otros) y/o infraestructura.

Modalidad asociativa 2 o indirecta:

Grupos que comparten capital colectivo: la tierra y en algunos casos ganado, maquinaria y/o infraestructura. En general son organizaciones de productores/as, que gestionan la tierra del INC y brindan un servicio a sus socios/as, sea este de pastoreo, recría, producción de reservas forrajeras, entre otros.

Modalidad asociativa 3:

Grupos conformados por colonos y/o colonas, y su principal actividad no es agropecuaria sino social o de servicios (grupos de mujeres, grupos de jóvenes, grupos de maquinaria entre otros). Su finalidad es facilitar el acceso a bienes, servicios y/o realizar actividades sociales, culturales, recreativas.



Fuente: colonizacion.com.uy/modalidades-asociativas

De la totalidad de la superficie de tierras del INC, 358.458¹²⁴ has (58%) están en régimen de arrendamiento, 233.219 (38%) has bajo régimen de propiedad y 1.301 (0.2%) bajo comodato. La diferencia (unas 30.000 has) estaban al momento de realizado el informe en proceso de planificación o llamado para adjudicación.

En 2020 las 3696 Unidades Productivas vinculadas ocupaban 505.560 has de las 615.534 has totales. Si quitamos la superficie que se encontraba en proceso de adjudicación, la diferencia corresponde a fracciones adjudicadas a la categoría "Instituciones y organizaciones" (Grupos conformados por colonos y/o colonas, y su principal actividad no es agropecuaria sino social o de servicios -grupos de mujeres,

124 dato a junio 2022.

grupos de jóvenes, grupos de maquinaria entre otros-. Su finalidad es facilitar el acceso a bienes, servicios y/o realizar actividades sociales, culturales, recreativas).

De la superficie arrendada, el 89% corresponde a Unidades de producción familiar y el 21% a Unidades de producción asociativa. Esto representa un promedio de 130 has/UPF y 454 has/UPA. Si consideramos que el promedio de integrantes por UPA es de 9.5 personas/UPA notamos que la asignación individual es 2.5 veces menor en relación a la asignación por UPF.

El acceso colectivo

A partir de la segunda mitad del siglo XX, surgen emprendimientos que desde perspectivas comunitarias han implementado experiencias en las que el trabajo, la producción y la reproducción de la vida se integran en la conformación colectiva.

En el período 2005-2019 la incidencia del Estado en estos procesos, y especialmente en la adjudicación colectiva de tierras públicas tomó una relevancia única en la historia del Instituto Nacional de Colonización.

En el período que va entre 2017 y el 2022, se registró un incremento de la superficie de tierra adjudicada a Unidades Productivas Asociativas (UPA) de un 25%, pasando de 88.123 há. a 109.816 há. Si consideramos además que este último dato sólo incluye las UPA en arrendamiento (en comparación con los datos de 2017 que incluían las UPA en propiedad), se evidencia un crecimiento en la superficie adjudicada en relación de unidades de producción colectivas.

Se puede observar que existió para este período una continuidad en el criterio de adjudicación colectiva de tierras, más allá del cambio de gestión del INC que se concretara a mediados del año 2020, pasando de 142 a 242 UPA, un aumento de 26% en relación a 2017.

Para este período las adjudicaciones colectivas de tierras mantienen los niveles de períodos anteriores, representando las magnitudes más relevantes desde la puesta en ejecución de la ley 11.029 de Colonización, en especial desde el año 2010, tal como señalamos en el informe del OCAU 2020. En el cuadro que sigue se puede observar la evolución histórica de las adjudicaciones de tierra a unidades productivas asociativas:

Período	UPA	Porcentaje	tasa de adjudicación
1948-1999	24	9,5%	0.5

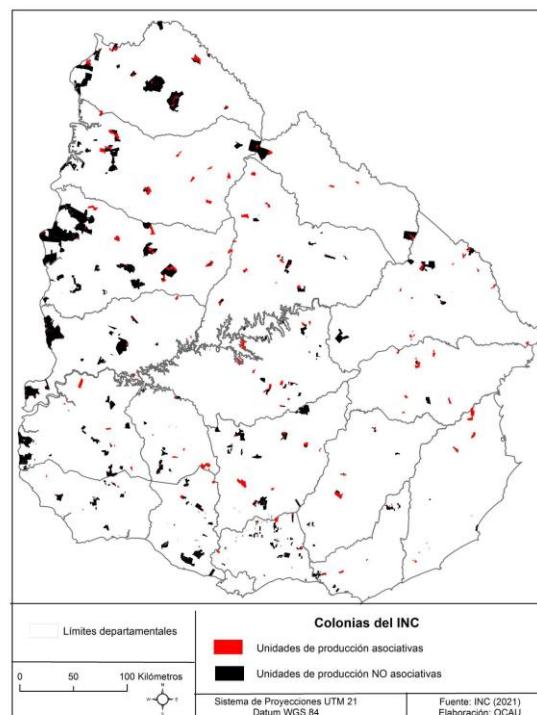
2000-2004	2	0.7%	0.4
2005-2009	28	11%	5.6
2010-2014	93	35%	18.6
2015-2019	71	27%	14.2
2020 en adelante	43	16,5%	14.3
Total	261	100%	3.52

Como puede verse y fuera mencionado anteriormente, la política de adjudicación priorizando las unidades de producción asociativas comienza a tomar relevancia a partir del 2005 en adelante, teniendo su auge en el quinquenio de 2010 a 2014.

Durante los primeros años de existencia del INC, se adjudicó muy poca tierra para la gestión colectiva (en estos primeros 55 años accedieron a tierra prácticamente la misma cantidad de emprendimientos que en los 5 años que van de 2005 a 2009), aunque algunos de los emprendimientos que accedieron en este período son muy relevantes.

En la figura se presenta el mapa de localización de las Unidades Productivas familiares y asociativas existentes a mayo de 2022.

Figura 2: Localización de las UP del INC



Fuente: Informe 2021 OCAU

En cuanto a la distribución territorial de las adjudicaciones el Informe 2021 del OCAU plantea que se observa un incremento de tierras gestionadas por colectivos en todas las regionales.

Cuadro 1: Evolución de las UP entre 2017 y 2022, por macro región.

Macro Región	emprendimientos		variación 2017-22	
	2017	2022	absoluto	%
ESTE (Cerro Largo, Treinta y tres, Lavalleja, Rocha y Maldonado)	33	53	20	60
LITORAL SUR (Soriano, Colonia, San José y Flores)	18	27	9	50
LITORAL NORTE (Artigas, Salto, Paysandú, Rivera, Tacuarembó y Río Negro)	106	121	15	14
CENTRO SUR (Florida, Durazno y Canelones)	35	38	3	8,5
total	192	239 ^{SP}	47	24%

Fuente: Informe 2021 OCAU

Si bien todas las regiones crecieron en número de emprendimientos colectivos, se observa un crecimiento por encima del promedio de las regionales ubicadas en el litoral sur y en la Región este del país. Cambiando la tendencia observada para el período 2005-2017 donde las regionales del norte y noreste fueron las que mostraron mayor crecimiento, tal como se muestra en el informe OCAU 2020.

Algunos casos de análisis

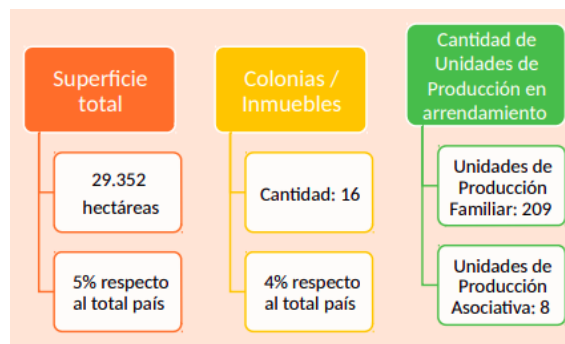
Como se decía en apartados anteriores, los procesos de acceso colectivo a tierras, han adoptado diversas modalidades e intensidades, que es preciso considerar en su complejidad. Lo que se propone en este apartado no se trata de un estudio de caso, sino que se ejemplifica con tres casos en tanto permiten analizar las heterogeneidades y tensiones de las políticas públicas de promoción de la asociatividad en el medio rural.

Las experiencias a analizar, se encuentran ubicadas en el departamento de Soriano, en una región del litoral oeste del país, con características netamente agrícola, y con los suelos de mayor productividad del país.

Figura 3: Mapa de localización de las experiencias asociativas a analizar.



Las mismas dependen de la oficina regional de Soriano del INC, conjuntamente con otras 6 Unidades Productivas Asociativas y 209 Unidades productivas familiares, representando el 4% de las UP de todo el país. A su vez, ocupan cerca de 30.000 has lo que representa un 5% del área total afectada al INC.



El asociativismo rural vinculado al trabajo y la producción con base familiar y comunitaria, ha dado lugar a diversas formas a lo largo de la historia orientadas tanto a formas de adaptación a los modelos de desarrollo dominante ante las determinaciones de las transformaciones en el medio rural impuestas por el capital, cómo hacia las estrategias de resistencia y búsqueda de alternativas orientadas a la autonomía de los sujetos para cambiar la situación de las personas involucradas y sus organizaciones, incidiendo en el cambio de la realidad y sus condicionamientos (OCAU, Informe Anual 2020)

Estas experiencias no se desarrollan en el aire sino en contextos que condicionan la acción, en espacios socio-territoriales específicos que habilitan o inhiben ciertas

dinámicas. Es relevante considerar cómo las formas asociativas participan de esas dinámicas en sus relaciones de explotación/dominación/conflicto, con el Estado, con el mercado, con el trabajo, con las tramas comunitarias en lucha y los movimientos sociales que se van componiendo.

Desde el Observatorio de la Cuestión Agraria en Uruguay (OCAU: <https://www.ocau.edu.uy/>) se viene trabajando con la idea de territorialidad asociativa, entendida como el proceso conjunto de la reproducción social capitalista en su concreción histórica, cuya finalidad (telos) apunta a satisfacer una necesidad social e individual mediante la autotransformación de la materia (trabajo) que se organiza de forma asociativa.

En este sentido, cuando ligamos el concepto de territorialidad con los procesos asociativos rurales, sostenemos que los mismos no se desarrollan en forma abstracta sino en contextos determinados. Surgen y se constituyen como formas de resolución colectiva de necesidades. Estas experiencias, son parte de movimientos de resistencia y alternativa ante los imperativos procesos de valorización, producción y reproducción de la vida como mercancía y están profundamente condicionadas ante la mercantilización creciente.

Es importante pluralizar el concepto, en clave de caracterizar diversas territorialidades que tienen que ver con la intensidad de las experiencias asociativas. La intensidad asociativa se relaciona con la participación de todas las personas en el control directo y compartido de los diferentes medios de existencia: el trabajo, la propiedad de los medios de operación, los resultados económicos, la información acerca del funcionamiento y el poder de decisión sobre las cuestiones que hacen a dicho proceso asociativo (Cruz, 2006) atendiendo a las relaciones de igualdad, solidaridad que producen en clave territorial.

En base a esto, tomando a la territorialidad asociativa como las diversas formas de organización social que componen los sujetos a través del trabajo humano, cuya finalidad principal es la reproducción de la vida, proponemos la siguiente clasificación: territorialidad asociativa plena cuando integra la totalidad de las dimensiones (producción, comercialización, entramados socioculturales y consumo). La territorialidad asociativa media cuando integra al menos dos dimensiones (producción, comercialización, entramados socioculturales y consumo) primando actividades combinadas orientadas a la inserción subordinada en los sistemas productivos dominantes con otras orientadas a una mayor autonomía. Y territorialidad asociativa baja cuando integra una sola dimensión (producción, comercialización, entramados socioculturales y consumo)

Con base en a los estudios de las formas colectivas vinculadas a la territorialidad asociativa, se construyeron una serie de criterios para caracterizar dichas formas:

Tierra
compartida

Superficie de tierra que gestionan colectivamente

Integrantes	Cantidad de integrantes asociados
Tierra	Comparte tierra o no
Trabajo	comparte trabajo o no
Capital	comparte capital (maquinaria, ganado, etc) o no
Residencia	residen en el predio o no
Vínculo con otras organizaciones	Tipo de vínculo: reivindicativo, gremial y su participación en organización
Servicios a la Sociedad	servicios sociales o propuestas comunitarias desplegadas en territorio
Intercooperación	cooperación con otros colectivos, producción-distribución y consume

Fuente: Ceroni et al: Proyecto: Territorialidad asociativa: Sus diversas formas de organización social en el Uruguay reciente. CSIC Proyecto ID: 404

Además de los criterios para la caracterización de las experiencias se busca analizar los procesos de intensidad asociativa de las mismas. Con base al mencionado proyecto se define la intensidad asociativa en función de lo siguiente:

- según los factores de producción que comparten: trabajo, tierra o capital
- residencia compartida en el predio o no
- grado y tipo de relacionamiento con otras organizaciones

De la combinación de estos criterios se puede construir una tipificación en 4 clases:

- *Baja*: comparten un solo factor de producción, no residen en el predio y con bajo grado de relacionamiento con otras organizaciones.
- *Media*: Comparten más de un factor de producción, no residen en el predio y con bajo o medio grado de relacionamiento con otras organizaciones.
- *Alta*: Comparten todos los factores de producción, pero no residen en el predio y grado medio y alto de relacionamiento con otras organizaciones.
- *Muy alta*: Comparten todos los factores de producción, residen en el predio y se relacionan en alto grado con otras organizaciones.

El caso de la Unidad Cooperaria Nº1 ubicada en la colonia Instrucciones del año XIII en la zona de Cololó-Soriano, es interesante para visualizar estas intensidades asociativas y el tipo de territorialidad que logran construir. Desde 1953, acceden a tierras públicas por parte del Instituto Nacional de Colonización y se plantean un proyecto de colonización integral de trabajo y vida rural (Cabrera y Mondelli, 2014). Instalada en 2226 hectáreas, que les fueron adjudicadas en el año 1959 por las que pagan arrendamiento al INC, en una de las tierras más ricas del país, en una región donde predominan en la actualidad los cultivos de secano con énfasis en la producción de soja.

Esta experiencia desde su fundación plantea un sistema integral que combina el desarrollo de diferentes secciones en tierras que se trabajan colectivamente: agraria, ganadería, suinos, tambo, industria láctea, bosques y jardines, administración, distribución y ventas. En su largo proceso de construcción ha desarrollado iniciativas asociadas como es el Centro de Formación Agraria y Cooperativa que junto con la cooperativa de Trabajo de educadores "Tierra que Anda" realiza cursos para la formación de jóvenes en el contexto de intercooperación, en oficios rurales y trabajo asociado (Fascioli, 2009). Se destacan también en los últimos cuatro años, el desarrollo del proyecto de horticultura agroecológica y el proyecto de turismo rural en el que participan mujeres y jóvenes, habitantes de la colonia y de pueblos cercanos. Se puede definir a la Unidad Cooperaria N°1, como una experiencia de muy alta intensidad cooperativa que construye territorialidad asociativa también alta en tanto comparten el conjunto de factores mencionados (tierra, medios de operación, trabajo, resultados económicos de las actividades, información acerca del funcionamiento y poder de decisión, estableciendo redes y vínculos con el territorio.

Son notorias las diferencias de esta experiencia que accedió colectivamente a tierra de lo que se registra en los predios linderos pertenecientes a grandes hacendados. Por un lado, habitan en el territorio de la colonia aproximadamente 50 personas de las cuáles 12 son socios activos de la cooperativa agraria "Unidad Cooperaria", 6 son aspirantes a socios o contratados y las demás personas familiares o habitantes vinculados a otras actividades. Se dispone de una escuela rural pública ubicada en el predio, situación que contrasta con la tendencia a la despoblación y alta tecnificación de los predios linderos que registran escasas personas habitando.

La coexistencia de espacios de trabajo y vida comunitaria le otorgan a la experiencias particularidades importantes que determinan su intensidad en términos de gestión de las diferencias, las controversias y conflictos en el trabajo y más allá del trabajo, para el sostenimiento de la vida comunitaria, las relaciones interpersonales, intergeneracionales, el papel y participación de las mujeres, los espacios comunes, hotel alojamiento, salones compartidos, cocinas, parques y plazas además de las casas su construcción y mantenimiento. Los desafíos de pensar la organización para el trabajo y la organización cotidiana de la vida implican fuertes intensidades. Se identifican desafíos importantes para conjugar proyectos individuales y/o familiares con los requerimientos

de los proyectos colectivos, que hacen de la experiencia un espacio vivo siempre en construcción (Botta, 2019).

Otra de las experiencias asociativas en el Departamento de Soriano se desarrolla próxima a la capital departamental, se trata de la Colonia Luisa Cuesta, creada en 2012, disponen de una adjudicación por parte del INC de 174 hectáreas para la Sociedad de Fomento Rural Cerro Alegre. Dicha sociedad agrupa a pequeños productores familiares de la zona.

Esta experiencia resulta interesante como un ejemplo de intensidad media-alta en materia de asociatividad y territorialidad asociativa. Surge de la reactivación de la Sociedad de Fomento Rural en el año 2009¹²⁵ y la conformación de un grupo de dicha sociedad para la gestión colectiva del mencionado campo. El grupo tiene 21 integrantes activos, de los cuales actualmente 10 participan directamente del campo colectivo. La mayoría residen en la zona donde se ubica el predio, en el entorno de los 3 km de distancia.

Si bien se trata de una Sociedad de Fomento Rural, se realiza una gestión directa del campo. La mayor área (65 has de campo natural) está destinada al pastoreo de animales de varias categorías (vacas de cría, vq holando, novillos, terneros etc.) presentando un área de producción de reservas (20 has sorgo grano, 8 has silo planta entera), y un área bajo agricultura (37 has de Soja). La SFR también desarrolla otras actividades comunitarias en la zona. Los productores vinculados al predio colectivo son en su gran mayoría hijos de productores familiares de la zona que buscan complementar el trabajo en su predios familiares de origen, tienen un promedio de edad menor a 40 años aproximadamente. Se trata principalmente de productores familiares y asalariados rurales, además de un integrante que es empleado de empresa de papel y dos rematadores con actividad comercial, uno de ellos es además productor ganadero de un pequeño predio. La mayoría de los miembros del colectivo conforman hogares con hijos menores en situación de dependencia. Se inserta en una zona de ejidos de chacra a 4 km de la ciudad de Mercedes.

¹²⁵ Es interesante analizar los procesos de reactivación de las tradicionales Sociedades de Fomento Rural surgidas a inicio del siglo XX en Uruguay como política pública orientadas a la promoción al desarrollo de las localidades, servicios sociales y comunitarios, sistemas de provisión de insumos, almacenamiento y distribución. La SFR de Cerro Alegre fue fundada en 1927 y su funcionamiento había entrado en declive fundamentalmente a partir de los años ochenta. Las políticas de reactivación fueron parte de las políticas diferenciadas para la producción familiar impulsadas por los gobiernos progresistas entre 2005 y 2019 y su funcionamiento fue estimulado para el despliegue de proyectos en el marco de los espacios de participación que se configuraron como mesas de desarrollo rural.

Los socios en su mayoría son vecinos de la zona, asalariados rurales y pequeños productores familiares que pretenden mejorar las condiciones de vida y de trabajo a partir de la acción colectiva.

Como se pudo observar en las visitas realizadas al predio, existe un conjunto de elementos que son compartidos por los participantes directos aunque no habitan colectivamente el predio sino que viven en zonas cercanas al mismo. El predio colectivo al decir de las personas participantes, les permite acceder a tierra ampliando sus posibilidades de realización para la cría de animales y el mejoramiento de su alimentación. Son productores y productoras que se dedican a la lechería y ganadería y el trabajo colectivo les mejora sus condiciones. Si bien actualmente se beneficia directamente una parte del grupo, en la gestión y el seguimiento se involucra todo el grupo e incluso hay jornadas con el conjunto de la SFR. Se entiende que es un instrumento que potencia el trabajo en la zona y puede propiciar el surgimiento de nuevos proyectos asociativos, Las formas de uso, reglamentos y resoluciones, inversiones, se toman de manera compartida buscando sostener los acuerdos producidos.

Un tercer ejemplo de formas asociativas de acceso colectivo a tierras, es la experiencia que se desarrolla en la Colonia Encarnación Benítez, se trata de 1450 hectáreas (11 fracciones individuales y un campo colectivo) en el que fundamentalmente se desarrolla lechería. La adjudicación se hizo en 2 etapas. En 2012 se adjudicaron 6 fracciones y en 2014 ingresaron las 5 familias restantes. Para las familias colonas de la 2º etapa se definió un régimen de explotación de los predios para ganadería y/o forraje dado que no estaban finalizadas las obras de infraestructura para el ordeño. En 2020 culminaron las obras de tres salas de ordeño de gestión colectiva de las familias colonas. Las tensiones existentes entre la colonización individual y la necesidad de compatibilizar uso y gestión colectiva de los tambos y salas de ordeño caracterizan esta experiencia de asociatividad baja y territorialidad asociativa media y alta en lo relativo a las mencionadas salas que no siempre es posible compatibilizar y organizar adecuadamente.

La adjudicación es individual/familiar y se definen algunas áreas de convivencia e infraestructura común con sus respectivos reglamentos de uso y mantenimiento de las salas (limpieza, gastos, turnos, uso de caminos, etc). Se cuenta con viviendas asignadas por el programa MEVIR (Movimiento de Erradicación de la Vivienda Insalubre Rural) que movilizandando recursos públicos integra la participación de los usuarios en la construcción mediante ayuda mutua. Se trata de un proyecto colonizador que no está

completo puesto que también se contaría con un campo colectivo de 224 hectáreas que ampliará las áreas de los predios familiares y complementaría los planes de manejo de los mismos. Dicha fracción colectiva no ha sido adjudicada aún y según los habitantes consultados requeriría de acuerdos más sólidos a partir de la experiencia acumulada para evitar constituirse en una nueva fuente de conflictos.

El perfil de las personas/familias colonas son las de productores o asalariados rurales con trayectoria en la lechería, insertos en la cadena industrial y con cierto capital de explotación. Se trata de parejas jóvenes con hijos menores a cargo. Se analizaron los problemas asociados a la escala y/o tenencia de tierra que los aspirantes tenían a la hora de su postulación. En la visita realizada al predio se visualizó que en algunos casos son familias de pequeños productores-as, queseros, “cruderos”¹²⁶, que manejaban escasa superficie de explotación bajo arrendamiento, así como asalariados-as de establecimientos con experiencia y formación técnica en lechería. En el inicio del proceso el capital de explotación estaba constituido entre 20-25 vacas en ordeño.

Los tres ejemplos de colonización colectiva descritos permiten visualizar diferentes modos respecto a las intensidades planteadas y al carácter más o menos compartido por parte de los participantes directos de los diversos factores que hacen al proceso productivo y las tramas comunitarias que sostienen la vida.

En el primer caso (la unidad cooperativa N° 1) de colonización integral se visualiza la diversificación como una de las claves que genera condiciones para la radicación de sus integrantes en un esquema de complementariedad entre las diversas secciones. La posibilidad de establecer relaciones entre las secciones productivas, integrar nuevos proyectos a partir de la infraestructura existente, sus nexos con la capital departamental y el local comercial que genera visibilidad e identidad de la experiencia constituyen aspectos considerables.

Las relaciones interpersonales y la trama vincular en espacios donde se comparte trabajo y vida constituyen fuentes de tensión permanente y a lo largo de la historia han generado dinámicas de apropiación y ajenidad con configuraciones diversas desde el punto de vista organizacional. Arreglos que hacen a la gestión y administración de las diversas secciones y sus coordinaciones, dificultades para desplegar una planificación

126 Se trata de productores que venden directamente en las localidades cercanas la leche cruda sin procesar. Esta actividad está siendo crecientemente regulada en favor de las exigencias de su integración a sistemas de remisión de leche a la industria que se encarga de su control, pasteurización y demás procesos.

estratégica que permita la renovación generacional al tiempo que incorpore otros saberes necesarios a los procesos productivos.

La inserción subordinada al modelo productivo dominante se conjuga con otros aspectos que relativizan dicha relación de dependencia e incorporan otros aspectos relevantes para la generación y sostenimiento de los diversos trabajos. En sus 70 años de existencia esta experiencia muestra las virtudes y defectos de la cooperativización del trabajo. Adquiere especial relevancia la formación de las familias socias como lo establecen los estudios acerca de esta experiencia. La componente familiar es clave a la hora de analizar la experiencia colectiva siendo que algunas familias tienen más de un socio en la cooperativa agraria al tiempo que otras personas son asalariados de la experiencia en función de trabajos más puntuales, todas estas cuestiones configuran la compleja trama con consecuencias para el trabajo y para la vida comunitaria de alto impacto. Se producen procesos desiguales de apropiación de lo colectivo e incluso en algunos períodos una descaracterización y fragmentación de lo común desplazado por las inercias y reproducción de liderazgos parciales en desmedro de una visión global e integrada.

La experiencia de la Colonia Luisa Cuesta, tiene otro origen y supone la resolución de una problemática que hace a la escala y al acceso a la tierra de pequeños productores y productoras familiares. Lo colectivo aquí aparece como posibilidad de ampliación y complementación de los trabajos existentes, habilitando dinámicas simultáneas de ruptura con el aislamiento y abriendo posibilidades y horizonte de expectativas sociales de superación. Se entiende que las tensiones propias de la vida comunitaria se descomprimen al combinar de forma distinta los espacios del habitar y del trabajar. Se regulan las intensidades en función de las posibilidades de los participantes y los trabajos acordados siendo clave la conciliación de aportes individuales con las actividades conjuntas y el reconocimiento de las diversas intensidades de vinculación de las personas asociadas.

El tercer caso de la Colonia Encarnación Benitez, se pueden observar otras dinámicas, cierta cooperativización inducida como condición de participación en el proyecto, lo que implica importantes tensiones. Lo colectivo aparece como carga para las diferentes personas participantes que deben conciliar sus requerimientos, horarios y criterios en el manejo de las salas de ordeño compartidas. El rubro de la lechería y los requerimientos de los tambos y su manejo, unido a las diferentes distancias de los predios con respecto al conjunto de la infraestructura de caminos y logística que esto implica,

colocan tensiones relevantes a la hora de valorizar la importancia de lo colectivo por parte de las personas participantes. No son menores las exigencias altas que supone producir, gestionar y sostener los acuerdos de uso y funcionamiento con los avatares de la vida social y productiva de cada una de las familias. La autonomía del manejo de cada espacio de producción familiar no siempre es compatible, como lo señalan algunos de los testimonios recogidos en el intercambio, con las necesidades de optimizar y aprovechar la infraestructura existente. No siempre son compatibles las escalas, los requerimientos y los criterios de manejo de las personas participantes, siendo fuentes de malestar y recurrentes controversias sin los espacios colectivos para procesarlas.

La consideración de estas tres experiencias asociativas aportan aprendizajes significativos para debatir acerca de las intensidades y de los tipos de territorialidad asociativa que se pueden construir. El desafío general para las políticas de acceso a la tierra tienen que ver como potenciar la conexión entre las experiencias en clave territorial. Siendo tres experiencias cercanas son pocas las relaciones que se propician entre las mismas, siendo clave la reflexividad para poder comprender las mejores configuraciones y arreglos organizacionales para en el decir de Gutierrez (2018) “cultivar cercanías y gestionar distancias”.

Política de distribución de tierra pública en la nueva gestión de gobierno.

El nuevo gobierno que asumió en el año 2020, ha desarrollado una política de contracción de los instrumentos de acceso a la tierra por parte del Estado. En este sentido se ha afectado de manera sistemática al Instituto Nacional de Colonización a través de herramientas legislativas y de financiamiento público. Esta política tiende a la disminución significativa de la función social del INC definido en el artículo 1 de la ley 11.029, que establece “*promover una racional subdivisión de la tierra y su adecuada explotación, procurando el aumento y mejora de la producción agropecuaria y la radicación y bienestar del trabajador rural*”

En términos de estructura y de diseño pueden identificarse tres grandes momentos de cambio en la política de tierras y en el INC: la Ley de Presupuesto Quinquenal (N° 19924), La Ley de Urgente Consideración (N° 19889) y la Ley de Rendición de Cuentas (N° 19996).

Los tres instrumentos fueron utilizados para introducir variantes legislativas y presupuestales y se dieron de forma continuada en un contexto de pandemia con limitaciones para la movilización social. (Informe 2021 OCAU, 124)

La Ley N° 19924, de Presupuesto Quinquenal en el Art. 624 *estableció un límite al crédito disponible del INC* bajo recaudación impositiva por rentas en aproximadamente 3 millones de dólares. La propuesta original del Poder Ejecutivo enviada en el proyecto de Ley Presupuestal no era solamente establecer un límite al crédito, sino que incluía la *eliminación de las partidas presupuestales permanentes* generadas por la recaudación a rentas de personas físicas y rentas de capital establecidas en el Art. N° 7, Ley N° 18064. “De los cerca de 1.500 millones de U\$S que ingresan anualmente al INC, más de 1000 millones corresponden a estos dos conceptos” (Lussich, 3 de octubre de 2021) (Informe 2021 OCAU, 125).

Con la **Ley de Urgente Consideración** el gobierno introdujo modificaciones en la Ley de Colonización (Ley N° 11029). Los cambios introducidos fueron en dos grandes ámbitos: el perfil de los colonos y la cartera de tierras. (Informe 2021 OCAU, 125)

Se podrán vender o arrendar por fuera de la autorización del INC, 58.574 hectáreas (Has) correspondientes a 1278 fracciones, lo que significa 9,5 % del total de gestión de tierras del INC. El 44, 5 % del área total afectada se concentran en la franja de precios de 3.001 a 5.000 U\$S por Ha y 41 % en la franja de 5.001 a 10.000 U\$S por Hectárea. Casi 90 % se concentran en suelos que presentan un precio por encima de los 3001 U\$S por Ha, precio de mercado muy por encima del promedio nacional. El 85, 7 % de los suelos afectados por la LUC presentan fertilidad natural alta y muy alta. (Ceroni, 2021: 12).

Las fracciones afectadas por la LUC que pueden ser puestas por los dueños a la venta sin restricciones, van a tener potencial de compra o arriendo por el sector agroindustrial tanto de la agricultura como de la silvicultura debido a sus características de suelos, de localización y del precio de la tierra. (Ceroni, 2021: 12).

Por otra parte la LUC flexibiliza los criterios y obligaciones de los colonos al modificar el perfil de adjudicatario de las colonias del INC: habilita a que la persona arrendataria no deba ser quien explota directamente la tierra; de esa forma habilita a que quienes trabajen la tierra sean asalariados contratados por el colono y que este pueda dedicarse a otras actividades; habilita a que la familia del colono pueda vivir fuera del predio e incluso que lo haga el mismo “colono” adjudicatario.

Por último, la **Ley de Rendición de Cuentas** (Ley N° 19996), modifica las bases financieras con las que contaba el INC para la compra de tierras con destino a la colonización.

Se modificó la posibilidad del Instituto de utilizar el fideicomiso con destino a la compra de tierras y habilitó una partida única equivalente a algo así como 15 millones de dólares , una cifra muy alejada de los 140 millones de dólares con los que contaba previamente.

En términos generales la política de gobierno vinculada a la gestión de tierras públicas y colonización, se ha caracterizado por una contracción en términos presupuestales y patrimoniales del INC así como en una flexibilización de las condiciones exigidas para la gestión de los colonos.

Resultados y reflexiones

A modo de racconto de algunos resultados del estudio realizado, se puede observar un claro enlentecimiento y una tendencia a la desaparición del proceso de distribución de tierra ocasionado por la desarticulación de la cartera de tierras y las afectaciones mencionadas de las tierras disponibles.

A pesar que durante los dos primeros años (2020 y 2021) de gestión del nuevo directorio del INC se continúa adjudicando tierra a colectivos en superficies similares a la de años anteriores, estas adjudicaciones son de tierras que ya se encontraban incorporadas a la cartera del INC.

Sin embargo, si analizamos la escasísima incorporación de tierras a la cartera del INC en el último año y medio, es posible sugerir que el proceso de adjudicación de nuevas tierras se verá enlentecido o directamente detenido.

En el año 2021 el INC incorporó 45 hárs a su cartera, mientras que el promedio de incorporación de tierras para el período 2005 a 2020 fue del entorno de 8.000 has por año.

Es de suponer entonces que en la medida que no exista una política de adjudicación que priorice la asignación colectiva sobre la adjudicación individual de tierras, el número de nuevas unidades productivas asociativas en tierras públicas también se detendrá.

La pérdida de dinamismo del INC y sus restricciones presupuestales impactan en el conjunto de la política pública siendo las formas asociativas parte de ese proceso, la atención y el seguimiento de las iniciativas, las posibilidades de propiciar encuentros territoriales entre las mismas y explorar complementariedades se ven también dificultadas.

Las formas que toma el acceso colectivo, como los ejemplos analizados, ponen en evidencia la importancia de la diversidad para sostener procesos colectivos de larga duración. La idea de territorialidades asociativas pierde su eficacia potencial, en tanto no

se vincula con una política sostenida y con la generación y sostenimiento de espacios de articulación en clave de complementariedades y apoyo mutuo entre las mismas. La necesaria interinstitucionalidad pública que sostenga y potencie estas relaciones se ve crecientemente erosionada, primando modos fragmentarios del accionar público con la consiguiente pérdida de eficacia en el accionar.

Las diversas intensidades asociativas ponen en evidencia que las formas colectivas requieren de arreglos organizativos también diversos. No hay una única forma de producir y gestionar lo colectivo. Algunas de las experiencias mencionadas llaman la atención hacia las tensiones que implican los procesos de cooperativización inducida. No se pueden subestimar los impactos de estas formas en los modos de vida establecidos y los cambios y rupturas que supone asumir el control directo sobre los diversos medios de existencia de lo que en general las personas trabajadoras en condición de asalariadas han sido despojadas. La autogestión no se decreta y requiere de tiempos y espacios que no siempre son compatibles con las dinámicas impuestas por los diversos rubros productivos.

La distribución de tierras públicas que faciliten el acceso y la gestión colectiva de recursos requiere de jerarquizar el carácter público concibiendo a la tierra como un bien público y social que permita afianzar modos de vida en lo rural que contrarresten la tendencia a la despoblación y abandono de estas áreas por parte de las personas y familias trabajadoras en la producción familiar.

Las presiones del agronegocio y las cadenas globales determinan que las territorialidades están cada vez más signadas por el capital y sus determinaciones, lo que tiene enormes impactos en algunos rubros que se van perdiendo con la consecuente erosión y pérdida de diversidad que esto supone tanto en lo productivo como en las dinámicas sociales que se producen y reproducen.

En definitiva, la “nueva” política de tierra termina por afectar no solo el patrimonio del Estado (vinculado a la desafectación de gran cantidad de fracciones de la cartera de tierras del INC), sino que también afecta a los productores familiares que se ven limitados en el acceso a estas tierras, por tanto, se atenta contra el fin social de distribución de la tierra que tiene el Estado a través del INC.

La política colonizadora ya no persigue un fin de ampliación, el objetivo es no adquirir más tierras para que sean colonizadas. El nuevo objetivo parece ser el de modificar las condiciones de los actuales colonos y de las actuales colonias. Para ello el

gobierno redujo sustancialmente el presupuesto del INC en términos absolutos y relativos, tanto en partidas anuales como en partidas permanentes. (informe 2021 OCAU: 131)

En síntesis, la política de acceso y gestión colectiva de tierras públicas una vez más aparece enlentecida o neutralizada. El desafío está en profundizar un balance de las estrategias colectivas que permitan extraer aprendizajes significativos acerca de los avatares de lo colectivo, el devenir asociativo, sus intensidades y sus aportes para configurar territorialidades asociativas que permitan a las personas con sus variadas formas de organización desplegar y sostener sus formas de vida en el campo.

Referencias

BOTTA MERLO, L. Un análisis sociohistórico de la cultura organizacional de la unidad cooperaria N°1. Cololó, Soriano. 2019 [en línea] Tesis de grado. Montevideo: Udelar. FCS, 2019

CABRERA PEREYRA, G., Mondelli Delgado, P. "Haciendo historia: el caso de la Unidad Cooperaria no. 1 Cololó". Tesis de grado, Universidad de la República (Uruguay). Facultad de Agronomía, 2014.

CERONI, M. 2022: La Ley de Urgente Consideración y el Instituto Nacional de Colonización: Sus efectos territoriales. Informe de coyuntura. Observatorio de la Cuestión Agraria en Uruguay. Disponible en <https://www.ocau.edu.uy>

CRUZ, A. (2006): A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul / Antônio Carlos Martins da Cruz. – Campinas, SP.

FASCIOLI SOSA, E. Diseño de un centro de formación de la unidad cooperaria n°1 (Cololó-Soriano), para el desarrollo de la agricultura familiar y campesina. Tesis de grado, Universidad de la República (Uruguay). Facultad de Agronomía, 2009.

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel (2018) “Comunalidad, tramas comunitarias y producción de lo común”. Debates contemporáneos desde América Latina (Coord.) Oaxaca, México: Colectivo Editorial Pez en el Árbol, Editorial Casa de las Preguntas, 2018, 51-72 (https://kutxikotxokotxikitxutik.files.wordpress.com/2018/11/comunalidad_tramas_comunitarias_y_produc-rael-2018.pdf).

OBSERVATORIO DE LA CUESTIÓN AGRARIA EN URUGUAY. (2021) Informe 2020. Uruguay. Disponible en <https://www.ocau.edu.uy>

OBSERVATORIO DE LA CUESTIÓN AGRARIA EN URUGUAY. (2022) Informe 2021. Uruguay. Disponible en <https://www.ocau.edu.uy>



OYHANTÇABAL, G. (2013). La Cuestión Agraria en Uruguay. En Semanario Alternativas. Disponible en <http://www.semanario-alternativas.info>. Revisado 21 de Abril de 2014.

1328

RIET CORREA, J Y G. SARACHU (2017). Potreros de Autogestión. El acceso colectivo a tierra pública en Uruguay. XIII Seminario PROCOAS. San Pablo, Brasil. 2017. Disponible en http://grupomontevideo.org/ndca/caprosesoscooperativos/?page_id=44.

ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA COMO APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO AMA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA (SP)

1329

Jorge Ernesto S. Bazán Aparicio, Universidade Estadual Paulista (UNESP)

jorge.bazan@unesp.br

Leandro Pereira Morais, Universidade Estadual Paulista (UNESP)

leandro.morais@unesp.br

Resumo

Este trabalho é uma pesquisa exploratória, com o objetivo geral de analisar como a Economia Social e Solidária (ESS) é capaz de contribuir à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), através do estudo do caso da Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre Seis (AMA) do município de Araraquara (São Paulo). As crises decorrentes da pandemia por covid-19, junto de demais problemáticas ambientais, econômicas e sociais experimentadas no séc. XXI, e do impulso dado na Agenda 2030, têm animado a busca por formas alternativas de organizar o consumo, a produção e a distribuição e, nesse contexto, a ESS poderia contribuir ao alcance do objetivo de “não deixar ninguém para trás” da agenda, por seu potencial para aplicar localmente os ODS. São utilizados os métodos de revisão bibliográfica, pesquisa documental, e coleta de dados da observação participante do autor como membro do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania (e seu Grupo de Trabalho para apoio à AMA). No texto, após uma breve introdução, são discutidos os conceitos de ESS e ODS. Depois, são caracterizadas a cidade de Araraquara e a AMA, e sua relação com a ESS e os ODS. Finalmente são levantadas as conclusões e considerações finais. Entre os resultados, observamos que a AMA parte do fruto da necessidade e do desfavorecimento socioeconômico, mas também da vontade e do livre comprometimento das mulheres, e suas características comunitárias, de solidariedade e associatividade, as quais são finalmente responsáveis pela resiliência, superação, continuidade e êxito do seu empreendimento de uma padaria rural e turística. Ademais, as práticas existentes na AMA condizem com as áreas de ação dos ODS, tendo necessitado porém para seu desenvolvimento as sinergias locais do ecossistema empreendedor solidário de Araraquara, composto pela política pública, instituições de ensino superior, órgãos de capacitação, e os empreendimentos econômicos solidários. Consideramos que o estágio da ESS em Araraquara, no qual se insere a AMA, se encontra ainda como um subsistema dentro do modelo de desenvolvimento econômico vigente, e por outro lado suas sinergias locais são condizentes com o cenário requerido nos ODS e para o alcance de uma sociedade de desenvolvimento da vida.

Palavras-chave: Economia Social e Solidária; ODS; Associação.

Abstract

This work is an exploratory research with the general objective of analyzing how the Social and Solidarity Economy (ESS) is able to contribute to the implementation of the Sustainable Development Goals (SDGs), through the case study of the Settled Women's Association of Monte Alegre Seis settlement (in portuguese: AMA) in the city of Araraquara (Sao Paulo). The crises resulting from the covid-19 pandemic, along with other environmental, economic and social problems experienced in the XXI century, and the impetus given in the 2030 Agenda, have encouraged the search for alternative ways of organizing consumption, production and distribution and, in this context, the SSE could contribute to achieving the goal of “leaving no one behind” of the agenda, for its potential to apply the SDGs locally. In this work, methods of literature review, document research, and data collection from participant observation of the author as a member of the Extension and Research Center for Solidarity, Creative Economy and

Citizenship Nucleus (and its Working Group to support the AMA) are used. In the text, after a brief introduction, the concepts of ESS and ODS are discussed. Then, the city of Araraquara and AMA, and their relationship with the ESS and the SDGs are characterized. Finally, conclusions and final considerations are raised. Among the results, we observe that the AMA starts from the fruit of need and socioeconomic disadvantage, but also of the will and free commitment of women, and their community characteristics, solidarity and associativity, which are ultimately responsible for the resilience, overcoming, continuity and success of his rural and tourist bakery. Furthermore, the existing practices in the AMA are consistent with the areas of action of the SDGs, however, needing for their development the local synergies of the solidarity entrepreneur ecosystem of Araraquara, composed of public policy, higher education institutions, training institutions, and solidarity economy enterprises. We consider that the ESS stage in Araraquara, in which the AMA is inserted, is still a subsystem within the current economic development model, and on the other hand its local synergies are consistent with the scenario required in the SDGs and for the achievement of a life development society.

Keywords: Social and Solidarity Economy; SDG; Association.

Introdução

A menos de dez anos de se finalizar o prazo para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, a humanidade se deparou com o desafio da pandemia ocasionada pelo COVID-19. As crises econômicas e sociais decorrentes deste evento, expuseram e aumentaram a pré-existente desigualdade e a fraqueza de ação dos sistemas, ocasionando um impacto negativo no desenvolvimento social, capaz de reverter o progresso acumulado até então no combate à pobreza e desigualdade (UN, 2020). Esta crise, junto de demais problemáticas ambientais, econômicas e sociais, experimentadas ao longo do séc. XXI, e junto do impulso encontrado no documento da Agenda, têm animado a busca por formas alternativas de se organizar o consumo, a produção e a distribuição e, nesse contexto, a Economia Social e Solidária (ESS) teria o potencial de contribuir a alcançar os ODS e seu objetivo principal de “não deixar ninguém para trás” (ONU, 2018).

Segundo as Nações Unidas (UN, 2020), a alternativa mostrada pela ESS, da qual fazem parte organizações como cooperativas, mútuas, associações, fundações e empresas sociais, coloca as pessoas na participação ativa dos processos decisórios e no uso dos recursos, fomentando o dinamismo econômico, a proteção social e ambiental, e o empoderamento sociopolítico, e, dessa forma, contribui com a transformação necessária rumo ao desenvolvimento sustentável.

Os 17 ODS, conforme às premissas da Agenda 2030, podem e devem ser pensados a um nível local. Segundo Morais e Bacic (2020) a aplicação local dos ODS é uma das formas de alcançá-los, sendo a dimensão onde a ESS possui potencialidades que podem

ser demonstradas por suas experiências territoriais existentes, que estabeleceriam conexões com os objetivos perseguidos pela Agenda.

Os ODS, a ESS, e a relação que mantém são então temas de importância crescente, e este artigo busca analisar o desenvolvimento da experiência local da Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre Seis (AMA), a fim de apontar as potencialidades da ESS no alcance dos ODS.

Breve discussão sobre a Economia Social e Solidária e os ODS

“Economia Social e Solidária” e “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, como pilares conceituais deste trabalho, envolvem discutir o tipo de desenvolvimento que apresenta cada um, pensado diante de um contexto da sociedade, e que guia o alcance a seus fins.

Cabe esclarecer primeiramente, que neste artigo a “Economia Social e Solidária” é entendida como sinônimo tanto da “economia social” como da “economia solidária”, conceitos que separadamente aparecem a depender do autor consultado.

A gama de definições relacionadas à ESS é precisamente uma primeira característica a observar. Para Chavez e Monzón (2018) ambos os conceitos (economia social e economia solidária) têm uma aproximação máxima, o que pode justificar na atualidade sua integração dentro de um só, em que as distintas formas atuais de ESS “constituem respostas da sociedade civil organizada às demandas e problemas que não têm encontrado respostas satisfatórias nem por parte do Estado (...) nem por parte do setor empresarial tradicional” (CHAVEZ, MONZON, 2018, p.10, tradução do autor).

Na observação de Silva (2018), no contexto latino-americano o termo de “economia solidária” foi cunhado “a partir de uma realidade de destruição do mercado de trabalho e fragilidade das instituições públicas e programas sociais” (SILVA, 2018 p. 27). Ainda segundo o autor, as atuais definições divergem principalmente sobre sua capacidade de transformação macrossocial, mas coincidem a respeito das condições básicas que caracterizam as iniciativas da ESS, conhecidas como empreendimentos de economia solidária (ou empreendimentos econômicos solidários, EES), unidades que compreendem “um amplo conjunto de iniciativas econômicas autogestionárias que visam a garantia de trabalho e renda aos seus associados” (SILVA, 2018, p. 7). De modo geral, estes empreendimentos têm entre suas características operativas a autogestão, a participação democrática e governança, o vínculo com o território, a reciprocidade, a inclusão socioeconômica e a sustentabilidade ambiental (MORAIS, BACIC, 2020).

A ESS é vista então como um setor surgido no marco das crises e do questionamento do paradigma de desenvolvimento global, que integra iniciativas econômicas controladas desde e beneficiando à própria comunidade e grupos sociais cumprindo funções macroeconômicas e microeconômicas corretoras de diferentes desequilíbrios e problemas econômicos e sociais (CHÁVEZ, MONZÓN, 2018).

O conceito de ESS pode soar redundante quando notado que a Economia é em si uma ciência social, e busca precisamente ao ressaltar as palavras “social” e “solidária”, e em sua função prática e princípios, que a finalidade da economia se desviaria, constituindo como verdadeiro apenas os princípios regedores de um sistema responsável por diversas problemáticas atuais:

O século 21 é fundamentalmente marcado por duas grandes características que parecem andar de mãos dadas: 1) avanços materiais significativos, refletidos na atual onda tecnológica, a que alguns chamam de “4ª Revolução Industrial” e 2) aumento da pobreza, desigualdade e exclusão social. Em outras palavras, apesar dos avanços econômicos, financeiros, infraestrutura técnico produtiva, da tecnologia da informação e comunicação, ainda convivemos com níveis alarmantes de pobreza multidimensional, crescente desigualdade e concentração de renda, afetando grande parcela da população mundial carente de serviços básicos, educação, saúde, alimentação, habitação etc. (MORAIS, BACIC, 2020, p. 1-2, tradução do autor)

Assim, em consideração das diferentes naturezas esquecidas da economia temos o seguinte conceito de Coraggio:

Entendemos por economia o sistema plural de instituições, normas, valores e práticas que organizam o processo econômico de produção, distribuição, circulação e consumo, para gerar as bases materiais da realização das necessidades e desejos legítimos de todos, para viver com dignidade, com liberdade responsável de opções, em democracia e em equilíbrio com a natureza. (CORAGGIO, 2015, p. 2, tradução do autor)

Este conceito responderia, resumidamente, a um princípio ético de “reprodução e desenvolvimento da vida”. Coraggio descreve a ESS então como o projeto de ação coletiva direcionado a fazer frente às tendências socialmente negativas do sistema existente, com a perspectiva de construir um sistema econômico alternativo que responda a tal princípio ético (CORAGGIO, 2015).

Cabe destacar que o caminho dos participantes da ESS se encontra, por um lado, inserido em problemáticas de cunho estrutural que pioram seu contexto socioeconômico em momentos conjunturais e que, por outro, pode fortalecer seu princípio de união como única medida de enfrentamento a tal cenário adverso. Também, se inserem dentro de uma luta cultural, no sentido de contrariar as premissas hegemônicas da lógica produtiva. O desenvolvimento na ESS nesse sentido, se envolve em um “processo de endogenização”

que parte do comunitário e local, onde as problemáticas são sentidas mais próximas por cada um dos participantes envolvidos, e mobiliza então o potencial de cada território (PEDRINI, OLIVEIRA, 2007).

Ainda segundo Coraggio (2016), podemos entender que as práticas da economia solidária implicam valores de solidariedade e relações sinérgicas mais complexas, que podem se dar desde um contexto imediato dado, para um contexto mais amplo construído. Nesse sentido, o autor identifica que o desenvolvimento da ESS se dá primeiramente na escala do ecossistema local e, em um segundo estágio, se manifestaria como um subsistema, sendo porém “pouco plausível que tal subsistema possa ser construído só desde as bases socioeconômicas de partida” (CORAGGIO, 2016, p. 22, tradução do autor) por estar inserido dentro de um sistema que leva às problemáticas já retratadas anteriormente, necessitando se realizar finalmente a algo sistêmico e institucionalizado, construindo um estágio onde exista uma “Outra Economia” ou até mesmo um outro mundo possível.

Por outro lado, os 17 ODS são os objetivos que visam acompanhar o desempenho e evolução da “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, através de 169 metas. Conforme a Agenda indica, são integrados e indivisíveis e equilibram as dimensões do desenvolvimento sustentável econômica, social e ambiental, fazendo parte de um plano de ação global que é aplicável considerando as diferentes realidades e capacidades dos países, respeitando sua condução soberana sobre suas políticas e prioridades para com os ODS nas áreas conhecidas como as “5Ps”: Pessoas (realização do potencial em dignidade e igualdade dos seres humanos, em um ambiente saudável), Planeta (proteção da degradação através do consumo, produção e gestão de recursos naturais sustentáveis, e medidas urgentes para suportar as necessidades das gerações presentes e futuras), Prosperidade (vida próspera com realização pessoal em que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza), Paz (promoção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas) e Parcerias (mobilização de meios internacionais para o desenvolvimento sustentável com base na solidariedade global reforçada, com foco nas necessidades dos mais pobres e vulneráveis e com a participação de todas as partes) (ONU, 2015).

O “desenvolvimento sustentável” é o conceito guia da Agenda 2030 e segundo Hollman (2017) a sua construção histórica não representa necessariamente uma evolução linear nem exclui a discussão com outros conceitos relacionados à relação entre

desenvolvimento e ambiente. Porém, segundo a autora, é com o Movimento Conservacionista que se tem uma primeira aproximação ao conceito atual, pois entre suas ideias se “situa em primeiro plano a obrigação ética com respeito às gerações futuras na utilização do meio natural” característica introduzida posteriormente no Informe Brundtland da Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1983, definindo desenvolvimento sustentável como “aquele que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades” (HOLLMAN, 2017, p. 20-21, tradução do autor).

Para Romero (2010) estes conceitos podem ser classificados como normativos por carecerem de uma aplicação política clara. Tal direcionamento político, segundo o autor, é discutido entre as visões da Economia Ambiental (no qual os recursos naturais não representam um limite absoluto à economia, no longo prazo) e a Economia Ecológica (na qual pressupõe um subsistema econômico dentro de um todo que impõe uma restrição absoluta à sua expansão).

A expansão das atividades produtivas humanas, segundo Romero (2010), não pode ultrapassar os limites da “capacidade de carga do planeta”, que é a capacidade do ambiente em suportar tais atividades sem gerar impactos negativos significativos para a vida e desenvolvimento da humanidade no ambiente, sendo o limite para o qual possa existir, mas a qual resulta difícil de conhecer com precisão. Seguindo esta consideração, aproximada da Economia Ecológica, seria necessário adotar então um “princípio de precaução” admitindo a incapacidade da sociedade em prever perdas irreversíveis, o que pressupõe uma mudança no paradigma do pensamento convencional econômico (condizente com a Economia Ambiental) no qual os limites ambientais se apresentam como relativos, uma vez que o progresso científico e tecnológico consegue os superar, considerando qualquer outra falha como uma externalidade do sistema econômico.

Nesse sentido, é preciso criar as condições socioeconômicas, institucionais e culturais que estimulem não apenas um rápido progresso tecnológico poupador de recursos naturais como também uma mudança em direção a padrões de consumo que não impliquem o crescimento contínuo e ilimitado do uso de recursos naturais per capita. (...) Haveria, portanto, que se passar de uma “civilização do ter” para uma “civilização do ser”. (ROMERO, 2010, p. 7)

A construção teórica do desenvolvimento sustentável é um processo complexo que, como visto, implica uma solidariedade entre as gerações do presente com as futuras, e uma ressignificação do desenvolvimento para além do crescimento econômico, o que envolve uma transformação cultural e a necessidade de um consenso de ação de todas as partes envolvidas. Nesse sentido, em 2015 adotou-se o Acordo de Paris e a Agenda 2030

reafirmando a urgência na adoção de medidas ousadas para obter um desenvolvimento sustentável que poupe as gerações futuras dos efeitos adversos da mudança climática.

Para além de um princípio de precaução dado pela alarme ambiental, os ODS ressaltam ao mesmo tempo as esferas econômica e social, e requerem mudanças institucionais, considerando que são o resultado de uma extensa e diversa consulta pública que implicou obter consensos entre múltiplas manifestações culturais da humanidade. Disto advém, que se ressalte na Agenda, por um lado, a erradicação da pobreza como o maior desafio e como indispensável para alcançar seu propósito, dadas as diferentes realidades adversas dos mais vulneráveis ao redor do mundo, e por outro, que se denote o preceito universal de que a Terra e seus ecossistemas são a casa comum de todos, o que resulta importante para o sucesso de sua adoção em toda a sociedade, e assim, para alcançar o desenvolvimento sustentável requerido.

Observando as manifestações que têm os conceitos de ESS e ODS, podemos perceber que ambos surgem do entendimento de um contexto e corrente do pensamento econômico desfavorável ao desenvolvimento universal da sociedade, com maior ênfase de ação no aspecto ambiental nos ODS e social coletivo na ESS, embora ambos englobem os eixos econômico, social e ambiental. É a partir deste entendimento que surgem seus propósitos e estabelecem as suas ações, de modo a melhorar a condição de vida das pessoas, superando em diferentes graus as problemáticas de tais contextos desfavoráveis. Nesse sentido, a palavra primordial dentro da ESS e os ODS é a de “transformação”, de hábitos, lógicas, valores e ações. Ademais, exigem a participação de todas as partes, de modo a ser possível sua realização, incluindo o construto institucional e cultural das pessoas e comunidade, organizações, governos e empresas.

Como diferença pontual podemos ressaltar a temporalidade na qual os ODS têm até 2030 para se realizar, enquanto a ESS não estabelece uma meta temporal estrita, mas busca quanto antes construtivamente ir transformando a sociedade em diferentes graus, começando pelo desenvolvimento local. Uma segunda diferença radica na ordem de participação entre o local e o mundial, sendo que é a partir da ação local e comunitária dos agentes e da expressão prática de seus empreendimentos que a ESS começa o seu desenvolvimento, que pode se estender no entendimento de algumas vertentes posteriormente em uma mudança global e sistêmica, e no caso dos ODS, embora se explicita a importância local, foi primeiramente concebido como um esforço global e total. Apesar desta diferença a ESS e os ODS tentam demonstrar que o tempo atual é

importante no sentido de aproveitá-lo para evitar maiores crises e brechas sociais e, logo, poder cumprir com seus propósitos, porém apresentando proposições gerais, com falta de definições consistentes para metas passíveis de avaliação.

Por fim, a desigualdade é ressaltada como motivo da ação dos desenvolvimentos tanto na ESS como nos ODS, a qual se observou nas possibilidades de enfrentamento da pandemia entre aqueles que precisaram se expor para garantir uma renda mínima de sobrevivência e aqueles que puderam realizar estratégias para se proteger. Este cenário obrigou a ressignificar a implicância da ação pública, as iniciativas privadas e as coletivas para os projetos de desenvolvimento de ambos os conceitos tratados, pois a crise explicitou por um lado como são “deixadas para trás” as pessoas de condições socioeconômicas desfavoráveis e como nelas recaem os maiores impactos e, por outro, como um construto teórico e projetado a outra economia possível pode esbarrar na realidade do instinto da sobrevivência imediata. Segundo Utting (2018), é então necessária uma abordagem política capaz de reconhecer o potencial da ESS para assim concretizar a visão transformadora dos ODS, em que seja efetivamente possível que os grupos marginalizados possam se mobilizar, fazer reivindicações, aumentar o poder de barganha, construir coalizões e moldar o processo político.

A Economia Social e Solidária e os ODS em Araraquara (SP) e na AMA

A ESS e os ODS no município de Araraquara (SP)

Araraquara é um município localizado no interior do estado de São Paulo, tem uma extensão territorial de 1003,625 km² e uma população estimada de 240 542 pessoas para 2021 (IBGE, 2022). Em 2010, ano do último Censo, apresentava um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,815 e um índice de Gini de 0,5, positivamente melhores das médias de São Paulo e nacional. Isto condiz em parte com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal de 2016, que é de 0,851 e considerado de alto desenvolvimento, o que situava a cidade na posição 46° do estado e na 74° do país, porém com um IFDM de Emprego e Renda (0,6465) considerado como desenvolvimento moderado (FIRJAN, 2018). Adicionalmente, o Índice de Desenvolvimento Sustentável de 2022, que indica a realização ótima dos ODS por município, posiciona Araraquara no posto 48 de 5570 municípios com uma pontuação de 61,4 de 100 (ICS, 2022).

Cabe ressaltar, que a cidade possuía um PIB per capita de 42 474,25 R\$ em 2019 e uma população ocupada de 35,8% para 2020 (IBGE, 2022) e conforme dados do

Ministério da Cidadania (2022) existiam, em julho de 2022, 19 708 famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais, sendo 47 965 em número de pessoas (83,4% cadastradas em famílias em situação de baixa renda, pobreza e pobreza extrema) e que representariam 20% da população total estimada.

Podemos notar então como Araraquara apresenta indicadores positivos em comparação às médias do seu estado e país, com um melhor desempenho econômico, mas que esta estrutura é desafiada no desemprego e a desigualdade.

No que tange à ESS, esta tem no município uma história de cerca de 20 anos. Segundo o artigo “A política pública de economia criativa e solidária do município de Araraquara/SP” de 2020, a ESS começa sua trajetória no município em 2001 quando é criada uma pasta para gestão de projetos de geração de trabalho e renda que teve como fruto principal o surgimento de uma associação para trabalho em uma usina de triagem e na coleta seletiva, e que atualmente continua sua labor no programa de coleta seletiva do município como Cooperativa Acácia de Catadores, Coleta, Triagem e Beneficiamento de Materiais Recicláveis. Este artigo é escrito pelo atual prefeito de Araraquara (2017-2020, 2021-2024) “Edinho” Silva, ex-prefeito entre os anos 2001-2008, e vice-presidente de Economia Criativa e Solidária da Frente Nacional de Prefeitos 2021-2023 e Camila Capacle, desde 2017 a cargo da Coordenadoria do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária de Araraquara - Cetecs e membro da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, o que evidencia o interesse da gestão do município com a ESS.

Segundo Sanches (2019), destacam-se no território de Araraquara três principais atores responsáveis pelas interações de ESS: o governo local, as universidades e os próprios EES, ao qual se somam outros como instituições governamentais, sindicatos e o “sistema S” (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - Senac, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar) e que como um todo estabelecem conexões estratégicas para a construção de um “ecossistema empreendedor solidário” favorável à criação e manutenção da ESS:

Partindo da constatação de que existem, no território, três grandes elos responsáveis pelo provimento desses fatores, foi possível compreender que a construção dessa “rede” em Araraquara pode ser viabilizada através do fortalecimento desse tripé: “governo local, universidade e EES” (...) cujas articulações sincronizadas em prol da ESOL são capazes de viabilizar todas as condições e fatores necessários para a consolidação do ecossistema empreendedor solidário, além de estimular o fomento do desenvolvimento econômico local. (SANCHES, 2019, p. 122)

Podemos mencionar a criação em 2004 do Núcleo de Estudos em Economia Solidária e Cidadania (NEESC) na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, lugar em que também se criou em 2007 a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Unesp Araraquara - INCONESP (SANCHES, 2019). Posteriormente alguns lineamentos destas iniciativas seriam retomados no Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania (NEPESC) desde sua criação no final de 2017¹²⁷.

Cabe ressaltar, através dos trabalhos de Capacle e Silva (2020) e, Morais e Bacic (2020), que ainda no período de 2005-2008 se formaram novos empreendimentos, com foco para a alimentação e a agricultura familiar, ajudados pelo programa municipal de economia solidária dado pelo Fórum de Economia Solidária de Araraquara de 2008. Este fórum elaborou e aprovou a Carta de Princípios da Economia Solidária de Araraquara, e posteriormente conseguiu a aprovação da Lei Municipal de Economia Solidária no final de 2009, o que estabelecia o mantimento da política pública para além de um programa de governo.

Ainda segundo os autores, a Cetecs é dividida em quatro programas, entre os quais destaca-se o Programa Municipal de Inclusão Social e Cidadania, voltado para capacitação e qualificação profissional de pessoas de baixa renda, do qual se usa o Espaço Kaparaó, local de cursos de capacitação social e profissional gratuitos, realizados com recursos do município ou em parcerias com o Sistema S e universidades; a partir deste programa saíram alguns grupos que atualmente se formalizaram como cooperativas. Já o Programa Municipal de Economia Criativa e Solidária destaca-se ao implementar as propostas deliberadas na I Conferência Municipal de Economia Criativa e Solidária, e que tem à disposição a Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária com respaldo em lei. Ademais a Cetecs incentiva feiras de economia criativa e solidária e empreendedorismo, em parceria com o Sebrae.

Por outro lado, durante a pandemia a prefeitura adquiriu 15 mil máscaras confeccionadas por meio da Associação Mãos que Criam de mulheres artesãs, em parceria com a UNESP e NEPESC. No mesmo ano, incidiu na cidade a Lei Aldir Blanc para auxílio financeiro, que contemplou iniciativas como coletivos, feiras e EES com contrapartida cultural, principalmente em relação a ensinamentos para escolas. Por último, em 2021 se destacam o “Prêmio Fúlvia Magrini: Mulheres que Empreendem 2021” que contemplou quatro EES compostos maioritariamente por mulheres, e a sanção

¹²⁷ As informações do artigo sobre o NEPESC, advém do autor como membro ativo do núcleo entre 2018 e 2021.

da Lei que cria o programa "Coopera Araraquara" a ser operacionalizada por meio do Fundo Municipal do Trabalho e de Economia Solidária e orientado e controlado pelo Conselho Municipal do Trabalho e de Economia (PMA, 2021).

Interessante é ressaltar que Araraquara conta com um programa que contempla tanto a ESS como os ODS chamado Programa Araraquara 2050, instituído na Lei N° 9.500 de 2019 e elaborado através de uma parceria entre a UNESP e o município, com o objetivo principal de “promover um macroplanejamento estratégico do desenvolvimento do município, de curto, médio e longo prazos, respaldado no potencial econômico, ambiental e social” (PMA, 2018, p.1). Pelo lado da ESS contempla uma diretriz para “integração e ampliação das políticas de geração de trabalho e de renda primando pelo fomento da economia criativa e solidária” no seu Eixo Orientador: desenvolvimento econômico, inovação e geração de trabalho e renda (PMA, 2019, p.1). O programa se estrutura em duas grandes etapas: de 2018 a 2030, e de 2031 a 2050, sendo que a primeira “busca a assunção de um novo estilo de desenvolvimento e uma nova agenda de políticas públicas, tendo como base estruturante de operacionalização os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (PMA, 2018, p.3).

Adicionalmente podemos mencionar os documentos do Plano Plurianual (PPA) de 2018-2021, que tem como diretriz de um de seus artigos “promover o desenvolvimento com sustentabilidade em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030” do qual fica disposto que diretrizes, objetivos e metas do PPA sejam alinhados aos ODS (PMA, 2017, p.2).

A AMA e suas relações com a ESS e os ODS

Os conceitos de ESS e ODS anteriormente apresentados e discutidos, envolvem um conjunto de características complexas e desenvolvimentos que incluem entre suas ações as Pessoas (eixo da Agenda 2030), e suas relações coletivas. Nesse sentido as informações desta seção são só parte de um todo que envolve anteriormente a história, e internamente o desenvolvimento, das próprias mulheres componentes da AMA, que envolvem questões como a migração, a luta pela terra, o sexismo, a associatividade, a superação e o empreendedorismo, exploradas nos trabalhos acadêmicos citados.

Como o nome indica a AMA é uma associação constituída formalmente por 7 mulheres do Assentamento Monte Alegre Seis, localizado ao norte de Horto de Bueno dentro da região norte de Araraquara, estado de São Paulo. A associação foi fundada no ano de 2008 após um processo iniciado nos anos 2000, momento no qual já existia um

grupo de mulheres se reunindo e vendendo os excedentes de suas hortas e produtos de panificação (feitos em casa e posteriormente na cozinha da escola do assentamento) com seus próprios equipamentos e insumos. Estas atividades iniciais, surgiram da vontade e necessidade das mulheres do assentamento para geração de renda, que haviam realizado cursos através de programas que tinham como propósito o desenvolvimento e diversificação econômica rural, entre os quais estava o curso de panificação. Esta iniciativa ainda, detinha como característica a pouca expressividade na geração de renda, mas a partir de 2002 este grupo começou a participar dos programas Direto do Campo e Feira do Produtor de Araraquara, o que possibilitou sua ação nas feiras para venda de seus produtos, incluindo-as socialmente ao município (FERRANTE, DUVAL, 2009), ademais, neste ano reformou-se a cozinha da escola e seu equipamento possibilitou valorizar a utilização de matérias-primas do próprio assentamento em sua produção (TEIXEIRA, 2012).

As mulheres assistiam ainda neste período inicial às reuniões do Orçamento Participativo, instaurado em Araraquara no ano de 2001, e através de sua participação foram demandados como prioridade equipamentos para a construção de uma padaria industrial no setor 6 do assentamento, demanda que foi aprovada porém só executada em 2008. Neste período de espera, o grupo de mulheres envolvidas com o projeto chegou a ser de 20, mas ao longo dos anos, por seus diferentes motivos, entre eles o desânimo, este número foi se reduzindo até antes da construção da padaria, a apenas duas das fundadoras do que viria a ser a associação. Este período foi aproveitado pelo grupo para receber capacitações de produção, cursos técnicos e diferentes apoios vindos de instituições como o Senar, Sebrae, ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo), NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural da UNIARA) e UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos). Finalmente, pelo motivo da construção da padaria, a associação foi constituída por 11 mulheres.

No dia 13 de julho de 2008, realizou-se a Assembleia de Fundação da Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre Seis (...) De acordo com o Estatuto (...) esta associação tem por finalidade proporcionar o desenvolvimento social, econômico, educacional e cultural de suas associadas, agricultoras integrantes da comunidade rural do projeto de Assentamento Monte Alegre VI. (TEIXEIRA, 2012, p.59)

Entre os motivos por empreender no projeto da padaria, estão principalmente o de geração ou complementação de renda e o de exercer sua participação dentro de suas famílias e comunidade. Atualmente quatro das associadas trabalham diariamente no local,

requerendo de mais mulheres nos finais de semana e dias festivos (sendo elas associadas, ou não associadas mas da comunidade do assentamento).

Entre as atividades que executam se encontram a produção de pães, bolos, bolachas, lanches e sucos para venda em feiras, cafés, eventos e no próprio local, ademais de atualmente (2022) fazer parte de um projeto de vendas por pedidos online da ONG Enactus da UNESP de Araraquara (na qual atuam discentes). Adicionalmente como associação realizam atividades de troca de experiências em espaços rurais e acadêmicos dentro e fora de Araraquara.¹²⁸

Pelo lado da gestão interna, uma vez realizados os pagamentos das diversas despesas e boletos relacionados ao funcionamento do local da Padoka (com exceção dos gastos de água e luz, arcados pela prefeitura como dona do local) assim como da produção e serviços, o resíduo é partilhado entre as mulheres que trabalharam (geralmente quatro, das quais duas são aposentadas) chegando ao valor aproximado de um salário mínimo para cada uma no final do mês. Por outro lado às mulheres que só trabalham nos dias de maior demanda é dada uma diária pelo horário trabalhado. Vale ressaltar que estes ganhos variam de acordo à demanda e à situação, podendo os valores apenas cobrir os gastos advindos da padaria ou, por outro lado, extrapolar o salário mínimo e dar oportunidade de geração de renda às trabalhadoras da comunidade, o que acontece principalmente nos finais de semana e em meses com eventos como competições de ciclistas e festas de feriados.

Devemos considerar que a AMA tem diferentes denominações e referências até mesmo presentes no próprio local, que relacionam o empreendimento com distintas etapas e reconhecimentos¹²⁹. Em primeiro lugar, quando construído o local da padaria, foi batizado oficialmente como “Irene Biazzi Góes”, homenagem a uma moradora do local lutadora por melhores condições e falecida no ano da inauguração (TEIXEIRA, 2012), mas denominado Panificadora AMA. Com a chegada e recorrente visita dos ciclistas que realizavam trilhas e consumiam no local, passou a se adotar o apelido carinhoso, por parte destes, de “Padoka” ao lugar, nome que é o mais popular para reconhecer o empreendimento. Contudo, segundo Teixeira (2012), em 2011 adotou-se a marca “Delícias do Campo” para comercialização, com vias a ressaltar a cultura e origem

¹²⁸ Algumas das informações desta subseção advém do acompanhamento realizado à associação pelo autor como parte do Grupo de Trabalho para a AMA do NEPESC.

¹²⁹ Observações do autor nas visitas ao local, como motivo de sua participação voluntária em 2019 em projeto de extensão da UNESP.

dos produtos, vista no logo dos uniformes e rótulos. Ainda no local exibe-se a placa do prêmio Usinas do Trabalho 2014 outorgado pelo Instituto Consulado da Mulher, o qual trouxe recursos, equipamentos e capacitações. Finalmente, o cartaz ao lado do local indica o “Circuito dos Sabores”, rota turística culinária do Assentamento Monte Alegre que passa por caminhos para carros e ciclistas, o qual é a conclusão em 2018 de um projeto implantado em 2011 pelo Sindicato Rural de Araraquara com recursos destinados pelo Senar e FAESP (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo) para capacitação em desenvolvimento turístico, contando com parcerias da ITESP, Sebrae e das prefeituras de Araraquara e Motuca (SRA, 2018).

Cabe destacar que a AMA chegou a ter representação no Conselho Municipal do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária no período 2017-2020. Por outro lado, a receita de seu pão de soja foi contemplada no livro “Rota das Raízes: Gastronomia e Cultura no Estado de São Paulo” de 2018, que promove em âmbito estadual a rota turística rural culinária. Ademais, a experiência da AMA e das mulheres foi abordada como estudo de caso de diferentes dissertações (incluindo duas teses de mestrado e uma de doutorado) e de projetos de extensão da UNIARA, UFSCAR e UNESP.

Em 2020, a AMA foi contemplada pela Lei Aldir Blanc do governo federal para auxílio durante a pandemia, que previa no edital de Araraquara uma modalidade para associações, realizando como contrapartida vídeos sobre seus ensinamentos, para a escola do assentamento e a comunidade em geral¹³⁰. Em 2021 foi ademais contemplada pelo “Prêmio Fúlvia Magrini: Mulheres que Empreendem 2021” de Araraquara, obtendo recursos para fomentar o empreendimento afetado pela pandemia. Estas duas últimas conquistas foram possíveis pelo trabalho conjunto entre a AMA e o grupo de trabalho formado no segundo semestre de 2021 (ainda vigente) por membros do NEPESC, chegando até executar o piloto do sistema de vendas por pedido, porém descontinuado.

Segundo Gaiger e Kuyven (2020) as associações constituem uma das formas mais comuns de EES no meio rural do Brasil, e são as que pressupõem maior continuidade dos laços comunitários para realização de atividades econômicas, sociais e culturais, o que condiz com as observações da literatura sobre a AMA, da qual destacam a união de suas associadas, para o uso coletivo de bens e serviços com fins de comercializar seus produtos. Enquanto a uma classificação condizente com as características práticas dos EES no Brasil, os autores, ainda, propõem cinco tipos de classificação de acordo com a

¹³⁰ Disponíveis em: www.youtube.com/channel/UCUWY1KLzegOTmBqZZPQr_hA.

principal finalidade social e econômica que exercem seus membros, dentro dos quais a AMA se encaixa principalmente como “EES de apoio à atividade produtiva dos sócios” (GAIGER, KUYVEN, 2020, p. 8).

Anteriormente, observamos como o conceito de ESS parte do desenvolvimento local, podendo evoluir até alcançar uma sociedade regida pelo princípio ético de reprodução e desenvolvimento da vida, porém, existindo alguns desafios que fazem com que para além de um ideário e forma de desenvolvimento, as opções solidárias, de união e de associatividade sejam mais formas de alcance imediato de sobrevivência. Mas, no caso da AMA, tem-se um núcleo composto pelas associadas mais antigas e que sempre acreditaram em seu empreendimento, assim como laços prévios existentes entre todas como comunidade, amizade, vizinhança e história de mulheres camponesas assentadas, características que sustentam sua relação e trabalho ao longo dos anos.

A AMA ainda, enfrenta problemas principalmente no que tange às conexões e estradas com a cidade, e nas variações que tem tido no número de associadas, havendo também enfrentado no seu caminho limitações de recursos iniciais para suas atividades. Soma-se ainda a inexistência de um conhecimento prévio sobre as gestões administrativas, logísticas, comerciais e financeiras da padaria, em contraste ao conhecimento sobre agricultura e culinária, ademais dos conflitos que foram surgindo no começo de sua história para estabelecer mecanismos de trabalho e consenso, que procuravam que os motivos pessoais das associadas não se sobrepujassem aos coletivos, o que em conjunto foi dificultando seu desenvolvimento. Neste sentido, porém, conseguiram estabelecer mecanismos próprios para resolução dos desafios mencionados, o que é mostra de uma característica criativa de atores dos EES para “criar recursos onde parecia não havê-los” (CORAGGIO, 2016) dentro de sua autogestão. Exemplos disso, de acordo com Teixeira (2016), foram o levantamento de demandas urgentes da comunidade por meio de assembleias, no quesito de decisão coletiva, e a adoção da compreensão e ajuda mútua entre associadas perante as dificuldades, assim “como elemento transformador estabeleceram que o diálogo é uma exigência para a superação dos conflitos (...) que sem a solidariedade o trabalho não se torna viável” (TEIXEIRA, 2016, p. 80-81).

Importante na construção e no que é atualmente a AMA, é a participação dos demais agentes do ecossistema empreendedor solidário, conformado pelo governo local, universidades, órgãos e instituições de capacitação. Isto condiz com o levantamento

realizado no trabalho de Sanches (2019) para 13 EES do município (de maioria rural), entre os quais participou a AMA: para a criação do seus respectivos EES, 100% do grupo classificou como muito importante ou importante as Infraestruturas de Apoio, e 92,9% como muito importante ou importante o Acesso aos Mercados; de igual forma para a manutenção do seu EES, 92,8% avaliou como muito importante ou importante o Acesso aos Mercados, e 100% como muito importante ou importante as Infraestruturas de Apoio. Finalmente com respeito à emancipação de seu empreendimento 100% avaliou como muito importante tanto os papéis que teriam as Políticas Públicas de Apoio e o Acesso a Recursos Financeiros.

Embora as associadas atuem no rumo do desenvolvimento da ESS, e discutam a importância de seu empreendimento e conquistas, não necessariamente se conectam a um pensamento mais acadêmico e complexo sobre a ESS, as vezes não contando com o tempo necessário para tal fim. Porém os espaços proporcionados pelos projetos universitários, eventos culturais, feiras e participação cidadã se tornam, precisamente, para a realização de troca de saberes, inquietudes e aspirações, meios importantes para a construção do ecossistema empreendedor solidário.

Finalmente, podemos destacar que a experiência prática da AMA é retratada e direcionada em seu estatuto, no qual entre os pontos relacionados aos aspectos sociais e coletivos se encontram: promoção da cultura; promoção da saúde e educação gratuitas às integrantes da comunidade rural do assentamento, buscando a melhoria da qualidade de vida; promoção do desenvolvimento econômico de suas associadas e seu aprimoramento técnico-profissional; experimentação de novos modelos socioeducativos e, o desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação das informações e conhecimentos técnicos. Já pelo lado do meio ambiente, podemos observar que as associadas se propõem a atuar na preservação do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável, assim como: na compra e venda conjunta de insumos e produtos; a contratação de estudos, projetos e pareceres nas áreas de atuação e finalmente o aprimoramento técnico-profissional que visa a divulgação, formação, treinamento e qualificação profissional voltados a sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito.

De fato, suas atividades de produção se relacionam a ciclos ambientalmente responsáveis, desde o uso de insumos do próprio assentamento (o que inclui as hortas das mulheres e da vizinhança), que por sua vez carecem de agrotóxicos, e dos quais os

resíduos continuam a ser aproveitados em novas plantações como adubo orgânico ou alimento de seus animais. A grande maioria de insumos de hortifruti advém do próprio assentamento para realização de seu cardápio¹³¹, que envolve bolos (até 14 tipos), pães artesanais (até 11), sucos e vitaminas (até 22 tipos, dos quais apenas a laranja, melão e morango não estão no assentamento, tendo que ser adquiridos por troca com produtores de outros assentamentos ou na cidade) e outros produtos de panificação, o que encurta as cadeias econômicas e logo gastos com transporte e gestão de resíduos, e que ao mesmo tempo estabelecem as ações econômicas como uma relação comunitária.

Adicionalmente, segundo Aro (2012), as mulheres no Assentamento Monte Alegre e da AMA, destacam por suas iniciativas ecológicas através do autoconsumo familiar e a diversificação dos alimentos, ligados à segurança alimentar, sendo muito vezes as encarregadas do ciclo de alimentação e das plantações dentro de casa, assim como do cuidado e embelezamento do seu lote:

Portanto, em análise em campo, completando o depoimento pode-se observar que são as mulheres detentoras e disseminadoras dos conhecimentos tradicionais, bem como procuram realizar uma agricultura mais “limpa”, ou seja, com menos utilização de insumos químicos e principalmente agrotóxico. Além disso, as mulheres trabalham com a utilização de recursos do seu próprio lote. (ARO, 2012, p. 72)

Conclusões e considerações finais

Se bem a AMA parte do fruto da necessidade e do desfavorecimento socioeconômico, também o faz da vontade e do livre comprometimento das mulheres, e suas características comunitárias, de solidariedade e associatividade, as quais são finalmente responsáveis pela resiliência, superação, continuidade e êxito do seu empreendimento. A seguir sintetizam-se práticas da AMA pelas áreas de ação dos ODS:

Quadro 1 – Atividades da AMA relacionadas às áreas dos ODS

Área de ação e ODS relacionados ¹³²	Atividades da AMA
--	-------------------

¹³¹ As informações do cardápio advêm das consultas feitas à AMA pelo autor e o Grupo de Trabalho, e colocadas posteriormente de forma pública nos meios de comunicação da associação: redes sociais e no local.

¹³² ODS com metas relacionadas à AMA e suas atividades, seguindo a classificação de ODS por áreas de ação de Shinwell e Cohen (2020).

<p>Pessoas: acabar com a pobreza e a fome; garantir que todos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável. (ODS 1, 2, 3, 4, 5)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da saúde, educação, e aprimoramento técnico das associadas. - Geração ou complementação de renda de mulheres associadas e do assentamento. - Alimentação saudável, livre de agrotóxicos. - Participação democrática das associadas nas decisões da AMA. - Participação e visibilidade da AMA e suas associadas na comunidade.
<p>Prosperidade: assegurar que todos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal; progresso econômico, social e tecnológico em harmonia com a natureza. (ODS 8, 10, 11)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio à soberania financeira individual e das famílias das associadas. - Apoio à circulação da renda na economia local, e seu desenvolvimento socioeconômico.
<p>Planeta: proteger o planeta da degradação; consumo e produção sustentáveis; gestão sustentável dos recursos naturais; medidas urgentes sobre a mudança climática. (ODS 12, 15)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Produção sustentável e responsável com o ambiente. - Promoção do desenvolvimento sustentável. - Valoração dos resíduos orgânicos.
<p>Paz: promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. (ODS 16)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão social e cultural das associadas e mulheres do assentamento Monte Alegre.
<p>Parcerias: mobilizar meios necessários por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável; solidariedade global reforçada; participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas. (ODS 17)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Participação em um ecossistema econômico solidário. - Promoção da solidariedade e de experiências associativas.

Podemos observar como as práticas da AMA se relacionam aos ODS e auxiliam a alcançá-los. Porém para a realização plena desta experiência foi necessário o envolvimento de demais agentes para superar desafios que nascem de uma forma estrutural para a associação. Destaca nesse sentido o papel do governo local de Araraquara, assim como as conquistas da política municipal e leis a favor de uma maior estabilidade do desenvolvimento da ESS para além de governos transitórios. Estas conquistas ainda, foram possíveis na experiência de Araraquara através do ecossistema empreendedor econômico solidário presente e construído ao longo do tempo, cabendo ainda melhorar para sua perduração e alcance.

O caso de Araraquara, no qual se insere a AMA, se encontra em um primeiro nível ou estágio de práticas de escala do ecossistema local da ESS, transitando a um subsistema ainda dentro do desenvolvimento econômico vigente (em relação aos apontamentos de Coraggio). O conjunto de sinergias locais apoiando a AMA para seu desenvolvimento pleno, é condizente com o cenário requerido nos ODS para “não deixar ninguém para trás” e para o caminho rumo ao alcance de uma sociedade regida pelo “princípio ético de reprodução e desenvolvimento da vida”.

Existe ainda uma falta de consensos e complexidade no trato dos ODS para análises e avaliações, o que se deve pelos vários temas que tratam, elaborados a partir da discussão e aportes de diferentes agentes pelo mundo. Não há, porém precisamente, de se procurar um consenso, pois as finalidades para com os ODS podem variar de acordo ao local e ao interessado por seu manuseio. Nesse sentido para alcançar com êxito e integralmente os ODS da Agenda 2030, é necessário observar os diferentes recursos envolvidos para tal fim, dentro das localidades requeridas, do qual pode resultar interessante a aproximação dos EES e seus membros com a elaboração e decisão da agenda pública, cabendo ainda aprofundar os estudos nestes temas.

Referências

ARO, D. T. Mulheres assentadas: da invisibilidade ao protagonismo. Orientadora: Vera Lúcia S. Botta Ferrante. 2012. Tese (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - UNIARA, [S. l.], 2012.

CAPACLE, C.; SILVA, E. A política pública de economia criativa e solidária do município de Araraquara/SP. Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, Brasília, ano 27, ed. 70, p. 139-154, 2020.

CHAVEZ, R; MONZÓN, J. La economía social ante los paradigmas económicos emergentes: innovación social, economía colaborativa, economía circular, responsabilidad social empresarial, economía del bien común, empresa social y economía solidaria. CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, 93, 5-50, 2018.

CORAGGIO, J. L. La Economía Social y Solidaria (ESS): Niveles y alcances de acción de sus actores. 13 p. [S. n., s. l.], 2015. Disponível em: https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-4084_pt.html

CORAGGIO, J. L. Movimientos sociales y economía. In: CORAGGIO, J. L. Economía social y solidaria en movimiento. Los Polvorines: Ediciones UNGS, 2016. cap. Presentación de los trabajos, p. 15-35.

FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C. Vozes e ações das mulheres na trajetória dos assentamentos rurais. Retratos de Assentamentos, [s. l.], n. 12, p. 391-418, 2009.

FIRJAN (Rio de Janeiro). IFDM: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/>. Acesso em: 30 set. 2022.

GAIGER, L. I. G.; KUYVEN, P. S. Economia solidária e trajetórias de trabalho: Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, [S. l.], v. 35, n. 103, p. 1-18, 28 jul. 2020.

HOLLMAN, M. A. Construcción histórica del actual concepto de desarrollo sostenible: antecedentes de problemáticas socioeconómicas y ambientales. Ciencias Administrativas, [s. l.], ano 5, n. 10, p. 15-27, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). IBGE Cidades. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/araraquara/panorama>. Acesso em: 30 set. 2022.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS (Brasil). Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://idsc.cidadesustentaveis.org.br/profiles/araraquara-SP>. Acesso em: 30 set. 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Brasil). Secretaria Nacional de Renda e Cidadania.

ARARAQUARA-SP Cadastro Único. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pabcad/painel.html>. Acesso em: 30 set. 2022.

MORAIS, L; BACIC, M. J. Contributions of the social and solidarity economy to the implementation of the Sustainable Development Goals and the construction of evaluation indicators: the case of a settlement in Araraquara, Brazil. Calitatea vieții, Rumania, v. 1, p. 70-92, 20 fev. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. New York: [s. n.], 2015.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). Comisión de Desarrollo Social 57º período de sesiones. Informe del Consejo de Administración del Instituto de Investigaciones de las Naciones Unidas para el Desarrollo Social sobre la labor realizada por el Instituto en 2017 y 2018. Consejo Económico y Social, [s. l.], 2018.

PEDRINI, D. M.; OLIVEIRA, A. L. A economia solidária como estratégia de desenvolvimento. Emancipação, [s. l.], v. 7, ed. 1, p. 111-133, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. Lei Municipal nº 9.138, de 29 de novembro de 2017. Estabelece o Plano Plurianual do Município para o período 2018 a

2021. Araraquara-SP Legislação Digital, Araraquara, 2017. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/9138>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. OFÍCIO/SJC nº 0285/2018, de 14 de setembro de 2018. Projeto de Lei que institui o Programa Araraquara 2050 e dá outras providências. Araraquara, 2018. Disponível em: <http://consulta.camara-arq.sp.gov.br>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. Lei Complementar nº 9.500, de 15 de março de 2019. Institui o Programa Araraquara 2050 e dá outras providências. Araraquara-SP Legislação Digital, Araraquara, 2019. Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/9500>.

PREFEITURA DE ARARAQUARA. Programa Coopera Araraquara. Araraquara: [s. n.], 2021. Disponível em: <https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly9hbmNob3luZm0vYcy81NGI4MGlxMC9wb2RjYXN0L3Jzcw/episode/MGNkMjgwZTEtZGM0Mi00YmFkLWE2MTUtYzg2MWQ0ZDkxODU1?sa=X&ved=0CAUQkfYCAhcKEwjIyoIuy77xAhUAAAAAHQAAAAAQ>.

ROMERO, A. R. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, Peter. Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática. Elsevier, 2010. cap. 1, p. 3-28.

SANCHES, C. C. Economia Solidária e o Ecosistema Empreendedor Solidário: Um estudo de caso do município de Araraquara. Orientador: Leandro Pereira Moraes. 2019. 148 p. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2019.

SHINWELL, M.; COHEN, G. How to measure distance to SDG targets anywhere: Adapting the methodology of the Measuring Distance to the SDG Targets study to go beyond OECD countries, with an application to selected Latin American countries. OECD Statistics Working Papers 2020/03, [S. l.], 29 set. 2020.

SILVA, S. P. O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas. Texto de Discussão: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, v. 2361, 2018.

SINDICATO RURAL DE ARARAQUARA/SP. Roteiro dos ciclistas agora se transforma no Circuito dos Sabores. Informativo AGRO NEGÓCIOS, Araraquara, 2018.

TEIXEIRA, I. M. C. Saberes e práticas populares de saúde: os processos educativos de mulheres camponesas. Orientadora: Maria Waldenez de Oliveira. 2012. Tese (Mestrado em Educação) - UFSCAR, [S. l.], 2012.

TEIXEIRA, I. M. C. Processos de educar-se de mulheres do Assentamento Monte Alegre/SP nas ações de cuidado à saúde. Orientadora: Maria Waldenez de Oliveira. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - UFSCAR, [S. l.], 2016.



UNITED NATIONS (UN). Commission for Social Development Fifty-ninth session. Socially just transition towards sustainable development: the role of digital technologies on social development and well-being of all. Economic and Social Council, s. 1., 2020.

1350

UTTING, P. Achieving the Sustainable Development Goals through Social and Solidarity Economy: Incremental versus Transformative Change. knowledge hub working paper of UN Inter-agency Task Force for Social and Solidary Economy, [S. 1.], p. 1-56, 1 abr. 2018.



ELEMENTOS CENTRAIS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

1351

Juan Fernando Alvarez Rodriguez, Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá
juanfernandoalvarez@gmail.com

Daniel Francisco Nagao Menezes, Universidade Presbiteriana Mackenzie
nagao.menezes@gmail.com

Resumo

A Economia Social e Solidária é chamada a desempenhar um papel importante no desenvolvimento local dos territórios onde está implantada, especialmente em regiões em desenvolvimento como a América Latina. Neste sentido, as ligações entre Economia Social e Solidária e Desenvolvimento Local são numerosas e daí resulta que é interessante a promoção da Economia Social e Solidária por parte das diferentes administrações públicas locais e territoriais. Neste artigo de pesquisa, aprofunda-se essa realidade existente baseada em experiências variadas. Para isso, o trabalho refletirá sobre a relação entre Desenvolvimento Local e Economia Social e Solidária. De igual modo, serão analisadas as diversas políticas públicas das entidades locais para a promoção da Economia Social e Solidária, especialmente em países latino-americanos, entre as quais se destacam as políticas públicas denominadas de “segunda geração”, as quais oferecem a possibilidade de fertilizar experiências de Economia Social e Solidária, ao mesmo tempo que dão uma resposta satisfatória aos desafios colocados pelo desenvolvimento territorial. O texto trabalha com a hipótese de embora haja uma grande variedade e diversidade entre as experiências em vários países latino-americanos, tanto no que se refere às formas de Economia Social e Solidária promovidas quanto às ferramentas públicas e privadas acionadas, muito poucas conseguem transcender o nível mais específico ou setorial da experiência, de modo que o alinhamento das experiências analisadas com os modelos de desenvolvimento de “segunda geração” ainda é fraco. Esse fato mostra que, embora existam casos cuja lógica mais profunda se baseie em processos bottom-up que buscam a ativação de diversos agentes territoriais (ecossistêmicos) e institucionais (transversais e holísticos), em nenhum caso ele poderia ser extrapolado como um modelo mais generalizado a nível o nível da comunidade. Esta constatação (hipótese) não faz mais do que evidenciar a ausência de uma visão estratégica partilhada entre os agentes de desenvolvimento local e os agentes da Economia Social e Solidária, para desenhar conjuntamente um “roteiro” partilhado no domínio das políticas públicas. Trata-se de trabalho investigatório, com utilização de metodologia hipotético dedutivo e uso de revisão bibliográfica como procedimento metodológico a revisão bibliográfica.

Palavras-chave: 1. Economia Social e Solidária. 2. Desenvolvimento local. 3. Contratação Pública Responsável. 4. Políticas públicas. 5. Emprego.

Abstract

The Social and Solidarity Economy is called to play an important role in the local development of the territories where it is implemented, especially in developing regions such as Latin America. In this sense, the connections between Social and Solidarity Economy and Local Development are numerous and therefore it is interesting to promote the Social and Solidarity Economy by different local and territorial public administrations. In this research article, this existing reality is deepened based on various experiences. For this, the work will reflect on the relationship between Local Development and Social and Solidarity Economy. Similarly, the various public policies of local entities for the promotion of the Social and Solidarity Economy will be analyzed, especially in Latin American countries, among which the public policies called "second generation" stand out, which offer the possibility of fertilizing Social and Solidarity Economy experiences, while providing a satisfactory response to the challenges posed by territorial development. The text



works with the hypothesis that although there is a great variety and diversity among experiences in various Latin American countries, both in terms of the forms of Social and Solidarity Economy promoted and the public and private tools triggered, very few manage to transcend the most specific or sectoral level of experience, so that the alignment of the analyzed experiences with "second generation" development models is still weak. This fact shows that, although there are cases whose deeper logic is based on bottom-up processes that seek the activation of various territorial (ecosystemic) and institutional (transversal and holistic) agents, in no case could it be extrapolated as a more generalized model at the community level. This finding (hypothesis) does nothing more than highlight the absence of a shared strategic vision between local development agents and Social and Solidarity Economy agents, to jointly design a shared "roadmap" in the field of public policies. This is investigative work, using the hypothetico-deductive methodology and using a literature review as a methodological procedure.

Key-words: 1. Social and Solidarity Economy. 2. Local Development. 3. Responsible Public Procurement. 4. Public Policies. 5. Employment.

INTRODUÇÃO

A Economia Social e Solidária (ESS a partir de agora) é chamada a desempenhar um papel importante no desenvolvimento local dos territórios onde estão implantadas. Nesse sentido, as ligações entre os dois são numerosas e daí resulta que a promoção da ESS das diferentes administrações públicas de natureza local/territorial é interessante. Por isso, é não só interessante, mas essencial, explorar e aprofundar as inter-relações existentes entre ESS e desenvolvimento local, bem como os aspectos que podem ser abordados a partir de políticas públicas para fortalecer essa relação (Álvarez, Marcuello, 2021). O objetivo do trabalho apresentado abaixo é duplo:

- Por um lado, pretende-se categorizar as experiências analisadas no quadro dos diferentes tipos de políticas públicas de promoção, para tentar perceber em que medida estas se alinham com as políticas de “segunda geração” estabelecidas no quadro teórico;
- Por outro lado, dá-se especial ênfase à análise conjunta dos fatores facilitadores e limitantes das referidas experiências, a fim de estabelecer com maior precisão os elementos determinantes para a replicabilidade das referidas experiências, bem como a sua relação com as ferramentas necessárias para a implementação de políticas de “segunda geração”.

A partir da análise da bibliografia, tiram-se as principais conclusões sobre o duplo objetivo perseguido neste trabalho: categorizar as experiências para ver seu nível de alinhamento com a nova abordagem de política pública, por um lado, Y; determinar os fatores facilitadores e limitantes do seu desenvolvimento, a fim de avaliar a sua capacidade de replicação ao nível de outros territórios brasileiros.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

1353

Como dito na introdução, o objetivo principal deste estudo é identificar aqueles fatores que facilitam e/ou limitam consideravelmente a implementação de experiências de ESS a partir do nível local, que contribuem para o desenvolvimento local dos territórios

Baseia-se na seguinte hipótese de trabalho: embora as políticas públicas de promoção da economia social e solidária tenham sido reorientadas em alguns territórios nacionais para fórmulas mais sistêmicas e abrangentes, denominadas de “segunda geração”, dentro do quadro territorial considerado (Brasil) esses tipos de políticas são ainda não abordado de forma premeditada ou generalizada.

Para contrariar esta questão de investigação, foi elaborado um trabalho de investigação sobre boas práticas no Brasil, cuja metodologia de referência se baseia em estudos de caso. Optou-se pelo método analítico de estudos de caso comparativos, pois este método facilita a obtenção de informações práticas, concretas e contextuais sobre cada caso (Flyvbjerg, 2006), ao mesmo tempo em que permite descartar algumas considerações globais que compartilham o conjunto dos casos estudados (Gerriong, 2004).

Relações entre a Economia Social e Solidária e o Desenvolvimento Local

Em geral, embora com suas diferentes concepções, o desenvolvimento local surge como resposta dos atores locais às dinâmicas de globalização que afetam seu território (Vázquez-Barquero, 2000; Zurbano et al., 2018; Menezes, Santos, 2021). espaços que recebem os impactos e efeitos da dinâmica econômica global, para realizar suas próprias estratégias de desenvolvimento que visam responder aos novos desafios que esses processos globais colocam (Tödtling, 2011), com o envolvimento da sociedade local e gerando dinâmicas de baixo para cima (Vázquez-Barquero, 2007).

No entanto, as respostas a esses desafios podem ser tão variadas quanto os próprios territórios, pois cada território é responsável por realizar seu processo de desenvolvimento (Boisier, 2009). E, portanto, o desenvolvimento de cada território dependerá, em parte, das relações sociais e culturais, normas e comportamentos, etc. que nele acontecem (Amin, 2001; Gainza, 2008), portanto, é difícil encontrar uma única definição universalmente aceita de desenvolvimento local. Em geral, o desenvolvimento local inclui estratégias de desenvolvimento coletivo que partem do próprio território, que,

por meio da ativação de recursos e forças locais, visam melhorar a qualidade de vida da sociedade local (Pike et al., 2006). E embora para atingir esse objetivo, o desenvolvimento local terá como foco a transformação da estrutura produtiva do território (Moulaert et al., 2013), também olha para além da esfera econômica, pois considera áreas como sociedade, cultura, meio ambiente, etc. (Zurbano et al., 2018).

Por seu lado, a ESS congrega entidades coletivas e democráticas de natureza diversa, criadas para responder às necessidades dos associados e da comunidade, onde aspetos como a titularidade da entidade, o poder de decisão ou a distribuição de benefícios não estão ligados ao capital aportado, mas seguem parâmetros democráticos (Monzón, Chaves, 2012; Amin, 2013; Moulaert, Ailenei, 2005). São, portanto, entidades que se constituem em torno de pessoas e não em torno do capital, onde a categoria de beneficiário não é composta por investidores capitalistas, mas sim por trabalhadores, consumidores, usuários etc. diretamente ligado à atividade da entidade. Desta forma, a criação de valor nestas entidades não está ligada à geração de mais-valias, mas, como foi dito anteriormente, à satisfação das necessidades dos seus associados e/ou do interesse geral (Defourny, Nyssens, 2012; Monzon, Chaves, 2012).

De fato, como se vê, há um grande espaço de colaboração entre desenvolvimento local e ESS. Além do objetivo comum de melhorar a qualidade de vida ou satisfazer as necessidades materiais de seus parceiros ou da comunidade, ambas são experiências coletivas realizadas por meio de iniciativas criadas a partir de baixo, com forte vínculo com o território e a sociedade local (White, Gasser, 2001; Pike et. al., 2006).

Nesse sentido, vários autores destacam as maiores raízes das organizações de ESS no que diz respeito ao território em que atuam (Zulaika, 2017; Guridi, Pérez de Mendiguren, 2014). E é que, por um lado, surgem para responder às necessidades locais de emprego, consumo, habitação, poupança, etc., e, por outro, a localização destas entidades responde unicamente à decisão dos seus fundadores e não à critérios de maximização do lucro (Laville, García Jané, 2009). Em outras palavras, como apontam Mozas e Bernal (2006), essas entidades surgem de um conjunto de pessoas vinculadas a um território que, para satisfazer suas necessidades e, portanto, melhorar seu bem-estar, atuam diretamente sobre os elementos que afetam eles.

Assim, as entidades da ESS geram atividade econômica através da mobilização de forças e recursos endógenos, articulando-a com o tecido produtivo e as necessidades do próprio território. Essa capacidade de mobilizar forças e recursos endógenos é vital

para as entidades de ESS, pois, como apontam Juste, Gómez e Fernández (2011), geralmente não são intensivas em capital, portanto, devem compensar usando adequadamente os recursos que compõem o potencial. ao território.

Da mesma forma, a estrutura de propriedade coletiva das organizações de ESS reduz o risco de realocação e fechamento seletivo, proporcionando maior defesa do emprego no território (Wiskerke et al., 2003). De fato, vários autores destacam a capacidade da ESS de gerar ou manter emprego em tempos de crise ou em territórios deprimidos (Mozas, Bernal, 2006; Pérez de Mendiguren, Guridi, 2014). E é que o emprego constitui uma das principais razões de ser da SE, pelo que se faz um maior esforço para o manter.

Por outro lado, por serem entidades geridas democraticamente, aprofundam a democracia econômica e a participação social, fatores que impactam positivamente no desenvolvimento local (Coraggio, 2011; Askunze, 2013). Para além destes, destacam-se outros elementos que permitem o desenvolvimento de uma estrutura produtiva local mais sólida, como a tendência para a criação de redes empresariais, a implementação de estruturas que favorecem o desenvolvimento tecnológico ou os processos de formação contínua que as entidades da SE realizam. (Mozas, Bernal, 2006).

Juste, Gómez e Fernández (2011) detectam outros elementos das entidades ESS que podem aumentar o bem-estar e a coesão social dos territórios. E é que nestas organizações se pratica uma distribuição mais equitativa da riqueza, geram emprego digno e de qualidade, afetam a empregabilidade de pessoas que podem ser excluídas do mercado de trabalho tradicional, promovem a participação social, estão comprometidas com uma sustentáveis e assumem, entre outros, setores ou atividades que outras empresas capitalistas rejeitam por falta de rentabilidade econômica, mas que podem ter grande utilidade social.

Para Guridi e Pérez de Mendiguren (2014), além dos elementos acima, a ESS compartilharia uma visão de desenvolvimento local que busca o empoderamento das pessoas e da comunidade. Pois contribui para promover o controle sobre o meio ambiente, possibilitando a participação das pessoas na propriedade e gestão em todos os níveis, tanto nas atividades empresariais quanto em outras áreas da vida cultural, social, econômica e política, gerando maior soberania nos territórios. Assim, a ESS reforça a identidade coletiva, a defesa do território e contribui para o desenvolvimento de um capital social baseado na colaboração, confiança mútua e compromisso. Ainda neste sentido, Vázquez-

Barquero (2018) considera que a ESS pode contribuir para um modelo de desenvolvimento baseado na ação cidadã, onde são os próprios cidadãos que definem e controlam os diferentes projetos que respondem às necessidades da população.

Portanto, a ESS não contribui apenas para o desenvolvimento local por meio da atividade econômica que desenvolve. Além disso, gera outros benefícios para o território, como o aproveitamento de recursos endógenos, o aumento da coesão social, o compromisso com um modelo de desenvolvimento mais sustentável, a democratização da economia, o aumento da participação social e a valorização socioeconômica. transformação do território. Em um nível mais específico, seguindo o esquema de análise proposto por García Jané (2014), as organizações de SE cumprem diferentes funcionalidades para o desenvolvimento local. Principalmente nas seguintes áreas:

- Ferramentas para geração de empregos, incluindo cooperativas de empresários, empresas comerciais com processos de transformação cooperativa, cooperativas de educação, etc.
- Instrumentos de financiamento: entre eles, serviços bancários ou outros serviços financeiros relacionados a finanças éticas, entidades públicas que atuam como cooperados, títulos participativos, empresas de garantia recíproca, projetos de microcrédito, poupança solidária grupos, etc
- Instrumentos de promoção de demanda: discriminar positivamente as empresas que atuam nos processos de contratação de entidades públicas com base em determinados valores por meio de cláusulas sociais ou reservas de mercado no contexto das novas condições geradas pela legislação, mas também outras dinâmicas possíveis, como cash mobs, experiências monetárias locais, etc.
- Ferramentas para melhorar a oferta: experiências de prestação de serviços locais por meio de cooperativas, rótulos ecossociais, economias locais, etc.
- Instrumentos de criação de bens públicos: dinâmicas de recuperação pública de espaços esquecidos, reconversão pública de empresas privadas, etc.
- Instrumentos de redistribuição de bens públicos: como as experiências de orçamento participativo
- Ferramentas de economia individual e coletiva: bancos de tempo ou projetos que funcionam na lógica do consumo colaborativo.

Seguindo a linha de argumentação deste mesmo autor, as organizações de ESS podem ser percebidas como uma “caixa de ferramentas” para promover o

desenvolvimento local, uma vez que se apresentam como entidades idóneas para ativar os diferentes tipos de recursos de que o território necessita (empreendedorismo, financiamento, procura, abastecimento, acesso a bens públicos, etc.).

Além disso, ao responder aos objetivos de desenvolvimento local, a ESS é mais eficiente do que outras empresas por duas razões principais: Em primeiro lugar, porque as diferentes formas que a ESS pode assumir permitem uma melhor adaptação aos diferentes objetivos. Sendo uma grande variedade de empresas que respondem a diferentes formas organizativas e funções sociais, constituem essa grande “caixa de ferramentas” que pode responder de forma ajustada às diferentes necessidades que o desenvolvimento local apresenta. E a segunda, porque a simetria entre o objetivo da intervenção pública e a prestação do serviço pela ESS é maior, na medida em que a ESS tem maior identidade social e comunitária e vocação de serviço público (Guridi, Pérez de Mendiguren, 2014).

Assim, identificam-se quatro fórmulas organizativas da ESS que podem ser ajustadas a dois objetivos de intervenção pública: se o objetivo principal é dinamizar os cidadãos através de fórmulas associacionistas, a ESS propõe associações de utilizadores e cooperativas. Para o objetivo de reapropriação coletiva das atividades econômicas, a ESS tem suas duas principais formas de trabalho associado: cooperativas e empresas trabalhistas; direcionar os objetivos para fórmulas de inclusão de pessoas com maiores dificuldades laborais, as empresas de inserção e os centros especiais de emprego são as principais referências do ESS; finalmente, para avançar para formas mais híbridas de desenvolvimento local, as fórmulas de colaboração público-cooperativa-comunidade poderiam ser estruturadas em cooperativas abrangentes ou fundações com participação pública.

Políticas Públicas para a promoção da Economia Social e Solidária

Uma vez que estes são os principais objetivos que podem ser alcançados através das organizações de ESS em relação ao desenvolvimento local, a análise incidirá agora nos modelos de intervenção que das entidades locais podem ser utilizadas para a promoção deste tipo de organização. Esta seção será dividida em duas partes: primeiro, serão apresentadas as tipologias que diferem em nível teórico e, em seguida, será oferecida uma breve revisão de sua evolução a nível do estado espanhol durante os

últimos 10 anos, a fim de estabelecer um contexto teórico-prático das experiências práticas da terceira seção

Principais tipologias de políticas públicas

Para classificar as principais tipologias entre as diversas políticas públicas que podem ser realizadas pelas administrações, será seguido o trabalho anterior realizado pelo pesquisador espanhol Rafael Chaves dentro do grupo de pesquisa IUDESCOP para a categorização de tipologias de políticas públicas (2009, 2010, 2012). Basicamente, este grupo define duas formas principais de promoção das organizações de ESS: em primeiro lugar, adotando medidas que afetam diretamente as próprias organizações de ESS e, em segundo lugar, influenciando medidas orientadas para o emprego, que podem ter um impacto indireto na criação de emprego ou medidas de manutenção das entidades de ESS. Dentro das medidas voltadas diretamente para a ESS, duas abordagens se complementam: as que afetam a oferta (visadas às estruturas das organizações) ou as que afetam a demanda, ampliando os mercados que afetam a ESS.

Em suma, existem basicamente duas abordagens iniciais: este trabalho de promoção poderia ser abordado através de políticas de emprego mais gerais que afetam direta ou indiretamente o emprego das organizações da Economia Social e Solidária. Por sua vez, medidas de natureza mais severa ou menos exigente poderiam ser adotadas. As medidas brandas visam criar condições adequadas ao desenvolvimento da ESS, quer através de medidas institucionais (reconhecimento da ESS como agente institucional nas diferentes áreas ou dinâmicas das instituições públicas), quer através de medidas cognitivas (investigação, visualização e socialização da ESS, experiências).

Irrupção das políticas públicas de “segunda geração”

Embora não seja o objetivo principal deste artigo analisar a evolução que as políticas públicas de promoção da Economia Social e Solidária têm tido nos Estados, convém assinalar uma tendência que se observa nos últimos anos, a fim de oferecer uma visão geral das políticas públicas que vêm ganhando força no âmbito local.

E é que se você prestar atenção nas medidas que foram implementadas nas últimas quatro décadas, no nível estadual pode-se ver um ponto de virada após a crise de 2008. Políticas de desenvolvimento, que até então poderiam ser chamadas de “primeira geração”, baseavam-se em uma visão restritiva da ESS, pois apenas cooperativas e

empresas de propriedade dos trabalhadores eram consideradas como parte do setor e, portanto, a serem promovidas; e em segundo lugar, no que diz respeito à distribuição multiescalar das instituições públicas, tanto a administração central como as comunidades autónomas assumiram a liderança com pouca participação das entidades regionais e locais (Chaves, 2020).

Desde então, ocorreram profundas mudanças socioeconômicas e políticas que, como já foi mencionado desde a crise iniciada em 2008, revelaram as fragilidades mais notáveis desses modelos de intervenção, traduzidas especificamente na limitada expansão real das organizações de SE. Principalmente na ativação de novos empreendedores e, em geral, na total desconexão com o desenvolvimento local.

Diferentes especialistas que atuam nesta área concordam com esta reflexão que está em sintonia, através de uma revisão global das políticas de desenvolvimento local (Subirats, 2014; Estela, 2014), pois para eles a crise de 2008 também revelará ou esgotará os modelos de intervenção anexado ao ativado para o desenvolvimento local

Do cruzamento de ambas as reflexões surgem justamente as novas políticas públicas denominadas “segunda geração”. Fajardo (2019) aponta três marcos principais nesta transição: I) Lei 05/2011 da Economia Social do Estado Espanhol de 2011, que definirá juridicamente o universo da ESS; II) A importância assumida pela esfera local no quadro da Estratégia de Economia Social espanhola (2017-2020); III) Nos últimos anos, no quadro das novas correlações de poder conferidas pelas eleições autárquicas de 2015, desenvolveram-se estratégias inovadoras em várias câmaras municipais “importantes” da Espanha como Madrid, Barcelona, Zaragoza, etc.

Sem entrar em sua análise detalhada, a autora percebe duas grandes inovações nos novos desenvolvimentos regulatórios: uma maior concretização do conceito de Economia Social e um papel renovado das esferas local e regional (Fajardo, 2019). Chaves (2019), por outro lado, define a natureza dessas políticas de «segunda geração» através de quatro características principais

- São políticas que mantêm a lógica de baixo para cima, substituindo a abordagem de cima para baixo. A ESS, portanto, terá uma participação significativa na concepção, planejamento e implementação dessas novas políticas, passando de programas liderados por instituições públicas para esquemas de cocriação;

- São políticas que priorizam a abordagem holística, substituindo medidas isoladas baseadas exclusivamente no apoio econômico;
- Baseiam-se numa abordagem ecossistêmica, superando as abordagens baseadas no orçamento. Desta forma, o principal objetivo é dinamizar os recursos que os diferentes agentes do território podem ativar, através de plataformas que permitam a sua participação estruturada;
- São medidas que devem ser adotadas numa perspectiva mainstream, procurando a transversalidade e complementaridade do diferentes políticas públicas locais realizadas, superando os modelos de intervenção em que as medidas são adotadas de forma isolada e descoordenada por cada secretaria municipal.

Em essência, essas políticas de segunda geração se baseiam, além de dotações orçamentárias mais significativas e em escala mais local, em inovações sociais nas políticas públicas. Com essas inovações, além das organizações de ESS, são priorizadas medidas que vão influenciar outras organizações do território, pois o objetivo principal é influenciar o território, colocando teoricamente suas necessidades no centro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise realizada até agora, são extraídas duas conclusões principais, que permitem relacionar os resultados com os objetivos prosseguidos no processo de investigação e, de alguma forma, ordenar a discussão em torno deste estudo.

Em primeiro lugar, embora haja uma grande variedade e diversidade entre as experiências analisadas, tanto no que se refere às formas de ESS promovidas quanto às ferramentas públicas acionadas, de todas as estudadas, muito poucas conseguem transcender o mais específico ou setorial. nível da experiência, pelo que o alinhamento das experiências analisadas com os modelos de desenvolvimento de “segunda geração” ainda é fraco.

Como foi analisado na seção sobre elementos-chave, o nível de articulação territorial, institucional e social das experiências analisadas difere consideravelmente de uma para outra. Algumas experiências são fruto de um impulso bilateral público-comunitário-social, mostram também uma importante capacidade de articulação com outros agentes e setores econômicos do território, além de agregar uma massa social

voluntária que apoia o projeto a partir de uma base popular forte. No entanto, são os menos

Esse fato mostra que, embora existam casos cuja lógica mais profunda se baseie em processos bottom-up que buscam a ativação de diversos agentes territoriais (ecossistêmicos) e institucionais (transversais e holísticos), em nenhum caso ela poderia ser extrapolada como um modelo a nível comunitário. Esta constatação não faz mais do que evidenciar a ausência de uma visão estratégica partilhada entre os agentes de desenvolvimento local e os agentes da SE, para desenharem conjuntamente um “roteiro” partilhado no domínio das políticas públicas promoção da ESS a nível local.

Em segundo lugar, a análise dos fatores determinantes para a replicabilidade dos referidos modelos de promoção noutros territórios, indica que os fatores-chave residem em maior medida nos elementos mais intimamente ligados à viabilidade do próprio projeto (profissionalismo, apoio público, financiamento, comunicação) e nem tanto, por enquanto, nos elementos territoriais, sociais ou institucionais que têm maior potencial transformador para esses projetos.

Grande parte dos elementos facilitadores ou limitantes aludem aos aspectos mais materiais e empresariais da dinâmica analisada. Assim, a existência ou não de perfis profissionais na gestão desses projetos ainda é vista como o elemento mais fundamental para o sucesso ou fracasso dessas experiências. Aspectos relacionados com financiamento, apoio público, intercooperação, comunicação, etc. foram identificados como fundamentais no desenvolvimento das experiências analisadas.

Esse fato evidencia a dimensão mais material do tema estudado: para que se possa avançar para formas de intervenção pública que possibilitem dinâmicas de alcance mais socialmente transformadoras, é preciso, antes de tudo, fortalecer a base: negócios viáveis e administrados projetos são necessários, de forma profissional. Para que um território possa caminhar para fórmulas de desenvolvimento local mais alinhadas com as práticas de ESS, a primeira coisa a fazer é ter um tecido de empresas de ESS suficientemente desenvolvido.

Influenciar a mesma base de negócios também facilitaria a superação de alguns aspectos identificados como fundamentais para a sua replicabilidade: um maior tecido empresarial do ESS permitiria maior visibilidade do mesmo e, portanto, maior conhecimento e reconhecimento por parte dos agentes territoriais. Com base nesse maior conhecimento e reconhecimento, novas formas de colaboração mais complexas poderiam

ser experimentadas e testadas, com maior impacto social e territorial, o que permitiria, em última análise, avançar para modelos de desenvolvimento local mais alinhados com a ideologia das experiências de ESS. A existência de uma sólida oferta de negócios do SE depende também do impulso renovado e claramente orientado dos agentes territoriais.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, J., MARCUELLO, C. La economía social y solidaria en Iberoamérica: retos y nuevos escenarios. in CHAVEZ, R.; VAÑÓ, M. La economía social y el cooperativismo en las modernas economías de mercado. En homenaje al profesor José Luis Monzón Campos. Valencia: Tirant lo Blanch, 2021.

ASKUNZE, C. Más allá del capitalismo: alternativas desde la Economía Solidaria. Documentación social, v. 168, pp. 91-116, 2013.

AMIN, A. Moving on: institutionalism in economic geography. Environment and planning A, v. 33, n. 7, pp. 1237-1241, 2001.

AMIN, A. The social economy: International perspectives on economic solidarity. Londres: Zed Books, 2013.

CHAVES, R. Las políticas de apoyo a las cooperativas de trabajo asociado y las sociedades laborales en España. En Las empresas de trabajo asociado en España: evolución reciente y perspectivas. CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa, v. 69, 159-226, 2010.

CHAVES, R. Las políticas públicas y las cooperativas. EKONOMIAZ. Revista vasca de Economía, v. 79, n. 01, pp. 168-199, 2012.

CHAVES, R. La nueva generación de políticas públicas de fomento de la economía social en España. València: Tirant lo Blanch, 2020.

CHAVES, R.; MONZÓN, J. L. Las políticas de economía social en Europa. Cuadernos del Mercado de Trabajo, v. 3, n. 1, pp. 43-55, 2009.

CHAVES, R.; MONZÓN, J. L. Best practices in public policies regarding the European Social Economy post the economic crisis. CIRIEC Working Papers N°1925, CIRIEC - Université de Liège, 2019.

CORAGGIO, J.L. Economía social y solidaria: El trabajo antes que el capital. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2011.

DEFOURNY, J.; NYSSSENS, M. El enfoque EMES de la empresa social desde una perspectiva comparada. CIRIEC-España, Revista de economía pública, social y cooperativa, v. 75, pp. 06-34, 2012.

ESTELA, O. Public policies for resilient local economies. Tria-territorio dellaricerca su insediamenti e ambiente, v. 8, n. 2, pp. 81-94, 2015.

FLYVBJERG, B. Five misunderstandings about case-study research. Qualitative inquiry, v. 12, n. 2, pp. 219-245, 2006.

GAINZA, X. Instituciones y territorio: Las Agencias de Desarrollo Local vascas en la promoción económica local. Ph. D. thesis, University of the Basque Country, UPV-EHU, 2008.

GURIDI, L.; PÉREZ DE MENDIGUREN, J. C. La dimensión económica del desarrollo humano local: la economía social solidaria. Bilbao: Universidad del País Vasco-Euskal Herriko Unibertsitatea (UPV/EHU), 2014.

JUSTE, J. J.; GÓMEZ, J. M.; FERNÁNDEZ, J. Economía social y desarrollo local rural. Un análisis de sus sinergias. Estudios de Economía Aplicada, v. 29, n. 1, pp. 189-221, 2011.

LAVILLE, J. L.; GARCÍA-JANÉ, J. Crisis capitalista y economía solidaria. Una economía que emerge como alternativa real. Barcelona: Icaria Editorial, 2009.

MENEZES, D. F. N.; SANTOS, Dayvid S. Economia Solidária - Estratégia alternativa para desenvolvimento local. In: CARVALHO NETO, Silvio; Smith, Marinês Santana Justo. (Org.). Anais do XXI Encontro de Pesquisadores: Interdisciplinaridade para o Desenvolvimento Regional. Franca: Centro Universitário Municipal de Franca, 2021, pp. 361-369

MONZÓN, J. L. Economía Social y conceptos afines: fronteras borrosas y ambigüedades conceptuales del Tercer Sector. CIRIEC-España, Revista de economía pública, social y cooperativa, v. 56, pp. 9-24, 2006.

MOULAERT, F.; AILENEI, O. Social economy, third sector and solidarity relations: A conceptual synthesis from history to present. Urban studies, v. 42, n. 11, pp. 2037-2053, 2005.

MOZAS, A.; BERNAL, E. Desarrollo territorial y economía social. CIRIEC-España, Revista de economía pública, social y cooperativa, v. 55, pp. 125-140, 2006.

PIKE, A.; TOMANEY, J.; RODRIGUEZ A. Local and regional development. New York: Routledge, 2006.



SUBIRATS, J. Una visión desde las políticas públicas en pleno cambio de época y con riesgos significativos de exclusión social. Animation, territories et pratiques socioculturelles (Revue ATPS), v. 5, pp. 13-26, 2013.

TÖDTLING, F. Endogenous approaches to local and regional development policy, in A. Pike; A. Rodríguez-Pose; J. Tomaney (orgs.): Handbook of local and regional development, New York: Routledge, 2011, pp. 333-343.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. Desarrollo endógeno y globalización, EURE, v. 26, n. 79, pp. 47-65, 2000.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial, Investigaciones regionales, v. 11, pp. 183-210, 2007.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. Reflexiones teóricas sobre la relación entre desarrollo endógeno y economía social. Revista Iberoamericana de Economía Solidaria e Innovación Socioecológica: RIESISE, n. 1, pp. 11-22, 2018.

WHITE, S.; GASSER, M. Local economic development: a tool for supporting locally owned and managed development processes that foster the global promotion of decent work. Turim: Departamento de Creación de Empleo y Desarrollo Empresarial de la OIT, 2001.

WISKERKE, J.; BOCK, B.; STUIVER, M.; RENTING, H. Environmental co-operatives as a new mode of rural governance. NJAS-Wageningen Journal of Life Sciences, v. 51, n. 2, pp. 09-25, 2003.

ZULAIKA, A. Tokiko Garapen Agentzien eta Ekonomia Sozial eta Solidarioaren gaitasuna Tokiko Giza Garapenaren bidean: Agencia de Desenvolupament del Berguedaren espe-riencia aztergai. GIZAEKOA Gizarte Ekonomiaren Euskal Aldizkaria-Revista Vasca de Economía Social, v. 14, pp. 77-102, 2017.

ZURBANO, M.; MARTINEZ, E.; GAINZA, X.; ARRILLAGA, P. Globalizazioa eta tokiko garapena, Hegoak Zabalduz, v. 8, UPV-EHU, 108.

IMPACTOS DA ATIVIDADE SUCROENERGÉTICA NA REPRODUÇÃO DE GRUPOS CAMPONESES NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

1365

Victor Marchesin Corrêa, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
victormarchesin@ufrj.br

Joelson Gonçalves de Carvalho, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
joelson@ufscar.br

Marina Fernandes, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
marinafernandes@estudante.ufscar.br

Resumo

O etanol é um agrocombustível que tem ganhado destaque no debate da matriz energética global por conta da incapacidade de manutenção do modelo industrial baseado nos combustíveis, fósseis, notadamente o petróleo. Todavia, no Brasil, mais recentemente, com o avanço da área plantada de cana-de-açúcar, importantes debates estão sendo travados sobre os danos ambientais desta monocultura, bem como as formas de exploração do trabalho humano. Neste sentido, o presente trabalho busca analisar os impactos sociais da atividade sucroenergética para assentamentos rurais localizados em território de disputas, como é o caso da região de Ribeirão Preto, localizada no norte do estado de São Paulo e hegemônica pelo agronegócio. Assim, nosso objetivo foi analisar o avanço da cultura canieira sobre o território da região ribeirão-pretana e os impactos da agroindústria sucroenergética sobre as populações camponesas desta mesma região. Nos cabe lançar luz aos sujeitos sociais que vivem e trabalham no campo. Metodologicamente, para além de entrevistas com agentes representativos, camponeses e pesquisadores do tema, também nos valeremos de análise documental e de dados secundários dos censos agropecuários e outras pesquisas, bem como visitas de campo. Partimos de um referencial crítico e do materialismo histórico-dialético, buscando identificar os conflitos que permeiam as relações sociais de produção no território investigado e que indicam – antecipando as conclusões do trabalho – que na região, a imposição de um modelo de desenvolvimento rural excludente e espoliativo que, por meio de mudanças institucionais que impactam no uso e ocupação da terra, tem afetado a produção agrícola nos assentamentos rurais localizados na área de estudo. Adianta-se que tem aumentado, em alguns assentamentos rurais, o plantio de cana-de-açúcar, por meio de parcerias com usinas presentes na região, configurando relações próximas ao arrendamento que tendem a fragilizar a autonomia camponesa das famílias assentadas envolvidas. Por outro lado, em oposição a esse processo, outros assentamentos estão fortalecendo a agroecologia em contraposição ao modelo predominante do agronegócio. Todos esses elementos, por seu turno, têm dado sentido à complexidade da questão agrária na região estudada.

Palavras-chave: Agronegócio sucroalcooleiro; Impactos socioambientais; Questão Agrária; Assentamentos rurais

Abstract

Ethanol is a biofuel that has been emphasized in the energetic matrix global debate, given the inability to maintain the industrial model based on fossil fuel, notably petroleum-based ones. However, recently in Brazil, facing the expansion of sugarcane plantations, important debates are being held about its environmental damages, an about forms of labor exploitation as well. That being said, the current work aims to analyze the social impacts of sugar-energy activities to rural settlements located in territories of conflict, as Ribeirão Preto county, north of São Paulo state, a zone dominated by agribusiness. Thus, our intent was to analyze the advance of sugarcane cultivation over the mentioned territory and the impacts of sugar-energy agroindustry over peasant communities that there are, highlighting the very social actors that both live and work in

rural zones. Methodologically, in addition to interviews with representative agents, peasants, e researchers on the subject, we have also utilized documentation analyzes and secondary data of agricultural censuses and other researches, as well as field visits. Starting from a critical approach, through historical-dialectical materialism, we sought to identify the conflicts that permeate social relations of production in the researched territory and that indicate – anticipating our conclusions – that the imposition of an excluding and spoiling model of rural development witch, through institutional changes that impacts land use and occupation, is affecting agricultural production in rural settlements located in the study area. In some of them, sugarcane planting has increased, through partnerships with sugar-energy industries, configuring relationships close to renting that tend to weaken peasant autonomy of the settled families involved. On the other hand, in opposition to this process, other settlements are strengthening agroecology in counterpoint to the predominant agribusiness model. All these elements, in turn, have given meaning to the complexity of the agrarian matter in the studied area.

Keywords: Sugar-alcohol agribusiness; Social-environmental impacts; Agrarian matter; Rural settlements.

Introdução

O surgimento da tecnologia *flexfuel* nos motores automotivos a partir de 2003, somada à emergência do etanol enquanto solução energética para a crise climática global no debate internacional ensejou um novo ciclo de expansão do setor sucroenergético nacional (MARQUES, 2017). A região de Ribeirão Preto, no interior paulista, de modo algum, fica alheia a esse novo estímulo, haja vista sua importância para o setor sucroenergético nacional na consolidação histórica da atividade no território. A expansão canavieira na região, contudo, é limitada e dificultada pela baixa disponibilidade de terras para um crescimento horizontal da produção, fazendo com que essa ocorra majoritariamente através de ganhos de produtividade e incrementos tecnológicos (COSTA, 2011). Não por acaso Shikida et al. (2011) identificam que a maior concentração técnica do setor se encontra no estado de São Paulo.

É patente que a posse da terra sempre foi motivo de conflitos de classe no Brasil, como evidenciam os estudos de Regina Bruno (2003; 2017), o que nos provoca o questionamento sobre as características desse conflito em territórios hegemônicos pelo agronegócio, tal qual a Região Administrativa (RA) de Ribeirão Preto. Estabelecida fora de zonas de fronteira, com uma distribuição fundiária concentrada, mas, em grande medida, estabilizada e com uma alta densidade populacional, é de se esperar que o impulso recente do setor sucroenergético assuma, na região, contornos particulares, dado os obstáculos para a incorporação de novas terras. É também no acesso à terra que reside, fundamentalmente, a condição camponesa, a qual se exprime numa enorme diversidade de modos de vida e organização social, mas que, para a região, tem se

ancorado na presença de famílias assentadas beneficiárias de políticas públicas, estaduais e federais, de redistribuição fundiária. É essa população, em específico, que se analisa no presente trabalho, entendendo-a enquanto vetor de resistência ao avanço do agronegócio canavieiro.

Dentro da gama de possibilidades de modos de vida do campesinato, a condição de assentado é particularmente relevante para a questão posta, pois implica a posse sobre uma parcela do território cujo *status* legal a situa fora do mercado de terras e, portanto, fora da possibilidade de apropriação pelas usinas e fornecedores de cana-de-açúcar. É necessário, portanto, compreender quais as condições de existência e resistência dos assentamentos de reforma agrária situados em meio à dominação dos canaviais, buscando revelar quais os impactos da atividade sucroenergética regional nesses territórios específicos e sobre essas famílias em especial.

Dito isso, cabe ressaltar que essa é uma pesquisa ainda em andamento, no escopo de um projeto mais amplo, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que busca, em termos gerais, analisar efeitos socioambientais da produção canavieira nos estados de Alagoas e São Paulo¹³³. Para os objetivos aqui delimitados, sugerimos a hipótese de que a hegemonia territorial da cana-de-açúcar na RA de Ribeirão Preto tem efeitos diretos no acesso a postos de trabalho e a mercados para os produtos da reforma agrária.

Metodologia e referencial teórico

Partimos de um referencial teórico marxista que nos permite entender a questão agrária enquanto conflito de classe que se exprime, dentre outras coisas, na luta pela terra, sua posse e propriedade. A longa tradição marxista de estudos rurais, que retoma trabalhos clássicos como o de Lenin ([1899] 1982) e tem no Brasil expoentes como Caio Prado Jr. (1979) e Ignácio Rangel (1962, 2000), tem por fundamento o foco no avanço das relações capitalistas no campo e seus consequentes desdobramentos para as populações tradicionais do mundo rural e suas formas de vida e reprodução social. De maneira geral, é dentro desse quadro que essa pesquisa se insere – representado pelo agronegócio

¹³³ Projeto aprovado na linha de fomento Acordos de Cooperação entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) e a FAPESP, cadastrado como Processo N° 2019/25259-3, sob coordenação do professor Rodrigo Constante Martins do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (DS/UFSCar).

canavieiro enquanto vetor das relações capitalistas de produção na região de Ribeirão Preto.

As populações rurais, por sua vez, se apresentam em uma ampla diversidade de contextos, práticas culturais e relações sociais, que variam no tempo e no espaço. Essa diversidade, típica de uma categoria dinâmica e mutável tal qual a camponesa (CARVALHO, 2015), deve necessariamente ser incorporada ao conceito de campesinato enquanto uma categoria analítica operacionalizável, e tal proposição se encontra amparada na literatura especializada, que reitera o caráter diverso do que se entende por camponês, tendo como princípios fundamentais a existência de uma economia familiar (CHAYANOV, 1974; SHANIN, 2008) e estreita relação com a terra enquanto ambiente de vida e trabalho (GIRARDI, 2008; WELCH, 2009). Segundo Girardi,

Camponeses são produtores que desenvolvem suas atividades com força de trabalho predominantemente familiar; que têm a terra como local de produção e reprodução social; que lutam permanência na terra e contra a desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo (GIRARDI, 2008, p. 108)

Essa definição é suficientemente ampla para abarcar sua heterogeneidade cultural, ao passo que é precisa em definir sua posição no seio dos conflitos de classe estruturantes da questão agrária, se mostrando assertiva para a análise do contexto brasileiro com um todo e, em particular, da região aqui estudada. Para os fins dessa pesquisa, portanto, foi utilizada a definição proposta por Girardi (2008), expressa concretamente na realidade regional de Ribeirão Preto na forma de posseiros, meeiros, agricultores familiares (em diferentes graus de integração ao mercado) e, acampados e assentados. Dentre tais, as duas últimas representam o elemento mais interessante à análise aqui realizada, por materializarem de maneira mais concreta, a expressão política da resistência camponesa ao avanço do agronegócio canavieiro.

Posto isso, o presente trabalho busca trabalhar, de maneira complementar, metodologias qualitativas e quantitativas, reconhecendo a complexidade do fenômeno e as particularidades do território estudado. Conta-se com a análise de dados secundários, notadamente das pesquisas de Produção Agrícola Municipal (atualizada anualmente) e dos censos agropecuários de 2006 e 2017, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como dados da Fundação Seade sobre ocupação de mão-de-obra no campo. A partir da análise dos mencionados dados quantitativos é possível perceber transformações estruturais no contexto rural regional, o avanço da

cultura canavieira e o desenho da estrutura fundiária e produtiva da RA de Ribeirão Preto para, com isso, indicar possíveis impactos da atividade na reprodução camponesa e estabelecer conclusões preliminares. Procura-se, portanto, investigar, a partir de pesquisa de campo, a penetração dos efeitos colaterais do setor sucroenergético na realidade camponesa a partir de duas entradas complementares.

Foram realizadas 3 entrevistas com representantes das usinas da região, a fim de identificar as especificidades do desenvolvimento setorial no território estudado nos últimos 10 anos e sua relação com trabalhadores camponeses e territórios assentados. Sendo um dos entrevistados um representante da empresa Raízen, que detém 2 unidades na região, a amostra trabalhada aqui representa 4 das 13 usinas locais, um total de 30,7%, e abarca a heterogeneidade organizacional do setor, na medida em que 2 das unidades representadas são de grupos de menor porte e propriedade familiar, ao passo que as demais representam grupos de capital aberto e fortemente capitalizados e internacionalizados, em uma proporção próxima à encontrada no universo da pesquisa. Todas as unidades agroindustriais foram contactadas para a pesquisa, de modo que as demais não responderam ou se recusaram a participar.

Dentre a diversidade do que aqui se considera dentro do campesinato enquanto categoria analítica, foi selecionado para os fins da pesquisa de campo os assentados e assentadas rurais, por entender (como já mencionado) tratar-se do principal vetor de resistência ao agronegócio dentro do contexto da questão agrária regional. Cinco assentamentos foram identificados na RA de Ribeirão Preto, sendo dois estaduais e três federais – fator este relevante para os desdobramentos da pesquisa, como será evidenciado posteriormente. Foram realizadas 6 entrevistas até o momento, com o objetivo de investigar as condições de produção e reprodução social, bem como a trajetória das famílias assentadas. A pesquisa de campo foi realizada ao longo do primeiro semestre de 2022, atrasada pelas dificuldades da pandemia, ao passo que a coleta e análise dos dados secundários foi realizada ainda no segundo semestre de 2021.

Dinâmica socioterritorial do setor sucroenergético na RA de Ribeirão Preto

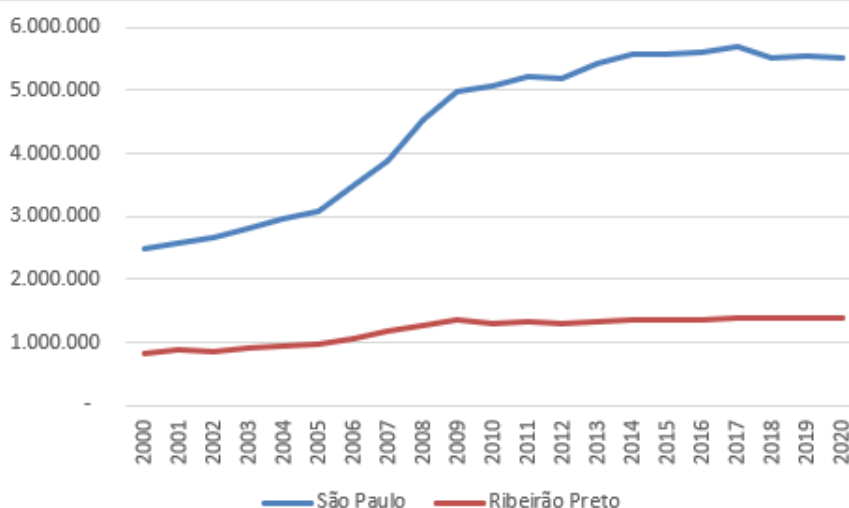
Aprioristicamente, é necessário analisar o desenvolvimento do setor sucroenergético nos últimos anos e suas características particulares referentes à região de Ribeirão Preto, uma vez que, a forma pela qual este processo se dá tem efeitos diretos

para a reprodução de grupos camponeses na região analisada. Seria um equívoco supor características gerais do crescimento setorial extensivas para qualquer território, uma vez que as determinações locais, direta ou indiretamente, atreladas à ação pública nos diversos níveis de governo (federal, estadual e municipal), bem como as condições de infraestrutura local, são fatores relevantes ao desenho que hoje se observa na questão agrária ribeirão-pretana.

A expansão da cana-de-açúcar para a região de Ribeirão Preto contou, notadamente, com o apoio do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), ainda na década de 1970, no bojo das políticas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), favorecendo a consolidação de uma modernização agrícola da região por meio da complexificação das relações capitalistas a montante e a jusante do setor sucroenergético. A partir da década de 1980, por meio do Programa de Expansão da Canavicultura para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo (Procana), que tinha como objetivo aumentar a produção fora das regiões de Piracicaba, Araraquara e Ribeirão Preto, houve, em contraponto, um estímulo à instalação de usinas para a produção de álcool na região (CARVALHO, 2011).

A década de 1990, marcada pela intensificação do processo de globalização e de reestruturação no contexto do ajuste estrutural neoliberal impôs uma abertura comercial que fragilizou a produção interna de gêneros ligados à agricultura de base familiar e camponesa e, por outro lado, favoreceu o agronegócio produtor de commodities, sustentado no tripé caracterizado pelo latifúndio monocultor para exportação e, nesta dinâmica, hegemonizando a cana-de-açúcar como principal produto agrícola no estado de São Paulo em termos gerais e o mais importante na RA de Ribeirão Preto, fato que se reitera nas últimas duas décadas.

Gráfico 1 – Área plantada com cana-de-açúcar (em ha) na Região Administrativa de Ribeirão Preto e no estado de São Paulo, 2000-2020



Fonte: PAM-IBGE (2022)

À primeira vista pode parecer estranha a diferença da baixa taxa de crescimento da área plantada de cana na região de Ribeirão Preto se comparada com o estado de São Paulo, contudo, cabe ressaltar que essa cultura, no início dos anos 2000 já era a que ocupava a maioria de sua área agricultável, mantendo-se estável na casa dos 1.300.000 ha, desde 2009, como se pode observar nos dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal, congregados no gráfico acima. Não obstante, de acordo com dados da Fundação Seade, com essa área plantada, a cana-de-açúcar representava, para o ano de 2020, 68,2% de toda a área agricultável e 68,5% de todo o Valor da Produção Agropecuária (VPA) da região. Subtraindo-se a área destinada a pastagens, a área plantada de cana atinge mais de 90% de ocupação da área agricultável da região (SEADE, 2022).

O resultado desse domínio territorial se reflete na intensa disputa territorial e imprime conflitos sociais ligados ao avanço da cana-de-açúcar sobre as franjas urbanas e áreas de moradia, bem como áreas públicas protegidas. O resultado disso foi observado em campo, no município de Altinópolis, onde os canaviais do grupo Balbo avançaram sobre áreas públicas de encosta de ferrovia onde é proibida a implantação de empreendimentos agrícolas. Essa mesma área é contestada pelos movimentos sociais que instalaram ali o acampamento Campo e Cidade. A realidade que se concretiza é a condição camponesa simbólica e materialmente espremida entre o asfalto a SP-351 e o avanço ilegal dos canaviais.

Por fim, ainda que o Gráfico 1 indique crescimento relativamente baixo da produção canavieira na região ribeirão-pretana, trata-se de algo em torno de 400 mil

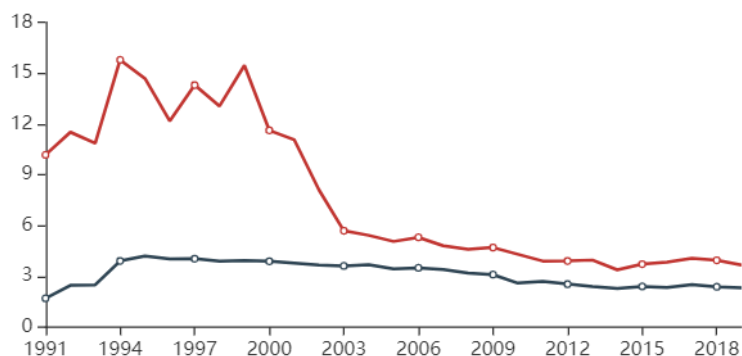
hectares de terras entre os anos de 2003 e 2013, em um sensível movimento inversamente proporcional à da produção de arroz e feijão na mesma região, indicando que o avanço da cana tem se dado a partir da supressão de culturas historicamente ligadas à agricultura familiar e camponesa, dificultando, em última instância, a reprodução desse tipo de agricultura e, por consequência, o surgimento de conflitos inerentes a esse processo.

Esses elementos apontam também para a constituição de um sistema agroalimentar que não privilegia a produção local de alimentos, sendo abastecido, primordialmente, com produtos de outras regiões. A competição entre culturas pode explicar a redução da produção de produtos tipicamente camponeses para os casos em que suas terras se encontram aptas à captura através do mercado de terras, via compra ou arrendamento, excluindo, portanto, parte da população assentada em programas de reforma agrária, notadamente os federais, como na próxima seção.

Fato é que a cana-de-açúcar domina a atividade agrícola da região e, como bem indicam Szmrecsányi et al. (2008), a cultura tem impacto direto na manutenção e até agravamento da concentração fundiária. Os dados do censo agropecuário de 2017 evidenciam uma estrutura agrária altamente concentrada na região, com os estabelecimentos rurais com mais de 1000 ha ocupando 68% da área agrícola, mesmo representando apenas 3,52% do total de estabelecimentos. Por outro lado, os pequenos proprietários com até 50 ha somam 79,9% dos estabelecimentos da região e detém, apenas, 6,44% do território (IBGE, 2017).

Latifúndios, com culturas cada vez mais intensivas em capital, ocupando a maior parte do território, é inequívoco a existência de estrangulamentos para a ocupação de mão de obra nas atividades agrícolas no campo. Esse é o caso da RA de Ribeirão Preto, onde houve o avanço e a consolidação das grandes cadeias agroindustriais – especialmente a sucroenergética –, que se deu a partir do incremento científico-tecnológico com suas patentes alterações na quantidade de trabalho necessário, o que por seu turno alterou a composição técnica e orgânica do capital. Os dados da Fundação Seade (2022) mostram uma queda vertiginosa na participação da atividade agrícola na ocupação dos trabalhadores da região, mantendo-se abaixo da casa dos 6% durante todo o século XXI, como se pode verificar no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Participação relativa dos empregos formais da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura no total de empregos formais na RA de Ribeirão Preto, 1991-2019



—○— Região Administrativa de Ribeirão Preto —○— Total do Estado de São Paulo

Fonte: Fundação Seade (2022)

O impulso da mecanização da atividade de corte da cana-de-açúcar se deu no bojo da construção do etanol, enquanto solução energética à queima de combustível fóssil, com a possibilidade de eliminação das queimadas. Inserido no debate internacional sobre as mudanças climáticas, o Protocolo Agroambiental de 2007, que previa a mecanização do corte da cana em detrimento das queimadas realizadas para, em tese, facilitar o corte manual, assinado por ampla maioria das empresas do setor sucroenergético no estado de São Paulo, quase eliminou o trabalho humano na colheita, sem, contudo, dar respostas sociais aos que perderam seus empregos.

Como avalia Baccarin (2016) e Baccarin et al. (2011), esse movimento surte efeito e culmina na quase eliminação da queima de canaviais, entretanto, provocando um processo de demissão em massa de trabalhadores rurais, mais intenso entre os de baixa qualificação, os próprios cortadores de cana (BACCARIN et al, 2011). Como bem identificado por um dos entrevistados, a mecanização do corte da cana exige uma topografia relativamente plana, com declividade abaixo de 15%, para que seja possível a utilização de colheitadeiras mecânicas. Com isso, observa-se que o desenvolvimento tecnológico do setor, ao mesmo tempo, restringe ainda mais as terras favoráveis à cultura canavieira e limita ainda mais sua possibilidade de crescimento na RA de Ribeirão Preto.

A ampliação da utilização de colheitadeiras mecânicas, neste processo, foi nítida: de 753 unidades, passaram para mais de 3000 no estado de São Paulo, segundo dados do relatório Etanol Verde (2017). Comparando o pessoal ocupado nas atividades agrícolas na RA de Ribeirão Preto, entre os censos agropecuários de 2006 e 2017, evidencia-se uma perda de 14.870 trabalhadores rurais, equivalente a uma redução de 33,2%, em apenas 11

anos (IBGE, 2006; 2017). Mesmo entre os ocupados com grau de parentesco com o proprietário da terra (elemento que caracteriza a agricultura familiar) percebe-se também uma redução drástica, na qual, de 10.166, registrados em 2006, ficaram apenas 5.901 trabalhadores, segundo o Censo de 2017, ou seja, uma redução da ordem de 42%.

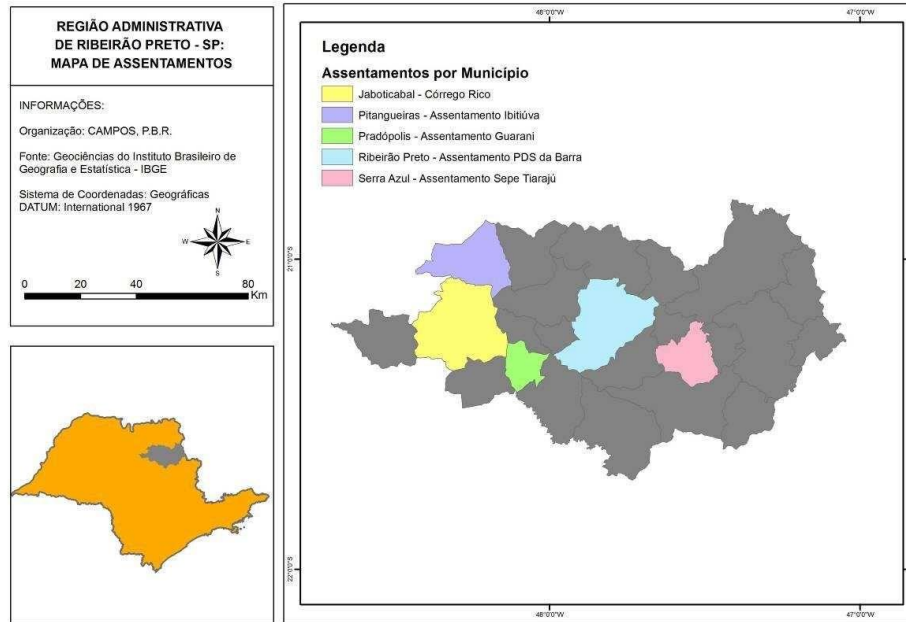
Frente a hegemonização do setor sucroenergético tanto na ocupação da área agricultável como no avanço sobre áreas típicas de agricultura familiar e camponesa, é patente que as possibilidades de ocupação de mão de obra em atividades agrícolas na região são residuais e o fortalecimento do agronegócio típico da região se dá *pari passu* ao aumento das dificuldades da reprodução social camponesa, uma vez que um olhar atento às lógicas de produção agrícola das populações camponesas indica que elas estão à margem do progresso técnico do setor sucroenergético e invisíveis a aqueles que representam o setor.

Camponeses e cana na região de Ribeirão Preto: algumas aproximações

Como se demonstrou anteriormente, a RA de Ribeirão Preto tem forte dinâmica agroindustrial ligada ao setor sucroenergético. Todavia, neste território se materializam importantes projetos de assentamentos rurais, que abrigam mais de 900 famílias em cinco assentamentos na RA, localizados nos municípios de Jaboticabal, Pitangueiras, Pradópolis, Serra Azul e em Ribeirão Preto. Os projetos de assentamentos estaduais são frutos de uma política estadual de redistribuição fundiária e foram estabelecidos sob a responsabilidade da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e os federais estão sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹³⁴.

Mapa 1 – A RA de Ribeirão Preto e a localização dos municípios com assentamentos

¹³⁴ Analisados institucionalmente, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal com o objetivo de realizar a reforma agrária no Brasil além de administrar as terras públicas do país e tem, dentro de suas prerrogativas, a responsabilidade de recuperar infraestruturas dos assentamentos e ações de fiscalização e correção do passivo ambiental brasileiro. Já a Fundação ITESP é a entidade responsável por planejar e executar as políticas agrárias e fundiárias do Estado de São Paulo e pelo reconhecimento das Comunidades Quilombolas.



Fonte: Carvalho (2011)

Os assentamentos estaduais têm em comum o fato de terem sido instalados em antigas áreas de hortos florestais e que, quando se destinaram à redistribuição fundiária, estavam sob administração do governo do estado de São Paulo. Os projetos federais também apresentam uma importante característica comum: ambos são Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e, em função disso, devem ser norteados por princípios como associativismo, agroecologia e respeito ao meio ambiente.

Tendo como norte, os objetivos deste artigo, cabe dizer que há conflitos dignos de nota no que se refere às relações tácitas e formais do setor sucroenergético e os assentamentos rurais, movimentos sociais e as duas instituições ligadas à redistribuição fundiária que atuam na região. Isto por seu turno tem implicações sobre o maior ou menor avanço do plantio da cana nas áreas de assentamentos, uma vez que as famílias beneficiárias de áreas geridas pelo INCRA são proibidas de arrendarem suas terras, mas as famílias assentadas em áreas administradas pelo ITESP encontram inclusive respaldo institucional para o arrendamento.

Quadro 1 – Breve caracterização dos assentamentos rurais na RA de Ribeirão Preto

Projeto de Assentamento Córrego Rico	Foi implantado em 1998, com 47 famílias que ocuparam áreas da Estrada de Ferro FEPASA, no Distrito de Córrego Rico, a 10 km de Jaboticabal. O assentamento possui 468 hectares de área total e 362 hectares de área agrícola, sob domínio do estado. Cada família conta com 7,7 hectares e com assistência técnica do ITESP.
--------------------------------------	--

Projeto de Assentamento Guarani	Criado em 1999, localiza-se no município de Pradópolis, contando com uma área agrícola de 3.018,53 hectares divididos em 274 lotes, de 11 ha aproximadamente, sendo que 60 deles estão em área pertencente ao município de Guatapará. É o maior assentamento da RA em área total e individual, destinada às famílias.
Projeto de Assentamento Ibitiúva	Localiza-se no município de Pitangueiras em área também pertencente à FEPASA. Iniciado o processo de ocupação em 1998, foi transformado em assentamento rural pelo ITESP em julho de 1999. Possui área total de 725,01 ha, sendo composto por 43 lotes familiares de aproximadamente 8,5 ha, totalizando 367,09 ha de área agrícola.
Projeto de Assentamento Sepé Tiaraju	Tem uma área total de 800 ha, situada no município de Serra Azul, contando com 80 famílias assentadas. Foi criado oficialmente em 2004, constituindo o primeiro assentamento na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do Estado de São Paulo. Neste projeto, cada família detém pouco mais de nove hectares, sendo que destes, seis são utilizados na produção conjunta do núcleo e aproximadamente 3,6 ha são de área individual.
Projeto de Assentamento PDS da Barra	Localiza-se em Ribeirão Preto e é o mais recente assentamento da RA, tendo sido efetivado em 2007. Sua área total é de 1.790,80 hectares. Na área, foram assentadas 464 famílias pertencentes a três grupos distintos de luta pela terra, que detêm 2 hectares cada para cultivo coletivo e individualmente apenas um hectare e meio.

Fonte: Carvalho (2011)

No plano federal, tanto o PDS da Barra quanto o Sepé Tiaraju são assentamentos constituídos em territórios antes utilizados para a produção de cana-de-açúcar, o que implica em um contexto muito particular de constituição de comunidades rurais em áreas degradadas pela atividade canavieira, que não se inscrevem exclusivamente no contexto ribeirão-pretano, mas que se repete em outras experiências de constituição de assentamentos de reforma agrária no estado de São Paulo, como é o caso do PDS Santa Helena (São Carlos, SP). Isso impele que se reflita, não apenas sobre o avanço do agronegócio em terras camponesas, mas sobre quais as condições do avanço da reforma agrária em territórios hegemonzados pela cultura da cana.

O PDS da Barra foi oficializado em 2004, após ocupação da antiga Fazenda da Barra. Sua criação foi um marco para a reforma agrária brasileira, uma vez que a sua desapropriação foi a primeira em todo o país que se deu pelo não-cumprimento da função social da propriedade rural no que se refere à utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, uma vez que a fazenda se localiza em uma área de recarga do aquífero Guarani, antes destinada à produção de cana-de-açúcar, sem nenhum controle ou mecanismos de mitigação dos danos causados ao ambiente (CARVALHO, 2011). A partir de 2007 finaliza-se o processo de regularização fundiária para as 468 famílias alocadas nos 1580 ha da antiga Fazenda da Barra, com o

compromisso institucional de desenvolver uma produção ecologicamente sustentável de alimentos saudáveis, pautada em princípios agroecológicos, em uma terra que sofria com a paulatina perda de sua biodiversidade e dinamismo ecológico.

Do mesmo modo o PDS Sepé Tiaraju foi estabelecido em cima de uma antiga fazenda de cana-de-açúcar, de propriedade da Usina Nova União (hoje desativada), que havia sido desapropriada pelo governo de São Paulo por conta de dívidas trabalhistas e outros passivos fiscais (CARVALHO, 2011). Também ali a modalidade “Projeto de Desenvolvimento Sustentável” restringe às práticas agrícolas e impõe a necessidade de balizar os projetos produtivos de acordo com princípios de sustentabilidade ecológica e social. Com isso, tem-se a materialização de um modelo diferente de ocupação da terra e desenvolvimento rural, que assume para si o papel de mitigar os efeitos climáticos e ambientais da atividade canavieira, inserindo de maneira contundente a questão ambiental no panorama dos conflitos agrários.

O balanceamento e correções de solos, recuperação da biodiversidade são tão mais onerosos e demorados quanto maior o estado de degradação da área, especialmente considerando a não utilização de fertilizantes químicos e a necessidade de biotecnologias, realidade dos assentamentos ambientalmente diferenciados. Isso torna o processo ainda mais complexo e caro, e esbarra em um gargalo comum à realidade da política de reforma agrária nacional, qual seja, o acesso a financiamentos. Como bem identifica Carvalho (2011), esse obstáculo é observável na trajetória do PDS Sepé Tiaraju, que teve por diversas vezes dificuldades em acessar as linhas de crédito destinadas à reforma agrária e à estruturação dos assentamentos, o que recai diretamente na dificuldade de recuperar a área da degradação imposta pelo histórico canavieiro.

No caso dos dois assentamentos, desde suas constituições, as famílias ali assentadas se comprometeram juridicamente a desenvolverem estratégias de produção por meio de práticas agrícolas e agroecológicas sustentáveis, assegurando, assim, o cuidado da terra, da biodiversidade local e dos recursos hídricos. Para garantir esse compromisso, muitos camponeses fizeram diversos cursos de formação prática e teórica que contribuíram tanto para o aprimoramento dos trabalhos agrícolas quanto para o fortalecimento da identidade camponesa. Cabe ressaltar que nestas áreas, a produção de cana-de-açúcar não é uma opção.

No que se refere às experiências estaduais de redistribuição fundiária, em que pese o aumento mais recente de famílias camponesas interessadas na implantação de sistemas

produtivos mais sustentáveis, incluindo algumas com produção e manejo agroecológico, a agricultura convencional é generalizada nos assentamentos sob responsabilidade do ITESP. Segundo Carvalho (2011), o modelo agrícola herdado da revolução verde domina as formas de produção dos assentamentos estaduais, com pouco (mas crescente) espaço para alternativas agroecológicas.

Não obstante, a presença do cultivo da cana-de-açúcar é registrada já a quase duas décadas em parte dos lotes destes assentamentos. Isso se deve ao fato de haver uma normativa que formaliza uma “parceria” com famílias assentadas e agroindústrias. Esta parceria foi instituída pela Portaria 77/2004, que autoriza os beneficiários de projetos estaduais de reforma agrária a estabelecerem parcerias na produção agrícola com empresas agroindustriais. Todavia, sendo o setor sucroenergético hegemônico na região, a atividade canavieira monopolizou os contratos nos assentamentos.

Apresentada essa realidade, é necessário refletir sobre como o arrendamento de territórios destinados à reforma agrária para o plantio de cana-de-açúcar, abre espaço para a captura de territórios antes fora do mercado de terras. Sobre isso, conforme atestam Amim e Vergopoulos (1977), é fato que o camponês mantém a posse da terra, mas perde a autonomia sobre ela e, não raras as vezes, torna-se um vendedor de força de trabalho, levado à condição de trabalhador em domicílio.

É fato que as parcerias contribuem para o aumento da renda anual das famílias assentadas; contudo, isso se deve, em grande parte, pela ausência de políticas públicas que sejam favorecedoras dos processos de produção e comercialização da produção assentada. Não obstante, a presença da cana-de-açúcar nesses assentamentos é geradora de conflitos internos entre os próprios assentados, além de conflitos de ordem institucional nos planos estadual e federal (CARVALHO, 2012).

Considerações finais

O exposto neste trabalho apresenta tanto conclusões preliminares quanto pistas de investigação para o decorrer da pesquisa. Se faz evidente que a hegemonia territorial do agronegócio canavieiro na região administrativa de Ribeirão Preto impacta negativamente a produção e reprodução social camponesa. Uma vez que seu avanço territorial suprimisse culturas tradicionalmente ligadas à agricultura camponesa, algumas nuances refletem os impactos nas possibilidades de trabalho e renda para as populações do campo.

À medida que avançam os canaviais e os investimentos em tecnologia e maquinário agrícola, diminui-se paulatinamente à demanda do setor por mão-de-obra e, conseqüentemente, as possibilidades de trabalho de uma população marcada pela baixa qualificação, num contexto de baixa diversidade da atividade agropecuária regional, que tem na cana-de-açúcar sua principal cultura. Com isso, o avanço dos canaviais se reflete em negação da terra enquanto espaço de vida e de trabalho para as populações do campo na região de Ribeirão Preto.

Em termos gerais, pode se considerar que a política de reforma agrária fornece condições básicas de existência do campesinato (expressa particularmente no acesso à terra e na sua garantia legal), a partir da qual se avalie que a titulação dos lotes dos assentamentos seria significativamente prejudicial à proteção social da população assentada frente ao avanço do agronegócio canavieiro e sua conquista das terras da região. Exprime-se também, a partir das considerações feitas, que uma agenda de pesquisa futura deve versar sobre uma profunda pesquisa de campo com as populações camponesas da região no sentido de perceber suas estratégias de produção e reprodução social frente aos efeitos colaterais do desenvolvimento do setor sucroenergético.

Por fim, não foi objetivo deste artigo realizar uma investigação sobre a eficiência produtiva dos assentamentos rurais, mas é importante ressaltar que a produção de produtos como cana-de-açúcar compõe as importantes estratégias para a geração de renda nos assentamentos estaduais. Contudo, deve-se ter claro que estas culturas, típicas do agronegócio, para serem minimamente competitivas nos assentamentos, dependem de insumos agroindustriais, de processos mecanizados, além de demandarem pouca mão de obra, o único fator abundante em assentamentos. Observados os assentamentos federais, é inegável as vantagens sinérgicas da agroecologia, todavia, para que ela se consolide como alternativa viável para todos os assentamentos da região, há ausências que precisam ser supridas, tais como a criação ou fortalecimento de políticas e programas específicos sem os quais a cana-de-açúcar continuará avançando, de maneira conflituosa, territorial e economicamente, em áreas de reforma agrária, menos por opção e mais por falta dela.

Referências

BACCARIN, J. G. A indústria abarca a cana-de-açúcar e corta rente o trabalho volante: mudanças tecnológicas recentes na lavoura canavieira e impactos na ocupação agrícola no estado de São Paulo. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, UNESP. Jaboticabal, 2016.

BACCARIN, J. G.; GEBARA, J. J.; BORGES JR., J. C. Expansão canavieira e ocupação formal em empresas sucroalcooleiras do Centro-Sul do Brasil, entre 2007 e 2009. RESR, v. 49, n.2, pp. 493-506, 2011.

BRUNO, R. A. L. Agricultura empresarial, povos e comunidades tradicionais: lutas simbólicas e negação de direitos. Raízes, v. 37, p. 27-41, 2017.

BRUNO, R. A. L. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. Sociologias, v. 10, p. 154-189, 2003.

PRADO JR, C. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CARVALHO, J. G. Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: O caso da região administrativa de Ribeirão Preto. Tese (doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia/Unicamp. Campinas, 2011.

CARVALHO, J. G. Políticas Públicas e conflitos institucionais em assentamentos rurais: um estudo de caso da região administrativa de Ribeirão Preto. In: Anais do V Encontro da Rede de Estudos Rurais. São Carlos, 2012.

CARVALHO, J. G. Economia Agrária. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2015.

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COSTA, G. F. Caracterização do setor sucroalcooleiro na mesorregião de Ribeirão Preto. Biblioteca Virtual ESALQ. Disponível em <<https://esalqlog.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/2015/05/Caracterizacao-do-Setor-Sucroalcooleiro-na-Mesorregiao-de-Ribeirao-Preto-COSTA-G.-F..pdf>>

GIRARDI, E. P. Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. Tese (doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP. Presidente Prudente, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produção Agrícola Municipal. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>

LENIN, V. I. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o Processo de Formação do Mercado Interno Para a Grande Indústria. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1982.



MARQUES, R. C. A. Expansão da agroindústria canavieira no Centro-Oeste brasileiro pós-desregulamentação: uma análise institucionalista. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2017.

RANGEL, I. A questão agrária brasileira. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

RANGEL, I. Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

SEADE (2022). Informações dos Municípios Paulistas: banco de dados. Disponível em www.seade.gov.br, acessado em outubro de 2022.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org) Camponato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SHIKIDA, P. F. A.; AZEVEDO, P. F.; VIAN, C. E. F. Desafios da agroindústria canavieira no Brasil pós-desregulamentação: uma análise das capacidades tecnológicas. RESR, v. 49, n. 3, p. 599-628, 2011.

SIMA – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO. (2017) Etanol Verde – Relatório Preliminar Safra 2016/2017. Disponível em http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/2017/06/etanol-verde-relatorio-preliminar-safra-16_17-site.pdf

SZMRECSÁNYI, T.; RAMOS, P.; RAMOS FILHO, L. O.; VEIGA FILHO, A. A. Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

MOBILIZAÇÃO LOCAL PARA INSERÇÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

1382

Eliane Navarro Rosandiski, PUC-Campinas
eliane.rosandiski@gmail.com

Resumo

No Brasil, a pandemia da COVID-19 encontrou uma economia fragilizada pela crise política de 2016, que vivia um processo muito lento de recuperação não respondendo às propostas liberais adotadas desde então. Ao contrário, as condições de inserção mercado de trabalho estavam fragilizadas pela implantação de medidas mais flexíveis de contratação e o desemprego estava num patamar elevado mesmo antes da pandemia. Em finais de 2021, a situação socioeconômica se mostra mais preocupante ainda, visto que mais de 12 milhões de brasileiros (11% da PEA) estão em busca de emprego, a remuneração média caiu em torno de 8% e algum grau insegurança alimentar afeta 30% das famílias, dentre esses 33 milhões de brasileiros passam fome. Nesse grave cenário social, deteriorado pelo retorno da inflação, e diante de um Estado ideologicamente incapaz de articular políticas sociais, vem ganhando destaque as ações da sociedade civil realizadas em prol de mitigar tamanha desigualdade e exclusão.

Esse trabalho compartilha a experiência de uma ação, desenvolvida por um conjunto de instituições civis locais que, atuando na forma de rede, tem como objetivo promover a inclusão produtiva numa região do município de Campinas-SP cuja vulnerabilidade foi agravada em função da crise da COVID. Em termos conceituais, essa ação está sendo estruturada tomando como base os princípios do cooperativismo e da autogestão como forma de organização e gestão das atividades identificadas junto às comunidades.

Metodologicamente, o projeto de intervenção no território está sendo impulsionado por uma Fundação que tradicionalmente financia um conjunto de Organizações da Sociedade Civil nos territórios de vulnerabilidade. A novidade desse projeto está relacionada ao foco e direcionamento das atividades: uma estrutura em rede está sendo construída sob a liderança de uma OSC que articula as ações de capacitação desenvolvidas pelas demais OSCs. Além das OSCs que atuam diretamente com o público-alvo, serão envolvidas outras instituições locais de formação capazes de promover e disseminar os conteúdos detectados capazes de promover os empreendimentos identificados e realizáveis junto à comunidade local. Cabe destacar que o ponto de partida é entender e mapear as demandas locais para que sejam lançadas as bases da construção da identidade e do desenvolvimento territorial. A base da pirâmide é a comunidade.

Espera-se, implantar um ecossistema empreendedor social e solidário (sistema de cooperação entre sociedade civil e atores não governamentais), compatível com a capacidade de remuneração digna e trabalho decente, cujos resultados possam ser monitorados e replicados em diferentes regiões de vulnerabilidade.

Palavras-chave: 1. Desenvolvimento Local. 2. Economia Solidária. 3. Inovação Social.

Abstract

In Brazil, the COVID-19 pandemic found an economy weakened by the political crisis of 2016. It was experiencing a very slow process of recovery, not responding to the liberal proposals adopted since then. The conditions for entering the labor market were weakened by the implementation of more flexible hiring measures and unemployment was at a high level even before the pandemic. At the end of 2021, the socioeconomic situation is even more worrying, since more than 12 million Brazilians are looking for a job, the average salary has dropped by around 8% and some degree food insecurity affects 30% of families. Among these 33 million Brazilians suffer with hungry. In this social scenario, deteriorated by the return of inflation, and in the face of a State ideologically incapable of articulating social policies, the actions of civil society carried out in order to mitigate such inequality and exclusion have been gaining prominence.

This work shares the experience of an action, developed by a group of local civil institutions that, acting in the form of a network, aims to promote productive inclusion in a region of the municipality of Campinas-SP whose vulnerability was aggravated due to the COVID crisis. In conceptual terms, this action is being structured based on the principles of cooperativism and self-management as a form of organization and management of activities identified with the communities.

Methodologically, the intervention project in the territory is being driven by a Foundation that traditionally finances a set of Civil Society Organizations in vulnerable territories. The novelty of this project is related to the focus and direction of activities: a network structure is being built under the leadership of a CSO that articulates the training actions developed by the other CSOs. In addition to the CSOs that work directly with the target audience, other local training institutions capable of promoting and disseminating the detected content capable of promoting the identified and achievable projects with the local community will be involved. It should be noted that the starting point is to understand and map the local demands so that the foundations for the construction of identity and territorial development are laid. The base of the pyramid is the community.

It is expected to implement a social and solidary entrepreneurial ecosystem (system of cooperation between civil society and non-governmental actors), compatible with the capacity for decent remuneration and decent work, whose results can be monitored and replicated in different regions of vulnerability.

Key-words: 1. Local Development. 2. Solidarity economy. 3. Social Innovation

Introdução

Cabe aqui um breve retrospecto desses dois últimos anos que abalaram profundamente as estruturas econômicas e continuam desafiando a reflexão quanto à busca por soluções para o enfrentamento dos desafios no campo social e econômico. Nas palavras de Antonio Guterres, Secretário Geral da ONU:

“A Covid-19 foi comparada a um raio-x, revelando fraturas no frágil esqueleto das sociedades que construímos. Está expondo falácias e falsidades em todos os lugares: a mentira de que os mercados livres podem oferecer assistência médica para todas as pessoas; a ficção de que o trabalho de cuidado não remunerado não é trabalho; a ilusão de que vivemos em um mundo pós-racista; o mito de que estamos todos no mesmo barco. Estamos todos flutuando no mesmo mar, mas é evidente que alguns estão em super iates, enquanto outros se agarram aos escombros à deriva.” (OXFAM, 2021).

De fato, não há como negar que a pandemia do Coronavírus (COVID-19) desafiou e impactou profundamente as estruturas socioeconômicas mundiais. A epidemia, que começou em novembro de 2019 na China, acendeu alguns sinais de alerta. Os protocolos de distanciamento da social, estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para preservar vidas e manter a capacidade de atendimento hospitalar, foram adotados pela maioria dos países para o enfrentamento da crise sanitária e tiveram forte impacto sobre a economia mundial. A contenção das aglomerações desorganizou, ao mesmo

tempo, fluxos de produção e de demanda e provocou efeitos adversos sobre o nível de atividade.

No Brasil, o mês de março de 2020 marca o início da adoção desses protocolos e do debate quanto às medidas protetivas no emprego e da renda. A aprovação do Decreto de Estado de Calamidade pelo Congresso Nacional permitiu que o governo federal pudesse dispor de um orçamento suplementar para financiar as medidas necessárias para enfrentamento crise sanitária e econômica. Dentre as medidas anunciadas, destacam-se a disponibilização de linhas de crédito para as empresas e os programas protetivos do emprego e da renda: o auxílio emergencial como o benefício emergencial.

Em função dessas medidas a crise não foi tão intensa, porém, dados mais gerais do mercado de trabalho revelaram que a taxa de participação ficou em torno de 60%, o que significa que pessoas 40% das pessoas em idade de trabalhar estavam fora do mercado de trabalho, confirmando o baixo dinamismo econômico numa situação de pandemia. E dentre os que buscavam uma inserção, em 2020 o desemprego atingiu mais de 14 milhões de pessoas.

O ano de 2021 se inicia com uma esperança em relação ao avanço do programa de vacinação. Porém, o cenário de elevado desemprego, com milhares pessoas em situação de desalento desemboca no agravamento da pobreza e chega-se à triste marca do retorno do país ao mapa da fome. Segundo dados OXFAM e Rede PENSSAN (2021) 55,2% dos domicílios se encontravam em Insegurança Alimentar; dentro desse conjunto 9% conviviam com a fome.

Dessa forma, ao longo de 2021, ainda que de forma desigual, a melhora dos indicadores sanitários tenha permitido a flexibilização das medidas de distanciamento social e economia tenha começado a dar sinais de recuperação, os dados gerais do mercado de trabalho apontam que, em finais de 2021, ainda cerca de 13 milhões estavam em busca de trabalho. O crescimento do volume de pessoas ocupadas foi puxado basicamente pelo retorno de atividades informais. Essa recuperação/recomposição do mercado de trabalho foi acompanhada por uma queda real 4% no valor das remunerações.

Tal como para o resto do mundo, o ano de 2020 será lembrado pelo brutal efeito da pandemia do coronavírus (COVID-19) que no caso do Brasil abate uma economia já fragilizada pela crise política de 2016, que vivia um processo muito lento de recuperação econômica e do mercado de trabalho que não respondia às propostas liberais de flexibilização aprovadas na reforma trabalhista de 2017.

Pode-se dizer, que no Brasil, os programas de transferência de renda e de flexibilização de jornadas e salários formal foram decisivos para evitar o aprofundamento da crise econômica durante a pandemia. No entanto, a não articulação de políticas públicas, capazes de sustentar a recomposição da atividade econômica pós pandemia, deixou como herança a desorganização das estruturas socioeconômicas.

Se considerado o efeito da conjuntura inflacionária que se instalou na economia, o ano de 2022 vem marcado pelo aprofundamento da desigualdade e vulnerabilidade sociais e pela total desarticulação das políticas públicas para o enfrentamento dos graves problemas advindos de quadro socioeconômico tão complexo. Nesse quadro de carência de ações públicas articuladas, a sociedade civil organiza ações para mitigar e exclusão social e a fome, que já atinge 33 milhões de brasileiros. Vale dizer que nos períodos mais críticos da crise sanitária, entidades privadas protagonizaram importantes ações assistenciais de arrecadação e distribuição de alimentos.

No município de Campinas (São Paulo), uma Fundação privada, com o objetivo de contribuir para criação de uma sociedade mais justa, sustentável e com igualdade de oportunidades, desde 1964 investe em ações de assistência social, educação e promoção humana. Com foco nas regiões e nas populações mais vulneráveis, especialmente crianças e jovens as ações podem ser identificadas em três eixos de atuação: (i) empoderar populações vulneráveis; (ii) impulsionar organizações, empresas e pessoas pelas causas sociais; e (iii) potencializar territórios vulneráveis.

O quadro de agravamento socioeconômico pós-Covid e a urgência de ações geradoras de trabalho e renda fez com que essa Fundação envidasse maiores esforços para a promoção de ações de inclusão socioeconômica.

O objetivo desse artigo é apresentar os desafios e aprendizados obtidos na definição e execução projeto, bem como mostrar como a implantação desse ecossistema empreendedor contribui para reflexão quanto ao potencial dessas ações para promover o desenvolvimento e a identidade do território.

Na primeira parte serão apresentadas as fundamentações teóricas que mostram o elo entre os princípios da economia social e solidária e o modelo tríplice-hélice proposto no ecossistema empreendedor. Em seguida será compartilhado o relato da experiência, seus desafios e soluções para promover as relações de identidade e pertencimento. Por fim, serão apresentadas algumas reflexões quanto ao potencial de difusão da experiência-piloto.

Fundamentação teórica

A Economia Solidária pode ser conceituada como uma maneira alternativa de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Nessa forma de organização do processo produtivo as empresas pertencem aos próprios trabalhadores e sendo por eles administradas, sua organização é baseada na democracia e na cooperação. Sendo, por isso, entendida como um projeto democrático de desenvolvimento econômico, pois objetiva melhorar a qualidade de vida e de trabalho, sem concentrar renda e sem discriminar as pessoas pelo seu sexo, orientação sexual, cor, raça, idade, religião, deficiência física etc.

Rosandiski (2022) destaca dois elementos que compõem o campo conceitual da Economia Solidária que se mostram particularmente adequados para o enfrentamento da questão da vulnerabilidade: as trocas simbólicas e a reciprocidade, visto que tais elementos mostram o potencial dos princípios da Economia Solidária como forma de articulação e mobilização das comunidades para, além da superação da vulnerabilidade, promover o empoderamento desses grupos no território.

Começando pelas trocas simbólicas. No campo da economia solidária as relações de produção e troca devem ser entendidas para além das relações técnicas de produção, pois é sua dimensão simbólica que possibilita que as comunidades reproduzam suas relações sociais e culturais. Tais relações compreendem desde a transmissão entre gerações de informações acumuladas do passado até a construção coletiva de novas informações. São as trocas simbólicas que permitirem o alinhamento social e cultural das comunidades, criam a noção de reciprocidade e são capazes de formatar as relações solidárias.

É justamente a partir dessas trocas que surge o segundo elemento distintivo: o processo de criação de reciprocidade. As experiências de cooperação, assentadas nas trocas simbólicas permite a formação de grupos (economias) com identidade específicas: quilombola, feminista, da reforma agrária, da periferia, dos povos da floresta, de consumo consciente, dos povos tradicionais, da mulher do campo e da cidade, dos catadores, de dos jovens, da agricultura familiar, dentre outros.

Assim sendo, diferentemente da economia de mercado, na economia social e solidária, a sustentabilidade dos empreendimentos não se reduz aos resultados econômicos e/ou financeiros, ao contrário significa garantir a continuidade da

transmissão das trocas simbólicas e das relações de reciprocidade. Sendo a autogestão e cooperação elementos pilares dos empreendimentos sociais e solidários, o reconhecimento das trocas simbólicas e da reciprocidade amplia os contornos e desafios das atividades de capacitação para gestão. Mais especificamente, incorporar sua dimensão participativa demanda práticas e procedimentos de autogestão, cujo critério deve ser o papel ativo dessas comunidades no desenvolvimento local.

Singer (2006) mostra que o potencial da Economia Solidária ganha densidade quando caminha para embasar ações de inclusão produtiva e mobilização no território. O autor ainda acrescenta que para discutir a economia solidária e suas experiências sociais é necessário perceber que “há um avanço qualitativo na construção do conceito de desenvolvimento....e que o combate à pobreza não pode ser individualizado...[ao contrário] é preciso ter um enfoque comunitário ao invés de dirigido a grupos isolados” (p.19).

Gaiger (2014) acrescenta mais um elemento: a necessidade do envolvimento social e político dos grupos com o território. Quanto maiores os vínculos comunitários e compromisso social, maiores as chances de garantia de trabalho e renda para os sócios. Mais especificamente, nas palavras do autor:

“de maneira clara seus vínculos comunitários e seu compromisso social em plano organizativo mais amplo... dão prioridade à viabilização de sua atividade econômica e sua estratégia de união de esforços... [que]... indicam motivações e tendências gerais de desenvolvimento” (p.93)

Entender o desenvolvimento territorial a partir da ideia do desenvolvimento endógeno, significa compreender que dinâmicas são assentadas na cooperação, na aprendizagem, nos conhecimentos tácitos, nas culturas técnicas específicas e nas inter-relações sinérgicas. Nesta perspectiva, a explicação fundamental para o desenvolvimento endógeno está associada ao elevado grau de capital social encontrado nas comunidades em que as ações são praticadas. Capital social diz respeito às características de organização social que contribuem para o aumento das ações coordenadas e articuladas. (ROSANDISKI, 2022)

Surge então a ideia constituição de elos integradores (redes) capazes de dar suporte à construção de uma organização social-local-territorial com uma forte capacidade de cooperação em torno do projeto coletivo que considere as dimensões (i) socioeconômica; (ii) social e cultural; (iii) ambiental; e (iv) política.

A ideia de ecossistema empreendedor surge de forma coerentemente com essa ideia de rede. França Filho (2017) mostra que o processo de incubação, quando relacionado aos empreendimentos sociais e solidários, pressupõe uma mudança no objeto da incubação: deixaria ser o empreendimento e passaria a ser o território. Esta ênfase é importante na medida que o assessoramento deve buscar uma perspectiva mais sociopolítica e sócio organizativa do que apenas econômica ou organizacional. Ou seja, o estímulo à dinâmica associativa no local parte da premissa de que a comunidade deve estar organizada para encaminhar seu desenvolvimento de forma sustentada. (op cit, páginas 187 e 188).

Nessa perspectiva, a necessidade de assessoramento deve ser compreendida como uma ferramenta para articulação dos vários empreendimentos com vistas à constituição de um circuito próprio de relações socioeconômicas, que, necessariamente, passam pelo intercâmbio de experiências e saberes formativos. (França Filho (2017)).

Mesmo que a política de capacitação esteja centrada em questões técnicas, é importante que esta técnica seja portadora de valores. Seriam objetivos do assessoramento: permitir a sustentabilidade e fortalecer seu protagonismo no território.

Tomado como base esses conceitos e premissas, os processos de formação devem estar voltados para a construção de uma concepção do processo produtivo em que a solidariedade seja resgatada como elemento dinamizador e transformador. De tal forma que os conteúdos pedagógicos, que compõem os projetos de formação/capacitação, estejam inseridos num pensamento emancipatório de inclusão e transformação.

Isso leva a conceber que uma proposta ideal de atuação das redes, que atuam no ecossistema empreendedor, deve valorizar as funções estrutura social. Valorizar a estrutura social significa ver os empreendimentos solidários, além das relações técnicas de produção e comercialização, visando a formação da sua identidade, valorizando suas trocas simbólicas e reciprocidade, solidariedade e inclusão.

Bacic e Moraes (2019) seguindo esses princípios elaboram uma reflexão acerca dos elementos que compõem esse ecossistema. Para os autores (*apud* SPILLING, 1996):

“um ecossistema empreendedor é uma comunidade dentro de uma região de atores interdependentes, com papéis diversos que interagem, determinando o desempenho do ecossistema e, eventualmente, de toda a economia de uma região. Como resultado do desempenho do ecossistema espera-se que, além dos resultados obtidos pelas empresas e pelas organizações componentes (em termos de desempenho e aprendizado), a interação leve à geração de novas empresas” (op cit p.4)

O resultado da atuação coordenada desse conjunto atores é um impacto favorável na economia da região visto que, atividades sustentáveis atraem novos atores para o sistema. Sendo a participação de organizações dispostas a oferecer fundos para suportar as atividades peça fundamental, dada a carência de recursos financeiros dessa população mais vulnerável.

Ainda na tentativa de descrever os ecossistemas empreendedores, Bacic e Morais (2019) oferecem uma tipologia dos atores envolvidos a partir da agregação de redes formais e informais. Para os autores:

“(A) Rede informal é composta por amigos, colegas e familiares dos empreendedores e suas eventuais relações com outras empresas em condição semelhante às que estão criando ou dirigindo; [enquanto a] (ii) Rede formal é constituída por uma diversidade de atores, como as universidades, os serviços de apoio do governo local, regional ou nacional, os serviços de apoio empresarial (consultores, contadores, advogados), provedores de capital (bancos, investidores anjos – capital semente), investidores de risco, empresas formais de grande e médio porte” (op. cit, p.5).

Tais elementos corroboram a ideia de que quando se trata do ecossistema empreendedor de negócios solidários, os elementos que o compõe são de natureza institucional e relacional e estão inseridos num contexto social, capazes de valorizar as relações de troca e reciprocidade.

Tendo como base os conceitos de processo e ecossistema empreendedor para os empreendimentos de base empresarial, cabe refletir sobre o ecossistema empreendedor para os empreendimentos de economia solidária (EES), tendo em vista as características do empreendedor deste segmento.

Por fim, o modelo da “Hélice Tripla” apresentado no artigo de Bacic e Morais (2019), destaca a importância da proposta metodológica para mobilização e articulação dos atores no território combinar economia com conteúdo sociológico. Sua característica distintiva seria (i) a articulação dos elementos capazes de estimular as atividades inovadoras e promover ações empreendedoras; e, ao mesmo tempo, (ii) ser pensado em direção à valorização das pessoas e dos grupos relacionados.

Tais premissas estão presentes no projeto de implantação do ecossistema empreendedor no município de Campinas, que será relatado a seguir.

Resultados

O processo de implantação do ecossistema empreendedor está em sua fase inicial, porém já é possível relatar e compartilhar alguns pontos observados nessa fase inicial. O

relato dessa ação necessariamente começa pela identificação dos atores sociais envolvidos.

Em linhas gerais podem ser identificados quatro grupos de organizações/entidades que cumprem papéis distintos nessa rede.

1. As Organizações da Sociedade Civil (OSC's)
2. As entidades ofertantes de serviços de capacitação/qualificação
3. As entidades promotoras de crédito
4. A Fundação que financia os projetos que rede desenvolve e, por isso, delimita o escopo e metas a serem alcançadas.

Segue a descrição bem resumida da função de cada um desses atores na rede. Por sua identificação com o território, cabe às OSC's o desenvolvimento as atividades junto ao público-alvo. Os serviços de capacitação e qualificação oferecidos pelas entidades credenciadas estão atrelados/subordinados às demandas definidas pelas OSC's. Assim como, a entidade promotora de crédito aos novos empreendimentos aguarda as demandas oriundas das ações no território. E a Fundação organiza e supervisiona todo o grupo.

Uma vez apresentado os atores envolvidos, cabe relatar a experiência em si.

A Fundação que desde 1964 vem atuando no município basicamente alocando seu fundo financeiro gerado por recursos próprios e de doações de terceiros na promoção de projetos assistenciais. Porém, nos últimos anos, em especial no pós-pandemia, o foco da ação foi aos poucos mudando e a inclusão produtiva se tornou o objetivo central.

Essa mudança de foco impactou fortemente o padrão de ação das OSC's, cujos projetos, em sua maioria, eram focados na ação de assistencialista, seja diretamente, seja orientando para o serviço público mais especializado ofertado pelo Serviço Único de Assistência Social (SUAS).

Vale dizer, essa mudança de foco quanto aos projetos financiados pela Fundação foi resultado de percepção de que a desigualdade estrutural e a vulnerabilidade podem ser mitigadas através de ações capazes de promover inclusão produtiva e, conseqüentemente, a autonomia de grupos sociais. Os resultados positivos alcançados por algumas OSC's na ação de inclusão produtiva corroboraram esse diagnóstico. Desse diagnóstico/hipótese, surge a estratégia de promover a constituição de um ecossistema empreendedor.

Como a Fundação apoia muitas OSC's o piloto desse projeto de inclusão socioprodutiva, que apresenta uma especificidade em seu organograma: uma das OSC's apresenta um duplo papel, além de executora de ações junto ao público-alvo ela, por sua

expertise na ação de inclusão, capacita as demais OSC's. Tal capacitação de alinha com o compromisso de estimular estruturação de atividades, sempre que possível, dentro dos princípios do cooperativismo e associativismo.

Nesse ponto, é importante chamar atenção para o primeiro desafio: a resistência de algumas OSC's em assimilar a nova forma de ação proposta pela Fundação. Historicamente, como as organizações atuavam junto ao público-alvo na forma assistencialista, elas têm percepção e diagnósticos das demandas nessa área. Transformar essa ação para agregar a inclusão socioproductiva requer identificar novas demandas e a reestruturação de ações historicamente desenvolvidas. Diante desse desafio, muitas OSC's não aderiram ao projeto-piloto - atualmente conta apenas com quatro (4) OSC's.

O processo de capacitação do público-alvo é dividido em duas linhas, igualmente necessárias frente às vulnerabilidades detectadas: (i) a profissional; e (ii) a motivacional (conhecimento pessoal).

Como dito anteriormente, o projeto-piloto conta com uma OSC responsável pela capacitação. Essa OSC, atuando como elo entre as demandas da base e as instituições ofertantes de capacitação, identificou o segundo desafio: os cursos oferecidos são padronizados e, muitas vezes, inadequados ao tempo disponível e, aos conhecimentos mínimos requeridos para seu acompanhamento. Na impossibilidade de readequar os cursos, por ora, vem sendo propostas jornadas de inclusão. Tais jornadas visam o acesso customizado aos cursos disponíveis. Ou seja, por enquanto, busca-se através do cardápio de cursos disponíveis, construir uma trajetória formativa compatível com a demanda identificada. Cabe ressaltar que toda a atividade formativa é acompanhada por uma assistente social que dá o suporte motivacional ao grupo.

Os desafios acima apontados podem ser enfrentados a partir de algumas correções na ação.

No que diz respeito à mudança no escopo das ações das OSC's é importante que a atividade que tem sido proposta de capacitação dessas organizações mostre a possibilidade de as ações de inclusão serem agregadas de forma orgânica às ações assistencialistas. Mais especificamente, eliminar a tensão de escolha entre os focos. Como dito anteriormente, essas entidades possuem capitalidade no território, conhecem suas demandas e devem ser capazes de oferecer um cardápio de serviços para atender os grupos sociais.

Já no que diz respeito à capacitação é importante destacar a urgência de atender às especificidades do grupo. Além disso é importante reconhecer e valorizar o conhecimento local. A valorização e difusão do conhecimento local muitas vezes é mais efetiva quando transmitida por alguém reconhecido pela comunidade. Aqui está o desafio e a solução, capacitar indivíduos portadores de saberes empíricos a replicar esse conhecimento e talvez, junto de processo, construir a ideia de pertencimento. Nesse caso valorizadas as trocas simbólicas e reciprocidade.

Espera-se, essa ação-piloto resulte em resultados satisfatórios e, mais do que isso, que possa se difundir como base para fundamentar o ecossistema empreendedor: uma rede de mobilização de atores território capazes de oferecer serviços e promover o desenvolvimento de potencialidades locais. Nesse caso, o foco da articulação poderia ser por segmentos econômicos definidos pelo grupo social (agricultura, construção civil, reciclagem, cultura, etc). Certamente a organização de empreendimentos mais articulados por segmento gera sinergias no processo de demanda por qualificação e capacitação.

Comentários Finais

A experiência acima descrita está em sua fase inicial. Os resultados alcançados serão observados ao longo do próximo ano. Como visto, alguns percalços mais específicos podem ser corrigidos e superados. Contudo, mesmo ainda nessa fase inicial há elementos que permitem refletir sobre alguns aspectos mais gerais.

O primeiro deles está no potencial da inclusão produtiva de grupos sociais de extrema vulnerabilidade. Sendo importante e necessário identificar o potencial empreendedor desses grupos, uma vez que, infelizmente, dentre a população mais vulnerável, em situação de pobreza extrema, há uma fissura que dificulta a assimilação de novos conceitos. O reconhecimento dessa limitação faz com que arranjos produtivos, focados em vetores de desenvolvimento locais, sejam capazes de aglutinar e valorizar os saberes desses indivíduos mais excluídos. Porém essa capacidade será tão maior quanto mais forte forem os vínculos locais permite. Essa identidade faz com que os empreendimentos solidários possam agregar indivíduos com saberes complementares, com capacidade de ofertar serviços diversos. A integração pode ser dar pela combinação de atividades produtivas e reprodutivas que integram o grupo social com diferentes saberes e funções.

Diante disso, surge a necessidade de valorizar o coletivo, o pertencimento, ou seja, a construção da identidade cultural. Como visto, a atividade de capacitação ganha novos contornos. Nesse ponto está a segunda reflexão advinda da implantação do projeto: como incorporar os elementos extraeconômicos ao projeto, que podem ser pensados a partir da relação de vizinhança como elemento articulador e mobilizador. Vale destacar que o fato dessa população estar morando no mesmo território e possuírem a mesma renda não é suficiente para a construção da identidade. Muitas das hipóteses que norteiam as ações junto aos grupos sociais vulneráveis está ancorada justamente na ideia de pertencimento e identidade. Talvez aqui o esteja a contribuição a ser incorporada ao debate cerca do potencial transformador da ação focada na inclusão socioproductiva

Referências

BACIC, M.J. e MORAIS, L.P. (2019) A importância do Ecosistema Empreendedor para Economia Social e Solidária (ESS): avanços, retrocessos e desafios atuais no Brasil. Revista da ABET, v. 18, n. 1, Janeiro a Junho de 2019.

CUNHA, G.C. (2003) Dimensões da luta política nas práticas da economia solidária IN: Uma Outra Economia Possível: Paul Singer e a Economia Solidária (organizadores: André Ricardo de Souza; Gabriela Cavalcanti Cunha; Regina Yoneko Dakazaku) São Paulo: Editora Contexto, 2003.

FRANÇA FILHO, G. (2006). Economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J (Orgs). Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, p. 57-72.

FRANÇA FILHO, G.C. (2017) O imperativo do Desenvolvimento Territorial na economia solidária e o papel da incubação tecnológica IN: A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho (Organizadores: André Ricardo de Souza; Maria Zenin) São Carlos: EdUFScar, 2017.

MORAIS, L; DI MEGLIO, R. (2014). Desenvolvimento Territorial e Economia Solidária (ESOL): conexões com a geração local de trabalho e renda. In: Revista de Desenvolvimento Econômico Territorial. Brasília: SEBRAE, 3 ed. Junho, 2014.

OXFAM (2022) A desigualdade que mata. Relatório OXFAM. Janeiro de 2022.

_____ (2021) O vírus da desigualdade. Relatório OXFAM. Janeiro de 2021



OXFAM e Rede PENSSAN (2021) Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia ano Brasil. OXFAM, 2021.

ROSANDISKI, E.N. (2022) Protagonismo das mulheres na luta pela Economia Social e Solidária no Brasil: o caso da Rede Feminista In Mujeres, Cooperativismo y Economía Social y Solidaria en Iberoamérica (Servós C.M., Mendoza, N.C.B.; Rosandiski, E.N. Rodriguez, J.F.A. coord). Ed CIRIEC – Espanha, 2021.

ROSANDISKI, E.N. (2015a) Social Innovation: The Undertakings on Solidarity Economy and Public Policy on Production and Integration in Brazil. in Social Solidarity and South-South Cooperation: A compilation of short South-South Cooperation articles for the “Academy of Social Solidarity Economy: Social Innovation in the World of Work” (Johannesburg, 2015) – by SSTC scholars.

ROSANDISKI, E.N. (2015b) A Política Pública de Inserção Produtiva e o Desafio da Autogestão. disponível em <http://abet2015.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Eliane-Rosandiski.pdf>.

SINGER, P. (2006) Cenários e Desafios In: Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil / (Organizadores: Claiton Mello, Jorge Streit, Renato Rovai). São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

SOUZA, A.R. (2003) Economia Solidária: um movimento nascente da crise do trabalho In: Uma Outra Economia Possível: Paul Singer e a Economia Solidária (organizadores: André Ricardo de Souza; Gabriela Cavalcanti Cunha; Regina Yoneko Dakazaku) São Paulo: Editora Contexto, 2003.

RACISMO AMBIENTAL: COMUNIDADES DO CERRADO DO PANTANAL MATO-GROSSENSE

1395

Giovana Rosangela Ferreira Mendes, (IFMT)
giovana.mendes@ifmt.edu.br

Willian Silva de Paula, (IFMT)
willian.paula@ifmt.edu.br

Marilane Alves Costa, (IFMT)
marilane.costa@ifmt.edu.br

Hugo Fernandes Lopes Filho, (IFMT)
hugofernandeslf@gmail.com

Resumo

A proposta deste estudo é analisar as consequências resultantes do racismo ambiental na comunidade Quilombola Nossa Senhora do Chumbo, no Cerrado do Pantanal, localizada a 30km do município de Poconé, centro-sul do Estado de Mato Grosso, na microrregião do Alto Pantanal. Conhecida como portal do pantanal mato-grossense, ela se destaca pela sua exuberante biodiversidade e pela produção e comercialização de bovinos e de cavalos pantaneiros, que são muito utilizados para o ecoturismo, para práticas esportivas e de lazer em grande parte do país. A população da região é formada por descendentes de indígenas, quilombolas e assentados que encontraram na região, as condições necessárias para sua subsistência e a possibilidade de desenvolvimento produtivo e social. Infelizmente, as transformações ocorridas com a expansão agrícola e do capitalismo impactaram significativamente, suas vidas, afetando-os pelos efeitos da transformação do seu território, com a ressignificação decorrente da intensificação do plantio da soja e do avanço dos garimpos. Esse fenômeno motivou o interesse na realização deste estudo que, inicialmente, empregou os procedimentos qualitativos de pesquisa social e utilizou-se da compilação dos dados obtidos das entrevistas no período de 2016 a 2020, constante da tese intitulada - INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NOS CRUZAMENTOS DA HISTÓRIA E MEMÓRIA: Comunidade Quilombola - Nossa Senhora do Chumbo no município de Poconé-MT. Foram realizados, também, levantamentos bibliográficos, documental e de dados estatísticos. Na segunda fase, foi aplicado novo questionário, no período de julho e agosto de 2022, para avaliar a atual percepção dos/as moradores/as sobre os impactos ambientais em decorrência das atividades econômicas existentes na região. Com os resultados alcançados obteve-se um cenário atualizado das consequências dos conflitos socioambientais que impactam o modo de vida dos/as moradores/as da comunidade, que sofrem uma carga maior desses danos ambientais resultantes de atividades econômicas que avançam na região de forma sem se preocupar com o meio ambiente e com medidas de mitigação dos efeitos resultantes das suas atividades, evidenciando o racismo ambiental.

Palavras- chave: Racismo Ambiental; Cerrado do Pantanal; Poder Econômico; Comunidade Quilombola.

Abstract

The purpose of this study is to analyze the consequences as result of environmental racism in the Quilombola Community - Nossa Senhora do Chumbo- in the Cerrado of Pantanal, located 30km from the city of Poconé, in the south-central part of Mato Grosso State, in the micro-region of Alto Pantanal. Known as the gateway of the Pantanal of Mato Grosso, it stands out for its exuberant biodiversity and for the production and sale of Pantanal cattle and horses, which are widely used for ecotourism, sports and leisure in a large part of the country. The population of the

region is made up of descendants of indigenous, quilombolas and settlers who found in the region the necessary conditions for their subsistence and the possibility of productive and social development. Unfortunately, the changes that occurred with agricultural expansion and capitalism significantly impacted their lives, affecting them by the effects of the transformation of their territory with the resignification resulting from the intensification of soybean cultivation and the advance of mining. This phenomenon motivated the interest in carrying out this study which initially used qualitative procedures of social research and used the compilation of data obtained from interviews in the period from 2016 to 2020, contained in the thesis entitled - SOCIOENVIRONMENTAL INJUSTICE IN THE INTERLACEMENT OF HISTORY AND MEMORY: Community Quilombola - Nossa Senhora do Chumbo in the city of Poconé-MT. Bibliographic, documentary and statistical data surveys have also been carried out. In the second phase, a new questionnaire was applied, in the period of July and August 2022, to evaluate the current perception of the residents about the environmental impacts resulting from the existing economic activities in the region. With the results achieved, an updated scenario was obtained of the consequences of socio-environmental conflicts that impact the way of life of the residents of the community, who suffer a greater burden of these environmental damages resulting from economic activities that advance in the region in a way without concern for the environment and measures to mitigate the effects resulting from its activities, evidencing environmental racism.

Keywords: Environmental Racism; Cerrado of Pantanal; Economic Power; Quilombola Community.

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste estudo é refletir sobre os impactos socioambientais na área de estudo mapeada, buscando evidenciar as inter-relações entre a expansão da soja, mineração e degradação ambiental do bioma. O modelo econômico baseado no garimpo, nos grandes latifúndios e na monocultura impõem alterações no espaço e no modo de vida dos/as moradores/as em virtude da degradação dos ativos naturais.

O município de Poconé, distante 107 km de Cuiabá, teve a sua origem com a descoberta do ouro em 1777, quando recebeu o seu primeiro nome de Beripoconé - em virtude da existência da tribo indígena (bororo) que habitava a região. O seu segundo nome foi Arraial de São Pedro d'El Rey, em 21 de janeiro de 1781, quando foi lavrada a sua Ata de fundação por ordens de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e Antonio José Pinto de Figueiredo. Por fim, em 1 julho de 1863, Poconé recebeu o estatuto de cidade via Lei Provincial, atualmente a cidade se destaca pela exploração dos garimpos de ouro, cultivo da soja e pela tradição no folclore como a dança dos Mascarados que tem sua origem nas tribos indígenas e outra curiosidade folclórica é o evento chamado de Cavalhada, um dos maiores eventos culturais do estado de Mato Grosso que acontece todos os anos nas primeiras semanas de junho, durante as festividades alusivas a São Benedito.

A comunidade Quilombola Nossa Senhora do Chumbo tem sua história relatada pelo senhor José Atanzio de Lima, conhecido na comunidade como Sr.Juca, que se

reporta à memória emprestada de seu avô, senhor Manoel Metelo de Campos. Ele conta que seu avô era filho de escravos, nascido em Minas Gerais, na cidade de Patos de Minas, por volta de 1880 e que foi trazido ainda criança para Mato Grosso, como escravizado, para trabalhar na senzala em Mata Cavalo, no município de Nossa Senhora do Livramento.

Após conseguir fugir da senzala, onde era escravizado, o seu avô foi trabalhar numa fazenda na condição de trocar o seu trabalho por terras, o que lhe permitiu ter posse de uma fazenda onde se instalou com a família. Em 1912, começaram a chegar novos moradores/as que se instalaram nessas terras, se juntando à família, dando origem assim, a comunidade do Chumbo com início a um ciclo de produção e desenvolvimento da agricultura de subsistência.

Mapa 1. Localização do município de Poconé-MT



Fonte: IBGE(2019). Elaboração cartográfica de Willian Alcântara.

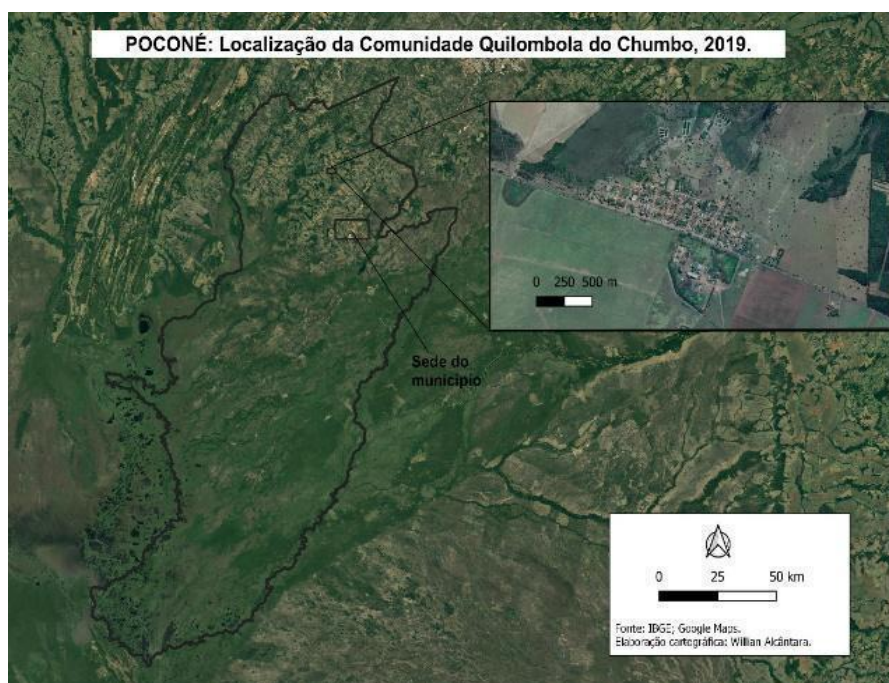
Em meados da década de 1960, teve início no Brasil um processo de modernização da agricultura, a chamada Revolução Verde, surgindo a partir desse momento, novas formas de exploração agrícola, com reflexos, tanto na pecuária quanto na agricultura, que trouxeram como consequência a alteração do espaço social, como ocorreu na comunidade do Chumbo.

A conclusão do prolongamento da rodovia Adauto Leite, interliga duas das mais importantes rodovias pantaneiras, a MT-060, permitindo o acesso a cidade de Poconé ao sudeste do Estado e a MT-070 à cidade de Cáceres, em direção sudoeste, despertando o interesse econômico de outras pessoas pela exploração dos bens naturais da região.

Entre os anos de 1981/1982, a comunidade do Chumbo presenciou a instalação da agroindústria da cana de açúcar, chamada na época Cocapo, em uma área de 6 mil hectares, que em 1990 foi vendida ao Grupo Zulli, que alterou o nome da usina de açúcar, álcool e biodiesel para Alcopan - Álcool do Pantanal Ltda. Essa empresa teve as suas atividades encerradas em virtude de irregularidades, dentre elas, manter trabalhadores em condições análogas à escravidão. Em agosto de 2012, foi declarada falência da Alcopan – Álcool do Pantanal Ltda.

Os/as moradores/as que vivenciaram a instalação da usina relatam que as primeiras alterações ambientais na comunidade surgiram com o desmatamento da floresta, mas afirmam que entre vários problemas provocados pelas atividades da empresa, o pior era a fuligem resultante das queimadas, intensificando os impactos ao meio ambiente como a contaminação da água, do solo e ainda causou muitos danos a própria saúde dos/as moradores (as), que tiveram sérios problemas respiratórios, mal estar, dor de cabeça, evidenciando o racismo ambiental.

Mapa 2. Localização da Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Chumbo - Poconé\MT



Fonte: IBGE(2019). Elaboração cartográfica de Willian Alcântara.

1399

Na compreensão de Silva (2015, p.45) o estado é “[...] detentor da forma de violência passiva, quando por omissão não evita que os povos do campo sejam vítimas da violência física, psicológica ou até mesmo moral”. A situação da comunidade Nossa Senhora do Chumbo não é muito diferente das demais comunidades locais do País.

Com a falência da agroindústria da cana de açúcar, estas áreas foram gradativamente sendo ocupadas pelo plantio da soja, o que tem intensificado os conflitos entre moradores/as e os fazendeiros da região pelas práticas insustentáveis e abusivas de utilização de agrotóxicos, - tendo praticamente uma continuidade nos impactos ambientais para a comunidade como acontecia na época do plantio da cana de açúcar.

As consequências socioambientais sofridas por essa comunidade, em função do modelo de ocupação que está ocorrendo na região, atingem diretamente os agentes sociais que têm, historicamente, as suas bases de vida e de resistência ligadas a esse meio ambiente natural, cultural e do trabalho.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para atingir o objetivo, na primeira fase do trabalho empregou-se na pesquisa os procedimentos qualitativos de pesquisa social, inicialmente o método de revisão bibliográfica. De forma complementar, recorreremos às pesquisas de campo e entrevistas realizadas com moradores/as da comunidade, além de fotografias e gravações.

Como já citado, utilizou-se da compilação dos dados obtidos nas entrevistas constante da tese intitulada - INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NOS CRUZAMENTOS DA HISTÓRIA E MEMÓRIA, com relação ao contexto histórico da comunidade do Chumbo e os impactos causados ao meio ambiente no contexto da agroindústria da cana, da expansão da soja e da exploração do garimpo no seu entorno.

Na segunda fase, foi aplicado novo questionário, no período de julho e agosto de 2022, para avaliar a atual percepção dos/as moradores/as sobre os impactos ambientais em decorrência das atividades econômicas existentes na região, no recorte territorial definido como áreas afetadas pelo garimpo e plantio da soja que atualmente acontecem tanto na comunidade, como também na área urbana da cidade de Poconé.

Os/as moradores/as que responderam o questionário atribuem ao avanço dos garimpos e a expansão do plantio da soja, a deterioração na qualidade de vida das pessoas na região afetada por essas atividades econômicas de forma significativa, causando

problemas de saúde, luta por terras, conflitos de interesse e em alguns casos o início de um processo de mobilidade espacial nesta localidade.

1400

REFERENCIAL TEÓRICO

Racismo Ambiental no pantanal mato-grossense

A expansão da soja e o crescimento de garimpos, no município de Poconé, têm provocado danos de grande potencial ofensivo ao meio ambiente, os quais de forma desproporcional recaem sobre os agentes sociais em situação de maior vulnerabilidade, e apesar disso, esses agentes sociais continuam resistindo para manterem o seu território e lutam por Justiça Ambiental. Henri Acselrad (2002) explica que

O Movimento de Justiça Ambiental constituiu-se nos EUA a partir de uma articulação criativa entre lutas de caráter social territorial, ambiental e de direitos civis. Já a partir do final dos anos 60, redefiniu-se em termos ‘ambientais’ um conjunto de embates contra as condições inadequadas de saneamento, de contaminação química de locais de moradia e trabalho e disposição indevida de lixo tóxico e perigoso. Foi então acionada a noção de equidade geográfica como referente à configuração espacial e local de comunidades em sua proximidade a fontes de contaminação ambiental, instalações perigosas, usos indesejáveis do solo como depósito de lixo tóxico incineradores, estações de tratamento de esgoto, refinarias etc. (ACSELRAD, 2002, p. 52).

Para Acselrad (2002, p. 53), O movimento por Justiça Ambiental “afirmou-se, porém, a partir de experiência concreta de luta desenvolvida em Afton, no condado de Warren, na Carolina do Norte, em 1982”. Para o autor, o movimento tornou-se “(...) na questão central na luta pelos direitos civis”. Ao mesmo tempo, induziu a incorporação da desigualdade ambiental na agenda do movimento ambientalista tradicional.

Fato que ocorreu devido a um caso polêmico, no ano de 1982, em Warren County, Carolina do Norte, quando moradores/as dessa comunidade negra constataram a instalação de um aterro para depósito de rejeitos tóxicos na vizinhança e utilizaram como barreiras os próprios corpos para a passagem dos caminhões. Não obtiveram êxito, não conseguiram impedir que o carregamento fosse despejado, mas o protesto virou notícia e corroborou para que o governador se comprometesse com o fechamento e a limpeza do depósito (HERCULANO, 2002).

Para Herculano, a injustiça ambiental, “É o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados,

populações marginalizadas e mais vulneráveis”. (HERCULANO, 2008, p.2). E, como declara Milaré (2011),

O mero crescimento econômico, calcado na mutilação do mundo natural e na imprevisão das suas funestas consequências - dada a falta de doutrina filosófica e ordenamento jurídico capazes de direcionar corretamente os rumos desses mesmos crescimentos - acabou por criar um antagonismo artificial e totalmente dispensável entre o legítimo desenvolvimento socioeconômico e a preservação da qualidade ambiental (MILARÉ, 2011, p. 76).

Análises sobre a distribuição dos riscos ambientais chegaram à conclusão de que os impactos dos acidentes ambientais estão desigualmente distribuídos por raça e por renda, locais de concentração de minorias raciais arcam com maior carga os riscos e acidentes ambientais (BULLARD, 2002). Herculanó (2017, p,1) conceitua o termo Racismo Ambiental como:

Um tema que surgiu no campo de debates e de estudos sobre justiça ambiental, um clamor inicial do movimento negro estadunidense e que se tornou um programa de ação do governo federal dos Estados Unidos, por meio da EPA Environmental Protection Agency, sua agência federal de proteção ambiental. O conceito diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas (HERCULANO, 2017, p. 1).

Para o autor, Racismo Ambiental suscita uma certa estranheza:

Há quem ache que teria sua dose de oportunismo e ‘apelação’. Mas olhe a cor da pele de quem mora nas favelas sobre os morros, nos beira-rios e beira-trilhos; olhe a cor da pele de expressivo número dos corpos levados pelas enchentes, soterrados pelos deslizamentos (HERCULANO, 2017, p.1).

Para Guimarães (2007, p. 87), os bens naturais estão sendo tratados a séculos como inesgotáveis “[...] como se fosse um recurso inesgotável, vista de forma fragmentada, sem a preocupação e o respeito com as relações dinâmicas do equilíbrio ecológico e sua capacidade de suportar os impactos”. Para Martins e Silva (2010):

No caso brasileiro, os riscos ecológicos próprios dos componentes do moderno pacote tecnológico, somados ao descontrolo do receituário agrônômico da maioria das propriedades agrícolas, provocaram – e continuam a provocar – danos ecossistêmicos irreversíveis em algumas regiões do país (MARTINS; SILVA, 2010, p. 6).

Análises sobre a distribuição de acidentes ambientais constataram que as áreas de concentração de minorias raciais têm uma probabilidade desigual para sofrer riscos e

acidentes ambientais. Esses estudos também demonstraram que há uma omissão do Poder Público (BULLARD, 2002). De acordo com Acselrad (2004),

1402

[...] uma agenda nacional para redesenhar a política ambiental dos EUA de modo a incorporar a pauta das ‘minorias’, comunidades ameríndias, latinas, afro americanas e asiático americanas, tentando mudar o eixo de gravidade consolidou-se assim como uma rede multicultural e multirracial nacional, e mais recentemente internacional, articulando entidades de direitos civis, grupos comunitários, organizações de trabalhadores, igrejas e intelectuais no enfrentamento do ‘racismo ambiental’ visto como uma forma de racismo institucional. Buscou-se assim fundir direitos civis e preocupações ambientais em uma mesma agenda, superando vinte anos de dissociação e suspeita entre ambientalistas e movimento negro. (ACSELRAD, 2004, p. 5).

Acselrad (2009) aponta que as injustiças ambientais se configuram quando há uma distribuição desigual dos riscos ambientais, principalmente quando essas injustiças recaem sobre os grupos considerados mais vulneráveis.

Para Menezes (2002, p. 2), uma “forma de enfrentar as ambiguidades das práticas cotidianas é analisar tanto as consequências sobre a reprodução quanto sobre as transformações das relações de poder”. O que mostra a necessidade de sair das discussões teóricas e partir para estudos empíricos, casos concretos.

O art. 225 da Carta Magna de 1988, dispõe que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Infelizmente, a prática mostra violação ao texto constitucional, pois os danos ambientais são distribuídos de forma desigual, em que as populações mais vulneráveis são as mais afetadas.

Para Milaré (2011, p.71), “a agressão aos bens da natureza e à própria teia da vida, pondo em risco o destino do homem, é uma das calamidades geradoras do ‘pânico universal’ que assombra a humanidade neste inquietante início de milênio”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Expansão da monocultura da soja no Cerrado do Pantanal

No Brasil, registra-se que a soja foi introduzida no Rio Grande do Sul, em 1914, mas a sua expansão ocorreu em meados de 1970, com grandes interesses do mercado internacional. Mendes (2015) informa

Que as primeiras levas migratórias que se dirigiram para Mato Grosso eram formadas, em sua grande maioria, por trabalhadores descapitalizados, migrantes que foram responsáveis pelo desbravamento e realização de atividades produtivas ainda com práticas e métodos de cultivo não adequado ao clima e solo da região, o que resultou em fracasso. Foi a partir da segunda metade da década de 1970 que seria inaugurada uma nova fase no processo migratório, caracterizado por um fluxo mais intenso e mais qualificado, composto por agricultores detentores de capital, com experiência na atividade agrícola mecanizada e conhecimento de culturas ainda não inseridas na região, como a soja (MENDES, 2015, p. 131).

Na década de 1990, houve uma sinalização da solidificação dos projetos de colonização, intenso processo de desmatamento e amplificação do agronegócio de grãos a partir de fomentos das políticas agrícolas federais e da abertura de novas áreas no cerrado e na Amazônia mato-grossense.

O governo federal teve participação fundamental para a ocupação e transformação da cadeia produtiva do Estado, uma vez que o novo processo de desenvolvimento definiu diretrizes, que não consideravam nenhum tipo de preocupação ambiental e nem social, ou seja, não houve preocupação com o bem-estar das pessoas que moravam na região.

Para Valles (2018, p.15), “a região tem despertado interesse de grupos empresariais de setores do agronegócio, se configurando como nova fronteira agrícola para o avanço da monocultura de soja no estado”.

Esse foi um passo para a expansão da soja em Mato Grosso, com forte investimento do governo federal, das tradings e de empresas nacionais e internacionais, cujo objetivo precípua é obter lucro e exploração do trabalho.

Atualmente muitas comunidades do Cerrado do Pantanal estão cercadas pela monocultura da soja, que pode ser vista nas margens das rodovias. Esse avanço está acontecendo nos espaços que, anteriormente, eram ocupados pela pecuária.

Conseqüentemente, o plantio da monocultura da soja provoca ciclos sucessivos de expropriação dos/as moradores/as locais, tais como: ribeirinhos, indígenas, quilombolas, assentados, dentre outros considerados grupos sociais menos privilegiados economicamente.

Conforme relato de moradores/as da Comunidade do Chumbo, o plantio da soja ainda é relativamente recente, mas moradores/as da comunidade, que já vivenciaram a

experiência da monocultura, antes da cana-de-açúcar e atualmente com o plantio da soja, já sentem os efeitos nas suas terras, pois prejudica sua agricultura de subsistência.

Em outras palavras, a expansão dos monocultivos de modo direto está afetando a vida e a saúde dos/as moradores/as, em função do modelo de ocupação que está ocorrendo na região, atingindo diretamente os agentes sociais que têm historicamente as suas bases de vida e de resistência ligadas ao meio ambiente.

Mineração de ouro no município de Poconé-MT

Historicamente, a cidade de Poconé tem a sua existência ligada ao extrativismo mineral, com a exploração do ouro que reporta ao ano de 1777 com utilização, naquela época, de um modo de operação artesanal reativada nos anos de 1980 por práticas mecanizadas, o que provocou alta incidência de prejuízos ao meio ambiente. Os órgãos ambientais, a partir de 1995, passaram a exigir que novas técnicas de lavras e beneficiamento fossem adequadas para minimizar os impactos ambientais, sobretudo no controle da degradação dos recursos hídricos.

A Lei n. 9.605/1998, Lei dos Crimes Ambientais, descreve como forma dolosa o crime de poluição, e aduz sobre a conduta consistente em causar poluição de qualquer natureza, abrangendo, dessa forma a contaminação e degradação do solo. “A par disso, recebem tratamento específico as atividades mineradoras, eminentemente degradadoras do solo, cujos responsáveis incorrem em crime se não recuperarem a área pesquisada ou explorada”, conforme prevê o art. 55, parágrafo único da referida Lei (MILARÉ, 2011, p. 289).

Com alteração do art. 56 da Lei 9.605/98, acrescentando à redação original que incorre nas mesmas penas previstas, quem: I - abandona os produtos ou substâncias tóxicas, perigosas ou nocivas à saúde humana e ao meio ambiente, ou os utiliza em desacordo com as normas ambientais e de segurança; II - manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento.

A Lei também trata dos crimes contra o ordenamento do solo e do patrimônio cultural e com relação às infrações administrativas, o Decreto 6.514/2008, em seus arts. 61 a 64 e 74, discorre sobre condutas que podem ocasionar a contaminação ou a degradação do solo, impondo sanções administrativas.

No Brasil, existem inúmeras leis ambientais, mas fica claro que, na maioria das atividades de extração mineral, essas leis não são observadas, e Poconé não é exceção a essa regra, pois, caminhando em direção ao centro da cidade, pode-se observar montanhas de resíduos das escavações que acontecem na região.

Além dos resíduos, existe um risco invisível aos olhos de qualquer observador que é a utilização do mercúrio no processo, esse produto químico é capaz de provocar a contaminação da água e dos lençóis freáticos que por fim vão causar profundos danos à saúde da população local.

Para Milaré (2011, p. 286), as atividades mineradoras causam grandes impactos ambientais e degradação do solo, e, por isso, “devem apresentar o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD”, pois “extração, industrialização e transporte de amianto e dos produtos que o contenham devem ser exercidos dentro dos mais rigorosos critérios técnicos”.

Mesmo diante de tantas degradações do solo e da água, causadas pelos garimpos localizados no município de Poconé, cabe ressaltar que a maioria dos moradores das comunidades, mesmo conscientes dos prejuízos ambientais que os garimpos promovem no bioma, não se opõe à atividade, porque muitas famílias têm o seu sustento baseado no trabalho realizado na mineração.

Estudos realizados pela EMBRAPA Pantanal (MORAES et al., 2000) apontam que a exploração de ouro de aluvião, nas bordas do Pantanal, principalmente em Poconé e Nossa Senhora do Livramento, Mato Grosso, com utilização intensiva de mercúrio (Hg), é uma das principais ameaças à sustentabilidade do Pantanal, pelos riscos de contaminação dos habitats e dos seres humanos, assim como as alterações das cadeias alimentares (VALLES, 2018, p.120).

As atividades dos garimpos de Poconé, em especial, na última década, com avanços tecnológicos estão produzindo uma imensa poluição e pesquisas comprovam a contaminação por mercúrio na Bacia do Rio Bento Gomes.

“Os diversos estudos e estatísticas sobre o contingente de garimpeiros envolvidos no processo de extração estão eivados de interesses ideológicos e políticos, portanto não permitem mensuração e interpretação confiáveis” (MARTA, 2001, p.28).

O Mercúrio começou a ser usado em Poconé, limite norte do Pantanal de Mato Grosso, cerca de 200 anos atrás, associado a atividades de mineração de ouro. Na década de 80 um novo ciclo de ouro retornou à Baixada Cuiabana. Estimase que cinquenta toneladas de mercúrio (Hg) foram despejadas pela mineração de ouro, somente na bacia do Rio Bento Gomes em Poconé. Nos anos 90, a

poluição por mercúrio foi reduzida devido a ações de controle adotadas pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEMA) e à queda dos preços do ouro. (CUNHA; JUNK; 2019, p.56).

1406

Atualmente, os garimpos do município de Poconé continuam em franca expansão, tornando-se cada vez maiores com a utilização de novas tecnologias provocando a chamada exaustão do minério primário.

A chamada exaustão do minério primário, principalmente na região de Poconé, relaciona-se principalmente à política de preços empreendida pelo governo federal no início da última década dos noventa. A disponibilidade de equipamento e a forma predatória com que se realizou o primeiro processo de extração fez com que houvesse maior incremento de mecanização para reaproveitamento dos rejeitos, considerados até então como “rabo de bica”. Contribuiu para esse fato a maior extração de ouro aluvial na qual a atividade dos “filãozeiros” é essencial, cujo trabalho ocorre em minas subterrâneas, onde se extrai o minério incrustado na rocha. Esses locais são denominados de filões (MARTA, 2001, p.2).

Para Milaré (2011, p. 211), “a atividade de mineração possui interface direta com a realidade do meio ambiente, dado que não há como extrair um mineral sem danos”. Essa atividade estabelece um dano de grande potencial ofensivo.

Pelos índices recentemente encontrados em grandes felinos no Pantanal, o nível de contaminação é alarmante, podendo inclusive estar presente na cadeia alimentar da população humana local, alertando a sociedade para qualidade dos recursos que participam da cadeia alimentar podendo comprometer a economia local. A mineração, tanto de ouro quanto a extração de manganês causam diversos impactos na natureza, destruindo as margens dos rios e contaminando as águas. Além disso, assoream os rios, contaminam a fauna e destroem a cobertura vegetal (CUNHA; JUNK; 2019, p.57).

As desigualdades, resultantes do poder econômico, trazem como resultado uma prevalência na ocupação dos espaços sociais, podendo escolher as suas áreas de preferência ou até forçar de forma compulsória que os moradores/as aceitem essa degradação do meio ambiente, que em muitos casos não são perceptíveis para a grande maioria dos/as moradores/as, exceção feita a alguns moradores/as que conseguem perceber o avanço dessa situação como está ocorrendo no município de Poconé.

Os impactos ambientais, causados pela atividade do garimpo com escavações profundas em grande parte da cidade, tem degradado de forma profunda e irreversível a

paisagem da cidade, inclusive, com situações de escavações que podem causar desmoronamentos de construções já existentes, cujo subsolo já está sendo explorado e acabam prejudicando a vida e a saúde dos agentes sociais, descumprindo totalmente a legislação aplicável.

1407

Do ponto de vista ambiental pouco há a ser mencionado sobre eventuais mudanças do processo na paisagem degradada ou nos aspectos impactantes sobre o conjunto do meio ambiente físico; aliás, pouco tem sido alterado no processo extrativo no sentido de serem reduzidos ou mitigados os impactos ambientais. A legislação continua proibindo abusos, mas não é respeitada em função das condições anteriores já encontradas (MARTA, 2001, p.24).

No pantanal mato-grossense tem ocorrido uma grande poluição da sua biodiversidade, em consequência de atividades econômicas que não tem a preocupação em ser sustentável e preservar as espécies de vida.

Os impactos socioambientais pela apropriação de forma incorreta dos bens naturais (água, solo, fauna, flora, entre outros) como tem ocorrido na região de Poconé é um dos principais fatores que contribui para o aumento das desigualdades sociais e dos conflitos ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa traz a possibilidade de uma discussão a respeito das consequências socioambientais impostas pelo poder econômico sobre o cultivo da soja e sobre a exploração do ouro em detrimento da qualidade de vida dos/as moradores/as da região de Poconé.

São inúmeros os impactos ambientais e sociais que resultam dessas atividades, causando danos aos bens que, anteriormente, eram subsídios para a subsistência dessas populações, nos aspectos de espaço social, alimentação, água, agricultura, criação de animais, além da transformação da paisagem e da interferência direta na cultura local.

A pesquisa revela a indiferença com que as questões voltadas ao plantio da soja e à exploração do garimpo têm sido tratadas, totalmente à margem das leis e sem a fiscalização efetiva que poderia, em muitos casos, evitar os abusos, que hoje são

cometidos, sem nenhum tipo de punição.

1408

Caso não sejam tomadas providências imediatas pelas autoridades competentes para a contenção do avanço do plantio da soja e das atividades do garimpo, muito provavelmente em algum tempo, os/as moradores/as serão compelidos a buscarem novos espaços sociais intensificando o processo de busca por locais de periferias, muitas vezes sem qualquer tipo de infraestrutura, como já ocorre em outros lugares do país.

Essa é uma das evidências de como acontece o racismo ambiental na região do Cerrado do Pantanal mato-grossense onde as populações quilombolas, ribeirinhos e assentados são impactados de forma desproporcional diante das atividades cujas consequências recaem justamente sobre esses agentes sociais em situação de maior vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estud. Av. São Paulo*, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100010&script=sci_arttext Acesso em: 20 de setembro de 2022.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. *Justiça Ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford, 2004.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

ACSELRAD, H.; MELO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. 8. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n.5. 49-60, jan./jun. 2002. Editora IIFIR. <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22116/14480>. Acesso em 12 de setembro de 2022.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. Decreto infrações e sanções administrativas ao meio ambiente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm. Acesso: 10 de setembro de 2022.

BRASIL. Legislação de Direito Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2011.

1409

BRASIL. Lei dos Crimes Ambientais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso: 10 de setembro de 2022.

BULLARD, R. Enfrentamento o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J. A. Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford, 2004.

CUNHA, C. N. DA; JUNK, W.J. Identificação e Análise das ameaças e impactos no componente Pantanal e recomendações para salvaguardá-lo. Centro de Pesquisa do Pantanal, 2019. Disponível em: https://lac.wetlands.org/wp-content/uploads/sites/2/dlm_uploads/2020/01/20191021_Identificacao-e-Analise-das-Ameacas-e-Impactos-Pantanal.pdf Acesso em 15 de setembro de 2022.

HERCULANO, S. RACISMO AMBIENTAL, O QUE É ISSO? https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Racismo_3_ambiental.pdf. Acesso em 12 de setembro de 2022.

HERCULANO, S. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. In: I Encontro da ANPPAS, 2002, Indaiatuba. São Paulo: Indaiatuba. 2002.

HERCULANO, S. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente; v. 3, n. 1, Artigo 2, jan./abril, 2008.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental: participação para além dos muros da escola. In: MELLO, S; TRAJBER, R. (coord). Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Unesco, 2007.

MARTA, J. M. Relações de produção no garimpo de Poconé-MT. Revista de Estudos Sociais. Ano 2, v.3n. 5 2001. Disponível em: <http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/viewFile/168/158>. Acesso em: 17 de setembro de 2022.

MARTINS, J. de S. O cativo da terra. 9ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010 [1979].

MENDES, M. A. História e geografia de Mato Grosso. 4ª ed. Cuiabá: Cafarnaum, 2015.



MENDES, G.R.F. INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NOS CRUZAMENTOS DA HISTÓRIA E MEMÓRIA: Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Chumbo no município de Poconé-MT. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos - UFScar. São Paulo, 2020.

MENEZES, M. A. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a Contribuição de James C. Scott. Raízes, v. 21, n. 1, jan./jun. 2002. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_87. Acesso em: 20 agosto de 2019.

MILARÉ, E. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco. Doutrina. Jurisprudência. Glossário. 6ª ed. rev. atual. ampl. Revista dos Tribunais, 2009.

MILARÉ, E. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco. Doutrina. Jurisprudência. Glossário. 7ª ed. rev. atual. ampl. Revista dos Tribunais, 2011.

SILVA, V. Engenhos: produção e abastecimento no Termo do Cuiabá. 2015. Tese. Doutorado em História - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

PARAÍSO, M. L.S. Avaliação do impacto à saúde causado pela queima prévia de palha de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências) Faculdade de Medicina do de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-20022014-145043/publico/MariaLeticiaSouzaParaisoVersaoCorrigida.pdf>. Acesso em 11 de setembro de 2022.

VALLE. E. A. Conflitos socioambientais que afetam a soberania alimentar de comunidades do cerrado do pantanal. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2018.

UMA ANÁLISE DO DIREITO ÀS TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS POR ÍNDIGENAS NO BRASIL NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

1411

Yuri Pereira Gomes, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
yuripgcdd@gmail.com

Resumo

O presente artigo visa a analisar o direito às terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas no Brasil na perspectiva dos direitos humanos. Os direitos humanos consistem em direitos de caráter universal garantidos a qualquer indivíduo, de todos os povos e nações. Em relação à legislação internacional, destacam-se na proteção internacional dos povos indígenas a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais. A Declaração da ONU garante o direito de os povos indígenas serem consultados antes da adoção de medidas legislativas ou administrativas de qualquer natureza em seus territórios. A Convenção n° 169 da OIT destaca o direito de consulta e participação dos povos indígenas no uso, gestão e conservação de seus territórios. São consideradas terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas as terras por eles habitadas em caráter permanente, imprescindíveis à preservação dos recursos naturais indispensáveis à sua reprodução cultural, segundo seus costumes e tradições. No que respeita à metodologia, o trabalho utilizou a pesquisa bibliográfica e, como método de abordagem, o dedutivo bibliográfico. As pesquisas bibliográficas se ativeram a doutrinas e normas, a fim de fundamentar os conceitos de direitos humanos, povos indígenas e terras tradicionalmente ocupadas. Pode-se concluir, que a legislação internacional serve de justificativa para que as terras indígenas sejam demarcadas no Brasil, considerando sua cultura de sustentabilidade do território, servindo de modelo para promover o desenvolvimento territorial sustentável.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Desenvolvimento Sustentável; Povos Indígenas; Terras Tradicionalmente Ocupadas.

Abstract

This article aims to analyze the right to lands traditionally occupied by indigenous peoples in Brazil from the perspective of human rights. Human rights consist of universal rights guaranteed to any individual, of all peoples and nations. In terms of international legislation, the United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples and Convention 169 of the International Labor Organization on Indigenous and Tribal Peoples stand out in terms of the international protection of indigenous peoples. The UN Declaration guarantees the right of indigenous peoples to be consulted before the adoption of legislative or administrative measures of any nature in their territories. ILO Convention °. 169 emphasizes the right of indigenous peoples to consult and participate in the use, management and conservation of their territories. Lands traditionally occupied by indigenous peoples are considered to be lands inhabited by them on a permanent basis, essential for the preservation of natural resources indispensable for their cultural reproduction, according to their customs and traditions. Regarding the methodology, the work used the bibliographic research and, as a method of approach, the bibliographic deductive. The bibliographic research focused on doctrines and norms, in order to support the concepts of human rights, indigenous peoples and traditionally occupied lands. It can be concluded that international legislation serves as a justification for indigenous lands to be demarcated in Brazil, considering its culture of territorial sustainability, serving as a model to promote sustainable territorial development.

Key-words: 1. Human Rights. 2. Sustainable Development. 3. Indian People. 4. Traditionally Occupied Lands.

Introdução

Neste artigo propomos uma análise do direito às terras tradicionalmente ocupadas por Indígenas no Brasil na perspectiva dos direitos humanos.

A Constituição Federal de 1988 revela um esforço do Constituinte Originário no sentido de criar um sistema de normas que pudesse efetivamente proteger os direitos e interesses dos povos indígenas. Essa proteção alcançou um nível de proteção satisfatório, dando um passo à frente na proteção dos povos indígenas, com vários dispositivos referentes a propriedade das terras ocupadas por esses povos, além das relações dessas comunidades indígenas com suas terras, a preservação de suas línguas, usos, costumes e tradições.

O artigo 231 da CF/88 reconhece a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos índios, com o que reconhece a existência de minorias nacionais e institui normas de proteção de sua singularidade étnica especialmente de suas línguas, costumes e usos (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, é importante destacar que esses direitos previstos aos povos indígenas para assegurar o direito às terras tradicionalmente ocupadas encontram amparo legal no texto constitucional vigente e nos tratados e convenções internacionais.

Como reflexo de sua Constituição e do importante papel que assume na política internacional com o compromisso de direitos humanos, o Estado Brasileiro reconhece os principais instrumentos internacionais de direitos humanos que resguardam os direitos dos povos indígenas.

A saber, o Direito Internacional dos Direitos Humanos é o ramo do Direito Internacional que visa a proteger e a promover a dignidade humana em todo o mundo, consagrando uma série de direitos dirigidos a todos os indivíduos sem distinção de qualquer espécie, inclusive de nacionalidade ou do Estado onde a pessoa se encontre.

Em relação à legislação internacional, destacam-se na proteção internacional dos povos indígenas a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais.

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU, não tendo caráter vinculante. Esta Declaração é uma referência à legislação internacional na formulação e execução de políticas

internacionais para os indígenas. Nessa declaração constam princípios como o direito à autodeterminação e a necessidade do consentimento e do acordo de vontades entre povos indígenas e Estados. A Declaração da ONU garante o direito de os povos indígenas serem consultados antes da adoção de medidas legislativas ou administrativas de qualquer natureza, incluindo obras de infraestrutura, mineração em seus territórios.

A Convenção nº 169 Sobre os Povos Indígenas é considerada o primeiro instrumento internacional vinculante com enfoque na proteção de direitos dos povos indígenas. Esse é o documento internacional mais abrangente em respeito às condições de vida dos indígenas. A Convenção destaca o direito de consulta e participação dos povos indígenas no uso, gestão e conservação de seus territórios. Também prevê o direito a indenização por danos e proteção contra despejos e remoções de suas terras tradicionais.

São consideradas terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, as terras por eles habitadas em caráter permanente, imprescindíveis à preservação dos recursos naturais indispensáveis ao seu bem-estar, à sua reprodução cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

A metodologia adota a abordagem qualitativa, com enfoque no método dedutivo na análise das informações, baseando-se nas pesquisas de cunho bibliográfico, realizadas em legislação, livros, periódicos, artigos e em meios digitais.

Direito às Terras Tradicionalmente Ocupadas pelos Indígenas

Pretende-se neste tópico apresentar os principais dispositivos relacionados ao direito às terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas no Brasil, pontuados na Constituição Federal de 1988.

No que se refere às terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, o artigo 231 da Constituição Federal estabeleceu a preservação da liberdade e continuidade histórica das comunidades indígenas, de modo a assegurar-lhes a sobrevivência física e cultural.

José Afonso da Silva (2005, p. 855) evoca que a base da proteção às terras indígenas contida no art. 231, §1^o¹³⁵, está fundamentadas em quatro condições, a saber: i)

¹³⁵ Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais

serem por eles habitadas em caráter permanente; ii) serem por eles utilizadas para suas atividades produtivas; iii) serem imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar; iv) serem necessárias à sua reprodução física e cultural, tudo segundo seus usos, costumes e tradições.

José Afonso da Silva (2005, p.856) expõe que:

O tradicionalmente refere-se, não a uma circunstância temporal, mas ao modo tradicional de os índios ocuparem e utilizarem as terras e ao modo tradicional de produção, enfim, ao modo tradicional de como eles se relacionam com a terra, já que há comunidades mais estáveis, e as que têm espaços mais amplos em que se deslocam etc. Daí dizer-se que tudo se realize de acordo com seus usos, costumes e tradições.

Para o autor (2005, p.858) a expressão “permanente” revela a relação dos indígenas com suas terras, estando ligada à ideia de uma garantia futura, de que as terras tradicionais indígenas serão destinadas para sempre a ser seu habitat.

O segundo elemento – a utilização da terra para atividades produtivas – está ligado à concepção de desenvolvimento de atividades necessárias para a subsistência da comunidade indígena, sendo elas: a caça, a pesca, agricultura, etc.

Quanto às terras imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar, trata-se de que a utilização dessas terras pelos povos indígenas não inviabilize a conservação dos recursos naturais dos quais eles necessitam para sobreviver.

Por fim, o último elemento, a condição de que as terras sejam necessárias à sua reprodução física e cultural, significa que essas terras devem garantir o crescimento populacional sem prejuízo, bem como o espaço territorial deve ser suficiente para proporcionar o desenvolvimento cultural da comunidade indígena (SILVA, 2005, p.856).

Vale dizer que essas terras são de domínio da União (CF, art. 20, XI), a quem compete privativamente efetivar o processo demarcatório dessas terras destinadas à posse permanente dos indígenas, que possuem o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (CF, art. 231, §2º).

De ter-se em conta, também, a vedação constitucional de remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo nas hipóteses constitucionalmente previstas (CF, art. 231, §5º), em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no

necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (BRASIL, 1988).

interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco. (SILVA, 2005, p. 855).

A Constituição considerou como nulos e extintos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, assim como a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar. Estabeleceu ainda que a nulidade e a extinção não geram direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé (CF, art. 231, §6º).

Assim, compete à União demarcar as terras indígenas (CF, art. 231). O art. 67 do Ato das Disposições Transitórias determina que a União deveria concluir a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição. Esse prazo encerrou-se em 5 de outubro de 1993 sem que pudesse ter sido concluída a demarcação de todas as áreas indígenas no país. Apesar disso, de acordo com a Fundação Nacional do Índio, o Brasil tem 672 terras indígenas, sendo 115 delas em fase de estudo, ou seja, ainda não foram definidos os tamanhos dessas áreas, de modo que possam vir a ser demarcadas.

No artigo 232, a Constituição consagrou a legitimidade de indígenas, de suas comunidades e organizações, para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, devendo o Ministério Público intervir em todos os atos do processo.

A intervenção do Ministério Público é indispensável, haja vista que a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas se encontra elencada dentre suas funções institucionais elencadas no texto constitucional (SILVA, 2005, p. 860-861).

Instrumentos Internacionais de Proteção aos Direitos dos Povos Indígenas

Como reflexo de sua Constituição democrática e do importante papel que assume na política internacional com o compromisso de direitos humanos, o Estado Brasileiro reconhece os principais instrumentos internacionais de direitos humanos que resguardam os direitos dos povos indígenas.

O Direito Internacional dos Direitos Humanos é uma importante ferramenta de proteção a qualquer cidadão no mundo. Ainda assim, existem diversos casos de desrespeito a esses direitos, colocando pessoas em situações de abuso, intolerância, discriminação e opressão.

A promoção desses direitos é imprescindível para o pleno exercício de qualquer democracia.

A Segunda Guerra Mundial resultou na perda de um grande número de pessoas, sobretudo com as muitas violações a direitos individuais cometidas por governos fascistas e nazistas durante o período. Logo após o fim do conflito, formou-se a Organização das Nações Unidas, cujo objetivo declarado é trazer paz a todas as nações do mundo.

A criação da ONU favoreceu a edificação de um sistema internacional de proteção dos direitos humanos. A partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada em 10 de dezembro de 1948, começa a se desenvolver o Direito Internacional dos Direitos Humanos, mediante a adoção de tratados internacionais voltados à proteção de direitos fundamentais.

Ao se internacionalizar a proteção dos direitos humanos, passaram a surgir os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, com o fim de complementar a proteção interna que os Estados oferecem, quando aquela é insuficiente para assegurar o pleno exercício dos direitos que estes se comprometeram a respeitar e a garantir. Surgem então os sistemas universal, regional americano e regional europeu e, mais recentemente, os sistemas africano e asiático (PIOVESAN, 2019, p.70).

A proteção dos direitos humanos é um dos principais objetivos da Organização das Nações Unidas. Com a adoção da Declaração Universal de Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948, a ONU desenvolveu normas internacionais de Direitos Humanos, bem como mecanismos para promover e proteger esses direitos.

Essa universalização dos direitos humanos ajudou na formação de um sistema global de proteção dos direitos humanos no âmbito das Nações Unidas, cujos principais mecanismos são: o Conselho de Direitos Humanos da ONU, a Revisão Periódica Universal, os Relatores Especiais e os Órgãos de Monitoramento.

O Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos não é regulado somente no âmbito global, mas também no âmbito regional, por meio da reunião de países de um determinado continente. São os chamados Sistemas Regionais de Proteção dos Direitos Humanos, que têm como atribuição defender e proteger juridicamente os Direitos Humanos previstos em acordos internacionais nos países que fazem parte do sistema.

Os três sistemas regionais de direitos humanos acima mencionados fazem parte de sistemas de integração regional com uma atribuição bem mais ampla do que apenas a dos direitos humanos - no caso da África, a organização matriz é a União Africana (UA); nas Américas é a Organização dos Estados Americanos (OEA); e na Europa é o Conselho da Europa (CE).

A fim de conhecer as violações individuais e sistemáticas de direitos humanos por parte de um Estado, firmam-se no âmbito do sistema global dois tipos de mecanismos de proteção dos direitos humanos, os convencionais e os extra-convencionais.

Os mecanismos convencionais de proteção dos direitos humanos são assim chamados porque foram estabelecidos através de convenções. Já os mecanismos extra-convencionais de proteção dos direitos humanos são aqueles criados através de resolução de órgãos legislativos da ONU, como a Comissão de Direitos Humanos, o Conselho Econômico e Social ou a Assembleia Geral.

O Sistema de Proteção dos Direitos Humanos no âmbito internacional tem manifestado preocupação com a situação das comunidades tradicionais, que incluem os povos indígenas.

A adoção desses instrumentos internacionais é um avanço para a proteção dos povos indígenas, pois que são instrumentos dedicados à promoção do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, língua ou nacionalidade.

No entanto, a maioria desses instrumentos não é suficientemente eficaz para proteger esses direitos, sobretudo porque focam em proteger os direitos individuais das pessoas indígenas. Os povos indígenas necessitam do reconhecimento de direitos coletivos específicos para buscar garantir a sua sobrevivência, bem-estar e dignidade como grupo humano.

Consciente dessa necessidade, a comunidade internacional vem trabalhando na adoção de normas de caráter coletivo destinada a proteger os povos indígenas. A adoção desses instrumentos específicos é um avanço importante que compensa a insuficiência dos instrumentos dedicados a abordar a discriminação sofrida pelos povos indígenas.

Deste modo, os principais instrumentos internacionais em vigor, dedicados exclusivamente aos direitos dos povos indígenas são: a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho em 07 de junho de 1989 e Declaração das Nações

Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de setembro de 2007.

1418

Convenção Nº 169 da OIT Sobre os Povos Indígenas e Tribais

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais é um tratado internacional adotado pela Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho em 1989.

Essa Convenção parte do princípio de que os povos indígenas “em diversas partes do mundo, esses povos não têm condições de gozar de seus dos direitos humanos fundamentais no mesmo grau que o restante da população dos Estados onde moram” e ainda veem violados os valores característicos de suas respectivas comunidades.

A Convenção também reconhece "as aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram". Lembra também "a particular contribuição dos povos indígenas e tribais à diversidade cultural, à harmonia social e ecológica da humanidade e à cooperação e compreensão internacionais".

A Convenção 169 aplica-se "aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial". Aplica-se também "aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas" (art. 1º).

A Convenção 169 é regida pelo princípio da não discriminação e estabelece que “os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação” (art. 3).

Os Estados deverão assumir a responsabilidade pela aplicação das normas desta Convenção. Nesse sentido, os Estados deverão adotar as medidas especiais que sejam necessárias para salvaguardar as pessoas, as instituições, os bens, as culturas e o meio ambiente dos povos interessados, que deverão ser reconhecidos, protegidos e respeitados

em sua integridade, desde que tais providências não sejam contrárias aos desejos expressos livremente pelos povos interessados (arts. 4 e 5).

A Convenção visa a promover a maior participação possível das comunidades tradicionais nas decisões, onde os Governos deverão consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; (art. 6).

Os povos indígenas possuem o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que essas ações afetem as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural (art. 7).

A proteção das terras indígenas é regulada entre os artigos 13 a 19 e parte do princípio de que toda ação relativa às comunidades tradicionais deverá levar em conta a importância especial da relação desses povos com suas terras e territórios.

Os artigos 14 e 15 enfatizam o direito de consulta e participação dos povos indígenas no uso, gestão e conservação de seus territórios. Além disso, preveem o direito a indenização por danos e a proteção contra despejos e remoções de suas terras tradicionais.

Os Estados deverão "reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam", e deverão tomar providências "para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência", dando, neste último caso, especial atenção a povos nômades e agricultores itinerantes. Deverão ser "especialmente protegidos" os direitos das comunidades tradicionais aos recursos naturais existentes em suas terras.

Em relação à proteção das terras das comunidades tradicionais, o artigo 15, parágrafo 2º, referente à existência de recursos minerais em terras indígenas, dispõe que:

Em caso de pertencer ao Estado a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos, existentes nas terras, os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras. Os povos interessados deverão participar sempre que for possível dos benefícios que essas atividades produzam, e receber indenização equitativa

por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades (OIT, 1989).

1420

Os povos indígenas não deverão ser transladados das terras que tradicionalmente ocupam. Porém, quando necessário, deverá ocorrer apenas a partir do consentimento livre dos integrantes dessas comunidades e, quando não for possível obter esse consentimento, "o traslado e o reassentamento só poderão ser realizados após a conclusão de procedimentos adequados estabelecidos pela legislação nacional", com representação efetiva dos povos interessados (art. 16).

A convenção ressalta que, quando tal retorno não for viável, os povos interessados deverão idealmente receber terras "cuja qualidade e cujo estatuto jurídico sejam pelo menos iguais aqueles das terras que ocupavam anteriormente, e que lhes permitam cobrir suas necessidades e garantir seu desenvolvimento futuro", ressalvada a possibilidade de tais povos "preferirem receber indenização em dinheiro ou em bens, essa indenização deverá ser concedida com as garantias apropriadas".

Por fim, os Estados signatários dessa Convenção deverão adotar medidas, inclusive por meio de lei adequada, "contra toda intrusão não autorizada nas terras dos povos interessados ou contra todo uso não autorizado das mesmas por pessoas alheias a eles, e os governos deverão adotar medidas para impedirem tais infrações" (art. 18).

Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas foi aprovada pela Resolução 1/2, do Conselho dos Direitos Humanos da ONU, de 29/06/2006, e pela Resolução 61/295, da Assembleia Geral da ONU, de 2007. Vale ressaltar que a Declaração não é juridicamente vinculante. Esta Declaração serve de referência para a legislação internacional na formulação e execução de políticas internacionais para as comunidades indígenas (ONU, 2008).

O texto, reflete o conjunto das reivindicações dos povos indígenas acerca da melhoria de suas relações com os Estados nacionais e serve para estabelecer parâmetros mínimos para outros instrumentos internacionais e leis nacionais. Na declaração constam princípios como a igualdade de direitos e a proibição de discriminação, o direito à autodeterminação e a necessidade de fazer do consentimento e do acordo de vontades o referencial de todo o relacionamento entre povos indígenas e Estados.

A Declaração dispõe que os povos indígenas têm os mesmos direitos de todos os demais grupos humanos. “Reconhecendo a necessidade urgente de respeitar e promover os direitos intrínsecos dos povos indígenas, que derivam de suas estruturas políticas, econômicas e sociais e de suas culturas, de suas tradições espirituais, de sua história e de sua concepção da vida, especialmente os direitos às suas terras, territórios e recursos (ONU, 2008).

Também reconhece o respeito aos conhecimentos, às culturas e às práticas tradicionais indígenas que contribui para o desenvolvimento sustentável e equitativo e para a gestão adequada do meio ambiente (ONU, 2008).

Em seu artigo primeiro, a Declaração reitera que "Os indígenas têm direito, a título coletivo ou individual, ao pleno desfrute de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais reconhecidos pela Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o direito internacional dos direitos humanos" (art. 1º).

Em seguida, entre os artigos 2 e 40, a Declaração consagra um rol de direitos em favor dos povos indígenas, dentre os quais destacamos o direito às terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas.

Os povos indígenas têm direito à autodeterminação, pela qual "determinam livremente sua condição política e buscam livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural" e "têm direito à autonomia ou ao autogoverno nas questões relacionadas a seus assuntos internos e locais, assim como a disporem dos meios para financiar suas funções autônomas", e "têm o direito de conservar e reforçar suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais" (arts. 3º-5º).

O direito à autodeterminação garante aos povos indígenas que conquistem o seu bem-estar de acordo com suas próprias práticas, modos de vida e costumes. Esse direito é muito importante pois garante a sobrevivência dos povos indígenas como povos distintos.

Assegura-lhes, também, o direito de buscar o seu bem-estar e um futuro de acordo com suas próprias práticas, modos de vida e costumes. Para assegurar que esses povos usufruam deste direito, os Estados devem garantir aos povos indígenas o efetivo reconhecimento do direito de determinar e elaborar as prioridades e estratégias para o desenvolvimento de suas terras ou territórios, assim como dos recursos naturais que ali se encontram.

Os povos indígenas têm "direito à vida, à integridade física e mental, à liberdade e à segurança pessoal" e "não serão submetidos a qualquer ato de genocídio, ou a qualquer outro ato de violência, incluída a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo" (arts. 7º- 8º).

A declaração garante o direito de os povos indígenas serem consultados antes da adoção de medidas legislativas ou administrativas de qualquer natureza, incluindo por exemplo, obras de infraestrutura. "Os povos indígenas não serão removidos à força de suas terras ou territórios. Nenhum traslado se realizará sem o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas interessados e sem um acordo prévio sobre uma indenização justa e equitativa e, sempre que possível, com a opção do regresso" (art. 10).

As normas internacionais estabelecem diretrizes sobre como devem ser realizados os processos de consulta aos povos indígenas. Deste modo, determinando que as consultas sejam prévias, livres e informadas; devendo ser feita através de procedimentos culturalmente adequados, e através de suas instituições representativas. Além do mais, a consulta deve ser de boa-fé e realizada de forma a obter o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas interessados.

O direito à terra é regulado pelos artigos 26 a 28 e 32. Ficou estabelecido que "Os povos indígenas têm direito às terras, territórios e recursos que possuem e ocupam tradicionalmente ou que tenham de outra forma utilizado ou adquirido", tendo também o "direito de possuir, utilizar, desenvolver e controlar as terras, territórios e recursos que possuam". Devem os Estados estabelecer procedimentos de "reconhecimento e proteção jurídicos a essas terras, territórios e recursos das terras indígenas" (arts. 26-28).

Por isso, os povos indígenas têm direito à reparação "pelas terras, territórios e recursos que possuíam tradicionalmente ou de outra forma ocupavam ou utilizavam, e que tenham sido confiscados, tomados, ocupados, utilizados ou danificados sem seu consentimento livre, prévio e informado", podendo tal reparação consistir em indenização ou restituição da terra (art. 28).

Vale novamente mencionar que, conforme os artigos 8 e 10, os povos indígenas não podem ser privados ou removidos à força de suas terras, territórios ou recursos.

A Corte de Direitos Humanos também se pronunciou sobre o dever de proteção ao meio ambiente, regulado pelos artigos 29 a 31. Dentre os direitos consagrados, "os Estados adotarão medidas eficazes para garantir que não se armazenem, nem se eliminem

materiais perigosos nas terras ou territórios dos povos indígenas, sem seu consentimento livre, prévio e informado” (art. 29).

O direito à propriedade das terras indígenas não pode desvincular-se da questão do acesso aos recursos naturais que tradicionalmente foram usados pelas comunidades indígenas. Esses recursos são componentes desses territórios, pois são necessários para a sobrevivência, desenvolvimento e continuidade do modo de vida desses povos. Nessa medida, os recursos naturais ligados às suas culturas são de propriedade dos povos indígenas e devem ser protegidos.

Cabe enfatizar que “não se desenvolverão atividades militares nas terras ou territórios dos povos indígenas, a menos que essas atividades sejam justificadas por um interesse público pertinente ou livremente decididas com os povos indígenas interessados, ou por estes solicitadas” (art. 30).

Ao final, a Declaração estatui que "Nada do disposto na presente Declaração será interpretado no sentido de conferir a um Estado, povo, grupo ou pessoa qualquer direito de participar de uma atividade ou de realizar um ato contrário à Carta das Nações Unidas, ou será entendido no sentido de autorizar ou de fomentar qualquer ação direcionada a desmembrar ou a reduzir, total ou parcialmente, a integridade territorial ou a unidade política de Estados soberanos e independentes" (artigo 46).

Incorporação ao Direito Interno Brasileiro

No Brasil a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 4º, inciso II é categórica ao afirmar que nas relações internacionais a República Federativa deve ser regida com prevalência dos direitos humanos.

Em 2002 o Brasil ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, por meio do Decreto Legislativo nº 143, em vigor desde 2003. E em 2007, em Nova Iorque, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas aprovou a Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas.

Tanto a Convenção 169 da OIT, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas protegem o direito à propriedade das terras indígenas.

A execução dessas normas internacionais dentro dos Estados só é possível graças a sua incorporação ao Direito interno, que é o processo pelo qual os tratados passam a fazer parte do ordenamento jurídico nacional dos entes estatais, adquirindo status semelhante ao das demais espécies normativas da ordem estatal.

Com efeito, a Constituição Federal de 1988 regulamentou a forma de incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos no Direito interno, incluindo as convenções, recomendações, resoluções e demais normas aprovadas nas conferências ONU e da OIT.

Com a incorporação, os tratados podem ser invocados por qualquer pessoa natural ou jurídica dentro do território de um Estado Nacional e podem fundamentar as ações e decisões dos órgãos e autoridades nacionais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Processo de Internalização dos Tratados de Direitos Humanos no Brasil

No Brasil, a incorporação de um tratado internacional decorre da aprovação do tratado no Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, a ratificação do ato internacional pela Presidência da República e a entrada em vigor do tratado no âmbito internacional e conclui com a promulgação, ato de competência do Presidente da República, formalizado por meio de decreto que determina a execução do tratado no âmbito nacional e com a publicação no Diário Oficial da União, conferindo ao ato internacional força normativa dentro do território brasileiro.

Esse sistema, é regulado pela Constituição da República e envolve a competência dos poderes constituídos para celebrar tratados e a sistemática de incorporação dos tratados no ordenamento interno. Trata-se de um sistema de colaboração complexo entre os poderes Executivo e Legislativo (BONAVIDES, 2009, p. 1100).

Segundo Sarlet, Mitidiero e Marinoni (2020, p. 445) a regra adotada pelo direito constitucional brasileiro tem sido a de procedimento formal de incorporação, o qual resulta da atuação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, conforme estabelecido pelos artigos 84, VIII, e 49, I, ambos da CF, acrescidos, por força de emenda constitucional, do § 3.º do art. 5.º da CF, que se refere especificamente aos tratados em matéria de direitos humanos.

A Constituição Federal de 1988 estabelece no artigo 84, que “compete privativamente ao Presidente da República: (...) VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional”, e o artigo 21 dispõe como sendo competência da União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais. Prevê o artigo 49 que “é da competência exclusiva do Congresso Nacional: I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos

internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional” (BRASIL, 1988).

Diz a Constituição que os tratados internacionais são assinados, no Brasil, pelo Presidente da República, que possui competência privativa para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, na forma do artigo 84, VIII, da Constituição Federal.

Após assinatura do tratado pelo Presidente da República e posterior envio, pelo chefe do Executivo, ao Congresso Nacional para aprovação do Poder Legislativo, que se dará por meio de Decreto Legislativo, que constitui ato da competência exclusiva do Congresso Nacional, portanto, não sujeito à sanção presidencial.

No Brasil, após a sua ratificação, o tratado, ainda, é promulgado por decreto do Presidente da República, e publicado no Diário Oficial da União, é que o procedimento terá sido completado, passando o tratado a vincular tanto na esfera interna quanto na esfera internacional (SARLET, MITIDIERO, MARINONI; 2020, p. 445).

Embora o procedimento habitual seja o mencionado, no caso dos tratados internacionais de direitos humanos, a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004¹³⁶, a Constituição Federal passou a contar com um rito especial para aprovação dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos (SARLET, MITIDIERO, MARINONI; 2020, p. 445).

A Emenda Constitucional 45 introduziu o parágrafo 3º no artigo 5º, que fixou regras específicas para os tratados de direitos humanos, os quais poderão adquirir status de emenda constitucional caso sejam aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional e em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

O tratado de direitos humanos que foi promulgado incorpora-se ao ordenamento jurídico brasileiro e, dessa forma, passa a ter caráter vinculante, conferindo direitos e estabelecendo obrigações, podendo ser invocado pelo Estado e por particulares para fundamentar pretensões junto aos órgãos jurisdicionais e, também pautar a conduta de todos os membros da sociedade. Como parte da ordem jurídica interna, o descumprimento das normas do tratado enseja a possibilidade de sanções previstas no próprio Direito brasileiro (PORTELA, 2017, p. 127).

¹³⁶ A Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004, publicada em 31/12/2004, alterou significativamente o quadro constitucional brasileiro. Não só a criação do Conselho Nacional de Justiça e a redistribuição de algumas competências entre os Tribunais Superiores concorreram para esse novo momento constitucional, mas, principalmente, a escolha legislativa do constituinte derivado ao inserir no art. 5º da Constituição Federal o parágrafo 3º (os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais (BRASIL, 1988).

Por fim, a inserção de um tratado internacional ordem jurídica brasileira implica a possibilidade de conflitos com outras normas, a serem solucionados de acordo com os critérios que os Estados adotam. Com isso, é possível que uma norma internacional não prevaleça, no caso concreto, diante de outra norma, provocando a violação do tratado. Esse assunto será discutido no próximo tópico.

Hierarquia Normativa dos Tratados Internacionais perante o Direito Brasileiro

A Constituição de 1988, em nenhum de seus dispositivos estatuiu com clareza a posição hierárquica dos tratados internacionais perante o Direito brasileiro.

Desde 1977 vigora na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal esse último sistema, em que o tratado, uma vez formalizado, passa a ter força de lei ordinária, podendo revogar as disposições em contrário, ou ser revogado diante de lei posterior.

Discutiremos, neste tópico, qual a posição hierárquica que o STF atribui aos tratados e convenções internacionais frente à Constituição Federal e às leis ordinárias.

Antes de 1977, o STF posicionava-se no sentido da primazia do tratado internacional quando em conflito com norma infraconstitucional. Com efeito, Philadelpho Azevedo, então Ministro da Excelsa Corte, publicou, em 1945, comentário em que demonstrava a posição da Suprema Corte, quanto à prevalência dos tratados internacionais sobre o direito interno infraconstitucional. Tal situação veio a ser modificada a partir de 1977, no julgamento do RE 80.004/SE, quando se assentou que ante o conflito entre o tratado e a lei interna deveria prevalecer a mais recente das normas, aplicando-se a máxima *lex posterior derogat priori*.

A discussão versava sobre o conflito entre o Decreto-lei nº 427, de 22 de janeiro de 1969, que instituiu o registro obrigatório da nota promissória na repartição fiscal, sob pena de nulidade, e a Lei Uniforme sobre Letras de Câmbio e Notas Promissórias, aprovada pela Convenção de Genebra, ratificada pelo Brasil e com vigência reconhecida pelo próprio STF. O fundamento de toda a controvérsia residia na pretensão de nulidade do Decreto-lei nº 427/69, que exigia o registro da nota promissória na repartição fiscal não previsto na Lei Uniforme de Genebra (MAZUOLLI 2020, p. 473).

O posicionamento acerca da situação dos tratados na ordem jurídica brasileira é sintetizado pelo Ministro Celso de Mello, nos seguintes termos:

Os tratados ou convenções internacionais, uma vez regularmente incorporados ao direito interno, situam-se, no sistema jurídico brasileiro, nos mesmos planos de validade, de eficácia e de autoridade em que se posicionam as leis ordinárias, havendo, em consequência, entre estas e os atos de direito

internacional público, mera relação de paridade normativa. Precedentes. No sistema jurídico brasileiro, os atos internacionais não dispõem de primazia hierárquica sobre as normas de direito interno. A eventual precedência dos tratados ou convenções internacionais sobre as regras infraconstitucionais de direito interno somente se justificará quando a situação de antinomia com o ordenamento doméstico impuser, para a solução do conflito, a aplicação alternativa do critério cronológico *{lex posterior derogat priori}* ou, quando cabível, do critério da especialidade. Precedentes (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Tribunal Pleno. ADI-MC 1480/DF. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, DF, 04.set.97. DJ de 18.05.01).

Para Canotilho (1993, p. 1112.) o entendimento acerca da infraconstitucionalidade dos atos internacionais está fundamentado no artigo 102, III, “b”, da Constituição Federal, que dispõe que os tratados internacionais estão sujeitos a controle de constitucionalidade, ao determinar que “Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal”. Na doutrina, destacam-se os argumentos de que as normas constitucionais devem ser aprovadas por um procedimento mais complexo.

Nesse julgamento o STF preferiu apoiar-se na ideia de que não há prevalência hierárquica entre tratados internacionais e leis internas e, sendo assim, um compromisso internacional poderia ver-se revogado, sem maiores consequências no plano do Direito interno, por legislação ordinária posterior.

Portanto, após 1977 e antes da Emenda Constitucional nº 45, a posição do STF é de que todos os tratados internacionais seriam recepcionados no ordenamento jurídico brasileiro como lei ordinária.

Hierarquia dos Tratados de Direitos Humanos no Direito Interno Brasileiro

Neste item, será examinada a hierarquia dos tratados de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro.

Com efeito, no que diz respeito aos direitos previstos em tratados internacionais de direitos humanos, que, por via da abertura propiciada pelo art. 5º, §2º137 da CF, passam

¹³⁷ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

a integrar o catálogo constitucional de direitos fundamentais, o problema da força normativa no plano interno tem sido objeto de intensa discussão doutrinária e jurisprudencial.

Outrossim, Flávia Piovesan (2013, p.124) considera que os tratados de direitos humanos apresentam posição hierarquicamente superior em relação aos demais tratados internacionais de caráter mais técnico, formando um universo de princípios que apresentam especial força obrigatória, denominado jus cogens.

Contudo, a posição do Supremo Tribunal Federal referente ao tema do conflito entre tratados e leis internas, deu-se com o voto do Ministro Sepúlveda Pertence, de 29 de março de 2000, no RHC 79.785/RJ, que entendeu ser possível considerar os tratados de direitos humanos como documentos de caráter supralegal.

O Min. Gilmar Mendes, na sessão plenária do dia 22 de novembro de 2006, no julgamento do RE 466.343-1/SP, em que se discutia a questão da prisão civil por dívida nos contratos de alienação fiduciária em garantia defendeu o a tese de que os tratados de direitos humanos estariam num nível hierárquico intermediário: abaixo da Constituição, mas acima de toda a legislação infraconstitucional. Segundo o seu entendimento, “parece mais consistente a interpretação que atribui a característica de supralegalidade aos tratados e convenções de direitos humanos”, segundo a qual “os tratados sobre direitos humanos seriam infraconstitucionais, porém, diante de seu caráter especial em relação aos demais atos normativos internacionais, também seriam dotados de um atributo de supralegalidade”.

A partir de então, afirma Flávia Piovesan:

[...] conclui-se que o Direito brasileiro faz opção por um sistema misto, no qual os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos – por força do art. 5º, §1º – aplica-se a sistema de incorporação automática, enquanto aos demais tratados internacionais se aplica a sistemática de incorporação legislativa, na medida em que se tem exigido a intermediação de um ato normativo para tornar o tratado obrigatório na ordem interna. Com efeito, salvo na hipótese de tratado de direitos humanos, no Texto Constitucional não há dispositivo que enfrente a questão da relação entre o Direito Internacional e o interno. Isto é, não há menção expressa a qualquer das correntes, seja à monista, seja à dualista. Por isso, a doutrina predominante tem entendido que, em face do silêncio constitucional, o Brasil adota a corrente dualista [...]. Embora seja essa a doutrina predominante, este trabalho sustenta que tal interpretação não se aplica aos tratados de direitos humanos, que, por força do art. 5º, §1º, têm aplicabilidade imediata. [...]. Logo, defende-se que a Constituição adota um sistema jurídico misto, já que, para os tratados de direitos humanos, acolhe a

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte (BRASIL, 1988).

sistemática da incorporação automática, enquanto para os tratados tradicionais acolhe a sistemática da incorporação não automática (PIOVESAN, 2010, p. 91-92).

A polêmica referente à aplicação dos tratados de direitos humanos no Brasil levou à criação da possibilidade de que as normas internacionais de direitos humanos alcançassem status mais condizente com sua importância. Para isso, a Emenda Constitucional 45, de 2004, introduziu o parágrafo 3º no artigo 5º da Constituição, que passou a dispor que “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais” (BRASIL, 1988).

A inserção desse parágrafo na Constituição abriu a possibilidade de que as normas internacionais de Direitos Humanos, adquiram também status de formalmente constitucionais a depender tão somente do quórum de aprovação (PORTELA, 2017, p. 133).

Sarlet, Mitidiero e Marinoni (2020, p. 445) preceituam que os tratados incorporados antes da inserção do §3º no art. 5.º da CF possuem hierarquia supralegal, prevalecendo, portanto, sobre toda e qualquer norma infraconstitucional interna, mas cedendo em face da Constituição Federal. Por sua vez, os tratados aprovados pelo Congresso Nacional na forma do art. 5º, § 3º, da CF possuem hierarquia e força normativa equivalentes às emendas constitucionais.

Os primeiros tratados de direitos humanos aprovados no Brasil nos termos da norma do parágrafo terceiro do artigo quinto do texto constitucional foram a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo¹³⁸ e, e por último o Tratado de Marraqueche¹³⁹, que também foi aprovado

¹³⁸ O texto da convenção foi aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de dezembro de 2006 e promulgado pelo Brasil em 25 de agosto de 2009, através do Decreto n. 6 949. A Convenção tem por diretrizes: proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua inerente dignidade.

¹³⁹ O Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso foi promulgado no Brasil com a assinatura do Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 9 de outubro de 2018. Com o objetivo combater a carência de livros e de outras obras, vivenciada pelas pessoas com deficiência em todo o mundo, o Tratado de Marraqueche cria condições para a disseminação de obras intelectuais em formatos acessíveis mediante limitações ou exceções obrigatórias aos direitos autorais. Em outros termos, o Tratado possibilita a criação de cópias e o intercâmbio transfronteiriço de obras em formatos acessíveis, sem que, com isso, haja violação aos direitos autorais dos titulares das respectivas obras.

no Congresso Nacional pelo procedimento previsto no artigo 5º, §3º, da Constituição Federal, fato que ocorreu no ano de 2015.

Deste modo, é necessário destacar que a entrada em vigor da EC 45, que introduziu no texto constitucional o parágrafo 3º do artigo 5º, não gerou a perda da eficácia dos direitos humanos anteriores, os quais continuam em vigor na nova ordem constitucional, pela qual foram recepcionados, ainda que com o status de supralegalidade, não como equivalentes às emendas constitucionais (PORTELA, 2017, p. 136).

Considerações Finais

Diante do exposto, conclui-se que a Constituição Federal de 1988 dedicou capítulo especial aos indígenas, considerados minoria, devendo, portanto, ter um tratamento especial, considerando a igualdade material em nosso ordenamento jurídico.

Os direitos constitucionais dos indígenas estão expressos num capítulo específico da Constituição de 1988 (título VIII, "Da Ordem Social", capítulo VIII, "Dos Índios"), além de outros dispositivos dispersos ao longo de seu texto e de um artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Constituição de 1988 reconheceu expressamente aos índios "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" (art. 231).

Esclareceu o §1º desse mesmo artigo que "são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições". Tais terras, declarou o §2º, "destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes".

Ainda dispôs o §6º do art. 231, que "são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção do direito à indenização ou ações

contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé".

Ademais, constatou-se o caráter vinculante da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, que apresenta importantes avanços no reconhecimento dos direitos indígenas coletivos de aspectos de direitos econômicos, sociais e culturais. De acordo com a Convenção, as terras indígenas devem ser concebidas como a integralidade do meio ambiente das áreas ocupadas ou usadas pelos povos indígenas abarcando aspectos de natureza coletiva e de direitos econômicos, sociais e culturais além dos direitos civis.

Reconheceu-se na Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas o seu direito à autodeterminação. Em virtude desse direito determinam livremente sua condição política e buscam livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Para tanto, os povos indígenas não serão removidos à força de suas terras ou territórios. Nenhum traslado se realizará sem o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas interessados e sem um acordo prévio sobre uma indenização justa e equitativa e, sempre que possível, com a opção do regresso.

Neste sentido, o parágrafo 3º do artigo 5º da Emenda Constitucional nº 45/2004 confere hierarquia constitucional aos tratados internacionais de direitos humanos aprovados através de quórum qualificado. Entretanto o legislador não estabeleceu a posição hierárquica dos tratados recepcionados anteriormente à emenda constitucional. Tendo em vista as diferentes perspectivas adotadas pelo legislador, o STF sustentou que enquanto os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos apresentam hierarquia constitucional, os demais tratados internacionais apresentam hierarquia infraconstitucional.

Em face do exposto, é evidente que o Estado Brasileiro deve cumprir o seu dever de policiar e de manter estas terras e estes povos protegidos, conforme estabelece a Constituição da República. Por fim, assegurar a proteção desses territórios é, também, uma forma de preservar a identidade, o modo de vida, as tradições e a cultura desses povos.

Referências

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Curso de direito internacional público. 5. São Paulo Atlas 2015.

BONAVIDES, Paulo. Comentários à Constituição Federal de 1988, Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009, p. 1100.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição.htm. Acesso em: 19 de julho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 427, de 22 de janeiro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0427.htm. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 9522, de 08 de outubro de 2018. Tratado de Marraqueche Para Facilitar O Acesso A Obras Publicadas Às Pessoas Cegas, Com Deficiência Visual Ou Com Outras Dificuldades Para Ter Acesso Ao Texto Impresso. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/direitos-autorais/tratado-de-marraqueche/pdfs/tratadodemarraqueche.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, Tribunal Pleno. ADI-MC 1480/DF. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, DF, 04.set.97. DJ de 18.05.01. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1646696>. Acesso em: 20 jul. 22.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. RE 80004/SE. Rel. Min. Xavier Albuquerque. Julgado em 01/06/1977. Tribunal Pleno, Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1>. Acesso em 14 jul. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. RE nº 466343. Tribunal Pleno. Recorrente: Banco Bradesco S/A. Recorrido: Luciano Cardoso Santos. Relator: Min. Cezar Peluso. Brasília, 03 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595444>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Habeas Corpus. RHC nº 79785 RJ. Tribunal Pleno. Recorrente: Jorgina Maria de Freitas Fernandes. Recorrido: Ministério Público Federal. Relator: Min. Sepúlveda Pertence. Brasília, 29 de março de 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/964202/mod_resource/content/1/RHC%2079785.pdf. Acesso em: 11 jul. 2022.

CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito constitucional e teoria da Constituição. 6ª ed. Coimbra: Almedina, 1993.

CARVALHO RAMOS, André de. Curso de direito internacional privado. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

Convenção nº 169 da OIT, de 07 de junho de 1989 (Decreto nº 5.051/2004). Disponível

em:

<https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20169.pdf>. Acesso em 13 de julho de 2022.

Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada / Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flavia Maria de Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

Decreto 7.030, de 14.12.2009 – Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm. Acesso em 19.07.2022.

Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf Acesso em 12 de julho de 2022.

KAYSER, Hartmut-Emanuel. Os direitos dos povos indígenas do Brasil. Desenvolvimento histórico e estágio atual. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2010.

Mazzuoli, Valerio de Oliveira. Curso de direito internacional público / Valerio de Oliveira Mazzuoli. – 13. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. A opção do Judiciário brasileiro em face dos conflitos entre Tratados Internacionais e Leis Internas. Revista CEJ, Brasília-DF, n. 14, p. 112-120, mai./ago. 2001.

NASSER, Salem Hikmat. Fontes e normas do direito internacional: um estudo sobre a soft law / Salem Hikmat Nasser. Imprensa: São Paulo, Atlas, 2006.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional / Flávia Piovesan. – 14. ed., rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2013.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano / Flávia Piovesan; prefácio de Celso Lafer. – 9. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito internacional público e privado: incluindo noções de direitos humanos e de direito comunitário / Paulo Henrique Gonçalves Portela. Imprensa: Salvador, JusPODIVM, 2017.



SARLET, Ingo Wolfgang ; Mitidiero, Daniel ; Marinoni, Luiz Guilherme Curso de direito constitucional / Ingo Wolfgang Sarlet; Daniel Mitidiero; Luiz Guilherme Marinoni.– 9. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020. 1552 p.

SILVA, José Afonso da. Direito constitucional positivo, 2005.

TRINDADE. Antônio Augusto Cançado. Tratado de direito internacional dos direitos humanos. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003, v. III.

UNESCO. A Liga das Nações: um sonho universal que resistiu ao teste do tempo. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/2020-1/liga-das-nacoes-um-sonho-universal-que-resistiu-ao-teste-do-tempo>. Acesso em: 19 jul. 22.

USP. Tratado de Versalhes marcou nova fase do capitalismo, diz professor. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/tratado-de-versalhes-marcou-nova-fase-do-capitalismo-diz-professor/>. Acesso em: 20 jul. 22.

PROJETO MANEJO AGROFLORESTAL, POR UMA IDENTIDADE TERRITORIAL

1435

Joaquim Lauro Sando, (UNESP)
joaquim.sando@unesp.br

Resumo

O Projeto Manejo Agroflorestal em implantação no assentamento de reforma agrária Mário Lago - Ribeirão Preto (SP), de fevereiro/22 a janeiro/23, conta com apoio financeiro do Instituto Nova Era (INE). A partir de 10 (dez) dos 264 (duzentos e sessenta e quatro) lotes existentes, são aplicadas técnicas de manejo agroflorestal adequadas a cada paisagem presente nos respectivos lotes; com envolvimento das famílias no processo decisório desde a elaboração da proposta do projeto. Dessa forma, pautados na percepção dessas famílias, soluções foram construídas e estão sendo aplicadas para mitigar problemas econômicos, sociais e ambientais. Economicamente busca-se gerar renda a partir do aumento da produção e da criação de um Grupo de Consumo Agroecológico que, somado aos mecanismos existentes, aproxima os assentados de novos consumidores de forma direta. Socialmente assumiu-se o desafio de incluir, integrar e formar mulheres que cuidam de lotes, além de identificar e incluir jovens que sofrem com a falta de oportunidade, formação e renda. Identificou-se também a necessidade de um olhar mais atento para os problemas de saúde, para tanto, a equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), da Prefeitura de Ribeirão Preto, integrou-se ao projeto. Ambientalmente o território de implantação do projeto é reconhecido como área de recarga do Aquífero Guarani e dotado de reservas legais e áreas de proteção permanente, preservá-las, mas torná-las produtivas por meio do manejo agroflorestal passou a constituir um dos focos de atuação. Tem o projeto como objetivo geral construir coletivamente soluções para os problemas gerados pelo monocultivo da cana-de-açúcar promovido historicamente pelo agronegócio na exploração do latifúndio existente anteriormente naquele território, mitigando seus impactos negativos causados na esfera econômica, social e ambiental. O marco teórico se contrapõe à visão exclusivamente economicista de desenvolvimento, entendendo o território como espaço de poder e disputa, onde o sujeito é o agente de transformação. A metodologia aplicada ao projeto é o materialismo histórico dialético, tendo os grupos focais como as principais formas de articulação e discussão. Como resultado, espera-se o protagonismo feminino e jovem; o aumento da renda; a preservação ambiental; a valorização do associativismo e do cooperativismo; a ampliação da prática agroflorestal; o desenvolvimento; e, o fortalecimento de uma identidade territorial.

Palavras-chave: Agroflorestal; Território; Assentado; Protagonismo; Desenvolvimento.

Abstract

The Agroforestry Management Project being implemented in the Mário Lago agrarian reform settlement - Ribeirão Preto (SP), from February/22 to January/23, has financial support from the Nova Era Institute (NEI). From 10 (ten) of the 264 (two hundred and sixty-four) existing lots, agroforestry management techniques appropriate to each landscape present in the respective lots are applied; with the involvement of families in the decision-making process since the preparation of the project proposal. Based on the perception of these families, solutions were built and are being applied to mitigate economic, social and environmental problems. Economically, it seeks to generate income from the increase in production and the creation of an Agroecological Consumption Group that, added to the existing mechanisms, brings the settlers closer to new consumers in a direct way. Socially, the challenge of including, integrating and training women who take care of lots was assumed, in addition to identifying and including young people who suffer from a lack of opportunity, training and income. It was also identified the need for a closer look at health problems, for that, the team of the Family Health Support Center (NASF), of the Ribeirão Preto City Hall, joined the project. Environmentally, the project implementation territory

is recognized as a recharge area of the Guarani Aquifer and endowed with legal reserves and permanent protection areas, preserving them, but making them productive through agroforestry management has become one of the focuses of action. The project's general objective is to collectively build solutions to the problems generated by the monoculture of sugarcane historically promoted by agribusiness in the exploitation of the latifundium previously existing in that territory, mitigating its negative impacts caused in the economic, social and environmental spheres. The theoretical framework is opposed to the exclusively economic view of development, I understand the territory as a space of power and dispute, where the subject is the agent of transformation. The methodology applied to the project is dialectical historical materialism, with focus groups as the main forms of articulation and discussion. As a result, female and youth protagonism is expected; the increase in income; environmental preservation; the valorization of associationism and cooperativism; the expansion of agroforestry practice; the development; and, the strengthening of a territorial identity.

Keywords: Agroforestry; Territory; Seated; Protagonism; Development.

Introdução

O Projeto Manejo Agroflorestal em implantação no assentamento de reforma agrária Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP) no período de fevereiro/2022 a janeiro/2023, portanto, ainda em implantação, pretende dar sequência¹⁴⁰ a construção de soluções coletivas para problemas gerados pelo histórico manejo antifisiológico daquele território ao longo de anos, provocado pelo monocultivo de cana-de-açúcar, minimizando, dessa forma, os impactos negativos causados nas esferas econômica, social e ambiental pelo agronegócio.

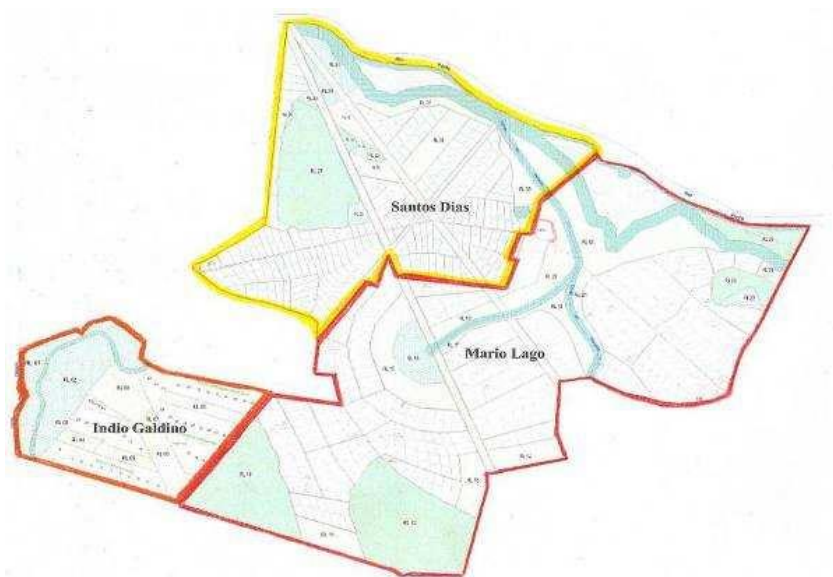
O assentamento de reforma agrária Mário Lago (Figura 1) constituído a partir da publicação da Portaria INCRA/SR(08) nº 21/2007, de 20/06/2007 (MAPA DE CONFLITOS, 2020), que desapropriou a antiga Fazenda da Barra deu origem ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da Barra. Segundo Aguiar (2011), a partir da desapropriação da antiga Fazenda da Barra que media 1.541.340 ha houve a seguinte destinação da terras: 535.782 ha área de reserva legal; 99.943 ha área de preservação permanente (APP); 43.681 ha área de várzea; 61.272 ha área de linhões de transmissão de energia elétrica; 60.593 ha destinados a estradas; 740.069 ha lotes familiares, áreas coletivas para produção, áreas de comercialização e áreas sociais. Na divisão dos lotes, que medem aproximadamente 1,5 ha cada um, coube aos 4 (quatro) movimentos ou grupos sociais que ocupavam a antiga Fazenda da Barra a seguinte destinação: 264

¹⁴⁰ A prática de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos (SAFAs) no Assentamento Mário Lago tem sido objeto de diversos apoios ao longo dos anos, citamos o Projeto Agroflorestar (patrocinado pela Petrobras) realizado em 2012; o Projeto Terra Mãe: religando gente, alimento e floresta (patrocinado pela Fundação Banco do Brasil), realizado nos anos de 2020/21; e a fase I do Projeto Manejo Agroflorestal, realizada em 2021.

(duzentos e sessenta e quatro) lotes para o Mário Lago, coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST; 85 (oitenta e cinco) lotes para o Santo Dias, liderado pelo Movimento de Libertação do Sem Terra - MLST; 56 (cinquenta e seis) lotes para o Índio Galdino, sem vínculo com qualquer movimento social; e, 59 (cinquenta e nove) lotes para a Cooperativa Luiza Mahin, liderada por um grupo de três mulheres.

A partir da criação do PDS da Barra, mais precisamente no dia 03 de julho de 2007, todos os camponeses(as) e suas famílias assumiram compromisso coletivo por meio de um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) que estabeleceu como se daria o uso das áreas do assentamento. O referido documento foi assinado também pela Promotoria de Meio Ambiente e Conflitos Fundiários do Ministério Público de São Paulo, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pela Prefeitura de Ribeirão Preto, com o intuito de garantir a implementação de um projeto de assentamento rural com bases em princípios ecológicos, sociais, políticos e econômicos, consolidados pela legislação brasileira (AGUIAR, 2011).

Figura 1. Divisão territorial do PDS da Barra entre os diversos movimentos sociais



Obs.: Na
Cooperativa Luiza Mahin foi incorporada ao Assentamento Santo Dias

figura a

Fonte: Gomes (2015)

A antiga Fazenda da Barra, atual PDS da Barra, se localiza entre a Rodovia Anhanguera e as margens do Rio Pardo, integrando geograficamente área de recarga do Sistema do Aquífero Guarani (SAG), considerado o maior reservatório de água doce do mundo, estendendo-se por territórios dos seguintes países: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Para o processo de desapropriação da área para fins de reforma agrária foram

anexados laudos ambientais elaborados pelo Departamento de Água e Energia Elétrica - DAEE, Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais - DEPRN, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e pelo Ministério Público Estadual, constatando os efeitos da exploração agrícola em área irregularmente desmatada e a contaminação do Aquífero Guarani por uso intensivo de agrotóxicos nas culturas de cana de açúcar e amendoim (MAPA DOS CONFLITOS, 2020).

Sem desconsiderar os esforços e avanços conquistados em momentos anteriores por outros projetos e ações promovidas pelos camponeses(as) e suas famílias, o Projeto Manejo Agroflorestal, a partir de 10 (dez) dos 264 (duzentos e sessenta e quatro) lotes existentes no assentamento de reforma agrária Mário Lago busca criar áreas de referência na aplicação técnicas de manejo agroflorestal adequadas a cada paisagem, envolvendo os camponeses (as) e suas famílias no processo decisório desde a elaboração da proposta inicial submetida ao patrocinador¹⁴¹, contento os seguintes eixos temáticos:

- a) **Econômico:** complementação na geração de renda a partir do produto de seu trabalho na terra, introduzindo novas culturas e estimulando a produção agrícola, e de produtos minimamente processados, bem como a comercialização por meio de canais próprios em consonância com princípios de economia solidária¹⁴²;
- b) **Social:** valorização e inclusão de lotes cuidados por mulheres; inclusão de jovens camponeses(as) que sofrem com a falta de oportunidade no mercado de trabalho; o fortalecimento do cooperativismo e associativismo; e a necessidade de um olhar mais atendo para problemas de saúde dos integrantes do projeto;
- c) **Ambiental:** conscientização e proteção ambiental não apenas nos lotes, mas nas reserva legal e áreas de proteção permanente, por meio de plantio de árvores e de culturas alimentares, sempre que possível,

¹⁴¹ Instituto Nova Era (INE) - www.institutonovaera.org.br/

¹⁴² Economia solidária: entendida como aquela que protege o meio ambiente; produz corretamente sem utilizar mão de obra infantil; respeita a cultura local e luta pela cidadania e igualdade; promove o comércio justo; a cooperação; a segurança no trabalho; o trabalho comunitário; equilíbrio de gênero; e, consumo sustentável, produzindo sem o sofrimento de pessoas ou de animais. Além disso, a margem de lucro é discutida coletivamente entre o produtor e o vendedor (Gadotti, 2009).

bem como, cuidados com prevenção e equipamentos para combate de incêndio.

O presente resumo expandido tem por objetivo apresentar os resultados, até o presente momento, considerando que o Projeto Manejo Agroflorestal ainda não foi concluído, se este vem atingindo os objetivos propostos de: promover o protagonismo feminino e jovem; o aumentar a renda; a preservação ambiental; a valorização do associativismo e do cooperativismo; a ampliação da prática agroflorestal; o desenvolvimento e o fortalecimento de uma identidade territorial.

Métodos

Para Zambello (2018) “o método é um dos pilares do conhecimento científico”, assim o método se reveste da função de “caminho”, devendo ser orientado com rigor em todas as etapas do processo de construção do conhecimento científico. Esclarece ainda:

De acordo com a questão de pesquisa, com o objeto e com os objetivos da pesquisa, um método será mais útil do que os demais durante as diversas etapas da pesquisa. O método escolhido também delimitará quais técnicas serão possíveis de se empregar numa determinada pesquisa. É possível afirmar que o método estabelece o caminho que a pesquisa deve percorrer, enquanto que a técnica (ou as técnicas) determinam como a mesma será operacionalizada na prática. (ZAMBELLO, 2018, p.54)

Para a realização deste resumo expandido propõem-se o método materialista histórico dialético, pela necessidade de visão dialógica e crítica, face a relação rural-urbano, campo-cidade, camponês-fazendeiro, agrofloresta-agricultura, minifúndio-latifúndio, e etc., entendidas como unidades indivisíveis são, muitas vezes, vistas com viés distinto, e porque esse método privilegia a pesquisa de campo e o qualitativo em detrimento do quantitativo. Para Salvador (2012) a ciência geográfica realizada na perspectiva do método dialético deve balizar-se pelo princípio a criticidade, ou seja, a análise das diferentes ações, dos diversos agentes sociais no espaço, refletindo sobre uma produção não hegemônica daquele espaço. Diz ainda:

Assim sendo, estamos engajados em analisar como os pobres vêm sobrevivendo e, assim, produzindo o espaço, objetivando, com isso, chegarmos a uma reflexão mais ampla acerca de uma produção futura do espaço em que o bem-estar coletivo seja o principal aspecto. Acreditamos, de tal modo, que o geógrafo deva refletir sobre a perversa realidade atual, pensando, a partir dessa reflexão, um futuro possível, que seja diferente do presente (SALVADOR, 2012, p.66)

Os instrumentos de pesquisa a serem utilizados serão: revisão bibliográfica; levantamento da legislação pertinente ao tema; pesquisa documental; formação de grupo focal; e, observação participante. Para Minayo (2002) a técnica de observação participante coloca o pesquisador junto ao fenômeno observado, fazendo com que este obtenha as informações sobre a condição observada diretamente do sujeito, em seu contexto. Complementa ainda:

O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (MINAYO, 2002, p.59).

Resultados e Discussão

O projeto Manejo Agroflorestal é conduzido por equipe técnica composta por 3 pessoas, dentre elas o autor deste resumo expandido, portanto todas as informações descritas representam o que vem ocorrendo e integram os relatórios apresentados bimestralmente ao Instituto Nova Era (INE). Regularmente o coordenador de projetos e a equipe de comunicação do INE visitam as áreas do projeto para validação *in loco*, bem como participam de reuniões com os(as) camponeses(as)

Quadro 1. Resultados alcançados até o presente momento (agosto/22)

OBJETIVOS	SITUAÇÃO
Potencializar 10 lotes com manejo agroflorestal, sendo pelo menos, 4 (quatro) protagonizados por mulheres.	Foram potencializados 10 (dez) lotes com técnicas de manejo agroflorestal, introduzindo-se ações para implantação de horta ou roça, inclusive com culturas ainda praticadas no assentamento como, por exemplo, cenoura e batata inglesa. Paralelamente a essa implantação outros 03 lotes iniciaram práticas agroflorestais. Dentre os 10 (dez) lotes existentes 4 (quatro) são protagonizados por mulheres.
Buscar o protagonismo jovem	Das 3 (três) jovens previstas para atuar no projeto, 2 (duas) estão atuando ativamente no Grupo de Consumo Agroecológico (GCA) Renascer das Águas, criado a partir do projeto. No início de outubro/22 passou a integrar o projeto uma outra jovem que ficou responsável pelo levantamento de dados para apuração da geração de renda.
Fortalecer cooperativas e associações	Das 3 (três) seladoras a vácuo previstas para compra e doação as 2 cooperativas e 1 associação existentes integrantes do projeto, 2 (duas) foram adquiridas e entregues. Em novembro/22 será adquirida a última seladora. As cooperativas, buscando melhorar suas condições de trabalho buscaram o SEBRAE que passou a prestar consultoria para certificação orgânica.

Troca de saberes (mutirões, oficinas/cursos/inter-câmbio)	Os mutirões realizados regularmente pela equipe técnica tem atraído a atenção dos camponeses(as). Pelo menos 1 (um) grande mutirão mensal ocorre nas áreas do projeto. No mês de agosto/22 realizou-se visitas cruzadas entre camponeses(as), permitindo que um conheça a experiência e manejo do outro. Em julho/22 e agosto/22 integrantes do Projeto visitaram a Fazenda São Luiz, em São Joaquim da Barra (SP) e a Fazenda da Toca, em Itirapina (SP), respectivamente, reconhecidas pela prática de Sistemas Agroflorestais.
Aumentar a renda	Os dados para apuração da geração de renda estão sendo apurados pela jovem que passou a integrar o projeto a partir de outubro/22.
Preservação ambiental	O manejo agroflorestal implica em plantio de árvores em áreas de cultivo, em todas os 10 lotes do projeto, mais os 3 que aderiram ao modelo está ocorrendo o plantio de árvores. A partir de outubro/22 iniciam-se atividades em áreas coletivas/reserva legal, visando intensificar o plantio de árvores. Infelizmente, apesar dos esforços de todos e a compra de equipamentos de incêndio (10 mochilas costas e canhão de jato d'água), bem como a constituição de uma Brigada de incêndio, incêndios ocorreram no assentamento.
Apoio a saúde	O assentamento conta com uma Unidade de Saúde, mas apesar dessa condição favorável percebeu-se a necessidade de incluir no projeto a equipe do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) que passou a ter um olhar carinhoso para com os integrantes do projeto. Os profissionais do NASF acompanham as reuniões e visitam os lotes. Em vários momentos esse atendimento trouxe benefícios aos integrantes do projeto.

Fonte: Projeto Manejo Agroflorestal, relatório bimestral meses de julho/agosto (adaptado)

Mesmo antes do início do Projeto foram realizadas 3 reuniões com os camponeses(as) e suas famílias, sendo 2 delas acompanhadas pelo coordenador de projetos do INE e por um integrante do NASF. Nessas reuniões buscou-se ouvir as necessidade e expectativas daquelas pessoas em relação ao apoio a ser recebido. Dessa forma iniciou-se o processo de empoderamento da ideia e o fortalecimento de relações interpessoais entre equipe técnica e os camponeses(as) e entre eles próprios.

Com o início do Projeto a partir de fevereiro/22 foram realizadas até o momento 3 reuniões, classificadas para efeito deste resumo expandido como grupos focais, pois através destas foi possível promover ajustes, passar orientações coletivas, construir soluções para os problemas, definir ações. Podem ser citadas: criação de formulário para adesão dos camponeses(as) ao projeto, através do qual este adere as regras e condições, também definidas coletivamente. Outra decisão que partiu do coletivo de camponeses(as) foi a alteração de um objetivo que previa o manejo agroflorestal em áreas coletiva de 1 ha, foi decido que não seria mais adequado e didático que esse manejo fosse dividido igualmente em 3 áreas, em pontos distintos do assentamento, ou seja, 1/3 de hectare para cada uma, dessa forma amplia-se a visibilidade da ação, além de prestigiar mais de uma

área¹⁴³. Criou-se espontaneamente no assentamento uma brigada de incêndio, denominada Brigada Fênix, integrada ao projeto após participação de um de seus dirigentes a uma das reuniões do projeto, ficando decidido a destinação de parte dos equipamentos de incêndio adquiridos pelo projeto àquela Brigada. Em todas essas reuniões um integrante do NASF se fez presente.

O Grupo de Consumo Agroecológico Renascer das Águas gerido por 2 jovens camponesas vem apresentando bons resultados, comercializando semanalmente pelo menos 20 cestas com produtos *in natura* e minimamente processados, todos originados nos lotes de famílias integrantes do projeto, mas havendo necessidade, outras famílias camponesas, não integrantes do projeto, são beneficiadas com aquisição de seus produtos. O ponto de entrega da cesta é a sede do INE localizada na Rua Sete de Setembro, 777 - Centro, Ribeirão Preto (SP), sempre as quartas-feiras, das 16h às 19h. O INE apoia as jovens na produção de conteúdo para divulgação nas redes sociais, sendo o Instagram o veículo de divulgação da ação (@gca_renascerdasaguas).

As cooperativas existentes no assentamento, Cooperativa Orgânica Agrofloresta Comuna da Terra e a Cooperativa Agroecológica Mãos da Terra (Comater) tem procurado melhorar as condições de seus cooperados, para tanto a certificação orgânica da produção vem sendo objeto de investimento (recursos próprios), com a contratação do SEBRAE que passou a prestar esse tipo de assessoria aos camponeses. A Associação Agroflorestal Ana Maria Primavesi, também integrante do projeto e responsável por área coletiva no assentamento vem envidando esforços para ampliar sua área produtiva e de preservação ambiental. Por iniciativa própria, mas contando com apoio técnico do projeto, construiu um viveiro de mudas para buscar sua autonomia na produção de hortaliças e legumes.

O NASF, integrado ao projeto Manejo Agroflorestal, trouxe um olhar especial para os problemas ligados a saúde física e mental dos participantes do projeto, nas palavras de um de seus integrantes “a geração de renda está intimamente ligada com a qualidade de vida e nesta a saúde tem o maior peso”. Esse pensamento levou a equipe técnica e patrocinador a refletir sobre a importância de ações voltadas a saúde quando se trabalha com projetos ligados a geração de renda.

Em cada reunião realizada, onde foram tomadas decisões coletivas, percebeu-se o amadurecimento do grupo e o fortalecimento das relações interpessoais. As contradições internas davam lugar ao senso comum que era chegar ao final do projeto com todos os

¹⁴³ O assentamento Mário Lago é dividido em 4 áreas

seus objetivos atendidos plenamente, ou seja, as questões não se revolviam pela análise quantitativa, gerar mais renda, por exemplo, mas produzir mais comida e com qualidade, pois assim a renda seria uma consequência. Da mesma forma, optou-se por fracionar a implantação de área coletiva com agrofloresta, a área (1 ha) é a mesma, mas fracionada beneficiaria um maior número de pessoas por meio da pedagogia do exemplo. Mesmo quando foi decidido, pelas jovens que gerenciam o GCA Renascer das Águas, não cobrar pela sacola cedida ao consumidor, pautou-se no princípio de que a sacola “vai e volta” portanto não é do consumidor, mas do processo, e este é beneficiado com a compra de produtos do assentamento.

Conclusões

Passados 9 (nove) meses desde o início do Projeto Manejo Agroflorestal, no assentamento de reforma agrária Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP), observa-se que muitos dos objetivos propostos estão em franco processo de atingimento (Quadro 1), mas cabe destacar ainda:

- a) Prática agroflorestal fortalecida em 10 (dez) lotes e mais 3 (três) de camponeses que aderiram a ideia;
- b) Participação e empoderamento feminino representado por 4 camponesas, integrantes do projeto, que fazem a gestão de seus lotes e núcleo de comercialização gerido por 2 (duas) jovens. E uma terceira jovem que passou a integrar o projeto a partir de outubro/22, responsável pela apuração da geração de renda;
- c) Regeneração da dinâmica e estrutura florestais e conseqüentemente da fisiologia, da quantidade e diversidade de vida, da cobertura dos solos, da fertilidade e produtividade do lugar, restabelecendo a dinâmica natural da água e dos nutrientes, com a indispensável prevenção e combate de incêndios;
- d) Produção de fartura e diversidade de comida para o consumo das famílias que os manejam em seus lotes e o excedente para a comercialização;
- e) Criação de ponto de comercialização para escoamento do excedente de produção das famílias integrantes do Projeto e conseqüente aproximação com o mercado consumidor por meio de venda direta;

- f) Valorização da certificação orgânica como forma de agregação de valor a produção;
- g) Fortalecimento das organizações e cooperativas, ampliando sua capacidade de agregação de valor aos produtos através de equipamentos para embalagem de alimentos, gerando renda e evitando-se desperdícios; e,
- h) Contribuir para a construção de uma sociedade baseada no amor e pertencimento orgânico dos seres humanos entre si e com a natureza.

Portanto, conclui-se que o Projeto Manejo Agroflorestal, idealizado a partir da participação dos próprios camponeses(as) que dele fazem parte e acompanhado periodicamente pelo patrocinador, vem passando por ajustes ao longo de sua implantação, ajustes estes que passaram pelo crivo de todos os intervenientes, reforçando o empoderamento, a criticidade e o fortalecimento das relações territoriais em detrimento do individualismo.

Nada obstante, acredita-se que o último ponto a ser verificado, a geração de renda, será satisfatório, reforçando a importância do apoio recebido e a adesão dos camponeses(as).

Referências

AGUIAR, V. J. Monografia: Proposta da Comuna da Terra no assentamento Mário Lago (PDS Fazenda da Barra), em Ribeirão Preto - SP. UNESP, Presidente Prudente, 2011, 61p.

GADOTTI, M. Economia solidária como práxis pedagógica. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2009, 139p.

GOMES, D. O. Monografia: Agrofloresta e Reforma Agrária: O caso do assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto – SP Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015, 53p.

MAPA DE CONFLITOS, site atualizado em 25/11/2020 Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/acampamento-mario-lago-luta-por-politicas-publicas-e-pela-preservacao-do-aquifero-guarani/>. Acesso em 08/10/2022

MINAYO. M.C.de S. (org). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ, Ed. Vozes, 1994, 80p.

PROJETO MANEJO AGROFLORESTAL. Instituto Nova Era. Relatório. Ribeirão Preto-SP, Relatório. Digitalizado. jul./ago. 2022



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



SALVADOR, D. S. C. O. Artigo: A Geografia e o método dialético. Sociedade e Território. Natal, v. 24, nº 1, p. 97 - 114, jan./jun. 2012.

1445

ZAMBELLO, A. V., *et al.*, organizador: Thiago Mazucato. Metodologia da pesquisa e do trabalho científico. Penápolis: FUNEPE, 2018.



ORGANIZAÇÃO





GT 12

Economia Solidária e Políticas Públicas *Economía Solidaria y Políticas públicas*

Políticas Públicas de Economia Solidária dizem respeito a iniciativas de governos e órgãos públicos voltados ao fomento da economia solidária e da autogestão. Resultam da maneira como governos e o estado incorporam na agenda pública as demandas, reivindicações e proposições dos movimentos e organizações da economia solidária e da autogestão. Possuem escalas diversificadas desde governos locais até governos nacionais e organismos multilaterais ou organizações internacionais. Podem ser políticas com identidades próprias (diretamente voltadas à economia solidária ou a autogestão) ou articuladas com outras políticas públicas (trabalho, desenvolvimento, assistência social, segurança alimentar, mulheres etc.). Neste Grupo de Trabalho poderão ser apresentados trabalhos sobre experiências específicas (estudos de caso), estudos comparativos, estudos históricos, estudos de caráter teórico metodológico sobre as políticas públicas voltadas ao fomento e promoção da economia solidária e autogestão. O objetivo é contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre as relações estado-sociedade, seus conflitos, suas contradições, suas potencialidades emancipatórias para a economia solidária e a autogestão.



Coordenação:

Valmor Schiochet
(FURB, Brasil)

Marco Aurélio M. B. Oliveira Filho
(UFSCar, Bra)

GT 12 - Economia Solidária e Políticas Públicas	1446
<i>Economía Solidaria y Políticas públicas</i>	
A experiência da ipecs - incubadora pública de economia criativa e solidária em Araraquara-SP	1448
Camila Capacle Paiva, Ana Patrícia Ferreira da Silva, Flávia de Jesus Andrade	
O espaço das políticas públicas de economia solidária na previsão orçamentária do município de Araraquara-SP	1460
Julia da Silva Gutierrez Ruiz , Leandro Pereira Morais	
Marco legal da economia solidária no brasil: uma alternativa para materialização dos direitos humanos.	1479
Lucas Haygert Pantaleão, Manuela Salau Brasil	
Resoluciones colectivas a problemas individuales. Proceso de construcción de un sistema de ampliación de derechos para asociados/as de cooperativas de trabajo	1490
M. Eleonora Feser, Juliana Salvemini, Dalma Borda, Valeria Mutuberría Lazarini	
Rede de gestores em economia solidária e os marcos normativos municipais: a institucionalização da economia solidária	1510
Caio Luis Chiariello	
Estudo de caso: assessoramento a projetos de produção agroecológica para a agricultura familiar em municípios do Vale Do Açu/RN	1521
Sandra Marai Campos Alves, Janine Pereira Peixoto, Antônia Gilvanira da Silva, Francisco Glauber Fonseca	
Municipios en la promoción de cooperativas en chile: la red de municipios por el cooperativismo y la economía social como proceso de co-construcción de política pública local	1527
Patricio Inostroza Rebolledo, Luis Hernández Astudillo, Mario Radrigán Rubio	

A EXPERIÊNCIA DA IPECS - INCUBADORA PÚBLICA DE ECONOMIA CRIATIVA E SOLIDÁRIA EM ARARAQUARA-SP

1448

Camila Capacle Paiva, (Prefeitura de Araraquara)
camila.capacle@gmail.com

Ana Patrícia Ferreira da Silva, (Prefeitura de Araraquara)
ferreira.anapatricia.silva@gmail.com

Flávia de Jesus Andrade, (Prefeitura de Araraquara)
fla_fcl@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e avaliar o trabalho desenvolvido pela IPECS – Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária, subordinada à Coordenadoria Executiva do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária, da Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo, da Prefeitura de Araraquara – SP no âmbito de uma política pública voltada ao fomento e promoção da economia solidária e do cooperativismo solidário como alternativas de geração de trabalho e renda. A IPECS constitui-se de espaços públicos compreendidos em sua sede administrativa e em espaços descentralizados, destinados a ações de fomento ao processo de incubação, de apoio à organização, consolidação e sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários, sediados no município de Araraquara. É parte de uma política pública estruturante que estabeleceu estratégias e garantiu inicialmente a articulação e o cruzamento de diferentes programas municipais para assistir social e economicamente pessoas em situação de vulnerabilidade, formou e sensibilizou esse público para a economia solidária e, posteriormente, fomentou o acesso aos equipamentos e serviços públicos, por meio de formação e suporte técnico para grupos da população que historicamente são excluídos do processo de conhecimento, construção, organização, tomada de decisões, formando coletivos que se estruturam principalmente a partir da autogestão e do trabalho solidário e emancipatório. Utilizamos como principal marco teórico o quadro de análise de políticas públicas desenvolvido por Capacle (2010), para avaliação de política municipal de economia solidária e como metodologia a avaliação de políticas públicas sociais nas fases de implementação e análise de dados: beneficiários, marco legal e condições de perenidade. Temos como principais resultados o atendimento de dez empreendimentos, entre estes estão grupos de egressos do sistema prisional, motoristas de aplicativos, cooperadas na área de preparação de alimentos, multisserviços, empreendimentos rurais e de mulheres artesãs. A IPECS-Araraquara-SP busca fomentar o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários apoiada nas reflexões sobre a relação dialética entre o Estado e um modelo de sociedade que se organiza pela primazia da valorização do trabalhador/trabalhadora e exercita a solidariedade como instrumento emancipador.

Palavras-chave: Cooperativismo; Incubadora Pública; Economia Solidária; Política Pública; Araraquara.

Abstract

This paper aims to present and evaluate the work carried out by IPECS - Public Incubator of Creative and Solidarity Economy, under the Executive Coordination of Labor and Creative and Solidarity Economy, within the Municipal Department of Labor, Economic Development, and Tourism of the City of Araraquara - SP, as part of a public policy focused on fostering and promoting solidarity economy and cooperative solidarity as alternatives for generating employment and income. IPECS consists of public spaces, including its administrative headquarters and decentralized spaces, dedicated to incubation support activities, organization, consolidation, and sustainability of solidarity economic enterprises located in the municipality

of Araraquara. It is part of a structuring public policy that established strategies and initially ensured the coordination and intersection of different municipal programs to provide social and economic support to vulnerable individuals. It educated and sensitized this audience to the concept of solidarity economy and subsequently facilitated access to public facilities and services through training and technical support for population groups historically excluded from the processes of knowledge, organization, decision-making, forming collectives primarily based on self-management and solidarity-oriented and emancipatory work. As the main theoretical framework, we used the policy analysis framework developed by Capacle (2010) to evaluate the municipal solidarity economy policy. The methodology involves the evaluation of social public policies during the implementation and data analysis phases, focusing on beneficiaries, legal framework, and sustainability conditions. The main outcomes include the support provided to ten enterprises, including groups of former inmates, app-based drivers, cooperative members in food preparation, multiservice enterprises, rural enterprises, and women artisans. IPECS-Araraquara-SP seeks to promote the development of solidarity economic enterprises based on reflections on the dialectical relationship between the State and a model of society organized around the primacy of valuing the worker and exercising solidarity as an emancipatory tool.

Keywords: Cooperativism; Public Incubator; Solidarity Economy; Public Policy; Araraquara.

Introdução

A Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária - IPECS é um órgão público da Prefeitura Municipal de Araraquara criado a partir dos dispositivos da Lei Municipal nº 7.145 de 27 de novembro de 2009 que institui o “Programa de Trabalho e Economia Social e Solidária”, estabelece princípios fundamentais e objetivos da Política Municipal de Trabalho e Economia Solidária no Município. A IPECS foi criada por meio do Decreto Municipal nº 12.338 de 11 de agosto de 2020 e está subordinada à Coordenadoria Executiva do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária da Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

A IPECS constitui-se de espaços públicos compreendidos em sua sede e em espaços descentralizados, destinados a ações de fomento ao processo de incubação, de apoio à organização, consolidação e sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários, sediados no município de Araraquara, onde serão desenvolvidas, prioritariamente, ações nas seguintes áreas: I – formação e incubação; II – apoio à capacitação técnica, tecnológica e profissional; III – apoio à constituição de espaços de intercâmbio e de redes solidárias de produção, consumo, comercialização, conhecimento e informação; IV – apoio à pesquisa, inovação, desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas à finalidade do negócio; V – assessoria técnica nas áreas de associativismo, cooperativismo, gestão financeira, contábil, econômica, jurídica, organização da produção, desenvolvimento de produtos, comercialização, cidadania, gestão coletiva/autogestão, relações interpessoais, formação de redes e cadeias produtivas; VI – apoio às políticas de investimento social e ao acesso a linhas de crédito, preferencialmente através das finanças solidárias (fundos rotativos solidários e bancos comunitários de desenvolvimento e cooperativas de crédito); e VII – possibilidade de utilização, vinculada às estratégias de incubação, de bens públicos a título precário e temporário, desde que autorizada pela autoridade competente (ARARARAQUARA, 2020).

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e avaliar o trabalho desenvolvido pela IPECS – Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária da Prefeitura de Araraquara – SP no âmbito da análise de uma política pública social voltada ao fomento e promoção da economia solidária e do cooperativismo solidário como alternativas de geração de trabalho e renda.

Entendemos como política social a ação do Estado voltada para a promoção do bem-estar dos cidadãos, seja através da garantia de direitos, da oferta de serviços ou proporcionando renda. Uma política social visa a difusão de direitos universais, a promoção da inclusão social e, portanto, a diminuição das desigualdades sociais e a promoção da cidadania. Porém, sabemos que a capacidade desigual dos governos locais brasileiros de prover políticas públicas e aumentar a democracia local demonstra que alguns municípios estão promovendo mudanças na organização do governo local e incentivando novas políticas públicas que são fruto de políticas desenhadas localmente (CAPACLE, 2010).

Uma nova tecnologia de políticas sociais introduz na agenda de políticas públicas um forte debate sobre a questão social, destacando aspectos como, por exemplo, a questão da universalização, da operacionalização das políticas públicas através de fundos públicos, da participação da sociedade civil em conselhos para a definição das políticas, a proposta de municipalização das ações, de descentralização na execução e as possibilidades de parcerias com o setor privado e as OSC's (organizações da sociedade civil).

É no cerne desse florescimento de organizações que se desenvolve a economia solidária no Brasil. A princípio, como iniciativas pontuais e depois a articulação dessas ações, através dos atores sociais ou sujeitos políticos, vai gerando uma identidade coletiva em torno do fomento à associação de trabalhadores. Essas ações vão ganhando certa visibilidade e passam, ainda na década de 1990, a figurar em programas de governos municipais como alternativa de geração de trabalho e renda, no intuito de diminuir as mazelas do desemprego. A partir de 2000, a economia solidária se expande como política pública, tanto em prefeituras municipais, quanto em governos estaduais e no governo federal. Em 2003 é criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e Emprego, ato que demonstra o reconhecimento de seu caráter de política de trabalho pelo poder público federal.

A política pública de economia solidária em Araraquara-SP começou a ser desenhada e desenvolvida a partir de 2001 na primeira gestão do Prefeito Edinho Silva (PT) e a partir de 2017, também na gestão de Edinho Silva, ganhou novo ímpeto enquanto pauta estratégica para as políticas de desenvolvimento econômico e social atreladas ao combate a fome e aos programas de transferência de renda municipais. A colocação da economia solidária na agenda de governo, bem como a problematização do público que necessitava de novas possibilidades de geração de trabalho e renda por meio de arranjos socioprodutivos no modelo da autogestão e cooperação foi relatada de forma completa no artigo “A política pública de economia criativa e solidária de Araraquara/SP” (PAIVA, 2020).

Em 2019 foi criado o projeto “Cooperativismo como Porta para o Futuro” que apresentou para os beneficiários de programas sociais da prefeitura de Araraquara/SP a possibilidade de organização da classe trabalhadora por meio do cooperativismo, através do apoio à formação de cooperativas de trabalho. O resultado desse projeto culminou na criação de novas cooperativas de trabalho no município.

Em novembro de 2019, a Coordenadoria de Trabalho e de Economia Criativa e Solidária promoveu um Curso de Formação em Economia Solidária para Gestores e Servidores Municipais em que participaram 50 colaboradores da prefeitura, sendo os servidores da própria coordenadoria e outros servidores das áreas de gestão, convênios, assistência social, cultura, saúde mental, educação e esporte. O curso, realizado pela empresa Entrelaços (FAÉ, 2019), trouxe em seu relatório circunstanciado o seguinte apontamento para o coletivo de gestores:

Pensar as Incubadoras Públicas de Empreendimentos Populares e Solidários, por ser um equipamento público, significa conceber instrumentos com estratégias de uma política pública, e que possam ampliar seu apoio para os empreendimentos em outras dimensões: além de cursos, assessorias e articulações com demais Programas e Secretarias para suprir as eventuais necessidades de capacitação, também devem cumprir o papel de articulação entre os atores e congregando e integrando saberes, instrumentos. A criação de uma Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários se inscreve e vem somar no esforço de construir e consolidar políticas públicas de apoio e fomento a Economia Popular e Solidária no município.

Com o surgimento de novas cooperativas de trabalho e de demandas muito específicas desses coletivos, abriu-se uma janela de oportunidades para a criação da incubadora pública. Tendo uma legislação que já previa a criação da incubadora, um coletivo disposto a organizar as ações de economia solidária e a decisão do Prefeito Municipal em implementar a Incubadora, a IPECS foi criada em agosto de 2020, durante

e apesar da pandemia de Covid-19, justamente pelo entendimento da importância desse órgão de fomento para a organização da política pública de economia solidária voltada ao apoio e fomento de empreendimentos econômicos solidários.

1452

Metodologia

A metodologia utilizada foi a de avaliação de políticas públicas sociais através do quadro de análise de políticas públicas municipais de economia solidária desenvolvido por Capacle (2010) baseado na abordagem cognitiva das políticas públicas:

A Abordagem cognitiva das políticas públicas entende que é na ação do Estado que as sociedades modernas devem colocar seus problemas cruciais. Isso deve ser feito através da construção de paradigmas ou referenciais, que formam um conjunto de matrizes cognitivas e normativas, determinando os instrumentos de ação da sociedade e o espaço de sentido em que os grupos sociais irão interagir (CAPACLE, 2010: 36).

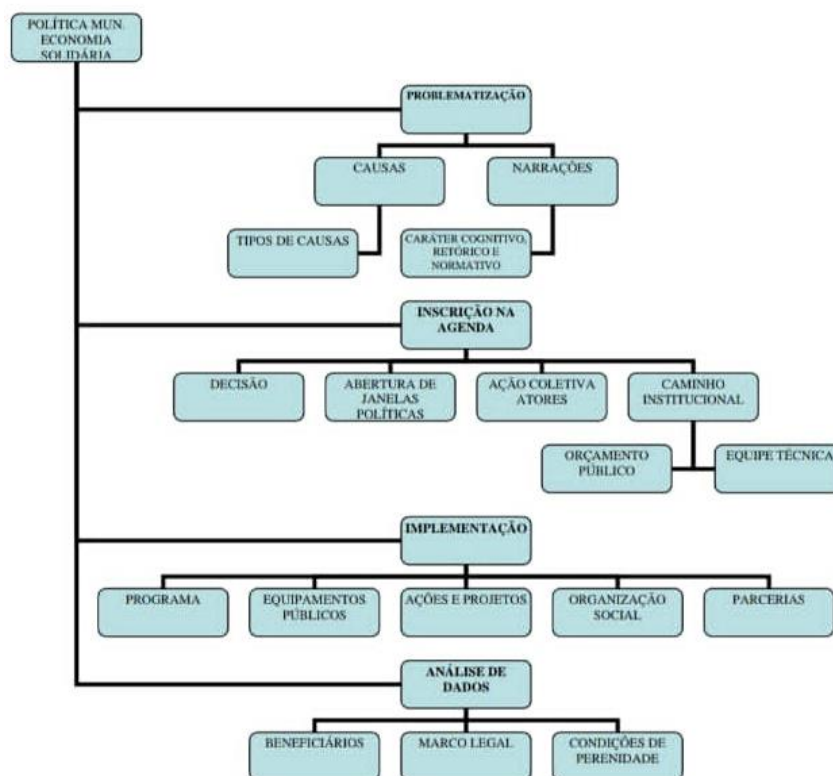
Definimos política pública como um processo de elaboração e implementação de programas de ordem pública, ou seja, dispositivos político-administrativos coordenados para atingir objetivos explícitos. Neste sentido, a análise dessas políticas lança um olhar sobre o conjunto da ação pública, focando a implementação das políticas públicas municipais de economia solidária. Podemos então resumir a análise de políticas públicas como o campo do conhecimento que busca analisar a ação do governo e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

Demonstramos na introdução do trabalho a problematização e colocação na agenda de governo da criação da Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária – IPECS analisando principalmente dois documentos: a Lei Municipal nº 7.145 de 27 de novembro de 2009 que institui o “Programa de Trabalho e Economia Social e Solidária”, estabelece princípios fundamentais e objetivos da Política Municipal de Trabalho e Economia Solidária no Município e a sistematização do Curso de Formação em Economia Solidária para Gestores e Servidores Municipais ministrado em 18 e 19 de novembro de 2019 para 50 colaboradores de diversas secretarias municipais e toda a equipe de trabalho da Coordenadoria de Trabalho e de Economia Criativa e Solidária.

Trouxemos para a análise e discussão as fases de implementação da política pública e análise de dados ainda conforme o quadro de análise de políticas públicas (CAPACLE, 2010). Na fase de implementação analisamos a formatação do programa, equipamentos públicos, ações e projetos, organização social e parcerias. Já na fase de

análise de dados analisamos por meio de dados secundários o perfil dos beneficiários, o marco legal e as condições de perenidade da política pública.

Quadro 1 – Quadro de análise de políticas públicas



Fonte: CAPACLE, 2010.

Os materiais utilizados foram leis e decretos municipais que dizem respeito ao desenvolvimento da política de economia solidária na cidade de Araraquara, registro de encontros e reuniões de trabalho da Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária – IPECS, contratos de prestação de serviços e editais de chamamento públicos realizados pela Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária – IPECS.

Implementação, análise de dados e resultados

O caminho institucional se deu por meio de decreto municipal de regulamentação da Lei Municipal nº 7.145/2009. Para a execução do projeto foi contratado um Gerente de Programa em cargo de comissão e agregada a equipe um Sociólogo de carreira, uma Gestora de Projetos, a própria Coordenadora Executiva e alguns estagiários de curso superior em Ciências Sociais, Ciências Econômicas e Administração Pública por meio do Programa Jovem Cidadão.

Está prevista a construção de parcerias com as Universidades, em especial com a UNESP por meio do Projeto “Araraquara 2050” e do NEPESC (Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania), mas também com Organizações da Sociedade Civil (OSC’s) para apoio e fomento das ações previstas no programa da incubadora.

Não há na carreira pública municipal alguma função específica para técnico de incubação, embora esteja prevista do Plano Municipal de Economia Solidária e Criativa resultado da II Conferência Municipal de Economia Solidária e Criativa realizada em setembro de 2021.

De acordo com RUIZ (2022) e RIBEIRO (2022), referente ao orçamento público da Incubadora, quando comparados os PPA’s (Planos Plur Anuais) de 2018-2021 e 2022-2025 percebemos uma demarcação do surgimento da IPECS e um aumento de 655% no investimento para o desenvolvimento da incubadora. A Incubadora surge no PPA de 2018 – 2021 com seguinte rubrica: ”Implementar e manter a incubadora pública municipal de economia criativa e solidária”, com orçamento total de R \$178.027,78. Após implementada em 2020, ela aparece no PPA 2022 – 2025, com seu nome “IPECS - Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária” com aumento significativo de recursos orçamentários, no montante de R\$ 1.340.000,00. “Percebe-se um sinal muito positivo de um PPA para outro e um conseqüentemente investimento no ecossistema empreendedor solidário local”.

Para participar do programa de Incubação da IPECS, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) se inscrevem e são submetidos a um processo seletivo por meio de Edital de Chamamento. Esses editais são baseados nas leis e decretos municipais vigentes e neles estão todas as regras para participação, classificação, desclassificação e execução do programa.

O processo seletivo é acompanhado por uma Comissão de Gestão e Monitoramento da IPECS responsável por avaliar os processos, realizar as entrevistas, habilitar e classificar os empreendimentos, bem como monitorar todo o processo de incubação. A comissão é formada por três servidores públicos da CETECS (Coordenadoria executiva de Trabalho e de Economia Criativa e Solidária e três servidores de outras secretarias municipais (Gestão e Finanças, Assistência Social e Cultura), totalizando seis membros. Ribeiro (2022) sistematizou as principais informações do funcionamento da seleção e da incubação:

Após a verificação dos critérios legais e do regulamento do edital é feita uma pontuação com base na definição da proposta, importância da Incubadora para o negócio, perfil empreendedor, qualificação profissional, viabilidade social, impacto social, impacto econômico, capacidade técnica, capacidade gerencial, sustentabilidade ambiental e social e promoção da igualdade racial e de gênero. O último passo para a seleção é a divulgação do resultado dos que foram aprovados, reprovados ou desclassificados. Após os resultados, os grupos classificados são encaminhados para o desenvolvimento das atividades. O processo de seleção ocorre em três etapas: cadastro, avaliação de proposta e entrevistas, e o processo de incubação acontece por meio de três fases: Pré - Incubação, Incubação e Pós Incubação, esses com os objetivos de desenvolver sete áreas: I – Formação e incubação; II – Apoio à capacitação técnica, tecnológica e profissional; III – Apoio à constituição de espaços de intercâmbio e de redes solidárias de produção, consumo, comercialização, conhecimento e informação; IV – Apoio à pesquisa, inovação, desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas à finalidade do negócio; V – Assessoria técnica nas áreas de associativismo, cooperativismo, gestão financeira, contábil, econômica, jurídica, organização da produção, desenvolvimento de produtos, comercialização, cidadania, gestão coletiva/autogestão, relações interpessoais, formação de redes e cadeias produtivas; VI – Apoio às políticas de investimento social e ao acesso a linhas de crédito, preferencialmente através das finanças solidárias; VII – Possibilidade de utilização, vinculada às estratégias de incubação, de bens públicos a título precários e temporário, desde que autorizada pela autoridade competente.

A IPECS possui alguns espaços descentralizados que são atualmente cedidos por meio de permissão de uso e estão organizados como sedes e espaços de produção de algumas das cooperativas de trabalho incubadas. Esse dispositivo é de suma importância para o desenvolvimento do negócio solidário das cooperativas que possuem dificuldade de capital de investimento e de aquisição de imóveis para iniciar seus negócios. A Lei Municipal nº 10.161 de 24 de março de 2021 que institui o Programa Coopera Araraquara avança no sentido de tornar regulamentado a permissão de uso de espaços públicos, bem como cria outros dispositivos de apoio e fomento ainda em fase de regulamentação.

São dez empreendimentos econômicos solidários (ESS) incubados pela IPECS, sendo 7 cooperativas e 3 associações. Os EES estão divididos nas três fases de incubação: 1 cooperativa na fase de pós-incubação, 5 cooperativas na fase de incubação e 1 cooperativa e 3 associações em fase de pré-incubação. Cerca de 450 trabalhadores organizados no modelo da autogestão compõem o quadro da IPECS nesse segundo semestre do ano de 2022. A tabela 1 ilustra esse retrato da IPECS.

Tabela 1 – EES incubados pela IPECS 2022

ESS	FASE INCUBAÇÃO	ESPAÇO CEDIDO	CONTRATOS VIGENTES COM PMA	CONTRATOS PASSADOS PMA
Cooperativa Acácia	Pós-Incubação	X	X	X
Cooperativa Vitória Multisserviços	Incubação	X	X	X
Coopertativa Sol Nascente	Incubação	X	X	X
Cooperativa Painelas Unidas	Incubação	X	X	X
Cooperativa Morada Express	Incubação	X	—	X
Cooperativa Costura e Arte	Incubação	—	—	X
Cooperativa MoradaCar (em formalização)	Pré-Incubação	—	—	—
Associação Mãos que Criam	Pré-Incubação	X	—	X
AMA - Ass. Mulheres Assentamento Monte Alegre	Pré-Incubação	X	—	X
AMCA - Ass. Mulheres Assentamento Bela Vista	Pré-Incubação	. - constru	—	—

Fonte: elaboração das autoras

Temos como principais resultados o atendimento desses dez empreendimentos, entre estes estão grupos de egressos do sistema prisional, catadores de materiais recicláveis, domésticas, porteiros, motoristas de aplicativos, cooperadas na área de preparação de alimentos, multisserviços, empreendimentos de mulheres rurais e de mulheres costureiras e artesãs. Pessoas que estão construindo um novo modo de gerar renda por meio da colaboração e da autogestão dos trabalhadores. Passando juntas pelas dificuldades de enfrentar o sistema, de resistir às desigualdades estruturais, de romper com ciclos de vulnerabilidade e violência e criar laços de reciprocidade e novas oportunidades de desenvolvimento social, econômico e pessoal.

A política pública de economia solidária possui como recursos, além de seus marcos regulatórios constituídos, as conferências municipais que acontecem a cada quatro anos e antecedem a construção dos PPA's e o COMTECS – Conselho Municipal de Trabalho e de Economia Criativa e Solidária que está sendo reorganizado para melhorar a inclusão dos beneficiários e da sociedade civil organizada para o seu efetivo funcionamento, uma vez que sua formação inicial era composta por grande quantidade de sindicatos que não compareciam às reuniões. Na criação do COMTECS fica criado também o FUMTECS – Fundo Municipal de Trabalho e Economia Criativa e Solidária da Prefeitura de Araraquara que abre possibilidades de receber recursos diversos e de fomentar recursos nas políticas públicas de economia criativa e solidária do município.

Durante o ano de 2022 houve um esforço grande da IPECS em auxiliar os ESS a participarem de processos de concorrência pública para alcançarem as compras governamentais e nesse sentido, temos grandes vitórias com contratos com a Prefeitura

de Araraquara que permitem a sustentabilidade desses empreendimentos. Há também um grande esforço no desenvolvimento de aplicativos de transporte de cargas e de passageiros que possam contemplar os trabalhadores das cooperativas de moto entregadores e de motoristas de app. De apoios pequenos e pontuais até grandes apoios que mudam a estrutura de funcionamento das cooperativas e associações, a IPECS vai se construindo como uma alternativa de política pública que vai consolidando seu público, modo de atuação e metodologia, e construindo condições para sua perenidade.

Considerações finais

A IPECS é o principal instrumento para a efetivação da política pública de economia solidária no Município de Araraquara. Embora seja jovem e tenha passado por grandes dificuldades para sua estruturação devido às restrições ocasionadas pela pandemia de Covid-19 e as restrições orçamentárias que os municípios sofreram devido as políticas federais que se fizeram insuficientes, podemos afirmar que a IPECS cumpriu o seu papel de órgão de apoio e fomento à economia solidária e vem se estruturando de maneira a obter perenidade.

Nesse sentido, a IPECS - Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária, desde 2020 tornou-se a principal ferramenta de apoio, fomento e consolidação de Empreendimentos Econômicos Solidários formados e em formação, tendo papel fundamental na implementação da política pública dentre as legislações que a respaldam.

A IPECS é parte de uma política pública estruturante que estabeleceu estratégias e garantiu inicialmente a articulação e o cruzamento de diferentes programas municipais para assistir social e economicamente pessoas em situação de vulnerabilidade, formou e sensibilizou esse público para a economia solidária e, posteriormente, fomentou o acesso aos equipamentos e serviços públicos, por meio de formação e suporte técnico para grupos da população que historicamente são excluídos do processo de conhecimento, construção, organização, tomada de decisões, formando coletivos que se estruturam principalmente a partir da autogestão e do trabalho solidário e emancipatório.

A IPECS-Araraquara-SP busca fomentar o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários apoiada nas reflexões sobre a relação dialética entre o Estado e um modelo de sociedade que se organiza pela primazia da valorização do trabalhador/trabalhadora e exercita a solidariedade como instrumento emancipador.

Referências

ARARAQUARA (SP). Decreto nº 12.338, de 11 de agosto de 2020. Institui a Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária, subordinada à Coordenadoria Executiva do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária, da Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/DecretosMunicipais/12338/>. Acesso em: 07 de outubro de 2022.

ARARAQUARA (SP). Edital de Chamamento Público IPECS 01/2020, IPECS - Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária. Órgão oficial do município, Araraquara, 2020.

ARARAQUARA (SP). Edital de Chamamento Público IPECS 01/2022, IPECS - Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária. Órgão oficial do município, Araraquara, 2022.

ARARAQUARA (SP). Lei nº 7.145, de 27 de novembro de 2009. Institui o “Programa de Trabalho e Economia Social e Solidária”, estabelece princípios fundamentais e objetivos da Política Municipal de Trabalho e Economia Solidária no Município e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/7145-2009>. Acesso em: 07 de outubro de 2022.

ARARAQUARA (SP). Lei nº 10.161, de 24 de março de 2021. Institui o Programa Municipal Coopera Araraquara e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/10161>. Acesso em: 07 de outubro de 2022.

CAPACLE, C. A política social de economia solidária: um estudo de caso do município de São Carlos. Universidade Federal de São Carlos, 2010. Dissertação de Mestrado. 2010.

FAÉ, S. Relatório Circunstanciado do Curso de Formação em economia Solidária para Gestores e Servidores Municipais. Órgão oficial do Município. Araraquara, 2019.

FERREIRA, F. M. Economia solidária: um estudo sobre as incubadoras públicas municipais. 2018. 123 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional) - Universidade Federal de Goiás, Aparecida de Goiânia, 2018. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8510>. Acesso em: 07 de outubro de 2022.

MORAIS, L.; BACIC, M. A importância do ecossistema empreendedor para a Economia Social e Solidária (ESS): avanços, retrocessos e desafios atuais no Brasil. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/38568>. Acesso em 07 de outubro de 2022.



PAIVA, C. C. Mulheres Catadoras: articulação política e ressignificação social através do trabalho. REVISTA IDEIAS, v. 7, n 2, p. 151-174, 2016.

PAIVA, C.C. SILVA, E. A política pública de economia criativa e solidária do município de Araraquara. 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10398/13/bmt_70_politica_publica.pdf. Acesso em: 07 de outubro de 2022.

PIMENTEL, D. B.; BRELÀZ, G. DE. Gestão e desafios de uma incubadora pública de empreendimentos populares e solidários: uma experiência brasileira. Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação, v. 6, n. 1, p. 31 - 54, 19 abr. 2021.

PRAXEDES, S. F. Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. IPEA, 2009.

RIBEIRO, L.G. Economia Solidária e a incubadora Pública de Economia Solidária e Criativa – IPECS de Araraquara. Relatório de Estágio curricular supervisionado. (Bacharel em Administração Pública) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2022.

RUIZ, J. Políticas públicas subnacionais de economia solidária: o caso de Araraquara-SP. TCC (Bacharel em Economia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2022.

SANCHES, C. C.; MORAIS, L. P. Economia solidária e o ecossistema empreendedor solidário: o caso de Araraquara (SP). Mercado de Trabalho (Rio de Janeiro, 1996), v. 68, p. 1-16, 2020.

O ESPAÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA-SP

1460

Julia da Silva Gutierrez Ruiz
julia.ruiz@unesp.br

Leandro Pereira Morais
leandro.morais@unesp.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo observar o histórico de políticas públicas para Economia Solidária (ESOL) presentes no município de Araraquara-SP (uma vez que este é considerado um exemplo de “boas práticas” de políticas públicas de ESOL), observando também, a partir dos Plano Plurianuais Municipais (PPAm), qual o espaço da temática de temas transversais à ESOL dentro da previsão orçamentária municipal, para fazer uma reflexão sobre a quantidade/intensidade dessas políticas públicas e quanto elas ocupam dentro da previsão orçamentária. A ESOL, neste trabalho, é definida a partir de Paul Singer, o economista e ex-secretário que liderou a antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho, a SENAES foi um importante órgão de regulamentação e implementação das políticas públicas de ESOL e da transversalização da temática com outros ministérios; as políticas públicas de ESOL são determinadas a partir do órgão municipal a qual estão submetidas e de seu direcionamento nos PPA; a transversalidade das políticas e quais políticas são essas foram determinadas a partir da leitura de autores brasileiros, trazendo temas não só que dizem respeito a geração de emprego e renda, mas também a questões como educação, meio ambiente, gênero, entre outros. Além disso, a observação dos PPA foi feita de acordo com o observado em trabalhos que dizem respeito aos Plano Plurianuais Federais, em um trabalho que visava observar a trajetória das políticas de ESOL em âmbito federal. A metodologia utilizada neste trabalho foi de revisão bibliográfica narrativa e integrativa da literatura sobre o tema e dos marcos regulatórios disponíveis do município de Araraquara-SP e, só então, é feita uma descrição dos programas e valores presentes nos PPA de Araraquara (todos os valores foram atualizados para fim de comparação) referentes às políticas de ESOL e temas transversais. Observou-se que, a partir do contexto de desmonte das políticas públicas federais de ESOL, tornou-se mais importante a presença de políticas subnacionais ligadas ao tema. Araraquara-SP é um município que conta com uma grande proposta dessas políticas públicas, porém o orçamento para estas políticas ainda é bem limitado: além de ser oscilante (o que demonstra ser uma agenda de governo e não de Estado – e estável), o valor previsto para as políticas de ESOL é muito pequeno em relação ao valor municipal que, assim como as políticas transversais, possui um valor crescente com os passar dos quadriênios.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Política Subnacional; Planos Plurianuais, Transversalidade, Economia Solidária.

Abstract

The present work aims to observe the history of public policies for Solidarity Economy (ESOL) present in the municipality of Araraquara-SP (since this is considered an example of "good practices" of ESOL public policies), also observing, the Based on the Municipal Pluriannual Plan (PPAm), what is the space of the theme of transversal themes to ESOL within the municipal budget forecast, to reflect on the quantity/intensity of these public policies and how much they occupy within the budget forecast. ESOL, in this work, is defined from Paul Singer, the economist and former secretary who led the former National Secretariat for Solidarity Economy

(SENAES) in the Ministry of Labor, SENAES was an important body for the regulation and implementation of public policies of ESOL and the mainstreaming of the theme with other ministries; ESOL public policies are determined from the municipal body to which they are submitted and their direction in the PPAm; the transversality of the policies and which policies they are were determined from the reading of Brazilian authors, bringing themes not only that concern the generation of employment and income, but also issues such as education, environment, gender, among others. In addition, the observation of the PPAm was carried out in accordance with what was observed in works related to the Federal Pluriannual Plan, in a work that aimed to observe the trajectory of ESOL policies at the federal level. The methodology used in this work was a narrative bibliographic review and integrative of the literature on the subject and of the regulatory frameworks available in the municipality of Araraquara-SP and, only then, is a description of the programs and values present in the PPAm of Araraquara (all values updated for comparison purposes) related to the policies of ESOL and cross-cutting themes. It was observed that, from the context of dismantling the federal public policies of ESOL, the presence of subnational policies related to the theme became more important. Araraquara-SP is a municipality that has a great proposal for these public policies, but the budget for these policies is still very limited: in addition to being oscillating (which proves to be a government agenda and not a state one – and stable), the The predicted value for ESOL policies is very small in relation to the municipal value, which, like cross-sectional policies, has an increasing value over the four-year period.

Key-words: Public policy; Subnational Policy; Multiannual Plans, Transversality, Solidarity Economy.

Introdução

A partir das décadas de 1980 e 1990, devido a mudanças no mercado de trabalho do país, as quais ocasionaram em uma elevação do nível de desemprego, houve uma necessidade das famílias brasileiras se sustentarem a partir de novas perspectivas. É a partir deste contexto que as experiências de Economia Solidária (ESOL) começam a surgir em volume mais elevado no Brasil (MORAIS, 2013).

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi de revisão bibliográfica narrativa e integrativa da literatura sobre a Economia Solidária, sobre políticas públicas e planos plurianuais, e dos marcos regulatórios disponíveis do município de Araraquara-SP e, só então, é feita uma descrição dos programas e valores presentes nos PPAm de Araraquara referentes às políticas de ESOL e temas transversais. Para fazer a comparação entre os valores, optou-se por fazer uma atualização monetária a partir do índice IPCA-E, usando como período de referência a data inicial o primeiro mês de cada PPA e a data final dezembro de 2021, a ferramenta para isso foi a calculadora disponibilizada no site do Banco Central do Brasil.

O trabalho está dividido da seguinte forma: a primeira parte objetiva compreender rapidamente o conceito de Economia Solidária, a fim de nortear o olhar durante toda a análise; a segunda parte visa apresentar o que são as políticas públicas e

porque é importante se debruçar sobre os Planos Plurianuais, bem como porque observar uma previsão orçamentária. Na terceira parte, trata-se das políticas públicas de ESOL, traçando um breve histórico de como ocorreram a nível federal e sobre como começou a despontar enquanto política subnacional. Na quarta parte, por fim, apresentam as políticas públicas municipais de ESOL e transversais ao tema dentro do município de Araraquara-SP, assim como se observa a previsão orçamentária pelos PPAMs para saber qual o espaço das políticas públicas de ESOL na previsão orçamentária araraquarense.

Entendendo o que é Economia Solidária

Como se delimita o significado de ESOL? Para alguns autores, é uma discussão que abrange diversos aspectos teóricos e diversas práxis (FRANÇA FILHO, 2006; FREITAS, 2012; MORAIS, 2013), de tal forma que encontrar uma só definição pode ser uma “tarefa árdua” (SOUZA, 2012, p. 64).

Neste trabalho, a fim de não se concentrar na delimitação teórica da ESOL, utilizar-se-á a definição escrita por Paul Singer, economista e professor que também foi secretário executivo da Secretaria Nacional de Economia Solidária desde sua criação até o impeachment da presidente Dilma Rousseff, foi o responsável por cunhar o termo a partir de 1996 (ARCANJO e OLIVEIRA, 2017) e definiu a ESOL como um “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p.10). Souza (2012) soma a ideia de Singer ao dizer que a ESOL trata de inclusão produtiva, transferência de renda, questões sociais, questões culturais e também outras questões subjetivas dos trabalhadores envolvidos na ESOL.

Vale complementar que, segundo Singer (2000), este “outro modo de produção” é formado por empreendimentos solidários, ou seja, organizações como as cooperativas e associações, mas estas sozinhas não são capazes de superar o capitalismo da forma que se conhece nos dias de hoje. Inclusive, sabendo-se que os empreendimentos solidários menores não possuem estrutura adequada para sobreviver no mercado capitalista (SANCHES, 2019), é necessária a vinculação da ESOL às políticas públicas (SILVA et al., 2018).

Uma breve denominação de políticas públicas e os Planos Plurianuais

De maneira geral existem diversas definições para compreender o que são as políticas públicas, ressaltando o papel resolvidor de problemas que possuem e, Morais (2013), cita alguns aspectos os quais as políticas públicas se referem, sendo estes: (i) campo de investigação do governo sobre problemas públicos; (ii) grupos de ações de um governo para gerar certos efeitos desejados; (iii) atividades governamentais que impactam na vida das pessoas; (iv) escolhas do governo sobre o que fazer ou não; (v) regra governamental para moldar o comportamento coletivo a partir de respostas positivas ou negativas. (MOREIRA, 2013; SOUZA, 2007).

Para Teixeira (2002), as políticas públicas nada mais são que “princípios norteadores” para as ações do governo e podem ter diferentes objetivos, como ampliar o direito à cidadania, regular conflitos e também promover o desenvolvimento a partir da geração de emprego e renda. O mesmo autor ainda pondera que “nem sempre porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas (TEIXEIRA, 2002, p. 2)”, ou seja, nem sempre o que uma administração pública se propõe a fazer (ou colocam em suas campanhas eleitorais) é o que acaba acontecendo durante o período de vigência desta administração.

Uma justificativa para que isso aconteça, é que há uma disputa por orçamento público no âmbito estatal, principalmente em tempos de crise (SALVADOR e TEIXEIRA, 2014), por isso é importante observar não só a carta de intenções de um governo, mas também as peças orçamentárias que irão compor a administração pública. Uma dessas peças, e o foco deste trabalho, é o Plano Plurianual (PPA), peça estabelecida de quatro em quatro anos, abrangendo um exercício de três anos da administração pública que a executou e um ano da próxima administração pública¹⁴⁴. O PPA é muito importante pois é a partir deste que há uma imposição das metas para o planejamento estatal, sendo possível observar quais são as suas reais pretensões, prioridades¹⁴⁵ e projeções de acordo com a realidade local, além disso as outras peças orçamentárias (Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual) devem obedecer o que foi estabelecido no PPA (PROCOPIUK et al., 2007), logo se compreende porque o orçamento público é um espaço de disputa política (SALVADOR, 2012).

¹⁴⁴ “(...) a defasagem de um exercício entre o mandato e a vigência do PPA privilegia a continuidade das políticas públicas e serve como período de transição entre a orientação do mandatário anterior e a do atual.” (PROCOPIUK et al., 2007, p. 404)

¹⁴⁵ “os instrumentos de planejamento orçamentário fornecem um importante indicativo sobre as prioridades assumidas pelo governo” (SILVA, 2018)

Em relação às políticas públicas municipais, Teixeira (2002) escreve que a capacidade de receita dos municípios é bem inferior a nível federal e estadual, logo a autonomia da administração pública municipal em realizar políticas próprias (sem vinculação ao governo estadual e/ou federal) é muito limitada, mesmo assim os municípios precisam cada vez mais corporificar políticas públicas de geração de emprego e renda, já que é nos municípios em que se observa os impactos do desemprego no Brasil (TEIXEIRA, 2002). Então, Procopiuk et al. (2017) volta a salientar a importância dos PPAs neste processo, agora em âmbito municipal, sendo chamados de Planos Plurianuais Municipais (PPAm):

(...) planos com as características do PPA podem tornar-se instrumentos eficazes de controle de despesa e alocação estratégica de recursos a longo prazo, além de mecanismos de apoio à eficiência operacional, por elevarem a necessidade de previsão e, em consequência, definir caminhos e responsabilidades dos dirigentes ao prepararem seus programas sob, muitas vezes, pesadas restrições fiscais e elevadas demandas locais a serem atendidas com recursos escassos (PROCOPIUK et al., 2007, p. 409).

Então, para Procopiuk et al. (2017), o PPA possui a função de demonstrar o que o governo local pretende fazer de acordo com as suas limitações de recurso e promovendo uma estabilidade para a esfera local durante seu período de exercício.

Políticas públicas de ESOL e sua transversalidade

As políticas públicas de ESOL são criadas a partir de uma concepção diferenciada sobre as possibilidades de ação pública em relação a geração de trabalho e renda (o olhar tradicional é pautado em políticas puramente econômicas, como incentivo baseado em exoneração fiscal, por exemplo), uma vez que a ESOL (e suas políticas públicas) não pensam somente na relação de emprego tradicional assalariada comum (SILVA, MORAIS e SANTOS, 2020; MORAIS, 2013, FRANÇA FILHO, 2006), mas podem somar programas de inclusão produtiva com

aspectos sociais (melhora das condições de educação, de saneamento, de moradia etc), técnicas (qualificação da mão-de-obra), ambientais (garantir maior sustentabilidade nos territórios onde atuam) etc (MORAIS, 2013, p.183-184).

Isso ocorre graças à capacidade da própria ESOL de dialogar com questões para além do âmbito econômico, ou seja, o caráter transversal da ESOL, que consegue dialogar com questões sociais, políticas, ambientais, culturais, entre outras (MORAIS, 2013). É desta capacidade que as políticas públicas de ESOL encontram respaldo para se articular com outras políticas públicas (SOUZA, 2012) e, quando assim estão

articuladas, as políticas públicas de temas transversais fazem com que a ESOL passe a fazer mais sentido (FRANÇA FILHO, 2006). Por isso, Morais (2013) considera que é preciso considerar as políticas de ESOL de forma integrada e transversalizada.

Em âmbito nacional, observa-se as políticas públicas de ESOL a partir da criação da SENAES em 2003, dentro do Ministério do Trabalho. Este é o marco da institucionalização da ESOL, importante passo para haver espaço no orçamento público federal para essas políticas e, a partir deste marco, observou-se os PPAs dos quadriênios 2004-2007, 2008-2011, 2012-2015 e 2016-2019, os quais corresponderam com a atuação da SENAES, que demonstram desde quando se formou até a crise em seus últimos anos, possibilitando compreender a importância da emergência das políticas públicas subnacionais de ESOL.

É apropriado evidenciar que a SENAES possuía políticas para além do Ministério do Trabalho (Ministério que integrava), possuindo parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), entre outros, trazendo não só uma transversalidade para as políticas públicas federais de ESOL, mas também uma estratégia de angariar maior nível orçamentário para as políticas em que estava envolvida (Singer, 2009; Faria e Sanchez, 2011; Silva, 2018).

Os quatro PPAs foram divididos por Silva (2018) em três períodos: (i) inserção e consolidação (dizendo respeito aos PPAs 2004-2007 e 2008-2011), (ii) expansão contraditória (PPA 2012-2015) e (iii) crise do paradigma (PPA 2016-2019). Silva (2018) ressalta o fato de que “não há uma regularidade na disponibilidade dos recursos financeiros, uma vez que o pagamento ocorre de modo efetivo à medida que há limite financeiro” (SILVA, 2018, p. 21).

O primeiro período foi o que abrangeu a criação e a estabilização da SENAES, destacando o fortalecimento institucional da Secretaria para pavimentar a agenda de ESOL. No primeiro PPA o orçamento previsto aprovado foi de, aproximadamente, 170 milhões de reais e, no segundo PPA houve um aumento da previsão orçamentária de 22,4% (SILVA, 2018).

No segundo período houve uma grande expansão da previsão orçamentária, porém Silva (2018) constatou um Índice de Execução Orçamentário de 22,8%, ou seja, nem um terço do valor previsto para a SENAES foi de fato implementado. Silva (2021) destaca que foi a partir deste PPA que se notou a união da SENAES com programas de

outros ministérios, inclusive em 2012 ocorreu um aumento real de aproximadamente 42% no orçamento para ESOL a partir do Programa de Resíduos Sólidos em união ao MMA.

No terceiro e último período, Silva (2018) ressalta a crise econômica e política que se deu a partir do ajuste fiscal e impeachment da então presidente Dilma Rousseff, o que provocou uma drástica alteração na agenda governamental de políticas públicas fazendo com que a relevância da ESOL dentro da agenda diminuísse muito (SILVA, MORAIS e SANTOS, 2020).

A soma desse conjunto de fatores resultou não apenas na queda da dotação orçamentária atribuída por lei, mas também nas dificuldades crescentes em alcançar níveis maiores de execução (...). A temática da economia solidária enquanto paradigma de política pública passou a se defrontar com um momento de crise operacional e posicional, o que leva a incertezas até mesmo quanto à sua continuidade na agenda governamental (SILVA, 2018, p. 32).

De fato, com o desmonte orçamentário e a crise política, ocorreu uma crise interna na SENAES, ocasionando na saída de Paul Singer (então secretário executivo) e grande parte da equipe técnica da Secretaria, depois a SENAES foi rebaixada a subsecretaria, diminuindo ainda mais as previsões orçamentárias de ESOL, até que, no governo Bolsonaro, ela foi de fato extinta.

Dado o cenário de destruição das políticas federais em ESOL, vem se tornando mais necessário o debate sobre as políticas públicas de ESOL feitas em estados e municípios, ou seja, sobre o cenário subnacional.

Por serem "alternativas de geração de trabalho e renda" (FREITAS, 2012, p. 62), algumas prefeituras começaram a incentivar organizações trabalhistas como as cooperativas e as associações, dado o contexto de desemprego na década de 1990. De acordo com Freitas (2012), isso ocorreu, na maioria das vezes, em prefeituras vinculadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), mesmo partido do presidente que instituiu a SENAES, alguns exemplos no estado de São Paulo são São Paulo (capital), Campinas, Santo André, São Bernardo e São Carlos. A agenda da ESOL como estratégia de desenvolvimento e geração de emprego se espalhou e, em 2008, já haviam 14 estados e mais de 200 municípios desenvolvendo políticas públicas de ESOL em suas agendas, cada qual a sua maneira (GOULART e MARIN, 2011).

Quando se diz "cada qual a sua maneira" o que significa é que os orçamentos dispostos são diferentes em cada administração pública, além de depender do contexto de cada administração pública para se ter uma determinada forma de implementação da

política e a estratégia de sua execução (ALCÂNTARA, 2014; FRANÇA FILHO, 2006; GOULART e MARIN, 2011). Freitas (2012) complementa esta ideia afirmando que a maneira que se estrutura as políticas públicas de ESOL está sujeita aos arranjos políticos no processo. Ainda segundo a autora, um exemplo disso é o fato de algumas prefeituras colocarem as políticas públicas de ESOL em secretarias de assistência social, ao mesmo passo que outras prefeituras alocam estas políticas em secretarias de desenvolvimento econômico (FREITAS, 2012) e, este segundo caso, é o da prefeitura de Araraquara - SP, município observado neste trabalho.

Políticas públicas e previsão orçamentária em Araraquara-SP

Araraquara é uma cidade localizada na região central do estado de São Paulo que, segundo o IBGE Cidades, possui uma população aproximada a marca de 240 mil habitantes, um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,815 e um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 42.474,25. Mesmo com estes índices positivos, em 2019 havia aproximadamente 12.700 famílias cadastradas no CadÚnico a fim de receberem auxílios de programas sociais, dado que “cerca de 50% delas possuem renda per capita mensal de até 25% do salário mínimo e composição familiar majoritária de mulheres responsáveis economicamente por suas famílias.” (PAIVA e SILVA, 2020, p. 137).

Araraquara, como já falado, possui políticas públicas de ESOL como ferramentas de geração de emprego decente e renda, além de exercer importante papel na promoção de “inclusão social e produtiva, o combate à fome e o resgate da cidadania, por meio da geração de renda, de forma coletiva e participativa” (PAIVA e SILVA, 2020, p. 138). Isso será visto a seguir, a partir da recapitulação de importantes marcos para as políticas públicas de ESOL na cidade, bem como a previsão orçamentária nos PPAs: 2006-2009, 2010-2013, 2014-2017, 2018-2021 e 2022-2025.

Políticas neófitas

No início do primeiro mandato do prefeito Edinho Silva (PT) em 2001, foi sancionada uma lei que instituía na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) uma pasta de gestão de projetos em geração de trabalho e renda, além de que, neste mesmo ano, também foi instituído o Orçamento Participativo (OP) no

município, a partir da Coordenadoria de Participação Popular e, o OP é uma importante ferramenta transversal a ESOL de democratização do orçamento público.

Foi criada no ano de 2005 a Coordenadoria Municipal de Economia Solidária (Coordenadoria Executiva de Economia Social e Solidária - CESS), responsável pela institucionalização das políticas públicas de ESOL no âmbito municipal, além de integrar programas estaduais como o Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) e o Banco do Povo Paulista.

Quadriênio 2006-2009

Em 2006 foi sancionada a lei que oficializa a parceria a parceria entre a Cooperativa Acácia de Catadores, Coleta, Triagem e Beneficiamento de Materiais Recicláveis de Araraquara com o Departamento Autônomo de Água e Esgoto (DAAE) de Araraquara. A partir de 2007, devido a lei nacional a qual estabelecia diretrizes nacionais para saneamento básico, o convênio entre Cooperativa Acácia e DAAE passou a dispensar qualquer tipo de licitação, dado que esta lei permite contratação direta de cooperativa de catadores.

Em 2008 foi inaugurado pela prefeitura (em parceria com organizações da sociedade civil) um ateliê de costura para mulheres, junto com a Estamparia da Juventude, demanda da plenária de Juventude do OP de Araraquara e este ateliê foi organizado e tinha seu funcionamento pautado nos princípios da ESOL. Em dezembro do mesmo ano foi inaugurada a “Padoka”, uma padaria e cozinha solidária onde se estabeleceu a sede da panificadora da Associação das Mulheres Assentadas (AMA), mais uma demanda eleita pelo OP, mas dessa vez pela plenária de Mulheres.

Em 2009 é sancionada a Lei Municipal da Economia Solidária, instituindo o “Programa de Trabalho e Economia Social e Solidária”.

No PPA 2006-2009 não há nenhum programa com “Economia Solidária” descrito explicitamente em seu nome, porém são notados três programas cujas justificativas e objetivos citam “Economia Solidária” organizações de ESOL, destes, destaca-se dois: o Programa 69 “Coleta Seletiva”, visando também promover o trabalho de coletores em organização de cooperativas de trabalho; e o Programa 100 “Promoção do Comércio e Serviços” o qual abarca a manutenção e consolidação da Feira de Economia Solidária, visando também dar visibilidade para os princípios da ESOL na cidade e o funcionamento do Banco do Povo Paulista. O total de verba destinada às

políticas públicas diretamente voltadas para ESOL no quadriênio que compreende este PPA foi de R\$ 14.904.744,39, enquanto oito programas transversais às políticas de ESOL no quadriênio de 2006 a 2009 somaram uma quantia prevista de R\$ 55.617.089,82.

Estes programas de políticas transversais são: o Programa 10 “Participação Popular”, o Programa 11 “Centro de Referência da Cidadania”, o Programa 91 “Atendimento às Famílias”, o Programa 97 “Organização Agrária”, o Programa 98 “Ações de Segurança Alimentar e Nutricional”, o Programa 99 “Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos”, o Programa 102 “Promoção do Turismo” e o Programa 106 “Gestão de Resíduos Sólidos”.

Quadriênio 2010-2013

Neste período, em relação à política implementada, foi apenas a instituição do Espaço Kaparaó em 2010. O Kaparaó um importante centro público de oficinas e cursos profissionalizantes, em parceria com o Sistema S, e oferece capacitação para diversos cooperados e associados vinculados a empreendimentos de ESOL.

Neste PPA, em relação ao PPA 2006-2009, há uma manutenção na quantidade de programas de ESOL (mantendo-se três) e uma redução na quantidade de programas transversais (passando de sete para cinco). Os programas voltados diretamente para ESOL neste PPA são: o Programa 81 “Promoção da Economia Solidária”, um dos únicos programas dos PPAs contendo “Economia Solidária” no título, que é voltado para a incubadora de empreendimentos solidários, criada a partir do “Programa de Trabalho e 32 Economia Social e Solidária”, a partir de novembro de 2009; o Programa 82 “Promoção de Comércio e Serviços”, programa este que continuou em relação ao PPA passado (porém com código - numeração - diferente), voltado agora apenas para o Microcrédito (ação “FUNDO DE MICROCRÉDITO - 72”) e o Banco do Povo Paulista no município (ação “BANCO DO POVO - 14”); e o Programa 83 “Centro de Apoio ao Trabalhador CEAT”, outra medida instituída a partir do “Programa de Trabalho e Economia Social e Solidária”, da Lei Municipal nº 7.145 de novembro de 2009. Somando os três programas, a destinação orçamentária para ESOL no PPA do período foi de R\$ 4.484.125,48, o menor valor entre todos os PPAs observados, tendo uma redução de aproximadamente 69,9% em relação ao orçamento do PPA anterior.

Presentes no PPA de 2010-2013 tem-se ainda os seguintes programas voltados a políticas transversais ao tema: o Programa 08 “Participação Popular” (que continua presente no PPA, mas antes era identificado com o código “10”), o Programa 73 “Planejamento e Gestão do Turismo”, o Programa 86 “Ações de Apoio Ao Desenvolvimento da Agricultura Sustentável”, o Programa 105 “Ação Social Básica” (possui ações como Renda Cidadã e o Espaço Kaparaó) e o Programa 128 “Gestão de Resíduos Sólidos”. O total de verba destinada às políticas públicas transversais às políticas de ESOL no quadriênio de 2010 a 2013 foi de R\$ 97.536.216,13. O aumento do valor em relação ao PPA anterior é causado pela maior previsão orçamentária na gestão de resíduos sólidos, o que ocorre também nos próximos PPAs, seguindo o comportamento nacional a partir da Lei Federal nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010, na qual altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Quadriênio 2014-2017

Em 2017 a antiga Coordenadoria Municipal de Economia Solidária foi substituída pela atual Coordenadoria de Trabalho e Economia Criativa e Solidária (Cetecs), dentro da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico. Neste mesmo ano foi sancionado o Plano Municipal de Economia Criativa e Solidária, o qual possuía dezenove diretrizes para serem realizadas no período entre 2018 e 2021.

No PPA de 2014-2017, como acontece no PPA 2006-2009, não há nenhum programa que conste, explicitamente, o termo “Economia Solidária” em seu nome, mas sim nas ações previstas e, em relação ao PPA anterior (de 2010-2013), há um programa a menos voltado diretamente para ESOL e a mesma quantidade de programas transversais. Os programas voltados para esta temática são: o Programa 59 “Geração de Emprego e Renda”, o qual conta com as ações “REFORMA DOS ESPAÇOS DOS GRUPOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - 437” e “MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO BANCO DO POVO - 441”, demonstrando a importância das políticas públicas de ESOL quanto políticas de emprego e renda; e o Programa 58 “Indústria, Tecnologia e Inovação”, o qual, além de outras ações, contou com a ação “MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E APOIO ESTRUTURAL AOS GRUPOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - 443”. Os dois programas tiveram uma destinação orçamentária de R\$ 9.116.635,88, sendo que a do Programa 59 foi de R\$ 776.667,30 e do Programa 58 foi de R\$ 8.339.968,58, uma destinação maior, uma vez que as ações

também abrangiam a incubadora de empresas, as atividades do Posto de Atendimento ao Trabalhador, entre outras.

Em relação às políticas públicas transversais, dois dos quatro projetos identificados se mantiveram desde os PPAs 2006-2009 e 2010-2013: o Programa 10 “Participação Popular” e o Programa 110 “Gestão de Resíduos Sólidos”. Os outros três programas foram: o Programa 6 “Articulação Institucional”, Programa 60 “Planejamento e Gestão do Turismo” e o Programa 11 “Políticas Para as Mulheres” (este último antes era compreendido dentro do Centro de Referência de Cidadania, mas as políticas de gênero aparentemente também começaram a ganhar certa notoriedade a partir da criação do Centro de Referência da Mulher). Os cinco programas transversais tiveram um espaço na previsão orçamentária de R\$ 141.216.399,18, valor que se deve ao programa de “Gestão de Resíduos Sólidos” de R\$ 120.627.310,22, o que ocorre também nos outros PPAs.

Quadriênio 2018-2021

Em 2020 foi instituída a Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária (IPECS), vinculada a Cetecs, da já citada Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Econômico. No ano seguinte foi criado o Fundo Municipal de Trabalho e de Economia Criativa e Solidária. Além de, também em 2021, ter sido criado o projeto “Coopera Araraquara” voltado para criação e incubação de cooperativas e associações pela IPECS.

No PPA de 2018-2021 volta a haver três programas voltados diretamente para a ESOL, além de ser possível observar mais seis programas que são transversais ao tema. Os programas voltados diretamente para a ESOL são: o Programa 62 “Trabalho Decente e Geração de Renda”, no qual todas as suas ações abrangem “Economia Solidária” ou “empreendimentos solidários”, e algumas ações importantes de serem destacadas são a “Implementar e manter a incubadora pública municipal de economia criativa e solidária - 2153” e a “Estimular e apoiar a criação de pelo menos 11 novos empreendimentos econômicos solidários - 2156”; o Programa 63 “Crédito Para o Seu Trabalho”, o qual conta com apenas uma ação, sendo ela “Retomada e manutenção das atividades de microcrédito do banco do povo de Araraquara - 2157”; e o Programa 105 “Mulheres Em Rede: Empoderamento Financeiro e Cooperativismo Popular Nos Territórios de Alta Vulnerabilidade Social”, que visa através do cooperativismo formar

redes de mulheres empreendedoras e também formar mulheres empreendedoras para seu empoderamento e autonomia financeira. Os três programas tiveram, juntos, uma destinação orçamentária no PPA de 2018-2021 de R\$ 6.280.513,65, sendo que o Programa 62 teve, sozinho, um total de R\$ 5.353.887,73 destinados durante o período.

Os programas transversais ao tema da ESOL no PPA de 2018-2021 foram: o Programa 108 “Promoção das Políticas de Direitos Humanos”, o programa 102 “Orçamento Participativo” (que antes era uma ação dos programas de participação popular), o Programa 12 “Difusão, Participação e Efetivação de Direitos Sociais Por Meio À Cultura”, o Programa 59 “Planejamento e Gestão do Turismo” (antes Programa 73, no PPA de 2010-2013), o Programa 58 “Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável” e o Programa 9 “Gestão Integrada de Resíduos Sólidos” (o qual assume papel análogo aos programas de nome “Gestão de Resíduos Sólidos”, previstos nos PPAs anteriores). O total de verba destinada às políticas públicas transversais às políticas de ESOL no quadriênio de 2018 a 2021 foi de R\$ 172.664.721,21, dando destaque para o Programa 9, cuja a quantia prevista no PPA foi de de R\$ 145.975.381,04.

Quadriênio 2022-2025

Por último, dentre os PPAs observados, tem-se o PPA que abrange o período de 2022- 2025. Neste PPA há apenas um programa voltado diretamente para a ESOL, quanto se pode notar sete políticas transversais. O ponto de diferenciação do PPA 2022-2025 dos demais é que o Programa 70 “Geração de Trabalho e Renda e Promoção da Economia Solidária, Popular e Criativa” (o programa de ESOL deste PPA) aparece duas vezes, uma vez sob a responsabilidade da Coordenadoria Executiva de Trabalho e Economia Criativa Solidária e uma sob a responsabilidade do Fundo Municipal de Trabalho (criado durante o último período), ambos os órgãos são vinculados a Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo. Este programa possui uma previsão orçamentária total de R\$ 7.666.200,00 para o exercício do PPA, sendo que R\$ 6.866.200,00 são destinados pela Coordenadoria e R\$ 800.000,00 pelo Fundo.

Os programas de temáticas transversais presentes no PPA de 2022-2025 já apareceram em PPAs anteriores, mesmo que com códigos de identificação diferenciados, e são eles: o Programa 17 “Promoção de Políticas de Direitos Humanos”, o Programa 21 “Mulheres em Rede” (que não possui mais o “Cooperativismo” ou outro

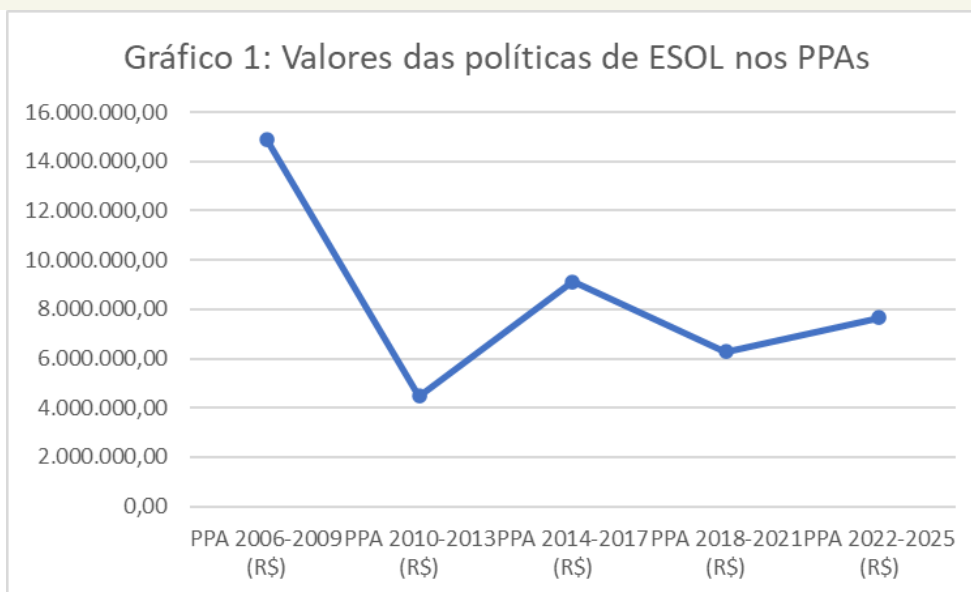
termo de ESOL explicitamente em seu nome ou suas ações, por isso agora está alocado como transversal ao tema), o Programa 24 “Orçamento Participativo”, o Programa 34 “Difusão, Participação e Efetivação de Direitos Sociais Por Meio À Cultura”, o Programa 65 “Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável”, o Programa 68 “Planejamento e Gestão do Turismo” e, por último, o Programa 9 “Gestão Integrada de Resíduos Sólidos”. O último programa citado, o Programa 9, possui um custo total estimado para o quadriênio de R\$ 161.046.000,00 e outro programa que possui valor de destaque entre os transversais é o Programa 65, com custo total estimado para o quadriênio de R\$ 125.933.202,90. Ao todo, todas as políticas transversais ao tema da ESOL no PPA de 2022- 2025 possuem um valor total de R\$ 345.343.010,32

Orçamentos totais

É observado que não houve uma constância na previsão orçamentária para os programas voltados diretamente para a ESOL, seja um aumento, uma diminuição ou apenas manutenção da verba, tendo uma grande oscilação entre os PPAs.

Os PPAs com maior previsão orçamentária para esta temática são os PPAs de 2006- 2009 e 2022-2025, curiosamente, o primeiro PPA desde a criação da Coordenadoria Municipal de Economia Solidária e o PPA mais recente (aprovado em 2021). Em relação aos programas de temáticas transversais, nota-se uma constante crescente de previsão orçamentária, o que faz com que o “Total” de verba prevista para ESOL e programas transversais também seja crescente com o passar dos períodos dos PPAs, devido o fato da previsão para os programas transversais ser muito maior que para os programas de ESOL. Pode-se observar a variação de valores de ESOL entre os PPAs a partir do Gráfico 1 a seguir:

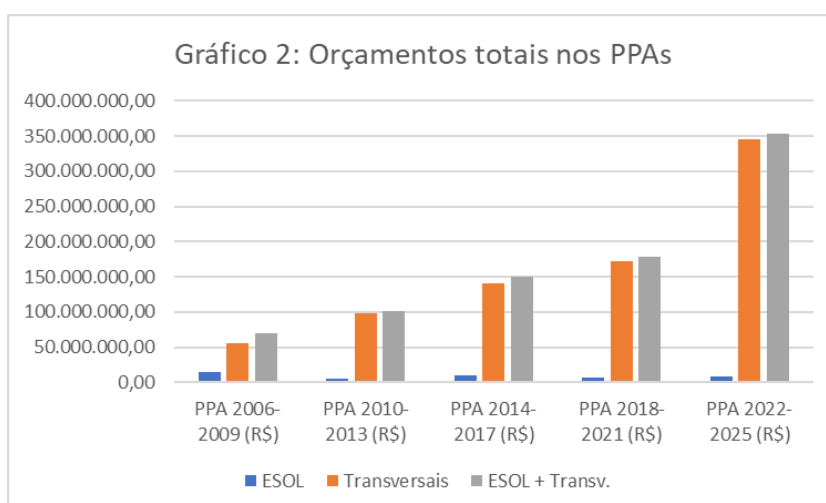
Gráfico 1: Valores das políticas públicas de ESOL nos PPAs.



Fonte: elaboração própria.

Nota-se ainda, que somando a previsão orçamentária de todos os PPAs, tratando-se de programas voltados para ESOL e para temáticas transversais, há uma previsão de R\$ 42.452.219,40 (aproximadamente 4,02% da somatória total de todo período) para os programas diretamente relacionados a ESOL e R\$ 812.377.436,66 (aproximadamente 95,98% da somatória total de todo período) para os programas transversais a esta temática. Observa-se os valores gerais comparados no Gráfico 2 a seguir.

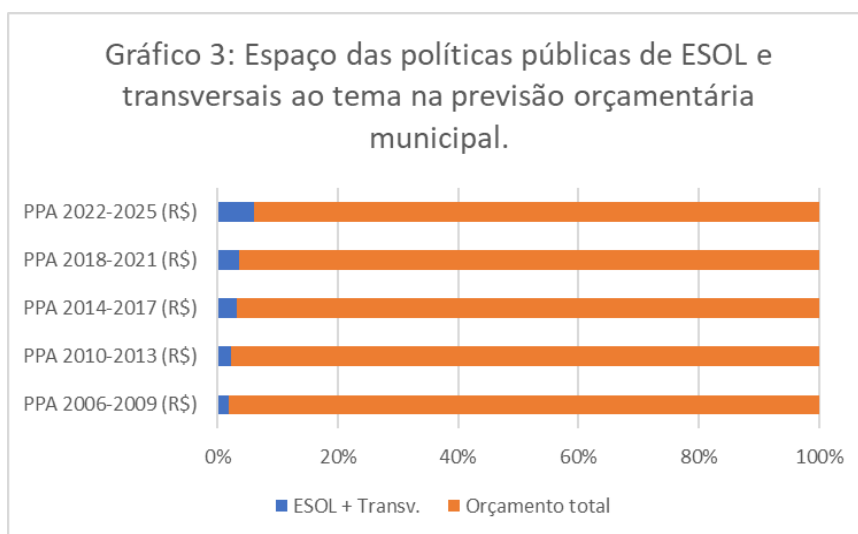
Gráfico 2: Orçamentos totais nos PPAs.



Fonte: elaboração própria.

Por último, observa-se o espaço real das políticas de ESOL e transversal em relação a toda a previsão orçamentária do município no período observado:

Gráfico 3: Espaço das políticas públicas de ESOL e transversais ao tema na previsão orçamentária municipal



Fonte: elaboração própria.

Considerações finais

As políticas públicas de ESOL exercem um notável papel na geração de emprego e renda, além de serem ferramentas importantes para o fortalecimento das cooperativas, associações e seu entorno (Silva, Morais e Santos, 2020; França Filho, 2006, Silva et al., 2018, Paiva e Silva, 2020). Essas políticas tiveram como “ponta pé” institucional inicial a criação da SENAES em 2003, e passando por diferentes momentos de acordo com os PPAs federais analisados por Silva (2018), ressaltando o desmantelamento das políticas nacionais de 2016 até a extinção da SENAES em 2019. Dado este contexto, faz-se mais relevante a existência de políticas públicas subnacionais de ESOL.

Foram observados, como descrito no capítulo anterior, cinco PPAs (2006-2009, 2010-2013, 2014-2017, 2018-2021 e 2022-2025) e, como observado nos PPAs federais, nos PPAs também não há uma regularidade, um padrão, na previsão orçamentária de políticas públicas de ESOL, diferentemente das políticas públicas transversais e do orçamento total dos PPAs observados: ambos possuem um aumento crescente em suas previsões orçamentárias, mesmo que em alguns exercícios sejam maiores que em outros.

Cabe dizer que na administração pública do município de Araraquara se nota uma grande preocupação com a agenda de ESOL ao longo dos anos, porém com a

oscilação orçamentária observada, nota-se também o processo de disputa dentro da máquina pública pelos escassos orçamentos disponíveis, o que acaba demonstrando também que a relevância da agenda de ESOL se altera com a mudança da administração pública, sendo não só o prefeito (que durante o período observado o prefeito foi majoritariamente Edinho Silva, do PT), mas também a composição da câmara municipal, a qual vota a aprovação dos PPAs propostos pelo executivo.

Mesmo com grande relevância para geração de emprego e renda, envolvimento com cultura, gênero, sustentabilidade, entre outros, a proporção orçamentária das políticas de ESOL ainda é muito baixa em relação ao orçamento total, e ela se manteve baixa durante todo o período observado. Isso não significa que as políticas de ESOL e as transversais sejam poucas no município estudado, afinal como descrito no trabalho existem diversas políticas implementadas, projetos e ações de ESOL em Araraquara, isso significa então que as políticas de ESOL ainda precisam se fortalecer, principalmente como políticas de Estado, para que possam crescer cada vez mais no orçamento público do município de Araraquara.

Bibliografia

ALCÂNTARA, F. H. C. Políticas públicas municipais e economia solidária. Revista Interações, v. 15, n. 1, 2014.

ARARAQUARA, Lei Nº6.360, de 28 de dezembro de 2005. Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Araraquara para o período de 2006 a 2009. Araraquara: Câmara municipal [2005].

ARARAQUARA, Projeto de Lei Nº 081/09, de 30 de abril de 2009. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2010/2013 e dá outras providências. Araraquara: Câmara municipal [2009].

ARARAQUARA, Lei Nº8.075, de 22 de novembro de 2013. Estabelece o Plano Plurianual do Município para o período 2014 a 2017 e define as metas e prioridades da administração pública para o exercício de 2014. Araraquara: Câmara municipal [2013].

ARARAQUARA, Lei Nº9.138, de 29 de novembro de 2017. Estabelece o Plano Plurianual do Município para o período 2018 a 2021 e define diretrizes, objetivos e metas da administração pública para o exercício de 2018. Araraquara: Câmara municipal [2017].

ARARAQUARA. Lei Nº10.340, de 27 de outubro de 2021. Estabelece o Plano Plurianual do Município para o período 2022 a 2025 e define diretrizes, objetivos e

metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2022. Araraquara: Câmara municipal [2017].

1477

FARIA, M.; SANCHEZ, F. A Economia Solidária no Governo federal: intersectorialidade, transversalidade e cooperação internacional. In: BENINI, Édi, et al (orgs). Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p.413-442

FRANÇA FILHO, G. Economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J (Orgs). Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

FREITAS, M. M. de. As políticas públicas de economia solidária no Governo Federal: 2003 a 2010. Campinas: IE-UNICAMP. 2012. (Dissertação de mestrado)

GOULART, J. O.; MARIN, T. R. Políticas públicas de Economia Solidária e a SENAES: um balanço preliminar (2003-2006). Outra Economia, v.5, n.8, p.48-58, jan./jun. 2011.

MORAIS, L. P. As políticas públicas de Economia Solidária (ESOL): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema. Campinas: IE-UNICAMP, 2013. (Tese de Doutorado).

PROCOPIUCK, Mario et al. O Plano Plurianual Municipal no sistema de planejamento e orçamento brasileiro. Revista do Serviço Público, v. 58, n. 4, p. 397-415, 2007.

SALVADOR, Evilasio; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Orçamento e políticas sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. Revista de Políticas Públicas, v. 18, n. 1, p. 15-32, 2014.

SANCHES, C. C. Economia Solidária e o ecossistema empreendedor solidário: um estudo de caso do município de Araraquara (SP). Araraquara: FCL-UNESP, 2019. (Monografia).

SILVA, S. P. A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma. Ipea: Brasília. 2018.

SILVA, S. P. Da inserção ao desmantelamento da política de economia solidária na agenda governamental (2003-2019). RBEST Revista Brasileira De Economia Social E Do Trabalho, 3(00), e021020, 2021.

SILVA, S. P.; MORAIS, L. P.; SANTOS, D. S. Repertório programático e resiliência das políticas subnacionais de economia solidária no Brasil: síntese de experiências estaduais e municipais. Ipea: Brasília. 2020.



SILVA, S. P.; CUNHA, G. C.; SILVA, R. F. Mobilização social e deliberação participativa na formação da agenda governamental: uma análise processual das Conferências Nacionais de Economia Solidária. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo (orgs). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. I. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. “Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego”. In: Mercado de Trabalho: conjuntura & análise, 39, Brasília: Ipea/MTE, pp. 43-48, 2009.

SOUZA, A. “Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial”. Boletim Mercado de Trabalho do IPEA, n. 52, pp. 53- 60, 2012.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p. 65-87.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Salvador: AATR, v. 200, 2002.

MARCO LEGAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: UMA ALTERNATIVA PARA MATERIALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.

1479

Lucas Haygert Pantaleão, (UEPG),
lucashaygert@gmail.com

Manuela Salau Brasil, (UEPG),
manu_lela2@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho propõe uma discussão desde os direitos humanos até a necessidade da implementação de um marco legal para a economia solidária no Brasil. A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê, como um ponto importante para a garantia da dignidade humana, a produção e manutenção de espaços para o desenvolvimento do trabalho, emprego e renda, visando a efetivação destes direitos em cada sociedade e se colocando como um norteador para as resoluções internacionais que regulamentam a organização do trabalho junto aos países signatários. Nesse sentido, de acordo com a resolução relativa ao trabalho decente elaborado pela Organização Internacional do Trabalho, a economia solidária aparece como uma importante alternativa ao sistema capitalista e uma forma de materializar um modelo econômico centrado em uma série de valores e princípios que transcendem a simples obtenção de excedente financeiro, abrindo a possibilidade de uma transição de empreendimentos informais para a formalidade, na perspectiva de que estes grupos passem a integrar, e acessar, a seguridade social. No caso brasileiro podemos encontrar uma ampla gama de empreendimentos e experiências no campo da economia solidária espalhadas ao longo do território nacional, das quais, grande parte se encontram na informalidade, sem acesso a seguridade social ou contemplação pelas políticas públicas existentes, mantendo seus integrantes em um contínuo processo de vulnerabilidade social. A discussão sobre a proposta da criação de um marco legal para a economia solidária no Brasil, se mal conduzida, pode representar ainda mais barreiras para a formalização destes grupos, por outro lado, traz consigo a possibilidade de implementação de uma Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, introduz o Sistema Nacional de Economia Solidária e apresenta alternativas de financiamento para esses grupos, ajudando a trazer esses trabalhadores para a formalidade e se constituindo em um passo importante para a materialização dos direitos humanos no Brasil.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Economia Solidária; Marco Legal.

Abstract

This paper presents a discussion that addresses Human Rights and the need of a legal framework for Brazilian Solidarity Economy. The Universal Declaration of Human Rights highlights as main topics for the guarantee of the human dignity: the creation and maintenance of spaces for work, labour and income development, aiming that these rights become effective in the society and the recognition of the document as a guideline for international resolutions and regulations over work and labour within the signatory countries. According to the International Labour Organization resolution regarding decent work, Solidarity Economy is presented as an important alternative to capitalism and a mean to materialize an economic model centred in a series of values and principles that surpasses financial profit. It launches the possibility for informal enterprises to transition to formality, from a perspective in which these groups integrate and access social security. In Brazil, there is a wide range of experiences and enterprises in the Solidarity Economy spread through the national territory, most of them in the informality, with no access to social security or public policies protection, maintaining its members in a continuous process of social vulnerability. The proposal of a legal framework for Brazilian Solidarity Economy, if misconducted, may represent even more barriers for these groups'

formalization. On the other hand, it inaugurates the possibility of a Solidarity Economy National Policy to the solidarity economy enterprises, it introduces the Solidarity Economy National System and it presents funding alternatives to these groups, assisting these workers to become formal and constituting an important step in the direction of human rights effectiveness in Brazil.

Keywords: Human Rights; Solidarity Economy; Legal Framework.

Introdução

O presente trabalho propõe uma discussão desde os direitos humanos até a necessidade da implementação de um marco legal para a economia solidária no Brasil. Compreendendo os direitos humanos como um instrumento importante na luta e na garantia pela implementação de um conjunto de diretrizes fundamentais a dignidade humana, na qual, as condições e possibilidades de geração de trabalho e renda são partes indispensáveis para a sua materialização.

Nesse sentido, temos na Declaração Universal dos Direitos Humanos a previsão, como um ponto importante para a garantia da dignidade humana, valores relativos à produção e manutenção de espaços para o desenvolvimento do trabalho, emprego e renda, como sendo direitos fundamentais a serem desenvolvidos em cada sociedade, respeitando a sua cultura e forma de organização.

Este documento se estabelece como um norteador para as resoluções internacionais que regulamentam a organização do trabalho junto aos países signatários. Assim, de acordo com a resolução relativa ao trabalho decente elaborado pela Organização Internacional do Trabalho, a economia solidária aparece como uma importante alternativa ao sistema capitalista e uma forma de materializar um modelo econômico centrado em uma série de valores e princípios que transcendem a simples obtenção de excedente financeiro, abrindo a possibilidade de uma transição de empreendimentos informais para a formalidade, na perspectiva de que estes grupos passem a integrar, e acessar, a seguridade social.

No caso brasileiro temos uma vasta variedade de empreendimentos e experiências no campo da economia solidária espalhadas ao longo do território nacional, das quais, grande parte ainda se encontram na informalidade, distantes de um completo acesso a seguridade social ou da contemplação de políticas públicas existentes, mantendo seus integrantes em um contínuo processo de vulnerabilidade social.

A discussão sobre a proposta da criação de um marco legal para a economia solidária no Brasil, se mal conduzida, pode representar ainda mais barreiras para a formalização destes grupos, por outro lado, traz consigo a possibilidade de

implementação de uma Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, introduz o Sistema Nacional de Economia Solidária e apresenta alternativas de financiamento para esses grupos, ajudando a trazer esses trabalhadores para a formalidade e se constituindo em um passo importante para a materialização dos direitos humanos no Brasil.

Direitos Humanos – Fundamentos para a dignidade humana no campo do trabalho, emprego e renda.

Os direitos humanos se constituem como uma construção de natureza liberal, já a declaração elaborada ao fim da segunda guerra mundial tem o intuito de estabelecer diretrizes que viessem a se contrapor, servindo como inibidores, as construções autoritárias que se instalaram nos governos de várias partes do mundo no início do século XX.

Além disso, concebemos sua elaboração como fruto de discussões históricas, das lutas promovidas por diferentes atores econômicos, políticos, de classes sociais, étnicos e de gênero. Estas discussões são dotadas de grande densidade, trazendo consigo formulações do campo do direito, da liberdade e da própria política que transcorreram em séculos anteriores. Assim, convergimos para a visão de Norberto Bobbio (1992, p.9) sobre os direitos humanos:

Do ponto de vista teórico, sempre defendi – e continuo a defender, fortalecido por novos argumentos – que os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas.

Esta compreensão de direitos humanos, como uma construção histórica e produto de um consenso entre as diferentes partes que compunham o grupo de diálogo, se contrapõe à noção de direito natural e inerente a todo ser humano que imperava com os jusnaturalistas. Abre-se, portanto, a possibilidade de uma abordagem ampliada no campo dos direitos e o não fechamento em definitivo destes, viabilizando, a construção de direitos com bases nas necessidades de cada época, mesmo que estes venham, por vezes, apresentando “pretensões muito diversas entre si e, o que é pior, até mesmo incompatíveis.” (BOBBIO, 1992, p. 14).

Retira-se desta forma a percepção de que os direitos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos são incontestáveis e imutáveis, mas elaborações e

formulações construídas, e reconstruídas, consensualmente pelos países que optam, livremente, por tornarem-se signatários deste documento, aceitando assim as eventuais punições decorrentes de seu descumprimento.

É neste movimento, de construção e reconstrução, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos se modifica, se amplia e se transforma, avançando através de resoluções e tratados, vinculados a direitos e garantias específicas, no intuito de manter-se atual perante os novos desafios.

Este mesmo movimento ocorre tanto no campo internacional, quanto em âmbito local dos países signatários, compreendendo seus próprios sentidos, valores e conquistas sociais, econômicas e políticas direcionando a sua materialização em cada Estado. Estes valores precisam ser compartilhados organicamente entre a sociedade política e civil destes países, como em um Estado ampliado (Estado = sociedade política + sociedade civil) (Gramsci, 2000, p. 244) constituindo bases sólidas de consenso interno quanto a necessidade de seguir esses direitos para que eles venham a se incorporar a sociabilidade local.

Assim, é no movimento constante dos direitos humanos que encontramos o impeditivo para que preceitos internos e inerentes ao particularismo de cada país, ou nação, se estabeleçam como valores universais, possibilitando que uma pluralidade de formas de garantir-se a dignidade humana seja possível, ou nas palavras de Boaventura de Souza Santos (2007, p. 21) estabeleça uma ecologia de saberes.

Temos, portanto, diversas formas de garantir os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e ambientais, tendo nas formulações internacionais norteadores para o diálogo com as culturas e saberes locais. No caso deste trabalho, nos interessa o diálogo que se estabelece no campo do trabalho, emprego e renda, propiciado pela economia solidária.

Organização Mundial do Trabalho e a economia solidária.

A Declaração Universal de Direitos Humanos trata em seu texto sobre a questão do direito ao trabalho em seu artigo XXIII, onde dispõe:

- 1 - Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
- 2 - Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. (DUDH, 2009, p. 13)

E ainda, aborda a questão em seu artigo XIV, que trata da do direito ao repouso e lazer, indicando a necessidade da limitação de horas de trabalho e da

implementação de férias remuneradas para garantir a manutenção dos direitos presentes no referido artigo.

A inclusão do direito ao trabalho na Declaração Universal dos Direitos Humanos permite que esse seja reconhecido como um dos direitos fundamentais ao ser humano, e o texto relativo ao trabalho indica a necessidade de que este seja implementado com garantias de que seja preservada a dignidade humana.

Ainda cabe destacar que o texto também auxilia no combate às diversas formas de preconceito, apontando que as condições de trabalho e renda devem ser igualitárias e sem nenhum tipo de distinção.

Nesse sentido, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem na DUDH o norteador para o desenvolvimento das suas resoluções e orientações para o campo do trabalho, e tem na economia solidária um dos pontos importantes para a garantia de formas de trabalho que tenham como foco a dignidade humana.

Segundo o VI relatório da OIT, proveniente da 110ª sessão da Conferência Internacional do trabalho realizada em 2022, existem três normas de trabalho internacionais que fazem referência a economia solidária (ESS):

A Recomendação (N.º 193) Sobre a Promoção das Cooperativas, 2002 enfatiza que uma sociedade equilibrada necessita da existência de setores público e privado fortes, assim como de um possante setor cooperativo, mutualista e outras organizações sociais e não governamentais. A Recomendação (N.º 204) relativa à Transição da Economia Informal para a Economia Formal (2015), reconhece as cooperativas e unidades da ESS como meios de facilitação da transição para a economia formal, ainda que também possam operar na economia informal. A Recomendação (N.º 205) sobre Emprego e Trabalho Digno para a Paz e a Resiliência, 2017 reconhece o papel de cooperativas e outras iniciativas da economia social na promoção da recuperação e na construção de resiliência (RELATÓRIO VI, 2022, p. 7).

Através dessa produção normativa a OIT indica a economia solidária para além da construção e implementação de formas de trabalho vinculadas à dignidade humana, mas também uma importante ferramenta para o enfrentamento da crise econômica global que teve início em 2008 e que se agravou com a pandemia de covid19.

O Apelo Mundial à Ação da OIT por uma recuperação da crise da COVID-19 centrada no ser humano que seja inclusiva, sustentável e resiliente (2021) reconhece o papel da ESS para uma recuperação geradora de emprego e oportunidades de trabalho digno para todos. Assim, é o momento de discutir o valor acrescentado da ESS e o seu papel no avanço da justiça social através do trabalho digno e através da promoção do desenvolvimento sustentável. (RELATÓRIO VI, 2022, p. 7)

Segundo os mesmos princípios dos direitos humanos, as resoluções provenientes da OIT seguem um movimento de discussão internacional, onde os

interesses dos diversos países representados nesse espaço expõem as suas concepções, necessidades e possibilidades no campo do trabalho, objetivando a construção de um documento consensual. Este mesmo movimento deve ser realizado internamente em cada país, a fim de possibilitar a materialização do que está contido nos acordos internacionais firmados.

No que tange a economia solidária este é um ponto passível de grandes divergências, em especial quanto às necessidades e possibilidades no campo do trabalho pertinentes a cada país e mesmo conceitualmente quanto ao próprio entendimento do que viria a ser economia solidária. Este alerta aparece também no IV Relatório da OIT já na própria terminologia relacionada a ESS:

O termo, no entanto, não tem, atualmente, aceitação universal. Outros termos associados a ESS incluem, entre outros, “economia social”, “terceiro setor”, “empresa social”, “setor sem fins lucrativos”, “economia de solidariedade”, “economia alternativa” e “economia popular” (RELATÓRIO IV, 2022, p. 11)

Ainda nesse sentido, a OIT também alerta para a necessidade de que a economia solidária seja desenvolvida em respeito a diversidade cultural de cada espaço, corroborando com o princípio do diálogo entre os diferentes setores envolvidos, tanto internamente quanto internacionalmente.

Os diferentes termos refletem a diversidade das tradições. Dependendo do contexto, poderão alternar com a expressão “economia social e solidária” ou ter uma conotação mais ou menos próxima desta. Este relatório utiliza o termo “economia social e solidária” que é suficientemente amplo para acomodar as diversas tradições e realidades no seio de países e regiões. (RELATÓRIO IV, 2022, p. 11)

Obviamente este não é um desafio fácil de ser resolvido, e como consequência também se apresenta em estágios diferentes em cada parte do globo, com países e regiões em momentos diversos da discussão, alguns mais aprofundados e outros ainda traçando os primeiros passos para fomentar a discussão.

Desde a viragem do século, legislação sobre ESS foi adotada em pelo menos 20 países. A legislação nacional sobre ESS foi desenvolvida no Estado Plurinacional da Bolívia, Cabo Verde, Camarões, Colômbia, Costa Rica, Djibuti, Equador, França, Grécia, Honduras, Luxemburgo, México, Portugal, Roménia, Senegal, Eslováquia, Espanha, Tunísia, Uruguai e a República Bolivariana da Venezuela. Outros países como, por exemplo, o Brasil, a República Dominicana, a República da Coreia e a África do Sul, estão atualmente a preparar políticas de ESS nacionais. Determinados países, incluindo a Argentina (Entre Rios, Mendoza e Rio Negro), Bélgica (Bruxelas e Wallonia), Brasil (Minas Gerais, entre outros), Canadá (Québec) e Itália (Emilia Romagna, entre outros) adotaram legislação em ESS ao nível subnacional. Em muitos países, incluindo Chile, Mali e Nicarágua, foram adotadas leis conducentes à criação de instâncias responsáveis pelas questões

relativas à economia social e solidária. (RELATÓRIO IV, 2022, p. 11 grifos nossos)

1485

Contudo a OIT orienta que essa é uma discussão importante a ser realizada, uma vez que, o entendimento sobre as possibilidades de implementação da economia solidária não ocorre de forma desvinculada das demais políticas públicas, pelo contrário, essa é uma relação cujas partes se reforçam mutuamente, ou seja, uma economia solidária desenvolvida pode servir de estímulo à implementação de outras políticas, ao passo que sem essas políticas o seu desenvolvimento torna-se limitado.

É, portanto, na criação de um marco legal para a economia solidária que se encontram as diretrizes e bases para esse movimento correlato entre a economia solidária e as demais políticas, em uma regulação legal que pode determinar os limites e as possibilidades para seu desenvolvimento.

Economia Solidária no Brasil

A economia solidária no Brasil é formada por um amplo e heterogêneo campo de experiências que congrega trabalhadores e trabalhadoras de três segmentos da sociedade. O mais importante deles é formado pelos empreendimentos econômicos solidários (EES); o segundo é composto por organismos públicos, e o terceiro por entidades de apoio.

Fazem parte do primeiro segmento os coletivos de trabalhadores e trabalhadoras organizados em cooperativas, associações, clubes de troca, feiras solidárias ou grupos informais, que orientam sua prática pelos valores da cooperação, solidariedade, igualdade e autogestão.

Quanto ao segundo segmento, nos referimos às estruturas governamentais criadas em âmbito municipal, estadual e federal que visam estimular a economia solidária através de políticas públicas. É o caso do governo federal que manteve entre 2003 e 2016 uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) como parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Há também estados e municípios que contam com estruturas de economia solidária em seus órgãos.

O terceiro segmento é composto por entidades apoiadoras da economia solidária, como ONGs, sindicatos, ramos da Igreja e as incubadoras universitárias. Convém ressaltar que estes três campos devem estar em permanente inter-relação para que, num trabalho em rede, possam fortalecer a economia solidária.

Há espaços que visam o diálogo e articulação destes três segmentos, como os fóruns, conselhos, conferências e plenárias, que se desdobram em encontros municipais, regionais, estaduais e nacionais, com repercussões para o avanço e fortalecimento das políticas públicas. Como uma política em construção, a economia solidária sofreu durante com o golpe de 2016 que levou a interrupção dos investimentos e desmantelamento das ações, com repercussões para os espaços de representação.

A SENAES, grande conquista para a economia solidária, foi extinta, gerando implicações negativas para a manutenção e incremento dos EES e da economia solidária no país. A descontinuidade do mapeamento através do sistema nacional de informações em economia solidária (SIES) impede que as variações quantitativas e o perfil dos EES e de seus trabalhadores sejam acompanhados, numa interrupção da série que contabilizou informações até 2013.

Não obstante as dificuldades com o retrocesso político, e sem o mapeamento para validar dados sobre a trajetória dos EES, é sabido que o movimento da economia solidária se ressentiu, mas não deixou de existir e de se mobilizar. Sem recair em um otimismo ingênuo, a tarefa é de avançar sobre o que está em construção, no que citamos a legislação sobre economia nacional.

No plano nacional, o projeto de Lei nº 4.685 de 2012, tramitando como projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 137 de 2017, vem enfrentando embates com implicações para a política de economia solidária conforme originalmente construída. Entre a aprovação de uma lei que já nasce com a imperiosa necessidade de mudança, ou avançar na discussão sob o risco de retardar sua aprovação, o movimento debruça-se sobre um dilema.

No estado do Paraná, em que pese a aprovação da Lei 19.784 de 2018 sobre a Política Estadual de Economia Solidária, ainda não há sinais de compromisso do governo com esta pauta. Passados 9 meses após a cerimônia de posse das e dos conselheiros estaduais, conforme Decreto 9.818 de 15 de dezembro de 2021, o governo ainda não organizou nenhuma reunião, em que pese a insistência das demais representações.

Os exemplos acima deixam à mostra que tanto a aprovação da lei como sua efetivação exigem a participação e pressão do movimento da economia solidária. É o caso ainda da VI Plenária de Economia Solidária que traz o tema “Economia Solidária:

autogestão como estratégia de resistência e alternativa à crise do capitalismo, na luta pela radicalização da democracia”.

Embora os encontros regionais e estaduais já tenham sido realizados, a plenária nacional será concluída no final deste ano, e o documento provocador lança questões que estão sendo impostas pela realidade da crise e trazidas para discussão do movimento. De acordo com o documento:

Considerando que a V Plenária Nacional, realizada há nove anos, deliberou algumas resoluções para o movimento de economia solidária, temos que analisar e avaliar os encaminhamentos de desde então e com urgência debater na base do nosso movimento os desafios futuros, reafirmando nosso princípio primeiro que é a cultura da autogestão.

(VI PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. 2022, p.3)

O documento contempla o histórico e a avaliação do movimento, uma análise de conjuntura e propõe uma série de questões a serem debatidas, e dentre elas, destacamos: a informalidade, a seguridade e o próprio entendimento sobre a caracterização de um empreendimento econômico solidário, uma vez que se questiona a possibilidade de incorporar empreendimentos individuais.

Problematizar e definir encaminhamentos para os pontos levantados requer a mobilização e a rearticulação das e dos participantes da economia solidária em seus três campos de representação, sem o qual corre-se o risco de ceder a um retrocesso de lutas e conquistas emancipatórias, ou ainda, ceder ao pessimismo e imobilismo diante da realidade da conjuntura atual. Ao fim e ao cabo, está em jogo a compreensão da economia solidária como uma alternativa de “vida melhor”, como nos ensinou Paul Singer (2002).

Em seu recente livro “O Futuro começa agora”, Boaventura de Sousa Santos aponta a articulação da pandemia do coronavírus com o sistema neoliberal, e além de denunciar esta afinidade e suas debilidades, avança para um cenário de possibilidades. Estas possibilidades estão encarnadas no que o autor denomina de experiências anticapitalistas, anticoloniais e antipatriarcais, e a economia solidária e popular se coloca entre elas, assim como os direitos humanos.

O autor propõe, na trilha de um “pensamento alternativo de alternativas” a formulação de uma “nova declaração de direitos e de deveres humanos”, e justificativa o caráter de novidade:

Nova porque será construída da base para o topo e não do topo para a base. Será, por isso, cosmopolita e não abstratamente universal. É nova porque abrange com igual peso direitos e deveres. É nova porque os titulares de

direitos não são apenas os humanos e as comunidades humanas, mas também a natureza enquanto vida não humana do planeta. (SANTOS, 2021, p.252)

1488

Neste sentido, explica:

Não se trata de uma nova declaração universal. Trata-se de uma Declaração Cosmopolita (DC) insurgente, construída a partir das experiências de libertação que sempre existiram e continuam a existir no mundo. Paradoxalmente, a nova declaração não é uma única declaração, é um conjunto de declarações que se podem extrair da imensa experiência anticapitalista, anticolonialista e antipatriarcal do mundo. A recolha dessas declarações é feita segundo o princípio de não desperdiçar experiência, o que nesse caso significa resgatar o valor de contextos negligenciados, suprimidos, humilhados pelo pensamento e pelas práticas hegemônicas. A nova DC não é uma declaração alternativa. É a alternativa às várias declarações pretensamente únicas e universais. (SANTOS, 2021, p.254)

A advertência do autor corrobora o que mencionamos anteriormente: “As declarações não mudam o mundo. O que o pode mudar são as lutas sociais inspiradas pelas declarações”. (SANTOS, 2021, p. 280)

Assim, a luta pelo reconhecimento e potencialidade da economia solidária se coloca neste caminho juntamente como uma pluralidade de manifestações construídas, vivenciadas e geralmente invisibilizadas, mas que carregam as sementes de um futuro melhor.

Sementes que, para Boaventura, compõe o quadro em que a esperança pode vencer o medo através da luta para substituir as ruínas assim descritas:

Quando as fundações de qualquer estrutura, mesmo imaginada, se afundam, transforma-se em ruínas. Quando tudo parece estar em ruína, não há outra alternativa senão procurar nas ruínas, não só a memória do que já foi melhor, como sobretudo a desidentificação com o que no desenho das fundações contribuiu para a fragilidade da edificação. Esse processo consiste em transformar as ruínas mortas em ruínas vivas (ruínas-semente), e terá tantas dimensões quanto a socioarqueologia futuramente exigir. (SANTOS, 2021, p.257)

A proposta de Boaventura de Sousa Santos vai no entendimento de aprofundar o diálogo entre os diferentes espaços locais, regionais, nacionais para que então se articule as resoluções e compromissos internacionais, em uma intensificação do processo democrático participativo e na materialização do que ele denomina por “ecologia dos saberes” (SANTOS, 2007, p. 27).

Nesse sentido o Brasil é um espaço que apresenta características interessantes e que deveriam estar presentes na constituição de um marco legal para a economia solidária, compreendendo e potencializando na discussão a tradição que se iniciou após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e que possibilitou o desenvolvimento

de uma democracia participativa através da implementação de conselhos, fóruns, congressos, orçamento participativo, entre outras ferramentas que procuram aproximar a sociedade civil dos espaços decisórios.

Porém, no campo da pluralidade dos saberes, acreditamos que o Brasil ainda tem a avançar, no sentido de contemplar as diversas perspectivas e visões de mundo que se apresentam em território nacional, seja nos pertencentes aos povos originários, seja os que são frutos das diferentes composições regionais e culturais encontradas no Brasil.

Sem o acréscimo desses dois pontos, a elaboração de um marco legal tende a ser incompleta ou insuficiente para atender as necessidades da economia solidária no Brasil, pois sem um processo democrático radical e uma pluralidade de saberes setores importantes tendem a não se verem representada e contempladas pela promulgação do marco legal.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 11^a. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, v. 3 — Antonio Gramsci: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Ed. e trad. de Carlos N. Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Trabalho digno e a economia social e solidária. Relatório VI da 110.^a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho - Trabalho digno e a economia social e solidária. Primeira edição, Genebra, Suíça, 2022. ISBN: 978-972-704-461-0 (web pdf).

VI PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O futuro começa agora: da pandemia à utopia. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos. CEBRAP (79) • Nov 2007.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

RESOLUCIONES COLECTIVAS A PROBLEMAS INDIVIDUALES. PROCESO DE CONSTRUCCIÓN DE UN SISTEMA DE AMPLIACIÓN DE DERECHOS PARA ASOCIADOS/AS DE COOPERATIVAS DE TRABAJO

1490

M. Eleonora Feser (UBA - Facultad de Derecho).
mfeser@gmail.com

Juliana Salvemini (Asociada Cooperativa Eryx),
jsalvemini@eryxsoluciones.com.ar

Dalma Borda (Asociada Cooperativa Ery)
dborda@eryxsoluciones.com.ar

Valeria Mutuberría Lazarini (Cooperativista. Coordinadora Dto. de Economía Social,
Cooperativismo y Autogestión Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini)
valemutu@gmail.com

Resumo

El presente trabajo tiene como objetivo general sistematizar y analizar el proceso de problematización, debates, intercambios y diseño de un sistema de ampliación de derechos que trabajadores/ras autogestionados/as están vivenciando en una cooperativa de trabajo vinculada a la economía del conocimiento en Argentina. A raíz de necesidades surgidas en el grupo de trabajadores/as asociados/as de una cooperativa del rubro de las industrias del conocimiento, surge la idea de construir un sistema de ampliación de derechos para los/as trabajadores/as asociados/as a los efectos de generar soluciones colectivas a problemas individuales, dada la ausencia de resolución por parte de la normativa y políticas públicas existentes. Además de estas erogaciones cotidianas, o de corto y mediano plazo, se suma que en Argentina, existe una particularidad en lo que refiere a seguridad social en las cooperativas de trabajo y es que ninguno de los regímenes existentes responde a las características de estos colectivos, aspecto que lleva al propio sector, y a cada organización, a generar acuerdos entre partes y propuestas normativas para poder resolver de manera colectiva problemas, que desde la normativa se encuadran en forma individual. Metodológicamente, se realizará un estudio de caso enmarcado en una investigación en co-labor, donde tomaremos herramientas tanto cualitativas como cuantitativas. Este estudio de caso, permitirá sistematizar el proceso de diseño de un sistema que brindará herramientas para evaluar y ser replicado en otras organizaciones, que generen sinergias para fortalecer la autogestión; y por otro lado, que pueda vislumbrar aspectos para las políticas públicas y normativas para el sector.

Palavras-chave: Cooperativismo de Trabajo; Seguridad social; Sistema de ampliación de derechos.

Abstract

The general objective of this paper is to systematize and analyze the process of problematization, debates, exchanges and design of a system for the extension of rights that self-managed workers are experiencing in a worker cooperative linked to the knowledge economy in Argentina. As a result of needs arising in the group of associated workers of a cooperative in the field of knowledge industries, the idea of building a system of extension of rights for the associated workers arises in order to generate collective solutions to individual problems, given the absence of resolution by the existing regulations and public policies. In addition to these daily or short and medium term expenses, in Argentina, there is a particularity regarding social security in worker cooperatives, which is that none of the existing regimes respond to the characteristics of

these groups, an aspect that leads the sector itself, and each organization, to generate agreements between parties and normative proposals in order to collectively solve problems, which from the regulations are framed on an individual basis. Methodologically, we will carry out a case study framed in a co-labor research, where we will use both qualitative and quantitative tools. This case study will allow systematizing the design process of a system that will provide tools to evaluate and be replicated in other organizations, which will generate synergies to strengthen self-management; and on the other hand, it will provide a glimpse of aspects for public policies and regulations for the sector.

Key-words: Working cooperativismo; Social Security; System of extension of rights.

INTRODUCCIÓN

El presente trabajo tiene como objetivo general sistematizar y analizar el proceso de problematización, debates, intercambios y diseño de lo que vamos a definir como un “sistema de ampliación de derechos” que trabajadores/as autogestionados/as están vivenciando en una cooperativa de trabajo vinculada a la economía del conocimiento en Argentina.

Esta cooperativa se constituyó hace 11 años, actualmente cuenta con 30 asociados/as de los/as cuales 24 son varones y 6 son mujeres cuyo rango etario va desde los 20 a los 49 años de edad. El 14% tienen hijos/as, están inscriptos/as en el monotributo (régimen impositivo en el que se encuadran a los/as cooperativistas de trabajo), cuentan con cobertura de salud que afronta la cooperativa, el nivel educativo alcanza a los estudios universitarios, los retiros/retribuciones promedio son \$208.000 pesos argentinos mensuales (1700 USD). Es una cooperativa que tiene estabilidad en cuanto a permanencia de asociados/as en la organización.

A raíz de necesidades surgidas en el grupo de trabajadores/as asociados/as, surge la idea de construir un “sistema de ampliación de derechos” para los/as trabajadores/as asociados/as a los efectos de generar soluciones colectivas a problemas individuales que impactan en la calidad y sostenibilidad de la vida de los/as asociados/as en clave de reproducción ampliada de la vida¹⁴⁶, dada la ausencia de resolución por parte de la normativa y las políticas públicas existentes.

¹⁴⁶ Coraggio (1995, 1998), “una situación de reproducción ampliada implica un proceso en que, por encima del nivel de reproducción simple, se verifica durante un período prolongado (por ejemplo, una generación), un desarrollo sostenido en la calidad de vida de sus miembros. La noción de “reproducción simple” no se refiere a mera subsistencia, o reproducción de la vida biológica, sino que denota una calidad de vida biológica y social considerada moralmente como un mínimo social por debajo del cual no debería estar ninguna unidad doméstica perteneciente a la sociedad bajo análisis. Como toda noción históricamente determinada, esos estándares deben evolucionar con la sociedad misma, tanto en cuanto a la definición de los satisfactores y bienes considerados más adecuados o mejores para satisfacer las necesidades como en lo relativo al reconocimiento de un nivel básico de satisfacción al que todo ciudadano debería tener acceso.

Cabe mencionar que, en este caso puntual, la cooperativa genera recursos a través de la producción de servicios que le permiten pensar en estrategias para costear o llevar adelante actividades que tengan como finalidad la reproducción ampliada de la vida de los/as asociados/as, como ser, el alojamiento, los gastos de traslados, la educación, entre otros. Además de estas erogaciones cotidianas, o de corto y mediano plazo, se suma que en Argentina, existe una particularidad en lo que refiere a seguridad social en las cooperativas de trabajo y es que ninguno de los regímenes existentes responde a las características de estos colectivos autogestionados, aspecto que lleva al propio sector, y a cada organización, a generar acuerdos entre partes y propuestas normativas para poder resolver de manera colectiva necesidades y problemáticas, que desde la normativa se encuadran en forma individual.

Metodológicamente, se realizará un estudio caso enmarcado en una investigación en co-labor con una cooperativa de trabajo, cuyas dos de sus protagonistas escriben estas líneas, donde tomaremos herramientas tanto cualitativas como cuantitativas, para ello se implementaron grupos focales, entrevistas semi estructuradas, observaciones participantes, un formulario autoadministrado por sus asociados/as, relevamientos documentales, entre otros.

Este estudio de caso, permitirá comenzar a sistematizar el proceso de diseño de un sistema que brindará herramientas para evaluar y ser replicado en otras organizaciones, que generen sinergias para fortalecer la autogestión; y por otro lado, que pueda vislumbrar aspectos para las políticas públicas y normativas para el sector.

Notas conceptuales en torno al cooperativismo como herramienta de transformación social y ampliación de derechos y aspectos metodológicos

Desde los inicios, el cooperativismo se constituyó como una propuesta de organización de la clase trabajadora ante el avance y la hegemonización del sistema capitalista como modo de acumulación imperante y sus efectos devastadores en las

La reproducción simple no supone entonces una vida sin cambios, por la evolución de las necesidades básicas y porque la forma de satisfacerlas está también culturalmente determinada. Esta noción promedio admite la existencia de períodos con superación o degradación reversibles de dicha calidad, así como una reducción del patrimonio acumulado, mientras sus efectos sobre la seguridad o los ingresos recurrentes de la unidad doméstica no afecten de manera permanente dicha calidad [...] El concepto de “reproducción ampliada de la vida” es más bien un recurso de interpretación que orienta la investigación como proyecto político, y por ello es importante explicitarlo. Admite, por supuesto, variaciones entre sociedades o grupos culturales [...] Esto indica que la “calidad de vida” no se reduce a la obtención de más bienes o más dinero, que otros elementos -como la integridad moral, la sociabilidad, la seguridad personal y la convivencia- son valorados al punto de que hay personas dispuestas a sacrificar parte de lo material”

condiciones de trabajo y de vida de la población. El 24 de octubre de 1844, surge de la mano de un grupo de 27 tejedores y 1 tejedora (28 en total) desocupados/as en la ciudad de Rochdale, condado de Lancashire, Inglaterra, una experiencia que significó un hito fundacional para el movimiento cooperativo a nivel mundial, y se denominó Rochdale Society of Equitable Pioneers (Sociedad Equitativa de los Pioneros de Rochdale). La constitución de esta cooperativa se dio a la luz de los cambios surgidos de la Revolución Industrial, motivados por la generación de propuestas para afrontar las condiciones precarias de trabajo y la situación económica de la época. Desde esa época en adelante, el cooperativismo no ha dejado de crecer para dar respuesta a la multiplicidad de necesidades de los/as trabajadores/as y a la sociedad toda.

La constitución de cooperativas derivó en la conformación de diferentes instancias/niveles de integración del sector, para poder abordar necesidades, demandas conjuntas y propuestas que respondan a las dinámicas del sector, con ello, se han conformado federaciones (entidades de segundo grado), confederaciones (entidades de tercer grado) e instancias supranacionales (entidades de cuarto grado). Esta organización del movimiento cooperativo tanto a nivel nacional como internacional, permitió llegar a algunos acuerdos, como ser los principios y valores cooperativos¹⁴⁷ que guían las prácticas de las cooperativas y la noción de cooperativa,

Una Cooperativa es una asociación autónoma de personas que se han unido voluntariamente para hacer frente a sus necesidades y aspiraciones económicas, sociales y culturales comunes por medio de una empresa de propiedad conjunta y democráticamente controladas. (Alianza cooperativa internacional, 1995),

Si bien hay un consenso respecto al significado, es importante mencionar que en el campo del cooperativismo se desarrollan grandes debates respecto a su interpretación y concepción, que pueden resumirse de la siguiente manera (Mutuberría Lazarini, 2022): a) Una primera concepción que comprende al cooperativismo como la rueda de auxilio del capitalismo, donde las personas se organizan ante situaciones de no

¹⁴⁷ Para mayor información ver “Identidad cooperativa: nuestros principios y valores”, Alianza Cooperativa Internacional. Disponible en: <https://www.ica.coop/es/cooperativas/identidad-alianza-cooperativa-internacional#:~:text=Las%20cooperativas%20se%20basan%20en,y%20respeto%20hacia%20los%20dem%C3%A1s.>

resolución de las necesidades por vías mercantiles, y se concibe dentro del sistema capitalista como una forma de organización asociativa que contribuye a paliar estallidos sociales, es comprendido como un sector marginal, de ninguna manera se cuestiona la reproducción de las injusticias y desigualdades del sistema; b) Un segundo abordaje donde el cooperativismo es comprendido como experiencias concretas cuyo único objetivo es satisfacer colectivamente necesidades que son compartidas en un grupo de personas o en una comunidad, donde las actividades de la cooperativa no trascienden este objetivo grupal, por ende, no asume otro compromiso social, político o económico, muchas veces la circunscriben a un modelo de empresarial, que dialoga sin conflictos ni disputas con el Estado y las empresas privadas capitalistas en el marco del sistema económico, político y social actual, sin problematizar la sociedad actual; c) Una tercera concepción que entiende al cooperativismo como herramienta de transformación social y ampliación de derechos, donde la cooperativa si bien surge con un objetivo común entre personas, aspira a transformar la sociedad promoviendo la construcción de una sociedad justa, democrática y solidaria, donde el carácter transformador reside tanto en las prácticas de gestión cotidiana al interior de las cooperativas como en la intervención activa en la resolución de los problemas de la sociedad en su conjunto.

Para nosotras, el cooperativismo es motor de la transformación social y la ampliación de derechos, dado que lo comprendemos y vivenciamos como estrategias de construcción contrahegemónica desde las modalidades de gestión, participativas y democráticas, que viene ensayando históricamente el movimiento cooperativo (Petriella, 2008; pp.60) hasta las formas de organización social y política de estas entidades, basadas en la participación, la democracia, la integración y la incidencia en los territorios donde están emplazadas; trascendiendo un problema concreto de un grupo de personas o de una comunidad, y problematiza a la sociedad en su conjunto, por ello, comulgamos con el tercer abordaje. En este sentido, es importante comprender que la cooperativa debe trascender la propia organización para pensar en clave de construcción y de acumulación política dentro del mismo cooperativismo en clave de intercooperación – integración cooperativa y en la conformación de alianzas económicas y políticas estratégicas con otros sectores afines al cooperativismo, como lo pueden ser las organizaciones que nuclean a los/as trabajadores/as, el mutualismo y otras entidades de carácter social, las universidades públicas, entre otros (Mutuberría Lazarini, 2022).

En lo que refiere al abordaje metodológico, como se mencionó, se realizó un estudio de caso, de la Cooperativa de Trabajo Eryx Ltda, entidad que se dedica al rubro de las industrias del conocimiento, más específicamente la programación. En este sentido se realizó una investigación en co-labor, toda vez que dos de las autoras pertenecen a la cooperativa y este documento fue/es compartido en distintas instancias grupales de intercambios.

Para desarrollar este artículo, se tomaron herramientas cualitativas como entrevistas semi estructuradas a integrantes de la entidad, así como a la responsable del sector administración de otro grupo cooperativo del mismo rubro que está atravesando la misma experiencia. A su vez, realizamos notas retrospectivas en torno a una asamblea anual ordinaria realizada en el marco de la Federación Argentina de Cooperativas de Trabajo Federación Argentina de Cooperativas de Trabajo de Tecnología Innovación y Conocimiento (FACTTIC) en diciembre de 2021, donde se detectó la necesidad de avanzar en esta temática y observaciones participantes al interior de Eryx.

Finalmente se realizó una encuesta autoadministrada utilizando la herramienta google form, cuyos resultados se sistematizan en la sección IV Análisis Encuesta Autoadministrada.

En lo que refiere a relevamientos documentales, se avanzó mediante el estudio legal de la normativa del sector, consulta con expertos y proyectos de documentos necesarios para aplicar esta herramienta al interior de la cooperativa.

Las particularidades de las cooperativas de trabajo en clave de seguridad social

En la actualidad las cooperativas de trabajo en Argentina representan el 75% del total del cooperativismo, con una importante representación a nivel federal. Esta tipología de cooperativas, se caracteriza por el objeto social que es dar trabajo a sus asociados/as, por otro lado todos/as sus integrantes son dueños/as y, a su vez, todos/as gobiernan a través del ejercicio de la democracia en la toma de decisiones, aspecto que rompe con la lógica de apropiación del valor del trabajo de otros/as.

Las cooperativas de trabajo, son organizaciones autogestionadas por sus trabajadores/as, podemos mencionar algunas particularidades (Bausset, Feser y Mutuberría Lazarini, 2012):

- Los procesos de trabajo son desempeñados por el conjunto de trabajadores/as a través de la organización democrática de la gestión donde las responsabilidades

y actividades se distribuyen de acuerdo a los criterios fijados y acordados por el grupo en instancias de participación (como puede ser la Asamblea).

- Los/as asociados/as llevan adelante un conjunto complejo y articulado de actividades: organización del trabajo, producción, comercialización, gestión y administración. Se suman a estas tareas vinculadas a los procesos de trabajo, las actividades institucionales, políticas y sociales (bachilleratos populares, centros culturales, etcétera).
- Los/as trabajadores/as son propietarios, gestionan la empresa y se distribuyen los resultados/excedentes en función del trabajo realizado.
- El capital se caracteriza en este caso por ser trabajo acumulado; en este sentido, los/as trabajadores/as con sus propios esfuerzos y el esfuerzo acumulado de toda la sociedad expresado en la tecnología, la investigación, las materias primas, etcétera, generan excedentes que, dependiendo de la decisión que se tome en Asamblea, pueden transformarse directamente en capital.

Una particularidad que queremos mencionar respecto a la seguridad social - dado que es un tema que impacta en la calidad de vida de los/as trabajadores/as - y los/as asociados/as a las cooperativas de trabajo es que en su mayoría están inscriptos/as en el régimen del monotributo. De acuerdo a los aportes de Feser (2014) y Cascardo, Cholakian y Mutuberría Lazarini (2021), los/as asociados/as a las cooperativas presentan dificultades para acceder a los beneficios de la seguridad social por su condición de trabajadores/as autogestionados/as. Esto hace que no accedan a los mismos derechos que tienen los/as trabajadores/as asalariados/as, más allá de sus niveles de ingresos, años de aportes, horas trabajadas, tareas realizadas y calificación. Los/as trabajadores/as se inscriben en el monotributo al que son - de alguna manera - obligados/as a acogerse para poder acceder restringidas prestaciones dado que no pueden hacer uso de todos los componentes del sistema de seguridad social, y los que sí, lo hacen en forma deficiente. Al ser categorizados/as como trabajadores/as autónomos/as independientemente de su profesión y trayectoria laboral, su jubilación va a ser la mínima. En lo que respecta a las demás prestaciones de la seguridad social, una de las novedades es que los/as trabajadores/as podrán inscribirse para acceder a la Aseguradoras de Riesgos de Trabajo (ART) (norma aún no reglamentada), antes impedidos/as por su condición de monotributistas. Por otro lado, la cobertura de salud a través del monotributo demostró también ser deficiente y las empresas de salud y obras

sociales ponen frecuentemente obstáculos para la atención, son pocos los casos que pueden hacer uso de una empresa prepaga de salud.

Como reflexión final en relación a la seguridad social y los/as asociados/as a cooperativas de trabajo, urge encontrar respuestas a esta situación que implique el reconocimiento de los/as trabajadores/as cooperativistas en su doble condición de trabajadores/as y autogestionados/as, asegurando el acceso a la seguridad social que les corresponde. Con ello, el presente artículo intenta aportar al debate una vez más y a la elaboración de propuestas de normativa y políticas públicas que respondan a las necesidades del sector.

La experiencia de la cooperativa de trabajo eryx

La historia de la Cooperativa de Trabajo Eryx comienza en el año 2011 como una iniciativa de dos estudiantes de la Licenciatura en Ciencias de la Computación de la Facultad de Ciencias Exactas - UBA. Al comienzo trabajan en la casa de uno/a de ellos/as con clientes comunes repartiendo los ingresos en igual proporción y tomando las decisiones entre ambos/as. Al pasar el tiempo, vieron que tenían más demanda de trabajo por lo que nuevas personas se sumaron a esa iniciativa pero ya trabajando desde un espacio de Coworking ubicado en Palermo - CABA. Sin embargo, ninguno quería ser jefe/a y tener empleados/as, sino que la intención era crecer en conjunto y a la par, en donde todos puedan tomar decisiones. Es así que en este espacio de coworking conocieron a una persona que les comentó sobre las cooperativas y como el funcionamiento que tenían se ajustaba perfectamente a lo que era una cooperativa decidieron empezar el trámite de su constitución en el año 2013. Recién en 2016 el INAES les otorgó la matrícula para poder operar como una cooperativa de trabajo. En el año 2019 logran tener un espacio físico de trabajo ubicado en Palermo donde actualmente trabajan 30 personas asociadas.

Es una cooperativa tecnológica dedicada al desarrollo de software, ciencia de datos y diseño, con un amplio conocimiento del rubro, proveen todo tipo de servicios relacionados, desde sitios web interactivos hasta aplicaciones corporativas y trabajos de consultoría y optimización de datos. No solo prestan servicios a nivel local, sino también que realizan exportaciones a todo el mundo. Si bien los estudios de la mayor cantidad de personas están vinculados a las actividades productivas, existen asociados profesionales de distintas áreas como ser: licenciatura en

comunicación, especialistas de recursos humanos, contadores. Un dato interesante es la baja rotación de asociados que existe en la cooperativa, más allá de ser un rubro altamente competitivo.

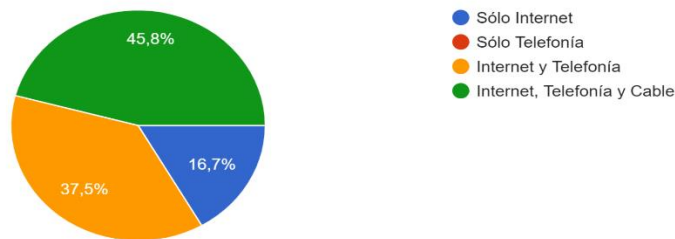
Análisis encuesta interna autoadministrada y entrevista semi estructurada

Como se mencionó en el abordaje metodológico, uno de los mecanismos utilizados a los efectos de recabar información para el diseño e implementación de un programa de ampliación de derechos consistió en realizar una encuesta autoadministrada al interior de la entidad con ánimo de poder contar con información sobre necesidades, inquietudes y propuestas de los temas que hoy atraviesan al colectivo en materia de calidad de vida y de trabajo.

A continuación se presentan los principales resultados obtenidos, de un total de 28 personas asociadas, el nivel de respuesta representó más del 85% de los miembros.

A la primera pregunta, más del 45% de las personas informó que tiene servicios mixtos, a saber internet, telefonía y cable, tal como se puede apreciar en el siguiente gráfico:

¿Qué servicio de internet y teléfono tenés actualmente?
24 respuestas



Al consultar respecto a la utilización de una flota para el servicio de telefonía, el 75% de las personas indicó que no contaba con este mecanismo, por lo que en este caso en concreto se podría explorar su utilización a los fines de abaratar los costos de telefonía del grupo cooperativo.

Respecto a las compañías contratadas según cada servicio, las respuestas fueron las siguientes: en telefonía la más utilizada es Personal/ fibertel pero con un 33% de las respuestas totales.

Telefonía	COUNTA de Telefonía
Claro	4

Movistar	6
Personal / Fibertel	8
Twenti	6
Suma total	24

1499

En Internet también se registra un amplio uso de esta empresa pero en un porcentaje mayor al anterior, a saber fibertel con un 66,66%, seguido de Telecentro.

<i>Internet</i>	COUNTA de Internet
Claro	1
Iplan	1
Otra	1
Personal / Fibertel	16
Telecentro	5
Suma total	24

En cable, de aquellas personas que dijeron utilizar este servicio, 13 sobre 24, más del 84% dijo acceder mediante Personal/ Fibertel:

<i>Cable</i>	COUNTA de Cable
Ninguna	11
Otra	2
Personal / Fibertel	11
Suma total	24

Respecto al valor que se destina en estos servicios, las respuestas fueron pocas, por lo que se sugiere explorar más el costo en este sentido.

A la pregunta respecto a si le molestaría cambiar de compañía, más del 41% de las personas asociadas respondió que si le molestaría, el 25% no y el resto no lo sabe.

Respecto a la pregunta sobre el costo aproximado del jardín/escuela por mes, solo 2 personas contestaron y el monto informado rondaba los 10.500 pesos mensuales (90 USD).

Sobre la posibilidades de que Eryx cubra algunos de los costos personales, las respuestas fueron:

- Costos de movilidad, 62,5% estuvo de acuerdo.

<i>Costo de movilidad (auto, bicicleta, moto - seguro, combustible, peaje, cochera, arreglos, etc)</i>	CONJUNTA de Costo de movilidad (auto, bicicleta, moto - seguro, combustible, peaje, cochera, arreglos, etc)
En un porcentaje	8
No	1
Si	15
Suma total	24

- Alquiler de vivienda, el 54% estuvo de acuerdo

<i>Alquiler de vivienda (incluidas las expensas)</i>	CONJUNTA de Alquiler de vivienda (incluidas las expensas)
En un porcentaje	3
No	8
Si	13
Suma total	24

- Jardín/ escolaridad un 66% estuvo de acuerdo

<i>Jardin/Escolaridad de tus hijos/as</i>	CONJUNTA de Jardin/Escolaridad de tus hijos/as
En un porcentaje	4

No	4
Si	16
Suma total	24

- Compra de materiales de estudio, un 54% estuvo de acuerdo

<i>Compra de materiales de estudio para vos y tus hijos/as (pc, libros, materiales solicitados por la escuela o jardín, uniforme etc)</i>	CONJUNTA de Compra de materiales de estudio para vos y tus hijos/as (pc, libros, materiales solicitados por la escuela o jardín, uniforme etc)
En un porcentaje	6
No	5
Si	13
Suma total	24

- Ropa/ vestimenta, es donde mayor rechazo se encontró, solo un 37,5% estuvo de acuerdo

<i>Ropa/Vestimenta</i>	COUNTA de Ropa/Vestimenta
En un porcentaje	4
No	11
Si	9
Suma total	24

- Por el contrario, en capacitaciones casi un 96% estuvo de acuerdo con que la cooperativa cubra ese rubro

<i>Capitaciones en Arg o en el Exterior</i>	COUNTA de Capacitaciones en Arg o en el Exterior
En un porcentaje	1
Si	23

Suma total

24

1502

En las preguntas finales abiertas, cuya consigna era que “Este espacio es para que dejes cualquier comentario o sugerencia”, se destacan como respuestas las que se presentan a continuación (algunos aspectos sensibles fueron modificados sin perder el sentido de la respuesta), las que fueron clasificadas en función a los siguientes núcleos “estoy de acuerdo”; “me complica la cotidianeidad”, “no me siento representado/a por estas categorías”, algunas respuestas no fueron categorizadas:

Respuesta abierta	Núcleo
<i>“estoy bastante abierto a que descuenten del ADE directo. No sé dónde pondría el límite, pero seguro podemos hacerlo más que hoy en día”.</i>	estoy de acuerdo
<i>“Estaría bueno tener en cuenta si trae trabajo extra para admin y demás, pero ustedes sabrán mejor jaja. Suena copado lo de la normativa!”</i>	estoy de acuerdo
<i>“Para mi hay muchas cosas de contabilidad de Eryx que no sé para evaluar hasta que punto puede la coope absorber todo por igualdad”.</i>	
<i>“Me parece bien que se cubran los gastos mencionados arriba en el caso de que sean descontados del retiro del socio”. “Por otro lado, me parece clave que cubrir estos gastos sea opcional, a elección del socio”.</i>	estoy de acuerdo
<i>“Me copa la idea de tarjetas recargables que comentaron en el thread”.</i>	estoy de acuerdo
<i>“Puse que no en los casos donde siento que la implementación puede ser molesta. Dependiendo de la flexibilidad de eso, estaria buenísimo. Pero si estoy limitado a donde comprar cosas para que me tomen la forma de pagar, o tener que conseguir facturas particulares, etc, se convierte en un hard no”</i>	me complica la cotidianeidad
<i>“Apuntaría arrancar con el gasto que implique el menor esfuerzo desde administración y tenga el mayor impacto para probar la idea. Gracias por ocuparse!”</i>	estoy de acuerdo
<i>“No tengo problema con ninguno de esos gastos pero por ejemplo el alquiler no me lo facturan. Si les pido factura me agregan un</i>	me complica la cotidianeidad

Resposta aberta	Núcleo
21%. Y lo del jardín puse que sí porque estoy de acuerdo en general pero no tengo hijos humanas”.	
“Me parece una idea inteligente, me alegro de que la pongan en marcha”.	estoy de acuerdo
“no se si entendí el final. es como que en general cuanto mas cubra eryx mejor, por mi que cubra todo jajajaj no se si seguí bien esa pregunta. si no es todo, básicamente me gustaría que cubra todo lo que es un gasto fijo no variable (Salvo por inflación o mejora de plan). Espero que lo de las tarjetas prepagas funcione porque si no es infinito laburo de administración”.	estoy de acuerdo
“No entendí muy bien la pregunta anterior, la de cubrir los gastos. No entiendo si lo cubriríamos como un "extra" al ADE o "descontando" del ADE (en ese caso creo que da lo mismo en que lo use cada socio). Además, en varias de las respuestas de arriba aclararía que es "sólo si está relacionado a Eryx", por ej, las capacitaciones y costo de movilidad”.	
“Igualmente siento que se puede poner muy complejo y subjetivo hacer este tipo de cosas. Porque seguramente va a haber muchos casos particulares que contemplar, además de los mas comunes como tener hijos. Por ej, si tenes que ayudar a tus viejos porque no les alcanza con la jubilación o algo similar”.	no me siento representado/a por estas categorías
“Si no queda otra, me parece bien. Sino creo que preferiría que todos cobremos ADEs con los que estemos conformes y nos permitan vivir bien”.	estoy de acuerdo
“No tengo hijos entonces no me siento con autoridad para responder respecto a los gastos de escolaridad/jardin”	no me siento representado/a por estas categorías
“Respondí "En un porcentaje" los que no estoy seguro porque no me afectan mucho. Pero en general no me gusta mucho este tipo de dependencia de Eryx. Me da la sensación de que algunas cosas que ya me fastidian se complejizan un poco más todavía. Por ejemplo en el caso del alquiler; cuando vengan expensas extraordinarias tendría que además de charlar con el dueño para avisarle que le voy a transferir menos, ir después y coordinar con Eryx para que eso se descuente. Ni hablar que esas transferencias del alquiler son todas a una cuenta particular sin ningún tipo de factura ni comprobante, no se si serviría en ese caso para Eryx. Obviamente que si todo esto nos sirve para mantenernos en el monotributo me prendo, pero esta es mi sensación inicial”.	no me siento representado/a por estas categorías

Resposta aberta	Núcleo
<i>“Me parece una buena solución en sí. Los primeros 3 puntos los veo más viable en cuanto gestión porque son costos más fijos mes a mes y los últimos mucho más variables”.</i>	estoy de acuerdo
<i>“Mientras a eryx le sirva, que pague cualquiera de esas cosas. Si me pasa que algunas están flojitas de facturación”.</i>	me complica la cotidianidad
<i>“Varias de las cuestiones que se mencionan arriba no me incluyen. El de la vestimenta, pero me parece raro (¿Eryx me va a pagar las remeras de Boca? Un sueño.). El del auto si eventualmente decido comprarme uno. El de la mudanza dentro de algunos años”</i> <i>“Respecto a las capacitaciones, ¿aplicaría cualquier capacitación que me interese? A veces hago cursos de filosofía, ahora estoy haciendo natación, en un momento Meli hacía un taller de alfarería, en ese sentido me serviría bajo un espectro mayor que programación y derivados.”</i>	no me siento representado/a por estas categorías
<i>“Dejo abajo algunas otras cosas que podrían serme mucho más útiles en lo inmediato: Compra de insumos en supermercados, Tarjeta cultural (teatro, cine, museos, restaurantes, recitales), SUBE (es un monto pequeño pero quizás para otros es mayor), Mascotas (gatos > hijos)”</i>	estoy de acuerdo
<i>“Desconozco bajo qué términos se seleccionaron las categorías propuestas y si las más entran en ese espectro. Graciaaaaaas”</i>	no me siento representado/a por estas categorías
<i>“No tengo una postura definida al respecto sobre la última pregunta, pero planteada sin contexto me hace un poco de ruido, principalmente porque podría haber gente que, por ejemplo, manda a sus hijos a un jardín mucho más caro que otros o alquila una vivienda también más cara, generando una ayuda significativamente mayor a ciertas personas que a otras. Por eso me cierra más pactar un cierto monto para todos, ya que son gastos que todos tienen que enfrentar de igual manera. Quise reflejar esto último poniendo la opción 'En un porcentaje'”</i>	no me siento representado/a por estas categorías

Del cuadro que antecede surge que el 45,45% de las respuestas pueden ser categorizadas como “estoy de acuerdo” mientras que el 27,27% se encuentran dentro de la llamada “no me siento representado/a por estas categorías”.

Si se analiza el conjunto de las respuestas brindadas se pueden extraer las siguientes conclusiones:

- Existe un consenso amplio en la aplicación de un sistema de estas características
- Los problemas que se perciben en su mayoría están relacionados a la implementación administrativa así como en las categorías que serán aplicadas.
- Si bien existen amplios consensos sobre una categoría como ser capacitaciones (96%) y un amplio rechazo sobre otra como es vestimenta, en el resto, se registran algunas dudas que creemos deberán seguir pensándose al interior de la entidad (como ser movilidad, alquiler de vivienda, jardín, compra de materiales de estudio).
- Se visualizó una disparidad de servicios de conectividad que tienen las personas asociadas lo que requerirá la creatividad del sector que gestiona la Eryx para la implementación de un sistema que sirva a los miembros y a la vez no genere una carga administrativa imposible de sobrellevar.

Tal como se mencionó al inicio, en el marco del proyecto se pudo conocer el caso de otra entidad que se encontraba implementando el mismo mecanismo (desde agosto de 2020), es por ello que se realizó una entrevista semiestructurada, en tanto permitió pasar a una formato dialogal cuando se abordaron ciertos aspectos, a una integrante del sector administrativo de otra entidad con similares características a las de Eryx. De esta entrevista surgieron los siguientes aspectos, los que se resumen en el siguiente punteo, el protocolo de preguntas se adjunta como Anexo I. Protocolo de preguntas entrevista semi estructurada:

- No existieron problemas ni grandes debates al interior de su entidad, sino que los problemas estuvieron vinculados a la falta de normativa y falta de experiencia en esta materia.
- Si bien fueron perfeccionando el mecanismo administrativo (al comienzo pedían el envío de las facturas en formato digital), a poco de su implementación llegaron a un mecanismo mediante tarjetas recargables que les permitió simplificar considerablemente el trabajo al interior de la entidad.
- La implementación de este mecanismo surgió desde la propia esencia del ser cooperativo, no obstante la falta de reglamentación al respecto.
- Las categorías que implementaron fueron salud, comunicación, energía, movilidad, jardín maternal.
- Existen categorías que tienen un tope, pero otras no quedando sujeto a las particularidades y necesidades de cada persona asociada.

En Anexo II. Modelo de Acta de Consejo de Administración para la implementación del sistema de ampliación de derechos, se brinda documentación utilizada para documentar dicho programa.

El marco normativo

Como se viene mencionando a lo largo del trabajo, en lo que refiere a seguridad social existe un encuadre que no se ajusta a las realidades de un/a trabajador/a autogestionado/a, por lo que se han generado estrategias para adaptar el marco normativo a las particularidades de este tipo de vínculo sociolaboral. En lo que refiere a un sistema de ampliación de derechos, se genera además un vacío normativo, ya que mientras los principios y valores cooperativos habilitan este tipo de prácticas no existe en la normativa del sector hasta la fecha ninguna legislación que la contemple.

Esto resulta llamativo, ya que en el sector privado, donde prima el lucro y las reglas vinculares están relacionadas con la jerarquía y apropiación del excedente producido por el trabajador, existen varias normas que habilitan este tipo de prácticas, alguna de ellas son:

- Artículo 103 bis¹⁴⁸ de la Ley de Contrato de Trabajo (Ley 20.744) sobre beneficios sociales.

¹⁴⁸ Art. 103 BIS. — Beneficios sociales.

Se denominan beneficios sociales a las prestaciones de naturaleza jurídica de seguridad social, no remunerativas, no dinerarias, no acumulables ni sustituibles en dinero, que brinda el empleador al trabajador por sí o por medio de terceros, que tiene por objeto mejorar la calidad de vida del dependiente o de su familia a cargo.

Son beneficios sociales las siguientes prestaciones:

- a) Los servicios de comedor de la empresa,
 - b) (Inciso derogado por art. 1º de la Ley N° 26.341 B.O. 24/12/2007)
 - c) (Inciso derogado por art. 1º de la Ley N° 26.341 B.O. 24/12/2007)
 - d) Los reintegros de gastos de medicamentos y gastos médicos y odontológicos del trabajador y su familia que asumiera el empleador, previa presentación de comprobantes emitidos por farmacia, médico u odontólogo, debidamente documentados;
 - e) La provisión de ropa de trabajo y de cualquier otro elemento vinculado a la indumentaria y al equipamiento del trabajador para uso exclusivo en el desempeño de sus tareas;
 - f) Los reintegros documentados con comprobantes de gastos de guardería y/o sala maternal, que utilicen los trabajadores con hijos de hasta seis (6) años de edad cuando la empresa no contare con esas instalaciones;
 - g) La provisión de útiles escolares y guardapolvos para los hijos del trabajador, otorgados al inicio del período escolar;
 - h) El otorgamiento o pago debidamente documentado de cursos o seminarios de capacitación o especialización;
 - i) El pago de gastos de sepelio de familiares a cargo del trabajador debidamente documentados con comprobantes.
- (Artículo incorporado por art. 1º de la Ley N° 24.700 B.O. 14/10/1996)

- Resolución General de AFIP 4175/96
- Resolución General de AFIP 3279/2012
- Resolución General de AFIP 5800/2021

De lo mencionado anteriormente se desprende que en el sector capitalista este tipo de prácticas no solo es utilizada sino que se encuentra avalada por la normativa, cuestión que no se vislumbra en lo que refiere al cooperativismo de trabajo.

Reflexiones finales

A lo largo de este trabajo se han visualizado algunos aspectos relacionados con el diseño de un programa de ampliación de derechos, sus particularidades y se ha podido recoger la voz de una entidad que se encuentra implementándolo hace más de dos años. A su vez, se han observado ciertos aspectos que resultan de relevancia.

El primero de ellos es la existencia de un consenso interno para la puesta en práctica de este tipo de actividades al interior de la vida de una cooperativa, lo que permite pensar en una reproducción ampliada de la vida institucional pero también de quienes la integran.

Por otro lado, se visualizaron dificultades en torno a la categorización de los conceptos que se incluirán en cada una de ellas, así como en su implementación.

Además se pudo relevar la ausencia normativa en lo que refiere al cooperativismo de trabajo y las dificultades en materia de seguridad social, hecho que no se verifica en empresas capitalistas, quienes gozan de diversas piezas normativas que regulan este tipo de prácticas, desde la Ley de Contrato de Trabajo hasta diversas Resoluciones General de la AFIP.

En este sentido, resulta importante pensar en una normativa particular para el cooperativismo de trabajo, que no solo contemple cuestiones societarias de este tipo sino además aquellas relacionadas a la seguridad social, donde la generación de un sistema de ampliación de derechos al interior de la entidad es imprescindible toda vez que va en consonancia con los principios y valores cooperativos.

Bibliografía

BAUSSET, M., FESER, E. y MUTUBERRÍA LAZARINI, V. (2012). Manual para la práctica del Cooperativismo de Trabajo. Herramientas impositivas y de gestión para el trabajador cooperativo. Editora Patria Grande. Buenos Aires.

CASCARDO, M. F., CHOLAKIAN, S. Y MUTUBERRÍA LAZARINI, V. (2021), Seguridad social y cooperativas de trabajo, Revista Idelcoop, n° 235, ISSN Electrónico 2451-5418 P. 80-100 / Sección: Reflexiones y Debates. Disponible en: https://www.idelcoop.org.ar/sites/www.idelcoop.org.ar/files/revista/articulos/pdf/p80_reflexiones_5.pdf.

CORAGGIO, J.L. (1998), Una perspectiva alternativa para la economía social: de la economía popular a la economía del trabajo, Disponible en: https://base.socioeco.org/docs/coraggio_persp_altern_esp.pdf.

FESER, M. E. (2014). “Comparaciones de los regímenes de seguridad social en cooperativas de trabajo. Esquema actual desde la irrupción de la Resolución INAES 4.664/13”. Revista Idelcoop. N° 214. pp. 217 - 225. Disponible en: <https://bit.ly/3I5wYcs>.

IDELCOOP Y FACULTAD ABIERTA (2018). “Informe socioeconómico: cooperativas de trabajo y seguridad social en Argentina”. Programa de cooperativismo y economía social en la Universidad. Convocatoria 2015- Proyecto 002-057. Disponible en:

MUTUBERRÍA LAZARINI, V. (2022), Las cooperativas como herramientas de transformación social y ampliación de derechos, Mimeo.

Anexo I. Protocolo de preguntas entrevista semi estructurada

1. ¿En qué contexto surge la idea de generar desde la cooperativa la resolución de problemas individuales de manera colectiva?
2. ¿Qué discusiones se dieron al interior de la entidad?
3. ¿Qué conceptos abarca en la actualidad y cuales proyectan? Estos conceptos tienen algún tope?
4. ¿Qué problemas se han encontrado en la implementación?
5. ¿Cómo se implementa? Que documentación de respaldo tienen (factura a nombre de la coope? dec jurada del asociado mensual?, etc)

Anexo II. Modelo de Acta de Consejo de Administración para la implementación del sistema de ampliación de derechos

Acta de Consejo de Administración Nro XXX

En la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, a los XXX días del mes de XXX, siendo las XXX hs en la sede social de la Cooperativa de Trabajo XXXX Ltda, estando presente todo el Consejo de Administración, se reúne para tratar el siguiente temario:

- 1) Aprobación del Programa de Ampliación de Derechos de XXXX
- 2) Aprobación de las características del Programa
- 3) Instrumentación del Programa

Se pasa a tratar el primer punto del temario, el presidente informa que desde hace varios meses vienen realizando discusiones internas así como pruebas piloto dentro de la cooperativa para resolver de manera colectiva problemas individuales. Esta lógica es la que guió a los fundadores a crear XXXX y persiste en el espíritu social de la entidad, es por ello que mociona para la creación e institucionalización de un programa de ampliación de derechos desde XXXX que

pueda ser también un proyecto a utilizar por otras entidades del sector, este proyecto se enmarca en una filosofía relacionada con la reproducción ampliada de la vida de las personas asociadas que mejore las condiciones de permanencia en entidades cooperativas siempre bajo los principios y valores cooperativos y en consonancia con la doctrina del acto cooperativo. Luego de un breve debate se aprueba por unanimidad la creación del programa.

Luego de unos minutos se pasa a tratar el segundo punto, la Secretaria describe las características del programa a crear en función a las evaluaciones y consultas que fueron realizando con otros profesionales del sector. En este sentido se aprueban los siguientes ejes:

- **Cobertura de gastos relacionados al trabajo:** en este ítem la cooperativa abonará a las personas asociadas gastos relacionados con traslados a la entidad (sea con servicios públicos o utilización de traslados con vehículos de propiedad de la persona asociada o de terceros), así como los vinculados a tareas de trabajo en casa para la cooperativa.
- **Gastos de estudios:** se relacionan con libros, útiles escolares, equipamiento como tablets para la persona asociada y su grupo familiar.
- **Gastos de salud:** se incluyen reintegros de gastos de medicamentos y gastos médicos y odontológicos de la persona asociada y su grupo familiar, así como la obra social y/o prepaga. En consonancia con la legislación en materia cooperativa derivada de la Resolución INAES 4664/13.
- **Servicio de comedor:** se cubren gastos relacionados con el valor de 1 plato de comida diario comprando por la zona de la cooperativa. Se tomará como referencia el valor en "La Teca" va de \$1.000 a \$1.250, teniendo en cuenta 20 días trabajados mensuales da un valor de entre \$20.000 a \$25.000 mensuales, según decidamos. Este monto se podrá actualizar según la variación de los precios.
- **Gastos de guardería y/o sala maternal:** se cubrirán los gastos relacionados a este rubro para hijos naturales y/o adoptivos de las personas asociadas desde los 0 a los 3 años

Se delega en la Secretaria la posibilidad de ampliar o disminuir los ítems a incluir en cada uno de los ejes, en coordinación con el Tesorero.

Luego de un breve debate y de una felicitación a la Secretaria, se aprueba por unanimidad.

Se pasa a tratar el tercer punto del temario se acuerda que los gastos se cubrirán mediante diversos mecanismos como tarjetas pre cargadas, transferencias contra factura, declaraciones juradas entre otras quedando a criterio de la Secretaria la instrumentación del respaldo de la documentación en concordancia con el Tesorero, los montos en cada ítem se fijarán por el Tesorero y se comunicarán a las personas asociadas. Se aprueba por unanimidad

Siendo las XXX horas se da por finalizada la reunión.

REDE DE GESTORES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS MARCOS NORMATIVOS MUNICIPAIS: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

1510

Caio Luis Chiariello, (UFGD),
caiochiariello@ufgd.edu.br

Resumo

Nos últimos anos verificou-se uma menor incidência de políticas públicas no âmbito Federal direcionadas para a Economia Solidária. Neste contexto, se faz necessária uma maior contribuição de instâncias subnacionais na elaboração e execução das políticas públicas, como estados e municípios, inserindo em sua agenda governamental o suporte aos empreendimentos solidários e suas atividades produtivas. A atuação dos níveis subnacionais se mostra essencial para proposição e perenidade de atividades produtivas voltadas para geração de trabalho e renda em modalidades associativas. O foco deste estudo reside justamente na análise deste maior protagonismo das ações municipais no que tange a recepção das demandas diversas da Economia Solidária. O recorte metodológico está direcionado para o levantamento do rol de dispositivos normativos das prefeituras, vinculadas a Rede de Gestores em Economia Solidária, composta por atores ligados a políticas públicas específicas para a Economia Solidária. Dentre os objetivos do estudo estão o levantamento da inserção na legislação municipal de marcos normativos direcionados para o suporte e proposição de políticas públicas voltadas para a Economia Solidária.

Palavras-Chave: Economia Solidária; segurança alimentar; hortas urbanas.

Abstract

In recent years, there has been a decreased incidence of federal-level public policies aimed at Solidarity Economy. In this context, a greater contribution from subnational entities in the development and implementation of public policies is necessary, such as states and municipalities, incorporating support for solidarity enterprises and their productive activities into their governmental agendas. The role of subnational levels is crucial for proposing and ensuring the sustainability of productive activities focused on generating employment and income through associative modalities. This study focuses on analyzing the increased involvement of municipal actions in addressing the diverse demands of Solidarity Economy. The methodological approach is centered on the survey of normative provisions by municipal governments, linked to the Network of Managers in Solidarity Economy, composed of stakeholders involved in specific public policies for Solidarity Economy. Among the study's objectives is the identification of the incorporation of normative frameworks in municipal legislation aimed at supporting and proposing public policies for Solidarity Economy.

Keywords: Solidarity Economy; food security; urban gardens

Introdução

A formulação de políticas públicas para a Economia Solidária remonta a meados da década de 1990, visando atenuar o quadro de desemprego, informalidade e desalento verificado no período. Constatou-se a mobilização de governos estaduais e municipais para apoiar as iniciativas de Economia Solidária em diversos municípios, com a criação de secretarias e coordenadorias de Economia Solidária, atuantes junto a

empreendimentos e trabalhadores para geração de trabalho, renda e inclusão sócio-econômica (EID, 2004; DAGNINO, 2019).

A partir dos anos 2000, diversos atores passaram a promover um intenso debate sobre a inclusão da Economia Solidária na agenda governamental nas esferas Federal, estadual e municipal, dentre elas o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase); Cáritas Brasileira; Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)/Central Única dos Trabalhadores (CUT); Unitrabalho; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária (NAGEN & JESUS, 2013). Outra forma de direcionar recursos públicos para iniciativas solidárias foi acionar as Universidades Públicas por meio das ações das diversas Incubadoras Universitárias tecnológicas de empreendimentos solidários e de cooperativas populares, aproveitando o engajamento e a larga expertise de docentes, discentes e técnicos na pesquisa e extensão universitária junto a experiências coletivas diversas. (MORAIS & BACIC, 2019).

No plano nacional, em 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, para a formulação e a implementação de políticas públicas de apoio à Economia Solidária. A SENAES atuou sob a perspectiva da transversalidade e direcionando recursos e ações para o desenvolvimento dos empreendimentos solidários (FARIA & SANCHES; SCHIONET, 2011). Contudo, em 2019 a SENAES foi extinta, abrindo uma lacuna institucional para a orquestração das políticas públicas. Paralelamente ao desmonte paulatino da estrutura Federal de apoio a Economia Solidária, a atuação em nível subnacional passou a ser acionada na tentativa de manter o suporte de políticas públicas para as atividades dos empreendimentos de Economia Solidária (CHIARIELLO et al, 2021).

Se verificou uma maior incidência das políticas públicas de economia solidária voltadas a uma concepção sobre a construção de estratégias de outra dinâmica econômica, baseada no fortalecimento de circuitos socioprodutivos locais e mesmo de ecossistemas empreendedores fundamentados no associativismo e integrados ao tecido das relações sociais, políticas e culturais de um determinado território (MORAIS & BACIC, 2020).

Conforme apontam Silva, Morais e Santos (2021, p.12), “Com a descontinuidade das ações no plano federal, resta então saber como ficou a situação das políticas em curso nas demais esferas federativas. A inexistência de um programa nacional certamente enfraquece a capacidade de estados e municípios em desenvolver programas próprios, sobretudo em função da restrição de autonomia orçamentária que eles enfrentam. Contudo, dada a heterogeneidade que configura o escopo da economia solidária, há a possibilidade de que o tema se mantenha nas agendas de alguns entes de forma específica ou mesmo pontual.” Os autores também mencionam a capacidade de resiliência da Economia Solidária diante da retirada do suporte Federal para suas atividades, ensejando outros arranjos para acesso a políticas públicas em nível subnacional.

Este revés para a Economia Solidária, no que tange às políticas públicas em âmbito Federal direcionados para os empreendimentos solidários, seus trabalhadores e trabalhadores pode ser encontrado em Chiariello (2020), que aponta a redução drástica dos aportes orçamentários para a consecução de ações voltadas para a Economia Solidária, evidenciando um abandono por parte da esfera Federal das ações de suporte e incentivo ao desenvolvimento dos empreendimentos solidários. Se entre 2003 e 2012 houve crescimento no aporte orçamentário para as ações de Economia Solidária, desde 2013 os valores apresentaram queda ano a ano, chegando a patamares irrisórios entre 2018 e 2019, como pode ser visualizado na figura abaixo.



Fonte: Chiariello (2020).

Para além do decréscimo no aporte orçamentário para a Economia Solidária, também houve o atrofamento institucional de estruturas de governo voltadas para o fomento das atividades da Economia Solidária, culminando com a extinção da SENAES em 2019, após sua desidratação a partir de 2016 (CHIARIELLO et al, 2021).

Sendo assim, a partir deste esvaziamento das ações do Executivo Federal para a Economia Solidária, concomitante ao crescente nível de desemprego e informalidade presentes no universo recente do trabalho no Brasil, as ações para a Economia Solidária acabaram tendo de ser capitaneada pelos níveis subnacionais, como estados e municípios, que tiveram de assumir um maior protagonismo na condução de políticas públicas para a Economia Solidária, encampando-as em suas agendas governamentais. Outrossim, a ampliação das atividades de Economia Solidária está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS - da Organização das Nações Unidas - ONU, em especial os ODS 1, 2, 8, 10, 11, 13 e 16. O objetivo deste artigo reside na investigação de como se tem operacionalizado esta transição do protagonismo da esfera federal para os níveis subnacionais, em especial os municípios, dentre os quais aqueles que compõem a Rede de Gestores de Economia Solidária, focando nos arranjos institucionais e marcos jurídico-normativos para a recepção da Economia Solidária nas agendas municipais.

A Rede de Gestores de Economia Solidária e o marco institucional nos municípios

No plano institucional e de redes relacionais em âmbito sub-nacional, em 2011 foi criada a Rede de Gestores de Economia Solidária. A Rede representa uma articulação de gestores de políticas de economia solidária de Prefeituras e Governos Estaduais, e objetiva o intercâmbio, interlocução, interação, sistematização, proposição de políticas públicas governamentais e realização de projetos comuns para o fomento e desenvolvimento da economia solidária. A Rede tem representatividade junto ao Conselho Nacional de Economia Solidária; Frente Nacional de Prefeitos; Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC; Centro de Formação de Economia Solidária e a Comissão Gestora Nacional – SIES.

O que se coloca é justamente se em um contexto recente de abandono por parte do Poder Executivo do fomento as ações para a Economia Solidária, as

administrações municipais vinculadas a Rede de Gestores em Economia Solidária conseguem apresentar boas práticas em políticas públicas para dar suporte ao desenvolvimento das atividades econômicas dos empreendimentos solidários.

Dentre as diversas percepções da Rede acerca de elaboração e implantação de políticas públicas para a Economia Solidária, voltadas para o quesito institucionalização, objeto deste estudo, podemos destacar, segundo SENAES (2013):

- Contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna;
- Contribuir para a construção e implementação de Planos de Economia Solidária nas três esferas de Governo;
- Contribuir para o processo de cadastro e registro dos empreendimentos de economia solidária no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL;
- Promover a integração e a inter-setorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia popular solidária nos e entre os entes federados do Estado;
- Fortalecer e estimular a organização e participação social e política dos trabalhadores da economia popular solidária.
- Instituir Marco legal e regulatório adequado ao setor;
- Elaborar Plano Nacional, Estaduais e Municipais de Economia Solidária;
- Ainda no campo das relações intra e inter institucionais, em SENAES (2013), a Rede elenca algumas estratégias prioritárias para a concepção, implantação, consolidação e sustentabilidade da política pública de economia solidária nos Municípios e Estados e na relação com o Governo Federal, tais como:
- Apoiar a implantação de sistemas públicos integrados entre os entes da federação de gestão das políticas, em especial à de trabalho, emprego e renda e desenvolvimento social, fortalecendo e integrando a economia solidária;
- Manutenção do Sistema de Informação sobre a ECOSOL;
- Avançar na criação de Marcos Legal (Municípios, Estados e Governo Federal) com vistas à institucionalização da Política Pública de Economia Solidária e o seu reconhecimento, e de fundos de financiamento;
- Formação de servidores, gestores e organizações sociais em Economia Solidária;

- Criação e/ou fortalecimento de órgãos de fomento à de economia solidária na estrutura administrativa governamental;
- Avançar na institucionalização, com controle social, integração disponibilização de instrumentos e equipamentos apropriados para os empreendimentos econômicos solidários;
- Fomentar a criação de redes de cooperação e cadeias produtivas solidárias e apoiar a organização social e política dos atores e autores da Economia Solidária;
- Difundir conhecimentos sobre as políticas públicas existentes, para sensibilizar as gestões públicas a criar setores municipais e estaduais que assessorem e colaborem com as iniciativas dos empreendimentos produtivos;
- Buscar a organicidade da Política Pública da Economia Solidária através da criação do sistema de economia solidária no âmbito Municipal, Estadual e Federal;
- Garantir a articulação entre as políticas públicas (educação, meio ambiente, assistência social, cultura, trabalho, saúde, renda, entre outras) para evitar a sobreposição de ações, considerando a sustentabilidade como novo paradigma, em sua capacidade de assegurar direitos básicos de cidadania.

Neste diapasão, diversas gestões municipais participantes da Rede de Gestores de Economia Solidária elaboram e executam políticas públicas para Economia Solidária pari passo a presença Federal e estadual, em alguns casos mais recentemente, em outros casos com mais de uma década de implementação. Experiências emblemáticas de inserção da Economia Solidária no marco jurídico-normativo em âmbito municipal podem ser apresentado sumariamente no quadro abaixo:

Quadro 1. Municípios participantes da Rede de Gestores de Economia Solidária e legislação

Diamantina - MG	Lei nº 3-917, de 16 de março de 2016 dispõe sobre a política municipal de fomento à economia popular solidária
Belo Horizonte-MG	Lei nº 10.152, de 24 de março de 2011 dispõe sobre a política municipal de fomento à economia popular solidária
Conselheiro Lafaiete-MG	Lei nº 4.770, de 18 de novembro de 2005 autoriza o executivo municipal a instituir o programa de economia solidária
Contagem-MG	Lei nº 4.025, de 18 de julho de 2006. Cria diretrizes e estabelece princípios fundamentais e objetivos da política municipal de fomento à economia popular e solidária

Montes Claros-MG	Lei nº 3997, de 16 de julho de 2.008 dispõe sobre a política municipal de fomento à economia popular solidária
Teófilo Otoni-MG	Lei nº 5717. Cria o conselho municipal de economia solidária
Varginha-MG	LEI Nº 3.698 institui o Programa "Incubadora de Cooperativas", no município de Varginha e dá outras providências.
Araraquara-SP	Lei municipal nº 9.143, de 30 de novembro de 2017: institui o plano municipal de economia criativa e solidária
Campinas-SP	Lei nº 10.039 de 09 de abril de 1999 cria o programa de cooperativas de desempregados no município de campinas
Guaruhos-SP	Lei nº 6.619, de 28 de dezembro de 2009. Institui o programa de geração de trabalho e renda, cria o conselho municipal de geração de trabalho, renda e economia solidária
Rio Claro-SP	Lei nº 4038 de 08 de março de 2010. Dispõe sobre a política municipal de fomento e apoio ao desenvolvimento local e a economia solidária
Hortolandia-SP	Lei 1236/2003, Institui o Projeto de Economia Solidária - PES, com o objetivo de potencializar o desenvolvimento de atividades econômicas por grupos organizados de baixa renda
Carapicuíba-SP	LEI Nº2. 992, de 27 de Abril de 2010. Institui o Fundo Municipal de Economia Solidária do Município de Carapicuíba, e dá outras providências
Osasco-SP	Decreto nº 9822, de 04 de outubro de 2007. Institui o comitê gestor do centro público de economia popular e solidária e incubadora de empreendimentos populares solidários.
São Paulo-SP	Decreto nº 56.884, de 21 de março de 2016 institui o centro público de economia solidária e direitos humanos e a incubadora pública de empreendimentos econômicos solidários
São José do Rio Preto-SP	Lei 9167/2003. Autoriza o município a firmar convênios com cooperativas populares autogestionárias de São José do Rio Preto.
Lins-SP	LEI Nº 4.987, de 17 de setembro de 2007. Implanta o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Solidário, Econômico, Turístico e Tecnológico de Lins (PID).
Itapira-SP	LEI Nº 4.198, de 19 de dezembro de 2007. Implanta o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Solidário, Econômico, Turístico e Tecnológico de Itapira (PID).
Santo André-SP	Lei nº 9058/2008, INSTITUI o “Programa Economia Solidária”, estabelece princípios fundamentais e objetivos da Política Municipal de Trabalho e Economia Solidária no Município e dá outras providências.
São Carlos-SP	Lei nº 15.196 de 26 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre o programa de fomento à economia solidária e dá outras providências.
Balneário Camboriú-SC	Lei nº 3939, de 20 de junho de 2016. Institui a política de fomento à economia solidária no município

Itajaí-SC	Lei Nº 5.245 de 12 de março de 2009. Institui a Política de Fomento à Economia Solidária e dá outras providências
Blumenau-SC	Decreto nº 10.300, de 13 de março de 2014. Institui o comitê gestor do projeto "ações integradas de economia solidária para o desenvolvimento local
Paíçandu-PR	Lei nº 2486/2015 súmula:- dispõe sobre o plano de ação e investimento do município de paíçandu e da outras providencias.
Foz do Iguaçu-PR	Lei nº 3585 de 17 de setembro de 2009 dispõe sobre a criação do fundo municipal de desenvolvimento da economia popular e solidária
Londrina-PR	Lei no 10.523, de 28 de agosto de 2008. Cria o programa municipal de economia solidária, e dá outras providências
Curitiba-PR	Lei nº 14.786 de 23 de fevereiro de 2016 institui a política de fomento à economia popular solidária e cria o conselho municipal de economia popular solidária.
Novo Hamburgo-RS	Lei municipal nº 2.246/2010, de 29 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a política municipal de fomento à economia solidária,
Cachoeirinha-RS	LEI No 3.065, de 09 de setembro de 2009. Redefine o Fundo Municipal de Geração de Trabalho e Renda de Cachoeirinha
Porto Alegre-RS	Lei 6000 de 28 de abril de 2003: implanta o programa municipal de incubadoras de economia solidária
Caxias do Sul-RS	Lei 6000/93, Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Municipal de Incubadora de Economia Solidária e pequenos empreendimentos.
Santa Maria-RS	Lei 5150/2008, Institui o Programa Municipal de Apoio e Fomento a Economia Solidária, cria o Conselho Municipal de Economia Solidária e da outras providências.
Cariacica-ES	lei n.º 5.079/2013 institui a política de desenvolvimento e fomento à economia solidária e dá outras providências.
Fortaleza-CE	Lei nº 9622 de 28 de janeiro de 2010 institui a política municipal de fomento à economia solidária em fortaleza, e dá outras providências.
João Pessoa-PB	Lei nº 12.211, de 27 de setembro de 2011. Dispõe sobre a criação do fundo municipal de desenvolvimento da economia popular e solidária
Maceió-AL	Projeto de lei nº 6.008/2009 autor: poder executivo municipal dispõe sobre a política e criação do conselho de economia solidária
Porto Velho-RO	Lei nº. 1628, de 27 de outubro de 2005. "institui a política municipal de fomento à economia popular e solidária
Recife-PE	Lei nº 16.732, de 27 de dezembro de 2001. Fundo municipal de desenvolvimento da economia popular e solidária
Rio de Janeiro-RJ	Decreto nº 38.218 de 18 de dezembro de 2013 regulamenta o conselho municipal de economia solidária
São José dos Quatro Marcos-MT	Lei nº 1.210 de 25 de fevereiro de 2009. Institui a política municipal de fomento à economia popular solidária

Tangara da Serra-MT	Lei nº 2.752/2007, de 30 de agosto de 2007. Cria o núcleo de participação social e economia solidária – nupes
Apiacas-MT	Lei 615/2009, dispõe sobre a política municipal de fomento à economia popular solidária e dá outros provimentos.
Vitória da Conquista-BA	Lei nº 1.509/2008 cria o conselho municipal de economia solidária de vitória da conquista e dá outras providências.

1518

Fonte: rede de gestores de economia solidária

No quadro 1 são apresentados 41 municípios em que foi introduzido um marco legal regulando as atividades de Economia Solidária. Há uma maior concentração de municípios nas regiões Sul e Sudeste, e também uma variação no porte dos municípios, desde capitais de estado até pequenas municipalidades. Também é visível a variedade de modalidades de regulação, versando sobre instituição de uma política municipal de fomento para a Economia Solidária; suporte para instauração de incubadoras de cooperativas populares; formação de conselhos municipais de Economia Solidária; constituição de fundos financeiros para suporte às atividades de empreendimentos, dentre outras formas de regulação. Também é perceptível a cronologia da promulgação das Leis nos diversos municípios, em que encontramos legislações do ano de 1999 até 2017, demarcando um processo de maturação de cada localidade na implantação do marco normativo.

Embora essa amostra seja bem pouco expressiva no universo dos municípios brasileiros, ainda assim ilustra o esforço das gestões municipais em recepcionar no seu arco institucional as demandas dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária.

Considerações Finais

O presente artigo teve por finalidade apresentar modalidades de arranjo institucional que viabilizem a constituição de um rol de políticas públicas e de marcos jurídico-normativo voltados para os interesses dos empreendimentos de economia solidária e de seus trabalhadores e trabalhadoras. Diante da quase total retirada da pauta da Economia Solidária da agenda governamental em âmbito Federal, novas articulações de outros entes sub-nacionais tiveram de ser feitas, para dar o devido suporte aos empreendimentos, que inclusive são ativos justamente nas localidades, municípios e comunidades. Dentre estas articulações está a Rede de Gestores de Economia Solidária, fundada e organizada para refletir e atuar em um arranjo entre municípios, mas que

recentemente tem sido demandada a se fazer mais presente diante do vácuo deixado pelo ente federal nos últimos anos.

Uma das vertentes aqui apresentadas de atuação da Rede é o esforço para monitorar e incentivar a formatação de um marco jurídico-normativo nas administrações municipais, através da promulgação de Leis, Decretos e Portarias, dentre outros dispositivos, que regule o funcionamento dos empreendimentos de Economia Solidária, mas que, para além da regulação, possibilite fomento, assessoria e suporte legal para sua atuação e perenidade.

A constituição de um arcabouço legal, normativo voltado para a Economia Solidária tem o condão de assegurar a sua inserção na agenda governamental de forma permanente e concreta, não mais suscetível às determinações dos governos e gestões de ocasião.

Assim, a atuação da Rede de Gestores de Economia Solidária na articulação pela galvanização da Economia Solidária nas legislações Federal, Estadual e Municipal presta um serviço indispensável para dar musculatura e suporte do poder público para com as iniciativas coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária.

REFERÊNCIAS

CHIARIELLO, C. L.; FONSECA, S. A.; MORAIS, L. Pp Abordagem política e institucional da economia solidária na América Latina e a experiência da Senaes no Brasil (2004-2019). *Otra Economia Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*, v. 14, p. 76-95, 2021.

CHIARIELLO, C. L. A economia solidária no cenário pós-pandemia: reflexões para uma retomada. In: LIMA FILHO, P. A.; NOVAES, H. T.; MACEDO, R. F. JACOB, I. L. (Org.). *Sobre pandemônios na pandemia e as revoluções necessárias*. 1ed. Marília: Lutas, 2020, v. 1, p. 299-307.

EID, F. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária. in: Iracy PICANÇO, I.; TIRIBA, L. (Orgs). *Trabalho e educação: Arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. 1 ed., v.1. Aparecida - São Paulo : Idéias & Letras, 2004, pp. 167-188.

DAGNINO, R.. A gestão estratégica pública e os desafios da retomada. In: SILVA, R. B.; TAIT, M.; NOVAES, H. T.; FRAGA, L. S.. *Suleando a retomada com tecnociência social: o pensamento de Renato Dagnino*. Florianópolis: Insular, 2018. pp 171-195.



FARIA, M. S.; SANCHEZ, F. J. B.. A economia solidária no Governo federal: intersectorialidade, transversalidade e cooperação internacional. In: BENINI, E. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária. Outras Expressões: São Paulo, 2011. pp.413-425.

NAGEN, F. A.; JESUS, S.. V plenária nacional de economia solidária: trajetória e construção da economia solidária no Brasil. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

MORAIS, L. P.; BACIC. M. J. A Importância do ecossistema empreendedor para a economia social e solidária (ESS): avanços, retrocessos e desafios atuais no Brasil. Revista da ABET, v. 18, n. 1. 2019. pp.3-21

SENAES/MTE. Economia Solidária na Política Pública Municipal – Volume 1. Brasília: M.T.E., 2013.

SILVA, S. P, MORAIS, L. P.; SOUZA, D. S. Repertório programático e resiliência das políticas subnacionais de economia solidária no brasil: síntese de experiências estaduais e municipais. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2020 n.70.



ESTUDO DE CASO: ASSESSORAMENTO A PROJETOS DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM MUNICÍPIOS DO VALE DO AÇU/RN

1521

Sandra Marai Campos Alves 1, (IFRN),
sandra.campos@irn.edu.br

Luiza Mara da Silva 2, (IFRN),
L.mara@escolar.ifrn.edu.br

Janine Pereira Peixoto3, (IFRN),
janine.pereira@escolar.ifrn.edu.br

Antônia Gilvanira da Silva 4, (IFRN),
gilvanira.silva@academico.ifrn.edu.br

Francisco Glauber Fonseca5, (IFRN),
francisco.fonseca@escolar.ifrn.edu.br

Resumo

A literatura aponta que há um número cada vez maior de pessoas desempregadas e a margem da pobreza por falta de capacitação e pela falta de postos de trabalhos, os empreendimentos solidários buscam de certa forma atenuar essa disparidade, proporcionando para essas pessoas a criação de novos empregos, geração de renda e criando oportunidades para que se insiram no mercado de trabalho. O Vale do Açu possui cerca de nove Municípios (Alto do Rodrigues, Assú, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Jucurutu, Pendências, Porto do Mangue e São Rafael), e microrregião vem experimentando um expressivo crescimento populacional ao longo do tempo, baseado em atividades agrícolas contrastantes entre setores do agronegócio e comunidades tradicionais que habitam essa mesma região. O IFRN Campus Ipanguaçu está localizado nesse mesmo território com ofertas de cursos ligados a atividades agrícolas e ambientais que podem fornecer suporte as atividades de empreendimentos solidários instalados na região e ao mesmo tempo contribuindo para a formação profissional dos discentes inseridos nesses cursos através de práticas profissionais em áreas agrícolas familiares. A Agroecologia se propõe a construir novas práticas ecológicas, sociais e econômicas, levando em consideração a perspectiva cultural, política e ética, a fim de transformar a sociedade de uma maneira geral. Propomos uma assessoria a projetos a comercialização em rede no Rio Grande do Norte para Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) integrados por pessoas de comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, em situação de vulnerabilidade. Busca-se, portanto, ampliar os meios de acesso da população às políticas de inclusão social e produtiva cidadã, através da assessoria e incubação a empreendimentos de economia solidária mediante demandas de comunidades locais e orientação as famílias para melhorar o consumo dos produtos bem como a comercialização dos excedentes, observando medidas de reciclagem e reaproveitamento dos alimentos produzidos na própria área. Esse projeto possui suporte financeiro do Ministério da Cidadania/MCID e beneficia cerca de 20 empreendimentos de agricultura familiar nos 15 núcleos do IFSOL instalados nos campi do IFRN. Como resultados, espera-se fortalecer a rede de produção, comercialização e consumo solidários, articular ensino, pesquisa e extensão através da realização de formações em economia solidária, bem como fomentar a inclusão produtiva dos grupos de ligados à agricultura familiar, quilombolas, indígenas e artesãos, respeitando a sua realidade local e estimulando a lógica do trabalho associativo e cooperativo.

Palavras-chave: Economia Solidaria; Agricultura familiar; Incubação; Ipanguaçu.

1522

Abstract

The literature points out that there is an increasing number of unemployed people and the margin of poverty due to lack of training and lack of jobs, solidarity enterprises seek to some extent this disparity, providing these people with the creation of new jobs, generating income and creating opportunities for them to enter the labor market. The Açu Valley has about nine municipalities (Alto do Rodrigues, Assú, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Jucurutu, Pending, Porto do Mangue and São Rafael), and microregion has experienced an expressive population growth over time, based on contrasting agricultural activities between agribusiness sectors and traditional communities that inhabit this same region. IFRN Campus Ipanguaçu is located in that same territory with offers of courses related to agricultural and environmental activities that can support the activities of solidarity enterprises installed in the region and at the same time contributing to the professional training of students inserted in these courses through professional practices in family agricultural areas. Agroecology aims to build new ecological, social and economic practices, taking into account the cultural, political and ethical perspective, in order to transform society in general. We propose an advisory to projects the commercialization in network in Rio Grande do Norte for Solidarity Economic Enterprises (EES) integrated by people from traditional communities, quilombolas and indigenous, in a situation of vulnerability. We propose an advisory to projects the commercialization in network in Rio Grande do Norte for Solidarity Economic Enterprises (EES) integrated by people from traditional communities, quilombolas and indigenous, in a situation of vulnerability. It seeks, therefore, to expand the means of access of the population to policies of social inclusion and citizen productive, through the advice and incubation to enterprises of solidarity economy through the demands of local communities and guidance to families to improve the consumption of products as well as the commercialization of surpluses, observing measures of recycling and reuse of food produced in the area itself. This project has financial support from the Ministry of Citizenship/MCID and benefits about 20 family farming enterprises in the 15 IFSOL centers installed on IFRN.

Key-words: Solidaria Economy; Family farming; Incubation; Ipanguaçu.

Introdução

As relações entre economia, sociedade e meio ambiente adquiriram centralidade no debate internacional sobre mudanças climáticas. O IV Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas mostrou-se suficientemente contundente ao afirmar que uma parcela considerável do aumento observado na temperatura média global desde meados do século XX provém de uma elevação da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera do planeta, de origem antropogênica (IPCC, 2007, p. 72).

Para além das diferentes posições presentes neste debate, torna-se cada vez mais clara a necessidade de compreender a economia não enquanto um sistema fechado em si mesmo, mas como parte da biosfera, examinando-a, conforme sugere Martínez Alier, como um subsistema de um ecossistema físico e global finito (ALIER, 2003; ALIER, 2007).

As experiências vivenciadas pelos empreendimentos de economia solidária e pelos camponeses e agricultores familiares que hoje manejam seus sistemas produtivos a partir de um enfoque agroecológico, com seus desafios e contradições, apontam para estratégias criativas de mobilização de recursos, capacidades e vínculos, na produção de novas formas de organização do trabalho e de relação da atividade agrícola com os ecossistemas locais. Estas práticas, ao mesmo tempo em que possuem elementos de crítica às formas de organização social dominantes, buscam garantir a sobrevivência de alguns milhares de trabalhadores no contexto de uma economia capitalista. Elas ampliam seu significado se forem pensadas na perspectiva histórica de uma sociedade que começa a enfrentar visíveis impasses nas relações dos homens entre si e destes com a natureza, em uma trajetória na qual períodos de crescimento econômico não foram capazes de alterar, de forma substantiva, a estrutura de direitos de propriedade sobre recursos e serviços ambientais (Schmitt, 2010).

Desde 1998 há uma Incubadora Tecnológica, porém, voltada a empresas e dentro de uma metodologia e filosofia voltada a uma outra lógica de geração de renda. A IFSOL nasce da inquietude de servidores em trabalhar com empreendimentos associativos, dentro dos princípios da educação popular, aliando a teoria e a prática para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem dos nossos discentes, bem como cumprir o papel social da Instituição. Com isso, a Incubadora tem como objetivo contribuir no processo de formação e melhoria da qualidade de vida dos(as) trabalhadores(as) envolvidos nos empreendimentos econômicos solidários, bem como aproximar os servidores e discentes na discussão do tema de economia solidária, por meio de assessorias na área de comercialização e articulação em rede, desenvolvida pelos professores, técnicos e discentes, atrelando os conhecimentos aprendidos em sala de aula com a prática junto aos empreendimentos.

Pensando nessa outra economia possível, O IFRN Campus Ipangaçu localizado no vale de Assu/RN (**latitude: 5° 29' 56" Sul, Longitude: 36° 51' 10" Oeste**) abriga cursos técnicos e superiores, entre eles Agroecologia e Meio Ambiente. Nesse território cercado por fruticultura irrigada sob as bases do agronegócio, encontramos também agricultores familiares, indígenas, quilombolas e ribeirinhos que cultivam produtos vegetais agroecológicos, além de grupos organizados por coletivo de mulheres que trabalham com artesanato da fibra de bananeira e palha de carnaúba.

A Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do IFRN (IFSol) é um organismo vinculado ao Instituto Federal do Rio Grande do Norte e desenvolve ações por meio de assessoramento e consultoria a grupos produtivos que trabalham ou desejam trabalhar de forma coletiva sob princípios e valores da economia solidária.

Assim, as iniciativas de Economia Solidária atingem aqueles que estão excluídos ou em vias de exclusão do mercado formal de trabalho e, também, pessoas historicamente excluídas pertencentes às classes populares, que buscam alternativas para geração de renda. Essas iniciativas assumem diversas formas: cooperativas que atuam nos vários setores da economia (produção, consumo, serviços, etc), pequenas empresas de caráter familiar e/ou comunitário, bancos populares, clubes comunitários de troca, entre outras

Percurso metodológico

Esta pesquisa qualitativa buscou, de forma exploratória, uma revisão sistemática da literatura para consolidar aspectos ambientais relacionados aos princípios da economia solidária e no segundo momento questionários/diagnóstico junto as comunidades assistidas (Foto 1).

Um procedimento de pesquisa bibliográfica, conforme apontado por Fonseca (2002), é relevante para o levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos. Desta forma, torna-se possível agregar informações e conhecimentos prévios, resultando na análise das diversas posições acerca de um problema (GIL, 2007).



Foto 1. Diagnóstico na comunidade Tabuleiro alto/RN.

O processo de incubação e relação com os empreendimentos associativos segue uma metodologia assentada nos princípios e valores norteadores da economia solidária, constituída por processos educacionais incentivadores da participação popular e do empoderamento, como forma de transformação social. A metodologia da IFSOL busca a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Neste projeto esse tripé fica ainda mais claro quando o processo de construção, compartilhamento e aplicação do conhecimento, sempre de forma integrada e multidisciplinar, integrando o conhecimento acadêmico com o saber ancestral e popular presentes nos empreendimentos. Para Minayo (2013) argumenta que através da observação o pesquisador-extensionista se coloca na realidade de seu objeto de estudo com a finalidade de desenvolver um trabalho científico em uma relação direta com os sujeitos da pesquisa, vivenciando o cenário social e cultural podendo até modificar este contexto, pois interfere nele assim como é modificado pessoalmente.

Esse projeto possui suporte financeiro do Ministério da Cidadania/MCID, com duração de 02 anos e beneficia cerca de 20 empreendimentos de agricultura familiar nos 15 núcleos do IFSOL instalados nos campi do IFRN, incluindo o campus Ipanguaçu que acolhe 04 comunidades localizadas no vale do Assu: Comunidade de Bela Vista Piato, Picadas, Tabuleiro Alto e Porto/RN. Conta ainda com 02 bolsistas e o apoio dos professores e técnicos do IFRN e dos órgãos de extensão locais.

Vale salientar que as duas primeiras são comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares e trabalham com artesanato a partir da fibra de bananeira e palha de carnaúba para a fabricação de artesanatos que já foram vendidos até para o exterior, antes da pandemia.

Com o retorno as atividades presenciais, as comunidades voltaram a ser visitadas pelo núcleo IFSOL Ipanguaçu/RN e através de diagnóstico local foram elaboradas algumas ações a partir da demanda dos agricultores(as) e a intercessão entre elas foi a comercialização. Devido ao fechamento do comércio devido a pandemia, as atividades comerciais foram prejudicadas e com isso, houve queda substancial de renda e qualidade de vida nesse território.

Resultados esperados

Como resultados, espera-se fortalecer a rede de produção, comercialização e consumo solidários, articular ensino, pesquisa e extensão através da realização de



formações em economia solidária, bem como fomentar a inclusão produtiva dos grupos de ligados à agricultura familiar, quilombolas e artesãos, respeitando a sua realidade local e estimulando a lógica do trabalho associativo e cooperativo. E ainda:

Identificar os fluxos de produção nos territórios;

Melhoria da renda dos beneficiários diretos;

Promoção da inserção produtiva e articulação em rede dos empreendimentos;

Qualificação gerencial dos integrantes dos empreendimentos através da autogestão.

Referências bibliográficas

ALIER, J. M. Marxism, social metabolism, and ecologically unequal exchange. Lund University, World Systems Theory and the Environment, p. 19-22, Sept., 2003.

_____. Economia ecológica: levando em consideração a natureza. In: ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Editora Contexto, p. 41-88, 2007.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M.C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 33. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

IPCC. Climate Change 2007 - Synthesis Report. An Assessment of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Spain: Valencia, p. 12-17, November, 2007.

SCHMITT, C. J. 2010. Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. Mercado de trabalho, 42.

MUNICIPIOS EN LA PROMOCIÓN DE COOPERATIVAS EN CHILE: LA RED DE MUNICIPIOS POR EL COOPERATIVISMO Y LA ECONOMÍA SOCIAL COMO PROCESO DE CO-CONSTRUCCIÓN DE POLÍTICA PÚBLICA LOCAL

Patricio Inostroza Rebolledo, (Universidad de Santiago de Chile),
patricio.inostroza.r@usach.cl

Luis Hernández Astudillo, (Universidad de Santiago de Chile),
luis.hernandez.a@usach.cl

Mario Radrigán Rubio, (Universidad de Santiago).
mario.radrigan@usach.cl

Resumo

La evolución del sector de la economía social y en específico del sector cooperativo durante la última década en Chile ha generado un gran interés por parte de las autoridades locales a nivel municipal, las cuales dependiendo de las capacidades instaladas han llevado adelante acciones de promoción del modelo cooperativo; sin embargo la mayor parte de estas experiencias han sido realizadas de manera aislada, sin considerar las experiencias previas de otros municipios, ya que en su mayoría no existe comunicación entre ellos, más aún si existen diferencias ideológicas entre sus autoridades políticas. Una de las políticas públicas que ha favorecido a los municipios en el fomento de cooperativas ha surgido principalmente del Servicio Nacional de Discapacidad, desde la lógica de la inclusión laboral a partir del año 2016 con la implementación de las Estrategias de Desarrollo Local Inclusivo, sin embargo es una excepción en las políticas públicas. Desde el año 2021 han venido trabajando de manera inicial cuatro municipios de la Región Metropolitana junto con el Centro Internacional de Economía Social y Cooperativa de la Universidad de Santiago de Chile en la creación de una instancia participativa que permita compartir y generar acciones a nivel local desde los municipios para promover la economía social y las cooperativas. Esta instancia inicial evolucionó durante el año 2022 en la creación de la Red de Municipios por el Cooperativismo y la Economía Social, de la cual actualmente participan 25 municipios de distintas regiones del país y que están en un proceso de construcción de su identidad, estableciendo un camino en el corto, mediano y largo plazo de la red. Este resumen extendido da cuenta del contexto en el cual se ha iniciado la Red de Municipios por el Cooperativismo y la Economía Social, así como el diagnóstico inicial con las principales problemáticas que enfrentan los municipios al fomentar este tipo de organizaciones.

Palavras-chave: Municipios; Políticas Públicas de Fomento; Cooperativas.

Abstract

The evolution of the social economy sector and specifically of the cooperative sector during the last decade in Chile has generated a great interest on the part of local authorities at municipal level, which -depending on the existing capacities- have carried out actions to promote the cooperative model, however most of these experiences have been carried out in isolation, without considering the previous experiences of other municipalities, since there is mostly no communication between them, even more so if there are ideological differences between their political authorities. One of the public policies that has favored municipalities in the promotion of cooperatives has arisen mainly from the National Disability Service, from the logic of labor inclusion from 2016 with the implementation of the Inclusive Local Development Strategies, however it is an exception in public policies. Since 2021, four municipalities of the Metropolitan Region have been working initially together with the International Center for Social and

Cooperative Economy of the University of Santiago de Chile in the creation of a participatory instance that allows sharing and generating actions at the local level from the municipalities to promote social economy and cooperatives. This initial instance evolved during the year 2022 into the creation of the Network of Municipalities for Cooperativism and Social Economy, in which 25 municipalities from different regions of the country are currently participating and which are in a process of building their identity, establishing a path in the short, medium and long term of the network. This extended summary gives an account of the context in which the Network of Municipalities for Cooperativism and Social Economy has been initiated, as well as the initial diagnosis of the main problems faced by the municipalities in promoting this type of organizations.

Key-words: Municipalities; Public Development Policies; Cooperatives.

Introdução

El sector cooperativo en Chile ha tenido un crecimiento sostenido en los últimos años, específicamente desde la modificación de la Ley General de Cooperativas en el año 2016, año en que se ha incrementado la creación de cooperativas en el orden de un 0,4 y 1 punto porcentual respecto del quinquenio anterior, durante los años 2010–2015 aumentaba en el orden del 2,6 y 2,8% de organizaciones por año, durante el período del 2016-2020 creció entre 3,0 y 3,6% por año (División de Asociatividad y Cooperativas, 2021; 2022). Durante la pandemia esta tendencia se acrecentó entre el 2020 y el 2022, acumulando un crecimiento del 10% en cada año respecto del anterior (División de Asociatividad y Cooperativas, 2022). Si bien no existen antecedentes que permitan indicar que la modificación de la Ley General de Cooperativas haya sido el único factor que haya acelerado esta tendencia, la disminución de los requisitos para su constitución y gestión es un hito que ha contribuido positivamente (Radrigán, 2022). Así también, durante el mismo período se implementaron una serie de acciones en favor de la promoción del sector cooperativo en distintas instituciones públicas, desde la aquel entonces División de Asociatividad y Economía Social (DAES), actual División de Asociatividad y Cooperativas, se impulsaron coordinaciones interinstitucionales dentro del Estado para la adaptación de algunos programas de fomento que permitieran la entrada de cooperativas, así también como la capacitación de funcionarios/as públicos de distintos municipios del país.

División Administrativa de Chile

Chile es una República, cuya administración del Estado es funcional y territorialmente descentralizada o desconcentrada según sea el caso, se divide en regiones y estas en provincias, estas últimas se componen de comunas, las cuales se

constituyen como la base de la administración local. Las regiones están a cargo de un gobernador regional y un consejo regional, ambos electos por votación popular, y tienen como función el desarrollo social, cultural y económico de la región (Decreto 1-19175 de 2005). Estas atribuciones, así como la elección popular de sus autoridades se enmarca en el proceso de fortalecimiento de la regionalización del país, el cual se ha implementado con la elección de los Gobernadores Regionales el año 2021, reemplazando la figura anterior de Intendentes, autoridades designadas desde el gobierno nacional. Además de la elección de sus autoridades también se le incorporaron nuevas atribuciones, permitiendo la incorporación de nuevas divisiones a las ya existentes de Planificación, presupuesto e inversión regional y de administración y finanzas, tales como la división de desarrollo social y humano, fomento e industria, e infraestructura y transportes. En este contexto el gobierno regional establece las prioridades del territorio a través de políticas, planes y programas, relacionándose con diversos actores del territorio, entre ellos los municipios.

En cada región existe la figura de delegado regional presidencial, designado por el presidente, que tiene por función principal la fiscalización de los servicios públicos creados por ley que dependen de la presidencia a través de algún ministerio.

En el caso de las provincias, se constituyen como un órgano territorialmente desconcentrado con una delegación presidencial provincial, el cual tiene como función la supervigilancia de los servicios públicos existentes en la provincia, de acuerdo a las instrucciones del delegado presidencial regional.

A nivel comunal, su administración es llevada a adelante por un municipio, el cual se constituye por el alcalde y el concejo comunal, ambos elegidos democráticamente. Las municipalidades son corporaciones autónomas de derecho público cuya finalidad es satisfacer las necesidades de la comunidad local y propicias la participación de sus habitantes en el desarrollo económico, social y cultural de la comuna.

Promoción de las cooperativas a nivel local

Al analizar el desarrollo actual del modelo cooperativo en Chile en comparación con América Latina se observa que, a pesar de tener una tradición importante en términos históricos en la creación y presencia de cooperativas, desde el ámbito de las instituciones públicas que fomentan el sector no es aquel de mayor

fortaleza, tal como lo refleja el último informe de la Cepal sobre Instituciones y Políticas Públicas para el Desarrollo Cooperativo en América Latina (Correa, 2022). En la actualidad, las políticas públicas si bien se han desarrollado de manera sectorial, en los últimos años ha habido una tendencia importante de algunos Municipios del país en la promoción y fomento del sector cooperativo desde el enfoque del desarrollo local y territorial, donde las unidades municipales de desarrollo económico han generado acciones de diversa índole para apoyar la creación de cooperativas en sus territorios. A nivel comunal, si bien existen una mayor posibilidad de generar acciones en favor del desarrollo económico local, y en específico desde la economía social a través del fomento de cooperativas, este desarrollo ha sido dispar, condicionado por la cantidad de recursos, la sensibilización de los equipos municipales, así como también por el desconocimiento del modelo cooperativo, entre otros. Al observar los instrumentos de planificación a nivel local, denominados Planes de Desarrollo Comunal (PLADECO), se ha establecido que parte de ellos ya promueven la asociatividad y el cooperativismo, sin embargo, no todos los municipios que lo han incorporado han generado acciones en favor del modelo cooperativo (Fuentes, et al, 2021).

A partir de la forma en que se ha impulsado el sector cooperativo en los distintos municipios se logran reconocer al menos cuatro modelos, los cuales se estarían generando a partir del distinto nivel de apropiación que el municipio adopta respecto de la economía social y el cooperativismo como parte del desarrollo de los territorios. En primer modelo se reconocen los municipios que fomentan a las cooperativas como figura empresarial, otorgando asesorías y orientaciones en similares condiciones que el resto de figuras empresariales, considerando aspectos particulares de las cooperativas como los principios cooperativos, valores y objetos sociales tras este tipo de organizaciones. Este tipo de fomento tiene una orientación centrada en la venta o prestación de servicios a terceros, promoviendo que participen del mercado en similares condiciones que el resto de figuras empresariales de capital. Un segundo modelo que es posible identificar tiene relación con aquellos municipios que por la propia convicción de sus autoridades o funcionarios/as promueven la contratación de las cooperativas para que preste servicios al propio municipio, otorgando la posibilidad de contratación pública. Un tercer modelo apunta a un modelo mixto, en el cual se fomentan las cooperativas orientadas a la prestación de servicios a terceros, así como la posibilidad de generar oportunidades de contratación al interior del municipio, siempre desde una

lógica del apoyo al desarrollo de este tipo de organizaciones. Por último, podemos encontrar un cuarto modelo que incorpora la promoción de las cooperativas y la economía social dentro de su estructura institucional, generando oficinas de economía social, encargadas de promover la creación de cooperativas así también como de la sensibilización y coordinación al interior del propio municipio. Este modelo incorpora la economía social dentro del modelo de desarrollo territorial. Si bien se logra identificar estos cuatro modelos, hay un conjunto de municipios que aún no generan acciones específicas en favor de la promoción del modelo cooperativo, principalmente por desconocimiento o falta de recursos para realizarlo. De manera inicial se identifica que hay tres factores que influyen directamente en la implementación del fomento de cooperativas; el apoyo político, la capacidad técnica instalada en los funcionarios y los recursos económicos para apoyar las iniciativas.

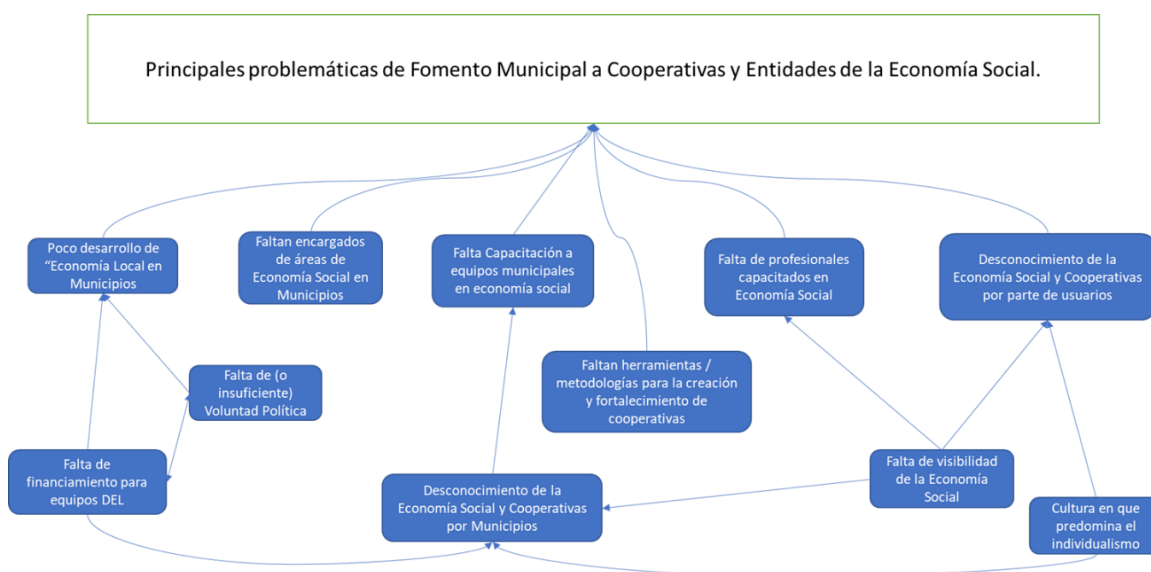
Desde el nivel central no se han sostenido políticas públicas sostenidas en el tiempo que otorguen herramientas a los municipios para poder impulsar el sector cooperativo, lo más cercano en este ámbito ha sido lo que se ha impulsado desde el Servicio Nacional de Discapacidad (SENADIS), el cual ha promovido desde el año 2016 en la implementación de las Estrategias de Desarrollo Local Inclusivo (EDLI), programa implementado a nivel municipal, que posee un componente de incubación de cooperativas, centrado en la inclusión laboral de personas en situación de discapacidad a través del modelo cooperativo.

La Red de Municipios por el Cooperativismo y la Economía Social

En un esfuerzo conjunto entre los municipios de Peñalolén, Renca y Recoleta, así como el Centro Internacional de Economía Social y Cooperativa (CIESCOOP) de la Universidad de Santiago de Chile, durante el año 2021 se inició una mesa territorial para el fomento de cooperativas en el ámbito de las cooperativas de plataforma, instancia que rápidamente se fijó el objetivo de sumar nuevos municipios y ampliar el ámbito de acción promoviendo el modelo cooperativo en su conjunto. Es así como a inicios del 2022 se suma la municipalidad de La Pintana y se organiza el primer seminario web denominado “Desarrollo Local y Asociatividad: experiencias municipales de incubación de cooperativas”, en donde cada uno de los municipios compartió su experiencia, buenas prácticas y dificultades que han enfrentado desde lo local en el impulso del sector cooperativo.

En paralelo, de manera inicial se logró construir un diagnóstico que ha servido de base para la reflexión respecto de las principales problemáticas que existen en los municipios para el fomento del cooperativismo. Es así como se reconocen problemáticas presentes en los municipios que ya realizan acciones de fomento cooperativo, las cuales se ven replicadas o profundizadas en los municipios que han iniciado acciones en este ámbito.

Ilustración 1: Problemáticas de fomento cooperativo y de la ES.



Durante el 2022, la mesa que inicialmente incluyó a municipios que ya fomentaban el sector cooperativo y de la economía social evolucionó en la constitución de la primera “Red de Municipios por el Cooperativismo y la Economía Social” de Chile, conformada por 25 municipios de distintos lugares del país, en la cual la secretaria técnica de la Red participa CIESCOOP. Desde aquí se han elaborado distintas instancias participativas de diagnóstico y planificación de acciones concretas que permitan consolidar los procesos de fomento que se han llevado adelante por parte de algunos municipios, así como disminuir las carencias técnicas de los municipios que han iniciado recientemente acciones en el fomento del modelo, poniendo a disposición una serie de lecciones aprendidas en procesos ya implementados.

Si bien la inauguración de la red ha sido apoyada por las distintas autoridades políticas de los gobiernos locales, aún se encuentra en desarrollo las principales definiciones que permitan su funcionamiento a cabalidad. Actualmente existe un comité organizador que está trabajando en las bases de la red que permitan establecer su futura

figura jurídica, mecanismos de representación interna, criterios de inclusión de municipios, así como los principales elementos a abordar en el mediano y largo plazo, entre otros aspectos. En este momento participan 25 municipios de distintas regiones del país, lo que ha generado de manera complementaria en el caso de la Región de Valparaíso la creación de una red a nivel regional complementaria a la red nacional, donde se está promoviendo la realización de acciones en favor de las cooperativas y la coordinación con instituciones a nivel regional.

Si bien en los inicios de la Red se visualizaba principalmente la posibilidad de compartir experiencias entre aquellos municipios que cuentan con un mayor desarrollo con aquellos que inician, sin embargo se han identificado ámbitos de acción más ambiciosos, como la postulación a proyectos, acciones de capacitación, autoformación, realización de eventos, entre otros, lo que ha demostrado que existe al menos la voluntad de avanzar en la promoción a nivel local de la economía social y el cooperativismo como estrategia de desarrollo económico local.

Referencias

CORREA, F. (2022). Instituciones y políticas públicas para el desarrollo cooperativo en América Latina. CEPAL, Santiago.

DECRETO 1-19175 de 2005 [con fuerza de ley]. Texto refundido, coordinado, sistematizado y actualizado de la Ley N° 19.175, Orgánica Constitucional sobre Gobierno y Administración Regional. 8 de noviembre de 2005. Ministerio del Interior. Chile.

DIVISIÓN de Asociatividad y Cooperativas (2021). Boletín Estadístico. Edición N°6. Subsecretaría de Economía y Empresas de Menor Tamaño.

DIVISIÓN de Asociatividad y Cooperativas (2021). Boletín Estadístico. Edición N°5. Subsecretaría de Economía y Empresas de Menor Tamaño.

DIVISIÓN de Asociatividad y Cooperativas (2022). Boletín Estadístico. Edición N°8. Subsecretaría de Economía y Empresas de Menor Tamaño.

FUENTES, B., HERNÁNDEZ, L., INOSTROZA, P. & RADRIGÁN, M. (2021). Desarrollo territorial y fomento de la economía social y cooperativa. Procesos emergentes en Chile de articulación entre gobiernos regionales, municipios y empresas de la economía social y cooperativa. En Álvarez, J.F. & Marcuello, C. (Dir.) Experiencias Emergentes de la Economía Social, OIBESCOOP.



RADRIGÁN, M. (2022). Políticas públicas y desarrollo cooperativo en Chile: trayectoria y desafíos de futuro. En Correa, F. (ed.), “Instituciones y políticas públicas para el desarrollo cooperativo en América Latina”. CEPAL, Santiago.



AMANHÃ VAI SER
OUTRO DIA

As múltiplas crises do presente e o
papel das iniciativas associativas
autogestionárias na reorganização da
sociedade



1535

AMANHÃ
VAI SER
OUTRO DIA



As múltiplas crises do presente e
o papel das iniciativas
associativas autogestionárias na
reorganização da sociedade



APOIO



ORGANIZAÇÃO